00100.151015/2017-63

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII SUP. B AO Nº 145, TERÇA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 2017

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)
2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)
1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)
4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 28ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de agosto de 2017. 6

Ata da 29ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de agosto de 2017. 62

Ata da 30ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de agosto de 2017. 115

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de agosto de 2017. 172

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de agosto de 2017. 225

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de agosto de 2017. 232

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de agosto de 2017. 281

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 34ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de agosto de 2017. 312

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de agosto de 2017. 396

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de agosto de 2017. 417

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de setembro de 2017. 438

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de setembro de 2017. 446

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de setembro de 2017. 479

1.5 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de agosto de 2017. 529

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.151015/2017-63

1.6 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de junho de 2017. 592

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de julho de 2017. 594

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de agosto de 2017. 595

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de agosto de 2017. 597

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de agosto de 2017. 598

Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de agosto de 2017. 599

Ata da 55ª Reunião, Conjunta, realizada em 10 de agosto de 2017 (em conjunto com a 28ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional). 600

Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de agosto de 2017. 661

Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de agosto de 2017. 663

Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de agosto de 2017. 665

Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de agosto de 2017. 667

Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2017. 697

1.7 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de agosto de 2017. 698

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de agosto de 2017. 730

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de setembro de 2017. 752

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2017. 777

1.8 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de agosto de 2017. 810

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de agosto de 2017. 860

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de setembro de 2017. 889

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de setembro de 2017. 921

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de setembro de 2017. 955

1.9 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de agosto de 2017. 980

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de agosto de 2017. 990

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de agosto de 2017. 1017

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2017. 1073

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2017. 1099

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1.10 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de agosto de 2017. 1115

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2017. 1141

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de setembro de 2017. 1142

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de setembro de 2017. 1162

1.11 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2017. 1184

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de julho de 2017. 1194

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de julho de 2017. 1231

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de agosto de 2017. 1268

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de agosto de 2017. 1311

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de agosto de 2017. 1349

1.12 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de agosto de 2017. 1395

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de agosto de 2017. 1416

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de setembro de 2017. 1445

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de setembro de 2017. 1462

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 28ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dez minutos do dia oito de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Roberto Requião, Raimundo Lira, Simone Tebet, Valdir Raupp, Waldemir Moka, José Pimentel, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, José Agripino, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Pedro Chaves, Cidinho Santos, Dário Berger, Vicentinho Alves e Hélio José. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Garibaldi Alves Filho, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Serra, Otto Alencar, Ciro Nogueira, Fernando Bezerra Coelho e Telmário Mota. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 27ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Ofício "S" nº 52 de 2017 (Ofício nº 11.337/SE-MF), de 28 de julho de 2017, do Ministério da Fazenda, encaminhando o endereço eletrônico por meio do qual se pode acessar os demonstrativos das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda mensalmente, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; Aviso nº 23 de 2017 (Aviso nº 196/MF na origem), de 17 de julho de 2017, do Ministério da Fazenda, encaminhando o relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior referente ao segundo trimestre de 2017; Aviso nº 26 de 2017 (Aviso 49/2017-BCB na origem), de 26 de julho 2017, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do real referente ao segundo trimestre de 2017, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 42, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 125,000,000.00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Infraestrutura Urbana de São Bernardo do Campo - PROINFRA"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação, nos termos do projeto de resolução do senado que apresenta. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 47, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor MARCELO SANTOS BARBOSA, para exercer o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na vaga da decorrente do término do mandato do Senhor Leonardo Porciúncula Gomes Pereira." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2013 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré-sal." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço e outros. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, de 2009 - Terminativo -** que: "Cria incentivo fiscal no âmbito do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica para a manutenção do emprego e do valor da remuneração dos trabalhadores das empresas afetadas pela crise financeira internacional." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto (votação simbólica). **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, de 2013 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre destinação, para as áreas de educação e saúde, do total da participação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do Art. 214 e no Art. 196 da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. Após lido o relatório, usou da palavra o Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade." **Autoria:** Deputado Evair Vieira de Melo. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Reunida a comissão nesta data, o senador Omar Aziz faz a leitura do relatório do senador Ricardo Ferraço. A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **Observação:** 1. A matéria vai a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2015 - Não Terminativo -** que: " Altera a Lei Complementar 101 de Maio de 2000." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda de sua autoria. Após lido o relatório, usaram da palavra os Senadores Lindbergh Farias, Ataídes Oliveira, Roberto Requião e Cidinho Santos. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para excetuar ações de segurança pública da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes dessa lei." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao projeto. Após lido o relatório, usaram da palavra os Senadores Ataídes Oliveira, Omar Aziz, Lindbergh Farias e Raimundo Lira. **Resultado:** Após

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

a leitura do relatório do Senador Ricardo Ferraço pelo Senador José Agripino, o presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, de 2012 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 835 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil –, prevendo a possibilidade de exoneração da fiança na hipótese de alteração no quadro social da pessoa jurídica afiançada, independentemente do término do prazo contratual." **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 556, de 2013 - Não Terminativo -** que: "Concede incentivos fiscais, econômicos e creditícios para o desenvolvimento de atividades sustentáveis." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho (*Ad hoc*), substituiu Sen. Ciro Nogueira. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera o artigo 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para estender o seguro de vida e acidentes para atletas em competições internacionais." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 308, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para descentralizar o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Relatoria:** Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Favorável ao PLS nº 308 de 2015 e contrário ao PLS nº 485 de 2015. Após lido o relatório, usaram da palavra os Senadores Ataídes Oliveira e Lindbergh Farias. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 308 de 2015, com a emenda nº 01 - CAE, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 485 de 2015. **Observação:** 1. A Matéria vai a Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre as vagas nas empresas para os trabalhadores com mais de quarenta e cinco anos, nos casos que especifica." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 696, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento por empresas do setor elétrico em fontes alternativas, e as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento pela Indústria do Petróleo em fontes alternativas." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Roberto Requião. **Relatório:** Favorável ao projeto nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 4-CAE (substitutivo). **Observação:** 1. A matéria vai a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/08

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 27ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para seu conhecimento: Ofício do Ministério da Fazenda "S" nº 52/2017, de 28 de julho de 2017; Aviso do Ministério da Fazenda nº 23/2017; Aviso do Banco Central do Brasil nº 26, de julho de 2017, do Banco Central do Brasil.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 42, de 2017

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 125,000,000.00 (cento e vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Infraestrutura Urbana de São Bernardo do Campo - PROINFRA".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatório: Pela aprovação, nos termos do projeto de resolução do senado que apresenta.

Passaremos à leitura do relatório do Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra o Senador representante do grandioso Estado do Pará, Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Presidente, Senador Tasso Jereissati, do querido Estado do Ceará, irmão siamês do Estado do Pará – só há lá Maranhão e Piauí, nós juntamos tudo e vamos crescer com o Brasil –, Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Vamos ficar maior do que o Amazonas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sim, já estamos perto, mas vamos juntar com o Amazonas também e fazer a Organização dos Estados Amazônicos, OEA.

Presidente, é submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Município de São Bernardo do Campo (SP), solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF).

Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do – aspas – "Programa de Infraestrutura Urbana de São Bernardo do Campo - Proinfra" – fecho aspas. A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil (Bacen), sob o número TA782895.

Será contratada com base na taxa de juros Libor semestral, acrescida de *spread*, devendo apresentar custo efetivo da ordem de 3,78% a.a., flutuante com a variação da Libor, considerada aceitável pela Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (Codip) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), conforme Memorando nº 59/2017/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN/MF-DF, de 04 de maio de 2017.

Análise, Sr. Presidente.

De imediato, constata-se que a atual situação de endividamento do Município de São Bernardo do Campo (SP) comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no parecer da Secretaria do Tesouro Nacional anexo à mensagem, o Município atende os limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal.

A STN entendeu que o Município apresenta suficiência das contragarantias oferecidas e apresenta capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

Mais à frente, Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, nós vamos ler que o *rating* do Município de São Bernardo do Campo é B. Frente à crise que nosso País ainda enfrenta, é um *rating* que dá a garantia do aval do Tesouro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quero aqui parabenizar o Prefeito Orlando Morando, do PSDB, e também o Vice-Prefeito Marcelo Lima, do Solidariedade.

Há disponibilidades financeiras para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis são suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União, conforme consignado na nota técnica da Secretaria do Tesouro Nacional.

Ainda nesse contexto, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias da parte do Município, conforme os termos da Lei Municipal nº 6.455, de 28 de março de 2016, autorizativa da presente operação de crédito. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Município e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas.

Destaque-se, entretanto, que não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Município de São Bernardo do Campo (SP) nos últimos anos.

Mais ainda, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, os resultados financeiros demonstram que o Município possui capacidade de pagamento B, que é o *rating*. O do Pará, Senador Tasso, é B+ e o de Belém, capital do Pará, é B+; do Pará é o maior *rating* de todas as unidades da Federação. Parabéns aos governos do PSDB. V. Exª, como Presidente, tão bem orienta todos nós.

Suficiente para fazer frente aos encargos da dívida. Possui situação fiscal forte e risco de crédito baixo.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado que o Município não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos. Quanto à verificação de adimplência financeira do Município em face da Administração Pública Federal, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, a adimplência referida deverá ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame.

Em conclusão, a operação de crédito em exame atende as exigências previstas.

Voto.

O pleito encaminhado pelo Município de São Bernardo do Campo (SP) encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresentamos.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Flexa, por mais esse brilhante relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não havendo quem queira discutir, como não há quórum suficiente, não vamos colocar em votação. Vamos aguardar o quórum para colocar em votação.

Passo, então, à leitura do segundo item.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 47, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º, da Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor MARCELO SANTOS BARBOSA, para exercer o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na vaga da decorrente do término do mandato do Senhor Leonardo Porciúncula Gomes Pereira.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Não apresentado.

Comunico, inclusive, a presença do ilustre Sr. Marcelo Santos Barbosa, cujo relatório do seu currículo será lido agora pelo nosso ilustre Senador Armando Monteiro, legítimo representante da aristocracia sucroalcooleira da região pernambucana.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Muito bem. Agradeço essa referência. O Senador Tasso faz incursões na sociologia também.

Bem, Sr. Presidente, meus caros Senadores, esse dispositivo já referido confere competência privativa ao Presidente da República para nomear, e, ao Senado Federal, para aprovar previamente, por voto secreto e após arguição pública, ocupantes de cargos públicos quando determinado em lei. Além disso o art, 6º da mencionada Lei nº 6.385 exige a aprovação do Senado Federal para nomeação de presidente e diretores da CVM entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos de mercado de capitais.

À CVM, autarquia em regime especial, vinculada ao Ministério da Justiça, compete precipuamente regulamentar, fiscalizar e fomentar o mercado de valores mobiliários no País. O mercado de valores mobiliários ou mercado de capitais, por sua vez, é um instrumento essencial para o financiamento das empresas ao atrair para a atividade produtiva a poupança dos investidores nacionais ou estrangeiros.

Por meio do mercado de capitais, possibilita-se às empresas que se constituam como companhias abertas para obter financiamentos muito mais atrativos do que o crédito bancário por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

exemplo. Para tanto, a CVM tem a seu dispor uma série de instrumentos seja na seara normativa, seja na seara punitiva, que devem ser sempre utilizados com responsabilidade, respeitada a segurança jurídica e observado o devido processo legal.

Vale ressaltar que tramita no Congresso Nacional a Medida Provisória nº 784, que propõe uma série de medidas que objetiva melhorar a efetividade do processo administrativo sancionador da CVM, ampliando as alternativas de aplicação de ações corretivas e de sanções para lidar com os diversos tipos de irregularidades, inclusive infrações de menor potencial ofensivo.

Além disso, a medida provisória busca criar condições para que a CVM obtenha resultados mais céleres e efetivos em suas ações de supervisão com o fortalecimento do potencial dissuasório da prática de infrações. Assim, destaca-se o expressivo aumento das penalidades, cuja sanção pecuniária máxima passa de R$500 mil para R$500 milhões, o incremento de seus instrumentos, como os acordos de leniência, e a relevante incumbência de evitar que os notórios casos de corrupção envolvendo companhias abertas afetem negativamente a credibilidade do mercado de valores mobiliários, sem se descuidar de sua atividade natural, que é o fomento ao mercado de capitais como fonte viável do financiamento das empresas.

Ressalte-se que o cargo para o qual o candidato foi indicado é de grande importância, como já referi, para o mercado de capitais brasileiro e, consequentemente, para a nossa economia, haja vista que a CVM é a principal autoridade normatizadora, reguladora e fiscalizadora das sociedades emissoras de valores mobiliários.

Acompanha a mensagem, Sr. Presidente, o *curriculum vitae* do candidato, em cumprimento ao art. 383, I, do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do Ato nº 2 desta Comissão de Assuntos Econômicos.

O Ato nº 2 desta CAE disciplina o processo de aprovação de indicação de autoridades no que se refere às declarações pessoais, à argumentação escrita e ao conteúdo do currículo a serem apresentados pela autoridade sujeita à arguição desta Comissão.

O currículo anexo à mensagem evidencia que o Sr. Marcelo Santos Barbosa possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado.

O candidato é brasileiro, bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e mestre em Direito pela Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos da América. É advogado e sócio-fundador do escritório Vieira, Rezende, Barbosa e Guerreiro Advogados, desde 1995. Foi professor de Direito Comercial na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, entre 2000 e 2001, e ensina Direito Societário na Fundação Getúlio Vargas desde 2007.

É Presidente do Conselho Curador da Fundação Estudar desde 2015; membro do Conselho Consultivo do Centro Global da América Latina da Universidade de Columbia, localizado no Rio de Janeiro, desde 2013; e membro do Conselho Fiscal da Fundação Lemann desde 2012.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

É também autor de diversos artigos publicados sobre temas ligados ao direito societário e ao mercado de capitais, como "Uso de informação privilegiada – o *insider trading*", "Direito de fiscalização", "Comitês consultivos", "Assembleias especiais", dentre outros. É coautor do livro *Direito das Companhias*, obra coordenada por José Luiz Bulhões Pedreira e Alfredo Lamy Filho.

Quanto às declarações de cunho pessoal, para atender ao disposto no art. 383, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, também exigidas pelo art. 1º, inciso II, alíneas "a" e "e", do Ato nº 2 da CAE, o candidato declara que não possui nenhum parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, que exerça ou tenha exercido atividades no mercado de valores mobiliários. Observa que sua esposa, Lavínia Rocha de Hollanda, foi gestora de recursos de terceiros no Jardim Botânico Investimentos, de 2007 a 2009, e integra um conselho consultivo do Conselho de Administração da Petrobras.

Declara também que é titular de 207.560 ações da Ideal Invest S.A., uma companhia fechada – essa participação é equivalente a 0,29% do total de ações da referida companhia –; possui regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal; não figura como autor ou réu em nenhuma ação judicial; e que não atuou nos últimos cinco anos em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

As atividades profissionais bem como a formação acadêmica mencionadas no seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revelam o nível de qualificação e a formação técnica e acadêmica adequada do indicado, ficando assim esta Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Marcelo Santos Barbosa para exercer o cargo de Presidente da CVM.

Diante da natureza da matéria, Sr. Presidente, eram essas as considerações pertinentes a apresentar no âmbito do presente relatório.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro. É realmente um currículo que impressiona, de altíssima qualidade.

Em atendimento ao art. 383, inciso II...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Estou sendo informado de que falta uma presença, mas o Senador... Senador Cristovam, já marcou presença, Senador? Já? Está faltando mais um aqui para que a gente possa dar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, o Senador Elmano Férrer está na CI. Pedi para avisarem a S. Exª para que que venha dar quórum.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Isso. Dando quórum, nós já daríamos vista coletiva e marcaríamos a data da sabatina do Sr. Marcelo Barbosa.

Passo, então, à leitura do item 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2015

- Terminativo -

Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 6-CE.

2. Em 13/06/2017, o presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva, nos termos regimentais.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, já foi lido esse relatório e não há nenhuma observação nova a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Como não temos quórum, ficamos aguardando. (*Fora do microfone.*)

Não temos quórum para colocar em votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Eu ia pedir a V. Exª que, ouvido o Plenário, pudéssemos fazer uma inversão para o item 6, de que sou Relator.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Faça a leitura do relatório do item 6. Em seguida, o item 7, que o Senador Omar Aziz vai ler como Relator *ad hoc*.

Senador Flexa, item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, de 2013

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Terminativo -

Dispõe sobre destinação, para as áreas de educação e saúde, do total da participação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do Art. 214 e no Art. 196 da Constituição Federal.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela rejeição do projeto

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer contrário ao projeto.

2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).

Relatoria, Senador Flexa Ribeiro, que tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, Srs. Senadores.

Vem para a análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 254, de 2013, de autoria do Senador Inácio Arruda, que destina a totalidade dos recursos recebidos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios relativos à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) para as áreas de educação e saúde.

O PLS nº 254, de 2013, foi despachado às Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Assuntos Sociais (CAS), e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta última a decisão terminativa.

Na Comissão de Educação, foi aprovado, em 2014, parecer pela rejeição da matéria. Em 19 de abril de 2017, foi aprovado, na CAS, parecer favorável da Senadora Vanessa Grazziotin, com a emenda substitutiva.

Agora, esta Comissão tem a incumbência de apreciar o projeto terminativamente. O projeto apresentado pelo Senador Inácio Arruda determina que a totalidade dos recursos recebidos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a título de CFEM, será destinada exclusivamente para a educação e a saúde públicas, na proporção de 75% e 25%, respectivamente. Os recursos serão aplicados em acréscimo ao mínimo previsto na Constituição Federal.

O autor do projeto ressalta que melhorias no atendimento da saúde e da educação constituem as principais reivindicações da população. Assim, a proposta apresentada se associa a outras iniciativas que visam a assegurar novos recursos para os dois setores, inclusive para favorecer o cumprimento da meta de aplicação na educação do valor de 10% do PIB, conforme proposta no Plano Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Educação. Ao incluir a CFEM como fonte, procurou-se emular o que foi feito em relação aos *royalties* do petróleo.

Análise.

Legislar sobre sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas é competência do Congresso Nacional e, portanto, a proposição está adequada aos ditames constitucionais.

Por outro lado, compete à CAE manifestar-se sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida. Há, também, aderência da proposição aos aspectos de juridicidade.

Conclui-se, portanto, pela constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade do projeto.

Aumentar os investimentos em educação e saúde é um objetivo do qual ninguém pode discordar. Há um consenso de que somente a educação e a saúde de qualidade melhor, para toda a população, podem elevar a produtividade brasileira, amenizar as desigualdades socioeconômicas e inter-regionais, e promover o desenvolvimento econômico.

Não se pode, contudo, aumentar as receitas para educação e saúde a qualquer custo, deixando desguarnecidas outras áreas importantes. A população também precisa de investimentos em transporte público, habitação, saneamento, segurança, previdência social, assistência social, preservação do meio ambiente e tantas outras áreas. Além disso, é importante que haja certa flexibilidade na aplicação das rendas, para permitir uma gestão eficaz, conforme as necessidades de cada setor e as prioridades de cada administração. Essa é uma das razões que desaconselham a destinação de todas as receitas da CFEM para a educação e saúde.

Outra importante razão é que a Compensação Financeira pela Exploração Mineral, prevista na Constituição Federal, em seu art. 20, § 1º, foi criada como contraprestação pela utilização econômica de recursos minerais, inclusive, para financiar investimentos destinados a enfrentar os vários prejuízos ou danos trazidos pela mineração. É sabido que a exploração mineral, além de causar danos ao meio ambiente e impedir o uso da área para outros fins como a agricultura, costuma vir acompanhada de fluxos migratórios que sobrecarregam a infraestrutura física e social das regiões em questão. A CFEM deve servir para custear esses investimentos.

Além disso, como as jazidas minerais são, por natureza, finitas, é imprescindível que os Municípios e Estados procurem diversificar sua base econômica para permitir a continuação do desenvolvimento econômico após o esgotamento das jazidas. A CFEM é importante instrumento de estímulo à criação e ao fortalecimento de novos setores econômicos.

O PLS se inspirou na lei que destinou, para a educação e saúde, parcela das receitas de *royalties* e participações especiais pela exploração de petróleo e gás.

Ocorre que nem mesmo essa lei chegou ao ponto de destinar a totalidade dos recursos para educação e saúde. Além disso, essa destinação imposta pela lei não está livre de contestações de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ordem constitucional, posto que há um entendimento de que a compensação financeira, por constituir remuneração pela exploração do bem público, deve ser considerada como receita originária e, portanto, fora do alcance da ingerência de leis federais.

Quando o projeto foi apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), foram reconhecidas essas diversas razões. O parecer da relatora também chamou atenção para o fato de que deixar de destinar recursos para o FNDCT, o DNPM e o Ibama, como ocorre hoje, significaria deixar descobertas necessidades muito reais do setor, sem que o impacto na educação e na saúde fosse ao menos significativo. A Comissão acabou por aprovar substitutivo que destinava apenas 50% da CFEM para as áreas de educação e saúde.

Embora reconheçamos que a Comissão tenha seguido na direção correta, acreditamos que não deve haver qualquer vinculação dos recursos da CFEM para as áreas de educação e saúde. Além de os recursos da compensação já serem insuficientes para cobrir as enormes responsabilidades decorrentes da mineração, seus valores são de magnitude tal que não causarão impacto perceptível na educação e na saúde. Em 2016, a CFEM arrecadou, para as três esferas do governo, R$ 1,80 bilhão. Já o Projeto de Lei Orçamentária Anual 2017 (PLOA) que foi entregue ao Congresso Nacional prevê despesas de R$ 110,2 bilhões para a saúde e R$ 62,5 bilhões para a educação. Se ainda for levado em conta os demais gastos em educação, classificados como transferências de salário-educação e outras despesas, o orçamento total da área sobe para R$ 111,3 bilhões. E esses valores referem-se unicamente a gastos do governo federal.

Por fim, há que se considerar que a não vinculação das receitas da CFEM à educação e saúde não impede que essas áreas estejam entre aquelas mais beneficiadas.

Concluímos, portanto, que a proposição, no mérito, não deve ser acolhida por esta Comissão.

Sr. Presidente, esse projeto do Senador Inácio Arruda, conterrâneo de V. Exª, é meritório, só que ele vai atingir uma compensação financeira que é feita sobre a exploração mineral. Só para exemplificar, o meu Estado, o Pará, perde, em termos de arrecadação de ICMS, por ano, pela não tributação dos minérios exportados, R$2 bilhões e recebe de CFEM, por ano, tal como foi o resultado do ano de 2016, um pouco mais de R$200 milhões, ou seja, 10% daquilo que ele teria que ser compensado pela União, que se beneficia dessa não tributação para o equilíbrio da balança fiscal.

Esse é um tema, inclusive, que está na pauta do Congresso Nacional. Nós estávamos esperando por 7 anos o encaminhamento do projeto do novo Código de Mineração, que reveria vários aspectos do atual Código, que tem 50 anos, inclusive sobre a CFEM, tais como: base de cálculo, alíquota de taxação de vários minérios etc. Mas, praticamente pela metade desse tempo, de dois anos e meio a quatro anos, o Governo não encaminhou o projeto do novo Código. Depois, ao final desses quatro anos, por fim, encaminhou o novo Código, que estava parado na Câmara Federal, onde, novamente, por três anos e meio, ficou sem andar. E, agora, o Governo encaminhou ao Congresso três medidas provisórias. Fatiou o Código corretamente, porque não dava para tratar de tudo de uma vez só. Assim, editou uma medida provisória para tratar da CFEM; uma outra que vai tratar do Código propriamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dito, que precisa ser modernizado. Uma empresa pede o direito de lavra de uma área já prospectada cuja rentabilidade já foi definida, e fica com esse direito de lavra indefinidamente, por cinco, dez, quinze, vinte anos, esperando que venha alguém interessado em comprar esse direito de lavra por mais valia, o que dá enorme prejuízo para o Município, para o Estado e para o País. E há a terceira medida provisória, que trata da transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral, o DNPM, numa agência reguladora, a exemplo das agências que já existem para vários outros setores. Agora nós vamos fazer andar essa questão do código.

Então, o projeto do Senador Inácio Arruda vem exatamente para transferir, da arrecadação da CFEM, 75% para a saúde e 25% para a educação.

Como eu relatei aqui, o projeto foi rejeitado na primeira Comissão por que passou e, na segunda, a CAS, teve aprovado um substitutivo da Senadora Vanessa Grazziotin reduzindo de 100%, ou seja, da totalidade, que era a proposta do Senador Inácio Arruda, para 50% – essa é a proposta do substitutivo da Senadora Vanessa Grazziotin.

O meu voto é pela rejeição de tudo isso que eu já expus. O voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, eu quero discutir porque tenho a impressão de que esse é um projeto, Senador Flexa, sobre cuja necessidade vale a pena refletirmos mais.

O Senador Flexa argumenta que os recursos que virão disso representam uma parte pequena da totalidade de gastos em educação e em saúde. Eu vou falar pela educação: pode até não ser uma parte substancial, mas seria suficiente para resolver grande parte da crise que as universidades hoje atravessam – temos, inclusive, exemplo aqui bem próximo, a Universidade de Brasília. Então, esses recursos podem significar a sobrevivência ou não de alguns setores da educação, mas, como um todo, de fato não resolve.

Segundo: isso já é feito no caso do petróleo, já temos uma lei que diz que os *royalties* do petróleo vão para a educação e para a saúde. O que se está fazendo aqui com o projeto do Senador Inácio é trazer essa ideia para os outros setores da mineração, não só o setor petrolífero. A emenda da CAS – era para isso que queria chamar atenção – resolve o fato de que não estamos tirando tudo da mineração, ou seja, ficou metade. Diferentemente do projeto inicial do Senador Inácio, a emenda da Senadora Vanessa traz essa vantagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por isso eu gostaria de fazer um apelo ao Senador Flexa e aos demais Senadores e Senadoras para que aprovássemos o projeto do Senador Inácio. Eu acho que ele é positivo. Além disso, sem geólogos, sem engenheiros mecânicos, sem engenheiros químicos, a mineração não funciona. E isso tudo vem da educação.

Investir em educação é investir em todos os outros setores da economia. Por isso eu gostaria de insistir, Senador Flexa, em a gente voltar ao projeto na forma em que foi aprovado na CAS, sem rejeitá-lo na integralidade, como pede o seu relatório. Essa é a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Senador Cristovam, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Como esse projeto é terminativo, nós ainda não temos quórum para votá-lo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu quero aqui reconhecer a sua luta permanente pela educação. Sou seu parceiro. Não tenho dúvida, como todos nós sabemos, de que...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Desde professor em comum, que nós tivemos no ensino secundário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Isso. É verdade. E mais o Senador Cyro Miranda.

Ninguém tem dúvida de que a saída para que o nosso País possa galgar um patamar de país desenvolvido é pela educação. Os exemplos estão aí, Coreia do Sul e vários outros que nos mostram isso. A própria Índia está sobressaindo em função de tecnologia.

V. Exª tem razão quando diz que parte do *royalty* de petróleo foi destinado à educação e à saúde, mas essa parte do *royalty* do petróleo, Senador Cristovam, foi o *royalty* do petróleo do pré-sal. Por que do pré-sal? Porque inclusive nós aprovamos aqui uma redistribuição do *royalty* do pré-sal para todos os Estados e Municípios da Federação. Lamentavelmente, o Estado do Rio de Janeiro entrou com recurso no Supremo Tribunal Federal e está há quatro anos – não seu há quantos anos nós aprovamos isso – engavetado lá e o Supremo não define se vai responder ao recurso do Estado do Rio de Janeiro, que está numa situação lamentável. Agora, até para decidir isso é meio complicado, mas naquela altura quando aprovamos aqui, não. Àquela altura o Rio de Janeiro estava jorrando recursos.

Então, quando nós formos discutir o *royalty* da mineração, que é a CFEM da exploração mineral em áreas brasileiras, fora do domínio dos Estados, aí V. Exª terá o apoio; e vamos partilhar também esse *royalty* da mineração para educação e saúde, como é com o do petróleo. Mas o *royalty* do petróleo em território estadual não é compartilhado, só aquele, porque é direito! O do pré-sal não está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

na área territorial do Rio de Janeiro, está em áreas do Brasil, do País. Aí, sim, tem que distribuir para todo o Brasil e não só para o Estado mais próximo da costa, que é o Rio de Janeiro.

Então, lamento não poder atender V. Exª, porque eu, como paraense... E outros Estados; Minas Gerais também padece; Bahia, Espírito Santo... O Distrito Federal não é um Estado minerador.

Então, eu dei o exemplo aqui: o Pará perde, por ano, de receita de ICMS, por não tributar os minérios exportados, R$2 bilhões, que deveriam, sim, ser aplicados em educação, em saúde, em transporte, em segurança, em infraestrutura, todas essas demandas que os Estados têm aumentadas quando se implanta um projeto do porte dos projetos de mineração maiores, como foi Carajás, como foi implantando o S11D, no Município de Canaã, maior que Carajás. Então, há, por ocasião da implantação desses projetos, Senador Cristovam, uma migração enorme para o Estado, 20 mil, 30 mil... Agora, Belo Monte, lá em Altamira. Vira um negócio fantástico. Quer dizer, você tem condicionantes que deveriam preceder a implantação do projeto, e não são feitas. O projeto seria implantado paralelamente com as condicionantes, ele avança, está aí a Belo Monte pronta já, gerando energia, e as condicionantes para que os Municípios de Altamira e Vitória do Xingu e os que estão submetidos à ação da migração possam suportar e dar atendimento à população não acontecem. Isso não acontece.

Então, não temos como, no momento em que o Estado perde 2 bilhões... Imagine, 25% de 2 bilhões são 500 milhões, para serem aplicados em educação no Estado do Pará, se recebesse a CFEM. Recebe 200 milhões só, 10% do que deveria receber. Então, conte com nosso total apoio. Vamos, mais à frente, explorar os minérios que estão na área do Brasil em oceanos, para que possamos repartir não só para educação e saúde, mas para todos os Estados e Municípios brasileiros.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, em primeiro lugar, mais uma vez, vem aqui um tema que está por debaixo de tudo isso, que é o federalismo, é o debate sobre a Federação, o interesse dos Estados que às vezes se choca com os interesses do conjunto do País, ou vice-versa, se assim quiser colocar. Mais uma vez. Talvez merecesse a gente ter uma audiência pública sobre isso.

Ao mesmo tempo, Senador Flexa, haveria uma maneira de resolver isso, porque um problema é a Federação, outro é a prioridade por setor. Poderíamos deixar de lado o debate sobre a Federação, deixarmos os recursos ficarem no Estado, mas o Estado se comprometeria a aplicar esses 50% em educação dentro do Estado. É uma maneira de aliviar o Estado dos gastos que tem com a educação. Muitos Estados – não é o caso do Pará – não conseguem nem pagar o piso salarial, mas alguns Municípios também não pagam, então poderíamos colocar uma emenda no sentido de que os recursos ficariam no Estado – muda, então, a concepção do Senador Arruda – mas o Estado se comprometeria a que esses recursos seriam usados em educação e saúde. Essa é a proposta que eu faço ao Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador Cristovam, esses recursos, quando vão para o Estado, automaticamente têm que cumprir os percentuais constitucionais, tanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para a educação quanto para a saúde, que eu espero que logo cheguem nos 10%. Então, isso já é atendido.

Segundo, nós não podemos... Hoje, tanto em educação como em saúde, os Estados e em especial os Municípios já extrapolam os limites constitucionais, quer dizer, ninguém pode atender não digo nem condições que deveriam ser feitas, mas condições mínimas de qualidade, tanto na saúde como na educação, cumprindo esses limites. Então, estão sobrecarregados. Não vamos agora, em que...

Podemos até avançar – e eu me proponho a discutir isso – na tramitação das medidas provisórias que estão para entrar em discussão aqui no Congresso, que são as três medidas provisórias a que me referi. Uma delas é especificamente para a CFEM. E nós pretendemos trazer a taxação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais a limites próximos aos dos nossos concorrentes, como a Austrália. Não é possível termos no Brasil uma taxação, por exemplo, para minério de ferro de 2% sobre o valor líquido da exportação, quando na Austrália são 7,5% sobre o valor da *commoditie*, sobre o bruto. Há uma diferença muito grande. Aí, podemos discutir lá.

Eu me preocupo, porque eu vim da área empresarial e defendo o não aumento da tributação. Não há mais como aumentar. Agora mesmo, o aumento do PIS e Cofins, que está colocando a gasolina e do diesel na faixa dos R$4 o litro, vai repercutir em efeito dominó em tudo. Lamentavelmente, ainda o transporte da produção no nosso País é feito sobre rodas, por caminhão. Então, o diesel vai aumentar o frete. Vai haver aumento de... Ainda há, no meu Estado, que é exportador de energia, Municípios que têm geração de energia térmica a óleo, pesado. Então, isso também vai ter ingerência lá na relação do preço.

Então, nessa discussão da CFEM, que a gente pretende, sem tirar a competitividade, como eu dizia, ouvindo a área empresarial... Acho que as empresas mineradoras brasileiras não podem perder a competitividade em relação aos seus concorrentes em outros países, mas dentro da competitividade há que se dar resposta aos Estados e aos Municípios que sofrem com a implantação desses projetos e não têm como atender, como eu disse, essas demandas que são originadas pelos projetos. Porque, quando termina a implantação do projeto e começa a operação... Foi o que aconteceu agora, com o S11D, em Canaã, da Vale: os 30 mil homens que estavam trabalhando ficam reduzidos a mil; dos 29 mil, uma parte vai embora, outra fica, e lá eles vão demandar saúde, educação, segurança e infraestrutura, que os Estados não têm e nem os Municípios vão atender.

Vamos discutir. Sou seu parceiro na revisão da CFEM, na medida provisória que está tramitando.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então, Senador, vamos dar um tempo, sobrestando esse projeto, enquanto debatemos essa medida provisória.

Além disso, Senador, só para concluir, eu creio que se justificaria talvez uma audiência pública para debater as consequências do projeto e o problema da Federação na maneira de distribuir os recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com toda certeza, Senador Cristovam. Fica a sugestão. Podemos fazer, se algum Senador tomar a iniciativa de fazer o requerimento...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Farei.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ... sugerindo os nomes para essa audiência pública. Lembro novamente que, como é terminativo, esse projeto não vai ser votado agora. Mas, se o Senador Flexa concordar, eu não encerro a discussão. Ou encerro a discussão? Concorda, Senador Cristovam, em encerrar a discussão e fazer a votação na próxima reunião?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Concordo, certamente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, fica encerrada a discussão.

Vamos ao próximo item.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Presidente Tasso, V. Exª me permite? Pela ordem, Presidente, antes de V. Exª passar para outro item da pauta, apenas quero sugerir para o Senador Cristovam que ele peça vista do projeto. Aí, já fica com vista encaminhada a ele, ele faz o requerimento pedindo, como está propondo, uma audiência pública, para que possa discutir o que já está muito bem entendido.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Perfeito. Então, pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vista.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vista coletiva.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, de 2017

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade.

Autoria: Deputado Evair Vieira de Melo

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Nosso amazônico Senador Omar Aziz gentilmente fará a leitura como Relator *ad hoc* do projeto do Deputado Evair Vieira de Melo.

Com a palavra o Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o relatório: vem ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 41, de 2017 – Projeto de Lei (PL) nº 1.713, de 2015, na Casa de origem –, do Deputado Evair Vieira de Melo, que institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade.

Eu vou passar à análise, Sr. Presidente, e ao voto do Senador Ricardo Ferraço, que é o Relator dessa matéria.

Compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente e sobre o mérito de matérias atinentes à situação econômica do País, nos termos dos incisos I e III do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

A renda gerada pelo café é responsável por trazer divisas ao País e pela geração de inúmeros empregos. Pode-se dizer, sem margem a exageros, que o desenvolvimento econômico do País nos séculos XIX e XX esteve intimamente ligado e dependeu do avanço da cafeicultura no País. É verdade que, hoje, o Brasil possui uma economia muito mais diversificada que aquela da segunda metade do século XIX e início do século XX, mas essa cultura ainda tem um papel extremamente relevante para a economia do País.

Em 2016, o Brasil colheu a safra recorde de mais de 50 milhões de sacas de 60kg, com um acréscimo de 18,8% em relação à safra anterior. De acordo com estimativa do Ministério da Agricultura, o Valor Bruto da Produção (VBP) da lavoura de café foi superior a R$24 bilhões em 2016, valor 20% superior ao VBP do ano anterior.

O café arábica representa, aproximadamente, 85% da produção total do grão, enquanto a produção do conillon ou robusta representa cerca de 15% do total. Destacam-se os Estados de Minas Gerais, maior produtor nacional do grão, com 60% de toda a produção nacional, e o Espírito Santo, segundo maior produtor de café, com 16% da produção nacional, e maior produtor de café conillon, com cerca de 65% de toda a produção nacional dessa espécie.

Os números da produção garantem ao Brasil a posição de maior produtor de café do mundo e, por consequência, de maior exportador, destinando mais de 35 milhões de sacas ao exterior na safra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

2015/2016, com uma receita superior a US$5 bilhões. Internamente, o Brasil consome cerca de vinte milhões de sacas de café anualmente, o que representa um consumo *per capita* anual de 4,9kg.

O PLC nº 41, de 2017, é, portanto, muito bem-vindo, pois, ao instituir a Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade, com diretrizes e instrumentos para o estímulo à cafeicultura de qualidade no Brasil, contribui para a manutenção da pujança da cafeicultura brasileira em um contexto de crescente competitividade e de elevação do patamar de exigência do mercado quanto à qualidade dos cafés consumidos.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2017.

É o relatório do Relator Ricardo Ferraço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Omar Aziz.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador *ad hoc* Omar Aziz.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado.

Passo agora à votação do item 1, que já foi lido e discutido, que tem a ver com autorização de empréstimo ao Município de São Bernardo do Campo.

Senadoras e Senadores que concordam fiquem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o empréstimo. Parabenizo o Prefeito Orlando Morando, que faz jus, pela sua administração e pela correção com que administra o Município, a esse empréstimo, que, com certeza, trará grandes benefícios ao Município de São Bernardo do Campo.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

É só para pedir urgência, Sr. Presidente, com relação a essa Mensagem (SF) nº 42, de 2017. Quanto a esse empréstimo, peço urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Em votação o requerimento de urgência do Senador Ataídes.

Senadoras e Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que será encaminhado em regime de urgência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O item 2 submete à apreciação do Senado Federal... Já foi lido o relatório do Senador Armando Monteiro, já foi discutido o nome do...

Vista coletiva para o relatório sobre o nome do Sr. Marcelo Santos Barbosa para a Presidência da CVM.

Esclareço, portanto, com a vista coletiva, que no próximo dia 15, próxima terça-feira, será realizada a sabatina do Sr. Marcelo Santos Barbosa, indicado ao cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários.

Passo agora ao item nº 13, que será relatado pelo ilustre Senador goiano Ronaldo Caiado, que acaba de chegar a galope, de uma de suas várias fazendas espalhadas por todo o Brasil, mas principalmente no Estado de Goiás.

ITEM 13

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 308, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para descentralizar o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senadora Marta Suplicy.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 485, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para ressarcir diretamente o ente da Federação que realizar atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) a beneficiário de plano de saúde.

Autoria: Senador Dalirio Beber

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Favorável ao PLS nº 308 de 2015 e contrário ao PLS nº 485 de 2015.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, é o relatório ao Projeto de Lei do Senado nº 308, de autoria da Senadora Marta Suplicy.

Em exame nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2015, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado nº 485, de 2015.

Os dois projetos propõem alterações no art. 32 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. Ambos propõem uma alteração na destinação dos recursos ressarcidos pelas operadoras ao SUS.

O PLS nº 308, de 2015, da Senadora Marta Suplicy, altera o §1º do referido art. 32 e acrescenta os §§10 e 11. As alterações do §1º determinam que o ressarcimento seja efetuado pelas operadoras ao SUS mediante crédito de 50% ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) e 50% ao fundo de saúde do ente da Federação ao qual é vinculado o estabelecimento onde se deu o atendimento. A regra em vigor determina que todo o ressarcimento seja destinado ao Fundo Nacional de Saúde.

O §10 determina que os entes da Federação que optarem, mediante convênio, por fiscalizar e cobrar o ressarcimento previsto no *caput* façam jus à totalidade do crédito dos valores, que seriam depositados diretamente no respectivo fundo de saúde.

Nos termos do §11, os entes da Federação optantes por realizar o convênio mencionado no §10 teriam que arcar com as obrigações previstas nos §§2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º do art. 32.

Na Justificação, a autora argumenta que a lei em vigor determina a obrigação de as operadoras dos planos de saúde ressarcirem o Sistema Único de Saúde (SUS) pelo atendimento aos beneficiários dos planos de saúde a elas vinculadas mediante o depósito dos valores diretamente no Fundo Nacional de Saúde, que é vinculado à esfera federal do SUS.

Ela considera mais justo que o ressarcimento seja descentralizado para contemplar também o ente da Federação que tenha prestado o atendimento ao beneficiário. Essa medida possibilitará maior controle do gestor de saúde local sobre os recursos a serem ressarcidos, além de conferir agilidade ao processo.

O Projeto de Lei do Senado nº 485, de 2015, de autoria do Senador Dalirio Beber, altera o supracitado art. 32, propondo nova redação para os §§1º, 2º, 3º, 5º, 6º e 7º. A nova redação do §1º determinaria que todo o ressarcimento seja depositado no fundo de saúde do ente da Federação. As alterações dos §§1º, 2º, 3º, 5º, 6º e 7º apenas substituem as citações à ANS por menções ao fundo de saúde do ente da Federação.

Na Justificação, o autor argumenta que hoje é o Município que concentra a grande maioria das ações e dos serviços públicos de saúde. Diante de tal situação, ele julga necessário alterar a forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

como a cobrança é feita, permitindo que a cobrança do ressarcimento seja efetuada diretamente pelo ente da Federação ao qual é vinculado o estabelecimento onde se deu o atendimento.

A tramitação conjunta dos dois projetos decorre da aprovação, em 16 de setembro de 2015, do requerimento nº 974, de 2015, do Senador Humberto Costa.

Os projetos foram distribuídos para as Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre os aspectos econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, assim como opinar, conforme o seu inciso IV, dentre outros temas, sobre finanças públicas; normas gerais sobre direito tributário, financeiro e econômico; e dívida pública.

Os dois projetos sob exame propõem alterações no art. 32 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. Nos termos do art. 32, as operadoras dos planos de saúde devem ressarcir o Sistema Único de Saúde (SUS) pelo atendimento aos beneficiários dos planos de saúde a elas vinculadas mediante o depósito dos valores diretamente no Fundo Nacional de Saúde, que é vinculado à esfera federal do SUS. Os dois projetos são muito similares. Ambos propõem uma alteração na destinação dos recursos ressarcidos em favor dos entes federativos.

O PLS nº 308, de 2015, da Senadora Marta Suplicy, propõe que o ressarcimento seja dividido de forma equânime, mediante crédito de 50% ao Fundo Nacional de Saúde e 50% ao fundo de saúde do ente da Federação ao qual é vinculado o estabelecimento onde se deu o atendimento. Além disso, o PLS deixa aberta a possibilidade de os entes da Federação optarem, mediante convênio, por fiscalizar e cobrar o ressarcimento, fazendo jus à totalidade do crédito dos valores e tendo que arcar, neste caso, com as obrigações previstas na lei.

O Projeto de Lei do Senado nº 485, de 2015, do Senador Dalirio Beber propõe que todo o ressarcimento seja depositado no fundo de saúde do ente da Federação. Os dois projetos, do ponto de vista jurídico, estão isentos de vícios. Nenhum deles se enquadra na reserva de iniciativa privativa do Presidente da República de que trata o art. 61, §1º da Constituição Federal. Os projetos tratam de matéria de competência da União, incluída entre as atribuições do Congresso Nacional, no art. 48, *caput*, da Carta Magna. Assim sendo, acreditamos que não exista óbice de natureza constitucional aos PLS. Tampouco os projetos merecem reparos quanto às questões de natureza regimental.

Quanto ao mérito, ambos os projetos merecem considerações positivas. Não é justo que todo o ressarcimento feito pelos planos de saúde seja depositado na ANS, uma agência federal, quando o atendimento aos beneficiários ocorre, de forma majoritária e em ritmo crescente, em unidades de saúde estaduais ou municipais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Existe, inegavelmente, uma política de descentralização que transferiu a maior parte dos estabelecimentos assistenciais para o âmbito dos Estados e dos Municípios. Tal política vem sendo executada em obediência ao princípio constitucional da descentralização das ações e serviços de saúde (art. 198, inciso I, da Constituição Federal). Em 2007, o financiamento da saúde realizado por entes subnacionais já superava o financiamento federal.

Além disso, o sistema atual tem-se mostrado ineficiente. Estudo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) mostrou que apenas 37% dos valores cobrados das operadoras foram efetivamente pagos, sendo que, das 1.510 operadoras cobradas pela ANS, 76% ainda deviam valores ao SUS. Entendemos que a descentralização da cobrança deve torná-la mais eficiente e profícua.

Entre as duas propostas, consideramos o PLS nº 308, de 2015, mais moderado e sensato, merecendo ser acolhido. Ele propõe que a repartição seja feita meio a meio entre a ANS e a instituição de saúde subnacional. Só em caso da celebração de convênio entre o governo federal e o ente federativo, convênio este que provavelmente contemplaria a redução de despesas federais, o fundo de saúde do ente federativo seria o único recebedor do ressarcimento.

Relativamente à adequação financeira e orçamentária da proposição, os arts. 14 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), estabelecem exigências para proposições que impliquem renúncia de receita ou aumento de despesa. Tais exigências foram reafirmadas pela Emenda Constitucional que instituiu o Novo Regime Fiscal. A nosso ver, contudo, tais exigências não se aplicam à presente proposição.

Entendemos que a aprovação de alterações na repartição dos recursos ressarcidos pelas operadoras de planos de saúde não tenha necessariamente impacto fiscal. Isto porque não haverá perda de receita para o Sistema Único de Saúde, mas somente a alteração na repartição dos recursos entre os diferentes entes federativos que o compõem, o que, a uma, não cria uma despesa a ser executada e, a duas, não corresponde a nenhuma das hipóteses do §1º do art. 14 da LRF, que trata da renúncia de receita. E mais, a descentralização dos recursos e ações na área da saúde atende a mandamento constitucional, inserido no inciso I do art. 198 da Constituição Federal, nos seguintes termos:

> Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:
> I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo [...]

Na versão apresentada pelo PLS nº 308, duas alterações serão realizadas. Em primeiro lugar, poderá haver, mediante convênio, uma descentralização da cobrança dos recursos ressarcidos pelas operadoras de planos de saúde, descentralização esta que deve trazer aumento substancial da receita. Em segundo lugar, haverá redução no percentual destinado à ANS, algo que, de fato, traria diminuição de receitas federais. Ocorre, no entanto, que esta se dará em favor de outros entes federativos, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

quais, como já consignado, também compõem o SUS, nos termos do *caput* do art. 4º da Lei nº 8.080, de 1990 e do dispositivo constitucional supracitado.

Como se vê, em nenhuma das hipóteses haverá perda de receita por parte do Sistema Único de Saúde, mas tão somente uma redistribuição, a nosso ver, mais justa.

Diante do exposto, Sr. Presidente, faço aqui uma observação. Nós vamos aqui encaminhar pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2015, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 485, de 2015. Mas como a matéria não é terminativa nesta Comissão, e sim na Comissão de Assuntos Sociais, apresentarei lá também uma emenda para que haja manutenção do convênio, mas que essa divisão seja de 20% à ANS e de 80% aos Municípios. Para dar celeridade aos projetos, eu me reservo a condição de apresentar essa emenda e voto aqui pela manifestação em apoio ao projeto da Senadora Marta Suplicy.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Caiado.

É discussão?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu quero apresentar, Sr. Presidente, uma emenda. Na verdade, eu nem conheço o projeto, acabei de acompanhar a leitura do Relator, esse competente e amigo Senador Ronaldo Caiado.

Essa emenda vai, Senador Ronaldo, exatamente nessa direção, porque quem presta, na verdade, o serviço é o hospital local, é o ente federado. Então, eu estava exatamente, nessa minha emenda, propondo 80% e 20%. Mas V. Exª, como é muito competente e muito municipalista, conseguiu enxergar muito rapidamente que essa divisão de 50% e 50% não era o melhor, principalmente para os nossos hospitais locais, que prestam verdadeiros serviços. Então, estou contemplado já com essa decisão do Relator.

E também subscrevo, se me permite, Senador Ronaldo, essa emenda, que eu chamo de quarta emenda do art. 32, §1º, desse projeto.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, como Relator, eu acolho a emenda apresentada pelo nobre Senador, que, no art. 32, substitui o §1º: "§1º O ressarcimento será efetuado pelas operadoras ao SUS com base em regra de valoração"...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Caiado, desculpe interrompê-lo. Estou sendo avisado de que se V. Exª acolher a emenda agora terá que apresentar um novo relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Não, eu, como relator... Se eu apresentasse a emenda, tudo bem. Mas eu, como relator, estou acolhendo uma emenda. Não há necessidade de ser alterado o relatório, Sr. Presidente. Se eu fosse o autor da emenda, tudo bem; mas sendo S. Exª o autor da emenda, estou acolhendo-a, como relator. Com isso se supera essa etapa de não...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Havendo a concordância de todos, Presidente, não creio que haja problema aqui. Com essa emenda de aumentar para 80% dos Municípios concordamos também.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O.k.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Muito bem, Sr. Presidente.

Passo a ler exatamente o texto da emenda apresentada pelo Senador Ataídes, que vai de acordo com o sentimento da Comissão, que é art. 32, §1º:

> O ressarcimento será efetuado pelas operadoras ao SUS com base em regra de valoração aprovada e divulgada pela ANS mediante crédito de 20% ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) e 80% ao fundo de saúde do ente da Federação ao qual é vinculado o estabelecimento onde se deu o atendimento no prazo máximo de 30 dias a partir do mesmo.

Então, essa é a emenda acolhida ao meu relatório, Sr. Presidente, de autoria do Senador Ataídes.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, com a emenda acolhida pelo Senador Ronaldo Caiado, de autoria do senador Ataídes, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Ronaldo Caiado, com a emenda.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório com a emenda, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Projeto de Lei do Senado e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 485.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Claro. Senador Omar Aziz, imediatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, há um projeto de minha autoria cujo Relator é o Senador Ricardo Ferraço.

Como S. Exª não está...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Agripino será Relator *ad hoc*.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Eu pediria para ser lido agora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Claro.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Sua orientação será atendida prontamente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, depois da discussão desse item, eu pediria a palavra pela ordem para comentar o item 8.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) –

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para excetuar ações de segurança pública da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes dessa lei.

Autoria: Senador Omar Aziz

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável ao projeto

Na ausência do Senador Ricardo Ferraço, o Senador José Agripino foi nomeado, e aceitou, Relator *ad hoc* desse projeto do Senador Omar Aziz.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Como Relator.) – Sr.Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a convite de V. Exª, por solicitação, faço, com muito prazer, a leitura do relatório do Senador Ricardo Ferraço, sobre projeto de autoria do Senado Omar Aziz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2016 – Complementar, de autoria do Senador Omar Aziz, que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a conhecida Lei de Responsabilidade Fiscal.

O projeto tem apenas dois artigos, sendo o segundo a cláusula de vigência da lei.

O art. 1° altera a redação do §3º do art. 25 da LRF, a fim de acrescentar as ações de segurança pública entre aquelas excepcionalizadas para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes da própria LRF.

Em sua justificação, o autor argumenta que Estados e Municípios vêm sofrendo com a suspensão de transferências voluntárias, em decorrência da inadimplência com alguma obrigação imposta pela LRF, e que 96,4% dos Municípios estão nessa situação.

O autor argumenta que a LRF, sabiamente, excetuou das sanções de suspensão de transferências voluntárias ações relativas a educação, saúde e assistência social, por entender que essas ações não podem ficar paralisadas em decorrência de pendências fiscais.

E, por fim, argumenta que o ritmo crescente da violência no País e a grande insatisfação popular frente à atuação do Poder Público no setor justificam, por si só, a inclusão da segurança pública entre as excepcionalizadas pelo dispositivo da LRF.

O PLS nº 247, de 2016 – Complementar foi distribuído à comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 48, incisos II, da Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado, pelo que a iniciativa parlamentar para o projeto em análise é legítima.

O assunto em tela não figura entre as competências privativas do Presidente da República, previstas nos arts. 61 e 84 de nossa Carta Magna. O PLS tampouco apresenta óbice no tocante à juridicidade e regimentalidade. A deliberação sobre a matéria por esta Comissão também é legítima, nos termos do art. 99, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição está redigida em conformidade com a boa técnica legislativa, observando os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, concordamos com os argumentos apresentados pelo autor da proposta em sua justificação.

A transferência voluntária de recursos da União para Estados e Municípios é feita por intermédio de convênios, para investimento em políticas públicas de interesse comum e ações de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desenvolvimento social. Esses convênios fixam obrigações para os entes federativos que, se não cumpridas, sujeitam o ente à sanção temporária de não recebimento de novas transferências voluntárias. A vedação tem o objetivo de preservar o patrimônio público.

É fato que a sanção acaba por penalizar, injustamente, a população do ente que sofreu a sanção, uma vez que não seria ela a responsável direta pela inadimplência que ensejou a suspensão das transferências, e sim o gestor que não cumpriu adequadamente os termos do convênio ou deixou de prestar as contas junto à Administração Federal, que, nesse caso, deve ser pessoalmente responsabilizado, nos termos da lei, pelos prejuízos a que tiver dado causa.

Há que se reconhecer o fato de que as restrições impostas pela LRF, no que se refere às transferências voluntárias, têm foco no equilíbrio e na responsabilidade fiscal dos entes da federação, e objetiva impedir condutas fraudulentas de gestores de recursos públicos, mas a proposta que ora se analisa não contraria esse espírito da lei, não há desvio do foco no equilíbrio fiscal.

A propósito, o texto vigente da LRF já "excepcionaliza" as ações de educação, saúde e assistência social e não restam dúvidas de que tão importante para a população como essas ações são, também, as relacionadas à segurança pública, conforme justificado pelo autor da proposta.

Sobre essa questão, o Supremo Tribunal Federal já se manifestou em diversos processos. Cite-se, por exemplo, a ação ajuizada pelo Estado de Pernambuco, em 2015, contra a União e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em que o STF suspendeu, liminarmente, os efeitos da inscrição do Estado como inadimplente no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (Cauc).

O entendimento do Supremo é o de que a inviabilidade de formalizar acordos e convênios, bem como receber repasses de verbas, pode gerar prejuízos ainda maiores para a população, inclusive com a paralisação de serviços essenciais, do que a ausência da inscrição do Estado nesses bancos de dados.

Voto.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 247 – Complementar.

É o voto.

O objetivo do Senador Omar Aziz é excepcionalizar de sanções recursos destinados à segurança pública pelo não cumprimento da LRF.

É um assunto meritório que, como Relator *ad hoc*, relato favoravelmente, manifestando o meu voto pessoal a favor do projeto.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

A matéria está em discussão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pela ordem, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, esse projeto, com toda a vênia aos nossos colegas, ao Senador Omar Aziz e também ao Relator *ad hoc*, competente Senador José Agripino, é um projeto interessante, mas esta Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 2000, foi uma das boas coisas que este Congresso fez a pedido do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Se não fosse esse bridão chamado Lei de Responsabilidade Fiscal, o nosso País poderia estar muito, mas muito pior do que se encontra, porque, mesmo diante desse bridão, o governo petista trucidou essa lei. Eu, às vezes, falo algumas palavras não muito recomendadas, mas estuprou essa Lei – essa é a verdade.

Então, quando se fala em mexer na Lei de Responsabilidade Fiscal, muito me preocupa, Sr. Presidente.

Portanto, eu peço vista. Eu quero analisar um pouco mais este projeto para que eu possa depois proferir o meu voto conscientemente, mesmo este projeto não sendo terminativo aqui nesta douta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ataídes Oliveira pede vista do processo portanto...

Com a palavra o Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Pela ordem.) – Aparentemente, eu vejo a preocupação do Senador Ataídes com números e é até louvável a preocupação dele, porque é nossa também, de qualquer gestor. É importante você ter preocupações com os números, principalmente com uma lei tão importante como a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nosso objetivo não é burlar a lei. O nosso objetivo, para quem já foi gestor, já governou um Estado ou foi prefeito de um Município, é você ter uma atividade fim tão importante como a segurança pública, que afeta a população mais pobre – não os ricos, que têm dinheiro para contratar segurança, viver com muros altos –, principalmente em regiões pobres, como se vê em fronteiras, onde há a droga permanentemente passando entre os jovens, Senador Ataídes... Essa é a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

preocupação, porque, às vezes, essa pessoa não tem culpa se o prefeito for um mau gestor, o cidadão, a mãe que tem o filho que está se envolvendo com droga. Aí, é impossível serem repassados esses recursos para o Município para haver uma ação política de prevenção na segurança – a prevenção é muito mais importante do que a atuação depois, da polícia – por questões de uma lei importante, como a lei de... Ninguém está aqui... Longe de mim querer...

Agora, nós já temos esse mesmo aspecto para três importantes áreas que têm atividade fim na população. Se você tem quatro áreas com atividade fim em que um governador, um prefeito ou um presidente têm que atuar diretamente é: saúde, educação, assistência social e segurança pública. Quando eu incluo a segurança pública, é pelo que nós estamos vendo hoje no Brasil, Sr. Presidente, nas cidades – isso nos preocupa bastante –, com um número muito elevado de prefeituras inadimplentes, Senador.

Lógico, eu respeito a sua opinião. Faço um apelo à sensibilidade por essa atividade de segurança pública ser tão importante para toda sociedade brasileira. Longe de mim burlar ou querer fazer alguma coisa que prejudique uma lei tão importante.

Diga-se de passagem, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso foi muito feliz quando criou essa Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso permitiu que nós tivéssemos um teto nos gastos. Porque, antigamente, era uma loucura. Um governo passava para o outro um governo praticamente quebrado. Ele passava três ou quatro anos e não conseguia resolver os problemas. Hoje, não. Há uma lei muito importante. Mesmo com essa lei, ainda tivemos muitas coisas acontecendo de errado no País, concordo também com o Senador Ataídes.

Mas eu queria dizer que o objetivo dessa lei é facilitar os repasses aos Municípios e aos Estados numa questão que nós estamos vendo diariamente, vivemos isso diariamente. Em qualquer Estado brasileiro, em qualquer Município brasileiro nós vivemos um problema muito sério, que é a nossa juventude se envolvendo com drogas, a nossa juventude se envolvendo em segurança pública. Não há outra forma e o Governo usa esse artifício da Lei de Responsabilidade Fiscal para não repassar o dinheiro.

Então, nós alocamos recursos dentro do Orçamento e esses recursos não são distribuídos nos Estados e nos Municípios por causa dessa questão.

É essa a minha maior preocupação em relação à atividade fim da segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Omar Aziz.

Com a palavra, para discutir, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para discutir.) – Sr. Senador Tasso Jereissati, quero mostrar meu apoio ao Senador Omar Aziz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

De fato, essa questão da segurança cresce na preocupação do povo brasileiro. De fato, há muitas prefeituras que não conseguem resolver seus problemas, ficam inadimplentes.

Quero aqui me associar. Vamos tentar votar na próxima semana. Digo aqui com muita tranquilidade ao Senador Ataídes, que falou de irresponsabilidade fiscal e do PT, que ele deveria olhar para o governo que ele apoia, que é esse Governo do Temer, que tem um déficit fiscal de 139 bilhões, está querendo agora alterar a meta e gastou 14 bilhões para comprar votos de Parlamentares.

E V. Exª vem falar do PT?

Nós vamos ter oportunidade, Senador Tasso Jereissati. Estou muito ansioso para discutirmos o item 8, cujo Relator é o Senador Ricardo Ferraço. É um projeto do Senador Fernando Bezerra que criminaliza, transforma em crime de responsabilidade, o ato do Presidente que altera a meta no segundo semestre, que é o que vai acontecer agora.

Eu vou manter a minha posição, mas vamos, mais à frente, discutir – estou aqui só para discutir, porque esse é um debate muito interessante – à luz do que aconteceu com a Presidenta Dilma Rousseff.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Lembro que foi pedida vista.

Indago se alguém mais solicita...

A vista seria coletiva.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vista coletiva, então.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Concedo vista coletiva.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Concedo a palavra ao Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, essa preocupação do Senador Omar Aziz, indiscutivelmente, Senador, passará a ser a pauta do momento. O Brasil vai ter que discutir essa questão da segurança pública.

Eu, há dois dias, assisti na televisão a um programa onde se apresentou uma pesquisa, feita nas escolas de primeiro e segundo graus do País, Ali se verificou que, hoje, a maior preocupação dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estudantes – 72,5% – é a segurança. Estudantes e professores estão absolutamente inseguros no ambiente escolar.

Eu apresentei aqui, no ano passado, um projeto de lei que visa aumentar em até 50% a pena para qualquer crime cometido no ambiente escolar ou no seu entorno, isso como forma de proteger mais o ambiente escolar.

Mas me solidarizo com o Senador Ataídes, porque S. Exª está preocupado com esse assunto e quer se aprofundar melhor nesse projeto, quer votar com mais consciência, com mais precisão, como é próprio do seu feitio. Portanto, eu também me solidarizo com ele, entendendo, no entanto, que o assunto abordado pelo Senador Omar Aziz é, indiscutivelmente, o mais importante do momento.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador.

Fica, portanto, o projeto constante do item 9, de autoria do Senador Omar Aziz, em vista coletiva; portanto, devendo ser votado na próxima semana.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda de sua autoria.

Concedo a palavra ao ilustre Senador capixaba.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimentando V. Exª, as Srªs e os Srs. Senadores, passo ao relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 165, de 2015-Complementar, de autoria do eminente Senador Fernando Bezerra Coelho, com o propósito de alterar a Lei Complementar nº 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal, para tornar crime de responsabilidade a alteração, pelo Poder Executivo, da meta de superávit primário prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias após o término do primeiro período da Sessão Legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No alcance deste objetivo, o art. 1° do PLS nº 165, de 2015 – Complementar, acrescenta os §§5º e 6º ao art. 4º da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com a seguinte redação:

> §5º No decorrer do exercício financeiro é vedado ao Poder Executivo alterar a meta de superávit primário prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias após o término do primeiro período legislativo da sessão legislativa, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade [ou seja, o sexto mês].
> §6º A meta de superávit primário prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias somente poderá ser alterada após o prazo constante do parágrafo anterior se for por razões alheias à gestão fiscal, de forma devidamente fundamentada e em decorrência de calamidade pública, guerra ou crises internacionais.

O art. 2° determina que a futura lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Sr. Presidente, eu julgo absolutamente oportuna essa iniciativa do Senador Fernando Bezerra Coelho, até porque a história vem se repetindo ao longo dos últimos anos em nosso País, de novo ganhando grande ênfase no debate político econômico brasileiro. Há possibilidade – aspas – "de novamente o Governo alterar a meta de déficit fiscal de R$139 bilhões para algo em torno de R$159 bilhões, aumentando esse déficit em torno de R$20 bilhões de reais".

Houve manifestação, inclusive, no dia de ontem, do Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, sinalizando que o mês de setembro é um mês mais adequado, na visão do Ministro Meirelles, para que o Governo brasileiro possa fazer um debate ou mesmo um encaminhamento eventual desta revisão, o que me salta aos olhos, porque esta é uma meta que dialoga e guarda uma forte relação com determinações constitucionais, inclusive com aquilo que está na Lei de Responsabilidade Fiscal, e isso mantém a continuidade de uma visão perdulária dos governos que antecederam o atual Governo presidido pelo Presidente Michel Temer.

Este não é um fato novo na vida econômica brasileira. Desde 2011 – estamos já em 2017 –, esse debate tem sido intenso. E, na origem do descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, por ter efetivado crime fiscal, nós tivemos um Presidente da República afastado, impitimado em nosso País.

O resultado primário, que deveria ser a economia objetiva que o Governo Federal faz para poder pagar sua dívida, passou a ser deficitário já a partir de 2014, quando passou a apresentar resultado negativo equivalente a 0,4% do Produto Interno Bruto. Esse valor piorou em 2015, passando a 1,9% do PIB. Com o pagamento de parte das pedaladas fiscais – que foram fortemente debatidas aqui e que estiveram na origem do afastamento da Presidente afastada, Dilma –, atingiu o déficit em 2016 de 2,5%.

É importante, Sr. Presidente, considerar que, em 2015, por conta do não enfrentamento da sua realidade fiscal, é muito comum que se fale: "o governo pagou R$500 bilhões pelo serviço da dívida de juros". Isso é uma falácia! O governo não paga nada! Quem paga é o contribuinte brasileiro, porque governo não gera riqueza; quem gera riqueza é o trabalhador, é o empreendedor. R$500 bilhões de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

juros foram pagos em 2015 pelo serviço da dívida pelo não enfrentamento da realidade fiscal brasileira.

Acho, inclusive, Sr. Presidente, que a Comissão de Assuntos Econômicos poderia fazer uma audiência pública para que nós possamos discutir esse tema, que é gravíssimo para o Estado brasileiro. Nós estamos à beira do colapso fiscal e não estamos vendo – pelo menos eu não estou vendo – esse tema ser tratado pela República com a devida atenção. Parece que as coisas estão indo razoavelmente bem, mas eu acho que as coisas não vão razoavelmente bem. Muito pelo contrário, a deterioração se acelera.

Portanto, desde 2014, o governo vem gastando em nome da população brasileira muito mais do que arrecada e vem sacando no cheque especial, comprometendo o esforço, o trabalho e a riqueza da população brasileira. O déficit nominal, que inclui o pagamento de juros, estava em 2,3% do PIB, Senador Lindbergh, em 2012; em 2013, subiu para 3%; em 2014, subiu para 6%; e, em 2015, subiu para 10,4% do Produto Interno Bruto, uma trajetória absolutamente explosiva para o nosso País. Em 2016, houve uma melhora. Esse déficit, que foi de 10,4% do PIB em 2015, foi para 9% em 2016, ainda assim um número absolutamente fora de qualquer análise razoável e equilibrada.

Essa deterioração explosiva das contas públicas fez com que a dívida bruta – dívida bruta com relação ao PIB – saísse, em 2012, de 54% do Produto Interno Bruto, que é o conjunto das riquezas do nosso País, para 70% do PIB em 2016, com perspectiva de alcançar entre 83% e 85% do Produto Interno Bruto já em 2016. Já em 2016, e se reformas não forem aprofundadas no Estado brasileiro – até porque considero eu, em que pesem as divergências que seguramente existem nesse campo, reformas que não pertencem a qualquer Governo de plantão, reformas absolutamente inadiáveis, reformas e discussões que não são partidárias, que não são ideológicas, que são aritméticas –, nós poderemos chegar a 2019 com a nossa dívida bruta correspondente a 100% do Produto Interno Bruto.

Talvez o Senador Lindbergh falasse assim: "Isso não é uma jabuticaba, não é uma exceção. O Japão deve 150% do seu PIB". Só que o Japão convive há décadas com deflação, e isso não tem, portanto, um custo elevado, ano a ano, para a sociedade japonesa, o que não acontece aqui. Eu vou repetir o número: em 2015, o País, os contribuintes brasileiros – não o Governo, porque esse negócio de Governo é uma falácia. O que é o Governo se não os contribuintes, se não os empreendedores brasileiros, que acordam cedo, que trabalham muito, que correm muito risco para pagar uma elevada carga tributária, para que os ralos continuem fazendo presença na vida fiscal brasileira? Foram R$500 bilhões somente em 2015, e grande parte desses problemas ainda estão por se apresentar. A impressão que tenho é que há um enorme jeito de fazer cara de paisagem com a gravidade do quadro fiscal brasileiro, o que me faz propor a V. Exª que possamos trazer a esta Comissão especialistas.

Hoje ainda o economista Raul Velloso traz um dado que é exclusivo: nós estamos gastando com a previdência em nosso País oito vezes o que gastamos com a saúde. Ora, é óbvio que essa conta, em algum momento, não vai se fechar. Aliás, não está se fechando e vai produzir consequências absurdas para o conjunto do Estado brasileiro, não apenas para o Governo Federal, mas também para os Estados brasileiros. A previdência já consome mais de 57% de todo o Orçamento Geral da União. Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

é possível que o Governo caminhe de forma acelerada para consumir toda a riqueza que arrecada da população brasileira somente com a manutenção dos seus custos. É como se convidasse a população brasileira para pagar o banquete através de uma elevada carga tributária, mas não convidasse a população brasileira para sentar-se à mesa e fazer parte desse banquete, porque não está sobrando absolutamente nada para investimento em nosso País por conta dessa corrosiva crise fiscal, que não começou agora. Começou há anos, como eu afirmei aqui.

Sr. Presidente, tudo isso, acho eu, é por conta da falta de cuidado, da falta de pudor, da falta de responsabilidade com o equilíbrio das nossas contas públicas. Os gestores públicos não podem continuar gastando o dinheiro do povo como se esse dinheiro lhes pertencesse. Gasta-se o dinheiro da República, gasta-se o dinheiro da população brasileira sem o menor pudor, sem o menor cuidado. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece a ocorrência de metas no decorrer do seu texto. De acordo com art. 4º, §1º, compete à LDO estabelecer metas anuais, mas essa meta anual não está parametrizada e não está compatível e dialogando com esses relatórios bimestrais. Tornou-se rotina em nosso País a alteração dessa meta fiscal no final do ano, o que, a meu juízo, nada mais é do que um atalho, do que uma fraude explícita à Lei de Responsabilidade Fiscal – que muita gente acha que é um equívoco, até porque existe muita gente que acha que dinheiro nasce em árvore, ou que pode alterar a lei da gravidade como se pudesse fazer chover de baixo para cima, repetindo mundo afora, às sociedades que não têm produzido qualidade de vida e prosperidade para os seus povos. Enfim, esses parâmetros devem nortear a elaboração e a execução da Lei Orçamentária do exercício.

Entre as metas estabelecidas, a de resultado primário tem sido a mais relevante, tendo em vista que o grosso consiste no esforço fiscal realizado, não pelo Governo, com vista ao pagamento da dívida pública.

Mas veja: "Ricardo, numa escassez absurda de recursos, o Governo vai priorizar o pagamento da dívida pública?" Se não priorizar o pagamento da dívida pública, ele vai dar um calote nos seus devedores? Ou o Governo precisa fazer o enfrentamento da sua desorganização fiscal para que o Brasil possa ficar livre desse peso que drena mais de R$500 bilhões todo ano para o serviço da dívida? A manutenção dessa dívida nesses patamares está asfixiando o Estado brasileiro, impedindo que o Estado brasileiro possa fazer os investimentos necessários e adequados nas políticas públicas e sociais.

Com o objetivo de reduzir o risco de descumprimento das metas fiscais, além de responsabilidade fiscal, também estabeleceu que, se ao final de um bimestre, for verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário nominal, os Poderes e o Ministério Público deverão promover limitação de empenho e movimentação financeira dos montantes necessários para garantir o cumprimento da meta, que é uma determinação legal. Trata-se, portanto, daquilo que é conhecido no dia a dia, entre nós, como o contingenciamento de despesas. Muitos criticam o contingenciamento, mas isso é absolutamente inadiável, e não dá para continuar fazendo de conta que isso não existe. Para contingenciar... Quer dizer, o contingenciamento, evidentemente, não é popular, não é indolor, e passou-se a buscar saídas, atalhos. O contingenciamento é um atalho para o não cumprimento das metas e dos compromissos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Assim, o Governo começou incluir nas metas, inclusive, uma série de deduções, gastos que não seriam considerados como despesas para fins do cumprimento da meta. Mesmo assim, o que observamos foi que, pelo menos, nos últimos quatro anos tem-se adotado a prática de redução da meta fiscal durante o exercício fiscal, sobretudo nos últimos meses do ano.

Em 2013, a dedução foi da ordem de R$20 bilhões. Em 2014, a revisão alcançou R$94,8 bilhões, transformando um superávit programado de R$49,1 bilhões em déficit de R$45,7 bilhões. Já em 2015 e 2016, a redução da meta foi da ordem de R$175 bilhões e R$194,5 bilhões, respectivamente.

Mas talvez o mais questionável tenha sido o momento em que foram feitas algumas dessas mudanças.

Em 2014, a LDO trouxe uma meta de superávit ao Governo Federal da ordem de R$116 bilhões, com possibilidade de abatimento de R$67 bilhões (PAC e desonerações). Com isso, a meta deveria ser de R$49,1 bilhões. No entanto, veja V. Exª, Sr. Presidente, e eu chamo a atenção do Senador Lindbergh, inclusive do Senador Requião, que acaba de chegar e chegou a tempo para que nós possamos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Um assunto interessante como esse!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... suscitar e acalorar esse debate.

Mas em 2014, o Congresso aprovou um PLN 36, em 4/12/2014 para fazer a revisão da meta fiscal, que retirou da LDO o teto de abatimento da meta de superávit. Assim, o projeto abriu a possibilidade de o Governo abater da meta até o total do PAC, mais as desonerações montantes que chegavam a R$162 bilhões.

De fato, o Executivo fechou as contas em 2014 com um déficit primário de R$20,5 bilhões, sem descumprir a meta definida pela LDO, por conta dos abatimentos no PAC e nas desonerações, o que foi discutido aqui no Congresso brasileiro – pasmem! –, em dezembro, no último mês do ano, uma forma absolutamente explícita de você fraudar uma responsabilidade que não pode ser fraudada.

Em 2015, a Lei de Diretrizes Orçamentárias de novo fixava uma meta de superávit da ordem de R$55,3 bilhões, já considerando os abatimentos.

Posteriormente, em 27 de outubro de 2015, os ministros de Estado da Fazenda e Planejamento encaminharam nova proposta de meta de resultado primário, reduzindo a meta de primário do Governo Federal para um déficit de R$51,8 bilhões. Com todos os abatimentos, permitiu o PLN nº 5 que fosse representado um déficit de R$109,9. Isso foi aprovado de novo no mês de dezembro!

Será que nós vamos continuar vendo essa fraude, esse atalho se repetir anualmente, sem que a Comissão de Assuntos Econômicos, sem que o Senado da República possa colocar um fim nessa ausência de disciplina? É isso que propõe o Senador Fernando Bezerra Coelho, ou seja, que, ao final do primeiro exercício do ano, o Governo, já tendo a capacidade de estabelecer os cenários para as suas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

receitas e para as suas despesas, possa desde já fazer os ajustes necessários para que a responsabilidade fiscal, para que a disciplina fiscal, para que o gasto responsável com os recursos, que são da população brasileira possa ter destinação adequada.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho que chegou o momento de a Comissão de Assuntos Econômicos fazer um debate dessa natureza. O meu parecer é absolutamente favorável à iniciativa do Senador Fernando Bezerra Coelho. É uma pena que o Senador não esteja aqui conosco. Mas eu quero crer que ele poderá estar discutindo esse tema em uma outra oportunidade. Mas eu acho que ele dá uma contribuição extraordinária para que a gente possa reduzir esses espaços de iniciativas. Iniciativas que, por mais contraditórias que possam parecer, fraudam a lei com autorização legal. É disso que se trata, ou seja, fraudar a lei com autorização legal.

E esses mesmos vícios que foram cometidos pelo governo afastado não podem continuar sendo cometidos. Não pode o Ministro da Fazenda dizer, alto e bom som, como se fosse normal, que, em setembro, vai começar a discutir a nova meta fiscal; é colocar debaixo do tapete o colapso que nós estamos na iminência de enfrentar em nosso País.

A escassez de recurso já começa a comprometer programas absolutamente inadiáveis e importantes para a sociedade brasileira: farmácias populares; ciência, tecnologia, pesquisa, inovação; enfim, a Polícia Federal paralisando as suas atividades. Tudo isso por conta da ausência de um enfrentamento dessa questão.

Eu fui um crítico, aqui nesta Comissão, dos aumentos que foram concedidos pelo atual Governo, parceladamente, até 2019. Vejam V. Exªs, dar aumento para além do tempo de governo, o que é absolutamente proibido! Então, acho que chegou o momento de nós fazemos um debate dessa natureza na Comissão.

Eu cumprimento o Senador Fernando Bezerra Coelho.

E apresento o meu relatório, Sr. Presidente, com essa análise, com apenas uma correção de texto.

Diante do exposto, manifesto o voto favorável ao Projeto de Lei do Senado de nº 165 com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CAE (DE REDAÇÃO)
> (ao PLS nº 165, de 2015 – Complementar)
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2015 – Complementar, a seguinte redação:
> "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a alteração da meta de superávit primário após o término do primeiro período legislativo da sessão legislativa."

É como relato, Sr. Presidente, entendendo o que esse projeto dialoga com uma necessidade inadiável para a realidade fiscal brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

E acho que a Comissão de Assuntos Econômicos é o foro adequado para que nós possamos aprofundar esse debate.

Por coerência, Sr. Presidente, da mesma forma com que critiquei duramente, aqui nesta Comissão, em debates anteriores, a equipe econômica da Presidente afastada, com a sua tresloucada nova matriz econômica, que mergulhou o nosso País neste desastre, também quero fazer uma crítica contundente à manutenção de parte desses costumes que estão se transformando em realidade na orientação da política econômica brasileira, o que acho que não podemos aceitar livremente.

Agradeço a V. Exª, às Srªs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Ferraço, pelo seu relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Senador Lindbergh Farias.

Senador Roberto Requião também, que chegou assustadoramente sorridente, aqui a esta... (*Risos.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu acho que este é um debate interessante.

Em primeiro lugar, devo dizer que o Senador Ricardo Ferraço, de fato, tem uma posição sempre muito coerente aqui, da qual discordo completamente. Eu acho uma posição equivocada, mas ele mantém o posicionamento dele. O que eu acho, Senador Ricardo Ferraço, é que já senti aqui que o Governo não vai deixar essa matéria prosperar; vai haver dois pesos e duas medidas.

Eu me lembro de que, quando o Senador Anastasia apresentou o relatório do *impeachment* da Dilma, houve uma frase que ficou como centro de um capítulo, que é a seguinte: "A partir de agora, os governantes vão entender que não podem gastar mais do que arrecadam." E eu fico vendo o que a gente está enfrentando hoje: um déficit de R$139 bilhões; destruição, paralisação de tudo; a Polícia Rodoviária Federal não está colocando os carros na rua, por problema de manutenção; na universidade – não é só na UERJ, não, na UnB também – não tem limpeza, as universidades públicas estão prestes a fechar as portas.

Senador Tasso Jereissati, você sabe que a ciência e tecnologia perdeu 44% das verbas em relação a janeiro e maio de 2016; laboratórios, centros de pesquisa estão fechando. O Presidente da Academia Brasileira de Ciência, Luiz Davidovich, diz que o que está acontecendo com a ciência brasileira é algo só pensado numa situação de guerra quando você é atingido por outro País.

Mas ocorre em todas as áreas. No Bolsa Família, disseram que não tinha dinheiro para aumentar o programa, mas, por outra parte, a gente vê a farra desse Governo para salvar a própria pele. Foram R$14 bilhões segundo o jornal *Valor Econômico*, R$3 bilhões e tanto de emendas Parlamentares e R$10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bilhões – pasmem! – de uma anistia de ruralistas com a previdência social, que eles dizem que é deficitária – querem apertar os trabalhadores –, mas deu uma anistia de R$10 bi.

Senador Tasso, e esse Refis? Essa negociação do Refis? Isenções, isenções e mais isenções. Agora, quando falo isso, reconheço que o Senador Ricardo Ferraço mantém a coerência. Eu sei que o Governo não vai deixar isso aqui andar porque eles estão querendo mexer na meta fiscal. Esse projeto, sendo aprovado, é o *impeachment* do Temer porque ele vai mexer na meta agora. Estão anunciando. É crime de responsabilidade do Meirelles também.

V. Exª sabe que tenho uma posição, nessa questão da economia, oposta desde aquele debate com a Dilma e até agora também. Eu quero manter também a minha coerência do outro lado porque, veja bem, os senhores falavam o tempo todo em gastança...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Gastança. Continuam falando, continuam falando. Gastança!

Eu chamo a atenção para o contrário. Naquele período nós já dizíamos: como falar em gastança com ajuste fiscal feito pelo Levy em 2015? Senador Tasso Jereissati, votei contra todo o ajuste fiscal do Levy, eu fiz oposição àquela política econômica em 2015 porque tenho outra visão que quero explicitar aqui agora porque, para mim, o que houve – e tenho aqui os números – foi fruto da recessão econômica. Não foi gastança, foi frustração de receitas.

Nós estamos há três anos, desde 2015, num círculo vicioso que é o seguinte: a economia está numa recessão, o Governo faz mais cortes, mais ajustes, há mais frustração de receitas e nós não saímos disso. É uma maluquice. O Senador Ferraço fala em gastança. Sabe o que era o gasto, a meta original da despesa primária em 2015, Senador Ferraço? R$1,38 trilhão de despesa. Sabe quanto o Governo gastou? R$1,159 trilhão. Ele fez um ajuste fiscal sabe de quanto? De R$221 bilhões. Qual foi o problema? É que a receita caiu de R$1,435 tri para R$1,043 tri. Não foi gastança.

Os senhores diziam isso contra a Dilma. Daí, assumiram o Governo, o Romero Jucá fez lá o keynesianismo fisiológico: diminuiu o corte que teria que fazer, mas vamos lá em 2016 também. Sabe qual era a despesa primária programada? R$1,399. Sabe quanto gastou? R$1,242. Não foram os R$200 bilhões da Dilma, foram mais de R$100 bilhões, mas houve aperto fiscal. O problema novamente foi frustração da arrecadação que caiu de R$1,423 trilhão para 1,088 trilhão.

Agora, em 2017, é a mesma coisa. Aí o Senador Ricardo Ferraço diz: "Está tudo parando!" Mas ele não quer mexer na meta. Se não mexer na meta...

Aí é que entra a nossa diferença de conceitos. Não somos da tese de que não tem que ter responsabilidade fiscal, pelo contrário. O Presidente Lula fez superávit em vários anos. Quando Lula assumiu a Presidência da República, a dívida líquida era de 57,5%. Caiu para 34%, sabe por quê? Porque a economia cresceu. Nós não vamos mudar esses números se a economia não crescer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Qual é a nossa tese, Senador Tasso Jereissati? Quando a economia cresce, faz superávit. Em momento de depressão econômica como esta, temos que incentivar investimentos públicos. Se não houver aumento do investimento público neste momento a economia não se recupera. O problema está no lado da demanda.

Senador Tasso, V. Exª é empresário. Sabe de quanto foi o recuo do investimento público deste ano em relação ao ano passado?

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Isso quer dizer que o Senador nem esquece nem perdoa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É claro, Senador. V. Exª sabe do respeito. E estou dizendo que sei que V. Exª entende de economia. De 50% o corte de investimento deste ano em relação ao ano passado. Está tudo parado! É uma loucura o que está acontecendo no País.

O Senador Ferraço, na verdade, defende mais austeridade, mais ajuste. As universidades estão parando? Deixe parar. É uma loucura!

V. Exª falou da dívida bruta, do crescimento da dívida, e falou do déficit. O déficit nominal de 2015 foi de 10,4, como ele disse, só que 8,5 foram do pagamento de juros. Nós temos a maior taxa de juros do mundo.

O que existe hoje no País, na minha avaliação...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – E essa taxa de juros ou esse estoque de juros é consequência de quê?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não entendi o que o senhor quer dizer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Se nós temos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É consequência do rentismo que existe no Brasil, de uma concentração bancária, de muita gente que ganha dinheiro assim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exªs passaram 13 anos no governo e não conseguiram atacar essa situação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ferraço, deixe-me falar.

A Dilma diminuiu para 12% os juros reais. Não foi nada artificial. É porque o mercado... Não se sustentou porque há uma pressão do tamanho do mundo. É a grande aliança que existe no Brasil, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

junta sistema financeiro e grandes empresários que apostam em título da dívida pública e em taxa de câmbio. Você viu a JBS, não é? Na hora em que apareceu a coisa da JBS, a gente viu: os maiores ganhos da JBS eram em câmbio e título da dívida pública, porque esse é o grande acordo nacional.

Estou falando tudo isso para dizer o seguinte: em relação à dívida bruta, há muito desconhecimento também sobre a situação do Brasil. Na minha avaliação, a situação do Brasil, a gente tem que discutir em cima de dívida líquida, que é de 48% do PIB. Sabe por que, Senador Tasso? Porque na dívida bruta, que está em 73%, sabe o que entra nesse cálculo na verdade? O que foi feito de reservas cambiais, que têm algo em torno de 25% do PIB. E 9% estão no BNDESPar.

Quando você tem uma reserva, aquilo está em segurança econômica para o País. E aqui parece que é contado como se fosse um risco maior do País, e não é. Então, esse conceito de dívida bruta e dívida líquida tem que ser discutido.

No nosso caso, pelas especificidades da dívida, eu acho que o importante é a discussão da dívida líquida.

E digo, Senador Ferraço, para concluir, que não tem jeito de a situação da dívida melhorar se a economia não crescer. A relação entre dívida e PIB. Então, sem a economia crescer, não tem jeito.

Eu acho que nós estamos vivendo – concluo – uma loucura. São três anos de austeridade. Começou em 2015, ainda no governo da Dilma, e continua com a mesma lógica. Aí, cai a economia, mais ajuste. Aí, frustram-se mais as receitas. Depressão de 8%. Não tem uma política de crescimento econômico. O Senador Roberto Requião fala muito aqui em New Deal. Tem que falar mais sobre isso, porque, na minha avaliação, é uma ignorância nacional o que está acontecendo.

Então, a nossa posição aqui, por coerência, é contrária a esse projeto. Agora, eu não vou pedir vista, não. Vou manter minha posição contrária aqui. V. Exªs aprovem isto aqui, que eu acho importante, porque vem num momento em que há uma alteração da meta fiscal sendo discutida. É importante dizer "olha, Temer, mexe aí, que você vai cometer crime de responsabilidade", "olha aí, Meirelles"...

Então, eu, por coerência, peço à base governista, ao Senador Ricardo Ferraço, que é do PSDB, que encaminhem e aprovem, aprovem esse projeto.

Nós nos manifestamos contra, mas eu espero que V. Exª tenha êxito e aprove esse projeto no dia de hoje aqui, nesta CAE.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ataídes, com a palavra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Presidente Tasso, este debate aqui é extremamente importante e me chama muito a atenção. É uma pena que eu esteja a oito dias com um "difrúcio" e hoje esteja um tanto o quanto obnubilado. Portanto, eu vou ter uma certa dificuldade em debater esse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A princípio, eu quero parabenizar esse jovem Senador Ricardo Ferraço não pelo seu relatório, mas pela análise que V. Exª fez, Senador Ferraço, do todo. V. Exª chegou a um ponto em que valeria a pena V. Exª pegar esse discurso – eu acredito no seu discurso, porque nós somos companheiros de longa data – e passar para os gestores do nosso País, gestores municipais e estaduais, para que eles ouçam a sua fala de hoje, extremamente importante.

Falo isso com muita consciência, porque eu comecei a minha vida profissional como contador, 14 anos de porta aberta. Depois, formei-me em Direito e lecionei Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e também Tributário, e estou administrando empresas há 30 anos, Senador Ferraço.

Pois bem. Quero parabenizá-lo pelo relatório e pela sua análise.

Entendo o Senador Lindbergh, perfeitamente. Eu não sei qual a formação do Senador Lindbergh, se ele é da área, mas ele foi Presidente desta douta Comissão, e aqui se aprende. E, além de ele ser extremamente atuante, de ler bastante, a gente percebe o conhecimento dele sobre o assunto. E entendo, como opositor que fui, que a oposição é extremamente importante num regime democrático de direito. Eu fico, às vezes, estarrecido diante da mudança de ideias, principalmente aqui em relação à mudança na meta. Eu não me esqueço de que em 2015 nós batemos muito, Senador Ferraço, no fato de que o governo Dilma tinha uma meta fiscal, um superávit fiscal de R$25 bilhões e chegou ao final do ano com um déficit fiscal de R$ 119 bilhões.

Mas interessante é que o que está acontecendo e é o fruto desse projeto, Senador Ferraço: uma crise econômica jamais vista no nosso País. Isso é reflexo. E uma crise econômica não se resolve no médio e curto prazo. Não se resolve! Pensemos em uma família, Senador Ferraço, que, num determinado mês, descontrolou as suas contas e vai demorar pelo menos seis meses para reorganizar, se tiver competência. Esse buraco aconteceu no nosso País.

V. Exª falou de percentual sobre o PIB e eu vou falar sobre valores: em 2003, quando o ex-Presidente Lula assumiu o Brasil, tínhamos uma dívida geral bruta do Governo de R$852 bilhões, incluindo o FMI. Quando a Dilma saiu, em agosto de 2016, deixou uma dívida bruta de R$4,27 trilhões. Essa teoria do Senador Lindbergh, de que se analisa a dívida pela líquida e não pela bruta não procede. Você tem que saber quanto é que você deve. Você tem que saber quanto é que você está pagando de juros. V. Exª falou de R$500 bilhões em 2015, para ser mais preciso, foram R$501 bilhões de pagamento de juro da dívida.

O ex-Presidente Lula, Sr. Presidente, perdeu uma oportunidade de que jamais vou me esquecer, jamais! Pegou o Brasil nos trilhos para fazer deste País um dos maiores países do mundo, principalmente na área econômica, e infelizmente hoje somos vistos não só como chacota Brasil afora, mas como um País da desconfiança, onde não se pode investir, onde a insegurança jurídica é terrível, onde a corrupção é soberana, onde a má gestão e a irresponsabilidade dos gestores virou costume. O problema do Brasil não é só a corrupção, é a danada dessa má gestão, e vimos isso no governo anterior, nos dois governos anteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Portanto, Sr. Presidente, é um debate extremamente importante. Eu também não concordo com essas revisões. Nós, que somos empresários, evidentemente temos os nossos balancetes mensais e policiamos os nossos custos, no mês a mês, no dia a dia, para que não ultrapassemos, não entremos em desequilíbrio nas nossas contas porque, senão, vamos à falência, e sabemos muito bem disso.

Essa PEC do controle de gastos, na qual bati horrores... Não se gasta, não se gasta mais do que se arrecada, mas o governo petista não tinha essa mentalidade. O dinheiro é público e é nosso! O dinheiro público, Senador Ferraço, é público, mas é do público. O governo anterior não tinha esse conhecimento. Portanto, Sr. Presidente, esse debate é muito importante. Eu não sei se esse projeto vem hoje – não é terminativo – e não sei se vamos aprovar aqui hoje, mas eu quero mais uma vez parabenizar o Senador Ferraço pela sua relatoria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Ataídes.

Não havendo...

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Todo debate, Coronel, é produtivo – estava fora do ar quando eu iniciei – e aprendi algumas coisas aqui.

Nesse momento, eu tenho consciência de que a exposição do Senador Ataídes, segundo sua confissão, foi uma exposição obnubilada. Por outro lado, vejo entusiasmo na proposta do Senador Ferraço e uma tentativa de uma regressão histórica ou uma redução sociológica, à moda do guerreiro Ramos, na exposição do Senador Lindbergh.

As coisas estão ficando muito claras, e os exemplos históricos mais ou menos recentes deviam nos iluminar. A Alemanha, Senador Ferraço, viveu uma crise maior do que a nossa. Ela estava ameaçada pelo Tratado de Versalhes, Senador Tasso, que era uma dívida de guerra, fundamentalmente, com a França e com a Inglaterra, que consumia 80% da sua receita. Eu comparo essa dívida do Tratado de Versalhes à dívida pública brasileira, com juros fixados pela própria banca.

Como é que reagiu a Alemanha à época? O Ministro da Economia, o comandante de tudo, era um liberal, chamado Hjalmar Schacht, e ele resolveu liquidar os ganhos da esterilização do dinheiro na rolagem da dívida. Ele estabeleceu que a Alemanha não pagaria mais os absurdos juros da rolagem da noite para o dia. Era a taxa Selic da época, Senador Ferraço.

Ele jogou aquilo ao nível do peso, quase nada, e os investidores entraram em pânico – "O que é que nós vamos fazer agora? O nosso dinheiro vai evaporar. Não há mais onde aplicar".

Mas eles aplicavam na rolagem e só aumentavam a sua acumulação, a concentração da renda e não geravam um emprego na Alemanha, não pagavam um salário e não produziam rigorosamente nada. Esse dinheiro era esterilizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, Schacht dá a solução e cria uma moeda, não moeda, que chamava-se Mefo. Mefo, Senador Ferraço, diz respeito ao setor metal-mecânico da Alemanha.

A Alemanha faz uma parceria com as suas principais empresas do setor metal-mecânico, a Thyssen, a Krupp e mais duas outras que não me ocorrem o nome nesse momento, e o Estado alemão garante o Mefo, que era uma moeda não moeda, um retorno de 4,5% ao ano para quem aplicasse num projeto de parceria de recuperação e construção da infraestrutura alemã, entre o Estado alemão e essas empresas.

Aí, surgiram as *autobahns*, as grandes siderúrgicas, investimentos enormes na criação de uma infraestrutura que recuperou rapidamente o emprego na Alemanha. Em seis meses, não havia mais desemprego, e conta a lenda que em uma semana acabou a inflação. Era uma parceria do setor produtivo alemão com o Estado contra a especulação.

Essa especulação que controla no Brasil a taxa absurda de juros que estamos vivendo, que é a mais alta, Ataídes, do planeta Terra, porque essa paralisação da economia com aquela loucura da PEC 95 reduziu a atividade econômica do País, mas a taxa Selic, a taxa básica de juros, não é reduzida na mesma proporção da queda da inflação em função da paralisação da atividade econômica. Eu tenho a impressão de que nós vamos chegar à perfeição da Antártica ou do Ártico, onde não existe inflação há muito tempo, nem inflação nem atividade econômica de espécie alguma.

Então, o que eu vejo é que essa política está sendo completamente desprezada no Brasil, o exemplo da recuperação alemã, mas, nos Estados Unidos – o Senador Lindbergh Farias falou no New Deal, no novo pacto –, foi uma coisa parecida também. O novo pacto, por sugestão do Ford, que havia introduzido as ideias do Taylor, ou seja, que a especialização do trabalho aumenta a produtividade sem aumentar o custo e que associou a especialização do trabalho à linha de montagem, aumentando a produtividade de forma fantástica na sua linha de automóveis, no que foi seguido por toda a indústria alemã, ao receber a proposta de um título honorífico do Presidente Roosevelt, ela recusa o título, dizendo, Senador Ferraço, que a linha de montagem taylorista e fordista, ao invés de recuperar a economia alemã, a estava levando ao desastre. Os Estados Unidos viviam também uma recessão em função da quebra do comércio imobiliário da Flórida, de 1927 a 1929. O Roosevelt: "Meu Deus, por quê?" "Porque nós estamos aumentando a produtividade e não temos demanda, não temos consumo. Eu não posso aceitar essa homenagem, essa honraria porque estou colaborando para o fim da economia norte-americana." "Meu Deus!", diz o Roosevelt. "Que faço então?" E o Ford dá a solução que foi adotada no início do New Deal: diminui a carga horária e aumenta o salário dos trabalhadores. Diminuindo a carga horária, as indústrias vão ser obrigadas a empregar mais gente e, aumentando o salário, nós vamos recuperar a capacidade de consumo norte-americano.

Ao lado disso, vieram os investimentos deficitários. O Roosevelt começa a investir brutalmente em portos, hidrelétricas, hospitais, escolas para, com a iniciativa do Estado, estabelecer a capacidade de consumo da sociedade norte-americana, dar empregos e fazer rolar a economia. É exatamente o contrário do que nós estamos fazendo no Brasil. Nós estamos desprezando de forma absoluta as soluções históricas para o enfrentamento de pesadas recessões. E o Senador Ferraço propõe agora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

por vias indiretas, evidentemente – mas eu vejo com clareza –, a rápida prisão do Presidente Temer e do Ministro da Fazenda, Meirelles. É uma proposta que não seria minha, porque eu acho que toda penalização deve ser antecedida pelo devido processo legal e pelo direito de defesa, mas, como o Senador Ferraço foi tão entusiasta, tão entusiasmado agora quanto no momento de impichar a antiga Presidenta da República, por uma redução ao absurdo, para ver o que pode acontecer e para saber se realmente posição é ideológica por parte da oposição – que hoje é posição no Governo –, para saber se eles são capazes de fazer, em contradição com seus próprios interesses, o que propunham ontem, encaminho, ao contrário do Lindbergh, por coerência também, mas uma coerência ao contrário, a favor da votação dessa maldita proposta. Eu quero ver o que acontece e quero ver se o Presidente e o ministro irão, sob o patrocínio do Senador Ferraço, rapidamente para a cadeia.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, só uma brincadeirinha, só uma fala muito rapidamente, Sr. Presidente.

O amigo Requião me disse que a minha fala foi um tanto quanto obnubilada. Eu estou realmente tonto e zonzo devido à minha gripe, ao meu "difrúcio". Agora, ultimamente, depois que a Dilma saiu, o amigo Requião, a quem tenho o maior apreço e carinho, está com as suas ideias obnubiladas.

Mas, Sr. Presidente, brincadeiras à parte, vamos, então, colocar em votação este projeto para que possamos votá-lo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Tenho certeza de que o Senador Cidinho não veio aqui a pedido do Governo para pedir vistas, não é Senador Cidinho?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu tenho certeza de que o Governo não faria isso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ferraço.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Não. Não vim a pedido do Governo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Apenas para fazer aqui algumas breves, brevíssimas considerações.

Eu acho que gasto público é igual a colesterol: há o bom e há o ruim. Eu defendo, em circunstâncias como essa, o gasto público adequado. O gasto público é investimento, o gasto público gera emprego, oportunidade e dinamiza a economia. A que não posso assistir é o Governo expandir as suas despesas com a sua própria manutenção. É disso que estou falando, é disso que se trata, é o gasto público de baixa qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E, na verdade, estamos assistindo aqui é àquilo que Einstein ensinou, ou seja, você acha que fazendo as mesmas coisas vai colher resultados diferentes? Não. Se você faz as mesmas coisas, é uma insanidade achar que os resultados serão diferentes. E, por anos a fio, o que prevaleceu foi o gasto público de má qualidade.

Por certo, a intervenção feita pelo governo da Presidente Dilma... E eu sinceramente acho injusto e até desumano que V. Exª possa querer responsabilizar o Ministro Joaquim Levy e não a Presidente da República, porque, de fato, o comandante em chefe, o condutor de qualquer política econômica é o Presidente da República. O Presidente da República que terceiriza essa responsabilidade não é digno de ser chamado como tal.

Claro que foi um forte ajuste, evidente que foi um forte ajuste, mas foi um forte ajuste que não foi produto da gravidade; foi produto de um conjunto de desequilíbrios que vinham se acumulando anteriormente, e coube ao Ministro Joaquim Levy a tarefa inglória – inglória – de fazer aquilo, inclusive como política de governo, e ser entregue aos leões, porque ficou parecendo que aquela política econômica era dele e não do governo, e ele, na verdade, veio para arrumar a casa que estava profundamente desarrumada.

Então, a divergência que há é que não defendo o gasto público de má qualidade. E a impressão que tenho é de que V. Exªs estão a defender o gasto em qualquer hipótese. Não é isso que defendo. Não é possível que eu admita que o Estado brasileiro gasta com saúde, anualmente, fora a despesa com pessoal, R$103 bilhões e gasta com juros R$500 bilhões. Agora, para além da bravata e para além da retórica, o que precisamos é de fatos objetivos. Como o Brasil vai se livrar dessa imoral dívida pública, desses juros imorais, se nós não combatermos os privilégios que fazem parte do dia a dia e do cotidiano da política econômica em nosso País que estão presentes em diversos segmentos da vida nacional? É basicamente isso.

Agora, chamo a atenção para o que pretende o Senador Fernando Bezerra com ele e com o meu concurso, Senador Requião: o art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal determina que integrarão a LDO as chamadas metas anuais. O art. 9º define que, verificada ao final do bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas do resultado primário ou nominal, os Poderes, o Estado brasileiro e o Ministro Público promoverá, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, a limitação desses empenhos. Ou seja, há uma determinação legal. Isso não foi colocado pelo legislador aleatoriamente, como se fosse um fetiche; foi colocado como balanço bimestral para que as receitas e despesas fossem sendo observadas e, ao longo do tempo, na trajetória do ano, o governante fosse ajustando a sua vela em razão daquela circunstância.

O que me traz indignação e causa espécie é ver o exercício financeiro sendo tocado e, chegando dezembro, propõe-se uma nova meta; ou chegando outubro. Evidentemente, podem acontecer distorções, cenários tanto em despesas quanto em receitas, mas não dá chegar ao mês de dezembro, não dá chegar ao mês de novembro e estarmos submetidos a isso que eu considero um atalho, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fraude, uma autorização legal para se burlar aquilo que eu considero, Senador Requião, um marco civilizatório: as leis.

É preciso que as leis sejam obedecidas, a lei é aquilo que disciplina onde começa e onde termina o meu direito em relação às relações individuais e coletivas. Eu acho, sinceramente, que essa proposta do Senador Fernando Bezerra Coelho disciplina, de maneira adequada, para impedir que essas fraudes, que esses atalhos continuem burlando uma determinação legal.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, muito rapidamente.

Senador Ferraço, V. Exª diz o seguinte: "Olha, eu não sou contra o gasto. Há o gasto bom e o gasto ruim". V. Exª está certo, só que entenda o que está acontecendo: investimento. Há coisa melhor do que o investimento público para um país? Não. Esse é um gasto que V. Exª reconhece que é bom.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Depende do investimento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não. Investimento em plano de obras públicas, portos, tudo isso é considerado por todos um investimento bom.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Obras de infraestrutura, sim.

O investimento no Brasil, público e privado, chegou a 21%; está caindo para 14%. Neste ano, em relação ao ano passado, há uma corte de 50% nos investimentos.

Eu quero dizer uma coisa ao senhor: quando o senhor impede a alteração da meta desse jeito não vai haver recurso para mais nada. Eu vou votar contra a alteração da meta lá porque concordo com o senhor quando o senhor diz que há um gasto ruim. É o que estamos chamando "modelo Romero Jucá": é o keynesianismo fisiológico. Altera-se a meta para dar benesses para Deputados, para fazer coisas que não têm efeito positivo para a recuperação da economia. Mas V. Exª tem de saber que, quando há uma posição intransigente como esta, nós estamos entrando em um grau de criminalização da política fiscal de tal forma que o termo que se usa é *shutdown*. Vamos parar tudo.

É o que os americanos chamam de fechamento do estado, lá do orçamento. Se a sua proposta prevalecer – por isso que eu quis manter aqui a minha coerência de voto – as universidades vão parar. O Comandante do Exército, General Villas Bôas, esteve aqui e disse que o Exército não tem verbas para funcionar depois de setembro.

Então, só quero colocar os termos...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Mas eu acho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não é isso. V. Exª (*Fora do microfone.*) não compreendeu.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É claro que eu compreendi.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu poderia dar uma palavrinha aqui?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A proposta que me parece não é proibir o ajuste da meta fiscal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Claro que não.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É não deixar que o ajuste seja feito...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – ...no último momento, quando já estava...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Neste semestre agora, por exemplo, se for feito agora, é crime de responsabilidade, no segundo semestre.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Seria crime de responsabilidade, mas me parece que a proposta não é... É de agora por diante. Não é para...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É o segundo semestre.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. *Fora do microfone.*) – Segundo semestre.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu sei, mas não me parece que é para... É para vigorar a partir...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Tem que ser aprovada na Câmara e, depois, aprovada...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Aprovada na Câmara, etc. Mas o que eu quero dizer é que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Dá para o Temer escapar dessa.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Quando já é óbvio – me parece que essa coisa já é óbvia –, durante todo um semestre, seguido de vários balanços bimestrais em que está óbvio que vai haver necessidade de um ajuste, isso não seja feito e, de alguma maneira, para iludir não sei quem, esse ajuste seja feito de última hora. Não é proibir.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Tasso, o senhor sabe que em 2015 – deixe-me só falar de 2015 – nenhum economista do Brasil, nenhum grupo, nenhum banco acertou o tamanho da frustração da receita. Ninguém acertou. Foi uma coisa tão... Ninguém acertou. Havia gente que achava que íamos ter crescimento. A proposta no começo era crescimento. No Focus, a recessão dos bancos era de 0,3. Acabou em 3,8.

Então, só estou querendo aqui... Acho que foi um debate de altíssimo nível, um debate produtivo. Eu tenho certeza de que o Senador Cidinho não veio aqui a pedido do Governo para pedir vista, porque já anuncia aqui que nós não vamos pedir vista...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Permita-me, Senador?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Esse projeto é bom tramitar. Não há problema.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Permita-me, Senador Lindbergh? Essa é a proposta. Tampouco o meu relatório pressupõe o que V. Exª declarou aqui: paralisação de atividades básicas do Estado brasileiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É a consequência prática, é a consequência.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, não. Não é isso não. O que nós estamos impedindo aqui é que...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Pode gastar, mas vai ser crime de responsabilidade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, não. É que os Governos continuem praticando esse vício. Desde 2013, nós estamos, anualmente, no último mês do ano, revisando a meta quando nós já tínhamos que saber, com qualquer planejador, qualquer gestor adequado, que tenha pudor, que tenha responsabilidade, que vai avaliando os cenários, que ele já saiba, no seu sexto ou sétimo mês, que ele vai ter que fazer ajustes. E, ao fazer ajustes, substitua despesas de má qualidade com despesas de boa qualidade, mas, escassez de recursos, você tem que priorizar com mais qualidade onde você aplica aqueles recursos. E, evidentemente, o que não estou vendo é isso. Então, eu acho que esse tipo de disciplina contribui para o bom planejamento e a boa gestão do recurso público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu gostaria de dizer, Senador Roberto Requião, que não sei se ouvi direito, mas eu permiti quase de uma maneira livre, porque acho que a melhor coisa que pode acontecer aqui são debates de bom nível, em que as pessoas argumentem, se respeitem. Nada melhor que isso pode acontecer nesta Comissão. Aliás, até não quis falar e depois peço alguns minutos do seu precioso tempo para a gente falar um pouco da hiperinflação alemã, que chegou ao extremo e da máquina de guerra que foi montada pela Thyssen e pela Krupp. Mas isso é outra discussão que nós teremos oportunidade, se me der esse prazer, de fazer, para discutirmos um pouco sobre o assunto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Coronel, este humilde aspirante a... (*Risos.*)

...oficial de cavalaria terá o máximo prazer em debater com V. Exª as questões da guerra que subordinou a Alemanha ao Tratado de Versalhes.

Mas, Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu ia dizer, mas desisti...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... uma última observação.

Neste País sem investimentos, a nossa Petrobras, antes de cair na mão daquele tal de Pertence, era responsável...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – ... Parente – eu nem me atino bem com o nome desse cidadão – era responsável por um valor de 60% a 80% dos investimentos nacionais. Ela está completamente desativada. É umas das causas da paralisação.

Agora, eu me tranquilizo porque a última intervenção do Senador Ferraço me deixou claro que ele não pretende a imediata prisão do Presidente e do Ministro da Fazenda. Ele quer jogar isso pra frente, depois, para os outros.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Cidinho.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O Senador Requião diz algumas coisas que não dá para ficarmos em silêncio. Ele está falando do Parente. Pedro Parente é um dos executivos mais competentes do planeta Terra. A Petrobras, quando Pedro Parente pegou, tinha uma dívida de R$510 bilhões, as ações literalmente em queda. Hoje, a Petrobras deve um pouco mais de R$300 bilhões, e as ações valorizaram mais de 164%.

Então, entendo o discurso de oposicionista do meu querido Senador Requião, mas há uma incoerência muito grande. O Pedro Parente realmente perturba muita a oposição, porque ele está reconstruindo – reconstruindo – esta grande empresa nossa. Isso é fato, não há o que se falar o contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Evidentemente, Senador Requião, neste momento, como nós recebemos, como o Pedro Parente recebeu a Petrobras, é difícil, não dá para se fazer investimento. Nós temos que equilibrar a situação econômica e financeira dessa empresa.

Só queria fazer esse registro, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador.

Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Presidente.

Eu estava assistindo no gabinete ao debate e passei antes na CMA. Há um debate muito salutar, o projeto de lei do Senador Fernando Bezerra, muito bem-vindo também o parecer do Senador Ferraço, só que, como o Senador Lindbergh falou, sempre se vê na oposição qual é o verdadeiro interesse, as pegadinhas, onde quer chegar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – ... porque ele acabou me convencendo a pedir vista, eu não tinha vindo aqui para fazer isso. (*Risos.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não fui eu, Senador. (*Risos.*)

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Ele me convenceu, porque, aí, já comecei a ver lá na frente onde ele está querendo ir...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Foi a mão invisível do mercado.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – ... chegar ao final do ano e dizer que não há recurso para atender pagamento de passaporte, de faculdade, e falar que foi porque a meta não foi aprovada e não há recurso e isso vai impor em crime de responsabilidade.

Como não está no projeto estabelecido especificamente se isso é para o futuro ou se isso pode valer para agora, isso pode dar ao Senador Lindbergh um discurso muito forte nesse sentido...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Permita-me, Senador Cidinho.

Há um princípio básico de que a lei não retroage para prejudicar. Evidente que isso só pode ter sentido e validade a partir da aprovação. Então, tem que ser aprovada pelo Senado, tem que ser aprovada pela Câmara, tem que ser sancionada e assim por diante.

Então, isso não vale para o passado. Vale a partir do momento em que o Congresso brasileiro deliberar, só para contribuir com V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – ...no próximo mês o que nós vamos estar precisando aprovar aqui, Senador Ferraço.

Então, é o seguinte: entendo que até a Lei de Responsabilidade Fiscal venha realmente a contribuir nesse sentido. Eu acho que para o futuro é interessante.

Nós temos que entender... O Presidente Michel Temer pegou o País em um déficit horrível. Se eu fosse da equipe econômica – não sou economista – teria feito essa meta para três anos, Senador Ataídes, a meta que estamos executando agora em 2017 em função da grave crise financeira em que se encontrava e em que se entra este País.

Aliado a isso, mesmo com todo o esforço da equipe econômica, temos crises de frustração de receita, temos problema políticos que têm levado o País a chegar a uma situação em que não está tendo a arrecadação prevista.

Então, acho que, para o futuro, é interessante discutirmos realmente a implementação, mas temos que entender a situação extraordinária por que passa o País nesta crise.

Então, eu queria apenas pedir vista por uma semana...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Convencido...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Convencido pelo meu amigo, Senador Lindbergh, para que na próxima semana a gente possa voltar a discutir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Vista coletiva.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

Agora, é a demonstração, Senador Ricardo Ferraço do que eu dizia – e V. Exª tem uma postura coerente. Eu sabia que o Governo... Aquele discurso que eles tinham feito contra a Dilma eles deixaram de lado completamente.

O Senador Cidinho veio aqui, claramente a pedido do Governo, não foi por convencimento meu... Mas espero que, na próxima reunião, votemos esse projeto do Senador Fernando Bezerra.

Eu tenho certeza de que o Senador Fernando Bezerra vai manter a sua defesa do projeto. Foi uma ideia dele em 2015 e, com certeza, ele não modificaria o seu posicionamento sobre o projeto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Até porque o propósito não dialoga com essa realidade. Esse projeto está apresentado aqui já há meses.

Agora, o que me chama a atenção é a aliança declarada do Senador Cidinho com o Senador Lindbergh. Isso realmente me chamou a atenção. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Lindbergh, eu confesso que o seu poder de convencimento hoje me impressionou.

Senador Requião... (*Pausa.*)

Fica, então, concedida vista coletiva ao Item nº 08, projeto de autoria do Senador Fernando Bezerra.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 696, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento por empresas do setor elétrico em fontes alternativas, e as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar o uso obrigatório de recursos em pesquisa e desenvolvimento pela Indústria do Petróleo em fontes alternativas.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo de sua autoria

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 3-CCT.

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

Tem a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Sr. Presidente, o art. 90, inciso I, e o art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, estabelece ser competência desta Comissão a apreciação sobre os aspectos econômicos das proposições a ela encaminhadas.

Analisaremos, então, o mérito do PLS nº 696, de 2015, deixando para a CCJ a análise da constitucionalidade e juridicidade, a Comissão de Justiça do Senado.

Primeiramente, pondero que as alterações propostas via PLS não impactam a tarifa de energia elétrica, tampouco o preço dos combustíveis ao consumidor final. Afirmo isso em face da já existente obrigação contratual ou legal de investimento mínimo em pesquisa e desenvolvimento pelas empresas concessionárias do setor energético.

O projeto trata de dar uma parte do valor das tarifas para investimentos em ciência e tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Podemos dizer que a obrigação contratual ou legal mencionada acima foi inserida no arcabouço jurídico como uma forma de incrementar a disponibilidade de recursos para pesquisa e desenvolvimento e para aumento da eficiência energética no Brasil. De forma geral, os efeitos têm sido positivos para a ciência e para a economia brasileira, ao permitir o desenvolvimento de novas tecnologias que, entre outros resultados, tem propiciado ganhos de produtividade para a indústria nacional.

Pois bem, o Projeto ora em análise busca canalizar recursos para que se desenvolva tecnologia de ponta para alavancar o desenvolvimento de energias renováveis e limpas.

As modificações, tal qual se aconselha para a formulação de uma dada política pública, terão efeitos definidos no tempo. Ou seja, durante número determinado de exercícios, as empresas deverão destinar os recursos obrigatórios de pesquisa e desenvolvimento para projetos de energias renováveis, na forma do regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo.

A proposta é escorreita. Ela mantém a discricionariedade necessária para que o responsável pela execução da política pública possa dar prioridade àqueles projetos que tenham maior impacto no cumprimento das metas obrigatórias assumidas pelo Brasil, no que tange à redução da emissão de gases causadores do efeito estufa, no aumento da segurança energética, no aumento da produtividade da economia.

É possível aperfeiçoar a proposição que ora analisamos, na forma do substitutivo que apresento, incorporando, tanto quanto possível, as contribuições da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. A alteração de possibilidade para obrigatoriedade dará mais efetividade à política pública, no caso dos recursos oriundos dos contratos do setor petrolífero.

A emenda nº 1 procura manter recursos de P&D nas áreas prioritárias, a despeito da sua utilização para custeio do Centro de Pesquisas em Energia Elétrica. A emenda que cito visa também escalonar a distribuição de recursos nos anos futuros.

As Emendas nºs 2 e 3, por sua vez, escalonam a obrigatoriedade de aplicação dos recursos oriundos dos contratos de concessão de petróleo e gás natural.

Pois bem, a adequação de técnica legislativa das emendas, em especial quanto às fontes alternativas, visa estabelecer as condições de contorno para que a lei não esteja sendo demasiadamente minuciosa, a ponto de prejudicar os efeitos positivos que a sociedade pode ter. Dessa forma, procurei acatá-las tanto quanto possível.

Por fim, a modificação pela Lei 13.280, de 3 de maio de 2016, trouxe para o arcabouço jurídico o art. 1º, §2º, da Lei 9.991, de 24 de julho de 2000, mas manteve a remissão ao parágrafo único do art. 1º no art. 4º. Faço, portanto, sugestão para adequação de técnica legislativa.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em face do que expomos, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado na forma da emenda substitutiva que segue, considerando prejudicadas as emendas da CCT. Em seguida, nós apresentamos o projeto de lei, que está nas mãos dos Srs. Senadores. Na verdade, é um estímulo à investigação e pesquisa em energia alternativa, que nada mexe na estrutura tarifária da energia elétrica ou do petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Requião, por seu importante trabalho no relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Requião.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 4.

Votaremos agora o último item.

O item 11, não terminativo, da Comissão de Direitos Humanos, já foi lido pelo Senador Fernando Bezerra Coelho. Já foi encerrada a discussão.

Foi concedida vista ao Senador Telmário.

A matéria está em votação.

Senadoras e Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE contrário ao projeto que veio da CDH.

Não havendo mais nada a deliberar, fica encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 56 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 29ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezenove minutos do dia quinze de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Roberto Requião, Raimundo Lira, Simone Tebet, Valdir Raupp, Romero Jucá, Waldemir Moka, José Pimentel, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Paulo Rocha, Ricardo Ferraço, José Agripino, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Otto Alencar, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha, Armando Monteiro, Telmário Mota, Pedro Chaves e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Garibaldi Alves Filho, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Serra, Ronaldo Caiado, Omar Aziz, Ciro Nogueira, Fernando Bezerra Coelho e Wellington Fagundes. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 28ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 47, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º, da Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor MARCELO SANTOS BARBOSA, para exercer o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na vaga da decorrente do término do mandato do Senhor Leonardo Porciúncula Gomes Pereira." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Pronto para deliberação. O Presidente concede a palavra ao Senhor MARCELO SANTOS BARBOSA. Durante a sabatina fazem uso da palavra os (as) Senadores (as) Armando Monteiro, Otto Alencar, Pedro Chaves e Vanessa Grazziotin. O indicado responde aos questionamentos dos Senadores. **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor MARCELO SANTOS BARBOSA, para exercer o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na vaga da decorrente do término do mandato do Senhor Leonardo Porciúncula Gomes Pereira, por 14 (quatorze) votos favoráveis, nenhum contrários e nenhuma abstenção. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera o art. 6º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, para que a base de cálculo da compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais considere o faturamento bruto resultante da venda do produto mineral." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Sen. Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2013 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré-sal." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço e outros. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** Após a leitura do relatório, a apreciação da matéria é adiada. **ITEM 3 - PROJETO**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2015 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria. Após lido o relatório reformulado, fizeram uso da palavra os (as) Senadores (as) Ana Amélia, Lindbergh Farias e Flexa Ribeiro. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, de 2013 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre destinação, para as áreas de educação e saúde, do total da participação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do Art. 214 e no Art. 196 da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 791, de 2015 - Terminativo -** que: "Cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência e de Calamidade Pública Decorrentes de Secas e dá outras providências." **Autoria:** Senador José Agripino e outros. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, de 2009 - Terminativo -** que: "Cria incentivo fiscal no âmbito do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica para a manutenção do emprego e do valor da remuneração dos trabalhadores das empresas afetadas pela crise financeira internacional." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias (*Ad hoc*), substituiu Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto (votação simbólica). **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pela prejudicialidade do projeto. **ITEM 7 - AVISO Nº 26, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Encaminha cópia do Acórdão n° 1071/2016, acompanhado dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre renúncias de receitas diretamente relacionadas à organização e à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (TC 011.846/2015-1)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria. **ITEM 8 - EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2011 - Não Terminativo -** que: "Dá nova redação ao art. 52 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola. " **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves (*Ad hoc*), substituiu Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Pela prejudicialidade da matéria. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, pela prejudicialidade da matéria. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera o artigo 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para estender o seguro de vida e acidentes para atletas em competições internacionais." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria vai a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2015 - Não Terminativo -** que: " Altera a Lei Complementar 101 de Maio de 2000." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda de sua autoria. Após lido o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

relatório, fizeram uso da palavra os Senadores Flexa Ribeiro e Lindbergh Farias. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto com a Emenda nº 3-CAE, rejeitando as emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Romero Jucá. Vota contrário o senador Lindbergh Farias. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para excetuar ações de segurança pública da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes dessa lei." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre as vagas nas empresas para os trabalhadores com mais de quarenta e cinco anos, nos casos que especifica." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista da matéria ao Senador Lindbergh Farias, nos termos regimentais. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 123 de 2017** que: "Com base no artigo 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado o Ministro da Fazenda, Sr. Henrique de Campos Meirelles, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca dos vetos à Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e Execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências" (LDO para 2018), considerando a Mensagem nº 227 , de 8 de agosto de 2017 (Mensagem de Vetos), e também sobre o anúncio pelo Governo de alterações das metas fiscais para o ano de 2017 e 2018." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 123/2017. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Minuta de Requerimento Nº , de 2017** que : "Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 165 de 2015, que "Altera a Lei Complementar 101 de Maio de 2000"." **Autoria:** Sen. Lindbergh Farias. **Resultado:** Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado.. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 124 de 2017** que: "Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta entre as Comissões Permanentes de Assuntos Econômicos (CAE); de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); de Constituição Justiça e Cidadania (CCJ); de Assuntos Sociais (CAS); e de Serviços de Infraestrutura (CI), para instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015 e o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros." **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Resultado:** Lido o Requerimento nº 124/2017. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 125 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 1 oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 165 de 2015, que "Altera a Lei Complementar 101 de Maio de 2000"." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** A comissão rejeita o Requerimento nº 125/2017. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Tasso Jereissati
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/15

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 28ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Realizaremos agora a sabatina com o indicado para o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários.

Conforme comunicado na última reunião e em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "c", do Regimento Interno, os cidadãos poderão encaminhar informações sobre o indicado e perguntas a ele dirigidas, por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, pelo telefone 0800-612211.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 47, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com redação dada pelo art. 1º, da Lei 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor MARCELO SANTOS BARBOSA, para exercer o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na vaga da decorrente do término do mandato do Senhor Leonardo Porciúncula Gomes Pereira.

Autoria: Presidência da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1. Em 08/08/2017, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, II, "b", do RISF.

2. A arguição do indicado será realizada nesta reunião.

Convidamos, então, o Sr. Marcelo Santos Barbosa para vir prestar seu depoimento e realizar sua sabatina. (*Pausa.*)

Passo a palavra ao Sr. Marcelo Santos Barbosa para que faça sua exposição.

O SR. MARCELO SANTOS BARBOSA – Exmo Sr. Senador Tasso Jereissati, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; Exmo Sr. Armando Monteiro, Relator do processo que trata de minha indicação para o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários; Exmas Senadoras, Exmos Senadores, muito bom dia.

É uma enorme honra e uma responsabilidade nada menor receber indicação para o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, autarquia federal cujo papel reputo de importância fundamental para o desenvolvimento econômico que nosso País almeja. Ciente de tal responsabilidade, compareço a esta Comissão de Assuntos Econômicos para me submeter à sabatina por V. Exªs.

Minha experiência profissional e minha qualificação acadêmicas foram devidamente apresentadas no relatório da lavra ao Exmo Senador Armando Monteiro.

Acredito que reúno experiência profissional, qualificação técnica e espírito público esperados dos ocupantes do cargo para o qual fui indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Gostaria neste momento de destacar, de forma sucinta, alguns aspectos da minha experiência e qualificação que considero da maior relevância neste momento da avaliação de meu nome para ocupar o cargo de Presidente da CVM.

Sou advogado formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e obtive o grau de Mestre pela Faculdade de Direito da Columbia University de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América.

Não sou filiado a nenhum partido político. Respeito e defendo a pluralidade de opiniões e o debate série e refletido sobre temas de interesse público.

Há 22 anos atuo como advogado nas áreas societária e de mercado de capitais assessorando clientes nacionais e estrangeiros, seja respondendo a consultas por meio de pareceres, seja defendendo interesses de clientes em negociações complexas, seja os representando em processos administrativos perante a própria CVM. Minha experiência profissional também inclui atuação como árbitro em diversos procedimentos arbitrais perante as mais respeitadas cortes de arbitragem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Fui professor da Faculdade de Direito da Uerj por dois anos e do curso de pós-graduação da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro por sete anos, onde atualmente leciono uma disciplina eletiva no curso de graduação em Direito.

Fui palestrante e convidado em diversos seminários e conferências no Brasil e no exterior, bem como em cursos de educação executiva organizados por instituições especializadas.

Sou autor de diversos artigos a respeito de temas como *insider trading*, direitos dos acionistas, assembleias especiais, comitês de assessoramentos, dentre outros.

Contribuí, como coautor, para a obra *Direito das Companhias,* uma importante referência no estudo das sociedades anônimas do Direito brasileiro.

Ao longo de toda minha vida profissional, cuidei de temas ligados ao Direito Societário e do mercado de capitais, o que inclui diversas normas emanadas da CVM.

A Comissão de Valores Mobiliários é uma autarquia cuja seriedade está inquestionavelmente à altura da importância do seu papel institucional. Por isso, entusiasmo-me com a perspectiva de trabalhar com os integrantes do seu colegiado e com os servidores da CVM em prol do desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro.

O objetivo principal da CVM pode ser resumido de várias formas. Uma delas é o desenvolvimento de um mercado de capitais a que, ao mesmo tempo, os brasileiros recorram para investir seus recursos, e as companhias acessem para financiar suas atividades. O encontro daqueles que dispõe de recursos para investir com quem necessita de tais recursos para financiar suas atividades, embora pareça algo natural, depende de uma série de precondições, que vão desde a atratividade do retorno esperado de tais investimentos até a confiança no aparato regulatório e autorregulatório disponível.

O mandato legal da CVM, estabelecido pela Lei 6.385, de 1976, inclui atribuições que visam promover o desenvolvimento do mercado e seu funcionamento de forma eficiente, o que pressupõe um ambiente de acesso à informação fornecida de forma tempestiva aos seus participantes. Cabe, igualmente, à CVM editar as regras aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários, bem como fiscalizar seu cumprimento e, quando for o caso, exercer seu poder de polícia para punir autores de condutas irregulares. Como se sabe, é fundamental que os agentes do mercado tenham a clara percepção de que a fiscalização está sendo de feita de forma adequada, de que as transgressões serão punidas tempestivamente e de que as punições representam um elemento dissuasório suficiente para afastar condutas indesejadas.

A apuração dos fatos relacionados aos projetos em trâmite perante a CVM deve ser feita com amparo na boa técnica e o desenvolvimento de cada etapa processual deve se dar eficiente, seja para punir, seja para absolver. Com isso, espera-se que os investidores, assim como cada agente do mercado, possam ter a segurança de que a CVM não apenas está atenta, mas preparada para agir de forma a punir condutas irregulares ou mesmo evitá-las.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Como se sabe, encontra-se em discussão neste momento a Medida Provisória nº 784 que, dentre outras provisões, pretende permitir à CVM e ao Banco Central do Brasil a celebração de acordo de leniência e o aumento dos valores máximos de multas pecuniárias aplicáveis pelas duas entidades. A referida medida provisória – ainda pendente de conversão em lei, o que ocorrerá após os debates acerca das emendas apresentadas – poderá representar um importante passo à frente na construção de um aparato punitivo sólido no âmbito do mercado de capitais. Na frente normativa, a CVM deve sempre considerar diversos fatores cruciais, como a atualização dos marcos regulatórios em vigor e a necessidade de edição de novas regras para tratar de temas ainda não disciplinados.

Atualmente, há uma série de audiências públicas em aberto ou ainda em análise, as quais incluem o processo de preparação de instruções e deliberações que cobrirão assuntos como a regulamentação da atividade de consultoria de analista de valores mobiliários; a adequação do arcabouço regulatório aplicável às práticas de prevenção à lavagem de dinheiro; a divulgação dos fatos relevantes; a oferta pública de distribuição de Contratos de Investimento Coletivo Hoteleiro, chamado CIC Hoteleiro, dentre outros.

São muitos os desafios à frente da CVM. Eu me vejo preparado para, caso seja considerado apto por V. Exªs para ocupar o cargo de Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, cumprir adequadamente o papel que se espera do titular de tão importante cargo.

Fico à disposição para responder às perguntas de V. Exªs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Dr. Marcelo, por sua sucinta explanação.

Pergunto ao Senador Armando Monteiro, Relator, se deseja se pronunciar.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar algumas perguntas, cumprimentando desde já o Dr. Marcelo.

Temos aqui algumas questões.

A primeira delas é a seguinte. A Medida Provisória nº 784, ainda em tramitação na Comissão Mista do Congresso Nacional, criou um novo marco regulatório para o processo administrativo sancionador nas esferas de atuação do Banco Central e da CVM, aumentando valores de multas para desestimular ilicitudes e concedendo mais poderes às referidas autarquias para punir condutas lesivas ao Sistema Financeiro Nacional e ao mercado de capitais doméstico. Uma das principais novidades foi a criação acordo de leniência na esfera do Banco Central e da CVM, que recebeu, aliás, bastantes críticas em relação à possibilidade de sigilo envolvendo a assinatura de acordos de leniência no interesse das investigações e do processo administrativo sancionador. Uma das preocupações suscitadas é, diante do sigilo do processo administrativo, ocorrer a não comunicação de indício de crime ao Ministério Público, o que é comum a infrações praticadas no âmbito do sistema financeiro nacional e do mercado de capitais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Qual é a sua visão sobre esse aspecto da possibilidade de sigilo em acordo de leniência? O senhor considera necessária e positiva a previsão de sigilo nos acordos de leniência para melhor capacitar a CVM em seu papel de fiscalizador do mercado de capitais doméstico? Qual é o benefício esperado desse novo instrumento para a CVM em termos de aumento de eficiência em sua atuação como supervisor e regulador do mercado de capitais? O senhor concorda com a visão de que a confidencialidade das informações tratadas no processo administrativo que os beneficiários de acordo de leniência levam aos autos, se quebrada, pode prejudicar o sucesso da política de acordos?

A segunda questão é o *crowdfunding* de investimentos, que é uma nova alternativa de captação de recursos no mercado de capitais que tem se desenvolvido e vem ganhando importância. Trata-se de um fenômeno mundial que vem sendo utilizado para viabilizar a captação de recursos para projetos de sociedades que estão em estágio inicial de desenvolvimento, conhecidas como *startups.* No Brasil a CVM regulou o assunto recentemente por meio da Instrução 588, autorizando a captação de até 5 milhões por sociedade com receita bruta anual de até 10 milhões. Assim, as chamadas plataformas eletrônicas de investimento participativo na internet, que são *sites* autorizados para tal atividade, estão viabilizando o desenvolvimento de investimento coletivo a projetos de novos empreendedores. Ainda que ofereça um novo canal de investimento ao pequeno poupador individual, uma preocupação é que essa ferramenta alcance o indivíduo que carece de experiência e conhecimento para investir, muitas vezes, todos os seus recursos de poupança. Esse quadro é mais grave diante da insegurança jurídica no País, que conta com uma jurisprudência que não respeita o princípio da separação patrimonial e avança no patrimônio do sócio minoritário, especialmente em processos trabalhistas e fiscais.

Qual é a sua opinião sobre a regulação prudencial da CVM em proteção ao pequeno investidor e quais são os desafios para o desenvolvimento desse novo mercado?

A outra questão diz respeito a proposição legislativa que tem sido discutida nesta Casa, o PLS 204, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação, inscritos ou não na dívida ativa, desde que sejam objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais. Ou seja, trata-se da possibilidade de securitizar esses créditos, tendo como objetivo antecipar receitas num momento de aguda crise fiscal, conferindo mais segurança às operações. Assim, seriam constituídas empresas, as SPEs, Sociedades de Propósitos Específicos, que emitiriam debêntures para serem negociadas no mercado de capitais. Por exemplo, o Município de Belo Horizonte já constituiu uma empresa de propósito específico, o Estado de São Paulo fundou a Companhia Paulistana de Securitização, e há uma tendência, portanto, de criação de novas sociedades dessa espécie. Por serem fundadas com participação de entes públicos, utilizando a securitização de créditos também dessa natureza, o modelo tem gerado questionamento sobre a transparência das operações dessas sociedades e sobre supostos prejuízos ao Erário, que, inclusive, têm gerado ações populares e denúncias no Ministério Público e nos Tribunais de Contas.

Como V. Sª avalia esse modelo? Como a CVM pode contribuir para a maior transparência e para uma supervisão regulatória prudencial para esse arranjo institucional que se oferece como uma oportunidade diante da grave crise fiscal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Finalmente, há uma questão mais recente sobre a qual eu gostaria de ouvi-lo. O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, que é um órgão do Ministério da Fazenda com atribuição de julgar os recursos contra as penalidades aplicadas pela CVM e pelo Banco Central, recentemente reverteu duas decisões relevantes da CVM: primeiro, ao absolver a União em processo envolvendo a Eletrobras; depois, condenando diversos acusados em um processo de uso de informação privilegiada que haviam sido absolvidos pela CVM.

Como V. Sª avalia a estrutura e a atuação do Conselho de Recursos e qual a sua opinião sobre a efetividade desse sistema recursal?

Eram essas as questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro, pela qualidade e importância das suas perguntas.

Antes de passar ao Senador Otto Alencar, quero, se o Plenário concordar, já abrir o processo de votação, para que aqueles que queiram votar já possam começar a se manifestar. Peço, então, à Secretaria que abra o painel para iniciarmos o processo de votação, na cabine à direita.

Senador Otto Alencar, Senador baiano que é representante de todos os orixás da Bahia. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, não sou representante, não; de todos os orixás, não; não teria como. Realmente, se Oxalá permitisse, seria um grande ganho espiritual para mim, mas, na Bahia, cada santo católico tem um orixá correspondente. Meu santo de fé é Santo Antônio, que no sincretismo religioso corresponde a Ogum. Então, V. Exª poderia dizer que sou protegido de Santo Antônio e de Ogum. Espero que V. Exª também tenha a proteção de todos os santos da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – E a Senadora Lídice também.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Aí V. Exª falou certo, ela conhece mais do que eu. Ela é de Iansã, Santa Bárbara guerreira. Essa é uma guerreira da Bahia, é de Iansã e, quando está zangada, é brava demais. Na Bahia se diz que havia duas pessoas que tinham o gênio forte e que todos temiam: Antonio Carlos Magalhães e Lídice da Mata. (*Risos.*)

Dr. Marcelo Santos Barbosa, quero cumprimentá-lo e destacar que V. Sª tem o perfil adequado para o cargo que vai assumir – e, claro, nós vamos encaminhar o voto favorável à sua ascensão à CVM –, mas eu li, recentemente, se não me engano, no *Valor*, um artigo ou uma declaração do presidente ou de um dos diretores da CVM a respeito da Braskem, dizendo da possibilidade... Os sócios da Braskem são a Odebrecht e a Petrobras. A Odebrecht tem uma participação maior – se não me engano, de 58% –, e o restante é da Petrobras. Ou seja, a Odebrecht é a sócia majoritária.

V. Sª sabe que a Odebrecht passa por esse problema todo que está acontecendo agora em relação a essas denúncias que aconteceram no âmbito da Lava Jato, o que, de alguma forma, coloca a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empresa em uma situação de grandes dificuldades, muito embora a Braskem não passe por essa dificuldade nem tampouco esteja envolvida nesses casos todos que foram citados aí na Lava Jato. A Braskem é a mola propulsora do desenvolvimento econômico no parque industrial da Bahia, pois é produtora das resinas necessárias para todo o setor termoplástico. Assim, a nossa preocupação é exatamente em função desse momento delicado por que passa a Petrobras, que é uma das sócias.

Então, eu perguntaria a V. Sª qual seria a sua posição a respeito dessa situação, ou seja, da possibilidade de a Petrobras, como li no artigo, tentar colocar no mercado os seus ativos da Braskem, o que ensejaria a possibilidade de termos como adquirente desses ativos empresas multinacionais – e até empresas nacionais, não sei – que podem colocar em risco essa situação, uma vez que a Petrobras passaria de sócia a fornecedora da matéria prima, que é a nafta.

Então, eu gostaria de saber a posição de V. Sª e qual seria a posição mais nacionalista para proteger a posição da Braskem aqui no Brasil, que, talvez, na Bahia, seja a coisa mais importante para o nosso desenvolvimento econômico. Além disso, o nosso Estado tem uma peculiaridade que, a meu ver, é diferente dos outros Estados: o PIB da Bahia está concentrado de Salvador a Camaçari, onde está a Braskem. Quase que 65% do PIB estadual está nessa região, e, portanto, interessa muito aos baianos assegurar essa produção. E, também, qual a segurança que pode nos dar a CVM, ajudando-nos nesse sentido?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Dr. Marcelo, por favor. (*Pausa.*)

Só aguardando se o Senador Pedro Chaves queria fazer...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Tasso, já foi aberta a votação?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Já abri a votação.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Está aberta a votação. Quem quiser pode votar.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Dr. Marcelo, para responder aos questionamentos feitos pelos Senadores.

O SR. MARCELO SANTOS BARBOSA – Pois não. Muito obrigado, Exmo Senador Tasso Jereissati.

Vou começar, então, com as questões formuladas pelo Exmo Senador Armando Monteiro, a quem agradeço pelas perguntas, todas elas são muito apropriadas e que tratam de temas variados, o que vai me permitir tocar aqui em diversos pontos importantes.

O primeiro deles é com relação à Medida Provisória 784. A Medida Provisória 784, como o Exmo Senador mencionou, no âmbito da CVM, basicamente trata da criação – da possível criação, se for

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aprovada – do acordo de leniência, da elevação dos valores máximos de multas e também da criação de um fundo a ser formado com os recursos arrecadados com essas multas. Ela trata de outros temas exclusivos ao Banco Central no aperfeiçoamento do procedimento administrativo deles.

Com relação especificamente à questão do sigilo – e essa foi uma das principais polêmicas surgidas –, eu vejo da seguinte maneira. Durante o processo de negociação da leniência, o sigilo certamente ajuda, como já funciona normalmente nos procedimentos administrativos na CVM em trâmite, mas, na negociação de um acordo, o sigilo certamente permite uma negociação em que as partes vão estar mais à vontade, o Estado de um lado e o ente privado do outro, para negociar colaborações e contrapartidas, e essas contrapartidas têm que ser relevantes.

Eu entendo a dificuldade existente e suscitada pelo Ministério Público de também ter acesso a essas informações quando existem também assuntos que são de competência do Ministério Público para apuração e efetiva responsabilização. Por notícias de jornal, eu entendi que está havendo uma negociação entre CVM, Banco Central e Ministério Público para que se chegue, vamos dizer, a um denominador comum que seja satisfatório para tais entidades, e eu acredito que é isso que se deve perseguir. Mas o sigilo, como princípio, eu acho que, durante o transcurso da negociação, tem benefícios para a sociedade inclusive, para que seja negociado um acordo que gere contrapartida, gere compromissos do ente privado que sejam relevantes.

Com relação ao *crowdfunding*, que é objeto da recente Instrução 588. Como eu havia dito aqui na minha exposição inicial, é um passo no sentido correto, refletindo práticas já consagradas em diversos mercados mais desenvolvidos, e acho que vai ser muito bem visto aqui no nosso mercado. O Brasil tem uma economia em desenvolvimento, mas, por outro lado, é um dos países com a população mais conectada que existe. Então, acho que esse tipo de modernidade vai ser bem absorvido aqui.

A instrução tem cuidados com relação à figura do pequeno investidor, e de duas maneiras; primeiro, com limites para investimento. Existem lá valores máximos de investimento por diferentes categorias de investidores. Tem o investidor que pode liderar essa captação via *equity crowdfunding* e tem os pequenos investidores que são tratados de uma forma especial. Então, de um lado existe isso. Do outro existe o compromisso com a transparência das plataformas e dos empreendedores. Então, no fundo é disso que a CVM cuida, em última análise. A CVM cuida de oferecer informação para o mercado investidor.

Quando nós vimos discussões... Eu vou tocar nesse ponto quando for tratar aqui da questão aventada pelo Senador Otto Alencar, mas a questão da informação é fundamental. Então, a informação precisa ser clara e tempestiva no material que será disponibilizado para todos os investidores, especialmente para os pequenos, porque muitas vezes nós vemos problemas decorrentes de até o mercado receber informação em excesso, sem o devido destaque para aquilo que é importante. Isso é fundamental.

Nos Estados Unidos existe um grande esforço nesse sentido; na Inglaterra existe um grande esforço nesse sentido de se separar uma quantidade substancial de informação, mas dela se destacar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aquilo que é mais importante, para que o investidor possa avaliar e formar sua convicção com relação ao risco do investimento. Então, com essa combinação, a preocupação do pequeno investidor, que é muito procedente, estará bem tratada.

Com relação à questão sobre o PLS 204, é curioso porque isso toca na questão seguinte que o Exmº Senador Armando Monteiro formulou e eu explico. Uma cessão de direitos de entes públicos, a meu ver, em teoria, deve ser estimulada. É uma forma de captação do ente público e – novamente vou recorrer à informação – feita com base em informações suficientes, passando por um processo de registro e de fiscalização adequados, está suficiente.

Voltarei aqui, então, para a questão do CRSFN. A gente viu um esforço muito grande de parte do Congresso para editar a lei de governança das estatais. O que essa lei fez? Trouxe uma disciplina legal mais rigorosa para as sociedades de economia mista. Se a gente transpuser para esse cenário aqui do PLS 204, a gente está falando basicamente do mesmo assunto. As sociedades de economia mista sendo governadas com uma disciplina mais rigorosa, esperando-se uma qualificação, um nível de responsabilização dos seus administradores, dentre diversas outras regras, espera-se que venham a funcionar de acordo com as práticas do mundo privado.

O mesmo aqui vale para a cessão de direitos de entes públicos. Se eles forem tratados com a mesma disciplina que vale para créditos de entes privados, acho que isso pode funcionar muito bem. Pode-se introduzir um novo mecanismo de financiamento.

Aí já passo para a questão relacionada aos recursos, ao Conselho. Acho normal, é um grau adicional de decisão. Quer dizer, as decisões do colegiado da CVM são por lei sujeitas à apreciação do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. No caso de absolvições, existe o recurso de ofício; no caso de condenações, o recurso é facultado ao condenado, e é natural que, vez ou outra, os componentes do Conselho entendam de forma diferente daquilo que entendeu o Colegiado da CVM. É uma decorrência de qualquer sistema de duplo grau, qualquer sistema recursal.

Se eu puder passar para a questão do Ex^{mo} Senador Otto Alencar, essa é uma preocupação que eu entendo. Qualquer grande indústria regional, quando passa por algum movimento estratégico sensível, isso preocupa a comunidade. E essa é uma preocupação que envolve decisões privadas dos dois sócios, tanto do grupo Odebrecht quanto da Petrobras, que é uma companhia que se encontra num processo sabidamente de desinvestimento. Esse sendo um desses desinvestimentos, no que isso toca a esfera de competência da CVM?

Em primeiro lugar, a Petrobras é uma grande companhia aberta, a Braskem é uma grande companhia aberta, então, as decisões que elas forem tomar, cada movimentação, sempre que isso configurar um fato relevante, isso vai ter que ser devidamente divulgado. A CVM não tem, entretanto, competência para podar a liberdade dos dois acionistas de investir ou desinvestir de uma forma ou de outra. Isso seria, talvez, uma intromissão excessiva de parte da CVM, mas ela tem, sim, como exigir que, nas decisões, os atos sejam praticados na forma da lei e das próprias instruções da CVM, com transparência. Não sei se respondi adequadamente a sua questão ou se sobra algum esclarecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O nosso questionamento, nossa preocupação, é que a Petrobras é sócia da Braskem. Ela se desfazendo dos ativos, vai passar a ser fornecedora da matéria-prima, que é a nafta, e esse contrato da Petrobras, de fornecimento da nafta, vai até 2045. Então, é nesse setor, é nesse item que me preocupo, porque tem que ser preservado esse fornecimento da nafta, e a Petrobras deixando de ser sócia para ser fornecedora pode querer alterar de alguma forma isso. Eu estava falando com o Senador Armando Monteiro que é uma coisa que atinge o Brasil como um todo, não só a Bahia. Se não me engano, são 29...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – A Braskem é uma multinacional.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Multinacional, mas tem 29 unidades aqui, dentro do Brasil, está no México, está nos Estados Unidos, tem uma grande planta no México, então, essa é a preocupação nossa. Sai um sócio, que é a Petrobras, que é uma empresa brasileira, uma estatal, para esses ativos serem adquiridos por uma multinacional, e isso nos preocupa. Essa questão de fornecimento da matéria-prima e as alterações contratuais podem levar a alguma falta de investimento. A Odebrecht não investindo agora e a Petrobras também não investindo, a nossa planta pode ficar, de alguma forma, sem uma modernização e perder a competitividade. A preocupação é só essa.

O SR. MARCELO SANTOS BARBOSA – Está certo. Eu não conheço os termos do contrato de fornecimento, mas eu imagino que ele sobreviva a um eventual desinvestimento.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas que passaria também pela CVM, não? É nessa...

O SR. MARCELO SANTOS BARBOSA – Não necessariamente. A mudança do contrato de fornecimento não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, de investimento não, mas de cumprimento dos itens do contrato.

O SR. MARCELO SANTOS BARBOSA – Não, a atuação da administração, a devida transparência, isso sem dúvida, mas não os termos em si do contrato de fornecimento.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Pedro Chaves e, em seguida, a Senadora Vanessa.

Lembro que já está aberta a votação, na cabine do lado direito.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o nosso bom-dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

As questões sugeridas são as seguintes. Neste mês, a CVM, junto com a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), lançou o Laboratório de Inovação Financeira. Vimos que se trata de iniciativa pioneira, com o objetivo de analisar, desenvolver e propor a criação de instrumentos de investimento, assim como de estruturas financeiras que maximizem a alavancagem do setor privado e que otimizem o uso de fundos doadores.

Já foram criados três grupos de trabalho no laboratório. Um deles trata de títulos verdes, os *green bonds*, que, sabemos, são instrumentos de renda fixa semelhantes aos títulos tradicionais de mercado, tendo por diferencial que o dinheiro vai exclusivamente para projetos com princípios sustentáveis, sendo verificados por avaliação externa. A Srª Justine Leigh-Bell, Diretora do Climate Bonds, no final de 2016, estimou que havia um potencial de mercado no Brasil de até US$5 bilhões de emissões de títulos verdes neste ano.

A pergunta: do seu ponto de vista, qual a perspectiva dos títulos verdes no Brasil? Há potencial para maior crescimento? Como a CVM os regula? Por fim, há mecanismo de incentivo para emissão desses títulos?

Há uma segunda pergunta. A onda de ataques cibernéticos globais neste ano causou preocupação a empresas e a mercados de capitais no mundo inteiro. A Organização Internacional das Comissões de Valores (OICV) define risco cibernético como potenciais resultados negativos associados a ataques cibernéticos. Esse é um tópico cada vez mais presente nos fóruns de reguladores internacionais de mercado de capitais e nas pautas de mudanças regulatórias dos diversos países.

Pergunta: como a Comissão de Valores Mobiliários tem trabalhado a questão do risco cibernético no Brasil para diminuir as chances de ataques que possam atingir o mercado de capitais?

Segundo, especificamente sob sua presidência, que medidas seriam implantadas para reduzir ao máximo esse risco?

São essas duas.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Antes de lhe devolver a palavra, Dr. Marcelo, para a gente fazer em bloco, a Senadora Vanessa. (*Pausa.*)

Senadora Vanessa, gostaria de perguntar agora?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Tanto faz. Pode ser agora ou pode ser depois. Para mim não há...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Está na sua vez.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito. Eu achava que eram perguntas e respostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Como só falta V. Exª, V. Exª pode fazer logo as suas para que ele responda junto com as do Senador Pedro Chaves.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Certo.

Eu cheguei um pouco atrasada, vi um questionamento e, logo em seguida, a resposta.

Primeiro quero cumprimentar o Dr. Marcelo e dizer que essas sabatinas são importantes não só para verificar o nível de conhecimento, mas para debater a própria política do órgão cujo sabatinado está posto à análise do Senado Federal.

Eu tenho dois questionamentos – e quero, desde já, agradecer muito à Consultoria do Senado, que tem nos ajudado muito para que dúvidas importantes sejam dirimidas– que, tenho certeza, não só pelos membros do Senado, contribuem muito também para o bom entendimento da sociedade.

Um dos questionamentos – serão apenas dois – é de que, ainda hoje, a gente vê muitas publicações de empresas de capital aberto, de empresas públicas de capital aberto, sendo publicadas em jornais impressos, nos meios de comunicação impressa. Isso – não precisa nem falar – é de um custo elevadíssimo, uma página duas páginas, três páginas, às vezes, um caderno inteiro. Mas a gente tem conhecimento também de que a própria Comissão de Valores Mobiliários (CVM) vem reduzindo as exigências nesses casos de publicação em meios de comunicação, em jornais impressos de grande circulação nacional.

Entretanto, outras não, como, por exemplo, da publicação dos balanços, de que ainda permanece a obrigatoriedade. E isso faz com que o custo das empresas se eleve significativamente. E no momento em que nós vivemos, em que aqui mesmo a administração do Senado tem procurado diminuir drasticamente os papéis, a gente tem tudo pela internet. E hoje essas publicações podem ser feitas na internet e ter talvez um espectro, um alcance muito maior do que aquele tem com a publicação – se não integral, obviamente que não é integral, mas é uma parte significativa – nos jornais, nos meios impressos. Por exemplo, em casos de balanços que são publicados, quatro ou cinco páginas. Se não poderia: "No dia de hoje foi publicada na página, no sítio oficial". Ou seja, um anúncio num jornal, num meio de comunicação de várias páginas que tem um custo 10x poderia ter o curso de um x, publicando com bastante destaque que naquele dia, a partir daquele dia, foi disponibilizada a publicação de tais informações pela internet.

Então, o senhor poderia... Eu gostaria que o senhor nos explicasse aqui se ainda mantém a obrigatoriedade da publicação dos balanços ou de outras informações em periódicos. Quais seriam as informações que ainda precisam ser publicadas nesses periódicos por exigência da CVM? E se existem alguns obstáculos para que se adote solução de divulgação das informações através do meio digital, se esses impasses, se esses obstáculos poderiam ser resolvidos pela Comissão de Valores Mobiliários ou se precisaria ou se haveria necessidade de uma mudança na legislação brasileira. Então esse é o primeiro questionamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A segunda questão é que essas investigações que crescem no Brasil – isso é muito importante que aconteça e eu penso que não deva ser apenas uma fase, mas deva ser algo permanente – em torno do funcionamento das empresas, sobretudo das empresas públicas e das empresas privadas também que têm ações que são negociadas em bolsas, em bolsas no exterior, Bolsa de Nova York, por exemplo, elas têm gerado – a gente percebe isso – um certo conflito entre a CVM e a sua agência similar norte-americana, que é a SEC, Securities and Exchange Commission. E a gente tem percebido que as multas aplicadas no exterior têm tido um valor significativo. A gente vê a Petrobras e a Odebrecht negociando no exterior multas e punições muito maiores do que aquelas que são negociadas no Brasil. E isso – não só no meu entendimento, mas principalmente no daqueles que acompanham de perto a economia dessas empresas – pode até mesmo minar a sobrevivência dessas empresas brasileiras, além de desequilibrar a sua capacidade de competição, sobretudo com empresas norte-americanas, e pode criar, inclusive, dificuldades para as autoridades brasileiras no sentido de as autoridades brasileiras virem a cobrar valores também por aqueles malfeitos, porque pode, inclusive, suscitar: "Não, eu não vou pagar duas multas pelo mesmo problema, por uma mesma falta, eu não vou pagar a dois órgãos diferentes por uma mesma falta." Ou seja, isso pode promover uma forte limitação na capacidade de investigação e de cobrança por parte das autarquias, dos organismos nacionais.

Eu pergunto ao senhor então: qual é o comportamento que vem sendo adotado pela CVM ou que deverá vir a ser adotado na sua eventual gestão à frente da presidência da autarquia em relação a esse conflito de interesses? E, segundo: existiria alguma previsão legal para aquilo que parece ser, na prática, um compartilhamento de competências entre CVM e SEC?

Eu repito: isso é muito grave. Nós temos conhecimento, Senador Tasso, de uma comissão de investigação formada no âmbito da Petrobras que consome recursos elevadíssimos. Acho até que precisaríamos fazer uma audiência pública para debater isso. Há uma comissão "independente" – entre aspas – que foi formalizada cujos custos de manutenção... Essa comissão independente contrata consultorias externas para promover fiscalização que têm custos astronômicos, e quem banca os custos é a própria Petrobras.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É, a própria Petrobras.

E essas informações das investigações são compartilhadas? No meu entendimento, se há essas exigências internacionais, também no âmbito internacional deveria haver regulamentação de compartilhamento de informações. Se há organismos de fiscalização nos Estados Unidos, no Brasil ou em outros países, que se compartilhem as informações e, inclusive, a cobrança das multas seja de comum acordo e a repartição também, porque acionistas de empresas não existem só lá nos Estados Unidos, mas aqui no Brasil também.

Então, são esses os dois questionamentos que faço a V. Sª. No mais, desejo sucesso nessa empreitada e na análise do Senado Federal, Dr. Marcelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Vanessa.

Dr. Marcelo, por favor, com a palavra.

O SR. MARCELO SANTOS BARBOSA – Muito obrigado, Exmº Senador Tasso Jereissati.

Vou começar, então, pelas questões do Exmº Senador Pedro Chaves a respeito da inovação financeira e dos *green bonds*.

Esse é um esforço que inclui não só a atuação da CVM, mas também do Banco Central, e reflete uma tendência mundial. Existem diversas companhias ainda em estágio inicial de evolução que se dedicam a prestar serviços financeiros ou serviços de aconselhamento no mercado de capitais ou serviços regulados por essas entidades que mencionei e que têm interesse em entrar no mercado, em oferecer esses serviços.

Em alguns países, e posso citar Singapura, Inglaterra, Austrália, já existem regras que permitem o acesso dessas instituições que trabalham com inovação, com serviços financeiros amparados em bases tecnológicas. Existe já uma regulamentação específica que as autoriza a iniciar suas atividades com uma espécie de autorização precária, para dar tempo de essas companhias se provarem, de testarem seu modelo de negócio. Sei que existem discussões aqui, no Brasil, sobre isso.

A questão aqui, principal, pelo menos no que toca à CVM, é sobre se haverá algum prestador de serviço no mercado cujo serviço dependa de autorização da CVM. Ele, obviamente, primeiro deverá buscar a CVM. A CVM obviamente não pode deixar de acompanhar a evolução. Ela tem que entender que as coisas mudam. Houve essa regulamentação agora do *equity crowdfunding,* razoavelmente recente, e ela tem que estar preparada para aceitar a entrada no mercado de outros prestadores de serviços. Ela não pode se negar a aceitar a evolução tecnológica.

Então, este é um ponto para o qual ela deveria estar, e certamente estará, atenta: adequar a sua regulação para aceitar esses prestadores de serviços e essas atividades, mas também garantindo que as devidas informações não deixem nunca de serem prestadas e que os investidores e os clientes desses serviços nunca deixem de estar atentos quanto aos riscos que existem, e devidamente garantidos.

Com relação à questão dos *green bonds,* acho que eles têm o apelo natural de, primeiro, ajudar a financiar um investimento que é sustentável. Esse já é um apelo natural. Então, será muito bom se o mercado de capitais puder servir como um ambiente para ajudar a financiar esse tipo de investimento. E acho que todos os incentivos razoáveis devem ser dados, sem deixar, claro, de atentar para a necessária segurança que os investidores têm de ter. Então, ele tem que saber qual é o risco existente em um investimento desses, qual é o modelo de negócio que está por trás, esse tipo de coisa. Acho que, evidentemente, ele bem colocado, bem explicado, poderá ter um apelo natural.

Com relação ao risco cibernético, segunda pergunta do Senador Pedro Chaves, eu estou, sim, acompanhando de fora, não sei o que está sendo feito hoje dentro da CVM, mas, como alguém que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acompanha a autarquia já há uns bons anos, sei que o plano da CVM, de gestão das suas atividades, que adota o modelo de supervisão baseada em risco, já leva isso em conta. Existem diversas iniciativas dentro da casa que levam em conta esse risco de ataques cibernéticos. E, se eu tiver a honra, de fato, de ser aceito aqui, de contar com o voto da maioria das Exmas Srªs Senadoras e dos Exmos Srs. Senadores, será uma preocupação das principais.

Se eu puder passar então às questões da Exma Senadora Vanessa Grazziotin, a quem eu agradeço as perguntas muito apropriadas, gostaria de dizer que, em relação à primeira delas, é interessante como a gente faz aqui uma ponte, passando das inovações financeiras e do risco cibernético para a era do papel.

A obrigação de publicação está prevista na Lei das S.A. Então, há uma lei ordinária que impõe a publicação não apenas dos balanços, como também de editais de convocação de assembleias e atas das companhias abertas, entre outras. Essa foi uma discussão que, pelo que me lembro, existiu na reforma da Lei das S.A., de 2001, quando houve uma tentativa de supressão ou, talvez, apenas de redução dessa obrigação de publicação em papel de tantos documentos. Mas isso acabou não sendo alterado.

Eu devo dizer que, pessoalmente, compartilho da preocupação da Exma Senadora, porque eu vejo que as pessoas que acessam o mercado, que procuram se informar sobre as companhias, consultam basicamente páginas da Internet, não mais o papel. Mas também acho, por outro lado, que mudanças nesse sentido têm que ser feitas gradativamente, até porque é muito importante nós levarmos em conta que existem muitas pessoas que acessam o mercado hoje e que ainda usam, como primeira fonte de consulta, os jornais, os periódicos onde são publicados esses atos. Contudo, eu entendo que deveria haver uma discussão do que se poderia fazer a esse respeito.

Quanto a conteúdo, entretanto, eu acho os balanços e as demonstrações financeiras de extrema importância. Eu acho que eles são até pouco consultados. O investidor médio, no Brasil, ainda não lê os balanços – e deveria ler – para poder cobrar mais das companhias, para pode cobrar mais da administração das companhias o que está descrito, o que está refletido ali nos balanços. Isso traria um efeito de melhoria muito grande no mercado caso fosse feito.

E, por fim, refiro-me a outra pergunta muito apropriada de S. Exª com relação a essa situação de dualidade, de companhias que acessam mercados estrangeiros, principalmente o mercado norte-americano, e que também estão sujeitas à esfera de competências das autoridades brasileiras.

Bom; quando a companhia escolhe listar os seus valores mobiliários em um mercado estrangeiro, ela, necessariamente, se submete à legislação daquele país e também à jurisdição das autoridades daquele país. Então, o retorno esperado com o acesso a um mercado mais pujante vem ao custo da submissão à lei estrangeira e também às autoridades estrangeiras. Essa é uma escolha que a companhia faz quando resolve listar os seus valores mobiliários em outra jurisdição.

Existem diversas iniciativas, de parte da CVM, de colaboração com autoridades estrangeiras. As Comissões de Valores Mobiliários mantêm uma cooperação constante através da Iosco (Organização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Internacional das Comissões de Valores), e, especificamente, com a SEC (Securities and Exchange Commission), a CVM mantém também um diálogo, quer dizer, existe esse canal aberto. E eu acho que deve haver uma comunicação constante para facilitar investigações de uma e de outra. Existem casos de companhias brasileiras abertas que foram alvo de inquéritos e de processos administrativos aqui da CVM provocados por informações que foram recebidas via Departamento de Justiça dos Estados Unidos. Então, essa colaboração pode ajudar bastante.

E eu concordo plenamente com a observação que a Senadora fez de que esse processo de investigação deve vir para ficar. As companhias devem estar atentas, os agentes do mercado devem estar atentos às suas condutas para que elas estejam conforme a lei. Isso é muito importante e acho que vai ser salutar para as companhias brasileiras, para o mercado brasileiro e para a economia como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Dr. Marcelo.

Na verdade, nós estamos na expectativa de mais um voto, de mais uma presença para dar o quórum necessário. Estamos chamando alguns Senadores.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu vi que V. Exª me olhou. Ele me respondeu, e eu gostaria de acrescentar...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Claro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... algo que para mim não está claro.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Claro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E já que nós temos tempo...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Claro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, muito obrigada, Presidente.

Sobre essa comissão criada no âmbito do comitê de investigação norte-americano sobre a Petrobras, essa comissão que foi formada por indicação deles, cujo custo, repito, é elevadíssimo – nós tomamos conhecimento desse custo –, se a CVM compartilha, em tempo real, de todos os trabalhos e todas as informações dessa comissão.

O SR. MARCELO SANTOS BARBOSA – Eu não sei, eu não tenho conhecimento do quanto de informações a CVM recebe; é uma informação que acho que somente realmente a própria CVM, hoje em dia, teria como responder. Mas eu não sei e também não sei qual é o custo dessa comissão. Eu sei que a Petrobras, por conta de todos os eventos recentes de que nós temos conhecimento, vem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

realizando alguns trabalhos internos de investigação, mas eu infelizmente não sei responder à Senadora com relação a quanto de informação a CVM tem a respeito, hoje.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sim.

O SR. MARCELO SANTOS BARBOSA – É uma informação interna a que eu infelizmente não tenho acesso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente Tasso, temos tempo para...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Claro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Há uma questão que gostaria de ouvir do Dr. Marcelo, uma avaliação, que é sobre essa mudança da TJLP, porque existe a Medida Provisória 777, que tramita aqui e há uma preocupação com o encarecimento, vamos dizer, do custo dessas linhas de financiamento de prazo mais longo. No entanto, há, sem dúvida nenhuma, uma avaliação de que a introdução dessa TJLP vai permitir uma redução do custo fiscal dos subsídios implícitos e, ao mesmo tempo, imagina-se que aumentará a potência da política monetária, tendo em vista que hoje essas operações, esse estoque de operações com custo de TJLP obrigam, por assim dizer, a autoridade monetária a calibrar ou a sobrecalibrar as operações e o custo das operações livres.

Então, eu queria saber se essa mudança de padrão vai ter ou poderá ter um impacto no desenvolvimento do mercado de capitais. Qual é a sua avaliação dessa mudança?

O SR. MARCELO SANTOS BARBOSA – Primeiro, antes de qualquer coisa, já pedindo desculpas aqui porque não sou economista, vou limitar aqui a minha opinião, para não entrar em terreno estranho. De qualquer forma, pelo que eu conheço dessa mudança, a TLP permitirá maior previsibilidade e maior transparência para as operações que forem lastreadas nessa taxa. Isso por si já é muito bom para o mercado. Os investidores em títulos de dívida, enfim, o mercado de financiamento de uma forma geral certamente vai receber isso muito bem. É o que eu tenho ouvido de economistas muito respeitados e espero que realmente essa seja uma mudança positiva.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Nós já temos o quórum necessário. Peço que seja encerrada a apuração eletrônica. Vamos ao resultado.

Encerrada a apuração eletrônica dos votos, foi verificado o seguinte resultado para o Sr. Marcelo Santos Barbosa:

SIM, 14; NÃO, zero.

Não houve abstenção.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu queria requerer, se V. Exª permitir, que a matéria possa seguir para o plenário. Faço o requerimento para que ela possa já seguir para o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Requerimento em votação.

Os que concordam fiquem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal.

A Comissão aprova o nome do Sr. Marcelo Santos Barbosa para exercer o cargo de Presidente da CVM.

A matéria vai a plenário.

O Sr. Marcelo Barbosa – parabenizo-o e desejo-lhe sucesso em suas novas atribuições – fica dispensado desta sabatina.

Agradeço novamente a sua presença.

O SR. MARCELO SANTOS BARBOSA – Muito obrigado aos presentes.

Houve perguntas muito interessantes. Enfim, em tudo se confirmando, fico à disposição de V. Exªs. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu apresentei perante a Mesa um requerimento para realização de audiência pública. Se possível, solicito, Presidente, a leitura, para que na próxima reunião possamos apreciá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Leitura do requerimento de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin:

> Com base no artigo 50, *caput*, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convocado o Ministro da Fazenda, Sr. Henrique de Campos Meirelles, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca dos vetos à Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e Execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências" (LDO para 2018), considerando a Mensagem nº 227, de 8 de agosto de 2017 (Mensagem de Vetos), e também sobre o anúncio pelo Governo de alterações das metas fiscais para o ano de 2017 e 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu queria comunicar à Senadora Vanessa que já foi aprovado aqui no Senado, na Comissão, um convite ao Sr. Henrique Meirelles, de autoria da Senadora Gleisi, para explicar perante esta Comissão a iminência do retorno do Brasil ao mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU) e as providências que o Governo está tomando para reverter esse processo inaceitável.

Faço duas colocações e ponderações a V. Exª: se não seria consistente fazer na mesma ocasião um e outro e se não seria mais adequado, neste momento, um convite, em vez de convocação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito, Sr. Presidente. Eu estou imaginando que, se fizermos isso, poderíamos até aprovar o requerimento hoje, primeiro, aceitando que seja óbvio uma única vinda, transformada a convocação em convite, e para ele vir falar, além do que já está aprovado, que é o retorno do Brasil ao mapa da fome, de duas questões que todos consideramos fundamentais para esta Comissão, que foram os vetos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e as possíveis mudanças nas metas, que ainda não foram anunciadas, então acho que até deveríamos esperar mais tempo.

Então, aceito as ponderações de V. Exª, primeiro, transformando o requerimento em convite, e mantendo a simultaneidade para que possamos, numa única vinda do Ministro Henrique Meirelles, debatermos todos esses assuntos. E aí eu não veria qualquer empecilho de votação hoje, porque apenas estaríamos agregando dois novos assuntos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pois não. Obrigado, Senadora Vanessa.

Coloco em votação o requerimento da Senadora.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 123, de 2017

- Não terminativo -

Com base no artigo 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado o Ministro da Fazenda, Sr. Henrique de Campos Meirelles, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca dos vetos à Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e Execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências" (LDO para 2018), considerando a Mensagem nº 227 , de 8 de agosto de 2017 (Mensagem de Vetos), e também sobre o anúncio pelo Governo de alterações das metas fiscais para o ano de 2017 e 2018.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aqueles que concordam fiquem como estão. (*Pausa.*)

Estou colocando no mesmo dia em virtude de ser apenas uma agrupação a um requerimento já votado.

Aprovado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pela ordem, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, uma ponderação a V. Exª. Eu fui Relator *ad hoc,* na reunião anterior, do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2016, de autoria do Senador Omar Aziz, que excepcionaliza as despesas de contratação de recursos para segurança pública. A matéria foi objeto de um pedido de vista coletiva e estaria para ser apreciada hoje como item 11 da pauta.

Eu queria fazer uma ponderação a V. Exª. Tendo em vista o baixo quórum e a ausência do Senador Omar Aziz, eu pediria a V. Exª que concedesse a retirada de pauta do item 11, aguardando a presença do Senador Omar Aziz, que é o autor do projeto e tem todo interesse em manifestar a sua opinião pessoal sobre o projeto. Portanto, o pedido que faço é que se retire de pauta o item 11.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Retirado de pauta o PLS 247, de autoria do Senador Omar Aziz.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para excetuar ações de segurança pública da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes dessa lei.

Autoria: Senador Omar Aziz

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável ao projeto

Observações:

1. Em 08/08/2017, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o item 2 é de autoria do Senador Ricardo Ferraço e de minha relatoria. Estou pronto para fazer o relatório. Tudo bem que seja terminativo, mas, se a gente já deixasse adiantado o relatório, facilitaria para as sessões seguintes.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pois não.

Vou passar à leitura do item primeiro, que é não terminativo, e, em seguida, à leitura desse item de que V. Exª, Senador Valdir Raupp, é o Relator. (*Pausa.*)

Vamos direto à leitura do relatório do Senador Valdir Raupp sobre o projeto de lei de autoria do Senador Ricardo Ferraço, PLS nº 280. Ele é terminativo, mas vamos fazer a leitura e já dar como lido e discutido.

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2013

- Terminativo -

Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré-sal.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CI.

2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Esporte e Cultura, com parecer favorável ao projeto, com a emenda nº 1-CI-CE, na forma da subemenda nº 1-CE.

3. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CI-CE-CAS (nos termos das Subemendas nº 1-CE-CAS e nºs 2, 3 e 4 –CAS) e com a Emenda nº 2- CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2013, de autoria dos ilustres Senadores Ricardo Ferraço e Cristovam Buarque, cujo principal objetivo é garantir que os recursos decorrentes do bônus de assinatura nos contratos para exploração de petróleo sob o regime de partilha de produção sejam integralmente destinados ao Fundo Social, com vinculação para as áreas de educação e saúde.

O PLS é constituído por dois artigos, sendo o segundo a cláusula de vigência. Já o art. 1º dá nova redação a dispositivos da Lei nº 12.351, de 2010, que, entre outras providências, instituiu o Fundo Social.

Na justificação, os autores argumentam que, como o petróleo é finito, é necessário preparar a sociedade para quando essa importante fonte de recursos se exaurir. A melhor forma de fazê-lo é investindo no capital humano das gerações futuras, ou seja, na educação básica e na saúde infantil.

O PLS foi distribuído para as Comissões de Serviços de Infraestrutura; de Educação, Cultura e Esporte; de Assuntos Sociais; bem como para esta Comissão de Assuntos Econômicos, à qual caberá decisão terminativa.

Na Comissão de Infraestrutura, a matéria foi aprovada com uma emenda, que alterou a redação proposta para o parágrafo único do art. 51, desmembrando-o em dois parágrafos. No PLS, havia a garantia de que, se retirados recursos do principal, saúde e educação receberiam, no mínimo, a mesma proporção dos aportes do bônus de assinatura. Já a emenda propõe que saúde e educação recebam, no mínimo, os aportes provenientes dos bônus de assinatura. É uma diferença sutil, mas relevante. O PLS limita-se ao caso em que são utilizados recursos do principal. Já a emenda prevê a destinação de todos os recursos oriundos do bônus de assinatura para educação e saúde.

A Emenda nº 1 – CI também corrigiu problemas de técnica legislativa na nova redação proposta para os arts. 47 e 49 da Lei nº 12.351, de 2010, introduzindo uma linha pontilhada após as alterações propostas para indicar que os demais dispositivos daqueles artigos não seriam alterados pelo PLS.

A Comissão de Educação também aprovou a matéria, com apresentação de uma subemenda à Emenda nº 1 – CI. Conforme explicado anteriormente, a legislação atual prevê que os recursos do Fundo Social, entre outras áreas, poderão ser aplicados em educação. O PLS propõe restringir para educação básica. A subemenda apresentada pela Comissão de Educação propõe restringir ainda mais, para educação básica pública.

Na CAS, o projeto também foi aprovado com emendas e subemendas. Eles mantiveram a restrição de que os recursos do Fundo Social seriam utilizados apenas para financiamento da educação básica pública.

Além disso:

i) Seria mantida a atual redação, que prevê destinação de recursos para saúde em geral, sem qualificação da faixa etária diretamente beneficiada;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ii) Estabeleceram que os recursos provenientes do Fundo Social a serem aplicados em saúde não seriam incluídos no cômputo dos gastos mínimos para a área previsto no art. 5º da Lei Complementar nº 141, de 2012.

Nesta Comissão, o PLS chegou a ser relatado *ad hoc* pelo Senador Walter Pinheiro, que acatou todas as emendas e subemendas até então apresentadas na forma de nova emenda. Essa emenda:

i) Manteve a ementa proposta pela Emenda nº 2 – CAS;

ii) Restringiu os recursos para financiar a educação básica à educação básica pública;

iii) Acolheu a sugestão da Subemenda nº 3 – CAS (à Emenda nº 1 – CI) de permitir que os recursos do Fundo Social financiassem qualquer programa de saúde pública, e não somente de saúde pública infantil;

iv) Acolheu a sugestão da Subemenda nº 4 – CAS (à Emenda nº 1 – CI) de que os recursos provenientes do Fundo Social a serem aplicados em saúde não seriam incluídos no cômputo dos gastos mínimos para a área, previsto no art. 5º da Lei Complementar nº 141, de 2012.

Destacamos inicialmente que este PLS trata da matéria de competência da União, tendo em vista que as receitas do bônus de assinatura lhe pertencem, o que torna legítima sua apreciação pelo Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 48 da Constituição Federal. Ademais, a iniciativa é legítima, tendo em vista que a matéria não se insere entre aquelas de competência privativa do Presidente da República, elencadas no §1º do art. 61, também da Constituição.

Conforme descrito no Relatório, a matéria inova o marco regulatório atual, ao propor nova destinação para as receitas do bônus de assinatura. Além disso, atende aos demais pressupostos de juridicidade, como coercibilidade, generalidade e abstratividade.

Destaque-se também que o texto está vazado na boa técnica legislativa, seguindo as orientações constantes da Lei Complementar nº 95, de 1998, exceto por um pequeno erro na redação proposta para os arts. 47 e 49 da Lei nº 12.351, de 2010, sanados pela Emenda nº 1 – CI, conforme descrevemos anteriormente.

Nas três Comissões pelas quais este PLS passou, bem como nesta CAE, todos os relatores que me antecederam foram unânimes em apontar as fortes carências que temos nessas áreas, bem como a necessidade de recursos. Mantemos essa posição, afinal, as evidências são óbvias.

Na educação, o Brasil sistematicamente está entre os últimos colocados em avaliações internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA), patrocinado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Na edição de 2015 do exame, que é realizado a cada três anos, cerca de 45% dos estudantes apresentaram desempenho considerado insatisfatório. Entre 72 nações que participaram, nossa melhor posição foi a 59ª colocação na área de leitura. Na pior, obtivemos a 66ª colocação em matemática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Além da deficiência no aspecto qualitativo, há ainda a questão quantitativa. Menos da metade das crianças tem acesso à creche. De acordo com dados do IBGE, menos de 20% dos jovens concluem o ensino médio na idade correta. Além disso, cerca de 1,3 milhão de jovens entre 15 e 17 anos havia abandonado os estudos sem concluir o ensino médio.

Tampouco resta dúvida de que gastos com saúde e educação são investimentos em capital humano, com elevado retorno no longo prazo. É importante direcionar os recursos do petróleo – finitos, por definição – em áreas como essas, de forma que, uma vez exauridas nossas reservas, a sociedade possa se manter de forma sustentável no futuro.

Diante disso, o que devemos discutir nesta Comissão são três pontos:

i) O Fundo Social deve financiar projetos na área de educação que não se limitem à educação básica e pública?

ii) O Fundo Social deve financiar projetos na área de saúde que não se limitem à saúde pública infantil?

iii) É conveniente vincular os recursos do bônus de assinatura a saúde e educação?

Em relação à primeira pergunta, nossa resposta é afirmativa. Os recursos do Fundo Social deveriam mesmo ser direcionados somente para a educação básica. Replicando os argumentos já apresentados na CI e CE, o Brasil gasta muito pouco na educação básica, comparativamente à educação superior. O gasto com educação superior no Brasil corresponde a cerca de 85% dos gastos observados nos países da OCDE. Já em relação à educação básica, esse percentual cai para pouco mais de 30%.

Igualmente entendemos que o Fundo Social deve financiar somente projetos na educação básica pública. As escolas públicas absorvem cerca de 90% dos estudantes.

Por esse motivo, acatamos o conteúdo das Subemendas nº 1 – CE e nº 2 – CAS, ambas subemendas à Emenda nº 1 – CI.

Sobre a segunda questão, se os programas financiados pelo Fundo Social devem se restringir à saúde pública infantil, nosso entendimento é que não devem. Conforme apontou o Parecer aprovado pela CAS, a vinculação de recursos para investimento exclusivo na saúde das crianças contraria o princípio de constituição do SUS. Por esse motivo, aproveitaremos o conteúdo da Subemenda nº 3 – CAS (à Emenda nº 1 – CI).

A terceira questão diz respeito à conveniência de se criarem novas vinculações no orçamento. É de amplo conhecimento que o orçamento brasileiro é extremamente engessado, com cerca de 90% das despesas primárias já comprometidas com gastos pré-especificados.

Mesmo reconhecendo as restrições fiscais, entendemos que prevalece o fato de que investimento em capital humano, sobretudo em educação básica, traz retornos elevados, superiores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

até ao custo da dívida. Ademais, o fato de os recursos do petróleo serem finitos nos obriga a aplicá-los em ações que tragam frutos no longo prazo.

Sobre as emendas e subemendas apresentadas nas Comissões que nos precederam, já nos manifestamos favoravelmente ao acolhimento do conteúdo das Subemendas nºs 1 – CE, e 2 e 3 – CAS (ambas em relação à Emenda nº 1 – CI).

Discordamos, contudo, da Subemenda nº 3 – CAS (à Emenda nº 1 – CI), que estabelece que os recursos provenientes do Fundo Social não sejam computados para fins do cálculo do montante mínimo a ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 141, de 2012. Na prática, essa subemenda estabelece que o montante mínimo de gastos com saúde deve ser maior do que o vigente.

Tendo em vista que recentemente, e por duas vezes, o Congresso Nacional deliberou – por meio de Emendas à Constituição – sobre o mínimo de gastos com saúde, não entendemos ser conveniente aprovar um dispositivo que, na prática, aumenta esse piso. Além disso, é necessário compatibilizar esses gastos com o Novo Regime Fiscal, que impõe um teto para as despesas primárias da União.

Em relação à alteração na redação da ementa proposta pela Emenda nº 2 – CAS, entendemos ser meritória, e a aproveitaremos.

Por fim, em relação à Emenda nº 1 – CI, vários de seus dispositivos já foram comentados, quando discutimos as Subemendas apresentadas na CE e na CAS, bem como a correção dos problemas de técnica legislativa.

Resta discutir a alteração proposta para o parágrafo único do art. 51 da Lei nº 12.351, de 2010. Conforme já explicamos, a Emenda nº 1 – CI desmembrou esse parágrafo único em dois, estabelecendo que educação e saúde receberão a totalidade dos recursos do bônus de assinatura. No texto original, essas áreas receberiam, no mínimo, a proporção equivalente à participação relativa dos bônus de assinatura nos aportes totais do fundo quando houver aplicação dos recursos do principal. Portanto, se os recursos do principal forem utilizados integralmente, as duas redações se equivalem. Do contrário, não.

Entendemos que a redação original é mais pertinente. Em primeiro lugar, porque a Emenda nº 1 – CI pode ser interpretada como sendo obrigatório o uso de todos os recursos do bônus de assinatura. Já a ideia do FS é justamente utilizar o rendimento acumulado. O principal somente deve ser sacado em casos excepcionais. Adicionalmente, o inciso III do art. 2º da Lei nº 12.858, de 2013, já garante que, no mínimo, 50% dos recursos do FS serão gastos em educação e saúde. Aproveitaremos a redação proposta pelo ilustre Senador Walter Pinheiro, que relatou *ad hoc* anteriormente o PLS junto a esta Comissão.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2013, com acolhimento parcial das Emendas nos 1 – CI e 2 – CAS, e das subemendas nºs 1 – CE, 2 e 3 – CAS, na forma da seguinte emenda substitutiva, e pela rejeição da Subemenda nº 4 – CAS.

Emenda nº - CAE (SUBSTITUTIVO)

Art. 1º A Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 47. .....
I – da educação básica pública;
.....
IV – da saúde pública;
....." (NR)
"Art. 49. .....
I – a integralidade do valor do bônus de assinatura definidos nos contratos de partilha de produção;
....." (NR)

Art. 51.....
Parágrafo único. Constituído o FS e garantida a sua sustentabilidade econômica e financeira, o Poder Executivo, na forma da lei, poderá propor o uso de percentual de recursos do principal para a aplicação nas finalidades previstas no art. 47, na etapa inicial de formação de poupança do fundo, assegurada a destinação à educação básica pública e à saúde pública de, no mínimo, o valor proporcional à participação relativa dos bônus de assinatura nos aportes totais ao Fundo." (NR)

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Como a matéria é terminativa...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Agripino e Senador Otto.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma ponderação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu pediria a V. Exª...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – É rapidinho, Senador Otto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Não é nem por isso. (*Risos.*)

Sr. Presidente, essa matéria é terminativa e, claro, exige quórum qualificado. Não sei se nós temos quórum qualificado neste momento, mas encerrar a discussão sem o quórum qualificado de verificação eu acho que seria um pouco de precipitação.

Eu consultaria os membros da Comissão se nós não poderíamos encerrar a discussão quando houvesse quórum para deliberação.

É a sugestão que faço e a ponderação que apresento aos membros da Comissão.

Trata-se de uma matéria importante. Eu acho que a sua discussão deve ser feita no limite da exaustão e quando houver quórum para deliberação. Aí sim se encerra a discussão e se coloca em votação.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu ia fazer uma ponderação a V. Exª, mas com a questão de ordem do Senador Agripino concordo plenamente, porque não há quórum para deliberação. Deveria deixar a discussão para outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, a discussão fica adiada para quando houver quórum qualificado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas faço um pedido a V. Exª, Senador Tasso Jereissati. O meu item é o item 9, não terminativo. Eu queria solicitar a V. Exª, se pudesse, para me dar o direito de relatar, porque, não sendo terminativo, ele poderia ser votado hoje. É um projeto do Senador Romário, é o item 9. Eu pediria que V. Exª invertesse a pauta, para que eu pudesse relatar o projeto do Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Com o maior prazer, Senador Otto.

Eu apenas queria consultar o Senador Armando Monteiro, de quem é o próximo item...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – O nosso é o item 3, mas estou entendendo que o nosso Senador Otto tem alguma urgência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não. O de V. Exª é não terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É terminativo, mas ele faria apenas a leitura.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – É uma leitura complementar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu espero. Não há problema algum.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Por favor!

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pode ir. Eu não sabia que V. Exª estava a ponteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Posso aguardar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Otto relata, então, e, em seguida, o Senador Monteiro.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 67, DE 2015

- Não terminativo -

Altera o artigo 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para estender o seguro de vida e acidentes para atletas em competições internacionais.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: favorável ao projeto.

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.*

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, começo por destacar aqui a sensibilidade do Senador Romário, que foi um grande atleta, um dos maiores craques do Brasil, entre os dez ou entre os cinco melhores. Eu sou fã do Romário pelo que ele desempenhou. Foi campeão mundial em 1994, naquela memorável Copa do Mundo. Ele fez e apresentou um projeto que acho condizente para o momento atual, que é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Projeto de Lei nº 67, de 2015, de autoria dele, para alterar a Lei 9.615, de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto, com o intuito de garantir a proteção dos atletas brasileiros, quando atuam em competições internacionais, mediante contratação obrigatória de seguro de vida e de acidentes por parte de entidades de prática desportiva e de administração do desporto.

O projeto contém três artigos. O primeiro registra o escopo da lei; o segundo propõe nova redação ao art. 45 da Lei nº 9.615, de 1998, para estender ao atleta profissional ou amador que represente o Brasil em competições internacionais o mesmo direito a seguro de vida e acidentes pessoais vinculado à atividade desportiva que a redação atual do mesmo dispositivo já garante aos atletas profissionais; e o terceiro é a cláusula de vigência, que prevê produção de efeitos a partir da data de publicação da lei.

Na justificação, o autor destaca o elevado risco associado às atividades desenvolvidas pelos atletas, não apenas durante as competições, mas também durante o período de treinamento. Mostra ainda que a lei não protege adequadamente os atletas brasileiros que participam de competições internacionais e propõe que as entidades de administração do desporto responsáveis por representar o Brasil no exterior se encarreguem de contratar as apólices de seguro em favor dos atletas a elas vinculados.

Apresentada no dia 3 de março último, a proposição foi encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, posteriormente, em decisão terminativa, à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

Considerando que a decisão terminativa cabe à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que deverá pronunciar-se acerca da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição, compete à Comissão de Assuntos Econômicos, de acordo com o disposto no art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros da matéria (inciso I), sobre a política de seguros (inciso III) e sobre os impactos sobre as finanças públicas (inciso IV).

Registre-se que o Senador Romário já havia apresentado, durante seu mandato como Deputado Federal, o Projeto de Lei (PL) nº 7.514, de 2014, com conteúdo idêntico, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados. Existem ainda duas outras proposições com conteúdo afim: o PL nº 7.622, de 2014, da Deputada Mara Gabrilli, cujo foco é o seguro de atletas olímpicos e paraolímpicos, que foi apensado ao PL nº 7.514, de 2014; e o PL nº 2.997, de 2015, oriundo do PLS nº 531, de 2011, do Senador Zezé Perrella, restrito às competições em Território nacional, ao qual o PL nº 7.514, de 2014, foi apensado. Esses três projetos de lei se encontram, desde o dia 4 de abril passado, na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara, com parecer pela aprovação, acompanhado de substitutivo do Deputado Luciano Ducci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Do ponto de vista econômico, nada há a reparar na proposição. O seguro é uma forma economicamente eficiente de proteção, na medida em que produz a diversificação dos riscos individuais e garante, em caso de sinistro, a compensação, ainda que parcial, do segurado. Do ponto de vista orçamentário, os recursos correrão à conta das entidades de administração do desporto, que utilizarão, para tanto, os recursos já disponíveis em seus orçamentos. O ônus representado se justifica por integrar o conceito de incentivo ao esporte, que é a razão de ser das mencionadas entidades e da própria política pública relativa ao desporto.

A importância do projeto é ilustrada pela tragédia vivida pela atleta Laís Souza, que sofreu um grave acidente em 27 de janeiro de 2014, em Salt Lake City, nos Estados Unidos, durante treino preparatório para os Jogos Olímpicos de Inverno de Sochi, na Rússia. O acidente deixou a exatleta tetraplégica. Devido à ausência de proteção adequada, foi necessária a aprovação da Lei nº 13.087, de 2015, para que Laís passasse a receber uma pensão vitalícia equivalente ao teto do Regime Geral de Previdência Social.

A contratação obrigatória de seguros para atletas não tem o condão de evitar tragédias dessa natureza, Sr. Presidente, mas pode, ao menos, evitar que sejam necessárias uma comoção nacional – como no caso da Laís – e uma lei específica para dar ao atleta acidentado e à sua família a proteção que eles merecem.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2015, do nobre Senador Romário Faria, que vem no momento oportuno, até relatando esse acidente que aconteceu com a atleta Laís Souza, que causou a tetraplegia, uma lesão gravíssima que deixa sem sensibilidade e sem motricidade os membros superiores e inferiores. Portanto, é uma lesão de gravidade alta. Realmente, nossos atletas merecem que sejam protegidos por seguro. É o que propõe o Senador Romário Faria.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Otto.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Otto Alencar.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Item 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, dou só uma sugestão: será que a gente poderia ir para o item 10, uma vez que o Senador Ferraço já chegou aqui? É o Relator daquele projeto que teve uma discussão aqui extremamente rica na semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador, já é a segunda vez que é preterido o item 3.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Desculpa! Ah, não! Não estou querendo passar na frente do Senador Armando, não. Fica para depois.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu vou estabelecer o critério: para aqueles itens cujos relatores estiverem presentes, vamos dar preferência na votação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O.k.! Tudo bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vamos ao Item 3, do Senador Armando Monteiro, que também já foi discutido, e há um novo relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – É uma reformulação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É uma reformulação do relatório do Senador Armando Monteiro.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 2015

- Terminativo -

Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria.

Observações: *1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 6-CE.*

2. Em 10/08/2017, o Senador Armando Monteiro, apresentou relatório reformulado, pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, essa reformulação decorre de sugestões que foram encaminhadas pelo Poder Executivo, através do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que tem entendido que a constituição do fundo patrimonial sob o regime do patrimônio de afetação, que foi o regime proposto aqui no nosso parecer, nos termos do substitutivo anterior, não desobriga as entidades públicas possuidoras desse fundo de contabilizar os recursos recebidos do fundo no orçamento público, sob a justificação de que o fundo ainda pertence à Administração Pública.

Esse fato implica que os recursos com destinação livre repassados do fundo patrimonial às entidades públicas instituidoras do fundo poderiam substituir as dotações consignadas na lei orçamentária alocadas para a cobertura de certas despesas discricionárias. Com isso, o Poder Executivo poderia limitar o empenho e a movimentação financeira de despesas correntes e de capital ligadas à inovação e à pesquisa já constantes do orçamento, isto é, praticar o "contingenciamento" de despesas, sem prejuízos à execução orçamentário-financeira dessas despesas, que seriam cobertas por esse fundo patrimonial.

Obviamente, a ideia de acréscimo das atividades de pesquisa e inovação almejadas pela criação desse fundo seria perdida. O fundo, em síntese, somente contribuiria para que o Governo tivesse mais flexibilidade no alcance da meta de superávit primário, e não para o incremento e o progresso da pesquisa científica. Isso justifica a nova alteração da arquitetura jurídica que deverá reger o incremento de recursos às instituições apoiadas por meio de doações privadas.

Nesse sentido, esclareço que o novo substitutivo apresentado não vincula diretamente o fundo patrimonial à instituição pública ou privada apoiada. Com efeito, há a possibilidade de constituição de fundação privada para recebimento de doações, gestão do patrimônio e destinação dos recursos à instituição apoiada, que pode ser entidade civil sem fins lucrativos, instituição pública ligada à cultura, instituição pública de ensino superior, instituto federal de educação ou instituição científica, tecnológica e de inovação pública.

A fundação a ser criada, denominada fundação gestora de doações, receberá os seguintes tipos de doações: para uso corrente, cuja utilização é imediata, atribuída a um projeto específico, sem a necessidade de ser incorporada ao patrimônio da fundação para fins de investimento; outra modalidade seria a resgatável a termo, cuja utilização ocorrerá futuramente em projetos específicos, com a necessidade de incorporação ao patrimônio da fundação; permanente restrita de propósito específico, hipótese que vincula os recursos a projetos específicos no futuro, impõe a incorporação dos valores ao patrimônio do fundo e impede o uso do principal; e permanente não restrita, igual à doação anterior, exceto pelo livre uso dos recursos no longo prazo.

Exceto a doação para uso corrente, a fundação gestora de doações segregará patrimonialmente as doações recebidas em uma estrutura conhecida como fundo patrimonial, cujo objetivo é constituir uma fonte vitalícia de recursos em benefício da instituição apoiada. Ressalta-se que o fundo patrimonial passa a ser vinculado à fundação gestora de doações, e não mais à instituição apoiada. Convém observar também que cada instituição apoiada somente poderá receber o apoio financeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de uma única fundação gestora de doações, mediante credenciamento prévio. Cada fundação, todavia, pode apoiar, no máximo, quatro instituições, a depender do estatuto de criação da fundação.

A permissão para a criação de fundação privada com o intuito de apoiar instituição pública evita a criação de novas estruturas no âmbito da Administração Pública. Tampouco é criado um novo tipo de estrutura privada, pois a fundação com natureza jurídica de direito privado já existe. É uma definição constante da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil. Consequentemente, a fundação gestora de doações estará sujeita ao controle do Ministério Público.

Ademais, como a fundação gestora de doações não repassará recursos financeiros à instituição apoiada, visto que competirá àquela executar os projetos indicados por esta, os recursos não precisarão transitar pelo orçamento, conforme entendimento expresso pela Secretaria de Orçamento Federal, vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Logo, as doações privadas, em sua integralidade, financiarão ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

O termo de aplicação de recursos representa a formalização do acordo entre as partes para que a fundação gestora de recursos execute os projetos de interesse da instituição apoiada. A previsão da existência desse termo em lei é necessária, visto que o acordo relativo a cada projeto entre um ente privado (a fundação) e um ente público (a instituição apoiada) consiste em um contrato privado. As entidades da Administração Pública somente podem praticar atos previstos em lei.

Embora a fundação gestora de doações não esteja vinculada à instituição apoiada, há um alinhamento entre os interesses de ambas as partes. A constituição da fundação, seja na elaboração, seja no registro do estatuto, depende da participação da autoridade máxima da instituição apoiada, que também participa com direito a voto, diretamente ou por meio de seu representante, no Conselho de Administração da fundação. O credenciamento da fundação e a celebração individual de cada termo de aplicação de recursos confirmam ainda a ideia de que a instituição apoiada terá os seus interesses levados em conta pela fundação.

Reforço que continuam válidas as proibições de que os recursos das doações privadas financiem programas de benefícios previdenciários dos servidores ou empregados da instituição apoiada ou custeiem a remuneração de agentes públicos pertencentes à instituição apoiada. Portanto, essa vedação é fundamental. Adicionalmente, cria-se a proibição de que os recursos públicos sejam destinados à fundação gestora de doações. A intenção é não permitir que os recursos públicos de órgãos integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social sejam canalizados para investimentos no âmbito da fundação e os seus rendimentos não transitem pelo orçamento, em total desrespeito ao princípio orçamentário da universalidade das despesas e receitas públicas.

Outro aperfeiçoamento à proposição diz respeito à previsão de que, se houver a existência de fundo patrimonial, a fundação gestora de doações poderá escolher ter Comitê de Investimentos ou contratar organização qualificada para executar as funções desse Comitê. Essa medida facilitará a gestão dos fundos patrimoniais por todo o País, com evidentes incentivos para o aumento do patrimônio desses fundos. Em suma, os novos aprimoramentos trazidos ao arcabouço jurídico para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

incremento de recursos das instituições apoiadas juntam-se às regras já previstas de melhoria da governança corporativa das entidades de captação e gestão de recursos, não havendo prejuízos às regras de transparência na divulgação de demonstrativos contábeis e de gestão bem como à auditoria independente das demonstrações financeiras, que é, inclusive, aprimorada por meio da exigência de que todas as fundações estarão sujeitas a esta auditoria.

Por fim, é bem verdade que os fundos patrimoniais não estarão ligados diretamente às instituições públicas de ensino, tal como ocorre, por exemplo, nos Estados Unidos. Infelizmente, nosso ordenamento jurídico impede que a lei ordinária assegure o repasse de recursos do fundo patrimonial às instituições públicas apoiadas sem a devida inserção desses montantes no orçamento público. Portanto, o substitutivo ao PLS nº 16, de 2015, busca criar o melhor arcabouço possível para que, de fato, as instituições públicas apoiadas incrementem as suas atividades de inovação, desenvolvimento e pesquisa.

Está aqui a nossa nobre autora do projeto, a Senadora Ana Amélia, que acaba de chegar.

Diante do exposto, solicito o apoio dos pares para a aprovação do relatório, pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2015, nos termos do Substitutivo apresentado.

São essas as alterações, Sr. Presidente, que procedi no relatório anteriormente divulgado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

A Senadora Ana Amélia, como autora, gostaria de fazer uso da palavra.

Em seguida, para discutir, falará o Senador Lindbergh Farias.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria agradecer a V. Exª, Presidente Tasso Jereissati.

Não sou membro desta Comissão tão importante, uma das mais importantes desta Casa, a Comissão de Assuntos Econômicos. Quero agradecer aos Senadores e às Senadoras, mas, especialmente, agradeço a dedicação do Senador Armando Monteiro e de sua assessoria na condução desse tema, que teve, na Comissão de Educação, a relatoria da Senadora Simone Tebet, que fez também um trabalho exemplar.

Essa é uma inovação que é feita no Brasil para assegurar às universidades públicas e comunitárias uma fonte de recursos que esteja fora do Orçamento, e ela se torna mais oportuna diante do teto de gastos que foi estabelecido pelo Congresso Nacional com a famosa PEC 55.

Diante disso, estamos trazendo para o Brasil uma inovação que já existe nos Estados Unidos, que já existe na Inglaterra, pela qual a instituição... Eu estive na Politécnica de São Paulo, da USP de São Paulo, onde talvez esteja mais avançado o projeto para se criar o fundo patrimonial. A UnB, aqui em Brasília, e outras instituições, como a Pontifícia Universidade Católica, do Rio Grande do Sul,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

também já estão se preparando para tê-lo. A dificuldade era entender que essa é uma instituição de direito privado, porque, se fosse de direito público, cairia, de novo, no mesmo problema de engessamento, de o recurso ir para várias coisas menos para a finalidade precípua, que é pesquisa e qualidade de ensino.

Então, quando fui à Politécnica de São Paulo, a grande preocupação de professores ou de doadores era exatamente isso. Eles perguntavam: "Mas, Senadora, o reitor pode fazer o que quiser com o dinheiro?" Eu disse: "Acho que precisa carimbar esse dinheiro, porque, senão, vai para o caixa comum do orçamento da universidade e também não vai para a atividade fundamental, que é pesquisa, inovação, tecnologia.

Então, penso no esforço que o Senador Armando Monteiro fez para ajustar as dúvidas que havia no âmbito do Governo, no próprio Tribunal de Contas da União. Então, é claro que, na regulamentação dessa matéria, esse fundo, como vai mexer com dinheiro dos outros, de terceiros, recursos que serão doados sob diversas formas (patrimônio, imóvel, dólares, joias, recursos vivos ou *cash)*, terá de ser gerido, porque o lucro auferido na aplicação desse recurso é que vai, digamos, alimentar o financiamento para isso.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – É a perenização.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É a perenização.

Agradeço imensamente.

Quero, por fim, agradecer ao Senador Lindbergh, que vai falar, e dizer que estive recentemente na fronteira do Brasil com o Uruguai, na cidade de Santana do Livramento, que é do lado brasileiro, e em Rivera, do lado do Uruguai. Lá existem grandes empresas de lojas francas. O Uruguai adotou essa política. São lojas enormes, grandes investimentos. E, para minha surpresa, Senador Armando, estava em uma das lojas o símbolo, o emblema da Harvard University. Era o fundo patrimonial de Harvard, ou seja, estava investindo lá porque percebeu que era um bom investimento para aplicar o capital existente.

Então, agradeço imensamente essa votação, é uma matéria terminativa, e espero que, quando a Comissão tiver condições... Isso é bom para o ensino, principalmente para as instituições públicas brasileiras.

Agradeço muito também ao Senador Tasso Jereissati por ter pautado essa matéria de grande interesse que, imagino, vale para as nossas universidades.

Obrigada, Senador Armando.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Antes de passar a palavra, quero parabenizá-la pela iniciativa do projeto, um projeto realmente oportuno, inovador no Brasil, que contempla uma necessidade fundamental para o desenvolvimento das nossas universidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Passo a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero elogiar a iniciativa da Senadora Ana Amélia e o relatório denso do Senador Armando Monteiro. Mas, como vejo, Senadora Ana Amélia, que não vai haver quórum no dia de hoje, tomo a liberdade de pedir vista coletiva, com a intenção de dar uma contribuição a mais. Quero ligar para a Andifes e para a SBPC também.

V. Exª sabe que, naquele processo de discussão do *impeachment* da Presidenta Dilma, Senador Armando Monteiro, há um decreto de crédito suplementar que é este, que é doação de universidade. E falávamos da loucura completa, porque era um recurso de que não se podia fazer superávit primário, tinha de ser liberado. Então, vejo com bons olhos, mas quero aqui rapidamente falar que é claro que isso não vai substituir o caráter público do financiamento das universidades, da ciência e tecnologia. Não é essa a intenção dos autores, eu sei. As doações, infelizmente, são muito pequenas.

Falo isso no momento em que a área da ciência e tecnologia brasileira enfrenta talvez a sua maior crise, Presidente Tasso Jereissati. Não sei se o senhor sabe, mas foram cortados, de janeiro a maio deste ano, em relação ao mesmo período de 2016, 44% dos recursos. Há uma destruição. São centros de pesquisa e laboratórios fechando as portas.

Eu tive a oportunidade de participar da reunião da SBPC em Minas Gerais. Na ocasião, o Presidente da Academia Brasileira de Ciências, Prof. Luiz Davidovich, ao falar da situação da ciência brasileira, só conseguiu fazer uma analogia com a guerra. Segundo ele, parece um País sendo atingido por uma potência externa, tamanho o grau de destruição.

Eu queria chamar a atenção também dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras para o fato de que as universidades federais estão fechando. Não há recursos para manutenção, para limpeza, para o pagamento de serviços terceirizados! Basta ir aqui à UnB. É uma situação dramática a das universidades públicas, dada a falta de sensibilidade deste Governo.

Então, eu queria registrar isto: este é um debate importante, mas acontece no momento de uma das maiores crises das universidades públicas brasileiras e da ciência e da tecnologia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Tasso, quero parabenizar a Senadora pelo projeto, que é da maior importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agora, o Senador Lindbergh está na velocidade do som ou da luz, porque, ao pedir vista, ele disse "vista coletiva", ao mesmo tempo. (*Risos.*)

Disse: "Eu quero pedir vista coletiva."

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Tudo bem!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Na velocidade de uma flecha. (*Risos.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Vamos discutir enquanto tivermos quórum, Senador Lindbergh, porque o projeto é da maior importância.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É claro!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Traz para o Brasil algo que já existe, de forma exitosa, em outros países, como aqui foi brilhantemente relatado pelo Senador Armando Monteiro e pela Senadora, que fez referência aos Estados Unidos, especificamente à Universidade de Harvard.

Eu espero, Senador Tasso, que o Senador Lindbergh, quando instituídos esses fundos patrimoniais, seja o primeiro doador, que ele possa fazer uma doação... (*Risos.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu estou aqui na minha. V. Exª está vendo, Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ...para abrirmos com chave de ouro esses fundos patrimoniais das universidades públicas ou privadas brasileiras.

Vamos discutir quando houver quórum, porque será uma discussão bastante interessante com o Senador Lindbergh e com a turma do PT. Eles dizem, Senador, que o Brasil está em uma situação de falência na saúde, na educação, nas pesquisas, mas isso tem uma origem. Nós estamos tentando salvar o País de uma doença que o acometeu depois 13 anos de petismo e da qual a gente se livrou no ano passado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Você o está salvando aumentado o desemprego, não é, Flexa? Está cortando recursos do Bolsa Família, aumentando a pobreza. São três milhões de pobres neste ano.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Fica concedida a vista coletiva, portanto.

Essa matéria voltará à pauta na próxima terça-feira para o prosseguimento da discussão e da votação. Esperamos que haja quórum.

O item 4, do Senador Flexa Ribeiro, já foi lido, e foi encerrada a sua discussão. Esse já foi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Passemos ao Item 7.

ITEM 7

AVISO Nº 26, DE 2016

- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão n° 1.071/2016, acompanhado dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre renúncias de receitas diretamente relacionadas à organização e à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (TC 011.846/2015-1).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Lindbergh Farias.

Relatório: pelo conhecimento e arquivamento.

Observações: *1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer pelo conhecimento e arquivamento do aviso.*

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Como Relator.) – Sr. Presidente, vou direito ao voto, porque todo mundo conhece o relatório. Isso é uma questão de procedimento do Tribunal de Contas que vem aqui para esta Comissão de Assuntos Econômicos. Então, eu peço licença aos Senadores para ganharmos tempo e irmos depois para outros projetos, entrando no voto.

Diante do exposto, manifesto o voto pelo conhecimento do Aviso nº 26, de 2016, por parte desta Comissão de Assuntos Econômicos, devendo, em seguida, a matéria ser arquivada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Lindbergh, pela rapidez e objetividade do seu relatório, que merece de todos nós as congratulações.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório do Senador Lindbergh.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa constituir parecer da CAE pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, DE 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar 101 de Maio de 2000.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda de sua autoria.

Observações: *1. Em 08/08/2017, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.*

O Relator se encontra presente, o Senador Ricardo Ferraço.

O Senador Romero Jucá apresentou, Senador Ferraço, duas emendas. Consulto o Senador Ferraço se deseja se pronunciar sobre as emendas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Desejo, Sr. Presidente, apenas para rejeitá-las, considerando que essas emendas representam basicamente a neutralização dos objetivos propostos. Portanto, rejeito essas emendas – já fizemos aqui uma ampla e profunda discussão a respeito desse projeto –, para que ele possa ter sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Não mudando, portanto, o relatório, ele está...

Deseja discutir, Senador Flexa?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Flexa Ribeiro.

Depois, falará o Senador Lindbergh.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para discutir.) – Presidente, eu fiz a leitura aqui do relatório do Senador Ferraço e do projeto do Senador Fernando Bezerra. É um projeto, Senador Ferraço, que vai engessar a alteração da meta fiscal. Por um lado, acho que ele tem importância, mas, como essa meta fiscal é definida com muita antecedência ao fato a vir a acontecer, ela entra na LDO, que tem de ser encaminhada ainda no primeiro semestre do ano anterior ao exercício e votada até o final da... Agora, antes de entrarmos em recesso, votamos a LDO de 2018.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Desculpe, quero só ajudar V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Na prática, o Governo tem... O que o projeto estabelece é um teto, é um limite...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ...para que o Governo possa propor...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ...ao Poder Legislativo, ou seja, a meta deste exercício foi proposta na LDO do ano passado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Exato. É a isso que eu estou me referindo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Então, não tem vinculação com a LDO.

O projeto estabelece que nós não podemos entrar em recesso sem que o Poder Executivo possa, se desejado, com os fundamentos, apresentar a proposta de alteração de meta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Correto. Isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É basicamente isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Isso. Correto. Só que vamos trazer para o tempo real. Se fosse agora, essa revisão que está sendo estudada, que era para ter sido feita ontem ou anteontem, não sei o quê, não definiram ainda...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas é verdade, porque o Governo sabe que tem de revisar a meta há meses. E por que não o fez?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não poderia ter sido feita.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas poderia ter sido proposta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então, Senador Tasso, vou pedir vista do...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Já houve vista coletiva.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Já houve vista?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Já.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu não estava aqui, então, no momento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Na prática, Senador Flexa, nos anos anteriores, o que aconteceu? Os governos deixam o mês de novembro e o mês de dezembro para apresentar revisão da meta. Isso, inclusive, está na origem de um processo de impedimento que afastou uma Presidente da República, e nós militamos nessa direção, para que a gente possa ajustar e disciplinar a gestão dos recursos públicos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não há problema, eu concordo com V. Exª perfeitamente em relação a esse prazo de revisão. Só que as coisas acontecem, lamentavelmente – atualmente, estão acontecendo no nosso País –, e você está sem nenhuma previsão de curto prazo, quanto mais de longo, não é? Então...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Flexa, eu só queria esclarecer que provavelmente esse projeto não vai vigorar para este ano.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu sei, eu entendo. Mas, já que foi concedida vista, vamos colocá-lo em votação. Vamos para frente, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para discutir.) – Eu quero, Senador Flexa, primeiro, dizer que, apesar de eu discordar, o Senador Ricardo Ferraço mantém a coerência. Já o senhor está preocupado aqui porque o Temer está alterando a meta primária agora. Esse é o grande debate que nós estamos enfrentando.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Não, não! Mas amanhã pode-se alterar a meta também, e se vai...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas o discurso, não só o seu, mas também o do Senador Romero Jucá, com as emendas, acabava com o projeto do Senador Ricardo Ferraço.

Eu só queria lembrar ao senhor, Senador Flexa Ribeiro, do discurso dos senhores em 2015. O senhor se lembra? Diziam que a Dilma estava fazendo uma gastança. Era esse o discurso! O que nós argumentávamos ali? Que o problema era outro, era de frustração de receitas por causa da recessão econômica. E nós mostrávamos, inclusive, que o ajuste fiscal de 2015 foi rigorosíssimo, a meu ver, inclusive, errado, exagerado. Mas os senhores, não.

O Senador Anastasia colocou, no relatório do *impeachment,* um capítulo que começava com o seguinte ponto: daqui para frente, o Presidente tem de aprender que não pode gastar mais do que arrecada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – É verdade! Concordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É? E o que o senhor fala do Temer?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Nós estamos em ajuste!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ah, não! E o que o senhor fala do Temer?

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu falo tudo isso, Senador Tasso Jereissati, porque é importante dizer que o problema de 2016 foi também frustração de receitas. Veja que, em 2015, a previsão de receita era de R$1,435 trilhão. Sabe quanto foi a frustração? Para R$1,043 trilhão. As despesas de 2015 eram de R$1,380 trilhão, e se fez R$1,150 trilhão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Senador Lindbergh, há uma cultura neste País de se estimarem receitas que, na prática, são uma ficção. Os governos precisam aprender a trabalhar com a realidade. Na prática, este projeto dialoga para que possamos moralizar o orçamento público no Brasil, para que o administrador público pare de estimar receita que ele sabe que não vai se realizar. É o que tem acontecido culturalmente por anos a fio.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não é uma questão cultural. É uma depressão econômica violentíssima. E os senhores continuam errando no diagnóstico. Os senhores continuam dizendo que o problema é de corte de despesas, quando no País deveria haver uma estratégia para essa economia voltar a crescer. Só assim nós melhoraríamos a situação da dívida pública.

Não dá! Não é problema só de estimar, não! Ninguém previa uma queda de arrecadação como essa. Aí o caminho dos senhores qual é? É criminalizar mais ainda a política fiscal. Eu acho um equívoco. Quero aqui demarcar minha posição. Quanto a essas políticas de austeridade, eu aqui, por outro lado, Senador Ferraço, também reivindico a coerência do meu discurso. Eu sou um crítico dessa política de austeridade desde 2015, desde o governo do Levy. Para mim, são três anos de profundo equívoco, que está levando a economia brasileira a essa situação, quando nós, no momento, precisaríamos do oposto, de fazer uma política fiscal anticíclica, para recuperar a crescimento econômico. Só assim vai melhorar a situação das finanças públicas brasileiras.

Eu tenho a minha posição, mas eu acho importante este projeto do Senador Ricardo Ferraço ser votado no dia de hoje, porque entra – é um fato político – no meio dessa discussão da alteração da meta, porque estamos vendo, Senador Armando, que há pessoas falando em aumentar a meta para...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Vamos votar, Senador!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu não quero perder a oportunidade de discutir com os senhores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Nós a teremos. Eu quero votar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu quero ter oportunidade de discutir com os senhores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu quero bater o martelo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Calma!

Eu acho que este tema é importante. Este tema aqui foi o tema decisivo para o afastamento da Presidenta Dilma. Tenho preocupação com essa alteração da meta. Para ser coerente, eu votaria numa flexibilização da meta agora. Só que nós não vamos dar cheque em branco para o Temer, porque o Temer disse que não tinha dinheiro para aumentar o Bolsa Família. Eu volto a dizer, Presidente Tasso, nós estamos tendo a volta da fome no Brasil. Só neste ano, segundo o Banco Mundial, três milhões de brasileiros entram novamente na linha da pobreza. Está cortando recursos de universidades, de tudo. Aí sobra dinheiro para anistiar a dívida de ruralistas com a previdência social de R$10 bilhões. Tudo para o Temer agora é comprar a salvação do seu mandato!

Então, nós não votaremos a flexibilização da meta, porque não queremos dar um cheque em branco para este Governo. Se este Governo, Senador Armando Monteiro, topasse discutir em cima do orçamento, liberar recursos para as universidades, para ciência e tecnologia, nós estaríamos abertos a uma discussão sobre essa alteração da meta. O que não dá para fazer é dar um cheque em branco ao Governo Temer nestas circunstâncias políticas.

Faço questão de registrar aqui a minha posição contrária, apesar de ser importante a votação do projeto neste momento de mudança da meta fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Flexa, eu gostaria que fosse rápido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Serei rápido, Presidente.

Só quero fazer duas observações. A primeira é dirigida para o Senador Lindbergh. Quero dizer a ele que, quando atingirmos a meta, nós dobraremos a meta. E esta é a segunda: quero pedir destaque na emenda do Senador Jucá, para que ele reduza esse prazo de revisão de seis meses para três meses.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – A votação é simbólica.

Vota-se o relatório; em seguida, vota-se o destaque.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O Flexa não apresentou o destaque.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ah, mas estou pedindo destaque por destaque.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Estou propondo a V. Exª que possamos fazer este debate no plenário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Regimentalmente, isso é possível?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Ainda vai tramitar, Senador Flexa. Deixe andar.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Ele diz que é possível, mas a votação é simbólica.

Então, vamos, colocar em votação.

Em votação o relatório do Senador Ferraço.

Aqueles que acompanham o relatório fiquem como estão. (*Pausa.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quero só registrar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Registro o voto contra do Senador Lindbergh Farias.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – O seu voto é a favor da gastança sempre.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Em votação o destaque das emendas do Senador Romero Jucá.

São duas emendas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Estou destacando o prazo de seis meses para três meses de revisão.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Ele reduz o prazo de três meses para...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – De seis para três.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Reduz o prazo de seis meses para três meses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em votação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Os que acompanham... (*Pausa.*)

Em votação o requerimento de destaque.

Os que acompanham o destaque permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – São os que acompanham o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Os que acompanham o voto do Relator permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Com o voto rejeitado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ninguém me acompanhou?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Ninguém, é claro!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Os Srs. Senadores concordam com o relatório.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com a Emenda nº 1, da CAE.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem, por 30 segundos!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Pergunto...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Serão 30 segundos. Eu queria pedir urgência para o Plenário. Quero dizer que, a partir desta votação aqui, fica claro o seguinte: se o Presidente alterar a meta no segundo semestre é crime de responsabilidade, passível de *impeachment*. Então, acho que é importante o Temer escutar o recado desta Comissão de Assuntos Econômicos, porque ele quer alterar a meta agora. No entendimento da Comissão de Assuntos Econômicos, se ele alterar a meta agora, ele está cometendo um crime de responsabilidade.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Senador Lindbergh, pau que dá em Chico tem de dar em Francisco.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Só estou lembrando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª está equivocado, mas é coerente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Lindbergh, a matéria ainda vai ao Plenário, vai à Câmara etc. Portanto, não é...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu queria pedir urgência para ela ir ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Ela não é uma matéria específica para Presidente nenhum, mas para todos os Presidentes, de agora em diante.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É claro!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Senador Lindbergh pede urgência.

Aqueles que concordam...

Senador Ferraço pede urgência.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu consulto o Senador Lindbergh, pois existe aqui um projeto do Senador Paulo Paim, cuja Relatora é a Senadora Regina Sousa.

Senador Lindbergh, por favor, há um projeto do Senador Paulo Paim, cuja Relatora é a Senadora Regina Sousa, pela prejudicialidade. Como se trata de prejudicialidade, seria votação simbólica. V. Exª aceitaria ser o Relator *ad hoc* neste voto da Senadora Regina Sousa, no item 6?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª percebeu que eu sou rápido na leitura dos relatórios aqui. Vou direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Vamos ao item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, DE 2009

- Terminativo -

Cria incentivo fiscal no âmbito do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica para a manutenção do emprego e do valor da remuneração dos trabalhadores das empresas afetadas pela crise financeira internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Regina Sousa

Relatório: pela prejudicialidade do projeto.

Observações: *1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer pela prejudicialidade do projeto.*

O Senador Lindbergh nos fará a gentileza de relatar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Como Relator.) – Sr. Presidente, vou direto ao voto, porque isso já foi feito. Essa ideia foi feita pelo governo da Presidenta Dilma Rousseff. Está aqui o Senador Armando Monteiro, que foi Ministro dela.

Então, eu só vou declarar que, em face do exposto, opinamos pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2009.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Coloco em votação, votação simbólica.

Quem queira concordar ou quem queira discordar se manifeste. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai ao Plenário para as providências previstas no art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Temos...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Pedro Chaves, existe um projeto constante do item 8, uma emenda da Câmara dos Deputados, que tem relatório do Senador Ronaldo Caiado pela prejudicialidade. V. Exª aceitaria ser Relator *ad hoc* dessa matéria? (*Pausa.*)

ITEM 8

EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2011

- Não terminativo -

Dá nova redação ao art. 52 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: pela prejudicialidade da matéria.

Observações: *1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer pela prejudicialidade da matéria.*

A relatoria *ad hoc* é do Senador Pedro Chaves.

Com a palavra o Relator.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O presente relatório trata da análise das Emendas da Câmara dos Deputados nº 1, de 2011, ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 126, de 1998 (Projeto de Lei nº 197, de 1999, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Pedro Simon, que dá nova redação ao art. 52 da Lei nº 8.171.

Vou direto ao voto, Sr. Presidente.

Voto do Relator: ante o exposto, votamos pela prejudicialidade das Emendas da Câmara dos Deputados nº 1, de 2011, ao PLS nº 126, de 1998.

Pedro Chaves, Senador e Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Pedro Chaves.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Relator *ad hoc*, Senador Pedro Chaves.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório do Senador permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório, que passa a constituir parecer da CAE, é pela prejudicialidade da matéria.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O Senador Pedro Chaves gostaria de falar?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu gostaria de falar. Será que eu poderia incluir um requerimento extrapauta? Trata-se de realização de audiência pública conjunta entre as Comissões Permanentes de Assuntos Econômicos, de Ciência, Tecnologia, Inovação (CCT), de Constituição e Justiça e de Assuntos Sociais relativa à votação dos Projetos nºs 726 e 530, de 2015, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulam o transporte individual privado, o famoso Uber. Eu estou propondo aqui o requerimento para realização de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Portanto, feita a leitura do requerimento pelo Senador Pedro Chaves para a realização de audiência pública conjunta entre CAE, CCT, Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), CAS e Comissão de Serviços de Infraestrutura, para instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015, e o Projeto de Lei da Câmara nº 28.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 124, DE 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta entre as Comissões Permanentes de Assuntos Econômicos (CAE); de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); de Constituição Justiça e Cidadania (CCJ); de Assuntos Sociais (CAS); e de Serviços de Infraestrutura (CI), para instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015, e o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros.

Autoria: Senador Pedro Chaves

Fica feita a leitura do requerimento. Faremos a votação na próxima reunião.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Pedro Chaves.

Eu pergunto ao Senador Dalirio Beber se aceitaria ser Relator *ad hoc* do projeto do Senador Paulo Paim que tem como Relator o Senador José Medeiros. (*Pausa.*)

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, DE 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre as vagas nas empresas para os trabalhadores com mais de quarenta e cinco anos, nos casos que especifica.

Autoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: contrário ao projeto.

Observações: *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.*

O Relator *ad hoc* é o Senador Dalirio Beber, que tem a palavra.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Como Relator.) – Conforme foi anunciado por V. Exª, este projeto, de autoria do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre as vagas nas empresas para os trabalhadores com mais de 45 anos, recebeu por parte do Senador José Medeiros o parecer contrário. Então, vamos ao que interessa.

É meritório o desejo de fazer com que trabalhadores com mais de 45 anos tivessem assegurada a sua continuidade com vínculo de trabalho, mas não é possível no regime capitalista que nós vivemos que se criem mais dificuldades ainda à questão da empregabilidade.

Então, o voto é: ante o exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 404, de 2015.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, quero pedir vista desse projeto. É um projeto do Senador Paulo Paim, que tem uma militância conhecida por todos na defesa dos direitos dos trabalhadores, na discussão da questão do emprego, do trabalho. A preocupação dele é com o emprego justamente das pessoas acima de 45 anos, que têm mais dificuldade de se recolocar no mercado de trabalho.

Esse tema é extremamente importante nos debates de hoje. Nós, infelizmente, Sr. Presidente, nos últimos 12 meses, tivemos o aumento de 2,5 milhões de desempregados. No meu Estado, o Rio de Janeiro, nos 24 meses, foram 500 mil pessoas desempregadas.

Dessa forma, quero pedir vista e trazer esse projeto na próxima reunião da CAE.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Fica concedida vista ao Senador Lindbergh Farias.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 30ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e dois de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Jorge Viana, José Pimentel, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Paulo Paim, Regina Sousa, José Agripino, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Davi Alcolumbre, Otto Alencar, Omar Aziz, Sérgio Petecão, José Medeiros, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia, Armando Monteiro, Telmário Mota, Pedro Chaves e João Alberto Souza. Deixam de comparecer os Senadores Kátia Abreu, Roberto Requião, Garibaldi Alves Filho, Raimundo Lira, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Ricardo Ferraço, José Serra, Ronaldo Caiado, Ciro Nogueira, Lídice da Mata e Wellington Fagundes. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 29ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, informa que no dia seguinte, será realizada audiência pública para avaliar a crise fiscal do País, tendo como convidados o Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto de Almeida Júnior; o Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto; e o Economista Nilson Teixeira. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RQE 7/2017, de autoria do Senador Tasso Jereissati, e RQE 10/2017, de autoria do Senador Armando Monteiro. **Finalidade:** Identificar os principais obstáculos que compõem o chamado "Custo Brasil" e oferecer soluções que "facilitem a atividade empreendedora e empresarial no Brasil, a fim de gerar mais empregos e renda" (Grupo de trabalho de reformas microeconômicas). **Participantes:** Guilherme Afif Domingos, Diretor-Presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae. Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Após a exposição dos convidados, usaram da palavra os Senadores Armando Monteiro, Fernando Bezerra Coelho, José Medeiros, José Pimentel, Ataídes Oliveira, Otto Alencar e Cristovam Buarque. **Resultado:** Realizada a audiência pública. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 48, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Submete, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. José Agripino. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 49, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Submete, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor MAURÍCIO COSTA DE MOURA para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Otto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Alencar. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Tasso Jereissati, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2013 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré-sal." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço e outros. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Sen. Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** A comissão aprova a Emenda nº 07-CAE (substitutivo), por 13 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, restando prejudicado o projeto. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, de 2013 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre destinação, para as áreas de educação e saúde, do total da participação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do Art. 214 e no Art. 196 da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 791, de 2015 - Terminativo -** que: "Cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência e de Calamidade Pública Decorrentes de Secas e dá outras providências." **Autoria:** Senador José Agripino e outros. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para excetuar ações de segurança pública da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes dessa lei." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 404, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre as vagas nas empresas para os trabalhadores com mais de quarenta e cinco anos, nos casos que especifica." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Dalirio Beber (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 124 de 2017** que: "Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta entre as Comissões Permanentes de Assuntos Econômicos (CAE); de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); de Constituição Justiça e Cidadania (CCJ); de Assuntos Sociais (CAS); e de Serviços de Infraestrutura (CI), para instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015 e o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros." **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 10**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 126 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para instruir o PLS 254/2013, que destina à educação e à saúde os recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Lido o Requerimento nº 126/2017. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 127 de 2017** que: "Requeiro seja convidado o Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Fernando Coelho Filho, para que compareça a esta Comissão, em reunião conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca do recente anúncio de privatização da Eletrobras." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Lido o Requerimento nº 127/2017. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Tasso Jereissati

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação da ata. Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 29ª Reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Informo que amanhã, às 14h30, será realizada uma audiência pública com a finalidade de avaliar a grave crise fiscal enfrentada pelo País. Teremos como convidados o Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto de Almeida Júnior; o Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto; e o Economista Nilson Teixeira.

Lembro aos Srs. Senadores a importância desta audiência pública, porque vai tratar, com os maiores especialistas de dentro do Governo e de fora do Governo, de uma das questões mais graves que o País vive neste momento e, inclusive, discutir essa elevação do déficit fiscal para este ano e para o ano que vem. Gostaria, portanto, de contar com a presença dos Srs. Senadores pela importância desta reunião.

A primeira parte desta reunião de hoje será uma audiência pública interativa, com a participação dos senhores telespectadores que acompanham esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. A finalidade é identificar os principais obstáculos que compõem o chamado custo Brasil e oferecer soluções que facilitem a atividade empreendedora e empresarial no Brasil, a fim de gerar mais emprego e renda.

Lembro que esta audiência pública faz parte do grupo de trabalho coordenado pelo Senador Armando Monteiro, que tem como finalidade de, até o final do ano, apresentar projetos que minimizem esse chamado custo Brasil, discutindo reformas microeconômicas que são obstáculos importantes ao crescimento da nossa economia.

O requerimento de realização desta audiência, portanto, é de autoria do Senador Armando Monteiro, como já falei, o Coordenador do grupo de trabalho.

Convido o Senador Armando Monteiro para encaminhar à mesa da CAE a Srª Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); e o Sr. Guilherme Afif Domingos, Diretor-Presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). (*Pausa.*)

Lembro que esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligando para o número 0800-612211.

Vamos iniciar a nossa audiência pública.

Daremos, com certa flexibilidade, a cada convidado, 15 minutos e, em seguida, a interpelação será feita pelas Srªs e pelo Srs. Senadores. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição.

Concedo a palavra à Srª Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt.

A SRª CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – Bom, primeiramente, gostaria de agradecer o convite, é uma honra estar nesta Casa no dia de hoje para compartilhar com os senhores, com as senhoras e com profissionais igualmente qualificados que aqui estão presentes algumas ideias.

Quero esclarecer que estou falando como conselheira independente do Cade, mas quando eu entender que a minha opinião converge com a opinião do Conselho, em particular com a agenda do novo Presidente, o Sr. Alexandre Barreto, farei menção para que fique clara a posição institucional, então, do Cade. Mas, de qualquer forma, *grosso modo*, estarei falando como conselheira independente.

Esse tema é certamente um dos mais relevantes dessa agenda atual brasileira, em conjunto com a reforma fiscal, obviamente, porque a produtividade certamente trará o crescimento e o desenvolvimento sustentável de volta ao País.

Eu achei que eu teria aqui uns 20 ou 25 minutinhos, mas tenho 15 minutinhos. Vamos tentar encurtar. Vou tentar explorar aqui algumas ideias...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Tudo bem, 20 minutos.

A SRª CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – Obrigada, Senador.

Eu vou recordar rapidamente. Vai ser só um eslaide brevemente de diagnóstico que foi feito em abril pelos Professores Marcos Lisboa, Samuel Pessôa e João Manoel. Também vou recordar rapidamente os pontos da agenda de reformas microeconômicas que estão sendo muito bem feitos pelo Ministério da Fazenda e aí, então, vou tomar o meu tempo para explorar como o Cade pode se inserir nessa agenda de produtividade – como coloquei no eslaide: como que a Política de Concorrência pode ajudar essa agenda, em particular, o Cade? Aí, tenho dois temas que pretendo explorar. Um deles vai ser o ponto de advocacia da concorrência, que hoje, pelo Capítulo III da nossa Lei nº 12.529, é feita pela Seae, mas o Cade também pode fazer. Então, como o Cade pode se inserir nessa agenda da advocacia da concorrência? Também quero colocar um outro ponto que acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sumamente importante, que é: como a gente pode tentar dirimir três tipos de inseguranças jurídicas que existem hoje em algumas matérias que se relacionam com o Cade?

Então, sem mais delongas, deixem-me começar.

O primeiro eslaide vai tocar no diagnóstico breve sobre o que foi colocado aqui, lá em abril deste ano, pelos professores.

Nós temos uma produtividade brasileira que é 25% da produtividade dos Estados Unidos. Ela era assim em 1990; ela era assim em 1995; ela era assim nos anos 2000; ela é assim hoje. Então, não tivemos uma convergência. Se olharmos aquele gráfico que está ali, o Brasil, entre aqueles países selecionados, Chile, China, Índia, Coreia e Taiwan, foi o único que se manteve constante, com uma pequena queda ali. Por que isso? Essa é a grande pergunta.

Então, naquela ocasião, em abril, os professores explicaram que, dentro de uma função de produção, na verdade, há quatro maneiras de haver crescimento. Você pode acumular mais pessoas no mercado de trabalho ou ter mais trabalhadores entrando; você pode acumular mais capital; você pode ter mais capital humano; e você pode ter o que chamamos de produtividade total dos fatores, que é essa ideia da produtividade, que é a ideia da competitividade, por uma outra palavra que pode ser dita, que é como misturamos todos esses insumos e sai o tal do produto.

Esse problema da nossa produtividade está muito relacionado, na verdade, ao nosso custo Brasil. Quando a gente fala do custo Brasil, é um apanhado de coisas. Eu coloquei ali alguns exemplos do que a gente pode chamar de custo Brasil. Por exemplo, a proteção à concorrência externa. Proteger a nossa indústria, por um lado, parece ser uma coisa que possa agradar a alguns. Isso traz alguns malefícios não só para os consumidores, mas para outras indústrias, porque vamos importar também mais caro e com uma qualidade talvez inferior. E não só isso, a gente atrasa de alguma maneira a nossa produtividade. Eu vou apresentar aqui depois um gráfico para mostrar como a gente pode relacionar a abertura da economia com produtividade.

A gente tem um sistema tributário que é não uniforme, é complexo. Eu não sou dessa área tributária, mas, ouvindo os meus amigos e lendo sobre o que eles dizem – o Bernard Appy é um deles, por exemplo –, a gente vê que a gente tem uma carga tributária extremamente elevada, 36% do nosso PIB, e muito complexa – todos nós sabemos disso aqui.

A legislação laboral é rígida. A gente já viu agora, aqui, que uma das agendas do Ministério da Fazenda foi justamente trabalhar nessa vertente da reforma trabalhista. Então, de alguma maneira, isso já foi endereçado.

Há uma burocracia excessiva em todas as searas; são certificados e diversas coisas que nos impedem de agilizar os negócios. Então, o ambiente de negócio não é tão bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Infraestrutura precária. Eu faço até questão aqui de fazer um comentário. Em um caso específico que tive que relatar, eu tive que ir ao Porto de Santos. O que me deixou mais indignada é que, no nosso maior porto – não é o melhor, mas passam por ali 40% das nossas importações e exportações –, eu fiquei simplesmente pasma com aquela infraestrutura muito precária. Os caminhões, até chegarem ao porto, passavam por umas ruas estreitas, com produtos tóxicos caindo pela rua, com um cheiro de enxofre. E a gente está falando do nosso porto pelo qual passam mais produtos em termos de importação e exportação. Então, isso me deixou muito chocada com a nossa infraestrutura. A gente sabe que as nossas estradas não são boas, etc., mas me chocou essa minha visita ao Porto de Santos.

O direcionamento no crédito. Outrora, dois terços do nosso total de crédito eram livres e um terço era direcionado. Hoje em dia, a gente tem 50% e 50%, o que torna a eficácia da política monetária pior. A gente tem um ambiente regulatório incerto. E eu digo que é incerto porque existem algumas – agora, no Cade, isso para mim é mais nítido ainda – regulações que são dúbias, que podem trazer insegurança jurídica a novos investimentos e também uma relação interinstitucional em que, de alguma maneira, o regulador pode falar alguma coisa, e o Cade pode falar outra. Este, certamente, é um ambiente que a gente não gostaria de ter: essa incerteza jurídica.

Elevada judicialização. Eu tive o prazer de estar com o Ministro Barroso na sexta-feira, numa palestra no Insper, e ele estava comentando justamente este ponto, a morosidade da Justiça – ele estava explicando por que a Justiça é tão morosa aqui – e a nossa baixa educação. Senador, eu sei que o senhor sempre preza esse tópico e, de fato, não posso concordar menos com o senhor quando diz que a educação tem afetado a nossa produtividade de maneira muito contundente.

Esse apanhado de coisas que eu comentei, que está descrito no PowerPoint ali, é o que a gente chama de custo Brasil. Há outras coisas, obviamente, mas ali está o resumo da ópera relativamente ao que faz com que o Brasil, infelizmente, em vez de migrar e convergir para os Estados Unidos, que seriam o número 1, diferentemente fica lá naquele 0,25 – 0,30 caindo para 0,25.

A agenda de reformas institucionais relevantes no nosso País, a meu ver, teve início em 1994 e teve uma parada em 2007. Nós tivemos o Plano Real, debelamos a inflação; tivemos a Lei da Concorrência, nº 8.884, de 1994; tivemos o tripé macroeconômico em 1999; tivemos a Lei da Responsabilidade Fiscal, extremamente relevante; tivemos crédito consignado; um pouco depois também tivemos a ideia do Cadastro Positivo, um pouco depois de 2007. No entanto, em 2007, meio que deu uma parada na agenda que, eu acho, era uma agenda, de fato, extremamente relevante, que era para a gente colher os frutos depois – e foi isto que aconteceu: a gente acabou colhendo os frutos depois de ter semeado todas essas reformas institucionais.

Quando Joaquim Levy entrou no Ministério da Fazenda, acho que essa agenda foi retomada, e tivemos os colegas Paulo Corrêa, Afonso Arinos, Marcelo Saintive, Tarcísio Godoy, entre outros, que fizeram excelente trabalho lá. Depois, agora, com o Dr. Henrique Meirelles, tivemos também colegas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

excepcionais, muito competentes, que já vieram aqui: João Manoel, Mansueto, Ana Paula, Marcos Mendes, Fábio Kanczuk, Eduardo Guardia, Marcello Estevão, entre outros. Essa agenda, então, voltou para a nossa economia.

O João Manoel em particular, que é o Assessor para Assuntos Microeconômicos, veio aqui em abril, e eu sumarizei mais ou menos os pontos que ele colocou. Ele colocou como ponto importante a promoção da concorrência e, de fato, o Ministério da Fazenda tem papel relevante nessa agenda da promoção da concorrência, que pode ajudar muito a agenda do Cade nesse sentido. Há ali algumas medidas, ou algumas iniciativas, para diminuir a burocracia: reduzir o *spread* da intermediação bancária, destravar a infraestrutura, reduzir as distorções do mercado de trabalho e reduzir a questão do conteúdo local. Essas foram as veredas que o Ministério da Fazenda resolveu tomar.

Quais seriam, então, algumas possíveis veredas de atuação do Cade em prol do aumento da produtividade da nossa economia? Então, para fomentar a competição, a gente não só precisa melhorar esse ambiente de negócios que a gente tem no Brasil, mas a gente precisa também eliminar distorções existentes, melhorar o marco legal e institucional.

Eu acho que as instituições têm um papel fundamental na nossa economia. Vários trabalhos acadêmicos mostram que, quando a gente tem uma sociedade com instituições fortes, maduras, que são eficientes, que prezam pela meritocracia, pela gestão, a gente consegue ter um desenvolvimento maior – e o desenvolvimento está atrelado à produtividade –, a gente consegue ser uma sociedade mais produtiva, que consegue crescer mais e, portanto, se desenvolver mais.

Dentro dessa agenda de alguns temas que podem ser tocados, eu vou mencionar o primeiro e vou falar mais sobre os dois últimos. Fortalecimento das agências reguladoras é um ponto crucial a meu ver. Há um PL que é o 6.621 que eu acho que é um ponto fundamental, porque ele dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, sempre tentando promover uma maior meritocracia lá dentro, o que eu acho fundamental.

Dentro desse fortalecimento das agências, o Cade não está incluído nesse PL. E aí eu só coloco uma questão: como eu sou do Cade, acho que poderia estar incluído, que seria bom repensar sobre esse fato e talvez – por que não? – incluir o Cade nessa agenda das agências reguladoras também nesse PL.

Os outros dois pontos em que eu vou tocar concernem à advocacia da concorrência e à diminuição da insegurança jurídica, sempre em prol de aumentar a produtividade. Então, dentro da agenda da advocacia da concorrência, vou tocar basicamente em três pontos. Um é como evitar condutas anticompetitivas no Cade. O Cade, muitas vezes, é abarrotado de processos administrativos que chegam lá – o setor de saúde é o grande exemplo –, em que a gente nota que o grande problema é que o mercado poderia estar mais bem desenhado em termos de regulação econômica. Então, por existirem algumas falhas de mercado, esse é o meu entendimento, muitos processos administrativos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acabam entrando no Cade, seja por meio dos hospitais, pelos planos de saúde, pelos usuários, pelos médicos. Então, talvez seja realmente o setor, fora combustíveis no varejo, em que a gente receba mais processos administrativos lá. E a advocacia da concorrência, então, deveria tocar nesse ponto, mas deveria tocar também em dois outros pontos, que é como é que a gente poderia fomentar a concorrência local e a concorrência externa. Então, esse é o primeiro item.

E o segundo item é como dirimir a insegurança jurídica e trazer efetividade e credibilidade nas decisões do Estado. E aí eu vou tocar em três pontos em particular. Um é a sanção do Cade, como ele sanciona, como ele está multando as empresas; o segundo é a interação das esferas administrativa, cível e penal dentro desse âmbito da sanção de condutas anticompetitivas. E, agora, depois de 2013, a gente começou a ter um problema também – não um problema, mas um desafio de olhar melhor – que seria com a interação do Cade com outros órgãos que fazem leniência e delações premiadas, como a CGU, o Ministério Público e também a Polícia Federal, que também está aí dentro.

Então, como é que podemos – e, agora, Banco Central e CVM, ou seja, existem agora vários agentes – entender um pouco melhor como é que vai ser a interação do Cade, porque, desde 2001, este tem um programa de leniência muito bem feito. Queria expor o meu ponto de vista com relação a esses tópicos.

Assim, com relação à advocacia da concorrência – e esse é o único eslaide que vou apresentar sobre isso –, para evitar condutas competitivas no Cade, não só trago o problema, mas traria uma sugestão, ou seja, serei um pouco propositiva nesse aspecto. Se queremos melhorar ou tentar eliminar as diversas falhas de mercado que existem em um determinado mercado, como o de saúde, por exemplo, deveríamos ter um grupo de trabalho do Cade que sabe e consegue identificar as condutas que entram lá dentro com maior frequência – são as condutas mais recorrentes – e tentar solucionar em conjunto, de uma maneira harmônica, com outras agências reguladoras, ou com Ministérios, ou com aqueles entes, com aquelas entidades, que fazem parte deste mercado, para nos sentarmos e tentarmos solucionar determinados problemas, a fim de que entre menos processos no Cade, para que este se torne ainda mais efetivo para a sociedade.

Então, quanto menos processos entrarem, porque o Estado conseguiu resolver ou sanar os problemas, entendo que estaremos agindo em prol de uma melhor produtividade.

O outro ponto é o de como podemos fomentar a concorrência local. Aí, há diversos aspectos. Um deles, por exemplo, é um aspecto tributário. Em um caso que acabou de passar pelo Cade e que foi reprovado – o da Ipiranga querendo comprar a AleSat – uma das coisas que eu descobri no momento em que estava estudando o caso, é que a AleSat tinha uma isenção tributária, na verdade, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que outras distribuidoras não tinham.

Então, se isso é um problema, pelo tamanho da AleSat, isso certamente é um problema na competição local com as bandeiras brancas, porque é onde a AleSat compete mais. Se a Ipiranga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tivesse comprado a AleSat e se, por ventura, a Justiça tivesse entendido que aquela isenção pudesse também ser passada para a Ipiranga, teríamos um problema ainda maior, porque a Ipiranga tem uma participação de mercado muito grande, quer dizer, é do tamanho da Raízen e da Petrobrás, que são as três grandes. Aí, iríamos ter um problema de competição com as outras duas. Provavelmente, a Ipiranga poderia ter preços menores – o que podemos imaginar ser bom, ótimo –, só que, na verdade, o preço menor não se deve ao fato de ela ser mais eficiente, mas é porque ela não tem um determinado tributo que as outras têm. Então, penso que essa é uma concorrência desleal.

Se há vários competidores naquele mercado, que aquele mercado, aqueles competidores tenham as mesmas condições de competir. Que vença o melhor, ou seja, que coloque o preço menor aquele que consiga botar custos menores, mas não por uma isenção tributária ou fiscal, e sim por uma eficiência própria.

Há outras questões também. Por exemplo, agora está havendo importação de gasolina e se paga outro imposto e não se coloca como gasolina. Esse também é um problema que estou vendo acontecer. Há distorções no funcionamento de regras regulatórias que ainda estão incertas e vão ficando com maior certeza, conforme as agências vão se pronunciando. Por exemplo, na questão do porto, há um tipo de taxa que é de segregação de carga, que é vulgarmente chamada de THC2, porque já existe uma taxa que é THC; e esse é um caso em que a Antaq tem uma interpretação do texto, o Cade tem outra. Então, como a gente vê isso?

Cartão de crédito é outro. Acho que, de alguma maneira, quanto ao funcionamento do mercado, o Banco Central está tomando diversas medidas para melhorar esse funcionamento, e o Cade poderia entrar nessa agenda.

Aliás, falando de uma agenda muito propositiva, hoje mesmo saiu no jornal – não sei se os senhores viram – que o Banco Central e o Cade estão num grupo de trabalho tentando fazer um acordo para ver se destravamos essa agenda de Cade e Bacen, de uma disputa antiga que havia sobre fusões e aquisições. Então, foi estabelecido ontem um grupo de trabalho para o qual há uma agenda que acho extremamente positiva.

Então, é uma agenda do Cade com a qual estou completamente cônsona. Acho que é uma agenda boa, propositiva, porque estaremos juntamente com outro órgão regulador tentando resolver um problema existente. De novo, sempre que o Estado consegue, de alguma maneira, criar uma harmonia para resolver os problemas, isso não deixa de ser um aumento pró-produtividade.

E fomentar a concorrência externa, sem sobra de dúvida, é uma agenda muito importante que o País deveria ter, porque a nossa economia ainda é muito fechada. Há evidências de que maior abertura comercial aumenta a produtividade. Aí a pergunta é: como a gente pode abrir essa economia? Podemos abri-la de uma maneira unilateral? Vamos abrir fazendo acordos bilaterais ou multilaterais? Então, se não diagnosticarmos que precisamos abrir a economia, jamais vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conseguir fazer um plano de trabalho concreto para, de fato, abrirmos a economia. Depois vou mostrar alguns eslaides destacando esse ponto, porque ele é muito interessante.

Uma meta possível, por exemplo, seria pelo menos a gente convergir nossas tarifas médias para a média da OCDE e reverter algumas barreiras não tarifárias. Parece que Marcos Mendes fez um trabalho muito bem feito, foi até comentado pelo Claudio Frischtak, sobre algumas barreiras não tarifárias que existem no setor de construção. E, assim como existem barreiras no setor de construção especificamente, existem barreiras não tarifárias em diversos outros setores que nos impedem de ter uma concorrência externa maior.

Então, uma agenda propositiva para advocacia da concorrência, de uma forma resumida, é o Cade tentar, de alguma maneira, estreitar as relações institucionais não só com as agências reguladoras, mas também com o Executivo. Em particular, acho que tem de haver uma agenda muito próxima da Seae, para ver onde a Seae pode trabalhar isoladamente, onde o Cade pode trabalhar sozinho, e onde há uma convergência para unirmos esforços e trabalharmos de uma maneira conjunta. Para isso, devem ser formados alguns grupos de trabalho com tudo determinado – prazo determinado, escopo de trabalho. Não é somente propor um grupo de trabalho sem tirar do papel aquela agenda, porque tal agenda deve ser de fato implementada.

Aqui são apenas evidências de que ali naquele gráfico de baixo, por exemplo, vê-se como a abertura comercial pode afetar positivamente a nossa produtividade. Ali naquele eixo horizontal temos nosso PIB *per capita*, e no eixo vertical temos a abertura comercial. Vejam que o Brasil, comparativamente a outros países do mundo, ainda é uma economia fechada e que existe uma correlação positiva entre essas duas variáveis.

Outro trabalho – esse é de Pedro Cavalcanti – mostra que a produtividade do trabalho, quando a gente teve nossa abertura nos anos 90, aumentou consideravelmente, ou seja, a abertura comercial nos ajudou a promover um aumento de produtividade. Então, se a gente tem esta agenda de querer aumentar a produtividade, acho que uma agenda em que a gente tem de pensar consequentemente é esta: a da abertura comercial. E, para isso, de novo, a gente precisa sentar e planejar de maneira interministerial, entre as agências.

O segundo ponto – já falei sobre a advocacia da concorrência – é: como dirimir a insegurança jurídica e trazer efetividade e credibilidade na atuação do Cade? O Cade, da maneira como que ele atua, quando vai tentar coibir atitudes anticompetitivas, vai tentar de alguma maneira eliminar o cartel, em particular. Quando ele descobre um cartel, ele quebra aquele cartel, isso tudo, gente, é uma ideia de como a gente pode melhorar a produtividade da economia, porque, no fundo, alguém estava ganhando um dinheiro que não deveria ganhar e estava tirando de outros, no caso a sociedade.

Eu tenho uma agenda desde que cheguei ao Cade, em 2015, que é uma agenda de sanção. Como o Cade sanciona? Sempre vejo que o art. 37 da nossa lei, que é o artigo sancionador, deve ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma conotação de *law and economics*, não só de *law*, mas de *law and economics*. O que quero dizer com isso? A meu ver, uma sanção, para ser de fato efetiva, precisa ser, primeiramente, dissuasória. Ela precisa, de fato, ser maior do que a vantagem auferida, que o cartelista – vamos pensar no cartel, que é mais fácil – adquiriu. Então, se o cartelista, de alguma maneira, obteve uma vantagem indevida, auferida indevidamente, de determinado mercado relevante referente àquele produto naquela região do País por determinado tempo, ele deve ser punido por isso, ele deve ser punido nesse mercado que ele afetou. Se ele fez um cartel, vamos supor, de GLP no Pará, então ele tem de pagar por aquilo que ele fez, por aquela conduta indevida. Então, se o cartel demorou cinco anos, tem de ser em cima de cinco anos; se o cartel foi no Pará e de GLP, então a gente não pode cobrar da empresa também uma sobressanção no Brasil todo. Ou, como está na nossa lei, é ramo de atividade, e não mercado relevante. Então, se a gente tem, por exemplo, hoje em dia, um cartel de parafuso, a gente, na nossa lei, diz "ramo de atividade", que seria o mercado de autopeças. Aí você estaria sobrepunindo a empresa.

Então, o que tenho muito claro quando olho para uma sanção é que ela deve ser proporcional ao dano. E, para ser proporcional, ela tem de estar de acordo com o mercado em que ela implementou aquela conduta e com o tempo em que ela fez aquela conduta. Tem de ser dissuasória, ou seja, não basta o cartelista apenas pagar o que ele pegou, ele tem de pagar mais, porque existe uma probabilidade de o Cade não o pegar. Se eu roubo um carro e se a Polícia me pede somente para eu devolver o carro, o incentivo que está sendo dado é para eu continuar roubando carros. Então, a ideia é a de que eu devolva o carro e pague uma multa adicional pelo fato de eu ter roubado esse carro. Essa multa, essa sanção também precisa dar segurança jurídica. Então, são os três pontos basilares para mim: precisa ser dissuasória, precisa ser proporcional ao dano e precisa dar segurança jurídica.

Hoje, apenas 23% das sanções que a gente está aplicando no Cade usam os critérios do art. 37, apenas 23% seguem os critérios que ali estão inscritos. Isso quer dizer que 77% não seguem os critérios exatamente que estão inscritos na lei. Então, para além do item "a", que seria ser dissuasória, e para além do item "b", que é ser proporcional, como a gente faz hoje no Cade, a meu ver, não dá uma segurança jurídica. Essa é uma opinião que o Conselho não tem na sua maioria. Esse é um voto vencido meu e do Conselheiro João Paulo, é uma agenda nossa desde 2015; a gente acha que os critérios basilares de uma sanção devem ser: ser proporcional ao dano, ser dissuasória e dar segurança jurídica. Mas neste momento a gente é voto vencido. Mas não é uma luta inglória. Acho que a gente tem sempre que colocar os argumentos e tentar trazer o diálogo para expor essas nossas diferenças.

Existe um PL, que era o PL do Aécio e agora é do Anastasia, que é o PL 283, que tem uma redação que precisa ser melhorada, mas, para mim, é o caminho. A gente precisa mudar esse art. 37 para que ele seja dissuasório, proporcional ao dano e que dê segurança jurídica, e isso está nesse PL 283, do Anastasia, com uma melhora na redação; a redação precisaria ser melhorada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Além disso, acho que nós podíamos, no Cade, ter um guia de sanções. Por que não seguir os critérios internacionalmente usados pelas agências nota 5? Nós, no Brasil, somos nota 4. O máximo é o 5. Há agências antitruste no mundo que cobram exatamente dessa maneira como coloquei. Essas agências são aquelas que estão ali, do Reino Unido, da França, da Alemanha, dos Estados Unidos. Então, nós poderíamos mirar-nos nessa boa experiência, nessa boa prática e fazer o mesmo.

Para além dessa insegurança jurídica que existe aí, há uma outra. O que acontece hoje no Cade com relação a suas sanções nas condutas anticompetitivas? A gente tem três esferas: a cível, a criminal e a administrativa. O Cade é administrativo. Hoje em dia, nada de muito relevante acontece nas esferas cível e penal com relação às condutas anticompetitivas, tirando aí cartel em licitação. Se a gente passar a funcionar bem nisso, como é que a gente vai agir? A gente vai ter uma sobrepunição, uma sobressanção? Como é que essas três esferas se comunicam? Hoje elas não se comunicam bem. Hoje, para o cartel que, no Cade, é condenado, dificilmente alguém vai pedir reparação de dano na esfera cível e, nesse caso também, aquele cartelista – isso tirando corrupção, isso aí é só o cartel – dificilmente vai parar na prisão.

Por isso é que hoje em dia, os acordos de leniência, para nós, são sumamente relevantes aqui. Então, qual seria minha solução? Que deveríamos ter uma logística processual entre essas três esferas. Esse PL 283, do Dr. Anastasia, não soluciona esse problema. Ele apenas coloca que, na esfera cível, tem-se duas vezes o dano, que vai ser a sanção, mas, mesmo assim, não diz como vai ser calculado esse dano. Então, ele não toma em consideração isso.

Deixe-me passar para o meu último eslaide, o meu último problema, que é justamente a questão da leniência.

Hoje em dia o Cade, o TCU e a AGU têm um interesse comum por conta de cartéis em licitação pública. A leniência é feita no Cade desde 2001, mas agora, com a MP 784, o Banco Central e a CVM também vão poder fazer leniência. E a CGU, desde 2013, com a Lei Anticorrupção, também pode fazer leniência.

A delação premiada, na esfera penal, acontece no Ministério Público, e o TCU não tem previsão de acordo, mas homologa os acordos das PJs na Controladoria-Geral da União. Agora, se o TCU não homologar, o TCU pode não validar os acordos e poderia punir os infratores, mesmo eles tendo feito acordo na CGU.

Então, se em 2013 tudo estava correndo bem no Cade com relação aos acordos de leniência, depois de 2013 não é que tenha passado a ficar de uma maneira ruim, só que, como entraram outros *players*, como a CGU, criou-se uma incerteza jurídica sobre onde se vai fazer a leniência: no Cade ou na CGU?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, o que eu acho, só para terminar, a minha tese é a que a leniência e a delação premiada são instrumentos para o Cade extremamente relevantes – no nosso caso, a leniência – e que são baseados em confiança. Se o ente privado não tiver confiança, ele não vai fazer leniência, ele não vai fazer delação. Isso, para o Cade é ruim. Isso para o Cade é muito ruim, porque a gente pode, de novo, na agenda de trazer mais produtividade para a economia, tentar debelar mais facilmente os cartéis, e o objetivo do Cade é inibir esses cartéis. E a leniência, para a gente, tem como objetivo maior este: a gente poder identificar o cartel para poder investigar de fato. Então, não pode a gente ter um acordo feito em um órgão e, depois, um outro órgão vir e punir por um mesmo fato, porque isso traz insegurança jurídica.

Então, é isso. Vou ficar por aqui, porque sei que o meu tempo já se esgotou.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado. Foi muito importante e valiosa a contribuição à nossa discussão.

Passo a palavra ao Sr. Guilherme Afif Domingos, Presidente do Sebrae.

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS – Muito obrigado.

Um bom-dia a todos e a todas!

Quero saudar o meu amigo Senador Tasso Jereissati, Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos; saudar o meu amigo Armando Monteiro, Coordenador do Grupo de Trabalho de Reformas Microeconômicas desta Comissão, por quem tive a honra de ser convocado para estar aqui prestando esclarecimentos; saudar a minha companheira de Mesa, Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, que é Conselheira do Cade; saudar os Senadores e amigos Cristovam Buarque, José Medeiros – que saiu, o Senador Dalírio Beber, a Senadora Simone Tebet, o Senador Elmano Férrer, o Senador José Agripino e a Senadora Lúcia Vânia. Acho que não faltou ninguém. Bem, é uma honra participar desta reunião e tratar do assunto produtividade *versus* burocracia e todas as amarras que temos.

Eu começaria fazendo um comparativo – pode seguir – entre o que é simples e o que é complicado: o simples é fácil, o complicado é trabalhoso; o que é simples é rápido, o que é complicado é lento; o que é simples beneficia milhões, o que é complicado prejudica milhões; o que é simples é unanimidade, o que é complicado é polêmico. Portanto – seguindo, por favor –, o que é simples, como eu disse, atrai, o que é complicado afasta; o que é simples traz sinergia, o que é complicado o cidadão deixa de realizar; o que é simples tem um efeito multiplicador, o que é complicado busca soluções alternativas longe do ideal, que é a informalidade que infelizmente ainda grassa em nosso País. Ela é fruto dessa complicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Dentro dessa visão, fizemos um quadro comparativo das nossas complicações, pegando dois pontos: o número de documentos e cadastros para o cidadão, que é o primeiro ponto; outro ponto é o número de procedimentos para a abertura de empresas. Só peguei esses dois pontos para comparar, e essa comparação preferi fazer com Portugal, porque dizem que Portugal é a matriz da burocracia brasileira. Não é mais não. Lá eles andaram rápido, nós é que continuamos ainda medievais dentro de nossos sistemas.

Número de documentos e cadastros para o cidadão se identificar: no Brasil são vinte; em Portugal, três. Número de procedimentos para a abertura de empresas: no Brasil são onze; em Portugal, três. E o tempo de abertura de empresa, que em Portugal é de 2,5 dias; no Brasil, pelo Doing Business, 101,5 dias. E estamos trabalhando pesado para diminuir, principalmente em uma praça, que é São Paulo. O Doing Business faz a medição na praça de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Os outros são mais difíceis.

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS – Não, até que são mais simples. São Paulo é o campeão nacional de complicação na hora de se abrir uma empresa, a cidade de São Paulo.

Muito bem. Aqui são os 20 documentos exigidos. Há os mesmos de 30 anos atrás, que são: certidão de nascimento, RG, CPF, CNH, todos os que estão aí, e os criados recentemente. Aqui há três pontinhos porque neste instante podem estar criando outro documento, já que há um excesso de iniciativa por parte de burocracias, cada uma querendo ter tendo o domínio do seu cadastro.

Muito bem. Este ponto e, eu queria até passar para frente, essas limitações vão também para outros lados, como, por exemplo, limitações de burocracia e crédito. Os principais problemas enfrentados pelos pequenos negócios no Brasil são: o primeiro é abertura de empresas, o outro é obtenção de crédito, e o outro é pagamento de impostos.

Fatores de competitividade – os motivos alegados pelo empreendedor para que a empresa deixasse de funcionar estão lá: impostos, o campeão; custos; despesas; juros. E, segundo, vendas, pouca procura, demanda. Mas o campeão, sem dúvida, é o problema de imposto, custo e juros.

Fatores de competitividade. Nós escrevemos com esta Casa uma bela história de simplificação, que é o Simples. Estou nisso, meu caro Senador, desde 1979, quando eu presidi o I Congresso Brasileiro de Micro e Pequenas Empresas. Em 1984, já junto com o Ministro Beltrão, fizemos o Congresso aqui no Congresso e conseguimos o Estatuto da Microempresa, em 1984.

Naquela época, Beltrão me dizia que mais não fez porque não havia um dispositivo constitucional que assim determinasse. E foi com essa missão que viemos para a Constituinte e conseguimos, então, o art. 179 da Constituição, que é mandatório, é obrigação do tratamento diferenciado aos pequenos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em 1996, surge a primeira regulamentação do dispositivo constitucional, que foi o primeiro Simples, mas o Simples federal, ele não alcançava Estados e Municípios.

Depois, nós tivemos a Emenda Constitucional nº 42, que dá base de ampliação do Simples, porque essa emenda obriga Estados e Municípios a terem um tratamento diferenciado. E foi a partir daí que surgiu o segundo Simples, já o Supersimples, o Simples Nacional, em 2006.

Em 2008, surge então a figura do MEI, que foi um aperfeiçoamento da nossa legislação. O MEI hoje é o maior programa de inclusão econômica e social do mundo. Nós já batemos aí, vamos mostrar, mais de 7,8 milhões até agora, o que significa duas vezes a população do Uruguai sendo formalizada dentro do País. Isso é impressionante.

Em 2014, escrevemos com esta Casa a universalização do Simples e, em 2016, nós fizemos o Crescer sem Medo, que deve entrar em vigor agora, em 2018, substituindo aqueles degraus de subida tributária por uma rampa suave que foi intensamente discutida aqui nesta Casa.

Dentro desta visão, vamos olhar o que aconteceu com a formalização no Brasil. Desde 2002, ela saltou de 43% para 57%, teve um índice, um aumento de 13 pontos percentuais em dez anos. Isso é bem sintomático.

Os fatores de competitividade. As empresas após a formalização: 68% delas aumentaram as vendas; 78% melhoraram as condições de compra junto a fornecedores, e 50% passaram a vender para outras empresas. O resultado desse aumento de competitividade é que o Simples é o principal motor dessa evolução. E aí, está com dados 2016: o nosso MEI com 6.600, mas já estamos com 7.800, um aumento de 101%; a microempresa saltando de 2 para 4, e a pequena, de 662 para um milhão. Vejam aí que nós temos fervente o processo de empreendedorismo legalizado.

Como resultado desse aumento de competição – esse é um dado da GEM, uma pesquisa internacional –, nós fizemos aí o sonho do brasileiro. O quarto sonho é ter seu negócio próprio; o oitavo, é fazer carreira numa empresa. Ou seja, nós já estamos tendo uma inversão. Antigamente, todo mundo que saía da universidade sonhava em fazer uma carreira em uma empresa; hoje, nós estamos aí com o sonho de trabalhar por conta própria, de ter o seu próprio negócio.

Então, dentro dessa visão, isso é muito importante para medir esse sonho empreendedor que nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – O sonho de passar em um concurso público não está aí no meio desses?

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS – A pesquisa fala em "fazer carreira numa empresa". Isso é comparável a uma empresa. O setor público é muito ambientado aqui, em Brasília. No restante do Brasil, eu posso dizer que o sonho empreendedor está bem mais forte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agora, o engraçado – só para comentar – é "comprar casa própria", "comprar um automóvel". Vocês viram o primeiro item? É "viajar pelo Brasil". É impressionante isso: o sonho do brasileiro é viajar pelo Brasil.

Atenção, indústria turística, olhe o aspecto dessa pesquisa, que é uma pesquisa internacional da Global Entrepreneurship Monitor (GEM).

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – E aí o senhor não mostrou que é principalmente para o Ceará. (*Risos.*)

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS – Para o Ceará, está certo. O Ceará não tem disso, não.

Resultados do aumento da competitividade.

Nós tivemos impactos expressivos na arrecadação. Eu fico muito nervoso quando vejo gente falando que o Simples é o maior item de renúncia fiscal no Brasil. Primeiro, não é renúncia fiscal coisa nenhuma; é um regime próprio estabelecido na Constituição. Quando eles fazem o cálculo, que cálculo é esse de renúncia que a empresa pagaria todos os impostos se ela estivesse fora do Simples? A conclusão é que, se pagassem, estariam mortas há muito tempo, não estariam vivendo. Então, a simplificação, sem dúvida, é uma grande capa protetora do crescimento do mundo dos pequenos negócios.

Provado: tributo municipal teve um aumento, com base 100, em 2007, em 310; os tributos federais incluídos no Simples, 216; o total do Simples, 204; tributo estadual, 133. E aí nós comparamos com as receitas federais: as receitas federais cresceram em um índice de 114 contra os 204 do Simples, o que mostra que o sistema arrecadatório tradicional está obsoleto, não consegue cumprir o seu papel. A simplificação está trazendo o aumento de arrecadação, sim. Esta é uma bandeira pela qual brigamos há tanto tempo.

Portanto, o crescimento da arrecadação do Simples é dez vezes superior ao das receitas federais, meu caro Senador Tasso.

Resultado do aumento da competitividade.

É importante focarmos neste ponto, Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Afif, você poderia voltar um pouco?

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS – Volte, por favor.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – O efeito da substituição tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS – O tributo estadual incluído no Simples tem um desempenho bem aquém dos outros tributos, porque ele é, como eu digo, atropelado pela substituição tributária. O projeto de alívio da substituição tributária dentro do Simples foi de sua autoria, meu caro Senador. Nós temos que continuar essa luta, porque a substituição tributária na forma como está é altamente prejudicial à própria arrecadação. É uma ilusão que a substituição aumenta. Esse é um ponto fundamental em que a gente tem que estar bem atento sobre esse processo. Voltando ao quadro da geração de empregos, micro e pequenas empresas têm um saldo acumulado de geração de emprego: de 2007 a 2017, foram 10,75 milhões de vagas abertas. As médias e grandes empresas, de 2007 a 2017, têm 1,072 milhão de vagas fechadas.

E aí, gente, está um pouco do desemprego estrutural. Não é só conjuntural, não é só da crise. Há uma aceleração do processo de substituição de mão de obra, primeiro, pela tecnologia e, segundo, pela nossa legislação, que agora, em boa hora, está sendo revista para melhorar as condições de empregabilidade. Mas o resultado é este: as médias e grandes empresas intensivas de capital estão substituindo, com muita velocidade, a mão de obra.

Toca.

Sobrevivência, que é outro indicador. Há uma tendência muito superior, e ascendente, de sobrevivência das empresas optantes do Simples. As empresas optantes do Simples possuem duas vezes mais chance de sobreviver após dois anos de abertura do que as não optantes. Eu sempre digo que quem sai do Simples cai no complicado e que quem cai no complicado não consegue sobreviver. Então, hoje nós temos o Simples e temos o complicado.

E do que nós precisamos? De um grande Simples. Nós temos de partir para a simplificação, urgentemente, do processo tributário, até porque isso melhora a própria arrecadação. Mas é tão difícil as pessoas entenderem isso! Elas estão agarradas à necessidade premente da arrecadação de curto prazo, e, com isso, deixamos de formular políticas estratégicas de simplificação. Falo um pouquinho mais à frente sobre isso.

Olhando o futuro, nós temos de aumentar a sobrevivência e estimular o crescimento. Pesquisa sobre os principais benefícios do Simples: 90% mencionam "saber que está em dia com os impostos"; 82%, "conhecer quanto pagam de impostos"; e 76%, "redução da burocracia. Para 95% das empresas optantes, a principal melhoria é o aumento gradual dos impostos alinhado com o crescimento da empresa, que foi o que nós fizemos no ano passado – com o apoio também, muito forte, do Senado – com aquele Crescer sem Medo, ou seja, substituímos os degraus por uma rampa suave e progressiva, que é o grande desejo do nosso mercado.

Há ainda muito a fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vamos falar de indicadores de crédito nas micro e pequenas empresas do Brasil. As pequenas empresas tiveram uma taxa de juros de 43% ao ano em 2016; 51% das operações de crédito realizadas por micro e pequenas empresas eram para capital de giro. Agora, gente, o crédito não chega ao universo dos pequenos: 83% das empresas não têm acesso a crédito, as portas do crédito estão fechadas, porque nós temos um sistema financeiro altamente concentrado – hoje os cinco maiores bancos respondem por 82% do volume de operações de patrimônio.

O BNDES tenta agora – amanhã até haverá uma cerimônia – fazer o trabalho de irrigação do crédito, mas vai encontrar imensas dificuldades, porque o sistema não dá mais crédito olhando no olho; olha no computador. E os algoritmos concentrados na mão do sistema financeiro condenam a concessão de crédito aos pequenos. Esse é um problema muito sério.

E aí eu fiz uma queixa à senhora, e a senhora falou: "Eu fui voto vencido." Nós estamos em um oligopólio, no sistema financeiro, extremamente perigoso. E, recentemente, eles criaram uma empresa para fazer o controle da informação. Os cinco bancos criaram a GIC. Nós até oficiamos ao Cade: "Olha, é um oligopólio que vai ter um monopólio de informações. Isso é muito perigoso." E nós vamos ter que ter um projeto, aqui no Congresso, que obriga a abertura da informação a todos os agentes, para que a gente possa estabelecer um processo de concorrência igual, porque um dos grandes fatores de estrangulamento, aqui no Brasil, é essa concentração excessiva do sistema financeiro brasileiro.

Muito bem, continuando, nós aprovamos, aqui no Congresso – e o Banco Central vetou, e agora vai voltar, de novo, aqui para o Congresso – a criação da Empresa Simples de Crédito (ESC), para facilitação de concessão de empréstimo para o pequeno negócio. E o que é isso? É o sujeito, lá na cidade, que tem um capital, tem uma poupança própria, poder emprestar, na própria cidade, para pessoa jurídica, ou seja, financiar a produção da cidade dele, dentro de uma empresa simples de crédito.

Alguém disse: "Mas isso é a agiotagem." Não, agiotagem é o cheque especial; agiotagem é o juro do rotativo do cartão de crédito, que eles estão até com vergonha de anunciar – 360, 370% ao ano. E essa empresa vai regular, porque vai criar a concorrência sobre *spread*. O que é vergonhoso, aqui no Brasil, é o *spread*. Eles põem um *spread* desse tamanho para que os bons paguem pelos maus.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Essa é aquela que está prevista naquele plano do Ilan de divisão dos bancos em cinco faixas?

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS – Olha, nós estamos conversando com o Ilan, que nos liberou agora, e nós estamos conversando com a Receita Federal, para criar um sistema de tributação através do *spread*, de controle, porque qual é o controle? Essa empresa não pode captar recursos, ela tem que emprestar o capital próprio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Como é que se controla isso? Através do *spread*, porque o *spread* é uma contabilidade praticamente mensal nas mãos da autoridade fazendária. Mas, enfim, vai de qualquer maneira voltar aqui para nós aprovamos. Eu já estou fazendo uma abertura nesse sentido.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS – E aí, meu caro Senador Armando, nós fizemos a parceria com o Governo Federal, através do Ministério da Fazenda, para investir – o Sebrae está investindo – R$200 milhões para um processo de simplificação de obrigações acessórias. Eu até trouxe aqui um...

Alguém me ajude, por favor, estique até onde puder. Pode esticar.

Vocês sabem o que é isso? Isso são obrigações acessórias das empresas do Simples. Olhem o tamanho disso! É nascimento, vida e morte. Todas as fases de uma empresa e suas obrigações acessórias.

Então, nós estamos investindo, juntamente com a Receita Federal, em dez sistemas que vão eliminar o que está em verde, o que está em azul e o que está em laranja, em três sistemas. Primeiro, a nota fiscal eletrônica universalizada; segundo, o eSocial, que começa agora para as grandes empresas e, a partir do ano que vem, para as pequenas empresas; e, finalmente, a Rede Simples, que é o processo de abertura e de fechamento para eliminar essas obrigações acessórias.

Quando a gente fala, não dá para ter ideia do que é. Quando a gente traduz sob a forma de uma lista como essa, nós vemos como é ridículo o processo burocrático no Brasil, o que vem ao encontro daquela sua primeira declaração sobre as complicações que nós temos. E olha que isso são empresas do Simples – do Simples!

Por favor, pode passar.

Muito bem. São dez sistemas: Redesimples; nota fiscal eletrônica; eSocial; restituição automatizada do Simples Nacional; sistema para concessão de isenção de IPI e IOF; restituição, reembolso e compensação de tributos federais, ou seja, nós vamos fazer compensações automáticas através de sistemas; banco de dados do Simples Nacional; melhorias no Portal do Empreendedor; sistemas de pagamento do Simples por modalidades eletrônicas; e o parcelamento do Simples Nacional.

São, pois, dez sistemas que serão entregues até dezembro de 2018. Portanto, vai caber tudo ainda neste ano. Os primeiros já entraram. O eSocial já está em funcionamento experimental. Será obrigatório para as grandes empresas a partir de janeiro e, para as micro e pequenas empresas, a partir de junho do ano que vem.

Muito bem. Eu não vou explicar o que é o eSocial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vamos em frente.

Por fim, a nossa visão global.

A crise econômica traz um desemprego... Não é conjugal – hein, gente?! Por favor! Errou quem fez o... (*Risos.*)

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS – Eu não conheço "desemprego conjugal"... É quando um manda o outro embora... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

Eu gostei do "desemprego conjugal".

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Perdeu o emprego, e a mulher foi embora.

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS – Abandonou... Isso!

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – O camarada perde o emprego e a mulher.

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS – É isso mesmo. Pronto! Está definido aqui.

Então, nós temos aí um desemprego conjuntural que é recuperável, porque é da conjuntura; mas nós temos, com a inteligência artificial e outras tecnologias, um desemprego estrutural que é irrecuperável. Portanto, o empreendedorismo crescerá fortemente nos próximos anos para compensar esse processo. Daí a importância que tem a nova legislação trabalhista e a Lei da Terceirização na manutenção desses empregos.

E, por fim, eu quero dizer aos Srs. Senadores que a unanimidade é fundamental para dar continuidade à prática do óbvio. E, aqui, todas as propostas trazidas para o universo do Simples são aprovadas por unanimidade. Nós temos de manter isso, porque o Brasil precisa de um grande Simples.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Dr. Afif Domingos, muito obrigado pela sua tão esclarecedora exposição didática, que, com certeza, vai contribuir muito com esse trabalho que o Senador Armando Monteiro, com certeza, em conjunto com os senhores, está desenvolvendo na CAE com o objetivo hercúleo de reduzir todos esses obstáculos que as nossas empresas enfrentam.

Passamos a palavra aos Srs. Senadores.

O Senador Armando Monteiro é o primeiro inscrito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, quero me congratular com os expositores. Acho que tivemos aqui uma contribuição muito importante e valiosa nesta busca que o Senado promove no sentido de criar uma agenda que estimule os ganhos de produtividade e que propicie a criação de um melhor ambiente de negócios no Brasil. Creio que essa agenda de simplificação e de desburocratização e a advocacia da concorrência são vetores importantíssimos desse processo.

Há sempre um tema recorrente, um tema, eu diria, central dentro da perspectiva do desenvolvimento e do crescimento econômico do Brasil, que é a necessidade de mudar o padrão de financiamento da economia brasileira. Nós temos hoje um gravíssimo problema no Brasil, que é exatamente essa exclusão, essa imensa exclusão, e a dificuldade de acesso ao mercado de crédito no Brasil. Além disso, há um quadro marcado por um processo de grande oligopolização do setor financeiro, como aqui já foi referido. Há um nível de concentração bancária que não encontra paralelo em nenhum exemplo na experiência internacional.

Então, sabendo que esse tema foi tratado de alguma forma nas duas exposições, eu queria saudá-los aqui.

Na exposição da Cristiane, foi dada a informação de que, ao final, o Banco Central e o Cade começam a dialogar no que diz respeito ao tema da defesa da concorrência no sistema bancário. Esta é uma lacuna com a qual o Brasil convive há muito tempo: o Banco Central não exerce um papel na defesa da concorrência efetivamente, porque cuida apenas da higidez, da saúde do sistema financeiro, e o Cade, por sua vez, também não preencheu essa função.

Então, eu queria saber que medidas estão sendo tomadas dentro dessa agenda, sobretudo considerando as distorções que já foram aqui apontadas em relação ao nível de *spread*. Nós tivemos, durante a crise agora, com toda essa recessão, uma elevação dos *spreads* nesse período. Então, é uma situação que, a meu ver, contribui enormemente para o agravamento desse quadro a que nós assistimos no Brasil. Eu queria indagar a ambos como veem a perspectiva de trabalharmos nessa agenda dos *spreads*.

E aí há um ponto que seria fundamental, que é esse de aumentar a oferta de crédito por meio da competição, do estímulo à competição e da possibilidade de que novos *players* atuem. Por exemplo, o sistema de cooperativas, na Alemanha, cumpre um papel extraordinariamente importante: 14% – em alguns segmentos, 30% – da oferta de crédito têm origem no sistema cooperativo, cooperativado. Então, o Brasil precisa estimular isso.

E temos o advento, agora, das *fintechs*. Temos a ESC, essa estrutura a que o Afif se referiu.

Então eu pergunto: como, de algum modo, poderíamos, nessa visão, estimular uma maior oferta, sobretudo a partir da participação de novos *players* nesse mercado, e como o Cade pode,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

efetivamente, atuar nessa agenda de defesa da concorrência? Verifico agora que o Cade atuou, por exemplo, nesse último processo de compra do Citibank pelo Itaú, impondo, inclusive, um prazo de 30 meses de proibição para aquisição de novas instituições.

Queria um comentário de ambos sobre esse tema, que me parece absolutamente relevante nessa agenda.

Indagaria ao Afif, especialmente, qual é a avaliação que ele faz do impacto da reforma trabalhista e da terceirização no ambiente das pequenas empresas.

De outro modo, quero também, mais uma vez, falar sobre a substituição tributária, porque creio que esse é um instrumento perverso, que tem contribuído enormemente para desestimular os pequenos negócios, não só porque subtrai capital de giro das empresas, que se obrigam a recolher o tributo antecipadamente, como também porque arbitram margens nesse processo – margens de lucro e de operação absolutamente arbitrárias – para definir a tributação. Então, é um instrumento que foi alargado, cuja utilização foi alargada, expandida extraordinariamente nos últimos anos e que tem causado imenso prejuízo a esse ambiente das pequenas e médias empresas.

Afif lembrou a Lei Complementar 147, em que o Congresso disciplinou a utilização desse instrumento, mas, no momento, há um entrave, que é, como sempre, a regulamentação da lei. Quer dizer, o Confaz está, nesse momento... Não houve a regulamentação. Então, acho que é um tema fundamental: como poderíamos assegurar a regulamentação do uso desse mecanismo da substituição tributária de modo a não agravar os prejuízos que hoje já são, de forma tão nítida, percebidos.

Eu gostaria ainda de, agora me dirigindo à Drª Cristiane, indagar sobre essa política *antidumping* do Brasil. O Brasil tem tido uma presença muito grande no sentido de propor medidas *antidumping*. Em algumas áreas, o Brasil tem uma liderança no mundo, por exemplo, o setor de plástico. Quase 50% das medidas que foram propostas, segundo um estudo da OCDE, têm origem no Brasil. Ora, isso tem um reflexo no sistema de concorrência interna. Na realidade, o mecanismo *antidumping*, às vezes, é uma forma de proteger os *players* nacionais, que terminam atuando de modo a prejudicar a concorrência. Então, eu queria uma avaliação da Drª Cristiane sobre o uso das políticas *antidumping*.

Também quero me referir àquela sua avaliação de que o Brasil precisa reduzir as tarifas de importação, de modo a fazê-las convergir para um padrão que possa assegurar uma maior exposição da indústria brasileira ou da economia brasileira, para elevar a concorrência interna. No entanto, como a senhora assinalou, não pode ser um movimento unilateral. O Brasil tem que promover esse processo de desgravação, desde que ele atenda o interesse do Brasil de melhorar o nosso acesso a outros mercados, dentro de uma visão de troca e de uma negociação. Portanto, acho que é algo imperativo, mas não pode se dar de forma alguma de maneira unilateral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E, finalmente, também ouvi-la sobre os temas ligados à promoção da concorrência em relação à política setorial da área da saúde, que aqui já foi referida, e também a alguns outros temas que estão na Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

Eu não queria me alongar, mas, sobre o tema da promoção da concorrência de políticas setoriais, que medidas adicionais o Cade e a Secretaria de Acompanhamento Econômicos poderiam adotar na agenda de defesa da concorrência que poderiam impactar de forma direta a produtividade de alguns setores a economia brasileira?

Em resumo, são essas as questões.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Há outro inscrito, o Senador Cristovam Buarque, mas estou vendo que ele não está aqui.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Quero fazer um registro ao trabalho do Senador Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Só para explicar aos senhores debatedores, a ideia é que a gente faço logo a interpelação de todos os Srs. Senadores e, em seguida, os senhores responderão aos Senadores.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, eu apenas queria fazer o registro da atuação e da preocupação do Senador Armando Monteiro com as pequenas e médias empresas brasileiras.

Estamos nos aproximando para vota a TLP, a nova Taxa de Juros de Longo Prazo, e nesse trabalho, até sob orientação de V. Exª, o Senador Armando Monteiro tem discutido com toda equipe econômica, com o Presidente do Banco Central mecanismos nesta legislação para que tenhamos, sim, taxas diferenciadas para pequena e média empresa, na fixação dessa taxa de juros, do acesso ao crédito, sobre o que ele aqui tão bem discorreu.

Eu queria também informar a V. Exª que estamos com uma proposta apresentada pelo Ministro Meirelles para haver uma diferenciação nas taxas de juros dos fundos constitucionais. Ela está quase como a gente gostaria que ela estivesse, mas ainda hoje e amanhã vamos continuar as negociações, para que a gente possa, ao aprovar a TLP, ter mecanismos de salvaguardar os interesses das pequenas e médias empresas e também os interesses do desenvolvimento regional, que são fomentados pelos fundos constitucionais.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra Coelho.

Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, senhores convidados, eu quero ressaltar... Primeiro, parabenizá-lo, Presidente, por estarmos discutindo esses temas aqui. Como dizem, no chão de fábrica, lá onde o borracheiro, enfim, a pequena empresa tem que atuar, é uma verdadeira guerra, uma verdadeira luta, desde a abertura até o fechamento.

Só para dar uma ideia, Senador Armando Monteiro, eu ia trazer uma pessoa para trabalhar na minha equipe, mas aqui, obviamente, o sujeito não pode ter empresa em seu nome. Esse rapaz vem lutando para fechar a pequena empresa que ele tinha há meses. Mas olha, é desde o desdém nos órgãos públicos, uma burocracia, vai-se a não seu aonde... Ele já viajou à capital de Mato Grosso várias vezes, e pude ver o quanto é dificultoso para alguém militar no ramo de empreendedorismo no Brasil.

Por outro lado – foi dito aqui quando o Dr. Guilherme Afif falou sobre os bancos –, sinto que parece que não há vontade. Converso com o pessoal dos bancos: "Nós temos tanto e queremos emprestar, nós temos meta para emprestar." Mas ocorre que o volume de documentos e a burocracia praticamente impedem que a pequena empresa tenha acesso a esse crédito.

Lá em Mato Grosso, por exemplo, temos o caso que aqui foi citado, das cooperativas, que têm menor burocracia. Mas, o que acontece? No Condel... Aí vem a dificuldade. Desde que estou aqui, 2015, vimos lutando para ver se o Banco do Brasil aumenta a margem para que cooperativas como sistema Bancoob e Sicredi possam ter um volume maior de recursos para empréstimo. Mas até isso é tolhido. Então, recurso há, mas o sujeito não tem acesso, não chega lá.

Minha fala foi justamente no sentido de que possamos fazer mais delas, Presidente, porque nós precisamos falar sobre isso. Neste momento em que se fala que estamos numa crise tremenda, em que, quem pode, sai do Brasil; quem pode, está indo ao Paraguai ser beneficiado pela Lei Maquila. Mas quem não pode fecha ou vai ficar se endividando, porque – como foi dito aqui – quanto a capital de giro, as pequenas empresas ficam como se fosse aquele cara que está no deserto querendo um copo d'água, de vez em quando vem só uma gotinha, mas muitos acabam morrendo pelo caminho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Medeiros.

Senador José Pimentel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Presidente, Senador Tasso Jereissati, da nossa Comissão, nossos convidados, meu amigo, Guilherme Afif, da micro e da pequena empresa... A gente o conhece, Presidente, não como do Sebrae, mas da micro e da pequena empresa, em face da sua militância ao longo da sua vida política.

Queria registrar que só vamos resolver a questão do crédito para as micro e pequenas empresas com a criação da Empresa Simples de Crédito. Nós tínhamos, no início dos anos 2000, neste século XXI, um problema gravíssimo com o crédito para setores da agricultura brasileira. Com a organização das cooperativas de crédito rural, organizando esse setor junto à OCB, conseguimos dar conta e, a partir dali, termos as cooperativas de crédito como um complemento da oferta de crédito para esse setor.

Temos alguns lugares, alguns Municípios em que a oferta do crédito pelas cooperativas já é maior do que o crédito feito pelo sistema bancário convencional. E esse sistema, além de ser mais rápido, menos burocrático, faz circular o dinheiro do Município, daquela macrorregião em torno daqueles segmentos.

Tenho assistido, nessa política agora de retirada do sistema financeiro de uma série de praças, com fechamento de agências... Só o Banco do Brasil está fechando 900 agências, Sr. Presidente, neste ano de 2017; fechando ou transformando as agências em postos. Sem esquecer das agências sem dinheiro, que são aquelas que estão em regiões que regularmente têm assalto. Eu acho que essa política da agência sem dinheiro é uma transição até que a gente construa uma política para superar essa quantidade de assaltos que estamos tendo a agências bancárias. E é basicamente a banco público, porque, no interior do Brasil, o que predomina é banco público.

Mas estamos tendo essa política de retirada dos bancos públicos, principalmente, do Território nacional. A política do Banco do Brasil é de, além de fechar 900 agências, extinguir 18 mil postos de trabalho, ou seja, estimulando as pessoas a se aposentarem ou a aderirem ao PDV e não fazendo novo concurso. No nosso caso do BNB, na nossa Região Nordeste, são 15 agências que estão sendo fechadas em 2017. E querem chegar a 1,2 mil funcionários a menos do que havia em 2016.

Então, essa forma de retirar o sistema financeiro das pequenas praças, das médias e também das grandes praças, como aconteceu na cidade e no Estado de São Paulo – porque o Banco do Brasil tinha comprado a Nossa Caixa como forma de ter rede. Agora está fechando essas mesmas agências que certo tempo atrás foram adquiridas pelo Banco do Brasil com preço muito alto. Com que objetivo? Não ofertar crédito. Se eu tenho o pão e não tenho a padaria, eu não consigo vender o meu pão. É exatamente a isso que estamos assistindo, em 2017, na rede bancária brasileira. Com um agravante: no caso do Banco do Nordeste, em 2016, sobrou R$1,5 bilhão do FNE. Ou seja, o Tesouro transferiu dinheiro para o banco, dinheiro este pelo qual todos nós brigamos muito para ter nas Regiões, para diminuir as desigualdades, mas, em face da alta taxa de juros, termina, no final do ano, sobrando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dinheiro. E a avaliação que o banco apresenta é de que, no ano de 2017, deverá repetir ou será um valor muito maior, porque, lamentavelmente, a taxa de juros continua muito alta.

Aqui, no Senado Federal, através da nossa Comissão de Assuntos Econômicos e dos nossos pares, tem sido feito um movimento muito forte para que o Conselho Monetário Nacional traga essa taxa de juros para patamares competitivos, mas já está findando o mês de agosto, logo estaremos em setembro e 2017 está basicamente findando. Crédito no final do ano só serve para capital de giro, porque, no setor do investimento, no setor da indústria, você faz o planejamento no início do ano, nos quatro ou cinco meses iniciais do ano, para que se venda a produção no segundo semestre. Está aqui o Senador Armando Monteiro, que é nosso professor nessa área, tem muito mais experiência nesse setor. E é por isso que o Sebrae tem se empenhado nessa luta para criar empresas simples de crédito. Já estivemos com ela aprovada por unanimidade no Senado Federal, com parecer da CAE, lá em 2016, mas infelizmente tivemos o veto. E agora, nesse 17, nesse novo projeto que está sendo discutido na Câmara, eu acredito que esse deveria ser um dos itens mais importantes, porque, se nós tivermos mais oferta de crédito direto, com mais rapidez e, ao mesmo tempo, evitando que o Banco Central impeça essas atividades, teremos um caminho a mais, como nós fizemos com as cooperativas de crédito lá no início do século XXI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

Lembro ao Dr. Afif Domingos que o Senador José Pimentel comanda aqui um grupo de definição de políticas públicas voltadas exclusivamente, ou principalmente, para a questão das pequenas e médias empresas, trabalho exaustivo que ele tem feito ao longo de todo o ano e, com certeza, ao final do ano, vai apresentar um relatório de suma importância para as definições a que essa Comissão deve dar andamento.

Passo a palavra aos senhores palestrantes. Lembraria a necessidade de um certo controle de tempo em função de ainda termos uma sessão pela frente com importantes votações, como a do relatório de dois diretores do Banco Central, que têm certa urgência. Por isso, apesar da complexidade dos assuntos, eu pediria a compreensão dos senhores palestrantes.

Drª Cristiane, por favor.

A SRª CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – Muito obrigada.

Com relação ao ponto do mercado financeiro e da taxa de juros. Dentre outros fatores, certamente...

Ah, desculpe... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Dentre outros fatores, certamente a nossa taxa de juros é alta porque a gente tem uma poupança muito baixa. Existem outros vários fatores, mas a gente tem este fator que, infelizmente, é a nossa realidade: 18% do PIB de poupança. A gente não pode comparar esse número com o de economias como a da China, que tem uma poupança muito elevada.

Fora essa explicação mais genérica, olhando para o que o Cade pode fazer com relação a isso: eu acho que essa é uma agenda do Banco Central e do Ministério da Fazenda que eles já estão tocando. Agora, quanto ao Cade, de fato – e eu fui voto vencido, era isso que gostaria de comentar –, há dois pontos.

O primeiro é que eu acho que, dentro do mercado de crédito, o Cade talvez não tenha ajudado ao aprovar uma fusão, uma *joint venture*, entre o Itaú e a Mastercard nesse mercado que já é um mercado ruim, o mercado de cartão de crédito. A gente tomou uma decisão muito boa, que foi, no âmbito de processo administrativo, abrir as maquininhas para que elas pudessem ter várias bandeiras, mas, por outro lado, no âmbito de atos de concentração, a gente aprovou a fusão Itaú-Mastercard – eu e o Conselheiro João Paulo fomos votos vencidos. Isso vai contra a agenda de diminuição de taxa de juros, não ajuda, porque esse mercado já é muito complicado, tem muitos problemas operacionais, problemas que o Banco Central está tentando resolver – é um problema do Banco Central, não é nosso. Mas eu acho que o Cade... Enfim, como eu disse, o Cade aprovou essa operação, mas acho que ela não deveria ter sido aprovada.

Outra operação – em que eu acho que fui voto vencido também, sobre a qual comentei com o Dr. Afif Domingos – é com relação a essa empresa GIC, que foi formada, em que os maiores bancos se formaram para fazer um birô de crédito. Por um lado, é muito bom, porque a ideia é de que a gente toque adiante esse Cadastro Positivo, que não consegue sair do papel, que é difícil de implementar. E, no GIC, já que os bancos todos estão lá, eles vão ter incentivo a tentar tocar essa agenda.

Fui contra, nessa fusão ou nessa *joint venture* no fundo, quanto ao fato de que eles deveriam ter colocado o sistema *opt-out*. Ou seja, como há o mercado, os bancos muito capilarizados no Brasil todo, se eu vou ao banco abrir um cadastro positivo, muito provavelmente, se não houver um sistema *opt-out*, o gerente do banco vai falar: "Faz aqui no meu banco." Enquanto, se houvesse o sistema *opt-out*, o agente que fosse ao banco teria que fazer um sistema para todas as agências, todos os birôs de crédito.

E aí um medo que eu tenho – que é o medo do Dr. Afif Domingos – é que, no longo prazo, se o Banco Central não colocar o *opt-out* para todo mundo, o que pode acontecer, de fato, é o monopólio da informação, e esse era o medo que eu trouxe no meu voto. E esse monopólio da informação das pessoas físicas e jurídicas, de fato, não acho conveniente, não acho oportuno; acho que é muito poder concentrado na mão de poucos bancos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Entendo que é um mercado concentrado? É. O que a gente fez... E, dentro desse dilema Cade-Banco Central, o Banco Central já tinha aprovado a primeira operação no Bradesco inclusive, que foi uma operação muito pior do que essa. Essa é uma operação em que o Itaú comprou uma parte do varejo do Citi. Então, a outra operação foi muito maior, mas, de alguma maneira, o Cade colocou uma cláusula de "não comprarás" por 30 meses para os dois bancos, que são o Itaú e o Bradesco.

Com relação ao segundo ponto, que diz respeito à parte de *antidumping*, estou totalmente de acordo. Em geral... Segundo uma pesquisa que eu fiz, quando eu trabalhava no Ministério da Fazenda, na Seae, com o Ministro Malan, lá nos anos 2000, naquela ocasião, a maior parte das empresas que pediam *antidumping* ou eram monopolizadas já, ou eram oligopolizadas. De fato, elas queriam uma proteção adicional.

Então, de fato, eu acho que tem que haver, naquela linha da advocacia da concorrência, duas linhas: uma, que é a questão do *antidumping*, é tentar ver como é que a gente pode agora tirar, de alguma maneira, essas proteções todas que não estão sendo favoráveis à nossa própria economia; e outra, que é a redução tarifária.

E aí, só para comentar, eu até entendo que a maneira unilateral não seja talvez a mais adequada, mas há quem diga que não. Então, a maior parte dos especialistas nesta área, e aí foi uma discussão que eu tive também com os meus colegas... E eu falei: "Puxa, mas unilateral?" Eu coloquei exatamente o seu ponto e falei que, talvez numa negociação bilateral, a gente pudesse ter os dois lados e que politicamente eu acho que é mais factível fazer uma agenda ou no multilateral ou no bilateral do que no unilateral.

O que eles colocam – e têm razão também – é que a gente aumentou muito as nossas tarifas. Há um trabalho do Honorio Kume que mostra a elevação da tarifa. Foi assim, todo mundo, no mundo inteiro, diminuindo tarifas, de 1995 para agora, e nós aumentando.

Inclusive, uma coisa interessante é que, em agricultura, por exemplo, onde somos muito competitivos, temos uma tarifa mais baixa, e em indústria, onde somos menos competitivos, a tarifa é mais alta. Alguma correlação aí tem...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Ainda assim há aquela coisa do bitarifário, quer dizer, você termina tributando igualmente insumos e bens intermediários sem uma lógica também do ponto de vista prático.

A SRª CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – Isso. Claro.

Então, acho que deveria haver uma agenda direcionada para isso sim.

Por último, comentando sobre a promoção da concorrência, assunto que foi tocado aqui, essa é a agenda que eu queria tocar. Essa é a agenda que eu, como Conselheira, acho muito interessante. De

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

alguma maneira o Presidente já sinalizou que podemos tentar ir na direção dessa agenda, da promoção da concorrência com políticas setoriais. Aí talvez o primeiro setor que eu pegaria seria saúde, porque ali existe um problemão entre planos de saúde, hospitais e médicos que é esse imbróglio... Seria muito bom para a sociedade se conseguíssemos de alguma maneira criar mecanismos para dirimir isso tudo.

É isso, para ser concisa aqui.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Drª Cristiane.

Com a palavra o Dr. Guilherme Afif.

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS – Muito obrigado.

Eu queria até saudar os meus amigos de longa data: Otto Alencar, nosso sempre Senador; o meu amigo, Senador Pimentel, companheiro de muitas lutas; também o nosso amigo Fernando Bezerra; e o José Agripino, que está ali atrás.

Bom vamos começando pelo Armando. Substituição tributária. A famigerada substituição tributária. O Confaz, quando começou a adotar de forma genérica a substituição, falou que, com a nota fiscal eletrônica universalizada, não precisaria ter a substituição tributária, porque o sistema seria um. Então, nós estamos investindo agora na nota fiscal de Município, serviço, e forçando os Estados a padronizar a nota fiscal de mercadoria interempresas e para o consumidor.

Portanto, a desculpa não existe mais. Agora é uma questão de enfrentar o problema da nota fiscal. E a gente sabe que existem muitas resistências dentro do Confaz, porque cada um quer ter a sua... Cada um quer ter a sua política e isso gerou esse manicômio que é o sistema do ICMS em nosso País.

Então, essa simplificação do processo antecipa a própria reforma tributária, porque a hora que tivermos a nota fiscal padronizada em todo o Brasil, estaremos dando um passo gigantesco, inclusive para administrar o problema de origem e destino, principalmente dentro desse comércio eletrônico, porque outro dia, o que queria o Confaz? Que uma pequena empresa abrisse filial, ou abrisse cadastro em outro Estado, para recolher a diferença. Meu Deus! Nós estamos em um mundo digital e estamos trabalhando de forma medieval até com imposto de fronteira no imposto de circulação de mercadoria dentro do País. Esse é o maior absurdo!

Portanto, esse investimento que estamos fazendo com a Receita Federal visa exatamente a chamar o Confaz para esse processo de padronização e com isso já não termos mais a necessidade dessa famigerada forma tributária que é a substituição. Aliás, um péssimo negócio, mal concebido, inclusive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Muito bem! Aí nós falamos também: por que o *spread* é alto? Por que o *spread* é alto? O *spread* é composto de carga tributária, de custo administrativo – os gigantes têm um custo administrativo monumental – e de taxa de risco. Os bancos sempre resistiram ao Cadastro Positivo. Ele está quicando na área há mais de oito ou nove anos, que eu me lembre! Eu trabalhei muito em cima do Cadastro Positivo como forma de diminuir o *spread*, porque o problema é *spread*, a distância entre a taxa básica e a ponta, e aí há muita espuma no meio! Para os bancos, é mais fácil os bons pagarem pelos maus. Joga-se numa taxa lá em cima, e aí vamos embora!

Eu não entendia por que havia essa resistência. Por que havia essa resistência? Há oito anos, os bancos venderam a Serasa. Eles venderam a Serasa. Esperaram passar o tempo de não competição e criam agora a Central de Formulação do Cadastro Positivo, a partir das informações deles, numa caixa fechada. Isso tem de ser abominado! Nós temos de ter uma posição aqui dentro do Congresso... Nada tenho contra a formação da GIC, porque eles podem formá-la. O que importa é que a informação deles seja compartilhada com os demais birôs de Cadastro Positivo, porque aí nós vamos ter uma competição entre quem faz melhor.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Um Cadastro Positivo com entrada obrigatória!

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS – Obrigatória!

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Tudo entra para o sistema.

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS – Aí nós vamos ter a verdade do risco.

A SRª CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – Deixem-me só comentar que não posso concordar com menos. É com isso exatamente que eu concordo. Acho que a GIC é importante para poder fomentar o Cadastro Positivo, de fato. Acho que agora, com a GIC, vai mais...

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS – A informação...

A SRª CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – Deveria ser compartilhada. Deveria haver o *opt-out*. Então, a minha esperança é a de que o Banco Central coloque, junto com os senhores...

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS – A minha esperança é a de que o Congresso faça isso.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Estamos aqui para aperfeiçoar o cadastro.

A SRª CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – Isso.

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS – É o Congresso, como sempre fizemos com o Simples, não é, Pimentel? A gente sempre bate e volta lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esse é o ponto fundamental da questão do crédito. Aqui foi falado pelo Senador José Medeiros e por outros a respeito do cooperativismo de crédito. O cooperativismo está crescendo mesmo. Temos aí sinais muito importantes. Tenho conversado com meus amigos de associações comerciais e de clubes de lojistas, até incentivando para que se crie esse processo.

Agora, a revolução está vindo pelas *fintechs*. Por isso, temem tanto os grandes bancos. Tenho medo de que a regulamentação de *fintechs* seja uma forma de impedi-las de cumprir esse seu papel disruptivo. A *fintech* vai cumprir um papel disruptivo, somando Cadastro Positivo e tecnologia com algoritmos a partir da realidade e com a leitura da inteligência artificial na concessão desse crédito, através do sistema digital, com um custo deste tamanho.

No Sebrae – eu queria dizer isto aos senhores –, nós estamos entrando nesse jogo com as *fintechs*, porque temos uma imensa rede pelo País. Mas o Sebrae, pela dificuldade, saiu do crédito, porque o pequeno empresário ia bater na porta do Sebrae... Na verdade, ele faz treinamento, faz tudo, mas o que ele mais deseja é crédito e acesso ao mercado. Então, nós estamos voltando para o crédito. E de que forma?

Você que foi nosso Presidente do Conselho... Há 20 anos, quando eu assumi a Presidência do Conselho, eu criei o fundo de aval, que foi o pioneiro. Colocamos R$25 milhões no fundo de aval do Sebrae, como capital. A ordem era: é para perder dinheiro. Ou seja, é nosso papel saber se funciona um sistema de seguro de crédito para os pequenos. Voltei agora 20 anos depois, Armando. Não colocaram um tostão mais, só foram aqueles R$25 milhões, e hoje o patrimônio do fundo de aval é de R$800 milhões, e eu posso alavancar até 12 vezes, R$9,6 bilhões de empréstimos.

Ora, se eu tenho uma base de fundo de aval, eu tenho que me juntar com o BNDES, que tem a mais pura fonte de *funding*, pelos seus custos. Juntando com *fintechs*, nós podemos cumprir esse papel de fazer o crédito chegar àqueles que batam nas nossas portas, não eu dando crédito, mas dando aval.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Com TLP e tudo.

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS – Com TLP e tudo.

Então, essa discussão da TJLP e da TLP... Para nós a discussão é o *spread*. O problema do Brasil, a vergonha do Brasil é o *spread*. Eu fui segurador por toda a minha vida e sei o quanto resistiram para fazer aquele perfil do segurado, porque a taxa do seguro de automóvel, por exemplo, varia de acordo com o perfil do segurado. Há um segurado de mais risco e outro segurado de menos risco. E por que para o crédito é tudo igual quanto ao *spread*, quando na verdade você tem aquele que é bom pagador? Ele tem o direito de um custo lá embaixo. Então, isso não chegou, e nós vamos ter de fazer chegar, sem dúvida, dentro desse propósito.

Nosso Senador Petecão, é um grande prazer, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Muito bem, lei trabalhista. Sem dúvida, a legislação trabalhista que nós votamos, contrariamente ao alarido de todos que dizem que tira direito dos trabalhadores, não tem um item que tira direitos. Eu fui até constituinte e sei que os direitos que ali foram colocados estão todos mantidos. O que mudou foi a forma, porque nós não devemos falar mais só de emprego, nós temos de falar em trabalho. Então, o perfil do trabalho está mudando totalmente; a forma de contratação; o processo da terceirização. Aliás, a grande explosão de empreendedorismo está na área tecnológica; e a área tecnológica é de pequeninos que vão acabar terceirizando, porque as grandes empresas vão investir nesses pequenos na busca de soluções, porque elas são muito burocráticas para fazer inovação. A grande empresa compra pronto, não inova. Quem inova é o pequeno. Quando se fala que a empresa está fazendo inovação, vai ver quem foi o cabeça, que foi colocado dentro de um quarto para ficar pensando e evoluir em termos de tecnologia? Isso está explodindo em todo o Brasil.

Então, essa é a nova face do empreendedorismo, que é forma de trabalho e que vai criar um novo sistema de arranjo produtivo, que é o arranjo produtivo de tecnologia, com mais liberdade, garantindo esse processo. Eu hoje eu tenho visto muitos jovens... A gente brinca e fala com eles: "Quer um emprego? Crie o seu. A oportunidade está aí." Então, hoje, há esta ideia de cada um criar o seu emprego a partir da identificação de determinadas brechas que os grandes não enxergam. Essa vai ser a grande evolução desse empreendedorismo no nosso Simples, meu caro Pimentel. Nós temos de estar com os braços abertos para receber todo esse tipo de novas formas de trabalho.

O nosso Senador José Medeiros falou da burocracia do crédito. Isso se dá em função do tal de Acordo de Basileia, que faz o *compliance*, que exige informações e que, na hora de dar crédito, não faz diferença de exigência entre a grande empresa, que tem estrutura para poder responder, e a pequena empresa, que não tem condições de dar as informações exigidas no crédito. Aí a empresa vai ao banco, e o banco fala: "Para pessoa jurídica, não dá, é muita burocracia." Pega na física! Pega na física! Pimentel, 90% do microcrédito feito pelo sistema bancário por conta do compulsório liberado para isso são de pessoa física. É um incentivo à informalidade, porque, na formalidade, ele não consegue o crédito necessário.

O próprio Sebrae, agora, contratou 500 agentes, que a gente chama de "senhor orientador". Quem são eles? São ex-gerentes de bancos que batiam o olho e sabiam para quem emprestar o dinheiro. Era olho no olho, e não olho na tela. Hoje, o gerente de ponta segue um roteiro do qual ele não pode sair. Ele não tem mais autonomia para fazer isso.

Então, nós temos de quebrar aos poucos essa concentração. E viva a concorrência! Nós temos de criar sistemas com concorrência. E a Empresa Simples de Crédito, meu caro Pimentel – nós estamos juntos nesta batalha –, está dentro do novo rol de medidas do novo Simples. Nós deveríamos até destacar esse item para votar com urgência urgentíssima na Câmara e aqui no Senado, porque isso vem ao encontro do que estamos pensando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por fim, há o crédito cooperativo, Pimentel, de que já falei. O crédito cooperativo está crescendo. No Paraná, a experiência é muito boa, até porque lá já existe uma cultura do crédito cooperativo agrícola. Eles têm o fundamento do crédito cooperativo agrícola, que hoje está entrando no processo. O Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) e o Sicoob já representam 9% do volume de empréstimos, e isso está crescendo.

Quanto ao Cartão BNDES, que os bancos hoje jogaram fora, quem está colocando o Cartão BNDES são as cooperativas. Amanhã, o próprio Paulo Rabello, novo Presidente do BNDES, que está nesta missão de tentar fazer com que o crédito chegue à ponta... Seria até conveniente que um dia houvesse um bom debate com ele aqui, para ele poder explicar por que que fica armazenada aquela montanha de recurso e não chega na ponta.

Será que eu respondi a todos? Acredito que sim, meu caro Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

Temos uma última pergunta, do Senador Ataídes, que acabou de chegar e pretende dar a sua contribuição sempre inteligente a esta discussão.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Presidente Tasso Jereissati, nosso grande amigo.

As eleições de 2018 já estão batendo à porta e aí temos que atender os nossos prefeitos. Eu queria ter estado aqui desde o início desta audiência porque é, não há dúvida nenhuma, de grande valia.

Parabenizo o Senador Monteiro, que é extremamente competente, este Senador. A gente diverge em alguns pontos, principalmente sobre o Sistema S, mas faço questão de ratificar as minhas palavras sempre ditas da admiração que eu tenho por este grande Senador da República.

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu queria só fazer...

O Senador Armando Monteiro já admite uma discussão sobre o Sistema S, pelo que ouvi. (*Risos.*)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Esse tema, Presidente Tasso, custo Brasil requerido por V. Exª – e estou tendo informação de que é a terceira audiência – é o grande problema do Brasil. Eu, que sou empresário há 30 anos neste País e venho da contabilidade e do Direito Tributário, digo que o problema do nosso País é que ele não dá conta mais de andar, está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

inchado, a máquina não consegue dar um passo sequer, Senador Armando Monteiro, e isso se chama custo Brasil. Além da burocracia, a máquina não anda.

A crítica que V. Exª fez, Presidente Tasso, sobre o presidencialismo de cooptação, é uma realidade. Não dá para a gente fugir da realidade. Ir contra os fatos é tolice, não dá mais para a gente enganar o nosso povo!

Eu ouvi o monstro, a enxurrada de críticas que V. Exª recebeu diante do nosso programa do PSDB e aqui eu quero compartilhar com V. Exª, ao vivo, a admiração que tenho pela coragem que V. Exª teve em levar a cara do PSDB ao povo brasileiro e falar: "Nós erramos. Esse sistema de governo está falido, ele não funciona mais no nosso País. Nós precisamos de mudança."

E voltando aqui para o tema do custo Brasil, aproveitando respeitosamente a pessoa desse grande político, grande empresário, Guilherme Afif Domingos, eu quero dizer, Presidente, meus colegas, que um exemplo para a gente baixar esse custo Brasil deveria começar pelo Sistema S, pelo próprio Sebrae, aqui representado respeitosamente pelo Afif Domingos. Recebe 0,6 sobre o salário bruto de cada trabalhador no Brasil, para prestar serviço gratuitamente a nossos milhões de empresários, micro, pequenos e médios empresários – gratuitamente.

Na verdade, além dos R$3,5 bilhões que recebeu em 2016, hoje tem R$2 bilhões aplicados no mercado financeiro. Aqui quem está dizendo é a CGU, Presidente Afif. A gratuidade do sistema especialmente do Sebrae – 2010, 2011, 2012, 2013 –, segundo o TCU, não passou de 5%. Noventa e cinco por cento dos cursos, esses coitados desses micro e médios empresários, que estão ali agonizando, batem à porta do Sebrae e têm de pagar por um curso.

Então, permita-me, respeitosamente, Presidente Afif, para baixar o custo Brasil, nós precisávamos primeiro pensar no Sistema S, que arrecada, por ano, R$21 bilhões – em 2016. Quem disse foi a CGU, informações do próprio Sistema.

Então, vamos falar desse custo Brasil? Se vamos falar de baixar esse custo Brasil, nós teríamos de começar hoje pelo nosso convidado, Presidente do Sebrae, Afif Domingos. Nós teríamos de baixar esse custo Brasil começando por aí.

Eu queria deixar esse recado respeitosamente a V. Exª, porque tenho admiração por V. Sª, mas é V. Exª para nós pela sua história política, pelos seus serviços prestados ao País. Seria um bom momento, Presidente, de V. Exª abrir mão do 0,3%, que, na verdade, não é legítimo cobrar, porque a lei que criou, em 1992, o Sebrae, determina que é 0,3% sobre o salário bruto, e não 0,6%. Que abrisse mão dessa cobrança indevida desse 0,6% para 0,3%. O Brasil, então, o povo brasileiro deixaria, então, de pagar algo em torno de R$2 bilhões por ano ao Sebrae.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sei que o Sebrae tem um papel importantíssimo de dar suporte a esses pequenos, médios e microempresários. E o Sebrae está extremamente capacitado para isso. Eu não tenho dúvida. Agora, cobrar desses pequenos e microempresários, me permite, é um crime.

Eu queria deixar esse recado, Sr. Presidente.

Eu sei que é um tema extremamente delicado. Eu tenho discutido isso muito com o nosso querido Senador Monteiro. Mas eu acho que é o momento de revermos esse custo Brasil de forma efetiva mesmo. Efetiva. E cortando na carne. Inclusive, o Congresso Nacional: não justifica este Congresso Nacional, Senador Pimentel, custar para o povo brasileiro R$12,1 bilhões por ano. Nós não podemos ter esse custo para o povo brasileiro. Nós não produzimos para gastar R$12 bilhões por ano. Este aqui é o segundo maior custo de Parlamento do mundo. Nós só perdemos para o parlatório americano. Então, nós temos de começar, inclusive, aqui pela Casa, Presidente Tasso. Não se justificam R$12 bilhões por ano aqui.

Então, nosso querido Relator, Monteiro, seria também oportuno que nós baixássemos esse custo do Congresso Nacional. Eu queria deixar esse recado neste dia de hoje.

E, mais uma vez, peço desculpas se, porventura, eu me exaltei e se, porventura, alguém tem um juízo diferente do meu, mas estou muito consciente do que eu disse.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Ataídes.

Dr. Guilherme Afif, por obséquio.

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS – Muito obrigado, Senador Ataídes. Eu conheço as suas posições e as respeito.

Eu vou falar de Sebrae. O Sebrae não cobra de todas as folhas de pagamento. Micro e pequena empresa não pagam. É a grande e a média que pagam pelos pequenos. A origem do Sebrae é "c" – Cebrae com "c" –, uma autarquia vinculada ao planejamento e aliada ao sistema nacional de bancos de desenvolvimento, que tinha e tem o BNDES como o órgão maior e, depois, todos os BDs estaduais. E o sistema Cebrae com "c" tinha nos Estados os CEAGs (Centros de Assistência Gerencial). E qual era o papel? Fazer acompanhamento do crédito orientado. Então, era para fazer orientação, preparação de projetos de desenvolvimento das micro e pequenas empresas. Em 1990, houve por bem pegar essa estrutura, que era uma autarquia, o Cebrae com "c", e transformá-la, então, em um serviço social autônomo, assemelhado ao Sistema S, mas de outra natureza totalmente distinta, porque o Sistema S tradicional é da legislação dos anos 40, 50 e tinha e tem uma missão, que é a qualificação de mão de obra e um investimento em educação, lazer, cultura, que é o sistema do Sesi, do Senai, do Sesc, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senac, do Senat. Esses todos obedecem a esse conceito, desde a sua criação, voltado ao trabalhador. À pequena empresa foi criado um sistema à parte, como também veio na mesma onda a Apex, como veio na mesma onda a ABDI, que era uma forma facilitada de se obter esse processo de financiamento de suas atividades.

No caso do Sebrae específico, começou-se a discutir a natureza dessa contribuição. Por que uma contribuição social sobre folha de pagamento estaria numa entidade que cuida da atividade empresarial e não de trabalhadores? E o Supremo, através de inúmeras jurisprudências, acabou considerando, para o Sebrae, como também para os outros que citei, que essa contribuição não seja uma contribuição social, e sim ser uma Cide, uma contribuição de domínio econômico.

O que resultou? Que, numa emenda constitucional feita para o setor de petróleo, elencaram a incidência da Cide. E essa incidência da Cide omitiu – não proibiu, omitiu – a folha de pagamento. E foi o bastante para uma enxurrada de ações de inconstitucionalidade por parte das médias e grandes empresas, pela inconstitucionalidade da cobrança da empresa, já que a Constituição vedaria.

Esse é um assunto que está, hoje, no Supremo Tribunal Federal pendente de uma decisão.

Muito bem, isso posto, pode até acontecer que o Supremo venha a decretar a inconstitucionalidade dessa cobrança, pode acontecer. Mas ele, como terminativo, vai ter que dar um tempo para sabermos como vamos nos comportar, até porque, se o senhor falar em fechar o Sebrae, vai haver uma revolta muito grande no Brasil. Isso eu digo ao senhor, pelo grau de credibilidade que tem a instituição e pelo seu papel nos Estados e nos mais profundos rincões.

Eu estou falando pelo Sebrae, até porque sei que o Sistema S como um todo tem os seus defensores, os seus porta-vozes a partir da importância do trabalho que está feito.

O segundo ponto, meu caro Senador, eu mesmo disse – pena que o senhor não estava aqui – que nós estamos trazendo o Sebrae para a sua origem. E, graças a Deus, temos dinheiro guardado e não desperdiçado, porque, aqui no Brasil, o que mais se tem é dinheiro desperdiçado. E lá ele está guardado para quem? Parte desse dinheiro é para o Fundo de Aval, que estamos agora acelerando. A outra parte desse dinheiro armazenado está fazendo *funding* de financiamento para esse projeto do Banco do Brasil, com a contratação do Senhor Orientador.

Portanto, nós estamos voltando à origem, para suprir o maior problema da micro e pequena empresa neste momento.

E nós podemos discutir muito, até porque há alguns dados que o senhor coloca, como o de que nós cobramos sobre tudo, que não são corretos. Há determinados programas que subsidiamos e que seriam muito mais caros, mas a grande maioria dos programas são gratuitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora, discutir o montante dos recursos é sempre possível, até porque tenho um princípio: fazer mais com menos. Só me deem o desafio. Mas não pense em atacar ou fechar a instituição, porque ela é muito importante, muito importante para o Sistema. É isso que eu queria dizer, com todo o respeito às posições que o senhor tem.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu tinha pedido, só para fazer um rapidíssimo adendo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Quero dizer que o Senador Ataídes... Tenho também respeito pelas posições que o Senador Ataídes vem, há algum tempo, manifestando e acho que esse debate, como qualquer debate no Brasil, não pode ser interditado. Acho que é justo que se discuta tudo. Portanto, não há nenhum propósito aqui de excluir isso.

Sei, por exemplo, que o Senador Ataídes, que preside a Comissão de Fiscalização e Controle, tinha uma audiência, que até foi adiada, para a qual ele convidou os representantes e Presidentes do Sistema para um debate sobre transparência, sobre informação, sobre... O Sistema "S" precisa aperfeiçoar os seus mecanismos de controle, de transparência. Portanto, esse é um debate que tem que ser feito. Agora, como o Senador Ataídes sempre se coloca como o contador, o homem de empresa, o homem que preza os conceitos, vamos dizer, do que seria uma boa governança, uma gestão responsável, V. Exª faz – perdoe-me – uma certa confusão do ponto de vista técnico. Quando fala que o orçamento é de R$3,5 bilhões e tem um caixa de R$2 bilhões, há aí dois conceitos. Um é fluxo. Ou seja, orçamento é algo que se reproduz a cada ano. E disponibilidade é estoque, é aquilo que, ao longo do tempo, que pode ser de 20 ou 30 anos, você terminou por acumular.

Ora, tomando como exemplo esse número do orçamento do Sebrae do ano passado, supondo que nos dez anos anteriores o orçamento fosse idêntico – nós estamos falando de uma soma de recursos de R$35 bilhões –, você ter R$2 bilhões em caixa no final do período parece-me ser uma reserva técnica, Senador. Se V. Exª estivesse aqui aludindo que o Sebrae está endividado, que malversou, que está colocando o Sistema em risco... Mas o fato de ter uma reserva técnica de R$2 bilhões num sistema que tem um orçamento de R$3,5 bilhões por ano é algo que abona o Sebrae, que não desabona o Sebrae. Por quê? Porque ele tem que ter uma reserva técnica, sim, para poder, em qualquer eventualidade, garantir a continuidade do custeio das suas atividades.

Agora, sobre o Sistema S, que é muito heterogêneo, e, portanto, é difícil... Quando se fala do Sistema S, é algo muito heterogêneo, vai de Apex e ABDI ao Senar, da agricultura, etc. Mas há algo que eu queria aqui referir: é o fato de que, quando esta Comissão e a subcomissão iniciou seu trabalho, ela iniciou por fazer um diagnóstico da produtividade no Brasil. E a produtividade tem uma vertente essencial, que é capital físico e capital humano. O "S", especialmente o Senai, está voltado para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

qualificar e formar capital humano. Portanto, em certa medida, isso é um investimento. Não é uma jabuticaba. Existem vários modelos no mundo de financiamento de programas de formação e qualificação profissionais. Existe o modelo ultraliberal, que é o americano, em que, de resto, só as empresas investem na formação; existe o modelo que alguns países da América Latina, como a Argentina, consagraram, em que tudo é remetido ao orçamento público, e, por conta da inflação, da tragédia da inflação e dos desequilíbrios macroeconômicos, muitos projetos foram descontinuados ao longo do tempo; e temos o modelo europeu, onde há, meu caro Senador Ataídes, contribuição compulsória sobre a folha de pagamento das empresas, tal qual o modelo brasileiro. Foi esse modelo, Senador Tasso, que permitiu que, ao longo do tempo, num país cuja marca é a instabilidade, nós pudéssemos ter programas continuados de formação – por esse modelo de financiamento.

Portanto, essa é uma discussão que nós temos que fazer, devemos fazer, ela é muito bem-vinda, portanto, Senador Ataídes, nenhum tema deve estar fora do debate.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O.k., Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu vou ser bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Um minuto, Senador. Eu gostaria que fosse muito rápido, porque nós temos pelo menos dois importantes relatórios sobre designação do Banco Central.

Vejo o Senador Otto ali impaciente, coisa que não é típica dos baianos, essa impaciência toda. Baiano é sempre mais calmo, mais tranquilo... (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não me passe sua pressa não... Eu cheguei, V. Exª me chamou e disse: "Olha, vamos votar!" Não foi verdade?

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Tem toda razão, Senador, foi isso. Eu estou do seu lado.

Estou pedindo que essa discussão, esse debate...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Se for discutir o Sistema S aqui é coisa para a madrugada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Concordo com V. Exª.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Por isso que eu estou pedindo que esse debate vá para outra sessão específica.

Senador Ataídes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Até porque o Ataídes chegou, o debate estava calmo, estava em ritmo de valsa...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas continua calmo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Ele já chegou botando frevo, chegou forte, batendo forte...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – É porque o assunto é delicado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ataídes, o mérito da discussão vamos discutir em outra audiência, por favor.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Esta audiência que o Senador Monteiro mencionou foi adiada, Senador, porque o Ministro do TCU, lamentavelmente, não pôde naquela semana aqui estar. E a presença desse órgão fiscalizador é importante.

A respeito do fluxo de caixa, o balanço é anual. Há acórdãos do Tribunal Superior, do Tribunal de Contas, que diz que esse aumento dessas disponibilidades do Sistema aqui hoje é de R$19 bilhões, está aqui, R$19,093 bilhões. Então, R$19 bilhões é o que o Sistema tem em caixa. É um absurdo!

Falou sobre a produtividade. Concordo plenamente. O Brasil tem uma mão de obra desqualificada e de baixa produtividade, e o Sistema S recebe esses 20 bilhões exatamente para essa finalidade.

Eu só quero, a respeito das contribuições, Presidente Afif, o Supremo Tribunal em 2013 já decidiu, com relatoria do Ministro Gilmar Mendes, que essas contribuições sociais, analisando, interpretando o art. 149 da nossa Carta Maior, se tratam de tributos. Ponto. Não dá para o Sistema S falar que contribuição social não é tributo. É tributo. Ponto.

Mas eu só queria mostrar isso aqui, Sr. Presidente, a gratuidade. Está num livro que eu escrevi. Acórdão nº 2527/2012. O Sebrae, em 2008, prestou um serviço gratuito às nossas micro, pequenas e médias empresas, 4,8. Em 2009, prestou gratuidade de 5,2. Em 2010, 4,9. Em 2011, 4,7. Somou os quatro, dividiu por quatro, evidentemente, deu uma média de 4,9.

É exatamente isso que eu estou a bater na tecla, ou seja, isso é tributo, isso é o povo que paga, são bilhões por ano, e uma gratuidade que teria que ser de 100%, não passa de 5%. Quem deu essas informações aqui foi o próprio Sebrae.

Eu só queria deixar isso relatado para, na audiência, em que eu espero a presença do querido Senador Monteiro, e também estamos convidando o Presidente Afif, a gente fazer uma discussão bastante ampla.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora, nós temos que aumentar essa gratuidade. Não dá para continuar assim.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado.

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS (*Fora do microfone.*) – Só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Parece que o Senador Cristovam tem alguma questão a fazer, que eu peço que seja o mais sucinta possível em função do tempo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Vai ser bem curta sim.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – É ao Dr. Guilherme Afif?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não, aos dois porque, primeiro, eu tive que me retirar para a Comissão de Educação, que é no mesmo horário...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Nessa oportunidade, o senhor responderia também... Porque facilita o processo.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu quero, em primeiro lugar, pedir desculpas de ter saído. São as duas Comissões, para mim, mais importantes para a minha participação, de Economia e de Educação. Tem outras das quais eu gosto muito, mas essas duas... E elas coincidem. Eu até sugeri agora à Senadora Presidente Lúcia Vânia que converse com o Senador para ver como é que a gente compatibiliza esse horário. Então, desculpas.

Mas eu não podia deixar de dizer – não é nem pregunta, embora tenha uma pequena pergunta para a Drª Cristiane – que essa palestra aqui hoje, Senador, tem que ser divulgada pelo Brasil. E essas duas falas são a prova, e elas se complementam, de como o Brasil está amarrado. Aquele verso do Hino, "deitado em berço em esplêndido", está errado. O Brasil amarrado em um berço esplêndido.

A desburocratização, a facilitação, o empreendedorismo é o lado do desamarrar que a gente precisa. E ficou visto aqui aquele quadro da produtividade. Nós estamos perdendo mais uma brecha. Perdemos no século XIX por causa da escravidão; perdemos depois, nos anos 30, embora tenhamos tentado recuperar. Estamos tentando perder a revolução da produtividade desses últimos 30 anos.

E aquele gráfico que a senhora mostrou, que eu fiz questão de fotografar, embora esteja aqui, é inacreditável. Nós temos que desamarrar o Brasil da burocracia, do apego à estatização em vez de apego à publicização, porque a publicização no sentido civil público, muitas vezes, é melhor nas mãos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

privadas; na falta de educação básica, que a senhora citou; em leis obsoletas, como finalmente estamos tentando resolver; no imediatismo, na corrupção. Isso aqui mostra que o Brasil é um país amarrado e que tem que ser desamarrado.

E aí, eu concluo só falando um pouquinho do Sistema S, mas não vou entrar na contabilidade, não vou entrar na parte financeira nem fiscal. Eu só quero é na hora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não, não vai ser. Só para dizer que eu vou estar presente na audiência e eu vou querer analisar o custo de oportunidade se nós não tivéssemos o Sistema S. Se nós não tivéssemos o Sistema S, a produtividade, Drª Cristiane, estaria pior ainda provavelmente. Então, eu creio que a gente deve analisar o custo de não ter o Sistema S para poder tomar decisões sobre o Sistema S. E tentar melhorar, como o Senador Armando falou.

Mas eu queria dizer: essas duas falas hoje precisam ser divulgadas pelo Brasil, Senador Tasso, porque elas são, as duas juntas, uma prova viva de que o Brasil está amarrado e de que a gente precisa desamarrar o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Cristovam. Eu vou passar a palavra, já que foi apenas uma observação, não foi propriamente uma pergunta, ao Dr. Guilherme Afif para que ele possa... Aos dois, para que possam fazer suas observações finais. E, se o Dr. Guilherme Afif quiser fazer alguma observação sobre as últimas observações feitas pelo Senador Ataídes, evidentemente que está à vontade.

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS – Bom, muito rapidamente, quero dizer ao senhor que nós não somos caixa preta não. Se fôssemos, o senhor não teria nenhum dado. Os nossos dados são os mais transparente possíveis e, lógico, sujeitos à crítica para aperfeiçoarmos o Sistema.

Então, eu me comprometo, meu caro Senador, a voltar para discutirmos especificamente este assunto, com todo respeito às suas posições.

Mas, ao encerrar, eu quero, primeiro, agradecer muito a oportunidade desta atenção, meu caro Senador Tasso, agradecer ao Senador Armando pelo convite e agradecer ao Senado da República pelo apoio que tem dado a essas bandeiras disruptivas de sistema. Nós temos que ser mais ousados agora, muito mais ousados. Nós estamos vivendo, no mundo, uma revolução tecnológica muito superior ao que foi a revolução industrial, que mudou a face da Terra. É algo que todo santo dia nós estamos ali a repensar modelo, inclusive o nosso do Sebrae, até porque, para diminuir custos operacionais, nós temos que fazer um grande atendimento digital para poder alcançar o maior número possível de pessoas. É uma transformação. Por isso que é importante termos condições de ter reservas para a travessia, e nós estamos no início desta grande travessia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu sempre digo que, nos últimos 30 anos – e eu estou na vida pública, fui candidato à Presidência em 1989, com uma proposta liberal, e fazia um diagnóstico muito próximo da realidade brasileira, que quase retratava os efeitos aqui da Lava Jato, isso há 30 anos –, e a pergunta que eu me fiz: "Mas, meu Deus, nada mudou nesses 30 anos?". Aí eu falo que a Nação mudou demais; quem não mudou foi o Estado. Nós temos um Estado ainda...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS – Sim, mas eu digo que a transformação da Nação foi uma coisa extraordinária nesses 30 anos. Eu me lembro que eu falava dos 50 milhões de toneladas de grãos há 30 anos, e agora batemos 250 milhões de toneladas. Será que isso não foi uma mudança profunda? Só que nós continuamos tendo estrada onde não há produção e tendo produção onde não há estrada, ou seja, o Estado está sempre atrasado em cima do progresso da Nação.

Então, vamos desamarrar, vamos dar liberdade. Essa bandeira, eu corro o Brasil inteiro para falar e fico muito feliz de poder repercutir aqui no Senado da República, para que a gente tenha uma agenda disruptiva para valer, e que é o papel desta Comissão.

Eu agradeço profundamente esta oportunidade e me coloco à disposição de sempre estar aqui ao lado dos senhores, porque os senhores sempre estiveram ao nosso lado na simplificação e nas micro e pequenas empresas.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Só para fazer um registro. O Guilherme Afif foi candidato a Presidente, e eu na Bahia o apoiei sozinho e não me arrependo. Se tivesse sido eleito na época, teria sido um grande Presidente da República.

E não aconteceu o que nós esperamos. Lá na Bahia, ele era do Partido Liberal. Eu o apoio sozinho contra, à época, inclusive, os interesses do poderoso Ministro Antonio Carlos Magalhães.

É meu amigo há mais de 30 anos. Eu tenho absoluta certeza de que ele, à frente do Sebrae, não só vai fazer um trabalho competente, mas acima de tudo honesto, digno e transparente, porque é a história dele, ao longo da vida de Afif.

Então, tenho certeza de que o Sebrae vai ser outro na gestão do Afif, e ele vai mostrar esses dados lá ao término da sua gestão.

Meu primeiro voto para Presidente da República, eu esperava que ele tivesse sido eleito – o Brasil seria outro. Ele seria um grande Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. GUILHERME AFIF DOMINGOS (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Otto.

Drª Cristiane, as suas considerações finais.

A SRª CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT – Obrigada, Senador Tasso.

Quero dizer que estou saindo daqui mais rica do que entrei. Por isso, muito obrigada pelo convite. Espero ter agregado valor a essa importante discussão. Foi uma honra compartilhar a mesa com o Dr. Afif Domingos. Muito obrigada pela aula.

Eu quero me colocar sempre à disposição da Casa para qualquer outro diálogo, debate. Acho que sem o diálogo nunca vamos chegar a um lugar bom, harmonioso, sensato. Então, me coloco sempre à disposição para debatermos outros assuntos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

Muito obrigado à Drª Cristiane, ao Dr. Guilherme Afif. Com certeza, esse debate foi extremamente proveitoso e, com certeza, essas observações aqui feitas levarão a resultados concretos.

Esperamos desse trabalho desenvolvido pelo Senador Armando Monteiro... Senador Cristovam, a sua sugestão vai ser incorporada, no sentido da divulgação desses dados. Já pedi que fossem disponibilizadas essas duas palestras de hoje.

Então, queremos liberar os nossos convidados, agradecendo mais uma vez pela atenção de atenderem ao nosso convite. (*Pausa.*)

Passamos, então, à segunda parte desta reunião com a leitura do item 1.

Mensagem nº 48...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É 49...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Agripino, se V. Exª não se incomoda, eu passo o Senador Otto Alencar...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, eu pensei que...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – É rápida, é muito rápida a minha leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, pode ser lá.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) –

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 48, de 2017

- Não terminativo -

Submete, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor PAULO SÉRGIO NEVES DE SOUZA para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

De acordo com o art. 383, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, após a leitura do relatório, será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da Comissão.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nos termos do art. 84, inciso XIV, da Constituição Federal, o Presidente da República, por meio da Mensagem nº 48, de 2017, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Paulo Sérgio Neves de Souza para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Presidente da República para nomear e ao Senado Federal para aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, entre outros servidores públicos, o Presidente e os demais diretores do Banco Central do Brasil.

Nos termos do disposto no art. 99, inciso V, do Regimento Interno do Senado, compete a esta Comissão opinar sobre a escolha de diretores do Banco Central. O art. 383 do RISF prevê que a CAE arguirá o indicado e apreciará o relatório com base nas informações prestadas sobre o candidato.

De acordo com o art. 5º da Lei nº 6.045, de 1974, que alterou a composição da Diretoria do Banco Central do Brasil, os diretores serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O *curriculum vitae* em anexo à Mensagem Presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do Sr. Paulo Sérgio Neves de Souza, diga-se de passagem, funcionário de carreira do Banco Central.

O Sr. Paulo Sérgio nasceu em 1970. Bacharelou-se em Ciências Econômicas pela PUC de São Paulo em 1997. Em 1999, obteve o certificado de MBA – Risco da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), ligada à Universidade de São Paulo (USP).

Desde 1998, faz parte do quadro de servidores de carreira do Banco Central, tendo exercido diversos cargos na Diretoria de Fiscalização (Difis) do órgão: Inspetor, Supervisor, Gerente Técnico e Chefe de Divisão do Departamento de Supervisão Bancária (Desup), Consultor e Chefe do Departamento de Gestão Estratégica, Integração e Suporte da Fiscalização e Chefe do Departamento de Supervisão Bancária (Desup), este último desde agosto de 2015. Anteriormente, de 1985 a 1998, trabalhou no Banco do Brasil.

No Banco Central, o Sr. Paulo Sérgio atuou em equipes de supervisão de campo, notadamente junto aos maiores atores do Sistema Financeiro Nacional, bem como liderando equipes especializadas em risco de crédito, mercado, liquidez, capital e validação de modelos internos. Além disso, foi representante da instituição em grupo internacional relacionado a Colégio de Supervisores, trabalho que culminou na implantação do Novo Modelo de Supervisão, em 2013, alinhado com as melhores práticas internacionais.

Dentre as atribuições mais recentes do Dr. Paulo Sérgio, pode-se destacar a participação na consolidação do Departamento de Supervisão de Conduta, responsável, entre outros, pela prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo; chefia do órgão responsável pela supervisão prudencial de mais de 130 bancos e conglomerados bancários, com assento no Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) do Banco Central.

As funções e as atividades desempenhadas, evidenciadas em seu currículo, que se encontram à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica do indicado, ficando, assim, esta Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Paulo Sérgio Neves de Souza para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Obrigado, Senador José Agripino.

Em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esclareço que, no próximo dia 29, terça-feira, será realizada a sabatina do Sr. Paulo Sérgio Neves de Souza, indicado ao cargo de Diretor no Banco Central do Brasil.

Iremos agora, finalmente, ao item número 2.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 49, de 2017

- Não terminativo -

Submete, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição Federal, o nome do Senhor MAURÍCIO COSTA DE MOURA para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

De acordo com o art. 383, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, após a leitura do relatório, será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da Comissão.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, muito obrigado pela ênfase que dá a meu nome; não mereço tanto de V. Exª. É quase uma apoteose.

Essa Mensagem 49, de 2017 (Mensagem 280, de 10 de agosto de 2017, na origem), é do Presidente da República. É prerrogativa do Presidente indicar os diretores do Banco Central e o faz aqui indicando o Sr. Maurício Costa de Moura, que preenche, de acordo com a mensagem que foi encaminhada, os prerrequisitos constitucionais, de acordo com todos os artigos e incisos que estão escritos na nossa Constituição Federal.

Os referidos dispositivos conferem competência ao Presidente para nomear e ao Senado Federal para avaliar e aprovar, previamente, por voto secreto e após arguição pública, o que será feito no dia 29, como fala V. Exª, do Sr. Maurício Costa de Moura.

Nos termos do disposto no art. 99, V, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre a escolha dos diretores do Banco Central. Ainda, nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

termos do art. 389 do RISF, a CAE deve arguir o indicado e apreciar o relatório com dados sobre o candidato.

De acordo com a Lei 6.045, de 1974, que alterou a Lei 4.595, de 1964, e, também, a composição da Diretoria do Banco Central do Brasil, os diretores do Banco Central do Brasil serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômicos e financeiros.

O *curriculum vitae* anexo à mensagem presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do Sr. Maurício Costa de Moura.

O Sr. Maurício Costa de Moura obteve o grau de bacharel em Administração pela Universidade da Amazônia, Belém, Pará, em 1993; concluiu o MBA Executivo da Escola Superior de Propaganda e Marketing, em São Paulo, em 2002; e obteve o grau de Mestre em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, em 2005.

O indicado iniciou a vida profissional na Secretaria Executiva da Fazenda do Governo do Estado do Pará, onde ocupou os cargos de Delegado Regional e Agente Auxiliar de Fiscalização, de 1990 a 2001. Em 2001 e 2002 foi Gerente de Marketing e Operações e Gerente Executivo da empresa Seguros Online.com do Brasil Ltda. e, desde 2003, pertence aos quadros do Banco Central do Brasil, onde ocupou diversas posições. É, portanto, um funcionário de carreira do Banco Central,

Entre 2003 e 2009 foi Inspetor Especialista, lotado no Departamento de Supervisão de Bancos e Conglomerados Financeiros da Diretoria de Fiscalização. De 2009 a 2011 trabalhou no Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro, também vinculado à Difis. Ali ocupou os cargos de Assessor Pleno e Chefe de Divisão. De 2011 a 2015 foi Chefe de Gabinete do Diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução (Diorf). Desde abril de 2015, é Chefe de Gabinete do Presidente do Banco Central do Brasil.

O Dr. Moura também atuou no magistério, tendo sido professor de pós-graduação no Instituto Presbiteriano Mackenzie, São Paulo, SP, e tem dois trabalhos publicados. O primeiro, de 2005, trata da influência de fatores culturais e econômicos na adoção da internet. O segundo, de 2006, explora os critérios utilizados por consumidores na escolha de bancos comerciais.

Em atendimento ao disposto no art. 383, I, "c", do RISF, o indicado argumentou que possui os atributos para exercer o cargo com base em sua larga experiência profissional, que lhe permitiu adquirir conhecimentos profundos nas áreas de fiscalização e organização do sistema financeiro. Destaca também que, na posição de Chefe de Gabinete do Presidente do Banco Central, participou de vários comitês técnicos e assessorou o Presidente em mais de 30 reuniões em grupos internacionais, o que permitiu que aprofundasse seu conhecimento e experiência nas demais áreas de atuação da autarquia, com destaque para as áreas de administração, internacional e econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em atendimento ao disposto no art. 383, I, "b", do Regimento Interno, o Sr. Maurício Costa de Moura declarou que:

i) possui um irmão, Murilo Costa de Moura, que é funcionário concursado – é bom que se registre, é concursado – do Banco do Brasil há mais de 20 anos, onde exerce função técnica ligada à infraestrutura operacional da instituição. Fora esse irmão, não possui parentes que trabalham ou tenham trabalhado em atividades vinculadas à sua atividade profissional.

ii) foi gerente da empresa Seguros Online.com do Brasil Ltda., empresa prestadora de serviços para o mercado segurador, em 2001 e 2002, sendo que a empresa está atualmente inativa. Adicionalmente, possui cotas de participação na empresa Moura e Cia Ltda., que atuava na comercialização de veículos na década de 1990, e também se encontra inativa, em processo de encerramento.

iii) não há qualquer pendência relativa a tributos federais, estaduais ou municipais;

iv) não figura como autor ou réu de nenhuma ação judicial; e

v) nos últimos cinco anos, não teve atuação em juízos ou tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

As funções e as atividades desempenhadas, evidenciadas em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão, revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica do indicado, ficando, assim, esta Comissão de Assuntos Econômicos em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Maurício Costa de Moura para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. A nosso ver, preenche os requisitos necessários para uma atividade tão importante como essa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Otto.

Em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

Esclareço que, no próximo dia 29, terça-feira, será realizada a sabatina do Sr. Maurício Costa de Moura, indicado ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente Tasso, eu gostaria de pedir a V. Exª, se possível, a inclusão extrapauta de um requerimento a que dei entrada hoje cedo.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Já está aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É apenas para leitura.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O requerimento já está aqui na pauta.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu queria, antes, Senadora Vanessa, aproveitando que nós estamos praticamente com quórum, faltando apenas um Senador, votar uma matéria terminativa que já foi muito discutida aqui nesta Comissão e que é de muita importância, tendo sido relatada pelo Senador Armando Monteiro.

Trata-se do item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, de 2015

- Terminativo -

Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 6-CE.

2. Em 10/08/2017, o senador Armando Monteiro, apresentou relatório reformulado, pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo de sua autoria.

3. Em 15/08/2017, foi concedida vista coletiva.

O Senador Armando, como já disse, já leu o seu relatório...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – E a alteração do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – E a alteração do relatório.

A matéria já foi colocada em discussão, mas, evidentemente, o Senador Cristovam parece que quer dar alguma palavra sobre o assunto...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não sobre isso, Sr. Presidente.

Eu queria falar sobre um requerimento de minha autoria para a realização de audiência. Quando o senhor entender oportuno, eu o apresento.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Então, eu vou, com a licença do Plenário, começar a votação enquanto a gente aguarda a chegada de mais um Senador que nós estamos procurando. Vou abrir a votação e, enquanto nós vamos votando, eu vou ler dois requerimentos: um do Senador Cristovam e outro da Senadora Vanessa.

Estando de acordo o Plenário, assim procederemos.

Peço à Secretaria que abra o painel para a votação eletrônica. (*Pausa.*)

Está aberto o processo de votação.

Aqueles Senadores que quiserem votar, podem começar a fazê-lo.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Lerei então, agora, o requerimento do Senador Cristovam Buarque:

> Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para instruir o PLS 254/2013, que destina à educação e à saúde os recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), com a presença dos seguintes convidados:
> • Alexandre de Cássio Rodrigues - Especialista em Recursos Minerais no Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM);
> • Luiz Alberto da Cunha Bustamante - Consultor Legislativo do Senado Federal;
> • Maria Amélia Rodrigues da Silva – Mestre em Economia Mineral (IG/Unicamp), pesquisadora associada do IMAZON e professora de Economia da Universidade Federal do Pará;
> • Ana Lucia Gazzola - Consultora em Educação, ex-reitora da Universidade Federal de Minas Gerais e ex-secretária de Educação de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 126, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para instruir o PLS 254/2013, que destina à educação e à saúde os recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Feita a leitura, fica registrado o requerimento do Senador e o colocaremos em votação na próxima reunião.

Requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin: "Com base no art. 50, *caput,* e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convocado [...]".

Eu sugeriria, se a Senadora permitir – é uma sugestão –, em vez de "convocado": "convidado", como tem sido praxe nesta Comissão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Até para retribuir a gentileza de V. Exª, que está lendo o requerimento neste momento, está aceita a sugestão. Passa a ser convidado dentro daquele princípio de que vamos marcar em breve e, caso não haja o comparecimento... Enfim, dentro dessa lógica, concordo e acato a orientação de V. Exª – sugestão – para que transformemos a convocação em convite.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 127, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Requeiro seja convidado o Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Fernando Coelho Filho, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca do recente anúncio de privatização da Eletrobras.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Fica, portanto, registrado o requerimento, Senadora, e, na próxima reunião, terça-feira, dia 29, votaremos o requerimento de V. Exª.

Faltam dois votos. Alguns dos Senadores aqui...

Falta um voto.

O Senador Medeiros já votou? (*Pausa.*)

O Senador Dalirio já votou? (*Pausa.*)

O Senador Telmário já votou? (*Pausa.*)

A Senadora Vanessa votou?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Votei.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Enquanto aguardamos a chegada de mais um Senador...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

Eu quero aproveitar para falar desse projeto e parabenizar a Senadora Ana Amélia e o Senador Armando Monteiro. Hoje as faculdades estão tendo exatamente dificuldades de recursos. Houve um contingenciamento muito grande, e eu não tenho nenhuma dúvida de que esse fundo vai, de qualquer forma, suprir e ajudar as universidades, principalmente a do nosso Estado, a Universidade Federal de Roraima. Portanto, eu quero aqui parabenizar a iniciativa da Senadora Ana Amélia e também o Relator, Senador Armando, por essa relatoria. Sem nenhuma dúvida, nós sairemos daqui da CAE com esse relatório aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

O Senador Jorge Viana e o Senador Davi estavam aqui presentes? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ataídes e Senador Armando Monteiro, neste meio-tempo, se quiserem ir discutindo um pouquinho mais sobre o Sistema "S". (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Pela ordem.) – Eu sou um defensor de longa data do Sistema "S". Eu já tive alguns embates com o Senador Armando Monteiro, mas sempre respeitosamente. Essa briga de ideias é uma briga boa, e, como eu disse, ele é um Senador extremamente qualificado.

Sr. Presidente, aproveitando, então, o momento, um desses dias, lá no Tocantins, meu Estado, eu fui visitar alguns prefeitos do interior, e lá sobra um pouquinho mais de tempo para a gente fazer uma análise da situação, principalmente do nosso Partido, Sr. Presidente, com relação a essa condição do Partido hoje, e quem pode falar hoje em nome do Partido é o nosso Presidente Tasso Jereissati, que preside esta douta Comissão... Aproveitando, Sr. Presidente, eu, que fui um dos precursores da retirada do governo petista do poder, fui fazer uma análise crítica para ver onde foi que o nosso Partido, especialmente este humilde Senador, errou e acertou durante estes últimos meses, um ano depois do PT.

A conclusão a que cheguei, Sr. Presidente, foi de que, primeiro, nós precisávamos, sim, e o PSDB teve, como protagonista dessa retirada do PT do Governo, um papel extremamente relevante. Depois, então, resolvemos apoiar o Governo novo, o Governo do Presidente Michel Temer. Mas o que eu, particularmente, posso dizer que ganhamos em apoiar o Presidente Michel Temer?

Quando a gente, então, faz uma análise mais apurada de como estava o Brasil do governo PT e, hoje, do Governo Michel Temer, Senador Monteiro, com todo o respeito ao governo petista? É à área econômica que quero me referir.

Em 2003, o Lula pegou o Brasil com uma dívida interna e externa de R$852 bilhões, incluindo o FMI. Quinhentos anos de Brasil. Em agosto de 2016, quando o PT deixou o Governo, deixou uma dívida de R$4,2 trilhões. Em agosto de 2016 – Senador Monteiro, V. Exª, como Ministro, fez um bom trabalho. Não dá para negar isso. Não dá –, quando a Presidente Dilma deixou o Governo, deixou uma inflação de 10,67%. A inflação hoje está de 2,71%. Deixou a taxa Selic, a taxa de juros básica, que era de 14,25%, e hoje está em 9,25%, devendo cair um ponto percentual este mês agora, Sr. Presidente, para 8,25%.

Nós estávamos com uma perda de caderneta de poupança, Senador Monteiro, falando sobre a área econômica, em 2014, 2015 e 2016, na ordem de 40 bilhões ao ano, falando na perda da caderneta de poupança. Agora, em 2017, nós já estamos com positivo nos nossos depósitos em caderneta de poupança em torno de R$10 bilhões.

O Governo atual herdou 14 milhões de desempregados. Na verdade, não são 14 milhões de desempregados, porque, quando se vai para a estatística do subdesempregado, nós temos mais de 24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

milhões de pessoas desempregadas no Brasil. Agora, nós estamos retomando o emprego no Brasil e já temos mais de 103 mil cargos de vagas, hoje, no Governo. Acerca do Suape, Sr. Presidente, em 2016, nós perdemos 89 bilhões com o Suape cambial. Hoje, nós já estamos com superávit de mais de R$30 bilhões no Suape cambial.

Enfim, Sr. Presidente, fazendo essa análise, eu percebo que, entre essas perdas e ganhos do nosso Partido, o PSDB, na Base do Governo, nós somamos, sim, muito ao nosso País. Muito, muito. Aquela crise moral, política e econômica, ainda existe, ainda persiste. Mas a nossa economia já deu bons sinais de caminhos promissores pela frente. Isso é fato. E o desemprego é o melhor espelho que nós temos, a melhor baliza que nós temos, para chegar a essa conclusão de que o País está no rumo certo, com essas reformas, a trabalhista, a de controle de gastos, enfim... Percebo que, mesmo diante de todo esse quadro, o PSDB não pode se arrepender – e aqui não estou falando em nome do Partido, mas, sim, como Senador tucano que sou, com todo o orgulho – de ter apoiado o Governo Michel Temer, porque nós demos, sim, uma grande participação na retirada do governo anterior e na retomada do crescimento deste País. Nós tínhamos uma retração em torno de 4%, hoje nós estamos falando num crescimento de 1,5%, e aí devemos, sim, a este grande Partido, o PSDB, que está apoiando o Governo. Eu continuo achando que devemos apoiar essas reformas.

Em relação ao programa, Sr. Presidente, que V. Exª levou ao ar no dia 17, falando sobre os nossos erros, eu quero, mais uma vez, parabenizar a coragem de V. Exª por ter levado esse programa verdadeiro, real ao povo brasileiro. É coragem de poucos! Por isso, V. Exª está sendo criticado até mesmo dentro do nosso Partido. Nós respeitamos, evidentemente, o contraditório, as pessoas pensarem diferente dentro do nosso Partido, mas vão ter que me convencer de que V. Exª errou no tom desse programa do PSDB do dia 17 de outubro. Eu continuo dizendo que V. Exª acertou 100% nesse programa. Talvez tenha sido muito direto, reto e duro, mas o povo brasileiro estava esperando exatamente essa postura desse grande Partido, o PSDB. Mais uma vez, quero parabenizar V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Senador Tasso, essa é uma discussão do PSDB, mas eu não poderia deixar de dar aqui a minha opinião, porque sei que esse assunto vem tendo uma repercussão extraordinária.

V. Exª sempre mereceu o meu respeito, e eu quero dizer que sou seu admirador...

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... pela sua firmeza, pela sua altivez, pela sua conduta. Eu quero me associar a todos aqueles que avaliaram como corajoso o programa. Acho que o programa é um divisor de águas no sentido de que enfrenta, sem tergiversação, todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

males do sistema político brasileiro, que, realmente, está esgotado pelas suas contradições e mazelas. Portanto, eu acho que o que V. Exª fez foi dar uma contribuição extraordinária ao sentimento que hoje toma conta da sociedade brasileira.

Nós precisamos promover uma ampla revisão e – por que não dizer? – uma mudança do sistema político, regenerando o tecido político do Brasil, promovendo uma discussão sobre os valores que, de algum modo, grande parte da elite política deste País perdeu em meio a esses excessos e desvios do patrimonialismo e de todos os males da corrupção sistêmica que hoje envolve a sociedade brasileira. Então, eu quero dizer que tenho, mais uma vez, razões para aumentar esse sentimento de admiração e de respeito que tenho por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro. A opinião de V. Exª para mim, assim como a do Senador Ataídes, tem um valor especial. Todas as avaliações que são feitas por todos, os que gostaram e os que não gostaram, são importantes, mas, quando vêm de duas lideranças, inclusive de outros partidos, com toda a história e com todo o histórico e tradição de V. Exª, com certeza, creia, com sinceridade, que isso tem um valor muito específico, muito especial para mim e me dá bastante coragem para enfrentar a polêmica. Muito obrigado, Senador.

Há algum Senador chegando aí? Temos alguma promessa de Senador?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu lhe peço cinco minutos de tolerância, em homenagem à nossa Senadora Ana Amélia, que é autora. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Senador Paim, salve, salve! Salvou a reunião.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. *Fora do microfone.*) – Com o Relator, vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Eu vou encerrar a votação.

Obrigado, Senador Paim.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – SIM, 13 votos; NÃO, zero.

Abstenção nenhuma.

Quórum, 14 – fica dado o quórum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Importantíssima a sua presença. Agradeço.

A Comissão aprova a Emenda nº 7, da CAE, ficando prejudicado o projeto, nos termos do art. 316 do Regimento Interno.

De acordo com o art. 282 do Regimento Interno, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto.

Fica encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte minutos do dia nove de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Elmano Férrer, Airton Sandoval, Valdir Raupp, Romero Jucá, Ângela Portela, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Wilder Morais, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Vicentinho Alves, José Medeiros e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa (RAS 113/2017)**, atendendo aos requerimentos RAS 113/2017, de autoria da Senadora Marta Suplicy e da Senadora Fátima Bezerra, e PLC 56/2017, de autoria do Deputado Raimundo Gomes de Matos. **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2017, que "altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.". **Participantes:** Fábio Fortunato Brasil de Carvalho, Coordenador-Substituto de Atenção Básica do Ministério da Saúde - SAS/MS; Ilda Angélica Correia, Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde - Conacs; Luiz Cláudio Celestino de Souza, Diretor Financeiro da Federação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias - Fenasce; Fátima Virgínia Siqueira de Menezes Silva, Enfermeira colaboradora do Conselho Federal de Enfermagem – Cofen; Charles Cezar Tocantins de Souza, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - Conasems. A Presidência registra a presença e autoriza o uso da palavra aos Deputados Federais Raimundo Gomes de Matos, autor do PLC 56, de 2017; e Valtenir Pereira, relator do PLC 56, de 2017 na Câmara dos Deputados. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Usam da palavra os Senadores Paulo Rocha, Elmano Férrer, Fatima Bezerra e a Senadora Marta Suplicy, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao RAS nº 113, de 2017, de iniciativa desta Presidência e da Senadora Fátima Bezerra, para incluir o Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2017, que altera a Lei 11.350, de outubro de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

Convido para compor a Mesa os ilustres oradores Fábio Fortunato Brasil de Carvalho, Coordenador Substituto de Atenção Básica do Ministério da Saúde (SAS/MS); Ilda Angélica Correia, Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (Conacs); Luiz Cláudio Celestino de Souza, Diretor Financeiro da Federação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias (Fenasce); Fátima Virgínia Siqueira de Menezes Silva, Enfermeira colaboradora do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen); e Charles Cezar Tocantins de Souza, Secretário Municipal de Saúde de Cametá, Pará, e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

Justifica a ausência Michele Caputo Neto, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Como são bastantes expositores, vamos dar 10 minutos primeiro para cada um, depois nós vamos ter a interpelação dos Senadores – muitos estão em outras comissões, outros estão já vindo do gabinete e vão chegando.

Nós agora iniciamos.

A primeira a fazer uso da palavra, então, será a Srª Fátima Virgínia Siqueira de Menezes Silva, que é enfermeira colaboradora do Conselho Federal de Enfermagem.

O tema que nós vamos debater é sobre agentes comunitários de saúde. Eu sou a Relatora do projeto e requerente desta audiência junto com a Senadora Fátima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com a palavra, então, a Srª Fátima por dez minutos.

A SRª FÁTIMA VIRGÍNIA SIQUEIRA DE MENEZES SILVA – Bom dia a todos.

Eu quero agradecer muito o convite em nome do Cofen, agradecer a presença de todos à Mesa, saudar todos na pessoa da Presidente e agradecer a presença também do Plenário.

Quero dizer que a gente está aqui hoje – não posso deixar passar – num dia triste, em função do que está acontecendo no Rio de Janeiro. Hoje está havendo uma mobilização dos profissionais, principalmente dos ACS, que estão ameaçados de perder seus empregos. Então, hoje está havendo uma manifestação lá e acho que este é o momento oportuno de dizer isso aqui para vocês. Nessa viravolta, às vezes estão acontecendo essas situações.

Houve um corte na saúde do Rio de Janeiro. E a principal categoria ameaçada é a dos Agentes Comunitários de Saúde e a equipe de saúde bucal. Hoje eles estão fazendo essa manifestação em defesa do seu emprego. Estamos falando de uma garantia de direitos no momento em que ocorrem alguns retrocessos, como vem apontando essa reforma da Política Nacional de Atenção Básica, quando há perda de direitos sociais e trabalhistas.

Com relação ao projeto de lei de que estamos conversando, relativo aos agentes comunitários, evoluímos bastante desde a última reunião, cresceu bastante. A lei melhorou bastante, mas ainda há algumas fragilidades em que precisamos avançar um pouco mais.

Por exemplo: eu tenho 30 anos de formação. E está prevista na minha legislação, como atribuição da minha profissão, a visita domiciliar. Isso é legal. Então, os profissionais de saúde, como médicos e enfermeiros, já trazem na sua formação, como atribuição legal, a visita domiciliar. E os agentes comunitários, na legislação atual, vêm pedindo que isso seja uma ação privativa do agente comunitário. Então, do ponto de vista legal, existe um conflito em relação às profissões que já existiam anteriormente. Na nossa avaliação como Confederação, o trabalho do agente comunitário, que é muito importante e vem mostrando resultados de impactos importantes na questão da promoção da saúde e de qualidade de vida, tem muito a ver com outra ação que é relacionada a uma ação multidisciplinar. Então, queremos ressaltar que o fato de fazer visita domiciliar não exclui os outros profissionais. Na verdade, ele inclui, é uma ação multi. Essa ação privativa restringe um pouco a questão, só o agente comunitário poder fazer isso. Reafirmamos que isso entra em conflito, são contradições.

Outra questão que ressaltamos – é importante revê-la – é relacionada à assistência. A presença do agente comunitário de saúde... Ele é um elemento novo nessa equipe, porque traz a possibilidade de uma mudança de modelo, a mudança do modelo de atenção que era formado no modelo biomédico. Então, esse modelo voltado para a doença, para a cura, tão determinado na caixinha, da forma como já trabalhávamos, isso já existia. O agente comunitário de saúde traz uma redução na mortalidade infantil, traz um trabalho de impacto importante no seu território, com recursos próprios da comunidade, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ser a pessoa que conhece aquele local, conhece as famílias. Ele tem um saber próprio que troca com aquela comunidade, algo que os profissionais de saúde voltados à formação, num modelo muito biomédico, desconhecem.

O trabalho do agente comunitário engessado nesse modelo de assistência prejudica a sua ação. Isso nos preocupa, porque, voltando ao trabalho de uma equipe multidisciplinar, que vai para além de garantia do que é o trabalho da enfermagem... Não é disso que estamos falando. Estamos falando de um trabalho que... Esse trabalho de verificar a pressão, medir a glicose, verificar a temperatura, cuidar no sentido da assistência, nós já temos na equipe. Se a presença do agente comunitário é dentro de uma equipe de saúde, nós já temos na equipe quem faça isso. O que nós não temos é quem faça esse trabalho de promoção de educação para a saúde, que é o trabalho próprio do agente comunitário de saúde. Então reforçamos aqui a necessidade de se qualificar o agente comunitário de saúde nessas ações de promoção, de prevenção e de cuidado da sua comunidade com o saber que é dele, que é próprio dele. Esse cuidado com assistência nós já temos na equipe. Esse trabalho ocorre dentro de uma equipe multidisciplinar. Já temos um profissional que o faz.

Outra questão que trazemos não diz respeito ao saber relativo à enfermagem, mas à atuação do agente comunitário de saúde como cidadão. É claro que toda pessoa como cidadã tem todo o direito... E esse autoconhecimento é muito importante para ele cuidar da sua saúde. Agora, como profissional, quando ele verifica a pressão, quando ele mede a glicose, o resultado disso implica uma ação, um compromisso. Aí, como morador da comunidade, ele vai fazer isso diariamente no seu trabalho, ter isso como atribuição, como uma cobrança de trabalho.

Sabemos que, quando o trabalhador desempenha a sua função e vai embora, é uma coisa, mas o agente comunitário permanece naquela comunidade. Então essa cobrança será muito maior. Haverá um compromisso muito maior com esse resultado e essa assistência.

Outra questão que apontamos, uma preocupação importante é que eu participei... Trabalho na estratégia há muitos anos. Participei da implantação da primeira equipe de saúde da família no Complexo do Alemão, fazendo curso introdutório, que é um curso de 40 horas. Hoje há um avanço tão grande que o agente comunitário começa a trabalhar sem nem mesmo fazer o curso introdutório. Então eu fico preocupada quando o projeto aponta a necessidade de qualificação sendo que hoje não conseguimos garantir essa qualificação da forma como está prevista. As 40 horas do introdutório estão comprometidas. Há agentes comunitários que estão trabalhando e depois de um ano no território é que eles são chamados para fazer o curso introdutório.

Então a nossa aposta é no curso de qualificação, é na formação do agente comunitário como técnico e que essa formação seja potencializada conforme o valor que tem o território e as suas ações de promoção em saúde. E que ele se integre a essa equipe que já existe de uma forma linear, compondo e aprimorando o que ele conhece bem, que é o trabalho de educação para a saúde. É disso que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

precisamos. Esse é o diferencial para a mudança do modelo. O modelo de atenção biomédica, de cuidado com assistência, nós já temos uma equipe multidisciplinar que faça. Queremos algo para além de mudar o nome da casinha. Quando dizemos que é estratégia de saúde da família com trabalho no território, um trabalho primordial é o do agente comunitário em promoção, o trabalho *in loco*, com o seu saber, qualificando a sua comunidade com trocas, com conhecimento técnico, formado, que possa aprimorar e mudar a qualidade de vida das pessoas, contribuindo para uma melhor qualidade de vida. Essa é a nossa posição.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada pela sua colocação.

Agora passo a palavra à Srª Ilda Angélica Correia, que é Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários (Conacs), por dez minutos.

A SRª ILDA ANGÉLICA CORREIA – Bom dia a todos.

Eu gostaria de saudar aqui a Mesa na pessoa da Senadora Marta Suplicy, na pessoa dela saúdo todos os presentes aqui à Mesa.

Quero dizer a vocês que estamos agradecidos pelo convite para estar aqui debatendo esse projeto de lei, que, para nós, vai trazer uma segurança jurídica para as duas categorias: agente de saúde e agente de endemias.

Trazer segurança jurídica e blindar essas duas categorias foi o motivo pelo qual nós recorremos ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados e ao Senado solicitando que fosse realmente votado um projeto de lei que incluísse as atribuições desses dois profissionais.

E por que a Conacs se preocupou com isso, haja vista que o programa já está lá no meu Estado – nasceu no Ceará – faz mais de 26 anos, 26 anos vamos fazer agora de implantação? Deixamos de ser um programa de governo, passamos a ser um programa de Governo Federal e posteriormente, com as nossas lutas, fomos reconhecidos como profissionais de saúde essenciais e elementares para a atenção básica à saúde do povo brasileiro.

Mas é importante que os Senadores aqui presentes, as autoridades aqui presentes saibam o que essas duas categorias vêm enfrentando, mesmo sendo o principal elo entre a comunidade e a saúde pública do nosso País.

Em 2016, Senadora, fomos surpreendidos pelo Ministério da Saúde com duas portarias ministeriais que simplesmente orientavam a substituição desse profissional na estratégia de saúde da família por um outro profissional, que também já faz parte dessa estratégia, que são os técnicos de enfermagem. Essa orientação foi feita e nós nos sentimos extremamente agredidos como profissionais, porque nós reconhecemos a importância que nós temos dentro da estratégia de saúde da família. Nós não conseguimos enxergar estratégia de saúde da família sem a presença do profissional agente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comunitário de saúde, haja vista que somos o principal elo e somos o profissional que traz todas as informações para alimentar os sistemas de informação do Ministério da Saúde e, a partir daí, organizar as políticas para a atenção básica, para a atenção à saúde do nosso povo.

Essas portarias foram emitidas com muita força e a categoria reagiu. Reagiu de forma tal que conseguimos a revogação das duas portarias. Mas uma portaria pode ser emitida, revogada, alterada a qualquer tempo, a qualquer hora, como bem entender o Ministro ou seus assessores, que realmente trabalham essas questões das políticas. E entendemos ali, porque houve um compromisso por parte do Ministro de revogar as portarias – mas instituiu um grupo de trabalho para trabalhar a atualização do profissional agente comunitário de saúde e também do agente de combate às endemias –, que, com o passar dos meses, o que estava acontecendo eram reuniões e reuniões seguidas para, de fato, fazer uma alteração na Política Nacional de Atenção Básica. E estamos vivendo o efeito disso hoje. A colega acabou de colocar que agora, no Rio, hoje pela manhã, está havendo um grande manifesto de que agentes comunitários de saúde e outros profissionais estão sendo postos para fora só pelo fato de que já concluíram esse projeto de reformulação da Política Nacional de Atenção Básica.

Então, percebemos que estávamos correndo sérios riscos de sermos extintos a qualquer momento. O profissional que durante todos esses anos trouxe grande avanço para a saúde pública do País estava ameaçado, está ameaçado, de ser extinto.

Então, percebemos a necessidade de termos um documento muito mais forte. Daí, partimos para um projeto de lei, alteração na Lei 11.350, para deixar registradas no texto dessa lei as nossas atribuições, o que o agente de saúde faz, o que ele deve fazer, o que ele deve permanecer fazendo.

Mas também percebemos que o Programa de Agentes Comunitários de Saúde foi criado no momento em que enfrentávamos, pelo menos lá no Nordeste, uma seca muito grande, e estávamos sendo criados para atender as vítimas dessa situação. O índice de mortalidade infantil era alarmante, e fomos criados para este fim: tratar dessas pessoas que eram vitimadas pela seca e, por conta disso, morriam centenas de crianças durante o dia. Enfim, toda essa situação.

Mas, com o passar do tempo, isso foi contornado, e precisávamos atualizar esse perfil, temos esse entendimento. Não podemos mais continuar fazendo as mesmas atividades e tendo as mesmas atribuições de 26 anos atrás. Hoje o nosso público é outro. Trabalhávamos naquela época a desnutrição, a morte por desnutrição. Hoje estamos vendo a obesidade imperando no meio da sociedade, crianças com diabetes. Então, temos realmente que passar por uma atualização do nosso perfil.

É por conta disso que colocamos aí a questão da aferição de pressão e a verificação de glicemia, porque o nosso público maior hoje são os hipertensos, são os diabéticos, são os obesos. Para nós, como profissionais de saúde, que estamos dia a dia dentro das casas dos familiares, encontrar um cenário de um paciente que já é diagnosticado como hipertenso, que já faz o seu acompanhamento e o seu tratamento, ouvir deles as queixas de uma dor de cabeça, ouvir as queixas dele, e, como profissional,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mesmo não tendo autorização para verificar uma PA, sair dali simplesmente dando a fala de que ele tem que tomar a medicação dele, de que ele tem que fazer a dieta dele, quando você vira as costas, isso aí pode ter um complicador muito grande. Já perdemos muitas vidas por conta disso, porque, daqui que ele vá a uma unidade de saúde, onde ele vai encontrar o enfermeiro ou o técnico de enfermagem para fazer a verificação de pressão dele e dê o encaminhamento a ele para ele ir a um hospital, ele já entrou em óbito.

E nós colocamos no texto dessa lei essa atribuição também para os agentes comunitários de saúde, mas tivemos o cuidado de colocar que só nos casos excepcionais. O agente de saúde não está querendo diagnosticar hipertensão, tampouco prescrever medicação, porque sabemos plenamente que isso não é atribuição nossa, mas poderíamos ter uma visita mais resolutiva, e foi nesse sentido que colocamos essas atribuições dentro do projeto de lei. Em casos excepcionais, o agente comunitário de saúde, depois de treinado, qualificado e munido do equipamento necessário, também poder fazer essa aferição de pressão, ele fazer verificação de glicemia e evitar mortes. É nesse sentido que inserimos dentro do texto desta lei essa atribuição que a colega mencionou, que é uma atribuição exclusiva dos técnicos, enfermeiros e médicos.

A outra questão que a gente gostaria também de frisar na fala da colega é a visita domiciliar como privativa do agente comunitário de saúde. Nós não estamos falando da visita domiciliar do médico e do enfermeiro. Nós estamos falando da visita domiciliar que só o agente comunitário de saúde faz, que é aquela visita casa a casa. Isso é privativo do agente comunitário de saúde. Nenhum outro profissional deixa o seu consultório, põe uma bolsinha nas costas e sai, de casa em casa, fazendo a visita e o apanhado da realidade daquelas famílias visitadas. Então, é nesse sentido que a gente diz que essa visita é privativa do agente comunitário de saúde, porque, até o momento, nenhum outro profissional da estratégia de saúde da família está destinado a fazer isso. Muito pelo contrário, ele faz, faz, sim... É atribuição do enfermeiro, é atribuição do médico de estratégia de saúde da família...Quando o agente comunitário de saúde entende que há um paciente acamado, vai à unidade de saúde e faz o agendamento do médico para fazer a visita àquele paciente. Fora isso, essa atividade casa a casa é, sim, exclusiva do agente comunitário de saúde.

Então, Senadora, a gente propôs esse projeto de lei para, de fato, blindar essas duas categorias, principalmente o agente comunitário de saúde.

Em relação ao agente de combate às endemias, eu também gostaria de ressaltar na minha fala que o que temos hoje de legislação para esse profissional são apenas duas linhas na Lei 11.350, reconhecendo-o como profissional de saúde. Fora isso, o agente de combate às endemias não tem uma legislação que se refira a eles. No entanto, são extremamente importantes para a atenção básica do nosso povo. A gente pensa que o agente de combate às endemias é apenas aquele com a bolsinha nas costas que trabalha a dengue, mas não é. Ele é um profissional complexo. Ele é um profissional que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

atende diversas endemias – se não me engano, são sete ou oito endemias –, e é um profissional que a gente diz que é bombril, tem 1.001 utilidades.

No entanto, nós não temos uma legislatura no nosso País que realmente ampare esse profissional. Então, esse projeto de lei vem neste sentido: para registrar e para dar a garantia jurídica de que essa categoria necessita para continuar os seus trabalhos de tão grande importância, de relevância no nosso País.

Então, é nesse sentido que a gente sugere o projeto de lei. A gente solicita que esta Casa aprove o projeto da forma como ele está. A categoria teve todo um trabalho para elaborar o projeto. Nós tivemos vários encontros e seminários com a categoria mostrando a dificuldade, a necessidade. Tivemos várias audiências públicas. Fomos a 22 Estados deste País para realmente chegarmos ao relatório final deste projeto. Para a categoria, ele está a contento, vem ao encontro das necessidades, principalmente no momento que estamos vivendo, em que o Ministério da Saúde, o Conass e o Conasems se reúnem e lançam aí uma nova política de atenção básica que agride diretamente o agente comunitário de saúde e o agente de combate às endemias. A PNAB hoje nada mais é do que as Portarias 958 e 959 recheadas de crueldade com essas duas categorias.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Srª Ilda. (*Palmas.*)

Por favor, a gente pede que não haja manifestações.

Obrigada, Srª Ilda Angélica Correia.

Agora vamos ouvir o Sr. Luiz Cláudio Celestino de Souza, Diretor Financeiro da Federação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias – Fenasce.

O senhor tem dez minutos para fazer a sua exposição.

O SR. LUIZ CLÁUDIO CELESTINO DE SOUZA – Bom dia. Bom dia a todos e a todas.

Saúdo todos os componentes da Mesa na pessoa da nossa Presidenta, Senadora Marta Suplicy. Em nome da nossa Presidente também, saúdo todos os presentes, em especial os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate a endemias que aqui se encontram e os que estão nos assistindo.

Pois bem, primeiro lamento o que neste exato momento está acontecendo na cidade do Rio de Janeiro, que é um verdadeiro absurdo com todos os profissionais, em especial os agentes de combate às endemias. A esta altura, você se deparar com demissão... A situação atual do País já não é tão boa e você acaba também perdendo seu emprego e vai para a fileira de desempregados, que já está grande no nosso País. É importante que seja revisto isso, que não seja levado à frente, e que seja mantido o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

trabalho, o emprego de todos os profissionais envolvidos nessas demissões que estão sendo pretendidas na cidade do Rio de Janeiro.

Segundo, a gente, às vezes em reunião da Federação Nacional com todos os sindicatos envolvidos, indaga sobre essa questão do conflito. Primeiro, lá na ponta, o agente comunitário de saúde e o agente de combate às endemias recebem elogios rasgados. Em relação ao ACS, o médico, o enfermeiro, o dentista, todos os profissionais do posto de saúde da atenção básica e também – por que não? – das Secretarias de Saúde afirmam que o trabalho do ACS é essencial para a população, para as famílias que eles acompanham, são rasgados elogios. Os agentes de combate às endemias, nessa arbovirose, saíram a campo, juntamente com os ACS, conseguindo reduzir essa questão em termos de vários óbitos. Nós tivemos óbitos no País, Senadora, mas poderiam ter sido mais se não houvesse ali a atuação focada do agente de combate às endemias com a ajuda do agente comunitário de saúde.

Diante de tudo isso exposto, nós nos deparamos com situações que ameaçam a carreira profissional desses trabalhadores, de quem está ali na ponta defendendo a vida, que é o mais importante. De fato, nós nos deparamos, na calada da noite, com as publicações de duas portarias que eram prejudiciais para a categoria.

Elas foram revogadas, Senadora, mas agora, entendemos, precisamos de um debate melhor e maior em relação à questão da PNAB, porque nós estamos entendendo que essas Portarias nºs 958 e 959, que foram revogadas, estão vindo de forma camuflada nessa nova PNAB que está sendo apresentada e está em consulta popular, terminando o prazo, salvo engano, no dia 10. É mais uma situação prejudicial para os agentes comunitários de saúde e para os agentes de combate às endemias.

Portanto, é de suma importância que todas as entidades do País, que todas as lideranças do País inteiro, se unam nessa questão para que nós consigamos manter a segurança na Política Nacional da Atenção Básica, do agente comunitário de saúde, e agora também que vai entrar o agente de combate às endemias.

Só uma coisa aqui que a gente queria dizer: essa nova portaria não deixa claro o quantitativo mínimo de agentes comunitários de saúde nas equipes. Então, já deixa uma coisa totalmente sem o menor sentido. Já quero deixar claro que a Federação Nacional... Já pactuei também com a Conacs, nós não vamos aceitar a PNAB do jeito que está sendo apresentada.

A questão do PLC nº 56, de 2017, a gente vê como uma segurança, sim, um avanço para os agentes comunitários de saúde e para os agentes de combate às endemias, até porque na questão da formação profissional, na questão do nível de escolaridade, no qual nós iremos para o nível médio, isso é de suma importância para uma categoria, não se aplicando – é bom deixar claro – para os atuais ACS e ACE que não têm nível médio. Deixo claro aqui, para depois a pessoa não ficar achando que, porque não tem, vai perder o seu emprego. Então, essa questão do nível de escolaridade é uma grande mudança e um avanço grande para os agentes de saúde e agentes de combate às endemias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A questão técnica é também importante, como foi colocado pela companheira. E aí, na medida em que você se qualifica, que você se torna justamente um técnico, um agente de saúde ou agente de endemias, você terá condições de atender melhor lá na ponta, que é a população, que são as pessoas que você acompanha diariamente. Nós costumamos dizer – e isso é bem verdade – que o trabalho do agente comunitário de saúde não começa quando ele chega à unidade. O trabalho dele é na área. Quando ele sai de casa – está aí um dado importante – para ir a uma unidade de saúde, para participar de alguma reunião ou ver algumas outras atividades da unidade de saúde, ele já começa a ser abordado pelas famílias que ele acompanha. Daí essa grande importância, e só quem tem isso, de fato, é o agente comunitário de saúde.

Quando se fala na visita domiciliar, não se está dizendo aqui que vão acabar as visitas das equipes. As visitas das equipes, dos médicos e das enfermeiras vão continuar, e têm que continuar, porque é importante, até para os acamados. Então, de maneira nenhuma tira o mérito dessas visitas. Elas devem acontecer e devem ser, inclusive, aumentadas, porque existe uma dificuldade grande de acompanhamento dessas pessoas.

E aí, nessa condição, a Federação Nacional se coloca favorável à aprovação do PLC nº 56, e também nós participamos de alguns seminários que foram realizados no País. Nos deparamos com os profissionais, com agentes de saúde e agentes de endemias, se colocando favoráveis para ter, de fato, uma segurança nessa situação. Por que é importante a segurança no trabalho? Porque antes nós tivemos as portarias que já foram faladas aqui em várias oportunidades e agora nós temos essa questão da PNAB, que também é prejudicial para os agentes de saúde e agentes de endemias.

É importante que esta Casa, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, as comissões – eu já peço aqui a todos os Senadores presentes, inclusive na pessoa da nossa Presidenta, a Senadora Marta Suplicy –, veja essa questão que já está tramitando de forma conclusiva, essa questão da PNAB. É importante que a Câmara e o Senado discutam essa situação, pois ela não traz bons agrados, lá na ponta principalmente, para a população. Então, mesmo com o Ministro da Saúde, Ricardo Barros, dizendo que muito pelo contrário, que é uma segurança, vai segurar empregos, vai aumentar o quantitativo, a gente não faz a leitura da mesma forma e entende que deva haver uma discussão bem maior sobre isso. Portanto, em relação a todo o trabalho, a toda a sistemática do agente de saúde e do agente de combate e endemias, ele é, lá na ponta, de suma importância.

Eu lembro que nós fomos recebidos – e agradeço aqui à Senadora Marta Suplicy – lá no seu gabinete, enquanto Federação Nacional, e de lá saiu a ideia de se fazer, Senadora, esta audiência pública, que é de suma importância. A Senadora perguntou à Federação por que o agente comunitário de saúde se achava importante nas ações de estratégia de saúde da família. Como já foi dito aqui por mim e pelos demais que me antecederam, já está bem clara a importância, há a aprovação, inclusive, da população, que muitas vezes, quando não tem um agente comunitário de saúde, por ser uma área descoberta, fica cobrando a presença desse profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Só para se ter uma ideia de como o ACS faz uma falta grande na população: nas microáreas descobertas, que não têm agentes comunitários de saúde...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ CLÁUDIO CELESTINO DE SOUZA – ... os moradores, a população, as famílias, as pessoas, se deslocam, reclamam, vão para a promotoria da saúde, vão à SMS (Secretaria Municipal de Saúde), vão ao posto de saúde saber por que eles não têm um agente comunitário de saúde para acompanhá-los. Então, daí você já tira a grande importância desse profissional.

O agente de combate às endemias também é de suma importância. Sem ele... Mesmo ele estando presente, nós temos muitas pessoas doentes, principalmente agora, com o chikungunya, sendo levadas a óbito. E se não houvesse ali o trabalho intensivo desse profissional? Para isso, ele precisa ter uma segurança no trabalho. E eu não estou falando aqui, inclusive, de remuneração. Se a gente for falar de remuneração, vou passar o dia todinho aqui. E não estou falando também aqui da falta de condições...

(*Interrupção do som.*)

O SR. LUIZ CLÁUDIO CELESTINO DE SOUZA – O.k. Só para finalizar.

Muitas vezes, na maioria das vezes, Senadora, o ACS e o ACE são cobrados de forma muito intensa, mas, na contramão disso, não lhe são dadas melhores condições de trabalho. A gente não vai entrar nesse mérito porque é uma situação bem mais complexa e a questão aqui é o PLC nº 56.

A Federação Nacional se coloca favorável à aprovação.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Luiz Cláudio Celestino de Souza, Diretor Financeiro da Federação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias (Fenasce), pelos seus esclarecimentos.

Passo agora a palavra o Sr. Charles Cezar Tocantins de Souza, que é Secretário Municipal de Saúde de Cametá (PA), e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). Com a palavra o Sr. Charles.

O SR. CHARLES CEZAR TOCANTINS DE SOUZA – Bom dia, Senadora.

Quero saudar aqui o Senador Paulo Rocha, que é do meu Estado, está aqui presente e tem uma luta muito grande pela regularização de categorias da saúde, não só dos agentes comunitários, mas de todos os profissionais de saúde.

Quero fazer uma saudação especial aos meus colegas que nos acompanham, a Alessandra e o Secretário Murilo, que é o Secretário Municipal de Saúde do Estado de Sergipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senadora, estou me sentindo com mérito até para discutir, opinar e debater com os colegas agentes porque, há vinte e poucos anos, fui Secretário de Cametá, uma cidade ribeirinha do Pará, de 132 mil habitantes. Quando o programa foi criado – era o PNACS à época –, começou trabalhando a cólera. Tivemos um trabalho maravilhoso à época, ainda com esses profissionais precarizados, que recebiam praticamente das mãos de um coordenador regional os seus salários. Tivemos avanços importantes a partir daquela época para cá na regularização desse profissional, quer através da Emenda Constitucional nº 51, quer através da Lei nº 11.350. Isso o Conasems apoia. Nós somos contra a precarização e somos favoráveis, sim, à formalização das relações trabalhistas, à segurança dos trabalhadores de saúde, não só dos agentes comunitários de saúde, mas de todos os profissionais de saúde.

Acerca da discussão que se está fazendo, vou colocar um exemplo meu. Não tem como não fazer discussão sobre avanços na 351, de todas as normativas que beneficiam a categoria de agente de endemia e de agente comunitário de saúde, se não se fizer uma discussão maior, que é a do papel indutor e financiador da União para os Municípios.

O Senador conhece uma localidade... Eu tenho três localidades: Jorocazinho, no interior do interior de Cametá; Jaraquera, do interior do interior de Cametá, Senadora... Lá eu tenho técnico de enfermagem efetivo. Por essa lei, estou proibindo o meu técnico de enfermagem lá, que está efetivo há quinze anos, de fazer visitas domiciliares. O prefeito me ligou, na semana passada, dizendo: "Vamos expandir os agentes comunitários?" Eu disse: "Prefeito, se eu for expandir os agentes comunitários, nem eu nem o senhor vai ter dinheiro para pagar." Hoje o agente comunitário recebe um piso de 1.014. No meu Município anterior, pois neste a gente está negociando, eu pagava mais insalubridade de 20%, mais todos os encargos sociais. O Prefeito teria de entrar com R$350 a R$400 por agente. Eu disse: "O senhor não tem dinheiro para pagar. Nós não vamos ter como pagar."

Aí me vejo na seguinte situação quando vejo aqui o Projeto 56 dizendo que é exclusividade do agente comunitário fazer visitas domiciliares: eu estou proibindo, a curto prazo pelo menos, pelo menos a curto prazo, o meu profissional – se amanhã o Senado e a Câmara aprovarem e isso for sancionado pelo Presidente da República –, esse técnico de enfermagem que eu tenho no meu Município há anos, de fazer visita. Eu não posso expandir porque eu não tenho financiamento e não posso permitir que profissionais que estão isolados no interior da Amazônia possam fazer essa visita. É uma situação que a gente tem que discutir. É por isso que eu acho que os projetos têm que ser discutidos não só de *per si*, mas à luz da conjuntura. Como se colocou a PNAB na conjuntura geral, eu trago aqui a preocupação dos gestores com o financiamento e com a realidade prática deste Brasil gigantesco.

O meu Município tem uma cobertura de apenas 56%, e sem financiamento novo não temos como expandir. Vocês sabem que só recentemente, depois de três anos, o Ministério da Saúde habilitou o agente comunitário de saúde, o Nasf, a equipe de saúde da família e a equipe de saúde bucal, por falta de financiamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, a legislação que está sendo discutida não pode olvidar a discussão em torno da Emenda nº 95, aprovada no Congresso Nacional, na qual se inibem os gastos, de maneira geral, da União. Isso tem que ser considerado quando eu utilizo palavras como "obrigatória", no art. 2º, §1º; quando eu uso "privativa", no §2º do art. 3º; quando novamente volto com "exclusividade", no §3º do art. 3º, III. Essa é uma preocupação – eu, particularmente, sou completamente favorável aos agentes, elogio os agentes –, e fico com medo disso porque o Brasil é diferenciado. O Brasil é diferente nas suas necessidades, é diferente nas suas composições e é diferente também na obtenção de recursos. E nós não podemos olvidar essas situações conjunturais.

Temos a Emenda nº 95, temos problemas para financiamento, e estou colocando uma situação prática. Em três comunidades que o Senador conhece, eu não tenho como contratar agentes agora, como expandir o processo – estou colocando três, mas você multiplique na Amazônia isso em várias situações. Eu só tenho como colocar agora com recurso próprio técnico em enfermagem, não tenho como ter agente. Essa é uma preocupação, Senadora Marta, que nós estamos trazendo aqui, ao Senado e aos colegas agentes, pois nós não somos adversários neste processo, somos aliados. Queremos discutir o Projeto nº 56, mas fazer a discussão levando em conta a conjuntura, discutindo PNAB, mas discutindo também financiamento e lugares do Brasil onde há dificuldade de ter essas estratégias com essas draconianas normas de privacidade, exclusividade e obrigatoriedade.

Há um ponto também que eu achei no texto e que me parece ser uma contribuição de um jurista de fora, digamos, de um aprendiz de jurista. Em alguns pontos se diz que o agente, só ele, pode fazer balanços sociais casa a casa. Mas, lá na frente, a própria legislação diz que ele pode auxiliar na área social, com a Secretaria de Desenvolvimento Social. Eu acho que é questão de harmonia de texto. Mas é uma contribuição ao texto, já que a gente teve o prazer de ler o texto inteiro.

Uma situação também que nos deixa preocupados é a questão da hora-trabalho do ACS – é uma preocupação, não tenho posição a respeito disso – e também a questão da indenização do deslocamento do ACS. É claro que não queremos, Senadora...Sou de um Estado onde o agente ia de canoa, era braçal mesmo. Ele dava a canoa, dava o remo e fazia o trabalho braçal. Hoje em dia os Municípios já evoluíram um pouco mais e conseguem dar o motor das lanchas, que nós, no Pará, chamamos de rabetas ou rabudas – não é isso, Senador Paulo Rocha? Mas a gente hoje também vai ter dificuldade para determinados financiamentos.

Então, a nossa posição é reconhecer o papel dos agentes comunitários como fundamental. Mas nós, gestores, realmente discordamos, com todo o respeito a opiniões diversas, quando você torna obrigatória a presença do agente comunitário em equipes de saúde. A gente tem formatações em que esse profissional é essencial, e a gente não desconhece isso. Mas há outras formatações em que seria possível não termos esse profissional presente. Um outro ponto que a gente coloca, que é fundamental nessa conjuntura, é discutir o financiamento. Se nós aprovarmos isso do jeito que está, sem nenhuma modificação... Eu fiquei gratamente feliz quando falaram do nível médio. Na minha localidade, vários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

profissionais não têm o nível médio. Eu lembro que enfrentamos isso há 20 anos – peço ao Paulo Rocha, Senador, que me apoie nesse ponto. O Projeto Gavião era para qualificar professores leigos no interior da Região Norte e, acho, no Nordeste, mas o custo desse processo todo foi feito pelo Governo Federal, e eu não vi essa ressalva aqui de quem vai custear a preparação desses profissionais, deslocamento – ele sai a campo, ele vai para a cidade –; vai ter que pagar professor, vai ter que fazer turmas específicas. Eu não sei se me enganei, mas não vi nenhuma preocupação com esse ponto. Para deslocar profissionais em determinadas áreas do Pará, tenho que pagar barco, pagar diesel, dar comida, alimentação para ele, pagar o professor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHARLES CEZAR TOCANTINS DE SOUZA – Eu não sei se essa preocupação também está esposada aqui na 56.

De qualquer forma, Senadora, nós reconhecemos a excepcionalidade, no sentido da grandeza do trabalho dos agentes, mas acreditamos, como gestores, que precisamos, antes de aprovar a proposta, fazer a discussão com esta Casa, com os Parlamentares, sobre a nossa preocupação com o financiamento. Não só quando ele exige exclusividade, exige obrigatoriedade, a gente acha que ele também proíbe os gestores, em determinadas situações, de terem modelagem que atendam esse Brasil tão diverso.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ouvimos o Secretário Municipal de Cametá, Pará.

Acho que o senhor nos trouxe um pouco da realidade brasileira, não só a que nós estamos vivendo, mas a realidade de parte grande do País, e mesmo de algumas cidades que são tidas como muito ricas, mas que têm bolsões de pobreza gigantescos, como São Paulo.

Eu quero dizer que, quando fui prefeita de São Paulo, vi o trabalho dos agentes comunitários, e sei da importância dos agentes comunitários. Agora, o projeto, como está... Eu o li com atenção, e vou ter um monte de questões agora para vocês nos ajudarem a pensar. Vocês podem ter certeza de que faremos o melhor, mas também vi muitos pontos semelhantes aos que ele colocou.

Como garantir? Parece que esse projeto também vem em nome de portarias que foram feitas e da não garantia de um trabalho. Quem já fez parte de uma administração e é ligado ao povo mais carente, é ligado à questão da saúde, sabe que isso imprescindível. Como fazer para tornar esse profissional efetivo, no sentido de que a profissão não vá embora?

Ao mesmo tempo, eu também fiquei pensando na questão do curso médio. Por exemplo, se eu fosse prefeita de uma cidade, qualquer cidade, como eu ia pagar o curso médio? O senhor trouxe um problema em que eu não tinha pensado. E há lugares como, por exemplo, o Amazonas e o Pará, ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

tantas regiões do Brasil, em que se vai ter, primeiro, de constituir o curso – já é um custo. O transporte para levar de barco já é outro custo. Ou seja, nós estamos falando de algo que é o ideal, mas nós não estamos falando da realidade. A gente tem que pensar o ideal? É claro que tem, mas a gente não pode obrigar a fazer já. Também há isso.

Então, essas realidades nós temos que ver, e eu vou perguntar depois quais são as qualidades essenciais para um agente comunitário de saúde. Isso é muito importante a gente ter, porque a qualificação – acho que já estou adiantando um pouco, mas vou fazer as perguntas depois –, que a Presidente da Confederação, Ilda, colocou, me chamou muito a atenção, e eu gostei. É uma coisa importante de a gente pensar.

Os agentes comunitários existem há 26 anos, mas os problemas de antes nós não temos agora. Nós temos outros problemas, mas a gente não pode acudir esses problemas porque nós não podemos fazer aquele teste do dedinho para ver uma glicemia.

Mas eu vou ter também a pergunta seguinte: na hora em que você absorve algumas competências, você também responde por elas. Pode dar uma judicialização danada.

Então, não é simples. Nós vamos ter que tentar fazer o melhor que a gente consiga para a realidade brasileira, e eu acho, principalmente, para garantir um bom desempenho e uma garantia do trabalho deles. Isso é o que me parece, até agora, pelo que eu consegui entender, que está em pauta. Vou tentar colaborar no máximo que eu puder.

O último orador é o Sr. Fábio Fortunato Brasil de Carvalho, que é o Coordenador Substituto de Atenção Básica do Ministério da Saúde, que acho que vai poder responder algumas das colocações feitas pelo Sr. Charles, pelo Luiz Cláudio e pelas outras duas palestrantes também.

Com a palavra V.Sª.

O SR. FÁBIO FORTUNATO BRASIL DE CARVALHO – Bom dia a todas e todos.

Na pessoa da Senadora Marta Suplicy, eu saúdo toda a Mesa, os representantes dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de controle de endemias, o companheiro do Conasems e a companheira do Cofen.

Eu gostaria só de fazer uma apresentação porque eu acho que é importante a gente dialogar essa questão dos ACS dentro de um contexto maior, que é o da atenção básica. Vou ser bem breve, mas é só para trazer alguns dados do que esse PL, do que tanto as portarias e o processo de aperfeiçoamento da PNAB estão discutindo sobre isso. Só ressalto que o processo de aperfeiçoamento da PNAB está em consulta pública até o dia 10, amanhã, então é bem importante que não só a categoria, mas todos os interessados participem, porque isso vai subsidiar muito a discussão. A gente vai discutir rapidamente a atenção básica acessível, resolutiva e de qualidade, e o papel dos ACS nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É consenso na literatura científica que a atenção básica, quando funciona, resolve em torno de 80% das condições de saúde que chegam até ela. É consenso da Organização Mundial de Saúde, da Organização Panamericana da Saúde e do Ministério da Saúde que uma atenção básica forte, resolutiva, tem que ser a porta de entrada principal do sistema. Existem dados que apontam que os usuários do serviço da atenção básica, quando devidamente qualificado e estruturado, utilizam menos serviços e procedimentos de apoio a diagnósticos, com redução da despesa em saúde.

Vou chamar a atenção para alguns atributos da Política Nacional de Atenção Básica vigente – está em curso um aperfeiçoamento, mas me refiro à vigente. Vou destacar a territorialização, o vínculo, e o trabalho multiprofissional, muito ligados ao trabalho do agente comunitário de saúde.

A gente tem em torno de 72% da população brasileira coberta pela atenção básica, sendo que, desses, 62% o são pelo Saúde da Família. O Saúde da Família é um dos modelos, é o principal, é a nossa maior aposta enquanto Sistema Único de Saúde, mas existem outros arranjos e formatos. A gente tem cerca de 42 mil unidades básicas de saúde e em torno de 750 mil profissionais na atenção básica, aí incluindo os agentes. Esses dados são de junho. Naquele momento, a gente tinha pouco mais de 260 mil agentes comunitários de saúde. Como bem falado pelo companheiro do Conasems, a gente recentemente teve uma portaria de credenciamento, então, a gente vai acompanhar – muito provavelmente esses números vão se ampliar.

Destaco a expansão que houve no Saúde da Família. De 2012 a 2016, a gente mais do que dobrou a cobertura, saiu de 31,8% para 63,7%. A gente, de 2011 a 2014/15, teve um investimento muito forte na atenção básica. Houve uma estabilização e, recentemente, com os credenciamentos, a gente voltou a investir muito forte na atenção básica.

Em relação à cobertura dos agentes: a gente chega a Estados com 100% ou 99,9%, como o Piauí e Tocantins, e São Paulo e Distrito Federal têm 39,9% e 21,4%, respectivamente. Então, há uma variação grande na cobertura de agentes comunitários no Brasil. A média Brasil é de dois terços, 66,6%.

Trago alguns dados do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), coletados em 2015. Aproximadamente 30 mil equipes da saúde da família foram avaliadas, porque o nosso principal investimento é em qualificação da atenção básica, um dos principais junto com outras ações.

O que estava acontecendo no Brasil em 2015? A gente acredita que isso está sendo mantido. A gente está no terceiro ciclo do PMAQ. E muito em breve haverá dados dessa avaliação externa.

Destaco o fato de a oferta de consultas para crianças de até 2 anos chegar a 91%, que é um número alto, mas, no nosso entendimento, tinha que ser 100%. Há um trabalho importante do agente comunitário de saúde nisso. Queria deixar claro que não se trata de uma responsabilização exclusiva e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

única do agente comunitário de saúde porque há diversos fatores no processo de trabalho das equipes que influem, ajudam ou não, para que esses números sejam ampliados.

Vou destacar, por exemplo, a obesidade, que é um problema sério que a gente tem que enfrentar. Só 46,3% receberam a consulta para essa condição de saúde.

Como funciona essa avaliação? Um profissional de ensino superior responde as perguntas, mas também existiu nesse segundo ciclo uma avaliação dos usuários. A gente fez perguntas para o usuário poder entender um pouquinho, e eu vou apresentar alguns dados em relação a isso.

Alguns procedimentos realizados nas UBS. Vou destacar a inserção do DIU: se não me engano, são 16,5%. Destaco também a extração de unha, 37,5%, e a lavagem de ouvido. Enfim, o que isso quer dizer? A gente precisa que a atenção básica incorpore esse tipo de ação – esse e outros, esse foi um destaque –, porque é muito importante que a gente tenha uma atenção básica, como falei, resolutiva e de qualidade. A pessoa, o usuário do Sistema Único de Saúde, tem que procurar uma unidade básica de saúde e tem que ter a sua condição de saúde atendida ou minimamente acolhida.

Em relação à busca ativa. Por exemplo, é um dos pleitos nesse PL a privatividade do ACS. A gente destaca o seguinte. Criança com baixo peso: só 67% dos casos tiveram alguma abordagem; mulher no puerpério: 92% – mais uma vez, um percentual alto, interessante, mas no nosso entendimento tem que chegar muito próximo de 100%.

Em relação à satisfação do usuário quanto às ações dos ACS. Vou destacar aqui o seguinte. Os usuários preferem receber visitas domiciliares do ACS: 83%. Então, é uma questão importante, e a gente também precisa ampliar esse percentual. E usuários que preferem marcar consulta por intermédio do ACS? São 20%. Mais uma vez destaco: a marcação de consulta não é uma ação que o ACS vai decidir se vai fazer ou não, esse é um processo de trabalho da equipe. Mas a gente precisa ampliar isso porque, se o pleito do PL, por exemplo, é que o ACS seja privativo para fazer esse tipo de visita domiciliar, isso vai ser um canal importante de marcação de consulta, entre outros.

Aqui é muito importante, quando se fala em financiamento, porque a literatura diz que o Governo Federal financia em torno de 40% a 70% de uma equipe de saúde da família, lembrando que a gente não repassa PAB (Piso da Atenção Básica) variável; tem PAB fixo e tem outros tipos de financiamento, mas essa variação é muito grande porque são diversas realidades no País, com custos diferentes para cada equipe em cada Município.

Em 2016, o montante de R$3,7 bilhões significou aproximadamente um quarto dos recursos federais para atenção básica. Então, é um volume expressivo que, hoje, o Governo Federal já repassa aos Municípios, de fundo a fundo, para os ACS.

Em 2017, até junho – os dados são de junho –, já tinham repassado R$1.5 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Há alguns desafios para os gestores em relação a ACS e ACE, que são:

1) aprimorar as atribuições dos ACS e ACEs considerando quais atividades são privativas, supervisionadas e compartilhadas, como tem no PL e também como foi proposto no aperfeiçoamento da Política Nacional de Atenção Básica;

2) integrar ações da vigilância e atenção básica, integrando cada vez mais as ações dos ACEs e ACS;

3) qualificar o processo de formação dos ACS é um aspecto essencial para a qualificação do processo de trabalho;

4)•qualificar o processo de trabalho considerando os instrumentos de gestão do Pmaq (Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica), que é, como eu falei, um dos principais investimentos do Ministério da Saúde na qualificação da atenção básica, inclusive para os ACS;

5) aprimorar as informações demográficas e epidemiológicas através do uso da estratégia e-SUS AB.

Aqui, algumas ofertas de qualificação que a gente colocou como exemplo. Então, foram alguns dados, para poder dialogar com isso, agora já dialogando com algumas falas.

O principal que eu tenho a destacar é que, no processo de aperfeiçoamento da PNAB (Política Nacional de Atenção Básica), realmente, a gente entendeu que, quando foi divulgada, essa questão dos ACS está em aberto. Existe uma análise técnica, porque o que diz a minuta que está em consulta pública é que vão ser estabelecidos alguns parâmetros, baseados em dados sociais, demográficos, epidemiológicos, e a gente, na função de área técnica do Ministério da Saúde, tem trabalhado em efetivamente ver quais seriam esses parâmetros. Então, muito provavelmente, a gente vai ter alguma proposta para levar para discussão, tanto na gestão tripartite, com os colegas dos Conass e Conasems, assim como para divulgação e debate com outros atores institucionais.

Quero só lembrar que, no Rio de Janeiro, hoje o que está ocorrendo é uma reunião ordinária do Conselho Nacional de Saúde, no qual a representante do Ministério da Saúde está fazendo o debate também da PNAB.

Há uma questão municipal, que aí não cabe ao Ministério da Saúde, mas é porque houve a afirmativa de que isso já seria uma consequência da revisão da PNAB, só que esse processo de aperfeiçoamento ainda está em curso. Hoje, o que está valendo é o que está na PNAB de 2011, que, inclusive, tem um número mínimo, com parâmetros populacionais.

A ideia de debater isso é estabelecer um teto de financiamento federal para os ACS não só baseado em parâmetros populacionais, mas também baseado em outros parâmetros que, inclusive, possam permitir que haja mais ACS num Município ou num território do que seja necessário. Essa é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

discussão que está posta no âmbito técnico e que a gente vai, muito em breve, discutir tanto na tripartite quanto com outros atores institucionais, para poder conseguir dimensionar e mediar melhor isso.

Então, o Ministério da Saúde agradece a oportunidade de participação. Estamos à disposição para contribuir.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Muito obrigada, Fábio Fortunato Brasil de Carvalho, coordenador do Ministério da Saúde.

Bom, temos muitas perguntas. Eu sou requerente da audiência, assim como a Senadora Fátima, que acabou de chegar.

Eu acredito, Fátima, como requerentes, que nós duas poderíamos fazer as primeiras perguntas, mas eu vou conceder a palavra para o Senador Paulo Rocha, que está aqui desde o início e ouviu tudo. Então, teremos muito prazer em ouvir seus questionamentos.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Queria saudar essa audiência pública, que eu acho de fundamental importância. Ela é estratégica para a saúde pública do Brasil.

Não vou fazer nenhuma pergunta. Vou apenas fazer afirmações e trazer um pouco da realidade e do conhecimento que eu tenho sobre isso, e me sinto muito orgulhoso até, porque eu fui um dos Parlamentares aqui que iniciou na Câmara Federal esse debate, no momento mais importante do papel dos agentes comunitários de saúde. Na época, fui um dos autores do projeto de regulamentação da profissão de agente comunitário de saúde. Logramos aprová-lo, numa negociação ainda no governo Fernando Henrique Cardoso.

Vários Parlamentares do PT, principalmente o pessoal do Nordeste – estou reafirmando o Nordeste porque eu quero mostrar essa questão –, Humberto Costa, Walter Pinheiro, o companheiro de São Paulo, Eduardo Jorge, vários companheiros se dedicaram a essa questão.

Eu ouvi aqui, Marta, uma pergunta que V. Exª fez ao Ministro e, talvez...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É, numa audiência anterior.

Talvez, lá em São Paulo – eu vi aqui pela sua sensibilidade, porque foi prefeita e percebeu a importância que tinham na periferia os agentes comunitários de saúde –, Estado mais evoluído, não se sinta a importância que têm os agentes comunitários para o interior do nosso País. Os agentes comunitários vêm de uma experiência da África, porque país pobre... Então, a própria comunidade se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

preocupava em resolver os problemas da saúde. Aí, surgiam as figuras que se preocupavam com isso. Experiência, no nosso caso, indígena, os nossos chás, as nossas ervas. Daí, fazemos os xaropes, os chás, as garrafadas, etc. Tudo é uma experiência da comunidade que tenta solucionar as mazelas na saúde do nosso povo.

Então, essa foi a experiência que veio para cá, e uma experiência muito forte no interior do nosso País é a parteira. Eu, por exemplo, sou filho de uma mulher que teve 17 filhos. Dos 17, 13 ou 14 nasceram pela parteira, inclusive eu. Entendeu? E olha eu aqui, forte e faceiro, por causa da boa assistência que minha mãe teve naquela época.

Então, essa foi a experiência. É a experiência da própria população, da própria sociedade, que vai buscar saídas para resolver suas mazelas, seus problemas. Então, essa experiência é uma coisa que veio daí.

O que aconteceu ao longo do tempo? Com o sistema SUS, pela ausência do Estado, nesse interior afora, os agentes comunitários de saúde, a partir dessas experiências da comunidade, foram usados pelo Estado como mão de obra barata e, sem nenhuma condição de trabalho, foram agregados ao SUS. Como o Ministério da Saúde, os Estados e os Municípios não conseguiam resolver os problemas da saúde da comunidade, aproveitavam a experiência e o uso deles como profissionais da saúde. Foram agregados como profissionais de saúde, e era barato! Custou muito pouco para o Estado brasileiro essa experiência e esse processo dessa mão de obra. E é usada como profissional.

Os agentes comunitários de saúde não eram assalariados. Eles recebiam algum dinheiro, de três em três meses, de quatro em quatro meses, de cinco em cinco meses, quando o Ministério da Saúde transferia, por causa do sistema SUS, para a prefeitura, e a prefeitura dava lá uma gorjeta a eles. Era meio salário mínimo mais ou menos. Eles recebiam de quatro em quatro meses, de seis em seis meses, sem as mínimas condições.

Aqui chegou um companheiro do Piauí que, com certeza, vai relatar a mesma situação de lá.

Agora, iam tratar de tudo, dessas epidemias e de todos os problemas, sem as mínimas condições. Com as distâncias que há nos nossos Estados, esses agentes andavam quilômetros e quilômetros sem as mínimas condições. Nem almoço! O almoço dependia da boa vontade na casa aonde eles chegassem, etc. etc. A pé! E nós fomos identificando um monte de acidentes: picadas de cobra, mordidas de cachorro.

Portanto, foi esse processo... Naturalmente, a gente traz a experiência quando a gente vira Deputado. Por isso, a gente se mobilizou para aprovar uma lei que os transformasse em profissionais. Por isso a regulamentação da profissão, porque criava as condições de entrar no código do trabalho. Aí, já que ele era tratado pelo seu patrão, chamado Estado, como profissional, então ele tinha de ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

valorizado como profissional – no seu salário, em todas as condições de direitos trabalhistas que outros trabalhadores... Acidentes de trabalho, licença de trabalho, etc.

Houve até um episódio em que um ministro foi envolvido, um negócio da bicicleta. Nós conseguimos que pelo menos o Ministério da Saúde desse uma bicicleta para o pessoal ter um mínimo de condição de transporte. Entendeu?

Então, foi uma realidade que apareceu no centro de poder do País, e nós transformamos em lei capaz de assegurar o agente como profissional, como todos os outros. É fundamental conhecer essa história e conhecer o papel que tem o agente comunitário de saúde.

O pessoal das endemias... Lembro-me de que, lá no início, tinha o combate... Pessoal da área, me ajude. Não sei como era o nome da época, mas usavam uma fumaça, um pigmento meio branco, que se chamava DDT. Isso trazia graves consequências para a saúde do próprio agente de endemias. Conheço casos lá de pessoas que morriam de câncer, de tuberculose, etc., sem as mínimas condições, no interior do nosso Estado do Pará.

Portanto, foram essas realidades que nós transformamos em leis, criando a profissão para resolver esse problema.

Bom, naturalmente, como qualquer profissão, como qualquer trabalhador, foram atrás de outras conquistas: piso salarial, jornada de trabalho, etc., o que é próprio de uma sociedade moderna, o que os trabalhadores conquistaram já há algum tempo. Então, estamos numa situação...

Charles, você justificou aí: como bom gestor, claro, tem de se preocupar com orçamento. "O pessoal tem muitos direitos." Eu me lembro quando era gráfico e ia fazer reivindicações para o patrão, e ele dizia: "Mas vocês querem muitos direitos. Vocês querem muita coisa!". E não sei o que, não sei o quê.

Sobre esse discurso aí da conjuntura diferente que você disse, Charles, a conjuntura é o seguinte – você mesmo se referiu: é corte. Investir na saúde do pobre é despesa, não é investimento, para um bom cidadão ter uma família saudável e ter pessoas para trabalhar, produzir e desenvolver o nosso País. Entendeu? Então, a conjuntura é esta: cortar gastos, cortar despesas.

Imagina como o Ministro respondeu para a Senadora Marta: "Senadora Marta, não deveria haver agente de saúde de endemias. Não há sentido pagar um funcionário público para ir às casas olhar foco de dengue, etc.". Ou seja, ele não teve coragem de dizer que não tem sentido pagar funcionário público para visitar pobre, doente, esquecido lá no interior do nosso País. Agora, na estrutura dos prédios das grandes cidades, é preciso pagar bombeiro, é preciso pagar um conjunto de agentes de proteção a esses cidadãos. Entendeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É isso. São os diferentes de que você falou. "Lá, no interior, é diferente. No interior do nosso Pará é diferente". Claro que é diferente! Mora só pobre, atrasado, no interior, esquecido pelo Estado! Então, naquilo que tínhamos avançado, estamos regredindo. Tem corte do orçamento para saúde, corte de tal...

Essa questão da preparação da qualificação... Por isso falei da parteira e por isso me referi a mim, "olha eu aqui, forte e faceiro", nas condições que a parteira faz. E eles têm cuidado. A parteira tem cuidado. Faz a assepsia direito, se protege, para poder fazer o parto.

Por que, nos governos anteriores, se criou o Mais Médicos? Porque o médico é preparado para só servir à grande cidade! Ninguém quer ir para o interior e enfrentar essa dificuldade, esses problemas que o agente comunitário de saúde enfrenta. Aliás, quando os médicos chegam lá, aqueles que se arvoram e decidem ir, eles aprendem muita coisa com o agente comunitário de saúde. Na prática. Entendeu?

Então, a qualificação.... O mapa que o técnico do Ministério mostrou aqui... Há muita coisa dessa atividade que o médico preparado nas grandes cidades aprende lá na prática com o agente comunitário de saúde.

Então, acho de fundamental importância este projeto, porque avança, qualifica e protege o profissional que já foi agregado pelo Estado no sistema SUS e cumpre um papel fundamental no sistema SUS de saúde.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Paulo Rocha. (*Palmas.*)

Eu pedi para...

Também gostei, mas acho que não precisa. Aqui a gente não bate palma nem vaia, está bom? (*Risos.*)

Quero agradecer a presença do Deputado Federal Raimundo Gomes de Matos, autor do projeto, que hoje nos dá o privilégio da sua presença. E quero saber se a Senadora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu também sou requerente, mas...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, Senadora Marta. Pode fazer suas perguntas e em seguida eu me inscrevo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O Senador Elmano vai... Senador Elmano! Senador Elmano Férrer! V. Exª quer fazer suas questões, ou não...

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. *Fora do microfone*.) – Quem vai fazer?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, não, porque somos duas requerentes, eu poderia fazer e depois Fátima, e depois V. Exª, ou, se quiser fazer antes...

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. *Fora do microfone*.) – Depois da Fátima eu faço.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está bom.

Então, eu posso fazer. Eu queria algumas perguntas que... Essa é rápida, para agente, mesmo, que está lá na luta. Quantas horas – eu vou perguntar alguns detalhes, porque, como Relatora aqui, eu tenho que saber algumas coisas mais específicas às vezes – por semana são o tempo estabelecido para um agente comunitário trabalhar? É fixo? Quanto é a média? Como é que é feito isso? Como é feita a fiscalização desse trabalho? Como é dividido?

Porque eu sei, por exemplo, em São Paulo, como é feito. Era assim; hoje eu não sei como estão fazendo. São divididas quantas casas em relação à região? Mas, principalmente, quantas horas? E se trabalha aos sábados, ou isso é aleatório, dependendo da necessidade? Essa é a primeira questão.

A SRª ILDA ANGÉLICA CORREIA – Tá. Atualmente é estabelecido, pela portaria ministerial, 40 horas semanais...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não trabalha sábado?

A SRª ILDA ANGÉLICA CORREIA – Não. Mas todas as vezes que a unidade de saúde determina algumas ações aos sábados, como vacinação, enfim, o agente comunitário de saúde é convocado a trabalhar e está disposto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eventos específicos.

A SRª ILDA ANGÉLICA CORREIA – É, eventualmente, sim. São 40 horas semanais. E é estabelecido também, por portaria ministerial, que o agente comunitário de saúde acompanhe até 750 pessoas. Hoje a determinação é por pessoas. Isso vai, pela média do Brasil, dos domicílios, a aproximadamente 180 famílias.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – E tem fiscalização? Não tem? Como é feito?

A SRª ILDA ANGÉLICA CORREIA – Sim, o agente comunitário de saúde é supervisionado por uma enfermeira, aquele que faz parte da estratégia de saúde da família. A supervisão é de uma enfermeira da equipe, que acompanha todas as atividades dos agentes comunitários de saúde, fazendo prestação de contas dos serviços semanalmente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada.

Outra questão bem específica, que foi colocada pela senhora e pela Fátima também...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª ILDA ANGÉLICA CORREIA – Tá.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... que é enfermeira. E isso me pareceu um dos pontos que todo mundo aqui levantou, que é a questão – e para mim está difícil de entender – que está no relatório, a importância que seja privativo do agente comunitário. Mas aí eu fiquei pensando: o programa de Saúde da Família também visita, não é? E o programa de Saúde da Família não fica só num consultório esperando, ele visita. Então, como é que vocês esperam fazer essa privatização de algo que o programa de Saúde da Família se combina para fazer?

E eu acho que são coisas muito distintas mesmo: o agente comunitário, ele faz uma visitação naquelas 180 pessoas, ele cuida. E eu até estava pensando, até como psicóloga: muitas vezes a própria visita, o acolhimento, isso deve fazer até um efeito maravilhoso terapeuticamente. Então, eu entendo que seja isso.

Agora, na hora em que você coloca como privativo, pode dar uma confusão danada, porque tudo que você engessa confunde. Então, me pareceu que alguma coisa... Inclusive, eu fiquei também pensando, para dar um exemplo mais rude: eu tenho um quarto privativo, sou um jovem, tenho 18 anos, tenho um quarto privativo – olha que bom, privativo –, mas eu posso compartilhar com a família, com os irmãos, com outras pessoas. Mas se eu não quiser eu não compartilho. Então, na hora que você põe essa palavrinha, você não compartilha mais. Quer dizer, é privativo. E o agente de saúde que quiser ir lá, não: "Ô querida, aí não". Então, me explica isso: como é que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É, então eu gostaria de ouvir... Vamos dar primeiro a palavra à Fátima e depois à Ilda.

A SRª FÁTIMA VIRGÍNIA SIQUEIRA DE MENEZES SILVA – Eu estou entendendo qual é a preocupação deles. Eu acho que aí, usando aqui a palavra da Ilda, blinda a categoria dizer que essa ação é uma ação própria do agente comunitário de saúde.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então vamos fazer um diálogo.

A SRª FÁTIMA VIRGÍNIA SIQUEIRA DE MENEZES SILVA – Mas eu acho que privativo... A minha questão é essa: esse termo "privativo" é muito ruim, porque ele engessa essa ação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas eu gostei de uma palavra que a senhora usou, que essa é que eu quero entender: "blinda".

A SRª FÁTIMA VIRGÍNIA SIQUEIRA DE MENEZES SILVA – É.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aí eu entendo por que... Porque blinda, quer dizer, nós não podemos ser prescindíveis porque blindou, e só nós podemos fazer isso. Isso garante a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

função, para não ter portaria que depois tire. Então, eu concordo que a gente tem que arrumar um jeito de blindar. Mas não acho...

A SRª FÁTIMA VIRGÍNIA SIQUEIRA DE MENEZES SILVA – Que é esse jeito.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... que é esse o jeito. Eu acho que o grande desafio é o jeito que nós vamos dar. Porque nós temos que garantir a presença dos agentes comunitários, disso eu não tenho nenhuma dúvida. Eu sei que o trabalho deles não é como no Amazonas, mas São Paulo tem bolsões de pobreza gigantescos, as doenças também estão todas lá, é diferente o jeito. E menos precário também, eu diria, concordando plenamente com o que foi dito, mas eles têm que existir. Como é que nós vamos fazer um projeto que os garanta? Esse é o grande desafio. Porque esse negócio de privativo eu não acho que vai dar certo.

A SRª FÁTIMA VIRGÍNIA SIQUEIRA DE MENEZES SILVA – Eu também não.

Eu não sei. Eu pensei que talvez...

Posso continuar?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pode. Se vocês...

A SRª FÁTIMA VIRGÍNIA SIQUEIRA DE MENEZES SILVA – É um diálogo?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... quiserem entrar na conversa, também entrem, porque eu acho que é assim que eu vou conseguir entender melhor.

A SRª FÁTIMA VIRGÍNIA SIQUEIRA DE MENEZES SILVA – Eu estava falando aqui com a Ilda que talvez esse termo é que eu acho que não ficou bom, esse termo não está bom, porque... E ele é contrário à proposta exatamente do que a gente tem, da mudança de modelo. O que a gente diz da mudança de modelo é que essas ações são multidisciplinares, então convocam a uma fala horizontal dentro da equipe. Então, esse valor fundamental da participação do agente, do que ele traz... Ele tem um valor fundamental, mas isso é de ida e volta. Não pode ser só dele.

Então, eu pensei que talvez... Por exemplo, é o profissional que tem a maioria da sua atribuição voltada para o domicílio. Então, assim, alguma coisa que seja a única...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, isso é ótimo, mas não vai blindar.

A SRª FÁTIMA VIRGÍNIA SIQUEIRA DE MENEZES SILVA – É.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A gente vai ter que arrumar outro caminho.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Marta!

A SRª FÁTIMA VIRGÍNIA SIQUEIRA DE MENEZES SILVA – É, não sei, eu estou pensando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Espera aí, vamos lá.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Marta!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos começar. Tem um aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Marta! Senadora Marta!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos fazer esses três, depois você completa. Vamos lá.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senadora Marta!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em um dos seus comentários, a senhora falou uma frase que eu acho que envolve esse debate aí. Falou mais ou menos assim: "Assim como você reivindica atribuições, você também aumenta a sua responsabilidade". Foi isso que a senhora falou?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Foi.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, eu acho que isso tem a ver com isso que se está falando: blindagem, privativo, etc. Por quê? Porque cada profissão, principalmente quem trata da vida, a própria sociedade, nós aqui representantes da sociedade vamos regulamentando responsabilidades, entendeu? Então, na medida em que os agentes de saúde colocam isso... É porque eles se sentem invadidos por outros que não foram qualificados para tal, e daqui a pouco eles vão ser responsabilizados. Então, é uma mediação aí de buscar responsabilidade, etc.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – O agente comunitário não é invadido por ninguém, ele é um auxiliar.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não, não, não. Mas eu sei... Por exemplo...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Por exemplo...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Dê um exemplo para ver se eu entendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Nós resolvemos colocar lá ensino médio, etc. Mas aí, como conseguiu ganhar, e nas prefeituras tem muito, aí veio uma discussão sobre o concurso: quem entra, como é que é que se faz concurso.

E tem a influência da má política. Aí já é o vereador que quer indicar, já é... Não sai da comunidade, vai de outra comunidade para... Vai da cidade para a comunidade. Enfim, envolveu um conjunto de coisas que vêm nessa...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas, Paulo, o agente comunitário...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A proteção.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... tem que morar no local. Por isso que não tem concurso, é muito mais restrito. E não concordo com esse negócio de poder morar fora. Acho que tem que morar no lugar.

Bom, mas vamos ouvir daqui agora, para continuar.

O SR. CHARLES CEZAR TOCANTINS DE SOUZA – Senadora, acho que as palavras "privativo" e "exclusividade" acabam engessando. Em nome de uma blindagem de uma categoria que tem um trabalho que deve ser reconhecido e que a gente aplaude, a gente tem que olhar mais de que uma categoria; tem que olhar a saúde pública como um todo. Eu coloquei uma questão de fato, e o Ministério demonstrou que a gente não tem cobertura de 100% de agente comunitário de saúde nesse País. Se a lei passa do jeito que está, eu estou proibindo o meu técnico de enfermagem que eu tenho lá no interior do Pará, porque eu não tenho agente com cobertura lá, de ele fazer visita. Eu tenho três equipes que trabalham exclusivamente com hanseníase no meu Município e eles fazem administração do medicamento controlado lá na casa do paciente. Por esse processo, eu estou proibindo também que essa equipe de agentes faça esse trabalho. Eu acho que a gente tem que ter o cuidado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não está proibindo. Não há proibição, não, gente, está tudo bem.

O SR. CHARLES CEZAR TOCANTINS DE SOUZA – Eu estou entendendo que a gente tem que arrumar um texto.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, não há proibição.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Na hora que é privativo o texto proíbe.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, não.

Tudo bem, Senadora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FÁBIO FORTUNATO BRASIL DE CARVALHO – Senadora...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Olha, o entendimento do texto...

O SR. CHARLES CEZAR TOCANTINS DE SOUZA (*Fora do microfone*.) – É só arrumar o texto!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... é privativo, Fátima.

O SR. FÁBIO FORTUNATO BRASIL DE CARVALHO – Isso.

O SR. CHARLES CEZAR TOCANTINS DE SOUZA – Senadora, é como a senhora disse: é só arrumar o texto ideal que contemple os agentes...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Nós temos que pôr outra palavra, só isso, porque não pode engessar. Agora, a ideia é como blindar, porque a ideia ficou muito clara aqui: eles não podem sumir do mapa, não podem ser restringidos. Mas nós não podemos pôr que só eles podem fazer uma coisa que a equipe faz.

O SR. FÁBIO FORTUNATO BRASIL DE CARVALHO – Mas, Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Espera aí.

O SR. FÁBIO FORTUNATO BRASIL DE CARVALHO – Senadora!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos deixar então o Fábio falar e depois a gente dá a palavra para ela.

Vamos lá.

O SR. FÁBIO FORTUNATO BRASIL DE CARVALHO – Rapidamente, eu só queria contextualizar as portarias que foram referidas. O teor delas facultava ao gestor municipal ou ao agente comunitário de saúde ou ao técnico de enfermagem. Houve a interpretação de que isso poderia extinguir a categoria, ou algo assim, e elas foram revogadas.

Em relação à privatividade, a gente também tem alguma preocupação, porque isso vai de encontro à lógica do Saúde da Família, que é todos os profissionais poderem fazer isso. A gente sabe que quem faz isso hoje, na maioria das vezes, ou preferencialmente, é o ACS, e isso é muito bom. Mas, agora, impedir os profissionais, como o médico, o enfermeiro, qualquer outra categoria, de fazer também... E a ideia de privativo... Se a gente for levar a rigor, por exemplo, o que está na lei das categorias, seja da enfermagem, seja da medicina, seja da nutrição, o privativo é o que só aquela categoria pode fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu acho que é importante a gente alinhar esse entendimento, então, em especial num texto legislativo, porque, se ele for aprovado, no meu entendimento, o privativo vai ser só o ACS e o ACE a fazê-lo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bom, quer falar por último? Porque aí você já rebate.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Presidente! Minha nobre Presidente, Senadora Marta Suplicy!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Quem está falando? Ah, é o Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Eu tenho uma audiência agora, às 11 horas...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – ... e eu queria dar o meu testemunho aqui.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então vamos lá, Senador, V. Exª com a palavra.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Primeiro quero ressaltar a importância desse projeto do nosso Gomes de Matos. Inclusive, eu queria fazer um retrocesso histórico, que remonta a 50 anos atrás, quando existia a CEM, Campanha de Erradicação da Malária; depois tivemos a Sucam, enfim, tivemos uma série de instituições, quando nasceu o agente de saúde.

Eu sou de uma época em que morei com o superintendente da Campanha de Erradicação da Malária e um outro diretor técnico da FSESP (Fundação Serviços de Saúde Pública). E eu vi, à época, o trabalho dos agentes de endemias, o trabalho que faziam. O nobre Senador Paulo Rocha falou aqui de bicicleta, mas àquela época eles andavam a cavalo; eram mais de mil agentes no Estado do Piauí. Inclusive, isso é um aspecto interessante: as forças de segurança – as Forças Armadas, o Exército, principalmente –, à época, recorriam à superintendência, na Campanha de Erradicação da Malária, pelo mapeamento que tinham de todas as residências neste País, feito pelos agentes de saúde da época.

Então, é uma profissão, é uma atividade da mais alta relevância. Fui prefeito da capital e eu sei o que eles representavam e representam, não só o agente comunitário de saúde, mas o de endemias. Hoje, segundo o nosso nobre Deputado Gomes de Matos, são mais de 400 mil no País. Então, essa foi uma categoria profissional que nasceu muito tempo atrás. Houve uma evolução. O trabalho de quem está lá na ponta é diferente sobremaneira do trabalho de quem está dentro de um hospital, dentro de uma unidade de saúde.

Então, eu creio que nós avançamos muito. É um avanço. E o projeto de lei, no meu entendimento, vem – digamos – dar uma característica muito especial a esses profissionais, que constituem a base da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

prevenção, o trabalho que antecipa todas as atividades da área de saúde. Então, é uma atividade da mais alta relevância.

Eu queria cumprimentar, lamentando não ter estado presente à exposição dos senhores e das senhoras, a todos, na pessoa da Ilda, que sempre está nos nossos gabinetes defendendo essa categoria profissional.

Então, eu queria ressaltar e apoiar *in totum* o projeto de iniciativa do Nobre Deputado Gomes de Matos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador.

Com a palavra o Luiz Cláudio, que é da Fenasce, para completar.

Depois ela, depois a Senadora Fátima.

O SR. LUIZ CLÁUDIO CELESTINO DE SOUZA – Na verdade, é só para entender melhor e, Fábio, só para fazer uma correção aqui. As portarias, Senadora, deixavam claro que as equipes se tornariam completas, de fato, sem o agente comunitário de saúde. Bastava ter o técnico de enfermagem e já eram consideradas completas.

Nós estamos colocando aqui essa questão de privativo, porque quem de fato faz o dia a dia, casa a casa, nas famílias, é tanto o agente comunitário de saúde como o agente de combate às endemias. O médico não faz casa a casa, a enfermeira não faz casa a casa, o dentista não faz casa a casa, e nós não estamos com isso tirando esse pleito deles. Eles poderão, sim, e deverão continuar fazendo as visitas domiciliares quando a equipe for. Mas o dia a dia, casa a casa, família a família, pessoa a pessoa, quem faz é o agente de saúde e o agente de endemias.

Por isso...

(*Interrupção do som.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O senhor caracterizou muito bem. Ficou bem claro.

Agora, a Ilda Angélica Correia, que é Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde – CONACS.

A SRª ILDA ANGÉLICA CORREIA – Eu gostaria só de me reportar aqui à fala do colega do Conasems, quando ele relata aqui diversas preocupações em relação ao projeto de lei. Mas eu gostaria de chamar nossa atenção para o art. 196 da Constituição Federal, quando ele diz no artigo que a saúde é direito de todos e é dever do Estado. Onde está a preocupação nossa, do Conasems, dos gestores, em relação ao cumprimento da Constituição Federal quando diz que é obrigação do Estado? Eu queria fazer aqui essa reflexão para nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em relação à atividade privativa do agente comunitário de saúde, que nós estamos colocando, eu gostaria de relatar aqui que essa visita domiciliar da qual estamos tratando no texto deste projeto de lei refere-se à principal atividade do agente comunitário de saúde – à principal atividade. E foi por conta dela que nós, Senadora e Senadores aqui presentes, conseguimos aprovar a Emenda nº 51. A aprovação da Emenda nº 51 no Congresso Nacional só foi possível porque nós deixamos claro que o agente comunitário de saúde nasce na comunidade. É ele quem faz essa visita rotineiramente, dia a dia, casa a casa. E foi a partir desse argumento e dessa comprovação que nós conseguimos aprovar a Emenda nº 51, efetivando todos os agentes comunitários de saúde e todos os agentes de combate às endemias no Brasil, que, até então, eram profissionais de vínculos totalmente precários e subutilizados, como bem foi colocado aqui pelo Senador Paulo Rocha.

Então, eu gostaria de dizer isso e dizer que, se nós não levarmos em consideração isso, então, cai por terra a Emenda nº 51. Então, a Constituição Federal não vai mais ter validade? Então, para aquele momento foi possível e para este momento não pode ser possível?

Então, que a gente passe por essa reflexão e veja que essa categoria é elementar, é fundamental e é necessária para inclusive trazer não gastos da saúde pública, colega do Conasems, e, sim, para trazer economia. Quanto é que a gente gasta com um paciente no leito de UTI? Os gestores colocam as mãos na cabeça quando há um paciente que tem que se deslocar e ser levado para um hospital para atenção secundária, para atenção terciária. E o agente comunitário de saúde contribui exatamente para economizar, e economizar muito. Isso acontece é na visita domiciliar, é na orientação que a gente leva, é na promoção da saúde, é na educação do nosso povo. Isso só é possível nessa visita, que ela – repito – é exclusiva do agente de saúde, sim. Não é o médico, não é o enfermeiro, não é o técnico, com todo o respeito que nós temos por eles, pois nós somos o complemento dessa saúde, juntamente com eles, que coloca a bolsinha nas costas e sai, todos os dias, entrando nos domicílios, levando essa orientação, levando essa educação e promovendo a saúde pública do nosso povo.

Então, nós somos economia. Essa atividade é privativa, sim, e é porque ela é feita casa a casa, dia a dia, durante todo o nosso tempo de serviço dentro da nossa comunidade.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Fez uma bela defesa.

Vamos lá.

Agora a Srª Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Marta, quero cumprimentar aqui os nossos convidados. Um abraço aos agentes comunitários de saúde e de endemias. Eu sei o esforço que fazem, Senadora Marta, para de repente poderem estar presente aqui na audiência. Quero abraçar a todos, através da representação do meu Estado, o Rio Grande do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Norte. Cumprimento o Deputado Raimundo Matos, que vem a ser o autor do projeto de lei ora em debate aqui, nesta Casa.

Senadora Marta, quero dizer da importância desta audiência pública, requerida por V. Exª e por mim também, uma vez que está inclusive sob a sua responsabilidade proferir o relatório com relação ao projeto de lei ora em discussão.

Nada mais oportuno do que a gente dialogar com os atores, dialogar com aqueles que vivem isso no dia a dia, que todo dia, cedinho, estão lá, de porta em porta, de casa em casa, fazendo esse trabalho tão meritório e tão importante, do ponto de vista da saúde preventiva da população, que são os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias.

Ouvi aqui o Ministério da Saúde, ouvi também o Conasems, afinal de contas, nós temos que dialogar também com os gestores, com os Secretários Estaduais e Municipais de Saúde, e ouvi aqui também o Cofen.

Segundo, eu quero aqui dizer que esse projeto de lei, no nosso entendimento, adquire uma importância ainda maior, tendo em vista, infelizmente, um retrocesso que nós tivemos no ano passado através do Projeto de Lei nº 210, de 2015, que aprovamos. Esse projeto estabelecia uma série de benefícios previdenciários e trabalhistas para os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate a endemias. Vale ressaltar, inclusive, que foi aprovado por unanimidade, Senadora Marta, no Senado.

Esse projeto era importante, porque, por exemplo, com essa legislação que nós aprovamos em 2016, nós garantiríamos que as pessoas que exerceram atividades profissionais na área entre 1991 e 2006, quando foi reconhecida a profissão, contassem esse tempo para a aposentadoria, desde que elas tivessem, é óbvio, recolhido a contribuição para o INSS.

Outro item importante desse projeto era o projeto que regulamentava, dava segurança, do ponto de vista jurídico, aos agentes comunitários de saúde de terem direito ao adicional de insalubridade. Nós também sugerimos que fosse dada aos agentes comunitários de combate a endemias a prioridade no Programa Minha Casa, Minha Vida. Repito: isso foi aprovado por unanimidade aqui, no Congresso Nacional. Infelizmente, o Presidente vetou – ilegítimo, para mim e para muitos brasileiros. Vetou!

Eu estou só colocando isso para valorizar, Senadora Marta, o debate agora do PLC 56, de 2017. Por quê? Porque nós teremos, com esse projeto, uma oportunidade de corrigir esses equívocos e de reparar essas injustiças. Nós estamos falando aqui de, nada mais, nada menos, 250 mil agentes de combate a endemias e agentes comunitários pelo País afora. Eu sei que ninguém aqui, desta Mesa, discorda do papel estratégico que essa categoria desempenha no contexto da saúde preventiva em nosso País. Daí por que eu sei que todos nós temos que ser tomados aqui de um sentimento de valorizá-los cada vez mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Já foi dito aqui. Veja bem, o que diz o projeto que veio da Câmara? O projeto diz simplesmente o seguinte:

> Art. 2º.....
> .....
> §2º Incumbe aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias desempenhar com zelo e presteza as atividades previstas nesta lei.
> Art. 3º O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias [...].

Eu acho, Senadora Marta, que o termo "mediante ações domiciliares ou comunitárias" é um termo sobre o qual nós temos que dialogar muito com as demais categorias, dentro do conceito que, evidentemente, todos pregamos e defendemos, que é o conceito da intersetorialidade, o conceito da ação multiprofissional. Mas, dentro dessa ação multiprofissional, eu acho que nós temos que ter a sensibilidade de reconhecer qual é o ofício principal deles. O ofício principal deles passa exatamente por essas ações domiciliares ou comunitárias. É o trabalho rotineiro. Esse é o trabalho deles. Não é à toa que ele nasce exatamente... Como é que nasce a história dos agentes comunitários de saúde? Nasce exatamente desse papel de promoção, de defesa da saúde lá no seio da comunidade, etc. e tal. Desde então, foi feita uma longa caminhada para que pudéssemos dar passos do ponto de vista de valorização, de respeito a essa categoria. Vocês sabem muito bem que, até bem pouco tempo, eles nem sequer eram reconhecidos como profissão, não é verdade, Deputado Raimundo? Nem sequer eram reconhecidos como profissionais aqueles, repito, que cedinho estão lá, o dia todo, de casa em casa, numa visita rotineira, fazendo o trabalho de educação e defesa da saúde, colhendo aqueles dados, analisando todo o problema das epidemias, etc.

Senadora Marta, eu estou colocando essas questões...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não entendi nenhuma questão. Queria que a senhora fosse mais explícita.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu vou chegar lá.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu tenho primeiro que fazer uma retrospectiva para mostrar o quanto de luta já houve para que nós déssemos passos no sentido de reconhecê-los como profissionais. Isso não foi simples. Não foi simples, de maneira nenhuma! Nós tivemos sempre muitas dificuldades, muitos inimigos nessa luta. Foi nessa última década que nós conseguimos dar passos ousados, não só quando aprovamos a emenda à Constituição que fez o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

reconhecimento da profissão, mas também, depois, quando aprovamos outra emenda à Constituição, da qual eu fui inclusive Relatora, que instituiu o piso salarial nacional para esses profissionais, um piso, meu Deus, de R$1.014,00 apenas. E ainda há locais por aí afora que não pagam.

Então, eu quero aqui colocar, Senadora Marta, que nós temos que nos ater ao projeto de lei quando diz:

> Art. 3º.....
> .....
> §1º Para fins desta Lei, entendem-se por Educação Popular em Saúde as práticas político-pedagógicas que decorrem das ações voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde, estimulando o autocuidado, a prevenção de doenças e a promoção da saúde individual e coletiva a partir do diálogo entre a diversidade de saberes culturais, sociais e científicos e a valorização dos saberes populares, com vistas à ampliação da participação popular no SUS e ao fortalecimento do vínculo entre os trabalhadores da saúde e os usuários do SUS.
> § 2º No modelo de atenção em saúde, fundamentado na assistência multiprofissional de saúde da família, é considerada atividade privativa [É aqui que está a questão que nós precisamos... Eu conclamo aqui a sensibilidade.] do Agente Comunitário de Saúde, em sua base geográfica de atuação...

O que nós estamos aqui considerando como peculiar, como ofício, o ofício central, sim, do agente comunitário de saúde? Afinal de contas, ele nasceu para isso. Por isso, nós precisamos, cada vez mais, apostar na formação, na capacitação deles – o projeto inclusive fala disso. Então, qual é o ofício mister do agente comunitário de saúde?

> [...] a realização de visitas domiciliares rotineiras, casa a casa, para a busca ativa de pessoas com sinais ou sintomas de doenças agudas ou crônicas, de agravos ou de eventos de importância para a saúde pública, com consequente encaminhamento para a unidade de saúde de referência.

Volto a dizer, Senadora Marta: nós estamos aqui falando da visita casa a casa, das visitas domiciliares, da busca ativa... A enfermagem faz um trabalho extremamente importante. Meu Deus, quem há de discutir aqui, dentro do conceito multiprofissional, que a enfermagem já vai se voltar para a demanda, para a demanda que já está lá colocada?

Quer dizer, o que nós queremos aqui? Nós queremos aqui, repito, dentro desse conceito da intersetorialidade, dentro do conceito multiprofissional que deve existir em todas as áreas e principalmente na questão da saúde, valorizar o papel do agente comunitário de saúde para que ele seja reconhecido como tal, naquilo que é o seu ofício, que é a busca ativa, a visita domiciliar, etc. A partir disso, se descortina todo o trabalho multissetorial, cada um exercendo o seu papel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, Senadora, eu concluo dizendo que a atividade do agente comunitário de saúde é construída no fundamento da educação popular em saúde, e, por isso, a visita domiciliar do ACS possui um perfil exclusivo – possui um perfil exclusivo. E qual é? Repetitivo, diário; a questão da busca ativa, como eu falei aqui; a questão do vínculo com a comunidade.

Então, diante dessas características, repito, que pautam, que norteiam o perfil do agente comunitário de saúde, nós consideramos, Senadora Marta, que o projeto de lei está correto e esperamos, Fátima, que representa o Cofen – não tenho nenhuma dúvida do quanto o Cofen valoriza e defende o papel do agente comunitário de saúde –, avançar do ponto de vista do entendimento. É muito importante que tenhamos unidade aqui para avançar, levando em consideração principalmente esses tempos que estamos vivendo de, infelizmente, Governo ilegítimo, que aprova a Emenda 95, que congela os gastos pelos próximos 20 anos, que inclusive tirou o piso mínimo destinado à saúde nos próximos 20 anos, etc. Então, o contexto é muito delicado, mas muito mesmo, afinal de contas estamos vivendo tempos muito estranhos.

Eu conclamo aqui, Senadora Marta, o máximo de entendimento possível – eu sei da sua intenção – para que a gente possa avançar. Sei do respeito que V. Exª tem – inclusive foi Prefeita e conhece muito bem também essa realidade – pelo papel dos que atuam no contexto da saúde pública em nosso País, em especial os agentes comunitários de saúde.

Por fim, embora o Ministro não esteja aqui, eu quero só deixar uma mensagem. Foi lamentável a posição do Ministro da Saúde quando indagado por V. Exª acerca do agente comunitário de saúde e de combate a endemias. O que eu chamo de lamentável? Ele não demonstrar claramente a sensibilidade que deveria ter, inclusive como Ministro da Saúde, de reconhecer o papel importante que esses agentes desenvolvem no contexto da saúde pública do nosso País. Ele simplesmente dizer que não cabe ao Congresso Nacional discutir matérias que digam respeito à valorização dos profissionais, dos agentes comunitários de saúde é uma heresia, até porque ele sabe que não estamos invadindo competência federativa nenhuma, por uma razão simples: os recursos destinados para manter o programa dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias em todo o País vêm de onde? De onde eles vêm? Saem dos cofres dos Estados ou dos Municípios? Não! Saem dos cofres da União, do programa Estratégia Saúde da Família.

É verdade – vou concluir, Senadora Marta – que quem contrata são os gestores no plano local? Sim! Por isso a importância desse debate e desse diálogo. Mas é lamentável, está entendendo? É um desserviço. O Ministro da Saúde, aqui, numa audiência pública, ao invés de se colocar à disposição, como nós tivemos num passado recente... Por dever de justiça, nós tivemos, na época, no Ministro Humberto Costa um grande aliado para fazer avançar a legislação para promover e valorizar os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias no governo do Presidente Lula. Eu coloco isso aqui para fazer um apelo, porque eu acho um desserviço um Ministro vir aqui e, ao invés de se colocar como um aliado e dizer que as portas do Ministério da Saúde estão abertas, em parceria com o próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Parlamento para avançar no que diz respeito à valorização e ao incentivo dessa categoria tão importante, se posicionar de forma contrária, entrando inclusive numa contradição, porque ele disse que cabe ao Congresso Nacional tratar de matérias de valorização salarial e profissional, no caso do Governo Federal, se for de estruturas vinculadas ao Governo Federal, mas disse que não cabe essa questão dos agentes comunitários de saúde, Raimundo, e de combate a endemias. Ele entra numa contradição, não é, Raimundo?

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (*Fora do microfone*.) – Total.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Total.

Repito: os recursos que vão para os Municípios para custear os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias saem de onde? Saem exatamente do Ministério da Saúde. Então, ele está entrando numa contradição.

Portanto, fica aqui o nosso protesto. Nós esperamos, repito, avançar nessa matéria e aprovar esse projeto, porque ele vem na direção de capacitar, de valorizar, cada vez mais, essa importante categoria dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias. Nós temos mais é que, repito, avançar do ponto de vista de afirmar direitos, e não de regredir, de retrocessos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Após essa digressão da Senadora Fátima, eu gostaria de fazer alguns questionamentos sobre assuntos de que eu ainda tenho dúvidas, para a minha elucidação.

Quanto à questão da indenização da locomoção, eu gostaria que a senhora, que é agente, pudesse... Acho que o Senador Paulo Rocha e também o Sr. Charles colocaram o problema da locomoção, do pagamento e tal, mas o projeto também coloca a possibilidade de o agente morar fora da comunidade, o que, para mim, parece que distorce totalmente a ideia. É preciso lembrar a todos que foi na minha gestão, em São Paulo, que nós levamos para São Paulo o Programa Saúde da Família e criamos os primeiros agentes em São Paulo – os agentes que ora estamos discutindo. Então, eu sei da importância.

Mas, até onde eu entendo, é fundamental que ele more no local. A não ser em algumas situações excepcionais que são as pequenas comunidades. E aí eu até gostaria que o senhor me desse um esclarecimento, porque tem uma experiência de prefeito de uma cidade do Pará muito pequena. Como faz, por exemplo, se ele tem que pegar o barco para ir? Ele não mora lá, aí vocês entendem como se morasse porque não tem alternativa. Como é feito? Se já está resolvido, como vocês fazem isso?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Marta, eu queria propor, se fosse possível, para enriquecer ainda mais o nosso debate, que depois V. Exª pudesse conceder a palavra aqui aos Deputados Raimundo Matos e Valtenir, que são autor e relator do projeto. Está certo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. CHARLES CEZAR TOCANTINS DE SOUZA – Senadora, o nosso entendimento, inclusive as digressões feitas aqui pelo Senador Paulo Rocha e pela Senadora Fátima colocam claramente a importância de estarmos na comunidade. É uma preocupação que vemos aqui no projeto a possibilidade de esse agente se retirar daquela comunidade, porque a comunidade vai ficar sem cobertura, muitas vezes, do agente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, estou pensando que ele conseguiu entrar no programa porque ele morava lá, e agora ele sai? E ainda vai ganhar para se locomover? Eu não estou entendendo.

O SR. CHARLES CEZAR TOCANTINS DE SOUZA – E há vários Municípios pedindo isso. É o agente que casou com uma pessoa de um bairro distante, é o agente que quer se qualificar fazendo universidade e que pede a saída da sua comunidade.

Em regra, nós temos ponderado a impossibilidade de atender esse pedido já que não teria como o agente, mais distante, ir e voltar todo dia para a comunidade.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu gostaria de ouvir a senhora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Marta, o projeto coloca só duas excepcionalidades. Eu concordo inteiramente com a senhora. Uma das características centrais do programa é exatamente ele residir na comunidade, é o vínculo dele com a comunidade. Então esse é um item com que temos que ter muito cuidado.

De acordo com o projeto, estabelecem-se só duas excepcionalidades, ou seja...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Se a senhora quiser, podemos passar a palavra para o autor do projeto esclarecer.

A senhora queria que ele se pronunciasse, então vamos lá. Porque eu não entendi assim, então que se esclareça.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... quando ele estiver sendo vítima de violência ou então – esta seria outra excepcionalidade – quando houver a questão da aquisição de casa própria. Mas vamos passar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, mas em nenhum dos jeitos eu acho correto.

Eu li isso, mas eu não entendi então. Se é uma questão de violência, se ele estiver sendo ameaçado, é uma coisa, mas isso é óbvio. A outra seria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Seria a aquisição...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aquisição de casa própria não faz nenhum sentido. Se ele tem uma profissão ali, se pesa e ele se interessa ter a casa própria fora...

Inclusive V. Exª colocou que o Presidente havia vetado o Minha Casa Minha Vida. Eu acho maravilhoso quando a gente tem, por exemplo, para você poder levar agentes de segurança ou professores para regiões muito difíceis, até médicos, uma possibilidade de ter um Minha Casa, Minha Vida, algo assim que facilite que ele vá.

Mas, nesse caso, a não ser que o Minha Casa, Minha Vida seja ali naquele local – aí concordo plenamente com que ele tenha de ter prioridade, acho isso ótimo –, não tem sentido. Então, vamos ouvir o autor sobre essa questão.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente. Nós tentamos isso, e, infelizmente, o Governo vetou.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu pediria para a senhora não se manifestar, por favor.

Não me dirijo à Senadora Fátima, mas à senhora assessora, que está sentada em lugar que não é de assessor e que fica se manifestando e atrapalhando.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A Senadora Marta está passando a palavra para o Deputado Raimundo, que é o autor do projeto.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Inicialmente, nós queremos agradecer a deferência de nos conceder a palavra, mesmo sabendo que, regimentalmente, isso não seria possível. Mas agradeço a aquiescência da Senadora Marta, pelo seu conhecimento como municipalista, como pessoa que, no aspecto político, tem ampla visão também do Congresso Nacional. Creio que é de suma importância essa matéria estar na sua mão, até porque, nesta Comissão, há vários Senadores e Senadoras que têm a vivência dos agentes comunitários, a exemplo da Senadora Marta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu gostaria – desculpe-me por interrompê-lo – que V. Exª pudesse focar os pontos que o senhor acha mais importantes, nos quais nós nos deveríamos ater, porque assim ajudaria aqui.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Só complementando, ressalto a vivência também da Senadora Fátima quando Deputada Federal.

No aspecto do projeto, que foi debatido aqui, que foi também elucidado, ele foi fruto de uma infelicidade do Ministério de fazer uma portaria que descaracterizava as atividades. O que nós buscamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

é a especificidade da missão, para que governo A, B ou C não possa, através de outras portarias, desnormatizar as atividades dos agentes.

Segundo, é preciso mostrar também para o Governo que, na questão da capacitação, da qualificação, não é despesa, é investimento de custo e benefício em termos orçamentários.

Sobre a questão da competitividade de algumas outras profissões, não é interesse nosso descaracterizar, blindar determinada profissão, até porque sabemos que as atividades dos mais de 300 mil profissionais, agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias, são missões especificamente preventivas.

A visão que nós estamos tendo dessa necessidade... Pode até ser que, infelizmente, o Ministro Ricardo tenha falado que não seria missão nossa, mas ele, como Parlamentar, sabe perfeitamente que a missão é nossa de fazer essa regulamentação. Isso cabe, através desse projeto, para que nós possamos ter a clareza e a tranquilidade das atividades, para os gestores municipais, o Governo do Estado e o Ministério terem toda a certeza de que os perfis desses profissionais são praticamente perfis exclusivos.

A questão da formação, que é também de grande importância, é para qualificar. Recordo-me muito bem de que, no Ceará, Tasso Jereissati criou os agentes comunitários de saúde para vacinar as crianças; era um perfil totalmente diferente. Em São Paulo, o perfil era totalmente diferente do de hoje. Isso, com certeza, com o Senado Federal também aprovando essa matéria, vai fazer com que nós tenhamos a tranquilidade no desenvolvimento dessas ações.

Então, creio que a questão é só de terminologia: privativo, não privativo. Essa terminologia, aqui e acolá...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Posso perguntar uma coisa?

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB - CE) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A Senadora Fátima estava falando, e fiquei pensando: talvez houvesse outra terminologia que pudéssemos colocar. A principal atividade seria a visitação domiciliar, e a função fundamental seria a busca ativa de problemas de saúde da população. Aí você não proíbe ninguém. Mas essa é a função para a qual eles são dedicados. E há o primeiro parágrafo, que já garante isso, que já admite isso. Então, nós reforçaríamos o primeiro parágrafo, tirando o privativo.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Com essa designação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É. Acho que é interessante fazer esse "tipo" – entre aspas –, porque não é uma categorização, mas se diz: isso é a função principal inerente a isso. Foi certo o que foi colocado: enfermeiro não vai todo dia, o médico não vai, e eles têm uma função.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Está aqui o art. 2º da Lei 11.350, §1º: é essencial e obrigatória a presença de agentes comunitários de saúde na estrutura de atenção básica de saúde e de agentes de combate às endemias na estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental. Está claríssimo: é essencial e obrigatório. É essencial e obrigatório, e aí ninguém mais tira. Podemos depois completar, dizendo que a visitação...

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS – O termo não pode ter ambiguidade. A questão geral é não dar nomenclatura que dê ambiguidade.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Para mim o principal é não engessar. Aí a outra categoria começa a ficar brava porque ela não pode, e se cria confusão. Mas que consigamos... Concordo com o que o senhor tinha pensado: nós temos de blindar, para que eles não acabem. É muito importante que eles fiquem. É isso que vou tentar fazer no relatório da melhor forma.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Marta, de um lado, você coloca aqui que não é adequado engessar. Mas também, de outro lado, nós temos de ter a preocupação – é isso que o Deputado Raimundo está dizendo – de não deixar brechas, para que a lei não seja burlada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas, se você tem aquele primeiro...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Você entendeu? De um lado, você não quer engessar, mas a gente tem de ter o cuidado para não deixar brecha para de repente a lei ser burlada, ser manipulada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas o primeiro parágrafo lido aqui, Senadora, é claríssimo. O primeiro parágrafo é claríssimo e foi escrito pelo autor do projeto. O primeiro parágrafo liquida. É obrigatório, pronto!

Eu vi que o Deputado Valtenir Pereira...

O SR. VALTENIR PEREIRA – Eu fui o Relator do PL.

Senadora Marta Suplicy, é um prazer imenso estar aqui.

Quero cumprimentar todos os participantes da audiência pública. Quero cumprimentar a Senadora Fátima, o Deputado Raimundo Gomes de Matos. Enfim, quero cumprimentar todos.

Senadora e Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, eu tive a felicidade de relatar esse PL e tive a felicidade de fazer 21 visitas, às vezes nas sextas-feiras e, às vezes, nas segundas-feiras. Eu só não fui... É mais fácil dizer aonde eu não fui, porque são 27 unidades da Federação, e eu deixei de ir a seis, que foram Rio Grande do Sul, Rondônia, Acre, Roraima e Amapá. Que eu me lembre, são esses cinco. Há mais outro... São 21. Exato! Esses diálogos que nós travamos no Nordeste, no Norte, no Sudeste, no Centro-Oeste foram fundamentais para apresentarmos um substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, há a palavra "privativa". É essencial que essa palavra permaneça no texto. Eu vou dizer por quê. Houve duas portarias, a 958 e a 959, que praticamente acabaram com o agente comunitário de saúde e com o agente de combate às endemias, deixando-os dispensáveis. Realmente, quando o autor apresentou o PL, ele apresentou a situação dos privativos.

Como nós conciliamos isso? Nós conseguimos conciliar essa questão privativa numa situação que realmente só o agente comunitário de saúde pode fazer, que é a visita casa a casa de forma periódica. Essa visita casa a casa, o médico não faz, o enfermeiro não faz, o técnico de enfermagem não faz. Eles fazem de acordo com a necessidade da sua atuação no dia a dia. Mas não é igual à rotina do agente comunitário.

Então, uma forma de garantir e dar consistência a esse profissional foi exatamente deixar esta palavra "privativa". E a palavra "privativa", na interpretação jurídica do STJ, só aquela categoria pode fazer. E realmente só o agente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu vou fazer uma pergunta, então. Aqui há um exemplo, entre aspas: "As visitas domiciliares regulares e periódicas para acolhimento e acompanhamento de gestantes no período pré-natal, parto e puerpério são também hoje realizadas por outros profissionais de saúde." Então, o senhor estaria proibindo... Se é privativa...

O SR. VALTENIR PEREIRA – Sim, ele pode fazer.

Mas o que é privativo, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É a visita que é privativa, a visita diária, a visita de cuidado.

O SR. VALTENIR PEREIRA – Exato. É essa aí. É a única que é privativa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas a palavra "privativa" é que dá confusão. Mas se a gente puser a primeira parte do projeto...

O SR. VALTENIR PEREIRA – No substitutivo, a única coisa que ficou privativa é a visita domiciliar casa a casa. Foi a única coisa que ficou privativa no substitutivo.

Nós tivemos toda a cautela, porque, realmente, foi um ponto que, no primeiro momento, estava estrangulando. Aí, na medida em que nós fomos fazendo essas audiências públicas, dialogando, o que ficou? O que é privativo do agente comunitário? O que só o agente pode fazer, não havendo como tirá-lo desse jogo? É o seguinte: a visita domiciliar casa a casa de forma periódica. Ele visita, vamos dizer, cem domicílios no mês, no mês seguinte ele visita novamente. O médico não faz isso, o enfermeiro não faz isso, nem o técnico. É a única coisa que é privativa. Essa questão de visitar a gestante o técnico de enfermagem pode fazer, mas ele faz de forma esporádica, conforme as indicações, conforme os indicadores. É nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Outra questão que foi colocada aqui é a ajuda de custo. No meu Estado, o Estado de Mato Grosso, vários agentes comunitários de saúde reclamam, eles são da zona rural. Então, há um assentamento, e são dois quilômetros ou um quilômetro de uma moradia para outra. Se ele tem de visitar 15 residências, são 15 quilômetros. Ele não tem como fazer isso. Ele acaba tendo de botar... Ou ele vai a cavalo, ele arruma um animal, monta no animal e vai fazer essas visitas, ou ele põe a motinha dele. Agora, o custo, o custeio dessa moto que é dele, que não é a saúde que fornece, quem é que paga? Quem paga o custo de manutenção? Então, nós colocamos isso na lei.

É claro que essa lei é uma norma geral. Os Municípios, depois, com essa regra geral, vão se adequando e vão otimizando essa questão para poder clarear.

A questão, por exemplo, da moradia própria foi uma...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu tenho uma questão sobre a locomoção. Eu vou aproveitar para esclarecer.

O SR. VALTENIR PEREIRA – Ótimo! A gente vai trocando ideias, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Na locomoção, essa questão do assentamento é muito bem colocada, bem posta, pois é um ônus grande para a pessoa físico e financeiro também.

Agora, há várias regiões que são centros urbanos em que a pessoa vai de uma casa para outra. Depois, ela pega um ônibus. Temos o bilhete único em alguns lugares. Ou ela usa bicicleta, ou ela usa até o próprio carro hoje em dia. Muitos têm carro também para locomoção. Isso não está incluído no custo para as prefeituras. Ou se faz uma lei geral, ou não vai dar certo isso. A lei é geral. A proposta é que ela seja generalizada, não é?

O SR. VALTENIR PEREIRA – E há também a questão... Ao Amazonas tive a oportunidade de ir com a Deputada Conceição Sampaio.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Temos muito interesse em ouvir essas experiências que o senhor tem.

O SR. VALTENIR PEREIRA – Lá, por exemplo, foi pontuado, foi registrado que o pessoal anda muito, como eles falam, de rabeta, naquele barquinho que tem motorzinho de popa. Ele fala: "Olha, tenho de arrancar dinheiro do meu salário para botar combustível nessas rabetas, para eu poder cumprir meu papel, para poder provar que trabalhei durante o mês, senão eu fico sem produção e aí tenho dificuldade." Então, essas ajudas de custo são nesse sentido. Agora, é claro que cada Município, conforme sua peculiaridade, vai definir como é esse custo. Estamos falando de ajuda de custo. Agora, ele vai tecer minúcias, detalhar isso conforme sua necessidade. Não dá para nós dizermos: "Olha, vai ser rabeta, vai ser motocicleta e pronto." Pode haver outros instrumentos que não identificamos nessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nossas viagens de que eles necessitam ou, então, outros tipos de locomoção. Então, deixamos isso de forma genérica, para os Municípios disciplinarem.

A questão das moradias é o seguinte: os agentes comunitários ganham um...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Espere um pouquinho. Desculpe-me por interromper. É que aqui nós estamos fazendo uma coisa que não se pode fazer.

O SR. VALTENIR PEREIRA – É uma mesa-redonda.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Já virou uma coisa confusão.

O SR. VALTENIR PEREIRA – É uma mesa-redonda.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não pode falar Deputado, e não pode ficar interrompendo.

O SR. VALTENIR PEREIRA – Não, fique à vontade.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu acho que fica mais...

A SRª ILDA ANGÉLICA CORREIA – Produtivo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ...para nós mais interessante e produtivo.

Ela quer dar uma fala sobre o que V. Exª acabou de falar.

A SRª ILDA ANGÉLICA CORREIA – Só quero falar em relação a esse deslocamento...

O SR. VALTENIR PEREIRA – Ajuda de custo.

A SRª ILDA ANGÉLICA CORREIA – ...à ajuda de custo. Deputado, só quero lembrar que nós não estamos tratando no projeto só dos agentes comunitários de saúde. Nós estamos tratando também dos agentes de combate às endemias, e os agentes de combate às endemias, diferentemente dos agentes comunitários de saúde...

O SR. VALTENIR PEREIRA – Visitam imóvel.

A SRª ILDA ANGÉLICA CORREIA – ...não têm a obrigatoriedade de residir nas áreas em que eles atuam. Eles atuam em qualquer local do Município, até de um Município para outro. Então, esse pessoal necessita, sim, dessa ajuda de deslocamento.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas isso não foi a favor dos agentes de saúde, porque, então, teria de ser separado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª ILDA ANGÉLICA CORREIA – Pois é! É só para lembrarmos que nós temos as questões que também são...

O SR. VALTENIR PEREIRA – Quanto à questão da moradia, um agente comunitário hoje está ganhando praticamente R$1 mil. Ele não tem como financiar uma casa. Então, ele entra nos programas sociais. Aí, ao entrar em um programa social e ser contemplado, ele vive um dilema: eu largo meu emprego para ter minha casa própria ou mantenho meu emprego e continuo sem minha casa própria? Isso foi pontuado diversas vezes, principalmente no Nordeste e na Região Norte, em que o salário do agente comunitário é praticamente o salário mínimo.

Então, colocamos essas possibilidades. É claro que o Município também vai regulamentar isso, porque ele pode, quando naquela... Ele vai continuar atendendo a microárea onde ele está trabalhando, ele vai continuar dando assistência lá.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só lembro, Valtenir, que nós, tentando contribuir para equacionar essa realidade, que é o direito à moradia...

O SR. VALTENIR PEREIRA – É um direito constitucional.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é! Nós aprovamos o projeto de lei que veio da Câmara, para que, no programa Minha Casa, Minha Vida, fosse dada prioridade, mas, infelizmente, foi vetado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O Sr. Luiz Cláudio quer também se manifestar sobre o mesmo assunto e, depois, o Charles.

O SR. LUIZ CLÁUDIO CELESTINO DE SOUZA – É o mesmo assunto, essa questão da moradia, que foi uma coisa, Senadora, muito debatida em todos os seminários. E aí logicamente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Por favor, o senhor se encostou na luz.

O SR. LUIZ CLÁUDIO CELESTINO DE SOUZA – O que nós estamos, nesse projeto, tentando evitar é a realização de um sonho e, na bagagem, de um pesadelo. É um sonho, porque você conseguiu sua casa própria, e um pesadelo, porque você poderá perder seu emprego por conta das regras atuais.

Então, nós sabemos que a nossa vida... Quem não tem sua casa própria mora de aluguel e tem o sonho de um dia ter a sua casa. Isso faz parte da vida do ser humano.

Há outra situação: se um agente comunitário de saúde ou um agente de combate às endemias é ameaçado na área e é assediado por um traficante da vida, ele tem de sair dali, ele e a família todinha.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. LUIZ CLÁUDIO CELESTINO DE SOUZA – Então, ele vai ter de ir para outra localidade. Então, aplica-se o mesmo caso, porque, senão, morre ele, morre a família, como já aconteceu e acontece diariamente em todo o País. Por isso, a nossa preocupação em relação a essas colocações no projeto de lei.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Com a palavra o Sr. Charles.

O SR. CHARLES CEZAR TOCANTINS DE SOUZA – Senadora, ressalto dois pontos só. Como o próprio Deputado coloca, o custo vai sobrar para os Municípios.

Já temos extrema dificuldade, Deputado. Hoje, temos um repasse de R$1.014, pagamos as férias do agente, pagamos os encargos sociais, e muitos Municípios estão pagando também a insalubridade. O agente está saindo por R$1.014, mas para nós está saindo na faixa de R$1,4 mil. Isso é difícil para os Municípios. Se nós colocarmos esse custeio de indenização do jeito que está, sem parâmetro, é novo custo para o Município.

Em relação à casa, Senadora, concordo, acho que os argumentos foram muito legítimos. Na minha opinião, até como ser humano, eu concordo com isso. Mas teria de colocar algum adendo que dissesse que o deslocamento da sua área, em que ele recebeu a casa, não dificultasse o seu trabalho ou algo parecido, porque há localidades que ficam a três horas da sede.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu pensei isso na hora em que ele estava falando. Depende, se ele vai mudar para duas horas dali, como é que ele vai chegar em um horário, como é que ele vai sair? Mas depois eu pensei que isso vai ficar um absurdo, porque cada localidade vai ter uma particularidade. Então, não dá para fazer esse detalhamento. Ou faz para todo o mundo, ou não faz. Não dá certo.

O SR. CHARLES CEZAR TOCANTINS DE SOUZA – Senadora, há localidades no meu Pará – citei exemplos, Jaracuera, Cametá-Tapera – em que são quatro horas de barco para a sede do Município. Se ele adquirisse a casa própria, isso dificultaria que ele tivesse essa atividade.

O SR. VALTENIR PEREIRA – Mas aí é que está.

O SR. CHARLES CEZAR TOCANTINS DE SOUZA – Eu só acho que essa diversidade o projeto poderia contemplar.

O SR. VALTENIR PEREIRA – O Município... Quando colocamos isso, veja, nós estamos legislando de forma geral. Aí os Municípios, de acordo com sua necessidade, vão detalhar essa ajuda de custo. É claro que, para quem mora, vamos dizer assim, numa área a dois ou cinco quilômetros da sede, para ele entrar em trabalho, não é essa ajuda de custo que está sendo pedida. A ajuda de custo...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu concordo. Mas, então, tem de haver um adendo na lei para não haver judicialização, porque no dia seguinte...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. VALTENIR PEREIRA – Não! Mas esse é um processo...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ...se o Município disser que não vai me pagar, eu entro na Justiça. É um inferno isso.

O SR. VALTENIR PEREIRA – Mas é um processo muito natural, Senadora. Por exemplo, todo servidor público tem ajuda de custo para o exercício da sua função. Para ele sair da casa dele e chegar ao emprego, o custo disso é dele.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas o senhor já está dizendo, então, que não é a descrição do Município. Já está generalizando.

O SR. VALTENIR PEREIRA – Não, nós estamos falando de ajuda de custo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois é.

O SR. VALTENIR PEREIRA – E toda ajuda de custo, conforme o direito administrativo interpreta, é para o exercício da minha atividade.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim.

O SR. VALTENIR PEREIRA – Pronto. Do percurso da minha casa...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas aí não é o Município.

O SR. VALTENIR PEREIRA – ...à chegada do servidor, o direito administrativo é muito claro e muito tranquilo quanto a isso. Isso é custo do trabalhador.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim.

O SR. VALTENIR PEREIRA – É do servidor o custo para ir de casa até o emprego, até o posto de trabalho. Então, para ele sair da casa dele e chegar até o PSF, esse custo é dele. Estou falando do custo desde a hora em que ele sai do PSF. Aí ele tem, por exemplo, na microárea, de pegar uma rabeta, um barquinho, e andar por três quilômetros. São três horas de barco. Quanto custa isso? Esse custo, sim, a administração tem de analisar e de ver isso, até porque aí ela vai se organizar orçamentariamente para poder atender, porque é o exercício normal da atividade.

Fui Corregedor da Defensoria Pública, e, para eu sair de casa até a Defensoria, o custo era meu. Agora, quando eu tinha de viajar para fazer inspeção nas varas, nos órgãos de atuação do defensor, aí sim, a Defensoria me disponibilizava o carro e a gasolina, com um motorista para dirigir até lá. Havia motorista, já havia isso no orçamento da Defensoria. Isso é muito natural.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu gostaria de perguntar ao Relator do projeto: do ponto de vista da constitucionalidade e do mérito, como o senhor avalia a determinação do projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de tornar obrigatória a presença dos ACS e dos ACEs, respectivamente, na estrutura da atenção básica e da vigilância epidemiológica e ambiental? Falo de constitucionalidade e de mérito.

O SR. VALTENIR PEREIRA – Olha, eu até fui professor de Direito Constitucional em Mato Grosso. Eu não vejo nenhuma objeção constitucional quanto a isso, até porque isso faz parte. Esses trabalhadores fazem parte da atenção básica, dentro da estrutura da atenção básica. E é importante para podermos dar mais consistência e deixar isso claro na lei. Hoje há portarias, e as portarias podem ser modificadas a qualquer tempo. A lei tem de consultar o Parlamento para eventual modificação.

E a essência da saúde está exatamente na prevenção, e a prevenção se faz com os agentes comunitários de saúde e com os agentes de combate à endemia. Por isso, temos de deixar muito claro a importância deles, a essencialidade deles nesse caso.

Por isso, não vejo nenhuma inconstitucionalidade. Isso faz parte e, realmente, não afeta. Nenhum dispositivo da Constituição proíbe a presença deles na atenção básica.

Então, vejo isso com muita tranquilidade.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E só complementando, Senadora Marta, o exercício do agente comunitário de saúde já está previsto na própria Constituição. A Constituição, inclusive, no capítulo que trata do SUS (Sistema Único de Saúde), no art. 198, portanto, trata do profissional do agente comunitário de saúde com essa especificidade, que é a questão da saúde preventiva.

Mas, Senadora Marta, eu ainda queria colocar aqui o seguinte, para preocupação nossa: as medidas que o Governo vem tomando na área da saúde nos preocupam muito, muito, muito mesmo, porque, ao invés de irem na direção de avançar, o que estamos vendo é um retrocesso, que, inclusive, é traduzido hoje na preocupação de se acabar com o programa dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias. E como você acaba com programas como esse? Você acaba com programas como esse quando você não reconhece que determinadas iniciativas são importantes para aperfeiçoar, para melhorar, para ampliar. É verdade, sim!

Veja bem: esse projeto que estamos... Por exemplo, na última mensagem presidencial de 2016, ainda no governo da Presidenta Dilma, a estratégia de saúde da família já alcançava 62,37% da população brasileira, o que correspondia a 120,9 milhões de pessoas. Em 2014, a estratégia contou com 39 mil equipes atuando em 5.463 Municípios. Se compararmos os dados de dezembro de 2013, os números representam um crescimento de 4.513 equipes de saúde da família em mais de 117 Municípios e de 1.131 núcleos de apoio à saúde da família. Em relação aos ACS, eram 265.698 contratados, representando uma cobertura de 63,35% da população brasileira. Hoje, infelizmente, Senadora Marta, os números mostram que esse quadro está definhando.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas concluo dizendo que por isso a importância de a gente avançar na aprovação desse projeto de lei, pelo que ele trata de qualificação. Ele trata da questão da jornada de trabalho, da questão da capacitação, ou seja, é um projeto de lei que é muito bom para a sociedade, porque vem no sentido de valorizar a presença do agente comunitário de saúde e do agente de combate a endemias, que, dentro da visão multiprofissional, têm seu papel específico, têm seu papel privativo. Não é privativo do ponto de vista de privilégios; é privativo no sentido daquilo que, de fato, é atribuição dele.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Do ponto de vista da saúde preventiva, há a busca ativa, a visita de casa em casa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senadora, por favor, conclua, porque vou dar a palavra...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou concluir já, dizendo só...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Com a palavra o Coordenador Substituto de Atenção Básica do Ministério da Saúde.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...da nossa expectativa, Senadora Marta, de que possamos...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu entendi.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...aprovar o seu relatório o quanto antes. É isso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Com a palavra o Sr. Coordenador Substituto, que é representante do Ministério aqui, Fábio Fortunato, para fazer suas considerações com relação ao que foi dito.

O SR. FÁBIO FORTUNATO BRASIL DE CARVALHO – Quero só destacar que, como área técnica do Ministério da Saúde, o Departamento de Atenção Básica está aberto essas questões.

Citei, na minha fala, uma medida concreta para a gente poder atacar essa questão, que é o cálculo de ACS baseado em parâmetros não só populacionais, mas também epidemiológicos, sociais, demográficos, enfim.

Quero lembrar que toda a pactuação de política do SUS é tripartite: Ministério da Saúde, CONASS e CONASEMS. Eu também acredito – acho que o representante vai poder colocar isto – que os três entes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estão abertos a essas questões, inclusive destacando uma consulta pública que está sendo feita agora. Tudo que vier, como, por exemplo, as questões dos ACS, vai ser considerado por essa pactuação tripartite.

Quero destacar uma participação muito forte do Conselho Nacional de Saúde. Hoje, como falei, no Rio de Janeiro está havendo uma reunião ordinária. Então, a PNAB está sendo discutida.

Eu só queria voltar à questão da privatividade, para destacar a finalidade colocada no §2º. A finalidade colocada é para a busca ativa de pessoas com sinais ou sintomas de doenças agudas ou crônicas e de agravos ou eventos de importância para a saúde pública. Quero reiterar a preocupação do Ministério da Saúde de que isso vai restringir a ação de outros membros da equipe, porque essa finalidade de identificar sinais e sintomas é de toda a equipe. Hoje, não existe nenhuma recomendação do Ministério da Saúde de qual é a periodicidade da visita dos ACS. Então, vai-se de casa a casa, mês a mês, numa pactuação da equipe e da gestão municipal. O que a gente defende é que, no território, seja identificado quem tem mais necessidade. Quem tiver mais necessidade deve receber mais visitas, e quem tem menos necessidade recebe menos.

Então, a gente reconhece que quem faz isso, quem faz a visita domiciliar, e não o atendimento domiciliar, que conceitualmente são coisas distintas, é o ACS. Isso a gente vai defender e vai ressaltar a importância em qualquer fórum. Agora, se tornar isso privativo, a gente está dizendo que a visita domiciliar rotineira, para o fim, que é a busca ativa de pessoas com sinais e sintomas de doenças agudas ou crônicas, é só o ACS que faz, e hoje não é recomendação do Ministério da Saúde, porque a gente quer que qualquer profissional da equipe, inclusive dos núcleos de apoio à saúde da família, que não é a equipe mínima, também o faça.

Então, essa é nossa maior preocupação neste momento em relação ao PL. O representante do CONASEMS colocou alguns exemplos práticos, e isso vai acontecer. Onde o técnico, o médico e o enfermeiro vão fazer, essa finalidade que é a busca ativa de pessoas com sinais ou sintomas de doenças agudas ou crônicas, ele vai ter de deixar de fazer.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas está havendo uma confusão aqui. O autor...

O SR. VALTENIR PEREIRA – Relator...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ele estava falando de casos excepcionais, como foi falado...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ah, eu sei!

O SR. VALTENIR PEREIRA – Esse é o substitutivo que veio da Câmara?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas é bom o Relator...

O SR. VALTENIR PEREIRA – Tem de olhar no substitutivo da Câmara...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Valtenir, esclareça aí, por favor, o relatório do projeto.

O SR. VALTENIR PEREIRA – No substitutivo da Câmara – eu o tenho aqui no celular –, a única coisa que é privativa é a visita casa a casa, a visita domiciliar, casa a casa...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

O SR. VALTENIR PEREIRA – ...de forma periódica. Só isso que é privativo. Você está entendendo?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É a única coisa que seria, Senadora Marta, privativa.

O SR. FÁBIO FORTUNATO BRASIL DE CARVALHO – Mas os outros membros também fazem isso.

O SR. VALTENIR PEREIRA – Não. É claro que eles podem fazer!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eles podem fazer.

O SR. FÁBIO FORTUNATO BRASIL DE CARVALHO – Fazem.

O SR. VALTENIR PEREIRA – Eles podem fazer. Não é a busca ativa que é privativa do agente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, é claro que eles podem fazer! Mas se isso for...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Fátima, deixe ele falar.

O SR. VALTENIR PEREIRA – É de todo mundo. A busca ativa é de todos os profissionais. Agora, a única coisa que é privativa do agente e é a forma de garantirmos a presença do agente, a sua consistência no programa, é o que ele faz, que é ele que faz, que é a visita casa a casa de forma periódica. É isso. Isso é privativo. É só isso que é privativo. No restante, as equipes profissionais se interligam e se interagem, para poderem encontrar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Marta...

O SR. VALTENIR PEREIRA – Tanto é que a busca ativa pode ser feita, inclusive, pelo agente de combate às endemias nas atividades de entrosamento, compartilhadas. Então, a única coisa – é bom

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

deixar muito claro aqui; é o que está no substitutivo que veio para cá – que é privativa é a visita domiciliar, casa a casa, de forma periódica, só. Isso é importante para dar consistência na profissão.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Com a palavra o representante do Fenasce.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E aí eu quero só reforçar...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero reforçar para a senhora, como Relatora, quanto a esse argumento que o Deputado Valtenir coloca, deixando claro que o que se considera como especificidade do papel do agente comunitário de saúde é exatamente a questão da visita rotineira, a questão da busca ativa, etc e tal, quero só reforçar...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senadora, estou aqui desde as 9 horas da manhã, ouvi isso, que está claríssimo!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é. Quero só reforçar o quanto isso é importante. Só quero concluir para dizer uma coisa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, conclua, porque já...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Veja bem que, da forma como está formulado o projeto, quero deixar muito claro que nós não devemos nos preocupar com a possibilidade de que isso vá engessar, muito pelo contrário. A forma como está aí colocado no projeto de lei é exatamente para evitar a burla.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Muito obrigada. Agora, entendi perfeitamente. Eu já tinha entendido várias vezes.

Então, Sr. Luiz Cláudio, quer, por favor...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É para reforçar!

O SR. LUIZ CLÁUDIO CELESTINO DE SOUZA – Será rapidinho. Quero só dar...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Desligue o seu microfone, Fátima.

O SR. LUIZ CLÁUDIO CELESTINO DE SOUZA – Quero só dar outro dado para a senhora, Senadora: voltando à questão de morar em outra vizinhança, fora da microárea, há vários agentes de saúde e agentes de combate a endemias no País que têm de bater o ponto eletrônico. Então, todos dão um jeito, mesmo morando um pouco distante da sua microárea, de vir para bater o ponto eletrônico, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que não levem falta no mês todinho. Só quero dar esse dado para a senhora sobre a questão do ponto eletrônico. Em alguns Municípios do País, o ponto eletrônico deve ser batido quatro vezes ao dia: na entrada, no intervalo para o almoço, no retorno e na saída, às 17h.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Meu Deus! Obrigada pela contribuição.

Quero agradecer a todos, especialmente ao Deputado Federal Raimundo Gomes de Matos, que é o autor do projeto, e ao Relator, Deputado Valtenir Pereira, que realmente, pelo relato, fez um trabalho exemplar, de conhecimento e de aprofundamento da questão *in loco.*

Agradeço muito a presença aqui também da Srª Fátima, da Srª Ilda, do Sr. Fábio, do Luiz Cláudio e do Charles, pelos esclarecimentos que prestaram.

Agradeço à Senadora Fátima Bezerra pela insistência em tornar claro seu ponto de vista, quando todo mundo já tinha entendido.

Mas acho que assim caminhamos, ouvimos bastante.

Podem ter a certeza de que vou tentar fazer o melhor possível para que os agentes de saúde e os agentes de combate a endemias possam ter seu trabalho assegurado com dignidade, possam ser mantidos e possam exercer o seu trabalho da melhor forma possível, neste Brasil tão grande, tão diverso e, como a gente sabe, tão carente na área da saúde.

Muito obrigada a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e cinquenta e seis minutos do dia nove de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Marta Suplicy, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Romero Jucá, Ângela Portela, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Wilder Morais, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Vicentinho Alves, Eduardo Lopes, Acir Gurgacz e José Medeiros. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, de 2015** que: "Altera a redação do art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre a não extinção do contrato de trabalho em virtude de aposentadoria do empregado." **Autoria:** Deputado Alceu Collares. **Relatoria:** Sen. Fátima Bezerra (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Pimentel. **Relatório:** Pela rejeição da Emenda nº 1-PLEN apresentada ao Projeto. **Resultado:** A Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Fátima Bezerra, em substituição ao Senador José Pimentel. Aprovado Parecer da Comissão contrário à Emenda n° 1 de Plenário apresentada ao Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2015. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, de 2012 – Complementar – Não Terminativo -** que: "Regulamenta o inciso I do artigo 7º da Constituição Federal, que dispõe sobre a proteção da relação de emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa." **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Sen. José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências, para estimular a capacitação de agentes de educação sanitária para o setor agropecuário." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2011 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para dispor sobre a destinação dos recursos provenientes de bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Eunício Oliveira. **Relatoria:** Sen. Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para vedar que o prestador de serviço e o profissional de saúde contratado, credenciado ou cooperado de uma operadora de plano ou seguro privado de assistência à saúde utilize agenda diferenciada para a marcação de consultas, exames e procedimentos ou pratique qualquer discriminação ou diferenciação de prazo de marcação entre o paciente coberto por plano ou seguro e aquele custeado por recursos próprios." **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2014 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de Despachante Documentalista e dá outras providências." **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 322, de 2015 - Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre o Lúpus Eritematoso Sistêmico; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o saque dos valores depositados na conta vinculada do trabalhador com a doença no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos portadores da doença a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos automotores; e altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para incluir os pacientes no Programa Universidade para Todos (PROUNI)." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Ângela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ-CE, 2-CE e 3-CE. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet, com atualização semanal, da lista de espera dos pacientes que serão submetidos a cirurgias médicas eletivas realizadas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nºs 1-CCJ a 5-CCJ e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 625, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera o inciso XVIII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando o trabalhador com deficiência necessitar adquirir veículo automotor próprio." **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 376, de 2016 - Terminativo -** que: "Acrescenta inciso ao art. 20 da Leiº 8.039, de 1990, para “possibilitar a movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS para pagamento ou ressarcimento de despesas com pagamento de plano privado de assistência à saúde.”" **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Sen. Ricardo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, de 2017 - Terminativo -** que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar o desconto do atestado de comparecimento." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 118 de 2017** que: "Requeiro, nos termos regimentais, que seja incluído o Dr. Salmo Raskin como convidado para participar da audiência pública que debaterá o "Direito ao tratamento de pacientes com Doenças Raras", cujo requerimento RAS 35/2017 já foi aprovado pela comissão." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 119 de 2017** que: "Requeiro a realização de Audiência Pública com a presença do Sr. JARBAS BARBOSA, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, com o objetivo de apresentar um balanço das atividades desenvolvidas pela Agência" **Autoria:** Senadora Marta Suplicy. **Resultado:** Lido. Usam da Palavra a Senadora Fátima Bezerra e a Senadora Marta Suplicy, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 119, DE 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão de Assuntos Sociais com a presença do Sr. JARBAS BARBOSA, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com o objetivo de apresentar um balanço das atividades desenvolvidas pela Agência.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para votação.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 118, DE 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, que seja incluído o Dr. Salmo Raskin como convidado para participar da audiência pública que debaterá o "Direito ao tratamento de pacientes com Doenças Raras", cujo requerimento RAS 35/2017 já foi aprovado pela Comissão.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado e Senador Eduardo Amorim

Observações: - *lido em 02.08.2017.*

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovado. (*Pausa.*)

Pode relatar *ad hoc*?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – É pela aprovação?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Deixe-me ver. É pela rejeição. É de Alceu Colares. O parecer é do Senador Pimentel.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Eu relato.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, pronto!

ITEM 1

EMENDA (S) DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, DE 2015

- Não terminativo -

Altera a redação do art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre a não extinção do contrato de trabalho em virtude de aposentadoria do empregado.

Autoria: Deputado Alceu Collares

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: pela rejeição da Emenda nº 1-PLEN apresentada ao Projeto.

Observações: - *Em 31.05.2017, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou Parecer favorável ao Projeto.*

- *Em 07.06.17, o Senador Elmano Férrer apresentou, no Plenário do Senado Federal, a Emenda nº1-PLEN.*

- *Votação simbólica.*

Nós vamos dar a palavra à Senadora Fátima Bezerra, para proferir *ad hoc* o parecer do Senador José Pimentel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relatora.) – Nos termos do art. 100, I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais manifestar-se sobre o mérito da presente emenda.

No mérito, o que se pretende é a compatibilização entre o disposto no art. 51 da Lei nº 8.213, de 1991, com o texto do art. 453 da CLT.

Assim, na hipótese em que a aposentadoria por idade do empregado for requerida pela empresa, observado o período de carência, aos 70 (setenta) anos de idade, se do sexo masculino, ou 65 (sessenta e cinco) anos, se do sexo feminino, será garantida ao empregado a indenização prevista na legislação trabalhista, considerada como data da rescisão do contrato de trabalho a imediatamente anterior à do início da aposentadoria.

Esta hipótese não foi contemplada pelo PLC, até porque a Lei nº 8.213, de 1991, já estabelece a possibilidade de extinção do contrato de trabalho no caso da aposentadoria compulsória a pedido do empregador.

Assim, o acréscimo do pretendido §4º ao art. 453 da CLT é redundante, pois neste dispositivo da CLT são disciplinados apenas os efeitos da aposentadoria voluntária no contrato de trabalho.

Além disso, a aprovação desta emenda resultaria no retorno da proposição à Câmara dos Deputados, para rediscutir uma matéria que já foi resolvida pelo Supremo Tribunal Federal.

Portanto, diante desses argumentos, o voto proferido no parecer do Senador Pimentel, Senadora Marta, é pela rejeição da Emenda nº 1, de Plenário, apresentada ao Projeto de Lei da Câmara, PLC nº 137, de 2015. É pela rejeição.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senadora, pela leitura *ad hoc* do parecer do Relator José Pimentel.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório pela rejeição, que passa, então, a constituir parecer da Comissão contrário à Emenda nº 1, de Plenário, ao Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2015.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Iniciada às 11 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia dez de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Ronaldo Caiado e Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Romero Jucá, Fátima Bezerra, José Pimentel, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Cássio Cunha Lima e José Medeiros. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa (RAS 35, 114, 115, 117 e 118/2017)**, atendendo aos requerimentos RAS 35/2017, de autoria do Senador Ronaldo Caiado e do Senador Cássio Cunha Lima, RAS 114/2017, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves e da Senadora Marta Suplicy, RAS 115/2017, de autoria da Senadora Marta Suplicy e do Senador Cássio Cunha Lima, RAS 117/2017, de autoria da Senadora Marta Suplicy, e RAS 118/2017, de autoria do Senador Ronaldo Caiado e do Senador Eduardo Amorim. **Finalidade:** Debater o direito ao tratamento de pacientes com doenças raras. **Participantes:** Eduardo David Gomes de Sousa, Analista Técnico de Políticas Sociais da Coordenação Geral de Atenção Especializada, do Ministério da Saúde – DAET/SAS/MS (representante de: Ministério da Saúde); Fernando Mendes Garcia Neto, Diretor de Autorização e Registro Sanitários da ANVISA (representante de: Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa); Antonio Souza Prudente, Desembargador do Tribunal Federal da 1ª Região; Teresinha Cardoso, Médica Geneticista (representante de: Sociedade Brasileira de Genética Médica - SBGM); Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira, Presidente da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves - AFAG; Antoine Daher, Presidente da Casa Hunter - Associação Brasileira dos Portadores da Doença de Hunter e outras Doenças Raras; Maria Clara Migowski Pinto Barbosa, Fundadora e Presidente da Associação Carioca de Distrofia Muscular - ACADIM; Maria José Delgado Fagundes, Diretora de Inovação e Responsabilidade Social da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa – Interfarma, e Advogada Especialista em Saúde Pública, Direito Privado e Bioética; Regina Próspero, Presidente do Instituto Vidas Raras; Patrick Teixeira Dorneles Pires, Embaixador dos Objetivos Sustentáveis da ONU pela Paraíba. O Presidente em Exercício, Senador Waldemir Moka, registra a presença e autoriza o uso da palavra ao Deputado Federal Marcelo Aro. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Usam da Palavra os Senadores Waldemir Moka, Cássio Cunha Lima, Dalírio Beber e o Senador Ronaldo Caiado, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais no exercício da Presidência e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Ronaldo Caiado

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais no Exercício da Presidência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/10

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Bom dia aos senhores e às senhoras presentes, aos Senadores e aos convidados.

Havendo número regimental, declaro aberta a 31 Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater o direito ao tratamento de pacientes com doenças raras, em atendimento aos Requerimentos nºs 35, 114, 115, 117 e 118, de 2017, da CAS.

Comunico aos senhores oradores que esta Presidência concederá a palavra por dez minutos.

A audiência de hoje conta com a presença de nove ilustres convidados expositores.

Eu convido para compor a Mesa a Srª Terezinha Cardoso, médica geneticista, representante da Sociedade Brasileira de Genética Médica (SBGM).

Convido a Srª Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira, Presidente da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves (AFAG).

Convido o Sr. Antoine Daher, Presidente da Casa Hunter – Associação Brasileira dos Portadores da Doença de Hunter e outras Doenças Raras.

Convido a Srª Maria Clara Migowski Pinto Barbosa, fundadora e Presidente da Associação Carioca de Distrofia Muscular (ACADIM).

Convido a Srª Regina Próspero, Presidente do Instituto Vidas Raras.

Faço questão aqui de dar conhecimento daqueles que justificaram ausência nesta reunião na manhã de hoje: Sr. Salmo Raskin, especialista em genética molecular e cientista do Projeto Genoma Humano (HUGO).

Inicialmente, quero consultar o Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Antes de ouvi-los, como tem sido uma prática na Casa, passo a palavra, inicialmente, aos dois Senadores que foram autores do requerimento: à Senadora Maria do Carmo e, logo após, ao Senador Waldemir Moka.

V. Exª deseja fazer uso da palavra antes do início da reunião, Senador?

O Senador Cássio Cunha Lima também é autor do requerimento da audiência de hoje.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu acho que não. Eu prefiro ouvir os palestrantes.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado.

Passo, então, a palavra ao Senador Cássio Cunha Lima, autor de um dos requerimentos.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Caiado, da mesma forma como o Senador Moka, eu opto por ouvir os nossos convidados, que trazem a palavra e o depoimento mais importante. Ao final das falas, farei uma breve manifestação.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Muito obrigado.

A Senadora Maria do Carmo também prefere ouvir os senhores convidados e as senhoras convidadas.

Neste momento, eu inicio, concedendo a palavra à primeira oradora, a Srª Teresinha Cardoso.

A SRª TERESINHA CARDOSO – Bom dia a todos.

Eu quero parabenizar esta Casa por mais esta iniciativa dentro desta luta em que o Brasil se tem empenhado, no sentido de políticas públicas para doenças raras, uma coisa nova aqui no País – na Europa e nos Estados Unidos, desde 1980.

Com a Portaria 199, da política de integração das pessoas com doenças raras, e o apoio integral à saúde desses pacientes, eu gostaria de dar uma resumida no que realmente são as doenças raras, para que se possa entender essa luta no sentido da medicação.

Não se faz um diagnóstico sem tratamento. Então, justifica-se plenamente esta reunião uma vez que, com a luta que nós temos tido para que seja feito o diagnóstico precoce dessas doenças raras, é preciso que haja medicação para tratá-las, senão todo nosso esforço fica sendo inútil.

Estou representando aqui a Sociedade Brasileira de Genética Médica, que se tem empenhado com as políticas públicas de inserção da genética no SUS para que ocorra, então, essa política implementada nos centros de referência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, o conceito de doença rara, como disse para vocês, começou em 1980, nos Estados Unidos. E são doenças órfãs. Do mesmo jeito que a gente tem medicações órfãs, há doenças raras também. Agora, elas passam a ser adotadas, mas eram totalmente órfãs. Órfãs no sentido das investigações, órfãs no sentido de medicações produzidas para tratamento, órfãs, inclusive, no sentido de políticas públicas. Eram raras. Inclusive na área médica, pouco se pensava nelas.

Qual é a importância e o impacto que essas doenças raras têm? Elas são raras isoladamente, mas, em conjunto, não são raras. E eu vou mostrar isso para vocês.

Elas se iniciam principalmente na idade pediátrica, e predomina etiologia genética. Por isso nós, da Sociedade Brasileira de Genética Médica, estamos aqui presentes lutando. Oitenta por cento das doenças raras são de etiologia genética, e os 20%, que não são de etiologia claramente genética, sempre têm uma influência da herdabilidade nesses pacientes.

São doenças multissistêmicas, incapacitantes, crônicas, degenerativas, muitas vezes levando a óbito. Aliás, 75% das crianças vão a óbito nos primeiros anos de vida quando têm uma doença rara, com alto risco de capacidade e com peso social e familiar muito grande.

Há várias definições, mas cerca de seis mil a oito mil dessas doenças genéticas correspondem, então, de 6% a 8% da população. É uma parcela muito elevada da população que cursa com doença rara. No Brasil, temos cerca de 13 milhões de brasileiros. Isso é muito. É rara só no nome. Então, são muitos indivíduos necessitando de um apoio social adequado.

A definição dada pela Organização Mundial da Saúde é de cada 1,3 pessoas para dois mil indivíduos. Então, vejam que é rara, mas, se a gente colocar em um papel todas as doenças que têm essa incidência, ela realmente está presente no nosso dia a dia. Então, temos de começar a pensar seriamente nessas doenças que nem a área médica gostava de pensar. Dizia-se para os alunos: "Isso aqui é raro. Vamos tratar o que é comum. Isso é terrível. O senhor é médico também e sabe que a nossa formação foi essa.

O impacto populacional é tanto maior quanto mais tardio for o diagnóstico. Decorrente de quê? De políticas públicas, assunto em que estamos batendo várias vezes; do desconhecimento dos profissionais de saúde – o paciente roda inúmeras clínicas sem fechar um diagnóstico; da deficiência, portanto, na formação do médico, no ensino universitário; da carência dos centros de referência – portanto, precisamos desses centros bem montados no País; do atraso no diagnóstico, que tem um efeito devastador – isso a gente já pode deduzir com esse número de pacientes e com a incapacitação a que eles chegam, chegando a óbito; da falta de aconselhamento genético – as mães têm um, dois, três filhos com o mesmo problema. Nunca foi dito a elas o risco de ter outro filho com o mesmo problema, e isso é injusto, porque ela tem o direito da programação da sua reprodução.

Estima-se, portanto, que 40 milhões de indivíduos no mundo sofram de doenças raras.

No Brasil e na América Latina, só para a gente simplificar um pouco e sentir a realidade do nosso dia a dia, de 3% a 5% dos recém-nascidos têm defeito congênito, que é um dos pilares das doenças raras. O impacto desses defeitos vem aumento. As doenças infecciosas vêm baixando a frequência, pois são aquelas em que a gente consegue intervir; nas doenças genéticas é difícil a intervenção, a não ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

através de um aconselhamento e de uma conscientização pública. Então, o impacto dos defeitos congênitos representa uma parcela elevada da população. Hoje, é a segunda causa de óbito infantil até os dois anos de idade, e um terço das internações pediátricas em pronto-socorro também é representado por essas doenças raras.

Na verdade, não tem despertado... Por isso, disse que as doenças raras também são órfãs, como seus medicamentos, porque até pouco tempo não despertavam grande interesse na área da saúde, havia limitação de conhecimento, ausência de protocolos de tratamento, atraso no diagnóstico e subtratamento. Tudo isso é catastrófico para um paciente que tem uma doença rara.

Então, quais são os passos críticos para se otimizar o cuidado desses pacientes com doenças raras? Organização de equipes multidisciplinares; cooperação científica, para que haja avanço no diagnóstico; empoderamento do paciente com doença rara, para que ele possa, em suas organizações, requerer seus direitos junto à sociedade.

A deficiência intelectual é outro eixo das doenças raras e representa de 1% a 3% da população. Ela é altamente heterogênea. Há de ser ver o grupo do espectro autista, que é de uma para cada 68 crianças – é altíssimo – neste País.

As causas genéticas permanecem desconhecidas em cerca de 40% dos pacientes – isso em qualquer literatura do País –, havendo uma tendência à diminuição disso, à medida que as investigações moleculares vão dando respostas com as técnicas de investigação genômica.

Um exemplo delas é a porfiria, que é um grupo muito heterogêneo de doenças. Constitui um dilema o diagnóstico – o diagnóstico diferencial delas, muitas vezes, é difícil –, e o tratamento é muito heterogêneo. Então, o problema de diagnóstico já se situa na heterogeneidade das doenças raras. Elas são de etiologias diferentes, os medicamentos são de alto custo. Em um país em desenvolvimento como o nosso, as prioridades, muitas vezes, passam a ser fome e pobreza, e as doenças raras passam a segundo plano.

Nas políticas públicas, o que aconteceu no Brasil, em 1990? A Comissão Europeia já trabalhava nesse sentido. No Brasil, em 2014, a Portaria 199 instituiu as diretrizes para a atenção integral às pessoas com doenças raras no Sistema Único de Saúde. Esse foi um grande avanço que tivemos nas políticas públicas para doenças raras.

Então, esses são eixos das doenças raras: os defeitos congênitos, os erros inatos do metabolismo e a deficiência intelectual. Todos eles são de etiologia genética, e há um grupinho de etiologia não genética, que é de 20% e que, mesmo assim, tem um componente genético, como nas imunodeficiências, doenças inflamatórias e doenças infecciosas, todas no indivíduo. Por que um indivíduo tem mais infecções que outro? Porque tem uma predisposição genética. Então, na verdade, a genética também está embutida nesses 20%, que são as doenças autoimunes, inflamatórias e infecciosas que eu disse para vocês.

A Sociedade Brasileira de Genética entrou nessa luta e, como um princípio do SUS, ela também defende a assistência ao usuário, que deve ser ampla, dando acolhimento e apoio integral às famílias, acesso necessário a diagnóstico e à terapêutica – e aquilo que eu disse: não adianta fazer diagnóstico se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não oferecer terapêutica a esses pacientes –, acesso às informações e aos cuidados, e ao aconselhamento genético.

Nós estamos nessa luta, tentando implementar todas essas propostas da Sociedade Brasileira de Genética. E nós estamos lutando por uma coisa que já está na Constituição. Os senhores, mais do que nós, lidando no dia a dia com isso, sabem que o paciente tem o direito à saúde e de maneira universal. Então, estamos aqui apenas defendendo uma coisa que já está na Lei.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu quero agradecer...

A SRª TERESINHA CARDOSO – Já encerrou?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Não.

A SRª TERESINHA CARDOSO – Estou finalizando.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – É porque nós, mais ou menos, estipulamos que seriam dez minutos, mas, logicamente, vamos alongar o prazo de V. Sª, para que possa concluir.

A SRª TERESINHA CARDOSO – É só para reafirmar que esses medicamentos pelos quais estamos lutando são medicamentos que ainda não têm um mercado amplo como as outras drogas. Por isso, elas se tornam muito caras, o que dificulta e atrasa o tratamento e diminui a competitividade no mercado, levando, então, à judicialização.

A Medicina hoje está com um número de processos de judicialização assustador, muitas vezes em decorrência dessas drogas órfãs. Portanto, nós precisamos desenvolver, padronizar essas drogas, para que a competitividade aumente e o preço abaixe.

É isto que eu queria mostrar para vocês, que realmente estamos lutando por uma causa muito correta e justa.

Agradeço a vocês por estarem com a gente nesta luta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Parabenizo a Drª Teresinha Cardoso pela exposição feita e, ao mesmo tempo, pelo assunto que ela traz em relação à judicialização dos medicamentos para doenças raras, que tem sido também uma matéria muito debatida na Casa.

Eu passo a palavra agora à Drª Maria Cecília Jorge Branco Martiniano de Oliveira, Presidente da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves. Com a palavra pelo tempo de dez minutos.

A SRª MARIA CECÍLIA JORGE BRANCO MARTINIANO DE OLIVEIRA – Bom dia a todos.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer a todos os presentes, associações, pacientes, membros do Governo, Senador Caiado, Senador Moka, Senador Cássio Cunha Lima – meu agradecimento especial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Realmente, esse é um tema que nós temos discutido há alguns anos e, infelizmente, o que nós estamos vendo na situação? Em muitos aspectos, um retrocesso. Isso é o que preocupa muito os pacientes, principalmente pacientes com doenças raras, doenças de difícil diagnóstico, de difícil acesso a terapias básicas, terapias multidisciplinares, que também são necessárias, e também ao tratamento.

Eu costumo dizer que, há 12 anos, mais ou menos, o direito à saúde era ainda pouco difundido, mas ele era muito mais respeitado do que hoje. E nós não podemos esquecer que é um direito garantido pela nossa Constituição, é um direito de que não se pode abrir mão. Infelizmente, hoje em dia, o que nós estamos vendo são vidas pagando pela falta do cumprimento da nossa Lei Maior. Realmente, é um direito indiscutível, mas está sendo muito discutido.

E quando a gente fala de doenças raras, a gente começa a verificar inúmeros problemas que advêm daí. O número reduzido de pacientes, seja no Brasil ou em qualquer outro lugar do mundo, e, às vezes, a falta de interesse de pesquisas para descobrir o tratamento para esses pacientes e para também, futuramente, se chegar à cura, que é o que todos desejam, e esses pacientes, infelizmente, ficam nesta situação: primeiro, anos para se ter um diagnóstico e, quando se passam todos esses anos, muito da saúde já está debilitada. Então, são prejuízos irreparáveis para a vida desse paciente e para toda a família.

Se a gente tivesse diagnósticos cada vez mais precoces e tratamentos disponibilizados de uma forma mais justa, a gente poderia, inclusive, ter muita economia. Eu volto a insistir. Eu lembro de uma audiência de 2014, e a mesma fala: nenhum paciente quer ter que entrar na justiça para conseguir um tratamento. Ele já está lutando por um diagnóstico, ele está lutando uma batalha da vida dele pela doença, ele vai ter que travar uma outra batalha, sem saber ainda se ele vai ganhar ou não.

Então, quando nós falamos que é um direito indiscutível, isso está na nossa Constituição, mas infelizmente ele está sendo discutido. E hoje nós temos dois fatos bem preocupantes, que são as decisões do STJ e STF que vão determinar se esses pacientes têm o direito ou não a continuar o tratamento. Nisso, me desculpem, mas nós precisamos, sim, nos mobilizarmos e mostrar que os requisitos que estão sendo formulados não condizem com a realidade.

Nós temos situações fáticas, burocráticas, que impedem que pesquisas venham para o Brasil, que esses pacientes já possam se beneficiar de uma pesquisa, que esses medicamentos sejam registrados no Brasil – e eu acredito que a gente poderia ter mecanismos que facilitassem esses registros, como o *fast track*, que seja. Nós temos órgãos regulatórios, como FDA e EMA. Não poderíamos aproveitar o que foi feito nesses órgãos para encurtar um pouco o tempo de registro aqui no Brasil? E depois de uma incorporação... Porque isso leva anos. Nós temos casos de medicamentos para doenças raras, de tratamentos, por exemplo, para mucopolissacaridose tipo I: o registro na Anvisa se deu em 2005. Até hoje, um paciente com mucopolissacaridose tipo I precisa entrar na Justiça. Não é o melhor caminho, com certeza; é o único caminho para o paciente. São mais de 12 anos à espera. Estou falando de um, mas pacientes com Fabry, é a mesma coisa, é de 2005 o registro na Anvisa; até hoje, sem uma incorporação. Até hoje, sem critérios diferenciados para que se possam incorporar medicamentos para doenças raras. Nós estamos lutando é para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E a situação realmente é esta: se não se registra, não tem direito; se é feito tudo para registrar na Anvisa, continua o paciente não tendo direito ao tratamento. Nós temos milhares e milhares de pacientes nessa situação, e o único caminho é a judicialização. Isso é terrível! A judicialização não é uma causa, não é o que está acabando com o SUS, ela é uma consequência do que vem ocorrendo com nosso sistema de saúde, que não contempla esses pacientes.

Nós estamos falando aqui de pacientes de doenças raras, mas pacientes com doenças graves, como muitos casos de câncer, também estão nessa situação de não ter os seus tratamentos disponibilizados por burocracia, por falta de mecanismos mais específicos para que esses medicamentos sejam disponibilizados. Que haja um diferencial de critérios para incorporação de um medicamento *off*, e não apenas o custo-efetividade, como nos medicamentos para doenças de maior prevalência. Em doenças raras, isso é quase impossível. E aí nós não temos a incorporação desses tratamentos, e o único meio que esse paciente tem é recorrer.

Então, ele precisa, muitas vezes, recorrer para ter um diagnóstico inicialmente. Quando tem um diagnóstico, recorrer para ter terapias, porque muitos deles também precisam das terapias de apoio, e naqueles casos de pacientes que têm um meio de um tratamento que pode melhorar significativamente a vida dele... Lembrando, como a Drª Teresinha falou: são doenças genéticas, doenças com um índice muito grande de degeneração e fatalidade. Nós temos que socorrê-los de forma rápida. Não é uma vida só, mas é toda uma família que está sendo despedaçada naquele momento, pais que deixam de trabalhar para cuidar dos seus filhos, entendeu? Então, a gente poderia retomar o ingresso desse paciente na sociedade, dando qualidade de vida.

É preciso ouvir mais os profissionais de saúde que atendem os pacientes e que são os reais especialistas na matéria. A gente tem essa preocupação dessas duas ações do STJ e do STF, mas há um parecer do Ministério Público na ação do STJ, que também tem a afetação, que seria como a repercussão geral do STF. Foi um parecer excelente, que afirmou: protocolos clínicos não podem criar entraves para um direito garantido pela nossa Constituição Federal, a nossa Lei Maior. Você não pode limitar o direito de uma pessoa de acordo com uma lista se infelizmente ela não se adequar ali, se não tem o medicamento que possa ajudá-la, ou um tratamento, ou um diagnóstico que possa ajudá-la naquele momento. Existem exceções, e isso tem que ser visto. E o que ele lembrou também é que foi todo esse clamor da sociedade, toda essa luta de anos de pacientes recorrendo, muitas vezes, à Justiça, que despertou a necessidade também de incorporação de novos tratamentos, de novos meios de diagnóstico no Sistema Único de Saúde. Isso é o anseio da sociedade que transparece, e criam-se novas possibilidades para os pacientes.

Nós insistimos: é uma situação muito crítica. Nós temos que criar outros mecanismos para ajudar os pacientes com doenças raras, para realmente garantir um direito que está na nossa Constituição, mas dar a efetividade e a tranquilidade para esses pacientes, porque o que vem acontecendo também na judicialização é muito ruim. Pacientes ficam um mês, dois meses sem receber o tratamento porque não existe uma entrega controlada, padronizada para esses pacientes. E o não recebimento de um ou dois meses de tratamento pode acarretar para esse paciente prejuízos irreparáveis, até piores do que se ele não tivesse iniciado um tratamento.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª MARIA CECÍLIA JORGE BRANCO MARTINIANO DE OLIVEIRA – Então, é nisso que volto a insistir: ter mais atenção, mais cuidado quando se fala em pacientes com doenças raras, eles precisam desses tratamentos, mas que esses tratamentos sejam disponibilizados de forma contínua, e infelizmente não estão sendo. Nós temos aqui exemplos disso, de pessoas que ficaram sem tratamento por um, dois meses. Tive pacientes que, infelizmente, vieram a óbito, pacientes que infartaram por falta de um tratamento que estava garantido na Justiça, mas não estava sendo dada a efetividade necessária. Nós temos isso documentado. Ninguém quer isso. Ninguém quer lutar na Justiça e ninguém quer ficar esperando a realização desse direito dessa forma.

Então, faço aqui meu apelo para que se sensibilizem e que a gente crie mecanismos para que se possam resolver todos esses entraves burocráticos que impedem os pacientes de doenças raras de conseguirem ter uma melhor qualidade de vida.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Agradeço aqui a exposição feita pela Srª Maria Cecília, trazendo um relato fiel da realidade, de como esses pacientes vivem o dia a dia, e indiscutivelmente também exigindo de nós aqui que tenhamos outros critérios, outros métodos para acharmos uma saída diante do impasse que está criado hoje no Brasil, com a demanda cada vez maior, a judicialização que hoje toma conta desse processo. Deveria haver uma plataforma já identificada dentro do Ministério da Saúde, talvez com maior controle e também ausculta de vocês, que, no dia a dia, têm maior conhecimento e também acesso a esses pacientes, para que nós não vivamos essa situação hoje tão angustiante, também na vida daquele que vai autorizar aquele pagamento em detrimento de situações orçamentárias, o que, muitas vezes, ele não tem condição de arcar.

Mas acho que vem na hora certa. Esse assunto já foi debatido na Comissão de Constituição e Justiça. Eu acredito que nós vamos, temos de avançar, para poder atender. Como disse a Drª Teresinha, já não é mais tão raro assim se está atingindo 13 milhões de brasileiros.

Passo a palavra agora ao Presidente da Casa Hunter, Associação Brasileira dos Portadores da Doença de Hunter e outras Doenças Raras, Dr. Antoine Daher. Com a palavra por dez minutos.

O SR. ANTOINE DAHER – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar os componentes da Mesa, as autoridades políticas presentes, representantes do Ministério da Saúde, da Anvisa, dos órgãos públicos, representantes dos pacientes e da indústria farmacêutica.

Realmente, nós estamos aqui hoje para discutir o indiscutível. A verdade é esta. Como nós podemos discutir algo que já está garantido na nossa Constituição? Então, nós temos que mudar a Constituição para depois discutir o direito ao tratamento. O direito ao tratamento, do meu ponto de vista, não podemos discutir. Nós podemos discutir a implementação dos tratamentos, a incorporação das novas tecnologias, acesso ao tratamento da forma adequada e eficaz, custo-benefício do tratamento, segurança, eficácia, pesquisa clínica, isso é que nós temos que discutir aqui. Para discutir isso, também acho que temos que formar uma mesa com todos os *players* e *stakeholders* interessados no assunto, chamar a Anvisa, Conep, Ministério da Saúde, associações de pacientes, médicos, indústria farmacêutica, e discutir aquilo que é necessário para os pacientes e que vai trazer benefício de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

forma produtiva ao paciente, à sociedade, ao Ministério da Saúde, e de uma forma que traga também economia para o Ministério da Saúde, porque quando a gente foge do problema, infelizmente o problema se acumula, o paciente acaba pagando com a vida dele e o Ministério da Saúde acaba pagando mais caro também por esses tratamentos.

Do jeito que as coisas estão indo no País, infelizmente, está parecendo que um paciente portador de uma doença rara tem menos direito que um paciente de outras enfermidades. Isso é um tipo de discriminação inaceitável, isso é crime, do mesmo jeito que dizer "o preto, o negro não tem direito a tratamento, e o branco tem direito a tratamento", da mesma forma. Nós estamos discriminando todos esses pacientes; na verdade, estamos discriminando 13 milhões de pacientes no País. É um absurdo, viver neste século, quando tudo está avançando, quando a gente pode investir em armas para proteger nossas fronteiras, investir em estradas para proteger também nosso cidadão, para não haver buraco, para termos mais segurança. O que representa a segurança do País se não temos o mínimo de dignidade para os pacientes, para as crianças que nascem sem ter culpa daquela doença? Oitenta por cento das doenças raras são genéticas, então, o paciente não escolhe ter essa doença. E não é ele que adoece, é a família toda que adoece. Então, eu acredito que isso é responsabilidade de cada um de nós. Temos que olhar de uma forma diferente.

Não é falar de custo. Hoje, todo mundo fala: "Não, doenças raras custam muito caro para o governo." Nós estamos falando de uma parcela de 3% das doenças raras que têm tratamento. Hoje, entre 6 mil e 8 mil doenças raras contempladas, existe tratamento medicamentoso para somente 3%. Só que nós estamos pedindo tratamento para todas as doenças raras, não precisa ser somente medicamento.

Por isso a importância da política de raras a ser implementada: para poder ter equipe multiprofissional, equipe multidisciplinar, que pode atender da forma correta e melhorar a qualidade de vida desses pacientes. Nós temos que investir em pesquisa clínica porque, para as doenças raras, a pesquisa clínica virou uma forma também de tratamento. O paciente não pode esperar esse tempo de aprovação de pesquisa clínica fora do Brasil, até chegar e ser aprovada na Anvisa.

Nós temos que parabenizar também a Anvisa, que, desde 2014, criou várias RDCs, instruções normativas novas, para acelerar o processo de aprovação da pesquisa clínica e de registro de medicamentos. Temos bastante coisa ainda para avançar, porque não basta só a Anvisa fazer a parte dela sem também o Ministério da Saúde fazer a parte dele, sem a comunidade científica fazer a parte dela. E a indústria farmacêutica também tem a responsabilidade de sentar e negociar o melhor para a sociedade. Então, eu acho que todo mundo tem responsabilidade nesse processo.

Além da pesquisa clínica, nós temos a incorporação do medicamento e das novas tecnologias. Todo mundo sabe que os tratamentos das doenças raras são novos, de dez, quinze, vinte anos para cá. Eram considerados, a maioria deles, órfãos. Só que hoje o Brasil ainda paga caro por esse medicamento órfão, enquanto a maioria deles não é mais órfã. Nós estamos falando hoje de terapia gênica, que é cura das doenças lisossômicas. Se virmos a lista de compras do Ministério da Saúde, via judicial, 90% desses medicamentos hoje dizem respeito a terapia gênica, que é cura. Só que, se o Ministério da Saúde não enfrentar o que é chamado de problema para ele e olhar como investimento – investimento para o País, investimento em novas tecnologias, transferência de tecnologia –, isso com certeza vai continuar sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

problema, enquanto pode virar solução de todas as outras doenças, até as doenças comuns. Todo mundo sabe, se há médicos aqui, sabem do que estou falando: daqui a dez anos, só teremos terapia-alvo, até para doenças comuns. O médico que não for capacitado para entender da genética humana não vai conseguir tratar uma simples doença.

Então, as novas tecnologias trazem capacitação para os novos centros do País, trazem novas metodologias de tratamento. É isso que nós temos que olhar como investimento, não é como gasto, porque nós temos que evoluir com a tecnologia e nos prepararmos para o futuro. E o futuro é genética. Nós não podemos rejeitar as novas tecnologias do País, temos que enfrentar, diminuir o custo, negociar com a indústria, mas temos que ter acesso. Essa é a ideia.

Eu não estou seguindo totalmente a minha apresentação para poder respeitar o tempo.

Então, nós tivemos avanço este ano: referente ao PCDTs, a Conitec conseguiu lançar um parecer de recomendação favorável ao MPS I, e agora, semana passada, tivemos também, numa consulta pública, para MPS II. Alguma coisa nós temos que discutir com a Conitec referente à metodologia de incorporação para seguir os multicritérios. Nós tivemos, em parte, a implementação da Portaria 199, a implementação de centros de referência, que foram sete, só que, com a escassez de recursos anunciada pelo Ministério da Saúde, não temos mais garantia de se vamos continuar implementando essa portaria nem de quantos centros serão habilitados até o final do ano.

À Anvisa, já falei, temos que agradecer. E temos que parabenizar a consulta que foi publicada no dia 20 de junho. As contribuições foram encerradas, mas está havendo novas RDCs, instruções normativas que vão facilitar a entrada de medicamentos, registros de medicamentos para doenças raras e genética. Isso vai criar um avanço superimportante para podermos trazer mais pesquisas clínicas e mais medicamentos para o País.

Hoje nós temos, no mundo, em torno de 600 pesquisas clínicas para doenças raras e genética, enquanto no Brasil nós temos 32 pesquisas em erros inatos de metabolismo. Eu acredito ser muito pouco. Se nós formos comparar, a diferença é de quase 500 pesquisas. Essa diferença significaria que mais de 5 mil famílias poderiam ser beneficiadas pelas pesquisas clínicas no Brasil, com uma forma de tratamento para esses pacientes.

Conep. Da mesma forma, também nós temos uma consulta pública que se encerra dia 15/8 – aqui um apelo a todos para que contribuam para se poder ter uma resolução específica, porque, infelizmente, a Resolução 466 dificultava. Ela foi um entrave para as raras e para as ultrarraras, para que se fizesse pesquisa no País. Agora a Conep, junto com o Ministério da Saúde, está de parabéns pela nova resolução.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTOINE DAHER – Será, eu acredito, implementada este ano ainda, e isso vai abrir também um caminho, um canal grande para a entrada dessas novas tecnologias no País.

Esse é o *briefing* da resolução, a minuta da resolução da Conep, referente ao Ministro da Saúde, nosso Ministro, que falou que "O SUS adotará formulário especifico para medicamentos fora da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Rename, e o médico que prescrever alguma tecnologia deste tipo deverá justificar por que não utiliza as que estão disponíveis no SUS".

Concordo com ele numa parte, mas pergunto: e quando não estão disponíveis no SUS, o que o médico vai fazer? Aliás, isso gera a judicialização, com impacto totalmente negativo... Para o paciente, a judicialização está sendo a única solução, mas em parcelas, porque não há garantia total. Além do atraso, é um impacto totalmente negativo para o Governo, porque ele paga preço mais caro e não consegue organizar a conta dele, porque não sabe o que se espera daqui a um mês, quantos pedidos foram judicializados, quanto vai pagar. Então, realmente, o caminho não é a judicialização, o caminho nunca foi esse. O caminho é organizar, fiscalizar, sentar, negociar com todos os *stakeholders* qual é o melhor caminho, o melhor para o Governo e para a sociedade civil em geral.

Qualquer associação de pacientes tem de estar no meio de vários *players* – Judiciário, familiares, médicos, profissionais de saúde, governos, Ministério da Saúde, secretarias, Anvisa, Conep, indústrias, Legislativo –, deve interagir com todos os atores do processo; ter agilidade para solucionar os problemas e entraves; ter uma regulamentação específica e apropriada para as doenças raras; tratar as doenças raras de forma excepcional. Não pode haver regras, porque até com o mesmo diagnóstico numa mesma família, para duas crianças, o tratamento que é feito da mesma forma para uma e para a outra tem resposta diferente no caso de uma e no caso da outra; por isso deve haver um tratamento excepcional. Para a aprovação de medicamento, para tratamento, para diagnóstico e para seguimento ao tratamento, tudo tem que ser analisado de uma forma diferenciada; tem de inovar em todos os momentos e discutir estratégias e soluções sustentáveis.

Nosso objetivo comum é salvar vidas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – A Profª Teresinha Cardoso pediu para fazer um adendo de apenas um minuto. Não posso, de maneira alguma, deixar de atendê-la.

Antes, porém, eu queria parabenizar o Dr. Antoine Daher pela exposição feita. É uma matéria que vai suscitar aqui, talvez, a maior parte da discussão. Trouxe aqui dados que são significativos e em relação aos quais já vivemos alguns momentos de impasse – a pesquisa, o custo, a patente, a quebra da patente, os resultados que nós obtivemos e, em contrapartida, a diminuição da pesquisa por não se garantir a patente. Então, realmente, acho que é um tema importante, e V. Sª também tem se debruçado sobre essa matéria. Acho que isso vai suscitar um debate interessante neste momento.

Por um tempo mais curto, faço voltar a palavra à Drª Teresinha para que faça um adendo a essa fala do Dr. Antoine.

A SRª TERESINHA CARDOSO – Antoine, é só uma observação. É que eu não vi ali você citando o Distrito Federal como centro de referência e, no dia 31 de janeiro, o Ministério da Saúde habilitou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. TERESINHA CARDOSO – Você citou ali? Ah, então me desculpe. É que eu olhei, olhei e não consegui enxergar que nós somos um dos centros de referência, o Distrito Federal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. TERESINHA CARDOSO – Então está bem.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Mas, em contrapartida, a minha cidade de Anápolis está ali...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Presidente, me permita também.

A aprovação foi com muito trabalho, com muita resistência, inclusive de entidades citadas pelo Dr. Antoine aqui, a aprovação do projeto de pesquisa clínica, para facilitar a pesquisa clínica no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – É verdade.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O senhor não sabe a resistência que nós enfrentamos aqui!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Esse é um fato que também foi motivo aqui de grandes debates, e o Senador Waldemir Moka, indiscutivelmente, encabeçou essa luta.

Passo a palavra à Srª Maria Clara Migowski Pinto Barbosa, fundadora e Presidente da Associação Carioca de Distrofia Muscular.

A SRª MARIA CLARA MIGOWSKI PINTO BARBOSA – Bom dia a todos, minha saudação à Mesa, às autoridades políticas aqui representadas, aos pacientes, a todos que estão unidos com o mesmo propósito.

A princípio, eu queria me apresentar mais detalhadamente.

Além de ser fundadora e Presidente da Associação Carioca de Distrofia Muscular, eu sou afetada por uma doença rara chamada distrofia muscular, filha de pais raros. Meus pais se casaram, ambos eram normais, mas, depois de três filhos nascidos, meu pai começou a apresentar sintomas de uma doença genética diagnosticada como Machado-Joseph, que é uma ataxia espinocerebelar, e minha mãe também apresentou um sintoma de distrofia muscular fácio-escápulo-umeral. Os três filhos foram afetados. Minha irmã mais velha começou com sintomas aos 15 anos, aos 18 anos parou de andar, aos 24 anos ela faleceu, ela veio a óbito. Meu irmão foi normal até os 40 anos de idade, quando ele começou a apresentar os sintomas da Machado-Joseph. Era militar, policial da Aeronáutica, e veio a óbito aos 54 anos de idade. Eu, a filha mais nova, apresento até hoje a doença distrofia muscular fácio-escápulo-umeral, que é também uma doença genética degenerativa, e ultimamente a doença tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

evoluído bastante. Então, eu vivencio todas as circunstâncias de doenças raras. Na minha família, fui vendo um a um dos membros da minha família morrerem, irem a óbito.

Nenhuma dessas doenças, nem a distrofia fácio-escápulo-umeral, que é o meu caso, nem a ataxia espinocerebelar têm tratamento. Há 19 anos, a despeito de todas essas situações vivenciadas na minha vida pessoal, eu ajudei a fundar a Associação Carioca de Distrofia Muscular ao lado de outros pacientes para buscar nossos direitos.

Hoje eu estou aqui não por mim, embora haja já pesquisas clínicas para medicamentos para a fácio-escápulo, mas pelos meninos com distrofia muscular de Duchenne, que, entre as distrofias musculares, é a mais prevalente, a mais grave, a mais traumática para os pais. Conheço casos de famílias com dois, três filhos com distrofia muscular de Duchenne, famílias que vivenciam a dor da perda de um após o outro. Há casos de famílias que perdem filhos com diferença de três meses de um para outro. É muito angustiante essa vivência.

Hoje, em contato com pessoas que são técnicas da área, eu tenho aprendido um pouco também dessa parte teórica e dessa luta que se trava nas questões políticas, nas questões sociais.

Pode passar para mim, por favor?

É possível passar os eslaides?

Como isso já foi falado, eu vou pular um pouquinho por causa do tempo.

Eu queria fazer uma reflexão. Por que ocorre a judicialização? Pacientes e associações são os vilões da judicialização? Além de tudo o que passamos, ainda ouvimos isto: os pacientes são os vilões da judicialização. Em contraponto, o que tem sido feito pelo Governo brasileiro? Historicamente, ele vem tratando do atendimento aos pacientes com doenças raras de forma negligente e com enorme descaso, haja vista que existem tratamentos básicos, simples, como já foi citado aqui, questões multidisciplinares, a que não temos acesso – a uma fisioterapia, a uma terapia ocupacional.

Pode passar.

A outra questão, que também já foi colocada aqui, é a ausência de protocolos e de diretrizes clínicas. Sem esses protocolos, atualmente esses medicamentos não podem ser incorporados ao SUS nem distribuídos.

Pode passar.

Qual é o aspecto negativo da judicialização? Para o paciente, é o longo tempo de espera – isso já foi falado aqui também – e a descontinuidade do tratamento. Você recebe, mas você não sabe se, quando esse medicamento terminar, você vai receber outro. Para o Governo, como também já foi dito, isso torna o medicamento ainda mais caro, dificulta a negociação, dificulta o planejamento para lidar com os estoques – também já foi dito –, o Governo se sujeita a monopólio de distribuição de medicamentos e à perda da capacidade de administrar as compras. Pode passar.

Ainda alguns questionamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por que tanta dificuldade para a incorporação de medicamentos que já passaram por rigorosíssimos testes de segurança e efetividade nos órgãos internacionais, como FDA e EMA? Não é relevante o fato de um medicamento ser capaz de manter o paciente em boas condições para ter acesso à geração seguinte de medicamentos que virão, certamente mais eficazes? Muitas vezes, o que se argumenta? "Ah, mas esse medicamento não cura!" Mas ele mantém a qualidade de vida, mantém aquele paciente em condições de esperar uma próxima geração de medicamentos que provavelmente trará a cura.

Pode passar.

Volta um pouquinho por favor.

As soluções.

Implementar imediatamente as ações previstas na Portaria 199; desenvolver e implementar em caráter de urgência o maior número possível de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas.

Pode passar.

Melhorar a eficiência e a agilidade da Anvisa, o que evitaria muita judicialização por pura lentidão e burocracia; uma rede nacional de vigilância epidemiológica; novos modelos de incorporação de medicamentos órfãos; investir no desenvolvimento e na pesquisa de medicamentos para doenças raras.

O País precisa definir quais são as suas prioridades. Quais são as nossas prioridades? O que mais me entristece é que pouco se investe em educação, pouco se investe em saúde. Afinal de contas, onde estamos investindo?

Acabar com a corrupção. Se nós conseguíssemos acabar com esse mal em nosso País, eu acho que nós teríamos recursos de sobra para atender todos.

Pode passar.

Estou terminando a minha intervenção com algumas frases.

Esta é de Sêneca, do início do século cristão:

> Matam-se cães quando estão com raiva; exterminam-se touros bravios; cortam-se as cabeças das ovelhas enfermas para que as demais não sejam contaminadas; matamos os fetos e os recém-nascidos monstruosos; se nascerem defeituosos e monstruosos, afogamo-los, não devido ao ódio, mas à razão, para distinguirmos as coisas inúteis das saudáveis.

Chocante, não é? Sêneca disse isso? Disse! Chocante! Muito chocante! Mas o que nós temos feito? Temos condenado à morte, como foi dito aqui, crianças! Estamos numa vivência primitiva em pleno século XXI. Estamos vivendo uma realidade do início da era cristã. De forma indireta, é isso o que estamos fazendo.

Pode passar por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O sociólogo Boaventura disse o seguinte:

> Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Esse é o pensamento do século XXI, na teoria. Bonito de ver, não é? Existente na prática, na verdade? É nossa realidade?

Eu termino a minha fala com um pensamento de dois mil anos atrás, do maior sociólogo que já existiu, do maior psicólogo que já existiu, da pessoa mais importante da história. Ele disse a seguinte frase: "Tudo aquilo que quereis que os homens vos façam fazei vós também a eles". Essa frase é de Jesus Cristo.

Isso quer dizer o seguinte: se cada um se colocasse no lugar do outro, se nós usássemos o neologismo "outrar", se tivéssemos a capacidade de sentir o que o outro sente, de viver o que o outro sente, muita coisa seria evitada em nosso País. Os corruptos pensariam duas vezes antes de desviar verbas da educação e da saúde, o Judiciário pensaria duas vezes antes de emitir uma sentença dizendo "Não vou fornecer esse medicamento porque o valor desse medicamento é o preço de um apartamento." – há sentenças como essa, esse tipo de resposta, no Judiciário.

Se nós conseguíssemos vivenciar o que o outro sente, nós não diríamos "Uma vida tem um preço, sim, e eu não estou disposto a pagar." Será que, se essa vida fosse do seu filho, da sua esposa ou de um ente querido, você não estaria disposto a pagar? Eu gostaria de deixar essa reflexão para todos nós, não só na questão de políticas para doenças raras, não só na questão do que nós precisamos para tratamento, mas na questão do dia a dia, na nossa vivência.

Esta é uma regra de ouro: se você quer ser respeitado, respeite; se você quer ser amado, ame. Essa é a melhor forma de convivermos. Se essa simples regra deixada dois mil anos atrás fosse seguida, hoje nós não estaríamos aqui.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Quero cumprimentá-la pela relato que faz e também por presidir e por ter fundado a Associação Carioca de Distrofia Muscular.

Nós, como médicos, sabemos exatamente o que é a progressão dessa doença, as complicações dela advindas, a angústia que toma conta de todos diante do desafio enorme que é continuar o seu dia a dia.

Nesta Casa e também nesta Comissão, todos, eu posso atestar, são seguidores exatamente da tese e também daquilo que foi aqui muito bem apresentado por V. Sª, que descreve bem essa necessidade de nós atendermos. Refiro-me ao que disse Boaventura, com sua frase que significa não só o sentimento da classe médica, mas também o sentimento dos Senadores que compõem esta instituição com o objetivo de, cada vez mais, avançar e buscar orçamento, buscar aquilo que o Senador Moka

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

coloca: avançar na pesquisa, quebrar preconceitos, dogmas, abrir o Brasil para que possa colher aqui novas pesquisas, enfim, saber o que é a dificuldade em avançarmos em células-tronco.

Hoje, quantos de vocês não apoiam e não divulgam matéria que foi aqui, nesta Casa e na Câmara dos Deputados, arrastada durante anos e anos a fio, e nós ainda não conseguimos chegar lá? Essa é uma grande verdade, a defasagem nossa é enorme ainda.

Enfim, é com uma alegria enorme que nós recebemos o depoimento de cada um de vocês.

Eu quero esclarecer a todos os membros aqui da Comissão que, como é um assunto de uma relevância ímpar, nós temos aqui, Senadores, Senadora Maria do Carmo, duas Mesas constituídas. Nós vamos agora dar a palavra à Srª Regina Próspero, que é Presidente do Instituto Vidas Raras. Ela terá o tempo de cinco minutos, mas logo após vamos constituir uma segunda Mesa, também composta por mais quatro expositores, para finalizar esta parte aqui da apresentação.

Então, com isso, por dez minutos, passo a palavra à Srª Regina Próspero.

A SRª REGINA PRÓSPERO – Bom dia. Eu quero saudar a Mesa, saudar todos que estão aqui e agradecer a iniciativa de constituir uma audiência pública para um tema tão relevante.

Nossa associação tem 16 anos, ela trabalha em prol dos pacientes e familiares, a princípio, com mucopolissacaridose. Eu sou mãe de três meninos, dois deles com mucopolissacaridose. Infelizmente, um veio a óbito em 1995, uma época em que não se tinha nada, nem informação, para poder cuidar dessas crianças. E é com muita satisfação que colocamos que somos pioneiros nessa parte de tratamentos e acesso à saúde para pessoas com mucopolissacaridose e doenças raras.

O instituto nasceu em Campinas, mas ele hoje tem sede em Guarulhos. Nós somos uma OSCIP e passamos a Instituto Vidas Raras no ano passado. Trabalhamos com os quatro pilares que têm nos norteado até hoje, que são ética, transparência, honestidade e comprometimento, com as famílias de mucopolissacaridose – a princípio, mucopolissacaridose, hoje doenças raras.

A nossa trajetória começou com o trabalho de incluir os nossos assistidos em pesquisas clínicas. Muitos dos nossos meninos estão vivos hoje porque foram agraciados com pesquisas clínicas no começo do ano 2000. O meu filho Dudu hoje está vivo por conta de ter sido sujeito de pesquisa. Ele está com 27 anos, entrou na pesquisa aos 13, já muito acometido, mas teve um sucesso na saúde por conta disso. E até por isso é que nós defendemos muito toda essa situação de pesquisas clínicas e acesso ao tratamento.

Em 2003, nós começamos então os nossos trabalhos de *advocacy* aqui, em Brasília, pedindo que o Governo nos acolhesse. Estavam vindo medicamentos para o Brasil, e nós precisávamos acolher essas crianças e esses portadores, para que eles tivessem acesso não só a tratamento, mas também a outro rol que viria depois, que era a educação; crianças que tinham saído da escola estavam voltando para a escola.

Começamos então parcerias com outras ONGs, ajudamos em estudos clínicos aqui no Brasil, começamos a discutir com o Governo os tratamentos, naquele momento, para mucopolissacaridose.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Infelizmente, nesta Mesa, há uma pessoa do Governo que foi representando o Ministério da Saúde, à qual pedimos muito que eles acolhessem os nossos meninos de mucopolissacaridose em um programa efetivo para a doença, porque já havia medicamento, e ele disse que não havia condição nenhuma de se fazer isso e que nós deveríamos procurar os nossos direitos, nem que fosse no Judiciário, para acolher os nossos meninos. Depois de muitos óbitos, nós começamos então a orientar as famílias que procurassem os seus direitos constitucionais. Fizemos novos encontros com gestores, famílias, academia e vocês Parlamentares, que nos ajudaram muito nesta nossa caminhada para conseguir tratamentos.

Em 2007, nós tivemos o primeiro baque, veio aquela situação em que o Ministério da Saúde queria propor uma lei que impedisse os pacientes de doenças graves, raras, de procurar o direito judicial. Em um encontro com a Ministra Ellen Gracie, ela entendeu a nossa visão, a visão daquele ente que estava totalmente desassistido pelo Estado. Ela tinha dado uma sentença a favor do Estado do Rio Grande do Norte e, depois de escutar a nossa situação, ela começou a deferir os processos mais a favor dos pacientes e ainda colocou um adendo de que, ao indeferir esse pedido do Rio Grande do Norte, que foi outro pedido, ela disse que a competência dos programas de saúde e distribuição de medicamentos não pode se sobrepor ao direito à saúde, assegurado pelo art. 196 da Constituição Federal, que obriga todas as esferas do governo a atuarem de forma solidária.

Em julho de 2007, em uma audiência pública aqui, no Senado, proposta pelo então Senador Flávio Arns, meu filho Luís Eduardo foi um dos palestrantes a favor do paciente. Ali ele mostrou qual era a situação, o temor do paciente, que era morrer – morrer por falta de acesso.

Essa audiência pública levou então a toda uma situação em que o Supremo Tribunal Federal depois julgou, através do Ministro Gilmar Mendes, que o paciente, sim, tinha direito à acolhida do Estado. Isso foi julgado no dia 19 de setembro de 2009, quando o Ministro Gilmar Mendes proferiu essa sentença a nosso favor, e nós então ficamos um pouco mais felizes, mas pedindo ainda que o Ministério da Saúde nos acolhesse, fizesse protocolos clínicos, que é uma das situações básicas para haver uma inclusão no SUS, o que até hoje, infelizmente, não veio.

Entramos com uma ação civil pública em 2008. Saí do Ministério da Saúde tão chateada, depois de pedir outra vez a inclusão dos nossos medicamentos, incorporação, PCDT, e eles me disseram que não tinham intenção nenhuma de fazer isso porque as nossas crianças já estavam assistidas, eles estavam judicializados. Eu saí de lá tão triste! Fui à Procuradoria da República e fiz uma denúncia, e essa ação remeteu agora para a construção e esboço de protocolos clínicos para as mucopolissacaridoses, o que deu um bom andamento. Mas precisei fazer isso para proteger os nossos meninos de uma acolhida totalmente necessária pelo nosso Governo.

Começamos a fazer campanhas mostrando o direito do paciente e estendo para outras doenças raras. O Dudu tomou a frente nessa campanha no País, em 2010, e a nossa associação começou a ajudar outras pessoas com doenças raras. Nasceu a Aliança Brasil de MPS, que é uma federação de associações de mucopolissacaridose no Brasil, porque entendemos que nós precisávamos buscar também recursos lá fora para dar um acolhimento melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Dudu fez um blogue no qual ele colocava todo o sentimento da pessoa com doenças raras e mucopolissacaridose. Nasceu a campanha #TODOSpelosRAROS, que hoje é atemporal e tem crescido cada vez mais, para poder ajudar pessoas com informação em doenças raras. É um meio muito bom de se conscientizar.

Nossa trajetória passou então pelo Ministro Alexandre Padilha. Eu consegui sentar com ele e mostrar a realidade que nós tínhamos naquele momento, que era nada. Faltava remédio quatro, cinco meses por ano. A criança tinha uma evolução totalmente benéfica e vinha um corte do Governo, que não comprava mais remédio. Eu expliquei isso para ele. Naquele dia, ele foi muito atencioso, e não faltou mais remédio para as nossas crianças até a gestão do novo Ministro da Saúde, que depois começou a falhar com compras e não nos acolheu ainda assim.

Isso gerou também uma vontade de criar o GT Doenças Raras, que culminou na Portaria 199. Depois de dois anos de muito trabalho de algumas associações, juntamente com especialistas e Governo, nós conseguimos assinar a Portaria 199 em 2014. Continuamos com campanhas de conscientização nacional, o que ajudou muitas famílias a entender o que seu filho tinha.

É muito crítico não ter um diagnóstico. Eu demorei cinco anos para ter o diagnóstico dos meus filhos. Pior do que você ter um diagnóstico cruel é você não saber o monstro com o qual você lida dentro de casa, e era assim que eu me via. O meu filho morreu e não tinha nada. Eu levava-os aos médicos, e os médicos não sabiam nada. É muito triste você ter que explicar a um médico o que é a doença; você sentar com o médico e discutir com ele qual é a melhor forma de melhorar a qualidade de vida da criança com menos sofrimento, porque a gente sabe que o óbito está próximo. Isso é muito triste.

Em 2012, nasceu o GT, que culminou na portaria. Fomos então para pedir diagnóstico precoce. Quando a criança chega para um tratamento, ela já está deteriorada, não há mais o que fazer. Se o exame do pezinho for ampliado, muitas das patologias... As crianças terão uma chance até os dois anos de vida, não precisarão talvez nem do medicamento de alto custo. Mas elas têm que ter essa chance no exame do pezinho. A gente pode ampliar isso para mais 46 doenças.

E eu parabenizo o Distrito Federal, que hoje tem o maior programa de triagem neonatal do Brasil. Excelente! É modelo para o Brasil. A gente precisa fazer isso, Senadores. A gente precisa levar essas crianças para um diagnóstico precoce.

Ali é quando foi assinada a Portaria 199, em São Paulo. Pedimos a implantação de ações para promover diagnóstico precoce, pedimos o estabelecimento de serviço de atenção especializada, que é isso que a portaria promete. Elaborar protocolos clínicos é condição *sine qua non* para ter o adendo no SUS, a incorporação. E aí os protocolos não chegam. E isso porque a gente tem pedido há 14, 15 anos. Por que não chegam? Quinze anos para tentar pensar nisso? É muito tempo.

Poucos esforços foram feitos para atender as necessidades dessa população: atualmente, no SUS, somente 30 PCDT foram escolhidos, nenhum foi publicado ainda. Doze tinham tido promessa de entrega em 2015, o que não aconteceu. Tivemos reuniões com o atual Ministro, pedindo essa atenção. Fomos várias vezes para lá. Vontade, da nossa parte, nunca faltou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Soa a campainha.*)

O SR. REGINA PRÓSPERO – Desculpe.

Todas essas pessoas têm uma doença rara. Para todas há tratamento registrado no SUS, nenhum está incorporado. Apesar de haver pedido de incorporação para algumas dessas patologias, nenhum foi incorporado. Há patologia aí que está há mais de dez anos registrada.

De 2007, lá atrás, com a Ministra Ellen Gracie, para cá, a nossa batalha continua a mesma. Agora, há um processo no STF, de novo, discutindo a mesma situação. É um verdadeiro retrocesso. Nós já falamos sobre isso, nós já discutimos sobre isso. Não é mais da nossa alçada. O Governo, o Ministério da Saúde tem que fazer alguma coisa.

Todo o tempo nós temos nos mobilizado. As associações de pacientes têm dado sangue para conseguir reverter toda essa situação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª REGINA PRÓSPERO – Ainda não foi julgado, está parado na mesa do Ministro, para análise, desde 28 de setembro do ano passado. Até quando a gente vai esperar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª REGINA PRÓSPERO – Bloqueio. A única via de acesso que a gente tem hoje é a ação judicial, porque o Ministério da Saúde, infelizmente, é muito moroso, não tem dado conta.

Vejam as consequências da falta de PCDT. Nós temos que demandar de alguma forma o direito ao tratamento dos nossos filhos, dos nossos assistidos. Eu seria uma mãe inconsequente se eu soubesse que há um remédio e deixasse o meu filho morrer sem esse remédio. Eu vou atrás. O remédio do meu filho custa R$2 milhões por ano. Eu sinto muito! A minha maior alegria seria chegar a uma farmácia e comprar esse remédio. Não posso, não é da minha alçada. É da alçada de um governo no qual eu aposto que vai fazer alguma coisa.

Ausência de protocolos. É determinante terminar com isso para a gente ter uma subsequência à judicialização. De 2005 para cá, praticamente nada foi feito, nenhuma regra foi seguida pelo nosso Governo infelizmente.

Se existe culpa, é de quem? Das famílias que buscam a tutela do Estado na ausência de recursos próprios?

(*Soa a campainha.*)

A SRª REGINA PRÓSPERO – Estou acabando.

Das associações de pacientes que lutam por seus assistidos? Se eu não lutar, eu fecho a associação, o meu modo de vida, a minha missão acabou. Eu tenho que lutar por eles. Do Estado, que não cumpre as suas próprias regulamentações? Eu acho que está na hora de pensarmos um pouco sobre isso. Cada um tem que fazer o seu papel, e não apontar o dedo para as associações que entram com judicialização, que orientam a judicialização. É o nosso meio infelizmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Essas são as nossas contribuições hoje para diminuir um pouco o sufoco que eu passei e que muitas famílias passam por falta de informação. Nós temos publicações, todas elas fidedignas. Hoje nós temos o Linha Rara, um aplicativo. Colocamos isso tudo a favor do Governo. O nosso livro Doenças Raras é anunciado pelo Ministério da Saúde como sendo deles, mas não quiseram me ajudar a fazê-lo. Mas tenho orgulho de dizer que eles usam muito esse nosso livro para diagnóstico.

Ali é a nossa atuação em rede com os nossos parceiros e os nossos contatos.

E eu peço humildemente que esta audiência pública não termine por aqui, que ela tenha uma sequência e que a gente possa, no ano que vem, de repente, não discutir a judicialização, mas agradecer os protocolos clínicos, que nos vão levar à incorporação desses medicamentos pelos quais a gente luta há muitos anos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Cumprimento a Srª Regina Próspero não só por presidir o Instituto Vidas Raras, mas, ao mesmo tempo, por um trabalho que construiu por tanto tempo aglutinando todo esse sentimento, lutando em todas as esferas do Governo e tendo muito ainda que caminhar. Mas pode ter certeza de que V. Sª sensibilizou todos nós aqui presentes e que vamos nos debruçar sobre essa tese aqui com mais atenção. Isso ficou realmente marcado aqui no depoimento de cada um de vocês. Até porque é uma oportunidade ímpar que vocês têm também para poder expor tudo isso às autoridades e a todo o País. Esta audiência é transmitida ao vivo, diretamente pela TV Senado, pela Rádio Senado.

Enfim, as informações vão chegando cada vez mais, e nós temos que buscar uma saída para acharmos a melhor solução para o atendimento do cidadão e o diagnóstico precoce, algo impressionante. Um diagnóstico como o de diabetes, hoje, é tão fácil ser feito; entretanto, a *causa mortis* hoje de quase 43% dos pacientes no Brasil é por diabetes, por consequência de AVC, por consequência de isquemia, por consequência de insuficiência renal crônica, por consequência de cegueira. E, infelizmente, não temos ainda um catálogo capaz de acompanhar essas doenças e de dar um tratamento, desde o início, de uma forma a dar uma sobrevida e uma vida de qualidade às pessoas.

Mas quero, neste momento, constituir aqui a segunda Mesa e passar a Presidência dos trabalhos ao Senador Cássio Cunha Lima, porque vocês sabem que nós Senadores temos que estar aqui uma rotina rápida. Há uma votação de medida provisória na qual tenho que estar presente, por isso passo a Presidência ao Senador Moka.

Desculpe, Senador, a falha aqui nossa. Depois seguiremos.

Então, neste momento, agradeço a todos aqui. Ao mesmo tempo, desfaz-se a Mesa, para que possamos constituir a segunda Mesa de debatedores. Está bem?

Convido para compor a segunda mesa de debatedores o Sr. Eduardo David Gomes de Sousa, Analista Técnico de Políticas Sociais da Coordenação Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde – DAET/SAS/MS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Convido o Sr. Fernando Mendes Garcia Neto, Diretor de Autorização e Registro Sanitários da Anvisa.

Convido o Desembargador do Tribunal Federal da 1ª Região, Sr. Antonio Souza Prudente.

Convido a Srª Maria José Delgado Fagundes, Diretora de Inovação e Responsabilidade Social da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma) e Advogada Especialista em Saúde Pública, Direito Privado e Bioética.

Quero aqui justificar a ausência do Sr. Carlos Eduardo Barbosa Paz, Defensor Público-Geral Federal.

Antes de dar a palavra ao primeiro convidado e debatedor, passo a Presidência ao Senador Waldemir Moka. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Assumindo a Presidência e cumprimentando todos os ilustres convidados já mencionados e chamados pelo Senador Ronaldo Caiado para que compusessem esta Mesa, eu quero dar-lhes a palavra. Mas primeiro quero dizer que temos um tempo de dez minutos, marcado em um relógio digital. No nono minuto, ele toca uma campainha. Eu já quero prevenir que não sou que toco.

Ele é programado para tocar. Senão se dá a impressão de que sou eu que fico tocando a campainha aqui. Não é isso. É para avisá-los de que têm um minuto para concluir a fala. Parece pouco tempo, mas é que o assunto vai se repetindo, vai se repetindo, e, na hora do debate, vocês mesmos verão que a gente acaba esgotando o tema, não da forma como a gente gostaria, mas não por falta de tempo. Tenho certeza disso, porque já presidi esta Comissão e tenho alguma experiência, depois de 35 anos no Congresso Nacional.

Então, sem mais palavras, quero conceder a palavra ao Sr. Eduardo David Gomes de Sousa, Analista Técnico de Políticas Sociais da Coordenação-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde.

O SR. EDUARDO DAVID GOMES DE SOUSA – Obrigado, Senador. Quero agradecer-lhe e cumprimentá-lo.

Quero cumprimentar todos os demais Parlamentares desta Casa, todos os aqui presentes, os que nos acompanham também pelas transmissões, as pessoas com doenças raras aqui presentes e as que nos acompanham a distância também, os movimentos, as associações, os acadêmicos e pesquisadores, os prestadores e profissionais da saúde, os gestores que também nos acompanham.

Quero me apresentar. Sou Eduardo David. Faço parte da Coordenação-Geral de Atenção Especializada, do Departamento de Atenção Especializada e Temática do Ministério da Saúde.

A nossa política para doenças raras é transversal dentro do próprio Ministério. Então, estou aqui para falar de alguns aspectos técnicos. Vou tentar responder a maior parte das questões que porventura surjam. Algumas questões relativas à incorporação e pesquisa que não fazem parte da minha área a gente tenta elucidar aqui, mas, se não for possível, prometo levar às áreas competentes e retornar com uma resposta satisfatória para quem for o demandante da questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Geralmente, gosto de iniciar minhas apresentações falando um pouquinho do Sistema Único de Saúde, até porque aqui estão pessoas que não são muito ligadas à gestão ou à área, e, talvez, seja necessário situar o nosso Sistema Único de Saúde, que é onde se encontra a nossa Política de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras. Mas, como o tempo é curto, vou tentar passar exatamente para o que interessa mais, que é justamente a nossa política.

Aqui, a gente tem uma definição de doenças raras. Na verdade, não é um consenso. Os diversos países do mundo adotam conceitos diferenciados para o que seriam as doenças raras. Cada país adota um conceito, uma incidência diferenciada, e isso vai determinar o que entra ou não no conceito, no guarda-chuva do que são as doenças raras, que, na verdade, acumulam de seis mil a oito mil condições. Então, são muitas doenças. É o que já foi falado na Mesa várias vezes: apesar de a doença ser rara, o seu número de condições faz com que haja muitas pessoas acometidas. Então, a gente está falando de doenças raras, mas as pessoas são inúmeras, 13 milhões só no Brasil.

O Brasil adota o conceito da OMS, o de que doença rara é aquela que acomete até 65 pessoas para cada cem mil indivíduos. Mas o número exato dessas doenças raras é desconhecido. Há a estimativa de que sejam entre seis mil e oito mil condições. São problemas de saúde relevantes, porque, apesar de serem raras, há milhares, milhões de pessoas acometidas só no nosso País.

As causas já foram comentadas aqui: 80% delas são de origem genética; os outros 20%, de origens ambientais.

A gente tem alguns desafios que perpassam, inclusive, pela implementação da nossa política, que é a portaria vigente, a Portaria 199, de 2014. Não há muitos dados epidemiológicos que venham a nos subsidiar nesse sentido, porque tudo que é política, tudo que pretendo implementar em nível central ou em nível dos demais gestores, Estado e Município, é construído com base em informações. Se minhas informações, se meus dados epidemiológicos são frágeis, até porque são doenças raras... Às vezes, para fazer estudos prospectivos, estudos de coorte, é difícil encontrar pacientes com uma doença específica, para levantar informações. Então, a gente carece de informações para subsidiar nossas ações, inclusive. Esse é um desafio.

Os tratamentos, muitas vezes, são inespecíficos e inadequados. Quero deixar bem claro aqui o que, inclusive, já foi falado: para essas seis mil a oito mil doenças, uma percentagem muito pequena possui tratamento medicamentoso específico, em torno de cem doenças ou algo em torno de 3%, como o Dr. Antoine disse. Então, há uma série de condições que não tem tratamento específico e que vai passar por questões de reabilitação e de cuidados paliativos ou outro tipo de cuidado que é dado a essas pessoas que possuem essas doenças.

A gente também tem um problema que foi abordado na Mesa, que é a detecção muitas vezes não precoce, o que vai retardar o tratamento, a melhoria, o prognóstico dessas pessoas. Isso é um desafio também.

Há uma série de exames desnecessários e tratamentos que são inefetivos. Daí a importância de cada um desses tratamentos, que, muitas vezes, aparecem como milagrosos, passar por uma avaliação da sua eficácia e da sua segurança, inclusive para o próprio bem-estar das pessoas que vão fazer uso deles. Apesar de alguns desses tratamentos serem recomendados por outros organismos internacionais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

é necessário averiguar até que ponto eles são seguros para essas pessoas, porque podemos incorporar tratamentos, e, anos depois, pode-se descobrir que, além de não serem efetivos, eles podem causar danos às pessoas que os utilizam.

Há a questão também dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas, que são os documentos do Ministério da Saúde em que vou definir as minhas estratégias diagnósticas, de detecção precoce, de promoção e de prevenção, e critérios de inclusão e de exclusão para os tratamentos que o Ministério da Saúde incorpora à sua Tabela de Medicamentos, Procedimentos e OPM. Hoje, há 36 PCDTs já existentes, já publicados, com tratamentos incorporados. Alguns outros estão em estágio avançado, em consulta pública ou em elaboração. A gente vai abordar isso um pouquinho mais para frente.

Também há a questão de formação. Como foi dito aqui, há 20 anos, não conseguíamos profissionais com formação específica em aconselhamento genético, por exemplo. Hoje, há uma rede maior de profissionais formados e capacitados, mas ainda esbarramos nesse número pouco acessível de profissionais que façam essas avaliações e esse aconselhamento genético.

Há a questão judicial. Muitas vezes, por esses pacientes não terem acesso aos medicamentos, às vezes porque eles precisam passar por critérios rigorosos de avaliação, eles recorrem à judicialização. E aí o Poder Judiciário dá decisões, que são, inclusive, distintas de um tribunal para outro. Em alguns casos, eles dão parecer favorável para aquele tratamento; em outros, não. Então, há este desafio também: como a gente vai enfrentar a judicialização? Aqui, não se trata de encontrar culpados para essa questão, mas de encontrar soluções, acredito.

Os antecedentes da política vou pular também, para a gente não perder tempo. Há questões, inclusive, que são mais importantes para vocês entenderem a política neste momento. Mas, em 30 de janeiro de 2014, enfim, houve a publicação da Portaria 199, que é a portaria vigente, a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, que definiu as diretrizes para a atenção integral às pessoas que vivem com doenças raras e também instituiu incentivos financeiros para custeio do atendimento e dos exames. Então, a política se estrutura em dois eixos: o Eixo I, que é o eixo de doenças raras de origem genéticas; o Eixo II, que são as doenças raras de origem não genética. Dentro das de origem genética, há as anomalias congênitas, as deficiências intelectuais e os erros inatos do metabolismo. Dentro das de origem não genética, há as que são ocasionadas por doenças infecciosas, por doenças inflamatórias, por doenças autoimunes e por outras causas, por outras origens não genéticas.

Essa portaria definiu a incorporação de 15 procedimentos diagnósticos de biologia molecular, definiu três procedimentos para avaliação clínica – cada um desses procedimentos está ligado a um dos eixos, ao de origem genética – e também estabeleceu o procedimento de aconselhamento genético. Então, essa portaria de 2014 colocou na tabela esses 15 procedimentos, que são os iniciados por 02, procedimentos diagnósticos.

A gente fala um pouquinho também da importância desse diagnóstico, inclusive e principalmente do diagnóstico precoce, porque, uma vez que você tem o diagnóstico de forma antecipada, o mais cedo possível, você consegue, muitas vezes, inclusive, estabelecer um plano terapêutico mais apropriado para aquele paciente. Em alguns casos, essas doenças têm um avanço degenerativo muito veloz. Se você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estabelece esse diagnóstico cedo, você consegue traçar um plano terapêutico que é mais condizente com a realidade daquele paciente e mais eficaz, inclusive. Você consegue orientar a família e, inclusive, fazer aconselhamento genético.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO DAVID GOMES DE SOUSA – A portaria definiu estes dois tipos de organização dos serviços: de atenção especializada e de referência. Eles vão se diferenciar, porque o de atenção especializada oferece atenção diagnóstica e terapêutica específica para uma ou mais doenças raras, e o de referência engloba um número maior de doenças, de um eixo de genética e não genética ou de dois dentro de cada um desses eixos. É uma simples forma de organização, que vai definir, inclusive, o que a portaria estabelece como incentivo de custeio das equipes. Então, além de pagar pós-produção aqueles procedimentos, aqueles 15 procedimentos, é repassado um incentivo de custeio para essas equipes que compõem cada um desses dois tipos de serviço.

Então, como está aqui, o processo parte dos gestores de habilitação, chega ao Ministério da Saúde, pela Secretaria de Estado da Saúde, pelo Saips, que é um sistema operacional eletrônico, em que a nossa área técnica faz a avaliação de todos os critérios da portaria e verifica se aquele estabelecimento tem condições de conceder toda a estrutura física de recursos humanos que é necessária para se prestar atendimento às pessoas que vivem com doenças raras. E aí se publica a portaria, e se institui o recurso financeiro associado.

Os nossos avanços englobam a habilitação de sete serviços no País até o momento, em Curitiba, em Anápolis, em Recife, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre, em Brasília e em Santo André, São Paulo. Desses sete serviços que hoje a gente tem – acho que foi o último levantamento –, três deles já iniciaram e estão informando a produção.

Então, esses três serviços que já iniciaram o atendimento e que estão registrando a produção já estão recebendo aquele incentivo financeiro de custeio das equipes, de que falei anteriormente.

A gente tem aqui os 36 PCDTs já publicados para doenças raras.

E, como desafios, eu gostaria de citar algumas questões específicas, como o custeio mensal das equipes, que foi estabelecido pela portaria. Muito embora a gente tenha dificuldade de justificar, porque, muitas vezes, nas competências dos gestores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO DAVID GOMES DE SOUSA – ...o custeio da equipe fica a cargo do Estado e do Município, ainda assim, o Ministério puxou para si essa responsabilidade e passa esse custeio mensal de pouco mais de R$11 mil para aquele serviço de atenção especializada e de mais de R$40 mil para aquele de referência. Então, a gente acaba, inclusive, auxiliando com esse incentivo da equipe, que são recursos humanos, que é pessoal.

A elaboração de PCDT é uma questão que foi trazida muito aqui na Mesa. Foi estabelecido, em 2014 e em 2015, um fluxo de PCDTs que deveriam ser publicados por ano, 12 por ano, se não me engano, mas houve uma série de questões aqui pontuadas, como a desistência ou o desinteresse de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

grupos elaboradores que o Ministério da Saúde elencou para fazer esse trabalho ou questões emergenciais como, nos anos de 2015 e de 2016, o zika vírus e a microcefalia, que exigiram muito a atenção das áreas técnicas do Ministério e que afastaram o olhar para esse PCDT, ou, então, o próprio cenário político e econômico dos últimos anos, em que há mudanças constantes de dirigentes e um contingenciamento orçamentário que acaba atrasando um pouco o pensamento, a elaboração, a formulação e a publicação desses protocolos. Então, a proposta é acelerar o cumprimento, o processo, para o cumprimento daquela lista pactuada em 2014 e em 2015. Inclusive, a gente já tem alguns desses, como o da mucopolissacaridose e alguns outros, como o de Pompe e o de Fabry, que estão em um estágio muito avançado. A gente conseguiu sair daquela inércia de não se trabalharem esses protocolos. Acho que a gente está num momento muito favorável de avanços agora. A gente está conseguindo, em outra secretaria do Ministério da Saúde responsável, onde fica a Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS), avançar nesse sentido. Eles estão conseguindo, junto com esses grupos elaboradores, adiantar esse processo. Espero que, em breve, a gente consiga correr atrás do prejuízo e publicar esses protocolos que, há tanto tempo, são esperados pelas pessoas.

Terminando, as perspectivas são essas. A gente tem a expectativa de revisar. Inclusive, a gente já iniciou na área técnica a revisão da Portaria 199, de 2014. É uma portaria recente. A gente só teve em 2008 a primeira política específica para a genética médica, e, em 2014, houve essa portaria específica para a atenção integral às pessoas com doenças raras.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO DAVID GOMES DE SOUSA – Imagino que tudo que é política recente, até que se conforme e esteja mais apropriada para as pessoas que vivem com aquela doença, vai passando por uma série de reformulações, de revisões, que buscam a se tornarem mais eficazes para essas pessoas, para que esses serviços e esses procedimentos se tornem mais acessíveis.

Então, imagino que é o momento agora de revisão dessa portaria de 2014. São três anos já. A área técnica já iniciou essa revisão.

A questão da pesquisa clínica já foi falada pelo Dr. Antoine também, a da Conep. O seu conceito de doenças ultrarraras, em tese, flexibilizaria a condução de pesquisas em doenças raras.

O projeto RarasNet é um aplicativo móbile com informações sobre doenças raras. Temos parceria com o Observatório de Doenças Raras e estamos trabalhando no sentido de construir um aplicativo móbile que dê informações para as pessoas sobre doenças raras, tendo em vista que é uma questão que já foi levantada aqui na Mesa.

Essa área é, inclusive, carente de profissionais.

E há a questão dos PCDTs. Já houve um alinhamento junto ao DGITS, departamento do Ministério da Saúde onde fica a Conitec, e a retomada de elaboração desses protocolos. Alguns estão em estágio mais avançado; outros ainda estão iniciando. Mas acho que é importante ressaltar aqui pontos positivos: saímos daquela inércia e, finalmente, estamos retomando a elaboração desses protocolos, que, com certeza, vão responder a muitas dessas questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É isso. Num paradoxo da realidade, a gente percebe isto: apesar de as doenças serem raras, as pessoas com doenças raras são muitas. Então, há um desafio. A gente não deve se ater ao nome "doença rara", porque é um grande problema que a gente enfrenta. E a gente conta muito, inclusive, com as associações de pacientes, das pessoas que vivem com doenças raras, para poder fazer a revisão dessas portarias, para avançar no bem-estar dessas pessoas, na melhoria da qualidade de vida.

Eu me coloco à disposição. Não sei se vou conseguir responder as perguntas relacionadas à pesquisa e à elaboração de protocolos, tendo em vista que isso ficou em outras áreas do Ministério, mas, como eu disse antes, eu me comprometo a levá-las para as áreas competentes e a dar uma devolução para quem solicitar.

É isso.

Muito obrigado, pessoal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Agradecemos ao Dr. Eduardo David Gomes de Sousa.

Passo a palavra ao Sr. Fernando Mendes Garcia Neto, Diretor de Autorização e Registro Sanitários da Anvisa.

O SR. FERNANDO MENDES GARCIA NETO – Eu gostaria de cumprimentar o Senador Moka, que está presidindo a reunião neste momento, e, na sua pessoa, cumprimento os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras da CAS.

Cumprimento os meus colegas de Mesa, os presidentes de associações e de entidades de portadores de doenças raras e todos os portadores de doenças raras presentes nesta audiência.

Muito bom dia!

Vejam como é a vida! Estamos e estaremos sempre sujeitos ao acaso. Devemos respeitar as circunstâncias ocasionais, mas devemos, sobretudo, esforçar-nos sempre para identificarmos e aproveitarmos as oportunidades que nos são apresentadas. Digo isso porque eu me considero diante de uma grande oportunidade, decorrente – isto é mais gratificante ainda – da minha atuação laboral.

Estou aqui, no Senado Federal, convidado como representante da Anvisa para falarmos do direito ao tratamento de pacientes com doenças raras. É louvável, indiscutivelmente louvável, Senador Moka e demais Senadores, esta iniciativa legislativa, que merece todo o nosso apoio. Posso afirmar isso com muita convicção. Tivemos na Anvisa essa mesma iniciativa e também estamos em via de concluir a regulamentação que objetiva facilitar e também incentivar no Brasil a condução de pesquisa clínica e o registro mais célere de medicamentos destinados ao tratamento de doenças raras.

Por que esta seria uma oportunidade? Ora, por se tratar de tema da mais alta relevância humanística, para o qual podemos direcionar nosso olhar político-funcional para as minorias. No caso, é uma minoria, assim como quase a totalidade delas, que se encontra, muitas vezes, alijada dos propósitos produtivos das indústrias em geral. Mas, ao mesmo tempo, é uma minoria na qual, paradoxalmente, estão presentes indistintamente humanos de todas as matizes, credos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comportamentos sociais; uma minoria, assim chamada por definição estatística, em cuja doençaria há uma incidência universal e indistinta: as pessoas acometidas por doenças raras.

Não entendam o que vou falar agora como um desprezo às ciências estatísticas, mas a atenção governamental às terapias, ao tratamento de doenças raras deve observar o sofrimento individual, aquele que, para quem padece, aparenta ser único. Dados estatísticos não conseguem revelar as agruras por que passam os doentes acometidos de doenças raras e também os seus parentes e amigos que vivenciam a desconsolação. Cabe-nos, portanto, na condição de agente público, invocar para o caso o pensamento aristotélico, base do princípio da igualdade expresso em nossa Constituição, qual seja, tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida da sua desigualdade.

O que se extrai da análise dessas enfermidades é uma realidade humana que evidencia a fragrante hipossuficiência de alguns, impondo-nos agir na intenção de proporcionar o necessário equilíbrio, um equilíbrio que resulte na equidade pilar da construção do Sistema Único de Saúde, entendido como a nossa obrigação governamental de tratar cada usuário do serviço segundo as suas necessidades de saúde, priorizando o atendimento dos mais necessitados, por critérios clínicos ou epidemiológicos sociais, depois de garantir acesso igualitário e sem discriminação a todos.

Como é bom saber, Senador Moka e demais Senadores, que o Senado Federal é nosso aliado nessa missão essencialmente humanitária! Tenho certeza de que o paralelismo de ações só engrandece a causa e contribuirá decisivamente para a solução do problema.

A peculiaridade fundamental da enfermidade, ou seja, o fato de ela ser rara pode constituir-se em empecilho ao investimento da pesquisa clínica e à consequente produção de medicamentos, principalmente porque um dos fundamentos do capitalismo é a perspectiva calculada de retorno do investimento realizado. Em tese, não há compensação financeira perceptível, *a priori*, para o investimento no desenvolvimento de medicamentos para o tratamento de doenças raras, considerando-se proporcionalmente o reduzido número de pessoas destinatárias desses medicamentos. Este é o principal desafio: motivar a produção e a comercialização de medicamentos destinados ao tratamento de doenças raras para que haja, de alguma forma, a compensação para quem se propõe a investir nesse segmento.

Aqui no Congresso, a legiferação pode proporcionar motivações de várias ordens, até mesmo incentivos fiscais. Já nós, na Anvisa, dentro das limitações de nossa competência institucional, focamos na facilitação do registro desses medicamentos, resguardadas as indispensáveis condições de qualidade, segurança e eficácia. Nossa ideia de facilitação do registro envolve a retirada de barreiras meramente burocráticas e de outros empecilhos semelhantes, além da possibilidade de consideração formal de análises realizadas em agências reguladoras de outros países, bem como a excepcionalidade de supressão de requisitos dispensáveis.

A regulamentação com esse propósito está em etapa avançada. Foi concluída a fase de consulta pública, na qual houve 220 contribuições, e todas as manifestações apoiaram a proposta. Em breve, aprovaremos a norma perfeitamente adequada às contribuições vindas da consulta pública.

Vejo aqui que estamos cada ente com a sua perspectiva, mas não posso deixar de observar, no propósito, uma perfeita interação institucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aproveitemos, pois, essa unidade em prol daqueles que há muito se encontram em conhecido desamparo assistencial. Tenho certeza de que poderemos conceber um cenário normativo favorável, capaz de motivar a indústria farmacêutica brasileira e internacional ao investimento na produção e na comercialização de medicamentos destinados à terapia de doenças raras. Confio em nossa criatividade para o alcance desse desiderato.

Não sei se estou me alongando, mas o tema é para mim empolgante, e digo: em prol de uma solução efetiva ao tratamento de doenças raras, falaria muitas horas se isso resultasse em alguma solução. Há de fato muito mais a se discutir sobre esse assunto, e esta é uma Casa que tem em sua essência a construção de debates. A intenção legislativa aqui apresentada ainda passará por novas discussões, pois é assim que se aborda uma ideia até a sua materialização em lei.

Reafirmo a minha satisfação em estar aqui, participando da construção de um caminho para que atinjamos tão nobre propósito, e encerro afirmando que eventos como este demonstram concretamente que estamos agindo, e agindo com entusiasmo, foco, ciência e criatividade. Tenho certeza da grandeza social dos resultados que obteremos.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu quero passar a palavra à Drª Maria José Delgado Fagundes, Diretora de Inovação e Responsabilidade Social da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma) e advogada especialista em saúde pública, direito privado e bioética.

A SRª MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES – Muito obrigada.

Bom dia a todos. Bom dia, Senador Moka. Eu queria agradecer mais uma vez a oportunidade de falar nesta Casa de um tema tão relevante também para a indústria farmacêutica.

Eu gostaria de começar as minhas considerações dizendo que a Interfarma é uma entidade com mais de 27 anos de atuação (fundada em 1990), reconhecida nacional e internacionalmente pelas suas relações obrigatórias internacionais. Temos atualmente 55 associadas e 54% do mercado brasileiro de medicamentos. Ela é precursora no setor farmacêutico a ter um Código de Conduta e se orgulha de fazer do seu conteúdo uma realidade nas práticas diárias dos seus colaboradores.

A primeira consideração que eu gostaria de fazer aqui refere-se a essas pessoas. Aqui, nós temos o Luiz, o Luizinho, a Vivi e a Pri, a Núbia, a Nara, aqueles que estão também aqui. Esse é um projeto em que crianças podem estar onde elas nunca poderiam estar devido às suas limitações físicas. Então, da mesma forma, eu acredito que as pessoas com doenças raras, nós precisamos – até agora, as falas foram nesse sentido – ter unidade para que possamos avançar nas soluções daquilo que realmente é necessário. Então, eu começo trazendo essa reflexão para que a gente possa sair daqui hoje, Senador Moka, com algum encaminhamento efetivo, que seja concreto, que possa entregar soluções para essas pessoas.

Pensando um pouco sobre qual seria o caminho ideal em benefício do paciente: primeiro, a observação precoce de sintomas da doença, que pode ser de um familiar, que pode ser de um familiar, pode ser de um profissional da saúde; e, na sequência, ele precisa de acesso ao sistema de saúde de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

forma rápida e que esse sistema seja eficiente no seu atendimento de assistência médica e farmacêutica, de exames, para que diagnóstico correto e preciso também possa ser imediatamente concedido. Hoje nós temos, em média, como já foi dito também aqui na Mesa, cinco anos para que o paciente possa ter um diagnóstico. É lógico que ele vai precisar, se houver, das terapias inovadoras disponíveis e legalizadas no Brasil; acesso a terapias inovadoras; e o investimento no empoderamento dos pacientes, o que é importante também – uma fala que também já foi posta hoje. Esses pacientes estão cada vez mais cientes das suas representações, cada vez mais habilitadas a advogar, a levar informações que são relevantes para o governo e para as autoridades, e a fazer da sua voz o ganho daquilo que nós estamos fazendo aqui hoje: conversando sobre necessidade de avanço, conversando para encontrarmos soluções.

O que sabemos? Que não resolveremos grandes problemas sociais se não crescermos a partir da inovação – a inovação é o que movimenta, a inovação é que faz girar a roda da economia e que traz desenvolvimento, e sem inovação e desenvolvimento não teremos soluções para grandes problemas sociais, como discutimos aqui agora –; o Brasil atingiu em 2016 sua pior posição competitiva na história, e estamos na 33ª posição; nós ocupamos hoje a 13ª colocação entre os que mais realizam pesquisas clínicas, então nós temos só 2,3% do total sendo realizadas; o cenário econômico é adverso – o político, a gente não precisa nem considerar –, e há as já conhecidas e não solucionadas barreiras regulatórias e de recursos humanos, que travam o desenvolvimento tecnológico e a inovação.

Reconhecemos todos os avanços que foram feitos do ponto de vista regulatório, mas sabemos que precisamos avançar cada vez mais se quisermos melhorar o nosso desempenho.

Ainda assim, o setor desenvolveu no mundo mais de 700 projetos de inovação em 2015, e aportamos em torno de US$120 bilhões a US$160 bilhões no mundo em pesquisa e inovação; 67% das empresas mantiveram iniciativas locais de pesquisa e desenvolvimento no Brasil em 2015, apesar da grande dificuldade para se manterem essas pesquisas aqui; mais de 500 estudos são patrocinados diretamente pelas empresas e promovidos por elas; e 5 novos produtos foram desenvolvidos em 2015 – lembrando que se leva em torno de 13 anos o desenvolvimento de um produto, a partir da descoberta da sua possível inovação, e em torno de US$1,3 bilhão para chegar ao mercado um produto de inovação farmacêutica.

Pesquisa clínica: no mundo, nós temos mais de 15 mil; e, no Brasil, pouco mais de 500 pesquisas em andamento. Isso é multifatorial, mas com certeza o entrave regulatório é um dos fatores; insegurança jurídica, etc.

Pesquisa clínica em desenvolvimento no mundo e no Brasil, para essas doenças listadas: para doenças raras, 66 no mundo, e 2 estudos no Brasil – são dados que estão referenciados.

Estudos em fases III e IV. Nós temos, para doenças raras, 47 em fase III; e, em fase IV, já no mercado, 21 drogas.

E no mundo real? Como está o direito do paciente? Como a gente vê, como a gente vive, como a gente milita e trabalha com isso? Com o acesso a novas terapias, a partir da disponibilidade do mercado – aquilo que já foi dito –, em que a gente oferece soluções tecnológicas para o aumento da expectativa de vida, soluções para a saúde e qualidade de vida. E aí o acesso se dá por aquisição particular ou por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

incorporação no Governo Federal ou nos protocolos da Agência Nacional de Saúde Suplementar, que, quando não incorpora, só resta uma via, não há outra: o produto é órfão. Não há outro tratamento no sistema, não há outro tratamento na ANS. Só há uma porta, e essa porta é a judicialização. E todos esses estudos, inclusive da Fiocruz, de universidades superconceituadas e do próprio Ministério da Saúde, demonstram que a solução para a redução da judicialização é discutir critérios de incorporação desses tratamentos no sistema público brasileiro e no sistema privado. Não há outra saída.

Essa discussão tem que passar para um debate que inclua a sociedade civil, hoje aqui representada, e também as indústrias farmacêuticas. As indústrias farmacêuticas o tempo todo estão fora dessa discussão. Se nós somos os detentores dos registros, nós temos que trabalhar com o Governo para compor em relação aos ajustes de preços. Preço no Brasil, controlado; preço no Brasil, autorizado; preço no Brasil, menor preço mundial. Nós ainda temos e estamos compondo com o Governo para viabilizar melhor preço para a incorporação desses produtos. Só assim a efetivação do direito à saúde do paciente será concretizada. E é preciso que isso ocorra.

Então, o que nós vamos ter aqui? Democracia e cidadania ou caos administrativo? Talvez hoje tenhamos caos administrativo, e precisamos compor, e precisamos resolver, e precisamos contribuir todos nós. Essa não é uma solução individual de ninguém, porque, sozinho, essa solução não virá. Não adianta o Governo, de um lado, dizer que está fazendo; não adianta a indústria dizer que está fazendo; não adianta a associação de pacientes dizer que está fazendo. Nós precisamos fazer juntos! Não dá para fazer separado. Não é possível que ninguém ainda percebeu isso. Tem que ser ouvido todo mundo: as universidades; tem que ser ouvido quem pesquisa, quem estuda, quem milita, quem trabalha com isso diariamente, que são as associações de pacientes. E é preciso ter ouvidos para ouvir, é preciso internalizar o que é dito, é preciso analisar e fazer dessa contribuição uma viabilidade para que essa solução venha.

Eu trabalho na iniciativa privada desde 2012; conheci as doenças raras a partir daí. Eu trabalhei 25 anos no sistema de vigilância sanitária brasileiro. E desde que eu cheguei aqui a conversa é essa. E os passos são lentos, e os passos são poucos, e os pacientes morrem. Nós não podemos admitir isso. Quem pesquisa, quem inova, quem possibilita as soluções tecnológicas não pode admitir óbitos de pacientes, como estão acontecendo.

Democracia e cidadania é judicialização da saúde? Sim. A judicialização contribuiu para que o conceito constitucional do direito à saúde se fizesse materializado na entrega dos produtos a esses pacientes, porque, se não fosse por essa via, esses pacientes não teriam o acesso garantido ao seu tratamento.

É lógico que os operadores do direito, o Ministério Público, o Judiciário, com todas as suas deficiências...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES – ... assim como nós todos temos, são prova da garantia dos direitos à saúde e, ao mesmo tempo, os balizadores dessas conquistas.

Eu vou acelerar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É importante deixar claro que a Interfarma não defende a judicialização como uma política positiva para a saúde pública.

Defendemos as políticas públicas e sabemos que elas são necessárias, que só a partir delas podemos avançar. Mas é preciso entender que a causa é a não incorporação, atrasos e problemas de logística, que deixam o paciente sem produto e que, por isso, levam à judicialização.

A judicialização não vai resolver problemas administrativos e de gestão. As consequências são a desorganização das contas e do planejamento do sistema público e da indústria farmacêutica, o favorecimento aos que melhor demandam e não aos que realmente necessitam e a geração de oportunidades para ações antiéticas e prejudicais ao sistema. É preciso também reconhecer que essa é uma ocorrência que temos observado.

O aumento da judicialização, de 2013 a 2016, foi para 140%. O gasto público foi de R$1,2 bilhão, e com modalidade de depósito em conta foi de R$72 milhões.

E aí é um *ranking* dos medicamentos judicializados. Noventa e oito por cento são de medicamentos para doenças raras. Por quê? Porque eles não estão incorporados; só há um produto incorporado há mais de 20 anos para doença de Gaucher. Então, só há essa porta mesmo de entrada e de solução para esses pacientes. E vemos que temos produtos registrados e legalizados no Brasil há 12, 14 anos, e temos produtos recentemente também registrados, nenhum incorporado, todos submetidos e todos negados.

Agora, a grande discussão é como submetê-los novamente para que possamos observar alguma solução no fim do túnel, para que possamos realmente fazer as submissões e que essas incorporações sejam uma realidade.

A execução orçamentária eu acho que é importante considerarmos. São 177 bilhões não executados, acumulados em 13 anos. Temos aqui, mais ou menos, a média de um orçamento/ano, que é 1 bilhão. Temos também uma deficiência também da execução orçamentária dentro do componente dos 10% destinados a medicamentos, além, lógico, dos 90%...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES – ... do restante do orçamento.

Estou dizendo aqui de orçamento autorizado, não estou dizendo de hipótese de orçamento aqui, não.

Então, nós temos esse olhar de que é preciso resolver isso também para que possamos melhorar o desempenho em relação à oferta das tecnologias necessárias.

Temos algumas sugestões, como a criação de canais de diálogo entre os cidadãos e Governo para conciliação prévia, evitando a juntada de ações judiciais – é lógico que são ações de conciliações resolutivas para o paciente –; criação de varas especializadas, o que está sendo organizado pelo CNJ, junto com o Ministério da Saúde; qualificação dos operadores do direito e qualificação dos processos judiciais – isso também está em processo, todo mundo sabe disso –; nova política de incorporação de tecnologias para romper o círculo vicioso da Conitec, que se recusa a incorporar por falta de recursos –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

decisão que estimula a judicialização e obriga o Estado a adquirir produtos com preços quatro vezes maior *per capita*, quando comparado ao paciente com acesso a medicamento pelo SUS –; publicação dos PCDTs, como já foi dito aqui repetidas vezes.

Nós esperamos que pelo menos no que foi definido pelo Ministro Barros – Mucopolissacaridores II e IV, Pompe, Fabry – possa efetivamente ser publicada. Foi publicada agora, no começo de agosto, a CP 33/17 (incorporação) para o tratamento da Mucopolissacaridose II, que está em fase de consulta pública. Nós esperamos que ele realmente possa ser o primeiro produto a ser incorporado.

Agora, Senador Moka, uma contribuição importante do Congresso brasileiro. Há um PLC (PLC 56, de 2016) que está nesta Casa, na CAS, com relatoria do Senador Garibaldi. Se o andamento do projeto for favorável, esta será a primeira lei brasileira para pessoas com doenças raras.

Eu acho isso de enorme relevância. Acho que vai ser uma contribuição. Tenho convicção de que vai ser uma contribuição efetiva para esses pacientes. Está na relatoria do Senador.

Na Câmara, a gente destaca o PL que começou nesta Casa, o PL 200, que agora é o PL 7.082, de 2017, que está na relatoria do Deputado Afonso Motta, na Comissão de Ciência e Tecnologia. Acho que é importante essa contribuição do Congresso Nacional, para que possamos avançar também nas garantias legais, apesar de constitucionais, para esses pacientes. É importante que o Brasil reconheça, não só por portaria ministerial, a importância do tratamento das doenças raras na saúde pública brasileira, mas também dos marcos legais que possam ampliar a garantia dos direitos.

Essas são publicações da Interfarma que tratam do tema, que eu trouxe para que os senhores pudessem conhecer. Se tiverem interesse, podemos disponibilizá-las também.

Aqui, fica o meu obrigado e uma reflexão importante: a vida é fugaz, é rápida, e as ideias, as inspirações e o amor são duradouros. Então, precisamos ter ideias e inspiração para dar soluções para aquilo de que a sociedade precisa.

Mais uma vez, muito obrigada. Espero poder contribuir em outras oportunidades. Estamos à disposição para compor soluções em torno das necessidades das pessoas com doenças raras no Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Muito obrigado.

O último palestrante é o Dr. Antonio Souza Prudente, Desembargador do Tribunal Federal da 1ª Região.

O SR. ANTONIO SOUZA PRUDENTE – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela inversão da pauta, porque acredito que falar por último sempre é muito importante pelo aprendizado que aqui tivemos com as exposições de cientistas sobre a matéria.

Agradeço o honroso convite da Senadora Marta Suplicy e também dos demais Senadores que promoveram esta audiência pública.

Lamento que o Poder Judiciário não tenha oportunidades como esta de, dentro do princípio constitucional da harmonia dos Poderes, assim atuar em parceria com o Poder Legislativo nessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

políticas que têm caráter expressamente precautório. A rigor, quando se fala em saúde pública, nós estamos cuidando de uma garantia fundamental posta na Constituição de 1988, que é aquela que garante a todos um meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida de todos. Portanto, a responsabilidade é conjunta.

Mas destaco logo, Senador, e parabenizo esta Casa congressual, este momento histórico, em que se afirma o postulado do Estado democrático de direito no sentido de tratar de uma matéria tão relevante, que envolve direitos humanos através do instrumento ditado pelo Texto Constitucional, que é a lei formal. Os projetos de lei aqui noticiados revelam aquilo que a Constituição da República estabelece no art. 49, inciso XI, dizendo que compete ao Congresso Nacional: "XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes; [...]."

Nós estamos vivendo, ainda hoje, com as ferramentas da ditadura. Imaginem os senhores, quando o Congresso se debruça sobre a legislação de uma política pública sobre doenças raras, na minha ligeira pesquisa – e já citado aqui também esse texto normativo –, deparo-me com uma Portaria Governamental nº 199, de 30 de janeiro de 2014, que estabeleceu esta política pública.

Imaginem os senhores! É o príncipe, ditando a regulamentação de um direito fundamental, quando a Constituição diz expressamente, ao tratar do direito fundamental à saúde e da implementação do SUS, que somente nos termos da lei é possível tratar dessa matéria.

Aí já começa um grave desvio, porque a lei obriga; a Portaria, não. Quando o Executivo dita as normas, ele faz a política e cerca essa política de inúmeras burocracias. A realidade histórica mostra isso.

Um outro aspecto que me parece relevante, Senador, é que o Projeto de Lei em discussão nº 530, de 2013, efetivamente, busca dar eficácia a um princípio fundamental nesta matéria de saúde pública, que é o princípio da precaução.

Todas as determinações, no sentido de se criar um cadastro nacional de doenças raras e de se adotar critérios e instrumentos regulatórios específicos para facilitar o registro e a entrada de medicamentos destinados ao tratamento de doenças raras no mercado nacional e no Sistema Único de Saúde, assegurando o atendimento aos parâmetros de segurança, mas sobretudo à produção e divulgação de indicadores epidemiológicos sobre doenças raras, de forma a subsidiar o planejamento, o monitoramento e a avaliação da política, o estímulo à pesquisa científica, da maior importância, e ao desenvolvimento científico e tecnológico, voltados para a prevenção e o tratamento de doenças raras, com ênfase para a produção de novos medicamentos imunobiológicos, todas medidas de precaução, são exatamente o princípio alfa que governa o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial, a saber a qualidade de vida de todos.

Outro aspecto que me parece relevante destacar aqui é que o direito fundamental à saúde, previsto no art. 196 da Carta Política Federal, é um direito de eficácia imediata. O grande passo do neoconstitucionalismo dado por este Congresso Nacional, com a Constituição de 88, fora escrever literalmente um §1º ao art. 5º da Constituição da República, que diz: Todos os direitos e garantias expressos nesta Constituição... E mais: no §2º, e aqueles outros previstos em tratados e convenções internacionais de que o Brasil é signatário, têm eficácia imediata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Como juiz, não preciso de lei ou de regulamentação para fazer valer esse direito – como, aliás, tem decidido brilhantemente o Supremo Tribunal Federal nesta matéria, a despeito dos entraves que magistrados, sobretudo de primeira instância, sem a mínima sensibilidade, têm posto no sentido de garantir, com a urgência necessária, a distribuição do medicamento e do tratamento àqueles que são portadores de doenças raras e de doenças graves. Peço licença, Presidente, para citar a mais recente decisão do Supremo Tribunal Federal, da Ministra Cármen Lúcia, prolatada no dia 16 de fevereiro deste ano, confirmando uma decisão de um colega Desembargador do Tribunal de Justiça do Acre que garantiu a distribuição de 54 frascos de medicamentos eculizumab (Soliris) pelo requerente no prazo de 15 dias, sob pena de multa de R$500 por dia de atraso. Vejam V. Exªs, a Ministra Cármen Lúcia repete nessa decisão todos os precedentes dos seus colegas anteriores – Ministro Peluso, Ministro Lewandowski, Ministro Carlos Ayres, Ministro Gilmar Mendes e a própria Ministra Cármen Lúcia com várias decisões nesse sentido. Mas essa jurisprudência solidificada na Corte Suprema no sentido de garantir a eficácia plena do direito fundamental à saúde foi liderada por este extraordinário magistrado decano da Suprema Corte Celso de Mello nos termos seguintes, já rejeitando todos os argumentos da Advocacia Pública que criam todos os entraves perante o Judiciário para não permitir que esse direito tenha efetividade. Diz o Ministro Celso de Mello nesse julgamento:

> [...] A questão da reserva do possível: reconhecimento de sua inaplicabilidade, sempre que a invocação dessa cláusula puder comprometer o núcleo básico que qualifica o mínimo existencial [...]. O papel do poder judiciário na implementação de políticas públicas instituídas pela Constituição e não efetivadas pelo Poder Público. A fórmula da reserva do possível na perspectiva da teoria dos custos dos direitos: impossibilidade de sua invocação para legitimar o injusto inadimplemento de deveres estatais de prestação constitucionalmente impostos ao [...][Estado]. A teoria da "restrição das restrições" (ou da "limitação das limitações"). Caráter cogente e vinculante das normas constitucionais, inclusive daquelas de conteúdo programático, que veiculam diretrizes de políticas públicas, especialmente na área da saúde [...]. A questão das "escolhas trágicas". A colmatação de omissões inconstitucionais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO SOUZA PRUDENTE –

> ... como necessidade institucional fundada em comportamento afirmativo dos juízes e tribunais e de que resulta uma positiva criação jurisprudencial do Direito. Controle jurisdicional de legitimidade da omissão do [...] [Estado]: [é uma] atividade de fiscalização judicial que se justifica pela necessidade de observância de certos parâmetros constitucionais [sobretudo a] (proibição de retrocesso social, [e a] proteção ao mínimo existencial [...]

Vejam os senhores que essa jurisprudência já está solidificada no Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Presidente, o que nos preocupa no momento – e vejo que uma das ilustres palestrantes também destacou essa sua preocupação – é que essa matéria, está dito aqui pelo Ministro Carlos Ayres logo adiante, é da reserva absoluta da competência do Supremo Tribunal Federal, que tem o dever de garantir a eficácia plena dos direitos fundamentais. Nenhum outro tribunal do País, com todas as vênias do Superior Tribunal de Justiça, que é o guardião do Direito federal, poderá dizer a palavra final sobre essa matéria. E essa matéria está afeta ao Supremo Tribunal Federal, em nível de repercussão geral, que sabiamente, Presidente, não deu aplicação ao dispositivo desse novo CPC, que diz que, quando a matéria é afetada ao tribunal competente, sobrestará todos os processos no Território nacional, até que esse tribunal defina o paradigma a ser seguido pela jurisprudência e pela administração no Brasil. Mas nós somos surpreendidos, *data venia*, com a decisão do Superior Tribunal de Justiça, que também afetou essa matéria de saúde...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO SOUZA PRUDENTE – ... e mandou paralisar todos os processos no Brasil, ainda que posteriormente nos autorizasse, porque a lei e a Constituição determinam que nenhuma lei poderá excluir da apreciação e da proteção judicial qualquer ameaça e lesão a direito. E nós podemos, sim, conceder tutelas de urgência, porque do contrário, Presidente, nós estaríamos a criar um verdadeiro holocausto em nível nacional.

Na qualidade de Presidente da 3ª Sessão do TRF da 1ª Região, que reúne a 5ª e 6ª Turmas, que presidimos, e temos competência em matéria de saúde sobre 80% do Território nacional, nós estamos tranquilos em seguir a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, vejo que a Magistratura recém-empossada, sobretudo no Distrito Federal, está criando uma jurisprudência também ameaçadora desse direito fundamental, à medida que criou-se um núcleo de perícia judicial, em uma desconfiança inusitada do laudo médico do especialista, que apresenta ao juiz um paciente com doença rara. Esse paciente é submetido, então, por determinação judicial, a uma perícia que deve ser realizada somente no Distrito Federal. Isso é totalmente irracional, Sr. Presidente, porque nós temos o instrumento da deprecação judicial.

Eu tenho um caso aqui em que um cidadão com 80 anos de idade pede à juíza quase que pelo amor de Deus que ela o dispense de vir a Brasília, até porque ele é um hipossuficiente financeiro, e um hipossuficiente também emocional, porque o portador de uma doença grave como essa esta, realmente, com sua autoestima debaixo do tapete. Não tem condições, nem psicológicas, nem emocionais, nem financeiras, de vir a Brasília submeter-se a uma perícia. E aí o que faz o juiz em Brasília? Indefere a petição inicial e nega a jurisdição. E aí cria-se um obituário, Presidente, que o CNJ precisa apurar. É de grave responsabilidade.

Já concluindo, quero dar a notícia aos senhores da minha preocupação, como Presidente da 3ª Sessão e membro da 5ª Turma do TRF, do pleito de um magistrado da Sessão Judiciária do DF, que inclusive faz campanha no Tribunal para que especialize a sua Vara, quando o CNJ, acertadamente, através de algumas resoluções... E o nosso Tribunal já determinou a especialização de varas em matéria de saúde, quando o novo CPC, no art. 1.048, inciso I, determina...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ANTONIO SOUZA PRUDENTE – ... que esses processos tenham prioridade absoluta. E, na verdade, Presidente, eu tenho precedentes desse ilustre magistrado que nega todas as antecipações de tutela.

E uma sentença que me preocupa com esse fundamento. Ao indeferir a petição inicial, diz o magistrado: "Essa jurisprudência que se criou sentimentalmente e determina a distribuição de medicamentos agride a política econômica do Governo." Eu acho que é insustentável esse argumento e, se realmente a intenção da lei e do CNJ é de especializar varas em matéria de saúde, é para salvar, não é para matar, porque, se fosse para deixar morrer, não se precisaria especializar nada.

Portanto, temos que ter muita clareza nessa matéria.

Parabenizo esta Casa congressual, repito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO SOUZA PRUDENTE – E, para concluir, Presidente, eu queria citar, se V. Exª me permite, uma experiência agradabilíssima, que me sustenta como melhor salário da magistratura.

Quando o primeiro processo eletrônico aportou no nosso TRF da 1ª Região, eu fui sorteado para apreciar esse pleito. E um assessor me disse: "Doutor, o processo não tem assinatura na sentença do juiz, nem o procurador assinou também a apelação. O que vamos fazer?" Então, verificamos que era processo eletrônico e a assinatura era eletrônica. O juiz indeferiu a inicial por quê? O pleito era exatamente para atender com urgência a distribuição de um medicamento muito caro, Naglazyme, para atender a uma doença degenerativa. E se tratava de uma jovem de 14 anos, que tinha um diagnóstico médico nos autos de seis meses de vida se não tivesse atendimento com a rapidez necessária. Então, procuramos o pedido. O advogado, também intelectualmente hipossuficiente, não deixava a petição com clareza. E eu digo: "O que fazer?" Então, pede licença a Allan Kardec e materializa o processo, porque eu quero ver as provas. (*Palmas.*)

E fui olhar as provas do processo, Presidente. E a primeira prova fotográfica foi desta adolescente, com 14 anos de idade, já com os membros atrofiados e os olhos esbugalhados, gritando e pedindo à Justiça: "Salve-me! Dê-me o medicamento para sobreviver!" Eu digo: "Meu amigo, o pedido da parte autora está explícito na retina de seus olhos." "Mas o senhor vai colocar isso na sentença?" "Claro! Isso é prova fotográfica." E concedemos antecipação de tutela.

Logo depois, recebi a visita de um grupo de ilustres advogados da AGU: "Doutor, o senhor pode quebrar o Erário com essa decisão." Eu disse: "Você é evangélico?" "Sou." "Eu sou um católico relaxado, mas há uma passagem na Bíblia que diz: 'Eu sou a ressurreição e a vida, e todo aquele que crê em mim, ainda que esteja morto, viverá.' Você acredita nisso?" Ele disse: "Até logo, doutor." Foi embora, não recorreu da decisão.

Isso foi em setembro. Em dezembro, eu recebi um cartão de Natal, entre tantos outros, alguns mecânicos, outros manuscritos, e esse era manuscrito, que tinha apenas o destinatário.

E diz assim – e eu guardo com muito carinho –: "Prezado Desembargador Souza Prudente, eu nunca olhei nos teus olhos, eu nunca vi o teu rosto e nunca apertei as tuas mãos, mas rezo todos os dias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para que Deus abençoe a ti e a tua família, porque você teve a coragem de se unir a Deus e desafiar os homens para me devolver a vida." E esse, para mim, é o melhor salário da magistratura: posso dormir tranquilo.

Mas, Presidente, alguém destacou aqui com muita propriedade: o maior inimigo do combate ao desmando da saúde pública, da educação pública no Brasil chama-se corrupção. É preciso combater a corrupção e o desvio do dinheiro público para que ele tenha a sua destinação como manda a Constituição.

Por isso, Presidente, eu trago uma proposta para análise, nessa reflexão que fiz ainda na madrugada de ontem, no sentido de que esse texto possa ter um acrescentamento de dois incisos. A proposta: ao art. 6º do projeto, §§2º e 3º, renumerando-se o atual parágrafo único como §1º, onde está escrito no §2º e fazendo a referência ao §3º. O que eu proponho? "O medicamento referido no parágrafo anterior fica isento de tributos federais e de tarifas alfandegárias para as finalidades desta lei." Até porque a União, a lei federal, como V. Exªs sabem, não pode isentar tributo das outras entidades federativas – a Constituição veda.

Uma outra proposta para se alterar o recente e novo CPC, que está vocacionado a ser uma colcha de retalhos – e aqui eu já contribuo com isso: "Os procedimentos judiciais visando a liberação de medicamento destinado ao combate de doença rara terão prioridade absoluta em relação aos demais feitos de judicialização da saúde", até mesmo prioridade em face da última lei votada por este Congresso para agilizar os pleitos das pessoas com mais de 80 anos.

Para finalizar totalmente, Presidente – e peço licença ao grande Senador da Paraíba, porque conheci seu pai, um extraordinário poeta, repentista, que traduzia a alma do nordestino, sobretudo no seu clássico Habeas Pinho, que leio com muito carinho –, eu quero invocar aqui na minha fala, Presidente, o poeta dos escravos, dos marginalizados pelas doenças raras, pelo abandono das políticas públicas que não se efetivaram até hoje. E faço votos de que este Congresso resgate a sua dignidade como fundamento do Estado democrático de direito. Na voz de Castro Alves – que atualíssimo! –:

Existe um povo que a bandeira empresta
P'ra cobrir tanta infâmia e cobardia!...
E deixa-a transformar-se nessa festa
Em manto impuro de bacante fria!...
Meu Deus! Meu Deus! Mas que bandeira é esta,
Que impudente na gávea tripudia?
Silêncio. Musa... chora, e chora tanto
Que o pavilhão se lave no teu pranto!...
Auriverde pendão de minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que a luz do sol encerra
E as promessas divinas da esperança...
Tu que, da liberdade após a guerra,
Foste hasteado dos heróis na lança
Antes te houvessem roto na batalha,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Que servires a um povo de mortalha!...

Abandonado, marginalizado, pelo descaso das autoridades estatais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Agradecendo ao Dr. Antonio de Souza Prudente, Desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, atendendo ao pedido do Senador Cássio Cunha Lima, que solicita a palavra para Patrick Teixeira Dornelles Pires.

Quero dizer que tenho de abrir um precedente aqui, Senador Dalirio, porque, na verdade, nas audiências públicas, falam os palestrantes, mas acho que, neste caso, a Presidência tem que abrir esse precedente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Obrigado.

O SR. PATRICK TEIXEIRA DORNELES PIRES – Obrigado.

Bom dia a todos! Ao cumprimentar, em especial, o Senador da Paraíba Cássio Cunha Lima, saúdo os componentes da Mesa, demais autoridades e todos os presentes, assim como os telespectadores – que sei que são muitos – que estão acompanhando esta audiência pela TV Senado.

Eu e Cássio fomos atraídos. Nós nos aproximamos, nos tornamos amigos, irmãos, em 2011. Foi uma energia muito forte que nos uniu. O nome dessa energia chama-se forças de vida. Foi o amor, o respeito pela mídia, que nos fez – e nos faz – lutar juntos.

Desde 2011, já estivemos juntos, em inúmeras batalhas, e esta audiência pública é mais uma prova dessa comunhão. Foi resultado de inúmeros diálogos entre nós e Cecília, da Afag, que aqui também está presente.

Dentre todos os predicados do Senador Cássio, ressalto o seu humanismo, que lhe é nato. Não estou como autoridade, pois não sou. Também não sou *expert* no assunto, dessas áreas, nem entendo muito de leis, ainda não, pois iniciei o curso de Direito na Unifacs, em Campina Grande, agora nesta segunda-feira.

No entanto, sei que o art. 196 da nossa Constituição Federal, de 1988, diz:

> "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

Se o art. 196 fosse respeitado, principalmente por aqueles que deveriam dar exemplo, não precisaríamos nem estar aqui hoje, fazendo esse debate.

Então, estou aqui para trazer a minha visão, do alto dos meus 112 cm, como paciente, como mais uma pessoa que, além de sofrer com uma doença rara, gravíssima, ainda é obrigada a enfrentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

desrespeito à vida, justo por autoridades que estão imbuídas a atuarem em sentido contrário, respeitando as suas vidas.

Meu nome é Patrick Teixeira Dorneles Pires. Tenho 20 anos. Nasci com mucopolissacaridose 4A, uma doença do metabolismo rara, grave, genética, evolutiva, degenerativa, multissistêmica, com baixa expectativa de vida. É uma doença que está sempre apontando para a morte.

Estou surdo. Só escuto em virtude do milagre do aparelho auditivo. Tenho opacificação da córnea, órgãos internos inchados, deformações ósseas generalizadas, compressão medular, dificuldades respiratórias graves, etc.

Quando a nossa medicação atrasa, as consequências são terríveis. Enfraquecemos rapidamente. Quem ainda caminha um pouco deixa de caminhar. Logo vêm as doenças respiratórias e dessas já perdi alguns amigos derrotados pela pneumonia. Mas vamos ser justos, eles foram assassinados.

Estou aqui, portanto, para clamar pela vida, não apenas a minha e dos pacientes de mucopolissacaridose da Paraíba e do Brasil, mas também de todos os doentes raros e graves do País que estão sofrendo com a constante ameaça a sua integridade física em virtude de descaso do Poder Público, pela indiferença, pela falta de respeito ao bem maior, que é a vida.

Faço parte de vários grupos nas redes sociais, de doenças raras, graves e de pessoas com deficiência em geral, e compartilho diariamente a aflição, a agonia de centenas de pessoas com diferentes doenças raras e graves de todas as partes do Brasil que não bastasse ter que conviver com as gigantes dificuldades de suas patologias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PATRICK TEIXEIRA DORNELES PIRES – ...ainda precisam travar a luta hercúlea em busca de tratamento e contra a absurda indiferença do Poder Público. E muitos estão perdendo essa guerra. Quase diariamente é noticiado nesses grupos o agravamento do quadro de alguns e o óbito de outros.

Eu digo que está acontecendo no Brasil um genocídio dos doentes raros pelo atraso no fornecimento de medicação ou pela suspensão de tratamentos. É um holocausto silencioso, pois o atestado de óbito não traz a informação real da verdadeira causa, que foi a falta de medicação. E a justificativa é simples: a doença de base.

Acontece que muitos pacientes estão perdendo direito a sua medicação da qual são dependentes, às vezes até tratamento de anos, ora porque suas liminares são cassadas pelo Judiciário...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PATRICK TEIXEIRA DORNELES PIRES – ... ora porque o Sr. Ministro da Saúde muitas vezes não cumpre decisões judiciais e simplesmente decide a bel-prazer parar tudo, pois alega que há muito rato no meio e precisa fazer uma limpa, como ele mesmo argumentou numa audiência que tivemos no Ministério da Saúde, no mês de fevereiro deste ano. Contrariando a lógica do menor custo, faz compras reduzidas das medicações, com estoque para poucos dias, mesmo com todos os custos óbvios de logística e entregas operacionais dessas compras fracionadas, que acabam por deixar brechas no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

fornecimento de medicações aos pacientes. Na verdade, os fatos mostram que da forma como está sendo gestionado não está funcionando. É preciso mudar.

Em meu nome e em nome de milhares de pessoas com doenças raras e graves, pelo art. 196 da Constituição Federal, que não está sendo cumprido, e acima de tudo pelo respeito à vida, clamamos que o Senhor Presidente da República Michel Temer substitua urgentemente o Ministro da Saúde para que mais vidas não se sucumbam. Precisamos de pessoas que falem das vidas, lembrem-se das vidas, não de números.

Muito obrigado.

Que Deus os abençoe! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu quero agradecer aos expositores.

Na verdade, a audiência pública não foi convocada, foram outros Senadores. Mas eu sou médico e sempre participei. Os que vieram aqui sabem que eu tenho uma tradição. Já presidi esta Comissão. Já fui a inúmeras audiências públicas. A última – eu me lembro – foi lá na associação do Legislativo.

Percebo o seguinte: a gente faz essas audiências públicas e eu, como Presidente, acho que a audiência pública... Nós podemos fazer uma outra rodada de perguntas e questionamentos, mas eu penso que o que vai realmente ajudar é se a gente construir aqui, Senador Cássio, um grupo que pode se iniciar aqui, com a doutora, que com muita experiência, que representa aqui a indústria farmacêutica, e com o representante do Ministério da Saúde, e nos unirmos naquilo que seja mais prático, como é que nós fazemos para que isso, realmente, na prática, funcione. A impressão que eu tenho é que se fala muito, se faz muito discurso.

Eu conheço isso, não de ouvir dizer. A minha família tem uma doença hereditária que antigamente era conhecida coreia de Huntington. Hoje já é doença de Huntington, porque existem vários tipos de coreia. Eu falo porque eu conheço isso. Eu tenho famílias de primos, tios, que foram dizimados pela doença de Huntington.

Eu acho que nessa questão a gente precisa ser prático. Nós temos que ter pragmatismo nisso, se não nós vamos ficar fazendo inúmeras audiências públicas e nós vamos sempre continuar criticando. Então, nós temos que resolver. A questão da pesquisa clínica, por exemplo. Desculpem e expressão, mas foi um parto para aprovar a pesquisa clínica aqui, porque cada um pensava diferente, não queria eram ideias conflitantes, ideologias conflitantes. Foi muito difícil. Está na Câmara tramitando, mas a autora, Senadora Ana Amélia, me convidou para assinar como coautor. Eu falei: eu não sou leigo. Antes de escrever, eu vou mandar para aqueles que, na prática, fazem isso, que são os pesquisadores. Aí o Dr. Paulo Hoff, de São Paulo, deu uma contribuição ao projeto, que acabou sendo aprovado aqui no Senado e está na Câmara.

A minha proposta, Senador Cássio Cunha Lima, é que, ao invés de continuarmos a discutir, pudéssemos fazer aqui, conceder a palavra aos dois, mas que houvesse uma proposta no sentido de um encaminhamento. Eu não sou Presidente. O Ronaldo Caiado, que é o Vice-Presidente, não pode continuar. A Presidente é a Senadora Marta, mas nós três poderíamos nos comprometer em criar também uma subcomissão que pudesse agregar e tratar essa questão das doenças raras de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

diferenciada aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, porque eu acho que isso é o mais prático que nós podemos fazer. Eu ouvi a Drª Teresinha falando aqui – ela conhece certamente – da questão da doença de Huntington. É uma doença genética. E 50% dos filhos de um casal em que um é portador da doença terão a doença. Então, isso é muito difícil – eu até me emociono.

Eu gostaria muito de fazer parte de uma subcomissão que pudesse levar isso da forma mais séria possível, para conversar... Nós temos grandes problemas. Nós temos um sistema que é o SUS, que eu admiro, que eu ajudei a construir, que é unificado e tem o seu lado... Não há recursos. É só comparar. Então, há essas coisas todas, mas, nem por isso, as pessoas, como disse o Patrick, vão morrer por falta de medicamentos.

Aí, doutor, desculpe, mas há a questão do Judiciário também. O senhor sabe disso. Nós chegamos ao limite de gente criminosa prescrever remédios caríssimos para pessoas que não tinham necessidade, tirando daquelas pessoas... Está se formando gente capaz de fazer isso. Recentemente, houve o escândalo daquela questão de órteses e próteses também.

Tudo isso precisa ser também contextualizado. Existe uma série de problemas que precisam ser analisados. Se tivermos a capacidade de colocar pessoas com experiência... Não pode ser todo mundo, que vocês escolham duas ou três pessoas que representem todos vocês, porque também não vai dar para ter uma comissão com toda a representação dessas doenças. Juntando com mais dois ou três Senadores aqui, vamos começar uma conversa com o Ministro. Aí V. Exª já fica responsável para unir e pegar os telefones, para, num prazo máximo de duas semanas, possamos fazer isso, dar continuidade de forma correta.

Eu sei que o Senador precisa viajar e concedo a palavra ao Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Agradeço, Senador Moka, a compreensão, saudando a todos que compõem a Mesa neste instante, o que é extensivo à Mesa anterior.

Eu gostaria de cumprimentar também a presença nesta audiência pública da Vereadora Ivonete Ludgério, Presidente da Câmara Municipal de Campina Grande, minha cidade natal, assim como também cumprimentar e saudar a presença dos Vereadores João Dantas e Alexandre do Sindicato, que também nos prestigiam neste instante.

Eu concordo, Senador Moka, integralmente com V. Exª que, desta audiência pública, meu prezado Patrick, agradecendo as suas sempre amorosas referências a meu respeito, temos que resultar em algo de concreto, objetivo e prático para vencer essa luta. O diagnóstico já está feito há muito tempo.

Nós precisamos é da terapêutica para resolver um processo que está identificado já há muitos anos, ceifando vidas, matando esperanças e sacrificando vidas.

E o que o nosso eloquente, brilhante Desembargador Souza Prudente – mais do que prudente: homem zeloso, cautelo na defesa da vida – fez foi mostrar que, entre as providências que podem ser tomadas, transformar em lei – e, aí, é iniciativa nossa – algumas portarias do Ministério da Saúde, dando o caráter impositivo para o cumprimento de algumas regras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas, mesmo antes dessas medidas, temos aqui, nobre Desembargador, uma iniciativa do Líder do PSDB nesta Casa, o Senador Paulo Bauer, que tem uma PEC que isenta de tributos não apenas os medicamentos raros, mas também os medicamentos de uso comum, para que possamos torná-los mais acessíveis à população. Mesmo que não pudéssemos isentar os medicamentos de uso comum, que fizéssemos pelo menos em relação aos medicamentos experimentais, aos medicamentos tidos como raros, para que possamos ampliar o acesso à população de 13 milhões de pessoas portadoras de doenças raras na saúde do Brasil.

Mas, antes disso tudo, faço aqui um apelo em reforço ao que Patrick fez há poucos instantes ao Ministério da Saúde, ao Ministro Ricardo Barros, para que o Ministério reveja a forma de aquisição dos medicamentos para as pessoas portadoras de doenças raras. Além de todos os problemas estruturais com que temos nos deparado, estamos vivendo um problema conjuntural, que são medicamentos que já estão incorporados, tratamentos que já estão em andamento, cujo abastecimento é iminente, porque o Ministério modificou o sistema de compras. Em vez de comprar por um período mais longo, garantindo o fornecimento sem o desabastecimento – e esse desabastecimento, em muitos casos, leva à morte os pacientes –, que possamos sair desta audiência pelo menos com esta decisão: quanto àquilo que vinha funcionando relativamente bem, que possamos ter o seu funcionamento normalizado, ou seja, que o Ministério da Saúde adote providências, aja com a urgência necessária, para que não se verifique novamente o desabastecimento no tratamento das pessoas com doenças raras. O próprio Patrick, amigos dele, muito recentemente, já tiveram a sua terapia, a sua infusão suspensa pelo desabastecimento promovido pelo Ministério da Saúde.

Então, a primeira providência que seja essa. Insisto e repito: que possamos revolver o problema do desabastecimento que está havendo. E não há argumento financeiro, não há argumento fiscal, não há argumento qualquer que possa justificar a mudança de procedimento, porque, no Brasil, infelizmente, temos um grave defeito: "Ah, mas temos que combater a fraude." Combata-se a fraude, prendam-se os fraudadores, cadeia para os corruptos, mas não se matem as vidas dos inocentes, que pagam pelos erros dos outros. Não há como você justificar a mudança na metodologia pelo simples fato de se identificarem fraudes. Repito e insisto: que se punam os fraudadores, que se prendam os fraudadores, que se transforme a lei com rigor e se aplique a lei com rigor para os que praticam corrupção, sim, sempre. Mas não podemos usar esse argumento de que existe desvio, de que existe fraude, de que existe corrupção, e desabastecer e descontinuar o tratamento de milhares de pessoas no Brasil.

Essa é a primeira solução prática, objetiva que podemos ter, e estamos renovando aqui, através do Dr. Eduardo David, que representa o Ministério da Saúde nesta audiência pública, aquilo que já fizemos pessoalmente ao Ministro da Saúde, Ricardo Barros, para que essa solução seja dada com presteza, com a urgência necessária.

Comprometo-me, Senador Moka, junto com V. Exª, a analisar a proposta do Desembargador Souza Prudente no que diz respeito a apresentar propostas legislativas, transformando em leis portarias que estão hoje regulamentando esse atendimento.

No mais, é buscar os mecanismos para que nós possamos definitivamente – a partir do diagnóstico que está estabelecido de que só existe um único caminho para atendimento a essas famílias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que é a judicialização –, com a participação da Anvisa, do Conep e de todos os órgãos envolvidos, incorporar novos medicamentos ao SUS, esses medicamentos órfãos, trazer a sua incorporação, garantir o seu fornecimento aos portadores de doenças raras, para que definitivamente nós possamos sair desse círculo vicioso em que o Estado brasileiro alega dificuldades financeiras que não podem ser alegadas. Não há como alegar dificuldade financeira para compra de medicamento para quem é portador de doença rara num país que paga auxílio-moradia para Senador, num país que paga auxílio-moradia para procurador, para ministro, para desembargador... (*Palmas.*)

... num país em que tem sobrado dinheiro para uma série de outras coisas. E é essa revisão da estrutura do País que precisa haver. É isto que a sociedade não aguenta mais, é isto que a sociedade não suporta mais: a inversão de prioridades, a inversão de valores – e não há valor maior do que a vida. Portanto, não há argumento fiscal, não há argumento financeiro que se justifique diante do problema que estamos enfrentando.

Da minha parte, deste modesto Senador da Paraíba, assim como, tenho certeza, do Senador Waldemir Moka, do Senador Dalirio, que aqui está conosco, estaremos empenhados – empenhados! – para que esse problema tenha solução definitiva, envolvendo todos os atores, todos os segmentos, todos os Poderes – Legislativo, Judiciário e Executivo – para que finalmente nós possamos ter o problema dos portadores de doenças raras no Brasil resolvido.

Foi possível com políticas públicas e integração desenvolver um programa que é referência mundial para os portadores de HIV, que é exemplar no mundo. Mas, no passado, o País, de forma exemplar, também conseguiu combater a poliomielite. É um exemplo no mundo: por que não podemos fazê-lo com a doença rara? Podemos, sim. Já demos provas de capacidade para tanto, basta que tenhamos essa inversão de prioridades e a compreensão de que não é possível mais faltar dinheiro para medicamentos e sobrar para auxílio-moradia daqueles que não precisam desse auxílio – e há outros exemplos; apenas tomo esse como um exemplo de referência de outros privilégios e situações que precisam de revisão urgente em nosso País.

Portanto, Senador Moka, eu quero agradecer a interrupção que o senhor fez de sua palavra neste instante. De fato, eu preciso me ausentar neste minuto porque, do contrário, perco um voo que tenho para São Paulo, onde farei ainda hoje à tarde, no Tribunal de Contas daquele Estado, uma palestra em que o tema das doenças raras também estará presente, porque os tribunais de contas, igualmente, têm responsabilidade com o tema.

Então, peço desculpas à audiência e a todos que aqui compareceram, porque, ao término desta fala, eu tenho que me ausentar para não perder o compromisso agora, nesta tarde, em São Paulo, cumprimentando a todos que nos prestigiaram com a presença, que nos dedicaram este tempo, renovando o compromisso inarredável pela vida, bem supremo de todos nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Obrigado, Senador Cássio Cunha Lima.

Passo a palavra ao Senador Dalirio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Presidente Moka, de fato, é uma manhã extremamente proveitosa que está se encerrando aqui, na Comissão de Assuntos Sociais.

Eu queria parabenizar os quatro Senadores que tiveram a iniciativa de fazer essa solicitação. Nós nos enriquecemos muito conhecendo em maior profundidade algo que tem afligido enormemente segmentos importantes da população brasileira e do mundo, mas, aqui, nós enquanto membros do Congresso temos a responsabilidade de ter a sensibilidade de, ao tramitar legislação, podermos, de fato, contemplar aquilo que deve ser inserido em qualquer diploma legal no sentido de fazer com que as vidas das pessoas acometidas de doenças raras, de fato, possam ter os tratamentos que a ciência desenvolveu para que muitas dessas doenças possam ser revertidas, mas, sobretudo, para que, com aquelas que não puderem ser revertidas, possam permitir que esses cidadãos, infelicitados em função do acometimento dessas doenças raras, possam ter uma vida digna e prolongada.

Por isso, eu queria agradecer a todos os palestrantes, que nos ofereceram ricas informações a respeito dessa questão tão problemática no Brasil. Eu queria agradecer e fazer minhas as palavras do nosso Senador Cássio Cunha Lima e também do Patrick, que aqui fez uma manifestação, um desabafo pessoal, que, com certeza, também serve na boca de todos os portadores de uma doença rara.

Foi uma manhã rica, e, com certeza, ganhou a nossa Comissão de Assuntos Sociais, ganhou o Senado Federal, e tenho certeza de que ganha o Congresso Nacional, porque é aqui que se formatam as leis que podem ir ao encontro de uma solução para essas questões das doenças raras.

Agradeço ao Moka, que é nosso Presidente da nossa Comissão na manhã de hoje, e parabenizo a Comissão pela iniciativa desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu quero fazer uma proposta ao Plenário.

Primeiro, como já disse, eu sou só apenas membro da Comissão, mas vou pedir à Senadora Marta Suplicy que crie uma subcomissão, com dois ou três Senadores, os mais envolvidos, os que têm mais interesse. E vou pedir que vocês se reúnam e que escolham, entre os vários representantes, aqueles que iriam compor... Eu já consultei o nosso Desembargador...

O SR. ANTONIO SOUZA PRUDENTE – Para não excluir o Judiciário, que eu acho que tem o dever de contribuir com a proposta de V. Exª, que é excelente.

Nós temos uma competência criminal no nosso Tribunal para cassar e punir os fraudadores que a Polícia Federal identificar, para o Ministério Público apresentar as ações competentes. Isso não pode inibir a nossa independência de dar cumprimento à jurisdição civil. Quero deixar isso muito claro.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Então, o Desembargador daria uma sustentação jurídica.

Apenas diria que a presença da Drª Teresinha, como médica e como especialista em genética, daria uma grande contribuição, porque é um aspecto bastante técnico. E nós vamos precisar disso.

Tenho certeza de que o Senador Ronaldo Caiado pode ajudar, mas temos outros Senadores e Senadoras que podem querer fazer parte dessa subcomissão. Não vejo outra forma de chegarmos a alguma coisa de concreto se não for através de uma organização que envolva a Anvisa, o Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Saúde e, sobretudo, a Comissão de Saúde do Senado Federal, mas com uma representação daqueles que vivenciam na prática a dificuldade, seja pessoal, seja de familiares, das chamadas doenças raras.

Então, eu queria propor que trocássemos os telefones. Se não tomarmos cuidado, não pode demorar mais do que uma semana ou duas semanas para que encaminhemos isso. A tendência – e tenho experiência – é de que essas audiências públicas acabem se perdendo. É tudo muito bonito e tal, mas qual é a conclusão prática disso? Pode ser que essa subcomissão não dê em nada, mas vamos ter um grupo que vai correr atrás e ver qual seria a maior conclusão, extremamente respaldado pelo Poder Judiciário, ao qual agradeço muito.

Creio que essa é a forma mais prática de se conduzir essa audiência pública, mas queria a aquiescência do Plenário para que eu pudesse terminar esta audiência pública desse jeito, já combinando como faríamos, trocando telefones. Coloco o meu gabinete à disposição para essa primeira reunião, embora seja no 24º andar, às vezes difícil. Se não puder ser lá, que seja em algum outro lugar que tenha melhor acessibilidade, mas que possamos nos reunir daqui a dez dias ou no máximo quinze dias para tratar qual é a subcomissão que deverá ser criada numa sessão ordinária, que poderá ser na próxima quarta-feira. Tomo a responsabilidade de pedir para a Senadora Marta e, havendo a aprovação do Plenário, tirar os Senadores que queiram fazer parte dessa subcomissão. Assim vocês já teriam os nomes das pessoas que fariam parte dessa subcomissão, para que a gente pudesse realmente buscar soluções.

Eu percebi durante as falas que há algumas doenças que já estão mais avançadas, têm mais algum tipo de apoio, e há algumas doenças que não têm quase que absolutamente nada. Então, tudo isso nós temos que fazer. É um trabalho a que nós vamos ter que nos dedicar. Mas eu quero tomar a responsabilidade de ajudá-los nessa tarefa, porque, como já disse, é uma coisa que para mim, pessoalmente, é muito importante.

Pois não.

O SR. MARCELO ARO (PHS - MG) – Presidente, primeiro queria parabenizar V. Exª pela condução dos trabalhos.

Para quem não me conhece, sou Marcelo Aro, Deputado por Minas Gerais, pelo PHS, e fiz questão de participar desta audiência. Infelizmente, como aqui são várias as nossas funções – plenários, comissões –, a gente tem que se dividir. Mas eu fiz questão de passar e queria agregar a essa fala de V. Exª de criar essa Subcomissão, que eu acredito que será muito valiosa.

Mas eu queria somar, até para que V. Exª pensasse e a assessoria nos ajudasse a achar um denominador comum, porque nós também já evoluímos nesse debate na Câmara dos Deputados. Talvez, se fizéssemos uma comissão mista, onde nós pudéssemos agregar o conhecimento e toda a experiência e caminhada que galgamos na Câmara com aquela do Senado, acho que nós poderíamos agregar mais a essa causa.

Como V. Exª bem disse, hoje há uma realidade no nosso País. Eu estava conversando com o Presidente, falando para ele: "Presidente, hoje nós temos de 13 a 14 milhões de pessoas com doenças raras no País." Quando se fala em 14 milhões de desempregados, as pessoas se assustam, acham um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

número gritante, mas, quando se fala em doenças raras, não fazem ideia de que é o mesmo número – 13 a 14 milhões hoje no Brasil.

Eu sou pai de uma menina com uma síndrome rara, que é Cornelia de Lange, a síndrome da minha filha. Hoje, são aproximadamente 6 a 8 mil doenças raras catalogadas. A da minha filha chama-se Cornélia de Lange. Inclusive, na semana que vem faremos um congresso em Minas Gerais, um congresso mundial dessa doença. Estão vindo os melhores médicos do mundo – médicos do Japão, Inglaterra, Estados Unidos –, que são especialistas em doenças raras, que podem agregar também a esse debate.

E eu tenho certeza de que se somarmos – repito – o que nós já fizemos lá com o que V. Exª com os colegas estão fazendo no Senado, a força fica ainda maior. A gente sabe que as demandas dessas pessoas são inúmeras. É demanda de informação das doenças, é protocolo clínico, em que nós precisamos avançar...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Deputado, deixa eu... Eu acho que nós teríamos que envolver a Comissão de saúde, de seguridade da Câmara dos Deputados. Aí, eu acho que V. Exª poderia fazer lá e tirar alguns Deputados, e eu tenho certeza de que nós nos somaríamos.

O SR. MARCELO ARO (PHS - MG) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Mas eu acho que, quando eu digo subcomissão, eu quero chegar para, quando falar, nós estarmos falando em nome do Senado Federal ou da comissão de saúde do Senado Federal, para que isso realmente ganhe um peso político, que é o que precisa haver. É preciso chamar atenção para o problema. Eu acho que a sugestão de V. Exª é válida, mas a iniciativa – pode ser de V. Exª mesmo – tem que partir da Câmara dos Deputados e, na minha modesta avaliação, a partir da Comissão de saúde ou de Seguridade Social.

O SR. MARCELO ARO (PHS - MG) – Temos uma comissão lá que é para pessoas com deficiência, da qual eu sou membro.

Podemos fazer através dela e aí então fica a sugestão final: criada essa subcomissão do Senado, e a gente também criando uma subcomissão da Câmara, que essas subcomissões unissem os esforços, porque senão nós caminharíamos cada um fazendo um trabalho sendo que, se somarmos, os resultados serão maiores. Fica a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Então, eu quero ser prático. Eu gostaria de sugerir ouvir, por exemplo...

Pediu a palavra a doutora?

Eu queria sugerir um dia, uma hora, a sala, o local, onde a gente faria a primeira reunião. Não pode ser antes de quarta-feira que vem, porque antes de quarta-feira que vem eu não tenho condição de oficialmente dizer que nós temos a subcomissão. E nem posso garantir porque isso será submetido ao plenário. Mas eu acho que o assunto é por demais sensível para que esta Comissão não aprove.

Doutora.

A SRª MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES – É sobre uma questão de encaminhamento, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Poderíamos então fazer as informações e toda a articulação com o pessoal que organizou, a Secretaria que organizou aqui a audiência, ou no gabinete do senhor?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Não, eu acho que teria que ser aqui na Comissão.

A SRª MARIA JOSÉ DELGADO FAGUNDES – Aqui mesmo, não é? Com as meninas mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Fica melhor se for da Comissão. A única coisa é que alguém tem que se responsabilizar por isso. E aí a Comissão já fica avisada de que eu me responsabilizo por isso. Claro que a gente vai ter que ter uma agenda. Por isso que o número de pessoas às vezes não pode ser tão grande, vai ter que ser um número relativamente reduzido, mas capaz de exercer uma influência política, a começar pelo Ministério da Saúde e outras áreas também em que a gente pode influenciar.

E o importante é a gente nesta Comissão sabendo quais são as prioridades. Então este resto de ano nós vamos focar nisto aqui. Isto aqui, dois ou três itens. Mas isso não vai parar. No ano que vem nós vamos continuar até que a gente possa chegar, se Deus quiser, a um momento em que a gente se sinta realmente contemplado com essa política.

E aí precisa haver determinação e compromisso, senão é aquilo que eu falei. A gente fica fazendo discurso, discurso, mas na prática as pessoas continuam sem o remédio, sem o atendimento e eu acho que a audiência pública não pode terminar sem ter alguma coisa, uma tentativa pelo menos de ter alguma coisa de concreto.

Submeto ao Plenário... (*Palmas.*)

Eu vou dar o meu cartão, mas desde já o nosso contato aqui. E aí, veja bem, então vamos dividir, nós vamos selecionar os Senadores, o Deputado Federal Marcelo Aro vai também reunir lá os Deputados e nós vamos fazer uma comissão mista então e vamos nos debruçar exclusivamente para que a gente possa realmente fazer, ter compromisso de ir, procurar, marcar as audiências e ver onde que nós podemos realmente, qual é a prioridade, como é que nós vamos fazer isto aqui.

Claro que estou falando como membro, mas tenho certeza de que, se a Senadora Marta Suplicy aqui estivesse, aceitaria. Ou o Senador Ronaldo Caiado, que já esteve aqui. Eu acho que o Ronaldo vai aceitar isso. Afinal de contas, ele é um dos signatários desta audiência pública. O Cássio, talvez o Dalirio.

Mas, enfim, eu quero chamar a responsabilidade, porque, se não houver alguém que faça os contatos e que faça acontecer, a gente, daqui a um, dois meses, vai cair novamente e, então, vamos fazer outra audiência pública para falar as mesmas coisas e não vamos ter um avanço significativo. Não sei se eu estou sendo claro. Mas esta é a forma que eu acho mais objetiva.

Então, nada mais havendo a tratar, eu vou encerrar esta reunião e vou ficar aqui, para que a gente pessoalmente já possa trocar os cartões e acelerar essa questão. Se o Deputado puder participar, eu agradeceria muito também.

Muito obrigado a todos vocês que aqui vieram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Iniciada às 09 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e vinte e sete minutos do dia quinze de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências das Senadoras Marta Suplicy e Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Airton Sandoval, Valdir Raupp, Romero Jucá, Ângela Portela, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Dário Berger e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa (RAS 29/2017)**, atendendo ao requerimento RAS 29/2017, de iniciativa da Senadora Ana Amélia. **Finalidade:** Debater questões relacionadas à intercambialidade entre medicamentos biológicos e biossimilares. **Participantes:** Valdair Ferreira Pinto, Representante da Associação Médica Brasileira - AMB; Valderílio Feijó Azevedo, Conselheiro Científico da Biored Brasil; Ivan Zimmermann, Especialista na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS – CONITEC, do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde do Ministério da Saúde - DGITS/MS. Varley Dias Sousa, Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. A Presidente em exercício, Senadora Ana Amélia, registra a presença e autoriza o uso da palavra à Senhora Maria Lígia Lyra Pereira, Médica e Representante do Grupo de Estudos da Doença Inflamatória Intestinal do Brasil – GEDIIB e à Senhora Priscila Torres, Coordenadora-Geral da Biored Brasil. Usam da palavra as Senadoras Ana Amélia e Marta Suplicy, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Marta Suplicy

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/15

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 29 da Comissão de Assuntos Sociais, de 2017, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, para debater questões relacionadas à intercambialidade entre medicamentos biológicos e biossimilares.

Convido para compor a Mesa os ilustres oradores:

• Varley Dias Sousa, Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) – bem-vindo;

• Ivan Zimmermann, especialista na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde do Ministério da Saúde – bem-vindo;

• Valdair Ferreira Pinto, representante da Associação Médica Brasileira – bem-vindo;

• Valderílio Feijó Azevedo, Conselheiro Científico da Biored Brasil – muito bem-vindo.

Concedo a palavra, agora, à Senadora Ana Amélia, para as suas considerações.

Comunico também aos senhores oradores que esta Presidência concederá a palavra por dez minutos, que serão marcados naquele reloginho ali em frente.

Então, agora, com a palavra a autora da proposta de audiência, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cara Presidente, serei muito breve: é apenas para agradecer a V. Exª pela Presidência desta audiência pública e aos convidados que aquiesceram a este convite, cujo tema é extremamente relevante. E temos a certeza de que a audiência pública servirá para evidenciar a relevância dos trabalhos que vem sendo feitos e também servirá para os esclarecimentos da Anvisa em torno desse assunto, que é extremamente grave.

Eu me lembro de que, quando comecei o mandato, Senadora Marta, estava se discutindo a sibutramina. O então Presidente da Anvisa, Dr. Dirceu Barbano, tratava da questão porque a Anvisa não queria saber de nenhum medicamento para tirar apetite. Mas era uma questão em que os cardiologistas tinham grande interesse, em função dos efeitos da obesidade nas doenças cardiológicas. Então, à luz disso – apenas dou como exemplo da mudança de entendimento da Anvisa ao longo do tempo, pois foram sete, cinco anos, mais ou menos –, espero que também sobre essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

matéria tenhamos, de parte da Anvisa, a sensibilidade para pensar nos pacientes e numa qualidade de vida melhor.

Então, muito obrigada, Senadora Marta Suplicy, acho que a audiência vai dar mais esclarecimentos a todos nós, especialmente a nós que fazemos, entre aspas, "clínica geral" nos assuntos de que tratamos aqui nesta Casa, não sendo médicos.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Com certeza, Senadora. Gostei, porque muitas vezes temos que votar, e o nosso conhecimento em algumas áreas não são grandes. E essas audiências realmente nos ajudam a fazer um voto melhor, assim como as relatorias.

Com a palavra o primeiro orador, o Sr. Valderílio Feijó Azevedo, por dez minutos.

O SR. VALDERÍLIO FEIJÓ AZEVEDO (*Fora do microfone.*) – Posso ficar aqui?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Dá para gravar ele em pé, ou é melhor ele se assentar?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aperte o botãozinho aqui. Pronto, deu certo.

O SR. VALDERÍLIO FEIJÓ AZEVEDO – A nossa apresentação, na verdade, é uma reflexão da Biored....

Não está passando aqui. Acho que travou o meu.... (*Pausa.*)

Esses são os meus conflitos de interesse: sou professor da Universidade Federal do Paraná; coordeno, há oito anos, o Fórum Latino-Americano de Biossimilares; faço parte do Comitê Executivo da Fundação de Saúde das Américas, cuja sede é em Washington nos Estados Unidos; trabalho com investigação clínica; e, desde o ano passado, sou consultor científico da Biored, e é por isso que eu estou aqui a representando então nesta sessão, nesta audiência.

Próximo.

Essa é a Biored, uma rede com várias entidades e associações filiadas desde 2016. São 31 organizações não governamentais, sempre preocupadas com questões relacionadas à saúde em várias áreas – gastroenterologia, dermatologia, reumatologia, oncologia. Então, é uma grande rede nacional, que prima por discutir assuntos que são de grande interesse e de grande relevância à saúde da população brasileira. Esses são os objetivos da minha apresentação. Vou falar um pouco sobre intercambialidade, o cenário geral, algumas conclusões e dados de troca.

A intercambialidade – especificamente aqui estamos falando de biossimilares – é uma propriedade que é conferida, na verdade, a duas moléculas. Mas, principalmente, uma molécula biossimilar permite ser trocada por um produto de referência e isso não gera nenhuma diferença em termos de eficácia e segurança para o paciente, ou seja, seria muito seguro um paciente estar usando uma molécula biossimilar que é intercambiável. Esse paciente está controlado clinicamente. Ao trocar por essa outra molécula, não vai gerar nenhum dano adicional, seja em eficácia ou em segurança a esse paciente. Essa é a definição.

A grande questão que nós trazemos é quem deve tomar essa decisão. Existem algumas definições adicionais. A troca é feita naturalmente por muitos médicos. É uma decisão. Por exemplo, quando está falhando uma terapia em um paciente, o médico troca por outra terapia. Isso se faz todos os dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A intercambialidade é um termo que foi criado inicialmente com uma designação regulatória, que é essa definição que eu coloquei. Um produto intercambiável, além de preencher os critérios de ser uma molécula biossimilar, deve também produzir o mesmo efeito terapêutico que o produto de referência em um dado paciente, em uma dada enfermidade. E a substituição automática é o estado legal. E são os pagadores que tomam a decisão. É a prática de dispensar um medicamento, ao invés de outro equivalente, de fato, que seja pelo menos intercambiável. Esse ato usualmente é tomado, é realizado por um farmacêutico, sem que haja consulta prévia ao prescritor. É um ato, então, é o estado legal. Não há ciência dentro dessa classificação, em termos científicos.

Existem várias autoridades regulatórias que têm regulamentado a intercambialidade, porque hoje, para uma molécula ser biossimilar, ela precisa de mais do que só a sua aprovação regulatória. Ela precisa vencer diversas barreiras relacionadas ao *marketing*, a reembolso, à preferência dos pacientes, à preferência dos médicos. O que ocorre muitas vezes é que, se uma molécula cópia vier ao mercado, aprovada, e não tiver intercambialidade, a sua penetrância no mercado é muito baixa. Por exemplo, existem dados econômicos nos Estados Unidos segundo os quais, se uma molécula for somente biossimilar e não intercambiável, ela vai preencher somente 5% do mercado. Então, a promessa de um biossimilar de diminuir custos em saúde não será feita sem intercambialidade. Essa é uma base feita em relação à produção dos medicamentos.

Com a intercambialidade, por exemplo, no mercado americano, existem estimativas de que possam ocupar cerca de 70% do mercado das moléculas de referências. A única razão – e aí eu gostaria de enfatizar – para que haja biossimilares no mercado é a diminuição de custos. Não há nenhuma outra razão para haver moléculas cópias, porque toda a experiência com as moléculas inovadoras já temos até este momento. A única razão para haver moléculas biossimilares, ou seja, cópias regulamentadas, é que elas baixem os custos de saúde.

Quem decide a intercambialidade pode ser médico, paciente, pagador ou agência reguladora. Existem vários países e várias entidades. A Organização Mundial de Saúde, por exemplo, não tem uma posição final. Ela reconhece a importância do tópico. A agência europeia não nos ajudou a decidir sobre intercambialidade, porque ela deixou para os países membros da União Europeia que cada país decida com a sua agência regulatória específica. Na maior parte dos países, isso é discutido com o médico farmacêutico. Existe a anuência do médico para essa prescrição, mas a substituição automática tem sido feita em vários países da Escandinávia. Noruega e Dinamarca são países nos quais houve uma decisão pública dos governos de trocarem, em todos os pacientes, os produtos de inovação por biossimilares. Junto com isso, um programa de educação continuada para os médicos foi iniciado, e o sistema de farmacovigilância foi incrementado, para dar mais robustez a isso. Então, não foi uma medida somente de deixar de fazer a substituição automática, mas de melhorar o sistema como um todo, melhorando a sua farmacovigilância e educando médicos, pacientes e pagadores. Então, essa decisão de deixar solta a intercambialidade não pode estar desatrelada de educação continuada, inclusive para beneficiar o sistema e não gerar as dúvidas e as celeumas que possam existir em relação às trocas.

O FDA evoluiu de uma forma diferente. Ele determina se um produto é biossimilar ou se ele é biossimilar e intercambiável. Existe uma lista, inclusive, chamada *Purple Book*, que identifica se o produto é biossimilar ou biossimilar e intercambiável. Até o momento, não há nenhum produto biossimilar e intercambiável aprovado nos Estados Unidos. Por que isso? Porque a substituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

automática não é frequente nos Estados Unidos. Nos países onde a substituição automática não é frequente ou é muito raramente exercida, a intercambialidade normalmente é regulada. Nos países onde a substituição automática é frequente, a intercambialidade não é regulamentada. Ela é deixada para a decisão de médicos e pacientes.

Eu não vou me deter aqui, mas só para colocar em relação a biossimilares e intercambialidade, que a Europa não nos ajudou a sanar o tópico. Na Finlândia, Portugal e Holanda – são alguns exemplos – são permitidas as trocas, desde que haja a supervisão de um profissional de saúde.

O posicionamento da Anvisa, dado em uma nota de esclarecimento, que vai ser comentada aqui pela própria agência, foi de deixar essa decisão para médicos e pacientes. Foi uma decisão na qual, dada a complexidade do tema e dado o momento em que nós estamos vivendo, sem uma geração de dados robusta no mercado brasileiro, a Anvisa optou por essa decisão.

É importante ressaltar que, nessa decisão, deixar para o médico é como deixar para alguém que não tem nenhuma educação fiscal que decida sobre política fiscal. Então, o que nós precisamos fazer, nesse segundo momento – e é um pensamento da Biored –, é que os médicos precisam ser esclarecidos em um programa de educação continuada, talvez pelo próprio Ministério da Saúde, que vai ser o principal pagador e o principal dispensador de moléculas biológicas no mercado brasileiro. Por exemplo, aqui há uma pesquisa feita pela Agfa, que é uma associação internacional: 35% dos médicos na América Latina nunca ouviram falar e não podem definir o que são biossimilares; 50% têm algum conhecimento básico do que são biossimilares; e só 12% dos médicos têm algum conhecimento, estão familiarizados e entendem completamente isso. Como vamos deixar que esses profissionais façam a decisão correta em relação à intercambialidade de produtos? Então, nós estamos diante de um desafio, que é a educação de pacientes.

Por exemplo, definir diferentes classes de biológicos: se é um biológico, se é um inovador, se é um biossimilar ou um produto não comparável, que são cópias não regulamentadas, porque não têm estudos clínicos... Aliás, um dos detalhes importantes é que essas cópias necessitam de estudos cabeça, realizados em seres humanos. São estudos de duas fases – fases 1 e fase 3 –, que são necessárias aí. Então, 50% dos médicos, somente, conseguem definir adequadamente essas três classes de produtos.

Mais um agravante é que biossimilares são biossimilares em relação ao produto de referência. Então, eles têm dados de comparação entre um biossimilar e o produto de referência. Imagine no mercado brasileiro, dada a política de PDP, que vai ser uma reserva de mercado para as cópias no Brasil, no sistema público, especialmente, em que nós vamos ter três ou quatro cópias. Essas cópias são intercambiáveis dentro do produto de referência, mas não há dados de intercambialidade entre elas. Elas não podem ser consideradas intercambiáveis, até que gerem dados de intercambialidade.

Existem muitas diferenças em termos de imunogenicidade entre essas cópias.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALDERÍLIO FEIJÓ AZEVEDO – Eu pediria... Esse é o meu tempo que se esgotou? Eu tenho um minuto? Então, eu tentar ser o mais breve...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vou pôr mais três.

O SR. VALDERÍLIO FEIJÓ AZEVEDO – Por favor. Muito obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em relação às trocas, existem várias entidades preocupadas com isso. A própria Liga Europeia de Combate ao Reumatismo tem, mas não fala. Quando um médico deve fazer a troca, ele só diz que um biossimilar pode ser utilizado. Algumas entidades, como a Sociedade Brasileira de Reumatologia, têm se posicionado em relação a isso. Todas as entidades apoiam fortemente a introdução de biossimilares no mercado, ninguém é contra a introdução de biossimilares, desde que haja regras muito claras e que, na verdade, para haver substituição automática, essas cópias sejam no mínimo intercambiáveis, tenham pelo menos dados de intercambialidade.

Aqui eu não vou falar, mas é só para mostrar qual é a primeira legislação. É a legislação europeia, feita pela EMA (European Medicines Agency), em 2006. O primeiro produto aprovado como biossimilar é uma cópia do hormônio do crescimento da Sandoz, que é o Omnitrope. De lá para cá, temos mais de 34 moléculas biossimilares aprovadas no mercado europeu, nenhum problema significante de segurança pública com os biossimilares na Europa, não há nenhum *paper*, nenhuma descrição científica que possa desabonar as cópias biossimilares que estão no mercado europeu. Então, existe muita celeuma também com relação à segurança e eficácia que não pode ser comprovada na prática clínica.

Aí, são dois artigos. A própria agência acabou de publicar também uma experiência de dez anos de biossimilares na Europa. Esse documento está à disposição a qualquer uma das autoridades aqui presentes.

Existem também alguns estudos nos países onde houve substituição automática, especialmente com uma das cópias que já está no Brasil, chamada CT-P13, que é comercializada já no Brasil. Tanto na Dinamarca quanto na Noruega, eu não vou entrar no detalhe aqui, mas para mostrar, não houve diferenças. Apesar de esses estudos terem sido criticados, não houve diferença em relação a ele.

Várias revisões sistemáticas na literatura também, mais de 153 *papers* revisados, nenhum mostrando nenhuma importante diferença entre biossimilares em termos de eficácia e segurança.

Como conclusão, eu diria que intercambialidade é uma propriedade de duas moléculas, elas é que têm que ser intercambiáveis. Todas as decisões médicas têm que ser feitas sobre o conhecimento dos dados relativos a essa propriedade.

Implica deixar para os médicos e pacientes que eles têm o conhecimento apropriado para decidir que molécula tem ou não essa propriedade, o que claramente não é verdadeiro neste momento, especialmente na América Latina, nem digo só no Brasil. Temos discutido com várias agências reguladoras o problema de educação continuada para essa área, é o mesmo para todos. Então, uma das sugestões – e volto a reforçar – é que haja um programa de educação continuada para os profissionais que atendem a rede pública e que isso possa ser proporcionado pelo Ministério da Saúde...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALDERÍLIO FEIJÓ AZEVEDO – ... e não deixar na mão das autoridades de sociedades específicas.

Por último, eu gostaria de agradecer muito o fato de estar aqui falando para as autoridades e fico à disposição para qualquer dúvida adicional que possa existir.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aqui não temos o costume. Eu vou pedir a vocês nem aplaudirem, nem vaiarem. Só escutamos. Às vezes, dá vontade de aplaudir. Fiquei muito também impactada com as informações que o senhor deu. O difícil é fazermos isso direito aqui, mas isso vai ser discutido.

O pouco tempo depois se justifica, porque a Relatora está aqui presente e ela vai fazer as perguntas para fazer o relatório que vai nos auxiliar a todos para aprofundarmos.

Então, com a palavra o Dr. Ivan Zimmermann, que é da Conitec.

O SR. IVAN ZIMMERMANN – Boa tarde a todos.

Agradeço a Senadora Ana Amélia, a Senadora Marta Suplicy e demais integrantes da mesa por esta oportunidade de vir aqui enriquecer essa discussão tão necessária.

Eu fico feliz, porque boa parte de alguns argumentos eu acho que o Valderílio já comentou e até atualizou melhor. Eu vou conseguir passar à frente alguns eslaides.

Só resgatando o que seria a Conitec, foi constituída a comissão em si a partir da Lei 12.401, em 2011, que começou a ter execução mesmo, ter a sua atividade a partir de 2012. Eu sempre ressalto a importância dessa lei, que passa a tratar a avaliação de tecnologias de saúde como uma política de Estado, não apenas um plano de um governo, e isso deu muito mais estabilidade a todo o processo de avaliação crítica das evidências e as devidas recomendações sobre a incorporação de tecnologias de saúde.

Essa lei alterou a nossa Lei Orgânica do SUS, a Lei 8.080, criando a Conitec e trazendo a ela a base para que a avaliação das novas incorporações de tecnologias no SUS, assim como as ampliações de cobertura do que já está disponível para outras condições ou até exclusões e constituição de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas fossem realmente alinhadas com os domínios da avaliação de tecnologias de saúde, tratando não somente da evidência clínica, dos dados de efetividade, segurança, no aspecto diferente da nossa Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que eu acho que pode comentar melhor depois. Não seria no âmbito de um papel regulatório, mas mais de busca de efetividade, de saber se aquela nova tecnologia tem a agregar ao que o SUS já disponibiliza ou é algo que não deveria ser reembolsado e disponibilizado, da mesma forma, poderia trazer mais ganhos para os pacientes.

Pacientes entram aqui na nossa perspectiva. Temos investido cada vez mais na participação social, na coleta das preferências dos pacientes, no incentivo a essa participação.

E, é claro, um dos domínios também é a parte econômica, tanto do custo-efetividade, do quanto que investimos individualmente em um paciente e quanto isso traria de retorno, quanto é o nosso valor ao recurso investido. Além disso, a parte do impacto econômico. Às vezes, podemos ter uma tecnologia altamente custo-efetiva, mas o tamanho da população a ser tratada exige uma necessidade de negociação, de priorização de pacientes mais graves, assim por diante, para conseguirmos ter uma política factível.

E os passos também do que chamamos de implementação, as barreiras que podem fazer com que aqueles dados tão importantes a serem observados na pesquisa clínica sejam realmente traduzidos para a realidade. E isso nem sempre é verdade, dadas algumas barreiras relacionadas a cada contexto.

Rapidamente, já tomei três minutos do meu tempo, mas passando só um ponto: nós temos prazo para realizar isso. A nossa comissão é constituída por 13 membros, incluindo secretarias do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

próprio Ministério da Saúde e demais atores envolvidos nesse processo de avaliação de tecnologias em saúde, incluindo aí representação dos usuários, com o Conselho Nacional de Saúde, dos gestores, com os conselhos de secretarias e secretários de Estado de Saúde estaduais e municipais, o Conas e CONASEMS, o Conselho Federal de Medicina, a Agência de Vigilância Sanitária, a Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Depois disso, outro ganho que houve com essa regulamentação da Lei 12.401 e o posterior Decreto 7.646 foi não só um prazo para essa avaliação, essa tomada de decisão, mas um prazo também para implementação, para efetiva incorporação e oferta dessa tecnologia no SUS, que deve ser em 180 dias. Então, eu poderia ficar aqui falando sobre todos os ganhos que tivemos com esse arcabouço legal da Conitec, mas acho que nosso tema hoje é mais importante por outro aspecto.

Só resgatando o ponto do custo-efetividade, como eu comentei, podendo ser duas incertezas principais: quando eu tenho mais efetividade numa tecnologia, porém, ela tem um custo maior. Daí, cabe a nossa decisão, dentre as tecnologias, qual a mais efetiva e quanto nós estaríamos dispostos a pagar por uma tecnologia. Do outro lado, quando a gente tem uma efetividade um pouco menor, mas um custo menor, isso pode permitir à política de saúde ampliar cobertura e assim por diante. Cabe aqui a grande discussão do quão menor é essa efetividade. Se ela não tem relevância clínica, não tem impacto para o paciente ou para toda a assistência, cabe essa discussão.

Também do impacto, as nossas incertezas são acerca de quando o custo de oferta da tecnologia para toda a população exige essa necessidade de buscar uma redução de custos, buscar uma priorização de subgrupos e assim por diante. Assim foi feito no caso da hepatite C. No início, precisamos priorizar os pacientes com quadros mais graves, com a fibrose avançada, e hoje já partimos para uma política de tratamento de todos os demais pacientes.

Biossimilares na Avaliação de Tecnologias em Saúde. Um campo bastante incerto ainda. Nós ainda temos essa necessidade de definições do papel de cada ente nesse processo de decisão.

No aspecto da Avaliação de Tecnologias em Saúde em si, eu tive de fazer uma revisão inclusive para buscar os posicionamentos que temos tido por parte de todas as agências que tratam da incorporação de tecnologia em saúde. E eu destaco os posicionamentos do NICE, agência inglesa que trata da Avaliação de Tecnologias em Saúde com um arcabouço já de grande experiência bem criteriosa.

A primeira dúvida seria em relação às indicações já avaliadas, recomendações que já foram realizadas pela Comissão e passam a ter um biossimilar disponível. Acho que a interpretação do NICE é bastante prudente, dadas as evidências disponíveis hoje, de que as evidências disponíveis para a molécula original se aplicam completamente ao biossimilar. Trata-se de uma evidência indireta com pouco impacto, dados os resultados que temos observado, como o Valderílio comentou, de toda experiência que não tenha apresentado grandes impactos tanto de efetividade quanto de segurança.

Então, nesse caso, se necessário, as recomendações seriam atualizadas apenas com a informação da ampliação de produtos similares, não necessariamente seriam revisadas de acordo com a disponibilidade desse biossimilar, mas com a periodicidade que nós já temos em lei de revisão de protocolos a cada dois anos e assim por diante. Então, na existência biossimilar, é importante essa recomendação, deixar claro se há necessidade de aplicação para aquele caso.

Outro caso em que acho que os biossimilares podem trazer ainda mais ganho para o nosso País serão as indicações de que ainda não temos recomendações e passam já a ter um biossimilar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

disponível, em que seria a capacidade até de um biossimilar iniciar um processo de avaliação de tecnologia e saúde. Nesse ponto, é importante essa interpretação seguida pelo NICE de que a avaliação jamais deve ser realizada de forma isolada: avaliar as evidências disponíveis só daquele biossimilar. Da mesma forma, as evidências do produto original relacionadas à efetividade, sobretudo, têm, sim, uma transposição com esses aspectos.

A busca ativa deve fazer parte desse nosso processo de avaliação. Quando que nós vamos revisar um protocolo químico disponível ou avaliar uma nova incorporação, é nossa responsabilidade fazer uma busca, uma prospecção sobre a possível disponibilidade, em breve, num horizonte de tempo curto, de biossimilares ou não e trazer esse impacto para a recomendação.

As recomendações não serão, não deveriam, pelo menos, não devem – e esse é um posicionamento que temos atendido até então – ser direcionadas a um produto específico biossimilar ou original, e sim a um produto ativo, ou seja, com a sua nomenclatura sem a diferenciação, como tem havido na discussão em outros campos regulatórios.

O.k. Apesar de tudo isso, que barreiras temos observado para incorporação que podem dificultar esse ganho com a disponibilidade de novos produtos, produtos com menos custo, podendo ampliar o acesso da população a biossimilares? São várias, desde o processo de produção – e aí eu acho que Valderílio pode comentar muito melhor. E resgatei só o ponto da falta de incentivo, que é onde a gente pode trabalhar nesse aspecto em políticas associadas ao Ministério da Saúde, em comunicação, incentivar, trazer as informações e as evidências disponíveis sobre a efetividade e a segurança de biossimilares. E, obviamente, a ausência de intercambialidade, seja ela de forma regulatória ou por falta de um incentivo, é a grande barreira já comentada aqui para a incorporação de biossimilar.

E o que tem sido observado é realmente o baixo impacto dessa intercambialidade. A experiência europeia tem mostrado com estudos até financiados de forma pública, como a Noruega e a Dinamarca, que o Valderílio comentou, em que os impactos não têm sido observados como havia a preocupação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVAN ZIMMERMANN – Será que eu ganho mais um minuto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IVAN ZIMMERMANN – O.k. Tem um minuto, então? Perfeito.

Bom, eu acho que, só resgatando, creio que o posicionamento do FDA, a busca pela sua política tem sido a mais prudente, de trazer para o campo regulatório essa decisão sobre a substituição automática ou não. E espero que a gente tenha uma visão semelhante no futuro.

Eu vou deixar para a Anvisa mesmo comentar a nota de esclarecimento, que eu creio que seja o posicionamento atual no campo regulatório.

Convido todos a conhecerem o nosso portal conitec.gov.br, onde temos disponíveis todos os relatórios de recomendação da Conitec, o campo de participação social onde toda a sociedade pode contribuir com as avaliações vigentes.

Obrigado. Eu corri e consegui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Muito obrigada pela participação e pelas informações.

Agora, vamos ao Dr. Valdair Ferreira Pinto, representante da Associação Médica Brasileira.

Eu vi que eles estão dando 15 no tempo. Já desistiram de fazer picadinho.

O SR. VALDAIR FERREIRA PINTO – Não devo tomar mais que dez minutos.

Boa tarde a todos. Em virtude de que nem todos são médicos e farmacêuticos, vou me permitir uma pequena introdução didática sobre o assunto, para que a gente conheça bem do que é que estamos falando. O que é intercambialidade? Quero elaborar um pouco mais esse conceito de intercambialidade.

Em primeiro lugar, a intercambialidade refere-se a produtos farmacêuticos, e não se refere a moléculas, a substâncias ativas. Lembro que o mesmo princípio ativo pode estar presente em vários produtos farmacêuticos. Então, quando falamos em intercambialidade, estamos nos referindo a produtos farmacêuticos. Dois ou mais produtos farmacêuticos são considerados intercambiáveis quando eles puderem ser trocados de forma única ou alternada sem prejuízo de eficácia e segurança para os pacientes.

Lembro que esse atributo, essa qualidade que conferimos a dois ou mais produtos farmacêuticos de serem intercambiáveis tem uma consequência muito importante, porque, uma vez estabelecido que dois ou mais produtos farmacêuticos são intercambiáveis, fica autorizada a substituição automática.

O que é substituição automática? É a condição em que o agente dispensador fica autorizado a trocar a prescrição do médico sem ao menos avisá-lo. Por exemplo, os genéricos são considerados intercambiáveis, na maioria das vezes. Existem casos específicos em que os genéricos não são intercambiáveis, mas, em geral, salvo algumas exceções, os genéricos, os produtos farmacêuticos genéricos são intercambiáveis entre si como produto de referência, porque a prova para a aprovação regulatória dos genéricos, que é conhecida como bioequivalência, é suficiente na maioria dos casos para ganhar esse atributo de intercambialidade. Então, os genéricos, que não são biossimilares, são intercambiáveis, e isso está regulamentado. Significa dizer que os genéricos são passíveis de substituição automática.

No entanto, os biossimilares, que se referem às cópias autorizadas dos medicamentos biológicos, em princípio, não são intercambiáveis. As provas necessárias para a aprovação de um biossimilar, conhecidas como demonstração de biossimilaridade, não são suficientes para assegurar intercambialidade. Um produto, uma vez aprovado como biossimilar, é biossimilar, ele pode ou não ser intercambiável. E, para ganhar esse atributo, academicamente, o que já está estabelecido pelo FDA, esse produto deve passar por provas adicionais.

Então, repetindo didaticamente, intercambialidade é um atributo ou uma propriedade atribuída a dois ou mais produtos farmacêuticos que, quando trocados de forma única ou alternada, não causa nenhum prejuízo ao paciente. Os genéricos são intercambiáveis e, em princípio, os biológicos não são intercambiáveis.

Já foi comentada a situação de intercambialidade em todo o mundo – para ganhar tempo eu não vou tocar mais nesse assunto –, mas eu quero lembrar que isso está regulamentado, e muito bem regulamentado nos Estados Unidos, pelo FDA. No FDA existe claramente a determinação: uma vez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aprovado o biossimilar pelas provas de biossimilaridade, o produto é aprovado, pode ser prescrito e pode ser usado, mas não é intercambiável com seus produtos de referência.

Se, no entanto, o produtor desse biossimilar agora aprovado tiver interesse em que esse produto seja, além disso, intercambiável, pode realizar provas clínicas adicionais para demonstrar que as trocas e alternâncias não alteram a eficácia e a segurança. Nesse caso, a autoridade regulatória americana pode conferir a esse par de drogas o atributo de intercambialidade. Então, esse é o conceito que vige nos Estados Unidos dessa maneira.

Existe uma discussão de como esses estudos devem ser realizados, que eu não vou focar aqui por falta de tempo. Nos Estados Unidos isso já está estabelecido. Existe no momento uma consulta pública nos Estados Unidos para discutir não a intercambialidade, mas os estudos clínicos para a demonstração de intercambialidade. Essa consulta pública foi lançada em janeiro, mas o assunto já está bem regulamentado, o conceito, pelo FDA.

A questão é a seguinte: e no Brasil, como está? No Brasil, a Anvisa emitiu no ano passado, em agosto do ano passado, uma nota técnica que nos alegrou, alegrou muito a classe médica. Nessa nota técnica, a Anvisa declara que entende que os produtos farmacêuticos podem ser intercambiáveis com os referência, os biossimilares podem ser considerados intercambiáveis com os referência, desde que passem por estudos clínicos específicos conduzidos com esse objetivo, para demonstrar a intercambialidade, como é feito nos Estados Unidos. Então, esse foi entendimento da Anvisa divulgado por essa nota técnica de agosto do ano passado.

Então, isso alegrou muito a classe médica, porque é exatamente isso que gostaríamos que acontecesse. Quando esses estudos são assim realizados e fica determinado que o produto é intercambiável, os dados desses estudos clínicos seriam ainda indicados na bula do produto, para tornar as coisas bem transparentes.

Então, esperávamos que, a partir dessa nota técnica de agosto do ano passado, pudéssemos ter, em seguida, uma regulamentação, uma norma regulatória, seguindo esse entendimento.

No entanto, não ocorreu, porque a Anvisa teve outro entendimento em junho deste ano, menos de um ano depois, em que menciona que esse assunto não será regulamentado pela Anvisa e que a questão de intercambialidade fica para o exercício do médico e é decisão do Ministério da Saúde.

Nós, médicos, não estamos confortáveis com essa situação, porque os médicos não têm condição de regulamentar a intercambialidade. O médico tem poder, autoridade e responsabilidade para trocar medicação de qualquer paciente, mas não tem poder nem autoridade para decidir que produto farmacêutico vai constar nas listas das instituições médicas.

E as instituições médicas, algumas, públicas e privadas, estão exercendo a intercambialidade por decisões próprias, sem que esse assunto seja regulamentado.

Então, deixar na mão do médico não é uma situação apropriada, porque o médico não tem poder de determinar que produto vai ficar disponível nessas instituições.

E deixar por conta do Ministério da Saúde também não nos deixa confortáveis, porque o Ministério da Saúde, em recentes manifestações, indica que essas questões técnicas, médicas, de segurança dos pacientes, algumas vezes, não são totalmente levadas em consideração. O Ministério da Saúde está muito orientado para a questão econômica, e acredito que a questão da intercambialidade não pode ser decidida apenas pelos argumentos econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, nós gostaríamos muito de ter essa questão regulamentada. Como regulamentada? Desejavelmente como a Anvisa expressou na sua nota técnica de agosto do ano passado.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Muito obrigada pelos esclarecimentos.

Agora, a palavra ao Dr. Varley Dias Sousa, Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos da Anvisa.

O SR. VARLEY DIAS SOUSA – Boa tarde a todos.

Peço desculpas pela minha voz. Peguei um resfriado nesta semana e talvez não tenha a capacidade de me expressar tão rapidamente como meus colegas.

Muitas das informações que foram trazidas aqui pelos nossos colegas já estavam aqui, na minha apresentação. Vou me adiantar um pouco em relação a alguns eslaides mais cosméticos, que tratam da atribuição da Anvisa frente à regulamentação e controle de produtos médicos, inclusive, incluindo-se produtos biológicos considerados medicamentos; um pouco, a como se dá o processo de autorização de um produto, em que há uma avaliação de comprovação da sua segurança, qualidade e eficácia. E a Anvisa se manifesta frente a isso, agregando provas de controle de boas práticas de fabricação.

Ou seja, há critérios de que aquele produto demonstra qualidade para estar no mercado e de que a fábrica produtora demonstra capacidade de produzi-lo, seguindo as melhores práticas recomendadas, a depender do tipo de produto.

A RDC nº 55, desde 2010, trata de como os produtos biológicos são registrados na Anvisa.

Nós temos a opção de produto biológico novo, quando é feito um dossiê completo de provas e estudos, fase 1, 2 e 3, para garantir a segurança e a eficácia desse produto. E temos o que chamamos duas vias alternativas, que são as vias de desenvolvimento individual e a via de desenvolvimento por comparabilidade, na qual temos os chamados biossimilares.

Para fins de diferenciação, temos o que é necessário para um e outro aqui. Não vou entrar em pormenores, mas, caso algum dos membros presentes tenha algum questionamento, eu posso adentrar nesses quesitos. Em tese, o processo de via por comparabilidade favorece o acesso e a inserção desses produtos no mercado brasileiro, considerando que não há necessidade de ressubmeter novos voluntários para se provar um mesmo requisito que já se tem conhecimento, de que aquele produto é seguro e eficaz. Então, fazem-se provas simplificadas, que são mais rápidas e menos onerosas, que favorecem a inserção desses produtos tão importantes para a saúde pública.

Esse eslaide já estava até em outras apresentações, o que seria a definição de intercambialidade ou substituição e o que seria a substituição automática desses produtos.

De igual maneira temos o *status* regulatório desses produtos em âmbito mundial, como outras agências interpretam e regulam esse tema. Como foi já mencionado, a Organização Mundial de Saúde não tem uma posição formal sobre o processo de intercambialidade. Entretanto, reconhece a importância dos biossimilares para os mercados. A agência europeia deixou aberto para cada país fazer a sua própria regulamentação, em grande maioria cabe ao farmacêutico e ao médico decidirem sobre a troca ou a intercambialidade dos produtos de origem biológica. A FDA tem uma listra, que é a lista roxa, *Purple Book*, que diz quando o medicamento é biossimilar e quando ele é biossimilar e intercambiável. Hoje não temos nenhum medicamento intercambiável na agência americana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Temos outros exemplos de formas de intercambialidade. A agência americana, FDA, traz um guia que traz as provas necessárias, como apresentado pelo colega Valdair, sobre o que é necessário provar para que dois medicamentos sejam intercambiáveis. É um guia recente, deste ano ainda. Como vocês podem ver as informações, os guias e as recomendações são todas muito recentes, todos estão em *draft* ou em fase de consulta pública. E alguns guias, mesmo os mais antigos, ainda levantam muitos questionamentos devido à complexidade e à inovação desse tema no mercado.

Alguns exemplos. Por exemplo, a agência europeia definindo o escopo geral. A agência finlandesa determinou que a intercambialidade depende da supervisão dos profissionais de saúde. A agência italiana coloca que é uma decisão do prescritor fazer a intercambialidade ou a troca. Já a agência francesa, que é a ANSM, diz que deve haver um processo de convencimento, de contato, entre o prescritor e o paciente para fins de troca.

Então, não é uma troca automática: ela exige um monitoramento do paciente pós-troca ou pós-substituição, que é extremamente importante, considerando as características dos medicamentos e a variabilidade que pode ocorrer a depender do tratamento e do paciente envolvido no processo.

A Holanda diz que a troca de produtos biológicos é permitida, mas apenas com monitoramento clínico adequado do paciente. A Bélgica diz que a substituição é promovida sob monitoramento também, sendo que a substituição automática não é permitida. O Reino Unido diz que a substituição automática não é apropriada para produtos biológicos e não é permitida. Entretanto, os prescritores podem trocar os tratamentos do paciente de acordo com o perfil de segurança e com adequado monitoramento desses pacientes. E a prescrição deve se dar pelo nome de marca, para que se evite a troca no âmbito da dispensação.

Health Canada, que é a agência canadense, também não aprova a substituição automática. No Japão, a intercambialidade e substituição automática são desencorajadas, uma vez que não existem evidências científicas que justifiquem.

E de forma geral, resumindo, a classificação do medicamento como similar não implica sua designação automática como produto intercambiável.

Há necessidade do consentimento do médico prescritor para que haja qualquer tipo de substituição desses produtos. Como bem falado pelo Dr. Valdair, é diferente do medicamento genérico, sintético, cujas propriedades são muito bem conhecidas, estabelecidas, a troca ocorre de forma quase automática, a depender do médico e do dispensador, que no caso é o farmacêutico.

O médico pode inclusive definir a não troca desse produto se assim desejar como forma de adequação do tratamento a um determinado paciente.

Há necessidade de acompanhamento pós-troca ou pós-substituição se assim houver.

Então, temos que ter esse tema de farmacovigilância e rastreabilidade desses produtos para que se assegure que, havendo qualquer falha de tratamento, qualquer inconformidade, seja facilmente e rapidamente identificável onde está o problema e o que ocorreu, se foi um problema do tratamento, se foi um problema do medicamento, se foi um problema do processo como um todo.

Há geração de dados a partir do acompanhamento com pacientes. Hoje, nós não temos esses dados. Então, o processo se dá de forma lenta, até porque esses produtos estão em alguns mercados mais disseminados, mas são produtos muito restritos. Temos poucos produtos registrados até o momento, comparados obviamente com medicamentos sintéticos, onde há mais de 60 mil produtos registrados na Anvisa. Temos uma quantidade bem inferior, e são tratamentos muito caros, onerosos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, há necessidade de avaliação de perto sobre as consequências de um processo de troca ou intercambialidade, se assim for aprovada, a depender dos estudos que forem apresentados pelos peticionadores.

É importante que haja um sistema de farmacovigilância, como mencionei acima, que envolva médicos, pacientes, agência e as próprias empresas no sistema de notificação e identificação do perfil farmacológico e farmacocinético desses produtos, o quanto são similares.

As provas hoje requeridas são de âmbito laboratorial, não são provas obtidas em âmbito comercial, quando há um grande número de pacientes envolvidos no processo.

.

Em relação ao posicionamento da Anvisa, trago aqui que a intercambialidade está mais diretamente relacionada à prática clínica do que a um status regulatório *per si*.

Certamente, como foi mostrado, algumas agências já trabalham em guias e provas que assegurem um processo de troca ou intercambialidade. Entretanto, são provas difíceis, senão impossíveis, porque não temos nenhum até momento, nenhuma empresa que conseguiu cumpri-las a contento, e, muitas vezes, elas são mais caras ou tão mais caras quanto um estudo clínico inicial.

Ou seja, muitas vezes, é mais fácil começar um novo estudo do que provar uma intercambialidade. Isso desencoraja e não favorece o processo de inserção de novos produtos no mercado.

Entretanto, como muitas agências se manifestaram, a cadeia médico/prescritor/paciente, as agências e o Ministério têm a responsabilidade de dar os subsídios suficientes para que isso aconteça da melhor forma possível.

A Intercambialidade envolve alguns aspectos mais complexos e mais amplos, como os da literatura, mecanismos de controle e múltiplas trocas – e aqui trago neste último posicionamento aqui –, que não são adequadas, e o processo de rastreabilidade pode ficar difícil, porque, quando há trocas de forma alternada, por exemplo, em não havendo sucesso de um tratamento, torna-se complicado identificar onde está o problema: se no produto do comparador, ou se no produto biossimilar. Então, nós não temos essas respostas ainda.

Entendemos que é uma política, e diretrizes quanto à substituição e intercambialidade deverão ser definidas por médicos prescritores e pelo próprio Ministério da Saúde, enquanto orientador do sistema de protocolos e de definição de melhores tratamentos, porque alguns têm provas que outros não têm.

Essas provas ou informações adicionais, que serão subsídio para tomada de decisão, estão bem claramente descritas tanto na bula do próprio produto, como se deu o seu processo de aprovação, quanto no parecer público de aprovação do medicamento, que é uma ferramenta de transparência que a agência traz, no parecer público que os técnicos avaliaram, contendo o que foi avaliado, como foi avaliado, que provas esses medicamentos trouxeram.

Esse parecer pode ser acessado por qualquer profissional – médico, farmacêutico, autoridade regulatória e autoridade do Ministério ou de outras instituições que tratam do tema, como associação de pacientes – enfim, por toda a base científica que utilizada para aprovação daquele produto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Anvisa garante ou tenta garantir que eles são seguros, eficazes e têm qualidade. Entretanto, as bases de conhecimento utilizadas são diversas. Não é uma régua milimetricamente definida, em que é possível saber que todos foram aprovados da mesma forma.

Os produtos piores são produtos extremamente complexos. E aí a Nota 03, de 2017, que trago aqui – e tenho algumas cópias; caso seja de interesse dos membros e dos colegas aqui presentes terem acesso, ficarei feliz em distribuir essa nota, porque ela traz alguns entendimentos.

E aqui trago onde pode ser encontrado. Está no *site* da Anvisa, também chamado de carta de aprovação ou de reprovação. É possível verificar toda a base e o racional técnico utilizado para a tomada de decisão da agência.

Então, é possível que qualquer paciente médico, prescritor ou dispensador, tenha acesso às mesmas informações que os técnicos da Anvisa tiveram no momento de aprovação e saibam exatamente o que estão tomando, como estão tomando e porque estão tomando. Isso é importante porque empodera o paciente no processo de tomada de decisão. Entendemos que essa é uma decisão que não cabe somente ao médico, mas, sim, ao médico e ao paciente, baseado na sua condição, nas suas características patológicas e em que momento é ideal ou não recomendável uma possível troca de produto.

Novamente eu trago aqui, em nome do Dr. Jarbas e da Anvisa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VARLEY DIAS SOUSA – ...os esclarecimentos que se fizerem necessários ao tema. Entendo a complexidade deles e tentei trazê-los de uma forma mais suave ao tema.

Estou à disposição da Drª Amélia e da Drª Marta para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Muito obrigada, Varley Dias Sousa, da Anvisa.

Peço à Senadora Ana Amélia se poderia assumir a Presidência e fazer o seu questionamento. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço à Senadora Marta Suplicy, na Presidência desta Audiência Pública.

Eu queria que todo mundo que entendeu tudo que foi dito aqui levantasse a mão. (*Pausa.*)

Ai que sorte! Fiquei aliviada, muito aliviada. Eu fiz um esforço enorme para me concentrar e prestar atenção. Não é um tema de fácil compreensão, porque há pontos de vista, inclusive entre os especialistas, que foram diferentes em alguns momentos.

Houve um momento do empoderamento do médico, e também do farmacêutico, na prescrição do biossimilar com o biológico, e ele pode fazer a tal intercambialidade, a troca. Usam palavra tão difícil para falar a troca, a mudança, a troca de medicamento. Depois o Dr. Valdair vai me explicar isso, que me parece com o telefone, com a mobilidade. Eu tenho uma companhia e troco por outra mais barata e tal.

Aqui foi falado também do custo-benefício. Acho que foi o Dr. Ivan, do Conitec, que falou da efetividade maior de um e de outro. Este fator de efetividade determina o custo final do produto. Então, é uma escolha do paciente na compra do produto, e do médico, que está ministrando. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

houve uma observação para se fazer essa distinção, porque os órgãos públicos olham o orçamento, é claro, evidentemente, senão haveria irresponsabilidade – eu entendo – de um gestor público que lida com saúde de aprovar, por conta apenas e exclusivamente da questão financeira, e não do impacto que isso terá sobre os pacientes. Seria, eu diria, um ato criminoso até fazer isso.

Então, aqui são essas as questões que foram levantadas.

Há um outro nome, porque eu frequento um médico que me dá medicamentos manipulados que se chamam bioidênticos.

O Dr. Valdair já fez um sinal de que não existe.

Não existe isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Bioidênticos. Eu recebo como bioidênticos. É a manipulação de um hormônio que é bioidêntico, que é aquele hormônio que se adapta ao meu organismo. Do que eu preciso num hormônio? Nós, as mulheres, e também os homens...

Eu também uso testosterona. Para aguentar esse estirão, tem que ter, porque é o hormônio da força.

Então, qual a diferença agora... O Dr. Valdair fez uma questão. Há dúvida sobre isso de bioidêntico?

O SR. VALDAIR FERREIRA PINTO – Vamos esclarecer isso.

Em primeiro lugar, os hormônios a que a senhora se refere, estrógenos e testosterona, não são produtos biológicos. Não estamos discutindo produtos sintéticos. São produtos sintéticos. Isso que as farmácias de manipulação chamam de bioidênticos não são produtos biológicos, mas produtos sintéticos que, eventualmente, produzem o mesmo efeito dos outros produtos. Não tem nada... A palavra é inadequada. Não são produtos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Bioidênticos.

O SR. VALDAIR FERREIRA PINTO – ... bioidênticos. A palavra é inadequada. Na melhor das hipóteses, são bioequivalentes, porque são produtos sintéticos. Então, a expressão é incorreta e não deveria ser utilizada nesse contexto.

A segunda coisa que eu quero deixar clara é a seguinte: aqui está sendo feita uma pequena confusão entre troca e intercambialidade. São duas coisas distintas. Uma vez aprovado o biossimilar, ele é biossimilar, ele está aprovado, ele é prescritivo e é legal. O médico pode trocar, se a pessoa precisar, do jeito que ele quiser, inclusive por outros produtos. A troca depende do médico, é atributo do médico, na sua competência.

Intercambialidade é outra coisa. Intercambialidade é uma propriedade dos demais produtos farmacêuticos que os torna passíveis de substituição automática. Isso é uma definição regulatória. Tanto que é definido pelos genéricos. Por similaridade ou por simetria, deveria ser também definido regulatoriamente para os genéricos.

Então, há que se diferenciar o que é troca e o que é intercambialidade. Troca é trocar a prescrição médica. Muitas vezes, em diversas circunstâncias, troca um produto pelo outro, de acordo com a sua decisão médica. Isso é possível e depende do médico. Agora, a intercambialidade não pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

depender do médico. A intercambialidade assegura o direito à condição de intercambialidade, e o médico não tem condição de definir isso, porque isso é uma definição regulatória. O médico não tem o poder de determinar qual o produto...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu lhe faço, então, outra pergunta. A intercambialidade dá ao médico melhor condição de prescrever o medicamento ao paciente?

O SR. VALDAIR FERREIRA PINTO – Não. Dá melhor condição se o produto for biossimilar. Se o produto for definido como intercambiável, os órgãos dispensadores estão autorizados a trocar um pelo outro. Então, na prescrição do médico, quando vai dispensar, o agente dispensador está autorizado a trocar sem comunicar ao médico, se for intercambiável. Agora, se não for intercambiável, como está acontecendo hoje no Brasil, havendo troca de prescrições médicas na ponta pelo agente dispensador sem que a intercambialidade tenha sido demonstrada. Isso não deve continuar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E essa intercambialidade está expressa no rótulo do medicamento?

O SR. VALDAIR FERREIRA PINTO – Não. Somente para genéricos.

O SR. VALDERÍLIO FEIJÓ AZEVEDO (*Fora do microfone*.) – Senadora, a senhora me permite uma pequena colocação?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pois não, Dr. Valderílio.

O SR. VALDERÍLIO FEIJÓ AZEVEDO – São tantos vês aqui que é fácil confundir um nome com outro.

Na verdade, a troca simples pressupõe que nunca mais o paciente vai voltar para o medicamento que foi trocado. Por exemplo, se um paciente falhou, eu troco por outra droga, porque estou pressupondo que ele vai ter mais benefício ou um benefício igual ao que ele estava tendo antes da falha. Então, eu jamais volto para o produto que eu troquei.

A intercambialidade, não; ela pressupõe que se possa ir e voltar entre os dois produtos e que isso não agregue nenhuma diferença em eficácia e segurança.

A senhora pode estar usando, por exemplo, eu vou dar nomes aos bois aqui porque esses produtos estão no mercado, o Remicade e o Remsima. Então, num determinado mês, a senhora está usando o Remsima, mas depois o Remicade; e, no outro mês, a senhora esteja substituindo de volta para o Remsima. E, aí, eu posso fazer várias trocas durante o ano, indo e voltando...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O meu organismo entende tudo e fica bem faceirinho e sem problema...

O SR. VALDERÍLIO FEIJÓ AZEVEDO – E fica bem.

Por isso é que foi colocada aqui a propriedade de duas moléculas.

E, na verdade, neste caso – e eu acho que vale a pena essa discussão –, nós não estamos falando de todos os produtos biológicos, não. Nós estamos falando de uma subespécie de produtos biológicos, que são os produtos biotecnológicos. Esses produtos são produzidos por seres vivos. Você tem que modificar geneticamente uma célula para que ela expresse essa proteína, que é mais do que uma proteína. No caso do anticorpo monoclonal, há açúcares, gorduras etc. É mais do que só uma proteína.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, essas substâncias, mesmo uma delas, qualquer um dos anticorpos monoclonais que nós temos tem várias apresentações dinâmicas. Ou seja, eles podem se compor como agregados, eles podem ter formas diferentes, algumas são mais bioeficazes do que outras, algumas têm mais perfis, porque têm mais açúcar do que outra. Isso, no mesmo produto. Um produto biológico tem essa característica: são, às vezes, vários produtos, mas eles estão dentro de uma margem também. Os próprios inovadores estão numa margem de equivalência, porque, ao longo do processo de desenvolvimento desse produto, podem ocorrer mudanças no processo de fabricação, que podem impactar também no futuro desses produtos, e, às vezes, variações biológicas, porque nós estamos falando de seres vivos que têm suas próprias variações biológicas.

Por exemplo, o Etanercepte que é produzido hoje não é igual ao Etanercepte que foi produzido há 20 anos. Ele está dentro de uma margem de equivalência; ele é muito parecido.

Até existem muitas discussões – e não são minhas as discussões –, há artigos na literatura que dizem: seriam os inovadores biossimilares deles mesmos? Então, essas discussões estão em franco desenvolvimento, porque nós não estamos falando de todos os produtos.

No caso dos produtos que são produzidos por laboratórios, que eu sei uma fórmula química e que eu posso reproduzir essa fórmula, como uma aspirina ou uma captoprila etc., que são os produtos chamados sintéticos, esses produtos, mostrando bioequivalência, eles podem realmente ser intercambiados.

No caso dos produtos biológicos, discute-se se só realmente a produção desses produtos e se essas diferenças que podem existir entre eles, enfim, se isso pode causar algum impacto. Daí a necessidade de confirmar através de ensaios clínicos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E do ponto de vista da eficácia para o paciente?

O SR. VALDERÍLIO FEIJÓ AZEVEDO – Dos biossimilares, até o momento, nenhum.

Isso eu comentei aqui. Na Europa, agora, completam-se 11 anos de biossimilares na Europa e nenhuma diferença na bioeficácia desses produtos. Nenhuma diferença!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E os biológicos?

O SR. VALDERÍLIO FEIJÓ AZEVEDO – Estamos falando de biossimilares, que são as cópias regulamentadas dos produtos de referência. Todos são biológicos. Quando a gente fala biossimilar, estamos falando de biológico também. É que nós estamos dando nomes ao produto de referência, que é o que veio primeiro, que foi uma pesquisa de desenvolvimento específico...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o que tem a marca original?

O SR. VALDERÍLIO FEIJÓ AZEVEDO – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E o outros seria o...

O SR. VALDERÍLIO FEIJÓ AZEVEDO – Exato.

Uma das coisas interessantes é que um produto... A única coisa que não expira e que é uma propriedade intelectual que não chega a domínio público é a célula, a modificação que foi feita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

naquela célula específica chamada célula-mãe, que é a célula que gera esse produto ao longo de várias décadas, ou pode gerar. Isso nunca cai em domínio público.

Então quem vai produzir uma cópia precisa fazer pesquisa e desenvolvimento para chegar proximamente a esse produto, que é o produto inovador.

Então, nós vemos o caso, por exemplo, de hormônios do crescimento muito parecidos, inclusive com perfil de glicosilação de açúcares, uns produzidos por *Saccharomyces cerevisiae*, que são fungos, e outros produzidos por *Escherichia colli*, uma bactéria. E, no caso dos anticorpos monoclonais, que são mais complexos, aí sim, nós temos células mais desenvolvidas; são células normalmente de mamífero, derivadas de mamíferos, como células de ovário de hamster, que a gente chama de célula CHO, que são as mais comuns, mas que também não são exatamente iguais à célula master do produto inovador.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aqui veio a consultoria técnica do Senado... Porque a gente precisa dos especialistas. Assim, são médicos, são farmacêuticos com formação na área da biologia e da área também médica.

Aqui eu vou reproduzir.

Em 1982, foi produzida, em cultura de bactéria... Agora vem um nome latino aqui...

O SR. VALDERÍLIO FEIJÓ AZEVEDO – *Escherichia coli.*

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... *Escherichia coli* geneticamente modificada, a primeira insulina humana desenvolvida por engenharia genética. Ao contrário dos biológicos, os medicamentos sintéticos de pequenas moléculas são produzidos por meio de reações químicas bem definidas a partir de um número limitado de moléculas precursoras conhecidas. Como consequência são facilmente replicáveis e as réplicas são consideradas idênticas.

Assim, os resultados dos testes, que demonstram a segurança e a eficácia do medicamento inovador, podem ser extrapolados para o produto genérico, o que simplifica a sua aprovação. Isso tem importância para a saúde pública, uma vez que os medicamentos genéricos podem ser introduzidos no mercado a baixo custo quando a patente do medicamento inovador espira.

Eu queria o comentário do Dr. Ivan sobre essa pergunta, ou seja, exatamente se isso tem importância para a saúde pública, uma vez que os medicamentos genéricos podem ser introduzidos no mercado a baixo custo quando a patente do medicamento inovador espirar.

A própria Anvisa pode também, se quiser, manifestar-se.

O SR. IVAN ZIMMERMANN – Com certeza. É o que comentei a respeito da ampliação de acesso e a redução do custo. De qualquer forma, sejam medicamentos genéricos, sejam medicamentos biossimilares que tenham essa prova de intercambialidade e substituição automática, eles trazem benefícios enormes, e não só no campo do acesso, mas no campo da produção nacional, do desenvolvimento do complexo industrial em saúde do Brasil. A gente só vem a ter ganhos. Claro, garantida a efetividade e segurança que é o que já tem sido observado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Há a questão do medicamento sintético e do medicamento biológico – o sintético tradicional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, também pergunto ao Dr. Valdair e à própria Anvisa: há uma diferença na formulação desse medicamento, na apresentação do medicamento, na dosagem dele e no consumo, no uso por parte do paciente que vai ter a recomendação médica para uso desse medicamento?

O SR. VALDERÍLIO FEIJÓ AZEVEDO – Na verdade, nós estamos falando de definições que têm que ficar muito claras. Medicamento sintético é produzido por reações químicas. Não existe uma célula modificada geneticamente que vai produzir...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas é isso que está... O sintético é o químico; é o produzido...

O SR. VALDERÍLIO FEIJÓ AZEVEDO – Isso, é o químico. Exato.

Já a formulação varia de medicamento para medicamento.

Eu não entendi qual é a pergunta em relação à formulação?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aqui exatamente o que lhe pergunto é se a formulação... A apresentação dele como é? Se ele vem sob a forma de um comprimido, sob uma drágea, se ele vem mais líquido...

O SR. VALDERÍLIO FEIJÓ AZEVEDO – Normalmente, os produtos biológicos eles não são utilizados por via oral, porque se trata de proteínas que podem ser inativadas no estômago, hidrolisadas no estômago pelo suco gástrico, além do que a absorção também é muito difícil dado o tamanho. São macromoléculas que precisam ter aquele tamanho, são proteínas enormes. É como eu comparar uma bicicleta com um grande jato quando eu comparo um produto sintético com um biológico em termos de tamanho.

Então, a nanotecnologia, talvez, possa fazer com que, no futuro, a gente tenha algum produto biológico que possa ser utilizado via oral, mas até o momento esses produtos ou são utilizados por via subcutânea ou endovenosa na maioria das vezes. Raramente intramuscular, mas normalmente endovenosa ou subcutânea. Já a maioria dos produtos sintéticos é por via oral. Pode ser em xarope, drágea, comprimido etc., também injetável, endovenoso e até subcutâneo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Conforme o tipo.

O SR. VALDERÍLIO FEIJÓ AZEVEDO – Exato.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço-lhe a explicação.

O que mudou – aqui ninguém é da indústria farmacêutica, mas acho que o Valderílio pode responder – na indústria farmacêutica com o advento dos medicamentos biológicos?

O SR. VALDERÍLIO FEIJÓ AZEVEDO – Bom, duas coisas importantes. Acho que muitos pacientes que estão aqui sabem disso claramente. Até a introdução de alguns anticorpos monoclonais, havia doenças... Vou dar o exemplo da espondilite anquilosante, porque eu trato, há mais de 20 anos, pacientes com espondilite anquilosante. O paciente entrava por uma porta no nosso serviço no Hospital de Clínica, e a vontade que a gente tinha era sair pela outra, porque não existia medicamento eficaz. Com a entrada dos monoclonais, que são alvos específicos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Explica que doença é essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. VALDERÍLIO FEIJÓ AZEVEDO – A espondilite anquilosante é uma doença autoimune que deixa a coluna dura. Essa é uma doença que deixa a coluna dura.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É bom explicar.

O SR. VALDERÍLIO FEIJÓ AZEVEDO – Mas há outros exemplos. Há a artrite reumatoide, lúpus, etc., que também são doenças autoimunes. Então, para essas doenças não havia tratamento específico. Na verdade, a maior parte do tratamento era aproveitado da oncologia. Quimioterápicos utilizados em oncologia foram utilizados de forma empírica no tratamento de doenças autoimunes, inclusive com dosagens diferentes. Por exemplo, o metotrexato, que é a molécula mais utilizada no tratamento da artrite reumatoide, é usado em oncologia, já foi usado em osteosarcoma, já foi usado em alguns tumores gestacionais, só que em doses 100 vezes maiores. Nós utilizamos em doses menores.

Então, não existia um produto específico para doença autoimune. Era um aproveitamento de moléculas que eram utilizadas em outras especialidades. Hoje não. Com a biotecnologia, somos capazes de identificar um alvo terapêutico específico no processo inflamatório, desenvolver um anticorpo contra aquele alvo específico e, com isso, neutralizar a atividade inflamatória daquela enfermidade. É o caso do anti-TNF. O TNF-alfa é um mediador do processo inflamatório, e, ao ser inativado, eu diminuo toda a inflamação de pacientes com artrite reumatoide. Não é bem para todos, mas para a maioria deles.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Dr. Valderílio quis fazer uma explicação sobre a doença que eu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Falem bem no microfone, por favor.

O SR. VALDAIR FERREIRA PINTO – Dado o medicamento sintético, aspirina, paracetamol, os hormônios que, eventualmente, a senhora toma, qualquer químico orgânico um laboratório medianamente instalado consegue produzir, mas, se tomamos um medicamento biológico, um monoclonal para artrite reumatoide, nenhum laboratório do mundo consegue sintetizar esse produto. Para produzir esse produto, é necessário um equipamento sofisticadíssimo, que é a célula. Todos os medicamentos biológicos que nós estamos tratando são produzidos em células. São dois universos distintos. Ao vencer a patente de um medicamento sintético, cópias idênticas se produzem. São os genéricos. Ao vencer a patente de medicamento biológico, cópias idênticas não se produzem. Produzem-se cópias similares. Por isso, são biossimilares. As regras que regem o mundo dos sintéticos e o mundo dos biológicos são totalmente distintas. É por isso que nós estamos discutindo isso aqui.

Uma vez aprovado o biossimilar, que é biológico, ao contrário do medicamento sintético, ele não é automaticamente intercambiável. Para que possa ser intercambiável, nós queremos provas adicionais de que as trocas e alternâncias não alteram a eficácia e segurança, porque a maneira com que produzimos essa cópia pode interferir não somente na eficácia, mas também na imunogenicidade desses produtos. Então, é necessário que tratemos essas duas coisas como dois universos distintos e separados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em qualquer autoridade regulatória do mundo, existem normas regulatórias para os sintéticos e genéricos e normas regulatórias para biológicos e similares. O que nós estamos pleiteando aqui são normas regulatórias também para a intercambialidade de medicamentos biológicos e suas cópias, como já existem regras para medicamentos sintéticos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Entendi agora pela forma didática como se manifestou.

Posso lhe perguntar, do ponto de vista tempo entre um e outro sintético e biossimilar, e aí dentro dessa discrição que no sintético nós temos o genérico, no biossimilar o que precisa é a intercambialidade, e aí eu lhe pergunto: do ponto de vista médico, do uso de um e outro, o medicamento sintético e o medicamento biossimilar, do ponto de vista de uma determinada doença é possível usar os dois? É recomendado só um? E como o senhor, como médico que conhece bem a matéria, vê esse avanço tecnológico em relação a biossimilares e também os chamados biológicos?

O SR. VALDAIR FERREIRA PINTO – Para uma determinada patologia, existem medicamentos sintéticos que são prescritos para essa patologia. No entanto, os medicamentos biológicos que surgiram nas últimas décadas revolucionaram o tratamento de muitas patologias, como o câncer, a artrite reumatoide, esclerose múltipla, modificou a vida desses pacientes.

Então, quando o médico está diante dessas doenças autoimunes, como por exemplo o câncer, ele dispõe agora de uma outra...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De uma outra gama.

O SR. VALDAIR FERREIRA PINTO – ... outro arsenal terapêutico, os medicamentos biológicos, que transformou a Medicina e transforma a vida de muitos pacientes.

Acontece que as cópias desses medicamentos chamados biossimilares não são totalmente idênticas, e quando nós tratamos o original e a cópia, nós teremos que ter essa consciência. Por quê? Porque os riscos associados aos medicamentos biológicos são em geral maiores dos que os riscos associados aos medicamentos sintéticos.

Quando se prescreve o medicamento biológico temos que ter a consciência que existem riscos maiores, por exemplo acidentes imunogênicos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso pela inovação, pela novidade?

O SR. VALDAIR FERREIRA PINTO – Pela complexidade das moléculas e complexidade das patologias. Ao manipular, ao tratar pacientes com medicamentos sintéticos e biológicos temos preocupações distintas com relação à segurança dos pacientes. É por isso que essas cópias aprovadas, portanto legais, que podem ser prescritas, não devem ser automaticamente consideradas intercambiáveis.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria saber se a Mesa tem algum comentário sobre o que disse o Dr. Valdair a respeito disso.

O SR. VALDERÍLIO FEIJÓ AZEVEDO – Eu acho que o Dr. Valdair colocou muito bem a questão, mas eu queria lembrar duas coisas.

Primeiro, nós não temos ainda... Cada produto biossimilar tem que haver uma avaliação de molécula por molécula, não podemos generalizar essa conversa toda, porque cada produto tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ser analisada a sua especificidade. Então, nós estamos falando de um assunto muito complexo, porque também nós temos que individualizar para cada molécula.

Segundo é que mesmo o *draft*... Isso é um *draft*, é um borrador. É sobre isso que o FDA não tem uma posição definida. Isso está em consulta pública. A tendência é haver a separação da intercambialidade.

O SR. VALDAIR FERREIRA PINTO (*Fora do microfone*.) – Só estudo clínico.

O SR. VALDERÍLIO FEIJÓ AZEVEDO – Sim, eles propuseram, mas está em consulta pública. Eu estive olhando ainda ontem no *site* da FDA e há lá pelo menos umas cinquenta observações de pessoas que estão fazendo...

O SR. VALDAIR FERREIRA PINTO (*Fora do microfone*.) – A norma já está estabelecida não só pela norma do FDA como por lei aprovada. O que está em consulta pública são os delineamentos experimentais de estudos clínicos. É outra coisa.

O SR. VALDERÍLIO FEIJÓ AZEVEDO – Mas é que esse delineamento, Dr. Valdair, ele é impactante, porque se eu exijo um delineamento muito complexo de estudo clínico, eu vou impactar no custo do medicamento e eu posso inviabilizar as cópias biossimilares. Então, eles estão tentando um equilíbrio nessa situação. Pode ser antes, num estudo pivotal, ou posso isso depois de um estudo de extensão, que deve existir com certeza. Por exemplo, no caso do CTP-13, que está na Europa já há três anos, não houve um estudo clínico de intercambialidade. Quer dizer, houve um estudo de troca: trocou-se do produto referência para o produto biossimilar.

O que aconteceu ao longo do tempo? Os países onde era permitida a intercambialidade começaram a trocar – como o Leste Europeu –, e aí, hoje, depois de três anos, nós temos dados da intercambialidade desse produto. Ele é intercambiável. Não há nada que desabone, por exemplo, o CTP 13 em termos de intercambialidade. Há mais de 90 *papers* na literatura, e nenhum fala em diferença em termos de segurança e eficácia de um produto em relação ao produto de referência. Ainda mais que nós estamos falando de uma molécula; cada uma das moléculas vai ter que gerar os seus dados. Essa é a grande diferença.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Valderílio.

Aqui vieram duas perguntas, que já foram respondidas.

Como as principais agências regulatórias de medicamentos do mundo normatizam a biossimilaridade e a intercambialidade dos medicamentos biológicos? Qual o posicionamento da OMS (Organização Mundial da Saúde)? Ela não se manifestou ainda, não existe um regramento internacional da OMS sobre isso – foi o que eu ouvi ao longo desta audiência.

Aqui, no caso, é a Anvisa que determina se os produtos biossimilares são intercambiáveis ou não? Por quê?

Então, a resposta é para o senhor, Dr. Varley.

O SR. VARLEY DIAS SOUSA – Em verdade, a Anvisa não determina; ela faz uma avaliação do que é solicitado.

Como o colega Valderílio falou, cada produto é individualizado; sob o processo de análise ele é individualizado, porque não há uma rota de... Como foi bem colocado, diferentemente de um produto sintético, ele é um pouco mais complexo. Comparada uma bicicleta como um jato, então cada jato é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

avaliado de uma forma individualizada e tem suas características. A Anvisa avalia o que chega ao seu conhecimento de informações e toma a decisão para a aprovação, falando se ele é seguro, tem qualidade e eficácia.

Quanto às possíveis provas de intercambialidade, como as sugeridas pelo próprio FDA, se chegarem essas provas, a avaliação dessas provas será inserida no processo de aprovação. Então, quando a Anvisa aprova, ela vai dizer: "Esse produto possui essas provas." Por exemplo, um medicamento que tem amplo uso no Leste Europeu tem trocas conhecidas e segurança e eficácia bem conhecidas. Isso vai ser colocado num escopo de aprovação de um produto desse.

Nós não estamos dizendo que são intercambiáveis; mas não estamos dizendo que não são. É uma colocação... Por isso tivemos uma segunda nota técnica diferente da primeira – parecem ser iguais, mas não são.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Qual é a diferença?

O SR. VARLEY DIAS SOUSA – A diferença é que agora eu estou dizendo que... Eu não sei se não são. Eu estou dizendo que pode ser que seja, mas cabe... (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu já conheço alguém que fala isso... E não é o Tiririca, e não é o Tiririca... (*Risos.*)

O SR. VARLEY DIAS SOUSA – Pode ser que não seja.

O que a gente quis dizer é que deixamos o escopo de avaliação aberto; aberto aos prescritores, aberto ao paciente e aberto ao próprio Ministério, num processo de avaliação de possíveis alternativas terapêuticas para uma mesma enfermidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Em cima disso, vou lhe fazer mais uma pergunta. E havia outra também.

Como é que está sendo realizada a vigilância pós-comercialização desses produtos?

O SR. VARLEY DIAS SOUSA – Hoje o processo de farmacovigilância não tem distinção entre produtos sintéticos ou biológicos.

Nós temos um sistema de farmacovigilância, em que temos o sistema Notivisa, em que temos o sistema de notificação pelas redes sentinelas, ou seja, recebemos notificações dos médicos, hospitais, pacientes, profissionais de saúde – desde farmacêuticos a fisioterapeutas ou qualquer profissional envolvido na cadeia de dispensação de um produto –, e todos chegam centralizados a esse sistema, e a Anvisa faz esse controle.

O processo de notificação é acompanhado de número de lote e nome de marca do produto. Se houver algum desvio, é possível identificar exatamente qual o produto que teve algum problema. Quando há identificação de algum problema ou de alguma linha de tendência de erro, a Anvisa atua ou suspendendo o produto preventivamente ou mesmo solicitando a retirada do mercado, quando temos provas de que há alguma deficiência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora, há uma questão em que, desde quando começaram a falar aqui, falavam muito no médico, no farmacêutico e no paciente. Médico é uma autoridade para fazer a prescrição; às vezes, um farmacêutico, no caso do genérico, explica. Também se falou aqui, quando se tratou dos intercambiáveis, dos biossimilares e dos medicamentos biológicos, da necessidade de estudos. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

entendi esses estudos como o entendimento de quem opera a saúde pública, os médicos, os farmacêuticos, sobre, afinal, que propriedade tem um determinado medicamento desse tipo, para que ele tenha mais segurança na hora de ministrar ou prescrever. Eu entendi dessa forma.

Eu estou falando isso, porque aqui nós fizemos um debate, a meu pedido, sobre fibromialgia, que é uma doença de fundo neurológico. Essa doença tem um problema sério, pois nem todos os médicos são capazes de identificar a fibromialgia, porque ela não tem nenhum sintoma a não ser a dor do paciente. E 99% dos pacientes com fibromialgia são mulheres. E, naquele momento, foi mostrado que não há formação para entender que fibromialgia é isso ou o que é essa doença.

Agora, quando se diz que o paciente, para esses medicamentos, precisa também tomar a decisão de autorizar e tal, eu quero saber como é fica o paciente, se o próprio médico precisaria ter um conhecimento maior a respeito disso. Como é que isso se opera? Eu não sei, mas penso que é prudente questionar a capacidade do paciente, pois aqui está se falando muito que o paciente vai decidir. Como é que ele vai decidir? Isso é para o senhor, também para o Dr. Valdair e também depois para o...

O SR. VALDERÍLIO FEIJÓ AZEVEDO – Muito obrigado.

Eu acho que a pergunta é a mais pertinente de todas agora, porque eu tentei colocar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. VALDERÍLIO FEIJÓ AZEVEDO – É claro que, em dez minutos, nós não podemos discutir tudo isso, mas uma das coisas mais importantes para produtos biológicos é a farmacovigilância – talvez a mais importante. Por quê? Mesmo um produto biológico que é aprovado pode demonstrar algum dado de insegurança ao longo do tempo, cinco, dez anos depois. Por exemplo, tuberculose nunca foi um grande problema para os anti-TNFs, até que, em registros biológicos pós-comercialização, se mostrou uma incidência aumentada de tuberculose. E hoje nós aprendemos que, para utilizar um anti-TNF, que são esses anticorpos monoclonais, eu preciso fazer um raio X de tórax, coletar dados de epidemiologia de tuberculose do paciente e fazer um PPD. Então, isso se tornou um problema – e ainda bem – depois da comercialização. Daí a importância da farmacovigilância.

A farmacovigilância precisa rastrear, identificar. É preciso facilitar o reporte, a comunicação. A farmacovigilância é um problema no Brasil, pois é muito ruim a nossa farmacovigilância. Talvez a indústria farmacêutica faça a melhor farmacovigilância dos produtos biológicos. Então, nós precisamos melhorar o nosso sistema de farmacovigilância, dar mais robustez, treinar, educar. Por exemplo, os médicos não sabem o que é farmacovigilância, eles saem da escola médica depois de seis anos sem saber a importância da farmacovigilância. E digo mais: os farmacêuticos também. Os farmacêuticos vão aprender farmacovigilância depois. E isso não é um problema só do Brasil. Aqui, na América Latina, é uma queixa generalizada.

Então, nós precisamos de educação continuada. Por quê? Porque é importante que se identifique corretamente um efeito adverso, porque aquilo, no futuro, pode fazer parte da bula, esse medicamento pode ser retirado do mercado.

Aconteceu que uma cópia não regulamentada no México – uma cópia do Rituximab, chamada Kikuzubam, produzida por uma empresa nacional mexicana – mostrou, ao longo do tempo, que os pacientes desenvolviam mais efeitos adversos, como choque anafilático e problemas cutâneos. Essa cópia foi retirada do mercado depois de três anos de comercialização. Ela não está mais disponível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nem para o Panamá nem para Bolívia ou para o próprio México. Isso ocorreu por quê? Por causa da farmacovigilância.

Então, eu ficaria muito seguro, mesmo que a Anvisa não regulamentasse a intercambialidade, se nós tivéssemos um sistema robusto de farmacovigilância capaz de realmente detectar essas diferenças e que nós pudéssemos fazer a interceptação ou o reporte, a comunicação em tempo hábil, para garantir a segurança em termos de saúde pública dos pacientes. O problema é deixar a intercambialidade correr solta, sem educar os médicos e sem haver um sistema robusto de farmacovigilância. Eu acho que esse é o problema que nós vamos enfrentar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dr. Valdair, daria para o senhor comentar.

O SR. VALDAIR FERREIRA PINTO – É preciso considerar o dilema do paciente dentro desse conceito da intercambialidade que estamos discutindo.

Como estão as coisas atualmente desenhadas, ao receber uma prescrição de um medicamento biológico, o paciente que recebe esse tratamento biológico da instituição, do SUS ou de instituição privada, na realidade, não saber que produto farmacêutico vai receber, porque ele é refém da situação.

Como a Anvisa declara que intercambialidade não está autorizada nem desautorizada, pode ser e pode não ser, existe um vácuo regulatório. A Associação Médica Brasileira, os médicos em geral gostariam de que esse vácuo fosse preenchido com regulamentação, para que os pacientes e médicos não se tornem reféns dessa situação, em que uma prescrição pode ser trocada desautorizadamente, e o paciente não sabe que medicamento irá receber no próximo mês.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esta pergunta agora fica para o Dr. Ivan.

A pergunta é: "Como os senhores avaliam o impacto do aumento da utilização de biológicos no sistema público de saúde e no SUS?"

Como o senhor é da área científica e tecnológica e avalia também as compras de uso pelo SUS, como essa questão é tratada?

O SR. IVAN ZIMMERMANN – Eu acho que é mudança não só do Brasil. Todo o perfil de inovação – o Valderílio e o Valdair me corrijam – tem caminhado para a inovação em medicamentos biológicos. É realmente o campo em que a gente tem maior produção. Os grandes *blockbusters* da indústria têm essa característica e, obviamente, vai ter impacto no nosso sistema.

Hoje é cada vez mais difícil decidir. Tomar a decisão, quando se tem uma opção só já, é difícil; imaginem quando há mais. Então, a gente tem caminhado também para a avaliação de desempenho de tudo o que a gente já tem disponível, buscando se é realmente efetivo aquilo que a gente já disponibilizou, se há necessidade até de se retirar algum tratamento que hoje é menos efetivo do que o que temos disponibilizado. Então, a gente só tem ganhos com essa inovação, sobretudo com o biossimilar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço.

Eu quero apenas fazer uma incursão aqui.

A Drª Maria Ligia Lyra Pereira é do Grupo de Estudos da Doença Inflamatória Intestinal do Brasil – peço licença aos senhores –, que me apresentou um estudo. Eu queria que a senhora, do ponto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

vista democrático, fizesse a pergunta sobre uma dúvida que a senhora tenha ficado, como especialista que é e por tendo vindo de Santos, em São Paulo. A senhora poderia fazer a indagação para contribuir também democraticamente com esta nossa audiência pública.

A SRª MARIA LIGIA LYRA PEREIRA – Primeiro quero agradecer a oportunidade e dizer que são muito boas as explanações. Mas, como o doutor falou, vocês são reumatologistas, a gente trabalha com doença inflamatória, que é uma doença intestinal, e a gente sabe que quando a gente usa biológico para doença reumática é diferente de quando a gente usa para doença inflamatória. Eu acho que o grande problema está na intercambialidade. Não sei se o conceito e essa visão têm que ser um pouco mais esmiuçados.

Nós tivemos uma grave denúncia, que foi levantada há pouco tempo, em março, quando tivemos uma reunião. Um paciente estava tomando dois frascos... Normalmente, essas drogas são dadas de forma endovenosa, de acordo com o peso do paciente. Então, às vezes, ele precisa de três frascos e, quando ele vai melhorando, vai aumentando a quantidade de peso, vai havendo necessidade de aumento de dose. O que acontece? Normalmente, o SUS só libera até 300 miligramas para cada dose do paciente, e ele já está em 400 ou 500. Aí ele entra judicialmente, e judicialmente é mais barato comprar o biossimilar. Aí esse paciente não está tomando uma medicação na mesma dose, na mesma tomada; ele toma duas medicações diferentes, três frascos de um, dois frascos de outro. Isso, em termos científicos, para a gente, é incabível.

Eu acho que talvez aí o Dr. Valdair poderia até reforçar qual é a nossa preocupação da intercambialidade, por que há necessidade de a Anvisa chegar e definir como um marco regulatório que a gente não poderia ter troca. E, quando o farmacêutico fica favorável e quando você tem acesso a uma droga que é mais barata judicialmente, você vai comprar o mais barato, e não o que é dispensado no posto do DRS (Departamento Regional de Saúde), que é o que acontece em São Paulo, para o paciente ter acesso à droga.

E ele só vai descobrir isso na hora em que ele vai até o Centro de Infusão. E normalmente não é ele que pega; é transportada essa droga, porque há todo um critério de transporte. Muitas vezes o paciente não vê o que está tomando, na hora é que vai perceber. Isso, em termos de farmacovigilância, fere todos os princípios, acaba completamente... Você não vai saber se esse efeito adverso que tenha é de uma droga ou se é de outra; se essa falha de medicamento que a gente está apresentando agora é por conta de uma droga ou se é de outra. Então, talvez... Ninguém está falando da necessidade... Se o biossimilar é ou não... Eu acho que o GEDIIB está para liberar agora uma diretriz apoiando o biossimilar como uma droga que já está sendo aprovada lá fora. Não é este o ponto. Acho que o ponto é como a gente utilizar e como manter acesso para o nosso doente. Porque a gente, que trabalha lá na ponta, nem sempre... A gente tenta tratar, e essa droga, como é muito cara – e a gente sabe o valor disso –, se você queima... Como o doutor falou, se queimarmos, vamos ter que ir para outro que não está no SUS. Se você passa de um anti-TNF para um segundo anti-TNF, a gente vai ter que ir para uma antiintegrina que, se for judicializada, é muito mais cara ainda.

Desculpem o discurso inflamado. Para quem está na ponta, faz assistência e vê isso diariamente, acho que essa é a grande preocupação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não sei se alguém quer fazer um comentário sobre a manifestação da Drª Maria Ligia. A Anvisa fará, e o Dr. Valdair também, para encerrarmos.

O SR. VARLEY DIAS SOUSA – Na Anvisa, nós manifestamos – inclusive é esse o nosso posicionamento – que somos contrários e não recomendamos qualquer tipo de troca, seja por... Esse é o pior caso, em que se recebem três frascos de um e dois de outro, é um caso extremo. Nós não recomendamos. É inadequado esse procedimento, tanto a troca alternada quanto ida e volta de medicamentos. A Anvisa se manifesta, tanto na nota como em manifestações prévias, no sentido de que esse procedimento não é recomendado e é desencorajado fortemente. Entretanto, sabemos das limitações de quem está na ponta em relação a custo, a processo de aquisição, a formas de acesso a esse produto. Aqui, acho que cabe a nós, como autoridade representativa dos entes que tratam do tema, entender o melhor mecanismo de assegurar que o produto chegue da melhor forma ao paciente. Acerca disso, trago uma indagação: trataremos por protocolos do Ministério, trataremos por orientações regulatórias ou se trataremos por resoluções?

Diferentemente de outros países, o Brasil é muito fechado, muito engessado. Então acho que, muitas vezes, o tema deve ser tratado por orientações e protocolos que tragam o melhor resultado para o paciente, porque, muitas vezes, quando se engessa, criam-se outros obstáculos difíceis de serem superados. Por exemplo, se não se tem uma compra para um determinado produto, você fica sem – sem o primeiro e sem o segundo. Então, muitas vezes o engessamento não é salutar.

Agora, para um paciente virgem, um paciente que não deu início ao tratamento, duas opções de tratamento são viáveis e são plenamente aceitáveis, seguros e eficazes. Entretanto, para quem já começou o tratamento, é diferente. Portanto, a condição não se baseia na relação medicamento/doença, mas se baseia na relação medicamento/doença/paciente/condição/histórico/evolução. Acho que é algo que extrapola o conceito regulatório *per si*.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Varley.

Quer dar uma palavrinha, Dr. Valdair?

O SR. VALDAIR FERREIRA PINTO – Rapidamente.

É exatamente isso. A Anvisa não recomenda e fortemente desencoraja trocas, mudanças e prescrição desautorizadas. No entanto, elas estão acontecendo, e acontecendo com grande frequência. Por quê? Porque não existe uma regulamentação. A orientação da Anvisa, a recomendação da Anvisa é insuficiente para coibir essa má prática. Então, é necessária uma norma regulatória, no nosso ponto de vista.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vamos para o encerramento. Vamos ter que voltar ao tema, porque é preciso. Entendi perfeitamente que é preciso.

"Nós, pacientes presentes, membros da Biored, não nos sentimos seguros com a intercambialidade, pois a troca automática, definida pelo comprador, pode comprometer a nossa qualidade de vida. Sem regulamento de fornecimento, estamos recebendo biológicos e biossimilares juntos. Como pode o Senado nos ajudar?"

É o que estamos fazendo com esta audiência pública. Foi a Priscila Torres que fez essa observação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Use o microfone, por favor.

A SRª PRISCILA TORRES – Esta foto mostra o fornecimento de medicamento biológico e biossimilar. A mesma molécula, a molécula biológica e a molécula biossimilar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vou mostrar aqui para a Anvisa...

A SRª PRISCILA TORRES – ... fornecida no SUS para o mesmo paciente. No mundo, não existem estudos clínicos que tenham avaliado o comportamento do paciente que recebe duas moléculas, biológicas e biossimilares, juntas, infundidas na mesma infusão. Isso é muito sério, isso subtrai toda a relação médico/ paciente. O médico perde a autonomia do tratamento, não sabemos como o organismo do paciente vai se comportar. E isso coloca médico e paciente em situação de total impotência porque o paciente não tem dinheiro para comprar o medicamento, e o médico não pode definir a compra. Então, precisamos ter regulamentação para fornecimento.

Secretarias Estaduais de Saúde estão comprando biossimilar atendendo ao preço menor, porque é evidente que precisamos trabalhar o uso racional dos recursos em saúde. No entanto, a qualidade do tratamento desses pacientes deve ser mantida.

Então, hoje, nós temos, em artrite reumatoide, aproximadamente dois milhões de brasileiros, 30% dos quais utiliza medicamentos biotecnológicos. Porém, esses pacientes estão no mercado de trabalho, estão, assim como eu, com qualidade de vida, trabalhando, contribuindo com os seus impostos.

Se a gente tiver uma queda na qualidade do fornecimento de medicamentos, podemos comprometer seriamente a nossa qualidade de vida e trazer custos socioeconômicos que não são contabilizados na conta do Ministério da Saúde no momento da compra. Esse custo bate na Previdência Social, na Assistência Social e na casa das famílias brasileiras.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço enormemente.

Isso aqui é muito uma questão de gestão. Evidentemente que entra a parte médico científica, mas, com a escassez de recursos, você está gastando e podendo criar um risco para a própria saúde do paciente, uma vez que pode gerar uma intoxicação medicamentosa ao se administrar uma dose cavalar, eu diria, desnecessariamente.

Então, lesa duas vezes: lesa pela inadequação de se fornecer e de se dar ao paciente para consumir ou jogar fora. Então, vamos levar isso ao Ministério da Saúde, que é quem compra e distribui os medicamentos.

O SR. VALDERÍLIO FEIJÓ AZEVEDO – Trata-se, aqui, na verdade, claramente, de uma aberração do sistema. Depende da política de aquisição desses produtos. A depender da política de aquisição, você pode ter estoques do produto. E, às vezes, o que acontece é que isso, como não está regulamentado... E, aí, eu estou de acordo com o Dr. Valdair: deve existir uma regulamentação em relação à dispensação desses produtos para que isso não ocorra, porque isso já é uma aberração, isso extrapola o âmbito da intercambialidade que nós estamos discutindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Essa é uma aberração do sistema, repito. Não é possível receber uma cópia, um produto de inovação e um biossimilar ao mesmo tempo, porque não há nenhum dado concreto que deixe um paciente seguro ou o médico seguro de que isso possa estar acontecendo.

Isso aconteceu recentemente aqui em Brasília, Senadora, e não foi só no sistema público, não; foi no sistema privado também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria agradecer imensamente a participação de todos vocês que vieram aqui. Sei que grande parte são pacientes.

Agradeço a contribuição da Priscila e da Drª Maria Lígia, que falou com muita propriedade, porque conhece profundamente, ela que é médica.

Agradeço a todos que vieram aqui representando as suas respectivas instituições e entidades.

Agradeço ao Dr. Varley Dias Sousa, Gerente de Medicamentos e Produtos Biológicos da Anvisa; ao Dr. Ivan Zimmermann, especialista da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (SUS-Conitec), do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde, do Ministério da Saúde.

Obrigada, Dr. Ivan!

Obrigada, Dr. Valdair e Dr. Varley!

O Dr. Valdair Ferreira Pinto é representante da Associação Médica Brasileira, aqui à minha esquerda.

E agradeço ao Dr. Valderílio Feijó Azevedo, Conselheiro Científico da Biored Brasil.

A todos os senhores eu gostaria de dizer que nós vamos continuar trabalhando nessa agenda, e a mais urgente é essa diretamente.

Gostaria de solicitar à minha assessoria que reunisse os documentos com o nome dos medicamentos de forma a formatar um documento para eu, pessoalmente, encaminhar, juntamente com a Comissão de Assuntos Sociais do Senado, ao Ministério da Saúde. Este é o primeiro passo.

Gostaria de ter a ajuda da Biored para fazer toda uma documentação técnica e, assim, o Dr. Ivan Zimmermann, que participou aqui, também poderia opinar.

A gente vai mencionar que isso foi decorrente desta audiência e vamos dar a opinião do que o senhor ouviu aqui.

Agradeço também aos esclarecimentos didático do Dr. Valdair. O senhor didaticamente passou uma diferença que é bastante difícil para quem é leigo sobre isso. Mesmo especialistas aqui divergem, a gente viu, como se diz, as divergências de entendimento, mas é fácil, com uma boa discussão, numa audiência pública como esta, a gente entender. E vamos procurar evoluir e acompanhar com a Anvisa também esses procedimentos, porque estamos aqui para lutar pela qualidade de vida da população brasileira, que é o nosso dever.

Então, obrigado a todos os senhores.

Obrigada à Anvisa. Agradeço ao Dr. Jarbas Barbosa pela aquiescência para sempre estar aqui a Anvisa presente; ao Dr. Zimmermann, ao Dr. Azevedo e ao Dr. Ferreira Pinto.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada esta audiência pública.

(*Iniciada às 14 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 34ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quatorze minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Edison Lobão e Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, José Maranhão, Romero Jucá, Waldemir Moka, Hélio José, Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Ângela Portela, Aécio Neves, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Cássio Cunha Lima, Eduardo Amorim, José Serra, Lasier Martins, Benedito de Lira, Wilder Morais, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Roberto Rocha, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Cidinho Santos, Vicentinho Alves, Fernando Collor. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Registram presença os Senadores Ataídes Oliveira, Dário Berger, Raimundo Lira e Telmário Mota. A Presidência registra presença das seguintes autoridades: Ministro João Otávio de Noronha, Corregedor Nacional de Justiça; Jayme Martins de Oliveira Neto, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; Mário Luiz Sarrubbo, Subprocurador-Geral de Justiça de Políticas Criminais e Institucionais do MP-SP; José Renato de Oliva de Mattos, Promotor de Justiça; Gustavo Tadeu Alckmin, Desembargador do TRT 1ª Região; Paulo da Cunha Boal, Diretor de Assuntos Legislativos da ANAMATRA; Luiz Antonio Colussi, Diretor de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos da ANAMATRA e Reinaldo de Salles Lima Junior, irmão do sabatinado. Passa-se à apreciação da pauta que é dividida em duas partes: 1ª Parte - Indicação de autoridade. ITEM 1 - OFICIO "S" Nº 53, de 2017 - Não Terminativo - que: "Indica, nos termos do art. 103-B, XI, da Constituição Federal, o nome do Procurador de Justiça Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior para integrar o Conselho Nacional de Justiça." Autoria: Procuradoria-Geral da República. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia (Ad hoc), substituiu Sen. José Serra. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do Procurador de Justiça Arnaldo Hossepian Salles Lima

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Junior para integrar o Conselho Nacional de Justiça, com 21 votos favoráveis e 1 voto contrário. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - OFICIO "S" Nº 58, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada ao Senado Federal." Autoria: Vicentinho Alves e outros. Relatoria: Sen. Armando Monteiro. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Concedida vista coletiva, automaticamente, nos termos regimentais. ITEM 2 - OFICIO "S" Nº 62, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor SÉRGIO SANTOS RODRIGUES, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada ao Senado Federal." Autoria: Omar Aziz e outros. Relatoria: Sen. Aécio Neves. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 3 - OFICIO "S" Nº 64, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor ERICK BILL VIDIGAL, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada ao Senado Federal." Autoria: Lasier Martins e outros. Relatoria: Sen. Edison Lobão. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Concedida vista coletiva, automaticamente, nos termos regimentais. ITEM 4 - OFICIO "S" Nº 60, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor HEVERTON ALVES DE AGUIAR, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada ao Senado Federal." Autoria: Romero Jucá e outros. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Concedida vista coletiva, automaticamente, nos termos regimentais. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 2010 - Terminativo - que: "Torna mais rigorosas as regras para a realização de competições automobilísticas em vias públicas." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CE. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 569, de 2015 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Terminativo - que: "Altera o § VIII do artigo 231 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre a infração de transporte remunerado de pessoas ou bens, e dá outras providências." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal para assegurar contraditório relativo no inquérito policial, e dá outras providências." Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - OFICIO "S" Nº 26, de 2015 - Terminativo - que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário nº 239.458, mediante o qual o Plenário declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 1º da Lei nº 10.905 do Município de São Paulo." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução do Senado. Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução oferecido como conclusão do Parecer. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 469, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para agravar a pena de crimes praticados em situação de tocaia nas imediações de residência, no interior de escola ou em raio de até cem metros de escola." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Benedito de Lira. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três Emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda nº1-T. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever que as despesas com monitoramento eletrônico serão arcadas pelo condenado." Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, de 2014 - Terminativo - que: "Altera o Estatuto de Defesa do Torcedor, aprovado pela Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, para introduzir sanções a clubes e torcidas organizadas que promoverem tumultos, conflitos coletivos ou atos de vandalismo em estádios ou logradouros públicos, e dá outras providências." Autoria: Senador Armando Monteiro. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das emendas nºs 1-CE e 2-CE. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 13, de 2017 - Terminativo - que: "Suspende, nos termos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

a execução do do artigo 1º da Lei nº 8.540/92, que deu nova redação aos artigos 12, incisos V e VII, 25, incisos I e II, e 30, inciso IV, da Lei nº 8.212/91, com a redação atualizada até a Lei nº 9.528/97." Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da emenda nº 1. Resultado: Aprovado o Projeto e rejeitada a Emenda nº 1. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 - Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Em 23/08/17, foi apresentado Voto em Separado do Senador Randolfe Rodrigues, pela rejeição do Projeto por inconstitucionalidade. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 664, de 2015 - Terminativo - que: "Inclui o art. 244-C na Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para tipificar o crime de induzimento, instigação ou auxílio à automutilação de criança ou adolescente." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicada a Emenda nº 1-CDH. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 - Terminativo - que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Marta Suplicy (Ad hoc), substituiu Sen. Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROPOSTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera os art. 62 e 64 da Constituição Federal para dispor sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009 - Terminativo - que: "Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta o art. 75-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), a fim de tornar possível a denunciação da lide à União ou Estado na demanda ajuizada contra o Município, ou à União, na demanda ajuizada contra o Distrito Federal, que tenha por objeto requerimento de medicamento ou procedimento de saúde." Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, de 2011 - Não Terminativo - que: "Altera o § 2º do art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial. " Autoria: Deputado Carlos Bezerra. Relatoria: Sen. Humberto Costa. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, de 2016 - Terminativo - que: "Insere parágrafos no art. 5º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social." Autoria: Senador Roberto Requião. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, de 2014 - Não Terminativo - que: "Determina o registro de veículo pelo guia de turismo que for adquirente de veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, no desempenho de suas atividades profissionais." Autoria: Deputado Otavio Leite. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 120, de 2015 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o § 2º ao art. 160 da Constituição Federal a fim de possibilitar a adoção de medidas de provisionamento de recursos para compensação de redução de repasses do Fundo de Participação dos Municípios." Autoria: Senador Walter Pinheiro e outros. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 686, de 2015 - Terminativo - que: "Acresce o inciso VI ao art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para estender a legitimidade para a propositura de ação civil pública ao Conselho Federal e aos Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 1.075, de 27 de março de 1950, que dispõe sobre doação voluntária de sangue, para conceder abatimento no valor da taxa de inscrição em concursos públicos da Administração Pública federal aos doadores voluntários de sangue." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2015 - Não Terminativo - que: "Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica." Autoria: Deputado Jovair Arantes. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. Em 23/08/17, foi apresentado Voto em Separado do Senador Randolfe Rodrigues, contrário ao Projeto. ITEM 29 - EMENDA(S) DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, de 2016 que: "Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre o direito da vítima de violência doméstica de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

preferencialmente, por servidores do sexo feminino, e dá outras providências." Autoria: Deputado Sergio Vidigal. Relatoria: Sen. Cássio Cunha Lima. Relatório: Favorável à Emenda de Plenário nº 21, na forma da subemenda de redação que apresenta, e contrário às demais Emendas de Plenário. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Emenda de Plenário nº 21, na forma da Subemenda nº 1-CCJ, de redação, e contrário às demais Emendas de Plenário. Aprovado Requerimento nº 76, de 2017-CCJ de urgência para a matéria. ITEM 30 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a redação do art. 1.815 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para promover ação visando à declaração de indignidade de herdeiro ou legatário." Autoria: Deputado Antonio Bulhões. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2012 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência." Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 32 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 2007 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 45 da Constituição Federal, para estabelecer o sistema eleitoral misto para as eleições de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, de 2011 - Não Terminativo - Altera a redação do art. 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral majoritário nas eleições para deputado federal, determina os princípios pertinentes à definição dos distritos e estende o sistema majoritário às eleições de deputado estadual e deputado distrital e de vereador. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, de 2015 - Não Terminativo - que: Dá nova redação ao caput do art. 45 da Constituição Federal, adotando o voto distrital puro como sistema eleitoral vigente no Brasil. Autoria: Senador Reguffe e outros. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das Propostas e, no mérito, favorável à PEC 61/2007, nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2 a ela apresentadas, a Emenda nº 1 oferecida à PEC nº 90, de 2011, e as demais Propostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resultado: Adiado. ITEM 33 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para possibilitar a assinatura eletrônica de projetos de lei de iniciativa popular pelos cidadãos brasileiros." Autoria: Senador Reguffe. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 34 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 18, de 2016 - Não Terminativo - que: "Susta o § 7º do art. 6º da Instrução Normativa nº 1.599, de 11 de dezembro de 2015, da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), que dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF)." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Sen. Ana Amélia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 35 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 36 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 315, de 2009 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos - CFRH." Autoria: Deputado Chico da Princesa. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 37 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências, para permitir a sustentação oral do pedido liminar na sessão de julgamento." Autoria: Deputado Carlos Manato. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 38 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar, no decorrer do mesmo ano eleitoral, a prestação de serviços por parte de entidades e empresas que realizam pesquisas eleitorais a governos, partidos e meios de comunicação." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 39 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para prever

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

aumento de pena para o crime de roubo praticado com o emprego de arma de fogo ou de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum." Autoria: Senador Otto Alencar. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 40 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015 - Terminativo - que: "Altera os arts. 27 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar as penas previstas para os adultos que utilizam crianças ou adolescentes para a prática de crimes." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 41 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 52, de 2009 - Não Terminativo - que: "Altera o § 8º do artigo 144 para permitir às guardas municipais atuar no combate ao crime organizado na região das fronteiras interestaduais." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Ivo Cassol. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 42 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Código Penal para prever o crime de porte de arma branca e agravante genérica para o uso de arma branca em crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa." Autoria: Senador Romero Jucá. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2015 - Terminativo - que: "Tipifica o porte de arma branca." Autoria: Senador Raimundo Lira. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 320, de 2015 e pela rejeição do PLS nº 311, de 2015. Resultado: Adiado. ITEM 43 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera dispositivo da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal." Autoria: Deputado Marcos Rogério. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1-CDH. Resultado: Adiado. ITEM 44 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, de 2014 - Terminativo - que: "Disciplina o uso de força por agentes dos órgãos de segurança pública e altera o Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 de outubro de 1941 ("Código de Processo Penal"), para prever a gravação, em áudio e vídeo, de abordagens, oitivas e interrogatórios realizados por esses agentes e pelas autoridades judiciárias." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 45 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 548, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para incumbir o Departamento de Polícia Federal da investigação dos crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas, quando delas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

faça parte agente pertencente a órgão de segurança pública estadual." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 46 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, de 2015 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional do Livro e regulação de preços." Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatoria: Sen. Lindbergh Farias. Relatório: Favorável ao Projeto com dezesseis emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ a 16-CCJ. ITEM 47 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 21 da Constituição Federal, transferindo para a União a exploração dos serviços de transporte rodoviário de passageiros entre os municípios do Entorno do Distrito Federal e Brasília." Autoria: Senador Ronaldo Caiado e outros. Relatoria: Sen. Wilder Morais. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. ITEM 48 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aplicação da receita das multas." Autoria: Senador Paulo Davim. TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012 - Terminativo - que: "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei Orgânica da Saúde, para destinar trinta por cento da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 426, de 2012, com uma emenda que apresenta, pela rejeição da Emenda nº 1-CAS, e pela rejeição do PLS nº 193, de 2011. Resultado: Adiado. ITEM 49 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 658, de 2011 - Terminativo - que: "Reconhece os direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade de transexuais." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). Resultado: Lido o relatório e encerrada a discussão. ITEM 50 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2014 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, concedendo indenização, tratamento médico e psicológico aos ex-servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) e seus familiares, afetados por doença grave em decorrência de contaminação pelo dicloro-difenil-tricloroetano - DDT" Autoria: Senador Valdir Raupp

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

e outros. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Favorável à Proposta e à Emenda nº 1, com a subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 51 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a legislação eleitoral para instituir o voto distrital misto nas eleições proporcionais." Autoria: Senador José Serra. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com cinco emendas que apresenta. Resultado: Adiado. EXTRAPAUTA: ITEM 52 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 76 de 2017 que: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 7, de 2016 (Emendas de Plenário)." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA ITEM 53 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 71 de 2017 que: "Requeiro, em atendimento ao art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ selecione, para avaliação, a implementação e os resultados alcançados pela Política Nacional de Segurança Pública." Autoria: Senador Edison Lobão. Relatoria: Sen. Wilder Morais. Resultado: Aprovado o Plano de Trabalho e os requerimentos de audiência pública nele contidos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, e da Ata da 33ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será realizada em duas partes. A primeira destina-se à realização de sabatina e a segunda parte destina-se à deliberação dos itens de 1 a 51.

Item 1.

ITEM 1

OFICIO "S" Nº 53, de 2017

- Não terminativo -

Indica, nos termos do art. 103-B, XI, da Constituição Federal, o nome do Procurador de Justiça Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior para integrar o Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senador José Serra

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 09/08/2017, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Substituição pelo Senador Antonio Anastasia.

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado e à votação do relatório, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular.

Convido o senhor indicado a vir ao recinto da reunião.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pela ordem.) – Obrigada. Eu gostaria de fazer uma consulta à Mesa. Sei que isto pode se referir à segunda parte da reunião, mas eu já gostaria de perguntar à Mesa.

Nós estamos votando e discutindo na Câmara dos Deputados a reforma política. Os grandes temas de discussão são o sistema eleitoral e também o financiamento de campanhas. Há uma discussão sobre o "distritão" e também uma discussão sobre o financiamento público, sobre a criação do fundo eleitoral.

Está correndo na Casa, de maneira muito forte, a informação de que a CCJ colocaria para votar uma proposta que veio da Câmara dos Deputados resgatando o financiamento empresarial de campanha. Eu gostaria de perguntar a V. Exª se isso corresponde aos fatos, se é verdade que isso vai entrar na pauta da CCJ, se já há relatório pronto. Preocupa-me deveras, Senador Lobão, a volta da discussão desse tema à Casa, primeiro pela criminalização da política que as doações empresarias trouxeram. Se estamos vivendo hoje um problema em relação à acusação de políticos, à Lava Jato e a outras denúncias, isso se deve exatamente às doações empresariais de campanha, que, embora sejam em grande parte oficiais, se tornaram propinas. Então, esta Casa, ao colocar novamente essa matéria, abre essa discussão.

E me parece que há em curso uma demonização do fundo público de campanha. Aliás, há uma campanha contra o fundo público feita pela mídia e por articulistas que desconhecem o assunto. Nem estou aqui defendendo o montante – realmente, acho que é demais o que foi proposto na Câmara –, mas estou muito preocupada com esse tema e com que a Câmara esteja atrasando a sua discussão e a sua definição, esperando que o Senado vote essa proposta.

Então, eu gostaria de inquirir a V. Exª, que é Presidente desta Comissão, se essa matéria, de fato, está preparada ou está aí para ser apreciada pela CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A indagação de V. Exª, a rigor, divide-se em duas partes. Na primeira, pergunta se a Comissão votará essa matéria. Sim! Na segunda, pergunta se o relatório já está pronto e quando será, portanto, votado. Não, não há relatório, porque não há relator ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Essa matéria havia sido votada na Comissão de Constituição e Justiça com outra PEC e foi mandada ao plenário do Senado.

Lá, houve um desapensamento, porque eram duas questões tratadas. Uma permanece no plenário do Senado, a outra retornou à Comissão de Constituição e Justiça, que é esta que diz respeito ao financeiro público ou não de campanhas eleitorais. Esta não tem ainda relator. Por conseguinte, não pode ser votada no momento.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Agradeço a informação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Sr. Arnaldo Salles Lima Junior para sua exposição, por até 20 minutos.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JUNIOR – Bom dia a todos. Primeiro, cumprimento o eminente Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Edison Lobão, e os Srs. Senadores aqui presentes. Um registro especial ao Senador Anastasia, que fez a leitura do nosso relatório. Agradeço ao Senador José Serra, que aceitou a incumbência de ser o Relator desta nossa indicação.

Peço licença para cumprimentar o Sr. Ministro Corregedor Nacional, Ministro João Otávio de Noronha, que se encontra aqui presente, cumprimentar os Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, Conselheiro Alkmim, Conselheiro Fernando Mattos, Conselheiro Henrique Ávila; o Presidente da nossa Associação dos Magistrados do Brasil, Jayme Martins; os juízes assessores da Corregedoria Nacional de Justiça, na pessoa da Drª Sandra; o Subprocurador-Geral de Justiça do Ministério Público de São Paulo, Dr. Mário Luiz Sarrubbo – Ministério Público de São Paulo, minha casa de origem.

Cumprimento mais uma vez todos os Senadores, meu querido irmão, que aqui se encontra presente, e minha assessoria de gabinete.

Quero dizer aos senhores, Srs. Senadores, Sr. Presidente, que compareço novamente perante esta Casa para submeter à análise dos senhores a possibilidade de exercitar por mais um biênio – e último, porque esta é a previsão constitucional – a função de Conselheiro Nacional de Justiça na cadeira destinada ao Ministério Público dos Estados. E, como disse aqui no início de minha fala, venho do Ministério Público de São Paulo, instituição que integro há 31 anos quase.

Ao longo dessa minha trajetória, além de ter passado – e rapidamente faço esse registro – grande parte da minha atividade funcional exercitando as atribuições plenas de Promotor de Justiça e hoje de Procurador de Justiça, tive a oportunidade de integrar a administração superior da minha instituição, onde pude exercer, durante três anos, o cargo de Subprocurador-Geral de Justiça, destacando aos Srs. Senadores que o cargo de Subprocurador na estrutura do Ministério Público dos Estados não é um cargo de carreira, é um cargo de confiança do Procurador-Geral de Justiça, portanto, integra a administração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

superior. Tem, portanto, entre suas atribuições – e eram as minhas atribuições – as de relações institucionais e de cuidar da gestão do nosso Ministério Público.

E São Paulo – eu venho de São Paulo, sou paulistano de nascimento –, se tem o maior Ministério Público em número de integrantes, também tem a problemática na mesma dimensão. As atividades e as atribuições e a alta administração daquela instituição do meu Estado, sem dúvida nenhuma, têm a mesma dificuldade que o governante tem em administrar tamanha gama de problemas. Quero dizer aos senhores, ainda falando da minha vida pretérita, que, antes da minha chegada ao CNJ, depois de aprovação por esta Casa, em agosto de 2015, tive oportunidade, por um período, de servir ao governo do meu Estado, na época da administração do Governador José Serra, hoje Senador da República, e depois na administração do atual Governador Geraldo Alckmin, quando pude exercitar, durante dois anos, o cago de Secretário de Estado Adjunto da Segurança Pública. Quero dizer aos senhores, portanto, rapidamente, que essa é a minha história de vida. Como já disse, sou paulista, sou paulistano de nascimento.

Chego ao CNJ em setembro de 2015 com a seguinte percepção: cabe àqueles que compõem o colegiado, um colegiado de investidura temporária... E isso me parece absolutamente determinante, Sr. Presidente, por quê? Porque, se pensamos de um organismo criado pelos senhores, com a Emenda nº 45, que pensa aprimorar e fazer com que o Poder Judiciário se modernize, é necessário que novas ideias sejam trazidas periodicamente. E quer me parecer que o limite colocado de até quatro anos para alguém integrar aquele colegiado é mais que suficiente para que se possa colocar algumas ideias e fazer com que elas se desenvolvam e sejam discutidas no colegiado.

Trata-se de um colegiado bastante particular porque conta com oito dos seus integrantes magistrados de carreira e seis membros oriundos de outras carreiras – quatro da advocacia e dois do Ministério Público. Portanto, quer me parecer que aquele que lá chega, e isso me inspirou ao longo desses dois anos, tem por obrigação buscar o consenso, discutir as políticas públicas porque, como é sabido, cabe ao CNJ desenvolver políticas públicas para o Judiciário.

É verdade que há também o aspecto disciplinar, que é muito importante, mas quer me parecer que não é essa a finalidade precípua. A finalidade precípua é fazer com que o Poder Judiciário, último refúgio de esperança da população quando não vê atendidos os seus direitos, direitos consagrados pelos senhores quando da edição da Constituição de 1988 e de toda a legislação que veio após a edição da nossa Carta Magna. Cabe, portanto, aos que integram o colegiado pensar o sistema de justiça fazendo com que ele seja mais efetivo, sem quebrar os protocolos, que são garantias para o próprio cidadão, à medida que ele sabe que há um ordenamento jurídico positivado, portanto, e que deve ser respeitado pelos operadores do Direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Costumo dizer, Srs. Senadores, que o Poder Judiciário, no CNJ, é o grande maestro; é o grande maestro desse sistema de justiça que tem que contar com uma advocacia, Sr. Presidente, pública ou privada, com o Ministério Público, azeitados, aptos a corresponder aos anseios da sociedade brasileira.

Nessa esteira e nessa linha de atuação, quando lá cheguei, tive a possibilidade de integrar algumas comissões. Destaco, em especial, a Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania. Nas atribuições daquela Comissão, que tem como escopo maior a questão relacionada à mediação, à conciliação, que a Conselheira Daldice Santana, Desembargadora do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, já reconduzida ao cargo de conselheira do nosso Colegiado, tão bem encaminha, tão bem desenvolve.

Há um dos braços, que é o braço relacionado com o Poder Judiciário e a questão da judicialização das questões afetas à saúde, e a supervisão desse comitê foi entregue à nossa pessoa. Ali, tivemos a possibilidade de, ao longo desse período, desenvolver um projeto com o Ministério da Saúde, trazendo um hospital de excelência para poder ser o grande interlocutor na capacitação de um quadro técnico apto a poder assessorar os juízes de Direito.

Eu espero que, ao longo dessa nossa explanação e dos questionamentos que, certamente, V. Exªs me farão, eu tenha a possibilidade de discorrer mais profundamente sobre esse tema, que me parece bastante caro não só para o Poder Judiciário, mas ao cidadão brasileiro.

O cidadão brasileiro recebe, à luz do que reza o art. 6º da Constituição Federal, uma gama de direitos sociais bastante significativa – dentre eles, a saúde – e é razoável que ele tente buscar garanti-la junto ao Poder Judiciário quando não a vê atendida. Mas a preocupação é que vá buscar essa garantia de forma segura, de forma precisa e que tenha, de fato, aquilo que é adequado.

Quero dizer aos senhores que também tivemos a oportunidade – eu juntamente com o Conselheiro Fernando Mattos, aqui presente e cuja presença muito me honra, juiz federal que é, já reconduzido também, na cadeira de juiz federal, para o nosso Conselho Nacional de Justiça pelos senhores e com decreto já assinado pelo Senhor Presidente da República – de tratar da questão da Estratégia Nacional de Segurança Pública, tema que, para mim, é muito caro, à medida que tive a oportunidade de, como gestor público, vivenciar uma problemática aguda no meu Estado, o maior Estado da Federação, e, como disse, com os maiores problemas entre todas as unidades da Federação, proporcionais ao seu tamanho.

Tivemos, então, a oportunidade de desenvolver reuniões com estudiosos da área da segurança pública, de promovermos ali discussões caras, frutos de experiências que nós vivemos em São Paulo desde o ano de 2001, que trouxeram a redução dos crimes de homicídio naquele nosso Estado, o que é algo paradigmático em solo brasileiro e é algo que ainda é ponderável e, portanto, possível de ser apresentado como uma proposta a ser espalhada pelo nosso País. Se tiver oportunidade, poderei discorrer a respeito de alguns aspectos desse tema bastante caro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quero ainda dizer aos senhores que fizemos uma ação um tanto maiúscula na questão dos crimes dolosos contra a vida. Promovemos, no mês de novembro do ano passado, o Mês do Júri, dando ênfase – e essa foi uma discussão bastante profunda – a que os tribunais julgassem crimes praticados contra a mulher, na esteira da edição da lei que os senhores aprovaram em março de 2015, a Lei do Feminicídio.

Desenvolvemos também a preocupação de que o magistrado sentenciante tivesse a observância de que, naquele caso que resultou em homicídio ou em tentativa de homicídio, fosse apurado se a vítima estava ou esteve submetida a uma medida protetiva, à luz do que a Lei Maria da Penha, a Lei nº 11.340, consagra e possibilita: a aplicação de medida protetiva como garantia à mulher. Tivemos também preocupação – essa preocupação é muito presente, sobretudo nos dias de hoje – com aqueles crimes de homicídio praticados por policiais, no exercício ou fora do exercício da função, e, ainda, com algo que também vale ser destacado em todo o Território nacional: os homicídios praticados nas cercanias de bares, bares localizados nos arrabaldes das grandes cidades, foco de violência, foco que exige uma atuação integrada do Poder Público, não só da polícia judiciária e da polícia ostensiva, mas, sem dúvida nenhuma, também da municipalidade, da governança de Estado – nós sabemos que a questão da segurança pública não se restringe única e exclusivamente à ação de polícia.

Quero dizer aos senhores que, ao longo dessa jornada, tivemos a oportunidade de terminar a relatoria – já vinha caminhando naquele Conselho Nacional de Justiça – da resolução que cuidou da Lei de Acesso à Informação, a Resolução 215, que possibilita, portanto, a divulgação dos orçamentos, dos pagamentos e dos estipêndios recebidos pelos servidores e magistrados da Justiça brasileira, agora ampliada com portaria da Srª Ministra Presidente do Supremo Tribunal Federal. Tivemos a oportunidade de ser o Relator daquela resolução bastante importante e que representou um avanço para o Poder Judiciário brasileiro.

Quero dizer aos senhores também que tivemos a oportunidade de cuidar do novo Código de Processo Civil em uma das comissões que foram lá estabelecidas, juntamente com o Conselheiro Gustavo Alkmin, Desembargador da Justiça do Trabalho, e com o Conselheiro Levenhagen, Desembargador do egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais, implementando aspectos que aquela legislação consagra e que cabe ao CNJ desenvolver. A comissão chegou a bom termo e pudemos oferecer à magistratura brasileira uma interpretação mais racional daquilo a legislação deixou a cargo do Conselho Nacional de Justiça.

Quero dizer aos senhores ainda que tivemos oportunidade também de desenvolver a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro. Mais uma vez, eu e o Conselheiro Fernando Mattos, que recebemos essa atribuição, acompanhamos *pari passu* as preocupações daquele órgão multifacetado no que diz respeito à transparência, às boas práticas, à questão de *compliance* junto aos organismos públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, Srs. Senadores – me dirijo àqueles com quem eu tive oportunidade de estar pessoalmente e àqueles cuja assessoria visitei e tive oportunidade de ali deixar um rápido apanhado daquilo que nós fizemos ao longo desses dois anos que se encerrarão agora, em 31 de agosto do corrente ano –, quero dizer que a experiência no Conselho Nacional de Justiça é uma experiência bastante rica, sobretudo para alguém que vem de uma carreira coirmã, que vem do Ministério Público, e tem a absoluta certeza de que as instituições, respeitadas as suas convicções e as suas missões, devem trabalhar de forma harmônica, até porque o destinatário de nossos serviços é o cidadão brasileiro, e ele, seguramente, cobra cada vez mais dos homens públicos a solução de seus problemas e um país melhor. Seguramente é o que inspira esta Casa e foi o que nos inspirou ao longo desses dois anos e, se me for dada a oportunidade de lá permanecer, é essa a missão que eu entendo que eu devo cumprir.

Encerro por aqui e fico, por óbvio, à disposição de todos os senhores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu cumprimento as autoridades que aqui se encontram e que vieram prestigiar o sabatinado, entre as quais o Ministro João Otávio de Noronha; Jayme Martins de Oliveira Neto, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; Mário Luiz Sarrubbo; José Renato de Oliva de Mattos; Gustavo Tadeu Alckmin; Paulo da Cunha Boal; Luiz Antonio Colussi; e Reinaldo de Salles Lima Junior, que é irmão do sabatinado.

Convido a ter assento à mesa o Ministro João Otávio de Noronha, que nos honra com sua presença, e o Dr. Jayme Martins de Oliveira Neto, que representarão os demais convidados. (*Pausa.*)

Concedo a palavra, para suas indagações, ao Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito obrigado, Presidente Edison Lobão. Saúdo V. Exª, saúdo o Dr. Arnaldo e as autoridades mencionadas e que valorizam e prestigiam esta nossa sabatina.

Eu quero fazer três perguntas ao Dr. Arnaldo. Gostei muito do seu modo de falar, muito determinado. Gostei, principalmente, quando disse que o conselheiro do Conselho de Justiça é o grande maestro do sistema de Justiça. É muito bom ouvir isso, como reconhecimento dessa importância. É um poder apto a justificar os anseios dos brasileiros. E é isso que nós queremos. O Conselho Nacional de Justiça tem uma importância extraordinária, principalmente nos dias que nós atravessamos.

A minha primeira pergunta, Dr. Arnaldo, é sobre a saúde, um assunto que V. Exª conhece, porque, como representante do CNJ, esteve no Fórum Nacional da Saúde há bem pouco tempo.

Ocorre que uma auditoria do Tribunal de Contas da União constatou que a despesa do Ministério da Saúde em cumprir decisões judiciais na compra de medicamentos e insumos para tratamento médico aumentou em 1.300% em sete anos, saindo de 70 milhões, em 2008, para 1 bilhão, em 2015. Pior que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

isso é que esse fenômeno de despesas está atingindo muito mais os Estados, os cofres estaduais. O meu Estado, Rio Grande do Sul, por exemplo, já não aguenta mais, não tem recursos para resolver os seus problemas habituais, tradicionais, gasta tudo que tem no fornecimento de medicamentos. Então, qual é a solução? Eu tenho a informação de que houve uma parceria firmada entre o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério da Saúde, mas isso está vigorando? Essa é a solução, se não há recursos? Essa é a primeira questão.

A segunda questão, Dr. Arnaldo Lima Junior, é sobre um dos assuntos mais palpitantes, mais circulantes no Brasil, que diz respeito à remuneração dos magistrados. Este é um tema diário. Isto se fala em qualquer canto do Brasil. Tem-se hoje um conceito de que os magistrados, o Ministério Público tem privilégios nesta grave crise que o País atravessa, acumulado déficits e mais déficits. Aqui, por exemplo, não se votou aumento de funcionalismo, não se aumentou salário, muito menos dos Parlamentares. Mas parece, a juízo de muita gente, que essas duas instituições não têm sido sensíveis em colaborar com essa crise que estamos vivendo.

Um exemplo bem recente é o caso de lá de Mato Grosso, uma notícia que chocou a sociedade brasileira, quando 84 juízes de Mato Grosso receberam supersalários referentes a substituições de entrância – quando o juiz vai trabalhar em outra comarca –, de 2005 a 2009. Um dos magistrados recebeu R$503.928. E aí a Presidente do Supremo e Presidente do Conselho, Ministra Cármen Lúcia, tomou uma iniciativa muito interessante: determinou que os tribunais brasileiros devem ao Conselho, no prazo de dez dias, os dados sobre pagamentos efetuados aos magistrados. E, a partir de setembro, os tribunais devem encaminhar, em até cinco dias depois do pagamento, o comprovante com o valor pago, para a divulgação ao Brasil.

Que posição V. Exª tem? Que posição vai defender nesta sua recondução ao Conselho, diante de uma situação de exceção que o País vive?

E a minha terceira e última pergunta, Dr. Arnaldo, é com relação a uma solução que V. Exª possa propor, como operador do Direito e como Conselheiro de Justiça, no que diz respeito a essa assustadora disseminação da criminalidade pelo Brasil. O que vai se fazer, principalmente com a elevação dos índices de homicídios, especialmente nos últimos tempos, no Rio de Janeiro e em Fortaleza, que são as duas capitais brasileiras onde ocorrem mais homicídios? Como dizia Nelson Hungria, o homicídio é o crime por excelência. Qual é a solução, cadeia ou medidas alternativas? Se é cadeia, como fazer se o Brasil não tem prisões para toda essa criminalidade, para todo esse número de delinquentes?

Objetivamente, Dr. Arnaldo, são essas as minhas perguntas, congratulando-me com o conceito que o senhor faz de que o Conselheiro de Justiça é o grande maestro do sistema de Justiça do Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Senador Lasier.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Concedo a palavra ao Dr. Arnaldo para as respostas.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JUNIOR – Senador Lasier, muito obrigado pelas perguntas. Começo, portanto, pela indagação que o senhor me faz sobre o problema da judicialização da saúde. E aproveito aqui para cumprimentar o meu companheiro de Fórum Nacional da Saúde, o defensor público Ramiro Santana, que aqui também se encontra presente. Agradeço sua presença.

Quero dizer ao senhor, Senador, que a questão da judicialização da saúde precisa ser encarada sob dois aspectos.

Aquilo que lá no nosso comitê, no nosso fórum nacional, que é um comitê nacional, portanto... E é importante que se registre que é um comitê nacional composto por magistrados que atuavam na linha de frente, ou ainda atuam, gestores públicos, e quero me referir a ex-secretário de Estado da Saúde, ex-secretário municipal da Saúde; há, naquele colegiado – o Ministro da Saúde tem assento – um organismo que representa todos os secretários municipais da saúde, todos os secretários de Estado da saúde; e, pela primeira vez, e aí na ideia de que o Judiciário é o grande maestro do sistema de Justiça, temos lá um promotor de Justiça, com experiência na área, e um defensor público. Pela primeira vez, num comitê nacional do Conselho Nacional de Justiça, nós temos operadores do direito que não são integrantes do Poder Judiciário.

E, quando lá chegamos, Sr. Senador, em fevereiro de 2016, a preocupação era a de que, uma vez que, no exercício da jurisdição, o magistrado atua de forma sacrossanta e, se ele tiver que ser impugnado, ele será impugnado pela via recursal adequada, o que podemos fazer pelo magistrado que não é especialista em questões médicas? E nós sabemos – e comecei a ver isso um pouco mais de perto, quando cheguei, em fevereiro de 2016, no fórum nacional – que a tecnologia na área de saúde se desenvolve de forma muito veloz, é quase impossível acompanhar tamanhas inovações. E a população, quando encontra a esperança, a expectativa de que terá a sua moléstia curada ou controlada, por conta de um novo fármaco, de uma nova prótese, de uma nova órtese a que ela não tem acesso, ela vai ao Judiciário. E o juiz de Direito quase sempre pela via cautelar o que faz? Ele tem um receituário médico, Sr. Presidente, Sr. Ministro Noronha, e ele acaba conferindo a liminar, porque está diante de um risco de morte, pelo menos é isso que está sendo alegado.

O que, então, entendíamos naquela ocasião? Que seria necessário que se criasse um mecanismo que confortasse o juiz de Direito para que, em velocidade célere – e nós aqui arrojadamente pensamos em 72 horas –, pudesse ter acesso a um núcleo capacitado que pudesse dar a ele a informação precisa sobre aquilo que estava sendo mencionado no pedido, na inicial, que quase que invariavelmente é acompanhada por um laudo ou um receituário de um profissional de Medicina. É importante que se traga isso: o profissional de Medicina faz parte desta equação. Mas que ele pudesse, num curto espaço de tempo, buscar neste órgão técnico informações para que pudesse, se fosse o caso, deferir a liminar, Srs. Senadores, ainda daquilo que não estivesse incorporado ao Sistema Único de Saúde, mas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

revelasse, com base em evidências científicas até mesmo internacionais, que aquilo, de fato, tivesse a finalidade a qual estava sendo proclamada.

E como construir isso? Firmamos uma parceria com o Ministério da Saúde que, pelo Sistema Proadi de renúncia fiscal, buscou um hospital de excelência entre os seis hospitais de excelência. Uma escolha do Ministério da Saúde, buscou o Hospital Sírio-Libanês. Outros cinco hospitais também são de excelência, mas, por questões estratégicas, foi o Hospital Sírio-Libanês, que já ministrava curso de evidência científica para magistrados, para médicos, para aqueles que se debruçavam sobre as questões judicializadas.

E esse organismo, patrocinado, portanto, por essa renúncia fiscal, possibilitará que cada tribunal... E o seu tribunal é paradigmático. O Desembargador Martin Schulze, que é o coordenador lá do Fórum Regional da Saúde no seu Estado, é alguém absolutamente envolvido. E ele criou um núcleo – está aqui a Senadora Ana Amélia, que conhece a questão e esteve lá conosco em uma das nossas visitas –, ele traz um núcleo técnico: profissionais de medicina que ficam vinculados ao tribunal, profissionais de medicina que serão capacitados pelos núcleos técnicos de excelência do Ministério da Saúde, capacitação que se dará mediante remuneração paga pelo Hospital Sírio-Libanês mediante a renúncia fiscal.

E mais que isso: o juiz de direito, diante de um caso concreto, solicita uma nota técnica ao seu núcleo técnico; se ele não consegue responder, há os núcleos de excelência e até mesmo bibliotecas internacionais, como a Biblioteca Cochrane – não só a unidade no Brasil, mas inclusive a unidade na Inglaterra, porque nós sabemos que é o sistema público de saúde de referência é o sistema inglês. O magistrado poderá fazer a consulta e receberá a resposta em 72 horas.

Então, pontuando ao senhor... A ação do CNJ nesse campo é uma ação que engloba a questão já judicializada e a questão ainda por ser judicializada. Como o tempo passa, eu deixarei para um próximo momento falar dessa segunda etapa do nosso projeto. O projeto vem embalado na Resolução 238. As oficinas de capacitação foram inauguradas pela Srª Ministra Presidente Cármen Lúcia em novembro; uma segunda oficina foi em março; e o projeto está em fase de a Ministra verificar alguma sintonia fina para que nós possamos implementá-lo – e aí eu digo ao Sr. Senador e aos Srs. Senadores – pelo menos em 20 tribunais. Porque nós saímos de 7 ou 9 tribunais que tinham núcleos técnicos. Com a nossa ação, hoje já são 20 tribunais, e nós queremos chegar a 27 tribunais.

O que nós acreditamos com isso, Senador? Não que nós vamos acabar com a judicialização, porque a judicialização, Senador Anastasia, quando boa, deve ser levada adiante. Vejam os senhores a judicialização que nós lá adjetivamos como a judicialização estruturante. Por exemplo: nós temos uma determinada região do meu Estado em que falta Aspirina, falta Novalgina, e o Poder Público não dá conta. Não haverá outra alternativa a não ser o cidadão se socorrer do Judiciário. Mas não se socorrer por meio de ações individualizadas, e sim talvez pela via do Ministério Público ou mesmo pela Defensoria Pública, em uma ação coletiva em que o problema possa ser resolvido definitivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Encerrando essa primeira pergunta e passando para a questão da remuneração, fico muito à vontade em tocar nesse tema, porque, repito, tenho 31 anos de Ministério Público. Portanto, já vivi todos os períodos remuneratórios ao longo dessas três últimas décadas. Posso dizer ao senhor, e o digo à luz da Constituição Federal em vigor: os salários recebidos pelos magistrados seguem a regra constitucional. O que os magistrados recebem a mais? Recebem, por exemplo, questões que já foram reconhecidas em demandas judiciais – julgadas, inclusive, pelo Supremo Tribunal Federal – sobre valores que deveriam ter sido pagos em tempo próprio e não o foram. Não foram pagos. E, ante aquilo que a Constituição consagra no art. 98, a autonomia dos tribunais, os tribunais de quando em vez efetuam os pagamentos.

É verdade que – está aqui o nosso Ministro-Corregedor que está cuidando disso de forma bastante atenta e bastante minudente –, em determinadas situações, é óbvio que o gestor deve avaliar em que medida daquele valor que é devido deve ser feita a contraprestação, observado inclusive o momento histórico em que o nosso País vive.

Mais ainda, eu diria aos senhores sobre a questão dos reajustes que, evidentemente, devem ser pensados à luz do momento presente. No entanto, a Constituição Federal, lá no art. 37, salvo engano, no §11, consagra a obrigatoriedade de se falar ao menos em reajuste anual para todas as carreiras do serviço público. Eu tenho absoluta certeza, Sr. Senador, de que o Ministério Público e a magistratura não são melhores que nenhum outro segmento dos servidores públicos; eles têm as suas responsabilidades, eles têm os seus impedimentos e as responsabilidades graves, à medida que, se claudicarem, a sociedade seguramente não nos perdoará. E, diferentemente dos senhores, que são submetidos ao voto popular – portanto, este momento é o momento mais grave de toda essa trajetória em busca de uma cadeira no CNJ. Por quê? Porque o nome daquele que se submete a concorrer a vaga é entregue à deliberação daqueles que têm o mandado popular, que é o caso dos senhores, e o nosso respeito é profundo, até porque, se não o for, é alguém que não sabe viver dentro do Estado democrático de direito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JUNIOR – Então, respondendo ao senhor objetivamente, esse seria o posicionamento que eu tenho sobre um tema tão caro, tão candente e que, sem dúvida nenhuma, há de ser discutido.

Eu fico devendo a próxima resposta sobre criminalidade e gostaria de tratar desse tema, sem dúvida nenhuma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Obrigada, Senador Lobão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Primeiro, parabenizo pelo currículo e pela apresentação que o Procurador de Justiça Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior fez e colocar que o seu interesse em relação a crimes cometidos por policiais e a questão de feminicídio também são interesses, principalmente o último, da minha pauta.

Muito se tem noticiado, Procurador, acerca dos temas praticados por policiais no exercício ou não das suas funções. Dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, meu Estado, mostram que, de janeiro a março deste ano, foram 160 mortos, número 132% maior que o mesmo período de 2007. Coronhadas, pancadas, maõzadas, caneta no ouvido, essas são algumas das práticas de torturas relatadas em ações penais movidas contra policiais militares. Gostaria de saber, na opinião de V. Exª, como poderia ser a atuação do CNJ no sentido de prevenir o aumento significativo desse tipo de crime, com o objetivo de proteger os direitos de vários segmentos da população.

A outra questão: eu gostaria que V. Exª avaliasse o problema da morosidade da tramitação dos processos judiciais, que, muitas vezes, atrasa a prestação jurisdicional a ponto de negar justiça e frustrar a cidadania. Como o CNJ deve atuar para solucionar o problema da morosidade da Justiça e do atraso da prestação jurisdicional? O terceiro refere-se à questão da violência de gênero, que também remete ao feminicídio. Hoje, a *Folha de S. Paulo* mostra dados aterradores, como um feminicídio a cada quatro dias e um índice de 63% das mulheres que sofrem ataques que têm a ver com feminicídio morrem em sua própria casa. No *ranking* da Organização Mundial de Saúde, o Brasil ocupa a quinta posição entre os países onde mais se matam mulheres por seu gênero. Em consequência, sabemos que aumentou o número de denúncias e de processos de mulheres contra seus agressores. Isso tem a ver também com a Lei Maria da Penha, mas o problema é que, de acordo com as informações encaminhadas pelos tribunais de Justiça, mais de um milhão de processos referentes à violência doméstica tramitam na Justiça brasileira.

Isso preocupa muito porque, na medida em que nada é julgado, sabemos que, muitas vezes, esse agressor, se não está agredindo essa mulher, vai agredir a próxima com quem ele se relacionar, e muitas vezes essas agressões podem ser fatais, como temos averiguado. Eu gostaria de saber sua posição em relação a que ações poderiam ser executadas para essa agilização,

Vou citar casos de alguns Estados: Minas Gerais lidera o *ranking* com 225.668 processos, seguida de São Paulo, 150.387. Por usa vez, o CNJ publicou a Portaria nº 15, de 8 de março de 2017, que instituiu a política judiciária nacional de enfrentamento à violência contra mulheres, no Poder Judiciário – estou vendo que foi publicada na data em que se comemora o Dia da Mulher, 8 de março. Nesse sentido, eu gostaria que V. Sª tratasse sobre a portaria e possíveis outras portarias, e ainda o que o CNJ pode dar, como efetividade, aos programas de prevenção e combate a todas as formas de violência contra a mulher.

Por último, a questão de gênero sabemos que tem crescido no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não falando mais de violência, mas falando de outro assunto, uma coisa boa é a quantidade de mulheres que se tornaram juízas no nosso País. Segundo os dados que vieram a público na Justiça do Trabalho, na primeira instância, o número de mulheres teria equiparado, e até superado, o de homens. Todavia, nos tribunais, a presença das mulheres ainda é muito pequena, embora seja bastante... Quero saber qual é o papel que o CNJ deve ter no sentido da consolidação da presença das mulheres na magistratura brasileira, porque galgamos até um certo ponto, depois não mais, especialmente para que seja obtida a ampliação das mulheres nos tribunais judiciários.

São essas as minhas questões, Procurador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Dr. Arnaldo.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JUNIOR – Senadora Marta Suplicy, muito obrigado pelas perguntas. Senadora Marta Suplicy, do meu Estado, ex-prefeita, de uma administração exitosa, muito obrigado pela presença de V. Exª e pelo fato de V. Exª se dispor a trazer aqui indagações bastante importantes e caras para todos o sistema de Justiça.

Sobre a questão da letalidade, quero dizer a V. Exª que, durante aqueles dois anos em que tive a oportunidade de servir o governo do Estado, essa era uma preocupação bastante aguda.

Sem dúvida nenhuma, cada policial militar ou mesmo cada policial civil que destoa da tropa, sem dúvida, é algo que destrói ou, pelo menos, tentar destruir, de forma bastante aguda, todo um trabalho sério que as forças de segurança desenvolvem.

Quero dizer à senhora que o que nós não podemos perder de mente – e peço perdão aos Srs. Senadores por usar os números do meu Estado para fazer uma breve avaliação, mas, tenho certeza, se aplicam a todo o Território nacional – que São Paulo, hoje, conta com quase 90 mil policiais militares, e, sem dúvida nenhuma, infelizmente, na tropa, por mais bem orientada, há integrantes que acabam sucumbindo.

O que é importante? Primeiro, o comando. O comando há de estabelecer para os seus comandados – e essa era uma preocupação, e eu sei que, hoje, é uma preocupação do nosso Comandante-Geral, o Coronel Nivaldo Restivo, com quem tive oportunidade de trabalhar por dois anos no gabinete da Secretaria de Segurança – orientações sobre como devem atuar. Agora, mais do que isso: a repressão àqueles que saem do comando há de ser impiedosa, claro que dentro da legislação. E ao Ministério Público cabe, sim, Srª Senadora, a responsabilidade de desenvolver a investigação, juntamente com a Polícia Civil, a Polícia Judiciária, para que a punição se dê de forma célere e exemplar.

É verdade que o processo dos crimes dolosos contra a vida, sobretudo, tem uma peculiaridade, ou seja, ele tem duas etapas. Consequentemente, ele não é um processo que se esgota de forma célere. Há a necessidade, portanto, de se cumprirem determinados protocolos. Contudo, estou absolutamente convencido de que essa, sim, é uma missão do Ministério Público e do Poder Judiciário, ou seja, a rápida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

punição, e que isso sirva de exemplo para a sociedade brasileira. Mas repito: diante do contingente de policiais, claro que, se um claudicar, já será algo bastante avassalador para aquele que está no comando.

Mas eu queria dizer que o número é ainda sempre agudo, mas há de ser avaliado dentro desse contexto que nós não podemos perder de vista, sob pena de, se generalizarmos, colocarmos todas as instituições policiais na vala comum, o que, seguramente, não é o adequado.

Quero dizer à senhora ainda daquilo que o CNJ fez – e eu já o disse aqui, mas vou repetir – no Mês do Júri: priorizamos os processos relacionados com violência policial, com o policial no exercício da função ou fora dela, porque sabemos que o policial atua, no seu horário de folga, fazendo um bico e, muitas vezes, valendo-se da condição de policial, acaba exorbitando das suas atribuições.

Então, essa foi uma sinalização bastante clara do Conselho Nacional de Justiça no tocante à preocupação do Colegiado em que se implemente esse tipo de punição.

A senhora, posteriormente, pergunta sobre a questão da morosidade. Esse é um tema bastante caro para todos nós que compomos o atual momento do Colegiado. E essa preocupação se traduz no quanto tem funcionado o projeto de mediação e de conciliação comandado pela Conselheira Daldice Santana, como disse aqui, Desembargadora do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, já reconduzida. A questão da conciliação, Srª Senadora, é um caminho seguro para que possamos diminuir a taxa de congestionamento nos Tribunais de Justiça dos nossos Estados. Embora a prestação jurisdicional, nos termos do que reza a Constituição Federal, seja ininterrupta, evidentemente, a quantidade de processos acaba fazendo com que o magistrado não dê conta de superar o trabalho. Portanto, a via negocial...

E eu me lembro de que assisti aqui, Senador Anastasia, à sabatina do eminente Conselheiro Fernando de Mattos, e o senhor trazia uma preocupação que se revela presente no Conselho Nacional de Justiça: a possibilidade de a mediação, a conciliação, envolver também os organismos públicos. Isso é algo em que nós estamos trabalhando, por exemplo, na área da saúde, à medida que a Resolução 238 estabelece, nos comitês estaduais de saúde, a necessidade de que tenham assento todos os integrantes do Poder Público, acabando com a ideia de que há uma colidência de interesses entre o Judiciário, o Ministério Público e o gestor público. Por quê? Porque pela via negociada nós conseguimos estabelecer protocolos e termos de ajustamento por meio dos quais os problemas podem ser resolvidos antes de serem judicializados e, aí, entrar nesse cipoal que nós procuramos racionalizar. Mas esse é um trabalho de médio e longo prazo. Vamos nos recordar que o CNJ completa ainda 12 anos. Acho que produziu muito, mas muito há por ser ainda oferecido à sociedade brasileira, que, com toda razão, espera do Poder Judiciário e de todo o sistema de Justiça, o atendimento de suas necessidades e daqueles direitos que os senhores consagraram na Constituição Federal e que cabe ao Judiciário, cabe ao sistema de Justiça, fazer com que sejam implementados.

A senhora fala da violência contra a mulher. Esse também é um tema que, à Comissão de Acesso à Justiça, é muito caro. A senhora pergunta o que podemos fazer efetivamente. De 6 a 10 de março deste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ano, a partir de ação da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, estabeleceu-se uma prioridade nos tribunais, em todos os tribunais, para os processos de violência contra a mulher. Isso vem na esteira também da Portaria 54, de 2016, quando discutíamos ações propositivas, ações efetivas.

Srª Senadora, sei que a senhora foi uma gestora pública preocupada que suas políticas tivessem, de fato, efetividade, que saíssemos apenas da discussão de ideias e partíssemos para a construção de algo concreto. E qual é a preocupação que se revestiu na Portaria 54 e, depois, em portaria de março deste ano, já editada pela Srª Presidente Ministra Cármen Lúcia? Implementar nos Estados as casas de apoio às mulheres que necessitam de um alojamento, à medida que a medida protetiva pode chegar de forma tardia e ela precisa ser retirada do lar conjugal, até para um tratamento psicológico.

Há necessidade de parcerias com o Poder Público municipal, e o Poder Judiciário há de ser o grande interlocutor para que possamos construir isso de forma efetiva a partir do corpo da lei que os senhores sabiamente aprovaram quando da edição da 11.340 – cabe ao Poder Judiciário, baldadas as dificuldades orçamentárias do momento que vivenciamos. Mas há que se ser criativo quando na gestão, quer de tribunal, quer do meu Ministério Público, quer – a senhora sabe muito bem disso – dos órgãos de governo do Estado ou dos Municípios.

Então, quero dizer à senhora que o CNJ trabalha nessa perspectiva de forma intensa.

É uma preocupação da atual Presidência. E mostro à senhora aquilo que está sendo feito de concreto.

Volto a falar do Mês Nacional do Júri. No ano passado, priorizamos os crimes praticados contra mulheres. Não exatamente a questão relacionada do feminicídio, à luz do que foi positivado, porque foi positivado apenas em 2015, mas a violência de gênero, quer no homicídio consumado, quer no homicídio tentado. Então, creio que avançamos também nesse aspecto.

Com relação à quantidade de mulheres no Poder Judiciário...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JUNIOR – ... eu diria à senhora que, se se resgatar, ao longo do tempo, quer me parecer que tem se revelado algo bastante frequente um maior número de magistradas, de promotoras de Justiça, de desembargadoras, o que revela algo que já era sabido, mas que talvez não se revelasse no mundo fenomênico, que a mulher é muito mais cuidadosa, muito mais estudiosa, e que está apta a ocupar qualquer posição, e no Poder Judiciário e no Ministério Público não poderia ser distinto.

Espero ter respondido às perguntas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador José Pimentel com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Cumprimento o Sr. Presidente desta Comissão, Senador Edison Lobão; o Sr. Ministro João Otávio de Noronha – seja bem-vindo, mais uma vez, a nossa Casa –; Sr. Presidente da AMB; Dr. Arnaldo.

Dr. Arnaldo, temos acordo com V. Exª quando afirma que uma das boas coisas que o Congresso Nacional fez foi criar o Conselho Nacional de Justiça no bojo da Emenda à Constituição nº 45, temos pleno acordo. Estamos fazendo 12 anos da instituição do Conselho Nacional de Justiça e, nesse período, temos assistido a um crescimento da judicialização das mais diferentes demandas no Brasil. Temos hoje em torno de 105 milhões de processos para uma população de 205 milhões de pessoas. Quando fazemos a comparação com os outros países, somos o país do mundo que tem mais judicialização. Por que, na sua compreensão, isso acontece?

Segunda questão: nós também aprendemos, ao longo do tempo, que justiça tardia também é injustiça, e nós levamos, em média, 12 anos para concluir uma ação. Essa é a regra geral envolvendo as causas cíveis, as causas penais, para aqueles que têm bons escritórios de advocacia, e principalmente na parte fiscal, que eu reputo a mais grave.

Esse processo de morosidade, particularmente na parte fiscal... Nós temos hoje em torno de R$1,8 trilhão em cobrança ativa na Justiça, só da União, na Justiça Federal.

Lá em 2003, 2004, quando estávamos discutindo essas questões, uma das argumentações que se tinha era o baixo índice de Varas da Justiça Federal. E é verdade, era baixíssimo! Naquela intenção de melhor atender, foram instaladas 413 Varas Federais, interiorizando. E um dos objetivos era exatamente dar celeridade à cobrança fiscal. Passados 12 anos, o prazo continua basicamente o mesmo, a taxa de retorno/ano de recuperação na execução fiscal não mudou, o percentual é muito próximo.

E nós tivemos, em 2015, como forma de estimular esse setor, a aprovação de três leis – uma para a Justiça Federal, outra para a Justiça do Trabalho e outra para a Justiça Militar –, em que o juiz que tivesse um acervo superior a 1,5 mil processos teria uma gratificação correspondente a 30% da sua remuneração. Na época, aqui, chamava-se de Bolsa Preguiça esse estímulo, porque historicamente assistíamos a se estimularem aqueles que tinham menos processos. Mas aquele não, fixou em 1,5 mil processos, ou seja, quem tem abaixo de 1,5 mil processos na sua vara não recebe esse estímulo, essa bolsa de 30%; se tem acima de 1,5 mil processos, recebe isso. Eu pergunto se o CNJ fez alguma avaliação desse estímulo, se tem noção de quantos juízes recebem a chamada Bolsa Preguiça, como ficou conhecida aqui no Congresso Nacional, na época, e se isso contribuiu para diminuir o acervo e os prazos de cobrança judicial?

O quarto aspecto sobre o qual queria indagar é em relação à questão do teto remuneratório. Se nós voltarmos à Constituição de 1824, já se falava no tal teto. Essas coisas evoluíram, todas as outras Constituições trouxeram isto. Nós aprovamos aqui, em 1998, a Emenda 19, que dizia que nós iríamos ter uma lei de iniciativa das quatro Presidências: a Presidência do Poder Judiciário, a Presidência da Câmara,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a Presidência do Senado e a Presidência da República, mandando esse projeto. Nós o batizamos na época de Projeto Quadrúpede, porque era de quatro Presidentes. Esse projeto nunca chegou ao Congresso Nacional.

E aí, na Emenda Constitucional 41, nós resolvemos mudar. Eu fui o Relator da Emenda Constitucional 41. E lá criamos que o primeiro teto seria fixado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, e ele fixou em 19,2 mil. A partir disso, a iniciativa do projeto de lei é do Poder Judiciário, a aprovação é nossa e a sanção é da Presidência da República. E disciplinamos, no inciso XI, como muito bem V. Exª aqui registrou, do art. 37, o que compõe esse teto. E definimos um conjunto de regras.

Lamentavelmente, o Congresso Nacional foi obrigado, agora em 2015, a constituir uma comissão especial que tinha como Relatora a Senadora Kátia Abreu, e da qual o Senador Lasier Martins fez parte, o Senador Anastasia fez parte, eu fiz parte. Fizemos um grande trabalho modéstia à parte. Ouvimos o Poder Judiciário, ouvimos o Tribunal Superior Eleitoral, ouvimos o Tribunal Superior do Trabalho, ouvimos a Presidência da Câmara, a Presidência do Senado, a Presidência da República. E construímos um texto que foi aprovado por unanimidade, no Senado Federal, e está na Câmara. E lá existe um conjunto de itens definido como verbas indenizatórias, outro como verbas remuneratórias.

Nós nos deparamos com uma série de questões muito preocupantes. A primeira delas é que o auxílio-moradia do Poder Judiciário e do Ministério Público não tem previsão legal, é fruto de uma liminar concedida numa ação pelo Ministro Luiz Fux e continua como liminar até hoje. Em 2003, nós fixamos o teto, fixamos o subteto, resgatando o que o Constituinte de 1988 tinha fixado, que havia aqueles percentuais e que a Justiça Estadual receberia, no mínimo, 75% e, no máximo, 90,25% da remuneração do Supremo Tribunal Federal. Para evitar esse debate, se eram 75% ou 90,25%, nós fixamos em 90,25%. Qual não é nossa surpresa? Em 2006, uma liminar, numa ação no Supremo Tribunal Federal, determina que a Justiça brasileira não é estadual nem federal, mas é nacional e, como tal, deve ter teto único. Até hoje, continua como liminar. E nós vivemos esta crise da Federação.

Como enfrentar isso? Como superar? Como o senhor tem acompanhado isso dentro do Conselho Nacional de Justiça?

E, por último, nós tivemos agora, neste mês de agosto, a comunicação por parte do Executivo de um conjunto de medidas fiscais para tentar minimamente ajustar os preços, as condições e o pagamento das obrigações por parte da União. Entre essas, uma envolve o salário mínimo. Nós aprovamos aqui, em julho deste ano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, fixando o salário mínimo em R$979. Isso representa algo em torno de 35 vezes... O teto representa 35 vezes o salário mínimo. Na maioria dos países, entre o teto e o salário mínimo, a distância é de 10, 12 ou 15 vezes.

Na visão de V. Exª, é correto continuar, neste momento difícil, em que estamos congelando o pagamento do reajuste dos servidores públicos, falando em reajuste do teto?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – São essas as nossas indagações.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado.

Submeto a V. Exª a indagação sobre a possibilidade da abertura do painel, para se dar início à votação, tendo em vista a coexistência de outras comissões no momento na Casa. Caso haja aquiescência, agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Se o Plenário não se opuser, faremos isso. (*Pausa.*)

V. Exª será atendido.

Recomendo à Secretaria que abra o painel de votação.

Com a palavra o Dr. Arnaldo, para responder às indagações do Senador José Pimentel.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JUNIOR – Senador Pimentel, muito obrigado pelas perguntas.

Começo a falar sobre a questão da judicialização, do porquê dessa quantidade gigantesca de processos tramitando no Judiciário brasileiro. Magistrados de escol já diziam, e muitos repetem até hoje, que essa cultura do conflito acaba permeando a sociedade brasileira, que, portanto, vai buscar no Judiciário a solução daquela problemática vivida pela via da controvérsia.

Acho que a questão é enfrentada diretamente ao se privilegiar a ideia da mediação e da conciliação, e o CNJ tem feito isso de forma muito aguda, inclusive envolvendo órgãos da Administração Pública.

E o senhor falava sobre as varas da Fazenda Pública, em especial na esfera federal. Lembrem-se os senhores que os senhores estabeleceram o Juizado Especial da Fazenda Pública na Justiça Federal, que, sem dúvida nenhuma, foi um caminho. Solucionou o problema? Não, verdadeiramente não solucionou, mas foi a busca de alguma alternativa. É a ideia de que, ao invés de amaldiçoarmos a escuridão, vamos acender uma vela, como já falava Confúcio. E é isso que este Congresso Nacional fez quando da criação deste caminho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas estou absolutamente convencido de que, em especial pós-Constituição de 1988, os senhores, com a Constituição cidadã, com a Carta cidadã – e fizeram naturalmente o que deveria ser feito – mostraram ao cidadão que, para que ele exerça a cidadania, ele há que ter garantidos os seus direitos mínimos.

E nessa esteira, Sr. Senador, é aquilo que nós temos lá no CNJ, propugnado ali na comissão da mediação e da conciliação, por que razão? Porque já diz o processualista Mauro Cappelletti: o acesso à justiça não é só o acesso à Justiça na busca da vara judicial para demandar, é a possibilidade de o cidadão construir a sua cidadania tendo acesso ao serviço público e, portanto, exercitando todos os direitos advindos do que está positivado a seu favor. Nessa esteira, o CNJ trabalha fazendo com que, em obtendo sucesso cada vez mais na ideia da mediação e da conciliação, nós possamos diminuir as demandas judiciais.

Então, acho que esse crescimento é fruto de o cidadão brasileiro tomar conhecimento de que ele de fato é cidadão e que quer ir buscar e acaba tendo o Judiciário como último refúgio de esperança, esta via para a solução das suas controvérsias, daquilo em que ele não é atendido. Então, quer me parecer que as ações até aqui praticadas vão em busca dessa solução.

E, para não deixar de lado a colocação que o senhor faz sobre o tal auxílio, eu posso dizer ao senhor que, no meu Estado, isso é diminuto e aplicado em situações bastante excepcionais, sobretudo levando em conta aqueles que não têm acervo congestionando a sua vara, congestionando o seu gabinete de Desembargador. Mas me parece uma distorção. Acho que a Constituição proclama que a jurisdição é ininterrupta, então, nós vamos ter que encontrar mecanismos para fazer com que ela seja cada vez mais efetiva nessa ideia de ininterrupção, como a Constituição construída pelos senhores proclama, e nós somos escravos da Carta Magna.

Quero dizer ao senhor sobre a questão do teto remuneratório e se é admissível falar em aumento nesta quadra que o nosso País vive. Eu abordei rapidamente esse tema. Quero dizer aos senhores que aquilo que foi trazido recentemente, que foi objeto de discussão, o fato de se discutir o dispositivo constitucional que determina a aplicação de reajuste anual, não significa que esse reajuste será implementado, até porque esta Casa e a Câmara Federal são soberanas na decisão se deverá de fato haver algum tipo de majoração dos estipêndios os servidores do Judiciário, magistrados e servidores, dos do Ministério Público e de qualquer outra carreira jurídica.

Sem dúvida nenhuma, esta Casa, o Congresso Nacional terá a capacidade de captar o que a sociedade brasileira e o que o momento histórico pedem para levar isso no melhor termo.

Com relação ao auxílio moradia – também não me furto a tocar no tema –, salvo engano, parece-me que a Lei Orgânica da Magistratura, de 1979, traz essa questão consagrada. Por conta dela, essa questão foi judicializada, e hoje o Egrégio Supremo Tribunal Federal delibera a respeito. E eu, como bom estudante de Direito, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, por onde passei, entendia e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

entendo o seguinte: a decisão do Supremo Tribunal Federal pode ser discutida pelos instrumentos próprios ou por uma mudança legislativa, e este Congresso Nacional é soberano para tanto.

Então, o que eu poderia responder ao senhor objetivamente? É um tema que está no Supremo Tribunal Federal, esta Casa está se debruçando sobre ele, e eu acho, seguramente, que será muito bem valorado e deliberado pelos senhores, à luz de todo o contexto remuneratório que envolve as carreiras jurídicas, até para garantir um Judiciário absolutamente apto a exercer as suas competências, e o Ministério Público, suas atribuições, com dignidade e com responsabilidade.

Era isso que eu gostaria de colocar. Fico à disposição.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Para réplica, Sr. Presidente.

A minha dúvida e a minha preocupação são as concessões de liminares. Depois, essa liminar fica por 10, 12, 15 anos sem ser analisada pelo Pleno, transformando-a em norma efetiva. Por exemplo, a liminar que diz que a Justiça não é nem estadual e nem federal, é nacional, é de 2006. Nós já estamos em 2017. A liminar do auxílio moradia que deveria ser pago àquele que está em situações especiais passou a ser genérica. Nós, Dr. Arnaldo, tivemos o cuidado de fazer um levantamento minucioso nesta Comissão Especial, e isso continua como liminar. Como é um papel do Conselho Nacional de Justiça analisar essas questões, foi por isso que fiz a indagação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Senador Hélio José estava inscrito ou está inscrito. Sucede que, em seguida, seria a Senadora Ana Amélia. Como o Senador teve que se retirar por alguns poucos minutos e retornou, eu pergunto à Senadora se posso voltar à lista ou se prefere V. Exª falar agora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não; o Senador Hélio José pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Agradeço...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Não; rápido.

Agradeço a V. Exª. Tenho que retornar à CAS, porque o nosso nobre Diretor geral da Anvisa, Dr. Jarbas, vai participar, trazendo todo um esclarecimento sobre a Anvisa na CAS.

Nobre, Dr. Arnaldo, pergunto as seguintes questões...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Primeiro, cumprimento o Dr. João Noronha, que está aqui, uma pessoa que tem feito um trabalho excepcional, de que todos nos orgulhamos. V. Exª está atuando pela lisura, pelo acompanhamento e pela presteza em tudo que faz. Então, meu abraço, minha deferência especial. Muito obrigado.

Cumprimento, como sempre, o nosso chefe e decano nesta Casa, nosso Presidente Lobão e passo direto às perguntas.

Dr. Arnaldo, V. Sª é candidato à recondução ao Conselho Nacional de Justiça. Diante dessa circunstância, indagamos que avaliação crítica faz da atividade do Conselho durante esse período em que V. Sª passou por lá. Quais as principais falhas e lacunas que V. Sª verificou? Quais delas podem ser sanadas mediante alterações legislativas de competência do Congresso Nacional?

V. Sª tem experiência em matéria penal e em segurança pública, tendo inclusive exercido o cargo de Secretário Adjunto da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Hoje, nós da Bancada do PMDB vamos almoçar com o Ministro da Justiça, e o tema é exatamente segurança pública; daí a importância desta pergunta a V. Exª.

A gravidade da situação da segurança pública no País é patente. De fato, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2016, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ao menos 58 mil pessoas morreram no ano de 2015 ou foram vítimas no País, o que corresponde a uma morte violenta a cada nove minutos. Sendo assim, seria importante que nos falasse sobre a sua visão de segurança pública e sobre o nosso sistema penal. Na avaliação de V. Sª, o que fazer no CNJ e, de forma mais ampla, no âmbito do Congresso Nacional para melhorar a grave situação dos presídios e da segurança pública em nosso País?

Conforme amplamente divulgado na imprensa, um juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Mato Grosso recebeu R$503,9 mil em julho deste ano. Segundo o Tribunal, uma decisão do CNJ autoriza o pagamento extra, que seria referente ao período no qual o magistrado atuou em uma comarca de porte maior, entre 2004 e 2009. Pergunto: qual a opinião de V. Sª sobre o tema? Qual a sua posição diante da percepção reiterada de remuneração acima do teto constitucional por membros do Poder Judiciário? Há legitimidade e moralidade em penduricalhos e no uso de artifícios para conceder verdadeiros aumentos de remuneração sobre o rótulo de verbas remuneratórias?

Eu faço essa pergunta, meu nobre Arnaldo, como servidor público concursado, sabendo da importância nossa como servidores públicos para o gerenciamento do País, sabendo que é justo nós termos uma remuneração justa para cada um de acordo com suas funções e vendo o aperto que está sendo feito para com os servidores públicos, principalmente o mediano. Essa resposta é importante, porque não dá para a gente conviver com esse tipo de exorbitação que só dificulta a vida do servidor público normal, inclusive de V. Sªs, que têm de ter remuneração condigna – por isso estão no teto, e temos sempre fazer as correções adequadas nesse teto, para que V. Sªs recebam salário justo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Concluindo, eu queria saber de V. Sª, que está no CNJ, sobre uma questão importante para Brasília e para o Brasil.

Nós acabamos de aprovar a Lei 13.465, da regularização fundiária. Essa lei é muito importante para Brasília, porque envolve mais de um milhão de pessoas, e para várias partes do Brasil, para as metrópoles, para a Amazônia Legal e para as áreas de reforma agrária, onde milhões de pessoas não têm sua escritura pública. A gente percebe que, por exemplo, no caso de Brasília e em outros, o Ministério Público e alguns TJs – há varas centralizadas – estão se rebelando e não estão aplicando a lei nacional que foi aqui aprovada e discutida, a Lei 13.465, com subterfúgios e com outras questões que não vêm ao caso da lei.

Esta é a pergunta que faço a V. Exª, que está no CNJ: o que podemos fazer para que esses poucos que se rebelam – não é a totalidade –, que não estão encaminhando de forma adequada, tanto os do Ministério Público quanto os do TJ, façam com que essa lei tão importante para o Brasil e para os brasileiros seja aplicada em sua plenitude? Um dos grandes feitos do Presidente Temer é essa lei. Tive a honra de ser o Vice-Presidente quando da discussão dessa lei no Congresso Nacional, da medida provisória. O que a gente pode fazer para que, de fato, essa lei seja executada?

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Dr. Arnaldo.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JUNIOR – Senador Hélio José, muito obrigado pelas perguntas.

Começo falando sobre a experiência no CNJ. Quero dizer ao senhor que aquilo que eu imaginava há dois anos, quando passei por esta Casa e submeti meu nome ao exame de V. Exªs, revelou-se absolutamente verdadeiro. É um organismo que tem a cara responsabilidade de cuidar das políticas públicas que devem ser desenvolvidas por 26 tribunais de Justiça dos Estados, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, pela Justiça Federal, com as varas federais espalhadas por este Brasil, pelos cinco TRFs. Tem de cuidar dos tribunais superiores, é claro com exceção do Supremo Tribunal Federal, que é o grande guardião de todo o Poder Judiciário brasileiro.

Quero dizer aos senhores que o ponto alto desse Colegiado é a capacidade de cada um dos seus integrantes trazer a sua experiência e colocá-la em discussão, na busca de uma solução consensual, de algum encaminhamento consensual, sempre tendo em vista que trabalhamos lá em prol do cidadão brasileiro. O Conselho Nacional de Justiça, na minha compreensão, não veio para o ordenamento constitucional brasileiro para ser apenas e tão somente mais um organismo do Poder Judiciário. E é desta forma que ele tem atuado ao longo desses 12 anos, tendo, de fato, em mente, em tudo aquilo que faz, em tudo aquilo que propõe, a preocupação com o cidadão brasileiro, para que ele se sinta, cada vez mais, confortado por um sistema de Justiça atuante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu diria ao senhor que o que podemos implementar é isto: cada vez mais, discutirmos as nossas experiências e trazermos efetividade para as nossas posições, para as nossas resoluções, para os nossos encaminhamentos, para que a população possa ver que, de fato, o Poder Judiciário e, consequentemente, o sistema judiciário de 12 anos atrás não são o sistema judiciário de hoje. De fato, houve avanços, algo que é possível de ser percebido pela sociedade brasileira.

No tocante à segurança pública, sei que o tempo é curto, mas quero dizer ao senhor que, em 2001, São Paulo inicia um programa de combate ao crime de homicídio. A taxa era de aproximadamente 23 ou 24 homicídios por cem mil habitantes.

São Paulo faz um programa bastante agudo. Funcionava da seguinte forma: nós tínhamos lá o Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa, nosso DHPP, que iniciou um trabalho em que aquela delegacia especializada se esparramou para toda a capital, de modo que a polícia territorial, que é a polícia mais importante para a população brasileira... Porque, quando o cidadão brasileiro tem um mal-estar, ele vai procurar o Delegado de Polícia ali na delegacia mais próxima. O que se fez naquela ocasião? Pegou-se aquela especializada, distribuiu-se pelas oito delegacias seccionais na capital de São Paulo, a maior capital em número de habitantes, fazendo com que os policiais ficassem conhecidos naquela região e acompanhassem a criminalidade no que diz respeito ao homicídio naquela região, portanto, que fizessem todo o ciclo de polícia judiciária desde o início da investigação – e o crime de homicídio na maioria das vezes é o crime que pede um inquérito policial bem elaborado – até a prisão do suspeito.

Era o Delegado de Polícia que representava ao Ministério Público e ao Juiz de Direito do Dipo, nosso Departamento de Inquéritos Policiais, pedindo a prisão do criminoso, levando-o a julgamento de forma célere – respeitadas as garantias constitucionais, porque ninguém aqui sustenta que, em prol do combate à criminalidade, nós vamos passar por cima das garantias constitucionais. Graças, mercê de Deus e Parlamentares, o Brasil vive com um arcabouço jurídico fruto da deliberação democrática pelos senhores, consequentemente é assim também na esfera penal.

Então, essa ação integrada da polícia ostensiva e da polícia militar daquela região trabalhando em parceria com esses grupos da especializada em homicídio – portanto, ampliando o número de policiais nas delegacias de polícia espalhadas pelas oito seccionais de São Paulo – fez com que chegássemos a esse resultado em que, em 2010/2011, batemos o índice de abaixo de 10 mortos por 100 mil habitantes. Hoje o número fica em torno de 11, 12, às vezes pode haver uma variação, mas continua sendo um número paradigmático.

Eu me lembro de que, quando estava na Secretaria de Segurança Pública, fui convidado pelo Departamento de Estado do Governo americano para conhecer o Sistema de Polícia. Fomos conhecer, Sr. Presidente, a Polícia da Filadélfia. Quando dissemos lá que o índice em São Paulo atingiu aquela numeração, os policiais lá ficaram absolutamente surpresos. Por quê? Porque temos a impressão de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nos Estados Unidos da América tudo é maravilhoso. Não é verdade. Em cidades como Baltimore, Detroit, o índice de criminalidade é gigante. Então, este é um trabalho, Sr. Senador, ininterrupto.

Mas, não fugindo da pergunta: o que podemos fazer para melhorar? Eu e o Conselheiro Fernando Mattos, que estamos lá na Enasp, tivemos a oportunidade de nos reunir, em janeiro do ano passado, com o Prof. Claudio Beato – o Prof. Claudio Beato é especialista em questões relacionadas com segurança pública do Estado do eminente Senador Anastasia –, com Renato Sérgio, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com o Ivan, do Sou da Paz, enfim, com todos esses organismos do terceiro setor que estudam a problemática.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública é parceiro do Ministério Público de São Paulo, fizemos um evento recentemente em que o meu Procurador-Geral de Justiça, Dr. Gianpaolo Smanio, esteve presente, discutindo essas questões. Discutimos a possibilidade de levar essa experiência para os crimes contra o patrimônio, porque os crimes contra o patrimônio com violência são, sim, os grandes causadores da sensação de insegurança, porque o crime de homicídio é hediondo, ninguém sustenta o crime de homicídio, mas ele é praticado nos arrabaldes das grandes cidades, é aquele homicídio praticado por justiceiros, por disputa de boca de fumo. Aquele cidadão que frequenta a parte mais favorecida daquela respectiva cidade – lamentavelmente isso é verdadeiro – fica amedrontado com o crime contra o patrimônio. Então, qual é a nossa pretensão? E o nosso Delegado Geral de Polícia em São Paulo, o nosso Secretário de Segurança, oriundo do Ministério Público, o nosso Comandante geral trabalham para, à luz do quadro de policiais, trazer essa experiência também para a questão relacionada aos crimes contra o patrimônio.

Acho que o CNJ pode ser o grande articulador dessa discussão, já está sendo. E insisto nisto, Senador: mais do que retórica, que consigamos, em algum período de tempo, demonstrar à população que aquilo que foi feito deu certo ou que não deu certo. E, se não deu certo, vamos partir para uma nova iniciativa; não vamos ficar malhando em ferro frio. Ou seja, ninguém tem compromisso com o desacerto. Se a experiência não se revelou exitosa, vamos, então, tentar nova experiência, mas estou convencido de que é isso e a certeza da impunidade.

Lembro-me de uma matéria que saiu na *Valor Econômico* em 2015, do Prof. Iglesias, da Unisinos, um físico que resolveu estudar a questão da criminalidade. Ele aferia que o Brasil, na época em que viveu o pleno emprego, 2010-2011, em determinados centros urbanos, os crimes contra o patrimônio aumentaram. Então, vejam que o pleno emprego não guarda relação necessariamente com a diminuição da criminalidade patrimonial, porque, quanto mais dinheiro circula e se o criminoso achar que vale a pena o risco, ele continuará delinquindo. Então, não se trata só da questão preventiva, e a questão preventiva passa pelo combate à desordem urbana, porque é desordem urbana é fator fomentador de violência, sabemos disso. Essa é uma questão que tem que ser trabalhada de forma articulada entre o Poder Judiciário, Ministério Público e Poder Público, irmanados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JUNIOR – Não é possível pensarmos em enfrentamento sem isso. Depois, o senhor me traz a questão remuneratória.

Acerca da questão remuneratória, como disse aqui e vou repetir aos senhores, a questão salarial que envolve os magistrados e o Ministério Público, os índices que foram estabelecidos no passado, quando do advento da Constituição e das emendas posteriores, são respeitados. Aquilo que o magistrado e os membros do Ministério Público recebem a maior eles o recebem fruto de sentença judicial que já discutiu a matéria anteriormente. E, se ele exorbitar, o nosso Ministro Corregedor, João Otávio de Noronha, está fazendo um trabalho minudente. Essa é uma preocupação que permeia a Presidência do Supremo Tribunal Federal. A Ministra Cármen Lúcia já se manifestou sobre isso, já tomou ações efetivas sobre isso. E vou mais: a Resolução nº 215, que foi aprovada pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça, dá transparência para a questão remuneratória dos tribunais. E, se ela não for cumprida, há se ser o Tribunal chamado às falas, e essa é uma atribuição que o nosso Ministro Corregedor João Otávio de Noronha exercita com temperança, com ponderação, mas com firmeza. Essa é a experiência que estamos vivendo lá.

Quanto à questão do não cumprimento da legislação fundiária, digo aos senhores que a questão fundiária é uma questão cara em São Paulo, e por quê? Porque uma das regiões do nosso Estado – não sei se é do conhecimento de V. Exª –, a região do Vale do Ribeira, é uma região em que a questão fundiária é aguda, e a legislação, que foi positivada pelos senhores, se não cumprida pelos operadores do Direito, pelo convencimento de cada um, os recursos adequados estão aí para que esse problema seja resolvido. Agora, se algo se revelar além disso, seguramente, as Corregedorias estão aptas a receber o reclamo e adotar as medidas que se revelarem pertinentes.

Eu espero ter respondido as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Senador Edison Lobão; caro Corregedor Nacional de Justiça, Ministro João Otávio Noronha; caro Presidente da AMB, Dr. Jaime Martins; e caro Dr, Arnaldo Lima Júnior, o voto para o CNJ, para Ministro do Supremo é um voto secreto no plenário – e aqui também o seria –, mas eu quero abrir o meu voto já a favor da sua recondução ao CNJ. Eu acho que essa é uma demonstração clara do meu convencimento da sua dedicação, do seu comprometimento, do seu conhecimento de causa na lide jurídica.

Queria, entretanto, voltar a um tema de que V. Sª tratou aqui, provocado que foi por um dos questionamentos dos colegas: a questão da judicialização. Nós tivemos, no Rio Grande do Sul, um evento – e penso que foi uma grande iniciativa do CNJ haver criado esse fórum – para tratar de uma conexão melhor de entendimento entre o Poder Judiciário federal, nas instâncias federais, entre o Poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Judiciário estadual, a PGR e também o Ministério Público nos Estados, o que deu uma celeridade maior e uma atenção maior às demandas, especialmente no âmbito da saúde.

Nós, gaúchos, somos muito cientes dos nossos direitos e, talvez por isso, nós nos caracterizemos por ser cidadãos litigantes na busca de nossos direitos. Essa litigância faz do Rio Grande do Sul o Estado de maior índica de judicialização, especialmente no campo da saúde. Então, essas iniciativas adotadas foram muito relevantes. Essa é uma observação.

Quanto à questão da judicialização excessiva nesse caso, penso que ela é procedente, já que é o caminho que cidadão encontra, uma vez que não tem na lei o devido amparo. E essa questão também é discutida no âmbito político, tanto assim que a Associação dos Magistrados Brasileiros, em maio do ano que vem, 2018, estará, no seu XXIII Congresso Brasileiro de Magistrados, debatendo exatamente esse tema: "A politização do Judiciário ou a judicialização da política". Então, a pauta continua presente, Dr. Jaime, nessa agenda que é fundamental.

Mas eu queria trazer ao senhor uma questão institucional que tenho observado não só como jornalista que fui, mas, hoje, como parlamentar. Há uma decisão da Suprema Corte, em um *habeas corpus*, e, em instâncias inferiores, há um debate e uma contradição em relação à decisão tomada. Pergunto ao senhor se isso não cria uma instabilidade e uma insegurança jurídica para a própria sociedade, já que, se os magistrados das diversas instâncias não estão se entendendo, como fica o cidadão sob a proteção da Justiça? Essa é uma questão que eu trago ao senhor.

A outra questão diz respeito ao tema recorrente da morosidade do Judiciário. Na política, em alguns países, só se podem fazer leis desde que se contabilize quanto aquela lei que será criada custará para a sociedade. Nós ainda não temos isso no Parlamento brasileiro – e vou trabalhar em relação a isso –, mas penso que também em relação ao Poder Judiciário. Compreendo claramente que as instâncias da Justiça, os órgãos que integram o Conselho Nacional de Justiça, são órgãos independentes, com as suas prerrogativas próprias, porém entendo que, como colegiado que engloba todas as instâncias do Poder Judiciário, ou da área jurisdicional, poderá examinar. É a minha sugestão.

E vou lhe dar dois exemplos.

Estamos, neste momento, no item 12 da pauta desta Comissão de Constituição e Justiça, debatendo um projeto de resolução que advém de uma demora de 12 anos de uma decisão da Suprema Corte do País em relação à contribuição previdenciária do Funrural. Neste momento, produtores rurais de todo o País, mas cito especialmente os do meu Estado do Rio Grande do Sul – Carazinho, na zona de produção, Tapes, no litoral, e também Dom Pedrito, na campanha –, estão mobilizados, numa movimentação pacífica...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ...porque a decisão tomada pelo Supremo considerou constitucional a cobrança desse fundo.

Ora, ao longo do julgamento, em determinado momento, o Supremo Tribunal Federal sinalizava que consideraria inconstitucional essa cobrança, mas, no final, considerou-a constitucional. Essa insegurança acabou fazendo com que muitos trabalhadores e agroindústrias não fizessem a contribuição, já que havia essa tendência da Suprema Corte. Então, hoje, a mobilização envolve grandes programas da área, A Voz do Campo, produtores, por conta dessa situação, que é um imbróglio criado aqui. E como resolver isso? É um passivo, eu diria, enorme nas costas dos produtores rurais e das empresas. Como resolver isso? É uma questão que veio para o Congresso. Por que o Supremo não pode estimar o impacto que isso vai ter sobre o Orçamento e sobre a vida das pessoas?

Igual exemplo eu dou porque são temas muito voltados para o meu Estado do Rio Grande do Sul: a questão da defasagem tarifária da Varig, que demorou algumas décadas, e agora, quando vem, é um esqueleto no Orçamento da União que, da mesma forma, fica impagável, mas que precisa ser executado porque é uma decisão de que não cabem mais recursos.

Então, trago essa, digamos, inquietação a V. Exª, primeiro, pela abordagem disso, mas também em função do conhecimento do Direito que tem V. Exª como membro do Ministério Público de São Paulo que foi, por conhecer muito bem o problema como defensor da sociedade, papel desempenhado pelo Ministério Público. É que esses processos demorados assim e que têm esse impacto causam um desarranjo absolutamente enorme no Orçamento da União, dos Estados ou dos Municípios e também um impacto muito negativo sobre o planejamento da vida de um cidadão produtor rural ou de uma empresa rural.

Trago essas questões a V. Exª e agradeço muito as respostas que deu até agora aos colegas que me antecederam.

Parabéns por sua exposição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Inscrição, Senador Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sim, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Perfeitamente.

Com a palavra o eminente Procurador Dr. Arnaldo.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JUNIOR – Senadora Ana Amélia, eu agradeço as perguntas e começo pelo aspecto relacionado com a contradição nas decisões.

Eu queria dizer à senhora que leciono, lá em São Paulo, na Fundação Armando Alvares Penteado há 15 anos, e uma das matérias que leciono lá é Processo Penal. Uma das perguntas que meus alunos sempre fazem, quando cuido da Teoria Geral do Recurso, é onde é que estaria a lógica para que aquilo que o juiz de direito decidiu em primeiro grau, o colegiado em segundo e até em terceiro grau, possa ser revisto.

É o tal do duplo grau de jurisdição, princípio que, embora V. Exªs não colocaram expressamente na Constituição da República, deixaram claro no art. 102 e em artigos seguintes, que o sistema recursal é algo inerente ao sistema judiciário.

Eu quero dizer à senhora que, para aqueles que estão operando o Direito, é natural que a instância revisora – e o egrégio Supremo Tribunal Federal é a instância máxima – poderá ter um entendimento distinto daqueles em que os magistrados, quer desembargadores, quer ministros de um tribunal superior, tenham entendimento distinto. Mas o Supremo Tribunal Federal é a quem cabe se posicionar, ainda que de forma cautelar. E, na lógica que está estabelecida, é ele que tem a última palavra.

Parece que é algo, para nós, que estamos no dia a dia... Compreendo que a sociedade, muitas vezes, possa não compreender, mas o sistema de justiça tem algumas peculiaridades, como todas as carreiras possuem – a engenharia, a medicina. É o duplo grau de jurisdição. É a possibilidade de ir até a última instância. E a nossa lógica, que pode até ser repensada pelos senhores, em que nós temos quatro instâncias, talvez possa ser alterada. Enfim, essa uma deliberação que este Congresso Nacional pode fazer a qualquer tempo, ouvindo a sociedade, ouvindo o sistema de justiça, ouvindo todos os seus integrantes, o Ministério Público, a advocacia pública e privada e a magistratura.

No tocante a morosidade, que V. Exª traz aqui, e a determinadas decisões que ficam em sede de liminar e o julgamento do mérito acaba se postergando no tempo, eu acho que nós não podemos perder de vista, sobretudo nos tempos presentes, que a Suprema Corte nossa é, ao mesmo tempo, um tribunal constitucional e um tribunal revisional, e muitas vezes até um tribunal – nós estamos vivendo isto agora – que tem a competência originária para tratar da questão. E nós temos lá 11 Ministros!

Então, as mesmas angústias objetivas que permeiam o magistrado que está lá na comarca de Ipaussu, no meu Estado, ou na comarca de Torres, no Estado de V. Exª, em que ele, muitas vezes, vê a quantidade de serviço se avolumar e a necessidade de priorizar determinados itens tendo em vista o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

momento histórico que se vivencia... Parece-me que é uma lógica que se impõe também em qualquer nível de jurisdição.

Portanto, Senadora, penso que vamos conseguir descongestionar as instâncias do Poder Judiciário na medida em que consigamos exercitar os mecanismos que o Código de Processo Civil fortaleceu e que os senhores já, com muito descortino, trouxeram quando da edição da Lei nº 9.099, em 1995, que foi o primeiro diploma legal que efetivamente trouxe conciliação inclusive na esfera criminal.

Então, veja, é importante termos presente que os avanços que nós pudermos exercitar no Poder Judiciário e no Ministério Público nasceram aqui, no Congresso Nacional. Nós não operamos que não com base na legislação aqui discutida e aqui aprovada pelos senhores, tendo em vista o descortino para os momentos históricos que este nosso País vivencia.

Espero ter respondido à senhora. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Dr. Arnaldo.

O próximo inscrito é o Senador Antônio Carlos Valadares, a quem indago se está em condições de fazer perguntas agora ou se quer cambiar com o Senador Caiado. (*Pausa.*)

O senhor quer perguntar agora.

Senador Valadares, com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, Senador Antonio Anastasia; Sr. Procurador de Justiça Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior; Ministro João Otávio de Noronha, Corregedor; e Dr. Jayme Martins de Oliveira Neto, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Sr. Procurador, a sociedade compreende que o CNJ, em sua função de propulsor e executor da política de Justiça, deve incorporar mecanismos de participação social à sua estrutura funcional e cultura institucional, incorporando normativamente membros da sociedade civil organizada aos grupos de trabalho, fóruns temáticos e processos de planejamento estratégico da instituição. V. Exª concorda com a incorporação de mecanismos de cultura institucional de participação social nas diferentes esferas da administração da Justiça inclusive no CNJ?

Quando o juiz se declara impedido ou em suspeição para julgar determinado processo, está preservando o princípio da imparcialidade do julgador. De acordo com o Código de Processo Civil, quando há razões subjetivas que possam comprometer a parcialidade do juiz, ele deve declarar-se suspeito. De que maneira o candidato encara os mecanismos do impedimento e da suspeição no funcionamento do tribunal, CNJ? V. Exª acredita que o CNJ deveria fiscalizar o cumprimento pelos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

magistrados dos arts. 144 e 145 do Código Processo Civil e do art. 252 do Código de Processo Penal, que tratam desse tema da suspeição?

A solução para o problema do encarceramento em massa exige medidas legislativas adequadas. A existência de mais de 600 mil pessoas presas com o déficit de aproximadamente 230 mil vagas em nosso sistema prisional bastaria para justificar a necessidade de medidas que confiram mais racionalidade ao sistema e à política criminal aplicada no País.

As frequentes rebeliões e as persistentes violações de direitos humanos que observamos nos presídios tornam a discussão dessas medidas uma questão urgente e colocam o tema como item prioritário da agenda nacional. Diante disso gostaria de saber quais as considerações que V. Exª poderia fazer a respeito do problema do encarceramento em massa? Quais as soluções que poderiam ser implementadas ou adotadas para reduzir o número de presos no Brasil, inclusive pela adoção definitiva da audiência de custódia, sem abrir mão de ações efetivas para garantir a segurança pública? Quais os critérios que deveriam ser adotados para determinar que a pessoa deve cumprir a pena no sistema penitenciário ou uma pena alternativa? Seria apenas o fato de o crime ser violento? A corrupção, por exemplo, mesmo não sendo violenta – tem consequências, sem dúvida, na violência do País –, não deve levar à prisão?

Os níveis alarmantes de violência em nosso País e a necessidade da discussão de projetos que melhorem o sistema de segurança pública no País são de conhecimento público e notório. Assim sendo, gostaria de saber qual a opinião de V. Exª acerca do sistema de segurança pública atual. Que propostas poderiam ser implementadas no âmbito do Judiciário para que a resolução de crimes contra a vida seja aprimorada?

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Dr. Arnaldo para as respostas ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JUNIOR – Senador Valadares, agradeço as perguntas.

Começando pela questão da participação da sociedade civil nas deliberações do Conselho Nacional de Justiça, quero dizer ao senhor, rapidamente e com muita tranquilidade, que a questão da audiência pública é um mecanismo, é uma ferramenta utilizada quando vamos lá discutir as grandes questões. Recentemente, quando discutimos um aspecto relacionado com a Justiça do Trabalho, fizemos audiências públicas; fizemos audiências públicas relacionadas com a questão do cadastro de peritos. Enfim, é um instrumento utilizado frequentemente pelo Conselho Nacional de Justiça, por intermédio dos seus conselheiros, quando da relatoria de questões candentes que interfiram verdadeiramente no cotidiano da população brasileira quando necessário demandar junto ao Poder Judiciário. Então, me parece que esse é o mecanismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sem perder de vista a ouvidoria. A ouvidoria é algo presente no Conselho Nacional de Justiça. Foi muito bem coordenada pelo Conselheiro Luiz Cláudio Allemand, que agora, dia 18, terminou sua exitosa passagem pelo Conselho Nacional de Justiça – advogado militante no Estado do Espírito Santo, ele retornou para o seu Estado.

Então, quero dizer ao senhor que, nesse aspecto, me parece que o CNJ caminha bastante bem.

No tocante a suspeição e impedimento, fico tranquilo também em dizer ao senhor que, naquilo que diz respeito à matéria criminal, o Código de Processo Penal de 1940 vigora, e aquilo que o Código de Processo Civil trouxe está sendo, portanto, também implementado. Mas quero dizer aos senhores que as hipóteses de impedimento são taxativas, e algumas hipóteses de suspeição são de foro íntimo. Por serem de foro íntimo, aquele que se vir diante da situação concreta deliberará.

Este Congresso Nacional entendeu por bem em estabelecer as hipóteses taxativas, aquelas que estão esculpidas lá em 1940 – então, já em tempo distante – e, agora, com o código de 2015. E penso que os operadores, quer do Ministério Público, quer do Poder Judiciário, à luz do que está positivado e levando em conta a sua consciência quando diante da hipótese do foro íntimo, vão decidir e, se sofrerem questionamento, responderão ao questionamento com a maior naturalidade, até porque o direito é um sistema dialético, e a controvérsia faz parte da aplicação da legislação em vigor. Quando há discordância, questionamos, o tribunal delibera, e, se for necessário, a Corte Suprema deliberará em definitivo.

Respondendo com relação à questão do encarceramento, acho que esse é um tema atual caro ao CNJ. A Ministra Cármen Lúcia tem estabelecido ações efetivas, inicia projeto piloto em dois tribunais no Brasil, em que teremos a oportunidade de acompanhar, em tempo real, as possibilidades de progressão de regime e o cumprimento de pena, para que não haja nenhuma hipótese de alguém se ver encarcerado após ter cumprido o limite adequado do seu encarceramento, para que a progressão seja empregada.

Porém, quero trazer um ponto aqui para a reflexão dos senhores, porque, afinal de contas, os senhores é que deliberarão sobre eventual mudança legislativa.

O senhor me indaga se apenas o crime violento é o crime que merece encarceramento. Acho que o magistrado há de observar o art. 59 do Código Penal, que traz as circunstâncias judiciais. Aquilo ali é o norte para que nós não passemos à população brasileira a ideia de que o cidadão que foi flagrado com um revólver assaltando no farol receberá uma pena de cinco anos e quatro meses e de que, com um sexto de cumprimento... Direito à progressão ele terá. Agora, se a progressão vai ser conferida é outra questão. Do contrário, nós não precisaríamos de juiz de direito. Os senhores, sabiamente, em 1984, trouxeram a execução da pena para o Judiciário, ou seja, o magistrado delibera e exerce jurisdição quando fala em progressão de regime. Então, não pode ser algo automático. Há de se avaliar, ante o caso concreto, se, de fato, nós estamos diante de uma hipótese de progressão de regime. Mas é claro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que isso deve ser feito de forma célere. Então, quer me parecer que, naquilo que diz respeito ao Poder Judiciário, essa questão passa por esses aspectos que destaco para V. Exª.

Com relação à questão da construção de presídios, essa ainda é uma atribuição do Poder Executivo, muito embora o Supremo Tribunal Federal tenha julgado, pelo seu Plenário, uma demanda que envolvia o Estado do Rio Grande do Sul – o Senador Lasier deve acompanhar isto –, em que fixava determinadas obras urgentes no Presídio Central de Porto Alegre. Então, quando a política pública não é executada, o Supremo Tribunal Federal delibera, e o gestor deve levar adiante o cumprimento daquela determinação.

Não sei se respondo às suas perguntas ou se posso fazer mais algum esclarecimento.

No tocante ao combate à criminalidade, é aquilo que eu disse há pouco sobre um exemplo que singelamente trago do meu Estado e que vi ao vivo, acompanhando como gestor. Transportarmos para a questão do crime com violência contra o patrimônio público ou contra o patrimônio de cada um de nós, para os crimes contra o patrimônio – portanto, é o Título II do Código Penal brasileiro –, quando com violência, parece-me um caminho que nós deveríamos arriscar. Isso passa, sim, pelo convencimento do Poder Judiciário de cada Estado, porque, na nossa concepção, Sr. Senador, isso demandará uma mudança de competência territorial, respeitadas as autonomias dos tribunais de Justiça. Isso está consagrado na Constituição Federal, inclusive quando os senhores positivaram o Conselho Nacional de Justiça. Não podemos tisnar a autonomia dos tribunais. Mas acho que essa questão tem de passar por uma discussão mais aprofundada e célere, para que possamos dar uma resposta à sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado e, em seguida, ao último interpelante, o Relator, Senador Antonio Anastasia.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, quero ser bem sucinto e rápido, até porque estamos com a votação da Medida Provisória nº 777, que vai entrar em votação neste momento.

Objetivamente, quero cumprimentar o nosso Presidente, o Noronha, e também todos que se fazem presentes, Dr. Jaime. Cumprimento o nosso sabatinado, Dr. Arnaldo, pela experiência que tem, pela trajetória e pela sua vida nessa área especificamente junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo.

Sr, Presidente, objetivamente formulo a pergunta ao nobre entrevistado, sabatinado, em relação a um assunto que tem preocupado todos nós não só em Goiás, mas no Brasil; especificamente cabe a min tratar e relatar o fato em Goiás. São assuntos que, primeiro, alguns nada têm a ver com o CNJ. Não temos hoje um policiamento mínimo necessário para atender à demanda de segurança no Estado de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Goiás. Goiás hoje tem 10 mil policias militares, mas a demanda mínima seria 30 mil policiais militares para fazer o atendimento. Hoje, em Goiás, não temos delegados em 160 Municípios de 246 Municípios. Então, esse é um lado que nada tem a ver com o CNJ.

Vamos ao lado que interessa. A figura do juiz de Direito é uma figura que impõe respeito, porque toma decisões, cria um sentimento de proteção à sociedade. Qual tem sido hoje a queixa da maioria das pessoas que vivem, posso citar, no Entorno de Brasília? Isso aqui hoje é algo inimaginável, total falta de segurança, narcotráfico tomando conta, criminalidade se expandindo cada vez mais. No entanto, quais são as queixas que temos no interior? É que os juízes estão permanecendo nas comarcas apenas dois, três dias na semana. Então, a segurança ou, pelo menos, a imagem da autoridade, das decisões nas horas críticas da comunidade não está existindo porque não está existindo essa presença. Isso é algo que deve realmente ser tratado. Ouvi o próprio Presidente do CNJ, o Ministro Noronha, dizendo que esse assunto vocês levarão a uma decisão nos próximos meses.

Essa situação da proximidade de aeroportos para se deslocar para outros Estados nos fins de semana faz com que haja uma sensação de que toda a sociedade não tem proteção, primeiro porque não há a Polícia porque a Polícia de Goiás é 1/3 do que precisaria ser. Em segundo lugar, não temos delegados de polícia: em 160 de 246 Municípios não há delegados. E, depois, a ausência do juiz. Então, a sociedade fica entregue a esses comandos, que proliferam no Estado.

Senador Edison Lobão, a situação é tão crítica que as pessoas hoje, no nosso Estado, não fazem mais boletim de ocorrência. São pessoas que estão sendo assaltadas, saqueadas, extorquidos. Eles pensam: "não vou mexer mais, porque não há autoridade no meu Município, e, se eu fizer, amanhã eles vão agredir meus filhos, também nos ameaçam de morte", Então, hoje nota-se que o cidadão não tem a menor sensação de segurança e de justiça. Essa é a realidade que estamos transmitindo para o Brasil. Cada vez mais estamos perdendo espaço, cada vez mais o Brasil está se acovardando diante da criminalidade. E é preciso que possamos assumir a função de Estado. Estado tem funções e tem prerrogativas, que devem ser exercidas. Não pode ser pelo caso da vitaliciedade, do salário; tem se existir o espírito público. Não podemos deixar o Brasil debandar para o caos que está instalado hoje.

Acho que todos os Poderes hoje, seja o Legislativo, o Executivo ou o Judiciário, todos nós estamos em débito altíssimo com a sociedade brasileira, e este é o momento de nós termos regras firmes, duras, para fazer valer aquilo que se tem em qualquer país democrático do mundo.

Essa liberalidade ampliada faz com que o cidadão não se sinta mais seguro no Brasil. É impressionante o que nós temos, hoje, diante da situação que transmite para o cidadão do interior do meu Estado, Goiás, esse clima de que, a partir de agora, há os comandos das facções que mandam nas cidades do interior. É uma coisa de doido! São assaltos a bancos, com explosões a caixas... Então, é uma terra sem lei, onde as autoridades ficam, muitas vezes, sem saber o que decidir, e as interpretações, às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

vezes, se são mais duras, ainda que dentro das normas legais, podem parecer que não são atitudes de bom tom, e, como tal, vai-se largando o Brasil da maneira como está.

Objetivamente, o que eu digo a V. Sª é em relação a esse caso específico do Poder Judiciário nas comarcas do interior, especialmente cito o Entono de Brasília, nessa situação da ausência do juiz.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dr. Arnaldo Salles.

O SR. ARNALDO HOSSEPIAN SALLES LIMA JUNIOR – Senador Ronaldo Caiado, agradeço a sua pergunta e digo da oportunidade da sua indagação e do seu inconformismo, um inconformismo que vai ao encontro do inconformismo do nosso Corregedor Nacional, o Ministro João Otávio Noronha, que acabou de nos deixar há pouco.

Visitava eu, na quinta e sexta-feira passadas, um tribunal de justiça do nosso Brasil, e o Ministro Noronha pontuava o quanto inconformado estava ele em verificar que, de fato, em determinados lugares – e, claro, está longe de ser a maioria da Magistratura... Mas, se um assim fizer e se a sociedade tentar se socorrer do Poder Judiciário ali, naquele momento, e não encontrar o juiz de direito – e fico à vontade em dizer aqui também: e o Promotor de Justiça –, que tem o dever de estar na comarca, porque a Lei Orgânica assim determina... E mais: a Constituição da República proclama que a prestação jurisdicional é ininterrupta. Então, enquanto o prédio do fórum estiver aberto, evidentemente, há de haver alguém lá para atender a uma medida de urgência.

Não são só as prerrogativas para o bom exercício do cargo que devem preocupar, inclusive aqueles que – e eu já fui integrante de entidade de classe... E não preocupa, também porque cobram dos seus associados que cumpram o seu dever, que cumpram as suas obrigações.

E digo ao senhor, tranquilizo o senhor: tenho visto o nosso Ministro João Otávio Noronha adotar providências, com o seu gabinete, com juízes auxiliares, no sentido de fazer diligências, quer por telefone, quer pessoalmente, em várias localidades do nosso Brasil, para apurar e tomar as medidas disciplinares para aquelas situações que se revelam. E, quando isso se revela, não há justificativa, salvo se houve uma questão de saúde; e, para isso, há a substituição automática. Os funcionários do fórum devem estar devidamente avisados do que, de fato, se sucede para acionarem, portanto, em caso emergencial, o magistrado ou mesmo o membro do Ministério Público que está no plantão.

Quero dizer ao senhor que, de fato, não há nenhuma justificativa para isso. Eu me solidarizo com a sua preocupação e digo ao senhor que, naquilo que nos é dado fazer, quando o Sr. Ministro Corregedor leva ao plenário a adoção de providência investigativa ou mesmo a adoção de providência punitiva, nós analisamos isso com toda a preocupação e procurando dar efetividade à ação da Corregedoria Nacional de Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço ao Dr. Arnaldo.

Agora concedo a palavra ao Vice-Presidente desta Comissão e Relator do caso presente, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, eminente Presidente Senador Lobão.

Cumprimento as Srªs Senadoras, os Srs. Senadores e o Dr. Jayme Martins, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros que nos honra com sua presença e em cuja pessoa cumprimento os demais convidados.

Eminente Procurador Dr. Arnaldo Salles Lima Junior, primeiro quero fazer o registro de que a exposição com que V. Exª nos brindou, acompanhada das respostas objetivas sobre os mais diversos assuntos aqui trazidos a lume, demonstraram de modo cabal o acerto da sua indicação original e da sua recondução ao Conselho Nacional de Justiça, preparo total, capacidade de raciocínio já conhecidas e também conhecimento amplo sobre os diversos temas da alçada do CNJ e de outros temas também que não são do CNJ e que foram trazidos aqui nas indagações de nossos pares. Então quero cumprimentá-lo e felicitá-lo por sua capacidade aqui demonstrada.

Como todos os assuntos já foram abordados, só resta ao Relator, de maneira muito rápida, pedir mais o apoio de V. Exª a um tema que é muito caro ao meu Estado, Minas Gerais, o tema da execução penal, da execução penitenciária, que é o tema das APACs, que, aliás, tiveram origem em seu Estado, mas floresceram em Minas Gerais e hoje representam em nosso Estado um exemplo de execução penal adequada, humana e, mais do que isso, com indicadores muito positivos de ressocialização.

Tomei a liberdade, inclusive, de fazer uma emenda à proposta da nova revisão da execução penal, cujo Relator é o Senador Jader Barbalho, colocando como uma das categorias da execução penal a figura das APACs, nas quais a sociedade se irmana ao Poder Público, sob a coordenação do Judiciário e do Ministério Público locais, exatamente para termos uma pena mais adequada e um índice melhor de ressocialização. Acredito que o CNJ já conheça o modelo e queria, é claro, solicitar apenas seu aprofundamento.

Ainda quero acrescer, *a latere*, sem necessidade de maiores comentários, que o tema mais abordado aqui, da remuneração da magistratura e, claro, também do Ministério Público, dependerá do projeto de lei, como lembrou o Senador Pimentel, que elaboramos numa comissão do Senado e que agora se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados. A aprovação do projeto é fundamental, com os aperfeiçoamentos que se façam necessários, exatamente para definirmos a composição plena do quadro remuneratório e, aí sim, o CNJ poderá exercer na plenitude o seu poder de fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, cumprimento o eminente Conselheiro e desejo a S. Exª felicidades no seu mandato que ora se renovará.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Encerrada a discussão, indago se os Srs. Senadores, todos, já votaram. (*Pausa.*)

Vamos encerrar a votação.

Determino à Secretaria que proceda à apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

Votaram "sim" 21 Srs. Senadores e, "não", apenas 1.

O candidato, a quem cumprimento, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça. (*Palmas.*)

A escolha do nome do Sr. Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior, aprovada por esta Comissão, vai ao plenário do Senado Federal para a votação devida.

Suspendo a reunião por um minuto, para que possamos, então, na segunda fase, dar prosseguimento à votação da pauta.

(*Suspensa às 12 horas e 21 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 21 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha.*) – Está reaberta a reunião.

Peço ao Senador Anastasia que assuma a Presidência enquanto relato o ofício sob a deliberação desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fazendo soar a campainha*.) –

ITEM 3

OFICIO "S" Nº 64, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Sr. ERICK BILL VIDIGAL para compor o Conselho Nacional do Ministério Público na vaga destinada ao Senado Federal.

Autoria: Lasier Martins e outros.

Relatoria: Senador Edison Lobão.

Relatório: Pronto para deliberação.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência comunica às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridades na Comissão será feito em duas etapas. Na primeira etapa, o Relator apresentará o relatório à Comissão com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado. Após a apresentação e a discussão do relatório na primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente.

Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão e, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao eminente Presidente da Comissão, Senador Edison Lobão, para proferir o seu relatório.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA. Como Relator.) – Obrigado, Presidente, Senador Antonio Anastasia.

Vem ao exame desta Comissão a indicação do Sr. Erick Bill Vidigal, pelas Lideranças dos Blocos Socialismo e Democracia, Democracia Progressista, Moderador, do PSD, do PMDB, do PP, do PSB, do PPS, do PSC e do Governo, para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na vaga de cidadão escolhido pelo Senado Federal.

Conquanto o documento subscrito pelas Lideranças aponte como fundamento da indicação o art. 103-B, XIII, da Constituição, resta claro o equívoco na remissão, uma vez que esse dispositivo trata da indicação, pelo Senado Federal, de cidadão para compor o Conselho Nacional de Justiça. O CNMP, órgão ao qual compete o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, tem sua composição e competências reguladas pelo art. 130-A da Carta Magna. Os integrantes do Conselho são nomeados pelo Presidente da República, depois da aprovação da escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução. A esta Casa legislativa cabe indicar, nos termos do inciso VI do já referido art. 130-A, um cidadão de notável saber jurídico e reputação ilibada para compor órgão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em atendimento ao disposto no art. 383, I, "a", do Regimento Interno do Senado Federal e no art. 5º, I, da Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, o indicado encaminhou o seu *curriculum vitae*, que é vasto, é rico, é denso e demonstra os conhecimentos e o talento do indicado Erick Vidigal.

Fornecidas tais informações, entendemos que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Presidente Lobão.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a Presidência concede vista coletiva automática, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a sua respectiva votação.

Devolvo a Presidência ao eminente Senador Edison Lobão.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Pela ordem.) – Presidente, depois da leitura dos ofícios, gostaria de pedir a inversão de pauta de dois itens, do item 49, que é o PLS nº 658, cujo Relator, Senador Jader, está a caminho; e o item 48, de que sou Relatora, que é o PLS nº 426.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu consulto os senhores membros desta Comissão se estão de acordo com a propositura da Senadora Marta Suplicy. (*Pausa.*)

Como não se opõem, está...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Item 48 e item 49.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item 48 e item 49.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Pela ordem.) – Não há nenhum óbice da minha parte. A única sugestão que eu faria, até porque o quórum está muito baixo, é de que seja invertida a ordem em relação ao item 48 e ao item 49, mas obedecendo, preliminarmente, a relatoria ou a votação daqueles projetos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Soa a campainha.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – ... que já foram relatado e cujos Relatores estão presentes, porque acho que é uma questão de justiça. Acho que há apenas dois projetos antes do item 48 e do item 49 cujos Relatores estão presentes. Aí, não haveria nenhum problema; é com o maior prazer. São projetos da mais alta relevância, e a Senadora Marta Suplicy já aguarda há muito tempo a aprovação desses dois projetos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª será atendida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Presidente, eu pediria a V. Exª que, ouvido o Plenário, nós fizéssemos uma inversão de pauta para votar – já foi lido o parecer; precisamos só buscar o quórum – o item 12: PRS 13, de 2017, da Senadora Kátia Abreu, que trata do Funrural. Eu pediria isso a V. Exª. Se nós pudéssemos fazer a inversão, iniciaríamos a votação, até que tenhamos quórum.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Consulto o Plenário sobre o que propõe S. Exª. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, vamos atender o pleito.

Logo que tenhamos o quórum, iniciaremos, portanto, a votação.

ITEM 4

OFICIO "S" Nº 60, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor HEVERTON ALVES DE AGUIAR, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada ao Senado Federal.

Autoria: Romero Jucá e outros,

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: Pronto para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno, esta Presidência comunica às Srªs e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridade nesta Comissão será feito em duas etapas. Na primeira etapa, o Relator apresentará o relatório com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado. Após a apresentação e discussão do relatório, na primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente. Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para proceder à leitura do seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem ao exame do Senado Federal a indicação, pelos Srs. Líderes de partidos políticos com assento nesta Casa, do Sr. Heverton Alves de Aguiar, para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na vaga destinada ao Senado Federal, nos termos do inciso VI do art. 130-A, da Constituição Federal, e do art. 6º da Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005.

Conforme a Carta Magna, os membros daquele Conselho, a quem cabe o controle externo do Ministério Público, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Prevê, de sua parte, o art. 6º da Resolução nº 7, de 2005, que a indicação do candidato à vaga do Conselho Nacional do Ministério Público, cuja escolha é do Senado Federal, será feita pelas lideranças da Casa à Mesa, não podendo contemplar membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou, ainda, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive de membro desses Poderes.

Ainda em conformidade com o dispositivo, essa indicação será submetida a esta Comissão e ao Plenário, dando-se por aprovada nesse último caso se houver maioria absoluta de votos.

Em obediência aos ditames do mesmo diploma legal, o Sr. Heverton Alves de Aguiar encaminhou o seu *curriculum vitae*, que passamos a resumir.

Nascido no dia 30 de janeiro de 1965 na cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, o indicado é Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas e Letras daquele Estado, tendo colado grau em 1993. Além disso, tem dois cursos de pós-graduação em Direito Penal pela Universidade Federal de Minas Gerais e pela Universidade Federal de Rondônia.

Desde 1994, é membro do Ministério Público do Estado de Rondônia, onde ingressou pelo VII Concurso Público da instituição.

No *Parquet* do Estado de Rondônia, atuou na 3ª Promotoria de Justiça de Ariquemes, de 1994 a 1997, e na 2ª Promotoria de Justiça de Ouro Preto do Oeste, entre 1997 e 1998, quando foi promovido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para a 3ª Entrância, assumindo a Promotoria de Execuções Penais da capital e, posteriormente, a Promotoria de Justiça junto ao 1º Tribunal do Júri.

Em 2002, o indicado assumiu a direção do Centro de Controle Institucional da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Rondônia, onde permaneceu até 2004.

Dois anos mais tarde, assumiu a Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça e, em 2007, a direção do Centro de Apoio Administrativo Criminal da instituição, passando, no ano seguinte, a exercer a Subprocuradoria-Geral de Justiça.

No ano de 2009, ocupou a direção administrativa e, posteriormente, a direção geral da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado de Rondônia. No mesmo ano, foi designado Secretário-Geral do *Parquet* rondoniense.

No ano de 2011, o indicado chegou ao posto máximo do Ministério Público do Estado de Rondônia, permanecendo por dois mandatos como Procurador-Geral de Justiça, até 2015. Nessa qualidade, foi escolhido pelo Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União como seu Vice-Presidente para a Região Norte e como Presidente do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas.

Após o seu segundo mandato, como Procurador-Geral de Justiça, passou a exercer as atribuições de membro auxiliar da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público e de Ouvidor-Geral do Ministério Público do Estado de Rondônia, sendo escolhido Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público no biênio 2017-2018.

Finalmente, cabe registrar que o indicado foi agraciado com diversas honrarias e comendas em razão de sua atividade profissional, como a Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, a Medalha de Mérito da Defesa Civil Estadual e a Medalha do Mérito Legislativo do Estado de Rondônia.

No tocante às exigências constantes do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, o indicado apresentou as declarações lá previstas.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão o relatório.

Não havendo quem queria discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a respectiva votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Prosseguiremos agora com os itens não terminativos, até que tenhamos o quórum para a votação de projetos em caráter terminativo.

ITEM 22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, de 2011

- Não terminativo -

Altera o § 2º, do art. 819, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial.

Autoria: Deputado Carlos Bezerra.

Relatoria: Senador Humberto Costa.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

O Senador Humberto Costa se encontra?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aqui! Só um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2011, PL nº 5.323, de 2009, na origem, que altera o § 2º, do art. 819, da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial, é da autoria do Deputado Carlos Bezerra.

A proposição foi despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo, à Comissão de Assuntos Sociais.

O que se pretende com esta proposição é assegurar que as despesas com tradução e interpretação de língua estrangeira, necessárias à colheita do depoimento das partes ou das testemunhas, seja arcada pela parte sucumbente, exceto os casos de deferimento judicial do benefício de assistência judiciária gratuita.

Pela regra atual contida na CLT, as despesas com este serviço são atribuição da parte requerente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Até a presente data, não foi registrada a apresentação de emendas.

Análise.

Nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCJ oferecer parecer sobre o presente projeto de lei.

A proposição versa sobre matéria afeta ao direito do trabalho prevista no art. 22, inciso I, da Constituição Federal, que atribui à União competência privativa para legislar sobre a matéria.

Além disso, por não se tratar de matéria cuja iniciativa seja privativa do Presidente da República, do Procurador-Geral da República e dos Tribunais Superiores, aos Parlamentares é facultado iniciar o processo legislativo sobre o tema, nos termos do art. 48, da Carta Magna.

Note-se, ainda, que a proposição está em conformidade com as regras estabelecidas na Lei Complementar nº 95, de 1998, especialmente no que se refere ao art. 12, inciso III.

No que se refere ao aspecto constitucional, jurídico e de boa técnica legislativa, não existem óbices que possam embaraçar a tramitação da matéria e sua consequente aprovação.

Em relação ao mérito da proposição, já discutida exaustivamente na Câmara dos Deputados e aprimorada na sua redação final, fica claro que o objetivo maior perseguido é uma readequação legislativa da regra processual trabalhista para que a parte não seja prejudicada no seu depoimento e, da mesma forma, das testemunhas por ela arroladas.

Nesse sentido, a dificuldade de domínio da língua nacional por qualquer dos partícipes processuais continuará sendo suprida por intérprete de língua estrangeira nomeado pelo Juiz do Trabalho, assegurando-se, desta forma, o princípio da ampla defesa e devido processo legal.

No que tange às demais questões de mérito, caberá à CAS manifestar-se em caráter terminativo.

Em face do exposto, Sr. Presidente, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 73, de 2011.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, vou encerrar este período, esta fase.

Em votação o relatório do Sr. Relator Humberto Costa.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM 25

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 120, de 2015

- Não terminativo -

Acrescenta o § 2º ao art. 160 da Constituição Federal a fim de possibilitar a adoção de medidas de provisionamento de recursos para compensação de redução de repasses do Fundo de Participação dos Municípios.

Autoria: Senador Walter Pinheiro e outros.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, Relator. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Relatório.

É submetida ao exame...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Flexa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Já temos quórum para votar o Item 2.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Prossegue com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, é submetida ao exame desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 120, de 2015, cujo primeiro signatário é o Senador Walter Pinheiro.

Vamos à análise, Sr. Presidente, para ganharmos tempo, para aproveitar que já temos quórum para votar os terminativos.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, não se vislumbram óbices. A proposta observa a regra constitucional que veda emenda à Constituição na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, que trate de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

prejudicada na atual sessão legislativa e que tenda a abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.

Mérito.

De fato, sem dúvida, uma das características da atual estruturação financeira do setor público se manifesta na ainda restrita e insuficiente capacidade de dispor de recursos financeiros capazes de serem utilizados em instantes de instabilidade econômica.

Em um momento em que o País se vê compelido a racionalizar e otimizar seus gastos, condição hoje essencial para a recuperação da confiança dos mercados, deteriorada pela crise fiscal, de fato, seria oportuno o engendramento de mecanismos voltados à reestruturação e reorientação financeira dos entes, que lhe assegurasse recursos suficientes e necessários à sua atuação anticíclica.

Como bem enfatizado na justificação da proposta em exame, “nesse contexto, com relação às repartições de receitas públicas previstas na Constituição da República, seria bastante importante que houvesse uma cultura, pelos gestores públicos, de evitar a euforia com os aumentos dos repasses, a fim de que, nos momentos de redução, houvesse condições financeiras para suportar seus efeitos negativos”.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu solicito silêncio.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fica evidente, assim, a importância estratégica da determinação expressa na PEC nº 120, de 2015, sobretudo no contexto econômico atual, onde é claro o esgotamento do modelo fiscal assentado na carga tributária abundante e crescente. Na ausência dessa modalidade de financiamento público, o aprovisionamento de recursos pretendido é oportuno e conveniente do ponto de vista da gestão financeira pública. Ela, sem dúvida, contribuirá para que sejam engendrados aperfeiçoamentos no sistema de planejamento e controle da receita e do gasto públicos, reforçando todo o processo de adequação fiscal empreendido e alcançado pelos entes da Federação, desde a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por isso, somos favoráveis, Sr. Presidente, à Proposta de Emenda à Constituição nº 120.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação o relatório favorável à proposta.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta.

A matéria vai ao plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Presidente, eu solicitei a inversão de pauta a V. Exª, já autorizada, do item 12. A Senadora Marta também pediu inversão de pauta para o item 40, só que eu já conversei com ela, e ela não se importa de nós votarmos o 12, que é rápido, só votação, e irmos ao item 40, que ela pediu.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A Senadora Marta Suplicy...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Eu também gostaria... O item 15 já foi lido, foi discutido. A Senadora Simone havia levantado umas questões, mas nós já as resolvemos. Então, é apenas para votar a matéria, que é um projeto sobre a questão da criminalização de *bullying*.

Então, se V. Exª puder pautar, eu ficaria grata.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, caso haja a permanência do quórum, eu solicitaria a sequência da ordem com os relatores presentes. Repito: caso haja a permanência do quórum, porque eu mesmo tenho o item 4, salvo engano, cujo relatório também já foi lido.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, a inversão de pauta é normal, é regimental. Todavia, penso – e não sou o dono da verdade – que nós estamos abusando um pouco da inversão. Isso faz com que não se respeitem os itens colocados pela ordem na pauta de votação.

Portanto, o que peço aos Srs Senadores é que, ao usar esse dispositivo regimental da inversão, sejam os Srs Senadores moderados nessa petição, porque isso não é o normal. O normal é seguirmos a pauta em todas as comissões.

Já temos uma certa desordem aqui na pauta de hoje, bastante desordem. E a Senadora Simone Tebet observa que devemos seguir a pauta, no que S. Exª tem alguma ou toda razão.

Bom, faremos o que for possível, então...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, eu poderia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... para atender os pedidos de inversão de pauta sem prejuízo também da pauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu poderia auxiliar, Presidente?

Todos esses pedidos de inversão de pauta que estão sendo solicitados são de projetos cujos relatórios já foram lidos e tiveram encerrada a sua discussão. Para aproveitar o quórum, poderíamos fazer, na sequência, a votação de cada um deles rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª se refere ao item nº 12...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não. O do Senador Anastasia já foi lido, o da Senadora Simone, também...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sei, mas o de número 12 não teve a discussão encerrada ainda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então, V. Exª abre e encerra a discussão, porque eu acho que já foi discutido bastante. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Flexa, no momento apropriado, trataremos dessa matéria.

ITEM 29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, de 2016

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre o direito da vítima de violência doméstica de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Sergio Vidigal.

Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima.

Relatório: Favorável à Emenda de Plenário nº 21, na forma da subemenda de redação que apresenta, e contrário às demais Emendas de Plenário de nºs 9 a 20.

Senador Cássio Cunha Lima com a palavra.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sr. Presidente, essa matéria já foi alvo de discussão no Plenário e foi apresentado recurso a esta CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E o Projeto da Lei da Câmara dos Deputados, em apreciação, tem um objetivo primário: promover a melhoria do sistema de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher e, para tanto, promove ajuste pontuais na Lei 11.340, de 2016, a Lei Maria da Penha.

De um lado reforça princípios e garantias inalienáveis à mulher em situação de violência doméstica como um direito de ser preferencialmente atendida por agentes públicos do sexo feminino, de não ter contato algum com o agressor, já a partir do primeiro atendimento na Delegacia de Polícia, e de não ser obrigado a se submeter a procedimentos sucessivos de depoimento ou inquerição e mesmo de não ser questionada sobre a sua vida privada.

De outro lado, o projeto volta-se ao poder público em consonância com o caráter principiológico da própria Lei Maria da Penha ao estabelecer que os Estados e o Distrito Federal devam priorizar a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e de Núcleos Investigativos de Feminicídio.

O ponto nevrálgico, porém, é a previsão legal de ampliação das atribuições da autoridade policial no que diz respeito à decretação de medidas protetivas de urgência. Repito: medidas protetivas de urgência.

De fato, o PLC, sensível a uma realidade fática inerente às falibilidades orgânicas do Poder Judiciário brasileiro, busca promover uma solução inovadora visando justamente combater a letargia jurisdicional na apreciação e na concessão de medidas protetivas, que, em muitos casos, implica fatalidade. E não sem razão: exemplos não faltam, mesmo após decorridos 10 anos de edição da Lei Maria da Penha.

A esse respeito, um caso recente trouxe especial comoção ao País e merece nosso destaque.

Na madrugada do último dia 05/03/2017, uma servidora pública do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro teve seus dois filhos cruelmente assassinados pelo próprio pai, com quem dividia provisoriamente a guarda enquanto se discutia na Justiça o desfecho da separação judicial e do julgamento de crimes por ele cometidos no contexto da violência doméstica e familiar. O pai e agressor cometeu a barbárie em um dia em que as crianças estavam sob sua guarda e se suicidou em seguida.

A situação – trágica por sua própria natureza – tornou-se ainda mais comovente quando revelado que a servidora havia protocolado na Justiça carioca pedidos de medidas protetivas para si e para os seus próprios filhos, nada mais, nada menos que 19 dias antes dos assassinatos, na tentativa de manter o agressor distante da família. Essa demora na apreciação do requerimento ensejou até mesmo uma investigação interna da Corregedoria do Tribunal, ainda em curso.

Casos como esse não são exceções, lamentavelmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Como dito pelo nobre Senador Aloysio Nunes Ferreira, em seu relatório, foram precisamente essas situações que ensejaram a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com o objetivo de apurar irregularidades do próprio Estado na efetividade de implementação da Lei Maria da Penha.

Por essa razão, esta Comissão já deliberou no sentido de aprovar a matéria que, tendo seguido ao Plenário, recebeu as contribuições que passamos a apreciar.

Quanto às Emendas nºs 09, 10 e 13, todas de Plenário, discordamos da sua linha de argumentação.

O então relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, sustentou com precisão a possibilidade regimental de acolher a sugestão da nobre Senadora Marta Suplicy, aqui ao meu lado, como emenda redacional, tendo em vista o intuito de dissociar, do texto final, qualquer traço de obscuridade e confusão quanto à interpretação legislativa que se poderia alcançar a partir da expressão "autoridade policial", tal como constante do texto encaminhado pela Câmara dos Deputados.

Nesse sentido, é evidente que a autoridade policial a que se refere o projeto somente pode ser o delegado de polícia, uma vez que não há, no ordenamento pátrio, qualquer possibilidade de adoção oficiosa de medidas acautelatórias em meio à investigação criminal por parte de outras autoridades policiais, que não aquelas no estrito desempenho da função de polícia judiciária – exceção apenas admitida na hipótese de prisão flagrancial, a qual cabe a qualquer do povo, nos termos da legislação processual penal (art, 301, CPP).

Além disso, é uma discussão que a Lei nº 12.830, de 2013, buscou refrear. O §2º do art. 2º dessa lei federal é claro.

Passo à dicção do §1º

> Art. 2º.....
> §1º ao delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal por meio de inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações penais.

Logo, como estamos aqui a disciplinar atos típicos de autoridade responsável pela investigação criminal, vale dizer, de atribuição exclusiva da polícia judiciária, não é minimamente razoável pensar-se que qualquer outra autoridade, senão o delegado de polícia, possa exercer referidas atribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É o que se depreende do quanto disposto na própria Constituição Federal, em seu art. 144, §4º, que reverbera, inclusive, disposição contida no art. 47 da mesma Lei Fundamental.

Dessa forma, qualquer atribuição reservada à polícia judiciária que venha a ser praticada por integrante de outra carreira policial deve ser tomada por ilegal e inconstitucional, uma vez que, em razão da natureza investigatória da atribuição, pode haver a necessidade de adoção de medidas de caráter constritivo de direitos individuais.

Novamente, a esse respeito, destacamos as lições de Nucci, sobre o inquérito policial:

> Trata-se de um procedimento preparatório da ação penal, de caráter administrativo, conduzido pela polícia judiciária e voltado à colheita preliminar de provas para apurar a prática de uma infração penal e sua autoria. Seu objetivo precípuo é a formação da convicção do representante do Ministério Público, mas também a colheita de provas urgentes, que podem desaparecer após o cometimento do crime, bem como a composição das indispensáveis provas pré-constituídas que servem de base à vítima, em determinados casos, para a propositura da ação privada.

Em outras palavras, somente o delegado de polícia pode adotar medidas cautelares penais de natureza extrajudicial aqui no exercício de função tipicamente judicial – e não jurisdicional – que J. J. Canotilho define como reserva relativa de jurisdição. Ora, desse sistema, são exemplos a lavratura do auto de prisão em flagrante, o decreto de fiança, a concessão de liberdade provisória sem fiança em razão de pobreza, apreensão de objetos relacionados a fato criminoso e a nomeação de curador para indiciado menor de idade, para citar alguns.

Dito isso, claro está que a emenda proposta pelo então Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, tem natureza meramente redacional, e vem justamente para criar distinção necessária ao texto consagrado na Lei Maria da Penha, que se vale, em sua inteireza, de referências normativas à "autoridade policial". Portanto, no âmbito deste PLC, ostentar a figura do delegado de polícia como destinatário da prorrogação de competências legais é medida que se impõe a fim de afastar dúvidas e obscuridades. A esse respeito, a norma pode conviver claramente com as duas nomenclaturas, cada qual ao desempenho de seu papel legalmente estabelecido.

Rejeitamos, assim, as Emendas em referência.

No tocante às Emendas nºs 12, 14 e 17, temos que não podemos nos distanciar do quanto já decidido anteriormente por essa CCJ, que não acolheu propostas de idêntico ou similar teor quando da apreciação da matéria anteriormente. Referidas emendas são nada mais que a reapresentação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mesmo conteúdo, desta feita em Plenário, de emendas já apreciadas, quando da análise de mérito do projeto por esta CCJ.

Nesse sentido, somos por sua rejeição, adotando, para tanto, as mesmas razões do parecer desta Comissão já aprovado anteriormente, conforme o respectivo resumo.

As Emendas nºs 11 e 15, de Plenário, tal como as Emendas nºs 19 e 20, restringem a discussão à questão do prazo para a autoridade pública apreciar ou encaminhar o requerimento de medidas protetivas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Temos que esse não é, objetivamente, o problema.

Os prazos hoje previstos na Lei Maria da Penha são, já, suficientemente reduzidos. Mas a exequibilidade da disposição legal tem sido reiteradamente posta em cheque: o Poder Judiciário não possui estrutura suficiente para dar vazão ao crescente número de pedidos cautelares de natureza penal que lhe batem à porta, não sendo diferenciados os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

O PLC, compreendendo a inutilidade da discussão sobre prazos, intervalos e interstícios, face à falibilidade estrutural do Sistema de Justiça Criminal Pública, ousa inovar com uma proposta de complementariedade do reforço protetivo à mulher, permitindo, também, ao Delegado de Polícia a atribuição hoje reservada exclusivamente pela lei ao juiz.

Trata-se de uma relativização à reserva de jurisdição em benefício da efetividade dos direitos humanos, discussão essa onde se insere, por expresso reconhecimento legal, a proteção à mulher vítima de violência.

Trata-se, portanto, de um novo olhar: uma visão focada na vítima e não no sistema, priorizando, naturalmente, a proteção à mulher e não as prerrogativas de juízes. O direcionamento das atenções sobre a pessoa humana e não sobre a letra fria da legislação.

Por essa forte razão, rejeitamos as Emendas nº 11, 15, 19 e 20.

A Emenda nº 16, por sua vez, apresenta relevante discussão: os reflexos sobre o poder requisitório da autoridade policial (delegado de polícia). Com efeito, a opção pelo termo "requisitar" difere, e muito, daquela adotada quando do uso do termo "requerer".

Alega, o nobre autor da Emenda, que a manutenção pelo poder requisitório (de serviços públicos) poderá provocar conflitos entre órgãos públicos. Sustenta que a expressão "requisitar" é utilizada nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

competências do Poder Judiciário e do Ministério Público, e, no âmbito do Poder Executivo, autoridade administrativa, a expressão correta é "requerer".

A argumentação, porém, não sobrevive a um estudo detalhado da legislação pátria.

O poder requisitório da autoridade policial não é ineditismo promovido por este PLC. Pelo contrário, está presente em precedentes normativos do arcabouço legislativo, e aqui citamos várias legislações, de que eu me dispenso a fazer a leitura.

Há outras leis que tratam do poder requisitório de autoridades administrativas, mas voltadas a outros agentes e órgãos públicos, como a Lei Orgânica da Defensoria Pública e a lei que instituiu o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, para citar algumas.

Ora, nas supracitadas normas legais, o legislador infraconstitucional buscou evidenciar o seguinte aspecto: a necessidade de privilegiar a celeridade na apuração de infrações penais. Nesse sentido, o poder requisitório constitui ferramenta da maior relevância para a consecução do ideal de Justiça, na medida em que o primeiro e mais relevante momento da persecução penal é justamente a investigação policial.

Demais disso, a requisição que o PLC opera como finalidade precípua – e assim está expressamente consignado no projeto – “a defesa da vítima e seus dependentes”. É, por essa mesma razão, um instrumento indissociável do poder de cautela excepcionalíssimo que a proposição pretende conferir aos delegados de polícia.

Não há, portanto, que se falar em atribuição de concessão de medida protetiva de urgência, se não houver a instrumentalização legal para a efetividade dessa novel atribuição.

Ora, as medidas cautelares penais, previstas no CPP, têm, por expressa determinação legal, o foco na preservação do resultado do processo, ao passo que as medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha voltam-se à proteção de direitos fundamentais da vítima, de seus familiares e de seu patrimônio.

Sua natureza jurídica confunde-se com seu objetivo, não pretendendo servir de instrumento à produção ou à preservação de provas, mas, sim, à proteção da integridade física e psicológica da mulher e seus familiares em situação de violência doméstica e familiar.

Demais disso, não há aqui qualquer traço de discussão acerca de subordinação entre órgãos e serviços públicos, mas, sim, de efetividade do sistema de Justiça pública.

Portanto, qualquer dialética acerca do alcance do poder requisitório do delegado de polícia nada mais é que uma discussão acerca da própria efetividade da justiça criminal.

Portanto, somos contrários à Emenda nº 16.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Chegando ao final, a Emenda nº 18 teve desfecho já deliberado por esta Comissão quando da apreciação de proposta similar, em fase anterior do processo legislativo. Somos, portanto, por sua rejeição.

Sr. Presidente, é este o relatório, com a análise da proposta que já havia chegado ao Plenário, onde apenas se protege a mulher com medidas preventivas e cautelares que possam ser designadas pelos delegados de polícia, dada a urgência que as situações exigem.

Portanto, rogo à comissão que aprove o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, vou encerrar esta fase.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão, favorável, à Emenda de Plenário nº 21, nos termos da sua Subemenda nº 1, da CCJ, emenda de redação, e contrário às Emendas de Plenário de nºs 9 a 20.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sr. Presidente, eu requeiro a urgência para a matéria seguir ao Plenário. Já que houve discussão anterior no Plenário, eu estou submetendo a decisão da comissão à urgência, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação o pedido de urgência.

Os senhores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item nº 12.

ITEM 12

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 13, de 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Suspende, nos termos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, a execução do artigo 1º da Lei nº 8.540/92, que deu nova redação aos artigos 12, incisos V e VII, 25, incisos I e II, e 30, inciso IV, da Lei nº 8.212/91, com a redação atualizada até a Lei nº 9.528/97.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Relatoria: Senador Jader Barbalho

Relatório: Pela aprovação do Projeto e pela rejeição da emenda nº 1

Observações:

- Em 31/05/2017, a Presidência concedeu vista aos Senadores José Pimentel e Flexa Ribeiro nos termos regimentais;

- Em 12/07/2017, foi recebida a emenda nº 1 de autoria do Senador Romero Jucá;

- Votação nominal.

Em 16 deste mês, agosto, foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria.

Coloco em discussão, portanto, esse item da pauta de hoje.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Para discutir, Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, faço uso da palavra neste momento, não só para discutir, mas também para justificar o meu posicionamento e por que voto favoravelmente ao projeto de resolução da ilustre Senadora Kátia Abreu.

Antes de mais nada, rapidamente faço um histórico em relação a essa matéria, que é polêmica e que tem dividido um pouco, aqui, a atenção dos nobres Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

A Constituição de 1988, que unificou a previdência rural e privada, estabeleceu uma contribuição para aquele produtor, pessoa física, que não tem e não tinha empregados, numa forma de contribuir com a previdência privada. Esse artigo, que é o art. 195 da Constituição, foi regulamentado posteriormente, em 1991, e ali – esta é a razão de toda divergência – houve uma série de adições indevidas e inconstitucionais em relação a essa contribuição, a começar que a Constituição estabelecia que a contribuição se daria em relação ao resultado da comercialização do produto rural, e a lei previu e prevê que 2,1% se dariam e se dão em relação à receita bruta proveniente da comercialização, independentemente de o produtor rural já contribuir com o seu empregado para a previdência privada ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Supremo levou muito tempo para julgar essa lei inconstitucional, só o fez em 2011. E, quando o fez, argumentou que a lei, extrapolando os limites constitucionais, estabeleceu uma bitributação, ao impor também ao produtor rural que tem empregados a cobrança da previdência. Além disso, ele mesmo, o próprio Supremo, percebeu que a lei foi além, quando estabeleceu que a incidência se dá sobre a receita bruta proveniente da comercialização.

Enfim, houve uma série de recursos extraordinários, e o Supremo, nesses recursos, analisou pela inconstitucionalidade, até que uma nova lei viesse. Mas ela veio. Houve uma emenda constitucional em 1998, regulamentada em 2001, e essa lei, agora, recentemente, foi declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Eu sempre aprendi, nos bancos das universidades, que justiça tardia não é direito; é mero remendo de alguma coisa que não seja justiça.

Consequentemente, isso tudo causou uma insegurança jurídica tremenda no setor que hoje é considerado o carro-chefe da economia brasileira, um setor que não só quantitativamente mexe com o equilíbrio das contas públicas, o superávit primário, mas qualitativamente ajuda o Brasil, colocando alimento na mesa do povo brasileiro e gerando os empregos tão necessários para a nossa população.

Essa insegurança jurídica, essa instabilidade faz com que hoje nós tenhamos, com que esta Casa tenha a responsabilidade não só de analisar a medida provisória que aqui está em tramitação, mas que também tenha que votar esse projeto de resolução.

Eu, de forma muito objetiva, Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: como jurista, eu tenho dificuldade em aprovar o projeto de resolução da Senadora Kátia Abreu por três razões. Eu ficaria pelo menos com duas. Primeira, nós estamos falando de um projeto de resolução que altera uma lei que não mais existe, porque ela já foi revogada pela lei de 2001.

Ainda no que se refere a essa questão, esta Casa, no ano passado, na CCJ, já votou matéria similar, relatada pelo Senador Armando Monteiro, consequentemente pedindo o arquivamento, e considerando, portanto, a matéria prejudicada, nos termos regimentais. Mas, em que pese essa minha posição jurídica, inclusive muito clara, este voto que dou e que peço aos Srs. e às Srªs Senadoras que deem é um voto político, de efeito político, e não jurídico, para que, com base nesse projeto de resolução, que pode até ser questionado depois, nós possamos não só na medida provisória, talvez nem nela, possamos, nos embargos declaratórios junto ao Supremo Tribunal Federal, pedir a modulação da sentença, para que os Ministros possam, confirmando que a lei é constitucional, pelo menos tornar sem efeito e, com isso, deixar de cobrar e entrar naquele instituto que chamamos de remissão, ou seja, perdão da dívida dos produtores rurais no que se refere aos anos passados.

Portanto, meu voto vai ser favorável, dando efeito político, e não jurídico, a essa resolução, para que possamos, depois, fazer gestão junto ao Supremo na modulação da sentença, para que possamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

sensibilizar os Ministros do Supremo Tribunal Federal a, ainda que não possam voltar atrás quanto à constitucionalidade da lei, pelo menos perdoar os produtores rurais em relação às suas dívidas, até porque, volto a repetir, não houve nenhuma má-fé dos produtores rurais, pois eles se basearam em decisões anteriores do próprio Supremo. E, em nome da segurança jurídica, acredito que essa seja uma grande causa, e o Senado Federal vai estar todo envolvido nessa questão.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado, Senadora Simone Tebet.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – Caro Presidente Edison Lobão, caros colegas Senadoras e Senadores, a argumentação jurídica da Senadora Simone Tebet dispensa complementariedade a esse aspecto, porque ela é uma professora de Direito, conhece profundamente e também mostrou o caminho que nós estamos tomando agora, e é um caminho político a responsabilidade que temos para representar.

Quero aproveitar a votação desta matéria relevante porque, há pouco, na sabatina para recondução do Promotor Público Dr. Arnaldo para o CNJ, questionei exatamente o custo para o Orçamento, o custo para o País, o custo para o produtor rural, para a empresa rural de uma demora numa decisão dessa. Como bem classificou a Senadora, justiça tarda não é justiça.

O efeito, o impacto de um passivo do Funrural, da contribuição previdenciária do Funrural, é inexplicável do ponto de vista do impacto não só para o produtor, para a empresa rural, mas para também o Orçamento da União, da mesma forma que outros julgamentos acabam demorando na Suprema Corte, claro, nas liminares, nos recursos, mas 12 anos para uma matéria como essa é realmente uma situação muito delicada e inaceitável até do ponto de vista do impacto que ela tem.

Então, eu quero manifestar apoio e também dizer, Presidente Edison Lobão, que, no Rio Grande do Sul, em zonas de produção – Carazinho, Dom Pedrito, na fronteira, e também em Tapes, no litoral –, os produtores foram pacificamente e levaram as suas máquinas para as estradas, não interrompendo o tráfego, mas mostrando a sua posição favorável a esse projeto de resolução do Senado, de autoria da Senadora Kátia Abreu, com a relatoria do Senador Jader Barbalho.

Então, meu voto é favorável. Como é nominal, vou esperar a hora, porque sou suplente nesta Comissão.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Antonio Anastasia, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria corroborar integralmente o pronunciamento da Senadora Simone Tebet quanto ao alerta que ela fez, com todo respeito ao Senador Jader Barbalho, quanto à juridicidade dessa medida que estamos tomando aqui. Eu percebo o caráter político, a necessidade até de fazer o fato, talvez, mas há o alerta que esse projeto pode ser a famosa vitória de Pirro e não ter efeito prático. E a Comissão de Constituição e Justiça, então, tem que estar alertada de que, de fato, nós estamos declarando uma sustação de uma lei que nem existe mais. Então, é um dado um pouco delicado, mas, de todo modo, pela presença expressiva da maioria inclinada a votar favoravelmente, eu não vou criar aqui nenhuma dificuldade. Talvez faça até adesão a essa questão política, mas sabendo que o efeito prático dessa medida, a meu juízo pessoal, será próximo de zero, mas, de todo modo, fica aqui o registro e o alerta já que estamos na Comissão de Constituição e Justiça, com todo respeito àqueles que pensam de modo diverso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente, encerrada a discussão, em votação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem.) – Presidente, eu queria só manifestar meu voto "sim" ao projeto de resolução da Senadora Kátia Abreu e dizer da importância de chamarmos a atenção desse fato quando se coloca muito que o Governo está isentando, está perdendo receita, está beneficiando ruralistas. É uma situação totalmente infundada, porque, na verdade, no momento, hoje, e já há algum tempo, o Governo não vem arrecadando nada com o Funrural, porque há uma decisão judicial pela qual não se pagava. E o que nós estamos fazendo aqui é justiça com os produtores rurais. E não é só com grandes produtores rurais. (*Palmas.*)

(*Soa a campainha.*)

Quando nós falamos em Funrural, nós estamos falando do pequeno produtor de leite, do pequeno agricultor, do sojicultor, do plantador de amendoim. Todo mundo está inserido. E se coloca uma situação como se nós estivéssemos aqui beneficiando uma parcela de grandes produtores. Assim é divulgado na imprensa.

Então, eu voto favorável e espero que nós tenhamos êxito. Parabenizo a Senadora Kátia Abreu e o Senador Jader Barbalho, pelo relatório.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Em votação, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não havendo mais quem pretende discutir a matéria, vou encerrar a discussão.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Para os favoráveis, a votação é "sim"?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Os que estão de acordo com o projeto votarão "sim".

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Lamento que meu voto não tenha valido. Sou suplente. Está lá: não valeu o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A presença de V. Exª é sempre válida.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem, Presidente. Podemos fazer a inversão que pedi?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª sempre é atendida nesta Comissão, com todo o prazer da Presidência, que se compõe do Senador Edison Lobão e do Senador Anastasia.

Se todos os Senadores já votaram...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já votamos.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Só um minuto, que o meu não confirmou.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador José Maranhão.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O meu é boicote. Está estragado aqui o...

Eu vou bater a senha completa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª poderá votar aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Vamos lá. Está encerrada a votação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vamos encerrar a votação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Boa. Muito bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Encerrada a votação.

Votaram SIM 16 Senadores.

Nenhum voto contrário. (*Palmas.*)

Se os Srs. Senadores concordarem, podemos repetir a votação do projeto para a emenda, invertendo, portanto, o processo do voto.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo, aplicaremos, portanto, em sentido contrário, o resultado dessa votação para a Emenda nº 1. (*Pausa.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – A emenda foi rejeitada pelo Relator, o voto é "não". É isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É isso. Aprovado o projeto e rejeitada a Emenda nº 1, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – É o destaque?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Foi rejeitada a emenda.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – O destaque é a emenda. Então, o voto é "sim" para quem quer retirar a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não, não. Senador Caiado, o voto foi "sim" para o relatório; o voto "não" para a emenda.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu creio que devemos seguir com o projeto terminativo que tem Relator presente. Enquanto isso, concedo a palavra ao Senador Jader Barbalho, que foi o Relator do projeto anterior.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu exarei um relatório em relação à emenda, rejeitando-a. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É. A Presidência consultou, e a emenda foi rejeitada.

ITEM 8

OFICIO "S" Nº 26, de 2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Terminativo -

Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário n° 239.458, mediante o qual o Plenário declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 1° da Lei nº 10.905 do Município de São Paulo.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução do Senado

Observações:

- Em 02/08/2017, foi lido o relatório e encerrada a discussão;

- Votação nominal.

Em votação o Projeto de Resolução oferecido pelo Relator como conclusão do parecer.

Os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Se o Sr. Presidente me permite.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Relator.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado.

Apenas para lembrar aos eminentes Senadores que se trata tão somente de uma formalidade, já que é aquela tradição de se declarar o acórdão extraordinário do Supremo em constitucionalidade.

A matéria já foi lida, e é mera rotina. E como eu fiquei aqui, eminentes Senadores e Sr. Presidente, dei o quórum e ainda votei favoravelmente ao projeto anterior, eu peço a todos que permaneçam nos próximos, para fazer aqui uma justa contribuição ao voto que dei, com muito carinho, a favor dos agricultores de Minas Gerais, a pedido do Senador Flexa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Marta quer a palavra?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu só quero votar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Está em votação. V. Exª pode votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Esse eu já votei, Senador. Eu quero votar um projeto em que o Relator está presente e a autora também.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pois não, votaremos.

(*Continua em processo de votação.*)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Desculpe, Presidente. Eu entendi que tinha votado, mas não havia registrado.

Agora foi.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Ainda há tempo. V. Exª poderá fazê-lo.

(*Continua em processo de votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Jader, Senador Cássio, todos já votaram?

Encerrada a votação.

14 votos SIM e nenhum voto NÃO.

Portanto, está aprovado o Projeto de Resolução, como conclusão do parecer.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis e regimentais.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 569, de 2015

- Terminativo -

Altera o § VIII do artigo 231 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre a infração de transporte remunerado de pessoas ou bens, e dá outras providências.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- Em 09/08/2017, foi lido o relatório e encerrada a discussão;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- *Votação nominal.*

Indago o Senador Anastasia se deseja usar da palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Só para esclarecer os nobres Pares que é um projeto, como foi lido a vez passada, que agrava o transporte ilegal de pessoas em razão de acidentes acontecidos pelo Brasil afora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação.

Os Srs. Senadores já podem votar.

Os que aprovarem votarão "sim".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Aqui. É o Senador Wilder.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. Pela ordem.) – Depois que nós terminarmos esta votação, Presidente, eu gostaria, se pudesse, de fazer inversão de pauta. Este projeto também está pronto aqui. O autor, Ronaldo Caiado, está aqui, e eu sou o Relator. Queria simplesmente ler o relatório do item 47.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Já há alguns projetos, Senador Wilder, em caráter de inversão, conforme havia sido solicitado anteriormente por alguns Srs. Senadores. Eu consulto o Plenário se, após aqueles que já foram classificados pela ordem, o de V. Exª também será atendido.

Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Se todos já votaram, eu vou encerrar a votação.

Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o meu item. O item da pauta nº 15, de que eu falei, já foi apresentado. É do Senador Ciro Nogueira, e a Senadora Simone até fez algumas ponderações. Ele não faz nenhuma criminalização de adolescente, ele está dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente para incluir um dispositivo da questão processual em relação às questões.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora, nós vamos votar o item 10 e, em seguida, o 15.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Encerrada a votação.

Resultado: SIM, 14 votos; NÃO, nenhum.

O projeto foi, portanto, aprovado.

Item nº 10. Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2016.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Poderia passar – desculpe-me – primeiro o projeto da Senadora Marta? Ela vai ler. Ela também havia pedido. Não tem problema. Não posso ficar para os dois, mas pelo menos haveria a leitura do parecer da Senadora Marta, e, depois, nós votamos o das tornozeleiras na semana que vem.

Obrigada.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Desculpem-me. O parecer é do Senador Jader. A relatoria é dele, eu sou a autora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Trata-se do item nº 49, de autoria da Senadora Marta Suplicy; o Relator é o Senador Jader Barbalho.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, eu tenho um parecer que é do item 1.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É verdade.

Em seguida, eu concederei a palavra a V. Exª, seja porque se trata do item 1, seja ainda porque se trata do Dr. Bandeira – faremos com todo o prazer –, mas, depois, eu farei também uma proposta aqui. Eu e o Senador Antonio Anastasia haveremos de fazer uma proposta talvez contra o pedido de inversão de pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 658, de 2011

- Terminativo -

Reconhece os direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade de transexuais.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Relatoria: Senador Jader Barbalho

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Jader Barbalho, para proferir o relatório.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em se tratando de um projeto da maior importância apresentado pela Senadora Marta Suplicy, que reconhece direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade de transexuais, em homenagem à importância desse projeto, eu pedi permissão ao Presidente para relatá-lo da mesa.

É um projeto histórico a proposta da Senadora Marta Suplicy. E vou direto à análise.

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea "d", do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos, bem como, no mérito, sobre as matérias de competência da União e, nesta hipótese, notadamente sobre Direito civil e registros públicos.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLS nº 658, de 2011, tendo em vista que: I) compete privativamente à União legislar sobre Direito Civil e registros públicos, a teor do disposto no art. 22, incisos I e XXV, da Constituição Federal; II) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União; III) os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e IV) não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, porquanto: I) possui o atributo da generalidade; II) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; III) afigura-se dotado de potencial coercitividade; IV) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; e V) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado.

Quanto ao mérito, o PLS nº 658, de 2011, revela-se digno de louvor, pois, como bem consignado no parecer da Comissão de Direitos Humanos, trata-se de medida humanitária e extremamente justa com os transexuais, segmento da população que ainda não conta com o suporte político necessário a garantir o direito de pleitear a alteração dos registros pessoais a quem se sente como se tivesse nascido no corpo errado e não se identifica com o sexo e com o nome que lhe foram atribuídos ao nascer e que, ainda por cima, costuma ser cruelmente ridicularizado em razão dessa dissonância.

Merece destaque a problemática apontada pela autora da proposição em análise relativamente ao óbice que os transexuais vêm encontrando no próprio Código Civil, notadamente no seu art. 13, que vem sendo reiteradamente invocado com o objetivo de negar provimento aos pedidos de autorização para a realização de cirurgias de adequação.

Percebe-se, assim, a importância de regular, no nosso ordenamento jurídico, o direito à identidade de gênero, evitando, assim, que pedidos de autorização judicial para intervenções cirúrgicas sejam negados com base na impossibilidade jurídica, em face da falta de amparo legal explícito.

Também é preciso salientar que a proposição em análise encontra forte amparo no valor constitucional supremo da dignidade da pessoa humana, assegurando que todo o ordenamento se volte a possibilitar o desenvolvimento integral da pessoa.

No tocante à emenda substitutiva da Comissão de Direitos Humanos, estamos de pleno acordo com as modificações sugeridas, que mais se voltam à forma, sem desfigurar a substância da proposição original, adequando-a aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, particularmente no que tange ao disposto no inciso IV do seu art. 7º, de maneira que a regulação proposta no projeto em análise não constitua legislação extravagante, em face da existência da Lei de Registros Públicos, e também possa integrar-se ao próprio Código Civil, tendo em vista que o assunto de que trata o projeto de lei em tela está diretamente relacionado aos direitos da personalidade.

Meu voto, Sr. Presidente.

Com muita honra, meus cumprimentos à autora, a Senadora Marta Suplicy. Eu considero um privilégio histórico ter tido a oportunidade de exarar este parecer.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 658, de 2011, na forma da Emenda nº 1, Substitutivo da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É o meu relatório e o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra a Senadora Marta Suplicy, autora do projeto.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria de agradecer esse voto, um voto consciente, brilhante. E V. Exª coloca muito bem: é um voto histórico. É histórico, porque, durante anos, décadas, sempre, aliás, os transgêneros não foram nem entendidos em como era sua situação. Como esse projeto é de 2011, da minha autoria, nós ainda o colocávamos como um transtorno ou uma doença. Hoje não é mais assim. É um projeto muito antigo.

E fico muito feliz com a compreensão do Senador Jader Barbalho e com a capacidade que teve de conversar, de ouvir e de tomar essa atitude, com um relatório tão simples, tão claro, com as referências que fez.

Muito obrigada.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, eu queria me congratular também com a nobre Senadora Marta Suplicy, que é autora desse projeto.

É um projeto que, a meu ver, representa um avanço extraordinário na compreensão de temas que são tão presentes hoje na cidadania e que é muito coerente com a trajetória da Senadora, que tem estado sempre na linha de frente da defesa dos avanços, sobretudo na perspectiva dos direitos civis e emancipatórios como esse projeto contempla.

Quero me congratular também com o nobre Senador Jader Barbalho, que, com sua inteligência e competência, valoriza esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, já não temos agora quórum robusto e suficiente para a votação dessa matéria. Faremos, então, a discussão do projeto na próxima reunião. A discussão fica para a próxima reunião.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria de dizer que essa discussão, em outros projetos, é encerrada. Há algum motivo especial por que essa não está sendo encerrada agora e só fica para a votação?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não, Senadora.

De fato, nós encerraremos...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – A discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... a discussão. Em questões dessa natureza, não. Todavia, em razão da presença de V. Exª, das instâncias do Relator e dos demais Senadores presentes, vamos considerar, portanto, discutida ou até encerrada a discussão.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item nº 1.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Já ouvirei V. Exª.

ITEM 1

OFICIO "S" Nº 58, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada ao Senado Federal.

Autoria: Vicentinho Alves e outros

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pronto para deliberação.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado, esta Presidência comunica às Srªs e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridades desta Comissão será feito em duas etapas. Na primeira, o Relator apresentará seu relatório, com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado. Após a apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente. Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão. Em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, submete-se a esta Casa a indicação, pelos líderes do Partido da República, do Governo, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, do Partido Progressista, do Partido da Social Democracia Brasileira, do Partido Social Democrático, do Partido Trabalhista Brasileiro, do Partido do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Trabalhadores e da Rede Sustentabilidade, do Senhor Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada ao Senado Federal, nos termos do inciso VI do art. 130-A, da Constituição Federal e da Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005.

Na forma da Lei Maior, os membros daquele Conselho, a quem cabe o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Ademais, estabelece o art. 6º da já referida resolução que a indicação do candidato à vaga do CNMP, cuja escolha é do Senado Federal, será feita pelas lideranças da Casa à Mesa, não podendo contemplar membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou, ainda, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Ainda em conformidade com o dispositivo, essa indicação será submetida a esta Comissão e ao Plenário, dando-se por aprovada, nesse último caso, se houver maioria absoluta de votos.

Compete a esta Comissão, de acordo com a resolução já referida, proceder à sabatina do indicado.

O Sr. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho nasceu em Recife, no Estado de Pernambuco, e graduou-se em Direito pela Universidade Federal daquele Estado no ano de 2002.

Na mesma instituição, recebeu o título de Mestre em Direito, em 2004, com a dissertação *Novos Mecanismos de Prevenção à Corrupção em Licitações Públicas*.

Ainda no tocante à formação acadêmica, o indicado tem especialização em Aspectos Jurídicos e Econômicos da Corrupção, pela Universidade de Salamanca, na Espanha, concluída em 2007, e cursa doutorado no mesmo programa daquela instituição.

Consultor Legislativo desta Casa desde 2004, exerceu no Senado Federal as funções de Consultor-Geral Adjunto de 2007 a 2008; Advogado-Geral, de 2008 a 2011; Chefe de Gabinete do Presidente, de 2013 a 2014; e Diretor-Geral, de 2014 a 2015. Desde 2014, é Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal.

Além disso, S. Sª exerceu o cargo de Consultor Jurídico do Ministério da Previdência Social, de 2011 a 2013, e atua, desde 2002, como advogado nas áreas de Direito Administrativo e Constitucional.

No tocante ao trabalho acadêmico, ministrou aulas em cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito, nas especialidades de Direito Administrativo e Eleitoral e Teoria Geral do Direito, na Universidade Federal de Pernambuco; na Faculdade dos Guararapes, 2004; no Centro Universitário do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Planalto Central, em 2005; na Universidade de Brasília, de 2004 a 2006; e no Instituto Legislativo Brasileiro, de 2007 a 2016.

Registre-se, ainda, que o ilustre servidor tem diversos artigos publicados em sua área de atuação, além de ter-se dedicado à orientação de inúmeros outros trabalhos acadêmicos.

Finalmente, cabe informar que o indicado apresentou as declarações exigidas pelo art. 5º da Resolução nº 7, de 2005.

Na mesma direção, apresentou argumentação escrita, de forma sucinta, em que afirmou ter experiência profissional, formação técnica adequada, afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Encontram-se, assim, Sr. Presidente, atendidas todas as exigências regimentais para a instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores integrantes da Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Era esse, Sr. Presidente, o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, vou encerrar a discussão.

Esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e votação.

Item 47, último item da pauta:

ITEM 47

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 65, de 2015

- Não terminativo -

Altera o art. 21 da Constituição Federal, transferindo para a União a exploração dos serviços de transporte rodoviário de passageiros entre os municípios do Entorno do Distrito Federal e Brasília.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado e outros

Relatoria: Senador Wilder Morais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatório: Favorável à Proposta

Concedo a palavra ao Senador Wilder, para proferir o relatório, sucintamente.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Vem à deliberação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, a Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2015, do Senador Ronaldo Caiado e outros, que "altera o art. 21 da Constituição Federal, transferindo para a União a exploração dos serviços de transporte rodoviário de passageiros entre os Municípios do Entorno do Distrito Federal e Brasília.

A PEC nº 65, de 2015, é composta de dois artigos.

O art. 1º prevê o acréscimo da alínea "Governo" ao inciso XII do art. 21 da Constituição Federal, com o intuito de transferir à União a exploração dos serviços de transporte rodoviário de passageiros entre os Municípios do Entorno do Distrito Federal e Brasília.

O art. 2º estabelece que a Emenda Constitucional que resultar da aprovação da presente PEC entrará em vigor na data de sua publicação.

A justificação realça a péssima qualidade dos serviços de transporte hoje prestados, e aponta como o mais sensato para o caso a assunção da prestação dos serviços pela União, inclusive a implantação e operação do sistema.

O projeto não recebeu emendas e foi distribuído somente a esta Comissão.

Análise.

Nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, é competência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

A iniciativa em exame está subscrita pelo mínimo de um terço dos membros do Senado Federal, de acordo com a disposição do art. 60, I, da Constituição Federal.

Não se verificam, ademais, conflitos com as cláusulas pétreas da Constituição, arroladas no art. 60, §4º, nem a ocorrência dos impeditivos constantes dos seus §§ 1º e 5º, quais sejam: a vigência de intervenção federal, estado de emergência ou de sítio e a existência de proposta materialmente idêntica que tenha sido rejeitada ou tida prejudicada na mesma sessão legislativa. Não foi invadida a competência legislativa de outros entes federados ou dos demais Poderes da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A técnica legislativa adotada na proposição observou os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, devemos observar que o mérito da proposta é inatacável. Ela traz para a União, ente federativo com mais capacidade para gerenciar a questão do transporte público entre Brasília e as cidades do seu entorno, a incumbência de explorar o sistema de transporte da região, a fim de permitir que se possa melhorar os precaríssimos níveis de serviço hoje experimentados pela população do Entorno de nossa Capital Federal.

Voto.

Pelo exposto, votamos pela admissibilidade e, no mérito, pela aprovação da PEC nº 65, de 2015.

Era esse o meu relatório, Presidente.

Quero também parabenizar o autor, o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório, favorável à proposta.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, à proposta.

A matéria vai a plenário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu queria fazer um pedido para ler o relatório do item 46. Uma leitura rápida. É um projeto da Senadora Fátima Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Consulto o Plenário.

Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Srs. Senadores e Srªs Senadoras, esta Comissão aprovou, em 12/07/2017, o Requerimento nº 71, de 2017, desta Comissão, de autoria da Presidência e da própria Comissão, que trata da avaliação, da implementação e dos resultados alcançados pela Política Nacional de Segurança Pública, para o qual foi designado Relator o Senador Wilder Morais e Relator-Revisor o Senador Roberto Rocha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Senador Wilder apresentou o plano de trabalho desta Comissão, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senhores que concordam com o plano de trabalho permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o plano.

ITEM 46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, de 2015

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional do Livro e regulação de preços.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Favorável ao Projeto com dezesseis emendas que apresenta

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Lindbergh Farias para proferir o seu relatório.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Como Relator.) – Sr. Presidente, vou fazer uma leitura rápida, porque a discussão de mérito nós vamos ter também, depois, na CAE e na Comissão de Educação e Cultura.

Aqui, eu analisei apenas os aspectos ligados à constitucionalidade, e eu vou fazer um resumo aqui.

O projeto da Senadora Fátima Bezerra institui a Política Nacional do Livro, fixando critérios para o preço dos livros em todos os formatos.

O PLS tem por objetivo instituir a política nacional de fixação de preço do livro em todos os seus formatos, de modo a fomentar a produção intelectual nacional e a facilitação ao acesso da cultura impressa ou digital neste País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sr. Presidente, diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei de Senado nº 49 de 2015, com 16 emendas.

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório favorável ao projeto com 16 emendas.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, ao projeto e às Emendas nº 1 a 16, da CCJ.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado a V. Exª.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia vinte e dois de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a **Presidência da Senadora Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Marta Suplicy, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ângela Portela, Paulo Paim, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Jorge Viana, José Pimentel, Flexa Ribeiro, José Agripino, José Medeiros, Roberto Muniz, Cristovam Buarque, Romário, Pedro Chaves e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, José Maranhão, Raimundo Lira, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Maria do Carmo Alves, Ciro Nogueira, Lídice da Mata, Wellington Fagundes e Eduardo Lopes. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever provas práticas nos processos seletivos de professores da educação básica pública e promover a criação de incentivos à permanência dos professores na mesma escola ao longo da carreira." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências, para inserir dispositivos que tratam da destinação de equipamentos de informática abandonados, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento para as escolas públicas federais, estaduais ou municipais." **Autoria:** Deputado Weliton Prado. **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** 1- Vota vencida a Senadora Marta Suplicy, contrária ao Projeto. 2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências", para tornar as seleções esportivas do País integrantes do patrimônio cultural brasileiro." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório, e adiada a discussão e a votação. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2017 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a Semana Nacional de Valorização da Vida." **Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2009 - Terminativo -** que: "Institui as condições mínimas nacionais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

para a construção, adequação e equipamento pedagógico de estabelecimentos escolares de educação básica." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Ciclista." **Autoria:** Deputado Lúcio Dutra Vale. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada, por iniciativa do Senador Cristovam Buarque, a apresentação do Requerimento nº 43, de 2017-CE, de urgência para a matéria. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 689, de 2015 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Inovação Tecnológica." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 389, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriados." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais do desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, a fim de vedar a outorga do título de patrono para pessoas vivas." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Maria do Carmo Alves (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 746, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, para dispor sobre o Relatório de Avaliação do Plano e sobre os resultados da avaliação da educação básica." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional e Avaliação da Educação Superior (SINAES), para incluir a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 737, de 2015 - Terminativo -** que: "Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 321, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.395, 31 de outubro de 1985, que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências, para determinar que as instituições de ensino incentivem os alunos a promoverem a organização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

de Centros Acadêmicos e afins." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, de 2016 - Terminativo -** que: "Denomina Rodovia Agrimensor Ramis Bucair trecho da BR-174." **Autoria:** Senador Cidinho Santos. **Relatoria:** Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Institui no calendário oficial brasileiro o dia 26 de junho como a Data do Reconhecimento do Município de Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo, como Pioneiro da Imigração Italiana no Brasil." **Autoria:** Deputado Sergio Vidigal. **Relatoria:** Sen. Magno Malta. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 29 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para instrução do Projeto de Lei do Senado Nº 124, de 2016, que altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional e Avaliação da Educação Superior (SINAES), para incluir a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 33 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de realizar o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE 2018. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); 2. Andréa Barbosa Gouveia – Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); 3.Daniel Cara – Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE); 4.Helena Nader – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC);5.Marianna Dias – Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); 6.Gilson Luiz Reis – Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE)." **Autoria:** Senadora Regina Sousa. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 35 de 2017** que: "Requeiro, de acordo com o disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública a ser realizada por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, aprovada nos termos do Requerimento nº 22, de 2017-CE, de autoria da senadora Lídice da Mata, destinada a debater os impactos da Reforma da Previdência na Educação brasileira, com os convidados constantes do mesmo, que também sejam convidados o Senhor Gilson Reis, Coordenador-Geral da CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino; e a Senhora Léia Oliveira, da Coordenação-Geral da Fasubra – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 36 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, para o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE 2018, com a presença dos representantes das seguintes entidades: ANFOPE – Associação Nacional de Formação dos Profissionais da Educação; ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação; ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação; CNDE – Campanha Nacional pelo Direito à Educação; CUT – Central Única dos Trabalhadores; CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade; CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino; CONIF – Conselho Nacional dos Institutos Federais de Educação; FASUBRA – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil; FEJA – Fóruns de Educação de Jovens e Adultos; FORUMDIR – Fórum Nacional de de Diretores de Faculdades/Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras; MIEIB – Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil; MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra; PROIFES – Federação dos Professores dos Institutos Federais de Ensino Superior; SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; UNE – União Nacional dos Estudantes; UBM - União Brasileira de Mulheres." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 38 de 2017** que: "Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 64/2016-CE, aprovado por esta Comissão no dia 01 de novembro de 2016, a confirmação do rol de convidados para participar de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara n. 130, de 2009, que trata do "controle de frequência e aplicação de avaliações para alunos impossibilitados por motivo de liberdade religiosa e de crença religiosa". Por oportuno, sugerimos sejam convidados a expor seus pontos de vista sobre o assunto os seguintes representantes: Helio Carnassale – Igreja Adventista do Sétimo Dia; Representante do Estado-Maior do Exército; Presidente da Confederação Israelita do Brasil; Representante a ser indicado pela Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior – ABMES; Representante do Conselho Nacional de Educação – CNE a ser indicado; Dr. Fernando Mariano da Silva, consultor legislativo do Senado Federal; Sra. Amábile Pácios, representante da Federação Nacional das Escolas Particulares – FENEP; Representante da entidade Todos pela Educação." **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Resultado:** Adiado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 39 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Cultura, Sérgio Sá Leitão, com o objetivo de apresentar-se a este Colegiado na qualidade de titular da pasta, debater a situação das políticas públicas culturais, expor as diretrizes e os programas prioritários do Ministério, bem como apontar eventuais medidas que pretenda aplicar ou introduzir sob sua gestão." **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 41 de 2017** que: "Requeiro, nos termos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para debater sobre o tema "Base Nacional Comum Curricular: desafios para implementação e o combate às desigualdades educacionais", com a presença dos seguintes convidados: José Francisco Soares – Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE); José Francisco de Almeida Pacheco – Especialista em Educação; André Stábile – Ex-Secretário Municipal de Educação de São Caetano do Sul/SP; Mozart Neves Ramos – Diretor do Instituto Ayrton Senna; Cleuza Rodrigues Repulho – Especialista em Educação; Guiomar Namo de Mello – Consultora em Projetos Educacionais; Teresa Cozetti Pontual – Diretora de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação básica do Ministério da Educação." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 43 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 336, II e do art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para apreciação do PLC Nº 76/2017 - Institui o Dia Nacional do Ciclista." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/22

(*Texto com revisão.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes!

Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 22.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, DE 2017
- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional do Ciclista.
Autoria: Deputado Lúcio Dutra Vale
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para proferir o relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Como Relator.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o autor do projeto, Deputado Lúcio Vale, justifica a ideia dizendo que o projeto visa a aprimorar e criar novas oportunidades para promover a educação para a paz no trânsito, além de promover o uso da bicicleta, a cidadania e a mobilidade sustentável e plural. Ele esclarece que a data escolhida foi o dia da morte do jovem ciclista Pedro Davison, atropelado por um motorista embriagado, em Brasília, no ano de 2006.

Tanto a ideia como a escolha do dia, em homenagem ao nosso brasiliense Pedro, levaram-me, permitam-me, a elaborar um parecer totalmente favorável. Sou a favor porque se trata de promover, em toda a sociedade brasileira, o sentimento da importância deste simples meio de transporte, meio de vida, meio cultural, prática esportiva genial, que é a bicicleta.

Creio que, ao trazer a ideia de haver um dia para lembrar isso, não apenas homenageamos o Pedro por sua morte naquelas condições, não apenas denunciamos o crime cometido, que, todos os dias, acontece com centenas de outros ciclistas, como também promovemos uma atividade que é mais do que uma mobilidade, é uma cultura.

Quanto à constitucionalidade, não há dúvidas de que está comprovada. Quanto à juridicidade, o projeto atende à Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010. Quanto à regimentalidade e à técnica legislativa do projeto, não há reparos a fazer.

No mérito, como eu já disse, o projeto merece aprovação. Os próprios autores relembram que as datas comemorativas visam a promover nossa cultura, por meio do resgate de nossa memória, da afirmação de nossa cidadania e da valorização da identidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

brasileira. Além disso, o dia 19 de agosto já é amplamente reconhecido e adotado pela sociedade como o dia do ciclista, conforme se verifica pelas notícias referentes à data.

O dia, Srª Presidente, vai coincidir com o Dia do Historiador – foi uma lei de minha autoria –, comemorado em alusão ao dia do aniversário de Joaquim Nabuco, grande estadista brasileiro.

A instituição oficial da data, por lei federal, não poderá trazer de volta o saudoso jovem biólogo Pedro Davison e outras vítimas da violência no trânsito brasileiro, mas certamente servirá para conscientizar a sociedade da necessidade de harmonia e convivência pacífica entre todos, além de contribuir para a democratização do uso da bicicleta em nosso País, tudo em prol da construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Por isso, ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 76 de 2017, vindo da Câmara Federal.

Caso seja aprovado, eu gostaria de solicita urgência para a votação no plenário.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Em votação o regime de urgência, requerido pelo Senador Cristovam.

Solicitaria a V. Exª que fizesse a justificativa do requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Para encaminhar.) – A justificativa, Srª Presidente, é no sentido de que já faz muito tempo que nós temos a necessidade de comemorar esse dia, também porque considero – e muitos com quem tenho conversado – que, ao ser aprovado esse dia, nós teremos um salto na consciência e, finalmente, porque temo que termine ficando esse projeto para as calendas, como se diz, demorando muito. Além do mais, vamos ter eleições e sabemos que, depois das eleições, até projetos já aprovados podem ir para o arquivo, dependendo da eleição ou não dos seus autores, relatores etc.

Então, eu creio que seria um bom gesto aprovarmos isso rapidamente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em votação o requerimento para o regime de urgência.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o regime de urgência.

A matéria vai à Mesa.

ITEM 22
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 39, DE 2017
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Cultura, Sérgio Sá Leitão, com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

objetivo de apresentar-se a este Colegiado, na qualidade de titular da pasta, para debater a situação das políticas públicas culturais, expor as diretrizes e os programas prioritários do Ministério, bem como apontar eventuais medidas que pretenda aplicar ou introduzir sob sua gestão.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Pela ordem.) – Srª Presidente, eu sei, pela minha frequência a esta Comissão, que a senhora mesmo e outros Senadores não gostam de incluir itens extrapauta, especialmente requerimentos de realização de audiência. Contudo, há uma que nós estamos pensando para setembro, quando pretendemos abordar um tema que lhe interessa muito: "Base Nacional Comum Curricular: desafios para a implementação e o combate às desigualdades educacionais".

Então, eu gostaria de solicitar a inclusão extrapauta deste meu requerimento para a realização desta audiência sobre a Base Nacional Comum Curricular, ainda porque, se adiarmos muito, perde-se a oportunidade de fazermos esta audiência.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Diante da importância e da atualidade do tema, acredito que esta Comissão precisa realmente tomar as providências no sentido de debatê-lo.

Cumprimento o Senador Cristovam pela iniciativa e vou colocar o requerimento em votação.

EXTRAPAUTA
ITEM 23
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 41, DE 2017

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para debater sobre o tema "Base Nacional Comum Curricular: desafios para implementação e o combate às desigualdades educacionais", com a presença dos seguintes convidados: José Francisco Soares – Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE); José Francisco de Almeida Pacheco – Especialista em Educação; André Stábile – Ex-Secretário Municipal de Educação de São Caetano do Sul/SP; Mozart Neves Ramos – Diretor do Instituto Ayrton Senna; Cleuza Rodrigues Repulho – Especialista em Educação; Guiomar Namo de Mello – Consultora em Projetos Educacionais; Teresa Cozetti Pontual – Diretora de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação básica do Ministério da Educação.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Creio que vai ser uma audiência marcante pelo tema e também pelos nomes que conseguimos atrair para esse dia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senador Cristovam, eu gostaria também de aproveitar esta oportunidade e sugerir, obviamente com o apoio desta Comissão, que façamos aqui um movimento, convidando o Presidente do Senado Federal, para que façamos um lançamento efetivo de combate ao trabalho infantil. Tivemos aquela audiência pública com o Prêmio Nobel da Paz. Ele veio aqui solicitar que o Congresso pudesse tomar a iniciativa de fortalecer esse combate. No entanto, não demos prosseguimento a isso.

Conversando com o Presidente do Senado, eu disse a ele que o ideal seria que a Presidência tomasse a iniciativa de fazer uma solenidade mais ampla, convidando as pessoas que estejam ligadas ao problema, e que fizéssemos um lançamento efetivo, convocando a sociedade brasileira para fazer um esforço, no sentido de estimular e prosseguir esse trabalho, que, de certa forma, amorteceu. Com a crise, naturalmente, essa questão se evidenciou de forma muito mais forte.

Então, eu pediria a V. Exª que opinasse sobre este assunto: se poderíamos formar aqui uma comissão, para que pudéssemos ir à Presidência do Senado, a fim de fazer uma movimentação nesse sentido.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senadora, considero a sua iniciativa extremamente importante. Ninguém melhor aqui do que a senhora, pelo seu trabalho no Peti, muitos anos atrás, que foi um marco na luta brasileira contra o trabalho infantil. Aquela marca ficou.

Mas a luta contra o trabalho infantil, como muitas coisas, nunca está ganha. A cada momento, ele pode voltar. Como disse Carlos Lacerda, é preciso haver uma eterna vigilância para manter as conquistas que adquirimos, graças à senhora, inclusive, no tempo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Coloco-me inteiramente à sua disposição e creio que o Presidente Eunício terá todas as razões para trazer esse tema, como algo do Senado. Precisamos somente definir o que vamos pedir a ele: seria uma grande sessão, por exemplo, sobre o assunto, colocando o trabalho infantil como tema dos grandes debates que ele tem feito? O que fazer?

V. Exª pode contar comigo. Considero absolutamente necessário despertarmos esse assunto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Quanto à discussão, Senador Cristovam, acredito que, primeiro, temos de fazer, aqui na Comissão, uma avaliação do projeto.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que hoje se encontra no Ministério do Desenvolvimento Social, foi inteiramente desvirtuado dos seus princípios. Sei que V. Exª advoga a ideia de que a bolsa esteja na educação. Embora a bolsa tenha sido absorvida pelo Bolsa Família, acho que isso foi uma distorção total do projeto, porque o objetivo do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é, exatamente, colocar a criança na escola, fazer com que ela permaneça na escola e com que ela tenha sucesso na escola, e os objetivos do Bolsa Família são outros. É um programa mais emergencial que trata, principalmente, da área de nutrição.

Eu acho que resgatar o trabalho infantil para a educação seria o grande desafio que nós teríamos de propor, na minha visão, porque, do jeito que está conduzido o projeto no desenvolvimento social, eu acredito que é para acabar mesmo com o projeto, porque ele foi absorvido no conjunto de ações do desenvolvimento social, sendo que o seu objetivo não é esse; o seu objetivo está muito mais vinculado à educação. Assim como a gente conseguiu universalizar a questão da educação infantil, levando-a para a educação, para a creche principalmente, eu acho que temos de trabalhar na mesma direção em relação ao trabalho infantil. Não sei o que V. Exª pensa em relação a esse assunto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Estou totalmente de acordo.

Creio que, quando se transformou o Bolsa Escola em Bolsa Família, houve dois pontos positivos: a ampliação no número de beneficiários e a gestão. Do ponto de vista, digamos, neoliberal, de querer uma gestão eficiente – também defendo gestão eficiente –, foi correto juntar todos os programas que existiam, mas, do ponto de vista social, revolucionário, educativo, foi um desastre completo, porque, ao mudar Bolsa Escola para Bolsa Família, cometeram-se três grandes equívocos. O primeiro foi tirar a palavra "escola" do nome. Isso é um erro. Os neurolinguistas dizem, Senador, que, quando a mãe recebe Bolsa Escola, ela pensa: "Eu recebo esse dinheiro, porque o meu filho vai à escola." Quando ela recebe Bolsa Família, ela pensa: "Eu recebo esse dinheiro, porque a minha família é pobre." Muda a consciência da razão do dinheiro. O segundo foi tirar do Ministério da Educação e colocar no Ministério da assistência social – mesmo que se chame Ministério do Desenvolvimento Social, ele é da assistência. Esse foi um erro. E, terceiro, misturaram todos os programas que existiam. Então, antes, recebia a mãe que tinha filho na escola; agora, recebe também o velhinho, recebe também um portador de deficiência, recebem casais pobres sem filhos. É bom que esses recebam, mas isso não é bom sob o conceito de que estamos educando as crianças. Misturou, misturou tudo! Foi um erro.

O Presidente Lula cometeu esses três graves erros ao transformar o Programa Bolsa Escola em Bolsa Família. Está na hora de percebermos isso, e uma das maneiras é esse programa, que tem, por finalidade, ajudar as famílias a educarem seus filhos e a não deixarem que eles trabalhem no lugar de estudar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Item 2 da pauta.

Agradeço, Senador Cristovam, as sugestões. Vamos trabalhar para efetivar isso.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, DE 2015
- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências, para inserir dispositivos que tratam da destinação de equipamentos de informática abandonados, entregues

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento para as escolas públicas federais, estaduais ou municipais.

Autoria: Deputado Weliton Prado
Relatoria: Senadora Regina Sousa
Relatório: favorável ao Projeto.
Observação: *matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.*

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa para proferir o seu relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Srª Presidenta, Srs. Senadores, faço a leitura do relatório.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 123, de 2015 (Projeto de Lei nº 181, de 2011, na Casa de origem), do Deputado Weliton Prado, que altera o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências, para inserir dispositivos que tratam da destinação de equipamentos de informática abandonados, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento para as escolas públicas federais, estaduais ou municipais.

O art. 1º da proposição acrescenta os §§9º-A, 9º-B e 9º-C ao art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para determinar e prever que a destinação de mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de perda ou perdimento, no caso de materiais ou equipamentos de informática, deverá ser realizada por meio de incorporação ao patrimônio de estabelecimentos de ensino da rede pública federal (§9º-A).

Essa incorporação dependerá de pedido do estabelecimento de ensino interessado, apresentado após divulgação, na internet, por um período mínimo de 15 dias úteis, da lista de mercadorias disponíveis (§9º-B).

Além disso, decorrido o prazo, caso não haja interessados, a destinação poderá ser feita por meio das formas elencadas nos incisos I a IV do *caput* do art. 29: alienação, incorporação ao patrimônio de órgão da Administração Pública, destruição ou inutilização (§9º-C).

O art. 2º traz a cláusula de vigência, que deverá ser imediata.

O PLC 123, de 2015, foi encaminhado à CE e à Comissão de Assuntos Econômicos.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

O PLC 123, de 2015, envolve matéria de natureza educacional e está, portanto, sujeito ao exame da CE, conforme disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

Não há reparos a fazer quanto à constitucionalidade ou à juridicidade da proposição, que foi redigida em consonância com a técnica legislativa estabelecida pela Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Sob o ponto de vista educacional, o projeto em tela é bastante oportuno, pois contribui para atender a uma das mais amplas necessidades da educação brasileira, que é a de harmonizar as práticas pedagógicas às demandas da contemporaneidade. Em outras palavras, é preciso oferecer aos estudantes recursos que lhes permitam acessar informações e desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes para atuar na sociedade e no mercado de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ainda que exista essa necessidade, a infraestrutura dos estabelecimentos públicos de educação, particularmente na educação básica, é precária e insuficiente. Segundo o Censo Escolar de 2015, apenas 4,5% dos estabelecimentos de educação básica contam com infraestrutura completa, que inclui acesso à energia elétrica, água tratada, condições sanitárias adequadas, quadra poliesportiva, laboratório de ciências, biblioteca e internet banda larga. No ensino fundamental, menos da metade dos estabelecimentos de ensino dispunham de laboratório de informática em 2014. É importante lembrar ainda que as escolas com piores índices de adequação de infraestrutura estão exatamente nos locais mais vulneráveis, o que perpetua a desigualdade, pois a escola deixa de ser espaço para o acesso a equipamentos culturais imprescindíveis à plena inclusão das pessoas.

Diante disso, é louvável priorizar as escolas públicas federais, estaduais e municipais na incorporação de materiais ou equipamentos de informática que tenham sido abandonados, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento. Dá-se, dessa forma, destinação adequada a esses objetos e se contribui de alguma forma para minorar a situação difícil encontrada em escolas de todo o País.

Afinal, se é verdade que a mera presença de um computador não é suficiente para oferecer ao estudante a chance de dar saltos qualitativos em seu processo de aprendizagem, é inegável também que professores e alunos, utilizando os recursos didáticos adequados, dentre os quais certamente estão os equipamentos de informática, podem construir conhecimento significativo, alavanca fundamental para a vivência digna da experiência humana e para a promoção do desenvolvimento sustentável do País.

Voto.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2015.

É o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em discussão a matéria.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Para discutir.) – Srª Presidente, alguns setores da educação me procuraram, mostrando preocupação de como será feita essa transferência. Eu creio que, sim, faltam alguns detalhes, mas eu defendo que se aprove e que, em outra comissão, tentemos melhorar o projeto.

De qualquer maneira, esse projeto traz algumas lembranças. Primeiro, a educação brasileira está recebendo equipamentos que provavelmente são ruins, atrasados, superados, alguns até quebrados. Isso é lamentável. Na verdade, a educação devia doar equipamentos obsoletos para a Receita, e não receber esses equipamentos, embora eles não sejam do quadro, digamos, do corpo da Receita.

Eu estive, há pouco, num evento de funcionários da Justiça em que eles estavam doando computadores que já não eram usados mais lá, e eu disse a eles que sonhava em que um dia a Justiça recebesse os computadores velhos das escolas. Isso vai demorar muito. Como vai demorar, então que recebamos esses equipamentos, até porque alguns são bons, alguns foram pegos no processo de fiscalização. Então, não é ruim, o projeto é bom, mas é lamentável que a gente precise disso achando bom, porque estamos tão atrasados. Quando se está muito atrasado, uma coisa atrasada termina sendo boa também.

E os detalhes de como fazer, para não aumentar muito os custos das escolas, de como vão receber, de como vão selecionar, de o que é que vão jogar fora, de o que é que eles vão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

guardar, de o que é que vão melhorar... Como é que se joga fora? É difícil jogar fora um equipamento que cai na rede pública, senão parece que sumiu, que foi roubado. Então, esses detalhes, eu sugiro que discutamos em outras comissões, mas que aprovemos o projeto, porque acho que, na sua essência, é positivo.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Peço a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra a Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Para discutir.) – Eu tenho dúvidas. Compartilho, em parte, do que o Senador Cristovam falou, mas também existem vários pontos que podem complicar mais do que ajudar. Primeiro, as escolas os receberão. Mas que escolas os receberão? Depois, a maior parte desses equipamentos – a maior parte, não, mas um grande número – é de equipamentos que não servem mais, o que também ajudaria a não se providenciarem, com a rapidez necessária, equipamentos dignos, como o Senador Cristovam mencionou.

Por último, li aqui uma ressalva que achei interessante: as instituições de ensino já estão aptas hoje a solicitar e receber mercadorias apreendidas, inclusive outros bens que não material de informática, a exemplo de eletrônicos, material de escritório e veículos. Para isso, basta efetuar solicitação formal à Receita Federal, com a observância de instruções sistematicamente normatizadas, e publicar no sítio desta.

Por oportuno, vale lembrar que há total transparência e publicidade acerca dessas destinações desde o ano 2000. Todos os atos de incorporação e doação de mercadorias encontram-se publicados no sítio da Receita, na internet, com os respectivos valores. Então, a partir dos valores, a instituição pode saber se é alguma coisa que não vai adiantar nada ou se simplesmente está adiantando um pedaço. Sei lá! Pode fazer uma avaliação, para não receber um trambolho na escola. Esse trambolho vai servir para quê?

Há todas as informações dos beneficiários para quem a Receita geralmente doa, o resumo dos bens doados. Pode-se constatar que inúmeras instituições de ensino das três esferas de Governo em todo o Território nacional já vêm sendo contempladas com essa destinação das mercadorias apreendidas.

Acho que essa é a questão mais forte para eu não votar a favor desse projeto, mas há mais uma, que eu não acho tão forte. É uma questão com que fico até um pouco constrangida, de fato. Mas achei isto interessante para a gente poder dividir. É que o principal objetivo da administração de mercadorias apreendidas é o atendimento à necessidade de se promover o rápido esvaziamento dos depósitos, de sorte a permitir que não falte espaço físico para armazenar materiais provenientes de novas apreensões levadas a efeito pela fiscalização. Verifica-se, pois, que não quis a Lei Maior estabelecer critérios rígidos e restritivos para a destinação, porque, se assim o fizesse, acabaria por inviabilizar a administração das mercadorias apreendidas e, como consequência, o combate eficaz às práticas do ingresso e comercialização ilegais de produtos de procedência estrangeira no País, o que causa grande mal à economia nacional.

Então, isso procede, porque eles têm os galpões onde eles depositam isso. De repente, eles queimam, ou as instituições interessadas pedem para se apropriar daquilo. No momento em que eles têm de distribuir, na prática, isso fica meio confuso, porque até saber o que vai para onde, que instituição à qual vai ser ofertada aquilo pela lei... Então, ele vai ter de ter já as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

instituições. Mande buscar, porque a Receita não vai pagar, mandá-la entregar. Eu acho que vai ser complicado.

Então, eu acho que esse projeto vai ter meu voto "não".

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em discussão.

Com a palavra a Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para discutir.) – A intenção desse projeto (*Fora do microfone.*) é exatamente a de evitar que algumas coisas se queimem para esvaziar depósitos. Que eles sejam doados, e aí a escola pública...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Mas está lá, Senadora. Está lá que ela pode. Isso já está na internet desde o ano 2000. E muitas escolas fazem isso.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Mas o que eu ouvi, por exemplo, é que o pessoal da Receita ainda não tem muita segurança de doar. Eles precisam de um amparo, de uma legislação, para que eles tenham segurança, para que eles doem. Então, na lei anterior, fala-se em destruir, em inutilizar.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Isso foi manifestado por eles a V. Exª? Aí, é uma coisa diferente, se eles não têm... Mas vai causar um ônus também.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É claro que há essa questão! Mas a Receita está em todos os Estados. Não é possível que não haja uma forma...

O Banco do Brasil – sou funcionária de lá – doava muito, porque os bancos só querem equipamentos *top* de linha. Eles os renovam muito cedo e, então, doam muito. Há uma regra interna do próprio banco, que é uma estatal, uma S.A.. Eles doam muito essas coisas não só para escolas. Então, eles dão um jeito de chegar de uma agência para outra. Os bancos têm malote; então, eles mandam. É uma forma de assegurar que as pessoas...

Agora, é claro que, se não houver divulgação, vai continuar como está. Tem de divulgar mais que existe isso. De vez em quando, há leilão de algumas coisas. Realmente, no leilão, há cada tralha que não serve para nada, que ninguém arremata, que tem de ir para o lixo eletrônico mesmo. Mas há muita coisa nova que foi trazida por contrabando, que entrou ilegalmente no País. Eles não podem fazer outra coisa a não ser um leilão ou uma doação. Se estabelecermos essa questão da doação para as escolas e se divulgarmos, as escolas vão se interessar mais.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Se me permite, Presidente, até onde entendi, hoje se coloca isso para as escolas, mas eles também encaminham para o Judiciário, para outras instituições. Estaríamos proibindo, não é? Então, há essa parte também, que restringe o projeto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação.

Quero comunicar que esse projeto ainda vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com o voto contrário da Senadora Marta Suplicy.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, convocando para o dia 29 de agosto, terça-feira, em caráter excepcional, às 11h30, reunião extraordinária desta Comissão...

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Srª Presidente...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Há um requerimento na pauta, não é?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ. Pela ordem.) – Há um projeto meu, cujo Relator é o Senador Medeiros, que não está presente. Mas foi feito um comunicado a ele, e pedi para que o nosso Senador Cristovam Buarque fosse o Relator *ad hoc*, fizesse a leitura desse relatório.

Será que V. Exª poderia pautar esse projeto?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Como o projeto é terminativo e como não temos quórum para a votação, eu solicitaria apenas ao Senador Cristovam que lesse o relatório.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – É o item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, DE 2016
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências", para tornar as seleções esportivas do País integrantes do patrimônio cultural brasileiro.

Autoria: Senador Romário
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: pela aprovação do Projeto.

Observação: a votação é nominal.

Eu convidaria o Senador Cristovam para fazer a leitura do projeto como Relator *ad hoc*.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Como Relator.) – Srª Presidente, eu estou me sentindo como se o Senador Romário tivesse jogado uma bola para eu furar um gol, porque este é um projeto que é interessante e em que poucos pensaram.

Faço aqui uma comparação, Senadora: considerar uma seleção como patrimônio cultural do Brasil é como considerar uma grande orquestra sinfônica do País ou o nosso Clube do Choro aqui como patrimônio cultural, com muito mais apelo popular.

Então, fico satisfeito com que, por uma circunstância, o Senador José Medeiros, que é o autor do parecer, não esteja aqui e com que isso tenha vindo para mim, para eu fazer esse gol.

O projeto é composto de apenas dois artigos. O art. 1º pretende acrescentar ao art. 4º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, o § 2º-A, com o seguinte teor:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

§ 2º-A. As seleções esportivas, de todas as modalidades e categorias, que representam o País em eventos internacionais oficiais integram o patrimônio cultural brasileiro e são consideradas de elevado interesse social, inclusive para os fins do disposto nos incisos I e III do art. 5º da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

O art. 2º estabelece apenas que a lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ou seja, tem a característica das grandes leis: simplicidade. Eu só me lembro da Lei Áurea, que também só tem um artigo, e o segundo diz que a lei entra em vigor naquela data.

Em sua justificação, o autor, Senador Romário, aponta a relevância da participação do Brasil no cenário desportivo internacional, tendo em vista o fato de ter sediado eventos como os Jogos Pan-Americanos e os Parapan-Americanos, a Copa das Confederações, a Copa do Mundo de Futebol, os Jogos Olímpicos e os Paralímpicos. Em seguida, ele destaca as características do esporte como fenômeno de massa capaz de mobilizar milhões de pessoas em todo o Território nacional. Por fim, com fundamento nas palavras do nosso antropólogo Roberto da Matta, o Senador observa que o futebol é um componente essencial da identidade cultural e da vida social brasileira.

A proposição foi enviada à Comissão de Educação para análise e emissão de parecer.

Não foram apresentadas emendas.

Não há dúvida de que a literatura nos campos da história dos esportes, da sociologia do esporte e da sociologia do corpo, entre outras áreas de pesquisa, demonstra com clareza que o corpo é, em si, um fenômeno também cultural. Suas manifestações, individuais e coletivas, entre as quais o esporte é uma das mais sistematizadas e complexas, são, portanto, sempre a expressão da riqueza e da potencialidade de uma cultura.

A cultura brasileira é riquíssima em práticas corporais, incluindo as modalidades esportivas. Danças populares, jogos infantis e rituais religiosos compõem o amplo arcabouço de manifestações que expressam, por meio do corpo, nossa maneira de ver e interagir com o mundo e, principalmente, nossa diversidade cultural.

Entre os bens culturais que, de alguma forma, se expressam por meio do corpo e que já são registrados como patrimônio cultural brasileiro estão o Samba de Roda do Recôncavo Baiano, o Jongo do Sudeste, o Frevo, o Maracatu e o jogo-luta da Capoeira.

Entendemos como positiva toda medida que contribua para popularizar o esporte. Quando essa disseminação é associada à proteção da nossa cultura, essa ação é duplamente bem-vinda, como, por exemplo, o projeto do Senador Romário.

Portanto, é meritória e oportuna a proposição.

Em caráter suplementar, a Comissão de Educação opina aqui, pelo parecer que leio, sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição. No que tange a esses aspectos, não há reparos a fazer.

Por isso, é com muita satisfação que indico o voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 444, de 2016, do Senador Romário. O autor do parecer que acabo de ler é o Senador José Medeiros.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu perguntaria aos Srs. Senadores se gostariam de fazer a discussão, uma vez que não podemos votar, porque não há quórum.

Aceitam? Querem fazer a discussão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria de dizer algumas palavras.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra a Senadora Marta Suplicy e, posteriormente, o Senador Romário.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Para discutir.) – Eu queria parabenizar o Senador Romário, porque nós demoramos muito tempo para perceber que poderíamos fazer essa entronização, eu diria, do futebol como riqueza nacional, como patrimônio cultural, em virtude de fazer parte da identidade brasileira. Então, acredito que é um projeto... O relatório está muito benfeito. O Senador Cristovam o leu como Relator *ad hoc*, mas parabenizo também o Senador Medeiros, porque é exatamente como o descrito, que foi muito bem lido: serve como estímulo. Acho que todos os jogadores de futebol, na hora em que vão ser formalizados como patrimônio cultural, vão ter de ter uma postura à altura de virar patrimônio cultural também.

Acho que foi uma bela iniciativa, Senador, e o parabenizo.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ. Para discutir.) – Bom dia, Presidente!

Bom dia, Senadoras e Senadores!

Eu gostaria, primeiramente, de agradecer a V. Exª por pautar esse projeto. Infelizmente, nesses dias que antecederam este momento, existiu, por parte de algumas instituições, principalmente a CBF, uma força muito grande para que esse projeto não fosse pautado. Houve pedido para todos os lados, principalmente pelos lobistas que existem no Senado. Em relação a esses antipatriotas... Digo que são antipatriotas, porque entendo que um projeto como esse tem grande importância. Fazer com que essas seleções esportivas se integrem ao patrimônio cultural brasileiro é realmente de grande relevância, de grande importância para o nosso esporte, para o nosso futebol especialmente e para o momento que o Brasil vive nessa área.

Quero agradecer ao Senador Medeiros o brilhante relatório que foi feito. Tenho bastante consciência da pressão que ele sofreu nesses últimos dias por causa desse relatório.

Faço um agradecimento especial aqui ao amigo Senador Cristovam Buarque, principalmente pela coragem de ter lido neste momento esse projeto, que, tenho certeza, vai dar outra vertente, que vai dar outra cara às nossas seleções e, principalmente, à Seleção Brasileira de Futebol.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu quero agradecer ao Senador Romário, que aqui me pediu e me indicou para ser Relator *ad hoc,* e a senhora aceitou.

Quero dizer que, quando ele falou que havia resistência por parte da CBF, aumentou minha vontade de ler. O fato de estamos num lugar em que ler um relatório desse exige coragem mostra que o Brasil não está bem, porque é tão óbvio! A única coisa que poderia parecer negativa é dizerem que foi causa própria, porque Romário faz parte agora do patrimônio cultural, mas isso ele já era independentemente da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com essa lei, a gente vai ampliar isso para todos os esportes, para todos aqueles que carregam o orgulho de ser brasileiro quando sobem nos diversos pódios dos esportes brasileiros.

Senador Romário, muito obrigado por ter ganhado a Copa para nós. Muito obrigado pela alegria que sempre deu como jogador de futebol. Muito obrigado, como Senador que o senhor é, por esse projeto de lei. Isso justifica ser Senador, e eu o parabenizo. Talvez, esse tenha sido um dos maiores gols que o senhor fez.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora Presidente, quero dar uma palavrinha também.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para discutir.) – Só quero parabenizar o Senador Romário pela ideia. Há muita gente, muitas pessoas e muitas expressões culturais que também valem a pena virarem patrimônio, para que não se percam.

Então, é fundamental isso que ele fez.

A gente fica imaginando – eu estava cochichando aqui com a Marta – o que leva alguém a ser contra isso. Que prejuízo essas pessoas que são contra vão ter? Não dá para entender, mas, infelizmente, temos isso no nosso País.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu não poderia deixar de cumprimentar o Senador Romário pela iniciativa.

A exemplo do que falaram aqui a Senadora Marta e o Senador Cristovam, V. Exª foi muito feliz nessa escolha e conta com o apoio desta Comissão.

O relatório é dado como lido.

Ficam adiadas as discussões e a votação, para quando houver quórum.

Há um requerimento da Senadora Regina.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 33, DE 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de realizar o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – Conape 2018.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); 2. Andréa Barbosa Gouveia – Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); 3. Daniel Cara – Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE); 4. Helena Nader – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); 5. Marianna Dias – Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); 6. Gilson Luiz Reis – Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE).

Autoria: Senadora Regina Sousa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em discussão o requerimento.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Presidente...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu pediria para a gente deixar... Eu preciso acertar esses convidados com a CDH, já que a gente quer fazer a reunião em conjunto. Se isso puder ficar para a próxima reunião... Acertaremos os convidados na CDH, porque gostaríamos de fazer a reunião conjunta. Gostaríamos de discutir os convidados com a CDH.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu não entendi.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu estou pedindo audiência conjunta. Então, eu queria acertar os convidados lá, para não dar nenhum problema e depois ter de cortar alguém. Então, a gente acerta os convidados e vota na próxima reunião. Pode ser?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pode ser.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Então, está suspensa a votação do requerimento.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pois não, Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Eu gostaria de pedir a V. Exª que constasse da ata da reunião de hoje que a discussão já foi feita quanto ao projeto que foi lido pelo Senador Cristovam Buarque, para que deixássemos para a próxima reunião, quando houver quórum, a votação.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA. *Fora do microfone*.) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pois não.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Eu gostaria de pedir vista sobre esse projeto constante do item 3.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senador João Alberto, a matéria já foi retirada de pauta.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Sim, mas houve a discussão. Como?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – A matéria já foi retirada de pauta.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Já foi retirada de pauta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Ela é terminativa. Então, como não temos quórum, ela não pôde ser votada.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Então, está bem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – O Senador Romário faz uma solicitação, que constará da ata.

Senador Romário...

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Então, se eu entendi bem, a leitura do Senador Cristovam Buarque será colocada em pauta. Deixaremos apenas para a próxima reunião em que houver quórum a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Será feita a votação.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Muito obrigado, Srª Presidente.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Presidente, se vai haver a votação, posso pedir vista, então, quando houver a votação?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Não.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Porque eu havia conversado com V. Exª...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – No processo de votação, não poderia pedir vista.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Eu acertei com V. Exª – eu tinha estado aqui – que eu pediria vista, e V. Exª me disse que me concederia vista.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu posso conceder vista em função de que não há quórum aqui. Embora tenhamos feito a discussão, eu tenho de dar vista, sim, porque não há quórum.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Então, eu peço vista a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Não agora, na outra reunião.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Na outra reunião?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Exatamente.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Pois não. Obrigado, Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu queria sugerir uma conversa sua com o Senador Tasso Jereissati, porque conflita a nossa Comissão com a CAE – a senhora mesmo estava lá, como eu –, e termina faltando quórum aqui. Muitos de nós gostariam de estar lá, e há votações. Seria o caso de pedir que ele terminasse a reunião mais cedo ou que ele pusesse as audiências ao final. Atualmente, estava havendo uma audiência. Depois, há votação. Com audiência, é mais fácil a gente sair e ficar aqui. Podiam ter uma conversa para ver se compatibilizam as duas comissões, sem mudar os dias, é claro, porque é uma tradição, para que a gente não tivesse dificuldade de conseguir quórum para as votações que exigem voto nominal.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senador Cristovam, eu sinto isso também, porque grande parte dos membros desta Comissão é também da Comissão de Assuntos Econômicos. E nós estamos tendo dificuldade de quórum.

Eu estou pensando em combinar com o Senador Tasso para ver se ele levaria a Comissão de Assuntos Econômicos para as 9h, para que possamos começar às 11h. Eu acho que, de 9h às 11h, ele teria tempo de cumprir a pauta, e teríamos o nosso espaço.

Eu gostaria de deixar claro o seguinte: eu coloquei a matéria do Senador Romário em discussão informalmente, porque, como não tínhamos quórum, o Regimento não me permite fazer a discussão e encerrar a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, nós teremos a continuidade da discussão na próxima reunião.

Encerramento: convoco para o dia 29 de agosto, terça-feira, em caráter excepcional, às 11h30, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e vinte e oito minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Hélio José, Paulo Paim, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Roberto Muniz, Ana Amélia, Lasier Martins, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Eduardo Lopes, Vicentinho Alves e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, José Agripino, Ciro Nogueira e Cristovam Buarque. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - AVISO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 2, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Monitora as determinações expedidas à Autoridade Pública Olímpica em relação à evolução da Matriz de Responsabilidade dos Jogos Rio 2016, a governança dos agentes federais envolvidos na organização dos Jogos e a transparência das informações ligadas aos gastos destinados aos Jogos." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pelo conhecimento e posterior arquivamento do Aviso. **Resultado:** Aprovado Parecer pelo conhecimento e posterior arquivamento do Aviso. **ITEM 2 - AVISO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 3, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Monitora deliberações referentes às possíveis transferências de recursos públicos federais para o Comitê Rio-2016." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pelo conhecimento e posterior arquivamento do Aviso. **Resultado:** Aprovado Parecer pelo conhecimento e posterior arquivamento do Aviso. **ITEM 3 - OFICIO "S" Nº 89, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, em cumprimento à Lei 12.396/11, art. 6º, o Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica referente ao 1º semestre de 2015." **Autoria:** Autoridade Pública Olímpica - APO. **Relatoria:** Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pelo conhecimento e posterior arquivamento. **Resultado:** Aprovado Parecer pelo conhecimento e posterior arquivamento. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências", para tornar as seleções esportivas do País integrantes do patrimônio cultural brasileiro." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2017 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a Semana Nacional de Valorização da Vida." **Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2009 - Terminativo - que: "Institui as condições mínimas nacionais para a construção, adequação e equipamento pedagógico de estabelecimentos escolares de educação básica." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 689, de 2015 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Inovação Tecnológica." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 389, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriados." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais do desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, a fim de vedar a outorga do título de patrono para pessoas vivas." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Maria do Carmo Alves (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 746, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, para dispor sobre o Relatório de Avaliação do Plano e sobre os resultados da avaliação da educação básica." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional e Avaliação da Educação Superior (SINAES), para incluir a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 737, de 2015 - Terminativo -** que: "Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 321, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.395, 31 de outubro de 1985, que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências, para determinar que as instituições de ensino incentivem os alunos a promoverem a organização de Centros Acadêmicos e afins." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, de 2016 - Terminativo -** que: "Denomina Rodovia Agrimensor Ramis Bucair trecho da BR-174." **Autoria:** Senador Cidinho Santos. **Relatoria:** Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resultado: Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Institui no calendário oficial brasileiro o dia 26 de junho como a Data do Reconhecimento do Município de Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo, como Pioneiro da Imigração Italiana no Brasil." **Autoria:** Deputado Sergio Vidigal. **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves (*Ad hoc*), substituiu Sen. Magno Malta. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 17 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Confere ao Município de Santa Isabel, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional das Histórias em Quadrinhos." **Autoria:** Deputado Roberto Alves. **Relatoria:** Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 18 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Denomina Ponte Lupicínio Rodrigues a ponte sobre o rio Gravataí, construída na rodovia BR-448, no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Deputado João Derly. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 29 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para instrução do Projeto de Lei do Senado Nº 124, de 2016, que altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional e Avaliação da Educação Superior (SINAES), para incluir a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 33 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de realizar o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE 2018. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); 2. Andréa Barbosa Gouveia – Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); 3.Daniel Cara – Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE); 4.Helena Nader – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC);5.Marianna Dias – Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); 6.Gilson Luiz Reis – Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE)." **Autoria:** Senadora Regina Sousa. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 35 de 2017** que: "Requeiro, de acordo com o disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública a ser realizada por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, aprovada nos termos do Requerimento nº 22, de 2017-CE, de autoria da senadora Lídice da Mata, destinada a debater os impactos da Reforma da Previdência na Educação brasileira, com os convidados constantes do mesmo, que também sejam convidados o Senhor Gilson Reis, Coordenador-Geral da CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino; e a Senhora Léia Oliveira, da Coordenação-Geral da Fasubra – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-Administrativos em Instituições de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ensino Superior Públicas do Brasil." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Adiado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 36 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, para o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE 2018, com a presença dos representantes das seguintes entidades: ANFOPE – Associação Nacional de Formação dos Profissionais da Educação; ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação; ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação; CNDE – Campanha Nacional pelo Direito à Educação; CUT – Central Única dos Trabalhadores; CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade; CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino; CONIF – Conselho Nacional dos Institutos Federais de Educação; FASUBRA – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil; FEJA – Fóruns de Educação de Jovens e Adultos; FORUMDIR – Fórum Nacional de de Diretores de Faculdades/Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras; MIEIB – Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil; MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra; PROIFES – Federação dos Professores dos Institutos Federais de Ensino Superior; SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; UNE – União Nacional dos Estudantes; UBM - União Brasileira de Mulheres." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Adiado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 38 de 2017** que: "Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 64/2016-CE, aprovado por esta Comissão no dia 01 de novembro de 2016, a confirmação do rol de convidados para participar de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara n. 130, de 2009, que trata do "controle de frequência e aplicação de avaliações para alunos impossibilitados por motivo de liberdade religiosa e de crença religiosa". Por oportuno, sugerimos sejam convidados a expor seus pontos de vista sobre o assunto os seguintes representantes: Helio Carnassale – Igreja Adventista do Sétimo Dia; Representante do Estado-Maior do Exército; Presidente da Confederação Israelita do Brasil; Representante a ser indicado pela Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior – ABMES; Representante do Conselho Nacional de Educação – CNE a ser indicado; Dr. Fernando Mariano da Silva, consultor legislativo do Senado Federal; Sra. Amábile Pácios, representante da Federação Nacional das Escolas Particulares – FENEP; Representante da entidade Todos pela Educação." **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 40 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater a representatividade social, política e econômica da Ordem dos Músicos do Brasil frente à ADPF nº 183/2009, com a presença dos seguintes convidados: Carlos Giannazi – Deputado Estadual PSol/SP; Gerson Ferreira Tajes - Presidente do Conselho Federal da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ordem dos Músicos ou representante; Representante do Movimento de Valorização dos Músicos – MVM/FG; Representante do Supremo Tribunal Federal /STR; Representante do Ministério do Trabalho/MT; Representante do Ministério da Cultura/MC." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Adiado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 42 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para debater a necessidade de advertência na embalagem e na bula de medicamentos da existência de substâncias cujo uso seja considerado prática de doping no esporte, objeto do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 68, de 2016. Para tanto, sugiro que sejam convidados representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir: Ministério do Esporte (ME); Diretoria Executiva de Esportes do Comitê Olímpico do Brasil (COB); Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD); Justiça Desportiva Antidopagem (JAD)." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/29

(*Texto com revisão.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes!

Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 22.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, DE 2017
- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional do Ciclista.
Autoria: Deputado Lúcio Dutra Vale
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para proferir o relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Como Relator.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o autor do projeto, Deputado Lúcio Vale, justifica a ideia dizendo que o projeto visa a aprimorar e criar novas oportunidades para promover a educação para a paz no trânsito, além de promover o uso da bicicleta, a cidadania e a mobilidade sustentável e plural. Ele esclarece que a data escolhida foi o dia da morte do jovem ciclista Pedro Davison, atropelado por um motorista embriagado, em Brasília, no ano de 2006.

Tanto a ideia como a escolha do dia, em homenagem ao nosso brasiliense Pedro, levaram-me, permitam-me, a elaborar um parecer totalmente favorável. Sou a favor porque se trata de promover, em toda a sociedade brasileira, o sentimento da importância deste simples meio de transporte, meio de vida, meio cultural, prática esportiva genial, que é a bicicleta.

Creio que, ao trazer a ideia de haver um dia para lembrar isso, não apenas homenageamos o Pedro por sua morte naquelas condições, não apenas denunciamos o crime cometido, que, todos os dias, acontece com centenas de outros ciclistas, como também promovemos uma atividade que é mais do que uma mobilidade, é uma cultura.

Quanto à constitucionalidade, não há dúvidas de que está comprovada. Quanto à juridicidade, o projeto atende à Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010. Quanto à regimentalidade e à técnica legislativa do projeto, não há reparos a fazer.

No mérito, como eu já disse, o projeto merece aprovação. Os próprios autores relembram que as datas comemorativas visam a promover nossa cultura, por meio do resgate de nossa memória, da afirmação de nossa cidadania e da valorização da identidade brasileira. Além disso, o dia 19 de agosto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

já é amplamente reconhecido e adotado pela sociedade como o dia do ciclista, conforme se verifica pelas notícias referentes à data.

O dia, Srª Presidente, vai coincidir com o Dia do Historiador – foi uma lei de minha autoria –, comemorado em alusão ao dia do aniversário de Joaquim Nabuco, grande estadista brasileiro.

A instituição oficial da data, por lei federal, não poderá trazer de volta o saudoso jovem biólogo Pedro Davison e outras vítimas da violência no trânsito brasileiro, mas certamente servirá para conscientizar a sociedade da necessidade de harmonia e convivência pacífica entre todos, além de contribuir para a democratização do uso da bicicleta em nosso País, tudo em prol da construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Por isso, ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 76 de 2017, vindo da Câmara Federal.

Caso seja aprovado, eu gostaria de solicita urgência para a votação no plenário.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Em votação o regime de urgência, requerido pelo Senador Cristovam.

Solicitaria a V. Exª que fizesse a justificativa do requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Para encaminhar.) – A justificativa, Srª Presidente, é no sentido de que já faz muito tempo que nós temos a necessidade de comemorar esse dia, também porque considero – e muitos com quem tenho conversado – que, ao ser aprovado esse dia, nós teremos um salto na consciência e, finalmente, porque temo que termine ficando esse projeto para as calendas, como se diz, demorando muito. Além do mais, vamos ter eleições e sabemos que, depois das eleições, até projetos já aprovados podem ir para o arquivo, dependendo da eleição ou não dos seus autores, relatores etc.

Então, eu creio que seria um bom gesto aprovarmos isso rapidamente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em votação o requerimento para o regime de urgência.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o regime de urgência.

A matéria vai à Mesa.

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 39, DE 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Cultura, Sérgio Sá Leitão, com o objetivo de apresentar-se a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

este Colegiado, na qualidade de titular da pasta, para debater a situação das políticas públicas culturais, expor as diretrizes e os programas prioritários do Ministério, bem como apontar eventuais medidas que pretenda aplicar ou introduzir sob sua gestão.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Pela ordem.) – Srª Presidente, eu sei, pela minha frequência a esta Comissão, que a senhora mesmo e outros Senadores não gostam de incluir itens extrapauta, especialmente requerimentos de realização de audiência. Contudo, há uma que nós estamos pensando para setembro, quando pretendemos abordar um tema que lhe interessa muito: "Base Nacional Comum Curricular: desafios para a implementação e o combate às desigualdades educacionais".

Então, eu gostaria de solicitar a inclusão extrapauta deste meu requerimento para a realização desta audiência sobre a Base Nacional Comum Curricular, ainda porque, se adiarmos muito, perde-se a oportunidade de fazermos esta audiência.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Diante da importância e da atualidade do tema, acredito que esta Comissão precisa realmente tomar as providências no sentido de debatê-lo.

Cumprimento o Senador Cristovam pela iniciativa e vou colocar o requerimento em votação.

EXTRAPAUTA

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 41, DE 2017

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para debater sobre o tema "Base Nacional Comum Curricular: desafios para implementação e o combate às desigualdades educacionais", com a presença dos seguintes convidados: José Francisco Soares – Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE); José Francisco de Almeida Pacheco – Especialista em Educação; André Stábile – Ex-Secretário Municipal de Educação de São Caetano do Sul/SP; Mozart Neves Ramos – Diretor do Instituto Ayrton Senna; Cleuza Rodrigues Repulho – Especialista em Educação; Guiomar Namo de Mello – Consultora em Projetos Educacionais; Teresa Cozetti Pontual – Diretora de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação básica do Ministério da Educação.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Creio que vai ser uma audiência marcante pelo tema e também pelos nomes que conseguimos atrair para esse dia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senador Cristovam, eu gostaria também de aproveitar esta oportunidade e sugerir, obviamente com o apoio desta Comissão, que façamos aqui um movimento, convidando o Presidente do Senado Federal, para que façamos um lançamento efetivo de combate ao trabalho infantil. Tivemos aquela audiência pública com o Prêmio Nobel da Paz. Ele veio aqui solicitar que o Congresso pudesse tomar a iniciativa de fortalecer esse combate. No entanto, não demos prosseguimento a isso.

Conversando com o Presidente do Senado, eu disse a ele que o ideal seria que a Presidência tomasse a iniciativa de fazer uma solenidade mais ampla, convidando as pessoas que estejam ligadas ao problema, e que fizéssemos um lançamento efetivo, convocando a sociedade brasileira para fazer um esforço, no sentido de estimular e prosseguir esse trabalho, que, de certa forma, amorteceu. Com a crise, naturalmente, essa questão se evidenciou de forma muito mais forte.

Então, eu pediria a V. Exª que opinasse sobre este assunto: se poderíamos formar aqui uma comissão, para que pudéssemos ir à Presidência do Senado, a fim de fazer uma movimentação nesse sentido.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senadora, considero a sua iniciativa extremamente importante. Ninguém melhor aqui do que a senhora, pelo seu trabalho no Peti, muitos anos atrás, que foi um marco na luta brasileira contra o trabalho infantil. Aquela marca ficou.

Mas a luta contra o trabalho infantil, como muitas coisas, nunca está ganha. A cada momento, ele pode voltar. Como disse Carlos Lacerda, é preciso haver uma eterna vigilância para manter as conquistas que adquirimos, graças à senhora, inclusive, no tempo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Coloco-me inteiramente à sua disposição e creio que o Presidente Eunício terá todas as razões para trazer esse tema, como algo do Senado. Precisamos somente definir o que vamos pedir a ele: seria uma grande sessão, por exemplo, sobre o assunto, colocando o trabalho infantil como tema dos grandes debates que ele tem feito? O que fazer?

V. Exª pode contar comigo. Considero absolutamente necessário despertarmos esse assunto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Quanto à discussão, Senador Cristovam, acredito que, primeiro, temos de fazer, aqui na Comissão, uma avaliação do projeto.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que hoje se encontra no Ministério do Desenvolvimento Social, foi inteiramente desvirtuado dos seus princípios. Sei que V. Exª advoga a ideia de que a bolsa esteja na educação. Embora a bolsa tenha sido absorvida pelo Bolsa Família, acho que isso foi uma distorção total do projeto, porque o objetivo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é, exatamente, colocar a criança na escola, fazer com que ela permaneça na escola e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

com que ela tenha sucesso na escola, e os objetivos do Bolsa Família são outros. É um programa mais emergencial que trata, principalmente, da área de nutrição.

Eu acho que resgatar o trabalho infantil para a educação seria o grande desafio que nós teríamos de propor, na minha visão, porque, do jeito que está conduzido o projeto no desenvolvimento social, eu acredito que é para acabar mesmo com o projeto, porque ele foi absorvido no conjunto de ações do desenvolvimento social, sendo que o seu objetivo não é esse; o seu objetivo está muito mais vinculado à educação. Assim como a gente conseguiu universalizar a questão da educação infantil, levando-a para a educação, para a creche principalmente, eu acho que temos de trabalhar na mesma direção em relação ao trabalho infantil. Não sei o que V. Exª pensa em relação a esse assunto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Estou totalmente de acordo.

Creio que, quando se transformou o Bolsa Escola em Bolsa Família, houve dois pontos positivos: a ampliação no número de beneficiários e a gestão. Do ponto de vista, digamos, neoliberal, de querer uma gestão eficiente – também defendo gestão eficiente –, foi correto juntar todos os programas que existiam, mas, do ponto de vista social, revolucionário, educativo, foi um desastre completo, porque, ao mudar Bolsa Escola para Bolsa Família, cometeram-se três grandes equívocos. O primeiro foi tirar a palavra "escola" do nome. Isso é um erro. Os neurolinguistas dizem, Senador, que, quando a mãe recebe Bolsa Escola, ela pensa: "Eu recebo esse dinheiro, porque o meu filho vai à escola." Quando ela recebe Bolsa Família, ela pensa: "Eu recebo esse dinheiro, porque a minha família é pobre." Muda a consciência da razão do dinheiro. O segundo foi tirar do Ministério da Educação e colocar no Ministério da assistência social – mesmo que se chame Ministério do Desenvolvimento Social, ele é da assistência. Esse foi um erro. E, terceiro, misturaram todos os programas que existiam. Então, antes, recebia a mãe que tinha filho na escola; agora, recebe também o velhinho, recebe também um portador de deficiência, recebem casais pobres sem filhos. É bom que esses recebam, mas isso não é bom sob o conceito de que estamos educando as crianças. Misturou, misturou tudo! Foi um erro.

O Presidente Lula cometeu esses três graves erros ao transformar o Programa Bolsa Escola em Bolsa Família. Está na hora de percebermos isso, e uma das maneiras é esse programa, que tem, por finalidade, ajudar as famílias a educarem seus filhos e a não deixarem que eles trabalhem no lugar de estudar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Item 2 da pauta.

Agradeço, Senador Cristovam, as sugestões. Vamos trabalhar para efetivar isso.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, DE 2015

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências, para inserir dispositivos que tratam da destinação de equipamentos de informática abandonados, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento para as escolas públicas federais, estaduais ou municipais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Deputado Weliton Prado
Relatoria: Senadora Regina Sousa
Relatório: favorável ao Projeto.
Observação: *matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.*

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa para proferir o seu relatório.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Srª Presidenta, Srs. Senadores, faço a leitura do relatório.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 123, de 2015 (Projeto de Lei nº 181, de 2011, na Casa de origem), do Deputado Weliton Prado, que altera o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências, para inserir dispositivos que tratam da destinação de equipamentos de informática abandonados, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento para as escolas públicas federais, estaduais ou municipais.

O art. 1º da proposição acrescenta os §§9º-A, 9º-B e 9º-C ao art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para determinar e prever que a destinação de mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de perda ou perdimento, no caso de materiais ou equipamentos de informática, deverá ser realizada por meio de incorporação ao patrimônio de estabelecimentos de ensino da rede pública federal (§9º-A).

Essa incorporação dependerá de pedido do estabelecimento de ensino interessado, apresentado após divulgação, na internet, por um período mínimo de 15 dias úteis, da lista de mercadorias disponíveis (§9º-B).

Além disso, decorrido o prazo, caso não haja interessados, a destinação poderá ser feita por meio das formas elencadas nos incisos I a IV do *caput* do art. 29: alienação, incorporação ao patrimônio de órgão da Administração Pública, destruição ou inutilização (§9º-C).

O art. 2º traz a cláusula de vigência, que deverá ser imediata.

O PLC 123, de 2015, foi encaminhado à CE e à Comissão de Assuntos Econômicos.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

O PLC 123, de 2015, envolve matéria de natureza educacional e está, portanto, sujeito ao exame da CE, conforme disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

Não há reparos a fazer quanto à constitucionalidade ou à juridicidade da proposição, que foi redigida em consonância com a técnica legislativa estabelecida pela Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Sob o ponto de vista educacional, o projeto em tela é bastante oportuno, pois contribui para atender a uma das mais amplas necessidades da educação brasileira, que é a de harmonizar as práticas pedagógicas às demandas da contemporaneidade. Em outras palavras, é preciso oferecer aos estudantes recursos que lhes permitam acessar informações e desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes para atuar na sociedade e no mercado de trabalho.

Ainda que exista essa necessidade, a infraestrutura dos estabelecimentos públicos de educação, particularmente na educação básica, é precária e insuficiente. Segundo o Censo Escolar de 2015,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

apenas 4,5% dos estabelecimentos de educação básica contam com infraestrutura completa, que inclui acesso à energia elétrica, água tratada, condições sanitárias adequadas, quadra poliesportiva, laboratório de ciências, biblioteca e internet banda larga. No ensino fundamental, menos da metade dos estabelecimentos de ensino dispunham de laboratório de informática em 2014. É importante lembrar ainda que as escolas com piores índices de adequação de infraestrutura estão exatamente nos locais mais vulneráveis, o que perpetua a desigualdade, pois a escola deixa de ser espaço para o acesso a equipamentos culturais imprescindíveis à plena inclusão das pessoas.

Diante disso, é louvável priorizar as escolas públicas federais, estaduais e municipais na incorporação de materiais ou equipamentos de informática que tenham sido abandonados, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento. Dá-se, dessa forma, destinação adequada a esses objetos e se contribui de alguma forma para minorar a situação difícil encontrada em escolas de todo o País.

Afinal, se é verdade que a mera presença de um computador não é suficiente para oferecer ao estudante a chance de dar saltos qualitativos em seu processo de aprendizagem, é inegável também que professores e alunos, utilizando os recursos didáticos adequados, dentre os quais certamente estão os equipamentos de informática, podem construir conhecimento significativo, alavanca fundamental para a vivência digna da experiência humana e para a promoção do desenvolvimento sustentável do País.

Voto.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2015.

É o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em discussão a matéria.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Para discutir.) – Srª Presidente, alguns setores da educação me procuraram, mostrando preocupação de como será feita essa transferência. Eu creio que, sim, faltam alguns detalhes, mas eu defendo que se aprove e que, em outra comissão, tentemos melhorar o projeto.

De qualquer maneira, esse projeto traz algumas lembranças. Primeiro, a educação brasileira está recebendo equipamentos que provavelmente são ruins, atrasados, superados, alguns até quebrados. Isso é lamentável. Na verdade, a educação devia doar equipamentos obsoletos para a Receita, e não receber esses equipamentos, embora eles não sejam do quadro, digamos, do corpo da Receita.

Eu estive, há pouco, num evento de funcionários da Justiça em que eles estavam doando computadores que já não eram usados mais lá, e eu disse a eles que sonhava em que um dia a Justiça recebesse os computadores velhos das escolas. Isso vai demorar muito. Como vai demorar, então que recebamos esses equipamentos, até porque alguns são bons, alguns foram pegos no processo de fiscalização. Então, não é ruim, o projeto é bom, mas é lamentável que a gente precise disso achando bom, porque estamos tão atrasados. Quando se está muito atrasado, uma coisa atrasada termina sendo boa também.

E os detalhes de como fazer, para não aumentar muito os custos das escolas, de como vão receber, de como vão selecionar, de o que é que vão jogar fora, de o que é que eles vão guardar, de o que é que vão melhorar... Como é que se joga fora? É difícil jogar fora um equipamento que cai na rede pública, senão parece que sumiu, que foi roubado. Então, esses detalhes, eu sugiro que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

discutamos em outras comissões, mas que aprovemos o projeto, porque acho que, na sua essência, é positivo.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Peço a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra a Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Para discutir.) – Eu tenho dúvidas. Compartilho, em parte, do que o Senador Cristovam falou, mas também existem vários pontos que podem complicar mais do que ajudar. Primeiro, as escolas os receberão. Mas que escolas os receberão? Depois, a maior parte desses equipamentos – a maior parte, não, mas um grande número – é de equipamentos que não servem mais, o que também ajudaria a não se providenciarem, com a rapidez necessária, equipamentos dignos, como o Senador Cristovam mencionou.

Por último, li aqui uma ressalva que achei interessante: as instituições de ensino já estão aptas hoje a solicitar e receber mercadorias apreendidas, inclusive outros bens que não material de informática, a exemplo de eletrônicos, material de escritório e veículos. Para isso, basta efetuar solicitação formal à Receita Federal, com a observância de instruções sistematicamente normatizadas, e publicar no sítio desta.

Por oportuno, vale lembrar que há total transparência e publicidade acerca dessas destinações desde o ano 2000. Todos os atos de incorporação e doação de mercadorias encontram-se publicados no sítio da Receita, na internet, com os respectivos valores. Então, a partir dos valores, a instituição pode saber se é alguma coisa que não vai adiantar nada ou se simplesmente está adiantando um pedaço. Sei lá! Pode fazer uma avaliação, para não receber um trambolho na escola. Esse trambolho vai servir para quê?

Há todas as informações dos beneficiários para quem a Receita geralmente doa, o resumo dos bens doados. Pode-se constatar que inúmeras instituições de ensino das três esferas de Governo em todo o Território nacional já vêm sendo contempladas com essa destinação das mercadorias apreendidas.

Acho que essa é a questão mais forte para eu não votar a favor desse projeto, mas há mais uma, que eu não acho tão forte. É uma questão com que fico até um pouco constrangida, de fato. Mas achei isto interessante para a gente poder dividir. É que o principal objetivo da administração de mercadorias apreendidas é o atendimento à necessidade de se promover o rápido esvaziamento dos depósitos, de sorte a permitir que não falte espaço físico para armazenar materiais provenientes de novas apreensões levadas a efeito pela fiscalização. Verifica-se, pois, que não quis a Lei Maior estabelecer critérios rígidos e restritivos para a destinação, porque, se assim o fizesse, acabaria por inviabilizar a administração das mercadorias apreendidas e, como consequência, o combate eficaz às práticas do ingresso e comercialização ilegais de produtos de procedência estrangeira no País, o que causa grande mal à economia nacional.

Então, isso procede, porque eles têm os galpões onde eles depositam isso. De repente, eles queimam, ou as instituições interessadas pedem para se apropriar daquilo. No momento em que eles têm de distribuir, na prática, isso fica meio confuso, porque até saber o que vai para onde, que instituição à qual vai ser ofertada aquilo pela lei... Então, ele vai ter de ter já as instituições. Mande buscar, porque a Receita não vai pagar, mandá-la entregar. Eu acho que vai ser complicado.

Então, eu acho que esse projeto vai ter meu voto "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em discussão.

Com a palavra a Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para discutir.) – A intenção desse projeto (*Fora do microfone.*) é exatamente a de evitar que algumas coisas se queimem para esvaziar depósitos. Que eles sejam doados, e aí a escola pública...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Mas está lá, Senadora. Está lá que ela pode. Isso já está na internet desde o ano 2000. E muitas escolas fazem isso.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Mas o que eu ouvi, por exemplo, é que o pessoal da Receita ainda não tem muita segurança de doar. Eles precisam de um amparo, de uma legislação, para que eles tenham segurança, para que eles doem. Então, na lei anterior, fala-se em destruir, em inutilizar.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Isso foi manifestado por eles a V. Exª? Aí, é uma coisa diferente, se eles não têm... Mas vai causar um ônus também.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É claro que há essa questão! Mas a Receita está em todos os Estados. Não é possível que não haja uma forma...

O Banco do Brasil – sou funcionária de lá – doava muito, porque os bancos só querem equipamentos *top* de linha. Eles os renovam muito cedo e, então, doam muito. Há uma regra interna do próprio banco, que é uma estatal, uma S.A.. Eles doam muito essas coisas não só para escolas. Então, eles dão um jeito de chegar de uma agência para outra. Os bancos têm malote; então, eles mandam. É uma forma de assegurar que as pessoas...

Agora, é claro que, se não houver divulgação, vai continuar como está. Tem de divulgar mais que existe isso. De vez em quando, há leilão de algumas coisas. Realmente, no leilão, há cada tralha que não serve para nada, que ninguém arremata, que tem de ir para o lixo eletrônico mesmo. Mas há muita coisa nova que foi trazida por contrabando, que entrou ilegalmente no País. Eles não podem fazer outra coisa a não ser um leilão ou uma doação. Se estabelecermos essa questão da doação para as escolas e se divulgarmos, as escolas vão se interessar mais.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Se me permite, Presidente, até onde entendi, hoje se coloca isso para as escolas, mas eles também encaminham para o Judiciário, para outras instituições. Estaríamos proibindo, não é? Então, há essa parte também, que restringe o projeto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação.

Quero comunicar que esse projeto ainda vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com o voto contrário da Senadora Marta Suplicy.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, convocando para o dia 29 de agosto, terça-feira, em caráter excepcional, às 11h30, reunião extraordinária desta Comissão...

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Srª Presidente...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Há um requerimento na pauta, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ. Pela ordem.) – Há um projeto meu, cujo Relator é o Senador Medeiros, que não está presente. Mas foi feito um comunicado a ele, e pedi para que o nosso Senador Cristovam Buarque fosse o Relator *ad hoc*, fizesse a leitura desse relatório.

Será que V. Exª poderia pautar esse projeto?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Como o projeto é terminativo e como não temos quórum para a votação, eu solicitaria apenas ao Senador Cristovam que lesse o relatório.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – É o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, DE 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências", para tornar as seleções esportivas do País integrantes do patrimônio cultural brasileiro.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: pela aprovação do Projeto.

Observação: a votação é nominal.

Eu convidaria o Senador Cristovam para fazer a leitura do projeto como Relator *ad hoc*.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Como Relator.) – Srª Presidente, eu estou me sentindo como se o Senador Romário tivesse jogado uma bola para eu furar um gol, porque este é um projeto que é interessante e em que poucos pensaram.

Faço aqui uma comparação, Senadora: considerar uma seleção como patrimônio cultural do Brasil é como considerar uma grande orquestra sinfônica do País ou o nosso Clube do Choro aqui como patrimônio cultural, com muito mais apelo popular.

Então, fico satisfeito com que, por uma circunstância, o Senador José Medeiros, que é o autor do parecer, não esteja aqui e com que isso tenha vindo para mim, para eu fazer esse gol.

O projeto é composto de apenas dois artigos. O art. 1º pretende acrescentar ao art. 4º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, o § 2º-A, com o seguinte teor:

> § 2º-A. As seleções esportivas, de todas as modalidades e categorias, que representam o País em eventos internacionais oficiais integram o patrimônio cultural brasileiro e são consideradas de elevado interesse social, inclusive para os fins do disposto nos incisos I e III do art. 5º da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

O art. 2º estabelece apenas que a lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ou seja, tem a característica das grandes leis: simplicidade. Eu só me lembro da Lei Áurea, que também só tem um artigo, e o segundo diz que a lei entra em vigor naquela data.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em sua justificação, o autor, Senador Romário, aponta a relevância da participação do Brasil no cenário desportivo internacional, tendo em vista o fato de ter sediado eventos como os Jogos Pan-Americanos e os Parapan-Americanos, a Copa das Confederações, a Copa do Mundo de Futebol, os Jogos Olímpicos e os Paralímpicos. Em seguida, ele destaca as características do esporte como fenômeno de massa capaz de mobilizar milhões de pessoas em todo o Território nacional. Por fim, com fundamento nas palavras do nosso antropólogo Roberto da Matta, o Senador observa que o futebol é um componente essencial da identidade cultural e da vida social brasileira.

A proposição foi enviada à Comissão de Educação para análise e emissão de parecer.

Não foram apresentadas emendas.

Não há dúvida de que a literatura nos campos da história dos esportes, da sociologia do esporte e da sociologia do corpo, entre outras áreas de pesquisa, demonstra com clareza que o corpo é, em si, um fenômeno também cultural. Suas manifestações, individuais e coletivas, entre as quais o esporte é uma das mais sistematizadas e complexas, são, portanto, sempre a expressão da riqueza e da potencialidade de uma cultura.

A cultura brasileira é riquíssima em práticas corporais, incluindo as modalidades esportivas. Danças populares, jogos infantis e rituais religiosos compõem o amplo arcabouço de manifestações que expressam, por meio do corpo, nossa maneira de ver e interagir com o mundo e, principalmente, nossa diversidade cultural.

Entre os bens culturais que, de alguma forma, se expressam por meio do corpo e que já são registrados como patrimônio cultural brasileiro estão o Samba de Roda do Recôncavo Baiano, o Jongo do Sudeste, o Frevo, o Maracatu e o jogo-luta da Capoeira.

Entendemos como positiva toda medida que contribua para popularizar o esporte. Quando essa disseminação é associada à proteção da nossa cultura, essa ação é duplamente bem-vinda, como, por exemplo, o projeto do Senador Romário.

Portanto, é meritória e oportuna a proposição.

Em caráter suplementar, a Comissão de Educação opina aqui, pelo parecer que leio, sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição. No que tange a esses aspectos, não há reparos a fazer.

Por isso, é com muita satisfação que indico o voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 444, de 2016, do Senador Romário. O autor do parecer que acabo de ler é o Senador José Medeiros.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem!

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu perguntaria aos Srs. Senadores se gostariam de fazer a discussão, uma vez que não podemos votar, porque não há quórum.

Aceitam? Querem fazer a discussão?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria de dizer algumas palavras.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra a Senadora Marta Suplicy e, posteriormente, o Senador Romário.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Para discutir.) – Eu queria parabenizar o Senador Romário, porque nós demoramos muito tempo para perceber que poderíamos fazer essa entronização, eu diria, do futebol como riqueza nacional, como patrimônio cultural, em virtude de fazer parte da identidade brasileira. Então, acredito que é um projeto... O relatório está muito benfeito. O Senador Cristovam o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

leu como Relator *ad hoc*, mas parabenizo também o Senador Medeiros, porque é exatamente como o descrito, que foi muito bem lido: serve como estímulo. Acho que todos os jogadores de futebol, na hora em que vão ser formalizados como patrimônio cultural, vão ter de ter uma postura à altura de virar patrimônio cultural também.

Acho que foi uma bela iniciativa, Senador, e o parabenizo.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ. Para discutir.) – Bom dia, Presidente!

Bom dia, Senadoras e Senadores!

Eu gostaria, primeiramente, de agradecer a V. Exª por pautar esse projeto. Infelizmente, nesses dias que antecederam este momento, existiu, por parte de algumas instituições, principalmente a CBF, uma força muito grande para que esse projeto não fosse pautado. Houve pedido para todos os lados, principalmente pelos lobistas que existem no Senado. Em relação a esses antipatriotas... Digo que são antipatriotas, porque entendo que um projeto como esse tem grande importância. Fazer com que essas seleções esportivas se integrem ao patrimônio cultural brasileiro é realmente de grande relevância, de grande importância para o nosso esporte, para o nosso futebol especialmente e para o momento que o Brasil vive nessa área.

Quero agradecer ao Senador Medeiros o brilhante relatório que foi feito. Tenho bastante consciência da pressão que ele sofreu nesses últimos dias por causa desse relatório.

Faço um agradecimento especial aqui ao amigo Senador Cristovam Buarque, principalmente pela coragem de ter lido neste momento esse projeto, que, tenho certeza, vai dar outra vertente, que vai dar outra cara às nossas seleções e, principalmente, à Seleção Brasileira de Futebol.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu quero agradecer ao Senador Romário, que aqui me pediu e me indicou para ser Relator *ad hoc,* e a senhora aceitou.

Quero dizer que, quando ele falou que havia resistência por parte da CBF, aumentou minha vontade de ler. O fato de estamos num lugar em que ler um relatório desse exige coragem mostra que o Brasil não está bem, porque é tão óbvio! A única coisa que poderia parecer negativa é dizerem que foi causa própria, porque Romário faz parte agora do patrimônio cultural, mas isso ele já era independentemente da lei.

Com essa lei, a gente vai ampliar isso para todos os esportes, para todos aqueles que carregam o orgulho de ser brasileiro quando sobem nos diversos pódios dos esportes brasileiros.

Senador Romário, muito obrigado por ter ganhado a Copa para nós. Muito obrigado pela alegria que sempre deu como jogador de futebol. Muito obrigado, como Senador que o senhor é, por esse projeto de lei. Isso justifica ser Senador, e eu o parabenizo. Talvez, esse tenha sido um dos maiores gols que o senhor fez.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora Presidente, quero dar uma palavrinha também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para discutir.) – Só quero parabenizar o Senador Romário pela ideia. Há muita gente, muitas pessoas e muitas expressões culturais que também valem a pena virarem patrimônio, para que não se percam.

Então, é fundamental isso que ele fez.

A gente fica imaginando – eu estava cochichando aqui com a Marta – o que leva alguém a ser contra isso. Que prejuízo essas pessoas que são contra vão ter? Não dá para entender, mas, infelizmente, temos isso no nosso País.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu não poderia deixar de cumprimentar o Senador Romário pela iniciativa.

A exemplo do que falaram aqui a Senadora Marta e o Senador Cristovam, V. Exª foi muito feliz nessa escolha e conta com o apoio desta Comissão.

O relatório é dado como lido.

Ficam adiadas as discussões e a votação, para quando houver quórum.

Há um requerimento da Senadora Regina.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 33, DE 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de realizar o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – Conape 2018.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); 2. Andréa Barbosa Gouveia – Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); 3. Daniel Cara – Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE); 4. Helena Nader – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); 5. Marianna Dias – Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); 6. Gilson Luiz Reis – Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE).

Autoria: Senadora Regina Sousa

Em discussão o requerimento.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Presidente...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu pediria para a gente deixar... Eu preciso acertar esses convidados com a CDH, já que a gente quer fazer a reunião em conjunto. Se isso puder ficar para a próxima reunião... Acertaremos os convidados na CDH, porque gostaríamos de fazer a reunião conjunta. Gostaríamos de discutir os convidados com a CDH.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu não entendi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu estou pedindo audiência conjunta. Então, eu queria acertar os convidados lá, para não dar nenhum problema e depois ter de cortar alguém. Então, a gente acerta os convidados e vota na próxima reunião. Pode ser?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pode ser.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Então, está suspensa a votação do requerimento.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pois não, Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Eu gostaria de pedir a V. Exª que constasse da ata da reunião de hoje que a discussão já foi feita quanto ao projeto que foi lido pelo Senador Cristovam Buarque, para que deixássemos para a próxima reunião, quando houver quórum, a votação.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA. *Fora do microfone.*) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pois não.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Eu gostaria de pedir vista sobre esse projeto constante do item 3.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senador João Alberto, a matéria já foi retirada de pauta.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Sim, mas houve a discussão. Como?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – A matéria já foi retirada de pauta.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Já foi retirada de pauta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Ela é terminativa. Então, como não temos quórum, ela não pôde ser votada.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Então, está bem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – O Senador Romário faz uma solicitação, que constará da ata.

Senador Romário...

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Então, se eu entendi bem, a leitura do Senador Cristovam Buarque será colocada em pauta. Deixaremos apenas para a próxima reunião em que houver quórum a votação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Será feita a votação.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Muito obrigado, Srª Presidente.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Presidente, se vai haver a votação, posso pedir vista, então, quando houver a votação?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Não.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Porque eu havia conversado com V. Exª...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – No processo de votação, não poderia pedir vista.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Eu acertei com V. Exª – eu tinha estado aqui – que eu pediria vista, e V. Exª me disse que me concederia vista.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu posso conceder vista em função de que não há quórum aqui. Embora tenhamos feito a discussão, eu tenho de dar vista, sim, porque não há quórum.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Então, eu peço vista a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Não agora, na outra reunião.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Na outra reunião?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Exatamente.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Pois não. Obrigado, Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu queria sugerir uma conversa sua com o Senador Tasso Jereissati, porque conflita a nossa Comissão com a CAE – a senhora mesmo estava lá, como eu –, e termina faltando quórum aqui. Muitos de nós gostariam de estar lá, e há votações. Seria o caso de pedir que ele terminasse a reunião mais cedo ou que ele pusesse as audiências ao final. Atualmente, estava havendo uma audiência. Depois, há votação. Com audiência, é mais fácil a gente sair e ficar aqui. Podiam ter uma conversa para ver se compatibilizam as duas comissões, sem mudar os dias, é claro, porque é uma tradição, para que a gente não tivesse dificuldade de conseguir quórum para as votações que exigem voto nominal.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senador Cristovam, eu sinto isso também, porque grande parte dos membros desta Comissão é também da Comissão de Assuntos Econômicos. E nós estamos tendo dificuldade de quórum.

Eu estou pensando em combinar com o Senador Tasso para ver se ele levaria a Comissão de Assuntos Econômicos para as 9h, para que possamos começar às 11h. Eu acho que, de 9h às 11h, ele teria tempo de cumprir a pauta, e teríamos o nosso espaço.

Eu gostaria de deixar claro o seguinte: eu coloquei a matéria do Senador Romário em discussão informalmente, porque, como não tínhamos quórum, o Regimento não me permite fazer a discussão e encerrar a discussão.

Portanto, nós teremos a continuidade da discussão na próxima reunião.

Encerramento: convoco para o dia 29 de agosto, terça-feira, em caráter excepcional, às 11h30, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia cinco de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob as Presidências dos Senadores Pedro Chaves e João Alberto Souza**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, José Medeiros, Roberto Muniz, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, Cidinho Santos, Ataídes Oliveira e Romero Jucá. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Ângela Portela, Paulo Paim, Regina Sousa, Antonio Anastasia, José Agripino, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Eduardo Lopes. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para dispor sobre a avaliação dos professores na educação básica pública." **Autoria:** Senador Wilson Matos. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir obrigação relativa à divulgação de resultados auferidos por instituições de ensino nos sistemas de avaliação." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre obrigatoriedade do treinamento dos alunos de ensino fundamental e médio em técnicas de primeiros socorros." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e adiada a discussão e a votação. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica, para incrementar o valor per capita destinado a escolas situadas em municípios em situação de extrema pobreza." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH, nos termos de subemenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências", para tornar as seleções esportivas do País integrantes do patrimônio cultural brasileiro." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

163, de 2017 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a Semana Nacional de Valorização da Vida." **Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2009 - Terminativo -** que: "Institui as condições mínimas nacionais para a construção, adequação e equipamento pedagógico de estabelecimentos escolares de educação básica." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 689, de 2015 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Inovação Tecnológica." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 389, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriados." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais do desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, a fim de vedar a outorga do título de patrono para pessoas vivas." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Maria do Carmo Alves (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 746, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, para dispor sobre o Relatório de Avaliação do Plano e sobre os resultados da avaliação da educação básica." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional e Avaliação da Educação Superior (SINAES), para incluir a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 737, de 2015 - Terminativo -** que: "Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 321, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.395, 31 de outubro de 1985, que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências, para determinar que as instituições de ensino incentivem os alunos a promoverem a organização de Centros Acadêmicos e afins." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, de 2016 - Terminativo - que: "Denomina Rodovia Agrimensor Ramis Bucair trecho da BR-174." **Autoria:** Senador Cidinho Santos. **Relatoria:** Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 29 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para instrução do Projeto de Lei do Senado Nº 124, de 2016, que altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional e Avaliação da Educação Superior (SINAES), para incluir a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 33 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de realizar o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE 2018. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); 2. Andréa Barbosa Gouveia – Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); 3.Daniel Cara – Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE); 4.Helena Nader – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC);5.Marianna Dias – Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); 6.Gilson Luiz Reis – Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE)." **Autoria:** Senadora Regina Sousa. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 35 de 2017** que: "Requeiro, de acordo com o disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública a ser realizada por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, aprovada nos termos do Requerimento nº 22, de 2017-CE, de autoria da senadora Lídice da Mata, destinada a debater os impactos da Reforma da Previdência na Educação brasileira, com os convidados constantes do mesmo, que também sejam convidados o Senhor Gilson Reis, Coordenador-Geral da CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino; e a Senhora Léia Oliveira, da Coordenação-Geral da Fasubra – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 36 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, para o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE 2018, com a presença dos representantes das seguintes entidades: ANFOPE – Associação Nacional de Formação dos Profissionais da Educação; ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação; ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação; CNDE – Campanha Nacional pelo Direito à Educação; CUT – Central Única dos Trabalhadores; CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade; CONTAG –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino; CONIF – Conselho Nacional dos Institutos Federais de Educação; FASUBRA – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil; FEJA – Fóruns de Educação de Jovens e Adultos; FORUMDIR – Fórum Nacional de de Diretores de Faculdades/Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras; MIEIB – Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil; MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra; PROIFES – Federação dos Professores dos Institutos Federais de Ensino Superior; SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; UNE – União Nacional dos Estudantes; UBM - União Brasileira de Mulheres." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 40 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater a representatividade social, política e econômica da Ordem dos Músicos do Brasil frente à ADPF nº 183/2009, com a presença dos seguintes convidados: Carlos Giannazi – Deputado Estadual PSol/SP; Gerson Ferreira Tajes - Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Músicos ou representante; Representante do Movimento de Valorização dos Músicos – MVM/FG; Representante do Supremo Tribunal Federal /STR; Representante do Ministério do Trabalho/MT; Representante do Ministério da Cultura/MC." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Adiado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 42 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para debater a necessidade de advertência na embalagem e na bula de medicamentos da existência de substâncias cujo uso seja considerado prática de doping no esporte, objeto do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 68, de 2016. Para tanto, sugiro que sejam convidados representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir: Ministério do Esporte (ME); Diretoria Executiva de Esportes do Comitê Olímpico do Brasil (COB); Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD); Justiça Desportiva Antidopagem (JAD)." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 44 de 2017** que: "Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a realização de duas Audiências Públicas para a instrução do Projeto de Lei do Senado n. 337, de 2016, que dispõe sobre o instrumento de cooperação federativa para transferência à União de competências educacionais de Estados, Distrito Federal e Municípios. Para tanto sugiro que sejam convidados: Priscila Cruz – Movimento Todos pela Educação; Presidência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) - Abilio Afonso Baeta Neves; Representante da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – CNE; Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; Rossieli Soares da Silva - Secretário de Educação Básica do Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Educação.; Mozart Neves Ramos – Diretor do Instituto Ayrton Senna.; Ronaldo Mota - Reitor da Universidade Estácio de Sá e Diretor Executivo de Educação a Distância da Estácio; Representante da Fundação Lehmann; Demerval Saviani – educador e filósofo da Unicamp; Cláudio Riyudi Tanno – Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados; Representante do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA; Cláudio de Moura Castro; Simon Schwartzman." **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Pedro Chaves

Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/09/05

(*Texto com revisão.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 23.

Eu gostaria de convidar o Senador João Alberto para assumir a Presidência, para eu relatar um parecer. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Chaves. (*Pausa.*)

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, DE 2015

- Terminativo -

Dispõe sobre obrigatoriedade do treinamento dos alunos de ensino fundamental e médio em técnicas de primeiros socorros.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações: *será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.*

Concedo a palavra ao Senador Pedro Chaves, para proferir o seu relatório.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão, de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 210, de 2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que objetiva inserir, no currículo da educação básica, o ensino teórico-prático de primeiros socorros, dando ênfase ao treinamento em ressuscitação cardiopulmonar.

Vou diretamente à análise.

Cumpre à CE, em vista do disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre o mérito de proposições que veiculem matéria de natureza educacional, notadamente as que tratem de diretrizes e bases da educação nacional. Em adição, por força do art. 91, inciso I, do citado normativo, o exame ora realizado abrange os aspectos de constitucionalidade e juridicidade do projeto.

No que respeita ao exame de constitucionalidade, verifica-se a legitimidade da iniciativa parlamentar em projetos tendentes a dispor sobre matéria de competência da União, como o são as diretrizes e bases da educação nacional. Nada obstante, a indicação de providência administrativa e a celebração de convênio a ser adotada por outro Poder, até mesmo em esfera administrativa diversa da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

federal, pode soar discutível, não resistindo a eventual arguição de afronta à organização federativa e à separação dos Poderes da República previstos na Constituição Federal. A interpretação de que os ditos Corpos de Bombeiros são instados a celebrar os mencionados convênios é emblemática a esse respeito.

Não bastasse isso, a previsão de acionamento dos Bombeiros, além de incorrer em vício de inconstitucionalidade, toca em aspecto determinante para a aferição da juridicidade da proposta. Se assim permanecesse, a prescrição em tela mitigaria, a nosso sentir, o potencial de exequibilidade e eficácia da medida, pois dependeria da ação de terceiros que não estão obrigados ao mister do ensino.

No que tange ao mérito, a inclusão de dispositivo, na LDB, para obrigar o ensino de primeiros socorros encontra razão na realidade cotidiana do País. Como bem se explicitou no parecer aprovado na CAS, a falta de atendimento e a prestação de socorro inadequado constituem, conforme as estatísticas disponíveis, duas das principais causas de morte fora dos hospitais.

Assim, não havendo mais nada a reparar quanto aos aspectos de constitucionalidade e de juridicidade, julgamos a proposição, meritória desde seu propósito inicial, digna de acolhida do Congresso Nacional e da sociedade brasileira.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2015, com a emenda a seguir.

Emenda nº - CE

Dê-se art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2015, a redação a seguir.

> "Art. 1º. O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte alteração:
>
> 'Art. 26. .....
> .....
> § 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, componente curricular obrigatório da educação básica que inclui conteúdos relativos ao ensino teórico-prático de primeiros socorros, com ênfase em ressuscitação cardiopulmonar, será facultativa ao aluno:
> ..... (NR)"

Sala da Comissão.

Senador Pedro Chaves, Relator do projeto.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – O projeto de lei é terminativo. O relatório é dado como lido. Alguém pode discutir, mas não será encerrada a discussão, tendo em vista que não temos número para votar. (*Pausa.*)

Assim sendo, se não querem discutir, fica adiada a discussão e a votação do projeto.

Eu concedo a palavra ao Senador Pedro Chaves para leitura do requerimento de sua autoria.

ITEM 23
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 44, de 2017
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a realização de duas Audiências Públicas para a instrução do Projeto de Lei do Senado n. 337, de 2016, que dispõe sobre o instrumento de cooperação federativa para transferência à União de competências educacionais de Estados, Distrito Federal e Municípios. Para tanto sugiro que sejam convidados: Priscila Cruz – Movimento Todos pela Educação; Presidência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) - Abilio Afonso Baeta Neves; Representante da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – CNE; Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; Rossieli Soares da Silva - Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação.; Mozart Neves Ramos – Diretor do Instituto Ayrton Senna.; Ronaldo Mota - Reitor da Universidade Estácio de Sá e Diretor Executivo de Educação a Distância da Estácio; Representante da Fundação Lehmann; Demerval Saviani – educador e filósofo da Unicamp; Cláudio Riyudi Tanno – Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados; Representante do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA; Cláudio de Moura Castro; Simon Schwartzman.

Autoria: Senador Pedro Chaves.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Peço ao Senador Pedro Chaves que reassuma a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, vou para o encerramento.

Convoco para o dia 12 de setembro, terça-feira, às 9 horas, reunião extraordinária desta Comissão em forma de audiência pública, destinada a avaliar os indicadores dentre as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) durante os três anos de sua vigência, em atendimento ao Requerimento nº 37/2017 - CE, de minha autoria.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e dez minutos do dia doze de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Hélio José, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Acir Gurgacz, José Pimentel, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Ronaldo Caiado, Roberto Muniz, Ana Amélia, Lasier Martins, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Pedro Chaves, Wellington Fagundes e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Simone Tebet, João Alberto Souza, Ângela Portela, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, José Agripino, José Medeiros, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque e Eduardo Lopes. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RCE 37/2017, de autoria da Senadora Lúcia Vânia. **Finalidade:** Avaliar os indicadores referentes às metas do Plano Nacional de Educação – PNE, durante os três anos de sua vigência. **Participantes:** Priscila Cruz, Presidente-Executiva do Todos pela Educação; Antonio José Vieira de Paiva Neto, Consultor do Instituto Ayrton Senna. Herton Ellery Araújo, Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/09/12

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 37, de 2017, da Comissão de Educação, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a avaliar os indicadores referentes às metas do Plano Nacional de Educação (PNE) durante os três anos de sua vigência.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Convido a Srª Priscila Cruz, Presidente-Executiva do movimento Todos Pela Educação; Antonio Vieira de Paiva Neto, consultor do Instituto Ayrton Senna; Herton Ellery Araújo, técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Cumprimento e agradeço aos expositores. Quero dizer da satisfação da Comissão de Educação em recebê-los aqui para uma avaliação do Plano Nacional de Educação.

Esta Comissão conta aqui com o seu Vice-Presidente, especialista na área, Senador Pedro Chaves; conta também com o Senador Roberto, que também nos honra com sua presença; com a Senadora Maria do Carmo; com assessores dos diversos Senadores; com a imprensa. É com muita satisfação que os recebo aqui.

Eu quero iniciar as minhas palavras dizendo um pouquinho sobre o objetivo desta audiência pública.

A Comissão de Educação tem buscado se inteirar de todo o processo desenvolvido pelo Ministério da Educação. E o Plano Nacional de Educação, ao completar três anos, merece que esta Casa conheça, através dos especialistas, a evolução desse plano. Então o nosso objetivo é exatamente conhecer a avaliação que os especialistas estão fazendo em relação ao plano, a fim de saber onde estão as falhas, onde conseguimos avançar e onde precisamos melhorar.

Todos sabemos a posição central que as políticas educacionais ocupam entre as políticas públicas em todos os países. A utilização do PNE como instrumento ganhou força com a Emenda Constitucional nº 59, de 2009, que tornou esse planejamento uma exigência constitucional, com periodicidade de dez anos. A Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, representa o nosso primeiro esforço no sentido de atender a essa obrigação.

É necessário que o planejamento seja acompanhado por este Parlamento. A ocasião do terceiro aniversário da lei é uma excelente oportunidade não só para avaliarmos em que ponto estamos, como também para obtermos o retorno sobre os nossos processos de planejamento, que é muito mais do que simplesmente o estabelecimento de metas. É preciso verificar se a política pública vai na direção certa, se gera resultados eficientes, eficazes, efetivos e sustentáveis ao longo prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Metas não realistas, metas não acompanhadas, planejamento não flexível, incapaz de atender mudanças conjeturais, metas sem indicadores confiáveis. Esses são alguns dos problemas típicos da precariedade do planejamento em nosso País. Se vamos avaliar uma das políticas públicas mais importantes para a Nação, nada melhor que se faça isso por meio de audiências públicas, como esta que agora se inicia, ouvindo não apenas os especialistas ligados aos órgãos públicos, mas também especialistas de entidades não governamentais afeitas ao tema de educação.

Também é fundamental facilitar a participação do cidadão, razão pela qual esta audiência pública será interativa, permitindo a apresentação de questionamentos e comentários por meio do Portal e-Cidadania, acessível pela internet, a partir do Portal do Senado Federal, www.senado.leg.br, e do serviço Alô Senado, fone 0800-612211.

Com os convidados de hoje, já mencionados aqui, esperamos ter uma audiência bastante produtiva, que nos faça avançar na compreensão do planejamento educacional do nosso País.

Portanto, passo, em primeiro lugar, a palavra à Srª Priscila Cruz, Presidente-Executiva do movimento Todos Pela Educação.

V. Sª terá 15 minutos.

A SRª PRISCILA CRUZ – Bom dia a todos e a todas.

É um prazer voltar a esta Casa novamente para falar do PNE – a gente que esteve aqui tantas vezes em audiências para construção do próprio Plano Nacional de Educação. Quero agradecer o convite da Senadora Lúcia Vânia, a presença de todos vocês. Espero contribuir aqui para o debate. Estou aqui ansiosa para fazer o debate com os meus dois colegas, porque a gente já se conhece bastante.

E acho que, agora, é muito mais; acho que a Senadora Lúcia Vânia falou um ponto importante: a gente tem que separar o que é um plano de metas e aquilo que é o planejamento e o plano de governo para a gente conseguir atingir esse plano de metas.

O Plano Nacional de Educação é muitas vezes atacado por ser uma lista de desejos, por ser um plano irrealista. Então, assim, muitas pessoas acabam criticando o plano, não entendendo o seu caráter e sua natureza, que não é a do planejamento. Cabe à gestão das secretarias estaduais e municipais, ao Ministério da Educação, todos os órgãos e todas as entidades que estão no entorno para garantir a qualidade da educação fazer esse planejamento e cumprir esse planejamento.

A gente tem aqui o Neto, que já foi gestor no Rio de Janeiro, que sabe bem disso, que não adianta a gente criar situações de crítica ao Plano Nacional de Educação, como se ele fosse um planejamento. Acho que tem muita confusão, Senadora, em relação a essas duas naturezas, que são muito distintas.

Por conta disso, o plano precisa, sim, ser defendido. Por incrível que pareça, depois de tantos anos de debate aqui, depois de tanto ser discutido, refletido, o plano ainda precisa ser defendido. Ainda tem muita gente que critica o Plano Nacional de Educação, como se fosse um plano irrealista, um plano que a gente deveria agora colocar na gaveta, porque, afinal de contas, o Brasil está em crise, mais uma das suas crises, quando a gente deveria estar com o pensamento e o raciocínio oposto: o Brasil vive crises múltiplas, sobrepostas e cíclicas, porque nunca fez parte do nosso projeto de nação, se é que a gente um dia teve um projeto de nação claro, a educação como uma prioridade.

A gente nunca colocou a educação como o eixo central do nosso projeto de nação, porque, se isso tivesse sido feito, a gente não estaria vivendo no nível que a gente vive hoje, essas crises que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gente... Eu, que já passei por algumas dessas crises, a gente naturalizou o fato de que o Brasil é isso mesmo. O Brasil vive algumas crises de tempos em tempos, e crises muito profundas.

Então, se a gente quer romper, e eu acho que essa é uma tarefa... Acho que tem duas grandes tarefas educacionais: primeiro, realmente colocar a educação como eixo central do nosso projeto de nação, romper com essa tradição secular de descaso com a educação, acho que esse é um primeiro ponto; segundo, que é um tema que eu espero trazer com força nessa minha fala, na minha apresentação de hoje, é reduzir dramaticamente, drasticamente a desigualdade educacional que a gente tem no País, porque não só a gente tem uma média muito ruim, Senadora, pior do que isso, a gente tem uma desigualdade educacional gigantesca, abissal.

Então, se tem uma tarefa dessa nossa geração, de especialistas, legisladores, gestores públicos, pessoas preocupadas com a educação, se a gente quer realmente dar um passo em direção à modernidade, em direção ao rompimento de tradições que têm excluído o povo brasileiro dos seus direitos sociais, é com educação de mais qualidade, com muito menos desigualdade, buscando a equidade – equidade de oportunidades, para a gente depois começar a falar de outros temas, mas tem que equalizar essas oportunidades educacionais. Então, eu quero dar ênfase nesse tema aqui na minha apresentação.

Por conta dessa nossa obsessão pelo Plano Nacional de Educação, porque eu acho que a gente tem que ter mesmo, senão o plano vai para a gaveta, o Todos Pela Educação organizou, com várias instituições do Brasil todo, inclusive o próprio Ipea, inclusive o próprio Instituto Ayrton Senna, que está aqui, os dois representados, e várias outras organizações de governo, ligadas ao governo, da sociedade civil, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, mais entidades que são ligadas às crianças com deficiência, FGV, Instituto Avisa Lá, Nova Escola, Fundação Lemann. Tem aí uma série de organizações que fazem parte desse Observatório do PNE.

Um ponto essencial, Senadora, é informação. Por que o Brasil, por que o brasileiro não debate educação? Porque a gente não tem acesso. A população brasileira não tem acesso às informações. Então, o Observatório tem esse caráter de dar acesso às informações, para criar monitoramento e consenso dos direitos não atingidos, porque, se a população brasileira não cobrar dos gestores públicos, dificilmente esse gestor público, que não tem muito incentivo político até para batalhar de verdade pela educação, ele nunca vai fazer isso.

Eu tive a oportunidade de visitar muitos países e verificar suas políticas públicas, o que dá certo em um país e por que não está dando certo no Brasil. Enfim, se há uma coisa que é comum – e não se tem muita receita, cada país encontrou o seu caminho para melhorar a educação –, o ponto que todos eles têm em comum é uma população que quer educação de qualidade, cobra e tem mecanismos de transparência para poder ver.

Então, a gente construiu o Observatório do PNE com esse objetivo de dar transparência para tudo aquilo que está acontecendo, para ter um monitoramento não só episódico, mas um monitoramento constante, inclusive sendo instrumento para os gestores terem acesso às suas próprias informações, que muitas vezes eles não têm.

Eu não sei como é que coloca aqui no YouTube. É só clicar? Eu clico onde?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRISCILA CRUZ – Travou. Não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ah, voltou. Agora. E onde eu clico?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRISCILA CRUZ – Ele abre lá, está bom.

Isso aqui é só um vídeo rápido para vocês saberem que tipo de instrumento há lá dentro. (*Pausa.*)

Não deu certo.

Eu vou passando. A gente deixa isso aqui por último, para a gente não perder tempo.

Mas eu faço um convite para todos vocês entrarem no Observatório do PNE. A gente tem dados do Brasil inteiro, de todos os Estados, de todas as regiões, de todos os Municípios, com várias quebras, inclusive quebras de socioeconômico, raça, gênero, rural/urbana. Então, assim, para quem gosta de números, é uma delícia brincar nesse *site* porque ele traz a possibilidade de criar gráficos, de poder baixar tabelas. Então, assim, esse observatório é muito utilizado por pesquisadores para poder justamente ter acesso a esses dados todos.

Eu vou passar adiante.

O que eu estou passando não está...

Agora deu.

Bom; então, agora, o convite que a Senadora fez para a gente de fazer esse balanço dos três anos do PNE.

A gente tem, no PNE, oito metas que tinham prazos intermediários, já entendendo que algumas metas precisam ser atingidas antes de outras para que essas demais também possam ser atingidas. É importante esse conceito do sequenciamento das políticas educacionais. O aluno não vai aprender no ensino médio se ele não se alfabetizou até o 3º ano do ensino fundamental. Claro assim.

Então, a gente precisa mesmo ter uma força maior. Eu gosto da palavra obsessão porque eu acho que falta isso na educação. A gente precisa ser muito obcecado em garantir que toda criança esteja alfabetizada até os oito anos de idade para que, depois, a gente consiga atingir as metas seguintes de aprendizagem também.

E essas metas intermediárias são oito, mais a Emenda Constitucional nº 59, que está ligada à meta dois do ensino fundamental. Dessas metas todas, então, a gente tem, com esse vencimento 2015/2017, são dezessete estratégias e cinco artigos. E, no total, são 254 estratégias, catorze artigos.

Aqui eu não vou passar uma por uma porque eu acho que tem muita coisa, mas fica aqui o material para vocês.

Metas 1, 2 e 3.

O que a gente tem? A gente tem um atingimento até 2015, que é o último dado atualizado que existe. A gente tem, de quatro e cinco anos, temos 90% das crianças na escola, na pré-escola. Em creches, estamos com 30%. Fundamental, crianças de seis a catorze anos.

Vai no fundamental porque tem criança que está para trás, mas, crianças de seis a quatorze anos, a gente tem 97.7%; e, de 15 a 17, 84%. Isso dá 2,5 milhões de crianças e jovens fora da escola. Esse é o grande dado, a grande informação dessas três primeiras metas.

Num país que já foi a sétima economia, passou para a oitava, a nona, mas, enfim, é um país que tem uma série de oportunidades de crescimento, uma população com uma cultura diversificada, rica, um povo que tem muito para dar, mas que tem 2,5 milhões de crianças e jovens fora da escola. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quem são essas crianças? São justamente as crianças mais pobres, as que mais precisam de educação para poder romper o seu ciclo de exclusão e pobreza, Senadora. Então, a gente está fazendo aqui um genocídio de crianças e jovens fora da escola, justamente as que mais precisam.

Quando a gente olha em creche, que é inclusive um serviço não só educacional, mas um serviço social importantíssimo para a mãe, para a família inteira, a criança estar na creche, e numa creche de qualidade. A gente tem um estudo que nem é tão recente, precisa ser atualizado, do BID, em que fizeram uma avaliação da qualidade das creches no Brasil. O que a gente mais tem no País são crianças presas numa cadeirinha olhando para um teto branco. Isso é pior do que qualquer coisa. Isso acaba com o desenvolvimento cognitivo, emocional, nutricional, físico dessas crianças, o que a gente sabe que é tão importante para o seu desenvolvimento.

No quartil mais rico de renda, você tem mais criança na creche; no quartil mais pobre, a gente tem menos. Olha como, numa política tão mais importante para as famílias pobres, são as famílias mais pobres que menos têm acesso a esse serviço. E esse padrão aparece durante todo o acompanhamento do PNE, infelizmente.

Aqui, desigualdade das matrículas em pré-escola.

Fora da escola: quatro vezes mais no quartil mais pobre. Então, a gente tem quatro vezes menos crianças do quartil mais pobre na pré-escola. Pré–escola que é obrigatória desde 2016, que é o prazo final da Emenda Constitucional nº 59, que é obrigatória, a gente ainda tem quatro vezes menos entre as crianças mais pobres.

No ensino médio ou na idade do ensino médio, que é de 15 a 17 anos de idade.

Metade dos jovens de 15 a 17 anos do quartil mais pobre está fora da escola. No mais rico, 14% está fora. Então, a gente tem que a metade dos jovens mais pobres está fora do ensino médio; no quartil mais alto de renda, 14%. Quando a gente fala em médias no Brasil, elas falam muito pouco. Por isso que focalização na educação... A gente fala muito em focalização em desenvolvimento social, com Bolsa Família e outras políticas que foram surgindo ao longo dos últimos anos, mas política focalizada em educação é a nova fronteira que a gente vai precisar enfrentar. E a gente vai precisar criar soluções para focalização de políticas. Não adianta ter políticas para todo mundo; a gente precisa focalizar nos alunos mais pobres.

Aqui é a porcentagem de matrículas de alunos com deficiência. A gente vem aumentando o número de alunos com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades em classes comuns, isso vem subindo no País. No entanto, eles são grande parte das crianças fora da escola. A gente não tem uma informação. A gente já tem conversas com o IBGE para poder melhorar a qualidade desse dado, para que a gente consiga encontrar onde estão essas crianças, quais são os Municípios e quais são as áreas onde a gente precisa ter essas políticas focalizadas, porque política focalizada depende de informação, para saber onde focar.

O IBGE tem um grande trabalho... Fica até uma sugestão para todos vocês aqui no sentido de ajudar a gente nessa articulação junto ao IBGE, para melhorar a qualidade desse dado, para a gente poder encontrar onde estão essas crianças que estão muitas vezes – a maioria delas – presas em casa. Muitos pais e mães – mães, principalmente – e muitas avós, que hoje são grande parte de quem cuida dessas crianças, acham que a criança, porque tem algum tipo de deficiência, não precisa ir para a escola. Então, fazer a busca ativa dessas crianças, desses jovens, na casa, e levar para a escola, é fundamental; e dar condições para eles nas escolas também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aqui, ainda dentro de educação especial, basicamente quero dizer que a pior infraestrutura vai justamente para essa educação especial.

(*Soa a campainha.*)

A SRª PRISCILA CRUZ – As escolas que atendem mais essas crianças têm menos condições ainda.

Aqui é um dado que eu acho chocante. A gente tem aqui: terceiro ano do ensino fundamental. Está lá, é a meta nº 5 do PNE, que é a alfabetização das crianças até, no máximo, o terceiro ano do ensino fundamental. Muita gente – e eu até entendo – tem críticas fortes a essa meta, porque o terceiro ano é muito tarde. É tarde, mas no terceiro ano, que é tarde, a gente não está conseguindo fazer o nosso trabalho.

Esse é um dado – a gente já teve conversas no Inep – superestimado, porque a régua que o Inep colocou é uma régua muito baixa. Então, você coloca muito aluno acima dessa régua. Ela considera plenamente alfabetizada a criança que não está plenamente alfabetizada. A régua do Inep é muito baixa, é muito baixa mesmo, e mesmo assim a gente tem: das crianças com nível socioeconômico muito baixo, 45% estão alfabetizadas; com nível socioeconômico mais alto, é 98%. Então, olha o berço da desigualdade geral do País, social e econômica: começa logo quando a criança tem oito anos de idade. A gente separa. Das crianças do nível socioeconômico mais baixo, metade sabe ler; quase 100% do mais alto sabem ler. É essa fissura que a gente construiu no nosso País, em que umas vão aprender e as outras não vão aprender.

Em matemática, a diferença é maior ainda, porque do nível socioeconômico mais baixo, é 14%; e do nível socioeconômico mais alto, é 86%. Então, é uma diferença ainda mais gritante. Não é à toa que o ensino de matemática e ciências no Brasil é tão ruim no ensino superior, até. Acabou de sair o "*Education at a Glance*", que é o relatório da OCDE, mostrando exatamente isso. No nível superior, o Brasil em STEM (que é Ciências, Tecnologia e Matemática) está lá no final da fila. Como a gente consegue promover um desenvolvimento social e econômico do País, se a gente não tem pessoas que sabem, que aprenderam matemática logo no terceiro ano? Isso permanece.

Indo um pouco mais rápido, em infraestrutura, a gente bate muito nessa tecla, Senadora, porque para fazer com que as oportunidades educacionais sejam mais equivalentes, a gente precisa dar mais para quem tem menos. A gente vai precisar fazer isso. A gente tem que dar as melhores escolas, os melhores professores, os professores com mais experiência, e melhor infraestrutura também.

Aqui é infraestrutura... Desculpem, aqui é Ideb, vou chegar a infraestrutura. Ideb (Meta 7).

A média brasileira é 4,8 do Ideb...

Desculpem; é infraestrutura. É isso mesmo. É isso que eu queria falar.

É o seguinte. Escolas que têm todos os itens de infraestrutura que estão previstos no PNE: 4,8% das escolas brasileiras. É uma média muito baixa. Aí você pega as escolas que atendem o nível socioeconômico mais alto: 70% dessas escolas têm todos os itens. Olhem a diferença de 5%, que é a média, para 70%, do nível socioeconômico mais baixo. E dos alunos que têm o nível socioeconômico mais baixo, são só 2% das escolas.

Então, se a gente tem que dar mais para quem tem menos, a gente está fazendo justamente o oposto. A gente está dando mais para quem já tem mais e menos para quem já tem menos. Isso se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

reflete em todos os resultados. Esses alunos mais pobres já têm menos condições de aprender fora da escola. Eles têm um entorno familiar, um entorno comunitário, com um repertório muito mais baixo. Eles têm um problema nutricional que acaba afetando muito o potencial de aprendizado deles. Eles têm uma série de outras dificuldades de violência, de saúde na família, de emprisionamento na família. Eles têm uma série de outras questões e, mesmo com isso tudo, a gente ainda dá menos para eles mesmos. Então, acho que se a gente não atuar fortemente e corajosamente para enfrentar essa situação, a gente vai manter essa situação indefinidamente.

Aqui ainda é a meta nº 7. É a mesma coisa. Vocês vejam a escadinha que a gente tem, tanto em quinto ano, que é o de cima, quanto em nono ano, que é o de baixo. Língua portuguesa está à esquerda, matemática à direita. Você tem essa escadinha sempre. Quanto menor o nível socioeconômico, você tem um resultado pior. E aqui eu quero usar também uma outra expressão importantíssima, um conceito importantíssimo. O nível socioeconômico ajuda a explicar, mas ele não pode justificar. Acho que o Wellington vai falar um pouco do caso de Sobral, que é um caso que conseguiu reverter essa tendência, porque se nada for feito, essa é a tendência. Mas há coisas para serem feitas. A gente consegue reverter esses quadros.

Meta nº 9. Taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais. Vem subindo, mas ainda é muito tímido. Quem são os analfabetos adultos? De novo. São os mais pobres, os negros, os que vivem nas áreas rurais.

Meta nº 15. Professores com ensino superior. Essa é uma meta que vem melhorando no País. Acho que a gente consegue chegar ao cumprimento dessa meta. Estamos caminhando para isso, mas ainda assim, de novo – eu vou ficar falando isso o tempo inteiro –, as escolas que atendem as crianças com nível socioeconômico mais baixo têm menos professores com formação na área que lecionam. Então, o que a gente mais tem no Brasil é professor de física formado em matemática. É o que mais tem. Não tem professor de física formado em física. O que mais tem é formado em matemática dando aula de física. Essa inversão acontece mais frequentemente nas escolas que atendem os alunos mais pobres. Depois a gente vai lá no Enem e fala: "poxa vida, esse aluno não aprendeu. Por que ele não teve uma nota boa? Porque ele não está conseguindo entrar na universidade? Por que ele não conseguiu uma nota para poder entrar?" Ele não teve condição de aprender. O professor de matemática não vai conseguir dar a aula de física que ele precisa para ter a nota do Enem para entrar na universidade. É por isso que só metade dos alunos do ensino público faz o Enem. Não é todo aluno que faz. Eles desistem. Eles acham que não é para eles, porque eles não aprenderam. Eles não tiveram professor para isso.

Meta nº 18. Porcentagem de Municípios com plano de carreira para o magistério.

Isso também vem melhorando. Aqui não há uma avaliação qualitativa. Obviamente o plano de carreira tem planos e planos – tem planos excelentes e tem planos que, inclusive, podem estrangular a capacidade de lecionar dos professores, pode ser bem ruim. Aqui, de novo, temos menos Municípios no Norte do que no Sul com planos de carreira.

Meta 19, que é a forma de escolha. Isso aqui está estacionado, não conseguimos avançar na forma de escolha de professores no Brasil. Então, infelizmente o PNE não foi um bom indutor para essa meta, precisa dar mais luz para isso. Temos casos, como no seu Estado, Senadora, lá em Goiás, em que houve uma alteração na forma de seleção de diretores que rapidamente conseguiu dar uma resposta. É uma política. Sempre falamos: "Educação demora, há muita coisa que precisa ser feita, é uma política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de longo prazo", mas algumas políticas conseguem dar resultados mais no curto prazo. Goiás foi um exemplo disso, Goiás é um Estado que saiu da 17ª posição e foi para a primeira posição do Enem, com algumas poucas políticas, mas políticas que conseguiram dar um grande avanço.

Uma delas aqui, no Brasil, na média, não tem avançado muito. Conselho Escolar também não avança muito. Enfim, vou passar aqui, porque aqui há muita coisa.

Termino fazendo o convite para que todos vocês, além do Observatório do PNE, que tem todos esses dados e mais um monte...

Também produzimos o *Anuário Brasileiro da Educação Básica*, que está em cima da mesa de vocês. Produzimos esse anuário todo ano, como o próprio nome diz. No anuário, reunimos as principais informações da educação. Acreditamos que as pessoas precisam ter informação para poder lutar melhor e ter mais argumentos para poder fazer com que a educação avance. E esse anuário tem um recorte específico em desigualdades. Não podemos olhar médias no Brasil. Média no Brasil, em educação, diz muito pouco.

Com isso, eu agradeço – acho que estourei um pouquinho o meu tempo – o convite e fico à disposição aqui das questões e do debate.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço a Priscila Cruz, Presidente-Executiva do movimento Todos Pela Educação, e passo a palavra agora ao Sr. Antonio José Vieira de Paiva Neto, Consultor do Instituto Ayrton Senna.

Bom; V. Sª dispõe de 15 minutos.

O SR. ANTONIO JOSÉ VIEIRA DE PAIVA NETO – Muito obrigado.

Quero agradecer o convite à Senadora Lúcia Vânia, à Comissão de Educação. Quero aqui também saudar os meus colegas Herton e Priscila, já nos conhecemos há bastante tempo.

Vou abordar um pouco daquilo que a Priscila colocou numa outra perspectiva que eu acho que é importante nesses três anos que o plano já alcançou: como é que podemos olhar pelo lado da gestão? Eu acho que existe sempre uma perspectiva de que o plano, por si só, vai induzir as políticas públicas a se realizarem. Chegamos a três anos e estamos constatando que não é bem assim. Então, eu acho que, do ponto de vista da gestão pública, é preciso também dar uma resposta. A Priscila colocou muito bem isto, da ideia de como a educação tem que se tornar uma agenda para o País.

Eu, hoje, apoio o Instituto Ayrton Senna, mas venho duma atuação na área educacional de muito tempo, de professor, diretor de escola, até chegar a Secretário de Educação. Esse percurso me deu condição de olhar as coisas de vários ângulos, das dificuldades que existem em todos os campos: dentro da escola, para gerir uma escola, para gerir uma rede de escolas, para poder atingir metas de planos. Isso é de uma dificuldade enorme no País, mas acho que tem perguntas que o plano nos obriga a fazer.

Eu já havia feito uma relação e a ideia era pensar por que as metas não foram atingidas. Há inclusive no momento, no Brasil, eu escuto em alguns cantos, pessoas criticando o plano até discutindo que ele foi feito num momento, com uma composição de forças que definiu um desenho do plano, que as metas podem não ser atingidas a partir daquela perspectiva que aquele grupo tinha e acho isso uma argumentação muito perigosa porque, na verdade, os grupos foram legítimos e criaram um plano legítimo. O plano é legítimo e é o que temos para o País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu acho que é plenamente possível focarmos e focalizarmos naquilo que é essencial para que o País consiga superar as suas dificuldades e alcançar uma educação de qualidade. Então, a primeira pergunta é: por que as metas não foram atingidas. Eu acho que tem algo que eu presenciei no Brasil, no próprio Estado do Rio de Janeiro e em outros Estados que é a dificuldade que se tem no Brasil hoje de se fazer planejamento.

A princípio não se tem metas estabelecidas nos Estados, mas o plano já estabelece metas, metas de educação infantil, metas de acesso à escola pública são metas que são cruciais, são basilares. A princípio, precisaríamos pensar que precisamos atingir aquilo que é um mínimo e eu acho que o plano que trata disso não é um plano tão ambicioso. Ele está falando de algo que é básico e que um País que, pelo menos, pretende chegar a um patamar de desenvolvimento e desenvolvimento social precisa atingir. Então, é inadmissível que hoje tenhamos 2,5 milhões de crianças e jovens fora da escola.

O que significa isso? Significa que gestores públicos não conseguiram executar seus financiamentos, seus recursos focados naquilo que seria fundamental: oferta de escola e infraestrutura. Infraestrutura requer financiamento, financiamento requer planejamento e algo que hoje no Brasil é fundamental é que o gestor público primeiro entenda que educação é talvez a área mais fundamental de um País. E no Brasil eu acho que se torna mais ainda num momento de crise como nós estamos passando ela se torna evidente. Aqueles mais pobres que não tiveram acesso a uma educação de qualidade são os que estão mais sofrendo neste momento. Então, o colchão de proteção se perde quando a educação é frágil para essa população e, é justamente a partir desses dados que foram apresentados pela Priscila, que se demonstra que justamente os mais pobres é que têm acesso aos piores recursos. São as escolas com pior infraestrutura, são os professores que não têm a formação adequada para aquela etapa de escolaridade, muitas vezes não têm acesso a merenda, muitas vezes não têm acesso a material didático.

Não é possível pensar em educação sem que um mínimo seja garantido. Tem um artigo do Ricardo Henrique essa semana – acho que foi no *Valor Econômico* – em que ele coloca isso. Se o Brasil não investir na educação a desigualdade vai colocar o país na segunda divisão da economia mundial. Isto não é uma projeção fatalista, isso já é dado no brasil. Mesmo nos momentos de crescimento econômico mais intensos que o Brasil passou nos últimos dez anos chegou-se ao ponto de exportar mão de obra técnica de outros países porque o Brasil não tinha condição de dar conta. Isso aconteceu no Rio de Janeiro e isso significa que o Brasil tem uma lacuna para resolver. Ele precisa atingir isso. Então, o plano traz metas talvez ambiciosas para a realidade que nós temos, mas o que eu vejo como fundamental é focalizar aquilo que hoje seria algo extremamente urgente a ser realizado. É preciso construir escolas em alguns lugares. Eu vou dar um exemplo do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro não consegue atender aos jovens do ensino médio em horário diurno em toda a sua cidade. Existe uma região da Zona Oeste do Rio de Janeiro em que não existe escola pública de diurna, nem noturna. Como é que pode isso? Como é que se deixou fazer isso? Então, é preciso ter foco.

O que eu vou fazer primeiro? Eu vou construir isso ou aquilo, ou eu vou construir escola? Então, esse ponto é crucial na decisão do gestor e o gestor precisa olhar para a educação como algo que é a alma de uma Nação. A gente precisa ter um projeto de País e esse projeto de País passa pela educação. Isso é inevitável. O ponto que eu entendo que precisaríamos pensar em relação a plano é estabelecer exatamente alguns elementos que são estruturantes para se atingir metas. O que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

questões estruturantes? É a ideia de que é preciso que cada região, Município gestor entenda que é preciso planejar, que é preciso fazer um diagnóstico, entender quais são seus maiores problemas, quais são seus maiores desafios e focalizar o seu planejamento numa política efetiva de superação dessas dificuldades. Só assim a gente vai, gradativamente, superando as desigualdades.

Eu conversava com o Herton aqui na sala ao lado quando comentei de um estudo do Ipea que utilizamos no Rio para fazer uma política pública. Qual? Nós identificamos que a partir de um estudo do Ipea que os jovens formados no ensino médio na favela ganhavam 10% a menos que os jovens que não eram da favela e eram formados no ensino médio. Então, essas crianças com baixa estima e num ambiente que não lhes estimula é convidada a sair da escola. A partir desse estudo, o que nós fizemos? Pegamos o CadÚnico, essas famílias do Bolsa Família e oferecemos uma poupança para essas crianças mais pobres não saírem da escola e isso reduziu a evasão nessas regiões em 40%.

Quando se pensa, faz um diagnóstico, entende o problema e planeja com foco, o resultado é certo porque com o planejamento nós conseguimos superar os desafios. O plano estabelece metas, mas não diz como é o planejamento. Essa é a cultura que nós precisamos começar a desenvolver no País para que cada gestor, cada Estado, cada Município, para que o Brasil como um todo – do ponto de vista da união dos Estados membros - , tenha uma visão de planejamento e de continuidade.

Se eu pudesse elencar aqui algo que o próprio Observatório já identificou sobre uma postura de procurar atender às metas do plano seria, primeiro, fazer um diagnóstico, como falei, organizar um planejamento a partir desse diagnóstico, focalizando aquilo que impacta a maior desigualdade naquela região. Isso vai ser diferente em várias regiões do Brasil. São Paulo tem desigualdades. Mas São Paulo tem desigualdades, Alagoas também tem, o Rio, o Espírito Santo. Cada um com uma característica diferente. O planejamento, por isso, não pode ser igual para todo o mundo. Então, a ideia da identidade local é importante.

Um outro ponto que é importante é a intersetorialidade. A educação sozinha não vai resolver todos os problemas. Uma comunidade pobre que é atingida pela violência todo dia, se não houver um programa que junte saúde pública, segurança pública, assistência social e educação, não vai conseguir alavancar aquela população daquela situação de desigualdade. Então, existem outras dimensões que precisam ser pensadas para atingir-se uma determinada meta. Uma meta, por exemplo, de oferta de ensino diurno numa comunidade pobre do Rio de Janeiro. Construir a escola não significa que aquela criança vai ser acesso à escola, porque aquela escola pode estar num local onde uma facção não permite que outra entre e a escola fica vazia. Existe isso. Então, a segurança pública precisa ajudar no processo. A intersetorialidade é necessária para que você também consiga estabelecer um planejamento que atinja, realmente, a causa da desigualdade.

Vejo que esses são gargalos importantes a serem explorados no Brasil. Acho que há gargalos que hoje o plano aponta como aqueles que precisam ser enfrentados. São os gargalos da infraestrutura: a construção de escolas, a manutenção de escolas. Às vezes, as redes têm as escolas, mas as escolas estão caindo aos pedaços. Então, esse é um ponto importante.

Na perspectiva de expansão de educação integral e de tempo integral. Se não houver espaço, não haverá educação em tempo integral. Atender uma demanda em tempo integral significa multiplicar por duas aquela escola. Isso é infraestrutura também. Infraestrutura é também garantir material didático, é garantir acesso a novas tecnologias. São elementos que hoje são cruciais para o atingimento das metas do plano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Carreira de professor, formação inicial, esse também é outro gargalo. Há Estados que têm dificuldades na organização de carreiras e de pagar o professor. Pagar um ótimo, um bom salário para o professor, dar garantias de a carreira ter progressão. Esses são problemas sérios de atratividade para a carreira.

E financeiro. O financiamento, talvez, seja um dos maiores gargalos, agora no Brasil, diante do cenário de crise econômica que nós temos pela frente. Nós temos uma lei que limita a questão do teto de gastos. Não é que isso seja ruim. O teto de gastos, na verdade, vai estabelecer aquilo que é possível dentro do orçamento – vivi muito isso no Rio de Janeiro. Mas a questão é: qual é a decisão do gestor? Isso vai gerar uma posição de decisão do gestor. Você tem um teto, mas você tem um financiamento. Qual vai ser a prioridade da gestão? Aí entra a discussão sobre a educação. Educação é ou não é a prioridade? Essa decisão difícil é uma decisão crucial, secular, para o País hoje. Ou ele decide que a educação é fundamental – e nós hoje vivemos o término, já, talvez o fechamento de uma janela de oportunidades, onde nós estávamos num platô de juventude que vai se fechar e aí nós passaremos a ter a dificuldade de não ter formado os jovens do País, de não os ter qualificado para um País desenvolvido – ou chegaremos, daqui a 20, 30 anos, com uma população economicamente ativa de qualificação muito inferior ao padrão mundial e com uma população mais velha. Quem sustentará a economia e a Previdência? Esse é um ponto que, talvez, esteja se unindo a todos os problemas que o Brasil vai enfrentar daqui para a frente.

A educação, hoje, é a decisão talvez mais estratégica que o Brasil precisa assumir do ponto de vista do seu futuro. Termino exatamente colocando a minha perspectiva de que é preciso focalizar naquilo que é mais urgente hoje no plano, criar as condições para que essas metas sejam realizadas, alcançadas, estabelecer, junto aos gestores, a ideia de que tem de haver uma cultura de planejamento. Esse planejamento tem de ser focalizado nas metas e nas grandes desigualdades que a gente precisa enfrentar e, daí, criar os mecanismos necessários de financiamento para esse alcance.

Basicamente era isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço ao Sr. Antonio José Vieira de Paiva Neto, Consultor do Instituto Ayrton Senna, e passo a palavra ao Herton Ellery Araújo, técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – Ipea.

V. Sª dispõe de 15 minutos.

O SR. HERTON ELLERY ARAÚJO – Bom dia a todos!

Queria começar agradecendo ao convite da Comissão. Para mim é um prazer estar aqui para discutir esses três anos do PNE. Nos últimos três anos é a coisa que eu mais tenho feito.

O meu plano de apresentação vou começar com uma introdução, falar um pouco para vocês de como vejo a educação brasileira, vou falar um pouco do contexto em que o plano foi feito. Depois vou falar de alguns aspectos favoráveis que a gente tem à efetivação do plano e do que a gente está pensando, lá no Ipea, para poder melhorar na implementação desse plano. São três partes. Vou tentar fazer isso em 15 minutos, talvez até menos, vou ver. Eu havia me programado para vinte, mas acho que eu consigo fazer em quinze.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Mas V. Sª tem toda a liberdade.

O SR. HERTON ELLERY ARAÚJO – Está bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, gente, primeira coisa: histórico: a sociedade brasileira negligenciou a educação básica de sua população. Isso é um fato histórico. O leite já está derramado. Se a gente pegar qualquer informação, por exemplo, taxa de analfabetismo, a nossa é muito maior do que dos nossos vizinhos até latino-americanos aqui. Então, só para vocês terem uma ideia, nós hoje estamos com uma taxa de analfabetismo de 9%, a Argentina tinha essa taxa de analfabetismo há 50 anos atrás. Então, nós negligenciamos a educação brasileira, está certo? Isso é um fato. Qualquer informação que a gente pegue a gente vai ver isso: a educação básica brasileira. Esse é o primeiro ponto.

Bom, aí o objetivo geral do PNE. Não é o nosso primeiro Plano Nacional, na verdade na Constituição de 88 a gente colocou que deveríamos ter planos decenais. O primeiro foi o de 2000 a 2010, depois passamos quatro anos discutindo, e fizemos de 2014 a 2024. Então, olha, o objetivo geral é prover educação de qualidade para todos os cidadãos, ou seja, resgate – um resgate, uma tentativa de resgate – da educação brasileira. É assim que eu vejo o PNE. O PNE não é ousado, não é nada; é uma tentativa de resgate da nossa negligência histórica com a educação brasileira.

É assim que eu acho que a gente deve ver o PNE e deve se colocar na construção de uma educação minimamente... Porque outros países conseguiram, com menor desenvolvimento do que a gente. Não tem justificativa para a gente ficar marcando passo ainda na educação. Dá para a gente dar um salto de qualidade. E o PNE vem exatamente mostrar para a gente que é possível fazer isso.

Bom, características do PNE que eu acho que são muito boas: primeiro, o plano possui metas claras e objetivas. Qualquer empreendimento, se você tiver metas claras e objetivas, você facilita a alavancagem desse empreendimento. Então, o PNE tem essa característica: tem metas claras e objetivas.

Segundo, já no Brasil, já temos um bom sistema de monitoramento. Temos instituições como o IBGE, que é uma instituição de excelência mundial, temos o Inep, que é outro... O Censo Escolar anual do Inep é um dos melhores do mundo. Agora nós tivemos dez anos que o Inep faz por aluno, é um dos... todos os pesquisadores veem que é um dos melhores censos escolares do mundo; e temos uma sociedade civil organizada, como o Todos Pela Educação, essas instituições que estão aqui, que conseguiram fazer o que a Priscila mostrou aqui para a gente: um *site* que acompanha cada uma das metas com informações. Óbvio, tudo isso que eu estou falando para vocês, você pode melhorar em todos eles. Então, temos essas coisas que são muito... essas duas características que são muito boas para a gente conseguir fazer um Plano bom.

O que que eu acho que a gente ainda precisa? A gente precisa aperfeiçoar o sistema de gestão do Plano. Que não é um Plano único: nós temos 5 mil Municípios, 5 mil sistemas de educação básica, e a gente precisa aprimorar isso, é isso que está faltando para a gente.

Bom, por que é que está faltando ainda isso? Primeiro, porque nós não temos uma tradição, é o nosso segundo Plano, só. E segundo: é que o PNE – esse, atual – foi aprovado no início da maior crise da sociedade brasileira. É como se viesse um Irma: assim que a gente aprovou o PNE, veio um furacão na nossa sociedade, um furacão de intensidade cinco.

Então, olha só, eu trouxe para vocês aqui algumas informações. Olha, é como se fosse: a gente estava lá em 2013, céu de brigadeiro; olha, a taxa de crescimento estava 3%, a nossa inflação, 5,9% – já estava subindo um pouquinho –, perto do teto da meta, mas estava dentro da nossa meta que a gente estipulou, que era 6,5%. Aí, em 2014, o redemoinho começa a crescer, e a gente já não cresceu quase nada: 0,1%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aqui tem aquele ponteiro *laser*?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HERTON ELLERY ARAÚJO – Não, esse não tem.

Bom; então, bem ali, em 2014 – esse gráfico azul é a taxa de crescimento real do PIB –, então, o Irma já tocou o solo ali. Ainda não era intensidade cinco, mas ele já tocou: a taxa de crescimento quase nada, e a inflação subindo.

Aí, ele tocou o solo com intensidade cinco foi em 2015. Olha só: menos 3,8% do PIB real, e a inflação foi para mais de 10%, mais de dois dígitos. Então, o Irma veio e... bum! Fez aquela bagunça.

O outro ano, em 2016, também tivemos uma taxa de crescimento muito ruim, real: menos 3,6%, e a inflação, ainda assim, continuou muito alta.

E aí, agora – esse que eu botei em amarelo aqui são... na verdade, esse 2,7% da inflação, ontem saiu boletim do Banco Central já dizendo que vai ficar em 3%, 3,05%, a inflação esse ano; esse aí é de agosto a julho; dezembro, como aumenta um pouquinho a inflação, vai ter um aumentozinho, e a nossa taxa de crescimento ainda está perto – e isso é perspectiva –, ainda está perto do zero. Ou seja, nós estamos parados em termos de PIB.

Bom, isso é o contexto no qual o PNE foi aprovado. Isso é o contexto macroeconômico. Agora, tivemos uma crise institucional também, que veio junto. Olha só: só para vocês terem uma ideia, nós passamos por seis ministros da educação desde quando o Plano foi aprovado. Em três anos. Se você pensar, é uma média de seis meses para cada ministro da educação. Um ministro da educação é como se fosse o timoneiro do barco. Não é que o federal vá fazer tudo, mas a União tem um poder de organização muito grande. Olha só, tinha um ministro lá, ficou de janeiro a dezembro, quando o Plano foi aprovado, depois um passou três meses – o Cid Gomes –, o outro passou um mês, o outro passou seis, o outro, sete, e agora nós temos um que está há um ano e quatro meses. Mas nosso céu não está de brigadeiro ainda, institucionalmente, todos nós aqui sabemos disso. Então, esse é o contexto do PNE, que a gente tem que trabalhar em cima dele.

Bom, apesar da crise, gente – aqui eu quis mostrar o contexto –, a principal fonte de financiamento da educação básica, que é o Fundeb, teve ganho real no primeiro triênio do PNE. Olha que maravilha: apesar daquilo tudo que eu mostrei para vocês, de um furacão na economia, um furacão institucional, o nosso fundo de financiamento, que é o Fundeb – ele não é o único, mas é um dos principais, é o nosso... –, ele não teve queda real; na verdade, ele teve ganho real. Olha só, o valor aluno/ano mínimo nacional, que é, quando o Fundeb é distribuído, é o mínimo do fundamental para todo mundo. Lá em 2013, naquele céu de brigadeiro, era R$2 mil. Subiu para R$2,285 mil, um crescimento real, já descontada a inflação de 6% – 6,7% –, depois cresceu em 2015 para R$2,576 mil, que foi para 13% em relação ao de 2013. Aí, depois caiu um pouquinho, mas ainda ficou 10% superior em termos reais. Aqui, descontada a inflação, ele ficou num patamar de 10% acima do que era em 2013.

Então, em termos de fluxo, o dinheiro não caiu para a educação básica. Acontece é o seguinte: é suficiente R$2 mil, R$2,875 mil? Essa é uma questão: a gente sabe que não é suficiente. Como é que a gente sabe que não é suficiente? O pessoal da Campanha pelo Direito à Educação fez em 2005 um trabalho, o chamado de CAQi, custo aluno ano, e eles estimaram lá. Na estimativa deles, esse valor – lá em 2015, esse valor que é de R$2,6 mil, para eles seria de R$3,7 mil; lá no Ipea a gente pegou, depois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que saiu o PNE, a gente pegou essa ideia dele do CAQ e fez um CAQ mais bombado, dadas as metas do PNE. Que o maior custo da educação é mão de obra, é salário de professor, é o maior custo da educação.

Como o PNE tem metas claras para o salário de professor, a gente fez uma estimativa, e o nosso custo, em vez de R$2,576 mil, em 2015, seria R$6,9 mil por ano por aluno – seriam 167% a mais. Esse seria um custo dado o CAQ, dada aquela qualidade. Bom, mesmo com isso, colocando todo mundo do PNE, o que a gente gasta em educação já está quase lá para atingir 6,9, e a gente deu 2,6, em 2015 – eu peguei o valor de 2015. Então, olha só: isso não é suficiente, mas não houve queda, apesar da crise. Essa é a primeira mensagem.

A segunda mensagem é a seguinte: esse comportamento de não queda não se deve ao comportamento da União não dando mais dinheiro para a educação básica, não. Deveu-se, exatamente, aos fundos, aos 27 fundos estaduais. Não houve uma queda tão grande da arrecadação dos Estados, como a gente viu – não estou falando em Município aqui, porque Município não contribui para o Fundeb. Então, já está havendo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HERTON ELLERY ARAÚJO – Só no Fundo de Participação dos Municípios, mas não contribui com seus próprios impostos. Mas já está havendo uma discussão aqui no Congresso sobre um novo Fundeb para a gente dar uma melhorada nele, e, no Ipea, a gente está discutindo isso também. Mas o contexto é esse.

Agora eu quero mostrar para vocês um aspecto favorável para o nosso PNE. Desde quando o Inep começou a fazer o censo, em 2017, por aluno, a gente está vendo o número de matrículas na escola pública cair. Por que está acontecendo isso? Por dois motivos: primeiro, porque a fecundidade no Brasil caiu – a cada ano, está nascendo menos criança no Brasil; isso é um fato. Demograficamente, a gente está saindo... Então, a demanda por escola pública está diminuindo no Brasil. Bom, com aquela crise toda, poderia haver uma migração das escolas privadas para as públicas, poderia explodir a matrícula pública, mas não foi isso que a gente viu. Eu botei em vermelho ali, porque, em 2017, não há o número de matrículas, pois não foi feito o censo escolar ainda; então, é quase a repetição de 2016. Mas, se vocês olharem, a demanda por matrícula pública, por escola pública está diminuindo. Essa é uma oportunidade ótima para a gente – com a infraestrutura que a gente tem e fazendo uma boa gestão – de melhorar a qualidade da educação brasileira. Para mim, esse é um fator positivo que a gente tem para conseguir atingir as metas do PNE.

Bom, há duas perguntas. Todo mundo que está na escola deveria estar na escola? Essa é a primeira pergunta que a gente deve fazer sobre educação em qualquer lugar. Segunda pergunta – como se fosse uma cebola, você vai abrindo: as pessoas que estão na escola estão aprendendo o que deveriam estar aprendendo? Há uma resposta a isso. Nós conseguimos criar um indicador chamado Ideb, que dá um pouco dessa resposta. Faz-se uma prova para saber se os alunos estão aprendendo o que é ensinado na escola – não é o que deveriam estar aprendendo, mas o que é ensinado na escola. O que deveriam estar aprendendo é outra discussão, é a discussão do currículo.

Então, olha só: o nosso Ideb tem melhorado desde 2005 – só no ensino médio ele está meio paradão. Por isso o Governo quis fazer essa reforma no ensino médio; nós estamos precisando dar uma chacoalhada no ensino médio. Mas, se você olhar aquele primeiro... Eu vou falar um pouco dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

anos iniciais, que, para mim, são a base de tudo, quando as crianças aprendem a ler e a escrever e as noções básicas de matemática para que elas possam dar um salto de qualidade e, lá na frente, conseguir aprender mais. Tenho três minutos, mas vai dar tempo. Bom, gente, então eu vou falar dessa linha de cima, que demonstra que a gente atingiu a meta do PNE: são os anos iniciais, que, para mim, são muito importantes, porque essa é a base – a gente tem que começar pela base, na minha opinião.

Eu fiz um exercício. Essa é a média nacional que eu mostrei para vocês aqui, só que eu posso dizer para vocês que há experiências em redes de ensino regionais que demonstram que podemos fazer muito mais do que estamos conseguindo em nível agregado. A nossa meta é 5,3 – não é, Priscila? – no ensino fundamental, anos iniciais, e nós já estamos com 5,5. Mas há Município no Brasil que já conseguiu 8,8.

Ou seja, experiências regionais estão mostrando que a gente pode ser mais ousado, que é possível fazer mais. Se a gente der um foco na gestão – como o Antonio falou aqui –, se a gente fizer isso, a gente consegue fazer mais.

Então, olha só: eu botei aqui, no mapa, o Ideb dos anos iniciais. É claro que os Estados mais ricos, como São Paulo, Minas e os dois do Sul, têm maior Ideb – esses que estão em verde têm os maiores. Olha uma ilhazinha lá. O Ceará tem um dos maiores – os de branco têm os menores. É uma ilha que está conseguindo romper essa coisa, no ensino fundamental, de as crianças aprenderem a ler e a escrever e as noções básicas de matemática, que é como o Ideb mede o aprendizado.

Então, olha só, eu vou mostrar para vocês um exercício que eu fiz – tenho um minuto e trinta; acho que dá. Eu não quero fazer coisa muito técnica, mas é fácil entender. Nos anos iniciais, como a Priscila falou, uma criança que é filha de um analfabeto, numa família de analfabetos, tem mais dificuldade de aprender na mesma escola do que uma criança cuja mãe, por exemplo, tem ensino superior, porque o repertório da mãe em casa e da criança tende a ser maior; o número de palavras que os pais usam com ela tende a ser maior. Então, o aprendizado das crianças de mãe analfabeta tende a ser menor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HERTON ELLERY ARAÚJO – Mas, olha aqui: eu fiz exatamente isso. Eu botei, nesse eixo debaixo, a taxa de analfabetismo por Estado brasileiro – e, acredite, eu fiz por Município, e dá a mesma coisa. Em cada Estado brasileiro, há a taxa de analfabetismo e o Ideb nos anos iniciais. Então, essa linha vermelha – eu fiz por mínimo quadrado – quer dizer o seguinte: me dá uma taxa de analfabetismo que eu lhe digo de quanto vai ser o aprendizado de suas crianças. É basicamente isso na média dos 27 Estados brasileiros.

Então, olha o Ceará e o Acre ali. O Ceará tem uma taxa de analfabetismo alta, perto de 20%. Olha onde está o Ideb dele: está próximo do de São Paulo, Santa Catarina, Paraná, que são os que têm taxa de analfabetismo baixa, onde era de se esperar que as crianças aprendessem mais mesmo. No Ceará e no Acre, há experiências que podem nos ensinar a romper esses ciclos de analfabetismo.

Eu botei essas duas linhas azulzinhas aí para vocês verem que... Há um errozinho no Ideb. Vamos supor que, no caso daqueles que estão dentro desse tubo, isso não faça sentido, mas olhem o Pará, que está lá embaixo; olhem Sergipe. Sergipe tem a mesma taxa de analfabetismo do Ceará, e o Ceará está conseguindo ensinar as crianças com Ideb próximo de 6, enquanto, no Sergipe, está próximo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

4. Será que a gente não poderia aprender com a experiência do Ceará e ver o que poderia levar para Sergipe para melhorar sua rede? Eu acho que é isto que a gente precisa ter: uma maior governança sobre isso, porque indicadores a gente já tem. Agora, uma vez que a gente identifica isso, como é que a gente age? Será que o Acre não podia ensinar um pouco para o Pará ou para o Amapá, que estão abaixo? Essa é a ideia que a gente tem na cabeça lá no Ipea.

Papel equalizador da União. Eu acho que a União tem que voltar a ser o timoneiro, identificar as razões de experiências exitosas no desempenho dos alunos e avaliar as possibilidades de reproduzi-las em outros entes federados. Ajudar! Isso já está acontecendo na prática, gente. Todo mundo já está indo conhecer o Ceará. Vários... Todo mundo está indo a Sobral para conhecer experiência de Sobral, mas a União podia entrar mais fortemente nisso para fazer essa troca de experiências.

Agora, como gerir melhor? Eu acho o seguinte: é preciso aumentar a colaboração federativa, tendo a União como timoneira e grande animadora desse processo. A União deve voltar a pegar o leme desse navio em dois pontos: avançando na assistência financeira, alavancando o Fundeb e melhorando seu caráter redistributivo – a gente tem condição de fazer isso, em vez de ficar...

Agora mesmo está um monte de esqueleto saindo aí do armário do Fundef porque a União ficou economizando centavos. Não precisa ficar economizando tantos centavos assim. Claro, sei que estamos numa crise, mas a gente pode dar uma bombadinha no Fundeb, e outra coisa: compartilhar essas experiências exitosas, para motivar melhorias de gestão de sistemas municipais e estaduais. É isso que a gente está trabalhando no Ipea.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço ao Herton.

Agradecendo também ao Antonio e à Priscila, quero dizer que a exposição foi riquíssima. É uma pena que a Priscila tenha que sair. De qualquer forma, quero dizer que a exposição dos senhores me deixou realmente entusiasmada. São de falas como essas que precisamos aqui, para motivar, para estimular o Senado a ter uma participação mais ativa na área de educação.

Temos tido muita dificuldade para fazer com que esta Comissão seja realmente o centro das discussões. Não é fácil, uma vez que o Senado tem uma cultura voltada para a economia principalmente. Então a Comissão de Assuntos Econômicos sempre leva vantagem sobre a nossa, mas acredito que, com esse conjunto aqui, nós vamos fazer um trabalho no sentido de estimular esta Comissão para que ela possa ter um papel importante nessa discussão. Nós já temos análises e diagnósticos muito bons, basta agora colocarmos isso em prática.

Eu gostaria de colocar aqui a participação daqueles que nos acompanham pela televisão.

Pergunta do Dimas Márcio. Eu pediria aos senhores que pudessem responder: "Sou estudante do Distrito Federal, percebo que meus colegas não têm o mínimo de respeito pela escola nem pelos professores e não deixam os outros aprenderem, isso não é só na minha escola, isso é normal no Brasil todo. Se querem falar de educação, é melhor botarem ordem no ambiente."

Com a palavra o Antonio José Vieira de Paiva.

O SR. ANTONIO JOSÉ VIEIRA DE PAIVA NETO – Essa questão é recorrente no Brasil inteiro. A questão da violência dentro da escola, da indisciplina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu poderia dizer que esse é um processo de corrosão da própria escola. Por quê? De duas décadas para cá, a escola vem perdendo a sua sintonia com o seu tempo. Nós temos hoje um processo em que a escola não consegue mais refletir a expectativa desse jovem.

Por outro lado, quem está na escola não tem instrumentos para lidar com essa nova dimensão comportamental do jovem. Essa é uma questão da juventude, não é um problema o jovem. O jovem não é problema, o jovem é solução. A gente está aqui numa Comissão de Educação exatamente para dizer que o jovem é solução. Por isso é preciso apostar em educação.

Quando a gente faz uma análise das metodologias que são utilizadas nas escolas, muitas vezes não há nenhuma.

Se se pensar que o professor muitas vezes tem mais de um emprego, ele vai para a escola e fica pouco tempo, não consegue se relacionar com o seu colega professor, a escola não consegue estabelecer uma organização, um planejamento pedagógico, então, essa é a estrutura da escola real.

Essa escola real não consegue atender nem o aluno que tem interesse, que tem compromisso, muito mais aquele que está deslocado e se sentindo fora daquele ambiente.

A escola, se nós pensarmos, é um ambiente rígido, duro, áspero. Ela precisa ser muito mais maleável do que ela é hoje.

Então, é difícil responder para o jovem. Eu não tenho uma solução imediata, não consigo resolver isso agora, mas existem soluções. E a solução passa exatamente por criar soluções de organização escolar, com metodologias de ensino que priorizem a juventude, que deem protagonismo a esse jovem dentro do processo pedagógico, em que a gestão consiga ser muito mais flexível dentro desse ambiente escolar, ouvindo todos, os jovens, os professores, a comunidade de um modo geral.

Esse desenho de escola é um desenho que também está previsto no Plano Nacional de Educação, mas precisa ser conquistado, e não é fácil. É preciso ter também vontade política de querer mudar isso. Não é tão simples assim, mas é possível.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Obrigada.

Outra pergunta da Kely Renata Sabia Monticeli: "Eu acho que a escola tem que ter autonomia para decidir o que fazer com seus alunos, que medida tomar em relação a eles, porque não adianta você perder tempo com aluno que não" tem interesse.

Passo para o Herton.

O SR. HERTON ELLERY ARAÚJO – Eu posso dar a minha opinião. Adianta você perder tempo com quem não tem interesse? Nenhum a menos. Por que ele está sem interesse? Temos que nos perguntar isso.

O ser humano... Outro dia eu dizia: se fosse para a gente educar macaco, ensinar macaco a ler e a escrever, realmente não daria. Agora, o ser humano é louco para aprender. Olha os olhinhos das crianças querendo aprender com os pais, imitando os pais.

Então, todos querem. Por que eles estão sem interesse? A pergunta é essa. Isso requer muita reunião, requer ouvir as pessoas. Por que você está sem interesse?

As pessoas querem dar o melhor de si. Claro que há um ou outro psicopata? Sim, vamos tratar isso também, mas não é o caso. Se muita gente está sem interesse e está acontecendo isso principalmente no nosso ensino médio é porque há alguma coisa errada. A gente não está ouvindo direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Vale a pena perder tempo com quem está sem interesse. Descobrir por que ele está sem interesse e tentar mudar essa realidade.

O SR. ANTONIO JOSÉ VIEIRA DE PAIVA NETO – Posso fazer uma complementação?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pode.

O SR. ANTONIO JOSÉ VIEIRA DE PAIVA NETO – Há uma questão que passa um pouco por isso que é a ideia de que a juventude tem o direito à educação. Mesmo que esse jovem apresente todos os sinais de que não tem vontade de ficar naquela escola, é necessário que a escola insista com ele.

Então, a educação hoje, que está muito voltada para um padrão de aprendizagem, precisa extrapolar esse padrão e considerar outras dimensões dentro do ambiente escolar, principalmente as dimensões socioemocionais, porque elas são verdadeiramente impactantes no comportamento do jovem e da criança dentro da escola. Esse é um ponto que a gente precisa abordar com mais frequência.

O SR. HERTON ELLERY ARAÚJO (*Fora do microfone*.) – Senadora, só complementado uma coisa.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pois não, pois não.

O SR. HERTON ELLERY ARAÚJO – A afetividade é a chave do cognitivo. A gente precisa ser mais afetivo com as crianças, principalmente com as crianças e os jovens. É a chave do cognitivo. Não é só cognitivo, a afetividade é muito importante. E a gente precisa desenvolver isso melhor.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Recentemente nós aprovamos aqui um projeto da Secretaria de Educação, da atual Secretária de Educação de Goiás, Raquel Teixeira, que permite a presença de um psicólogo na escola. Eu acredito que isso é também um avanço nessa direção. Ouvir, ouvir as pessoas e trabalhar essa criança ou esse jovem que vem com problemas de dentro de casa, desestruturação familiar. Não sei qual a opinião dos senhores.

O SR. ANTONIO JOSÉ VIEIRA DE PAIVA NETO – Eu tenho uma opinião divergente em relação a essa posição. Por quê? Porque há diferença do comportamento da juventude, do jovem, se é um comportamento clínico ou se é um comportamento educacional, de um processo.

É claro que, por ser a escola, vão explodir dentro da escola todos os conflitos que a sociedade tem. A escola reflete a sociedade. Então é possível, é factível que problemas que o jovem tem na sua família, na sua casa também cheguem à escola. Mas isso não pode ser um motivo de impedi-lo de conviver com os colegas e de aprender.

O que é preciso olhar em relação a esse jovem é que algumas competências precisam ser melhor exploradas na juventude. Existem competências que podem ser desenvolvidas durante a vida inteira, como resiliência, autogestão, amabilidade, o convívio com os outros, a colaboração. Então, essas são competências que, se desenvolvidas na escola, praticamente atenuarão esse processo, porque o processo de conflito vai acontecer na escola, fora dela e na vida desse jovem o tempo todo. Não é a escola que é o problema. Não é o jovem que é o problema. É a escola que não está conseguindo fazer a comunicação direta com esse jovem e ele se sentir acolhido por aquele ambiente.

Então a ideia do psicólogo tem um fim se o problema daquele jovem for um problema realmente clínico de psicologia. Mas às vezes não é. É um problema de convivência e de algumas habilidades que ele não conseguiu desenvolver na sua existência familiar. Então isso talvez seja um passo a mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E há um outro dado: se os Estados já têm dificuldade para manter carreiras de professor, imaginem também criar uma carreira de um psicólogo em cada escola. Talvez isso vai exigir mais financiamento ainda daquilo que a gente não conseguiu atender no básico, que seria o professor com a sua formação inicial adequada.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu vou passar a palavra agora para os Senadores, porque eu sei que eles estão ávidos para perguntar.

Com a palavra a Senadora Regina, depois o Senador Roberto.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O problema é que a gente tem n comissões funcionando ao mesmo tempo. Eu sou Relatora numa bem aqui, de outro projeto.

Mas eu queria rapidamente abordar algumas coisinhas. Por exemplo, eu acho que há algumas coisas que entravam. Primeiro uma coisa que eu gosto de dizer: não é o aluno que desiste da escola, não; é a escola que desiste do aluno. Se a gente considerar isso, a gente vai mudar o pensamento, não é?

Como eu ouvi de uma mãe uma frase que eu adoro repetir, repeti muitas vezes e vou repetir aqui de novo. Uma mãe, numa conferência de educação, disse que os professores se acostumaram a dizer que os meninos têm problemas de aprendizagem, e o problema é de "ensinagem". Essa palavra eu só ouvi dela, e eu acho que a gente tem que incorporar essa palavra ao nosso vocabulário educacional. Há problema de "ensinagem" também.

Mas a burocracia atrapalha um bocado também. Acho que a educação teria que se livrar de algumas coisas, teria que ser livre de algumas amarras. Por exemplo, eu conheço escolas prontas, que ficaram prontas, escola modelo, aquela escola chamada ideal, parece, linda a escola, com tudo dentro. Passou seis anos fechada por energia, porque não havia energia, porque a distribuidora não conseguia levar energia, o Município lá distante, não conseguia levar energia de alta tensão que precisava lá. Então aí eu falei: por que não energia solar? Mas não, não está no projeto, o projeto não prevê. Olha a burocracia comandando, porque realmente, se botassem energia solar, quem sabe não iam responder a um processo porque botou energia solar em vez da energia hidrelétrica que estava prevista? Então, quer dizer, essas coisas precisam ser desamarradas. Esses nós têm que ser desamarrados, não é?

A formação dos professores também. Eu acho que são n programas que o MEC tem, mas a discussão que se dá mais é quem é que vai ser o coordenador, quem vai ser o subcoordenador, quem vai ser o supervisor. Discute-se pouco o projeto.

Então teria que haver uma reviravolta nessa história de formação, acho que na universidade. Acho que a gente teria que se voltar para... A universidade ensina conteúdos, mas não ensina a ensinar. E aí o professor sai formado, faz o concurso e passa, mas ele não sabe ensinar. Ele sabe o conteúdo.

Há muitas experiências bonitas por aí. No meu Estado mesmo, o Piauí, há muita coisa bonita acontecendo lá, como a questão da mediação tecnológica. Na falta de professores de Física e Matemática se está fazendo mediação com monitores, aulas ao vivo, o Estado inteiro, as escolas do Estado inteiro assistindo à aula ao vivo, e um monitor lá para dialogar com o professor ao vivo. É uma experiência muito interessante das disciplinas que não têm professor, que têm uma dificuldade danada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E eu teria um monte de coisas para falar, mas devido ao tempo, eu terei que sair e eu quero ouvir vocês.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Roberto.

Não sei se os senhores querem fazer um comentário primeiro.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Poderá fazer depois, para os dois, o comentário.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Presidente, primeiro eu queria parabenizar a senhora por esta iniciativa de podermos aqui fazer a avaliação do PNE, porque eu acho que um dos grandes propósitos do Senado deveria ser esse, fazer avaliações de políticas públicas. E a gente percebe que esse não é o foco principal. Também não é o foco principal não porque nós não queremos; é porque também é muito pouco visível para a população quando isso acontece. Isso deveria ser a manchete dos jornais de amanhã, a presença de vocês e o que vocês trazem de novo para o futuro do nosso País. Então esse enfoque novo na política é que pode levar a uma mudança de cultura, e a cultura chegar a uma educação diferenciada.

Portanto, a gente precisa trabalhar em várias frentes no País, de forma simultânea. E a educação é o que mais se percebe, não é? Porque quando a gente fala de cultura, ela é a base para que possamos chegar à educação, mas ela é maltratada porque a gente não tem princípio, não tem cultura, não pode ter educação.

E aí ficamos correndo como um cachorro, como se diz lá no Nordeste, atrás do rabo. Ficamos rodando, buscando uma solução para a educação e percebemos que tivemos avanços muito grandes no País e também não conseguimos materializar esses avanços e fazer com que a sociedade perceba o quanto nós crescemos nos investimentos.

Eu fui Prefeito na cidade de Lauro de Freitas, e nós tínhamos um fato triste: nós tínhamos professores que não ganhavam um salário mínimo. Isso é da década de 90. Então, eu acho que nós tivemos alguns avanços. São suficientes? Não, mas chegou a hora de buscar as causas.

E aí eu quero parabenizar o Dr. Antonio Paiva Neto e o Herton Araújo porque eles trouxeram algumas questões muito importantes.

Eu queria fazer uma pergunta, se a senhora me permitir, só para iniciar. Quanto custaria implementar o PNE aos cofres públicos dos governos no Brasil? Com a palavra para o senhor dizer quanto seria necessário e o Dr. Herton, do Ipea. Você acha que existe esse número?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Poderia antes fazer um comentário sobre a intervenção da Senadora Regina.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Não, pode...

O SR. ANTONIO JOSÉ VIEIRA DE PAIVA NETO – Eu vou responder a Senadora. A Senadora tem razão. Do ponto de vista da burocratização, eu acho, eu vejo que muitas das soluções que precisam ser dadas na educação carecem de processos que as viabilizem. Por exemplo, esse processo de energia é uma questão de que os setores, o setor da energia, de água e tal, possam criar a urgência para esses caminhos. Mas eu reafirmo para a Senadora que é necessário pensarmos em estruturas de financiamento de carreiras de professor para que consigamos zerar essa carência de professores que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

existe no Brasil. O Piauí tem dificuldade de ter professor. No Pará, na região do Pará com o Maranhão, é impressionante a dificuldade de ter professores formados naquelas disciplinas. Então, esse é o foco que acho que precisamos dar. E também esse olhar das formações iniciais, de como o processo, na formação de professores, tem que priorizar as técnicas de aprendizagem, que foram perdidas no Brasil, nos últimos anos.

O SR. HERTON ELLERY ARAÚJO – Com relação ao custo do PNE, eu, como... Vou falar primeiro à Senadora. Meu pai é do Piauí; eu estou indo para o Piauí agora, em outubro, em uma pesquisa em que eu vou comparar um pouco. Eu sei que tem experiências maravilhosas lá; eu estou indo conhecer. Então, acho que o Piauí é também um lugar que dá para aprendermos com ele.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Há um Município lá que tem um fenômeno de matemática.

O SR. HERTON ELLERY ARAÚJO – Eu estou indo...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. HERTON ELLERY ARAÚJO – Exatamente! Mas ali tem um professor muito dedicado, muito bom.

Mas quanto ao custo do PNE. Primeiro, eu sou economista, gente. Desculpa, mas nem tudo é perfeito. Então, a primeira coisa que eu fiz quando fui estudar o PNE, eu disse: "Quanto custa essa brincadeira?" É a primeira pergunta que o economista se faz. E nós fizemos isso. Aquele trabalho, lançamos um ano atrás.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Isso faz parte do plano, desde quando foi concebido?

O SR. HERTON ELLERY ARAÚJO – Não, não, foi... Faz parte do plano, quando foi concebido colocou-se o custo de 10% do PIB. Feito com...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sim, mas...

O SR. HERTON ELLERY ARAÚJO – Não, daquela época. Foi feito um trabalho chamado CAQi, da campanha Custo Aluno Qualidade Inicial. Depois, pegamos esse CAQi, depois que saiu o PNE... Porque o CAQi foi feito antes, isso depende, e foi antes do PNE. Quando o PNE entrou, ele tem meta para aumentar salário de professor, que é o maior custo. Então, o que fizemos? Pegamos a meta, pegamos todas as metas do PNE para dizer: se forem cumpridas essas metas, quantos professores deveria haver, para quantos alunos? Porque tem os parâmetros. Isso deu, na educação básica, 280 bilhões por ano, está certo? Isso lá em 2024, porque estamos diminuindo o número de crianças. Duzentos e oitenta bilhões por ano.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Qual é o orçamento hoje?

O SR. HERTON ELLERY ARAÚJO – Isso a preço de 2015. Em 2015, gastamos cerca de 260 bilhões na educação básica – na básica! Da superior fizemos também, eu não me lembro mais aqui o valor, mas isso está colocado na nota técnica do Ipea, a Nota Técnica nº 30, que tem esse valor.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Quero ter acesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. HERTON ELLERY ARAÚJO – Agora, esse CAQi só existe para a educação básica, com parâmetros para a educação básica. Não tínhamos parâmetros para a educação superior. O que fizemos foi uma *proxy*, pegando o que se gasta na educação superior por aluno em relação a um aluno do fundamental, que, na época, em 2015, era 3,87. Multiplicamos esse custo por cada aluno na pública do ensino superior e achamos o valor, que eu não me lembro, mas acho que era 560 bilhões. Custa 560 bilhões por ano, você... Isso lá em 2024, com todo o PNE feito a preços de 2015.

Esses 600 bilhões por ano, já gastamos quase isso. Isso, lá em 2024, considerando o PIB, dá 6,2% do PIB, só para termos uma ideia.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Então, só aproveitando a presença do Herton, claro que isto aqui é uma *proxy*. O último estudo da OCDE diz que o Brasil gasta US$3.800 no que eles chamam de primeiro ciclo, de 1ª a 5ª série, certo? Então, isso é quase um terço da média dos 39 países que foram pesquisados. Ou seja, nós investimos nas crianças um terço do que os outros países pesquisados, é claro, gastam.

Já no ensino universitário, nós gastamos US$11.700, e a média dá US$16.100, ou seja, nós estamos muito próximos da média, já que alguns outros países, tipo a Coreia do Sul, gastam menos do que isso no ensino universitário. O que percebemos? Já gastamos 4,9% do PIB, é o número que foi colocado aqui. E a média dos países dá 5,2% do PIB. Se formos olhar esses números, estamos faltando um pouco mais... E é aí que eu queria que a doutora estivesse aqui, a Drª Priscila. Nós temos um bom nível de recurso, ainda insuficiente, mas com uma massa possível de, ao olharmos as melhores práticas, podermos melhorar, como foi colocado aqui pelos professores e pelo economista, melhorarmos essa média. O que está acontecendo é que trabalhamos muito na intenção, fazemos um plano de intenção, e esquecemos que meta precisa ter tempo, valores e qualidade.

Então, nós já tínhamos solicitado até a vinda aqui do pessoal do Ceará, principalmente Sobral.

E a primeira pergunta que nós fazemos é: nós temos 2,5 milhões de crianças fora da escola. A gente precisa trazer essas crianças. Onde é mais fácil encontrá-las já que elas têm uma aderência com as famílias mais pobres? Primeiro, no CadÚnico, certo?

Então, quando a gente percebe que o Bolsa Família, ao se distanciar da visão da educação, traz um viés ruim para o processo de crescimento de autossustentabilidade das famílias brasileiras, a gente percebe aqui...

Não adianta a gente ir ao IBGE. É importante? É. O IBGE é importante, é fundamental? É. Mas na nossa base de cálculo do Governo Federal a gente tem condições de chegar lá, como foi feito. Foi colocado aí, o senhor disse que, no Rio de Janeiro, quando Secretário, o senhor foi lá, pegou as famílias mais pobres e foi buscar, fazer uma busca ativa dessas crianças.

A gente precisa fazer uma busca ativa, certo? E ainda criou, implementou uma poupança específica para isso.

Então, quanto à outra questão, quando a gente fala da educação especial, nós temos o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Então, dá para a gente ampliar isso com busca ativa.

Então, em vez de a gente colocar os problemas... E aí eu acho que o PNE deveria dizer: "Olha, nós estamos solucionando essa questão através da implementação, sugerimos a implementação destas políticas públicas." Nós precisamos ter focalização em quais políticas públicas precisam estar a serviço dessa busca ativa de crianças e também de pessoas que são portadoras de deficiência, para que a gente melhore essas Metas 1, 2, 3 e 4.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, é essa sugestão que eu acho que deveria haver aqui. E ela dizia: "Olha, do BPC, das famílias que têm o BPC com crianças em idade escolar, tantos por cento já estão nas escolas." Aí sim, eu acho que a Estatística fica a serviço da educação. Eu acho que tem que ser objetivamente olhada a educação dessa forma.

Então, a pergunta que eu queria solicitar é a seguinte. Nós tivemos essa ampliação de investimento. Ainda não é o suficiente, mas eu gostaria de, com olhar e com a experiência de vocês, fazer uma pergunta: será que a gente precisa mesmo – e todos os Estados precisam – construir novas escolas? Essa é uma pergunta. Porque, se não precisa, isso é um mantra que fica na cabeça das pessoas.

Olha, professora, existem escolas que estão com 30%, 40% da sua capacidade usada, grande parte ociosa, certo? O que fazer com esses prédios públicos? Como melhorar isso?

A segunda questão que eu coloco: com o olhar de vocês, e o senhor já foi professor, diretor e secretário, e eu também já tive oportunidade de fazer uma escadinha dessa, não como professor: na qualidade do ensino na escola, qual é o impacto, em termos percentuais, da infraestrutura, da qualificação dos professores e da direção da escola? Essa é uma outra questão que eu quero colocar, porque a gente já tem como avaliar isso e a gente não consegue avaliar isso. Por que a gente não consegue avaliar isso? E aí a gente fica discutindo sempre no plano das ideias. Não é que ideia seja ruim, tudo surge de uma ideia, mas ideias têm consequências, principalmente quando viram leis. Elas geram obrigações e direitos.

Então, nós precisamos ser mais específicos na educação, para que façamos essas escolhas para podermos avaliar claramente, já que temos um teto... E aqui foi muito bem colocado que sempre fica aquele fantasma: "Olhe, nós não estamos colocando os recursos na educação." Mas o que foi colocado é: dentro de toda a crise, dentro do furacão institucional e econômico pelo que nós passamos, os recursos da educação, em tese, foram preservados. Não sei se este ano ainda estão, mas o que estou falando é baseado no seu gráfico. Não estou aqui falando deste ano, porque ainda não fechou, e nós estamos em procedimento.

Mas o fato é: quando é que nós vamos olhar para dentro dos nossos custos? É o que eu digo sempre: se nós formos abrir os almoxarifados das secretarias de educação, nós vamos ver grande parte de recursos ali alocados em livros que não foram usados, em tecnologias que ficaram ultrapassadas e, com isso, nós estamos deixando esse orçamento ser mal usado.

Então é muito importante, com o olhar de vocês, que a gente veja essa questão.

E uma última questão que eu sempre falo: o uso melhor da intersetorialidade. Eu acho que isso que o senhor colocou é fundamental. Todas as vezes em que a gente pensa: "Olha, precisa de um psicólogo na escola." Existem psicólogos dentro da rede municipal, pública, estadual. Precisa-se, eventualmente, de uma política de doação de óculos. Existem esses recursos dentro da saúde pública.

O manejo do orçamento público com o objetivo da educação, não necessariamente dentro do orçamento da educação, deve ser um dos maiores desafios que o gestor público tem de ter; como fortalecer as práticas educacionais com o orçamento que está a serviço de outras secretarias. Essa é, objetivamente, uma coisa que eu entendo.

E, para finalizar, a questão do financiamento. O financiamento da educação precisa ser olhado. Eu acho que a gente vai precisar ter um debate muito grande sobre como melhorar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

autofinanciabilidade da estrutura educacional; como partilhar com famílias que tenham condições de partilhar esse financiamento, para que a gente não estreite o olhar.

Existem vários países que possuem exemplo de financiamento advindo de empresas e de família; de pessoas físicas; docentes; PJs; de CPFs, que desejariam financiar a educação deste País, colaborar, até para que os próprios familiares pudessem fazer uso, porque entende que, dessa forma, qualificariam melhor socialmente a convivência dos seus filhos com a diversidade que a escola pública pode trazer.

Então, eu acho que nós temos muito o que avançar, mas precisamos agora fazer uma autoanálise de autogestão da educação. Nós precisamos olhar para nós da educação, a educação precisa se ver com palavras como eficiência, eficácia, melhores práticas, para que possamos ter os melhores indicadores.

Não adianta, perdoe-me aqui a ausência... Dizer que não há dinheiro e que isso afeta principalmente as pessoas mais pobres, eu tenho certeza de que essa indignação acompanha a história no Brasil. Então, essa indignação não deve ser empecilho para que a gente se movimente. Ao contrário, isso tem que ser uma realidade que a gente já conhece.

É óbvio que as pessoas mais pobres não são as mais bem atendidas neste País, mas como quebrar esse ciclo? Esse ciclo só vai ser quebrado se a gente – não é produzir números – produzir fatos e uma melhor gestão dos recursos públicos. Eu acho que esse é o caminho que a gente precisa avançar neste País. E para isso, a gente precisa efetivamente, Presidente, a senhora que é uma pessoa que tem uma história, a Senadora Lúcia Vânia tem uma história na educação deste País... Eu tenho a convicção de que a gente precisa ter mais gestão, mais gestores para que a gente possa melhorar a qualidade dos nossos gastos, e a eficiência desses gastos tem que vir para dentro do Senado Federal e do Congresso Nacional para que a gente melhore o orçamento da educação. Melhorar não é só ampliar. A gente precisa ampliar e qualificar esses gastos.

Eram essas as perguntas que eu tinha para vocês.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra Antonio Paiva Neto.

O SR. ANTONIO JOSÉ VIEIRA DE PAIVA NETO – Eu listei aqui uns cinco temas dentro dessa pergunta que o senhor fez. Eu vou tentar abordá-los e juntá-los porque muitos deles se articulam muito.

O primeiro ponto foi a focalização dos problemas mais graves, das famílias mais pobres. Eu acho que um grande exercício que o País poderia fazer é mapear os instrumentos que já existem nas diversas áreas que possam contribuir com a superação da desigualdade, principalmente lincando com a educação. Aí vai para aquela questão da intersetorialidade.

Aquilo que foi feito lá no Rio só foi possível porque houve uma secretaria de assistência social que estava disposta a trabalhar de forma conjunta. E essa intersetorialidade tem uma delicadeza. Eu estou numa Casa política e vou tentar falar isso da forma mais suave possível. Eu vivi isso na pele como secretário. Uma das maiores dificuldades que um governo tem a enfrentar para criar políticas intersetoriais é exatamente superar a dimensão política individual de cada secretário, ministro, gestor, porque todos, de certa forma, trabalham dentro de uma composição política de Governo e cada um tem sua agenda própria. A questão que eu acho que é mais importante é: ótimo, todos têm agenda própria, mas existe uma agenda que tem de ser única para todos. Essa tem de convergir. Este, talvez,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

seja o salto mais importante do ponto de vista político que o Brasil pode apresentar para a sua população: a ideia da convergência em torno de um tema. O senhor pode ter a sua agenda, porque isso é legítimo, mas existe uma que está acima de todos nós, e essa precisa não porque ela é minha, mas é porque ela é para o País. Isso, talvez, seja o grande salto que o Brasil precise dar.

Outra questão que o senhor colocou, da gestão, é, talvez, um dos pontos a serem mais explorados – e a gestão em todos os níveis. A gente fala da gestão escolar. Eu ouvi aí – e eu passei muito por isso no Rio – que a televisão ia a uma escola, mostrava uma sala cheia de livros; que a escola não distribuía livros didáticos. Aquilo parecia uma falta de gestão impressionante, mas, se você fosse analisar aquele processo, você ia olhar e perguntar: "Por que há esses livros aí?" O Programa do Livro Didático é superdimensionado em algumas regiões e pouco dimensionado em outras. Então, você acaba tendo livros a mais. E aí você tem uma cultura, muitas vezes, dentro de determinadas escolas, em que o professor não gosta de usar o livro didático, e aí o aluno cobra, e o professor não o utiliza.

Então, quando você olha para a política pública do PNLD, você diz: "Não, essa política precisa ser revisitada." Porque, como ela, muitas outras políticas de incremento, como a de tecnologia, a de distribuição de computadores, a de *tablets*, etc., são políticas caríssimas, enormemente dispendiosas, mas que precisam de um processo de gestão do início ao fim. E este é um desafio para o País inteiro: a gestão das secretarias até a gestão da escola. A escola fazer gestão também de determinados processos que chegam lá. Esse é um desafio, talvez, enorme, porque a gestão também é uma cultura. Você estabelecer uma cultura de gestão, de planejamento, de racionalização, isso não é simples, principalmente para quem é da área pedagógica. Quem é da área pedagógica dificilmente passa por um curso na universidade que ensine a fazer gestão. Então, isso é muito difícil.

A questão da infraestrutura. É preciso construir tantas escolas assim? Isso é relativo. Há regiões em que existe realmente déficit de oferta de educação básica; há outras em que estão sobrando. E há regiões, na própria cidade... Eu gosto de usar o exemplo das cidades do Rio de Janeiro, porque ele é bem ilustrativo. Ele foi Capital Federal, era um Estado, era um distrito federal. Quando ele passou a ser apenas uma cidade, passou por um processo de fusão com o Estado do Rio de Janeiro. Então, as escolas que eram do Estado da Guanabara passaram todas para o Município do Rio de Janeiro, e o Estado do Rio de Janeiro ficou com pouquíssimas escolas na cidade do Rio de Janeiro.

Esse processo é um processo que ainda não foi superado. Então, é possível haver locais, como na zona sul, em que você tem escola sobrando e, na zona oeste, onde não há escola. Isso também pode ser refletido no Brasil. Há regiões em que existem escolas com ociosidade e há outras em que não existem. O que é preciso fazer? Mapeamento, diagnóstico. É preciso haver diagnóstico claro das condições de infraestrutura em todas as regiões porque aí você pode pensar a ideia do financiamento focalizado.

O plano tem uma dimensão de financiamento, mas ele tem dimensões que talvez ainda não foram exploradas, como, por exemplo, a expansão de educação em tempo integral – ela é impactante no custo de uma escola –, a educação técnica, que agora entrou na reforma. O Fundeb, em tese, não foi pensado para a educação técnica. Como é que ele... Esse cobertor vai dar? Ou seria a ideia agora de pensar em outro fundo só para a educação profissional com outro tipo de financiamento? Por que não de impostos que são relacionados ao setor produtivo? O ICMS alimenta o Fundeb, que é a educação básica, e a educação profissional pode ser alimentada por outro fundo. Então, isso são estratégias que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

nós precisamos pensar para o País até utilizando recursos existentes para a tecnologia, para a educação técnica.

A intersetorialidade é oportunidade de recurso para a educação uma vez que a gente volta àquela temática de que é preciso ter algo que faça a conversão, em que todo mundo pode convergir. E aí o recurso da assistência social, da saúde e da segurança pública pode também potencializar políticas públicas na educação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu lhe agradeço.

Eu gostaria apenas de fazer uma observação em relação ao que foi colocado aqui sobre as desigualdades. No governo Fernando Henrique, foi feito um trabalho na educação que se chamou, em primeiro lugar, Toda Criança na Escola. Foi quando houve o maior acesso de crianças à escola.

Ali a gente detectou que havia alguns grotões que não eram atingidos pelo programa, pela iniciativa que o Ministério da Educação fez naquela ocasião. Então, foi implantado pela assistência social o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, focado onde havia bolsões de pobreza muito grandes e onde as crianças estavam no trabalho e não na escola. Então, para se ter uma ideia, em Pernambuco havia 100 mil crianças trabalhando nos canaviais junto com os pais – em Pernambuco, Alagoas, naquela região da Zona da Mata. Havia cerca de 7 mil crianças nas carvoarias do Mato Grosso do Sul que nunca tinham ido à escola; havia o polo calçadista no Rio Grande do Sul, em que as crianças trabalhavam e não iam à escola; havia o sisal na Bahia, em que também as crianças ali estavam e não iam à escola.

Então, foi criado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil com o objetivo de levar a criança para a escola, fazer com que ela ficasse na escola e tivesse sucesso na escola. Para isso, foi implementada uma bolsa para essa criança para compensar o trabalho que ela não faria mais em casa. Isso foi implantado no Brasil inteiro com um resultado excelente. Nós conseguimos levar um volume importante de crianças para a escola e tiramos as crianças do trabalho.

Quando veio o Bolsa Família, ele absorveu o Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Como o objetivo do Bolsa Família é mais a subsistência e como o outro objetivo era a educação – a centralidade estava na educação –, aquele programa se perdeu, e nós não continuamos trabalhando nos grotões. No meu Estado, os prefeitos mantiveram o programa, e temos resultados excelentes, com quase 100% das crianças na escola. Acho que esse projeto a gente precisa...

O Prêmio Nobel da Educação esteve aqui conosco e falou muito sobre a erradicação do trabalho infantil. E nós vemos a volta dessas crianças para o trabalho de forma expressiva. Isso não se dá apenas pela falta do projeto, mas também pelo momento de crise que nós vivemos. Esse projeto seria oportuno.

Então, estou propondo para o Presidente do Senado um lançamento bem amplo, para o Brasil inteiro, com a retomada desse projeto, para que a gente possa focar esses grotões onde estão localizadas essas 2,5 mil crianças. A gente conta aqui com a colaboração do Ipea e do IBGE, que têm levantamentos que nos levam a essas crianças. O que é preciso é um projeto que possa motivar essas famílias a colocarem essas crianças na escola. Tentou-se condicionar o Bolsa Família à matrícula, mas isso não é fiscalizado, não é acompanhado. É preciso que haja uma coisa muito específica.

Acredito que caminhos nós temos, o que é preciso é que haja a continuidade dos projetos. A primeira coisa que fizeram foi mudar o nome do projeto, que hoje é... Como se chama hoje? É Fortalecimento de Vínculos. O que significa isso para um prefeito, para um Município do interior,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fortalecimento de vínculos? Do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil todo mundo sabia: tirar a criança do trabalho e colocá-la na escola era o objetivo principal.

Então, esse caminho seria o caminho correto. Esse projeto foi premiado pelo Unicef por cinco vezes. O Brasil apresentou na Bélgica esse trabalho. Fizemos a mesma coisa em Helsinque, apresentando o resultado do trabalho. Mas a continuidade... O programa, praticamente, não tem estímulo mais. E ele tem outros objetivos. A gente foi incapaz de mostrar ao Governo que os objetivos do Bolsa Família são muito diferentes dos objetivos do Peti. Ele não poderia ser absorvido pelo Bolsa Família porque ele era uma complementação da educação.

O Senador Cristovam, por exemplo, argumenta que deveria estar na educação esse projeto. Acontece que a gente tentou colocá-lo na educação, mas havia uma resistência muito grande das professoras de irem atrás disso. Esse é um trabalho de garimpo, de vontade política, de determinação. A assistência social é muito afeita a isso. Nós contamos com as primeiras-damas, que são mulheres que vão atrás, que trabalham, que batalham e que conseguem ajudar a tirar essas crianças do trabalho.

A gente encontrou situações que o senhor nem imagina no sisal, crianças que tinham a mãozinha cortada ao desfiar o sisal na máquina. Carvoaria, 40 graus, aquelas crianças trabalhando sujinhas. Foi uma coisa espantosa o que a gente conseguiu detectar. E acredito que 2,5 milhões de crianças estejam nessa situação.

Com a palavra o Senador.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senadora Lúcia Vânia, eu queria só dar o meu testemunho. À época – em 2001 – em que eu estava secretário de Estado, na Bahia, na área de ação social, em trabalho de ação social, tivemos oportunidade de ampliar o Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), que traz o que eu estava falando, que é uma política de busca ativa. Então a gente sai dos indicadores e chega nas pessoas. Isso é um trabalho de focalização. Por isso o sucesso, porque nós íamos com as organizações não governamentais, com a sociedade organizada, prefeituras, igrejas, a sociedade, em busca, ao encontro deste problema que a sociedade estava enfrentando, que eram as crianças em situação de risco de vida. Crianças trabalhando, como a senhora colocou, sujeitas a mutilações, a perdas irreparáveis na sua infância, que fariam com que toda essa diferença que estamos vendo nos indicadores de desempenho dos trabalhadores e das pessoas perpetuasse a pobreza no País. E é o que nós estamos vendo.

Então, quero dizer que essa focalização, juntamente com o que considero fundamental – sempre falava isso, Senadora –, e que é o mais importante, além da bolsa, que é conseguirmos dar uma educação em tempo integral. Isso passava despercebido. Além da bolsa que era efetivada pelo Governo Federal, os governos do Estado eram obrigados a manter uma atividade extracurricular para essas crianças. Aí, em vez de ser escola em tempo integral, era o que eu chamo de educação em tempo integral, ou seja, a escola não precisa estar funcionando em tempo integral, mas a educação deve estar à disposição dos jovens, das crianças, o tempo que ela puder, ampliando essa quantidade de horas em que ela está confrontada com esses novos saberes.

É importante a gente olhar isso, além do que a gente fala das questões formais da educação, mas a gente também se vê num momento em que essas atividades extracurriculares atingiam outras questões, tais como a autoestima da criança, a possibilidade de aprender a brincar, socializar-se.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, tínhamos um ganho muito grande com a focalização do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, além de fazer os gestores públicos aprenderem.

Eu quero dar um testemunho, Senador Caiado, que foi das coisas mais emocionantes na minha vida pública, uma vez que eu fui para um encontro de mães, juntamente com as organizações não governamentais, em que eles fizeram o perfil do que era gasto com a bolsa. Se não me engano – posso até estar errado, porque já se vão quase 18 anos –, o valor do primeiro filho era R$27, à época, e não se multiplicava, ou seja, no segundo, não se ganhava o dobro. Então, ele chegava a três filhos com cinquenta e poucos reais.

E uma mãe, Senadora Lúcia Vânia, foi apresentar o que ela fazia com esse dinheiro. É uma coisa assim, é uma aula de economia que poucas pessoas têm a possibilidade de ter. Eu tive uma aula de economia doméstica fantástica. Ela começou a dizer: "Olha, eu gasto tantos reais com alimentação; com tantos reais eu compro uma roupinha por mês; com tantos reais a gente paga a luz, e isso complementa para mim tantos reais para o bujão de gás." E ela chegou a um número, Senador Caiado, dizendo assim: "E R$2,23 eu guardo como a minha poupança."

E aí eu vejo que, para a gente, às vezes, falta o apego àquela moeda, e aquelas moedas somadas mudam a vida de tantas pessoas. Às vezes, a gente não se dá conta da importância dessa microeconomia, de como essa microeconomia fortalece as famílias, os laços familiares, a possibilidade de enxergar o seu filho de novo como alguém muito importante, e não simplesmente como um arrecadador financeiro.

Então, eu quero me juntar à sua fala, Senadora, e dizer que são políticas como essa que, somadas à educação, podem trazer ao plano educacional esses recursos necessários para que a gente alcance qualidade no ensino público brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Vou passar a palavra agora para os nossos expositores, mas eu quero antes cumprimentar e agradecer a presença do Prefeito de Teresina de Goiás, Josaquim, que nos honra com a sua presença. O Prefeito tem lá na sua cidade – uma cidade pequena aqui no nordeste goiano – 100% das crianças na escola e tem o Peti, que é a coisa mais linda, sobre o qual já fez a apresentação para mim lá na cidade.

Com a palavra os nossos expositores. O Antonio Paiva Neto pode fazer os seus comentários e posteriormente o Herton.

Não sei se a Senadora Ana Amélia quer fazer alguma pergunta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Srª Presidente, eu aprendi hoje com a senhora e com o Senador Roberto Muniz, e com os expositores. Fiquei ouvindo as exposições. Então, eu prefiro expressar-me quanto àquilo que ele contou aqui para a gente.

Quero dizer que eu sou filha de uma merendeira de escola pública, fiz estágio numa escola pública em Lagoa Vermelha, fui normalista. Então, para mim é muito caro. E minha irmã acabou de se aposentar como diretora de escola, eleita pela comunidade, uma comunidade de Lagoa Vermelha chamada Bairro da Gaúcha; e a filha dessa minha irmã, minha sobrinha, portanto, também eleita diretora da escola, na mesma escola em que a mãe foi diretora.

Há uma relação muito direta com a comunidade. O aluno, minha cara Senadora, no interior do Rio Grande do Sul – e imagino que seja assim no interior do seu Goiás também –, quando ficava satisfeito, me trazia de presente uma abóbora, uma caixa de ovos que tinha, porque no interior é a forma de retribuir. Então, era a forma que eu tinha de relacionamento com os alunos. E eu nunca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fiquei dentro da sala de aula, nunca fiquei... No meu estágio, tirei a nota máxima. E isso era pelo carinho que tinha com os alunos. Eu também ia jogar futebol com eles, eu ia pescar com eles. Os alunos do terceiro ano, no início do ano letivo, eu os levava a uma agência bancária para saberem o que era uma agência bancária. Levei-os até ao prefeito municipal para que eles pudessem ter uma visão dessa relação. Eram alunos de um bairro muito simples, muito singelo, muito carente. Então, isso que eu estou ouvindo aqui é uma coisa que toca muito o meu coração.

Parabéns pela iniciativa da Senadora Lúcia Vânia, que sempre teve, em todas as missões públicas que assumiu, uma grande preocupação com os aspectos sociais.

E o meu querido correligionário, Roberto Muniz, é um mestre aqui, porque foi prefeito e, então, sabe as dores por que passa um gestor público nos Municípios, os primos pobres da Federação.

Então, parabéns a todos, parabéns aos nossos convidados pela exposição.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Antes de passar a palavra aos expositores, eu queria colocar aqui a participação das pessoas que nos acompanham.

Míriam Karla Machado diz o seguinte: "Acredito que tirar o aluno da escola só vai piorar o comportamento dos jovens. Penso que, para solucionar todos os conflitos que vêm acontecendo, principalmente, temos que mudar o comportamento pessoal, professor e pais, para que esses reflexos sejam absorvidos e impedir a violência".

André de Oliveira Carvalho diz o seguinte: "Melhorar a educação significa corrigir a falta de limites, regras e responsabilidades de alunos e familiares. A escola precisa ser um espaço respeitado, tal como os professores. Sugiro multa aos pais negligentes e expulsão do aluno da unidade após três advertências anuais."

Artur Alvim Cury diz o seguinte: "Valorizar a educação e o professor é fundamental para se ter uma sociedade mais justa, igualitária e saudável. Não podemos mais aceitar a marginalização dos professores e desse importantíssimo setor. Não existe nenhuma outra profissão sem um professor. Valorização da categoria!"

Com a palavra o Antonio José Vieira de Paiva Neto.

O SR. ANTONIO JOSÉ VIEIRA DE PAIVA NETO – Quando se fala de professor, eu já fico bem preocupado quando o assunto é valorizar o professor. Há uma certa dificuldade em atribuir a responsabilidade na escola. Eu ouvi várias opiniões no sentido de que o aluno é aquele que tem o problema, que é preciso disciplina, que é preciso expulsar da escola depois de três advertências, como se a escola fosse algo parecido com um quartel em que, se o aluno não se adequar, tem que sair dali, porque ele não foi feito para aquela escola. Mas é o contrário, ou seja, é a escola que talvez não esteja atendendo esses jovens.

Há uma imagem que eu gosto de colocar em relação ao professor, ou seja, muitas vezes o professor é responsabilizado pelas mazelas de uma escola. Mas a gente tem que pensar o seguinte. A senhora colocou um ponto que é importante ressalvar, ou seja, a universalização da nossa educação básica é recente, é muito recente. Eu diria que foi a partir do governo do Fernando Henrique Cardoso que as políticas se tornaram mais incisivas nesse processo. Os governos que vieram depois também ampliaram essa questão para outras dimensões, mas a gente não pode perder essa dimensão histórica. E, aí, é importante a gente fazer uma certa comparação.

É muito comum, numa conversa de pessoas que já estão na nossa idade ou um pouco acima, fazer referência à escola do passado, dizer que a escola do passado era melhor porque os alunos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

gostavam, ficavam e que era uma escola em que todo mundo aprendia etc. Mas, quando a gente olha para a escola do passado, percebe o seguinte: era uma escola para poucos alunos, só poucas famílias tinham acesso à escola pública. Daí, quando a gente faz a reflexão de que a Argentina já fez essa universalização no século XX e nós, só no final do século XX, começamos a pensar nisso, a gente vê que estamos num espaço de atualização perverso.

O que é que nós sofremos nesse processo? Na medida em que nós não trouxemos esses jovens para a escola, as próprias famílias foram se transformando no Brasil. O Brasil dos anos 70 é muito diferente do Brasil dos anos 80 e 90. Então, a precarização da estrutura familiar, aquilo de que muitos falam, a questão dos valores, essas questões que explodem dentro da escola, elas vieram com a universalização para dentro da escola. E, aí, o que esses jovens encontraram? Uma escola lá de trás, uma escola com uma estrutura rígida, uma escola que não lhes oferecia os instrumentos necessários para superar as dificuldades, que eram novas. As dificuldades dos jovens do século XXI são dificuldades dos jovens do século XXI. Então, não podemos ter instrumentos dos séculos XIX e XX para atender esses jovens. Muito desse problema da indisciplina e da evasão ocorre exatamente por isso.

Aquela equipe que estava na escola na universalização nova não estava preparada para atender essa nova população que chegou à escola. Então, esse é um ponto que a gente precisa olhar com muito cuidado: a formação inicial do professor, as metodologias, os instrumentos de gestão de que eles precisam dentro da escola, tudo isso precisa ser adequado às expectativas desses jovens do século XXI. Então, esse é o passo que a gente precisa dar para poder fazer com que essa escola esteja próxima desse jovem e, aí, a gente consegue superar boa parte dessas dificuldades, que são dificuldades de relacionamento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Herton Araújo.

O SR. HERTON ELLERY ARAÚJO – Eu gostaria de agradecer por ter participado deste encontro, foi muito ilustrativo. Gostei muito da fala do senhor, Senador.

Posso responder algumas coisinhas para ele?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pode.

O SR. HERTON ELLERY ARAÚJO – Se é preciso fazer mais escola? No agregado, não, porque nós estamos diminuindo a demanda. Agora, no varejo, é aquela história. Lá no seu Estado mesmo tem um Município da soja que é novo, Luís Eduardo Magalhães. Aquilo explodiu e, provavelmente, ali eu preciso de escola, e eu não tenho como pegar a escola lá de uma cidade mais antiga e levar num caminhão para lá. Então, posso vender lá e comprar aqui. Dá para fazer, transformar em dinheiro e fazer. Eu acho que, em alguns lugares, é preciso construir mais, em alguns bairros, mas isso é pontual. No agregado, não; no agregado, não.

Outra coisa: nesse trabalho de que lhe falei – a nota técnica –, que só tem dez páginas, a gente chega a esta conclusão: o lance é a gestão. A gente já aumentou muito o nosso gasto com educação, a gente precisa melhorar é a forma como a gente está gastando. É suficiente? Não. Sempre você pode gastar mais. Agora, não se gasta bem em educação no Brasil. Isso é um fato, é simples assim.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. HERTON ELLERY ARAÚJO – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, eu acho isso, a gente já chegou a essa conclusão. O PNE é factível. Eu vejo pessoas falando que o PNE é ousado demais e não é factível. Não é verdade. Na minha concepção, é factível. É um resgate que a gente precisa fazer pela negligência que a gente teve com a educação básica no Brasil.

E, aí, eu gostei de ver o senhor falando que a gente pode também, em alguns lugares, ter uma forma de financiamento, até das famílias, principalmente no ensino superior, em que 75% das matrículas hoje já são privadas. Essas 25% públicas... Eu estudei em escola pública, estudei na UnB, passei seis anos recebendo bolsa do Estado, e meu pai tinha muita grana para pagar, mas eu não paguei, foram seis anos. Por que não fazer um sistema de solidariedade? Eu sei que, para isso, é preciso mudar a lei, é preciso mudar a Constituição. Só estou dizendo que a gente tem que pensar em formas para resgatar a educação básica. Meu ponto hoje é que a educação básica precisa de maior atenção da gente.

Muito obrigado. Foi um prazer participar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – O senhor deseja fazer alguma observação, Dr. Antonio?

O SR. ANTONIO JOSÉ VIEIRA DE PAIVA NETO – Eu queria agradecer por essa oportunidade de falar aqui, na Comissão do Senado. Sempre é uma oportunidade de trazer algumas discussões, algumas até muito sensíveis, em relação à educação. A educação é um tema sensível, mas eu acho que esta Comissão trouxe um tema de extrema relevância. Eu reafirmo a ideia de que a agenda da educação tem que ser a agenda prioritária do País e para onde todas as outras políticas têm que convergir, porque o Brasil vai passar por um processo agora muito difícil, de desenvolvimento econômico ainda muito retraído, mas num processo de envelhecimento de sua população. Então, é um momento difícil, em que o Brasil precisa fazer escolhas, escolhas políticas difíceis. Eu acho que uma reunião como esta é muito importante para refletir sobre esse desafio.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Deseja fazer alguma observação? (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores desejam fazer alguma observação?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Só quero cumprimentá-la, Senadora. Quero cumprimentar a iniciativa da Comissão de Educação e também essa luta, que sempre foi uma característica muito forte da Senadora Lúcia Vânia, que traz aqui também alguns especialistas e profundos conhecedores da matéria. Todos os dias nós estamos aprendendo com nossos palestrantes, não só com o representante do Ipea, mas também com representantes de outros institutos que aqui vieram para trazer uma visão moderna e atual diante de um grande desafio que nós temos, que é essa área da educação.

Hoje nós vemos os nossos jovens tendo que disputar numa economia globalizada, e nós vemos que é alto ainda o grau de analfabetismo no Brasil. Nós vemos hoje os outros países avançando com maior celeridade, sendo que, como V. Sª colocou aqui, nós iniciamos só no final do século XX esse grande desafio de dar oportunidade a todos os jovens de terem acesso à educação, num trabalho em que a Senadora Lúcia Vânia teve muito reconhecimento à época do Governo Fernando Henrique, que teve a coragem de enfrentar esse tema, que era um tema árido àquela época, ou seja, combater o emprego de mão de obra de crianças e fazer com que elas tivessem acesso às escolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, precisamos buscar resultados cada vez com maior intensidade, porque o que nos frustra às vezes é a falta de condição dos nossos jovens quando eles estão numa situação de disputa. Isso realmente ainda nos constrange. Mas estamos superando todas essas etapas e acreditamos que V. Sªs, com o conhecimento que têm, terão sempre o apoio não só da Comissão de Educação, mas também de todos nós, Senadores, que temos esse compromisso com a área da educação. Como médico que sou, como cirurgião que sou, também tive o meu período como professor-assistente da Universidade Federal do Rio de Janeiro e sei o quanto uma educação básica é fundamental para a formação de um cidadão amanhã, num curso superior. Quando falta esse alicerce, são impressionantes as limitações que o aluno tem no decorrer de um curso universitário.

Então, quero só cumprimentá-los e aplaudir mais uma vez a iniciativa da nossa Presidente, Senadora Lúcia Vânia.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Bom, agradeço aos expositores. Quero agradecer à Priscila Cruz, que esteve aqui. Ela é Presidente Executiva do movimento Todos pela Educação. Quero agradecer também ao Antonio José Vieira de Paiva Neto, Consultor do Instituto Ayrton Senna; agradecer ao Herton Ellery Araújo, Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea.

Quero dizer a V. Sªs da nossa satisfação em recebê-los aqui e, principalmente, dizer que essa exposição dos senhores foi a que gerou maior interação com aqueles que nos acompanham aqui pelo e-Cidadania.

Agradeço aos senhores e em outra oportunidade queremos tê-los aqui para nova avaliação. Acredito que a avaliação do Plano Nacional de Educação foi exaustivamente debatida nesta audiência pública.

Agradeço também a todos os assessores que estão aqui. Agradeço ao Senador Roberto, à Senadora Ana Amélia, à Senadora Regina, que esteve aqui conosco, à Senadora Maria do Carmo, ao Senador Caiado, enfim, a todos aqueles que nos prestigiaram. E, de forma muito especial, agradeço ao Prefeito de Teresina, que nos honra com a sua presença.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

Convoco os Srs. Senadores para uma reunião ordinária desta Comissão na próxima terça-feira.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Marta Suplicy, Simone Tebet, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Paulo Rocha, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Roberto Muniz, Ana Amélia, Lasier Martins, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Telmário Mota, Ataídes Oliveira e Romário. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, José Maranhão, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Eduardo Lopes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 57, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Senhor ALEX BRAGA MUNIZ, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, na vaga decorrente da renúncia do Senhor Sérgio Henrique Sá Leitão Filho." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Concedida vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. **Observação:** Em reunião a ser agendada oportunamente, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão e em seguida será realizada a votação, em escrutínio secreto. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever provas práticas nos processos seletivos de professores da educação básica pública e promover a criação de incentivos à permanência dos professores na mesma escola ao longo da carreira." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção." **Autoria:** Deputada Alice Portugal. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obrigatória a utilização do Código de Contrações e Abreviaturas Braille nos contratos de adesão e demais documentos essenciais para a relação de consumo entre pessoas com deficiência visual e instituições financeiras." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatoria:** Sen. Ângela Portela. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CTFC a 3-CTFC. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CTFC-CE a 3-CTFC-CE. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, de 2016 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional de Conscientização e Enfrentamento à Fibromialgia." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para dispor sobre a avaliação dos professores na educação básica pública." **Autoria:** Senador Wilson Matos. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir obrigação relativa à divulgação de resultados auferidos por instituições de ensino nos sistemas de avaliação." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CE. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, de 2015 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre obrigatoriedade do treinamento dos alunos de ensino fundamental e médio em técnicas de primeiros socorros." **Autoria:** Senador Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CE. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica, para incrementar o valor per capita destinado a escolas situadas em municípios em situação de extrema pobreza." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH, nos termos de subemenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CDH-CE, nos termos da subemenda da CE. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências", para tornar as seleções esportivas do País integrantes do patrimônio cultural brasileiro." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Vista concedida ao Senador Ronaldo Caiado, nos termos regimentais. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2009 - Terminativo -** que: "Institui as condições mínimas nacionais para a construção, adequação e equipamento pedagógico de estabelecimentos escolares de educação básica." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CE), que será submetido a Turno Suplementar. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 689, de 2015 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Inovação Tecnológica." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 389, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriados." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta em virtude da aprovação de requerimento para a realização de Audiência Pública de instrução do Projeto. **Observação:** Matéria sobrestada na Comissão aguardando realização de Audiência Pública em data oportuna. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais do desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, a fim de vedar a outorga do título de patrono para pessoas vivas." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Maria do Carmo Alves (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 746, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, para dispor sobre o Relatório de Avaliação do Plano e sobre os resultados da avaliação da educação básica." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CE e 2-CE. **ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional e Avaliação da Educação Superior (SINAES), para incluir a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta em virtude da aprovação de requerimento para a realização de Audiência Pública de instrução do Projeto. **Observação:** Matéria sobrestada na Comissão aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. **ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 737, de 2015 - Terminativo -** que: "Institui os territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação escolar indígena." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 321, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.395, 31 de outubro de 1985, que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências, para determinar que as instituições de ensino incentivem os alunos a promoverem a organização de Centros Acadêmicos e afins." **Autoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, de 2016 - Terminativo -** que: "Denomina Rodovia Agrimensor Ramis Bucair trecho da BR-174." **Autoria:** Senador Cidinho Santos. **Relatoria:** Sen. José Medeiros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 29 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para instrução do Projeto de Lei do Senado Nº 124, de 2016, que altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional e Avaliação da Educação Superior (SINAES), para incluir a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 33 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de realizar o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE 2018. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); 2. Andréa Barbosa Gouveia – Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); 3.Daniel Cara – Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE); 4.Helena Nader – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC);5.Marianna Dias – Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE); 6.Gilson Luiz Reis – Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE)." **Autoria:** Senadora Regina Sousa. **Resultado:** Adiado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 35 de 2017** que: "Requeiro, de acordo com o disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública a ser realizada por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, aprovada nos termos do Requerimento nº 22, de 2017-CE, de autoria da senadora Lídice da Mata, destinada a debater os impactos da Reforma da Previdência na Educação brasileira, com os convidados constantes do mesmo, que também sejam convidados o Senhor Gilson Reis, Coordenador-Geral da CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino; e a Senhora Léia Oliveira, da Coordenação-Geral da Fasubra – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovada, como adendo ao presente Requerimento, a inclusão de representante do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE. **ITEM 24 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 36 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, para o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE 2018, com a presença dos representantes das seguintes entidades: ANFOPE – Associação Nacional de Formação dos Profissionais da Educação;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação; ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação; CNDE – Campanha Nacional pelo Direito à Educação; CUT – Central Única dos Trabalhadores; CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade; CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino; CONIF – Conselho Nacional dos Institutos Federais de Educação; FASUBRA – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil; FEJA – Fóruns de Educação de Jovens e Adultos; FORUMDIR – Fórum Nacional de de Diretores de Faculdades/Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras; MIEIB – Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil; MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra; PROIFES – Federação dos Professores dos Institutos Federais de Ensino Superior; SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; UNE – União Nacional dos Estudantes; UBM - União Brasileira de Mulheres." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovada, como adendo ao presente Requerimento, a inclusão de participantes a serem indicados pelo Senador Ronaldo Caiado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 40 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater a representatividade social, política e econômica da Ordem dos Músicos do Brasil frente à ADPF nº 183/2009, com a presença dos seguintes convidados: Carlos Giannazi – Deputado Estadual PSol/SP; Gerson Ferreira Tajes - Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Músicos ou representante; Representante do Movimento de Valorização dos Músicos – MVM/FG; Representante do Supremo Tribunal Federal /STR; Representante do Ministério do Trabalho/MT; Representante do Ministério da Cultura/MC." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Adiado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 42 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para debater a necessidade de advertência na embalagem e na bula de medicamentos da existência de substâncias cujo uso seja considerado prática de doping no esporte, objeto do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 68, de 2016. Para tanto, sugiro que sejam convidados representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir: Ministério do Esporte (ME); Diretoria Executiva de Esportes do Comitê Olímpico do Brasil (COB); Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD); Justiça Desportiva Antidopagem (JAD)." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Resultado:** Adiado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 45 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para debater o tema "Violência nas Escolas Públicas", com a presença dos seguintes convidados: Deputada Federal Pollyana Gama; Miriam Abramovay - Coordenadora da Área de Estudos sobre Juventude da Faculdade Latino-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Americana de Ciências Sociais (ou representante); Gina Vieira Pontes – Professora do Centro de Ensino Fundamental nº 12 de Ceilândia/DF; Marlova Jovchelovitch Noleto - Diretora da Área Programática da UNESCO no Brasil (ou representante); Representante da Secretaria de Educação do DF; Representante do MEC." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Adiado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 46 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo RCE 19/2017, destinada a instruir o PLS 248/2015, que cria o Estatuto do Cigano." **Autoria:** Senadora Regina Sousa e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 47 de 2017** que: "Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 32/2017-CE, aprovado por esta Comissão no dia 20 de junho de 2017, a inclusão dos seguintes convidados: André Regis de Carvalho, Vereador do Recife; Caio Callegari, Coordenador de Projetos do Movimento Todos Pela Educação; Guilherme Antunes, Gerente de Projeto da Fundação Lemann; Pedro Grandson Aguiar, Gestor Escolar de Sobral/CE; Idilvan Alencar, Secretário de Educação do Estado do Ceará; Dalila Saldanha de Freitas, Secretária de Educação de Fortaleza." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Adiado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 48 de 2017** que: "Requer, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 45/2017-CE, a inclusão dos seguintes convidados: Denise Paiva – Ex-gerente do Programa Paz nas Escola; Siro Darlan de Oliveira – Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; César Benjamin - Secretário Municipal de Educação." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Adiado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 49 de 2017** que: "Requeiro, nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater o tema "Acolher, cuidar e educar na primeira infância: por que precisamos de profissionais mais qualificados", a ser realizada no dia 25/10/2017 (quarta-feira), no âmbito da Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado Federal. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Marie Garrigue-Abgrall – Doutora em Filosofia, professora titular na Universidade de Paris; Educadora em Pediatria na Primeira Infância e psiquiatria infantil, atualmente no Hay les Roses Département Général du Val-de-Marne; Alexandra Déprez – Doutora em Psicologia Clínica, com Especialização em Psicopatologia Perinatal pela Universidade de Paris VII, Mestre em Psicologia da Criança e do Adolescente; formadora certificada ADBB (Alarme Détresse Bébé); Jairo Werner Júnior – Professor Titular de Psiquiatria da Infância e Adolescência da Universidade Federal Fluminense; Maria da Penha Oliveira – Psicóloga, psicodramatista clínica e organizacional, psicoterapeuta da criança, adolescente e adulto." **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 50 de 2017** que: "Requeiro, com fulcro no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil, e nos arts. 90, inciso II, e 93 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de duas audiências públicas e de uma reunião técnica, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para instruir a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elaboração do relatório de avaliação de política pública dedicado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)." **Autoria:** Senador Roberto Muniz e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 33 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 54 de 2017** que: "Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para instruir o PLS nº 389, de 2016, que "dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriados". Os convidados serão indicados posteriormente." **Autoria:** Senadora Simone Tebet. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/09/19

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes!

Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 32.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 57, de 2017
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Senhor ALEX BRAGA MUNIZ, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, na vaga decorrente da renúncia do Senhor Sérgio Henrique Sá Leitão Filho.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações: *Conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o exame de indicações seguirá etapas: na primeira, o Relator apresentará o Relatório à Comissão, com recomendações, se for o caso, para que sejam apresentadas informações adicionais, após o quê será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da Comissão e divulgado o Relatório por meio do portal do Senado Federal.*

Observações: nos termos do art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal e da Decisão nº 1 da Comissão de Educação, esta Presidência comunica aos Srs. e Srªs Senadoras que o processo de apreciação da escolha de autoridades nesta Comissão será feito em duas etapas. Na primeira etapa, que ocorrerá nesta reunião, o Relator apresentará o relatório à Comissão, com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado. Após a apresentação da discussão do relatório na primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente. Na segunda etapa, em reunião a ser agendada oportunamente, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão, e, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Valdir Raupp, para o seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Relator.) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Srªs e Srs. Senadores.

Chega ao exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte a Mensagem nº 57, de 2013, a Mensagem nº 339, de 12 de setembro de 2017, na origem, em que o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Alex Braga Muniz, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine), na vaga decorrente da renúncia do Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão Filho.

O objeto da MSF nº 57, de 2017, é cumprir o que determina o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, que atribui a esta Casa a competência privativa para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar. Busca atender, também, ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos nas agências reguladoras, o qual impõe que os diretores dessas agências sejam brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados, devendo ser escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal.

Acompanham a Mensagem os documentos e informações especificados nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria foi lida em plenário e distribuída a esta Comissão para emissão de relatório.

De acordo com as informações apresentadas em seu *curriculum vitae*, Alex Muniz graduou-se no curso de Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e é especializado em Direito Público na Universidade de Brasília. É membro da Advocacia-Geral da União desde agosto de 2002 e atualmente ocupa a categoria especial do cargo de Procurador Federal.

Em sua trajetória profissional, destacam-se os seguintes cargos e funções: Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à Ancine, função atual, que desempenha desde outubro de 2009; Procurador-Chefe Substituto da Procuradoria Federal junto à Ancine, de dezembro de 2005 a outubro de 2009; Coordenador de Consultoria da Procuradoria Federal junto à Ancine, de março de 2003 a dezembro de 2005.

Na argumentação escrita anexada à mensagem, exigida pelo art. 383, inciso I, alínea "c", do Regimento Interno do Senado Federal, o indicado apresenta informações destinadas a demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo e ressalta sua experiência no campo da legislação do audiovisual.

Das atividades apresentadas, podemos destacar a participação do indicado tanto na regulamentação da Lei nº 11.437, de 2006, que cria o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), quanto na implantação do fundo, regulamentada pelo Decreto nº 6.229, de 2007, ocasião em que houve a contratação dos agentes financeiros incumbidos da sua operação.

Constata-se, também, que o indicado apresentou outras informações exigidas pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, nomeadamente, as seguintes declarações: de que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades vinculadas à sua atividade profissional; de que não participa ou participou como gerente ou sócio administrador de empresas ou entidades não governamentais; de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal; da não existência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ações judiciais em que figure como réu ou como autor; e de que sua atuação profissional, nos últimos cinco anos, esteve circunscrita ao exercício do cargo de Procurador Federal de Categoria Especial e, cumulativamente, ao desempenho das funções do cargo comissionado de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à Ancine.

As declarações estão acompanhadas de certidões negativas e demais documentos oficiais, emitidos pelos órgãos competentes.

Voto.

Diante do exposto, entendemos que os membros integrantes desta Comissão dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Senhor Alex Braga Muniz para exercer o cargo de diretor da Ancine.

É o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, o relatório está à disposição dos Srs. Senadores para análise. E, na próxima reunião, nós colocaremos em discussão a matéria.

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a utilização do Código de Contrações e Abreviaturas Braille nos contratos de adesão e demais documentos essenciais para a relação de consumo entre pessoas com deficiência visual e instituições financeiras.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CTFC a 3-CTFC.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra à Senadora Ângela Portela para proferir o seu relatório.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Como Relatora.) – Muito obrigada, Senadora Lúcia Vânia.

Vem ao exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2016, que altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, tornando obrigatória a utilização do Código de Contrações e Abreviaturas Braille nos contratos de adesão e outros documentos essenciais para a relação de consumo entre pessoas com deficiência visual e instituições financeiras.

A proposição está composta por dois artigos. O art. 1º impõe o acréscimo de §3º ao art. 69 da Lei nº 13.146, Estatuto da Pessoa com Deficiência, para tornar obrigatória a utilização do Código de Contrações e Abreviaturas Braille nos contratos de adesão e demais documentos essenciais para a relação de consumo entre pessoas com deficiência visual e instituições financeiras. O art. 2º determina a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em suas razões, o autor argumenta que a Lei nº 4.169, de 4 de dezembro de 1962, que oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille, não é suficientemente específica, pois não contempla o uso do código em diferentes casos. Destarte, algumas instituições financeiras evitam disponibilizar a documentação em Braille nas suas relações de consumo com pessoas com deficiência visual, argumentando a carência de imposição legal.

O autor ainda registra o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) pacificando o tema no sentido da proposição. Lembra, no mesmo sentido, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, firmada em Nova York, em 30 de março de 2007, que estabeleceu para os Estados-parte obrigação de assegurar o pleno exercício dos direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência. Inicialmente, o PLS nº 21, de 2016, foi distribuído às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo a essa última a decisão terminativa.

Posteriormente, por força da aprovação do Requerimento nº 134, de 2016, a proposição passou a dever ser examinada também por esta Comissão de Educação.

Outrossim, tendo em vista a promulgação da Resolução nº 3, de 2017, que redefiniu as atribuições e as denominações da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a presente matéria teve novo despacho: à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, à qual caberá a decisão terminativa.

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor emitiu parecer favorável à aprovação da proposição, nos termos de três emendas que buscaram aumentar sua precisão: a Emenda nº 1 altera a ementa da proposição para torná-la conforme ao texto proposto pela Emenda nº 2, que amplia os meios de acessibilidade a serem disponibilizados, sob demanda, com o acréscimo da expressão " obrigatória, sob demanda, a utilização do Sistema Braille ou outros formatos acessíveis", acrescentando-se, ao fim, o trecho "assegurado ao consumidor o direito de livre escolha do formato". Finalmente, a terceira emenda aprovada estabelece a vacância em 180 dias.

Análise.

Conforme o artigo do Regimento Interno do Senado Federal, compete à educação opinar sobre essas matérias referente a educação, ensino e cultura, que são condições e implicações da proposição em exame, o que faz regimental seu exame do PLS nº 21, de 2016.

Tampouco se podem divisar óbices constitucionais ou jurídicos na proposição em análise. Muito ao contrário, tanto o autor, em suas razões, quanto a relatoria da proposição na Comissão concordam que a proposição não faz senão tornar precisa e *erga omne*s a legislação preexistente, ao formalizar juridicamente entendimento já firmado pelos tribunais.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório aprovado passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, da Comissão de Transparência, e 3, também da Comissão de Transparência.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Requerimento da Comissão de Educação nº 49, de 2017. O Requerimento é de minha autoria. Passo à leitura.

ITEM 31
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 49, de 2017
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater o tema "Acolher, cuidar e educar na primeira infância: por que precisamos de profissionais mais qualificados", a ser realizada no dia 25/10/2017 (quarta-feira), no âmbito da Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado Federal. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Marie Garrigue-Abgrall – Doutora em Filosofia, professora titular na Universidade de Paris; Educadora em Pediatria na Primeira Infância e psiquiatria infantil, atualmente no Hay les Roses Département Général du Val-de-Marne; Alexandra Déprez – Doutora em Psicologia Clínica, com Especialização em Psicopatologia Perinatal pela Universidade de Paris VII, Mestre em Psicologia da Criança e do Adolescente; formadora certificada ADBB (Alarme Détresse Bébé); Jairo Werner Júnior – Professor Titular de Psiquiatria da Infância e Adolescência da Universidade Federal Fluminense; Maria da Penha Oliveira – Psicóloga, psicodramatista clínica e organizacional, psicoterapeuta da criança, adolescente e adulto.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Os convidados para a audiência estão relacionados no requerimento.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os senhores e as senhoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Eu aproveito a oportunidade para convidar os Srs. Senadores a participar desse seminário. É um seminário importante em que a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Educação far-se-ão presentes para discutir as questões da primeira infância.

ITEM 32
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 50, de 2017
- Não terminativo -

Requeiro, com fulcro no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil, e nos arts. 90, inciso II, e 93 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de duas audiências públicas e de uma reunião técnica, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para instruir a elaboração do relatório de avaliação de política pública dedicado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Roberto Muniz e outros

Subscrito pelo Senador Anastasia.

Concedo a palavra ao Senador Anastasia para a leitura do requerimento e outras considerações sobre a matéria abordada nesse requerimento.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Srª Presidente, Srª Senadora, Sr. Senador, trata-se do requerimento de autoria do Senador Roberto Muniz, que tem a minha adesão. Agradeço a V. Exª a aquiescência de me dar a palavra para a sua leitura e submissão aos nossos pares.

Requeiro, com fulcro no art. 58, §2º, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil, e nos arts. 90, inciso II, e 93 do Regimento Interno do Senado, a realização de duas audiências públicas e de uma reunião técnica, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte para instruir a elaboração do relatório de avaliação de política pública dedicado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Para a primeira audiência, que terá por objetivo a avaliação de atendimento aos objetivos do programa e à demanda, sugiro os seguintes convidados: Srª Eline Neves Braga Nascimento, Secretária de Educação Profissional e Tecnológica do MEC; Sr. Ismar Barbosa Cruz, Secretário de Controle Externo da Educação e da Cultura do TCU; Sr. Vinícius Botelho, Secretário de Inclusão Social e Produtiva do Ministério do Desenvolvimento Social; Sr. Marcos Vinicius, Secretário de Inovação e Novos Negócios do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Sr. Antonio Idilvan de Lima Alencar, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação; Sr. Rafael Lucchesi, Diretor de Educação e Tecnologia da CNI; e Sr. Lucas Ferreira Mation, economista do Ipea.

Para a segunda audiência, que terá como foco a oferta dos cursos e os indicadores usados para avaliação, além da elaboração de encaminhamentos para uma eventual continuidade do programa, sugiro os seguintes convidados: a Srª Eline Neves Braga, já mencionada; o Sr. Ismar Barbosa Cruz, também já mencionado; igualmente o Sr. Antonio Idilvan de Lima Alencar, também já qualificado; o Sr. Francisco Roberto Brandão Ferreira, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); e o Sr. Rafael Lucchesi, também da CNI, já mencionado.

A reunião técnica, por sua vez, destina-se a debater considerações iniciais, enfeixadas em documento que denominamos pré-relatório.

Este, portanto, é o requerimento que apresentamos, o Senador Roberto Muniz com a minha adesão, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em discussão a matéria. (*Fora do microfone.*)

Eu quero apenas registrar que esse trabalho foi feito pelo Senador Roberto Muniz com muita dedicação, com muita aplicação. Ele procurou os diversos órgãos envolvidos no programa, fez uma reunião com os consultores do Senado e igualmente com os consultores dos Ministérios, fez um levantamento de tudo para escolher os expositores, que fazem uma avaliação da demanda e da oferta.

Em primeiro lugar, seria uma audiência pública para mostrar a oferta do programa; em segundo lugar, a demanda em relação à oferta. Então, esse é um projeto muito interessante e que propõe, após

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as duas audiências públicas, um relatório. Esse relatório será discutido entre os Senadores e, posteriormente, entregue ao MEC com as sugestões apresentadas pela Comissão. Trata-se de uma audiência pública diferente, o que eu acho que é importante, porque será uma audiência que trabalha com resultados. Acho que isso é uma coisa inovadora. Esse relatório será entregue ao MEC com as sugestões da Comissão de Educação.

Continua em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

A primeira audiência pública será realizada no dia 25/9, segunda-feira, às 14h.

Todos os Srs. Senadores estão convidados. Os técnicos e os assessores estão convidados também para essa audiência pública.

Vou só ler o item 7, porque não temos quórum.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, de 2013

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir obrigação relativa à divulgação de resultados auferidos por instituições de ensino nos sistemas de avaliação.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

1- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

2- A matéria constou da pauta da Reunião de 5/9/2017.

Concedo a palavra ao Senador Anastasia para proferir o relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Trata-se de fato, como V. Exª apregoou, de iniciativa da Senadora Kátia Abreu muito meritória. O relatório é muito singelo, não é longo, mas mesmo assim não vejo necessidade da leitura em sua inteireza. Mas gostaria, na análise, de dizer aos nossos pares que o objetivo do projeto de lei é colocar em papel visível para toda a comunidade os indicadores das notas alcançadas por cada escola no sistema de avaliação. Na realidade, o que temos é o Ideb e outros sistemas sendo tornados públicos, com mais transparência para melhor conhecimento, especialmente das famílias, da comunidade e da própria inserção local naquele Município, naquele Estado e naquela região.

Eu me permito mencionar que na análise é feita uma avaliação exatamente do papel fundamental desses mecanismos de avaliação para a melhoria da qualidade do ensino, o que é matéria que já se constitui como tema consagrado entre educadores e é do senso comum. Até a década de 1990, não existia o mecanismo de avaliação, e, a partir daí, passamos a ter vários. Os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indicadores de avaliação passaram a se constituir num dos principais orientadores das políticas públicas de educação, o que também explica o empenho dos governos em aprimorar os respectivos instrumentos.

Outro importante mecanismo é exatamente a transparência, a necessidade de informar à sociedade sobre o que de fato acontece nas escolas em termos de aprendizado e de formação cívica. O estabelecimento do *ranking* do desempenho das escolas precisa ser visto com cuidado, ou seja, a comparação com o intuito de melhorar o que não vai bem e buscar a excelência saudável. Já a competição é vista com cautela. O nosso caso aqui não há *ranking*, é tão somente a publicação do resultado, porque a sugestão apresentada não incorre nesse erro de fazer *ranking*, mas tão somente conhecimento, em local visível e de fácil acesso ao público, para efeito de informação, sobre o desempenho de cada instituição.

A medida não atinge apenas a educação básica, mas todos os estabelecimentos de ensino submetidos aos processos avaliativos pelo Poder Público, independentemente do nível e modalidade.

Sobre o aspecto formal, não há o que se observar. Tão somente apresento uma singela emenda, que tenha o seguinte conteúdo, Srª Presidente:

> EMENDA Nº – CE
>
> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2013, a seguinte redação:
>
> "Art. 1º O art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a viger acrescido do seguinte inciso:
>
> 'Art. 12.....
>
> .....
>
> IX – manter, em local visível e de fácil acesso, os resultados que obtiverem nos sistemas oficiais de avaliação, na forma do regulamento. (NR)'"

É a nova regulamentação.

Portanto, Srª Presidente, é o relatório.

Como V. Exª apregoou, nós não temos quórum para votação, que é terminativo, mas fica feita a leitura para posterior discussão, quando V. Exª julgar conveniente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço ao Senador Anastasia.

O relatório é dado como lido. Ficam adiadas a discussão e a votação.

Tendo em vista que esse projeto é um projeto muito importante e é terminativo nesta Comissão, nós não vamos colocar em discussão. Aliás, vamos adotar sempre o hábito de, ao ler um relatório terminativo, não colocar em discussão para não haver problema futuramente.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu gostaria de comunicar aos Srs. Senadores que nós estamos com a Comissão Especial que trata do Fies. Essa Comissão Especial é muito importante. O que a gente tem percebido, eu tenho frequentado algumas dessas comissões especiais, é que muitas pessoas, muitos Senadores da Comissão de Educação não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participam da comissão especial. Não participando, quando o assunto vai a plenário, a discussão começa do zero, e isso não tem sido, eu acho que não tem sido bom, porque toda a discussão que é feita na comissão especial é praticamente perdida, porque nós temos que voltar novamente a discutir tudo em plenário.

Então, eu tomei a deliberação, e quero a opinião dos Srs. Senadores, de solicitar um assessor da Comissão de Educação para acompanhar a Comissão Especial, e, na sessão seguinte, a gente discutir o que foi discutido na Comissão Especial aqui na Comissão de Educação, para que a gente possa, pelo menos, acompanhar essa discussão, porque o Fies é talvez uma das matérias mais importantes que nós temos aqui sendo discutidas e passa à margem da Comissão de Educação. Então, eu queria pedir aos Srs. Senadores que opinassem sobre esse assunto para que a gente pudesse achar um caminho de fazer um *link* entre a Comissão de Educação e a Comissão Especial que trata do Fies.

Eu acredito, pelo que eu estou acompanhando, que a comissão especial tem uma vantagem de se aprofundar no tema, mas, ao mesmo tempo, como elas são feitas à tarde, a presença é muito pequena. E o mais grave é que grande parte dos Senadores não participa da Comissão. Não participando os Senadores, nós ficamos sem discutir nas comissões esses assuntos que são fundamentais.

Ao mesmo tempo em que acontece isso na comissão especial, nós sentimos que as comissões temáticas estão inteiramente esvaziadas. Não posso achar normal uma Comissão de Educação, como esta, não discutir o Fies em profundidade. Portanto, eu sugeriria esse *link* com a comissão especial.

Eu gostaria de ouvir o Senador sobre esse assunto.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero dar o meu bom-dia e cumprimentar aqui os colegas Parlamentares.

Acho que a sugestão de V. Exª de aprofundar o debate sobre o Fies é extremamente oportuna. É bom que a senhora, como Presidente da Comissão de Educação, conclame os Parlamentares para acompanharem isso e participarem do debate. Acho, inclusive, que a senhora poderia até fazer uma audiência pública. Isso não é ruim, não; pelo contrário, isso é bom. Mas, enfim, como há uma comissão especial em andamento, a senhora está fazendo aqui exatamente uma conclamação.

Integro a Comissão Especial que cuida da medida provisória do Fies. Não sei quais são os membros da Comissão de Educação que fazem parte dessa Comissão Especial que trata da medida provisória do Fies. O fato é que a vida de cada um de nós aqui é de uma intensidade enorme, não é, Dário? Do ponto de vista de agendas, são agendas múltiplas. E, à medida que se vai aproximando o final do ano, também as tarefas e as missões que cada um de nós tem assumido vão se intensificando e vão se afunilando cada vez mais.

Tenho participado lá do debate. Sou membro. Tenho feito um esforço para participar. Tenho, inclusive, levantado uma série de aspectos que, a meu ver, se constituem grandes equívocos da medida provisória. Por um lado, é claro, a medida provisória é muito importante, porque se trata de reconhecer o papel que tem o Fies como instrumento para fomentar, para promover, para democratizar o acesso ao ensino superior da juventude brasileira. Esse é um ponto, um aspecto positivo. Mas, por outro lado, a medida provisória tem uma série de aspectos que espero, inclusive, que, fruto deste debate que está sendo feito, possam ser revistos, como, por exemplo, a própria quantidade de bolsas que estão sendo oferecidas. Fala-se em 300 mil bolsas, mas, na verdade, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

verdade, a garantia que há é de somente 100 mil bolsas, porque são as únicas bolsas que têm o lastro do orçamento, o chamado Fundo Garantidor. Assim também há o fato de ter saído de 8 para 80; acabou por completo o período de carência. Também não pode ser assim. Tem de haver um período de gradatividade. Inclusive, temos de olhar isso em função até da realidade que vivemos hoje, de muito desemprego, de recessão, bem como outros aspectos.

Mas, enfim, Senadora Lúcia Vânia, estou participando lá. O Relator tem estado sensível a vários aspectos, repito, a equívocos que a medida provisória apresenta. É isso. Espero que, fruto deste debate, possamos corrigir aquilo que de fato deva ser corrigido e que o Fies, ao final, em vez de representar um avanço em termo de promover o acesso da juventude ao ensino superior neste Brasil, não seja um retrocesso.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Eu não faço parte da Comissão do Fies, mas acho que a ponderação de V. Exª é muito procedente. Parece-me que o tema, como a Senadora Fátima relatou agora, é fundamental. E V. Exª já havia nos alertado sobre isso. Naturalmente a medida provisória deve ter suas necessidades de aperfeiçoamento. Então, talvez a ponderação que V. Exª fez seja muito viável.

Eu só ousaria sugerir – e tomo a liberdade de fazê-lo – que, talvez, em vez de um relato, a assessoria pudesse fazer um documento, um sumário executivo sobre o que foi debatido na Comissão e informasse aos membros da Comissão, porque o que nós lamentamos, eu até fiquei satisfeito porque estou vendo aqui um número maior de membros, é o quórum terminativo da nossa Comissão, para o qual V. Exª tanto se empenha, para nós votarmos pauta, que é longa.

Semana passada, na CCJ, conseguimos, num *tour de force,* votar seis projetos terminativos rapidamente. Foi um milagre, um feito. Então, vejo aqui uma movimentação maior e fico satisfeito com isso.

Mas essa ponderação de V. Exª é muito bem-vinda.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos, então, agora, para o item 5 da pauta.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, de 2016
- Terminativo -

Institui o Dia Nacional de Conscientização e Enfrentamento à Fibromialgia.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

A votação é nominal.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Como Relator.) – Inicio, então, Srª Presidente, a leitura do parecer do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2016, de autoria da Senadora Ana Amélia, que institui o Dia Nacional de Conscientização e Enfrentamento à Fibromialgia.

Relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2016, de autoria da Senadora Ana Amélia, que propõe seja instituído o Dia Nacional de Conscientização e Enfrentamento da Fibromialgia, a ser celebrado, anualmente, em 12 de maio.

A proposição possui dois dispositivos: o art. 1º institui a efeméride, e o art. 2º estabelece que a futura lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, a nobre autora da proposta ressalta a importância de um maior conhecimento e compreensão da sociedade a respeito das características singulares dessa síndrome.

A matéria foi distribuída para a análise exclusiva e terminativa da Comissão de Educação.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre datas comemorativas, como é o caso do projeto de lei em análise.

Fibromialgia é uma síndrome crônica em que a pessoa sente dores por todo o corpo durante longos períodos, com sensibilidade nas articulações, nos músculos, tendões e em outros tecidos moles.

A doença é considerada uma síndrome, porque engloba uma série de manifestações clínicas como dor, fadiga, indisposição e distúrbios do sono.

No passado, pessoas com queixas de dores generalizadas tinham esses sintomas atribuídos predominantemente a fatores de cunho emocional. Depois de mais bem estudada, concluiu-se que a fibromialgia é uma forma de reumatismo associada à sensibilidade do indivíduo frente a um estímulo doloroso.

A síndrome é a segunda causa mais comum de dor crônica no Brasil. Segundo a Associação Brasileira de Fibromiálgicos (Abrafibro), a patologia atinge 10% da população e é considerada uma doença dos tempos modernos. Segundo a Abrafibro, 80% dos casos acometem mulheres acima de 25 anos de idade.

De acordo com os especialistas, é importante diagnosticar e saber lidar com a síndrome de maneira funcional, a fim de permitir que o indivíduo leve uma vida normal dentro de suas limitações. Contudo, o diagnóstico da fibromialgia não é simples, sendo necessária a realização de diversos testes e exames para excluir a possibilidade de os sintomas estarem relacionados a outras enfermidades.

Nesse contexto, como alerta a nobre autora da matéria, é extremamente necessário padronizar, no Sistema Único de Saúde, os procedimentos de diagnóstico e de tratamento multiprofissional – sem desconsiderar a especificidade de cada paciente – garantindo que sejam adotados nas diversas unidades do Sistema.

Por essas razões, é fundamental a adoção de medidas que promovam e disseminem a conscientização e o enfrentamento da fibromialgia, configurando justa e meritória a iniciativa apresentada pela proposição ora em análise.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à Comissão da Educação, cabe, igualmente, a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

A iniciativa obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa lei, "a apresentação de proposição legislativa que vise instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas ou audiências públicas, ou de ambas, que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira."

Em atendimento a essa determinação, a autora da matéria informou que, "no dia 17 de agosto de 2016, foi realizada uma audiência pública, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, que tratou dos diversos problemas associados à síndrome da fibromialgia, com ênfase na sua caracterização como doença crônica, contando com a participação de especialistas, entre os quais um representante do Ministério da Saúde, e da Diretora-Geral da Associação Brasileira dos Fibromiálgicos (Abrafibro)."

Ainda de acordo com a Senadora Ana Amélia, na audiência, "foi também ressaltada, entre outros pontos, a necessidade de informar e conscientizar a população como um todo, inclusive os profissionais da saúde, sobre a fibromialgia e sobre os problemas enfrentados por seus portadores, entre os quais deve-se assinalar a falta de compreensão social, que alcança até mesmo os familiares."

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, que dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2016.

Este é o voto, Presidente.

E, nobres colegas, pares, Senadores e Senadoras, eu quero aplaudir a iniciativa da nobre colega Ana Amélia, que teve a sensibilidade de realmente provocar esta discussão, que é extremamente importante. A maioria dos casos, quando não se tem uma conscientização do quadro, de uma maneira até, assim, um pouco vulgar, é tida como o paciente estando com um quadro de piti. E, na verdade, é um problema altamente limitante, que produz dificuldades realmente para que a pessoa possa exercer a sua função.

E, como especialista que sou na área de ortopedia, nós sabemos a importância também de saber diferenciar os quadros de fibromialgia de outras patologias que existem correlatas e com sintomas próximos. Com isso, muito bem colocado aqui pela Senadora Ana Amélia, a necessidade de nós instituirmos regras, normas e critérios dentro do SUS, para que também não façamos um diagnóstico simplista, imediato, sem que outras patologias também possam ser aí colocadas como outro diagnóstico possível nos pacientes que apresentam quadro de dores musculares, articulares e também com limitações das suas funções.

Como tal, o parecer foi pela aprovação; é extremamente oportuno.

E, além da data, acredito que a inclusão dentro das regras do SUS passa a ser também um dado mais relevante para que possamos ter um quadro e um percentual realmente definido do que seja a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fibromialgia no Brasil, e não, muitas vezes, sendo definido apenas como o quadro de uma doença reumática, sem que possamos chegar a uma conclusão final e dar a essas pessoas um tratamento, porque, aí sim, além do tratamento do médico, é preciso entender que terá que haver também um apoio das outras áreas da saúde, principalmente para que tenha um tratamento condicionado no decorrer da sua vida, para que suporte e possa amanhã ter qualidade de vida.

Muito obrigado, Presidente.

O nosso voto é pela aprovação. E um aplauso à iniciativa da Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em discussão a matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – Eu quero, primeiro, agradecer muito a competente relatoria ao Senador Ronaldo Caiado, que, como médico, tem uma percepção mais acurada do que nós, que fazemos "clínica geral", entre aspas, do ponto de vista do impacto.

Ele disse muito bem: eu penso que mais do que 80% dos pacientes são mulheres. As mulheres são mais suscetíveis. E a fibromialgia, como nós discutimos na audiência pública mencionada no relatório do Senador Caiado, decorre de, no caso das mulheres ou de homens, um impacto, uma tristeza muito profunda; de uma separação; da perda de um filho; da morte de um ente querido. Então, ela tem um fundo neurológico – os especialistas nos falaram. E requer um tratamento que conjuga exercícios físicos, alongamentos, ioga e também medicação. Só uma coisa não serve. É muito complexo.

Há uma desinformação enorme no campo médico, porque não há uma identificação. Se você fizer um exame de sangue, um exame de urina, um exame de fezes... Nenhum exame laboratorial vai identificar qualquer tipo de sintoma da doença, porque não existe, é neurológica; apenas a dor.

Eu queria agradecer à Lady Gaga, uma figura famosa no mundo inteiro, porque ela, com isso – e esse meu projeto está há muito mais tempo do que a manifestação da Lady Gaga –, deu a conhecer ao mundo essa doença. Ela mesmo disse: "Eu uso a palavra sofrer não por compaixão ou atenção. E tenho ficado desapontada com pessoas que virtualmente sugerem que eu estou sendo dramática, inventando ou me fazendo de vítima para me livrar da minha turnê. Se você me conhece deveria saber que isso está longe de ser verdade. Sou uma guerreira."

Eu penso que isso que aconteceu com ela acontece com todas, praticamente todas as pessoas portadoras de fibromialgia, porque, quando a mulher falta ao trabalho dizem: "Ah!, está fazendo fita." A pessoa sofre duplamente. Sofre com a dor, que é lancinante, incapacitante, a pessoa não consegue levantar da cama, não pode nada, e também com o preconceito. A pessoa ignora a dor, como aconteceu com própria Lady Gaga.

Agradeço, Senador Moka. Acho que a iniciativa é para conscientizar a sociedade brasileira e também o SUS em relação a esse tratamento.

Obrigada também, Senadora Lúcia Vânia, por haver colocado em pauta esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu cumprimento a Senadora Ana Amélia.

A Senadora Ana Amélia tem se especializado na área de saúde, já é quase médica, daqui a pouco vai receber o diploma aqui.

Mas nós estamos fazendo um esforço, Senadora Ana Amélia, para colocar o quórum aqui. Faltam apenas três Senadores. Enquanto isso, vamos colocar em discussão a matéria...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Peço a palavra para perguntar a V. Exª se, consultado o Plenário, poderíamos fazer a inversão de pauta para irmos ao item 9. É um projeto da maior importância, Senadora Lúcia Vânia, de autoria do Senador Roberto Rocha, com a relatoria da Senadora Lídice da Mata.

O projeto incrementa o *per capita* da merenda escolar para os Municípios brasileiros que estão abaixo da linha de pobreza. Esse *per capita* da merenda é, por si só, eu diria, já quase insignificante. Os Municípios e os Estados têm que complementar em um valor muito maior do que aqueles que são transferidos. E para esses Municípios que estão abaixo da linha de pobreza a dificuldade é ainda maior.

Então, o projeto do Senador Roberto Rocha vem exatamente no sentido de auxiliar esses Municípios, dobrando o *per capita* para a merenda escolar. São pouco mais de 400 Municípios no Brasil, dos mais de 5 mil existentes, que estão abaixo do nível de pobreza. No meu Estado, o Pará, lamentavelmente, dos 144 Municípios, 30 estão abaixo da linha de pobreza.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Pela ordem.) – Presidente, antes de iniciarmos a leitura e a discussão desse projeto, que é extremamente relevante, eu pediria a V. Exª, em relação ao item 10, que é uma matéria que me interessa. Eu gostaria de pedir vista do projeto, que altera a Lei nº 9.615, item 10, Projeto de Lei do Senado nº 444.

Essa matéria já foi lida, e, como tal, peço vista do projeto e gostaria que minha assessoria fizesse um detalhamento maior sobre esse... Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências.

Gostaria da decisão de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pois não. Vou colocar em votação a inversão de pauta...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, Presidente.

Quanto a essa matéria que o Senador Ronaldo Caiado está pedindo vista, quero dizer que ela ainda não foi discutida. Só pode ser pedido vista, depois que ela for discutida. Ela não foi discutida.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Ela já foi lida, Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Ela já foi lida, Senador.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Ela foi lida, então tem que ser discutida, para depois ser pedido vista.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – No dia 22/8/2017, foi lido o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Sim, ela foi lida. Começaram a discussão, mas ela não foi encerrada, para ser pedido vista.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Foi lida e encerrada a discussão por V. Exª, Presidente.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Não foi encerrada a discussão. Não pode ter sido encerrada a discussão, porque não havia número.

O SR. ROMÁRIO (PODE - RJ) – Foi lida e adiada a discussão por V. Exª.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Só se pode encerrar a discussão, quando há número regimental. Não havia número regimental, e a discussão não foi encerrada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em primeiro lugar...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Gostaria só de saber a posição da Mesa, porque aqui está como lida no dia 22/8/2017, Presidente. Por esse fato, eu...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Foi adiada a discussão.

Em primeiro lugar, vamos colocar em votação a inversão de pauta sugerida pelo Senador Flexa Ribeiro.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em relação ao item 10, nós não encerramos a discussão. A discussão está mantida, e, se V. Exª, após ou durante a discussão, quiser pedir vista, será feito.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Agradeço, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Item 9 da pauta.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Srª Presidente, pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu estou aguardando três Senadores, para a gente colocar em votação.

Faltam dois só?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Então, vamos dar prosseguimento, enquanto...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – V. Exª...

Srª Presidente, por gentileza...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pois não, Senador.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Pela ordem.) – V. Exª encerrou a discussão do item 5? Eu pedi a inscrição. É uma menção muito rápida.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Ah!, sim. Não foi encerrada.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Hein?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Não foi encerrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois é, então queria que V. Exª me concedesse a palavra, enquanto aguardamos a chegada...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pois não. Com a palavra V. Exª.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu não poderia deixar de fazer aqui,...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu peço desculpas...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não, de forma alguma.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – ... porque coloquei em votação a inversão de pauta, uma vez que houve a interrupção.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com a nossa aquiescência total.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pois não.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu queria tão somente registrar meus cumprimentos à Senadora Ana Amélia pela iniciativa e informá-la de que há em minha família: exatamente minha irmã sofre de fibromialgia, um sofrimento. Sou testemunha exatamente do que foi dito por V. Exª e do que o Senador Caiado disse também.

Então, é um sofrimento. Acompanho o relatório muito benfeito. Então, meus parabéns pela iniciativa. E tão logo haja quórum, todos vamos aprovar esse projeto extremamente bem-vindo e que merece os melhores encômios.

Era tão somente para fazer essa observação.

Obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Roberto.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – É simplesmente para me somar às palavras do Senador Anastasia, por esse brilhante projeto, que traz relevância para o debate sobre a questão da fribromialgia, projeto da Senadora Ana Amélia.

Quero parabenizar o Senador Caiado e agradecer, de público, também, ao Senador Anastasia por ter lido o meu requerimento sobre uma audiência pública para discussão da Pronatec.

E quero agradecer, também, de público, Senadora, a oportunidade que a senhora está me dando de fazer essa relatoria e também o apoio que a senhora tem dado, para que a gente possa fazer um debate com um foco mais técnico e possibilitar, após essas primeiras audiências, pela primeira vez, trazer um pré-relatório, já com toda parte técnica discutida, debatida, para que os Senadores possam apreciar, no pré-relatório, já algumas condicionantes que indiquem melhorias para o futuro do Pronatec no Brasil. Então, eu queria agradecer e registrar o apoio que tenho tido aqui da senhora e, principalmente, dos consultores desta Comissão.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Suspensa a discussão até à chegada do quórum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá. Próximo. É o item 9...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pela ordem.) – Srª Presidente, pela ordem.

O item 19 altera a Lei 7.395, de 31 de outubro de 1985, que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências, para determinar que as instituições de ensino incentivem os alunos a promoverem a organização de centros acadêmicos, de autoria do nosso nobre Senador Valadares, com relatoria minha. Como está a situação desse item?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – A matéria consta da pauta desta reunião, a votação é nominal, nós estamos aguardando quórum.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Já houve a leitura do relatório?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Ainda não.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Poderei ler o relatório?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Vamos fazer, primeiro, a inversão de pauta. Se o Plenário concordar, vamos fazer.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 321, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.395, 31 de outubro de 1985, que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências, para determinar que as instituições de ensino incentivem os alunos a promoverem a organização de Centros Acadêmicos e afins.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria consta da pauta desde a Reunião de 07/06/2017.*

Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Como Relator.) – Srª Presidente, vamos aproveitar o tempo para se chegar ao quórum.

Encontra-se sob exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2015, de autoria do Senador Valadares, que incentiva a organização de entidades de representação de estudantes da educação superior. Para tanto, o projeto acrescenta três artigos à Lei nº 7.395, de 31 de outubro de 1985, que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências.

Por meio da inserção do art. 5º-A, o projeto estabelece que as instituições de ensino incentivarão a organização de Centros Acadêmicos (CAs) ou Diretórios Acadêmicos (DAs), assegurando-lhes autonomia de atuação. Ademais, sempre que necessário, as instituições de ensino devem colaborar com os estudantes na formação e organização dos CAs ou DAs, apoiando a constituição, a divulgação e a realização das eleições pelos estudantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já o art. 5º-B determina que serão assegurados aos CAs e DAs, nas ocasiões em que for necessário, espaço físico e mobiliário adequados para funcionamento e participação nas atividades escolares.

Por sua vez, o art. 5º-C estipula que, exceto em hipóteses excepcionais devidamente justificadas, os representantes dos estudantes têm direito de participar das reuniões administrativas e pedagógicas da instituição de ensino, ocasiões em que podem fazer uso da palavra.

A proposição estabelece, ainda, que a lei sugerida entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor ressalta o papel das entidades representativas dos estudantes na recente mobilização nacional de protestos da população. Além disso, argumenta que a Lei 7.395, de 1985, assegurou a liberdade de organização dos estudantes, mas não dispôs sobre o incentivo à criação e atuação dessas entidades pelas instituições de ensino.

O projeto tem decisão terminativa da CE e a ele não foram apresentadas emendas.

Análise, Srª Presidente.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação do PLS nº 321, de 2015, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

Uma vez que este colegiado é o único a analisar o projeto, tendo poder terminativo sobre a matéria, cabe o seu pronunciamento também sobre a constitucionalidade e a juridicidade da proposição.

A Constituição de 1988, em seu art. 206, inciso VI, consagrou o princípio da gestão democrática do ensino público, que pode ser considerado uma das grandes inovações ocorridas na educação brasileira nos últimos tempos. Para assegurar o desenvolvimento desse princípio, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), determinou que os sistemas de ensino devem garantir a "participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola" e a "participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes".

Embora a comunidade escolar inclua o corpo estudantil, a LDB não dispôs sobre a participação do segmento discente na gestão democrática. Desse modo, a lei que rege a educação nacional não estimulou a difusão de entidades de representação estudantil, seja na educação básica, seja na superior.

Ora, a participação dos estudantes em fatos relevantes da história contemporânea brasileira, como na luta pela redemocratização do País e nos protestos de junho de 2012, evidencia a importância da participação política da juventude. Contudo, nos últimos tempos, essa ação tem ocorrido de forma esporádica e sem propostas coerentes para os problemas nacionais.

Em que pesem as mudanças políticas e culturais que, em escala global, retiraram das organizações juvenis a força política de que desfrutaram há até pouco tempo, não temos dúvidas de que o movimento estudantil merece ser prestigiado, pois pode contribuir para uma gestão mais participativa nas instituições de ensino, ao mesmo tempo que pode trazer novo alento para a vida política nacional. Cabe ressaltar que, recentemente, esta Casa aprovou o Projeto de Lei do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PLS) nº 80, de 2014, de autoria do Senador Pedro Taques, que incentiva a criação de entidades de representação dos estudantes de educação básica, mediante a alteração da Lei 7.398, de 4 de novembro de 1985. O projeto em análise inspira-se na iniciativa do Senador Taques.

Assim, julgamos que o projeto merece ser acolhido pela CE, dado o seu inegável mérito educacional.

Quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição, não há reparos a fazer.

Do voto, Srª Presidente.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 321, de 2015, de autoria do eminente Senador Valadares, e devido à importância para todas as universidades brasileiras e suas organizações estudantis.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a matéria é dada como lida, aguardando o quórum – faltam dois Senadores.

Agora vamos ao item 9: Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2015, que altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica, para incrementar o valor per capita destinado a escolas situadas em Municípios em situação de extrema pobreza.

Já lemos, aguardamos apenas a votação.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, a Senadora Ângela Portela.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Pela ordem.) – O item 28 é um requerimento da Senadora Regina que eu gostaria de subscrever. Ela está pedindo a dispensa de uma audiência pública que foi proposta por ela aqui na Comissão, para instruir o PLS 248, que cria o Estatuto do Cigano. Gostaria de subscrevê-lo e que se colocasse em votação esse requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) –

ITEM 28

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 46, DE 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo RCE 19/2017, destinada a instruir o PLS 248/2015, que cria o Estatuto do Cigano.

Autoria: Senadora Regina Sousa e outros.

Concedo a palavra à Senadora Ângela para a leitura do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Para encaminhar.) – A Senadora Regina considerou que podia ser dispensada essa audiência pública para debater este projeto, o PLS 248, que cria o Estatuto do Cigano. Gostaria de pedir a aprovação – subscrever o requerimento e pedir a aprovação pelos nobres pares.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O relatório é retirado de pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, DE 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências", para tornar as seleções esportivas do País integrantes do patrimônio cultural brasileiro.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 22/08/2017, foi lido o Relatório e adiada a discussão e a votação.

Esse projeto de lei é terminativo e já foi lido.

Continua este projeto em discussão.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Solicito pedido de vista, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Vista concedida ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Muito obrigado.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Projeto de lei...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Pela ordem, depois.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – O item 21 é um requerimento de autoria da Senadora Fátima Bezerra, a quem vou conceder a palavra para a leitura do seu requerimento.

Vou ler o item e, posteriormente, V. Exª faz os comentários.

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 29, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para instrução do Projeto de Lei do Senado Nº 124, de 2016, que altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional e Avaliação da Educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Superior (SINAES), para incluir a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra.

Com a presença dos seguinte convidados: representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), representante da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (Secadi/MEC), representante do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), representante da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifes), representante do Fórum Nacional de Educação.

Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra para...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, o Senador Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA. Pela ordem.) – Eu tive que sair e tomei conhecimento de que o Senador Caiado pediu vista de um projeto. Eu queria só um esclarecimento: se nós não temos número para votar o projeto, não se pode encerrar a discussão e não pode ser pedida a vista. Só se nós tivéssemos número para votar. Então, foi concedida a vista, e não pode, no meu entender.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pela ordem, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – A vista, Senador Alberto, segundo o Regimento, pode ser concedida desde o começo da discussão do relatório até o final.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Está bom. Muito obrigado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora, vai voltar a palavra aqui para... Senadora Lúcia Vânia! Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – A Senadora Fátima Bezerra com a palavra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Senadora Lúcia Vânia, o requerimento pretende tão somente o debate. O projeto é meritório, mas há questionamentos com relação à questão da responsabilidade das universidades. Todos nós sabemos que as universidades gozam do princípio da autonomia consignado na nossa Constituição.

É evidente que o tema do analfabetismo é um grande desafio para o País. Todas as esferas, no campo educacional, têm compromisso e devem dar sua contribuição. Mas, repito, os reitores solicitaram, Senadora Lúcia Vânia, uma audiência para que pudessem dialogar no sentido de não deixar dúvida, de maneira nenhuma, e de deixar claro, inclusive, aquilo que cabe, aquilo que é o papel da universidade, assim como aquilo que é o papel das secretarias estaduais, etc. É nesse sentido.

Então, é uma audiência pública para aprimorar o debate. É com esse objetivo tão somente.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Srª Presidente, somente para aderir e manifestar apoio ao requerimento da Senadora Fátima Bezerra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Senador Roberto.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Pela ordem.) – Só para solicitar um apoio aos membros do Senado. Como eu sou o Senador não mais jovem, mas com menos tempo aqui nesta Casa, eu fiz um projeto de resolução do Senado que trata da possibilidade de nós termos a realização de reuniões em ambientes virtuais para projetos não terminativos. Isso traria uma melhoria na fluência dos nossos trabalhos, estabeleceria uma diminuição do processo burocrático, daria aos presidentes das comissões a possibilidade de pautar esse projeto. Caso três Senadores não quisessem que fosse só no ambiente virtual, traria para a presença, para que fosse votado de forma presencial, e isso nos traria uma celeridade. Nós estamos vendo hoje aqui a necessidade impositiva de que esse projeto seja aprovado.

Esse artifício já é usado dentro do Poder Judiciário, que usa a possibilidade de que, no meio virtual, sejam prolatados os pareceres e sejam votados, quando não terminativos. Então, é um projeto que se encontra na CCJ. Tenho a honra de o Senador José Pimentel ser o Relator, PRS nº 32/2017, e gostaria de pedir apoio aos Senadores e Senadoras da Comissão, para que a gente pudesse agilizar, porque acho que isso traria, no final do ano, uma melhoria enorme dos indicadores dos projetos apreciados aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço ao Senador Roberto. Vamos continuar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Continuar com os requerimentos, Sr. Presidenta, é isso?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com os requerimentos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Já foram todos lidos.

Eu gostaria de convidar os Senadores para virem à Comissão de Educação. Nós temos necessidade de apenas dois Senadores para fazer quórum e para votar projetos importantes aqui na Comissão.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, mas nós temos quórum para os requerimentos. A senhora vai dar continuidade?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Não há mais requerimentos, já foram lidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Na pauta não há mais.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Na pauta de hoje?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Foram todos lidos.

Eu pediria a paciência dos Senadores...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu me referi ao item 24, que é um requerimento que já apresentei há tempos. Foi aprovado?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Foi aprovado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu estou falando do item 24, o item que trata de audiências públicas para o lançamento da Conape, a Conferência Nacional Popular de Educação, que o Fórum nos pediu. É esse.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) –

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 36, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, para o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE 2018, com a presença dos representantes das seguintes entidades: ANFOPE – Associação Nacional de Formação dos Profissionais da Educação; ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação; ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação; CNDE – Campanha Nacional pelo Direito à Educação; CUT – Central Única dos Trabalhadores; CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade; CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino; CONIF – Conselho Nacional dos Institutos Federais de Educação; FASUBRA – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil; FEJA – Fóruns de Educação de Jovens e Adultos; FORUMDIR – Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras; MIEIB – Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil; MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra; PROIFES – Federação dos Professores dos Institutos Federais de Ensino Superior; SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; UNE – União Nacional dos Estudantes; UBM - União Brasileira de Mulheres.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra para a leitura do requerimento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Srª Presidente, eu já tratei do assunto aqui na Comissão: o Fórum Nacional Popular de Educação, constituído por mais de duas dezenas de entidades, entidades as mais representativas da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidade educacional, solicita à Comissão de Educação, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos – nós inclusive já aprovamos lá – uma audiência pública para que eles possam apresentar para conhecimento dos demais membros desta Comissão o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação.

É só isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em discussão o requerimento.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Srª Presidente, tão somente para manifestar o meu apoiamento ao requerimento da Senadora Fátima Bezerra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Continua em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir ...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Para discutir.) – Eu gostaria de solicitar a inclusão de algumas entidades também, já que V. Exª faz referência aqui à Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, à Política e Administração da Educação, à Campanha Nacional pelo Direito, à Central Única dos Trabalhadores, ao Centro de Estudos Educação e Sociedade, à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, ao Conselho Nacional dos Institutos Federais de Educação, Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos, aos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos, ao Fórum Nacional de Diretores de Faculdades/Centros de Educação, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, à Federação dos Professores, Institutos Federais, à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, à União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, União Nacional dos Estudantes. Ou seja, eu gostaria de saber se poderia também, se V. Exª concordar, solicitar que fosse feita a inclusão aqui de membros da CNI, da CNA, das empresas do ensino da área privada. Gostaria que fosse acrescentada a associação... Está aqui, associação brasileira dos professores... CNI, CNA, Ministério da Educação e, ao mesmo tempo, acrescentar também aqui não sei se é federação ou conselho nacional dos professores das instituições privadas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra a Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nenhum problema, Senador Caiado, nenhum problema. Na verdade, vamos aqui deixar claro que essas entidades são as entidades que constituem o Fórum Nacional Popular de Educação, que estão lançando a Conferência Nacional Popular de Educação.

Acho que V. Exª concorda que esta Comissão aqui é plural e ela deve ter a obrigação e o dever de ouvir todas as vozes. Mas essas entidades, mesmo não integrando o Fórum Nacional Popular de Educação, querendo participar, da nossa parte, nenhum problema.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Solicito a V. Exª que faça o encaminhamento por escrito dos nomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Faço o encaminhamento por escrito.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Falta um Senador para a gente poder votar o projeto da Senadora Ana Amélia, que é de fundamental importância.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Lúcia Vânia, enquanto nós aguardamos o quórum, eu faria um apelo, porque nós temos o item 23. É só inclusão. É um...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – O.k.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Na verdade é um aditivo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Está chegando, é o último.

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 35, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, de acordo com o disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública a ser realizada por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, aprovada nos termos do Requerimento nº 22, de 2017-CE, de autoria da senadora Lídice da Mata, destinada a debater os impactos da Reforma da Previdência na Educação brasileira, com os convidados constantes do mesmo, que também sejam convidados o Senhor Gilson Reis, Coordenador-Geral da CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino; e a Senhora Léia Oliveira, da Coordenação-Geral da Fasubra – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Vamos para a votação, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra para a leitura do requerimento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Srª Presidente, é rapidinho. É em relação a uma audiência aprovada por um requerimento de autoria da Senadora Lídice da Mata, destinada a debater os impactos da reforma da previdência na educação brasileira.

Portanto, só para incluir o Sr. Gilson Reis, Coordenador-Geral da Contee, e Léia Oliveira, da Coordenação-Geral da Fasubra e um representante do Sinasefe.

Só isto: esses três convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O item 5 já está liberado para votação. Institui o Dia Nacional de Conscientização e Enfrentamento à Fibromialgia.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não abriu ainda, não está aberto.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Srª Presidente, além do item 5, V. Exª pretende votar... Porque há o 7, que eu li que é terminativo; o 9, também.

Se houver um apelo aqui aos colegas, em poucos minutos conseguimos limpar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Se os Senadores me derem a honra de permanecerem aqui, a gente poderia fazer...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Em 15 minutos se consegue votar cinco ou seis.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não abriu ainda.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Está abrindo. Abriu?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Aqui não abriu não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não abriu. Vamos fazer nominal, Presidente, é mais fácil.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Aqui não abriu não.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Abriu.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Abriu.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Aqui não abriu não.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Por favor, pode abrir o computador do Senador? (*Pausa.*)

Fibromialgia, o Dia Nacional da Fibromialgia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Posso encerrar a votação? (*Pausa.*)

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pois não.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – O item 8, um projeto de autoria do Senador Ronaldo Caiado, eu gostaria que fosse colocado em votação, se possível.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – SIM, 13 votos. Com o da Presidente, 14 votos favoráveis.

O projeto está aprovado, e a Emenda nº 1...

Aprovado o projeto, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Cumprimento a Senadora Ana Amélia pela importância do relatório e o Senador Caiado, como Relator dessa matéria.

Item 7.

Ele é de autoria do Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A autoria é da Senadora Kátia Abreu.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Aliás, a autoria é da Senadora Kátia Abreu e a relatoria é do Senador Anastasia. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir obrigação relativa à divulgação de resultados auferidos por instituições de ensino nos sistemas de avaliação.

Em votação.

A votação está aberta.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Posso encerrar a votação?

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Treze votos SIM; zero NÃO. Abstenção também zero.

Parabéns!

Item 12.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Item 8.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – O item 8 ainda não foi lido. Eu pediria...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Não foi lido?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – ...calma aos Senadores para a gente votar um projeto de lei simples, que é do Senador Dário Berger. Ele já foi lido. Confere ao Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inovação Tecnológica. É uma coisa simples, já foi lido. Eu pediria aos senhores se poderia primeiro votar esse projeto. Concordam?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Srª Presidente, o 8 foi lido já.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – O 8 foi lido?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – É, eu li, sim.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – O 8 foi lido?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Foi lido.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Foi lido, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Dispõe sobre a obrigatoriedade de treinamento dos alunos de ensino fundamental...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Exatamente, é.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – ... e médio em técnicas de primeiros socorros.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Isso mesmo, é.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Então vamos. Vamos primeiro...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vamos botar todos, Presidente, já que há quórum.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Então vamos botar o 12, que eu já li, e em seguida votamos o 8.

Em votação, então, o que confere ao Município de Florianópolis o título de capital nacional da inovação tecnológica.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 689, de 2015

- Terminativo -

Confere ao Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Inovação Tecnológica.

Autoria: Senador Dário Berger

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 01/08/2017, foi lido o Relatório, encerrada a discussão e adiada a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Nós todos defendemos, junto com V. Exª, Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É unânime. (*Pausa.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Enquanto os colegas votam, pela ordem, Srª Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Pela ordem.) – Os itens 16 e 17, terminativos, de autoria do Senador Cristovam Buarque, são dois projetos também lidos já, muito simples, ainda mais do Senador Cristovam Buarque, não há nenhuma polêmica, se puderem constar também como terminativos para que sejam votados ainda hoje...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Se o Plenário concordar, nós podemos votar.

Acho que todo mundo concorda, vamos votar.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Pela ordem.) – O item 11 também, que é terminativo e está há tempos na pauta, já foi lido, e se pudermos votar, também agradeceria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Já alcançou o quórum, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Vamos fazer pela ordem.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Aprovado o projeto com 14 votos SIM.

Aprovado o projeto. A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, de 2015

- Terminativo -

Dispõe sobre obrigatoriedade do treinamento dos alunos de ensino fundamental e médio em técnicas de primeiros socorros.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente. Pela ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Com a palavra o Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Pela ordem.) – Presidente, é só para agradecer ao Senador Pedro Chaves a relatoria de um projeto que contribui enormemente na qualidade do atendimento das pessoas e na capacidade de recuperação, já que os jovens, recebendo um mínimo de preparo, pelo Corpo de Bombeiros, de como dar o atendimento emergencial em caso de problemas cardiorrespiratórios, como também traumatológicos, os resultados são extremamente positivos em todas as estatísticas que nós temos no mundo todo.

Acho que é um grande avanço que nós estamos fazendo para que o Brasil e os jovens possam ter este preparo ao se deparar com situações difíceis. Hoje eles não estão preparados para poder prestar os primeiros socorros.

Muito obrigado, Senador Pedro Chaves, e agradeço a todos os Senadores e Senadoras que estão votando a favor do projeto.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Cumprimento o Senador Caiado pelo projeto e o Senador Pedro Chaves pela relatoria.

Aprovado o projeto com a Emenda nº 1 da Comissão de Educação.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências necessárias.

Projeto do item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2009

- Terminativo -

Institui as condições mínimas nacionais para a construção, adequação e equipamento pedagógico de estabelecimentos escolares de educação básica.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1- Se aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima Reunião, para apreciação em Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

2- Em 28/03/2017, foi lido o Relatório, e foi adiada a discussão e a votação.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Institui as condições mínimas nacionais para a construção, adequação e equipamento pedagógico de estabelecimentos escolares de educação básica.

É do Senador Cristovam Buarque.

A minha relatoria é pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresento.

Se aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima reunião para a apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto 282.

Em 28/03 foi lido o relatório e foi adiada a discussão e a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é um projeto que acredito ser adequado. É oportuna esta iniciativa do Senador Cristovam de fazer constar em lei a comprovação de condições adequadas de construção e de equipamentos pedagógicos para o funcionamento das escolas de educação básica.

Claro que vai ajudar, vai dar mais efetividade aos esforços de construção de sistemas de ensino eficientes e que vão garantir uma educação melhor.

Nós pudemos ver isso já em nível bastante mais sofisticado, que era bem além do básico, na construção dos CEUs. Quando foram construídos, nas periferias de São Paulo, tinham uma condição excepcional, e as crianças aproveitavam enormemente essa possibilidade. E eu lembro também, trabalhando com o Paulo Freire, que ele dizia que a beleza era muito importante nos lugares de ensino, que as pessoas que tinham acesso a lugares limpos, lugares bem cuidados, lugares com qualidade de construção melhor, beneficiavam-se de outra possibilidade de interação com o meio ambiente. Então, acredito que esse projeto é muito adequado.

Nós sabemos hoje de escolas, não por desleixo ou desrespeito aos alunos, que simplesmente não conseguem ter algo mais adequado. Então, a partir dessa lei, eu tenho certeza de que haverá uma obrigatoriedade que vai...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – ... gerar um benefício enorme para o professor dar aula em condições melhores e para o aluno poder aproveitar melhor a aula.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço à Senadora Marta.

Eu quero justificar. Nós colocamos o item 11 porque a Senadora Lídice da Mata não está e nós temos que colocar um Senador *ad hoc* para...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – Mas foi lido.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sim, mas ela não está presente. Aí, nós demos preferência ao da Senadora Marta pela presença.

Já está aberto o painel.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Alcançou.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Quinze votos SIM, nenhuma abstenção e nenhum NÃO.

O substitutivo ao PLS nº 525, de 2009, é aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item 9. Como já foi lido, embora a Senadora Lídice não esteja, mas ela concorda, eu já coloco em votação o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou ler.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica, para incrementar o valor per capita destinado a escolas situadas em municípios em situação de extrema pobreza.

Autoria: Senador Roberto Rocha

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH, nos termos de subemenda que apresenta.

Observações:

1- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

2- Em 07/06/2017, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

Já podem votar.

Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para as emendas, com o que os senhores concordam, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Registrado o voto da Senadora Ana Amélia, o voto "sim", que deverá constar em ata.

Encerrada a votação.

Catorze 14 votos SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

O projeto é aprovado, a emenda e a subemenda, nos termos do relatório apresentado.

Aprovado o projeto, a Emenda nº 1-CDH-CE, nos termos da subemenda da Comissão de Educação.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 389, de 2016

- Terminativo -

Dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriados.

Autoria: Senador Dário Berger

Relatoria: Senador Hélio José

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 25/04/2017, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

Este projeto teve pedido de vista e está em discussão.

Eu gostaria de saber se algum Senador deseja discutir.

Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Para discutir.) – Bem, em um minuto. Este projeto de lei constitui-se de apenas um artigo, ou, na verdade, dois, porque o art. 2º é aquele que dispõe que a lei entra em vigor. Ele é autoinstrutivo. O art. 1º, que teve parecer favorável do Senador Hélio José, dispõe:

> Art. 1º Serão comemorados por antecipação, nas segundas-feiras, os feriados que caírem nos demais dias da semana, com exceção dos que ocorrerem nos sábados e domingos, e dos dias 1º de janeiro (Confraternização Universal), Carnaval, Sexta-Feira Santa, 1º de maio (Dia do Trabalho), Corpus Christi, 7 de setembro (Dia da Independência), 12 de outubro (Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil) e 25 de dezembro (Natal).

Então, na verdade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Dia 25 de dezembro e dia 1º de janeiro, que é o Ano-Novo.

Na verdade, esse projeto é um projeto que não antecipa todos os feriados para segunda-feira; antecipa apenas alguns, haja vista que o Brasil precisa de reformas microeconômicas, e essa é uma reforma importante para que o Brasil possa avançar, crescer, produzir e se desenvolver. Tanto é que o Senado reforçou esse entendimento, Senadora Lúcia Vânia, e instituiu um grupo de trabalho no âmbito da CAE, sob a Presidência do Senador Armando Monteiro, destinado a avaliar as reformas microeconômicas que facilitem o investimento, a geração de oportunidade, de emprego e de renda.

Este projeto pode ser visto como uma dessas reformas. Há aqui a estimativa dos setores: só o setor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo e da Fecomercio apontam que o comércio varejista brasileiro deve perder R$10 bilhões em 2017 devido aos feriados e que 2107 tem o maior número de feriados dos últimos dez anos.

Portanto, a sua antecipação é importante, é fundamental, sobretudo nesses feriados que não são aqueles efetivamente consagrados do costume, da cultura brasileira.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senador Anastasia.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu também gostaria de falar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Depois Senador Flexa.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Para discutir.) – Obrigado, Srª Presidente.

Eu ouvi com atenção a ponderação do Senador Dário, por quem eu tenho imenso apreço e respeito, e vejo que o projeto que ele apresenta, com o relatório do Senador Hélio José, aperfeiçoa aquela regra antiga que já tivemos no Brasil e que não deu certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agora nós temos, praticamente, todos os feriados nacionais, com exceção de dois, salvo engano meu: Finados e 15 de novembro. Todos os demais estão aqui excepcionados. Então, na realidade é uma regra para Estados e Municípios, festas religiosas. Eu, que sou de Minas, com 853 Municípios, posso dizer que dificilmente os festejos da festa religiosa da procissão do santo serão mudados para segunda-feira.

Então, na realidade, o que o Senador Dário pondera – e pondera bem – é a questão da sexta ou segunda enforcada, e não do feriado em si. É um drama que nós sabemos.

Então, como nós estamos mexendo nos feriados municipais e estaduais, na realidade, eu votaria evidentemente a favor do Senador, mas com esta ponderação: eu tenho medo que seja uma norma inócua. É uma ponderação só que eu faço, mas, é claro que não vou criar aqui nenhum obstáculo à aprovação.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu também gostaria de me pronunciar, Senadora.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Para discutir, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senador Flexa, Senadora Marta, Senadora Simone.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu também gostaria de usar a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senador Hélio José e Senador...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para discutir.) – Presidente, Senadora Lúcia Vânia, em relação ao projeto do Senador Dário Berger, como disse muito bem o Senador Anastasia, já tivemos uma experiência, tempos atrás, que não deu certo. Ele agora denomina quais os feriados que devem ser mantidos e não antecipados. Falta incluir alguns, como o Senador Anastasia colocou aí, de propriedade.

Os feriados dos Municípios, das suas padroeiras, vão continuar, porque é municipal. Ele se refere aqui aos feriados nacionais, em nível nacional....

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone*.) – Todos, todos os feriados.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Senão, ele excepcionaria todos, e aí não tem nada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Como?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Os feriados municipais, os feriados estaduais...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Nacionais também?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Os nacionais, com exceção...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Há outros também...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Bom, eu queria só fazer uma observação aqui. Acho que ele pode excepcionar também as sextas-feiras. O feriado que cair em uma sexta-feira, não tem por que antecipá-lo para segunda-feira, porque se faz sexta, sábado e domingo como se faz sábado, domingo e segunda-feira. O efeito é o mesmo.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – À escolha do freguês. (*Risos*.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É, o efeito é o mesmo.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Mas aí existe um aspecto relevante, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Para discutir.) – Nesse sentido há um aspecto relevante, que é o fato de que, levando em consideração os aspectos econômicos, a segunda-feira sempre foi e continua sendo o pior dia para o comércio. Sexta-feira é um dia excelente para o comércio; só é pior do que o próprio sábado.

Então, essa questão da antecipação dos feriados tem tudo a ver com a necessidade do fomento da economia, do fomento do comércio, das atividades essenciais da economia propriamente dita. Por isso é que fica ruim excepcionar a sexta-feira, porque se caracteriza com um dos dias mais importantes do comércio brasileiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu posso até entender a observação do Senador Dário, mas hoje há uma mudança, exatamente, nessa questão de dias para o comércio ter compra: as lojas, magazines, supermercados estão abrindo no feriado e no domingo, quando há uma procura maior do que nos dias de semana. Então, é exatamente no sentido inverso do raciocínio. Quer dizer, quando você tem um feriado desses, o comércio abre hoje quase integralmente para que possa atender. E é quando você tem, estatisticamente, hoje o maior volume de vendas, ocorre exatamente nos finais de semana, quando as famílias estão disponíveis para irem, até como uma forma de lazer, fazer as suas compras, irem ao *shopping* ou ao supermercado.

Só para observar, Senador, eu vou votar favoravelmente, mas acho que não haveria necessidade de você puxar o de sexta-feira para segunda-feira.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Para discutir.) – Eu tenho dois pontos. O primeiro é que há um dia nacional importante que é o Dia Nacional da Consciência Negra. Eu, quando Prefeita de São Paulo, fiz esse feriado no dia 20 de novembro, e levei muita surra por causa disso por conta do comércio. Mas acredito que é uma possibilidade de se falar de um assunto importante nesse dia. E não sei se faria tanto sentido ir para segunda-feira também, principalmente porque nós temos hoje mais de mil Municípios no Brasil – e os Estados de Alagoas, Amazonas, Amapá e Mato Grosso e Rio de Janeiro têm também – com decretos estaduais para o Dia Nacional da Consciência Negra.

A outra questão, esta é mais subjetiva e complexa, é.... Gozado, quando V. Exª leu, eu me senti meio mal e fiquei tentando entender o que estava acontecendo. Eu acho que talvez tenha a ver com cultura, talvez tenha a ver mais com cultura do que com economia. Então, eu gostaria que a gente pudesse fazer uma reflexão nesse sentido. Nós temos uma cultura, a cultura dos dias santos, culturas milenares que nós... Eu gostaria que fizéssemos uma reflexão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senadora Simone, Senador Pedro Chaves e Senador Hélio José.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu primeiro louvo a preocupação do Senador Dário com a questão econômica, mas nós temos que lembrar que estamos na Comissão de Educação. Então, de duas, uma: é um projeto terminativo. Eu estou vendo que há muitos colegas em dúvida, e têm que ter dúvida mesmo.

Num primeiro momento, eu achei que ele tivesse apenas abrangência nacional e aí o impacto seria tirarmos apenas dois feriados, segundo o Senador Anastasia, ou seja, seria inócuo para efeitos econômicos, como quer o autor da proposição. Já que não é, aqui eu vejo dois empecilhos. O primeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

é em relação ao fato de impormos essa regra aos Estados e Municípios, que têm pouquíssimos, senão talvez apenas um feriado local ou estadual a mais do que o nosso. Consequentemente o impacto econômico, a economia ou mesmo o estímulo ou o fomento da atividade comercial praticamente não vão existir.

Vamos pegar os Municípios brasileiros no dia do aniversário de sua cidade e impor a esses Municípios que eles não comemorem o aniversário que caiu numa quinta-feira, mas que comemorem numa segunda. Então, já que o objetivo do projeto é fomentar o comércio, um único feriado ou dois feriados no ano a mais em que nós estaríamos antecipando essa comemoração, eu não sei que impacto econômico haveria.

Então, a primeira sugestão que eu faço é, diante dessa dúvida, se nós não pudéssemos aguardar para, em vez de votar, já que é terminativo aqui, fazer uma audiência pública para que pudéssemos fazer o levantamento no aspecto econômico.

O segundo ponto, que eu acho que foi extremamente pertinente, apontado pela Senadora Marta Suplicy, até porque essa é uma Comissão de Educação, é que, se o enfoque não é só econômico – e não tem que ser porque, senão, a distribuição desse projeto foi feita de forma errada no sentido de ser terminativo aqui, ele teria que ir para a CAE, ou para outra comissão, ou para Plenário –, vamos ficar no aspecto cultural e no aspecto educacional.

Nós temos o problema apontado pela Senadora Marta Suplicy da cultura de um povo, nós temos a questão de Finados, porque não é um dia santo no sentido religioso, é santo no sentido cultural. As pessoas não vão deixar, no dia 2 de novembro, de ir ao cemitério, tentar pedir para os seus chefes que deem a despensa temporária para poder acender sua vela, levar uma flor ou fazer uma oração.

Há outro ponto que eu levantaria, que é a questão do calendário escolar. Por isso, numa audiência pública, precisa ficar elucidado como ficaria esse calendário escolar de um feriado, não de um que cairia na terça e seria antecipado para segunda, mas de um feriado, por exemplo, que cairia numa quarta-feira ou numa quinta-feira e sempre vai ser às segundas. Por quê? E eu concluo. Porque o calendário escolar é fixo semestralmente ou anualmente. Então, toda segunda, eu tenho Matemática e não tenho na terça. Então, quantos feriados vão ser incluídos na segunda e quantas vezes a matéria Matemática, Português ou História vai ser prejudicada em detrimento de outra?

Era isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Para discutir.) – A Simone me antecipou. Na verdade, o problema é o calendário escolar, que é fixo. As universidades e as escolas de ensino básico têm disciplinas que só são oferecidas às segundas-feiras. Então, nós teríamos o comprometimento total das aulas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senador Hélio José e depois Senadora Fátima.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Senhores... Pessoal...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Para discutir.) – Pessoal, como Relator da matéria, entendi que o grande objetivo do autor da proposta era exatamente evitar a redução do número de dias úteis em razão da quantidade excessiva de feriados, situação agravada quando os feriados ocorrem entre as terças-feiras e sextas-feiras, pelo popularmente conhecido enforcamento dos dias úteis.

Excetuaram-se aquelas datas já devidamente ditas, que são as datas popularmente normatizadas: 1º de janeiro, 1º de maio, 7 de setembro, 12 de outubro, 25 de dezembro.

Quero dizer o seguinte: é importante assinalar que a regulamentação dos feriados religiosos, com exceção daqueles considerados feriados nacionais, é feita pelos Municípios, cabendo a eles resguardar o interesse local na escolha das datas.

Isso é o que está consignado aqui, no meu relatório.

Assim, acho que isso supriria algumas das preocupações justas, ora colocadas pelas pessoas que nos antecederam, nossos colegas.

Assim, a comemoração de parte dos feriados nacionais próxima aos finais de semana se mostra medida meritória e oportuna, capaz de garantir maior regularidade ao trabalho pedagógico e de permitir que, ao mesmo tempo em que se preservem os feriados e as datas comemorativas nacionais, mantenha-se aquecida a atividade econômica, providência especialmente relevante em situações de grave crise econômica como a que ora enfrentamos.

Eu não vejo nenhum tipo de problema, nobre Presidente, se tivermos que fazer uma audiência pública. Ninguém aqui se nega a fazer discussões que venham a aperfeiçoar, até porque algumas preocupações ora colocadas aqui são justíssimas.

Com essa leitura que fiz, creio que deu para alguns entenderem algumas preocupações que estavam sendo colocadas e que já estão preservadas. Mas, como vejo que grande parte aqui quer a audiência pública, nós poderíamos, então, encaminhar essa audiência pública, porque um fato relevante foi o que a nossa nobre Senadora Simone Tebet e o nosso nobre Senador Pedro Chaves colocaram: a questão pedagógica, o calendário pedagógico. Esse pode ser um problema que temos que ver para, de repente, aperfeiçoar o texto e poder colocar...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – E o cultural também.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – E o cultural também.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Você é a nossa Ministra da Cultura. Claro, importantíssimo, com certeza.

A gente pode aperfeiçoar, ouvindo a cultura e a educação, com certeza.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senadora Fátima.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Lúcia Vânia...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu queria que V. Exª fosse um pouquinho rápida, para a gente aproveitar o quórum. Há mais dois projetos, e a gente finalizaria a Comissão.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Serei rápida, Senadora Lúcia Vânia. É apenas para concordar com a sugestão da Senadora Simone.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, havia comentado com ela que, dados os aspectos polêmicos que o projeto apresenta, o caminho mais adequado seria a realização, exatamente, de uma audiência pública. E dizia também que, em que pese ser louvável e meritória a preocupação do Senador Dário, do ponto de vista econômico, estamos aqui, numa Comissão de Educação. Inclusive, temos que analisar quais os reflexos que uma medida como essa traz para a vida da escola, para a educação e, como foi muito bem lembrado também pela Senadora Marta, a questão dos aspectos de natureza cultural.

Então, sem maiores delongas, eu acho que, como ele é terminativo, repito, em se tratando de uma Comissão de Educação, é bom agir com a devida responsabilidade, com todo respeito ao Senador Dário, e que possa haver essa audiência pública.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente, só mais um segundo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senador.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Para discutir.) – Eu não posso me calar diante de tanto bombardeio em cima de um projeto que, a princípio, foi construído com muito cuidado, analisados os mais amplos aspectos.

Para contraditar, sobretudo, a eminente Senadora Simone Tebet, eu só destacaria o seguinte: bom seria, então, que o feriado caísse numa quarta ou quinta-feira e que daí se enforcasse com ponto facultativo a quinta e a sexta. Daí, nós não teremos a aula nem nesse dia e nem na quinta e nem na sexta ou nem na sexta, porque sistematicamente é assim que funciona no Brasil.

Se o feriado for na terça, na segunda-feira é ponto facultativo. Se o feriado for na quinta, é ponto facultativo na sexta. Pelo menos eu fui Prefeito durante 16 anos, e todo o período era ponto facultativo nessas condições.

Então, na verdade, eu acho que uma audiência pública é importante para que nós possamos aqui buscar, sobretudo, os agentes econômicos, as federações que estão relacionadas a essa questão para que a gente possa fazer uma avaliação entre a cultura, o costume e o desenvolvimento econômico, a geração de oportunidade, de emprego e por aí vai.

Portanto, eu estou de pleno acordo em convocar uma audiência pública para que nós possamos voltar a discutir essa matéria.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pela Senadora Simone Tebet sobre a audiência pública nesse assunto. (*Pausa.*)

Então, não havendo óbice, passo a palavra à Senadora Simone para justificar.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Já foi feito, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É a seguinte a matéria aprovada:

EXTRAPAUTA

ITEM 33

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 54, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para instruir o PLS nº 389, de 2016, que "dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriados". Os convidados serão indicados posteriormente.

Autoria: Senadora Simone Tebet.

)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. Pela ordem.) – Uma sugestão. Quando for feita a indicação, eu acredito que a posição do comércio de rua deve ser diferente do comércio de *shopping*. Então, seria bom haver pessoas de diferentes representações.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu solicitaria à Senadora Simone que formalizasse o requerimento com os convidados.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Acatando a sugestão de todos os colegas Srs. e Srªs Senadores, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Item 16.

Esse é o último em que eu vou pedir a presença de vocês.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 746, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, para dispor sobre o Relatório de Avaliação do Plano e sobre os resultados da avaliação da educação básica.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta.

Observações:

1- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

2- Em 23/05/2017, foi lido o Relatório, encerrada a discussão e adiada a votação.

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet para suas considerações, lembrando que o relatório já foi lido e a discussão já foi em encerrada.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Exato, Srª Presidente. Poderia já abrir o painel, não há problema algum. Já fizemos todas as...

É um projeto que não é polêmico de iniciativa do nosso mestre, Senador Cristovam Buarque, que já teve inclusive conversa com alguns Senadores para tirar algumas dúvidas, Srª Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Srª Presidente, o item 19, de autoria do Senador Valadares, que eu li e já foi discutido, V. Exª também poderia pôr em votação. Faço um apelo aos colegas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Não, não está liberado não, Caiado. Vamos aprovar o item 19. Só o item 19, é rapidinho.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Já votei. Só o 19. É dos CAs, das universidades. É do Senador Valadares.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Aprovado o relatório.

A matéria seria encaminhada para a Mesa para as providências cabíveis.

Treze votos SIM, nenhum voto NÃO.

O voto do Senador Valadares será computado, favorável.

Item 16 da pauta.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Dezenove.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) –

ITEM 19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 321, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.395, 31 de outubro de 1985, que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências, para determinar que as instituições de ensino incentivem os alunos a promoverem a organização de Centros Acadêmicos e afins.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria consta da pauta desde a Reunião de 07/06/2017.

Concedo a palavra ao Senador Hélio José para fazer algumas observações, caso deseje.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Está o.k., nobre Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Então, vamos iniciar a votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria de fazer uma observação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senadora Marta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu acho interessante esse projeto, na medida em que vai bem contra a escola sem partido. Achei ótimo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senador Valadares, quer falar?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Se não encerrou, eu gostaria de ler o item 3 da pauta, que é não terminativo. Posso ler?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pode.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, de 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção.

Autoria: Deputada Alice Portugal

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Favorável ao Projeto.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2017, (nº 3.012, de 2015, na Casa de origem), de autoria da Deputada Alice Portugal.

No art. 1º, a proposição autoriza as agências de fomento à pesquisa a prorrogarem os prazos de vigência das bolsas de estudo nos casos de maternidade e de adoção.

O art. 2º define que a referida prorrogação poderá ser concedida no caso de bolsas de, ao menos 12 meses e por até 120 dias, fazendo jus a tal benefício apenas um bolsista para cada caso de adoção. Também permite a transferência do benefício para o cônjuge ou companheiro, que também for bolsista, no caso do falecimento do bolsista beneficiado originalmente.

No art. 3º, são estabelecidos procedimentos necessários para a concessão do benefício.

Os arts. 4º e 5º vinculam a prorrogação da bolsa ao período de afastamento das atividades acadêmicas e vedam a suspensão do pagamento da bolsa durante o referido afastamento, respeitado o limite de 120 dias.

O art. 6º traz a cláusula de vigência, determinando que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

A justificação do projeto de lei, quando apresentado na Câmara dos Deputados, enfatizava a necessidade de criar condições que evitem colocar mulheres diante da necessidade de abandonar seus cursos e ou suas linhas de pesquisa para ter filhos.

Na Câmara dos Deputados, a proposição sob análise recebeu pareceres favoráveis à sua aprovação, com emendas, da Comissão de Educação; Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e também da Comissão de Seguridade Social e Família. Também recebeu pareceres favoráveis proferidos em Plenário pela CCJ e pela Comissão de Finanças e Tributação. Após sua aprovação no plenário daquela Casa, a proposição veio ao Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesta Casa, o Projeto de Lei da Câmara foi distribuído para o exame desta Comissão, de onde prosseguirá para avaliação do Plenário.

Análise.

Nos termos dos incisos III e VI do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE opinar sobre proposições que versem sobre a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos e outros assuntos correlatos como é o caso do projeto de lei em análise.

Quanto à constitucionalidade, nada há a opor ao PLC nº 62, de 2017, tendo em vista que: (i) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União e que compete à União legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa; (ii) os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e (iii) não há vício de iniciativa.

No tocante à juridicidade, o projeto se afigura correto. O meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; (ii) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; e (iii) é consentâneo com os princípios gerais do Direito.

Em relação à regimentalidade, a proposição vem escrita em termos concisos e claros em conformidade com os arts. 236 a 239 do RISF.

Além disso, como afirmado anteriormente, a Comissão de Educação é regimentalmente competente para tratar do assunto.

Quanto à técnica legislativa, o texto em linhas gerais obedece aos preceitos da lei.

Ademais, é importante destacar que a proposição original da Deputada Alice Portugal já passou por um longo processo de análise e aperfeiçoamento durante sua tramitação pelas diversas comissões.

A prevista possibilidade de prorrogação de bolsas circunscrevia-se originalmente apenas às bolsas de mestrado e de doutorado, mas, posteriormente, essa possibilidade foi ampliada de forma a também contemplar a possibilidade de serem prorrogadas todas as bolsas concedidas por período de 12 meses ou mais. Com isso, bolsistas de especialização e de pesquisa, por exemplo, também passaram a poder ser contemplados com o benefício.

Além disso, foi também incluída a possibilidade de o direito à prorrogação vir a ser estendido para o adotante e não só para a gestante, como previsto inicialmente. Tal equiparação do benefício da gestante com o do adotante reproduz dispositivo similar ao que é previsto na legislação previdenciária.

É importante reconhecer que a proposição em análise também tem o objetivo de trazer segurança jurídica para o enfrentamento da questão por parte das principais agências de fomento a pesquisas federais. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pressionados pela necessidade de enfrentar a mesma questão a que se dedica a proposição sob análise, já incorporaram às suas práticas usuais a concessão de alguns dos benefícios propostos por ela. Tais práticas foram reguladas pela Resolução Normativa 028, de 2015, do CNPq, e pela Portaria nº 248, de 2011, da Capes.

O *caput* do art. 1º da Portaria da Capes estabelece, por exemplo, que:

> Art. 1º Os prazos regulamentares máximos de vigência das bolsas de estudo no país e no exterior, iguais ou superiores a 24 (vinte e quatro meses),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinadas à titulação de mestres e doutores, poderão ser prorrogados por até 4 (quatro) meses, se comprovado o afastamento temporário das atividades da bolsista, provocado pela ocorrência de parto durante o período de vigência da respectiva bolsa.

A eventual promulgação desta proposição como lei viria a ampliar e consolidar práticas que já vem sendo adotadas pelo CNPq e pela Capes dando a elas uma base legal inquestionável.

Finalmente, o PLC nº 62 não deve ser interpretado como uma proposição que visa simplesmente assegurar direitos ou fazer justiça para com as mulheres gestantes e ou os adotantes. Ela também é uma forma de aumentar a eficiência do sistema de bolsas, evitando o eventual desperdício causado pelo fato de bolsistas poderem vir a ser obrigados a abandonar cursos ou projetos de pesquisa antes de sua conclusão e depois de terem sido objeto de significativos investimentos de recursos públicos e de esforços pessoais.

Ademais, é preciso ter em mente que a iniciativa também é uma forma de contribuir para que o País aproveite o potencial de talentos científicos e tecnológicos que, de outra forma, poderiam vir a ser inviabilizados na ausência do benefício proposto.

Em síntese, a aprovação da proposição não é só uma questão que interessa às mulheres e aos adotantes. Ela interessa a todos os brasileiros.

Por isso, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2017, parabenizando a Deputada Alice Portugal pelo excelente projeto, que realmente ficou bastante completo. E não há nenhuma brecha em que se possa, ao meu entender, melhorá-lo. Parabéns.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Cumprimento a Senadora Marta Suplicy.

Dia 20 de setembro, às 9h30, haverá uma reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater o tema "Base Nacional Comum Curricular: desafios para implementação e combate das desigualdades educacionais", em atendimento ao Requerimento nº 41, de 2017, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Cristovam Buarque.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Airton Sandoval, Dário Berger, Romero Jucá, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Wilder Morais, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Eduardo Lopes, Telmário Mota, Vicentinho Alves, Paulo Rocha, Valdir Raupp, Ronaldo Caiado e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Davi Alcolumbre, Gladson Cameli e Armando Monteiro. A Presidência submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RTG 28/2017, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, e RTG 29/2017, de autoria do Senador Ataídes Oliveira. **Finalidade:** Discutir o modelo utilizado nas pesquisas eleitorais encomendadas aos institutos de pesquisa eleitoral no Brasil. **Participantes:** Antônio Lorenzo Martinez, Diretor do Serpes Pesquisa de Opinião e Mercado; Mauro Paulino, Diretor do Datafolha Instituto de Pesquisas; Márcia Cavallari Nunes, CEO do IBOPE Inteligência; Prof. Dr. Ricardo Wahrendorff Caldas, Universidade de Brasília - UnB. Luiz Carlos da Rocha, Presidente do Conselho Federal de Estatística. **Resultado:** Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Ataídes Oliveira

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretário Oscar e todos os auxiliares desta Secretaria.

Declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura.

Submeto ao Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A Reunião tem por finalidade a realização de audiência pública destinada a discutir o modelo utilizado nas pesquisas eleitorais encomendadas aos institutos de pesquisa eleitoral no Brasil, em atendimento aos Requerimentos nºs 28 e 29, de 2017, de minha autoria.

A audiência pública será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular, desta forma os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-cidadania no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligando para o Alô Senado pelo nº 0800612211.

Portanto, convido a fazer parte da Mesa os nossos convidados. O Sr. Antônio Lorenzo Martinez, que é Diretor do Serpes Pesquisa de Opinião e Mercado.

Por favor, Sr. Antônio Lourenço.

Convido também o Sr. Mauro Paulino, Diretor do Datafolha Instituto de Pesquisas.

Convido também a Srª Márcia Cavallari Nunes, CEO do IBOPE Inteligência.

O Sr. Dr. Professor Ricardo Caldas. Segundo informação está a caminho, deve chegar dentro de alguns poucos minutos. Quando chegar, eu peço, então, ao nosso secretário que nos comunique.

Convido também o Sr. Luiz Carlos da Rocha, Presidente do Conselho Federal de Estatística.

Além dos presentes foram também convidados a participar desta audiência pública o Exmo Sr. Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que, lamentavelmente, não pode vir. Nós sabemos que a agenda do Ministro é intensa, além da Presidência da Suprema Corte Eleitoral também é Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Convidamos também aqui o Presidente da Associação Comercial e Industria de Palmas (Acipa), na pessoa do Sr. Thiago Rosa, que recusou o nosso convite.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, gostaria de fazer aqui um ligeiro comentário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agradeço a presença de todos os senhores e da senhora. Só a senhora aqui, no meio desse tanto de homem, não é? Mas que bom! As mulheres a cada dia estão ocupando mais o espaço que, na verdade, lhe é de direito. Olha a nossa Presidente da Suprema Corte; nós tivemos aí uma ex-Presidente da República; agora nós vamos ter, a partir do dia 17 do mês seguinte, uma Procuradora-Geral da República, uma senhora extremamente competente em tudo que fez até hoje, extremamente honesta, correta e reta nas suas decisões, a Drª Raquel Dodge, por quem eu tenho realmente muita admiração. E aí muitas mulheres estão nos altos comandos hoje da Polícia Militar, do Exército, da Aeronáutica; enfim, parabéns a todas vocês.

Agora, nós precisamos de mais mulheres na política. Nós precisamos que as mulheres ocupem mais espaço na política. Isso tem me preocupado muito, principalmente no nosso País. No nosso Estado do Tocantins, nós temos uma representação aqui, no Congresso Nacional, de menos de 5%, e, em nível nacional, as mulheres representam – parece-me –, no máximo, 9% aqui, no Congresso Nacional. Então, a representatividade é muito, mais muito pequena, sabendo nós que as mulheres hoje apresentam 52% do eleitorado. Então, alguma coisa está errada por aí: as mulheres não estão querendo vir para a política ou os homens estão atrapalhando a chegada delas na política. Nós temos que descobrir; eu sou um chegante na política, então eu estou tentando descobrir. No meu Estado, no ano seguinte agora da eleição, vamos ver se a gente traz um maior número de candidatas.

Chegou aqui o doutor – mas aqui eu tenho toda a história do senhor –, Prof. Dr. Ricardo Wahrendorff Caldas. É alemão?

O SR. RICARDO WAHRENDORFF CALDAS (*Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Meus filhos são descendentes de alemão.

Mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília, PhD em Relações Internacionais pela Universidade de Kent e pós-doutorado – olhe só quem está nesta mesa com a gente hoje; que honra, Prof. Ricardo – na Universidade de Colômbia e Universidade de Harvard.

Parabéns. Muito obrigado pela presença do senhor aqui com a gente.

Estamos – já é sabido por todos nós – em um período de revisão das nossas práticas políticas.

A sociedade vem claramente cobrando mais lisura de todos os processos relacionados à representatividade no nosso modelo político-partidário. Um dos pontos cruciais é justamente o processo eleitoral, quando o cidadão pode exercer seu direito e dever de eleger aqueles que considera mais indicado para cuidar da gestão do Estado, tanto no Poder Executivo quanto no Legislativo, e todos sabemos o papel determinante da divulgação de pesquisas de intenção de voto em um processo eleitoral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O principal motivo que nos levou – os Senadores e Senadoras desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor – a convidar os institutos de pesquisas técnicos e acadêmicos a participar desta audiência pública é a nossa preocupação com o uso indiscriminado e muitas vezes direcionado das pesquisas, como ferramenta de *marketing* eleitoral.

E não é só no Brasil que as pesquisas eleitorais têm causado polêmica. Nas últimas eleições presidenciais nos Estados Unidos, entre as 20 maiores empresas de pesquisa, incluindo-se redes nacionais de televisão e jornais, que realizaram mais de 80 sondagens desde meados de setembro, apenas uma, a do jornal *Los Angeles Times*, em associação ao instituto da Universidade de Southern California...

O meu inglês, doutor, é bem fraquinho. Um dia eu estava com meus filhos, que falam cinco idiomas... Eu não dei conta, tive que trabalhar para dar a eles a oportunidade de falar cinco idiomas. Eu estava com um empresário americano e tentei rasgar um inglesinho, e o meu filho falou: "Pai, acho que é muito melhor você continuar com seu português aí".

Na Universidade da Califórnia, indicou, de forma consistente, a vantagem de Donald Trump.

Precisamos entender melhor como funciona essa atividade, como são as relações contratuais entre empresas e candidatos, quais são os critérios utilizados, regulamentação e fiscalização, além da responsabilização por possíveis danos aos candidatos que, por algum motivo, são prejudicados por resultados errados, que podem influenciar o eleitor e contaminar todo o processo eleitoral.

Lá no nosso Estado do Tocantins, Drª Márcia – é um Estado em que lamentavelmente o nível cultural ainda é muito baixo –, eles dizem o seguinte nas rodinhas: "Nós não podemos perder o nosso voto. A pesquisa está dizendo que o candidato que será eleito é o João, então temos que votar no João para não perder o voto". Então eles fazem as suas apostas, baseadas nas pesquisas. Isso é lamentável.

Quanto a isso, temos um exemplo muito claro em meu Estado do Tocantins. Quando na campanha ao Senado – me permita, não me leve a mal, mas nós precisamos trazer isto aqui à tona, Srª Márcia –, quando na campanha ao Senado de 2014 – eu repito, Deus me colocou aqui no Senado. Sou empresário e acabei colocando meu nome como suplente; o Senador João faleceu em 2013, e aqui fiquei e aqui estou tentando agora dar a minha contribuição ao meu País, ao meu Estado.

Então, em 2014 aconteceu um fato interessante no Tocantins. Na campanha ao Senado de 2014, o Ibope – essa grande empresa que admiro horrores, e o povo brasileiro, como o Datafolha e outras, é bom que se diga –, uma semana antes do pleito, uma semana antes do pleito, a isso eu assisti, dava vitória à Senadora Kátia Abreu, que até convidei para vir, mas ela deve estar em outras comissões, estava com uma diferença de 21 pontos percentuais De 21 pontos percentuais, Prof. Ricardo, à frente do seu adversário, Eduardo Gomes. Para a mesma disputa, também o Serpes (nosso Serpes, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Goiânia), também apontou uma diferença ainda maior, de 23%. Não houve nenhum fato relevante, zero. Falo isso porque eu acompanhei. Não houve nenhuma catástrofe, nem de um candidato, nem de outro. Não houve fato nenhum e, após a apuração, o resultado real foi uma diferença de menos de 1%, o que eu acredito que é sabido por todos nós que estamos aqui nesta mesa. Um erro imperdoável – o que tudo indica – poderia ter mudado o resultado daquela disputa, evidentemente. E aí, o voto. Volto a dizer: nós não podemos perder o nosso voto. Perder o voto é uma derrota para nós. Então, eu imagino que isso influenciou muito.

Eu sou um grande amigo da Senadora Kátia Abreu. Ela é uma grande Parlamentar, não temos dúvida nenhuma disso. Está fazendo um trabalho magnífico para o País e para o nosso Estado, mas aqui nós não estamos a julgar a pessoa, mas sim discutir o porquê dessa diferença enorme que ocorreu, por exemplo, no Estado do Tocantins. Estou trazendo esse exemplo para nós. Evidentemente, isso aqui não foi o motivo maior da nossa reunião de hoje, mas eu trago aqui à luz. Este é apenas um exemplo entre muitos nessas últimas décadas, quando as pesquisas eleitorais deixaram de ser apenas uma referência de consumo interno dos partidos e passaram a ser uma pauta obrigatória na cobertura das eleições pela mídia.

O pesquisador Érico Nogueira, no artigo – aspas – "As pesquisas eleitorais como condicionantes do jogo democrático" – fecho aspas – ressalta que – abro aspas – "mesmo que a informação emitida seja correta, cumpre-se indagar se, com a divulgação dos resultados de pesquisas eleitorais, em especial nos períodos muito próximos ao pleito, há influência no poder decisório do voto, especialmente naqueles casos em que o indivíduo ainda não fez sua opção eleitoral. Identifica-se, nesse contexto, o que se denomina de voto útil". É o que eu disse: eles não querem perder o voto.

Para economizar os custos e o tempo de finalização dos números que indicam o desempenho dos candidatos, os responsáveis pelos levantamentos passaram a adotar o sistema de amostragem por cotas, mais simples de ser construído. O problema, segundo apontam os críticos, é que as margens de erro nesse sistema são fictícias, uma vez que o método não é científico. Cristiano Ferraz, considerado um dos principais especialistas em amostragem do País, é um dos combatentes dessa prática. O estudioso é categórico ao afirmar que só é possível determinar margem de erro e nível de confiança em pesquisa do tipo probabilístico, método que há mais de uma década não é realizado no Brasil.

Então, aqui, Cristiano Ferraz, especialista, está dizendo que esse método é um tanto quanto

está dizendo que esse método é um tanto quanto não eficaz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Cumprimento o Senador Dário Berger, Senador de Santa Catarina, que foi Prefeito de Florianópolis, aqui – Senador Berger – um Senador muito atuante, muito competente.

Estamos aqui realizando, iniciando uma audiência pública com os institutos de pesquisa. Estão aqui o Ibope, o Datafolha, o Serpes, o Dr. Ricardo Caldas, que é Mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília, PhD em Relações Internacionais e daí por diante, com pós-doutorado. Também está aqui o Sr. Luiz Carlos da Rocha, que é Presidente do Conselho Federal de Estatística. Ou seja, esta mesa está rica, muito rica e pronta para discutir esse tema tão importante para o nosso País.

Eu acabei de dar um exemplo aqui: em 2014, Senador Dário, na disputa para o Senado no Tocantins, uma semana antes, tanto o Ibope quanto o Serpes erraram, por mais de 21%, por pontos percentuais, a pesquisa, sem nenhum trauma, sem nenhuma tragédia.

Ou seja, eu que venho da Contabilidade e que gosto de números não dou conta de entender muito essa matemática. E olhe que gosto muito de números, V. Exª sabe disso. Gosto desse cenário econômico.

Eu tenho brincado: se se falam dez nomes para mim, Professor, de pessoas, esqueço nove, mas, se se falarem dez números, lembro dos dez números. É a questão do hábito mesmo.

Então, agradeço a presença de V. Exª.

Em todo caso, temos claro que precisamos, como legisladores, buscar o aperfeiçoamento do processo eleitoral, atualizando e tornando mais efetiva a regulamentação já existente.

A Lei nº 9.504, de 1997, que estabelece normas gerais para as eleições, e a Resolução nº 22.623, de 2008, do Tribunal Superior Eleitoral, definiram várias disposições obrigatórias para as entidades e empresas. Entre elas está a obrigação de os realizadores da pesquisa, se quiserem divulgar seus resultados para o público, registrarem perante o juiz competente, cinco dias antes da divulgação, as informações sobre o plano amostral, intervalo de confiança e também margem de erro, além de outras.

Atualmente, tramitam no Congresso Nacional quatro propostas de Emenda à Constituição Federal – quatro propostas, quatro PECs – e 23 projetos de lei, e, desde o ano de 2000, houve quatro requerimentos diversos relacionados às pesquisas eleitorais.

Realmente é um tema, Senador Dário, muito delicado, prova disso é que há tramitando aqui 27 projetos, sendo quatro PECs, quatro emendas constitucionais.

Ou seja, vamos ter que nos debruçar nisso. Já que estamos aí – eu diria –com uma minirreforma pela frente, porque não é a reforma que gostaria... Mas essa mini já estão trazendo resultados extraordinários. Nós vamos ter que ver também esses projetos que hoje estão tramitando. E já pedi à minha equipe para acionar esses projetos, para ver se nós os encaixamos dentro dessa nossa reforma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Para garantir a igualdade, a liberdade, tão caras ao exercício democrático, é essencial que o cidadão tenha autonomia nas suas escolhas. Claro que o direito à informação também Nas suas escolhas. É claro que o direito à informação também é um valor a ser perseguido. Porém, esse não é um direito absoluto. Portanto, pode ser restringido quando se verificam distorções e se atenta à liberdade positiva, ao regime democrático e à soberania eleitoral.

Pois bem. Eram essas as considerações que eu queria fazer. Esses 27 projetos, não dá para a gente, aqui neste momento... Até porque o Prof. Ricardo Caldas tem aula a partir das 11h – já estou com essa informação – e eu gostaria muito de depois ouvir V. Sª.

Portanto, vamos começar a ouvir os nossos convidados. Vamos designar até dez minutos, mas se necessário for, podemos alongar um pouco mais. Não há nenhum problema. Se alguém tem alguma exposição também, evidentemente ela poderá ser feita.

Vamos então passar a palavra primeiro para o Sr. Antônio Lorenzo Martinez, Diretor do Serpes – pesquisa de opinião.

Vamos ouvir primeiro os institutos de pesquisa. Depois, eu gostaria de passar a palavra ao Prof, Ricardo.

Passo então a palavra ao Sr. Antônio Lorenzo Martinez. Com a palavra, professor.

O SR. ANTÔNIO LORENZO MARTINEZ – Vou me ater ao roteiro que a convocação está explicitando. Então, o questionamento primeiro diz quem define as características demográficas do público a ser consultado. Naturalmente, essa pergunta tem por trás o problema de se quem define é o cliente ou quem define é o instituto. Então, eu posso dizer que, nos 38 anos de pesquisa eleitoral... 38 anos não, mas – digamos – desde que se fazem pesquisas eleitorais, em nenhuma delas o cliente teve como palpitar a respeito da formação da amostra. Acredito que, com isso, essa pergunta esteja respondida. O cliente não apita, não tem nada a dizer em relação à amostra.

O segundo questionamento... Perdão.

Em função de quê o instituto define as características demográficas? Define-as sempre a partir dos dados que o TRE fornece – o TRE do Estado, o TRE do Município. Nós não saímos disso. Houve algum problema relativo às estatísticas que o TRE fornecia, por exemplo, aos eleitores de acordo com a escolaridade. Nós sabíamos que os dados do TRE eram defasados. Então, tínhamos que tomar uma atitude, que se aproximasse o mais corretamente da realidade. Então, nós nos aproveitamos de estatísticas do IBGE, populacionais, para errar o mínimo possível. No Estado de Goiás, desde que se faz no Estado de Goiás, desde que se faça o título eleitoral biométrico, então isso, por uns anos, está garantido, mas sabemos que, daqui a quatro, cinco anos, a escolaridade, sobretudo daqueles que fizeram o título com 16, 17 ou um pouco mais de anos, vai estar defasada, a não ser que o TRE tome a iniciativa de atualizar por algum sistema. Eu não estou vendo qual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Fora isso, sempre os números, digamos, os extratos demográficos são a partir dos dados que o TRE nos fornece. Eu acredito que não tenhamos quebrado isso nunca.

A escolha do eleitor nós fazemos por cotas. De fato, nós já tivemos muitas brigas nesse sentido; há os defensores, há os defensores de exclusivamente por sorteio, probabilístico, ou também aproveitar o sistema de cotas.

Nós temos uma experiência que também é confirmada por outros institutos: os acertos, quando se faz a pesquisa por cotas, são tão grandes, porque nunca nós fizemos probabilisticamente, mas a quantidade de pesquisas que acertaram com margens de erro muito pequenas – 0,5, como foi em uma no Tocantis, na eleição do Governador anterior... Como é o nome dele?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Marcelo Miranda?

O SR. ANTÔNIO LORENZO MARTINEZ – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Marcelo Miranda? Sandoval? Siqueira Campos?

O SR. ANTÔNIO LORENZO MARTINEZ – Siqueira Campos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – 2010.

O SR. ANTÔNIO LORENZO MARTINEZ – Siqueira Campos que ganhou por 0,5, mas a nossa margem de erro foi de 1%, acertando naturalmente.

Se fôssemos olhar, digamos, a mil e tantas pesquisas que nós temos feito ao longo de 30 e tantos anos, as que acertaram dentro da margem de erro e as que não acertaram, seria assustador, seria assustador. Eu acredito que é mais de 90%. Isso não quer dizer que, do ponto de vista teórico, tenhamos que discutir outras coisas, mas que é um método que garante o acerto, garante.

Outra coisa é a elaboração da amostra feita pelo instituto, e somente por ele, enviada ao estatístico, que aprova, e, a partir daí, começa a pesquisa.

Outro questionamento se refere a como são feitas ou elaboradas as perguntas, o questionário em si. Naturalmente que o que está por trás dessa pergunta é a suspeita de que o cliente faz o questionário ou pede para fazer de um jeito ou de outro. Eu já tive cliente questionário ou pede para fazer de um jeito ou de outro. Eu já tive clientes que me pediram. Um deles, , por exemplo, agora, simplesmente eu agradeci a sugestão e falei que não havia como fazer desse jeito, que ele receberia o nosso questionário daí a pouco e me despedi na porta. Não há como o cliente querer se meter a fazer o questionário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agora, nós temos o caso, por exemplo: eleição de votos nas cidades para prefeito. Se são 100, 200 pesquisas, são iguais uma e outra; muda o nome. Então, ele pode vir e dizer: "Ah, eu quero a espontânea, a estimulada com esses nomes, a rejeição e só." Isso é o bê-á-bá de todas as pesquisas. Nós não rejeitamos, só que colocamos a ordem no disco dos nomes por sorteio, inclusive a ordem não afeta, em absoluto, a pesquisa, porque no disco não tem primeiro, nem segundo, nem terceiro, nem quinto. Não vai afetar em absoluto. Nesse sentido, mesmo que ele quisesse influir, não iria influir.

Naturalmente que, além da pesquisa, além das perguntas de intenção de voto, há outras, podem haver outras pesquisas, como, por exemplo: avaliação do prefeito, avaliação da saúde, etc.

Então, nesse sentido ou nesse caminho, a ideia que nós sempre cumprimos é a seguinte: primeiro, o cliente só pede a respeito do que quer pesquisar; segundo, a intenção de voto vem depois de qualquer tipo de avaliação que nomeie um dos candidatos ou... Eu falei depois? A intenção de voto tem de vir antes que a avaliação, porque aí pode contaminar a intenção de voto sim. Exemplo: como o senhor avalia a construção e manutenção de estradas do governo de fulano? Aí pode influir. Sempre a intenção de voto vem antes da avaliação.

Naturalmente procuramos obedecer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO LORENZO MARTINEZ – ...às normas de construção de questionário que partiram do mais fácil para o mais difícil, de maneira que as perguntas não obriguem o entrevistado a fazer um esforço muito grande de memória.

Outra coisa que nós levamos muito à risca e nisto aqui insistimos sempre: os nossos questionários são muito breves, sempre muito breves; 10, 12, no máximo 15 perguntas, mas se houver alguma como: o que o senhor acha que; como o senhor pensa; o que o senhor diria... Aí acabou. Essas perguntas limitamos a quatro ou cinco. Isso para facilitar a memória e também para evitar o chute, evitar o "não sei". É nesse sentido.

Acho que respondi essa parte também, esse questionamento. (*Pausa.*)

Os entrevistadores, que seriam outro problema.

Os entrevistadores do Instituto não têm relação nenhuma com o cliente, nem antes, nem depois, muito menos quando se faz a pesquisa. Já me aconteceu um caso: um entrevistador, de uma cidade, me telefonou e disse "Há aqui um senhor que se identificou, diz que está querendo ver a pesquisa, me elogiou por eu fazer a pesquisa." Falei: "Qual é o nome?" Me falou o nome e eu disse: "Imediatamente recolha toda a equipe, volte para Goiânia." Porque ele era o cliente. Aí, o cliente se queixou, tal e qual, expliquei, ele entendeu. Voltaram no dia seguinte, tudo bem. Então, não há possibilidade de haver cliente abordando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Outro caso que pode acontecer – eu não sei se estou me estendendo – é, durante a noite ou depois que terminam o serviço, os entrevistadores, que naturalmente têm que lanchar, às vezes irem a um barzinho. No meu instituto isso é proibido, não se vai a bar nenhum, porque lá é o lugar onde podem ser abordados.

Se a pesquisa é feita numa cidade pequena que não tem uma pensão ou não tem uma boa pensão, vão para outra cidade dormir, não dormem na cidade. No dia seguinte voltam, se for o caso, exatamente para não ter contato com o cliente ou alguém por conta do cliente.

O questionamento 3 – estou pulando umas pequenas coisas que acho que não têm tanta importância. Qual é o grau de transparência de cada pesquisa em relação aos envolvidos nas respectivas apurações?

A apuração envolve alguns funcionários do instituto, envolve os entrevistadores, os coordenadores de equipe, os revisores, o técnico de processamento, o programador, e também o diretor técnico responsável por todas as operações. Os entrevistadores e os coordenadores participam da apuração apenas no sentido de entregar a coleta de dados. Agora não se faz mais em papel, se faz com um coletor, *tablet*. Entregam o coletor e, simplesmente, a partir daí, eles não têm mais acesso a dado nenhum. Aliás, nem no próprio coletor eles têm acesso a dado algum, o coletor proíbe, não tem como. Naturalmente, quem tem acesso aos dados já passa a ser o técnico processador e...
...processador e, nos casos especiais, o programador, porque ele é que fez o programa, pode ser chamado e poderia...

No Instituto há três pessoas que têm acesso a esses dados: um é o programador – nunca observei que tivesse interesse nenhum nisso aí –; outro é o técnico – é o meu filho, que está aí, que é o mais interessado em não interferir –; e o outro sou eu, que sou o maior interessado em não interferir em nada.

Não sei se há alguma coisa a mais nesse sentido do acesso aos...

Há cliente, sim, que chega em casa e pede para alterar dados, isso é possível. Que há clientes, há, mas se põem na rua...

Vamos ao quarto item.

Tribunais eleitorais cumprem sua função de órgãos fiscalizadores?

Respondo: quanto à parte burocrática, em geral, cumprem com extremo zelo e requinte. E eu sublinho "requinte", porque há muitas coisas que indicam isso. Houve um juiz que me respondeu em verso, me condenou em verso – isso já é requinte.

Em casos não tão isolados, como poderia parecer, os juízes demonstram desconhecimento ou tendenciosidade. Houve juiz que proibiu continuar a pesquisa alegando que somente poderia ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

realizada a consulta cinco dias após o registro. Mostramos a lei, escrevemos a lei para ele, falamos que não era uma questão de opinião, mas uma questão de leitura. Não obstante, exigiu que primeiro se registrasse, passassem cinco dias, depois se fizesse a pesquisa para poder divulgar – esse é um caso extremo.

Vou colocar outro aqui, que, aliás, talvez o senhor conheça.

Um outro se negou a contar como dias corridos o sábado e o domingo posteriores ao registro e anteriores aos cinco dias exigidos. Foi no Tocantins. No Tocantins, tragicamente...

Bem, eu acho que são casos isolados... Isolados, não, mas poucos, diríamos, para o empenho que os juízes têm em que se cumpra a materialidade da lei.

Merece comentário o fato de alguns juízes – não todos, são relativamente poucos – pedirem as planilhas com seus respectivos endereços e nomes...

com seus respectivos endereços e nomes e já em suas mãos entregaram as mesmas planilhas ao partido que representou contra o instituto. No caso, agora, estou visualizando, foi no Tocantins também. Outros exigiram todas as planilhas, com endereços, mesmo sem ninguém ter representado contra, e deixaram as mesmas expostas na escrivaninha dele para todo mundo que quiser olhar, e a lei manda que não.

Bom, outra falha interessante, isso também é um caso, não posso falar por causa do tempo, isso aconteceu uma vez só, não vou colocar coisa acima dos juízes.

O TRE não dispõe de órgão fiscalizador ou assessor para decidir questões ou posições que estão acima do seu conhecimento e da sua capacidade real de fiscalização. A maior parte dos juízes não sabem estatística, não têm como argumentar estatisticamente, e, então, vai pela conversa dos advogados, que também não sabem estatística.

Com isso, em qualquer representação com o instituto de pesquisa, alega que seus argumentos se fundamentam no tal *fumus boni iuris*, que é a panaceia, e o instituto tem que pagar advogado, o defensor, mais do que recebe da pesquisa e por nada, por uma coisa à toa.

Questionamento nº 5: melhorar a legislação. Eu estou falando aqui de uma coisa que me passou pela cabeça, mas eu não discuti com ninguém, sobretudo com outros institutos. Exigir do partido que representa contra uma fiança, para, caso o motivo de representação fosse fútil, que são a maioria, a maior parte, ou sem base, passar esse valor a um fundo representando alguma coisa que iniba o representado de fazer representações fúteis, sem base, simplesmente para dilatar o período ou qualquer coisa nesse sentido.

E a segunda coisa é o TRE dispor de uma assessoria técnica que pudesse fiscalizar pesquisas suspeitas, que também ele não tem, não me passa pela cabeça que ele fiscalize todas as pesquisas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

antes de divulgar, nem depois. Talvez uma coisa que o TRE possa fazer – eu não escrevi, mas vou declarar –, cada instituto ter de levar um histórico das suas pesquisas: digamos, nos últimos dez anos, o instituto fez tais e tais pesquisas; os últimos resultados do instituto foram assim e as urnas foram assim. Então, ver-se-ia lá se um instituto tem base, tem cacife ou

tem cacife ou simplesmente está lá para ganhar um dinheiro. Isso inibiria muito os clientes a pegarem institutos que nascem na época da eleição e morrem depois da apuração.

Outros comentários.

Resultados da pesquisa e resultados da urna.

A pesquisa afere o quantitativo das declarações de intenção de voto. Eu repito: declarações de intenção de voto. Afere também a distância entre as intenções de voto e os diversos candidatos, sua consequência.

A urna, diferentemente, fornece o quantitativo de votos atribuídos aos diversos candidatos. Não são a mesma coisa. Não são a mesma coisa nem do ponto de vista semântico, nem lógico. São duas coisas totalmente diferentes. Mas nós partimos do princípio de que declaração de intenção de voto tem que ser voto. E aí você parte para a tal margem de erro, que é uma concessão que se faz, ainda é uma concessão que se faz. Mas são duas coisas totalmente diferentes.

Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O senhor poderia concluir, Sr. Antônio?

O SR. ANTÔNIO LORENZO MARTINEZ – Estou já concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Porque nós precisamos ouvir todos.

O SR. ANTÔNIO LORENZO MARTINEZ – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – E o Senador Dário já deu um sinal ali que ele tem outras tantas comissões pela frente. Aqui, o Senador tem sempre direito à fala. Evidentemente que, geralmente, nós, depois da fala de todos, começamos então a fase de perguntas. Mas V. Exª tem a fala na hora em que o senhor quiser.

Eu pediria ao senhor para ir à conclusão.

O SR. ANTÔNIO LORENZO MARTINEZ – Eu iria – concluindo – dizendo que o gargalo das pesquisas são as abstenções e as indecisões, os votos indecisos. Enquanto não soubermos medir, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

precisão, a quantidade; aliás, para onde vai o voto do indeciso e em que medida quem diz que declara que vota, na realidade, abstém-se, os institutos sofrerão essa pecha de não acertar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço ao Sr. Antônio Lorenzo Martinez, Diretor do Serpes Pesquisa de Opinião e Mercado.

Passo a palavra ao Sr. Mauro Paulino, Diretor do Datafolha – Instituto de Pesquisas.

O SR. MAURO PAULINO – Eu agradeço o convite da Comissão.

Acho que pesquisa, de fato, é um tema sempre muito controverso no mundo todo. É importante que a gente possa esclarecer todas essas dúvidas que surgem não só entre os usuários de pesquisa, os políticos, que fazem uso muito de pesquisa, durante as campanhas, mas também, no caso das pesquisas que são divulgadas, o usuário principal, que é o eleitor.

Pesquisa é coisa muito séria.

O usuário principal, que é o eleitor.

Pesquisa é coisa muito séria, porque na verdade a gente não está falando das pesquisas, a gente está falando de opinião pública. As pesquisas são apenas uma ferramenta, um instrumento, uma máquina fotográfica que revela o que pensa, aproximadamente, a opinião pública no momento em que a pesquisa foi realizada. Então é dessa forma que as pesquisas têm que ser vistas e avaliadas.

Falando do Datafolha, o Datafolha nasceu dentro da redação da *Folha* em 1982, com o objetivo de tornar públicos dados que eram sempre utilizados por partidos ou utilizados nas universidades. Nós adaptamos. E eu estou no Datafolha desde o início, estou há 33 anos no Datafolha. Eu era um bebê quando eu cheguei lá. Então eu acompanhei todo esse processo de adaptação de técnicas acadêmicas, científicas, para serem transformadas em informação, em notícia, em informação relevante.

Então houve uma época em que, enfim, a *Folha*, toda semana tinha alguma manchete com percentuais. Tem até a piada de que quando o mundo acabar a manchete da *Folha* vai ser: O Mundo Acabou, 90% discordam.

Mas, brincadeiras à parte. Há alguns conceitos que precisam ser levados em conta sempre que se analisa a pesquisa. Eu acho que o principal deles, e que muitas vezes se esquece, é que a pesquisa é uma fotografia do momento. Isso já é um chavão até. E é uma fotografia do momento que não pode ser projetada para o futuro. Mesmo que a pesquisa seja feita na véspera, e eu vou mostrar um exemplo importante, aquele resultado se refere ao dia em que a pesquisa foi feita ou ao intervalo de dias em que a pesquisa foi feita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A margem de erro se refere também a esses dias, a essa fotografia, a esse momento em que a pesquisa foi feita.

Então eu vou mostrar aqui.

Esta aqui é a pesquisa nacional. Eu mostro esse exemplo porque ele consta do convite que nos foi feito, recita o erro das pesquisas no primeiro turno da eleição para Presidente em 2014. Então esses são os gráficos de evolução de todas as pesquisas feitas pelos cinco institutos que realizaram levantamentos no primeiro turno da eleição. Se a gente olhar aqui os últimos resultados, e aqui está pelo total de votos, então aqui inclui brancos e nulos, não são os votos válidos, que excluem os brancos e nulos.

Não vai funcionar aqui o... Mas enfim, eu vou levantar... Não dá porque eu fico sem microfone... É um laser...

Então, olha, aqui a gente tem o Datafolha, Ibope, MDA, Censo e Vox Populi, os cinco institutos que realizaram pesquisas neste momento.

O último resultado de Datafolha e Ibope por exemplo é exatamente igual: 40, Dilma; 24 Aécio e 22 Marina (Datafolha). Ibope: 40, 24 d 21.

Datafolha, Ibope: 40, 24, 21 – estatisticamente, o mesmo resultado. Aqui, a pesquisa do MDA, também feita de 2 a 3, praticamente o mesmo período das duas pesquisas: 41, 24, 21 – mesmo resultado, estatisticamente. A da Sensus foi feita um pouco antes – de 30 de setembro a 3 de outubro, ou seja, um intervalo maior – e aponta 37, 22,5 e 21, arredondando – também não está muito distante, mas a gente percebe que há uma aproximação maior aqui, com Aécio ainda numericamente abaixo, mas com Marina caindo. Então, mostra a mesma tendência dos outros. E o Vox Populi também mostra praticamente os mesmos números: 41, 23 e 20. O que isso quer dizer? São cinco institutos, com métodos diferentes, com formas diferentes de coletar os dados, com estratégias diferentes, com interesses diferentes, apontando o mesmo resultado na véspera. Então, essa é uma evidência científica. Se fosse feito um experimento, com a mesma pesquisa sendo feita nos mesmos períodos, por cinco institutos diferentes, estaria aqui o experimento. Ou seja, essa é uma evidência científica de que, na véspera, o resultado era este: em torno de 40 para a Dilma, de 24 para Aécio – Aécio ultrapassando Marina – e de 22 para Marina.

Então, o resultado, na véspera – subscrita a liminar ao meio-dia do sábado anterior ao domingo da eleição –, do Datafolha e do Ibope foi divulgado na TV Globo, em edição extraordinária, às 16h; depois, foi para todos os portais, todos os *sites* – Datafolha e Ibope com o mesmo resultado; e foi manchete do Jornal Nacional e de todos os telejornais à noite e manchete dos jornais de domingo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Essa foi a informação passada. Como a *Folha* trabalhou essa manchete? Bom, só para terminar aqui, o resultado das urnas foi: Dilma, em vez de 40, na véspera, teve 37; o Aécio, de 24, foi para 31; e a Marina, de 22, para 19, que, aliás, é um número próximo do que ela obteve em 2010.

O resultado aqui era esse, só que a eleição não termina aqui; a eleição continua, os eleitores continuam pensando. Não existe nenhuma lei que faça com que os eleitores mantenham sua intenção de voto, a intenção de voto que tinham na véspera da eleição. O eleitor começa a pensar e a definir seu voto de forma concreta, começa a concretizar sua intenção de voto na noite de sábado, na manhã de domingo. Eu vou mostrar quantos fazem isso, daqui a pouco.

Então, o que acontece é que a tendência que os institutos mostram continua a mesma nos últimos dias, nas últimas horas. Essas linhas mostram a coerência dos gráficos, a coerência da evolução nos resultados.

O Datafolha trabalha muito em conjunto com a redação da *Folha*: no fechamento da manchete, no fechamento da...

Na manchete, no fechamento do lide, no que vai na primeira página, e na elaboração da reportagem. Como nós fechamos a pesquisa no sábado, por volta de duas horas da tarde, sabíamos que o Aécio ia aumentar, ia crescer, que ele ia ter mais votos do que apresentamos na última pesquisa. Sabíamos que iria ter polêmica. Mas o que vamos fazer? Nós vamos projetar o número e mexer neles? De jeito nenhum, nunca. O número que nós divulgamos é exatamente aquele que nós coletamos.

Então, o que dá para fazer? É mostrar o número que havia na véspera, dar interpretação na manchete. Dilma lidera, Aécio acelera a ascensão e Marina recua. A manchete está perfeita e mostrou exatamente o que aconteceu.

Naquele momento, há havia 60% de eleitores usando a internet, 47% já usavam redes sociais. Isso hoje já aumentou. Márcia me ajuda. Já deve haver uns 80% praticamente por uso de internet, redes sociais em torno de 60%. E há uma parcela importante dos eleitores que afirmam que as redes sociais influenciam. Muito, 9%, mas outros, 10% dizem que influenciam pouco.

Então, as redes já influenciavam e vão influenciar cada vez mais. A velocidade das informações interfere e impacta na decisão do voto cada vez mais, assim como todas as outras informações, mas o que está crescendo, o que está sendo cada vez mais significativo são as redes sociais. Olha, 43% já usavam Facebook, 35% o WhatsApp, em 2014.

Nós fizemos uma pesquisa logo após o primeiro turno, na primeira pesquisa que fizemos de segundo turno, nós perguntamos: em que momento você decidiu o seu voto? Em que momento você escolheu o seu candidato? Vinte três por cento escolheu na última semana, sendo que 8%, uma semana antes, 6%, na véspera, e 9%, no dia da eleição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esse é um dado importante para entendermos as pesquisas e avaliá-las. Não há possibilidade de apurar algo que ainda não aconteceu. O que nós apuramos na véspera estava correto. O que nós apuramos na véspera era o que havia, o que a opinião pública expressava na véspera.

E cinco institutos mostraram isso, mostraram o mesmo resultado.

O segundo turno tem a característica de ser uma campanha que muda menos, é mais estável. Os eleitores ao votarem no primeiro turno, ao verem o resultado do primeiro turno, a maioria praticamente já escolheu o candidato para o segundo turno. Então, as campanhas de segundo turno costumam ser mais estáveis. isso não há grande variação entre o último resultado e o resultado da urna: 52, 52, 48, 48.

52, 52, 48, 48. A isso nós chamamos de acertar na mosca. Mas o termo acertar ou errar, por conta dessas decisões de última hora, cada vez mais frequentes, e os políticos, partidos, candidatos estão alertas para isso, porque têm ótimas assessorias de pesquisa, já trabalham dessa forma, já sabem que a última semana é decisiva e que os últimos dias são decisivos e que há mudanças. Então, a manchete da *Folha* neste dia foi, manchete de domingo, dia da eleição: "Dilma e Aécio chegam, no dia da eleição, em empate técnico". É o que ocorreu, manchete correta.

Essa é uma matéria rara nos jornais, porque isso na verdade não é notícia. Quando os institutos acertam ou quando os resultados coincidem com as pesquisas, não é notícia, porque a gente não faz mais do que a obrigação. Mas quando há alguma divergência, o pau come.

Esse é o resultado por votos válidos. Tanto a Datafolha quanto o Ibope deram resultados muito próximos.

Eu só queria complementar dizendo o seguinte: temos noção da responsabilidade que nós temos. O trabalho com pesquisa talvez seja o dos mais fiscalizados ou pelo menos aquele que permite uma fiscalização, uma transparência através da lei eleitoral e da regulamentação, que é feita a cada ano eleitoral. Mas, nos meus 33 anos de Datafolha, eu não vi nenhum partido se utilizando da lei para finalidade que ela tem, que é de fiscalizar. A autorização da lei é unicamente para constranger os institutos, para tentar impedir divulgação, para tentar impugnar pesquisas e para tentar que resultados que os candidatos sabem que não são favoráveis não sejam divulgados. É isso o que acontece. A realidade é essa.

Então, como disse no começo, a gente está falando de opinião pública. Se a opinião pública é importante, se a opinião pública é levada em conta, as pesquisas são importantes, e têm que ser divulgadas até o último dia, porque é nesse momento que as coisas se decidem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Se não houvesse pesquisa, a gente não saberia desse fenômeno que vai ser cada vez mais recorrente, cada vez mais forte, das pessoas decidirem no último momento.

Então, se houver proibição das pesquisas, seja na última semana, seja nos últimos 15 dias, no último dia, a gente não vai ter como mostrar essa informação para quem mais interessa, para quem tem mais interesse, que é o eleitor.

E se não houvesse pesquisa, a gente não saberia hoje, por exemplo, que a gente o Presidente pior avaliado desde o fim da ditadura; o Congresso Nacional com a pior avaliação desde o fim da ditadura; o nível de desalento e revolta com o País e com os governantes recorde; nunca tantos sentiram tanta vergonha do País, 47% sentem vergonha do País hoje. Esse número sempre ficou em torno de 18%, 15%

esse número sempre ficou em torno de 18%, 15%, 20%, no máximo, agora chegou a 47%, quase metade da população.

Fizemos uma pesquisa em parceria com o Instituto Ético com jovens de 16 a 24 anos, que são aqueles que têm a maior desesperança e o maior desalento com o País. Eles acham que falta ética na política, falta responsabilidade, e eles não veem como atuar. Eles acham que a sociedade brasileira, os jovens de hoje, numa pesquisa nacional, acham que a sociedade brasileira está estragada e que a classe política não vale nada. É isso que a opinião pública revela. Se não houvesse pesquisa, talvez fosse mais confortável para todos, como seria mais confortável para todos os candidatos na reta final que ninguém soubesse ou que só eles soubessem, ou que só vocês soubessem que tal candidato está na frente ou que tal candidato está crescendo. Se o eleitor leva em conta pesquisa, se o eleitor quer praticar o voto útil, se o eleitor quer voltar naquele que está na frente, é a vontade do eleitor. Ele está pensando o voto. Melhor assim, melhor que ele saiba que ele tem a informação e que ele possa decidir. Então, qualquer tipo de restrição, de proibição, de constrangimento aos institutos de pesquisa significa restrição ao direito da opinião pública de saber o que ela própria pensa.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço ao Sr. Mauro Paulino, Diretor da Datafolha Instituto de Pesquisas.

Como eu disse no início dos nossos trabalhos, pedimos a participação dos nossos telespectadores. Permitam-me rapidamente...

O Sr. Newton Hecht Castilho, de Mato Grosso: "Qualquer pessoa com um mínimo de conhecimento técnico em informática sabe que o sistema de votação existente no Brasil hoje é facilmente fraudado, e por isso deve ser urgentemente modificado ou adequado."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Daiana Oliveira Alvarenga dos Santos, de São Paulo: "A divulgação da pesquisa tem muita influência sobre boa parte da população. Infelizmente brasileiros em geral são pouco envolvidos com política e acabam votando no – aspas – 'efeito manada' – fecho aspas. Tendem para quem está mais sendo votado." É o que eu disse logo no início.

Artur Alvim Cury, de São Paulo: "Pesquisas eleitorais devem ser muito sérias [conforme o senhor disse]. Não podemos brincar com isso como se fosse uma corrida de cavalos ou um balcão de apostas, porque a política envolve tudo e todos os cidadãos brasileiros, envolve a vida das pessoas."

Eliane Oliveira da Silva, do Espírito Santo: "Não são os votos que decidem uma eleição e sim quem os contam."

Pingo Meu Moda Infantil Batistella, de Goiás: "Acredito que ainda ocorrem muitas falhas neste processo fácil de ser manipulado e alterar resultados reais de acordo com as reais votações. Precisa ser confiável, o que ainda não é. Não pode permitir falhas, brechas para a manipulação dos resultados reais. Insustentável."

Renato R. Wall, do Amazonas: "Eleição é coisa tão séria que, assim como 'a mulher de César', não basta ser honesta. Assim, creio ser indispensável a sua verificação

Assim, creio ser indispensável a sua verificação com o voto impresso."

José Adenilson Santos Mouta, de Manaus: "Ao meu ver, existem profissionais dotados de conduta ética e profissional capacitados para executar as atividades relacionadas ao processo de coleta de dados, análise e conclusão baseados nas informações coletadas. Porém, os resultados a serem divulgados são manipulados."

Sérgio Luis Peixoto, de São Paulo: "Nunca acreditei no voto eletrônico, ainda mais depois que um cientista da Unicamp disse ao Presidente do TSE que em um minuto ele provaria que o processo é fraudável. A resposta foi negativa com o funcionário do TSE dizendo que – aspas – 'colocaria sob suspeita as eleições' – fecho aspas. Só rindo."

Sérgio Luiz Peixoto, também de São Paulo: "Um funcionário de um grande jornal de São Paulo me disse que as pesquisas por eles realizadas são sérias e um resultado verdadeiro é obtido. Então, há uma reunião na – aspas – 'salinha' – fecho aspas –, e os magnatas decidem os números que serão divulgados, alterando as pesquisas para os números desejados."

Essa foi a manifestação dos nossos telespectadores.

Passo a palavra para...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Bem rapidinho. Estou preocupado com o nosso professor aqui , que tem um compromisso, e eu gostaria de ouvi-lo.

O SR. MAURO PAULINO – Sobre a urna eletrônica, eu acho que é um avanço enorme. Quando havia urna em papel... A urna eletrônica é um avanço enorme e não acho que haja manipulação. Aliás, os próprios resultados dos institutos mostram isso. A comparação é sempre muito próxima. Quando havia voto em papel, a taxa de brancos e nulos ficava em torno de 20%, e com a urna eletrônica caiu para algo em torno de 7% a 9%. Por quê? Porque havia, no voto em papel, a possibilidade de anular o voto conscientemente. Então, nó consideramos que hoje o voto nulo é muito mais fruto de erro na concretização da intenção de voto na urna, e o voto branco é o voto consciente daquele que não quer votar em ninguém. Por que eu digo isso? Quando a gente separa os votos brancos dos votos nulos, os votos brancos se concentram muito mais nas grandes cidades, nas regiões litorâneas e nas cidades com mais de 200 mil habitantes, e os votos nulos se concentram mais no interior do País e mais no Norte e Nordeste. Cidades com IDH mais baixo têm maior número de votos nulos. Cidades com IDH mais alto têm maior volume de votos brancos.

Então, eu acho que, se há algo a se criticar na urna eletrônica, é que esse direito de anular o voto foi transferido para o voto branco. O eleitor não tem mais – menos aqueles que são minoria, que são residuais, aqueles que sabem que, se digitar um número errado, ele anula, na verdade, é o voto branco que significa o voto de protesto.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço ao Sr. Mauro e passo a palavra, então, à Srª Márcia Cavallari Nunes que é CEO do Ibope Inteligência.

Com a palavra, Srª Márcia.

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Muito obrigada pelo convite.

Acho bastante importante essa discussão porque há muitas dúvidas mesmo em relação à realização das pesquisas e como elas são feitas. A pergunta a que a gente mais responde é: como nunca fui

como nunca fui entrevistado, como eu não conheço ninguém que tenha sido entrevistado... A pergunta a que a gente mais responde é essa.

Falando por último, depois do Mauro e do Prof. Antônio, vou reforçar alguns pontos que foram colocados. O primeiro é o seguinte: as pesquisas eleitorais não têm o papel de projetar resultados futuros. O Mauro disse isso, o professor disso isso. Elas mostram, sim, as intenções de voto, a intenção de voto do eleitor em determinado momento.

Nós temos visto que o eleitor tem decidido o seu voto cada vez mais tarde. Ele fica esperando até o último momento, até o último debate, até o último momento para consolidar o voto. Então, ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tem uma intenção que ainda não está consolidada. Uma pesquisa feita uma semana antes da eleição nunca vai prever o resultado das urnas, mesmo porque temos um número de indecisos muito alto. E o que nós temos visto ao longo desse tempo – o Mauro tem 32 anos de Datafolha, eu tenho 35 de Ibope. Também era bebê quando comecei lá – é que os indecisos não se decidem na mesma proporção dos já decididos. Podem observar. Quando se fala que as pesquisas erraram é porque os indecisos foram mais para os segundos e terceiros colocados do que para o primeiro. Então, vem um índice mais alto de candidatos que estavam... Para o que está na frente, é difícil ganhar voto desses indecisos que estão até o final. Quem está indeciso até o final está realmente fazendo ali uma escolha, e, se fosse fácil a decisão, ele já tinha votado, como uma das eleitoras disse, no efeito manada.

Agora, há duas coisas: ou a pesquisa erra ou a pesquisa influencia. Não dá para fazer as duas coisas ao mesmo tempo. Se ela influencia, todas as pesquisas dariam certo, todas as pesquisas seriam perfeitas, porque o eleitor vai votar de acordo com aquilo que ele está vendo. Não é o que a gente vê. A gente vê o eleitor tomando decisões na reta final e de forma diferente dos já decididos. Então, a gente vê o segundo colocado crescendo, o terceiro colocado perdendo ou ganhando também. Não há um modelo para trabalharmos os indecisos de uma maneira única. Os indecisos se decidem de uma forma diferente. Eles não vão de acordo com aquilo que está sendo divulgado.

Agora, mesmo não tendo a pesquisa o papel de projetar o resultado das eleições, as pesquisas eleitorais apresentam boas estimativas de votos. O Mauro mostrou e há um histórico empírico, porque é uma pesquisa atrás da outra e o Brasil tem uma coleção de pesquisas de muitos anos e de várias esferas – federal, estadual e municipal – onde se comprova que essas estimativas são boas. Há um estudo do falecido Prof. Marcos Figueiredo, da Iuperj, no Rio de Janeiro, comparando até as pesquisas do Brasil com outras de outras partes do mundo, mostrando o quão precisas são as pesquisas aqui no Brasil.

Via de regra também, como o Mauro mostrou, os resultados oficiais de uma eleição são a continuidade da curva de tendência apontada pelas pesquisas. Então, se o dia da eleição fosse um dia de pesquisa, o número que a gente acharia ali seria aquele, porque ela é uma continuação. Você terminou a pesquisa aqui, vem o resultado do TSE, e ele continua aquele movimento que a gente estava vendo de que quem está crescendo estava crescendo, quem está caindo está caindo. É uma continuação.

A gente tem visto também

está caindo. É uma continuação. Temos visto também uma volatilidade maior do voto. Isso acontece de uma maneira muito rápida nas eleições municipais. Nas estaduais e nas nacionais, um pouco menos, pela abrangência do universo. Mas, nas municipais, o eleitor muda de um dia para outro muito rapidamente. A questão da influência das redes sociais faz com que essa volatilidade ainda aumente. O processo de decisão de voto no primeiro turno é mais complexo para o eleitor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque ele tem de votar, nas eleições gerais, em deputado estadual, Deputado Federal, Senador um, Senador dois, Governador e, por último, Presidente. E a lógica de o eleitor decidir seu voto é ao contrário: ele decide primeiro o Presidente; depois, o Governador; depois, o Senador; depois, o Deputado Federal; depois, o deputado estadual. Então, é complexo o processo decisório do eleitor. Por isso, nas pesquisas de segundo turno, esse processo é facilitado, com apenas dois candidatos.

Então, no geral, as pesquisas de segundo turno apresentam estimativas melhores até do que no primeiro turno. E o processo decisório do eleitor só termina quando o voto dele é depositado na urna. Então, até a hora em que ele vota e confirma o voto dele, o processo decisório vem ocorrendo.

O que pode explicar a diferença entre o resultado das pesquisas e o dado oficial da eleição é: primeiro, a precisão dos resultados da pesquisa varia de acordo com o tipo de eleição. Se é uma eleição municipal, estadual ou federal, isso tem um efeito. A abstenção. Quanto menor for abstenção, melhores serão as estimativas. Os indecisos. Se até a reta final da eleição houver um número de indecisos grande, a probabilidade de os resultados serem boas estimativas fica um pouco menor. Quanto ao exemplo que o senhor deu de Tocantins, nessa pesquisa que o senhor mencionou, havia 20% de indecisos para o Senado nessa pesquisa que o senhor mostrou, em que a Senadora Kátia Abreu tinha uma diferença bem maior do que o Eduardo Gomes, o que mostra que esses indecisos acabaram indo muito mais para o Eduardo Gomes do que para a Senadora Kátia Abreu, que acabou até perdendo na reta final. (*Fora do microfone.*)

E também há a questão da polarização da disputa. Quanto mais difícil está a disputa, mais polarizada está, mais dificuldades há.

Eu sou estatística de formação, tenho mestrado em Ciências Políticas na Universidade de Connecticut. E digo: a questão da margem de erro não se aplica às pesquisas eleitorais exatamente porque trabalhamos com amostras por cotas. Margem de erro amostral só é possível calcular nas pesquisas probabilísticas. O modelo probabilístico não se adapta ao processo eleitoral, porque ele é um modelo em que o tempo de execução das pesquisas é muito longo. Nós temos lá no Ibope várias pesquisas que fazemos que são probabilísticas até o último estágio. Seleciona-se o domicílio, seleciona-se a pessoa. Só que, num processo eleitoral, o tempo de execução é muito grande. E, num processo eleitoral, acontecem fatos todos os dias.

Então, se usarmos pesquisas probabilísticas para estimar as intenções de voto no processo eleitoral, aí, sim, é que as pesquisas vão ficar bem diferentes dos resultados oficiais, porque o tempo de demora não vai...

A pesquisas vão ficar bem diferentes dos resultados oficiais, porque com o tempo de demora ela não vai medir o momento que nós estamos fazendo a pesquisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A questão do erro amostral, por que que ela surgiu na pesquisa eleitoral? Porque a lei eleitoral diz que nós temos que registrar um erro amostral. Não existe erro amostral, amostra por cotas. Não existe. O que se poderia falar é de desvio, o quanto que desviou a estimativa, mas não tem um modelo, uma fórmula, para se calcular um erro amostral.

O que que nós temos que fazer? Porque na lei eleitoral diz que tem que ser registrada cinco dias antes a margem de erro amostral. Erro amostral só é calculado depois do resultado calculado, quando você sabe qual é o resultado. Não tem como calcular erro amostral *a priori.* Eu não fiz nem a pesquisa e eu tenho que falar qual é o erro amostral? Não existe isso. Mas a lei diz que a gente tem que fazer isso. Então o que que a gente faz? Estima. Através do quê? De uma amostra aleatória simples. É a que a gente usa para executar a pesquisa? Não, não é. A gente usa amostra por conglomerados nos primeiros estágios e no último estágio cotas. O fato de ter introduzido a cota já não permite um cálculo exato de erro amostral. Então isso faz com que as pesquisas fiquem não é... Ah, está fora da margem de erro! Ah, deu quatro pontos. Você falou que a margem de erro era dois. Então está errada a pesquisa. É o que mais a gente vê, quando acaba uma eleição. Ah, deu quatro pontos de diferença, então errou. Quer o quê? Cem por cento? A própria regra estatística e o conceito do erro amostral é: Se cem pesquisas forem feitas, 95 delas estarão dentro de um intervalo de confiança, 5% podem estar fora, faz parte do processo de amostragem a questão de algumas pesquisas ficarem fora desse processo, do resultado.

A questão que o Mauro colocou também, do interesse, o que nós temos visto nos últimos tempos é um desinteresse maior da população em relação à eleição. Isso também dificulta a pesquisa, porque se a pessoa não tem interesse, ela não vota, tem uma abstenção maior. Vota e decide lá na último momento... A gente tem perdido, ao longo do tempo, o interesse que as pessoas têm pelas eleições. Logo no início, pós-ditadura, esse interesse era muito grande e agora a gente vê que isso vem perdendo bastante. Tanto é que a nossa última, em 2014, a pesquisa que nós fizemos, se o voto fosse, a intenção de votar, caso o voto não fosse obrigatório, se a pessoa voltaria, hoje a gente tem mais da metade da população dizendo que não iria voltar, se o voto não fosse obrigatório. Então há um desinteresse, há uma desesperança muito grande e que precisa o processo político mobilizar os eleitores.

Eu acho que o nosso processo eleitoral, a nossa legislação eleitoral ela é bastante transparente. O Mauro falou de fiscalizar. Eu já tive Senadores dentro do Ibope fiscalizando pesquisa nossa, contando questionário por questionário para ver se o resultado que foi divulgado era o questionário que veio na pesquisa. Eu já tive, mais de uma vez, candidatos ao Senado, candidatos a Governador, mas a maioria de verdade fica questionando coisas como, por exemplo, não usou o dado do TRE para fazer amostra. Não usei mesmo e não vou usar nunca, é tudo desatualizado. Se pegar o IBGE você vai olhar lá população com nível superior hoje no Brasil com 18 anos e mais é 18%. Você olha no TRE é 9%, no TSE... Por quê? Porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

... olhando o TSE é 9%. Por quê? Porque está o grau de escolaridade em que a pessoa tirou o título, quando há recadastramento, o.k, o dado fica bom, mas não é simultâneo, não é no Brasil inteiro. Nos lugares agora que têm o biométrico, os dados já estão ficando melhores. E cai muito a abstenção também porque a abstenção é alta porque provavelmente no cadastro do TSE têm eleitores que morreram e continuam lá. E na hora que devem comparecer ao voto e fazem a comparação, a abstenção fica grande.

Agora, existem algumas coisas na legislação. Acho que, olhando outros países, a nossa legislação é bastante transparente, permite com que as etapas da pesquisa sejam fiscalizadas, auditadas. Agora, existem alguns problemas? Existem, como por exemplo, um problema que há na legislação, os tais cinco dias. Uma vez o Ministro Nelson Jobim, na eleição de 2002, quando ele era Presidente do TSE, chamou-me para perguntar que loucura era aquela do câmbio e da oscilação econômica no País em função das pesquisas eleitorais. Era por conta dos cinco dias, então, eu registro a pesquisa aqui, vou divulgar aqui no sexto dia, a gente faz a pesquisa em dois, três dias, então, vamos supor, o Mauro registrou aqui, então todo mundo sabe que o Mauro vai divulgar aqui, no sexto dia, chega um banco, por exemplo, para mim e diz assim: "Você pode fazer uma pesquisa eleitoral para mim? Posso. Você consegue me entregar aqui? Consigo." Tenho um, dois, três, quatro dias para fazer, eu faço em dois e três. Então, o que acontece? Eu entrego para o banco aqui, ele tem o resultado, porque, como o próprio Mauro mostrou, as pesquisas mostram o mesmo caminho. O que acontece? Ele, um dia antes, tem o resultado na mão, faz o que quer com aquele resultado, compra dólar, vende, sei lá o que faz, e quando sai a pesquisa divulgada ele já ganhou o dinheiro que ele tinha que ganhar, por exemplo.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Se o prazo de cinco dias fosse menor, porque o processo é para fiscalização. Fiscalização você vai lá: "coloca que eu vou fazer a pesquisa, coloca o questionário para ver se não tem nenhuma pergunta que está influenciando, coloca ali quando você vai fazer a pesquisa, a metodologia que você está usando". Quando você faz isso, não precisa de cinco dias para fiscalizar, três dias já são suficientes, dois dias já são suficientes.

E aí, se fossem três ou dois dias isso não aconteceria, porque não daria tempo de fazer uma nova pesquisa, não daria tempo de fazer uma nova pesquisa. O período de cinco dias é um período muito longo. E o banco está fazendo alguma coisa ilegal? Não. Ele está comprando uma pesquisa que não precisa ser registrada, é para consumo interno, não está fazendo nada de errado. Ele tem o direito de querer ter a informação.

Então, existem coisas na lei que podem ser melhoradas? Sim, existem, mas eu acho que a nossa legislação dá bastante transparência para o processo, permite essa fiscalização, os institutos sérios trabalham de uma forma correta, séria. Agora, nós vimos muitos casos, por exemplo, o Conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Regional de Estatística da 3ª Região, da qual sou filiada, teve muitas denúncias de institutos que usavam nomes de estatísticos para colocar na legislação eleitoral como se fossem responsáveis por assinar o plano amostral, que o estatístico nunca conheceu aqui no instituto ou nunca trabalhou para aquele instituto.

Então, algumas coisas a gente tem, eu acho sim, que trabalhar para melhorar essa questão.

Continuo dizendo ainda que ...

essa questão.

Continuo dizendo ainda que hoje a gente tem visto cada vez mais pesquisas sendo divulgadas por telefone, por URA, por web e continuo afirmando: as pesquisas que ainda hoje representam e dão chances de todos os eleitores serem pesquisados são as pesquisas face a face, porque pela internet você acessa uma população de classes a, b, c1. As c2, d e e ficariam de fora. Quando há uma eleição onde há uma clivagem social muito forte, o resultado fica totalmente diferente. A mesma coisa quando se trabalha em uma pesquisa por telefone fixo. Então, a pesquisa face a face com o entrevistador ainda é a que mais representa o eleitorado como um todo.

Quando eu vejo, às vezes, esses – quanto o senhor falou? – 27 projetos, emendas, projetos de lei que falam de proibição de pesquisa, fico imaginando a farra que isso vai ser na internet, porque como você controla com a internet? Cada um vai inventar a sua pesquisa. Cada um vai ter o seu número específico. Eu fico imaginando como controlar isso, porque com a internet fica muito mais difícil. Nas pesquisas tradicionais, há uma legislação. Está lá, avisa, vou fazer, está assim. Dá para fiscalizar. Então, acho que a legislação é boa nesse sentido, porque dá transparência para o processo. E as pesquisas face a face continuam sendo ainda aquelas que melhor representam.

Acho que são esses os principais pontos. Depois posso complementar com mais alguns.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Sª, Srª Márcia Cavallari Nunes, CEO do Ibope Inteligência.

Passo a palavra ao Prof. Ricardo Wahrendorff Caldas.

O SR. RICARDO WAHRENDORFF CALDAS – Obrigado.

Bom, antes de mais nada, bom dia a todos, bom dia. Agradeço o gentil convite do Senador Ataídes Oliveira para estar aqui dando a minha visão sobre o tema. E, em nome dele, aproveito, para ganhar tempo, cumprimento toda a Mesa que está aqui, todos os Senadores que estão aqui ouvindo e todos os membros da plateia. Eu vou falar bem rápido. Algumas coisas que eu ia mencionar já foram ditas. Então, eu vou passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Para quem não me conhece, Prof. Ricardo Caldas, da Universidade de Brasília. Sou um professor à moda antiga. Tenho aula daqui a pouco e não costumo faltar aula. Meus alunos sabem disso. Então, peço já desculpas a todos no sentido de que vou ter que me retirar pouco depois. Está bom?

Foi-me pedido para falar um pouco sobre essa questão das críticas aos modelos de pesquisa. Eu procurei dar uma visão um pouquinho mais macro talvez. Vamos lá! As pesquisas ganham espaço – aqui é a visão do ABEP, mais ou menos, onde me baseei nessa parte histórica –, tomam corpo basicamente nos anos 30 nos Estados Unidos. São muito utilizadas no método principal também por cotas. E essa busca de fazer pesquisa se estendeu pelo mundo todo.

Há um erro histórico, que eu gostaria de chamar a atenção, que foi o anúncio da vitória do Thomas Dewey sobre Harry Truman. Eles chegaram a anunciar a vitória dele. Aí aparece aquela foto famosa do Harry Truman mostrando o erro do instituto de pesquisa. Talvez tenha sido a maior gafe histórica na área de pesquisa, que é citada como exemplo. E um caso mais recente de erro: na França, no início da década, os institutos não conseguiram colocar a chegada do Jean-Marie Le Pen ao segundo turno. E há um fenômeno que a gente pode falar depois também, que é a questão do eleitor oculto ou eleitor tímido, vamos dizer, que é aquele que não anuncia o seu voto, que é o contrário do que o meu colega falava aqui. Há um problema de abstenção muito grande, mas também há um índice de eleitores um problema de abstenção muito grande, mas também há um índice de eleitores que não querem se manifestar. Então, muitas vezes, eles falam que estão indecisos, e nós chamamos isso de falsos indecisos. Na verdade, ele já se decidiu, mas ele não quer declarar seu voto.

Isso explicaria por que não foi possível captar a chegada do Jean-Marie Le Pen ao segundo turno em 2002 e talvez também – não quero entrar nisto agora – a questão da própria vitória do Donald Trump nas eleições dos Estados Unidos do ano passado. Muitos eleitores do Donald Trump eram eleitores envergonhados ou tímidos. Eles não queriam abrir sua intenção de voto, mas eles já tinham se decidido a votar. É claro que o caso dos Estados Unidos é bem mais complexo. Eu costumo dizer – não sei se o pessoal do Ibope e do Datafolha concorda – que, nos Estados Unidos, na verdade, não é uma pesquisa, não é uma eleição, são cinquenta eleições simultâneas, uma em cada Estado, sendo que uma não influencia a outra, em que, na verdade, estão se elegendo delegados daquele Estado.

Posso dar um aparte no final, me permite? Só para finalizarmos. Já houve dois apartes também.

O Ibep faz, no Brasil, uma divisão de fases na história e, então, fala que, na história do Brasil, é, logo depois dos Estados Unidos, nos anos 40, que começa a difusão. É claro que o Ibope teve um grande papel nisso, sendo talvez já nesse período uma instituição que era não sei se já a maior naquele momento, mas, certamente, uma das maiores. Houve outros institutos que foram criados, como Ipom, Inese etc, mas talvez eles não tiveram a mesma longevidade do Ibope.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A questão da legislação já foi mencionada aqui. Ela é baseada essencialmente, em grande parte, na legislação de 1997 – algumas coisas foram alteradas por decisão do TSE e do STF. Não quero entrar em detalhes, mas eu só queria mencionar que já há um arcabouço bem detalhado, estando já definido e mencionado nos arts. 33 a 35. Não há necessidade de eu repetir aqui, mas lá aparece tudo, mais ou menos, que os institutos têm que apresentar: quem contratou, valor, metodologia que está sendo utilizada etc.

Há a questão do art. 34, que é um pouco mais polêmico, que é a questão do acesso ao sistema de coleta de dados, que é uma questão muito delicada, como já foi dito aqui – desculpe-me, pois estou de costas, peço perdão por isso –, e a questão da dificuldade de localização de possíveis irregularidades. Eu mesmo já fui contratado uma vez para verificar possíveis irregularidades. É muito difícil. Eu não sou estatístico, eu sou economista, mas é um trabalho muito, muito delicado e é muito difícil dar essa comprovação. Eu tenho uma sugestão sobre isso no final.

No art. 35, há a questão também da divulgação de pesquisas. Há uma decisão do Supremo sobre isso, fruto de uma ADI. Eu não sou jurista – o pessoal da área do Direito é que teria que se manifestar –, mas entendo que, para mudar isso, realmente, precisaria de uma PEC, Senador – aí me corrijam se eu estiver enganado. É sobre a questão de até que dia pode ser divulgado. Hoje, eu entendo que até a boca de urna está sendo permitido pela legislação.

Questões metodológicas. Já foram mencionadas aqui as duas principais, que são as probabilísticas e os pontos de fluxo e cotas. Eu, pessoalmente, não vejo problemas em nenhuma delas. Já como foi dito aqui, as probabilísticas são mais complexas e levam mais tempo. No caso de uma eleição presidencial, pensando nela, especialmente no segundo turno, ela ficaria praticamente inviável. Os pontos de fluxo trabalham, em geral, por meio de cotas, o que acaba que se tornou o método preferido pela maior parte dos institutos, embora eu entenda que o Ibope – me corrija, por favor – utilize os dois sistemas, não é verdade?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO WAHRENDORFF CALDAS – Para as eleições, mais o de cotas. Quanto ao Datafolha – também, por favor, me corrija –, eu entendo que é essencialmente só cotas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO WAHRENDORFF CALDAS – O.k..

As principais críticas. No caso das pesquisas aleatórias e probabilísticas, é o efeito segurança Aleatórias probabilísticas.

O efeito da segurança: as pessoas não querem mais responder. Isso dificulta as pesquisas em domicílios. As pessoas não querem abrir mais para o pesquisador entrar na sua casa. E também existe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o chamado efeito dona de casa/estudante/desempregado. Quem é que fica em casa o dia inteiro? Ou é a dona de casa, ou é um estudante ou é um desempregado. Então, você acaba também contaminando a sua pesquisa com isso.

Pontos de fluxo. Já foi mencionada aqui a crítica do Prof. Cristiano Ferraz. Ele critica porque não é possível extrair uma margem de erro. Nem é esse o objetivo da pesquisa de pontos de fluxo. A margem de erro seria uma consequência, se fosse o caso.

Agora eu queria chamar a atenção para uma curiosidade que foi mencionada aqui. Eu morei no Reino Unido por cinco anos e, para minha surpresa, eles continuam fazendo por cartas. Eles são muito conservadores lá. Eles usam mesmo. Houve um caso... Esse exemplo que eu mencionei se aplica lá também. Eu estava lá durante a eleição do John Major. Já faz um tempinho isso, tem 20 anos. Dr. Paulino, eu devia ter 5 anos – fazendo meu doutorado com 5 anos. Foi o mesmo problema. Nenhum instituto acertou, e é esse voto conservador envergonhado, porque as pessoas não queriam dizer. Então, os institutos todos deram a vitória para o Partido Trabalhista, e quem ganhou foi o Partido Conservador. Por quê? Porque os eleitores do Partido Conservador não quiseram anunciar seu voto. Diziam que estavam indecisos, mas eles já tinham se decidido. Quem acertou? Apenas um instituto, que usou o modelo de cartas. Por quê? Porque a pessoa não tinha vergonha de mandar a carta e dizer: "vou votar nos conservadores mesmo e acabou-se; se você não gostou, problema é seu". Mas ele não estava em contato. A questão do face a face tem esse lado negativo também.

Eu não vejo nenhum problema, e até simpatizo com as questões das pesquisas feitas com telefone, desde que se corrija. É o mesmo problema do *e-mail*. Você tem que fazer uma correção, já que apenas a metade dos lares brasileiros tem telefone fixo. Então, se você quer usar o sistema de telefone, você tem que corrigir fazendo a metade – aí a questão da amostra, e tudo isso – por telefone fixo e a metade tem que ser, então, por celular pré-pago, etc., para tentar corrigir. A mesma coisa vale por *e-mail*. Você tem que ter um híbrido, alguma coisa que equilibre para não enviesar demais a amostra.

Críticas gerais às pesquisas que são feitas, não só no Brasil, mas no mundo todo: imprecisão; tendenciosidade; aplicadores militantes – essa questão é muito grave e muito até primária, já foi mencionada aqui; falta de treinamento; até a questão da roupa. A pessoa que está aplicando pesquisa não pode usar cor que evidencie a disputa naquele local. Aqui em Goiás, por exemplo, onde o senhor trabalha, é muito vermelho versus azul. Vermelho era um partido, e azul era o outro partido. As cores simbolizavam, então o pesquisador não pode usar roupas com essas cores. Isso é óbvio, é o beabá, como foi dito aqui. Mas às vezes falta treinamento, o instituto não faz, e isso acontece. A questão de recursos contra fraudes talvez seja o maior problema hoje. Como já foi dito muito bem pelo Dr. Paulino, ele não é usado com objetivo metodológico, especificamente. É mais com o sentido policial de proibir. Eu tenho uma sugestão sobre isso também, no final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Já vou acabar.

Há a questão da tendenciosidade, e também, no caso brasileiro, mas eu suponho que exista em outros lugares, venda de pesquisa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO WAHRENDORFF CALDAS – O pessoal vende os resultados e, no caso brasileiro, há uma coisa mais grave. É até chato mencionar isso, mas não podemos fugir da realidade: alguns institutos de pesquisa estão envolvidos na Lava Jato, por lavagem de recursos. Então, esse é um ponto importante também, em que a gente tem que pensar. Houve uma queda de credibilidade nas instituições em geral? Houve, mas também houve na imprensa. Apenas a metade da população – pouco mais da metade, 60% – acredita na imprensa, segundo a última pesquisa do Instituto Reuters, global, que eles fizeram no mundo todo. Então, isso é importante a gente pensar também.

Datas limites. Eu sei – eu entendo a posição dos institutos – que o ideal é que não haja datas, que não haja nada. Não sei se a cada dia que passa eu estou ficando um pouco mais conservador ou prudente,

aí eu não sei se a cada dia que passa eu estou ficando um pouco mais conservador ou prudente, mas, talvez, pelo princípio da prudência, seja interessante a gente reservar alguns dias para não publicação. Essa é uma questão que tem que ser muito debatida.

Pessoalmente, entendo que isso não fere a liberdade de informação, embora o Supremo tenha posição a esse respeito. A questão da boca de urna, a mesma coisa.

E aí me corrijam também: no dia da eleição do Doria, que era eleição para prefeito, a boca de urna do Datafolha saiu no momento em que as pessoas estavam votando. Não é isso mesmo? Foi depois?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO WAHRENDORFF CALDAS – Foi no domingo, perdão. É que eu estava aqui na TV Câmara e fiquei em dúvida se saiu na... Na verdade, foi uma edição vespertina?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO WAHRENDORFF CALDAS – A pesquisa sai no sábado e saiu uma edição vespertina no domingo, não foi isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO WAHRENDORFF CALDAS – Foi pequisa então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu sei porque eu estava dando uma entrevista aqui na TV Câmara e estava com um resultado que tinha acabado de sair do Datafolha. Mas eu não sabia exatamente qual o horário que tinha sido feito.

A questão da boca de urna é delicada também.

Isso aqui são dados históricos apenas. Eles podem ter mudado, mas eu queria fazer o registro.

Em alguns países já houve proibições para questão de divulgação dando um período. Então, há referências internacionais proibindo.

A própria França não permite pesquisas no dia ou próximo ao dia da eleição – e aí vem um ponto que foi mencionado pela Drª Márcia, que é a questão de como proibir. No caso da França, as pessoas estavam sabendo o resultado da última pesquisa comprando o jornal da Bélgica. Porque na Bélgica publicaram o resultado da última pesquisa. Então você ia ao lado, atravessava a fronteira, pegava o jornal e você tinha o resultado da pesquisa feita no dia anterior.

Então, às vezes, algum tipo de proibição pode acabar se tornando fútil também. No caso da internet, por exemplo. Eu acho que se deve refletir sobre isso.

Argumentos em relação à divulgação de pesquisa. Quem defende a divulgação plena, que é o caso dos institutos aqui claramente, quais argumentos que usam? Direito à liberdade de expressão do cidadão, à liberdade de informação. As pesquisas não influenciam o direito de saber.

Os contrários. Aqui eu me posiciono mais no segundo grupo, por esse ponto que eu mencionei, de prudência, e questão do poder econômico.

O poder econômico pode e faz mais pesquisas e paga por sua divulgação. As pesquisas influenciam os eleitores. O próprio Dr. Paulino apresentou isso agora que 20% dos eleitores falam que influenciam muito ou pouco.

Ora, 20% decidem. Se você publica uma pesquisa, é claro que ela vai cair nas redes sociais. Então, ela vai divulgar e há uma influência. Então, 20% são consideráveis, decidem uma eleição para um lado ou para outro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO WAHRENDORFF CALDAS – Eu estou mencionando, estamos levantando os pontos aqui. Há outros países que são democracias até mais tradicionais e mais democracias que o Brasil há mais tempo e que também têm algum tipo de restrição. É esse ponto que eu queria mencionar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No Brasil, muitas pesquisas são manipuladas e compradas. Então, esse é um ponto que a gente tem que refletir. Existe um comércio de pesquisa que é prejudicial aos pequenos partidos e candidatos pouco conhecidos.

No caso do Brasil, as pesquisas estão associadas ao *marketing* político, que muitas vezes paga por elas com recursos que recebeu do Governo, até mesmo, em alguns casos – no Brasil historicamente –, de caixa dois.

Alguns donos de empresas de *marketing* estão respondendo a processos por terem feito toda a campanha de *marketing* com dinheiro de caixa dois e certamente contrataram alguns institutos com esse dinheiro de caixa dois.

Eu acho que isso tem que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO WAHRENDORFF CALDAS – Está tudo no caixa um.

Não há transparência em alguns casos.

Sugestões e recomendações, só para finalizar.

Talvez seja o caso de se criar uma comissão

Talvez seja o caso de se criar uma comissão aos moldes, eu simpatizo muito com aquele sistema do Conar, que é o Conselho de Autorregulação Publicitária, que é uma entidade privada, para os próprios institutos talvez fazerem parte desse conselho para se autorregularem, para evitar os excessos, ou o que foi dito aqui pela Drª Márcia, instituto de pesquisa que coloca o nome de estatístico sem autorização. Gostaria de citar dois países que recorrem a comissões de pesquisa, o caso da França e o caso da Bélgica. Eles têm comissões para trabalhar com isso.

A questão de boca de urna, aí a gente tem que também, já foi mencionado que já há restrições, a questão das datas. E aí eu vou deixar uma sugestão também polêmica aqui, até aproveitando o fato de que eu vou sair, então eu deixo a polêmica para quem ficar. Naturalmente, fiquem à vontade também para me criticar bastante, evitem só ofensas pessoais à minha família, aos meus progenitores, mas fiquem à vontade para me criticar. (*Risos.*)

Eu queria deixar uma sugestão bem polêmica aqui: a contratação de pesquisas não pelo próprio instituto ou por empresas privadas de *marketing* político – como eu mencionei alguns deles estão até detidos, estão presos –, mas apenas por veículos de comunicação, como jornais, rádios e TV, que se tornariam corresponsáveis pelos resultados da pesquisa, como é o caso da própria Datafolha, que não aceita clientes pessoa física ou partidos políticos. Ou, então, instituições sem fins lucrativos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como centrais sindicais, centrais patronais, etc, que também se tornariam responsáveis pelos resultados do ponto de vista metodológico.

Então, basicamente era isso. Eu agradeço demais o convite, e espero ter dado uma contribuição, ainda aqui bastante modesta.

Não sei se quer usar o aparte agora ou depois.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O nosso Senador quer fazer pergunta, e nós ainda temos mais um convidado.

Estamos inclusive aqui, Senador Dário, com a presença do Thiago Cortez, que é diretor do Departamento de Pesquisa de Opinião Pública da Presidência da República; está aqui conosco a Elga Lopes, diretora da Secretaria de Transparência do Senado Federal aqui nosso; Marcos Ruben, coordenador do Instituto de Pesquisa DataSenado também está aqui conosco.

Antes de passar a palavra, Senador Dário, quer fazer uso da palavra? Nós ainda temos mais um convidado, que é do Instituto de Pesquisa.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Na verdade, Presidente, eu já estou no meu tempo mais que no limite.

A quarta-feira aqui, prezados convidados, é um dia de extrema movimentação, muitas comissões, muitas responsabilidades, e esse é um assunto que me causa muito interesse. E evidentemente que se o senhor for rapidinho, eu ainda... Porque a minha participação aqui, Presidente, será de cinco minutos no máximo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Continue, Senador. O nosso querido convidado, Dr. Luiz Carlos da Rocha, que é o Presidente do Conselho Federal de Estatística, permite-nos ouvir o nosso querido Senador.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Então, bem rapidamente.

Preliminarmente, eu quero só também expressar aqui o meu reconhecimento aos institutos de pesquisas e às pesquisas eleitorais propriamente ditas, que exercem, na minha opinião, um papel fundamental, primordial e estratégico para o fortalecimento da democracia e para o direito de informação de cada cidadão.

O que me preocupa mais não são os institutos consagrados, que estão, ao longo da sua história, colocando sempre em risco a sua credibilidade, o seu conceito para que consigam permanecer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do seu conceito, para que consigam permanecer no mercado, porque uma pesquisa eleitoral tem tudo a ver com a credibilidade de um instituto.

As redes sociais, na minha opinião...Eu, que já participei de algumas eleições e talvez eu tenha simpatia pelos institutos de pesquisa, porque venci todas as eleições de que participei...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Os institutos estão do seu lado.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Os institutos estavam sempre do meu lado. Nós temos, por costume, questionar os dados e os números que não nos favorecem. Essa é a grande verdade que eu posso imaginar.

Então, eu quero aqui expressar a minha simpatia. Evidentemente que tudo na vida precisa e pode ser aprimorado. E conceitos, que certamente eram consagrados há anos, hoje, certamente, precisam ser revistos, e a gente vai aprimorando sistematicamente a nossa atuação. Eu vou aprimorando a minha, como administrador público, como administrador privado, como Parlamentar. Assim, a gente vai seguindo a nossa existência.

Entretanto, preocupam-me algumas questões.

Primeiro, os institutos que se utilizam de métodos, de formas e de procedimentos que, na verdade, são questionáveis. Isso já foi colocado aqui, acho que pelo Dr. Paulino. É a questão dos institutos de plantão em véspera de eleição. Isso existe muito em todo o Brasil. Por isso que, quando a gente fala em pesquisa, a gente logo pensa em Ibope, em Datafolha, como também na Serpes, que é bastante consagrada.

Parece-me que o Ibope, não sei se ele tem um apelo de letras, de imagem ou de nome, mas me parece assim que, quando a gente fala em pesquisa, o povo, de uma maneria geral, fala em pesquisa do Datafolha e pensa no Ibope: "Qual é o Ibope que vai sair? Qual é o melhor do Ibope?" É coisa dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – O Ibope e a Presidência do Senado.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Então, eu mesmo presenciei em muitas oportunidades – aí vem um testemunho que eu quero fazer, principalmente ao Datafolha, mas, substancialmente, ao Ibope – que, quando participei das eleições, o Ibope é que fez sistematicamente as pesquisas. Se não me engano, uma ou duas vezes, o Datafolha também fez algumas pesquisas. E elas coincidiram muito, nos dois institutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Bem, mas há outros institutos. Aí, professora, acho que essa revisão de conceito é interessante. Há outros institutos e outras redes de divulgação que ainda são muito dominados pelo poder econômico, pelo poder oligárquico, pelo sistema de dominação que ainda existe no Brasil e em muitas cidades brasileiras.

Embora o Brasil tenha sofrido uma grande evolução, nos últimos tempos, com relação a essa questão, mas ainda existe uma dominação muito forte pelas elites, pelos

existe uma dominação muito forte pelas elites, pelo sistema do poder econômico, situado em todo o Brasil.

Isso me preocupa, porque dificulta muito a renovação política e muitas vezes a criação de novas lideranças, que são mais justas, que são mais democráticas, que vêm de outro ambiente que não aquele para o qual há certas pessoas que governam, e está tudo certo. Quando digo "para eles", é para eles num contexto geral do sistema. E poucos problemas eles têm durante a gestão, embora sejam muito ruins. Outros são gestores públicos muito bons, mas têm muita dificuldade de concluir seus mandatos, por vários motivos que não quero aqui registrar, porque isso sempre fez parte das nossas campanhas eleitorais.

Bem, dito isso, penso que esse, Senador Ataídes, é um assunto que infelizmente tem pouca participação dos Senadores hoje, porque há a 777 aqui, a CCJ ali – vocês percebem –, a CAE lá, que estava cheia. São assuntos extremamente polêmicos, e certamente muitos Senadores não tiveram a oportunidade de aqui estar. Isso, só para justificar a ausência. Mas tenho certeza de que todos têm muito interesse nisso.

Inclusive, um grande líder meu foi Luiz Henrique da Silveira. Em determinado momento, ele tinha posições interessantes a respeito de pesquisas eleitorais. Porque era um homem muito experiente, que participou de muitas eleições, ele formou um conceito dentro da cabeça dele, que divergia da minha. Mas, por educação e evidentemente para o papo encerrar ali, eu concordava com ele em determinadas situações, para que pudesse ter com ele aquele respeito sempre necessário.

Para finalizar, quero dar um testemunho aqui: nas minhas últimas três ou quatro eleições, as pesquisas eleitorais feitas por institutos de alta credibilidade, como esses que estão aqui hoje, mas especificamente o Ibope, bateram rigorosamente, como o senhor disse, na mosca. É "na mosca", que a gente diz? Na asa da mosca. Houve algumas que inclusive na vírgula, Senador Ataídes Oliveira, inclusive na vírgula. E a pesquisa de boca de urna, também.

Então, embora eu nunca tenha contratado, porque quem contrata isso são as redes de TV e alguns outros, sempre me baseei... Nunca fiz pesquisa, nunca contratei pesquisa: sempre esperava as pesquisas oficiais. Enquanto era uma confusão enorme de pesquisas que oscilavam substancialmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

quando se aguardava o Ibope, eu percebia que as pesquisas eram condizentes com o sentimento que eu tinha de movimento nas urnas.

Então, só quero dar este testemunho, principalmente para o Ibope, porque as minhas eleições, todas elas, bateram na mosca.

E isso coincide com a questão de que muitas pessoas questionam muito a nossa urna eletrônica. Mas eu sou a testemunha viva de que

Eu sou uma testemunha viva de que a urna eletrônica coincide exatamente com a pesquisa. Então, não há por que duvidar dessa perspectiva. Agora, certamente o cidadão que perdeu a eleição questiona que os votos dele não apareceram na urna eletrônica, que eles se evocaram com o número etc. e tal.

Eu, nas minhas cidades mesmo, já percebi isso em outras oportunidades, de maneira que quero agradecer e cumprimentá-lo a parabenizá-lo, prezado Presidente, por esta iniciativa, porque acho que esta nossa audiência pública tem uma relevância muito grande para o aprimoramento do sistema de informação, principalmente de pesquisa eleitoral para todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço, Senador Dário, a sua participação e a sua presença.

O Professor Ricardo vai ter de se ausentar, como já era sabido por nós.

Passo a palavra, então, ao Sr. Luiz Carlos da Rocha, Presidente do Conselho Federal de Estatística.

Com a palavra o Dr. Luiz.

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – Muito obrigado.

Muito já foi dito aqui, muito já foi comentado sobre a natureza da pesquisa eleitoral.

A pesquisa eleitoral aproxima-se da questão científica e técnica através da estatística, mas ela não cumpre exatamente com os preceitos da estatística. Os grandes institutos, dado às suas competência e experiência, conseguem se aproximar mais.

Não podemos nos esquecer de que, no Brasil, nós temos 44% de Municípios com menos de 10 mil habitantes e 88% com menos de 50 mil. Nesses Municípios, o problema da pesquisa é muito grave, difícil de controlar, de fiscalizar e de acompanhar. A divulgação nem sempre é fácil.

E acontece que, nessa situação, a questão da legislação ainda compromete um pouco ou bastante essa situação de acompanhamento, porque, nas instruções do TSE existe um item que diz assim: a empresa deve apresentar registro no Conselho Regional de Estatística, caso o tenha. O que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acontece com isso é que empresas das mais diversas atividades, de evento contratam um estatístico, que, às vezes, não é contratado, e registram a pesquisa, e não temos nenhum critério. Se houvesse obrigatoriedade de se registrar nos Conselhos Regionais, aí, sim, certamente, na hora do registro da empresa, deveria haver o responsável técnico da estatística, o estatístico, que provavelmente seria o responsável pela pesquisa.

Nós perdemos centenas e centenas de pesquisa sem o menor critério de controle.

Uma dificuldade também é acompanhar os resultados. Como disse aqui o nosso colega, o Dr. Antônio, o TSE... Nós já fizemos a sugestão de, primeiro, acabar com esse "caso o tenha" e, segundo, registrar os resultados das pesquisas. Seria um trabalho muito grande, seria necessário fazer uma organização à parte, paralela, mas a única maneira que se tem de controlar a qualidade da pesquisa, a fiscalização, seria o próprio resultado. Se a gente tivesse isso, pudesse acessar a empresa que vem fazendo resultado... Se o político ou o interessado, num Município pequeno, entrasse num banco de dados e pudesse saber quem faz pesquisas lá e qual o resultado que tem, essas coisas poderiam evoluir e melhorar muito.

Na questão do modelo, já foi reconhecido aqui que o resultado que é dito, que é divulgado – 95% com 2% de margem de erro –, é um exagero. A gente não tem conseguido isso, apesar dos esforços dos institutos, porque a aproximação... De um lado, há o problema da aproximação, o modelo estatístico; de outro, o problema da natureza subjetiva da opinião. Então, são dois componentes contribuindo para o risco dessa pesquisa.

De qualquer maneira, só para dar uma medida do que nós estamos comentando, eu vou apresentar um quadro em que fiz um levantamento. Nós temos acompanhado, no Conselho Federal, desde 2012... Antes, mas sem ter formalizado o levantamento estatístico...

Vou apresentar um quadro em que eu pego só as capitais nas eleições de 2012, 2014 e 2016. Pego só as capitais, pego os dois mais votados, os dois políticos mais votados tanto no primeiro turno quanto no segundo turno. Das empresas que divulgaram pesquisa... Agora estou falando de empresas grandes, empresas a cujo resultado eu pude ter acesso.

Prefeito, Senador, Governador, eu vou apresentar ali e vou comentar. Os resultados, como já foi dito aqui e reconhecido pelos institutos, são muito ruins no primeiro turno – posso adiantar – e muito razoáveis no segundo turno.

Agora, o que acontece? Isso começa a criar dificuldades na credibilidade, porque, na medida em que a gente continua recebendo a informação "95% com 2% para mais, com 2% para menos", e as coisas não vão acontecendo, se perde a credibilidade da informação. Então, nós temos que conseguir fazer uma mudança nisso. Eu não sei qual vai ser possível fazer, porque, se abandonar uma medida de confiabilidade na pesquisa, vai ficar uma coisa muito solta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

De qualquer maneira, mesmo que não se atinjam esses valores proclamados, o tamanho da amostra tem importância.

o tamanho da mostra tem importância.

Temos pesquisas feitas com duas mil pessoas, dois mil eleitores, temos pesquisas com 600, com 800. Isso tudo vai gerando desvios nos resultados.

Já está no quadro. Vou me levantar para poder explicar.

Começando pelo erro, a margem de erro foi observada. As pesquisas que tiveram a estimativa na véspera – sempre na véspera – menos o resultado oficial do TSE, votos válidos menor do que 2%, menor que dois, maior que menos dois. E aqui o erro de 10%, a mesma coisa.

No primeiro turno, para prefeito de 2012, consegui 64 observações, ou seja, em 27 capitais – só está nas capitais –, eu peguei, no primeiro turno, os dois candidatos mais votados. Foram 64 no total que eu consegui na eleição de 2012. Só 24% conseguiram ficar na margem de erro de 2%. Quer dizer, é um fato que... A estatística já mostra a dificuldade que nós temos para colocar, para conseguir, informando esse resultado. Com o erro de 3%, cresce e vai para 47. No segundo turno, o resultado está bem próximo.

Há que se considerar que quando se fala que o erro é de... A probabilidade é de 95%, e estamos considerando dois candidatos, já não é mais de 95%, porque tem que ter 2% nos dois ou 3% nos dois. Diminui um pouco a chance de 95.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – Para presidente, no primeiro turno, consegui as cinco empresas que já foram ditas aqui... Nos dois candidatos mais votados no primeiro turno, conseguimos encontrar somente 10%, ou seja, só um resultado ficou dentro dos 2%. Aqui passamos para 20%. Duas empresas conseguiram resultado, duas respostas. No segundo turno, o resultado já foi lá para cima. Aparentemente é a mesma metodologia que está sendo usada. Então, o que acontece é que o ambiente muda e a metodologia, aqui no segundo turno, quando se tem duas alternativas, sem contar com brancos e nulos, vai para 80 e 90.

Para governador, observa-se o mesmo problema: primeiro turno, muito baixo o resultado; segundo turno, resultados muito bons. Para senador, infelizmente esses resultados ficaram muito baixos no Brasil. E, para prefeito de 2016, os resultados foram esses. No primeiro turno

No primeiro turno, 37 de 62 observações com dois candidatos mais votados, nós conseguimos 37% e metade somente com 3%. No segundo turno, de novo a melhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Creio que isso é algo que vai continuar. Do jeito que nós estamos, vai continuar no curto prazo. Deve permanecer. Parece-me que nós devemos ter uma visão diferente, dar uma medida de confiabilidade para esses resultados. Se não der nenhuma, vai ficar muito ruim para... Seria uma forma de resolver que vai igualar o pessoal que faz pesquisa com baixo número de entrevistados com outro que faz com mais. Vai ficar só a credibilidade do instituto que estiver por trás desses números.

Uma coisa poderia dar uma informação de cenário de primeira, de ordem. Erraríamos menos com isso. Tenho observado o resultado dos grandes institutos. O erro na ordem é muito raro, mas no quantitativo, no valor percentual é muito mais comum.

Era isso que eu queria comentar.

Pois não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – A pesquisa que foi publicada no dia anterior ao pleito, de todos aqueles pleitos lá, primeiro e segundo turno. Fiz um confronto com as informações dos institutos de pesquisa e do TSE.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço ao Dr. Luiz Carlos da Rocha, Presidente do Conselho Federal de Estatística.

Mais dois telespectadores se manifestaram, um diretamente à senhora, Drª Márcia. É André Fontinelle, de São Paulo, que diz o seguinte: "Entendi bem ou a Srª Márcia Cavallari revelou que o Ibope faz pesquisas clone de suas próprias pesquisas? Eticamente, isso é aceitável?"

Depois, se a senhora quiser responder ao nosso telespectador André...

O próprio André faz outra indagação: "O que os diretores de empresa de pesquisa acham da ideia de uma lei exigindo transparência total das planilhas das pesquisas, preservados os dados dos entrevistados? Ibope e Datafolha aceitariam espontaneamente publicar os microdados como fazem algumas empresas de pesquisa nos Estados Unidos?"

Interessantes essas duas perguntas.

Aguarde só um segundo, permita-me, Srª Márcia? Vou lhe passar as perguntas do André.

Pois bem, agradeço imensamente mais uma vez a presença dos senhores. Às quartas-feiras aqui, no Senado Federal, temos muitas comissões em andamento, muitas atividades, e lamentavelmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

não tivemos muitas presenças de Senadores e Senadoras, mas evidentemente pegarei as notas taquigráficas desta grande audiência e as enviarei aos gabinetes de todos os nossos Senadores e Senadoras.

aos gabinetes de todos os nossos Senadores e Senadoras.

Vou dirigir algumas perguntas, assim, muito rapidamente, mas antes eu quero fazer um comentário: o Sr. Antônio Martinez, na sua bela fala, coloca que o TRE tem dificuldade em fiscalizar. Nós vamos, então, pensar com muito carinho, porque os Tribunais Regionais Eleitorais, como também o Tribunal Superior Eleitoral, têm que fiscalizar.

Nós temos aqui vários projetos, agora vou me debruçar em cima desses e vou tentar fazer um apanhado para criar um novo projeto de iniciativa do Senado Federal. Imagino que será uma PEC.

O Sr. Antônio também falou sobre o problema dos cinco dias que podem contaminar o voto. Esse resultado das pesquisas pode contaminar o voto, uma vez... Falou sobre as abstenções, os indecisos.

O Dr. Paulino também falou que política e pesquisa são coisas muito sérias, e são muito sérias mesmo! E nós sabemos disso, principalmente nós, empresários. Antes de lançarmos um produto no mercado, a primeira coisa que a gente faz é pesquisar o mercado.

Eu tenho dito e repetido: pior do que números ruins, é não poder acreditar neles, não é, Professor Luiz? Pior do que números ruins, é não poder acreditar neles.

O Dr. Paulino disse aqui o método que é eficaz; disse que a pesquisa realmente influencia, sim, a decisão do eleitor – isso é fato, não dá para a gente correr.

A biometria agora chega junto com as urnas eletrônicas. Isso foi um avanço, e o nosso Estado Tocantins, hoje, é o número um. Nós estamos 100% já com a biometria concluída. Então, isso é muito bom, vai evitar qualquer possível suscitação de dúvida com relação à decisão do eleitor.

O Ibope. A Srª Márcia também faz vários comentários a respeito de 2014, lá no Tocantins, especialmente a respeito dos indecisos e brancos. Parece que eu tive o sentimento de que a senhora colocou como culpa daquela diferença enorme os indecisos e brancos.

Auditores independentes. Vou depois fazer esta pergunta, mas já a deixo de antemão: os institutos têm auditores independentes? Eu já deixo esta pergunta porque gostaria de ter a resposta. Como também se os institutos aqui presentes, Serpes, Datafolha e Ibope, estão registrados no Conselho Federal. (*Pausa.*)

Mas muito não estão. Muitos não estão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – Por conta daquela observação de que são obrigatórios, caso tenham na instrução do TSE, o TSE não obriga a...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Enfim, eu percebo... E gostaria de dar um exemplo antes de dirigir as perguntas. Acabei de chegar à política. Sou um dos novatos aqui, mas, em 2014, 2016, eu procurei, no Tocantins, dois institutos de pesquisa. Procurei, segundo as informações, os mais honestos, os mais corretos. E E no primeiro eu disse: "Olha, eu quero uma pesquisa para mim, para consumo interno, que você me traga a verdade. Não quero nada mais além da verdade." Pois bem, falou o valor, eu paguei – não vou dizer o nome aqui –, ele chegou com o resultado na mesa e me disse: "Senador, aqui está o resultado. Mas eu posso lhe dar um conselho?", eu falei "Claro que pode." "Vamos alterar esse número, vamos colocar o senhor com um número melhor?" Eu falei: "Olha, que conselho que você está me dando, hein?" É claro que eu não admiti e jamais admitiria.

Pois bem, na próxima pesquisa contratei um outro e disse para ele: "Olha, me traga a verdade. Essa eu vou publicar." "O.k." Ele trouxe a verdade, eu estava lá embaixo na pesquisa, evidentemente, porque eu sou desconhecido, sou empresário. Só que ele passa num outro candidato a Governo e pega 50 mil com esse candidato, pega e o joga lá em cima. Então, isso é horrível! Nós sabemos que há políticos bons e há políticos maus; médicos bons, médicos maus; nós temos empresários bons e empresários ruins. Nós sabemos. Mas eu vejo que estamos vivendo um novo Brasil, um novo País. Eu acho que chegou a hora de cada um de nós, diante dessa consciência, diante dessa Operação Lava Jato – tão importante para o nosso País –, começarmos a pensar realmente num novo Brasil. Conforme o Sr. Antônio colocou, há clientes que chegam querendo comprar o resultado. Isso não pode, isso é crime. Com isso hoje vai todo mundo para a cadeia. Eu jamais imaginei que Marcelo Odebrecht fosse para a cadeia, jamais achei que esses figurões fossem parar na cadeia. E foram, e vão. Eu vou parar na cadeia, qualquer um vai parar na cadeia, doravante, se cometer ilícitos, principalmente se roubar o nosso povo, enganar o nosso povo.

Então, diante desse quadro, vejo que esta audiência pública é de uma valia extraordinária. Peço desculpas aos nossos queridos convidados pela falta de Senadores, já justificada. Mas não tenho dúvida de que eles terão acesso a todas as falas dos senhores e da senhora diante do que nós já dissemos aqui.

Então, faço aqui uma perguntinha muito rápida. Vamos ao Dr. Luiz Carlos. Dr. Luiz Carlos, bem precisamente: especialistas em estatísticas afirmam que o modelo utilizado pelos institutos brasileiros para medir a intenção de votos é impreciso e não inspira confiança. O senhor concorda? Anota para nós, deixe-me fazer todas... Vamos um a um, então, bem rápido. O senhor concorda que são imprecisos.

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA (*Fora do microfone.*) – É o comentário do senhor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não, isso aqui é uma pergunta minha que estou dirigindo ao senhor.

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – Perdão, eu só li anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Aquela é para a Srª Márcia.

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – É verdade. O que se faz é tentar aproximar, chegar mais perto, seguir os modelos estatísticos mais de perto. Mas a falta de aleatoriedade e seleção ao acaso do eleitor que vai ser entrevistado impede, quebra seguir o modelo. Então, na hora medir o risco, isso fica comprometido. Além disso, há as mudanças subjetivas que estão acontecendo, porque, quando se fala naquele risco teórico, ele está sobre algum ponto. O senhor tem uma medida, faz uma mensuração, e essa mensuração está perfeita, não fica mudando – nem aumenta, nem diminui. Agora, na política, o sujeito muda de opinião, vai para um lado, vai para o outro, fica indeciso e, na hora, vota. Tudo isso aí gera risco de margem de erro. Então, é verdade, é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O. k. Muito obrigado.

Mais uma pergunta ao senhor, Dr. Luiz: quais os maiores erros estatísticos cometidos pelos institutos de pesquisa em relação ás pesquisas de intenção de voto? Até colocamos ai, caso o senhor queira companhar, é a pergunta número dois: quais os maiores erros estatísticos cometidos pelos institutos de pesquisa em relação às pesquisas de intenção de voto?

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – Não tenho resposta. Estamos falando de institutos grandes?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Generalizando, vamos colocar todos.

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – Generalizando, pode haver todo tipo de simulação, e a pesquisa pode não ter ido para o campo, só o resultado aparece.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – E com relação aos maiores, aqui hoje na Mesa?

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – Não, não. Hoje, na Mesa, temos empresas que já têm muitos anos de trabalho, credibilidade no mercado. O erro que acontece é do modelo com limitação teórica e da subjetividade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – A terceira, Dr. Luiz: que medidas podem ser adotadas para evitar que os erros evidentes, praticados pelas empresas de pesquisas eleitorais continuem influenciando resultados das eleições de modo indevido?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – Os erros evidentes, como má pesquisa, pesquisa em Municípios pequenos que definem, a esses é muito difícil fazer uma fiscalização. São centenas e centenas de pesquisas. Na hora da eleição para prefeito, é uma coisa impossível. A minha sugestão, e venho discutindo isso há algum tempo, é montar um banco de dados que registre os resultados das pesquisas, quando o sujeito registra a pesquisa. Na hora em que ele registra, ele dá uma credibilidade a quem o contratou. Uma pesquisa registrada acaba dando uma credibilidade para seu resultado. Então, que ele apresente o resultado ao TSE, e que fique registrado lá esse resultado.

Acho que, com o tempo, acabaremos por ter um arquivo que possa ajudar a sua pesquisa, a sua intenção de procurar alguém no seu Município, no seu Estado para fazer uma pesquisa. Já seria uma informação das pessoas. Se o senhor tivesse já um instrumento que entrasse no banco de dados e visse quem está fazendo pesquisa e qual o resultado que está acontecendo, já seria uma orientação muito boa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – A quarta: do ponto de vista técnico, é satisfatória a atual regulamentação relacionada à contratação, elaboração e divulgação de pesquisas eleitorais?

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – É satisfatória. Tem que ser aprimorada, algumas coisas têm que ser aperfeiçoadas, mas acho que nós estamos em um estágio bom de... Agora, principalmente, os grandes institutos estão seguindo uma regulamentação que não cria grandes dificuldades para eles. Com relação a essa questão do intervalo de confiança e da probabilidade do erro, eles estão reconhecendo que não é possível. Alguma coisa tem que ser feita. Temos que evoluir nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – A última pergunta, Dr. Luiz, é a seguinte: o Confe tem alguma sugestão de legislação para tornar a pesquisa eleitoral mais eficaz, confiável e menos sujeita a manipulação da opinião pública?

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – Olha, a única coisa – e vou bater nessa tecla de novo – é o registro da empresa no Conselho Federal. E vou destacar o fato... É claro que não resolve, não é uma garantia, mas é um passo bem significativo, na medida em que empresas nascem na época do pleito e desaparecem. É muito fácil se fazer isso. Assim, na medida em que ele tiver de registrar, ele vai pensar duas vezes. Ele vai ter que colocar um responsável estatístico, que pode ser facilmente fiscalizado.

Agora, na rapidez com que o TSE passa as informações, com a quantidade de informações que chega, não há possibilidade de fiscalização – não há!

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas essas empresas já não estão obrigadas pelo Conselho a fazerem o seu registro?

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – Não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não?

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – Não; obrigadas pelo Conselho estariam, é da lei, mas o TSE permite que essas empresas se registrem. Então, é uma avalanche de empresas que aparece e desaparece que não dá tempo, é uma coisa impossível.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Então, eu acredito que as juntas comerciais dos Estados poderiam ser notificadas para que, no ato de registro de qualquer instituto, de qualquer empresa de pesquisa, estas fossem obrigados a fazer, concomitantemente, o registro junto ao Conselho.

O senhor não acha que seria de bom alvitre nós acionarmos as juntas comerciais dos Estados?

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – Claro, claro. Seria.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Porque, se já é obrigatório...

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – É obrigatório. É obrigatória, mas o que acontece? A estrutura do Conselho é pequena. Nós temos um... Por exemplo, o Conselho de Brasília, que é a 1ª Região, pega Goiás, Tocantins e todos os Estados do Norte. Quer dizer, ele não está presente nessas localidades. Por exemplo, o Conselho da 5ª Região, que é Salvador, pega toda aquela área do Nordeste. Então, o trabalho de fiscalização por parte dos Conselhos Regionais é impossível, é muito difícil. Nós funcionamos mais com denúncias, ou seja, nós somos mais reativos do que ativos. Nós teríamos de envolver uma maior estrutura.

A sua sugestão em relação às juntas comerciais, a minha sugestão do TSE; enfim, nós temos que avançar nesse sentido.

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Posso complementar só com alguns números?

Eu estive olhando a Rais e identifiquei que há 1,2 mil empresas registradas no CNAE, no Código de Atividade de Pesquisa de Opinião, Mercado e Mídia – 1,2 mil.

Há a Abep, que agrega as empresas de pesquisas, que tem 160 associados.

Dessas 1,2 mil, só 400 empresas aproximadamente – não sei o número exato – têm vínculo empregatício formal. As outras 800 são registradas com CNAE de pesquisa de opinião, mercado e mídia, sem vínculo empregatício formal registrado. É Rais negativa que eles chamam: zero funcionários. Então, se a gente olha no conjunto de empresas registradas no TSE, várias delas estão...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Já são suspeitas, porque, se não tem um funcionário...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Então, não tem funcionário...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Prestadora de serviços?

Nós vamos ter de olhar realmente com muito carinho, não é, Dr. Luiz, nós vamos ter de olhar. Percebo que os TREs, o próprio Tribunal Superior Eleitoral e nós aqui no Senado Federal...

Eu vou fazer, ainda dentro desses 10, 15 dias, uma boa proposição e vou, inclusive, procurar o senhor e o Prof. Ricardo para formatarmos um bom projeto para fazer as correções. Percebo que os próprios institutos de pesquisa aqui precisam de um pouco mais de segurança jurídica.

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES (*Fora do microfone.*) – Envergonha-me ouvir sobre os dois casos que o senhor contou.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – É, então, nós precisamos de um pouco mais de segurança jurídica também para os bons institutos.

O senhor colocou aqui claramente, Dr. Antônio, o volume de processos, juízes que tomam decisões, etc e tal. Nós precisamos disso.

Agradeço ao Dr. Luiz pelas respostas.

Para os institutos de pesquisa, sugiro pedir comentários... Considerando as variações de formação de cultura social, a diferença de escalas e valores humanísticos, qual é o impacto desses valores nas aferições? Meus auxiliares me deixam doido aqui, me deixam muito maluco, muito maluco. (*Risos.*)

O Ricardo não se encontra. (*Pausa.*)

Dr. Antônio, em 2012, o Serpes apresentou dois resultados diferentes sobre a disputa pela prefeitura de Inhumas, uma cidade nossa de Goiás, colocando o mesmo candidato em primeiro e segundo lugares, sendo que uma pesquisa foi divulgada e outra não.

Como o senhor explica isso?

O Serpes apresentou dois resultados diferentes sobre a disputa pela Prefeitura de Inhumas em 2012, colocando o mesmo candidato em primeiro e em segundo lugar – olha que absurdo isso aqui! –, sendo que uma pesquisa foi divulgada, e a outra não.

O senhor se lembra disso?

O SR. ANTÔNIO LORENZO MARTINEZ (*Fora do microfone.*) – Não. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas, se fizeram essa pergunta, é porque ela tem procedência. Imagino eu, porque, se não tiver, eu mato meio mundo.

O SR. ANTÔNIO LORENZO MARTINEZ – Mais ou menos, eu sei por onde vai. Essa segunda pesquisa não foi o Serpes que fez; alguém colocou o logotipo do Serpes.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Ah! Pode ser uma fraude. Pode ser.

O SR. ANTÔNIO LORENZO MARTINEZ – É comum.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pode ser.

O SR. ANTÔNIO LORENZO MARTINEZ – Você tem que constantemente se defender por causa dessas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Uma pergunta aqui interessante: qual o impacto desses valores nas aferições das intenções de voto para cargos eletivos, municipais, estaduais e federais?

Pergunta ao Dr. Paulino.

Considerando as variações de formação cultural e social, as diferenças de escala de valores humanísticos e pessoais, e as flutuações nos níveis e qualidade de informações e de interesse entre as populações de pequenas, médias e grandes cidades, e entre as outras populações urbanas e rurais – e. aí, então, a pergunta –, qual é o impacto desses valores nas aferições das intenções de voto para cargos eletivos municipais, estaduais e federais?

O SR. MAURO PAULINO – Se eu entendi o que o nosso telespectador quer saber, nós consideramos os diferentes níveis de escolaridade, de inserção social, de percepção da realidade dos diferentes segmentos da população. Por isso, a principal arte das pesquisas é o questionário. Esse é o coração das pesquisas. O desafio é elaborar perguntas, conceitos que sejam entendidos por todos, desde aquele que tenha uma alta educação até aquele que é ainda analfabeto.

Não sei se eu respondi a dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Está respondido; está respondido, sim.

Também considerando os elementos referidos anteriormente, pergunto: é correta a conclusão de que, em eleições para cargos em maior circunscrição eleitoral, como as de governador, senador e deputado, a concentração de entrevistados, em diversos nichos de uma mesma grande cidade, pode produzir distorções nas projeções de intenção de voto por extratos sociais, como etário, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

escolaridade e socioeconômico, comparando-se a uma mesma aferição envolvendo diversas cidades de diferentes tamanhos e populações rurais e urbanas?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Por favor.

O SR. MAURO PAULINO – Da mesma forma, nós tomamos o cuidado com isso. Por isso que o segredo de uma boa pesquisa é a maior dispersão. Não é tanto o número de entrevistas o que torna uma pesquisa confiável, mas o número de lugares em que a pesquisa foi feita. Quanto maior a dispersão mais a gente consegue contemplar os diversos nichos que podem existir e com isso a gente ameniza possíveis distorções nesses nichos, provocadas por esses nichos.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mais uma pergunta ao senhor.

A Constituição Federal cuida de determinar a proteção do processo eleitoral contra influências perniciosas causadas pelo abuso do poder econômico, corrupção ou fraude. Com a limitação ao financiamento privado de campanha, as pesquisas de intenção de voto tendem a se converter, num cenário de exiguidade de recursos, em propaganda eleitoral com não desprezível potencial para a indução de voto, inclusive capitalizando o chamado voto útil. Nessa linha, a manipulação de resultado de intenção de voto por pesquisas falsas ou adulteradas configurará inequívoca fraude no processo eleitoral.

Então, pergunto: qual é a opinião de V. Sª sobre esse cenário? Eu também indago à Drª Márcia sobre esta questão: a manipulação de resultado de intenção de voto por pesquisas falsas ou adulteradas configurará inequívoca fraude no processo eleitoral? Qual é a opinião dos senhores?

O SR. MAURO PAULINO – É, isso é crime, isso tem de ser punido se, de fato, for provado. Se em algum momento ocorrer manipulação de resultado de pesquisa, isso tem de ser denunciado e, se comprovado, é crime, o responsável tem de ser preso.

Mas, aí, eu aproveito para ressaltar algo que acho muito importante. Acho que a gente não pode definir a legislação ou definir qualquer tipo de orientação se baseando nos maus, pela regra dos maus, pela regra dos que podem manipular. Como foi dito aqui várias vezes, os grandes institutos têm credibilidade, nós trabalhamos seriamente, só que, quando se cria uma lei baseada na possibilidade de fraude, na possibilidade de manipulação, nós também temos que responder ao rigor dessa lei, e isso acaba interferindo na liberdade de informação. Então, se a gente aumenta, por exemplo, o período de proibição, aqueles que agem bem vão ter de cumprir isso também.

E eu quero louvar aqui o jornal *O Estado de S. Paulo,* o jornal *Folha de S. Paulo* e a TV Globo, que são os veículos que bancam, mesmo com toda a crise na imprensa, na imprensa escrita, mesmo com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

todas as dificuldades econômicas, bancam a realização de pesquisas nacionais do início ao fim do processo eleitoral, mostrando que dão importância a essa informação, dão importância à opinião pública.

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – A questão da fraude é prevista em lei mesmo, na própria legislação está escrito que é crime e tem de ser punido.

É comum, como o Prof. Luiz Carlos da Rocha mencionou, em cidades pequenas, a invenção de pesquisas atribuídas ao Ibope. Por exemplo, panfletam numa cidade o suposto resultado de pesquisa do Ibope, sendo que o Ibope não fez a pesquisa. Então, todas as vezes a gente tem de informar o TRE de que o Ibope não realizou aquela pesquisa, informar a imprensa local de que o Ibope não realizou aquela pesquisa. Alguém lá daquela cidade pega, copia do *site* do Ibope e coloca como se fosse uma pesquisa feita pelo Ibope. Então, a gente tem que se defender, porque o nosso nome também é usado em falcatruas desse tipo. Em cidades muito pequenas, é difícil gente fazer pesquisa. Então, alguém vai lá e coloca. Agora, o eleitor não é bobo. Toda vez que acontece isso, como é que fico sabendo? Não tenho um bando de gente fiscalizando todas as cidades. Como é que eu fico sabendo? O eleitor liga. O eleitor pega o telefone, liga para o Ibope e diz: "Há uma pesquisa aqui cujo resultado estou achando meio estranho. Queria confirmar se o Ibope fez essa pesquisa". Aí a gente descobre que há uma fraude lá e que estou usando o nome do Ibope indevidamente. Então, o eleitor também...

Outra questão que o senhor está falando é sobre a manipulação. Eu pessoalmente fico muito brava quando vejo pesquisa sendo divulgada no horário eleitoral gratuito, na televisão, na campanha dos candidatos. Saiu a pesquisa na TV Globo, no jornal, na *Folha*, no *Estadão*, aí o candidato pega a pesquisa e põe no seu programa eleitoral. De uma pesquisa para outra ele cresceu um ponto, mas pelo gráfico mostrado no horário eleitoral parece que ele cresceu 30 pontos, a curva do gráfico faz assim. Isso também é um jeito de manipular a opinião pública. É um jeito que se usa nas campanhas políticas para fraudar, porque a mudança foi de um ponto percentual e, na hora que você assiste ao horário eleitoral, você diz: como assim? Parece que o gráfico vai sair da televisão de tão grande que é o crescimento. (*Risos.*)

Então, acho que há uma série de coisas... Por exemplo, para a divulgação da pesquisa no horário eleitoral não há nenhuma regra na legislação. Cada candidato usa a pesquisa que está pública lá no *Estadão,* na *Folha.* Saiu na televisão, então ele põe lá no seu programa eleitoral. Isso com o objetivo de manipular, mostrando um crescimento, uma variação, que estatisticamente não é significativa, de um ponto percentual. Na hora que ele mostra, parece que ele cresceu um monte de uma pesquisa para outra.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – E essa sugestão do Prof. Ricardo de que as pesquisas eleitorais para divulgação devem ser contratadas apenas pelos jornais, rádios e TVs? O que o Dr. Antônio, do Serpes, o Ibope e a Datafolha acham dessa sugestão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – A maioria delas já é contratada com fins de divulgação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas aqui ele coloca que 100% não mais poderão ser feitas, por exemplo, no meu caso lá do Tocantins, através de uma associação comercial, a Acipa, e sim teria que ser tão somente por jornais, rádios e TVs.

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – É, por exemplo, o Ibope tem um contrato com a CNI (Confederação Nacional da Indústria) desde 1990, e eles divulgam regularmente dentro da lei, seguindo todas as regras. Não vejo por que limitar a atuação de confederações ou de associações.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Então, essa sugestão aqui a senhora não acataria. A princípio, não?

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – E o Dr. Paulino?

O SR. MAURO PAULINO – A Datafolha já atua dessa forma desde a sua fundação. A Datafolha não faz pesquisas para partidos políticos, para candidatos e para...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Associações.

O SR. MAURO PAULINO – Para associações, sim. Não para empresas do campo econômico: financeiras, bancos. Não faz até por conta daquilo que a Márcia falou, por ter informação privilegiada, informação que vai sair depois e, com isso, consegue especular no mercado financeiro.

Então, ela já atua dessa forma. Agora, não acho que isso seja um fator para determinar se o instituto é bom ou ruim. O Ibope, por exemplo, faz para todos. Não faz para um determinado, mas faz para todos, e essa também é uma forma de atuação. É uma escolha de cada instituto. É uma liberdade que a gente tem, empresarial, de atuar no mercado.

Só para completar, sempre que a gente divulga uma pesquisa, a gente está expondo também a nossa imagem. A Márcia já falou isso. Quando nós somos criticados, quando aparentemente mostramos um erro, a gente sofre consequências no mercado. No Datafolha, por exemplo, hoje 90% do faturamento do Datafolha são para outras empresas que não o Grupo Folha-UOL. Nós atendemos todas as grandes empresas do País. Se a nossa imagem não estiver boa, o nosso desempenho econômico, o nosso desempenho no mercado vai ser ruim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O negócio vai mal.

O SR. MAURO PAULINO – Vai mal, claro.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O que o senhor diz, Dr. Antônio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ANTÔNIO LORENZO MARTINEZ – Eu penso no seguinte: em Goiás, em Tocantins, as cidades, a maior parte dos Municípios tem abaixo até de dez mil eleitores. Nesses Municípios não há meio de comunicação nenhum que se possa contratar. Se temos um eleitorado de dez mil, qual é o meio de comunicação de que ele vai se servir para divulgar a sua pesquisa? Nenhum. Então, é conveniente, sim, que a imprensa que divulga se envolva, mas não a ponto de exigir que só sejam as empresas contratadas por eles.

Em Goiás, temos a seguinte prática: as pesquisas do Serpes somente são divulgadas pelo jornal *O Popular*. Eles não contratam pesquisas que eles não queiram divulgar no jornal *O Popular*. Mas isso é o meu instituto; os outros, não. Não têm porque seguir. E o jornal *O Popular* só aceita pesquisas contratadas por empresas firmes. Aliás, não empresas firmes; empresas que tenham todos os lados, isto é, um sindicato que seja de A, de B, de C; uma associação de lojistas, de clubes lojistas, que tem partidários de A, de B, de C; um clube maçom, uma loja maçônica que tem gente de todos os lados. Só aceita divulgar se for nesse caso.

Então, para mim, isto é, para o Serpes, essa coisa está resolvida. Não há problema nenhum. Mas para muitos institutos isso é a morte. Mata eles, se tiverem que ter um contrato com uma empresa de comunicação.

Então, para mim, o problema é mais na credibilidade da pesquisa que na do comunicador.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Entendo.

Dr. Luiz, o que o senhor tem a dizer sobre essa sugestão do Prof. Ricardo?

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – O TSE exige que na divulgação se informe quem pagou pela pesquisa. Não se pode publicar sem essa informação. Então, se um político contrata uma pesquisa e depois se aproxima de um meio de comunicação para divulgar a pesquisa porque ele está em primeiro lugar, vai ter que dizer quem pagou.

É claro que pode haver várias mudanças nessa situação, mas acho que não há como impedir isso, porque aí vai depender da credibilidade do meio de comunicação. Como um Município pequeno vai fazer para divulgar para a população? Vai ter de haver alguma forma de... E é obrigado a dizer quem pagou.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Entendi.

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – Acho um pouco forte essa sugestão do...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Do Prof. Ricardo.

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – ...Professor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Indo para o nosso Tocantins, Dr. Antônio Martinez, do Serpes, em epígrafe há o caso de 2014 desses dois candidatos ao Senado, em que, uma semana antes, o Ibope declarou que havia uma diferença entre os dois candidatos de 23 pontos percentuais. O Serpes, melhor dizendo, publicou sua pesquisa dando esta diferença entre o candidato A e o candidato B de 23% uma semana antes da eleição. Não sei se o senhor se lembra disso. O que o senhor pode me dizer sobre esse fato, em especial?

O SR. ANTÔNIO LORENZO MARTINEZ – Vamos lá! Lembra-se de qual foi o resultado para Governador?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não, não me lembro.

O SR. ANTÔNIO LORENZO MARTINEZ – Eu tenho de me lembrar agora.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas é pequeno. O resultado foi...

O SR. ANTÔNIO LORENZO MARTINEZ – Foi dentro das margens de erro, se houve erro, porque acredito que não houve.

Então, é o seguinte: eleição para Senador, eleição para Deputado Federal ou Estadual – é pior ainda –, eleição para Vereador...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Aproxime só mais um pouquinho, porque está registrado ali, por favor.

O SR. ANTÔNIO LORENZO MARTINEZ – Exatamente. Obrigado.

Na eleição para esses outros cargos eletivos, que não seja para Governador ou para Presidente, somando os nulos e em branco, os indecisos e as abstenções, provavelmente, chegou-se a 40%, ou seja, 40% do eleitorado ou se abstiveram ou deram voto nulo ou estavam indecisos à véspera, na época. Agora, com 40% do eleitorado, que você não tem como aferir, qualquer resultado é possível. Eu não estranho isso. Agora, não é para Governador. A quantidade de indecisos para Governador é sempre muito menor.

Então, você tem de levantar hipóteses se o número dos indecisos se distribuiu proporcionalmente. As hipóteses nem sempre se cumprem. Aliás, é uma hipótese muito malfeita, mas, talvez, seja a melhor hipótese. Agora, para Senador e para esses outros cargos, não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Dr. Luiz, o senhor é doutor em estatística. Nesse caso em epígrafe, de que estamos falando aqui, de 2014, uma semana antes da eleição, sem nenhum fato grave, como é sabido aqui por nós, houve essa diferença de 23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

pontos percentuais e, quando saiu o resultado, o candidato A ganhou do candidato B com uma diferença de menos de 1%.

O que o senhor poderia, como estatístico, falar para nós? O que o senhor acha que aconteceu?

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – Antes de responder, eu vou comentar que nesses levantamentos que nós temos feito no Conselho Federal de Estatística, desde 2012, um pouco antes, mas não estava formalizado, eu já encontrei diferenças grandes assim até nas grandes empresas. Então, é o momento que a gente fica... Provavelmente, com essa mudança... Hoje em dia, pela questão da rede, das mudanças, daquelas entrevistas de última hora, pode ter acontecido alguma mudança no comportamento do eleitor. Mas também tem a possibilidade de que naquela tentativa de se aproximar do modelo estatístico, a seleção daquela mostra pode não ter sido boa, não ter tido sucesso. O risco pode ter ocorrido ali.

Eu estou comentando isso porque não trouxe esses resultados, embora eu os tenha guardado aqui, mas é um fato que eu já constatei. Agora, a razão é difícil dizer de que lado está. Por exemplo, em alguns casos ficava notório que o eleitor tinha mudado na véspera, não estou falando numa semana. Houve mudança. E já houve erro de 20%, 15%, na véspera do pleito, nesse levantamento que eu fiz.

Eu apostaria que tem a combinação das duas coisas. Uma amostra que bateu em áreas que tinham alguma concentração de eleitores, alguma coisa assim, e também alguma mudança. Então, é difícil separar, é muito difícil separar. Mas não é difícil de constatar um fato de acontecer isso. É raro, mas eu já constatei, de 2012 para cá, umas quatro ou cinco vezes ocorrências assim de surpreender.

Aliás, os próprios institutos sérios às vezes comentam e pedem desculpas pela margem tão grande. Eu também já tive essa informação, já constatei isso. É um fato que pode acontecer. Nós estamos... (*Falha na gravação.*)

... mudanças aí que...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Drª Márcia, nesse mesmo caso de 2014, o Ibope também errou em torno de 21%. O candidato A estava com 43%, segundo o Ibope, e o candidato B estava me parece que com 21% ou 22%. Aí saiu o resultado, repito, sem nenhum fato novo, e o Ibope, então... E sai o resultado com o primeiro candidato sendo eleito com menos de 1%.

Eu tenho certeza de que a senhora lembra deste caso, não é?

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Não; lembro!

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Está até na tela.

O que a senhora poderia nos falar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu estou puxando esse caso mais paroquial, mais doméstico, que é a coisa mais concreta que eu tenho em mãos, mas é claro que, diante desses 27 projetos aqui na Casa, eu percebo que os meus colegas Senadoras e Senadores discutem aqui no dia a dia sobre o problema dos institutos de pesquisa. E o Vox Populi está envolvido agora nessa operação da delação do Bené aqui de Brasília.

O que a senhora me diz sobre esse erro? O que aconteceu, em 2014, com essa diferença tão enorme? Como já foi dito aqui, quando o Ibope fala – com toda vênia e com todo respeito ao Datafolha, ao Serpes e a outros –, o povo brasileiro fala: "Poxa, aí não, aí está a verdade, aí não há dúvida. De repente, o Datafolha pode variar um pouquinho e tal, mas o Ibope, não." Isso é na cabeça do povo brasileiro, mas eu tenho esse sentimento também. Por que aconteceu isso em 2014?

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Primeiro, porque a pesquisa não é infalível. Cem pesquisas que forem feitas vão ter uma precisão boa e cinco podem ficar totalmente fora e com margens até grandes, por n razões. Uma é a mudança do processo de voto do eleitor.

Não foi desculpa, foi uma constatação de que, numa semana antes, havia 20% dos eleitores de Tocantins sem saber em quem votar. Nesses 20%, quando a gente analisou, o que a gente viu? Que o segundo candidato, que ficou em segundo lugar com um ponto a menos, cresceu muito nessa última semana. Então, foi uma decisão que se deu ali. Se a pesquisa não vai ali até o último dia, não pega. E não dá para pegar uma pesquisa de uma semana antes, dez dias antes, quinze dias antes e falar que a pesquisa errou, porque o processo decisório do eleitor se dá até o momento em que ele entra na urna e aperta o botão confirma. Então, nisso ele está conversando com as pessoas, está vendo rede social, está vendo jornal, está conversando. Ele não assistiu ao último debate, mas pergunta para os seus familiares e colegas do seu convívio: "O que você achou? Como é que foi?" Então, é um processo decisório.

Então, há questões técnicas, como o Prof. Luiz Carlos estava falando. Por exemplo, o tamanho da amostra pode ter um efeito, ou a amostra, por um azar, não foi bem selecionada, juntamente com o processo subjetivo, que é medir a opinião das pessoas. Quando a gente entrevista uma pessoa, eu não peço para ela assinar um papel falando assim: agora você não muda mais de opinião. Porque você falou para mim isso, agora você não pode mais mudar. Ela muda na hora que ela quiser, inclusive dentro da cabine. Então, é um processo muito dinâmico.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas a senhora acha que o Ibope errou, em 2014, com relação a esse caso? A senhora acha que errou?

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Não houve um bom resultado. O que a gente disse é que, se a gente considerar o critério que o professor mostrou aqui para a gente na colocação e como ele fez a sugestão, o Ibope acertou. Não foi preciso no número quantitativo, mas a gente falou: a Senadora Kátia Abreu vai ser reeleita, e foi. E o segundo colocado cresceu mais. Então, no quantitativo, houve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma diferença, mas não houve inversão de resultado, não houve informação falando que um iria ganhar e não ganhou. Não foi preciso o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Como empresário, se eu fosse dono de um instituto de pesquisa, um resultado desse não me traria prejuízo de credibilidade?

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Claro que traz! E a gente tem que lidar com isso todo dia. Claro que traz. E é pior ainda porque, como a gente atua no Brasil inteiro, o senhor vai saber, com certeza, em todas as eleições, todos os números de Tocantins.

Eu não; eu tenho que consultar. Por quê? Porque eu estou fazendo no Brasil inteiro; eu estou fazendo Presidente, estou fazendo Senador nos 27 Estados. Então, em alguns Estados, os resultados podem ter ficado melhores; em outros, podem ter ficado piores.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O Ibope foi questionado nessa época? Eu não tenho informação...

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Não me lembro de Tocantins... Não me lembro de Tocantins de nada específico; mas, toda vez que o resultado fica muito distante – não vou falar nem de margem de erro – do resultado observado, o Ibope se posiciona. Faz um posicionamento ou pedindo desculpas pelo número ter ficado tão diferente...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Nesse caso, não se posicionou... Não me lembro.

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – ... ou explicando... Então, posso checar, não tenho de cabeça aqui... Mas explicando tecnicamente que o número de indecisos era muito grande na época, e os indecisos podem ter se direcionado principalmente para o segundo candidato e não para o primeiro... Então, alguma explicação a gente tenta estudar, tenta entender o fenômeno que aconteceu, até para as próximas eleições. O nosso objetivo é sempre melhorar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O professor de estatística colocou muito claramente, o Dr. Luiz, que há duas situações aí a serem analisadas. Para uma delas o senhor, inclusive, coloca que, salvo melhor juízo meu, falta explicação melhor, não é, Dr. Luiz, nesse caso aqui praticamente idêntico: o Serpes errou com 23%, e o Ibope errou com 21%. O que o senhor... Novamente voltando nesse assunto...

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – Com uma semana, então, a situação é um pouco mais difícil, não é? Quando acontece na véspera, a gente fica ainda muito surpreso e sem entender. Já aconteceu até mudança de ordem no passado, em 2014 talvez. Com uma semana, é difícil saber se houve uma amostra mal localizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Se esses 20% de indecisos migraram todos, não é?

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – É... Não se tem essa constatação. Só se fizer uma pesquisa voltando lá para saber quem votou em quem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – E os números não mentem; os números não mentem. Os homens que gostam de mentir...

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – A opinião é um negócio muito... A pessoa, quando dá opinião, às vezes não está ligada na política. Uma semana antes, pode acontecer de ela estar ouvindo as coisas, mas não estar ainda decidida. Não decidiu. Então, quando começa a chegar perto, ela se posiciona. Mesmo assim, os estudos erram na véspera, às vezes com erros grandes. Isso faz parte da natureza do trabalho; é o risco que a gente tem que correr, é um risco de que se tem consciência de que pode acontecer. Acontece pouco, mas não há como evitar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu vou permanecer mais um minutinhos aqui no meu caso doméstico. Claro que eu não ia deixar de tocar no meu caso doméstico.

Drª Márcia, a Associação Comercial e Industrial de Palmas (Acipa) contratou, agora recentemente – parece-me que há 15, 20 dias –, uma pesquisa do Ibope. A senhora tem conhecimento dessa pesquisa que foi feita lá?

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Tem.

Quem da associação procurou o Ibope? A senhora sabe me dizer quem foi da Associação Comercial que contratou a empresa Ibope?

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Não, porque não fui eu que atendi – há uma equipe. O Ibope tem 200 funcionários. Provavelmente foi algum dos diretores de atendimento que atendeu esse cliente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Geralmente é um diretor que atende?

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Diretor. São vários diretores?

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – São vários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – A senhora poderia me dizer o nome deles?

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Posso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Por favor.

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Rosi Rosendo, que é Diretora de Contas na área de opinião pública; Patricia Pavanelli, Diretora de Contas na área de opinião pública; Julio Calil, Gerente de Atendimento, Diretor de Contas na área de opinião pública; Helena Soares, Diretora de Atendimento na área de consumo e serviços; Laure Castelnau, Diretora da parte de pesquisa web; Claudia Fernandez, Diretora de Operações; Cristiano Varjão, Diretor Financeiro; Bernardo Canedo. Há vários diretores.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Correto. Mas o Comercial, o que mexe realmente, o que vende o produto mesmo, o Diretor Comercial...

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Sim, Patricia Pavanelli, Rosi Rosendo, Julio Calil, Helena Soares.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O.k.

A senhora tem informação de quanto custou essa pesquisa?

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Não tenho, mas imagino... Eu não acompanhei essa pesquisa de perto. Não sei quantas entrevistas foram feitas nem o tamanho do questionário, o que normalmente baseia o preço da pesquisa – quantas entrevistas e o tamanho do questionário.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Parece-me que foram 2 mil entrevistados para governo de Estado e Senado Federal. A senhora tem uma noção de preço de uma pesquisa de uma pesquisa dessas?

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Uma pesquisa dessas deve custar R$80 mil, R$90 mil. Não. Deixe-me ver. Dois mil entrevistados que o senhor está falando?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sim.

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Não, mais caro. Se são 2 mil, é mais caro: R$180 mil, por aí.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Cento e oitenta mil.

Nessa pesquisa – não sei se a senhora tem este resultado –, aparece a minha querida amiga Senadora Kátia Abreu com 27% – Dr. Luiz, veja esse número, por favor –, o que não é de se estranhar, apesar da situação atual – não é de se estranhar. Até parabenizo a minha querida amiga Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Kátia Abreu. Parece-me que ela tem uma amizade com o ex-Presidente Montenegro, não tem? Ela tem um relacionamento bom, não é?

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Não. Que eu saiba, não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não, não?

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Então, não estranho os 27% da Senadora, mas me causa uma extrema estranheza o prefeito da capital, um colombiano que também é amigo, porém literalmente desconhecido no nosso grande Estado do Tocantins, que é um Estado praticamente continental, com quase 300 mil quilômetros quadrados de terra – para nos deslocarmos para o sudeste, o sul e Bico, percorremos em torno de 800 quilômetros... Ele é extremamente desconhecido e tem como secretário o ex-Presidente afastado dessa associação, a Acipa, a qual contratou o Ibope para fazer essa pesquisa. Esse moço, extremamente desconhecido, aparece em segundo lugar, com 23% ou 25%, e o Governador atual, com seus problemas jurídicos, mas no seu terceiro mandato, aparece com 6% na pesquisa, que é um rival conhecido pelos dois candidatos que estão à frente. Eu apareço com 6% e estou satisfeito e feliz com 6%. Falo isso de coração. Estou satisfeito.

O SR. MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Dobrou na eleição passada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Dobrou.

O SR. MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Dobrou, porque teve 3 na passada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Lá nós tivemos um problema gravíssimo, porque eu medi a minha pesquisa, porque eu botei o meu nome, porque eu sou um executivo e não quero nada com o Senado. Lá eu estava com 14, 15. De repente, começou colocar as pesquisas, e eu fui desabando no dia a dia e acabei fechando com 3,49. Então, a pesquisa no Tocantins determina, lamentavelmente, o resultado das eleições.

Pois bem. Então, a minha pergunta é, Drª Márcia: explique-me, se possível for, como esse candidato desconhecido conseguiu ganhar do Governador Marcelo Miranda, com essa diferença de 23%, e o Marcelo com 11, alguma coisa assim – 11 não; 5. Como?

O SR. MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Como o senhor sabe esse resultado?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Foi divulgado, foi divulgado, foi registrado. Registrado não. Perdão.

O SR. MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Não foi registrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Foi divulgado pelos nossos jornais, pela imprensa, pela mídia, Ibope.

O SR. MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Porque a pesquisa não foi registrada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas foi ibope.

O SR. MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Sim, eu sei. Fizeram uma pesquisa. Eu não sei o que o senhor quer? O senhor está duvidando do quê? Da idoneidade da pesquisa?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sim, sim. Eu estou fazendo essa pergunta à senhora.

O SR. MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Então, eu convido o senhor a visitar o Ibope, olhar questionário por questionário feito, resposta por resposta de cada entrevistado. Aceita o desafio?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas é claro que eu aceito. Vai ser um prazer.

O SR. MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Então, vamos já para São Paulo. Mando o banco de dados para o senhor. O senhor pode ver lá, falar com os entrevistadores, porque o senhor não tem razão nenhuma para duvidar da idoneidade do Ibope. O senhor está acabando de falar que a pesquisa influencia e está falando que o Ibope errou em 2014. Ou erra ou influencia. Não dá para ser as duas coisas ao mesmo tempo. Ou o Ibope erra ou influencia. Se influencia, vai dar o resultado da pesquisa. Se erra, não vai dar o resultado da pesquisa. Não dá para ser as duas coisas ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Essas palavras que estou colocando aqui, Dr. Luiz, são palavras verdadeiras. Uma pesquisa como essa, desse candidato – eu nem estou me questionando ao primeiro lugar, não estou questionando –, causou, literalmente, no Tocantins – hoje aqui deviam estar todos do Tocantins – uma estranheza enorme com esse resultado do segundo, uma estranheza enorme.

O senhor pode manifestar alguma coisa sobre o que eu disse aqui?

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – Difícil. Eu teria... Essa explicação está no ambiente político, está na avaliação. Às vezes, um político desconhecido pode receber votos de uma insatisfação que possa existir. Eu acho que é motivo de estranheza. E, sendo motivo de estranheza, eu acho que poderia confirmar isso. Agora fica a situação, porque, se influencia, no próximo passo, provavelmente, isso vai se confirmar. Se foi um erro, as coisas vão se inverter.

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES (*Fora do microfone.*) – Mas como vai saber se foi um erro ou não? Vai conferir com o quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LUIZ CARLOS DA ROCHA – A mesma estranheza do primeiro resultado pode ser capaz de existir por parte do político que vai cair, de estranheza.

Pode contratar outra pesquisa, pode fazer uma... Aceitar um convite da Drª Cavallari ...

É difícil, é difícil saber. A gente se surpreende com essa questão da pesquisa. Não posso lhe dizer. O senhor, conhecendo o ambiente político, com certeza, a sua estranheza é muito maior do que a minha.

De qualquer maneira, eu acho que nós temos que dar mais um passo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Perfeito.

E essa associação, Drª Márcia, não tem condições nenhuma de pagar uma pesquisa dessa. Eu conheço a situação econômica e financeira desta associação.

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES (*Fora do microfone.*) – Bom, ele que fatura contra ela e ela pagou diretamente, da conta dela para a conta do Ibope.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – A senhora poderia fazer um compromisso comigo – é claro que aí há a particularidade do negócio e do sigilo – de me mandar esses dados sobre essa pesquisa? A senhora poderia me enviar?

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES (*Fora do microfone.*) – Claro, sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu passo o meu e-mail para a senhora e a senhora me passa?

Pois bem.

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Passo a pesquisa completa.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não me leve a mal, Drª Márcia, por eu trazer à tona aqui essa situação.

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – É uma hipótese que o senhor tem de que ele é desconhecido, mas ele é prefeito de Palmas. Palmas tem um peso grande no conjunto do eleitorado do Estado.

Não sei, não sei dizer se as avaliações, se as obras, se a maneira com que ele está administrando a capital está repercutindo para fora. Também não tenho informações sobre isso. O que eu sei é que a gente fez uma amostra que representa o Estado, como um todo. Fizemos um questionário sem nenhum tipo de viés e o resultado é o que veio dos entrevistados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu vim da roça, eu vim do cabo da enxada, Dr. Luiz, e o meu pai dizia o seguinte: só quem sabe o calor da panela é a colher que está lá dentro mexendo.

Então, ali a gente conhece, realmente, o que está acontecendo hoje no Estado de Tocantins.

Mas esse caso, realmente, foi surpreendente, mexeu com toda a classe política do Estado, do vereador ao governador e até mesmo o Tribunal Regional Eleitoral, o Tribunal de Justiça, então, isso está um alvoroço em nosso Estado, esse resultado, porque, de fato, esse segundo colocado é realmente uma pessoa extremamente polêmica e desconhecida. E, de repente...

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Também era desconhecido quando se elegeu prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas ali é um caso mais doméstico, quando a gente fala em um Estado daquele tamanho, estatisticamente, eu volto a repetir, não sou estatístico, mas sou contador e contador gosta de número e conhece um pouco de número, então, é muito surpreendente. Espero que eu esteja errado e que a classe política tocantinense esteja errada com relação a esta pesquisa, porque a gente tem um respeito muito grande por este instituto, o Ibope, muito grande. E nós não podemos deixar e estamos vivendo em um novo País, eu acho que agora é a hora de a gente ver as nossas correções.

O Dr. Antônio colocou, com muita clareza, vamos ver aonde é que nós estamos acertando para a gente continuar acertando mais e a gente fazer as nossas correções. Eu acho que o momento é muito oportuno. Eu vou procurar imediatamente os nossos colegas aqui, e vamos fazer uma boa proposição legislativa para darmos mais segurança jurídica aos nossos institutos de pesquisa. Isso é importantíssimo para o povo brasileiro. E é um dever desta Casa fazer.

Então, a senhora me manda esse banco de dados, por favor.

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Eu vou verificar se o cliente realmente divulgou a pesquisa, porque eu não tenho conhecimento. E, se foi divulgada, toda pesquisa divulgada é imediatamente colocada no *site* do Ibope, para que fique transparente, independentemente de quem contratou.

Continuando aqui a questão perguntada por alguém sobre microdados, também gostaria de informar que, na Unicamp, há o Centro de Estudos de Opinião Pública, em que os institutos que divulgam pesquisa, o Ibope, a DataFolha, disponibilizam todos os microdados de todas as suas pesquisas divulgadas. Estão lá no Cesop. Então, lá é um banco de dados gigantesco para quem quiser trabalhar sobre os dados das pesquisas divulgadas pelos institutos de pesquisas grandes, que entregam e participam do Cesop, que é uma entidade administrada por três entidades, empresas de pesquisa, professores da Unicamp e professores extramuros, de fora da Unicamp.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, é um material rico para ser avaliado e ser trabalhado em teses de doutorado, mestrado. Então, esses microdados já são disponibilizados automaticamente.

Para esse rapaz aqui, como eu respondo para ele? Ele tem um *e-mail*?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não, pode responder ao vivo. Ele deve estar nos assistindo agora.

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Eu acho que ele entendeu mal. Nem sei o que ele quer dizer com pesquisa clone. É claro que pesquisa clone não é eticamente aceitável. Dei um exemplo que eu acho que ele não entendeu bem, de dois institutos. Um, registrando para divulgar; e outro, sendo contratado sem divulgação. Só que, daí, sendo entregues os resultados próximos, se os dois institutos estão medindo o mesmo fenômeno, os resultados devem ser similares.

Está aí no nosso *site* já, né? O senhor está vendo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Aqui, na verdade, nem aparece o nome do Governador Marcelo Miranda.

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Posso ver?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Claro.

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES (*Fora do microfone.*) – É porque devem ser várias simulações diferentes.

Aqui o senhor está com 5%; aí, 27%, 23%... Aqui está o Marcelo Miranda. São simulações diferentes.

Aqui é um cenário em que a Senadora Kátia Abreu não concorreria ao Governo, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Aí, entra o outro candidato.

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – E o outro fica na frente.

E aqui são Senadores.

Então, já está no nosso *site*. Toda pesquisa que o Ibope divulga, nós já disponibilizamos. Agora, se o senhor tem dúvida, eu convido o senhor a ir ao Ibope ver o banco de dados.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não. A senhora me disse que consegue me enviar o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – O relatório, eu consigo mandar. O relatório, inclusive, deve estar aqui. Quer ver? Deixe-me ver se está aqui. Mas eu posso mandar para o *e-mail* do senhor diretamente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – E eu estou passando.

A senhora não tem a obrigação de fazer o compromisso comigo. Mas, se a senhora fizer, eu agradeço.

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Eu não tenho nada a esconder. Imagina!

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Se a senhora fizer, eu agradeço.

Poderia declinar o nome desse diretor que atendeu esse presidente dessa associação que contratou o Ibope.

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Está bom. Eu vejo qual foi.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – A senhora tem condições de me mandar o nome do diretor que atendeu?

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Sim, eu vejo quem foi, para saber com quem ele falou. É isso que o senhor quer saber?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Uhum, uhum.

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Eu posso falar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – E quanto ao valor? Estou indo um pouco mais além: o valor também a senhora poderia me contar quanto custou essa pesquisa?

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Posso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pode? Ótimo!

A SRª MÁRCIA CAVALLARI NUNES – Posso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Aqui está o meu *e-mail*. A senhora, por favor, então...

Eu agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agradeço a presença do Dr. Luiz, a presença do Dr. Antônio, muito simpático, meu querido goiano. Sou goiano do pé rachado. É o filho, não é?

O SR. ANTÔNIO LORENZO MARTINEZ – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Essa empresa Serpes é uma empresa de longuíssima data, que tem prestado um bom serviço – um bom serviço. Só me assusto com esses 23% de 2014. Isso me assustou.

Eu espero que doravante nós acertemos mais e erremos menos, não é, Dr. Luiz, porque os números, os danados dos números, repito, não mentem. Eles são precisos.

Agradeço, Dr. Paulino, essa simpatia.

O SR. MAURO PAULINO (*Fora do microfone.*) – Posso fazer uma consideração final?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sim. Sim, a consideração final.

O SR. MAURO PAULINO – Eu quero rapidamente dizer, como concorrente do Ibope, que principalmente a Márcia Cavallari é uma das pessoas mais corretas, talvez a pessoa mais correta que conheço no meio. Eu aprendi a respeitar o Ibope com a Márcia Cavallari.

Então, a equipe do Ibope, tecnicamente, é impecável, senão não estaria há 70 anos no mercado. Quero dizer isso como concorrente.

Quero falar sobre duas palavras, a primeira é "influência". Acho que "influência" é uma palavra que tem uma conotação negativa. O que a pesquisa faz, o que a pesquisa de opinião faz, o que nós buscamos fazer é passar informação.

Então, o eleitor usa essa informação da forma como bem entender e pode escolher. Assim como escolhe seus candidatos, pode escolher em qual instituto confiar. Acho que essa concorrência é que faz com que a gente evolua e crie melhores condições de dar os números, que são tão importantes, cada vez mais importantes.

E a segunda palavra é "estimativa". Com todo respeito ao Professor Luiz Carlos, nenhuma pesquisa se propõe a fazer estimativa, prognóstico. Toda pesquisa fala do passado, nenhuma pesquisa fala do futuro. Quem fala do futuro é quem faz modelos preditivos, e os modelos preditivos foram responsáveis pelos erros nos Estados Unidos. A Hillary venceu a eleição nos Estados Unidos em número de votos, ficou quatro pontos percentuais à frente do Trump, e os institutos todos mostraram isso, principalmente na reta final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O que foi errado nos Estados Unidos foram as projeções. Nate Silver, que é o principal estatístico que faz as maiores projeções nos Estados Unidos acertou muito com o Obama e errou feio com o Trump, como errou feio quando previu que o Brasil seria campeão da Copa do Mundo, quando fez as estimativas aqui, e disse que a Alemanha tinha 7% só de chance de acertar.

Então, modelos preditivos são sempre muito mais arriscados do que as pesquisas. Sempre que se diz que um instituto errou ou acertou – e a maioria das avaliações que se fazem dos institutos cometem esse erro, inclusive, a *Folha de S.Paulo,* quando faz as comparações das pesquisas de véspera com a urna, erram, porque, como mostrei aquele exemplo, algo que foi apurado entre a quinta-feira e o sábado da véspera da eleição pode e vai mudar cada vez mais, com a velocidade da troca de informações que a gente tem hoje, pode mudar até o dia da eleição.

No segundo turno, muda menos? Muda, porque os eleitores estão mais decididos, e a eleição é mais estável. Então, não há predição, não tem bola de cristal, não tem prognóstico. O que as pesquisas mostram é sempre uma foto de um momento que já passou, mesmo que esteja colado na eleição. Seria muito importante que se entendesse isso, porque muitas análises feitas aqui diziam que o instituto errou porque não previu o que ia acontecer na urna. Não é isso. Não é a isso que a gente se propõe. Cobram da gente algo que a gente não pode entregar.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O Dr. Ricardo foi muito contundente aqui nas suas poucas palavras quando falou sobre a credibilidade do Congresso Nacional, muito acertadamente sobre a credibilidade do Congresso Nacional, dos políticos e até mesmo os institutos de pesquisa. Estamos todos hoje sob suspeição da população, do povo brasileiro.

Espero que os senhores não me levem a mal se eu exagerei um pouco nas minhas perguntas, mas eu acho que realmente chegou o momento de a gente fazer essa grande avaliação, fazer as nossas correções e lutar para resgatar a nossa credibilidade, não é, Dr. Antônio? Lutar para resgatar a nossa credibilidade. O Congresso Nacional, isso aqui está no último lugar hoje em credibilidade. Agora, não é por acaso. Não é por acaso. É falha deste Congresso Nacional. É falha desse sistema político como um todo.

Agradeço à Drª Márcia pela sua exposição, também filha do Ibope, com o Dr. Paulino Filho, do Datafolha. Isso é maravilhoso. Isso prova a competência e o compromisso com a empresa. Agradeço, então, à Drª Márcia e encerro a reunião agradecendo, de coração, a todos os senhores.

Logo que formatado esse projeto, comprometo-me a enviar uma minuta à senhora, Drª Márcia, ao Dr. Paulino, ao Dr. Antônio e também ao Dr. Luiz, para suas críticas antes de a gente protocolizá-lo aqui na Casa.

Agradeço a todos.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e três minutos do dia doze de junho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e do Senador não membro, José Pimentel. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDH 53/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater: "A chacina de trabalhadores rurais ocorrida no Estado do Pará". Participantes: Rogerio Luz Moraes, Secretário Adjunto de Inteligência e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará; Carlos Bordalo, Deputado Estadual, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Pará; Osmar Prado, Ator - Representante do Movimento Humanos Direitos - MHuD; Padre Ricardo Rezende Figueira, Representante do Grupo de Pesquisa sobre Trabalho Escravo Contemporâneo - GPTEC; José Líbio de Moraes Matos, Ouvidor Agrário Nacional Substituto do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; Astério Pereira dos Santos, Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça; Thaisa Oliveira, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP; Jose Araujo de Brito Neto, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PA; Juliana Oliveira, Defensora Pública do Estado do Pará; Vera Paoloni, Secretária de Comunicação da Central Única dos Trabalhadores do Pará; Carmen Helena Ferreira Foro, Vice-Presidente da CUT NACIONAL; e Luismar Ribeiro Pinto, Representante da Comissão Pastoral da Terra - CPT. O Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Kum´tum Akroá-Gamella, Representante do povo Akroá-Gamella do Maranhão - Obs: no mês de abril o povo gamela sofreu um ataque que resultou em muitos feridos, inclusive índios com a mão decepada; Waldemir Soares Junior, Advogado da CSP Conlutas; Mozarte Simões, Representante da FASUBRA sindical; Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho da CUT-Nacional. O Senhor Presidente eventual faz os seguintes encaminhamentos: 1) solicitar a imediata proteção de testemunhas e sobreviventes da chacina do Pará; 2) solicitar ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará que dê celeridade ao inquérito; 3) apoiar o Projeto de autoria do Senador Paulo Rocha, PLS nº 166, de 2017, que altera o Código de Processo Civil, para estabelecer que o Ministério Público acompanhará as medidas de remoção de famílias nos litígios coletivos pela posse de terra; 4) apoiar a ampliação do projeto para que seja incluído também o acompanhamento das medidas de remoção por parte da Defensoria Pública; 5) oficiar o Presidente do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) para que sejam tomadas as providências necessárias a fim de fazer valer a normativa do Conselho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

determina o cancelamento de registros de terra do Estado do Pará considerados irregulares; 6) oficiar a Polícia Federal para abrir investigação acerca do arco de violência rural, bem como a intensificação da fiscalização das empresas de segurança privada nos Estados do Pará, Rondônia e Mato Grosso; 7) apoiar a criação de uma Ouvidoria Agrária Nacional independente; 8) realizar reunião multidisciplinar interna com a finalidade de apontar as causas e as soluções deste conflito agrário e outros nos estados da Região Norte; 9) oficiar o Procurador-Geral da República para que solicite a federalização do caso na esfera judicial, a exemplo do que ocorreu com a investigação, como efeito da atuação do Ministério Público Federal e em razão de pedido do próprio Ministério Público Estadual; 10) denunciar a violência agrária e o assassinato de lideranças e trabalhadores rurais, junto a organizações internacionais, como Organização dos Estados Americanos - OEA, Organização Internacional do Trabalho - OIT e Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH; 11) fazer gestões e cobrar medidas para acelerar a reforma agrária; 12) exigir o retorno do Ministério da Reforma Agrária e do Ministério da Previdência, essenciais para o desenvolvimento do campo brasileiro, mas hoje pulverizados e diluídos em outros; 13) apoiar a instituição de uma CPI para a investigação de conflitos e crimes no campo; 14) oficiar à Funai para que informe quais as pendências para a demarcação das terras da etnia Gamella, no Maranhão e fazer gestões para sua agilização; 15) oficiar ao Incra para que informe quais as pendências para a titulação das terras dos quilombolas do Maranhão e fazer gestões para sua agilização; 16) oficiar o Governador do Estado do Pará para que assegure o cumprimento da Lei Estadual do Pará nº 8.444/2016, com a implementação do Programa Estadual de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos e a estruturação regionalizada e não apenas em Belém. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e José Pimentel. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e dois minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim
Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/06/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia treze de julho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador José Medeiros, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Paulo Paim e Regina Sousa. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Ângela Portela, Fátima Bezerra, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 63/2017, de autoria do Senador José Medeiros. Finalidade: Debater sobre: "o desabastecimento de penicilina no Sistema Único de Saúde (SUS)". Participantes: Patrícia Castilho, Representante da Gerência Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos da ANVISA; Pedro Bernardo, Representante da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa - INTERFARMA; Arthur Covacevick, Representante da Empresa Nord Regulatorial. Lorena Brito Evangelista, Coordenadora Geral de Assistência Farmacêutica e Medicamentos Estratégicos do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e três minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador José Medeiros

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/07/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 49ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e onze minutos do dia hum de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, José Medeiros, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros, José Pimentel, Pedro Chaves e Jorge Viana. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 3/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "As reformas previdenciárias e trabalhistas", com foco nas aposentadorias especiais. Participantes: Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB; José Maria Soares, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais; Eduardo Annunciato, Representante da Força Sindical; Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT; Rodrigo Pereira de Paula, Coordenador da Secretaria de Assuntos Institucionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - CONTEE; Ubiratan Gonçalves Correia, Secretário Geral da Federação Nacional de Radiologia; Rosana Colen Moreno, Representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST; Selene Michelin, Secretária Executiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE – da pasta de aposentados e assuntos previdenciários; Valeir Ertle, Representante da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Valcir dos Santos Bezerra, Presidente do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 1ª Região; Marcelo Borsio, Representante da Federação Nacional dos Delegados da Polícia Federal e Associação dos Delegados da Polícia Federal - FENADEPOL/ADPF; Beatriz da Silva Cerqueira, Coordenadora Geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - Sind-UTE/MG; Paulo César Andrade Almeida, Coordenador-Geral de Política de Seguro Contra Acidentes do Trabalho - representante da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda; Leonardo da Silva Motta, Coordenador-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal - representante da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda; André Luiz Gutierrez, Presidente Interino da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis; Luís Antônio de Araújo Boudens, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais - FENAPEF; Marcelo de Azevedo, Representante da FENAPRF – Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais; Anjuli Tostes Faria, Representante da Intersindical; e Flávio Werneck Meneguelli, Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra e os Senadores Paulo Paim, José Medeiros e Hélio José. Resultado: Audiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e quatro minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e dois minutos do dia sete de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, José Medeiros, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 3/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "As reformas previdenciária e trabalhista", com foco nas contribuições e na gestão. Participantes: Marília Vieira Machado da Cunha Castro, Representante do Instituto Brasileiro de Atuária - IBA; Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT; Paulo Penteado Teixeira Junior, Promotor de Justiça, 1º Secretário da Associação Paulita do Ministério Público - APMP; Noemia Aparecida Garcia Porto, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA; Emanuel de Araújo Dantas, Subsecretário do Regime Geral de Previdência Social, Substituto, do Ministério da Fazenda; Paulo Martins, Secretário-Geral do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado – FONACATE; e Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo do Senado Federal. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e nove minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e cinquenta e sete minutos do dia oito de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e dos Senadores não membros, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Dário Berger e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Ângela Portela, José Medeiros, João Capiberibe, Romário e Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 78/2017, de autoria da Senadora Regina Sousa. Finalidade: Debater sobre: "Situação dos Direitos dos Povos Indígenas do Brasil". Participantes: Eliseu Lopes, Coordenador Executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB; Luciano Mariz Maia, Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; Lucas Cabette Fábio, Defensor Público Federal e Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Indígenas da Defensoria Pública da União – DPU; e Lia Zanotta, Presidente da Associação Brasileira de Antropologia - ABA. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Fazem uso da palavra a Senadora Regina Sousa e o Senador Telmário Mota. A Senhora Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Erika Yamada – Relatora de Direitos Humanos dos Povos Indígenas da Plataforma Dhesca e perita das Nações Unidas; Antônio José de Sousa - Apurinã – Boca do Acre Amazonas; Francisco Saldanha – Jaminawa; Luís Donisete Benzi Grupioni – Secretário executivo da Rede de Cooperação Amazônica; Francisco Arara - Apolima-Arara; e o Ex-Senador João Pedro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 54ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia nove de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, José Medeiros, Sérgio Petecão, João Capiberibe, Romário, Telmário Mota, Cidinho Santos e dos Senadores não membros, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Lídice da Mata, Dário Berger, Vicentinho Alves, Dalirio Beber, Ataídes Oliveira, Wilder Morais, e Alvaro Dias. Deixam de comparecer os Senadores Fátima Bezerra, Regina Sousa e Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública, atendendo ao requerimento RDH 4/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "A Situação do Setor Rodoviário". Participantes: Wanderlei Alves, Liderança dos Cegonheiros no Estado do Paraná; Rogério Alberto Reame, Liderança dos Caminhoneiros no Estado de São Paulo; Odilon Pereira da Fonseca, Liderança dos Caminhoneiros no Estado do Mato Grosso; Giselle Sousa, Coordenadora Nacional da União de Defesa da Cidadania e Combate a Corrupção - UDCCC; José Araújo da Silva, Presidente da União Nacional dos Caminhoneiros - UNICAM; Nailton Souza, Representante da Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST. Flávio Werneck, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais - FENAPEF. O Senhor Presidente fez o seguinte encaminhamento: Remeter ao Presidente da República manifesto, em anexo, elaborado pelos participantes da Audiência Pública, solicitando: Revogação do decreto nº 9.101/2017; Não ao contingenciamento às verbas destinadas a polícia rodoviária federal – PRF; Aprovação do PL 528/2015; Redução dos pedágios abusivos e fiscalização das concessionárias e Redução na cobrança para caminhões circulando vazio (com eixos erguidos) (ofício 78-CDH já encaminhado). Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta minutos; eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

ATA DA 5ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (28ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (55ª REUNIÃO), EM 10 DE AGOSTO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO PLENÁRIO 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas do dia dez de agosto de dois mil e dezessete, no Plenário sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob as Presidências do Senador Fernando Collor e da Senadora Regina Sousa, reúnem-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Presentes os Senadores Romero Jucá, Jorge Viana, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Fernando Bezerra Coelho, Pedro Chaves, Fátima Bezerra, José Medeiros, Telmário Mota, José Pimentel, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e faz a leitura de comunicados. O Presidente registra e agradece a presença das seguintes autoridades: General de Exército Joaquim Maia Brandão Júnior, Assessor Especial do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; General de Divisão Carlos Roberto de Sousa Peixoto, Assessor Especial do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Capitão de Mar e Guerra Ricardo Ibsen Pennaforte de Campos – Chefe de Gabinete do Ministro de Estado; e Coronel Fernando Sérgio de Moura Alves – Assessor Parlamentar do Ministro de Estado. Passa-se à PAUTA: Audiência Pública Interativa, conjunta, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para que o Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Sergio Westphalen Etchegoyen, venha prestar esclarecimentos sobre as informações noticiadas pela imprensa, entre os dias 10 e 11 de junho de 2017, quanto à utilização da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para investigar altas autoridades da República; em atendimento aos Requerimentos nºs 22-CRE e 75-CDH, de autoria da Senadora Ana Amélia e do Senador José Medeiros, respectivamente. O Presidente convida o Ministro a compor a mesa. O Presidente concede a palavra ao expositor. Usam a palavra os Senadores Ana Amélia, Randolfe Rodrigues e José Medeiros. O Presidente concede a palavra ao Ministro para resposta aos parlamentares. Usam a palavra os Senadores Randolfe Rodrigues e Regina Sousa. O Presidente concede a palavra ao Ministro para resposta aos parlamentares. Usa a palavra o Senador Jorge Viana. O Presidente concede a palavra ao Ministro para resposta aos parlamentares. O presidente registra a presença do Ex-Deputado Federal Alfredo Sirkis. Usam a palavra os Senadores Regina Sousa e Telmário Mota. O Presidente concede a palavra ao Ministro e ao Diretor-Geral da ABIN, Janér Tesch Hosken Alvarenga, para resposta ao parlamentar. Usam a palavra os Senadores Cristovam Buarque e Pedro Chaves. O Presidente concede a palavra ao Ministro para resposta aos parlamentares. O Presidente agradece a presença e a participação de todos. Resultado: Audiência Pública Interativa realizada. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação desta Ata, que fica dada como lida e é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos, lavrando, eu, Alvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

Defesa Nacional, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 5ª Reunião Conjunta da Comissão de Relações Exteriores, que é, na realidade, a 28ª Reunião desta Comissão, e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que já vai na sua 55ª Reunião, da 3ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

Comunicados.

Visita ao Reino de Marrocos. É uma complementação ao comunicado feito anteriormente na reunião da Comissão precedente a esta. Então, em complemento ao comunicado lido na reunião do dia 3 de agosto, referente à visita feita por esta Presidência ao Reino de Marrocos entre os dias 19 e 25 de julho, informo que, dentre os assuntos tratados com as diversas autoridades daquele país, debateu-se, também, a questão do Saara, tema geopolítico e historicamente sensível ao Marrocos.

Na ocasião, destaquei que a comunidade internacional reconheceu o caráter sério, credível e pragmático da proposta de solução pacífica apresentada pelo Marrocos e que, desde então, o Conselho de Segurança das Nações Unidas reafirma o seu apoio ao processo de negociações políticas, além de destacar o realismo e a seriedade dos esforços marroquinos nesse sentido.

Ressaltei ainda a resolução da ONU 2351, de 2017, que também reafirma o seu apoio aos esforços feitos pelo Marrocos, reiterando a primazia de sua iniciativa, que visa conceder uma autonomia à região no quadro da soberania nacional e da integridade territorial.

Por fim, manifestei-me também no sentido de esclarecer que o Brasil continua mantendo a posição que sempre defendeu, qual seja, uma posição de apoio aos esforços de negociação visando a uma solução pacífica, justa e mutuamente aceitável, dentro do quadro das resoluções pertinentes das Nações Unidas.

Solicito à Secretaria da Comissão que este comunicado seja incluído como parte integrante do anterior, sobre o mesmo tema.

Segundo comunicado.

Venezuela. Nesta terça-feira, dia 8, após uma reunião de chanceleres e representantes em Lima, no Peru, 12 países, incluindo o Brasil, assinaram uma declaração na qual declaram “sua decisão de não reconhecer a Assembleia Nacional Constituinte [da Venezuela], nem os atos que dela emanem, por seu caráter ilegítimo”.

Sobre isso eu gostaria de fazer um esclarecimento. É que a eleição para a Assembleia Constituinte ocorrida na Venezuela seguiu rigorosamente os parâmetros da constituição venezuelana. Então, eu acho no mínimo estranha essa decisão desses países, entre eles o Brasil, que assinam declaração dizendo não reconhecer a Assembleia Nacional Constituinte, a eleição. Melhor dizendo, nem a eleição. Não reconhecem a Assembleia Nacional Constituinte, mas isso está explícito em um artigo da constituição venezuelana de 1999. Então, nós estamos aqui dizendo que não respeitamos a constituição de um país

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

com o qual mantemos relações diplomáticas, abrindo brechas para que, em um futuro próximo, também outros países venham a tomar posição idêntica, em sinal contrário, quando o Brasil tiver alguma atitude com respaldo na sua Constituição e isso não for reconhecido por esses países. Merece um pouco de atenção essa contradição muito clara da declaração que foi assinada pelos representantes desses países sobre essa questão da convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

Se há discussão sobre a ilegitimidade ou sobre eventuais fraudes que tenham sido cometidas no processo eleitoral, na escolha dos integrantes da Assembleia Nacional Constituinte, esse é outro capítulo que tem de ser discutido de forma diferente, mas não questionando uma decisão que foi tomada com base nos estritos termos da constituição daquele país.

Intitulado Declaração de Lima, o documento foi assinado por Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru, e nela os países também condenam a ruptura da ordem democrática na Venezuela e afirmam dar total apoio ao Poder Legislativo

Essa declaração chega depois da reunião ocorrida no sábado, dia 5, na qual os chanceleres dos quatro países-fundadores do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – decidiram pela suspensão da Venezuela do bloco, com base no Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático. A decisão foi anunciada pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Aloysio Nunes Ferreira. Um comunicado assinado pelos chanceleres – foi assinado pelo Chanceler brasileiro, em função de o Brasil ocupar agora, como todos nós sabemos, a Presidência *pro tempore* do Mercosul – pede o início imediato de um "processo de transição política" e a "restauração da ordem democrática" na Venezuela.

Na terça-feira, dia 8, a Assembleia Nacional Constituinte se reuniu e decidiu que todos os cinco poderes públicos da Venezuela – Executivo, Legislativo, Judiciário, Cidadão e Eleitoral – serão subordinados à Assembleia Constituinte. Inclusive, o próprio Poder Executivo submetido, subordinado à Assembleia Constituinte.

Na terça-feira, o Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos divulgou relatório no qual alerta sobre o uso "amplo e sistemático de força excessiva e detenções arbitrárias" contra manifestantes na Venezuela.

Na nota divulgada pelo órgão, o Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Zeid Ra'ad Al Hussein, destaca que esses padrões não mostram sinal de redução, mas pediu que todas as partes envolvidas "renunciem ao uso de violência e deem passos em direção ao diálogo".

Na sexta-feira o líder de oposição e ex-prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, voltou a cumprir prisão domiciliar, e na noite de sábado, Leopoldo Lopéz também retornou à sua casa, em Caracas. As autoridades venezuelanas não comentaram a decisão, tomada menos de uma semana depois que eles foram conduzidos ao regime fechado, motivada, de acordo com as autoridades, pela descoberta de planos de fuga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

No domingo, dia 6, um grupo teria invadido a base militar Forte de Paramacay, em Valencia, no norte da Venezuela, e parte do grupo conseguira fugir levando armamentos e munições. A ação foi chamada de "ataque terrorista" pelo governo, que notificou duas mortes durante cerca de três horas de confronto na base militar. Em pronunciamento na TV estatal, Nicolás Maduro parabenizou as Forças Armadas pela “reação imediata” ao ataque.

A correspondente da BBC na América do Sul, Katy Watson, lembrou que durante os últimos quatro meses de protestos contra o governo de Maduro na Venezuela o Exército do país reafirmou várias vezes sua lealdade incondicional ao presidente. Segundo Katy Watson, o vídeo em que um homem se identifica como Juan Caguaripano, que se diz líder de um levante militar e pede “ações militares e civis para restaurar a ordem ao país”, foi negado pelo governo Maduro, que afirma que a maioria dos homens no vídeo eram civis liderados por um desertor.

“Com uma economia levada à beira [do colapso], por quanto tempo [Maduro] ainda terá apoio militar?”, indaga a correspondente. Ela considera que ninguém pode escapar da escassez de comida e das altas taxas de inflação, e que se deve perguntar “quando, e não se, o ponto crítico vai chegar”.

Srªs e Srs. Senadores, na reunião do último dia 3 de agosto, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou o Requerimento nº 24, de 2017, para que seja constituída Comissão Externa do Senado Federal, com a finalidade de verificar *in loco* a situação na Venezuela. Para tanto, a proposição fixa como objetivo estabelecer o diálogo com todas as forças políticas daquele país, na tentativa de contribuir para mediar o grave conflito que acomete aquela nação vizinha.

Trata-se de requerimento de iniciativa do Senador Jorge Viana, cujo senso de oportunidade e preocupação com o grave momento por que passa a Venezuela foi acolhido por todos os integrantes presentes naquela reunião, dentro do espírito e recomendação da imparcialidade e dos limites que norteiam a diplomacia parlamentar, ou seja, de forma subsidiária à diplomacia oficial a cargo do Ministério das Relações Exteriores.

Nesse contexto, e diante de uma missão tão sensível e de grande responsabilidade para o Senado Federal, faz-se necessário, antes mesmo da apreciação do requerimento por este Plenário, trazer alguns esclarecimentos para reflexão desta Comissão e desta própria Casa.

Do ponto de vista institucional brasileiro, o Poder Legislativo controla a ação diplomática governamental. Adicionalmente, o Congresso Nacional recebe delegações estrangeiras, participa de grupos de amizade bilateral entre parlamentos, de eventos ou de organizações internacionais, como o Mercosul, ou não governamentais, como a União Interparlamentar, que atuam no cenário internacional.

Em termos gerais, essa atuação está destinada à elaboração de normas, à cooperação técnica da prática legislativa, à crítica política, ao controle da política exterior do próprio País e à troca de experiências e de percepções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

Ressalte-se, porém, que não cabe ao Parlamento estabelecer a política externa. O art. 84, inciso VII, da Constituição é claro quando dispõe que cabe privativamente ao Presidente da República manter relações com Estados estrangeiros. Não incumbe, portanto, ao Poder Legislativo esse protagonismo no âmbito da política internacional.

Não obstante, há algumas *nuances* políticas que a doutrina tem destacado, como ações e pressões, diretas ou indiretas, em que a iniciativa, a influência decisiva ou o controle está, sim, no Parlamento.

Assim, a mediação mencionada no requerimento aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de fato, é um dos meios político-diplomáticos de solução pacífica de controvérsias internacionais. Entretanto, não acreditamos ser a mediação o meio adequado aos fins pretendidos pela diplomacia parlamentar, mas sim os chamados bons ofícios. Evidentemente, uma personalidade parlamentar poderia ser convidada a mediar, em caráter personalíssimo, mas não é o caso da iniciativa ora em tela.

Saliente-se, porém, que os dois mecanismos, tanto o de mediação como o de bons ofícios, não estão aptos a aplicar normas jurídicas com caráter obrigatório, jurisdicional, como decorre das arbitragens e das cortes internacionais. O produto, tanto da mediação como dos bons ofícios, não será uma sentença, muito menos um juízo. São apenas mecanismos de facilitação para que as partes superem suas divergências.

Dessa forma, os bons ofícios têm a característica de ser uma oferta de ajuda – diga-se, espontânea –, para que as partes resolvam o litígio amigavelmente, para abrir e sedimentar as vias da negociação, que podem – aí sim – derivar em formas de conciliação ou mediação. O objetivo é evitar a deterioração da situação fática e política e catalisar a negociação. Nesse sentido, o instrumento dos bons ofícios pode ser um primeiro passo para outras formas de solução de litígios.

Já a mediação é diversa, é um passo adiante, pois pressupõe a aceitação de um ator para ser o intermediário oficial entre as partes, podendo ou não ser precedida de bons ofícios, e até pode ter sido oferecida – a mediação. O mediador ou mediadores aproximarão os litigantes, podendo propor soluções ao conflito, resenhar acordos para a solução pacífica. Trata-se de um ator "amigo" de ambas as partes em conflito, que atua para aproximá-las e para buscar um denominador que convirja posições iniciais. Para tanto, o ator internacional também precisa ser uma personalidade – uma organização internacional ou um Estado, ou órgão confiável –, mas a tarefa da mediação é outra, distinta dos bons ofícios.

Um grupo parlamentar brasileiro até em remota hipótese poderia ter essa função, mas dependeria de uma articulação que envolveria a diplomacia de seu País e necessariamente pressupõe um acordo entre as partes. Portanto, a decisão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional tem o caráter inicial de bons ofícios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

Para melhor elucidar, vale citar os dispositivos de conceituação do Pacto de Bogotá, de 1948, o Tratado Americano de Soluções Pacíficas, promulgado no Brasil pelo Decreto nº 57.785, de 11 de fevereiro de 1966:

> Art. 9º O processo dos bons ofícios consiste na gestão por parte de um ou mais Governos americanos ou de um ou mais cidadãos eminentes de qualquer Estado Americano, alheio à controvérsia, no sentido de aproximar as partes, proporcionando-lhes a possibilidade de encontrarem, diretamente, uma solução adequada.
> Art. 10. Uma vez que se tiver conseguido a aproximação das partes e que estas tiverem entrado novamente em negociações diretas, dar-se-á por terminada a ação do Estado ou do cidadão que tenha oferecido seus Bons Ofícios ou aceitado o convite para interpô-los; no entanto, por acordo das partes, aqueles poderão estar presentes às negociações.
> Art. 11. O processo de mediação consiste em submeter a controvérsia a um ou mais Governos americanos, ou a um ou mais cidadãos eminentes de qualquer Estado Americano alheios à controvérsia. Em qualquer dos casos, o mediador ou mediadores serão escolhidos mediante comum acordo das partes interessadas.
> Art. 12. As funções de mediador ou dos mediadores consistirão em coadjuvar as partes na solução da controvérsia da maneira mais simples e direta, evitando formalidades e tentando encontrar uma solução aceitável. O mediador se absterá de fazer qualquer relatório, e, no que lhe diz respeito, o processo será absolutamente confidencial.

Como se vê, Srªs e Srs. Senadores, a mediação pressupõe um convite prévio, uma anuência das partes envolvidas no conflito. Não basta, apenas, a boa vontade e o oferecimento dos serviços de um terceiro. É preciso haver o consentimento preliminar das partes para que esse terceiro agente – um Estado ou mesmo um cidadão – atue como mediador.

Portanto, o "mediar" referido no Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República deve ser entendido como uma oferta de Bons Ofícios à República Bolivariana da Venezuela, em que o Senado Federal, espontaneamente e em comunicação com autoridades diplomáticas de ambos os países, oferecerá uma via de aproximação – vale frisar, ideologicamente descomprometida e imparcial – para a solução pacífica da grave crise política, institucional, social e econômica por que passa nossa nação vizinha do norte.

Essas ponderações são importantes, neste momento, para que não se criem expectativas de que a Comissão Externa do Senado possa encaminhar a bom termo uma solução de pacificação na Venezuela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

e, menos ainda, possa ser vista como substituta da diplomacia oficial dos dois países. Por isso, é importante deixar claro que a diplomacia parlamentar tem seus limites e suas características próprias.

No caso desta Comissão Externa, a ela caberá tão somente – caso venha a ser aprovada pelo Plenário do Senado – a oferta de prestação dos chamados Bons Ofícios, jamais a Mediação oficial entendida internacionalmente nos pactos legais e na literatura do tema.

Eram esses os esclarecimentos que, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a permissão de S. Exª o Senador Jorge Viana, autor do requerimento, eu gostaria de prestar a esta egrégia Comissão.

O próximo comunicado: Estados Unidos.

Em meio à escalada de tensões com o governo norte-coreano, o secretário de Estado americano Rex Tillerson declarou ontem, quarta-feira, que não acredita que a Coreia do Norte é uma “ameaça iminente”. Tillerson deu a declaração enquanto estava em Guam, ilha no Pacífico que é um território não-incorporado dos Estados Unidos, a menos de 3,5 mil quilômetros da Coreia do Norte.

O Secretário afirmou, durante uma breve pausa para reabastecimento na ilha, que os cidadãos norte-americanos podiam “dormir tranquilos”, e defendeu o tom adotado do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, nas mensagens para a Coreia do Norte.

É interessante, porque ele diz que os cidadãos norte-americanos podem "dormir tranquilos", ao mesmo tempo em que defende o tom adotado pelo Presidente americano nas mensagens para a Coreia do Norte que falam de fogo, fúria e destruição.

Para Rex Tillerson, o líder norte-coreano Kim Jong-un não entendeu a linguagem diplomática, e Trump precisava mandar uma mensagem que ele fosse entender.

Na manhã de ontem, Trump havia publicado em redes sociais mensagens em que afirmava que o arsenal nuclear dos Estados Unidos agora está “mais forte do que jamais foi”, mas que esperava “não precisar usar esse poderio”. Essas mensagens e a promessa de responder à Coreia do Norte com “fogo e fúria”, dadas na terça-feira, foram motivadas por comentários ameaçadores da Coreia do Norte em resposta às sanções aprovadas no Conselho de Segurança da ONU no último domingo, dia 6.

“O problema”, afirma o especialista, “é que, em algum momento, a aquecida retórica crie um ciclo de ação e reação sem freios. Eles disparam um míssil. Nós criamos mais sanções. Eles prometem vingança. Nós falamos que essas ameaças são intoleráveis. Eles disparam outros mísseis. E então o quê?”, indaga Crowley. “É aqui que retórica encontra estratégia. Mas não está claro se existe uma estratégia por trás da ‘fúria e fogo’ de Trump”, conclui o especialista.

Um porta-voz do governo norte-coreano que estava presente no fórum da Associação de Nações do Sudeste Asiático, Bang Kwang Hyuk, disse à imprensa que “a piora da situação na península coreana,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

assim como a questão nuclear, são causadas pelos Estados Unidos". Ele declarou ainda que a Coreia do Norte nunca colocaria seus programas nuclear e de mísseis na mesa de negociações.

Também presente no fórum naquele dia, o secretário de Estado norte-americano Rex Tillerson falou sobre a Coreia do Norte. Ele destacou os votos favoráveis da Rússia e da China às novas sanções, afirmando aos jornalistas que "não havia diferença nas posições da comunidade internacional" sobre o desejo de que a Coreia do Norte pare com os testes. Para Tillerson, "o melhor sinal que a Coreia do Norte poderia nos dar de que estão preparados para negociar seria a interrupção do lançamento de mísseis".

A Rússia e a China pediram nos últimos meses que a Coreia do Norte parasse com os lançamentos e, ao mesmo tempo, que os Estados Unidos e a Coreia do Sul também interrompessem os exercícios militares e retirassem os sistemas antimísseis do sul da península coreana.

Uma reportagem do *Washington Post* divulgada na terça-feira última, poucas horas antes do comunicado de Donald Trump, citou oficiais da inteligência dos Estados Unidos, afirmando que Pyongyang havia produzido uma ogiva nuclear pequena o suficiente para caber nos mísseis balísticos intercontinentais norte-coreanos.

Por fim, nota-se uma discrepância, de forma reiterada, entre as declarações do Secretário de Estado Rex Tillerson, sobre essa questão norte-coreana, e a do Presidente norte-americano. O primeiro, Tillerson, tenta atenuar o conflito, enquanto o outro, o Chefe do Executivo norte-americano, inflama o ambiente já conturbado da península coreana.

Antes de iniciarmos a pauta do dia de hoje, eu gostaria de cumprimentar, agradecendo-lhes a presença, S. Exªs o Sr. General de Exército Joaquim Maia Brandão Júnior, Assessor Especial do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; o General de Divisão Carlos Roberto de Sousa Peixoto, Assessor Especial do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; o Sr. Capitão de Mar e Guerra Ricardo Ibsen Pennaforte de Campos, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado; e o Coronel Fernando Sergio de Moura Alves, Assessor Parlamentar do Ministro de Estado.

A presente audiência pública – inicio a pauta do dia de hoje – é conjunta. (*Pausa.*)

Desculpem-me!

A Presidente da Comissão de Direitos Humanos, S. Exª a Senadora Regina Sousa, que se faz presente, também preside esta reunião, porque é uma reunião conjunta, como foi lido aqui logo no início, da Comissão de Direitos Humanos, que é presidida por S. Exª, e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Eu pediria que V. Exª tomasse assento à Mesa Diretora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone*.) – V. Exª pode continuar presidindo a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado.

Agradeço à Senadora Regina Sousa pelo fato de solicitar que eu continue presidindo esta reunião.

Muito obrigado a V. Exª, Senadora.

Então, como eu dizia anteriormente, a presente audiência pública conjunta da Comissão de Relação Exteriores e Defesa Nacional com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, presidida por S. Exª a Senadora Regina Sousa, tem por finalidade ouvir S. Exª o Sr. Ministro de Estado Chefe de Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República, General de Exército Sergio Etchegoyen, sobre informações noticiadas pela imprensa, entre os dias 10 e 11 de junho de 2017, quanto à utilização da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para investigar altas autoridades da República.

Esta audiência é realizada em atendimento ao Requerimento nº 22, de 2017, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de autoria de S. Exª a Senadora Ana Amélia; ao Requerimento nº 69, de 2017, de autoria de S. Exª o Senador Randolfe Rodrigues; e aos Requerimentos nºs 72 e 75, de 2017, de autoria de S. Exª o Senador José Medeiros, os quais foram aprovados na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Pela ordem.) – Se V. Exª me permite, serei bem breve, só para que V. Exª possa esclarecer aos membros de ambas as Comissões o procedimento: haverá uma exposição inicial de S. Exª o Ministro Chefe do GSI e, em seguida, os primeiros a perguntar serão os membros das duas Comissões que foram os autores dos requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente, Senador. E depois, pela ordem de inscrição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

Apresentando nossas boas-vindas ao Exmo Sr. Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General de Exército Sergio Etchegoyen, convido-o para compor a Mesa e darmos início a nossa pauta do dia de hoje. (*Pausa.*)

Esta audiência pública, como todos nós já sabemos, é realizada em caráter interativo, com transmissão pelos canais de comunicação do Senado Federal, podendo a população participar, como sempre vem participando, de forma assídua e extremamente colaborativa, enviando suas observações e perguntas aos palestrantes por meio da internet, do Portal e-Cidadania, no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania. Acrescento ainda que é possível acompanhar ao vivo a nossa reunião pela TV Senado, inclusive pela internet.

A participação dos internautas é sempre muito bem-vinda. Gostaria mais uma vez de agradecer a todos pela participação efetiva que vêm demonstrando ao longo não somente das nossas reuniões deliberativas normais, ordinárias, como também nos painéis que realizamos a cada 15 dias, às segundas-feiras, às 18h, neste plenário.

Já registrada a presença e o agradecimento às autoridades que aqui estão no dia de hoje, gostaria de esclarecer a todos que S. Exª o Sr. Ministro Sergio Etchegoyen terá a palavra por 30 minutos e, em seguida a sua explanação, será dada a palavra aos autores dos requerimentos de convite a S. Exª o Gen. Etchegoyen para aqui estar presente e, em seguida aos autores dos requerimentos, por ordem de inscrição, aos Srs. Senadores.

Passo a palavra a S. Exª o Gen. Sergio Etchegoyen, Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para sua exposição.

O SR. SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN – Exmo Sr. Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e Vice-Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência; Exma Srª Senadora Regina Sousa, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal; Exma Srª Senadora Ana Amélia Lemos, do meu Estado, Exmo Sr. Senador Randolfe Rodrigues, Exmo Sr. Senador José Medeiros, autores dos requerimentos que me trouxeram aqui; Exmos Srªs Senadoras e Srs. Senadores aqui presentes; Senador Jorge Viana e os demais que conheço há algum tempo; senhoras e senhores. Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade de estar aqui.

Pela minha atividade profissional, sou servidor público há quase 50 anos e, ao longo desse tempo, a minha foi trabalhar e prestar conta, como convém ao servidor público, como convém ao Estado, como interessa ao contribuinte. Então, estar aqui, em foro tão privilegiado, traz-me a possibilidade de prestar-lhes conta do que fazemos, por que fazemos, como fazemos – e obviamente ao cidadão e à cidadã brasileiros.

Eu preparei uma apresentação, que pretendo seja rápida, cumprindo os trinta minutos que me concedeu o Presidente, para ambientá-los, dar um pouco de conhecimento do que faz o Gabinete de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

Segurança Institucional, recriado neste Governo em um formato um pouquinho diferente, e do que faz, particularmente, a Agência Brasileira de Inteligência, que está na origem dos requerimentos que foram apresentados, já citados.

Por favor, pode passar.

Esse é o Gabinete de Segurança Institucional. Ele tem uma estrutura típica de gabinete, assessorias, como qualquer órgão que tenha uma estrutura dessa natureza, nesse nível do Governo. Logo em cima está a Abin, que é o órgão central. A Agência Brasileira é o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência e fica vinculada ao GSI.

O GSI tem três secretarias, além de uma assessoria especial. Uma Secretaria de Coordenação de Sistemas, que espelha os três sistemas considerados prioritários na Estratégia Nacional de Defesa e conduzidos por cada Força – os senhores certamente já viram aqui apresentações das Forças. O Comandante do Exército esteve aqui recentemente, o Comandante da Marinha –, que são o Cibernético, o Aeroespacial e o Nuclear. Então, esses três sistemas são espelhados no GSI.

No Cibernético, o GSI é autoridade nacional na área de segurança da informação. Na área de assuntos espaciais, o Comitê está lá. E, na área nuclear, temos a Coordenação do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro – isso é muito antigo; já está lá há bastante tempo. Recentemente, muito recentemente – ontem fizemos a primeira reunião do comitê – foi transferido para o Gabinete de Segurança Institucional o Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro.

Então, tomamos, Presidente Collor, três decisões ontem. As decisões são tomadas consensualmente, caminhando em três direções, que eu acho que vale a pena anunciar: criando grupos técnicos para propormos uma política nuclear brasileira – porque não temos; será certamente um projeto de lei – para tratarmos da questão do mineral nuclear, mas principalmente dos radiofármacos. Encontrarmos soluções para autossuficiência na área de radiofármacos, de que hoje nós temos uma dependência e uma carência muito grandes.

Outra secretaria é a Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional, que atende aos órgãos colegiados dos quais o GSI participa ou secretaria. Conselho de Defesa, a Creden do Conselhão, do chamado Conselhão, a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Executivo. E um Departamento de Assuntos Militares, por onde transitam portarias, decretos e temas que os ministérios levam ao Presidente da República, que o Ministério da Defesa leva ao Presidente da República. E, por fim, a Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, que faz exatamente o que seu próprio nome diz, faz a segurança do Presidente, do Vice-Presidente, de familiares e de instalações e a coordenação de eventos que envolvam essas atividades.

Essas são as competências que estão na lei, numa medida provisória que veio para cá. Não as lerei, estão na medida provisória. Salientaria: analisar e acompanhar riscos à estabilidade institucional. Eu salientaria essa porque nós vamos voltar, certamente; nos debates e nas conversas vamos voltar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

isso. Prevenir a ocorrência e articular o gerenciamento de crises é coordenar atividade de inteligência e assuntos de segurança. Ela reflete, obviamente, a estrutura. Seguem as competências: segurança do Presidente, das instalações, Conselho, Secretaria-Executiva... A Secretaria Executiva do Creden; acompanhar assuntos pertinentes ao terrorismo; infraestruturas críticas; é o Órgão Central do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, já falei disso; Autoridade Nacional de Segurança em tratados, acordos ou atos internacionais que envolvam o tratamento e a troca de informações sigilosas, o que já é uma competência tradicional do Gabinete.

A nossa atividade de inteligência tem uma base legal que começa desde a Constituição e vai chegar na Política Nacional de Inteligência, que é um decreto assinado pelo Senhor Presidente da República, no ano passado, no dia 29 de junho.

Essa Política Nacional de Inteligência estabelece as direções gerais, os objetivos políticos de toda atividade de inteligência da agência e do Sistema Brasileiro de Inteligência. Estaremos muito brevemente publicando a Estratégia Nacional de Inteligência e já estamos iniciando os trabalhos para os planos de inteligência.

Qual é a base legal que define, que fixa essa política? A Política Nacional de Inteligência, que foi aprovada nesse decreto a que já me referi, de 29 de junho, "visa a definir os parâmetros e os limites de atuação da atividade de inteligência e de seus executores no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN, nos termos estabelecidos pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999". Essa lei cria o Sistema Brasileiro de Inteligência e a Agência Brasileira de Inteligência, uma lei de 1999.

A política foi aprovada, foi assinada pelo Presidente Temer, como eu disse, em 29 de junho do ano passado.

"Compete ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR [esse é o decreto que fixa a Política Nacional de Inteligência] a coordenação das atividades de inteligência no âmbito da administração pública federal." Como órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência.

Aí está dito: "Art. 3º. Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal deverão considerar, em seus planejamentos, as ações [...]."

É a evolução do Sisbin. O Sisbin (Sistema Brasileiro de Inteligência) começa pequeno, e, hoje, há uma grande constelação de muitas instituições de Estado e de Governo que trabalham em torno dele. Provavelmente, se a gente olhar, a gente pode até não entender exatamente a razão, Senador, o porquê de essas instituições estarem lá, mas, na realidade, estamos tratando de inteligência de Estado, de inteligência no nível político, no nível estratégico.

A Política Nacional de Inteligência define esta missão: desenvolver a atividade de inteligência de forma integrada – por isso, é um sistema –, para promover e defender os interesses do Estado e da sociedade brasileira. Então, isso é o que define a Política Nacional de Inteligência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

Qual é a visão que nós temos? Excelência e integração no desempenho da atividade de inteligência, tornando-a imprescindível para a garantia da segurança e dos interesses do Estado e da sociedade brasileira.

Estes são os pressupostos – continuamos no texto da Política Nacional de Inteligência: obediência à Constituição Federal e às leis; atividade de Estado; atividade de assessoramento oportuno; atividade especializada, que, obviamente, se submete a limites e ditames éticos precisos; abrangência – por isso, temos uma constelação de instituições; caráter permanente.

A Política Nacional de Inteligência define as ameaças imaginadas à sociedade e ao Estado brasileiro: espionagem; sabotagem; interferência externa; ações contrárias à soberania nacional; ataques cibernéticos – são bastante contemporâneas, Senador Randolfe, as questões cibernéticas, os ataques, as influências, as interferências até mesmo em processos eleitorais de países muito mais desenvolvidos que o nosso; terrorismo; atividades ilegais envolvendo bens de uso dual e tecnologias sensíveis; armas de destruição em massa; criminalidade organizada, que também está na ordem do dia como uma grande ameaça, senão a maior ameaça à nossa estabilidade social; corrupção; ações contrárias ao Estado democrático de direito.

Então, essas são as ameaças imaginadas pela Política Nacional de Inteligência com as quais nós trabalhamos. Esses são os pressupostos, os fundamentos a partir dos quais as atividades de inteligência são desenvolvidas.

Como vai, Senador? Tudo bem?

Eu queria lhes dar um rápido sobrevoo sobre as atribuições do GSI e um pouco mais sobre as atribuições da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) e do Sistema Brasileiro de Inteligência e sobre os fundamentos que regem tanto a atividade da agência quanto as atividades dos oficiais de inteligência, dos agentes de inteligência, dos seus integrantes e de todo o Sistema Brasileiro de Inteligência.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Ministro Sergio Etchegoyen, pela sua explanação concisa e precisa.

Passo a palavra aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras inscritos, começando pela autora do primeiro requerimento, que é S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Ministro Sergio Etchegoyen, Presidente Fernando Collor, Senadora Regina Sousa, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, caros colegas Senadores e Senadoras, nós tivemos, recentemente, no âmbito da segurança, duas exposições que foram muito destacadas nesta Comissão, do Gen. Villas Bôas, Comandante do Exército, e do Ministro de Defesa, Raul Jungmann. Também tivemos do Brigadeiro Rossato, da Aeronáutica, e agora, de V. Exª. Basicamente, as razões que levaram a esse requerimento dizem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

respeito às denúncias que a revista *Veja*, numa nota, publicou, dizendo que o Governo, ou o Presidente da República teria mandado investigar, por orientação da Abin, o Ministro Luiz Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, contrariando aí dispositivos constitucionais. Gostaria de uma palavra sua a respeito dessa informação e sobre o que aconteceu de fato nesse episódio.

Na sua exposição – aí já me valho da sua exposição –, o senhor falou sobre a política nuclear. Eu imagino que ela tenha absolutamente fins pacíficos. Nessa área, entra a questão de energia, ou apenas a de fármacos? E ainda na questão nuclear, recentemente, quando o governo argentino anterior ao atual fez um acordo com a China, na área nuclear, os parceiros do Mercosul não tiveram acesso às informações. Quais os termos desse acordo nuclear entre China e Argentina?

Na questão cibernética, tivemos, recentemente, do ponto de vista global, um grande problema, com invasão em centros, inclusive, de áreas de Governo brasileiro. Quais as providências estratégicas que estão sendo tomadas em relação a isso?

E agora, diante do recrudescimento da crise na Venezuela, penso que haja, de parte do Governo brasileiro, alguma medida de proteção nas fronteiras. De que forma elas estão sendo guarnecidas, essas fronteiras, em relação à questão da ditadura na Venezuela? Muitos grupos já estão hoje vindo em busca de comida, de alimentos, de emprego à região de Roraima, à própria capital Boa Vista – as imagens, na televisão, têm mostrado isso. Como o Governo brasileiro vem tratando a questão da Venezuela?

Por fim, General, um outro tema fruto do que agora também aconteceu no Acre, do Senador Jorge Viana, na capital, Rio Branco, que aconteceu em Manaus, aconteceu em Boa Vista, em Roraima, algumas cidades do Nordeste também, Alagoas, se não me falha a memória, de uma atuação dos grupos do crime organizado, a que V. Exª fez uma referência *en passant* na sua exposição, comandando, das próprias penitenciárias, ações que são operações de guerra; da própria prisão, o Comando Vermelho e o PCC fazendo essas operações em áreas que estavam a descoberto. Primeiro era nos centros, nos grandes centros.

Finalmente, quais são os resultados dessa operação que o Exército está fazendo no Rio de Janeiro e quais as responsabilidades constitucionais de cada ente federativo da União – porque foi tomada a decisão – e do Estado do Rio de Janeiro, para definir claramente as competências de cada nível federativo?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Passo agora a palavra ao segundo Senador inscrito, autor também do requerimento, S. Exª o Senador Randolfe Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente desta Comissão de Relações Exteriores, Senador Fernando Collor, Srª. Presidente Regina Sousa, da Comissão de Direitos Humanos, Ministro Etchegoyen, como V. Exª e o Presidente muito bem relataram, a principal razão da presença de V. Exª nesta reunião conjunta das duas Comissões são os fatos narrados pela revista *Veja do* dia 14 de junho de 2017, edição 2534.

Nessa matéria, é relatado, com vários detalhes, que V. Exª teria se encontrado em uma reunião do *staff* do Presidente Michel Temer no dia 03 de junho de 2017 e que, dessa reunião, teria participado, além de V. Exª, o próprio Presidente da República, o Ministro-Chefe da articulação política, Moreira Franco, e o advogado pessoal do Presidente, Dr. Gustavo Mendes.

Coincidentemente, foi esse dia, Presidente Collor, 3 de junho, a data da prisão do Sr. Rodrigo Rocha Loures, que é objeto da investigação por parte da Procuradoria-Geral da República e é objeto da ação contra o Presidente da República no Supremo Tribunal Federal, que foi objeto de denúncia recente na Câmara dos Deputados.

Segundo os relatos, a partir dessa data, organizou-se uma ofensiva contra a Operação Lava Jato, tendo alvos o Procurador-Geral da República e o Ministro Edson Fachin. Nessa reunião, segundo as informações que nos chegam, teria sido definida uma – abro aspas – "varredura" – fecho aspas – da Agência Brasileira de Inteligência sobre a vida privada do Ministro Fachin e, inclusive, teria sido suscitado nessa reunião que existiriam informações sobre relações do Ministro Fachin com membros da JBS que passariam a ser utilizadas depois pela Base de Apoio ao Governo no Congresso Nacional, especificamente na Câmara dos Deputados, e seriam usadas em seguida também nas declarações públicas em defesa do próprio Governo.

Coincidência ou não, logo após essa data, Ministro, para ser mais preciso, no dia 5 de junho, o jornalista Reinaldo Azevedo, que é conhecido por ser mais governista do que o próprio Presidente da República, Michel Temer, publicou – e a data é precisamente dia 5 de junho de 2017 – uma matéria com o seguinte título: "Fachin, em jantar com Joesley, o Folgadão, e Renan, que varou a madrugada. Pode isso? Não!". Esse é o título da matéria do jornalista Reinado Azevedo, que teria sido veiculada dois dias após essa reunião.

Repito, é de conhecimento de todos a relação. Recentemente o Presidente da República só concedeu entrevista ao vivo, exclusivamente, ao jornalista Reinaldo Azevedo, quando sofria o processo de denúncia na Câmara dos Deputados.

Diante disso, Ministro, questiono V. Exª: esse encontro no dia 3 de junho de 2017 ocorreu? Esse encontro ocorreu com o *staff* do Presidente da República, o Ministro Moreira Franco e o advogado pessoal do Presidente, exatamente nessa data, coincidindo com a prisão do Sr. Rodrigo Rocha Loures? Tendo ocorrido essa reunião, qual foi o tema do debate de V. Exªs?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

A partir dessa reunião, V. Exª, como Ministro-Chefe do GSI, adotou alguma providência? Caso V. Exª repila essas denúncias repercutidas na edição da revista já citada, V. Exª tomou alguma providência? Na verdade, se de fato são mentirosas, trata-se de crime, conforme o Código Penal, crime de calúnia, injúria e difamação. V. Exª apresentou alguma queixa-crime por calúnia e difamação ou ainda processou civilmente a revista *Veja* e os demais veículos que repercutiram essa notícia?

E ainda gostaria de questionar a V. Exª... Foi noticiado também que as reuniões de V. Exª com o *staff* do Presidente da República passaram a ser mais frequentes após a delação da JBS e especificamente após o dia 3 de junho. Dados dão conta de que o senhor reuniu mais vezes nesse período, após a denúncia, após a delação, do que no período anterior. Consta, repito que não se trata das reuniões individuais suas com o Presidente da República, que são do ofício por se tratar de um assessor próximo ao Presidente, mas das reuniões junto com *staff* político do Presidente da República. Pergunto por que essa mudança de procedimento após esses fatos.

E, por fim, pergunto a V. Exª – na verdade, V. Exª já esclareceu – quais são os critérios objetivos da atuação da Abin. E eu pergunto qual autoridade possui a prerrogativa de autorizar as ações da Abin. Somente o Presidente da República? V. Exª também tem essa atribuição. Pergunto se entre essas ações se incluem interceptações, grampos, escutas, ações controladas, monitoramento ou quebra de sigilo por parte da Agência Brasileira de Inteligência ou por parte do Presidente da República. Se isso está entre essas atribuições e se algo decente nesse sentido foi definido pelo aparato legislativo que V. Exª já acabou de expor.

Sr. Presidente, são essas as indagações. Se V. Exª me permitir, na réplica das respostas do Ministro gostaria de completar, caso assim entenda.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Sem dúvida, Senador Randolfe Rodrigues.

Muito obrigado a V. Exª.

Passo a palavra agora ao último autor de requerimento para o convite formulado a S. Exª o Ministro Sergio Etchegoyen para estar aqui hoje, S. Exª o Senador José Medeiros.

Ao final das indagações de S. Exª o Senador José Medeiros, eu passarei a palavra ao Sr. Ministro para que S. Exª ofereça então as respostas às indagações formuladas.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento V. Exª; cumprimento a Senadora Regina Sousa, Presidente da Comissão de Direitos Humanos; o Ministro de Etchegoyen; Srªs e Srs. Senadores; todos que nos acompanham pela rede Senado, pela TV Senado, pela Rádio Senado e também pelas redes sociais, que hoje participam ativamente dos debates aqui, no Senado Federal brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

Ministro, recentemente, como bem levantou V. Exª e a Senadora Ana Amélia, passamos por um pouco de agonia em relação à segurança pública. Temos visto uma demonstração de força de alguns grupos criminosos no âmbito dos presídios, com demonstrações de armas pesadas, ou andando livremente em algumas áreas das cidades, notadamente no Rio de Janeiro.

Sinto que, ao mesmo tempo em que a população brasileira quer segurança, ela também tem sido bombardeada por certas ideologias, eu diria, que têm praticamente amarrado as mãos dos órgãos de segurança no sentido de combater essa criminalidade. Cito, por exemplo, o caso em que grupos criminosos montam os chamados comboios e arrastões, com armas de guerra, e saem pelas ruas barbarizando, matando.

Eu queria que V. Exª, com a experiência que tem como General, pudesse fazer uma reflexão sobre em que estado nós estamos em certas áreas das cidades, se estamos num cenário de guerra, se a atuação da Polícia com esses grupos deve ser a mesma com que a Polícia combate, no dia a dia, a criminalidade normal e se o senhor avalia que a legislação que temos hoje permite que as forças de segurança combatam esse tipo de facção que, por exemplo, usa armamento de calibre .50. Cito o caso de Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul, quando "viralizou" até o vídeo na rede, mostrando uma guerra entre facções. Eles explodiram com esse armamento uma caminhonete blindada, com o nível máximo de blindagem, mostrando que há praticamente um cenário de guerra.

Eu também gostaria de receber a sua avaliação sobre como o Congresso, o Senado poderia contribuir para que houvesse o melhor enfrentamento nas fronteiras. Eu gostaria que o senhor nos dissesse se a nossa debilidade hoje no combate à criminalidade nas fronteiras se daria só pela falta de recursos financeiros ou se falta mais algum insumo, vamos dizer assim.

Cito aqui o caso do Estado de Mato Grosso. Tenho certa experiência, por ter trabalhado por 22 anos naquela área e por ver que, em toda a faixa de fronteira, há brasileiros expostos à cooptação por parte de criminosos ligados ao tráfico. Cito, por exemplo, um caso em que, certa feita, quando eu trabalhava na fronteira, um fazendeiro disse que ele já separava um pouco do seu gado, aquele gado de menor qualidade, para deixar mais próximo, porque ele já sabia que aquele gado ia ser roubado. De forma que... Também não é só esse ponto: também sofrem com a cooptação dos jovens para serem aviões do tráfico, para avisarem quando a polícia chega ou mesmo para servirem de mulas. Para quem está nos assistindo: na fronteira brasileira, por vezes o tráfico faz a cooptação de jovens para andarem 50, 60 ou até 100 quilômetros com 20 ou 30 quilos de droga para que possam passar pelos locais mais policiados.

E eu vejo que, nesses casos, nós só vamos conseguir sucesso se houver uma ação bem direcionada. E aí eu perguntaria se hoje o Gabinete de Gestão Institucional, o GSI, pode nos informar se nós já estamos preparados com equipamentos e, eu diria, com aquilo de que se precisa para fazer esse primeiro enfrentamento ali. Tenho uma avaliação comigo segundo a qual é mais barato nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

combatermos no atacado do que, depois, nos grandes centros, como Minas, São Paulo ou Rio de Janeiro.

Dito isso, aí já dentro do tema do requerimento – sei que tem sido feito muito alarde em torno dessa delação –, gostaria que o senhor pudesse nos dizer se foi tomada alguma medida ou se já havia medida no sentido de proteger não o Temer, mas a instituição Presidência da República, porque, como nós pudemos ver, apesar de a luta política poder ensejar que o Presidente tenha que ser filmado, tenha que ser gravado, sabemos que não é bem assim. Por vezes, na instituição Presidência da República está o equilíbrio da economia, está a vida das pessoas lá dos rincões de Mato Grosso, do interior do Nordeste. Se deixarmos vulnerável o Presidente da República aos embates da luta política, nós vamos, praticamente, esfacelar a República.

"Medeiros, você está querendo que não haja transparência?" Não, eu penso que tem de haver transparência em todos os atos, mas eu acho inadmissível que um Presidente que carrega a vida do País nas mãos... E volto a dizer: não é personalístico isso – e nós estamos diante de um ex-Presidente da República que sabe muito bem do que estou falando. Cito, por exemplo, o caso dos Estados Unidos, onde existe uma proteção à instituição Presidência da República, desde o traslado com o Air Force One. Toda essa proteção significa a proteção do país.

Gostaria de saber se nós temos preocupação com essa proteção, se, por um interesse ou outro, o Presidente for gravado, da forma como foi, a mando do Ministério Público. Gostaria de saber – sei que posso colocá-lo em dificuldade para responder essa pergunta – se V. Exª acha normal que o Presidente esteja vulnerável a esse ou àquele órgão, seja pelo interesse que for, que o Presidente da República esteja vulnerável a qualquer órgão de investigação, seja pelo interesse que for. E digo isso porque penso que já temos canais, e o Senado é um deles, para investigar a Presidência da República, mas eu gostaria que V. Exª avaliasse se não teríamos que mudar alguma coisa não para o Temer, mas talvez para ao futuro, em relação a essa segurança da instituição Presidência da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador José Medeiros.

Passo a palavra a S. Exª o Ministro Sérgio Etchegoyen.

O SR. SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN – Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão, Senador Fernando Collor; muito obrigado, Senadora Regina Sousa. Muito obrigado particularmente pelas três primeiras perguntas. Elas dão farta possibilidade de discorrer sobre diversos temas. Para que tenhamos mais oportunidades, vou tentar, na medida do possível e do que eu conseguir, ser breve e conciso nas respostas das perguntas que me foram feitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

Começo pela pergunta que me trouxe aqui, que foi a primeira indagação da Senador Ana Amélia. Absolutamente não houve nenhuma operação de nenhuma natureza para investigação do Ministro Fachin. Eu não saberia lhe dizer as razões da revista *Veja.* Em uma acusação dessa gravidade, precisaria aportar provas que não existiram, precisaria que houvesse na cadeia, na estrutura de comando da Abin, uma falta de valores éticos, morais e institucionais que não existe, Senadora. Então, absolutamente isso não aconteceu. Absolutamente isso não aconteceu! Depois, continuo na sua resposta.

A questão nuclear também abrange toda a utilização, todo o programa nuclear, desde a energia, radiofármacos, a questão da Marinha; é muito amplo isso, Discutiu-se ontem? Discutiu-se. Apresentaram-se ontem as condições, por exemplo, da retomada de Angra 3, das condições, enfim, mas foram apresentações informativas buscando soluções para essa questão, que é estratégica, fundamental. Todas as nações estão envolvidas nisso. Para nós, brasileiros, tem um significado muito importante, Senadora, porque somos dos pouquíssimos países que temos reservas e dominamos a tecnologia, somos capazes de produzir energia nuclear, capazes de produzir radiofármacos a partir de tecnologias que temos e a partir das reservas de material nuclear que temos.

E mais importante, talvez, é que atingimos um nível de maturidade, de reconhecimento internacional na comunidade internacional, particularmente na Agência Internacional de Energia Atômica, em que as eventuais suspeitas, desconfianças da finalidade do programa nuclear brasileiro estão absolutamente afastadas, Senador Jorge Viana; absolutamente afastadas, por relato do próprio Presidente da Agência Internacional de Energia Atômica, que esteve no Brasil a ano passado.

Então, acho que são passos importante que demos. O nosso embaixador na agência, o Embaixador Biato fez um belíssimo trabalho. O chefe dessa secretaria, o Secretário de Coordenação do Sistema, o Almirante Noriaki, fez um belíssimo trabalho. Então, estabelecemos relações que vão muito além das confianças geradas por relações pessoais; vão para as confianças geradas por relações institucionais.

Além disso, o Brasil tem um modelo de controle mútuo com a Argentina – as senhoras e os senhores sabem – que é único no munido e tem sido invocado pela Agência Internacional de Energia Atômica como um modelo que poderia ser utilizado por outros países.

Então, nós temos um programa pacífico, com fins pacíficos, como manda a nossa Constituição, como determina a nossa índole, e atingimos, felizmente, um grau de maturidade, que não se constrói do dia para a noite, mas, enfim, chegamos agora a um grau de maturidade reconhecido. É um momento muito favorável ao desenvolvimento das tecnologias que nos interessam do ponto de vista estratégico e do prosseguimento do País.

O acordo China/Argentina não está exatamente concluído. Existem alguns passos a serem dados, mas eu acredito que as nossas relações com a Argentina, no nível em que sempre estiveram e continuam, vão nos permitir chegar a bom termo sobre isso, principalmente no que diz respeito às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

nossas relações na área nuclear, em que nós compartilhamos enriquecimento, produção de reatores e muito mais.

A Venezuela é uma... Antes disso, porém, a senhora falou sobre a questão cibernética.

Nós sofremos diversos ataques cibernéticos ao longo desse período, no Brasil e no mundo, com intervenções. No mundo inteiro, é uma grande novidade – eu não tinha essa dimensão: os países mais desenvolvidos, como sempre acontece, estão muito envolvidos na proteção do seu conhecimento, e não é só na proteção dos sistemas cibernéticos, dos sistemas informatizados, Senadora, Sr. Presidente, eles vão à segurança da informação.

Eu vou dar um exemplo bem simplório, mas que esclarece o que estou dizendo. Uma coisa é a proteção que nós temos, em todo sistema, quando declaramos Imposto de Renda, por exemplo. Em relação a essa proteção, nós não temos notícias de nenhuma quebra, e ela é essencial. Outra coisa é a proteção dos dados, das informações que nós colocamos naqueles bancos de dados, Presidente. Ou seja, nós já ouvimos notícias de vendas de CDs com CPF, com dados, enfim. Então, o que nós temos que proteger é a informação, o que vai muito além dos sistemas propriamente ditos. E os países mais desenvolvidos estão fortemente empenhados nisso.

Estive em uma reunião na França, em janeiro deste ano, a convite do Ministro do Interior da França, para tratar disso – uma reunião mais de Hemisfério Norte. E, lá, o Ministro da Defesa da França me fez a seguinte afirmação durante uma conversa: "Nós criamos a nossa quarta força". Ou seja, há a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, e eles criaram a quarta força – ele chama de quarta força –, que é uma força cibernética em que eles colocaram três mil pessoas trabalhando com um orçamento de €3,5 bilhões. Quer dizer, é um enorme orçamento para tratar disso.

A Alemanha acabou de fazer o mesmo. China e Rússia não precisamos citar. Estados Unidos *idem*.

Enfim, nós temos que ter em conta – e eu não estou tentando absolutamente ensinar nada para ninguém, mas é a maneira como nós pensamos – que o espaço cibernético é um espaço de exercício da cidadania.

É lá que nós declaramos Imposto de Renda; é lá que nós vamos ao banco; é lá que nós nos comunicamos com as pessoas a quem queremos bem; é lá que nós nos comunicamos oficialmente; é lá que os senhores fazem parte das campanhas, do trabalho, das ações, dos contatos; é lá que nós vamos estudar. Então, é um espaço de exercício da soberania.

A grande responsabilidade do Estado – digo isto brincando – são duas: a primeira é não atrapalhar; a segunda é garantir a segurança, é garantir que ele seja seguro. Essa é a grande responsabilidade do Estado, junto com outras igualmente importantes, como a de garantir a liberdade de escolha nesses espaços, a de garantir que eu tenha liberdade de acesso, que haja universalidade de acesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

Quando falamos da universalidade de acesso a esses meios, estamos falando de exercício de soberania, de exercício de cidadania, melhor dizendo. E o exercício da cidadania é fundamental, porque é por aí que o Estado, cada vez mais, vem se fazendo presente, reduzindo suas estruturas tradicionais, como todas as empresas vêm fazendo, como todo mundo vem fazendo. Nós nos comunicamos, ou seja, se vamos tirar passaporte, acessamos o *site* da Polícia Federal, marcamos o horário, mandamos os documentos, e por aí se processa. Declaramos Imposto de Renda, pagamos contas. Enfim, eu não preciso repetir. Tiramos a nossa certidão de que estamos em dia como cidadãos, como eleitores, e por aí vai.

Então, é um grande espaço de exercício da cidadania. O Estado precisa cuidar para que ele seja seguro e livre – há países em que isso não acontece – e para que tenhamos liberdade de escolha, liberdade de opção. É disso que o Estado tem de cuidar, para não atrapalhar, voltando à brincadeira.

A Venezuela é um problema que atinge um estado que nos preocupa muito, que preocupa o Governo, que preocupa todas as nações, que preocupa as Nações Unidas, que preocupa todos os organismos internacionais. O Brasil não é escoteiro; não é uma voz isolada nisso o Governo brasileiro, pelo contrário. Mas, fundamentalmente, desde o início do Governo do Presidente Temer, nós temos, por determinação dele, abordado a questão da Venezuela como basicamente uma questão humanitária, porque o que está acontecendo é desabastecimento, dificuldade de se obterem medicamentos. Os que têm possibilidade tiram de lá as famílias, os seus doentes, para fazerem tratamento fora, levam remédios. Os relatos pessoais são de toda a natureza. Então, há carências graves, há dificuldades graves, e o Brasil já fez duas ofertas de ajuda, no ano passado, à Venezuela, ao Presidente Maduro, que não aceitou. No ano passado, ainda no segundo semestre, foram apresentadas duas ajudas – uma foi apresentada diretamente; depois, outra foi apresentada indiretamente por organismos internacionais –, que não foram aceitas.

Hoje, lidamos com uma questão que o Senador Jorge Viana...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Permita-me, Presidente Collor! É apenas para não perder...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, está com a palavra S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Essa ajuda foi oferecida em valor ou em produtos, medicamentos, gêneros alimentícios?

O SR. SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN – Foi feita em produtos, em medicamentos, em gêneros, como as que, de vez em quando, se fazem para países que estão atravessando calamidades, particularmente, ou coisa desse tipo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

O Senador Jorge Viana está mais próximo, é amazônida e deve conhecer bem a situação em que vive Roraima hoje. Ou seja, temos uma fronteira afunilada. Tudo conduz para uma pequena cidade, Pacaraima, que já está sobrecarregada, e as pessoas continuam...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem, quero só cumprimentar o Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, tem a palavra S. Exª o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Pela ordem.) – Quero cumprimentar o Ministro e, com todo o carinho que tenho pelo Senador Jorge Viana, dizer que sou de Roraima, eu conheço mais um pouco.

Obrigado.

O SR. SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN – Desculpe, Senador, eu estava olhando para o lado de cá.

Então, o senhor conhece bem, pode descrever muito melhor do que eu a situação, mas nós temos uma perspectiva de – já está saturado – um supersaturamento daquela região, com todos os problemas que isso pode nos trazer, para a região, para os nacionais. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados já esteve lá, o Governo já tem planos de contingência prontos – foram conduzidos pela Casa Civil. Enfim, nós estamos preocupados com essa questão humanitária. Temos muita interlocução com a Colômbia porque compartilhamos a maior fronteira com a Venezuela. Os relatos que nós temos colhido junto aos organismos internacionais, organizações de direitos humanos, Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e outros nos têm sugerido que essa questão pode se agravar ainda mais e nos trazer a necessidade de socorrer, obviamente, algumas pessoas, além dos brasileiros que vivem lá – se eles desejarem esse socorro. Essa é a questão da abordagem da Venezuela neste momento.

Quanto ao crime organizado, talvez o Gen. Villas Bôas tenha feito a mesma afirmação, nós cursamos a mesma escola, somos muito próximos, servimos juntos. Na minha opinião, o crime organizado hoje é a grande ameaça que a sociedade brasileira enfrenta, pela presença nacional, pela capilaridade que ele alcançou, pela estrutura que algumas organizações fizeram e também por uma questão geográfica. Eu costumo dizer que a geografia é a pior das ditaduras, não tem como a gente tirar o Brasil de onde ele está nem os países do lado, não tem como, nós estamos submetidos a ter o Atlântico de um lado e países do outro. Nós temos na nossa fronteira quatro países que são grandes produtores de drogas: Colômbia, Peru e Bolívia são os maiores produtores de cocaína, e o Paraguai é o maior produtor de maconha. E isso acontece em fronteiras – o Senador Pedro sabe disso – extremamente porosas, secas e muito longas. A nossa faixa de fronteira tem 16,5 mil quilômetros. Se nós juntarmos isso com a outra fronteira, que também tem de ser considerada fronteira para o crime organizado, que é o Atlântico, em função da quantidade de portos e entradas que nós temos, são mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

7,5 mil quilômetros. Quer dizer, são 24 mil quilômetros que nós temos e, se somássemos a extensão territorial, teríamos o país com a sétima extensão territorial do mundo – lembrando que somos o quinto, o Brasil é o quinto.

Então, nós temos um monumental problema para resolver, fronteiras para vigiar, Atlântico para controlar, e enfrentamos organizações que, por serem criminosas, não têm os limites de que as organizações de Estado necessitam, limites que num país democraticamente saudável têm de existir: os limites da lei. A pena de morte é uma regra do crime organizado à qual nós renunciamos há muito tempo constitucionalmente – é da nossa tradição, graças a Deus! E há muitas outras questões que não estão presentes. Então, hoje lidamos com crime organizado bem estruturado, com liberdade de ação, por falta dos limites legais, a que não obedecem obviamente. Acho que posso misturar algumas respostas, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone*.) – Por favor.

O SR. SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN – ...adiantaria, respondendo ao Senador José Medeiros e ao Senador Randolfe.

Nós – vou usar uma expressão e não gostaria de ser ser, por favor, mal entendido – estamos vivendo uma situação de excepcionalidade, pelo alcance, pela violência, pelo problema que o crime organizado pode trazer. A forma pela qual o Congresso pode ajudar, Senador Randolfe Rodrigues, é identificar como podemos dar, nos limites legais, no quadro constitucional, instrumentos para os órgãos de segurança pública, porque são eles os protagonistas disso; instrumentos para os órgãos de segurança pública, instrumentos para os órgãos de inteligência para que possamos defender a sociedade. Hoje, confesso, sinto falta de alguns instrumentos para defender a própria sociedade.

Vou dar um exemplo bem simplório: carregar um fuzil no Rio de Janeiro tem a mesma pena que carregar uma garrucha enferrujada. É a mesma pena. Não imagino por que alguém precisa de um fuzil no Rio de Janeiro. Ou seja, o porte de armas é o mesmo para um fuzil, com letalidade altíssima, e uma pistola, um revólver, que têm outro grau de letalidade. Tem que se discutir isso. Há ainda alguns benefícios que hoje os presos hoje utilizam, enfim.

A base do combate ao crime organizado, com a estrutura que ele tem, é um trabalho de inteligência muito bem feito em todos os níveis. O trabalho de inteligência bem feito poupa trabalho, poupa recursos, poupa tempo e, principalmente, poupa vidas – principalmente poupa vidas! Por exemplo, atuar em uma comunidade do Rio de Janeiro, ou de São Paulo, ou de qualquer das nossas cidades, comunidades mais modestas, mais pobres, população menos assistida, na desordem, na desorganização urbana em que vivem, que é a realidade dessas comunidades, se não houver um trabalho de inteligência muito bem feito, vamos ter mortes de inocentes, podemos ter mortes de inocentes. Então, há que ser feito um trabalho bem feito, muito detalhado, para que a gente chegue lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

No combate ao crime organizado, voltando agora à Senadora Ana Amélia e adiantando algumas coisas, o que a União pode fazer desde já é naquele campo que o Direito chama de suas "competências originais": faixa de fronteira, vias federais, terminais federais, espaço aéreo, espaço marítimo. Nisso podemos atuar desde já. Desde já podemos atuar e estamos atuando. Também podemos atuar nas relações internacionais, que são fundamentais para o combate. Não se faz o combate a estruturas nessa magnitude sem íntima correlação com esses países, com países vizinhos, porque o crime passa por ele e passa por nossas fronteiras. Mas o limite da União é este. O limite da União é... A possibilidade são essas ações diante e as competências dos Estados.

Então, quando a Constituição distribuiu a tarefa na área de segurança pública, definiu como competência dos Estados e das suas polícias, organizadas como o foram constitucionalmente, para fazerem o seu papel. Então, o que nós estamos fazendo para apoiar o Rio de Janeiro? O Governo do Rio de Janeiro define, como aconteceu no último fim de semana – e acho que todas as senhoras e senhores ouviram falar –, uma operação no Rio de Janeiro. Essa operação foi levantada pela Polícia Civil do Rio de Janeiro e definida pela Secretaria de Segurança Pública, que, por sua vez, procura a União e diz: "Vocês podem nos ajudar?" "Podemos. Como?" Então, nos sentamos todos em volta da mesa para conversar... Sentaram-se – eu não estava – para conversar sobre como ajudá-los.

Então, a União não tem a competência de assumir o papel – nem pode fazê-lo – dos Estados. Isso foi dito diversas vezes. O Presidente tem dito isso. O que nós temos feito é aportado os recursos de que a União dispõe, quando e na medida do solicitado pelos Estados.

Então, as Forças Armadas entraram nessa operação para fazer o cerco da área onde seriam cumpridos os mandados de prisão e de busca e apreensão. As polícias do Rio de Janeiro – a civil e a militar – entraram para cumpri-los, buscar as pessoas, revistar as casas, fazer as capturas; enfim, fazer o que tinha de ser feito. Participaram a Polícia Federal, a Força Aérea, a Marinha e o Exército nesse cenário. Ou seja, na medida em que o Rio de Janeiro for sendo abastecido de inteligência e definindo as prioridades... Ninguém conhece melhor, no Rio de Janeiro, ou no Rio Grande do Sul, ou em Roraima, ou no Amapá, ou em qualquer um dos nossos Estados, enfim, o crime organizado, as ruelas, os becos e as pessoas do que as suas próprias polícias. Então, não há como substituí-las nisso nem a União...

Agora, o outro problema que se cria para União – e, aí, os órgãos de segurança pública da União (Polícia Federal, Rodoviária Federal, etc.) têm um papel importante – é a nacionalização do crime, o crime que cruza de um Estado para outro, estruturas que se combinam entre os Estados. Obviamente, existem coisas que podem ser feitas – e estão sendo feitas –, mas nós precisamos, aí também, em respeito à autonomia dos entes federados, da adesão daqueles que nela tiverem interesse.

E já me referi às relações internacionais.

Tivemos – o Ministro da Justiça, o Ministro da Defesa e eu, juntamente com os nossos órgãos dependentes, Forças Armadas, Polícia Federal, Rodoviária Federal, Senasp, Abin – diversas reuniões com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

Colômbia, Argentina, Paraguai... Temos amanhã, em Tabatinga, uma reunião com os nossos homólogos peruanos e, no dia 17, em Santa Cruz de la Sierra, com os nossos homólogos bolivianos; e estamos buscando a mesma reunião com a Venezuela. Contudo, pelas circunstâncias que vive aquele país, ainda não encontramos os interlocutores que estejam disponíveis para isso. Mas estamos tratando bastante disso, além de termos reuniões com a África do Sul, que é um destino importante, bem como com França, com Espanha, com China, com Rússia, que são destinos importantes e atores importantes no controle do crime organizado.

Eu acho que respondi às suas perguntas, Senadora, e, de novo, agradeço por elas.

Senador Randolfe Rodrigues, eu já iniciei dizendo que, absolutamente, não houve a operação.

Não tenho notícia das razões, dos fundamentos das fontes da revista *Veja*. E já antecipo lhe dizendo que não tomei nenhuma medida judicial contra a *Veja* e contra nenhum outro jornalista que tem noticiado coisas. Curiosamente, já fui colocado em lugares em que não estive e dizendo coisas que não falei.

Ontem, tive uma reunião com um jornalista que me colocava em determinada abertura. Houve, em Porto Alegre, uma reunião de secretários de segurança do Brasil inteiro, e um jornalista colocou uma notinha de que eu tinha "bypassado" – atropelado é o que significa a expressão – o Ministro da Justiça e tinha ido lá e feito a abertura da reunião, e o problema era de segurança, não era do GSI, eu não estava lá. Infelizmente, eu não estava lá. Infelizmente por duas razões: primeiro, porque fui convidado pelo Ministro da Justiça; segundo, porque eu tinha um familiar doente, cheguei a Porto Alegre e fui direto visitá-lo, e me atrasei para o evento. Eu não compareci; só compareci mais tarde ao evento que eu tinha lá.

Eu tenho aprendido, na função que estou exercendo desde maio do ano passado, Senador, a... E tenho feito um exercício muito grande, porque essa não era a minha vida, de entender esse jogo da imprensa, que é feito, como toda atividade humana, com erros, falhas, acertos, equívocos. E não quero ser o gatilho mais rápido do oeste, que, em cada esquina, vai duelar com algum jornalista, não. Eu prefiro conversar, como conversei ontem, com um jornalista, que disse: "O.k., desculpe-me, não vai mais acontecer, me ligue."

Eu tenho tido muitas conversas com jornalistas. Por exemplo, na quinta-feira, tivemos uma reunião, o Ministro Jungmann e eu, com formadores de opinião importantes, no Rio de Janeiro, para tratar de segurança. Na sexta-feira, tive mais uma reunião com um pessoal das edições do Rio de Janeiro, das editorias do Rio de Janeiro, para dar subsídios, explicar-lhes o que estamos fazendo em apoio ao Rio de Janeiro. Tive uma aqui, em Brasília, com a imprensa daqui, na terça-feira. Ou seja, não tenho me preocupado com esse tipo de ação, porque tem sido um aprendizado importante para mim. Tem sido muito mais frutífero buscá-los para conversar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

Não me encontrei com o jornalista que produziu a notícia da *Veja*, consequentemente, não tenho as razões dele. Tampouco ele me procurou antes para saber se aquilo era verdade, se não era, enfim. Então, não acho, por uma convicção pessoal, que eu deva mover ações, a menos que eu receba um ataque pessoal contra a minha honra, contra a minha dignidade. Ainda que eu tenha entendido que isso atingiu a minha dignidade pessoal, a minha honra, porque atinge os princípios pelos quais tenho me regido na vida pública, porque já vão quase 50 anos, como eu lhe disse, não acho que valha a pena exercer um cargo público que aceitei – ninguém me forçou a aceitá-lo – e gastar a minha energia com uma briga que acho pouco frutífera.

A reunião citada na Veja existiu; eu estive com o Presidente e tratamos de inúmeros assuntos, inclusive a denúncia. Não vou me lembrar de todos eles neste momento. Acho que o senhor entenderia que todos eles foram tratados. Estava lá o Ministro Moreira Franco, e tratamos com o Presidente. Normalmente o Presidente faz uma reunião nos fins de semana – algumas vezes me chama, outras vezes não, depende do que ele vai fazer – para que se inicie a semana. Normalmente é isso o que acontece. Algumas vezes estou presente e, outras vezes, quando o Presidente não julga necessário, eu não estou. Consequentemente, imaginar que nós faríamos uma reunião de governo, que eu participaria de uma reunião de governo conduzida pelo Senhor Presidente da República para estabelecer uma estratégia de ataque à Operação Lava Jato... A Operação Lava Jato tem vida própria, ninguém segura a Operação Lava Jato, graças a Deus. É uma operação que vai produzir os seus efeitos. E uma ação contra o Ministro Fachin ou qualquer Ministro ou qualquer autoridade pública para obter vantagem pessoal ou... É uma ilação da revista, Senador, que absolutamente.... Ela me atinge pessoalmente, mas eu não a levo para o lado pessoal, como eu lhe disse, não quero levar.

A notícia do jornalista Reinaldo Azevedo: eu não teria nenhum comentário a fazer para o senhor.

Quem noticiou que eu tenho participado mais amiúde de reuniões com o Presidente foi O Antagonista. Disseram que eu tenho participado mais amiúde... Se não me engano, foi O Antagonista. Acho que foi isso. Foi, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN – Foi O Antagonista.

O Antagonista está equivocado. Eu sempre participei, não houve maior frequência a partir dali. Houve, desde o primeiro dia em que cheguei, desde o primeiro dia em que assumi minha função... Eu perguntei ao Presidente da República como ele queria, e ele disse "Não, eu quero falar com você diariamente, porque pode ser que você tenha o que me dizer e eu tenha alguma coisa para lhe dizer." Então, diariamente, sempre que o Presidente tem tempo e que estou lá ou que ele está lá, eu espero para ser chamado por ele para tratar de alguma coisa. Não houve nenhuma mudança de frequência, absolutamente não houve nenhuma mudança de frequência nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

A Abin não tem competência legal, Senador, para fazer escutas ou qualquer outro tipo de ação dessa natureza, escuta ambiental ou escuta telefônica não é da competência da Abin. Consequentemente, a Abin não tem equipamento nem tem autorização para isso. Obviamente, nenhum juiz aceitaria um pedido nessa direção e, consequentemente, a Abin não faz. É preciso...

Eu gostaria de esclarecer que a Abin trabalha num nível político e estratégico, ela faz excelentes... Um comentário que eu gostaria de fazer é acerca da qualidade das análises da Abin. Eu tenho mandado para o Senador Fernando Collor e tenho mandado para a CCAI algumas informações, por exemplo, sobre o crime organizado. O nível das análises da Abin é um nível excepcional, e esse nível foi construído por servidores concursados de todos os espectros da sociedade brasileira. Todos imaginam que lá estejam, no meio de quase 1,3 mil pessoas, pessoas de todos os espectros ideológicos, todas as faixas ideológicas estão cobertas lá. São servidores de Estado que, a partir do momento em que os conheci, em que conheci o trabalho deles e pude avaliá-lo, desde maio do ano passado, merecem o meu aplauso entusiasmado. Eu acho que o Brasil conta com excepcionais servidores de inteligência que entendem o papel que executam como inteligência de Estado.

Respondi suas perguntas, Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com a palavra S. Exª, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Se V. Exª me permite, obrigado, Presidente; obrigado, General Etchegoyen.

V. Exª mesmo acaba de confirmar não só sobre a ocorrência da reunião do dia 3 de junho – isso é um importante esclarecimento para esta Comissão –, mas também que, nessa reunião do dia 3 de junho, foi tratada a denúncia da JBS. É uma pergunta que faço a V. Exª: entre as atribuições da Abin, haveria alguma atribuição relacionada a essa denúncia da JBS – só para completar as perguntas –, haveria alguma atribuição relacionada diretamente a isso? Pergunto, porque, na linha do que foi perguntado por outros Senadores, blindar o Presidente da República de investigações sobre corrupção, coordenada e conduzida pela Procuradoria-Geral da República, que está entre as suas atribuições constitucionais, está entre as atribuições do Gabinete de Segurança Institucional? É um fato curioso, ou seja, se houve a reunião do dia 3 de junho e se essa reunião tratou da denúncia da JBS, o que ameaçava a segurança institucional? Como ameaçava a segurança nacional a denúncia da JBS? Parece-me que é inevitável a pergunta sobre esse tema.

V. Exª também fala sobre a agenda dos encontros com o Presidente da República. Oficialmente, na agenda do Presidente da República – esses são dados, Ministro, da agenda do Presidente da República –, constam, entre janeiro e maio, três encontros de V. Exª na agenda o Presidente da República. Pelo menos, é o que consta oficialmente na agenda do Presidente da República. Após a crise da JBS, constam oito encontros, ou seja, em 20 dias, oito encontros. Nos quatro meses anteriores, três

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

encontros. Isso, pelo menos, é o que consta oficialmente na agenda. Alguns desses encontros da agenda oficial, nos 20 dias pós-crise, estão como alteração da agenda, ou seja, foi encaixada a sua presença na agenda com o Presidente da República. Por que oficialmente, na agenda do Presidente da República, que é do conhecimento de todos, consta uma frequência tão maior nos 20 dias pós-crise da JBS do que nos três meses anteriores?

Por fim, ainda na linha do que V. Exª aqui nos responde: durante a crise, na segunda-feira, dia 12 de junho, um pouco depois de ter sido noticiado, o Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado Carlos Marun – aliás, um dos Vice-Líderes do Governo na Câmara dos Deputados, que é presença constante no gabinete presidencial –, declarou o seguinte *ipsis litteris:* "O Presidente não usou a Abin, mas, se a tivesse usado, qual seria o problema?" Ainda segundo um dos Líderes do Governo: "A Lei da Abin 9.883, de 1999, autorizaria a espionagem." Essa é a declaração do Vice-Líder do Governo. Ainda, adiante, ele disse: "Entre as funções da Abin, está: avaliar as ameaças internas e externas à ordem constitucional." A pergunta é: o Procurador-Geral da República e o Ministro Edson Fachin são, por alguma razão, ameaças à ordem constitucional? Essa, na verdade, é uma pergunta que faço em função da declaração do Líder do Governo. E eu pergunto a V. Exª: V. Exª concorda com essa declaração feita pelo Líder do Governo? E lembro que ele a fez em defesa do Presidente Temer e da, abre aspas, "suposta espionagem".

E, por fim, Ministro, só para que não reste nenhuma dúvida aqui: eu tenho um profundo respeito pela necessidade de um gabinete de segurança institucional e pela necessidade de uma agência de inteligência. Nenhum Estado nacional sobrevive sem inteligência nos tempos atuais. Eu acho que, quanto mais for necessário, mais devemos fortalecer a atuação da nossa inteligência. O problema, a questão que está sendo colocada, que está sendo feita é no sentido de saber como a atuação da segurança institucional, especificamente da inteligência, foi utilizada nesse episódio específico.

É isso que tinha em réplica.

Agradeço a atenção de S. Exª o Ministro e a condescendência de V. Exª, Presidente Fernando Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Randolfe Rodrigues.

Passo a palavra a S. Exª a Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, que copreside esta reunião, Senadora Regina Sousa, que tem alguns complementos a fazer em relação às indagações formuladas.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

Sr. Ministro, ainda dentro da questão da notícia. A notícia provocou reações de grande indignação por parte da população e de autoridades, entre elas a Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia, quando ela diz que o STF repudia com veemência a iniciativa espreita espúria... Todos já devem ter lido, mas ela fala que é uma prática que tem que ser civicamente repelida, penalmente apurada e os responsáveis exemplarmente processados e condenados na forma da legislação vigente.

O senhor não acha que é muito pouco para a população, principalmente diante do advento das redes sociais, apenas dizer que não houve? Não houve uma apuração para ver a origem? Pergunto isso, porque, hoje, há meios... Não é que vá afetar a liberdade de imprensa. Acho até que a liberdade de imprensa não pode abonar uma mentira dessa monta, mas uma apuração que produzisse um relatório que desse uma satisfação à população, ainda porque, com as redes sociais, se espalha como rastilho de pólvora na cabeça da população essa notícia de que houve uma tentativa de constranger de alguma forma. Então, teria que haver algo mais consistente como resposta.

É essa a pergunta que faço.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Regina Sousa, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Passo a palavra a S. Exª o Ministro Etchegoyen.

O SR. SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN – Obrigado, Presidente.

Eu vou iniciar pela réplica do Senador Randolfe Rodrigues.

Senador, eu participo de reuniões e, em uma reunião multidisciplinar como essa, muitos assuntos são tratados, ou seja, não necessariamente todos os assuntos tratados têm a ver com todos os presentes em uma mesa de reuniões. Nós estamos tratando aqui de diversos assuntos, e não necessariamente todos têm a ver com quem está à volta daquela mesa. Então, o que eu posso lhe dizer é que a ilação, a conclusão, ou ainda, tentar estabelecer relação de causa e efeito entre um assunto tratado e a ideia de que aquilo possa ser interpretado como uma ameaça ao Estado, e a ação da Abin ilegal, como uma ilegalidade, ela não se sustenta nos fatos. Ou seja, o que eu lhe confirmei é que houve uma reunião em que foram tratados diversos assuntos, alguns referentes a minhas responsabilidades, outros referentes a responsabilidades de outros, e outros em que o Presidente pede a opinião de cada um para ter os seus assessoramentos. Por isso que eu lhe disse que algumas vezes estou presente, outras vezes, não.

Blindar o Presidente da República não produziu nenhum efeito, se tivéssemos blindado o Presidente da República. Ele foi acusado, foi submetido à Câmara dos Deputados por uma denúncia contra ele. Não teríamos produzido nenhum efeito nisso. A chamada denúncia da JBS já tinha ocorrido, os fatos já estavam andando. Não se imagina como isso pudesse trazer alguma blindagem ao Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

Volto a dizer-lhe: a agenda do Presidente da República talvez tenha tido... Como eu lhe disse, estou diariamente com o Presidente da República. Por que naquela agenda? Pode ser que as reuniões para tratar... Quando eu tenho, por exemplo, um tema para tratar com o Presidente da República sobre segurança pública, uma reunião de segurança pública, eu peço um horário especial ao Presidente da República, que manda chamar o Ministro da Justiça, o Ministro da Defesa e, eventualmente, mais alguma pessoa, e aquilo vai para a agenda como uma reunião, uma coisa específica, especial. Os contatos diários não são de agenda. Os contatos, normalmente matinais, como eu lhes disse, não estão na agenda e são muito frequentes – muito frequentes!

Então, honestamente, não vejo nenhuma relação entre ter tido, na agenda, quatro reuniões ao longo de três, quatro meses e oito reuniões ao longo de 20 dias. É o desenvolvimento de um trabalho normal, com muitas ações e muitas atividades que se desenvolveram nesses dias todos.

Eu não tenho como comentar com o senhor as afirmações do Deputado Marun. São opiniões dele que não produziram... O Deputado Marun não tem nenhuma ingerência sobre a Abin, muito menos sobre o GSI. Não sei em que nível, em que circunstâncias ele afirmou o que afirmou. O que posso lhe dizer é que – isso, sim, eu posso lhe dizer –, obviamente, dois agentes do Estado como o Procurador-Geral da República e um Ministro do STF não são ameaças absolutamente à instituição, à institucionalidade, à segurança institucional, nem nós podemos trabalhar... Nós estamos em um Estado democrático, não há por que isso aconteça e para que isso aconteça.

É preciso nós conhecermos... Todos nós conhecemos, é óbvio. Mas é importante que nós entendamos em que circunstâncias os trabalhos acontecem, de que maneira as coisas acontecem. Ou seja, pegar uma instituição como a Abin, como eu disse, com um espectro... Lá há servidores concursados que têm diversas origens, diversos pensamentos, diversas posições. E achar que vamos pegar todas essas pessoas para cometerem crimes dessa natureza... Eu acho que há um risco enorme de que já estivessem por aí todas as provas do cometimento desse crime. Senadora Regina Sousa, obrigado por sua pergunta. Eu vivo, desde esse dia, uma situação muito curiosa, que é a da inversão da prova. Eu tenho que provar que não fiz, o que é muito curioso, porque não apareceu nenhuma prova de que nós tivéssemos feito. E eu não consigo lhe aportar nenhuma prova de que eu não fiz. Eu posso lhe dizer: "Não fizemos."

Não fizemos por quê? Por circunstâncias, como eu lhe apresentei. A Abin é um órgão multifacetado. Teria de haver uma concordância de servidores que podem ter, e seguramente têm, opiniões distintas sobre o Governo, sobre questões políticas, sobre posições ideológicas. Isso é natural em todas as instituições.

Teríamos que ter produzido alguma coisa que tivesse melhorado a blindagem, a proteção do Presidente da República. Não chegamos a isso. Teríamos que ter encontrado provas, indícios, servidores que tivessem feito isso, testemunhos que comprovassem isso. Nenhum deles. Catorze de junho, passados dois meses praticamente, não chegamos a lugar nenhum além daquela notícia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

Imaginar que uma notícia dessas pudesse produzir o efeito que produziu... Eu lhe confesso que eu não alcançava todo o mal que essa notícia podia produzir, particularmente para o sistema de inteligência. E volto a dar aos senhores o meu testemunho, testemunho de quem está lá há pouco mais de um ano e que não conhecia a Agência Brasileira de Inteligência: nós temos um serviço de inteligência à altura do País grande que nós queremos ter, com todas as suas deficiências de recursos, que são comuns a todos os órgãos, limitações, falta de pessoal, mas produzem e respondem. Os senhores ficarão, certamente, se nos derem a honra de uma visita à Abin, muito bem impressionados.

Eu cito sempre um fato, um documento cuja cópia, no ano passado, até mandei para o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que era o Presidente da CCAI – não sei se está com ele ou está com a CCAI. O relatório sobre o Brexit feito pela Abin foi o melhor que eu li, foi o melhor de todos os relatórios que eu li. Eu não li nada parecido na imprensa, Presidente, como o relatório produzido pela Abin. Os relatórios produzidos pela Abin sobre a questão humanitária na Venezuela, sobre o que nós estamos vivendo, são muito ponderados, muito equilibrados e muito serenos na abordagem das questões.

Então, eu não tenho nenhum elemento para lhe dizer, para lhe apresentar, nenhuma prova, para dizer: "Eu não fiz; a Abin não fez." É muito difícil isso. Nós lutamos. Enfrentam-se opiniões de que teria feito. "Fez, fez, fez." A gente começa com: "Fez, fez, fez." E houve quem dissesse que esse: "Fez, fez, fez" dito mil vezes se transforma em verdade. Infelizmente, isso pode ser verdadeiro. O fato que eu volto a lhes dizer é que eu não recebi essa ordem, eu não transmiti essa ordem, e tenho absoluta convicção e confiança de que a Abin não tomou essa iniciativa, isso eu posso lhes dizer.

Comprovar como? Poderia puxar a minha história para a senhora conhecer; poderia puxar a história do Oficial de Inteligência Janér, que está aqui presente, que é o Diretor-Geral da Abin; poderia lhe apresentar as circunstâncias dos servidores da Abin e seus pensamentos políticos e ideológicos. Mas preciso de uma prova de que isso tenha acontecido. Ou seja, é muito difícil lutar contra uma prova que não me apresentam. "Olha, fez." "Por quê?" "Não sei, mas fez." E eu tenho que provar que não fiz. Então, essa questão, parece-me, é um pouco perversa para que se consiga provar e apresentar às senhoras e aos senhores a solução definitiva dessa questão. Essa é uma questão absolutamente ultrapassada, para mim, do ponto de vista funcional. E eu gostaria que ficasse também, para toda a sociedade, para todas as senhoras e senhores, representantes legítimas dessa sociedade, a superação desse episódio. Agora não tenho como convencê-los, além de apresentar o meu depoimento, que é onde baseio todos os meus conceitos. Enfim, sublinho e ressalto o meu depoimento com uma história de 50 anos de serviço público em que não houve... Tampouco será apresentado qualquer atentado a qualquer instituição, qualquer investimento contra as competências ou qualquer ofensa à legalidade em qualquer momento, de qualquer natureza ou de qualquer extensão. É como posso responder.

Muito obrigado pela sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Eu indagaria a S. Exª o Senador José Medeiros se...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

O SR. SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN (*Fora do microfone*.) – Perdão, se V. Exª permitir...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pois não, por favor.

O SR. SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN – Sobre a réplica do Senador Randolfe, acho que tráfico de drogas é um dos crimes transnacionais – um! Existem outros crimes transnacionais que produzem, que nos infernizam, que nos tiranizam, que nos trazem e produzem todo esse ambiente ruim. Posso citar: tráfico de drogas, tráfico de armas, que normalmente é vinculado a ele; tráfico de produtos naturais; tráfico de pessoas, que já é o quarto crime mais rendoso do mundo, e já existe o Brasil – não, graças a Deus, em volume, mas já existe. A nossa diferença para o resto do mundo, outros lugares onde há tráfico de drogas, é porque no Brasil entrou o fuzil. E a banalização do fuzil trouxe a banalização da letalidade. Então, temos a polícia, que tem que subir, entrar na comunidade e se expor ao tiro de fuzil.

Quando a União, em seus objetivos, estabeleceu o combate ao crime organizado – já dissertei sobre isso – nas suas competências, estabeleceu três objetivos. Foram apresentados ao Presidente, que os aprovou, três objetivos: o primeiro deles, neste momento, é desarmar as organizações, tirar-lhes a capacidade letal, pela importância que isso tem hoje para a defesa da sociedade, para a defesa dos nossos policiais.

A ação que o Governo Federal tem feito se estende muito mais do que simplesmente o combate ao crime organizado. O Ministro Osmar Terra foi encarregado de coordenar as ações sociais que permitam ao Estado competir com o crime no recrutamento do jovem. Às vezes, o jovem sai e não tem outra perspectiva, seja por atração, seja por coação, do que servir ao crime organizado. É outro empenho que estamos fazendo. Eu não considero – já dei minha opinião, acho que a situação é a ameaça mais grave que vivemos – que vivamos em um clima de guerra. Não é isso que acho. Eu acho que a gente vive um ambiente de crime organizado que é sério, que é grave, mas a sociedade, o Brasil tem instituições policiais capazes, bem estruturadas, bem equipadas e bem sustentadas juridicamente para enfrentar. Portanto, não enxergo uma situação de guerra e acho que, se adotássemos essa visão, estaríamos adotando uma visão perigosa e equivocada para tratar da questão.

Já falei da forma como o Congresso poderia ajudar nisso, mas ainda existe um subproduto ou um produto direto do crime organizado – e nisso, sim, o Congresso poderia nos ajudar muito, tendo isso em mente e não perdendo de vista – que é o fato de que o crime organizado produz comunidades tiranizadas pelo crime, pessoas que perdem a liberdade de escolha, que perdem a possibilidade do exercício da cidadania nas vilas, nos lugares onde moram, dominadas pelo crime. O senhor tem vivência nisso e sabe disso.

Então, essa é uma questão que nós precisamos ter em conta. Quando eu falei da excepcionalidade da situação que a gente vive, foi para entender que nós temos que resgatar do crime organizado populações das quais até o direito do voto, hoje, é controlado – até o direito do voto é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

controlado! É preciso ter muita energia e determinação de parte do Estado, lembrando-se dessa situação.

Eu acho que respondi as suas perguntas, Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN – Ah!, sim.

Eu vim... A minha história toda foi numa instituição de Estado, como militar. Sou soldado a vida inteira, consequentemente, tenho enorme apreço pelas instituições e pelo papel institucional de todas elas, independentemente de ser o Presidente Temer, ou de ter sido a Presidente Dilma, ou o Presidente Lula, ou o Presidente Collor. O Presidente é a expressão de uma nação; é o Chefe de Estado e o Chefe de Governo. É ele que nos representa. Não há como separar o indivíduo do cargo que ele exerce – e nós temos aqui o exemplo do Presidente Collor. Não há como separar isso.

A presença de um Presidente da República num ambiente é a presença da República representada por aquela pessoa. Independentemente das naturais, legítimas e saudáveis divergências de posições políticas e ideológicas, nós temos que fortalecer as nossas instituições. Talvez uma das razões da crise que nós vivemos seja exatamente a necessidade de nós fortalecermos essas instituições, que têm demonstrado uma solidez admirável. Contudo, essa solidez é das instituições. É preciso que ela esteja presente na percepção dos cidadãos e cidadãs.

Se nós analisarmos o período político que nós atravessamos, apesar de conturbado já de bastante tempo, difícil e com rupturas, nós não tivemos solavancos institucionais nem mesmo perspectivas disso, nem há ninguém imaginando que nós venhamos a ter. Então, nós adquirimos uma maturidade institucional, Senador – essa é a minha opinião, e eu a tenho expressado diversas vezes –, que o senhor não encontra muito no mundo, não. Vamos olhar em volta e vamos imaginar que outras nações, Senador Cristovam, teriam passado por tudo que nós passamos e as instituições continuassem. Discordamos, achamos que não poderia ter sido assim, mas a sociedade se submeteu às decisões da Suprema Corte, desta Casa, das demais instituições, por mais discordância que houvesse nas interpretações individuais; elas não foram desobedecidas, ofendidas, afrontadas.

Então, eu acho que a nossa sociedade amadureceu tremendamente, nesses últimos anos que nós estamos vivendo, particularmente na compreensão do valor das instituições como sustentação de uma democracia saudável. É esse o significado. E o Presidente da República é uma instituição. É uma instituição, repito – vamos despersonalizar, desfulanizar –, ele é uma instituição. Obviamente, ele é protegido por isto, por ser uma instituição, a segurança pessoal, essas coisas. Ele não está imune ao alcance da lei, já tivemos exemplos bastante recentes. A Justiça não está constrangida para agir contra o Presidente da República, já tivemos exemplos recentes. Mas acho que precisamos, não só o Presidente da República, mas o Congresso, a Suprema Corte, a Procuradoria-Geral, as nossas instituições de Estado, trabalhar os nossos cidadãos para entenderem o valor do que eles construíram, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

Poucas nações do mundo em tão pouco tempo criaram um regime tão sólido, que nos permite estar aqui discutindo, discordando. Vejo os embates tão entusiasmados, muitas vezes, das senhoras, dos senhores, da tribuna, nas Casas deste Congresso, mas que são frutos da fortaleza dessas instituições.

Cada vez que olho para outras nações e outros cenários, vejo como muitas nações ainda têm muito a andar e como nós conseguimos andar muito em pouco tempo, com uma sociedade que não tem o nível cultural que todos nós gostaríamos que tivesse – o Senador Cristovam é um batalhador disso –, não tem, mas que entende que é melhor viver sob a soberania dessas instituições, que têm respondido tão bem às crises que nós enfrentamos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado, Ministro Etchegoyen.

Com a palavra S. Exª o Senador José Medeiros, para considerações sobre as respostas oferecidas.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Ministro Etchegoyen.

Sr. Presidente, eu levantei esse ponto e repiso-o, porque tenho notado que, em que pese todo esse alicerce e essa estrutura que V. Exª trouxe aqui, recentemente, isso tem sido, em nome da luta política, banalizado, pessoalizado, personalizado. E, a meu ver, é um perigo isso.

Já que hoje, aqui, eu ouvi muitas ilações, até no sentido de fazer prova negativa, o que é quase impossível, eu também vou fazer uma ilação aqui. A meu ver, o que aconteceu recentemente não passou de uma estratégia bem combinada, e os fatos e a imprensa corroboram para que eu continue pensando isso. Por exemplo, que um grupo econômico notadamente ligado a uma instituição política... E isso faz sentido, porque era um grupo que estava falindo. Houve um grande aporte de recursos nacionais que tornou essa empresa a maior do mundo no seu setor, no seu segmento, com prejuízos à Nação. E cito o caso do Estado do Mato Grosso, em que todas as plantas frigoríficas foram fechadas, e o Estado passou, e todos os pecuaristas, a comer na mão – me permita esse termo – desse grupo.

E, de repente, nós vemos também um cenário de que houve um verdadeiro cerco para a tomada do poder à força. E a gente sabe que o poder não se dá; o poder é tomado ou pelas urnas, pelo convencimento, ou pela força. E nesse caso me pareceu muito uma intentada contra a instituição Presidência da República no sentido de tomar e tirar um presidente do cargo, basta ver que os atos preparatórios foram muito... Primeiro se solta que haveria um áudio em que o Presidente teria feito uma determinada ação. Quando sai o áudio, não se comprova aquilo, mas fica o fato como se fosse verdadeiro. E, no momento em que nós estávamos decolando economicamente, houve todo um processo de queda – vamos ter que fazer um retrabalho –, veio toda uma crise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

E a gente vê que, do lado... Ontem a imprensa disse, os Procuradores disseram: "Olha, é impossível comprovar o que o Sr. Joesley, por exemplo, disse a respeito dos ex-Presidentes do Partido dos Trabalhadores; é impossível comprovar aquilo." Então, houve uma isca para cá, e era uma pessoa ligada totalmente a um grupo político.

E por que eu faço essa avaliação? É que, a meu ver, houve toda uma estratégia montada e tal. E, pelo que V. Exª disse, nós precisamos talvez evoluir em termos de legislação, porque, como V. Exª disse, a Abin não se mete nesses assuntos. Nós precisamos – não em relação ao Temer; eu digo quanto ao futuro – que o País não fique vulnerável às lutas políticas, porque, se a cada momento em que eu discordar ou em que eu quiser o cargo do Presidente da República, eu montar aqui, e essa instituição Presidente da República estiver vulnerável a essas sórdidas manobras, o País ficará também vulnerável. Essa é a minha preocupação.

Penso que a luta política tem que se dar no voto. Mas essas gambiarras podem nos levar a um estado de excepcionalidade, que não é a segurança que nós queremos. Eu entendo, às vezes, a agonia de quem perdeu o poder, mas eu não posso concordar com que o Estado brasileiro, daqui para frente, fique... Que possamos – não em relação a este Governo, mas ao outro – pensar não em algo fora da lei, mas pensarmos numa forma de o País não sofrer esses abalos por causa da discussão menor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador José Medeiros.

O Ministro Etchegoyen tem algum comentário a fazer? (*Pausa.*)

Muito obrigado.

Passo a palavra, então, ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, queria cumprimentá-lo; cumprimentar a querida colega Senadora Regina Sousa, que preside a Comissão de Direitos Humanos do Senado e que copreside esta reunião com V. Exª e os colegas Senadores; e, de modo muito especial, o General e Ministro Sergio Etchegoyen.

Eu queria primeiro deixar bem claro que, tanto pela biografia de V. Exª quanto pelas conversas, pelo conhecimento que tenho de V. Exª, eu separo muito bem a figura de V. Exª, como um grande brasileiro que tem uma história, um serviço prestado ao País, que não pode ser colocado, em nenhum momento, sob suspeição.

Mas eu estou aqui em uma missão, em uma função de Senador da República e estou muito mais voltado a fazer questionamentos ao Ministério que V. Exª lidera, a uma organização, uma instituição importantíssima no Estado brasileiro, que é a Abin – que em última instância V. Exª também dirige, é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

responsável por ela –, obviamente vinculados a fatos que foram tornados públicos pela revista *Veja*, como já foi colocado aqui, uma revista que... No meu caso, sendo do Partido dos Trabalhadores, até informo que estou trazendo alguns questionamentos de colegas da Bancada que não puderam estar aqui.

Esta é uma oportunidade nesta Comissão, que não é só de Relações Exteriores, mas de Defesa Nacional, e é nesse sentido que eu vou procurar fazer alguns comentários e alguns questionamentos, fazendo obviamente esse diferencial, porque tenho um profundo respeito pessoal e também pela sua vida, servindo como soldado do Exército brasileiro. Eu sei que V. Exª é um dos grandes generais do Exército brasileiro hoje. Conheci-o nas conversas que já tivemos e nas oportunidades, uma delas ainda no início dessa crise, tendo a participação também de outro grande brasileiro, que é o General Villas Bôas, que esteve aqui conosco ajudando-nos a entender melhor os tempos difíceis que o País atravessa.

Mas eu tomo a liberdade de iniciar fazendo um contraponto divergindo. Eu entendo que nós estamos vivendo uma gravíssima crise institucional no Brasil. Não sei até que ponto isso já feriu fortemente essa jovem democracia brasileira, que ainda tem por volta de 30 anos, desde a redemocratização. Nós tivemos episódios gravíssimos de interferência do Poder Judiciário no Poder Legislativo, sem a cobertura legal, nem da Constituição, nem de outra lei qualquer. Houve fatos – não foi um fato, vários fatos – que eu poderia descrever, mas isso não é o objeto desta audiência. Nós tivemos uma interferência – aí temos pontos de vista diferentes, inclusive aqui na Casa – do que nós chamamos de um golpe parlamentar, retirando uma Presidente legitimamente eleita com 54 milhões de votos, sem a tipificação, a comprovação do crime de responsabilidade; também, no meu ponto de vista, uma interferência do Poder Legislativo no Poder Executivo. E agora, inclusive, como desdobramento desse episódio, porque eu não me refiro só à reunião do dia 3 de junho, o Brasil tomou conhecimento de uma denúncia trazida a público envolvendo o Presidente da República, Michel Temer, mediante escutas feitas por meio de uma ação organizada pela Polícia Federal que chegou às consequências da escuta, com prisão ou com identificação, filmagem, gravação de malas de dinheiro sendo transportas em São Paulo por um assessor muito próximo e especial da Presidência da República, e depois outras envolvendo outras figuras proeminentes.

Mas essa crise específica de que tratamos aqui, envolvendo o Presidente Michel Temer, começou em uma reunião em que a revista *Veja* – que não tem nenhum apreço à força política a que eu sou ligado; ao contrário, que foi parte importante no suporte ao que nós chamamos de golpe e outros chamam de *impeachment* da Presidente Dilma – faz uma denúncia. É a mesma revista que faz a denúncia de que houve essa reunião. V. Exª confirmou que houve a reunião, confirmou os que compuseram a reunião, conforme veiculado pela revista *Veja*, e obviamente diverge da interpretação dada pela matéria. Isso é importante.

Mas o que nós estamos vivendo? Ontem, Sr. Ministro, o Presidente da República, Michel Temer, colocou sob suspeição o Procurador-Geral da República! Essa é a consequência. Se isso não for crise

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

institucional, eu não sei mais o que é, porque tudo que está ocorrendo no nosso País decorre de uma ação do Ministério Público Federal agindo com setores do Judiciário brasileiro – a Operação Lava Jato é fruto disso –, juntamente com a Polícia Federal, porque é preciso dar o destaque.

A revista diz, numa matéria, que o Presidente chamou os assessores e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, representado por V. Exª, para tratar da escuta, da armadilha a que o Presidente foi submetido pelo Sr. Joesley, no Palácio do Jaburu, fora do horário de expediente, no avançar da noite. E nós estamos vivendo essa crise desde então.

O Senador Randolfe, a partir de informações também veiculadas pela imprensa, confirmadas por V. Exª, disse que, durante quatro meses servindo ao Presidente Michel Temer, o senhor foi três vezes ao gabinete; e durante esses poucos dias, de 3 de junho para cá, o senhor foi chamado oito vezes, oficialmente, na agenda.

Por que eu estou levantando essas questões? Porque estamos vivendo tempos difíceis no Brasil, onde alguns são condenados e execrados sem sequer terem sido denunciados ou julgados, e outros são absolvidos mesmo com evidência de provas.

Eu não posso deixar de fazer o registro de que o que houve na Câmara dos Deputados, nos últimos tempos, foi algo que chocou o Brasil: as negociatas feitas dentro do plenário da Câmara dos Deputados em troca de se evitar que o Presidente fosse investigado não pela oposição, não pelo Senado, não pela Câmara, mas pelo Supremo Tribunal Federal, a partir de um pedido da Procuradoria-Geral da República.

O Dr. Rodrigo Janot foi indicado pelo Presidente da República para ser chefe do Ministério Público Federal, vindo como primeiro da lista indicada pelos seus pares; foi sabatinado pelo Senado Federal na Comissão de Constituição e Justiça duas vezes, e reconduzido. Esse homem, chefe do Ministério Público Federal hoje, está sob suspeição. Ele está agindo de maneira deliberada contra o Presidente Michel Temer? Se ele está agindo hoje, nós temos um problema do pretérito de quatro anos. Tudo o mais que o Ministério Público Federal fez está sob suspeição. Foi isso que o Presidente Michel Temer fez ontem.

Se isso não for uma gravíssima crise institucional, eu não sei mais o que será. Gravíssima! Porque o convite da vinda de V. Exª foi em relação a uma suspeita de que o Ministro Fachin, Relator da Lava Jato – não foi só o Dr. Rodrigo Janot –, e também a PGR estariam sendo monitorados por estrutura do Estado brasileiro.

Eu acho, Presidente Collor – V. Exª que foi Presidente da República –, que foi feito um grande equívoco, por parte do Governo atual, quando ele misturou Gabinete Militar com Gabinete de Segurança Institucional. Eu fui Governador, como vários aqui foram governadores, e sei que têm que ser separados. Gabinete Militar tem algumas prerrogativas exclusivas de gabinete militar, cuida dos familiares, da vida, tem intimidade com o Presidente da República, mas o Gabinete de Segurança Institucional é algo mais do Estado. Eu consigo ver isso e acho que está havendo uma confusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

Não sei a quantas reuniões o General Etchegoyen foi como chefe da Abin, a quantas foi como Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e a quantas foi como Chefe do Gabinete Militar. Nestes tempos de crise, sei que é necessário esse vaivém todo dia, mas estamos querendo fazer algo.

Não sei, Senador Cristovam, acho que o brasileiro não sabe... Não estou aqui falando... No senso comum, não está claro o que é essa história de Abin, mas acho que todos nós sabemos o que é o serviço secreto. Todo mundo sabe o que é CIA. A Abin é o serviço secreto brasileiro, é uma estrutura do Estado brasileiro, que precisa agir, às vezes, até à revelia dos governos. Mas o Gabinete de Segurança Institucional é da Presidência da República – eu faço um diferencial danado disso –, como o Gabinete Militar é da Presidência da República. Então, nós estamos misturando, e vai ficar difícil separar isso. E as suspeições vão fazer parte da história, apesar de eu separar de novo a integridade, a biografia e a vida do General Etchegoyen.

Mas V. Exª está servindo a um Governo que não veio das urnas, que é parte da crise. Aliás, eu acho que o Governo atual é a crise brasileira. Nunca vi um governo tão impopular, tão sem respaldo, tão cheio de problemas, que não cumpre nada do que fez e a cada dia fica mais refém do que há de mais fisiológico e podre na política brasileira. E eu não sei qual é o custo que o Brasil vai seguir pagando para sustentar, até as eleições, um governo com essas características.

Então, eu volto aqui aos fatos. Devo perguntar primeiro se V. Exª não acha que nós deveríamos redesenhar essa estrutura institucional tão importante para o Brasil.

Está havendo uma crise na Venezuela – o Presidente Collor hoje fez reparo. A Venezuela tem a maior reserva de petróleo do mundo. Se somarmos ao pré-sal brasileiro, cuja produção é maior do que a do pós-sal, se pegarmos uma pequena e leve análise sobre isso, podemos perguntar o seguinte: a guerra do Iraque foi por conta de armas químicas ou foi por conta de uma disputa de um território e por conta de interesses de grandes companhias americanas? Ficou evidente, a história já registrou que não houve nada de guerra química, que foi uma ação dirigida para tratar de questões de geopolítica, de questões econômicas vinculadas ao petróleo.

Não estou aqui querendo dizer que é ação da CIA, mas estou querendo dizer: será que um país como o nosso, que disputa o mundo, General... O nosso País disputa o mundo. V. Exª é um defensor da Amazônia, da soberania da Amazônia – conheço isso de perto –, com o General Villas Bôas e tantos outros das nossas Forças, mas o Brasil é um país que o tempo inteiro é alvo por alguma razão, por ser Amazônia, por ter as reservas que tem, por ser o grande celeiro de produção de alimentos do mundo, pela posição geográfica que tem, pela liderança que tem. Este é o nosso País! E nós agora vamos dizer que tudo o que está ocorrendo aqui é estritamente vinculado a uma disputa entre oposição e situação, à intolerância de um lado e de outro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

Eu queria um comentário: se há alguma hipótese, se há alguma atenção da Abin sobre as tentativas, mesmo depois de alguns fatos no Brasil, de interferência no sentido de levar em conta essa disputa global que nós temos hoje muito presente por parte dos blocos que se formam.

A notícia que se tem é de que a Rússia interferiu na eleição dos Estados Unidos. Será que há algum movimento no sentido de interferir na crise que o Brasil vive hoje, na crise que a Venezuela vive?

E eu queria também dizer que, para mim, essa crise foi disparada – é uma pergunta que faço – quando a Presidente Dilma foi monitorada sem autorização judicial, o seu telefone, o da Presidência da República, do seu gabinete, falando com o ex-Presidente Lula. Foi fora do prazo estabelecido pelo juízo. Quem disse isso, que foi crime, foi um Ministro do Supremo que lamentavelmente já se foi, o Ministro Teori Zavascki; ele falou que foi cometido um crime. E aquele crime levou pessoas para frente do Palácio que tentaram invadir o Palácio; aquele crime, pelo qual a Presidente Dilma não pôde mais nomear o Presidente Lula, pode ter sido a bala de prata do golpe que mudou e feriu de morte a democracia brasileira. Que Presidência aguentaria uma situação daquela?

Eu faço uma pergunta *a posteriori:* a Abin cuidava do Palácio, sabia, averiguava se havia alguma escuta no gabinete da Presidência, se ela estava sendo monitorada? É uma pergunta que eu faço, porque as notícias são que a Presidente Dilma, que foi vítima – nós, que fomos vítimas –, não usou a estrutura do Estado para permanecer no poder. Eu fui dar um abraço nela, lá na base aérea, e ela cumpriu o rito constitucional, mesmo se sentindo injustiçada. Mas o atual Governo não, o atual Governo faz – pelo menos é o que nós temos ouvido no noticiário – o possível e o impossível para se manter; arranja desculpas e diz que é para a estabilidade econômica, e o Brasil nunca viveu tanta instabilidade econômica, como agora; diz que é para a estabilidade política. E, depois de um golpe, nós precisamos nos encontrar com a democracia novamente. Então, Sr. Ministro, eu faço essas intervenções.

E concluo, Sr. Presidente, fazendo um último apelo também. A situação se agravou tanto que chega às cidades, aos Estados. O meu Estado está vivendo quase uma guerra contra o crime organizado. Ouvimos aqui do Ministro da Defesa, do Comandante do Exército, que há um deslocamento do poder do crime organizado do sul do País para as regiões mais próximas de fronteira. O Exército foi para as ruas no Rio de Janeiro, fora de eventos importantes. O Rio de Janeiro, há décadas, resolveu conviver com o crime organizado, com o tráfico de drogas e de armas, e as consequências são essas. Um comandante do Exército disse que não há como garantir a vigilância, que nós não temos controle dos 16 mil quilômetros de área de fronteira.

V. Exª, como Ministro, como um homem de Estado que é, com a biografia que tem, com o conhecimento que tem, não acha que seria fundamental – eu tenho defendido esta tese – que, também nas áreas de fronteira, junto com os Estados, com as polícias militares, civis, como a gente quer no Acre – eu tenho defendido isso para a área do Mato Grosso também, mesmo em Rondônia, em outros Estados; só o Acre tem 800km de fronteira com o Peru e mais 300km com a Bolívia –, com os pelotões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

que temos, não seria hora de haver uma ação conjunta, em que o Exército apenas daria suporte à Polícia Federal, à Polícia Rodoviária Federal, e de nós agirmos na entrada da droga e das armas de calibre .50?

Pergunto se não está na hora de fazermos isso, porque foram 62 mil assassinatos no ano passado no Brasil, boa parte deles execuções. Isso eu gostaria de ver separado dessa questão que foi colocada.

Voltando, Sr. Ministro – é o último questionamento que faço –, ao fato de o Presidente Michel Temer pôr sob suspeição o Procurador-Geral do Ministério Público, Dr. Rodrigo Janot, o que para mim é o ápice dessa crise institucional que nós vivemos, já que o Ministério Público tem cumprido um papel tão importante no combate à corrupção. Ele fez isso em função de alguma informação que a Abin passou de que houve alguma ação fora da lei por membros do Ministério Público Federal ou mesmo do Ministro Fachin, do Supremo? Porque pedir a suspeição do Procurador-Geral da República é algo gravíssimo. Eu gostaria de saber se o serviço secreto brasileiro, a Abin, alimentou o Presidente com alguma informação que o levasse a uma situação tão extrema como essa, de pedir a suspeição da Lava Jato, do combate à corrupção feito pelo Ministério Público com a ajuda de parte do Judiciário, especialmente do Supremo Tribunal Federal.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Jorge Viana.

Passo a palavra ao Ministro Sergio Etchegoyen.

O SR. SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN – Muito obrigado, Senador, principalmente, pelas suas palavras iniciais, muito generosas. Muito obrigado pela sua pergunta.

Eu volto a dizer ao senhor: no meio de todas as crises – eu reforço a minha opinião –, de todas as crises que nós vivemos, as nossas instituições têm suportado a crise. Com mais ou menos dificuldade, elas têm suportado, e tenho confiança de que continuaremos nesse caminho, até porque confio nas instituições.

A questão da *Veja*, volto a dizer... E faço uma correção, porque me corrigiram aqui: aquela informação de que eu tinha tido mais reuniões com o Presidente depois do que antes é da *Veja*; *Veja* de 16 de junho – para dar o crédito a quem merece. A questão da *Veja*, de se fazer uma reunião com o Presidente da República e sair com uma notícia daquelas... A *Veja* estabeleceu uma relação de causa e efeito. E inúmeras, um leque, milhares de relações de causa e efeito se podem retirar de qualquer atividade, particularmente de uma reunião com o Presidente da República em um momento daqueles. Não sei que fontes a revista tem. Eu não fui fonte. Eu não fui sequer consultado, então não pude sequer antecipar uma opinião; nem eu nem a Abin. E volto a dizer que não corresponde à verdade dos fatos aquela notícia da maneira como ela foi dada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

Eu vou deixar para o final a suspeição do Procuradoria-Geral da República, que o senhor deixou como sua última pergunta.

A Abin é controlada, institucionalmente, pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, presidida pela Deputada Bruna Furlan e cujo Vice-Presidente é o Sr. Senador Collor, em que nós temos reuniões frequentes e prestamos conta do que fazemos. A própria Deputada já esteve na Abin mais de uma vez.

Então, a confusão... Tratar a Abin como um serviço secreto é um pouco de simplificação do que ela faz. A Abin lida muito – boa parte da atividade de inteligência – lida com fonte aberta, como a gente diz: com notícias, com conceitos; e a Abin foi se expandindo para buscar mais informação. Ora, somos um país que é uma das dez maiores economias do mundo, ou oitava – imagino que estamos por aí, não é? Tínhamos as instâncias de inteligência na Argentina, em Buenos Aires, em Bogotá e em Caracas. Ainda as temos; e hoje há em todos os continentes buscando informação, inteligência, aproximação com outros órgãos de inteligência.

A Abin, por exemplo, tem excepcional relação... Há uma rede internacional das agências de inteligência do mundo inteiro. São 92 agências interligadas que trocam conhecimentos naquelas ameaças e nos limites do nosso interesse nacional. Isso foi muito útil durante a Olimpíada e tem sido muito útil na prevenção do terrorismo. E tem-nos ajudado muito no combate ao crime organizado essa rede mundial de que a Abin participa, com bastante reconhecimento. E presta contas à CCAI. Eu já estive aqui pelo menos duas vezes, nesse período, prestando contas, buscando... Comunicamo-nos permanentemente com a CCAI. Então, acho que a sociedade, por intermédio do Parlamento, está presente nas atividades da Abin, pode fiscalizá-la, é bom que o faça e está fazendo.

Sem dúvida nenhuma, existem outras questões envolvendo a Venezuela, obviamente. Uma vez ouvi uma frase atribuída a Nelson Rockefeller que dizia que o melhor negócio do mundo é uma companhia de petróleo e o segundo melhor negócio do mundo é uma companhia de petróleo mal-administrada. A Venezuela conseguiu chegar onde está. Então, talvez tenha quebrado essa frase atribuída a Nelson Rockefeller.

Eu, Senador, por uma posição pessoal e por uma questão de temperamento, não atribuo importância demasiada... Eu busco não atribuir importância demasiada à interferência que outros possam fazer; eu vou buscar as defesas que nós temos de construir, as interferências que nós temos de evitar e o nosso relacionamento com os países. É lamentável o que está acontecendo no nosso entorno. Indo um pouquinho mais para trás, se olharmos a América do Sul, o mapa da América do Sul é o mesmo mapa que eu estudei no primário, que o meu pai estudou, que o meu avô estudou. É exatamente o mesmo mapa, com as mesmas soberanias, com os mesmos limites geográficos. Do meu estudo no primário para cá, a única mudança que houve foi a independência das duas Guianas: o Suriname e a Guiana Inglesa. A Guiana Francesa continua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone*.) – E o Acre.

O SR. SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN – Não, mas do meu primário para cá...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone*.) – Não. Do seu avô.

O SR. SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN – Ah, sim. Do meu avô, o Acre.

Mas nós construímos... Da minha infância para cá foi isso; e, internamente, foi o Território do Guaporé que eu me lembro que mudou de nome. E os cinco territórios que passaram a ser quatro Estados, com a incorporação de Fernando de Noronha à administração de Pernambuco.

Mas, no que nós construímos na América do Sul, a gente tem que parar para prestar atenção e ver o que nós podemos perder. É dessa perspectiva que eu vejo um pouco a questão da Venezuela. O que nós construímos na América do Sul? A sociedade mais estável de todos os continentes, Senador. As nossas instabilidades e as fronteiras que nos dividem são internas: a pobreza, a falta de cultura, a falta de educação, a corrupção, o crime organizado. Essas nos dividem em Porto Alegre; minha metrópole natal, Cruz Alta; Rio Branco; Tocantins; Rio de Janeiro. As fronteiras físicas, políticas que nós construímos na América do Sul foram traçadas, muitas delas, por negociações diplomáticas, a grande maioria das nossas, consolidadas eventualmente por movimentos militares, por confrontos bélicos, mas estabilizadas há mais um século. Até mesmo o Acre resultou de uma negociação. Então, se nós olharmos em volta, quantas Europas o senhor já estudou? Agora, recentemente, a África tem um país novo a cada... Há o Sudão do Sul. Na Ásia, há aquela franja de países soviéticos que passaram a ser nações independentes.

Então, nós construímos na América do Sul um convívio institucional, um modelo de convívio entre soberanias extremamente estável e extremamente cooperativo. Nós fazemos fronteiras com dez países, além de todas as outras fronteiras que dividem os países sul-americanos. Nessas fronteiras, nós não temos presentes fronteiras de exclusão, nós não temos fronteiras de ódio, nós não temos fronteiras de desesperança, nós não temos fronteiras de retirados. Podemos passar a ter, começamos a ter.

Então, o episódio da Venezuela, sob a perspectiva da América do Sul que nós construímos... Eu não gosto do conceito da América Latina, por isso que eu me fixo mais no conceito da América do Sul; eu acho o conceito da América Latina um pouco artificial e não atende bem, não responde a tudo, mas essa é uma outra discussão para um bom vinho, Senador, não é para agora. Nós construímos na América do Sul um modelo de convívio entre essas soberanias que é exemplar para o mundo. Ninguém alcançou isso, ninguém construiu uma área de paz como nós construímos. E estamos vivendo agora uma crise daquele tamanho, com todas as repercussões humanitárias, direitos humanos, políticas, enfim.

Então, a Venezuela é uma nação que não pode ser abandonada; ela tem que ser compreendida sob a perspectiva geopolítica da América do Sul e o que ela representa para o Brasil como um vizinho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

importante e uma saída para o Caribe. Ora, o abalo nessas questões, o abalo nessas relações, a instabilidade interna que se produz, a partir do processo venezuelano, trará prejuízo a essa união, a esse modelo que nós construímos. Então, acho que sobre a Venezuela nós temos que tratar. E essa tem sido a abordagem fundamental no papel que o Brasil tem que construir, tem que exercer nesse grande condomínio que é a América do Sul.

Neste grande condomínio, nós temos quase a metade do território, mais da metade do PIB e mais da metade da população. Nós temos que pagar a conta maior do condomínio, é como quem mora num dúplex: paga dobrado em relação a quem mora num apartamento simples do mesmo edifício. Ou seja, nós temos uma responsabilidade enorme para exercer neste subcontinente, e ela passa pela compreensão da situação da Venezuela e, principalmente, da população, do povo venezuelano. Eu acho que é isso que se faz neste momento.

As interferências e pressões externas sobre a Venezuela e a presença têm sido de muitas fontes. Existe uma presença grande de cubanos na Venezuela. Não há aumento da presença de outras nações na Venezuela, e isso nos traz elementos extrarregionais para crises regionais, o que nos preocupa bastante. A Abin acompanha o fato pelas ameaças institucionais, mas particularmente pela questão humanitária migratória que isso pode gerar. Nós temos, por exemplo, brasileiros que vivem em uma região que confronta a fronteira com a Colômbia. Se esses brasileiros quiserem ser repatriados, nós temos que negociar. Precisamos do apoio da Colômbia, estamos negociando com a Colômbia – isso está bem adiantado, não haverá nenhum problema.

A Abin não tem nenhuma... Imagino que não tenha, até porque eu não estava lá. No governo passado, a Abin estava subordinada à Secretaria de Governo – era isso, não? Subordinada à Secretaria de Governo. Eu não saberia lhe dizer se ela tinha alguma informação de que a Presidente Dilma e o Presidente Lula estivessem com seus telefones monitorados pela Justiça. Eu não saberia lhe dizer. Eu não estava lá, e ela estava em uma outra estrutura, que era a Secretaria de Governo.

Quanto ao crime organizado, volto a dizer, nós ajudamos o Rio de Janeiro a partir de decisões do Rio de Janeiro, mas o senhor está absolutamente correto: o crime organizado chegou à extensão que chegou, na cidade, no Estado do Rio de Janeiro, por decisões do Rio de Janeiro também, ou seja, que aceitou, admitiu, por razões que eu não saberia... Essa é uma outra discussão longa, sociológica, em que eu não sou especializado. Mas admitiu; admitiu que acontecesse. E uma das razões eu acho que permanece, que é o desamor pelas forças de segurança. Ou seja, o Rio de Janeiro, Senadores, Senadoras, perdeu este ano – até sábado, quando foi a última conta com o Secretário de Segurança – 93 policiais militares. Perdeu, Presidente, 93 policiais militares este ano. Os Estados Unidos perderam no Afeganistão cinco militares. E a Rússia está sendo criticada na imprensa internacional por mascarar as perdas na Síria, que não seriam 16, como eles anunciam, mas 40. Ora, eu faço uma pergunta: alguém aqui viu algum movimento de algum segmento da sociedade – não vou falar de autoridades, porque estamos falando da sociedade – de socorro a uma viúva, a uma criança que tenha perdido a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

possibilidade de estudar, à viúva que não vai conseguir manter o aluguel onde mora? Então, nós temos um desamor por isso, um pouco de desamor por isso, um pouco de desamor por isso.

Outro dia fui a uma reunião que tratava disso, no Rio de Janeiro, com empresários que me convidaram para participar de um painel, e um integrante do painel disse que aquela cena horrorosa, terrível sob todos os aspectos, de dois policiais ou um policial – não me lembro mais – executando homens deitados, do lado de uma escola, teve, durante um dia, 48 inserções na televisão. E a cena de um policial que foi morto numa esquina, durante uma operação, que cai com um tiro – esse filmezinho triste está no YouTube –, teve uma inserção.

Então, sem querer colocar a culpa na sociedade, obviamente não é isso, acho que precisamos nos olhar no espelho um pouquinho – eu falo de nós sociedade, nós brasileiros – e observarmos como nós estamos valorizando os nossos policiais. Proteger o mau policial é desvalorizar o policial. Não é disso que eu falo. Valorizar o policial é valorizar o bom policial e punir severamente o mau policial. Mas como nós o estamos protegendo? Quantos programas nós temos para garantir a vida, pós perda, de viúvas e órfãos, ou de famílias e dependentes? Porque muitas vezes os dependentes não são só viúvas e órfãos, ou viúvos.

Como nós trabalhamos isso? Que homenagem tem sido feita a esses 93 policiais? A qualquer deles? Quem viu a homenagem, além da presença do Comandante do batalhão e da Comandante da PM num cemitério do Rio de Janeiro, naquela cena que a televisão repete e mostra sempre igual, triste, pungente? Quem viu isso?

Então, também temos que tratar dessa questão, e o senhor está absolutamente correto, Senador; absolutamente correto. Foram feitas escolhas que resultaram... A liberdade de fazer escolhas traz o dever de conviver com as consequências das escolhas. Acho que o Rio de Janeiro tem essa questão.

As ações nas fronteiras estão sendo conduzidas sob o respaldo do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, um decreto de 16 de novembro do ano passado que reajusta o decreto que existia do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, dá um pouquinho mais de atribuições, traz mais elementos de desenvolvimento social e econômico e busca integrar mais um pouco os órgãos de segurança pública na segurança das fronteiras.

Obviamente que cada fronteira tem muitas realidades dos dois lados, ou seja, na fronteira do Mato Grosso do Sul, por exemplo, onde eu vivi e trabalhei algum tempo, a realidade dos órgãos de segurança pública – a distribuição administrativa e as competências – é uma, no Mato Grosso é outra, no Paraná é outra. Então, nós precisamos ter uma integração que eu chamo de horizontal em cada esfera da administração pública, União, Estados e Municípios, e precisamos ter uma integração vertical de União, Estados e Municípios, no cuidado das fronteiras. E é isso que estamos buscando por adesão, obviamente, porque não se podem invadir as competências desses entes federados. E temos outra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

realidade do outro lado da fronteira, que tem outros órgãos para cuidar de segurança, de imigração, de crime transnacional, com os quais temos de nos relacionar.

E já existem excelentes resultados nessas relações. A Polícia Federal tem trabalhado no Paraguai, em acordos, em convênios com o Paraguai, destruindo plantações de maconha. O mesmo tem acontecido com a Bolívia. A Polícia Federal faz um belíssimo trabalho nisso. Tanto a Polícia Federal quanto a Abin têm adidos nesses países, e nós conseguimos trabalhar bem.

A sua última pergunta, Senador, é sobre a suspeição apresentada pelo Presidente da República em relação ao Sr. Procurador-Geral da República. Essa é uma decisão pessoal da defesa do Presidente, da defesa dele; é uma decisão privada de um cidadão que no campo privado se defende, e é uma decisão que, no campo privado, está nas opções legais. Então, ele lançou mão de uma das opções legais que ele tinha, considerando todas as circunstâncias legais, políticas e jurídicas de que ele poderia lançar mão; não houve nenhuma ilegalidade. Ele não afastou o Procurador-Geral da República, ele não está afastado, ele continua lá, com uma alegação de suspeição do Presidente, pelas razões que ele e seu advogado acharam convenientes, e o fizeram. Aí, eu teria que entrar no campo privado das decisões tomadas pelo Presidente da República. Institucionalmente, ainda que haja repercussões, ele não está afastado; é o mesmo Procurador da República que nós temos.

Tendo respondido, muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – S. Exª o Senador Jorge Viana tem algum comentário?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito rapidamente, porque eu sei que estamos muito avançados na hora. Mas é um comentário sobre a estrutura organizacional que foi modificada. Eu gostaria de ouvir a opinião, caso possível.

O SR. SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN – Claro.

Projete para mim, por favor!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas eu concluiria só mais um aspecto que é importante também que eu terminei que suscitei, sobre o papel do serviço secreto. E eu estou falando não é para diminuir a Abin, eu sei das funções. É, porque eu acho que nós temos que ter claro que os países precisam ter um serviço secreto para atender o Estado.

Por exemplo, ficou provado, há poucos anos, um episódio envolvendo a espionagem da ex-Presidente Dilma, em que a NSA, norte-americana, espionava regularmente e profundamente o Brasil. Nós sabemos que há esse movimento de lá para cá. E nós temos uma contraespionagem? A Abin tem agido; não tem agido? Como é que isso funciona? Porque para um país que disputa o mundo, como o Brasil –, isso é complementar àquele comentário que eu tinha feito de que é bom que V. Exª possa nos trazer –, que estrutura nós precisamos dar? O Brasil está disputando o mundo há anos, e tem havido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

reação do mundo em relação a essa disputa, dos diferentes atores que estão envolvidos nesse espaço de luta, de guerra, verdadeira guerra. Então, isso para mim é fundamental.

E, por último, sobre essa questão da violência, eu não sei, o Governo Federal não está pensando em fazer um plano por meio de uma decisão do próprio Governo Federal nas áreas de fronteiras, usando os pelotões que nós temos do Exército, a estrutura que temos das Forças associada às estruturas dos Estados, como suporte? Porque isso é mais tranquilo de ser feito e há prerrogativa constitucional, desde que seja em área de fronteira. E aí nós temos. Nós estamos fazendo algo grave; estamos pondo o Exército nas ruas no Rio. Mas eu estou falando daquilo que todos nós sabemos que é a causa: a entrada de arma comprovada pelo Galeão. Imagine pelos rios! Eu acabei de vir agora de quatro dias numa aldeia, em duas aldeias indígenas, na cabeceira dos rios, na fronteira com o Peru, andando oito horas de canoa – fiz essa viagem –, para ir, e seis horas, para voltar; e, na volta, a gente veio um pouco mais rápido, descendo o rio. V. Exª andou conosco na Amazônia, em vários lugares. Nós não podemos esperar mais para isso. É necessário, então, que o Governador Tião Viana faça...

Nós estamos trabalhando em um pedido. E eu peço aqui ao Presidente, então, concluindo, para, quem sabe, fazermos aqui uma audiência objetiva nesse sentido, na Comissão de Defesa Nacional, para abordar que mecanismo falta ainda para que possamos ter uma ação coordenada nas áreas de fronteira, nas estradas, rios, com o Exército, que tem toda uma estrutura, e as policias estaduais e, obviamente, as federais, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. Não tenho dúvida de que isso tem efeito. Nós enfrentamos o crime organizado no Acre dessa maneira. Não havia como entrar no Acre ou sair do Estado sem passar na BR-364 – como não há –, nos aeroportos e em algumas rodovias. Os criminosos não querem ir para o lugar onde o Estado está presente. Eles se instalam onde há ausência das forças de segurança do Estado.

Eram esses os questionamentos, mas eu gostaria muito de ouvi-lo sobre essas duas outras questões. Uma é sobre o desenho da estrutura organizacional, que eu acho que ficou muito confusa, e é importante que seja separado – é a minha visão pessoal, de alguma experiência que acumulei. E a outra é sobre essa questão da ação contra o Brasil que vem dos serviços secretos de outros países; se nós estamos fazendo uma ação de contrainteligência no sentido de preservar a soberania brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Jorge Viana.

Antes de passar a palavra ao Ministro Sergio Etchegoyen, eu gostaria de registrar aqui a presença do Deputado Alfredo Sirkis, dando-nos muita satisfação por compartilhar conosco desta audiência pública.

Com a palavra o Ministro Sergio Etchegoyen.

O SR. SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN – Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

Senador, obrigado pelas suas observações.

Vamos na sequência. Quanto a essa estrutura do Gabinete de Segurança Institucional, como é que o órgão se organizou, se estruturou? Há uma secretaria que atende os projetos da Estratégia Nacional de Defesa – tem a ver com a segurança institucional, espelha e faz a interface com a Presidência da República, até porque já havia órgãos que faziam isso antigamente –, que é aquela Secretaria de Coordenação de Sistemas. Há uma outra secretaria que espelha os órgãos voltados para segurança e defesa – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Executivo, do chamado Conselhão, conselho de governo que é secretariado pelo GSI; e o Conselho de Defesa Nacional, que é também secretariado pelo GSI. Aquela outra caixinha, de assuntos militares, são as burocracias documentais que passam para o Presidente ou vêm do Presidente para o Ministério da Defesa. E, por fim, há uma Secretaria de Segurança e Coordenação, que faz o que o senhor citou como atribuições de uma casa militar típica, a secretaria, e a Coordenação de Eventos do Presidente da República, o que não é uma atividade simples. O senhor tem experiência disso, sabe bastante disso.

Essa estrutura é diferente da que havia antes. Ela é, na nossa opinião, um aperfeiçoamento daquela estrutura, e acho que ela tem atendido, e à Abin obviamente. Ela tem respondido muito bem a todas as demandas que têm sido feitas, até mesmo com órgãos que foram reativados, o próprio Conselho de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro, o Sistema de Proteção, enfim, todas essas... A minha opinião, Sr. Senador, é que nós estamos em uma estrutura que responde ao que nós precisamos.

Quanto à questão da espionagem, eu volto a lhe dizer: nós vamos continuar sendo... Essas tentativas não vão parar nunca, exatamente pelo argumento que o senhor usou: o Brasil está no jogo, é – uma expressão comum – um *global player*, é um jogador desse grande tabuleiro político, geopolítico estratégico internacional. Então, nós vamos ser espionados. Se voltarmos a nossa ira, a nossa indignação para o espião, nós não vamos cuidar de não sermos espionados. É dessa forma – eu já citei isso para o senhor – que eu tento raciocinar; dessa forma que a minha cabeça funciona.

Uma série de coisas já foram feitas e já vinham sendo feitas – mas amadureceram agora – nesse sentido: telefones mais seguros, proteção de gravação, meios criptográficos mais garantidos, segurança cibernética para as nossas redes – isso é fundamental. Isso é fundamental!

Quanto à segurança da informação, como eu já mencionei anteriormente, nós estamos caminhando, eu acho, numa direção que tem sido reconhecida até por outros atores. Existe uma dificuldade que não é deste Governo e não é de governo, é de todos nós, que é a disciplina. Quantos de nós não se irrita, Senador, quando recebe uma mensagenzinha do banco para trocar a senha? Pensamos: "Poxa, vou ter que trocar a minha senha de novo!" Nós somos indisciplinados para isso.

Eu costumo dizer sempre o seguinte, que eu só falo por celular o que se pode publicar; o que não se pode publicar, eu não falo. Então, eu não trato, por celular, de nada que não possa ser publicado. Por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que o meu celular está grampeado? Não, é porque eu acho que temos de estabelecer critérios de disciplina, padrões de disciplina para fazer isso, ter segurança nisso. Não é a segurança de quem vai espionar o Chefe do GSI para isso ou para aquilo, mas são questões de Estado que muitas vezes passam pela gente e que não podem estar disponíveis nem sendo tratadas... Imaginem eu tratar por celular que o Presidente da República está indo a tal ou tal lugar, em tal dentista? E as vulnerabilidades que eu irei abrir? Só para dar um exemplo. Há outros tantos assuntos que passam.

O primeiro passo depende de cada um de nós pessoalmente, e funcionalmente nas responsabilidades que exercemos. Como estabelecer e cumprir padrões de disciplina importantes? Ora esses padrões de disciplina poderiam ter evitado muito dissabor, muito constrangimento; e continuam evitando.

E a gente vê, na vida privada das pessoas, filmetes que começam a circular e não deveriam circular, fotos que são pessoais e acabam mal utilizadas e gerando até constrangimento, chantagens, extorsões... Então, hoje não existe limite para isso. Praticamente não existe limite para isso, então, nós vivemos num mundo diferente; vivemos no mundo em que as pessoas, a geração que nos sucede não se preocupa em se expor – ela não tem as travas que nós trazemos na exposição pessoal – e tampouco expor os outros. E algumas vezes as disputas e as competições levam para constrangimentos dessa natureza.

Primeiro, volto a dizer, é a disciplina pessoal. Eu pessoalmente, repito, não trato por telefone, exceto pelo telefone seguro que a gente tem, nada que não possa ser publicado. Nada, absolutamente nada! Nós estamos desenvolvendo... A Abin tem uma tecnologia, um nível tecnológico admirável nesse sentido. Admirável! Que vinha sendo feito antes, mas o equipamento está maduro agora. Necessitava de testes importantes, que vêm sendo feitos lá no departamento que trata disso. E acho que nós precisamos caminhar ainda mais para nos igualarmos a outras nações.

Mas eu lhe diria, para nos protegermos, se nós dirigirmos a ira a quem nos espiona, nós vamos gastar energia à toa. O.k.?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Gen. Etchegoyen.

Passo a palavra agora a S. Exª o Senador Telmário Mota.

Antes de V. Exª, por gentileza, Senador Telmário, a Presidente Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Antes, Senador Telmário, permita-me: eu queria pedir licença para me ausentar. Peço desculpa ao General Ministro, mas eu tenho uma reunião que já está ocorrendo em outra sala; e é importante também que eu esteja lá, pois é questão de direitos humanos também, dos quilombolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

E o senhor pode terminar a reunião; a reunião vai continuar competentemente presidida pelo senhor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Eu agradeço a V. Exª, Senadora Regina Sousa, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, pela atenção que teve e, sobretudo, pela coparticipação na Presidência desta reunião no dia de hoje. Muito obrigado a V. Exª.

E agora sim, Senador Telmário Mota, V. Exª está com palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor de Mello; já na ausência, mas também Senadora Regina, Presidente da CDH; hoje, nesta audiência pública interativa, Sr. Presidente, nós temos a presença do General Ministro Sergio, que veio a convite para prestar esclarecimentos sobre as informações noticiadas pela imprensa, entre os dias 10 e 16 de junho de 2017, quanto à utilização da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para investigar altas autoridades da República. Foi um requerimento feito pela Senadora Ana Amélia e também pelo Senador José Medeiros.

Mas o Ministro, na sua bondade, aqui atendeu a outras solicitações, que saíram do objetivo do requerimento. Como o Ministro hoje responde por órgãos importantes da Federação, eu também quero me oportunizar e fazer outras perguntas que naturalmente fogem ao que hoje trouxe V. Exª aqui; e veio preparado para isso. Mas V. Exª, sempre muito cortês, muito educado, muito comprometido com a coisa pública, permitiu e respondeu exaustivamente outras perguntas.

E, nesse sentido, eu queria começar dizendo que tive a oportunidade de conhecê-lo em algumas reuniões de trabalho e, conhecendo a história da sua biografia, muito pautada na competência, na honestidade, na disciplina, na brasilidade, na nacionalidade e sobretudo na defesa da soberania do nosso País, eu quero dizer a V. Exª que a fala de V. Exª hoje aqui, o seu depoimento, eu acato como verdadeiro, porque eu jamais poderia imaginar que V. Exª permitiria qualquer mácula na sua biografia, discorrendo em qualquer ato que não fosse dentro da legalidade. E penso mais: quem ocupa cargos e órgãos públicos e o poder tem que exercê-los na sua totalidade, no limite da legalidade. Vi aqui até algumas questões que me parecem que eram defesa de advogados que foram confundidas com a questão da instituição Abin, que é uma instituição por que nós temos todo o respeito. E acredito, sim, na sua competência e, sobretudo, no seu poder de desenvolver.

Mas as perguntas que vou fazer a V. Exª, V. Exª poderá responder de forma rápida, sucinta e direta. O Senador Jorge tocou um pouco no que diz respeito às organizações criminosas. Hoje as organizações criminosas têm ramificação em todos os sentidos, têm uma raiz muito profunda, vão na corrupção, vão no tráfico humano, de biodiversidade, de minério, de arma, de órgão; vão na criminalidade organizada, nos bairros mais periféricos; chegam às penitenciárias, e elas têm diversas facções, diversas faces, etc. Aí eu pergunto – a primeira pergunta é em cima disso aí: o nosso País, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

Brasil, perdeu, está perdendo ou não perdeu a guerra para a criminalidade? O que um órgão como a Abin e outros de inteligência estão sugerindo à Nação brasileira para que a gente possa reverter essa situação e deixar, pelo menos, numa situação que não seja, como V. Exª falou, de excepcionalidade, mas de naturalidade ou que seja suportável? Aí a primeira pergunta.

A segunda pergunta também é de cunho nacional: face ao programa de venda das jazidas do pré-sal e do pós-sal, bem como de outros ativos estratégicos da Petrobras, a empresas estrangeiras, por valores aviltados, a Abin detectou alguma influência de potências estrangeiras na conformação de tal programa? A Abin considera que, neste caso, o patrimônio nacional está devidamente protegido? A segunda pergunta.

A terceira pergunta: sabe-se que, no âmbito da Lava Jato, entabulou-se uma espécie de cooperação informal entre alguns procuradores brasileiros e o Departamento de Justiça norte-americano, à margem do que dispõe o acordo de assistência judiciária em matéria penal, celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos. Em razão disso, o Brasil transferiu vultoso recurso para o exterior e muitas empresas estratégicas brasileiras perderam o acesso ao mercado de serviço de exportação. A Abin e o Sisbin acompanham tal processo? Detectaram influência indevida dos Estados Unidos nessa cooperação? É a terceira pergunta.

E a quarta pergunta, deixe-me dizer. Como moro no Estado de Roraima, nasci ali, conheço com propriedade, desde os primeiros movimentos, das primeiras migrações de forma um pouco tímidas, já em 2015, 2016, em função dessa crise econômica e política na Venezuela, eu já comecei a me movimentar aqui, indo a diversas localidades, por exemplo, ao Ministro das Relações Exteriores, ao Ministro da Justiça, à própria Presidência, buscando aparelhar o Estado de Roraima para uma possível massa migratória, como está acontecendo agora, chegando a 30 mil, 40 mil pessoas. E o Estado de Roraima, que é um Estado pequeno, é um Estado que vive do contracheque, de uma economia do contracheque, naturalmente não suportaria e não suporta essa grande massa migratória.

Nessa grande massa migratória, o Estado está vivendo já a sua grande crise. Hoje 40% das pessoas que ocupam os leitos dos hospitais são venezuelanos. Nós estamos com um surto de malária, de chikungunya, de zika, de dengue no Estado como um todo. Paralelamente a essa questão da saúde, nós estamos também com crises sociais: o desemprego, a prostituição, a criminalidade, o roubo, o furto. E aí eu pergunto: o Ministério da Saúde vai ali, o Ministério da Justiça tem chegado até ali, o Ministério das Relações Exteriores passou por lá; e o órgão de segurança nosso, o que está sugerindo ao Governo Federal para dar suporte ao Estado e ao Município, principalmente a capital, no que diz respeito à segurança e à área de saúde, principalmente? Ou até mesmo para encaminhar essa massa migratória para um outro Estado? Porque Roraima não vai suportar. São pessoas já morando na rua, ao relento. Essa é a pergunta.

A outra, para finalizar. V. Exª viu que eu não perguntei muito, não é, Ministro? Estou contribuindo com o tempo e com o horário. Deixe eu lhe falar: o nosso Estado, quando as terras de Roraima passaram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

– eu já tive essa conversa com V. Exª –, quando o Presidente Lula passou as terras do Estado para Roraima, o Estado começou um processo de titulação. Mas ele está precisando de uma autorização de uma secretaria especial, que eu não sei se era de V. Exª ou se é agora de V. Exª; se não for, V. Exª me diz se é ou não é. Para resolver essa titulação, é preciso o assentimento prévio, que era do Incra e agora passou para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar. Eu não sei se ela está subordinada a V. Exª ou a outro Ministério.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senador Telmário Mota.

Passo a palavra a S. Exª o Ministro Sergio Etchegoyen.

O SR. SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN – Obrigado, Senador Fernando Collor.

Obrigado, Senador Telmário, pelas suas perguntas e pelas palavras tão gentis com que V. Exª iniciou a apresentação das suas questões.

Eu volto a dizer – não sei se o senhor já havia chegado – que eu não acho que nós tenhamos perdido a guerra ou que vamos ganhar a guerra, porque eu não acho que seja uma guerra o crime organizado. Se nós tratarmos como guerra, nós vamos produzir efeitos, consequências e adotar métodos que são incompatíveis com os conceitos até de direitos humanos que nós temos, e até mesmo com a eficácia. Então, eu não acho isso. Acho que nós não perdemos a luta, o enfrentamento ao crime organizado – ainda não perdemos. Ainda não. Temos riscos, porque a possibilidade de cartelização é real, o alcance internacional deles, pelo menos das duas principais organizações, o Comando Vermelho e o PCC, é verdadeiro, e nós precisamos atuar sobre eles para quebrar essas estruturas. Mas ganhar, vencer, ou seja, reduzir a criminalidade aos índices mundialmente civilizados, aceitos do ponto de vista da civilização, é uma ação que depende de todos nós, não só do Governo. A própria Constituição diz que a segurança pública é uma responsabilidade de todos os cidadãos também. E o Congresso, volto a dizer, pode exercer um papel fundamental, que é analisando as leis, verificando as circunstâncias e vendo como pode instrumentar os seus órgãos de segurança pública, para melhor proteger a situação.

Presidente, eu poderia pedir para o Diretor da Abin comentar alguma coisa? É possível ou o senhor prefere que eu o faça? Se não, eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – S. Exª o Ministro Etchegoyen pergunta – e eu submeto à deliberação do Plenário – se o Diretor-Geral da Abin poderia prestar alguns esclarecimentos adicionais.

Os Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

Sim, senhor.

O SR. SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN – O.k.

Quanto às questões, então, que o senhor fez, Senador, sobre a análise que a Abin faz – e as suas colocações foram muito ajustadas ao que eu estava explicando, quanto ao papel institucional e de inteligência de Estado –, como está aqui comigo o Diretor-Geral da Abin, eu acho que é uma excelente oportunidade para ele usar a palavra e esclarecer, da perspectiva da Abin.

Eu não sou da Abin. Eu, neste momento, estou, como já disse, o Ministro Chefe do GSI. Daqui a pouco já não estarei mais, a Abin continuará lá, e o Oficial de Inteligência Janér, com a generosa autorização dos senhores, pode lhes esclarecer, dando a visão da perspectiva de um servidor da Abin muito antigo e muito competente, que nos orgulha na direção daquela instituição.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com a palavra o Diretor-Geral da Abin.

O SR. JANÉR TESCH HOSKEN ALVARENGA – Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, essa análise conjuntural da Agência passa por várias situações e orientações, desde o momento mais político e estratégico da orientação, como da execução, de forma integrada, via os seus sistemas, no conceito federal, estadual e municipal, organizados a partir de uma agenda onde nós oferecemos análises de cenários, com vistas à identificação de elementos com a probabilidade de interferência, quer seja interna ou externa, diante dos cenários de política pública, que podem colocar, para mais ou para menos, interesses do Estado brasileiro e da sociedade em planos alternativos que não aqueles que, objetivamente, interessam a todo o conceito da sociedade.

Desenvolvemos a partir de uma agenda organizada com o conceito de Estado e comunidade da Federação e desenvolvemos algumas práticas, no sentido de fazer um trabalho complementar sistêmico.

O senhor abordou algumas questões relativas à questão de fronteira, particularmente, e muitas vezes nós pensamos na fronteira olhando os dois lados do contorno do País, porque nós temos situações de fronteira que nascem na chamada fronteira seca e vão até à fronteira atlântica e nós temos reflexos dela – da fronteira atlântica – ocorrendo na fronteira seca.

Essa é a capacidade de interação com as agências nos três níveis de Governo, para que a gente possa oferecer as identificações e a análise conceitual, no sentido de detectar quais são aquelas chamadas ameaças ou quais são aquelas oportunidades para o estabelecimento de uma ação progressiva da política pública brasileira em proveito do interesse do Estado e da sociedade.

Não sei se consegui atendê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Sr. Diretor-Geral da Abin, Dr. Janér Alvarenga, por suas explicações e explanações, respondendo às indagações de S. Exª o Senador Telmário Mota.

Eu pergunto a V. Exª se está satisfeito com as respostas oferecidas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, portanto.

Passo agora a palavra a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Ministro e General, Sr. Presidente, Senador, eu creio que o motivo principal do ponto de vista da justificativa desta audiência já foi respondido. Eu creio que não podemos jogar fora, General, a chance de ter o senhor aqui. Por isso, eu vou fazer uma pergunta que sai desses assuntos que foram a verdadeira razão. O senhor, mesmo não sendo da Abin, mas estando acima, tem uma posição privilegiada para saber o que acontece no Brasil. E eu creio que também para imaginar o que poderá vir a acontecer.

O serviço de informações sempre teve por finalidade informar o presente e imaginar cenários. Nesse sentido, as Forças Armadas, inclusive, sempre foram muito profícuas, produtivas ao criar cenários para o futuro. Eu vou trabalhar nesse sentido porque, há uns dois anos e pouco, uma figura brasileira que foi Presidente da República bastante tempo atrás, conversando comigo, disse – vou dizer o nome, foi o Presidente Sarney – que toda essa crise que a gente vive ainda é pequena. Eu estou falando de dois anos e pouco atrás, antes do *impeachment*, quando começava a crise econômica. Ele disse: "Eu temo que, em dez, quinze anos, o Brasil possa caminhar para uma desarticulação." "Desagregação" foi a palavra. Eu fiquei assustado desde então, sobretudo porque há sinais disso já no ar – de uma desagregação.

O que acontece no Rio de Janeiro já é um pouco uma desagregação: aposentados que não recebem salários, funcionários públicos com o salário atrasado, serviços públicos que não funcionam e, sobretudo, um processo de criminalização não mais apenas por criminosos. Hoje, General, a sensação que a gente tem ao ver televisão é que quem está tomando mercadoria de caminhões já não são mais apenas os bandidos. Eu creio que a população, talvez até vendo o mau exemplo de muitos de nós que somos os seus líderes, começa a achar que existe uma falta de poder, de ordem, sentindo-se no direito de agir fora da lei. Isso é um sinal de desagregação.

E eu tenho impressão de que comete erro quem achar que só na força nós vamos conseguir organizar isso. É óbvio que qualquer um que olha para o Rio de Janeiro fica satisfeito que hoje as Forças Armadas estejam nas ruas, mas qualquer um que olha para o futuro deve ficar assustado com isso. E eu fico, primeiro, porque as Forças Armadas não têm condições de manter a ordem no Rio de Janeiro e, segundo, porque, depois do Rio, serão outras cidades e não vai dar para as Forças Armadas ocuparem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

todas as ruas. E, se elas ocuparem, será assustador para a própria democracia. Eu creio que a gente deveria ocupar com professores, mas essa é outra discussão. Por enquanto, tem que ser realmente com os soldados.

De qualquer maneira, eu estou querendo trabalhar um cenário com as informações que o senhor tiver e aquilo que for possível dizer pela televisão. Eu sou contra as sessões secretas, mas, às vezes, talvez fosse preciso uma conversa até menos pública para nós sabermos exatamente o que pode acontecer.

Um desses dias, um diplomata estrangeiro me pediu, Senadora Ana Amélia, para, em duas palavras, eu dizer quais são os problemas do Brasil. Eu pensei e disse: "Em duas não, embaixador; mas, se quiser em quatro, eu digo: nós não jogamos como time." Cinco. O Brasil perdeu ou nunca teve a capacidade de jogar como time. E aí, em consequência desse problema, nos faltam duas coisas absolutamente fundamentais, e eu não estou vendo em nós, os líderes de hoje, a altura de formular isto: coesão e rumo. Um time de futebol tem coesão e tem rumo, cada um na sua posição. Não estamos agarrados ali, cada um tem uma posição diferente, o seu partido – ponta-esquerda, ponta-direita. No meu tempo se chamava assim; nem sei se se chama ainda assim, não sou ligado ao futebol. E tem um objetivo: furar um gol. Nós, brasileiros, estamos sem a coesão de um time e sem o propósito de aonde chegar nos próximos 50 anos. Parece desvairo hoje no Brasil alguém falar em 50 anos. Ponha 30, mas 50 não é tanto assim para um país.

Então, falta coesão e falta rumo. Não há outra maneira de dar coesão ou rumo a não ser duas: ou autoritarismo político ou muita educação. E, aí, educação em todos os sentidos, inclusive cívica, profissionalizante, cultural; todas as formas. Ou muita educação ou o autoritarismo. A desagregação, se começa a haver sinais, vai ser um incentivo à busca de autoritarismos. De repente, o autoritarismo não vem porque alguém teve a ideia de ser autoritário e fazer um governo, mas, sim, porque a população termina querendo que as coisas funcionem. E sem coesão não funciona a não ser o autoritário.

Eu tenho a impressão de que um dos países que nos dá exemplo hoje de coesão e rumo, por exemplo, nós não queremos imitar: a China tem coesão e tem rumo – 1,4 bilhão. Mas é um partido único, é uma coesão construída a partir dos 80 milhões militantes do seu partido. E eles consideram que isso é uma democracia, mas é diferente desta com que nós estamos acostumados. Alguns acham até que a deles pode não resistir muito tempo, porque é a democracia por dentro de um partido, em vez de ser diretamente com toda a população, como no ocidente nós nos acostumamos.

Mas voltando, General, para não tomar tempo: os serviços a que o senhor tem acesso, que sabem o que está acontecendo e que constroem cenário de futuro, estão assustados ou não? E eu não falo apenas com o crescimento do crime, porque é gravíssimo isso; mas o crescimento do crime como parte da desagregação e como sintoma da desagregação. Crianças que não podem ir à escola porque há guerra ao redor é mais grave do que apenas não estarem assistindo à aula e mais grave do que apenas o crime. É algo mais transcendente – talvez seja a palavra – para o futuro do Brasil. Então, quais são os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

cenários que a gente tem, General, sobre este risco de uma desagregação social? Uma Síria sem bombas; uma Venezuela sem tanta dramaticidade como está ali, mas, de qualquer maneira, é a minha pergunta, General. Eu não sei se é uma pergunta que pode ser respondida tão facilmente, tão abertamente e se essa sua resposta vai nos tranquilizar ou assustar, mas como é que os serviços de informação do Brasil, da República brasileira, esquecendo todos os problemas de encontros noturnos ou o que seja, como é que o senhor vê os cenários do futuro do Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

Eu indago a S. Exª o Senador Pedro Chaves se há alguma pergunta a fazer ao Sr. Ministro.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Inicialmente, bom dia ao nosso Presidente.

Nós tínhamos, realmente, Sr. Ministro, algumas perguntas, e algumas certamente já foram feitas, mas, mesmo assim, eu tomo a ousadia de fazê-las porque acho interessante.

Segundo a reportagem da revista *Veja* que motivou a realização desta audiência pública, o Governo acionou a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o serviço secreto, para fragilizar a posição do relator da Lava Jato. Há informações de que teriam sido encontrados indícios de que o citado Ministro do Supremo Tribunal Federal teria voado em jatinho da JBS. V. Exª negou que a Abin tenha atuado nesse sentido. Tendo informações tão precisas, supostamente prestadas por um assessor do Presidente da República, que leitura V. Exª faz do episódio?

A segunda pergunta: há algum indício de que servidores da Abin, sem conhecimento da chefia e agindo de maneira autônoma, possam ter conduzido investigação no sentido sugerido pela reportagem da *Veja*?

E a última: que prejuízo o episódio trouxe para a imagem da Abin? O que tem sido feito para a reversão desse quadro?

São as três perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Pedro Chaves.

Com a palavra Ministro Sergio Etchegoyen.

O SR. SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN – Senador, o senhor me permite começar pelo Senador Pedro Chaves, do querido Mato Grosso do Sul? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

Senador, eu vou repetir o que eu já disse, ou seja, esse episódio, a notícia relatada, o fato relatado não é verdadeiro, ele não aconteceu. Não há – e lhe digo, repito... Eu não recebi essa ordem, sequer um pedido; eu não transmiti uma ordem, sequer um pedido, e tenho confiança – veja o risco que estou correndo – absoluta na Agência Brasileira de Inteligência. Eu confio neles.

Mas aproveito para o seguinte: eu não queria deixar, além do prejuízo que isso traz à credibilidade de uma agência que trabalha muito bem – eu já lhe disse –, da qual eu me orgulho... E não há aqui nenhum espírito de corpo ou ufanismo descabido, porque eu não sou da Abin, trabalho com eles agora e, daqui a pouco, estarei fazendo o que eu gosto, que é ler, pescar e cuidar dos meus netos. Então...

Enfim, o que eu quero lhe dizer é o seguinte: o prejuízo foi muito grande para uma estrutura que vem evoluindo, respondendo excepcionalmente bem. Mas há um outro prejuízo que eu tenho medo de que a gente foque nele, que é a desqualificação da imprensa. Ou seja, eu não gostaria de ver a *Veja* como um bandido. Não. A *Veja* deu uma notícia. Achou que tinha elementos para dar aquela notícia. O fato está superado para mim; para nós, Abin; na Presidência.

Incomodou profundamente, decepcionou, mas eu continuo dizendo: eu tenho feito um aprendizado muito positivo para mim, de lidar, de aprender, entender, me ver em determinados lugares em que eu nunca estive, fazendo afirmações que eu nunca estive... A *Veja* prossegue. Certamente alguns ensinamentos foram tirados. Enfim, essa é a preocupação que eu tenho, de a gente demonizar a imprensa, um órgão de imprensa por uma razão dessas, por um tropeço que teve tanta repercussão, infelizmente – piores para nós –, mas é parte do jogo. É parte do jogo democrático, é parte da sociedade, com erros e acertos, e vamos todos nós tocando em frente este País que temos. Obrigado pela sua pergunta.

Senador Cristovam, muito obrigado pela sua pergunta. É um assunto que me fascina. Essa questão é um dos temas que pessoalmente me fascinam há muito tempo, ainda mais agora. Obviamente, eu estou exercendo a minha função com a bagagem que eu trago, enfim, com todos os defeitos e acertos que eu possa ter. Isso dá uma conversa bem mais longa, obviamente não é uma conversa que não se possa ter pela televisão, mas eu teria enorme prazer em conversar com o senhor e estender mais ainda essa conversa. Eu concordo plenamente com o senhor e identifico algumas questões que nós vivemos há algum tempo, e alguma delas de forma até deliberada.

Nós perdemos há bastante tempo, Senador – só estou dando a minha opinião pessoal às senhoras e aos senhores –, a referência do interesse nacional. Ou seja, uma sociedade que quer ser um país, quer ser uma nação, tem que ter seus interesses claros e bem definidos. Essa referência foi perdida. Os interesses setoriais, corporativos, que são legítimos da perspectiva dos setores e corporações da sociedade, passaram, em muitos casos, a se sobrepor ao interesse nacional. E nós perdemos a coesão, porque as pessoas passam a perceber que é muito mais vantajoso, no curto prazo, que se grite o mais alto que puder, porque aquela vantagem vai trazer à sua corporação, ao seu segmento, um benefício

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

imediato. E ao perder o interesse, nós também não tivemos um árbitro do interesse nacional. Perdeu-se, Senador, essa referência, na minha opinião. Com isso, nós vivemos há bastante tempo, há algum tempo já, diversas questões em que o interesse da sociedade, o interesse nacional, que deve se sobrepor aos demais, ficou subordinado a questões menores. Essa perda de referência veio acompanhada da perda de valores, e quando se diz...

A minha leitura do que a gente vive há algum tempo no Brasil é de três crises estruturais e muitas setoriais. As estruturais, para mim, são a política, a econômica e a moral, a ética – e esta é a mais grave. A questão política os senhores resolvem aqui, as instituições vêm funcionando. Na questão econômica, nós estamos caminhando para soluções. A questão moral é que faz aquelas cenas horrorosas das pessoas saqueando – pessoas de bem, pessoas que... Eu me lembro que, no caso de Vitória, do Espírito Santo, algumas pessoas foram lá devolver depois, no dia seguinte, envergonhadas, Senador, com o que tinham feito. Isso é um esgarçamento do tecido moral. Eu não estou fazendo um discurso moralista, não é isso, mas é uma sociedade que perde, e perde porque não tem um nível de educação – o senhor está absolutamente correto – que nós gostaríamos que tivesse.

Uma sociedade que vê nas Forças Armadas a solução para a sua segurança pública também tem alguma doença dentro desse tecido social.

O Rio de Janeiro não pode ser uma cidade militarmente ocupada. Nós não podemos transformar nenhuma capital numa cidade militarmente ocupada, em que os soldados das Forças Armadas, marinheiros e aviadores, têm que estar presentes, para que as pessoas se sintam bem. Era isso que nós queríamos na construção da democracia? É isso que a população quer? Daí para uma vigilância, daí para um controle maior, daí para pessoas que não possam ir e vir, isso é um pulo.

Então, eu acho que a presença das Forças Armadas... O Comandante do Exército eu não vou substituir, até porque, enfim... O Brasil tem uma grande sorte que acompanha o Exército neste momento, que é o Gen. Villas Bôas como nosso comandante. Essa é uma das grandes felicidades institucionais que nós vivemos. Um dia o Brasil vai olhar para trás e vai reconhecer o valor deste homem que, superando-se a cada minuto nas suas dificuldades, tem mantido uma posição formidável.

O Rio de Janeiro não pode ser uma cidade sitiada. Nenhuma cidade pode ser uma cidade ocupada militarmente.

E aí nós chegamos às questões policiais.

Eu vou lhe dar dois exemplos aqui. Um de ontem e outro de março.

Em março eu fui ao Japão, a convite do Governo japonês, que queria uma explanação, Presidente, sobre a segurança das Olimpíadas, e eles nos colocam num patamar de admiração, depois dos Jogos Olímpicos, que nós não imaginamos que possamos ter. Não nos esqueçamos que fizemos a primeira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

Olimpíada, desde 1972, sem violência. Desde o tristemente célebre episódio de Munique, foram os primeiros Jogos Olímpicos sem violência.

Mas não só na segurança. Nós não tivemos um evento que atrasou porque deu goteira, porque caiu o fusível e apagou a luz, porque os árbitros não chegaram, porque as delegações foram levadas para o local equivocado, nada. Correu tudo excepcionalmente bem. Se alguém estava procurando a certidão de nascimento de Deus, encontrou: ela está lá, está assinada, está lá no... Funcionou tudo excepcionalmente bem, dentro da nossa maneira de fazer as coisas. E os japoneses ficaram encantados com aquilo.

Mas, numa audiência com o Ministro das Relações Exteriores, ele foi muito claro. Muito claro. Ele disse: "Ministro, nós acreditamos no Brasil, estamos vendo que economicamente o Brasil está trabalhando, temos todo o interesse de investir, mas nos preocupa muito a segurança." Então, isso é um dado importante, de um país que é investidor. E nós precisamos de investimento.

Ontem me ligava um amigo para contar – um amigo que é empresário – que eles fizeram uma bela captação para uma empresa que está envolvida com a área de educação no Rio de Janeiro. São dos Estados Unidos, investidores americanos. Então, há uma primeira parcela agora, uma segunda mais adiante... Se o senhor não se incomodar, eu não vou dizer o nome da empresa nem os valores, porque eles estão tratando.

Mas aí, ele me dizia o seguinte: nas conversas com os investidores, eles não perguntam de economia. Isso está resolvido. A questão é: o que significa a Venezuela para o Brasil? Qual é a possibilidade de o Brasil chegar lá? E a segurança nas cidades? Então, com isso, dá para a gente começar a ter uma ideia do preço que a sociedade está pagando, do grau de desinvestimento ou de não investimento que a gente vem sofrendo por conta disso.

Eu não tenho dúvida de que a educação... Eu concordo plenamente com a sua tese. Ela traz isso.

O senhor citou o autoritarismo como uma perspectiva. Por isso é que eu insisto tanto na fortaleza das nossas instituições. O Brasil já encontrou caminhos. Nós já os temos. Nós não podemos escorregar para solução fácil. Infelizmente, por falta de cultura, nós temos aceitado soluções mágicas, como se essa solução – há uma série delas e não preciso citá-las – fosse salvadora da pátria, uma solução mágica. O Brasil não precisa disso agora. Cabe aos senhores encontrar a melhor solução.

O senhor fala da coesão da China. Eu também tenho muitas dúvidas sobre a China. Não vou dizer porque vou abrir outra questão. Eu tenho muitas dúvidas: uma nação com 49 etnias, com vazios demográficos enormes, com radicalismo religioso nas suas fronteiras internas e externas. Quer dizer, eu tenho dúvidas. Tem questões sérias, mas tem rumo. O senhor conversa...

Eu estive na China há duas semanas, numa reunião do BRICS, dos meus correspondentes dos outros países, que ocorre todo ano na sede do país que preside o grupo. Neste ano, foi em Pequim. Ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

final da reunião, houve uma audiência com o Presidente Xi Jinping, em que ele falou e cada um de nós pôde dizer alguma coisa muito rapidamente. Ele falou basicamente sobre quatro coisas: dos dez anos do BRICS; de uma nova década dourada que os BRICS poderiam construir; da defesa da globalização – e eu vou usar as palavras dele –, da importância da globalização para a inserção da China e dos BRICS; e do repúdio à xenofobia e ao protecionismo. Esse foi um discurso do Partido Comunista chinês, do seu líder máximo, o Presidente Xi Jinping, que é um discurso que valia a pena talvez outras pessoas ouvirem. Isso é a coesão da produção. Agora, nós só temos uma etnia, falamos só um idioma, temos unidade nacional, o Brasil geograficamente só cresceu. A China, que só perdeu território – ela já foi quase o dobro do que é hoje, ia da Sibéria à Indochina e hoje é só aquele núcleo, que é enorme, mas é aquele núcleo que nós conhecemos –, consegue ter.

Afastada a questão do autoritarismo – e eu concordo plenamente com o senhor sobre o regime, enfim não é isso que nós queremos –, existe um planejamento estratégico ao qual se subordinam – e que nós poderíamos ter – todas as tendências. Ou seja, todos os que estavam representados e que estão representados aqui hoje, com suas diferenças políticas e ideológicas, procuramos o mesmo objetivo: o desenvolvimento, paz social, prosperidade, inserção social. Esse é um discurso que está presente em todos os brasileiros de boa-fé e, particularmente, nas senhoras e nos senhores, que têm tanta responsabilidade nos nossos destinos.

O objetivo é o mesmo. Os caminhos podem ser distintos, mas mantendo preservado o objetivo. Os objetivos têm sido descuidados, mudados ao longo desses últimos tempos da nossa história. Enfim, eu concordo plenamente com o senhor sobre o discurso da educação obviamente e a necessidade de nós retomarmos – eu acho que isso vem sendo feito com muito esforço – a referência do interesse nacional, como mostrar à sociedade o que é um interesse nacional, como persegui-lo com a inserção da sociedade nisso e discuti-lo no Congresso, discuti-lo em estudos.

Isso é o que eu teria para lhe dizer.

Obrigado.

E eu gostaria muito de tomar um café depois com o senhor, quando o senhor tiver tempo, para prosseguirmos nessa conversa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Ministro Sergio Etchegoyen.

O Senador Cristovam Buarque está satisfeito com as respostas oferecidas? (*Pausa.*)

Antes de encerrar a presente reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES

Aprovada.

Agradeço, mais uma vez, em nome de todos os integrantes da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado da República, às autoridades aqui presentes e, muito especialmente, ao nosso convidado, o Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o General de Exército Sergio Etchegoyen.

Lembro às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que teremos, em seguida a esta, a nossa reunião deliberativa, pedindo a permanência das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores presentes.

Agradecendo a todos pela presença, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 56ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e oito minutos do dia dez de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências das Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores José Medeiros e dos Senadores não membros, Humberto Costa, Romero Jucá, Ronaldo Caiado e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Paulo Paim, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 61/2017, de autoria da Senadora Fátima Bezerra e do Senador Paulo Rocha. Finalidade: Debater sobre: "O processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, regulamentado pelo Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003". Participantes: José Henrique Sampaio Pereira, Coordenador de Regularização de Territórios Quilombolas, Substituto, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; José Roberto Fani Tambasco, Defensor Público Federal; Givânia Maria da Silva, Representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ; Gilberto Vieira, Conselheiro Nacional dos Direitos Humanos e Coordenador da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários do CNDH; Carlos Alves Moura, Secretário Executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz - representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB; Heleno Araújo Filho, Representante do Fórum Nacional Popular de Educação; Walter Claudius Rothenburg, Procurador Regional da República na 3ª Região e Membro do Grupo de Trabalho Quilombos da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; Paulo Roberto Martins Maldos, Conselheiro do Conselho Federal de Psicologia - CFP; Carolina Nascimento, Representante do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Cultural Palmares; Deputado Estadual Fernando Mineiro, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte; Iêda Leal, Secretária de Combate ao Racismo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE. Lidiane Apolinário, Representante da Coordenação Estadual de Quilombos do Estado do Rio Grande do Norte e da Comunidade de Acauã. A Senhora Presidente passa a palavra para as seguintes pessoas no plenário: Glaucia - Quilombola (Kalunga), representante da Marcha Mundial do Clima/SOS Clima Terra; Fernando Silva; e Leila Rocha. Fazem uso da palavra as Senadoras Fátima Bezerra e Regina Sousa e o Senador Humberto Costa. Resultado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e sete minutos; e para consta; eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 57ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e dez minutos do dia quinze de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa, Paulo Paim e Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Ângela Portela, Paulo Rocha, Acir Gurgacz e dos Senadores não membros, Romero Jucá, José Pimentel e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Hélio José, José Medeiros, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 80/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: “A situação financeira da Universidade Federal da Integração Latino–Americana – UNILA, Universidade Federal da Integração Luso-Afro Brasileira - UNILAB e dos Institutos Federais do Brasil". Participantes: Gustavo Oliveira Vieira, Reitor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA; Vera Regina Rodrigues da Silva, Professora do Curso de Antropologia da Universidade Federal da Integração Luso-Afro Brasileira - UNILAB; Plínio Nogueira Maciel Filho, Pró-Reitor de Planejamento da UNILAB; Edson Borges, Pró-Reitor de Relações Institucionais da UNILAB; Adréia Moassab, Secretária-Geral da SESUNILA; José Carlos de Assis, Representante da FASUBRA; Eblin Joseph Farage, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN; Sebastião Hugo, Coordenador do SINASEFE Nacional; Magda Medeiros Furtado, Coordenadora-Geral do Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II; Fabiano Brito dos Santos, Coordenador-Geral do SINASEFE Seção Sindical - IFBA; José Junior, Representante da Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico – FENET; Emmanuel Zagury Tourinho, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES; Adrielle Saldanha Clive, Estudante da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA; Mauro Rabelo, Diretor de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior do Ministério da Educação – ME; e Geraldo Andrade de Oliveira, Diretor de Articulação e Expansão de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - ME. O Senhor Presidente passa a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Besna Yacovenco – representante da UNILA; Maria da Conceição, representante da UNILA; Nielsen de Paulo Pires, ex-Reitor da UNILA e professor na UnB; Elizabete Bezerra Patriota; Jonathan Ramos Oliveira; Frei David Santos, representante da EDUCAFRO; e Rafael Gomes. Às dez horas e quarenta quatro minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência a Senadora Regina Sousa. Às onze horas e oito minutos a Senadora Regina Sousa passa a presidência a Senadora Fátima Bezerra. Às onze horas e dezesseis minutos a Senadora Fátima Bezerra passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

da palavra as Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra e o Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) fazer gestões para a criação de uma Frente Parlamentar Mista em defesa das Universidades em implantação; 2) aprovar na CDH Moção em Defesa da UNILA, UNILAB, Universidades em Implantação e Institutos Federais, pela preservação de sua identidade; 3) encaminhar vídeo desta audiência aos familiares de Carlos Araújo, ex-deputado federal e ex-marido da Senhora ex-presidenta Dilma Roussef; 4) encaminhar ao SINASEFE Nacional nota de solidariedade apresentada e aprovada simbolicamente nesta audiência; 5) convidar o Ministro da Educação e a Secretaria Executiva Nacional de Ensino Superior para participar de nova audiência pública com o objetivo de ampliar o debate; 6) realizar audiência pública com a participação do CONIF e reitores dos Institutos Federais sobre "os processos administrativos nos Institutos Federais e o fim da estabilidade do servidor", em razão do clima de perseguição que estão vivendo seus dirigentes. Às treze horas e vinte e seis minutos o Presidente suspende a reunião. Às quatorze horas e trinta e nove minutos o Presidente reabre a reunião. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezesseis minutos; eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 58ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia dezessete de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Fátima Bezerra, José Medeiros e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Ângela Portela, Regina Sousa, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 3/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "As Reformas Previdenciária e Trabalhista", com foco nas perdas históricas dos direitos dos aposentados. Participantes: Leandro Madureira Silva, Assessor Jurídico do ANDES-SN; Diego Cherulli, Representante do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário e Vice-Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB-DF; Sirliane de Souza Paiva, 2ª Vice-Presidente da Regional Nordeste I do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN; Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas - Instituto MOSAP; Luiz Legnani, Secretário-Geral da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - COBAP; Floriano Martins de Sá Neto, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; Cátia Cilene Farago, Coordenadora-Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE; Noemia Aparecida Gracia Porto, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA; Paula Freitas de Almeida, Representante do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho - CESIT/UNICAMP; e Ana Maria Baima Cartaxo, Professora da Universidade Federal de Santa Catarina e Representante do ANDES. O Senhor Presidente concede a palavra para algumas pessoas no plenário. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: requerer Audiência Pública da CDH para debater “A criminalização dos Movimentos Sociais”, convidando Movimento Nacional de Direitos Humanos, SINASEFE, MST, Movimento de Atingidos por Barragens, MTST, Movimento Estudantil, Centro de Direitos Humanos de Passo Fundo, CIMI e RENAP; (sugestão de Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes – Lurdinha Nunes – MNDH). Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta e dois minutos; eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 59ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, José Medeiros, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 77/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "O corte orçamentário e a inviabilização do combate ao trabalho escravo, infantil e outras violações de direitos". Participantes: Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT; Tiago Muniz Cavalcante, Procurador do Trabalho e Coordenador Nacional da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho – MPT; Matheus Peres Machado Magalhães, Assessor do Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC; Augusta Machado Tamasauskas, Membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal - PRF; Luiza Cristina Frischeisen, Subprocuradora-Geral da República - Coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - MPF; André Esposito Roston, Auditor Fiscal do Trabalho, Chefe da Divisão da Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho; e Ana Paula Villas Boas, Defensora Pública Federal. Fez uso da palavra o Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas presentes no plenário: Ana Luiza Noronha Lima – Procuradora regional do trabalho (8ª região); e Ana Roberta Tenório Lins - Procuradora regional do trabalho (8ª região). O Senhor presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) marcar audiência com o Ministro do Trabalho em conjunto com a Ministra dos Direitos Humanos, MPT, SINAIT e coordenadores do CONANDA e do CONATRAE, para discutir o corte orçamentário que atinge o combate ao trabalho escravo; 2) solicitar ao MTE que disponibilize em seu site valores referentes à dotação e à execução dos recursos orçamentários destinados ao combate ao trabalho escravo, garantindo acesso dessa informação aos demais integrantes do CONATRAE; 3) apresentar emenda da CDH ao próximo PLDO que impeça o contingenciamento dos recursos para o combate ao trabalho escravo. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos; eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 59ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 77 desta Comissão, de nossa autoria e de outros, para debater o corte orçamentário e a inviabilização do combate ao trabalho escravo, infantil e outras violações de direitos.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tiverem interesse em participar com comentários ou perguntas poderão fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Vamos, de imediato, até pelo atraso, chamar os componentes das Mesas. Serão duas Mesas. Vamos à primeira Mesa: Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Sr. Tiago Muniz Cavalcanti, Procurador do Trabalho e Coordenador Nacional da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho (MPT). (*Palmas.*)

Sr. Matheus Peres Machado Magalhães, representante do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Sr. Augusta Machado Tamasauskas, membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal (PRF). (*Palmas.*)

Srª Luiza Cristina Frischeisen, Subprocuradora-Geral da República e Coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Vamos, de imediato, iniciar os trabalhos falando desse tema que preocupa a tantos, eu diria, a todos os homens e mulheres de bem deste País, quando se corta o orçamento dessa área tão importante na linha dos direitos humanos de combate ao trabalho escravo, ao trabalho infantil e outras violações de direitos. E nada melhor que o Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), para iniciar, pois ele tem dado belas contribuições nos debates aqui, nesta Comissão, assim como todas as entidades convidadas.

Mas vamos lá, Carlos, com você de imediato.

Lembro que estamos ao vivo para todo o País pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela Agência Senado e pela internet.

É bom que você, Carlos, que é um dos especialistas, porque todos são especialistas, já situe os nossos telespectadores sobre o tema que nós vamos debater hoje pela manhã.

A palavra é tua.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – Obrigado, Senador Paim.

Bom dia a todos.

Cumprimento os colegas da Mesa, todos os que estão aqui presentes e os que nos ouvem. Faço um cumprimento especial a todos os colegas auditores fiscais do trabalho aqui presentes, muitos de Goiânia, outros aqui do DF e outros que integram a direção do nosso sindicato.

Senador, faço aqui, mais uma vez, nesta oportunidade, o nosso reconhecimento público de gratidão por todo trabalho que o senhor tem empreendido aqui, no Congresso Nacional, no nosso Parlamento, na defesa dos trabalhadores do nosso País, pela iniciativa do senhor em pontuar a discussão, aquela que nós queremos: a discussão de um Estatuto do Trabalho, de um estatuto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dedicado ao trabalhador brasileiro, para que, assim, a gente possa se contrapor ao que foi na verdade uma reforma – como eu ouvi há alguns dias aqui – capitalista. Não é uma reforma trabalhista, porque ela é a reforma do patrão. A reforma trabalhista veio, e o que foi aprovado atende apenas aos interesses patronais capitalistas, em prejuízo total e exclusivamente do trabalhador brasileiro.

Então, nós temos, Senador Paim, a confiança no seu trabalho. E o senhor tem a nossa atuação como parceiros e colaboradores atuantes para que, ao seu lado, consigamos prosperar, porque nós temos esperança de que o Estatuto do Trabalho, com a iniciativa da criação da Subcomissão aqui na CDH, iniciativa do senhor, apoiado pela nossa Presidente, Senadora Regina, é de fundamental importância para que a gente avance, como é preciso avançar – com um debate verdadeiro, um debate amplo e que ouça a todos. Muito obrigado, Senador, pelo trabalho que o senhor realiza. E obrigado também por abrir esse espaço aqui, para que nós pudéssemos fazer este debate acerca do impacto do corte do Orçamento do Governo Federal para a fiscalização do trabalho, em especial a fiscalização do trabalho escravo, do trabalho infantil e outros.

Eu trouxe uma apresentação muito simples para que a gente possa compreender a situação por que estamos passando, mas, antes de entrar nela, eu quero só dizer que existem algumas maneiras pelas quais qualquer governo – e o Governo Federal hoje tem utilizado isto de uma forma muito clara e transparente – pode inviabilizar determinadas ações ou atuações institucionais de algumas autoridades.

Aqui eu me refiro à inspeção do trabalho, ao trabalho realizado pelos auditores fiscais do trabalho. Uma das formas de inviabilizar é cortar o orçamento. Sem orçamento, essas autoridades não conseguem executar o seu trabalho. Outra maneira é sem gente, sem autoridades: sem auditor, não há fiscalização – a gente sempre diz isso. E o Governo tem feito isto: ele não tem garantido orçamento, ele não tem garantido gente, auditor para fazer a fiscalização. E ele também não garante uma outra coisa que faz o tripé, que dá condições para que essas autoridades atuem e cobrem a responsabilidade e cobrem as obrigações de quem deve cumpri-las: as condições de trabalho.

Os auditores fiscais do trabalho vivem uma situação caótica em relação às suas condições de trabalho. Nós temos hoje no Brasil 12 unidades do Ministério do Trabalho interditadas, porque não têm condições de acolher a realização das atividades ali desempenhadas. O caso mais recente é o caso de Alagoas, que teve o seu prédio interditado não por iniciativa dos auditores fiscais do trabalho, mas por iniciativas que têm aí, no rol das autoridades que o interditaram, inclusive o Corpo de Bombeiros do Estado e a Defesa Civil do Estado de Alagoas. Isso é um exemplo da maneira como o Governo pode – e tem utilizado para – parar a fiscalização do trabalho.

E eu faço um recorte aqui especial à fiscalização do trabalho escravo. Nós sabemos muito bem que se valem dessa exploração muitos poderosos no nosso País, poderosos política e economicamente, individualmente ou em grupo. E nós enfrentamos esse poderio político e esse poderio econômico. E entendemos, Senador, que esse corte tem uma relação muito estreita com esse enfrentamento que nós realizamos. Quando nós entramos em fazendas, por exemplo, ou em propriedades de empresas que exploram atividades do setor têxtil, da construção civil em grandes cidades, nós estamos diante, em muitas ocasiões, de poderosos do nosso País, poderosos que, em alguns casos, estão pessoalmente aqui em atividade parlamentar, ocupando assento, e poderosos que estão às vezes não pessoalmente, mas muito bem representados aqui, no Congresso Nacional. E não apenas aí, mas também no Governo, no Poder Executivo.

Então, para nós, eu começo dizendo que esse corte é uma retaliação; é uma retaliação à atuação precisa e comprometida com os compromissos do Estado brasileiro, para a erradicação do trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

escravo e do trabalho infantil; uma perseguição institucional. É isso que representa o corte orçamentário da fiscalização do trabalho.

E eu trouxe aqui alguns números em relação ao orçamento que nós temos ou que nós tínhamos aprovado, para que nós possamos compreender bem a situação em que nos encontramos. No início deste ano, nós tínhamos um orçamento já enxuto. O orçamento do Ministério do Trabalho é um orçamento global; era um orçamento global de aproximadamente R$900 milhões. O orçamento do Ministério do Trabalho para que ele empreenda todas as suas atividades não chega a um terço do que está sendo discutido em relação ao montante para financiar aquela conversa fiada lá, Senador, do fundo da democracia, aquilo lá. E isso aí é o que tem o Ministério do Trabalho inteiro para empreender todas as suas atividades e, assim, garantir assistência ao trabalhador brasileiro: R$902 milhões, o global.

A Secretaria de Inspeção do Trabalho começou o ano com essa expectativa de recurso ali: R$54,5 milhões. Como é que se constitui esse recurso? São R$33,2 milhões diretamente do Orçamento do Tesouro Nacional, mais R$21,3 milhões decorrentes de um convênio que existe dentro do Ministério do Trabalho para utilização de recursos do FGTS.

Qual é a particularidade desse recurso do FGTS? É que é uma verba carimbada; eu não posso usá-la de forma a atender todas as necessidades da fiscalização. Eu só posso usá-la para capacitações relacionadas ao FGTS, compra de equipamentos, computadores, para fiscalizar o FGTS e outras iniciativas estritamente ligadas à fiscalização do FGTS. Então, eu tenho uma margem de utilização muito restrita em relação a esse recurso, de maneira que o nosso objeto-problema aqui são os R$33,2 milhões oriundos da peça orçamentária do Governo Federal.

Um problema que qualquer um da sociedade vai encontrar quando for estudar isso ou tentar encontrar dados, Senador: é difícil encontrar os valores que o Governo aporta para a Secretaria de Inspeção do Trabalho. Por quê? Porque, na peça do Orçamento do Governo Federal, a Secretaria de Inspeção do Trabalho não é uma unidade orçamentária própria. Ela é uma sub, sub, subcaixinha da caixona Ministério do Trabalho. Logo mais, eu vou explicar. Por que estou dizendo isso? Porque isso é um problema.

Com o primeiro contingenciamento orçamentário que foi anunciado em março e foi finalizado em abril/maio, o orçamento global do Ministério do Trabalho saiu de R$900 milhões para R$444 milhões. Então, temos aí mais de 50% de redução desse orçamento, 50 e poucos por cento. O detalhe é que a inspeção do trabalho não caiu 50%; ela caiu mais de 70%. Então, de R$33,2 milhões, o recurso que o Tesouro dedica à fiscalização do trabalho que foi reduzido para R$10 milhões, e, depois, foi anunciado o segundo contingenciamento orçamentário. Aquele primeiro, no global, ficou ali em quase R$40 bilhões; o segundo ficou em quase R$6 bilhões.

Quando do anúncio já do primeiro corte orçamentário, nós começamos o nosso enfrentamento para denunciar o desmantelamento que inviabilizaria a fiscalização do trabalho. Com o anúncio do segundo, o estrangulamento foi total. A partir do primeiro contingenciamento, senhores, começou então a luta institucional para remanejamento de orçamento. Desde abril/maio, a Secretaria de Inspeção do Trabalho tem empreendido verdadeira ginástica orçamentária institucional para realocar recursos que podem e normalmente são descentralizados – a cada mês 1/12 –, para que as unidades nos Estados pudessem empreender suas fiscalizações.

Quando do primeiro contingenciamento orçamentário nós iniciamos uma verdadeira manobra que chegou ao limite, ao estrangulamento com o segundo corte do orçamento. Dado o segundo corte do orçamento, começamos, então, uma verdadeira batalha. Levamos a situação à OIT, denunciamos à OIT, denunciamos ao Ministério Público do Trabalho, denunciamos à Comissão Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), denunciamos à Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado, tendo acolhida e a solidariedade, como por exemplo agora.

Estamos aqui porque o Senador Paim se sensibilizou e entendeu a gravidade do problema, para que nós o pudéssemos trazer aqui, cobrar explicações e medidas para garantir a inspeção do trabalho. Então temos hoje, depois do contingenciamento orçamentário que foi anunciado, um segundo corte, sem dizer inicialmente quanto cortariam mais da fiscalização do trabalho.

Aí, conseguimos, Senador, com muito empenho, uma manifestação pública do Ministro do Planejamento, reconhecendo a atividade do combate ao trabalho escravo como essencial e que não sofreria corte, que sofreria um reforço. Eu vou mostrar logo mais como ficou esse reforço da fiscalização do trabalho escravo. Não ficou. Então, o fato é que, do segundo contingenciamento orçamentário, que reduziu para R$444 milhões o orçamento do Ministério do Trabalho e de R$31 milhões para R$10 milhões o da fiscalização, conseguiram aumentar o global do recurso para o Ministério do Trabalho. Usando a essencialidade do trabalho, da fiscalização do trabalho escravo e da fiscalização do trabalho, o Governo Federal fez um reforço de aproximadamente R$10 milhões no orçamento global do Ministério do Trabalho, que não teve um centavo dedicado à fiscalização de reforço, à fiscalização do trabalho escravo.

A pergunta que fica é a seguinte – vamos imaginar aqui, de uma forma linear, sem avaliar as particularidades e as essencialidades: por que o Ministério do Trabalho teve um corte de 50% no seu orçamento e o da fiscalização foi mais de 70? Bem, eu só posso concluir que é, sim, uma retaliação do Governo Federal ao trabalho realizado pela Secretaria de Inspeção do Trabalho.

E esse trabalho significa punir escravagista, esse trabalho significa punir aqueles que exploram mão de obra infantil, esse trabalho significa punir quem contrata sem carteira assinada, esse trabalho significa punir quem explora trabalhador. Então, se o Governo diz, por seus atos – não é por suas palavras – que isso não é essencial, isso é muito grave. E nós precisamos e assim seguimos o nosso enfrentamento institucional, denunciando para que o Governo, então, cumpra suas obrigações como deve cumprir.

Nós temos, hoje, 10 milhões. Esse é o recurso que a peça orçamentária reservou, 10 milhões. Mas qual é a particularidade, o detalhe? É que, dos 10 milhões que sobraram, 9,8 já estão comprometidos, porque a inspeção do trabalho, assim como qualquer órgão, funciona, e, para o seu funcionamento pleno, ela conta com contratos permanentes; contratos com os sistemas que dão vida aos registros das fiscalizações, contratos de especialistas da área de informática, que dão vida ao segmento da atividade institucional, contratos de veículos para que nós possamos realizar o nosso trabalho, contratos de manutenção desses veículos. Isso faz parte da rotina funcional da fiscalização.

Então, foi isso que o Governo fez quando reduziu de 33 para 10 milhões o nosso orçamento: ele inviabilizou a fiscalização do trabalho. Isso significa o quê? Que nós vamos paralisar. Não tenho nenhuma dúvida. O Ministro até tem dito e, no momento em que recebeu o Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Ronaldo Fleury, ele assegurou ao Procurador-Geral do Trabalho que não haveria prejuízo à fiscalização do trabalho. Pois eu digo a todos aqui: esse prejuízo já é realidade, ele já é um fato em todas as unidades do Ministério do Trabalho. E o que o Ministro falou não se efetivou de fato. Os recursos não voltaram à fiscalização do trabalho, e as fiscalizações estão deixando de ser realizadas.

Mas não é só o trabalho escravo. As fiscalizações também de segurança do trabalho estão deixando de ser realizadas, especialmente aquelas onde nós estamos indo lá investigar um acidente de trabalho fatal, um acidente de trabalho grave, para impedir novas ocorrências, para diminuir o que a OIT estima hoje que o Brasil gasta, de forma geral, incluindo previdência, saúde, tudo com acidente do trabalho – a OIT diz que o Brasil gasta, Senador, 200 bilhões por ano, em razão dessa grande chaga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

social que são os acidentes de trabalho; o Brasil é recordista nos registros oficiais de acidentes: são 700 mil por ano, três mil mortes – e no combate à informalidade – o Brasil tem a metade da sua população economicamente ativa na informalidade. E somos nós os auditores fiscais do trabalho que realizamos, dia após dia, a fiscalização que garante o básico, que é o registro, o reconhecimento do vínculo tão atacado, tão flexibilizado com a reforma trabalhista. Mas o que existe, o que está aí tem que ser garantido, e nós, inclusive para isso, temos grande dificuldade, porque nós não temos condições orçamentárias de empreender essa fiscalização, Senador.

Então, eu trouxe aqui só para mostrar que esse é um problema que se agravou de uma maneira insustentável agora, mas que vem, ano após ano, apresentando isso como um problema que precisa ser enfrentado de imediato.

De 2013 para 2016, nós tivemos uma redução do número de operações e uma redução do número de resgatados. Isso não tem relação com o sucesso da política brasileira de enfrentamento do trabalho escravo, não mesmo, porque o Brasil tem vergonhosamente protagonizado um declínio inequívoco do seu empenho, como Estado, para erradicar o trabalho escravo. Isso se dá de diversas formas.

A iniciativa deliberada do Governo, aqui representado por essa equipe que está no Ministério do Trabalho, de esfacelar a fiscalização do trabalho, de esfacelar o Ministério do Trabalho, de retirar todas as condições para que isso aí avance, de se empenhar para não divulgar a lista suja foram uma vergonha. Empenhou-se de todas as formas para não divulgar a lista suja para quê? Por quê? Para mim, isso tem uma relação direta com o que está acontecendo agora. Se não queriam divulgar os que foram flagrados, agora querem impedir de flagrarmos novos exploradores, novos criminosos.

Se querem impedir, por que querem impedir? Porque estão envolvidos. Não há outra avaliação a ser feita. É essa a avaliação. Há interesses próprios sendo defendidos, e estão revelados pela iniciativa de retirar as condições para que nós continuemos o nosso enfrentamento e continuemos a dar visibilidade a quem explora trabalhador na forma mais vil, que é explorando o trabalho escravo no nosso País. E nós temos muitos exemplos dentro do Congresso Nacional, e apoiados por muitos do Poder Executivo federal. Isso é uma vergonha.

Isso fere vários compromissos internacionais: a Convenção 81 da OIT, que orienta a organização das inspeções do trabalho no mundo; a Convenção 105 da OIT, que fala sobre trabalho escravo; a Convenção 182 da OIT, que fala sobre as piores formas de trabalho infantil. Nós fizemos, com base no que concluímos por estarem inferidas essas convenções, uma denúncia à OIT para que ela cobre explicações do Governo brasileiro.

Eu a trouxe e, inclusive, deixei aqui para todos o teor dessa denúncia. Acho que está até aqui. Se puder distribuir pelo menos para os que estão à Mesa inicialmente, eu agradeço, Clériston. Está aqui.

Foram essas as convenções. Aqui eu fiz um resumo. Ali é a denúncia que nós fizemos para a OIT. Nós denunciamos a situação também ao Ministério Público do Trabalho, como eu já havia dito. Fizemos denúncias públicas, em vários momentos, diante de todas as autoridades. Levamos o problema a todas as centrais sindicais, às entidades que atuam no mundo do trabalho, porque isso é grave.

Nós estamos agora diante do ataque institucional que vai impedir, para além do que já está muito gravoso para todos os trabalhadores com a aprovação da reforma trabalhista, que dificulta o acesso dos trabalhadores à Justiça do Trabalho, que cobra, inclusive, desse trabalhador para acessar a Justiça do Trabalho, pagando perícias, por exemplo... Agora a fiscalização do trabalho, que pode e deve cumprir o seu papel de exigir respeito à legislação trabalhista, também está impedida, por outra via não legislativa, mas a via discricionária do uso do Orçamento público. Essa peça orçamentária do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

contingenciamento deixa claro o seu descompromisso com a luta do Estado brasileiro para erradicar o trabalho escravo, para erradicar o trabalho infantil. Isso é muito grave. Isso é muito grave, e as autoridades responsáveis devem ser cobradas a dar explicações e soluções a um problema que só tem como prejudicado o trabalhador brasileiro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – Trouxe um resumo do que vimos noticiado depois de todas as denúncias que fizemos: "Corte feito pelo Governo impede a fiscalização contra trabalho escravo infantil"; "Corte em ministério ameaça serviços aos trabalhadores"; "Corte em ministério ameaça a emissão de carteira de trabalho"; "Rádio Justiça entrevista Presidente do Sinait sobre cortes na fiscalização"; "O combate ao trabalho escravo está em declínio no Brasil"; "Sinait leva denúncia de corte de recursos à fiscalização a Conatrae", um espaço muito importante, de onde esperamos, Senador Paim, uma resposta à altura.

Queremos ouvir a Ministra de Direitos Humanos. Ela precisa assumir a responsabilidade da Pasta que ocupa! O Ministério dos Direitos Humanos assim como o Ministério do Trabalho são responsáveis por conduzir a política do Estado brasileiro para erradicar o trabalho escravo! Não ouvi a Ministra falar uma linha sequer em relação a isso, que representa um desmantelamento hoje – não é amanhã – do combate ao trabalho escravo. A Conatrae funciona dentro do Ministério dos Direitos Humanos. Cadê a Ministra dos Direitos Humanos? Isso é um absurdo, Senador Paim!

"Ministério do Trabalho nega pedidos de fiscalização por falta de recurso, diz MPT".

Nós não estamos aqui falando de forma a criar o caos no discurso. Não! Isso é realidade. Dr. Tiago certamente vai abordar e vai falar que várias regionais no País, vários Estados já têm negado os pedidos do Ministério Público do Trabalho com essa justificativa, as chefias nos Estados dizendo que não podem atender, porque não têm orçamento.

Então, o que o Ministro do Trabalho assegurou não está sendo cumprido. E nós seguimos com o problema de não termos condições orçamentárias para seguir adiante com a fiscalização do trabalho escravo.

"Sinait pede intervenção das centrais sindicais contra medida que poderá parar a fiscalização do trabalho."

Fico aqui também fazendo um pleito às centrais sindicais. Nós não conseguimos, centrais sindicais, seguir adiante empreendendo fiscalização do que vocês trazem para nós sem o apoio de vocês. Precisamos do apoio efetivo de todas as centrais sindicais. As centrais sindicais têm canal direto com a Presidência da República, elas precisam fazer um trabalho de parceria, um trabalho que compreende a atenção à fiscalização do trabalho, que fiscaliza os representados, o respeito ao direito dos representados dessas centrais. Falta essa compreensão. Não estamos falando de nada corporativista, de nada que diga respeito às questões próprias do servidor auditor fiscal do trabalho; estamos falando da inspeção do trabalho. Não ouvi um presidente de central sindical falar e cobrar explicações da Presidência da República sobre o que ela está fazendo com a fiscalização do trabalho, mas elas têm...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – ... todas elas, responsabilidades.

Denunciamos à OIT em Genebra, fomos ao Diretor-Geral do escritório da OIT no Brasil, Peter Poschen, entregamos pessoalmente a ele, pedimos empenho e celeridade da OIT na apuração disso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mas a OIT é um gigante. E, como todo gigante, anda a passos muito lentos. Precisamos de uma atuação agora, não é daqui a meses. Precisamos disso já!

Isto está no *site* do Ministério do Trabalho: "Ministro garante manutenção do combate aos trabalhos escravo e infantil". Onde? Eu gostaria de saber onde isso está garantido. Não está garantido. Não há orçamento para a fiscalização do trabalho escravo e infantil, não há orçamento que garanta o trabalho da auditoria fiscal do Trabalho, não há orçamento para garantir o pleno funcionamento da Secretaria de Inspeção do Trabalho. Não é verdade o que está dito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – Não estão sendo cumpridas as promessas; são só promessas.

Aqui eu trago, já finalizando, uma mensagem que foi noticiada pela mídia, e outras tantas. Isso é muito sintomático. Olha só o que está escrito ali: "Governo retira R$7,4 bi do PAC para áreas essenciais, como segurança, combate ao trabalho escravo e defesa civil". Gente, isso aí é o que acontece ano após ano no Ministério do Trabalho. O Ministério do Trabalho se utiliza da essencialidade da fiscalização do trabalho, do combate ao trabalho escravo, para, no plano do Orçamento federal, trazer mais recursos para o Ministério do Trabalho. E o que faz? Quando o recurso chega, ele distribui da forma que convém a ele. A "ele" quem? Às autoridades do Ministério do Trabalho, todas as que têm consequência para destinar os recursos. Disso que está aí, desses R$7,4 bilhões do PAC, não veio um centavo para a fiscalização do trabalho. Por quê? Porque o recurso destinado ao Ministério do Trabalho não separa o orçamento da fiscalização do trabalho. É um só. É tudo misturado, e aí fica para que o Ministro e sua equipe, com a discricionariedade que têm, destinem da forma que acharem que devem destinar.

Então, isso nos leva à seguinte conclusão: o orçamento da fiscalização do trabalho precisa de proteção. Nós não podemos continuar reféns. O Brasil não pode mais deixar a inspeção do trabalho refém de manobras orçamentárias que não priorizam a fiscalização e tentam paralisá-las.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concluindo, Carlos.

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – É preciso garantir autonomia do orçamento da inspeção do trabalho. Se não, o que eu estou falando aqui, no próximo ano eu vou falar novamente, e no outro eu vou falar novamente. Basta que a inspeção do trabalho cumpra o seu papel, punindo os que exploram trabalhadores e desrespeitam a fiscalização para ser retaliada. E esse é o nosso trabalho! Então, se o orçamento da fiscalização não tiver proteção, nós estaremos daqui para a frente, só piorando esse panorama. Eu quero concluir dizendo, como resposta a essa iniciativa do Governo, que nós não vamos cessar a nossa denúncia.

Nós estamos lançando agora, Senador Paim, um portal chamado Portal Trabalho Escravo Contemporâneo. Esse portal será a mais completa base de informações pela qual poderemos oferecer a todos os interessados no Brasil e fora do Brasil, com todos os dados relacionados ao trabalho escravo.

Está lá passando, os colegas estão ali mostrando o *site*. Um pouquinho mais para baixo.

Nós temos aí notícias com informações mais detalhadas, nós temos números em relação ao combate ao trabalho escravo, nós temos o histórico da atuação de todas as autoridades que se dedicam à luta para erradicar o trabalho escravo. Nós temos, inclusive, uma plataforma de interação, para que todos os visitantes da página possam ali apresentar suas demandas sobre as informações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que gostariam de ver aí, com imagens muito bem selecionadas e que oportunizam, com isso, a utilização disso em peças e reproduções que se dediquem a discutir o tema trabalho escravo.

Esperamos com isso, com esse lançamento do portal, intensificar o processo de informação da sociedade, de todos os agentes participantes, para que cobrem mais e, cada vez mais, do Governo brasileiro as suas responsabilidades com a nossa Nação, com os trabalhadores, suas responsabilidades para a erradicação do trabalho escravo.

Então, Senador, agradeço muito a oportunidade.

Fica aqui o meu apelo para que a Comissão de Direitos Humanos cobre oficialmente informações do Governo Federal sobre esse histórico que revela a retaliação que a fiscalização do trabalho sofre por apenas cumprir o seu dever.

O Governo brasileiro está dedicado a desmantelar a inspeção do trabalho, e nós não podemos permitir.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sinait.

Pela gravidade da denúncia e pela abertura dos trabalhos, na verdade, eu dei para o Carlos 40 minutos. Seriam 10 minutos, mas pela importância, claro, você teve 40 minutos. Mas quero lembrar que cada um terá o tempo de 10 minutos com mais cinco. Esse é o padrão.

Mas eu o cumprimento, Carlos, pelos dados e pela clareza das informações que você nos traz. Parece-me que, infelizmente, a grande imprensa só trata daquilo que interessa àqueles que indiretamente a financiam – alguém financia. Esses dados são alarmantes, e eu não vejo praticamente nada, pela gravidade dos fatos.

Há outro dado, também trazido pelo Sinait, que, aproveitando o cruzamento dos dados do Fundo de Garantia, demonstra que a parte empregadora retira da Previdência 30 bilhões por ano. São 30 bilhões por ano. É da maior gravidade.

E, por outro lado, eu tenho visto a grande imprensa dizer – nós estamos trabalhando com a CPI da Previdência, e o Carlos já depôs lá, contribuindo com as informações – que naquela parte ali do trabalhador, que está no auxílio-saúde, aposentado por invalidez, os peritos estão fazendo um trabalho grande, estão afastando milhares de trabalhadores e falam que entre aquilo e algumas fraudes vão dar 56 bilhões, mas pegando muito a situação do trabalhador, como essa que o Presidente da República fez agora: vai retirar R$10,00 do valor do salário mínimo, aprovado aqui no Congresso, via Orçamento – retirar R$10,00. Mas não os vejo comentarem uma linha desses 30 bilhões que vocês colocaram que são retirados anualmente na Previdência. São 30 bilhões! E, se somar tudo, para vocês terem uma ideia do trabalho da CPI, há mais de 1 trilhão lá, que daria para cobrar e receber – um trilhão por baixo.

É a mesma situação no quadro que você aqui apresenta. É lamentável, e eu vou dizer que é lamentável, porque nós convidamos representantes do Governo para essa audiência, e a Excelentíssima Srª Ministra de Estado Luislinda Dias de Valois Santos, Ministra de Direitos Humanos, não deu nem resposta. Está aqui. É sinal de que está nesse conluio e não quer discutir o tema.

Outro convite: Sr. Sílvio Silva Brasil – disse que poderia vir. Estou esperando também. Eu já estive lá quando fui convidado e fui toda vez que me convidaram –, Coordenador da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). Para mim não responderam nada. Espero que venham ainda. Por quê? Não sei. Deve haver alguma pressão para não vir. Há gente boa lá, que eu sei. Já estive lá, já participei de debates.

Vamos em frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Conanda, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, se não me engano, tem 12 conselheiros. É isso? Bem, o que diz? "Nós recebemos o convite, mas infelizmente [este respondeu dessa forma] não podemos participar por falta de agenda".

Quer dizer, combater o trabalho escravo e o trabalho infantil... Veja bem, eu não exijo que sejam o Presidente, o Coordenador-Geral, nem a Ministra, mas pelo menos um representante. Os três, em resumo, não mandaram sequer um representante, ou seja, o combate ao trabalho escravo não interessa.

Só faço essas afirmações – na verdade, percebo aqui, até pelo orçamento, o que eles estão fazendo –, para que a gente continue o debate. E, no final, a gente vê os encaminhamentos que poderá fazer em relação a isso que está acontecendo.

De minha parte, acho tão grave, que podemos até marcar. Já que eles não vêm, nós vamos. Eu me disponho a ir com vocês. Vamos marcar com os Ministros, mas com os Ministros. Eu não vou sair daqui para conversar, com todo o respeito que tenho aos auxiliares, aos assessores... Eu os recebo aqui, muito bem, mas vou marcar a minha ida – se for o caso, com vocês – com o Ministro.

Eu dizia, outro dia, só para lembrar – falei isso na sexta-feira de manhã –, que essa máquina do trabalho escravo para ganhar lucro parece que é toda orquestrada, e não é só no Brasil. É tudo combinado, como a reforma trabalhista, a da previdência.

Depois de eu ter posto ali um pedaço... Mas vou passar para os debates.

> Escravidão é até 30 vezes mais lucrativa hoje do que nos séculos 18 e 19.
> Pesquisa da Universidade de Harvard mostra um dado alarmante: a escravidão é até 30 vezes mais lucrativa hoje do que nos séculos 18 e 19; estudo do professor Siddharth Kara mostra que o lucro gerado por escravo a seu explorador chega a US$3.9778 (equivalente a R$12.447). Já a escravidão humana para fins sexuais gera quase dez vezes esse valor: US$36 mil (equivalente a R$112.651) [...].

Ou seja, a máquina de lucrar com o trabalho escravo avança no mundo todo. E, no Brasil, infelizmente, não é diferente. Pelo contrário, o Brasil, nessa onda global, vai retirando orçamento daqueles que poderiam fazer o bom combate. Falo isso não com alegria, mas com uma enorme tristeza.

Bem, se vocês concordarem, já fica aqui uma sugestão.

Eu pago para não ir a Ministério. O Ministro sabe que eu não bato lá para bater emenda de jeito nenhum. Esse negócio de bater emenda, ir dinheirinho para cá, ir dinheirinho para lá, ir carguinho para cá... Desde os Governos anteriores. O bom caminho e a coerência não é de hoje. Não tive um cargo em Governo nenhum e nunca fui lá pedir emenda e não vou. Não quero saber quem é o Governo. E as minhas emendas na Comissão quem divide é a comissão. A minha emenda da chamada Bancada eu mando toda para a educação, toda ela para a educação. Portanto, quem vier conversar comigo, não importa quem é o Governo, eu mando para a Educação. E as minhas emendas individuais – eu digo isso já para alertar, Ministro, que, quando eu vou lá, é porque é coisa séria, não é picaretagem, viu? Eu sei que o pessoal gosta de ir lá fazer uma picaretagenzinha, independente de quem é o Governo – eu mando para os 497 Municípios do Rio Grande.

Eu tenho um sistema de computador, e os últimos são os primeiros, os primeiros são os últimos, de forma que cada cidade do Rio Grande recebe de minha parte, depois se libera ou não libera é outra briga, porque também não vou lá chorar liberação de emenda não. Todos recebem duas emendas a cada mandato. Todos os 497 Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu digo isso porque é tão grave o que está aqui, eu que pago para não estar batendo em porta de Ministério... Pago! Pago, não vou. Nesse caso, pela gravidade do fato, eu vou me comprometer já, em nome da Comissão de Direitos Humanos, em marcar uma audiência com o Ministro. E eu vou lá. Eu nunca fui lá. Ele já veio aqui duas vezes e eu o recebi, como tenho que receber, de forma diplomática. Mas me disponho a ir lá e me disponho também, se nenhum dos dois comparecerem, que há tempo de comparecer, tanto o Conanda, o Ministério do Trabalho, de Direitos Humanos e a Conatrae.

Até quem sabe eu consiga falar com o Ministro e a gente fazer uma reunião, e eu vou, onde ele chame os outros órgãos para que a gente possa conversar sobre esse tema. Fica como primeira decisão, se assim vocês concordarem, esse encaminhamento.

De imediato, Tiago Muniz Cavalcante, Procurador do Trabalho e Coordenador Nacional da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, Ministério Público do Trabalho (MPT).

O Carlos abriu um precedente, mas eu vou tentar manter a linha, viu? São 10 minutos com mais cinco para cada um.

O SR. TIAGO MUNIZ CAVALCANTE – Ex^mo^ Sr. Senador Paulo Paim, na pessoa de quem cumprimento os demais integrantes da Mesa, Senadores e Senadoras desta Casa, demais autoridades aqui presentes, serei breve por dois motivos. Primeiro, porque o meu amigo Carlos Silva já foi muito preciso e muito claro na sua exposição, e eu, com a sua permissão, ratifico todas as suas palavras, e também porque o que eu tenho a dizer dispensa maiores contornos.

A situação atual do nosso País revela uma postura muito clara, muito evidente deste Governo: o Governo se põe contra um enfrentamento à escravidão contemporânea. É um Governo cuja postura é dar as mãos a quem explora, a quem maltrata e a quem escraviza e de virar as costas para os trabalhadores, sobretudo para as vítimas do trabalho escravo.

E essa postura ela se evidencia não apenas com as reformas, as várias reformas precarizantes que vão, sem dúvida, atingir e prejudicar toda a classe trabalhadora brasileira. Ela já se evidenciava com a não publicação da lista suja do trabalho escravo. Aliás a lista suja do trabalho escravo só voltou a ser publicada por conta de uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho e por força de uma liminar que impôs judicialmente a publicação da lista suja do trabalho escravo.

E agora essa postura fica ainda muito mais clara, muito mais evidente com os cortes orçamentários que atacam diretamente o combate repressivo à escravidão contemporânea. Aliás, muito se diz, e é bem verdade, que nós somos referência, em âmbito internacional, no combate à escravidão contemporânea. E nós somos, de fato, referência, mas nós somos referência no viés repressivo da escravidão contemporânea.

O enfrentamento da escravidão contemporânea também se faz sobre o viés preventivo, tanto no aspecto de prevenção primária, quando o crime ainda não ocorreu – e nós precisamos implementar políticas públicas de acesso a direitos sociais sagrados, sobretudo nas comunidades de origem das vítimas em potencial, para evitar que essas potenciais vítimas se tornem, de fato, vítimas do trabalho escravo –, como também no que nós denominamos de prevenção secundária, que é o quando o crime já ocorreu. E nós precisamos acolher integralmente essa vítima do trabalho escravo. Nós precisamos reverter esses fatores de vulnerabilidade, qualificar essa vítima do trabalho escravo e inseri-la no mercado de trabalho digno, para que ela não se torne, novamente, uma vítima do trabalho escravo. E, nesse viés preventivo do enfrentamento da escravidão contemporânea, nós somos um zero à esquerda, porque nós dependemos de políticas públicas que não são implementadas pelo Estado.

Agora, nós somos referência, em âmbito internacional, no combate repressivo à escravidão contemporânea. E isso ocorre, sobretudo, por dois fatores: primeiro, por conta do heroísmo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

algumas instituições, como, por exemplo, da brava Auditoria Trabalhista. A Auditoria Trabalhista resiste bravamente às sucessivas tentativas de sucateamento. Nós temos hoje cerca de metade do número de auditores fiscais do trabalho que tínhamos no início da década de 2000. Nós temos quatro equipes no Grupo Especial de Fiscalização Móvel quando já tivemos dez. E nós temos o dobro da população economicamente ativa do início da década de 2000.

O Ministério Público do Trabalho, os Procuradores do Trabalho, junto com a Polícia Rodoviária Federal, com policiais federais, desde 1995, vão para o meio do mato resgatar trabalhadores de condições análogas à escravidão, trabalhadores que dormem com porcos, que bebem água suja em potes de agrotóxicos, que têm dívidas impagáveis com os seus empregadores e que estão submetidos a situações de escravidão.

Então, o que o Governo Federal quer é acabar com essa política de enfrentamento da escravidão contemporânea.

Nós também somos referência em âmbito internacional por conta de algumas políticas que foram implementadas, alguns instrumentos, alguns mecanismos que foram implementados pelo Estado brasileiro após a assunção de compromissos em âmbito internacional, após ser demandado na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Exemplos de mecanismos, de instrumentos importantes no enfrentamento repressivo à escravidão contemporânea: a lista suja do trabalho escravo, com que o Governo quer acabar; o nosso conceito avançado de escravidão contemporânea, com que o Governo quer acabar; o grupo criado em 1995 para deflagrar operações de trabalho escravo, com que agora o Governo quer acabar. O Governo quer acabar com o grupo que enfrenta a escravidão contemporânea, desde 1995, de forma ininterrupta e que já resgatou mais de 50 mil trabalhadores de condições análogas à escravidão. Esse grupo está com R$4 em conta para cumprir o planejamento até o final do ano. Então, o que se observa é uma postura muito evidente do Governo Federal, é uma postura contrária ao enfrentamento da escravidão contemporânea, é uma postura ao lado de quem explora e contra o explorado.

Aliás, convenhamos, há uma situação peculiar no Governo Federal. O Ministério do Trabalho acaba com o Direito do Trabalho. O Ministério dos Direitos Humanos se omite frente a esse holocausto de direitos humanos que estamos vivendo. O Ministério do Planejamento prioriza o que não é para ser priorizado e não prioriza o que deveria ser priorizado. E a Presidência da República sinaliza apoio àqueles que exploram, que maltratam e que agridem o meio ambiente.

Então, a situação, Senador, é caótica. Agora, de uma coisa eu tenho plena convicção e gostaria que S. Exª, o Ministro do Trabalho, tivesse aceitado o convite para dar explicações aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixa eu só esclarecer, até me alertaram aqui e está correto.

Quando eu fiz críticas, referi-me a três convidados que não compareceram. Voltando aqui, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), não veio. A Ministra Luislinda Dias de Valois Santos, não veio e não mandou representante, o Conanda e o Conatrae também. Do Ministério do Trabalho, foi um convite, veio um representante, que vai estar na outra Mesa.

Então, para não haver dúvidas sobre o encaminhamento que eu fiz – e já fiz o encaminhamento: vou solicitar uma audiência com o Ministro do Trabalho sobre questões relativas ao trabalho, e que ele, então, convoque esses outros três setores que não quiseram ou não vieram ou que deram uma desculpa, para mim, esfarrapada de não comparecer aqui. Nós vamos ao Ministério conversar com o Ministro e solicitar que ele interaja. Vamos levar, naturalmente, a nossa posição.

Agora, veio um representante? Veio, está aqui e vai falar na segunda Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. TIAGO MUNIZ CAVALCANTE – Em relação à Ministra, Srª Luislinda, eu já tive oportunidade de falar pessoalmente para ela, na Conatrae. Eu participo das reuniões da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, nós convidamos a Ministra para comparecer a uma reunião, e a Ministra não compareceu à reunião. Na reunião seguinte, nós emitimos uma nota de repúdio à sua ausência e, quando ela decidiu aparecer, nós tecemos as críticas a ela pessoalmente.

Inclusive nós havíamos mandado um ofício subscrito por diversas instituições parceiras que hasteiam a bandeira do enfrentamento à escravidão contemporânea, pedindo o apoio político da Ministra, já que ela faz parte da Base aliada do Governo, para que haja um apoio dessa mesma Base aliada contra esses projetos de lei que pretendem retroceder no enfrentamento à escravidão contemporânea.

Mas eu gostaria que S. Exª, o Ministro do Trabalho, estivesse aqui para que eu lhe dissesse também, olhando nos seus olhos, que ele não vai conseguir. Não vai conseguir porque todas as instituições públicas, toda a sociedade civil organizada não vai deixar retroceder o trabalho escravo em nosso País, o enfrentamento do trabalho escravo em nosso País.

E nós não vamos deixar isso acontecer porque o enfrentamento à escravidão contemporânea é uma política de Estado, não é uma política de Governo. Então, governos pequenos, governos mesquinhos não vão conseguir acabar com a política construída ao longo de 20 anos de enfrentamento à escravidão contemporânea. Nós vamos para o Judiciário se for preciso. Nós vamos para a Corte Interamericana de Direitos Humanos se for preciso. (*Palmas.*)

Nós vamos para instâncias externas, vamos fazer denúncias na ONU, na OIT, vamos até o Papa se for preciso, mas eu tenho certeza de que nós não vamos deixar o combate ao trabalho escravo retroceder em nosso País.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao Dr. Tiago Muniz Cavalcante, Procurador do Trabalho e Coordenador Nacional da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho (MPT), que disse, simbolicamente, pela sua expressão final, que se for preciso vamos até ao Papa, mas que isso não vai ficar assim, não vai.

Eu já queria, de pronto, nessa minha proposta, que foi acatada, pelo que percebi, pelo Plenário, convidá-lo para que, se puder, V. Exª esteja junto. Eu mandarei uma relação, combinada com vocês, naturalmente, com os convidados que estão aqui, para marcarmos essa reunião. Nós vamos ao Ministro, e que ele convoque os três, a Ministra e os outros dois convidados que não puderam comparecer. Mas eu gostaria muito da sua presença lá. De pronto fica esse convite.

Passamos a palavra a Matheus Peres Machado Magalhães, que representa o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

O SR. MATHEUS PERES MACHADO MAGALHÃES – Muito bom dia a todas e todos.

Quero saudar também meus companheiros e companheiras de Mesa, quero saudar o Senador Paulo Paim e, desde o princípio, eu gostaria de adensar todas as palavras do Carlos Silva, Presidente do Sinait, direcionadas ao Senador Paulo Paim, que nós já conhecemos de outras empreitadas.

Quero dizer também da minha experiência própria do comprometimento do Senador frente a diversas pautas, também na CPI da Previdência, também na Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida, não só nesta Comissão como em outras. Então, eu gostaria, desde já, de adensar todas as palavras sobre o comprometimento e do trabalho imprescindível de V. Exª, Senador Paulo Paim.

Eu sou Matheus, sou assistente social de formação, mestre em Política Social e, atualmente, componho a assessoria política no Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Bom, qual é a nossa colaboração ao debate, a essa conversa? O Inesc é um instituto de pesquisa, foi a primeira instituição a trabalhar Orçamento público sob o prisma dos direitos humanos.

E, muitas vezes, somos provocados em debates que tratam de finanças públicas em geral, principalmente, obviamente, quando relacionados a direitos humanos, como é o caso aqui.

Então, quando chegou o convite para nós, fomos observar qual é o estado da arte, do orçamento do Ministério do Trabalho e das ações orçamentárias relativas à fiscalização e inspeção do trabalho, e nossos números batem muito de acordo com os dados trazidos pelo Carlos Silva.

Nós não nos conhecíamos, eu o conheci agora, minutos antes de começar esta audiência, e vocês vão ver como esses dados batem, vindos de uma instituição que vê de fora, e não de dentro da gestão dos recursos da Pasta, mas de fora, o que nós temos de informação no SIGA. E eu gostaria de dizer, inclusive, que é um sistema de finanças públicas do Senado Federal excelente, por meio do qual nós extraímos os dados que vamos apresentar.

Primeiro, trago a execução financeira do Ministério do Trabalho de 2007 a 2016. Esses dados estão em bilhões de reais. Por que estão em bilhões de reais, enquanto os dados trazidos pelo Sinait estavam em milhões de reais? Porque, aqui, são os valores totais de toda a manutenção do órgão, não só das despesas discricionárias.

Então, nós temos aí a evolução de 2007 até 2015, quando nós tivemos a reforma ministerial que uniu o Ministério do Trabalho e o Ministério da Previdência Social. Por isso, na sigla, eu coloco MTE/MTPS. Por isso, os dados de 2016 ficam nessa dúvida... Não é uma dúvida, mas é apenas para esclarecer: os R$64,13 bilhões são gastos exclusivamente do Ministério do Trabalho, mas, em conjunto com o Ministério da Previdência Social, eles chegam a R$105 bilhões. Não temos como saber quanto é de cada um, porque, na verdade, a reforma ministerial ocorreu em 2015, mas, ainda em 2015, o Governo manteve as duas unidades orçamentárias, o Ministério do Trabalho e o Ministério da Previdência. Em 2016, não, mas, já em maio, o Poder Executivo faz uma nova reforma ministerial. Então, a partir de maio, nós temos a separação novamente. Então, sabemos que R$64 bilhões são só do Ministério do Trabalho. No outro período do ano, se somarmos, são R$105 bilhões dos dois juntos.

Abaixo, já colocamos o contexto mais geral das finanças públicas no Brasil, adensando o debate que tem sido feito aqui sobre as outras reformas que estão sendo feitas no Estado brasileiro. Se, em 2007, tivéssemos aprovado a PEC do teto dos gastos, essa seria a evolução da execução financeira da Pasta. Nós vemos que a Pasta já entende bem de austeridade fiscal, mas, a partir de agora, ela vai sentir ainda mais os efeitos da austeridade fiscal como política fiscal brasileira.

Abaixo, naquela linha ali, nós trazemos a evolução da execução financeira da ação orçamentária que era responsável pela fiscalização do trabalho escravo. Mais especificamente, o nome é Fiscalização para a Erradicação do Trabalho Escravo, Ação 2.629. Nós podemos ver que ela vem caindo desde 2008, mas, em 2013, a ação orçamentária é praticamente subtraída. Não é que os recursos tenham sido apenas de R$440 mil para isso, mas a ação orçamentária ali começa a ser subtraída do orçamento. Em 2014, a ação está zerada; em 2015, em 2016 e em 2017, nós não temos ação orçamentária mais. São várias ações orçamentárias que são enxugadas. Então, nós não temos mais hoje como monitorar os recursos destinados à inspeção do trabalho escravo no Brasil. Tínhamos como fazê-lo até 2012. Em 2013, os dados já não são confiáveis. E, de 2014 para frente, nós não temos como monitorar. Mas podemos observar que, de 2008 em diante, há uma queda nesses recursos.

Nós fizemos um levantamento também de diversas ações orçamentárias que tratam da inspeção do trabalho no Brasil.

Nós temos a lista das ações orçamentárias – se quiserem, podemos disponibilizar depois – do ponto de vista do rigor científico do levantamento desses números. Podemos ver também que aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não há nem que se falar sobre teto dos gastos, porque, com certeza, estaria dentro da austeridade fiscal brasileira. De 2007 a 2016, vejamos: a execução orçamentária caiu de R$36 milhões – esses dados em milhões de reais – para R$17 milhões. Aí cabe também uma pequena observação: como já foi trazido, inclusive, pelo Sr. Carlos Silva, enquanto uma secretaria interna da Pasta, não cabe também, do ponto de vista legal, falarmos em teto de gastos para a inspeção do trabalho no Brasil. Então, se, do ponto de vista orçamentário, ela não ser uma unidade orçamentária é ruim, por outro lado, nós podemos dizer que os gestores públicos não têm a prerrogativa legal de afirmar, daqui para a frente, se for o caso, que há a imposição do teto dos gastos sobre essas despesas. Não. Isso são despesas que são manejadas dentro da Pasta do Ministério do Trabalho e que podem, sim, ser elevadas acima do nível da inflação, medida pelo IPCA.

Como eu trouxe os dados até 2016, eu quis trazer um panorama de 2017. Aqui o total das despesas discricionárias do Ministério do Trabalho. Aqui, sim, os dados vão bater exatamente com o que foi trazido pelo Sinait. Tínhamos como autorização R$83 milhões, e o gasto levantado até 20 de agosto está em 48,9 milhões mais 17 milhões de restos a pagar pagos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MATHEUS PERES MACHADO MAGALHÃES – ... totalizando R$65,9 milhões. Na ação que enxuga várias outras ações, pelas quais nós monitorávamos a inspeção do trabalho, que agora é somente essa, nós temos a execução de R$21 milhões já.

Aqui está o decreto de autorização de janeiro de 2017, como foi trazido também. Não precisamos nos ater a todos os números, mas o último ali no total vocês podem ver que está riscado, porque esses números caíram pelo contingenciamento de gastos. A Pasta tinha, como foi trazido já, R$902 milhões de gastos discricionários apenas: 88 de despesas obrigatórias dentro desses gastos discricionários, 13 de emendas impositivas individuais e 800 de demais despesas.

Já com o decreto de contingenciamento de março, nós podemos ver que a autorização de despesas cai para – a última coluna, em azul – R$444,7 milhões. Isso significa que o Governo, o Poder Executivo zerou os valores de emendas individuais impositivas para o Ministério do Trabalho, reduziu em R$440 milhões as demais despesas, tendo um contingenciamento de R$457 milhões, que, nas contas do Inesc, dá 49,2% do Ministério do Trabalho. Foi uma das pastas mais afetadas pelo contingenciamento.

Já no Decreto 9.113 o que ocorre é que há novamente uma autorização de emendas impositivas individuais no valor de R$6,2 milhões. Isso sobe um pouquinho a capacidade das despesas discricionárias da pasta para R$451 milhões. E já nos referindo ao último decreto de contingenciamento, esse de R$5,9 bilhões no PAC, mais o remanejamento de pouco mais de R$2 bilhões, ele não afetou as contas da pasta do Ministério do Trabalho e revogou alguns anexos do decreto anterior para fazer esses contingenciamentos no PAC, mas não revogou o anexo 1 do Decreto 9.113, que autorizou R$6,2 milhões em emendas. Então, é algo para nós trazermos como necessário da nossa incidência política, para que esses recursos possam ser remanejados dentro da pasta do Ministério do Trabalho para as fiscalizações do trabalho escravo, por meio de articulação política, possivelmente.

É uma pequena contribuição. Nós podemos trazer outros dados e outras informações das ações orçamentárias, se nos forem requisitados. É um prazer para o Inesc estar participando mais uma vez nesta Casa, nesta Comissão. E nos colocamos à disposição sempre para defender os direitos humanos, trabalhistas e sociais brasileiros, dessa população trabalhadora, que vem sendo arduamente lesada, duramente lesada, em nome de interesses privados, os quais nós já conhecemos bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Matheus – Matheus Peres Machado Magalhães, que falou pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), com dados, informações precisas que com certeza nós vamos usar. Obrigado, Matheus.

Passamos a palavra agora à Augusta Machado Tamasauskas, membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal.

A SRª AUGUSTA MACHADO TAMASAUSKAS – Bom dia a todos, bom dia aos colegas da Mesa, a quem saúdo na pessoa do Senador Paim.

A situação na PRF frente ao combate ao trabalho escravo não é muito diferente do que já foi repassado pelo colega Carlos, pelo Dr. Tiago. E nós trouxemos um recorte dentro da nossa instituição. A nossa instituição hoje trabalha diretamente com órgãos parceiros também – Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho – no combate ao trabalho escravo.

Nossa função essencial durante as fiscalizações de grupo móvel é a segurança da equipe, que realiza um excelente trabalho em campo. E a nossa função é prover a segurança da equipe dentro do ambiente de fiscalização.

Na PRF, nós temos a nossa função institucional pela Constituição Federal, art. 144, inciso II, 2º; pelo Código de Trânsito Brasileiro e pelo Decreto 1.655, de 1995. Como se pode observar, a nossa função é bem ampla. Eu destaquei o inciso X: "[...] prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, [...] [e finaliza aí com negrito] demais crimes previstos em lei." E, entre eles, temos, à frente, o trabalho escravo.

A PRF tem dentro da estrutura dela a Comissão Nacional de Direitos Humanos, de que faço parte – hoje eu faço parte –, e a parte operacional também, que tem uma pasta específica que trata de direitos humanos.

Então, nós temos trabalhos em fiscalização ordinária. O nosso efetivo de ponta, devido à nossa capilaridade, são os postos. O nosso pessoal hoje recebe muitas vezes denúncias. Em casos de possíveis flagrantes, conseguimos acionar os órgãos competentes em termos administrativos, muitas vezes o Ministério do Trabalho. E nós temos também a parte de fiscalização do transporte, que é uma das vertentes do tráfico de pessoas para fins de exploração de trabalho escravo.

Nós também prestamos apoio, como dito, em nível regional e nacional, principalmente ao Ministério do Trabalho e ao Ministério Público do Trabalho. Fazemos parte do Grupo Especial de Fiscalização Móvel. Há trabalhos preventivos pela Comissão Nacional de Direitos Humanos e Comissão Regional de Direitos Humanos, que são os trabalhos pontuais de panfletagem, de direcionamento de Cinema Rodoviário para o tema de trabalho escravo, em que tentamos fazer a vertente da prevenção. Nas regiões onde sabemos, como é o caso, por exemplo, do Norte e do Nordeste, que existe uma incidência grande de retirada de pessoas para trabalho escravo, nós sempre fazemos frentes de trabalho de prevenção. Há operações temáticas visando conscientização e capacitação do efetivo. Essas são nossas OTDHs. Tentamos trabalhar bem a conscientização do policial frente à importância do tema, a sensibilização do policial a identificar um possível tráfico de pessoas para fins de trabalho escravo e a capacitação dele sobre o que fazer e como executar o trabalho.

Hoje nós estamos na elaboração do nosso manual, que é justamente dar um procedimento ao policial do trabalho a ser realizado.

E hoje nós encontramos um grande prejuízo em todas essas fiscalizações não só do trabalho escravo, mas, em toda a gama que eu mostrei de fiscalização de nossa competência, nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tendo. O primeiro problema, que não é diferente do que trouxe o colega Carlos, é a questão do nosso efetivo.

Hoje nós temos aproximadamente 10 mil policiais rodoviários federais espalhados em todo o Território nacional, para dar conta de toda aquela atribuição. E vamos só fazer um parêntese e pensar nas fronteiras. O grande problema que nós já temos em fronteiras, porque as nossas rodovias federais vão fazer essa ligação de qualquer maneira. Então, nós temos 10 mil policiais.

Trouxemos só um comparativo aqui, porque só número fica meio complicado, com o Distrito Federal. No Distrito Federal hoje, a Polícia Militar do Distrito Federal tem aproximadamente 14 mil homens nesse território. Então, o efetivo, sem dúvida, é o nosso principal problema hoje. Inclusive, há questão de fechamento de postos, postos em áreas onde a população já tem uma carência muito grande de segurança pública. Nós tivemos fechamento de postos devido a não haver efetivo para colocar, além da falta de estrutura também.

Nós temos aproximadamente 13 mil cargos criados por lei e só 10 mil policiais na ativa. Ou seja, nós temos hoje aproximadamente 3 mil cargos vagos. Foi feito já novo pedido para recomposição desses cargos. Mas ainda está no MPOG.

O pior, o que agrava mais a situação hoje da PRF em relação a efetivo é isto: para 2018, temos uma previsão de 3 mil aposentadorias. Ou seja, aproximadamente 35% do nosso efetivo vai provavelmente pedir aposentadoria tendo em vista o nosso cenário atual, as reformas, as alterações em aposentadorias, as alterações em previdência. Então, tudo isso traz uma insegurança a mais para o policial, que, quando consegue o período, o tempo de serviço para aposentadoria, busca aposentar-se de imediato.

Um segundo prejuízo seria nossa redução orçamentária. De 2016 para 2017, nós já tivemos uma redução de aproximadamente 11% do orçamento da PRF. Então, isso já é um fato que é de toda PRF. Aí, pensem em atendimento de acidente, combate ao tráfico de drogas, armas, contrabando, descaminho e trabalho análogo ao escravo ou trabalho escravo também.

Com o Decreto 9.018, de 2017, que é o do contingenciamento, a PRF teve uma redução de R$420 milhões, que era o nosso orçamento de 2017, para R$236 milhões. Então, esse corte, esse contingenciamento fez com que se criasse dentro da Polícia uma comissão para fazer levantamentos de como a Polícia conseguiria executar algumas atribuições legais com esse valor.

Quando o contingenciamento saiu, a PRF já tinha executado R$168 milhões, em final de maio. No começo de junho, já ficou com contingenciamento, com apenas R$236 milhões, sendo que R$168 milhões já havia sido executado. Então, o grupo de trabalho criado dentro da PRF teve de limitar jornada de trabalho, teve de limitar rondas, teve de limitar qualquer tipo de fiscalização e operações dentro da PRF. Entre essas operações, as nossas Operações Temáticas, que são operações de capacitação e direcionadas aos direitos humanos, ao trabalho escravo, foram todas suspensas.

Não tivemos operações desse caráter até agora na PRF, em 2017, por culpa desse contingenciamento.

Sem recurso, sem efetivo, é praticamente impossível tomar as rédeas da sua função constitucional.

E os impactos são estes aí: a redução nas fiscalizações ordinárias. Nós não tínhamos dinheiro para manutenção de viatura. Não tínhamos dinheiro para abastecimento de viatura. O cenário da Polícia Rodoviária Federal era exatamente como foi repassado na mídia, como foi publicado. Nós ficávamos apenas para atendimentos de emergência. Fora isso, os policiais não tinham como se deslocar. Nós tínhamos de ter autorização para abastecer viatura porque tínhamos de ver se havia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dinheiro para cobrir os gastos até com os simples deslocamentos. Então, todo um trabalho preventivo ou até mesmo...

(*Soa a campainha.*)

A SRª AUGUSTA MACHADO TAMASAUSKAS – ... ostensivo já ficou bem prejudicado.

Impossibilidade de desencadear as Operações Temáticas; impossibilidade de prestar apoio aos parceiros, salvo quando esses custeassem as operações.

Essa aí foi uma situação triste por que nós passamos. O Ministério Público do Trabalho em Pernambuco solicitou apoio para fazer uma operação de fiscalização do trabalho escravo e nós não tivemos como arcar. Nós não tínhamos a viatura, não tínhamos como custear diária operacional e nós simplesmente tivemos que negar, enviando uma planilha de gastos. Ou seja, se o outro órgão cobrir os gastos, a gente consegue dar o apoio, se não, a gente fica impossibilitada.

Estamos falando diretamente do trabalho escravo, mas isso aconteceu em outras frentes também, como ambiental. Quando incendiaram os veículos do Ibama, foi solicitado apoio para o local e foi custeado pelo Ibama, porque nós não tínhamos condição de prestar apoio ao órgão.

Não realização de operações específicas. Essas operações, que são em casos de que a gente tem conhecimento de alguns tipos de transporte. Como nós tivemos no Paraná agora, a nossa área de inteligência fez um levantamento de um possível transporte de pessoas para um possível trabalho escravo. E nós precisaremos desencadear uma operação, que seria inopinada, mas direcionada a esse tipo de trabalho, e nós não tínhamos recursos para fazer.

Aqui nós fizemos um recorte do material que o Carlos trouxe, que é bem mais completo, é do Ministério do Trabalho. Aqui é um recorte desse trabalho de 2016, com os dados do Ministério do Trabalho. Então, nós tivemos neste ano aproximadamente 107 ações, das quais a PRF participou de 29. Então, veja a gama de ações de que o órgão do Ministério do Trabalho fica incumbido. Eu estou fazendo só um recorte. Nós já verificamos a grande baixa de ações. Isso aí a gente sente. Além de ser membro da comissão, eu trabalho na área operacional, sendo coordenadora das ações dentro da PRF. Ano passado, que foi um ano atípico por causa de grandes eventos, Olimpíadas, nós tínhamos em média duas operações repressivas ao trabalho escravo por mês e este ano nós estamos tendo uma, e já com dificuldade. Então, ano passado, justificar-se-ia termos menos devido ao grande evento, no caso, a Olimpíada. Mas este ano a gente está com uma baixa no número de ações.

Quantidade de trabalhadores alcançados nas ações com a PRF: 869. Trabalhadores resgatados: 188. Trabalhadores menores de 18 anos: seis. Então, esse número é unicamente com o trabalho da PRF, que já é um número muito expressivo. Então, juntando todo o trabalho feito, a gente chega àquele montante espetacular repassado pelo Carlos. E quem já teve a oportunidade de ir a uma ação, sabe o quão gratificante é você devolver um pouco de dignidade às pessoas que estão lá. Eu já tive oportunidade de ir várias vezes. Sempre que posso, faço-me presente nas ações. A gente precisa conhecer, ver, para a gente poder realmente ter esse conhecimento e essa sensibilização.

E aqui são algumas fotos de algumas ações que nós fizemos. Há fotos de capacitação nossa ao efetivo, trabalho conjunto, trabalho em carvoaria, em que a PRF, sempre que possível, sabendo que é um dever constitucional, já é uma atribuição sua, faz também, em apoio ao Ministério do Trabalho, ao Ministério Público do Trabalho, sempre que possível. E gostaria muito de aumentar esse tipo de trabalho, porque é de interesse da sociedade.

Não há como manter os trabalhadores numa situação dessa. É triste. É triste você ver trabalhador assim, é mais triste você ver a família e você se sensibiliza mais quando você vê as crianças nesse meio e sem saber que perspectiva elas vão ter para o amanhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, se a gente não unir realmente todo o esforço com os outros órgãos... Por isso, agradecemos ao inspetor Paim... Desculpe! O Senador Paim é inspetor, porque já é da PRF, já coloquei o senhor lá. (*Risos.*)

Ao Senador Paim agradecemos por esse apoio dado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns, Drª Augusta Machado Tamasauskas, membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal, que traz dados, números, exemplos da falta de orçamento para fazer um trabalho à altura do que o nosso povo merece. E, quando você usou aquela expressão ali mostrou para quem está assistindo – eu sempre digo que no mínimo 2 milhões de pessoas assistem – a repercussão na família, não é só o trabalhador. A família vive naquele circuito, naquela área de conflito. Qual é o futuro dessas crianças?

Então, parabéns pelo trabalho da Polícia Rodoviária Federal, e oxalá a gente busque uma solução, conversando com as autoridades competentes no Orçamento!

Luiza Cristina Frischeisen, Subprocuradora-Geral da República, Coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF).

A SRª LUIZA CRISTINA FRISCHEISEN – Bom dia, Senador. Obrigada pelo convite. Cumprimento a pessoa do Senador e todos aqui da Mesa e também os que nos assistem.

Bem, o papel do Ministério Público Federal na questão do trabalho escravo é o papel de propositura das ações penais, do aspecto repressivo, e, nesse aspecto, eu queria começar dizendo, primeiro, que, com o novo regime fiscal que veio com a emenda constitucional, todos nós temos que nos tornar especialistas em orçamento, porque a emenda está aí, infelizmente, a emenda foi aprovada como foi aprovada, e hoje o orçamento tem que ser esmiuçado por cada um de nós como cidadãos, mas também como integrantes dos nossos próprios órgãos. Nós temos que, com esse orçamento, que, como nós vimos aí, está reduzido e, nos anos que vão se seguir, se repetirá exatamente na mesma proporção em razão de dispositivos da emenda, com alguma possibilidade de mobilidade, mas nem tanto, nós temos que aprender a olhar esse orçamento e ver o que é que está sendo feito com esse orçamento, não deixar que esse orçamento, que é um orçamento parco, seja contingenciado, porque sempre haverá a possibilidade de que mesmo aquele orçamento que está fixado no ano, que serão as despesas de um ano que passarão para o outro ano, possa ser contingenciado, e verificar como ele está sendo gasto dentro de cada um dos órgãos e para que atividades.

Bem, no Ministério Público Federal, o combate ao trabalho escravo é considerado prioridade do ponto de vista da nossa atuação criminal, isso já há algum tempo. Nós temos um grupo de combate às formas modernas do trabalho escravo contemporâneo. Esse grupo é tanto um grupo de trabalho sobre o levantamento de teses, mas também é um grupo de trabalho que acompanha as inspeções dos Auditores do Trabalho, com o Ministério Público do Trabalho, com a PRF, com a nossa segurança institucional, também Polícia Federal.

Nós não vamos a todas as inspeções. Este ano ainda estão sendo realizadas quatro inspeções por ano. Em regra, nós vamos a uma, naquela em que a atividade prévia de colheita de inteligência nos diz que possivelmente serão colhidas mais provas do ponto de vista criminal.

E isso é muito importante porque, no ano passado – o André está aqui, o Tiago também – nós começamos a fazer rodadas de reuniões para fazer um levantamento sobre aquilo que, do ponto de vista criminal, seria mais importante. Porque, quando nós falamos em trabalho escravo, nós podemos ter um âmbito no aspecto de responsabilidade civil, no aspecto trabalhista, mas não necessariamente aquilo vai tipificar o crime propriamente dito. Então, nós dependemos muito da colheita da prova, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

questão de quem é o autor daquele crime. Promover uma ação penal de trabalho escravo não é fácil porque, inclusive, nós temos alguma resistência do Poder Judiciário.

Então, nós temos trabalhado muito fortemente para que os casos nos quais haja participação de membros do Ministério Público Federal sejam aqueles casos com maior indicativo realmente de prova criminal a ser colhida. E aí, eu vou fazer um parêntese. O que nós estamos verificando hoje... E aí a falta de orçamento prejudica não somente os auditores, a PRF, mas também a questão ambiental. Então, quando nós falamos de verbas para o combate ao trabalho escravo, não como política de governo, mas como política de Estado... Até porque o Brasil já foi acionado na Corte Interamericana de Direitos Humanos e já foi condenado no caso Fazenda Brasil Verde, que é um caso do Pará, específico, em que o Ministério Público Federal agora deu cumprimento à decisão da Corte Americana. Nós estamos falando de um conjunto de fatores em que, por exemplo, nas últimas inspeções das quais nós participamos no Norte do nosso País, a questão do trabalho escravo está muito ligada, por exemplo, ao garimpo ilegal, ao desmatamento ilegal, a situações cada vez mais complexas de descumprimento de regras mínimas de exploração do território no bioma da Floresta Amazônica.

Então, isso é bem complicado porque não envolve só a nossa atuação, envolve também a atuação – e a nossa atuação que eu digo, daquela equipe que está lá –, muitas vezes vai envolver a atuação de outros órgãos, como os órgãos de proteção ambiental. Resgatar esse trabalhador e fazer com que ele não volte para aquela condição implica uma modificação de toda uma estrutura de forma de produção e de empregabilidade e de trabalho naquela região que, como o Tiago diz, só vai ser revertida com políticas públicas profundas de presença do Estado e modificação não só das relações de trabalho, mas também das relações de exploração daquele meio ambiente, inclusive pela população local, que explora aquilo porque tradicionalmente assim o fazia e porque não encontra outra forma muitas vezes de sobrevivência. Assim é a questão do garimpo ilegal, que tem desde o grande explorador até o pequeno explorador, para não falar no conflito com a questão indígena quando o garimpo ilegal se dá dentro de terra indígena, o que é muito comum no Norte do nosso País e no Mato Grosso também.

Então, todas essas questões estão intrincadas quando a gente fala nesse combate ao trabalho escravo nessas regiões do País. É claro que outras formas vão se dar em situação urbana ou em outras localidades, em outros biomas. Estou colocando o Norte porque o Norte me parece realmente o lugar onde essa falta de orçamento geral torna ainda mais impactante a ausência de fiscalização.

Mas, dentro da nossa procura, então, dentro dessa... Essas inspeções são muito caras do ponto de vista do Ministério Público Federal. Eu sou gestora. Então, sou eu mesmo quem autoriza, sou eu quem recebe os valores. Então, eu sei quanto custa uma inspeção dela. Não é barato, até porque nós temos que mandar os colegas, temos que mandar a nossa segurança institucional... As situações são muito difíceis. Daí a nossa preocupação de tornar mais eficiente a nossa participação.

Como a gente está fazendo isso? Procurando, então, nessa linha do contato, do diálogo com a inspeção do trabalho, ir para os lugares onde realmente haverá prova, e isso exige uma atividade de inteligência anterior. Não só para trabalhar com denúncias, mas quase que com uma atividade de inteligência mesmo, policial, anterior, colhendo informações daquela região, onde há garimpo, onde há desmatamento, onde há outros indícios. Então, a gente está trabalhando muito fortemente nisso, e, depois, do ponto de vista do Ministério Público Federal também, levantando os resultados dessas inspeções.

Então, nós fizemos um mapa. Eu vou até passar aqui todas as informações para o *site*, porque o *site* vai ter todas as informações, vou deixar o que a gente levantou, o que o sindicato mencionou agora... Então, o que a gente faz? A gente, depois, mapeia todos aqueles relatórios, quais foram as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

denúncias que deram origem, para quais os colegas pediram inquérito, por que pediram inquérito, quais as dificuldades da ação penal... As dificuldades da ação penal são complexas por conta, inclusive, depois, da repetição da prova em juízo. Isso é uma coisa, Senador Paim, em que a gente tem que pensar em termos de legislação mesmo, porque... O que acontece? Na hora em que você colhe lá a prova, em que o trabalhador está sendo libertado, você está colhendo aquela prova, filmando, mas, depois, em juízo, muitas vezes, aquilo vai ser superdifícil você não repetir na presença do advogado, porque o advogado do réu vai questionar... Então, a gente tem que pensar numa forma de colheita antecipada, com autorização do juiz. Isso implica modificações na legislação do processo penal. É importante a gente pensar nisso do ponto de vista repressivo, e eu até já me coloco à disposição para pensar em algumas coisas do ponto de vista penal mesmo, penal e processual penal.

Então, a gente tem tido esse cuidado de levantar, e também todas as outras investigações, porque as investigações de trabalho escravo, obviamente, não vêm só dessas inspeções, mas vêm também da atividade regular das delegacias de trabalho no Brasil inteiro e também de algumas denúncias com participação da Polícia Federal. Então, nós temos feito esse mapeamento, mandado para os colegas... "Colega, você tem uma ação penal de trabalho escravo. Veja aí o que está acontecendo, por que não está andando..."

Também, em âmbito de recurso, nós temos monitorado junto aos tribunais regionais federais, onde ficam os recursos, os *habeas corpus*, e no Superior Tribunal de Justiça.

Já digo que nós temos aí um trabalho muito forte de convencimento do Judiciário, porque a cadeia... Enquanto que... Veja: a questão da autoria no trabalho escravo não é aquela coisa de "eu sou dona da fazenda; então eu já vou ser condenado..."

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZA CRISTINA FRISCHEISEN – "... por trabalho escravo". Seria ótimo se fosse assim, mas no Direito Penal não funciona assim. Isso é responsabilidade objetiva, e o Direito Penal exige uma responsabilidade subjetiva.

Então, a gente precisa levantar dados antes das inspeções, saber quem realmente é o dono, quem passou a ordem, porque, do contrário, nós só vamos denunciar quem? Aqueles que estão lá. Aquele gerente, aquela pessoa que fica lá na fazenda ou aquele que foi atrás da mão de obra, e não é isso que o Ministério Público Federal pretende. Então, nós também estamos pensando muito fortemente em como entrar nessa questão da responsabilidade do dono mesmo da propriedade.

É muito importante também, como em qualquer forma de crime, em qualquer forma de crime organizado, asfixiar o financiamento e a lavagem de ativos, porque o que acontece é que, se a pessoa está contratando aquilo, se ela tem uma propriedade, ela pode ter linhas de financiamento público que não devem existir se aquela pessoa for condenada em trabalho escravo.

Podemos usar a ideia da condenação em segundo grau, que é a execução provisória: aquela que foi condenada já em segundo grau não vai poder ter linhas de financiamento público. Podemos pensar nisso. Os bens também podem ser arrestados e podemos ter leilões antecipados. Existe aí toda uma possibilidade de modificação da legislação penal e processual penal que pode ser feita e nós temos, assim... Agora, o que nós temos tentado, do ponto de vista do Ministério Público Federal é ser o mais eficiente possível e não é possível ser eficiente sem saber o que nós estamos fazendo. Então, é preciso rastrear todo o processo do que estamos fazendo desde a fiscalização, daquilo que foi para o Ministério Público do Trabalho e deu ação e qual a consequência, daquilo que foi para o Ministério Público Federal e deu ação. Por exemplo, todos os relatórios do Ministério do Trabalho passam pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Câmara Criminal e nós enviamos para os Estados aquilo que tem elementos de trabalho escravo, não só ilícitos trabalhistas, para que tenhamos, então, uma eficiência maior na persecução penal.

São essas as considerações que eu tinha a falar para vocês. O Ministério Público Federal considera o crime, aliás o crime de trabalho escravo contemporâneo e também o de tráfico de pessoas, lembrando que, muitas vezes, estão interligados – a gente teve uma modificação da legislação recente – prioritários, não só porque são prioritários por escolhas dos nossos colegas em encontros regionais e nacionais, mas porque o Brasil, o Estado brasileiro, a República Federativa do Brasil responde a ações da Corte Interamericana e está comprometida com tratados internacionais de combate ao trabalho escravo. Internamente, temos procurado rastrear o máximo possível e trabalhar com teses para convencimento do Poder Judiciário para chegar à condenação não só daquele – do gato –, daquele que vai atrás do trabalhador, mas daquele que efetivamente aufere lucro com essa atividade ilícita, com esse crime, que é um dos que crimes que fere diretamente a dignidade da pessoa humana. Então, são essas considerações que eu tinha a fazer.

Muito obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. É a Subprocuradora-Geral da República e Coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que deixou inclusive a sua disposição.

Nós temos que partir, de fato, para isso e modificar a legislação.

A SRª LUIZA CRISTINA FRISCHEISEN (*Fora do microfone.*) – Sim, Senador, precisamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. Vamos trabalhar neste sentido.

Eu convido as senhoras e senhores que voltem ao plenário e vamos para a segunda Mesa.

Muito obrigado a todos e todas.

Segunda Mesa: Ana Paula Villas Bôas, Defensora Pública Federal.

Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

André Esposito Roston, Auditor Fiscal do Trabalho, Chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho.

Seja bem-vindo também. (*Palmas.*)

De imediato passamos a palavra à Defensora Pública Federal, Drª Ana Paula Villas Bôas.

A SRª ANA PAULA VILLAS BÔAS – Bom dia a todos.

Cumprimento os presentes na pessoa do Senador Paulo Paim. É um prazer estar aqui. Antes de tudo, vou me apresentar. Sou Defensora Pública Federal, atuante na área trabalhista aqui em Brasília, também participo do Grupo de Erradicação do Trabalho Escravo, que é um GT de erradicação do trabalho escravo, e sou também coordenadora de todos os ofícios trabalhistas aqui em Brasília desde que eu cheguei, em 2012.

Estamos aqui vivenciando e todos devem estar atônitos com esse cenário de crise, uma crise que não é só econômica, é uma crise moral, é uma crise de descrédito que estamos vivendo em relação aos nossos governantes, às nossas instituições, e tudo isso inevitavelmente provoca uma reflexão, nos chama a pensar quais são os valores e quais são as prioridades que devemos focar neste momento de crise. E a Constituição deve ser o novo, o grande parâmetro para tirarmos conclusões.

Eu queria chamar, pensar na questão da dignidade, que é não só um princípio constitucional, é um fundamento da República Federativa do Brasil, é muito aclamado na Constituição, existe uma grande proeminência da dignidade, que deve nortear a gente, e também no valor social do trabalho e da livre iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quando a Constituição fala em valor social do trabalho e da livre iniciativa trata desse primeiro como um balizador do segundo. Então estamos num cenário... Claro, vivemos no capitalismo e, segundo um grande sociólogo, o Zygmunt Bauman, as relações sociais acabam que seguem a lógica do capitalismo de tornar as coisas descartáveis, o consumismo pensa no descartável, e isso rege as relações também. Mas, ao mesmo tempo, temos, em contrapartida, a questão dessas balizas da sociedade. Então, temos a lista suja, que teve toda essa discussão, teve que ter uma ação do MPT e uma repressão, um controle pelo Judiciário para ser liberada, tivemos também a questão da emenda constitucional que permitiu a expropriação daquelas propriedades que tivessem trabalho escravo. E, por outro lado, temos a dignidade, que é um conceito tão abstrato, mas com grande densidade axiológica e que deve nortear toda interpretação, que deve nortear todas as decisões políticas também e que diz respeito justamente ao princípio, e sempre se traz Kant para se concretizar esse princípio e abstrair o conceito do princípio, que é: o ser humano não pode jamais ser tratado como um meio. Ele não pode ser instrumentalizado, coisificado. Ele é um fim em si mesmo. Esse é o segundo imperativo categórico de Kant, que sempre é utilizado para se falar em dignidade da pessoa.

Afora essas abstrações, é de conhecimento de todos, é fácil visualizar que a forma mais evidente, mais atroz, mais direta de se afrontar esse componente inerente à pessoa humana é a escravidão. A escravidão é a forma que avilta diretamente isso que a gente tem de especial, que a Constituição traz como princípio fundante de todos os demais, que é o princípio da dignidade.

E nós vemos, com esse corte, com essas discussões sobre prioridades que estamos fazendo, que isso está na contramão de tudo o que a Constituição prescreve, do que fundamenta a nossa ordem jurídica, e está na contramão do compromisso estabelecido pelo Brasil, que foi condenado agora, no caso Fazenda Brasil Verde, mencionado pela Procuradora, e do compromisso internacionalmente assumido também perante os órgãos internacionais, nas convenções que assinamos, ratificamos. Isso gera perplexidade.

A Defensoria Pública começou a atuar também nos grupos móveis de fiscalização do trabalho junto ao MTE, o que agregou muito para o grupo, porque a perspectiva da Defensoria é uma visão de proteção da vítima, de acolhimento da demanda da vítima, é a de um olhar sensível.

Querendo ou não, cada órgão tem sua missão institucional: o Procurador do Trabalho tem aquela visão mais de tutela dos interesses coletivos; o Procurador da República busca a criminalização; e o Defensor está somando para agregar neste sentido de olhar para a vítima e de garantir esses direitos da vítima.

Desde 2015, estamos participando desses grupos. E, neste cenário em que há quase 50 mil trabalhadores que já foram resgatados, a estimativa é a de que haja três vezes mais trabalhadores em situação de escravidão.

Neste cenário em que há poucas fiscalizações, em que há um decréscimo, como vimos aqui nos gráficos, de fiscalização, um decréscimo de números de resgates, menos auditores, muito poucos auditores fiscais em relação ao que seria o ideal e também menos inspeções e tudo mais, o que deveríamos era recrudescer, fortalecer esse combate, essa erradicação do trabalho escravo. E estamos já fazendo muito menos do que devemos.

Então, o que quero questionar aqui, colocar como provocação é a mancha histórica que deixaremos em nosso País pelas decisões mal tomadas, pelas prioridades mal eleitas.

E, na linha do que foi dito pelo nosso Procurador do Trabalho, que seja chamado até o Papa, e ele há de concordar que a dignidade não se transaciona. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem à Defensora Pública Federal Ana Paula Villas Bôas pela sua bela contribuição a este debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu convivo um pouco com os Defensores Públicos federais e percebo a luta deles também. Estão quase isolados. Há tão poucos no Brasil ainda, e a causa é muito grande em todo o Brasil.

Então, parabéns pelo trabalho também dos Defensores Públicos, aos Defensores e Defensoras. Parabéns.

André Esposito Roston, Auditor Fiscal do Trabalho, que é Chefe da Divisão para Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho.

André, falei aqui daquela proposta de visitar o Ministro. Com isso entendemos que vamos, inclusive, fortalecer a sua área de atuação.

O SR. ANDRÉ ESPOSITO ROSTON – Bom dia a todos.

Cumprimento e agradeço o convite do Senador Paulo Paim. Cumprimento a Drª Ana Paula.

Hoje venho aqui a pedido da minha Secretária de Inspeção do Trabalho e como Chefe da Divisão para Erradicação do Trabalho Escravo. Cumprindo meu papel institucional, vou procurar ser bem objetivo e trazer os dados, o retrato do que a gente tem hoje dentro da Secretaria de Inspeção.

Como o Carlos já traçou um panorama de fundo bem robusto, vou pegar só o gancho de que o resultado, depois do corte orçamentário que houve neste ano, foi aquela destinação de R$10 milhões para a Secretaria de Inspeção do Trabalho. E já havia, de parte da área técnica e do financeiro da Secretaria de Inspeção, o diagnóstico e o alerta, a partir do corte, de que com esses R$10 milhões...

Para deixar claro: esses R$10 milhões não são destinados ao órgão central exclusivamente, mas à execução da fiscalização no País todo. Então, com esse corte, havia um diagnóstico de que esse montante não seria suficiente para manter as atividades da inspeção do trabalho, e aí não só da erradicação do trabalho escravo, mas de todas as atividades da Inspeção que envolvam qualquer necessidade de deslocamento, de combustível, de acesso a interiores, de análises de acidentes, enfim, de uma série de atividades. Não haveria possibilidade de esse orçamento chegar até o final do ano com a manutenção dessas atividades.

Houve um anúncio, uma sinalização, depois desses alertas da Secretaria de Inspeção, de que haveria, sim, uma possibilidade de aumento dos valores de empenho para todo o Ministério do Trabalho. Chegou a ser editada uma portaria, que é a portaria do gabinete do próprio ministro, a Portaria 258, que aumentou o empenho do órgão todo, do Ministério do Trabalho, em R$50 milhões e houve um comunicado. Isso aconteceu no dia 7 de agosto. No dia 9 de agosto, nós recebemos um memorando da Secretaria Executiva comunicando que, desses R$90 milhões, R$10 milhões seriam destinados à Secretaria de Inspeção do Trabalho. De novo, não só para o órgão central, mas para distribuição também nas unidades regionais, o que seria suficiente para que se mantivesse a execução até o final do ano. E a informação que eu tive do financeiro e da Secretaria de Inspeção no final da semana passada e que transmito para os senhores é que houve uma nova orientação de parte do Ministério do Planejamento para que esses R$50 milhões fossem destinados exclusivamente ao Dataprev e não mais para distribuição, conforme havia sido determinado pelo próprio Ministro do Trabalho. Então, desses R$10 milhões esperados, hoje a posição, de acordo com o Ministério do Planejamento, é que a gente não tem nenhum centavo para receber na Secretaria de Inspeção. A informação que eu tenho é que o Ministro do Trabalho e o Secretário Executivo estão fazendo gestões junto ao Ministério do Planejamento para procurar reverter esse quadro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixe-me só esclarecer para quem está nos assistindo – eu sempre digo que, na segunda de manhã, são milhões de pessoas, pela importância dos temas. Você disse que não há nenhum centavo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ANDRÉ ESPOSITO ROSTON – Em relação a esses R$10 milhões que seriam aportados para complementação de orçamento, hoje a informação que temos é que nenhum centavo desses R$10 milhões será recebido. Essa é a posição do Ministério do Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É pior do que eu imaginava, de acordo com sua informação. Isso me deixa mais preocupado ainda. Mas é importante que você fale a verdade para que a gente possa ver como ajudar.

Muito bem. Continue.

O SR. ANDRÉ ESPOSITO ROSTON – Está certo.

Então, isso é essencialmente a radiografia do que a gente tem hoje. Para eu me ater até ao meu papel, eu queria bem objetivamente prestar essas informações e me colocar à disposição se alguém aqui no plenário tiver algum apontamento, alguma dúvida, algum esclarecimento que entenda pertinente, mais específico, dentro, claro, das minhas limitações, dentro do meu papel na Secretaria. Eu me coloco à disposição para esclarecer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, André Esposito Roston, Auditor Fiscal do Trabalho, Chefe da Divisão de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e que também demonstrou, na verdade, as suas preocupações.

Pediram a palavra no plenário três convidados. Então vamos lá. Vamos dar cinco minutos para cada um. Depois, os painelistas que quiserem usar a palavra para algumas considerações finais poderão assim fazer.

Ana Luiza Noronha Lima, Procuradora Regional do Trabalho da 8ª Região.

A SRª ANA LUIZA NORONHA LIMA – Bom dia a todos.

Eu sou Ana Luiza, sou Procuradora do Trabalho no Município de Marabá, e a nossa Procuradoria do Trabalho atua na região dos Carajás, que engloba em torno de 39 Municípios.

Toda essa situação narrada pelos participantes da primeira e da segunda mesa já foi sentida por nós. Nós já tivemos situações de resgate em que trabalhadores haviam sido acorrentados e chicoteados, tivemos também um regate em que uma criança de três anos foi encontrada vivendo num curral com os pais, que eram adolescentes e também eram explorados nessa situação. Ambas as situações foram inclusive noticiadas pela mídia internacional. Então, nós, que somos Procuradores do Trabalho e que atuamos na ponta, diretamente com essa população mais carente que está sendo prejudicada, que está tendo todos os seus direitos violados e vivendo sem nenhuma dignidade, já sentimos na pele toda a situação que foi narrada.

Mas eu gostaria de corroborar as palavras do nosso colega Tiago Cavalcante: o Ministério Público não vai parar e nós iremos sempre à frente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Ana Luiza Noronha Lima, que dá o exemplo concreto de um casal e de uma criança e que vai na linha daquilo que foi falado aqui. A senhora falou de 50 mil, mas sabemos que deve haver outros 50 mil espalhados por este País em situação semelhante.

Por favor, Ana Roberta Tenório Lins, Procuradora do Trabalho também da 8ª Região.

A SRª ANA ROBERTA TENÓRIO LINS – Bom dia a todos, bom dia à Mesa.

Como a minha colega Ana Luiza destacou, a gente atua na ponta, numa região de grande complexidade, de grande violação de direitos humanos de um modo geral, mas especificamente também dos direitos humanos do trabalhador. A nossa área de atuação é no sul e no sudeste do Pará, o que engloba 39 Municípios, muitos deles de difícil acesso. Então, a gente depende muito da fiscalização do trabalho e de toda a atuação interinstitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Como o Carlos Silva, do Sinait, destacou, já vinha existindo um não atendimento às requisições do Ministério Público do Trabalho no Pará – essa é a minha realidade, mas acredito que isso aconteça em outras regiões do País também. A gente atua em Marabá há cerca de um ano e, nesse tempo, não houve nenhuma requisição da SRTE do Pará que tenha sido atendida, pelo menos não no ofício de que sou titular.

A gente depende muito da atuação do grupo móvel, principalmente porque grande parte do trabalho escravo que é denunciado, os trabalhadores que conseguem fugir das fazendas... Não é incomum, semana sim semana não a gente recebe trabalhadores que fogem de fazendas para irem relatar sua situação. A gente sente na pele a efetividade do atendimento rápido das requisições do Ministério Público.

No ofício de que sou titular, nós já tivemos duas situações em que, na semana seguinte, houve atendimento da força tarefa pelo grupo móvel na região e houve... Nesse mês passado houve o resgate de oito trabalhadores numa fazenda em relação à qual eu tinha recebido denúncia na semana anterior, e também, se eu não me engano, em maio a gente teve uma situação em que trabalhadores eram espancados por um empregador que já era réu em ação civil pública do Ministério Público cuja execução não teve efetividade. Então, ele já estava em outra fazenda, explorando outros trabalhadores, e a Detrae prontamente conseguiu incluir o caso no cronograma de fiscalização pelo grupo móvel e houve o resgate de trabalhadores.

Então, a gente vê com muito pesar a inanição do MTE, porque é isso que está acontecendo, principalmente nas regiões em que o Estado chega muito precariamente.

No Sul e no Sudeste do Pará a fiscalização é imprescindível. Digo que ela já era parca, porque a gente acaba atuando por denúncia. A gente acaba atuando sob um viés repressivo, quando, na realidade, a gente deveria atuar sob um viés promocional. Então, o orçamento, o dinheiro, que já era pouco, foi diminuído. Então, nem pelo viés repressivo a gente sente que haverá uma continuidade.

O Ministério Público do Trabalho vê isso com bastante pesar. A gente vai fazer tudo o que for possível, como o Dr. Tiago ressaltou, se for necessário, entrar na Justiça, na OIT, na ONU, fazer o que for necessário. A gente, que está na ponta, está muito triste – essa é a realidade –, porque depende muito da atuação de todos os auditores fiscais do trabalho, da PRF.

A atuação no combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil é interinstitucional. Não adianta uma instituição se predispor e ter condições e a outra não tê-las. Então, a gente vê a situação com muito pesar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns à Procuradora Regional do Trabalho da 8ª Região, Drª Ana Roberta Tenório Lins, que fortalece essa luta de todos nós de buscar formas para ajudar os auditores fiscais, todo o complexo, como você disse, no qual todos têm de trabalhar juntos para combater o trabalho escravo.

Os dados que vocês colocam são assustadores, e é bom que sejam colocados, porque o Brasil todo está assistindo. Isso mostra que ainda há gente querendo fazer o bom combate na linha dos direitos humanos e da dignidade humana.

Parabéns a todos!

Dr. Tiago Muniz Cavalcanti, Procurador do Trabalho.

O SR. TIAGO MUNIZ CAVALCANTE – Eu tenho uma pergunta para o Dr. André Roston.

Bom, a realidade mostra que nós estamos sendo monitorados internacionalmente. A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos traz isso muito nitidamente. Existe uma ONG australiana, chamada Walk Free Foundation, que estima que nós temos hoje no nosso País 150 mil escravos. E houve, recentemente, uma matéria que saiu no *site* do...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É importante esse dado, porque ela estava falando que era o dobro. Então, o dobro é pouco. Pelas informações que eu tinha, 50 mil foram libertos, e eu achava que havia no mínimo mais 50 mil, mas você fala que são 150 mil. Eu quero dar destaque a esse dado seu.

O SR. TIAGO MUNIZ CAVALCANTE – Sim. Essa é a estimativa de uma ONG australiana chamada Walk Free Foundation, que estima que haja...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lamentavelmente...

O SR. TIAGO MUNIZ CAVALCANTE – ...de 150 mil a 200 mil escravos atualmente no País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De 150 mil a 200 mil no Brasil!

O SR. TIAGO MUNIZ CAVALCANTE – Sim. E, ao longo de 20 anos, nós já resgatamos 50 mil trabalhadores. Portanto, ainda há muito a fazer.

O fato é que houve uma notícia recente, que saiu no *site* da UOL, salvo engano de autoria do Leonardo Sakamoto, jornalista, no sentido de que as fiscalizações vão parar a partir da próxima semana. Isso repercutiu internacionalmente. Há jornalistas nos Estados Unidos e na Inglaterra que estão pedindo informações sobre a veracidade dessa informação.

Então a minha pergunta é muito simples: as operações que estavam programadas para agora, setembro, no contexto atual, ocorrerão ou não ocorrerão?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É contigo.

O SR. ANDRÉ ESPOSITO ROSTON – Vou responder com base nessa última informação e nesse último cenário que a gente tem, que é contar com os R$10 milhões com os quais a gente contava desde o momento do corte do orçamento da Secretaria de Inspeção.

Eu tenho aqui os valores específicos em relação ao combate ao trabalho escravo e, depois, os gerais da Secretaria de Inspeção em relação ao orçamento. Como acho que o Carlos já tinha esclarecido, na verdade a gente não tem 10 milhões efetivamente para a execução da atividade-fim, porque há uma série de compromissos financeiros, como, por exemplo, com a manutenção do sistema eletrônico de controle da fiscalização, dos nossos programas e bancos de dados.

Do que efetivamente foi distribuído para essa atividade-fim, do total da fiscalização, a gente tem uma dotação de R$7.297.480,00. O que está empenhado, ou seja, comprometido, hoje são R$7.124.640,00. A diferença entre um valor e outro aqui é de R$172.840,00. Esse valor é o valor global, ressalto de novo, para todo o Brasil, não para o órgão central e a Secretaria de Inspeção. Mesmo dessa sobra, segundo a informação que eu tenho do financeiro, parte vai estar comprometida, porque alguns gastos que são efetivados pela secretaria, como, por exemplo, gastos com voos, são computados na competência seguinte. Então, a gente até faz a compra das passagens ali, mas os valores vão ser debitados depois. Então, na verdade, desses 172 mil, quase 173 mil, boa parte já está comprometida.

Desse valor todo, fazendo o recorte específico do trabalho escravo para tentar chegar à resposta do que o Dr. Tiago me fez, a gente tem uma dotação, uma destinação específica para o trabalho escravo, desde o começo do ano, de R$1.783.041,00. Isso foi distribuído para o trabalho escravo. Do que está empenhado, ou seja, comprometido, a gente tem R$1.776.410,00. A diferença, então, entre o que há de dotação e o que está empenhado, ou o que em tese estaria livre, é de R$6.630,00 hoje.

Para dar uma ideia de valores ou montantes envolvidos: uma ação do grupo móvel, em média, não sai por menos do que algo entre R$60 mil e R$70 mil em termos de custo para o Ministério do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Trabalho. Então, a pergunta muito objetiva que eu fiz para o nosso financeiro na sexta-feira foi: com o cenário atual, com essa quantidade de dinheiro, a gente consegue fazer uma próxima execução de grupo móvel? E a resposta é negativa. Hoje, com o atual cenário financeiro, a gente não tem condições de fazer nenhuma operação.

A Secretaria de Inspeção, com o orçamento que tinha até o momento e tratando com a prioridade com que sempre tratou o combate ao trabalho escravo, fez todos os remanejamentos que eram possíveis dentro do orçamento para que a gente não chegasse a esse ponto. Então, já faz, pelo menos, uns dois meses, que a gente tem realocado recursos de outras áreas para manter a prioridade do combate ao trabalho escravo, para disponibilizar recursos para o grupo móvel e eventualmente até descentralizar para as unidades regionais para que elas façam esse enfrentamento também. Mas hoje o parecer do nosso setor financeiro é que a gente chegou ao limite do que era possível de remanejamento. Hoje a gente não consegue mais remanejar dinheiro suficiente para viabilizar uma saída do grupo móvel. Então, hoje eu não consigo assumir o compromisso do nosso cronograma, de ter as próximas operações.

Bem objetivamente, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É mais grave do que a gente poderia imaginar.

Alguém mais quer fazer uso da palavra? Pergunto porque, em seguida, nós vamos tentar sintetizar o encaminhamento, e é claro que eu dependo da sugestão de vocês, além daquela que eu já coloquei.

Por favor, cada um que for usar da palavra diga seu nome e a entidade que representa.

O SR. MATHEUS PERES MACHADO MAGALHÃES – Matheus, do Inesc, novamente.

Já tentando colaborar com os encaminhamentos, eu gostaria de sugerir e, ao mesmo tempo, solicitar ao Sr. André, enquanto servidor do Ministério do Trabalho, mas também aos servidores do Ministério do Trabalho, auditores fiscais do trabalho que aqui estão, que possam – e aí acho que o Senador Paulo Paim também –, nessa possível reunião com o ministro, pedir que esses dados relativos à inspeção e à fiscalização do trabalho escravo e do trabalho infantil estejam disponíveis para monitoramento no orçamento público, como estiveram até 2013. Porque isso, como foi defendido inclusive pela Defensora Pública Ana Paula, é de interesse da sociedade brasileira. Isso é de interesse da dignidade humana dos trabalhadores brasileiros. Nós precisamos ter a transparência pública com relação a esses números.

Então peço a vocês, servidoras e servidores do Ministério do Trabalho e Senador Paulo Paim, na medida do possível, que peçam isso nessa reunião, porque essas ações orçamentárias estão no PPA. Eu não quero que inventemos a roda e coloquemos novas informações. Elas estão no Plano Plurianual, estão previstas para discriminação dos recursos, mas, por opção da gestão dos recursos, todos os recursos para inspeção do trabalho estão em uma única ação, que é a Ação 20YU. E anteriormente nós tínhamos as ações de fiscalização para a erradicação do trabalho infantil e do trabalho escravo, as ações de fiscalização no campo, de inspeção em segurança e saúde, fiscalização do trabalho adolescente, enfim, as informações sobre as diversas ações orçamentárias que discriminavam esses valores estavam acessíveis para a sociedade brasileira.

Então faço esse apelo, esse pedido, e o Inesc pode participar também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. MATHEUS PERES MACHADO MAGALHÃES – Nós temos a nossa experiência nesse tipo de ação. Então nos colocamos à disposição também para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, bela contribuição, que a gente vai inserir já nos encaminhamentos.

Alguém mais queria usar da palavra?

Se não, a gente vai para o encerramento.

E os encaminhamentos ficam dois, então. Primeiro, uma audiência com o ministro, que a Comissão mesma marcará, devido à gravidade dos fatos. E o André colaborou aqui com as informações, na busca de soluções.

E aí – eu não sei – o Sinait fica responsável, se todos concordarem, o Sinait, enfim, as entidades da Mesa. Eu sugiro que as entidades que participaram da Mesa sentem e conversem para decidir quem seriam os nossos convidados de hoje que nos acompanhariam. Pode ser alguém até de fora também. Eu que não vou decidir, porque vocês conhecem esse mundo muito melhor do que eu. Vocês convidam, mas acho que não pode ser muita gente, senão vira uma assembleia, como a gente fala, mas cinco ou seis pessoas, no máximo, para a gente conversar com o ministro e pedir que ele convoque os outros três que nós convidamos, mas que hoje não puderam, entre aspas, estar aqui. Pode ser assim?

O SR. CARLOS FERNANDO DA SILVA FILHO – Acho que fica bem encaminhado assim, Senador.

Eu já agradeço, mais uma vez. Eu fico o tempo todo agradecendo o trabalho do Senador, mas é porque nem por toda a minha vida eu terei agradecido o suficiente, Senador. Muito obrigado!

Eu queria fazer aqui a sugestão de outro encaminhamento que eu acho que está muito alinhado com o que a gente aqui discutiu. Seria a CDH, de alguma forma – e aí o senhor saberá conduzir bem melhor do que eu –, sinalizar a importância de os recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho não poderem ser objeto de contingenciamento, porque, se forem, a gente vai voltar no próximo ano a falar a mesma coisa, eu vou pedir outra vez ao senhor uma nova audiência pública. Então, a gente tem que encaminhar soluções definitivas. A solução pela qual nós lutamos há muito tempo é pela autonomia orçamentária da inspeção do trabalho. Essa é a solução definitiva, alinhada com uma condução blindada de interesses que não se alinham com os interesses do Estado. Eu acho que começar pelo impedimento de contingenciar os recursos é um bom começo, para que a gente avance na proteção do orçamento que garanta a inspeção do trabalho. A sugestão do colega do Inesc, da transparência, eu quero reiterar. De fato, Matheus, essa falta de transparência impede o controle social. Então, assim, a gente teria bons encaminhamentos, Senador.

Eu quero agradecer muito a participação de todos aqui, que representaram o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública, a PRF, o nosso colega à frente da Detrae, agradeço a todos os que aqui puderam falar. Eu tenho certeza de que muitos poderiam falar mais coisas, mas eu tenho certeza também de que, acompanhando de longe, estão apoiando o que aqui estamos tratando, pois nós estamos tratando aqui de uma fiscalização que garante direitos e quem é preocupado com o trabalhador está também preocupado com o que estão fazendo com a fiscalização do trabalho.

Obrigado, Senador, pelo espaço, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., Carlos.

Então, vamos só fechar os encaminhamentos: marcar a audiência – claro, vou falar com a Senadora Regina Sousa para ter certeza absoluta de que ela vai concordar – com o juiz do trabalho, e eu estarei presente, juntamente com a Ministra de Direitos Humanos e coordenadores da Conatrae, para a gente discutir como uma comissão que os painelistas de hoje vão formatar, o.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Segundo, o que foi proposto pelo Matheus: transparência – aí vocês veem a redação – e acessibilidade no caso dos recursos orçamentários do MTE e para a Conatrae. É isso?

O SR. MATHEUS PERES MACHADO MAGALHÃES – Dos recursos destinados à inspeção do trabalho escravo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, tudo bem. A gente ajeita a redação.

O SR. MATHEUS PERES MACHADO MAGALHÃES – Mas é isso. A ideia é bem essa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu botei, por conta própria... Aqui você colocou também, ou foi o Carlos: o não corte dos recursos da fiscalização do trabalho e de toda área de combate ao trabalho escravo. Que sirva também para outras áreas, dentro de limitações, naturalmente. Nós vamos pensar até em redigir alguma coisa em nível de Senado.

Eu proporia – isso que eu estava dizendo –, e me comprometo porque há algumas emendas de comissão, que a CDH assumisse o compromisso... Dentro das limitações, é claro, porque é votado aqui na CDH, mas entendo que esse é o tema mais importante. Se não se combater o trabalho escravo, não se está combatendo nada! É criança, é negro, é branco, é índio... Que a CDH assuma o compromisso...

De minha parte, farei a emenda – fica ajustado que eu farei a emenda –, a emenda de verbas correspondente à emenda de comissão para o combate ao trabalho escravo, ok?

Então, com esses encaminhamentos, encerramos a nossa audiência pública de hoje.

Uma salva de palmas para todos os que batalham para exterminar o trabalho escravo no Brasil e no mundo. (*Palmas.*)

Está encerrada a audiência pública de hoje.

(*Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 61ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e dezoito minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Hélio José. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, José Medeiros, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e Telmário Mota. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 3/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "As reformas previdenciária e trabalhista", com foco na reforma trabalhista e seu impacto na vida do trabalhador. Participantes: João Carlos Teixeira, Procurador do Trabalho e Coordenador Nacional de Promoção da Liberdade Sindical - CONALIS - Ministério Público do Trabalho; Guilherme Kopfer, Advogado da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC; Clóvis Scherer, Coordenador Adjunto do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos - DIEESE; Waldemiro Livingston de Souza, Presidente da Associação dos Prestadores de Serviços do Senado Federal - APRESEFE; Noemia Aparecida Garcia Porto, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA; Carlos Alberto Altino, Representante da Força Sindical; Luiz Carlos Prates, Representante da CSP-Conlutas; e Francisco Urbano Araújo Filho, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. O Senhor Presidente concede a palavra as seguintes pessoas presentes no plenário: Adevislon Bispo, Prestador de serviços no Senado Federal; e Flávio Werneck, Vice-Presidente da CSB. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Hélio José. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dez minutos; eu, Tânia Márcia Oliveira de Andrade, Secretária Substituta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 32ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2017, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e seis minutos do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e dezessete, no Plenário sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Jorge Viana, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, José Agripino, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Fernando Bezerra Coelho, Pedro Chaves, José Pimentel, Paulo Paim, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Randolfe Rodrigues e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os demais Senadores. Presente o Senador não-membro Cidinho Santos. O Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE: AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA para debater o tema "A OMC e as perspectivas comerciais no atual cenário das relações exteriores". Participante: Embaixador Roberto Carvalho de Azevêdo, Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio – OMC. O Presidente convida o Embaixador a compor a mesa e concede-lhe a palavra para sua exposição. Usam a palavra os Senadores Antonio Anastasia, Pedro Chaves, Fernando Bezerra Coelho, Lasier Martins, Cristovam Buarque, José Agripino, Ana Amélia, Randolfe Rodrigues e Armando Monteiro. O Presidente concede a palavra ao Embaixador para resposta aos parlamentares. O Presidente registra participação de internauta recebida pelo portal *e-Cidadania*. O Presidente agradece a presença e a participação de todos. Audiência Pública Interativa realizada. Passa-se à PAUTA – 2ª PARTE – DELIBERATIVA: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 46, de 2017, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname." O Presidente concede a palavra à relatora, Senadora Ana Amélia, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. EXTRAPAUTA: ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 45, de 2017, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Armênia." Designado relator "Ad Hoc" o Senador Cristovam Buarque, é lido o relatório e fica concedida vista coletiva, nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 3) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 29, de 2017, de autoria do Senador Jorge Viana, que "REQUEIRO, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 25, de 2017, da Comissão de Relações Exteriores-CRE, para inclusão do presidente interino da TELEBRAS, senhor Jarbas José Valente." Aprovado. ITEM 4) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 30, de 2017, de autoria do Senador Fernando Collor, que "requer, nos termos do art. 40, § 1º, II, do regimento interno do senado federal, a autorização de ausência da senhora Senadora Ana Amélia, para representar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no 1º Seminário Internacional de Líderes, em São Paulo." Aprovado. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e é aprovada. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e trinta e cinco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

minutos, lavrando, eu, Rodrigo Barbosa de Oliveira, Secretário-Adjunto desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador JORGE VIANA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Temos a satisfação de ter hoje, na primeira parte de nossa reunião, audiência pública, que será interativa.

Quero cumprimentar os Senadores que estão aqui, Senador Anastasia, Senador Pedro Chaves, Senador Fernando Bezerra, os servidores do Senado, convidados, embaixadores, diplomatas e todos que nos acompanham pela Rádio e TV Senado.

Nós temos, então, audiência que será realizada agora, atendendo a um requerimento do Presidente desta Comissão, que, por estar em viagem, cumprindo missão internacional pelo Senado Federal, não pode se fazer presente. Eu, na condição de Vice-Presidente desta Comissão, vou conduzir esta reunião de hoje.

O requerimento é de autoria do Senador Fernando Collor de Mello para debater a Organização Mundial do Comércio e as perspectivas comerciais no atual cenário das relações exteriores.

Nós temos a satisfação e a honra de receber o Embaixador Roberto Carvalho de Azevêdo, Roberto Azevêdo, Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio.

Eu peço que, por gentileza, nosso convidado possa ser conduzido até a mesa.

Eu queria cumprimentar o Embaixador Roberto Azevêdo, Diretor-Geral Organização Mundial do Comércio. Ele também tem, obviamente, alguns auxiliares que eu queria cumprimentar, que o acompanham. Ele é um ator muito importante no mundo atual por dirigir essa organização, que é espaço de disputa e sempre de conflitos, mas também de possibilidades para o comércio internacional, o que não é nada fácil.

É a primeira vez que nós temos um brasileiro dirigindo essa organização. Ele foi reeleito e isso é certamente prestígio para o nosso País. Carrega muito também da capacidade que ele tem como membro dessa elite – elite no sentido de qualificados membros que compõem o Ministério de Relações Exteriores do País. Nessa condição também de grande profissional, ele não só ascendeu ao cargo de Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio, como foi reeleito. Antes dele, apenas um outro dirigente diretor-geral tinha sido reeleito. Então, é algo que merece o registro. É a primeira vez que temos alguém de país sul-americano presidindo, dirigindo essa importante organização.

E eu queria aqui rapidamente dizer que o Embaixador Roberto Azevêdo ingressou no Ministério de Relações Exteriores em 1984, serviu nas Embaixadas do Brasil em Washington, de 1988 a 1991; em Montevidéu, de 1992 a 1994, e na Missão Permanente em Genebra, de 1997 a 2001. Ele tem um currículo em que obviamente vale destacar muito fortemente essa missão de dirigir a Organização Mundial do Comércio, o que ele faz muito bem, a ponto de ter sido reeleito e ter reunido um apoiamento nos diferentes continentes do mundo que só aumenta o desafio do trabalho que ele tão bem conduz nessa organização.

Eu penso que é um privilégio para o Senado Federal, para esta Comissão, para todos nós – a presença dele aqui é uma oportunidade na hora em que o mundo nos impõe tantas incertezas nas relações entre países, nos desafios deste novo milênio, deste novo século – ter alguém que possa falar um pouco das tendências que o mundo poderá viver no futuro relacionado às relações comerciais, mas também essas tendências vinculadas, por exemplo, à revolução tecnológica, de comunicação, de interatividade.

Inclusive, quando for fazer meus questionamentos, certamente vou levantar tendências de que, com a automação, com essa interatividade, com o 5G chegando e com essa revolução tecnológica, profissões vão desaparecer, postos de trabalho vão desaparecer, o próprio comércio muda de figura em muitos aspectos. Isso nós estamos, de alguma maneira, experimentando.

Mas também é uma oportunidade de ouvi-lo sobre as tendências nas relações comerciais para os produtos que, por exemplo, são fundamentais para o Brasil – as commodities, por exemplo. O Brasil é um país que criou a expectativa no mundo de fornecer alimentos, de fornecer base daquilo que as Nações Unidas inclusive esperam do Brasil – e escreve sobre isso –, que é nós diminuirmos a fome, com o aumento da produtividade, da produção de alimentos no Brasil. Enfim, é uma oportunidade.

A maneira como fazemos aqui normalmente, Embaixador, é de passar a uma exposição livre do convidado – neste caso, vamos fazer assim – de até 30 minutos, mas é o tempo necessário, um pouco mais, um pouco menos. Fica a seu critério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mais uma vez quero dizer que estamos com transmissão ao vivo pela TV Senado e pela Rádio Senado. Temos também nas redes sociais o acompanhamento de internautas, que mandam mensagens. Dependendo, vamos também compartilhá-las aqui, porque este é um propósito que o Senado tem e esta Comissão, especialmente, com o Presidente Fernando Collor: interagir com a sociedade, quando estamos debatendo com alguém que tem tantas possibilidades de nos trazer aqui visões diferentes e fazer também alguns esclarecimentos.

Os nossos colegas Senadores certamente farão alguns questionamentos, mas após a sua exposição.

Com satisfação, passo a palavra a V. Exª, agradecendo a oportunidade que nos dá ao ter aceito o convite apresentado pelo Senador Fernando Collor, Presidente desta Comissão.

Com a palavra V. Exª.

O SR. ROBERTO CARVALHO DE AZEVÊDO – Senador Jorge Viana, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Srªs e Srs. Senadores aqui presentes, membros desta ilustre Comissão, é um grande prazer estar aqui.

Eu gostaria de começar agradecendo e saudando o Senador Jorge Viana, que está presidindo esta Comissão. É uma grande honra estar aqui com V. Exªs e com V. Exª, em particular, que é um membro tão ativo em termos de importância global, como o meio ambiente e mudanças climáticas, temas que se discutem no mundo inteiro e, inclusive, lá na Organização Mundial do Comércio.

Aproveito também para registrar o meu agradecimento ao convite que me foi formulado pelo Senador Fernando Collor. Queria cumprimentá-lo pela maneira dinâmica e consequente com que ele lidera esta Comissão.

Acho muito oportuna a discussão nesta Comissão sobre a OMC, o comércio internacional e o Brasil no mundo. A OMC, evidentemente, é a única organização que trata de comércio em nível global. Não há outra. Há algumas que lidam com temas comerciais, mas de maneira muito tópica e circunscrita geograficamente. E a história mostra que não há nenhum exemplo de sucesso de desenvolvimento econômico e social sem comércio. Comércio não é uma bala de prata; não é o comércio, a abertura comercial que vai resolver todos os problemas do País ou de uma estratégia econômica, mas, sem esse ingrediente, é muito difícil conseguir avançar. E o Legislativo, o Congresso, naturalmente, é uma parte muito importante nessa discussão. É chave para orientar o futuro do País, é justamente a conexão entre a opinião pública, a sociedade, para quem nós todos trabalhamos, e a formulação da política comercial e da política econômica. São ocasiões como esta de hoje que permitem, justamente, ilustrar e informar essa discussão, esse debate, que é muito importante, especialmente diante do cenário econômico internacional que nós vivemos hoje, porque, em nível global, a realidade é que nós estamos experimentando ainda um momento de crescimento econômico muito lento.

Desde de 2008 a economia não voltou ainda ao ritmo de crescimento que ela experimentava historicamente. Em termos de comércio, por exemplo: no ano passado, em 2016, o comércio cresceu apenas 1,3%. Foi o nível mais baixo de crescimento comercial desde a eclosão da crise, em 2008. É preocupante. Este ano, aparentemente – as nossas projeções, lá da OMC, e de outros analistas são nesse sentido –, os números devem melhorar. Então, se no ano passado foi 1,3%, este ano estamos esperando alguma coisa em torno de 2,4% – num cenário muito otimista, chegando, talvez, a 3,1% e, no mais pessimista, 1,8%. Mas, de toda maneira, é muito provável que, mesmo em 2017, nós tenhamos o sexto ano consecutivo de taxa de crescimento econômico-comercial abaixo de 3%, e isso não tem precedentes. Desde a Guerra, em 1947, no lançamento do sistema multilateral, nunca aconteceu uma situação de crescimento comercial abaixo de 3% seis anos seguidos.

Então, é uma situação que merece cuidados, merece ser monitorada com atenção, inclusive porque ela vem acompanhada de alguns importantes desafios políticos. E V. Exª mencionou alguns deles, como, por exemplo, esse sentimento de antiglobalização que se vê em muitas sociedades, que repercute em decisões econômicas e em decisões eleitorais também. Essa tendência, hoje, é mais visível nas economias avançadas, mas não se pode ignorar o impacto que ela pode ter em economias em desenvolvimento, como é o caso da economia brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na Europa, por exemplo, isso é visto em vários países, em vários processos eleitorais, esse sentimento de insatisfação cresce em várias partes do mundo, e muitos sentem que essa globalização... Por que existe esse sentimento? Porque muitos sentem que essa globalização só beneficiou alguns, que vários ficaram fora desse processo de benefício que decorreu do crescimento econômico pujante que existiu até 2008. Depois de 2008, a coisa ficou mais difícil e a distribuição dos benefícios foi assimétrica, vamos dizer assim.

E há um certo fundo de verdade nisso, quer dizer, não se pode ignorar esse sentimento. Boa parte, porém, desses sentimentos vem de pontos que V. Exª acabou de mencionar, como as tensões no mercado de trabalho, o temor de que o produto importado vá tomar o seu emprego ou de que o imigrante esteja tomando o seu emprego. Então, esse sentimento contra o estrangeiro, contra o que vem de fora, é muito presente, sobretudo nas economias avançadas, e cria essas incertezas, cria essa dinâmica que é pouco propícia a um ambiente de liberalização comercial e de crescimento econômico com integração internacional.

Diante dessas incertezas todas, o que fica muito claro, pelo menos do meu ponto de vista, é que a maneira de avançar é integrando mais, é conversando mais, é discutindo mais, e não tomando medidas de supetão, medidas às vezes emotivas que podem ter consequências danosas, porque elas não terminam nelas mesmas; elas geram reações de outros, e você pode ter aquele efeito dominó, que nunca se sabe onde termina; nós sabemos onde começa, você consegue identificar a primeira peça que cai, mas você não sabe até onde esse efeito seguirá.

E o sistema multilateral de comércio foi feito para isso, ele foi feito para criar um ambiente, um foro para esse tipo de discussão. É um sistema que é baseada em regras que foram negociadas por todos. A organização não impõe regra a ninguém; as regras todas foram negociadas pelos membros – hoje nós somos 164 membros – e adotados por consenso, ou seja, todos os 164 membros, num momento anterior ao menos, à medida que se foi avançando, todos os membros que existiam, na ocasião da decisão, acordaram e permitiram que aquelas regras fossem adotadas, porque achavam que aquilo era um bem comum.

Uma coisa muito interessante é a maneira como a organização funciona. O que ela tem? Ela tem vários pilares para permitir justamente esse tipo de discussão. Nós temos o trabalho de monitoramento permanente, que são os órgãos subsidiários, em que os membros se sentam, trocam impressões e se acusam, às vezes, uns aos outros: "Você não está cumprindo as regras. Você está fazendo isso. Você está fazendo aquilo." E esse é um debate muito importante, mas é um debate que muitas vezes evita que guerras comerciais tenham um começo ou que atritos comerciais virem atritos políticos de certa forma.

O que nós chamamos de a joia da coroa da OMC é o Sistema de Solução de Controvérsias, que são os painéis de peritos, o órgão de apelação que nós temos lá. Em quase 20 anos de existência, esse sistema já lidou com mais de 500 disputas. É muita coisa, é mais do que qualquer corte internacional jamais lidou. E lida de uma maneira relativamente expediente, com agilidade. É claro que esperar um ano e meio, dois anos, alguns dizem: "Ah!..." Sobretudo no campo comercial, muito prejuízo pode acontecer em um ano e meio, em dois anos, que é normalmente o tempo. Mas, em termos de disputas internacionais, de litígios internacionais, isso é muito rápido, é bastante efetivo até, porque há várias fases: há o painel, depois há a revisão do painel pelo órgão de apelação e depois há a implementação, há várias coisas que são analisadas nesse processo todo.

E o Brasil participa de uma maneira muito ativa nesse processo, participa, aliás, com muita efetividade. É um dos países talvez mais bem-sucedidos no acionamento e na participação dentro do Sistema de Solução de Controvérsias. Nós tivemos experiências muito exitosas, por exemplo, na área de aviação, na área de carnes, de açúcar, commodities, por exemplo, que o Senador mencionou agora há pouco, suco de laranja, algodão, açúcar – todos esses setores já foram parte de contenciosos de que o Brasil participou. O Brasil hoje é demandante, portanto, é a parte que iniciou a disputa, e algumas importantes, principalmente na área agrícola. Mas o Brasil também é demandado, quer dizer, faz parte do jogo: você demanda em algumas; é demandado em outras, e isso tudo é parte do jogo. Eu acho que o Brasil tem atuado de uma maneira muito eficaz.

O outro pilar importante é o do monitoramento, como eu disse, que acontece não só nos órgãos subsidiários, porque há os vários comitês e subcomitês da OMC, mas há também um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

exercício que a gente chama de revisão periódica da política comercial – o do Brasil foi submetido pouco tempo atrás. Este ano ainda saiu um relatório da OMC, e houve até uma repercussão muito interessante, eu acho, na imprensa brasileira, nas discussões aqui no Brasil, por meio das constatações desse relatório, que notou que o Brasil, por exemplo, tem bastante espaço ainda para aumentar a sua integração no comércio internacional. Mas o relatório também reconhece que houve passos importantes que o Brasil deu nessa direção, como reformas na área de facilitação de comércio. Aliás, o Congresso brasileiro – o Senado, em particular – ajudou na ratificação desse acordo em um tempo muito veloz, muito rápido. Eu agradeço e congratulo V. Exªs por esta ação, porque tem um impacto muito forte para as condições e os custos de comércio do Brasil.

No que diz respeito ao que a gente chama de TPR (Trade Policy Review) do Brasil, que acontece a cada quatro anos, os próprios representantes do Brasil disseram que o TPR ajudou a entender e a diagnosticar um pouco a situação de como o Brasil se insere no mercado internacional. E o importante é que essa radiografia que foi feita pelo OMC seja examinada por vocês, pelo Congresso, pela sociedade brasileira, pelos analistas, pelos economistas, pelo Governo, e que usem isso da maneira que bem entender. Quer dizer, o diagnóstico é feito, alguns probleminhas são identificados, e como esses problemas vão ser tratados é uma questão que o Governo brasileiro decidirá. Não é a OMC que vai fazer nada disso. É o País que tem soberania absoluta para decidir como vai fazer.

Muito do que nós vimos a partir disso é que existe um debate público muito interessante hoje no Brasil sobre comércio. E há um apetite, eu acho, para se discutir como o Brasil pode se inserir melhor e como o Brasil pode contribuir mais no debate do comércio internacional.

Na OMC, especificamente, nós temos avançado de uma maneira muito interessante. Nós tivemos a Conferência Ministerial de Bali – foi a minha primeira como diretor-geral –, em que nós conseguimos o primeiro resultado verdadeiramente multilateral na história da OMC. Nós já tínhamos 17, 18 anos de existência e não tínhamos nenhum acordo internacional, desde 1995 até 2013, e finalmente nós conseguimos ali o acordo de facilitação de comércio. O Brasil, como eu disse, foi um dos primeiros a ratificá-lo, foi um dos membros originais a ratificar o acordo. De novo cumprimento V. Exªs por isso.

Depois nós tivemos, em Nairóbi, outro resultado muito importante, no final do ano de 2015. Ou seja, uma organização que não acordava nada, de repente, em duas conferências ministeriais seguidas, conseguiu resultados importantes de acordo de facilitação de comércio. E, em 2015, nós conseguimos eliminar todos os subsídios à exportação da área agrícola, que é uma coisa muito importante, porque o Brasil não dá esse tipo de subsídio e compete de maneira pouco eficaz com outros países. Uma coisa é você competir com o produtor de outro país, outra coisa é você competir contra o Tesouro de outro país. Acho que essa distorção é reduzida com essa decisão de Nairóbi, mas ainda há muita coisa para ser feita. E há um reconhecimento disso; o Brasil continua atuando nessa área.

Tivemos também acordos importantíssimos, como a expansão do Acordo sobre Tecnologia da Informação. O Brasil não participa desse acordo. É um acordo que zera as tarifas para todos os produtos que estão cobertos pelas 200 linhas tarifárias que fazem parte do acordo, então todas as tarifas vão a zero. E o comércio dessas linhas tarifárias, para que V. Exªs tenham uma noção, cobre alguma coisa em torno de US$1,3 trilhão, e são apenas 200 linhas tarifárias. Esse acordo cobre um comércio que é maior do que todo o comércio do setor automotivo, incluindo tudo: autopeças, tudo. Então, é uma coisa gigantesca e foi assinada também em Nairóbi. O Brasil não faz parte, mas se beneficia do acordo, porque essas tarifas que vão ser zeradas se aplicam a todos os membros da OMC. Então, o Brasil se beneficia sem ter que fazer necessariamente esse avanço. Por que, então, outros países fazem? Porque eles acham que reduzir o custo dos produtos de tecnologia da informação é um bem, um ponto positivo para suas economias. O Brasil ainda não tomou essa decisão.

Depois dessas decisões todas, evidentemente há uma autoestima maior na organização. A organização vinha paralisada há muito tempo, mas hoje seus membros acreditam que podem negociar, acreditam que podem chegar a resultados. E estão fazendo isso.

Vamos ter agora em dezembro, a Conferência Ministerial da OMC, que é bianual, acontece a cada dois anos, e vai acontecer em Buenos Aires. Temos vários temas sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mesa. Estamos discutindo, por exemplo, os temas da Rodada de Doha. A Rodada, em si, como um grande empreendimento, está comprometida pela divisão dos membros. Por uma decisão da organização, os membros estão divididos, mas os temas que estavam na Rodada Doha continuam sendo discutidos de maneira muito intensa – por exemplo, agricultura, que é muito importante para o Brasil. O Brasil tem participado e até fez uma proposta conjunta com a União Europeia recentemente sobre apoio doméstico, ou seja, subsídios internos, subsídios domésticos.

Há outras propostas sobre a mesa. O Brasil mesmo fez outra proposta sobre medidas sanitárias e fitossanitárias. O que isso significa? Na proposta do Brasil, é uma maneira para que se dê mais ênfase na base científica da adoção da medida, para evitar que ela seja arbitrária. Esses temas e muito outros estão sendo discutidos na área agrícola, novas ideias estão surgindo o tempo inteiro, mas são todas muito difíceis. Não há nada fácil nessa área, mas temos que continuar trabalhando para que elas possam frutificar.

Além desses temas da Rodada de Doha, há outros. Ali dentro ainda há, por exemplo, uma iniciativa para reduzir os subsídios que levam à sobrepesca – é uma possibilidade de acordo também –, há negociações na área de serviços, para facilitar o comércio de serviços. Fora da Rodada de Doha, há várias coisas sendo discutidas e que são muito interessantes para o Brasil, por exemplo, comércio eletrônico, que é o futuro da humanidade.

Então, as regras da OMC são de 1995. A internet nem existia quando aquilo foi negociado. Eu me lembro, estava lá naquela época, que mal se conseguia fazer uma busca. Correio, então, nem pensar! Essas coisas mudaram completamente as condições de relações humanas. E precisamos ver como isso tem impacto na maneira como os países comercializam e se desenvolvem economicamente. Essa conversa é muito importante, e acho que o Brasil está fazendo parte dela.

Há outra discussão muito interessante sobre facilitação de investimentos. V. Exªs vão se recordar de que, no passado, houve uma tentativa de se discutir investimento na própria Organização Mundial do Comércio e em outros foros, mas naquela época se falava na proteção do investimento. Até me recordo de que o Brasil havia assinado vários acordos bilaterais de proteção de investimentos e nenhum deles foi ratificado pelo Congresso, até com o entendimento de que alguns dispositivos desses acordos eram inconstitucionais. Então, abandonou-se um pouco essa discussão de proteção de comércio no foro multilateral, embora ela ainda exista bilateralmente entre alguns países.

Eu entendo que o Brasil não faz parte dessas conversas, mas, agora, o nosso foco está em facilitar o investimento. Como fazer com que o investidor, em vez de ter de passar por sete, oito, nove Ministérios, pegando um carimbo aqui, um carimbo ali e não sei o que para fazer o seu investimento, como se ter um marco regulatório que dê transparência, que agilize e facilite com que o investimento aconteça?

O Brasil tem assinado acordos dessa natureza e tem sido um ator muito importante nas discussões sobre facilitação de investimentos, até porque ele tem uma experiência nessa área e está compartilhando essa experiência com os outros membros da OMC, o que é uma coisa muito interessante. Portanto, o Brasil é muito ativo nessa área.

Uma terceira área que também está sendo discutida, que está começando, é a área de pequenas e médias empresas. Uma coisa muito interessante: eu estava numa reunião do G-20 – eu sempre participo dessas reuniões dos líderes do G-20 – e eu estava discutindo sobre como melhorar o sistema multilateral, como fazer com que a organização funcione melhor, negocie melhor. No meio daquela conversa, o Presidente Obama disse: "Olha, eu acho interessante tudo isso, eu, pessoalmente, estou convencido da importância de tudo isso, mas nós temos um problema de percepção. Pelo menos no meu país" – obviamente ele estava se referindo aos Estados Unidos –, "sempre que se fala de comércio internacional, de medidas que favorecem a liberalização do comércio, a percepção da opinião pública é de que nós estamos falando apenas das grandes corporações, de que nós estamos falando apenas das grandes empresas, daqueles que, efetivamente, têm condições de participar do comércio internacional". E aquilo ficou na minha cabeça durante um tempo. Eu disse: "Sabe que é verdade isso". Embora não seja, necessariamente, uma verdade absoluta, essa percepção existe e tem um certo fundamento. Por quê? Porque, para a pequena e média empresa, um obstáculo, que para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma grande empresa é apenas uma linha na planilha de custos, para a pequena e média empresa, aquele obstáculo é um impedimento ao comércio. Elas não têm um despachante do outro lado; elas não têm um importador do outro lado da fronteira. Então, nós temos que fazer coisas para facilitar a vida das pequenas e médias empresas e fazer com que elas se insiram, porque são elas as grandes provedoras de emprego.

Em alguns países em desenvolvimento, as pequenas e médias empresas empregam 90% da força de trabalho do país. No Brasil, é uma coisa em torno de dois terços. É muita coisa! Então, na medida em que você facilita a inserção dessas empresas no comércio internacional... E não é tão difícil como era antes! Hoje, há mecanismos de transparência pela internet que são muito bons. Então, por exemplo, alguns países estão trabalhando na área de uniformização de informação dos procedimentos aduaneiros, para que a pequena empresa, ao contrário da grande que tem um despachante que vai lá e olha, entre na internet e veja que, para exportar para determinado país, ela precisa disso, disso e disso. E ela faz aquilo tudo de maneira automática.

Essa discussão é muito importante, porque tem um impacto enorme e um potencial impacto para beneficiar milhões de pessoas que trabalham nas pequenas e médias empresas, que têm, hoje, uma grande dificuldade de participar desse comércio. É o que a gente até chama da "vertente da inclusão". Nós precisamos fazer um comércio internacional mais inclusivo.

Estou vendo que o Senador está...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Fora do microfone.) – V. Sª tem os dados sobre qual é a participação das pequenas e médias empresas no comércio global?

O SR. ROBERTO CARVALHO DE AZEVÊDO – Sim, tenho os dados. Só não os tenho de cabeça.

Você tem ali? (Pausa.)

Ela vai me conseguir os dados.

E são dados impressionantes, Senador, porque é, de longe, o maior universo de empresas que operam no País – eu tenho dados até do Brasil –, mas as que efetivamente participam do comércio internacional são muito poucas.

Estive nos Estados Unidos recentemente e visitei algumas dessas grandes companhias de plataformas comerciais, como eBay, por exemplo, e outras como Facebook, Google, todas elas. E um dos dados que me chamou a atenção foi o de que eles chegaram à conclusão de que a pequena empresa que consegue exportar tem uma taxa de sobrevivência e de expansão infinitamente maior do que as que não participam do comércio internacional. O comércio internacional alavanca a potencialidade da pequena e média empresa de maneira extraordinária, muito mais do que o mercado doméstico. Então, é interessante.

Os dados que eu não tiver aqui em mão, se V. Exª estiver de acordo, eu enviarei para V. Exª depois por e-mail, para que o senhor tenha essa radiografia diante do senhor.

Enfim, essa ênfase na inclusão é uma coisa muito importante. Estamos tentando avançar na OMC. O importante é saber que, em todas essas áreas, tanto em comércio eletrônico, como na facilitação de investimento em pequenas e médias empresas, quanto aos temas da Rodada de Doha e da agricultura, essas conversas não são fáceis, são complexas, são difíceis. Mas o importante é que – este é um dado que recebi agora –, no Brasil, por exemplo, 95% das exportações são feitas por apenas 5% das empresas exportadoras. Então, há uma margem para se melhorar esse número extraordinária. Esse tipo de trabalho acho que merece ser desenvolvido de maneira consistente e programática. Temos agências no Brasil que se encarregam disso, e há muito que pode ser feito ainda. Como eu dizia, estamos no começo dessas conversas. Em todas elas, então, há espaço para discussão. Há espaço para que o Congresso participe dessas discussões, fazendo com que o Executivo apresente propostas e discuta essas questões todas de maneira mais aprofundada.

O Brasil tem o privilégio de estar muito bem representado em Genebra nessas discussões. O Embaixador em Genebra junto à OMC, o Embaixador Evandro Didonet, é uma pessoa que trabalha nessa área comercial há muitos anos. Inclusive, ele trabalhou comigo. Quando eu era Subsecretário do Ministério das Relações Exteriores, ele trabalhou comigo, ele era chefe de um dos departamentos de negociações comerciais. O atual Secretário-Geral do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Itamaraty foi Embaixador em Genebra, o Embaixador Marcos Galvão, que foi meu sucessor em Genebra. Então, ele conhece muito bem essa área de comércio, o que é muito bom, porque, quando eu ligo, eu não tenho de explicar nada, pois ele já sabe exatamente o que está acontecendo. Isso facilita muito o diálogo. O Brasil está muito bem servido, portanto, de conhecedores do comércio internacional e do trabalho da organização tanto em Genebra quanto em Brasília. Isso é muito confortável ou confortante para mim.

Eu queria somente dar mais uma palavrinha antes de encerrar.

Esta discussão aconteceu no Brasil durante muito tempo: aquela dicotomia entre negociações bilaterais ou regionais e a negociação multilateral. Para mim, é um pouco uma falsa dicotomia. Acho que, se você quer efetivamente avançar nos interesses do País na área comercial, você não pode dar exclusividade a uma ou outra vertente, mas você tem de olhar qual é o interesse do País e atuar onde for possível. É o que todos os países fazem. Todos os grandes países, todos os grandes atores no comércio internacional são muito pragmáticos. Se há uma negociação comercial bilateral ou regional que traz benefícios que me interessam, eu participo dela, na multilateral também. E não há uma competição entre as áreas, pelo contrário. Eu mesmo sempre incentivo as negociações regionais, comerciais com o Mercosul e a União Europeia. Acho ótimo, deve acontecer mesmo, tem que avançar na medida do possível, respeitados os interesses do País, porque o resultado dessas negociações inspira as negociações multilaterais em Genebra.

O próprio sistema do GATT, que foi o predecessor da OMC, foi inspirado na rede de acordos que existia naquele momento. E a tendência é de que os avanços aconteçam primeiro no bilateral, primeiro no regional, porque é mais fácil chegar a esse tipo de acordo, e depois essas coisas passam para o multilateral, para a OMC, em Genebra.

Então, são alguns elementos que eu apresento a V. Exªs, para talvez abrir...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Fora do microfone.) – Gostaria da sua palavra sobre o Brexit.

O SR. ROBERTO CARVALHO DE AZEVÊDO – Sobre?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Fora do microfone.) – Sobre a saída da Inglaterra do Mercado Comum Europeu.

O SR. ROBERTO CARVALHO DE AZEVÊDO – A saída? O Brexit.

O Brexit foi um fenômeno que chamou a atenção do mundo para várias coisas. Eu vou começar por um erro de percepção, que é de que o Brexit aconteceu por uma tendência protecionista da Inglaterra. Isso não é verdade. Pelo contrário. Uma parte do Brexit dizia que a Europa não avançava na liberalização comercial tão rápido quanto eles, ingleses, gostariam de avançar. Eles queriam avançar mais rápido até, na liberalização comercial, do que a Comissão Europeia fazia. Então, é importante que se distingam as duas coisas. O protecionismo é uma coisa, e o Brexit é outra.

O Brexit está mais no outro escaninho que eu desenhei mais cedo, que é o do sentimento antiglobalização. O temor de que o que vem de fora vai retirar as oportunidades de crescimento, de emprego, de trabalho do inglês. Esse, eu acho, foi o principal tema, além da cessão de soberania.

Havia uma grande discussão, também, na Inglaterra, sobre que as Cortes inglesas estavam subordinadas à Corte europeia, supranacional, e isso criava um problema sério. E a discussão foi muito matizada. A realidade é que foi um primeiro alerta, para o mundo, de que esse sentimento de exclusão era forte, verdadeiro, e começou a brotar em várias outras... Não é que ele começou a brotar, ele começou a se materializar de maneira mais clara em outras eleições, como é o caso, claramente, dos Estados Unidos, em que esse sentimento de exclusão foi muito forte no processo eleitoral.

Houve uma discussão como essa também dentro da Europa, com partidos que eram mais fechados, mais protecionistas, mais excludentes do ponto de vista comercial e econômico, e que também ganharam espaço. Mas acho que o Brexit, nesse momento, está mais bem absorvido, mais bem entendido do ponto de vista político. E do ponto de vista comercial, nós estamos ainda avaliando quais serão as consequências, porque muito vai depender do acordo que será fechado entre a União Europeia e o Reino Unido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esse entendimento bilateral é que vai pautar tudo o que vai acontecer depois, inclusive o impacto econômico que haverá em terceiros países como o Brasil, e nas próprias negociações dentro da OMC.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria, mais uma vez, agradecer ao Embaixador Roberto Azevêdo pela explanação. V. Exª conseguiu trazer um universo enorme de situações, de cenários para esta audiência.

Informo, mais uma vez, que aqueles que queiram interagir usando os recursos que o Senado nos oferece – o Portal e-Cidadania, pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania; o Alô Senado, no telefone 0800-612211 –, podem participar com algum questionamento, fazendo algumas perguntas, que eu obviamente tentarei apresentar aqui.

Nós temos aqui alguns Senadores, e eu queria cumprimentar os que eu não havia cumprimentado ainda: o Senador Lasier, o Senador Fernando Bezerra, o Senador Pedro Chaves e o Senador Anastasia, que já estava.

Vamos, então, abrir agora um espaço para que os Senadores possam se manifestar. Eu fiz a inscrição por ordem de chegada: Senador Anastasia, Senador Pedro Chaves, depois Senador Fernando Bezerra, Senador Lasier, e o Senador Flexa também está aqui inscrito. Eu faria alguns rápidos questionamentos e, depois, abriria para os colegas. Talvez, dependendo de como for, ouviremos todos. Se os colegas estiverem de acordo, ouviríamos aí um breve comentário, alguns questionamentos dos colegas, e devolveríamos para o Embaixador Roberto Azevêdo a palavra.

Eu queria, mais uma vez, falando da importância de estarmos fazendo esta audiência, que se possível o Embaixador aprofundasse um pouquinho mais. Ele abarcou muito do que eu pensava. Mas, veja bem, eu acho que o mundo tem dois grandes acordos: o Acordo do Clima e o Acordo do Comércio. O Embaixador falou que há, no do Comércio, 164 países; no do Clima, há em torno de 190. O Acordo do Clima impõe limites, restrições e uma preocupação realmente global com a atividade produtiva, com o padrão de produção e consumo no Planeta. E eu queria que, se fosse possível, houvesse um comentário um pouco mais profundo: o que implica, no pensar da Organização Mundial do Comércio, o Acordo do Clima? Houve um episódio no Governo Trump, dizendo que está saindo desse acordo. Veja: nos Estados Unidos, um Presidente vai e entra em um acordo global, o mais importante até hoje feito no Planeta; e o outro Presidente eleito sai. Isso também afeta a credibilidade nos demais acordos, inclusive o comercial, de um país, de uma potência como os Estados Unidos?

Mas o que mais me interessaria é a discussão desse padrão de produção e consumo, a atividade produtiva relacionada à conservação dos recursos naturais, do meio ambiente. Como a Organização do Comércio, que faz exatamente a comercialização desses produtos, trata ou pensa ou reflete sobre os limites que o Acordo do Clima traz com a ideia de o mundo trabalhar uma economia de baixo carbono?

E há outro aspecto. Existe uma discussão grande – e eu, como Presidente da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, vou fazer um debate – sobre o mercado de carbono. Esse é um mercado novo. Se há o Acordo do Clima para se buscar uma economia de baixo carbono, há um novo mercado vindo, e eu sei que alguns países estão trabalhando, aprofundando-se nisso. Por exemplo, uma grande questão é: as companhias aéreas, que têm uma responsabilidade de grandes emissões, não estão no acordo original e precisam fazer a compensação de suas emissões. Abre-se aí um mercado de crédito de carbono tremendo que envolve muitos bilhões. Se fosse possível, peço uma análise, um posicionamento sobre isso.

Há um outro aspecto, que eu acho que o Embaixador também já nos trouxe, para mim é até novo. Ele coloca como causa do próprio Brexit, na Europa, e de alguns conflitos atuais a globalização, quer dizer, o protecionismo, a migração. Nós temos um problema seríssimo desse movimento que está ocorrendo no mundo, e talvez a eleição do Presidente Trump traga muito bem isso. Ele está construindo um muro entre Estados Unidos e México, e não é outra a preocupação a não ser comércio, porque ele fala que não vai aceitar mais que empresas se instalem no México para vender para os Estados Unidos. Mas imagine se isso ganha o mundo?

Então, se pudesse também aprofundar isso um pouco, porque a globalização é um feito, é importante sim, mas acho que ela não veio acompanhada da universalização, da busca de inclusão, e termina que o mundo fica um pouco mais... A gente visibiliza mais a exclusão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

continentes ou de setores, de países, e aí vem disso até mesmo o terrorismo, enfim, outro tipo de ação. E dentro desse cenário mundial, como fica o nosso País, por exemplo?

Agora, se não temos mais um mundo bipolar do ponto de vista só da potência militar, embora Estados Unidos e Rússia sigam ainda, mas, do ponto de vista do comércio, hoje são Estados Unidos e China. Se pudesse falar um pouco mais sobre a China, como o mundo fica, como um país como o nosso pode se prejudicar ou se beneficiar desse mundo bipolar hoje, do ponto de vista comercial, com a China entrando com a força que tem, se pudesse falar um pouco de China do ponto de vista do comércio, para nós seria interessante.

Outro aspecto também em que eu gostaria de ouvi-lo avançar um pouquinho mais é na parte do comércio eletrônico e seu uso. Isso é muito novo. Quando estive nos Estados Unidos, a última vez que fui a Nova York, impressionou-me: fiquei hospedado na casa de um amigo, um brasileiro que trabalha nas Nações Unidas, e eu entrava e saía do prédio, e a coisa mais forte que eu via era o entra e sai de caixas. Eu nunca vi aquilo! Os prédios têm um lóbi, têm um espacinho, têm um sofazinho, mas o lugar para receber a quantidade de mercadorias compradas – e a rotatividade desse comércio eletrônico – é coisa extraordinária. E eu sei que agora as pessoas entram na internet e estão comprando na China uma roupa para ir numa festa aqui no Brasil. E recebe pelo correio, paga um preço. Agora, você está comprando carro, está comprando roupa, está comprando tudo, não é mais só... Isso é algo absolutamente novo, porque se está usando um recurso dessa interação que o mundo está tendo através dessa revolução tecnológica do uso da internet. Então, esse é um comércio também que temos que regulamentar. Como vamos aqui no Parlamento trabalhar a regulamentação disso? Como a OMC está trabalhando essa ideia? Porque abre um outro horizonte. Não temos mais uma aduana só, é um comércio novo. Se puder, fale um pouco do crescimento dele ou das tendências dele.

Por último, e pedindo já até desculpas, mas acho que para nós é muito importante, eu queria um comentário sobre para onde está caminhando o mundo, do ponto de vista da OMC, com essa revolução tecnológica que nós estamos vivendo. Nós temos feito debates aqui também, há guerra cibernética, mas o fundamental é que, por exemplo, com a chegada de 5G, que muda tudo, Internet das Coisas, há uma percepção dos especialistas de que as crianças que estão hoje no ensino fundamental, quando alcançarem uma formação e uma profissão, mais da metade delas vai trabalhar em alguma atividade que não existe hoje, que nós não conhecemos hoje.

Há também uma possibilidade, uma redução drástica de postos de trabalho, de oportunidades de trabalho por conta dessa automação da Internet das Coisas, de alguns serviços serem substituídos. Então, que muitas profissões vão desaparecer e que algumas outras surgirão. E isso, obviamente, implica um verdadeiro agravamento dessa guerra por trabalho, por renda, por sobrevivência das pessoas.

Eu tenho lido e a imprensa noticia que nos Estados Unidos há até um ex-executivo do próprio Google, do Facebook, que já está se isolando num lugar, dizendo que não vai participar dessa guerra, porque em algum tempo vai haver tanta gente desempregada no mundo por conta dessas mudanças ou dessa "evolução" – entre aspas – que o mundo está experimentando que as pessoas desempregadas e sem dinheiro vão partir para buscar... Ele cita que, nos Estados Unidos, cada habitante tem uma arma e, daqui a pouco, essa arma pode ser usada para a pessoa buscar o sustento da família dele porque não está dando mais no trabalho.

Eu não estou querendo entrar nesse mérito, mas eu queria saber um pouco... Essa tendência de automação, de interatividade, de mudança de profissões, de mudança da composição do setor produtivo na sociedade, como é que fica?

E também, se puder, aprofundar sobre as commodities. O Brasil depende muito de preço de commodities no mundo. Se puder, gostaria desses comentários que dariam outros 30 minutos.

Eu passo ao Senador Anastasia, pedindo desculpa aos colegas. É que eu estou muito curioso. Para mim, é uma janela que a gente pode ter aqui para o mundo ouvindo o Embaixador Roberto Azevêdo, que pode nos trazer um pouco dessas tendências, dessas incertezas ou desses cenários de que que precisamos tomar conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Presidente, Senador Jorge Viana. Bom dia, eminente Embaixador Roberto Azevêdo, Srs. Senadores, senhoras e senhores.

Primeiro, quero cumprimentar V. Exª pela apresentação extremamente didática. Aliás, não se esperava outra pela performance da carreira profissional de V. Exª, que nos orgulha muito. Meus cumprimentos.

O eminente Senador Jorge Viana, com a curiosidade que lhe é característica e que com a inteligência também que lhe é peculiar, fez todas as indagações possíveis, a exigirem, inclusive, não 30 minutos, mas um seminário praticamente de três dias, porque todos os temas em voga no mundo foram por ele apontados, o que o fez – volto a dizer – com o brilho e a maestria que lhe são próprios.

Mas me permita aqui, de maneira muito singela abordar – é claro, dentro dos temas que S. Exª diz, porque não existem outros fora deles, que é o último – a indagação sobre o Brasil.

V. Exª, sem dúvida alguma, se não é o mais, é dos mais qualificados quadros do mundo e do Brasil em termos de comércio internacional. E o Brasil, a despeito de sermos uma das dez maiores potências econômicas do mundo, tem uma participação pífia no comércio internacional sob o ponto de vista do seu volume e da sua performance.

Então, a pergunta é singela: como podemos fazer para reverter esse quadro? V. Exª, incumbido de uma nova política, digamos assim, sugeriria, de maneira objetiva, quais seriam as nossas prioridades para que o Brasil tenha uma posição mais de protagonista no comércio internacional.

É a indagação que faço. Parabenizo mais uma vez V. Exª e agradeço a presença aqui, na nossa Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimento o Senador Anastasia – obviamente, não sou merecedor dos elogios, mas agradeço –, eu passo imediatamente ao Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu teria duas perguntas.

Primeiramente, cumprimento a Mesa, na figura do nosso querido Senador Jorge Viana, cumprimento o nosso Embaixador Roberto Azevêdo, que fez uma brilhante palestra, bem didática; os Srs. Senadores e todos os presentes.

A presença do Brasil na OMC tem-se norteado até aqui por dois aspectos fundamentais: a transferência e o apego às normas do sistema multilateral de comércio. Em que medida se pode dizer, tendo em conta recentes ações contra nosso País, no Sistema de Soluções de Controvérsias da organização, bem como o relatório do Secretariado sobre o Brasil, publicado no semestre passado, que estamos nos afastando desses aspectos?

Outra pergunta: o atual Governo passou recentemente por sabatina da OMC no tocante ao papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no apoio a determinados setores da indústria nacional. Nesse sentido, há superlativo interesse dos membros da organização no tocante às taxas de juros cobradas pelo banco de fomento brasileiro para operações de comércio exterior e aos incentivos dados à indústria local. Tendo em conta esse contexto dos passos no âmbito da OMC relacionados com esta sabatina, que riscos nós enfrentamos? Que outros países têm sido objeto, por igual, de idênticos questionamentos?

E a última pergunta é em relação ao governo Trump: a globalização e a regionalização constituem de tal ou qual maneira fenômenos que respondem a fatores políticos e econômicos variados, e o papel que desempenham na construção da ordem mundial contemporânea pode ser analisado de diversos modos. Na condição de Diretor-Geral da OMC, como V. Exª considera o momento político por que passa a sociedade internacional, de modo especial o impacto do governo Trump nesse cenário e sua relação com o comércio internacional?

Era só isso, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mais uma vez cumprimento o Senador Pedro Chaves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quero informar a todos que nos acompanham pela Rádio Senado e pela TV Senado que estamos tendo o privilégio de receber o Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio, o Embaixador brasileiro Roberto Azevêdo, que foi reeleito por esta importante organização.

Passo a palavra ao Senador Fernando Bezerra e, depois, ao Senador Lasier.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Presidente, Senador Jorge, quero cumprimentar, de forma especial, o nosso convidado, Embaixador Roberto Azevêdo, pela apresentação e também, assim como fez o Senador Anastasia, dizer do orgulho que todos nós brasileiros sentimos pela sua presença nesta importante instituição internacional.

A minha pergunta vai reforçar uma das perguntas feitas pelo Senador Jorge Viana. Na realidade, aqui no Congresso, nós atuamos muito fortemente no tema mudanças climáticas e temos sido assíduos participantes das Conferências do Clima nos últimos três anos. A minha pergunta é: a OMC está debatendo as metas que foram acordadas em Paris e que serão implementadas ao longo do próximo ano? E que tipo de instrumentos a OMC poderá definir para facilitar o atingimento dessas metas? Porque, ao propor uma mudança energética de todos os países do mundo, certamente isso tem implicações profundas nas trocas comerciais entre as nações. É claro que, se a gente vai abandonar o combustível fóssil e vai em busca de uma matriz mais limpa, isso vai ter repercussões nas trocas comerciais, na produção dos países.

Esse tema chegou à OMC? Como é que a OMC debate a perspectiva de se alcançarem essas metas? É factível? Há ambiente no debate dentro da OMC para facilitar o cumprimento das metas acordadas em Paris?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem, cumprimento o Senador Fernando Bezerra. É fundamental discutirmos isso.

Passo a palavra agora ao Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito obrigado, Presidente Jorge Viana.

Cumprimentando o Embaixador Roberto Azevêdo, lembro o quanto fomos bem recebidos por V. Exª há um ano e pouco, quando integrávamos a comitiva da então Ministra da Agricultura Kátia Abreu e estivemos na sede da OMC – nosso colega Senador Anastasia estava junto conosco. Foi uma tarde muito agradável, foi grande a receptividade de V. Exª.

A minha pergunta, Dr. Roberto Azevêdo, é com relação à possibilidade de inserção do Brasil através do Mercosul, porque, como nação isolada, nós não temos chance de uma penetração maior na União Europeia. Nós dependemos do Mercosul, que enfrenta muitas dificuldades, para integrar ou chegar perto da Aliança do Pacífico, que domina preponderantemente em todos os tempos essas relações comerciais. Nós dependemos do Mercosul, que tem dificuldades. Na verdade, através do Mercosul, temos relações comerciais praticamente só dentro da América do Sul e não conseguimos entrar nesse fabuloso mercado europeu. Diferentemente do México que, de alguma maneira, participa, nós não conseguimos isso até agora.

Então, esta é a minha pergunta: que possibilidade vê V. Exª, a quantas andamos nessa relação, nessa possibilidade de o Mercosul se aproximar da Aliança do Pacífico?

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço ao Senador Lasier Martins.

Mais uma vez informo todos que nos acompanham que estamos aqui tendo o privilégio da presença do Embaixador Roberto Azevêdo, Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio. Nós vamos passar a palavra para ele.

Eu aproveito para informar ainda – estava buscando a informação – que, a partir de setembro, ele terá ainda mais quatro anos à frente dessa importantíssima organização para o nosso País e para o mundo. De fato, é um privilégio, e eu vou ficar atento aqui para que, se possível, ele deixe reservada no calendário pelo menos uma vez por ano para poder nos dar o privilégio de vir nos atualizar, porque, de fato, o mundo está numa dinâmica muito grande, e nós, que somos legisladores, temos que fazer adaptações de legislações. Então, trazer alguém que está com uma leitura mais apropriada, está mais a par dos desafios que o mundo enfrenta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e das tendências que o mundo deve perseguir, é muito importante. Por isso, nós fizemos todos esses questionamentos.

Passo a palavra agora para o Embaixador.

O SR. ROBERTO CARVALHO DE AZEVÊDO – Eu agradeço muito os questionamentos, são todos importantíssimos. Eu começaria perguntando quantos dias eu tenho para responder. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Nossas sabatinas já atravessaram doze horas, é o tempo que V. Exª disponibilizar para nós. Fique à vontade.

O SR. ROBERTO CARVALHO DE AZEVÊDO – Eu tentarei ser sucinto, mas são questões de grande abrangência, a começar pela relação entre clima e comércio, o acordo climático de Paris e as relações comerciais que foram levantadas por vários de V. Exªs, com vários aspectos diferentes. Eu vou tentar fazer uma abordagem única com relação a esse tema, começando talvez por distinguir o que acontece no âmbito da Acordo de Paris e o que acontece na OMC.

A OMC não faz parte do processo de implementação das metas do Acordo de Paris, ou seja, as metas do Acordo de Paris são determinadas pelos países participantes e foram assumidas por esses países que, na sua grande maioria – acho que até 100%; não sei quantos deles –, também são membros da OMC. Então, eu entendo que eles não vão se questionar na OMC por um país estar tentando cumprir uma das metas do... Seria uma coisa difícil.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO CARVALHO DE AZEVÊDO – Pois é, quase 100%. Pelo menos um ator importante não faz parte neste momento do acordo climático.

Mas, de toda maneira, o que é importante ter presente é que as regras da OMC têm flexibilidade suficiente para permitir que os países apliquem ou atinjam as suas metas sem estarem necessariamente violando as regras comerciais.

O assunto já chegou à OMC? Sim, e já chegou à OMC de várias maneiras diferentes, esse debate já aconteceu de várias formas, inclusive dentro do mecanismo de solução de controvérsias, por medidas que não necessariamente eram climáticas, mas tinham a ver com recursos naturais, por exemplo, como salvar a tartaruga da pesca de atum; ou, no próprio Brasil, como dar destinação e como regulamentar as importações de pneus recauchutados, o que tem um impacto ambiental também de uma certa forma, esse é um exemplo; o comércio de amianto também já foi discutido. Então, saúde humana, saúde animal, saúde vegetal e recursos naturais, ambientais, tudo isso está de uma certa forma dentro de uma exceção que existe no acordo da OMC que diz que nada nos acordos do OMC pode impedir um país de adotar medidas legítimas para preservar esses aspectos de saúde animal, saúde humana, recursos naturais.

E a jurisprudência da OMC está evoluindo no sentido de colocar um pouco o clima dentro de recursos naturais de uma certa forma. Há um reconhecimento de que o clima faz parte desses objetivos maiores, que os acordos da OMC não podem impedir um país de adotar medidas que levam e conduzem àquele objetivo de preservar o meio ambiente, aí dentro, o clima.

Quais são as precauções? As precauções são essencialmente uma: o que você não pode é usar uma medida que, vamos dizer assim, é anunciada como uma medida para proteger o clima, ou a saúde humana, ou o que quer que seja, mas que no fundo seja uma medida protecionista. Como? Por exemplo, o primeiro caso de que até o Brasil participou na Organização Mundial do Comércio foi contra os Estados Unidos, o Clean Air Act, que era o ato, a lei, o decreto do ar limpo, que proibia a importação de gasolina que tinha certos tipos de resíduos dentro dela, mas excetuava a gasolina doméstica.

Então, quer dizer, ou você está poluindo ou não está, não interessa se a gasolina veio do país A, B, C ou D ou se veio do seu mercado interno. O Brasil ganhou esse contencioso porque claramente era uma medida protecionista vestida, de certa forma, como uma medida ambiental.

Então, na medida em que o país consiga provar, como o Brasil fez no caso do pneu, por exemplo... Ele estava restringindo as importações de pneu recauchutado; entretanto, ele conseguiu provar que a medida dele não tinha necessariamente o objetivo de proteger a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

indústria nacional de pneus, mas tinha, sim, um legítimo objetivo de facilitar o manuseio dos resíduos causados pelo pneu importado.

Tivemos um problema, porque nós permitimos a importação do recauchutado do Mercosul. Aí voltamos ao mesmo problema: se não pode vir de um, não pode vir de outro. Mas aí o Brasil corrigiu essa distorção e pronto, conformou-se com as regras multilaterais.

Tirando esse teste de se a medida não é um protecionismo disfarçado, há uma ampla margem para a adoção de medidas de política pública que se dirigem a todos esses princípios cardinais, vamos dizer assim, que são maiores do que o tema comercial.

Então, nesse aspecto, sim, o assunto já veio. O mercado de carbono, por exemplo, nunca foi discutido na OMC, mas já houve uma discussão sobre alguns países que tentaram ou cogitaram impor o que eles chamam de um carbon tax. Ou seja, o produto que é importado de um país que tem uma matriz energética poluente pagaria uma sobretaxa na importação pelo fato de aquele produto estar emitindo mais carbono do que outros. Essa discussão se colocou. É uma discussão muito complexa. Como é que você vai medir exatamente quanto que aquele produto tem da matriz poluente do país de origem? E o que acontece com o país que está mais limpo do que aquele que está importando? Aí você dá um crédito na importação? Como é que você faz isso? Então, essa discussão aconteceu também, e não houve ainda nenhum tipo de consequência ou de conclusão, porque até agora ninguém adotou uma medida desse tipo, pela própria complexidade que se exigiria no cálculo desse componente de carbono do produto importado.

Na maioria das vezes, a gente percebe uma tentativa de introduzir um componente de proteção industrial ou de proteção comercial nessas medidas, e isso mata a medida. Não é o objetivo de preservar o clima, não é o objetivo de preservar a saúde humana; é o componente de proteção, como aquele da gasolina do exemplo que dei, do exemplo dos pneus, que termina comprometendo a possibilidade de avançar com essas medidas. Mas, de maneira geral, várias passaram. Nessa linha, a de amianto, a de pneus, do Brasil, a de gasolina, dos Estados Unidos, não passaram, mas várias outras passaram.

Eu diria que, em termos de clima, eu respondi mais ou menos as considerações gerais.

Outra questão foi a respeito de globalização, imigrações, fluxos migratórios. Eu tenho uma historinha para contar. Eu estive, em outubro, em Hangzhou, quando houve a reunião de cúpula do G20. Isso foi antes da eleição do Presidente Trump, inclusive, e depois do Brexit. Eu já percebia, naquele momento, com grande preocupação, essa tendência a rejeitar a globalização, a rejeitar o importado, a rejeitar o imigrante e coisas desse tipo. Eu disse: "Olha, tenho oportunidade de ter ali 20 dos principais líderes mundiais, temos que colocar esse tema de maneira muito clara diante deles." E fizemos uns estudos na OMC, e, quando cheguei lá, apresentei a questão, dizendo: "Olha, uma boa parte dessas tensões que a gente vê no mundo são resultados de tensões trabalhistas: é o medo que o funcionário tem de perder seu emprego, o medo do eleitor de perder seu emprego, perder sua oportunidade de comércio, e ele culpa a importação barata que vem de outros países, com razão em alguns casos, sem razão em outros."

Fizemos um estudo, um levantamento muito complexo, e chegamos à conclusão de que a média que estava mais ou menos naqueles estudos todos é de que 80% dos empregos que eram perdidos nas economias avançadas eram perdidos em função de inovações tecnológicas. Apenas algo em torno de 20% era em função da competição de produtos importados. Oitenta por cento!

Falei isso na frente dos líderes, e, em seguida alguns me perguntaram: "Mas de onde você tirou esses números?" Eu falei que eles estavam disponíveis e que eles é que não falavam sobre isso. É muito mais fácil, em um processo político, você culpar outro país que está exportando produto barato do que dar uma olhada para dentro do seu país e dizer: "Estamos com problemas, estamos com problemas sérios." Por quê? Porque a solução para o problema da tecnologia não é evidente. Na importação, você coloca uma barreira e fecha da noite para o dia, com custos e consequências próprias dessa ação, mas e a tecnologia? Como se resolve o problema da tecnologia? Você vai impedir a inovação tecnológica? Isso nem é desejável, nem sequer é desejável. Como se resolve um problema desses?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, já a partir dali, eles me pediram: "Olha, faz alguma coisa para nos dizer, porque é importante que nós, como políticos, como líderes políticos, saibamos como tratar desse assunto, que é um assunto que não vai desaparecer; pelo contrário, ele vai piorar, vai se agravar." E, em países como o Brasil, onde essa discussão ainda não é muito evidente, virá. Virá, porque também esses estudos demonstram que, nos países em desenvolvimento, esse número 80/20 será pior. Será pior, por quê? Porque, quanto menos educada, quanto menos preparada estiver a mão de obra, mais ela vai ser afetada e substituída pelo processo de inovação tecnológica, apesar de ela ter preços de mão de obra, preços laborais, mais baixos do que em países avançados. Mesmo assim eles serão mais afetados.

E qual é a solução? Convido V. Exªs a darem uma olhada, porque a OMC vai publicar um estudo – comecei a pensar nisso muito antes, demora para se produzir um estudo desse tipo – que vai tratar justamente desta questão: as inovações tecnológicas, o impacto que têm no mercado de trabalho e como isso afeta as relações internacionais, inclusive e sobretudo de comércio. A nossa função é essa.

As nossas – eu não diria receitas – conclusões levam a sugerir que não há uma resposta tópica que seja possível. Tem que ser uma coisa horizontal, a começar por educação. Você tem que ter um sistema educacional que prepare a sua força de trabalho para uma indústria de serviços e de produção que não é a do século XX mais; é a do século XXI.

Então, não basta apenas saber ler e escrever; você tem que saber, ler escrever, interagir com máquinas, interagir com softwares de computador, é um processo educativo completamente diferente, que vai tratar não somente dessa questão... E V. Exª falou que 50% das crianças que estão entrando no ensino fundamental vão trabalhar em empregos que não existem hoje. O nosso número é maior: são dois terços. Dois terços das crianças que estão ingressando hoje no ensino fundamental vão trabalhar em empregos que não existem hoje.

Então, como é que se faz isso? Há que se dar um tratamento especial no processo educativo. A educação da mão de obra e do cidadão tem que ser diferente do que ela é hoje – a do trabalhador também.

Os empregos estão sendo criados. Um trabalhador perde o emprego aqui, numa indústria que, por algum motivo, está defasada, que não é mais competitiva, mas outro emprego está sendo criado em outras áreas. O problema é que esse emprego que está surgindo nessa outra área não será ocupado pelo trabalhador que perdeu o emprego ali, porque ele não tem condições de ocupar aquele emprego. E, às vezes, há uma demanda ali que não está sendo preenchida, porque não há sequer o recurso humano para preencher a demanda reprimida que está sendo criada nessas áreas de tecnologias mais avançadas. E isso ocorre em todos os setores, inclusive na educação.

Vocês vão ver, inclusive, professores perdendo os seus empregos, porque o cara vai tomar aulas pela internet, on-line. Advogados... Advogados menos. Os advogados sempre se safam, de uma maneira ou de outra. (Risos.)

Mas há várias profissões, que nós achamos que são profissões seguras, que vão ser afetadas de uma maneira muito evidente. Então, tudo isso tem que ser repensado.

Treinamento de trabalhador. Há que se retreinar a força laboral do País. Mesmo o sistema social tem que ser repensado, porque haverá situações em que essas pessoas não vão encontrar emprego. E aí? Como é que você faz? Como é que você facilita a transição dessa pessoa de um emprego para o outro? Você perder o emprego com 30, 40 anos de idade é uma coisa; você perder o seu emprego para uma força tecnológica aos 50 é outra.

Então, nós temos que pensar isso tudo e de uma maneira holística. Não dá para pensar de maneira pontual. A solução não é óbvia e a questão não será resolvida da noite para o dia. É um esforço de Estado e que tem que ter uma projeção de décadas para a frente, pensando o que vai acontecer no mundo daqui a 5, 10, 15, 20 anos. Não dá para pensar num horizonte, que, muitas vezes, é o horizonte eleitoral. Em boa parte dos países é assim que a coisa se define. Nós temos que ter essa visão mais estratégica.

E isso se aplica a comércio eletrônico também. Eu tenho alguns números – V. Exª pediu alguns números – que são interessantes. Por exemplo, de 2013 a 2015, portanto em apenas dois anos, o comércio on-line cresceu de US$16 trilhões para US$22 trilhões.

(Intervenção fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ROBERTO CARVALHO DE AZEVÊDO – Sim; trilhões de dólares, em dois anos apenas. São números extraordinários.

Outro número que saiu, da Pricewaterhouse, é sobre hábitos de consumo em 25 países. Ele mostra que mais da metade das pessoas, hoje, nesses países, compra pela internet, pelo menos, uma vez por semana ou mais. Metade dos consumidores!

O Banco Mundial... E essa é uma coisa muito interessante, e eu acho que o Brasil não está mal nesse processo, mas poderia, talvez, estar ainda melhor: um estudo do Banco Mundial estima que um aumento de 10% no acesso à internet por parte da população criaria um aumento do PIB de 1% a 2%. Então, são números que não podem ser ignorados. Eu acho que é uma coisa que tem que ser discutida. Lá, na organização, nós estamos falando sobre isso.

Eu disse a V. Exªs, há pouco, que um dos três temas que me parece ter mais ímpeto neste momento é a discussão sobre comércio eletrônico, e o Brasil tem muito o que fazer a esse respeito.

Vou dar um exemplo para V. Exªs. Eu estive em um jantar em que havia grandes empresários e estava sentado – V. Exªs me permitirão não citar nomes – ao lado do dono de uma dessas grandes plataformas de vendas on-line. Ele estava me falando de como esse comércio estava crescendo, dando esses exemplos todos. E, no meio da conversa, por curiosidade – sou brasileiro, não deixei de sê-lo, não perdi as cores –, perguntei: "Quanto o Brasil exporta? Qual é a participação do Brasil nesse comércio?" Ele disse: "Zero." Aí eu falei: "Como zero?" Ele falou: "É zero. O Brasil não exporta." Falei: "Não é possível! Estamos falando da sétima ou oitava maior economia do mundo! Não exporta nada?" Ele falou: "Não, não exporta nada." Aí falei: "Há algum motivo, alguma coisa. O que está acontecendo?" Ele disse: "Ah, sobretudo, o exportador brasileiro tem um problema, porque um fenômeno do comércio eletrônico é que um elo da cadeia de comércio desapareceu. Não há mais o importador. O importador é o consumidor final." Antigamente, havia o importador, que pegava a mercadoria, estocava a mercadoria, que ficava na sua loja. Você ia à loja e a comprava. Se havia algum problema com aquilo, você dizia ao importador: "Olha, este produto não funcionou." E o importador ia dar tratamento para aquele negócio. Ele ia mandar o produto para a fábrica ou ia devolver o dinheiro. Sei lá! Ele ia dar um tratamento a isso. Esse importador desapareceu da cadeia.

Então, o que acontece? Hoje, no comércio eletrônico – são estes números de que falei aqui –, o importador, por exemplo, recebe um produto que não deu certo. Se comprou uma camisa e pensa que deveria ter comprado uma camisa GG, e não G – esta é uma experiência que eu, pelo menos, estou experimentando cada vez mais –, o que você faz? Você tem de devolver a camisa. E o que ele me disse foi o seguinte: quando você devolve, no caso do Brasil – depois, descobri que não é só o Brasil, mas vários outros países –, o produto entra no País, e se tem de pagar o Imposto de Importação de novo. Então, tem de pagar o Imposto de Importação, tem de pagar todos os impostos, para ser feita uma troca ou uma devolução de um produto. Então, é um regulamento, e, claramente, deve haver aí um problema policial, porque deve haver empresa que fatura como sendo devolução de uma mercadoria que, na verdade, é nova. Mas você não pode permitir que um problema policial impeça o desenvolvimento econômico do País. Como falei, pequena e média empresa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO CARVALHO DE AZEVÊDO – São trilhões de dólares!

Então, isso não pode ser... Tudo o que quero dizer é o seguinte: não há receita fácil, mas nós não podemos não pensar e não discutir essas coisas. Esses problemas são sérios. Sei que há problemas... Muitas vezes, no comércio eletrônico, a primeira preocupação é com a importação: "O mercado vai ser assolado, vai ser inundado!" É uma preocupação legítima, mas a preocupação não pode parar aí. Temos de pensar também em como nós nos colocamos, em como nós nos inserimos, em como nós podemos nos beneficiar dessas tecnologias para vender mais e para participar mais do mercado internacional.

Enfim, é uma discussão que acho, como eu disse, que merece dias, meses, anos com V. Exªs. Eu estou apenas colocando pontos para discussão, para debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Senador Pedro Chaves fez perguntas, por exemplo, sobre o BNDES, sobre taxa de juros. Acho que o Brasil tem grande experiência nessa área, no Itamaraty. Eu, particularmente, até participei de um contencioso. Eu litiguei pelo Brasil durante muitos anos, embora eu não seja advogado. Fui o litigante chefe durante muitos anos no Itamaraty, nos contenciosos da OMC. Um deles envolveu justamente financiamentos com taxas de juros, com Proex, de que V. Exª se recordará, no contencioso do setor aeronáutico contra o Canadá.

Esse tema é extremamente complexo. Há vulnerabilidades, não tenho a menor dúvida com relação a isso, mas acho que há especialistas, sobretudo no Itamaraty, que vão saber isso ou que terão oportunidade de responder essas perguntas com muito mais detalhes do que eu faria.

Inclusive, não compete muito a mim, como Diretor-Geral, pronunciar-me sobre compatibilidade ou não de determinadas medidas com as normas multilaterais, mas eu garanto a V. Exª que há pessoas, no Brasil, com enorme capacidade e competência para responder a essas perguntas.

Brasil, Mercosul. Uma pergunta do Senador Lasier Martins. Sendo um pouco provocador também, durante muito tempo o Brasil, a meu ver, não sei se usou como desculpa ou se escondeu um pouco atrás do Mercosul. Nós temos problemas internos também. Não foi só o Mercosul, ou o fato de o Brasil ser parte do Mercosul que impediu que avançássemos em determinadas negociações comerciais. Eu digo isso com certo conhecimento de causa, porque eu era o subsecretário de temas comerciais no Itamaraty e via que a nossa indústria tem dificuldades também em processos de abertura com certos blocos. Então, não podemos ignorar essa realidade.

Sim, o Mercosul é um passo a mais. É necessário um acordo entre os países do Mercosul, ao negociar isso aí, mas muitas das respostas necessárias a essa pergunta que V. Exª me formulou estão aqui dentro também. Nós temos que falar que uma coisa é ouvir o que dizem as grandes lideranças comerciais, outra coisa é quando você vai descendo o nível e falando no nível setorial. A conversa é muito diferente quando se chega naquele ponto.

Então, temos de pensar em termos competitivos. Eu sou contra modelos fechados, por uma natureza minha, intelectual. Acho que o modelo fechado funciona durante um tempo, mas não é sustentável no longo prazo. Ou você é competitivo, ou você não vai ganhar espaço, vai introduzir mais e mais ineficiências na sua economia e ficará difícil, no futuro, corrigir essas distorções.

Ao mesmo tempo, ser competitivo não é fácil, evidentemente, sobretudo quando se tem problemas fiscais que limitam possibilidades de determinados tipos de incentivo. A meu ver, a política comercial brasileira não pode estar olhando para o mercado interno apenas. E o mercado externo sempre foi um pensamento de segunda linha. Quer dizer, primeiro a gente resolve como fornece para o mercado local e se houver excedente, se der, se houver competitividade, vende-se lá fora. Eu creio deveria inverter um pouco isso.

O que eu faço para ser competitivo globalmente? Nós somos competitivos globalmente em várias áreas. Na área de alimentos é muito típico isso. E não estou falando só de commodities, estou falando de produtos processados. E nós somos muito competitivos nessas áreas. E somos competitivos em outras áreas também. Então, por que não podemos ter uma visão mais aberta, mais agressiva, mais ofensiva nessas áreas? Isso precisa também ser discutido.

Finalmente, commodities. Creio que V. Exª mencionou commodities. Eu falaria apenas um pouquinho da China. Acho que a China mudou o cenário global. Lembro-me plenamente de que enquanto nós negociávamos... A Rodada de Doha começou em 2001. Até 2007 e 2008, a China sequer era parte do círculo central decisório, daqueles países que ficavam tentando assinar... Nem sequer participava dessas reuniões. A partir de 2008, mais ou menos, eles participaram pela primeira vez de uma daquelas reuniões e depois nunca mais saíram, porque o crescimento da China foi exponencial. Inacreditável a maneira como eles cresceram com um modelo muito sui generis.

Não é o modelo típico capitalista nem é o modelo socialista tradicional, clássico. Há certa natureza híbrida ali naquele sistema, que é nova, que é diferente, que funciona, mas que é questionada também por outros países, que acham que há ali distorções que precisam ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tratadas. Há uma discussão contínua sobre esse tema. A China hoje introduz vários elementos de discussão, inclusive nas commodities. Boa parte desses movimentos de alta de commodities foram pela explosão do crescimento chinês e do mercado consumidor deles, sobretudo na fase de investimentos.

O modelo chinês está mudando. Uma coisa muito importante é retirar-se esse mito de que a China cresce e está se desenvolvendo porque tem mercado de trabalho barato. Não é apenas isso que está fazendo com que a China cresça da maneira como ela cresceu, até porque o valor dos salários na China está subindo, boa parte da indústria de transformação, que é baseada na mão de obra, está migrando já, saindo da China – é o caso da indústria têxtil, por exemplo; já está indo toda para o Vietnã, para Bangladesh –, e a China já está migrando para um modelo de desenvolvimento econômico de alta tecnologia, com apoio governamental muito forte por trás. Isso tudo pode ser emulado, estudado, mas a China não é para principiantes. Há que se estudar a China com muito cuidado. Não é uma coisa óbvia: "é porque o mercado de trabalho é abundante", "tem trabalho abundante", "o trabalho é barato", "não tem regras trabalhistas". Isso é parte, sobretudo nos momentos iniciais do desenvolvimento chinês. Não é mais a realidade hoje. Acho que a China tem que ser estudada com mais cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria muito agradecer essa visão, essa leitura dos desafios que o mundo vive.

Passo imediatamente a palavra, pedindo a compreensão dos colegas, para o Senador Cristovam, sabendo que nós vamos ter, daqui a pouquinho, uma sessão do Congresso. Rapidamente, é importante ouvirmos o Senador Cristovam – não sei se o Senador Agripino também vai querer...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Então, Senador Cristovam e Senador Agripino.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Embaixador...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Esclareço ao Embaixador que nós vamos ter sessão do Congresso – os colegas estão já para lá se dirigindo –, mas nós seguiremos aqui. Vamos ouvir os dois colegas.

Eu queria também dizer que recebi aqui do Alfredo Lavor, de Santa Catarina, a mensagem: "O Sr. Roberto Azevêdo sabe que uma pequena empresa startup de Santa Catarina foi escolhida pelo ITC [...] como a plataforma mundial para ajudar pequenas empresas a fazerem comercio internacional?"

É uma iniciativa bem interessante, já respondendo aquela sua constatação de que nós temos pouquíssimas empresas fazendo exportação no Brasil; apenas 5%.

Senador Cristovam, V. Exª tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador, não é todo dia que a gente tem aqui uma pessoa com a posição que o senhor ocupa no mundo, ainda mais sendo brasileiro, o que permite e facilita o diálogo. Por isso, peço desculpas se vou tentar explorar muito, sobretudo com o pouco tempo que nós temos.

De qualquer maneira, eu queria começar sobre a China, mas não nesses aspectos, e sim no aspecto de se o senhor vê o risco de alguma bolha no sistema de crescimento econômico hoje na China, seja bolha financeira... Porque até hoje – o senhor mesmo disse, a China não é para principiantes – eu não consigo entender como é que funciona o sistema financeiro na China, por mais que eu tente ali mergulhar. Não sei se é estatal, se é privado, não sei. Então, primeiro, se existe o risco de bolha, seja financeira, seja ecológica, que talvez seja o ponto chave, seja social, pela desigualdade crescente, seja a migração interna na China, que gera uma tensão muito forte, ou seja o que eu tenho chamado de o problema da juventude querendo romper com esse sistema, ou seja, um problema político. Mas há ou não risco de que se passe na China o que se passou em 2008, não exatamente só do ponto de vista financeiro? Qual é o risco chinês?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Segundo, tem um pouco a ver com a China, mas é relacionado ao Brasil: se o senhor vê risco, diante das perspectivas para frente, de que alguns produtos brasileiros percam toda a capacidade de participar do cenário internacional, por duas razões. Uma, no caso da soja, será que a China não vai em breve produzir soja na África, a metade do caminho, como foi feito com a borracha do Acre, de todo lugar, que eram cidades riquíssimas? De repente, levaram para a Malásia nossas seringueiras e pronto, acabou nosso dinamismo. Eu, sinceramente, tenho trabalhado muito isso, e alguns estudos que fiz com algumas pessoas já apontaram até que era possível produzir soja na Sibéria, bastava subir um ou dois graus a temperatura, tirando proveito do aquecimento global, e aí chegará até Pequim por trem. Então, há esse risco?

E outro é o petróleo. Li há pouco que Alemanha e creio que Inglaterra, até, já definiram o último ano em que se vai usar carro movido a combustível fóssil. Então, eu queria saber: guardar o nosso petróleo lá debaixo, 7 mil metros abaixo do nível do mar, não é um suicídio do ponto de vista do uso desse recurso, que vai ficar sem sentido?

Então, duas questões: uma, a substituição tecnológica, o caso do petróleo; outra, a substituição pela geopolítica.

Outro aspecto que me interessa especialmente é saber como está na OMC – e se aqui não houver tempo, onde eu posso obter informações – o tema do processo de internacionalização e mercantilização da educação. Não há dúvida que as universidades vão ser internacionais; a universidade que não se internacionalizar ficará sem sentido. Mas hoje há um processo depredador de internacionalização no Brasil por entidades – não universidades, Senador Jorge –, entidades financeiras que compram nossas universidades sem nenhum propósito de ser universidade, e, sim, de ser apenas um mobilizador de dinheiro, de capital, usando, inclusive, o Estado, através do Fies, para financiar os alunos, que saem de lá sem uma formação de ensino superior, apenas com um diploma, nada mais. Então, vi que a OMC tem estudado o assunto da mercantilização e internacionalização da educação em geral, mas sobretudo no caso do ensino superior.

Outro aspecto que vai tomar aqui conta, e ontem o Jorge fez um discurso sobre isso, nas próximas semanas é a privatização da Eletrobras. Quais são as experiências internacionais de privatização do setor de geração de eletricidade? No caso da telefonia, não há dúvida, como há concorrência, foi algo extremamente positivo no Brasil. Imagine se a gente continuasse com o monopólio e com a estatização do sistema de telecomunicações nos últimos 20 anos? Seria um desastre! Mas, no caso da geração de eletricidade, há boas experiências internacionais? Positiva que eu digo é: melhorou a eficiência e não houve um aumento das tarifas, sacrificando o consumidor.

E, finalmente, para não me alongar em mais coisas, como é que a OMC vê o que vou chamar de comércio ilícito no mundo de hoje, que hoje toma conta de uma grande parte da mobilização comercial, por exemplo, drogas? Mas há outros comércios também ilícitos...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Fora do microfone.) – Armas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Armas, estou colocando semi-ilícito, porque uma parte é ilícita – tráfico –, mas outra parte é até por empresas estatais. Como a OMC está trabalhando o lado desse crescimento do comércio ilícito da droga e semi-ilícito das armas?

São essas perguntas. Eu sei que não temos tempo para contar com figura do seu nível, mas, de repente, poderemos ter contato com outras pessoas da OMC que possam ajudar no entendimento desses problemas com a perspectiva que vocês têm de lá. Aqui, apesar de tudo estar fácil nas comunicações, nunca se tem com a mesma facilidade, por falta de um contato direto como este.

Era isso. Concluo dizendo que é muito bom saber que há uma pessoa como o senhor na OMC. Não apenas por ser brasileiro, mas pelo preparo, pela competência de poder estar numa posição tão importante para o futuro do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, Senador Cristovam. Cumprimento-o. É óbvio que é um conjunto complexo de questionamentos, mas certamente o Embaixador dará sua contribuição.

Passo para o Senador José Agripino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mais uma vez, a todos que nos acompanham, informo que estamos aqui numa audiência com o Embaixador Roberto Azevêdo, que é Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Bom dia, Presidente; bom dia, Senadores; bom dia, Ministro e Embaixador Roberto Azevêdo, é um grande prazer tê-lo aqui na Comissão, é uma oportunidade.

Fiz questão de estar aqui. Não ouvi o início da sua apresentação, mas fiz questão de vir aqui para trazer, com a minha presença, a manifestação do meu interesse no assunto que V. Exª trata como Diretor-Geral da OMC.

Eu queria ser muito tópico, nós temos duas novidades no mundo. Uma se chama Donald Trump, que, na Presidência dos Estados Unidos, tem adotado a política da "América para os americanos", principalmente no que diz respeito a onde que estão os interesses americanos prejudicados com a competição internacional? Na China? Então, ele vai e vai direto, vai ao ponto, na China, vai direto. Mas você não consegue evitar importações e não sobrar alguma coisa para alguém, até porque eles – americanos – não são capazes de produzir tudo o que precisam. Eles têm conflitos com o México, com a migração, com as "maquilas"... Eu queria ouvir a sua avaliação sobre a presença do Presidente Donald Trump, com a sua política protecionista "América para os americanos", e em que medida isso pode ter reflexo positivo ou negativo nas relações comerciais – nós temos dois grandes parceiros comerciais, China e Estados Unidos – com o grande e tradicional parceiro comercial, Estados Unidos, tendo em vista essa nova política.

Segundo ponto: eleição do Macron na França, que adota uma posição centrista. Ele, por exemplo, haverá – creio eu – de atacar de frente, dentro da política de livre comércio e de proteção aos talentos, a questão das barreiras tarifárias do agronegócio francês, a questão previdenciária francesa. Isso tudo vai ter repercussão não só na França, mas no contexto da Europa.

Ao lado disso, você examina, por exemplo, o caso mais recente de Portugal. O Passos Coelho ganhou a eleição em Portugal – que é um país pequeno, mas que está indo bem – prometendo diminuir o tamanho do Estado, cortar despesas. E ganhou a eleição, o fez e, depois, perdeu a eleição. Agora, o novo presidente está tentando fazer o equilíbrio. Isso mostra que algumas condutas que levam... Por exemplo, Portugal está se recuperando graças ao legado de Passos Coelho. Muito embora esteja havendo agora um outro tipo de ajuste, Portugal está evoluindo. É um pequeno exemplo de como as coisas acontecem no mundo, como se ganha eleição e como se perde eleição em função de práticas políticas.

E agora há o Macron, que é uma grande novidade e uma grande expectativa dentro de uma Europa que está, de certa forma, sob suspense com o Brexit, com a questão do terrorismo e das migrações, onde o centro do problema, queiram ou não queiram, é a Alemanha. E o Macron ganhou a eleição presidencial e parlamentar e está agora diante de um grande desafio.

Eu gostaria de conhecer a sua visão sobre essas questões que eu julgo fundamentais a médio e a longo prazos para as relações comerciais do Brasil, com os meus agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço o Senador José Agripino e passo imediatamente ao Embaixador Roberto Azevêdo, Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio, para que ele possa, obviamente, tentar responder e comentar os questionamentos.

O SR. ROBERTO CARVALHO DE AZEVÊDO – Muito obrigado, mais uma vez, pelas questões, todas elas muito pertinentes e abrangentes. Eu vou tentar ser sucinto, porque sei que o tempo de V. Exªs é muito limitado.

Começando pelas indagações formuladas pelo Senador Cristovam Buarque com relação à China, se há bolhas, eu acho que é uma pergunta que todos querem responder. O sistema financeiro chinês é um pouco sui generis. Há até um fato anedótico: durante as negociações que tivemos recentemente, acho que em Nairóbi – foram muitas, mas foi em Nairóbi –, em que estávamos tentando negociar justamente controles de subsídios à exportação, o sistema bancário entrou em jogo por causa de como os recursos estatais chegavam ao produtor e ao exportador. E com a China foi curioso, porque, naquelas negociações, naquelas conversas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tivemos que fazer vários tipos de ajustes ao texto que estava sendo formulado pela forma sui generis como o sistema financeiro chinês atua e existe. Por exemplo, foi difícil identificar ou determinar o que era um banco privado ou o que não era um banco estatal, porque quase todo banco chinês tem participação estatal; ele não é necessariamente possuído pelo Estado, controlado pelo Estado, mas ele tem uma participação estatal importante. Então, é difícil dizer, em uma situação como a de 2008, até onde o Estado teria obrigações de resgatar o sistema financeiro. Haveria a mesma vulnerabilidade que existia no sistema financeiro estritamente privado internacional americano no momento da crise de 2008? Isso se replicaria na China? As pessoas não sabem dizer. Tudo vai depender de decisões de Estado no momento em que aquelas coisas aconteçam, porque a participação do Estado existe nesses bancos no sistema financeiro como um todo, ele é muito permeável à presença do Estado de uma forma geral. Então, é difícil dizer. Eu não tenho uma resposta 100% clara sobre isso, mas apenas no sentido de dizer que é um sistema sui generis, não é uma coisa que você entenda olhando apenas os números, há muita coisa por trás dos números, inclusive em termos de vulnerabilidade.

Com relação à competitividade da China e à questão da produção na África. Como eu disse, a expansão agrícola ocorrerá, com novas tecnologias, com novas inovações, desenvolvimento de novas sementes, e não só no caso da soja, mas do algodão, do milho, etc. Haverá a adaptação para situações não tão propícias, como é o caso, por exemplo, da Savana africana. Quem já viajou pela África – tenho certeza de que V. Exª já esteve por lá – e passeou pela Savana africana, viu que ela é muito parecida com o Cerrado brasileiro. Há similaridades muito fortes, inclusive no regime pluviométrico: chove durante um período, depois há seca durante outro. No entanto, o Centro-Oeste brasileiro, o Cerrado brasileiro, que era considerado uma área improdutiva, absolutamente desprovido de potencial, é hoje um dos grandes celeiros do mundo. Esse fenômeno, eu acho, pode se replicar em outros lugares.

O que a gente faz? Você não tem controle sobre essas coisas, você não tem como impedir esse tipo de evolução tecnológica e produtiva. O que você pode, sim, é continuar competitivo, incentivar o setor agrícola a estar sempre na ponta das tecnologias, das inovações e do processo produtivo. Eu não vejo outra solução a não ser essa. Evidentemente, o processo de expansão da fronteira agrícola vai continuar, eu não tenho a menor dúvida disso. É uma questão de estar sempre competitivo, qualquer que seja o desdobramento. Eu não acho que, no território chinês, vá haver muita modificação, até porque a área cultivável na China é limitada e já está basicamente toda ocupada. A população é gigantesca e não há muito espaço ali para crescimento, mas, fora de lá, sem dúvida.

Petróleo. Eu acho que a evolução tecnológica pode tornar o combustível fóssil tradicional, na forma liquida, como o petróleo, menos crítico do que era antes, os preços podem cair. Eu tive várias conversas com representantes do Oriente Médio, e eles trabalham com essa realidade, eles sabem que essa pode ser uma realidade, estão fazendo investimentos em outras formas de energia, investimentos pesados, para se preparar para essa eventualidade. Pode acontecer a qualquer momento. A própria extração de xisto betuminoso, nos Estados Unidos, mudou completamente o cenário. Continua sendo combustível fóssil, mas já de outra forma, o que fez também com que os preços caíssem bastante. E há outras tecnologias que estão avançando. Eu acho que nós temos de estar preparados para isso também. Não dá para contar com os ovos dessa galinha apenas. Acho que nós temos de estar preparados para outras alternativas.

O processo de "comoditização" da educação, vamos dizer assim. No que diz respeito à OMC em particular, eu acho que não há um risco de perder a soberania no tratamento, na regulamentação do sistema educacional do País. Esse sistema está sob o Acordo de Serviços da OMC.

O Acordo de Serviços é muito específico, porque o país assume os compromissos de forma positiva, ele diz: "Eu tenho compromissos nessa área. Eu tenho compromissos naquela área. Nessa área, eu não tenho compromissos." E uma boa parte dos países da OMC não assumiram compromissos na área educacional, é o caso do Brasil, por exemplo. Então, o Brasil hoje tem 100% de latitude para regulamentar o sistema educacional nacional como quiser; não há nenhuma limitação na OMC com relação a isso. Agora, como regulamentar, como impedir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

esse tipo de prática, isso é uma decisão interna; não é a OMC que vai impedir a regulamentação dessa área.

Com relação à privatização da Eletrobras, na OMC nós lidamos mais com o comércio de energia, o comércio de bens energéticos; não com a geração, não com a produção. Então, eu poderia eventualmente enviar para V. Exª alguma coisa que nós tenhamos na organização, mas não é o nosso foco principal. O que eu sei, por experiência própria, até em outras negociações de que eu participei, é que sim, há outros países que têm o sistema liberalizado, ou seja, não é estatal na geração de energia, mas, mesmo nesses casos, há um sistema regulatório forte, há um sistema regulatório que supervisiona e que tenta manter um certo equilíbrio entre preço e investimento. Se o preço sobe demais, você desestimula o consumo, você cria custos para a sua matriz produtiva, mas ao mesmo tempo você cria incentivos para o investimento, para produzir mais energia; mas o inverso da equação também existe. Então, quanto mais privado, quanto mais livre for o sistema de geração, mais forte e mais robusto tem que ser o sistema regulatório, para poder ver como harmonizar essas equações todas.

Com relação finalmente ao comércio ilícito, a OMC não trata exatamente com o lado, vamos dizer assim, policial. Esse é um problema policial de vigilância de fronteiras. É evidente que há alguns casos em que não é bem... Mas, por exemplo, resíduos tóxicos é um problema; baterias, por exemplo, porque baterias são vendidas, usadas para outros países, e aquilo se torna um passivo ambiental para o país que está importando. Esse tipo de coisa existe um pouco, mas há convenções específicas que tratam disso.

A OMC facilita o trâmite aduaneiro, e o ideal seria que você conseguisse... Uma boa parte do tráfico ilícito, uma parte dele é subterfúgio mesmo, outra parte é corrupção. E há mecanismos de controle aduaneiro que evitam esse tipo de problema. Por exemplo – alguns países africanos já fizeram isto –, o processo de importação de um produto, por exemplo, não tem contato humano, ele é todo feito por computador, porque, na medida em que não há contato entre o importador e a autoridade, o espaço de malversação dos recursos desaparece, é tudo feito por sistema, é tudo feito automaticamente, e isso diminui bastante. Há outras maneiras, mas a OMC não tem o foco no controle do tráfico ilícito. Isso é uma questão doméstica nacional de cada país.

Senador José Agripino levanta questões muito importantes: o impacto do Presidente Trump no comércio internacional, na economia internacional, nas relações internacionais de uma maneira geral, o Macron e outras tendências eleitorais, como em Portugal, por exemplo.

É uma conversa de longa duração, mas eu diria o seguinte, Senador. Olhando de onde estou, a impressão que tenho desses processos eleitorais, inclusive o do Macron, é de que se trata mais de uma rejeição ao que existe, uma rejeição ao establishment, do que propriamente uma orientação política ou econômica clara. Quer dizer, quem votou no Macron não estava votando na direita necessariamente, não estava votando na esquerda necessariamente, ou no centro, mas estava votando contra o establishment. Isso ficou muito claro nos Estados Unidos também. Muita gente que votou no Presidente Trump não estava necessariamente advogando por uma coisa ou por outra. Ele não queria o que estava lá. Ele se sentia excluído e queria participar daquilo. Aquele era uma espécie de voto de protesto.

O próprio Macron, embora trabalhasse com o Hollande, conseguiu se colocar na plataforma eleitoral dele como um candidato que questionava o sistema, que questionava o que estava sendo feito. E esses questionamentos, esses líderes que emergiram desse voto de protesto, vamos dizer assim, o mundo inteiro quer saber qual é a... "Está bem, então não queremos o que está aqui. E nós queremos o quê?"

Então, nos Estados Unidos, por exemplo, na área comercial, em várias medidas que foram anunciadas e que nós gostaríamos que fossem aplicadas, etc., na verdade, houve uma grande discussão interna, e, com essa discussão interna, esses rumos estão sendo repensados. Essas medidas não são óbvias. Você toma uma medida achando que vai responder a um problema, mas a sua medida não é a última carta do baralho. Na hora que você faz aquele movimento, outro país faz outro movimento, e outro faz outro movimento, e outro faz outro movimento, e aquilo muda completamente a configuração que está na sua frente.

No caso do aço, por exemplo, houve uma preocupação muito forte com a redução dos preços e com a importação a preços baixos nos Estados Unidos. No momento em que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pretende subir o preço interno, o que acontece? Imediatamente a indústria consumidora – a indústria automotiva, por exemplo – diz: "Opa! Na medida em que você sobe o preço do aço, você beneficia a siderúrgica, mas você me mata como competidor." Então, essa discussão... Ter tudo isso sobre a mesa é muito importante.

Acho que não há uma resposta clara em termos de para onde vamos politicamente, para onde vamos em termos de modelos econômicos e modelos de abertura comercial apenas olhando para o resultado das urnas. Eu acho que, pelo resultado das urnas, o eleitor não votou, na minha opinião, em um modelo ou em outro, ele votou contra o que está lá. É a minha percepção de onde estou. Não sei, acho que é uma coisa que precisaria ser analisada com mais cuidado.

Os impactos disso tudo para o Brasil? Repito, acho que o Brasil tem que ser parte muito ativa dessas discussões. E eu noto que, muitas vezes, coisas como o comércio eletrônico, por exemplo – estávamos falando há pouco da participação de pequenas e médias empresas –, não estão necessariamente na agenda do dia, sobretudo no Congresso. Mas eu entendo, vivemos momentos muito especiais no Brasil, não é? E com uma agenda muito difícil, com uma agenda de reformas muito difícil, com visões diferentes.

Eu estimulo apenas que V. Exªs pensem também nessas coisas quando tiverem um tempinho vago. E, tendo oportunidade de passar por Genebra, estarei à disposição para recebê-los todos, para continuarem essa discussão comigo e com pessoas que sejam especialistas nessas áreas que V. Exªs mencionaram aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu quero mais uma vez agradecer ao Embaixador Roberto Azevêdo.

Já passaram por aqui hoje 12 Senadores e Senadoras. Isso não é tão comum, apesar de que temos na Comissão sempre uma presença muito importante. Eu queria a compreensão... Gostaria de saber se V. Sª tem ainda um tempinho, mas a Senadora Ana Amélia, que é tão presente aqui – hoje estamos nos dividindo, há sessão do Congresso – e o Senador Randolfe queriam ter oportunidade de também fazer algum comentário.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia, e, em seguida, ao Senador Randolfe.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço ao Senador Jorge Viana, que preside esta reunião especial, de audiência com o Dr. Roberto Azevêdo. Agradeço a V. Exª, sua gentileza e paciência de ficar aqui à disposição desta Casa de República, que é o Senado Federal. Eu queria ficar o tempo todo, porque já assisti a suas palestras aqui, sempre muito consistentes, reveladoras do cenário mundial na área do comércio, mas eu sou autora de um requerimento de audiência pública sobre medicina e inovação tecnológica, incorporação de novas tecnologias intervencionistas ou medicamentosas...

Quero falar duas coisas com o senhor: a primeira é a questão da pirataria. Foi muito mencionada aqui a pirataria no comércio, que é um problema, e quero saber como a OMC está tratando disso. Há outra questão, que não está na sua alçada, mas, pelo conhecimento que tem V. Exª, pergunto: quais são as perspectivas que enxerga em relação a um acordo previsto para as bases serem acertadas entre o Mercosul e a União Europeia até o final deste ano?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço à Senadora Ana Amélia e passo imediatamente a palavra ao Senador Randolfe para que faça suas considerações.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Obrigado, Senador Jorge Viana, Presidente em exercício desta Comissão. Dr. Roberto Azevêdo, na verdade, solicitei a palavra para trazer aqui, primeiramente, um comunicado que considero importante a esta Comissão de Relações Exteriores. Ao ensejo do comunicado, Dr. Roberto, permita-me fazer a indagação.

Senador Jorge, Senadora Ana Amélia, estive há pouco na Procuradoria-Geral da República. Tive um encontro com a Drª Luisa Ortega, Procuradora-Geral da República Bolivariana da Venezuela, que foi arbitrariamente demitida de sua função pelo governo do Sr. Nicolás Maduro.

O Senador Jorge Viana sabe que, em vários momentos anteriormente, ainda durante o governo do Presidente Chávez, fui um dos primeiros a me manifestar contra qualquer reação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

represália ao governo da Venezuela e a reconhecer os avanços da revolução bolivariana. Só que o que ocorre lá não é mais uma questão de direita ou esquerda; é uma questão de direitos humanos e democracia. E os direitos humanos naquele país estão sendo ofendidos como em poucos cantos do mundo têm sido ofendidos.

A Drª Luisa Ortega, é importante que se diga, era uma conhecida chavista. Ascendeu à Procuradoria-Geral da República venezuelana por obra da Constituição bolivariana, que deu, inclusive, um novo nome à Venezuela: República Bolivariana da Venezuela. O relato dela dá conta de que os próprios ideais de Estado e bem-estar social do chavismo foram completamente deturpados. A situação dos prisioneiros políticos é uma situação de calamidade, pelo relato que vimos.

O relato que Drª Luisa Ortega nos passa é de que um general, recentemente, simplesmente, Senadora Ana Amélia, por ter manifestado apoio à Procuradoria-Geral da República e ter se levantado contra o governo, foi preso e, há pouco tempo, foi sacado de sua prisão e tem paradeiro desconhecido inclusive dos próprios familiares. Então, o que está ocorrendo na Venezuela necessita, por parte da nossa diplomacia – eu diria isso hoje – de ações mais efetivas

Veja, tem significado de diagnóstico um número: o Parlamento venezuelano, que, ao que pese ter uma maioria oposicionista ou não; o Parlamento venezuelano, que foi destituído arbitrariamente, foi eleito e conduzido com 14 milhões de votos, ou seja, mais da metade da população venezuelana. O Parlamento da dita "assembleia nacional constituinte"... Esse é outro aspecto: à luz da própria Constituição venezuelana, não poderia o Presidente, por ato próprio, convocar uma assembleia constituinte. A Constituição venezuelana dizia claramente que somente seria possível a convocação de uma assembleia nacional constituinte se esse ato, se esse gesto ocorresse por meio de referendum da população.

Enfim, é uma situação de desrespeito aos direitos humanos, de desrespeito à democracia. Não me convençam de que se trata de uma questão de direita e de esquerda. Não podemos aceitar que qualquer governo travestido de alguém que se levanta contra o imperialismo possa cometer qualquer tipo de atrocidade.

Por fim, convencido que estou, depois desse encontro, de que a diplomacia brasileira tem que tomar posições mais efetivas, inclusive chamando o Embaixador brasileiro, eu pergunto ao Dr. Roberto Azevêdo: no âmbito da Organização Mundial do Comércio, como se vê essa dramática situação da Venezuela de desagregação econômica, de desagregação política, de desagregação democrática? Tem sido pensado, também no âmbito da OMC, algum tipo de medida?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço ao Senador Randolfe.

O Senador Armando, ex-Ministro, acaba de chegar, e eu não sei se deseja, pelo menos, fazer um cumprimento para que eu...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sim, eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... finalize esta audiência e passe a palavra definitivamente ao Embaixador Roberto Azevêdo.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu queria cumprimentar o nosso Embaixador Roberto Azevêdo e dizer que é sempre uma satisfação poder recebê-lo aqui, no Senado; ele, que é um observador e, eu diria, mais que um observador, um ator tão importante nessa perspectiva do comércio global, dos desafios que se colocam e, sobretudo, na compreensão de que o Brasil precisa ampliar a sua inserção internacional em meio a esse cenário tão desafiador.

Há pouco, eu li uma entrevista do nosso Embaixador Roberto Azevêdo em que ele manifesta uma preocupação com relação a essa questão da inserção das pequenas e médias empresas no comércio internacional. E, como ele já aludiu aqui, durante a sua exposição, o Brasil tem uma base exportadora extremamente concentrada e um número muito modesto de empresas exportadoras. Nós temos pouco mais de 20 mil empresas exportando no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ao tempo em que estivemos no MDIC, nós revitalizamos aquele plano de cultura exportadora, para disseminar essa cultura exportadora, sobretudo para emprestar às pequenas empresas um suporte na área de inteligência comercial, de consultoria, e os resultados disso vêm sendo, pouco a pouco, percebidos.

Eu tenho aqui um dado, que não deixa de ser interessante em relação ao aspecto numérico, de que nós tivemos um aumento de 5,5% em 2015; um aumento ainda mais pronunciado em 2016, de 8,5%, no número de empresas exportadoras. Alcançamos o número de 25.541. E, neste ano, no acumulado até março – é um dado trimestral que nós temos –, também tivemos um incremento de 3%. Isso é algo que me parece auspicioso, mas temos um longo caminho ainda a percorrer.

Então, eu queria fazer esse registro e, mais uma vez, cumprimentar o nosso Embaixador. Quero pedir só uma palavra dele sobre essa visão da questão do comércio eletrônico, que é algo que vem também ganhando muito espaço no comércio internacional, e sobre como ele projeta a perspectiva de crescimento do comércio global nesses próximos anos.

Era isso. Mais uma vez, cumprimento o nosso Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço aos colegas, especialmente ao Senador Armando Monteiro.

Passo, imediatamente, a palavra para o Embaixador, que, obviamente, está aqui desde cedo. Ele fez uma belíssima explanação. Hoje passaram por aqui mais de 14 Senadoras e Senadores. Agora, ele faz uma explanação final, respondendo a alguns questionamentos.

Eu lhe agradeço por ter reservado este espaço para esta audiência. Com a palavra V. Exª.

O SR. ROBERTO CARVALHO DE AZEVÊDO – Muito obrigado, uma vez mais.

É com grande prazer que retomo o contato com a Senadora Ana Amélia e com o Senador Armando Monteiro. Inclusive, quando Ministro, tivemos várias conversas.

As perguntas são todas muito interessantes. Com relação à pirataria, que foi colocada pela Senadora Ana Amélia, acho que, de saída, temos de diferenciar dois tipos de suposta pirataria: a lícita e a ilícita. Há situações... Quanto à ilícita, na OMC, é uma questão policial, de enforcement, em que as forças dos países membros têm de implementar suas próprias regras de proteção de patentes e de inovações tecnológicas.

Há a situação da pirataria que é discutível. Isso é muito comum, por exemplo, na área de medicamentos, de genéricos, de mudanças progressivas na fórmula. Alguns países dizem que isso não é suficiente para criar um novo produto, que estamos falando ainda de um produto que já perdeu o direito de patente etc. Esse tipo de discussão, sim, acontece na OMC, não apenas do ponto de vista estritamente substantivo do tópico que se esteja tratando, mas também do ponto de vista das regras gerais.

Uma questão, por exemplo, que é muito discutida na OMC é a questão de enforcement, de como implementar ou fazer com que sejam cumpridas as regras relativas à pirataria. Ou seja, alguns países dizem que outros governos não dão cumprimento às obrigações e deixam que a pirataria corra solta. Esse tipo de discussão, sim, acontece lá. Nós temos um acordo específico sobre propriedade intelectual, que é o Acordo TRIPS, que trata de assuntos de propriedade intelectual relacionados com o comércio e que é muito usado. Inclusive, há várias disputas que levam aos dispositivos do TRIPS. Então, é uma questão corrente na OMC. Fala-se disso o tempo todo. Mas propriedade intelectual e pirataria são um universo. Isso pode sair desde a área alimentar, com cópia de sementes ou coisas desse tipo, até produtos de alta tecnologia. Então, é um universo enorme de conversas sobre esse assunto, mas há uma discussão constante na OMC sobre esses temas.

Com relação ao acordo entre Mercosul e União Europeia, eu, como Diretor-Geral da Organização, de uma organização que quer ver o aprofundamento dos fluxos comerciais e uma maior integração comercial e econômica mundial, faço votos de que isso avance, de que isso avance da melhor maneira possível. Quanto à factibilidade de chegarmos até o fim do ano, penso que haverá um entendimento político até o fim do ano, pelo que foi anunciado na imprensa. Acho que é possível. Agora, são sempre acordos muito complexos. Não podemos perder a noção da complexidade que existe aí. Escrevam o que eu estou dizendo: à medida que nós formos nos aproximando da data de fechar o acordo, os problemas vão aparecer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque aí um setor que está quieto, que não está falando, está esperando, não está acreditando, de repente diz: "Opa, esse negócio vai mesmo!" Aí ele vai sair na frente e dizer: "Olha, com isso aqui, cuidado!" Aparecerão vários problemas que não estão na mesa hoje, o que não é surpresa. Sempre é assim. É legítimo e sempre é assim. Então, eu sempre tive muito cuidado com prazos, porque o prazo é estabelecido prevendo que você terá céu de brigadeiro, tudo azul. Não. Haverá nuvens, turbulência. Vamos ver. Mas eu faço votos que saia mesmo, e o mais rápido possível.

Sigo a ordem em que me foram formuladas as perguntas.

Senador Randolfe Rodrigues, na OMC há um sistema multilateral que fala apenas de comércio. Não é o caso de Genebra, que fala de tudo. Em Genebra nós temos várias instituições. Esse é um tema que está sendo discutido no Conselho de Direitos Humanos, em Genebra. Há outras áreas, em Genebra, que podem ter relação: trabalho, saúde... Há vários organismos internacionais que tratam desse assunto. Na OMC isso não é um tema que seja tratado, embora, evidentemente, como cidadão brasileiro, eu gostasse de ver a região estável, com uma situação de estabilidade política maior, até porque isso favorece o crescimento econômico, o crescimento comercial, e espero que essa situação se resolva o mais rápido possível.

Quanto aos pontos colocados pelo Senador Armando Monteiro, eu fico muito contente com o que V. Exª me diz a respeito dos esforços de integrar ainda mais a pequena e a média empresas. Essa vertente de comércio se perde um pouco. O Brasil já trabalha com pequena e média empresa há muito tempo. Nós temos o Sebrae, a Apex, várias entidades, vários organismos que ajudam a pequena e a média empresa. Poderíamos dar um foco um pouco maior ainda na integração comercial delas, nos fluxos internacionais de comércio. É um foco para o qual podemos dar um pouco mais de atenção.

Com relação ao comércio eletrônico e ao crescimento global, o problema maior que existe hoje é que os marcos regulatórios não foram feitos para o comércio eletrônico, eles foram feitos para o comércio tradicional, o comércio que existia no século XX. Não é que esse comércio vá desaparecer, mas ele está sendo substituído em boa medida por um novo tipo de comércio que muda completamente as relações comerciais. Então, por exemplo, coisas que não são tratadas hoje, como a assinatura eletrônica... Há alguma forma de harmonizar assinatura eletrônica?

Eu fechei, há pouco tempo, alguns contratos pessoais nos Estados Unidos. Eu não fui lá, não tive um despachante, não tive advogado, nada! Eu assinei tudo por computador. Escolhi uma assinatura que me oferecia o sistema: "Escolha a assinatura". Ah, eu quero essa aqui. Pronto. Assinei tudo e fechou-se um contrato que é legalmente vinculante entre as partes. É um novo mundo! Nós precisamos ter um marco regulatório que seja adequado a esse mundo.

Proteção ao consumidor. Como é que se faz a proteção ao consumidor em um mercado em que o consumidor está do outro lado da fronteira? Que regra se aplica? A regra do país que exportou ou a regra do país que importou? Como é que o consumidor sabe qual é a regra que se aplica a ele? Até esse tipo de coisa.

E, se não houver uma harmonização disso, o que vai prevalecer é a grande empresa. Se eu tenho uma empresa gigantesca me oferecendo um produto e sei quais são as regras que se aplicam quando eu compro aquele produto, e há uma outra que está me oferecendo, até mais barato, mas eu não sei exatamente quais são as regras que se aplicam ali, eu vou comprar da maior. Aí há uma maior concentração de comércio nas grandes empresas, e se estão excluindo as pequenas e médias empresas. Então, a harmonização de regras na área de comércio eletrônico tende a favorecer o pequeno e o médio, não porque se está prejudicando o grande, mas porque se estão nivelando as condições de competição entre elas.

Então, há muito que ser feito aqui. Eu fico contente que o Brasil e pessoas como V. Exª estejam se debruçando sobre esse assunto.

Sei que V. Exª encerrará. Eu só quero mais uma vez agradecer e dizer do privilégio que foi estar aqui com V. Exªs e ter uma representatividade tão grande aqui nesta Comissão.

Muito obrigado a todos uma vez mais.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço e sei que este é o sentimento dos colegas Senadores, das Senadoras, de todos que trabalham aqui e do nosso Presidente e autor desse requerimento, o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fernando Collor: é um privilégio ter o Embaixador Roberto Azevêdo aqui, com esse tempo, nos passando a sua visão, nos passando suas preocupações. Ele foi eleito em 2013 como Diretor-Geral da OMC, uma das mais cobiçadas organizações do mundo. Primeiro brasileiro a ocupar o cargo, foi reeleito e vai começar o segundo mandato no dia 1º de setembro de 2017, por mais quatro anos.

Eu agradeço a todos que nos acompanharam pela TV e pela Rádio Senado e, de modo muito especial, mais uma vez, ao Embaixador Roberto Azevêdo.

Declaro, então, encerrada esta audiência e paro um pouquinho para que possamos nos despedir do nosso ilustre convidado, a quem agradeço pela brilhante palestra e pelas respostas que nos trouxe. Obrigado.

(Suspensa às 11 horas e 14 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 17 minutos.)

Eu queria pedir a atenção de todos: temos ainda a segunda parte da nossa reunião de hoje, e é importante porque temos um relatório ainda a ser lido, da Senadora Ana Amélia. Aguardo só a retomada aqui pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Vamos começar, então, a segunda parte, deliberativa, da nossa reunião de hoje na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Faço questão de mais uma vez registrar a importante audiência que tivemos com o Embaixador Roberto Azevêdo, Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio, um brasileiro que pela primeira vez ocupa essa, e uso o termo que já usei, cobiçadíssima posição, que representa um conjunto de 164 países, a Organização Mundial do Comércio. Ele acabou de ser reeleito e deve começar o seu segundo mandato, que também é inédito, a partir de 1º de setembro deste ano, que tem duração de mais quatro anos.

Dando início à segunda parte da nossa reunião, vou ao item 1.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 46, de 2017
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senadora Ana Amélia..

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Nesta Reunião ocorrerá a leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir seu relatório.

Com a palavra V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Obrigada, Senador Jorge Viana e caros colegas, Senador Cristovam Buarque.

O indicado para representar o Brasil no Suriname, Ministro Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto, tem um currículo extraordinário, como todos os diplomatas que são indicados para missões relevantes. Penso que seja interessante sublinhar a missão que lhe foi designada, Suriname, e qual o papel dessas relações.

A mensagem presidencial veio acompanhada de sumário elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República do Suriname, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e todos os aspectos mais importantes.

Com território de 163.820km² de extensão, o Suriname é o menor país da América do Sul. O país é limitado, a leste, pela Guiana, ao sul, pelo Brasil, a oeste, pela Guiana Francesa e, ao norte, pelo Oceano Atlântico. O país tem cerca de 585 mil habitantes, e a população, que é variada cultural e etnicamente, concentra-se, em sua maioria, ao redor da capital, Paramaribo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Destaca-se contingente importante de descendentes de africanos, indianos e chineses. Ou seja, o Suriname é cosmopolita. O país tornou-se independente do Reino dos Países Baixos em 1975 e comemora sua data nacional no dia 25 de novembro.

Seu Produto Interno Bruto (PIB) em valor de compra em 2015 ficou em US$9,5 bilhões, o que lhe propicia PIB per capita de US$17.052, também calculado pelo poder de compra. A expectativa de vida média de sua população é de 71 anos e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2015 foi de 0,714, o que coloca o país em 103º lugar no ranking mundial.

A cooperação brasileira com o Suriname iniciou-se logo após a independência do país, em 1975. Apesar da fronteira comum de 593km, a região limítrofe apresenta baixa densidade demográfica e não possui ligações viárias entre os dois países, por ser coberta por barreiras naturais (Serra do Tumucumaque e floresta equatorial) e por áreas de preservação ambiental e indígena. A presença de significativa comunidade brasileira no Suriname (por volta de 15 mil pessoas) traz importante componente humano para as relações bilaterais.

Em 2016, a corrente de comércio bilateral totalizou US$27 milhões, sendo US$26,6 milhões de exportações e apenas US$0,4 milhão em importações. Apesar do baixo volume de exportações, a pauta é relativamente diversificada. Já a pauta de importações se concentra em poucos produtos (entre os quais, alumina calcinada e farinha de trigo), ademais de vendas esporádicas de arroz surinamês.

A cooperação técnica ocupa lugar de destaque nas relações bilaterais. Ao longo dos últimos anos, desenvolveram-se, sob o marco legal dos acordos complementares ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e Suriname assinado em maio de 2012, projetos e iniciativas de cooperação, em áreas como saúde, gestão de recursos hídricos, agricultura sustentável, zoneamento agroecológico, mapeamento geológico, fortalecimento de instituições públicas, segurança pública e defesa.

A imigração é outro tema importante na agenda bilateral. Os brasileiros formam contingente relevante de imigrantes no Suriname. Provenientes principalmente do Maranhão e do Pará, muitos vão ao Suriname para trabalhar em garimpos no interior do país.

A economia do Suriname tem como base o setor de exploração mineral. O ouro, a alumina (derivada da bauxita) e o petróleo bruto respondem por mais de 80% das receitas de exportação, por metade do PIB e por 25% das receitas governamentais.

Trata-se, portanto, de economia altamente dependente da evolução dos preços internacionais dessas commodities. Ao longo de 2015, em razão da baixa continuada nos preços das commodities no mercado internacional, registraram-se déficits na conta corrente e na conta capital, não compensados por superávits suficientes na conta financeira, situação que provocou déficits recorrentes no balanço de pagamentos do país.

Apesar do esforço da política externa do governo de Desiré Bouterse de tentar diversificar as relações externas surinamesas, a partir do segundo mandato, o Suriname mantém aproximação com parceiros tradicionais, como Países Baixos e Estados Unidos, além da China, com vistas a obter apoio para fazer frente à deterioração da economia local – crescimento nulo em 2015 e retração do PIB em 2016. Paralelamente, o Governo surinamês tem demonstrado crescente interesse na América do Sul e, em especial, nos países vizinhos: Brasil, Venezuela – é uma interrogação que faço – e Guiana.

Atualmente, há 11 embaixadas residentes no Suriname: Argentina, Brasil, China, Cuba, Estados Unidos, França, Guiana, Índia, Indonésia, Países Baixos e Venezuela. Índia, Indonésia e China, países de origem das principais comunidades que constituem a população do Suriname, permanecem como importantes parceiros.

Merece destaque o engajamento do País nas organizações regionais. Na Cúpula de Montevidéu, de julho de 2013, foi assinado o Acordo Marco de Associação entre Mercosul e o Suriname. O País ocupou o PPT da Unasul entre 2013 e 2014.

Ademais, o ex-Vice-Chanceler surinamês, Embaixador Robby Ramlakhan, ocupou a Secretaria-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, cuja sede é em Brasília, entre 2012 a 2015.

Estimamos que os ilustres membros do colegiado agora disponham de suficientes informações para sua deliberação, sendo este o escopo único deste relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Este é o relatório, pela a aprovação do nome do Ministro Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto para a Embaixada do Brasil no Suriname.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradecendo à Senadora Ana Amélia, ponho em discussão a matéria. (Pausa.)

Não há inscritos para discutir.

Não havendo mais quem queira se posicionar, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Passo imediatamente ao item 2, perguntando se podemos deliberar extrapauta na presente reunião outra mensagem que eu pediria que, ad hoc, fosse lida pelo Senador Cristovam, já que o Relator original é o Senador Pedro Chaves. (Pausa.)

Se não há discordância dos Senadores, eu passo ao item 2.

Fica aprovado que incluímos, extrapauta, a Mensagem nº 45, de 2017.

EXTRAPAUTA
ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 45, de 2017
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Armênia.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Pedro Chaves.

Relatório: Pronto para deliberação.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam para fazer a leitura do relatório.

Com a palavra V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, indica o Embaixador Agemar de Mendonça Sanctos, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Armênia.

Ele nasceu em 1951 no Rio de Janeiro.

Graduou-se no Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1977 e foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento Diplomático – CAD – em 1982. Em 2001 foi aprovado no Curso de Altos estudos – CAE – em 19 de fevereiro, com a tese “Nova Diplomacia Consular: o Cônsul como agente político e sua atuação nos Estados Unidos da América”. Tornou-se Terceiro Secretário em 1978, Segundo Secretário em 1980 e Primeiro-Secretário, por merecimento, em 1987. Foi promovido a Conselheiro, também por merecimento, em 1995, e a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 2005. Está no Quadro Especial desde 2011.

Entre as funções desempenhadas no Ministério das Relações Exteriores destacam-se as de Chefe, Substituto, da Divisão de Divulgação Documental (1984); Chefe, Substituto, da Divisão de Processamento de Dados (1985) e Chefe da Coordenação-Geral de Privilégios e Imunidades (2005). Foi também Chefe de Gabinete do Ministro dos Esportes, em 1995 e, em 2010, foi Diretor de Relações Institucionais do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, no Rio em 2016.

Em missões no Exterior, foi Cônsul Adjunto no Consulado Geral em Nova York (1982); serviu na Embaixada do Brasil em Lima como Encarregado de Negócios (1992); na Embaixada em Kuaite (2003) e no Escritório de Representação em Ramala (2006), também como Encarregado de Negócios e como Embaixador na Embaixada em Malabo, Guiné Equatorial.

Recebeu as seguintes condecorações: Ordem de Rio Branco, Brasil, Grau de Oficial (1993); Ordem Nacional do Mérito, Equador, Grau de Comendador (2003); Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grau de Grande Oficial (2010).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Publicou diversas obras.

O Ministério das Relações Exteriores anexou sumário executivo sobre a Armênia.

Segundo o documento, a Armênia conta com população de 3 milhões de habitantes. Seu PIB foi de US$10 bilhões. O PIB per capita foi de cerca de US$3,45 mil em 2016 e o IDH foi de 0,743.

O Brasil e a Armênia estabeleceram relações diplomáticas em 1992, e o Brasil conta com embaixada em Ierevan desde 2006. No que diz respeito às trocas comerciais, o intercâmbio entre o Brasil e a Armênia compõe-se em sua quase totalidade de exportações brasileiras àquele país. Em 2016, as exportações brasileiras somaram US$38 milhões, enquanto as importações da Armênia corresponderam a apenas US$113 mil. Ano passado houve expressivo crescimento na corrente de comércio, pois as exportações aumentaram 84% do seu valor de 2015. Os principais produtos da pauta exportadora brasileira são carnes e tabacos e sucedâneos. Os produtos que o Brasil mais importa da Armênia são vestuário e máquinas elétricas.

O Brasil celebrou os seguintes acordos com a Armênia: Acordo de Cooperação Cultural, assinado em 2002, entrou em vigor em 2007; Acordo para o Estabelecimento de Regime de Isenção de Vistos para portadores de Passaportes Diplomáticos e de Serviços, assinado em 2002; Entendimento, por Troca de Notas, sobre Isenção de Vistos de Curta Duração em Passaportes Comuns; Acordo de Cooperação Educacional e Acordo de Cooperação Técnica, ambos firmados em 2016 e ainda em tramitação no Ministério das Relações Exteriores e na Casa Civil, respectivamente.

Antes de concluir eu quero dizer que o Brasil tem uma relação especial com a Armênia. É muito grande e muito expressiva a influência cultural e econômica dos descendentes armênios, especialmente em São Paulo, onde há grandes intelectuais, editores e médicos filhos de armênios. É uma comunidade para que o Brasil deve sempre olhar com carinho aqui dentro do Brasil. E, portanto, o papel do Sr. Agemar de Mendonça Sanctos é importante para nós.

Diante do exposto, estimo que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento e agradeço o Senador Cristovam.

Ponho em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Fica concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Eu peço ainda compreensão para apreciarmos item extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 30, de 2017
- Não terminativo -

REQUER, NOS TERMOS DO ART. 40, § 1º, II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A AUTORIZAÇÃO DE AUSÊNCIA DA SENHORA SENADORA ANA AMÉLIA, PARA REPRESENTAR A CRE NO 1º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LÍDERES, EM SÃO PAULO.

Autoria: Senador Fernando Collor.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo inscritos para a discussão, em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Próximo item.

EXTRAPAUTA
ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.151015/2017-63

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 29, de 2017

- Não terminativo -

REQUEIRO, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 25, de 2017, da Comissão de Relações Exteriores-CRE, para inclusão do presidente interino da TELEBRAS, senhor Jarbas José Valente.

Autoria: Senador Jorge Viana.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo inscritos, ponho em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o aditamento com o nome do Presidente da Telebras ao requerimento de minha autoria para uma audiência pública.

Deliberação da ata da reunião anterior. Proponho a dispensa da leitura e a aprovação ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Queria, por fim, agradecer a participação de todos nesta manhã, nesta reunião importantíssima que tivemos aqui na Comissão de Relações Exteriores. Concluo convocando as Srªs e Srs. Senadores membros da Comissão para a nossa próxima reunião deliberativa, agendada para 31 de agosto de 2017, às 9h, neste plenário.

Declaro encerrada a presente reunião agradecendo a todos os que nos auxiliaram na condução dos trabalhos.

(Iniciada às 09 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 33ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2017, NO PLENÁRIO 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e sete minutos do dia trinta e um de agosto de dois mil e dezessete, no Plenário sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Roberto Requião, Paulo Bauer, Lasier Martins, Fernando Bezerra Coelho, Pedro Chaves, Fátima Bezerra, Flexa Ribeiro, José Medeiros e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE – INDICAÇÃO DE AUTORIDADES: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 45, de 2017, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Armênia."Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à indicação com nove votos favoráveis e um voto não. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 46, de 2017, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname." Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à indicação com 10 (dez) votos favoráveis. O Presidente convida os Embaixadores a tomarem assento à mesa e fazerem suas exposições. É aberto o processo de votação. Usam a palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Pedro Chaves, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho e Lasier Martins. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para resposta aos Senadores. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado das votações das indicações ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. É realizada a apuração dos votos. Sabatinas realizadas com indicações apreciadas. Passa-se à PAUTA – 2ª PARTE – DELIBERATIVA: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 50, de 2017, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Lasier Martins, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fica dada como lida e é aprovada. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e cinquenta e oito minutos, lavrando, eu, Alvaro Araujo Souza, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ANTONIO ANASTASIA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Bom dia, senhoras e senhores.

Declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado da República.

Primeira parte da pauta: indicações de autoridades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1ª PARTE
ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 45, de 2017
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Armênia.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Pedro Chaves
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
1 - Em 24/08/2017, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;
2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 46, de 2017
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: pronto para deliberação.
Observações:
1 - Em 24/08/2017, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;
2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Desse modo, convido para que tomem assento à mesa os eminentes Embaixadores Agemar de Mendonça Sanctos e Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto, a quem damos as boas-vindas. (*Pausa.*)

Sejam bem-vindos os eminentes Embaixadores!

Ao iniciar nossos trabalhos, informo a S. Exªs que o tempo destinado a cada exposição é de até 20 minutos, podendo haver uma prorrogação, dependendo das circunstâncias.

Desse modo, concedo a palavra ao Sr. Embaixador Agemar de Mendonça Sanctos, indicado para o cargo na República da Armênia, para fazer sua exposição.

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Bom dia, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Presidente!

É para mim uma honra e um grande privilégio estar aqui diante de V. Exªs, nesta Comissão de Relações Exteriores, e ter a oportunidade de apresentar a proposta, o projeto que pretendo realizar, se aprovado por V. Exªs, à frente da Embaixada do Brasil em Ierevan, na Armênia.

Como V. Exªs sabem a Armênia é um dos países mais antigos do mundo. Foi a primeira nação cristã, ainda no século IV.

A localização geográfica da Armênia, como podemos verificar, é numa região no sul do Cáucaso, uma região bastante conturbada historicamente. Está entre o Império Persa, hoje Irã, e a Turquia, Império Bizantino, primeiro, e, depois, Império Otomano. Sempre esteve entre esses dois poderosos impérios. Para V. Exªs terem uma ideia, a capital da Armênia, onde vou servir, Ierevan, foi ocupada, nas guerras entre o Império Otomano e o Império Persa, 17 vezes. Foi 17 vezes persa e 17 vezes otomana ao longo da história. Quer dizer, é uma história bastante intensa. E, ao mesmo tempo, nessa região, o povo da Armênia é um povo extremamente cordial, um povo extremamente empreendedor, como sabemos, um povo que chegou a criar um país, uma nação até a ocupação otomana, uma nação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bastante substancial que teve uma influência. Mantiveram-se sempre a sua cultura cristã – a Igreja Católica Armênia, que é específica do país – e uma cultura muito forte, muito resistente. Nós vemos isso ao longo da história, e até hoje a cultura permanece. É um povo que conseguiu manter a sua identidade, apesar de todas as tragédias, de todos os fatos conturbados que aconteceram ao longo da história.

A Armênia perdeu de vez a independência no século XVI para o Império Otomano, mas nunca deixou de manter a sua identidade, ou seja, os armênios sempre tiveram a condição de cidadãos de segunda classe no Império Otomano, mas, sendo um povo muito inteligente, muito capaz, sempre lutou por sua identidade para manter unida a sua nação.

Com a Primeira Guerra Mundial, houve a invasão do Império Russo, e a Armênia, ao final da Primeira Guerra Mundial – durante a Primeira Guerra Mundial houve vários eventos muito relevantes –, conseguiu declarar a sua primeira independência como país moderno em 1918, ao final da Primeira Guerra Mundial. Essa independência foi de curta duração, porque, com a queda da Rússia czarista e a revolução na Rússia, os exércitos russos recuaram, e o exército otomano então reocupou grande parte do território. Ao final dessa primeira independência, um tanto conturbada, a Armênia foi constituída como uma das repúblicas soviéticas. E assim permaneceu durante todo período de 1920 ou 1921 até a dissolução da União Soviética em 1990.

A Armênia sempre foi, pela própria característica, pela própria criatividade do seu povo, uma nação privilegiada dentro do império soviético. Os armênios, pelas suas habilidades, sempre foram muito valorizados, tanto o é que a União Soviética tinha a Armênia como um dos seus principais polos de indústrias mais avançadas na cadeia logística de produção interna da União Soviética, o que criou, por assim dizer, uma certa elite técnica e intelectual dentro da antiga União Soviética.

Com o desfazimento da União Soviética, temos a segunda independência da Armênia em 1991, que, imediatamente, levantou vários problemas. Claro, como sabemos, foi conturbada a dissolução da União Soviética, principalmente nessa região, e a Armênia recuperou-se. Passou por um período, nos anos 90, em que houve grande instabilidade econômica e política. As pessoas realmente tiveram problemas de abastecimento sérios, porque toda a cadeia logística que passava pela Armênia vindo da União Soviética deixou de existir: a Geórgia, ao norte, se tornou independente, o Azerbaijão, a leste, se tornou independente, e eles não conseguiam... Quer dizer, não havia energia elétrica, houve problemas seriíssimos, faltava comida para a população, até eles conseguirem recompor a nação.

Hoje em dia, esses traumas do nascimento da Armênia já estão, em grande parte, superados. São traumas do nascimento da nação, mas a Armênia – novamente –, pela capacidade do seu povo, pela criatividade do seu povo, está conseguindo, dentro de uma região extremamente difícil, geopoliticamente extremamente difícil, construir uma economia moderna, construir uma economia que busca se integrar ao mercado mundial. E não estou aqui me referindo apenas à questão comercial, mas a aspectos culturais, a aspectos artísticos. Em suma, a Armênia é um país que se moderniza rapidamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Embaixador, permita-me por favor...

Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Solicito a V. Exª que abra a votação. Nós ficamos aqui até hoje – quase até as 4 horas da manhã –, e acho que alguns Senadores vão chegar e vão ter que se ausentar. Então, peço que possa ser aberta a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Perfeitamente, Senador Flexa.

Submeto ao Plenário a proposta do Senador Flexa Ribeiro, que tem toda a minha simpatia. (*Pausa.*)

Estamos todos de acordo.

Oriento a Secretaria a fazer a gentileza de abrir o processo de votação.

Devolvo a palavra ao Embaixador Agemar pedindo escusas pela interrupção.

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu gostaria que se colocasse ali o mapa, que se restaurasse o mapa, ajudaria muito a nossa explicação.

Então, como nós podemos ver, a Armênia não tem acesso a portos marítimos, e o problema que existe hoje é a utilização da infraestrutura que foi legada pela antiga União Soviética e que está sendo modernizada.

Nós estamos vendo ali, no mapa, o Porto de Batumi e o Porto de Poti. Esses dois portos na Geórgia são os principais escoadouros da economia da Armênia – mais ao norte, Poti e, mais ao sul, Batumi. Esses portos têm um problema operacional de calado: hoje em dia, os grandes navios de contêineres, os super Panamax, não têm acesso a esses portos, o que cria um problema logístico para o desenvolvimento do comércio armênio. Mas eles estão modernizando rapidamente a estrutura ferroviária e a estrutura rodoviária. Quer dizer, o sistema de transportes da Armênia está se modernizando – com a ajuda do Banco de Desenvolvimento da Ásia principalmente. Por outro lado – mais abaixo –, depois do levantamento das sanções contra o Irã, eles estão desenvolvendo o sistema que permite a saída, a passagem, o trânsito de produtos armênios, importações e exportações, por portos iranianos, que são de grande capacidade. Quer dizer, esse gargalo da economia da Armênia está sendo solucionado mais pela modernização da infraestrutura de transporte, das linhas férreas, integrando a Armênica ao sistema ferroviário do Irã e modernizando o que já existia antes, na época soviética, em relação à Geórgia.

Mencionando aqui a questão soviética, a sucessora, a República da Rússia, continua tendo um papel preponderante no relacionamento externo da Armênia. A Rússia tem uma influência muito forte na economia, uma influência...Há um grande número de trabalhadores armênios na Rússia, que são um pilar importante no balanço de pagamentos do país, pelas transferências unilaterais que fazem das suas rendas, mais ou menos, um quinto da entrada de divisas no país, e também na questão política.

A Armênia é um país que vive em uma espécie, eu diria, de equilíbrio entre a cultura russa, entre a influência poderosa que ela exerce, bem como os laços tradicionais que eles têm com a Rússia, principalmente fundamentados na religião, que vem de séculos, e, ao mesmo tempo, a vontade que a Armênia tem de se tornar um país moderno, um país com a economia e a sociedade fundamentadas no modelo da União Europeia.

Então, temos esse equilíbrio, e eles vêm fazendo esse equilíbrio com muita eficiência. A presença russa é bastante importante, na economia sobretudo. A energia deles é fornecida pelo gás da Rússia; há o gasoduto que passa pela Geórgia, e 12% do volume de gás fica com a Geórgia como pagamento pelo direito de trânsito. Ou seja: eles pagam a Geórgia com o próprio gás que recebem da Rússia. Então, hoje em dia, eles têm a situação energética bem melhor do que estava antes, o que é importante para o desenvolvimento da economia do país, mas estão procurando se desenvolver dentro dessa transformação que houve nos últimos 15 anos. A indústria soviética que ficou é realmente obsoleta, eles têm muita importância, hoje em dia, para a agricultura e para a mineração, sobretudo de cobre, para trazer dividas para o país.

Agora, há um aspecto interessante na Armênia: como a sua população é muito talentosa, eles estão se tornando, hoje em dia – essa é a grande transformação na economia da Armênia –, um polo de tecnologia da informação, um importantíssimo polo de tecnologia da informação, porque eles têm quadros técnicos muito bem preparados, de excelente nível de educação e estão um pouco replicando, buscando replicar o que acontece na economia dos países bálticos, ou seja, usar essa mão de obra altamente qualificada para desenvolver a economia que a gente chama, hoje em dia, de tecnologia da informação – telecomunicações, softwares, jogos –, enfim, todas essas coisas que fazem parte do nosso mundo hoje e que estão nos nossos celulares.

E essa indústria já chega a atingir, hoje em dia, quase 20% do valor do PIB do país e está crescendo de forma bastante acelerada, porque são engenheiros muito qualificados e essa mão de obra tem um custo muito menor do que teria nos outros mais avançados. Essa é a grande vantagem da Armênia.

Quanto às relações com o Brasil, estas têm sido as melhores possíveis ao longo da história. As relações entre o povo brasileiro e o povo armênio têm mais de 100 anos. Nós temos uma importante comunidade armênia no Brasil, totalmente integrada à cultura brasileira e que contribui de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

importantíssima para a nossa economia. Vários colegas do Itamaraty são de origem armênia, todos altamente qualificados e eficientes.

Esse restabelecimento de relações do Brasil com a Armênia, que aconteceu em 1992, começou a produzir frutos maiores a partir da abertura da embaixada naquele país em 2006. A abertura da embaixada criou novas oportunidades que só acontecem quando existe uma embaixada residente, ou seja, o potencial que nós temos de desenvolver as nossas relações com a Armênia aumentou muito com isso, tanto que, apesar de o nosso comércio ser ainda modesto com a Armênia – nossas exportações estão na faixa de US$38 milhões –, quando nós abrimos a embaixada, ele estava na faixa de pouco mais de US$1 milhão. E esse crescimento é constante, ou seja, existe um bom potencial nessa área. O crescimento é sustentado.

A partir do restabelecimento das relações, da abertura da embaixada, nós começamos a criar as ferramentas, os instrumentos que nós usamos para que o comércio cresça, para que o intercâmbio cultural cresça, para que o intercâmbio técnico e tecnológico cresça, que são os acordos. Nós, o Brasil e a Armênia, vimos assinando acordos desde a abertura da nossa embaixada, e isso culminou, no ano passado, com a visita do Presidente da Armênia ao Brasil, ocasião em que foram assinados cinco acordos nas áreas de cooperação técnica, de educação. Nós temos agora um acordo entre as duas academias diplomáticas para a troca de alunos, para a formação de diplomatas de carreira. Temos um instrumento de consultas políticas e um instrumento de cooperação agrícola. Eles dão, hoje em dia, muita importância à agricultura na Armênia. Eles têm muito interesse em incrementar a cooperação agrícola com o Brasil, que, como nós sabemos, como V. Exªs sabem, tem na agricultura um dos carros-chefe da nossa economia, com tecnologias de primeira linha em termos de agronegócio.

Mas outros acordos estão em negociação. Nós temos dois acordos no *pipeline* de negociações, e o principal deles é o de cooperação econômica. Este acordo é o que assentará as bases do desenvolvimento do comércio, do turismo e da cooperação tecnológica futura entre o Brasil e a Armênia.

E eu gostaria de falar um pouquinho do que eu pretendo fazer na Armênia agora. Se V. Exªs me aprovarem nesta Comissão, o meu objetivo primeiro será o de colocar em operação os instrumentos já existentes, porque é muito fácil, como V. Exªs sabem, assinar o acordo, negociar e publicar no *Diário Oficial*, mas depois tem que o acordo funcionar, nós temos que fazer isso, e essa é a parte mais difícil, porque envolve, muitas vezes, na necessidade de recursos, mobilizar instituições que têm que prover, que têm que se envolver nos projetos, e essa, eu acredito, deva ser minha missão prioritária. E, obviamente, ver as oportunidades.

A vantagem do Embaixador residente, estando no local, é poder desenvolver as oportunidades que se apresentam e transformar essas oportunidades em benefícios para a relação bilateral. Eu acredito firmemente que a relação tem que ser bilateral, não pode ser de um ganhador, devem os dois ganhar. Para funcionar a nossa relação bilateral, não só com a Armênia, como com qualquer país, têm que as duas partes se beneficiar. E este é o meu objetivo também, ver o que nós podemos trocar, o que nós podemos implementar em termos de comércio, em termos de educação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Eles têm um sistema muito evoluído de educação na Armênia, eles têm bons engenheiros, boas escolas. É essa a minha intenção, é esse o meu objetivo.

E terminando, para finalizar, para realizar esses objetivos, os meus objetivos, eu não poderia deixar de contar com a participação ativa da vibrante comunidade armênio-brasileira. Eu vou conversar com a comunidade armênio-brasileira e mobilizar essa comunidade para a promoção das nossas relações bilaterais. Isso é importante porque a comunidade armênia é uma comunidade muito eficiente – eu acho, minha opinião pessoal, antes mesmo de ser indicado como Embaixador na Armênia. Eu acredito que, se nós conseguirmos, por exemplo, organizar uma missão empresarial para a Armênia, quer dizer, se os empresários forem à Armênia ver as oportunidades, como nos outros países onde servi, o comércio realmente vai florescer; quando os empresários se encontram, quando eles descobrem quais são as verdadeiras potencialidades, o que cada um precisa em termos de comércio, é aí que as oportunidades acontecem e que o comércio cresce, as relações culturais, educacionais, etc. crescem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Uma vez mais, eu gostaria de agradecer a V. Exªs pelo tempo, que, obviamente, todos perceberam, já ultrapassei, e me coloco à disposição de V. Exªs para responder qualquer pergunta, qualquer dúvida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Embaixador Agemar, pela sua rica e muito elucidativa exposição sobre a Armênia e nossas relações com essa república amiga.

Passo a palavra agora para o eminente Embaixador Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto, indicado para a República do Suriname, que também terá o período de 20 minutos, podendo ser prorrogado, para fazer sua exposição sobre seu próximo posto.

O SR. LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO – Muito obrigado.

Bom dia!

Sr. Presidente, Senador Antonio Anastasia; Srªs Senadoras e Srs. Senadores integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, primeiramente, como fez meu antecessor, quero agradecer a honra e a oportunidade de poder apresentar um pouco a minha visão sobre o que deve ser o trabalho da Embaixada em Paramaribo caso eu seja aprovado por esta Comissão e, em seguida, pelo Plenário do Senado Federal.

Eu gostaria de aproveitar, se o senhor me permitisse, Presidente, para agradecer algo anterior, a grande ajuda, o grande apoio que tive da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e do Senado Federal quando chefiei a coordenação da Comissão Brasileira para a Rio+20, o que foi absolutamente fundamental, sobretudo em relação ao acordo de sede com as Nações Unidas.

Eu pretendo dar continuidade e ampliação aos excelentes trabalhos que foram feitos pelos meus antecessores, caso eu seja aprovado, em cooperação, sobretudo, com as duas adidâncias que existem na Embaixada do Brasil em Paramaribo, que são as adidâncias militares, adidâncias de defesa naval e do Exército – e, proximamente, também haverá a da Aeronáutica; está em trâmite a transformação também da Aeronáutica –, e a adidância policial, da Polícia Federal, que foi inaugurada em 2008.

Como curiosidade, logo que me formei diplomata, nos idos de 1984, o primeiro país que conheci como diplomata foi exatamente o Suriname, numa época em que a Marinha tinha uma cooperação com o Itamaraty e em que os diplomatas serviam de intérpretes em missões internacionais da Marinha, não só em viagens de instrução, mas também em outras viagens mais curtas. O primeiro país que eu conheci foi exatamente o Suriname. Cheguei a Paramaribo quando, então, era Embaixador o Sr. Lampreia.

Vou tentar não ser repetitivo, tendo em vista a apresentação que o Itamaraty enviou aos senhores, às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores, e a exposição que foi feita pela Relatora, a Exmª Srª Ana Amélia.

Acho que fica clara, pelo próprio mapa, a importância do Suriname. É um dos dez países que fazem fronteira com o Brasil, na América do Sul, que fazem parte do nosso entorno imediato geopolítico e econômico. O Suriname faz parte de vários instrumentos regionais políticos e de cooperação, a Unasul, a Celac. É integrante da OTCA e também é um país associado ao Mercosul. Obviamente, além de ser do nosso entorno imediato, há a questão extra de ser um país amazônico, e, dada a importância dessa região, esse é um ponto além para ser mencionado.

O Suriname tem pouco mais de 585 mil habitantes. A população não chega a 600 mil habitantes, a maior parte situada no litoral. Portanto, é um país mais voltado para o Caribe do que para a própria América do Sul.

Temos uma fronteira de 593 quilômetros, dos quais somente 25 quilômetros são com o Amapá; o resto, com o Pará. A diferença da Guiana e da Guiana Francesa é que não é uma fronteira viva, onde existe, inclusive... No caso da Guiana, nós temos um consulado, e, na Guiana Francesa, há uma ponte inaugurada, a do Oiapoque. Então, não há esse trânsito terrestre que existe nas outras Guianas. É uma reserva ambiental e uma Área de Proteção Ambiental. Há reserva indígena em toda a extensão da nossa fronteira.

Então, nós temos duas dificuldades básicas em relação ao fortalecimento do relacionamento bilateral com o Suriname. A primeiro é o fato de eles estarem exatamente no litoral e de não haver essa ligação direta, terrestre, com o Brasil, e há a barreira linguística. É um país de colonização, inicialmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

britânica, mas, logo em seguida, holandesa. A partir de 1667, em troca de Nova Amsterdã, que virou Nova York, passou para domínio inglês. Essa barreira linguística, o fato de nós falarmos português é algo que pode criar uma dificuldade extra no relacionamento bilateral, mas, desde o início, tivemos uma cooperação excelente com o Suriname; começamos a partir de 1976.

O Suriname se tornou independente dos Países Baixos em 25 de novembro de 1975, e, já em 1976, nós assinamos o Acordo Base de Cooperação Científica e Técnica com o Suriname. E, com base nesse acordo, já foram feitos vários ajustes, várias cooperações, dezenas de cooperação nas mais diversas áreas, e hoje nós temos uma cooperação de oito projetos em execução e quatro para serem assinados nas mais diversas áreas: saúde, passando por agricultura, geologia, mineração, administração pública, com o Banco Central,etc. Essa cooperação faz parte do que nós chamamos de *soft power*, que o Brasil faz tão bem com o apoio do Legislativo e que é reconhecido internacionalmente. E isso é complementado com uma cooperação já de 34 anos com as Forças Armadas, agora Ministério da Defesa – isso já tem 34 anos de validade. Essa cooperação de defesa tem sido extremamente importante para criar confiança e simpatia entre o Brasil e o Suriname. Além da aditância de defesa naval e do Exército – futuramente, também haverá a da Aeronáutica –, existem também várias cooperações em matéria de capacitação de oficiais, inclusive em Educação Física, com o Suriname.

Para as Srªs Senadoras e os Srªs Senadores terem uma ideia, V. Exªs verão o volume de cursos que já foram oferecidos pelas Forças Armadas no Brasil ao Suriname: 437 cursos foram oferecidos; 335 oficiais já fizeram cursos no Brasil e viveram no Brasil. A cúpula das Forças Armadas do Suriname gosta do Brasil, esteve no Brasil, vários falam português. Hoje, o Ministério da Defesa oferece cerca de 85 cursos, entre Exército, Marinha e Aeronáutica, para os surinamenses.

Nós temos um desafio. O desafio é que essa participação dos surinamenses nos cursos oferecidos pelo Ministério da Defesa, pelas três Forças Armadas, tem sido decrescente. Isso se dá basicamente pela situação econômica mais difícil dos últimos dois anos, sobretudo do Suriname, e, digamos, pela concorrência do oferecimento de outros países, como Estados Unidos e China, que têm oferecido o pagamento integral para que eles possam fazer esses cursos. Nós não fazemos isso. O Ministério da Defesa paga para eles estarem no Brasil, mas a questão de diárias e passagens ainda é um problema que nós devemos tentar solucionar, para evitar que nós revertamos esse processo tão positivo de aproximação entre as Forças Armadas, entre os dois países. Como eu disse, a cúpula das Forças Armadas esteve no Brasil, gosta do Brasil, conhece o Brasil, mas, daqui a alguns anos, poderá ser substituída – será substituída – por militares, por chefias que não farão mais cursos no Brasil, mas, sim, em outros países. Em relação à cooperação policial, eu falarei em dois aspectos: a questão policial propriamente dita da criação da adidância policial e o apoio ao setor consular da Embaixada do Brasil em Paramaribo. Eles já oferecem também cursos para policiais, já foram capacitados 85 policiais nos últimos dois anos. Inclusive, agora, agentes penitenciários se encontram fazendo cursos por conta de brasileiros que se encontram detidos no Suriname – hoje, há um número relativamente pequeno, de 35 brasileiros.

Voltando à questão do *soft power,* a cooperação brasileira, tanto a científica e técnica nas mais diversas áreas como a cooperação em defesa e policial, é a base do nosso relacionamento positivo, da agenda positiva que nós temos com o Suriname, tendo de ver essa questão desses desafios em relação à competição de outros países e à redução da participação desses oficiais no Brasil.

Nós temos também uma grande cooperação cultural e educacional com o Suriname. Temos o Centro Cultural Brasil-Suriname, vinculado à Embaixada do Brasil em Paramaribo, que oferece vários cursos de português, dado que a barreira linguística é a principal barreira que nós temos com o Suriname, mas que também atua nas mais diversas áreas artísticas, teatro, cinema, palestras, música, dança. Também temos, instituídos pelo meu antecessor – caso eu seja aprovado –, dois programas de rádio semanais, que servem não somente para divulgar o Brasil, mas também para manter contato com a comunidade brasileira que se encontra no país.

Eu passaria para a questão, também extremamente importante, como disse o meu antecessor, o Embaixador Agemar, das relações comerciais.

As relações comerciais com o Suriname atingiram seu ápice em 2011, quando nós tivemos um comércio bilateral francamente favorável ao Brasil, praticamente 95%, de aproximadamente US$74

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

milhões, o que é muito reduzido, sobretudo se levarmos em conta que quase US$2 bilhões têm sido o comércio bilateral do Suriname com seus parceiros. Esse comércio caiu um pouco, basicamente 30%, nos últimos dois anos, por conta da situação econômica do Suriname. Então, houve uma redução do comércio do Suriname com seus parceiros tradicionais, inclusive o Brasil.

No ano de 2016, o comércio caiu para US$27 milhões, o que é muito pouco se comparado com o pico de US$73 milhões, mas este ano houve uma pequena melhora – eu vou tentar, se o tempo permitir, explicar por que isso aconteceu.

Nós temos um comércio, apesar de reduzido, diversificado, que vai de calçados a cerâmicas, a partes de frangos, carnes etc. Apesar de reduzido, é bem diversificado. Esse também é um desafio que temos de enfrentar, e eu espero que, com o reforço do setor de promoção comercial... Já me foi sinalizada pelo Itamaraty a intenção de reforçar os setores de promoção comercial das embaixadas no exterior, inclusive de Paramaribo. E, atuando junto com o setor empresarial, queremos fazer também a ampliação de identificação de novas oportunidades de comércio com o Suriname. Houve, nos últimos anos, missões feitas de surinameses, de autoridades surinamesas e empresários ao Brasil, ao Amapá, ao Pará, ao Amazonas e também brasileiros ao Suriname.

O grande problema que temos, digamos, o grande desafio, é exatamente a falta de conexão de transportes. Já houve, em 2012, a criação de uma linha marítima para o Suriname e para alguns países do Caribe, que, por conta de questões econômicas, acabou sendo cancelada em 2013. Temos uma ligação aérea, que foi também instituída há poucos anos, com a empresa Gol, que fazia dois voos semanais e, agora, um voo semanal, o que fez baixar muito também as tarifas aéreas. Antes, havia só a Surinam Airways, que conectava o Brasil via Guiana Francesa, mas agora temos voo direto para Belém. Então, há a possibilidade também de aproveitar as conexões aéreas inclusive em favor do turismo.

Além da questão comercial e turística, voltando à questão educacional e de cooperação em universidades, a Universidade do Suriname Anton de Kom decidiu criar um curso de português a partir de outubro deste ano, por dois anos. Isso facilitará que mais surinameses possam falar português. Há uma cooperação já também com a Universidade do Amapá, e a minha intenção, caso seja aprovado por V. Exªs, é, em contato com o Itamaraty e com outros ministérios, com apoio do Legislativo, entrar em contato com outros Estados, sobretudo os Estados amazônicos, para tentar ampliar essa cooperação educacional que existe hoje com o Amapá. Inicialmente, estão tendo contato com o Pará, mas há possibilidade de haver contato com outros Estados também. Por exemplo, ontem, tive oportunidade, ao me encontrar com o Senador Jorge Viana, de conhecer o Prefeito de Rio Branco, que falou do grande curso de Engenharia Florestal na Universidade Federal do Acre. Por que não pensar em determinadas áreas em que há essa sintonia e em que há proximidade de interesses entre o Suriname e o Acre?

O quarto ponto que eu tentaria apresentar é a questão da comunidade brasileira no Suriname. A comunidade brasileira no Suriname é basicamente voltada para o garimpo. São pessoas de pouca instrução. Quando o preço do ouro aumenta, há um fluxo maior de brasileiros para o garimpo. Já se chegou a mais de 40 mil pessoas; hoje, estima-se que há entre 15 mil e 30 mil brasileiros morando no Suriname, a maior parte dos quais garimpeiros. Obviamente, por conta dessa situação, acaba havendo ocorrência de permanência irregular no país.

Um dos pontos que foi resolvido por meus antecessores, pelo Itamaraty e por outros órgãos federais foi a transferência de presos. Houve assinatura de acordo para transferência de presos, e, já em contato com esses presos brasileiros no Suriname, vimos que, dos 35, 15 já manifestaram interesse de serem transferidos para o Brasil, e estamos em via de tratar disso com as autoridades surinamesas.

Quanto à questão da regularização desses brasileiros, existe, desde 2004, um acordo, que não foi ainda ratificado pela parte surinamesa, com um ajuste em 2005, para tratar da regularização da questão migratória. Nós tivemos, em 2012, uma reunião técnica do Grupo de Trabalho de Assuntos Consulares e Migratórios – a primeira –, que foi ao Suriname, quando esse assunto foi tratado, mas não houve evolução. Eu acredito que o maior interesse seria tentarmos realizar uma segunda reunião técnica desse Grupo de Trabalho de Assuntos Consulares e Migratórios, se possível, já em 2018, para tratar e tentar solucionar essa que seria, digamos, a questão principal migratória brasileira no Suriname, haja vista que é uma das prioridades da política externa brasileira assistir os brasileiros no exterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em resumo, nós temos uma agenda positiva com o Suriname, uma agenda histórica, que pode ser ampliada. Nós temos as barreiras tradicionais de língua, de transporte e de falta de diversificação de comércio, mas são assuntos que, se aprovado, eu pretendo tratar, com auxílio das adidâncias que nós temos no Suriname, com o Ministério das Relações Exteriores e com os outros ministérios envolvidos, porque há uma grande possibilidade de incremento dessas relações, sempre, é claro, tendo a preocupação de que não podemos perder tudo o que conseguimos nos últimos anos, sobretudo com a cooperação na área de defesa militar, para continuarmos a ter essa aproximação, essa simpatia e essa confiança entre o Suriname e o Brasil.

Eu, caso aprovado, agradeço muito aos senhores a oportunidade. Estou aberto também para responder todas as perguntas e para tirar todas as dúvidas que, eventualmente, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores possam ter em relação à nossa cooperação e à agenda entre o Brasil e o Suriname.

Eu gostaria ainda, talvez não como uma sugestão, de colocar à mesa para se pensar, eventualmente, a possibilidade de criação de um grupo de amizade Brasil-Suriname, porque achamos que as relações entre os Legislativos podem ajudar, e muito, a melhorar e aprofundar as relações bilaterais entre os nossos países.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu é que lhe agradeço, eminente Embaixador Laudemar, e o cumprimento igualmente pela exposição muito lúcida, clara e bastante abrangente sobre as nossas relações com a república vizinha e irmã do Suriname.

Vamos dar início, agora, às arguições, às indagações por parte das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores.

Já se encontram inscritos os eminentes Senadores Flexa Ribeiro e Pedro Chaves.

O primeiro Senador inscrito é o Senador Flexa Ribeiro, a quem concedo a palavra para as suas indagações aos nossos sabatinados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Antonio Anastasia, Senador Pedro Chaves, Embaixadores indicados – o Embaixador Agemar de Mendonça Sanctos, para a República da Armênia, e o Embaixador Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto, para a República do Suriname –, registro que tive a oportunidade de receber a visita dos senhores em nosso gabinete, onde iniciamos uma conversa que veio a esclarecer, Senador Anastasia, a importância, como sempre, de o Brasil estar relacionado com esses países no sentido de nos aproximar não só comercialmente, mas também culturalmente e de estreitar as relações de amizade com esses países.

O Embaixador Agemar, que vai ocupar o posto da Embaixada do Brasil na Armênia, na sua exposição, pelos dados que aqui nos foram entregues, trouxe a importância de fortalecer essa relação com o Brasil. Há bastante espaço para que possamos crescer até no comércio bilateral.

Eu indagaria, Embaixador Agemar, o seguinte. Pela sua exposição, como vimos, a Armênia é um país de maioria cristã, mas cercado por países predominantemente muçulmanos, como Turquia, Irã, Azerbaijão. De que forma a relação pode se tornar delicada entre esses países, sendo a Armênia de maioria cristã?

Outro fato que vai e volta, mas, de qualquer maneira, é sempre questionado, é a questão da relação com o Brasil. O Brasil tem feito doações voltadas para a nutrição infantil quanto ao assentamento de refugiados. Como é que hoje se encontra essa relação, essa ajuda humanitária que o Brasil presta à Armênia? Qual o volume financeiro dessa ajuda?

O Suriname, Embaixador Laudemar, tem uma relação muito mais próxima com o Pará, com o Brasil, porque faz fronteira. Então, nós estamos bem próximos. Meu Estado do Pará, como V. Sª já falou na sua exposição, mantém uma ligação por via aérea com duas companhias, a Surinam Airways e a Gol. O Pará recebe constantemente visitas do Suriname para que tenham, inclusive, uma relação comercial, de compras, de comércio. Já tivemos, no passado, a exportação de alguns produtos fabricados no Pará para o Suriname. Como o Embaixador se referiu, a falta de uma linha marítima permanente e com uma frequência definida fez com que isso recrudescesse, e hoje praticamente está sem movimento.

Na relação com o Suriname, nós temos aqui que a troca bilateral é da ordem de aproximadamente US$30 milhões, dólares americanos, mas muito mais de exportação do que de importação. Quanto à importação do Brasil, a balança é favorável ao nosso País, mas muito pequena ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eu gostaria – e eu tive a alegria de receber o Embaixador – que a gente pudesse, tão logo o senhor assumisse a Embaixada, receber sua visita no Pará, para que pudéssemos fortalecer esse relacionamento.

Acho que temos muito a fazer, até porque o Suriname pode ser um ponto de apoio para que possamos atingir o Caribe. O Pará é um Estado eminentemente exportador, mas de produtos primários. Os nossos minérios são exportados na forma primária, inclusive, sem agregação de valor, para a Ásia, para a China, bem como outros produtos nossos. Hoje, o Pará tem uma posição privilegiada por ter sido visto, antes tarde do que nunca, Senador Anastasia, como o porto mais favorável para as exportações brasileiras, já que é o porto mais próximo tanto da Europa quanto da América do Norte e, agora, da Ásia. É só dobrar a esquina, como dizemos, e atravessar o Canal do Panamá, que estamos de frente para a Ásia. Então, temos de aproveitar esta oportunidade, porque agora estamos sendo um porto de escoamento da produção de grãos de Mato Grosso, também já avançando no Pará.

Quero lhe desejar boa sorte e sucesso. O currículo de V. Exª já nos dá essa certeza.

Que possamos, com a atividade das duas embaixadas, fortalecer os laços com o nosso País!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro as suas indagações.

Passo, primeiro, a palavra ao Embaixador Agemar, para dar suas respostas.

Depois, eu a passarei ao Embaixador Laudemar.

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Muito obrigado, Presidente.

Obrigado, Senador, pelas perguntas.

Realmente, como vimos na questão da localização geopolítica, na questão geopolítica da Armênia, isso vem de longo tempo, ou seja, é um processo que se tornou um pouco mais complexo com a ocupação da Armênia pelo Império Otomano no século XVI. Do século XVI ao século XIX, nós tivemos uma integração da população armênia no sistema otomano, mas sempre na condição de cidadãos de segunda classe. Essa é a questão que sempre impediu a integração completa da comunidade armênia no Império Otomano. Com o final do Império Otomano, com a queda do Império Otomano, na Primeira Guerra Mundial, chegou-se a criar o que eles chamam de uma espécie de região autônoma, com suas leis próprias, reservando ao governo turco apenas a incumbência de relações exteriores e de defesa e dando autonomia completa à região da Armênia original, onde estavam as maiores concentrações de população armênia, exatamente ao leste da Turquia, em contato com a região do Cáucaso.

Realmente, esse é um desafio. Hoje em dia, é um desafio, porque o país com o qual a Armênia tem maior relação... Obviamente, há uma relação com a Rússia do ponto de vista geográfico, exclusivamente, mas o país com que eles têm relação mais intensa é a Geórgia. Quando houve a primeira independência da Armênia, em 1919, eles chegaram a formar a República Transcaucasiana, que reuniu os três países: a Geórgia, a Armênia e Azerbaijão. E a capital não era em Tbilisi, era na Geórgia, onde hoje é a capital da Geórgia. Mas essa República Transcaucasiana não durou muito tempo. Com o fluxo na região, com a queda do império czarista e com a invasão e a recuperação do exército otomano, essa primeira independência, que seria muito importante para viabilizar economicamente uma república armênia, não aconteceu.

Hoje em dia, continua esse desafio. Eles têm uma relação tensa com a Turquia. A Turquia, por exemplo, seria uma solução bastante conveniente para Armênia, porque a Turquia conta, por exemplo, com portos profundos, portos de grande calado para trânsito de mercadorias, mas isso não acontece. Esse é um desafio. Isso prejudica o desenvolvimento da economia armênia. Ao mesmo tempo, do outro lado, temos o Azerbaijão, com quem eles têm ainda um contencioso em Nagorno-Karabakh, o que também cria certo problema.

Paradoxalmente, como afirmei aqui da primeira vez, eles têm uma excelente relação com o Irã, um país muçulmano, que vem dos tempos pré-muçulmanos, quando os dois países, tanto o Irã quanto a Armênia, adotaram o zoroastrismo como religião. Então, eram todos zoroastras, mas a Armênia se tornou um país cristão – o primeiro país cristão da história –, e o Irã foi conquistado e se tornou um país muçulmano. Mas essa relação persa-macedônia é muito cordial. Ou seja, não é basicamente essa questão de religião que domina. É mais um problema geopolítico, é um problema que vem da história

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

política desses países, da história da criação, por exemplo, por Stalin, do enclave de Nagorno-Karabakh, para simplesmente dar uma região autônoma para uma minoria armênia dentro do território azeri. Mas isso é muito delicado. É uma questão que se está desenvolvendo. Existe o acordo de Minsk, com a Rússia tendo um poder decisivo muito grande, que evita que esse conflito se alastre muito. Mas é sempre um desafio.

A Armênia, para mim, é sempre um desafio. É um país que, quanto mais eu me informo, mais eu admiro, porque é um país que busca a sobrevivência de todas as formas, busca se estabelecer, busca recuperar a sua identidade como país de maneira bastante perseverante, diante de todos esses desafios, diante de todos esses impedimentos.

Quanto à questão da ajuda humanitária, sim, o Brasil fez algumas contribuições no âmbito da ACNUDH das Nações Unidas, exatamente focado nessa questão de Nagorno-Karabakh, porque, nessas regiões, depois da independência, houve deslocamento, houve refugiados. Produziram-se refugiados, porque os armênios que viviam em território do Azerbaijão foram expulsos, tornaram-se refugiados, e o Brasil, então, participou desse esforço de ajuda. Mas essa situação, hoje em dia, está estabilizada e se desenvolve mais no âmbito das Nações Unidas; a participação brasileira se dá mais no âmbito das Nações Unidas. E o Brasil, obviamente, sempre colabora quando pode, dependendo, naturalmente, da disponibilidade de recursos que nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Embaixador Agemar.

Passo agora a palavra ao Embaixador Laudemar, para responder ao eminente Senador Flexa Ribeiro.

O SR. LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO – Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo Senador Flexa Ribeiro, muito obrigado por sua pergunta.

Realmente, isso é fundamental, sobretudo porque, quando vemos o fluxo de comércio, sobretudo as exportações brasileiras para o Suriname, vemos que, embora pequenas, são diversificadas, e os Estados brasileiros que aparecem São Paulo e os Estados do Sul: São Paulo com 36%; Rio Grande do Sul com cerca de 27%; e Paraná e Santa Catarina com cerca de 10%. Nós não vemos a participação de Estados amazônicos, de Estados do Norte do País.

Eu acredito que o trabalho que nós podemos fazer, não só junto a empresários do setor de turismo etc... Obviamente, terei o maior prazer – espero poder estar no Estado do Pará, caso seja aprovado por V. Exªs para o cargo de Embaixador no Suriname, e também nos outros Estados próximos da Região Norte do País – de tentar identificar oportunidades não só de negócios, mas de cooperação, cooperação em todos as áreas, como nós temos tido, cooperação em defesa, cooperação técnica, comércio e cooperação consular.

O senhor sabe melhor do que eu que foi criado o Consulado Geral do Suriname em Belém em 2012, e os consulados, apesar do nome, sobretudo os brasileiros, não cuidam só de assuntos consulares, mas também, cada vez mais, de assuntos comerciais e assuntos de educação, assuntos de cooperação. Então, os consulados são, na realidade, uma base para que nós possamos ter uma expansão das relações bilaterais quando não há proximidade de embaixadas. Acredito que nós possamos ter essa interação com o Consulado Geral do Suriname para tratar dessas questões.

Eu sei que já houve contatos da Secretaria Estadual de Turismo do Pará com o Suriname. A empresa Citropar – Cítricos do Pará já está prestando assistência técnica para a produção de laranjas no Suriname. Como o senhor sabe, o Suriname praticamente importa tudo do exterior. Então, por que não importar do Brasil, se estamos mais próximos? Além disso, como o senhor disse, o Porto de Belém é o porto mais próximo.

O senhor mencionou o Caricom. Uma das motivações do Suriname ao se associar ao Mercosul foi exatamente servir de ponte entre os países do Mercosul, a América do Sul, de que ele faz parte, e o Caricom, de que ele também faz parte. Então, nós podemos, sim, utilizar, e devemos utilizar, cada vez mais o Suriname como plataforma para os outros países membros do Caricom. O senhor tem absoluta razão nesse ponto.

Em relação ao comércio bilateral, o senhor pode ver como pequenos movimentos e pequenas cooperações que têm custo muito pequeno para o Brasil, que têm custo muito reduzido para o Brasil, podem significar grande apoio para países como o Suriname. Nós temos esses ajustes de cooperação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

na área agrícola com o Suriname, e um dos acordos é uma cooperação trilateral com a Nova Zelândia para plantações de arroz em terras altas. Eles estão migrando de arroz asiático para arroz tipo brasileiro. Enfim, não sei exatamente – não sou técnico – como isso é feito, quanto tempo leva. Mas temos um acordo de alcance parcial de concessão de preferências tarifárias com o Suriname, de até 10 mil toneladas para importação de arroz. Isso ocorreu só uma vez em 2013, com 3,2 mil toneladas de arroz; em 2014, em 2015 e em 2016, isso não aconteceu. Neste ano, no primeiro semestre, isso ocorreu. Então, para o senhor ver o impacto na balança comercial, importamos simplesmente cerca de US$50 mil do Suriname no ano passado. Por conta do fechamento da Suralco, não importamos mais alumina. Este ano, somente com a importação de quase 8 mil toneladas de arroz, importamos US$3,2 milhões do Suriname, maior nível de importação das últimas duas décadas. Isso ocorreu simplesmente com esse acordo parcial de preferências tarifárias, porque eles querem aumentar de 10 mil para 50 mil.

É lógico, como disse meu colega e amigo Agemar, que, no comércio, como em toda relação, a relação tem de ser ganha-ganha. Não podemos só querer exportar e não importar. O fato de importarmos mais fará com que o Suriname queira também importar mais do Brasil. Esse é um exemplo claro em que a cooperação técnica e o comércio andaram de mãos dadas para favorecer o comércio bilateral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço ao eminente Embaixador Laudemar pelas respostas.

Indago ao Senador Flexa se está satisfeito. (*Pausa.*)

O segundo inscrito é o Senador Pedro Chaves, a quem passo a palavra para fazer suas indagações aos nossos eminentes embaixadores.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, bom dia!

Inicialmente, dirijo a palavra ao nosso Embaixador Laudemar Gonçalves de Aguiar, que pretende assumir o cargo no Suriname.

Questões sugeridas: 1 – considerando que a população surinamesa é de aproximadamente 580 mil pessoas, pode se considerar expressiva a comunidade brasileira no Suriname, estimada em 15 mil pessoas? Nesse contexto, indago se o setor consular, junto à Embaixada de Paramaribo, é suficiente para o atendimento das demandas. Em que medida essa dimensão humana dá o tom do relacionamento bilateral?

2 – O Acordo-Marco de Associação entre o Mercosul o Suriname foi assinado na Cúpula de Montevidéu em julho de 2013. Desde então, o que foi feito de concreto para estreitamente dessa parceria?

3 – Que notícias V. Exª pode ministrar sobre o plano de recuperação e estabilização da economia surinamesa, que conta com o acompanhamento do FMI?

4 – Quais as prioridades de V. Exª para seu período de sua Embaixada no Suriname, caso venha ser aprovado por esta Casa?

São essas as perguntas para V. Exª.

Repito a última: quais as prioridades de V. Exª para seu período de sua Embaixada no Suriname, caso venha ser aprovado por esta Casa?

Com prazer, vou fazer perguntas ao nosso Embaixador Agemar de Mendonça Sanctos, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial, indicado para a República da Armênia.

As questões são um pouco mais longas.

1) Brasil e Armênia estabeleceram relações diplomáticas em 1992. A Embaixada do Brasil em Ierevan foi aberta em 2006. As relações bilaterais têm o seu principal esteio na grande comunidade armênia residente no País, estimada em 40 mil pessoas, 25 mil das quais no Estado de São Paulo. Os dois países também cooperam em defesa civil. O Brasil realizou doações para projetos voltados à nutrição infantil, ao assentamento de refugiados do conflito Nagorno-Karabakh e à assistência humanitária na Armênia.

A Embaixada em Ierevan também tem promovido a cultura brasileira na Armênia por meio da promoção de concertos, exposição de fotografias e de artes plásticas, bem como de mostras de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cinema. O Brasil e a Armênia são coprodutores de um curta metragem dedicado à vida de Santos Dumont intitulado *The Wild Bird from Brazil*.

Como se observa, as relações bilaterais entre Brasil e Armênia baseiam-se, sobremaneira, na dimensão humana e cultural. Nesse sentido, quais as perspectivas de sua gestão na missão naquele país para dinamizar ainda mais essa área de atuação onde o Brasil é relativamente carente?

2) De acordo com o relatório de gestão do Embaixador Edson Marinho Duarte, que desempenhou o cargo de Embaixador do Brasil na Armênia de 2013 até o presente, a crise econômica na Federação da Rússia, agravada pelas sanções econômicas impostas por muitos países, teve impacto muito forte na economia armênia em 2015. Além de ser o principal mercado para produtos desse país, a Rússia acolhe, normalmente, 1,5 milhão de trabalhadores armênios, os quais respondem pela remessa de divisas que atingiram US$1,5 bilhão em 2014, mas foram drasticamente reduzidas no ano seguinte.

Nesse quadro, as importações armênias, em geral, sofreram forte redução em 2015 – em torno de 25%. As vendas brasileiras para o mercado armênio acompanharam, em 2015, a tendência geral, porém sofrendo queda ainda maior, reduzindo-se em US$20,87 milhões, ou seja, menos 46,7% em comparação a 2014. Em 2016, com alguma melhoria das condições econômicas da Rússia, houve recuperação forte das vendas brasileiras para a Armênia, as quais praticamente retornaram aos níveis de 2014. Somando US$38,5 milhões, açúcar, fumo e equipamentos mecânicos foram os responsáveis por essa recuperação. Carnes, que vinham sendo o produto mais exportado para a Armênia, tiveram redução das vendas da ordem de 18%. Trata-se, assim, de aspecto conjuntural da Armênia que merece ser bem conhecido pela diplomacia brasileira.

Pergunto: qual a situação atual do relacionamento entre Armênia e Rússia? Quais as perspectivas de melhoria e os seus reflexos no intercâmbio com o Brasil?

Era só isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Pedro Chaves.

V. Exª está inscrito, mas quer perguntar agora ou podemos responder essas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Então, com a palavra o Senador Fernando Bezerra, o próximo inscrito, para as suas indagações.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na realidade, não tive o privilégio de poder ouvir aqui as exposições dos nossos embaixadores, mas estou muito certo de que os predicados e as qualificações desses representantes do nosso Itamaraty haverão de assegurar um trabalho profícuo no sentido de dinamizar as relações bilaterais do Brasil com a República do Suriname e do Brasil com a República da Armênia. Portanto, cumprimento ambos pela designação e desejo pleno sucesso.

Mas o que eu queria testemunhar é essa disposição, essa vitalidade do meu amigo Senador Antonio Anastasia, que saiu do plenário do Congresso Nacional às 3h da manhã e que abriu pontualmente esta reunião. Isso me deixa muito feliz. É sinal de que essa disposição, essa vitalidade pode de fato se traduzir em muitas andanças pelo interior de Minas Gerais pelos meses que se aproximam.

Portanto, quero cumprimentar V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Fernando Bezerra, cuja generosidade e carinho são dignos de nota, especialmente por esse grande coração pernambucano, que tanto nos alegra.

Eu queria aproveitar a presença dos embaixadores, fazendo questão de dizer que, ao tempo em que governava Minas Gerais, o eminente Senador era Ministro de Estado e, de fato, foi o Ministro que mais ajudou Minas Gerais, mais que os ministros mineiros. Eu falava isso publicamente, e, de fato, nós, mineiros, devemos muito à sua ação à frente daquela importante Pasta da Integração Nacional e do Desenvolvimento Regional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agradeço muito as palavras, porque, de fato, ontem à noite, como sabemos, nós ficamos aqui até tarde. Devemos, certamente, repetir a dose proximamente, porque não terminou a votação.

Mas agradeço, Senador Pedro Chaves, as suas declarações.

Passarei logo a palavra, primeiro, ao Embaixador Agemar de Mendonça Sanctos e, depois, ao Embaixador Laudemar.

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Senador, pelas perguntas.

De fato, o atual embaixador, que está terminando seu período, realizou um excelente trabalho na área cultural. E digo que foi excelente porque há uma grande demanda e cada vez menos dinheiro. Esse é o problema! Mas pretendo continuar com a mesma política e tentar expandir, porque meu objetivo será envolver cada vez mais a excelente comunidade armênio-brasileira, essa dinâmica comunidade armênio-brasileira, para que possam se envolver nesse intercâmbio cultural.

A Armênia, como sabemos, é um país que tem grande admiração pela cultura brasileira. Sobretudo na música, no cinema, a cultura brasileira e a cultura armênia têm muitas coisas em comum. Eu pretendo, em benefício do Brasil, trabalhar nessa linha, ou seja, buscar sempre oportunidades, porque os eventos culturais geram efeitos multiplicadores muito bons em termos de consolidação da imagem do Brasil num país tão distante como a Armênia.

Quanto à questão da crise econômica, de fato houve uma recuperação da economia russa, e essa dependência da Armênia da economia russa se manifesta de forma bastante relevante quando nós vemos o volume de comércio. O volume de comércio, o volume de transferências, transferências unilaterais de imigrantes, vai flutuar de acordo com os humores da economia russa. E não é só nesse aspecto, também existe a questão política da estreitíssima relação que o governo da Armênia tem com o governo russo. Como V. Exª sabe, a Rússia tem uma base militar dentro da Armênia, que joga um papel importante para a segurança do país. Essa relação será, durante muito tempo, essencial para o desenvolvimento da Armênia.

Mas, como eu disse aqui anteriormente, a Armênia é um país que deseja diversificar as suas relações, é um país que tem vontade de se integrar mais ao mundo moderno. O Brasil é uma dessas vias. O Brasil é um País muito querido. Como eu digo sempre, para a nossa sorte, graças ao nosso patrono, o Barão do Rio Branco, o Brasil é um País que não tem inimigos, é um País – uso até uma analogia médica – que não tem contraindicações. Isso facilita muito o nosso trabalho. Sempre que queremos tomar alguma iniciativa num país como esse, que está numa região geopoliticamente tensa, o nosso trabalho sempre é um trabalho que produz efeitos positivos.

Então, o meu desejo é exatamente este: trabalhar no sentido de que a presença do Brasil cresça e se constitua num elemento de distensão para a situação geopolítica da região. O Brasil sempre traz, como agora na missão no Haiti – temos esse exemplo – e na questão da nossa missão nas Nações Unidas, da Marinha no Mar Mediterrâneo, uma presença positiva, que é sempre motivo de celebração das populações locais, dos países, e acalma a situação, melhora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Embaixador Agemar.

Passamos a palavra ao Embaixador Laudemar, para responder ao Senador Pedro Chaves.

O SR. LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Se o senhor me permitisse – não sei se cabe fazer isto; se não couber, peço desculpas antecipadamente, mas acho que falo também, certamente, em nome do meu colega e amigo Agemar Sanctos –, eu queria me juntar às palavras do Senador Fernando Bezerra, porque, realmente, agradecemos o agradecimento à nossa fala. E, por não termos falado antes de o senhor ter iniciado a reunião às 9h, podemos estar aqui para participar da sabatina e responder às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores. Agradeço muito.

Em relação às perguntas do Exmo Senador Pedro Chaves, as suas perguntas já indicam as prioridades do nosso trabalho. Como eu tive oportunidade de, resumidamente, apresentar nas minhas palavras iniciais, quatro são os pontos aos quais eu daria mais atenção, sem, evidentemente, fugir dos demais assuntos da agenda bilateral e, eventualmente, da agenda regional para a qual a Embaixada do Brasil venha a ser chamada a participar, caso eu seja aprovado para ser Embaixador no Suriname.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Uma das prioridades do Itamaraty tem sido cada vez mais a assistência aos brasileiros no exterior. Não apenas nós ampliamos a rede consular e a rede de embaixadas brasileiras com setores consulares nos últimos anos, mas também foram dados mais recursos humanos, sobretudo, para tratar desses assuntos. A Embaixada em Paramaribo não é uma exceção nesse caso. Eu poderia lhe dar dois exemplos.

O meu antecessor, exatamente pelo aumento do número de brasileiros no Suriname, ao qual o senhor fez menção, entre 15 mil e 30 mil, é difícil de estimar... Quando chegavam à Embaixada em Paramaribo, faziam filas, ficavam do lado de fora para serem atendidos. Com a compreensão do Ministério das Relações Exteriores e com a gestão do meu antecessor, Embaixador Marcelo Baumbach, foi aumentado o número de pessoas, foi dobrado o número de guichês, foi melhorada a recepção e o atendimento aos brasileiros e também aos surinameses que se dirigem ao setor consular. Hoje, todos os documentos são entregues no mesmo dia, e não há mais filas. Há um setor de espera dentro da Embaixada, ninguém mais fica do lado de fora. Tudo é feito da forma mais expedita.

Além disso, foram instituídos, por instrução do Itamaraty, consulados itinerantes pelo Suriname, sobretudo porque a maioria dos brasileiros garimpeiros não está em Paramaribo, mas em regiões mais remotas, sobretudo em regiões de mineração e de garimpo próximas à fronteira da Guiana Francesa, como Albina. Esses consulados itinerantes funcionaram para solucionar ou para tentar solucionar problemas dos brasileiros em relação à documentação, em relação a certidões e, obviamente, ao apoio consular também, que não só trata de feitura de documentos, como os senhores sabem. Esses consulados itinerantes funcionaram até 2014. Uma das minhas prioridades, com o apoio do Itamaraty, obviamente, é retomar esses consulados itinerantes para tentar solucionar, ao máximo, os problemas desses brasileiros que não podem se dirigir a Paramaribo – além disso, como mencionei, há esse acordo de cooperação de transferência de presos, o que também ajudará essa situação específica dos 35 detidos hoje no Suriname – e tentar retomar a negociação desse acordo de regularização migratória entre o Brasil e o Suriname.

Como o meu colega Agemar disse, nós temos muita criatividade. Recursos são escassos, mas acho que todos têm muita boa vontade – não só nós, mas todas as equipes dessas embaixadas – de arregaçar as mangas e trabalhar muito em prol, sobretudo, dos brasileiros no exterior.

Em relação à parte comercial, o senhor também tocou em um ponto fundamental. Não podemos ter uma balança comercial tão reduzida com o Suriname, de cerca de 27 milhões no ano passado. Neste ano, de janeiro a julho, chegamos a quase 16 milhões. Talvez, tenhamos o comércio um pouco mais elevado do que no ano passado, mas é um comércio extremamente reduzido para a proximidade que temos com o Suriname. Como eu disse, em relação às exportações surinamesas para o Brasil, teremos esse pico – que, espero, seja mantido e ampliado – de importação de arroz para o Brasil, que está chegando próximo da marca de 10 mil toneladas previstas no Acordo de Alcance Parcial para Concessão de Preferências Tarifárias. Eles já nos pediram, em julho passado, que isso fosse aumentado para 50 mil. Eu seria favorável – obviamente, isto não depende de mim – a essa ampliação, para que nós, ao aumentarmos o fluxo de importações do Suriname, possamos também aumentar e diversificar ainda mais as importações brasileiras para o país, usando, como expliquei para o Exmo Senador Flexa Ribeiro, o Suriname. Trata-se de pensar no Suriname não só em função da importância geoestratégica que tem em nosso continente, mas como plataforma para o Caricom, desde 2013, como o senhor mesmo mencionou, a partir de sua associação ao Mercosul. É desejo do Suriname servir como ponte entre esses dois blocos.

Em relação à estabilização da economia, creio – espero não estar errado – que foi suspenso o acordo com o FMI por iniciativa do governo do Suriname recentemente, o que tem muito a ver com as exigências de ajuste que o FMI fazia, que seriam, talvez, socialmente... O governo do Suriname as classificou como impossíveis de serem realizadas. Então, se não me engano – e peço desculpas a V. Exª se por acaso estiver errado –, não estará mais em vigor o acordo com o FMI a partir deste semestre. Mas, obviamente, tanto o Brasil quanto o Suriname estão numa situação de recuperação econômica nos últimos anos – nada é para sempre, graças a Deus –, e esperamos que tanto o Brasil quanto o Suriname melhorem a sua situação econômica e que, com o apoio da embaixada, das entidades, dos órgãos públicos e, sobretudo, do empresariado... Isto é absolutamente fundamental, como também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

disse o meu colega Agemar: sem o empresariado, sem a iniciativa privada, pouco se pode fazer, nós temos que trabalhar sempre de mãos dadas procurando identificar oportunidades.

Um dos desafios que nós temos é exatamente o do transporte. Como disse o Exmo Senador Flexa Ribeiro, o Porto de Belém está aí para que nós possamos utilizá-lo, recriando uma linha marítima para o Suriname e para o Caricom. Além disso, temos a empresa aérea Gol, que reduziu as tarifas aéreas, o que pode ampliar o turismo de lado a lado, entre os dois países. Ao lado disso, com o maior afluxo de comércio, talvez possa ser aumentado o fluxo das linhas aéreas entre os dois países.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço ao Embaixador Laudemar as respostas.

Indago ao Senador Pedro Chaves se se considera satisfeito. (*Pausa.*)

Tomo, então, a liberdade agora, Srs. Embaixadores, de fazer alguns questionamentos também, por parte desta Presidência.

Antes disso, porém, agradecendo as palavras do Embaixador Laudemar, esclareço que o nosso Presidente da Comissão, Senador Fernando Collor de Mello, tem a pontualidade como característica básica. Faltando exatamente um minuto para as 9 horas, ele senta e, às 9 horas em ponto, começa a reunião. Então, evidentemente, na sua ausência hoje, em missão oficial ao Haiti... Salvo engano, hoje é a data de encerramento da missão, e ele está acompanhando esse encerramento a convite do Governo brasileiro e me pediu que o representasse aqui. Então, é claro que eu tenho de manter a mesma característica, a mesma pontualidade prussiana do Presidente Collor.

Desse modo, tomo a liberdade de apresentar aqui também uma questão a cada um dos nossos eminentes sabatinados.

Dirijo-me em primeiro lugar ao Embaixador Agemar, que apresentou de modo muito claro a situação na Armênia. Sr. Embaixador, como disse há pouco V. Exª, aquela região é uma região muito explosiva. O Cáucaso, à semelhança dos Balcãs, é uma região do mundo que deu origem a muitas guerras, tanto regionais quanto de maior alcance. Essa tensão própria da região continua, ora menos, ora mais. V. Exª percebe que agora, muito próximo dali, na Crimeia, nós tivemos um grave problema entre a Rússia e a Ucrânia. Está muito próximo ao Cáucaso, onde está a Armênia. E, nesse meio tempo, naturalmente, a Armênia, como V. Exª bem colocou, tem as suas pretensões de ser considerada quase como nação europeia, mas, até pelo perfil da sua população, isso se choca um pouco com o perfil de russificação, e, é claro, das diretrizes, como V. Exª coloca, do governo russo, que cria uma comunidade euroasiática econômica para se contrapor à comunidade europeia.

Então, desse modo, a indagação a V. Exª seria acerca do fato de que a Armênia aderiu à comunidade euroasiática, mas fez também acordo com a comunidade europeia, quer dizer, ela tenta naturalmente se beneficiar dos dois, em que está correta. Mas, por sua posição geográfica, colocada no bojo, digamos assim, da influência maior da Rússia e dos seus vizinhos, tanto o Irã quanto a Turquia, com as dificuldades que têm, V. Exª acredita que ela tem condições, com o passar dos anos – é claro que esta é uma indagação mais prospectiva –, de conseguir esse processo de europeização, que aparentemente ela pretende, mercê até do perfil da sua população ocidental, cristã? Há a presença dessa comunidade armênia espalhada pelo mundo afora, não só no Brasil, mas imensa na Europa e nos Estados Unidos, para que ela consiga, de fato, econômica, social e politicamente, uma inserção mais ao Ocidente do que ao Oriente. Isso se dá dentro daquela visão de que a Rússia mantém-se como nação europeia, evidentemente, mas é considerada com traços culturais mais próximos ao Oriente. Essa é a indagação que faço ao eminente Embaixador Agemar.

Eu perguntaria também ao Embaixador Laudemar, que vai ao Suriname, uma nação tão próxima e irmã, tão diferente da Armênia.

Estamos comentando aqui, Embaixador, que é um país milenar, onde está a Arca de Noé, de acordo com alguns, no Monte Ararate, e temos aqui a República do Suriname, um país que não tem 50 anos, tem 40 anos de independência, antiga colônia dos Países Baixos, da Holanda.

Em razão da nossa fronteira e da questão do garimpo, a pergunta que vai é exatamente com relação à ilegalidade da atividade e da situação dos brasileiros lá, que V. Exª também já abordou. Evidentemente, é algo que preocupa até do ponto de vista da segurança nacional brasileira, porque, apesar de a fronteira não ser uma fronteira seca – ela é inacessível, inexpugnável, por ser fronteira de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

reserva florestal –, sabemos que nem sempre isso é um impedimento para que haja ali um tipo de passagem.

Outra indagação que faço é acerca da Venezuela, vizinha da região, que atravessa grave crise política, econômica e social. Considerando essa crise da Venezuela, que já tem problemas com a Guiana, inclusive problemas fronteiriços, do Essequibo, pergunto: qual seria a situação do Suriname em relação à Venezuela? Um dos temas que mais preocupa esta Comissão é exatamente o tema da Venezuela. Em todas as reuniões, temos aqui debates sobre esse assunto.

São as duas indagações que submeto aos nossos eminentes embaixadores.

Embaixador Agemar.

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Sr. Presidente, muito obrigado pela interessante questão, interessante indagação.

De fato, aquela região é, como sempre digo, desafiadora. É uma região que se está desenvolvendo em um ambiente de pressões geopolíticas bastante significativas.

Fazendo uma referência à antiguidade da Armênia, como V. Exª bem levantou aqui, reza a lenda que o fundador da Armênia ancestral teria sido um tataraneto de Noé. (*Risos.*)

Então, é um país bastante antigo.

Mas uma coisa interessante está acontecendo hoje na Armênia, que é a geração nova, a geração que hoje eu chamaria de europeizada. Até um passado recente – é uma questão da região, inclusive –, as famílias viviam todas juntas. A casa era do avô, da avó, dos filhos, dos netos, todos viviam no mesmo lugar; é a tradição da região. E a nova geração que está vindo é como a da Europa Ocidental. Os jovens que estão chegando ao mercado de trabalho – fiz aqui menção à Tecnologia da Informação –, essa juventude quer modernizar o país, quer se modernizar. Ela não quer viver dentro do esquema, ela quer as liberdades que existem na Europa Ocidental. Existe já um grande número de jovens que estão estudando e vivendo na Europa Ocidental e que voltam. Quando voltam, eles trazem essas ideias modernizadoras.

É claro que esse processo é de gerações. A próxima geração que vai assumir o poder na Armênia, que vai gerir o país daqui a 20 anos é essa geração de agora, é essa geração de jovens que querem modernizar e sair daquele molde cultural da região. Eles querem transitar para uma situação compatível, que nós chamamos hoje de mundo moderno, de mundo globalizado.

Então, isso vai ser um desafio, porque, obviamente, eles vivem nesse balanço. Eles têm de realmente...

A relação com a Rússia é estratégica desse ponto de vista. É fundamentalmente estratégica. Não há como sair dela. E, ao mesmo tempo, existe essa nova geração que está chegando, que está voltando, que está trazendo novas ideias. Já não moram mais com os pais, já estão todos morando sozinhos, como num país moderno, como num país avançado, e não prestam atenção às tradições, não prestam atenção ao passado. Eles olham para o futuro.

Agora, esse futuro vai de encontro à realidade geopolítica do país. Isso já seria fazer premonições aqui. Eu não posso saber o que vai acontecer daqui a 20 anos em um país como a Armênia, com essa juventude dinâmica. A Armênia é uma democracia, com parlamento, com oposição, com eleições, com todos os instrumentos de uma moderna democracia ocidental, com presidentes eleitos e com uma juventude dinâmica. O que vai acontecer no futuro, no momento em que essa juventude criar um país moderno diante da realidade geopolítica, aí eu não consigo responder a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Embaixador Agemar.

Passo, agora, a palavra ao Embaixador Laudemar para dar sua posição.

O SR. LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em relação aos brasileiros, como eu disse, obviamente, nós temos um trabalho de tratamento dos brasileiros que já existem no Suriname, que deve ser cada vez mais frequente, mais próximo, exatamente por não estar a maioria em Paramaribo. Embora haja pequenos comerciantes e profissionais, tanto homens quanto mulheres, em Paramaribo, a maior parte se encontra efetivamente nesses garimpos longe de Paramaribo.

Então, como expliquei às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores, em resposta às perguntas do Exmo Senador Pedro Chaves e do Exmo Senador Flexa Ribeiro, é fundamental que nós prestemos assistência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

constante, estejamos abertos não só por meio do programa de rádio que nós temos duas vezes por semana numa das principais rádios do Suriname, para dar informações, para mantê-los informados sobre tudo o que nós fazemos e aquilo em que podemos auxiliá-los e apoiá-los, estando eles longe, para instituir, se possível... Temos o Facebook da Embaixada para também, obviamente, dar mais informações. Tenho dúvidas sobre o alcance disso em áreas de garimpo, mas, de qualquer forma, numa comunidade cada vez mais tecnológica, nós temos de pensar nessa área também.

É preciso fazer visitas mais frequentes às prisões do Suriname e, como eu havia dito, instituir, com maior frequência, esses consulados itinerantes. É fundamental que nós saibamos quais os problemas que eles estão enfrentando, para tentarmos resolvê-los, na medida do possível, não só em relação a eles, mas também em relação às suas famílias, quando eles vêm com suas famílias.

E há uma atitude preventiva, que já faz parte da atuação do Itamaraty, não só em relação às instruções dadas às nossas embaixadas e consulados, mas que é do próprio funcionamento dos consulados. O setor consular da Embaixada em Paramaribo não foge à regra de prevenção. Hoje, o preço do ouro está baixo. E há uma estimativa de que entre 15 mil e 30 mil brasileiros estão no Suriname. Sim, mas e se o preço do ouro aumentar e se voltarmos a ter 40 ou 50 ou mais brasileiros no Suriname?

Nós temos de pensar em como prevenir e trabalhar, junto com a adidância da Polícia Federal, para tentar resolver ou pelo menos encaminhar esses assuntos. A adidância da Polícia Federal é fundamental não só no contato conosco, mas também com as autoridades policiais do Suriname, com a Interpol e com o Consulado-Geral do Suriname em Belém, dado que o principal volume de garimpeiros brasileiros, de brasileiros que vão trabalhar em garimpo, vem do Maranhão, do Pará e do Amapá. É preciso que tenhamos um trabalho de inteligência. Como podemos fazer frente quando virmos, por exemplo, que está aumentando o número de brasileiros? Como faremos? Trataremos disso só de forma consular? Trataremos só como assistência a brasileiros? Trataremos juntamente com um viés policial? Isso tudo temos de trabalhar; por isso, a importância dessa adidância da Polícia Federal na Embaixada no Suriname.

Em relação à Venezuela, o Suriname, sobretudo com a eleição do Presidente Bouterse em 2010 e com a reeleição em 2015, procurou se aproximar mais dos países do entorno da região. Então, o Suriname não tem problemas nem com Brasil nem com a Venezuela; é amigo do Brasil e é amigo da Venezuela. O tratamento dessa questão, como o senhor sabe melhor que eu, não é feito bilateralmente. Mas, obviamente, é importante a sua pergunta, dado que isso poderia ter consequências domésticas para o Suriname. Mas, tanto quanto eu conheço, ao contrário, o relacionamento é muito bom, da mesma forma que é bom com o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Embaixador Laudemar.

Para fazer suas indagações, tem a palavra o Senador Lasier Martins.

Com a palavra o eminente Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado, Presidente Antonio Anastasia.

Não sei se V. Exª já explicou aos nossos eminentes convidados que hoje é um dia de exceção com relação à concorrência de integrantes da Comissão, porque tivemos uma sessão conjunta do Congresso até 3h30 da madrugada, para votação da nova meta fiscal. Daí por que nossos colegas estão exaustos; grande parte não apareceu. Então, estamos agora à caça de um Senador para termos o quórum legal para votar, apenas um. Então, os integrantes da Comissão andam às voltas, para todos os lados, em busca de mais um Senador. Enquanto isso, nós vamos conversando.

Eu também me desculpo por ter chegado um pouco atrasado, mas não sei, Presidente, saudando os nossos dois convidados, Embaixadores Agemar e Laudemar... Parece-me que foi o Embaixador Laudemar que chegou ao meu gabinete e disse: é uma nova dupla de cantores sertanejos. O bom humor é o que não falta. Vão levar bom humor para o Suriname e para a Armênia.

Não sei se já houve um questionamento quanto à intensidade desse relacionamento do Brasil com o Suriname, se já houve alguma abordagem quanto à possibilidade de o Suriname ser integrado ao Mercosul. Já houve esse questionamento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Então, como não tive a oportunidade de ouvir, é uma hipótese. Então, eu gostaria de ouvir a opinião do Embaixador Laudemar.

Com relação ao Embaixador Agemar, que está indo para a Armênia, também não pude acompanhar... O que aquele País oferece para o Brasil, em termos de intercâmbio comercial?

São as duas perguntas que me permito formular.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Lasier.

Eu, de fato, expliquei, desde a abertura dos trabalhos, a situação um pouco atípica desta data, até porque, além da questão de ontem à noite, tanto o Presidente quanto o Vice-Presidente da Comissão estão em missão oficial fora do País. Então, o quórum já está baixo. E também a Senadora Ana Amélia, sua conterrânea, encontra-se em viagem oficial à República de Taiwan. Então, vários estão fora do País, fato acrescido ao problema de ontem. Aguardamos, agora, mais um único Senador para atingirmos o quórum necessário para votar.

Passo, então, as indagações do Senador Lasier, como sempre muito procedentes e bem feitas, primeiro ao Embaixador Agemar.

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador, muito obrigado a V. Exª. Eu gostaria de...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Tenho a impressão de que agora fechamos o quórum. O Rio Grande do Norte chega para nos salvar. Dos Rios Grandes os nossos Embaixadores não podem se queixar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Informo à Secretaria que ainda falta mais um, porque são 19, e não 17, como eu imaginava. Então, ainda estamos à caça de mais um. Enquanto isso, o Embaixador Agemar vai respondendo.

O SR. AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS – Muito obrigado a V. Exª por essa pergunta.

Como eu já tinha mencionado aqui anteriormente, o comércio com a Armênia veio evoluindo. Ele ainda é modesto. Nós temos um comércio na faixa de US$36 milhões, de US$38 milhões, de menos de US$40 milhões, mas que vem crescendo desde a abertura da nossa embaixada em Ierevan. É natural que, obviamente, as exportações brasileiras sejam 95% desse comércio. O meu objetivo, caso V. Exªs aprovem o meu nome, será o de buscar criar missões empresariais na Armênia, para que os empresários do Brasil e da Armênia se encontrem e possam diversificar um pouco e aumentar nossa pauta comercial.

Obviamente, a Armênia tem alguns problemas. É um país de três milhões de habitantes, é um país com uma renda média de consumo razoável. Há espaço para crescimento do comércio. O que, a meu ver, falta é uma interação maior entre os empresários da Armênia e os empresários do Brasil. Mesmo com as dificuldades de caráter logístico que existem na Armênia – basicamente, o comércio se dá pela Geórgia, por dois portos da Geórgia, da República da Geórgia –, existe espaço para crescimento desse comércio, existe espaço para a diversificação desse comércio, tanto na importação de produtos armênios pelo Brasil, que eu acho que há potencial, como na exportação de nossos produtos para a Armênia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Embaixador Agemar.

Passamos agora ao Embaixador Laudemar.

Com a chegada do eminente Senador José Medeiros, atingimos o quórum necessário.

Para dar sua resposta ao Senador Lasier, tem a palavra o Embaixador Laudemar.

O SR. LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO – Exmo Sr. Senador Lasier Martins, novamente não sabendo se estou sendo impróprio ou não, eu agradeci ao Presidente Senador Antonio Anastasia, mas não poderia deixar de agradecer aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que estão aqui participando desta reunião, tendo em vista o que aconteceu, o fato de terem estado aqui até ontem de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

madrugada. Então, mais uma vez, nosso agradecimento pela presença das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores aqui para nos prestigiar e para nos avaliarem. Muito obrigado.

Em relação à sua pergunta sobre o Mercosul, confirmo que o Suriname é membro associado do Mercosul desde 2013, durante uma reunião em Montevidéu. Como mencionei ao Exmo Senador Pedro Chaves, a ideia é não ver o Suriname como apenas um país isolado, ainda que próximo do Brasil e geopoliticamente importante, mas como uma plataforma dentro do Caricom. Dessa forma, é importante, sim, essa associação ao Mercosul, porque o próprio Suriname se associou ao Mercosul para servir como ponte entre o Caricom e o Mercosul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Embaixador Laudemar.

Não havendo mais indagações e inscritos, indago se todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras já voltaram? (*Pausa.*)

Desse modo, declaro que a votação está encerrada.

Passando à apuração, consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se podemos continuar em reunião aberta para fazer a apuração da votação dos embaixadores, como tem sido praxe em nossas reuniões.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Solicito, desse modo, à Secretaria que proceda à apuração em reunião aberta. (*Pausa.*)

Comunico a V. Exªs o resultado.

O Sr. Agemar de Mendonça Sanctos, indicado para a Embaixada do Brasil na República da Armênia, foi aprovado por 9 votos SIM. Está aprovado.

O Sr. Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto, indicado para a Embaixada da República do Suriname, foi aprovado por 10 votos SIM. Também está aprovado.

Agradeço a presença dos indicados e manifesto os meus cumprimentos, desejando-lhes êxito nas suas missões e a certeza e a confiança de que vão representar muito bem o Brasil nas duas nações amigas da Armênia e do Suriname.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

Vamos, agora, à segunda parte da reunião, a parte deliberativa da pauta.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 50, de 2017
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: pronto para deliberação.

Observações: *nesta reunião, ocorrerá a leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Concedo a palavra ao eminente Sr. Senador Lasier Martins para proferir o seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu vou apresentar uma leitura resumida, porque está na internet o relatório.

Então, de fato, é submetido ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Sr.André Luiz Azevedo dos Santos, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Sr. André Luiz Azevedo dos Santos, nascido em 16 de setembro 1961, na cidade de São Paulo, capital, é filho de Robiran José dos Santos e de Ana Elvira de Azevedo dos Santos.

Concluiu a graduação em Pedagogia pela Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro, em 1983, e em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 1989. No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano de 1992.

André Luiz Azevedo dos Santos tornou-se Terceiro-Secretário em 1993; Segundo-Secretário em 1998; e Primeiro-Secretário em 2005. Por merecimento, chegou a Conselheiro em 2008 e a Ministro de Segunda Classe em 2014.

O indicado desempenhou, em sua carreira, várias funções, com destaque para as seguintes: Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Miami (1997-2000); Primeiro-Secretário e Ministro-Conselheiro, comissionado, na Embaixada em Abuja (2006-2009); Cônsul-Geral Adjunto no Consulado Geral em Paris (2009-2011); Ministro-Conselheiro, comissionado, na Embaixada em Riade (2011-2013); e Embaixador na Monróvia desde 2013.

Em 1997, foi agraciado com a Ordem ao Mérito, na Itália, no grau de Cavalheiro.

No mais, acho que é um retrospecto bastante alentado e muito qualificado do histórico nosso indicado para a República Democrática do Congo.

Então, resumidamente, Sr. Presidente, era isso que eu entendo poderia ser acentuado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Lasier Martins.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Deliberação da ata da reunião anterior: proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Dando seguimento ao nosso ciclo de debates, denominado "O Brasil e a Ordem Internacional – Estender Pontes ou Erguer Barreiras", convoco as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, dia 4 de setembro, segunda-feira, às 18h, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando realizaremos o 11º Painel de Debates sobre o tema "Mercosul – 25 Anos Depois; Para Onde Caminha a Integração Sul-Americana".

Para debater o tema, teremos como convidados o Embaixador José Botafogo Gonçalves; o Prof. Luiz Afonso Senna, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; e o Prof. Alcides Costa Vaz, da Universidade de Brasília.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e agradeço sobremaneira a presença de todos.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 34ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2017, NO PLENÁRIO 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas do dia quatro de setembro de dois mil e dezessete, no Plenário sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Jorge Viana e Hélio José. Registra presença o Senador Waldemir Moka, não membro desta Comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e faz a leitura do relato do 10º Painel deste Ciclo de Debates. Passa-se à PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA – Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?". 11º Painel: Mercosul, 25 anos depois: para onde caminha a integração sulamericana? Discutindo sobre: Em que situação se encontra o Mercosul decorridos mais de 25 anos desde a assinatura do Tratado de Assunção (1991)? Que relações pode ter o Mercosul com outros blocos? Há espaço para o Mercosul no cenário internacional? Qual o papel do Brasil nesse contexto? Participantes: Embaixador José Botafogo Gonçalves, Vice-Presidente Emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI; e Doutor Luiz Afonso dos Santos Senna, Professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. O Presidente registra e agradece a presença da Deputada Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que se encontra à mesa. O Presidente convida a comporem a mesa os expositores desta Audiência Pública Interativa. O Presidente concede a palavra a cada expositor para sua exposição. O Presidente registra e agradece a presença das seguintes autoridades: Exmo. Sr. Nabil Adghoghi, Embaixador do Reino do Marrocos; Embaixador Nelson Manuel Cosme, da Embaixada de Angola; Embaixadora Gisela Padovan, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério das Relações Exteriores – AFEPA; Brigadeiro-do-Ar Mauricio Augusto Silveira de Medeiros, Chefe da Assessoria Parlamentar da Aeronáutica; Ministro Conselheiro Ahmed Drif, da Embaixada do Reino de Marrocos; Conselheiro Wilfredo Chávez Serrano, Embaixada do Estado Plurinacional da Bolívia; Secretário Rodrigo Conde Garrido, da Embaixada da República Argentina; Primeiro Secretário Faleg Valdez Cópas, da Embaixada do Estado Plurinacional da Bolívia; Segundo Secretário Sebastião Tomás, da Embaixada de Angola; e o Adido Civil Aleksandr Kratkovsky, da Embaixada da República de Belarus. O Presidente registra a participação de internautas e lê questões recebidas via portal e-Cidadania. Usa a palavra o Senador Waldemir Moka. O Presidente concede a palavra aos expositores para novas considerações. O Presidente concede a palavra ao Embaixador Nelson Manuel Cosme, da Embaixada de Angola. O Presidente concede a palavra aos expositores para outras considerações. Usa a palavra o Senador Jorge Viana. O Presidente concede a palavra aos expositores para considerações finais. O Presidente agradece todos os participantes. Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e dezesseis minutos, lavrando, eu, Alvaro Araujo Souza, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

Hoje cumpriremos mais uma etapa da série de painéis que realizamos às segundas-feiras, quinzenalmente, na sala de reuniões desta comissão. Será este o 11º Painel, com o título "Mercosul, 25 anos depois: para onde caminha a integração sul-americana?" Para discutir esse tema, teremos a participação de convidados e debatedores especiais, a quem convidaremos em seguida para comporem a Mesa.

Antes disso, relato do nosso ciclo de debates, especificamente o 10º Painel, realizado no dia 4 de setembro de 2017. Esse 10º Painel teve como tema "Integração e as alianças estratégicas no limiar da terceira década do século XXI: cooperação ou conflito?" Participaram como palestrantes o Embaixador Marcelo Baumbach, o Prof. Eiiti Sato e o Prof. Dr. Bernardo Palhares Campolina Diniz.

Segundo o Embaixador Marcelo Baumbach, nos campos do multilateralismo e do regionalismo, o momento atual reflete relativo desencanto. O que se nota no contexto internacional é uma desilusão, não apenas com a capacidade de o regionalismo entregar aqueles valores aos quais se propunha, mas também uma desilusão com a capacidade de o multilateralismo fazer isso. A União Europeia não seguiu entregando bem-estar a todos os seus cidadãos, e o Mercosul, depois de um momento de euforia, está agora numa situação mais complicada, exemplificou o Embaixador. A crise se deve, em primeiro lugar, a essa incapacidade, tanto do multilateralismo – vide fracasso do Rodada Doha – de integrar esse desenvolvimento econômico quanto à constatação de que o regionalismo não se demonstrou apto a cumprir esse papel da melhor maneira possível. Vivemos um cenário em que as pessoas têm medo do seu futuro, e decidem baseadas nesse medo, a exemplo da decisão tomada pelo Reino Unido de sair da União Europeia.

Pelas características do Brasil, pelos nossos recursos de poder, pelo nosso histórico, temos tudo a ganhar em preservar a importância do multilateralismo, considerou o Embaixador. O Brasil tem interesse em preservar esse valor e tem feito isso, já que o multilateralismo é baseado em regras, e as regras beneficiam os países cujos elementos de poder nas relações internacionais não são tão acachapantes como das grandes potências internacionais.

Existe agora no Brasil uma consciência renovada de que precisamos proceder à liberalização da nossa economia, mas não pode ser uma liberalização que não leve em conta os interesses das camadas mais desfavorecidas ou dos trabalhadores, asseverou o Embaixador Baumbach.

Os países da Aliança do Pacífico tendem a ser mais liberais do que os do Mercosul, e esse aprofundamento das nossas relações com a Aliança do Pacífico pode trazer ao Mercosul uma dimensão e um regionalismo mais abertos, o que será extremamente produtivo para o próprio Mercosul, concluiu ele.

Já na opinião do Prof. Eiiti Sato, há, de fato, um recuo visível do multilateralismo. Por outro lado, disse ele, há alguns desenvolvimentos importantes que nos convidam ou nos impelem à cooperação, como, por exemplo, o terrorismo e a segurança internacional, que hoje estão na pauta. Narcotráfico, lavagem de dinheiro, mudanças climáticas, grandes fluxos internacionais de dinheiro, elencou o professor, são áreas que trazem problemas, e nas quais é preciso que haja cooperação. Do contrário, considerou ele, não há como avançar nessas questões.

O fato de termos essa disponibilidade de terras, de recursos naturais, nos dá um espaço grande para melhorarmos nossos pactos internos, que são elementos que fragilizam inclusive a política externa. Há uma precariedade enorme de infraestrutura, de segurança pública, e uma coisa pouco citada, que é o problema do nosso sindicalismo exacerbado. Esse movimento sindical, ressalvou o Prof. Eiiti Sato, está concentrado no setor público, e é o único lugar no mundo onde há greve paga.

Quando se inaugurou a primeira linha de metrô em São Paulo, a norte-sul, com 22km, asseverou o professor, todo o processo foi nacional: o projeto, a engenharia que fez a linha, a fabricação dos trilhos, que não é uma tecnologia fácil, e também os trens. Tudo foi fabricado no Brasil; hoje o processo é todo importado. Não sei onde foi parar a capacidade brasileira que existia. A nossa engenharia sofreu um recuo, deixando de ser companhias de engenharia para serem companhias de negócios, disse ele.

O Brasil, que era predominantemente exportador de manufaturas, hoje é exportador de *commodities*. O que aconteceu com a nossa competitividade? – questionou ele. Os jovens que estão na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

universidade se formando precisam desse ambiente de trabalho de atividades que gerem bons empregos, bom trabalho, e é a indústria que proporciona essas oportunidades para essas pessoas, concluiu o Prof. Sato.

Segundo o Prof. Bernardo Palhares Campolina Diniz, precisamos ter em mente que esse processo de integração, de globalização, não é novo; é algo que remonta, pelo menos, à segunda metade do século XIX. Esse processo, disse ele, durou até o início da Primeira Guerra Mundial, quando foi interrompido pelas duas grandes guerras. A partir daí, ele sofreu uma inflexão e uma retração, o que fez com que vários países do mundo adotassem políticas econômicas anti-integração, nacionalistas e ligadas ao protecionismo. Acabada a guerra, o mundo se dividiu em um bloco socialista, liderado pela União Soviética, e um bloco capitalista, liderado pelos norte-americanos, onde, disse o professor, foi reconstruída uma agenda com base em um tripé: um sistema de financiamento, um sistema de recriação das condições do sistema monetário internacional e um sistema de comércio. Esse processo, com base no GATT, no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional de um lado e na Organização das Nações Unidas de outro, representa um movimento de multilateralismo que foi exitoso até um determinado momento histórico, quando passou a ser cada vez mais questionado.

De outro lado, há o movimento de se buscar regionalismos, que tem na União Europeia o exemplo mais conhecido. O processo, explicou o Prof. Palhares, tem como primeira inspiração a necessidade de pacificar o continente europeu, chegando ao final do século XX com quase 25 países no bloco, e passa de um acordo ligado a dois setores para um mercado completamente integrado por uma união monetária. A primeira debacle, considerou ele, vem da crise de 2008, que não está ainda resolvida do ponto de vista das diferenças estruturais existentes entre os países europeus.

Diante de sua incapacidade de avançar, de se reformar, o multilateralismo passa a sofrer questionamentos, e isso leva países a buscarem no regionalismo ou no bilateralismo outras formas de integração econômica. Em decorrência disso, surgiram diversas tentativas de integração regional, na busca por outras formas de integração, a exemplo do Mercosul, da Comunidade Andina e do próprio Caricom.

Há inúmeros conflitos surgindo no mundo. Há novos atores com importância não apenas econômica, mas também política, como é o caso da China. Isso tudo, considerou ele, torna o mundo muito mais complexo e com um número muito maior de desafios para pensarmos a inserção brasileira nesse mundo em que o sistema econômico faz um pêndulo que rapidamente se volta para a Ásia.

Para conseguirmos nos integrar nesse mundo cada vez mais competitivo e ter uma projeção externa, precisamos fazer uma reflexão do ponto de vista interno, do ponto de vista estrutural da nossa economia e do Estado brasileiro. Falta planejamento de médio e longo prazos e sua compatibilização com o planejamento de curto prazo. O Orçamento é uma coisa; planejar estruturalmente a longo prazo é outra coisa – é pensar que sociedade nós queremos e buscamos daqui a 20, 30 ou 50 anos, explicou o palestrante.

A integração comercial latino-americana é pequena porque as nossas economias são pouco complementares: elas produzem e vendem as mesmas coisas, lembrou ele. As possibilidades existem, considerou, seja com a Aliança do Pacífico, seja com a China, seja com a Coreia, seja com outros parceiros, seja a própria relação do Mercosul com a União Europeia. Devemos liberalizar, abrir a economia e combater a corrupção, mas precisamos tomar um certo cuidado, porque o que vai acontecer é que as grandes estruturas internacionais vão entrar no mercado brasileiro varrendo e tirando capacidades da nossa engenharia, que se construiu ao longo de anos e anos, concluiu o Prof. Palhares.

Respondendo a questionamentos, o Embaixador Baumbach considerou que nas relações internacionais, evidentemente, os principais fatores daquilo que se convencionou chamar de *hard power* são o poder econômico e o poder militar, mas, ressaltou, há outros elementos, uma multiplicidade de outras características que formam o que se chama de *soft power*, que são igualmente importantes.

Se é para reavivar o Mercosul, afirmou o Prof. Eiiti Sato, seria melhor deixar a política de lado e investir no comércio. A História tem mostrado que, pela natureza do que tratam, o comércio une e a política divide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Segundo o Prof. Bernardo Palhares, a assimetria entre os parceiros do Mercosul pode ser vista como um problema, mas também pode ser vista como uma oportunidade. Podemos enxergar a assimetria, mas temos que ver como conseguir extrair benefícios e gerar oportunidades maiores a custos menores, finalizou ele.

Solicito à Secretaria da Comissão que dê como lido à inteireza este comunicado de que acabo de ler apenas trechos.

A nossa audiência pública interativa da noite de hoje, como já foi anunciado, é uma continuidade do 10º Painel, do qual acabamos de fazer o relato. Trata-se de debatermos "Mercosul, 25 anos depois: para onde caminha a integração sul-americana?", discutindo sobre em que situação se encontra o Mercosul decorridos mais de 25 anos desde a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991. (*Pausa.*)

Que relações pode ter o Mercosul com outros blocos? Há espaço para o Mercosul no cenário internacional? Qual o papel do Brasil nesse contexto? Esses são alguns questionamentos que os nossos palestrantes poderão, se desejarem, enfrentar.

Eu gostaria de anunciar, em primeiro lugar, que faz parte da Mesa dos trabalhos na noite de hoje, como sempre vem fazendo, prestigiando os trabalhos desta Comissão, a Deputada Bruna Furlan, Presidenta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, a quem mais uma vez agradecemos a deferência que sua presença nos traz.

Convido para fazerem parte da Mesa os nossos palestrantes: o Embaixador José Botafogo Gonçalves, Vice-Presidente emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri); o Dr. Alcides Costa Vaz, Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB); e o Dr. Luiz Afonso dos Santos Senna, Professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a quem damos as nossas melhores boas-vindas. (*Pausa.*) Hoje temos este grande tema como objeto da nossa audiência pública interativa.

Quero agradecer, mais uma vez, a participação dos nossos internautas, que sempre comparecem, com as suas considerações, com as suas perguntas, melhorando o panorama e o resultado dessas reuniões.

Obrigado a S. Exªs os Srs. Embaixadores aqui presentes, pelas suas honrosas presenças aqui no nosso painel.

Eu passaria, em primeiro lugar, a palavra a S. Exª o Embaixador José Botafogo Gonçalves, que foi um dos grandes idealizadores, motivadores, desde os seus mais longínquos primórdios, dessa unificação, dessa integração latino-americana a partir do Cone Sul.

A S. Exª o Embaixador José Botafogo Gonçalves passo a palavra, com muita honra e com muita satisfação.

O SR. JOSÉ BOTAFOGO GONÇALVES – Muito obrigado.

Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Fernando Collor, Srª Presidente da Comissão da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan, colega Luiz Afonso, é tanta coisa que pode ser dita a respeito desses 25 anos de Mercosul, que eu vou fazer um esforço para não ser repetitivo.

Há várias maneiras de abordar o tema: fazer um histórico, fazer um resumo de fracassos e sucessos, procurar identificar as principais causas desses fracassos e sucessos. Eu acho que já foi feito isso, com muita abundância, e tem sido feito com frequência pelo mundo acadêmico, pelos políticos, pelos governantes. Eu vou me preocupar em chamar a atenção das senhoras e dos senhores para um erro de perspectiva que eu acho que parece até muito óbvio, mas ele persiste, quase que automaticamente, na visão de todos nós ou de muitos de nós.

Esse erro de perspectiva é o seguinte, para usar uma expressão um pouco exagerada: o Mercosul não existe. O que significa isso? Evidentemente, é um pouco de brincadeira da minha parte, mas eu vou explicar. O Mercosul é um acordo intergovernamental. Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai assinaram o Acordo de Assunção, em 1991, e depois o Protocolo de Ouro Preto, em seguida, e estabeleceram as principais regras dentro das quais o Mercosul funcionava. Estabeleceram, na época, quais seriam as metas do Mercosul e quais seriam as suas ambições. Ao fazer isso, criou-se o hábito de considerar o Mercosul como um quinto elemento: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Mercosul. Não é bem assim. O Mercosul é o que esses quatro países querem que o Mercosul seja; o Mercosul não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um quinto que está em confronto, em conflito com os quatro países. Mas eu vou simplificar: o Mercosul é o que o Brasil e a Argentina decidiram que o Mercosul tenha sido até hoje, pelo tamanho não só das suas economias, mas pelo tamanho dos seus territórios e das suas populações. Então, o que aconteceu em 1991? Já sabemos da mudança política, já sabemos de Sarney e Alfonsín. Não vou repetir nada disso. Simplesmente o seguinte: naquela ocasião, o Brasil... Vou falar primeiro do Brasil, mas na Argentina também, se bem que a Argentina, em matéria de política econômica, é muito errática. Ela vai de um lado para o outro com muita frequência. Pelo menos naquela época era assim: passava do liberalismo para o centralismo, do centralismo para o liberalismo, com a maior facilidade. Nós éramos um pouco mais constantes, e somos até hoje. Nós sempre fomos mais protecionistas, mais desenvolvimentistas, no sentido de dar preferência ao mercado interno; sempre fomos mais nacionalistas, mais autárquicos.

Naquela época, os funcionários, sobretudo do Itamaraty – e também gente de fora, mas não muitos –, decidiram que chegava o momento de abrir a economia brasileira, mas com cuidado, porque a empresa privada brasileira não estava preparada para nenhuma abertura. Então, estabeleceram-se alguns princípios. O que era o livre comércio? Eliminavam-se todas as barreiras tarifárias entre os quatro sócios, mas para que essa eliminação não fosse dramática e não afetasse sobretudo a indústria brasileira e a indústria paulista, estabeleceu-se então a chamada união aduaneira, e o Itamaraty, o governo brasileiro, vendeu para Argentina, Paraguai e Uruguai um modelo de união aduaneira que é o reflexo da então tarifa aduaneira brasileira. Uma funcionária brilhante, Rosário Batista, que foi a grande operacionalizadora desse processo. O Mercosul adotou a barreira, a união aduaneira, baseado na tarifa aduaneira brasileira, que era aquela que estava mais pedindo proteção. Os industriais brasileiros tinham medo da concorrência da indústria argentina, e os agricultores brasileiros tinham também medo da concorrência da agricultura argentina, que na época era bem mais deficiente do que é hoje. Hoje nós temos uma agricultura exemplar, mas naquela época éramos mais deficientes.

Então, nós fizemos o Mercosul, mas o Brasil manteve uma série de ressalvas e proteções, que se refletem no resultado que estamos vendo agora. Nós temos um sucesso considerável na expansão da nossa atividade industrial, sobretudo em relação à Argentina. Crescemos muito as nossas exportações industriais. Compramos também mais. O setor automobilístico é o responsável por esse toma lá dá cá importantíssimo. Mas, de um modo geral, a indústria brasileira ganhou muito. Em um primeiro momento, a agricultura brasileira ficou preocupada, porque a eficiência, sobretudo na área de grãos, era maior na Argentina e no Uruguai do que no Brasil. O Paraguai ainda tinha papel pequeno nessa área. Os nossos gaúchos ficaram muito preocupados. Nós tivemos – eu era subsecretário na época – um problema grave, porque um belo dia, um juiz de primeira instância – acho que foi em um Município que produz trigo no Rio Grande do Sul, ou Ibicuí, não me lembro – baixou uma liminar dizendo: a partir de hoje está proibido importar arroz, lácteos e trigo de todos os países, inclusive do Mercosul, porque se o Brasil tem capacidade de produzir, para que importar? Foi contrariamente a todas as decisões do Tratado de Assunção. Levamos três meses para derrubar essa liminar. Isso mostra qual era o espírito prevalecente. As pessoas tinham medo da abertura.

Esse quadro mudou. Hoje a agricultura brasileira é extremamente competitiva. Não está mais em conflito com a agricultura argentina, porque ambos os países estão vendendo para o mundo. As agriculturas dos dois países hoje permitem que a ambição seja vender alimentos para o mundo inteiro, em particular para a China, que vai precisar cada vez mais de ser alimentada, e no campo da indústria, com o acordo automobilístico, a Argentina sobrevive, industrialmente falando.

Então, é preciso perceber isso: o Mercosul será sempre aquilo que a Argentina e o Brasil decidirem fazer do Mercosul. Os dois menores não têm muita alternativa, se não seguir esse rumo. Às vezes, protestam, sobretudo o Uruguai, porque em troca da adesão do Uruguai ao Mercosul, foi feita a promessa de que haveria abertura de mercado no Brasil e na Argentina. O Brasil cumpriu, acho que mais basicamente, o compromisso com as exportações uruguaias. Tal não aconteceu com a Argentina, sobretudo durante o período Kirchner, em que houve praticamente uma guerra comercial e um fechamento de fronteiras, físico – aquela famosa ponte por causa da papeleira –, uma aberração dentro do Mercosul. Então, a Argentina tratou mal, muito pior, o Uruguai.

Então, é assim que nós chegamos hoje. O que vai ter que ser feito? Vai ter que ser feita uma revisão dos nossos objetivos, nacionais e regionais. Nós estamos aqui no processo de recuperação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nossa economia, ainda tímida. Faltam investimentos. Falta criar condições para a atração de investimentos e de infraestrutura, que acho que é um tema que nós vamos ouvir do professor em seguida. Faltam investimentos produtivos, que estão aguardando sinalização de que a situação fiscal do Brasil não vai explodir, por causa dos gastos da previdência.

Supondo que isso tudo se resolva razoavelmente nos próximos tempos, eu acredito que nós vamos entrar em um novo ciclo de crescimento econômico, mas aí é preciso redefinir os objetivos da integração nacional. E aí eu vou repetir aqui, com permissão do Presidente, o que disse na nossa reunião anterior: há três áreas em que a integração regional do século XXI deve orientar os trabalhos do Mercosul, do Brasil e da Argentina, sobretudo. A primeira é o *agrobusiness*. Não é problema de estabelecer vantagens de custos entre exportações brasileiras de alimentos para Argentina, de alimentos argentinos para o Brasil. Isso aí já é um período totalmente ultrapassado. Os dois juntos, com Paraguai e Uruguai, são aqueles que devem determinar qual é a política de acordos internacionais e comércio na área agrícola que lhes interessa, e incorporar isso às normas do Mercosul. Eu tenho certeza de que, uma vez tomada essa decisão, várias das decisões que foram tomadas pelos ministros do Mercosul e que jamais foram internalizadas acabarão sendo internalizadas. Então, esse é o principal objetivo, a meu ver: rever nossa visão do mercado global na área de alimentos.

Isso é possível também fazer na área da energia. Todos estamos convencidos, Sr. Presidente, de que não só o Brasil, mas o mundo, tem que caminhar para um sistema de economia de baixo carbono. Isso eu acho que é uma regra consagrada já no Acordo de Paris, mas cada vez mais penetrando na sensibilidade de todos os atores nacionais e regionais. Ora, nós temos um enorme potencial na região. Não é um problema brasileiro; é um problema brasileiro, argentino, paraguaio e uruguaio. Nós temos a bacia do Mercosul, que é uma bacia energética capaz de produzir cada vez mais apoiada em recursos renováveis, inclusive pelas mudanças climáticas também. Combinamos as vantagens que temos, tanto na área da agricultura, quanto na área de energia, porque, veja bem, a agricultura argentina e uruguaia é uma agricultura temperada. Tem vantagens e tem desvantagens. A agricultura brasileira é tropical. A principal vantagem da agricultura tropical é que ela dá duas safras – em alguns casos até três safras – por ano. O grande inconveniente é que a capacidade de equilibrar o gasto do solo é menor, é mais difícil. Mas, mesmo assim, com a Embrapa e companhia, estamos superando esse problema, com a nossa agricultura cada vez mais sustentável. Mas essa combinação de mercado mundial fornecido por uma agricultura temperada e uma agricultura tropical contíguas geograficamente não existe em nenhum lugar do mundo – só no Brasil, no Uruguai, no Paraguai e na Argentina.

Então, esse é o caminho que nós devemos seguir, e com isso também o programa de energia sustentável, usando todos os métodos e todos os critérios. Nós temos abundância de sol, temos abundância de terra, temos abundância de vento, temos abundância de tudo aquilo que faz com que a matriz energética seja cada vez mais sustentável e mais produtora com baixo carbono. Em consequência disso, obviamente, você precisa ter um programa completíssimo de modernização da infraestrutura, tanto na ferrovia, quanto na hidrovia, quanto na rodovia e no transporte aéreo; e sobretudo também na conectividade digital. Esses elementos é que têm que constituir a base para rever o Mercosul e partirmos para uma visão em que o Mercosul seja o caminho do mercado global.

Agora, eu não vou dizer que essa é minha opinião só, Sr. Presidente. Por acaso, no *Estado de S.Paulo* de hoje – eu o trouxe aqui –, na página D8: "Presidente da China pede reforma aos BRICS". É o Presidente chinês que está falando. Eu vou ler, porque é muito curtinho.

> O presidente da China, Xi Jinping, defendeu ontem que os cinco países dos BRICS [claro que ele está falando dos BRICS, inclusive Brasil] abram suas economias, promovam reformas, criem cadeias de produção globais [olhe lá se vai essa fantasia do conteúdo legal, que só amarra a produtividade da indústria brasileira] e surfem na revolução industrial tecnológica para criar novos motores de desenvolvimento.
>
> O grupo que impulsionou a expansão mundial na década passada teve performances díspares nos últimos anos, quando China e Índia mantiveram forte ritmo de crescimento, enquanto Brasil, Rússia, África do Sul mergulharam na recessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Porque não seguimos esse modelo. E o Mercosul é o reflexo da indefinição brasileira. Ainda estamos tentando conciliar a revolução industrial, a globalização, com o processo de substituição de importações, com a preferência ao mercado interno, com o conteúdo legal, com a crescente não globalização, mas nacionalização das cadeias produtivas, coisa que, na metade do século XX, já talvez fosse contestável; na metade do século XXI, é absolutamente ultrapassada.

Então, termino só com o que disse o Presidente da China: "Nós devemos aproveitar a oportunidade apresentada pela nova revolução industrial para promover o crescimento e mudar o modelo de desenvolvimento por meio da inovação".

Eu diria que esse é o modelo que nós do Mercosul devemos fazer. Vestir a carapuça que ele nos colocou, mas essa carapuça cabe perfeitamente aos quatro: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai.

Esse programa de nova visão da integração regional com essa perspectiva global foi aprovado na reunião de que eu tive a honra de participar sob a sua Presidência, há duas semanas. Então, não vale a pena nem repetir, porque está tudo lá escrito. É só implementar aquele programa e fazer exatamente aquilo que está sendo recomendado pelo Presidente da China.

Nesse sentido, eu creio que o Mercosul terá que sofrer uma transformação provavelmente institucional. Eu não estou convencido, eu não estou seguro, melhor dizendo, de que sejam consertos que se façam apenas nas práticas, reunir os grupos de trabalho e mudar a agenda. Eu acho que é preciso eventualmente considerar um novo tratado ou pelo menos uma reforma do Tratado de Assunção e do Protocolo de Ouro Preto. Eu não adiantaria detalhes, mesmo porque acho que me falta um pouco de competência. Isso seria talvez... Ouso sugerir que o próprio Ministério das Relações Exteriores, se me permite, participasse desse exercício de verificar se essas modificações estruturais de globalização dos objetivos do Mercosul são viáveis usando como está o Tratado de Assunção ou é preciso fazer uma reunião inovadora.

Eu acho que provavelmente a conclusão vai ser fazer um novo acordo, melhorar o antigo, modificar, mesmo porque, se este acordo é o reflexo de uma visão global do mundo, o Mercosul tem que estar equipado para poder, num primeiro momento, negociar a sua relação com a Comunidade Andina ou com a Aliança do Pacífico, que eu acho que é o caminho a seguir mais interessante, porque fica toda a América do Sul mobilizada. E depois negociar com os outros países do mundo.

Mas, se conseguirmos reformular a visão regional do Cone Sul e, ao mesmo tempo, mobilizar a América do Sul, eu não tenho a menor dúvida: a América do Sul, para o segundo, terceiro, quarto, quinto decênio do século XXI, vai ter um papel de atração de polo de investimento semelhante àquele que a Ásia e a China em particular estão tendo nos últimos tempos.

Essa é a minha avaliação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Embaixador José Botafogo Gonçalves, que é Vice-Presidente Emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), pela sua explanação.

E passo agora a palavra ao Prof. Dr. Luiz Afonso dos Santos Senna, professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a quem eu tenho o prazer de passar a palavra para a sua exposição.

O SR. LUIZ AFONSO DOS SANTOS SENNA – Obrigado, Senador Collor.

É com prazer que compareço novamente a esta Comissão, é um enorme prazer para mim estar aqui.

Deputada Bruna Furlan; nosso Embaixador José Botafogo Gonçalves, nosso mestre permanente, de longa data.

Eu começaria, Senador Collor, dividindo o otimismo com que o Embaixador Botafogo Gonçalves encerrou a sua exposição. Eu também acredito que temos um futuro brilhante pela frente, mas, para que possamos chegar mais rapidamente a este futuro, que imagino seja brilhante, acho que temos muitas lições de casa ainda a fazer.

Eu preparei um pequeno texto, Senador, que eu tentei consolidar e distribuir para a Comissão. Chamei de Reflexões sobre o Mercosul: o Desafio da Eficiência e da Competitividade. E coloquei como capa desse pequeno texto uma ligação entre Porto Xavier, lá no Rio Grande do Sul, com a Argentina, cuja travessia é feita por balsa. O Embaixador, ainda um pouquinho antes de começarmos aqui, dizia:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

"Puxa, essa é uma tecnologia do século XIX". E eu vejo que há uma discussão muito grande sobre em qual cidade vai haver uma ponte. Lá no Rio Grande do Sul, são três cidades, uma próxima à outra. As três precisam ter pontes, porque ponte é uma tecnologia do século – aliás, é antiga – XX, que precisamos ter, e no século XXI com muito mais razão ainda.

Então, eu procurei, mais ou menos, fazer rapidamente uma breve síntese do que é o Mercosul. Na realidade, como o Embaixador já mencionou, é uma tentativa de uma união aduaneira, que hoje ainda está incompleta por uma série de razões que não foram completadas, mas que, de alguma forma, reflete que temos, na realidade, uma evolução entre o início e o momento em que estamos hoje, passados 25 anos.

Então, a partir de 1994, foram instituídas algumas Tarifas Externas Comuns, o Regime de Origem, o regime de zonas francas, o Regime de Adequação etc., que, de alguma forma, tentavam reproduzir esse ambiente de consolidação de uma possível união aduaneira.

Foi criado um conjunto de órgãos para que se tentasse operacionalizar essa busca dessa união, sendo que o mais elevado nível desses órgãos está no Conselho do Mercado Comum. Eu faço rapidamente aqui – não vou entrar no mérito –, só descrevo rapidamente o conjunto de órgãos, comitês, reuniões, etc., que funcionam hoje no âmbito do Mercosul e que refletem a preocupação, sim, de termos que avançar nas várias dimensões econômicas, políticas etc., no âmbito do Mercosul.

Portanto, aqui temos o Conselho do Mercosul, alguns subgrupos de trabalho, então vemos indústria, meio ambiente, transporte etc. Existe uma estrutura montada para que se pudesse, então, trabalhar na evolução das questões que dizem respeito à integração.

Bom, mas uma das questões que eu acho que é extremamente importante é que esse avanço que conseguimos fazer não se deu da forma como se esperava na sua plenitude. Mais recentemente, tivemos, então, a questão da Venezuela, uma crise econômica e política, que expôs fraturas muito fortes e algumas divergências no bloco, e, em paralelo a essa questão da Venezuela, tivemos também uma turbulência muito grande econômica dos vários países que compõem o Mercosul, notadamente o Brasil e a Argentina, acompanhada de problemas internacionais, com uma queda no preço das *commodities*, a má gestão econômica – que é observada nos principais países do bloco –, que levaram a algumas consequências que estamos sofrendo hoje, e isso tudo contribuiu negativamente para o crescimento da região, do bloco como um todo. Mas fundamentalmente tivemos – e é daqui que eu vou partir para o que eu pretendo expor aqui na minha apresentação – a baixa *performance* econômica do bloco.

Eu trouxe aqui, sintetizei alguns indicadores do Fórum Econômico Mundial, que, de alguma forma, estão vinculados à nossa capacidade de atração de recursos internacionais, os chamados Investimentos Estrangeiros Diretos (FDI), com os quais poderíamos contar e espero que possamos contar no futuro. Mas esses indicadores, de certa forma, expressam a precariedade de muitos itens no âmbito do Mercosul. Então, eu fiz, inclusive, uma comparação – bastante singela comparação –, só para vermos a real situação em que nos encontramos. Então, eu comparei o Mercosul com a Aliança do Pacífico, que é também um outro conjunto de países, que envolve o México, o Chile, o Peru e a Colômbia, e eu fiz o seguinte: eu juntei alguns indicadores de *performance* do Índice de Competitividade do Fórum Econômico Mundial e agreguei mais algumas pequenas coisas. Mas, aí, vemos e fiz o seguinte: eu peguei pelos vários países do bloco como, então, estão.

Eu vou dar um exemplo: quando pegamos a média do *ranking* do Índice de Competitividade em nível global, os países do Mercosul ocupam a posição 101ª e os países de um bloco de menor expressão econômica, que é o bloco da Aliança do Pacífico, ocupam o *ranking* 53º. Isso é muito expressivo.

Se começarmos a olhar nas várias dimensões, então, eu coloquei ali: nas instituições – o nível de desenvolvimento das instituições –, a diferença até se aproxima um pouquinho, mas num nível muito baixo, vamos dizer assim.

Então a média do bloco é a 110ª; depois, em infraestrutura, que é um item absolutamente fundamental para a performance econômica e para a competitividade de um país e de um bloco econômico, ocupamos a desagradável posição de 89º lugar; no ambiente macroeconômico, 109º lugar; em saúde e educação primária, 83º; na sofisticação dos negócios – a *business sophistication* –, 97º; no Índice de Inovação, que é algo fundamental, como dizia o Embaixador Botafogo, para que possamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estar incluídos nas cadeias produtivas globais, que é para onde o mundo está se movendo, ocupamos a desagradável posição de 105º; no Índice de Liberdade Econômica, que também é algo extremamente importante, 118º; e no Índice de Logística, que não é do Global Forum, mas do Banco Mundial, também lá no lugar 82º.

Então, com isso aqui, fica muito claro o esforço que vamos ter que fazer para que consigamos melhor nos posicionarmos e sermos efetivamente um *player* global.

Eu venho da área de infraestrutura – a minha especialização é transportes –, aí eu puxei um pouco a discussão para as questões de transporte e logística. Dando sequência, então, por exemplo, mantendo essa mesma comparação entre os dois blocos, coloquei aqui a posição em relação a vários itens que compõem a infraestrutura.

Então, temos: na qualidade geral da infraestrutura nos países do Mercosul, 114º lugar, contra 85º desse outro bloco. E insisto: esse não é o nosso *benchmarking*, o nosso *benchmarking* não é a Aliança do Pacífico. Eu só estou comparando com outro bloco latino-americano para mostrar o tamanho do esforço que temos que fazer ainda.

A qualidade das rodovias é muito ruim; e do Brasil, em particular, é muito ruim. E essa é uma das questões centrais para a eficiência e produtividade do país e, por consequência, do bloco. As ferrovias, da mesma forma. Eu costumo afirmar sempre que, no Brasil, se diz – e essa é uma questão que na Argentina se repete – muito que o Brasil é um país rodoviário. Ninguém é rodoviário – e vou mostrar alguns índices – quando há apenas 12% de rodovias pavimentadas, das quais 50% estão em más condições.

Isso se repete na Argentina, só que na Argentina não há 12%, lá é um pouquinho mais, são 26% de rodovias pavimentadas, mas muitas delas também em péssimas condições. Dos países do BRICS, tirando o Brasil, o menor que tem é a Índia, que tem 40% de rodovias pavimentadas. Então, esse é o tamanho do esforço que temos que enfrentar.

A disponibilidade de assentos-quilômetros. Nisso aqui estamos bem, porque o País é longo e, na realidade, quando se multiplica o número de passageiros pela distância percorrida, fica alto, então estamos só no 112º.

Bom, e assim vai. A própria questão da qualidade da oferta da eletricidade – para não ficar só na questão de transporte –, telefonia. Então, todas ainda precisam de melhorias substanciais.

O importante – e aí entra uma questão que eu diria que é crucial nessas atividades que o Mercosul se propõe a fazer de coordenação também entre os vários países – é a observação do conceito de *networking*, conceito de redes. Então, temos redes de transporte, redes de telecomunicações, de energia e assim por diante e obviamente elas precisam estar conectadas de forma adequada para que consigamos produzir a eficiência desejada. Então, eu destaco essa ideia de rede, porque o IIRSA, que é um organismo que pensa as questões de transportes no âmbito do Cone Sul – e, aí, vai além só do Mercosul –, conseguiu identificar – e eu trago aqui alguns deles – que seriam os grandes projetos, que são relevantes sobre a perspectiva de network ou de rede para a região como um todo. Então, há muitos projetos nacionais que são importantes para um bom fluxo nas redes. Então, ele dividiu em vários eixos de integração que transcendem aos países – isso é interessante de novo destacar. Aqui, a área de influência de cada um desses eixos, mas mais interessante: ele tem uma carteira de projetos, de que o IIRSA/Cosiplan dispõe, que mostra que, em um primeiro momento, para pensar bases dessa rede, nós estaríamos falando da ordem de US$191 bilhões para que conseguíssemos consolidá-los. Então, isso aí é fruto de 581 projetos; cinco são multinacionais, ou seja, passam por vários países; 94 são binacionais, envolvendo a conexão entre dois países; e a maior parte deles – diga-se de passagem –, 482 são projetos no âmbito nacional com repercussão no Cone Sul de uma forma mais ampla.

E aqui estão mais ou menos segmentados os vários tipos de projeto.

Vou passar aqui para os setores, que eu acho que é interessante. Então, a maior parte dos projetos é no âmbito de transportes, 518; energia, 56; depois, temos ali – não consigo enxergar agora ali direitinho – comunicações, são sete; o setor público, 475, e assim vai. Mas o importante é ver que transporte, dentro dessas preocupações de conexões da rede no âmbito do Cone Sul, são 518 projetos, ou seja, concentra tanto a maior parte dos projetos como a maior quantidade de recursos envolvidos, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ali ele mais ou menos segmenta para os vários modos de transporte, e aí destaque para as rodovias que estariam então na ordem de 258 projetos, envolvendo US$63 bilhões.

Mais alguns projetos na área de energia.

Aqui é uma síntese dos projetos pelos vários eixos de desenvolvimento.

Esse é um trabalho muito interessante feito pelo IIRSA/Cosiplan, que pensa estrategicamente a região como um todo. E aí é que a gente vê que o Brasil é o segundo País que mais demanda projetos e o que mais demanda recursos, ou seja, os projetos são de maior dimensão comparados com os demais países do Cone Sul.

E aqui eu trago, mais uma vez – e tenho insistido em todos os fóruns de que eu tenho oportunidade de participar –, para mostrar o quanto precisa ser feito ainda. Aqui nós temos essa imagem que mostra o percentual de rodovias pavimentadas nos vários países da América Latina, e a gente vê que, de uma forma geral, é muito carente do ponto de vista de rodovias qualificadas o nosso continente e, por consequência, o nosso Mercosul e, finalmente, o nosso País.

Essa figurinha é bastante emblemática. Ela mostra no mundo inteiro os percentuais de rodovias pavimentadas. Achei bastante interessante para trazer hoje porque ela mostra que, na realidade, os países – acho que eu não consigo mostrar muito no Point aqui –, mas, fundamentalmente, ali a gente olha aquele meio – Brasil, Paraguai e Bolívia – e vê que são os países que têm a menor quantidade de rodovias pavimentadas no mundo.

Então, isso é absolutamente emblemático. A Argentina, que aparece ali entre 20 e 40, é só 26%. Então, nós continuamos no nível... E como eu disse logo no início, quando a gente olha para os BRICS, a gente vê que, na realidade, o País que tem a menor quantidade de rodovias pavimentadas é o Brasil, da ordem de 12%, e, em seguida, o que tem menos é a Índia, com 40. Então, isso é um salto gigantesco que nós precisamos dar do ponto de vista da eficiência da nossa infraestrutura.

Aqui rapidamente também mostrando os principais países, as redes de rodovias nos vários países, e a gente vê, por exemplo, que o Brasil hoje apresenta 1,7 milhão km de rodovias, dos quais apenas 200 e qualquer coisa são pavimentados. É muito pouco. E aí a gente vê que, em países como Estados Unidos, China, Índia, só a rede pavimentada é maior do que a rede do Brasil como um todo. E todos eles são países com dimensões semelhantes. Então, isso é uma questão realmente emblemática e o mesmo vale para outras dimensões como dutos, hidrovias, ferrovias e assim por diante.

Aqui a qualidade das rodovias em que eu – diria – , numa síntese de tudo isso, 50% – isso é um estudo da CNTE, que anualmente publica das rodovias, no caso do Brasil – das rodovias pavimentadas, que são apenas 12% do conjunto de rodovias, estão em más condições de qualidade. São índices que realmente não fazem jus ao País e ao Mercosul que nós queremos.

Já encaminhando, então, para as considerações finais, nós temos algumas evidências que eu acho que o Embaixador Botafogo já mencionou. Parece que nós estamos num caminho de irreversibilidade. Quer dizer, a ideia de que o Mercosul vai ter continuidade me parece extremamente importante e todos os indicadores, todas as evidências mostram nesse sentido. Mas nós temos que realmente trabalhar de forma muito forte, muito responsável e muito pragmática as questões que dizem respeito às assimetrias que nós temos entre os países, mas fundamentalmente em relação às questões de infraestrutura. Eu pensei em infraestrutura.

Obviamente outros aspectos são importantes. Mas eu diria que, inclusive, para essa retomada do crescimento. Eu ouvia de um economista esses dias que, em boa parte do Brasil mesmo, temos, com a queda da atividade econômica no País, uma indústria que está ociosa. Então, nos próximos anos, o crescimento vai significar deixar que essas indústrias passem a não ser mais ociosas. Então a grande alavancagem para injeção de recursos na economia para alavancar esse desenvolvimento e essa retomada do crescimento provavelmente tenha que ser feita na infraestrutura, inclusive através de programas modernos de concessão, chamamento da iniciativa privada para auxiliar no esforço do investimento e, mais do que investimento, é dar uma capacidade de gestão dessa infraestrutura que eu diria que, tão ou mais importante do que o recurso propriamente dito, é a sustentabilidade econômica e financeira desses projetos, para que a gente possa ter assegurado que as rodovias, as ferrovias, os aeroportos, portos, etc., vão estar nas condições adequadas permanentemente.

Essas melhorias, então, são da parte de infraestrutura. Há uma maior liberalização da gestão, busca de eficiência sistêmica nos vários países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Como eu mostrei, os nossos indicadores tanto de competitividade quanto de produtividade são muito baixos, são insuficientes e devem sofrer melhorias drásticas em relação a eles; mais eficiência e competitividade com marcos regulatórios claros com estabilidade jurídica estaremos entrando na linha de foco do grande investimento internacional, porque tudo o que tenho lido a respeito e conversas que tenho tido com investidores etc... Tem muita liquidez, o mundo hoje tem muito recurso para investir. O que ele precisa é ter condições favoráveis para que esses recursos venham para cá.

A utilização de mecanismos eficientes como a concessão à iniciativa privada, incentivos à inovação nas várias indústrias que são relevantes na região e, fundamentalmente, a inserção nas cadeias produtivas globais. O Embaixador Botafogo mencionou e eu assino embaixo, quer dizer, é muito importante que a gente faça parte da indústria do século XXI e do século XXII que estão logo ali na frente também. E talvez a gente possa ser – essa expressão que eu gosto bastante – um País e um bloco *softpower,* em que vamos nos impor por sermos modelo em várias ações e não necessariamente pela força. Então, ocupar esse espaço acho que é muito importante e eu destaco essa expressão cunhada há alguns anos e que acho muito própria que vale para o Brasil, mas que eu diria que vale para o Mercosul: nos impormos pelas coisas diferentes que nós fazemos, e são várias, inclusive transcendendo as questões econômicas e culturais, entre outras.

Eu concluiria aqui dizendo que não tenho dúvida – e que bom que ouvi o Embaixador Botafogo dizendo isso com toda sabedoria e a experiência dele sendo otimista porque estou fechando de uma forma otimista também, Senador Collor, juntamente à esperada estabilidade política e econômica –, eu tenho é absoluta certeza de que o Mercosul vai chegar ao destino promissor a ele reservado na comunidade das nações. Basta que nós façamos a nossa lição de casa.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Professor Dr. Luiz Afonso dos Santos Senna, Professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, agradecendo muito especialmente as presenças, na nossa reunião de hoje, de S. Exªs os Srs. Embaixadores Nabil Adghoghi, do Marrocos; do Embaixador Nelson Manuel Cosme, de Angola – sejam muito bem-vindos –; da Embaixadora Gisela Padovan, da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores; do Brigadeiro Maurício Augusto Silveira de Medeiros, Chefe da Assessoria Parlamentar da Aeronáutica; do Ministro-Conselheiro Ahmed Drif, da Embaixada do Reino do Marrocos; do Conselheiro Wilfredo Chávez Serrano, da Embaixada do Estado Plurinacional da Bolívia; do Sr. Secretário Rodrigo Conde Garrido, da Embaixada da República Argentina; do Primeiro Secretário Faleg Valdez Cópas, da Embaixada do Estado Plurinacional da Bolívia; do Segundo Secretário Sebastião Tomas, da Embaixada de Angola, e do Adido Civil Aleksandr Tserkowsky, da Embaixada da República de Belarus.

A todas as Excelências e senhoras e senhores aqui presentes os nossos agradecimentos pelas honrosas presenças com que nos brindam na noite de hoje. Cumprimento muito especialmente S. Exª o Senador Moka, que aqui também dá a sua presença engrandecendo e aumentando a densidade dos nossos trabalhos.

Temos aqui já algumas perguntas que nos chegaram pela internet que eu gostaria de passar aos senhores debatedores e que, por gentileza, anotassem para posterior resposta.

De Andreia Amorim Campos, do Rio Grande do Sul. Ela se dirige aos especialistas da Mesa: "Sanções econômicas aplicadas aos países com graves crises sociais e políticas é a solução? Misturar questões sociais-ideológicas com econômicas-comerciais não prejudicam as negociações do mercado internacional?"

E ela, em outra pergunta, também acrescenta um outro trecho que diz: "Sanções comerciais para punir posições políticas e sociais trazem transtornos ao crescimento econômico-comercial aos países envolvidos. Tratados como o de ASSUNÇÃO que visam à construção social, pela complexidade, deveriam sair do MERCOSUL e ir para a ONU para sanções políticas."

De Monica Ebersol, também do Rio Grande do Sul, prestigiando o nosso Prof. Afonso: "Que a Presidência brasileira do Mercosul defenda a extinção das sanções comerciais para outros países e tentar buscar a conciliação e mediação mais equilibrada possível para o bem do povo."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

De Anezio Matias de Barros, do Rio de Janeiro: "Nesses mais de 25 anos dá para apresentar a sociedade um breve resumo dessa união mostrando a sociedade das nações participantes sobre como estava a situação em 1991 em saúde, transporte, saneamento, segurança, emprego, economia, educação, corrupção, e mostrar os índices hoje."

Essa é uma pergunta bem mais complexa.

E do Sergio Luis Peixoto, de São Paulo ele nos traz aqui algo que nunca ouvi falar, acredito que também alguns não tenham ouvido falar, mas pelo sim e pelo não, já que a pergunta foi feita, passo a lê-la: "Para a maioria que não conhece, o H.A.A.R.P., sigla para 'Projeto de Pesquisas em Auroras de Alta Atividade' está patenteado nos EUA sob o número 4.686.605 e descrito como 'Aparato Físico para Mudanças Climáticas'. É capaz de gerar terremotos, tornados e furacões como o Harvey... Foram construídas usinas [...] [dessas] em alguns países do Mercosul. No Brasil localiza-se em São Luiz - MA. Essas usinas estão sendo utilizadas de forma perversa, desconhecida da maioria das pessoas. Está na hora de desmascarar essa perversidade!"

Fica aqui a leitura dessa consideração feita por Sergio Luis Peixoto, de São Paulo, em respeito aos nossos os internautas. Se alguém souber o paradeiro desse projeto de pesquisa, por favor, que nos esclareça.

Seriam essas as indagações que nos chegaram até agora, além daquelas que logo no início da nossa reunião foram feitas.

Talvez pudéssemos encontrar um ponto mais objetivo para as respostas. Que relações pode ter o Mercosul com outros blocos? Foi aqui muito citada a questão da Aliança para o Pacífico. É demasiado pensar que haja possibilidade de um acordo, de um entendimento entre os países que formam a Aliança para o Pacífico e o Mercosul? Que pontos em comum haveria entre esses dois blocos para que pudessem, mutuamente, fortalecer um ao outro? Há espaço para o Mercosul no cenário internacional? Isso já foi respondido, sem dúvida. Acho que ficou muito claro pela exposição feita pelos nossos palestrantes. Qual o papel do Brasil nesse contexto? No contexto, que eu entendo, tenham sido colocados esses outros grandes blocos comerciais. O Brasil, por intermédio do Mercosul, tem interesse, por exemplo, de que haja um acordo comercial com a União Europeia, de que haja um acordo comercial com países da África? Enfim, haveria espaço para que, nesse contexto de multilateralismo, nós pudéssemos encaminhar o Mercosul para um viés que não se concentrasse tão somente na nossa região?

Essas são as questões. Eu passaria, em primeiro lugar, a palavra a S. Exª o Embaixador José Botafogo Gonçalves, para as respostas.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu poderia, antes...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com licença.

Antes de passar a palavra, com a permissão do Sr. Embaixador, com a palavra o Sr. Senador Waldemir Moka. Por favor.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Se me permite.

Srª Bruna, Embaixador Botafogo, Dr. Luiz Afonso, não faço parte desta Comissão, mas fiz um pronunciamento hoje no plenário, Presidente Fernando Collor, e o Senador Pimentel achou que seria importante que eu pudesse trazer – já que nós teríamos esta audiência e talvez o assunto fosse importante.

No meu Estado – sou de Mato Grosso do Sul – forçados, vamos dizer assim, pelo setor privado, acabaram de fazer uma caravana que saiu de Campo Grande e foi até os portos do norte do Chile, especialmente Iquique e Antofagasta. Presidente Collor, estive em Assunção porque essa caravana terminou lá. Existe uma carta assinada por quatros Presidentes: do Brasil, da Argentina, do Chile e do Paraguai. O corredor, eles chamam de... Eu acho errado. É integração latino-americana, mas não chega a ser uma integração latino-americana porque envolve quatro países, inicialmente, mas pode ser um embrião disso, na minha modesta opinião.

Esse corredor é um corredor...

Sempre de defendeu isso da forma fluvial. Ouço falar dessa ligação há pelo menos 30, 40 anos, por conta do Prefeito de Iquique, hoje Senador da República no Chile.

De Campo Grande até Antofagasta devem ter menos de 2 mil quilômetros. Eles foram em caravana. Acho que foram 30 caminhões. Fizeram todo esse percurso. Inclusive, foi um diplomata

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

brasileiro, de nome Parkinson. Ele foi, participou. Além do Prefeito de Porto Murtinho, além de todos esses empresários, vários acadêmicos. Foram assinados nove convênios entre universidades.

Se isso acontecer, nós vamos encurtar em 9 mil quilômetros a distância para colocar produtos do chamado Brasil Central, vale dizer: Mato Grosso do Sul, Mato Grosso – de Rondonópolis para baixo –, todo o Goiás e o Distrito Federal. Isso representa, em termos de encurtamento de frete, de custo de frete, 12%. Nós podemos avaliar quanto seriam competitivos os nossos produtos.

Mas eu não estou falando só da questão comercial. Vários campo-grandenses, vários sul-mato-grossenses iriam – porque fica a 1,2 mil quilômetros – sair de Mato Grosso do Sul para conhecer a Cordilheira dos Andes, para ver a neve. E o contrário também seria verdadeiro. Eles sairiam de lá para visitar o nosso Pantanal, a nossa querida Bonito. Estou falando de Mato Grosso do Sul. Mas isso não é só Mato Grosso do Sul, isso é o País como um todo, na minha avaliação. Nós evitaremos toda essa roda atlântica para chegar até o Pacífico. De Antofagasta, nós colocaríamos esses produtos com preços altamente competitivos para o mercado asiático.

O representante do Governo de Goiás disse que do que eles exportam, entre carne e grãos, 70% já são para a China. Então, penso que essa discussão... Sei que o assunto, aqui, é muito maior, é muito mais...Estou querendo introduzir isso como uma forma, como um início. Sabe qual o investimento que o Brasil precisaria ter? A metade de uma ponte sobre o Rio Paraguai, em Porto Murtinho, a metade de uma ponte, porque a outra metade o Governo paraguaio já se prontificou a fazer. O Governo paraguaio licitou, agora, a pavimentação do chamado Chaco paraguaio, que seria a maior dificuldade. Da Argentina, que eram cento e poucos quilômetros, estão faltando vinte quilômetros para terminar. Isso daí é um sonho, aquela região do Brasil central, que envolve o Paraguai de um lado, a Bolívia do outro.

É impressionante como isso despertou em Mato Grosso do Sul uma vontade enorme. É como se nós realmente pudéssemos descobrir um mercado novo, e os nossos preços, que têm que dar toda essa volta via Atlântico, seriam altamente competitivos.

E como já disse a V. Exª, eu não estou falando só da questão comercial. A mim, e eu acho isso importante, eu estou falando de uma integração: nós, só nós, falamos português; todos eles falam o espanhol. E isso é, sempre foi, um contrassenso aqui no Brasil. Eu acho que o estudante brasileiro tinha que aprender espanhol. Até porque a primeira tradução dos livros – eu sou médico –, depois dos grandes autores americanos, alemães, a primeira tradução é em espanhol.

Então, eu estou só querendo dizer com isso que essa integração que cita o Dr. Luiz é a questão de infraestrutura. E nós estamos falando de uma ponte que custa – a metade dela – menos do que R$100 milhões. Veja como isso é uma coisa... E até Porto Murtinho tem asfalto, e o Presidente Cartes, com quem eu tive o prazer, aqui, no Palácio do Planalto, ele diz: "Vocês não me façam chegar com asfalto até Carmelo Peralta [que é a divisa com Porto Murtinho] sem estar com essa ponte construída".

Eu acho que esse seria um grande passo para a gente demonstrar que o Mercosul pode, sim – ele está vivo, e pode, realmente –, iniciar, aí, comércios importantes.

Eu peço desculpa antecipadamente se eu estou introduzindo um assunto que não seria...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Importantíssimo, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... da alçada desta audiência, mas me perdoem por não fazer parte da Comissão, mas, por outro lado, entendam o anseio de um sul-mato-grossense que vê uma realidade que ele há 30 anos ouve dizer: o sonhado Corredor Bioceânico e a ligação nossa... Porque nós estamos, lá no Mato Grosso do Sul, de costas para o Pacífico e ao mesmo tempo estamos tão próximos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Sem dúvida.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Para que a gente pudesse ter essa valorização não só comercial, mas cultural, turística.

Olha, eu fiquei encantado, e as pessoas, eu achei que eu fosse encontrar – foram cem pessoas – cansadas – porque foram dirigindo à noite, na Cordilheira dos Andes, e tal –, mas não havia um que não estivesse entusiasmado e pedindo para que eu... E aqui eu quero ter o apoio do Presidente da Comissão de Relações Exteriores, porque, como se trata de uma ponte internacional, há que se ter autorização da Câmara; já está na Comissão de Constituição e Justiça, mas aqui no Senado nós só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

precisamos aprovar essa autorização em uma comissão, que é exatamente a Comissão que V. Exª preside, e por isso eu me atrevi, ousei, mesmo não sendo membro, participar desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Senador Moka, nós é que agradecemos a V. Exª a participação que V. Exª está tendo hoje, de forma brilhante, nos trabalhos desta Comissão.

Membro integrante dela ou não, V. Exª sempre será muito bem recebido como um Senador de escol, como V. Exª o é, conhecedor dos problemas nacionais, conhecedor dos problemas da nossa infraestrutura, sobretudo vindo de uma Região em que hoje é fundamental que se equacionem esses problemas. Vamos tratar, por exemplo, das nossas hidrovias, da construção das nossas eclusas, para nós podermos fazer escoar essa grande produção de que o seu Estado é um dos maiores contribuintes, para nós fazermos com que o comércio do nosso Cone Sul possa funcionar da melhor maneira possível.

E o tema que o senhor traz, portanto, que V. Exª traz nesta noite, é da maior importância. Gostaríamos de agradecer a grande contribuição que V. Exª nos traz ao fazer essa indagação e a constatação dessa viagem recentemente realizada. Muito obrigado a V. Exª.

Então, com a inclusão da indagação feita por S. Exª o Senador Waldemir Moka, passo a palavra a S. Exª o Sr. Embaixador José Botafogo Gonçalves.

O SR. JOSÉ BOTAFOGO GONÇALVES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

As perguntas que me foram formuladas por seu intermédio eu acho que dá para lhe dar uma resposta abrangente, que tratará praticamente dela, com exceção daquele misterioso projeto lá no Maranhão, a respeito do qual eu não sei falar nada.

A ênfase da minha apresentação, e creio também que do professor, foi de que a solução para problemas do Mercosul é ter o enfoque global, mundial, ver como evoluiu o mundo, como a globalização afeta o comportamento dos países e afeta o comportamento do Brasil, como da Argentina e do Paraguai e do Uruguai.

Então, isso significa mudar o modelo de crescimento econômico. Não é uma bobagem. Não é negociar Mercosul só para uma reuniãozinha num dos quatro países, não. É mudar a nossa concepção de modelo de crescimento. Baseado, sobretudo, como também disse o professor, na inovação e na integração das cadeias globais.

Esse enfoque global pressupõe que o Mercosul não vai se fechar negociando só entre si. Ele vai negociar entre si as condições para que ele, junto, comece – eu acho que por ordem de prioridade, deveria começar com a Aliança do Pacífico, porque é extensão natural do território dos quatro países e está na América do Sul. Geografia tem um peso, não há dúvida nenhuma, não é? E muitas das questões, inclusive a que foi formulada pelo ilustre Senador do Mato Grosso do Sul, poderão estar mais bem resolvidas na medida em que se conheça melhor a realidade econômica, política e geográfica da América do Sul, e não ficar pensando abstratamente só em América Latina, porque é um conceito um pouco mais complicado.

Esse eu creio que responde a uma parte das perguntas sobre se o Mercosul deve ser um bloco, se deve negociar com outros blocos. É óbvio que o Mercosul, e o Brasil tem um papel de liderança normal, necessária, junto com a Argentina. Eu acho que os dois juntos, mas há um peso específico do Brasil, que é maior do que da Argentina, em termos de população, de produto bruto, em termos de área de diversificação, de número de vizinhos, somos dez vizinhos, estamos virados para o Atlântico, então temos muita coisa para confirmar a nossa posição de liderança nesse processo e, com isso, não parar com a Aliança do Pacífico, mas, a partir da Aliança do Pacífico, ir para os mercados da Ásia, certamente.

Acho que rever toda a nossa estratégia de negociação com a China é absolutamente fundamental. Nós hoje temos uma relação, embora numericamente a primeira, em termos comerciais, mas ela é muito injusta, porque a gente vende *commodities* agrícolas e minerais e compra produtos industriais.

No meu tempo de estudante, reclamavam dos Estados Unidos. Era o imperialismo americano que fazia isso. Agora é o imperialismo chinês que está fazendo isso. Então, temos de combater esse processo; não combater hostilizando, mas tornando a exposição brasileira competitiva, tanto na parte agrícola quanto na parte industrial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Há outras questões relativas a sanções.

Esse é sempre um tema muito delicado. Evidentemente, cabe ao Ministério das Relações Exteriores, ao Ministério da Defesa e ao Ministério da Justiça avaliar isso. Mas acho que é impossível, no mundo de hoje, você dissociar as questões econômicas das questões políticas. As Nações Unidas existem para isso. O Conselho de Segurança existe para isso. O importante é preservar a capacidade de atuar em nome de uma comunidade. Ações isoladas e unilaterais é que são negativas.

Nós tivemos essa experiência desastrosa dos Estados Unidos, no Governo Bush, que resolveu unilateralmente invadir sem pedir permissão à Corte das Nações Unidas, e o resultado foi catastrófico, sobretudo nos Oriente Médio. Essas guerras no Iraque e na Síria são consequências dessa atitude soberba do Governo americano que não acha que precisava consultar os organismos internacionais.

Então, eu acho que essa é uma pergunta genérica. Nós podemos e devemos levar em conta sanções econômicas, discutindo usando os argumentos da negociação diplomática até esgotar todas as suas possibilidades. Se for necessário encaminhamos nesse sentido.

Por último, Senador, quero fazer duas observações.

Primeiro é que, afortunadamente, os Estados fronteiriços – Argentina, Paraguai e Uruguai – estão mais atentos à integração regional do que no passado. Eu participei, neste ano, de dois eventos em que os Governadores de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e os seus vizinhos argentinos estiveram juntos, uma vez em Buenos Aires, em Porto Alegre, e agora em Corrientes. Então, isso está indicando que é para aí que nós estamos indo. A presença desses Estados e desses Governadores locais vai permitir que se tome conhecimento dos interesses locais, dos interesses regionais.

Quanto à viabilidade de um ou de outro projeto, vou permitir permissão para deixar nas mãos do Prof. Luiz Afonso, porque ele se referiu a uma coisa mais importante que são os trabalhos que a Irsa fez. Eu acho que lá talvez se encontre a resposta para um determinado projeto específico.

Mas acho que realmente os Governadores do Centro-Oeste brasileiro e de Mato Grosso do Sul, mais para o norte, e em Goiás, estão cada vez mais envolvidos nesse desenvolvimento regional, porque os interesses deles estão ligados com os interesses da Argentina, do Paraguai e do Uruguai. Essa integração física com o lado de lá vai ocorrer. O importante é que ela ocorra com rentabilidade financeira, senão ela se desmoraliza.

Mas acho que isso o Irsa tem condições de responder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Embaixador José Botafogo Gonçalves.

Passo a palavra ao prof. Luiz Afonso dos Santos Senna.

O SR. LUIZ AFONSO DOS SANTOS SENNA – Eu concordo também com o Embaixador Botafogo.

Acho que essas relações todas têm que ser feitas com muito pragmatismo, acerca da questão levantada, na questão do internauta, sobre as questões ideológicas e tal. Ou seja, o Bloco tem alguns pressupostos. Os valores democráticos, por exemplo, são basilares, são ponto de início. Sempre que houver o rompimento desse item, algumas sanções, obviamente, precisam ser pensadas.

Do ponto de vista das relações comerciais e da relação com os outros blocos também acredito que são absolutamente fundamentais. Uma discussão está em andamento com a comunidade europeia, com a União Europeia, e que se arrasta – não é isso, Embaixador? –, há alguns anos, e que é muito importante que ela aconteça.

O SR. JOSÉ BOTAFOGO GONÇALVES – Há vinte anos.

O SR. LUIZ AFONSO DOS SANTOS SENNA – Vinte anos, para ser mais exato.

Isso, de alguma forma, tranca um pouco a relação com um dos principais blocos econômicos do País. Nós temos ali uma boa parte do PIB mundial, e nós temos dificuldade de nos relacionar.

Em relação à questão colocada pelo Senador Moka, eu diria o seguinte: no nível que nós estamos hoje de ineficiência da nossa infraestrutura, todos os projetos que sejam sustentáveis – e essa é uma questão absolutamente importante do ponto de vista econômico e financeiro – precisam ser implementados.

Eu diria mais.

Já em relação ao Mato Grosso do Norte, o Mato Grosso, por exemplo... Eu coordeno, no Rio Grande do Sul, um estudo. O País fez vários estudos de plano de logística e de transportes. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

existe o Nacional, o PNLT, e cada Estado fez o seu. Mato Grosso do Sul, por exemplo, fez recentemente – ele completou, se não me engano, no ano passado – o Plano Estadual de Logística e Transportes do Mato Grosso do Sul.

Uma das coisas, coordenando o estudo no Rio Grande do Sul, que eu observei é que parte das cargas que sai, como a soja, por exemplo, as *commodities* que saem do Mato Grosso do Sul sai a maior parte por Santos e por Paranaguá. Em alguns anos, como em 2014 e 2015, saíram pelo Porto de Rio Grande. Nós estamos falando em quase três mil quilômetro da carga se movimentando. Isso aí é uma ineficiência sistêmica.

O Mato Grosso hoje está lá com uma proposta, o Governo Federal está propondo para o Mato Grosso, a Ferrogrão, que é uma saída em direção ao norte e que vai encurtar também, na ordem de mil quilômetros, a movimentação em terra. Ela já larga próximo ao Canal do Panamá, sai pelo Pará e vai aos mercados da Europa e, obviamente, da Ásia.

Eu saúdo esse tipo de iniciativa do Mato Grosso e as instituições do Mato Grosso que têm tido a iniciativa, pois é absolutamente fundamental. Eu diria que esse tipo... Só que isso pressupõe, como eu havia mencionado antes, nós olharmos como rede. Eu credito parte dos equívocos que a gente vem cometendo, ao longo dos séculos, eu diria, porque a gente olha para as intervenções pontuais. Por exemplo, lá no Estado do Rio Grande do Sul, nesse estudo que coordenei, existem alguns investimentos que são extremamente baixos e que têm um impacto na rede extremamente elevado.

Então, a identificação desses gargalos, do que realmente é relevante, é fundamental para essa eficiência sistêmica das redes no âmbito dos Estados, no âmbito do País e, por consequência, no âmbito dos países membros do Mercosul.

E eu diria mais, acho que é muito importante essa aproximação e tratarmos a América do Sul como um todo. O Irsa já faz isso, e eu acho que é bastante importante. Quer dizer, união das conexões essenciais, e essa que o senhor menciona vem ao encontro dessa lógica de termos ligações eficientes para que possamos escoar a nossa produção.

E um dos pontos que eu reitero, que o Embaixador também mencionou, é a questão realmente de nós termos uma preocupação de estarmos, insisto mais uma vez, inseridos nas grandes cadeias globais, em que nós temos produtos de alto valor agregado. Nós não podemos ficar também – e aí é uma questão talvez um pouco mais estratégica dos países do Mercosul – só condicionados da lógica de produção de *commodities*. Quer dizer, essa ideia de trocar um navio de soja por cinco *chips*, obviamente que eu estou criando uma caricatura, isso pode nos condenar a uma relação de dependência permanente.

Então, nós também investirmos pesado na inovação, novos produtos. Há uma questão que eu acho muito interessante, que se tem discutido muito, quando se discute inovação, que é a inovação reversa. E há um caso muito interessante. Há dois casos, se me permitir citar como informação geral.

Um deles é a questão da telefonia celular no Quênia. Então, o Quênia é um país que tem suas dificuldades, do ponto de vista de infraestrutura, e hoje é um dos países que tem a maior inclusão digital do mundo. Porque eles não tinham infraestrutura física e a telefonia celular permitiu esse tipo de coisa. E o mais fascinante desse caso é que o Banco Barclays, que é um dos maiores bancos ingleses, do Reino Unido, comprou a tecnologia do Quênia, porque ela sofisticou uma inovação em nível mundial.

E o segundo caso que eu citaria – e esse é um exemplo bem nosso mesmo de exportação para o mundo, e aí é da minha área de transportes – são os chamados BRTs, os Bus Rapid Transit, diante de uma realidade que nós não vamos ter como construir metrôs nas nossas cidades por uma razão muito simples, um metrô custa cem milhões de dólares por quilômetro, então ele vai ficar fora da realidade econômica dos países em desenvolvimento. Enfim, os países que construíram redes sofisticadas de metrô o fizeram no final do século XIX, início do século XX, com a mão de obra extremamente barata, com uso do solo, com o valor da terra muito baixo. Então, nós não vamos conseguir. Por outro lado, nós conseguimos desenvolver tecnologia com ônibus, com capacidade bastante elevada, se aproximando da capacidade dos metrôs.

Quer dizer, hoje, a Colômbia, Bogotá, é o *benchmark* para o mundo de um sistema. O pessoal da Europa e dos Estados Unidos vai lá para conhecer como funciona um sistema eficiente de ônibus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, isso estamos chamando de inovação reversa, quando desenvolvemos uma tecnologia e os países mais avançados econômica e tecnologicamente acabam importando tecnologias desenvolvidas por nós.

Acho que esse é um espaço muito importante que nós podemos preencher, desde que nós coloquemos sobre isso os nossos esforços.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Prof. Luiz Afonso dos Santos Senna.

Indago se algum dos presentes gostaria de dirigir mais alguma pergunta aos nossos palestrantes.

Pela ordem, S. Exª o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu queria me dirigir ao Dr. Luiz Afonso.

Eu sou médico e professor, Dr. Luiz Afonso. O país para ser considerado desenvolvido tem que ser industrializado. Eu acho isso uma meia verdade. Porque, no meu Estado, nós produzimos qualquer coisa de 9 mil toneladas de milho. E o nosso consumo interno é de 2 milhões. É claro que nós queríamos poder não vender milho, queríamos vender, através da avicultura, o frango, o suíno, porque nós estaríamos agregando valor. Porém, há uma sobra de 7 mil toneladas. Então, nós podemos tanto estimular a vinda de mais indústrias, mas o excedente nós podemos também transformar em riqueza, vendendo as nossas *commodities*.

E existem países desenvolvidos, sim, cuja principal arrecadação, a principal fonte de riqueza são *commodities*.

Por isso, eu acho que essa afirmação que eu já ouvi, não do senhor, evidentemente, mas ao longo da minha vida de que todo país civilizado ou em desenvolvimento tem que ser industrializado, para mim, é uma meia verdade, porque nós somos um País tropical, talvez o único país do mundo capaz de colher três safras num único ano. E isso faz de nós uma potência agrícola.

Então, nós temos a capacidade de desenvolver tanto a nossa indústria como vender o nosso excedente na forma de *commodities*.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Professor.

O SR. LUIZ AFONSO DOS SANTOS SENNA – Estou de pleno acordo com o senhor, inclusive vou além.

A produção que nós temos no Mato Grosso do Sul, no Centro-Oeste, de uma forma geral, é fruto de alta tecnologia. O que eu digo é que, só corrigindo, há uma expressão em economia que o pessoal usa que é a maldição da *commodities*. Qual é o problema quando se depende só do petróleo? A Venezuela depende só do petróleo.

Na realidade, o que eu estou dizendo é que nós precisamos... E mais do que isso, Senador, eu diria assim: um país como o Brasil, a soja não é produzida em São Paulo. Então, nós temos que explorar a vocação de cada região, e dar para essa região... Eu não tenho a menor dúvida. Cada vez que eu vou ao Mato Grosso do Sul e vou ao Mato Grosso eu volto encantado de lá porque lá nós temos os maiores índices de produção do *agrobusiness* no mundo. Nós somos a referência, nós somos o paradigma. E é fruto de uma estratégia que o País desenvolveu, ou aportou. Quer dizer, temos lá na base a nossa Embrapa desenvolvendo sementes e grãos resistentes ao tempo, às pragas, etc., que faz com que nós tenhamos isso.

Na realidade, a soja é uma *commodity* hoje com alto valor agregado, no sentido de que tem muita tecnologia. Eu venho de um Estado em que a soja começou por lá. E em um momento disseram assim: olha, o Rio Grande do Sul não tem como produzir mais soja agora porque toda área factível de ser explorada para plantação de soja já foi... O pessoal está desenvolvendo soja onde havia arroz, onde havia gado, porque desenvolveu tecnologia para isso.

Então, óbvio que nós temos que investir pesadamente, porque nós somos os melhores. O grande problema que nós temos é o que o senhor apontou hoje: nós produzimos soja por uma fração da produção da soja americana, por exemplo, só que quando chega ao mercado consumidor ela chega mais cara. Então, quando eu falo... Para nós sermos desenvolvidos, eu não tenho dúvida, nós também temos que ser industriais, mas nós temos que explorar a vocação de cada região e dar as condições.

Eu diria o seguinte, o grande problema, hoje, no Brasil, não está da cerca da fazenda para dentro, da porteira da fazenda para dentro, o grande problema está da porteira para fora, nossos portos são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ineficientes, as nossas rodovias são ineficientes. O custo Brasil, o custo logístico do Brasil, é que nos está deixando ficar com indicadores de competitividade aquém dos que nós poderíamos.

Eu não tenho a menor dúvida, a soja, o milho, tudo o que nós produzimos, nós somos ponta no mundo. Os americanos nos invejam, isso é uma coisa diferenciada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Senador Moka, satisfeito?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Estou satisfeito, muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª.

S. Exª, o Embaixador de Angola, Nelson Manuel Cosme.

V. Exª tem a palavra.

O SR. NELSON MANUEL COSME – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Collor de Mello. Gostaria também de cumprimentar a Mesa.

A integração regional é um tema que nos interessa, sobretudo vindo de um país africano em que vemos a integração como uma solução, como um caminho da aceleração do nosso crescimento e também do nosso desenvolvimento.

Então, Embaixador Botafogo, eu compartilho imensamente, assim como com algumas informações que foram aqui prestadas e dadas pelo Prof. Luiz Senna.

A minha questão fundamental, Embaixador, é a seguinte. Podemos considerar que o Mercosul está realmente, em uma visão global, em uma perspectiva de integração global? Ou está em uma fase de cooperação que deve ser realmente transformada em um processo de integração?

Faço-me compreender, Embaixador?

Vou repetir.

Os economistas, quando a gente fala em processo de integração, há processos de integração, mas há processos de cooperação que não chegam ao processo de integração. Pode haver a cooperação entre quatro países, mas essa cooperação não significa integração regional.

Pelo que nós assistimos no Mercosul realmente e se considerarmos o processo de integração como um processo em si com várias etapas, olhando para o modelo europeu, nós estamos em uma etapa incipiente e, mesmo nela, não concluída. Estamos de acordo, professor.

Esta etapa mais se assemelha a um processo de cooperação elevado do que um processo profundo de integração, a meu ver.

A minha pergunta é, professor, nesta nova visão de integração regional com perspectiva global, estará, por exemplo, o Mercosul preparado para um processo de integração global, onde a etapa de defesa, com uma política de defesa conjunta, pode ser possível?

Uma questão.

A outra questão que eu coloco, Professor, é saber se, na perspectiva em que coloca, que Brasil e Argentina lideram – como digo, como todo processo de integração – a locomotiva, não estaríamos face a um processo de integração à geometria variável? E se isso seria bom realmente nesta nova visão de integração regional que o Professor e que, realmente, o Embaixador Botafogo nos colocam?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Sr. Embaixador Nelson Manuel Cosme, pela sua participação e pela pergunta que acaba de formular.

Passo a palavra ao Sr. Embaixador José Botafogo Gonçalves e, em seguida, ao Prof. Senna para respostas.

O SR. JOSÉ BOTAFOGO GONÇALVES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Embaixador, a primeira resposta é a seguinte: o Mercosul não está ainda preparado para essa segunda fase. Acho que essa foi uma observação que fiz durante a minha palestra. Por quê? Porque, para que se prepare a segunda fase, nós temos que mudar a nossa concepção de crescimento. Nós temos que adotar um modelo de crescimento diferente daquele que funcionou até hoje e que, diga-se de passagem, não funcionou mal não, funcionou bem e é por isso que ele persiste.

O processo de substituição de importações – que foi estabelecido a partir de 1950, no Brasil, por impulso da Cepal –, a ideia de industrialização, Senador, que nós adotamos transformou o Brasil de um país rural para um país industrial. O País mudou dramaticamente para melhor nesses anos todos. Então, funcionou bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O fato de ter funcionado bem não quer dizer que ele vai continuar funcionando bem, está na hora de mudar esse sistema. Se mudarmos esse sistema e adotarmos essa visão global, evidentemente, então, as consequências serão de que o Mercosul terá um processo de integração, que é mais do que um processo de aumento de comércio, é um processo de integração que envolverá duas questões – eu já vou responder a sua pergunta: uma, a energia, ao longo das próximas décadas – isso é uma especulação, Sr. Presidente, importante que esta Comissão talvez devesse fazer –, vai sofrer grandes transformações mundiais, o comércio de energia. O Oriente Médio vai, cada vez mais, ter um papel menor na produção e no seu valor político, porque o petróleo está deixando de ser a principal *commodity* para ser substituído por outras fontes mais renováveis e de baixo carbono. O poder político do Oriente Médio vai cair.

Em compensação, o movimento de energia no Atlântico Sul vai disparar. Então, o Atlântico Sul será o mar da energia a partir da segunda metade do século XXI. E isso implica, obviamente, uma visão de defesa que o Brasil, a Argentina e Uruguai, que são países atlânticos, terão que ver com relação a toda a costa ocidental da África.

Muito cedo, muito rapidamente, mais do que se imagina, vai ser necessária uma estratégia em que a defesa dos interesses seja uma defesa compartilhada com os países da África Ocidental e Angola, obviamente, vai ser um deles, mas não me refiro só ao seu país, é de modo geral assim. E isso implicará, evidentemente, uma transformação da relação que Brasil e Argentina têm com o resto do mundo. Eu acho que, como a Europa, França e Alemanha resolveram os seus problemas e são motores e continuam sendo motores da integração, nós vamos poder realizar que Brasil e Argentina sejam motores da integração sul-americana, que não pode parar na América do Sul, terá que parar... Vai continuar sempre.

Então, acho que com isso eu respondo as suas indagações, não há dúvida nenhuma. Mas esse tema... Esta Comissão é de relações exteriores e defesa. Acho que esse tema de como vai ficar o comércio do Atlântico Sul e o comércio de energia no Atlântico Sul, no futuro, seria de extremo interesse que fosse tratado no seio desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Embaixador José Botafogo Gonçalves.

Passo a palavra ao nosso Prof. Luiz Afonso dos Santos Senna.

O SR. LUIZ AFONSO DOS SANTOS SENNA – Eu não tenho muito o que acrescentar ao que o Embaixador já mencionou. Eu só diria que o processo de globalização – que talvez esteja agora momentaneamente em uma segunda marcha, em seguida vai engatar uma terceira e quarta, isso é inevitável que aconteça – vai realmente demandar posturas diferentes.

Eu diria que o Mercosul, por exemplo, é um dos locais em que nós temos um grande potencial de crescimento, até porque os grandes outros blocos, que já estão mais velhos... Tu pegas a própria Europa, por exemplo, em que tu tens que a expectativa de taxas de crescimento da Europa não vai ser muito grande por definição: a população está velha, os níveis de consumo já estão no seu topo.

Eu participei de um estudo que envolveu os BRIC, os quatro países do BRIC sem a África do Sul, os BRICm comparando algumas questões de transporte, de tendências, observando tendências para os próximos 20, 40 anos de mobilidade e comparando com países já em estágio mais estabilizado, como Alemanha, Estados Unidos etc.. E o que a gente vê é que realmente no Brasil – e eu diria que na Argentina, juntamente – é onde há populações ainda relativamente jovens, que estão envelhecendo rapidamente, mas com grande potencial de consumo. Então, a gente é naturalmente um grande polo, grande foco de um interesse global.

E algum nível de coordenação desses países para enfrentar esse novo cenário mundial, global, acho que é muito fundamental. Daí a relevância, eu diria, do Mercosul em relação a isso, eu não tenho dúvida. Por exemplo, as questões de renda, expectativa de crescimento de renda, expectativa de poder de consumo crescente, a gente encontra aqui no Brasil, e não encontra nos outros países do BRICS.

A população da Rússia é velha e ainda com problemas a serem enfrentados, até em nível institucional de organização do próprio país pós-União Soviética, que ainda está em andamento. A Índia com uma superpopulação e a própria China, que tem que controlar, porque tem uma superpopulação. A gente tem o tamanho ideal, juntando, do ponto de vista populacional, recursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

naturais de todas as ordens. Então, realmente acho que essa inserção pode se dar de forma bastante qualificada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Professor Luiz Afonso Dos Santos Senna. Indago a S. Exª o Embaixador se está satisfeito com as respostas.

Agradeço a V. Exª, mais uma vez, a sua participação e gostaria, com a permissão de V. Exªs, de fazer alguns comentários sobre esse processo de integração. Nós costumamos sempre ver um processo de integração pelo lado econômico e pelo lado político, nos esquecendo de outros fatores que o processo de integração carrega no seu bojo. No caso da constituição do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), o que ela trouxe de mais importante no seu bojo, logo no primeiro ano de sua existência como bloco, foi a construção de um clima de paz no Cone Sul, porque, em todo processo de integração, aqueles que estão fazendo dele parte estão dizendo: se nós estamos nos integrando, nós estamos dizendo um ao outro que quereremos viver em paz. No Mercosul, isso foi muito mais ainda adiante.

Havia, em 1990, 1991, uma corrida armamentista entre Brasil e Argentina, em busca de quem, qual dos dois países, primeiro alcançaria o conhecimento da fissão nuclear para construção de artefato nuclear, o que era naturalmente algo que criava uma instabilidade muito grande nessa parte do nosso continente.

Antes mesmo de o Mercosul começar a dar os seus primeiros passos, o governo brasileiro e o governo argentino assinaram um acordo que hoje é um acordo reconhecido internacionalmente como um dos mais avançados e mais apropriados. Dentre de todos os acordos de área nuclear já firmados, Brasil e Argentina assinaram um acordo em que abdicaram da sua corrida armamentista, não do conhecimento do átomo para fins humanitários, para fins medicinais, por exemplo, mas abriram mão da corrida armamentista na busca de se construir artefatos atômicos. Mais do que isso, Brasil e Argentina abriram e baniram do continente qualquer construção, pesquisa em relação a armas químicas ou bacteriológicas.

Em um mundo conturbado como esse em que hoje nós estamos vivendo, quanto que não vale algo como isso conquistado pela Argentina e pelo Brasil, de nós temos uma zona desnuclearizada, sem qualquer possibilidade de haver rusgas que façam, que friccionem, fatos que friccionem e que causem alguma instabilidade na nossa região? Paz, integração econômica significa paz.

Essas questões comerciais todas são discutidas – e têm que ser discutidas. Temos vários problemas na questão nossa aqui do Mercosul, temos inúmeros pontos para debatermos e superarmos. Agora mesmo foi constituída a comissão, o Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, constituído por Parlamentares brasileiros e Parlamentares argentinos.

Nós fizemos aqui a nossa terceira reunião semana retrasada – inclusive o Embaixador José Botafogo Gonçalves esteve presente –, em que nós elegemos a nossa agenda. Temos uma pauta em que estaremos tratando dessas questões constantes da pauta aprovada nessa reunião do lado do Brasil e do lado da Argentina, com o apoio dos embaixadores da Argentina no Brasil, o Embaixador Carlos Magariños, e o embaixador do Brasil na Argentina, que é o Embaixador Sérgio Danese.

Enfim, então, estamos trabalhando para retirar e não somente detectar os gargalos que nós já conhecemos, como aqui disse o Prof. Luiz Afonso com muita propriedade, sobretudo os gargalos nessa área de infraestrutura, mas também na questão aduaneira, na questão fitossanitária, na questão das nossas hidrovias, nas questões ainda aduaneiras. Para isso, existe a vontade política de se vencer esses obstáculos e de se constituir, então, o mercado realmente como nós desejamos.

Estamos mais atrás, um pouco mais atrasados do que desejávamos? Sim, estamos, mas eu gostaria de anunciar aos senhores e trazer aqui a palavra de um colega dos senhores embaixadores, de V. Exªs senhores embaixadores aqui presentes, que é a do embaixador da União Europeia aqui no Brasil, o Embaixador Cravinho, que me disse – esteve fazendo uma visita extremamente gentil e generosa a esta Comissão – que, dentro de oito meses, e isso já lá se vão dois ou três meses, já estariam superadas as dificuldades no campo fitossanitário para que pudéssemos assinar o acordo Mercosul-União Europeia.

Então, se já estamos às vésperas... Eu espero que esse não foi um prognóstico que o Embaixador Cravinho fez, foi algo que ele me disse, inclusive me deu as datas da agenda que ele tinha a ser cumprida para resolver essa questão fitossanitária. Se isso vai acontecer com a comunidade europeia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o Mercosul não está tão mal das pernas. Ele pelo menos existe, está sendo reconhecido. Poderia estar melhor? Sim, sem dúvida, poderia e haverá de estar melhor.

Há hoje uma conjugação de esforços dentro do Mercosul, com todos os parceiros, o Paraguai, o Uruguai, a Argentina, o Brasil. A Argentina e o Brasil, em um processo de sinergia extremamente forte no presente momento, com as duas Casas Legislativas, ou melhor dizendo, com os dois Congressos, da Argentina e do Brasil, também empenhados dentro da diplomacia parlamentar de poder dar um suporte à diplomacia tradicional, que é insubstituível. A diplomacia parlamentar não substitui a diplomacia tradicional. Essa a V. Exªs e aos governos de V. Exªs, como ao governo brasileiro, é que cabe ditar qual serão os rumos da nossa política externa.

Mas, fazendo um trabalho complementar àquilo que está estabelecido em relação às linhas mestras das políticas externas de nossos países, os nossos Parlamentos podem trabalhar de forma proativa, de forma muito producente para ajudarmos a acelerar esse processo, já que várias dessas medidas que são tomadas no processo de integração passam pelas Casas Legislativas, a imensa maioria delas. E é preciso que essas Casas estejam, portanto, mobilizadas.

De modo que eu acredito, sou um daqueles que acreditam em um processo de integração como fator de estabilidade, de paz e de segurança no mundo. Eu sou absolutamente favorável, ardoroso defensor de uma integração do acordo do Mercosul com países da África, com países amigos. Nós temos na África, por exemplo, nossas raízes, onde nós temos o nosso sentimento, o nosso coração ali está plantado.

Tivemos agora, *in loco*, o conhecimento do extraordinário trabalho que vem realizando o Reino do Marrocos nessa questão da integração econômica com países da África. E é algo impressionante o que o Reino do Marrocos vem realizando, já tem mais de 55 acordos comerciais, dos quais 33 com países do continente africano. Quer dizer, o que demonstra tudo isso é que há uma vontade, um afã, um desejo, algo que vai dentro de cada um de nós em um mundo tão conturbado, no presente momento, extremamente conturbado, que é nós fazermos, pela via do comércio, a construção de um mundo de paz. Simples assim.

Quem comercializa, quem faz o comércio não briga, discute. Discute o preço, discute o preço. E faz parte, inclusive, da negociação, é até um processo instigante e prazeroso. Mas quem comercializa não quer guerrear, quem comercializa quer viver em paz. Então, o comércio é um dos caminhos que nos conduz à construção de um mundo de paz e de estabilidade, que nós hoje tanto ansiamos.

Dito isso, agradecendo mais uma vez a participação dos senhores, eu passo a palavra a S. Exª o Senador Jorge Viana, Vice-Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, queria cumprimentá-lo, cumprimentar a Deputada Bruna Furlan também, meu colega Moka. Estamos aqui em um dia diferente, temos sessão deliberativa. Tivemos hoje, eu acabei de retornar. Queria cumprimentar o Sr. Embaixador José Botafogo, a quem todos nós temos em extraordinária conta, e, claro, também ao Dr. Luiz Senna. E cumprimentar também os embaixadores, convidados todos aqui presentes, servidores que nos auxiliam aqui na nossa Comissão.

Eu queria apenas fazer alguns comentários finais, não é nenhum questionamento. Há pouco tempo, nós tivemos aqui a presença do Embaixador Roberto Azevêdo, numa iniciativa do Presidente Fernando Collor, Presidente desta Comissão, de convidá-lo. Foi uma extraordinária manhã quando nós pudemos ouvir aquele que, como brasileiro, pela primeira vez ocupa um dos cargos mais importantes, diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, foi reeleito e reassume agora, em setembro. Exatamente agora ele está assumindo um mandato de mais quatro anos. Ele pôde explanar um pouco dos desafios das relações comerciais, econômicas, da integração no mundo.

Aproveitando esse debate... Porque o nosso propósito é estender pontos ou erguer barreiras? Esse é um dos propósitos, já é o 11º painel que nós estamos fazendo, e eu fiquei muito reflexivo, assim, como fazer uma reflexão sobre... Ele falou muita coisa importante, mas algumas delas me chamaram muito a atenção. Ele associou a questão do comércio com internet, por exemplo, e falou do mercado eletrônico. Quando se discute mercado eletrônico, vale para dentro. Nós estamos em uma situação ainda pouco definida. Alguns Estados trabalham muito com o mercado eletrônico, são bases de empresas, e outros não. É um desafio para a tributação, é um desafio para os tributos dentro do Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mas, quando você vai para o mundo, é mais complexo ainda. Ele deu números que são assustadores, falando que, de 2012 e 2013 para cá, o comércio eletrônico saiu de US$12 trilhões ou US$13 trilhões para US$22 trilhões, que é o último dado – US$22 trilhões, e o nosso País está fora, segundo informações dele.

Estou falando isso porque acho que o Brasil tem algo, Presidente... Nesse debate, eu não sei... Não estou ocupando o Itamaraty, não estou ocupando o Ministério do Comércio Exterior, mas é algo que eu queria entender um pouco melhor. A política que nós temos com os vizinhos, com os países vizinhos, eu já falei uma vez aqui, é uma política um pouco perversa. Nós ganhamos dinheiro com todos os vizinhos, tiramos dinheiro de todos os vizinhos e perdemos para quem não é nosso vizinho. Ou seja, nós ganhamos dos vizinhos, vivemos em função deles e perdemos, gastamos com os que não são nossos vizinhos. Exatamente o contrário do que a China faz: a China perde dinheiro com todos os países vizinhos, do entorno dela, talvez aí ela estabeleça uma relação de dependência deles com ela, e o Brasil faz o contrário. E nós nunca fomos um país, pelo menos eu não vejo assim, de explorar, mas eu acho que falta muita integração nossa com Bolívia, com Peru. Eu vivo ali na fronteira, eu vivo na fronteira. Mesmo com a Argentina, nunca resolvemos... O Presidente está falando desse grupo, e eu fiz um apanhado breve aqui.

Nessa crise que nós estamos vivendo, veja a situação, nessa crise econômica que nós estamos vivendo, o reflexo dela nos países vizinhos: a queda nas importações, que já são precárias, nossas com os vizinhos, foi de 27% de 2014 para 2015 – quase um terço do que os nossos vizinhos exportavam para nós desapareceu. O problema não foi só esse, mas chegou a quase 30% no ano passado de queda de novo. Então, nós deixamos de importar quase a metade do que importávamos. E aí eu estou pondo aqui Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Vou dar os números. Participação do Brasil nas exportações desses países: da Argentina, 18%, pelo menos era; Bolívia, 27%, quase um terço; Chile, 5%; Colômbia, 3%, mas aqui já há uma queda, que foi de 2014 para 2015, esses são números de 2016; Paraguai, 31%; Uruguai, 14%, Venezuela... Então, a queda nas importações da Argentina – aqui eu estou falando em 2015 – foi de -27%; da Bolívia, -34%.

Já imaginou o baque que esses países tiveram nas suas contas? A Bolívia exportava quase 1 bilhão para o Brasil, claro, tem o gás, mas deixou isso... Virou a metade, em dois anos virou a metade. Imagine um país como a Bolívia, com o PIB que tem. No Chile, foi 15% a queda; na Colômbia, foi 30% a queda; no Equador, 17%; Paraguai, 26%. Ora, o Paraguai também tem 31%. Claro, tem Itaipu nas exportações dele para o Brasil, e isso cai 26% em um ano e o mesmo número no outro; Peru, 26% também de queda; Uruguai, 36%; e a Venezuela 42% em um único ano.

Então, eu não sei, nós não debatemos isso. Acho que o Brasil precisava trabalhar um pouco melhor essa política com os vizinhos. Discutimos sempre Mercosul, agora vamos estabelecer um acordo com a União Europeia, que é óbvio que eu defendo, mas eu acho que é muito... Não sei se é muita política e pouca economia, porque eu vejo os Estados Unidos com a Venezuela nessa crise, até de ameaça de intervenção, mas os negócios eles põem à parte e seguem – ainda bem que seguem – comercializando lá petróleo, um comprando, outro vendendo.

Eu queria pôr um aspecto só, Presidente. Eu ressalto esse. Quando eu falo do comércio eletrônico, voltando um pouco, eu acho que nós... Vejo isso lá no Acre, na fronteira com o Peru. Fizemos uma rodovia, e é absolutamente precária a aduana, do ponto de vista da facilitação. É uma tecnocracia proibitiva, na relação com os vizinhos, de ir e vir, do comércio, proibitiva. É o pior negócio do mundo alguém que está em um Estado vizinho ao Acre, ou no Acre, ou em um Estado vizinho, Madre de Dios, ou Pando, Bolívia e Peru, e o Acre querer estabelecer uma relação comercial. É um sofrimento sem fim, todo tipo de dificuldade acontece. É muito mais fácil o pessoal exportar via portos para Santos e depois internalizar aqui do que tentar fazer via fronteiras.

Isso é gravíssimo e se reflete no tal comércio eletrônico. Eu perguntei para o Embaixador Roberto Azevêdo: "Mas, por quê?" Ele disse: "O comércio eletrônico é usando rede de computadores de absoluta confiança. Eu vou, entro, escolho o produto, compro, mas esse produto, quando chega à minha casa, pode ter algum problema, eu posso ter que trocá-lo." Ele falou: "No Brasil, isso não existe; se vender algo e a pessoa não gostar, trouxer de volta para cá, quando for sair, ou na entrada, vai ter de pagar imposto ou vai desaparecer nos armazéns das aduanas." E foi o Secretário-Geral da Organização Mundial do Comércio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E o Brasil está fora, porque não é confiável para essa relação de ir e vir das mercadorias que, pela internet, é algo que ganhou o mundo em uma dimensão exponencial, que ninguém sabe onde vai parar. Os Estados Unidos já estão vendendo carro pela internet, você compra pela internet e depois vai receber o carro – não tem que passar por nenhuma concessionária ou coisa que o valha.

Então, talvez, Presidente – eu concluo –, eu acho que nós deveríamos aqui, já que nós queremos estender pontes e não pôr barreiras, fazer uma discussão um pouco melhor, e até como legislador eu pretendo entrar um pouco nisso porque vou levar a sério o que eu ouvi, de ver se criamos uma política diferenciada, como os outros países já estão fazendo, para o comércio eletrônico internacional, que eu estou dizendo, para que o Brasil possa exportar, possa ganhar a confiança de quem compra, o que nós não temos hoje. Mas talvez um debate um pouco mais objetivo sobre quais são as barreiras, os muros que nós temos para exportar e até mesmo para importar hoje? A nossa legislação é moderna? O sistema que nós temos de aduana é atual, é competitivo ou não é? Porque, se não for, esqueçam, não vai haver solução. Uma coisa é exportar commodities. São milhões e milhões de toneladas. Aliás, eu nunca gosto disso, Professor. Eu ouvi V. Sª falando da soja, mas o Brasil começou exportando pau-brasil, não deu certo. Depois, pegou todo o ouro que tinha em Minas, não deu certo; pegou diamante, também não deu certo; pega madeira, não dá certo; minério de ferro... Nós vamos passar... Por 500 anos já foi assim.

Acho que nós tínhamos que pensar em agregar valor de verdade. Eu fui ao Rio Grande do Sul. Vou pegar um exemplo: o arroz do Rio Grande do Sul é fantástico. Eles têm uma produção de arroz maravilhosa, têm clima, têm um ambiente solo, dominaram, mas produzir arroz, armazenar, ensacar e vender, será que é um bom negócio? Eu acho que não. Que tal se lá fosse um dos lugares que mais desenvolvessem produtos a partir do arroz, que agreguem valor, vendendo dezenas de possibilidades que o arroz gera. Eu acho que falta isso para o nosso País.

Como a gente tem muita terra, tem muito volume, tudo aqui é muito grandioso, a gente resolve vender tudo *in natura* também. Mas, se já exportamos ouro, não deu certo; diamante não deu certo; pau-brasil não deu certo, minério de ferro não deu certo, soja, também. Imagine. Só nós que fazemos essa loucura de exportar tudo *in natura* em *commodities*. E aí não cuidamos de trabalhar o refinado das aduanas para exportar coisas que possam, de fato, agregar muito valor e possibilitar que pequenos exportadores se apresentem.

Também aí há o mais grave problema que talvez valha um debate aqui: todos os outros países trabalham com pequenos exportadores. O Brasil trabalha com grandes exportadores. Nesse caminho, nós não vamos ter margem para poder entrar nesse mundo novo da internet, da exportação, do comércio eletrônico. Pode-se exportar tudo por ele, desde que criemos as condições para que ele aconteça e se instale. Então, o Brasil está fora de um mercado que, daqui a cinco anos, talvez, vire US$50 trilhões, e o Brasil está fora.

Eu queria deixar essa sugestão para, em algum momento, quando formos pensar em alguns nomes, fazer esse debate sobre as barreiras, os muros que nós temos para que o Brasil seja competitivo na facilitação de exportação e também, obviamente, de importação.

E, claro, um debate da relação nossa com os vizinhos. Por que importamos tão pouco dos vizinhos e não criamos uma política de: "Olha, Bolívia, produza isso. Peru, produza aquilo?" E nós vamos importar, em vez de importarmos da Ásia, ou sei lá de onde, para suprirmos as nossas necessidades.

Se tivéssemos a chance de ter um pequeno comentário do Embaixador Botafogo ou mesmo do Professor, eu agradeceria.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senador Jorge Viana.

E passo a palavra ao Embaixador José Botafogo Gonçalves.

O SR. JOSÉ BOTAFOGO GONÇALVES – Senador, o que o senhor falou é absolutamente correto. Não sei se a resposta vai ser satisfatória para todos. A verdade é que o modelo brasileiro, volto a repetir – e a minha experiência de 40 anos no Itamaraty confirma isso –, é um modelo que dá preferência ao mercado interno em relação ao mercado externo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Qualquer esforço de negociação, desde a Rodada Tóquio, de que participei, tinha sempre um funcionário da Cacex de então que dizia o seguinte... Sobre chocolate... Eu me lembro porque participei. A Europa queria vender chocolate ao Brasil. Então, vinha um estudo da Cacex que dizia: o Brasil exporta menos chocolate do que importa. Nós somos deficitários no comércio internacional de chocolate. Então, não faz acordo, não oferece nada. E assim era.

Nós, com relação à América do Sul, continuamos, apesar de termos reduzido as barreiras, praticamente eliminado as barreiras tarifárias, continuamos com as barreiras não tarifárias.

Não me lembro... Acho que há pouco tempo o Equador queria vender banana. Não conseguiu vender um pouquinho mais de banana que o Brasil. Sempre aparece alguém aqui que quer impedir o Brasil de comprar banana, de importar frutas.

Eu também me lembro de que, quando trabalhava no Mercosul, o então ministro da Indústria da Bolívia queria vender mais camisas, parece que a camisa boliviana era muito boa, e vendia para essa cadeia Richards, que é uma cadeia de roupa chique de homem aqui no Brasil. Não conseguia cota para vender mais camisa, porque a indústria brasileira se sentia ameaçada pela indústria boliviana de camisa. Esse problema, desculpe-me, Senador, ainda existe hoje com grande força.

Então, esse é um esforço que realmente – e o senhor tem toda a razão – é preciso fazer. E é preciso encontrar uma maneira de penalizar a burocracia que fica amarrada a esses hábitos e que não respeita os acordos internacionais que foram feitos.

Nós temos superávit comercial praticamente com todos os países da América do Sul. E isso não se justifica, porque nós somos protecionistas. Eles se queixam com razão. É tudo meio escondido, é tudo complicado. Vá a Camex e verá a quantidade de queixas que eles têm.

Então, vale a pena fazer um exercício especificamente sobre isso, para verificar como a burocracia estabeleceu-se aqui no Brasil dentro ainda do conceito de proteção absoluta ao mercado brasileiro, o que significa o seguinte: importar é sempre ruim, exportar é uma maravilha. Não dá para fazer comércio, que é uma via de mão dupla, como acabou de dizer aqui o Senador. Tem que ser dos dois lados. É um processo cultural, é um processo burocrático, é um processo político. E eu acho que esse é um problema que vai mais do que a burocracia. Acho que devia haver um debate entre os principais partidos políticos, porque os nossos partidos políticos também são muito confusos em relação ao comércio internacional, seja de esquerda, seja de direita, seja de centro. Os nossos partidos políticos têm também uma agenda de comércio internacional muito mal estruturada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado, Embaixador.

Eu perguntaria ao Prof. Luiz Afonso se teria alguma consideração a fazer.

O SR. LUIZ AFONSO DOS SANTOS SENNA – Não, eu acho que o Embaixador complementou com maestria.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª.

Então, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a presença no nosso painel de hoje de S. Exªs o Embaixador Nabil Adghoghi, do Reino do Marrocos; o Embaixador Nelson Manuel Cosme, de Angola, no nosso País; a Embaixadora Gisela Padovan; o Brigadeiro Maurício Augusto Silveira de Medeiros; o Ministro Conselheiro Ahmed Drif, da Embaixada do Reino do Marrocos; sim, antes, S. Exª o Encarregado de Negócios da Côte d'Ivoire, Lamine Kanté; também o Conselheiro Wilfredo Chávez Serrano, do Estado Plurinacional da Bolívia; o Secretário Rodrigo Conde Garrido, da Embaixada da República Argentina; Primeiro Secretário Faleg Valdez Cópas, da Embaixada do Estado Plurinacional da Bolívia; o Segundo Secretário Sebastião Tomáz, da Embaixada de Angola; o Adido Civil Aleksandr Kratkovsky, da Embaixada da República da Bielorrússia; e S. Exª a Srª Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados Deputada Bruna Fulan.

Muito obrigado a V. Exªs pela participação e pela presença.

Conforme já divulgado aqui anteriormente, nós daremos prosseguimento aos nossos painéis e, no próximo dia 18 de setembro, segunda-feira, ocorrerá o 12º Painel, às 18h, no plenário desta Comissão, quando será abordado o tema: "Os BRICS e a ordem internacional contemporânea: para onde vão os gigantes emergentes?"

Para debater e expor o tema, teremos como convidados o Dr. Renato Balmann, professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília; o Dr. Agnelo de Oliveira Segrillo, professor do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Departamento de História da Universidade de São Paulo; e o Dr. Marcos Degaut, Secretário-Adjunto de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Agradeço, mais uma vez, a participação das senhoras e dos senhores já citados aqui presentes, além dos palestrantes, S. Exªs, o Embaixador José Botafogo Gonçalves e o Prof. Dr. Luiz Afonso dos Santos Senna, pelas suas brilhantes exposições.

Antes de encerrarmos os trabalhos de hoje, convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião deliberativa a realizar-se no dia 14 de setembro, quinta-feira, às 9h neste plenário.

Agradecendo a todos, mais uma vez, pela audiência, aos nossos internautas e àqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Senado, declaro encerrada a presente reunião.

Boa noite.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 20 horas e 16 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas do dia quatorze de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Romero Jucá, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, Ricardo Ferraço, Lasier Martins, Ana Amélia, Pedro Chaves, Hélio José, Fernando Bezerra Coelho, José Pimentel, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente faz a leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 50, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pronto para deliberação. O Presidente convida o Embaixador, a ser sabatinado nesta reunião, a tomar assento à mesa. O Presidente concede a palavra ao Embaixador, para fazer sua exposição. Usam da palavra para fazer questionamentos ao sabatinado os Senadores Lasier Martins, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Antonio Anastasia, Jorge Viana, Ricardo Ferraço e Pedro Chaves. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à indicação do nome do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo, com 15 (quinze) votos favoráveis. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar." **Autoria:** Deputado Esperidião Amin. **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores Romero Jucá, Pedro Chaves, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Antonio Anastasia e Ronaldo Caiado. **Resultado:** Aprovado o relatório, sem a Emenda apresentada. É aprovado também Requerimento de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 31 de 2017** que: "Requeiro urgência, nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o Art. 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, para o Projeto de Lei da Câmara n° 44, de 2016, que "Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar"." **Autoria:** Senador Fernando Collor. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior que fica dada como lida e é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Collor
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado da República.

Expedientes recebidos sobre o Uzbequistão.

O Uzbequistão foi a primeira das repúblicas soviéticas a decidir por um plebiscito, em 1990, a sua saída do Bloco Soviético, jogando-o em uma convidativa, porém difícil, jornada.

De lá para cá, sua economia passou da dominância agrícola – mais de 33% do Produto Interno Bruto – para ser atualmente uma nação repleta de modernas indústrias dos mais diversos setores de produção, tais como máquinas e componentes industriais, petroquímicos, construção, entre outros.

Diversas reformas estruturais estão sendo implementadas, especialmente a partir de 2014, tornando a República do Uzbequistão um país seguro de se viver e aberto a investimentos.

Em pouco mais de um quarto de século, sob soberania plena, o país saiu de uma renda *per capita* de US$1,6 mil para os atuais US$6 mil, num crescimento sem precedentes, doze vezes o seu produto doméstico.

Alguns dos lugares mais culturalmente ricos do Planeta lá se encontram, como as cidades de Khiva, Samarqand, Kokand, Tashkent e suas belas mesquitas e madrassas. Proeminentes figuras vieram desses lugares ou lá estudaram, gerando valiosas contribuições ao mundo, seja na Matemática, na jurisprudência islâmica – muito avançada até para padrões ocidentais atuais – na Astronomia e nas Artes.

O Presidente Islam Karimov também foi eficaz em erradicar os obstáculos que levariam o Uzbequistão a uma guerra civil nos anos de 1990.

O Presidente eleito em dezembro de 2016, Shavkat Mirziyayev, está inclinado a prosseguir com as políticas públicas de abertura do mercado e arrojados programas educacionais já iniciados.

Consta da agenda do governo uzbeque uma tentativa de aproximação com o Brasil, país com o qual o Uzbequistão ainda não tem relações diplomáticas diretas.

A independência do país é celebrada no dia 9 de setembro, perfazendo, em 2017, 26 anos de soberania plena.

Comunicados.

Coreia do Norte.

Após as últimas sanções impostas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas à Coreia do Norte, na segunda-feira passada, o país ameaçou os Estados Unidos com o que ele chamou de "a maior dor" que o país jamais sofreu em sua história. Isso foi dito numa conferência de imprensa, em Genebra. O Embaixador da Coreia do Norte junto às Nações Unidas foi quem as pronunciou, o Sr. Han Tae Song.

A resolução foi a nona adotada por unanimidade pelas Nações Unidas desde 2006. Essas sanções são a tentativa de impedir o acesso do país a combustíveis e renda para desenvolvimento de seus programas nucleares. As medidas restringiram a importação de petróleo, baniram a exportação de têxteis da Coreia do Norte e foram aprovadas depois que aquele país levou a cabo o sexto e maior teste nuclear, no início deste mês de setembro.

A China, o principal aliado econômico da Coreia do Norte, fornece a maior parte do óleo bruto daquele país. Estima-se que o embargo à exportação dos têxteis, segundo maior produto de exportação norte-coreana, privará o regime de Pyongyang de mais de US$700 milhões anualmente e que a proibição de emissão de novos vistos para trabalhadores norte-coreanos no exterior cortará US$500 milhões de imposto de renda do país.

Até o momento, todas as tentativas de negociar com os norte-coreanos acordos do tipo ajuda por desarmamento falharam. As Nações Unidas têm implementado sanções cada vez mais severas com pouco efeito. A China, único país realmente aliado da Coreia do Norte, também tem imposto pressões econômicas e diplomáticas, e agora os Estados Unidos ameaçaram com o uso da força militar. A crise está sendo fabricada há anos, mas encontra-se agora em outro nível. Porém, segundo os analistas, enquanto um confronto parece mais real do que nunca, o resultado final desta crise ainda é absolutamente incerto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sobre a Alemanha, em dez dias, no próximo domingo, dia 24, eleições gerais na Alemanha decidirão a nova composição do Bundestag, a Câmara baixa do Parlamento. De acordo com análise do jornal britânico *Financial Times*, será difícil impedir um quarto mandato da Chanceler Angela Merkel, pois seu partido, a União Democrata-Cristã, tem 39% das intenções de voto, enquanto o segundo colocado, o Partido Social-Democrata, liderado por Martin Schulz, tem 24%, segundo as últimas pesquisas.

Por outro lado, com apenas 39%, os democrata-cristãos não conseguiriam maioria do Parlamento e precisariam formar uma coligação com outro partido para governar. O voto na Alemanha é facultativo: 61,5 milhões de eleitores, de uma população total de 81 milhões, estão aptos a votar no país. Concorrem à eleição os partidos União Democrata-Cristã, o Partido Social-Democrata, Os Verdes, A Esquerda, o Partido Democrático Liberal, o Partido Pirata, o partido Eleitores Livres e o partido Alternativa para a Alemanha, sendo que este último é um partido populista de extrema direita, o Alternativa para a Alemanha, com ideias semelhantes à do francês Front Nationale, de Marine Le Pen, e do neerlandês PVV, de Geert Wilders, ambos derrotados nas últimas eleições realizadas em seus respectivos países.

No sistema distrital misto alemão, cada eleitor dispõe de dois votos, direto e na legenda. Com o primeiro voto, o voto direto, o eleitor escolhe um candidato para representar o seu distrito eleitoral. A Alemanha tem 299 distritos eleitorais com representantes eleitos por voto direto e que compõem metade das 598 cadeiras do Parlamento alemão. O segundo voto determina a força de cada partido dentro do Bundestag. Na hipótese de um partido obter 40% dos votos de legenda, ele terá 40% das cadeiras no Parlamento. Para estipular quem serão os Deputados eleitos, os partidos estabelecem uma lista hierárquica: o primeiro da lista costuma ser o candidato a Chanceler Federal. O eleitor alemão tem a liberdade de dar seu primeiro voto ao candidato de um partido e o segundo voto à lista de outro partido.

Se um partido, porém, eleger mais Deputados pelo voto direto que pelo voto de legenda, o sistema eleitoral alemão permite que os Parlamentares eleitos diretamente assumam os seus mandatos; mas, para compensar, todos os demais partidos ganham cadeiras adicionais, conforme a porcentagem de votos obtida por cada um. Isso evita que o voto direto tenha mais peso que o voto de legenda e permite que sejam eleitos mais do que o número mínimo de 598 Parlamentares em uma eleição.

Pela cláusula de barreira, só obtêm cadeiras no Parlamento alemão os partidos que conquistarem pelo menos três mandatos pelo voto direto ou 5% dos votos na legenda. Em 2013, os democratas-cristãos de Merkel tinham a intenção de formar uma coligação com o Partido Liberal Democrático para conseguir as cinco cadeiras, que lhes garantiriam a maioria, mas os liberais não conseguiram o número mínimo de 5% no voto de legenda, o que levou Merkel a negociar uma aliança com os sociais-democratas do SPD, o principal partido de oposição a seu governo.

As chances do líder dos sociais-democratas, Martin Schulz, não melhoraram depois do único debate televiso obrigatório entre os dois principais candidatos, ocorrido no último domingo, dia 3 de setembro. De acordo com a correspondente da rede britânica BBC em Berlim, Jane Hill, durante o debate, Merkel pareceu relaxada, confiável, experiente, respondendo sem esforço aos ataques de seu oponente. Angela Merkel lidera o governo alemão desde 2005 e se tornou uma das figuras mais reconhecidas no mundo. A correspondente Jane Hill destaca que Merkel suportou uma crise financeira, tumultos acerca de políticas de imigração e a ruptura causada pelo Brexit. Mesmo assim, parece inclinada a conquistar o seu quarto mandato de chanceler.

Sobre a Catalunha, a Procuradoria-Geral da Espanha está investigando 712 prefeitos de cidades catalãs que prometeram apoiar a realização do plebiscito sobre a separação da Catalunha da Espanha, programado para o dia 1º de outubro próximo, apesar de ter sido declarado inconstitucional pelo Tribunal Constitucional da Espanha, que suspendeu, preventivamente, uma lei que convoca a realização do referido pleito. A Procuradoria espanhola também pediu aos chefes das forças de polícia da Catalunha que ordenem a apreensão das urnas, detenham qualquer ação relaciona aos preparativos do plebiscito e que prendam os prefeitos que se recursarem a comparecer às delegacias para questionamento. Os líderes catalães, no entanto, prometem seguir com o plano de realizar a votação. Esses prefeitos já haviam oferecido locais para a realização do plebiscito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Parlamento da Catalunha aprovou, no último dia 6, a lei que formalizaria os planos para o referendo. Na terça-feira, dia 12, a Promotoria catalã instruiu forças de segurança na cidade a apreender tudo o que possa ajudar na realização do plebiscito. A coligação pró-independência, que atualmente governa a Catalunha, prometeu que vai realizar o plebiscito, desafiando, assim, as proibições.

Venezuela.

Representantes do governo venezuelano e da oposição viajaram à República Dominicana nesta quarta-feira, ontem, para iniciar um processo que pode levar a uma nova rodada de conversas entre os dois lados. Ambos os grupos aceitaram o convite do Presidente dominicano Danilo Medina para tentar negociar um acordo que ponha fim à crise que atinge a Venezuela. O diálogo em si, porém, ainda deve demorar para começar. No momento, governo e oposição se encontraram separadamente com Medina para estabelecerem as condições de negociação.

"Conversando as pessoas se entendem, é isso que viemos dizer, vamos nos sentar e discutir para chegar a um acordo", afirmou Jorge Rodríguez, indicado por Nicolás Maduro como representante do governo nas conversas. Segundo ele, governo e oposição estão "muito perto de resolverem alguns pontos essenciais."

A oposição, que está representada por um grupo de deputados e dirigentes, avisou, porém, que a ida para a República Dominicana não significa um início de diálogo.

Para que as conversas de fato avancem, a coalizão opositora Mesa da Unidade Democrática apresentou, na terça-feira, suas exigências. Entre elas estão a realização de eleições presidenciais em 2018, a libertação de opositores presos, o respeito à autonomia do Parlamento e uma ação imediata para resolver a crise econômica no país. Maduro ainda não respondeu se aceita as condições.

"Para um diálogo, devem estar o Vaticano, a ONU, os governos democráticos com peso mundial, tudo com uma agenda clara e com garantias. Isso é possível? Maduro tem a resposta", disse, nesta quarta-feira, o líder opositor Henrique Capriles.

Caso o diálogo ocorra, não será a primeira vez que Maduro e opositores aceitam sentar-se à mesa. O Vaticano mediou um processo de conversa entre eles, no final de 2016. A oposição, porém, se retirou em janeiro deste ano, quando acusou o Presidente Maduro de descumprir a promessa de soltar os presos políticos, o que logo em seguida ocorreu, com a libertação dos dois principais líderes opositores ao governo venezuelano.

Terminada a leitura dos comunicados, passamos à nossa pauta.

Sua primeira parte é de indicação de autoridade.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 50, de 2017
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática do Congo.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Lasier Martins.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 31/08/2017, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Convido para que tome assento junto à Mesa Diretora dos Trabalhos S. Exª o Embaixador André Luiz Azevedo dos Santos, a quem damos as melhores boas-vindas. (*Pausa.*)

Mais uma vez, seja muito bem-vindo, Sr. Embaixador André Luiz Azevedo dos Santos.

V. Exª disporá de 15 minutos para sua exposição inicial. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS – Exmo Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Fernando Collor de Mello, excelentíssimas senhoras, excelentíssimos senhores integrantes desta Comissão, caros colegas, senhoras e senhores, primeiramente, agradeço ao Sr. Presidente e aos demais membros da Comissão pela oportunidade de me dirigir a V. Exªs e tecer comentários sobre as relações entre o Brasil e a República Democrática do Congo, no contexto da minha designação, caso venha a obter a anuência de V. Exªs como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil em Kinshasa.

Em segundo lugar, registro a minha satisfação pessoal e meu orgulho profissional por lograr obter de meus superiores, pela segunda vez, o voto de confiança em mim depositado ao submeterem o meu nome a esta instituição para desempenhar a função de representante diplomático junto ao Congo DRC.

Excelências, organizei meus comentários em três partes – contexto histórico, panorama atual e interesses brasileiros – a fim de facilitar um encadeamento dos temas que tenciono abordar.

Passando diretamente à contextualização histórica, cabe ressaltar que a realidade no Congo RDC, como na maioria dos países no continente africano, só pode ser satisfatoriamente apreendida se nos remetermos pelo menos à segunda metade do século XIX, no período da última expansão colonialista europeia.

Recordo, nesse sentido, que o atual país foi conhecido como Zaire entre 1971 e 1997, durante o governo de Mobutu Sese Seko; República do Congo entre 1960, data da independência do país, e 1971; Congo Belga, de 1908 a 1960, denominação essa que até hoje é identificada como parte da história do país; e, em primeiro lugar, Estado Livre do Congo no período entre 1885 e 1908.

Para os fins desta apresentação, eu vou falar um pouco do Estado Livre do Congo, sem qualquer pretensão de exaurir o tema, mas é um momento que nos interessa, porque foi a partir dessa intervenção europeia naquela região intervenção que se deram as bases econômicas políticas que serviram de suporte para todo o correr da história do Congo ao longo do século XX.

Essa intervenção europeia se dá através do reino da Bélgica, e o seu soberano, na época, o monarca Leopoldo II, que contratou os bons ofícios do explorador e aventureiro inglês Henry Stanley para negociar com as tribos e as lideranças tribais ao longo do Rio Congo, na margem direita de quem vai no sentido do Oceano Atlântico para o leste do continente europeu, ou melhor, do continente africano.

São essas negociações levadas com muito sucesso pelo Stanley que vão permitir que, na Conferência de Berlim de 1885, o soberano belga consiga, obtenha dos seus pares europeus a anuência internacional para estabelecer a sua colônia. É preciso deixar bem claro neste momento e ressaltar que ele não faz essa negociação em nome do governo belga, em nome da Coroa belga, mas ele a faz em seu nome. Então, o Estado Livre do Congo, na verdade, tornou-se uma propriedade privada do rei da Bélgica naquele momento.

A exploração das riquezas desse território a partir dos agentes comerciais do rei belga, nesse período que vai de 1885 até 1908, foi uma exploração baseada na extração da borracha e no acúmulo de marfim, que eram os dois produtos cobiçados na Europa nessa época. Só que, no caso específico da borracha, em função das cotas estabelecidas por esses agentes comerciais, foi instituída como prática a violência física como punição no fracasso do alcance dessas cotas. Essas punições físicas, que depois vão ocorrer de forma infelizmente frequente na história da África ao longo do século XX, incluíam o decepamento das mãos, dos braços e dos pés dos nativos que estavam...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Pelos holandeses?

O SR. ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS – Não, pelos belgas. Na verdade, isso era feito por capatazes, a mando dos agentes comerciais belgas.

Esse período vai gerar uma grande revolta. Essa situação vai gerar uma grande revolta na Europa e nos Estados Unidos. A pressão decorrente dessa revolta, que alcançou um nível de popularidade bastante significativo para a época, acaba levando a Coroa belga a se intrometer na situação, e, como um arranjo, a Coroa belga comprou do rei o Estado, o território do Congo, e, a partir de então, em 1908, esse território passou a ser colônia belga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas é importante notar que essa situação em que os interesses políticos são aliados a ambições econômicas – podemos falar até de ganância econômica – vai pautar, mesmo depois da independência, a situação política, social e econômica do Congo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

André, desculpa! É só um instantinho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, tem a palavra S. Exª o Senador Hélio José. Peço licença a S. Exª o Embaixador André Luiz dos Santos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pela ordem.) – Desculpe, Sr. Presidente, é que estou em plena reunião do Senado do Futuro e sei da dificuldade hoje da presença dos nossos colegas. Fiz questão de vir aqui, primeiro, para homenagear V. Exª e também a S. Exª o nosso André Luiz, que me visitou. Se for possível, eu gostaria que V. Exª abrisse o painel de votação para que pudéssemos já votar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – S. Exª o Senador Hélio José solicita que seja aberto o painel para que seja dado início à votação do sabatinado.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Solicito, portanto, à Secretaria desta Comissão que abra o processo de votação para que S. Exªs possam já depositar a sua escolha. Muito obrigado a V. Exª, Senador Hélio José.

Tem a palavra V. Exª, Embaixador André Luiz.

O SR. ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, é nesse período que são lançadas as bases sobre as quais os interesses econômicos externos, aliados a maquinações políticas igualmente exógenas, determinarão, como eu disse, mesmo depois da independência, as relações entre as nações europeias, também Estados Unidos, e o Congo ao longo do século XX.

O marfim e a borracha do Estado Livre do Congo são substituídos pelas riquezas minerais que até hoje caracterizam as exportações daquele país. E, no lugar da política neocolonialista do fim do século XIX, temos, a partir do pós-guerra do século XX, a Guerra Fria, que vai servir de sustentação política para o governo de três décadas do Mobutu Sese Seko.

Na situação atual, então, passando para um segundo momento, temos um período em que o fim da Guerra Fria, que, até então, dava sustentação a esse tipo de governo não só no Congo, mas também em outros países do continente africano e alhures, erode. O fim dessa Guerra Fria erode, causa uma erosão da base política de sustentação desse tipo de governo. Não é diferente no Congo, o Mobutu Sese Seko, depois de 32 anos de poder, sente muito a perda dessa sustentação política externa, enfrenta problemas econômicos gravíssimos e ainda é assolado por problemas de saúde, problemas pessoais de saúde.

Essa conjuntura negativa faz com que tensões que, ao longo da década de 80, permaneceram dormentes venham à tona já no início dos anos 90, e isso leva à falência do governo e colapso da República do Zaire em 1996.

Mobutu morre em 1997, já no exílio, e quem surge depois desse colapso é um líder rebelde que desde o final dos anos 60 se antagonizava ao governo Mobutu. O seu nome é Laurent-Desiré Kabila. Ele é ajudado pela situação de guerra que eclode no Congo entre Ruanda e os guerrilheiros Hutus, que fugiram, depois do genocídio de Ruanda em 1994, e atravessam Lago Kivu para chegar até o território congolês, que passam a utilizar como base para ataques à população ruandesa. Isso gera um conflito armado. Esse conflito armado é vencido pela aliança Ruanda e Uganda e leva ao poder Laurent-Desiré Kabila.

Laurent Kabila, uma vez no poder, tenta consolidar esse poder solicitando a saída das tropas estrangeiras. Não é bem sucedido. Há o início de uma segunda guerra, a segunda Guerra do Congo, que vai de 1998 até 2003. Mas, no meio da guerra, em 2001, Kabila é assassinado por seu guarda-costas e é substituído pelo seu filho, Joseph Kabila, que é hoje o Presidente da República Democrática do Congo.

A guerra termina em 2003. Tem início um período de estabilização com Joseph Kabila à frente. Nesse período de estabilização, com a ajuda da comunidade internacional e da ONU, são realizadas eleições gerais em 2006. Joseph Kabila é eleito democraticamente para um mandato de cinco anos; é reeleito em 2011, e o seu mandato terminou em 2016. Contudo, ele continuou no poder porque, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

questões logísticas e políticas, não houve eleições em 2016, de modo que, neste momento, há uma crise institucional no Congo. E o momento dessa crise é...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS – ...justamente a situação da não realização das eleições.

Do ponto de vista dos interesses brasileiros.

O grande interesse brasileiro é a estabilidade política do Congo. Na Embaixada, temos observado, no todo, a evolução dessa crise, mas de uma maneira bastante neutra; e nós também acompanhamos a evolução da Força de Paz da ONU.

Do ponto de vista econômico, nós temos todo o interesse em fortalecer e aprofundar as relações comerciais. Inclusive, entre as minhas visitas aos diversos departamentos do Itamaraty, eu tenho a alegria de comunicar a V. Exªs que, ao visitar o Departamento de Promoção Comercial, eu recebi a sinalização de que nós teremos os recursos, caso eu venha a ser aprovado por esta Casa, para levar adiante um projeto de estudo de caso para as exportações brasileiras e as importações do Congo e, depois, contratar um técnico que facilitará o trabalho de promoção comercial do Brasil e a inserção de companhias, não só grandes empresas como a Vale do Rio Doce ou a Marcopolo, mas também de pequenas e médias empresas que podem explorar o mercado congolês, um mercado que tem como característica uma demanda para produtos que nós temos a capacidade de produzir e exportar, competitivamente, para esses países.

Eu agradeço muitíssimo a atenção de V. Exªs. Agradeço, Presidente, a sua bondade ao me apresentar, a bondade das suas palavras, e a sua paciência com o tempo que me foi concedido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Embaixador André Luiz Azevedo dos Santos, indicado para a República Democrática do Congo.

Passo a palavra à primeira oradora inscrita, que é a Senadora Vanessa... Aliás, desculpe-me, Senadora. O Relator tem prioridade. Permita-me, então.

Senador Lasier Martins com a palavra, que é o Relator. Em seguida, Senadora Vanessa. Depois a Senadora Ana Amélia.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito obrigado.

Prezados colegas, saúdo o Embaixador André Luiz, que me deu a honra de uma visita ontem à tarde. Eu teria três perguntas, mas uma delas V. Exª já atendeu, com relação ao aproveitamento desse país que é o quarto em população, na África, com 80 milhões de habitantes, e que se torna um mercado consumidor muito atraente para o Brasil. V. Exª já falou de contatos com empresas brasileiras que possam exportar seus produtos para lá.

Então, eu queria lhe fazer outra pergunta sobre o problema apontado na República Democrática do Congo pelo relatório de gestão do Embaixador Paulo Uchôa Ribeiro Filho, que mostra a precariedade da segurança pública e da estagnação econômica do Congo, o que faz com que muitos congoleses queiram sair e vir para o Brasil. E nós estamos recebendo levas de estrangeiros, o que todos nós estamos acompanhando. Então, queria saber quanto ao setor consular da Embaixada, que diretriz o senhor leva com relação à concessão dos vistos para aqueles congoleses que querem vir para cá? Haverá uma triagem? Haverá algum critério com relação a esses vistos? Essa é a minha primeira pergunta.

Outra pergunta, Embaixador André Luiz, é com relação a esse mesmo relatório de gestão do Embaixador Paulo Uchôa, que diz que o solo da República do Congo é muito rico e tem sido pouco explorado. Fala ele em abundância de terras raras, inclusive com produtos de grande proveito industrial e para novas tecnologias. E diz esse mesmo relatório que o Brasil até hoje não se interessou por explorar essas reservas, não compareceu lá. V. Exª pensa também em alguma proposta com relação a uma maior presença do Brasil para exploração dessas riquezas que tem a terra do Congo?

A rigor são essas duas perguntas. Agradeço-lhe a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senador Lasier Martins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Passo a palavra a S. Exª Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar o Embaixador André Luiz e agradecer a gentileza. Não apenas ele nos buscou para fazer uma visita, mas também para debater assuntos relativos à diplomacia brasileira e sobretudo ao país para onde está designado, a República Democrática do Congo.

Tenho certeza de que V. Sª será aprovado, muito bem aprovado.

Eu primeiro quero dizer que essas são as poucas oportunidades que nós temos aqui no Congresso Nacional de entrar em contato com outras culturas, com a realidade de outros países. Eu considero esta Comissão da mais extrema relevância. Eu, aqui, ouvindo com atenção a exposição de V. Sª, percebi o seguinte: parecia que era uma história que estava sendo contada, Senador Collor, e uma história que aconteceu há dois séculos. Mas não é, não, é uma história que ainda se passa, porque o fim da guerra é muito recente, muito recente, 2003. E não significa exatamente o fim da guerra o fim dos conflitos e o fim das contradições. Os filmes mais tristes a que eu assisti até hoje na minha vida são filmes que contam a história do povo africano.

Eu sou Senadora pelo Estado do Amazonas; Senador Jorge, Senador pelo Estado do Acre. Nossos Estados iniciaram a primeira fase do seu processo de desenvolvimento da mesma forma que a República Democrática do Congo, com a exploração de borracha. E a exploração de borracha pelos seringalistas, aqui no Brasil, também foi muito dura. Foi muito dura! Apesar de a escravidão já ter sido abolida, os seringueiros eram escravos dos seringalistas. Eles trabalhavam – e trabalhavam muito – em regime inimaginável, porque tem que sair de casa à noite – tem que sair de casa à noite – e, em troca, recebiam a comida e morada. E, no final de cada mês, na prestação de contas, eles ainda eram devedores dos seringalistas.

Agora, percebam, eu não conheço a história de eles terem morrido da forma como morreram os congoleses, não. Aqui, com a Segunda Guerra, o Brasil foi chamado – por conta de uma decisão das Forças Aliadas – a ampliar a produção de borracha, porque já estava em decadência. E aí, o governo baixou alguns decretos estabelecendo a figura dos Soldados da Borracha. Alguns brasileiros eram convocados para o *front* de guerra, outros para irem à Amazônia explorar borracha. Prometeram mundos e fundos a eles e nunca cumpriram nada. A grande maioria que foi morreu sabe de quê? Malária, picadura de cobra, de animais peçonhentos. Agora, veja, comparando com a história do Congo, lá eles eram não apenas violentados, não apenas torturados, eles eram mutilados. Eu confesso aqui a minha ignorância, nobre Embaixador, Senador Collor, por não conhecer essa história. A partir de agora, vou, Senador Jorge, me dedicar mais a estudar e a conhecer.

Pensem, início do século passado, se não cumprisse aquela cota da extração da borracha ou da busca do marfim, pelo jeito, eles tinham mãos e braços decepados, uma história recente.

É muito triste. Muito triste! Por isso que, Senador Collor, eu pedi de imediato a minha inscrição, porque gostaria, mais do que fazer questionamentos, de dar este depoimento. Para mostrar até o quanto nós somos sociedades em construção ainda, nós não somos uma...

A Europa, as civilizações mais antigas do que as nossas, as africanas, as americanas, têm problemas; agora, nós temos muito mais problemas. Nós temos uma diferença social no Brasil que é algo que beira o absurdo. E eu costumo dizer: nós vivemos um momento muito delicado no Brasil hoje, Presidente Collor, muito delicado. Não é porque o Líder do Governo está aqui do meu lado que eu vou falar isso, mas eu não posso deixar de falar também: nós estamos num período de mudança de política que, segundo análise do meu Partido – mas não meu Partido, análise feita por Delfim Netto, por exemplo –, está nos levando à formação de uma nova colônia, porque todas as medidas que estão sendo tomadas em nome – entre aspas – "de superação de uma crise" são medidas que levam a perdas da soberania – à perda completa da soberania –, à perda da capacidade de desenvolvimento nacional tecnológico. Acabaram com a lei do conteúdo nacional num dos poucos setores em que o Brasil tem vantagem comparada com o mundo, que é o setor de petróleo, óleo e gás. Então, nós estamos, infelizmente, vivendo um momento assim.

Do ponto de vista das relações sociais, dos direitos sociais, a mesma coisa. Estão nos remetendo lá para o período pré-Vargas, que nem carteira de trabalho assinada tinha, onde trabalhador trabalhava 12 horas sem direito a nada. É a mesma coisa. Aí dizem: "Não, a Constituição garante isso." A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Constituição garante os direitos para quem tem carteira de trabalho assinada. Eles estão acabando com a carteira a partir do momento em que aprovam um projeto que diz: "Trabalhador autônomo pode ser contratado de forma contínua ou não, de forma exclusiva ou não." Só que voltamos ao período pré-Vargas, mas com o discurso da modernidade: agora o trabalhador não é mais um empregado, ele é livre. É chique, não é? Ele é autônomo. Aí ele faz o CNPJ dele e vai trabalhar nas mesmas condições de anteriormente, sem ter direito a nada.

Mas, enfim, vendo a realidade do Congo, a gente vê que a nossa situação é muito difícil, mas no mundo há situações tão ou até mais difíceis do que a nossa. E passo imediatamente a fazer algumas perguntas.

Eu conversei longamente com o Embaixador, Senador Collor, e ele já teve a possibilidade de me relatar uma série de projetos que tem para a sua estada no Congo. Mas, em relação à produção de borracha hoje, como está naquele país? Porque nós fomos engolidos pela Malásia. Essa é a primeira história de biopirataria do planeta. Levaram e lá passaram, em melhores condições, a produzir borracha. E lá, na República do Congo, como está?

Sobre a questão democrática, V. Sª disse que as eleições estão atrasadas por conta de falta de infraestrutura ou falta de logística. Qual é a previsão para a realização dessas eleições? Como se dá o processo eleitoral lá? As candidaturas são livres? A eleição é efetivamente democrática? Já começou o processo de campanha eleitoral ou não começou ainda?

E um terceiro e último questionamento é sobre a política ambiental da República do Congo. O Congo tem uma grande floresta também. Aí pelo mapa não dá para ver, mas se colocássemos talvez pelo satélite poderíamos ver que tem uma floresta rica, tal como temos aqui no Brasil. Como é desenvolvida a política ambiental naquele país? E a utilização dos recursos naturais da floresta é feita de forma sustentável?

Eles têm programas, incentivos de outros países mais desenvolvidos no mundo ou de instituições internacionais?

Era isso. Muito obrigada e peço desculpas pelo abuso do tempo, Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Por favor, Senadora Vanessa Grazziotin. Muito obrigado a V. Exª.

Passo a palavra a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente, Senador Fernando Collor; caro Embaixador André Luiz dos Santos; caros colegas Senadores e Senadoras, depois da aula da Senadora Vanessa Grazziotin... E fico muito feliz de ela curvar-se à lógica do grande mestre Delfim Netto, sendo uma Senadora do Partido Comunista. Então, já é um grande...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Eu não me curvei.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, eu fico muito... Acho que ela não está lendo toda obra do Delfim Netto, porque, nas matérias citadas, a abordagem que a Senadora Vanessa fez mostrou que ela não leu todos os artigos que Delfim Netto fez a respeito das reformas que o Brasil está implementando agora. Ao contrário da narrativa feita, elas têm outro viés e já têm resultados. Há pesquisas do Ipea mostrando isso, em relação à questão do trabalho.

Mas, enfim, a questão é fundamental. O Senador Lasier abordou a questão dos recursos minerais disponíveis no território do Congo. O mundo está caminhando para ter como meta do mundo globalizado, pelos acordos feitos, retirar, eliminar os automóveis movidos a energia fóssil, no caso, gasolina e diesel, para carros movidos a eletricidade, dentre outros. Eles vão precisar de baterias, e os dois países são os maiores produtores das matérias-primas que vão ser o petróleo do futuro: lítio e cobalto. E os dois países que têm as maiores reservas são exatamente o Congo e o Chile, aqui do nosso lado, perto de nós.

Então, eu só queria ver nessa área, aderindo ao que o Senador Lasier mencionou, especificamente nisso, eventuais parcerias que o Brasil possa fazer, porque Itaipu Binacional já está desenvolvendo tecnologias de carros elétricos em parceria com empresas automobilísticas, o que pode ser feito, porque temos no Brasil uma fábrica de baterias nacional, brasileira, e temos também outras produções nacionais de motores. Então, nós poderemos ter, no caso da indústria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

automobilística, um índice de nacionalização – não de colonização, Senadora Vanessa – altíssimo em um setor altamente competitivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra a S. Exª Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eminente Embaixador André dos Santos. Quero cumprimentá-lo pela sua exposição, muito rica, ao demonstrar o sofrimento do povo do antigo Congo Belga, antigo Zaire, hoje República Democrática do Congo, onde V. Exª vai servir.

Aliás, V. Exª, em razão do tempo, não teve oportunidade de falar em sua exposição, mas quero cumprimentá-lo pela sua trajetória africana, porque V. Exª serve atualmente na Libéria, já serviu na Nigéria e tem o conhecimento desse continente que é um continente irmão nosso, até pelas nossas proximidades e pelas nossas raízes. É fundamental essa proximidade para as questões de geopolítica. Então, quero cumprimentá-lo.

Antes de fazer a minha indagação, que será uma só, aproveito as observações da Senadora Ana Amélia sobre a Senadora Vanessa Grazziotin. Permita-me, Senadora Vanessa, mas eu não posso deixar de fazer aqui, com toda vênia, um pequeno reparo: o primeiro caso de biopirataria não foi o da borracha, foi o do café, quando nós trouxemos a muda de café da Guiana para o Brasil, no início do século XVIII...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Essa parte a gente pula!

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Essa é boa para nós – estou só fazendo o comentário.

E queria aproveitar também, Senadora Vanessa, que também fez uma bela intervenção, para sugerir a V. Exª a leitura de um romance muito bonito que eu comentava com o Embaixador, exatamente sobre a história sofrida do povo do Congo, que é *O Sonho do Celta*, de Mario Vargas Llosa, que traz a história do antigo cônsul inglês no Congo, Roger Casement, que é o pai dos direitos humanos no mundo. E foi ele que fez o início da campanha a que o Embaixador se refere e que levou o mundo todo ao asco à pessoa do Rei Leopoldo II, pelas atrocidades que ele cometeu naquele Estado, que era pessoalmente seu e que acabou, depois, passando ao trono belga.

Mas, sem me alongar muito – peço escusas, Presidente Collor –, me dirijo ao Embaixador.

Embaixador André, V. Exª me relatava, e disse aqui, que são 80 milhões de habitantes, portanto uma população grandiosa. Como nós teríamos condições, como V. Exª colocou na sua exposição, de levarmos a um país que é um país pobre e que tem uma população, por isso mesmo, com necessidades fundamentais, produtos industrializados brasileiros para suprir necessidades básicas, quer de alimentos, quer de vestuário, de calçados? Pergunto porque acho que temos ali um potencial mercado consumidor imenso, e acho que V. Exª terá condições, certamente, de adensar e de aprofundar ainda mais as relações comerciais entre os dois países. Então, é mais uma sugestão do que uma indagação, porque vejo ali grandes oportunidades, especialmente para médios fabricantes e médios empresários brasileiros, de exportação direta para o mercado consumidor do Congo.

Desejo a V. Exª muita sorte na sua futura estada em Kinshasa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia.

Com a palavra S. Exª o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Bom dia.

Cumprimento todos os colegas Senadores.

Aproveitando a contribuição do Senador Anastasia e cumprimentando o nosso Embaixador André Luiz, quero dizer que o problema é que a biopirataria... Aliás, não chamaria de biopirataria, mas nós temos a maior biodiversidade do mundo, Senador Anastasia e Senadora Vanessa: 20%. Mas faço alguma leitura só para ver o que fizemos nos últimos anos, inclusive desprezando essa biodiversidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A cana-de-açúcar, nós trouxemos da Nova Guiné; o café, da Etiópia; o arroz, das Filipinas; a soja e a laranja, da China; o cacau, do México; o trigo, da Ásia; a silvicultura, nós trouxemos da Austrália; os pinheiros, da América Central; e, na pecuária, os bovinos vieram da Índia, e os equinos, da Ásia. Faço essa enumeração só para... O capim também: tem origem africana. Então, não é uma novidade. E não vou considerar a parte que o Senador Romero Jucá...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – E há a batata.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É um mundo!

Mas eu queria, cumprimentando o Embaixador, dizer que acho muito importante recebê-lo. Como foi dito, ele terminou virando um especialista na África.

Nós estamos falando de um país, o Congo, que é muito importante. É um país muito sofrido. Eu queria que o senhor falasse um pouquinho...

Depois da Segunda Guerra Mundial, em nenhum lugar do mundo houve tanta matança e tantas mortes como no Congo: seis milhões de mortes! Nós precisamos falar dessas coisas quando o nosso Embaixador está indo para esse país. É um país que tem mais de US$20 trilhões no seu subsolo, segundo alguns levantamentos, e talvez por isso aconteçam essas disputas, essas mortes. Então, olhem de que país nós estamos falando: o Congo tem a segunda área de floresta tropical do Planeta.

Somos nós, Brasil, e ele está em segundo lugar. Está sempre no top 10 de florestas, porque a Rússia... Quando se somam todas as florestas, o Congo está em quinto até sétimo lugar, mas, quando são florestas tropicais riquíssimas em biodiversidade, ele é o segundo do mundo, longe do terceiro, que é o Peru. É desse país que nós estamos falando e para onde o senhor está caminhando.

Mas eu queria pôr mais um elemento, Presidente Fernando Collor, sobre o qual eu gostaria de ter um comentário mais abrangente: essa questão da tragédia que nós vivemos de seis milhões de mortes, dessas riquezas que estão no subsolo desse país irmão nosso na África e, num outro aspecto, salvo engano, V. Exª esteve na Libéria de 2011 a 2013...

O SR. ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS (*Fora do microfone*.) – Até hoje.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Até hoje.

Em 2014, nós tivemos o ebola, que foi algo que mexeu com a vida no mundo inteiro e lá na Libéria. O senhor pode falar um pouco dessa experiência? Porque o mundo vive ainda o medo de epidemias. Até pouco tempo atrás... E essa foi muito forte, foi em 2014, salvo engano. O senhor estava lá certamente. Então, se pudesse comentar também sobre isso, porque nós vivemos em regiões tropicais. Temos essa biodiversidade, mas é um problemão, quando trabalhamos com agricultura, com agrotóxicos, defensivos agrícolas, com os níveis de doenças que nós temos, também temos bichinhos aqui, os microorganismos, enfim... São situações muito complicadas para um país tropical enfrentar, especialmente africano. Mas nós aqui não somos diferentes, porque a Amazônia é tratada com desprezo ainda pelo Brasil, tanto do ponto de vista de ser uma região estratégica quanto também que ela tem de muito bom e de cuidados que precisa ter.

Eu gostaria de que, pelo menos nesses três aspectos – cumprimentando o senhor, com quem ontem tive o privilégio de conversar – o senhor pudesse nos ajudar a compreender melhor a questão do ebola, desse genocídio, dessa tragédia que o Congo viveu de mais de 6 milhões de mortes, e também dessa riqueza de ser a segunda área de floresta tropical do mundo, que tem no subsolo, segundo cálculos tornados públicos, trilhões, dezenas de trilhões de dólares. Talvez isso tenha levado o congo a viver tragédia como essa, que foi a maior depois da Segunda Guerra.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. PMDB - PE) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Jorge Viana.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Ricardo Ferraço, a quem tenho a honra de suceder na Presidência desta Comissão.

Com a palavra V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente Senador Fernando Collor. S. Exª o Embaixador André Luiz dos Santos.

Eu gostaria, Sr. Embaixador, que V. Exª pudesse relatar um pouco – salvo melhor juízo, não vimos em suas palavras registros dessa natureza, mas, se o fez, eu peço escusas. A nossa Agência Brasileira de Cooperação completa, em 2017, 30 anos de fundação e tem sido um braço estratégico na cooperação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do nosso País com os países africanos nas mais diversas regiões – não apenas na África, mas mais especificamente no continente africano –, nas mais diversas áreas, na área da saúde, do meio ambiente, e, sobretudo, na área da agricultura.

Eu gostaria de que V. Exª pudesse falar um pouquinho sobre suas expectativas, no momento em que a nossa Agência Brasileira de Cooperação faz 30 anos, de como anda a nossa Agência, qual é o estado da arte, que expectativa nós podemos ter de uma aceleração ou intensificação da Agência Brasileira de Cooperação no sentido de fortalecer ainda mais a promoção e os nossos laços de relacionamento com o país em que V. Exª, seguramente, estará nos representando, pelo exitoso e competente currículo que tem, como diplomata experiente, por ter feito essa carreira de Estado, por ter feito a Casa do Rio Branco, que é, seguramente, uma das excelências na formação de bons quadros do Estado brasileiro.

A expectativa que tenho é que V. Exª possa falar sobre a Agência Brasileira de Cooperação no sentido de contribuir com os objetivos do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Ricardo Ferraço.

O último orador inscrito é S. Exª o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Exmo Sr. Presidente, Senador Fernando Collor de Mello; Sr. Embaixador André Luiz, eu gostaria de fazer perguntas rápidas.

Primeiro, Brasil e Congo compartilham muitas características comuns, como, por exemplo, a extensão territorial, a expressiva cobertura de floresta tropical, a presença superlativa de recursos minerais de alto valor, amplo potencial hídrico e energético, extensas áreas agricultáveis, expressiva população. Esse quadro de tantas afinidades não redundou, pelo que se pode constatar, em proveito de um relacionamento bilateral mais consistente. Quais os motivos, a juízo de V. Exª, dessa situação? O que pode ser feito para alterá-la?

Segundo, considerando o potencial das características que nos aproximam, como explicar o fechamento de nossa Embaixada em Kinshasa no período de 1997 a 2004?

Por último, a juízo de V. Exª, quais são os maiores desafios a serem vencidos para uma maior aproximação bilateral no campo de cooperação técnica e humanitária?

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a S. Exª o Senador Pedro Chaves, último Senador inscrito para fazer indagações a S. Exª o Sr. Embaixador André Luiz dos Santos, a quem passo agora a palavra para oferecer respostas às perguntas formuladas.

O SR. ANDRÉ LUIZ AZEVEDO DOS SANTOS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Algumas indagações têm áreas de superposição, mas vou, primeiro, tentar responder às questões que não têm essa superposição, de modo que elas possam ser facilmente respondidas. Aí vou me concentrar num período maior, para tentar cobrir as demais questões.

Primeiramente, então, em relação ao questionamento do Relator, Senador Lasier, em relação à questão consular no Congo, a triagem dos documentos, da solicitação de vistos e de tudo mais é uma triagem que é feita de maneira comum e frequente em todos os postos, mesmo quando não há capacidade consular. Eu explico. A atual Embaixada onde trabalho, na Libéria, é uma unidade pequena, e não temos capacidade consular. Então, o cidadão liberiano que quer vir ao Brasil solicita o visto, mas esse visto é concedido ou na nossa Embaixada em Acra, em Gana, ou ainda na nossa Embaixada em Abidjã, na Costa do Marfim. No entanto, o processamento desse pedido é feito na Embaixada na Libéria porque, ainda que não tenhamos essa capacidade consular, temos, sim, a capacidade de verificar *in loco* se aqueles documentos apresentados são reais, se as informações prestadas pelo solicitante são reais e não objeto de falsificações. Dessa maneira, emprestamos à autoridade consular, seja em Acra ou em Abidjã, a confiança de poder conceder o visto uma vez que esses papéis todos já passaram pelo nosso crivo na Embaixada na Libéria.

Então, no Congo, isso também ocorre. O nosso grande problema, no caso específico do Congo, é que o volume desses pedidos vem aumentando, e, para fazer frente a esse volume, precisamos aumentar também a nossa capacidade de recursos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anteontem, estive com o subsecretário para assuntos do exterior do Ministério das Relações Exteriores, que me prometeu, dentro das limitações do Ministério, das limitações orçamentárias, apoio nesse sentido, para que eu venha a receber, em futuro próximo, funcionários adicionais que possam ser utilizados, direcionados especificamente para a área de vistos, para área consular, uma vez que a área consular, no Congo, como não temos uma expressiva população de brasileiros no Congo – é uma população pequena – em 90% dos casos está concentrada na avaliação e concessão de vistos. Então, quanto mais solicitações recebemos, maior o volume de trabalho e maior a necessidade de recursos humanos para esse sentido.

Em relação às riquezas minerais do País, a pergunta está, de alguma forma, presente em vários dos questionamentos apresentados por V. Exªs. O Congo é considerado por qualquer geólogo que tenha o mínimo de conhecimento sobre a situação mineral na África, no continente africano, uma aberração geológica. Essa aberração tem uma conotação muito positiva porque há absolutamente tudo. Foi mencionado aqui por uma das Senadoras a presença do lítio e do cobalto. Faltou mencionar que há as terras-raras, faltou mencionar que há ouro em quantidades admiráveis.

Faltou mencionar que o Congo é um grande produtor de diamantes. Faltou mencionar que mesmo o minério de ferro, que é o primo pobre dos minérios, que está presente em todos os lugares, está presente também no Congo. E, principalmente, faltou mencionar o urânio e os metais nobres, que têm uma importância estratégica fundamental, tanto do ponto de vista da segurança mundial, mas também do ponto de vista da segurança da produção de energia elétrica e no desenvolvimento de pesquisas na área de medicina nuclear.

Então, todo esse inventário de riquezas minerais do Congo já foi feito, mas há quem diga que foi feito de maneira muito pessimista. A expectativa é de que a realidade seja ainda superior ao valor do inventário feito, conhecido e mencionado nesta audiência.

Então, como o Brasil vê essa questão?

Bom; em primeiro lugar, temos de vê-la do ponto de vista estratégico. E, nesse sentido, como o Congo é detentor de minerais raros, que são valiosíssimos e serão ainda mais valiosos no futuro, o Brasil tem que ter uma política de relacionamento com o Congo de tal modo que, quando nossas empresas, quando as nossas instituições tiverem a necessidade de se relacionar com o Congo comercialmente nessa área de minerais, teremos já formada uma base de relações comerciais, diplomáticas e de amizade que tenderão a favorecer um relacionamento fluido, um relacionamento entre países que se veem, como citou aqui o Senador Pedro Chaves, como países de muitas afinidades, mas que precisam levar adiante esse projeto comum de exploração não só comercial, mas de exploração estratégica, no sentido de que visa o ganho econômico, sem, contudo, prejudicar a questão ambiental e sem prejudicar a questão social. E digo isso porque o que nós temos visto, em vários lugares, é que, quando há exploração das riquezas minerais, o lucro é obtido, mas, muitas vezes, sem considerar as perdas que ocorrem na esfera ambiental e na esfera social.

Então, creio que a chave do relacionamento entre o Brasil e o Congo nessa área é a construção de um relacionamento que preze não só o ganho econômico, mas também a defesa das leis ambientais e a defesa da questão social quanto ao trabalhador que está ali na mina. Mas que vá além e os ganhos sejam também revertidos para compensar os danos que a exploração mineral costuma trazer para a região e seus moradores.

Quanto à questão levantada pela Senadora Vanessa Grazziotin em relação à produção da borracha no Congo, a produção da borracha no mundo inteiro sofreu os efeitos da especialização. Então hoje as grandes produtoras de borracha estão concentradas na Ásia; e na África é possível verificar a produção da borracha em grande escala em alguns pontos, mas especificamente no Congo, essa produção hoje quase não é comercial. Eu digo quase não comercial porque não há um projeto de exploração contínua e em expansão. O que nós vemos é uma área de produção em retração, seja por causa dos preços da borracha que estão depreciados em função da competição da borracha sintética e tudo mais, seja porque a maior riqueza está no subsolo. Então, as concessões têm prevalecido, dado maior atenção à exploração das riquezas no subsolo, porque dessas riquezas o que cabe ao governo é muito superior do que a exploração agrícola em termos de grandes extensões de seringais. Então é um movimento de retração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em relação à questão democrática, creio que podemos afirmar com bastante segurança que faz parte de um processo. Então, se pegarmos uma fotografia do Congo em 2006, os relatórios quanto à questão democrática eram os mais positivos possíveis. Se tirarmos uma fotografia hoje, com a não realização das eleições, há uma visão mais negativa. Mas é um processo. E a posição do Brasil sempre foi de não interferir nas questões que consideramos de foro interno. De modo que a Embaixada se tem pautado pela observação dos variados movimentos na política congolesa.

Nos foros multilaterais, defendemos o princípio democrático com toda veemência e com toda razão com que esses princípios devem ser defendidos, mas nós não temos como praxe – e eu digo nós, não só os diplomatas brasileiros, mas todos os brasileiros e aqui inclui também os membros desta Casa que de alguma forma representam o Poder Público brasileiro no exterior em um momento ou outro –, não temos por hábito nem por tradição dar lições de moral a quem quer que seja. Muito pelo contrário, a nossa tradição tem sido de apoiar os países que que buscam o aprimoramento das suas instituições. Nós mesmos estamos passando, desde que me entendo por gente, por um processo de aprimoramento das nossas instituições democráticas com avanços em alguns momentos, retrocessos em outros, mas sem nunca deixar de acreditar que esse é o caminho que deva ser seguido. Serão esses os princípios que nortearão a minha atividade diplomática no Congo, caso V. Exªs me admitam como candidato a Embaixador na República Democrática do Congo.

Na questão da política ambiental e da sustentabilidade, eu abordei um pouco esse assunto quando nós falamos das riquezas minerais. Quero apenas citar que o Congo, como tem uma grande cobertura de floresta tropical, como o Brasil, costuma ter que enfrentar nos fóruns multilaterais os mesmos problemas que nós enfrentamos. Muitas vezes, as posições entre o Congo e o Brasil são comuns nesses fóruns: na área de florestas, na área de proteção contra o desmatamento, na área de sustentabilidade da exploração de madeiras e das riquezas das nossas florestas. É verdade que em alguns momentos essa afinidade nem sempre se traduz num apoio completamente homogêneo, há diferenças de ênfase em casos aqui ali, mas, se eu tivesse que caracterizar a cooperação nesta área com o Congo, eu diria que predominantemente nós temos posições comuns em diversas áreas, inclusive e principalmente nessa área da política ambiental e da questão da sustentabilidade.

Em relação à questão comercial, a levar as empresas brasileiras ao Congo, a aprofundar a inserção dessas empresas Brasil e de seus produtos no Congo.

Esse é um trabalho que já vem sendo feito, mas a grande notícia que eu tenho é exatamente esta: a partir de dezembro, quando estimo que eu poderei estar lá no Congo, se tudo correr bem hoje e também no plenário, nós teremos os meios – os meios, os recursos financeiros e humanos –, para levar essa questão a um nível muito mais prático, que é a análise das pautas, o confrontamento das pautas, ou seja, a pauta brasileira de exportação e a pauta congolesa de importação, para que possamos, além de identificar os produtos que tradicionalmente exportamos não só para o Congo mas para aquela região, também identificar novos nichos e decidir sobre as estratégias de exploração desses nichos.

Para isso, eu conto com a boa vontade do Setor de Promoção Comercial do Itamaraty no sentido de promover uma aproximação entre as associações comerciais dos dois países, no sentido de permitir a realização de um estudo de caso e também de permitir a contratação de um funcionário técnico específico para trabalhar a questão da pauta comercial.

Em relação à Agência Brasileira de Cooperação, ela tem uma atuação muito eficaz na promoção das relações sul-sul e tem sido um instrumento de primeiríssima qualidade na promoção de um Brasil que sabe fazer. Quando nós levamos técnicos agrícolas para qualquer país do continente africano, nós não estamos simplesmente fazendo uma transferência de *know-how* ali, "ah, olha, tem que plantar assim, assado, a semente a ser usada é essa ou aquela". Por trás dessa aparente ajuda, há também um interesse comercial, porque nós, quando repassamos esse conhecimento, estamos repassando também práticas e utilização de ferramentas e equipamentos que são produzidos aqui no Brasil.

Então, a cooperação é uma via de mão dupla de grande utilidade para o Brasil, seja no seu aspecto diplomático de consolidar relações, de aprofundar relações entre os dois países, seja também no aspecto comercial, porque é um "abre portas", se V. Exªs me permitirem o uso dessa expressão mais comum, é um "abre portas" para empresas brasileiras que não são necessariamente grandes empresas no sentido de grande capacidade de exportação. São empresas, muitas vezes, de porte médio, mas que têm uma capacidade de produção de instrumentos e de equipamentos agrícolas que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fundamentais em países de um poder aquisitivo menor, como muitas vezes ocorre no continente africano.

Então, eu tenho a ABC como um instrumento que deve ser usado exaustivamente, mas lembro que, como qualquer instrumento, ele precisa ser objeto de uma manutenção constante, precisa ser olhado, precisa receber o seu combustível. Então, eu solicito sempre o apoio de V. Exªs no sentido de que a ABC receba os recursos humanos e financeiros necessários para continuar o trabalho que ela vem desempenhando com bastante sucesso.

Com relação ao fechamento da Embaixada do Brasil em Kinshasa no período de 1997 a 2004. Nós temos que lembrar que exatamente nesse período o Congo estava num período de guerras – aí há um pouco dessa superposição de temas que comentei inicialmente, esse é um tema.

Faço um rápido histórico. Em 1994, em Ruanda, nós temos o genocídio ruandês. Começou em 6 de abril de 1994 e, por cem dias, houve uma grande tragédia em todo o país, em todo o território ruandês, onde chacinas diárias foram cometidas entre as etnias hutus e tutsis. Os hutus estavam no poder e os tutsis foram a maior parte das vítimas.

Nesse momento, 1994, Ruanda já tinha sido invadida por uma força de tutsis a partir de Uganda, liderada, entre outros, pelo atual Presidente de Ruanda Paul Kagame. É justamente essa força – que estava no país, mas não conseguia avançar por 4 anos – que vai avançar sobre Kigali e pôr fim, cem dias depois, ao genocídio. Ocorre que as forças – eu vou usar o termo francês – *génocidaires* dos hutus fogem – eles foram derrotados militarmente, mas conseguem fugir –, e grande parte dessas forças atravessa o lago Kivu e adentra o Congo. E por que o Congo? Porque no Congo, como também em Uganda e no Burundi, há populações, há tribos, há enclaves étnicos hutus e tutsis.

Essa situação vai levar à Primeira Guerra do Congo, entre 1996 e 1997, e, depois, à Segunda Guerra, de 1998 a 2003. É nesse âmbito de guerra que a Embaixada do Brasil é fechada em Kinshasa reaberta justamente quando se tem o início do período de estabilização, que começa em 2003 e vai até às eleições em 2006. Já em 2004, nós estamos de volta.

Então, mais do que uma explicação de que nós tenhamos fechado a embaixada e abandonado o Congo, a minha leitura é de que, ao retornarmos, já em 2004, nós mostramos às autoridades congolesas que o compromisso do Brasil com as relações que nós vínhamos mantendo com o Congo desde a sua independência era um compromisso estável, um compromisso de longa duração, e um compromisso de longo prazo. Desde 2004, quando nós reabrimos a embaixada, as nossas relações têm sido bastante intensas, mas sofrem da instabilidade política.

É muito interessante que – caso V. Exªs tenham um momento para olhar e checar essa informação –, quando nós observamos o histórico das nossas importações e principalmente das nossas exportações para o Congo, quando há o decréscimo, basta consultar aquela data e ver qual é a situação política no país, nós vamos verificar que é um período de grande instabilidade, ou seja, a instabilidade política afeta a economia entre os dois países. Por isso, faz parte da do programa da embaixada e do Ministério das Relações Exteriores promover e apoiar a estabilidade. A estabilidade política é não só um objetivo que deve ser buscado do ponto de vista humanitário, do ponto de vista de princípios, mas também do ponto de vista econômico, porque, uma vez que alcancemos a estabilidade política, imediatamente temos o reflexo positivo na pauta de exportações.

Por fim, em relação às vítimas da guerra, o Senador Jorge Viana mencionou o número de mortos – 5 milhões, 6 milhões de vítimas. Essa guerra... Na verdade foram duas, como citei aqui: a Primeira Guerra do Congo e a Segunda Guerra do Congo. A Segunda Guerra é conhecida como a primeira guerra mundial da África, porque, no auge da sua ocorrência, 23 nações estavam envolvidas de uma forma ou de outra nesse conflito. E não só o custo em vida foi altíssimo, mas o custo material foi altíssimo, porque, num país como o Congo, onde a infraestrutura viária é modesta, a destruição de pontes, por exemplo, pequenas pontes, leva ao isolamento de regiões por temporadas muito largas, muito longas. Então, há a destruição de infraestrutura hospitalar, há a destruição de infraestrutura na produção de energia.

Essa primeira guerra mundial africana foi um desastre, foi uma catástrofe pela qual, até hoje, os países da região pagam um alto preço. E digo que pagam alto preço em vidas, alto preço em infraestrutura, alto preço no despreparo dessa população jovem que teve de enfrentar a guerra e que não pôde se aprimorar tecnicamente e se tornar um *asset* para esses países. É uma situação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

lamentável, que passou, infelizmente, ao largo da grande mídia internacional, porque não havia grandes interesses sendo afetados do ponto de vista econômico. Então, essa guerra se deixou prolongar. Felizmente, com a atuação *a posteriori* da missão de paz, a estabilidade foi alcançada em 2003. O período de 2006 a 2012, que mais ou menos coincide com o primeiro mandato do atual Presidente, Joseph Kabila, foi um período de grande crescimento econômico no Congo.

Então, reitero aqui a questão da estabilidade igual a crescimento econômico, igual a maiores oportunidades para o Brasil e para outros países, para os parceiros internacionais do Congo. Por isso, devemos sempre buscar promover a estabilidade naquele país e em outras áreas, mantendo a nossa neutralidade, mantendo os nossos princípios de não intervenção, mantendo uma conduta de tratamento de igual para igual.

Nos meus anos na África... Como foi mencionado aqui, esse será o meu terceiro posto, caso V. Exªs assim desejarem, na África, onde vi a diferença que se faz, que se obtém em termos de reciprocidade de tratamento quando um brasileiro, um argentino ou um colombiano conversam com o seu colega do continente africano, porque temos problemas comuns. Temos diferentes estágios de avanço. No Brasil, nós temos tanto um Brasil de Primeiro Mundo quanto um Brasil de Terceiro Mundo; temos bolsões de excelência e bolsões dos quais nós não nos orgulhamos muito, porque há um custo, há uma diferença social, uma dívida social muito grande. Esta capacidade que nós temos, não só os brasileiros, mas os de países como o Brasil, de transitar entre esses diferentes mundos e de entender as diferentes realidade é um grande instrumento para a compreensão da realidade africana.

Então, sempre pautamos a nossa conduta como algo derivado do tratamento entre iguais. Nunca, em momento algum, ao longo da minha carreira, eu ou colegas que comigo trabalharam nesses postos, tivemos qualquer problema com os africanos, com os nossos anfitriões, em função de uma postura de superioridade, uma postura de trazer a luz, de levar a civilização nem nada disso. Pelo contrário; quando eles percebem que nós entendemos aquela realidade mais difícil, que nós temos essa realidade mais difícil reproduzida em vários cantões do Brasil, as portas se abrem e eles acabam dando uma receptividade muito maior.

Senhores, mais uma vez, muito obrigado pela oportunidade que V. Exªs me deram ao longo desta audiência para expor algumas opiniões, alguns princípios da atividade diplomática brasileira no continente africano.

Ao Sr. Presidente, eu gostaria de reiterar os meus agradecimentos por todo o tratamento que recebi de parte desta Comissão, de todos os membros com quem tive a oportunidade de me reunir.

Sinto-me muito grato e muito honrado de ter tido essa experiência com os senhores e muito orgulhoso por ver que as instituições brasileiras... A gente fica no exterior numa situação um pouco de isolamento do dia a dia aqui no Brasil, mas, durante esses dias que passei aqui no Senado percorrendo os corredores, vendo V. Exªs se manifestarem, tanto no plenário, quanto diante de jornalistas, eu fiquei muito orgulhoso de ver o funcionamento da instituição. Há defeitos? Sim; mas me dá muito orgulho ver quão bem nós funcionamos nesse aspecto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Ex, Embaixador André Luiz dos Santos, pelas respostas oferecidas às indagações das Srªs e dos Srs. Senadores.

Eu pergunto às Srªs e aos Srs. Senadores se nós continuaremos com a nossa reunião aberta ou se a fechamos.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam que continuemos com a reunião aberta, por favor, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Vamos continuar, então, fazendo agora a apuração dos votos que foram conferidos ao Sr. Embaixador após a sabatina de hoje.

Solicito ao Sr. Secretário desta Comissão que proceda à apuração dos votos.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Aprovado o nome do Sr. Embaixador André Luiz Azevedo dos Santos para ara a República Democrática do Congo por 15 votos; pela unanimidade dos votos das Srªs e dos Srs. Senadores aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agradeço a presença de S. Exª o Sr. Embaixador e manifesto, em nome de todos os integrantes da nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, os melhores êxitos na nova função que passará a ocupar, depois de ouvido o Plenário do Senado.

Parabéns a V. Exª e muito obrigado pela sua presença.

Passamos à segunda parte da pauta, deliberativa.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, de 2016

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar.

Autoria: Deputado Esperidião Amin

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Observações:

Em 17/08/2017, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

A matéria continua em discussão.

Indago se algum Senador ou alguma Senadora...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª Senador Romero Jucá. Em seguida, Senador Lindbergh Farias.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, essa matéria eu considero extremamente importante, pela realidade premente que coloca as Forças Armadas no cerne de um movimento, que deve ser nacional, em busca da melhoria da segurança pública.

O Senador Relator estava propondo uma emenda que estendesse o prazo. Só que eu já conversei com o Senador Pedro Chaves e queria fazer uma proposta que prevê a economicidade do trâmite, tendo em vista que essa matéria é extremamente urgente, porque as forças do Exército já estão no Rio de Janeiro e atuando também em algumas cidades brasileiras.

Então seria a retirada da emenda, o projeto seria votado do jeito que está, e o Governo se comprometeria a vetar o art. 2º. O que diz o art. 2º? "Art. 2º. Esta Lei terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2016 e, ao final da vigência desta Lei, retornará a ter eficácia a legislação anterior por ela modificada". Como a emenda do Senador Pedro Chaves ampliava o prazo para valer depois desse prazo aqui, ao vetarmos esse art. 2º fica só prevalecendo o art. 3º: "Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação". E fica vigente para o tempo que for necessário. Isso evitaria o retorno à Câmara dos Deputados.

Então, eu gostaria, tendo em vista o entendimento com o Senador Pedro Chaves, de propor essa sistemática de votação, portanto, com a retirada da emenda e a votação do texto original, como veio da Câmara, para que aprovemos a matéria.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, eu acolho a sugestão do Senador Jucá e retiro a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Então, o Relator, S. Exª o Senador Pedro Chaves, retira a emenda. Mas há requerimento sobre a mesa. Destaque de emenda para votação em separado, que seria exatamente isso aqui. Havendo esse entendimento, então o requerimento perde o seu efeito.

Continua em discussão.

Pela ordem de inscrição, S. Exª o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, na última reunião, eu havia pedido vista dessa matéria a pedido de alguns colegas. Nós temos divergência na nossa Bancada sobre a matéria, e só estava eu aqui com uma posição definida. Hoje, não, os colegas foram avisados, informados.

Entendo, Sr. Presidente, e queria – aproveitando este momento de discussão – externar minha posição favorável ao projeto e argumentar por que razão sou favorável ao projeto. Nós temos um histórico e é bom que aqueles que nos acompanham de casa, pela Rádio, pela TV Senado ou aqui no plenário possam entender do que nós estamos tratando com esse PL 44/2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós estamos falando da competência da Justiça Militar para julgar crimes dolosos contra a vida e quando deveríamos ter júri popular e quando deveríamos ter a ação da Justiça Militar.

Eu queria fazer alguns esclarecimentos sobre isso. Nessa proposta há uma salvaguarda importante: qualquer membro das Forças Armadas que cometer eventualmente um crime fora de missão, na sua vida cotidiana, em qualquer circunstância, vai ter um julgamento na Justiça comum, não importa sua patente, não importa a que Força ele pertença. Esse é um ponto muito importante de ser esclarecido.

Mas não é só isso, Sr. Presidente. Nós temos hoje uma situação – e acho bom que ressaltemos – de que a lei que nós estamos procurando modificar é de 1996. Nós fizemos uma alteração naquilo que a própria Constituição estabelece no seu art. 124, a Constituição Federal. Desde 1991 estava estabelecido na Constituição Federal que de crime praticado por militar em ação – por membro das Forças Armadas em ação –, com a determinação, cumprindo o papel determinado pelo Estado, o julgamento tem que ser feito na Justiça Militar. Em 1996, foi feita uma modificação.

Essa modificação está sendo questionada hoje pelo Ministério Público Federal, é verdade, a constitucionalidade dela. Há um grupamento na sociedade, grupos de pessoas que defendem que todo crime cometido por militar das Forças Armadas tem que ir para júri popular, júri civil e o projeto restabelece aquilo que sempre esteve presente na Constituição, que é: no caso de, cumprindo missão, quando houver um crime doloso contra a vida, o militar seja julgado pela Justiça Militar.

E é nessa tese que eu me pego, Sr. Presidente. Eu queria ressaltar mais alguma coisa, mais alguns aspectos. Vamos pegar um exemplo hoje da Lei do Abate, sobre a qual acabamos de deliberar no Brasil. O que é a Lei do Abate? Ora, temos que proteger um território enorme, um continente, que é o nosso País. Estamos vendo exemplos sendo noticiados. Quando há um avião não identificado, um avião suspeito, imediatamente as Forças Armadas – no caso da Aeronáutica ou de qualquer outra Força – acionam as nossas aeronaves e vão fazer a interceptação desse avião.

Elas têm um rito legal a cumprir, um aviso mandando se identificar, depois, se não conseguem identificar, determinam que o avião imediatamente vá até o solo, tem que se apresentar às autoridades; em caso de não atender a essas ordens e essas orientações, elas estão autorizados ao abate do avião, da aeronave, não importa quantas pessoas estejam dentro. Essa é a lei que nós aprovamos, e quando ocorrer isso, quem estiver dentro da aeronave cumprindo essa missão vai ser julgado pelo Tribunal Militar. Mas se ele estiver em solo, dentro de um tanque, cumprindo alguma missão do Exército, e ele atingir algum civil, na proposta que estão querendo fazer, ele vai para o júri popular. Eu não consigo compreender como é que nós vamos lidar com isso.

Há mais um agravante. Se um cidadão, um civil, um cidadão qualquer, brasileiro, tirar a vida de um militar, ele é julgado pela Justiça Militar. Então vejam: um cidadão tira a vida de um militar em operação, ele é julgado pela Justiça Militar. Mas o militar em operação, se tirar a vida de um civil, vai ser julgado na Justiça Comum? No júri?

Por que foi criado o Tribunal do Júri? É uma coisa muito bonita: lamentavelmente, neste mundo cheio de falta de civilidade, é que um cidadão julgue o outro cidadão. Mas um membro das Forças Armadas, não importa qual delas, não é um cidadão comum. Por que nós temos Forças Armadas? Nós temos 35 mil homens só para proteger as nossas fronteiras, nos lugares mais distantes, numa vida mais difícil, sem família, cumprindo missão. As Forças Armadas atendem a determinação do Estado. Elas são feitas... Desculpem-me usar um termo como esse, podemos até divergir, Forças Armadas é para fazer a defesa e para matar se preciso for. Por isso que temos um poder bélico.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone*.) – Isso não pode ser segurança pública.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Só um pouquinho. Eu só queria que os colegas me ouvissem.

As Forças Armadas, não é por outra coisa que têm grosso calibre. Nós estamos cheios... Deve haver gente aqui do Ministério Público Federal, já me apresentaram documento, outros estão balançando a cabeça, defendendo, mas, Sr. Presidente, sabe onde é julgado um membro do Ministério Público Federal quando comete um crime? Num tribunal diferenciado, foro privilegiado. Mas querem pôr os membros das Forças Armadas, quando estiverem em missão, no júri popular. Por que não vão para o júri popular também? É uma pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eu não estou aqui... Eu só queria que tivessem bom senso. Eu sou muito ponderado nas coisas. Mas nós temos uma questão que é fundamental. Nunca defendi armar população, sou contra. Sou favorável ao desarmamento. Nunca usei armas. Acho que é uma loucura essa insanidade que estamos vivendo, mas, colega Senador Lindbergh, V. Exª, por quem tenho muito carinho, respeito, é meu Líder, e hoje estou divergindo, o senhor é do Rio de Janeiro. Sabe quantos fuzis foram apreendidos até fevereiro, março deste ano, Senador Lindbergh? Mais de 500 fuzis foram apreendidos no seu Estado, próximo de onde o senhor foi prefeito. Sabe o que significa em relação ao ano passado? No ano passado foram apreendidos no seu Estado 700 fuzis. Em dois meses e meio deste ano foram apreendidos 500 fuzis. Quem usa um fuzil, um civil que usa um fuzil não está usando para assaltar ninguém, está usando para matar, para enfrentar.

Eu vivo na fronteira. O crime organizado está instalado. Só o Comando Vermelho tem 580 pessoas filiadas no meu Estado. No meu Estado! Eu quero as Forças Armadas dentro dos quartéis, recolhidas, para que a gente não as use. O Brasil há 140 anos não faz guerra com ninguém, mas está fazendo a pior de todas: está fazendo consigo mesmo. Nós vamos ficar de braços cruzados? Não importa quem esteja no Governo, não importa.

Ano passado, tivemos 62 mil assassinatos, e o Senado não tem coragem de tirar da gaveta o Código Penal, que é da década de 40! Para ser preso dez anos, no nosso País, Senador Lindbergh, tem-se de matar quatro.

Nós estamos aqui querendo discutir algo que, para mim, fragiliza a vida daqueles que fazem a opção de compor as Forças Armadas. Sinceramente, eu não quero viver esses tempos, mas nós estamos vivendo uma guerra. E sabe o que vai acontecer neste ano? O número de assassinatos no Brasil vai ser muito maior do que o do ano passado, e não tem saída. Vamos ter aquilo que não queremos – sou contra – mas estou pedindo que as Forças Armadas ajudem nas fronteiras, ajudando o Governo do Acre e o Governo do Rondônia a fazerem alguma proteção contra pelo menos duas coisas: tráfico de drogas e tráfico de armas. Não eles sozinhos agindo como policiais, mas dando suporte à Polícia Federal, para a Polícia Rodoviária Federal, para a Polícia Militar e para a Polícia Civil, para tentarmos evitar...

Eu ouvi aqui do General Villas Bôas, Comandante do Exército: "Nós não temos nenhum controle das nossas fronteiras". Eu ouvi isso aqui do General Villas Bôas! São 16 mil quilômetros de fronteiras. Sabem a extensão da fronteira dos Estados Unidos com o México? São 3,2 mil quilômetros. E, de 3,2 mil quilômetros, a nação mais rica, mais poderosa e mais bélica do mundo não tem controle e está querendo construir um mundo.

E nós? Eu tenho de viver em um Estado ao lado de onde se produz 90% da cocaína, e o Exército tem de estar lá – 35 mil homens – e não fazer nada? Mas, para fazer a missão que eles têm de fazer, nós não podemos fragilizar a vida deles. Não dá para expor.

Eu queria concluir, Sr. Presidente. Estou falando do mundo real. Eu não estou propondo nenhuma outra mudança. No mundo funciona assim e, desde 1981, funciona assim na nossa Constituição.

Volto a repetir: qualquer membro das Forças Armadas que tirar a vida de um civil tem de ir a júri popular. Isso está garantido, mas, se ele estiver em missão... O que é a missão de um membro das Forças Armadas? A missão delas é cumprir o papel do Estado; ele está autorizado a atirar, a matar. E um júri civil tem alguma compreensão do que é isso? Tem alguma compreensão do tipo de armas que as Forças Armadas usam? Quem pode ter essa compreensão? Um tribunal militar, que conhece a fundo e sabe o que poderia ter sido evitado ou não. Vamos ser justos. São pessoas habilitadas para julgar e condenar aquele que desvirtuou da sua função, mas um júri popular ou um juiz comum não vão saber que calibre é esse. Vai ter de fazer um curso de especialização para não cometer alguma injustiça na hora de apreciar um processo. São questões muito distintas.

Aqui não tem nenhuma apologia. Que fique bem claro: não são as Forças Armadas em missão que estão tirando 62 mil vidas. Não são! Não temos esse relato. Quando acontece o julgamento em todas as polícias civis e militares dos Estados, está preservado na Constituição que acontece no júri, mas nós estamos falando das Forças Armadas. Por que as polícias civis e militares vão para o júri? Porque a função deles é complemente diferente da de um membro das Forças Armadas. Lá, na Polícia Civil e na Polícia Militar, eles não estão autorizados a representar o Estado e fazer o enfrentamento, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

atirar e a matar, não estão, mas quem compõe as Forças Armadas está. Isso está estabelecido na Constituição. Não é que queiramos isso, mas está estabelecido, eles representam o Estado.

Agora nós estamos vivendo um período de exceção, sinto muito, de uma anarquia institucional neste País, um Poder usurpando o Poder do outro, e a população é que está pagando. Eu não estou propondo nada, eu estou defendendo a tese que foi colocada pelo Deputado Espiridião Amin e relatada pelo Senador Pedro Chaves porque eu acho que é o correto, é o que estabiliza, o que dá segurança para as Forças Armadas. Lamento profundamente que as Forças Armadas estejam tendo que ser usadas como prevê a própria Constituição também: em casos excepcionais. Eu lamento, porque não era para ser assim.

Ontem nós estávamos aprovando a criação da Polícia Judicial – mais uma polícia! Sabem por quê? Porque nós temos 630 mil presos, 40% nem julgados foram, não têm uma condenação definitiva e estão presos. Mas este é o nosso País, lamentavelmente. É o nosso País, Sr. Presidente!

Então, acho que nós não podemos misturar e querer agora pegar 600 mil homens ou 700 mil homens das Forças Armadas e determinar: "Agora vocês vão também, caso cometam algum crime em missão, ser reféns desse processo judicial que não funciona." E não adianta vir dizer que não, que vai haver impunidade quando for tribunal militar. Nós estamos em outro mundo, todos nós cobramos. Nós estamos aqui para cobrar, para exigir quando houver algum excesso, seja onde for.

Eu queria dizer também que respeito a posição do Ministério Público Federal, mas é evidente que, quando um membro do Ministério Público Federal tira a vida de alguém, vai para um júri especializado, diferenciado, com foro privilegiado. Ora, mas querem que os membros das Forças Armadas, que têm papel constitucional diferente, vão para o júri comum! Está errado! Sinto muito divergir.

E, aí, Sr. Presidente, concluo dizendo que cabe alertar que há até uma divergência. O Ministério Público – a Constituição estabelece – é indivisível, ele tem autonomia, mas o Ministério Público Militar tem uma posição completamente diferente da do Ministério Público Federal. Temos que ressaltar isso, e cabe a nós...

(*Interrupção do som.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ...e acho que é inadiável a aprovação desse projeto, inadiável, pelo momento terrível que o Brasil está vivendo, a ponto de nós estarmos, para esse tipo de missão, de socorrer a população do Rio de Janeiro numa hora dessas e socorrer presídios, socorrer a minha região... Eu estou propondo que haja uma colaboração direta das Forças Armadas na área de fronteira com a Polícia Militar e com a Polícia Civil do meu Estado, com a Polícia Rodoviária Federal e com a Polícia Federal, para a gente tentar controlar as fronteiras. Eu estou propondo porque o momento exige isso.

Senador Lindbergh, eu concluo perguntando o seguinte. Sabe quantos territórios há no seu Estado controlados pelo crime organizado sem que o Estado brasileiro possa entrar? São 842 territórios divididos entre os comandos do crime organizado, onde o Estado brasileiro não se pode fazer presente. E nós não temos outra saída se quisermos evitar um mal maior: nós vamos ter de recorrer às Forças Armadas para cumprir missões absolutamente especiais, para dar suporte à proteção da nossa população.

Por isso é que sou favorável ao projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a S. Exª, o Senador Jorge Viana.

Com a palavra S. Exª, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Primeiro, quero expressar o meu mais profundo respeito, Senador Jorge Viana, pelas Forças Armadas. O que eu acho é que está havendo um uso abusivo das Forças Armadas como forças de segurança pública. Essa é que é a confusão, Senador Jorge Viana.

E eu vejo às vezes, sinceramente falando aqui, Governadores que usam aquilo como ação de *marketing*. "Ah! Trouxemos o Exército." Mas a gente sabe que a formação do militar é outra. V. Exª falou: é para a guerra, para a guerra. Só que nós temos de ter cuidado em falar de guerra e falar de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comunidade, onde moram pessoas, civis no meio daquela situação toda. Eu estou falando isso porque conheço o Rio de Janeiro.

Fui Relator de uma CPI presidida pela Senadora Lídice da Mata, que era sobre o extermínio da juventude brasileira. Como falou o Senador Jorge Viana, nós temos em torno de 60 mil assassinatos por ano. Metade disso são jovens – 77% jovens, negros, moradores das periferias, Presidente Fernando Collor. Eu tive a oportunidade de visitar e conheço o Rio de Janeiro.

Em uma favela, no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, uma mãe de um garoto de 17, 18 anos, negro, é uma mãe em situação de pânico, porque esse jovem é vitimado pela milícia, pelo tráfico e, infelizmente, pela Polícia, por uma guerra que existe. O Senador Jorge Viana fala muito bem: ela tem licença para atirar, para matar, só que são situações diferentes. Uma coisa é guerra...

V. Exª falou da fronteira. Eu acho que o Exército tem de estar na fronteira, as Forças Armadas têm de estar na fronteira, protegendo este País contra a entrada de drogas, contra a entrada de armas, mas é completamente...

Senador Jorge Viana, eu vi aqui o Comandante do Exército, o General Villas Bôas, dizendo quando da ida dele ao Complexo da Maré: "Quando eu vi os nossos soldados e, no meio, aquelas crianças passando... Estão nos levando a que tipo de guerra?" Porque é uma guerra que não tem chance de dar certo, Senador Jorge Viana. Nós estamos vivendo duas guerras: uma política de guerra às drogas fracassada, e uma guerra aos pobres. Eu chamo a atenção porque, no Rio de Janeiro, todo mundo fala dessas oitocentas comunidades e tudo, só que não se resolve o problema entrando e dando tiro para tudo que é lado. A situação é muito mais complexa. Não dá para ser simplista. Aí se vendem drogas em Copacabana, Ipanema e Leblon. Eu não vi entrar... Havia a figura do "caveirão" antigamente, Senador Fernando, que era um blindado em que os policiais iam dentro, com risco, claro, porque os policiais estão expostos. E ali eles ficavam protegidos, só que a letalidade de pessoas que não tinham nada a ver com essa guerra era gigantesca.

O senhor veja que há dois pesos. Essa política de guerra às drogas acontece de uma forma nas comunidades pobres e de outra forma nas regiões ricas. Eu não vi entrar nenhum "caveirão" na Zona Sul, dando tiro para tudo que é lado. Agora, nas comunidades, pode. Por quê? Porque o valor da vida dessas pessoas é menor?

Sabe o que está acontecendo no Rio de Janeiro? Há mandato de busca e apreensão coletivo. Sabe o que é isso? É o famoso pé na porta. Ninguém faz isso em Copacabana, não, Senador Jorge Viana! Imagine um mandato de busca e apreensão coletiva em Copacabana! Mas, na Maré, é busca e apreensão coletiva. É o famoso Estado de exceção, que muito estão vendo surgir na política que existe no dia a dia. É o famoso pé na porta do trabalhador. É isso que existe.

Então, a grande questão aqui – e eu queria dialogar com os representantes das Forças Armadas, em especial, com os do Exército – é que eu sei que o Exército reclama desse uso abusivo para garantia da lei e da ordem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas, então? Essa é a questão que nós temos de discutir aqui, porque o treinamento daquele... Quando eu vejo aqueles garotos, são garotos de 18 anos. Eles não estão treinados para aquilo. Eu vejo, sinceramente, nessas favelas que eles ficam ali completamente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas eles são treinados para outra coisa, são treinados para a guerra! Quanto ao policiamento na comunidade, a lógica tem de ser outra: tem de haver investigação, para descobrir quem são as pessoas que estão no controle do tráfico aqui e ali. São situações completamente diferentes.

Então, acho que deveria existir por parte desta Comissão um diálogo. Nós temos um requerimento aqui apresentado pela Senadora Vanessa. Eu queria fazer aqui uma proposta de diálogo, Senador Jorge, chamando o próprio Exército aqui para conversar com a gente sobre isso, sobre essas experiências. Podíamos chamar outras pessoas ligadas também a essas questões de direitos humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Qual é a luta? A luta é a seguinte: morre muita gente. O valor da vida... Estou falando daquelas pessoas que moram nas comunidades e que estão no meio dessa guerra. E a solução não é mais guerra, não, Senador Jorge Viana. V. Exª se engana! Se a solução para os conflitos no Rio de Janeiro, nas 800 comunidades, é colocar ali e resolver... Não é assim que se resolve! Nós estamos cansados disso. Já vimos isso durante muito tempo! E, principalmente, esses soldados do Exército não têm aquela preparação para estar ali. Não vai resolver!

Agora, qual é a luta histórica que existe? É o seguinte: era pelo menos que existisse investigação. Você sabe que existia uma figura... No caso dos policiais militares, havia um debate muito parecido com este. Diziam o seguinte: "Nós temos de combater os bandidos, nós temos de entrar dentro das favelas." Nós ficamos expostos. Aí criaram a figura dos autos de resistência, para não haver investigação. Hoje, praticamente, não existe investigação. Você diz o seguinte: "Ah, não! Quando há mortes, resistência e ação policial!" Houve uma luta grande neste País. E, agora, está tramitando aqui... A gente aprovou aqui – e vai para o plenário do Senado – um projeto neste sentido, no de que não pode haver auto de resistência. Todo homicídio tem de ser investigado. Então, você veja que esse debate também acontece com as forças policiais militares nos Estados.

Então, eu acho que é um equívoco. Inclusive, eu queria dialogar com o pessoal das Forças Armadas. Passando isso aqui, sabe o que vai acontecer? Vão pegar os senhores para colocar em tudo que é conflito, vão colocar os senhores... Ao invés de a gente separar a função das Forças Armadas de força de segurança pública, a gente, ao aprovar isso, está reforçando o uso das Forças Armadas como força de segurança pública. Pode estar certo de que tudo quanto é governador... Para governador, é o seguinte: "Perdeu o controle, traga o Exército!" É um discursinho! Mas resolve, Senador Jorge Viana? É um discurso bonito. O cara quer fazer, quer falar para fora: "Trouxe o Exército! O Exército chegou!" Meu amigo, na vida real, não muda nada, nada, concretamente nada!

E, agora, a gente está tirando uma garantia, que é a garantia... Estou pensando... Estou olhando do outro lado, com todo o respeito às Forças Armadas. Estou olhando do lado do cara que está mais vulnerável, que é essa juventude, que, volto a dizer, Presidente, Senador Fernando Collor, está morrendo nas mãos do tráfico, da milícia e das forças do Estado.

E, agora, a gente tenta, com isto aqui, tirar um instrumento, porque, querendo ou não, há o medo daquilo ali, de você ter de responder a um processo sobre aquilo ali, se acontecer, o que inibe algumas ações.

Sinceramente, a proposta que eu faria ao senhor, Senador Fernando Collor, e a todos aqui era que a gente discutisse, por exemplo, com o Exército. Eu quero conversar com o Exército aqui sobre a questão do Complexo da Maré. Pergunta-se se era aquela a saída. Eu quero escutar isto deles: qual o caminho? Eu estou convencido, pela fala aqui do Comandante do Exército, o General Villas Bôas, de que setores do Exército estão incomodados com esse uso abusivo.

Então, eu queria fazer esse apelo a esta Comissão: que nós fizéssemos uma audiência pública. É um tema tão importante! Não estou querendo atrapalhar nem adiar *ad aeternum*.

Outro ponto é o seguinte: a gente não pode também – veja bem, Senador Romero Jucá – votar sem uma emenda um projeto aqui que é de 2016. Esse projeto aqui se refere a 2016!

O Senador Romero Jucá quer – sempre tentando dar um jeito aqui – dar um jeito nessa questão aqui – e ele é muito habilidoso em arrumar saídas regimentais para não votar na Câmara. Ele quer que a gente faça de conta... Porque é isso: nós somos Senadores, estamos na Comissão de Relações Exteriores e faremos de conta que não há nada. Nós vamos votar um projeto que tem uma lei que vale até 2016?!

Está falando em veto?! Não; pelo amor de Deus! Respeite a nossa condição de Senadores aqui!

Eu sei que houve muitos Senadores que votaram acreditando que o Governo enviaria uma medida provisória sobre a reforma trabalhista naquele episódio. Eu acho que a gente abriu mão do nosso papel. Mas, agora, não dá! É muita "forçaçao" de barra a gente votar uma lei que é de 2016 acreditando no veto do Governo! Não! Isso aí não dá! Sinceramente, se for para votar, que se faça direito: modifica, tira emenda... Apesar de eu achar um erro.

Então, eu queria levantar aqui, Sr. Presidente, essas considerações. Eu acho que é muito importante a gente escutar o Exército, a gente ter um diálogo aqui com eles sobre esse uso abusivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

das Forças Armadas. Então, a minha proposta é no sentido de que a gente votasse antes o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin.

Muito obrigado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – V. Exª já está inscrito, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a S. Exª o Senador Lindbergh Farias.

Pela ordem de inscrição, com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, Nelson Rodrigues ensina que a vida não é como nós gostaríamos que ela fosse. A vida é como ela é, como ela se apresenta ao vivo e em cores. E, por certo, o nível de deterioração no ambiente da segurança pública em nosso País é muito grave. Mas é muito mais grave ainda no Estado do Rio de Janeiro, porque o Rio de Janeiro se apresenta ao País com um quadro de falência múltipla dos seus órgãos, com incapacidade de proteger o cidadão e impedir que a criminalidade possa continuar se multiplicando, interrompendo vidas inocentes de trabalhadores, de pais, de mães, de filhos.

Eu não acredito que as Forças Armadas possam estar incomodadas porque são convocadas a serem solidárias com o cidadão brasileiro e carioca numa situação e numa circunstância de emergência, ainda porque todos nós sabemos do patriotismo, do civismo com que asas Forças Armadas têm cumprido o seu papel de defesa do Estado ao longo da sua trajetória.

Sr. Presidente, é evidente que, no centro dessa gravíssima crise e epidemia da violência pública em nosso País, está o tráfico, o consumo de drogas e o consumo de armas. É evidente, também, que essa não é a atribuição constitucional permanente, contínua e regular das Forças Armadas. É evidente que nós deveríamos estar combatendo o tráfico de drogas nas fronteiras, como bem assinalou aqui o Senador Jorge Viana.

Em bom tempo, Sr. Presidente, nós discutimos em profundidade aqui nesta Comissão um programa estratégico importante, dos mais importantes para a família brasileira: o Sisfron, que foi colocado de pé pelo que há de melhor no serviço público do nosso País, o oficialato das Forças Armadas. De forma específica, o Sisfron atende – ou atendia – a uma estratégia de fortalecimento, de barrar, através da inteligência e da ação ostensiva, nas nossas fronteiras... Essa não é uma tarefa qualquer. O combate, portanto, do tráfico de drogas deveria estar sendo feito lá na fronteira e não, na cidade, mas o Estado brasileiro tem sido incapaz, sobretudo nesta quadra. Em razão da mais profunda crise fiscal e da bancarrota a que foi levado o Estado brasileiro pelas irresponsabilidades econômicas de Governo afastada, também o Sisfron, que deveria combater o tráfico de drogas na fronteira, está falido e sem recursos para botar de pé um programa da maior relevância.

Então, Sr. Presidente, é evidente que o papel das Forças Armadas não é esse, mas é evidente também que, em uma situação circunstancial como esta em que vive o Rio de Janeiro, nós precisamos dar às Forças Armadas a condição necessária para que se possa combater o criminoso. E criminoso não se combate com flor; criminoso se combate com atuação firme, rígida, porque só quem está no *front* do enfrentamento sabe que ele está colocando a sua vida em risco para proteger a vida da sociedade. Então, eu não acredito. Acho que é balela essa coisa de que as Forças Armadas estão incomodadas, porque as Forças Armadas estão disponíveis o tempo todo para servir à sociedade brasileira.

Eu mesmo, como capixaba... Sabe o Brasil que enfrentamos uma crise brutal de segurança em fevereiro de 2017, uma crise brutal, de origens as mais diversas, com consequências nefastas para a sociedade capixaba. E a quem nós fomos recorrer? Nós fomos recorrer às Forças Armadas para garantia da lei e da ordem, e as Forças Armadas foram fundamentais no combate à criminalidade no Estado do Espírito Santo.

E eu quero revelar aqui toda a minha gratidão às Forças Armadas. Eu acho que é isto que os Senadores do Rio de Janeiro deveriam fazer: revelar toda gratidão, entusiasmo, estímulo, para que as Forças Armadas, com essa manifestada deterioração da incapacidade de o Estado do Rio de proteger os seus cidadãos, tenha condições de cumprir o seu papel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O que estamos fazendo aqui, Sr. Presidente? Não estamos inventando a roda. Não! Estamos restituindo uma competência que já foi da Justiça Militar, qual seja a de julgar crime doloso contra vida de civil praticado por militar das Forças Armadas apenas, exclusivamente apenas nas hipóteses em que o militar estiver em pleno cumprimento da missão em operação militar – é disso que se trata –, para garantir a lei e a ordem, a chamada GLO. Nada além disso! Isso já foi prerrogativa da Justiça Militar, isso tem intimidado as Forças Armadas, isso tem inibido a ação das Forças Armadas. E nós não estamos aqui, Sr. Presidente... Eu quero me calçar na exitosa e fundamentada defesa que fez o Senador Jorge Viana. Esse tipo de atribuição já é dado às Forças Armadas, por exemplo, na operação de abate de aeronave hostil.

Ora, nós estamos aqui discutindo aquilo que me parece o óbvio. E Sr. Presidente, como ensina Zuenir Ventura, quero revelar aqui a minha inveja por não ter tido a oportunidade de relatar esse projeto que foi tão bem relatado aqui pelo Senador Pedro Chaves. E também a inveja, no bom sentido da palavra, do ex-Senador e Deputado Esperidião Amin, que foi o autor dessa matéria na Câmara Federal. A inveja, no bom sentido da palavra, porque estamos discutindo aqui algo que é absolutamente essencial e óbvio.

Portanto, Sr. Presidente, quero manifestar minha inteireza com relação à manifestação e ao voto do eminente Relator Pedro Chaves, ao tempo em que revelo aquilo que Santo Agostinho nos ensina, em *Confissões,* quando diz que nós precisamos exercer a virtude da gratidão, porque quem não é capaz de exercer a virtude da gratidão, não é capaz de qualquer outra virtude. O que nós precisamos é exercer a virtude da gratidão pelas Forças Armadas estarem atuando, excepcionalmente, e contribuindo para salvar vidas e impor a lei e a ordem no Estado do Rio de Janeiro!

Mas não apenas no Estado do Rio de Janeiro. O meu Estado também necessitou das Forças Armadas, e nós contamos lá firmemente com bravos soldados e oficiais que restabeleceram a ordem e a lei no Estado do Espírito Santo. Por isso mesmo eu manifesto aqui a minha convicção e o meu voto favorável a esta matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª Senador Ricardo Ferraço.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para discutir.) – Presidente, como os Senadores que me antecederam, tanto o Senador Jorge como o Senador Lindbergh e o Senador Ferraço, nós todos já construímos o juízo de valor para podermos votar. Está lógico aqui, pelo que já foi colocado, que nós estamos reconstituindo algo que já existia desde 1891.

Então, a proposta do Senador Jucá, a que o Senador Lindbergh se colocou contrário, o Relator, Senador Pedro Chaves, retirou – a emenda e o requerimento da audiência – para que pudéssemos votar. E pelo veto do Presidente tirar aqui a questão do prazo que estava vencido, inclusive, no projeto, por falta de agilidade para se chegar até aqui.

Eu diria que não precisamos mais discutir a matéria e podemos votar. Eu votarei favorável, porque o projeto é importante.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro.

A próxima inscrita é S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Poxa! A voz engrossou, não é, Presidente?

Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu quero iniciar aqui algumas observações pelo que acaba de dizer o Senador Flexa Ribeiro. Acho que aqui nós não estamos discutindo nenhuma questão ideológica, nenhuma questão que passa da oposição para a situação ou que nos coloque em lados diferentes por convicções políticas. Nós estamos aqui discutindo algo que tem como objetivo melhorar a situação de segurança da população. Eu acho que, em primeiro lugar, nós temos que nos desarmar e analisar este projeto dessa forma.

Eu quero só resgatar o que disse o Senador Lindbergh. Eu apresentei, logo que foi pautado o projeto – V. Exª é testemunha, e isto não foi nesta semana, foi já há algumas semanas –, um requerimento para debater a matéria, porque eu acho que uma matéria tão importante como esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

carece de um mínimo de debate que seja. Esta matéria não está tendo a oportunidade de ser debatida. Esta é a primeira vez que nós estamos aqui a debater a matéria. Eu até faço mea-culpa, Sr. Presidente, e, ao encaminhar o pedido a V. Exª, digo que o requerimento não está completo, porque o requerimento que eu apresentei é para instruir a matéria e para que possamos ouvir opiniões de outros setores, como a da Procuradoria-Geral da República, como a do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil e a do representante do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. Aqui está faltando representante das Forças Armadas. Eu faço esta autocrítica neste momento. E, caso concordemos e acordemos em fazer aqui somente um debate antes da votação e da apreciação, obviamente, as Forças Armadas teriam que ser incluídas, porque é um projeto que trata diretamente das suas atividades e das suas funções. Então, essa é a primeira observação. E reitero o apelo feito pelo Senador Lindbergh Farias, o que já fiz pessoalmente a V. Exª: Senador Collor, vamos fazer um debate no início da semana que vem, ser for o caso, para que, na próxima quinta-feira, pelo menos com um debate realizado, pelo menos com uma audiência pública, possamos votar a matéria.

Eu acho que até as Forças Armadas seriam favoráveis a isso. Vejam: qual era o objetivo do projeto apresentado pelo meu conterrâneo Senador Esperidião Amin? O objetivo do projeto é que ele tivesse validade até o final do ano de 2016, um projeto apresentado em 2016 para ter, Senador Lindbergh, a validade até o final do ano de 2016. Em que situação o projeto foi aprovado? Eu não sei exatamente. Tentei falar com o Deputado Esperidião Amin, ex-Senador, ex-Governador, mas ele está em voo para Florianópolis, e eu não consegui, mas, pela data em que o projeto foi apresentado, o objetivo dele era o enfrentamento daqueles atritos dos movimentos sociais. Não era nem por conta dos morros. Não! Era por conta daquilo, dos movimentos sociais. Em nome da lei e da ordem, convoque-se o Exército brasileiro, convoquem-se as Forças Armadas! Então, não adianta falar aqui apenas da situação do tráfico, do enfrentamento, do morro do Rio de Janeiro. Não, não é só para isso! São inúmeras manifestações públicas que ocorreram recentemente e que continuam a acontecer no Brasil em que as Forças Armadas estão sendo chamadas.

Eles estão tranquilos com isso? É claro que não. Eu tenho aqui um trecho de uma audiência pública com o General Villas Bôas. Eu acho uma das pessoas mais lúcidas deste País o General Villas Bôas. Tenho tido oportunidade de conviver com ele há anos. Primeiro, quando cheguei a Brasília como Deputada em 1999, ele era o chefe da Assessoria Parlamentar do Exército na Câmara dos Deputados; depois, quando foi ser o Comandante-Geral da Amazônia; e, agora, Comandante do Exército Brasileiro. Uma pessoa lúcida, uma pessoa que entende o que se passa em nosso País e que tem sido extremamente correto com a democracia. Então, o que ele disse aqui?

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O que ele disse aqui, numa audiência em que esteve? Ele sustentou que o uso das Forças Armadas em ação de segurança pública é desgastante, é perigoso e mais: é inócuo, é inócuo. O Comandante enfatizou que, nessas situações, militares são obrigados a apontar armas para a população brasileira, sendo claramente contrário à disseminação das atividades de garantia da lei e da ordem. Não é assim que se garante a lei e a ordem.

Aqui se fala muito dos traficantes, daquele que está portando o fuzil, aliás, muito mostrado nessa novela da Rede Globo – eu, como sou noveleira mesmo, assisto –, muito mostrado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, eu não corro esse risco, eu não corro esse risco.

E aquela história é verdadeira. A Bibi Perigosa – até onde eu sei, não sabia, fiquei sabendo há pouco tempo – tem um livro, e a Rede Globo comprou os direitos dela. Ela é um fato verídico.

Mas não vamos olhar só isso, vamos olhar aqueles que vivem na favela, porque a maioria dos que vive na favela não anda com fuzil em punho, não anda com arma em punho, é gente simples, é gente pobre, é gente simples, é gente que faz de um tudo para manter o seu filho no colégio. Os que mais sofrem são aqueles que veem as escolas fecharem por conta dessas atividades. Vamos olhar para esses e vamos pegar os dados estatísticos – pena que eu não trouxe aqui – de quantos desses morrem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, será que é assim que vamos resolver o problema? Isso é muito grave e é muito sério, porque a emenda apresentada poderia até ser uma emenda para mais um período, para mais um período, mas, não, ela torna isso perene.

Então, o projeto por si já é inconstitucional. Aqui disseram: "Não, nós estamos voltando ao que era." É verdade. Parece que estamos voltando em tudo que era, mas nas coisas ruins. Por que a lei foi mudada? Quando a lei foi mudada para permitir que um militar fosse julgado pela Justiça, pelo júri em crime doloso contra pessoa humana? Quando isso mudou? Em 1992, em 1992, salvo engano, quando tivemos várias chacinas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Em 1992, 1996, por aí, quando tivemos várias chacinas.

Agora, vamos retroceder, colocar um problema que é grave – eu reconheço e nós temos que encontrar formas de resolver –, mas a resolução acima dos direitos humanos eu tenho aqui. Eu tive a felicidade de compor, durante dois anos, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, indicada que fui como representante à época do governo, porque nós aprovamos a lei no Conselho Nacional dos Direitos Humanos, e o Senado tem cadeira, assim como a Câmara, duas cadeiras cada Casa – um representando a situação e outro representando a oposição. Fui indicada pelo então Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, para compor o conselho em nome da Bancada de governo, na época em que o Presidente era a Presidenta Dilma, e lá eu fiquei dois anos e vi a seriedade desse conselho.

O conselho colocou uma nota pública mostrando o retrocesso e o perigo que isso pode causar, porque dizer que não há corporativismo nos julgamentos militares? Há. Aliás, não há nem preparo dos tribunais militares para julgar esse tipo de crime, que acontece nas cidades, que acontece nas favelas, e não só nas ações contra o tráfico; nas ações contra pessoas que vão às ruas para protestar por aquilo que têm direito, por aquilo que acham que errado.

Como é o nome daquele rapaz de Goiânia? Como é o nome daquele rapaz de Goiânia, Senador Lindbergh, que pegou aquela...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – Esqueci...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Aquele rapaz, a que o Brasil inteiro assistiu, não estava fazendo nada. Do policial ele pegou uma cacetada. Porque na hora é isso... Os militares não estão preparados para esse tipo de coisa; não estão preparados! Os militares da União, do Exército, da Aeronáutica não estão. Não digo nem que o de Goiânia tenha sido militar, mas poderia ter sido.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Foi, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não foi. Eu não sei, mas poderia ter sido; mas poderia ter sido...

Então, Senador Collor, primeiro, quero dizer isto: com o projeto não adianta pressa aqui. Do que adianta pressa aqui? Mudaram radicalmente a concepção inicial do projeto, que era uma mudança temporária. E passaram a fazer uma mudança perene, voltando ao tempo atrás.

Então, eu acho que a impunidade, eu acho que a violência não se enfrenta com violência. Porque isso, queira ou não, é um estímulo a violência. Mas eu também sei como ficam inseguras as Forças Armadas, como os seus membros ficam inseguros, principalmente aqueles que vão para o *front*. Mas, então, vamos pelo menos com eles, com a sociedade civil debater qual a saída.

Eu acho que ninguém das Forças Armadas seria contrário a uma audiência pública, que é o que nós estamos pedindo, Senador Fernando Collor – uma audiência pública. O nosso Regimento prevê.

O requerimento foi apresentado há algum tempo. Nós poderíamos votar o requerimento; votado o requerimento, a matéria fica suspensa até a realização da audiência pública; após a realização da audiência, a gente vota, e a maioria decide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agora, eu só acho o seguinte: essa pressa vai naturalmente levar a um pedido de inconstitucionalidade. E eu não tenho dúvida nenhuma: por tudo que tem feito o Supremo Tribunal Federal em relação a essa matéria, que há muito tempo tem sido polêmica, por tudo que tem sido feito, essa matéria vai cair na Justiça. É desnecessário aprovar isso agora.

Então, Presidente, o que eu sugiro a V. Exª, com o poder de Presidente que tem – e ele já está na pauta para ser votado – é que votemos antes o requerimento para realização de audiência e, após isso, façamos a votação do projeto. Eu acho que, em nome da segurança pública e do combate às drogas, a gente vai estar piorando uma situação que já é de extrema instabilidade, de extrema gravidade.

Eu tenho certeza de que as Forças Armadas estariam sendo mais úteis nesse momento lá na minha fronteira, lá na minha fronteira, aonde a Força Nacional chegou e de onde nunca conseguiu sair. Lá, sim, vigiando drogas e vigiando armas que entram; e não ali cumprindo uma função que não é função sua. E dito isso não por mim, mas dito isso pelo próprio General Villas Bôas quando aqui esteve.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin, pela contribuição que traz ao debate.

A matéria continua em discussão.

Com a palavra a S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, ouvi com extrema atenção, Sr. Presidente, todos os nobres pares que me antecederam. E me permito aqui lembrar rapidamente o art. 142 da Constituição Federal, que trata da competência constitucional das Forças Armadas: "...destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem". É o Texto Constitucional.

Parece-me que há um equívoco prévio – e eu ouvi com imenso respeito as argumentações do Senador Lindbergh e da Senadora Vanessa, por quem tenho grande apreço –, mas um equívoco no foco da discussão. Nós não estamos discutindo aqui, neste momento, a competência das Forças Armadas em relação à atividade de manutenção da lei e da ordem, porque isso a lei já conferiu. O que nós estamos discutindo aqui é: no momento em que a lei confere essa iniciativa e essa iniciativa é implementada, o militar, no seu exercício, deve estar sob qual guarda-chuva, sob qual manto, sob qual pálio? É exatamente essa a discussão.

Se a discussão seria outra, se nós estivermos aqui indagando se devem as Forças Armadas adentrar uma seara que não é tão somente a da guerra, da guerra bélica... E aqui me permita, Sr. Presidente, uma ponderação, de que V. Exª foi testemunha há duas semanas: as Forças Armadas, hoje, não só as brasileiras, mas de todo o mundo, estão muito aparelhadas para as questões ditas coloquialmente como de segurança pública, mas que não são mais, porque é muito tênue a diferença entre as ações bélicas normais e as de segurança pública em razão das missões de paz.

O que foi a missão de paz do Exército Brasileiro no Haiti? O que é o mesmo no Líbano? Não há guerra; o que há é o exercício da força armada exatamente com vistas à garantia da ordem, da paz e da segurança. Então, é exatamente isso em que se transformaram.

Ouvimos agora o Embaixador indicado para a missão no Congo: "os famosos capacetes azuis da ONU". O que são os capacetes azuis? São forças armadas do mundo inteiro que se destinam a um país onde há problemas de garantia da lei e da ordem, e não necessariamente guerra ou defesa da pátria, para colocarem ali as instituições vigorando.

Então, a competência constitucional existe. A prática existe e a competência existe. O que nós estamos discutindo, de fato, reitero, é exatamente essa competência.

E queria trazer aqui a lume, Sr. Presidente – não quero me estender –, um documento que acabo de receber da Procuradoria-Geral da República, modificando a opinião da Procuradoria-Geral da República que entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo quanto à redação da Lei Complementar nº 117, de 2014, e 116, de 2010, que tratam exatamente da competência da Justiça Militar.

No texto, que é de anteontem, dia 12, o Sr. Procurador-Geral da República diz assim:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> Não ficará mal antecipar que essa manifestação inflete [ou seja, modifica] o ponto de vista de início defendido pela Procuradoria-Geral da República nesse processo de controle abstrato da constitucionalidade. Daí o imperativo de declinar os motivos determinantes dessa postura. Para expor à crítica, é preciso, antes, resumir o ponto de vista inicial de que agora, respeitosamente, diverge.

O texto é muito longo, mas, aqui, por este documento da Procuradoria, é deixado claro que a Procuradoria, hoje, entende que é constitucional o alargamento da competência da Justiça Militar para esses julgamentos. Então, o temor levantado pela Senadora Vanessa, parece-me, terá um revés, porque o próprio Ministério Público, através do seu órgão titular, acaba de entender, de modo público, que essa competência é constitucional e é lícita.

Então, parece-me que o projeto é procedente, razão pela qual eu quero aderir ao relatório do eminente Senador Pedro Chaves e manifestar que votarei a favor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Ronaldo Caiado, último orador inscrito para a discussão da matéria.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, na reunião de Líderes, há poucos dias, ficou deliberado que nós daríamos à pauta de segurança pública. Segundo ponto: só quem não quer realmente ver imagina que nós não estejamos vivendo uma guerra urbana. É uma realidade: nós vivemos uma guerra urbana. As pessoas ficam maquiando, as pessoas ficam tergiversando sobre uma realidade escancarada.

Onde é que está a presença do Estado nas favelas do Rio de Janeiro? Onde é que está a presença do Estado em algumas cidades do entorno de Brasília? No meu Estado de Goiás? É a 22ª cidade mais violenta do País, o Novo Gama; depois, Águas Lindas. Para qualquer cidadão poder ter acesso ao bairro, levar uma mercadoria ou construir uma obra, tem que pedir autorização ao traficante da região! Toda a sociedade está se acomodando, está se acovardando diante do quadro. É a total ausência do Estado brasileiro.

Essa tese de que os nossos policiais não podem e não têm o direito de fazer o enfrentamento com a bandidagem está fazendo com que hoje não só o Exército brasileiro, a Marinha, a Aeronáutica, que têm essa prerrogativa, sim, e nós não podemos cerceá-los... Sr. Presidente, V. Exª viu cenas mais deprimentes do que uma instituição como o Exército brasileiro, aqueles soldados sendo sequestrados no Rio de Janeiro, amarrados, com suas armas sendo roubadas, os outros batendo em retirada, onde traficantes ali os cercavam, e eles se protegiam atrás de uma caminhonete? Onde é que já se viu isso, Sr. Presidente? Uma instituição como o Exército brasileiro bater em retirada de bandido reconhecido num morro do Rio de Janeiro, e não poder fazer o enfrentamento a eles? É esta situação que não existe em lugar nenhum do mundo. Vá fazer isso na França, vá fazer isso na Alemanha, vá fazer isso no Reino Unido!

Essa é a situação que nós estamos colocando, e é importante que seja dito, Sr. Presidente, e que a Senadora que me antecedeu não confunda: nós estamos falando aqui de Justiça Militar da União. Não é Justiça Militar dos Estados, não – é da União. Esses jovens hoje estão preparados, sim, para a guerra, e o Brasil hoje... Só uma estatística rápida: em 2016 nós tivemos 170 assassinatos por dia. No Brasil, em quatro anos foram assassinadas 279 mil pessoas, mais do que a Guerra da Síria. Então, Sr. Presidente, nós estamos diante de um quadro que é uma guerra urbana.

O que está se restabelecendo hoje é exatamente uma prerrogativa que sempre existiu, a da Justiça Militar. Essa Justiça Militar da União tem a prerrogativa de julgar, e julga com mais competência. A Justiça comum, hoje, demora de oito a dez anos para julgar um caso, enquanto um jovem fica sem a menor perspectiva de sobrevivência, sem saber o que será da vida dele diante de um enfrentamento com um bandido, se ele utilizar a sua arma. Ele vai ficar durante oito ou dez anos sem perspectiva alguma, e está fazendo a segurança da Nação, do Estado, implantando aquilo que o Estado tem que fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agora, quem quer destruir o Estado? Quem quer o acovardamento das instituições, a destruição das instituições? O comando do PCC no Brasil, a Família do Norte e outras brigadas que existem hoje dentro das penitenciárias é que querem tirar a prerrogativa do Exército Brasileiro, da Marinha e da Aeronáutica. Então, Sr. Presidente, é muito claro. Essa posição é uma posição que eu acredito ser quase unânime, com mais de 80% aqui favoráveis a que se restitua o direito ao soldado, ao militar do Exército, da Aeronáutica e da Marinha serem julgados pela Justiça Militar da União. Ela é célere, ela é justa e ela, sem dúvida nenhuma, dá a esse cidadão, ao soldado, a condição de resguardá-lo quando ele está ali por determinação da Presidência da República para atuar em momentos delicados de falta de segurança.

Eu mesmo gostaria – e já solicitei várias vezes – de ter o Exército brasileiro no entorno de Brasília. O senhor não pode imaginar, Sr. Presidente. Os colegas aqui acham que é só o Rio de Janeiro. O entorno de Brasília hoje é uma situação semelhante. Há droga à luz do dia. Os traficantes ousados ameaçam todas as pessoas. Todas as pessoas têm que pagar pedágio a bandido. Onde é que está o Estado brasileiro, Sr. Presidente? Esse acovardamento, que existe diante do enfrentamento da bandidagem, é que leva o Brasil à situação caótica que nós estamos vivendo. Esse é o lado que nós precisamos ter coragem de enfrentar. Daqui a uns dias, não tem porta de escola que não seja hoje corrompida pela droga. Não tem local algum em que eles não tenham a ousadia de estar lá no enfrentamento do Exército, porque não respeitam mais ninguém. Já correram com o Exército do morro do Rio de Janeiro, já correram com a Polícia Militar no meu Estado.

Esse é o momento de nós resgatarmos as nossas prerrogativas. Me coloco aqui para votar essa matéria hoje, Sr. Presidente. Essa matéria deverá ter urgência urgentíssima, para que não paire uma dúvida mais quanto às missões do Exército definidas pelo Presidente da República terem a prerrogativa, sim, de fazer aquilo que lhe foi determinado: a segurança, o respeito, a ordem, a lei e também a prevalência do Estado sobre a bandidagem no País. Muito obrigado!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, o senhor me permitiria mais um minuto? Não quero abusar de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Por favor, ainda está em discussão em matéria, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É porque eu acho muito importante. Eu quero de fato ler, Senador Jorge Viana, aqui, uma reportagem da Agência Brasil, da jornalista Débora Brito, depois da vinda do Comandante do Exército, General Villas Bôas, aqui, a esta Comissão de Relações Exteriores. Diz o seguinte:

> Ao participar de audiência pública no Senado, o Comandante do Exército, General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas disse hoje que o uso das Forças Armadas em ações de segurança pública é "desgastante, perigoso e inócuo". Para ele, esse tipo de modelo deve ser revisto.
> [Continua o General Villas Bôas:] esse emprego, inclusive, causou agora, recentemente, alguma celeuma de garantia da lei e da ordem. Nos últimos 30 anos, nós fomos empregados 115 vezes. O único Estado em que não houve emprego até hoje parece-me que foi São Paulo. Nós não gostamos desse tipo de emprego, não gostamos.

Aí conclui, falando o General Villas Bôas, sobre a participação do Exército no Complexo da Maré. Diz o General:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> Um dia, me dei conta: os nossos soldados atentos, preocupados – são vielas -, armados; e passando crianças, senhoras, eu pensei: estamos aqui apontando arma para a população brasileira. Nós somos uma sociedade doente. E lá ficamos 14 meses. Do dia em que saímos, uma semana depois, tudo havia voltado ao que era antes. Então, temos realmente que repensar esse modelo de emprego, porque é desgastante, perigoso e inócuo.

Isso aqui quem diz não sou eu não; não é um militante da causa dos direitos humanos não; é o General Comandante do Exército.

Nós temos que refletir. Por isso, eu faço esse apelo para que nós façamos uma audiência pública aqui para debater com o próprio Exército esse tema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Lindbergh Farias.

Senador Jorge Viana, V. Ex´ª concede...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por favor... Não; eu só queria... Eu acho que ela já vai dar um encaminhamento.

Se V. Exª permitir...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pois não, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É só mais um esclarecimento, Senadora Vanessa, queria colega. Eu peço desculpas.

O problema é que eu concordo integralmente com a última intervenção que fez o colega Lindbergh. Vamos propor uma audiência pública para discutir aqui o emprego das Forças Armadas fora das suas prerrogativas normais, mas que também têm margem constitucional.

O que eu quero, Sr. Presidente – e não vou gastar aqui mais do que um minuto –, é fazer um esclarecimento. O que nós estamos votando aqui.... Porque, nesses tempos de hipocrisia que o Brasil vive, se distorce rapidamente aquilo que o Senado e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional estão votando. Nós não estamos votando aqui autorização para matar; nós estamos votando um projeto simples. O art. 124 da Constituição estabelece: "À Justiça Militar compete processar e julgar crimes de militares definidos em lei". Nós só estamos votando aqui se um militar que cometer crime vai ser julgado pela Justiça Comum ou pela Justiça Militar. É tão somente isso! Só isso!

Nós não estamos discutindo aqui o emprego das Forças Armadas nas favelas do Rio ou nas fronteiras do meu Estado. Não é isso que está sendo discutido. Então, por favor, que haja, pelo menos, compromisso com a verdade, e vamos decidir, para o nosso juízo, para uma boa lei, se é melhor que militares, quando cometam crimes em ação determinada pelo Estado, sejam julgados pelo Tribunal do Júri ou pelo Tribunal Militar. E, desde 1891, está estabelecido na Constituição que deve ser pelo Tribunal Militar.

Quando um civil atira e mata um militar em ação, ele é julgado pelo Justiça Militar. E, hoje, por força de uma lei de 1996, quando um militar, em ação – e tão somente em ação –, estiver em uma situação drástica e chegar a matar alguém, ele vai para o Júri ou vai para o Tribunal Militar.

É só isso que nós estamos votando, Sr. Presidente. É bom e eu acho importante fazer esse esclarecimento para todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, para encerrarmos a discussão...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com a palavra S. Exª a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, a Ordem do Dia no Plenário acaba de ser aberta pelo Senador Eunício...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É uma sessão ordinária...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Ou melhor, é uma sessão extraordinária.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não; a Ordem do Dia acaba...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Só com sessão ordinária.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – "Em qualquer hipótese, a reunião da Comissão, permanente ou temporária, não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões deliberativas ordinárias do Senado".

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas é deliberativa!

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Deliberativa!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fazendo soar a campainha*.) – Desculpe-me... Por favor! Por favor!

Senadora Vanessa, somente quando é sessão deliberativa. Essa é uma sessão extraordinária; portanto, não impede...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Sim; é deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Não é deliberativa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Essa sessão é deliberativa. V. Exª tem razão. É uma sessão extraordinária deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Não é não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Está votando! A Ordem do Dia começou!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Vamos continuar a nossa reunião.

Encerrada a discussão, vamos passar à votação.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu peço que V. Exª coloque em votação, primeiramente, o requerimento que eu apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – O requerimento de V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin, a Mesa o receberá prontamente, como sempre, quando ele estiver completo, quando ele estiver com o adendo que V. Exª acabou de fazer.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O adendo pode ser feito oralmente; ele entrou já há muito tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – E, de acordo com as notas que norteiam os trabalhos desta Comissão, os requerimentos são apresentados numa reunião, para serem apreciados na reunião seguinte.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Só para ajudar, Sr. Presidente. Só para ajudar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Quando o meu foi apresentado? Eu peço esclarecimento: quando é que o meu requerimento foi apresentado?

Um minuto, Senador, por favor, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – O requerimento de V. Exª será colocado para a leitura na próxima reunião...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, o meu requerimento já foi apresentado, Sr. Presidente.

Qual é a data da apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Na próxima quinta-feira...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não. Qual foi a data da apresentação?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Qual foi a data da apresentação...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, eu quero saber a data. Eu não pedi a leitura. Eu perguntei a data.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Enquanto o secretário procura a data, S. Exª Senador Romero Jucá.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Dia 21, Sr. Presidente. Tenho aqui já: dia 21 do mês de agosto, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – O requerimento da Senadora Vanessa é para instruir o processo de discussão. O processo de discussão já foi encerrado. Então, esse requerimento perdeu o objeto agora e na próxima semana, porque a discussão já foi encerrada. A matéria está pronta para ser votada e não pode mais ser instruída, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Dia 21 do mês de agosto, Sr. Presidente, foi quando protocolei o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente.

Mas eu digo para V. Exª o seguinte, Senadora Vanessa: essa é uma questão atemporal. Isso poderá ser discutido a qualquer momento. Eu acolho, como Presidente da Comissão, a solicitação de V. Exª *a priori*, dependendo naturalmente da anuência do Plenário, da anuência desta Comissão. Mas não no presente momento, porque já estamos iniciando o processo de votação.

Mas esse é um assunto que merece sempre discussão, sempre vai ser alvo de debates, de polêmicas e nunca é demais nós discutirmos uma questão que realmente movimenta tantos setores da sociedade.

Vamos colocar, agora, em votação a matéria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Só me cabe lamentar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – A matéria sem a emenda.

Em votação o relatório de S. Exª o Senador Pedro Chaves sem a emenda.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, eu peço urgência da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Contrariamente o voto de S. Exª Senadora Vanessa Grazziotin.

S. Exª o Senador Romero Jucá pede urgência da matéria, que também coloco à deliberação do Plenário. (*Pausa.*)

Com o apoio do Plenário, a matéria seguirá para o plenário do Senado com urgência para sua votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aprovado, portanto, o relatório favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2016.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa com pedido de urgência para as devidas providências.

Antes de encerrar esta reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Dando segmento ao nosso Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, de 18 de setembro, segunda-feira, às 18h, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando realizaremos o 12º Painel do debate, sobre o tema "Os BRICS e a Ordem Internacional Contemporânea: para onde vão os gigantes emergentes?".

Para expor e debater o tema, teremos como convidados o Prof. Dr. Renato Baumann, da Universidade de Brasília; o Prof. Dr. Angelo Segrillo da Universidade de São Paulo; e o Prof. Dr. Marcos Rosas Degaut, Secretário Adjunto de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Nada mais havendo a tratar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – ... e agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu ia apenas, Presidente, antes de encerrarmos...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Por favor, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... dado o calor que essa discussão...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Suspendo o encerramento para conceder a palavra a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dada relevância da matéria que foi discutida e aprovada aqui, eu queria dizer a V. Exª que, na próxima reunião, eu farei um breve balanço sobre a missão que V. Exª me designou, ou seja, representar esta Comissão de Relações Exteriores na reunião entre Brasil e Argentina em São Paulo. Assim, penso que esse relato ficará para a próxima semana.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia, que representou, com o brilhantismo de sempre, esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no encontro havido em São Paulo na última segunda-feira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e três minutos do dia vinte e dois de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Elmano Férrer, Valdir Raupp, Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Roberto Muniz, Gladson Cameli, Vanessa Grazziotin, Fernando Bezerra Coelho, Pedro Chaves, Telmário Mota, Omar Aziz, Paulo Paim e Waldemir Moka. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Raimundo Lira, Paulo Rocha, Ataídes Oliveira, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Wilder Morais, Wellington Fagundes e Vicentinho Alves. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Requerimento-CI nº 40/2017 de autoria do Senador Acir Gurgacz. **Finalidade:** Instruir o PRS 55/2015, que "fixa alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com querosene de aviação". **Participantes:** Rogério Teixeira Coimbra, Diretor do Departamento de Políticas Regulatórias da Secretaria Nacional de Aviação Civil - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas - ABEAR; Mauro Ricardo Machado Costa, Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Paraná; Alexandre Barreto de Souza, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Juliano Noman, Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC. **Resultado:** Audiência pública realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Omar Aziz, Jorge Viana, Telmário Mota, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Roberto Muniz, Flexa Ribeiro. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 41 de 2017** que : "Requer seja convidado o Ministro de Estado de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca do recente anúncio de privatização da Eletrobrás." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Lido. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz

Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/22

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício 664, de 2017, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, órgão da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, que apresenta as recomendações do relatório elaborado pelo Conselho sobre o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco e seus efeitos sobre o Vale do Rio Doce. Cópias do ofício e do relatório encontram-se à disposição das Srªs e Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Antes de iniciarmos a audiência pública, gostaria de informar que a população poderá participar do debate, enviando perguntas e comentários aos nossos convidados. Os cidadãos que queiram participar podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, através do endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o telefone 0800-612211. Além disso, na página da Comissão na internet, é possível assistir à gravação em vídeo da reunião e consultar as apresentações feitas pelos convidados.

Antes de iniciarmos a nossa audiência pública, há apenas um registro.

Eu faço aqui um agradecimento especial ao Senador Eduardo Braga, Presidente desta Comissão, pela sua atuação e pelo seu trabalho com relação à reabertura da BR-319. Hoje nós já estamos vendo as máquinas trabalhando ao longo da BR-319, principalmente no trecho que liga Humaitá e Castanho. Isso se deve muito ao trabalho do Senador Eduardo Braga, Presidente desta Comissão, que trabalhou junto conosco para que fosse possível essa reabertura e o reinício das obras, que foram paralisadas há algum tempo, sobre uma BR que é da maior importância para o Estado do Amazonas e para o Estado de Rondônia.

Meus cumprimentos ao Senador Eduardo Braga e os nossos agradecimentos pela sua atuação, pelo seu trabalho, para que nós pudéssemos ver hoje essa rodovia reaberta e as máquinas trabalhando em ritmo acelerado para o reasfaltamento da BR-319.

Dando sequência, portanto, aos nossos trabalhos, a presente reunião destina-se à instrução do Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 2015, que "fixa alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com querosene de aviação", em atendimento ao Requerimento nº 40, de 2017, de minha autoria.

Para tanto, foram convidadas as seguintes autoridades, especialistas, a quem convido para que tomem assento à mesa: Diretor do Departamento de Políticas Regulatórias da Secretaria Nacional de Aviação Civil, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, que, se estiver presente, pode passar à Mesa; Dr. Juliano Noman, Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), se estiver presente, convido-o para compor a Mesa; Dr. Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), a quem agradeço a presença e convido a fazer parte da Mesa; Dr. Alexandre Barreto de Souza, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

quem agradeço a presença e peço para que venha fazer parte da Mesa; Dr. Mauro Ricardo Machado Costa, Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Paraná, que se encontra em deslocamento e já deve estar chegando à nossa audiência, à qual vamos dar início para que, na sua chegada, possamos ter avançado algo mais; Dr. Rogério Teixeira Coimbra, que já está na Casa e está próximo à nossa Comissão.

Informo aos convidados que o tempo para cada exposição será de aproximadamente 15 minutos, sem nenhuma rigidez no tempo, pois eu entendo que o debate é importante e a opinião dos senhores é de fundamental importância para instruir todo o nosso trabalho aqui na Comissão, que depois irá ao Plenário. Por isso a importância desta audiência pública.

Agradeço a presença de todos os senhores.

Esta é uma matéria importante para o nosso País. Nós já...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Tudo bem, seja bem-vindo.

Esta matéria estava para ser votada pelo Plenário e pedimos que ela retornasse à Comissão para que pudéssemos fazer uma avaliação clara e transmitir à população claramente qual é o objetivo principal dessa redução do imposto.

Eu faço algumas perguntas, deixo em aberto aqui algumas perguntas, três perguntas, para que, no seu momento, elas sejam respondidas.

Primeiro, ao Dr. Eduardo, representando a Abear: a respeito da expectativa de acréscimo de voos, caso seja aprovada a limitação de ICMS para o querosene da aviação, ouvimos notícias de 50 a 70 novas ligações aéreas. Qual a previsão oficial da Abear e entre que cidades ou regiões seriam tais ligações? Há hoje disponibilidade de aeronaves para esse atendimento? As novas ligações são um compromisso das empresas ou da Abear? E que garantia a população tem de que essa medida resultará em mais acesso ao serviço de transporte aéreo?

Outra pergunta que eu faço, Dr. Eduardo: as empresas aéreas pagam ICMS ou ISS sobre a passagem vendida? Eu gostaria de que o senhor respondesse para nós.

Com relação a um trabalho social do segmento, existe poltrona para idoso com gratuidade, para deficiente, para estudante? Há essa modalidade de gratuidade para tantos passageiros que utilizam aeronaves? Existe essa liberação de passagem grátis ou com 50% de desconto para os idosos, para os deficientes e para os estudantes?

Se há esse trabalho, como há no transporte rodoviário, só para a gente fazer um comparativo, porque eu entendo que, quando nós falamos em transporte, nós temos que trabalhar o transporte como um todo, não somente o transporte aéreo. Quem ocupa o transporte aéreo, o transporte terrestre são todos os brasileiros. Então, nós não podemos tratar diferentemente um sistema do outro. Entendo que um é o alimentador do outro e nós não podemos beneficiar um segmento em detrimento de outro. Portanto, essas perguntas para mim são importantes. O ICMS sobre o preço da passagem, a gratuidade, se existem, com relação ao estudante, meia passagem, e ao deficiente.

Ao representante da Anac, a nossa pergunta diz o seguinte: de que instrumentos a Anac dispõe para o acompanhamento dos preços dos serviços prestados pelas companhias aéreas? Os valores são levantados pela agência reguladora ou informados de forma fechada pelas empresas? Há auditoria dessa informação? Por que motivo a sensação que temos é que o serviço de transporte aéreo está mais escasso e mais caro, enquanto a Anac divulga frequentemente queda no percentual dos preços?

E, ao Cade, a pergunta diz o seguinte: o Cade tem acompanhado o mercado de transporte aéreo de passageiros? Quando o consumidor identifica semelhança de preços e baixa disponibilidade de voos, como ocorre em algumas localidades, sua reação natural é desconfiar que há uma combinação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de preços entre os fornecedores? Como o Cade pode contribuir para assegurar que haja concorrência nesse mercado? E o que o Cade pensa com relação a nós nos preocuparmos apenas com o transporte aéreo, esquecendo do transporte terrestre? Não é uma forma de pensar direcionada a quem somente tem uma condição melhor de vida, pois quem usa avião, claro, tem uma condição melhor financeira, em detrimento daqueles que utilizam, por exemplo, Senador Pedro Chaves, os ônibus urbanos nas cidades?

Nosso trabalhador que paga R$4, R$3,80, R$3,50 numa passagem de ônibus urbano para ir da sua casa até o trabalho e voltar paga os 25% aproximadamente de ICMS do combustível. E o transporte aéreo, que hoje, na maioria dos Estados, paga muito menos que 12%, nós estaríamos limitando a 12%. Por que – essa pergunta fica para o Cade – essa diferenciação, esse diferente tratamento entre um sistema e outro?

Então, dessa forma, eu inicio os nossos debates. São apenas algumas posições a que eu gostaria que, depois, a cada momento, fossem feitos os devidos comentários e respostas dos nossos convidados.

Eu passo a palavra para o nosso colega Rogério Teixeira Coimbra, que é Secretário Nacional da Aviação Civil. Agradeço a sua presença conosco nesta manhã para debatermos esse tema que é da maior importância para o nosso País e, evidente, importante para o sistema aéreo.

O senhor tem 15 minutos, ou, se precisar de mais, não há uma rigidez, para que a gente possa fazer esse debate. Muito obrigado pela presença.

Passo a palavra ao Dr. Rogério.

O SR. ROGÉRIO TEIXEIRA COIMBRA – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Acir Gurgacz; na pessoa dele eu cumprimento os demais Parlamentares presentes.

Eu queria agradecer a oportunidade de estar representando o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil neste debate. Eu queria parabenizar a Casa por mais uma vez propiciar a oportunidade de um debate sobre esse tema, que é de relevância altíssima para nós que militamos no setor.

Eu vou tentar fazer uma fala bastante resumida e ser objetivo nos pontos, até de forma a privilegiar o espaço para os debates e as perguntas, que eu sempre costumo achar a parte mais rica das audiências públicas. Então, vou direto aos pontos que eu gostaria de abordar aqui hoje.

Um dos principais pontos que eu acho que a gente tem de levar em consideração como pano de fundo de toda discussão de política pública que envolve o transporte aéreo é que é sabido de todos o tamanho da mudança que ele enfrentou ao longo dos últimos anos, mas boa parte da regulamentação do setor foi concebida em um período em que o transporte aéreo era visto como um transporte de elite, quase como um bem de luxo.

Hoje – na verdade, já faz alguns anos – o transporte aéreo já superou o rodoviário como principal modo de transporte interestadual de passageiros, de forma que hoje ele não pode mais, a nosso ver, ter um tratamento que não seja compatível com o transporte de massas, que é o que ele é hoje; é o principal modo de transporte da população. A consequência disso a gente vê quando há um momento de crise ou algum problema de infraestrutura e algum voo deixa de ser prestado: a enorme reação que isso gera por parte da população e, por consequência, dos seus representantes, os Parlamentares, que sempre abordam as empresas aéreas, abordam o Governo e tentam fazer todo o esforço possível para retomar aqueles voos. Aquilo tem uma relevância enorme na vida da população. Em algumas localidades, inclusive, não existe alternativa – aqui eu falo mais especificamente da Região Norte.

Então, acho que um primeiro ponto para a gente ter como referência é o fato de que o transporte aéreo não é mais e não pode mais ser visto como um bem de luxo, não pode ter uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

política pública, uma política tributária voltada para um bem de luxo, e sim para um bem que é fundamental para a população.

Um segundo ponto nessa mesma linha é que hoje, no Brasil – talvez o Eduardo, em sua fala, traga algum dado mais detalhado e mais preciso –, quase 40% do total do custo das empresas é exclusivamente com combustível. Se pensarmos que estamos falando de uma indústria de transporte aéreo, que é uma indústria bastante intensiva em tecnologia, intensiva em capital, intensiva em mão de obra, ela tem um custo de pessoal bastante alto; há o custo de *leasing* das aeronaves, há o custo de tarifas – e aí estão as tarifas aeroportuárias, tarifas de navegação. Mas o principal item de custo, disparado, respondendo por quase 40%, é apenas combustível. Não só isso salta aos olhos por si só como, se fizermos uma comparação internacional, veremos que tanto em termos percentuais nós estamos bastante acima da média internacional como também o valor do nosso combustível aqui, pago pelas empresas aéreas, está entre os mais altos do mundo, bem acima da média internacional. Então, isso já nos salta como uma primeira distorção, e boa parte disso, como é sabido de todos, tem essa natureza tributária, que é o custo do ICMS sobre o querosene de aviação, que acho que é precisamente o objeto da discussão da audiência pública.

Esse cenário que temos hoje, em que temos não só um valor alto como uma disparidade bastante grande entre as alíquotas cobradas em diferentes Estados, traz ainda, como efeito colateral, uma prática que tem alguns efeitos nocivos. É uma prática que, no setor, é conhecida como *tankering*. É uma reação econômica natural das empresas aéreas a essa diferença de preços de combustíveis. É a empresa aérea estar abastecendo uma quantidade bastante acima do necessário para o voo que vai ser realizado, porque, eventualmente, o pouso subsequente vai se dar em uma localidade onde o combustível tem um valor bastante elevado. Então, ele coloca combustível a mais para não precisar abastecer ou abastecer em menor quantidade no local onde o combustível de aviação é mais caro.

Isso traz como efeito, primeiro, uma ineficiência econômica muito grande. Boa parte do combustível extra é queimado para transportar ele mesmo. A gente está transportando uma aeronave mais pesada desnecessariamente. Então, é uma ineficiência econômica que isso traz para o setor. Isso é carregado em cima de custos e tem efeitos não só na precificação, pois o custo é sempre um item importante na precificação das passagens, como até na viabilidade de se ter ou não algum voo para alguma localidade ou uma frequência a mais ou um destino a mais.

A gente sabe que é uma indústria que trabalha – e aí já não é uma coisa específica de Brasil, mas no mundo inteiro – bastante perto da margem, bastante perto do limite, tanto que a gente vê o balanço das empresas aéreas, no mundo inteiro, às vezes, superavitário; muitas vezes, no prejuízo. É uma indústria que trabalha muito no limite.

Fora essa questão da ineficiência econômica, a prática do *tankering* traz um prejuízo bastante significativo em termos de meio ambiente. A gente, está com essa política, induzindo um comportamento que é nocivo ao meio ambiente. Essa prática do *tankering* faz a gente queimar mais combustível e lançar mais CO_2 na atmosfera. Isso é um pouco de contrassenso também, considerando que o Brasil tem até um protagonismo em toda essa discussão internacional sobre redução das emissões, pelos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil de redução das emissões.

No ano passado, tivemos, na última assembleia da Organização de Aviação Civil Internacional, a aprovação de uma resolução que, pela primeira vez, vai dar efeitos econômicos para a queima de combustível. Então, a gente passa a ter metas de redução de emissões, e o transporte aéreo internacional, daqui a alguns anos, vai passar a funcionar com o esquema de crédito de carbono, compensação de emissões.

Então, ao mesmo tempo que o Brasil tem um protagonismo nessa discussão e defende um transporte aéreo cada vez mais verde, cada vez que emita menos, essa conformação tributária que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gente tem hoje tem gerado, na verdade, na contramão de toda a discussão, o aumento da emissão de CO_2.

Um outro ponto que acho que vale a pena destacar acerca do PRS em discussão, em que a gente está discutindo o teto de alíquota do querosene de aviação, não pode ser analisado de forma isolada. Acho que a gente tem que combinar essa análise com o cenário da aprovação da Lei Complementar nº 160, que trouxe a discussão de como é que ia se viabilizar – o que foi, em última análise – a decisão do Supremo sobre as diferenças de alíquotas. Ela trouxe tratamento de alguns setores que teriam alguns anos a mais para que essa diferença de alíquotas, para que os Estados que têm alíquotas mais baixas pudessem continuar com isso sem a necessidade de aprovação do Confaz, que exige quórum bastante qualificado e é, portanto, uma redução de alíquota difícil de se materializar.

Com esse cenário, hoje, a estimativa e o receio que nós temos no Ministério dos Transportes é que a não aprovação desse PRS que reduz o teto não apenas não vai trazer os benefícios que a gente espera, a melhora que a gente espera do setor, mas isso, combinado com essa impossibilidade de os Estados continuarem praticando alíquotas reduzidas, que vem à tona agora com essa discussão da lei complementar, isso não só não traga a melhora esperada, como traga uma piora bastante significativa e eventual redução, ainda maior, de voos que temos hoje. Então, essa é uma preocupação bastante grande do Ministério.

Então, acho que, dados esses pontos, dada a relevância do setor e a relevância de novos voos... E a gente tem trabalhado, no âmbito do Poder Executivo Federal, em melhoras de infraestrutura, melhoras regulatórias, investimentos em aviação regional, investimentos em grandes aeroportos. Ao longo dos últimos cinco anos, foram investidos em infraestrutura, no Brasil, mais do que o somatório dos 16 anos anteriores.

Então, acho que hoje, com essa discussão do projeto de resolução do Senado, o Senado tem nas mãos uma oportunidade ímpar de dar uma enorme contribuição para o setor, uma contribuição na direção de mais voos, mais cidades atendidas, mais destinos, mais frequências e preços cada vez mais acessíveis para os brasileiros e, cada vez mais, continuar crescendo a utilização desse modal, que traz mais segurança, mais comodidade e é tão caro a todos que já têm acesso e não querem perder esse acesso.

Dessa forma, eu encerro minhas considerações e me coloco, de antemão, à disposição de todos os presentes para eventuais esclarecimentos de dúvidas.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Rogério Teixeira.

Passo a palavra ao Dr. Eduardo para fazer as suas colocações, já pedindo que faça comentários sobre as nossas perguntas.

Eu perguntei, Senador Omar, qual é a garantia que nós vamos ter caso esse ICMS venha realmente a baixar para o máximo de 12%? De que forma esse compromisso vai ser cumprido? E se esse compromisso é das empresas ou é da associação?

Então, com a palavra o Dr. Eduardo Sanovicz, a quem já agradecemos pela presença conosco.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Bom dia, Srs. Senadores, senhores integrantes da Mesa. É sempre uma honra e um prazer voltar ao Senado da República para prestar os esclarecimentos e debater os temas para os quais somos sempre chamados a colocar de público.

Para ser bastante objetivo, apenas para ilustrar, a Abear tem cinco anos quase e tem três grandes bandeiras.

A primeira é trabalhar para que o ambiente de negócios, o ambiente de trabalho brasileiro na aviação tenha os mesmos padrões e as mesmas regras que a aviação tem no resto do planeta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A segunda é trabalhar para que o aparato de Estado seja eficaz.

A terceira é defender a política de liberdade tarifária.

A primeira bandeira se deve ao fato de que, toda vez que nós temos uma regra nacional diferente da regra internacional, ela acaba fazendo com que a aviação seja mais cara para si própria, para a indústria e, no fim do dia, para o consumidor, para o passageiro, na medida em que é um setor que trabalha sem qualquer tipo de subsídio.

Segundo: é preciso que o aparato de Estado seja eficaz. Agora, nós estamos evoluindo para que todos os agentes econômicos sejam eficazes, porque antigamente nós lidávamos apenas, por exemplo, com a Infraero, com a Polícia Federal, com a Receita, com a Anvisa, no sentido de facilitar que um avião encostasse e, meia hora depois, saísse.

Hoje nós temos agentes públicos e privados.

E terceiro é a liberdade tarifária, que, implantada a partir de 2002, possibilitou que, ao longo dos últimos 15 anos, a tarifa média de um bilhete aéreo caísse pela metade.

Hoje, nós pagamos pouco mais de R$320 como tarifa média no País, diferente do início da década passada, quando estávamos pagando tarifas superiores a R$700 como média.

Esse quadro mostra a evolução. Aquele quadro de cima é quanto vem caindo a tarifa média internacional praticada para quem sai do Brasil. Vejam que, lá em 2011, nós estávamos em US$1.200 e hoje estamos em quase US$600. Caiu pela metade.

E a de baixo é a tarifa nacional. Ela vem de uma tarifa média superior a R$800 lá no início da década, passa por pouco mais de R$700 ali em 2008 e hoje chega a R$349.

A que se deve isso?

Ao aumento da concorrência entre as empresas, à disputa, e ao aumento do próprio setor. Acontece que nós chegamos em 2015 para 2016, e, obviamente, como resultado da crise econômica, pouco mais de 8 milhões de passageiros deixaram de voar. Da mesma forma que em todos os setores e atividades econômicas, também houve uma redução do número de passageiros na aviação.

Esses são os efeitos, e é importante colocar isso. A aviação, na medida em que é indutora de desenvolvimento, é uma cadeia produtiva pela qual trafegam todas as outras, cada R$1 gerado pela aviação impacta R$8 na sua cadeia produtiva, e cada emprego direto da aviação impacta dez em toda a cadeia produtiva.

E, aqui, nós chegamos um pouco ao coração da nossa conversa. Esse custo realmente, como disse o Rogério, chegou a bater 40% no seu momento mais grave, e hoje, muito por conta da queda do preço do petróleo, é de aproximadamente 26%. O importante é entender o seguinte: quando se faz uma comparação, por exemplo, com o mercado norte-americano, o nosso combustível custa aproximadamente o dobro do que custa o combustível para uma empresa americana. Se nós pegarmos a média que temos, por exemplo, entre o Brasil e os Estados Unidos, em alguns lugares, nós pagamos mais, quase o dobro, do que se paga naquele mercado.

Por que isso e por que nós levantamos o tema ICMS?

Não é porque sejamos contra o ICMS, ou sejamos contra o imposto. Nós entendemos a lógica tributária, e o ICMS não foi definido nas alíquotas em que foi definido no Brasil por maldade ou por algum tipo de outro objetivo. Houve um racional. Qual foi o racional, Senador Gurgacz e Senadores que estão aqui?

Nos anos 80, o Brasil tinha aproximadamente 25 milhões de passageiros voando de avião – de 25 a 28 milhões de passageiros –, cuja tarifa média em valores de hoje era pouco superior a R$800, a tarifa média de voo. Então, naquele momento, a Constituinte abre o ICMS e o define como atribuição de todos os Estados. Cada um ganha autonomia para fazer como julgar mais adequado. O racional foi pegar o ICMS que atende uma pequena parcela da população e colocá-lo na alíquota mais alta no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

querosene de aviação, porque, afinal, com uma tarifa daquele tamanho e um setor da sociedade altamente remunerado, que ganha bem, aquilo está tranquilo.

Acontece que os anos 90 passaram, os anos 2000 passaram, e estamos há 30 anos praticamente – ano que vem faz 30 anos – com a Constituição de 1988 promulgada. O que aconteceu nesses 30 anos?

O Brasil migrou para um modelo equivalente ao modelo internacional, de tarifa liberada. A tarifa liberada começa nos anos 70 nos Estados Unidos; nos anos 80, na Europa; nos anos 90, na Ásia. O Brasil adere em 2002. A adesão à tarifa liberada faz com que o preço do bilhete aéreo caia pela metade, como acabei de demonstrar há três eslaides. E isso leva o número de passageiros a mais de 100 milhões. Batemos 103, 104 milhões lá em 2013.

Ora, por quê?

Porque, se você pegar o aumento do número de passageiros e do crédito... Aqueles aqui que, como eu, já têm cabelos mais brancos lembram que 25 anos atrás você pagava no máximo em quatro vezes um bilhete aéreo. Hoje, você paga em dez vezes um bilhete aéreo. Portanto, hoje, com dez parcelas de R$16,90, você vai de São Paulo a São Luís do Maranhão. Está certo?

Muito bem, isso faz com que, na hora em que cai o preço médio, aumenta o número de passageiros e se democratiza o acesso da população à aviação, toda a distorção entre a prática brasileira e a prática internacional passe a saltar aos olhos, e os consumidores, todos que estão aqui, foram se acostumando nos últimos dez anos a ver um movimento descendente de preços até 2014. Em 2014/15, esse movimento descendente para e começa a oscilar. Por quê? Porque esse esforço dos últimos 15 anos se deu basicamente pelos ganhos de escala e produtividade construídos pela indústria a partir desse cenário colocado de aumento de passageiros.

Ao mesmo tempo, nosso consumidor viaja para o exterior. Muitos aqui, de vez em quando, pegam um preço de bilhete na Europa, nos Estados Unidos, lá por 70 euros, 40 euros, US$50. E as pessoas se perguntam: "Puxa vida, o Brasil não podia ter preços desse jeito?" Bom, nós temos. No ano passado, 11% dos passageiros que viajaram neste País pagaram menos de R$100 para viajar, e 65% pagaram menos de R$300, o que é aproximadamente US$80 em dinheiro de hoje.

Mas vejam que há uma hora em que, para chegar aos preços médios e para se continuar descendo, é fundamental tirar da frente aquilo que torna a operação no Brasil mais cara do que a operação internacional. Vejam aquela informação, e isso não é dado nosso; isso é dado das auditorias que nos acompanham. Hoje, se a empresa que opera os custos, as passagens mais baratas do mundo, entrasse em operação no Brasil, no dia seguinte, se num passe de mágica fosse possível transferir sua sede da Europa, da Irlanda especificamente, para o Brasil, ela custaria 27% a mais. Ou seja, a passagem seria um terço mais cara do que a praticada por aquela empresa no exterior.

Portanto, a nossa discussão sobre ICMS é a seguinte: 19 Estados brasileiros já praticam tarifas de 12% ou menos. Está certo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Ou algumas 7, algumas 3. Tem 3, tem 4...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Tem de 3 a 25.

Nesse sentido, hoje, a gente então defende esse teto, esse projeto que define o teto em 2012, porque 12 é o parâmetro que vem sendo usado pelo Confaz ao redor do País.

Vejam, por exemplo, como tem uma relação direta entre número de aeroportos e custo. Nós tivemos, por exemplo, lá em 2010, 125 aeroportos operando, e hoje temos 106. Isso está relacionado a duas coisas: ao custo, que sobe – 19 aeroportos ficaram inviáveis pelo custo da operação; e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

secundariamente – não está aqui nesta lista –, nós temos alguns com infraestrutura. Apresentamos isso inclusive a alguns que nos questionaram.

Portanto, e aí eu já entro na pergunta que o senhor colocou, Senador Acir, a proposta colocada e o compromisso assumido publicamente aqui no Senado, na Comissão de Assuntos Econômicos, onde eu estive, é pela criação de 74 novos voos diários. Não 50, 70; 74. Esses 74, compromisso assumido por cada uma das empresas aéreas, e não pela associação. Cada uma delas, a partir deste novo cenário, fez um cálculo, e, somando tudo o que colocaram, 74 voos. Para onde? Para todos os Estados brasileiros. Para os 27 Estados brasileiros. Não é igual para todos, não é o mesmo número de voos para todo lugar, mas assumem este compromisso de 74 voos.

Segundo, quando? Depois de aprovada a lei... Há uma discussão sobre quando ela entra em vigor, mas ela entrando em vigor, de 60 a 120, 150 dias após a entrada em vigor da lei, todos os voos estarão no ar. Está certo? Todos os voos estarão no ar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO SANOVICZ – A partir de 60 dias. De 60 a 120, porque você tem que chamar o avião... De dois a quatro e meio, cinco. Por quê? Porque você tem de chamar o avião, começar o voo, pedir o registro. Há uma série de coisas que têm de ser feitas, e só podem ser feitas a partir da aprovação da lei. Não se pode, na expectativa disso, por exemplo, mandar vir um avião, sem que isso esteja configurado.

Terceiro, não há gratuidade para idosos. Essa gratuidade que o transporte urbano tem você não tem no transporte aéreo. Não consta na nossa...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – E assalto?

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Isso não consta na nossa...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Nisso aí sofre assalto todo dia.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Não consta da nossa...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Tem empresa de ônibus lá em que roubam todo dia os ônibus.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Não consta da nossa relação essa questão.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO SANOVICZ – E nós não temos o ICMS sobre preço. Por quê? Por que isso não é cobrado.

Neste caso, houve um debate sobre isso há muitos anos. Mais de 20 anos atrás, houve um debate sobre se isso era devido sobre bilhete aéreo, esse debate chegou ao Supremo Tribunal Federal, que, neste caso, entendeu que, como isso não existe em nenhum lugar do mundo, também não deveria haver sobre a aviação brasileira. Essa discussão sobre ICMS no combustível, por exemplo, não chegou. São coisas diferentes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Mas, sim, neste caso, sim.

Outro dia, alguém estava comentando que o transporte urbano, por exemplo, também tem esse debate. Não sei se chegou ao Supremo, mas, no nosso caso chegou. Eu ainda não estava no setor, mas, se não me falha a memória, lá pela virada dos anos 90, a decisão acabou sendo de cumprir a norma internacional.

Eu creio que, de alguma forma, eu respondi tudo o que o senhor colocou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas eu queria aqui colocar duas novidades de público, que são bastante importantes, Senador Acir.

Primeiro, no bojo desse debate, na última semana, duas empresas entraram em contato comigo. Não são associadas à Abear, porque atuam em outras áreas, mas ambas me autorizaram a comunicar aqui o seguinte: primeiro, no setor de carga aérea, de transporte aéreo de carga, aviões cargueiros, nós devemos, caso essa lei seja aprovada... Uma dessas empresas ontem me comunicou, primeiro, que, caso a lei seja aprovada, vai antecipar a vinda de um avião que está esperando só para o fim do ano que vem. Ela antecipará e criará uma rota nova para a carga aérea hoje não colocada, não existente hoje no Brasil.

Segundo, e essa é a coisa mais importante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO SANOVICZ – ... uma pequena empresa regional, que faz aqueles voos com aviões menores, na sexta-feira, entrou em contato conosco, e não quero aqui firmar compromisso em nome deles porque não seria correto, mas me garantiu o seguinte: que, aprovada essa lei, na medida em que você tem uma ampliação da malha atual, porque você retoma voos que foram perdidos ao longo dos últimos anos e cria uma massa crítica maior, eles estão planejando retomar de 24 a 30 voos novos regionais a partir de três áreas: a partir de Belém, atendendo a Amazônia; de Recife, atendendo o Nordeste; e do Rio Grande do Sul, atendendo o Sul.

Portanto, se nós somarmos tudo, esse projeto é o único em tramitação no Congresso, o único projeto em debate hoje na República que caminha na contramão da crise. Tem o condão, tem condições de trabalhar para que a crise pela qual nós passamos nos últimos 19 meses, de redução contínua de malha aérea, possa ser revertida, para que possamos ampliar o atendimento de acordo com o volume de passageiros.

Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Eduardo, por suas colocações.

Agradeço mais uma vez a presença de todos, especialmente a do Dr. Mauro Ricardo, que nos abrilhanta com a sua presença, Mauro, que foi Presidente da Suframa por muito tempo em Manaus, e hoje está à frente da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná.

Muito obrigado pela sua presença. Já passo a palavra para que o senhor possa fazer suas colocações com relação a esse tema, aqui representando os Secretários de Fazenda de todos os Estados.

Mais uma vez agradecendo a sua presença, passo a palavra ao Dr. Mauro para fazer as suas colocações.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Primeiramente, queria saudar o Presidente da Mesa, Senador Acir, saudar todos os Senadores aqui presentes, meus colegas da Mesa, e dizer da grande alegria e satisfação por nós estarmos aqui hoje discutindo um assunto que considero de extrema relevância para o País. Afinal, estamos falando de recursos extremamente significativos, que, dependendo da sua destinação, afetarão de maneira significativa a população de baixa renda no País, aquela que de fato precisa de uma ação do Poder Público.

Eu havia pedido um microfone para que eu pudesse ficar em pé, mas, enquanto não chega, nós vamos aqui conduzindo essa apresentação.

O sumário da minha apresentação será feito dessa forma: o objeto da audiência, a proposta, a análise do PRS e a proposta que estamos fazendo, os resultados e conclusões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na realidade, o projeto é este, o PRS 55. O Relator é o Senador Jorge Viana, a quem quero saudar. Nós tivemos uma grande parceria à época em que eu estava presidindo a Fundação Nacional de Saúde e também como Superintendente da Suframa. É o Relator desse projeto, também foi Prefeito e Governador espetacular, exemplo para o País. E hoje é um grande Senador da República.

Tramitou aqui pela Comissão, o projeto foi aprovado, chegou à pauta do Senado e retornou a esta Comissão para uma melhor discussão. E considero muito importante essa discussão.

O que nós estamos tratando é de uma fixação de uma alíquota máxima. É uma competência excepcional que o Senado Federal tem em uma situação específica, que vou discorrer a seguir.

Na realidade, é a fixação de uma alíquota máxima para o transporte aéreo de passageiros, regular, locação de aeronave, aluguel de helicóptero, serviços de táxi aéreo, serviços de transporte aéreo de carga.

Podemos verificar que essas atividades, esses serviços, não são prestados à população de baixa renda no País.

Essa faculdade excepcional do Senado Federal de fixação de uma alíquota máxima foi estabelecida pela Constituição Federal, que delegou ao Congresso Nacional a faculdade de fixar uma alíquota máxima nas operações internas quando houver conflito – isso é muito importante – específico entre as diversas unidades da Federação. Somente neste caso, o Congresso Nacional tem a competência de fixar uma alíquota máxima para qualquer produto.

As justificativas para a apresentação desse projeto são essas que estão aqui apresentadas:

a) A alíquota máxima de ICMS do querosene de aviação se dá de forma caótica, imperando no Brasil um excesso de alíquota variando de 3% a 25%. Como se isso fosse o único caso no Brasil, não é? Eu acho que nós temos, no Brasil, inúmeros casos de diversos produtos que têm alíquotas extremamente diferenciadas entre as diversas unidades da Federação.

b) Omissão dos Estados em pôr fim à "guerra fiscal" do QAV, e a redução da alíquota colocaria um fim. Como se a redução da alíquota do QAV pudesse proporcionar um fim da guerra fiscal entre as diversas unidades da Federação. Impossível isso acontecer. Eu acho que a justificativa mais adequada é a que está no item "c".

c) A crise do mercado de aviação civil gerada pela escalada do dólar, o aumento significativo do dólar, e redução do consumo familiar. Ou seja, a crise econômica que se instalou no Brasil no final de 2014, que persiste até hoje, agravada significativamente em 2015/2016, levou a uma redução da renda da população e, consequentemente, uma redução de consumo de diversos produtos e serviços, inclusive os serviços de transporte aéreo. Não é a alíquota que está levando a uma redução da utilização do serviço ou da demanda do serviço, e, sim, a crise econômica que assolou o País a partir do final de 2014.

Logicamente, esse projeto na sua justificativa acha ou pressupõe que haverá uma inclusão de milhões de brasileiros no mercado aéreo. Impossível isso acontecer apenas com a redução da alíquota.

A desaceleração da atividade aérea levou a uma queda, logicamente, da utilização dos serviços, mas por conta, volto a dizer, da crise econômica.

E levanta também uma justificativa ambiental.

Ao verificarmos as justificativas desse projeto, nós observamos que o problema não é de alíquota, e, sim, um problema macroeconômico, gerado, conforme falei, pelo agravamento da crise brasileira, que levou, logicamente, ao aumento dos custos da companhia aérea, por conta do aumento do dólar e, consequentemente, ao aumento do custo do combustível. Levou também à diminuição da atividade econômica e, consequentemente, das viagens de pessoas – a passeio e a serviço também, que diminuiu significativamente. Houve uma redução da renda das famílias, que levou a uma diminuição da demanda, uma instabilidade empresarial, enfim, foram fatores econômicos que levaram a essa redução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A fixação de alíquota máxima de ICMS em 12% vai resolver o problema? Claro que não vai resolver o problema.

A carga tributária de ICMS não é fator determinante para estabelecimento de voos regionais ou aumento de demanda significativo em face da crise econômica que está instalada no País.

E nós temos um exemplo muito interessante no caso do Estado do Paraná, em que fizemos exatamente o inverso. Em 2015, posso mostrar o que aconteceu no Estado do Paraná para desvincular a questão da alíquota à quantidade de voos.

Veja bem o que ocorreu no Estado do Paraná. Em 2015, nós fizemos um aumento na alíquota de ICMS, passamos de 7% para 18%. Se é isso que as companhias aéreas estão afirmando, o que deveria acontecer aqui? Nós deveríamos ter reduzido a quantidade de voos. Isso aconteceu? Muito pelo contrário, aumentou a quantidade de voos no Estado do Paraná no exercício de 2015, que foi exatamente quando houve o aumento de alíquota.

Eu quero demonstrar com isso que não há relação de causa e efeito a questão da alíquota em relação à quantidade de voos disponibilizados. Isso tem a ver com demanda. Se não houver demanda, não adianta. Você pode botar alíquota zero que não vai haver demanda por voos naquela localidade.

Verifica-se também uma redução na demanda do serviço aéreo, conforme falei, pela queda da atividade econômica.

É importante frisar que uma eventual redução da carga tributária de serviço de transporte aéreo vai levar consequentemente à uma redução da arrecadação de ICMS nos Estados, que está estimada em R$450 milhões a R$500 milhões com base em 2015.

Isso significa, gente, uma redução de transferência a Municípios, porque 25% desses recursos são destinados aos Municípios. Estamos falando de R$120 milhões a R$150 milhões que são destinados aos Municípios.

Vocês não estão retirando dinheiro apenas dos Estados. Vocês estão tirando dinheiro dos Municípios, se esse projeto for aprovado; vocês estão tirando da educação, porque 25% desses recursos vão para a educação; e vocês estão tirando dinheiro também da saúde, já que de 12% a 17% dos recursos são aplicados em saúde.

Se esse projeto for aprovado, eu o considero um Robin Hood às avessas. Quer dizer, nós estamos tirando de quem tem menos para dar para quem tem mais, para quem pode viajar de avião e não precisa viajar de ônibus ou de outros meios de transporte. E estamos retirando exatamente num momento de crise...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – ... por que passa o País, quando o Poder Público, neste momento, tem que expandir suas atividades, com redução de arrecadação. Por quê? Porque as pessoas, neste momento de crise, avançam, necessitam, cada vez mais, de serviço público – abandonam seus planos de saúde privados e vão para o SUS; abandonam suas escolas privadas e vão para as escolas públicas. Há demandas maiores na área social e, inclusive, infelizmente, na área de segurança pública.

Então, esses recursos são extremamente importantes e estão sendo aplicados nessas áreas extremamente carentes, para atendimento, em especial, das populações carentes que existem no Estado. Não é justo retirar recursos dessas áreas, dessas pessoas carentes para transferir para pessoas que hoje não têm esse tipo de necessidade tão forte quanto essas pessoas.

Se aprovado esse projeto, eu considero que nós estaremos aqui fazendo um Robin Hood às avessas, tirando dos pobres para dar para os remediados ou para os ricos neste País.

Além disso, nós estaremos contrariando a Lei de Responsabilidade Fiscal. Quem vai cobrir essa renúncia fiscal? O art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que qualquer renúncia fiscal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

deve ser precedida de uma forma de compensação. Como serão compensados os R$500 milhões? Que outros produtos serão tributados para poder compensar? Talvez o leite, a carne, o pão, para poder subsidiar o transporte aéreo no País. Veja bem essa questão que nos preocupa em demasia e o impacto que essas medidas causarão a essa população que será atingida.

O Estado de São Paulo fez aqui uma estimativa dessa renúncia fiscal, que será de aproximadamente R$450 milhões ou R$500 milhões, se usada a base de consumo do QAV em 2015.

A justificativa em relação ao conflito, que seria a única razão de o Senado editar um ato dessa natureza, olhando a Constituição Federal, seria se houvesse um conflito entre as unidades da Federação. Então, vamos verificar se há, de fato, conflito entre as unidades da Federação. Esse conflito não existe por dois motivos. Primeiro, foi editado esse convênio, em 2016 – o Convênio ICMS 73 –, aprovado por unanimidade por todas as unidades da Federação – veja bem, não há conflito. Todas as unidades da Federação aprovaram esse convênio, permitindo que Estados do Norte do País praticassem alíquotas, inclusive, inferiores a 12% – alíquotas mínimas de 3% – para que pudessem, dessa forma, organizar melhor sua aviação regional. Então, não há esse tipo de conflito entre as unidades da Federação, conforme está expresso exatamente por esse convênio.

E não é só esse convênio, porque, na realidade, esta Casa também aprovou recentemente um projeto de lei – o Projeto de Lei 54, que se transformou na Lei Complementar 160 – que convalidou todos os benefícios fiscais estabelecidos por diversas unidades da Federação, regularizando aquilo que vinha sendo praticado pelas diversas unidades da Federação e estendendo o prazo de utilização para até 15 anos. Então, por 15 anos, todas as unidades da Federação que praticaram reduções de alíquotas à margem do Confaz – não se podia reduzir abaixo de 12%, que é a alíquota interestadual hoje estabelecida – estão convalidadas também por esta Casa, o que demonstra, novamente, que não há conflito entre as diversas unidades da Federação. Quer dizer, a única forma de o Senado Federal se manifestar, a única motivação constitucional estabelecida seria se houvesse conflito. Não há conflito! Há um convênio e a lei complementar aprovada por esta Casa.

Outra questão importante à qual os Estados têm que atentar é que quanto maior for a alíquota no Estado de São Paulo, maior será a margem que as diversas outras unidades da Federação terão para poder trabalhar alíquotas inferiores, de tal forma que possam atrair voos para essas unidades da Federação, promovendo o desenvolvimento de uma aviação regional principalmente naqueles aeroportos onde existe uma menor demanda. Se todas essas alíquotas forem a 12%, imaginar que as unidades da Federação vão ganhar... Não vão ganhar; elas vão perder. Quanto mais alta for a alíquota de São Paulo, mais vantagem competitiva têm as outras unidades da Federação para fazer o quê? Uma redução de suas alíquotas, de tal forma que possam atrair os voos para lá. Se São Paulo reduzir a alíquota para 12%, sabe o que vai acontecer? Vai diminuir a quantidade de voos no Acre, em Rondônia, no Amapá, em Brasília. Por quê? Porque a demanda está lá. Apesar de São Paulo ter uma alíquota de 25% e de o Paraná ter uma alíquota de 18%, os voos continuam lá. São Paulo é o grande *hub* do Brasil e vai continuar sendo, com alíquota de 25% e com alíquota de 12%. Com alíquota de 12%, aqueles Estados que praticaram alíquotas e os que praticam alíquotas inferiores, para que, dessa forma, possam atrair voos para lá, não atrairão mais. Os voos sairão todos de São Paulo, ou do Paraná, ou de diversas unidades da Federação. Quanto mais diferenciação houver entre as alíquotas, maior a possibilidade de aqueles Estados menores atraírem voos para suas regiões.

Esse PRS também não garante qualquer redução de preço. No Distrito Federal, houve uma redução em relação às alíquotas. Imagine se houve redução de preço aqui no Distrito Federal? Não houve redução de preços no Distrito Federal. As famílias continuarão sem acesso. Por quê? Porque nós estamos na crise econômica e a crise econômica não vai fazer com que as empresas coloquem voos onde não há demanda de passageiros só porque tem uma redução de alíquota para 2% ou para 3%. Senão todos os voos estariam onde? Onde é que tem uma alíquota de 3%? Talvez em Minas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Gerais haja uma alíquota lá de 3%, ou em Brasília, ou em qualquer outra unidade da Federação. Então, todos os voos estariam lá, saindo de lá, e não como são hoje, espalhados pelo Brasil.

Conforme eu falei, os Estados terão as suas alíquotas reduzidas. Logicamente, haverá uma renúncia fiscal. Essa questão do *tankering* vai continuar existindo, porque você está estabelecendo uma alíquota máxima de 12%. Se você pode trabalhar nesse intervalo de 0 a 12%, é claro que essa questão que foi levantada aqui pelas empresas continuará ocorrendo. E os custos da companhia não serão resolvidos apenas por essa questão de redução do ICMS sobre o combustível, e sim com questões de câmbio e principalmente de aumento de demanda.

Agora, é importante também... Há uma lei aqui que está um pouco esquecida, tanto no Governo Federal quanto na Câmara e no Senado. E eu acho que as próprias empresas não cobram como deveriam cobrar. Existe uma lei, que foi editada no exercício de 2015, que estabelece exatamente isso, é um programa de desenvolvimento da aviação regional. É uma lei de 2015, que prevê a utilização de um fundo específico da área para promoção do desenvolvimento regional. Essa lei, apesar de ser de 2015, jamais foi regulamentada e a sua regulamentação poderá ajudar significativamente na aviação regional do Brasil.

É isso que as companhias aéreas devem cobrar. É isso, acredito eu, que os Parlamentos devem cobrar: a regulamentação desse programa de desenvolvimento da aviação regional, que tem inclusive recursos significativos. Nós observamos em 2016 que estavam consignados no Orçamento Geral da União R$3,8 bilhões para aplicação nesse programa.

Há recurso para isso, falta regulamentação para que a gente possa desenvolver melhor a aviação regional do Brasil. Não é reduzindo o ICMS que nós vamos promover o desenvolvimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – ... da aviação regional do Brasil, fazendo um Robin Hood às avessas.

A lei está aí estabelecida, o texto da lei foi muito bem feito pelos Parlamentares, seja na Câmara, seja no Senado. Basta que a gente possa trabalhar na regulamentação dessa lei, trazendo os resultados esperados.

Então, resumindo, não há conflito de interesse. Se não há conflito de interesse, se não há conflito entre as unidades da Federação, acaba aquele pressuposto, que é a edição de uma resolução do Senado. E a redução das alíquotas, logicamente, vai fazer um Robin Hood às avessas, em que o mais pobre vai perder. É aquele que recebe os benefícios do Poder Público na área da educação, da saúde e de assistência social, dando os recursos a classes mais favorecidas da nossa população.

Enfim, era isso que eu queria hoje aqui apresentar. Queria agradecer a todos aqui pelo convite e dizer que estou à disposição para esclarecimentos adicionais.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Mauro, pelas suas colocações.

Ao passar a palavra ao Cade, eu coloco aqui a importância do Cade no nosso País. E, toda vez que há uma discussão com relação ao preço, Senador Fernando Bezerra, nós convidamos o Cade para dar a sua opinião, como fizemos em 2012, quando eu estava à frente da Comissão de Agricultura. Nós ingressamos, tanto eu quanto o Senador Moka, de Mato Grosso do Sul, ingressamos no Cade contra a concentração de frigoríficos que estava havendo na naquela época por conta da compra de vários frigoríficos no Brasil pela JBS. Comprava as plantas e fechava, comprava as plantas e fechava. E aí, havia uma concentração na comercialização do boi em pé e também da carne.

Nós entramos com essa ação no Cade, e o Cade tomou providências. E dali surgiu uma multa de R$7 milhões contra aquela empresa que estava fazendo essa concentração. Paralisou, então, a compra de plantas de frigoríficos. Foi cessada a concentração a partir daquele momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, eu passo a palavra ao Dr. Alexandre Barreto de Souza, do Cade, para fazer as suas colocações.

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Senadora Vanessa, Srs. Senadores, senhoras e senhores, bom dia.

Presidente, antes de entrar na questão da audiência em si, quero só informar a V. Exª que, na última sessão do Cade, aplicamos uma nova multa, desta feita de R$40 milhões, justamente pela conduta de aquisição de um frigorífico para depois a planta ser fechada. O Cade está bastante atento para essa situação e temos atuado com bastante rigor nessa questão.

No que diz respeito ao assunto da audiência de hoje em si, vou dividir minha breve fala de maneira bastante sintética em dois eixos principais. Primeiro sobre a questão tributária, sobre a proposta de redução de alíquotas em si. E, na sequência, respondendo diretamente às perguntas de V. Exª, vou falar um pouco sobre a atuação do Cade no setor de combustível para aviação e de transporte aéreo de passageiros de uma maneira geral.

Presidente, a questão tributária é algo que tem chamado muita atenção do Conselho Administrativo de Defesa Econômica nos últimos anos, principalmente no que diz respeito a como a questão tributária, principalmente sonegação e complexidade tributária, pode afetar negativamente o ambiente concorrencial e o ambiente de negócios do País de uma maneira geral.

Porém, a questão de definição de alíquotas – é o que se define aqui, a guerra fiscal entre Estados – é algo que refoge à competência do Cade de uma maneira geral. O que se observa e o que eu posso afirmar é que situações como a que se observa, de guerra fiscal – isso a gente pode afirmar baseado em outros processos já analisados pelo conselho –, são danosos à concorrência, são danosos ao ambiente de negócios e, enfim, não desejados, trazendo prejuízos à concorrência de uma maneira geral. O que se observa é que um ambiente de maior eficiência econômica sempre vai ser mais saudável à concorrência.

No que diz respeito a esse mercado específico, Presidente, trata-se de um setor oligopolizado no que diz respeito tanto ao aspecto da oferta quanto ao aspecto da demanda.

No setor de querosene de aviação, são três *players* que atuam no mercado; no setor de transporte aéreo de passageiros, dois grandes *players*, dois menores, então é um número bastante reduzido de agentes econômicos. E nisso eu chamo atenção para um aspecto – talvez possamos contribuir de maneira mais efetiva para esse debate –, o que se observa é que em mercados em que há um reduzido número de competidores, um reduzido número de *players*, transferências de redução de custos ao preço final para os consumidores nem sempre são automáticas. Aliás, em setores mais oligopolizados há uma tendência de haver menores repasses de redução de custos aos preços. E que me parece ser o caso aqui.

E repare que temos dois elos da cadeia: num primeiro momento, redução de tributo, redução de custos para três *players* que atuam no setor de distribuição de combustíveis; e num segundo momento, duas, quatro empresas aéreas que vão ter uma redução de custos que vai ser repassada parcialmente. Então, tendo a acreditar que o repasse de custos para o passageiro final vai ser bastante impactado, bastante reduzido, e não da ordem da desoneração tributária que se espera.

Com relação ao mercado em si, Presidente, observamos... E nisso já entro falando um pouco sobre a atuação do Cade em si, lembrando que o Cade atua em duas grandes vertentes: uma, análise de condutas unilaterais, cartel principalmente; e em outra, na análise de qualquer ato de concentração que ocorra no mercado nacional. E recentemente houve um movimento concentracionista no mercado de combustíveis de uma maneira geral, com reflexos no setor de querosene de aviação. A Esso, a Shell e a Cosan, que operavam tradicionalmente no País, não operam mais, hoje estão reunidas sob uma mesma bandeira, a Raízen. Tivemos a análise desses atos de concentração há cerca de dois, três anos, e podemos ter uma análise um pouco mais detida desse mercado. Observamos que 85% do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mercado de produção de combustível de aviação está concentrado no Sudeste brasileiro; 45% da produção está concentrada no Estado de São Paulo, em termos de produção. A demanda – dados de 2015 –, algo em torno de 40%, está concentrada no Estado de São Paulo. Então, se observa a concentração tanto em questão da produção quanto em questão da demanda, no Sudeste, principalmente no Estado de São Paulo.

Ouvindo a exposição do Dr. Mauro, Presidente, a conclusão a que chegamos, muito embora eu não vá entrar em maiores detalhes sobre essa questão, que, repito, não é área de atuação do Cade, é que uma redução da alíquota máxima pretendida tal qual se discute no projeto, num primeiro momento, a análise que fazemos é que aumentará a concentração no Estado de São Paulo, e não diminuirá. Dado que hoje a alíquota praticada é da ordem de 25%, há uma concentração de 40% da demanda, e considerando ainda que boa parte da produção está no Estado de São Paulo, uma redução dessa alíquota, uma redução desse custo, num primeiro momento, nos leva a acreditar que haverá um aumento da concentração no Estado de São Paulo no que diz respeito à distribuição de combustível de aviação.

Passando já à segunda parte – voltamos com a iluminação! – da minha apresentação, Presidente, V. Exª nos perguntou sobre como assegurar maior concorrência no mercado de transporte aéreo de passageiros. Esse é um mercado, Presidente, que, pelas suas próprias características, pelos custos envolvidos, pelos grandes custos de entrada, é um mercado com poucos *players*. Isso não só no Brasil; em todo o mundo se observa essa característica. Não é uma operação simples; é constituir uma empresa aérea, ter autorização para os ativos, é um enorme investimento. Então, em todos os países, será um mercado em que teremos dois, três, quatro competidores. A exceção são os Estados Unidos, mas que são um mercado gigantesco.

O que o Cade pode fazer, e ele tem feito, Presidente, é uma observação constante sobre qualquer prática de abuso concorrencial praticada pelos agentes de mercado tanto em transporte de passageiros quanto em transporte de cargas. E também temos atuações no setor de combustíveis de aviação. Temos, neste momento, um inquérito administrativo aberto para apurar eventuais condutas anticompetitivas no setor de combustíveis de aviação. Tivemos recentemente dois atos de concentração que foram apreciados, que levaram à constituição desses três *players* que temos hoje no mercado. E, no setor de transporte de passageiros, temos vários procedimentos abertos no que diz respeito à verificação de acordos entre as empresas, acordos de *codeshare* para divisão de rotas, enfim.

O último caso de conduta efetivamente julgado pelo Cade foi em 2013, na área de transporte aéreo de cargas, que resultou numa multa de R$297 milhões para várias empresas. E temos abertos, Presidente, vários canais de denúncia, comunicação, mineração de dados, na tentativa de identificar e agir com rigor para punir eventuais condutas anticompetitivas.

O crime de cartel, já partindo para a parte final, Sr. Presidente, é um crime de difícil detecção, exige um ferramental comprobatório muito grande. Por vezes a simples coincidência de preços não significa ou não é suficiente para caracterizar a existência de um cartel, de modo que demanda uma série de instruções e busca de provas que permitam uma atuação mais efetiva por parte do Cade.

Bem, Sr. Presidente, basicamente é isso, uma apresentação bastante sintética, como mencionei ao início. E coloco-me à disposição para eventuais perguntas e debates que possam surgir. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Alexandre.

Passo a palavra agora ao Dr. Juliano Noman, que representa a Anac.

O SR. JULIANO NOMAN – Obrigado, Senador. Bom dia a todos: Senadores, meus colegas de Mesa. Bom dia a todos que estão aqui presentes acompanhando. Vou também tentar ser breve aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nos comentários, tentar falar da forma mais simples e direta possível. E aí passaríamos aos debates, porque é importante ouvir e poder responder aos senhores.

Fazendo algumas contribuições – e aí também faço aqui uma reserva em questão de escopo –, vou tentar me ater aos possíveis impactos que o projeto, em sendo aprovado, teria no mundo da aviação. É uma pequena contribuição da agência, que estuda o setor. Como todos sabem, estamos aí sempre analisando, monitorando, enfim. Então, vou pedir permissão aos senhores para não entrar nas outras questões – questões tributárias e de orçamento, esse tipo de coisa –, porque não nos compete, e não seria nem adequado à Anac se pronunciar sobre isso.

Bom, falarei especificamente sobre uma eventual redução da alíquota do ICMS, caso ela seja apreciada e aprovada, quais seriam os possíveis impactos na aviação, e aí, no meio da minha fala, Senador, vou responder à pergunta que o senhor fez no começo, mas acho importante só fazer algumas considerações iniciais a título de contexto. O setor de transporte aéreo, nos últimos tempos, como todos acompanhamos – a Anac está sempre aqui nas diversas comissões, conversando com os senhores sobre o assunto –, cresceu muito.

O que aconteceu de 2002 para 2015 e 2016... É claro que a crise econômica inverte um pouco essa tendência, mas é uma tendência de crescimento absurdo e absoluto. Em 2002, tínhamos 38 milhões de passageiros, chegamos a ter mais de 100 milhões, somando doméstico e internacional. Ainda estamos um pouco acima de 100 milhões, mas, falando só de doméstico, estamos um pouquinho abaixo de 100 milhões de passageiros transportados por ano. De qualquer maneira, um crescimento ainda assim vigoroso, de 2002 a 2015, passando de 38 milhões para mais de 100 milhões. Isso pode levar a um primeiro entendimento de que a nossa aviação já é grande o suficiente, já é do tamanho do Brasil. Aí é o primeiro ponto que eu queria colocar: isso não é verdade.

A aviação já é, sim, um transporte de massa, e isso foi uma barreira importante que a gente rompeu nesses anos. Ela já transporta, sim, distâncias superiores a 75km, mais pessoas do que o transporte rodoviário, é verdade. Mas, da forma como acreditamos e vemos o mercado, a distribuição geográfica do País, a densidade, enfim, ela ainda não é universal e ainda não é do tamanho que deveria ser. O que a gente projeta e espera é que a aviação poderia ainda pelo menos triplicar quando você olha países inclusive com a mesma renda, para nem comparar a países que têm rendas muito superiores. Mas eu acho que todo o esforço que a gente deve fazer é, de fato, para avançar e levar a aviação nesse patamar aí. Aí, sim, eu acho que seria uma aviação do tamanho do País e do tamanho que a população merece.

A segunda consideração que eu queria fazer é: o mercado aéreo, nesses últimos anos – e aí vou tentar sempre me concentrar de 2000, 2002 para cá, pegar uma série histórica considerável, mas também não falar muito lá atrás, porque as condições econômicas e sociais eram muito diferentes –, é um mercado que também veio incrementando concorrência e competição ao longo desses anos.

Se a gente pegar a concentração de mercado lá atrás, a gente tinha basicamente duas empresas operando, elas operavam mais de 95% do mercado. Hoje em dia... Enfim, a Varig era a maior delas e acabou saindo do mercado, outras empresas entraram, mas o que a gente tem hoje são quatro empresas mais ou menos operando com um *share* em que duas empresas participavam no passado. Acho que é um ponto importante a ser colocado, porque muita gente fala assim: "Ah, quatro empresas é pouco? É muito? A gente queria que fossem 30." Também já li alguns estudos em que falam que para o Brasil e para o mercado bastariam duas e já se atingiria um nível de competição. Enfim, sem querer dar uma resposta absoluta para esse assunto, o fato concreto é que a gente vem incrementando de fato a competição. Qualquer índice aí, o HHI, que é um índice tradicional que a gente usa muito para medir competição de mercado, vem caindo ao longo desses anos todos na aviação. O que a gente tem de estudos aí, e não só estudos feitos dentro da Anac, mas por instituições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como, por exemplo, o ITA, que é uma instituição que estuda muito o mercado não só sob o ponto de vista técnico, mas também regulação econômica, vem comprovando essa redução.

Aqui a gente tem, para falar um pouco de economês, um mercado ainda oligopolizado, mas com concorrência, alguma coisa muito perto ali do que a gente chama de equilíbrio de Bertrand, que é um resultado para oligopólio muito perto do que seria uma concorrência perfeita.

Então, dito isso – e acho importante contextualizar –, faço remissão à minha primeira frase: isso para a gente não é suficiente. Não achamos que está bom, não achamos que está bom do jeito que está e que nem por isso não devemos continuar incentivando a concorrência e o crescimento do mercado. A Anac vem tomando algumas medidas, uma série delas, para tentar reduzir acesso, reduzir custo de entrada, aumentar o número de *players*, o que, de fato, vai incrementar a competição, mas também reduzir o custo de produção. Falando de custos de produção, tudo aquilo que impacta no custo final da empresa e que, no fim do dia, significa duas coisas: ou preço mais caro ou empresas que não vão operar no mercado porque não conseguem atingir escala e nível de produção ou não têm poder econômico para se manter no mercado com o custo mais alto.

Então, é uma série de ações que vêm sendo tomadas. Temos mais algumas desse ponto de vista no âmbito específico da agência, no escopo de atuação da agência, para permitir mais empresas e mais *players* operando mercados. E aí nós temos dado um foco muito grande na aviação regional, a aviação do norte do País. Os senhores todos têm acompanhado e estão bem atuantes quanto a isso, e a Anac tem tentado desenvolver um debate com todos nesse assunto.

Estou falando tudo isso para dizer que não acho que a gente deveria tratar essa medida como a bala de prata. Não é só essa medida, em que pese a gente achar que é uma medida de redução de custo importante. Agora, não acredito quando falam assim: "Se não reduzir nada, vai acontecer", "Se reduzir, resolve tudo e está tudo resolvido". Acho que isso tem que ser visto no âmbito da floresta. E não só árvore. Em que pese, do nosso ponto de vista, ser uma árvore relevante. O custo do combustível é o maior custo individual das empresas aéreas, e uma eventual redução dessa alíquota – se o Senado assim apreciar – vai, de fato, reduzir custo de produção do serviço final das empresas, que se reflete no bilhete.

E aí vem a pergunta: não há garantia de que isso vai reduzir o preço? Escrito em lei, não. Escrito em lei, de fato, não. A gente tem garantia é observando o mercado com todas essas regras de concorrência que se tem. E aí eu trago aqui mais um dado relevante. De 2002 a 2015 – em 2016, a tendência é a mesma –, o real por quilômetro voado pago pelas pessoas, em média... Aí é claro que a percepção individual de cada um depende da passagem que comprou. Quem achou uma promoção tem uma percepção ótima; quem não achou, eventualmente, se frustra. Mas, em média – falando de população, é o dado que melhor resume –, a quantidade de reais por quilômetro voado pagos de 2002 a 2015 reduziu, a preços constantes – também não é nominal, a gente traz tudo para a mesma base para ter uma comparação de laranja com laranja –, 63%.

No fim do dia, o que isso significa? Significa que é um setor que repassa custo para o preço. É prática do setor repassar custo para o preço, e não é só porque o empresário é bonzinho e quer dividir com a sociedade o custo, não; é porque, de fato, é um setor que tem uma demanda elástica. Então, é claro que, em um momento de crise, a primeira coisa que as pessoas vão deixar de consumir são os consumos de luxo, são os bens de luxo e, eventualmente, deixam de viajar. Quem viajava três vezes passa a viajar duas, assim por diante, espera uma promoção para viajar e, se não vier, não viaja.

Então, é um setor em que a demanda responde muito a preço. E aí, quando o empresário e as empresas repassam os ganhos de eficiência e as reduções de custo para o preço da passagem, o que acontece no fim do dia é que eles têm muito mais gente voando. Esse pessoal todo, independentemente de onde eles entram no sistema... Esse é um sistema que opera em rede, é tudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

interligado. Então você tem gente que sai de Manaus para ir para Belém, você tem gente que sai de Manaus para ir para o interior de São Paulo e assim por diante.

Quando você começa a viabilizar esses voos, o fato de você ter uma operação em um lugar... Vou falar aqui do meu Estado, de Minas. Por exemplo, você coloca uma operação em Patos de Minas e, então, você capta um passageiro que quer ir para Belo Horizonte, um exemplo, dois querem ir para São Paulo, um quer ir para o Rio. Isso só para exemplificar como é um sistema em rede. Quanto mais pessoas, empresários e companhias conseguem inserir nessa rede, melhora a escala, melhora a divisão de custo e, obviamente, melhora a operação deles.

Então, repassar ganho de eficiência e reduções de custo para o preço é essencial para a sobrevivência de qualquer *player* no mercado e é por isso que – os dados estão aí para comprovar – a gente teve redução de reais por quilômetro voado na casa de 63% nesses últimos anos, o que nos leva a entender que, seja essa redução, seja qualquer outra, mas falando especificamente do ICMS, uma redução no preço global. Na medida em que você reduz a 12 para todos os Estados, acho que o que você vai ter, na média... Há Estado que já cobra menos, há Estado em que é 25, mas, na média, o que você vai ter é um custo menor de ICMS. A tendência é que isso seja, sim, repassado.

E o mais importante: por ser uma indústria que opera em rede, como eu disse, essa redução de custo, mesmo acontecendo em São Paulo, não é benefício único e exclusivo do passageiro que decola de São Paulo, ou seja, aquela pessoa em São Paulo que está ali entrando naquele avião que recebeu um combustível mais barato. Na verdade, isso é percebido por toda a rede, porque as empresas aéreas têm um incentivo muito grande ao expandir as redes para que haja mais pessoas alimentando seu sistema e assim por diante. Assim, cria-se um círculo virtuoso no transporte e elas conseguem crescer e aumentar o serviço. Como a margem, em geral, é muito baixa, eles precisam, de fato, de volume para operar dentro de uma sustentabilidade de médio e longo prazo.

Outra consideração que eu queria fazer e deixar para os senhores é que a gente sempre olha do ponto de vista de incentivar o mercado não somente para aquelas que já estão inseridas naquele mercado consumidor. Então, uma pessoa que tem uma renda suficiente para voar nos preços de hoje vai continuar voando. Talvez, com uma redução dessas, ela voe um pouco mais, tenha mais opções de horário, mais opções de destino, mas ela já tem renda e já está inserida no mercado.

O que eu peço para a gente olhar... Essa é uma visão muito atenta da agência, e a gente diz muito isso. A gente está tentando olhar para um mercado daquelas pessoas que não têm acesso ainda ao consumo, porque sua renda ainda não permite acessar aquele mercado. E, de fato, reduções, 5% com uma medida, 3% com outra medida, 1% com outra medida e assim sucessivamente, podem, sim, trazer o preço das passagens ao nível em que elas se insiram no consumo e possam, de fato, valer-se de todos os benefícios do transporte aéreo. E a gente pensa não só em negócio, não só em lazer, mas também em saúde.

Então, a gente, quando faz discussões, por exemplo, com o Norte, com o Nordeste, com regiões de difícil acesso, um dos pontos mais importantes e suscitados é que a pessoa, às vezes, tem algum problema, precisa se deslocar para um grande centro, onde vai ter acesso à saúde e, muitas vezes, aquilo não é viável, não é possível porque é difícil as pessoas terem renda para acessar o transporte. Então, a gente entende como um benefício, sim, a redução de custo. A pessoa já está pagando um valor e vai pagar um pouco menos. Isso é um ganho perceptível; a pessoa pode eventualmente viajar mais. Mas é muito mais importante a gente olhar para aquele passageiro que não está inserido hoje no mercado. Este poderia, sim, passar a ser inserido e passar a usufruir de todas as vantagens da aviação, que é o meio de transporte dos mais seguros do mundo, que é um meio de transporte rápido, com todos os benefícios que nós que somos usuários do serviço conhecemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eu ia só pedir, fazer a consideração para que a gente não encare as reduções de ICMS como reduções que trarão ganhos locais e específicos para aquelas pessoas que vivem ali, que vão decolar a partir dali, acho que não é isso.

Cito o exemplo de São Paulo. Em São Paulo, de fato, a renda média dos empresários e das pessoas que estão ali permite que elas voem com o ICMS a 25% – obviamente, com 12% também permitiria. Mas essa redução no Estado de São Paulo, a redução no Brasil inteiro, ela tem o efeito irradiar para toda a rede e permitir que você consiga aumentar, de fato, a quantidade de destinos a serem atendidos, o número de cidades. A gente tem hoje na casa de 100, 110, varia um pouco, a depender da temporada e do período do ano. Há no Governo uma meta para expandir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIANO NOMAN – ... isso para mais de 200 localidades.

Já vou encerrar, Senador.

Agora, a gente só vamos atingir isso se, de fato, encararmos o transporte com essas premissas. É um transporte que precisa se universalizar. É um transporte que funciona em rede, em que todos os ganhos de eficiência, de redução de custos, são, sim, repassados para o passageiro, refletem-se em passagens mais baratas no fim do dia.

Para tentar responder à pergunta do senhor, sendo bem objetivo – deixei-a para o final de propósito –, o que a gente faz hoje? As empresas aéreas têm a obrigação de nos enviar relatórios com os preços das passagens vendidas. Esses dados são todos auditados pelas empresas, já chegam para a gente auditados, e, a partir daí, fazemos o acompanhamento. Além disso, em caso de qualquer dúvida ou discrepância, temos alguns *checks* e batimentos que fazemos, porque temos muitos dados de operação, de quantidade de voo. Então, qualquer coisa que bata, fazemos diligências às empresas e vemos se têm corrigido. Mas a margem de erro é muito baixa, porque, como eu disse, os dados já vêm auditados. Além disso, fazemos monitoramento por sistema de reserva, sistema de venda e de bilhete. Conseguimos, de fato, checar se aquilo que está sendo informado é mais ou menos real, coerente, condizente, em que pese não termos a quantidade vendida quando monitoramos os *sites*. Mas conseguimos, batendo com outros dados que recebemos na agenda, ter uma noção se os preços que estão sendo informados e os volumes que estão sendo informados estão dentro do que se esperava mesmo.

Os serviços diminuíram. Aqui o Eduardo pode falar, já vem falando muito disso. A crise econômica diminuiu a oferta de todos os serviços, de maneira geral, na economia, e no transporte aéreo não foi diferente. Mas o que observamos no transporte aéreo é que ele é muito sensível à atividade econômica.

Para vocês terem uma ideia, o que a gente tem, na média, no Brasil, ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIANO NOMAN – ... para cada 1% de PIB, o transporte aéreo responde com 3,5%, 4%. Então, assim que a atividade econômica retomar, a gente acredita que também o mercado retome. O que a gente tem que colocar aqui são esses pontos que eu já coloquei.

Mais uma vez agradeço a oportunidade e coloco-me à disposição para tirar quaisquer outras dúvidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Agradeço ao Dr. Juliano Noman.

Consulto o plenário se nós vamos ouvir todos os Senadores ou de três em três. Poderíamos ouvir todos para agilizarmos um pouco mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós fizemos aqui a nossa lista pela ordem de chegada. E, a pedido do Senador Jorge Viana, que foi o Relator da matéria que foi ao plenário... Peço licença aos Senadores para dar a palavra ao Senador Jorge Viana, que pediu preferência para falar por ter sido o Relator, no plenário, desta matéria. E, por conseguinte, S. Exª tem estudado mais a fundo o tema e pode nos ajudar com relação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Cinco minutos?

Cinco minutos para cada Senador, não sendo rígido, mas de acordo com a necessidade de fazer a explanação.

Entendo que esse debate é importante. Já coloco aqui para os senhores que eu fiz uma pergunta ao Dr. Eduardo com relação ao ICMS sobre a passagem. As companhias aéreas já não pagam o ICMS sobre a venda de passagem.

É um detalhe importante, Senador Jorge Viana, só para tomarmos conhecimento. Não há pagamento de ICMS sobre a venda de passagem, como também não há obrigatoriedade de se transportar com preço reduzido deficientes, também idosos e muito menos estudantes, como é o transporte terrestre, que paga ICMS e é obrigado a levar o deficiente com redução de passagem, é obrigado a levar o estudante e também o idoso.

É só para termos esse conhecimento.

Então, passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

Muito obrigado, Senador.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Senador Acir, só para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Primeiro, quero parabenizá-lo por ter realmente convocado essa audiência pública.

Eu sou o Relator da matéria, e, de preferência, o primeiro a falar é o Relator. Mas também entendo, como V. Exª, que o Senador Jorge Viana já se debruçou sobre esse assunto, conhece-o com muita propriedade e pode até me ajudar a dirimir já algumas dúvidas que eu tenho.

Portanto, eu cedo esta ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem.

Muito obrigado, Senador Telmário.

Passo, então, a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria muito agradecer ao colega Telmário, que, de fato, é o Relator na Comissão. Eu sigo como Relator deste assunto no plenário, porque também fui signatário, junto com o Senador Randolfe, da proposta original.

Trabalho com esta questão há muito tempo e queria cumprimentar o Senador Acir, que preside a Comissão e que é preocupado com o tema, mora na região, como eu – S. Exª é de Rondônia, e eu sou do Acre –, pela maneira que encontrou para a gente não ter um desfecho que pudesse dividir o plenário na última sessão. Eu concordei de trazermos a matéria para cá, fazermos essa audiência pública, ouvirmos mais os colegas e queria agradecer, mais uma vez, ao Senador Telmário e a presença de todos.

Eu ouvi atentamente as exposições, tenho muito respeito por todos que estão aqui. Faz tempo que não encontro o Dr. Mauro Ricardo, e agradeço as suas palavras, mas hoje, lamentavelmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estamos em postos divergentes. E ele é muito competente, não é fácil. Mas acho, sinceramente, que fiquei até um pouco triste, porque ele é um homem brilhante, um servidor público fantástico, mas falou como alguém que não tem nenhuma observação sobre o restante do Brasil, que ele já serviu nas funções que ocupou. Falou muito como ex-secretário da Fazenda de São Paulo e como atual Secretário da Fazenda do Paraná. E, óbvio, defendeu os interesses exclusivos de São Paulo e do Paraná, mas esqueceu-se dos interesses do País.

Eu tenho que falar nesse tom, dessa maneira, porque nós não estamos falando de qualquer serviço. É, sim, um serviço de primeira necessidade do nosso País.

Sr. Mauro, são três dias com três noites para chegar ao meu Estado de carro. A alternativa é o avião. Então, é um serviço de primeira necessidade.

Neste fim de semana, fui a um compromisso no Rio. Havia um casal de amigos que foi levantar o preço da passagem, e estava R$1.400,00 a ponte aérea. Pegaram o carro e foram 400km pela Dutra e chegaram ao compromisso no Rio. Nós não temos essa saída. Há uma exclusão de uma parcela enorme de brasileiros do transporte aéreo porque o Brasil tem simplesmente a passagem aérea mais cara do mundo. É mais fácil ir daqui para o Japão e voltar do que ir daqui para o Acre e voltar. Nós temos que discutir isso.

É óbvio que não é a solução final mexer na alíquota do QAV. Óbvio! Não precisa repetir. Mas é constitucional – o próprio competente Mauro Ricardo colocou –, é absolutamente constitucional o que nós estamos decidindo. É prerrogativa do Senado, exclusivamente do Senado, deliberar sobre isso, e nós estamos tentando a deliberação. Não é contra São Paulo, mas está havendo todo tipo de sabotagem nessa proposta. Não pensam o País.

São Paulo concentra o maior número de voos, decolagens e aterragens, do País, ganha muito. E vai ganhar muito mais com essa proposta. Sabe quantos voos teremos a mais se nós aprovamos isso, Secretário Mauro? Vinte e seis para São Paulo, que está no topo da sua lista como perda, e onze para o Paraná, que é o Estado que V. Sª representa.

E o que significa mais voos? Mais arrecadação de ICMS. Essa conta eles não fazem.

O que significa nós termos uma alíquota que acabe com essa verdadeira guerra fiscal que temos? Há, sim, conflito de interesse dos Estados. Cobrar de 3% a 25% não é conflito? Não é conflito uma empresa se instalar em São Paulo ou se instalar no Acre? Claro que há conflito.

A Constituição estabelece – é uma prerrogativa nossa – que temos que trabalhar pela igualdade em um país continental como o nosso. O nosso País já viveu muita desigualdade. Passe uma régua do Sul maravilha para o Nordeste, para o Norte e até o Centro-Oeste e o senhor vai ver a absoluta falta de infraestrutura no Nordeste, a absoluta falta de infraestrutura no Norte e também aqui no Centro-Oeste. Isso é justo? E vêm essas teorias de que tem que manter tudo como está, de que isso é livre mercado. Não! Nós precisamos de uma ação, sim.

Nos Estados Unidos – cumprimento e agradeço a todos os nossos convidados –, que têm uma população de 320 milhões de pessoas, porque é um país continental também, vai do Atlântico ao Pacífico, há quase 800 milhões de pessoas andando de avião por ano. O nosso País tem 200 milhões de habitantes e chegou a ter 110 milhões andando de avião e, agora, está menos de 100. E nós não vamos tomar nenhuma atitude?

Eu compro passagem com dois meses de antecedência porque uso o dinheiro público. As pessoas não têm essa condição, as pessoas viajam por necessidade. É um serviço de primeira necessidade. Eu acho que a mais infeliz das ideias foi Robin Hood ao contrário. Ao contrário!

São Paulo é um Estado rico, é a Nação rica do Brasil, o Paraná também. Pelo amor de Deus! O resto vai ter que ficar na miséria para alimentar o Robin Hood às avessas, que é São Paulo?

Sinceramente, eu acho que houve uma mudança grande. As companhias aéreas – eu faço um apelo aos colegas Senadores – estão assumindo um compromisso de trazer aeronaves de volta, voos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de volta. Quando se diz 74 voos a mais, são 148 operações a mais, porque para cada voo são duas operações. Isso vai ajudar a gerar mais empregos nos aeroportos, arrecadação maior para os Estados e Municípios. Nós não estamos tirando dinheiro, nós estamos pondo. Se tivermos 130 milhões de pessoas andando de avião, São Paulo vai ganhar mais do que ele está ganhando hoje, vai ter mais dinheiro para a educação, vai ter mais dinheiro para os Municípios na distribuição do ICMS. É simples. É matemática.

Agora, e diminuindo o número de passageiros nos voos? Diminuindo o número de voos? Vai ter menos ICMS, menos dinheiro para as prefeituras, menos dinheiro para os Estados. A conta é exatamente o contrário. Se não quisermos ser Robin Hood ao contrário, temos que aprovar esse projeto. Nós temos que aprovar, porque é muito importante.

Acho que as companhias agora têm um compromisso. Eu faço algumas perguntas também porque acho que é importante fazer alguns questionamentos.

Qual é a ocupação média de voos – aí eu peço para quem tem essa informação – mundo afora? Pegando países da Europa ou mesmo os Estados Unidos, qual é a ocupação média? Qual é a do nosso País?

Porque eu sei que quando você tem, como tivemos agora, uma redução drástica de voos para o Nordeste e para o Norte, o que acontece? Menor oferta de assentos. E o preço faz o quê? Sobe.

Olha, não vamos discutir, nestes tempos de crise, que está tendo queda no preço da passagem aérea no Brasil. Não está tendo queda. Já teve, mas está tendo um aumento. Por quê? Porque não há oferta de voos. Eu só tenho duas alternativas para ir para o Acre: pegar um voo à noite ou esperar 24 horas depois para pegar outro voo. Passar minhas noites...

Eu fui governador, Mauro, você sabe disso, eu nunca paguei meia hora de jatinho durante oito anos como governador, andando nesses voos, nas madrugadas. Talvez isso tenha piorado minha situação do ponto de vista da idade, como piora a dos colegas todos. Por quê? Porque só colocam voos para o meu Estado, para Roraima, terra do nosso Relator, Telmário, quando o avião está disponível. Porque avião tem que voar o tempo inteiro. Aí, de noite, de madrugada, vai para o Acre. É essa a alternativa que os doentes, que as famílias, que as crianças, que os idosos têm para ir para o meu Estado e voltar.

Será que isso é justo? Será que é um País justo?

Mestre Mauro, você é muito bom na Fazenda para arrecadar, e por isso você está nessa tese. Sabe quanto custa um litro de gasolina no meu Estado, em alguns Municípios? R$8,00. Nós pagamos um adicional para sermos brasileiros.

Agora, num serviço que pode salvar vidas... Não há desenvolvimento no Acre e em Rondônia se nós não tivermos transporte aéreo de qualidade, regional, além desses voos para as capitais.

Eu estou nessa luta não é para agradar companhia aérea. Eu estou nessa luta para atender o interesse dos brasileiros, para aumentar a arrecadação das prefeituras, aumentar a arrecadação dos Estados e fazer do Brasil um país mais justo e mais igual, como estabelece a Constituição. Então, é essa pergunta.

Eu queria também falar sobre o combustível da aviação no mundo. Nós temos o combustível da aviação mais caro do mundo? É isso? Como ele é regulamentado? Ele é dolarizado ou não é dolarizado?

Qual é o custo das companhias aéreas? Eu vi o Secretário Rogério falar isso. É em torno de 40% o custo das companhias aéreas com combustível? É porque ele é dolarizado e nunca baixa? Como é isso?

Eu queria também, por último, fazer um questionamento: quando é que nós vamos ampliar as companhias aéreas no Brasil? Eu sempre defendi companhia nacional. Quando é que nós vamos ter voos regionais? Uma medida como essa pode ajudar as companhias?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aí eu pergunto ao Eduardo Sanovicz se esse é um passo que pode nos levar a sonhar de novo a ter voos regionalizados, especialmente em regiões enormes como a que eu vivo, que é a Amazônia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Passo a palavra ao nosso Relator na CI, Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Acir, senhores convidados, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu queria começar por uma pergunta que me chegou às mãos. Ela é dirigida ao Dr. Eduardo.

Dr. Eduardo, existe Estado que possui, aprovado por leis estaduais, Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional. Os termos desses programas serão mantidos? Por quem? Pelas empresas aéreas ou pela associação que V. Sª representa? Essa é uma pergunta.

Sr. Presidente, nós sabemos que o direito de ir e vir é constitucional; é fundamental a locomoção. Na fala do Dr. Eduardo, ele disse que 74 novos voos surgirão. Aí a pergunta: quantos por região? Quantos por Estado?

Eu quero perguntar também, Sr. Presidente, ainda ao Dr. Eduardo. Fonte do setor aéreo estima que o custo do tanque cheio, tanque vazio, para não usar a palavra inglesa *tank*, está em 3% e 5% do combustível armazenado por hora de voo. Quer dizer, fontes do setor aéreo estimam o custo do tanque cheio em 3% a 5% do combustível armazenado por hora de voo. Em voos curtos, portanto, a prática é certamente vantajosa. Seria correto dizer que a possibilidade de tanques cheios e tanques vazios incentiva as empresas a voarem entre as capitais do Sul e Sudeste, desincentivando os voos mais longos para a Região Norte do País? Ou seja, como aquela questão do tanque muito cheio fica mais caro e o tanque menos cheio fica mais barato, ficaria melhor voo centrado no Sul e Sudeste, sacrificando a Região Norte?

Aí ficaria também uma pergunta ao Dr. Juliano. Bom dia, Dr. Juliano.

Caso essa questão do tanque cheio e tanque vazio influencie na preferência dos voos, seria possível, pela via regulatória, limitar essa prática estabelecendo limites de peso mais rígidos para decolagem?

Aí ficaria uma pergunta também ao Dr. Alexandre.

O mercado de aviação civil do Brasil é dominado por um oligopólio. As duas maiores empresas dominam 70% do mercado e as quatro maiores mais de 90%. Como garantir que a redução de impostos será, de fato, repassada por essas poucas empresas ao consumidor brasileiro em especial? Como garantir que os aeroportos com poucos destinos e poucos horários não sejam tratados de forma desfavorável, ainda que o preço médio nacional venha a cair?

Sr. Presidente, de modo geral, eu queria formular essas perguntas que foram aqui dirigidas, mas eu queria aqui pegar um gancho na fala do Senador Jorge Viana.

O meu Estado é o mais distante da Federação. E as empresas aéreas, exatamente por esse oligopólio, centralizaram nossos voos no período noturno.

Agora, imaginem. Você sai de lá uma hora, duas da manhã e chega aqui seis horas. Você nem ganha a noite nem ganha o dia. Ou ganha um dia sacrificado, extremamente sofrido, você tem que passar um dia aí... Dormir até meia-noite é quase que normalmente impossível. Os hábitos das pessoas normalmente não permitem isso. E no horário que você vai realmente dormir é o horário que você está viajando. E eu, que tenho muito medo de avião, não durmo de jeito nenhum. Posso tomar qualquer coisa... E pior se tomar, porque depois eu quero dormir durante o dia. Aí durante o dia eu não posso porque tenho que vir trabalhar, fazer jus ao meu salário. Então, é de sacrificar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Era bom realmente essa questão desse nivelamento de ICMS, sem nenhuma dúvida. Eu não reprimo e nem condeno o Estado de São Paulo, mas cabe a nós, numa maioria absoluta aqui, definirmos o que é melhor para o Brasil.

Acho que cada um puxa a lenha para sua fogueira, até reconheço isso, mas nós somos a maioria. São 81 Senadores, eu acho que com bom senso e bom juízo podemos buscar esse equilíbrio, porque está sacrificado quem mora distante.

E os voos para o Norte, a todos os convidados aqui, não é nenhuma mordomia, nenhum privilégio, é uma necessidade, necessidade absoluta.

E uma última pergunta que chegou dos universitários, Senador Acir, diz assim: "Por que vocês querem padronizar o ICMS só para voos aéreos? E nós que andamos de ônibus – terrestre, estaduais, municipais e urbano – também não merecemos?" É uma pergunta para a Anac analisar e para nós debatermos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Telmário.

Na sequência, passo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria iniciar as minhas palavras cumprimentando o Dr. Mauro Ricardo. É um dos mais competentes executivos públicos deste País.

Eu acho que o sucesso do Prefeito Serra, o sucesso do Prefeito ACM Neto e agora a recuperação fiscal do Estado do Paraná se devem, em muito, à competência, ao brilhantismo, à capacidade de trabalho, de articulação com que o Dr. Mauro Ricardo se desincumbe das suas missões e das suas tarefas.

Portanto, quero cumprimentá-lo.

Mas, da mesma forma que o Senador Jorge Viana, tenho que pedir permissão para dizer ao Dr. Mauro Ricardo que esse tema é muito caro ao Brasil mais pobre. Eu prestei muita atenção a sua fala e também tive acesso ao resumo da sua palestra, procurando pegar os outros argumentos, porque não houve tempo para que V. Sª pudesse apresentá-los nesta reunião.

Quando V. Sª, Dr. Mauro Ricardo, conclui que a inciativa do Senador Jorge Viana não seria bem-vinda porque não existe o conflito de interesse entre os Estados envolvidos nesta questão, eu acho que é importante que a gente possa rebater essa afirmação.

Na realidade, no argumento que V. Sª coloca de que as alíquotas do ICMS devem ser tratadas no contexto da reforma do ICMS, V. Sª faz uma ponderação para que essa discussão possa ser adiada e possa, portanto, ser tratada no bojo de toda a concertação que nós temos ainda que fazer sobre o ICMS. Mas permita-me discordar. Eu fui constituinte. O sistema tributário que está aí nós ajudamos a construir, a concebê-lo. Uma das coisas mais caras para os Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste era eliminar a característica de o ICMS ser um imposto de produção, porque era uma injustiça fiscal. O ICMS sendo imposto de produção beneficiava os Estados mais ricos da Federação.

E, aí, no meio daqueles debates acalorados, conseguimos colocar um dispositivo no texto constitucional dizendo que o Senado da República iria estabelecer a alíquota interestadual. A ideia era a de que ela viesse sendo reduzida, para que, ao longo do tempo, o ICMS deixasse de ser um imposto de produção e passasse a ser um imposto de consumo, para poder fazer justiça aos Estados mais pobres. Até hoje isso não se configurou. E por quê? Pelos mesmos argumentos que V. Sª aqui colocou: porque isso poderia inviabilizar as finanças dos Estados mais ricos. E nós Estados mais pobres ficamos no aguardo de um dia que não chega.

A proposta do IVA é debatida aqui neste Congresso Nacional há mais de 20 anos. Ela não avança porque os Estados mais ricos não permitem que avence. Imposto sobre Bens de Capital! Onde já se viu cobrar isso? Mas não se desonera o imposto sobre máquina, sobre equipamentos, porque os Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ricos não deixam! E o argumento é sempre o mesmo: é a repercussão nas finanças públicas dos Estados ricos.

Mas o Dr. Mauro Ricardo, hoje, como é uma pessoa muito justa, clara e transparente, trouxe uma planilha mostrando a repercussão fiscal dessa discussão em que estamos envolvidos.

Meu caro Senador Flexa, com tudo isso que nós estamos discutindo, o Estado do Paraná vai perder 22 milhões. Isso não representa 0,3% da receita do ICMS do Paraná. São Paulo é que perde mais, 295 milhões, para um Estado que tem uma arrecadação de ICMS maior que 100 bilhões por ano!

E nós vamos continuar a ver um País continental como este não ser servido por uma malha de aviação regional por causa dos interesses menores?! Não! Eu não acredito! Eu não acredito que a gente possa, depois de ter debatido por tanto tempo essa questão aqui, nesta Comissão, na Comissão de Assuntos Econômicos... A matéria chegou a Plenário!

Aqui, o Senador Jorge Viana cometeu um erro, ele disse que concordou com a audiência pública para não dividir o Plenário. O Plenário não está dividido.

Assim como convalidamos os incentivos do ICMS, nós vamos aprovar essa matéria por uma grande maioria, porque nós não podemos mais postergar a construção de um Brasil mais igual, mais solidário, mais justo e mais fraterno. Nós não estamos aqui inviabilizando as finanças públicas de Estado nenhum.

Agora, o que nós queremos? Aí quero me associar às palavras do Dr. Eduardo. É que, pelo amor de Deus, não vamos inventar jabuticaba aqui no Brasil! A indústria da aviação civil precisa ter regras que se assemelhem à indústria de aviação civil internacional. Está sobejamente demonstrado que o custo do combustível no Brasil é exorbitante, 40% a mais da média do mundo afora! E o custo disso – esta realidade vai chegar aos Estados – são as alíquotas excessivas de ICMS em combustível, em querosene de aviação, em telecomunicações, em energia. Até onde é que a gente vai inviabilizar setores inteiros estratégicos para o desenvolvimento nacional por conta da maior facilidade para arrecadação dos Estados?

E olha que eu não posso concordar com Dr. Mauro Ricardo em relação à política do Robin Hood. Não é, não! Perdoe-me, mas não é. Na realidade, nós estamos vendo cada vez mais uma inclusão, cada vez mais brasileiros usufruírem dessa aviação civil que nós estamos construindo. E estamos apenas no começo. Ela está ainda muito concentrada no eixo Rio-São Paulo e na periferia desse eixo, que é o Sul do País. Agora, o vazio econômico do Brasil, que é o Nordeste e o Norte, precisa sobremaneira dessas ligações aéreas, que só vão se realizar se tivermos coragem – e vamos ter – de reduzir a alíquota do querosene de aviação. Vai ser uma das medidas que vai repercutir por muitos anos.

É óbvio que a gente fica desconfiado, Dr. Eduardo, com esse compromisso dos novos voos. É óbvio que a gente vai cobrar do Cade que fiscalize para que não haja abuso no sentido dos preços das passagens. Reduzem-se os custos, e os preços continuam os mesmos. Nós vamos exigir que os preços sejam competitivos, que eles sejam reduzidos. E nós vamos aqui cobrar que a Abear, em nome das suas associadas, possa fazer valer esses 74 voos a mais. Aliás, eu queria que fossem 75 voos, porque nós estamos brigando por um voo a mais para Pernambuco, que é um voo que liga Petrolina a Brasília, que já tivemos no passado. Hoje, para chegar à cidade que é a maior cidade do Semiárido do Nordeste, a gente tem de ir a Salvador ou a Recife, quando já tivemos um voo, seja da Varig, da Rio Sul ou até mesmo da TAM, num passado não muito distante.

Então, quero fazer aqui um apelo, além do voo adicional de Petrolina a São Paulo, porque tudo bate em São Paulo. Esses voos, para se viabilizarem, nascem em São Paulo e voltam para São Paulo. É importante, porque São Paulo é o nosso centro econômico.

Eu estudei em São Paulo. Tenho a maior admiração pela história de todos os paulistas. Precisamos de São Paulo para ter um Brasil rico, próspero, desenvolvido, mas São Paulo precisa ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cada vez mais uma visão nacional, uma visão de integração, para que o nosso País seja mais igual, mais justo, mais fraterno e mais solidário.

Por isso, Presidente, voto com alegria nessa matéria. Creio que vamos surpreender o Plenário. Hoje tivemos esta audiência pública, todas as dúvidas foram esclarecidas. As cobranças serão grandes junto a Abear, junto à Anac, junto ao Cade, para que essa decisão não seja malbaratada, no sentido de ser distorcida nos objetivos que estamos desejando: a implantação da aviação regional com maior número de voos para o Norte, para o Nordeste e para o Centro-Oeste, para que possamos incluir cada vez mais brasileiros desfrutando do transporte da aviação civil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Passo a palavra ao Senador Omar Aziz, para fazer suas colocações.

Todos estão inscritos pela ordem de chegada.

A palavra está agora com o Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Senadora, eu não sou contra a desoneração de ICMS, mas quando há uma contrapartida.

O Senador Fernando Bezerra, há pouco, falou sobre a convalidação. Pessoalmente, fui contra a convalidação na forma como foi aprovada pelo Senado, não contra as empresas que já estão instaladas, mas pela abertura, pela brecha que foi dada. Mas esse é outro assunto.

O grande xis dessa questão é a contrapartida, porque o Senado, o Congresso Nacional está sendo diariamente provocado por delações, por ter dado benefícios a grandes empresas sem contrapartida alguma, só tirando dos governos e da União. Não estou dizendo que este é o caso. Não estou dizendo que este é o caso!

O Estado do Amazonas tem o ICMS de 7%. Lá, quando a economia está forte, não falta voo, porque sai com carga. Os voos vão para Manaus para saírem com grandes cargas de transporte. É a carga que dá um volume maior de recursos para as empresas aéreas. Quando a economia está baixa... Agora mesmo, neste processo que estamos vivendo no País, a economia da Zona Franca está com dificuldade, o Brasil está com dificuldade de poder de compra, nós perdemos 27 voos noturnos lá. Mas a economia fez com que se perdessem os 27 voos, não foram as empresas que saíram de lá.

Eu já negociei, ou melhor, já me sentei à mesa para tratar desses assuntos, para falar sobre desoneração com contrapartida para os aeroportos. Quando cheguei aqui, o Secretário Nacional de Aviação Civil estava falando, o Rogério. Aliás, recebi uma ligação, na semana passada, do Ministro da Aviação querendo ter uma reunião para tratar sobre esse assunto. Eu disse: "Estou à disposição, sem problema algum, converso com quem estiver ali." Mas creio que não podemos, como foi feito na convalidação... Empresas que não geram nenhum emprego estão recebendo benefício fiscal.

Convalidou-se sem haver uma segurança de que essas empresas vão manter empregos, vão aumentar o número de empregos. Quer dizer, você só dá, dá, dá, dá e não recebe nada em troca. E aí o Governo, quando você precisa de uma aviação regional, na nossa região, como no Acre, no Amapá, em Roraima, em Rondônia, onde nós temos uma dificuldade maior... Se os aeroportos no interior do Amazonas, por exemplo, não funcionam, a culpa não é do Governo estadual, a culpa não é do Senador, a culpa é do Governo Federal, que nunca trabalhou essa questão.

Nós estamos discutindo isto aqui: vamos dar isenção? Vamos dar isenção. Eu tenho de concordar com o Senador Fernando Bezerra quando a gente fala em termos de percentuais de perda, em valores absolutos. E R$200 milhões para o Estado de São Paulo é algo diferente de R$200 milhões para o Acre. Para o Acre, R$200 milhões é muito dinheiro; para o Estado de São Paulo, não chega a ser muito dinheiro, pela arrecadação que ele tem. Nós estamos aqui fazendo relações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Estado do Amazonas tem uma política de desoneração do combustível. Nós cobramos 7% para as empresas, com a contrapartida que era para ser feita. As empresas, como a Azul, disseram que não têm condições de voar, e é verdade, porque os aeroportos não oferecem condições para os passageiros, para embarque e desembarque. Não há embarque e desembarque. A grande maioria dos aeroportos no interior do Amazonas está lá sem uma pessoa sequer. Há um vigia lá só. A gente pousa naqueles aeroportos sem um vigia. Então, você não tem como transportar passageiros numa empresa, como Azul, TAM, GOL, qualquer outra, se você não tiver um mínimo de estrutura para embarque e desembarque dos passageiros. Há alguns aeroportos onde é feita essa estrutura.

Eu não sou contra. Eu me posicionei, naquele dia, questionando a contrapartida. Essa questão não é uma briga do Brasil contra São Paulo. A discussão não pode ser essa. A discussão não é essa. Eu, como Governador e representante do Amazonas, já tive inúmeras brigas com São Paulo, inclusive com o hoje Secretário do Paraná, que foi Superintendente da Zona Franca de Manaus e sabe das dificuldades que nós temos para ter competitividade. Mesmo assim, como Secretário do Estado de São Paulo, ele não olhava por esse ângulo, ele olhava para os interesses de São Paulo. Nós estamos aqui discutindo interesses estaduais, não são nacionais. São interesses estaduais.

Eu vou votar a favor da desoneração. E não é verdade o que o Fernando Bezerra falou aqui, não, que, se tivesse botado para votar naquele dia, ia perder, não ia passar, não. Não é bem assim também, não. Vai atropelar. Houve um apelo em relação à convalidação. Mesmo o Estado que não tem nenhum benefício entregue a um empresário, acho que pode ter. Então, é fácil. Mas, em relação a você abrir mão de ICMS sem ter uma contrapartida, não seria tão simples aprovar no Senado. Essa contrapartida de aumentar o número de voos e de tentar reduzir a tarifa é uma contrapartida que nos deixa muito à vontade para votar a matéria. Então, eu quero deixar muito claro isso.

Há pouco, eu estava conversando com uma representante da Azul. Ela me trouxe até uma proposta em que você diminui a alíquota do ICMS conforme vai se cumprindo ou não se cumprindo. Eu não sei como poderia ser feita essa fiscalização.

Mas, neste primeiro momento, Senador Acir – V. Exª é do Norte, sabe disso também, tem dificuldade, como nós temos dificuldade –, acho que a contrapartida de haver mais voos e de mantermos uma tarifa acessível à maioria da população... Se você pegar o que o Dr. Eduardo falou no início, ele falava em 25 milhões de passageiros; hoje, ultrapassa 110 milhões de passageiros/ano. Nós não estamos falando de... É um crescimento de 70%, de 75%. Aliás, não é de 75%, não; é de 300% mais ou menos, no acesso. E, sinceramente, as companhias pouco ou quase nada oferecem para o passageiro hoje num voo de quatro horas. Mas é a regra, que não é nacional, é internacional.

Por isso, se houver uma contrapartida para os Estados, principalmente para a Região Norte – e aí eu tenho de puxar para o meu lado, tenho de puxar para o Estado do Amazonas, não vou aqui puxar só para os outros Estados, mas principalmente para o meu Estado –, não tenha dúvida nenhuma... O Amazonas já dá esse benefício. O Eduardo deve saber disso, como os outros sabem disso. Cobram-se 7% de ICMS, porque nós não temos outra forma de transporte no Amazonas. Não nos permitem asfaltar a BR-319. Não nos permitem! Sinceramente, não nos permitem. Enquanto em Estados como Pernambuco e outros você pode sair por terra e o que você produz pode chegar a São Paulo através das estradas feitas, o Amazonas e Roraima são os únicos dois Estados brasileiros que não têm o direito de que sua produção, tanto do setor primário quanto da indústria, saia por terra. Ou ela sai por barco ou sai por avião. Então, ninguém é mais prejudicado no Brasil, em relação ao transporte tanto de pessoas como de produção, como o Estado de Roraima e o Estado do Amazonas. Então, todos nós temos esse interesse.

Se São Paulo baixar a alíquota, é lógico que melhora, porque tudo converge em torno de São Paulo. Tudo converge em torno de São Paulo! Antigamente, nós tínhamos dois ou três voos diários Manaus-Rio. Isso acabou. Hoje há voos diários de Manaus-Brasília e de Manaus-São Paulo. Sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

converge para São Paulo. O voo direto que Roraima deve ter é Roraima-São Paulo. O voo direto que Rondônia tem é Rondônia-São Paulo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. *Fora do microfone.*) – É por Brasília.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não tem também. É por Brasília. É tudo via Brasília. De Roraima, tem de ir para Manaus, às vezes, para fazer essa conexão. Vai para Brasília e de Brasília para São Paulo.

Veja bem, quando coloco aqui que os dois Estados mais prejudicados em escoamento de produção são Roraima e Amazonas, é porque nós não temos estradas. Os outros Estados até as têm. Se elas estão em boas condições ou não, essa é outra questão.

Por isso, sou favorável – e aí nós não estamos assinando nada, não há um documento para que este acordo possa ser cumprido – e espero que, por meio desta Comissão, Senador Acir, V. Exª como Presidente desta Comissão, possamos realmente ter uma fiscalização.

E aí peço à Anac, peço à aviação civil do nosso Brasil que possa ter esse tipo de comprometimento conosco, para que possamos dar esse benefício.

Não sou contra; sinceramente, não sou contra. Acho que, para transporte de pessoas e transporte de produção, nós temos que baratear custo, senão chega ao consumidor um preço muito caro.

Então, vou votar a favor, mas com essa contrapartida que eu espero para o meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Omar.

Pela ordem, passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

Na sequência, falarão Roberto Rocha e Flexa Ribeiro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente, quero cumprimentar todos os convidados, não os citarei individualmente até por economia de tempo.

Quero abordar alguns aspectos do que eu ouvi aqui. E o que eu não pude ouvir, porque não cheguei aqui desde o início, pude ler. Algumas apresentações nos foram repassadas.

Há algo que já foi levantado pelos colegas que me antecederam, mas que faço questão de registrar até para dar minha opinião, registrar minha opinião, porque acho que temos de falar daquilo que a gente faz, porque fazer de um jeito e falar de outro, para mim, não tem o menor valor, nem a menor credibilidade.

Primeiro, falo da possibilidade da legalidade ou não. O Dr. Mauro Ricardo e outros levantaram aqui a questão da legalidade ou não desse projeto, visto que a própria Constituição Federal determina que uma interferência, ou seja, o estabelecimento de alíquotas máximas e mínimas pelo Senado Federal, de alíquotas internas de ICMS, só é possível quando há conflito de interesse. Então, há aqui manifestações do Dr. Mauro Ricardo, repito, de que o projeto seria inconstitucional, de que haveria vício de inconstitucionalidade, porque não há conflito de interesses. Ora, como não há conflito de interesses com tantas alíquotas diferenciadas, se um Estado está prejudicando o outro que está exatamente ao seu lado?

Então, nem quero discutir a questão da legalidade e da constitucionalidade, porque creio que há, sim, conflito. Aliás, o Brasil vive um grande conflito tributário. Não é à toa que estamos buscando uma reforma tributária mais abrangente há muitos anos e não conseguimos. Também não quero repetir isso. Por quê? Porque vivemos um conflito tributário no Brasil. A lei que convalidou, aprovada agora recentemente, por, no máximo, 15 anos para o setor industrial é algo que foi discutido durante muito tempo aqui. Agora, vejam bem, a lei convalida, mas cessa. Não é mais possível que se concedam incentivos fiscais novos. Os que existem terão validade por 15 anos no segmento de produção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

industrial, porque, em outros, a validade é menor. Em outros segmentos, a validade é menor. Ou seja, o que já existe se mantém por, no máximo, até 15 anos, e novos incentivos não poderão ser concedidos. Então, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é redução de custos. Quanto à redução de custos, é óbvio que o Estado pode e deve intervir quando necessário, principalmente quando se trata de produtos imprescindíveis à vida, imprescindíveis à boa organização, ao desenvolvimento e ao desempenho do Estado. Nesse caso, no setor de transporte, não há dúvida sobre a sua importância, a sua necessidade. Então, a atuação, a mão do Estado, é importante? Ela é fundamental!

Agora, é isso que vai resolver o problema? Não. É isso que vai resolver o problema da concentração, a interferência do Estado? Não. Ela pode até mitigar. A interferência do Estado, nessa parte da economia, pode até mitigar. Agora, não vai resolver todos os problemas. Por quê? Porque os preços são determinados pelo mercado. Se uma empresa aumentar exageradamente o valor do seu produto, obviamente sua venda vai cair; se ela baixar também exageradamente, aquém dos custos que existem, aí já é um crime. Aí, já não seria mais permitido, porque seria um crime contra a livre inciativa e a livre concorrência.

Então, acho que, fundamentalmente, o que garante, o que determina o preço e a concentração dos voos é o mercado, como o Senador Omar, que me antecedeu, acabou de falar.

Nós somos de Estado em que, apesar de ser longe, a capital não é mal servida. Mas não é mal servida por quê? Porque existem interesses econômicos de empresas, não por conta do número de passageiros, mas por conta da carga, o que infelizmente não se repete no interior. A economia melhorando ou a economia piorando, o interior continua sendo mal servido. Por quê? Porque nem aeroportos nós temos no interior. Em vez de o Governo Federal resolver o problema e colocar a mão forte e pesada do Estado, o Governo do Estado joga para os Municípios cuidarem de aeroportos. A maior parte dos aeroportos no interior do nosso Estado, que é o maior Estado da Federação... Imagina! Se o Acre reclama da necessidade de transporte aéreo, se o Pará reclama, se Rondônia reclama, imagina o Amazonas, que nem estrada tem! As nossas estradas são os nossos rios. Dependendo da região, dependendo do rio – como o Rio Juruá e o Rio Purus, que são rios extremamente sinuosos –, são 30 a 40 dias de viagem para ir da capital até o Município mais distante.

O Dr. Mauro está no Paraná, mas já viveu no Estado do Amazonas, fez intervenção na Suframa, não é, Dr. Mauro? Então, ele conhece perfeitamente. Não muda! Nós não tínhamos aeroporto quando a economia ia bem e não temos aeroporto agora, quando a economia vai mal. Não tínhamos voos quando a economia ia bem, não temos voos quando a economia vai mal. Por quê? Porque, infelizmente, é uma questão de mercado.

Aí, eu aproveito para abrir um parêntese e dizer que ainda querem cometer um novo crime: privatizar a Eletrobras. O que é isso? A Eletrobras é que faz o Luz para Todos, a Eletrobras é que mantém a energia no interior do meu Estado. Na hora em que privatizar, acabou-se o que era doce. Está aí, já coloquei o requerimento, Sr. Presidente, e gostaria que, no final da reunião, o requerimento fosse lido para se fazer uma audiência pública para se discutir a situação da Eletrobras e para que a gente possa deliberar na próxima reunião.

Mas, enfim, é uma questão de mercado. O que adiantaria – aí concordo com o Dr. Mauro Ricardo –, o que resolveria esse problema da minha região, da região do Senador Flexa, do Nordeste, seria colocar em prática a Lei nº 13.097, a lei de incentivo à aviação regional. Isso é que resolveria os problemas.

Então, nós, Senador Flexa... Levanto seu nome porque V. Exª é o Relator, foi o Relator da matéria e tratou a Amazônia, até que enfim, na lei, da forma como tem de ser tratada, diferentemente, porque o que é luxo para muita gente, para nós não é, é uma necessidade. Talvez, viver em Campinas e ter um ar-condicionado, Srs. Senadores, seja um luxo, mas ter um ar-condicionado em Manaus é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

necessidade de saúde. Estamos vivendo com 40ºC agora, com uma umidade de 98%. Imaginem o que é isso! É uma estufa. Como um aluno estuda? Como um aluno aprende? Então, o que para muitos pode ser luxo, para nós é necessidade, como é o transporte aéreo. Penso isso.

Tomei a liberdade de pedir algumas informações sobre alíquotas cobradas nos Estados brasileiros. A resolução do Confaz permite que apenas cinco Estados brasileiros determinem regimes especiais. É o que diz o Confaz, dentro da legalidade. Entre esses cinco estão exatamente os cinco do Norte, Rondônia, Roraima, Amazonas, Amapá, Acre, Pará. São cinco ou mais, não sei, os que são legais. Mas quem é que pratica regime especial? Dezoito.

O Estado de São Paulo não pratica regime especial, são 25% de ICMS. Estou errada? Pelo menos os dados que recebi são estes: 25% de ICMS. Não precisa baixar, porque ele é o grande centro produtor. Quem precisa são aqueles que precisam de atração de voos, de atração de empresas.

Então, na prática, o Estado do Amazonas tem, sim, uma alíquota de 25%, mas a reduziu e cobra 7%, e é legal esse. O Mato Grosso não tem alíquota especial e cobra 4%; o Acre, 3%; Pernambuco, 7%. No Rio Grande do Norte, é de 12% a alíquota oficial, mas a cobrança, no regime especial, que também não é legal, vai de 9% a 3%. Em Goiás, aqui do lado, é de 3%.

Então, quando a gente fala aqui em unificar a tarifa em 18%, podendo essa tarifa baixar de acordo com alguns critérios, como a ampliação da malha, e de acordo com a categoria dos aeroportos, classificada pelo número de passageiros, essa já é uma coisa importante.

Então, eu, sinceramente, em momento nenhum... Aí dizem: "A empresa vai ter de dar sua contrapartida." A empresa vai ter de dar sua contrapartida, mas não sou ingênua nem vou fazer de conta que acho que, além disto aqui que está previsto na lei, que poderá o valor de 18% baixar para 16% se ampliar a malha aérea para pelo menos cinco aeroportos classificados na categoria 3, aí vai prevalecer a regra que a lei estabelece. Então, haverá um aumento de voos efetivo. Esse aumento de voos deverá ser permanente, porque, se diminuir, na minha opinião, se não tiver isto aqui, a gente tem de colocar lá a emenda para voltar ao que era antes.

Deixo um questionamento sobre algo que não entendi. Por que a base para um número da malha... Ah, acho que eu entendi! Era o ano de 2015, porque o ano de 2015 era exatamente o momento em que havia o maior número de voos nos Estados por conta da economia. O.k.! Acho que é isso, exatamente isso. Falando, a gente vai entendendo também. Deve ser isso, porque é setembro de 2015. Obviamente, em 2016, em 2017... É até bom a gente ver qual foi o período, Senador Acir, nesse momento da nossa economia, que foi muito instável. A gente viveu um *boom* muito forte até 2013 e 2014, e, depois, houve uma queda significativa na nossa economia. Então, era até bom ver – e fica aqui a pergunta – se esse parâmetro estabelecido na legislação, que é de setembro de 2015, é o melhor para os Estados, se, de fato, esse foi o período em que havia maior quantidade de voos. Na minha opinião, o parâmetro tem de ser este: o período em que houve a maior quantidade de voos e, a partir dali, um aumento, ainda mais, porque nós ganharíamos um pouquinho mais.

Mas concordo, acho que o meu Estado do Amazonas não tem muito o que perder. Talvez, percam os grandes Estados. Mas é uma perda tão insignificante diante do tamanho dessas economias, que isso vale a pena, para que, primeiro, a gente possa ter a perspectiva de uma ampliação de voos para regiões que necessitam disso, em primeiro lugar; em segundo lugar, para haver uma regra unificada, para acabar com isso. Tomei um susto quando vi isto aqui. É uma novela isto que estamos discutindo. Veja, o mínimo seria de 4%, e há Estado que cobra 3%. Há Estados que cobram 3%, para garantir míseros um ou dois voos.

Então, é preciso dar essa segurança maior, porque também isso é parte de uma segurança até para quem atua no setor privado aqui.

Pode-se dizer: "Ah, mas isso é um caso pontual." Sim, é um caso pontual, mas, diante da inviabilidade de resolver o problema de forma ampla e irrestrita, como ele tem de ser resolvido, então

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vamos atacando os casos pontuais. Aliás, a convalidação já é um pré-requisito para a continuidade do debate da unificação do ICMS interestadual, que tramita aqui, ou não é? É. Isto era um pré-requisito: não vamos discutir isso, se não houver a convalidação. A convalidação veio, o que está criando a maior polêmica no meu Estado, Dr. Mauro Ricardo. Há a maior polêmica.

E digo o seguinte: acho que o cenário que havia antes era pior do que o que se criou agora, porque, a qualquer momento, vinha um novo incentivo ilegal – aliás, quando não se dá incentivo para acabar com os outros. São Paulo sabe muito bem fazer isto: sobretaxa o que é produzido nos outros Estados. É assim: com produto da Zona Franca, que atrapalha a economia dos paulistas, o que eles fazem? Sobretaxam. Bacana!

Enfim, acho essa proposta... Acho que esta audiência pública foi importante, Senador Acir. V. Exª a propôs. Ela foi importante para quê? Para acalmar. Você veja que havia um Senador contrário, que hoje está dizendo que vai votar a favor. Acho que é importante. E é isto: é pontualmente, vamos ter de ir atacando pontualmente.

A guerra dos portos também não foi atacada, com um prejuízo muito maior para alguns Estados? Mas nós também não atacamos? Atacamos. Então, acho que é um bom começo. É um bom começo.

E, no mais, a gente tem de tratar mesmo é com o Governo Federal, porque agora se diz... Recebemos aqui, recentemente – recentemente, não, na semana passada –, o Ministro dos Transportes, que cuida dessa área também, que disse que as próximas concessões – estou concluindo, Senador Acir – viriam em bloco. Ou seja, entrariam sempre aeroportos não lucrativos, porque é bacana privatizar aeroportos só lucrativos. Aí quem vai bancar o funcionamento dos não lucrativos? Não banca. Passa para o Municípios, se o Município quiser, ou passa para o Estado, se o Estado quiser, ou fecha.

É isso que acontece no meu Estado. No meu Estado, a Infraero, além de Manaus, tem só dois aeroportos, só dois. A Base Aérea deve cuidar de mais uns dois, e o resto é todo do Município. Se o Município não tem dinheiro para tapar buraco, para comprar merenda escolar, vai ter dinheiro para manter aeroporto, para construir aeroporto? Não vai. Não vai.

Então, acho que essa lei é importante. Já disse isso, desde o início, ao Senador Jorge Viana, e qualquer reparo temos tempo de fazer ainda no plenário.

Muito obrigada. Obrigada aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Passo a palavra agora ao nobre Senador Roberto Muniz, para fazer suas colocações.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Inicialmente, Senador Acir, quero parabenizá-lo pelo formato da Mesa que V. Exª disponibilizou para esse debate. A gente teve a mais ampla capacidade de ouvir os mais distintos posicionamentos, e acho isso importante, enriquecedor para o debate.

A vinda do Cade, da Anac, da Secretaria Nacional de Aviação faz uma mediação em relação aos pontos opostos da Secretaria do Paraná. E quero saudar o Mauro, o Eduardo, da Abear, e todos da Mesa. Quero dizer que é importante.

E sobrou muito pouco a falar sobre a figura do Mauro, do Secretário Mauro, que é conhecido no Brasil. Quero dizer da minha admiração pelo seu trabalho.

Como fui Prefeito em uma cidade muito próxima a Salvador, a cidade de Lauro de Freitas, quando você começou a trabalhar, eu dizia que você era um alquimista das finanças públicas. Ele bota um pouquinho de aumento de IPTU, muito aumento de ISS. Tenta salvar o moribundo, que é o Município, através de uma quimioterapia, mas essa quimioterapia, muitas vezes, só não atinge aquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

célula que facilita. Ela cria e deixa um legado, Secretário Mauro, que, muitas vezes, perdura por muitos e muitos anos.

Quando a gente faz uma quimioterapia *standard*... Então, tratar São Paulo como Salvador é um pouco complicado, porque hoje nós estamos lá vivendo uma dificuldade muito grande, porque, ao mesmo tempo em que se aumentaram esses impostos, a gente viu uma retração muito grande nos investimentos na área da construção civil. A gente está vivendo problemas de emprego. Então, é uma coisa...

Foi muito bom esse debate, porque muitas vezes os impostos são olhados como a única forma de se viabilizar e de se manter o crescimento. E, muitas vezes, a diminuição dos impostos traz um pouco para a mesa do gestor público a inovação. Ele tem de gastar melhor seus recursos e precisa também entender que ele precisa fazer com que a área produtiva possa respirar, com que os empresários possam gerar emprego, para, assim, podermos ter renda.

Então, é importante esse debate não só com um olhar específico. Isso tem um pano de fundo muito grande sobre o desenvolvimento de Estado.

Outro dia, tive a oportunidade de, com outros Senadores, conversar com o Governador Alckmin. Eu disse ao Governador algo que, para mim, foi muito surpreendente. Como é a primeira vez que estou aqui, Senador Flexa, no plano legislativo nacional, no Senado, fiquei surpreso, porque, na minha trajetória política, sempre ouvi uma coisa na Bahia: "O que é bom para São Paulo é ruim para o Brasil". Eu disse isso para o Governador Alckmin. Eu disse que o grande obstáculo para que os políticos de São Paulo avancem é porque, todas as vezes em que há um debate nesta Casa, é muito fácil a gente começar a se posicionar em relação às questões fiscais: você olha como São Paulo vai votar e vota diferente. Você, com certeza, estará ajudando o Brasil.

Então, esses obstáculos políticos se consolidaram na minha passagem aqui. Eu digo que, realmente, ficamos surpresos como dois Estados tão importantes... Eu vou colocar o Paraná pela sua relevância, mas, neste caso, nem há tanta relevância, porque os 22 milhões, em relação aos 300 milhões de São Paulo, são quase ínfimos; não há nenhuma escala de proporcionalidade.

Mas a sua presença é muito importante, porque você também representa muito a importância do Estado de São Paulo, Secretário Mauro.

E o que que a gente percebe? Que essa concentração que se dá em São Paulo tem sido danosa para São Paulo também, porque, se reflete diretamente a importância fiscal do fortalecimento, da robustez do Estado de São Paulo como carro-chefe do Brasil, fragiliza outros Estados. E, neste caso aqui, é muito claro a gente perceber que apenas São Paulo perde. E, mais do que isso, perde com um olhar muito restrito.

Vou ampliar aqui. Não fiz estudos sobre isso, mas, se a gente pegar o que vai crescer o *e-commerce* nos próximos cinco anos, Senador Acir, a gente vai ver que o *e-commerce* vai dobrar nos próximos cinco anos. E como são levados esses materiais que são comprados? A gente está aqui olhando simplesmente as passagens, mas a gente também tem de olhar os produtos que são transportados e que poderão ter os seus custos de logística diminuídos. Quem será o maior beneficiário se isso aqui acontecer?

Aí, eu queria a sua ajuda, a ajuda de todos aqui e, em especial, a do Secretário do Paraná: que a gente fizesse deste *case* um *case* de avaliação do Senado, porque aqui a gente tem muitas percepções. Eu queria ver, daqui a quatro ou cinco anos, Senador Acir, pelo que se mexeu no *e-commerce*, aqueles 100% que vão dobrar, se São Paulo não ganhou; se São Paulo não será o Estado que mais será beneficiado por essas transações econômicas; se, com essa diminuição no custo Brasil, oriunda da diminuição do custo de logística, não será São Paulo efetivamente o maior beneficiário dessa situação.

Talvez, nessa conta restrita do ICMS sobre a alíquota do querosene, isso esteja pacificado. São Paulo vai perder em valores para ganhar em adesão ao desenvolvimento brasileiro. Ele perde nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

valores, mas eu tenho a convicção de que, daqui a quatro ou cinco anos, esses números irão compensar o Estado de São Paulo pelo desenvolvimento. Essa não é uma questão. Eu queria que vocês explorassem isto: se vocês têm a percepção de que, em outros setores, isso vai ampliar a arrecadação do Estado de São Paulo.

Há outra questão que eu queria também levantar: a gente vê aqui a diminuição dos custos da nossa tarifa média. É natural que nossos custos diminuam. Sabem por quê? Porque são ainda muito altos. Eu queria ver sabem o quê, se for possível vocês elucidarem? Qual é o custo médio por milha voado no Brasil e o custo médio por milha voado em outros países? E a gente pode fazer daí este debate: por que nós temos a aviação das mais caras do mundo? Por que é mais fácil e mais barato, muitas vezes, você sair daqui e ir para os Estados Unidos do que você rodar internamente no Brasil?

É muito óbvio para mim, senhores, que, com a diminuição desses custos, o custo do voo que levaria alguém de São Paulo até Belo Horizonte ou até Salvador... Se, com esse mesmo custo, a empresa de aviação puder chegar a outros Estados mais longínquos, é óbvio que ela irá perseguir esse novo mercado. É muito claro isso.

Fico muito feliz quando o Dr. Juliano se coloca, dizendo que há realmente uma eficiência na resposta do setor aeroportuário quando se diminuem os custos, ou seja, já que estamos também atacando eficiência nos portos, é hora, sim, de nós atacarmos a eficiência no custo dos voos domésticos. É importante que seja frisado isso.

Então, senhores, outra questão que quero colocar é sobre essa quantidade de aeroportos que estão sendo fechados. E quero deixar essa palavra para o Presidente da Abear. O que fazer para realizar esse enfrentamento? Como vamos retomar aquele momento em que tínhamos 138 aeroportos, ou 125, que hoje são 106?

São questões que nós precisamos enfrentar.

Quero dizer que somos favoráveis à medida. Temos o entendimento de que é fundamental nós fazermos esse enfrentamento, Senador Acir. Espero que a Abear assuma os compromissos, porque estará sempre nesta Casa pedindo outras questões.

Vocês da Anac, da Secretaria Nacional de Aviação Civil e do Cade poderão nos ajudar, Dr. Alexandre, para que possamos ser fiscais permanentes, para que essas benesses dadas pelo Estado não sejam benesses, mas, sim, um investimento num ambiente de negócio mais competitivo. Eu acredito que isso poderá gerar a vinda de empresas de baixo custo de operação, a entrada de novos *players*. E acho que, na esteira desse debate, Senador Acir, aproveitando aqui a presença do Senador Jorge, do Senador Telmário, que são os Relatores, poderíamos tornar permanente este debate, para que encontrássemos outros componentes de custo para viabilizar um ambiente de mercado mais competitivo. Este é o papel do Senado: ampliar esse ambiente de mercado competitivo, começando através da concessão dos aeroportos, agora enfrentando essa questão dos custos do querosene e quem sabe, no futuro, ampliando ainda mais esse leque de oportunidade para a construção de itens para a melhoria do ambiente competitivo do setor.

Eram essas as minhas palavras, parabenizando V. Exª e os Relatores desta matéria, que estão elucidando para nós uma caixa-preta. Há muito tempo se dizia: no Brasil, não se pode voar de avião. Nós conseguimos incluir a população. Eu sei que isso gerou muita polêmica, mas esse foi um benefício criado pelos governos anteriores. A gente precisa creditar isso, porque isso foi fundamental. É claro que isso se deu pelo aumento de renda, mas também pela possibilidade dessa oferta maior de voos. Então, nós queremos manter e ampliar isso.

Acho que esse debate deveria ser permanente nesta Comissão, Senador Acir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Roberto Muniz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Passo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro, para fazer suas colocações, como último orador inscrito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Acir Gurgacz; Srªs Senadoras; Srs. Senadores, quero saudar nossos convidados, iniciando pelo meu amigo Mauro Ricardo – é um prazer revê-lo, Mauro, sempre competente nas suas atribuições –; Dr. Alexandre, do Cade; Dr. Juliano, da Anac; Dr. Rogério, da SAC; Dr. Eduardo, da Abear.

Presidente, fiquei aqui. Nós ficamos andando de uma comissão para outra. Está havendo uma audiência pública na CAE para discutir também a questão do custo Brasil, as reformas dos marcos regulatórios para reduzir esse custo Brasil. Então, ficamos numa e noutra. Mas é importante a discussão do PLS nº 55, de 2015.

O meu Estado já não terá nenhuma influência em nível de arrecadação, já hoje pratica uma alíquota de ICMS no querosene de aviação e na gasolina de aviação de 7%. Então, não haverá nenhuma alteração. Pelo contrário, nós vamos é cobrar.

Senador Jorge Viana, V. Exª que é o Relator, estou vendo no art. 4º, que dá os percentuais de redução das alíquotas, que não há 7%, que passa de 8% para 6% a redução da alíquota. Então, o seu relatório tem de incluir 7%, porque é o que alguns Estados já praticam. Não sei como será cobrado esse aumento das rotas, dos voos. Se nós estamos praticando 7%, nós já teríamos 8% em 20 aeroportos de categoria 2 e 6% em 15 aeroportos de categoria 1. Vamos ver como é que ficam os 7% cobrados no momento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Se eu puder esclarecer, Presidente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Rapidamente, quero dizer que isso estava no projeto original, em que havia uma escadinha. Nós preferimos estabelecer o limite máximo, para não haver escadinha e mais ainda. Mas a proposta oficial das companhias aéreas é de nove voos a mais para o Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Está ótimo!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, desculpa! Eu pedi o projeto. Nós, então, estamos trabalhando com uma proposta ultrapassada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É o relatório dele.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Está no final.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – O início do projeto é exatamente este aqui, e, ao final, há o substitutivo. Agora, teremos outro relatório, combinado com o relatório anterior, que vai ser levado ao Plenário. No plenário, nós vamos ter um amplo debate em relação ao tema aqui debatido, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – A Senadora Vanessa estava me induzindo ao erro aqui na leitura do projeto. Eu dizia a ela: "Senadora Vanessa, a alíquota não começa em 18%, mas em 12%." Não é isso, Senador Jorge?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – No máximo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – No máximo, são 12%, para baixo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – No máximo, são 12%. Cada Estado pode fazer sua gestão até 12%, de 3% a 12%.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então, são 12% mesmo. Eu tinha razão. V. Exª estava...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas não está no sistema o substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Ela está preocupada com a eleição no Amazonas.

O problema é que não vai terminar a guerra fiscal, não, porque o percentual é até 12%. Ou seja, de 3% a 12%, você pode variar. Mas não adianta isso! O Pará reduziu para 7%, e, em vez de aumentarem, a única nova rota – por isso, foi definida pelo Governador Jatene a redução – foram as rotas internacionais. No Pará, o aeroporto já foi internacional e, agora, voltou a sê-lo, com um voo da TAM para Miami e com um voo da TAP para Lisboa. Em função disso, houve a redução de 7%. Novas linhas domésticas não vieram; pelo contrário, ocorreram reduções. Acho que essas nove linhas novas não vão cobrir as que foram reduzidas. Mas isso é mercado. Lamentavelmente, isso é mercado.

Você paga... Isto o Senador Jorge está cansado de falar, bem como todos nós aqui. Nós pagamos por uma passagem aérea de Belém a Redenção, no sul do Pará, quase duas vezes o que se paga para ir de Belém a Miami ou de Belém a Lisboa. É impressionante como é feito isso! Eu venho normalmente a Brasília num voo de terça-feira, às 3h da madrugada. Precisei vir ontem à tarde – tiro minha passagem com bastante antecedência para reduzir o custo – e tive de mudar a passagem ontem para vir a Brasília. Paguei de diferença – não foi o preço da passagem –, só por uma perna, Belém-Brasília, mais de R$1,5 mil.

Então, eu queria dizer o seguinte: é verdadeiro isso. O Paraná está reclamando porque vai perder R$22 milhões de receita. São Paulo reclama porque perde mais de R$200 milhões de receita. O que nós das regiões periféricas já perdemos de receita para atender São Paulo? E tenho um projeto que está aí dormitando nas gavetas do Senado, que é uma coisa muito simples: quando o Governo central quiser reduzir o IPI das indústrias automobilísticas, por exemplo, para dar competitividade, para não haver desemprego, que o faça só reduzindo da parte que cabe à União, que não tire dos Estados e dos Municípios, do FPE e do FPM! Quando há redução de alíquota do IPI para a indústria automobilística, todos nós estamos sendo penalizados. O Município de Melgaço, na Ilha de Marajó, com o menor IDH do Brasil, está pagando uma parte dessa isenção da indústria automobilística.

Quando chega a uma hora dessas, o meu amigo Mauro Ricardo está reclamando da perda de R$22 milhões de receita, mas é isso. No início do século XIX, a economia de Belém era mais forte do que a de São Paulo, é só ler historicamente para ver. Então, nós da Amazônia, Senadora Vanessa, ajudamos a desenvolver São Paulo com a borracha, à época da borracha, e ficamos para trás. Agora, São Paulo tem de ajudar a desenvolver o resto do Brasil.

Mas o que eu acho? Aí eu queria fazer algumas perguntas pontuais.

Lá eu vejo essa questão. Tem razão o que falou o Senador Bezerra sobre a questão do IVA. Nós temos de voltar a discutir essa unificação, tirar o ICMS da produção e trazer o ICMS para o consumo. Não podemos mais, no Pará... Nós somos culpados! Nós congressistas somos culpados, porque não avançamos também nesses projetos. Nós estamos aqui esperando que o Executivo direcione para onde nós vamos caminhar. Não pode ser assim. Nós temos de avançar na discussão. Vamos rever o Pacto Federativo. Não dá para ficarem 60% na mão da União, 24% nos Estados e 16% nos Municípios, alguma coisa variando por aí. Não há condições para isso! Então, não adianta fazer aqui o ICMS para cá e para lá. Não vai resolver. Lamentavelmente, nós não vamos resolver.

Vou votar de forma favorável. Espero que dê resultado. O que precisa ser feito? Aí eu queria que o nosso Secretário da Aviação Civil e, talvez, a Anac e a Abear... Eu fui relator da medida provisória do Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional. A medida provisória veio do Executivo sem nada, não dizia nada. E aqui nós fizemos um parecer que estipulava o que era aeroporto regional, o que era rota regional, quais eram os subsídios. Como disse a Senadora Vanessa, diferenciei a Amazônia do resto do Brasil, porque, na Amazônia, diferentemente do Nordeste, a aviação civil – o Senador Acir sabe muito bem disso – serve para salvar vidas. Não há uma estrada, não temos condições de deslocamento em emergência, a não ser pela aviação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, esse plano de desenvolvimento, Senador Acir... V. Exª, como Presidente da CI, e nós podíamos fazer um movimento para trazer o Governo aqui, para saber o que há. Falta regulamentar! Ele é lei desde janeiro de 2015. Aí, sim, teríamos redução na tarifa, porque a tarifa em voo regional – e são esses que custam caro, porque não têm demanda, e aí as companhias têm de aumentar o valor da passagem – seria subsidiada. Aí, sim, nós vamos sentir o reflexo de uma redução de tarifa para esses voos ditos regionais.

Eu pediria a V. Exª que pudéssemos chamar de volta para a discussão aqui do Senado a não regulamentação do Plano de Aviação Regional. Será que vamos ter de fazer a mesma coisa da Lei Kandir, que está lá desde 1996 para regulamentar? Nós não a regulamentamos, e, agora, o Supremo definiu que nós temos um ano para fazer a regulamentação, porque há uma Ação Direta de Omissão com que o Estado do Pará entrou. Então, nós vamos ter de entrar também com uma Ação Direta de Omissão pelo fato de o Governo não regulamentar a lei que define a aviação regional.

Há outro assunto importantíssimo, sobre o qual foi feito um lançamento de forma midiática. Como sempre, no governo do PT, só havia festa, mas não havia execução de nada. Parece cenário de teatro: você olha por trás, não há nada, é um vazio; na frente, é tudo bonito, a luz acende, a porta abre, mas você não entra em lugar nenhum. Então, foi lançado midiaticamente um plano de aeroportos no Brasil inteiro que ia resolver o problema da aviação regional. Depois, reduziram o plano, porque o plano, como sempre, era assim: milhares de aeroportos. Reduziram para 257. Aí, eu disse: agora vai sair. Está encruado. Não sai também. Desses 257, me parece que havia nove ou dez aeroportos no Pará. Não sai. Então, nós não temos aeroporto.

Uma autoridade no Pará sai de um aeroporto homologado e diz que vai para Breves, lá na Ilha de Marajó, que é homologado. Mas não vai para Breves, não; ele vai pousar num outro aeroporto não homologado. Então, vai lá e pousa. Agora, se disser que vai para lá, não pode. Então, ele diz que vai para cá e vai para o outro. É o "me engana que eu gosto". Então, nós temos que, realmente, fazer. Quando havia Comar aqui, o Comar saía fazendo os aeroportos na Região Amazônica, ainda havia alguma coisa – devagar, mas andava. Agora, nem isso existe mais.

Então, eu perguntaria ao Dr. Rogério como está a construção desse aeroporto. Primeiro que mandaram para o Banco do Brasil. Eu já tomei um susto lá atrás: Banco do Brasil? O que o Banco do Brasil tem com construção de aeroporto? Até hoje eu não entendi também o porquê disso aí.

Finalmente, essa questão dos Estados envolvidos... A realidade é muito perversa para as regiões ainda periféricas, porque São Paulo pode cobrar 30% de ICMS de aviação, no combustível de aviação, que nenhuma companhia vai tirar o voo de São Paulo – nenhuma! Tem que sair de São Paulo, tem que voltar para São Paulo, e também de Brasília. Agora, é *hub* aqui em Brasília, todos os voos param em Brasília. Eu chego às seis horas da manhã, e o aeroporto está cheio de avião, de tudo quanto é lado. Não há nem *finger*. A gente tem que ficar lá fora para poder vir de ônibus. Às vezes a gente quase demora mais de ônibus que de avião para fazer a viagem.

Mas eu pediria, Senador, a V. Exª que nós pudéssemos fazer esse chamamento da regulamentação da aviação regional, porque aí, sim, nós vamos ter os preços reduzidos por subsídio. As companhias aéreas não vão reduzir. Agora mesmo a Anac fez uma portaria esdrúxula, um negócio de pagar pela bagagem. Nós tentamos derrubar aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Derrubamos aqui, mas está na Câmara, engavetaram lá. Nós derrubamos aqui. Lá, não. Então, não completamos o processo legislativo. Então, fez-se um negócio de "vamos cobrar para quem levar bagagem, porque vai reduzir a passagem." Reduz o quê, meu amigo? Não reduz nada. Não reduz coisa nenhuma, e só complica o processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eu diria que o caminho para fazer a redução é a regulamentação da aviação regional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Nós temos aqui alguns questionamentos dos nossos internautas, que eu passo a ler.

Daniel Pinto, lá do Pará: "Apoio a iniciativa de redução do ICMS de querosene dos aviões. É necessário aprovar isso por se tratar de um exemplo em que o Estado não trabalha para os cidadãos, promovendo o encarecimento das passagens e prejudicando a vida de quem quer trabalhar. No final [quem paga ou] quem ganha é o pobre."

O Bianchi, do Espírito Santo: "Jamais apoiarei tal sandice. Não reduziram nenhum centavo das tarifas com a cobrança das bagagens. [...]"

Artur Alvim Cury, de São Paulo: "Se for para beneficiar milhares de usuários e passageiros, eu apoio 100%. Agora, se for apenas para beneficiar os grandes, os megaempresários, eu sou extremamente contra!"

Participação de Karl Alvim, do Rio de Janeiro: "Sou totalmente a favor, desde que reduza o valor das passagens aéreas."

Maria de Fátima Anselmo, aqui do DF: "Gostaria de saber dos convidados se sabem qual o montante arrecadado com o ICMS."

E a Maria de Fátima também diz o seguinte: "O Sr. Mauro afirmou que não existe conflito na política brasileira. Mas, a meu ver, existe sim, um grande conflito entre os partidos políticos, pois cada um almeja gerir as finanças da Administração Pública de forma diferente."

Então, essas são as colocações dos nossos internautas.

Eu passo a palavra novamente ao Rogério para fazer seus questionamentos, conforme o questionamento de cada Senador.

O SR. ROGÉRIO TEIXEIRA COIMBRA – Obrigado, Senador Acir.

Eu gostaria primeiro de endereçar um ponto que foi colocado, acho que principalmente pela Senadora Vanessa Grazziotin e pelo Senador Flexa Ribeiro: cobrar do Governo Federal a questão da regulamentação da Lei 13.097, que, de fato, como foi dito, desde o início de 2015 foi convertida em lei, e até o momento não saiu o decreto de regulamentação. O decreto de regulamentação foi desenvolvido. Ele está pronto e esbarrou em uma questão jurídica, porque foi necessário um ajuste em um dos artigos apenas, um ajuste marginal para que possa juridicamente ser viável a implementação do modelo que o Governo Federal apoia – é favorável, inclusive, à questão que foi incluída na lei aqui no Senado Federal, de priorização da Amazônia Legal. Então, devido a essa necessidade, foi enviado pelo Executivo um projeto de lei alterando – uma alteração pequena, mas juridicamente necessária em um dos artigos – para que pudesse ser contemplada, com um orçamento razoável, a possibilidade de se implementarem esses voos. Fico à disposição dos Senadores para esclarecer exatamente qual o ponto técnico, jurídico, que está inviabilizando a publicação do decreto de regulamentação no momento.

Focando um pouco em alguns comentários feitos sobre a questão objeto da audiência pública em si, que é o PRS em questão, acho que alguns pontos é necessário a gente ter em mente, porque há coisas em que não adianta lutar contra a própria natureza. De fato, como foi dito, e com bastante veemência – uma veemência natural aqui –, principalmente nos Estados mais distantes e nos da Região Norte a condição natural é a de haver um serviço pior do que os Estados centrais. Se a gente não fizer nada a respeito, esse é o resultado natural das coisas. Três fatores principais: a questão demográfica – há menos pessoas para viajar naquelas regiões –; a questão de renda – pessoas com renda média mais baixa –; e a questão geográfica – são rotas que geograficamente são pontas de linhas, não há uma tendência a conseguirem se constituir em *hubs*, em centros de distribuição. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

se nada for feito, a tendência é, de fato, esses Estados terem um serviço aéreo mais caro, um serviço aéreo com uma amplitude reduzida – menos voos, menos destinos, menos alternativas. Daí, a nosso ver, o acerto da medida do PRS.

É importante esclarecer o seguinte: foi dito que a questão de concentração dos voos não seria alterada porque, por exemplo, a alíquota de São Paulo, que é o Estado que tem mais voos, reduziria e isso aumentaria ainda a concentração.

É preciso ter em mente que a economia do transporte aéreo tem suas peculiaridades. A gente não pode tratar a questão como se houvesse empresas que voam em São Paulo e empresas que voam na Região Norte, ou determinados aviões de uma empresa que voam em São Paulo e determinados aviões da empresa que voam... A indústria é em rede.

Então, o que se tem hoje... E é a análise econômica que qualquer empresa vai fazer para viabilizar um voo, seja do Centro-Oeste, do Sudeste, do Sul, que chegue às regiões Norte e Nordeste: ela não vai analisar apenas o custo do combustível de aviação – e aí a incidência do ICMS é bastante significativa – em uma das pontas, porque ele vai ter de abastecer. E aí eu faço a remissão à questão do *tanking*, que foi mencionada: quanto mais longo o voo, mais inviável se torna a prática do *tanking*, não só por questões operacionais, mas, se a gente for para um extremo... A título de exemplo, num voo de longuíssima distância, um voo, por exemplo, Guarulhos-Los Angeles, o que se colocar de combustível a mais com a prática de *tanking*, queima-se 70% dele para levar ele mesmo. Então, quanto mais longa a distância, mais inviável essa prática. Naturalmente, o que as empresas vão fazer? Elas vão analisar. Se vão fazer um voo de São Paulo para Manaus, ou de São Paulo para Belém, elas vão analisar o preço do combustível nas duas pontas. Se o somatório do preço do combustível for inviável, esse voo não vai acontecer; ele não vai se viabilizar.

O que acontece, na prática, quando alguns Estados reduzem a alíquota para 7%, é que se vai reduzir um pouco o custo médio, mas só quem está contribuindo para viabilizar esse voo é esse Estado menor e mais pobre que está abrindo mão dessa alíquota. O Estado que vai estar recebendo o voo na outra ponta, e que não tem tanta necessidade dele – são os Estados que já têm maior densidade, funcionam como *hub* –, não paga essa conta. Na prática, para viabilizar esses voos, pagam a conta sozinhos os Estados que têm a maior necessidade.

Também ratificando o que foi colocado com relação à tendência de repasse dos custos, a gente tenta tratar essa questão na política regulatória do setor não como uma questão ideológica ou dogmática. Acho que para cada setor existe uma política regulatória mais adequada. Há setores em que a regulação de preços se faz necessária, dadas as características econômicas do setor. No transporte aéreo, desde 2001, 2002, no caso doméstico, não são regulamentados os preços, e isso está mais do que comprovado como um grande acerto da política regulatória do setor; em outros setores isso se faz necessário.

Para quem defende a questão de que a redução de custos não se materializa em redução no preço das passagens, há que se entender, então, por que num ambiente de liberdade tarifária, em que a agência reguladora não tabela preços, houve uma redução de 50% no preço das passagens domésticas e mais do que isso nas internacionais. Não é só uma questão de... É um círculo virtuoso que em algum momento existiu – uma redução de custo, ganhos tecnológicos, vários aspectos associados – que foi aumentando a demanda. Quanto mais gente dividindo essa conta... Esse voo tem um custo marginal por passageiro baixo. Quanto mais gente dividindo a conta, fica mais barato. Quando a gente inverte essa questão para uma redução de demanda, o contrário acontece.

Foi colocado aqui por um dos Senadores, e a tendência é: à medida que se reduz a oferta... E é o cenário que nós temos hoje, as empresas aéreas nos últimos dois anos – Eduardo, me corrija se eu estiver errado – devolveram aproximadamente 70 aeronaves.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Sessenta e quatro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ROGÉRIO TEIXEIRA COIMBRA – Sessenta e quatro aeronaves foram devolvidas. Isso é um volume muito grande, é mais ou menos o tamanho de uma Avianca e meia. Então, com essa redução de oferta, a tendência natural do mercado é, sim, haver um aumento de preço. Então, se não for feito nada para inverter essa tendência e a gente retomar o caminho de crescimento que a gente vinha tendo, a tendência é que as coisas não melhorem. Em alguns cenários, podem piorar. E corroboro o que foi colocado aqui, que os Estados mais penalizados são aqueles mais pobres, os que são mais ponta de linha, os que têm uma densidade demográfica menor, uma renda menor.

Daí, a nosso ver, o acerto da medida e a necessidade de o Senado... Obviamente, esta não é a única medida necessária, mas é uma medida bastante relevante, e não podemos subestimar a importância dela pelo fato de ela não ser a única que vai resolver todos os problemas.

Eu queria deixar uma mensagem em nome do Ministério da importância da medida e da confiança de que a aprovação dela vai trazer uma melhora bastante significativa, e todos os brasileiros vão sentir essa melhora.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Rogério.

Passo a palavra ao Dr. Eduardo Sanovicz, para fazer as suas colocações.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Muito obrigado.

Eu vou tentar sintetizar um pouco o volume de perguntas feitas aqui, para dar conta das perguntas todas colocadas pelos Srs. e Srªs Senadoras.

Primeiro, para reafirmar e para deixar aqui público mais uma vez aquilo que nós dissemos na Comissão de Assuntos Econômicos e que ficou gravado nos *Anais do Senado Federal*, repito aqui o que já foi dito neste plenário: as companhias aéreas associadas à Abear – especificamente, eu falo aqui da Avianca, da Azul, da Latam e da GOL – assumem de público um compromisso de que, aprovado este projeto, em 60 dias após a entrada em vigor dele, num período que vai de 60 a 150 dias, colocam para voar neste País, para todos os Estados brasileiros, 74 novos voos. Especificando mais no detalhe, são 74 operações, pois voos, na realidade, são 148, porque ninguém fala assim: "Eu estou voando de Rio Branco para Brasília e de Brasília para Rio Branco." Um voo é Brasília-Rio Branco, outro voo é Rio Branco-Brasília. Então, são 148. É uma retomada de aproximadamente 5% da malha, que caiu 11% na grande crise dos últimos 20 meses, que vem lá de meados de 2015. Para ser mais específico ainda, em 25 Estados, é voo a mais; em outros, é melhoria da oferta com a troca do aparelho por um aparelho maior ou a revisão do horário, que passa a ser possível, com ampliação. Alguns Estados, por exemplo, questionam muito – o Senador Telmário colocou isto agora – o horário. Esses horários só podem ser revistos se melhorar um pouquinho a malha, para poder atender melhor.

Segundo, a segunda coisa importante a se colocar aqui hoje, que diz respeito diretamente ao Amazonas, da Senadora Vanessa. Eu disse isto logo na abertura da nossa audiência, mas repito aqui para ratificar o que disse. Não associada à Abear – portanto, eu não quero aqui assumir o compromisso em nome deles –, uma das empresas cargueiras que hoje atua no cenário nacional, nesta semana que passou, me comunicou o seguinte: "Estou vendo o debate do projeto. Aprovado esse projeto, nós temos dois planos: primeiro, antecipar a vinda do avião que estávamos pensando em trazer só no final de 2018, início de 2019 para o início de 2018; segundo, abrir, quase que imediatamente após a aprovação do projeto, com a estrutura que temos, mais uma rota de cargas."

Terceiro, nós não temos representadas na Abear as pequenas empresas regionais. Elas não estão associadas, mas elas trabalham nessa rede que nós temos com o que chamamos de *feeder*, de alimentador. O diretor de uma dessas empresas também entrou em contato comigo nesta semana e falou o seguinte: "Nossa estimativa na aprovação desse projeto e na retomada da malha é criar, com as nossas operações, que são com aviões menores, que transportam entre 15 e 17 passageiros, mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

entre 20 e 24 voos; 24 voos em média". Segundo esse executivo me colocou, esses voos são centralizados em três pontos: uma das centralizações é na Amazônia, centralizada no Pará, atendendo Soure, Tefé, cidades que estão naquela região – aliás, os quatro Senadores aqui presentes são de lá; a segunda é no Nordeste, em Recife; e a terceira no Sul do País, no Rio Grande do Sul. Quarto, em relação a todos os acordos atualmente vigentes. Na proposta das empresas, o compromisso assumido é manter os acordos atuais por dois anos. Por quê? Porque isso possibilita que a transição seja feita de forma adequada. Essa é a primeira questão colocada aqui por vários Senadores.

Há outras questões colocadas.

Uma é quanto às regiões. Claro, em algumas regiões, o querosene é mais barato que em outras.

Dois: existe hoje concorrência? Na nossa opinião, sim. Nos estudos que nós temos – existe uma estatística, o nome técnico é Herfindahl Hirshmann, um gráfico de concorrência –, o Brasil é um dos dez mercados mais competitivos do Planeta em aviação. Dos aproximadamente duzentos países do mundo, o Brasil está entre os dez mais competitivos. Por quê? Para fazer um exercício simples, é só vocês pensarem: qual é a quarta companhia aérea alemã ou qual é a terceira companhia aérea francesa ou qual é a segunda companhia aérea em uma série de Estados? A maioria dos países do Planeta tem uma companhia aérea ou duas. Pouquíssimos países têm três ou quatro empresas, como é o caso, por exemplo, dos Estados Unidos, cujo mercado de aviação hoje é oito vezes o nosso. Então, o volume de competição e de concorrência no Brasil é absolutamente positivo, mais aperfeiçoadamente a partir do ano de 2002, quando, com a liberdade tarifária, acompanhamos disputas por destinos, disputas por passageiros, havendo, consequentemente, queda de preço, como demonstrei ali. E isso é não só no mercado doméstico, mas também no mercado internacional, na medida em que a demanda foi se adequando.

Infraestrutura. De fato, é um tema que nos preocupa. Por exemplo, dos 74 voos colocados aqui, 6 deles, que nós temos condições de atender com a redução do ICMS, têm problemas de infraestrutura, já apontados – os aeroportos sabem quais são, os gestores sabem quais são e sabem o que nós queremos. Por isso, esse tempo é necessário. Nós temos que chamar o avião, pedir o registro à Anac para a Anac autorizar o voo, começar o processo de venda. Também são os quatro ou cinco meses necessários para as pessoas adequarem a infraestrutura, porque são temas desde simples, como trazer e instalar o carro de bombeiro, até coisas mais complexas, mas, se não houver estrutura, alguns se complicam.

Sobre como é que se comportam preços e passageiros. Os estudos técnicos internacionais – vou poupar vocês dos detalhes para não usar mais do tempo do que devo – mostram o seguinte: quando o preço do bilhete aéreo mexe 10%, o impacto dos consumidores é 14%. Então, cada vez que a tarifa média cai até 10%, há mais 14% a bordo. Essa basicamente é a razão pela qual nós tivemos 70 milhões de novos passageiros neste País. Um exemplo interessante desse processo foi vivido aqui em Brasília. Não é verdade que o preço não cai quando se desonera. Brasília cobrava 25%. Ora, o Distrito Federal viu, na oportunidade da ampliação da sua infraestrutura, com o novo aeroporto, uma possibilidade importante de fazer redução e reduziu para 12%. Brasília cobra 12% há pouco mais de três anos.

O que aconteceu em Brasília? Duzentos e noventa novos voos semanais. Dois: a criação, na medida em que o volume de passageiros no mercado doméstico cresceu em Brasília, de um conjunto importante de voos internacionais saindo diretamente de Brasília para vários cantos do Planeta, possibilitando que os consumidores, que antigamente saíam daqui, tinham que ir lá para Guarulhos fazer conexão e depois ir para cima, possam fazer isso diretamente. Três, o que eu acho absolutamente fundamental e é bom explicar – explicar não, mas lembrar a todos –, é o seguinte: na aviação, por ser a segunda atividade mais regulamentada do Planeta – ela só é menos regulamentada do que energia atômica, por conta da segurança –, os dados todos são públicos. Qualquer dado que eu diga aqui que não seja real pode ser checado no *site* da Anac, da SAC, na internet, o tempo todo. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que aconteceu com o preço do bilhete aéreo em Brasília? Foi dito aqui que isso não altera preço. Em 2011, o preço médio do bilhete em Brasília era R$390, hoje é R$336. Nós tivemos uma redução de quase 20% do preço médio do bilhete em Brasília. Aumentou a demanda? É claro que aumentou a demanda, é óbvio. Isso impactou? Sem dúvida. Mas o que gerou aumento da demanda? Investimento de infraestrutura e uma nova política fiscal.

Eu tenho aqui uma informação também – e eu quero aqui dizer que, num debate, sem dúvida alguma, com um dos mais brilhantes e competentes em finanças públicas do País, eu tenho que ter um profundo cuidado com esses dados todos, prestei muita atenção na apresentação do Secretário Mauro e dos demais que aqui falaram – que é importante colocar: o Paraná também tem uma política de tarifas e de práticas fiscais. O Paraná tem um acordo que reduz 1,5% da tarifa de ICMS sobre querosene de aviação para cada novo destino voado. Esse acordo hoje é utilizado pela Azul, e é com base nesse acordo que ela faz o voo para Ponta Grossa. Acho que é importante compartilhar isso aqui. E não há problema nenhum nisso. Ao contrário, isso mostra que a vida é dinâmica.

Por fim, eu queria colocar duas questões. Também circulou no plenário do Senado, durante essa tramitação, que estamos gerando um impacto em São Paulo. Como não cabe mais voo em São Paulo? Ora, novamente, é possível recorrer ao *site* da Anac, ao *site* da SAC e descobrir que, se a gente ficar só entre Viracopos e Guarulhos, há hoje 700 *slots* vagos. Repito: não são 70 nem 7; são 700 *slots* vagos entre Viracopos e Guarulhos, diários. Isso significa o seguinte: é possível também gerar impacto positivo.

E, com isso, eu vou ao último tema. Eu não quero tomar o tempo todo aqui, mas é o seguinte: estamos analisando a perda que ocorre, segundo a planilha nos apresentada aqui, acentuada em dois Estados e praticamente marginal em outros. Mas vamos avaliar o retorno. O que acontece quando você amplia o número de voos? Primeiro, há um conjunto de voos que hoje não existe e que passará a existir, então a perda já não é aquela, é aquela menos o impacto positivo gerado pelos novos voos. Segundo, o que os voos trazem? Os voos trazem carga e trazem passageiros.

Ora, o que esses passageiros vão fazer? Um, eles vão comer fora de casa, vão se utilizar da gastronomia ofertada hoje no Estado e na cidade de São Paulo. Isso gera arrecadação, gera renda, gera emprego e gera toda uma cadeia de impostos. Dois, eles vão dormir fora de casa. Vão aos hotéis, vão a toda a rede de hospedagem formal ou informal existente no Estado e no Município. E novamente toda essa cadeia produtiva gera renda e empregos. Três, eles vão fazer compras nesses lugares. E novamente vão gerar renda, vão gerar emprego, vão gerar impacto positivo. Eles vão visitar, eles vão ao cinema, vão ao teatro, vão se utilizar da excelente oferta cultural colocada naquele destino e novamente vão comprar bilhete, vão comprar uma série de coisas.

Com base em que eu estou dizendo isso? Nós tivemos o cuidado, para ser corretos nesse processo do ponto de vista profissional, de trazer para o País um estudo realizado pela IATA; encomendado – perdão – pela IATA, pela entidade mundial da aviação, à Escola de Oxford. Eu creio que, do ponto de vista da tradição da escola em Economia, é praticamente inquestionável. E a Oxford mostra como você calcula e que parâmetros você usa para calcular o impacto da aviação em cada uma das localidades em que ela atua, sejam Municípios, Regiões ou Estados. E esse estudo é utilizado em todo o Planeta.

Ora, nós fizemos a tropicalização desse estudo. Encomendamos a um escritório, a um birô de Economia bastante competente neste País, dirigido pelo ex-Presidente do Cade – fugiu-me o nome dele agora –, Prof. Gesner Oliveira, que fez esse estudo; marcamos uma audiência com o Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo e apresentamos a ele esse estudo, mostrando a ele que, nas contas feitas de acordo com aquela lógica aceita em todo o Planeta – repito, em todo o Planeta –, as contas em São Paulo dão uma perda? Sim, dão uma perda, é verdade. Só que essa perda é de pouco menos de 300 mil – acho que foram 297 colocados ali; é mais ou menos aquilo mesmo que essa perda coloca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

–, e a reposição é de 207, de acordo com esse estudo, que obviamente pode ser questionado, discutido. Longe de nós entender que tudo são verdades absolutas. Mas estamos falando aqui, vamos combinar, de R$80 milhões, que, segundo cálculos mais ou menos aproximados, são iguais a 0,02 do que estamos discutindo de montante.

Portanto, é por isso que trazemos esse debate ao Senado da República. Essa proposta pode ser vitoriosa e pode não ser. Ela será votada na soberania do Plenário. Mas o que disse o Senador Bezerra aqui na sua frase, no seu discurso inicial é importante entender. Nos anos 80, quem fez essa tabela não fez por maldade ou por falta de competência. Pessoas muito sérias cuidam das finanças públicas neste País, profissionais da melhor qualidade – um dos mais importantes está aqui nesta Mesa hoje, Dr. Mauro Ricardo, a quem eu presto aqui as minhas homenagens. Agora, quando isso foi construído, nos anos 80, havia uma lógica absolutamente coerente, aceitável naquele momento, que era a seguinte: quem voa neste País? Quem paga uma tarifa média próxima de R$1 mil. São os 18 ou 20 milhões de passageiros por ano que pagam isso no tempo do preço vigiado – estou falando lá de 1989 e 1990. "Ah, então, vamos cobrar 25." Se entrarmos agora, neste momento, pelo *smartphone* de qualquer um, no *site* da Secretaria da Fazenda de São Paulo, vocês vão ver que querosene de aviação está na tarifa de 25, igualado a perfume francês, arma de fogo e bola de golfe. Por quê? Não é por sacanagem, é porque era o racional na época. Fazia todo o sentido, não me cabe questionar. Passaram-se 30 anos. Passados 30 anos, está na hora de enfrentar um debate de outra qualidade. Ora, isso vai resolver o problema da aviação brasileira? Não, não vai. Isso vai mudar o câmbio? Também não vai. Mas é um projeto, o único que está hoje aqui colocado em debate, no Congresso Nacional, que tem capacidade de fazer essa roda girar no sentido correto.

Claro, isso aqui é um organismo vivo. Se houver algum tipo de problema na implementação, no cumprimento, eu vou ser chamado aqui e crucificado. Estou preparado para isso. Mas nós só assumimos esse compromisso público por quê? Porque a nossa história, a história dos últimos 15 anos, mostra que os compromissos assumidos aqui foram todos rigorosamente cumpridos. Não há nenhum deles que não tenha sido cumprido. Não há nenhum deles que não tenha sido implementado e levado até o fim.

E o nosso interesse – com isso concluo, gente... É importante entender que quem transporta os passageiros somos nós. Quem atende aos consumidores somos nós. Se nós não fizermos isso direito, nós teremos que responder por isso. Se os preços... E é verdade: os preços pararam de cair em 2015, sim, e é por isso que esse debate aqui cresceu. Quando o preço estava caindo ano a ano, ninguém estava ligando para esse assunto, porque ele passava "batido". Quando o preço parou de cair, eu comecei a ser chamado à audiência pública aqui no Senado. O Senador Jorge Viana já me encheu de porrada aqui umas três vezes, em três ou quatro audiências. E esse é o papel dele, é o papel dos Senadores.

Mas por que é que isso aconteceu? Porque a sociedade brasileira vivia, há 12, 13 anos, um processo contínuo de ver o preço caindo. "Pô, estamos chegando perto da Europa." "Pô, estamos chegando...". Chegou uma hora que parou de cair. Por que é que parou de cair? Começa-se a debater. E, aí, esses debates aconteceram e nós estamos nessa situação.

Nós estamos, obviamente, totalmente à disposição para continuar esse debate, para estar presente aqui. Eu queria agradecer demais a oportunidade, cumprimentar a todos os membros da Mesa, saudar a todas as intervenções aqui feitas. E eu creio que a intenção de todos os aqui presentes, sem nenhuma exceção, foi a de colocar os seus pontos de vista, suas posturas, para debate e reflexão do Senado da República.

Muito obrigado, Presidente.

Muito obrigado, Srªs e Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Eduardo.

Passo a palavra ao Dr. Mauro, para fazer as suas colocações.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Primeiro, eu queria agradecer as palavras de muitos Senadores a meu respeito e dizer novamente da alegria de poder estar aqui, com vocês, podendo discutir um assunto tão importante quanto esse.

Mas eu acho que o objetivo nosso, aqui, é tratar de medidas que possam aumentar o acesso da população brasileira ao sistema de transporte aéreo. Eu acho que esse é o objetivo. Integrar as comunidades isoladas à Rede Nacional de Aviação Civil é um outro objetivo. E o terceiro objetivo eu acho que é facilitar o acesso às regiões com potencial turístico. Esses três objetivos foram os objetivos incluídos aqui neste Parlamento, em especial com a relatoria do Senador Flexa Ribeiro, do Pará, em relação ao Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional. Esse é o caminho para resolver os problemas que estão sendo aqui colocados.

Não é com a redução do ICMS que nós vamos resolver a questão da geografia do Acre, de Rondônia, do Amazonas, ou a questão da densidade populacional, ou a questão da renda. Não é por intermédio do ICMS que nós vamos resolver esses problemas.

Esse projeto de lei estabeleceu a possibilidade de o Governo Federal conceder uma subvenção econômica para o atendimento desses objetivos estabelecidos. O que nós precisamos fazer é a regulamentação desse projeto de lei o mais rapidamente possível. Não é concebível que uma lei aprovada em janeiro de 2015 – nós estamos em agosto de 2017 – sequer tenha sido ainda regulamentada.

Existem recursos significativos no Fundo da Aviação Civil, algo em torno de – pelo menos existiam, em 2016, se não foram ainda utilizados – R$3,8 bilhões, que podem ser utilizados para a subvenção econômica, para atendimento dessas localidades.

Eu sou muito pessimista em achar que a redução da alíquota de ICMS a 12% fará com que as empresas estabeleçam voos para locais onde não há demanda suficiente para atender aos custos da aviação naquela localidade. É muito difícil isso acontecer. Aliás, eu não acredito que isso, de fato, vá acontecer.

Caso esse projeto seja aprovado na forma como ele está hoje submetido a esta Casa, na realidade vai-se reduzir a alíquota interestadual. Vai haver, aí sim, o Robin Hood às avessas, em que se vão perder recursos da educação, da saúde, de diversas outras áreas importantes para atendimento à população carente. E essa redução das alíquotas, na forma como está colocada hoje, no projeto, vai ser consumida por quem? Pelas refinarias, pelas distribuidoras e pelas empresas de transporte aéreo, com, talvez, um percentual muito pequeno de repasse aos preços. Por quê? Porque essa redução não tem qualquer condicionante. É uma redução incondicional. Não reduz aqui a 12%, e acredito no ofício, aqui, que a Associação está encaminhando a esta Comissão, de que vão cumprir esse compromisso. Não é assim que se fazem acordos.

Temos aqui dois especialistas em acordos: Cade e Anac. Se acordos tiverem que ser feitos, nesse sentido, que sejam feitos com o Cade e com a Anac e que esse benefício eventualmente só seja concedido após o cumprimento desse acordo, e não em relação à proposta que está aqui apresentada: em quatro, cinco meses, depois de você me reduzir a alíquota em um terço do que ela efetivamente é, ou seja, cobrando apenas dois terços da alíquota, no caso de quem cobra 18% – quem cobra 25% é muito mais do que isso –, para que, em quatro, cinco meses, eu me capitalize, para poder, a partir daí, fazer o acréscimo de alguma quantidade de voos em relação a uma determinada base, que também não sabemos qual é.

E eu vou aumentar 74 voos em relação a quê? Em relação à base de 2015, como a Senadora Vanessa Grazziotin colocou? Ou vou estabelecer 74 voos a mais em relação ao que ocorre hoje?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quais aeroportos serão atendidos? Será que serão os aeroportos que interessam ao Estado do Paraná, será que serão os aeroportos que interessam ao Estado de Roraima, Amazonas, ou os aeroportos que eles também vão escolher, para poder atender?

Então, eu acho que a solução para essa questão não está na redução da alíquota de ICMS, e sim na regulamentação do Programa de Desenvolvimento da Aviação Civil. Há recursos, o projeto foi muito bem construído aqui por esta Casa, e é possível que seja regulamentado rapidamente e que, a partir daí, todos possam gozar dos benefícios da ampliação da aviação civil, em especial da aviação regional no Norte e no Nordeste do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Mauro.

Passo a palavra agora ao Dr. Alexandre Barreto de Souza, do Cade.

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA – Muito obrigado, Presidente.

Vou ser bastante sintético, Presidente, nas respostas e vou aproveitar para dividi-las com o Dr. Juliano, da Anac. Inclusive, há algo que eu deveria ter dito ao início e me penitencio por não ter feito: quero informar a esta Comissão que o Cade e a Anac trabalham em bastante consonância, assim como o Cade trabalha com diversas outras agências reguladoras. Como há um corte horizontal na economia, existe a demanda por essa aproximação com as diversas agências. E é um trabalho que temos feito com bastante coordenação em consonância com a Anac no que diz respeito a transporte aéreo.

Sr. Presidente, respondo diretamente à pergunta que o Senador Telmário fez sobre como garantir redução de preços. V. Exª mencionou *share* de mercados: 74% para as duas maiores empresas, 90% para as quatro...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. *Fora do microfone*.) – Mencionei 99%.

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA – Isso, 99%. É porque os dados que eu tenho são de 70% para as duas e de 99%, quase 100%, para as quatro.

Senador Telmário, respondendo diretamente: como garantir que haverá redução de preços? Não há como garantir – não há como garanti! Os preços são livres, ditados pelo mercado. Como o Dr. Juliano mencionou mais cedo, realmente se trata de uma demanda bastante elástica, há uma resposta a preço, mas, por outro lado, há que se ponderar também que, pela cadeia, com poucos agentes, há uma tendência de retenção de parte de custos que são reduzidos, e parte dessa redução de custos é repassada para o consumidor final. Mas, sendo bastante objetivo, Senador, não há como garantir redução de preço. O que o Cade pode e faz – e sempre irá fazer – é estar atento para qualquer movimentação de mercado no sentido de movimento coordenado de preço por parte de companhias aéreas ou de divisão de mercado, por exemplo, o que caracterizaria um crime contra a ordem econômica e demandaria uma ação imediata do Cade na fiscalização desse movimento, Senador.

Antes de passar a palavra para o Dr. Juliano, eu até faria uma outra pergunta que vai na linha do que o Dr. Mauro também colocou, Senador Telmário, e do que V. Exª perguntou: como garantir redução de preço? Eu digo que não há como garantir. E como garantir essa questão dos aumentos dos voos prometidos? É uma questão que foge da autoridade antitruste; acho que tem mais a ver com autoridade regulatória do setor de aviação civil.

Nesse ponto, Sr. Presidente, eu encerro a minha breve participação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Alexandre.

Passo a palavra ao Dr. Juliano Noman, da Anac.

O SR. JULIANO NOMAN – Obrigado, Senador. Vou ser breve também.

Primeiro, quero reforçar as palavras que o Alexandre disse. A Anac, até por conta da lei de criação da agência... Diferentemente das primeiras agências – a Anatel, acho, é um caso bem clássico – , os papéis do Cade e da Anac são muito bem definidos na nossa lei, e eles exigem, de fato, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

interação constante para que nós possamos ter efetividade nesse monitoramento do mercado e das boas práticas concorrenciais.

E assim fazemos: temos diversas interações com o Cade. E até por conta delas – a Anac, lá atrás, não tinha essa prática – já há alguns anos (uns oito ou nove anos) estamos fazendo isso. Todo *code-share*, como o Dr. Alexandre até comentou, hoje nós analisamos sob o ponto de vista regulatório e passamos ao Cade para fazer uma análise concorrencial. Nós temos, na questão do QAV – porque são poucos *players* nos aeroportos –, de fato, uma concentração de mercado muito grande. E passamos uma série de informações ao Cade também, estamos trabalhando junto com o Cade na análise desse mercado. Enfim, só para reforçar, que, de fato, agimos com total sinergia e de forma complementar um com o outro.

Para tentar ser bem objetivo nas perguntas, vou fazer – antes de responder ao Senador Telmário, que me fez perguntas objetivas – dois esclarecimentos até, porque foram falas aqui de alguns Senadores, sobre a questão da bagagem e sobre a questão da regulamentação para a aviação regional, pois foi aprovada uma lei que permitia flexibilizar algumas normas da aviação especificamente para a Amazônia Legal, considerando as especificidades da região.

Primeiro, quanto à bagagem. Sob o ponto de vista da Anac, nós acreditamos, de fato, que a desregulamentação da bagagem melhora o serviço. E eu queria fazer aqui uma ponderação: é claro que o passageiro... A discussão ficou muito centrada em se iria reduzir preço – e nós acreditamos, de fato, que vai reduzir preço –, mas quero só fazer uma ponderação de que, sob o nosso ponto de vista, esse não é o único jeito de se olhar a questão. Acho que, de fato, existem grandes ganhos para os consumidores e grandes ganhos de competição, concorrenciais, da medida. Por exemplo, a medida permite que as empresas possam fazer cada vez mais diferenciação de preço de serviço, e isso é uma boa prática concorrencial. Quanto mais a gente puder deixar os modelos diferentes de negócio mais elas vão poder competir. Acho, sim, como já disse – vou reforçar –, que teremos impacto no preço.

Agora, o que aconteceu com a medida é que ela deveria ter entrado em vigor em março, mas acabou ficando, por liminar, suspensa por muito meses. Ela está há pouco tempo, de fato, em vigor. E, se não me engano, nos primeiros 15 dias em que ela estava em vigor, as próprias empresas tomaram cuidado na implementação, porque, como era um efeito liminar, uma vez que a liminar seja suspensa, nunca se saberia se ia haver outra liminar ou não. E aí, nos primeiros 15 dias, alguém já foi lá e fez as análises de preço baseadas no preço do dia, no preço da hora, e disseram: "Não houve redução de preço." Acho que não é assim que nós monitoramos o mercado e não é assim que vamos, de fato, conseguir ver se essa prática regulatória que estamos tentando implementar, que é uma mudança no modelo de negócio, sim, vai gerar os efeitos que esperamos ou não.

Agora, estamos, de fato, vigilantes e estamos ... Até porque não há de fato garantia de que as coisas não serão repassadas – seja o ICMS, seja essa norma de bagagem – ou se serão repassadas para o preço. Em que pese a gente acreditar – temos convicção de que, de fato, serão –, estamos vigilantes, monitorando, da forma como até já expliquei aqui na Casa, os preços. E aí, se for o caso, sim, revisaremos a política.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Dr. Juliano, só para fazer um aparte, se me permite. Deixe-me falar.

O SR. JULIANO NOMAN – Claro.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Essa questão da bagagem, principalmente a bagagem de mão: eu acho que ela – e isso também serve ao Dr. Eduardo, ao Dr. Rogério, Dr. Alexandre e a todos que fazem parte desta audiência – precisa ser melhor regulamentada.

Deixe-me falar: hoje você entra numa aeronave e tem uma dificuldade enorme, pois as pessoas estão levando inúmeras bagagens de mão – perdeu-se a objetividade. Levam-se duas, três malas. Não há nem como colocar, às vezes, no bagageiro. Está havendo uma dificuldade enorme. E ainda estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

colocando bagagens embaixo dos assentos, dos bancos e tal. Então, eu acho que isso aí também é uma coisa que deve ser melhor disciplinada, para que se possa levar aquilo que é necessário, dentro daquele peso que é permitido. E é realmente importante que se acompanhe a pessoa, mas estão levando... Está um absurdo. Acho que, na tentativa de sair mais rápido, na tentativa de haver mais rapidez no desembarque, estão levando as malas todas.

Eu sinto isso muito: quando eu vou viajar, por exemplo, se eu não entrar logo, depois eu não coloco a minha bagagem. Eu me sento em um canto e a minha bagagem fica em outro, totalmente deslocada.

Eu queria fazer essa observação.

O SR. ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA – Obrigado, Senador.

Falo um pouquinho agora da aviação regional.

Como eu disse, existe uma previsão legal até para flexibilizar algumas normas especificamente para a Amazônia Legal. A Anac está fazendo um trabalho muito grande em cima disso. É um assunto extremamente delicado. Para a gente, qualquer norma que seja diretamente relacionada à segurança de voo é muito cara; para a gente é um valor muito grande.

A aviação civil, no mundo, é um dos transportes mais seguros e, no Brasil, especificamente, ela é um dos transportes mais seguros de todas as aviações do mundo. Então, isso para a gente é um valor muito caro e que sempre perseguimos.

Dito isso, depois de alguns anos de muito estudo, a Anac tem, sim, pelo menos duas propostas objetivas a fazer nesse sentido: uma com relação à regulamentação do caminhão de bombeiro, como é popularmente conhecido, que são as sessões de combate a incêndio; e a outra, especificamente, sobre a exploração comercial de aeronaves até dezenove lugares.

Estamos estudando para fazer uma mexida grande nesse setor, que será, mais uma vez, no sentido de maximizar a eficiência, racionalizar o uso do transporte aéreo e aí, de fato, a gente conseguir caminhar para aqueles 300 milhões de passageiros, que, como eu disse aos senhores, deveria ser o tamanho da nossa aviação. E é isso que perseguimos todos os dias.

Feitos esses comentários, passo aqui especificamente às perguntas.

O Senador Telmário perguntou como a Anac faz, se existe alguma prática que a Anac regulamenta para colocar limite no *tankering* das aeronaves, coisas desse tipo.

Especificamente sobre o *tankering*, não. Mas o que a Anac tem é uma regulamentação de segurança especificamente. Ela é muito rígida, muito rigorosa e muito importante. Tanto as empresas são muito rigorosas no cumprimento dela como a Agência também, nas suas fiscalizações. Nós sabemos que, para cada operação aérea, há uma conta muito séria, muito importante, muito cuidadosa feita em torno do peso máximo de decolagem de cada aeronave, que se reflete – pois o peso máximo do avião não é só combustível – na capacidade de fazer *tankering*, a depender de cada operação.

Então, especificamente sobre o *tankering*, não, mas isso acaba tendo reflexo no *tankering*. Para nós, de fato, o importante, do ponto de vista da segurança, é a gente garantir que todas as aeronaves que estejam ali, na cabeceira, para decolar estejam dentro dos padrões de segurança, dentro dos limites aceitáveis para cada tipo de operação.

O senhor me perguntou se o ICMS é só para os voos e não para os outros setores.

Como falei no começo, como essa é uma matéria que tem um condão muito tributário, que envolve orçamento – é até difícil para a Anac falar disso, para não desrespeitar as competências de nenhum órgão e não ultrapassar as suas próprias competências –, o que a gente tem feito para colaborar com a Casa, em todos os debates, é tentar mostrar quais são e quais serão, do nosso ponto de vista, os possíveis impactos de uma eventual aprovação dessa norma e quais seriam os reflexos disso no setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aí já falei, na minha fase inicial, que eu acredito fortemente no repasse da redução de custo para o preço. Acredito fortemente que o efeito de rede do mercado – e aí não é opinião, não é ilação, não é o meu pensamento, é característica do setor produtivo –, que a característica de rede do transporte vai irradiar todos os ganhos de custo para o País inteiro, independentemente de em qual praça aquele avião está, o que, no fim do dia, reverte-se em mais operações viáveis em todos os destinos, em todos os lugares do País. Então, acredito fortemente nos efeitos positivos, se o Senado assim entender que deva fazer a mudança na norma.

Deixe-me ver se faltou alguma coisa.

Acho que as perguntas foram isso. Se faltou, por favor, eu estou aqui ainda, à disposição. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Juliano, pelas suas palavras.

Agradeço mais uma vez a presença do Dr. Rogério Teixeira Coimbra; do Dr. Mauro, que veio de Curitiba exclusivamente para esta audiência pública; do Dr. Juliano Noman; do Eduardo Sanovicz – Ji-Paraná, dia 1º de outubro, estamos aguardando lá o novo horário do voo e da empresa; do Dr. Alexandre Barreto de Souza.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem.

O Senador Jorge Viana pede a palavra? (*Pausa.*)

Por favor.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Sem revisão do orador.) – Muito rapidamente, Presidente, é mais para cumprimentá-lo por ter nos propiciado esses esclarecimentos finais de que o Senado tanto precisava. Ao Relator aqui na Comissão, o colega Senador Telmário, eu queria dar aqui uma sugestão, para que pudéssemos, na volta dessa proposta para o Plenário, também sair com algo que seja um aproveitamento desse debate. É uma sugestão que faço ao colega Relator e a V. Exª. Nós precisamos tomar essa decisão, como já disse aqui Fernando Bezerra, que tem, acho que hoje, uma ampla maioria, mas nós queremos que ela seja implementada para valer, a sociedade tem que ser respeitada, e também não deixemos margem para questionamentos, inclusive do ponto de vista jurídico.

Tenho uma dúvida sobre anualidade, por se tratar de alíquota de cobrança de imposto – não vou reabrir a discussão. A entrada em vigor dessa medida poderia ficar, por exemplo, para ter uma adaptação, que eu sei que é necessária, se o Relator, o Senador Telmário, incorporar, a partir de janeiro do ano que vem, por exemplo, isso já tira um contencioso que pode vir.

Eu não tenho dúvida de que nós também podíamos cobrar, até seria uma maneira que as companhias começassem a implementar, aumentando, trazendo aviões, aumentando voos aí já no final do ano, mesmo antes da entrada em vigor, porque nós vamos ter uma alta temporada chegando.

De qualquer maneira, eu queria só, basicamente, pedir que, quando da implementação dessa medida, mesmo sem estar trabalhando com controle de preço, que nós tivéssemos a Anac – pode fazer isso a Anac, a própria Secretaria Nacional de Aviação – passando o relatório para essa Comissão, de que V. Exª faz parte da Mesa, aqui, como Vice-Presidente, de um monitoramento que desse transparência do número de voos, aumento de voos e decolagens no País. Com isso, nós estaríamos dando uma satisfação para a opinião pública e para os Senadores.

Então, não é um controle; é transparência do que está ocorrendo: quantos voos a mais? A partir de que dia? E eu não tenho dúvidas de que, se nós temos uma maior oferta de voos, a tendência, mesmo o mercado brasileiro sendo limitado, é de redução do preço, que vem como consequência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agora, tivemos uma brutal redução do número de aeronaves, de voos, e obviamente tivemos o aumento de preço.

Então, isso seriam duas sugestões: a data de entrada em vigor da resolução, do projeto de lei do Senado – e eu, como Relator no plenário, acataria, caso saia da Comissão, mas acho que seria –; e também, como resultado dest

a audiência, nós temos aqui um mecanismo, o compromisso da Anac e o compromisso da Secretaria Nacional de Aviação Civil e da Abear de informar mensalmente a esta Comissão – mensalmente – como é que estamos vivendo com um comportamento do número de decolagem e aterragem, número de voos, Estado por Estado no Brasil.

Eu acho que isso seria um bom aproveitamento desta audiência de hoje, para darmos satisfação à opinião pública e transparência no trato dessa matéria, que é tão importante para o Brasil.

Eu, mais uma vez, agradeço a todos os convidados, especialmente ao Dr. Mauro Ricardo, que é um querido e bom amigo de muito tempo. Sorte dos governos que contaram com ele trabalhando. Viu-se a rigidez com que ele defende os interesses. Mas, no nosso caso, nós temos que pensar um pouco mais a amplitude do Brasil e todos do Cade, da Anac, da Secretaria, e, óbvio, o Eduardo Sanovicz, que tem se dedicado e tem vindo aqui, sempre de maneira muito cortês, trazendo números, dados, informações e nos ajudando na condução desse problema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Eu acrescentaria mais um item ainda, Senador Jorge Viana, Senador Telmário: uma penalidade se não for cumprido aquilo que nós...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Mas já colocaram no projeto, para que não tenhamos que fazer nova votação para retirar; colocar, achar um mecanismo, pedir para os nossos consultores... Achar um mecanismo para que seja automático...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Retorna ao que era. O percentual.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Ao não cumprimento, retorna ao que era, ao que temos hoje. E também um estudo dos consultores sobre se há a possibilidade de nós colocarmos outros setores também nesse projeto. É um desafio importante para que a gente possa avançar.

Nada mais tendo a declarar...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não. Desculpe.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, e após, quero lembrar que eu solicitei de V. Exª que eu encaminhei um requerimento à Mesa. Se pudéssemos ler, e se for possível a votação ainda hoje, vejo que...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Eu pedi à Consultoria. Nós temos uma audiência pública e não deliberativa. Já vamos ter uma reposta...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, mas aí é só fechar aquela e abrir outra imediatamente. Não pode? Para ler, só para ler.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Primeiro, vou passar a palavra aqui ao Telmário. E já nós vamos entrar nessa discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Presidente, eu quero mais uma vez parabenizá-lo. V. Exª tem se preocupado muito com esse assunto, tem se aprofundado no interesse de trazer a solução e, naturalmente, fez uma Mesa preparada, que trouxe riqueza de informações, que realmente vão somar bastante.

E as sugestões do Senador Jorge são aplausíveis, naturalmente vamos nos debruçar sobre elas. Estudar com todo o cuidado, todo o zelo para que a gente não tenha nenhum contratempo. E eu tenho certeza de que daqui, como defendeu com muita maestria, com muito vigor, com muita vontade de não mudar, o Dr. Mauro, mas ele vai sair daqui convencido de que ele está fazendo o melhor para o Brasil. E nós vamos sair daqui sem nenhuma dúvida também convencidos de que colhemos as melhores informações.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que as sugestões do Senador Jorge são aplausíveis e que nós vamos nos debruçar sobre isso. Então, eu quero aqui parabenizar a todos e desejar-lhes um bom retorno, principalmente ao Dr. Mauro, que vai realmente muito feliz, porque ele vai ganhar muito mais. Nós vamos ter mais turistas no Paraná, e eu vou lá visitar as boas políticas públicas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Telmário.

Antes de encerrarmos, proponho a dispensa de leitura e aprovação da ata da presente reunião. As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Vamos encerrar e reabrir novamente a sessão extraordinária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e hum minuto do dia vinte e nove de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Jorge Viana, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Roberto Muniz, Vanessa Grazziotin, Fernando Bezerra Coelho, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, Pedro Chaves e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer, Raimundo Lira, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha, Ricardo Ferraço, Otto Alencar e Wilder Morais. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados. " **Autoria:** Senador Antonio Carlos Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da emenda nº 1, apresentada pelo Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV, para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, de 2016 - Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de detalhamento do consumo médio em comparação ao consumo individual para incentivar comportamentos de eficiência energética, na forma que especifica." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer (*Ad hoc*), substituiu Sen. Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - MENSAGEM (SF) Nº 44, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor JOSÉ CESÁRIO CECCHI para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do artigo 383 do RISF. **ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

DE INFRAESTRUTURA Nº 41 de 2017 que: "Requer seja convidado o Ministro de Estado de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca do recente anúncio de privatização da Eletrobrás." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin e outros. **Resultado:** Aditado, para que a audiência seja conjunta com a CAE, subscrito pelos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana e Hélio José, e aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 42 de 2017** que: "Requerimento de audiência publica para instruir o PRS 55, de 2015, que fixa alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com querosene de aviação." **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Resultado:** Retirado pelo autor. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 44 de 2017** que: "Requer, nos termos do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno, e em aditamento ao Requerimento nº 37, de 2017, já aprovado na Comissão, incluir no rol de convidados para a audiência pública requerida para discutir o prazo das concessões rodoviárias e portuárias no País, um representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e um representante da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP)." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os senhores Senadores Flexa Ribeiro, Roberto Muniz, Jorge Viana, Fernando Bezerra, Ronaldo Caiado, Wellington Fagundes, Valdir Raupp, Pedro Chaves e Hélio José. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz

Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Comunicados. Documentos recebidos pela Comissão.

A Presidência comunica o recebimento da carta da Assessoria de Relações Institucionais da Universidade Católica de Brasília referente ao convite para prestigiar o evento "Inteligência Política Aplicada às Relações Governamentais", no Campus I da Universidade Católica, dia 2 de outubro de 2017 (segunda-feira), das 8h30 às 18h.

Cópia do documento encontra-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Aviso do Tribunal de Contas da União.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 653, com cópia do Acórdão nº 1598/2017, do Tribunal de Contas da União, que trata de desestatização. Acompanhamento do primeiro estágio do Leilão Aneel 1/2017, referente à licitação para a outorga de quatro usinas hidrelétricas em operação no País, nos termos do art. 8º da Lei 12.783/2013, com a redação dada pela Lei 13.203/2015 e conforme delegação de competência efetuada mediante a Portaria MME nº 133/2017, alterada pela Portaria MME 191/2017.

Cópias do documento encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Aviso do Tribunal de Contas da União.

A Presidência comunica o recebimento do aviso nº 650, do Tribunal de Contas da União, que trata de relatório de autoria constante do Fiscobras 2016, em que se examinam as medidas adotadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para saneamento das irregularidades classificadas como irregularidade grave com paralisação de empreendimentos (IGP), relatadas pelo ministro Walton Alencar Rodrigues, na sessão ordinária de 09/08/2017.

Cópias dos documentos encontram-se à disposição das Srªs e Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

A Presidência comunica o recebimento da Carta nº 009/2017 da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), referente ao convite para participação no painel "A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

responsabilidade do Congresso Nacional perante o setor de concessões de rodovias", no 10º Congresso Brasileiro de Rodovias e Concessões e da 10ª Exposição Internacional de Produtos para Rodovias, que acontecerá no dia 13 de setembro de 2017, às 10h30, em Brasília, no Centro Internacional de Convenções do Brasil.

Cópia do documento encontra-se à disposição das Srªs e Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Antes de entrar na nossa pauta, quero comunicar também sobre a concessão ou à terceirização e duplicação da BR-364, entre Comodoro e Porto Velho. O Governo Federal anunciou oficialmente, na última quarta-feira, dia 23, que vai leiloar e privatizar ou terceirizar o trecho da BR-364 entre Porto Velho e Comodoro, no Mato Grosso. O leilão será realizado no primeiro semestre de 2018, e a concessão desse trecho de 880km de rodovia para o setor privado deve ocorrer na sequência.

Há um atraso aqui, pois nós fizemos uma audiência pública em Porto Velho, em que estavam presentes representantes da ANTT, da EPL e do Ministério dos Transportes e assumiu-se o compromisso de finalizar todo esse processo ainda em 2017, para que o possível contrato seja assinado ainda nos primeiros meses de 2018 e que, na próxima janela de verão na Amazônia, já pudéssemos ver os trabalhos executados, mas temos alguns fatos a cumprir.

Nós já realizamos algumas audiências públicas em Rondônia, Porto Velho e Vilhena para discutir o modelo de concessão e a duplicação desse BR. A nossa principal cobrança é que a duplicação dos pontos mais críticos da rodovia seja executada logo na concessão. Não dá para imaginar, Senador Flexa, que possa haver cobrança de pedágio antes de a obra ser executada. Não é possível! Nós entendemos e já colocamos várias vezes para o Governo que a duplicação tem de acontecer para, depois, iniciar a cobrança de pedágio.

Sabemos que a duplicação será feita por etapas, a partir de gatilhos que levam em conta o fluxo de veículos, pontos críticos e as condições da rodovia, mas ainda não temos o documento oficial com o cronograma da duplicação e de que tipo de concessão será feita.

O Governo Federal, o Ministério dos Transportes, ainda fará alguns ajustes no projeto para submetê-lo ao Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e então enviar ao leilão. Além disso, o projeto será avaliado pelo Tribunal de Contas da União e – o que é mais importante – passará por audiências públicas que serão realizadas em várias cidades do Estado, provavelmente Porto Velho, Ariquemes, Vilhena, Ji-Paraná e Cacoal para ouvir a sociedade. Primeiramente, vai-se apresentar à sociedade qual é o projeto do Governo e ouvir a opinião da sociedade em relação a esse custo-benefício, se vale a pena pagar o pedágio por aquele benefício que vai ser dado à população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Depois dessas audiências públicas é que se encerrará o processo e, aí, sim, vai-se ao leilão, mas não antes sem ouvir a população do Estado, a população que tem um contato direto, vai ser beneficiada e vai pagar pelo pedágio.

É importante esse alerta. Quando forem marcadas essas audiências pública, nós nos comprometemos a avisar toda sociedade, principalmente a sociedade organizada, a CDL, associação comercial, associação rural e os sindicatos para que possam participar dessas audiências públicas e dar suas opiniões com relação ao modelo e à importância da duplicação, do pedágio e da terceirização. O tema privatização é diferente da terceirização Senador Flexa, porque privatização é quando se vende a rodovia e, nesses casos, não há uma venda da ferrovia, há uma terceirização para que uma empresa, um consórcio, várias empresas possam executar um serviço e cobrar um pedágio. Então, é uma concessão, é uma terceirização. Talvez o termo correto fosse concessão pela execução do serviço e pela cobrança do pedágio. Essa manutenção toda será executada por empresas privadas e a cobrança do pedágio também.

A proposta que vai ao leilão ainda não está fechada. Portanto, mais uma vez, reforço minha posição à população de Rondônia de que não vamos permitir cobrança do pedágio sem o início das obras de duplicação. Não somente o início, mas uma grande parte já executada e à disposição da população. Também compõe esse projeto o Contorno Norte de Porto Velho, que tira todo o trânsito de caminhões do centro da cidade e desvia para o Contorno Norte e o Anel Viário de Cacoal, pois o Anel Viário de Ji-Paraná está praticamente pronto, será concluído neste ano pelo Governo do Estado. É uma obra federal, mas quem está executando é o Governo do Estado com recursos do Estado.

Em Cacoal não há nem o projeto. Será feito o projeto e também a execução desta obra, que é importante: tirar o movimento do centro da cidade de Cacoal, como está sendo feito em Ji-Paraná. Vai ser feito em Porto Velho o Contorno Norte e também será feito em Cacoal, que é uma cidade importante do nosso Estado e que também precisa desse anel viário.

Os estudos preliminares indicavam que, nos primeiros cinco anos, a concessionária escolhida, após a licitação, deveria duplicar 30% do trecho da rodovia sob concessão, o que daria 240 quilômetros nos primeiros cinco anos, em uma média de 48 quilômetros duplicados por ano. Creio que podemos melhorar esse percentual, concentrando nos primeiros anos a duplicação de todos os pontos críticos e de maior fluxo.

Este é o grande objetivo nosso: fazer acontecer a duplicação da BR-364. Nós sabemos que não se pode fazer a duplicação de todo o trecho de uma vez só. A duplicação acontecerá nos pontos mais críticos, exatamente entre Pimenta Bueno e Ariquemes, passando por Cacoal, Presidente Médici, Ji-Paraná, Ouro Preto e Jaru, chegando a Ariquemes. Esse é o trecho mais crítico, que precisa urgentemente dessa duplicação, para se dar mais segurança a quem transita na BR-364.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A dragagem do Rio Madeira começou com atraso, e obras podem ser comprometidas por conta das chuvas, que já começaram em Rondônia, perdendo, assim, a janela hídrica. Não há chuvas no Estado todo, mas em alguns pontos exatamente do Rio Madeira onde deveria acontecer a dragagem do Madeira. Essas chuvas acontecem mais no Estado do Amazonas, mas na Hidrovia do Madeira.

Portanto, essas eram as nossas colocações de hoje.

Senador Roberto, seja bem-vindo!

O Senador Flexa tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Acir Gurgacz, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, bom dia a todos!

Senador Acir, V. Exª, nas comunicações, demonstrou que está preocupado com a concessão da BR-364. O alerta de V. Exª faz com que todos os amigos de Rondônia fiquem atentos.

Eu sou totalmente favorável à participação da iniciativa privada nessas obras em que há um retorno comercial. O Estado não tem de ser máximo nem mínimo, tem de ser necessário, ou seja, onde a economia não responde ao investimento privado, o Estado tem de se fazer presente. Isso é muito comum na nossa região. Na nossa região, em que ainda estamos, lamentavelmente, em desenvolvimento – quer dizer, é uma região periférica –, esses projetos, às vezes, não se colocam em pé. Mas o importante é que a população participe dessas audiências públicas em que serão mostradas e discutidas todas as modelagens que vão nortear a concessão.

Então, a preocupação de V. Exª de não cobrar o pedágio dos usuários antes de que os benefícios se mostrem implantados é real.

Agora, V. Exª, com certeza, vai participar da audiência e vai levar essa preocupação em defesa do povo lá de Rondônia. E isso vale para qualquer concessão, qualquer privatização que o Governo Federal venha a fazer. Que a sociedade participe, discuta e defenda os seus interesses, que têm também de ser defendidos pela agência reguladora e fiscalizadora, no caso a ANTT. Ela tem que defender o usuário e depois fiscalizar a implantação do projeto.

Nós estamos também com uma emenda de bancada, apesar de alguns quererem atribuir a si o fato de ter chegado a tão sonhada duplicação da BR-316 ao meu Estado, saindo de Belém, o trecho entre Castanhal e Santa Maria, onde vidas humanas são perdidas permanentemente por ainda não estar duplicada a estrada, com tráfego muito intenso. Então, o edital de duplicação da BR não será concedido, até porque não há ainda, como eu disse, movimento para que se coloque o investimento que tem de ser feito em pé no projeto de concessão. Mas será feito por recursos do Tesouro, de todos nós.

Não existe esse recurso: "Não, porque eu levei a estrada tal. Eu trouxe a escola". Não existe isso! A União não fabrica dinheiro. O Estado não fabrica dinheiro. O Município também não fabrica dinheiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O dinheiro é da população. O dinheiro é público, de todos aqueles que, ao adquirirem o seu alimento, o seu vestuário, pagam um imposto embutido, que retorna para a União, para os Estados e para os Municípios, que deverão aplicá-lo em benefício, Senador Roberto Muniz, da população. Então, é demagogia dizer: "Estou levando, estou trazendo a obra tal". Não, quem está propiciando essa obra é a população.

Então, vamos festejar lá, no Pará, através de uma emenda impositiva da Bancada federal, de todos os 20 Parlamentares, a duplicação da BR-316. Em breve será aberta a licitação e contratada a empresa vencedora para iniciar essa tão sonhada obra de todos os paraenses da Região Metropolitana, estendendo até Castanhal e Santa Maria.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... só um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Eu gostaria apenas de comentar a posição do Senador Flexa.

De fato, emenda de bancada é da Bancada, não é, Senador Flexa? Todo mundo ajuda, todo mundo trabalha. Na nossa Rondônia, a BR-364, todos os Parlamentares, os três Senadores, os oito Deputados Federais, todos estão ajudando a fazer essa duplicação, com terceirização ou emenda de bancada. Discute-se também fazer uma emenda de bancada. Mas uma emenda de bancada para fazer uma duplicação desse porte demanda muito dinheiro, então é um pouco difícil. Mas o importante é que toda a Bancada ajude, assim como – V. Exª muito bem coloca – ocorre no Pará. Toda a Bancada paraense, independentemente de cores partidárias e tal, defendeu e levou dinheiro para duplicação da BR-316.

Então, meus cumprimentos pela sua posição. É assim que a gente tem que seguir para estruturar os nossos Estados.

Com prazer, ouço o Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Quero só apartear o Senador Flexa e V. Exª, Sr. Presidente, sobre algo que é muito importante e sobre o que se vai debater muito no Brasil nos próximos dias, que é a participação da iniciativa privada em setores estruturais, principalmente o setor de infraestrutura, no nosso País. Para que as pessoas entendam, há, às vezes, uma confusão entre a privatização e a concessão do serviço. Isso é algo que tem que ser revisto por nós aqui, desta Casa, para que não usemos de maneira incorreta essa terminologia. Quando se privatiza algo, passa-se o domínio desse bem à iniciativa privada. Então, muitas vezes, as pessoas, até por uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

questão que eu chamo de corrupção ideológica, que sabem desses conceitos começam a usá-los para tentar atrapalhar a melhoria do serviço. O que temos, de fato, é que o patrimônio pode ser do Estado e pode ser privado. O serviço é que é público. E, quando o serviço é público, não precisa necessariamente ser feito só pelo Estado ou pela iniciativa privada.

Lembro-me muito bem, Senador Flexa, de que, na cidade de Salvador, como em todas as capitais, havia a Companhia de Resíduos Sólidos. Eram empresas públicas que faziam a coleta de lixo. Isso era normal. Hoje em dia, na grande maioria das cidades brasileiras, inclusive em todas as capitais, é feito o serviço através de empresa privada, mas o serviço continua público. Essa tentativa de não esclarecer esse tipo de coisa...

Os ônibus que estão nas ruas, nas cidades, mas capitais, nas grandes cidades, que fazem o sistema de transporte urbano, fazem um serviço público, mas o domínio do bem, o bem dominial é da empresa privada. Agora, o serviço é público! Então, quando dizemos "Vamos privatizar uma rodovia", não é que essa rodovia vai ser levada pela empresa para casa; vai haver um processo em que há uma concessão, esse serviço é feito e, logo depois de o contrato finalizar, ele retorna à gestão pública. E, aí, a sociedade pode retomar esse contrato ou não.

Quero esclarecer isso porque todas as vezes, Senador Fernando Bezerra, fica uma dificuldade. O que precisamos é de fortalecer a nossa capacidade de regulação neste País. Precisamos ampliar a nossa capacidade de fiscalização.

Tenho, na minha história, visto que existem empresas públicas muito competentes e empresas públicas que não são competentes; empresas privadas que são competentes e empresas privadas que não são competentes. Então, em vez de ficar nessa disputa, o que precisamos saber? Naquele instante, o que é melhor para a população?

Não adianta você ter o direito que eu chamo "direito no papel". Assim, você faz uma lei e diz: "Todos têm direito a estradas de qualidade". Se essa estrada não está lá, é porque alguém não a fez. Se não a fez, é porque não há orçamento ou porque usou-se o orçamento para outra coisa. E, aí, como fica a população? Sem estradas? Sem hospitais? Sem aeroportos? Sem portos?

Então, vamos tratar disso de uma forma qualificada para que possamos usar o que de melhor a iniciativa privada pode ofertar e o que de melhor o Estado pode ofertar. O que não podemos – e este é só um alerta – é desmontar algumas empresas do Estado, porque, muitas vezes, quando você desmonta a empresa do Estado, você fica sem o *back-up* em momentos de dificuldade do próprio mercado. Exemplo: nós estamos discutindo a questão da privatização dos aeroportos, mas precisamos discutir alguns aeroportos que dão sustentação à Infraero. Não podemos, simplesmente, desmontar a Infraero.

A questão da Eletrobras, por exemplo, nós precisamos discutir. Não precisamos pensar a Eletrobras *stricto sensu* – e sei que alguns Senadores são a favor da participação privada na Eletrobras –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

precisamos entender, dentro do sistema de fornecimento e geração de energia, o que a retirada da Eletrobras pode causar para o sistema no Brasil.

Então, eu acho que esse é um bom debate que a Comissão de Infraestrutura deve continuar a fazer.

Quero parabenizá-lo por ter levantado essa questão da importância das audiências públicas e me postar ao lado aqui do Senador Flexa, porque também entendo que precisamos sempre estar abertos para poder melhorar ainda mais a infraestrutura no nosso Brasil, e a iniciativa privada é uma possibilidade que o Estado pode usar quando tem recursos próprios para fazer os investimentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Roberto Muniz.

Ouço, com prazer, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, eu queria, como falei ainda há pouco com V. Exª, Sr. Presidente, ver se nós não poderíamos dar uma atenção... Já tivemos uma audiência pública – inclusive, eu volto a cumprimentar V. Exª pela qualidade do evento – onde compareceram pessoas para falar em nome da Secretaria de Aviação Civil, que colocaram a sua opinião, inclusive favorável, bem como representantes dos diferentes setores envolvidos com esse serviço de transporte aéreo de passageiros no Brasil. E o nosso colega, Senador Telmário, com quem eu também conversei, parece-me, já está com o seu relatório bem avançado, ou mesmo em fase de conclusão. Porém, seria ideal que nós falássemos com ele para que o apresentasse o quanto antes – inclusive foi um compromisso de V. Exª que eu endossei, como Relator da matéria no plenário, naquela sessão – para que pudéssemos levar, também o quanto antes, esse projeto de resolução para o Plenário, uma vez que ele também está sendo aperfeiçoado aqui.

Refiro-me ao projeto de resolução que trata de uma tentativa nossa de ampliar o número de voos, ter um preço justo, ter uma maior cobertura da malha aérea, especialmente no Norte e no Nordeste. Da maneira que estamos fazendo, o Brasil inteiro teria a chegada de, pelo menos, 74 novos voos.

Nós estamos aperfeiçoando para entrar em vigor, caso aprovada essa resolução, em janeiro do ano que vem, que é para não haver nenhum óbice do ponto de vista de questionamento jurídico. Mas eu faço esses comentários e obviamente vou procurar o nosso colega Telmário, que eu espero que ainda chegue, porque, quem sabe, nesta reunião, ainda poderia haver um posicionamento dele, que eu sei que tem trabalhado com dedicação no relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas eu queria, Sr. Presidente, também dizer que estou apresentando um requerimento de busca de informação. Acho que a Anac, o Procon, o Ministério Público, nós temos de ficar muito atentos a uma mudança que eu tenho identificado. Eu fiz mais uma noite de viagem, como fazemos, vindo para o trabalho, saindo perto da meia-noite, com duas horas de fuso, chego aqui de manhã e já venho direto para o trabalho, em viagens que são longas e caras.

Mas o que tenho observado e comprovado com o levantamento que fiz? Um aumento inexplicável do custo que as companhias agora cobram pelo uso de milhas. Até um ano atrás, com 10 mil, 15 mil, 20 mil milhas, dependendo do cartão, você podia fazer trechos dentro do Brasil; agora é praticamente impossível, para qualquer viagem são 40 mil milhas. Ninguém fiscaliza, ninguém defende o contribuinte, o usuário do transporte aéreo, e todos nós somos levados a uns programas. Esses programas, por declaração, são tornados públicos, as facilidades deles, como um chamamento para que se use o transporte aéreo. E nós estamos aqui na Comissão de Infraestrutura do Senado.

Eu vou apresentar requerimento, porque eu acho que nós vamos ter que também fazer uma cobrança das companhias aéreas da Anac, porque, do meu ponto de vista, a Anac tem se omitido. Ela, por exemplo, adotou um sistema de cobrança de adicional por malas, desrespeitou uma decisão do Plenário do Senado – esse projeto está dormindo lá na Câmara. A Anac, na hora de indicar os seus conselheiros, vem aqui, e eles estabelecem relações de convivência com os Senadores, com o Senado, mas, depois que assumem, desaparecem e não fazem um debate para que, com a atuação da Anac e do próprio Senado, se possa melhorar a qualidade do transporte aéreo no Brasil tanto do ponto de vista regional, que é hoje uma grande deficiência, quanto do transporte convencional.

Parece algo incrível. Nós temos de entender melhor esse sistema de milhagem. São empresas que não são companhias aéreas, que administram essas milhas, mas, no fundo, no fundo, quem está sendo lesado é o cidadão. Eles aumentaram, como se tivessem dobrado o número de milhas exigidas por voo, e ninguém fala nada.

Então, eu estou trazendo o requerimento para que possa haver, primeiro, uma ação do Procon, do Ministério Público, da própria Anac, para que se dê um esclarecimento à sociedade, ao cidadão, e, dependendo do andamento, tenhamos – quem sabe? – aqui um debate, trazendo os responsáveis, as empresas responsáveis pelos programas de milhagem, para que esclareçam por que nós tivemos um aumento tão grande no uso de milhas, agora, por trechos de voos dentro do Brasil. Já não chega o brasileiro pagar a passagem aérea mais cara do mundo? Nós temos o combustível de aviação mais caro do mundo, uma limitação, porque o nosso mercado poderia ter o dobro de passageiros. Temos uma queda no número de passageiros nos últimos meses e temos agora também uma exploração por parte dos que operam as milhagens em cima dos usuários do transporte aéreo. Especialmente aqueles que acumulam milhas para usar nas férias, com suas famílias, agora estão sendo explorados. O que dava para fazer viagem com praticamente a família inteira mal dá para uma ida e vinda de um voo doméstico no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Jorge.

Com relação a essa questão, se me permite, Senador Fernando Bezerra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone*.) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Um minutinho.

Nós fizemos uma reunião que antecedeu a nossa audiência pública com o Ministro dos Transportes, o Presidente da Anac, o Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), com a SAC e com a Azul com relação ao compromisso de Rondônia. Foi feito novamente um compromisso para que, no dia 1º de outubro, aquele compromisso firmado lá atrás fosse colocado em prática e as vendas das passagens, a partir do dia 1º de setembro, já estariam no sistema.

Ontem eu recebi um e-mail da Azul dizendo que não será possível cumprir o compromisso – ontem. Então, já me coloca em dúvida, em cheque novamente. Você faz uma reunião com um ministro de Estado, com o Presidente da Anac, com a SAC, com o Presidente da Associação, firma o compromisso e, uma semana, duas semanas depois, recebo documento da empresa dizendo que possivelmente não poderá cumprir por conta de uma ação governamental que não autorizou o IFR no Aeroporto de Ji-Paraná? É uma situação complicada.

Eu volto a colocar que nós precisamos, Senador Omar, cumprir essas ações, esses acordos. Não dá para avançarmos sem termos essa clareza, mas, enfim, é um projeto importante, lembrando, Senador Jorge Viana e demais Senadores, que o sistema aéreo não paga ICMS, não paga ISS, não paga qualquer tipo de imposto, não tem um trabalho social, não leva estudantes, não leva meia passagem, não leva o idoso, não leva o deficiente com nenhum tipo de benefício.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Policial militar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Não traz nenhum benefício social para a sociedade, e nós estamos agora reduzindo o ICMS do combustível. Só lembrando que os Municípios, principalmente, já perdem esse semestre sobre a venda do bilhete que não têm, e lembrando também que os nossos Estados – o Estado do Acre, o Estado de Rondônia e o Estado do Amazonas – já praticam um ICMS muito abaixo daquilo que está sendo proposto nesse momento, e não temos o benefício. Então, eu não sei até que ponto nós vamos ter qualquer benefício se diminuímos o ICMS que hoje está sendo cobrado acima daquilo que nós estamos falando, 12%,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

apenas em alguns Estados, embora seja o maior consumo nacional. Mas, pensando em nossos Estados, que já praticam... No Estado de Rondônia, 4% de ICMS; no Amazonas, 7%; no Acre, são 3%...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Para uma companhia aérea, 3%. O resto, normal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – No Pará, Presidente, 7%, e vai reduzir para 4%.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É de 7%, reduzindo para 4%. Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não.

Agora eu passo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu queria entrar no debate. Na realidade, eu quero apoiar aqui a solicitação do Senador Jorge Viana, no sentido de fazermos com que esta matéria possa chegar de novo ao plenário. Após os esclarecimentos, as informações que foram prestadas, acho que todos os Senadores e Senadoras estão devidamente informados para poder chegar ao seu voto e deliberarmos sobre essa importante questão.

Mas eu queria entrar no debate no sentido de dizer que é importante a redução do ICMS. Não é o fato de o Amazonas, Rondônia ou o Acre já terem alíquotas mais baixas, ou até mesmo Pernambuco, Bahia, é importante lembrar o que foi trazido aqui nas apresentações. Mais de 80% do volume de passageiros são originários do sul maravilha, do Sul e do Sudeste, e os voos nascem aí, as companhias são sediadas justamente em São Paulo, em Campinas, no Rio de Janeiro.

Então, eu acho que a proposta do Senador Jorge Viana é mais do que válida. Precisamos equiparar a indústria da aviação civil do Brasil ao que ocorre no mundo afora. Não podemos ter uma indústria aqui com a carga tributária tão excessiva. Nós já estamos avançando em outras questões. A decisão de permitir o investimento de companhias internacionais na indústria de aviação civil no Brasil vai atrair para o Brasil as empresas de baixo custo, as *low fare companies*, que operam nos grandes mercados, como Europa, Ásia, Estados Unidos, e nós poderemos reduzir ainda mais o preço das passagens.

Ao longo de uma série histórica, se pegarmos os últimos 15 anos, claramente o preço de passagem foi reduzido. É óbvio que agora, em função da retração do mercado, até para proteção da rentabilidade dessas empresas, foram retirados voos e as passagens ficaram mais caras. Isso está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ocorrendo lá em Petrolina, no Recife. Os voos de Brasília-Recife foram reduzidos. Em Petrolina, perdemos voos.

Mas eu acho que é importante que possamos, digamos assim, nos aproximar daquilo ocorre nos países mais desenvolvidos, nos países mais maduros, onde a indústria de aviação civil realmente tem uma outra *performance*.

Eu acho que o Brasil hoje atende a mais de 100 milhões de passageiros por ano. Hoje já se transporta, entre os Estados, mais por via aérea do que pela via rodoviária, e é importante, portanto, que possamos favorecer a indústria de aviação civil – não favorecer no sentido do benefício, para que possam gerar mais lucro, mas que tenham as condições de ampliar a malha aérea do País.

O que queremos é que, de fato, a aviação civil possa integrar o País. Como nós, no Nordeste, não conseguimos ter voo de Recife para Teresina, não consegue ter voos diretos, ligando as capitais do Nordeste, e as principais cidades do interior do Nordeste? Não conseguimos sair de Petrolina para vir a Brasília, sair de Petrolina para ir a Fortaleza. Petrolina só se liga a Salvador, Recife. Isso é um absurdo, isso é um absurdo! A maior pista de pouso do Nordeste está em Petrolina, que também tem um terminal de frutas para exportação para a Europa, para a Ásia.

Portanto, Sr. Presidente, estou convicto de que essa iniciativa do Senador Jorge Viana merece, sim, uma deliberação positiva pelo Senado Federal, para que possamos inaugurar um novo tempo na indústria de aviação civil do País.

Queria, em rápidas palavras, registrar aqui, na Comissão de Infraestrutura, a presença do Ministro Bruno Araújo ontem, na cidade de Caruaru, em Pernambuco, numa grande festa, a entrega do maior conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida no Estado de Pernambuco, 2.400 unidades, beneficiando quase dez mil pessoas. Reunimos mais de oito mil pessoas na solenidade. Foi realmente uma coisa muito bonita. O Ministro Bruno Araújo teve oportunidade de falar dos investimentos que vem realizando em todo o Brasil, mas queria destacar os investimentos que o Ministério das Cidades tem proporcionado ao Estado de Pernambuco. Só nos últimos dias, liberou recursos para o maior programa de saneamento da região metropolitana, num programa de parceria público-privada, com a liberação de recursos financeiros no valor de quase R$1 bilhão, que vai permitir que a região metropolitana do Recife nos próximos anos tenha maior cobertura de saneamento, e liberação de recursos para a proteção dos morros do Recife. Brevemente estará em Petrolina para um grande programa de mobilidade urbana.

Portanto, quero registrar a atuação do Ministro Bruno Araújo à frente do Ministério das Cidades e o trabalho que ele vem fazendo pelo Brasil, mas, de forma particular, o trabalho que desenvolve para o seu Estado, para o Estado de Pernambuco.

Ontem, ele teve a oportunidade de merecer o reconhecimento de todos os Ministros pernambucos, de Senadores, de Deputados Federais, de Deputados Estaduais. Mais de 50 prefeitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

estiveram presentes na solenidade. Portanto, foi uma festa bonita, de trabalho, mostrando que, apesar da crise, apesar das dificuldades, o Governo do Presidente Michel Temer tem ajudado e contribuído muito para a recuperação da economia, para a geração de empregos, sobretudo ajudando com investimentos relevantes para o desenvolvimento de Pernambuco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, Senador Fernando Bezerra.

Iniciando as nossas votações, temos o item 4.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 44, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor JOSÉ CESÁRIO CECCHI para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Passo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado para ler o seu relatório.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Como Relator.) – Obrigado.

Sr. Presidente, demais colegas da Comissão de Infraestrutura, tenho o prazer de apresentar aqui o relatório que submete o Sr. José Cesário Cecchi à aprovação do Senado Federal para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Relatório. Nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o Presidente da República submete à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. José Cesário Cecchi para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O referido dispositivo constitucional confere competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar, por voto secreto, a escolha de titulares de cargos que a lei determinar. Ainda,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

conforme as disposições contidas nos arts. 97 e 104 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) a manifestação sobre o assunto em tela.

O *curriculum vitae* do Sr. José Cesário Cecchi, anexado à Mensagem Presidencial, demonstra que sua formação acadêmica e experiência profissional são compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado, e não há nada em sua conduta que desabone o desempenho do cargo em questão.

Análise, Sr. Presidente.

O Sr. José Cesário Cecchi concluiu seu curso de graduação em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1981. Obteve, em 1986, o título de Mestre em Engenharia Nuclear pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e, em 1997, o título de Doutor em Engenharia de Produção também pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Sua experiência profissional é muito ampla e diversificada. Atuou como Coordenador Geral da Rio Ciência 92, evento paralelo à ECO 92, reunindo a comunidade científica nacional e internacional. Atuou ainda como Coordenador Adjunto do Centro de Estudos de Energia (Energe), entre 1994 a 1997.

Entre 1995 e 1998, foi Secretário Executivo da Comissão Especial da Matriz Energética do Estado do Rio de Janeiro (CEMEE) e desde 1998 trabalha na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, inicialmente como Assessor Especial de Diretor e, atualmente, como Superintendente de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural.

Paralelamente à sua atuação na ANP, tem atuado como Professor Adjunto no Departamento de Engenharia Mecânica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) desde 2000. É autor de diversas publicações, em especial na área regulação do setor de energia, e, também, participou de inúmeros seminários e congressos na área.

Voto.

Sua ampla experiência profissional, aliada à formação acadêmica e elevado conceito no campo de especialidade do cargo, estão comprovadas no *curriculum vitae* do indicado. Fica, assim, a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. José Cesário Cecchi para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com base nas disposições do art. 52, inciso III, alínea "f" da Constituição Federal, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Sr. Presidente, este é o relatório que acabo de apresentar aos nobres pares, mostrando aqui, de uma forma sucinta, lógico, um currículo extenso, a competência e o conhecimento na área de biocombustíveis e gás, que o Sr. José Cesário Cecchi acumula no decorrer de toda a sua trajetória de vida. É uma formação não só de mestrado e doutorado, mas também com área prática junto à Agência Nacional, onde iniciou há vários anos o seu trabalho. Hoje, por mérito próprio e também por sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

competência e conhecimento, chega à condição de ter apresentado à Comissão de Infraestrutura o seu nome para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

E, como tal, é o relatório que apresento para avaliação dos nobres pares da arguição que será convocada por V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem.

Lido, então, o relatório, em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva da matéria nos termos do inciso II do art. 383 do Regimento Interno.

Eu consulto os Senadores e principalmente o Relator sobre nós ouvirmos e votarmos, na semana que vem, o indicado, sendo que é véspera de um feriado. Há uma preocupação grande do Governo, principalmente, de não haver quórum para a deliberação na próxima semana.

A sugestão que me chega à Mesa é que nós possamos marcar, e marquemos, para o dia 12. Fora essa semana, na próxima terça-feira, para que a gente possa ouvir e votar o indicado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Consulto V. Exª e os demais Senadores se concordam com esta colocação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, realmente, essa condição de V. Exª, na terça-feira, por ser uma semana que antecipa o feriado de 7 de setembro, se nós obtivermos aqui um quórum poderíamos ter, talvez, uma arguição mais célere e, em todo caso, dia 12 já iria para análise em plenário, mas, se V. Exª concordar também, nós poderíamos fazer o entendimento de que dia 12 nós faríamos a arguição com o compromisso de podermos incluí-lo também, com a ação de V. Exª junto ao Presidente desta Casa, para que ela possa também ser incluída na pauta do dia no dia 12, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Encaixaria bem, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Seria interessante da nossa parte, nós concordamos e ...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ... trabalharemos para votar no dia 12 na Comissão e no plenário.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Ouço o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – O processo já está concluído?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Está concluído. Concluído com vista coletiva e faremos, então, dia 12 a votação aqui na Comissão e no plenário também, se o Presidente Eunício Oliveira concordar, evidentemente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – Nós podemos levar a ele como tendo a concordância da Comissão para ser incluído na pauta do dia 12.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Com o parecer favorável da Comissão de Infraestrutura.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, é claro que, sendo o entendimento, eu também concordo com a proposta de V. Exª, Senador Caiado.

Eu queria, até já conversei com o Senador Fernando Bezerra, ter subscrito e pedindo que possa incluir minha assinatura subscrevendo o Requerimento nº 41, de autoria da Senadora Vanessa, por entendimento tanto com o Senador Fernando quanto o que ofereço também ao plenário. Eu falei com ela. Nós estamos mudando: em vez de convocar o Ministro de Minas e Energia, estamos fazendo um convite a ele. Obviamente, a data fica a partir do entendimento de V. Exª, Presidente da Comissão, com ele, mas entendo que seja da maior importância, inclusive para o Ministro, que se possa fazer uma audiência pública para debater, discutir, fazermos os devidos esclarecimentos, nós aqui, os questionamentos sobre a proposta de privatização da Eletrobras.

Eu acho que isso é algo muito grave, muito sério. Nós estamos falando talvez da maior companhia de eletricidade do mundo, que tem em torno de 114 usinas termelétricas, tem 69 usinas eólicas, tem um conjunto de 47 hidrelétricas, tem também a distribuição de energia, e uma das prerrogativas da Comissão de Infraestrutura do Senado é trabalhar com o setor elétrico também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nesse sentido, eu gostaria, por estar subscrevendo o requerimento da Senadora Vanessa, que em boa hora apresentou e fez essa mudança de convocação para convite, eu gostaria de pedir a V. Exª que pudesse pôr na apreciação. Volto a repetir que até fiz entendimento com o Senador Fernando Bezerra, que concorda que se delibere sobre esse requerimento hoje como convite. E fica em aberto a data da vinda do Ministro aqui, a partir de um entendimento com V. Exª, o Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem.

Eu entendo também, Senador Jorge Viana, que essa audiência pública é muito importante para esclarecer toda essa questão de privatização da Eletrobras.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Só para esclarecer, Senador Fernando Bezerra e Senador Jorge Viana, nós precisamos de um quórum mínimo de 12 Senadores para fazer a votação.

Estamos aqui num debate sobre rodovias, ferrovias, a nossa questão das empresas aéreas, esperando que venham, que apareçam, que aconteça esse quórum para que possamos deliberar todos os requerimentos que aqui estão.

Concedo a palavra a V. Exª, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu quero manifestar a minha concordância com a proposta do Senador Jorge Viana, ao tempo em que faço uma sugestão a V. Exª para entrar em contato com o Presidente da CAE, porque existe também, no âmbito da CAE, uma solicitação de requerimento para a presença do Ministro de Minas e Energia para debater o mesmo tema. Sugiro, se for possível, fazer uma reunião conjunta da CAE com a Comissão de Infraestrutura. Essa é a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Faremos o contato para que possamos fazer essa audiência pública em conjunto – CI e CAE também. Faremos o contato assim que concluirmos os trabalhos nesta manhã.

Com prazer, ouço o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente Senador Acir, quero cumprimentar todos os companheiros, já que estive duas semanas fora do nosso convívio, tanto na Comissão quanto também no plenário, e justifico que isso se deu uma função de uma visita oficial que fizemos à Rússia. Essa visita foi representando o Senado da República, e, claro, também falei muito em nome da nossa Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Lá nós fomos acompanhados do grupo de produtores de Mato Grosso, da Aprosoja Mato Grosso, bem como da Aprosoja Brasil, e também da Aprosmat, que é a Associação de Produtores de Sementes do Estado de Mato Grosso. Além disso, também esteve conosco presente, chefiando inclusive a delegação dos produtores, do Movimento Pró-Logística, o Sr. Edeon Vaz, que é um executivo do Movimento Pró-Logística.

O objetivo dessa nossa presença lá foi exatamente para conhecer a logística daquele país. Claro que a maioria dos produtores, mesmo estando lá a Aprosoja nacional, era de produtores de Mato Grosso. Fomos ver exatamente a dimensão daquele país e o sistema de transporte, que é bem diferente do nosso. O nosso país optou pelo rodoviarismo, enquanto, na Rússia, 82% das cargas são trasportadas através das ferrovias, além de linhas para passageiros. Eles tiveram outros tantos problemas, como a guerra. Há metrô com 400 metros, 500 metros abaixo da superfície, porque era uma forma de se proteger da guerra.

Mas o importante, Sr. Presidente, é que conversamos muito sobre intercâmbio comercial brasileiro. Hoje a Rússia, em função dos embargos americanos, tem aumentado muito a compra de carne brasileira, tanto bovina, como aviária. E a compra de soja é bastante expressiva. Fomos, inclusive, visitar uma indústria russa, na qual 82% da soja é do Brasil, do Mato Grosso.

Além de conhecer a sua indústria na área de *commodities* agrícolas, também visitamos muitas empresas na área de produção, industrialização, e a administração das ferrovias. Diferentemente do Brasil, lá há uma empresa estatal que faz todas as linhas e a operação, mas os vagões, as locomotivas são de outras empresas. Ou seja, a empresa que faz todo o investimento não investe nos vagões; outras empresas têm essa possibilidade exatamente para diminuir o custo.

Vou fazer um relatório, pois cheguei ontem, para entregar aqui na Casa, mas quero destacar essa oportunidade de termos estado lá, convidando-os para que viessem aqui. Como o Presidente da Frente Parlamentar de Logística de Transporte e Armazenagem, queremos fazer um *workshop,* um seminário, para que eles possam apresentar as necessidades e as opções desse intercâmbio comercial, porque eles estão também trabalhando no sentido de participar da licitação da concessão da Ferrovia Norte-Sul, de um grande trecho. Essas negociações já estão bastante adiantadas, esses estudos, e eles têm realmente interesse muito grande pelo investimento aqui no Brasil. Nós estamos falando da nossa ferrovia Ferrogrão, enfim, de outras tantas oportunidades.

Então, também foi um momento que tivemos para mostrar que o Brasil é um país que está receptivo. Há uma mudança na legislação, a abertura que o País está fazendo para captar investimentos, principalmente investimentos na área de infraestrutura e que venham gerar empregos.

Estou registrando aqui e dando uma satisfação à Comissão, agradecendo a oportunidade, em nome do Presidente da Casa, por ter proporcionado essa nossa visita, junto com os produtores e essas entidades que Mato Grosso conseguiu organizar. A Aprosoja, sem dúvida nenhuma, é uma referência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mundial. Aliás, é bom também dizer que já está praticamente certo – estivemos também com o pessoal da Embaixada, que está trabalhando muito nisto – que a Embrapa tenha uma representação lá, até para aumentar esse intercâmbio também.

Ou seja, eles são extremamente receptivos ao Brasil, querem mais a presença do Brasil também, principalmente na compra dos produtos, mas, claro, vendendo aquilo que for possível, principalmente essa experiência que eles têm na parte de locomotivas, enfim, de estradas de ferro e tudo o mais.

No ano que vem, será o ano da Copa do Mundo lá. Inclusive, o governo convida oficialmente o Congresso Nacional. Disso nós vamos tratar em outra oportunidade. Pareceu-me que o país está bastante organizado, e será uma oportunidade, Sr. Presidente – eu estou falando um pouco mais aqui porque... Já temos quórum ou não? –, que aquele país terá de mostrar para o mundo a evolução que a Rússia teve, sendo hoje um país em que a democracia está instalada. Eu acredito que será uma oportunidade para talvez até tirar aquela imagem de que o russo é muito duro, de que o russo é sempre muito combativo e de que essas relações comerciais são difíceis. Não, muito pelo contrário. Eles estão extremamente abertos, e eu penso que o Brasil deve ampliar um pouco mais a nossa capacidade, o Ministério das Relações Exteriores ampliar essa vocação maior de negociar, porque essa oportunidade que o Brasil está tendo especificamente na Rússia nós temos de aproveitar de forma bastante forte, célere, porque esses embargos são momentâneos. Então, é o momento de nos firmarmos dentro daquele país.

Agradeço muito, Sr. Presidente, e espero que possamos votar aqui os requerimentos. Eu tenho também um requerimento.

Registro que, no próximo dia 13, nós teremos, na cidade de Sinop – já está aprovado aqui por esta Comissão –, uma discussão sobre a BR-163, um simpósio em que ficou confirmada a presença do Ministro dos Transportes, Maurício Quintella. Será aniversário da cidade de Sinop, que é a cidade polo da região Norte de Mato Grosso. A Prefeita Rosana Martinelli é do nosso Partido, o PR. Ela já era vice-prefeita. Foi eleita prefeita depois de um grande mandato do ex-Prefeito Juarez. Ela está dando prosseguimento, dando continuidade ao trabalho que vinha sendo feito. Sinop é uma das cidades de destaque nacional dada a sua colonização tão rápida e ao desenvolvimento também muito forte daquela cidade.

Quero aproveitar para convidar também a Comissão. Como o Ministro vai, já está definido o espaço no avião... Vamos mandar o convite a todos os membros da Comissão, principalmente a V. Exª, que é da região e que já lutou tanto por aquela região, assim como o Senador Raupp, tanto a 364 como a 163. A BR-163 também tem muito a ver com a 364, porque as duas se sobrepõem em um grande trecho. Então, tanto a concessão da 163 como a da 364 são importantes para a nossa região, para o Estado de Rondônia, para o Estado do Pará. Eu sempre tenho dito que a solução de Rondônia e do Pará é a solução de Mato Grosso, e vice-versa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, nós estamos aqui sempre unidos exatamente no objetivo de melhorar essa infraestrutura da Região Norte. E todos sabemos que, se não fossem os portos do Arco Norte, dificilmente as cargas de Mato Grosso teriam onde se escoar.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente. **O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Moderador/PR - MT) – Tivemos problemas sérios ano passado. E agora, felizmente, estamos já na conclusão da BR-163 com um convênio que foi feito na semana passada entre o Ministério dos Transportes, o DNIT e o Exército Brasileiro para a conclusão daquele trecho no Pará onde houve o grande problema do atoleiro. Espero que possamos solucioná-lo para não haver nenhum problema este ano, até porque já está definido o aumento da nossa produção, talvez, de algo entre 13% e 14% para este ano – isso já é uma previsão para a safra do ano que vem. Então, mais necessidade nós teremos de escoar nossa produção, seja através da BR-364 para Porto Velho, seja através da BR-163 no Pará, com todos os portos do Arco Norte.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senador Wellington.

De fato, o Norte tem uma necessidade grande de expansão das nossas infraestruturas: é a 364, a 319, a 163 e é a hidrovia do Madeira. Nós, trabalhando unidos, vamos conseguir avançar.

Senador Raupp, aqui faço um apelo ao nosso amigo Valter Casimiro, do DNIT, com relação ao recomeço da obra de manutenção da 364, que ainda está paralisada no trecho de Ji-Paraná para Ariquemes, principalmente entre Ouro Preto e Jaru. Nós conversamos com o Ministro dos Transportes junto com o Valter Casimiro já há duas semanas, e ficou certo o remanejamento no Orçamento para o reinício das obras. Fica aqui o nosso apelo ao DNIT para que urgentemente possa retomar as obras de manutenção da BR-364, principalmente nesse trecho de Ji-Paraná para Ariquemes.

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu só queria fazer uma correção, Sr. Presidente: a audiência, com a presença do Ministro, acontecerá no dia 15.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Quinze.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Dia 15. O aniversário da cidade é dia 14, e, dia 15, nós teremos a presença... E mais uma vez convido o Senador Raupp... Eu fiz aqui, na verdade, uma intervenção apenas para corrigir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Tem a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente Senador Acir Gurgacz, eu o parabenizo pelos trabalhos na presidência desta Comissão na ausência do nosso Presidente Eduardo Braga, que, infelizmente... Torcemos muito por ele... Aliás, o Omar não, o Omar torcia para o lado contrário, que acabou vencendo – o Omar já saiu aqui da Comissão. Nós perdemos lá no Amazonas. Infelizmente, o nosso Senador Eduardo Braga...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – O PDT teve sucesso lá.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Ah, é! V. Exª ganhou também, mas acho que o coração estava dividido; com certeza absoluta, estava com o coração dividido.

Queria parabenizar o Senador Wellington Fagundes pela incursão à Rússia. Nós temos que tratar muito bem dessas relações comerciais com a Rússia e com a China, membros do BRICS. Aliás, neste momento o Presidente Temer está saindo do Brasil para a China, e eu recusei o convite... Fui convidado para ir na comitiva do Presidente à China nessa viagem de uma semana, mas, devido à agenda aqui no Congresso e lá no meu Estado, eu acabei, na última hora, recusando esse convite.

São muito importantes essas incursões de Parlamentares brasileiros à Rússia, à China e a outros países importantes mundo afora para trazer investimentos para o Brasil. A China mesmo quer investir – já investiu quase 30 bilhões no setor elétrico – mais US$50 bilhões no Brasil. E eu estive duas vezes, junto com o Presidente Temer, com grupos de bancos e empresários chineses, com a Associação de Empresários Chineses no Brasil, pedindo ao Ministro Moreira Franco, ao Governo Federal, que destrave, que diminua essa burocracia, essa modelagem de licitações, de concessões de obras públicas, de ferrovias, de portos, de outras áreas, para que eles possam entrar com mais força. Eles querem entrar e têm investimento. E os países abertos, como o Brasil, têm realmente de abrir as fronteiras para que aqueles países que têm dinheiro hoje circulando mundo afora possam chegar ao Brasil, para gerar emprego e renda para a população brasileira.

Eu defendo essa incursão que V. Exª fez à Rússia. A Rússia, realmente, compra muito do Brasil, assim como a China. Talvez seja um dos países, depois dos Estados Unidos da América, que mais compram, que mais têm uma relação comercial forte com o Brasil.

Então, parabenizo V. Exª por ter ido à Rússia e chamado os empresários russos para investir no Brasil. Mas tem que combinar com os russos. Se V. Exª foi lá e combinou com os russos, agora vem. (*Risos.*)

Queria dizer, Senador Acir, que a nossa BR-364, pela qual tanto brigamos e cuja concessão para duplicação torcemos para que saia – e sei que V. Exª tem falado que pedágio só depois da duplicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, não há como, numa rodovia movimentada como aquela, começar a cobrar pedágio sem a duplicação.

Se for assim, então vamos duplicar aos poucos, mas diretamente pelo DNIT, – é o que defendo também – os trechos mais movimentados, e depois, lá no futuro, fazer uma privatização com pedágios mais baratos, como tem sido feito em algumas rodovias brasileiras.

O pessoal fala: por que, na rodovia 101 sul, lá no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, o pedágio é barato? Lá é R$4 e, até há pouco tempo, era dois reais e pouco, depois passou para R$4. Não sei se hoje está R$4 ainda – um pedágio muito barato e poucos pedágios na rodovia. Aí perguntam: por que o pedágio lá é tão barato e, em outras rodovias, tão caro? Porque, quando o pedágio é instalado numa rodovia já duplicada – e foi o caso da BR-101 –, ele é mais barato. Quando você concessiona a rodovia, e a empresas têm de entrar duplicando e depois instalando o pedágio, o pedágio é mais caro, porque nele está embutido o preço – não sei se o Ministro Fernando Bezerra concorda com o que estou falando – da duplicação da rodovia. E é o caso da nossa. Na nossa, não vai ficar tão barato, porque são 800 quilômetros, deve haver lá sete ou oito praças de pedágio, e a concessão está saindo com a BR ainda em pista simples. Vão ser gastos uns R$8 bilhões para duplicar essa rodovia do Mato Grosso até Porto Velho. Mas que saia o pedágio só depois da duplicação. Se não for assim, acho que é melhor o DNIT ir tocando com terceiras faixas, como está sendo feito agora, apesar de estar sem dinheiro.

E já cobro aqui também do nosso Ministro, do nosso Diretor-Geral do DNIT, Valter Casimiro, que faça logo esse remanejamento, para que não pare... Nós só temos mais dois, três meses no máximo de verão, de período seco, de estiagem lá no Norte, para poder fazer aquelas terceiras faixas e aquelas conservas, aquelas restaurações que estão sendo feitas na BR-364.

Encerro aqui, pedindo também empenho do DNIT e do Ministério dos Transporte na dragagem da hidrovia do Madeira. Já começou a diminuir o fluxo das cargas devido... Tenho visto lá os postos de gasolina na entrada de Porto Velho abarrotados de carretas e caminhões de soja sem poder descarregar, porque o fluxo das barcaças está mais lento por causa do período de estiagem, por causa dos bancos de areia. Então, a dragagem também é uma coisa muito importante.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Raupp.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Senador Wellington.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... como tenho que abrir ali a CDR, tenho um requerimento aqui que, na verdade, é só para pedir... Já há um requerimento aprovado que é o de nº 37, e o meu requerimento é apenas para acrescentar também, como convidadas, a CMA e a ATP (Associação de Terminais Portuários Privados), para esse requerimento que já foi aprovado.

Então, eu gostaria, como não há nem discussão...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... que fosse colocado...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Colocaremos em pauta para votação. Agora temos quórum.

Antes, ouço o Senador Pedro Chaves, que pediu pela ordem e, na sequência, o Senador Hélio José, que também pediu pela ordem.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se do item 6. Eu queria retirar o requerimento que tinha feito para ouvir, realmente, algumas autoridades, como o Maurício e tal. Não há necessidade, porque já está em pauta esse problema. Já fizemos audiência inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Aproveitando, eu gostaria também de dizer da rota Bioceânica, que sai de Porto Murtinho até o Chile, Iquique. No final de semana, nós tivemos algumas reuniões muito importantes com os Embaixadores do Chile, da Argentina e do Paraguai para cumprimentarmos, realmente, um grupo que está estudando essa estrada, que é extremamente importante. Com isso, nós vamos economizar sete mil quilômetros de estradas para transporte de soja e todos os produtos para a Ásia.

Então, eu gostaria do empenho, do acolhimento da Comissão no sentido de a gente estimular, inclusive, o Poder Executivo, porque basta a construção de uma ponte, que é de responsabilidade do Brasil – essa ponte custa, no máximo, 300 milhões –, em função de todo o benefício que vai trazer essa estrada Bioceânica, que vai, como falei, de Porto Murtinho, no Brasil, ao aeroporto do Chile, em Iquique, dando abertura para todo o Pacífico e toda a Ásia. O transporte dos produtos não só de Mato Grosso do Sul, como do Brasil Central, será extremamente beneficiado.

Era isso. Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Pedro Chaves.

Passo a palavra ao Senador Hélio José, para que a gente possa fazer a votação dos requerimentos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Acir Gurgacz, parabéns pela condução dos trabalhos.

Prezados Senadores, prezadas Senadoras, os planos do atual Governo para privatizar a Eletrobras terão um efeito perverso para a população. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) já se pronunciou sobre essa iniciativa e, no âmbito de debates no Governo Federal, alertou que a conta de luz poderá ficar até 16% mais cara. Essa informação da Aneel é o contrário da promessa feita pelo atual Ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho. Se privatizada a Eletrobras, os gestores de plantão ficarão sem a maior empresa do setor elétrico nacional. E, sem essa espinha dorsal, a expansão do sistema de geração e transmissão será afetada.

Mais uma vez, querem que o mercado resolva os problemas do setor elétrico brasileiro. Isso será um desastre. Certamente, os apagões voltarão. O setor elétrico brasileiro é extremamente complexo mediante seu sistema interligado nacional e não pode ser tratado como se fosse um balaio de bananas. Quando faltam bananas, compra-se outra fruta. Porém, quando não se tem energia elétrica, ela é insubstituível. A solução é trazê-la de volta e, na maioria das vezes, a um custo muito maior.

Falo isso porque, como engenheiro eletricista, trabalhador, inclusive, do Ministério de Minas e Energia, não posso me calar perante tamanho descalabro e irresponsabilidade com o povo brasileiro, que é essa forma com que está sendo colocada a questão da Eletrobras e o setor elétrico brasileiro. Apagões e energia cara, é isso o que nos espera, está certo? Eu vou concluir aqui, para passar para você.

Nesse processo de privatização da Eletrobras pensado pelo atual Governo, prezados Senadores, prezadas Senadoras, até 14 usinas hidroelétricas antigas, pertencentes à subsidiária Chesf, Furnas e Eletronorte, podem ser privatizadas. Juntas, essas usinas têm hoje capacidade instalada de 13.907MW e geram eletricidade suficiente para atender cerca de 25 milhões de residências. As 14 usinas da Eletrobras que querem vender operam cobrando apenas os custos de operação e manutenção, com preços predefinidos pelo chamado regime de cotas. Aliás, no total, a estatal consta com 47 hidroelétricas, que é total da Eletrobras. Portanto, quando essas 14 usinas que eles querem realmente jogar fora passarem para a iniciativa privada gratuitamente, prejudicando o povo brasileiro, saírem do regime de cotas e forem privatizadas, começarão a praticar tarifas com preço de mercado, e a tarifa aumentará.

É isso que se depreende do alerta que a Aneel colocou. Não sou eu que estou colocando. É a Aneel quem colocou. Eu avalizo o que a Aneel está colocando, um engenheiro eletricista, servidor do Ministério de Minas e Energia e servidor público concursado deste País. Estado continua. Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

passa. Governo não pode entregar o que o povo brasileiro fez no Estado brasileiro de graça, dessa forma como se está querendo fazer.

Entre as principais hidroelétricas que podem entrar na lista, meu nobre Presidente, para a concessão no setor, estão, imaginem só, o Complexo de Paulo Afonso e Xingó, que é tudo para o Nordeste e exatamente a espinha de funcionamento da Chesf, que é a maior companhia hidroelétrica do Nordeste brasileiro, operada pela Chesf; as usinas de Furnas, como Marimbondo e Hidroelétrica de Furnas; e a Usina Hidroelétrica – pasmem, meu povo brasileiro – de Tucuruí, operada pela Eletronorte, a maior usina brasileira totalmente em território brasileiro.

Com isso, será o fim da Chesf, da Eletronorte e um grande baque na possibilidade da existência de Furnas. Com o fim da Eletrobras e de suas subsidiárias – Chesf, Furnas, Eletronorte e Eletrosul –, o Estado perderá o domínio sobre o potencial hidráulico de suas regiões de abrangência, o que é estratégico, como também teremos criado outra grande parcela de desempregados neste País.

Prezados Senadores e Senadoras, como brasileiro e engenheiro do setor elétrico, não posso concordar com essa iniciativa do atual Governo. Quero subscrever o requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin, que requer que seja convidado o Ministro de Estado de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca do recente anúncio de privatização da Eletrobras. E gostaria de fazer um adendo para convite ao Sr. Rufino, Presidente da Aneel, para que ele esteja também aqui no mesmo dia, até para podermos discutir e termos o amplo contraditório com relação a esta questão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – O Senador Jorge Viana pediu pela ordem anteriormente ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – Eu queria, inclusive, porque acho que agora já temos o quórum, como houve entendimento, acordo de ser um convite apenas, que nós pudéssemos... Senão, em todas as reuniões, vamos voltar ao mesmo tema. Era a sugestão que faria: que, por acordo, simbolicamente, pudéssemos apreciar o requerimento. Aí, obviamente, V. Exª e o próprio Ministro acertariam uma data da vinda dele aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem colocado.

E nós precisamos votar com uma certa urgência.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Por favor, pela ordem. Só para colaborar.

Desculpe-me, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Porque está aberto o painel do Congresso Nacional. Se não votarmos agora, nós vamos perder o tempo...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Vamos votar agora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Então, peço licença para ler o Requerimento nº 41, de 2017.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 41, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 50, caput; art. 58, §2º, inciso III, da Constituição Federal; e do art. 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Ministro de Estado de Minas e Energia, Dr. Fernando Coelho Filho, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca do recente anúncio de privatização da Eletrobras, em reunião conjunta com a CAE, a pedido também dos nobres Senadores.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin, subscrito pelo Senador Jorge Viana e Senador Hélio José.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu também subscrevi, Sr. Presidente, fazendo o aditamento para fazer a reunião conjunta com a CAE.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Subscrito também pelo Senador Fernando Bezerra, como já foi lido aqui, na reunião em conjunto com a CAE.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, só quero falar aqui que concordo com a íntegra do requerimento e deixo o Rufino para uma próxima oportunidade. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Isso. Muito obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Vamos priorizar o Ministro nesta reunião. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Até porque, regimentalmente, quando um Ministro é convidado, é só o Ministro que faz parte da audiência pública. É importante ouvirmos a Aneel. Faremos isso assim que V. Exª apresentar o requerimento para que possamos votar e convidá-lo também.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Pela ordem.) – É óbvio que, durante a audiência pública, teremos oportunidade para fazer o debate. Acho que o debate é importante, é um tema importante. É apenas para fazer um contraponto.

A declaração do Diretor-Geral da Aneel já foi retificada, até porque não existe esta possibilidade de reajuste de 16% na tarifa da energia. A tarifa de energia foi reajustada, em 2015, a 50%, por causa dos erros cometidos com a Medida Provisória nº 579, que levou à quebra do setor elétrico brasileiro.

Então, é só para deixar claro. A proposta não ensejará o reajuste de 16%, como foi aventado numa declaração que o Diretor da Aneel já corrigiu. Se todas as usinas do sistema de cotas forem descotizadas de uma só vez, a repercussão na tarifa se estima entre 3% e 5%. E a proposta é uma descotização de forma gradual.

Era só para não ficar essa guerra da informação de que a proposta ensejará reajuste de tarifa ou apagão. Apagão a gente vai enfrentar se não houver investimento no setor elétrico. Mas vamos nos resguardar para fazer o debate quando da realização da audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem. Muito obrigado pelos esclarecimentos, Senador Fernando Bezerra.

Requerimento extrapauta nº 44.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 44, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Requer, nos termos do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno, e em aditamento ao Requerimento nº 37, de 2017, já aprovado na Comissão, incluir no rol de convidados para a audiência pública requerida para discutir o prazo das concessões rodoviárias e portuárias no País, um representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e um representante da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP).

Autoria: Senador Wellington Fagundes

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, portanto, o requerimento.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores e da presente reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Por fim, convoco nossa próxima reunião a realizar-se na próxima terça-feira, dia 5 de setembro, às 9h, neste plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e dois minutos do dia cinco de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Romero Jucá, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Jorge Viana, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Roberto Muniz, Fernando Bezerra Coelho, Vicentinho Alves, Pedro Chaves, Armando Monteiro e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Raimundo Lira, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin e Wellington Fagundes. Lidos os comunicados da Presidência, passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados. " **Autoria:** Senador Antonio Carlos Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos da emenda substitutiva apresentada pelo relator. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV, para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, de 2016 - Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de detalhamento do consumo médio em comparação ao consumo individual para incentivar comportamentos de eficiência energética, na forma que especifica." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer (*Ad hoc*), substituiu Sen. Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 43 de 2017** que: "Requer Audiência Pública na CI com entidades para tratar da privatização da Eletrobras" **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Subscrito pelo Senador Jorge Viana e aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 46 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o tema "O impacto das privatizações na Infraestrutura Brasileira", com a participação de especialistas no tema representantes dos governos estaduais, organizações da sociedade civil dos estados e municípios atingidos pelas medidas, federações de trabalhadores e centrais sindicais." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Roberto Muniz, Jorge Viana, Fernando Bezerra Coelho, Elmano Férrer e Pedro Chaves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz

Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/09/05

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 363, de 2017, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que encaminha a Moção nº 98.8, de 2017, aprovada na sessão plenária do dia 22/06/2017, de autoria do Deputado César Valduga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O documento solicita a suspensão e anulação do edital Pregão Eletrônico AARH nº 34/2017-BNDES, que objetiva a contratação de serviços técnicos especializados para a estruturação de projetos de participação privada, visando à universalização dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário.

Cópias do documento encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Nesta introdução que faço hoje aqui, na manhã, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, trato da necessidade de uma infraestrutura mínima para a produção agrícola em nosso País, em especial ao nosso Estado de Rondônia.

Entendo que, por mais evoluída e competitiva que seja a nossa agricultura, a infraestrutura básica para o setor tem que ser uma preocupação muito forte do Poder Público. Costumamos dizer que a nossa agricultura vai muito bem para dentro e deixa a desejar da porteira para fora, com a carência de políticas públicas de assistência técnica e principalmente com relação à nossa infraestrutura para o escoamento dessa produção.

O fato é que, por mais que os governos se esforcem para cumprir e suprir as necessidades de nossa agricultura, as demandas são muito grandes, sempre crescem, e estamos sempre correndo atrás da máquina, pois o aumento da produção agrícola é um fato ano após ano, e o Brasil bate recorde de produção todos os anos. Isso é muito positivo para o nosso País.

Os investimentos com relação à infraestrutura para dar o escoamento dessa produção não têm acontecido na mesma velocidade e na mesma quantidade do aumento da produção agrícola brasileira.

Vamos colocar e ressaltar três questões estruturais que precisamos melhorar para que possamos atender bem nossos agricultores e para que eles possam continuar contribuindo com o desenvolvimento da economia do nosso Estado de Rondônia, bem como ajudar o nosso País a superar esse momento de crise econômica:

1) armazéns e logística para escoamento e comercialização da produção;

2) estradas rurais e rodovias para o escoamento;

3) geração e distribuição de energia elétrica.

No que diz respeito aos armazéns, o Brasil tem hoje um total de 17 mil armazéns cadastrados junto à Conab, com capacidade de armazenamento de 152 milhões de toneladas de grãos. Pode parecer muito, mas continua insuficiente para a safra estimada em 232 milhões de toneladas para o ano agrícola 2016/2017, ou seja, o déficit de armazenagem de grãos no Brasil chega aos 80 milhões de toneladas. Os números da armazenagem nos preocupam porque vem ocorrendo uma redução na quantidade de estabelecimentos ativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

No primeiro semestre de 2016, houve uma redução de 1,3% no número de estabelecimentos ativos, que passaram de 7.918 no segundo semestre de 2015 para 7.818; ou seja, dos 17 mil estabelecimentos cadastrados na Conab, temos apenas 7.818 armazéns ativos.

Outra situação que nos preocupa é que esses armazéns ainda estão concentrados na Região Sul, com 45% dos armazéns, e Sudeste, com 22% dos seus armazéns. A Região Centro-Oeste, onde a agricultura mais cresceu nos últimos anos, tem 21% dos armazéns do País; a Região Nordeste conta com 9%; e a Região Norte, onde está situado o Estado de Rondônia, com apenas 3% dos armazéns existentes no Brasil.

Portanto, precisamos de uma política de estímulo à construção de armazéns nas Regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, pois essa é a nova fronteira agrícola e também a nova rota de escoamento e exportação da produção agrícola do País, que estará se fortalecendo com a conclusão da ponte do Rio Madeira na Ponta do Abunã, consolidando a Estrada do Pacífico, também a duplicação da BR-364, a modernização da Hidrovia do Madeira, a construção da Ferrovia Sapezal-Porto Velho, a reconstrução da BR-319 e outras rotas emergentes no Eixo Norte. É o novo Eldorado da produção agrícola brasileira.

Em Rondônia, estamos lutando há mais de cinco anos pela construção de um armazém de grãos da Conab em Cerejeiras, no cone sul do Estado, e também pela instalação de uma unidade da Ceasa em Porto Velho. Essas obras chegaram a ser projetadas e incluídas no Orçamento da União, mas faltou ação e uma definição política do Governo Federal em licitar e, posteriormente, iniciar essas obras tão importantes para o nosso Estado. Com isso, nossos agricultores estão perdendo milho e soja ou vendendo mais barato, pois não têm onde estocar o seu produto.

Portanto, mais uma vez faço um apelo ao Ministro da Agricultura, Senador Blairo Maggi, para que olhe com atenção e carinho, como é peculiar da parte do nosso colega Senador e Ministro, para o nosso Estado de Rondônia e atenda a essas necessidades dos nossos agricultores.

Neste sábado, estive em Rolim de Moura, visitando as obras do Centro de Apoio ao Agricultor, que está sendo construído com recursos que destinei ao Município através de emenda parlamentar, e recebi novamente este apelo dos agricultores: precisamos de infraestrutura para estocar, comercializar e escoar os produtos produzidos na Zona da Mata.

Esse Centro de Apoio ao Agricultor será um local para comercialização direta dos produtores da agricultura familiar. Esse é o terceiro que estamos construindo em Rondônia, com recursos de emenda parlamentar que destinei aos Municípios. Construímos um em Itapuã, que já está em pleno funcionamento, e outro em Nova Brasilândia do Oeste, que também está funcionando. Precisamos construir mais centros de apoio ao agricultor como esses. O ideal seria que cada Município de Rondônia tivesse um espaço como esse, pois, além de servir de espaço para o agricultor vender diretamente o seu produto para os consumidores, o local também pode abrigar unidades de apoio e assistência técnica ao produtor, como escritórios da Emater, do Incra, da Seagri, da Idaron, da Embrapa, entre outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com relação às nossas rodovias e estradas rurais, temos cobrado insistentemente do Governo Federal a recuperação e manutenção das rodovias federais de Rondônia, como as BRs 364, 429, 425, 319 e 421, mas também precisamos olhar com atenção para as nossas rodovias estaduais, as ROs, e as nossas estradas vicinais e linhas rurais. Já iniciamos um projeto piloto para asfaltamento das linhas vicinais. Esse projeto piloto tem a participação, em parte, da União, em parte, do Estado, em parte, do Município, para asfaltar as linhas vicinais municipais. Já iniciamos esse projeto em Ji-Paraná, na Linha Itapirema. Foi feita uma parte do asfalto, agora estão sendo feitas as obras de arte, creio que até o final do ano se consigam asfaltar esses 12km da Linha Itapirema em Ji-Paraná. Entendo que o Governo Federal deveria insistir na instalação do Programa Nacional de Recuperação de Estradas Vicinais, que chegamos a discutir com o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário e até a destinar recursos do Orçamento da União para sua viabilização, mas infelizmente não avançou, e estamos até com dificuldade para concluir o projeto que eu acabei de mencionar.

Defendo que as políticas públicas precisam ser de Estado e não de governo, pois elas precisam avançar independentemente de quem esteja no governo. A paralisação de obras públicas no Brasil se dá justamente por conta disso, e isso tem de mudar.

Com relação à energia, outra infraestrutura importante para o desenvolvimento de nossa agricultura é a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Hoje, com a conclusão das usinas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, Rondônia se tornou um grande produtor e exportador de energia, mas temos muitas comunidades e distritos em todo o Estado que ainda não receberam uma linha de energia da Eletrobras, ou são atendidas por sistemas isolados alimentados por pequenas centrais termelétricas movidas a óleo diesel.

Portanto, estamos atuando em duas frentes de ação para melhorar o aproveitamento da energia que produzimos em nosso Estado de Rondônia:

1) construção dos linhões para o interior do Estado, a partir da central de distribuição de Porto Velho;

2) manutenção das compensações ambientais e dos *royalties* pelo uso da água, e participação no ICMS gerado com a comercialização da energia elétrica.

Hoje, quem recebe energia elétrica da produção de energia são os Estados consumidores, não os Estados geradores. Nós temos um projeto que divide essa receita: parte para os Estados que produzem a energia elétrica e parte para os Estados que consomem essa mesma energia.

Linhões em Rondônia. Apesar de sermos exportadores de energia, ainda temos muitas regiões de Rondônia que estão isoladas. O povo de Rondônia não aceita que nós estejamos mandando energia em grande quantidade para fora do Estado e ainda tenhamos regiões com falta de energia elétrica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Recentemente o Ministério das Minas e Energia anunciou recursos da ordem de R$500 milhões para as obras dos linhões no interior de Rondônia que irão promover a integração de regiões isoladas e oferecer as comunidades energia de qualidade e confiável.

Serão quatro linhas de transmissão de energia para interligar os Municípios de Presidente Médici a Costa Marques; de Ariquemes a Buritis; de Jaru a Machadinho do Oeste e de Porto Velho ao distrito de Extrema.

O que precisamos saber é em que situação encontra-se esse projeto. O Governo chegou a anunciar a licitação, mas não a realizou. E, agora, com a notícia de privatização da Eletrobras, ficamos ainda mais apreensivos e precisamos de respostas do Ministério de Minas e Energia, da Eletrobras e da Aneel. Da mesma forma, como ficará o Programa Luz para Todos com a privatização da Eletrobras?

Atualmente, Rondônia não recebe um centavo do repasse do ICMS da energia que é vendida para o Sudeste, pois o repasse desse tributo é feito integralmente para o Estado comprador, ou consumidor. Para corrigir essa distorção tributária, apresentei, em 2011, a Proposta de Emenda à Constituição nº 124, que prevê a repartição do ICMS da energia também para o Estado produtor. Já discutimos bastante essa proposta aqui no Senado, tanto é que outros Senadores apresentaram propostas semelhantes como a PEC nº 27, de 2017, do Senador Paulo Rocha, do Pará, e já solicitei que tramite em conjunto com a PEC de minha autoria, pois versam da mesma matéria e se complementam.

Com relação aos investimentos em infraestrutura, para finalizar, destaco a necessidade urgente de retomarmos os investimentos em infraestrutura no Brasil. Após recuarmos 20% nos últimos dois anos, chegamos a R$105,9 bilhões de investimento, ou seja, 1,7% do Produto Interno Bruto. Neste ano de 2017, o investimento será de menos de R$100 bilhões, cerca de 1,2% do PIB. Para o ano que vem, a expectativa é de que avancem esses investimentos para R$135,9 bilhões, aproximando-se dos 2% do PIB. Apesar disso, a parcela investida seguirá abaixo do necessário para repor o desgaste dos ativos e manter o padrão dos serviços. São 2,4% do PIB, e assim continuarão como muito longe dos 5,5% do PIB necessários para modernizar a infraestrutura brasileira.

A China chegou a investir 45% do PIB em infraestrutura, e países como Índia e Rússia investem mais de 10% do PIB em infraestrutura. Países emergentes e desenvolvidos chegam a investir até 8% do seu Produto Interno Bruto em logística de transportes.

O Brasil jamais passou dos 2%, mesmo nos períodos de pico. A média dos últimos 30 anos é de apenas 0,8% do PIB em investimento de infraestrutura. Isso coloca o Brasil na última posição entre os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Esta é a grande diferença do Brasil para com os outros países: o investimento que é feito em infraestrutura. Volto a dizer que a produção agrícola brasileira está, ano a ano, batendo recorde, Senador Flexa. Todo ano batemos recorde em produção agrícola. O agronegócio está crescendo, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

muito. Agora, não conseguimos ter investimento em infraestrutura para que possamos dar escoamento àquilo que produzimos internamente e principalmente para exportação, tornando o produto mais barato para o produtor, encarecendo para o comércio estrangeiro.

Por isso, é importante, na nossa visão, um aumento de investimento em todo a infraestrutura brasileira, seja ela rodoviária, ferroviária ou hidroviária. São importantes esses investimentos.

Nós já fizemos aqui os nossos comunicados e ainda não temos quórum para fazermos as votações.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Peço a palavra. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Portando, passo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, queria corroborar a fala de V. Exª quando cobra os investimentos de infraestrutura do nosso País, em especial para o nosso Estado, Rondônia. Realmente, cada dia mais, os recursos minguam, ficam mais escassos. É lamentável que obras de restauração de rodovias tenham que ser paralisadas por absoluta falta de orçamento, falta de dinheiro.

O fato é que já vai para cinco semanas, em pleno período de verão, que as obras estão paralisadas em trechos da BR-364, a BR que transporta grande parte da soja do Mato Grosso para Porto Velho. Não só a soja, mas o milho e outras cargas também passam por Porto Velho em inúmeras carretas para a Zona Franca de Manaus. Parte delas vai por Belém, mas parte dessas cargas segue pela BR-364 para o porto de Porto Velho.

Nós já cobramos – V. Exª já cobrou, eu já cobrei pessoalmente – do Diretor-Geral do DNIT. Sei que ele é muito esforçado, muito capaz e é uma pessoa séria, assim como toda a sua diretoria, mas eles estão, creio, de mãos atadas por absoluta falta de orçamento e até de recursos financeiros.

Vamos continuar cobrando, porque a BR-364 não pode ficar parada. Daqui a três meses, começam as chuvas novamente e os buracos vão se abrir de novo, sobretudo naqueles trechos que ainda não foram restaurados. Por isso, esse apelo – e devo cobrar novamente.

Liguei para o Diretor do DNIT, Walter Casimiro, lá de Rondônia, na semana passada, cobrando uma posição, até porque os empresários estão parados, inclusive, máquinas já foram entregues e devolvidas pelas empresas que as haviam comprado. Isso é muito ruim. Eu tenho que ser franco, sincero e verdadeiro com a população de Rondônia, porque isso tudo é muito ruim. Eu, sinceramente, não esperava que isso pudesse acontecer neste verão, no momento em que mais precisávamos desses investimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu sou Relator do Orçamento para o ano que vem, mas é para o ano que vem. O Orçamento chegou ao Congresso um tanto deficitário também, pelo que a gente pode observar, como V. Exª já disse, mas eu ainda posso trabalhar, na relatoria setorial de transportes, para melhorar um pouco esse orçamento para o ano que vem. Contudo, para este ano, não há muito mais o que fazer. Estão fazendo remanejamentos, que são necessários, mas não suficientes, para fazer frente às restaurações dos trechos, dos lotes que eles estão por restaurar na BR-364. Então, vamos cobrar novamente. Estamos cobrando aqui e vamos cobrar, pessoalmente ou por telefone, do Diretor-Geral do DNIT e do Ministro dos Transportes.

Para a ponte de Abunã, eu creio que não faltarão recursos, porque o que há no Orçamento deste ano dá para trabalhar até o final do ano, e, para o ano que vem, já são mais cerca de R$70 milhões, o que é suficiente para concluí-la possivelmente até o final do próximo ano. Mas vamos trabalhar também as outras obras, como o Anel Norte de Porto Velho, a restauração das BRs 435, da 174, da 421, da 429, que está...

Eu fui de Rolim de Moura a Costa Marques na sexta-feira à tarde; saí às 16h30 de Rolim de Moura e cheguei a Costa Marques às 19h30. Então, dá para andar muito bem. A BR-429 está muito boa. Só falta o encabeçamento das pontes. Já estão quase prontos os aterros, faltando apenas a capa em cima das pontes.

Eu, a Deputada Marinha, V. Exª e toda a Bancada temos trabalhado muito para deixar as nossas rodovias federais de Rondônia em boas condições de tráfego. O Governo do Estado, por outro lado, tem-se esforçado bastante e está fazendo a restauração das suas rodovias, que já está bastante avançada. Não há buraco hoje. Buraco, buraco não há, mas há trechos ainda com muito caroço e que, com muita dificuldade, estão sendo restaurados com micropavimento. O Governo do Estado comprou algumas usinas e está fazendo um microrrevestimento, um micropavimento em cima do pavimento antigo, assim como o DNIT faz – e onde o faz até que faz bem feito. Pena que não o esteja fazendo a todo vapor neste momento.

Encerro a minha fala, Sr. Presidente, falando do setor elétrico. Eu obtive algumas informações e estou trabalhando muito fortemente nisso. Das quatro redes que V. Exª cobrou aí – e que temos cobrado bastante também –, a primeira está em fase de licitação. São quatro redes. A rede para Presidente Médici, Alvorada, São Miguel, Seringueiras, São Francisco, São Domingos e Costa Marques, em torno de 360km, está em fase de licitação; deve abrir agora em outubro. Possivelmente no início de outubro deve ser aberta a licitação dessa linha de Presidente Médici a Costa Marques, com o dinheiro já assegurado pela Aneel e pela Eletrobras.

As outras redes estão com os projetos prontos e deverão entrar em licitação logo após a abertura da licitação da linha da 429. Deve começar também a de Jaru a Machadinho, Ariquemes a Buritis e Porto Velho, Extrema, a Ponta do Abunã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Luz para Todos também está andando. Já há hoje, creio, menos de 11, 12 mil famílias para serem ligadas. Recebi a informação também de que outro lote será licitado em outubro; em outubro, deve ser licitado mais um lote do Luz para Todos. Então, estamos caminhando para a universalização. Eu acho que em dois ou três anos, no máximo, toda Rondônia, toda área rural de Rondônia estará coberta por energia elétrica. Acho que hoje até a questão da energia está caminhando melhor do que a área de transporte, infelizmente.

V. Exª falou que deveria investir mais...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – O que é positivo, claro. É muito positivo, porque Rondônia é um Estado jovem e caminha para 100% de energia elétrica em todo o Estado, em toda a zona rural. Isso é muito positivo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – E sobrando energia. Nós temos hoje uma geração de energia farta com as usinas Belo Monte e Santo Antônio, a Samuel, a Eletrogoes – que é uma usina de 72 mega também, no passado chamada de PCH, mas já é um hidrelétrica –, e as pequenas também. Espalhadas por toda Rondônia, há várias pequenas usinas hidroelétricas. Logo vamos sair das regiões isoladas, com essas quatro redes que faltam, vamos também universalizar energia hidráulica, energia hídrica, tirando os motores que consomem diesel, que poluem. Então, Rondônia está caminhando para a universalização na área de energia.

Eu queria que a área de transporte caminhasse também nessa mesma direção, que daqui a quatro, cinco anos a gente possa ter as nossas malhas rodoviárias, sejam do Governo Federal ou do Estado, pavimentadas, restauradas e em boas condições de tráfego.

Aliás, uma coisa é bom frisar: Rondônia, apesar de ser um Estado novo, só tem duas cidades que não têm ligação de asfalto, e essas duas cidades estão em obras. É a ligação de Montenegro a Campo Novo e a ligação de Cerejeiras a Pimenteiras, na fronteira com a Bolívia. Então, logo, logo nós vamos também universalizar os Municípios de Rondônia com ligação asfáltica.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem. Nós caminhamos já para o asfaltamento das linhas vicinais municipais, com projetos que estão sendo aplicados em alguns Municípios, projetos pilotos, para que possamos avançar na questão do asfaltamento.

Nós temos o item 1, que é terminativo. Não temos quórum para votar, mas poderíamos fazer a leitura, Senador Raupp. V. Exª que é o Relator do item 1.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2013
- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no §2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes – FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados.

Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos da emenda substitutiva apresentada pelo relator.

Observações:

1. Lido o relatório em 27/06/2017 e concedida vista da matéria ao Senador Acir Gurgacz.

2. Pautado e adiado em 04/07, 11/07, 15/08 e 29/08/2017.

3. Em 05/09/2017, o Senador Valdir Raupp apresenta novo relatório, pela aprovação da matéria nos termos de emenda substitutiva.

4. Votação nominal.

Portanto, a matéria fica passiva de novo pedido de vista.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para a leitura do seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, encontra-se nesta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 11, de 2013, do Senador Antonio Carlos Rodrigues.

A proposição possui apenas dois artigos. O art. 1° acrescenta parágrafo único ao art. 6º da Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, com a determinação da aplicação do percentual mínimo de 5% do produto da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, denominada Cide-Combustíveis, em cada exercício, em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos ou não motorizados.

O art. 2° contém a cláusula de vigência, determinando que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Lida em plenário, em 5 de fevereiro de 2013, a matéria foi distribuída à Comissão de Assuntos Econômicos, não tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental.

No âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, em 5 de novembro de 2013, foi aprovado relatório favorável do Senador Luiz Henrique, que passou a constituir o parecer da CAE.

Nesta Comissão, foi designado Relator da matéria o Senador Delcídio do Amaral, que, em 23 de abril de 2014, apresentou relatório pela sua aprovação, sem, contudo, ser objeto de deliberação por parte desta Comissão.

Novamente, em 18 de fevereiro de 2016, foi designado Relator da matéria o Senador Dalirio Beber, que apresentou uma primeira versão de relatório favorável ao projeto, com a apresentação de uma emenda.

Em 13 de abril de 2016, foi concedida vista coletiva à matéria, tendo o Senador Flexa Ribeiro apresentado uma emenda, cujo objetivo limita à União a obrigatoriedade de aplicação de um percentual mínimo da arrecadação da Cide-Combustíveis, sendo esse percentual aumentado de 5% para 10% (dez pontos percentuais).

Em 13 de julho de 2016, o Senador Dalirio Beber apresentou uma nova versão de relatório, favorável ao projeto e à Emenda n° 1, do Senador Flexa Ribeiro. Porém, tal relatório não foi objeto de deliberação por parte desta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Em 18 de abril de 2017, fui designado Relator da matéria, em função do desligamento do Senador Dalirio Beber da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Análise.

Nos termos do art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre matérias pertinentes a transportes de terra, mar e ar, como é o caso do PLS n° 11 de 2013, dentre outros assuntos. Por se tratar de decisão terminativa, a CI deverá analisar também a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto.

No tocante à constitucionalidade e juridicidade, entendemos que o PLS nº 11, de 2013, está de acordo com os dispositivos constitucionais, pois trata de tema de competência legislativa da União, incluído entre as atribuições do Congresso Nacional, e não incorpora matéria de iniciativa privativa da Presidência da República. Da mesma forma, quanto à técnica legislativa, o projeto está de acordo com as determinações da Lei Complementar n° 95, de 1998, não sendo necessários ajustes ou correções.

Quanto ao mérito, concordamos com o nobre proponente, quando destaca que os recursos da Cide-Combustíveis vêm, historicamente, sendo retidos no Tesouro Nacional para a composição de superávits primários, ainda que seja notória a imensa dificuldade com que lidam os governos municipais e estaduais relativamente a investimentos em modos de transporte coletivos. Em consequência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

multiplicam-se os meios de transporte individual, resultando na formação cotidiana de engarrafamentos quilométricos.

Para mitigar essa situação, o PLS nº 11, de 2013, determina a aplicação de parcela da Cide-Combustíveis na expansão da infraestrutura de modos de transporte coletivos ou não motorizados, sem dúvida, mais eficientes sob o ponto de vista ambiental, sendo, portanto, altamente oportuno e meritório.

Todavia, compartilhamos da visão do Senador Dalirio Beber, antigo Relator da matéria, no sentido de que somente a União seja obrigada a aplicar um percentual mínimo da arrecadação da Cide-Combustíveis. No entanto, entendemos que o percentual previsto no texto originário do projeto, ou seja, não inferior a 5%, é o mais adequado. Acreditamos que assim haverá uma significativa aplicação de recursos em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos ou não motorizados, contribuindo de forma decisiva para se mitigar o problema do caos urbano em decorrência de engarrafamentos quilométricos, cuja principal razão é o excesso de meios de transportes individuais.

Voto.

Diante do exposto, manifestamos nosso voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado n° 11, de 2013, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação e acolhimento parcial da Emenda nº 1, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, na forma da seguinte emenda substitutiva:

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2013, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 6º .....

Parágrafo único. A União aplicará anualmente percentual não inferior a cinco por cento da sua quota parte do produto da arrecadação da Cide em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos ou não motorizados." (NR)

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, Senador Valdir Raupp.

Em discussão a matéria.

Senador Flexa Ribeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para discutir.) – Presidente, Senador Acir Gurgacz, Srs. Senadores, o projeto do Senador Antonio Carlos Rodrigues regulamenta a utilização dos recursos arrecadados pela Cide para a utilização na infraestrutura de transportes. A emenda que eu fiz, Senador Acir, e o Senador Raupp refez o relatório, altera a utilização mínima de 10% – que foi a emenda que eu fiz – na infraestrutura urbana de transportes coletivos.

Todos nós sabemos que hoje um dos grandes males que aflige as cidades de maior porte, capitais e cidades até ou acima de 400, 500 mil habitantes, é a mobilidade urbana. Hoje há uma dificuldade enorme.

Lá em Belém, capital do meu Estado do Pará, o percurso que você fazia, há dez anos, em cinco ou dez minutos, hoje leva uma hora, uma hora e pouco, em função do aumento de veículos. E as ruas, lamentavelmente, não podem ser alargadas. Então, é preciso ter um sistema de transporte coletivo para diminuir a utilização do veículo quase que unitário para o deslocamento.

Senador Valdir Raupp, 5% da Cide é um percentual muito pequeno. Nós fizemos aqui um levantamento. No ano de 2015 e nos três primeiros meses de 2016, o governo que aí estava, lamentavelmente, não aplicou R$1 das destinações que estavam definidas pela Constituição. Quais são as destinações da Cide?

> §1º O produto da arrecadação da Cide será destinada, na forma da lei orçamentária, ao:
> I - pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, de gás natural e seus derivados e de derivados de petróleo;
> II - financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás; e
> III - financiamento de programas de infraestrutura de transportes.

Senador Raupp, o Governo Federal também não repassou para os Estados e Municípios, nesse intervalo de tempo a que eu me referi, 2015 e os três primeiros meses de 2016, a parcela de 29% que é definida na Constituição.

Então, talvez, com a obrigatoriedade agora da aplicação pelo próprio Governo Federal da infraestrutura urbana de transporte coletivo ou não motorizado, a gente possa ter a aplicação mais adequada à contribuição que foi criada sobre os combustíveis.

É lamentável, porque isso não acontece só com a Cide, não, mas acontece também com outras contribuições e, principalmente, com outras taxas nas agências reguladoras que são cobradas do usuário nas tarifas de energia, de comunicação, de água. E essas tarifas que deveriam ir para as agências são retidas no Tesouro para fazer superávit primário.

Senador Acir, se V. Exª pudesse atender ao aumento desse percentual mínimo de 5% para 10%, favoreceria muito a questão da infraestrutura urbana nas cidades, nas capitais, nos Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Passo a palavra ao Relator da matéria, para discutir.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Para discutir.) – Eu queria justificar, Senador Flexa Ribeiro, que a emenda de V. Exª é, sem dúvida, meritória. Pude acolhê-la parcialmente, e não no todo, em função de falta de acordo com o Governo. Nós sabemos o quanto é difícil aprovar um projeto quando o Governo, as lideranças do Governo não o apoiam. Então, foi muito difícil conseguir um entendimento com o Governo de apoiar, de seguir esse projeto e de aprová-lo com os 5%. Então, acho que é melhor a gente aprová-lo assim e, depois, buscar um ganho posterior novamente do que deixar os 10%, o Governo jogar contra o tempo todo, e a gente não conseguir aprová-lo. Essa é a minha explicação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Como nós não temos quórum para votar, sugiro a vista coletiva, para que possamos, na próxima reunião, ir para a votação, não antes sem ouvir o Senador Roberto Muniz, para discutir a matéria.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, acho que essa matéria é muito relevante, para que possamos discutir hoje algumas questões que entendo serem pertinentes neste debate.

Primeiro, quero remontar um pouco a história. Quando a Cide foi criada, ela trouxe para todos os brasileiros um pouco de esperança, porque nós tínhamos perdido uma taxa que era obrigatória e que fazia parte dos investimentos na construção e na manutenção de novas estradas, e a Cide veio substituir essa taxa. Com isso, nós, nos Estados, ficamos aguardando a ampliação dos investimentos devido à existência da Cide. Mas qual foi a surpresa de todos nós? Os Estados, os governos de Estados, ao verem esse recurso chegar até eles, pegaram recursos do próprio Tesouro e os realocaram para outras finalidades. E ficaram as Secretarias de Estado de Infraestrutura, os Departamentos de Estradas de Rodagem, à época, completamente desassistidos, porque se tirou um recurso, que foi substituído por um de mesmo valor, ou seja, não ampliamos nossa capacidade de investimento. Aí a gente agora volta a discutir a Cide, em um momento também em que a população está bastante preocupada.

Nós estamos hoje no primeiro dia após um novo aumento dos combustíveis. O Brasil abriu o dia hoje com as bombas, em todas as cidades brasileiras, mais caras. Isso quer dizer o quê? Ampliação da inflação? Esse aumento do combustível já amplia a inflação?

Os dados nos trazem que 4% do orçamento familiar é gasto com combustível. Isso terá um impacto direto na inflação futura, uma inflação que estávamos conseguindo controlar. Vamos ter também o efeito cascata, porque o aumento do combustível vai deslocar o custo das empresas de transporte, de logística, e isso chegará na gôndola do supermercado, estabelecendo mais um peso para o trabalhador brasileiro, mais incapacidade de criar um mercado competitivo brasileiro, porque teremos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um custo Brasil aumentado, tanto nos deslocamentos urbanos quanto também através das estradas rodoviárias. Também isso cria um impacto enorme para o cotidiano da população brasileira, do cidadão, do trabalhador, e das empresas do nosso País.

Então, é muito importante esse olhar da ampliação do uso desse recurso, como propõem o Deputado e o Senador, com a emenda, para que tenhamos um olhar mais afunilado para a questão do transporte urbano, que afeta o cotidiano de milhões de trabalhadores.

Acho que é momento, Presidente, de nós convidarmos para um debate sobre o que foi e o que está sendo feito com a Cide, depois de tantos anos de existência. Já se vão quase 15 ou 16 anos de existência. Creio que deveriam vir aqui e dizer que legado deixou mais esse imposto? Que legado deixou para o Brasil esse imposto que incide em cascata em toda economia nacional?

Esse é o momento de sabermos o que vamos fazer, propormos, mas também olharmos o passado e o que fizeram com esses recursos durante esses últimos 15 anos. Então, essa é uma questão que eu coloco aqui para o debate, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Roberto Muniz, pela sua contribuição.

Cedida vista coletiva para o projeto.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana, por um pedido de ordem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – Eu queria, Sr. Presidente, apresentar, na Comissão, um requerimento, obviamente com a compreensão de V. Exª e dos colegas. Nós vivemos um período muito delicado na vida nacional. Hoje mesmo estamos todos, de certa forma, vivendo um sobressalto, por conta das reviravoltas que estamos vendo no noticiário e do que esperamos ter conhecimento nas próximas horas, que envolve delatores, condenações prévias de pessoas, acusações, que envolve uso do instrumento da delação premiada aprovada aqui no Senado, no Congresso, mas acho que, perigosamente, o Brasil tem abusado disso, e nós ficamos meio que reféns, todos, na mão de criminosos confessos, ora atingindo uns, ora atingindo outros.

Lamentavelmente, setores até ligados à Justiça também fazem um processo seletivo de condenar alguns sem prova e inocentar outros com prova. Enfim, estamos vivendo momentos terríveis no nosso País, e acho que hoje e amanhã são dois dias importantíssimos.

Pelo que se pode ler, a própria prisão, a gravação envolvendo o Senador Delcídio está também no entorno dessas questões trazidas à baila agora, por conta de organizar gravações, enfim, uma série de questionamentos que a sociedade faz, todos nós estamos fazendo, e isso nos deixa a todos aqui no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senado, no Congresso com a responsabilidade de o quanto antes esclarecer para a opinião pública o que está acontecendo.

Lembro bem que, naquele período da denúncia contra o Senador Delcídio, o primeiro contato que nós tivemos foi com os áudios. A gravação foi tornada pública, e nós não tínhamos documento, nós não tínhamos processo, nós não tínhamos nada, a não ser um áudio. E agora há um áudio misterioso de quatro horas, e o Brasil inteiro se pergunta o que há nesse áudio, já que envolve Ministério Público, delatores, Supremo e a vida nacional.

Eu não faço nenhum prejulgamento, porque acho que esse é um dos grandes erros do nosso País, prejulgar, condenar. E também nessa onda, parece um efeito manada, de um falso moralismo, que atinge a todos e inocenta criminosos.

Eu acho que virou o melhor negócio do mundo no Brasil – parece, não é que eu defenda –, mas, como resultado disso, as delações. Eu vi uma reportagem no Fantástico que todos eles estão morando em grandes coberturas, praticando esporte o dia inteiro, contas bancárias com centenas de milhões de dólares e de reais, alguns morando fora, e, para prestar esse serviço, viraram heróis para uma elite que queria tirar um governo, pôr outro, queria assumir o mando do Brasil, e agora também é vítima desse mesmo instrumento. Quer dizer, estão provando de um certo veneno.

Eu não estou fazendo nenhum juízo. Só acho que é muito sério o que ocorreu nesses últimos dois dias no País. Envolve o Supremo Tribunal Federal, envolve o Ministério Público Federal, envolve todo esse processo, que todos nós queremos que aconteça, mas de forma honesta, sem precipitação e muito determinado, que é o do combate à corrupção. Quem é que é contra isso?

Mas eu confesso que, quando vi autoridades brasileiras ficando contra a Lei de Abuso de Autoridade, eu digo, deve haver alguma coisa por trás, porque quem pode ser contra uma lei que pune abuso de autoridade – principalmente gente do Judiciário e gente do Ministério Público, se são eles mesmos que vão denunciar ou julgar os eventuais acusados de abuso de autoridade? Eu fico muito preocupado, porque ninguém, em sã consciência, pode ser contra uma lei de abuso de autoridade. Nem nós que fazemos as leis, muito menos quem é do Judiciário, que é quem aciona o processo legal brasileiro, quem denuncia e depois quem julga. Eu fiquei perplexo.

Talvez agora a gente comece a entender por que alguns são contra abuso de autoridade – porque cometeram abuso. E, se isso se configurar, nós temos uma responsabilidade muito grande no Congresso que é a de tornar mais rígida a Lei de Abuso de Autoridade e tornar mais rígido o combate à corrupção no Brasil.

Mas eu queria, então, fazendo só esse breve comentário, pedir a compreensão de todos. É muito sério! Todos nós que ocupamos cargo público temos a obrigação de prestar contas à sociedade. E não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

me canso de ver abusos de um lado e de outro. Não estou aqui... São suprapartidários os abusos. E abuso é abuso; então, tem de ser combatido também suprapartidariamente.

Eu queria apresentar este requerimento: "Requeiro, nos termos do art. 52, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, e com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar do tema 'O impacto das privatizações na infraestrutura brasileira'."

Não estou construindo nada que não diga diretamente respeito a esta Comissão. Sei que alguns colegas defendem a privatização. E nós temos algumas preocupações com alguns tipos de privatização. Temos certo consenso em algumas concessões, mas espero que tenhamos o consenso de debater esse tema na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado. Temos de discutir. Eu mesmo quero propor que algumas ações sejam feitas no sentido de concessões, mas quero trazer minhas preocupações com privatizações e com algumas outras questões apresentadas pelo atual Governo.

A ideia é a de que haja a participação de especialistas no tema; de representantes de governos estaduais, porque envolve também governos estaduais; de organizações da sociedade civil e dos Municípios e, obviamente, também de representantes do Governo Federal.

A intenção é esta, Sr. Presidente: o Governo Federal anunciou, no dia 23 de agosto de 2017, que pretende privatizar 57 empresas e projetos, incluindo a Eletrobras, a Casa da Moeda, a Loteria Instantânea, os aeroportos de Congonhas, de Recife, de Maceió, de João Pessoa, de Aracaju, de Juazeiro do Norte, de Campina Grande, de Várzea Grande, de Rondonópolis, de Sinop, de Barra do Garças, de Alta Floresta, de Vitória e de Macaé. O Governo também pretende vender a participação de 49% que tem por meio da Infraero nos aeroportos de Guarulhos, de Brasília, de Confins e do Galeão. Está prevista, igualmente, a concessão da BR-364, no trecho Comodoro-Porto Velho, e a relicitação do trecho da BR-153 entre Anápolis e Aliança do Tocantins. No setor portuário, serão 15 terminais a serem privatizados, nos portos de Belém; de Vila do Conde; de Paranaguá; de Vitória, no Espírito Santo; de Suape, em Pernambuco; e no Porto do Itaqui, no Maranhão.

Diversos setores da sociedade levantaram críticas quanto aos anúncios, pois os processos de privatizações anteriores não trouxeram, alguns deles, o esperado resultado para o País, tendo o patrimônio do brasileiro sido entregue por preços aviltantes, em detrimento das políticas de desenvolvimento nacional.

É óbvio que eu, particularmente, fico preocupado. Não se trata de fazer nenhum juízo, mas o Ministro Moreira Franco, numa pequena mesinha de 2m por 80cm, no Palácio do Planalto, chama a imprensa e anuncia a venda até da Casa da Moeda e da Eletrobras, por exemplo, que é uma companhia que tem 47 hidroelétricas, 67 usinas termoelétricas, 114 usinas eólicas, toda uma linha de transmissão de geração de energia no País. Se não for a maior, é uma das maiores companhias de eletricidade do mundo. Isso não pode ser anunciado a partir de uma banquinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu mesmo trouxe para a Comissão de Relações Exteriores, para a Comissão de Ciência e Tecnologia um outro requerimento. Nós lançamos, há dois meses, o único satélite 100% nacional. Uma parte da sua capacidade será usada pelas Forças Armadas, com sigilo e com uma gestão completamente nacional. Todos nós esperávamos por isso. Ele foi construído a partir de um acordo Brasil-França, de 2013, assinado pelo governo da Presidente Dilma, concluído neste atual Governo e lançado pelo atual Governo, feita uma grande propaganda desse lançamento. Ele é o único satélite 100% nacional. Nós temos 50 satélites monitorando o Território brasileiro, e o único 100% nacional é esse, porque, quando privatizaram as teles, a Embratel, levaram também os nossos satélites, que foram vendidos para os mexicanos – satélites, tudo!

O primeiro que nós construímos depois desses anos todos foi esse. E está anunciada a venda de 57% desse satélite para o dia 27 de setembro deste mês; e ninguém discutiu. Eu farei uma audiência na Comissão de Relações Exteriores. Consultamos as Forças Armadas e elas mesmas estão interessadas, porque não sabiam. E o Clube de Engenheiros entrou com recurso no Ministério Público.

Então, a Comissão de Relações Internacionais e a Comissão de Infraestrutura temos a obrigação, o dever de promover... Eu faço um apelo aos colegas para o quanto antes, independentemente de eu estar propondo, por ser do Partido dos Trabalhadores... Creio que é algo que deveríamos trazer imediatamente para a Comissão de Infraestrutura, para esclarecer.

Eu sou ponderado. Aquilo que for razoável, aquilo que for necessário para o nosso País eu vou defender. Eu só quero ter um pouco de informação. Quero que o Senado Federal seja bem informado. Se há algumas matérias que são mais delicadas, que se deixe para uma maior discussão e no tempo. Se há outras em que há consenso, que haja consenso. Eu estarei junto na hora em que se reunirem as informações.

No caso da Eletrobras... Nos Estados Unidos, todas as hidrelétricas americanas são estatais. Todas. É 15% da geração deles. Na China, não é diferente. Em outros países, também não é diferente. Como nós vamos pegar uma empresa que teve 400 bilhões de investimentos ao longo desses tempos e vender por 40, para tampar um rombo de 159?

O rombo que temos aí é responsabilidade nossa. Vamos discutir. Há uma parte de 70 bilhões que veio do nosso governo. Há uns cem desse ano de Governo Temer. Vamos discutir de onde vem essa irresponsabilidade fiscal. Mas o pior dos mundos é, no pior momento brasileiro, de uma recessão desse tamanho, vender o que nós temos de patrimônio. Todos nós sabemos que nem toda hora é o melhor momento para a gente vender o pouco que a gente tem ou o muito que a gente tem. Agora, nós não podemos aceitar que isso ocorra com o País.

O meu relatório é nesse sentido. Não há nenhum prejulgamento. Eu queria aqui ver se seria possível... Estou apresentando os nomes. Obviamente isso deve ser consenso aqui, podem ser mudados os nomes. Mas a ideia é ter o ex-Ministro de Minas e Energia Nelson Hubner; trazer aqui o Sr. Maurício

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Tolmasquim para ser questionado sobre os problemas da Eletrobras, sobre os problemas atuais, porque acho que todos devem explicação; trazer o Presidente da Infraero; o Sr. Gustavo do Vale, ex-Presidente da Infraero; e também o Prof. Dr. Luiz Gonzaga Belluzzo, sem prejuízo de termos outros nomes indicados pelos colegas ou pela própria Presidência, estabelecendo nomes que venham a nos dar a panorâmica adequada, seja de quem defende as privatizações e concessões, seja de quem questiona, seja de quem está buscando uma melhor informação para ter um melhor juízo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não, Senador Jorge Viana. Eu preciso do protocolo desse requerimento para que a gente possa deixá-lo como lido, já que não temos quórum para votação.

Enquanto isso, passo a palavra para o Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Queria parabenizar o Senador Jorge Viana e dizer que nós não podemos permitir que uma atitude do Governo, de tamanha relevância, tenha o afogadilho de como se nós estivéssemos entregando apenas um supermercado da esquina. Nós estamos falando do patrimônio público nacional, e essas instituições são, sem sombra de dúvidas, importantes instituições que construíram esse patrimônio. Tanto a Eletrobras quanto a Infraero são um patrimônio do nosso Brasil. E nós precisamos entender que, em que pese sermos – e eu sou particularmente – a favor da participação privada na atividade econômica brasileira, da parceria público-privada, nós não podemos prescindir em setores importantíssimos como o setor aeroportuário, como o setor de energia, da presença de empresas governamentais também estruturadas e com força, porque, se o mercado em algum momento não conseguir suprir essas necessidades, é através desses braços, dessas empresas que o Estado brasileiro poderá suportar alguma intervenção pontual, algum aumento no nível de investimentos, a cobrança também em relação à regulação desses serviços. Então, eu acho muito pertinente essa colocação do Senador Jorge Viana.

Acredito, Senador, que nós poderíamos, em vez de colocar juntos, separar por setor.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Em duas audiências.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Em duas audiências: para o setor de energia e para o setor aeroportuário. Então, ficaríamos com mais profundidade para debater cada setor desse e estabelecer um contraditório, criando um diagnóstico perfeito do que está acontecendo nesses setores, e aí, sim, fazer juízo de valor para ver se realmente é necessário entregar o que todos chamam – e isto é real – de as joias da coroa. Não é à toa que se tem esse ditado popular no Brasil, porque são os melhores ativos, são as joias da coroa. Quando você fala de Congonhas, quando você fala do sistema Eletrobras, nós estamos falando da entrega das joias da coroa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós precisamos ter moderação, comedimento para que isso, de fato, seja uma atitude assentada em dados técnicos.

Precisamos discutir também a eficiência dessas instituições nacionais: como que essas empresas estavam e estão tratando os recursos públicos? Como que estão essas empresas à luz dos futuros investimentos? Existe capacidade de investimento para o médio e o longo prazo? Então, são perguntas que precisam ser definitivamente esclarecidas aqui para que nós não tenhamos de, através de uma medida provisória caída do céu, num afogadilho discutir questões tão fundamentais para a infraestrutura do Estado. Então me coloco ao lado da solicitação do Senador Jorge Viana, mas, pedindo vênia, espero que ele possa separar em duas audiências, porque é muito amplo o debate em cada setor, tanto no de infraestrutura quanto no setor aeroportuário, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem.

Com a palavra o Senador Fernando Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, eu só queria uma explicação ou um esclarecimento, melhor dizendo. Acho que na reunião anterior, na semana passada, nós aprovamos aqui um requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin – até com a sugestão do Senador Jorge Viana e com a minha sugestão de convidar o Ministro de Minas e Energia – para uma audiência sobre a privatização da Eletrobras. Como eu cheguei há pouco, a pergunta é se nós vamos ter uma segunda audiência. Acho que teremos uma primeira audiência, e aí vamos ter uma segunda audiência? Já há uma audiência marcada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Para esclarecer, Senador: está marcada para o dia 26 próximo a audiência pública com o Ministro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Com o Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Com o Ministro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Essa é uma segunda audiência?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – O que o Senador Jorge Viana está propondo é uma segunda audiência para discutir não somente o setor elétrico, mas outros setores como a Infraero.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Mas é que ele pediu para separar energia e aeroportos, o Senador Roberto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu posso tentar esclarecer?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não, Senador Jorge Viana, é que eu estou aguardando chegar o requerimento aqui para poder entender.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Já está aqui...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Enquanto isso o Senador Jorge Viana pode esclarecer para nós.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Só para esclarecer. São coisas distintas.

Eu já concordei com o Senador Fernando Bezerra, porque nós apresentamos requerimento... Quando vem normalmente um ministro para uma audiência nós não devemos ter ao lado dele ninguém de outros setores; seria ouvir o ministro. Isso é fundamental, e o Senado vai ouvir o Ministro já no dia 26 – é muito importante fazer esse registro –, em audiência conjunta.

Eu não sei, mas se for desejo dos colegas... Porque nós participamos de todas as Comissões da Infraestrutura, e ouvir o Ministro eu acho importante – eu mesmo vou estar lá. Agora o que eu estou propondo é uma outra coisa: nós estamos querendo discutir o processo de privatização do conjunto da infraestrutura brasileira na Comissão de Infraestrutura do Senado. Fazer pelo menos duas audiências, como o Senador Roberto Muniz está sugerindo de nós termos aí a parte do setor elétrico, trazer alguns especialistas para debatermos um pouco mais amplamente; e depois a do setor aeroportuário...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Está perfeito, está perfeito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... na Comissão de Infraestrutura do Senado, para aprofundarmos um pouco mais. Isso é complementar à vinda do Ministro.

Então, obviamente que pode ser um pouco mais à frente essa audiência nossa, mas eu acho que a Comissão fazer esse debate e nós discutirmos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Está claro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu sou favorável a algumas concessões e até de haver discussão de privatização, mas eu queria que... Como disse o Senador Roberto, nós não ficássemos reféns de decisões extemporâneas como esta discussão mesmo: privatização e venda do único satélite nacional agora dia 27 de setembro – para mim é algo gravíssimo, mas nós vamos discutir na Comissão de Ciência e Tecnologia e na de Relações Exteriores e Defesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nacional. Agora, aqui nós faríamos a parte de infraestrutura do País. A ideia é esta: discutir infraestrutura.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Está claro para mim, Sr. Presidente. Eu só queria também aproveitar a minha curta intervenção para mencionar uma pesquisa feita, semana passada, pela Paraná Pesquisas, que mostra que a maioria, embora por uma margem estreita, mas a maioria da população brasileira consultada, se posicionou favorável ao processo de democratização do capital da Eletrobras.

Ou seja, a União ceder o controle acionário para ter a presença de investidores privados no controle dessa grande empresa brasileira.

Portanto, é um dado importante, que vem seguido de uma outra matéria publicada na *Folha de S.Paulo* e no jornal *O Globo.* Aqui, quando nós estávamos votando a flexibilização das leis do trabalho, sobretudo a terceirização, se dizia e se reiterava e se repetia que a terceirização seria um instrumento de precarização da relação de trabalho. E, agora, um estudo conduzido pela Universidade de São Paulo, em que foram pesquisados, entre 2014 e 2016, mais de 13 milhões de trabalhadores brasileiros, chega à conclusão de que não existe a precarização quando da terceirização.

Então, é importante que os estudos, que os dados, que o debate aqui possa ser aprofundado. E eu concordo, portanto, com a sugestão, após a vinda do Ministro de Minas e Energia, de que outros técnicos, de que outras instituições, de que outras pessoas sejam chamadas a esse debate, para que o Congresso brasileiro, quando vier a deliberar, possa ter todas as informações disponíveis para que possamos ter algo com o que todos concordam: voltarmos a ter um investimento significativo da infraestrutura do País.

É bom lembrar que, nos últimos 15 anos, a Eletrobras só foi responsável por 17% da geração de energia nova no País. Ou seja, mais de 83% da energia gerada no País nos últimos 15 anos já foi feita por atores privados ou empresas públicas em nível estadual.

Portanto, é um dado que precisa ser colocado para reflexão, para mostrar que a proposta não é uma proposta descabida, não é uma proposta que vai contrariar de *per si* os interesses estratégicos do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem.

Concordo também com esse debate. Entendo que é importante que possamos debater e entendermos melhor todo esse processo de concessão e privatização, para que possamos levar essas informações às pessoas que nos indagam todos os dias, em todos os lugares em que vamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Acir Gurgacz, eu acho esse debate importantíssimo, até para esclarecer de uma vez por todas essa questão, Senador Roberto Muniz, sobre privatizações, concessões.

O Senador Jorge Viana, autor do requerimento, na sua fala, justificando o requerimento, fez uma declaração de que a culpa é nossa. A "nossa" a que ele se referiu é do PT, porque não é, acredito, da Comissão...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – O senhor agora lê meus pensamentos trocados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... de Infraestrutura e dos Senadores. Ele assume a responsabilidade. E o faz bem, porque todo o Brasil sabe em que posição o Governo do PT deixou o nosso País: uma dívida de mais de R$3 trilhões, chegando ao absurdo, Senador Jorge, de se aproximar dos 80% do nosso PIB. Daqui a pouco, ela se torna impagável se nós formos ver – e todos os anos temos esse número que assusta todos nós – quanto é que o Estado brasileiro paga do serviço da dívida.

Eu, lá atrás, lá trás, quando o ex-Presidente Lula, Senador Jorge Viana, fez, midiaticamente, aquele anúncio que o Brasil não devia, quitava sua dívida com o FMI, não tinha mais dívida com o FMI, eu dizia: "A que custo?" Eu vou até pedir para a Consultoria do Senado fazer um levantamento de quanto custou ao Brasil essa ação midiática de dizer que o Brasil tinha quitado a dívida com o FMI, quando deixava de pagar juros de 3% ao ano, para passar a pagar juros – porque tomou recursos pelo Tesouro Nacional, pagando taxa Selic– que chegaram a 15%, 16%.

Mas, Senador Jorge, eu acredito, V. Exª pegou o requerimento da Senadora Vanessa, em que ela apontou somente para a questão da Eletrobras, e ampliou – e eu acho correto isso – para todos os setores...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Todos eles. Eu acho até que a gente tem que abrir todos, porque o processo vai dessa forma. E acho, para que a gente possa ter uma discussão que seja não só a questão do mérito da infraestrutura, que são as obras, e podemos fazer conjuntamente com a CAE, porque lá nós vamos ter a avaliação econômica do processo de privatização ou de concessão.

Então, eu acredito e a minha sugestão é, Presidente, que a gente possa, combinado com o Presidente Tasso Jereissati da CAE, fazer uma avaliação conjunta Infraestrutura e CAE; avalia a questão da logística, que é necessária, aqui na Infraestrutura, e avalia a questão econômica na CAE. Se há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

benefício ou não para o cidadão brasileiro, que é só o que nós buscamos aqui: dar ao cidadão brasileiro um serviço à altura daquilo que ele pensa que deve ter e não um serviço como está sendo agora. Ainda há pouco nós falamos na questão da mobilidade urbana.

Então, vamos verificar também a questão da qualidade do serviço, a questão econômica como é que ela vai se comportar.

Essa é a minha sugestão, que a gente possa fazer conjuntamente com as duas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Precisamos ouvir a CAE.

Com a palavra o Senador Elmano Férrer.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – E eu peço pela ordem, sem usar o art. 14.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu também queria me somar às preocupações do Senador Jorge Viana, secundadas por outros Senadores aqui nesta Comissão com relação à intempestividade desse processo de privatização, concessões e subconcessões.

Eu vinha ouvindo pelo rádio a preocupação de V. Exª e do Senador Valdir Raupp, dentre outros, com relação às obras paralisadas há décadas, e que isso se espraia, que se polariza por todo o Território nacional, ou seja, há incapacidade de o Governo Federal, os governos estaduais, os governos municipais fazerem novos investimentos.

Então, eu creio que é pertinente que nós escutemos aqui matérias dessa alta relevância.

Queria adiantar ainda que o Estado do Piauí, através de um... Eu queria rememorar que o Piauí atualmente, com o Governador Wellington Dias, do PT, e o Prefeito da capital, que é do PSDB, os dois de Partidos diferentes, iniciaram um processo de privatização, concessões e subconcessões de serviços públicos.

As capitais, Teresina e Porto Alegre iniciaram um processo de concessão da iluminação pública dessas capitais. E o Governador Wellington Dias, em boa hora, do PT, já fez o processo de subconcessão do sistema de saneamento básico do Estado do Piauí, da empresa estatal, e também de outros setores, o que mostra que nós temos que discutir nesta Casa, com muita profundidade, a questão da incapacidade do Estado brasileiro, sem recursos necessários, para fazer investimentos vultosos no País, em face do estágio de desenvolvimento, embora numa crise não sei se conjuntural ou estrutural, que estamos atravessando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A realidade, meu Presidente, meus nobres Senadores, é que eu vejo com grande – e sempre tenho externado isso – preocupação – não diria – com a falência do Estado brasileiro e, dentro dessa crise do Estado, insere-se a crise federativa.

A realidade é que nós estamos empurrando – diríamos popularmente – com a barriga os graves problemas para os quais não tivemos nem a coragem, nem a determinação, política acima de tudo, de enfrentar questões dessa natureza. A capacidade de investimento no Estado esgotou-se. O Estado brasileiro está sendo questionado por todo o universo de sua população. Não há mais crédito. A população não acredita mais – esta que é a realidade – nos serviços públicos prestados pelo Estado, a começar pela segurança, pela saúde pública, enfim, uma série de questões que eu reputo da mais alta relevância. Estou aqui nesta Casa há dois anos e meio, só vendo crises, crises, improvisações. O planejamento acabou em nosso País, não há em nenhum setor, só arremedos de planejamento. Não sabemos o que nós queremos ser daqui a 20 anos, a 30 anos. Não, eu só vejo aqui, nesta Casa, falar em eleições, que se repetem a cada dois anos. Então, Sr. Presidente, eu me associo à preocupação do nobre Senador Jorge Viana. Construímos, ao longo dos últimos 50 anos, grandes patrimônios em todos os setores da atividade econômica da infraestrutura básica e chegamos ao momento em que o Estado esgotou a sua capacidade de investimento e, nesse período em que as empresas privadas cresceram, se desenvolveram, incorporaram novas tecnologias e podem assumir determinados setores em áreas da atividade econômica. Agora, nós temos que discutir isso com muito desprendimento, desprendimento de natureza político-partidária e também ideológica, vendo o Brasil como deve ser visto.

Então, eu me associo às preocupações do nobre Senador Jorge Viana, secundado por outros Senadores, principalmente Roberto Muniz.

Eram essas, Sr. Presidente, as nossas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Elmano Férrer.

Antes do Senador Pedro Chaves, o Senador...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Vamos ouvir quem ainda não falou. Eu fico por último.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Senador Pedro Chaves, com a palavra.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente e Srs. Senadores, nessa mesma linha do Jorge Viana também é minha preocupação.

A Petrobras mantém, em Três Lagoas, a UFN3, que é uma usina de fertilizantes. Ela já investiu lá mais de R$3 bilhões, e já estão prontos 82% dessa unidade. Em 2014, ela paralisou as obras,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

comprometendo todos os pequenos empresários que eram fornecedores de produtos para a Petrobras, para a usina, levando à falência diversas dessas instituições, dessas pequenas empresas.

Ela queria vender a qualquer preço, o Tribunal de Contas confiscou o processo e agora o devolveu, permitindo que ela fizesse licitação para a venda, para privatizá-la, inclusive. Daqui a dez dias, deve sair a licitação, e, em 90 dias, deverá ser realmente escolhido aquele que foi vitorioso para dar continuidade à obra. Então, é mais uma forma de privatizar a Petrobras. Ela alega que a missão dela não é trabalhar com fertilizantes e, sim, com petróleo, combustível e etc.

Então, eu gostaria de associar essa preocupação nossa de que a Petrobras – na verdade, é um patrimônio nosso – está realmente abrindo mão de uma usina importante. Nós somos extremamente carentes de fertilizantes. Temos, na verdade, só 20% de autonomia, precisamos importar 80%, e essa usina supriria mais 30%. Isso, então, vai ocorrer agora, dentro de dez dias.

Então, se nós pudéssemos discutir um pouco em relação a isso, seria muito importante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Pedro Chaves.

Passo a palavra ao nobre Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Também aproveitando, nós temos, de fato, um requerimento da Senadora Vanessa, que eu poderia subscrever, que trata exclusivamente de discutir a questão da Eletrobras.

A proposta do meu requerimento, que ela também certamente apoiará, o Senador Lindbergh que está aqui e nós todos, é de fazermos um processo de audiência pública – acho que houve uma concordância de todos pelo menos duas audiências públicas – para discutir toda a privatização da área de infraestrutura.

Eu só divirjo um pouco dessa ideia de querer juntar com a CAE. Alguns temas podemos até juntar com a Comissão de Assuntos Econômicos. Tem uma agenda muito pesada – todos nós sabemos – a CAE; a nossa é objetiva: nós temos responsabilidade sobre a infraestrutura do País. Se nós fizermos as duas audiências públicas com o próprio Presidente coordenando os convidados, trazendo de A a Z para ouvirmos as diferentes opiniões, eu acho que nós ganharíamos muito com isso, nós precisamos debater.

Vivemos num País continental, como é o Brasil. Há regiões – a nossa mesmo –, onde, se passarmos uma régua no Sul e no Sudeste, a infraestrutura muito deficitária. Ela é muito deficitária no resto do nosso País!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Se não tivermos uma ação do Governo, ao longo do tempo, nós todos vamos seguir penando, com um brasileiro de primeira classe e outro, de segunda classe. Jamais teríamos, por exemplo, um Luz para Todos – jamais! –, se essa empresa fosse privada. Mas jamais mesmo!

Então, isso tudo tem que ser refletido neste momento. Acho – aí, a minha opinião – que um Governo como este não pode transformar o Palácio do Planalto num balcão de negócio, vendendo patrimônio nosso a preço de banana.

Peço que possa ser apreciado – acho que já há quórum, Sr. Presidente – o relatório, que subscrevo, da Senadora Vanessa Grazziotin. Com isso, teríamos, já, a solução dessas questões. Eu só queria lamentar a ausência dele, mas não posso deixar... O Senador Flexa é muito experiente, ex-Presidente da Federação da Indústria do Pará, mas ele mistura um pouco o seu senso de humor com um outro de provocador também.

Não vou responder. Não tenho a capacidade de humor que ele tem, de fazer piada, como ele o faz, mas queria responder com números. Ele não pode – e é só isso que queria fazer – querer, numa hora dessa, dizer que este rombo, deste tamanho, que o Brasil está vivendo, em que não há solução, a não ser com o Governo lá, propondo mais aumento de imposto, para fazer o contrário do que fazia, foi o nosso Governo que criou.

Tenho todos os números aqui do superávit primário do Brasil, do dia em que o Presidente Lula assumiu até agora. E o que é superávit primário? É a diferença entre tudo o que o Governo arrecadou e tudo aquilo que o Governo gastou.

Durante o Governo do Presidente Lula, o superávit primário foi, em média, acima de 3%. Quer dizer, nós não tivemos prejuízo. O Governo do PT, do Presidente do Lula, foi um pagador de juros, pagador de empréstimo. Foi o Governo que mais pagou empréstimo durante a história do Brasil e dos outros, inclusive nos livrou do FMI.

Onde é que começaram os problemas? O primeiro Governo da Presidente Dilma também foi um governo... Sempre divergi de fazer superávit desse tamanho. Por que é feito um superávit desse tamanho? Para pagar juros! Sempre achei que deveríamos ter uma renegociação dos juros – não é calote – e uma parte desse superávit, para fazer novos investimentos, para gerar mais arrecadação. Eu sempre defendi isso!

Agora, não posso chegar e dizer que, durante o Governo do Presidente Lula, foi uma ação irresponsável. Não! Foi tão responsável, que eu mesmo falava: "Poxa vida! Pega aí 1%, 1,5, para superávit, mas pega o outro 1% e faz investimentos, que vai gerar mais recursos", como o Presidente Lula também defendia, como o José Alencar também defendia.

E quando se deu o primeiro déficit? Em 2014, de 0,5%. O déficit foi em 2014. O primeiro! E por que em 2014? Um enfrentamento político fratricida, em que houve falha nossa, mas houve uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

intolerância da oposição. E, de lá para cá, amigo, aí, o problema só se agravou com a intolerância, com o *impeachment*, com a chegada do Governo Temer.

É simples assim! São números; e os números são as excelências. Eles falam por si só.

Então, não posso deixar de constar, nos *Anais* da Comissão, nos *Anais* do Senado, a verdade, porque entendo que o comentário do meu colega, Senador Flexa, foi só uma piada, um senso de humor dele, que está sempre muito presente, porque os números, a verdade e os fatos eu estou acabando de apresentar sobre a responsabilidade fiscal do Governo do Presidente Lula e da Presidente Dilma, especialmente no primeiro mandato.

Em 2014, aquela desoneração irresponsável que nós fizemos, de R$114 bilhões, neste Senado Federal, neste Congresso, colaborou para que o Brasil seguisse este caminho de ter déficit, de não ter recurso para investimento, de sacrificar os Estados e Municípios e especialmente o cidadão brasileiro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, Senador Jorge Viana.

Passamos ao item 4.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 43, de 2017

- Não terminativo -

Requer Audiência Pública na CI com entidades para tratar da privatização da Eletrobras

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros

Requeiro, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, a fim debater acerca do recente anúncio de privatização da Eletrobras. Para contribuir nos debates sugerimos que sejam convidados:
- Sr. Fernando Pereira, Secretário de Energia da Federação Nacional dos Urbanitários –FNU;
- Sr. Paulo de Tarso, da Confederação Nacional dos Urbanitários – CNU;
- Sr. Gustavo Teixeira do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico – DIEESE
- Sr. Arthur Obino do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro;
- Gunter Angelkorte, Federação Interestadual dos Sindicatos dos Engenheiros – FISENGE
- Sr. Gilberto Cervinski da Plataforma Operária e Camponesa para a Energia
- Sr. Agenor de Oliveira, do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético – ILUMINA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e subscrito pelo Senador Jorge Viana.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 46, de 2017
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o tema "O impacto das privatizações na Infraestrutura Brasileira", com a participação de especialistas no tema representantes dos governos estaduais, organizações da sociedade civil dos estados e municípios atingidos pelas medidas, federações de trabalhadores e centrais sindicais.

Autoria: Senador Jorge Viana

Justificativa.

O governo federal anunciou no dia 23 de agosto de 2017 que pretende privatizar 57 (cinquenta e sete) empresas e projetos, incluindo a Eletrobrás, Casa da Moeda, a Loteria Instantânea Exclusiva (Lotex), os aeroportos de Congonhas (SP), Recife (PE), Maceió (AL), João Pessoa (PB), Aracaju (SE), Juazeiro do Norte (CE), Campina Grande (PB), Várzea grande (MT), Rondonópolis (MT), Sinop (MT), Barra do Garças (MT), Alta Floresta (MT), Vitória (ES) e Macaé (RJ). O governo também pretende vender a participação de 49% que tem, por meio da Infraero, nos aeroportos de Guarulhos (SP), Brasília (DF), Confins (MG) e Galeão (RJ). Está previsto, igualmente, a concessão da rodovia BR-364 (trecho Comodoro/MT- Porto Velho/RO) e a relicitação do trecho da BR-153 entre Anápolis (GO) e Aliança (TO). No setor portuário, serão 15 terminais a serem privatizados, nos portos de Belém (PA), Vila do Conde (PA), Paranaguá (PR), Vitória (ES), Suape (PE) e Porto de Itaqui (MA).

Diversos setores da sociedade levantaram críticas ao anúncio, pois os processos de privatização anteriores não trouxeram os resultados esperados para o país, tendo o patrimônio dos brasileiros sido entregue por preços aviltantes, em detrimento das políticas de desenvolvimento nacional e das estratégias de soberania e segurança do país.

Até hoje o Brasil se ressente da entrega do nosso patrimônio e não se sabe o paradeiro dos recursos obtidos com tais privatizações.

Por outro lado, não há ainda, por parte do governo, uma clareza sobre as estratégias a serem definidas para cada caso. Tanto a oposição, quanto o mercado fizeram críticas ao anúncio, pois ele não foi acompanhado, em detalhes, da definição do modelo das ações. É um pacote que mistura um sem número de ativos sem uma estratégia clara, o que pode levar à depreciação dos ativos públicos nacionais e a mais um processo de perda do patrimônio do povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Além do mais, o anúncio se dá exatamente no momento em que o Governo Federal sofre pressões para demonstrar como conseguirá fechar as contas públicas deste e do próximo ano. A expectativa, com as privatizações, seria obter pelo menos R$40 bilhões em bônus a serem pagos pelos investidores, a maior parte desse valor ainda em 2017 e 2018, incluindo o que seria obtido com a venda da Eletrobrás. Somente a Eletrobrás tem hoje um faturamento anual em torno de R$60 bilhões. Desta forma, o governo estaria "vendendo" o patrimônio com o objetivo único de recompor seu equilíbrio fiscal, a preços muito abaixo do valor real, o que seria uma insanidade.

Por fim, não foi apresentado, juntamente com o anúncio das privatizações, qualquer estudo para justificá-las. A forma açodada como se pretende privatizar o patrimônio nacional, sem planejamento de longo prazo, sem avaliação de impactos no desenvolvimento regional, sem estratégia de retomada do crescimento do país e sem que os interesses da população sejam preservados, necessita ser amplamente discutida e denunciada.

Para participar da Audiência pública, requeremos que sejam convidados :

- Nelson José Hubner Moreira – ex-Ministro de Minas e Energia
- Maurício Tolmasquim – ex-Presidente da Empresa de Pesquisa Energética
- Antônio Claret – Presidente da Infraero
- Gustavo do Vale – ex-Presidente da Infraero
- Ildo Sauer – USP
- Luiz Gonzaga Belluzzo – UNICAMP

Autoria: Senador Jorge Viana.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a audiência pública permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Senadores Jorge Viana, Elmano Férrer e Roberto Muniz, sugiro que façamos, talvez no mesmo dia, mas em duas etapas, pois é um tema da maior importância. Poderemos dividir em duas etapas, mas na mesma audiência pública, para que a gente possa debater esse tema à exaustão e também pela urgência das privatizações e concessões. Sugiro que os nossos universitários possam... (*Risos.*)

... discutir e achar uma data próxima para fazermos essa audiência pública. Se não dia 12 próximo, próxima terça-feira, muito em cima...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Teremos sabatina dia 12; portanto, na outra terça-feira procuraremos organizar essa audiência pública, que é da maior importância para o nosso País.

Não havendo mais nada a tratar, antes de encerrar a nossa reunião, só para fazer o registro, Senador Elmano, nesse final de semana estivemos em Rondônia, na cidade de Ji-Paraná, com a eleição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

da Ação Mulher Trabalhista do Município, que elegeu a Srª Penha como presidente municipal. E no Movimento Negro, a Ivete, com a presença do Neto, que é presidente estadual do movimento negro do Estado de Rondônia, e a presença da Marly, que é Secretária-Geral do PDT nacional e a Silvia Cristina, que é presidente da Ação Mulher Trabalhista no Estado de Rondônia.

Também estivemos em São Francisco, para a realização da convenção municipal do PDT, com a presença do Deputado Lebrão, Deputado Estadual; da nossa Prefeita, do PMDB, Prefeita Lebrinha, que participou da convenção com todos nós; do Deputado Hermínio Coelho, do PDT; do Vice-Prefeito de Ji-Paraná, Marcito Pinto, do PDT; da nossa Vereadora de Ji-Paraná e presidente da Ação Mulher Trabalhista do Estado, Silvia Cristina, que elegeu como presidente o nosso amigo Luiz, presidente da Executiva Municipal, e como vice-presidente, o Presidente da Câmara, nosso amigo e Vereador Milton, do PDT.

Em Rolim de Moura nós estivemos também na convenção municipal, juntamente com toda a equipe do PDT, o Movimento Jovem da Juventude Socialista, a Ação Mulher Trabalhista, o Movimentos dos Negros, todos participaram, juntamente com o Prefeito Municipal de Rolim de Moura, Luizão do Trento, a Primeira Dama Carla; o Deputado Hermínio; Marcito, o Vice-Prefeito de Ji-Paraná e Silvia Cristina. Foi eleito o Marcelo, Presidente do PDT municipal de Rolim de Moura, e o nosso amigo Vereador Leonel como vice.

Tanto no Município de São Francisco, quanto no Município de Rolim de Moura, nós já destinamos várias emendas. Em São Francisco, neste momento está sendo concluído o processo de licitação e entrega de uma carreta para transportar calcário para os nossos agricultores do Município de São Francisco.

Em Rolim de Moura, temos várias emendas também, como a construção de pontes, bueiros, asfalto e a construção da Casa do Lavrador. É um local onde os nossos agricultores poderão comercializar o seu produto, principalmente da agricultura familiar.

Ficam aqui os nossos agradecimentos pela recepção da Prefeita Lebrinha, lá em São Francisco, e do Prefeito Luizão do Trento, em Rolim de Moura, bem como dos presidentes municipais do PDT: em São Francisco, o Luiz, e em Rolim de Moura, o Marcelo, que nos receberam nesse sábado para fazer a Executiva Municipal.

No domingo foram feitas as executivas municipais em São Miguel do Guaporé e também em Cacoal. Assim, estamos todos preparando-nos para as eleições do ano que vem. O PDT se organiza no Estado de Rondônia.

Muito obrigado pela presença das Srªs e dos Srs. Senadores.

Antes de encerrarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores e da presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Por fim, convoco nossa próxima reunião a realizar-se na próxima terça-feira, dia 12 de setembro, às 9 horas, neste plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e dezessete minutos do dia doze de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Roberto Muniz, Lasier Martins, Vanessa Grazziotin, Pedro Chaves, Armando Monteiro e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer, Raimundo Lira, Ângela Portela, Ricardo Ferraço, Wilder Morais, Fernando Bezerra Coelho, Wellington Fagundes e Vicentinho Alves. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 44, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor JOSÉ CESÁRIO CECCHI para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Ronaldo Caiado. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada, com 11 votos favoráveis e 4 contrários. Fazem uso da palavra os Senadores Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Jorge Viana, Hélio José e Ronaldo Caiado e a Senadora Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz

Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/09/12

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Temos apreciação agora, de manhã, no plenário da Comissão de Infraestrutura:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 44, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor JOSÉ CESÁRIO CECCHI para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1. Em 29.08.2017 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do artigo 383 do RISF;

2. Reunião destinada à arguição pública do indicado.

Convido os Senadores, principalmente o Relator do processo, para que venham participar, pois nós teremos votação nominal para deliberar sobre a aprovação da indicação do Dr. José Cesário Cecchi para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Convido os Senadores para participar.

Daqui a pouco nós chamaremos o Dr. José Cesário para compor a Mesa.

Agradeço a presença de todos que acompanham o Dr. Cesário, dos quais eu cito: Dr. Décio Fabricio Oddone da Costa, Diretor-Geral da ANP; Dr. Felipe Kury, Diretor da ANP; Aurélio Cesar Nogueira Amaral, também Diretor da ANP; Waldyr Martins Barroso, Diretor da ANP; Guilherme Eduardo Zerbinatti Papaterra, Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento e Produção; Heloise Helena Lopes Maia da Costa, Superintendente Adjunta da Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural; Márcio Félix, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia; Dr. Marco Antônio Martins Almeida, ex-Ministro do Ministério de Minas e Energia e Chefe de Gabinete da Diretoria-Geral.

Sejam todos bem-vindos a nossa sabatina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Antes de convidar nosso sabatinado: enfim, reiniciaram-se, então, Senador Raupp, as obras de restauração da BR-364, que liga o trecho de Ji-Paraná até Jaru. A empresa tinha começado e houve um problema de empenho, orçamento, por conta da falta de orçamento no DNIT. Fica aqui, portanto, o nosso agradecimento à equipe técnica do DNIT, principalmente ao Dr. Valter Casimiro, que é quem nos socorre sempre lá no DNIT. Enfim, retomaram-se as obras, uma obra importante, muito bem feita, de qualidade, para a manutenção e a restauração da BR-364. Já está também em obras o trecho de Pimenta Bueno a Vilhena, que é outro trecho importantíssimo, e nós cobramos muito de todo o Ministério com relação a essa obra, uma obra importante – dela já falamos aqui várias vezes, assim como da 364, da 429, da 319, da 425, da 421.

E temos um desafio, Senador Raupp: fazer a ligação de asfalto de Porto Velho a Nova Mamoré por dentro, passando por União Bandeirantes, passando também pelos distritos de Nova Dimensão e Palmeiras, e chegando até Nova Mamoré. É uma alternativa importante. Eu diria que é uma nova região de produção agrícola forte que está crescendo a passos largos no Estado de Rondônia.

Antes de passar a palavra ao Senador Raupp, eu quero agradecer à equipe lá de Pedras Negras. Tive o prazer de conhecer, Senador Raupp, a região de Pedras Negras, onde está a Associação Quilombola de Pedras Negras do Guaporé. Quero fazer esse agradecimento na pessoa de seu vice-presidente, Francisco Edvaldo Mendes Pinheiro, que fez um pedido especial para todos nós.

Lá há energia elétrica, é uma região muito bem assistida pela prefeitura de São Francisco do Guaporé – a Prefeita Lebrinha faz um trabalho muito importante, todo mundo adora a prefeita lá –, mas falta a internet. Eles têm tudo, mas não têm internet. Já encaminhei agora, de manhã cedo, o pedido que foi feito pelo vice-presidente da Associação Quilombola de Pedras Negras para que a gente possa levar a internet o mais rápido possível para aquela região.

Deixo também um abraço para a Luzia...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Deu uma pescadinha? A pesca esportiva lá...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Fizemos uma pesca esportiva agora, no feriado. O Gabriel e a Luísa nos deram um tratamento especial, a nós e a todos que por ali passam. O Albino, a Ana, a todos dessa região maravilhosa... É uma região que está totalmente preservada, e os pescadores fazem a pesca esportiva. De fato, não trazem peixe, e havia várias pessoas de várias regiões do Estado participando...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Inclusive, a Polícia Ambiental estava lá, prendeu quem descumpriu as regras, prendeu barcos. Eu soube através da mídia que a Polícia Ambiental esteve lá neste final de semana...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Neste final de semana...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Acho que esteve ali perto, não lá em Pedras Negras – eu conheço aquela região toda também. Houve apreensões de peixes, de barcos, porque quem descumpre as regras é preso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É, tem que prender. Quem faz coisa errada tem de ir para o xadrez, quem está condenado à prisão também tem de ir para a cadeia.

Então, é nesse ritmo que a gente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Falando em ir para a cadeia, eu queria aproveitar esse gancho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Quem tem de ir para a cadeia imediatamente – a imprensa deve estar me ouvindo neste momento – é o Sérgio Machado. Da mesma forma que o Joesley Batista e o Ricardo Saud foram para a cadeia, o delator que mente...

E eu tive oportunidade de falar três vezes para o Procurador-Geral da República que pode haver algumas verdades nas delações, mas há muitas mentiras, muita enganação. Então, a exemplo do Joesley e do Ricardo, quem tem de ir para a cadeia imediatamente é o Sérgio Machado, porque mentiu, omitiu, escondeu dinheiro, ele e os filhos dele.

Assim como o Joesley Batista, o Ricardo Saud e o Sérgio Machado, outros que também delataram têm de ir para a cadeia, têm de sair do exílio de Nova York, como falaram alguns Ministros, como falou o Ministro Luiz Fux. Eles têm de sair do exílio de Nova York, das mansões de Nova York ou das mansões do Brasil mesmo. Alguns delatores que roubaram e mentiram para se livrar têm de ir para a cadeia imediatamente.

Quero fazer aqui este alerta ao Procurador Janot, que ainda não saiu do cargo, e ao Ministro Fachin, para que mandem prender imediatamente o Sr. Sérgio Machado. Ele tem de ir para a cadeia.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É um momento histórico no nosso País, Senador Raupp, em que se está passando o Brasil a limpo com relação à política brasileira.

Muito se ouvia dizer que existiam milhões e milhões em dinheiro em algum canto escondidos. A gente imaginava: será que é verdade, será que é possível uma quantia tão grande de dinheiro? Falava-se em R$10 milhões, em R$50 milhões, em R$100 milhões. E sempre se ficava naquela expectativa: será que não é ilação, será que não estão aumentando? Mas, quando vimos uma apreensão em um único lugar, em um único apartamento, da quantia de R$51 milhões, isso é realmente de assustar todos nós. Isso deixa todos muito indignados. A nós, que estamos no Congresso Nacional, isso traz uma indignação muito forte. Agora, imaginemos aquelas pessoas que estão procurando colocar alguém da sua família no hospital, que não conseguem vaga, que esperam nas filas para as cirurgias há meses. Para aquelas pessoas que passam por isso e que ouvem algo dessa natureza, a indignação é muito grande. Entendo que vem daí grande parte da culpa da insegurança que vivemos no Brasil de hoje, onde há uma desorganização muito grande. As pessoas ficam indignadas, passam a ir para as ruas e a cometer delitos. Ora, é tanto dinheiro espalhado! Se um pode, o outro também pode.

Ou seja, é hora de passar o País a limpo. As pessoas que já estão condenadas precisam ir para a cadeia. O roubo do dinheiro público, a corrupção leva a que falte dinheiro para a educação, para a saúde, para a nossa infraestrutura. O Brasil, como todos nós sabemos, é um País rico, é o País que mais arrecada impostos no mundo, mas não tem dinheiro hoje para pagar suas contas de infraestrutura, de atendimento à saúde, de atendimento nas escolas. Esse dinheiro da corrupção precisa acabar, para que a gente possa ver o Brasil ressurgir das cinzas e retomar o rumo do crescimento.

Com prazer, ouço o Senador Raupp.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Falo que tem de prender o Sérgio Machado porque as gravações que Joesley Batista fez, gravando a si próprio, estão caindo por terra. Da mesma forma, as gravações que fez Sérgio Machado, ex-Presidente da Transpetro, a Polícia Federal já disse que não servem para nada, e mandaram arquivá-las. Ontem mesmo, assisti, no Jornal Nacional, ao arquivamento. O próprio Procurador que pediu a prisão do Renan, do Jucá e do Sarney por causa das gravações do Sérgio Machado... Olhe só a gravidade da situação! Ele pediu a prisão, e o Ministro Teory, na época – ele não tinha falecido ainda –, negou. E se tivesse dado? Ele pediu a prisão, porque Sérgio Machado tinha gravado o Renan, o Sarney e o Jucá tramando contra a Lava Jato. Agora, nas investigações, foi provado que nada daquilo vale, que aquilo não serve para nada, que foi uma forçação de barra para poder se livrar da cadeia. E mandaram arquivar. Ontem mandaram arquivar aquela denúncia decorrente daquelas gravações. Então, o cara que faz isso para se livrar, omitindo informação de R$700 milhões, R$800 milhões roubados da Transpetro, tem que ir para a cadeia. Para se fazer justiça neste País, tem que se começar a prender alguns delatores que mentiram, que mentiram descaradamente. Eu já tive dois inquéritos arquivados a pedido da Polícia Federal, porque os caras mentiram. E eu falei que estavam mentindo, falei para o Procurador que estavam mentindo, mas ele preferiu dar ouvidos a um delator mentiroso do que um Senador da República. Foi o meu caso. Então, muitas dessas delações estão caindo por terra por causa das mentiras.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É uma situação bastante delicada, Senador Raupp. Há uma pressão para que essas pessoas façam a delação, e acabam inventando para terem um benefício que não lhes seria devido em função das mentiras que pregam. Entendo, de fato, que V. Exª tem razão: as pessoas que mentem não podem ficar impunes. É preciso que haja... Alguma coisa tem que ser feita para que isso não venha a acontecer e para que se recoloquem as coisas nos seus devidos lugares. Essa instabilidade política tem que acabar para seguirmos o rumo normal da nossa história.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Vamos falar das BRs?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Vamos falar das BRs. Por favor, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Uns três minutinhos.

Sr. Presidente, nesta Comissão de Infraestrutura temos que debater infraestrutura. Tenho andado todas as semanas, verdadeiramente todos os finais de semanas, por nossas BRs em Rondônia, porque tenho andando de oito a dez cidades por final de semana. Houve um final de semana que fiz 2,4 mil quilômetros de carro. Dois mil e quatrocentos quilômetros em um final de semana, percorrendo dez cidades. Então, tenho cruzado o Estado de ponta a ponta.

Nesta semana, estive na região do Cone Sul, em Chupinguaia. Logo, saí de Porto Velho, fui a Outro Preto; de Outro preto, fui a Pimenta Bueno; de Pimenta Bueno, a Chupinguaia, Distrito de Boa Esperança, percorrendo quase toda a BR-364, de Porto Velho a Vilhena, trecho de Rondônia. E havia realmente alguns trechos parados. No trecho da divisa do Mato Grosso até Pimenta Bueno, estão iniciando a restauração, e espero que ainda dê tempo porque ainda temos três meses para fazer essa restauração. O trecho que estava parado por questões orçamentárias voltou ontem de manhã. Acho que às 6h da manhã as máquinas entraram no trecho da Rondomar, Rondônia Rural, empresa que fez a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

425, uma obra muito boa. Ela retomou e disse que só vai parar agora quando chegar em Jaru. Já estava próximo de Jaru, de Ouro Preto a Jaru, Aquela terceira faixa, entre Ji-Paraná e Outro Preto, daquele trecho da subida da balança, falta pouca coisa para terminá-la: já fizeram a derrocada das pedras, falta tirar o entulho para terminar a terceira faixa, uns três quilômetros na região entre Ji-Paraná e Outro Preto. A rodovia já está em boas condições.

Estive ontem pessoalmente, eu e a Deputada Marinha Raupp, com o Diretor Regional Sérgio Mamani, em Porto Velho, na sede do DNIT em Porto Velho, tratando da BR-364 e da BR-429 – a BR-364 retomou. Pedi a ele que faça um esforço – ele vai ter que fazer, não há outra saída – para contratar também a restauração entre Jaru e Ariquemes, entre Jaru e Rio Preto do Crespo, próximo de Ariquemes, que é um trecho em que ainda há buracos. Aliás, é um dos poucos trechos em que ainda há alguns buracos, e não pode terminar o ano com buracos na BR-364.

Esse foi um apelo que fiz a ele ontem, veemente, quando até lhe disse o seguinte: "Olha, Sérgio, se entrarem as chuvas novamente e essa BR não estiver restaurada, eu não sei se você vai conseguir se segurar aqui, porque a cobrança da Bancada vai ser muito intensa e muito forte".

Da mesma forma, a BR-429, onde faltam pequenos trechos. E é engraçado, porque a Deputada Marinha está apanhando, porque ela dá a cara, ela vai lá e está presente. Foi ela que conseguiu todo o asfaltamento da BR-429, de Presidente Médici a Costa Marques, um trecho de 360km, faltando apenas seis ou sete quilômetros para a conclusão, uns trechos por conta do Iphan, que embargou a obra por causa dos sítios arqueológicos. Isso já foi resolvido e o Iphan já liberou. Em outros, o problema das cabeceiras das pontes que demandavam um aterro grande, que estão terminando agora. E há, ainda, um pequeno trecho, perto de Alvorada, que será resolvido. Ali foi um erro de engenharia: começaram um quilômetro à frente da cidade, de modo que ficou, entre a divisa da cidade e uma primeira ponte ali, um trecho de 1,2 mil metros sem asfalto. Os moradores ali, inclusive, fizeram um levante – e com razão –, fizeram um movimento grande que acabou contagiando toda a cidade de Alvorada d'Oeste.

Então, neste momento, tanto eu quanto a Deputada Marinha, porque somos nós que sempre cuidamos... V. Exª também e outros, mas nós, muito mais presentes lá sempre, estamos cuidando daquela obra da BR-429. E nós estamos apanhando. Quem não vai lá não apanha! Nós estamos indo lá constantemente e estamos apanhando.

Então, como eu percebi isso na cidade, fui ao Diretor Sérgio Mamanny; já conversei duas ou três vezes – e vou conversar nesta semana de novo – com o Diretor-Geral Valter Casimiro, para que faça a licitação o mais rápido possível.

Encontraram um caminho de fazer por RDC. Graças a Deus, já foram arranjados R$7 milhões de remanejamento do Orçamento, já se tem a rubrica orçamentária e, segundo o Sérgio, dentro de 15 a 20 dias, no mais tardar 30 dias, porque é um processo licitatório rápido, já se vai expedir a ordem de serviço para, ainda este ano, aproveitando essa janela hidrológica deste verão, antes do final do ano, concluir aqueles trechos da BR-429.

Então, quero aqui tranquilizar a população de Alvorada, a população de toda a BR-429, pois os pequenos trechos que ainda faltam ser asfaltados, dos 360km de estrada boa, sinalizada, com asfalto usinado, com 15 pontes de alvenaria construídas... Aliás, as primeiras pontes fui eu que construí, ainda quando era diretor do DER e governador, como a ponte de Médici, com quase 500m de extensão. Essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ponte foi construída naquela época e ali foi dado início a 20km de estrada. Ali se deu a largada para o asfaltamento, que hoje já chegou à divisa com a Bolívia, lá em Costa Marques.

Estamos falando já de uma futura ponte, ali depois de Guajará-Mirim. Hoje, já existe uma balsa atravessando para San Ramon, San Joaquin, Trinidad, fazendo a integração do Brasil com a Bolívia.

Então, eu queria aqui pedir desculpas, como o fiz ontem em um vídeo gravado em Porto Velho, ao povo da 429, pois, realmente, ainda há essas pendências com esses pequenos trechos de asfalto por fazer; mas, se Deus quiser, até o final deste ano, nós haveremos todos nós – a Bancada federal, o Governo Federal – de concluir aqueles pequenos trechos ali.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É uma obra importantíssima que todos nós da Bancada... Claro que V. Exª trabalha, desde quando foi governador, como muito bem colocou, na construção da ponte sobre o Rio Machado, em Presidente Médici, mas todos da Bancada estamos juntos, apoiando, para que se resolvam os problemas das nossas BRs em Rondônia. E as principais, como nós colocamos aqui todas as semanas, são a 364, a 429, a 425, a 421 e a 319, que também está em manutenção. Estão trabalhando as equipes. Já se sai de Porto Velho à tarde para amanhecer em Manaus, com toda segurança.

Agora, um alerta também que eu faço: foi combinado já para o DNIT e a Polícia Rodoviária Federal não deixarem carretas passarem nesse trecho. É uma estrada que está ainda em manutenção e as carretas acabam atrapalhando a manutenção, a estrada não está preparada para carretas ali, não. Então, fica aqui o nosso alerta novamente ao DNIT e, principalmente, à PRF. De Humaitá a Castanho, não há estrada para carretas, apenas para caminhão toco. Essa é a limitação da estrada. Espero que essa fiscalização aconteça. Senão, na época da chuva, nós vamos ver todo o serviço que está sendo feito na estrada se acabar com o trânsito dessas carretas.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Só para contribuir, tenho recebido vídeos das pessoas que passam pela 319 felizes da vida, andando a 100km/h, a 110km/h, com a estrada restaurada. Nós haveremos de vê-la asfaltada novamente nesse trecho entre Humaitá e Castanho, ali, perto de Manaus.

Voltando à BR-421, entre Ariquemes e Campo Novo, Monte Negro, Buritis, Nova Mamoré, V. Exª falou do asfaltamento ali por Bandeirantes. É importante, acho que um dia deve acontecer, pode acontecer entre Jaci-Paraná, Bandeirantes, Nova Dimensão e Nova Mamoré. Há aquele trecho também ali, entre Buritis, Rio Branco, Jacinópolis, Nova Mamoré, Nova Dimensão, que é por dentro, a chamada Estrada Parque.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É principal.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Houve até um compromisso do Governo, é principal. Tanto pode ser feita pelo Governo Federal – porque é praticamente o leito da BR-421, saindo até Guajará-Mirim – como pode ser feito também pelo Governo do Estado entre Buritis e Nova Mamoré.

Só para contribuir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem. Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Parabenizando o aniversariante do dia, Senador Flexa Ribeiro. Receba os nossos cumprimentos de toda a equipe da Comissão de Infraestrutura. V. Exª, que sempre está cedo conosco aqui, em todas as terças-feiras, receba nosso abraço, nosso carinho. Desejamos muita saúde, paz, alegria e muitos anos aqui com a gente no Senado Federal. Meus cumprimentos, Senador Flexa.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Primeiro, bom dia a todos, Presidente Senador Acir Gurgacz, Senador Valdir Raupp! Agradeço a Deus, que é muito generoso nos dando vida, saúde, família e amigos. Isso que é importante.

Agradeço a gentileza dos parabéns, mas para a idade em que nós chegamos – e graças a Deus chegamos! –, li um conselho: como é para você viver até os 95 anos? Sabe qual é o conselho, Senador Acir? Não morrer antes. (*Risos.*)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu tenho um melhor, Flexa. Minha mãe viveu 96 anos e 10 dias. Tomava café amargo, dormia cedo, às 8h ou 9h da noite estava dormindo e levantava às 4h ou 5h da manhã. Trabalhando sempre, andando sempre. Esse é um segredo bom.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É verdade. Então, nós temos uma família de longevos. Minha mãe também, partiu aos 94; minha tia, irmã dela, com 103 anos, tomando cerveja. Então, que Deus nos dê vida com saúde para cumprirmos a missão que Ele nos dá.

Senador Acir, todas as terças aqui nós temos esta conversa sobre a 319, sobre a 364, sobre a 163, sobre a 230, sobre a 155, a 158...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Deixe-me aproveitar e perguntar como está o Pedral do Lourenço? A obra do Pedral do Lourenço está caminhando?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador, nós tivemos duas ações midiáticas lá no local. Eu nunca tinha visto isso. Foram dar ordem de serviço para o Pedral do Lourenço e fizeram uma cerimônia em Itupiranga, onde será feito o derrocamento, e outra em Marabá. Foi assinada uma primeira via em Itupiranga e uma segunda via em Marabá. Só campanha fora de época, muito palanque. Isso acontece diariamente, no Pará. Lamentavelmente, o Ministério Público, o Tribunal Eleitoral não enxerga que se está desrespeitando a legislação fazendo diariamente, permanentemente, palanques eleitorais com campanha fora de época.

Respondendo à pergunta do Senador Acir Gurgacz, está acontecendo aquilo que todos nós sabíamos, porque quando a obra foi licitada, a licença ambiental ficou por conta da empresa vencedora da licitação. Então, a expectativa quanto a essa licença ambiental era de dois anos para ser concedida e está tramitando. Nós fazemos ações no sentido de agilizá-la, mas o processo é complicado, envolve Ibama; e toda vez que envolve Ibama, a gente sabe como começa, mas não sabe nem quando nem como termina.

Tivemos uma reunião de audiência pública sobre a questão da licença, Senador Acir, não sei se foi aqui na CI ou na CAE, para licença da Total, uma empresa francesa que ganhou para explorar, fazer pesquisa numas áreas ali na costa norte do Brasil: Pará, Amapá, Maranhão. E ela está há três anos pedindo para o Ibama a licença para começar a fazer as pesquisas. Fizemos uma reunião aqui com vários convidados, entre eles a Diretora do Ibama, que licencia. Ela disse que em 45 dias a licença seria concedida. Passaram os 45 dias, passaram mais uns trinta e poucos, e agora, há duas semanas, veio a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

notícia de que o Ibama não concedeu a licença. Diz-se que tem ali um recife de corais que podem ser danificados, mas aqui na audiência já foi mostrado que não vai atingir a área onde há esses corais. Mas, lamentavelmente, vamos ter de fazer outra audiência para saber o que aconteceu, para não perdermos essa possibilidade de pesquisar. Não é explorar, não, é só pesquisa de petróleo.

O Pará só precisa encontrar petróleo e eu acho que tem lá, porque Deus também foi tão generoso com o Estado que tem tudo ali. Então, nós temos que achar petróleo e gás lá, para completar o processo total.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, Senador Flexa.

Dando sequência, então, ao item 1, não terminativo.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 44, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o nome do Senhor JOSÉ CESÁRIO CECCHI para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Em 29.08.2017 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do artigo 383 do RISF;

2. Reunião destinada à arguição pública do indicado.

Esta reunião se destina à sabatina do indicado.

Portanto, convido para que tome assento à mesa, o Dr. José Cesário Cecchi, indicado ao cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Seja bem-vindo, Dr. José.

Informo ao nosso convidado, o indicado, que S. Sª dispõe, para a sua exposição, de 20 a 25 minutos ou 30 minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não. Pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pela ordem.) – Como será difícil manter o quórum até o final da reunião, seria possível que V. Exª abrisse o painel para que os Senadores fossem chegando e votando? Todos os Senadores já conhecem o parecer, o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Seguiremos o Regimento. Assim que for possível, vamos abrir o painel para que possamos votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Inicialmente, Senador Raupp, necessitamos do quórum de 12 Senadores para abrir o painel e deliberar. Por isso estávamos promovendo um bate-papo, para receber a visita dos demais Senadores. Já temos sete. Daqui a pouco atingiremos o quórum mínimo, que é de 12, para abrir a votação.

Neste momento, passo a palavra ao Dr. José Cesário Cecchi, para fazer a sua exposição.

O SR. JOSÉ CESÁRIO CECCHI – Bom dia a todos, Senadores, Senadoras, membros da Diretoria da ANP, Presidente Acir, que comanda esta reunião. Também gostaria de estender os parabéns ao Senador Flexa Ribeiro.

Meu nome, como todos sabem, é José Cesário Cecchi. Sou economista, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Engenharia Nuclear pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe) e doutor em Engenharia de Produção pela mesma instituição.

No âmbito da academia, fui autor e coautor de artigos científicos, professor e membro de bancas de trabalho de conclusão de cursos de mestrado e doutorado.

Profissionalmente, por quase 30 anos, sempre estive envolvido com atividades relacionadas ao setor de energia em instituições privadas e públicas, sendo, desde 1985, funcionário de carreira do Instituto Nacional de Tecnologia e, após o ano de 1998, cedido à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, inicialmente como assessor do diretor e atualmente como superintendente de comercialização e movimentação de petróleo e seus derivados e gás natural.

Considerando esse mesmo período, o setor de petróleo e gás natural desenvolveu-se de maneira fortemente relacionada com as estratégias de negócios da Petrobras, dos mais diferentes elos da cadeia de valor dessas indústrias, seja pelo monopólio instituído desde sua criação, em 1953, seja pelas características intrínsecas ao desenvolvimento dessas indústrias, em particular a de gás natural. Pode-se observar que até hoje a Petrobras continua atuando fortemente em todos os segmentos da indústria, apesar de não ser mais a única, especialmente no segmento de exploração e produção. Diante desse contexto, durante o exercício da Função de Superintendente de Comercialização e Movimentação de Petróleo na ANP há quase 20 anos, e tendo estudado com afinco inúmeras experiências de reformas institucionais no setor de energia de diversos países, vejo na possibilidade de ser membro da diretoria colegiada da Agência um reconhecimento profissional e a oportunidade de contribuir em diferentes frentes para o desenvolvimento de uma indústria que possui relevante representatividade no Produto Interno Bruto do País.

Com um pano de fundo que explica em parte o que irei expor em seguida, penso que a melhor forma de regular o mercado é promover, através de instrumentos técnicos e econômicos, a concorrência e a competição nos diversos elos da cadeia de valor das indústrias de petróleo, gás natural e biocombustíveis. Dentre esses elos, estão a produção, o processamento, a comercialização e a importação desses energéticos, bem como o transporte e o armazenamento de petróleo e biocombustíveis. Por sua vez, no setor de gás natural, esse aspecto não se confirma, já que seus segmentos de transporte e distribuição são caracterizados por serem monopólios naturais, situação na qual apenas uma empresa atende de forma ótima aos interesses da sociedade. Por essa característica específica, a ação regulatória é necessária e fundamental para que os agentes econômicos não se apropriem de rendas extras ou impeçam a entrada de novos agentes que possam promover a concorrência nos demais elos da cadeia de valor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Dito isso, é possível afirmar que as indústrias de petróleo, gás natural e biocombustíveis, além da própria ANP, vêm passando, nessas duas últimas décadas, por profundas e intensas transformações, das quais permitam-me destacar algumas que considero relevantes para marcar sua atual configuração:

1) Ingresso de grupos nacionais e estrangeiros de pequeno e médio porte nas atividades de exploração e produção de hidrocarbonetos, por meio das rodadas de licitação de blocos exploratórios promovidas pela ANP. Dados de julho de 2017 apontam para 96 grupos econômicos atuando nesse segmento, sendo 47 nacionais e 49 estrangeiros, ampliando o reconhecimento geológico das bacias sedimentares brasileiras, promovendo a exploração e a produção de petróleo e gás natural e recompondo as reservas desses energéticos, de modo a permitir a suficiência energética necessária ao desenvolvimento econômico do País.

2) Crescimento do gás natural na oferta interna de energia, passando de uma participação na matriz energética de 6% em 1995 para quase 14% em 2016, deixando de ser um subproduto do petróleo e passando a ser um importante energético para os segmentos industrial e de geração de energia;

3) Participação de biocombustíveis na matriz energética brasileira, atrelado à inovação tecnológica e uso racional e sustentável de energias renováveis;

4) As descobertas recentes do grande potencial exploratório na área do pré-sal, assim como a existência de recursos não explorados, convencionais e não convencionais, nas bacias terrestres brasileiras;

5) Os diferentes patamares de preços de petróleo e gás natural, hoje estando em montantes bastante inferiores àqueles observados há dez anos, o que impacta no ritmo de exploração dos recursos petrolíferos e gasíferos nacionais. É importante destacar que esse preço esteve em diferentes patamares. Em 1998, eram US$10 o barril; de 2011 a 2014, da ordem de US$100 o barril; em 2017, em torno de US$50 o barril.

6) Implementação de instrumentos regulatórios para garantir o abastecimento nacional de combustíveis por meio de controles e/ou introdução de requisitos operacionais e específicos por parte dos agentes econômicos.

Cabe ressaltar que o segmento de combustíveis automotivos possui grande dimensão e, portanto, necessita de uma ação regulatória efetiva por parte da ANP, dado o tamanho e a diversidade de agentes.

Apenas para citar alguns grandes números, temos: 125 mil agentes econômicos que, em 2016, efetuaram uma venda interna de combustíveis em torno de 135 milhões de metros cúbicos.

Por sua vez, a fiscalização na ANP vem sendo atuante e aumentando progressivamente suas ações, seja por meio do programa de monitoramento da qualidade de combustíveis – importante direcionador das ações de campo e que vem demostrando níveis de não conformidade dentro dos padrões internacionais, uma média de 1,8% para a gasolina, 2,9% para o óleo diesel e 2,1% para o etanol de não conformidade –, ou seja por ações nas instalações dos agentes individualmente ou por meio das forças-tarefas com outros órgãos de governo.

E, finalmente importante, é o permanente aprimoramento dos mecanismos de gestão e de transparência da ANP promovido pelos diretores que estiveram lá durante esses 20 anos.

Nessa configuração toda, destaca-se o reposicionamento da Petrobras no mercado, em função do seu programa de desinvestimento. Entendo que tal programa permitirá a entrada de novos agentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

econômicos nos mais diferentes segmentos nas indústrias de petróleo, gás natural e biocombustíveis, promovendo um ambiente competitivo e concorrencial, cujo beneficiário será, em última instância, a sociedade brasileira.

No entanto, apesar dessas grandes alterações nas indústrias reguladas na própria ANP, muitos esforços ainda são necessários. Assim, entendo primordial uma especial atenção no aperfeiçoamento de aspectos relevantes para garantir o ambiente regulatório e econômico propício ao desenvolvimento dessa indústria que tem um efeito multiplicador na economia como um todo fantástico:

A) Necessidade de manter uma periodicidade da existência de um calendário de leilões de blocos exploratórios de petróleo e de gás natural que, de um lado, favoreça os agentes interessados e, de outro, permita que a ANP desenvolva os estudos necessários para apresentar as áreas ao Conselho Nacional de Política Energética de forma estruturada e com instrumentos editalícios e contratuais modernos e aderentes à dinâmica do mercado.

B) A garantia de acesso à infraestrutura objeto dessa comissão de movimentação e armazenamento por todos os agentes interessados, de modo que novas ou reprimidas ofertas e demandas sejam viabilizadas.

C) Necessidade de garantir maior transparência para que se reduza a assimetria de informações entre os agentes da indústria e entre esses e a ANP.

D) O aperfeiçoamento de requisitos de política e de ação regulatória que oferecem corretos sinais para o desenvolvimento, sejam eles técnicos ou econômicos.

Diante desse contexto, a ANP está se aprimorando para enfrentar os desafios, contemplando em seu planejamento estratégico como alguns de seus objetivos a proteção dos interesses da sociedade – bom dia, Senador! –, a promoção da concorrência, a viabilização de um ambiente regulatório propício ao investimento e a garantia do abastecimento de combustíveis ao mercado.

Do mesmo modo merece destaque, para dinamizar as indústrias do petróleo, gás natural e biocombustíveis, um conjunto de ações que vem sendo promovido pela União, com os seus diferentes Ministérios e suas secretarias, em sua maior parte pelo Ministério de Minas e Energia.

Aqui está presente o Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, Márcio Félix, na lateral.

1) Iniciativa Gás para Crescer. Programa iniciado em junho de 2016, com o objetivo de propor medidas concretas de aprimoramento do arcabouço normativo do setor de gás natural, visando a alcançar o mercado de gás natural com diversidade de agentes, liquidez, competitividade, acesso à informação e boas práticas, e que contribua para o crescimento do País.

A resolução do CNPE com as diretrizes foi publicada em abril de 2017, Resolução 10, de 2016, e atualmente encontra-se no processo de consolidação das contribuições dos agentes do mercado, para as alterações legislativas necessárias para garantir o cumprimento do objetivo supracitado.

2) Iniciativa Combustível Brasil. Ação iniciada em setembro de 2016, com o propósito de discutir o panorama do setor de combustíveis e estabelecer um conjunto de ações e medidas voltadas para a promoção e a intensificação da livre iniciativa no mercado brasileiro de combustíveis. Através da Resolução nº 15, de 8 de junho de 2017, o CNPE criou o Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis (CT-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

CB), que apresentará as medidas necessárias para o aprimoramento do marco legal do setor, essas alinhadas com outras iniciativas e programas do setor energético.

Grupo de trabalho para o estabelecimento da política de exploração e produção criado pela Resolução CNPE 06, de 2016, de outubro de 2016, com o objetivo de estabelecer a política brasileira de exploração e produção de petróleo e gás natural, focando na maximização da recuperação dos recursos *in situ* dos reservatórios, na quantificação do potencial petrolífero nacional e na intensificação das atividades exploratórias no País; na promoção da adequada monetização das reservas existentes, resguardando os interesses nacionais.

Como resultado dos trabalhos desse grupo, foi publicada a Resolução CNPE nº 17, de 8 de junho de 2017, estabelecendo a política de exploração e produção de petróleo e gás natural, e definindo as diretrizes e orientando o planejamento e a realização das rodadas de licitação.

Ainda no tocante às atividades de exploração e produção, também pode ser citado o Programa de Estímulo à competitividade da cadeia produtiva, o desenvolvimento e o aprimoramento de fornecedores do setor petróleo e gás natural (PD For), que, por meio do seu comitê diretivo, propôs a adoção de um conjunto de regras de conteúdo local para a 14ª rodada de licitações de blocos exploratórios e a terceira rodada de partilha, as quais foram incorporadas como diretrizes do CNPE nas resoluções que autorizam a realização dos referidos certames.

Programa RenovaBio. Programa lançado em dezembro de 2016, com o objetivo de expandir a produção de biocombustíveis no Brasil, baseada na previsibilidade, na sustentabilidade ambiental, seguindo os compromissos brasileiros do Acordo de Paris, econômico e social, compatível com o crescimento do mercado.

Diante dessas premissas, espera-se um volume de investimentos em torno de US$40 bilhões e elevação substancial de postos de trabalho, principalmente no setor sucroalcooleiro.

Diante desse contexto, a Resolução CNPE 14, de 8 de junho de 2017, define as diretrizes estratégicas para a política de biocombustíveis, cria o Comitê de Monitoramento do Abastecimento de Etanol e o Comitê de Monitoramento do abastecimento de biodiesel.

5) Programa de Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás em Áreas Terrestres (REATE): programa iniciado em janeiro de 2017, com o objetivo estratégico de revitalizar as atividades de exploração e produção em áreas terrestres no Território nacional, estimular o desenvolvimento local e regional e aumentar a competitividade da indústria petrolífera *onshore* nacional.

6) Programa de Parcerias de Investimentos (PPI): ação iniciada em junho de 2016 com o objetivo de reforçar a coordenação das políticas de investimento em infraestrutura por meio de estabelecimento de um novo fluxo de decisões para priorização e acompanhamento dos projetos que serão executados por meio das concessões, parcerias público-privadas e privatizações, visando garantir um ambiente propício à expansão da infraestrutura, do desenvolvimento econômico e das oportunidades de investimento e de emprego no País. Importa destacar que, por meio das ações da Secretaria do PPI, foi dada prioridade à realização das rodadas de licitação para o ano de 2017.

7) Repetro: o Regime Aduaneiro Especial de exportação e importação de bens que se destinam às atividades de pesquisas e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural foi instituído em 1999 e teve sua vigência prorrogada até dezembro de 2040 por meio do Decreto 9.128, de 17 de agosto de 2017. Em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

complemento a essa postergação de prazo, por meio da Medida Provisória 795, do mesmo dia, foi estabelecido um novo tratamento tributário das atividades de exploração e desenvolvimento de petróleo ou de gás natural. Tais ações são fundamentais para apontar um estímulo aos agentes econômicos interessados em participar de futuras licitações, favorecendo um novo ciclo de investimentos nos segmentos de exploração e produção.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Só um intervalo, para podermos abrir a votação.

Indago às Srªs e Srs. Senadores: se concordarem em abrir a votação, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, vamos abrir o painel, enquanto nosso convidado faz sua exposição.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Posso aproveitar a intervenção de V. Exª?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O Senador Flexa não pode nos dar atenção porque fica ali recebendo cumprimentos e todo tipo de...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É o aniversariante do dia.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Isso, e eu só queria cumprimentá-lo também, já que ele não tem um tempinho, dar um abraço, desejar saúde e felicidades ao colega Flexa Ribeiro, com carinho.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem.

Com a palavra o Dr. José Cesário Cecchi.

O SR. JOSÉ CESÁRIO CECCHI – Sendo assim, importantes ações estão sendo efetuadas para dinamizar o setor regulado pela MP, o que merecerá esforço redobrado da ANP.

Antes de terminar, gostaria de tecer algumas palavras acerca da importância da atividade regulatória, particularmente nas indústrias energéticas. Por meio da regulação, é possível supervisionar o funcionamento de determinadas indústrias consideradas essenciais ou básicas para a sociedade nas quais a relação entre produtor e consumidor necessite alguma forma de intervenção pública por meio do Estado brasileiro. Ela deve ser diferenciada por atividade econômica, dando conta das especificidades de cada segmento da indústria, criando as condições para a existência e a manutenção da concorrência nas distintas atividades reguladas.

É fundamental que o arcabouço regulatório de uma indústria permita a atração e a realização de investimentos, ao mesmo tempo em que defenda os interesses dos consumidores quanto à qualidade dos produtos e preços, ou seja, deve-se regular a forma como os produtos devem ser oferecidos e os serviços prestados, garantindo a remuneração dos investidores, preservando os contratos previamente assinados e, ao mesmo tempo, estimulando os investimentos necessários para o desenvolvimento das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

indústrias no longo prazo. Isso deve ser feito de maneira eficiente, com a menor burocracia possível, com excelência técnica, transparência, e com a participação da sociedade.

Por fim, gostaria de agradecer a indicação do Excelentíssimo Senhor Presidente Michel Temer e do Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Fernando Bezerra Coelho Filho, para ocupar uma das diretorias técnicas da ANP. Caso aprovado na Comissão de Infraestrutura e no Plenário deste Senado, exercerei a função com todo empenho, focando no desenvolvimento sadio da indústria de petróleo, gás natural e biocombustíveis, ampliando as oportunidades de investimentos, permitindo a promoção da competição nos segmentos dessas indústrias onde for possível, e isso é viável considerando as atribuições legais da Agência, por meio do aprimoramento contínuo da regulação, da constante capacitação da força de trabalho, do foco na transparência e no tratamento isonômico e do controle quanto ao cumprimento das regras por parte dos agentes econômicos.

Estou, a partir deste momento, disponível para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais necessários.

Meu muito obrigado pela atenção de todos os Ex^{mo}s Srs. Senadores e Ex^{ma}s Srªs Senadoras.

Obrigado, Senador Acir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado ao Dr. José Cesário. Meus cumprimentos por sua exposição.

Antes de passar a palavra aos demais Senadores, eu gostaria de fazer algumas colocações, Dr. José Cesário.

Nós temos uma estrutura muito grande na ANP para gerir todo esse trabalho de exploração, refino e tudo mais. Nós temos visto nas últimas semanas uma instabilidade muito grande no preço do combustível, e todo o trabalho de toda essa equipe... Ela tem quase... O principal objetivo é levar o preço do combustível à bomba para que os brasileiros possam ter acesso a esse combustível.

A que se deve essa instabilidade de preços nas últimas semanas? Houve uma alta de preços muito grande na gasolina, no óleo diesel, no álcool. Antigamente se dizia "aumentou o dólar, aumentou a gasolina". Chegou o dólar a quatro, subiu o combustível; o dólar baixou para três e pouquinho, e o combustível continua subindo. Então, aquilo que se perdeu, vamos dizer assim, na época da alta do dólar... Estava em três e foi para quatro, aumento de 30% da moeda, subiu também o combustível. Depois baixou 20 e poucos por cento e não houve a queda, mas, ao contrário, aumentou ainda o combustível no País.

A que se deve esse aumento e o que se pode fazer para que isso não aconteça? Pergunto porque o Brasil hoje, pelo que todos nós sabemos, é autossuficiente na produção de gasolina, de biodiesel, de biocombustível, de etanol e tudo mais. Fica a minha pergunta, antes de passar a palavra aos demais Senadores, para que V. Sª possa nos fazer entender o que está acontecendo neste momento.

O SR. JOSÉ CESÁRIO CECCHI – Senador, seria pretensão da minha parte fazê-los entender essa lógica, que é não conforme. O que significa isso? Significa que a volatilidade é permanente no preço dos derivados de petróleo.

A ANP não atua na fixação de preços, ela não controla preços, os preços são livres.

Basicamente, os preços, hoje, variam em função do dólar, de uma cesta de óleos e do preço do mercado internacional. Atualmente, o preço está sendo afetado pelo que está acontecendo nos Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Unidos, que é o furacão Irma, que afetou boa parte do Texas e boa parte... Isso se reflete no mercado internacional, não só no Brasil.

E há mais: a Petrobras tende a acompanhar tanto a variação do dólar quanto a de óleo e combustíveis dia a dia; acompanha os preços dos derivados de petróleo. Isso é razoável do ponto de vista do que foi praticado no passado. O preço variava enormemente, e a Petrobras sempre praticava o mesmo preço, muitas vezes levando, acarretando prejuízos para ela.

Então, hoje, a volatilidade eu atribuo aos fenômenos naturais que estão ocorrendo no âmbito dos Estados Unidos, nem tanto à variação do dólar. Eu a atribuo, principalmente, às causas da natureza, aos furacões nos Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Mas o furacão aconteceu agora, e a alta do combustível aconteceu bem antes.

O SR. JOSÉ CESÁRIO CECCHI – Mas aí há a variação do dólar, que subiu também.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Quanto à variação do dólar, o dólar subiu e caiu.

O SR. JOSÉ CESÁRIO CECCHI – Ele sobe e desce...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – O dólar chegou a R$4 e veio a R$3,12 ou a R$3,15. Então, quando sobe o dólar, o preço do combustível sobe, mas, quando o dólar desce, o preço do combustível não desce, continua subindo. Então, é uma coisa que a gente não consegue entender e muito menos explicar para a população brasileira.

O SR. JOSÉ CESÁRIO CECCHI – Olha, eu concordo com o senhor. Acho que o preço praticado pela Petrobras é o que ela pratica; ela maximiza a receita dela. Isso tem permitido, inclusive, haver um reflexo direto no aumento das importações de petróleo, de derivados do petróleo, gasolina, diesel e etanol, por terceiros.

Então, quando o importador percebe que, no mercado internacional, o preço está menor do que o praticado pela Petrobras, ele vai lá e compra no mercado internacional. Ou seja, isso é salutar, porque a Petrobras faz a política de preços, tentando manter uma margem no mercado – ela tem o *benchmarking* dela –, em função dos seus competidores, porque, hoje em dia, o mercado está completamente aberto. Se ela pratica esse tipo de preço, é um preço que, empresarialmente, para ela, é mais vantajoso. Na hora em que ela começar a perder mercado... Inclusive, ela mesma já declarou isto: "Eu perco *benchmarking*." Por quê? Porque o pessoal está parando de comprar nas refinarias da Petrobras e está importando produtos mais baratos do que os que a Petrobras está vendendo. Aí a Petrobras revê o preço que está praticando. Para quê? Para não perder margem no mercado brasileiro. Ou seja, isso é parte do mercado, é o que nós estamos tentando buscar. Não é que a Petrobras pratica um preço independentemente do mercado internacional.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem!

Passo a palavra ao primeiro inscrito, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria cumprimentar o Sr. Presidente e os colegas Senadores e Senadoras.

Acho oportuna esta sabatina. Eu queria cumprimentar o Sr. José Cesário, indicado para a ANP. Sei que ele é funcionário de carreira, professor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós estamos diante de uma situação de muitas incertezas no Brasil. Confesso que tentei entender a explicação de V. Sª para a pergunta do nosso Presidente, Senador Acir Gurgacz, mas não a entendi, porque, vejam só, se algumas concorrentes da Petrobras estão conseguindo importar derivados mais baratos que a Petrobras e se a Petrobras também tem que fazer esse movimento para não perder mercado, ora, o movimento não é de aumentar o preço. Se está havendo uma concorrência nesse sentido, deveria haver uma queda de preço. E o que estamos vivendo é uma situação de absoluta dúvida. Repito a pergunta: por que a ANP não se posiciona, não resta conta à opinião pública – estou falando da ANP e não de V. Sª – sobre esse movimento que não entendemos? Parece uma brincadeira com o consumidor.

Não estou desconhecendo as mudanças que temos em função do preço do petróleo no mundo, mas, olhem: o pré-sal agora passou de um milhão de barris por dia. Era um problema, porque a Petrobras está vivendo uma fase de gastar muito, de ter investimentos, e não ter retorno. Agora, o pré-sal já é responsável por mais da metade do que o Brasil possui de petróleo por dia – mais da metade! Quero um comentário sobre isso. Certamente isso ajuda o País, porque, gerando mais petróleo, estamos ajudando a ter um preço um pouco melhor.

O senhor pode não ter conhecimento, mas no meu Estado – em Brasília passa de R$4 o litro da gasolina – passa de R$8! Oito reais um litro de gasolina, e a ANP não tem um posicionamento sobre isso. Quando há problema no preço da energia elétrica, vamos na Aneel, que informa se está usando bandeira verde, bandeira amarela, bandeira vermelha seguindo alguma política, e, de alguma maneira, mesmo divergindo, temos ali uma satisfação para o público. Mas quem se posiciona sobre preço de combustível é sempre a Petrobras; a ANP não fala nada, não explica nada, não justifica nada, e uma das perguntas que surgem é: para que Agência Nacional do Petróleo? É uma agência, passam por aqui os indicados, temos vários deles aqui, e os cumprimento.

Estamos fazendo perguntas que são do cidadão brasileiro. Com essa história envolvendo a Petrobras, escândalos, o brasileiro fica perguntando: "Vem cá, sou eu que estou ajudando, quando estou abastecendo o carro, a pagar o buraco que temos?" Quero um comentário de V. Sª sobre essa entrega de patrimônio que a Petrobras resolveu fazer – entrega, de graça, na hora em que o Brasil vive uma recessão. É por isso que a Bolsa está estourando do jeito que está. Os estrangeiros estão vindo para cá comprar a preço de banana o que temos.

Na Petrobras, quero um comentário: quais os principais ativos que a Petrobras vendeu? Os preços eram justos? É uma pergunta que faço. Qual o volume de recurso que a Petrobras arrecadou? Sabemos que há uma nova direção na Petrobras agora, que está sendo questionada inclusive, o seu próprio Presidente. Há uma espécie de caixa-preta, e não se sabe o que está ocorrendo. O que o cidadão sabe é que a Petrobras é motivo de uma série de processos, está abrindo agora para empresas estrangeiras aquilo que ela detinha como estratégico, vendendo patrimônio do povo brasileiro e, ao mesmo tempo, nesse conjunto de ações para salvar, segundo estão dizendo, a Petrobras, a gasolina nunca esteve tão cara, os derivados nunca estiveram tão caros.

Outro aspecto: como é feita a política de preços para o combustível da aviação no Brasil? Ele é dolarizado? Ele vem a partir de políticas também da Petrobras.

E nós estamos fazendo um debate exatamente sobre isso, porque a informação segura que nós temos sobre isso é a de que o Brasil tem o mais caro combustível de aviação do mundo. Ora, se nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

temos o combustível de aviação mais caro do mundo, parece que a atual direção da Petrobras está caminhando para o Brasil ter a gasolina e os derivados de petróleo mais caros do mundo.

Eu não sei se estão pensando que os combustíveis fósseis estão no fim, mas todos nós sabemos que os países que estão assumindo o compromisso de não terem mais carros que usem derivados de combustíveis fósseis estão projetando essa meta para 2045, 2050. Não sei se o Brasil está querendo resolver isso nos próximos meses, mas o certo é que há uma grita, uma revolta da opinião pública, e eu acho que a Agência Nacional do Petróleo deveria emitir nota oficial justificando, explicando por que motivo a população está pagando essa conta. Por quê?

Nós não podemos ficar reféns do que a Petrobras anuncia. A Petrobras é uma empresa importantíssima, mas é a agência que trabalho com a regulação, com as autorizações, com as outorgas.

Então, eu gostaria de ter, resumindo, um comentário sobre a venda de patrimônio da Petrobras, do povo brasileiro; e gostaria de ter um comentário sobre esse absurdo do preço dos combustíveis quando o Brasil aumenta a sua produção de petróleo, com o pré-sal colaborando com mais da metade da produção nacional de petróleo. E, sinceramente, querer colocar agora que o aumento da gasolina, aqui no Brasil, é em decorrência de um furacão na Flórida é um pouco demais para a minha pouca inteligência.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Eu sugiro que nós ouçamos três Senadores e, depois, passemos a palavra para o nosso expositor.

Assim, passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro e, na sequência, ao Senador Hélio José e, depois, ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr; Presidente, Senador Acir Gurgacz, nosso sabatinado para a ANP, Sr. José Cesário Cecchi, Srs. Senadores, eu até poderia me contrapor à fala do meu amigo, Senador Jorge Viana, mas não vou fazê-lo porque vai fugir ao nosso propósito aqui. Mas eu fico cada vez mais surpreso em ver, Senador Acir, como é que se fala das coisas da Petrobras e não se olha para o passado. Quer dizer, o governo do PT conseguiu a proeza – quase conseguiu, graças a Deus – de levar a Petrobras a ser a empresa mais endividada do mundo – do mundo! E, agora, nós sabemos o porquê, ou seja, como as coisas ocorriam num passado não muito distante e que temos de sempre relembrar para que o povo não tenha amnésia.

Mas com relação a parte do que o Senador Jorge disse sobre a questão dos preços dos combustíveis, realmente, a política hoje que a Petrobras adota, muito bem administrada pelo seu Presidente, Pedro Parente, que está levando a Petrobras a se reorganizar e a recuperar a sua capacidade de investimentos, traz uma certa confusão ao mercado.

É uma política correta: sobe o preço do barril de petróleo ou o dólar, você tem que corrigir, e não fazer os preços administrados como foram no passado, em que, para ganhar uma eleição, se segurou o preço do combustível por um tempo. E não foi só isso; se fosse só isso, até que a Petrobras aguentava, mas esse preço administrado ficou preso e depois foi liberado já com o estrago feito.

Essa oscilação – o barril sobe e desce todo dia e o dólar também – traz uma certa confusão no mercado. É correto, mas teria que haver um limite, um gatilho a partir do qual houvesse a correção para cima ou para baixo. Aí, o Jorge tem razão, não dá para só corrigir para cima. Parece cursor de mercúrio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que você chega, empurra aqui, e, quando diminui a temperatura, ele desce; a outra fica marcando e só vai mudar o cursor para cima.

Mas eu queria perguntar ao nosso sabatinado de hoje sobre a questão que levantei, Senador Acir, na conversa que temos sempre no início das nossas reuniões. Quero ouvir do José Cesário sobre a licença ambiental para a exploração dos blocos de pesquisa na foz do Amazonas, na costa norte do Brasil, basicamente Pará, Amapá e Maranhão. Como eu disse no início da nossa reunião, fizemos uma audiência aqui, na Comissão de Infraestrutura, e a Diretora de Meio Ambiente do Ibama – não me lembro do seu nome – assumiu o compromisso de concluir a liberação da licença ambiental em 45 dias. Naquela altura, o representante da Total estava tentando há quase três anos a licença ambiental. Eles tinham um contrato, uma preferência no contrato de uma sonda e, se eles não confirmassem nos dias próximos, eles perderiam a vez, iriam para o fim de uma fila e não poderiam retomar essa pesquisa ao longo de alguns anos. Então, havia essa questão aí.

E, ao final, quando veio a posição do Ibama, veio negando a licença ambiental.

Então, eu gostaria de saber, primeiro, como a ANP se posiciona em relação a isso; segundo, se esses blocos de pesquisas foram suspensos, tiveram os prazos alterados e como a situação junto ao Ibama permanece hoje, já que há mais ou menos um mês veio essa notícia de que teria sido negada?

Uma outra pergunta. O Brasil possui 29 bacias sedimentares brasileiras com interesse para prospecção de hidrocarbonetos, totalizando 7,2 milhões de quilômetros quadrados, mas só um pequeno percentual dessas áreas está sendo objeto de atividade de exploração e produção. O que a ANP está fazendo para acelerar as atividades de exploração e pesquisa, de modo a sustentar a autossuficiência em petróleo e a alcançar a autossuficiência em gás natural?

Falando em gás natural, o Governo do Estado do Pará busca, há muitos anos, levar a matriz energética a gás para o Pará. Então, foi constituída uma empresa com 49% de participação do Governo do Estado, a Gás do Pará, na tentativa de levar o gás que imaginávamos que pudesse vir do Rio Grande do Norte, do Ceará, pelo gasoduto do Nordeste, ou então do Maranhão, baseado naquela pesquisa feita pelo Eike Batista, em que teriam encontrado um poço de gás que poderia vir a abastecer o Pará. Mas, lamentavelmente, não deu nem para o Maranhão, quanto mais para ser puxado para o Pará.

Então, a solução que se está encontrando agora é trazer um navio com gás liquefeito para fazer a regaseificação no Porto de Vila do Conde, em Barcarena, e com isso propiciar a energia a gás, que tem um custo muito mais barato.

Aí pergunto à ANP de que forma pode... Nos seus estudos, qual a expectativa de se encontrar petróleo e gás no território paraense?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Passo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Cumprimento S. Exª Senador Acir Gurgacz.

Eu queria uma informação anterior: após a sabatina terá uma reunião deliberativa?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Não? Hoje não. A princípio, não. O.k.

Eu só queria registrar, para que fosse colocado em pauta na próxima reunião deliberativa, o requerimento que trata de uma audiência pública em que eu estou convidando o Sr. Pedro Parente e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

outros diretores, para tratar da questão da privatização de alguns ativos da Petrobras. O.k.? Então, já está aí e fica para uma próxima reunião deliberativa.

Meu nobre Cesário, primeiro, quero cumprimentá-lo. É servidor de carreira, uma pessoa – estou vendo pelo currículo – com uma formação extraordinária, totalmente capacitado para o posto. Estava respondendo ultimamente, aqui, segundo informação do currículo, pela Superintendência de Comercialização e Movimentação de Petróleo. Então, está bem antenado com relação à questão.

A Petrobras talvez esteja querendo se recuperar à custa da venda de ativos, conforme informação oficial da Liquigás; da pretensa venda de participação em refinarias, da venda de 49% da Gaspetro, da venda de 66% do gigante campo de Carcará, da venda de parte dos campos gigantes de Lapa e de Iara, da venda de participação na Petroquímica Suape, além de estudos para a venda da BR Distribuidora. Então é fácil o nosso nobre antecessor falar que a Petrobras está caminhando para a recuperação vendendo o patrimônio que foi construído ao longo do esforço do povo brasileiro.

Eu queria saber o seguinte, como a Agência Nacional do Petróleo, que tem como função regular e fiscalizar o mercado, vê a questão das iniciativas – desculpe a minha posição, aspas – no sentido de entregar o patrimônio público da Petrobras, adquirido ao longo do tempo com o sacrifício do povo brasileiro, para capitalistas internacionais? Com certeza, o preço do petróleo já é um escândalo bem como o preço da gasolina nas nossas bombas, a ponto de brasileiro que mora na fronteira passar para o outro lado da fronteira para comprar gasolina vendida pelo Brasil pela metade do preço e abastecer seu carro. Quer dizer, um vexame total! Para o povo lá fora, nossa gasolina é barata, para o povo aqui dentro, nossa gasolina é altíssima. Quer dizer, a gente precisa ver como a função reguladora e fiscalizadora da ANP pode, de uma forma ou de outra, pôr uma moral nessa questão, porque não é possível...

Pessoal, por favor!

(*Soa a campainha.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Não é possível que um furacão acontecido há duas semanas venha aqui definir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Pois é, uma semana. Não é possível que venha aqui definir que o petróleo brasileiro vai disparar para 4,50, quatro e não sei quanto, 4,15, um cartel total em cima do pobre do povo brasileiro, do pobre consumidor.

Então, nós precisamos que a ANP, que é uma instituição independente... Eu vou votar com V. Sª porque V. Sª é um servidor público como eu. Eu já coloquei: governo passa, Estado fica, e nós, servidores públicos, somos Estado. E com a consciência que V. Sª tem, um currículo totalmente voltado ao bom princípio do servidor público, que temos a nossa cartilha para respeitar, que é a Lei 8.112 e a Constituição brasileira, eu espero, com a sua atuação independente, que possa pôr uma ordem, um freio na questão da desordem em que se encontra a Petrobras e outros órgãos relacionados.

Essa seria a primeira pergunta. O atual processo de privatização dos ativos da Petrobras é um tema relevante para o nosso País, tendo em vista que o petróleo é um patrimônio público, já demasiadamente aviltado, de acordo com os últimos fatos ocorridos em nossa história, que deveria estar sendo destinado a promover o desenvolvimento do Brasil e o bem-estar da população. Pergunta-se: 1) Como o senhor vê o papel da estatal no País à luz da Constituição Federal? Qual a opinião do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

senhor a respeito do processo da privatização, na minha visão, aspas, "entrega" do patrimônio público da Petrobras aos interesses de pessoas não brasileiras, ou seja, a desnacionalização da Petrobras? Caso seja aprovado pelo Senado Federal e posteriormente nomeado pelo Presidente da República, como o senhor se portará junto ao colegiado da ANP em face do papel daquela agência como instrumento implementador de políticas públicas no mercado de petróleo e gás, diante da intenção de privatização excessiva dos bens da União, no âmbito da competência da ANP?

2) A Petrobras decidiu atrelar o preço dos combustíveis vendidos no País ao preço internacional do petróleo. Questiona-se:

2.1) Como tal posição tem impactado o mercado consumidor interno, pois ultimamente tem-se visto um aumento nos combustíveis, o que impacta toda a cadeia de produção interna, qual a sua posição a respeito da atuação da agência na regulação do mercado de combustíveis a fim de manter o equilíbrio mercadológico na etapa de distribuição de combustíveis, a fim de que o preço dos combustíveis não chegue a preços impeditivos e prejudique o desenvolvimento de atividades industriais?

Por gentileza, eu queria que vocês entregassem para ele as perguntas por escrito.

Eu gostaria de agradecer a V. Sª. Teria muito mais o que falar, tive uma conversa salutar com V. Sª no meu gabinete sobre esses pontos. Espero que a sua entrada no colegiado da ANP seja pelo bem do nosso País, pelo bem da Petrobras e pelo bem da ANP.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Hélio José.

Como ouvimos três Senadores, eu passo a palavra, então, ao nosso sabatinado, Dr. José Cesário Cecchi, para que possa responder aos três Senadores. Depois nós passaremos a palavra aos demais que estão inscritos.

O SR. JOSÉ CESÁRIO CECCHI – É uma tarefa árdua responder os três questionamentos formulados pelo Senador.

Com relação ao Senador Jorge Viana, à pergunta dele sobre o pré-sal. Realmente o pré-sal representou 51% no mês de julho, ou seja, respondeu pela maior parte da produção de petróleo nacional, e a tendência é aumentar essa diferença em função do declínio da produção na Bacia de Campos e, em consequência, do aumento da produção na Bacia de Santos.

A Petrobras, com relação à formulação de preços... A ANP não tem nada a ver com isso, a ANP não regula preço, os preços são livres. Não cabe à ANP regular preços, cabe à ANP ver se aquele preço está refletindo um determinado custo, e esse custo é formado não pelo custo de exploração e produção. Ou seja, um barril de petróleo hoje... A própria Petrobras fala isso, o Presidente Pedro Parente já afirmou, a Solange também, que é Diretora de Exploração: o custo de extração de um barril do pré-sal está entre US$8 e US$9. Ou seja, ela vai cobrar entre US$8 e US$9, que é o custo da extração no pré-sal, ou vai cobrar US$50, que é a cotação do mercado internacional? A Petrobras é uma empresa internacional, ela compete com seus concorrentes e, estrategicamente, ela faz isso para recuperar as finanças que foram praticadas nos últimos anos, quando os preços eram fixados pelo governo através do intervencionismo que era praticado: gasolina mais barata, diesel mais barato, inexistência de importação de petróleo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ou seja, quando existe uma abertura do mercado, quando existe um viés mais pró-mercado *vis-à-vis* menos intervencionismo nas empresas estatais, existe todo esse questionamento. Nós estamos passando por um processo desse, nós estamos passando por um processo de liberdade de mercado. Ou seja, liberdade de mercado significa o quê? Aumentou furacão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ CESÁRIO CECCHI – Senador, eu não estou... Eu não sei o que é melhor.

Na segunda pergunta, o senhor fala da ANP na venda de ativos da Petrobras. O presidente da Petrobras, Pedro Parente, foi colocado lá pelo Presidente da República, e ele tem plena liberdade. Eu não tenho... A ANP não tem ascensão nenhuma sobre as estratégias empresariais que ele vai utilizar para tirar a Petrobras de onde estava, estado semifalimentar. Essa é a verdade. Ele está usando a estratégia, sim, de venda de ativos. Se essa venda de ativos é planejada com uma lógica, é outro assunto. A gente pode discutir se... Está vendendo o quê? Está perdendo mercado onde? A Petrobras virou produtora de fertilizantes onde? Vale a pena continuar investindo em projetos que não têm viabilidade econômica, como estava fazendo na planta de amônia em Três Lagoas?

Há uma série de coisas cujo rumo foi mudado porque o governo mudou. Eu acredito que, daqui a pouco, a gente vai ver se foi para melhor ou para pior, porque, se não for bem sucedida a estratégia, nós vamos perder um patrimônio nacional a troco de nada. Eu espero que dê certo, eu espero que a Petrobras continue sendo estatal eficiente e não ineficiente, como estava sendo quando todo mundo gozava dessa ineficiência comprando gasolina no Brasil muito mais barato do que na Venezuela, que é exportadora de petróleo e gás, ou comprando... Ou seja, esse é empresário. Não é chegar lá e falar assim: "Não, vamos controlar a inflação e congelar o preço de gasolina." Pronto, essa é a mudança.

Agora, a ANP, independentemente de posição pró ou contra, não tem a intenção de chamar o Pedro Parente e falar assim: "Por que o senhor está vendendo a malha de gasodutos do Sudeste?" Não a tem! Baseada no art. 4º, na legislação nº 5, no artigo da Constituição, a ANP não tem esse poder, não o tem, não pode fazer nada. Essa é uma estratégia da Petrobras. À ANP cabe fiscalizar e regular o mercado, fiscalizar preço. Se a ANP perceber abuso de preços por parte da Petrobras, ou seja, se esta praticar um preço menor do que o do mercado internacional para se manter como uma empresa dominante na oferta de mercado, cabe à ANP instruir o Cade para entrar num processo por abuso de poder econômico. Aí sim, essa é a atuação da ANP.

Quanto à venda de ativos... Então, a ANP... Senador, não sei responder.

Quanto à magnitude, o plano de desinvestimento da Petrobras para 2015/2016 estava previsto em US$15,2 bilhões. Ele alcançou US$13 bilhões, alguma coisa assim, ou seja, vendeu. Não sei o que foi contabilizado nesses US$13 bilhões, porque a Liquigás ainda está em programa judicial, e a BR Distribuidora, provavelmente, também vai para... Não sei se já foi aprovado pelo Cade etc.

Em 2017 e em 2018, estão previstos R$21 bilhões em venda de ativos. É venda de ativos de projetos que não interessam para a Petrobras. Ou seja, a Petrobras investiu numa planta de Três Lagoas que está 85% pronta e parou a planta, ou seja, ela vai vender aquilo. Senão, ela vai fazer o quê? Ela gastou bilhões de reais ali. Ela tem de ofertar aquilo. Talvez, Carcará tenha sido uma estratégia de negócios que teve sua lógica. Eu desconheço qual foi a lógica de vender Carcará para atividade extratória. Não sei qual é a lógica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora, a estratégia da Petrobras, pelo que eu percebo, é focar o pré-sal, onde a produtividade dos campos de produção é enorme, e recuperar a saúde financeira que ela tinha muitos anos atrás. Essa é a leitura que eu faço da estratégia empresarial que a Petrobras tem, mas eu destaco que a ANP não tem os instrumentos legais previstos nem na Constituição e muito menos na Lei 9.478, que é a lei do petróleo.

Com relação ao QAV, participei de uma reunião em que o senhor estava e vi que ia se retirar o PIS-Cofins do QAV. Eu não acompanho preço, justamente pelo fato de o preço ser livre. Eu não sei qual é a lógica.

O Senador Jorge Viana formulou as perguntas. Espero... É claro que eu não respondi. São posições distintas: ou o intervencionismo ou o mercado.

O Senador Flexa Ribeiro está recebendo, provavelmente, mais uma parabenização da Martha Lyra.

Com relação ao licenciamento ambiental, Senador, sobre o licenciamento ambiental na foz do Amazonas o Ibama se pronunciou pelo aperfeiçoamento do Relatório de Impacto Ambiental que a Total apresentou a ele. E não foi uma negativa: "Não vai mexer na foz do Amazonas, na parte equatorial ou norte-equatorial." Ou seja, o Ibama não falou isso. O Ibama falou assim: "Esses estudos desenvolvidos durante três anos precisam de aperfeiçoamento." E a Total se comprometeu a aperfeiçoar e submeter novamente ao Ibama para ver se consegue a licença de operação, para exercer suas atividades lá, na Região Norte, no Pará, Amapá e no Maranhão. Então, não dou por negativa do Ibama; dou porque o Ibama fez a análise do relatório apresentado pela Total e chegou à conclusão de que precisa de mais elementos. E a Total se dispôs a, num prazo – inclusive parece que o Ibama impôs um prazo – se pronunciar em relação a essas novas exigências que o Ibama fez. Então, não vejo como negativa ainda.

Agora, no cenário nacional, como percebo? Percebo que existe uma ausência de governança no País. Por quê? Porque vai a ANP lá, por exemplo, e licita uma área. Aí, vai o órgão ambiental, que é do Governo também, e impede de perfurar naquela mesma área. Ou seja, há alguma coisa desconectada, alguma coisa sobre a qual falta conversar, em algum fórum, em alguma instância. Governo é governo, governo é uma coisa uniforme, ou deveria ser. Mas fica naquela situação: a ANP vai lá, licita uma área, recebe um recurso, um bônus de assinatura para explorar uma determinada área; vai lá o Ibama e fala: "Não, aqui você não pode explorar". Ou seja, que falta um diálogo, que falta uma ação coordenada, falta.

Agora, quem toma a liderança de fazer essa governança, essa coordenação entre os vários órgãos, reservas indígenas, reservas biológicas, não sei. Não sei qual o Ministério, se é o Presidente da República ou sei lá. Aí é uma questão a ser debatida no Congresso Nacional, a meu ver, atribuindo a alguém ou a alguma instituição esse poder. Porque que há uma incongruência há. A União licitar uma área e um órgão da União proibir que se faça naquela área o uso para o qual ela foi licitada é esquisito! Mas o fato de ser esquisito não tem problema, ou seja, a gente está mais ou menos acostumado, sei lá eu.

"Como a ANP se posiciona frente às 29 bacias sedimentares?"

O senhor já falou. O projeto de que a ANP tem conhecimento, de ofertar gás para o Pará, é através do Terminal de Regaseificação, que acho que tem como consumo âncora a Alunorte. É de lá que, depois, haveria a capilaridade do sistema todo. Ou seja, construindo um terminal de regaseificação lá, haveria oferta para atender, além da Alunorte, todo o Município de São Luiz, que é o mercado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

interessante e que seria o promotor do desenvolvimento da região como um todo. É de que a ANP tem conhecimento.

"Como a ANP se posiciona frente aos 29 bacias sedimentares?"

É promovendo licitações, estudos, levantamentos geológicos, ofertando blocos para licitação sísmica, ou seja, a ANP... O senhor falou de 29 bacias. Isso é todo o território nacional. O Brasil conhece de 4% a 5% das suas bacias sedimentares. Ou seja, é um desconhecimento total.

Então, acho que, quanto mais oferta, quanto mais licitações houver para blocos, para pesquisa geológica, buscando petróleo, gás natural etc. etc., melhor, mais conhecimento vai gerar para a sociedade brasileira, e acho que mais instrumentos vão permitir que a ANP apresente ao CNPE um calendário de leilões de bacias sedimentares.

Essa é a minha opinião.

Com relação às questões sugeridas pelo Senador Hélio José, ou seja, sobre o atual o processo de privatização de ativos da Petrobras.

Senador, a gente conversou e eu deixei claro, ou seja...

"Como o senhor vê o papel da estatal no País à luz da Constituição Federal?"

Eu vejo como fundamental. Assim, a Petrobras, hoje, o que ela gerou de conhecimento para a sociedade brasileira, durante o período de monopólio, é fantástico! Ao contrário da Venezuela, ao contrário de uma Pemex etc., que só fizeram extrair petróleo, a Petrobras desenvolveu tecnologias reconhecidas em nível internacional, tanto que ela é líder em exploração e produção em águas profundas, é líder em desenvolvimento de novos materiais, ou seja, ela é uma empresa exemplar. Esse é o papel.

Agora, se deve ser transferida, em parte ou no todo, para a iniciativa privada, eu não saberia dizer neste momento. O que eu posso dizer é que toda vez que ela serviu como instrumento de política energética isso não foi bem sucedido, isso não gerou os resultados esperados. Essa é a minha posição.

"Qual a opinião do senhor a respeito do processo de privatização em curso da Petrobras?"

É o que eu disse: eu acho que a Petrobras não está sendo privatizada. A Petrobras está se desfazendo de ativos que lhe dão prejuízo – e ativos significativos! Há exemplos que eu poderia ficar o dia inteiro citando. A Petrobras tem a receber da Eletrobras R$18,4 bilhões. Esse é o... Da Eletrobras, controlada pelo Governo Federal, a Petrobras tem a receber T$18,4 bilhões! Isso, de óleo, de oferta que a Petrobras cedeu para a BR Distribuidora uma parte e, para a Petrobras propriamente dita, outra parte, e o Sistema Eletrobras não pagou. Ou seja, se pagasse, provavelmente não estaria vendendo o que equivale, mais ou menos, a uma NTS, a uma malha de transporte que foi vendida por US$4,2 bilhões.

Ou seja, essa é a falta de coordenação no nível governamental a que estou me referindo: duas empresas controladas pelo Governo Federal, vinculadas ao mesmo Ministério, com esse imbróglio, onde as duas estão em situação pré-falimentar – a Petrobras talvez menos; a Eletrobras tentando criar uma engenharia financeira para que ela consiga minimizar as perdas acumuladas durante anos. Isso não nasceu ontem, não é de seis meses para cá; isso vem crescendo. Isso começou algum dia e veio crescendo, crescendo e assumiu dimensões, hoje, cuja solução, acredito, deve ser tomada não em nível apenas de Ministério de Minas e Energia, mas em nível de Casa Civil, em nível de Ministério da Fazenda, em nível de Tesouro Nacional, enfim, em nível até de Presidência da República, para ver como se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

soluciona o problema, uma vez que se trata de empresas estatais. E mais: essas empresas estatais brigam na Justiça.

Essa são as idiossincrasias brasileiras, são as esquisitices que a gente vê e diz: "Não é possível!" Mas, enfim...

"Caso seja aprovado pelo Senado Federal e, posteriormente, nomeado pelo Presidente da República, como o senhor se portará junto ao colegiado da ANP, em face do papel daquela agência como instrumento implementador de políticas públicas no mercado de petróleo e gás, diante da intenção de privatização excessiva dos bens da União no âmbito da competência da ANP."

Resumindo, sou a favor ou contra a privatização...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ CESÁRIO CECCHI – A pergunta é essa.

Senador, acho que há casos em que não cabe ao Poder Público administrar; acho que outros casos merecem o Poder Público administrar. Agora, independentemente de a União ou o Governo administrarem ou não, se optar por privatizar, tem que ter agências reguladoras fortes para fiscalizar. Pronto, ou seja, agência foi criada para isto, para concessão de serviço público. Uma vez que o Estado não tem competência para prover de serviço a sociedade, daqueles bens que cabe a ela constitucionalmente prover, ele pode ceder a terceiros? Pode, mas tem que criar uma agência par ver se aquele serviço está sendo prestado a preços razoáveis e a qualidades razoáveis. Para isso serve a agência reguladora. Essa é a minha opinião.

"A Petrobras decidiu alterar o preço dos combustíveis vendidos no País ao preço internacional do petróleo. [Também ao dólar, à variação do dólar.] Questiona-se: como tal decisão tem impactado o mercado consumidor interno, pois ultimamente tem-se visto um aumento dos combustíveis, o que impacta toda cadeia de produção interna?"

É isso mesmo, ou seja, liberalização. A Petrobras resolveu, através de sua nova política de preços, adotar uma fórmula de uma cesta internacional de petróleo com uma variação cambial e está fazendo isso. Ou seja, o impacto é o que todos os países têm no mundo, a gente tem que se acostumar a isto: à volatilidade de preços. Talvez não com a frequência que a Petrobras tenha, mas a Petrobras já falou que seria uma vez por mês, antecipou para uma vez por semana e agora praticamente todos os dias ela tem praticado. Mas não é só para cima, para baixo também. Ou seja, é o novo, é o novo ambiente de negócios. Teoricamente, isso deveria atrair novos investidores para aquele negócio, porque competir com a Petrobras era complicado. O Governo ia lá e dizia: "Baixa o preço para o mínimo possível." Ninguém entrava por quê? Porque ninguém era capaz de produzir o que a Petrobras produzia àquele custo. Então, o cara não tinha retorno no capital aplicado, é mais fácil comprar da Petrobras ou até fazer parceria com a Petrobras para desenvolver negócio.

"Qual sua posição a respeito da atuação da agência na regulação do mercado de combustíveis a fim de manter o equilíbrio mercadológico na etapa de distribuição de combustíveis, a fim de que os preços dos combustíveis não cheguem a preços impeditivos e prejudiquem o desenvolvimento de atividades industriais?"

Eu acho que é mais ou menos vinculado a essa liberdade de preços. Eu acho quer ela faz o estudo, ela tem o *benchmarking* dela, que nada mais significa que a participação mais ou menos histórica dela nos derivados de petróleo, e ela vai fazer de tudo para manter esse *benchmarking*. Se não o mantiver,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

significará queda nas vendas e queda nas vendas significa menor receita operacional, coisa por que ela não precisa neste momento passar. Então, ela vai fazer uma política de preços que eu acredito que vai garantir o retorno dos investimentos dela.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. José Cesário Cecchi.

Passo a palavra agora ao Senado Ronaldo Caiado para fazer as suas colocações.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Parlamentares, estamos hoje aqui sabatinando o Sr. José Cesário Cecchi, com a sua experiência junto a essa área e agora assumindo a Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Diante da resposta de V. Sª, dá para concluirmos alguns pontos. Primeiro, há necessidade de as agências reguladoras terem uma capacidade maior de fiscalizar. Interessante que se nós buscarmos uma análise rápida e uma retrospectiva em relação à Operação Lava Jato, todos os fatos de corrupção ocorreram dentro das estruturas estatais: Petrobras, Eletrobras, Nuclebrás, BNDES. Interessante isso. São essas as fontes, ou seja, o meio de cultura próprio, porque realmente governos populistas querem sempre dizer que estão defendendo o patrimônio de um país, mas na verdade estão dilapidando a economia do país e fazendo com que o Tesouro muitas vezes tenha de arcar com essas perdas e prejuízos, em decorrência de uma política de malversação do dinheiro público e corrupção desvairada, como ocorreu durante todo esse tempo.

A Petrobras, durante muito tempo no governo do PT, serviu também para uma política partidária, ou seja, a campanha eleitoral não deixava que o preço do combustível fosse elevado. Aí definiu um preço, como disse V. Sª, que era decidido no Palácio. Então não pode aumentar o preço do combustível. Com isso levamos a empresa, que era a quarta maior empresa de petróleo do mundo, a ser a maior devedora do mundo, que gerou o colapso completo de uma empresa que foi referência na área de pesquisa, de exploração em águas profundas... Enfim, a falta dessa transparência... Aí é o lado que eu pergunto a V. Sª, Dr. Cesário: por que a Agência Nacional do Petróleo não foi mais atuante no momento em que o governo agia por questões eleitoreiras na definição do preço do petróleo?

Ao mesmo tempo provocando, nessa hora, uma falta de compensação em um setor que é fundamental, principalmente para nós do Centro-Oeste e do Norte, como V. Exª, Senador Acir Gurgacz, que são os biocombustíveis. E nós tivemos um verdadeiro colapso em todas as empresas e usinas no Brasil. Todas quebraram. Todas! Não sobreviveu nenhuma. Todas estão em recuperação judicial, essa é a grande verdade. Ou seja, uma insensibilidade completa do governo. E àquela época, eles não tinham como sobreviver com o preço que ali foi estipulado. Ao mesmo tempo, não tinham como recorrer, e a Agência Nacional do Petróleo também não tinha uma atitude de enfrentamento desse quadro político que aí estava. Um ponto que hoje preocupa a sociedade brasileira é a falta de independência dessa agência reguladora em várias áreas, não apenas na área do petróleo, que fica muitas vezes tutelado, já que V. Sªs têm independência, têm mandato e, como tal, têm a liberdade de contestar essas ações populistas ou irresponsáveis que são praticadas muito mais com a finalidade daquele que está no comando do país, não do interesse da população brasileira nem da política de Estado.

Em relação a isso, pergunto: ao assumir uma diretoria, com o conhecimento profundo que V. Sª tem por ser um funcionário de carreira, por ter construído uma vida não por indicações políticas, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

pela sua dedicação ao cargo e pelo seu estudo junto à Agência Nacional, V. Sª se sente independente para vocalizar, caso a Petrobras ou qualquer outro setor que está sob a jurisdição de V. Sª, os excessos praticados, para que sejam denunciados junto à sociedade brasileira?

Hoje, o que precisamos ter é transparência.

De repente, parece que o Governo Dilma trabalhou para ganhar uma eleição dizendo que não teríamos inflação e interferindo no Banco Central. Depois, que não haveria aumento de combustível, teríamos pleno emprego. O que nós herdamos foi exatamente o contrário. Mas agora estamos vendo também que o Governo, querendo arrecadar, aumenta PIS e Cofins em cima da gasolina, do combustível.

Então, será que o Governo sempre vai buscar no combustível uma saída para sobreviver? Onde está o mercado? Uma hora, fixo o preço, não deixo aumentar, arrebento a Petrobras; outra hora, digo: "Bom, então vou aumentar PIS e Cofins".

Outro ponto. Desde a época em que eu era Deputado Federal, contestamos duramente essa tese e conseguimos derrubá-la em relação à participação da Petrobras em 30% de tudo o que for licitado do pré-sal. Mostrávamos que uma empresa quebrada... V. Exª, Senador Acir Gurgacz, como empresário que é, sabe muito bem qual seria a capacidade que teríamos para investir nos postos onde ela teria obrigação de entrar com 30%.

Depois que corrigimos essa deformidade completa, o que chamamos na ortopedia de iatrogenia completa praticada, assistimos agora ao Presidente da República dizer: "Tudo bem, agora três postos serão licitados. No entanto a Petrobras poderá escolher, depois da licitação feita, o posto em qual ela quiser ficar."

Então, veja bem, é algo impressionante. Onde está a segurança do cidadão em entrar num processo licitatório para que, depois, lhe digam: "Sinto muito, Senador Acir, aqui é meu, não é seu mais." Quer dizer, é mais uma distorção, mais uma deformidade, mais uma ingerência indevida em um processo como esse.

Terceiro. É lógico que V. Sª é um estudioso e sabe muito bem daquilo que tem realmente chamado a atenção de todos nós, que acompanhamos as pesquisas e o noticiário. A China diz: "Em 2020, não vou produzir mais nenhum carro que consuma combustível fóssil". Na Europa, uma grande montadora como a Volvo diz: "a partir do ano que vem, nenhum carro mais será fabricado que consuma combustível fóssil". A previsão, em uma escala rápida, é de em 2030 não termos mais a utilização de combustíveis fósseis. Então, pergunto: a Petrobras fica sentada em cima de todo esse pré-sal, e fica toda essa discussão – "se vender um poço, se fizer a licitação neste momento, nós estamos vendendo o patrimônio nacional". É algo de uma insensatez que não dá para entender. É um pouco patológico, porque, se eu estou vendo que hoje vai ficar totalmente inviabilizada a Petrobras, ela poderia pelo menos usufruir da riqueza que tem, abrindo licitações, explorando o mais rápido possível, abrindo para todas as empresas do mundo que queiram explorar o pré-sal, dentro de uma tecnologia nova.

Todos nós hoje estamos explorando a energia solar. Nós hoje estamos criando outras, como os biocombustíveis. Enfim, nós temos hoje combustíveis que são produzidos sem a menor condição de contaminar o meio ambiente. Por que vamos ficar sentados em cima de todo esse pré-sal, se a Petrobras não tem a menor capacidade de exploração, endividada? Como V. Sª colocou, tem que vender os ativos, sim, porque muitas vezes esses ativos foram feitos para atender a interesses grupais, como o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

caso que V. Exª coloca, em Três Lagoas. É típico isso. Isso aí vai ser esclarecido daqui a alguns dias, até na CPI que nós estamos fazendo aqui para a JBS. Então, são situações que temos que saber por que caminharam dessa maneira.

Agora, é infundada a tese de querer achar que a Petrobras deve resguardar toda essa riqueza que tem, esperando o quê? Um petróleo que já esteve a US$100 o barril, e que está hoje a um preço de US$50 ou US$48? Então, vamos continuar com essa política atrasada, em que a estrutura da Petrobras é muito mais usada para fazer contratos fictícios, que geram graves prejuízos à Nação e que sejam foco de contaminação, o maior foco de corrupção que já se viu na história deste País?

Eu, neste momento, Sr. José Cesário, quero dizer a V. Sª que me empolga muito ver a veemência com que V. Sª defende as teses e com que V. Sª respondeu às perguntas formuladas pelos que me antecederam, mostrando que a posição é de mercado, é de realmente exigir que tenha qualidade, que tenha competitividade.

O povo brasileiro não suporta mais ficar pagando tantos prejuízos, como vem pagando, com tantas estatais que criaram tantas dificuldades a todos nós. Ou seja, é algo que precisa ser repensado. Para isso, existem, no mundo moderno, agências reguladoras independentes e com mandatos durante um período, em que é intocável, insubstituível, irremovível. Então, com isso, poderemos dar condições para o Estado ser o fiscalizador, o controlador, e aí sim termos aquilo que a sociedade deseja em toda economia moderna do mundo, e não o Estado querendo se ocupar de ser hoje produtor de amônia, de ser hoje produtor de energia único no Brasil, de querer bloquear toda iniciativa privada.

E dá no que deu. Hoje em dia, é o maior foco de corrupção que nós temos, e a Lava Jato mostra isso. Se não fossem as estatais, realmente a Operação Lava Jato seria bem menor do que os escândalos a que assistimos.

Eram essas as operações que eu gostaria de fazer a V. Sª.

Encerraria perguntando se é possível dar mais celeridade a essas rodadas de licitações da ANP, com o objetivo de explorar ainda mais campos de petróleo do pré-sal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Ronaldo Caiado.

Passo a palavra ao Dr. José Cesário Cecchi.

O SR. JOSÉ CESÁRIO CECCHI – Obrigado pelas palavras, Senador Caiado e Relator do meu processo.

Eu concordo com tudo o que o senhor falou. Eu acho que, com relação ao direito de preferência que a Petrobras teve, foi um tiro no pé. A Petrobras fez muito bem, ou seja, o Governo Federal fez muito até determinado ponto, mas chegou ao final do processo e deu um tiro no pé. Após a apresentação das propostas, a Petrobras pode voltar atrás e escolher outro... É jabuticada. É coisa que só acontece aqui, é uma coisa estranha. Eu não entendo, eu não consigo entender, mas funciona assim. Não sei se foi uma forma de agradar a Deus e os troianos. Sei lá. Eu não vejo nenhuma razão lógica.

Com relação ao PIS/Cofins na gasolina, eu acho que é um quadro muito mais macroeconômico que justificou essa política e não, o setor de petróleo e gás. Eu não o setor de petróleo e gás como um instrumento de resposta rápida a um problema macroeconômico. Eu vejo a Cide e outros como mais um instrumento, mas eu não atribuiria isso... O que dá para aumentar receitas no curtíssimo prazo? É o setor petróleo, derivados de petróleo. Aumentou lá, enfim... Acontece. Não tenho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Direito de preferência eu já falei.

Pré-sal e o futuro da energia em renováveis: tomara que pré-sal recupere o tempo perdido. Foram cinco anos sem se fazer nada, ou seja, acho que...

O Diretor-Geral Décio Oddone está presente, junto com todos os outros diretores.

A ANP terá este ano, no dia 27 de setembro, uma rodada pós-sal, sobre o contrato de concessão. Em outubro, duas rodadas do pré-sal. Eu não tenho qualificação, instrumentos para... Porque o Brasil compete com mercados internacionais, principalmente com a costa oeste africana e o Golfo do México, etc. Eu não sei se essa rapidez dos leilões seria possível. Até por desconhecimento das próprias bacias sedimentares brasileiras, eu não sei o que estaria sendo oferecido. E é desagradável, muitas vezes, a gente fazer uma rodada de licitação e não obter sucesso, ou seja, mostra o desinteresse, principalmente de investidores estrangeiros, no mercado brasileiro. Agora, acho que o Brasil – outro dia eu estava lendo um artigo – já perdeu muito com os cinco anos que ficou parado, porque o pré-sal deveria estar produzindo a US$100 o barril e não a US$50. Vai tentar recuperar agora metade do que já foi perdido ao longo dos cinco anos em que ficou sem realizar leilão por questões puramente ideológicas.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Qual a visão do setor sucroalcooleiro? Eu gostaria que V. Sª explanasse a posição em relação a esse setor, muito importante na nossa economia do Centro-Oeste como também do Norte.

O SR. JOSÉ CESÁRIO CECCHI – Senador, o RenovaBio tenta dar, mais ou menos, o que deu para o setor petróleo, ou seja, previsibilidade: hoje é 27 do anidro ou hidratado na gasolina. Acredito que é um fomento sem volta, ao contrário do que aconteceu na primeira crise do álcool, quando o preço do açúcar foi lá em cima, houve uma quebra da oferta e o Proálcool perdeu totalmente a credibilidade. Hoje, acho, não há mais espaço para isso. Então, acho que hoje a tendência do setor de biocombustíveis, basicamente com relação à cana-de-açúcar, é aumentar, significativamente, a sua participação, tanto na mistura quanto na produção de cogeração de energia elétrica, que está se tornando uma indústria de ponta. Não vejo mais aquelas oscilações de credibilidade num programa de biocombustíveis que o Brasil está implementando.

Não sou especializado em energias renováveis, mas acho que, em função do acordo que o Brasil assinou e é signatário, O Acordo de Paris, e em função do interesse dos produtores de álcool e de açúcar, no setor e na credibilidade que ele deve ter, na previsibilidade de investimentos, na oportunidade de cana, de açúcar, acho que a tendência é aumentar cada vez mais, inclusive na matriz elétrica, as fontes renováveis de energia, que já superam as hidráulicas. Então, já chegamos a determinado ponto que não tem mais como retornar, ou seja, aí o impacto é muito maior.

Essa é minha leitura, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. José Cesário.

Passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, para fazer as suas colocações.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Presidente Acir.

Ainda consegui chegar a tempo aqui, o meu voo adiantou, e eu posso participar deste momento. Eu não sei se já foram feitos questionamentos que vou fazer. Peço desculpas já antecipadas se eu aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

repeti-los; se assim o fizer, V. Sª, Dr. José, fique à vontade para dizer que já respondeu, porque podemos recorrer, sem problema nenhum, às notas taquigráficas.

Mas, primeiro, quero dizer da nossa luta no Estado do Amazonas para termos a construção do Gasoduto Coari-Manaus. Foi uma luta de muito tempo, foi uma luta de muitos anos. Inclusive, num primeiro momento, a própria Petrobras não era muito suscetível a essa ideia porque, obviamente, haveria outros investimentos maiores, mais lucrativos e com um retorno mais rápido do que a construção do Gasoduto Manaus. Mas, enfim, depois de muita luta, nós conseguimos que o gasoduto fosse construído. E, num primeiro momento, ele era importante para o abastecimento de energia na cidade de Manaus, que é praticamente uma cidade-Estado, uma cidade de pouco mais de 2 milhões de habitantes, mas que tem um grande parque industrial e que consome uma parcela significativa da energia.

Agora, também, com a operacionalização de outra obra nessa área energética, que foi o Linhão de Tucuruí, que já chegou a Manaus, temos grande parte da nossa energia hoje gerada por hidroelétricas, energia hidráulica, mas o gás é muito importante, porque, como o sistema está interligado, o gás entra nessa conta e é ligado quando há necessidade, proporcionando até a possibilidade de venda ou de distribuição de energia a partir da geração do Estado do Amazonas.

A informação que temos nessa onda – e acho que não é assim que superamos crises, mas infelizmente esta tem sido a decisão da direção da Petrobras – é a de descapitalizar a empresa. No nosso entendimento, algumas decisões são ilegais, não poderiam ser tomadas unilateralmente pela empresa, deveriam passar pela aprovação de leis, por autorizações e, por isso mesmo, são vários os processos que tramitam no Poder Judiciário. Mas, dentro deste espectro das privatizações, foi colocado no bolo, foi colocado no pacote a possível privatização, ou seja, a venda deste Gasoduto Coari-Manaus – e é bom que se diga que a Reserva de Coari, assim como a do Campo de Azulão, é a maior reserva nesta região de gás natural em terra firme do País.

Então, pergunto: na opinião de V.Sª, o que isso poderia causar? Que consequências poderia causar ao Estado do Amazonas, à Região? Porque, veja bem, quando falamos da Amazônia, não falamos apenas da atividade econômica; falamos, acima de tudo, da atividade estratégica e de manter lá uma empresa do porte da Petrobras. Há lá o Campo de Urucu, que é onde se faz a extração do óleo de excelente qualidade e de gás, e a Petrobras diminuiu um pouco, mas vinha avançando bastante nas novas pesquisas. Enfim, a nossa preocupação é que, se isso ocorrer, para a saída dessa empresa, é um passo. Queria que o senhor, como pretende à diretoria da Agência Nacional de Petróleo, analisasse do ponto de vista geopolítico o que isso significaria. Esse é um questionamento.

E o outro questionamento que faço é acerca das mudanças da Lei do Conteúdo Nacional para o setor de petróleo e gás, que, no nosso entendimento, é outro grande equívoco, porque não há um desenvolvimento da indústria nacional de diversos segmentos, de diversos setores que não passe necessariamente pelo incentivo à geração de tecnologia. E o incentivo à geração de novas tecnologias, e tecnologias nacionais, passa naturalmente por políticas como esta de conteúdo nacional.

A Petrobras é o grande exemplo. Por que a Petrobras é número um na área de extração de petróleo em águas profundas? Porque ela teve essa condição. Então, foi a partir disso, a partir inclusive da descoberta do pré-sal, essa grande riqueza nacional, a partir disso tudo foi que veio a lei com esse objetivo. A indústria naval estava se reerguendo e o que nós vamos ver? Se, por um lado, vamos ter que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acabar com a lei do conteúdo nacional para propiciar que a Petrobras acesse os equipamentos que precisam ser acessados a um preço mais plausível, mas quantos empregos estão deixando de gerar?

Então, o balanço final, o balanço social... Porque não é só o balanço econômico, não; é o balanço social também, pois, se é fato que a Petrobras foi alvo de ações condenáveis e que sofreu muito com isso, por outro lado, nós não podemos permitir que se mate ou se enfraqueça essa empresa a ponto de inviabilizá-la. E eu acho que, infelizmente, no passo em que nós estamos caminhando, o grande objetivo desse Governo que aí está, que não é um Governo que tenha recebido o aval da população para fazer o que está fazendo, é fazer com a Petrobras exatamente o que pretende fazer agora com a Eletrobras, que é privatizar, vender.

Eu entendo que nós não estamos falando de uma empresa qualquer, de um segmento qualquer. Nós estamos falando de setores estratégicos para um país detentor da maior riqueza de biodiversidade, da maior riqueza natural do Planeta, de um País que ainda está num processo de desenvolvimento e que precisa muito da mão do Estado para poder contribuir com esse desenvolvimento social e, sobretudo, com o combate às desigualdades regionais.

Tanto eu quanto o Senador Acir nós somos lá da Região Norte e o que nós pleiteamos, o que nós queremos que o Brasil faça com a Região Norte é que nos trate da mesma forma com que tratou o Sul do País no passado – da mesma forma –, para que a gente alcance o desenvolvimento. Agora, o desenvolvimento que nós queremos é o desenvolvimento sustentável e, por isso mesmo, ele não ocorrerá se não tivermos desenvolvido plenamente a tecnologia, não fizermos uso sustentável e inteligente dos recursos que a Amazônia nos disponibiliza.

Eu teria outros questionamentos, mas deixo esses dois aqui por ser a derradeira a fazer os questionamentos a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigada, Senadora Vanessa.

Passo a palavra ao Dr. José Cesário.

O SR. JOSÉ CESÁRIO CECCHI – Bom, Senadora, dois temas: a venda do gasoduto Urucu-Manaus e o conteúdo nacional. São duas coisas distintas e eu vou tentar...

Realmente, a Petrobras detinha o controle de toda a malha de gasodutos do Brasil e o da Região Sudeste já privatizou, já passou para o grupo liderado pela Brookfield, e, agora, está iniciando um processo de desalienação da malha Nordeste e Norte, no qual se inclui a venda do gasoduto Urucu-Manaus.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E aí inclui também o Campo de Azulão, uma grande reserva de...

O SR. JOSÉ CESÁRIO CECCHI – Mas Azulão não é vendida como.... Ela não está no bolo da...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ CESÁRIO CECCHI – É; ela não está no âmbito da TAG; ela está no âmbito dos ativos de exploração e produção. É outro estudo, outra lógica de venda.

Quanto a ser estratégico, independentemente se ela vende ou não o gasoduto, o único produtor de gás que existe na Região Norte é a Petrobras.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, mas se ela concede o Campo de Azulão, não passa a ser a única mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JOSÉ CESÁRIO CECCHI – Não.

Bom; há uma legislação que fala que é obrigatório o acesso. Eu acho que quanto mais produtores, pode ser até outro produtor privado, porque, se quem comprar Azulão utilizar a infraestrutura do gasoduto para escoar a produção de gás natural, melhor. É uma utilização econômica para um ativo que está subutilizado hoje, com... Assim, como está-se puxando 2,8 milhões de m³ de gás por dia com um gasoduto que tem uma capacidade de 6 milhões de m³ de gás por dia. Então, é uma ociosidade fantástica. E quem está pagando isso é o sistema Eletrobras, que assinou um contrato em 2003 com a Petrobras para a construção o*pen book*.

Open book nada mais significa do que "independente do custo eu pago", através da tarifa. Então, é uma coisa estranha, ou seja, nasceu errada a concepção do gasoduto Urucu-Manaus. E hoje vem dando problemas. Por quê? Porque é um grande supridor de gás para a Região Norte, para a cidade de Manaus, mas principalmente para as usinas térmicas que esqueceram... Eu acho que já foi dito aqui que há falta de coordenação entre os órgãos governamentais que tratam do setor de petróleo e gás, *vis-à-vis* do setor elétrico; eles não conversam entre si, então tem duas posições emblemáticas: uma, não converteram as térmicas para consumir gás natural. Esqueceram! Outra, criaram uma vantagem de oferecer uma fonte energética para o sistema isolado formado por termoelétricas em Manaus e, um ano depois, integraram Manaus ao sistema elétrico nacional através do SIN e através do linhão de Tucuruí com Manaus.

Então, Manaus, hoje, é garantido por duas fontes: uma, gás, através da geração térmica; e a outra é pelo linhão de Tucuruí. Um ou outro vai ficar ocioso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ CESÁRIO CECCHI – Entra no sistema. O sistema não é essa facilidade; é uma redundância, uma redundância que custou caríssimo. Isso é preocupante.

Inclusive, voltando ao que o Senador Caiado falou, nós fomos obrigados, quando a ANP aprovou a tarifa de transporte de gás do gasoduto Urucu-Manaus, nós solicitamos à TAG, que é a proprietária do gasoduto, dar baixa no balanço contábil dela referente ao superfaturamento de custos que foram detectados. Ou seja, quem estava pagando eram os consumidores.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Se o senhor me permite, com a permissão também do nosso Presidente, que nós já estamos no final.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Porque veja: o que V. Sª fala não é de todo equivocado, porque nós fizemos muito essa crítica também, e porque as decisões tomadas não foram concluídas. Por exemplo, Porto Velho, no Estado de Rondônia, reivindicou a vida inteira que o gasoduto fosse para lá e não foi.

Roraima que consumia energia da Venezuela, hoje está queimando óleo, o que nós já deixamos de utilizar no Estado do Amazonas.

Então, veja bem, não é que nós não necessitemos dessa energia, mas porque faltou...

O SR. JOSÉ CESÁRIO CECCHI – A coordenação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... a complementação dos empreendimentos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E, aí, por que eu faço essa pergunta? Porque, na minha ótica, entrando a iniciativa privada, dificilmente nós teremos esses investimentos concluídos.

Eles vão querer tirar e tirar o que tem, já a partir do investimento feito, mas não vão fazer novos investimentos, porque o retorno econômico, repito, não é alvissareiro. Se não o era para a Petrobras, imagina para a própria iniciativa privada. Agora é uma questão estratégica e necessária para o Brasil.

O SR. JOSÉ CESÁRIO CECCHI – Senadora, eu não tenho como afirmar se prováveis interessados... Porque é um contrato, um contrato que tem 20 anos de duração, o do Gasoduto Urucu-Manaus com a Petrobras, com *ship-or-pay* de 100%. Então, eles vão fazer o que fizeram com a NTS: contratar, fluxo de caixa descontado, trazer ao valor diário e comprar aquilo. Ou seja, só aquilo ali já dá dinheiro. Não precisa desenvolver; não precisa investir mais; não precisa fazer nada. Agora, precisa haver gás, e quem é o dono do gás é a Petrobras. E o único gasoduto que interliga a fonte Urucu com Manaus, que está na mão da Rosneft, é da Petrobras.

A Rosneft, parece, já tentou negociação para compartilhar a planta de processamento de gás com a Petrobras e utilizar o gasoduto, a parte ociosa do gasoduto, para competir na oferta. Mas a negociação não evoluiu em função do preço que a Petrobras cobrou.

Com relação ao conteúdo nacional, não entendo muito desse assunto, mas me lembro de que, quando a versão anterior do conteúdo nacional foi concebida, só existia a Petrobras como operadora. Então, era a Petrobras de um lado, e o parque industrial nacional, de outro. E, nessa correlação de forças, é claro que a Petrobras não tinha... Apesar de ser forte e de ter uma robustez fantástica, ela tinha poderes... A indústria nacional tinha poderes para impor um conteúdo nacional da forma em que foi imposto durante anos, o que deu algum benefício: aumentou a produtividade, aperfeiçoou processos de alguns setores industriais.

Agora, não. Agora acredito que exista um grupo de petroleiras, que tem outro tipo de reivindicação, que é maior liberdade de compra, enfim, de produtos.

O Brasil não pode produzir 100% de um projeto de exploração e produção de petróleo e gás natural. O Brasil faz parte de uma indústria internacional, e caberá agora, acho que nessa segunda etapa, ver quais são os nichos de mercado onde ele tem competência para competir no mercado internacional, e não criar reserva de mercado para empresário patrimonialista ganhar dinheiro aqui.

Essa é a minha visão, Senadora. Acho que tudo tem que evoluir também. Acho que a gente está evoluindo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado ao Dr. José Cesário.

Declaro encerrada a discussão.

E também declaro encerrado o processo de votação.

Procederemos ao anúncio dos resultados.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Quinze Senadores votaram. SIM, 11; NÃO, 4.

Portanto, fica aprovada a indicação do Sr. José Cesário Cecchi para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Onze votos favoráveis; quatro "não"; zero abstenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agradeço a presença do Dr. Décio Fabrício, Diretor-Geral da ANP.

Muito obrigado pela presença, também, Dr. Felipe Kury, Dr. Aurélio Cesar Nogueira, Waldyr Martins Barroso, Guilherme Eduardo Zerbinatti, Heloise Helena Lopes Maia da Costa, Márcio Félix, Marco Antônio Martins Almeida, José Gutman, Pedro Soares Cecchi, Marcelo de Carvalho Fonseca, todos da ANP.

Muito obrigado pelas suas presenças.

Aproveito a oportunidade para pedir urgência para a tramitação a fim de que possamos levar hoje para votação em plenário.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Mandaremos, com urgência, para o Plenário, para que o Presidente do Senado, se assim concordar, coloque a matéria em votação ainda hoje.

Agradeço a presença, mais uma vez, do Dr. José Cesário Cecchi...

O SR. JOSÉ CESÁRIO CECCHI – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ... desejando-lhe uma exitosa missão à frente desse cargo.

Parabéns pelas suas colocações aqui, nesta sabatina, mais uma vez desejando-lhe sucesso na Agência Nacional do Petróleo (ANP), que tem uma função muito importante no nosso País.

Vamos tentar entender um pouco mais do que aconteceu nos últimos dez dias, quando houve uma oscilação muito grande no preço dos combustíveis, independentemente do aumento do PIS/Cofins. Isso acaba dando margem para os especuladores ganharem uma certa quantia exagerada de dinheiro.

Portanto, entendemos que a função da agência é muito importante para não deixar que essas coisas possam acontecer novamente e que a população brasileira não tenha que pagar pelos erros feitos na Petrobras

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião, agradecendo às Senadoras e aos Senadores que participaram da nossa sabatina e votação de hoje.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e três minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Valdir Raupp, Jorge Viana, Paulo Rocha, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Roberto Muniz, Wellington Fagundes, Pedro Chaves, Telmário Mota, Paulo Paim e José Medeiros. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Elmano Férrer, Raimundo Lira, Ângela Portela, José Pimentel, Ataídes Oliveira, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha e Vicentinho Alves. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2013 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados. " **Autoria:** Senador Antonio Carlos Rodrigues. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV, para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Sen. Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 365, de 2016 - Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de detalhamento do consumo médio em comparação ao consumo individual para incentivar comportamentos de eficiência energética, na forma que especifica." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Relatoria:** Sen. Elmano Férrer (*Ad hoc*), substituiu Sen. Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 35 de 2017** que: "Com base no artigo 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja convocado o Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, WELLINGTON MOREIRA FRANCO, para que compareça à Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca do processo de concessões dos aeroportos brasileiros e do destino da Infraero." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Adiado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 36 de 2017** que: "Com base no inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja convidado o Presidente da Infraero, Senhor Antônio Claret de Oliveira, para em Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, prestar os devidos esclarecimentos acerca da desativação do Terminal 2 e a possível privatização do aeroporto internacional Eduardo Gomes em Manaus/AM." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 45 de 2017** que: "Requer, nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, a fim debater a atual situação da Petrobras em decorrência do plano de desinvestimentos da empresa, atualmente em curso." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 47 de 2017** que: "Requer, nos termos do inciso V, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, para explicar as medidas a serem tomadas em face da quebra contratual pela empresa ECO101, responsável pela concessão da BR-101 no Espírito Santo, por descumprimento da exigência de duplicação de toda rodovia por ela administrada." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Resultado:** Adiado. Fazem uso da palavra os Senadores Telmário Mota, Flexa Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Pedro Chaves, Wellington Fagundes, Valdir Raupp e Roberto Muniz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz

Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/09/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, com relação à Ordem do Dia e aos requerimentos, apenas um comentário, Senador Telmário, sobre as nossas BRs. Nós falamos, na última semana, que a produção agrícola brasileira está aumentando ano a ano. Este ano deve aumentar em torno de 14% a 16% a quantidade da produção de grãos, e isso em todo o País. No Norte, na nossa região – Rondônia, Mato Grosso,...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ... Roraima também –, cresce um pouco mais que essa média. É um novo eldorado brasileiro, tem crescido muito a produção, e não é por causa do desmatamento, porque não está havendo desmatamento em Rondônia – e eu creio que também não está havendo em Roraima –, mas é a tecnologia, é financiamento para infraestrutura dentro das propriedades. Isso é muito positivo. O que não é positivo é que não está havendo um aumento de investimento na infraestrutura para dar vazão a todo esse aumento da produtividade. Faltam-nos rodovias. A BR-364 continua com problema de falta de recursos para sua manutenção. Estamos trabalhando para a concessão da BR-364, fizemos uma audiência pública em Porto Velho para discutir esse tema. Esteve lá o Ministério dos Transportes, ANTT, DNIT, EPL. Foi feito um cronograma, e o Ministério dos Transportes assumiu o compromisso com o Estado de Rondônia, Senador Telmário, Senador Flexa, de, até 31 de dezembro deste ano de 2017, todo o processo de concessão já estar concluído. Muito bem. Acompanhando todo o processo, já estamos em um atraso de 60 dias.

Semana passada, estive no DNIT conversando com os técnicos, e eles me disseram que a situação é um pouco mais grave ainda. A expectativa é para o meio do ano que vem, e ainda com uma preocupação: não se sabe se haverá interessados, pois há várias empresas entregando de volta, devolvendo as concessões que tinham. Isso realmente nos preocupa muito, pois, se o Governo não investe, não tem financeiro para investir diretamente, a alternativa é a concessão, e a concessão entra nessa burocracia, nessa roda que não tem saída. Isso nos preocupa muito. Não fomos nós que assumimos o compromisso com a população de Rondônia. Foi o Ministério dos Transportes, em uma audiência pública feita por esta Comissão em Porto Velho, que assumiu o compromisso, com toda a sociedade, de fazer o processo de concessão até dezembro de 2017. Houve um atraso de 60 dias, repito. Dá para entender, 60 dias dá para assimilar, até porque a janela da seca do ano que vem começa em maio. Em maio é que começa a seca lá no Estado de Rondônia, então, não estaria trazendo prejuízo, mas os técnicos nos colocam que há uma dificuldade em avançar no processo, é licença ambiental que demora, é audiência pública que tem que se fazer – e aí sim, eu defendo essas audiências públicas. Elas serão feitas em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena, para explicar para a sociedade que tipo de concessão nós vamos ter, qual é o valor mais ou menos previsto que iremos pagar de pedágio e qual o benefício que vamos ter. Não podemos pagar nem um centavo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de pedágio sem o benefício. E qual é o benefício? É a duplicação da BR-364, não na sua totalidade, que são 800km, Senador Flexa, mas pelo menos uma parte, a parte que tem um tráfego intenso, que é exatamente entre Pimenta Bueno e Jaru, Pimenta Bueno e Ariquemes. Esse pedaço tem que estar duplicado antes de começar a cobrança dos pedágios. Enfim, estamos aguardando essas audiências públicas para discutirmos com a sociedade no Estado de Rondônia.

Paralelamente a isso, aquele projeto da ferrovia que estava em ritmo acelerado também desacelerou completamente. Desacelerou a ferrovia que chegaria a Porto Velho ou que iniciaria em Porto Velho, para interligar com a malha ferroviária brasileira.

É uma obra importantíssima para o Brasil. É claro que ela beneficia mais o Estado de Rondônia, porque vai estar com seu ponto de ligação com a hidrovia em Porto Velho, no Estado de Rondônia, mas é de importância para o País inteiro. Por quê? Porque é um caminho de exportação. É um caminho de exportação com um custo mais barato. Esse custo mais barato beneficia o País como um todo, pois há a tendência de exportar mais, e o País passa a ser mais competitivo com os nossos países concorrentes.

E a nossa ferrovia, cujo projeto foi licitado? Também não se fala mais nisso. Ou seja, parece que os projetos de infraestrutura importantes do País estão na geladeira. Isso muito nos preocupa, pois o Brasil não parou de arrecadar impostos. Há a previsão de que em agosto aumentaram em 8% os impostos, ou seja, a arrecadação aumentou 8% – o valor de impostos arrecadados pelo País.

E cadê? Onde está? Todo esse dinheiro está sendo canalizado para pagar juro da dívida interna, e se esqueceram da infraestrutura brasileira?

Isso acontece na BR-364, como acontece na BR-163, como acontece na BR-174, como acontece também na ligação para a Guiana Inglesa, que é importante para o seu Estado.

Essas obras de infraestrutura são importantes. Agora, aumentou de 14% a 16% a produção agrícola brasileira, e não aumentou nada, zero, não há um aumento de pelo menos 1% no investimento da infraestrutura do País.

A BR-364 é a única ligação do Norte com o Sudeste e o Sul do País. E o único meio de exportação da produção de Rondônia é a BR-364. Ela foi inaugurada em 1984. Então, há muito tempo, 33 anos atrás.

Portanto, é preciso haver esses investimentos. Nós não podemos deixar que as coisas continuem da maneira em que estão.

Há rodovias importantes no Estado, como a BR-429, a BR-425, a BR-421, que precisa ligar Ariquemes, Buriti, Campo Novo, Nova Dimensão e Nova Mamoré, para chegar a Guajará-Mirim, também, rumo ao Acre, não tendo que passar por Porto Velho – mais uma alternativa em uma região altamente produtiva.

Buritis é uma nova região dentro do Estado de Rondônia e é a região que mais aumenta a sua produtividade, pela qualidade da terra, pela população que ali está – são produtores. Nós precisamos dessas ligações.

Então, fica aqui o nosso pedido ao DNIT, para que dê uma atenção especial à infraestrutura brasileira. É claro que não é o DNIT apenas. O DNIT quer fazer essas obras, nós dependemos do Ministério dos Transportes, do Ministério do Planejamento. É uma questão de governo, é uma ação de governo. E nós da Comissão de Infraestrutura temos que cobrar do Governo esses investimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

necessários para dar vazão à produção brasileira e para o transporte de pessoas também, seja através do transporte aéreo, seja através do transporte terrestre ou do ferroviário.

Todos os transportes são importantes, e é uma ação de governo. Não pode ser uma ação de um ministério. Não é uma ação de um partido, é uma ação de um governo. Todos nós temos que fazer parte, é uma responsabilidade da nossa Comissão de Infraestrutura, e nós vamos estar sempre cobrando do Governo essas posições, Senador Flexa, com relação às nossas BRs.

Com muito prazer, passo a palavra ao Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Senador Acir, primeiro quero parabenizar V. Exª por trazer para a pauta desta Casa um assunto que é pertinente e mais do que justo.

Sem nenhuma dúvida, hoje essa reclamação que existe no seu Estado de Rondônia tem a mesma característica nos demais Estados do Brasil, no meu Estado principalmente.

Só para que V. Exª tenha uma ideia, há um PIB da ordem de 40 bilhões em Manaus, para ser atendido; há um PIB maior um pouquinho na Guiana Inglesa; há um PIB de quase 450 bilhões na Venezuela. Então, há um quase um trilhão de PIB para atender, com o Estado de Roraima sendo um celeiro de produção.

Como V. Exª falou, Roraima aumentou, quase triplicou sua produção, principalmente em grãos. E não houve desmatamento, porque Roraima nem necessariamente precisa, porque tem as savanas, o campo. O mar é de campo – que não é mata –, onde realmente é muito melhor plantar a soja, o grão, do que mesmo em Cascavel, que V. Exª conhece bem.

Eu estive lá, conheci aquela área altamente produtiva do Brasil, com aquele povo trabalhador, honesto, mas que tem o apoio governamental, o que realmente faz hoje Cascavel ser um celeiro, juntamente com Toledo – aquela área altamente produtiva.

E Roraima começa a ter essa luz, começa a ter esse encaminhamento.

Com relação às estradas, realmente é uma pena – é uma pena como o Dnit também trabalha essa situação.

Fico preocupado, na verdade, em que essas denúncias gravíssimas que hoje pesam sobre o Governo Federal estejam desviando a atenção dele daquilo que é prioridade para o País – daquilo que é prioridade para o País.

O Governo Federal todo dia está matando um leão, no sentido de apagar esses fogos, essas chamas que surgem de denúncias graves contra o Governo, e aí não há um planejamento. Primeiro, já é um Governo que não era do Governo Temer, ele o assumiu. E ele não sentou para analisar e para estabelecer a prioridade do Governo – para estabelecer a prioridade.

Nós sabemos que o País começou a andar, a caminhar, com o aumento da produção, com a exportação, com o setor agropecuário. E esse segmento que começou a melhorar a economia, que começou a fomentá-la era o segmento que deveria, dentro do Governo Temer, estabelecer as suas prioridades.

E, sem nenhuma dúvida, não há como produzir em um país onde principalmente as estradas estão de péssima qualidade. Elas são precárias, dificultando, encarecendo o preço, colocando em risco a vida das pessoas.

Então, é preciso que o Governo Federal realmente estabeleça a prioridade em dar condições de trabalho a quem realmente quer trabalhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Está havendo bastante corte, contingenciamento em alguns setores que são primordiais, que são essenciais, que são o oxigênio do País: na área da saúde; também, um pouco na área da educação; e principalmente nessa questão da infraestrutura.

O País precisa começar a passar a primeira marcha, a segunda marcha, a terceira marcha para andar, para ir para frente, porque parece que estão metendo só marcha ré, marcha ré ou deixando no ponto porto de ordem que ninguém está vendo, realmente, o País tomar esse oxigênio. Ninguém pode pensar no Brasil só com indústria, porque as nossas indústrias, realmente, estão bem instaladas, tiveram condições muito melhores, mas hoje nós sabemos também que elas têm uma concorrência muito grande. Quer queira, quer não queira, é o setor primário brasileiro que realmente alavanca a nossa economia, que dá o sinal verde de que a economia começa a acontecer. Temos aí um superavitizinho que aconteceu na balança comercial no todo, um aumento de PIB, etc., por conta exatamente do setor primário.

E V. Exª traz aqui esse tema, esse debate com muita propriedade no momento muito oportuno. Quero aqui, naturalmente, só fazer essa complementação e dizer que V. Exª realmente aponta um caminho certo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senador Telmário. De fato, V. Exª coloca muito bem: o Governo está preocupado em se manter em função de tantas denúncias que acontecem, e, talvez, não estejam todos preocupados em governar o País. É uma situação bastante delicada. São muitas as denúncias e estão sendo apuradas evidentemente. Inclusive, essa questão do dinheiro que apareceu nos últimos tempos é uma coisa marcante, para não dizermos uma palavra muito feia. É realmente um momento delicado e histórico. Somente em uma sala, R$51 milhões, Senador Flexa, é difícil a gente... Não é ser a favor do Governo ou oposição. Não é essa a questão. É que isso tem que ser apurado. Até agora há uma pergunta que não foi respondida: esse dinheiro é de quem e da onde veio? Essa é uma pergunta que precisa ser respondida para a população brasileira. Já foi depositado no caixa da União ou na Justiça, mas da onde veio e de quem é esse dinheiro? É uma pergunta que fica. E cabe às autoridades competentes dar seguimento, dar curso para resolver essa questão e outras tantas denúncias que estão por aí.

Com prazer, ouço o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Presidente, Senador Acir Gurgacz, Senador Telmário, V. Exª tem toda razão em fazer esses comentários ao iniciar a nossa semana de trabalho aqui em Brasília – iniciamos antes nos nossos Estados –, na abertura da Comissão de Infraestrutura. Eu diria que aquela imagem, aquela foto daqueles recursos, daquelas malas, aquilo é um acinte a todos nós brasileiros como cidadãos. É repugnante, como V. Exª colocou. Eu acho que essa resposta da onde veio e de quem é já foi respondida. Precisa saber se é só aquilo ou se há mais. Isso é o que preocupa a todo mundo. Esses desvios que alcançam cifras nunca antes imaginadas.

Fala-se hoje em 1 bilhão como se fosse uma coisa palpável para todos. É um sonho, mas hoje virou... São bilhões, bilhões. Já se fala em bilhões de dólares. Aí temos que multiplicar por três quando transformamos nos nossos reais. E, com tudo isso, nos falta dinheiro para que possamos completar a nossa infraestrutura. Eu digo completar porque pelo menos isso, que ela possa trazer condições de escoamento da nossa produção, que está para ficar totalmente estagnada – não pela produção,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque a cada ano a safra é recorde. Quer dizer, todos os anos... Este ano parece que estão previstas 240 milhões de toneladas, 16% a mais. Então, a tecnologia...

E temos que dar os louros à Embrapa. A agricultura brasileira evoluiu com o trabalho da Embrapa, que fez com que outras espécies de sementes fossem produzidas para que a produtividade do plantio aumentasse. Está em todos os setores e não só em grãos. Grãos, carnes, é impressionante a evolução. E o Brasil já foi colocado como celeiro do mundo e será o celeiro do mundo. Daí por que, Senadores Telmário e Acir, nós que somos da Amazônia, eu agora entendo e vou colocar a todos os Senadores qual a dificuldade de aprovar o meu projeto, simples, simples, que permite a cultura da cana na Amazônia, simples,...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ...em áreas alteradas, em áreas antropizadas, sem derrubar uma única árvore. Não queremos mais derrubar árvores. Já basta o que nós temos de áreas abertas, que podem e devem ser utilizadas com tecnologia.

Eu recebi um papel escrito pela Unica, que é a associação dos produtores de cana, etanol e açúcar – é do Brasil todo, mas eles respondem pelos interesses do Sul e Sudeste. Então, eles lá trabalham contra a aprovação do projeto, alegando – e chamando ONGs e não sei o quê – que vai haver a devastação na Amazônia, que a exportação do etanol e do açúcar brasileiros vai ser bloqueada porque vão ser etanol e açúcar produzidos pela devastação da Amazônia. Ou seja, esse olhar da Amazônia totalmente deturpado, errado que se coloca todas as vezes em que há um movimento para que a Amazônia possa se desenvolver é impressionante. É impressionante! Eles se cobrem, se protegem com o manto da questão ambiental, achando que todos nós que moramos lá... Somos nós que preservamos a Amazônia. Somos nós que queremos a Amazônia permanente, mas com qualidade de vida para os amazônidas.

Então, eles usam a proteção ambiental, que tem apoio de todos, inclusive nosso. Todos nós queremos conservar a Amazônia, conservar para as gerações futuras, mas queremos que ela seja desenvolvida.

Esse meu projeto acho que já tem uns seis ou sete anos. Ele já foi aprovado em todas as comissões, foi para o Plenário; quando chegou ao Plenário, um Senador apresentou requerimento para ele voltar para as comissões. Está percorrendo todas. Mas eu sou persistente, graças a Deus. Quero dizer àqueles que são contra o projeto que se eles me provarem que o projeto traz algum risco para a Amazônia, se me convencerem disso, serei o primeiro a retirar o projeto. Nem deixarei tramitar, serei o primeiro a retirar.

Agora, vai ser difícil, porque o projeto é tão simples, que só tem lá um artigo, só permite nas áreas já antropizadas. Então, vamos lutar para que possamos ter esses recursos que são desviados, para que possamos investir na infraestrutura do Brasil e da Amazônia.

O meu Estado do Pará hoje é um Estado que, pela sua posição geográfica, desperta, de toda a produção brasileira, o caminho da exportação. O Porto de Vila do Conde é o porto mais próximo dos mercados consumidores, seja a América do Norte, seja a Europa, seja a Ásia. Então há encurtamento nos dias de transporte, há a questão do transporte por via fluvial, pelo Rio Amazonas e pelas hidrovias que estão se formando, lamentavelmente a passos de cágado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não houve ainda um presidente que levante a bandeira de implantar um sistema hidroviário no nosso País, um País que foi abençoado por águas internas que são as maiores reservas de água doce do Planeta. E não temos implantado um sistema hidroviário.

E agora, há a Ferrogrão, que vai levar por ferrovia paralela à Santarém-Cuiabá, e não conseguem terminá-la. Todos os anos postergam: era 17, virou 18 e agora é 19, por causa de 25km, que, parece, é o que vai ficar faltando ao final de 2018. Eu já tive a oportunidade de dizer ao Presidente: "Presidente, coloque recursos e uma outra empresa para fazer esses 25km e seja o Presidente que inaugurou o asfaltamento total da Santarém-Cuiabá. Vai ficar na história, vai ficar na história".

Boa semana para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Flexa.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Eu fui Relator do seu projeto na CRA, e andamos rapidamente, aprovamos, e não há problema nenhum em nós plantarmos cana-de-açúcar nas áreas já transformadas na Amazônia. Em áreas já transformadas, qual o problema? Não há nenhum problema. Então entendo que é um projeto importante e que precisa avançar.

Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu queria só fazer um comentário com relação a esse projeto do Senador Flexa Ribeiro. É incompreensível que esse projeto não entre em atividade. É quase que surreal você imaginar que as pessoas não queiram que a Amazônia possa produzir a cana-de-açúcar, principalmente porque seria em áreas já antropizadas, que estão aí à disposição.

Eu acho que qualquer outra área nova, aí sim, merece todo um estudo, toda uma análise para ver o impacto ambiental.

Mas o meu Estado principalmente é um Estado favorável à cana-de-açúcar, porque temos uma área de lavrado imensurável, imensurável. E naturalmente não iria ali fazer nenhum desmatamento e naturalmente iria aumentar a economia, principalmente do setor primário do nosso Estado.

Então, é lamentável que vejamos, às vezes, outras regiões do País querendo impor políticas públicas para a nossa região principalmente, Senador Jorge Viana. Nós, que somos do Norte, sofremos essa pressão dos grandes centros no sentido de que eles querem dar a concessão daquilo que podemos, Senador Pedro, ou não podemos fazer. E acho que está faltando mais unidade até nossa mesmo, da própria região, dos Senadores da Região Norte, como faz aqui a Região Nordeste com muita propriedade.

A Região Nordeste todo dia quebra uma pedra para poder avançar na sua sustentabilidade, no seu desenvolvimento. E o Senador Fernando sabe disso, não é: Acontece principalmente na sua região. Conheci ali, Petrolina e Juazeiro, porque eu era auditor de banco quando começou o Projeto Nilo Coelho, o Projeto Bebedouro, na sua fase embrionária. Parecia que aquilo não ia acontecer. Hoje você chega ali, é um Brasil diferente, é um Brasil dando certo onde ninguém acreditava que daria certo – ninguém que não morasse lá, mas os que moram lá sempre acreditaram naquilo. Se dá certo em outros países que são cobertos até por desertos, por que é que não dá certo ali naquele vale? E deu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mais do que certo. Hoje, se você vir a economia de Petrolina – o Fernando pode dar testemunho disso – a quantidade de voos, de exportação, de divisas que entram para o País, é fantástico, é aplausível.

Então o Nordeste precisa, e o Norte também precisa se oxigenar e sair de ser só consumidor. Nós não somos só mercado de consumidores. Nós precisamos ser também produtores. É assim que vamos fazer um Brasil igualitário.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Presidente, muito obrigado. É um breve comentário, apenas para não deixar de agradecer as palavras do Senador Telmário e dizer que, a propósito das exportações de frutas, que aqui ele mencionou, o Ministro Maurício Quintella estará sexta-feira na cidade de Petrolina, e um dos eventos que ele vai presidir é a entrega da certificação do Aeroporto Internacional de Petrolina, que vai permitir receber cargueiros de última geração. E esses cargueiros começam a operar a partir desta semana. Teremos 600 voos daqui até março, transportando, portanto, frutas, com destino à Europa e ao Japão.

Portanto, é apenas para fazer um registro de que de fato Petrolina e Juazeiro se transformaram no polo da fruticultura brasileira e detêm hoje mais de 90% da manga que é exportada no Brasil, é produzida no Vale. Mais de 95% da uva de mesa que é exportada no Brasil é produzida no vale. Portanto, de fato, o sonho de muitas gerações se transformou em realidade.

Petrolina e Juazeiro se transformaram numa barreira do desenvolvimento, quando muitos nordestinos migravam com destino a São Paulo, ao Rio, a Brasília, ao "Sul maravilha". A partir da formação desse polo de desenvolvimento, muitos cearenses, paraibanos, piauienses, aqueles do Rio Grande do Norte, de Sergipe, muitas pessoas vieram a aportar em Petrolina e contribuir de forma decisiva para o crescimento e o desenvolvimento da nossa cidade e da nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem. Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria cumprimentar todos, já que estamos aguardando quórum, Sr. Presidente. Não é isso? Queria solicitar de V. Exª verificar se já tem aquele calendário para debatermos, ou se é o Presidente Eduardo Braga que vai estabelecer... Eu sei que V. Exª deu o devido encaminhamento para aquelas duas audiências, mas eu queria também fazer aqui uma sugestão e até um questionamento perguntando para a Secretaria da Mesa se há alguma solicitação, algum requerimento para termos aqui o Dr. Casimiro, do DNIT.

Eu sei do empenho de V. Exª com a questão da BR-364. Outros colegas também, com outras BRs. E me preocupa muito o fato do corte do orçamento já para o ano que vem. Não estou falando nem este ano, do qual já estamos no fim. Tenho ido ao DNIT, sei do esforço da própria direção do DNIT. Então, não estou fazendo aqui nenhuma crítica velada, ao contrário. Mas nós estamos com uma obra no Acre, na BR-364, fundamental, que está em andamento, de recuperação, de reconstrução da estrada.

Sei que também acontece o mesmo em Rondônia e talvez antes mesmo do ano terminar, do semestre, nós já estamos aqui na segunda metade de setembro, eu queria dar essa sugestão. Se não tiver, eu apresento um requerimento para que ele possa ser convidado a vir. Eu sei que ele virá com toda tranquilidade, basicamente e objetivamente para discutirmos o orçamento do DNIT para o ano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que vem, para essas obras como a da BR-364, que em Rondônia está sendo duplicada em alguns trechos e há uma série de dificuldades. Nós temos a ponte sobre o Rio Madeira, no trecho do Abunã, entre Porto Velho e Rio Branco, que é tão fundamental.

Nós estamos agora vivendo, nesse período de seca, um drama por conta da travessia. Tivemos uma audiência no Ministério da Integração, com o Governador Tião Viana, que propôs, com todos os envolvidos... Foi decretada situação de emergência na área do Abunã, no Madeira, ali na foz do Abunã, por conta da travessia. Toda carga que sai do Acre e que chega no Acre passa pela balsa, ali no Rio Madeira, e a obra da ponte está atrasada.

Eu sei do compromisso de V. Exª. Sei também que outros colegas teriam o maior interesse, porque há algumas obras acontecendo, inclusive em Mato Grosso, Pará, e para nós seria fundamental... Se a resposta de V. Exª for de que não tem nada programado, eu me proponho a apresentar um requerimento solicitando a vinda dele para discutirmos os recursos que o DNIT terá para trabalhar no ano que vem, porque se nós tivermos uma resposta, como eu acredito, preocupante, porque vi os cortes, nós podemos ainda trabalhar, porque estamos em um período de emendas e teremos ainda uma discussão do orçamento.

Acho que seria muito e muito importante as Bancadas todas se reunirem com base nessas informações para poderem agir. Nós estamos no ar com uma situação realmente crítica. A BR-317 a situação é muito melhor, mas ela passa por um trabalho de recuperação que está indo, mas lentamente. Porém, o caso da BR-364, que vem desde o Mato Grosso, vai para Rondônia, passa por Rio Branco e segue para Cruzeiro do Sul é muito importante. Há várias frentes de trabalho e só não pode haver interrupção. Ao contrário, seria preciso uma intensificação das ações.

Então, era para isto que eu queria: um questionamento e, ao mesmo tempo, uma sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, Senador Jorge Viana. Nós não temos esse requerimento. Eu peço a V. Exª que o faça, e eu faço questão de subscrevê-lo também, para que a gente possa debater essas questões importantes do DNIT para o seu Estado, para o País todo, para o nosso País.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Faço, então, aqui, oral o requerimento e já estou tomando providência para que ele seja formalizado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Alguns dados...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – ..., eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não, Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Bom, na mesma linha do Senador Jorge Viana, eu estou preocupado realmente com a 163, no Estado de Mato Grosso do Sul, porque a CCR prometeu que vai paralisar a obra. Seria importante que a gente pudesse... Inclusive, nós já aprovamos aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Eu já incluo a 163.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Exatamente, a 163. Isto seria muito importante, convocando inclusive o Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – A 163 em Mato Grosso do Sul e a 163 também no Mato Grosso, que vai chegar ao Pará.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Exatamente.

Nós tínhamos até solicitado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Não só o Presidente do DNIT...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Inclusive, nós tínhamos que convocar o Ministro dos Transportes, Maurício Quintella, para vir aqui, além do Diretor do DNIT.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem.

Um dado que eu gostaria de passar às Srªs e aos Srs. Senadores: segundo o *Valor Econômico*, Senador Flexa, o desembolso com o crédito rural soma R$25 bilhões nos dois meses de 2017 e 2018, porque a safra 17/18 começa em junho.

> Os desembolsos de crédito rural somaram R$25 bilhões em julho e agosto, os dois primeiros meses dessa safra 2017/18, informou hoje o Ministério da Agricultura. Na comparação com o mesmo período do ciclo 2016/17, houve aumento de 29%.

Aproximadamente esse montante de que estamos falando vai ser proporcional ao aumento da produção de grãos para esta safra. É essa a nossa preocupação. De acordo com a estimativa da Fundação Getúlio Vargas, para que o crescimento anunciado pelo Ipea ocorra, o orçamento do Ministério dos Transportes para recuperação, duplicação e expansão da malha rodoviária, em ferrovias e para a modernização dos portos e hidrovias, teríamos que aumentar 13 vezes, atingindo cerca de R$300 bilhões ao ano o investimento, para a gente recuperar todo esse avanço e o aumento da produção agrícola que o Brasil está tendo.

Com essa notícia dessa expansão, o que é muito positivo... Nós temos que comemorar esse aumento de tomada de recursos, porque isso vai reverter no aumento da produção.

Mas o problema é o seguinte: após recuar 20% nos últimos dois anos, chegando a R$105 bilhões, ou 1,7% do PIB, em 2016, esses investimentos devem alcançar R$113 bilhões neste ano de 2017, o que corresponde a uma alta de 7,2%. Para 2018, a expectativa é de que avance mais 19% e chegue a R$135 bilhões, aproximando-se dos 2% do PIB.

Apesar disso, a parcela investida seguirá abaixo do necessário para fazer a manutenção das rodovias e de toda a infraestrutura de transporte para manter os padrões dos serviços, e 2,4% do PIB assim continuarão como muito longe dos 6% do PIB necessários para modernizar e ampliar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

infraestrutura do País. Nós investimos muito na produção, mas esquecemos completamente. Praticamente não há...

O Senador Pedro Chaves traz notícia da possível paralisação na recuperação da BR-163, em Mato Grosso do Sul, e da possível paralisação e diminuição da manutenção da BR-364. Isso nos preocupa e muito. É um tema que precisamos debater.

Por isso a importância de convidarmos o Diretor-Geral do DNIT, Valter Casimiro, para que ele possa nos explicar. Ele e toda a sua equipe, Senador Pedro Chaves, estão muito envolvidos e querendo aumentar a malha viária brasileira e melhorá-la. Mas depende do Ministério do Planejamento, do Ministério da Fazenda. E é uma ação de Governo, na verdade. É uma ação de política pública de fazer esse enfrentamento e enfrentar realmente e fazer esse investimento necessário. E fazer do Brasil um canteiro de obras com relação à infraestrutura, como é feito isso na produção agrícola e pecuária em todo o País. Lugares onde não se imaginava existir produção estão produzindo, produzindo com grande quantidade, com grande qualidade.

Então, essa é a fotografia, Senador Fernando Bezerra. Não é uma questão de governo A, B ou C. Não é isso. É uma questão de País. o País precisa parar. Vamos ter de pegar uma parcela da produção do PIB e investir em infraestrutura, senão nós vamos ter produção, e essa produção vai ficar nas estradas ou vai ficar no próprio canteiro de produção.

Consulto o Senador Roberto Muniz se gostaria de...

Senão, nós vamos...

Creio que não há quórum para deliberarmos. E estamos longe do quórum. Faltam quatro.

Eu pergunto a alguns Senadores se gostariam de fazer uso da palavra.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Era mais no sentido de uma consulta regimental. Estou preparando no gabinete um requerimento, que acho que é consenso dos colegas que têm a intenção de convidar o Diretor-Geral Valter Casimiro para que ele, com a sua equipe, possam vir discutir conosco o orçamento para reconstrução, recuperação, manutenção de rodovias federais para 2018, levando em conta a BR-364, a BR-163, a BR-317, entre outras.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – A BR-319.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – A BR-319, entre outras.

Se, regimentalmente, nós tínhamos como fazer a apresentação do requerimento hoje verbalmente ou só com a formalização.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – A apresentação já foi feita verbalmente. A questão é que nós precisamos de um quórum mínimo de 12.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu concordo, porque, aí, já contaria o dia de hoje como de apresentação, para ser votado na próxima.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Precisamos do requerimento físico para fazermos a abertura.

Por isso nós estamos aqui fazendo um debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É porque eu queria que ficasse constando a apresentação do requerimento. Com a compreensão dos colegas, pediria que fosse feita a deliberação sobre ele na próxima reunião, obviamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Consultando aqui os nossos consultores, eles me informam que, pelo fato de já termos feito a solicitação verbal, na próxima sessão poderá ser votado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Se tivéssemos quórum hoje, votaríamos hoje.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Está muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Mas, como não temos quórum hoje, já fica na pauta para a próxima reunião. Será incluído na pauta da próxima reunião.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Já fico muito satisfeito.

Outra questão, Sr. Presidente, diz respeito a um trabalho em que sei que V. Exª tem-se empenhado bastante – obviamente, fez as ponderações devidas – diz respeito à deliberação nossa para um projeto de resolução que assino, estava como Relator no plenário e trabalho dedicadamente nessa questão por interesse do Brasil e dos cidadãos brasileiros.

V. Exª fez a ponderação de que deveríamos vir para cá fazer mais uma audiência pública. Sei que não é fácil, porque já tivemos uma série de problemas para trás, e estamos tomando as precauções para que não haja problema para frente. Mas eu me refiro ao projeto que tem como Relator o Senador Telmário Mota, que já apresentou o requerimento, para ver se, na próxima reunião, poderíamos deliberar sobre ele, porque, nesse caso, teríamos um prazo já adequado. É o apelo que eu faria.

Nós buscamos alguns entendimentos, inclusive a vinda para cá, acho, nos auxiliou em alguns aspectos. Trabalharmos com a ideia de combustível de aviação é um aspecto importante bem como termos também mais um aclaramento com companhias aéreas, com o próprio Ministro da Aviação Civil, com as companhias sobre o andamento desse projeto de resolução, porque entendo que ele é fundamental, e também acerca dos prazos.

A ideia é que deliberássemos aqui na Comissão e que ele voltasse para o Plenário. Seria também para dar uma segurança jurídica, Senador Fernando Bezerra, em relação ao projeto que trata de combustível da aviação, do ICMS, para não ficar nenhuma dúvida jurídica, insegurança jurídica. A ideia é que deliberássemos este ano e que ele só entrasse em vigor no próximo ano. Com isso, o prazo que a Anac exige para mudança de voo, que tem toda uma programação, o início de venda de passagem seria cumprido, e nós tiraríamos qualquer risco de insegurança jurídica, já que ele é constitucional, mas certamente São Paulo e outros Estados que ainda questionam poderiam recorrer ao Judiciário.

Entendo que cada dia mais é fundamental que tenhamos uma política que possa, de algum jeito, dar uma satisfação aos usuários de transporte aéreo, que compram passagens caras, que têm uma insegurança. Talvez com esse projeto, Senador, nós vamos estar fazendo algo que há muito tempo deveríamos fazer: ter um pouco mais de perto o controle sobre oferta e retirada de voo dos Estados, das cidades. Isso as companhias fazem ao seu bel-prazer, sem dar satisfação à opinião

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

pública. Daqui a pouco, vem um aviso que dali a 30 dias não vai ter mais determinado voo. Eu acho que o Senado tem que ficar muito atento a isso.

Nós temos que incluir, inclusive, no projeto de resolução, algo que possa ser reversível, temos que pôr isso. Esta é uma intenção minha como Relator de plenário: fazer o projeto reversível no caso de descumprimento daquilo que está sendo acordado. Quer dizer, daremos um prazo; se naquele prazo não for atendido, voltamos à situação anterior e punimos as companhias aéreas. Nós precisamos fazer um pouco isso. O cidadão brasileiro, o usuário do transporte aéreo não pode ficar refém de uma manipulação que, às vezes, fica evidente que acontece devido a uma concorrência.

Veja, tivemos – agora não mais – várias situações entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul, em que companhias de transporte regional faziam o voo Rio Branco a Cruzeiro do Sul, um voo de uma hora. São 600km, quase 700 por rodovia, mas é um voo de uma hora, e, quando a companhia estava operando com o voo regularmente, a Gol entrava, oferecia passagem bem mais barata, a companhia tinha que sair porque ficava inviabilizada, e depois a Gol alterava o voo, tirava-o. Isso aconteceu em várias circunstâncias.

E eu acho que o nosso papel aqui do Senado, que é a Casa da Federação, a Casa dos Estados – todos nós representamos os interesses dos Estados também, além do povo brasileiro – é que nós temos que ficar muito atentos a isso. Talvez... Eu vejo esse projeto de resolução não como um projeto que é favorável às companhias; esse é um projeto que é favorável ao usuário do transporte. E a gente vai deixar cada vez mais claro que nós estamos vigilantes, vamos cumprir o nosso papel constitucional de fiscalização para que esse serviço de infraestrutura – por isso que nós estamos falando aqui na Comissão de Infraestrutura – tão essencial possa ter uma política para ele.

Eu lamento – volto a reafirmar –, eu lamento; é uma contradição. Naquela audiência eu vi a posição da Anac. É inacreditável. A agência que é responsável por esse serviço no Brasil só atua, como atuou, contra os usuários. Vem aqui para cobrar mala, para exigir mais dos usuários, mas não atua em benefício dos usuários. E nós é que temos que fazer isso aqui, como Casa que fiscaliza também, como uma comissão que tem a responsabilidade de debater, de se preocupar com a infraestrutura aeroportuária, rodoviária, ferroviária do nosso País.

Eu sinceramente acho que a Comissão tem que ser cada vez mais um pouco isso que nós estamos debatendo nas últimas sessões – e temos um conjunto de audiências pela frente –: uma comissão que fiscaliza todo o trabalho de investimento. V. Exª acabou de apresentar aqui algo muito grave, ou seja, se não houver investimento na malha rodoviária, ferroviária no País, não dá para pensar e não acontecerá o tão sonhado salto de um crescimento brasileiro com a economia brasileira retornando, porque uma coisa depende da outra. Não há como. Não dá para plantar e depois não haver armazenagem, depois não haver transporte, depois não haver porto para fazer embarque.

Então, isso o Brasil precisa entender definitivamente. E, com esse mundo de cortes orçamentários, com essa...Virou quase uma anarquia. Agora, esta semana, nós vimos que o Exército paralisou suas atividades no Rio de Janeiro, uma força que excepcionalmente estava sendo usada para trazer um pouco de paz ao Rio de Janeiro para enfrentar o crime organizado. E, por falta de dinheiro, as ações do Exército, das Forças Armadas foram paralisadas no Rio de Janeiro. Então, nós estamos vivendo este tempo.

Eu fiz denúncia, agora recentemente, da tribuna: o dinheiro das universidades chegou ao fim agora em julho, com risco, com dificuldade de atravessarem setembro. Eu estou falando dos institutos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

federais de educação, falei em nome do Ifac no Acre, falei em nome da Universidade Federal do Acre, mas é o conjunto. Eu e o Senador Cristovam estávamos falando das instituições de ensino superior do Brasil, sejam as universidades federais, sejam os institutos federais, sejam os centros de pesquisa, nós estamos danificando.

Eu, como membro da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, também fiz a denúncia com o corte de recursos para a ciência, tecnologia e inovação no Brasil, o que é gravíssimo. Aí você atrasa o Brasil 10, 15, 20 anos, e não só se paralisa, não, anda para trás.

Mas acho que aqui, na área de infraestrutura, nós precisamos urgentemente fazer esse debate, enquanto temos tempo de intervir na Comissão Mista de Orçamento.

Eu fui a Xapuri, Sr. Presidente – só para concluir –, este final de semana, num evento rural, com o Governador Tião Viana – isso ainda vou falar da tribuna –, e o único posto da Polícia Rodoviária Federal, o único posto na área de fronteira, eles acabam de desativar. Então, veja: nós estamos numa área de fronteira, há tráfico de drogas, há tráfico de armas, há contrabando, e aí a Polícia Rodoviária tinha lá uma parceria com o Estado, que construiu o prédio – a parte física foi o Estado que construiu –, e a população de Xapuri, de Brasileia, de Epitaciolândia fica se perguntando: "Vamos ficar reféns das circunstâncias?" Lá havia sempre um carro da Polícia Rodoviária Federal, havia os plantonistas, e era uma base importante, que passava segurança, com a presença do Estado brasileiro. Com os cortes de orçamento, o que acontece? No lugar que mais precisa... Porque de lá... Não que seja automático, mas de toda a fronteira que nós temos é que se dá a entrada de armas que vão criar problemas no Rio de Janeiro, em Rio Branco, em Porto Velho.

Veja agora essa situação na Rocinha, de anteontem. O líder da facção da Rocinha está lá no Estado de V. Exª, num presídio federal em Rondônia, e de lá comanda a guerra que está ocorrendo, por território, na Rocinha, no Rio de Janeiro, onde a Polícia não entrou no primeiro dia, foi guerra de facção. A Polícia ficou olhando. E de onde vem essa ordem? De dentro de um presídio. O Acre, graças à ação do Governador Tião Viana, é um dos poucos Estados que está bloqueando telefone dentro dos presídios, e acho que isso tinha que ser uma regra. Não é possível que um chefe de uma gangue esteja num presídio federal de segurança máxima e de dentro do presídio ele siga comandando o crime organizado no Rio de Janeiro, em São Paulo, em outros lugares. Nós tínhamos que, definitivamente, pôr ordem nisso, dizendo: não vai ter... Isso tinha que ser um impositivo. Não adianta querer dizer que tem que haver liberdade para criminosos, chefes de facção. Sinto muito. Nós tínhamos que ter bloqueio de telefone em todos os presídios de segurança máxima para ver se pomos um fim a essa ação criminosa, protegida, porque eles estão dentro do presídio e de lá seguem mandando, comandando, pregando e praticando o terror em todo o Brasil.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB - PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de também fazer aqui algumas reflexões, porque acho que as manifestações do Senador Jorge Viana são muito legítimas, mas elas mostram um lado da moeda. De fato, o País está enfrentando uma grave crise fiscal, uma grave crise orçamentária. As demandas por investimento e por custeio têm sido difíceis de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

serem atendidas numa conjuntura em que a receita do Governo Federal não cresce, mas é importante também que a gente possa ter um olhar mais positivo sobre as transformações que estão ocorrendo.

Só para trazer aqui um dado, os jornais de hoje anunciam que, no ano de 2018, o Governo vai ter um fôlego extra proveniente das concessões que já estão em curso, com pagamento de outorgas da ordem de R$40 bilhões. São mais de oitenta e poucos projetos de concessão que estão já sendo contratados, já foram licitados, e os pagamentos dessas outorgas permitirão, ao longo do ano de 2018, essa receita extra para o Governo. Acho que o Governo também tem sido muito feliz em definir novas áreas para o investimento no setor privado. Muitas áreas estão se abrindo, e há um reconhecimento que não podemos adiar. V. Exª acabou de trazer um dado que, de certa forma, choca: nós estamos investindo R$130 bilhões em infraestrutura, mas teríamos que estar investindo R$1 trilhão para que o Brasil pudesse ter uma infraestrutura de acordo com a sua produção, sobretudo na área do agronegócio. Estamos surpreendendo o mundo ano após ano com a agricultura, com a produção de grãos crescendo mais de 25%, fruto do trabalho, do risco, da ousadia, da persistência e da teimosia dos nossos produtores rurais, sobretudo no Centro-Oeste do Brasil e em algumas regiões do Norte, que, de certa forma, fazem a nova economia brasileira.

Eu acho que nós temos aprendido com as lições do passado recente. É preciso ter cuidado na aplicação dos recursos públicos. O Governo Federal não tem uma capacidade ilimitada para fazer investimentos sem a devida cobertura e o respaldo do Tesouro, e eu acho que vamos mais e mais aqui, neste Congresso Nacional, abrir áreas.

Temos o exemplo, agora, do pré-sal, em torno do qual houve um grande debate aqui, no Congresso Nacional. Muitos se levantaram contra, falaram sobre a soberania nacional, que poderia estar ferida. Pois muito bem, hoje os noticiários dão conta do leilão do pré-sal que vai ocorrer agora, no final de setembro. E, já com as empresas cadastradas para esse leilão do pré-sal, todos já apostam no enorme sucesso que vai ser e que esses investimentos na área do pré-sal serão responsáveis pela recuperação econômica do Estado do Rio de Janeiro, que quebrou. E agora nós vamos ter investimentos relevantes, substanciais, na área do petróleo, na área do gás, que vão, sobretudo, animar o investimento no setor industrial da economia brasileira.

Portanto, eu acho que temos, sim, que destacar as dificuldades que estamos enfrentando do lado do Orçamento, do lado fiscal – o Brasil ainda enfrenta um desequilíbrio muito grande em suas contas –, mas é evidente que esse retrato da dificuldade é fruto do esforço de botar as contas em dia.

Vejam que estamos com uma inflação que ninguém imaginava, Senador Roberto Muniz. A inflação deste ano vai ser menor do que a do melhor ano da época do real – é a inflação projetada para este ano. Nós estamos tendo uma redução de juros que está começando a puxar a recuperação da economia. Os juros já estão em 8,25% e deveremos chegar ao final do ano – alguns já apostam – a um número abaixo dos 7%. O quanto nós não estamos economizando em termos de serviço da dívida pública? Chegamos a pagar mais de R$400 bilhões de serviço da dívida e deveremos este ano reduzir isso para algo próximo de R$300 bilhões.

Esses são créditos que precisam ser colocados quando formos analisar as dificuldades para financiar as universidades, as estradas, os recursos pelos quais clamamos para a irrigação, para a educação e para a saúde. É preciso ver que nós estamos recolocando o País na trajetória do crescimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quem poderia dizer? No primeiro semestre deste ano, as apostas eram de que o crescimento iria ser negativo. Os mais otimistas falavam de crescimento de 0,3% do PIB. Hoje os menos otimistas falam em 0,7%, e os mais otimistas já falam que a economia vai crescer 1% este ano. As previsões para o próximo ano são de PIB acima de 2,5%, e já há muita gente falando em 3%. Eu estou querendo ressaltar isso porque eu acho que isso tem a ver com o debate desta Comissão, que é quem cuida dos investimentos em infraestrutura.

Olhem o que nós estamos fazendo na área dos aeroportos brasileiros. Os investimentos no aeroporto de Fortaleza, de Salvador e de Porto Alegre são fruto de um novo modelo para as concessões aeroportuárias, que conseguiu atrair as melhores operadoras aeroportuárias do mundo. Saímos daquela história de entregar aeroportos a empreiteiras para entregá-los a operadores qualificados, com renome internacional, para prestar serviço, que é a preocupação do Senador Jorge Viana. Tem que haver serviços de boa qualidade na infraestrutura, nos serviços de infraestrutura que são prestados no País. E eu não tenho dúvida nenhuma de que os investimentos vão se ampliar em muitos outros aeroportos brasileiros para poder atender a necessidade do consumidor, daquele que viaja, daquele que se desloca, seja a turismo, seja a negócio, para poder dinamizar a nossa economia.

Portanto, eu queria, no momento em que o debate da Comissão está sendo transmitido ao vivo, dizer que é importante que nós também possamos falar da outra face da moeda. É verdade, os últimos dois anos não foram fáceis, foram muito difíceis do ponto de vista do equilíbrio das contas públicas. Estamos com um déficit ainda muito grande, de R$159 bilhões, mas é importante destacar os avanços que estamos conquistando na agenda econômica.

Eles são muitos, até mesmo no emprego. Os dados do Caged estão aí para dizer que nós viramos: em vez de estarmos ampliando o nível do desemprego, agora a contratação é de saldo positivo no emprego – no primeiro semestre, mais de 100 mil brasileiros. Mas as projeções para os próximos 12 meses são ainda mais animadoras: já se fala de mais de um milhão de novos empregos nos próximos 12 meses.

Portanto, eu acho que é preciso também trazer à consideração e à reflexão os acertos de uma política econômica. Às vezes eu me surpreendo com as manchetes dos jornais – "A economia se descolou da política" –, achando que todo resultado da área da economia é fruto da ação de um ministro ou de uma equipe. Isso é equivocado. O resultado da economia que está sendo conquistado é fruto, sim, dos empresários brasileiros, dos investidores brasileiros, mas é fruto de quem teve capacidade e competência para poder aprovar as medidas aqui no Congresso Nacional. Aprovamos o teto para os gastos públicos, aprovamos a flexibilização das leis do trabalho, a terceirização, aprovamos a nova Taxa de Juros de Longo Prazo. Quantas e quantas medidas o Congresso Nacional, sob a liderança do Presidente Temer, fez para fazer avançar a agenda econômica? É essa agenda econômica que está dando os frutos e os resultados.

Portanto, a economia não anda descolada da política não. É preciso ter diretriz política correta, agenda política correta, para poder alcançar e colher os frutos dos resultados que o Brasil começa a perceber. O mal humor de crescimento negativo, de desemprego, começa a passar. E isso é bom. Isso é bom porque, nas eleições gerais do ano que vem, nós vamos ter uma eleição menos radicalizada, uma eleição mais aberta ao debate sobre quais os caminhos que o Brasil quer percorrer, que país nós queremos construir, qual o papel da iniciativa privada. Esse vai ser um grande debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E eu tenho absoluta certeza de que, com essa travessia que estamos fazendo, apesar de todas as dificuldades, crise econômica, crise política, crise ética, apesar disso tudo, com o esforço do Congresso Nacional, aprovando uma agenda correta e necessária para o momento em que o País vive, o País começa a respirar, começa a se animar, começa a resgatar a sua confiança e, sobretudo, começa a investir para que a gente possa ter a volta do emprego que é tão reclamada por todos os brasileiros de Norte a Sul, de Leste a Oeste.

Portanto, Sr. Presidente, não queria deixar passar este momento aqui deste debate na Comissão de Infraestrutura para poder trazer também essas reflexões para o julgamento dos nossos Pares.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, Senador Fernando Bezerra.

Senador Wellington Fagundes, com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Bom dia, Presidente, Senador Acir.

Estava agora há pouco numa outra reunião onde tive oportunidade de assistir V. Exª falar aqui, assim como o Senador Humberto, da necessidade de investimento na infraestrutura do País. Inclusive há sugestão do Senador Humberto de convocar o Diretor-Geral do DNIT, Valter Casimiro, para vir aqui falar dos cortes no DNIT.

Eu quero dizer que, semana passada, tivemos um encontro aqui em Brasília da ABCR, Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias. Lá estava também o nosso companheiro Senador Roberto Muniz, participando. Mas é importante dizer que, lá, tivemos inclusive debates. Participei da abertura desse encontro, onde estavam expositores das empresas fornecedoras para as concessionárias brasileiras de rodovias, especificamente.

Nessa mesa redonda, nós pudemos dialogar principalmente sobre o momento político que estamos vivendo. Mas, especificamente, eu queria aqui colocar a conclusão praticamente daquele evento: todos os empresários colocaram a questão da segurança jurídica, Sr. Presidente. Infelizmente, hoje, no Brasil, a maioria dessas concessionárias vive uma situação de não saber se continuam, se param, se entregam concessões que foram feitas.

Inclusive, o Presidente da ABCR é nosso companheiro ex-Ministro, ex-Governador da Bahia César Borges. Eu até cheguei a dizer da coragem da ABCR de contratar um ex-Ministro, um ex-político – aliás, político nunca se deixa de ser, né –, mas uma pessoa que esteve do outro lado do balcão exatamente para defender as concessionárias, o papel das concessionárias no Brasil. Às vezes, as pessoas fazem confusão do que é o papel hoje do agente político.

Nós temos clara na legislação a quarentena. Então, alguém que fez um trabalho, se tem um impedimento, vai cumprir a quarentena. Após isso, a experiência é fundamental.

E eu quero aqui testemunhar o trabalho do Ministro César Borges, porque ele esteve junto, eu me lembro, na concessão da BR-163; ele, como ministro, foi um dos grandes estimuladores para que essas concessões existissem. À época, houve o compromisso do governo de que os financiamentos-ponte e o financiamento de longo prazo existiriam para as empresas, tanto concessionárias rodoviárias como dos aeroportos. E, infelizmente, o que a gente vê hoje... No Mato Grosso do Sul nós temos... A BR-163 foi concessionada tanto no Mato Grosso como no Mato Grosso do Sul, então, ao longo da divisa de Mato Grosso do Sul até a divisa do Pará, 800km, até Sinop na verdade, foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

concessionado – lá do Mato Grosso do Sul, da divisa com Mato Grosso até a divisa do Paraná. São empresas diferentes, com condições diferentes, e todas as duas empresas estavam trabalhando em ritmo muito acelerado. Depois veio a Operação Lava Jato e a empresa de Mato Grosso acabou sendo atingida, mas a de Mato Grosso do Sul não. E o que acontece? As duas estão paradas. Por quê? Porque não saíram os financiamentos.

Então, não se pode dizer que é apenas e tão somente em função da Operação Lava Jato. Ou seja, empresas que não têm envolvimento nenhum estão em condições totalmente acéfalas em termos de investimento. Assim como também os aeroportos. No caso de Campinas, a empresa está entregando. E hoje nós teremos essa alternativa de ter a devolução. Mas, e aí, até fazer uma nova licitação, quanto tempo vai demorar isso? Vai cair tudo por terra.

Então, aqui nesta Comissão nós já defendemos em tantos outros momentos que o BNDES e o Governo têm que tomar uma providência, uma providência que está se arrastando há mais de um ano. As concessionárias, no caso de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, estão cobrando pedágio. E aí a população começa a cobrar que esses investimentos têm que ser feitos. Foi feita uma medida provisória e se esperava que, com isso, pudesse ser dado mais prazo para que esses investimentos fossem feitos, alguns deles pudessem ter uma prolação de tempo, uma dilatação de tempo. Mas, infelizmente, aquilo que nós aprovamos aqui acabou a Câmara mudando. E hoje nós estamos aí, o Governo ficou de editar a medida provisória, parece-me que hoje seria editada, eu pedi agora a confirmação, e não tivemos a confirmação ainda.

Mas, além disso, como eu coloquei, além dos financiamentos e desses investimentos que não estão saindo, no caso de Mato Grosso a empresa tinha lá mais de mil máquinas. No trecho da divisa de Mato Grosso do Sul até a minha cidade, Rondonópolis, foi em tempo recorde a construção de duplicação de cem quilômetros, cento e poucos quilômetros, o maior volume de massa asfáltica já colocado no Brasil. Ou seja, milhares de pessoas trabalhando, máquinas novas, duas usinas e aquilo está tudo parado. Olha o prejuízo que isso representa, principalmente porque nós estamos agora já no mês de outubro. Ou seja, em Mato Grosso, Rondônia, na nossa Região Amazônica, temos que trabalhar exatamente a partir do período em que cessam as chuvas. Quando é? Basicamente abril e maio. Se você perder o mês de julho, agosto, setembro, praticamente já perdeu um ano.

Então, Senador Humberto, eu penso que seria importante que viesse também alguém do Ministério do Planejamento, porque o DNIT... Na verdade, eu já tive várias audiências com o Dr. Valter junto com o Ministro dos Transportes, Maurício Quintella, e o Ministro do Planejamento, e está tudo parado no Ministério do Planejamento.

Na semana passada eu tive uma audiência com o Ministro Maurício Quintella, e ele colocou para o Presidente da República que, se não forem descontingenciados os recursos, praticamente não há mais o que fazer no Ministério. Ou seja, os recursos da manutenção, que foi uma priorização correta que o Ministério fez, estão zerados. Não há mais nenhum recurso para empenho. Então, isso, se nós não tivermos...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Eu estou escrevendo no meu requerimento, no nosso, chamando o responsável no Ministério do Planejamento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Do Ministério do Planejamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, eu gostaria, inclusive, de subscrevê-lo, porque, senão, nós vamos ficar aqui, e o Valter vai chegar e falar que depende do Ministério do Planejamento.

E, claro, o DNIT tem feito um excelente trabalho, mas, sem dotação orçamentária, sem recurso, não há como fazê–lo. E eu quero, inclusive, registrar também, com bastante animação, que, há questão de 15 dias, lá no Mato Grosso, transitaram pelo Estado do Mato Grosso, na BR-163, centenas de máquinas do Exército Brasileiro para fazer aquele trecho da BR-163 lá no Estado do Pará. Houve, no ano passado, uma convulsão nacional porque milhares de caminhões pararam em um atoleiro, e ali é um trecho de, aproximadamente, cem quilômetros de estrada ainda praticamente sem serviço nenhum. Portanto, quando chegam os caminhões... E o posto da Polícia Rodoviária mais próximo daquele local do atoleiro fica a 700km. Então, imagine o que é trabalhar na Amazônia!

E nós do Mato Grosso somos muito cobrados, apesar de as obras serem no Pará. Por que somos cobrados? Porque toda a carga que está indo para os portos do Arco Norte sai da região norte do Mato Grosso. Então, a Bancada do Mato Grosso é muito cobrada, como se fosse obrigação nossa. Mas é obrigação mesmo, porque nós temos que cuidar do Brasil.

Então, quando a gente vai discutir aqui o orçamento... E aí o Senador Humberto por muitas vezes colocou...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Jorge Viana e não Humberto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Por que eu estou insistindo no nome do Humberto? O Humberto colocou isso aqui também? Ah, porque ela me passou aqui dizendo que era Humberto. Então, está bem. Vamos lá, Jorge. (*Risos*.)

Mas ela me colocou que o Humberto Costa registrou isso. Não sei se... Foi equívoco da minha assessoria.

O Jorge Viana, em muitas outras oportunidades – hoje eu comecei a fazer a confusão aqui –, tem falado da tribuna também da ligação da BR-364 que vai até o Acre, até Cruzeiro do Sul, e que também é fundamental. Eu me lembro dele falando dos atoleiros, da insistência, da presença... E todos nós aqui queremos a integração.

Eu sempre tenho dito que – eu estou falando, Sr. Presidente, porque não sei se V. Exª está pretendendo ainda alcançar o quórum, então, eu também posso ter um tempo, o senhor pode soar a campainha na hora em que entender que deve –, os problemas do Pará são problemas de Mato Grosso. A solução no Pará é a solução para Mato Grosso, e vice-versa, da mesma forma que Rondônia. A solução da 364, para nós, é extremamente importante. Já fizemos caravana juntos. A concessão da 364 agora é fundamental que exista, porque está claro: o Executivo, o Governo não tem a capacidade de investir sozinho. Principalmente agora, o DNIT já está estudando a possibilidade de fazer, como a gente diz lá, as "concessões caipiras", e já temos exemplo disso inclusive no Mato Grosso. Ou seja, fazer concessões de estradas que seriam só para manutenção, sem a necessidade de obras gigantescas. Também há muitos trechos no Brasil que poderiam melhorar essa manutenção com as empresas presentes.

Por exemplo, Sr. Presidente, até é bom falar aqui que venho questionando isso ao Ministério há muito tempo, porque as licitações de manutenção do Ministério dos Transportes são feitas normalmente em lotes de 300km, 400km. Se ganhou uma empresa, ou começa a licitação daquele lote e há algum problema na licitação, se vai para a justiça, às vezes fica dois, três anos. E aquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

trecho, dependendo da burocracia, fica totalmente abandonado, o que causa uma deterioração muito rápida, às vezes, principalmente no caso do meu Estado.

Eu sugeri inclusive ao Ministério dos Transportes a possibilidade de estudar também algumas licitações como se fosse uma licitação aberta, ou seja, se há algum trecho que não está coberto na licitação específica, para essa licitação aberta poderia ir lá uma empresa e executar o serviço até que a licitação daquele trecho efetivamente fosse assumido por outra empresa. Ou seja, uma licitação em que, por Estado ou por região, pudesse ganhar uma empresa para, emergencialmente, ir atendendo às necessidades e não ficar o trecho totalmente abandonado.

No caso do Mato Grosso, hoje felizmente todos os trechos das nossas rodovias estão com manutenção. Então, melhoraram muito as nossas estradas federais de Mato Grosso, tanto é que no *ranking* da CNT nós hoje temos as rodovias federais relativamente bem avaliadas. Mas, se acabar o recurso da manutenção, começando agora as chuvas, é impressionante, em quatro, cinco meses a estrada que está boa fica destruída se não houver a manutenção, dado o volume de carretas. Como nós falamos aqui, nesse atoleiro lá no Pará foram cinco mil carretas de um dia para o outro, sem nenhuma organização por parte da Polícia Rodoviária Federal, porque não havia mesmo gente. Então, estava muito distante. Agora, com a chegada do Exército, a gente tem assim quase que a certeza de que não teremos problema de atoleiro na BR-163, porque o Dnit, inclusive, pagou antecipado ao Exército. Muitas máquinas novas foram compradas e isso vai realmente nos dar essa garantia de que toda a safra, a produção do Norte de Mato Grosso poderá ser escoada.

Quero aqui concluir, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: precisamos trazer aqui o Valter; é importante trazer o Ministro do Planejamento ou alguém do Ministério do Planejamento para que a gente não tenha nenhum problema como já tivemos no passado. Ou seja, aquelas operações tapa-buracos, na verdade, desmoralizam o Poder Executivo, desmoralizam a classe política, porque, se é no meu Estado, a população vai cobrar; se é no seu Estado, vai cobrar também, porque o dinheiro é aplicado e aquilo vira Sonrisal, como se diz, acaba muito rápido.

Então eu quero aqui apoiar esse requerimento, porque é importante que o DNIT venha aqui para mostrar essa dificuldade. Eu sou o autor dessa PEC 39, que trata exatamente da segurança jurídica para que essas políticas de concessões, concessões de longo prazo em todas as áreas não possam ser uma política de governo; têm que ser política de Estado. Não pode, porque mudou o Ministro, porque mudou o Presidente da República, aqueles contratos de 30, 50 anos terem que ser alterados por quórum não qualificado. Então, temos que fazer, e quero pedir aqui à Comissão de Infraestrutura o apoio para que esta PEC tenha mais celeridade na sua tramitação. Está na Comissão de Constituição e Justiça, mas é uma esperança de todos aqueles que querem investir a médio e longo prazo e gerar emprego em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu cheguei um pouco atrasado. Peguei aqui uma parte do pronunciamento do Senador Wellington Fagundes e eu queria me inteirar um pouco sobre esse requerimento. Eu queria também, se possível, apoiar esse requerimento, até porque sou relator da área de transportes para o próximo ano e eu vejo, Senador Wellington, que algumas coisas boas começaram a acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A previsão no Orçamento que veio, que chegou ao Congresso, para o ano que vem era de um crescimento de 2% do PIB. Já estão reestimando esse crescimento para 3% do PIB, e, com a demanda reprimida que o País está, e com uma pequena estabilidade – ainda não é plena, mas uma pequena estabilidade – política daqui para a frente, há possibilidade de um crescimento ainda maior para o ano que vem. Há economistas que dizem que vamos chegar no final do ano que vem crescendo 4,5%, não anualizado, mas, no final do ano, no quarto trimestre, o Brasil poderá crescer 4,5% no ano que vem. E isso é uma coisa extraordinária para quem cresceu há dois anos 4% negativo.

Outra coisa boa que eu li hoje também é que o BNDES está devolvendo ao Tesouro Nacional R$150 bilhões: R$50 bilhões neste ano e R$100 bilhões no ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Eu acho que não é bom não.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu acho que é bom, porque esse dinheiro foi repassado do Tesouro para o BNDES, e o Governo, quando precisa, tem que pegar de volta. Esse dinheiro não era do BNDES, foi repassado para o BNDES. Se o BNDES está lento na liberação desses recursos para as indústrias, e ainda não vai quebrar o BNDES, pois vão ficar recursos para as indústrias, então, que esses recursos sejam investidos na infraestrutura.

É aonde eu queria chegar. O BNDES investe em infraestrutura também; o BNDES também investe em concessões de rodovias, de ferrovias, de portos, de aeroportos. Então, que parte desses recursos sejam repassados para o Ministério dos Transportes. Já que existe pouco dinheiro para investimento nessa área de transporte, que parte desses recursos, ainda neste ano, sejam destinados ao DNIT, ao Ministério dos Transportes, para fazer frente à manutenção das nossas rodovias. Como vamos escoar nossa safra sem rodovias?

E, como disse o Senador Wellington, as nossas rodovias, no período das chuvas, se não houver uma concessão, se não houver recursos, mesmo que seja no DNIT... Porque quando o DNIT não tem recursos, até conseguir o orçamento, até conseguir licitar, passa seis meses, passa metade do ano, e aí as estradas vão se deteriorando. Quando havia as residências regionais do DNIT, como há os DERs hoje... Os DERs hoje estão conservando melhor as suas estradas do que o DNIT as nossas rodovias federais, porque há as residências regionais do DER (Departamento de Estradas de Rodagem). O DNIT não tem mais, ele acabou com as suas residências regionais, e, quando se abre um buraco ou vários buracos numa estrada, até ele licitar, contratar, conseguir o orçamento, porque às vezes nem orçamento há, passam-se seis meses ou um ano com a estrada esburacada.

Eu falei isso recentemente para o nosso diretor regional de Rondônia, Sérgio Mamanny. Há um trecho de Jaru a Ariquemes que está descoberto. Não há orçamento e não há contrato. Como é que vai ficar aquilo nessas águas? Eu falei: "Você se vire e dê um jeito lá com o DNIT nacional para conseguir um remanejamento de orçamento para licitar esse trecho, pelo menos para conservar". Do contrário, vão entrar as águas – daqui a 60 ou 90 dias começa a chover –, e não há dinheiro para tapar buraco. Já há buraco aberto hoje, e como vai ficar daqui a três ou quatro meses? Então, realmente, nós temos de convocar o Diretor-Geral do DNIT aqui, que, com todo o respeito, é uma pessoa boa, tem se esforçado muito. O Dr. Valter Casimiro tem sido muito atuante e muito diligente nas suas ações, mas está de mãos amarradas porque não tem orçamento.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Com a palavra o Senador Roberto Muniz, que pediu...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, eu só queria, porque pode ser até a fala do Senador Roberto... Agora a minha assessoria trouxe aqui, foi editada a medida provisória hoje. A Medida Provisória nº 800, de 18 de setembro de 2017, estabelece as diretrizes para a reprogramação de investimentos em concessões rodoviárias federais e dá outras providências. Não vou ler aqui, porque é longa, viu, Sr. Presidente! É apenas para dizer que isso vai permitir que aquelas concessionárias que estavam com dificuldades possam, inclusive, vender o seu controle acionário, como é o caso da de Mato Grosso, cuja venda está praticamente definida. Então, isso aqui já é lei, porque é medida provisória, mas é importante o nosso papel. Acho que a Comissão de Infraestrutura.... Eu não sei se essa relatoria será do Senado ou da Câmara – e quero aqui até me colocar já, é claro que isso depende do partido ou do bloco –, mas é um assunto sobre o qual nós precisamos nos debruçar o mais rapidamente possível para tentarmos ter uma aprovação bem célere e sem a modificação. Se não, vamos deixar o setor sem investimentos nessas concessionárias que estão, inclusive, à beira de...Uma já entregou, inclusive.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pela ordem.) – O Senador Ferraço não está conseguindo chegar aqui. Se houver quórum, eu queria subscrever o requerimento dele que convida o Presidente da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres); ele me pediu que o subscrevesse.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Mas não temos quórum.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Falta um Senador ou faltam dois?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Falta.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Mas se chegarmos ao quórum?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Se chegarem, teremos quórum.

Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sr. Presidente, queria só me colocar também ao lado do Senador Wellington para dizer da importância dessa Medida Provisória que chega aqui à Casa, fazendo com que se possibilite o restabelecimento da reprogramação dos investimentos das estradas pedagiadas. Isso é fundamental porque, visto o enfrentamento desta crise, houve uma queda de demanda, e a dificuldade de acessar recursos fez com que os investimentos, que geralmente são alocados nos primeiros anos das concessões, não tenham acontecido de maneira suficiente. Para se restabelecer a questão, principalmente dessa demanda, é necessário que a gente alongue o prazo para que os investimentos possam ser realizados e para que a gente não tenha uma descontinuidade da gestão dessas obras já pedagiadas ou concessionadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, é muito importante a Medida Provisória nº 800, que chega aqui ao Congresso Nacional, para que a gente faça o enfrentamento dessa situação tão importante e para que, com isso, possamos retomar a capacidade de investimento das nossas estradas e fazer a geração de novos empregos.

Ao mesmo tempo, também parabenizo a ABCR, através de seu Presidente, ex–Senador, ex-Ministro e ex-Governador, César Borges, que nos recepcionou, a mim e ao Senador Wellington, num debate muito importante, mediado pelo jornalista Fernando Rodrigues. Rapidamente, só para contextualizar o debate que houve naquele instante na mesa, do qual estava participando também o Deputado Júlio Lopes e uma Deputada de cujo nome não me lembro, mas que esteve também presente, quero dizer que a primeira questão que ficou muito clara foi a questão da segurança jurídica, principalmente com algo que cunhei lá do populismo legiferante.

Ou seja, se a gente for pegar cada setor aqui, Presidente, Senador Acir, a quantidade de projetos que tentam isentar ou estabelecer novos custos a contratos já assinados e já em vigência, isso tira a possibilidade de você permanecer em um equilíbrio constante no contrato. Então, muitas vezes, a falta de informação, ou a falta de clareza do projeto, insere novos custos aos contratos que já estão, neste caso, em concessão de rodovias, como foi a questão da cobrança do eixo do caminhão – se ele estava baixo ou se ele estava alto –, que dificulta a fiscalização, dificulta a implementação da lei, que é fundamental, e cria uma situação que é o desequilíbrio econômico do contrato. Com isso, quem perde? Perde o cidadão comum, que vê aquela obra, aquele investimento, ser parado pela falta dessa segurança jurídica.

Então, eu quero trazer aqui à pauta do Senado Federal a questão de a gente ter um limite. Não sei como fazê-lo, mas, só para dar um dado para V. Exª, eu estive outro dia em um evento do setor de telecomunicações e a pessoa que estava apresentando os eslaides passou por um número que, depois, terminada a apresentação dela, eu a chamei e perguntei e disse: "Olha, é verdade aquele número?" Ela disse: "É". Sabe quantos mil projetos mexem no setor de telecomunicações aqui dentro do nosso Congresso Nacional? Mais de 4 mil! Vejam a insegurança jurídica com que um setor desses tem que conviver.

Mas acho que este fato – e aí o Senador Jorge Viana é um decano aqui no Congresso Nacional... Quantos mandatos o senhor tem?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Só um, só um.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Ah, é o primeiro, é? Então... Então, foi o Tião, né?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Bastante antigo.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Então, bastante antigo. Mas eu pensei que V. Exª já tivesse sido Deputado Federal, me perdoe.

O fato é que nós temos... O Congresso sempre é avaliado através da quantidade de projetos que são apresentados. Isso cria um indicador que dificulta, que cria um emaranhado legal que estabelece dificuldades que impõem ao empresário e ao cidadão um custo enorme, que é o custo de transação de qualquer contrato, seja ele para o indivíduo, para o cidadão ou para uma empresa privada. E, com isso, também, um custo enorme para o próprio Estado, que é o que está do outro lado do balcão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A outra questão que também foi muito debatida – então esse populismo legiferante – foi a questão da síndrome da caneta sem tinta, que é outra coisa com a qual nós estamos convivendo dentro das repartições públicas: uma dificuldade e um receio natural dos gestores públicos de assinar qualquer tipo de contrato, convênio ou qualquer processo que possa suscitar no futuro, junto aos organismos de fiscalização, alguma dificuldade para o CPF dele.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Então, essa é outra questão que está dificultando a tramitação dos processos dentro dos órgãos públicos, por estar o funcionário público exposto a esse tipo de coisa, quando sua atividade precípua, de sua responsabilidade, é fazer aquele processo tramitar.

Outra questão que também foi debatida é a necessidade da participação de entidades representativas junto aos governos, fazendo com que haja um ambiente regulado nessa relação entre instituições e governos. Esse é um desejo das entidades que transitam no Congresso e também nos outros Poderes, tanto no Executivo quanto no Legislativo: que haja uma forma mais clara, mais regrada, normatizada dessa relação entre as empresas, entre os cidadãos e os Poderes públicos da Federação.

Então, isso é importante porque tudo isso gera um custo de transação e cria, nessa insegurança jurídica, um custo extra para as tarifas públicas quando exercidas por empresas privadas e, muitas vezes, por empresas públicas também.

Então, era com isso que eu queria finalizar, parabenizando a ABCR por mais esse evento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem.

Agradeço aos Senadores presentes e cumprimento pelo debate importante nesta manhã de terça-feira.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da reunião anterior e da presente reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Por fim, convoco nossa próxima reunião, a realizar-se na terça-feira, dia 26 de setembro, às 8h30, neste plenário, com a presença do Ministro de Estado de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 35 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia nove de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Romero Jucá, Simone Tebet, Valdir Raupp, Regina Sousa, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Wilder Morais, Cidinho Santos, Ronaldo Caiado, Paulo Paim e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, Elmano Férrer, João Alberto Souza, Humberto Costa, Paulo Rocha, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, Lídice da Mata, Antonio Carlos Valadares e Wellington Fagundes. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 28 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em data a ser agendada, com a finalidade de debater "O turismo como ferramenta para o desenvolvimento regional"." Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, de 2015 - Não Terminativo - que: "Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências." Autoria: Deputado Goulart. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 164, de 2015 - Não Terminativo - que: "Acresce art. 290-B à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973." Autoria: Deputado Irajá Abreu. Relatoria: Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2017 - Não Terminativo - que: "Institui a região de Angra Doce, nos termos que especifica, como Área Especial de Interesse Turístico." Autoria: Deputado Capitão Augusto. Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 6 - OFICIO "S" Nº 18, de 2016 - Não Terminativo - que: "Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/1989, art. 20, § 4º, o Relatório de Atividades e Resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO referente ao Exercício de 2015." Autoria: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Adiado. ITEM 7 - OFICIO "S" Nº 2, de 2017 - Não Terminativo - que: "Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/1989, art. 20, § 5º, o Relatório de Atividades e Resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO referente ao 1º semestre de 2016." Autoria: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 18ª Reunião da Comissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Informo que a Secretaria de Comunicação desta Casa, após alteração em sua grade de programação, definiu que as reuniões desta Comissão serão transmitidas pela TV Senado semanalmente, todas as quintas-feiras, às 22 horas.

Comunico também que, na última segunda-feira, dia sete de agosto deste mês, foi realizado em Cuiabá, Mato Grosso, o seminário "Futuro da Logística de Mato Grosso: Perspectivas e Cenários". Tratou-se de importante evento desta Comissão, por iniciativa do Senador Wellington Fagundes, que coordenou os trabalhos lá na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, como integrante da CDR e representando a nossa Comissão. O evento – repito – "Futuro da Logística de Mato Grosso: Perspectivas e Cenários" foi voltado para a potencialização dos resultados do agronegócio brasileiro.

Por fim, informo que recebemos cópia do memorando indicando o Senador Wilder Morais para integrar o colegiado na vaga de suplente do Bloco Parlamentar Democracia Progressista. Ao Senador Wilder, que vai integrar, a partir de agora, a nossa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as nossas boas-vindas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião se destina à discussão e à votação de várias matérias. Nós temos o item 1, que é o requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, propondo a realização de audiência pública, tendo como tema "O turismo como ferramenta para o desenvolvimento regional", de autoria do Senador Davi Alcolumbre. E nós temos outros requerimentos também de realização de audiência pública, bem como pareceres relacionados aos projetos de lei em tramitação na nossa Comissão.

Esta pauta será transferida para a próxima reunião.

(São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 28, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em data a ser agendada, com a finalidade de debater "O turismo como ferramenta para o desenvolvimento regional".

Autoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatoria:

Relatório:

Observações:

A matéria constou na pauta da 10ª (31/05/2017), da 12ª (07/06/2017), da 14ª (28/06/2017), da 17°(12/07/2017) e 18ª (02/08/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, de 2015
- Não terminativo -

Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Goulart
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.
Observações:
- Em 03/08/2016, na 14ª Reunião da CDR, foi realizada audiência pública para instrução da matéria;
- A matéria constou na pauta da 3ª (29/03/2017), da 5° (12/04/2017), da 12ª (07/06/2017), da 14ª (28/06/2017), da 15ª (05/07/2017), da 17°(12/07/2017) e 18ª (02/08/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;
- A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 164, de 2015
- Não terminativo -

Acresce art. 290-B à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.
Autoria: Deputado Irajá Abreu
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Observações:
- A matéria constou na pauta da 12ª (07/06/2017), da 14ª (28/06/2017), da 15ª (05/07/2017), da 17°(12/07/2017) e 18ª (02/08/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;
- A matéria segue para apreciação da CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2017
- Não terminativo -

Institui a região de Angra Doce, nos termos que especifica, como Área Especial de Interesse Turístico.
Autoria: Deputado Capitão Augusto
Relatoria: Senador Wellington Fagundes
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Observações:
- Foi concedida vista, a pedido do Senador Sérgio Petecão, na 18ª reunião (02/08/2017);
- A matéria constou na pauta da 12ª (07/06/2017), da 14ª (28/06/2017), da 15ª (05/07/2017) e da 17°(12/07/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;
- A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016
- Não terminativo -

Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Pela aprovação
Observações:
- A matéria constou na pauta da 5° Reunião (12/04/2017), da 12ª (07/06/2017), da 14ª (28/06/2017), da 15ª (05/07/2017), da 17° (12/07/2017) e 18ª (02/08/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;
- A matéria segue para a apreciação da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos (em decisão terminativa).

ITEM 6
OFICIO "S" Nº 18, de 2016
- Não terminativo -

Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/1989, art. 20, § 4º, o Relatório de Atividades e Resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO referente ao Exercício de 2015.

Autoria: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.
Observações:
- A matéria segue para o Plenário do Senado Federal para adoção das providências cabíveis.
A Matéria constou na pauta da 17° (12/07/2017) e 18ª (02/08/2017) reuniões da CDR.

ITEM 7
OFICIO "S" Nº 2, de 2017
- Não terminativo -

Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/1989, art. 20, § 5º, o Relatório de Atividades e Resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO referente ao 1º semestre de 2016.

Autoria: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.
Observações:
- A matéria segue para o Plenário do Senado Federal para adoção das providências cabíveis.
A Matéria constou na pauta da 17ª(12/07/2017) e 18ª (02/08/2017) reuniões da CDR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu quero aqui solicitar à assessoria da Comissão para tomar as devidas providências com relação à vinda do Ministro dos Transportes agora em setembro. Eu participei ontem da Comissão de Infraestrutura da nossa Casa, ocasião em que o Ministro dos Transportes se fez presente. E, como nós já havíamos aprovado o requerimento para a vinda dele também a esta Comissão, solicito à assessoria da nossa Comissão para entrar em contato com a assessoria do Ministro. Já acertei com ele ontem e ficou indicado exatamente setembro. Setembro foi o período que ficou indicado.

Temos que trazer o Ministro aqui, até porque é impossível discutir desenvolvimento regional, desenvolvimento nacional sem que façamos um grande debate, um profundo debate sobre a questão da infraestrutura; infraestrutura essa no Brasil hoje que está cada vez mais capenga. São problemas gravíssimos na infraestrutura rodoviária, na infraestrutura portuária, na infraestrutura de aeroportos, ferrovias etc.

Para agravar mais o quadro ainda, a que nós estamos assistindo? A um Governo que só sabe cortar. É o Governo da tesoura. Enquanto promoveu aquele festival de métodos espúrios, condenáveis, que foi comprar voto de Parlamentar, aliciar Parlamentar para que votassem pelo arquivamento da denúncia que pesa sobre o Senhor Presidente da República – e fez isso para todo o Brasil ver, usando de forma escandalosa, escancarada emendas parlamentares, usando de forma seletiva o Orçamento, usando liberação de empréstimos, convênios, distribuição de favores, de cargos; um horror, repito, um festival de práticas antirrepublicanas, condenáveis, práticas que ferem de morte qualquer princípio mínimo que deve nortear a ética no serviço público –, enquanto fez tudo isso, por outro lado, cortou o Orçamento recentemente em 5,9 bilhões, com impactos diretos para os Estados e Municípios. O chamado PAC, que ainda resiste dos governos Lula e Dilma, foi afetado com esse corte geral em torno de 30%.

E, aí, fica exatamente a pergunta: como é que ficam agora os investimentos nos Estados nessa área de rodovias, de portos etc.? Por isso é importante a vinda aqui do Ministro dos Transportes para que nós possamos fazer esse debate.

Eu dei um exemplo ontem lá do meu Estado, o Rio Grande do Norte. No Rio Grande do Norte, no que diz respeito aos portos, na Codern, que é a nossa companhia de docas, a situação é gravíssima. Gravíssima! A Codern, lá no Rio Grande do Norte, hoje – repito, é a companhia que trata da infraestrutura portuária no nosso Estado, do terminal lá de Natal e do Terminal Salineiro de Areia Branca –, não tem dinheiro sequer para pagar os seus servidores, os seus funcionários. É lastimável isso. Lastimável.

Enquanto isso, nos governos Lula e Dilma, nós conseguimos não só o custeio para pagar os servidores; nós conseguimos realizar importantes investimentos, como o investimento para ampliar o Porto-Ilha de Areia Branca, investimento esse da ordem de mais de R$220 milhões. Nós conseguimos investimento também para a construção do Terminal de Passageiros lá de Natal.

O Porto-Ilha de Areia Branca é fundamental não só para o nosso Estado, mas para o Brasil. É um porto-ilha, e, pela sua especificidade – porque na verdade é uma ilha artificial no alto mar, lá em Areia Branca –, o fato é que... Por que Terminal Salineiro? Por que esse nome? Porque é de lá que escoa a produção do sal para o Brasil, na medida em que o Rio Grande do Norte responde por 95% da produção salineira. Nós somos o maior produtor de sal.

Então, é evidente que, por exemplo, a paralisação do Terminal Salineiro de Areia Branca, do porto lá em Natal seria um desastre, a falência para o Rio Grande do Norte. Mas não só para o Rio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Grande do Norte; com reflexos diretos para o Brasil, pelo desabastecimento que nós teríamos e por o quanto o Brasil ficaria refém do componente do sal, que é um componente importantíssimo para promover a indústria química brasileira.

Assim, eu coloquei isso ontem para o Ministro. Não pode continuar. Não pode continuar de maneira nenhuma. Quer dizer, como é que você deixa chegar a uma situação dessa? A companhia de portos lá no Rio Grande do Norte, repito, hoje sequer tem dinheiro para pagar os seus servidores, os seus funcionários. Nós precisamos urgentemente de recursos lá para manutenção e para dar continuidade também aos investimentos.

O Presidente da companhia, que é um engenheiro, Emerson Daniel, funcionário da casa, um gestor preparado, está convocando mais uma vez a Bancada federal do Rio Grande do Norte, pedindo providências porque chegou ao fundo do poço.

A realidade das estradas também, lá no Rio Grande do Norte, como em todo o Brasil, é lastimável também. Não tem dinheiro o DNIT local sequer para manutenção das estradas. Nós temos lá a BR-427, a 226 e a 406. Até a BR-101, que foi duplicada no governo do Presidente Lula, o trecho entre Natal e Canguaretama, que vai ligar a João Pessoa e é importantíssimo para promover também o turismo regional, está em péssima situação.

As demais estradas têm trechos, lá no Rio Grande do Norte, intransitáveis, intransitáveis mesmo: Natal-Caicó; Caicó-Currais Novos; a região do Oeste, de Pau dos Ferros; a 406, que liga Natal e Igapó a Macau. Imprestável, intransitável! E não tem dinheiro o DNIT para manutenção. É preciso que as providências sejam tomadas.

Falei ontem para o Ministro sobre a Reta Tabajara, que vem a ser um trecho lá da BR-304, que é uma BR muito importante, uma importante via de acesso do nosso Rio Grande do Norte, cuja obra foi paralisada em função do processo de fiscalização do TCU. Além de a obra estar paralisada, há umas lombadas enormes que o DNIT havia instalado para tentar diminuir a velocidade, porque eles estavam na fase de construção da obra, mas agora, como a obra parou, nós pedimos que diminuíssem, no mínimo, essas lombadas. Por quê? Porque o festival de assaltos lá está frequente. Os passageiros e os motoristas têm sido vítimas de assaltos frequentes. Então, fizemos aqui o apelo ao Ministro, repito, primeiro, para que haja a retomada dessa obra urgentemente; e, enquanto isso, enquanto a obra não for retomada, para dar uma diminuída nessa questão das lombadas porque elas, nesse exato momento, infelizmente, estão contribuindo para essa onda de insegurança, que já é grande no Rio Grande do Norte.

Infelizmente, nós temos uma falência completa na área de segurança pública no Rio Grande do Norte. Em que pese os trabalhadores da segurança pública no Rio Grande do Norte terem o compromisso que têm – os policiais civis, militares, enfim, os quadros de carreira, inclusive, que estão na própria gestão –, o fato é que é um quadro gravíssimo a violência no meu Estado. É um dos quadros hoje mais graves em nível nacional.

Dessa forma, nós vamos, nesta quarta-feira, ao Ministro do TCU, Dr. Raimundo Carreiro – solicitei ao DNIT para nos acompanhar –, no sentido de envidar esforços para que o TCU possa agilizar o processo de fiscalização da rodovia, o que é papel do TCU fazer, sem dúvida nenhuma. Mas nós vamos solicitar ao Ministro do TCU o desmembramento do processo; que ele possa liberar outros trechos da obra que não estão sendo alvos de processo de investigação para que a obra não tenha descontinuidade, porque essa duplicação da Reta Tabajara era algo há muito tempo sonhado e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

esperado pelo povo do Rio Grande do Norte, pelo quanto se faz necessário. É uma área muito acidentada, e evidentemente a sua duplicação vai contribuir muito para a segurança e para uma melhor mobilidade da população em matéria de infraestrutura rodoviária – obra que começou a se tornar realidade nos governos do PT, Lula e Dilma, quando foi incluída, exatamente, no PAC.

Então, assim: eu estou colocando, dando aqui como exemplo o Rio Grande do Norte, mas isso não é uma realidade apenas do Rio Grande do Norte. Repito: essa é a situação, essa realidade precária, precária mesmo, em que se encontra a infraestrutura do nosso País. Daí por que trazermos o Ministro dos Transportes aqui para fazer o debate. Até porque é nosso papel apontar aqui os problemas e cobrar as devidas soluções.

Quero, ainda mais uma vez aqui, também, renovar o nosso convite para a audiência pública do dia 23, quando vamos tratar da questão da água, da questão da infraestrutura hídrica lá do Nordeste, do projeto transposição das águas do São Francisco. O Ministro Hélder Barbalho virá à nossa Comissão para prestar contas aqui de como anda a retomada das obras lá do Eixo 1, do Eixo Norte, da transposição do São Francisco. Depois daquela importante caravana que nós fizemos, a obra foi retomada, e agora vamos conversar com o Ministro para saber em que pé anda o estágio de retomada dessa obra, qual a previsibilidade: essa obra será entregue, realmente, à população do Rio Grande do Norte, do Ceará, de Pernambuco e Paraíba em dezembro, em janeiro? Inclusive as obras complementares, que são fundamentais – não basta só a obra mãe, que é o canal, mas as obras complementares – para que, de fato, as populações possam ser beneficiadas com a chegada das águas do São Francisco.

Lá no Rio Grande do Norte, nós temos o Rio Açu/Piranhas, e está em construção a Barragem de Oiticica, que precisa ser acelerada, e precisa ser acelerada principalmente, também, a parte social da obra, que é a construção de habitações, em função das desapropriações que foram feitas, em que famílias tiveram que ser remanejadas. Então, consta da obra da Barragem de Oiticica a construção de outra cidade, para abrigar as famílias que tiveram que sair porque as áreas onde elas viviam, a chamada comunidade Barra de Santana, vai ser inundada quando a barragem for aberta.

Então, assim: a parte social da Barragem de Oiticica anda a passos de tartaruga. E eu quero aqui me solidarizar com o movimento lá, da Barragem de Oiticica, que vem lutando bravamente, cobrando do governo do Estado agilidade no que diz respeito às obras relacionadas à parte social.

E, quanto à parte física da barragem, nós estaremos sempre atentos, para que a liberação de recursos seja expressiva e que tenhamos a conclusão da Barragem de Oiticica no tempo previsto. Que não se adie mais, de maneira nenhuma, porque isso é inaceitável.

E o outro desafio é o canal Apodi-Mossoró. Esse canal do Apodi-Mossoró é fundamental, vital, porque é com ele que as águas do São Francisco vão beneficiar toda a população do Rio Grande do Norte. Sem esse canal, o ramal que a gente chama Apodi-Mossoró, simplesmente as águas do São Francisco chegando só vão beneficiar parte da população do Rio Grande do Norte. E isso não pode acontecer, de maneira nenhuma.

Então, está em curso também lá na região Oeste o foro Oeste Potiguar, o grande movimento que reúne toda a sociedade civil, para que as providências possam ser encontradas e adotadas, seja do ponto de vista orçamentário, para que o canal Apodi-Mossoró, de sonho, passe a se tornar uma realidade. Até porque ele se faz necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Imaginem, uma obra grandiosa como é o São Francisco, que só saiu do papel graças à ousadia, à visão de estadista de Luiz Inácio Lula da Silva... Isso ninguém jamais vai apagar da história do Brasil, assim como o compromisso da Presidenta Dilma, que, mesmo tendo o seu segundo mandato sabotado, como ela teve, em função do processo de *impeachment* – todo mundo sabe que o segundo mandato da Presidenta Dilma foi totalmente sabotado; um dos capitães do golpe, que era o Sr. Eduardo Cunha, que hoje se encontra preso, simplesmente monitorou a Câmara dos Deputados, com as pautas bomba, etc. e tal, e inviabilizou por completo a gestão do mandato da Presidenta Dilma –, mesmo assim conseguiu, com a sensibilidade que ela tem, manter o fluxo de recursos para o São Francisco, e deixou a obra mais de 95% concluída. Por isso que agora é nosso papel cobrar do Governo, exatamente, a sua conclusão.

Por fim, eu quero aqui... Então, essa audiência é dia 23. Quero, mais uma vez aqui, como Presidente da Comissão, em nome de todos que integram esta Comissão, renovar meu convite para as assembleias legislativas do meu Estado, o Rio Grande do Norte, e lá da Paraíba, Pernambuco, Ceará. Meu convite às câmaras municipais. Nós estamos tendo informações: da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte está vindo uma delegação; o Deputado Fernando Mineiro, que tem estado muito à frente, junto com outros Parlamentares também; o Deputado Jeová, lá da Assembleia Legislativa da Paraíba, também, que está articulando lá para que venha uma boa articulação da Paraíba, inclusive de prefeitos também, de vereadores; assim como também de Natal e Mossoró.

Quero renovar meu convite aqui à Igreja: é muito importante a presença aqui, mais uma vez, de D. Jaime, de D. Antônio, de D. Mariano, que vêm a ser respectivamente os bispos de Natal, Caicó e Mossoró.

Quero renovar o meu convite para as entidades representativas do setor empresarial, as entidades representativas dos trabalhadores rurais, as entidades representativas, como a Articulação Semiárido, o comitê de bacias do Rio Açu/Piranhas, etc. Ou seja, é muito importante a presença novamente aqui, nesta Comissão, de todos esses atores, pelo quanto essa audiência terá de propósito, que é acompanhar o andamento desta importante obra que é a transposição as águas do São Francisco.

Lembro que nós vamos dar continuidade agora, no segundo semestre, também a um outro debate dentro do programa de revitalização das águas do São Francisco, que é o desafio da outorga do uso dessas águas etc.

Por fim, queremos aqui também dizer que ontem, nesta terça-feira, nós recebemos, no nosso gabinete, Isabel, que vem a ser a Presidente da Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil. Ela nos solicitou a realização de uma audiência pública, que já estava prevista no calendário desta Comissão. Quero já adiantar que, em breve, nós estaremos aqui formalizando um requerimento para, em setembro, realizarmos uma audiência pública cujo tema vai ser a regulamentação do projeto de lei que fez o reconhecimento da profissão do artesão no Brasil, que foi sancionado pela Presidenta Dilma em 2014.

Pasmem os senhores! Uma categoria tão importante do ponto de vista da identidade cultural, do ponto de vista de promover o desenvolvimento econômico e social do nosso País, que é a categoria do artesão – pasmem os senhores e as senhoras –, não tinha sequer a sua profissão reconhecida. Isso veio a acontecer agora. É inaceitável isso, o que evidencia o quanto este País ainda é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

devedor de direitos ao povo brasileiro. Para agravar mais essa situação, tivemos agora, recentemente, a reforma trabalhista, como um retrocesso.

Mas, voltando aqui ao tema dos artesãos, eu participei muito na época... Aliás, só retificando, o projeto de lei foi aprovado em 2015 e foi sancionado pela Presidenta Dilma. Agora, nós queremos dar continuidade a essa luta, no sentido de tratar da regulamentação do projeto de lei, porque não basta só aprovar o projeto de lei de reconhecimento da profissão. Agora, há que se fazer a regulamentação, que é da alçada do Governo. O Governo que está aí, ilegítimo, até o presente momento não tomou nenhuma providência. Então, cabe, mais uma vez, à sociedade civil se mobilizar – no caso, os artesãos – para que saia a regulamentação. O que é a regulamentação? É exatamente, a partir do reconhecimento da profissão do artesão, dizer quais são os benefícios que eles vão ter do ponto de vista trabalhista, etc. e tal.

E repito: nós vamos fazer esse debate aqui até porque tem tudo a ver a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo fazer esse debate. O turismo tem uma interface enorme com a questão do artesanato. E a alma do artesanato são seus artesãos, que merecem – repito – um tratamento de respeito, de incentivo por parte do Poder Público.

Então, quero só adiantar que, em setembro, nós teremos essa audiência pública. Já estamos entrando em contato com a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Artesão, aqui, no Congresso Nacional, que é presidida pelo Deputado Givaldo, lá da Câmara dos Deputados, do PT, do Espírito Santo, e coordenada por mim no Senado.

Ou seja, vamos fazer uma audiência e convidar os Parlamentares também da Câmara dos Deputados. Vamos chamar aqui a representação de todos os Estados, através das suas Federações. Vamos trazer o Sebrae, que tem um importante papel nesse debate, na questão da promoção do artesanato no Brasil. Também nos foi pedido que nós convidássemos as superintendências regionais, como Sudene e Sudeco, pelos arranjos produtivos locais, pelas experiências que essas superintendências têm nesses arranjos produtivos locais no que diz respeito a programas voltados para promover o artesanato. E o Sebrae tem uma presença muito importante.

Eu quero, desde já, dizer que nós vamos convidar o Ministro da Indústria e Comércio e o Ministro do Turismo. O Programa do Artesanato brasileiro encontra-se exatamente no Ministério da Indústria. Então, é importante que o Ministro venha aqui, assim como o representante que cuida do programa voltado para a promoção do artesanato, assim como o Ministro do Turismo também, pela interface que isso tem.

Então, em breve, nós estaremos apresentando – repito – esse requerimento para que, em setembro, nós possamos realizar essa importante audiência.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando uma nova reunião para a próxima quarta-feira.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Elmano Férrer, Waldemir Moka, Romero Jucá, Valdir Raupp, Dário Berger, Paulo Rocha, Regina Sousa, Ângela Portela, José Pimentel, Acir Gurgacz, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Lídice da Mata, Eduardo Lopes, Jader Barbalho, Paulo Paim e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, João Alberto Souza, Humberto Costa, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, Antonio Carlos Valadares e Wellington Fagundes. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 28 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em data a ser agendada, com a finalidade de debater "O turismo como ferramenta para o desenvolvimento regional"." Autoria: Senador Davi Alcolumbre e outros. Resultado: Aprovado. Observação: Subscreve o Senador Flexa Ribeiro. ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 34 de 2017 que: "Em aditamento ao Requerimento (RDR) nº 28, de 2017 – CDR, requeremos, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário, a inclusão do Presidente da Associação Brasileira de Resorts, Sr. Luigi Rotunno, na relação dos convidados para a Audiência Pública a ser realizada na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em data a ser agendada, com a finalidade de debater "O turismo como ferramenta para o desenvolvimento regional"." Autoria: Senador Wilder Morais e outros. Resultado: Aprovado. Observação: Subscreve o Senador Flexa Ribeiro. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, de 2015 - Não Terminativo - que: "Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências." Autoria: Deputado Goulart. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 164, de 2015 - Não Terminativo - que: "Acresce art. 290-B à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973." Autoria: Deputado Irajá Abreu. Relatoria: Senadora Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Aprovado o relatório. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2017 - Não Terminativo - que: "Institui a região de Angra Doce, nos termos que especifica, como Área Especial de Interesse Turístico." Autoria: Deputado Capitão Augusto. Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Retirado de pauta para análise da emenda apresentada. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 - Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Terminativo - que: "Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que altera as disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, e regula a Zona Franca de Manaus, para assegurar autonomia administrativa às unidades administrativas descentralizadas da SUFRAMA." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - OFICIO "S" Nº 18, de 2016 - Não Terminativo - que: "Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/1989, art. 20, § 4º, o Relatório de Atividades e Resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO referente ao Exercício de 2015." Autoria: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO. Relatoria: Senadora Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Senador José Medeiros. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório pelo conhecimento e arquivamento da matéria. ITEM 9 - OFICIO "S" Nº 2, de 2017 - Não Terminativo - que: "Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/1989, art. 20, § 5º, o Relatório de Atividades e Resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO referente ao 1º semestre de 2016." Autoria: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO. Relatoria: Senadora Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Senador José Medeiros. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório pelo conhecimento e arquivamento. ITEM EXTRAPAUTA 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 626, de 2011 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências." Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação com emendas. Resultado: Aprovado o relatório e as Emendas nº 1-PLEN, de 2013, na forma da Subemenda nº 1-CCT/CAE/CDR, e a Emenda nº 2-CAE/CDR. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/16

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e da aprovação da ata da 19ª Reunião da Comissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com as notas taquigráficas.

Em virtude da impossibilidade da participação de alguns de nossos convidados, a audiência pública interativa que iria debater a nova política de cobrança de bagagem foi adiada.

Em breve, em conjunto com a Senadora Lídice da Mata, autora do requerimento, daremos uma nova data. Essa audiência estava prevista exatamente para hoje e tinha sido de iniciativa da Senadora Lídice da Mata.

Pelo que me consta, foi a Anac que alegou dificuldades de agenda.

Então, solicito à assessoria da Comissão, que, em contato com a Senadora Lídice da Mata, envide esforços para a realização dessa audiência pública, necessária e importante.

Esta é uma comissão que trata da questão do turismo, e todos nós sabemos, enfim, dessa polêmica toda – não é, Senadora Regina Sousa? – que está aí com relação à questão da aviação.

Primeiro, esse calendário de voos, que tem sido motivo de insatisfação e de críticas na maioria dos Estados do País. Na nossa Região Nordeste, é um absurdo! É um absurdo!! É um absurdo! Nós estamos completamente reféns, na medida em que os horários de voos, por exemplo, em Natal e na maioria de todas as capitais do Nordeste estão cada vez mais escassos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Volto aqui a dizer que é inaceitável não termos um voo direto, de manhã, de Natal para Brasília. Não há mais voo direto. É necessário ir à São Paulo, para poder chegar aqui. Não há mais nenhum voo direto, por exemplo, daqui, à noite, para Natal.

Em Teresina, não deve ser diferente também, não é Regina?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Duas vezes. Pois é.

Nós também temos voo direto, por exemplo, para Brasília, mas os voos todos estão concentrados na parte da tarde. São três voos à tarde, mas, de manhã, não existe nenhum direto; à noite, por exemplo, que havia um direto, retornando, não há mais.

Enfim, é uma situação de reclamação generalizada, sem contar essas mudanças, no que diz respeito à cobrança de bagagens, sem contar também agora essas mudanças com relação à suspensão do lanche. Não estão mais servindo nem sequer aquele pão, aquele sanduíche.

Quero aqui, mais uma vez, que entrem em contato com a assessoria da Senadora Lídice da Mata, para cobrar a presença da Anac aqui na Comissão.

Esta aqui é uma Comissão do Senado da República. É uma Comissão do Congresso Nacional. Não queiram que aprovemos aqui um requerimento sob a forma de convocação. Estamos fazendo isso via convite, mas se não há uma disposição para equacionar a agenda e marcar o compromisso de estar aqui na Comissão, poderemos muito bem retomar o requerimento e não fazê-lo mais através de convite, ou seja, aprová-lo sob a forma de convocação. Espero que isso não seja necessário.

Então, peço à Comissão que entre em contato com o gabinete da Senadora Lídice da Mata, porque se trata de uma audiência de iniciativa da Senadora Lídice, mas que interessa ao conjunto da Comissão.

Comunico também o recebimento do Aviso nº 551, Seses-TCU, de 4 de agosto de 2017, que encaminha a esta Comissão cópia do Acórdão 1.655, proferido nos autos do processo TC 011432/2015, que trata de fiscalização sistêmica sobre o tema Financiamento Regional, com o objetivo de identificar riscos fiscais para a União, a partir da avaliação da sustentabilidade e da eficiência das fontes de financiamento, utilizadas para a promoção do desenvolvimento regional.

O documento também sugere a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos para debater o assunto, convidando todas as instituições mencionadas no acórdão, bem como o TCU e outras entidades de pessoas ligadas ao tema desenvolvimento regional. O documento original encontra-se disponível na secretaria de apoio à Comissão para consulta das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senadoras e dos Senadores interessados. Além disso, encontra-se publicado na internet, na área destinada à CDR, no Portal das Comissões, no sítio do Senado Federal.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião se destina à discussão e votação das seguintes matérias...

Antes de passar aqui à pauta de votação das matérias, quero, mais uma vez, renovar o convite para a próxima audiência pública da CDR, que será realizada na próxima quarta-feira. Essa audiência pública, Senadora Regina, vai contar com a presença do Ministro da Integração Regional, Dr. Helder Barbalho, para a qual expedimos mais de 200 convites, e de todos aqueles atores, instituições que participaram recentemente da caravana em prol da retomada das obras do Eixo 1, do Eixo Norte do São Francisco.

É uma audiência que consideramos muito importante, porque estamos dando continuidade ao papel institucional que cabe a esta Comissão de Desenvolvimento Regional, que é o de acompanhamento, no caso em tela, da obra do São Francisco, que é uma obra grandiosa pela repercussão social e humana que tem, que é, exatamente, a de levar água para o nordeste do Semiárido.

Depois daquela caravana, que foi muito bem-sucedida, uma caravana com grande participação popular, nós conseguimos a retomada da obra, quando a Ministra Cármen Lúcia deu parecer favorável pela retomada da obra do Eixo 1, obra esta que já está em execução. E a presença do Ministro aqui vai ser exatamente para dialogarmos com ele sobre o cronograma: qual é o calendário; quando essa obra estará finalizada; quando o Eixo 1, repito, lá do Eixo Norte, será entregue à população.

A população do meu Estado, Rio Grande do Norte, bem como a do Ceará e do Sertão da Paraíba aguardam ansiosamente a conclusão dessa obra para que sejam beneficiadas com as águas do São Francisco, a exemplo do que já ocorre em Pernambuco, a exemplo do que ocorre em boa parte da Paraíba com a conclusão do Eixo Leste, que foi finalizado ainda na época do governo da Presidenta Dilma.

É sempre bom lembrar que essa obra saiu do papel graças à determinação e à ousadia do Presidente Lula e à determinação também e ao compromisso da Presidenta Dilma, que, mesmo enfrentando aqueles períodos de turbulência, de contingenciamento, de sabotagem ao seu governo, como foi a sabotagem liderada, na época, pelo Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, mesmo assim, Senadora Regina, todo esforço ela fez para que a obra do São Francisco não fosse contingenciada. V. Exª acompanhou isso.

E deixamos a obra, em mais de 95%, entregue. E agora, qual é o nosso papel? O nosso papel é exatamente este, cobrar do Governo atual a conclusão dessa obra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, o Ministro... Por dever de justiça, tínhamos que colocá-lo. O Ministro Helder tem se empenhado muito na construção dessa obra, na retomada dessa obra. Então, ele vai estar aqui, vamos dialogar com ele, primeiro com relação ao andamento da obra, quando será entregue. Segundo, também nós vamos tratar das obras complementares, porque não basta só entregar a primeira etapa do Eixo Norte do São Francisco. Há a necessidade imperiosa das obras complementares, senão as águas chegam, mas não podem beneficiar a população. Por exemplo, no Rio Grande do Norte: ela vai entrar pelo Rio Piranhas-Açu, mas, para chegar à Região Oeste, Alto Oeste e Médio Oeste, precisa de um canal que terá que ser construído. É o canal chamado Ramal Apodi-Mossoró. Nós estamos falando de Mossoró, segunda maior cidade do Rio Grande do Norte.

Queremos também discutir nesta audiência, com o Ministro, essas obras complementares, que é o Ramal Apodi-Mossoró, para que as águas do São Francisco, ao chegarem no Rio Grande do Norte, beneficiem a população como um todo. Além disso, vamos discutir a questão da Barragem de Oiticica, que é outra obra do projeto do São Francisco, que precisa da agilização da liberação de recursos para que seja concluída. Vamos discutir também o canal do Piancó, na Paraíba.

Ou seja, esta Comissão aqui, repito, fazendo o seu papel, o seu dever, enquanto Comissão de Desenvolvimento Regional, tratando, portanto, de um tema dessa magnitude. Então, renovo aqui à assessoria da Comissão, para que retome os contatos que foram feitos, renove os convites, inclusive com a assessoria do Sr. Ministro, até porque essa audiência já foi adiada, e esperamos que não tenhamos nenhum imprevisto e quarta-feira realizemos aqui a audiência pública.

Quero aproveitar a presença da Senadora Regina para dizer à Senadora que a assessoria da Comissão também está a postos e à disposição da Senadora no sentido de realizarmos a audiência pública, fruto de requerimento aprovado por V. Exª, pelo Senador Flexa e o Senador Elmano, que trata de revitalização do Rio Parnaíba. Certo? (*Pausa.*)

Há um requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que, nos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em data a ser agendada, com a finalidade de debater "O turismo como ferramenta para o desenvolvimento regional".

Como ele não está aqui, vamos passar para o item seguinte, que é o projeto de autoria do Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Fátima Bezerra, pediria a V. Exª, ouvido o Plenário, que incluísse na pauta o projeto de minha autoria, nº 626, de 2011, cujo Relator é o Senador Valdir Raupp.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Gostaria, para efeito de cumprimento do Regimento, Senador Flexa, que o pedido fosse encaminhado pelo Senador Raupp, porque ele é membro da Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Srª Presidente, peço então, se possível extrapauta, para fazer a relatoria desse projeto de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Indago aos Senadores e às Senadoras presentes sobre inclusão da mencionada matéria, feita agora pelo Senador Raupp como item extrapauta e a sua imediata aprovação. (*Pausa.*)

Como todos estão de acordo, passamos então a sua deliberação, ou seja, à inclusão na pauta do PLS nº 626, de 2011, de autoria do eminente Senador Flexa.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 626, de 2011

- Não terminativo -

Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação com emendas

Com a palavra o Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Relator.) – Srª Presidente, estou esperando aparecer na tela o relatório físico, que ainda não foi incluído aqui.

Pronto, já chegou.

Srª Presidente, Srs. Senadores, por designação da Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado Federal, cabe-nos relatar a Emenda nº 1 de Plenário (Emenda nº 1-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

PLEN) ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 626, de 2011, de autoria do ilustre Senador Flexa Ribeiro, que dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências.

O PLS ora mencionado, composto de seis artigos, foi inicialmente distribuído às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo à última a decisão terminativa. Essas comissões aprovaram a matéria e, como a decisão da CMA era terminativa, aprovou-se o projeto sem alterações.

Cumpre destacar que, com a apresentação do Recurso nº 8, de 2013, o Projeto foi submetido à apreciação do Plenário, oportunidade em que recebeu a Emenda nº 1-PLEN, de 2013, que ora se analisa nesta CDR. No entanto, antes de retornar a esta Comissão e às demais comissões constantes do despacho inicial, em virtude da aprovação de requerimentos do nobre Senador Cristovam Buarque, a matéria foi encaminhada ao exame das comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Assuntos Econômicos (CAE), quando recebendo, em ambas, relatório favorável à sua aprovação.

Em síntese, após o Plenário apresentar a Emenda nº 1-PLEN, de 2013, a matéria foi enviada às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Assuntos Econômicos, para exame do projeto e dessa emenda; seguindo, posteriormente, às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Agricultura e Reforma Agrária; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para exame da mencionada emenda.

Na CCT, foi avaliado relatório do nobre Senador Ivo Cassol, sendo a matéria aprovada com a adoção, como subemenda, da Emenda nº 1-PLEN, de 2013, que alterou o art. 3º, inciso XII, para estabelecer como diretriz a ocupação prioritária de áreas degradadas ou de pastagem que já se encontrassem nessas condições na data de 31/01/10, obrigatoriamente declaradas pelo órgão ambiental estadual. Na deliberação da CCT, o Senador João Capiberibe apresentou voto em separado pela rejeição do projeto e da emenda de plenário, que restou vencido.

Na CAE, tivemos o privilégio de relatar a matéria, que foi aprovada com a Emenda nº 1-PLEN, na forma da subemenda nº 1- CCT/CAE, e a Emenda nº 2-CAE, a qual apresentamos para sanar imprecisão vocabular do uso, ao longo do PLS, do termo “biomas Cerrado e Campos Gerais” localizados na Amazônia.

Não foram apresentadas outras emendas ao PLS.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDR opinar a respeito de programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

regional. Desta feita, a Comissão já analisou o mérito do PLS nº 626, de 2011, e, na oportunidade, analisa a Emenda nº 1-PLEN apresentada a esse projeto.

Entendemos que a emenda em tela é compatível com a ordem jurídica vigente, atendendo, outrossim, às normas para elaboração e alteração de leis, previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, consideramos que a Emenda nº 1-PLEN seja importante para impedir a criação indiscriminada de novas áreas degradadas e de pastagens irregulares na Região Amazônica, uma vez que possibilita o estabelecimento de data limite para a definição dessas áreas. Assim, caso não se observe a data limite estabelecida, a área deve ser recuperada para o restabelecimento da mata nativa ou das características originais do bioma atingido.

A ampliação da produção de cana-de-açúcar na Amazônia Legal, desde que observadas as restrições relativas às alterações ambientais e ao limite temporal supramencionado, possibilitará a elevação da produtividade da terra e do trabalho naquelas áreas ocupadas, predominantemente, por atividades pouco produtivas, contribuindo para a geração de riqueza e empregos. Portanto, entendemos que a emenda que ora se analisa contribui para a promoção do desenvolvimento econômico amazônico equilibrado e sustentável.

Por oportuno, entendemos fundamental, também, acatar a Emenda nº 2-CAE, para que seja sanada imprecisão vocabular do uso do termo “biomas Cerrado e Campos Gerais” localizados na Amazônia, o que contribui para aprimorar o projeto.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do PLS nº 626, de 2011, e pelo acatamento da Emenda nº 1-PLEN, de 2013, na forma da Subemenda nº 1-CCT/CAE, e da Emenda nº 2-CAE.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Senador Flexa Ribeiro, há poucos dias, no Estado do Mato Grosso, foi lançada com muita pompa, com a presença do Presidente da República, do Ministro da Agricultura, a produção de etanol de milho. Então, esse projeto fica até mais leve, porque assim como nos Estados Unidos... Em tudo o que os Estados Unidos fazem nessa área de produção, a gente tem que ficar de olho. Eles há muito tempo produzem etanol de milho. E se nós produzirmos o milho na Amazônia, para produzir o etanol, por que não a cana-de-açúcar? Aí será uma opção do empresário, do empreendedor, de produzir ou através da cana-de-açúcar, ou através do milho.

Lá no meu Estado tem uma usina de álcool que abastece Rondônia e Acre. Há pouco tempo o empresário estava me falando que tentava fazer ali uma parceria com os produtores de milho para produzir o álcool a partir do milho e não da cana-de-açúcar, ou produzir parte com cana-de-açúcar e parte com milho. Então, esse projeto do Senador Flexa Ribeiro, só para ilustrar, está cada vez melhor, tendo em vista essa possibilidade da produção do etanol à base de milho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nosso voto é pela aprovação, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Parabenizo o Senador Flexa, autor do projeto, e o Senador Raupp, que acaba de apresentar o seu parecer pela aprovação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Fátima Bezerra, quero agradecer a V. Exª por ter feito vir a Plenário a inclusão extrapauta do projeto; e ao Senador Valdir Raupp, que tem sido um parceiro na defesa dos interesses da Amazônia nessa questão da cultura da cana-de-açúcar.

Não dá para entender, Senadora Fátima, que em áreas... Como disse agora o Senador Raupp, semana passada, com a presença do Presidente Temer e do Ministro Blairo Maggi, em Mato Grosso, foi inaugurada uma usina de produção de etanol à base de milho. Então, nessas áreas alteradas, o projeto não permite derrubar uma única árvore mas utilizar as áreas antropizadas, de forma inteligente e com tecnologia. Então, onde você planta soja, milho, algodão, mandioca, capim para pecuária, você não pode plantar cana? Não dá para entender!

Eu acredito, Senador Raupp, que o embargo para produção... Nós temos uma usina de etanol de cana-de-açúcar no Pará; uma única usina. E temos nove milhões de hectares propícios à cultura. O bloqueio, Senadora Fátima, não é ambiental, porque não tem lógica a questão ambiental, uma vez que estão usando essas áreas para outras culturas. É econômico. Por quê? Porque a cana-de-açúcar da nossa região, Senador Raupp, tem um teor de sacarose mais elevado do que a cana-de-açúcar plantada lá em São Paulo, lá no Sul. E a produtividade por hectare é maior do que a deles.

Então, os produtores de cana e de etanol no Sul bloqueiam a expansão da cultura para a Amazônia por uma questão de concorrência. Agora, pode fazer isso? Eu diria que é até um crime de lesa-pátria, impedir o desenvolvimento de uma região como a nossa, propícia a essa cultura.

Esse projeto já foi aprovado, Senadora Fátima. Ele é de 2011, nós estamos em 2017, ele já foi aprovado aqui em várias comissões, terminativamente na CMA, e foi a Plenário. Quando ele foi a Plenário, lá foi feito um requerimento para ser discutido e um pedido de retorno do projeto para as comissões para tramitar de novo – em outras comissões e novamente nas mesmas comissões em que já foi aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Se não houvesse uma determinação nossa, Senadora Fátima, de fazer o projeto caminhar, já teríamos desistido dele, porque sem o que nós estamos fazendo aqui – e contamos com o apoio dos Senadores e das Senadoras como V. Exª, que fez incluí-lo na pauta de hoje –, ele teria já sido arquivado, colocado numa gaveta. Mas nós vamos levá-lo até o fim, se Deus quiser. Falta agora uma comissão terminativa – de novo, a CMA –, e vai voltar ao Plenário. Eu espero que agora ele passe e vá à Câmara para ser aprovado e sancionado, permitindo a cultura da cana na Amazônia.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero parabenizar o Senador Flexa pela determinação e a persistência na defesa do projeto, fazendo votos para que realmente chegue ao Plenário e seja, enfim, aprovado, Senador Flexa. Sem dúvida alguma o projeto é meritório, é importante para o desenvolvimento de toda a região e do Brasil.

Nós queremos agora... O Senador Flexa vai subscrever o requerimento aqui de autoria do Senador Davi Alcolumbre, bem como o do Senador Wilder Morais. Pode ser?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em seguida, vamos passar para a Senadora Regina.

Então, vamos ao item 1.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 28, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em data a ser agendada, com a finalidade de debater "O turismo como ferramenta para o desenvolvimento regional".

Autoria: Senador Davi Alcolumbre e outros.

Observações:

A matéria constou na pauta da 10ª (31/05/2017), da 12ª (07/06/2017), da 14ª (28/06/2017), da 17°(12/07/2017), da 18ª (02/08/2017) e 19ª (09/08/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Concedo a palavra ao Senador Flexa, autor também do requerimento, para fazer seu encaminhamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Fátima Bezerra, Senadora Regina, o requerimento do Senador Davi Alcolumbre, item 1 da pauta, e também – vou me referir logo ao item 2 da pauta – o requerimento do Senador Wilder Morais, ambos subscritos por mim, têm o mesmo objeto: propor a realização de uma audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com o tema "Turismo como ferramenta para o desenvolvimento regional", que é da maior importância.

V. Exª, Senadora Fátima, preside uma da Comissão, eu diria, da maior importância para as Regiões ainda em desenvolvimento, periféricas do nosso País. A sua Região Nordeste, a nossa Região Amazônica e a Centro-Oeste são as três Regiões que ainda estão buscando se incorporar ao desenvolvimento do nosso País, melhorando a qualidade de vida dos brasileiros que lá habitam. E o turismo é, sem sombra de dúvida, um segmento da maior importância para acelerar esse desenvolvimento, até porque essas Regiões – a Região Nordeste, com sua costa litorânea de grande apelo para o turismo, a Amazônia, com as florestas e com os rios, e o Centro-Oeste, com o Pantanal – têm uma possibilidade de, pelo turismo, trazer o desenvolvimento.

Quero parabenizar aqui o Senador Davi Alcolumbre e o Senador Wilder Morais.

No item 1, no requerimento do Senador Davi Alcolumbre, ele não coloca aqui os nossos convidados, mas no item 2, do Senador Wilder Morais, ele já pede, ouvido o Plenário, para incluir o Presidente da Associação Brasileira de *Resorts*, Luigi Rotunno, na relação dos convidados para a audiência.

Então, eu pediria o apoio dos meus pares para que pudéssemos aprovar os dois requerimentos: o requerimento original do Senador Davi Alcolumbre e o requerimento de adição de convidado, do Senador Wilder Morais.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já tem os nomes dos convidados, Senador Flexa. O Senador Davi Alcolumbre pede para que sejam convidados: o Ministro do Turismo, Sr. Marx Beltrão; o Sr. Edmar Bull, da Associação Brasileira de Agências de Viagem; o Sr. Eduardo Sanovicz, da Associação Brasileira das Empresas Aéreas; o Sr. Marco Ferraz, da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos; e o Sr. Alexandre Sampaio de Abreu, da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Queremos registrar aqui, com muita satisfação, a presença do Sr. Elzário Pereira Júnior, Presidente da Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais do Turismo (ABBTUR). Seja muito bem-vindo, Elzário. Vamos inclusive – já conversamos com você – fazer uma audiência pública aqui para tratar do papel e da valorização do turismólogo em todo o País. É um papel muito importante. O turismo sem os turismólogos não seria nada, não é, Senador Flexa? Eles exercem um papel extremamente importante.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É verdade, Senadora Fátima. O turismo é indústria sem chaminé. Há países que têm no turismo uma base econômica, como têm a Espanha e a própria França.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos agora passar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O item 2 foi aprovado também, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim; foram os dois aprovados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Está bom. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos agora passar a palavra para a Senadora Regina.

Registro a presença do Senador Elmano Férrer.

Senadora Regina, gostaríamos de designá-la Relatora *ad hoc* do projeto do Deputado Irajá Abreu, que tinha como Senador o Senador José Pimentel. Relatório pela aprovação da matéria.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 164, de 2015

- Não terminativo -

Acresce art. 290-B à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Autoria: Deputado Irajá Abreu

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela aprovação da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Observações:

- A matéria constou na pauta da 12ª (07/06/2017), da 14ª (28/06/2017), da 15ª (05/07/2017), da 17ª (12/07/2017), da 18ª (02/08/2017) e 19ª (09/08/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria segue para apreciação da CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Passem à Senadora Regina, por favor.

É o Item 4.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Relatório.

Submete-se ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 164, de 2015 (Projeto de Lei nº 7.093, de 2014, na Casa de origem), que acresce art. 290-B à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

A proposta tem por objetivo alterar a Lei de Registros Públicos para dispensar o alvará de construção, expedido pela Prefeitura Municipal, para a averbação de construção residencial urbana unifamiliar de um só pavimento, já finalizada há mais de cinco anos. Essa dispensa valeria, inclusive, para o fim de registro ou averbação decorrente de financiamento à moradia.

Na justificação do projeto original, o Deputado Federal Irajá de Abreu, autor da proposta, defende a necessidade de: "se possibilitar que construções antigas destinadas à moradia unifamiliar sejam objeto de negócios imobiliários sem que se exija o respectivo alvará de construção na averbação da construção, no registro de imóveis, o que sabidamente impõe dificuldades às partes". Ainda para o autor, essa medida trará benefícios "principalmente no tocante à dinamização dos mercados imobiliários em bairros e cidades economicamente menos favorecidos".

No Senado Federal, o PLC nº 164, de 2015, foi distribuído às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Análise.

Nos termos do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDR opinar sobre a matéria.

O PLC nº 164, de 2015, vem, em boa hora, eliminar uma injustificável barreira burocrática à regularização de imóveis unifamiliares de um só pavimento já construídos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não são raros os casos em que a alienação desses imóveis é inviabilizada em razão da inexistência de registro imobiliário. Essa circunstância acaba por impedir uma expansão do mercado imobiliário, especialmente em bairros e cidades economicamente menos favorecidos.

Também não são raros os casos em que a alienação é concretizada por meio de contratos de gaveta, justamente por conta de dificuldades documentais para a regularização do negócio. Esse fato, verificado na grande maioria das cidades brasileiras, independentemente do seu porte, incentiva a informalidade, reduzindo a segurança jurídica das famílias e prejudicando a arrecadação de impostos pelo Poder Público. É importante notar que essa medida não diminuirá a segurança das famílias. Isso porque, para efetiva ocupação do imóvel, continua exigível, conforme a legislação vigente, a obtenção da carta de habite-se, ocasião em que são avaliadas as condições de segurança, salubridade e habitabilidade do imóvel.

Tampouco se está isentando das sanções previstas na legislação pertinente os proprietários que construíram ou reformaram seus imóveis sem obter, no devido momento, o alvará de construção perante a Prefeitura Municipal. Isso constituiria uma verdadeira anistia, legitimar inúmeras irregularidades em razão do motivo único de já constituírem fatos consumados.

A averbação da construção destina-se apenas a tornar pública a sua existência, a fim de ampliar as informações disponíveis para os potenciais interessados em adquiri-la.

Desse modo, entendemos meritória a proposta, uma vez que trará vários benefícios, como o aquecimento e a redução da informalidade do mercado imobiliário e o aumento na arrecadação de impostos pelo poder público.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do PLC nº 164, de 2015.

É o relatório e o voto, Senadora Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em discussão. (*Pausa.*)

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Senadora Regina, pediria a V. Exª para encaminhar agora o item 8 e o item 9. Depois, pediria ao Senador Elmano também, como Relator *ad hoc*, para encaminhar outro item.

Agora, com a palavra novamente, a Senadora Regina para se manifestar sobre o seguinte item.

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

OFICIO "S" Nº 18, de 2016

- Não terminativo -

Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/1989, art. 20, § 4º, o Relatório de Atividades e Resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO referente ao Exercício de 2015.

Autoria: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

Relatoria: Senador José Medeiros.

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

Observações:

- A matéria segue para o Plenário do Senado Federal para adoção das providências cabíveis;

- A Matéria constou na pauta da 17ª (12/07/2017), da 18ª (02/08/2017) e 19ª (09/08/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Como o Senador José Medeiros não se encontra aqui, nós designamos, como Relatora *ad hoc*, a Senadora Regina, a quem passo a palavra neste exato momento.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu vou resumir pois se trata apenas de um encaminhamento cujo destino normalmente é o arquivo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exato.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Vou ler do que trata o relatório.

Submete-se ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) o Ofício "S" (OFS) nº 18, de 2016, por meio do qual o Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) encaminha ao Senado Federal o Relatório de Atividades e Resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO referente ao exercício de 2015.

Faz-se a descrição de tudo o que veio no relatório, ele fica acessível a qualquer Senador que queira lê-lo, ver seus detalhes. Então, para a gente ganhar tempo, vou direto para a última parte.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nos termos da Lei nº 7.827, de 1989, e do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDR, no âmbito do Senado Federal, opinar sobre a matéria no sentido de atestar se o FCO está contribuindo para a redução das desigualdades regionais no País.

Essa avaliação dos resultados obtidos deve ser feita, como em qualquer política pública, com base em indicadores de desempenho. Nesse sentido, depreende-se do relatório em exame que a maioria das metas estipuladas pelo Condel/Sudeco foi atendida e que aquelas que não o foram são objeto de recomendação às instituições financeiras operadoras do FCO.

Voto.

Ante o exposto, voto pelo conhecimento do Ofício "S" nº 18, de 2016, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente parecer, ao Arquivo.

É o voto.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pela aprovação da matéria, ou melhor, pelo conhecimento do ofício e pelo arquivamento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senadora Regina, eu pediria a V. Exª que também relatasse o item 9.

ITEM 9

OFICIO "S" Nº 2, DE 2017

- Não terminativo -

Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/1989, art. 20, §5º, o Relatório de Atividades e Resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) referente ao 1º semestre de 2016.

Autoria: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

Relatoria: Senador José Medeiros.

Relatório: pelo conhecimento e arquivamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Observações: - *A matéria segue para o Plenário do Senado Federal para adoção das providências cabíveis.*

- A matéria constou na pauta da 17ª (12/07/2017), da 18ª (02/08/2017) e 19ª (09/08/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Como o Senador José Medeiros não se encontra aqui presente, vou designar a Senadora Regina Sousa como Relatora *ad hoc*.

Com a palavra a Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Como Relatora.) – Vou proceder da mesma forma.

Trata-se do parecer da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o Ofício "S" nº 2, de 2017 (nº 1.035/2016-CFCO, na origem), da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), que encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/1989, art. 20, §5º, o Relatório de Atividades e Resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) referente ao 1º semestre de 2016.

Da mesma forma, o relatório é composto pelo balancete, pelas demonstrações contábeis e pelo parecer do Ministério da Integração Nacional.

Vou para a análise.

Assim, nos termos da legislação mencionada, compete à CDR, no âmbito do Senado Federal, atestar se o FCO está contribuindo para a redução das desigualdades regionais no País.

Os Fundos Constitucionais de Financiamento foram criados pela Lei nº 7.827, de 1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

Vou para o voto. O relatório é grande.

As informações que foram apresentadas relativas à gestão do FCO no 1º semestre de 2016 demonstraram ciência dos administradores quanto às diretrizes de correção da aplicação dos recursos do FCO, objetivando o cumprimento da missão do Fundo, que é promover o desenvolvimento econômico e social do Centro-Oeste, por intermédio de programas de financiamento aos setores produtivos da região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Voto.

Em vista do exposto, votamos pelo conhecimento do Ofício "S" nº 2, de 2017, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente parecer, ao Arquivo.

É o relatório e o voto.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pelo conhecimento e arquivamento.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para adoção das providências cabíveis.

Vamos encerrar a nossa presente reunião, anunciando a presença da nossa Senadora Lídice da Mata, nossa Vice-Presidente.

Quero só, Senadora Lídice, compartilhar com V. Exª que a audiência pública de sua iniciativa para debater a nova política de cobrança de bagagens foi adiada em função de que, parece-me, principalmente a Anac alegou dificuldade de presença. Então, eu disse à assessoria da Comissão que entrasse em contato com a assessoria do mandato de V. Exª para que todas as tratativas sejam feitas no sentido da realização dessa audiência pública.

Quando propôs essa audiência, V. Exª a propôs pela necessidade objetiva dela. E, cada vez mais, faz-se necessário esse debate, por tudo o que está acontecendo: é calendário de voos, a própria cobrança da bagagem, o lanche, que está suspenso, quer dizer, não estamos aqui tratando de um tema qualquer. A aviação, o transporte aéreo são temas importantes, estruturantes para o desenvolvimento das nossas regiões, para o desenvolvimento do País.

Então, já que V. Exª chegou, quero dizer a V. Exª, repito, que sejam feitos novos contatos, até porque se não quiserem vir por convite, podemos muito bem aqui...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Convocá-los.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... exatamente aprovar uma convocação. Espero não seja necessário, mas...

Pois não, Senadora Regina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Apenas uma palavra. Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está certo. Deixe-me só passar a palavra à Senadora Lídice e, depois, passo para V. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Caros Srs. Senadores e Senadoras, nossa Presidente, realmente pretendo continuar insistindo nessa tese com a Anac porque dizem respeito ao Brasil as mudanças de regras para o funcionamento de empresas aéreas e do consumidor. Pretendo, inclusive, trazer uma representação também do Instituto Brasileiro do Direito do Consumidor para que possamos debater não mais apenas com a Anac.

A Anac tem obrigação de vir ao Senado Federal, como agência reguladora, e de prestar contas do seu trabalho e de sua posição. Vamos insistir nisso e esperamos não seja necessária a aprovação de um requerimento de convocação. Já está em andamento essa política, e precisamos analisar o que mudou nesse processo, inclusive, utilizando, Senadora, as ferramentas de que o Senado dispõe para consultar os próprios consumidores dos aeroportos brasileiros a respeito dessa medida.

Creio também que o Senado, assim como a Câmara dos Deputados, são clientes privilegiados das empresas de aviação do Brasil. Nós viajamos todas as semanas. São mais de 500 pessoas que viajam todas as semanas para os seus Estados de origem e voltam. Portanto, nós somos, sem dúvida, clientes privilegiados, observadores privilegiados da aplicação dessas medidas.

Por tudo isso, eu acho indispensável a presença da Anac aqui para que nós possamos debater.

Tenho também um outro requerimento, aprovado aqui – e quero também, logo depois, encontrar com V. Exª e com os demais pares um novo momento de análise –, que diz respeito já à apresentação dos projetos dos novos aeroportos para o Brasil, com os novos editais feitos – a abertura. Eu sei que, na Bahia, é uma empresa francesa. E nós temos todo o interesse em que a população conheça os projetos que virão para os novos aeroportos, porque, na nossa dimensão, interessa-nos que sejam projetos que venham para melhorar a qualidade do serviço prestado à população.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E, mais uma vez, só reforçando, Senadora, todos os encaminhamentos para que realizemos aqui essa audiência com a presença da Anac. E é importante agora V. Exª mencionar a presença também do instituto que defende os consumidores.

Enfim, esse é um papel desta Comissão, é dever desta Comissão, assim como a realização de uma nova audiência pública para debater a questão dos novos aeroportos, esse marco regulatório que está sendo apresentado pelo Governo Federal etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Concedo agora a palavra à Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Queria compartilhar, ao lado do Senador Elmano também aqui, o fato de que hoje é o aniversário de 165 anos da nossa capital, Teresina, uma cidade chamada de "cidade verde", mas que, neste momento, está amarela pela florada dos muitos ipês amarelos espalhados pela cidade. A cidade ficou amarela em vez de verde.

Eu, de vez em quando, meto-me a fazer alguma coisa que parece poesia. Então, homenageie, no meu *post* de hoje – e todos os dias eu faço um desejando bom dia –, a minha cidade, a cidade que me adotou. Eu sou de União, mas Teresina me adotou. Assim, eu quero prestar essa homenagem à cidade de Teresina.

Eu escrevi o seguinte:

Teresina, menina bonita
Teresina, do troca-troca que agita
Teresina, cidade verde que o ipê amarelo ilumina
Teresina, cidade substantiva feminina

Isso porque, lá, neste ano, o aniversário é em homenagem às mulheres. (*Palmas.*)

Esta, a homenagem que faço à minha cidade.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senadora, quero parabenizá-la pelo belíssimo texto e pela referência que faz às mulheres.

Lembrou-me que, na minha campanha a prefeita de Salvador, a primeira peça foi "Feminino, Feminina", falando das crianças de rua. Mas quero dizer que a poesia de V. Exª está muito bonita.

Quero aproveitar para registrar também que hoje é o dia de São Lázaro, e as comemorações das festas religiosas de São Lázaro, na Bahia, são muito intensas, Senadora Fátima Bezerra, porque, no sincretismo baiano, as igrejas de São Lázaro, que é o santo da cura das enfermidades, se misturam com as pipocas. As pessoas tomam banho de pipoca para se purificarem.

Portanto, eu quero fazer aqui a nossa saudação baiana a São Roque, aos devotos de São Roque, lá na terra de todos os Santos.

Muito obrigada.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Minha querida Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É claro que agora eu vou passar a palavra a outro piauiense.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente. É o Senador Elmano Férrer.

Com a palavra V. Exª.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Eu quero cumprimentar a nossa nobre Presidente e os demais Senadores e Senadoras e dizer também que não poderia deixar de me somar às manifestações da nossa Senadora Regina, que, como eu – eu já vim mais distante –, também foi para Teresina, Piauí. Há 51 anos eu chegava a Teresina, exatamente no dia 16 de abril de 1966, para passar um ano – ouviu, Regina – e fiquei por mais 50 anos além do prazo estabelecido inicialmente. Mas o motivo maior que me prendeu foi a gente, o povo piauiense, aquela forma hospitaleira com que nos acolheu. E tivemos realmente a oportunidade, ao longo de dois anos e nove meses, de ser prefeito da cidade, um grande desafio que nós enfrentamos.

Mas é uma cidade bela, uma cidade acolhedora, hoje um centro de referência na área de saúde – saúde pública e saúde privada também – e na área de educação superior e educação média. Então, é uma cidade que hoje se caracteriza pela área de prestação de serviços, dada a situação locacional da cidade.

Então, eu queria, nesta oportunidade, a exemplo da nossa querida Regina, somar-me aos piauienses, sobretudo aos teresinenses...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Cento e sessenta e cinco anos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – A cidade de Teresina, a sua fundação.

A capital era no interior, na cidade de Oeiras. Graças ao Conselheiro Saraiva, um baiano da mais alta expressão à época do Império – aos 23 anos ele era presidente da nossa província –, que achou por bem, dadas as características do povoado Poti, transferir a capital do interior, porque era na região do Sertão, no Semiárido, em Oeiras, não para o litoral, a exemplo de todas as demais capitais do Nordeste. À época, ele tinha outra visão. Os transportes eram movidos a vapor, e o Rio Parnaíba era por onde se escoavam as riquezas daquela província. Ele achou por bem tirar a capital do isolamento onde se encontrava, no Semiárido, totalmente distanciada do centro dinâmico e político do Brasil, e transferi-la para Teresina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, hoje, nós celebramos os 165 anos. E devemos isso ao Conselheiro Saraiva, um baiano que foi ministro em várias pastas do País. Ele teve uma história muito bonita e teve a felicidade de transferir a capital do Sertão para as margens do Rio Parnaíba.

Regina, estamos todos de parabéns. E acreditamos cada vez mais no crescimento e desenvolvimento da nossa querida cidade.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Regina, Senador Elmano, cabe a mim, como Presidente desta Comissão, me associar à belíssima homenagem que a Senadora Regina acaba de fazer, juntamente com o Senador Elmano, à sua terra natal, Teresina, que completa 165 anos. Faço esta homenagem em nome de todos que compõem a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Permitam-me também, Senadora Regina e Senador Elmano, fazê-lo em nome de Natal, em nome do povo do Rio Grande do Norte. E quero fazê-lo através dos versos de Caetano Veloso, da música que ele compôs, *Cajuína*, dedicada a um grande piauiense que foi o nosso poeta maior, Torquato Neto, que inspirou e continua inspirando gerações até hoje. O letrista ligado à música popular brasileira, ao movimento contracultura.

Enfim, homenageio aqui os 165 anos de Teresina com o poema de Caetano Veloso dedicado a Torquato Neto, de nome *Cajuína*, quando diz:

> Existirmos: a que será que se destina?
> Pois quando tu me deste a rosa pequenina
> Vi que és um homem lindo e que se acaso a sina
> Do menino infeliz não se nos ilumina
> Tampouco turva-se a lágrima nordestina
> Apenas a matéria vida era tão fina
> E éramos olharmo-nos intacta retina
> A cajuína cristalina em Teresina.

Viva os 165 anos de Teresina! Viva o povo do Piauí!

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Esse poema Caetano fez num encontro com o pai de Torquato.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Que lindo, Regina!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eles se encontraram, a emoção foi muito forte e nasceu esse poema, *Cajuína*, que virou uma das músicas mais tocadas no Nordeste.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Que lindo!

E sem dúvida nenhuma é um dos poemas mais bonitos, esse poema *Cajuína*, que Caetano fez, pela simplicidade do poema, mas ao mesmo tempo a vida que tem exatamente esse poema. É uma música que tocou o coração do povo brasileiro; mas, certamente, o coração do povo do Piauí bate muito mais forte ainda – não é, Regina e Elmano? – quando escuta *Cajuína*.

Quero, por fim, aqui também dar conhecimento a todos de que nós recebemos o convite da Abrasel, que realiza, aqui em Brasília, desde ontem, a 29ª edição do Congresso Nacional Abrasel, que tem como tema "Conectar – Saberes, Pessoas, Iniciativas", com objetivo de interligar ações, conhecimento e atores que atuem para o desenvolvimento do setor de alimentação fora do lar e contribuam para facilitar o empreender e melhorar a qualidade de vida no Brasil.

A 29ª edição do Congresso Nacional Abrasel é o maior encontro de conhecimento e inteligência do setor da alimentação fora do lar, contando com a participação das principais lideranças empresariais e da gastronomia do País. Durante dois dias o setor se reúne para discutir os desafios e apresentar propostas para o avanço da alimentação fora do lar no Brasil e, de maneira mais ampla, melhorar o ambiente empreendedor do País e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Nós recebemos esse convite de Glauco Gobbato, que é Diretor Executivo da Abrasel do Rio Grande do Norte, o meu Estado. É só para dar conhecimento de que nós estivemos ontem na abertura do Congresso, que está sendo realizado aqui em Brasília. E esse convite, Senador Elmano e Senadora Regina, é extensivo a todos os integrantes da nossa Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. O congresso se estende até amanhã. Se algum dos Senadores tiver interesse, é só entrar em contato com a Comissão.

Nossa saudação à Abrasel, uma entidade extremamente importante pelo papel que desenvolve de promover o desenvolvimento do turismo no nosso País, especialmente no campo da gastronomia. Então, toda nossa saudação! Que o congresso deles seja vitorioso e exitoso. É o que nós desejamos aqui.

Está encerrada a presente reunião, convocando nova reunião para a próxima quarta-feira, com a presença do Ministro da Integração, Helder Barbalho, e de diversas outras autoridades, representações da sociedade civil também, quando trataremos aqui do andamento das obras da primeira etapa do Eixo Norte do São Francisco, bem como das obras complementares.

(São as seguintes as matérias adiadas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, de 2015

- Não terminativo -

Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Goulart

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Observações:

- Em 03/08/2016, na 14ª Reunião da CDR, foi realizada audiência pública para instrução da matéria;

- A matéria constou na pauta da 3ª (29/03/2017), da 5° (12/04/2017), da 12ª (07/06/2017), da 14ª (28/06/2017), da 15ª (05/07/2017), da 17ª (12/07/2017), da 18ª (02/08/2017) e 19ª (09/08/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016

- Não terminativo -

Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- A matéria constou na pauta da 5ª Reunião (12/04/2017), da 12ª (07/06/2017), da 14ª (28/06/2017), da 15ª (05/07/2017), da 17ª (12/07/2017), da 18ª (02/08/2017) e 19ª (09/08/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria segue para a apreciação da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos (em decisão terminativa).

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133, de 2017

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que altera as disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, e regula a Zona Franca de Manaus, para assegurar autonomia administrativa às unidades administrativas descentralizadas da SUFRAMA.

Autoria: Senadora Ângela Portela

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria segue para a apreciação da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos (em decisão terminativa).

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2017

- Não terminativo -

Institui a região de Angra Doce, nos termos que especifica, como Área Especial de Interesse Turístico.

Autoria: Deputado Capitão Augusto

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Observações:

- Foi concedida vista, a pedido do Senador Sérgio Petecão, na 18ª reunião (02/08/2017);

- A matéria constou na pauta da 12ª (07/06/2017), da 14ª (28/06/2017), da 15ª (05/07/2017), da 17ª (12/07/2017) e 19ª (09/08/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.)

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 43 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Valdir Raupp, Dário Berger, Humberto Costa, Paulo Rocha, Ângela Portela, José Pimentel, Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Lídice da Mata, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Lopes, Vicentinho Alves, Garibaldi Alves Filho, Cidinho Santos, Cássio Cunha Lima, José Agripino, Ronaldo Caiado, Telmário Mota, José Maranhão e Raimundo Lira. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, João Alberto Souza, Regina Sousa, Davi Alcolumbre, Ciro Nogueira e Wellington Fagundes. Passa-se à pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao RDR 31/2017, de autoria da Senadora Fátima Bezerra. Finalidade: Apresentar as ações do Ministério da Integração Nacional para a retomada das obras do Eixo Norte e do Ramal do Apodi que fazem parte do projeto de integração das bacias do Rio São Francisco, bem como o Programa de Revitalização do Rio São Francisco e demais obras complementares. Participantes: Helder Barbalho, Ministro de Estado da Integração Nacional; Mairton França, Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado do Meio-Ambiente e Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte cuja participação foi autorizada pela Comissão, após consulta feita pela Presidente. Usaram da palavra: os Senadores Humberto Costa, José Agripino, Garibaldi Alves Filho, Antônio Carlos Valadares, Raimundo Lira, Cássio Cunha Lima e a Senadora Lídice da Mata; os Deputados Federais Rafael Motta, Rômulo Gouveia e a Deputada Federal Zenaide Maia; o Deputado Estadual pelo Ceará Carlos Matos; os Deputados Estaduais pela Paraíba Jeová Campos, Renato Gadelha e a Deputada Estadual pelo Rio Grande do Norte Larissa Rosado; as Vereadoras pelo município de Mossoró/RN Sandra Rosado e Izabel Montenegro; e o Vereador pelo município de Macau/RN Ítalo Mendonça; o Professor Gilton Sampaio e o Senhor Pedro Júnior representando o Fórum Oeste Potiguar pela Integração das Águas do São Francisco; José Fausto Magalhães representante do DNOCS; e José Procópio de Lucena, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Piancó/Piranhas/Açu. Estiveram presentes, mas não usaram da palavra, os Deputados Federais Betinho Rosado e Felipe Maia; e o Vereador pelo município de Santana dos Garrotes/PB Manoel Teotônio. Resultado: Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/23

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da integração normativa, a degravação da presente reunião, para que o que aqui for falado pelo Ministro e debatido pelos presentes, em nossa reunião, fique registrado nos *Anais* desta Casa.

Informo que está disponível, na internet e na Secretaria da Comissão, o relatório de atividades do primeiro semestre de 2017 da Comissão de Desenvolvimento Regional, o qual apresento na presente reunião.

O relatório que está sendo mencionado aqui, na verdade, é esta cartilha. Ela foi distribuída e está aí na mesa com os senhores e as senhoras. É uma cartilha em que consta um resumo das principais atividades desenvolvidas pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo no primeiro semestre de 2017.

Como era de se esperar, Senadora Lídice, nossa Vice-Presidente, nós destacamos exatamente o tema do São Francisco, o tema da integração das bacias do São Francisco, o tema da questão da revitalização. A Caravana das Águas, que nós realizamos exatamente nos dias 19 e 20, ganhou aqui uma presença especial pelo que simbolizou essa atividade desenvolvida no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional. Aliás, hoje o que nós vamos fazer aqui é exatamente uma continuidade do debate acerca da integração da Bacia do São Francisco. Mas nós tivemos também outras importantes atividades desenvolvidas no âmbito da Comissão, como, por exemplo, o tema dos impactos da reforma da previdência nos pequenos Municípios do Norte e do Nordeste.

Quero, desde já, registrar e agradecer a presença da Deputada Zenaide Maia, da Bancada Federal do meu Estado.

Nós tivemos também o tema da educação, a importância da educação para o desenvolvimento regional. Nós tivemos também o tema do papel dos Correios, entre outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada a ouvirmos, em audiência pública, o Ex^mo^ Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional, Helder Barbalho, que está conosco, nos temos do art. 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §1º, da Constituição Federal.

O Ministro aqui vai tratar das ações do Ministério da Integração Nacional para a retomadas das obras do Eixo Norte e do Ramal do Apodi, que fazem parte do projeto de integração das bacias do Rio São Francisco, bem como o programa de revitalização do Rio São Francisco e demais obras complementares.

Eu pediria à Senadora Lídice que conduzisse o Ministro até a nossa mesa. (*Pausa.*)

Em conformidade com o art. 398, incisos X e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, serão adotados os seguintes procedimentos: o Ministro terá meia hora para fazer a sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos, dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para a tréplica; a palavra aos Senadores e às Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Antes de conceder a palavra ao Ministro, informo que as participações dos cidadãos, em nossa audiência, serão recebidas nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado por meio do *site* da Comissão; e pelo Alô Senado, 0800-612211.

Gostaríamos já de registrar e agradecer aqui a presença da Assembleia Legislativa da Paraíba, nas pessoas do Deputado Renato Gadelha e do Deputado Jeová; registrar aqui a presença da Deputada Federal Zenaide Maia, da Bancada federal do nosso Estado, o Rio Grande do Norte, que tem participado intensamente dessa luta da integração do São Francisco; e, mais uma vez registrar, com muita alegria, a presença da Senadora Lídice da Mata, da Bahia, que é a nossa Vice-Presidente.

Queremos registrar a presença aqui também da caravana do Fórum do Oeste Potiguar, Prof. Gilton Sampaio, da UERN; de Jácome de Brito Júnior, Vice-Prefeito de José da Penha; de Pedro Vieira, Vereador de Marcelino; de José Fausto Magalhães, que é o Diretor do DNOCS em Pau dos Ferros; de Daniel, aqui representando a sociedade civil.

Quero registrar aqui a presença do engenheiro agrônomo José Procópio de Lucena, que hoje preside o Comitê das Bacias de Piranhas-Açu. E aqui queremos também registrar a presença do Secretário Adjunto, Dr. Mairton da Nóbrega, representando aqui o Governo do Estado, de Caramuru, um dos articuladores da luta, Ministro, do Ramal Apodi-Mossoró, de que o senhor vai ouvir falar muito aqui hoje.

E quero registrar também, com muita satisfação, e desde já agradecer ao Ministro, a presença aqui de integrantes da sua equipe: Antônio de Pádua, que é o Secretário de Infraestrutura Hídrica; Inaldo, que é Diretor de Revitalização da Codevasf; e Luitgards Moura, que é Diretor do Departamento de Projetos Estratégicos.

Nós vamos agora, antes de passar a palavra ao Ministro, mais uma vez, dizer que a Comissão de Desenvolvimento Regional, cumprindo o seu papel, realiza esta presente audiência, dando continuidade ao acompanhamento acerca da obra de integração das bacias do São Francisco.

É a segunda vez que o Ministro vem aqui à nossa Comissão de Desenvolvimento Regional. E nós não estamos tratando aqui de uma obra qualquer. É uma obra muito especial, não é à toa que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

considerada a maior obra de infraestrutura hídrica do Brasil, uma obra que foi sonhada pelo povo sertanejo, pelo povo nordestino, durante séculos. Não é à toa que essa obra data da época de 1847, da época do Segundo Império.

O fato é que nós temos que fazer justiça e reconhecer o papel protagonista do Presidente Lula, que foi quem deu início à obra, depois de enfrentar, inclusive, um grande debate, um intenso debate, assim como a Presidenta Dilma, que deu continuidade.

Agora, Ministro, é nosso papel exatamente cobrar do Governo Federal a conclusão dessa obra, que é o chamado Eixo 1 do Eixo Norte, que se encontrava paralisado, mas finalmente a obra foi retomada. Queremos aqui, inclusive, pontuar a importância que teve a Caravana das Águas nesse processo mobilizador para sensibilizar o Poder Judiciário no sentido de que aquela liminar fosse revista; assim como, claro, reconhecer o papel que o Ministro Helder e sua equipe têm tido no desenvolvimento dessa obra. Nós temos aqui que reconhecer – e temos sempre dito isso – o empenho com que o senhor e sua equipe têm tratado a questão da obra do São Francisco.

O fato é que hoje, portanto, nós queremos aqui dialogar com o senhor como é que anda essa obra. Enfim, qual o cronograma, qual a previsão? Ela vai ser entregue quando? Em dezembro, em janeiro? Quando é que essas águas chegam ao Ceará? Quando é que elas chegam ao Sertão, Renata e Jeová, da Paraíba? Quando é que elas chegam ao meu Rio Grande do Norte?

O Rio Grande do Norte, a exemplo dos demais Estados, vive hoje uma situação extremamente crítica, aliás, de verdadeiro colapso. Eu estive, na sexta-feira, na Secretaria de Infraestrutura Hídrica. O Dr. Mairton está aqui. Estive lá também com o Secretário titular, o ex-Prefeito Ivan Júnior. E lá simplesmente eles mostraram a situação do Rio Grande do Norte: 80% dos reservatórios que são monitorados pela Secretaria de Recursos Hídricos no Rio Grande do Norte estão com a capacidade hídrica abaixo de 20%. O trabalho do Comitê de Bacias do Rio Piranhas-Açu também vai colocar. A Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, que é o nosso cartão-postal do ponto de vista de se constituir o principal e o maior reservatório hídrico do nosso Estado, chegará ao volume morto exatamente em dezembro. Então, tudo isso, Ministro, deixa-nos mais preocupados ainda. Some-se a isso, por exemplo, a crise nas outras regiões. Na região do Alto Oeste, aqui vão colocar o colapso que está a situação do Alto Oeste, do Oeste e do Médio Oeste, assim como a região salineira.

Eu estive, na sexta-feira, na cidade de Macau, que não é uma cidade qualquer, é uma cidade polo. E simplesmente eles estão pedindo socorro para viabilizar a construção de uma adutora, porque, levando em consideração esse quadro de insuficiência hídrica no Rio Grande do Norte, Macau, Pendências, Alto do Rodrigues, Guamaré, etc., podem ficar exatamente, a partir do início do ano que vem, sem água. Então, não é um assunto qualquer; é um assunto de grande repercussão não só do ponto de vista humano, como do ponto de vista social. E queremos dialogar aqui com o Ministro sobre o andamento do Eixo 1 do Eixo Norte e, dentro do Eixo 1 do Eixo Norte, o desassoreamento do Rio Piranhas-Açu, o Canal Apodi-Mossoró. Queremos dialogar também sobre a questão da Barragem de Oiticica. O José Procópio vai falar sobre a Barragem de Oiticica, que é uma das obras do complexo São Francisco muito importante para nós. Nós precisamos dialogar com o Ministro acerca de providências que devem ser adotadas com relação ao andamento das obras da Barragem de Oiticica.

Ministro, com essas considerações iniciais, eu agora passo a palavra a V. Exª. Inicialmente, estão previstos 30 minutos, mas, evidentemente, se V. Exª precisar de mais tempo, não haverá problemas.

Com a palavra o Ministro da Integração, Dr. Helder Barbalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. HELDER BARBALHO – Bom dia, senhoras e senhores!

Inicialmente, cumprimento a Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, Senadora Fátima Bezerra. Muito obrigado, Senadora, pelo prestígio, pelo privilégio de, mais uma vez, voltar a esta importante Comissão do Senado da República. Cumprimento a Senadora Lídice da Mata. Cumprimento a Deputada Federal Zenaide Maia, do Rio Grande do Norte. Cumprimento os Deputados Estaduais da Paraíba Jeová e Renato Gadelha. Em nome da Deputada Zenaide, cumprimento a Câmara Federal. Em nome dos Deputados citados, cumprimento os Deputados Estaduais e as Assembleias Legislativas dos Estados que dialogam com essas obras. Cumprimento os prefeitos, os vice-prefeitos, os secretários e as autoridades municipais, a partir do Secretário Mairton, do Rio Grande do Norte. Cumprimento o Senador Valadares – satisfação em vê-lo. Cumprimento o Procópio, Presidente do Comitê da Bacia do Rio Piancó-Piranhas-Açu. Cumprimento a sociedade civil. Cumprimento a imprensa. Cumprimento colaboradores do Senado da República, colaboradores do Ministério Integração Nacional, a partir do Secretário de Infraestrutura Hídrica, Antônio de Pádua. Cumprimento aqueles que nos assistem pelas redes sociais e pela TV Senado.

É uma satisfação poder voltar aqui neste momento para atualizar esta Casa, esta Comissão a respeito das obras de transposição, de integração do Rio São Francisco, como também para abordar temas importantes que, porventura, possam surgir em face à pluralidade de representações aqui existentes.

Iniciando a minha apresentação, eu gostaria de fazer um breve histórico a respeito dessa obra. Como já disse a Senadora Fátima, é uma obra inicialmente pensada e propalada ainda por D. Pedro, naquele momento em que dizia que venderia até a última joia da Coroa para fazer a integração das águas para a região mais seca do nosso País.

Pode passar, pode continuar.

Passado todo esse tempo, iniciaram-se diversos estudos e debates, de fato, bastante polêmicos e superados no decorrer do processo. Foi iniciada a obra a partir do governo do Presidente Lula, que, posteriormente, continuou no governo da Presidente Dilma. E agora o Governo do Presidente Temer tem a oportunidade de concluir tanto o Eixo Leste como dar andamento para a conclusão do Eixo Norte.

Rapidamente, a previsão até 2026 é a de que 12 milhões de habitantes possam ser beneficiados quando da conclusão não apenas dos eixos como das obras estruturantes que compõem todo o projeto de integração para os quatro Estados beneficiados. No total, os dois eixos são 477km, sendo 260 do Eixo Norte e 217 do Eixo Leste, com 9 estações de bombeamento, 27 reservatórios, 4 túneis, 13 aquedutos, 9 subestações com 69kV a 230 e 270km de linhas de transmissão.

É importante registrar que o benefício desta obra é trazer abastecimento de água para grandes centros – Senador Jorge Viana, é um prazer – com destaque, por exemplo, para a Região Metropolitana de Fortaleza e a Região Metropolitana de Campina Grande, entre outras cidades tão importantes quanto.

O projeto de integração do Rio São Francisco compõe as bacias hidrográficas do Nordeste setentrional.

Vou pedir que passem rapidamente.

Pode-se verificar, para que possamos fazer a percepção, primeiro, o Eixo Leste, que está pronto desde março deste ano, já com suas repercussões, já operacional em 100%. Nós já, inclusive,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

festejamos – e aqui há representantes da Paraíba – a repercussão efetiva das águas da transposição do Eixo Leste. Inclusive, agora, até o final do mês de setembro, há a previsão por parte da Companhia de Água do Estado da Paraíba da retirada da Região Metropolitana de Campina Grande do *status* de racionamento para o de tranquilidade plena da população que necessita consumir água.

Passe rapidamente o vídeo do Eixo Leste para que aqueles que porventura tenham essa curiosidade possam ver.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. HELDER BARBALHO – Esta é a captação da água em Itaparica, no Município de Floresta, em Pernambuco. (*Pausa.*)

Aí estão todos os dados. (*Pausa.*)

Inclusive, percebem-se a recuperação da flora da região e a preservação da fauna. Voltando agora já para o Eixo Norte, que é o objeto deste requerimento de convite, Senador Jorge, nós estamos retomando a obra efetivamente. Nós a retomamos há cerca de 30 dias. Neste momento, nós já estamos com 948 profissionais trabalhando no primeiro lote do Eixo Norte.

Volte por gentileza.

É importante registrar que nós temos três lotes, em que a obra está dividida. A Meta 2N e a Meta 3N, que são aquelas que estão de Jati até São José de Piranhas, já estão em condições de funcionalidade. Aqui, nós tínhamos, de fato, um nó a ser desatado, que era a Meta 1N, que leva a captação da água no Município de Cabrobó até Jati, na divisa entre Pernambuco e o Estado do Ceará, onde, inclusive, estão ilustrados ali profissionais trabalhando... Nessa etapa, houve a necessidade por conta de retirada da obra, por desistência da permanência no contrato, da prestadora de serviço contratada quando chegamos ao Ministério da Integração. A partir daí, houve um processo um tanto quanto tenso e longo para a identificação de qual modalidade e quais procedimentos seriam mais assertivos e transparentes para serem aplicados.

Fizemos consultas ao Tribunal de Contas da União; a partir de discussões no Tribunal de Contas da União e de discussões com os Estados envolvidos, entendemos que o melhor caminho seria uma nova licitação. Assim o fizemos. Para tal, seria necessário fazermos um diagnóstico de todo remanescente do contrato para que esse remanescente, efetivamente, representasse aquilo a ser contratado. Assim foi feito.

Tivemos o certame concluído, foi assinado o contrato, porém houve um *gap* de tempo por conta de uma suspensão do processo licitatório que resultou, posteriormente, com apoio, inclusive, das representações dos Estados envolvidos... E eu quero destacar o Presidente do Congresso, o Senador Eunício, que cumpriu um papel importante representando o Senado da República e o Congresso Nacional junto à Presidente do Supremo Tribunal Federal, Presidente Cármen Lúcia, que entendeu por dar prosseguimento à assinatura para a assinatura da ordem de serviço efetivamente. É importante registrar que também o Tribunal de Contas da União, verificando o procedimento adotado pelo Ministério da Integração, foi desse mesmo parecer.

A partir daí, retomamos os inícios das obras e estamos, como já disse, com a mobilização de 948 profissionais. A nossa previsão é a de que nós estejamos – é importante ressaltar –, nos próximos 20 a 30 dias, elevando o número de profissionais, chegando ao ápice de contratação próximo a 2 mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalhadores, inclusive fazendo mais um turno, chegando a 24 horas de trabalho para que cumpramos o prazo estabelecido.

Isto são alguns números importantes em arrecadação de ISS para os Municípios, cerca de 300 milhões. Toda a obra, tanto o Eixo Norte quanto o Eixo Leste, envolve cerca de 11,5 mil empregos diretos, 60 mil indiretos. Portanto, uma responsabilidade social extraordinária movimentando a economia local.

Por favor.

Prosseguindo, passando para o espelho que envolve o Eixo Norte... Nós temos um filme do Eixo Norte? Queria passá-lo, porque é importante antes de mostrar esses componentes.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. HELDER BARBALHO – Aqui é um filme rápido do Eixo Norte, as obras reiniciando. Já o novo contrato.

Prazer, Senador Cássio.

Retomamos no dia 20 de junho.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso aqui já é a retomada...

O SR. HELDER BARBALHO – Já é a retomada da obra do Eixo Norte.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Retomada da obra.

O SR. HELDER BARBALHO – Nós estamos, portanto... É importante registrar que, quando se fala na retomada do Eixo Norte, esse acabou sendo um termo que de certa forma é equivocado, quando se fala na generalidade da retomada do Eixo Norte. Na verdade, o Eixo Norte nunca esteve paralisado, porque a Meta 2N e a Meta 3N estavam com contrato vigente e continuaram, tanto que estas já estão funcionais. Porém, a Meta 1N, que acaba sendo de fato a mais importante de todas, porque gera a captação até a entrega no Reservatório Jati e sob o aspecto das distâncias, também corresponde a quase metade do trajeto e acabou ganhando um nível de visibilidade como se a obra tivesse sido paralisada.

É importante registrar aqui a captação na Estação de Bombeamento nº 1; depois, ela encontra com a Estação de Bombeamento nº 2, a Estação de Bombeamento nº 3, até chegar... Aí é só canal, há alguns reservatórios, até chegar ao Reservatório Jati, onde termina a Meta 1N.

Vamos prosseguindo. Esses são os componentes que integram... Da mesma forma que me reportei ao Eixo Leste, refiro-me ao Eixo Norte. Do Eixo Leste destaca-se a funcionalidade. Já está dada, mas vai ganhar uma dimensão, até o final do ano, muito maior, por conta da adutora do Agreste, uma obra que o Governo do Estado de Pernambuco está executando com recursos do Ministério da Integração, que permitirá que 36 Municípios sejam beneficiados para Pernambuco.

Já no Eixo Norte nós temos, como destaque, o Cinturão das Águas do Ceará, cuja primeira etapa corresponde a fazer a integração da água que será entregue ao Reservatório Jati por 53km de canal e três túneis, obra executada pelo Governo do Estado, com recursos do Ministério da Integração. E nós estamos em sintonia para que, quando a água chegar ao Reservatório Jati, já esteja pronta essa primeira etapa do Cinturão das Águas. Não há, depois, reservatório. Então, só há caminho das águas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

com o canal. Aí entregamos a água para o caminho natural, que é esse rio do Ceará, que estará levando água para o Reservatório de Orós e posteriormente Castanhão, beneficiando a região metropolitana de Fortaleza. Nós estamos em dia com o Governo do Estado. Estamos dialogando frequentemente, para que não haja qualquer problema.

Quero destacar aqui duas obras importantes que estão em discussão por parte do Ministério da Integração com as Bancadas tanto do Rio Grande do Norte quanto da Paraíba: para a Paraíba o Ramal Piancó e, para o Rio Grande do Norte, o Ramal do Apodi. O Ramal Piancó fará essa integração com o Rio Piranhas, favorecendo de maneira rápida e substancial a área a oeste do Estado da Paraíba. Lembro que a área leste do Estado já está contemplada a partir do Eixo Leste da transposição, porém a área a oeste necessita dessa chegada. Nós estamos em discussão do EVTEA com o Banco Mundial e debatendo com a Bancada da Paraíba a respeito da perspectiva orçamentária para o ano de 2018.

Vamos agora para o Ramal do Apodi, do qual concluímos agora a parte de projeto executivo, um compromisso que tínhamos inclusive com a Bancada do Rio Grande do Norte. Está estimada, pelo projeto executivo, a obra em torno de R$2 bilhões, e nós já encaminhamos, inclusive para o orçamento da União, a previsão para incluir, no orçamento do Ministério da Integração, 370 milhões para dar início ao processo licitatório.

Então, a nossa previsão é de que estejamos...

Você pode voltar. Pode voltar mais um. Pronto. Piancó está o.k.

Passe para o Ramal do Apodi, por gentileza. Isso.

Então, são 2,169 bilhões. A nossa previsão é, no orçamento do Ministério, na mensagem que nós sugerimos ao Ministério do Planejamento, 370 milhões para iniciarmos a obra em 2018. Claro que é uma discussão que a Comissão Mista de Orçamento desta Casa haverá de fazer, tanto sobre o Ramal do Apodi quanto sobre o Ramal Piancó. Há uma sugestão da própria Comissão de Desenvolvimento Regional de incluir emendas para essas duas obras. São obras importantes por conta da perspectiva, da possibilidade de nós ampliarmos a funcionalidade das águas do Eixo Norte.

Nós estaremos entregando água para o Reservatório Jati. Portanto, iniciando o processo de chegada de água da transposição para o Ceará, em janeiro de 2018, a partir daí é uma absoluta determinação nós estarmos fazendo a passagem de água, para que no prazo de 90 a 120 dias nós estejamos entregando água até o final do Eixo Norte. Isso permite projetar que estaremos, até o mês de abril, no mais tardar no mês de maio, com plena funcionalidade, já com água sendo entregue até São José de Piranhas, que é o Município receptor, na parte final do ramal do Eixo Norte.

É importante registrar que no momento em que entregarmos a água em São José de Piranhas, da mesma maneira que aconteceu em Monteiro, na Paraíba, com o Rio Paraíba, ela passará para a recepção no curso natural do Rio Piranhas. Há outra frente de trabalho sendo construída, em diálogo com o Governo do Estado da Paraíba, inicialmente, e com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte: é o processo de desobstrução e preparo do Rio Piranhas, já que se faz necessário, evitando com isso qualquer contenção da águas, para que chegue por um lado a benefício da região oeste da Paraíba, como também, no momento seguinte, chegue até o Açude Armando Ribeiro Gonçalves, para beneficiar a região contemplada no Estado do Rio Grande do Norte.

Nós temos outras obras importantes. Ramal do Entremontes está com projeto básico concluído, mas, em face das restrições orçamentárias, nós estamos priorizando a agenda que acabo de citar, para que não corramos o risco de interrupção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Prosseguindo, por favor.

Aqui é o potencial de abastecimento da região. É muito importante ressaltar que o Ministério da Integração Nacional – o Governo Federal – não é o responsável por fazer a entrega da água na torneira para as unidades habitacionais da população. Nós entregamos a água para as companhias ou para as empresas credenciadas pelos quatro Estados, e, a partir da entrega dessa água, cada Estado tem a sua própria estratégia de distribuição domiciliar. E falo domiciliar por conta da priorização desse projeto, que é para consumo humano. Posteriormente ao atendimento do consumo humano, é possível que haja uma revisão para outras utilizações: consumo animal, área produtiva.

Prosseguindo.

Esta é a execução do Eixo Norte, no total do Eixo Norte, somando todos os eixos. Então, você percebe aqui no quadro, à esquerda, 94,6% do Eixo Norte sendo a Meta 1N, que citei, com 92,47%, e as outras duas metas que citei, que já estão funcionais: como se percebe, a Meta 2N está com 99,5%, e a Meta 3N com 98,4%. O Eixo Leste já em 100%, apenas com algumas obras complementares que estão sendo feitas no Eixo Leste. Mas, sob o aspecto funcional, está concluso.

Deputado Beto, satisfação.

Volte, por favor.

Aqui o processo de mão de obra – acho que é muito importante – e o quantitativo de equipamentos atualizados.

Pode passar.

Aqui o processo de licenciamento ambiental. Nós estamos, nesse momento, já partindo para a licença de operação. É importante ressaltar que nós iniciamos o processo de disponibilidade de água do Eixo Leste em fase experimental do licenciamento. Estamos em dia com o Ibama, com o qual dialogamos frequentemente, para que não haja qualquer risco nesse sentido. Sob o aspecto do licenciamento de obras, está tudo em dia.

Por favor, prosseguindo.

Essas são as áreas de atuação de programas ambientais. Nós temos muitos programas ambientais em que a Codevasf cumpre um papel importante para a preservação da fauna, a preservação de espécies identificadas, com um diálogo muito próximo, para que haja uma compatibilidade e um projeto sustentável de preservação da flora e da fauna.

Prosseguindo.

Aqui o percentual de execução. Creio que já abordei.

Aqui temos os planos de segurança de barragens. Isso é uma coisa muito importante, porque nós tivemos alguns episódios, no Eixo Leste, que deixam um ensinamento. E a interação com as autoridades locais é fundamental para evitar que haja a repetição de riscos. Inclusive tivemos alguns casos de óbitos de pessoas que não respeitaram a utilização do espaço e acabaram adentrando pelas barragens, e isso é algo que queremos evitar que porventura venha a acontecer. E, claro, a segurança das barragens passando pelo licenciamento, desde a Agência Nacional, com um olhar muito atento à Política Nacional de Segurança de Barragens, para que não tenhamos qualquer novo sinistro.

Pode continuar.

A outorga está feita já desde 2005, inclusive quando do debate se estabeleceu a cota dos quatro Estados, com a assinatura dos governadores à época representando os Estados, como também da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Presidência da República, da Casa Civil e do Ministério da Integração Nacional, da Agência Nacional de Águas. A outorga está também em dia.

Por gentileza.

Este, inclusive, é o documento de 2005, quando foi assinado. À época era o Ministro Ciro Gomes; o Ministro de Minas e Energia era Silas Rondeau; pelo Ceará, o governador Lúcio Alcântara; Jarbas Vasconcelos por Pernambuco; a ex-presidente Dilma Rousseff era Ministra da Casa Civil à época; Marina Silva era Ministra do Meio Ambiente. E também assinando a então governadora Wilma Faria e o hoje Senador e governador à época Cássio Cunha Lima.

As obrigações. Aqui eu vou passar muito rápido. São as obrigações da União juntamente com as obrigações dos Estados. Isso é muito voltado para a gestão do processo para que o projeto tenha funcionalidade. Essa é uma discussão que nós ainda estamos fazendo com os Estados. Existe a necessidade da compatibilização financeira e também das garantias para que o projeto possa ser plenamente sustentável e haja a participação de todos os entes dentro dos acordos que foram firmados desde 2005, em que os Estados passam a financiar o custeio da operação do São Francisco.

Pode passar. Pode prosseguir, por gentileza.

Esse foi um comercial que nós fizemos quando da entrega das águas do Eixo Leste.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. HELDER BARBALHO – É isso. A apresentação é essa.

Tentando ser o mais breve possível – cumprimento Deputado Rômulo –, eu me coloco à disposição de todos.

Acho, Senadora, muito propícia esta audiência. De fato, o processo do Eixo Norte foi algo extremamente preocupante. Nós gostaríamos de ter entregado o Eixo Norte no mesmo prazo do Eixo Leste. Isso não foi possível pelas razões que já são de conhecimento de todos, mas o importante é que tivemos êxito na estratégia, tivemos êxito na retomada das obras e hoje podemos aqui projetar prazos que são determinantes e fundamentais para a tranquilidade da segurança hídrica da população beneficiada.

Muito obrigado e me coloco à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradecemos a participação do Ministro.

Eu quero imediatamente convidar aqui o Dr. Mairton, Secretário-Adjunto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte, para que faça uma breve apresentação.

Imediatamente, nós vamos ensinar a palavra aos Senadores.

Agradeço a presença da Senadora Lídice da Mata, que é nossa Vice-Presidente; do Senador Valadares, também integrante dessa Comissão, e do Senador Cássio, da Paraíba. Igualmente, aqui saúdo a presença da Bancada Federal, da Bancada do Rio Grande do Norte e da Paraíba – Deputada Zenaide, Deputado Beto, Deputado Rômulo Gouveia. Da Assembleia Legislativa da Paraíba, já se encontram, desde o início, os Deputados Renato Gadelha e Jeová. A Deputada Larissa Rosado, que acaba de chegar, representa a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Aqui saúdo a caravana de lá da Câmara Municipal de Mossoró: Izabel Montenegro, sua Presidente, e a ex-Deputada Sandra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Rosado, hoje Vereadora de Mossoró. Muito obrigada, é muito importante a presença aqui de Mossoró e dos demais convidados e convidadas. O Fórum Oeste Potiguar a gente já mencionou.

Mairton, por favor. (*Pausa.*)

Por favor, marque aí inicialmente cinco minutos para o Secretário. Mas, evidentemente, se precisar de mais um pouco de tempo, a Mesa – não é, Senador Valadares? – terá a devida compreensão.

O SR. MAIRTON FRANÇA – Bom dia a todas e a todos.

Queria cumprimentar a Senadora Fátima, Presidente desta Comissão, e o agora colega trabalho, Ministro Helder Barbalho, que tem dado toda atenção ao Rio Grande do Norte em várias questões e cobranças que fizemos e que fazemos continuamente com relação às obras que estão relacionadas não somente à transposição, mas também outras obras estruturantes na área de infraestrutura hídrica do Estado do Rio Grande do Norte em que o Ministro Helder tem dado toda atenção ao nosso Estado. Aproveito para cumprimentar também a Senadora Lídice, Vice-Presidente desta Comissão e, na pessoa dela, os demais Senadores que estão aqui presentes.

Nós preparamos uma apresentação para mostrar como está a situação do Rio Grande do Norte hoje para recepcionar as águas da transposição do São Francisco, seja pelo Ramal do Apodi... Eu sempre que posso repito que o Ramal do Apodi, Ministro, não é uma obra complementar, não deve ser encarado dessa maneira, e sim como uma extensão final do Eixo Norte. Eu sempre digo que, se tivéssemos uma licitação completa do Eixo Norte, nós teríamos aí o Ramal do Apodi como sendo a meta 4N, dentro desses lotes pelos quais foi organizada a licitação da transposição do São Francisco como um todo.

O Rio Grande do Norte está muito ansioso pela chegada das águas, Ministro, muito ansioso. Temos algumas questões a fazer – a sua apresentação foi muito didática e muito completa. A minha apresentação não chegou ao *e-mail* da CDR, mas em algum momento ela chegará. Ficará nos arquivos da Comissão essa apresentação.

Eu queria, para ser objetivo, falar especificamente de três aspectos que a gente sempre tem cobrado do Ministério da Integração. Sempre temos conversado tanto com o Secretário Antônio de Pádua quanto com o Diretor Luitgards, do DPE.

A primeira questão, Ministro, é reforçar mais uma vez a necessidade de licitar ainda neste ano a meta 4N, digamos assim. Senadora, vamos começar a falar assim, a meta 4N do Eixo Norte, que é a ponta final do Eixo Norte, por onde chega água até a cidade de José da Penha – está até o nosso Vice-Prefeito aqui presente. Há também a questão da recuperação do Açude Angicos, neste Município. É importantíssimo que também seja planejada sua licitação.

A gente tem muitas dúvidas com relação à chegada da água. A primeira delas é porque nós receberemos – e foi muito clara a palestra do Ministro –, inicialmente, a água pela Bacia do Rio Piranhas-Açu...

(*Soa a campainha.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só um momentinho. O pessoal está pedindo aí para colaborar no silêncio, para ouvirmos o nosso Secretário Adjunto dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. MAIRTON FRANÇA – As águas chegando a São José de Piranhas, mais especificamente ali, no Reservatório Caiçara, nós temos de lá até o Reservatório de Engenheiro Ávidos, que fica no Município de Cajazeiras, em linha reta, cerca de 7km, mas se a gente der a volta no rio – como a gente costuma falar nessa parte de geoprocessamento – dando a volta no rio, Senadora Lídice, a gente vai ter um trecho de cerca de 11,3km de recuperação de rio. Tanto é importante para a Paraíba esse trecho Caiçara até Engenheiro Ávidos, como ele é importantíssimo para o Rio Grande do Norte, porque só depois de Engenheiro Ávidos é que ele segue pelo rumo do leito do Rio Piranhas para chegar até o Rio Grande do Norte, ali na fronteira, no Município de Jardim de Piranhas.

E só para deixar muito claro, já chegando na fronteira, no Rio Grande do Norte – e ficou muito claro na palestra do Ministro –, nós já estamos fazendo a gestão dessa água, porque já temos inclusive todas as captações já programadas a partir de Jardim de Piranhas, Ministro Helder. Primeiramente, com a Adutora Manoel Torres, que serve a Timbaúba dos Batistas, São Fernando, Jardim de Piranhas e serve diretamente Caicó, que é a maior cidade do Seridó Potiguar, nós temos aí uma obra de duplicação. Ao ser duplicada a adutora, a gente dá segurança hídrica para os quatro Municípios e principalmente para Caicó, que é um Município com 62 mil habitantes, que está passando agora por muitas dificuldades.

Quero agradecer aqui, inclusive, a conclusão da Adutora de Caicó. Essa adutora é emergencial, foi exatamente executada pelo DNOCS, estamos no processo agora de recepção dessa obra. A CAERN, Ministro – o senhor tem informação –, já está operando de forma que a cidade de Caicó não entrou em colapso em virtude dessa obra importante para aquela cidade.

Então, estava falando de Caiçara a Engenheiro Ávidos. Eu estou falando de outro texto também, Senadora Lídice, que é saindo de Engenheiro Ávidos até Jardim de Piranhas, no Rio Grande do Norte: são cerca de 133km dando a volta pelo rio. Quando eu falo, dando a volta pelo rio é seguindo todo o percurso do rio com a sua falta de linearidade, se fosse em linha reta, eu teria um pouco menos do que isso.

Pois bem, esses trechos têm hoje vários empecilhos, várias questões a serem levantadas. A primeira delas é com relação a obstáculos que existem nesse percurso. São muitos obstáculos, inclusive, se não me engano, dois perímetros irrigados do DNOCS que estão praticamente abandonados. Se por acaso não for feito qualquer tipo de intervenção naquela região, essa água pode até mesmo se perder. É claro que o Rio Grande do Norte, em termos financeiros de pagamento pela água, não vai se preocupar muito com isso porque só vamos realmente computar a água que pagaremos – porque pagaremos e está hoje estimado em torno de R$0,53 o metro cúbico da água da transposição, em termos de custeio, de manutenção de todo sistema – a partir do momento em que ela passar pelo portal, lá na fronteira, de acordo com a resolução da ANA, na fronteira em Jardim de Piranhas.

Aí me vem a terceira questão. A primeira questão relacionada à licitação imediata do Ramal do Apodi; a segunda, a questão da desobstrução do Rio Piranhas, e a terceira coloco agora – e queria até ouvir do Sr. Ministro –, que é quando, de fato, vão ser construídos os portais e o portal da fronteira com Rio Grande do Norte, já que no ano que vem a gente já tem a estimativa de receber essas águas – tudo indica que 120 dias depois que a água chegar a São José de Piranhas.

Então, essas são nossas questões, Sr. Ministro. Queria agradecer a oportunidade dada pela Senadora Fátima de estar aqui hoje falando em nome do Estado. Também me coloco à disposição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para quaisquer outras questões relacionadas ao que o Rio Grande do Norte tem feito para recepcionar bem essas águas.

Obrigado.

Bom dia a todos!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós agradecemos a presença do Secretário-Adjunto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de lá do Rio Grande do Norte, Dr. Mairton.

Nós vamos agora passar a palavra inicialmente para os Senadores aqui presentes. O Ministro anotou aqui as perguntas, os questionamentos feitos pelo Dr. Mairton. Oportunamente, ele irá responder a esses questionamentos.

Nós vamos agora, imediatamente, passar aos Senadores.

Pela ordem de chegada, tinha sido a Senadora Lídice, mas o Senador Valadares pediu. Senador Valadares e Senadora Lídice, pela ordem de chegada e, depois, o Senador Cássio. Depois, nós abriremos à Bancada Federal, às assembleias legislativas e a uma representação das entidades.

Senador Valadares, com a palavra.

Só um momentinho, Senador. Queremos antes aqui registrar, com muita alegria também, a presença do Deputado Carlos Matos, da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; registrar aqui também a presença da ANA (Agência Nacional de Águas), de Humberto, que é o Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e de Fredejan, que é assessor parlamentar.

Com a palavra o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, Senadora Fátima Bezerra; Dr. Helder Barbalho, Ministro de Estado da Integração Nacional; Srs. Senadores e Srªs Senadoras; Srs. Deputados Federais e Srªs Deputadas Federais; Secretários de Estado aqui presentes; autoridades convidadas.

Sr. Ministro, a apresentação de V. Exª demonstra, por a mais b, que a sua gestão deu continuidade aos trabalhos iniciados nos governos passados. Essa celeridade é importante porque fica demonstrado que uma gestão administrativa tem responsabilidade não apenas com a política governamental em vigor, mas com a política em geral, que beneficia o Estado brasileiro. Neste caso, beneficiando vários Estados com a transposição, levando as águas do Velho Chico, através do Eixo Norte e do Eixo Leste, e beneficiando vários Estados do Nordeste brasileiro que sofrem o impacto da falta d'água e os problemas decorrentes das secas que permanentemente estão atingindo a nossa região.

Sou de um Estado pequeno – o Estado de Sergipe – o Estado doador, como os Estados da Bahia, Pernambuco e Alagoas. Estamos seriamente preocupados, neste momento, não só com a evolução desse processo de transposição, para que não falta água de forma nenhuma para atender a esses Estados, como também aos projetos de irrigação que temos na nossa região, em Pernambuco, Petrolina, Bahia, Sergipe, como também em Alagoas.

Tomei conhecimento de que V. Exª, com muita competência e espírito de visão, está desenvolvendo estudos no sentido de melhorar a capacidade do volume de água do Rio São Francisco com a possível transposição do Rio Tocantins. Esse projeto viria ao encontro do desejo de que, aumentando na calha do rio a disponibilidade de água, tiraríamos de nossas mentes essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

preocupação sempre predominante de que pode faltar água no Rio São Francisco por várias razões, inclusive pela revitalização que não foi feita ao longo de tantos e tantos anos, apesar dos alertas que todos nós fizemos. Já que o Governo queria a transposição – sem dúvida alguma, é um projeto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ... que tem um grande reflexo na área social e na área econômica – deveria se preocupar com a revitalização. E V. Exª lançou um programa, o Novo Chico, lá no Palácio do Governo. Eu estava presente e fiquei realmente otimista com essa iniciativa de V. Exª em seu ministério.

Então, a pergunta é a seguinte, objetivamente, já que o meu tempo está sendo esgotado: eu gostaria de saber se há realmente esse projeto, que nos foi trazido pelo Deputado Federal Gonzaga Patriota, de Pernambuco, que teve uma audiência com V. Exª. Há realmente em gestação, em seu Ministério, esse projeto da viabilização da integração de Bacias do Rio Tocantins e do Rio São Francisco? Caso haja esse projeto em gestação, qual o prazo que V. Exª atribui para o seu término? Naturalmente, há um projeto inicial, estudos iniciais. V. Exª, até o final do governo, poderá iniciar objetivamente essas obras de engenharia? Agradeço a V. Exª e transmito meus parabéns pela apresentação.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senador Valadares.

Passamos imediatamente a palavra à Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Ministro Helder Barbalho, quero começar parabenizando-o pela postura sempre presente aqui, no Senado Federal, quando convidado para debater os temas de atribuição do seu Ministério. Não é a primeira vez que V. Exª vem aqui à nossa Comissão, reconhecendo-lhe o trabalho e importância.

Desde a primeira vez, tive oportunidade de me colocar frente a V. Exª e de dizer que acho que o projeto de transposição do Rio São Francisco é de extrema importância para o Brasil, em especial para o Nordeste brasileiro. O Rio São Francisco é um dos mais importantes rios do nosso País e é, sem dúvida alguma, o mais importante rio do Nordeste. É considerado o rio da unidade nacional porque, nascendo em Minas, atravessa todo o Estado da Bahia e chega a todo Nordeste. E, agora, através desse projeto de transposição, suas águas vão chegar a locais importantes do Nordeste brasileiro, que não teriam possibilidade de abastecimento sem que isso acontecesse.

Sem nenhuma oposição ao projeto de transposição, não é possível discutir transposição sem um debate aprofundado sobre a revitalização do rio. A revitalização é absolutamente fundamental, principalmente na quadra em que nos encontramos. Inclusive, apresentei um projeto, logo que cheguei ao Senado Federal, aliás, em 2015, que transformava o programa de revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco em normas permanentes a serem adotadas no sentido da sua proteção. Vou passá-lo a V. Exª. Esse projeto já foi aprovado aqui, no Senado Federal, hoje está na Câmara dos Deputados, na Comissão de Meio Ambiente, infelizmente com uma relatoria que, para diluir essa proposta, está tentando modificar as normas gerais para a revitalização de todas as bacias hidrográficas do Brasil. Isso seria muito positivo, mas, na verdade, como não foca no Rio São Francisco, dilui e transforma o projeto em algo inacessível, em uma coisa apenas idealizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esse projeto também institui que os recursos arrecadados pela cobrança do uso da água do Rio São Francisco sejam aplicados prioritariamente na recuperação das áreas degradadas. Estabelece também que sejam criadas ou ampliadas unidades de conservação em áreas essenciais para a produção de água na bacia hidrográfica. Hoje, praticamente o Rio São Francisco não possui mais mata ciliar.

Também apresentamos aqui – já apresentei ao Ministro do Meio Ambiente, na Comissão de Mudanças Climáticas que ocorreu em Marraquexe no ano passado...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Já vou terminar. Apresentamos um corredor ecológico de proteção da Bacia do Rio São Francisco.

É importante destacar que, neste momento, o Lago de Sobradinho, na Bahia, que é o principal regulador de águas da Bacia do Rio São Francisco, está com apenas 8,4% de sua capacidade total de armazenamento, o pior resultado registrado para o mês de agosto desde 1980. Por causa do baixo volume de água armazenada, a vazão de Sobradinho deverá ser reduzida para 550m^3 de água por segundo, quando, em situações normais, o volume mínimo de liberação é de 1,3 mil m^3 de água por segundo. Isso poderá causar racionamento de água em Municípios abastecidos pelo Rio São Francisco. Hoje, segundo dados da Defesa Civil da Bahia, temos 16 Municípios banhados pelo rio que estão utilizando carros-pipas para atender suas comunidades rurais. O Município de Remanso encontra-se em total dificuldade de captar água para o abastecimento da sede em decorrência da baixa cota do lago de Sobradinho.

V. Exª e o Presidente da República lançaram o Novo Chico. Os investimentos previstos do programa contemplam R$7 bilhões para a revitalização do rio até 2026, sendo que R$1,1 bilhão até 2019. Em 2015, o Governo Federal aplicou R$125 milhões nas sete ações de revitalização. Já em 2016, quando o Presidente atual assumiu, o gasto caiu para R$96 milhões, e agora, em 2017, de janeiro a julho, foram aplicados apenas R$19 milhões, o que significa 23% do valor previsto. Como já passamos do meio do ano e estamos em meados de agosto praticamente – aliás, mais da metade de agosto – podemos considerar que dificilmente serão aplicados aqueles investimentos previstos para o ano de 2017, R$82 milhões para aplicação no Rio São Francisco. Portanto, o que eu gostaria de perguntar, Sr. Ministro, é exatamente o seguinte: a revitalização é realmente uma prioridade do Governo? Quais as estratégias que estão sendo pensadas pelo Ministério para a garantia da segurança hídrica na Bacia do Rio São Francisco?

Mais uma vez, reforço que, segundo a ANA, se não for efetivada ação urgente até dezembro deste ano, a Barragem de Sobradinho poderá chegar ao volume morto. Como garantir a efetividade da transposição do Rio São Francisco se, em breve, os principais afluentes desse rio estarão secos, assim como seus principais reservatórios? Atualmente, 115 cidades jogam esgoto *in natura* no Rio São Francisco. No meu Estado, a Bahia, 63% das obras de esgotamento sanitário nessa área estão inacabadas. Como o Ministério da Integração está planejando concluir essas obras? E, finamente, qual o plano do Governo, a partir do Programa de Revitalização do Rio São Francisco, para revitalizar as nascentes dos 36 principais afluentes desse rio?

Quero registar aqui que a nossa Bancada da Bahia tem tido uma ação de forma unânime na defesa dessa revitalização, tanto eu, com essas propostas de ações, como o Senador Otto Alencar, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

tem defendido o reflorestamento das nascentes e margens do rio através da fábrica de florestas e tem usado praticamente o seu tempo de liderança partidária, todas as terças-feiras, para denunciar a situação por que passa o Rio São Francisco nesse momento: assoreamento, ameaça da falta de saneamento, a baixa do nível da água. Todas essas são preocupações não apenas da Bahia nem de Sergipe, mas são preocupações acompanhadas por todos os Estados do Nordeste que querem ter acesso às águas do Rio São Francisco. Por isso é que insisto com V. Exª neste tema, pedindo desculpas. Vou lhe passar às mãos esse projeto.

Peço também apoio a V. Exª para outro assunto: o Senador Valadares e eu fizemos um projeto, já aprovado na CCJ, já aprovado no Senado – na Câmara ontem foi votada sua redação final – que estende as ações da Codevasf para a Bacia do Rio Vaza-Barris, beneficiando, através dessa ação, mais 17 Municípios do Vaza-Barris na Bahia e 11 Municípios de Sergipe.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. *Fora do microfone*.) – Catorze.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Catorze Municípios de Sergipe, desculpe.

Eu gostaria de obter o apoio formal do Ministério para que esse projeto possa ser sancionado, beneficiando o povo dos nossos Estados. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradecemos à Senadora Lídice.

Vamos passar, agora, a palavra ao Senador Cássio. Antes, porém, quero registar aqui a presença do Senador Garibaldi bem como de mais dois integrantes da Bancada Federal do nosso Estado: Deputado Federal Antônio Jácome e Deputado Federal Beto Rosado. Igualmente, quero registrar e agradecer a presença de mais dois Vereadores da Câmara Municipal de Mossoró: Emílio Ferreira e Tony, ambos aqui presentes.

Com a palavra agora o Senador Cássio.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pela ordem sou obrigada a falar porque a Comissão foi praticamente tomada pela Paraíba e Rio Grande do Norte.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim. (*Risos.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Que sejam todos muito bem-vindos.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senadora Fátima, Ministro Helder, minha saudação ao Deputado Rômulo Gouveia, que aqui representa a nossa Bancada Federal. Meus cumprimentos aos Deputados Renato Gadelha e Jeová Campos, que representam igualmente a Assembleia Legislativa da Paraíba. Estendo os cumprimentos a todos os vereadores e Deputados do Rio Grande do Norte que aqui se encontram e todos os Deputados e Deputadas.

Ministro, a primeira palavra será, mais uma vez, de felicitações a V. Exª pelo trabalho realizado com muito afinco, com muito denodo, extrema competência e compromisso na solução do problema de abastecimento de água da Paraíba, do Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e da própria Bahia, que é um Estado doador. Esses cumprimentos são extensivos à sua equipe – permito-me personalizá-la na pessoa de Antônio de Pádua, Secretário Nacional de Infraestrutura Hídrica – para que fique mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

uma vez consignada a mais sincera expressão da gratidão da Paraíba, sobretudo a área do nosso Estado que foi contemplada pelo Eixo Leste, diante da catástrofe anunciada, prevista para a cidade de Campina Grande. Portanto, essa é uma nota que precisamos deixar sempre com destaque porque, não fosse o envolvimento pessoal de V. Exª, não fosse esse compromisso de estar pessoalmente à frente das obras, visitando *in loco* os trechos das obras, não estaríamos com essa solução hoje como uma realidade.

O mesmo empenho que se viu em relação ao Eixo Leste estamos percebendo agora no que diz respeito à conclusão do Eixo Norte, uma vez que tivemos um embaraço judicial com a conclusão da licitação. A empresa responsável pelo Lote 1 abandonou o trecho da obra, o que impôs ao Ministério, em uma decisão, creio eu, acertada de V. Exª, optar pela licitação, mesmo com os eventuais atrasos verificados, mas em nome da lisura, da transparência, da boa aplicação desses recursos públicos. Agora, estamos com as obras retomadas.

As perguntas que quero dirigir a V. Exª dizem respeito, em primeiro lugar, àquilo que já foi tratado pela Senadora Lídice e pelo Senador Valadares: a revitalização do Rio São Francisco.

Hoje, nós, que somos receptores dos rios, estamos preocupados, como sempre estivemos, com a qualidade e a quantidade da água do São Francisco.

E, aqui, há uma curiosidade: a própria oração de São Francisco diz que "é dando que se recebe", e, talvez, tenha sido preciso doar primeiro para receber uma atenção que o rio merecia há décadas, senão há séculos.

Assim, estamos hoje todos preocupados, sim, como sempre estivemos, com a situação do São Francisco e gostaríamos de ter, portanto, um esclarecimento de V. Exª sobre o programa, o projeto Novo Chico para a revitalização do rio.

O segundo aspecto diz respeito à informação que recebi, em audiência realizada na semana passada com a equipe de V. Exª, do Ministério – uma audiência comandada e coordenada pelo Dr. Antônio de Pádua –, sobre a necessidade de uma eventual suspensão do transporte de água no Eixo Leste para a realização de obras no Açude de Poções, em Monteiro, e também no Açude de Camalaú e em que isso poderia afetar o abastecimento de Campina Grande e região, uma vez que, hoje, das 12 bombas em funcionamento no Eixo Leste, seis estão em manutenção, por força contratual, por prudência necessária.

O que está chegando em Monteiro não é o que está sendo entregue em Boqueirão, no Açude Epitácio Pessoa, em decorrência de desvios, de perdas naturais no transporte da água.

Mas gostaria de saber qual o período de suspensão – se V. Exª tem essa informação – que poderemos ter no Eixo Leste em relação à suspensão integral do bombeamento para as obras previstas nos dois açudes?

O terceiro aspecto diz respeito às obras do Eixo Piancó, que foi fruto da apresentação de V. Exª. Para que nós tenhamos, além de outras reivindicações que, com certeza, os Deputados Renato e Jeová trarão, mas como a Bancada Federal – e o Deputado Rômulo tem acompanhado isso de perto – tem focado no Eixo Piancó, que é exatamente a entrada de Mauriti, no Ceará, para o Açude de Condado, em Conceição, para que o Rio Piancó seja perenizado e possamos ter a chegada a Coremas e Mãe D'água, um esclarecimento também sobre esse aspecto.

E, por fim, para que eu possa observar o meu tempo, a previsão que o Ministério tem, a partir da chegada da água em Jati, para que nós possamos fazer chegar a água em Engenheiro Ávidos ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Avidos – fica sempre a dúvida em relação ao sobrenome do engenheiro, mas parece que é Avidos mesmo. Então, nós estamos também com essa dúvida e gostaríamos de receber o esclarecimento de V. Exª sobre essa previsão de Jati para a água em Boqueirão de Cajazeiras, o que vai representar também um passo importante para o atendimento do Rio Grande do Norte.

No mais, é a preocupação final sobre os cortes anunciados pela área econômica do Governo nas obras do PAC, isto é, se os cortes que foram anunciados mais recentemente ameaçam, de alguma forma, o cronograma financeiro da transposição, uma vez que nós temos, naturalmente, a urgência necessária, a prioridade máxima para a conclusão do Eixo Norte, até porque, no ajuste da meta fiscal, também anunciado recentemente pelo Governo Federal, mudanças na LDO atingiriam o Eixo Norte da transposição, o que recebeu, de pronto, uma reação dos Senadores e das Senadoras envolvidos com essa prioridade. Assim, gostaríamos de ter uma posição de V. Exª também sobre as ameaças que, porventura, possam estar ocorrendo no fluxo e no cronograma financeiro das obras de transposição do São Francisco.

Agradeço a oportunidade e parabenizo, mais uma vez, V. Exª e sua equipe pelo extraordinário trabalho realizado até aqui.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço o Senador Cássio pelas perguntas, pelos questionamentos extremamente pertinentes, assim como os dos demais Senadores.

Eu gostaria de combinar aqui com os senhores... Porque nós temos o Senador Garibaldi Filho, e, quando ele quiser fazer uso da palavra...

Eu gostaria, também, de aqui destinar a palavra aos Deputados Federais, registrando a presença do Deputado Federal Felipe Maia, que acaba de chegar, bem como dos representantes das Assembleias Legislativas.

Pergunto se a gente daria....

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É; ele daria as respostas agora às indagações dos Senadores e, em seguida, pela ordem de chegada, nós vamos concedendo a palavra aos Srs. Senadores e aos Deputados Federais.

Senador Garibaldi, o senhor já quer fazer uso da palavra agora ou eu prossigo, passo para o Ministro e, depois, volto a palavra ao Plenário?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Entre a palavra do Ministro e a minha, Srª Presidente, é melhor ouvir a do Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k. Vamos lá!

Então, faremos em blocos de três e, logo em seguida, nós daremos a palavra aos Srs. Parlamentares, bem como aos representantes das entidades aqui presentes. Nós vamos facultar também a eles o uso da palavra.

Então, com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. HELDER BARBALHO – Eu queria iniciar, agradecendo, claro, antes, as palavras elogiosas proferidas pelos que me antecederam e dizendo que pedi para fazerem a apresentação – e a estão viabilizando agora – a respeito do programa Novo Chico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu queria abordar, inicialmente, Senador Valadares, que nós, de fato, estamos num processo de construção para a contratação do EVTEA sobre a possível transposição entre o Rio Tocantins e o Rio São Francisco. Nós já estamos em discussão sobre esse tema.

Eu tenho buscado, primeiramente reconhecendo as minhas limitações técnicas, já que a minha formação profissional não é na área de engenharia, ter muita serenidade nesses debates, porque entendo que a pluralidade de opiniões sobre soluções hídricas no Brasil é algo absolutamente sensacional. No Nordeste, ainda mais, por conta da tensão e da pressão que essa pauta acaba por trazer. E, claro, uma divulgação assertiva de que a solução seria transpor o Rio Tocantins para o Rio São Francisco, sem antes disso estressar o assunto, sem antes disso, efetivamente, termos a viabilidade técnica, econômica e ambiental, seria algo temerário.

Dessa feita, nós estamos na fase de conclusão para a contratação do EVTEA, e entendo ser possível deixar esse legado para que, em 2018 e 2019, se inicie o processo efetivo a partir da conclusão desses estudos.

E eu destaco a parte econômica, técnica e ambiental por quê? Primeiramente, a técnica para saber da viabilidade de se fazer esse transcurso das águas; a econômica porque já está identificada que há uma gravidade acentuada entre o terreno de captação até a chegada para a doação ao São Francisco. E nós estamos debatendo a viabilidade econômica de uma transposição em que o custo de energia, por conta das estações de bombeamento, acaba se elevando significativamente, e, hoje, é um processo que tem sido discutido com os Estados e que precisa ser levado em conta. Nós estamos falando de uma estimativa, para operacionalidade da transposição, girando próximo a R$500 milhões por ano. E, destes R$500 milhões, R$300 milhões seriam gastos com o custo da energia. Portanto, você pegar uma porção da água do Tocantins, elevá-la a mais de 300m para chegar até o São Francisco, essa conta de energia para o bombeamento, seguramente, será um ponto agravante. Então, por isso a verificação econômica. E, por último, a verificação ambiental se faz necessária porque nós estaremos fazendo mudanças de bacias, e a ictiofauna da Bacia do Tocantins é diferente da ictiofauna da Bacia do São Francisco. Então, esse é um outro ponto relevante que precisa ser discutido por conta da variação das espécies existentes.

Mas, de fato, nós estamos enfrentando esse assunto e, assim que tivermos a conclusão para a contratação do EVTEA, eu informarei a todos os senhores.

Para que eu possa depois falar especificamente da revitalização, eu queria responder ao Senador Cássio que nós estamos, de fato, com a demanda, com a necessidade de conclusão das obras, por parte do DNOCS, dos dois reservatórios, onde foi necessário que obras emergenciais, obras preliminares pudessem ser feitas para que não houvesse a contenção das águas em face da urgência da entrega no Boqueirão.

O que eu tenho orientado a nossa equipe é que só se paralise o bombeamento e só se paralise a chegada da água até o Boqueirão no momento em que nós estejamos num nível que permita concomitância entre a paralisação do bombeamento e o calendário de segurança hídrica que esteja de forma equilibrada para o período que essas obras se fazem necessárias.

Portanto, a estimativa que a equipe faz é de um período de três a quatro meses para as obras necessárias, e, no momento em que nós tenhamos a quota do Boqueirão para suportar esse prazo de três a quatro meses, nós estaremos priorizando as obras, portanto, fazendo a compatibilização da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

necessidade das intervenções de engenharia nos dois açudes sem que isso comprometa ou faça voltar o fantasma do racionamento para aquela região metropolitana.

Com relação a Piancó, como disse, nós... Piancó está um pouco mais atrasado se comparado com Apodi, porque Piancó requer, dentro da parceira – e tenho sinalizado isso à Bancada da Paraíba, como também ao Governo estadual –, que nós aguardemos a conclusão do EVTEA por parte do Banco Mundial para a contratação do projeto e a partir daí... Com o EVTEA, eu já posso fazer o RDC integrado para a contratação do projeto executivo, licenciamento e execução da obra.

É fundamental que nós estejamos preparados para que, em 2018, o Orçamento esteja previsto para licitarmos o RDC do Ramal Piancó. Essa é uma discussão que nós temos feito com a Bancada de Deputados e Senadores. E volto a destacar: como não houve solução orçamentária para 2017 que nos colocasse num patamar de permissão para licitar em 2017, nós estaremos, quando o EVTEA estiver pronto, trabalhando para licitar em 2018, o que não será diferente com relação a Apodi, mas com uma diferença: no caso do Piancó, teremos de fazer o RDC com a contratação do projeto; no caso do Apodi, o projeto já estará pronto e, portanto, nós já vamos licitar em uma outra modalidade, sem necessitar-se da inclusão do projeto executivo.

Com relação ao Jati, a estratégia que nós estamos trabalhando... Inclusive, nessa última segunda-feira, eu estive em São Paulo, quando da assinatura com o Governo do Estado, Governador Alckmin, com a Sabesp, para a renovação do contrato para que as bombas que foram utilizadas no Eixo Leste possam ser também utilizadas no Eixo Norte. Nós fizemos, pois, um aditivo a essa parceria por mais um ano, e a nossa precisão é deslocar as bombas que estão no Eixo Leste para o Eixo Norte e as utilizarmos, principalmente, no reservatório Jati, para que, quando da chegada das águas entre final de dezembro e início de janeiro, nós já estejamos preparados para fazer o bombeamento com esses equipamentos cedidos pela Sabesp para o Cinturão das Águas e com a estratégia de trabalho em paralelo, de modo que uma parte das águas já estarão alimentando o Cinturão e outra parte já estará no caminho do curso das águas para ultrapassar o Reservatório Jati e prosseguir o caminho das águas sem comprometer o prazo que nós estimamos, ou seja, estarmos, até no limite do mês de abril, fazendo a entrega da água ao Município de São José de Piranhas, até o limite do Ceará com a Paraíba.

Portanto, essa estratégia já está consolidada. Foi uma estratégia utilizada no Eixo Leste, o que permitiu a antecipação dos prazos em cerca de 50 dias. E a nossa previsão com relação ao Eixo Norte é de que estaremos antecipando a entrega das águas para o Ceará em quatro meses. Isso, claro, tem um efeito cascata: no momento em que eu antecipo no Ceará, permito a projeção de antecipação para os demais Estados.

Com relação aos cortes no PAC, de fato, todos foram apanhados por restrições orçamentárias, por limites na sua capacidade de investimento. Porém, a estratégia que nós utilizamos foi a de enxergar a capacidade de execução da nossa carteira do PAC e, a partir dos cronogramas dessas obras, nós fazermos os cortes de tal sorte que não houvesse comprometimento dos cronogramas. Assim, naquilo que está mais atrasado, houve ampliação dos cortes, já que não há previsibilidade imediata do consumo orçamentário. Aquilo que está em plena aceleração, estes estão garantidos.

Portanto, as obras de transposição do Eixo Norte estão asseguradas, estão preservadas. E, quanto às obras estruturantes, nós fizemos um rateio para que nenhuma sofresse qualquer prejuízo no seu cronograma. E estamos em discussão e diálogo sobre a obra direta do Ministério, a transposição, com as prestadoras de serviços, estimulando. Inclusive, como citei aqui, nos próximos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dias, nós estaremos passando para 24 horas de obra plena, ampliando, portanto, mais um turno na obra do Eixo Norte. E estamos dialogando com os Estados, no sentido de que estes possam acelerar em face da escassez de oferta hídrica e da pressa que se faz necessária para a chegada da água.

Passando mais propriamente para o processo de revitalização, eu queria, primeiro, Senadora Lídice... Eu não sei se...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Estou aqui.

O SR. HELDER BARBALHO – Está ali.

Eu acho que é muito importante. Acho que nós conseguimos, inclusive no próprio debate da transposição, um nível de amadurecimento para que não houvesse nenhuma disputa de paternidade ou coisa desse tipo. Acho que foi uma obra claramente discutida ainda por Dom Pedro, iniciada pelo Presidente Lula, continuada pela Presidente Dilma, concluída pelo Presidente Temer. Esta é uma obra de todos os brasileiros que sonharam com ela e dela necessitam.

Com relação ao processo e projeto de revitalização, acho que esse mesmo amadurecimento cabe. Imaginar aqui... E eu jamais iria me colocar a este serviço de criticar os governos anteriores porque o projeto de revitalização não foi feito em concomitância com as obras; eu não me presto para esse tipo de serviço. É fato que nós estamos atrasados. Culpa de quem? Não cabe olhar para o retrovisor; temos que olhar para frente e resolver o problema de revitalização do rio, porque hoje há um alarmismo, mas que não gera preocupação imediata. Porém, se não agirmos, teremos problemas futuros efetivamente. É fato.

A Senadora citou alguns números. Hoje nós estamos com a cota: Três Marias em 20%; Sobradinho, 8,7%; Itaparica, 16%. Nós estamos hoje com vazão de 600m^3/s em Sobradinho; 550 em Itaparica. Para hoje isto é o suficiente; daqui a cinco anos, daqui a dez anos, seguramente nós teremos um problema gravíssimo, seja para a população, os quinhentos e tantos Municípios, os 508 Municípios...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELDER BARBALHO – ... que compõem a Bacia do São Francisco, seja para que ele cumpra o seu papel de doador.

Pode passar.

Eu já queria ir direto para, respondendo um pouco à Senadora...

Pode passar.

Essa foi a construção do programa.

Você pode continuar.

Aqui, eu gostaria de deixar nessa lauda. Primeiro, é importante o seguinte: só o Ministério da Integração Nacional debater o assunto revitalização do São Francisco seria um equívoco, e perderíamos seguramente o conteúdo e a qualidade de todos os que compõem esta agenda de revitalização. O processo de revitalização é um processo transversal que envolve todos os atores, seja na quantidade da água, seja na qualidade, que são as duas vertentes essenciais. E digo isso, porque, sob o aspecto da qualidade da água, nós temos uma agenda importante que envolve a construção e a conclusão de obras para os Municípios da Bacia do São Francisco, no sentido de esgotamento sanitário e abastecimento de água. Desta feita, já prestando conta, a Funasa e o Ministério das Cidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

já inauguraram, entre 2016 e 2017, 24 sistemas nos 22 Municípios envolvendo os Estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco.

Continuando, por favor.

Também, sobre sistemas de esgotamento sanitário, foram entregues 12 sistemas, entre Codevasf, Funasa e Ministério das Cidades.

Quanto ao pagamento dessas obras, entre 2016 e 2017, totalizaram-se 228,7 milhões, beneficiando 12 Municípios, entre Minas Gerais e Pernambuco.

Prosseguindo.

Além da parte de esgotamento e abastecimento de água, também foi feita principalmente pela Codevasf a parte de reposição da ictiofauna, em que 15 milhões de alevinos foram lançados em 2016 e o primeiro semestre de 2017. E esta é uma das ações importantes para o Rio São Francisco.

Continuando, por gentiliza.

Além disso, nós fizemos algumas ações para fazer a desobstrução da calha e a adequação das captações. Inclusive o Senador Valadares foi um dos lutadores desta pauta. A Codevasf executou cerca de R$2 milhões, beneficiando a região de Telha, Propriá e Cedro de São João.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. *Fora do microfone*.) – E também Aracaju.

O SR. HELDER BARBALHO – E Aracaju, beneficiando Aracaju; é verdade, a Grande Aracaju, que estava com risco de oferta hídrica e desabastecimento, e, a partir desta iniciativa da Codevasf, isto foi evitado.

Prosseguindo, por gentileza.

Obras emergenciais, totalizando cerca de R$12 milhões, também foram executadas pela Defesa Civil nesta composição, beneficiando os Estados de Sergipe, Alagoas, Bahia – e, na Bahia, esses três Municípios.

Continuando, por gentileza.

Nós temos outras ações que estão sendo viabilizadas. E aqui quero destacar: nós estamos buscando fontes que permitam o reforço orçamentário e financeiro para as iniciativas que envolvem principalmente a parte de proteção de nascentes e requalificação das áreas de recarga. E nós estamos estimando, a partir da publicação... E deve ser publicado o decreto presidencial de conversão das multas ambientais em ações de requalificação ambiental na ordem de R$300 milhões, que estarão sob a coordenação do Ibama para estas iniciativas de proteção de nascentes e requalificação de recarga. E aí essa proteção de nascentes e requalificação da recarga é fundamental para... Já tratei sobre as obras de esgoto sanitário e abastecimento de água que envolvem a qualidade. Para aquilo que envolve a quantidade de água, essas iniciativas são determinantes.

Prosseguindo.

Além disso, há um diálogo aproximado do Ministério da Integração, do Exército e da ANA, para que nós possamos ter um instrumento que seria a Companhia Hidroambiental. Inclusive, isso foi uma sugestão do Senador Otto Alencar, que nós pudéssemos fazer essa aproximação para este trabalho de proteção e requalificação das margens, proteção de nascentes e replantio, e também o processo de fiscalização e a coordenação por parte do Ministério do Meio Ambiente nas ações de fiscalização.

Pode prosseguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, é muito importante que seja consolidada, dentro da transversalidade do programa, a participação de cada ator do Governo Federal. O Ministério da Integração Nacional tem o papel de coordenadoria junto com a Casa Civil. Nós desenhamos, ouvindo todos esses atores, e aí se envolvem o Ministério de Meio Ambiente, o Ministério de Minas e Energia, o Ibama, a Agência Nacional de Águas, o DNIT, a Codevasf, a Funasa, o Ministério das Cidades, todos juntos, tendo ficado cada um com a sua responsabilidade de cumprir com a sua agenda, cumprir com a sua pauta, para que, no prazo de dez anos, nós estejamos com as políticas emergenciais e com as políticas permanentes garantindo a revitalização do São Francisco. E isto, claro, sem levar em consideração a perspectiva de uma eventual transposição do Tocantins com o São Francisco. E, claro, em face da oferta hídrica do Tocantins, se geraria uma perenidade muito maior para o Rio São Francisco.

Digo claramente, Senadora Lídice: sobre o aspecto da priorização, há uma determinação de que isto efetivamente esteja na agenda do Governo. Nós sabemos, portanto, como disse no início, que esse processo deveria já estar no mesmo nível, no momento da doação da água, já estaria consolidado, e isto não é fato. Cabe a nós corrermos contra o tempo para garantirmos a tranquilidade, seja para aqueles que moram na Bacia do São Francisco, seja para os que utilizam do rio e necessitam do rio, seja para que ele cumpra o papel de rio da integração nacional.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós vamos agora fazer uma nova rodada de inscrições.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Só uma pergunta.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Dentro da fala do Ministro, peço que o Ministro me desculpe, mas eu apresentei os dados da expectativa de investimento para a revitalização do rio, no ano de 2017, e apenas 23% foram investidos. Portanto, há uma expectativa grande de que haja uma frustração de investimento. V. Exª destaca o lançamento de um novo programa para que isso seja feito ainda esta semana, esse novo programa que V. Exª anuncia.

O SR. HELDER BARBALHO – Não, nós não estamos lançando um novo programa; nós estamos garantindo fontes de recurso para que o Ibama, por meio desta fonte de recurso, possa ter condição de cumprir aquilo que é parte responsável...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Do Ministério.

O SR. HELDER BARBALHO – ... do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente, dentro da composição, como disse, transversal em que diversos Ministérios têm as suas responsabilidades dentro do Novo Chico.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Porque uma parte desses trabalhos que dizem respeito inclusive e especialmente ao saneamento público, ao saneamento das cidades que margeiam o rio, diz respeito ao Ministério das Cidades.

O SR. HELDER BARBALHO – Cidades, Municípios com mais de 50 mil habitantes; Funasa, Municípios de menos de 50; e Codevasf, alguns dos Municípios que compõem a bacia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – No que diz respeito à Codevasf, posso testemunhar o empenho nessa atuação. Sobre as outras duas instituições, eu quero investigar mais, Ministro – me permita –, para poder comprovar esta ação.

O SR. HELDER BARBALHO – Estes relatórios, Senadora, são relatórios que são passados a nós pela Funasa e pelo Ministério das Cidades, e que eu acabo de apresentar.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, nós vamos... Senador José Agripino, há o Senador Garibaldi, V. Exª e o Senador Humberto. Está certo?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Está. É só para me certificar da minha inscrição, porque tenho que dar um pulo na 777.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tranquilo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Só para esclarecer.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, Senador José Agripino. O Senador Garibaldi, depois o senhor e o Senador Humberto. O Senador Valadares tinha...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Serie breve. É apenas um esclarecimento rápido, Sr. Ministro, sobre a possibilidade da transposição do Tocantins para o Rio São Francisco, tendo como ponto de partida, lá em Goiás, o Rio Manuel Alves, que é o ponto mais próximo do Rio Negro, e as águas desembocariam no Estado da Bahia. Gostaria de saber se esse estudo de impacto econômico e ambiental que V. Exª está tomando a iniciativa de fazer já começa a partir do Rio Manuel Alves ou se há outra possibilidade de ponto de partida dentro do Estado de Goiás.

O SR. HELDER BARBALHO – Nós estamos analisando, Senador, todas as alternativas que estão sendo apresentadas por nós exatamente para verificarmos qual delas...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – É a mais viável.

O SR. HELDER BARBALHO – ... teria a maior viabilidade.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, o Ministro vai se dirigir à sala da Comissão e voltará imediatamente.

Enquanto isso, eu quero só adiantar que esse tema da revitalização do Rio São Francisco, pontuado hoje, aqui, pela Senadora Lídice, o Senador Valadares e o Senador Cássio também é objeto de debate aqui desta Comissão, tanto é que nós escolhemos, Senador Humberto, como a política pública a ser avaliada neste ano de 2017 a infraestrutura hídrica no Nordeste e no Norte, Senador José Agripino, até porque é evidente que não só os Estados doadores, mas igualmente os Estados receptores têm toda a responsabilidade, e assim deve ser, com relação à revitalização do Rio São Francisco, até porque nós precisamos do Rio São Francisco vivo para que ele possa exatamente dar vida. E a vida para nós do Nordeste Setentrional é garantir o acesso à água por 12 milhões de pessoas de 390 cidades.

Então, nós já entramos em contato com a ANA, assim como com os outros Ministérios, até porque, como disse aqui o Ministro, isso não é um assunto pertinente só ao Ministério da Integração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nacional. O tema da revitalização é intersetorial, é interministerial, envolve a Funasa. Por exemplo, como pesar em revitalizar o Velho Chico se a gente não garantir saneamento ambiental? Só para os senhores e as senhoras terem uma ideia, se olharem o quadro dos Municípios que são beneficiados com as águas do São Francisco, Senador Humberto, 90% desses Municípios não têm tratamento de esgotamento sanitário; 90% desses Municípios não têm tratamento dos chamados resíduos sólidos, problema do lixo. E nós temos, portanto, que avançar na questão do orçamento, até porque imaginar que as prefeituras lá do Nordeste vão ter dinheiro para fazer saneamento... Isso não tem a menor condição. Por isso, como aqui disse o Ministro, nós temos de chamar o Ministério das Cidades e os outros ministérios, porque essas são ações integradas para que possamos avançar no que diz respeito à questão da revitalização do São Francisco.

Eu estava apenas colocando, Ministro, que isso é objeto de debate nosso porque foi o tema que escolhemos como política pública a ser avaliada pela Comissão de Desenvolvimento Regional neste ano de 2017.

Vamos passar imediatamente a palavra ao Senador Garibaldi; em seguida, ao Senador José Agripino, e, depois, ao Senador Humberto, para, em seguida, abrir para os Deputados Federais, as assembleias e as representações das entidades.

Queremos registrar a presença de mais um Deputado da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, meu Estado, Deputado Estadual Tomba Farias.

Com a palavra o Senador Garibaldi.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PSD - PB) – Senadora Fátima, eu vou só receber a reitora da Universidade da Paraíba, mas retorno pela importância do tema.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor, Deputado Rômulo. Nós aguardaremos o seu retorno.

Com a palavra o Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Bem, eu quero cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra, Presidente desta Comissão, quero cumprimentar o Ministro Helder Barbalho e os meus conterrâneos que estão prestigiando esta Comissão a partir da nossa Bancada federal. Aqui está o Senador José Agripino, Felipe Maia, Antônio Jácome, Deputados Estaduais Tomba e Larissa Rosado. Temos ainda uma representação da Câmara de Vereadores, tendo à frente a Presidente Izabel Montenegro, a Vereadora Sandra Rosado, o Vereador Tony e o Vereador Emílio.

O fato, Ministro, de esses representantes do Oeste estarem aqui para mim não é surpresa. Eles estão visivelmente interessados em ouvir uma palavra de V. Exª a respeito do Eixo Apodi, porque, na medida em que o projeto executivo já foi concluído, isso não deixa de despertar uma expectativa muito grande, porque, ao lado do Eixo Norte, o Eixo Apodi, como V. Exª sabe melhor do que ninguém, vai beneficiar milhares e milhares de norte-rio-grandenses.

Então, eu queria colocar isso para V. Exª e dizer, como disse o Senador Cássio Cunha Lima, que V. Exª tem sido um Ministro nordestino, voltado para o Nordeste, haja vista o que aconteceu em Campina Grande, o que aconteceu também em Caicó, no meu Estado, em Currais Novos, cidades de grande porte, que estavam sendo ameaçadas de um verdadeiro colapso no seu sistema de abastecimento de água. Se não fosse a agilidade da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério comandado por V. Exª, certamente teríamos uma situação muito difícil desse ponto de vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por outro lado – não sei se estou pedindo demais, porque há um ditado que diz que quanto mais se agradece mais se pede –, eu diria que há também outra obra que está preocupando os norte-rio-grandenses, que é a obra da Barragem Oiticica. Na verdade, essa obra é também transcendental para enfrentar a crise de recursos hídricos do Rio Grande do Norte.

Era isso o que eu queria dizer a V. Exª, agradecendo o empenho de todos, principalmente do nosso Secretário de Recursos Hídricos, de todos, a presença do Maírton, que é o representante do Governo do Estado. Nós temos que somar esforços numa hora de restrição de recursos para que essas obras sejam viabilizadas.

Agradeço ao Ministro Helder e à Presidente Fátima.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós queremos passar a palavra agora ao Senador José Agripino, inclusive adiantando, Ministro, que, ao final desta audiência, V. Exª vai receber do Presidente do Comitê das Bacias Piranhas-Açu uma carta que trata da Barragem de Oiticica, que tem à frente a igreja, que vem acompanhando essa obra sonhada pelo Seridó há mais de 50 anos, que nasceu com o São Francisco – ela é filha do São Francisco – e precisa de algumas providências para que tenhamos a sua conclusão. Eles estão realizando um importante movimento no dia 1º de setembro, quando toda a Bancada federal do Rio Grande do Norte estará convidada.

Ao final, vamos abrir a palavra aqui para que o representante da Bacia do Rio Piranhas-Açu, que atua na Barragem de Oiticica, possa entregar a carta a V. Exª e dirigir a palavra.

Quero registrar, com muito prazer, a presença de uma delegação de Macau: os Vereadores Ítalo, Ceição Lins, Mônica Ribeiro e Dinarte Assunção. Convido vocês, inclusive, a tomarem assento aqui, adiantando também, Ministro, que essa caravana de Macau vai entregar a V. Exª, no final, um documento solicitando ao Ministério de Integração Nacional a liberação de recursos para que possa ser viabilizada a Adutora de Afonso Bezerra, que vai levar água para Macau, para Pendências, para Alto do Rodrigues e Guamaré.

Estive lá na sexta-feira, Senador José Agripino, numa audiência pública promovida pela Câmara Municipal, e a situação de Macau, Alto do Rodrigues e região é extremamente crítica, tendo em vista a realidade pela qual passa o nosso Estado em matéria de escassez de recursos hídricos.

Eu disse, desde o início, que 80% dos reservatórios hídricos monitorados pelo Governo do Estado estão, nada mais nada menos, com sua capacidade em torno de 19%! A Barragem Armando Ribeiro Gonçalves entra em colapso agora em dezembro, quando atingirá o chamado volume morto. Daí por que a luta de toda a comunidade de Macau e região salineira para que esses recursos sejam liberados – são em torno de R$48 milhões – para, a exemplo do que foi feito em Caicó e em Currais novos, a região salineira possa ter a garantia de que vai ter acesso à água. Tudo isso só fortalece cada vez mais a nossa luta para que o trecho 1 do Eixo Norte seja entregue no prazo previsto ou mais rapidamente, assim como – o senhor já falou – a desobstrução do Rio Piranhas-Açu, bem como o Ramal Mossoró-Apodi, que certamente será objeto agora também de intervenção do Senador José Agripino, a quem passo a palavra neste exato momento.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Obrigado, Presidente.

Ministro Helder Barbalho, eu queria, inicialmente, cumprimentar V. Exª pela permanente disposição em comparecer às reuniões que lhe são propostas, seja no Congresso, seja na sede do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Poder Executivo – tivemos já várias reuniões com V. Exª e o Presidente da República no próprio Palácio do Planalto –, ou no seu gabinete no Ministério da Integração Nacional.

Eu tenho perfeita convicção de que a obra da transposição do São Francisco é a obra mais importante do Ministério que V. Exª preside, do esforço que V. Exª faz para que... A obra envolve, primeiro, a preservação do leito do rio que é objeto desta audiência pública, a manutenção do nível da água, porque você transpor a água do rio e não cuidar do abastecimento do rio seria um ato de insensatez, e V. Exª está atentíssimo, tanto é que nesta reunião está se discutindo também essa questão.

Mas a transposição do São Francisco, que é uma obra pensada há vários governos, que vem sendo implementada há vários governos e que é prioridade absoluta deste Governo e do Ministério de V. Exª, envolve esse tipo de diálogo. Aqui estão Senadores da Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte – é possível que cheguem os do Piauí e os do Ceará até o final desta reunião; Deputados Federais de vários Estados (do nosso estado, inclusive); deputados estaduais do Rio Grande do Norte aqui presentes também; vereadores de Mossoró... E por que Mossoró? Mossoró é a segunda maior cidade do nosso Estado, cujo abastecimento de água vem sendo feito ao longo do tempo através de poços profundos de água fóssil, que é finita. Há duas adutoras: uma pronta, que traz água da Barragem do Açu para Mossoró, uma cidade de quase 300 mil habitantes, e uma outra que está inconclusa e que traz água da Barragem de Santa Cruz.

Então, veja que a transposição das águas do São Francisco é fundamental para muitas coisas e também – daí por que a presença dos vereadores aqui – para o abastecimento de água seguro da cidade de Mossoró, porque Açu, hoje, como acabou de dizer a Senadora Fátima Bezerra, a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, está com, no máximo, 19% do seu volume. A Barragem de Santa Cruz está com um volume inferior a 19% e não está transportando água para Mossoró, porque a adutora, por razões diversas, não ficou pronta ainda.

O que nos move é não só água para os Estados, mas água, no nosso caso, para cidades importantes como foi o caso, por exemplo, de Campina Grande. Aqui esteve o Senador Cássio Cunha Lima, que esteve presente na inauguração do canal que levou água até a Barragem do Boqueirão, que abastece a cidade de Campina Grande.

Dito isso, o que eu queria, na verdade, fazer a V. Exª eram indagações a respeito da Barragem de Oiticica e da Barragem da transposição do São Francisco no que diz respeito ao Eixo Apodi.

O meu Estado – e aqui estão delegações de pessoas interessadas – é beneficiário direto das ações da transposição do São Francisco, que, mais do que abastecer a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves e a Barragem de Santa Cruz, perenizam o Rio Apodi e perenizam o Rio Mossoró, o que é quase um milagre num Estado seco como é o Rio Grande do Norte.

As obras do Eixo Norte, que vai levar água para a Barragem do Açu, estão andando. Acompanhei a odisseia de V. Exª, a luta jurídica, a sua ida à Ministra Carmén Lúcia do Supremo Tribunal Federal, que deu a palavra final sobre a possibilidade legal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – ... de execução das obras. E agora é o Eixo Apodi, que é uma luta nossa. Nós tivemos reuniões de Bancadas onde pactuamos, entre nós do Rio Grande do Norte, que, das emendas coletivas e de Bancada – está pactuado entre nós –, se nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pudermos destinar tudo o que pudermos, vamos destinar para as obras do Eixo Apodi. É uma informação para V. Exª. Mas isso seria ainda insuficiente.

Eu gostaria de saber em que pé se encontra: 1) o projeto; 2) a arregimentação de recursos para a Barragem de Santa Cruz ser abastecida e para o Rio Mossoró ser perenizado; e o terceiro ponto – sobre o qual até conversamos por telefone – é a Barragem de Oiticica, que é uma obra importantíssima dentro do complexo da perenização do Rio Açu, que vem sendo construída há bastante tempo, é obra também de vários governos, e há uma dúvida em relação ao prosseguimento e a sua conclusão. Eu acho que, neste momento em que se discute a perenização Rio São Francisco e a manutenção da água no leito, é importante que V. Exª, vindo como tem vindo com toda a boa vontade, dê uma palavra de explicação aos presentes sobre recursos e previsão da conclusão da Barragem de Oiticica, prioridade do Governo com relação à Barragem de Oiticica e ao Eixo Apodi. Como anda o projeto? Onde se situam os recursos para a consecução do projeto? E qual é a previsão efetiva de conclusão do Eixo Norte, que vai levar água para a Barragem do Açu?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero agradecer ao Senador José Agripino e passar a palavra imediatamente ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Srª Presidenta, Sr. Ministro, Srªs Senadoras, Deputadas, Deputados, Senadores, eu também gostaria, Ministro, de falar um pouco sobre algumas das preocupações nossas lá no Estado de Pernambuco, sem o prejuízo da nossa preocupação com o avanço do projeto da transposição de um modo geral. Inclusive, eu suponho que a nossa Presidente deve estar marcando já alguma coisa para que nós voltemos lá ao Eixo Norte para o acompanhamento daquelas obras que foram autorizadas pela Presidente do Supremo onde havia aquela disputa jurídica. Acho que seria interessante nós já agora vermos como as coisas andam.

Mas as minhas perguntas a V. Exª seriam, em primeiro lugar, sobre como anda o processo do Ramal do Agreste, que vai ser um alimentador da Adutora do Agreste. É uma obra que, pela última informação que nós tínhamos, estava ou em processo de licitação ou prestes a ser licitada. Gostaria de ter informação sobre isso.

A segunda pergunta diz respeito à própria Adutora do Agreste. O meu pedido seria no sentido de que V. Exª pudesse transmitir para nós qual é o cronograma da liberação dos recursos, se aquela previsão de conclusão da barragem da adutora ainda no ano que vem tem uma viabilidade efetiva, se está havendo algum tipo de contingenciamento ou não.

E a última pergunta diz respeito ao fato seguinte, que já é do conhecimento de V. Exª. Existe uma mobilização muito grande no Agreste Setentrional de Pernambuco, especialmente a região que envolve Santa Cruz do Capibaribe, Brejo da Madre de Deus, no sentido de demandar a realização de obras que, digamos assim, no objetivo mais amplo, envolveriam, na visão deles, a possibilidade de perenização do Rio Capibaribe ou, por outro lado, algum tipo de adutora que permitisse que o Brejo da Madre de Deus e mais algumas cidades pudessem ter água num espaço de tempo um pouco mais curto.

Essa ideia da perenização do Rio Capibaribe passaria inclusive por uma espécie de transposição que ali se faria a partir de uma cidade da Paraíba onde há uma barragem grande. Acho que V. Exª se lembra desse caso. Eu queria saber se houve algum avanço nisso, se o Ministério vê alguma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

viabilidade nisso, porque realmente há uma grande mobilização e sempre que nós conversamos com pessoas que conhecem do assunto acham que é uma proposta um tanto difícil de se concretizar. Eu queria saber de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós queremos passar a palavra agora à Deputada Zenaide Maia, da Bancada Federal do Rio Grande do Norte.

A SRª ZENAIDE MAIA (PR - RN) – Bom dia a todos, à Senadora Fátima Bezerra, Presidente, ao Ministro Helder Barbalho, com tantos elogios, mas será que o Ministro já não foi professor, expondo com essa clareza e objetividade? Muito importante.

Queria falar sobre a preocupação, já falar alguma coisa com a Senadora Lídice.

Enquanto não havia a transposição do Rio São Francisco para abastecer o nosso Sertão...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A Senadora Lídice acabou de chegar.

Zenaide está falando com você, Senadora Lídice.

A SRª ZENAIDE MAIA (PR - RN) – Falo da preocupação com a revitalização do Rio São Francisco. A gente sabe que essa preocupação não é só por causa dessa doação de águas. Agora, digo a vocês, que estão preocupados, que todos os Estados que vão ser beneficiados estão tendo visibilidade e estão se preocupando com essa revitalização. O Rio São Francisco, agora, no Estado da Bahia ou em Minas Gerais... Não são só os mineiros e os baianos que estão preocupados, mas também Pernambuco, o meu Estado do Rio Grande do Norte, o Ceará, todos. Então, isso passou a ter uma visibilidade muito grande.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Deputada, peço-lhe só um segundo. Eu fiz questão de dizer isso na minha fala, até porque toda a transposição dependerá da vida do São Francisco. Eu não entrei nessa polêmica – inclusive, o Ministro falou que não entrou antes na polêmica de quem investiu ou não investiu na revitalização –, mas não tenho nenhuma dificuldade de ir para esse debate, até porque sei que, no governo da Presidente Dilma, caíram os investimentos da revitalização, mas, no governo do Presidente Lula, foram bem grandes os investimentos na revitalização.

Esta discussão não é uma discussão de governos, é uma discussão de Estado. É uma discussão de Estado. O Brasil precisa tomar uma decisão sobre o que fazer com o Rio São Francisco...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não dá mais para enrolar, porque estamos num período em que não é mais possível imaginar passar, por exemplo, dez, vinte anos sem investir, achando que isso não vai ter repercussão. Vai, sim. Vocês ficarão sem água, e o nosso Estado também.

A SRª ZENAIDE MAIA (PR - RN) – Senadora, eu só quis elogiar...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu sei, entendi.

A SRª ZENAIDE MAIA (PR - RN) – ...o que a senhora mostrou aqui, que todos nós temos de nos preocupar.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª ZENAIDE MAIA (PR - RN) – Não foi achando que haveria este dizer, "não vai transpor, o rio é só nosso".

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não.

A SRª ZENAIDE MAIA (PR - RN) – Eu queria elogiar a senhora por mostrar essa preocupação. Nós, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Ceará, estamos tão preocupados com a falta de água... Eu sou do Sertão e, quando ouvi a teoria da seca, eu vivi a seca. A gente vive a seca. Então, eu queria dizer que foi muito importante a senhora, como Senadora, mostrar isso, porque a gente tem preocupação com a chegada da água, mas também sabe, como a senhora mostrou aqui, dessa preocupação com a revitalização, como a Senadora falou aí, e com o saneamento básico. E o Ministro expôs. Não foi uma polêmica, foi um elogio.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não, eu sei disso. E lhe agradeço muito, inclusive.

A SRª ZENAIDE MAIA (PR - RN) – Mas eu queria dizer aqui ao Ministro que esta reunião – parabenizo a Fátima e todos os colegas aqui, Deputados e Senadores, representantes de câmaras, sociedade civil, o pessoal do Oeste, todas as organizações –, uma audiência desta dá uma visibilidade muito grande. A gente está sabendo que há várias câmaras de Municípios que estão assistindo a isto aqui ao vivo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Fórum do Oeste Potiguar se mobilizou. Neste exato momento, o pessoal está nos acompanhando na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Em outras câmaras municipais, também o pessoal está acompanhando, Ministro, a presente reunião, e no Seridó também, o que mostra, sem dúvida nenhuma, o grau de mobilização e de envolvimento de toda a sociedade norte-rio-grandense no que diz respeito à questão da obra do São Francisco.

A SRª ZENAIDE MAIA (PR - RN) – Mas o que eu queria perguntar ao Ministro, embora na verdade já tenha sido perguntado quase tudo, prazos de obras, o cuidado com o Rio Piranhas-Açu... A gente sabe que, como o senhor mostrou aí, é uma integração de todos, não é só do Ministério. A gente se preocupa com as obras, com tudo, mas se preocupa também como um todo.

Quero dizer da ansiedade, que fico feliz em saber que a questão Apodi-Mossoró também estava vista e que esse andamento do projeto já está sendo todo estruturado, além do seguinte: eu sou de Jardim de Piranhas, Ministro, aonde chega o Rio Piranhas-Açu, que vai ser beneficiado, e a gente sabe da importância para o País. É bom saber que, em 1847, já havia gente pensando nisso, Lídice, e que agora se deu visibilidade. Apesar de tudo, a gente vê que as pessoas estão vendo o meio ambiente, a convivência com nossos recursos naturais, que é de importância fundamental.

Digo o seguinte: a gente tem de agradecer ao Ministro, a Fátima, a Lídice, que sempre está presente, ela como doadora, a gente como receptora. Esse tipo de reunião é de importância fundamental. Numa audiência com esta, as pessoas envolvidas nesse assunto ou o próprio País como um todo podem adquirir conhecimento sobre coisas que não se sabia, porque, no início desta discussão, muitos pensavam que era só transpor o Rio São Francisco e que estava resolvido. E a gente vê que não é tão simples, mas mesmo assim a gente está avançando.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª ZENAIDE MAIA (PR - RN) – As perguntas que o Senador Garibaldi fez aqui já vão me contemplar, sobre prazo, orçamento, isso tudo.

Muito obrigada, Fátima e Ministro.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pela ordem.) – Senadora Fátima, pela ordem, eu queria só pedir licença ao Ministro e a V. Exª porque tenho dois compromissos agora inadiáveis. Eu sou Relatora da MP 784 e recebo agora, exatamente às 11h45, seis entidades representando os investidores e o sistema financeiro no meu gabinete para conversar sobre essa relatoria. Também temos agora a votação na CCJ de um importante projeto que está sendo relatado exatamente pelo Senador Helder Barbalho. Jader, desculpe! É Jader Barbalho. Estou fazendo uma premonição, talvez. (*Risos.*)

Mas é relatado exatamente pelo Senador Jader Barbalho. Se o filho me merece respeito, o pai não posso deixar de respeitar, até porque tem sido, em muitos momentos, parceiro importante da luta das mulheres no nosso Senado.

Então, peço licença, infelizmente, porque, realmente, nós aqui nos dividimos muito nas tarefas do dia. Esse é um debate que me interessa demais. Por mim eu ficaria até a última gota do suor do Ministro aqui presente na insistência dessa discussão, mas realmente tenho de me afastar. Vou ver se no caminho encontro o Senador Otto Alencar para pedir que me substitua aqui.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.! Senadora, a gente é que agradece a V. Exª, repito, na condição de Vice-Presidente desta Comissão, pela contribuição extremamente qualificada que a Senadora Lídice tem dado aos temas de desenvolvimento regional, inclusive este do São Francisco.

Mas, Ministro, com sua anuência e com a dos demais Senadores aqui, quero imediatamente passar a palavra à Deputada Larissa Rosado, que vai falar em nome da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

Quero registrar a presença do Deputado Rafael Motta, que acaba de chegar aqui e que também vai fazer uso da palavra.

Eu queria pedir a anuência aqui dos demais Senadores e fazer um apelo aos senhores, porque aqui estão pessoas que vieram da Paraíba e do Rio Grande do Norte, para que a gente pudesse franquear a palavra por três minutos, e aí o Ministro poderia encerrar.

Pois não, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não tenho nada contra isso, só que todos nós temos compromissos. Eu, inclusive, tenho de ir para a CCJ, porque existem vários projetos de reforma política que vão ser votados, e eu sou membro. E eu gostaria de ouvir a resposta do Ministro sobre as minhas perguntas. Se V. Exª pudesse, depois da Deputada, fazer...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k., Senador Humberto. Vamos adiantando as duas assembleias, e a gente retorna para o Ministro.

Fala agora a Deputada Larissa, representando a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, e depois o Deputado Jeová ou o Renato, falando em nome da Assembleia Legislativa da Paraíba.

Deputada Larissa.

A SRª LARISSA ROSADO – Bom dia, Senadora Fátima!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em primeiro lugar, quero tranquilizar os Senadores de que serei breve, mas trazendo a palavra do meu Estado do Rio Grande do Norte. Assim como eu, está aqui o Deputado Tomba Farias e colegas também da Paraíba.

Quero saudar a Senadora Fátima; o Senador José Agripino; o Senador Garibaldi; os Deputados Federais do meu Estado Rafael Motta, Zenaide, Antônio Jácome, Felipe, que também esteve aqui; os Vereadores que nos acompanham, Izabel Montenegro, Presidente da Câmara, a Vereadora Sandra Rosado, Tony e Emílio.

Quero saudar o Fórum do Oeste Potiguar, não só os representantes que vieram aqui, Senadora, mas também os que nos acompanham lá, Ministro, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Ministro, nosso Estado tem hoje 14 Municípios em colapso total de água. É um sofrimento muito grande o que o Rio Grande do Norte passa. Nós temos a Adutora do Alto Oeste pronta, sem água para correr nos seus canos. Então, vejo que o Ramal do Apodi não pode ser tratado como uma obra complementar, porque ele é o final do trecho do Eixo Norte.

Mas eu queria, objetivamente, fazer um questionamento. Aqui o senhor colocou que o projeto está pronto. Na apresentação do senhor, apareceu a palavrinha "finalizando", Ministro. Então, realmente está pronto o projeto? Isso eu gostaria de saber. Nós temos condições de termos essa licitação ainda em 2017?

(*Soa a campainha.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero pedir a contribuição no silêncio.

A SRª LARISSA ROSADO – Com relação às questões orçamentárias, quero saber se já existe alguma coisa prevista, se vai depender de emendas de bancadas. Em que situação nós estamos para essa execução, Ministro?

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com a palavra o Deputado Jeová Campos.

O Deputado Jeová e o Deputado Renato Gadelha estão aqui presentes, e o Deputado Jeová é quem vai falar em nome da Assembleia Legislativa da Paraíba.

O SR. JEOVÁ CAMPOS – Dos três minutos, vou usar um e meio.

Ministro, primeiro, parabéns por participar de todos os debates!

Primeira pergunta: a questão da adutora de São José de Piranhas, para levar água de Boa Vista para São José de Piranhas, como está essa questão? Temos água represada, mas o povo está com sede.

Segunda questão, Sr. Ministro: quanto ao canal Caiçara, em Engenheiro Ávidos, que é tão importante quanto as estações de bombeamento do chamado Lote 8 da Meta 1, como é que está a situação – de fato, o Rio Tamanduá não existe mais, desse rio só existe o registro histórico – da ligação de Caiçara a Engenheiro Ávidos?

A última questão, para passar aqui e dividir o tempo com o Renato, para compartilhar essa integração com o companheiro Deputado, que eu gostaria de perguntar a V. Exª: o caminho das águas a partir de Caiçara, em relação à meta 4 ou Ramal Apodi – isso, para mim, não faz muita diferença –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

passa por Lagoa do Arroz e por Capivara? É uma inquietação nossa, porque Lagoa do Arroz é uma bacia construída; Capivara da mesma forma. Você contemplaria uma área muito importante do Sertão da Paraíba.

Finalmente, Senadora, eu gostaria de lhe fazer uma proposta de encaminhamento. Eu observo que a questão da perenização do Rio Piancó se tornou um fato do qual não poderíamos fugir, Ministro. Neste ano, o Rio Piancó teve água apenas uma vez, e Coremas está seco. O nosso Rio Grande do Norte, parceiros do Rio Grande do Norte, precisa tanto dessa água quanto o povo da Paraíba, porque a principal reserva para o Rio Grande do Norte não é nem Engenheiro Ávidos – 1,3 bilhão Caiçaras, Coremas, Mãe D'Água.

Passo a palavra para o Deputado Renato, para completar o tempo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deputado Renato Gadelha.

O SR. RENATO GADELHA – Eu quero saudar a Presidenta Fátima Bezerra, que tão bem comanda esta Comissão e que tão bem comandou a Caravana das Águas, que visitou os Estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

Quero saudar o Ministro Helder Barbalho e agradecer a ele a conclusão do Eixo Leste, que livrou Campina Grande, a segunda cidade do Estado da Paraíba, com mais de 400 mil habitantes, do colapso total. Campina Grande iria ficar sem água a partir do dia 22 de maio, mas, graças à decisão do Ministro Helder Barbalho de concluir essa obra, no dia 10 de março, Campina estava sendo abastecida por essas águas.

Eu quero, primeiro, agradecer o reinício das obras. Nós estivemos presentes em Penaforte, no Ceará, onde presenciamos as máquinas começando a escavar realmente o leito das águas que chegarão à Paraíba, ao Ceará e ao Rio Grande do Norte. E quero solicitar o início das obras ou a finalização do projeto do Piancó-Piranhas, que eu acho que é o melhor custo-benefício dessa obra total.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO GADELHA – São apenas cerca de 20 quilômetros que vão abastecer o maior manancial da Paraíba, que é Coremas-Mãe D'Água. Essas águas que irão transpor também o território do Rio Grande do Norte, chegando à Barragem de Armando Ribeiro Gonçalves.

Também quero falar do canal – o Deputado Jeová já lembrou – Caiçaras-Engenheiro Ávidos, que vai conduzir as águas, pela Paraíba, até o Rio Grande do Norte. É um trecho de apenas 13 quilômetros, mas que precisa de complementação. É a forma mais rápida de o Rio Grande do Norte receber essas águas, lembrando que Mãe D'Água e Coremas abastece o centro da Paraíba, principalmente a região do Seridó da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Lembro também o apelo do Senador Valares e da Senadora Lídice da Mata com relação ao Tocantins, porque hoje Sobradinho só está com 8,4% da sua capacidade, e as águas só voltarão a preencher o lago a partir de outubro, quando começa a chover na Bahia e em Minas Gerais. Então, é importante a gente pensar essa transposição para o futuro.

As minhas perguntas são essas no sentido de como se encontra o Piancó – já falou de Coremas –, o Ramal Piranhas-Piancó e a chegada das águas até São José de Piranhas, que será o receptor com duas barragens – Caiçara e Boa Vista – que abastecerão Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Era isso, Sr. Ministro.

Muito obrigado. Agradeço, porque todas as vezes o senhor está presente. O senhor visitou a Paraíba mais de dez vezes para conseguir a chegada das águas. Por isso, com mérito, V. Exª é hoje cidadão paraibano.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos agora passar a palavra ao Ministro. Depois, faremos o terceiro e último bloco.

Quero acrescentar para V. Exª, Ministro, com relação à questão do Ramal Mossoró-Apodi, que aquele compromisso que a bancada federal do Rio Grande do Norte assumiu está mantido. Como mencionou o Senador José Agripino, vamos destinar uma emenda coletiva de bancada, mas não é só isso. Eu disse a V. Exª, quando V. Exª esteve aqui, que, na condição de Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, nós vamos destinar uma das emendas de Comissão, Vereadora Sandra Rosado, para o Ramal Mossoró-Apodi. Essa emenda de Comissão é importante até porque o montante da emenda, do ponto de vista financeiro, é bem mais expressivo.

O Ministro aqui já colocou a solicitação que foi feita, de R$370 milhões, Rafael, para o Ramal Mossoró-Apodi. Seguramente, essas iniciativas nossas da bancada federal vão contribuir bastante para que nós possamos tirar do papel o projeto Mossoró-Apodi, cujo projeto executivo já está pronto, bem como a questão da desobstrução do Rio Açu-Piranhas, paralelamente à construção do Eixo 1 do Eixo Norte.

Com a palavra o Sr. Ministro.

Em seguida, faremos o terceiro e último bloco para encerrarmos a nossa audiência.

Quero ainda, Ministro e Deputada Larissa, só adiantar que o Deputado Mineiro e o Deputado Hermano pediram para justificar a ausência de ambos, que, em função de compromissos assumidos anteriormente, não puderam, de maneira nenhuma, estar presentes. O Deputado Hermano e o Deputado Mineiro têm sido dois grandes parceiros nessa luta em prol do São Francisco. O Deputado Fernando Mineiro tem sido, inclusive, um dos principais articuladores na Assembleia Legislativa do nosso Estado.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. HELDER BARBALHO – Retomando as respostas, eu queria, primeiro, respondendo ao Senador Garibaldi, ao Senador Agripino, à Deputada Larissa e à Deputada Zenaide sobre a Barragem de Oiticica, dizer que é importante registrar que a execução da Barragem de Oiticica é feita pelo Governo do Estado, em um convênio com o DNOCS. E nós estamos plenamente em discussão com o Governo do Estado no sentido de garantir que as obras possam estar prontas o quanto antes. Sabemos, portanto, da repercussão dessa grande obra.

Sobre liberação financeira, em 2016, foram liberados R$36,4 milhões e, em 2017, R$52,3 milhões. Portanto, nós já fizemos um desembolso significativo nessa obra, e algo em torno de 44% da obra já foram executados. Temos dialogado com o Estado, porque existem algumas – já está em 50% – questões que envolvem reintegração e desapropriação e que o Estado está buscando administrar.

Nós entendemos que essa obra deve ficar pronta para 2019. Nós não acreditamos que seja possível que essa obra fique pronta até o final de 2018. Inclusive, o Senador Garibaldi tem estado com muita frequência tratando desse tema, e, em face do histórico da obra, do comportamento de execução da obra, Senador Maranhão, nós não acreditamos que seja possível que ela esteja pronta em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2018. Achamos que é possível, se houver uma aceleração por parte do Estado como agente executor, que a obra esteja pronta em 2019.

Com relação ao Eixo Apodi – obviamente, compreendo todos que se manifestaram sobre a importância, inclusive como se fosse o quarto trecho da transposição –, é fundamental que possamos entender que, plenamente, a integração do São Francisco dar-se-á no momento em que houver funcionalidade para os Estados, sob pena de nós termos dois troncos de canal sem que haja a plena funcionalidade para os Estados. Partindo desse princípio, temos um conjunto de intervenções que se faz necessário: o Cinturão das águas para o Ceará, o Ramal do Apodi para o Rio Grande do Norte, o Ramal Piancó para a Paraíba e, mais acima, o Ramal da Vertente Litorânea, depois do Boqueirão, para chegar até a região mais próxima a João Pessoa, e, da mesma forma, o Ramal do Agreste e a Adutora do Agreste e, entre outros, o Ramal de Entremontes. Aí temos um conjunto de obras.

O compromisso que nós fizemos com a Bancada do Rio Grande do Norte sobre o Ramal do Apodi é que nós estaríamos priorizando o projeto executivo. O projeto executivo já foi entregue para o Ministério. Foram 2,5 mil laudas entregues pela empresa contratada para o projeto. Nós já temos a estimativa de valor em R$2,169 milhões, nós estamos finalizando a parte de análise de cerca de 70 laudas que estão aguardando apenas para a conclusão. Portanto, já consideramos no *status* de conclusa a etapa do projeto executivo.

A partir daí – estou respondendo à Deputada Larissa –, nós não teremos condições de licitar este ano o Ramal do Apodi. Estamos dentro do que acordamos com a representação do Estado do Rio Grande do Norte, que nós estaríamos com o projeto executivo concluso, o que permite que o Governo do Estado e a representação federal possam trabalhar orçamentariamente a garantia para que essa obra possa transcorrer em 2018.

No orçamento, na mensagem em que o Ministério da Integração compôs o seu orçamento e enviou para o Ministério do Planejamento, destinamos R$370 milhões para o Ramal Apodi. Portanto, sinalizamos o desejo de que esses R$370 milhões sejam executados em 2018. É claro que qualquer expectativa de encurtamento dos prazos e de ampliação do volume de obra necessitará de um aporte orçamentário maior do que esse. Portanto, essa é a situação do Ramal Apodi.

A previsão depende muito de qual é o volume de obra que nós teremos capacidade de fazer. Eu posso garantir aqui o início da obra, com a licitação sendo feita em 2018. Se nós teremos condição, se nós formos para esse quadro de R$300 milhões ou R$400 milhões por ano, obviamente nós estamos falando em um curso que demorará, muito provavelmente, algum tempo. Então, é importante que nós consigamos fazer um esforço para a antecipação desse prazo.

Respondendo, portanto, as questões que foram levantadas, com relação, Senador Humberto, ao Ramal do Agreste, é importante recapitular que houve uma decisão por parte da bancada de retirar o recurso que estaria disponível para o Ramal do Agreste e de fortalecer a Adutora do Agreste. E isso assim foi feito. Está-se aguardando, na verdade, apenas a mudança. O Ministério do Planejamento encaminhou um PL para a Comissão Mista de Orçamento apenas para fazer essa readequação. A princípio, tínhamos R$80 milhões do orçamento próprio do Ministério e mais R$200 milhões oriundos da emenda da bancada. Esses R$200 milhões, pouco menos, foram transferidos para a Adutora da Agreste. Portanto, hoje já temos contrato assinado, já temos orçamento concluído de R$1,3 bilhão e, inclusive, temos ordem de serviço dada para o Ramal do Agreste. Agora, efetivamente, a partir dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

decisão da bancada, nós temos perspectiva de utilização de R$80 milhões nesta primeira etapa, o que não resultará em funcionalidade.

Com relação ao Ramal do Agreste, fizemos, há cerca de um mês, a liberação de R$40 milhões, que era o que estava pendente de financeiro. Portanto, estamos com aportes garantidos. Estamos discutindo com o Governo do Estado prazos de funcionalidade. O Governo do Estado de Pernambuco me sinalizou com cerca de 15 frentes de serviço simultâneas, que permitiriam, até o final do ano de 2017, a chegada da água do São Francisco a 36 ou 37 Municípios, que compõem a primeira funcionalidade da Adutora do Agreste. Portanto, esse é o *status.*

Com relação à captação da água do Rio Paraíba entre Poções e Camalaú para atender a essa parte norte do Estado, estamos analisando, mas quero aqui dar um depoimento. Preocupa-me muito ampliar a carteira de novas obras dentro dessa composição de integração do São Francisco. Nós já temos uma carteira extremamente grande, que, pelas informações que aqui estou dando, não é de simples execução. Ao abrirmos novos projetos, estaríamos criando uma expectativa sem ter capacidade plena de executá-la. Então, prefiro, neste momento, focar, agir com planejamento e estratégia para executar aquilo que está consolidado. O que está consolidado? Para o Ceará, Cinturão das Águas; para Pernambuco, Adutora do Agreste, prioritariamente, Ramal do Agreste e Adutora do Pajeú; para o Rio Grande do Norte, avançar no Apodi; para a Paraíba, garantir a Vertente Litorânea e avançar no Piancó. Se nós conseguirmos viabilizar isso num processo até 2026, nós estaremos cumprindo a nossa meta de atendimento efetivo de 12 milhões de brasileiros, se os Estados cumprirem a sua contrapartida, que é preparar os Estados para a recepção dessas águas e garantir que essa recepção chegue até a torneira da população. Fora disso, nós estaremos, seguramente, perdendo uma grande oportunidade.

Eu creio ter respondido.

Ah, sim, quanto à Adutora São José de Piranhas, Deputado Jeová, nós já estamos com o projeto pronto. Nós iríamos fazer o processo de licitação. Porém, a área jurídica do Ministério entendeu que seria mais conveniente nós fazermos um convênio com a prefeitura. Então, nós estamos finalizando para transferir para a Prefeitura de São José de Piranhas a execução dessa obra, uma obra que é estimada entre R$6 milhões e R$7 milhões.

Um abraço, Senador Humberto!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Valeu, Senador Humberto!

Quero agradecer ao Ministro.

Vamos passar agora para o terceiro e último bloco.

O Senador José Maranhão acaba de chegar. Indago se ele já quer fazer uso da palavra agora.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Eu quero, primeiramente, felicitar V. Exª pela oportuna reunião que está realizando.

Evidentemente, com sua vinda a esta Comissão, o Ministro da Integração está esclarecendo muitos pontos, inclusive os limites de operacionalização do processo de conclusão da transposição. Na realidade, o que era Eixo Leste e Eixo Norte, para contemplar o Estado da Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Ceará, ampliou-se muito à medida que o projeto foi sendo executado. E nos causa grande surpresa que isso tenha acontecido, porque, numa obra ciclópica como essa, é natural que a própria fase de execução vá ensinando as partes a fazerem as necessárias correções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu fico feliz de saber que o Ministro estabeleceu um cronograma e que esse cronograma está contemplando não apenas uma parte do Açude Coremas-Mãe D´Água, que, a esta altura, está com um nível de acumulação bastante precário, mas está contemplando quase todo o Sertão do Estado da Paraíba. Esse Açude Coremas-Mãe D´Água foi construído há mais de 70 anos. Nunca, entretanto, as suas reservas tinham sido utilizadas para abastecimento d´água.

Nós nos convencemos, quando passamos pelo governo do Estado, que era necessário preparar o nosso Estado para o advento da transposição. E V. Exª agora está dizendo que, sem essa preparação, a transposição pode se tornar pouco útil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Então, todo o Vale do Sabugi, todo o Alto Sertão da Paraíba e a região de Espinharas já estão contemplados. No caso da Paraíba, essa distribuição da água, a partir do projeto ciclópico da transposição, já está equacionada, mas, se ela não ocorrer no tempo certo, nós vamos ter uma crise sem precedentes no Alto Sertão da Paraíba, porque o manancial que alimenta essa transposição no Alto Sertão da Paraíba está praticamente vazio, chegou a secar.

Esse açude – o Senador Garibaldi Alves sabe – é generoso, inclusive, com o Rio Grande do Norte. Boa parte de sua reserva, de seu potencial, é transferida para o Rio Grande do Norte e, lá na frente, já no Estado do Rio Grande do Norte, ele alimenta uma grande barragem – parece que é o Açude Itans.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Nunca é tarde para agradecer!

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Então, essa transposição, esse ramal – que a esta altura V. Exª, para nossa felicidade, já anunciou como algo decidido entre as prioridades do Ministério – não atende somente as necessidades do Estado da Paraíba, na zona em que o problema de abastecimento é mais grave, o Alto Sertão da Paraíba. Portanto, eu quero felicitar V. Exª e, ao mesmo tempo, agradecer, como paraibano, como nordestino, pela forma como o Ministério entendeu estabelecer as suas prioridades na execução do projeto.

Mas eu quero, mais uma vez, fazer um registro aqui que pode parecer à Presidente desta reunião um registro apolítico, mas que contempla politicamente quem o merece. Essas obras de transposição para o Estado da Paraíba e para os demais Estados que compõem o Nordeste setentrional só se tornaram possíveis a partir de uma decisão que eu faço questão de registrar, apesar de estar do outro lado do polo político: a decisão do Presidente Lula. Ele foi o primeiro na história da gestão federal que teve a coragem de assumir essa decisão. Para ser justo e exato, eu não poderia dizer a mesma coisa do Governo Dilma, que não deu a necessária celeridade que deveria ter dado a esse projeto.

Essa é uma parte administrativa, eu não digo nem política, mas, quanto a V. Exª, como Ministro da Integração, e ao Presidente Michel Temer, nós também não podemos deixar de reconhecer, por uma questão de justiça, a coragem e a decisão de, num momento da grave crise econômica que o País está vivendo, terem abraçado essa causa. Graças à decisão do Presidente e de V. Exª, como Ministro da Integração, nós estamos nos livrando de uma catástrofe. Não seria apenas uma crise de abastecimento de água, mas uma catástrofe sem precedentes na história do Nordeste brasileiro, especialmente da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará, os Estados que mais sofrem com a condição de Estados da região do Polígono das Secas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, quero felicitar V. Exª pela forma corajosa e transparente com que tem abraçado essa causa. Só peço a V. Exª que faça um pouco de esforço para atender aqueles outros projetos que foram surgindo ao longo da execução, como o Piancó, que já está contemplado, mas também os demais, que podem, sem dúvida nenhuma, tornar a transposição um ato administrativo mais extensivo a toda a região do Nordeste brasileiro.

Meus parabéns a V. Exª, mas parabéns também à nossa Presidente, que encarna a condição de dupla nacionalidade: além de potiguar, paraibana – eu tenho a impressão de que ela, mesmo diante da representação do Rio Grande do Norte e da forma corajosa com que tem abraçado essas questões, nunca repudiou a condição de paraibana. Então, nós somos gratos a V. Exª e registramos o nosso reconhecimento pela garra e pela disposição nessa luta que, graças a Deus, não tem divergências.

Hoje, até mesmo aqueles segmentos que outrora se opunham à transposição já se convenceram. Foi preciso que acontecesse uma seca violenta, como esta que estamos vivendo há seis anos, para que, afinal de contas, os Estados que ainda se opunham à transposição se convencessem de sua necessidade. Eu digo sempre que a transposição para o Nordeste setentrional não é uma necessidade econômica, mas, antes de tudo, é uma necessidade humana e social.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito bem, Senador José Maranhão. Quero cumprimentá-lo pelo importante registro que faz.

V. Exª tem toda razão: de fato, a Paraíba e o Rio Grande do Norte têm muitas semelhanças nesse tema da escassez hídrica pelo fato de ambos figurarem no chamado Polígono das Secas, no chamado solo semiárido do Nordeste, que está localizado exatamente na Paraíba e no Rio Grande do Norte.

Quero dizer a V. Exª que, claro, serei eternamente grata ao povo do Rio Grande do Norte, que generosamente me adotou, mas é evidente que não esqueço nunca o chão, a terra onde nasci, lá no Curimataú, que V. Exª conhece, numa cidadezinha chamada Nova Palmeira. E o senhor também é lá da região do Curimataú – Renato Gadelha, Jeová, aqui presente. Essa paisagem da seca...

Assim como a Deputada Zenaide, eu sempre costumo dizer, Ministro, que eu não falo da seca da boca para fora; eu falo da seca da boca para dentro. Eu sei o que foi, Senador Garibaldi Filho, na minha adolescência, por exemplo, na década de 70, enfrentar a seca com todas as suas consequências perversas; a seca e a chamada indústria da seca, quer dizer, aqueles tempos de saque – não é, Senador José Maranhão? –, de êxodo rural. A gente via nossos irmãos, de repente, tendo que se apartar de casa, ir para o sul em busca de sobrevivência, e, enquanto isso, as crianças morrendo.

Enfim, digo isso tudo para valorizar mais ainda a importância dessa obra, não só pela repercussão social, mas, sobretudo, como V. Exª acabou de mencionar aqui, pelo valor humano que ela tem.

Mas nós vamos, Ministro, imediatamente, passar a palavra para o Deputado Federal Rafael Motta; e em seguida vamos passar também para o Deputado Estadual Carlos Matos – Carlos, venha para cá, por favor –, Deputado Estadual do Ceará. Ele, inclusive, preside a Comissão de Desenvolvimento Regional.

E vamos pedir a paciência do Ministro para, depois, passarmos a palavra para a ex-Deputada Sandra Rosado; depois para a Izabel, Presidente da Câmara de Mossoró; para o representante de Macau; para Procópio; e para o Fórum Oeste Potiguar.

O.k., Ministro? V. Exª anote aí as questões para que nós possamos encerrar.

Deputado Federal Rafael Motta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RAFAEL MOTTA (PSB - RN) – Obrigado, Senadora.

Visto que ainda há uma série de pessoas para falar sobre o assunto com muita propriedade, eu queria aqui saudar o Ministro Helder, que já esteve em diversas oportunidades no Estado do Rio Grande do Norte vendo a realidade que estamos vivendo e repassando também os informes e o trabalho que tem sido feito à frente do Ministério.

Eu queria saudar o Secretário Mairton França, adjunto, aqui representando o Secretário Ivan Junior, de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte; a Deputada Estadual Larissa Rosado, legítima representante da região e da cidade de Mossoró; Deputado Tomba, que também marca presença nesta audiência, um deputado extremamente preocupado com a região de Trairi e com a problemática que enfrenta o Estado do Rio Grande do Norte.

Saúdo também os Senadores que por aqui estiveram, mas em especial os do nosso Estado do Rio Grande do Norte, o Senador Garibaldi, o Senador José Agripino, e V. Exª, Senadora Fátima, que tem feito um trabalho brilhante no resgate, na tentativa de acalentar um pouco o Estado do Rio Grande do Norte na problemática que vive, na questão da seca.

A gente sabe que o Estado do Rio Grande do Norte é um Estado pequeno, assim como os Estados vizinhos, principalmente a Paraíba, e são Estados que têm realidades parecidas. A gente cruza as fronteiras, mas os problemas são os mesmos.

O Estado do Rio Grande do Norte tem enfrentado uma problemática muito grande no que diz respeito à infraestrutura. Ao longo dos anos nós tivemos dificuldades grandes e talvez até uma falta de investimento na infraestrutura do nosso Estado. Está aqui o Senador Garibaldi, que, quando Governador, investiu muito na questão do acesso à água através das adutoras, e o Senador José Agripino também, através das ligações rodoviárias entre os Municípios, mas a gente sabe que existe um passivo grande no que diz respeito à estrutura e à infraestrutura, que é o que impede o crescimento do nosso País.

Se há algo que a seca tem de bom – acho que é a única coisa, Deputada Zenaide – é unir as pessoas em torno de um único objetivo. Nós temos aqui Deputados de diversas bandeiras partidárias, diversas siglas partidárias, que defendem única e exclusivamente o potiguar; que defendem uma bandeira única.

Nós temos aí a pior seca do último século.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL MOTTA (PSB - RN) – No Rio Grande do Norte são 17 Municípios que estão em colapso, 77 Municípios que têm enfrentado situação de rodízio. Então, eu acho que todos aqui já tiveram uma boa notícia em relação à complementação do projeto executivo – não é, Ministro? –, à destinação desses 370 milhões para poder começar realmente essa destinação da água para o Ramal Apodi-Mossoró. Vai atender o Alto Oeste, vai atender o Oeste, a mesorregião Central Potiguar, a região do Seridó, que são fundamentais, são vetores de crescimento do Estado do Rio Grande do Norte.

Estivemos recentemente com o Senador Garibaldi Alves, com o Senador José Agripino, com o Deputado Federal Walter Alves, com o Deputado Federal Felipe Maia e com o Deputado Federal Beto Rosado, que suscitou, naquela reunião, junto ao Presidente da República, Michel Temer, a questão de como se encontrava a transposição do Rio São Francisco no que diz respeito ao Estado do Rio Grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Norte. Foi ouvido da boca dele, realmente, que havia um adiantamento em relação a essa destinação das águas do São Francisco para o Estado do Rio Grande do Norte.

A gente espera realmente que essa obra aconteça e traga também benefícios para o nosso Estado, que é um Estado que carece muito no que diz respeito a recursos hídricos. A gente espera que também haja um cuidado principalmente no manejo dessas águas, porque não adianta a gente trazer água e ela não ter qualidade. Inclusive é um requerimento do nosso mandato, Senadora Fátima, que se veja com muito carinho também o saneamento básico no entorno dessa região para onde vai haver realmente a destinação dessas águas.

Então, apesar de haver essa tentativa de trazer as águas do São Francisco para o Rio Grande do Norte através de leito natural – o que é uma coisa que me preocupa um pouco, porque, para se encharcar o solo e ter realmente um veio natural dessa água –, espero que haja uma proporção que possa atender à demanda de mais de 1,1 milhão de habitantes que serão atendidos pela transposição do Rio São Francisco apenas no Estado do Rio Grande do Norte...

Então fica aqui, mais uma vez, os parabéns a V. Exª.

Eu vou levar essa temática, Senadora Fátima, para a Cindra (Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia), da Câmara dos Deputados, para que a gente possa também fazer uma emenda de comissão a fim de que isso possa ser levado ao Ministério, para a gente poder tratar essa temática, visto que a Bancada Federal já está ciente de que tem realmente que agir e está unida em relação também a uma possível emenda de bancada para poder atender a essa preocupação que atinge o Estado do Rio Grande do Norte, o Nordeste brasileiro e o Brasil. Porque o cidadão tem que ter direito ao bem social que é a água, e certamente o nosso Ministro está sensível a essa situação. Ele já é um irmão do Rio Grande do Norte, já é praticamente um nordestino, tanto que vive lá no Estado do Rio Grande do Norte e também no Nordeste brasileiro.

E, mais uma vez, Senadora, quero parabenizar V. Exª pelo trabalho que tem feito aqui, no Senado Federal. Conte com o nosso mandato e conte com a Bancada Federal para a gente possa trazer um pouco mais de acalento para o potiguar.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós que agradecemos, Deputado Rafael Motta. Quero aqui destacar o quanto V. Exª tem participado dessa luta e dessa integração, como o Ministro está vendo aqui, da Bancada Federal – os três Senadores com os Deputados Federais lá na Câmara.

Mais uma vez quero aqui afirmar: além da emenda de bancada, nós vamos destinar uma emenda de comissão para o Ramal Apodi. Por isso é que essa iniciativa de V. Exª também de ver isso lá na Comissão da Câmara é muito importante.

Rapidamente, agora, vamos passar a palavra para o Deputado Carlos Matos, da Assembleia Legislativa do Ceará.

O SR. CARLOS MATOS – Muito obrigado, Senadora Fátima. Parabéns pelo seu trabalho à frente da Comissão.

Nós temos acompanhado de perto e temos uma comissão especial para o acompanhamento do Rio São Francisco, da qual também sou Presidente. Acompanhei o Ministro todas as vezes em que estivemos lá, e o Senador Tasso e o Senador Eunício têm acompanhado de perto.

Agora, algumas preocupações, Ministro, não sem antes dar-lhe os parabéns pela garra, pela determinação, pela superação administrativa – não seria apenas administrativa, mas jurídica, no nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

caso – e pela articulação política. Para que nós pudéssemos ter aí todas as obras para concluirmos o Cinturão das Águas, no Ceará, foi importantíssimo o apoio do Ministério. Nós estamos vendo que vai se concretizar um prazo que era tido como impossível, e não há por que nós não agradecermos. Já estamos aqui partindo para uma nova discussão. Sem ter concluído essa primeira etapa não faria sentido o que vou falar agora.

Apesar de todo esse esforço, temos 260km de leito natural até chegar ao nosso principal reservatório. Mesmo com o Cinturão das Águas – 50km ficaram prontos –, nós vamos ter uma perda de água. Então, é fundamental que nós tenhamos o Ramal do Salgado concluso. Com esse esforço que estou vendo aqui, com toda a união do Rio Grande do Norte, da Bancada, acho que podemos fazer isso para o Ceará também, com emenda de comissão, emenda de bancada. A obra custará 700 milhões.

Eu queria saber se o projeto executivo está pronto, como o do Apodi já está. Estando pronto o projeto executivo, gostaria de saber, como o senhor já anuncia 370 milhões para o Apodi, se há verba assegurada para o Salgado no Orçamento de 2018.

Isso vai implicar a gestão. O senhor falou aqui em 500 milhões, se não estou enganado, para a operação da transposição. Esse não é um valor pequeno, sendo 300 milhões para energia. Se nós temos essa perda, que será natural... Quer dizer, a parte que depende do Governo Federal para entregar ao Ceará seria o Ramal do Salgado. Não ficando pronto, nós vamos ter uma perda da água. Então, o Governador do Ceará disse que colocou uma posição: aceita pagar, não há problema nenhum, não há objeção nenhuma, a cota-parte do Ceará ele pagará, mas quer que haja uma dedução até que seja concluso o Ramal do Salgado. Porque o Salgado, com apenas 35km, nos daria a segurança de que não teríamos perda, de que nós teríamos a água chegando ao Castanhão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS MATOS – Por fim, gostaria de saber se a operação ficará a cargo da Codevasf mesmo ou se avançou a discussão para haver um operador privado, porque o custo dessa operação será importante na manutenção dos anos. Acho que é uma decisão estratégica, importante, a ser tomada agora, porque, nas transições de governo, foi dito aqui muitas vezes que essa obra é uma obra de Estado, e de governo para governo mudam as políticas, muda o entendimento. Pode ser que haja, em algum momento, um governo que não valorize a transposição e dê um nó nisso aí e nós fiquemos lá a ver navios.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Queremos agora passar a palavra para a ex-Deputada Sandra Rosado.

Quero só adiantar, Deputado Carlos Matos, que esta Comissão de Desenvolvimento Regional está à disposição para, em parceria com a Assembleia Legislativa do Ceará, dar continuidade a essa luta.

Com a palavra a ex-Deputada Federal Sandra Rosada, hoje Vereadora da cidade de Mossoró.

A SRª SANDRA ROSADO – Boa tarde a todos e a todas. Quero, por economia, apenas me referir a todos que aqui estão para discutir um tema tão importante e saudar V. Exª, Presidenta desta Comissão, parabenizando-a pelo trabalho. Acompanho esse trabalho há muito tempo, fomos colegas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Deputadas Estaduais, fomos colegas Deputadas Federais. Hoje a senhora chega ao Senado, e eu vou lá para onde o povo bate à porta em primeiro lugar, que é a vereança.

Quero saudar o Ministro Helder Barbalho e dizer que, em outras feitas, já estivemos lá com o senhor, como Ministro também à época, acompanhando o ex-Deputado Henrique Eduardo Alves, e fomos buscar soluções para a questão do sal. O senhor nos atendeu imensamente bem, e não poderia ser diferente, sendo filho de Elcione Barbalho, nossa ex-colega como Deputada Federal. O senhor foi de uma gentileza extraordinária.

Na minha fala, aqui, não vou me prender ao aspecto técnico, porque acredito que o aspecto político é muito importante. Eu quero aqui registrar a importância de a classe política estar unida nisso, no reconhecimento do que o Presidente Lula fez, que nos deu essa esperança de hoje estarmos aqui discutindo o final de uma obra que eu desejaria muito, Ministro, que não demorasse. Mas fico feliz porque sei que o Piranhas-Açu está mais avançado e fico meio triste porque a minha região seria mais diretamente beneficiada pelo Apodi.

Eu gostaria de saber do senhor o seguinte: essa licitação que estava marcada para 2017 vai passar para 2018, mas e a obra? Nós ficamos numa angústia enorme, porque a região Oeste sofre muito. É o Sertão que vê, pela falta d'água, não somente nos dias atuais, as pessoas saírem do campo e buscarem a cidade, e as cidades se tornarem cada vez mais inchadas e violentas pela falta de resposta a essas pessoas.

Então, eu considero que seria muito importante um esforço da Bancada Federal, dos Deputados do meu Estado, dos nossos Senadores – Senador Garibaldi, Senador José Agripino e Senadora Fátima –, na busca de que o Governo Temer pudesse acelerar um pouco mais essa solução que é tão importante para todos nós.

Quero agradecer, em nome da minha terra também, em nome da classe política do meu Estado e da minha cidade principalmente, esse empenho, que eu gostaria muito que não somente fosse alargado pelas emendas de bancada, pelas emendas de comissão, mas quem sabe... Se nós pudéssemos, Deputados Estaduais, vereadores, dar a nossa colaboração também nesse sentido, seria bastante importante para a conclusão do projeto. Então quero agradecer.

A minha Presidenta, Izabel Montenegro, vai certamente falar. E quero dizer da importância, mais uma vez... Sei que V. Exª será sensível a isso. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço à ex-Deputada Federal Sandra Rosado, nossa colega aqui na Câmara. Como ela lembrou, fomos também colegas na Assembleia Legislativa.

Esse é um sonho – não é, Sandra? –, o São Francisco, que já vem de muito tempo. Agradeço a sua presença.

Passo, imediatamente, a palavra à Vereadora Izabel Montenegro, que aqui fala em nome também da Câmara Municipal de Mossoró, na condição de sua Presidente.

Registro aqui a presença do Senador Raimundo Lira, Líder do PMDB aqui no Senado, paraibano.

Nós estamos já terminando a audiência – sente-se aqui, Senador Raimundo Lira.

Deputada Zenaide, estamos já terminando. Vamos fazer aqui uma foto com todo mundo. Depois vamos fazer uma foto aqui com as Assembleias Legislativas, para mostrar essa integração, e com as Câmaras.

Com a palavra a Vereadora Izabel Montenegro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª IZABEL MONTENEGRO – Eu gostaria de, inicialmente, cumprimentar V. Exª, Senadora Fátima Bezerra, Presidente desta Comissão e autora da proposição desta audiência pública, e, na pessoa de V. Exª, cumprimentar toda a Bancada do Rio Grande do Norte e também da Paraíba, do Ceará e de Pernambuco, que aqui estiveram, bem como o nosso Ministro Helder Barbalho, do nosso Partido, PMDB, tão jovem – pensei até que era engenheiro, mas é um administrador.

Sei do sentimento telúrico que a Senadora Fátima Bezerra tem pela Paraíba, mas sei do compromisso político que S. Exª tem com o Rio Grande do Norte.

E a Vereadora Sandra Rosado tão bem dizia, há pouco tempo, Senadora, como nós estamos felizes hoje com essa união não só dos políticos da nossa Bancada do Rio Grande do Norte, mas também da Bancada da Paraíba, do Ceará, de Pernambuco. Talvez por isso a gente tenha certeza de que essa obra realmente será concluída.

A Vereadora Sandra registrou a importância de o nosso Presidente Lula ter tocado finalmente essa obra, que era um sonho secular do nosso País. E quero aqui registrar também a importância do Senador Garibaldi como governador – o Governador das Águas do Rio Grande do Norte.

Quero dizer que a Câmara Municipal de Mossoró não poderia deixar de estar presente neste momento.

Gostaria só de perguntar, Senadora, ao Ministro: apesar do conflito socioambiental que houve, eu gostaria de saber se os recursos que estavam destinados para o perímetro irrigado do Apodi vão ser direcionados para outra obra, haja vista terem gerado todo aquele conflito, precisando ser muito mais bem discutida a questão antes de ser tocada. Então, como a Vereadora Sandra também já falou, a conclusão dessa obra é imprescindível, é fundamental, é um sonho de todos nós nordestinos.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço à Vereadora Izabel Montenegro, que falou aqui em nome da Câmara Municipal, na condição de sua Presidenta.

Passo imediatamente a palavra a Ítalo Mendonça, que fala aqui em nome da Câmara Municipal de Macau.

Ítalo com a palavra.

O SR. ÍTALO MENDONÇA – Boa tarde, Senadores. Saúdo a Senadora Fátima Bezerra.

Primeiramente, estamos muito felizes por sair de Macau, Rio Grande do Norte. Estamos aqui para um apelo a V. Exªs. Nossa região está sofrendo, e, como a Vereadora Sandra falou, nós vereadores somos aqueles que estamos mais perto do povo, aqueles que sofremos mais a pressão dos pedidos, das reivindicações. E viemos aqui reivindicar. Estamos com uma pauta para os Deputados Federais do nosso Estado para nos unirmos e darmos uma solução a esse problema da crise hídrica.

Para V. Exªs terem uma ideia, Senadores, uma cidade como Macau hoje não tem uma adutora própria. Nós vivemos de uma adutora privada de uma empresa chamada Alcanorte – não sei se V. Exªs conhecem. Nós temos uma adutora... A escassez da água no Armando Ribeiro está prejudicando cada vez mais. Eu faço até um apelo, peço ajuda dos Deputados e dos Senadores do Rio Grande do Norte – ao Rafael Motta, que esteve conosco lá em Macau, teve o apoio da população de Macau – para que se juntem conosco, com os vereadores e com os prefeitos também da região. Aquela região que está tão sofrida!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu queria fazer uma pergunta ao Ministro sobre a adutora de engate rápido, que resolveria... Sei que a transposição é algo que vai resolver permanentemente, mas queremos algo de curto prazo. Acredito que a transposição, que vai ser o maior benefício para a nossa região, para o nosso Estado, tem um médio ou longo prazo para ser colocada lá.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ÍTALO MENDONÇA – Então, nós queremos saber – nós viemos aqui com esta pauta – como andam os recursos ou o início das obras da adutora de Santa Maria, em Afonso Bezerra, que resolveria a questão, pelo menos em curto prazo, dessa crise hídrica na nossa região.

Agradeço a oportunidade.

Vamos nos unir. Fico até feliz com esta união dos Senadores e Deputados, para que isso venha a ser solucionado, porque nós estamos sofrendo. É um apelo que faço, porque estamos sofrendo. A nossa cidade está passando semanas sem água. São semanas! E o povo não aguenta mais sofrer pela escassez de água.

Obrigado pela oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero agradecer ao Vereador Ítalo. Reforço aqui todo o apelo dele. Estive, na sexta-feira, na Câmara Municipal de Macau.

O Ministro, daqui a pouco, vai se posicionar.

Vamos passar a palavra, imediatamente, para José Procópio de Lucena, que é Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu.

O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA – Senadora Fátima Bezerra, em nome do Comitê da Bacia do Rio Piancó-Piranhas-Açu, agradecemos a oportunidade. Nós a parabenizamos pelo exercício do mandato, pela forma como vem conduzindo a Comissão.

Boa tarde ao Ministro, aos que estão aqui, às mulheres, aos homens, aos representantes dos segmentos organizados institucionais.

Fátima, na verdade, nós estamos no Comitê da Bacia, temos feito vários encontros nacionais e estamos certos de que é preciso que se coloque a pauta da água na agenda política brasileira. Esse assunto da água precisa estar na agenda política brasileira. É preciso que a sociedade e o Parlamento brasileiro entendam que a água é a seiva da vida, é o sangue da terra, e que é preciso que ela esteja na agenda política nacional. E ela nunca esteve nessa agenda. Sempre se fizeram essas discussões em momentos de enchentes ou de secas, e é preciso compreender que, com as mudanças climáticas e com os regimes hidrológicos sendo alterados, temos de debater esse assunto permanentemente. Essa tem de ser uma agenda permanente da sociedade e do Parlamento.

Então, nós, do Comitê de Bacias do Brasil, estamos solicitando à Senadora que possamos ter uma audiência sobre as águas do Brasil. Haverá o 8º Fórum Mundial da Água no Brasil, que vai ser realizado em Brasília. Precisamos discutir as águas do Brasil imediatamente!

Segundo aspecto: a seca é um fenômeno físico e natural. Não vamos responsabilizá-la pela pobreza, pela miséria, pela desigualdade que existe no Semiárido. Não vamos fazer isso. A pobreza, a miséria, a desigualdade são fruto das nossas decisões políticas. Apenas a seca contribui com esse fenômeno, na medida em que as políticas não foram estruturadas e organizadas de forma sinérgica com as outras demandas da sociedade. Aí cria-se, então, certa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O terceiro aspecto é que nós, do Comitê da Bacia, acompanhamos 1,5 milhão de pessoas na bacia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA – E hoje, dos 2.436 açudes, 90% ou estão secos ou estão entrando em volume morto, que é o caso de dois grandes reservatórios da bacia: o Mãe D'Água-Coremas, que, em dezembro entra em volume morto; e o Armando Ribeiro, que, também em dezembro, estranhamente, entra em volume morto. Parece uma combinação entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte para sofrerem juntos. Como tivemos uma animação juntos nesse período, agora estamos sofrendo juntos também.

Então, esse assunto é seriíssimo. Estamos, portanto, necessitando de um conjunto de ações urgentes.

Evidentemente, esse caso de Armando Ribeiro, pegando o Vale do Açu, é muito grave. As adutoras já estão prontas, como foi apresentado na reunião do Comitê em Açu. Esses projetos estão prontos pela Caern, no Rio Grande do Norte, e estão em Brasília aguardando o investimento de R$88 milhões. Então, nós já conhecemos esse projeto, e aí o apelo do vereador é justo. Eles já estão aqui.

Por último, eu gostaria, Ministro, de tratar agora da Barragem de Oiticica. Nós estamos acompanhando essa obra desde 2013, quando começaram as obras da Barragem de Oiticica. Essa obra começou com um orçamento de 311 milhões em 2010. Nós estamos em 2017, portanto sete anos depois. Por tudo que nós já conversamos sobre a barragem – o Secretário está aqui em nome do Estado; fizemos reuniões com a sociedade organizada, com os movimentos, com prefeitos, com o movimento sindical; a igreja esteve lá presente; Deputados já foram lá; a Fátima já esteve na barragem; fizemos vários eventos –, essa obra saiu de 311 milhões para R$559 milhões. Repito: foi de 311 milhões para 559 milhões. Por que ela subiu para esse valor? Em decorrência de um conjunto de ajustes necessários. Nós estamos com um acordo extrajudicial entre movimento e Estado. Isso está na Justiça porque foi preciso alterar o projeto em várias questões que não atendiam às demandas sociais e ambientais. Com isso, o orçamento que está posto hoje é esse.

Então, estamos fazendo um evento no dia 1º, Ministro. Como o senhor já foi chamado e citado quase como um potiguar, nós o estamos convidando novamente para o evento do dia 1º, junto com a Bancada. Já estão confirmando todos que vão estar presentes: os dois Senadores e a Senadora; os sete Deputados Federais e a Deputada; os prefeitos da região já confirmaram.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA – A imprensa também confirmou, assim como os bispos.

Então, estamos convidando-os, para que a gente possa, no dia 1º, fazer o encontro para discutir a garantia dos recursos para a conclusão dessa obra, que é a maior obra do Rio Grande do Norte em execução e que trará resultados sociais, econômicos e ambientais extremamente relevantes. Então, está feito o convite.

Agradeço à Fátima, inclusive deixando aqui, por último, um convite da Paraíba. Talvez, os Deputados não tenham lembrado, mas a cidade de Coremas está solicitando ao Comitê que haja uma audiência pública em Coremas – na caravana, não foi possível contemplar Coremas. Que se faça uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

audiência pública em Coremas, puxada pelo Comitê e junto com vocês todos, para a gente discutir a história do canal do Piancó.

Obrigado. Estamos juntos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k., Procópio.

Quero agradecer aqui a participação de Procópio, que, na condição de Presidente do Comitê da Bacia do Rio Piranhas-Açu, junto com a igreja, Ministro, desempenha um papel muito importante nessa luta que diz respeito à segurança hídrica não só do Seridó, mas de todo o Rio Grande do Norte.

Depois, no final, Procópio, você entrega o documento ao Ministro – ele traz aqui, inclusive, à tona novamente o tema de Oiticica, que é muito importante.

Vamos, agora, imediatamente, passar a palavra para o Senador paraibano Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Quero cumprimentar a minha amiga Senadora Fátima Bezerra, paraibana emprestada ao nosso querido Estado do Rio Grande do Norte, do Senador Garibaldi, nosso amigo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Nunca é tarde para agradecer!

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Quero cumprimentar o nosso Ministro Helder Barbalho.

Eu estava aqui, em nome do Senado, presidindo a Comissão Temporária para Acompanhamento das Obras da Transposição do Rio São Francisco, e a chegada do Ministro Helder Barbalho representou um novo momento em tudo isso. É um Ministro do Norte, onde há água sobrando, onde há uma das maiores acumulações de água do mundo. No entanto, o Helder teve a sensibilidade de entender a necessidade de o nordestino receber essa água da transposição. Como falou agora um participante, água é vida, é importante. Ele entendeu muito bem isso e deu toda essa agilidade, para que hoje pudéssemos ter a água da transposição.

Hoje, está acabando o racionamento na cidade de Campina Grande, que era a questão mais emergencial da transposição, porque é uma cidade de 450 mil habitantes, e ainda mais 17 outros Municípios são atendidos pela Barragem Epitácio Pessoa, pela Barragem de Boqueirão. Mas, quanto a Campina Grande, sobretudo, era impossível atender a uma cidade de 450 mil habitantes com carro-pipa. Então, foi uma corrida contra o tempo.

E, mais ainda, em todas as análises, em todos os estudos, em todos os planejamentos que foram feitos, em todas as alternativas – não é isso, Ministro? –, não existia o plano B, só existia o plano A, que era a transposição do Rio São Francisco, que chegou no momento em que precisava chegar.

Quero cumprimentar meus amigos Deputados Estaduais – o Deputado Jeová Campos, que tanto tem se dedicado a essa questão da água na Paraíba e no Nordeste, e, igualmente, o Deputado Renato Gadelha –, todos vocês que estão participando, e o meu amigo Deputado Rômulo Gouveia.

Eu estava na Liderança, resolvendo assuntos de interesses da Paraíba, e na Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, peço desculpas à minha amiga Fátima Bezerra por não ter participado aqui com maior intensidade. Nesta Casa, é assim: a gente tem de se dividir a todo o momento.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Principalmente em dia de quarta-feira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Exatamente, principalmente nas quartas-feiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Tudo que poderia ser dito aqui com relação ao Eixo Norte, quando vai chegar a água, já foi dito pelo Ministro da Integração Nacional.

Quanto à questão do Ramal Piancó, quero dizer que, quando iniciamos essa luta pelo Ramal Piancó, Ministro, não existia nada, não existia estudo, não existia nenhum tipo de planejamento; só existia a palavra "Ramal Piancó". E ele está se transformando numa realidade. Acreditamos que, ainda este ano e, possivelmente, no início de 2018, essa obra será licitada e fará parte complementar da transposição do Rio São Francisco. É uma área extremamente importante. Vai dar um aproveitamento excepcional, porque vai exatamente atender ali, perenizar o Rio Piancó e levar água para o conjunto de barragens Coremas-Mãe D'Água, que, durante muitos anos, nas décadas de 40, de 50 e de 60, foi a maior barragem do Nordeste brasileiro. E isso vai, naturalmente, atender o nosso querido Estado do Rio Grande do Norte, perenizando o Rio Piranhas, indo até a Barragem Armando Ribeiro, a Barragem de Açu.

Não vou entrar em detalhes técnicos da obra, porque tudo isso já foi conversado aqui. Eu trouxe apenas a minha mensagem política, uma mensagem de apoio da minha Bancada ao trabalho da Senadora Fátima Bezerra e ao trabalho do Ministro Helder Barbalho, um trabalho que tem sido acompanhado perenemente pelo Senador Garibaldi Alves, esse grande representante do Estado do Rio Grande do Norte, e por todos aqueles que têm se dedicado a essa obra.

Acho que os nordestinos têm esta característica: eles são lutadores. Nós nordestinos somos lutadores e nós gostamos de trabalhar em conjunto, porque é um trabalho muito mais eficiente e muito mais produtivo. O Ministro Helder tem sentido isso, a pressão que ele recebe das Bancadas nordestinas, principalmente da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará e do Pernambuco, com relação a essa questão da transposição do Rio São Francisco. Então, todos nós estamos trabalhando juntos, todos nós achamos que isso é importante. Os nossos Deputados Estaduais também fazem esse trabalho.

Quero deixar um abraço para todos vocês e meus cumprimentos à Presidente, a Senadora Fátima Bezerra, e ao Ministro Helder Barbalho.

Quero dizer que vou ter de me retirar, porque estamos fazendo agora, na Liderança, uma reunião com o Ministro da Justiça, Torquato Jardim, em que vamos discutir outra pauta que está angustiando o povo brasileiro, que é a pauta da segurança. Recentemente, assisti, pela televisão, a uma estatística nas escolas de 1º e 2º grau do Brasil em que os professores e alunos consideram que o problema principal hoje das escolas é a questão da segurança, com indicação de 82,7%. E, ontem, também dando continuidade a essa preocupação, um aluno de 15 anos agrediu uma professora de forma muito violenta, o que mostra que essa questão da violência hoje é uma questão que está levando sofrimento e angústia ao povo do nosso País.

Muito obrigado.

Bom dia a todos vocês!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero agradecer aqui a participação do Senador Raimundo Lira e dar o nosso testemunho de o quanto o mandato do Senador Raimundo Lira tem sido um mandato muito presente em todos esses temas de desenvolvimento regional que dizem respeito ao nosso Nordeste, à Paraíba, como é o tema do São Francisco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós vamos, imediatamente, conceder a palavra para o Deputado Federal Rômulo Gouveia, outro grande lutador também em defesa dessa obra, e vamos, depois, passar a palavra para o Prof. Gilton Sampaio, representando o Fórum do Oeste Potiguar, Ministro, para encerrarmos a audiência.

Com a palavra o Deputado Federal Rômulo Gouveia.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PSD - PB) – Senadora Fátima, primeiro, quero parabenizar V. Exª não só por esta audiência e pelo trabalho à frente da Comissão, mas também pela caminhada que realizou. No período, eu estava operado, mas eu conversava com o Deputado Renato Gadelha e vi...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Foi a Caravana das Águas.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PSD - PB) – Recebi, inclusive, o depoimento de V. Exª sobre o empenho da Assembleia da Paraíba, do Deputado Renato, do Deputado Jeová, de toda a Assembleia, que fez parte da Caravana das Águas, num trabalho preparatório, enquanto o Ministério estava no processo de licitação para a retomada do Eixo Norte, que, como aqui muito bem colocou o Senador Cássio, teve esses atrapalhos em função do processo licitatório.

Diferentemente do Eixo Norte, no Eixo Leste o Ministro Helder Barbalho – e aí quero fazer minhas as palavras do Senador Cássio, inicialmente –, tanto o Ministro Helder como sua equipe, o Secretário Antônio de Pádua, foram de uma competência, de uma determinação... E a angústia da região polarizada por Campina Grande, Zenaide... São 18 Municípios. E, na verdade, foi fruto de uma determinação, porque não basta somente... Muitas vezes, você tem o recurso, tem uma série de coisas, mas se não tiver determinação... É como aqui o Ministro Helder colocou: a determinação em relação ao Eixo Norte.

Então, eu saio daqui com a certeza, Ministro, de que a mesma determinação do Eixo Leste V. Exª vai ter para que a gente possa, no prazo estabelecido, tentar atender os Estados da Paraíba, do Ceará, do Rio Grande do Norte. Estão aqui, inclusive, os Deputados da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará, a Bancada Federal, e eu cumprimento os Senadores e os Deputados Federais.

Mais do que isso, quero dizer que a nossa Bancada, como falou o Senador Lira e o Senador Cássio, também já aprovou para a LDO, e vamos garantir também na emenda impositiva de bancada, recursos para a questão do Piancó. O Piancó...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PSD - PB) – É importante – para concluir – que o Rio Grande do Norte também se associe, porque o Piancó possibilitará água para Coremas, que vai atender também ao Estado do Rio Grande do Norte. Então, é muito importante esse Ramal do Piancó. A nossa Bancada já garantiu na LDO e já há o compromisso nosso de uma das emendas impositivas da Bancada, já com o acordo dos Senadores e dos 12 Deputados Federais, para destinar recursos ao Ramal do Piancó.

E, para encerrar – outro tema que foi aqui tratado –, é muito importante a revitalização, como o Senador Valadares, a Senadora Lídice aqui falou, até porque não nos interessa, como Estados que estamos recebendo as águas, ver o Rio São Francisco morrer. E eu sei também que essa é outra determinação do Governo. É preciso que a gente também acompanhe de perto a região do norte de Minas. Estive, inclusive, recentemente, com a Deputada Raquel Muniz em Pirapora e posso dar o testemunho da importância dessa revitalização. A Senadora Fátima falou da questão do esgotamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Realmente, os Municípios não têm como fazer essa gestão, então é preciso envolver o Governo Federal, o DNOCS, a Funasa, enfim, para que a gente faça uma ação conjunta.

Então, eu quero me associar e, mais uma vez, cumprimentar V. Exª e parabenizá-lo pelo trabalho que V. Exª realiza à frente do Ministério.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço ao Deputado Rômulo Gouveia pela participação.

Vamos agora para o Prof. Gilton Sampaio, Ministro. Ele é Professor da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte e fala aqui em nome do Fórum Oeste Potiguar, esse movimento muito importante em prol do São Francisco.

Com a palavra o Prof. Gilton.

O SR. GILTON SAMPAIO DE SOUZA – Boa tarde a todos os presentes. Na pessoa do Ministro Helder Barbalho e da Senadora Fátima Bezerra, Presidente desta audiência pública, saúdo todos os presentes.

Somos de uma região muito grande, o Oeste Potiguar, uma região de 77 Municípios, e estamos aqui e vamos falar não como professor, mas como alguém da região, acima de tudo, e alguém que tem sede e tem pressa.

Para os brasileiros que estão nos ouvindo e nos assistindo, e para aqueles que ainda têm sensibilidade humana, não há mais espaço neste Brasil do século XXI para estarmos no século XVII ou XVIII, com crianças morrendo. A cidade de Pau dos Ferros, um polo, e dezenas de outras, como Luís Gomes, Marcelino Vieira e José da Penha estão recebendo água ruim, de 20 em 20 dias. A indústria da seca, Senadora Fátima Bezerra, está a todo vapor. Pessoas estão passando fome e sede, porque não há água para comprar, e todo tipo de miséria se desdobra disso aí

A sociedade está toda organizada no Fórum do Oeste Potiguar em defesa da integração das águas do São Francisco. Somos das três regiões daquele Oeste Potiguar – o Alto Oeste, onde eu vivo, o Médio e o Baixo Oeste, que é a região de Mossoró – e estamos com diversas atividades. Neste momento, pelo menos, em todas as regiões, de um lado a outro do Oeste Potiguar, há gente se organizando, assistindo, debatendo e reproduzindo nas redes. Estamos organizando a Caravana das Águas Profª Drª Joseney Dantas – ex-Diretora do *campus* da Uern, que faleceu recentemente em uma tragédia – para visitar todo o leito e fazer o percurso do Rio Apodi-Mossoró, com barragens, com todos os problemas e suas cidades. Estamos nos organizando para audiências públicas em Apodi, em Mossoró e em outros Municípios.

Tenho uma pergunta a lhe fazer, e falamos aqui em nome de toda essa região.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILTON SAMPAIO DE SOUZA – Eu pediria um minutinho aí de tempo, porque inclusive há outros aspectos aqui.

Quanto ao orçamento que o senhor nos deu, dos 2,2 bilhões, mais ou menos, que em média seriam o projeto – não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GILTON SAMPAIO DE SOUZA – Sim, dos 2,2 bi, haveria o orçamento de 370. Fiquei feliz e quero parabenizar pelo avanço da última audiência até agora. Mas fiquei muito triste, porque isso dá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma média de oito anos para poder ser executado. Se for dividir 370 milhões por ano para fazer, com os acréscimos, juros e correções, talvez em oito, dez anos – chega a essa média.

O que o senhor diz? Por onde a gente pode caminhar para esse orçamento aumentar?

A situação é séria. Se a gente tiver um inverno bom, de mil milímetros, lá na nossa região, isso de quase nada valerá no próximo ano, porque tudo está tão seco, os pequenos açudes tão secos, que nos grandes reservatórios nem água chegará para enchê-los. Não há nem como pensar em adutora se não houver uma atividade. E a gente não espera que outra imagem da miséria, que outra imagem da seca invada este País para poder essa obra ser concretizada. Para mim, ainda é uma vergonha nacional, uma vergonha do Brasil que nos assiste nós estarmos no século XXI discutindo esse problema de sede, de água, de fome no Sertão nordestino. Não era para nós estarmos mais aqui. Mas estamos, enfim, e parabenizamos mais uma vez vocês por estarem conduzindo aqui conosco.

Quero pedir que o senhor fale um pouco disso, das suas expectativas, já que se demonstrou muito pragmático e articulado nessa questão. O que podemos fazer de fato para que, em dois anos... E, se possível, Ministro Helder, o que poderíamos fazer para essa obra ainda ser licitada – pelo menos licitada – em 2017? Haveria alguma possibilidade, já que o projeto está concluído?

Senadora, eu queria pedir, se fosse possível, bem rapidinho, porque há pessoas de cidades diferentes daquele território, de regiões diferentes, para darem uma palavra. São seres humanos que se distanciaram aqui milhares e milhares de quilômetros, como o Pedro Júnior, de Marcelino; o João Jácome, Vice-Prefeito de José da Penha; o diretor do DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas) de toda a região. Muito rápido. Somos os últimos. Seria bem rapidinho para vocês, já que tanto houve extensão, se a gente pudesse falar... Poderiam?

Quero agradecer mais uma vez e dizer que é uma honra estar aqui representando o Oeste Potiguar. Em nome de Joseney e de cada cidadão daquela região, muitas vezes esquecida por 500 anos de história deste País, a gente pede a sensibilidade deste País e de vocês que nos representam neste momento.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k., Prof. Gilton. Quero agradecer.

Vamos rapidamente...

O SR. PEDRO JÚNIOR – Quem tem sede tem pressa! Essa luta também é sua. Unidos somos mais fortes.

Saído de Marcelino Vieira, uma cidade com 8.216 habitantes, com um açude de 14 milhões de metros cúbicos, seco, na areia, nós aqui queremos parabenizar a Senadora Fátima Bezerra pela iniciativa, os Senadores aqui presentes, os Deputados Federais, Deputados Estaduais, vereadores e as representações da sociedade civil organizada; parabenizar o Ministro Helder Barbalho e o Secretário de Recursos Hídricos, sempre presente – já falado por todos que nos antecederam aqui.

Como membro do Parlamento daquela cidade pelo sétimo mandato e representando aqui também o Fórum Oeste Potiguar pela Integração do São Francisco, nós gostaríamos de pedir, em nome da minha terra, Marcelino Vieira, e em nome do povo...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PEDRO JÚNIOR – ... do Rio Grande do Norte, a união da classe política, porque não há mais como esperar oito anos para ver o precioso líquido voltar às torneiras. Então, nós esperamos que haja união de toda a classe política, principalmente daqueles que fazem parte do Semiárido nordestino.

Muito obrigado por ter nos dado esta oportunidade, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço ao Vereador Pedro Júnior, lá de Marcelino Vieira.

Claro, reconheço aqui todo o esforço que vocês fizeram de deslocamento até aqui. Quero só pedir agora ao Fausto, lá do DNOCS, bem como a Júnior, um minuto para cada um.

Então, o Fausto quer a palavra para uma mensagem.

Um minuto, amigo, porque nós já vamos com quatro horas de audiência, e nós temos que encerrar os nossos trabalhos com a palavra final do Ministro.

Fausto, diretor do DNOCS em Pau dos Ferros.

(*Soa a campainha.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor, a assessoria ajude ali.

O SR. JOSÉ FAUSTO MAGALHÃES FILHO – Apesar de ser um técnico, vou abdicar de fazer uma questão, uma pergunta dessa natureza.

Como eu considero que a arte pode se aliar à técnica, vou ler um pequeno poema que fiz, que consta de um apelo:

> Senadora Fátima e demais autoridades, Sr. Ministro, por favor, evitem mais descalabro!
> O quadro está ficando macabro, sinistro.
> Tamanha seca é um sofrimento além do que suporta o ser humano e os setores da economia.
> O sertanejo está cabisbaixo, sem vigor e sem alegria.
> Do gado muitas cabeças se foram, e é possível que o homem chegue à letargia.
> Pois o pobre, para comprar água, está passando pela mágoa de até passar fome.
> Enfim, para um político do bem tal fato, emocional e moralmente, lhe agride, entristece e consome.
> Portanto, não se esqueçam do Ramal Apodi, para que não soframos mais do que já sofremos até aqui.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero parabenizar o José Fausto, que é representante do DNOCS local, inclusive pela poesia bonita que ele fez aqui, somando-se ao apelo.

Nós chegamos ao final da nossa audiência. Antes de passar a palavra para o Ministro, em primeiro lugar, quero agradecer, em nome da Comissão de Desenvolvimento Regional, a presença de todas e de todos vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Foi muito importante a presença das Câmaras Municipais de Mossoró, Marcelino, Macau etc.; depois, a presença da sociedade civil, do Comitê da Bacia, bem como de outras entidades, como a Articulação Semiárido, de que registro a presença de Caramuru; depois, a presença das Assembleias Legislativas – a do Ceará, de que chegou o Deputado Carlos Matos; e destaco a presença muito importante da Assembleia Legislativa do meu Estado, o Rio Grande do Norte, e da Paraíba, que desde o início...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já falei do Ceará. Já falei, Rômulo.

Quero aqui destacar a presença... Estou fazendo isso até para motivar a participação da Assembleia Legislativa do Ceará, porque, por dever de justiça... Não estou movida pelo sentimento, Sandra, de bairrismo, não – o bairrismo de que eu falo é porque sou paraibana e norte-rio-grandense –, mas por uma questão de justiça. A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte e a da Paraíba têm tido um papel muito importante de mobilização social e popular nessa retomada da luta para recolocar a agenda do São Francisco na pauta, no âmbito do Legislativo, e cobrar isso do Poder Executivo. Cito a Deputado Larissa, que aqui está, e o Deputado Tomba, que aqui se soma ao Deputado Fernando Mineiro, que tem sido um grande articulador desde o início, o Deputado Hermano, o Deputado Carlos Augusto, o Deputado Gustavo e tantos outros, assim como o Deputado Jeová Campos e o Deputado Renato Gadelha. É muito importante a presença aqui de vocês.

Agradeço a presença aqui de Júnior, lá de José da Penha, representando os prefeitos; de Mairton, representando aqui o Governo do Estado; e a presença da nossa Bancada Federal, da Paraíba e do Rio Grande do Norte: o Deputado Rômulo Gouveia e os três Senadores, que aqui estiveram, Senador Raimundo Lira, Senador Maranhão e Senador Cássio; e, do nosso Estado, o Senador Garibaldi, até o presente momento aqui, e o Senador José Agripino também, e a Bancada Federal nossa – o Deputado Rafael Motta; a Deputada Zenaide, desde o início até o presente momento; o Deputado Beto Rosado, o Deputado Antônio Jácome e o Deputado Felipe Maia, coordenador da Bancada, que aqui estiveram. Então, o nosso agradecimento.

Por fim, Ministro, quais os encaminhamentos a serem exatamente tirados daqui?

Primeiro, V. Exª aqui colocou muito bem previsões de recursos e a questão da conclusão da obra do Eixo 1. E agora, no final, eu gostaria que V. Exª, com a sua objetividade, pudesse dar o arremate: afinal de contas, o Eixo 1 vai ser entregue ao Ceará quando? Em dezembro? Em janeiro? E à Paraíba e ao Rio Grande do Norte essas águas chegam exatamente quando? Um mês depois? Dois meses depois?

Aqui também o senhor foi indagado sobre a questão do orçamento. Diante da preocupação que nós temos hoje com a situação que vive o País, inclusive com esse rombo nas contas públicas, beirando 159 bilhões, nós temos que estar muito atentos aqui para que não falte dinheiro, Senador Garibaldi Alves Filho, para a conclusão exatamente do Eixo 1.

Mas, dentro do Eixo 1, que o senhor possa agora fazer também esse arremate no final: os obstáculos que precisam ser vencidos para que, quando a água chegar a São José de Piranhas, assim como quando chegar ao Rio Açu-Piranhas, ela possa chegar à torneira das casas do povo da Paraíba, do povo do Rio Grande do Norte e do povo do Ceará. No caso da Paraíba, aqui foi mencionado o canal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Piancó, a questão lá da bacia de Coremas-Mãe D'Água; e, no caso do Rio Grande do Norte, de um lado, a desobstrução do Açu-Piranhas, o desassoreamento – ou seja, paralelamente à conclusão do Eixo 1, o compromisso de fazer essa desobstrução –, bem como o Ramal Apodi-Mossoró.

Eu me somo aqui ao apelo que foi feito pelo Prof. Gilton, no sentido de que nós reconhecemos, já fruto também de toda aquela caravana que o senhor elogiou, e muito, a Caravana das Águas, pela mobilização social, e nós queremos agradecer. Claro, o Ministério hoje já tem pronto o projeto executivo. Passos também foram dados, e o Fórum reconhece, como o de o Ministro dizer aqui que já está solicitando 370 milhões, Senador Garibaldi Filho, no Orçamento.

Mais uma vez, quero firmar aqui com ele: a Bancada Federal do Rio Grande do Norte, Rômulo, já assumiu o compromisso de emenda coletiva. Mas mais do que isso: eu, na condição de Presidente desta Comissão de Desenvolvimento Regional, já assumi o compromisso também de destinar uma emenda de comissão para a questão do Ramal Apodi-Mossoró. Igualmente, há esse movimento também feito pela Bancada da Paraíba, porque o Ramal Apodi-Mossoró está mais adiantado que o do Piancó, e nós queremos que ambos caminhem juntos, pela importância que eles têm.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu sei, exatamente.

Então, eu concluo, Ministro, mais uma vez agradecendo a V. Exª a sua disponibilidade, o seu empenho como Ministro de Estado e a atenção que V. Exª tem dado exatamente a essa obra, somando-me ao apelo que fez aqui o Vereador Ítalo, junto com os demais vereadores de Macau, em nome do povo de Macau e daquela região. Quero me somar aqui ao apelo que eles fizeram, até porque estive lá sexta-feira e disse que ia fazer este apelo a V. Exª hoje, para que sejam liberados os 48 milhões – não; são 80 –, os 80 milhões para as obras emergenciais do Rio Grande do Norte. Dentro desses 80 milhões, 48 milhões... Aliás, 68 milhões são destinados para a adutora Santa Maria, que é a adutora de Afonso Bezerra, que vai socorrer o povo de Macau, Pendências, Alto do Rodrigues e aquela região, Ministro. Renovo aqui este apelo.

É meu papel, é meu dever, e faço isso em nome do Senador Garibaldi Filho, do Senador José Agripino e de toda a Bancada federal do nosso Estado, assim como também na questão de Oiticica – não é, Rafael e Zenaide? –, ou seja, do apelo que Procópio aqui colocou, do documento que ele vai entregar a V. Exª.

Quero dizer a Procópio que no dia 1º nós estaremos lá.

E termino solicitando aqui ao Ministro que ele possa garantir a presença do Secretário de Infraestrutura Hídrica, Dr. Antônio de Pádua, bem como de técnicos do Ministério para participar da nova agenda de audiências que a Comissão de Desenvolvimento Regional vai realizar: a romaria lá do Fórum Oeste Potiguar, Apodi; Açu e Região Salineira nós vamos fazer; culminando, Procópio e Jeová, com a audiência pública de Coremas-Mãe D'Água, o canal do Piancó; e a agenda para tratar da questão das águas aqui no ambiente da CDR. Então, repito, são três audiências: Apodi – não é, Gilton? –, nós agora vamos para Apodi, fazendo, inclusive, a segunda caravana; depois, Açu e Região Salineira; depois, Paraíba, Coremas-Mãe D'Água para tratar do canal do Piancó.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É evidente que, se o Ministro puder ir, será maravilhoso, mas a gente compreende também as atribuições do Ministro. Por isso que, desde já – como fiz na outra, e nós fomos atendidos –, quero solicitar dele a presença do Ministério da Integração.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PSD - PB) – Senadora Fátima, só para registrar a presença do Vereador Manoel Teotonio, de Santana dos Garrotes, que é da região do Vale do Piancó...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ótimo.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PSD - PB) – ... que veio prestigiar também e reiterar o pleito da região do Vale do Piancó.

Eu me esqueci de dizer que a Senadora também tem sido uma Senadora muito solidária às demandas da Paraíba, e nós temos muito o que lhe agradecer também.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Deputado Rômulo.

Nós, agora, com muito prazer, vamos passar a palavra para o Ministro Helder Barbalho, no encerramento da presente audiência pública.

Logo em seguida, vamos fazer as fotos e a entrega dos documentos.

O SR. HELDER BARBALHO – Prosseguindo, aproveitando para responder às oportunas perguntas que a mim fizeram, quero agradecer a todos que se manifestaram de maneira solidária ao nosso trabalho, ao trabalho da equipe do Ministério.

Com relação à operação que o Carlos Matos questionou, a operação do Pisf, nós persistimos em que a operação pública continuará sob a responsabilidade da Codevasf e estamos aguardando manifestação do BNDES a partir de uma consulta de possibilidade da inclusão da operação da transposição no Programa de Parcerias de Investimentos. O fato, neste momento, é que a Codevasf é a responsável pela operação a partir de 2018.

Com relação à cota de cada Estado, claramente nós não vamos cobrar aquilo que nós não vamos entregar. Porém, imaginar que a entrega da água, no caso do Ceará, apenas será contabilizada se se fizer o Ramal do Salgado seria um equívoco nesse processo. No momento em que nós entregarmos para o Cinturão das Águas, estará adentrando o Estado do Ceará, portanto será contabilizada a entrega da água e a funcionalidade para o Estado. Isso não impede que façamos, dentro da agenda de investimentos futuros, tanto o Ramal Entremontes quanto o Ramal do Salgado, para facilitar a cobertura e um volume de água que possa abastecer, inicialmente, o Orós e, em um segundo momento, o Castanhão, com a menor perda de água possível.

A ex-Deputada Sandra Rosado questionou sobre o início das obras do Apodi, e creio que isso também deva ter sido colocado pelo Gilton, colocado pelo Procópio e também pelo José Fausto. Não é possível nós iniciarmos as obras este ano; não é possível nós licitarmos as obras este ano. Claramente, o nosso cronograma é garantir que o projeto executivo esteja pronto, e isso está realizado, e a partir daí projetar para em 2018 fazermos a licitação da obra.

Prazo de licitação. No momento em que estiver sancionada a Lei Orçamentária de 2018, estando aprovada a nossa sugestão – imaginando, inclusive, que a Bancada do Estado do Rio Grande do Norte haverá de suplementar ainda isso, impulsionar esse orçamento –, aí nós teremos condições de fazer o licenciamento. E aí eu já lhe respondo, Gilton: obra é recurso. Nós estamos colocando 370 milhões no Orçamento porque foi aquilo que tivemos condição no orçamento do Ministério da Integração. Agora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

a decisão de eventualmente ampliar isso ou não é uma decisão do Congresso Nacional, que estará aperfeiçoando a peça orçamentária, e do Presidente, sancionando ou não, dentro do processo do ciclo Legislativo/Executivo.

Esperamos que essa obra possa ser feita o mais breve possível. Trabalharemos, dentro do planejamento do Ministério para que a funcionalidade dela possa acontecer a cada passo, da mesma maneira, inclusive, como procedemos na transposição, como estamos procedendo no Pajeú, como estamos procedendo na adutora do Agreste, e isso não será diferente nas demais obras. Agora, claramente, é necessário que haja a garantia orçamentária e financeira para que se encurtem os prazos.

Nesse sentido, eu queria alertar a outros que abordaram temas que envolvem a mesma questão, que é a questão orçamentária e financeira, como foi abordada pelo Vereador Ítalo sobre Macau. Nós temos dialogado com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte sobre a adutora de engate rápido de Afonso Bezerra para Pendências. Nós estamos com a perspectiva de uma rodada de novas adutoras de engate rápido. Já fizemos ali na região do Seridó – inclusive está pronta a adutora de Caicó – e temos outras que estão prontas, o que foi a rodada deste ano de 2017, que inclusive era uma demanda ainda de 2016. Agora, nós temos uma nova rodada, que envolve cerca de R$200 milhões para os Estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Agora, claramente – e aqui não cabe a mim fazer a discussão sobre o debate que o Congresso vai fazer nos próximos dias sobre a revisão da meta –, a revisão da meta sendo aprovada, nós temos perspectiva de ter receita para executar determinadas agendas ainda em 2017. Se não for aprovada a revisão de meta, muito provavelmente isso trará consequências no nosso cronograma de atendimento a essas pautas. Portanto, não podemos dissociar: querer novas obras, querer novos investimentos e não ter solidariedade no aspecto da necessidade de ter aporte financeiro; seguramente em algum momento isso trará prejuízos, seja para as obras estruturantes, seja para as obras emergenciais.

Vereadora Izabel, sobre o perímetro irrigado do Apodi, nós estamos dialogando isso com o DNOCS para garantir que esses perímetros possam estar plenamente em funcionamento.

Eu queria, para encerrar, agradecer mais uma vez a esta importante Comissão; agradecer a todos os Senadores que participaram, aos Deputados Federais, aos Deputados Estaduais, aos vereadores, prefeitos e vice-prefeitos, ao Comitê da Bacia, à sociedade civil, a todos que nos acompanharam pelas redes sociais; e dizer que sempre estarei à disposição de todos, na certeza de que esse debate, essa discussão contribui para o aperfeiçoamento da gestão do Ministério da Integração e, claro, para a integração efetiva entre todos os atores que desejam oferta hídrica e segurança hídrica para a população do Nordeste brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E vai destinar o pessoal que eu solicitei.

O SR. HELDER BARBALHO – Claro, claro! Sim.

O SR. CARLOS MATOS – Ministro, quanto ao orçamento do Salgado para 2018, o senhor não respondeu.

O SR. HELDER BARBALHO – Seiscentos e noventa milhões.

O SR. CARLOS MATOS – Não... Se haverá recurso assegurado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. HELDER BARBALHO – Nós estamos já com o projeto executivo pronto e estamos discutindo com o Planejamento a perspectiva desses recursos. Mas nós temos que garantir, neste momento, é a conclusão da obra e aquilo que já está em andamento.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós propomos a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 29ª Reunião da Comissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia trinta de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências das Senadoras Fátima Bezerra e Ângela Portela, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Elmano Férrer, Waldemir Moka, Romero Jucá, Valdir Raupp, Dário Berger, Paulo Rocha, Regina Sousa, Jorge Viana, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, José Medeiros, Wilder Morais, Lídice da Mata, Wellington Fagundes, Eduardo Lopes, Ronaldo Caiado, Paulo Paim, Vicentinho Alves e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, João Alberto Souza, Humberto Costa, Davi Alcolumbre, Ciro Nogueira e Antonio Carlos Valadares. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 35 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 90, II, VI; 93 II e 104-A II e IV, todos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para discussão do tópico "A privatização do setor elétrico e as consequências para o desenvolvimento regional" com as Entidades e especialistas constante de rol que, oportunamente, este Titular encaminhará ao Colegiado, bem assim outros que a Comissão bem entender apropriados à discussão." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Jorge Viana e pelas Senadoras Fátima Bezerra e Lídice da Mata. Incorpora a sugestão de lista de convidados da Senadora Lídice da Mata. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 36 de 2017** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública a ser realizada por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, aprovada nos termos do Requerimento nº 18, de 2017 – CDR, destinada a debater a nova Política de Cobrança de Bagagens, que também sejam convidados o Sr. Dario Rais Lopes – Secretário Nacional da Secretaria de Aviação Civil, o Sr. Alexandre Barreto de Souza – Presidente do Conselho Administrativo de Direito Econômico – CADE, e a Sra. Marilena Lazzarini – Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC." **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Fátima Bezerra. **ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 37 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a regulamentação da Lei 13.180 de 22 de outubro de 2015, que dispõe da profissão de artesão no Brasil." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Elmano Férrer. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Goulart. **Relatoria:** Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação de Zona Franca no Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que altera as disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, e regula a Zona Franca de Manaus, para assegurar autonomia administrativa às unidades administrativas descentralizadas da SUFRAMA." **Autoria:** Senadora Ângela Portela. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório com a Emenda n. 01-CDR. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Cria Área de Livre Comércio nos municípios de Assis Brasil, Capixaba, Plácido de Castro e Santa Rosa do Purus, no Estado do Acre." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório com a Emenda n. 01-CDR. A Senadora Fátima Bezerra passa a presidência para a Senadora Ângela Portela. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 39 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, nas cinco regiões brasileiras, para debater a permanência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, FUNDEB." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelas Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela e pelo Senador Elmano Férrer. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/30

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 21ª Reunião da Comissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não, Senadora Ângela.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Pela ordem.) – Já que o nosso Relator, Senador Sérgio Petecão, já está presente, eu pediria que o item 7 fosse colocado como primeiro item da pauta.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Ângela, o seu pedido será aceito após dois breves comunicados.

Faremos a inversão da pauta, Senador Petecão. Só um minutinho.

Declaro prejudicado, nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno, por haver perdido a oportunidade, o Requerimento nº 30, de 2017, de autoria do Senador Wellington Fagundes, apresentado em 29 de maio de 2017, que tem sucintamente a finalidade de realizar seminário para debater alterações na legislação do ICMS.

O seminário estava programado para o dia 12 de junho, na cidade de Cuiabá. Tendo em vista que requerimento de igual teor foi aprovado por outra comissão e a intempestividade da realização do seminário, a matéria fica, assim, prejudicada nesta Comissão.

Segundo, recebemos convite para participar do evento "Cruzeiros Marítimos: o momento é esse", organizado para promover importantes debates sobre tema que circunda os cruzeiros no Brasil, bem como estimular a reflexão a respeito dos entraves e desafios que impedem a retomada do crescimento dessa atividade turística em nosso País.

O evento está previsto para iniciar agora na sede da CNC e tem duração até às 19h30.

A programação consta na Secretaria da nossa Comissão.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião se destina à discussão e à votação das seguintes matérias.

Começamos pelo projeto de lei de autoria da Senadora Ângela, que tem o Senador Petecão como Relator, a quem passo a palavra neste exato momento para proferir o seu parecer.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 133, de 2017

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que altera as disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, e regula a Zona Franca de Manaus, para assegurar autonomia administrativa às unidades administrativas descentralizadas da SUFRAMA.

Autoria: Senadora Ângela Portela

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- A matéria constou na pauta da 20ª (16/08/2017) Reunião da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura;

- A matéria segue para a apreciação da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos (em decisão terminativa).

Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. Como Relator.) – Presidente, sou Relator do item 7, que é da nossa colega, nobre Senadora Ângela Portela, e também do item 8, que é um projeto de autoria do Senador Jorge Viana.

Se V. Exª me autorizasse, faria a leitura do item 7 e depois do item 8.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, Senador.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Relatório.

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 133, de 2017, da Senadora Ângela Portela, que altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que altera as disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, e regula a Zona Franca de Manaus, para assegurar autonomia administrativa às unidades administrativas descentralizadas da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

A sede da Suframa localiza-se em Manaus, Amazonas, mas a Superintendência mantém unidades administrativas descentralizadas nas capitais dos demais Estados que compõem a Amazônia Ocidental: Acre, o meu Estado, Rondônia, Roraima, e nas Áreas de Livre Comércio.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 133, de 2017, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CDR
> Dê-se ao art. 1º do PLS nº 133, a seguinte redação:
> "Art. 1º O art. 17 do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:
> 'Art. 17. As unidades administrativas descentralizadas terão autonomia administrativa, com limites definidos no Regimento Interno da Entidade, para planejar e executar ações visando ao desenvolvimento socioeconômico dos Estados em que estejam localizadas'. (NR)" Entendo que esse projeto, que é de autoria da Senadora Ângela Portela, é de suma importância. Nós moramos na Amazônia, que é uma região continental. Por exemplo, eu estou no Acre e estou a não sei quantos mil quilômetros de Roraima. Então, eu queria parabenizar esse projeto, pois acho que é um projeto interessante que, com certeza, vai ajudar na administração da Suframa na nossa região.

Lido, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em discussão a matéria.

Senadora Ângela.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Para discutir.) – Eu gostaria apenas, Senadora Fátima, Presidente da Comissão de Desenvolvimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Regional, agradecer ao Senador Sérgio Petecão o excelente relatório que ele preparou, mostrando a sua sensibilidade com a importância de aprovar projetos que visem ao desenvolvimento regional do nosso Norte.

Nós sabemos que a Suframa é uma autarquia federal que tem a responsabilidade de construir um modelo de desenvolvimento sustentável na Região Norte. Esse nosso Projeto 133 tem o objetivo claro de buscar um entendimento na Suframa de forma que as suas unidades descentralizadas possam planejar o desenvolvimento socioeconômico de cada Estado que compõe a Suframa: Acre, Rondônia, Roraima e as Áreas de Livre Comércio. Hoje, nós observamos uma centralização das decisões da Suframa no Amazonas, em Manaus, e os demais Estados que têm também a sua arrecadação para a Suframa não são contemplados como deveriam. Por isso, nosso projeto visa essencialmente descentralizar essas ações da Suframa, permitindo que as unidades descentralizadas dos Estados que a compõem possam também ter o direito de planejar e executar ações que visem ao seu desenvolvimento regional. Nós entendemos que cada unidade descentralizada da Suframa tem conhecimento e condições técnicas e estruturais para planejar o seu próprio desenvolvimento. Dessa forma, nós estaremos tirando o foco do Amazonas, descentralizando as ações e permitindo que Acre, Rondônia, Roraima e as Áreas de Livre Comércio possam também focar no seu desenvolvimento estadual.

Eu quero agradecer o Senador Sérgio Petecão pelo excelente relatório, que aprova o nosso projeto.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pela aprovação, com a emenda que apresenta.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Eu quero cumprimentar a Senadora Ângela, autora do projeto, bem como o Senador Petecão, pelo bom relatório que fez, e cumprimento em nome da Comissão de Desenvolvimento Regional, porque, seguramente, a proposição apresentada por V. Exª é um instrumento muito importante para ajudar na promoção do desenvolvimento econômico e social da região. Então, é um projeto de lei que tem toda identidade com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aqui do Senado Federal, com uma ideia simples, porém extraordinária, que é trabalhar a questão da descentralização. V. Exª tem toda razão, fazendo com que as unidades locais possam ter...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Autonomia.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... a sua autonomia. Parabéns! Parabéns tanto à Senadora Ângela como ao Senador Petecão.

Vamos ao segundo item da pauta, que é o item 8, de autoria do Senador Jorge Viana.

Aprovado o projeto do item 7.

Como é não terminativo, ele segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, de 2017
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Cria Área de Livre Comércio nos municípios de Assis Brasil, Capixaba, Plácido de Castro e Santa Rosa do Purus, no Estado do Acre.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria segue para a apreciação da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos e da CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em decisão terminativa).

Concedo a palavra, agora, ao Senador Sérgio Petecão para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. Como Relator.) – O.k., Presidente. Primeiramente, quero parabenizar o Senador Jorge Viana pelo projeto, na mesma linha do projeto da Senadora Ângela Portela. O projeto visa criar Área de Livre Comércio nos Municípios de Assis Brasil, Capixaba, Plácido de Castro e Santa Rosa do Purus.

Nosso relatório deu um parecer favorável por entender que este projeto é de fundamental importância para o nosso Estado do Acre.

Vamos à leitura do relatório.

Vem à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 184, de 2017, de autoria do Senador Jorge Viana, que cria Área de Livre Comércio nos Municípios de Assis Brasil, Capixaba, Plácido de Castro e Santa Rosa do Purus, no Estado do Acre.

Análise.

O Regimento Interno do Senado, em seu art. 104-A, incisos I e V, estabelece que cabe à CDR opinar sobre matérias pertinentes a proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional dos Estados e Municípios e outros assuntos correlatos.

As Áreas de Livre Comércio podem constituir alternativa para a realização do potencial socioeconômico de Municípios localizados a grandes distâncias dos principais centros econômicos do País – que é o nosso caso –, como é o caso dos Municípios acrianos de Assis Brasil, Capixaba, Plácido de Castro e Santa Rosa do Purus, situados na fronteira com a Bolívia e o Peru.

A instalação de Áreas de Livre Comércio, ao garantir regime aduaneiro diferenciado às empresas que nelas vierem a operar, cria condições atraentes para novos investimentos, que podem dinamizar a economia local ao aproveitar as matérias-primas localizadas na região.

Ademais, a instalação de Áreas de Livre Comércio em Municípios situados na fronteira com o Brasil, com a Bolívia e com o Peru é compatível com as iniciativas governamentais que visam ao desenvolvimento e à integração da faixa de fronteira, de modo a promover o desenvolvimento socioeconômico das localidades vitais para a integração dos países vizinhos.

Aqui, a presença do Senador Jorge Viana, autor do projeto.

Apenas temos a sugerir a emenda de redação para tornar mais clara a ementa da proposição, uma vez que se trata de criação de quatro Áreas de Livre Comércio.

Voto. Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 184, de 2017, com a emenda a seguir.

EMENDA Nº - CDR (ao PLS nº 184, de 2017)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2017, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

"Cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Assis Brasil, Capixaba, Plácido de Castro e Santa Rosa do Purus, no Estado do Acre, e dá outras providências."

Mais uma vez, quero parabenizar o nobre Senador Jorge Viana pela iniciativa, e eu, que nasci e me criei no Estado do Acre, sei da importância que esse projeto representa, principalmente para os Municípios fronteiriços, tanto com o Peru quanto com a Bolívia. Com certeza, trará benefícios para a nossa região.

Parabéns ao Senador Jorge Viana.

Lida, Srª. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Jorge Viana, autor do projeto de lei.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para discutir.) – Srª Presidente, eu queria, primeiro, cumprimentá-la pela festa que V. Exª teve o privilégio de viver na sua terra. Eu, lamentavelmente, fiquei só lambendo os beiços, com inveja, mas estava no Acre, tinha compromisso e não pude acompanhar.

Mas, enfim, quero cumprimentar os colegas da Comissão que estão aqui, a Ângela Portela, meu colega, também do Acre, Sérgio Petecão, agradecendo-lhe pela relatoria. Fiquei feliz, Petecão, porque caiu na sua mão, pois, como eu, você também luta para que possamos ter um tratamento diferente para os Municípios de área de fronteira. Só estou atrás disso. Nós não podemos ter fronteira no Brasil, de 16 mil quilômetros. No Acre, nós temos 800 quilômetros só com o Peru; temos mais fronteira com a Bolívia, 22 Municípios, e nenhum tratamento diferenciado para Municípios como Plácido de Castro, Santa Rosa, Epitaciolândia, Brasileia, Assis Brasil, e eu poderia citar todos os demais.

A ideia do projeto – eu vi que V. Exª fez alguns acréscimos, alguns aperfeiçoamentos, mas concorda, no voto, com o mérito, com a intenção minha – é, em vez de ficarmos discutindo só Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia e Brasileia, nós discutirmos uma política para os Municípios de fronteira. É isso o que o projeto traz, e agora V. Exª é meio que coautor. Eu vou falar no Acre, vou pôr na minha página nas redes sociais, porque quando concorda e está assinando embaixo... Então, V. Exª é do Acre, e estamos com o mesmo propósito. Nós só queremos que uma lei que existe que dá um tratamento diferenciado às áreas de livre comércio possa incluir Assis Brasil, Capixaba, Plácido de Castro, Santa Rosa.

E, obviamente, colocamos Plácido de Castro, eu reúno ali em Plácido de Castro... Qual é a outra alternativa que um Município antigo, uma vila como Plácido de Castro, antiga, pode ter se não for a de termos ali um fortalecimento da atividade comercial? E se nós não fizermos, o outro lado faz. Ali em Capixaba a mesma coisa, existe comércio do lado da Bolívia. Isso no mundo inteiro é assim.

Então, nas andanças que a gente vai, que a vida leva, a gente encontra situações que são claras. Duas cidades em uma fronteira, se uma não se desenvolver, do ponto de vista do comércio, a outra vai se desenvolver. A quantidade de pessoas que saem de Rio Branco, vem de Porto Velho e de outras regiões, para ir em Cobija fazer compras, isso é o normal, é o natural, por quê? Porque a Bolívia tem um tratamento diferenciado para o comércio em Cobija.

Se nós não temos uma facilitação para os comerciantes de Brasileia, de Epitaciolândia, de Assis Brasil... Se não tem lá em Assis Brasil, eles vão para Iñapari, do outro lado, vão para Bolpebra, na Bolívia, em Santa Rosa vão lá para a Palestina, que é já dentro do Peru – quando estou ali, às vezes pego uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

canoa e vou lá visitar a Palestina, no Peru. E o mesmo vale para Capixaba, e o mesmo vale para Plácido de Castro, para falar de Municípios que têm cidades do outro lado.

Então, a lógica que eu pensei não é a de Municípios que tenham o território fazendo divisa com a fronteira, não. É que as cidades estão junto com outras cidades do país vizinho. Então, a lógica é essa. Eu acho que V. Exª entendeu muito bem, e eu queria muito agradecer a relatoria do Senador Sérgio Petecão e até agradeci por ter caído com ele, porque ele não fica em dúvida, ele conhece, como eu, os dois lados dessa moeda, defende também o desenvolvimento desses Municípios. Tenho certeza de que vamos trabalhar juntos para que essa matéria possa prosperar e servir de exemplo. Pode servir de exemplo porque, se o Brasil não fizer isso na região do Mato Grosso do Sul, lá em Roraima, da nossa querida Ângela, que tanto tem trabalhado pelo Estado de Roraima e sabe que, nas áreas de fronteira, nós temos que ter uma política tributária e diferenciada. Nós não temos como seguir nessa marcha que nós estamos seguindo, quer dizer, nós podíamos ter o comércio ali entre o Brasil e o Peru, com a estrada do Pacífico multiplicada. Lamentavelmente, Senadora, a Rede Globo fez matérias completamente equivocadas, no começo do ano, sobre a BR. Queriam lá atingir a Odebrecht, queriam atingir o Marcelo Odebrecht e terminaram atingindo o povo do Acre. A estrada do Pacífico está antecipando um movimento de dois anos, quer dizer, o que deveria ter de fluxo de carro daqui a dois anos, está tendo agora.

Agora, ao invés de trabalharmos para resolver o problema, de dar maior apoio para o pessoal da Polícia Federal, que trabalha na fronteira, para o pessoal da Receita Federal, que trabalha na fronteira, para o pessoal do Ministério da Agricultura, que trabalha na fronteira... Nós temos que fortalecer e desburocratizar a Aduana, para quê? Para que possamos ter mercadorias indo e mercadorias vindo. Com muita dificuldade o comércio está acontecendo, apesar das dificuldades, porque o Governo brasileiro, Brasília, não está interessado em ajudar Assis Brasil, ajudar na integração do Departamento de Madre de Dios com o Estado do Acre.

Então, esse projeto traz os fundamentos do que deveria ser a política do Brasil para os Municípios que têm cidades, sedes dos Municípios ou cidades, vizinhas de Estados, cidades, países que fazem fronteira com o nosso País.

Agradeço mais uma vez a oportunidade. Não poderia deixar de vir aqui, cumprimentar a Presidente e os membros da Comissão, especialmente o meu colega, Senador Sérgio Petecão, agradecendo a ele por ter assinado embaixo dessa proposta que cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Assis Brasil, de Capixaba, de Plácido de Castro e de Santa Rosa do Purus no Acre.

Essa é uma matéria da maior importância e sei que vai ter uma boa repercussão no Acre, principalmente porque dois Senadores do Acre estão lutando por ela: eu, como autor, e Sérgio Petecão, agora como coautor e Relator do projeto aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional.

Obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimento o Senador Jorge Viana.

Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão, Relator, e em seguida à Senadora Ângela.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. Para discutir.) – Presidente, é apenas para reforçar o que o Senador Jorge Viana disse como autor do projeto.

Quando essa relatoria caiu na minha mão, eu fiz questão, Jorge, de ir a Capixaba e a Plácido e de conversar com alguns empresários que estão ali. Do lado boliviano, o comércio é, de certa forma,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acanhado, pequeno, mas se nós não fizermos nada, como foi feito naquela região de Cobija, Brasileia e Epitaciolândia...

Cobija cresceu muito mais do que o nosso Município, porque o governo boliviano criou as condições para os comerciantes. Então, fica uma concorrência desleal. Em Capixaba, que começou com duas casinhas, hoje, do lado boliviano, o comércio está se expandindo, e aqui do nosso lado, de certa forma acanhado, porque o governo brasileiro não faz a sua parte.

Então, mais uma vez quero parabenizar o Senador Jorge Viana pela iniciativa. Penso que nós demos uma boa contribuição para fortalecer principalmente os pequenos empresários da região e atrair outros que queiram investir na nossa região, com geração de emprego e renda.

Parabéns, Jorge.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimento o Senador Petecão.

Com a palavra agora a Senadora Ângela.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Para discutir.) – Também gostaria de parabenizar o Senador Jorge Viana, autor dessa proposição, e o Senador Sérgio Petecão, Relator, pela instalação de Área de Livre Comércio em alguns Municípios do Acre. É muito importante. Sem dúvida alguma vai contribuir muito para o desenvolvimento da região.

Posso dizer claramente que as Áreas de Livre Comércio do meu Estado dinamizaram a economia da nossa capital, Boa Vista, e do nosso Município de Bonfim, na fronteira com a Guiana. Foi uma mudança muito expressiva, sem dúvida alguma. Observávamos a competição desleal que existia em relação ao comércio de Boa Vista, nossa capital, e ao comércio do Amazonas. Em Manaus há uma Área de Livre Comércio, facilitando tudo para os comerciantes, com uma isenção tributária vantajosa, e a nossa capital, Boa Vista, sem as condições de competição.

Hoje essa realidade mudou. A economia da nossa capital, do Município de Bonfim, de todo o Estado melhorou substancialmente graças à instalação das Áreas de Livre Comércio.

Por essa razão, entendo que o projeto de autoria do Senador Jorge Viana vai contribuir muito para o desenvolvimento desses Municípios do Acre.

Queria pedir o apoio do Senador Jorge Viana e do Senador Sérgio Petecão para aprovar também na Comissão de Assuntos Econômicos esse projeto que acabamos de aprovar aqui, Senador Jorge, que descentraliza as ações da Suframa nos Estados do Acre, Rondônia e Roraima.

Nós hoje temos muito centralizadas, muito focadas no Amazonas as ações da Suframa. Aprovamos aqui na CDR e quero pedir o apoio dos nobres Senadores do Acre, Rondônia e Roraima, para que possamos também aprovar na Comissão de Assuntos Econômicos o nosso projeto, que visa dar autonomia às unidades descentralizadas da Suframa nos Estados em que elas fazem parte. Era isso. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório que conclui pela aprovação com a emenda que apresenta.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria, que será encaminhada agora à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senador Jorge Viana, quero cumprimentar V. Exª e o Senador Petecão. Cumprimento V. Exª pela autoria do projeto que cria Área de Livre Comércio nos Municípios mencionados e o Senador Petecão pelo brilhante relatório que fez. Destaco a união da Bancada do Norte, viu, Ângela?

Como a Senadora Ângela acabou de mencionar também, nós aprovamos há pouco um projeto de lei muito importante que tem por objetivo dar autonomia político-administrativa às unidades da Suframa. Então, esse projeto da Senadora Ângela, com o projeto de V. Exª, propondo a criação dessa Área de Livre Comércio, seguramente se constituem em instrumentos muito importantes, oportunos e essenciais para promover o desenvolvimento regional. Daí a alegria da Comissão de Desenvolvimento Regional, que eu presido, de estar apreciando as presentes matérias. Elas guardam toda identidade com a Comissão de Desenvolvimento Regional, por quê? Porque se constituem – repito – em instrumentos muito importantes para promover aquilo que nós desejamos, que é o desenvolvimento regional, traduzido, Petecão, em emprego, distribuição de renda, justiça social, etc.

Espero que nós, do Rio Grande do Norte, possamos avançar, porque há anos que a gente sonha com uma Área de Livre Comércio, e não saiu do papel até hoje. Meus cumprimentos!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria, com a permissão de V. Exª, Senadora Fátima Bezerra, Presidente da Comissão, também cumprimentar a Senadora Ângela pela iniciativa. Nós temos uma situação que é inexplicável e inaceitável. Eu fui Conselheiro da Suframa quando Prefeito de Rio Branco e, depois, como Governador também. O Senador Sérgio Petecão certamente concorda plenamente com o propósito. E o que acontece hoje? A Suframa arrecada muito dinheiro. As primeiras instalações da Universidade Federal do Acre foram feitas com o dinheiro da Suframa. Deu-se uma isenção durante anos para muitas empresas se instalarem na Zona Franca de Manaus, passou o período da isenção, e elas começaram a arrecadar. Então, a cidade de Manaus é uma cidade rica do ponto de vista das receitas, muita rica, por quê? Porque ela tem a Suframa. Ela tem um polo industrial instalado lá. Nós demos isenções. Eu sempre defendi essas isenções também. Agora, a arrecadação da Suframa o Governo Federal usa, e não é de agora, não, é dos outros governos também, equivocadamente – usa para fazer caixa, para fazer superávit primário. É sempre todo ele contingenciado.

Eu não quero deixar de colaborar com as economias. O Governo Federal pode fazer, sim, caixa, pode fazer superávit usando parte dos recursos da Suframa. Eu só queria que fosse estabelecido um recurso mínimo que pudesse chegar aos Municípios, aos Estados que compõem a região. Isso é o que nós tínhamos no passado. E o projeto da Senadora Ângela permite isso.

Então, acho que agora todos nós temos de nos juntar lá na Comissão de Assuntos Econômicos, na CAE. Nós estamos fazendo isso agora com o Fust, com o fundo das teles. Nós temos um dinheiro arrecadado, bilhões que poderiam ajudar a levar internet de qualidade para os Municípios, para os lugares mais distantes. O que o Governo faz? Fica com o dinheiro para fazer caixa. Isso acontecia também com a conta de luz antes do Luz para Todos. O que o Lula fez? O Lula falou: "Não, esse dinheiro quem está dando é o contribuinte. Vou pegar esse dinheiro e pôr luz para quem vive na escuridão." E fez o maior programa de universalização da energia elétrica do mundo, levando energia para quem vivia como há cem anos, porque eram pessoas que viviam ainda sem geração de energia. Então, isso é fazer uma política de inclusão.

Quando não tem dinheiro, ficamos pedindo dinheiro para o... Mas nós estamos falando que a nossa região é rica, temos fronteira, temos comércio, temos arrecadação, temos o polo de Manaus, só queremos que haja uma política.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nesse projeto meu – agradeço as palavras de V. Exª, Senadora Fátima, e concluo –, nesse projeto meu, que tem agora também o aval do Senador Sérgio Petecão, nós só queremos que haja uma política. O Estado que tem um Município na área de fronteira, e esse Município tem a cidade fazendo divisa com outra cidade do país irmão, da nação irmã, do Estado vizinho, que ele tenha Área de Livre Comércio. Se eu tivesse mando no Governo Federal, eu faria isso para todos. Aí serão centenas, não importa, mas serão centenas de Municípios viabilizados. Como disse o Petecão.

Agora, você vai para lá, tem Municípios como esses... Sabe quanto custa um litro de gasolina em Santa Rosa? R$8. Não é só Santa Rosa que estou querendo que se torne Área de Livre Comércio. R$8 um litro de gasolina! Como é que um comerciante, como é que um produtor, como é que um agricultor familiar, como é que um seringueiro, como é que os povos indígenas vão viver? Tem que ser no varejão andando sem motor semanas, para fazer uma viagem que faria em meio dia.

Então, eu acho que o Brasil é muito desigual e injusto por isso. Aqui em Brasília a gente não olha, não gasta um tempinho para pensar por aqueles que só querem que o Governo Federal pare de atrapalhar, só querem que uma chance seja dada para eles. Esse projeto visa dar uma chance para os comerciantes, para os empreendedores, para os moradores de Capixaba, de Plácido de Castro, de Assis Brasil, de Santa Rosa, aos Municípios aos quais a gente está aqui procurando dar um sentido de crescimento, de desenvolvimento adequado, criando nessas áreas uma Área de Livre Comércio.

Eu garanto que, criando essas Áreas de Livre Comércio, todos os agricultores, todos os seringueiros, todas as comunidades no entorno desses Municípios vão se beneficiar. Você vai ter um comércio fortalecido com algumas políticas de incentivos, e aí nós vamos ter o desenvolvimento, a inclusão social acontecendo, o emprego sendo gerado. É esse o propósito.

Eu cumprimento os colegas e agradeço a V. Exª por ter pautado o projeto e pela Comissão de Desenvolvimento Regional ter aprovado. Obrigado, Senadora Fátima.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimento o Senador Jorge Viana mais uma vez, bem como o Senador Petecão e a Senadora Ângela. A Comissão de Desenvolvimento Regional, Senador, é para isso e está à disposição. Se V. Exªs quiserem depois realizar uma audiência pública para dar continuidade ao debate, para divulgá-lo mais ainda, etc., fiquem à vontade.

Eu queria pedir à Senadora Ângela para assumir a Presidência dos trabalhos, uma vez que os próximos itens são requerimentos de minha autoria.

Registro a presença do nosso Senador do Piauí, Senador Elmano Férrer. Preparem-se para as emoções com a caravana do Presidente Lula. Olhem como foi que eu cheguei. Para mim foi um dos momentos mais marcantes que eu vivi, vai ficar na minha memória, não só na minha, na memória das grandes mobilizações populares deste País.

Senadora Ângela.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) –

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 37, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a regulamentação da Lei 13.180, de 22 de outubro de 2015, que dispõe sobre a profissão de artesão no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e Regina Souza.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra para fazer o encaminhamento do requerimento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Obrigada, Senadora Ângela.

Senadora Ângela, o artesanato brasileiro movimenta mais de 50 bilhões por ano. Especialmente no Nordeste, o artesanato é um dos mais importantes instrumentos de geração de renda e de desenvolvimento do turismo.

Com a regulamentação da profissão, por meio da lei já mencionada por V. Exª, que é a Lei 13.180, de outubro de 2015, sancionada na íntegra pela Presidenta Dilma, lei essa que veio beneficiar cerca de 10 milhões de artesãos e artesãs no País, vale ressaltar, a maioria mulheres, moradoras principalmente da área rural, que, com a produção do artesanato, contribuem de forma muito significativa para o desenvolvimento da economia e para a inclusão social em suas regiões.

Pois bem, Senador Petecão, o que nós queremos agora é fazer um debate para a regulamentação da lei, porque, sem dúvida nenhuma, a lei foi uma conquista extraordinária, até pelo fato de, pasmem os senhores, a força que tem o artesanato no Brasil, eu acabei de dizer, movimentar mais de R$50 bilhões, e entretanto, até 2015, eles não tinham a profissão reconhecida, Senadora Ângela. Isso é um absurdo! Repito: até 2015, eles não tinham a profissão reconhecida. Graças a Deus, isso foi resolvido.

E aqui vale ressaltar a luta da categoria, da Confederação Nacional dos Artesãos e artesãs do Brasil, das federações, da federação em nível nacional. Quero aqui também ressaltar o papel que nós tivemos aqui no Senado Federal. Nós fazemos parte, eu coordeno a Frente Parlamentar em defesa do artesão aqui no Senado, junto com Deputado Givaldo na Câmara dos Deputados, que é o Presidente da Frente Parlamentar, o Coordenador geral, e eu coordeno aqui no Senado Federal. V. Exª participou do debate ativamente aqui, a Senadora Ângela também. Nós pautamos esse assunto, fomos nós que colocamos a importância de aprovar uma lei que desse ao artesão aquilo que é essencial, que é a sua identidade profissional, que ele não tinha, simplesmente não tinha.

Como é que uma categoria que, através das suas mãos, da sua inteligência, do seu talento, contribui tanto para promover a economia local, a economia regional e, consequentemente, a economia nacional e simplesmente essas pessoas não tinham, até então, a sua identidade profissional reconhecida? Nós fizemos esse debate, foi o Senado que pautou, que colocou isso na agenda do dia. E o fato é que aquela audiência, à época, Senadora Ângela, desencadeou todo um processo de mobilização, e terminou o Congresso Nacional aprovando o projeto que hoje é lei, a Lei 13.180, de 2015, uma vez que foi sancionada sem vetos pela Presidenta Dilma. Foi a Presidenta Dilma quem reconheceu o exercício da profissão, sancionando a Lei 13.180 para que essas pessoas possam ser vistas, reconhecidas e valorizadas como profissionais, como artesãos que são.

Então, esta audiência agora, concluo, Senador Elmano, é para que agora a gente tire a lei do papel. Não basta apenas aprovar a lei. A lei reconhece a profissão do artesão, a lei estabelece, por exemplo, incentivo à formação, o incentivo à questão da comercialização da produção, etc., mas, para que isso se concretize, é necessária a regulamentação. Então, é com esse sentimento que nós, aqui no Senado Federal, queremos realizar esta audiência pública.

Eles estarão aqui em Brasília realizando um congresso nacional, os artesãos e artesãs, e queremos aproveitar – esse foi um pedido deles – a realização desse encontro para que nós possamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

apresentar a audiência pública, repito, com o foco agora na regulamentação da lei, cobrar do Governo que aí está.

Por isso que nós estamos convidando o Ministro do Turismo – é imprescindível –, também o Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, o Presidente do Sebrae, dada a experiência e a *expertise* que o Sebrae tem tido com relação à promoção do artesanato no Brasil – e aqui nós reconhecemos o papel muito importante que o Sebrae desempenha nessa área, tem sido extraordinário–, o Presidente da Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil, convidamos também a Superintendência da Sudene, bem como de outras, as coordenações estaduais do artesanato, a representante das federações dos artesãos nos Estados e o Coordenador da Frente Parlamentar Mista do Artesão e Apoio do Artesanato, que é o Deputado Givaldo.

Então, Senadora Ângela, esperamos que essa audiência agora – a exemplo da que fizemos para fortalecer o movimento em prol da aprovação do projeto de lei – também seja exitosa, contribuindo para que o Governo Federal faça o seu papel, o seu dever, até porque não é nenhum favor, nenhum favor. É fazer o seu papel, cumprir o seu dever, que é regulamentar a lei, para que os artesãos e artesãs do nosso País possam ter a valorização, o respeito e a dignidade que merecem.

Terminei, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Muito bem, Senadora Fátima.

Em votação o requerimento.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Eu pediria, antes da votação...

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pois não, Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – ... permissão à nossa nobre Senadora Fátima Bezerra e à minha companheira de Bancada, Regina Sousa para também subscrever esse requerimento, pela importância, pela relevância que tem em nosso Estado. Inclusive a cidade de Teresina, onde há uma grande manifestação artística, sobretudo através dos ceramistas, foi uma cidade que nasceu com os artesãos lá do Poti Velho. Também há vários centros artesanais em Teresina. Sobressai-se, além dos artistas e ceramistas, a arte santeira, que caracteriza muito bem as manifestações artísticas dos artesãos.

Por essa razão, gostaria também de subscrever esse requerimento para essa audiência.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu fico muito honrada, Senador Elmano.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Certamente, Senador Elmano.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento da Senadora Fátima Bezerra, do Senador Elmano e da Senadora Regina Sousa.

Eu queria parabenizar a Senadora Fátima Bezerra por essa preocupação. Sem dúvida nenhuma, já é lei. Ela precisa ser regulamentada.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E V. Exª participou. V. Exª participou de todo esse debate também, para tornar lei esse projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Certamente.

A gente sabe da importância da profissão do artesão em nosso País, na Região Nordeste, que dinamiza a economia de uma forma muito intensa.

E, na Região Norte, no meu Estado de Roraima, há um artesanato forte, marcante, principalmente o artesanato indígena, que precisa ser também regulamentado dentro dessa lei que regulamenta a profissão do artesão.

O Governo Federal precisa trabalhar na regulamentação da Lei nº 13.180. Acho que essa audiência pública vai contribuir para pressionar o Governo nessa regulamentação.

Então, aprovado o requerimento, nós temos aqui a inclusão extrapauta de um requerimento da Senadora Fátima Bezerra.

Indago os Senadores sobre a inclusão desse requerimento extrapauta. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão.

Passamos à sua deliberação.

É o Requerimento nº 39, das Senadoras Fátima Bezerra e Lídice da Mata.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Ângela, como a Senadora Lídice chegou, eu gostaria de passar a palavra para a Senadora Lídice apresentar o requerimento e retomar os trabalhos da Mesa.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pois não.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata, uma das autoras do Requerimento nº 39.

EXTRAPAUTA
ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 39, de 2017
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, nas cinco regiões brasileiras, para debater a permanência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, FUNDEB.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros.

Para fazer a defesa do requerimento, passo a palavra para a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Para encaminhar.) – Srª Presidenta, meus caros Senadores e caras Senadoras, eu peço desculpas à Presidenta Fátima e a V. Exª, Senadora Ângela, que estava dirigindo os trabalhos, por ter chegado um pouco atrasada, porque fui convocada ontem à noite para participar hoje, extraordinariamente, de um debate, Senador Jorge Viana, na Fundação João Mangabeira, que é a fundação do meu partido, a respeito das medidas que estão sendo apresentadas ao Brasil pelo Governo no setor elétrico brasileiro. E acho que essa é uma discussão, inclusive, fundamental.

A Senadora Fátima tem trazido aqui – já trouxe mais de uma vez – o Ministro da Integração Regional, e este plenário se fez cheio, para discutir a transposição do Rio São Francisco. Pois bem, essa possível privatização da Chesf impactará profundamente essa discussão a respeito da transposição do Rio São Francisco, Senador Elmano, porque nós não podemos mais admitir que o uso das águas do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

São Francisco tenha como prioridade a geração de energia. Nós já temos hoje possibilidade e capacidade de gerar energia no Nordeste, de obter energia sem que tenhamos que usar as águas do Rio São Francisco como tendo essa prioridade. No entanto, a privatização prevista dá o direito, dá outorga ao concessionário que obtiver essa concessão por 30 anos ao uso do rio em todos os casos, e no nosso caso isso será absolutamente inaceitável.

Essa é uma discussão que eu creio que esta Comissão deverá fazer com destaque. Já pedi para redigir agora – deixei sendo redigido – um requerimento, para o qual pedirei o apoio de V. Exªs, para trazer esse debate aqui, Senadora Fátima Bezerra, Presidente da nossa Comissão, sobre a possibilidade de privatização da Chesf e suas consequências para a Região Nordeste, portanto, uma discussão fundamental para todos nós.

Mas também sobre essa questão, Senadora, quero até acrescentar oralmente um conteúdo a essa discussão. Nós duas, a senhora como Relatora, eu como autora dessa PEC – V. Exª é Relatora na CCJ, Comissão em que ela será votada –, temos tentado estabelecer o debate a respeito desse assunto aqui na Casa e estamos tendo alguma dificuldade. Mas nós sabemos a importância do Fundeb para garantir a todas as regiões o financiamento da educação, especialmente o financiamento daquelas regiões que mais precisam, no caso, o Norte e Nordeste brasileiro. Por isso se justifica que nós possamos ter aqui essa discussão.

A ideia era que nós tivéssemos essa discussão aqui, mas também tivéssemos, no próximo dia 13, V. Exª está buscando fazer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – V. Exª está buscando, no dia 12, fazer aqui na Casa um debate, e eu gostaria que, se possível, V. Exª fizesse uma emenda a este nosso requerimento, para que este debate do dia 12 já pudesse ser promovido por esta Comissão, para que pudéssemos, portanto, ter uma participação maior dos Senadores nesse processo.

Vou também apelar para a Comissão de Educação, para que possa se incorporar a esse esforço que V. Exª – e quero agradecer a V. Exª de maneira especial –, como Relatora e lutadora pela educação pública deste País, tem feito na tentativa de viabilizar um amplo debate a respeito da manutenção do financiamento do Fundeb para a educação brasileira.

Por isso fiz essa justificativa, mas imagino que V. Exª precise, necessite debater esse assunto e agregar conteúdo a essa ideia.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Obrigada, Senadora Lídice.

Em discussão.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Senadora Ângela, primeiro quero parabenizar a Senadora Lídice. De fato, ela tomou a iniciativa de apresentar uma proposta de emenda à Constituição para tornar o Fundeb uma política permanente, e eu tive a honra de ser designada Relatora da matéria.

Na verdade, eu até iria apresentar a proposta, mas a Senadora Lídice tomou a iniciativa. Então, vou me colocar à disposição para relatar. E é uma feliz coincidência, até porque guardo no meu currículo a honra que foi ter sido a Relatora do Fundeb, Senador Elmano, na Câmara dos Deputados. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senadora Ângela, na época, estava lá. E ter esta oportunidade agora de relatar o Fundeb novamente aqui no Senado é muito importante.

Senadora Lídice, neste momento, nesta Comissão, não vamos discutir a PEC; vamos discutir o Fundeb. E por que discutir o Fundeb na Comissão de Desenvolvimento Regional? Porque tem absolutamente tudo a ver.

O que é o Fundeb? É o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, que substituiu o então Fundef, que teve seus méritos sim, porém foi um fundo insuficiente. Foi excludente, porque, como o próprio nome diz, era uma política de financiamento que tratava apenas do chamado ensino fundamental. E a creche? E o ensino médio? E as demais modalidades da educação – educação indígena, educação de jovens e adultos, educação no campo? Então o Fundeb, Senadora Lídice, veio, sem dúvida nenhuma, para promover aquilo que se fazia mais necessário, que era universalizar o acesso à educação básica.

Não podemos tratar educação de forma fragmentada. Havia o financiamento assegurado para o ensino fundamental. E a creche? Como esses Municípios... A Senadora Lídice, que foi prefeita, sabe disso. E ela foi prefeita de capital; imaginem uma cidadezinha pequena lá da Bahia, lá do meu Rio Grande do Norte. Como é que esses prefeitos e prefeitas, meu Deus, tinham condições de implementar uma política pública voltada para a educação infantil – aliás não só a creche, mas a pré-escola – se não dispunham de financiamento, se não dispunham de orçamento, Senador Elmano?

Eis aí a grandiosidade do Fundeb. O Fundeb vem exatamente para quê? Para corrigir essa lacuna; aliás, para fazer uma reparação, porque como pensar a educação de forma fragmentada? O filho do rico ia para a creche boa, etc. e tal. E o filho do pobre como é que ficava? Ao que a gente assistia por este País afora? As famílias, com seu orçamentozinho apertado, mesmo assim ainda tiravam do orçamentozinho apertado para botar o filho numa escolinha. Não é verdade, Senadora Lídice? Mas a maioria das famílias não tinha nem como tirar desse orçamento apertado para colocar a criança na creche.

E chegou o Fundeb, apresentado no governo do Presidente Lula. Senador Jorge, à época o Ministro era o Fernando Haddad. Isso foi objeto de um dos debates mais bonitos a que nós assistimos e vivenciamos em todo o País. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação liderou esse movimento. O fato é que, quando a proposta chegou aqui, não estava incluída a creche. Nós incluímos a creche e ele ficou exatamente completo.

Eu concluo dizendo que trazer esse debate para a Comissão de Desenvolvimento Regional tem tudo a ver, Senadora Lídice, porque como pensar em desenvolvimento regional sustentável, com justiça social, se a gente não cuidar daquilo que é estruturante, que é essencial, que é básico, que é a educação do nosso povo, que é a educação das nossas crianças, dos nossos jovens? Antes de chegar à escola técnica, antes de chegar ao ensino superior, ele tem que começar na creche, Senadora Ângela, ele tem que passar pela pré-escola, ele tem que passar exatamente pelo ensino médio. Então, em boa hora, Senadora Lídice, está sendo feita aqui a sugestão para que o Fundeb seja objeto de debate aqui nesta Comissão. Eu, na condição de professora, fico muito feliz que a Comissão de Desenvolvimento Regional abra aqui as suas portas.

Qual é a nossa ideia? A nossa ideia é de, como dizem a Senadora Ângela e a Senadora Lídice, no dia 12, deflagrar o debate, com a presença, inclusive do Ministro Fernando Haddad, pela experiência que ele tem. Foi exatamente na gestão dele, no governo do Presidente Lula e na gestão dele, que foi implementado o Fundeb, que foi regulamentado o Fundeb, diga-se de passagem, aprovado por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

unanimidade pelo Congresso Nacional. Então, nós queremos começar esse debate trazendo o Haddad aqui para que ele fale da experiência dele. Em seguida, junto com a Senadora Lídice, a Senadora Ângela, que vai subscrever também, e vários outros, nós queremos fazer umas audiências regionais para que, nesse segundo semestre, possamos oferecer um parecer.

Qual é a ideia? A ideia é tornar o Fundeb uma política permanente. Ele não vai ficar mais no corpo das disposições transitórias. Ele vem para o corpo permanente da Constituição. Segundo, nesse debate, ao trazer o Fundeb para o corpo permanente da Constituição, nós vamos selar o Fundeb, blindá-lo dos contingenciamentos orçamentários, inclusive do que nós estamos assistindo neste exato momento, as universidades à míngua, os institutos federais também à míngua.

Então, é com esse intuito que nós queremos envolver os prefeitos, os governadores, o Consed, a Undime, a CNTE, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, para que possamos, repito, tornar o Fundeb permanente e avançar também na discussão da participação do Governo Federal junto aos Estados e Municípios, aumentar essa participação financeira do Governo Federal junto aos Estados e Municípios pelo caráter estruturante e universalizante que tem o Fundeb, que seguramente é uma política que está influindo e vai influir nos destinos da educação brasileira pelas próximas décadas ainda.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem mais queira discutir, submeto à aprovação dos Srs. e das Srªs Senadoras. (*Pausa.*)

Em discussão, o Senador Jorge Viana? (*Pausa.*)

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Eu queria parabenizar a Senadora Lídice da Mata e a Senadora Fátima Bezerra.

Pelo que nós observamos aqui, a Senadora Fátima Bezerra apresenta um requerimento, assinado também pela Senadora Lídice e por mim, para que a gente possa discutir aqui, na Comissão de Desenvolvimento Regional, o Fundeb, que tem a sua vigência até 2030, e que nós queremos agora, com essa discussão na CDR, colocar na Constituição essa política de financiamento da educação brasileira, financiando o Fundeb, a educação infantil, o ensino fundamental.

Como bem colocou a Senadora Fátima Bezerra, antes do Fundeb, criado por Lula, nós tínhamos o Fundef, que financiava apenas a educação do ensino fundamental. Nós vimos a diferença com a implantação do Fundeb, com a inclusão de milhões de crianças na educação infantil. Ele foi fundamental para diminuir as desigualdades em nosso País.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Proinfância, que surgiu com ele, não é, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – O Proinfância.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Caminho da Escola.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – O Caminho da Escola. Nós aprovamos aqui uma medida provisória que trata daquele projeto de inclusão do Proinfância e aquele projeto de inclusão de crianças nas nossas creches.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu tive o prazer de, como professora no meu Estado, trabalhar intensamente para ampliar o número de vagas da educação infantil em Roraima. Isso foi possível graças ao Fundeb, que é uma política de financiamento.

Então, a Senadora Lídice...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O próprio piso salarial nacional do magistério não seria possível – não é, Senadora Lídice? –, se não tivesse nascido o Fundeb, Senador Elmano.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – O que vocês estão pretendendo, com o nosso apoio, é colocar na Constituição essa política de financiamento para que seja lá assegurada...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Permanente...

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – ... permanentemente uma política de financiamento da educação brasileira.

Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – A ideia, Senadora, pedindo-lhe a palavra para acrescentar a essa discussão, é que nós possamos fazer, como disse a Senadora Fátima, um debate sobre o Fundeb. Não é sobre a PEC; é sobre a importância do Fundeb. Esse debate sobre a importância do Fundeb será fundamental para orientar e para fundamentar a posição que a Senadora vai ter na análise da PEC.

Nós já começaríamos – como são cinco regiões – com a Região Centro-Oeste, com o Distrito Federal, com esse debate no dia 12. Isso já daria início a esse projeto. Ficaríamos só de marcar mais quatro.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Acho que está bem claro para todos. É a PEC da Senadora Lídice e o requerimento da Senadora Fátima, que nós estamos assinando também, para discutir o Fundeb, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Senador Jorge Viana, V. Exª gostaria de se manifestar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Está bem.

Então, está aprovado o requerimento da Senadora Fátima Bezerra para discutir, em audiência pública, o Fundeb aqui, nesta Comissão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – Eu queria solicitar que eu pudesse, atendendo a um pedido do próprio Senador Humberto Costa, fazer a leitura do requerimento, que é de autoria dele e com o qual concordo, por gentileza.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pois não, Senador Jorge Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu só queria, antes de seguir a leitura, devolver a Presidência para a Senadora Fátima. (*Fora do microfone.*)

Posso continuar?

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 35, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 90, II, VI; 93 II e 104-A II e IV, todos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para discussão do tópico "A privatização do setor elétrico e as consequências para o desenvolvimento regional" com as Entidades e especialistas constantes de rol que, oportunamente, este Titular encaminhará ao Colegiado, bem assim outros que a Comissão bem entender apropriados à discussão.

Autoria: Senador Humberto Costa e outros.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana para fazer o encaminhamento do requerimento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu passo, *ad hoc*, a ser...

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Subscritor *ad hoc*.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para encaminhar.) – Estou subscrevendo o requerimento de autoria do Senador Humberto Costa e, atendendo o Regimento, faço a sua leitura para que V. Exª possa colocá-lo em apreciação.

Requeiro, nos termos do art. 90, II, VI; 93, II, e 104-A, II e IV, todos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para discussão do tópico "A privatização do setor elétrico e as consequências para o desenvolvimento regional".

A ideia é trazermos aqui entidades e personalidades que possam aclarar para a opinião pública e para o Senado Federal o quão grave é essa proposta que lamentavelmente estamos apreciando. Não estamos falando de qualquer setor. Estamos falando de um setor estratégico, do setor elétrico. Países como os Estados Unidos, por exemplo, que têm geração de hidroeletricidade, 15% de sua matriz, toda ela é estatizada. Na China não é diferente. As grandes potências mundiais tratam o setor elétrico como estratégico, como de interesse nacional, de segurança nacional, de soberania nacional.

A nossa Eletrobras foi criada em 1954, ainda no governo de Getúlio Vargas. Nós tivemos um investimento nesse segmento, nessa companhia, de mais de R$400 bilhões ao longo desses anos. Ela tem 47 hidroelétricas, 69 usinas eólicas, 114 usinas termoelétricas, tem toda a parte de distribuição, de transmissão, e o Governo fala em oferecer, por 20 bilhões, talvez a maior companhia de eletricidade do mundo – a maior empresa do mundo é a Eletrobras; se não for a maior, é uma das maiores.

Então, no fundo, é um verdadeiro crime que se comete, porque se quer fazer tudo rapidamente, um governo que não passou nas urnas, que não teve o aval, como devem ter os governos eleitos nas democracias, da soberania do voto. E o mínimo que nós temos de fazer é barrar esse processo e, se o Governo quiser, abrir a discussão. Há setores da Eletrobras sobre os quais podemos debater, que são onerosos para ela. Vamos discutir, mas sempre pondo a soberania nacional num primeiro plano.

Então, o requerimento tem esse propósito. É de autoria do Senador Humberto Costa e eu o subscrevo, passa a ser também de minha autoria.

O requerimento que apresento é esse, Srª Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Obrigada, Senador Jorge.

Em discussão.

Tem a palavra a Senadora Lídice da Mata para discutir o requerimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Para discutir.) – É só para apoiar a iniciativa do Senador Humberto e do Senador Jorge Viana.

Até falei aqui sobre isso antes, sem saber que Jorge trataria desse assunto. Nós tratamos hoje, nós fizemos um debate hoje na Fundação João Mangabeira, agora pela manhã, sobre esse assunto e me parece que também o PT já estava discutindo isso com o Senador Lindbergh.

Nós tínhamos apresentado uma lista de pessoas que eu queria propor para análise dos Senadores Jorge Viana e Humberto e, se for necessário, mudaríamos uma aqui ou ali, mas pensamos nas seguintes, Senador Jorge Viana: Nelson José Hubner Moreira, ex-Diretor da Aneel, membro do Conselho de Administração da Cemig e ex-Ministro interino do Ministério de Minas e Energia; Maurício Tolmasquim, ex-Presidente da Empresa de Pesquisa Energética; Luiz Pinguelli Rosa, Professor da UFRJ e ex-Diretor da Eletrobras; Pedro Celestino, Presidente do Clube de Engenharia; Gilberto Cervinski, Coordenador da Plataforma da Energia; um representante da Eletrobras; e, em especial – eu falava com V. Exª e com os companheiros agora de manhã –, João Bosco de Almeida, ex-Presidente da Chesf, foi Presidente da Chesf muitos anos e é um especialista nessa questão energética, especialmente no que diz respeito ao Nordeste brasileiro.

Então, eu acho que, se V. Exª já tiver outros nomes e quiser substituir algum deles... Podíamos aprovar com a possibilidade de mudança.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Srª Presidente, posso?

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Claro, Senador Jorge.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço, Senadora Ângela.

Eu não só acho que devemos, mas incorporo ao requerimento essas sugestões sem prejuízo de alguma eventual substituição ou acréscimo de nome. Conheço bem muitos dos que estão sendo propostos.

Eu pediria que fossem aprovadas e que também já pudessem compor o requerimento que ora apresento essas sugestões que a Senadora Lídice apresenta. Que elas pudessem compor o requerimento que ora apresento, em meu nome e do Senador Humberto Costa, que é o autor, sem prejuízo até mesmo, por alguma circunstância – se alguém não puder vir, por exemplo –, da inclusão de outros nomes.

Eu agradeço muito a Senadora Lídice pela colaboração.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Senadora Lídice, eu também gostaria de reforçar a inclusão de Maurício Tolmasquim, que é ex-Presidente da EPE, a Empresa de Pesquisa Energética. Eu acho que ele é um nome muito preparado para discutir aqui a privatização do setor elétrico brasileiro.

Eu estou muito preocupada com isso. Isso é um absurdo, principalmente, Senadora Lídice, porque o meu Estado é o único da Federação que está isolado do sistema elétrico nacional. Temos travado uma luta intensa junto ao Governo Federal na tentativa de incluir Roraima no setor elétrico,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

porque hoje nós dependemos absolutamente da energia de Guri, na Venezuela, e todos nós aqui sabemos da difícil situação econômica e política por que passa a Venezuela. Nós temos muito mito medo de ficar, de repente, num apagão geral em nosso Estado. Além disso, com a privatização do setor elétrico, nós entendemos que vai se agravar a situação de Roraima no que diz respeito a sua inclusão no sistema elétrico brasileiro.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento. Será cumprida a decisão da Comissão.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 36, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública a ser realizada por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, aprovada nos termos do Requerimento nº 18, de 2017 – CDR, destinada a debater a nova Política de Cobrança de Bagagens, que também sejam convidados o Sr. Dario Rais Lopes – Secretário Nacional da Secretaria de Aviação Civil, o Sr. Alexandre Barreto de Souza – Presidente do Conselho Administrativo de Direito Econômico – CADE, e a Sra. Marilena Lazzarini – Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC.

Autoria: Senadora Lídice da Mata.

Concedo a palavra à Senadora Lídice para fazer o encaminhamento do requerimento que é objeto do item 2.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Para encaminhar.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu apresento requerimento com base no Regimento Interno do Senado Federal para que, na audiência pública a ser realizada por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, aprovada nos termos do Requerimento nº 18, de 2017, destinada a debater a nova política de cobrança de bagagens, também seja convidado o Sr. Dario Rais Lopes, Secretário Nacional da Secretaria de Aviação Civil; o Sr. Alexandre Barreto de Souza, Presidente do Conselho Administrativo de Direito Econômico (Cade); e a Srª Marilena Lazzarini, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

Essa questão das bagagens é uma questão que tem movimentado muito o consumidor em nosso País. Eu e a Senadora Fátima tivemos uma experiência na última viagem que fizemos, coincidentemente ela também, ao Parlasul, o Parlamento do Mercosul. Na volta nós tivemos, em São Paulo, uma série de debates com os passageiros em função não apenas do posicionamento da cobrança de bagagem: em função disso, em decorrência disso, as empresas aéreas começaram um controle maior dos volumes que cada um leva e da adequação da bagagem àquelas caixinhas que eles criaram.

Eu vi coisas impressionantes. Por exemplo, o tamanho da caixinha. Se a rodinha da bagagem fica de fora, é preciso despachar porque não está dentro do padrão. Que padrão é esse? Como é que foi discutido esse padrão? Esse padrão surgiu depois de as bagagens de mão se consolidarem no País. Então, você tem um mesmo tipo de mala, só que não se exige mais o peso, mas que ela caiba dentro da caixa, sendo que, se a rodinha ficar de fora, você tem que parar tudo para despachar a mala naquele momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É preciso discutir isso, sim, e é preciso discutir a conservação dessas bagagens. Nós sabemos – quem viaja, como todos nós viajamos, sabe, especialmente nós, que viajamos toda semana – como é maltratada a bagagem de cada consumidor, de cada cliente no aeroporto. A bagagem de mão, que geralmente é preservada porque é levada na mão, passa a ser jogada sem nenhum cuidado dentro da... São bagagens caras, e é pesada para o consumidor a sua manutenção.

Esse requerimento já foi aprovado, já está inclusive marcado. Eu apenas estou adicionando o nome de outros participantes, de outros convidados para que possam aqui dar a sua contribuição.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Em discussão o requerimento.

Para discutir, tem a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Eu quero mais uma vez aqui parabenizar a iniciativa da Senadora Lídice e pedir à Comissão de Desenvolvimento Regional que, junto com o gabinete da Senadora Lídice, envide esforços para que nós possamos realizar essa audiência pública o quanto antes.

Nós temos recebido aqui pedidos e mais pedidos das pessoas no sentido de que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo paute esse assunto. Nós estamos tratando aqui de um tema extremamente importante, que diz respeito ao direito dos usuários, Senadora Ângela, diz respeito ao direito dos consumidores, consumidores que pagam passagens caras.

Hoje nós estamos vendo aí o encolhimento da malha aérea pelo País afora, o que é inaceitável. Várias capitais do Nordeste, como Natal no Rio Grande do Norte, simplesmente não têm mais um voo direto de manhã para Brasília. Não há mais nenhum voo direto de Natal para Brasília! E isso não é uma realidade apenas de Natal.

Quer dizer, passagem cara, diminuem a quantidade de voos e, ao mesmo tempo, agora cobra-se pela bagagem. Agora já há companhias também que sequer aquele lanche mínimo oferecem. Então, vejam, nosso papel aqui, enquanto Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, é realizar o debate sob a ótica de defender os interesses dos usuários, os interesses dos consumidores.

Então, eu espero, Senadora Lídice, que o Sr. Dario Rais, Secretário Nacional da Secretaria de Aviação Civil, aqui compareça, assim como o Sr. Alexandre Barreto e a Srª Marilena Lazzarini. Bem como também, Senadora Lídice, o representante da Anac, a não ser que queiram que a gente aprove aqui um requerimento de convocação. Esperamos que isso não seja necessário de maneira nenhuma.

Era só para dizer isso, parabenizar a iniciativa da Senadora Lídice e reforçar que a Comissão envide esforços junto ao gabinete da Senadora Lídice para que nós possamos realizar essa audiência o quanto antes.

E quero, por fim, fazer um pedido, Senadora Ângela: o de subscrever o requerimento anterior, do Senador Humberto Costa, que trata da questão da privatização do setor elétrico, sobretudo neste momento, agora, de anúncio – imaginem! – de privatização e de venda da Eletrobras. É um tema extremamente importante e que tem tudo a ver com a Comissão de Desenvolvimento Regional. Há apreensão lá em Recife, em todo o Nordeste, Senadora Lídice, com os rumos que a Chesf poderá tomar. Imaginem, a Chesf não é uma empresa qualquer para nós, do Nordeste, de maneira nenhuma, em matéria de energia elétrica. Então, acontecerá em boa hora esse debate aqui, e eu quero subscrevê-lo.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Passo a palavra à Senadora Lídice.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, Senadora Ângela.

Eu também gostaria de subscrevê-lo. Inclusive, já tínhamos apresentado um requerimento, em meu nome e no do Senador Lindbergh, em que sugerimos ao Senador Jorge Viana uma série de palestrantes, de convidados para essa audiência pública. Ficou acertado também que, após a análise de todos, nós poderíamos eventualmente mudar algum desses convidados, pela conveniência deles ou conveniência de aprovarmos outros nomes também.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Vai constar em ata e serão consignadas as sugestões de V. Exªs.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a decisão da Comissão.

Há algum requerimento extrapauta, Senadora Lídice?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Nenhum?

Devolvo a presidência à Senadora Fátima Bezerra. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Antes de concluir a presente reunião, quero dar conhecimento de que, na próxima sexta-feira, portanto depois de amanhã, nós fomos convidadas, como Presidente da Comissão de Desenvolvimento e Turismo, a participar de uma importante audiência pública na cidade de Jucurutu, no Seridó norte-rio-grandense, para tratar do complexo de obras da Barragem de Oiticica.

Essa programação de sexta-feira começa às 8h30min, com a visita ao complexo Barragem de Oiticica, com saída do canteiro de obras. Às 9h30min, reunião na Igreja da Comunidade Barra do Santana, com a palavra de acolhimento dos Bispos do Rio Grande do Norte. Às 10 horas, apresentação do acordo extrajudicial e suas consequências pelo Movimento dos Atingidos e Atingidas pela Construção do Complexo Barragem de Oiticica. Às 10h30min, teremos a apresentação da nota técnica. E, às 11 horas, teremos o momento destinado à fala das autoridades.

Na verdade, essa Barragem de Oiticica é uma obra de natureza hídrica muito importante, Senadora Ângela, para o meu Estado, o Rio Grande do Norte. Para V. Exª ter uma ideia: essa é uma obra com a qual o povo do Seridó sonha há mais de 50 anos.

Quero dizer de nossa alegria, porque quem a tirou do papel foi o Governo Dilma Vana Rousseff, assim como quem tirou do papel o São Francisco foi Luiz Inácio Lula da Silva. A Barragem de Oiticica: quem tirou, repito, o projeto da gaveta e, a partir daí, começou a transformá-lo em realidade foi o Governo da Presidenta Dilma, quando o incluiu no PAC 2, em 2010. A obra naquela época estava orçada em 311 milhões, sendo 292 milhões recursos federais do PAC 2, e uma contrapartida de 19 milhões do governo do Estado.

De lá para cá, foi objeto de muito debate, até porque é uma obra de grandes dimensões. Vai ser a segunda mais importante obra hídrica do nosso Estado, porque há a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. É uma obra em que o desafio não se concentra apenas na sua parte física, mas também nos aspectos do ponto de vista social e ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Para se ter uma ideia, comunidades inteiras tiveram que ser deslocadas para outra área, porque, Senador José Medeiros, as águas vão inundar a área. É o caso da comunidade de Barra de Santana, lá em Jucurutu. Então, é necessário, claro, o deslocamento dessa comunidade, com a construção de um conjunto habitacional, com toda a segurança, com conforto, etc. e tal.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – Senadora, não deixe inundar Caicó, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Caicó não foi inundado não. Pelo contrário, a Caicó está chegando água agora, porque a escassez hídrica lá é grande. E Caicó, assim como a terra em que você nasceu, graças a Deus, vai poder gozar de segurança hídrica graças aos governos do PT, porque o São Francisco é fundamental para o nosso Rio Grande do Norte.

O Rio Grande do Norte hoje exibe uma das situações mais críticas do ponto de vista hídrico. Nós estamos, nada mais, nada menos, neste momento, com 11 cidades em colapso. Nós estamos, nada mais, nada menos, neste exato momento, com a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, que é a nossa principal barragem do ponto de vista de acesso e distribuição de água... Ela é o pulmão, digamos assim, porque é a que garante o abastecimento d'água para a maioria da população do Rio Grande do Norte. E essa barragem, Senadora Lídice, simplesmente está com 16% de sua capacidade hídrica; entra em volume morto agora em dezembro.

Daí todo o esforço que nós temos feito aqui, de forma coletiva, para que o Governo Federal conclua a transposição do São Francisco, da qual Lula e Dilma deixaram mais de 95% concluídos. Daí por que toda essa mobilização que temos feito, inclusive na semana passada, quando aqui esteve o Ministro da Integração, Helder Barbalho. E, diga-se de passagem, o Ministro tem se empenhado muito na luta pela conclusão do São Francisco.

E o São Francisco – com a Barragem de Oiticica, que faz parte do complexo da transposição das águas do São Francisco –, repito, será decisivo para que o meu Seridó querido, o Seridó norte-rio-grandense e o Seridó paraibano possam ter a garantia do acesso a um bem fundamental que é exatamente o acesso à água.

Então, quero aqui concluir dizendo que, em nome da Comissão de Desenvolvimento Regional, Senadora Lídice, estarei lá, na sexta-feira, participando de toda essa programação.

Já adiantei que vou defender, junto à Bancada federal do Rio Grande do Norte, que nós aportemos uma emenda coletiva, a exemplo do que fizemos nos anos anteriores.

No ano passado, na emenda impositiva a que a Bancada federal tinha direito, nós priorizamos exatamente Oitica, pela realidade que vive o Seridó. E vou defender que façamos a mesma coisa agora, para 2018. Isso, associado ao Ramal Apodi-Mossoró, a que já assumimos o compromisso aqui de destinar uma emenda de comissão, como também para outra ação, que é a desobstrução do Rio Piranhas-Açu. Para que o cronograma previsto pelo Ministério da Integração Nacional, de que em janeiro as águas do São Francisco cheguem em Fortaleza e, 90 a 120 dias depois, cheguem à Paraíba e ao Rio Grande do Norte, é fundamental que, paralelamente à conclusão do São Francisco, seja desobstruído o Rio Piranhas-Açu, por onde as águas do São Francisco desaguarão quando chegarem ao Rio Grande do Norte, para chegar ao Seridó, à Barragem Armando Ribeiro Gonçalves e depois, quando Oiticica estiver concluída, chegar a Oiticica, o que vai dar a segurança hídrica.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) – A obstrução é o leito que foi assoreado? Como é?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É o leito, fazer o desassoreamento, questão das calhas etc. e tal. É exatamente isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E há o Ramal Apodi-Mossoró, para que quando as águas do São Francisco chegarem ao Rio Grande do Norte não beneficiem apenas uma parte da população, mas também possam garantir o acesso à água para outra região do Rio Grande do Norte que concentra mais de 50 Municípios, inclusive Mossoró, que é a segunda cidade.

Então eu quero apenas confirmar a presença da Comissão de Desenvolvimento Regional sexta-feira lá em Caicó. Vou defender que apresentemos uma nova emenda, com toda a aceitação da Bancada federal, bem como vou propor a realização de uma nova audiência, através da Comissão de Desenvolvimento Regional, para tratar do plano de trabalho que está sendo elaborado pelo Governo do Estado junto com o DNOCS, plano de trabalho esse que resultou na solicitação ao Governo Federal de uma suplementação orçamentária da ordem de R$132 milhões para que Oiticica seja concluída no prazo previsto, até o final de 2018.

Então, Srs. Parlamentares, era esse o registro que gostaria de fazer, bem como, permita-me, Senadora Lídice, dizer da emoção que vivi neste final de semana.

Eu me integrei, participei do início da caravana lá na Bahia, o seu Estado, e retomei a caravana sábado passado, exatamente em João Pessoa, porque de lá seguiria, com o Presidente Lula e demais convidados, para o Rio Grande do Norte.

Assim fizemos a programação da Paraíba: João Pessoa, Campina Grande, uma programação muito bonita, com muito entusiasmo. E fomos para o Rio Grande do Norte. Porém, antes de chegarmos ao Rio Grande do Norte, cuja primeira parada era Currais Novos, no Seridó norte-rio-grandense, nós passamos por Nova Palmeira, que vem a ser a cidadezinha onde eu nasci, uma cidade com cerca de 4,8 mil habitantes.

Quero mais uma vez agradecer a sensibilidade do Presidente Lula, que, quando soube que era a cidade onde eu nasci, disse "vamos dar uma parada", até porque ele sabia que a cidade inteira estava lá na pista, esperando por ele. Assim foi feito. E, para mim, foi um momento de muita emoção, porque foi o momento de lembrar a nossa história, o nosso passado de tanto sofrimento, Senadora Lídice. Costumo dizer que conheço a seca não através de um livro de história. Conheço a seca porque a vivi. Sei o que foi, em 1970, aquela seca brava, porque eu estava ainda na Paraíba.

Então, foi uma emoção muito grande, de repente, estar ali ao lado daquele que é, e continua sendo até hoje, o melhor e o maior Presidente que este País já teve, inclusive para o Nordeste. Chegar ali àquela cidadezinha, como Senadora de origem popular, ao lado do Presidente, foi um momento que vai marcar a minha vida para sempre.

E quero aqui, desde já, agradecer o carinho e a hospitalidade do povo potiguar. Por onde a caravana do Presidente Lula passou, arrastou multidões. Na verdade, as pessoas não se contentam mais em chegar à noite e ir para a cidade onde vai haver a programação que já estava previamente organizada. Não, as pessoas estão indo para a estrada, para a entrada da cidade, pedindo que o ônibus pare, porque eles querem dar um aperto de mão no Presidente Lula, eles querem abraçar o Presidente Lula.

Foi assim lá no Rio Grande do Norte, por onde a gente passou: em Jucurutu, em Campo Grande, em Florânia, em Upanema. E fizemos duas grandes mobilizações, dois belos atos, do ponto de vista político e cultural. Um foi na cidade de Currais Novos, ao lado do Prefeito Odon Junior, do PT, e do Vice do PCdoB. E, em Mossoró, quando nós encerramos a caravana, com uma grandiosa concentração popular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na verdade, o que a gente percebe, Senadora Lídice, é que há um sentimento de muita gratidão por parte do povo nordestino. Porque, quando Lula se dirige a eles, Lula não está falando de algo abstrato, Lula está falando de algo concreto, que foram as conquistas que foram enraizadas pelo chão do Nordeste durante os governos Lula e Dilma.

Quer dizer, ele fala de algo concreto porque, por exemplo, ele fala dos sonhos e esperanças da juventude que se tornaram realidade com as escolas técnicas que chegaram, com as universidades que chegaram, com os *campi* avançados que chegaram. Ele fala, por exemplo, da água, da água que está se tornando realidade. Garantir segurança hídrica para o Nordeste por quê? Porque nós estamos com o projeto do São Francisco em fase de conclusão. Ele fala do acesso ao crédito; ele fala do Bolsa Família; ele fala do Luz para Todos; ele fala das ações voltadas para a questão da agricultura familiar.

Então, é isso o que, sem dúvida nenhuma, mexe com o coração do povo brasileiro, em especial com o coração do povo nordestino, levando em consideração exatamente o drama que o País vive neste exato momento com essas conquistas ameaçadas, algumas, inclusive, em processo de destruição pelo governo ilegítimo que aí está.

Vocês sabem o que está acontecendo com as nossas universidades, com os nossos institutos federais? O orçamento para custeio dessas universidades está garantido somente até setembro, Senadora Lídice. Isso é um crime, isso é uma atrocidade! Nós não estamos falando de um direito qualquer. Nós estamos falando de um direito essencial, básico para qualquer projeto de desenvolvimento com sustentabilidade e com justiça social.

Então, confesso que até hoje estou impactada, impactada pelo que vi da emoção e da espontaneidade da população, que quer abraçá-lo, que quer cumprimentá-lo e, sem dúvida nenhuma, expressar o desejo e a esperança que o povo tem da volta do Presidente Lula em 2018.

A propósito, que fique claro aqui que a caravana não trata disso. A caravana é para ele conversar com a população, para ele ver de perto, constatar de perto, repito, todo este momento de dificuldades por que passa o País, esse drama que o País vive hoje em decorrência da política de austeridade do governo ilegítimo que aí está, dessa agenda que, cada vez mais, não só retira, mas ameaça os direitos do povo brasileiro. A gente sabe muito bem qual é a agenda que está aí, é uma agenda contra o povo.

Então, é isso. Queria fazer esse registro até porque aqui é a Comissão de Desenvolvimento Regional.

Concluo agradecendo ao povo do Rio Grande do Norte. Fiquei muito feliz, na condição de Senadora representando o povo do Rio Grande do Norte, de ver o Rio Grande do Norte recebendo o Presidente Lula com tanto carinho, com tanto afeto e com tanta hospitalidade.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia treze de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Lídice da Mata, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Valdir Raupp, Regina Sousa, Ângela Portela, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Armando Monteiro, Ronaldo Caiado, Paulo Paim, Vicentinho Alves e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Humberto Costa, Paulo Rocha, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira e Wellington Fagundes. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 38 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 90, II, VI; 93 II e 104-A II e IV, todos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclos de Audiência Pública para discussão do tópico "O processo de privatização anunciado pelo Governo Federal e os impactos/consequências para o Desenvolvimento Regional", com a participação de Entidades e especialistas no tema; representantes dos governos estaduais, organizações da sociedade civil dos Estados e Municípios atingidos pelas medidas, além de Federações de Trabalhadores e Centrais Sindicais, constantes de rol a ser oportunamente apresentado, sem prejuízo de outros entes que a Comissão achar por bem convidar." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Regina Sousa. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 40 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para discutir a transposição do rio Tocantins para o rio São Francisco." **Autoria:** Senador Elmano Férrer. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Regina Sousa. **ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 41 de 2017** que: "Com base no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, incisos II e V, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para debater a situação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeronáutica (Infraero) e o sucateamento dos aeroportos regionais." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Goulart. **Relatoria:** Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera Lei nº 11.898,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Davi Alcolumbre. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação de Zona Franca no Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 43 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal e do art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a realização de audiência pública a fim de debater o anúncio de fechamento de 1.300 agências de Bancos Postais dos Correios em todo o Brasil." **Autoria:** Senadoras Fátima Bezerra. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Ângela Portela. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lídice da Mata

Vice-Presidente no exercício da presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/09/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Nós estamos hoje num dia especial, porque a nossa Presidente teve um compromisso e não pode aqui comparecer e me pediu para conduzir os trabalhos da nossa Comissão.

Eu gostaria de iniciar trazendo àqueles que nos acompanham e à nossa Comissão o sucesso que foi ontem a realização do primeiro debate que compõe o ciclo de debates "A Importância do Fundeb para o Desenvolvimento Regional". Tratou-se de uma audiência num ciclo de debates, uma conferência cujo palestrante central foi o ex-Ministro e ex-Prefeito de São Paulo, o Prof. Fernando Haddad. Foi um requerimento aprovado na nossa Comissão, de nº 39, de 2017, da Senadora Fátima Bezerra e outros. Teve como participantes Daniel Cara, que é coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Alessio Costa Lima, Presidente da Undime – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; Heleno Araújo, Presidente da CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; e Sylvia Gouveia, Coordenadora de Operacionalização do Fundeb, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), representando o Ministério da Educação.

Esses participantes abriram o evento e depois da fala de cada um deles foi convidado para a palestra o Prof. Fernando Haddad. Em todas as falas desses palestrantes, todos conhecidos militantes da luta pela educação pública de qualidade no Brasil, foi ressaltada a importância do Fundeb para as conquistas, o legado positivo que nós temos hoje na educação brasileira – principalmente a municipalização da educação, o fortalecimento da educação nos Municípios. E, claro, foram trazidas à tona as grandes dificuldades que tem hoje esse sistema educacional para funcionar, em função justamente das dificuldades de financiamento da educação, especialmente na base, que é a base municipal. Isso foi ressaltado pelo Prof. Alessio Costa, Presidente da Undime, e por diversos outros senhores participantes e presentes.

No entanto, na essência o grande destaque foi justamente a ideia de que o Fundeb deve continuar; ele deve continuar sendo um instrumento que viabilize o financiamento da educação no nosso País, e, como instrumento de financiamento, Senadora Regina, foi extremamente útil para fortalecer o financiamento da educação justamente nas regiões mais pobres, como a nossa, das Regiões Nordeste e Norte deste País.

A municipalização e a integração regional foram características positivas do funcionamento do Fundeb no Brasil. No entanto, justamente por essas conquistas é que nós apresentamos – no caso, eu própria apresentei, com apoio, tive a iniciativa de apresentar – uma PEC que não foi da minha iniciativa apenas, é resultado de uma grande discussão existente no Brasil sobre a necessidade de fortalecer os instrumentos de financiamento da educação pública. E a manutenção do Fundeb passa a ser fundamental, principalmente num cenário em que nós aprovamos um controle de gastos no País que foi constitucionalizado por 20 anos, onde a exclusão existe apenas para a não ingerência justamente no Fundeb. Há importância, portanto, de que isso possa permanecer.

Nós fizemos uma PEC que tem dois objetivos principais: o primeiro é tornar o Fundeb permanente e garantido na Constituição, não mais em disposições transitórias; e o segundo é ampliar a complementação devida pela União ao Fundeb, que passaria de um valor equivalente, hoje, a no mínimo 10%. Quando o Presidente Lula assumiu era 0,1% a contribuição da União com o Fundeb. Na sua saída, durante o seu governo foi assegurado um mínimo de 10%. A nossa PEC assegura que, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

longo de seis anos, nós possamos chegar a um aporte de 50%, nesse período de transição, do financiamento para a educação pública vindo da União. Ao final dessa transição, a União, por exemplo, entregaria ao fundo, em valores atuais, cerca de R$64,38 bilhões, no lugar dos R$12,88 bilhões pagos no ano passado – valores divulgados pelo Ministério da Educação.

Assim, mais recursos serão garantidos para cumprir as metas do Plano Nacional de Educação, a implantação do Custo Aluno Qualidade e a elevação do piso salarial dos professores, revolucionando, mesmo, a distribuição de recursos e a forma como a educação é tratada neste País. Por isso mesmo é que nós aprovamos aqui, nesta Comissão, esse ciclo de debates, que tem tudo a ver com desenvolvimento, porque não se pode pensar em desenvolvimento na era, inclusive, da revolução pós-industrial ou naquilo que se chama a terceira revolução industrial, que é a revolução tecnológica e científica, sem que se incorpore o elemento educacional como elemento central para esse desenvolvimento. Não se pode falar em economia criativa, não se pode falar em turismo, não se pode falar em diversos elementos, em desenvolvimento energético, sem se falar em investimentos em educação, sem se falar em investimentos em ciência e tecnologia. Por isso esse assunto veio à baila na nossa Comissão, e, nessa perspectiva, continuará, no sentido de que os conceitos de educação e desenvolvimento caminhem juntos, justamente porque a educação tem que ser vista como investimento indispensável para o projeto e o processo de desenvolvimento do nosso País.

Portanto, ao informar a todos vocês o sucesso da abertura do nosso ciclo de debates, informo também que nós já marcamos o nosso segundo debate, que acontecerá na cidade de Salvador no dia 28 de setembro. Quero convidar todos os Srªs e Srs. Senadores a participar desse debate, dessa sessão da Comissão lá em Salvador.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Passo a palavra à Senadora Regina, que a solicitou, porque o item 1 não poderá ser votado, em função da ausência do autor do requerimento.

Passemos, então, ao item 2.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 40, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para discutir a transposição do Rio Tocantins para o Rio São Francisco.

Autoria: Senador Elmano Férrer e outros.

O autor, Senador Elmano Férrer, é nosso companheiro de trabalho, bastante atuante, e também conterrâneo da Senadora Regina. O Senador Elmano é também um Senador do Piauí.

Concedo a palavra à nossa querida...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone.*) – Disseram que o Senador Elmano está chegando.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Acabou de chegar o Senador Elmano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Enquanto ele senta, quero só lhe parabenizar pelo projeto, da questão do Fundeb e dizer que não sei ainda, mas quando eu era Secretária de Administração, nos anos de 2003 a 2010, havia um defeitinho no Fundeb: os Estados do Nordeste – os mais pobres, pelo menos – colocavam mais dinheiro do que recebiam de volta. Acho que essa correção pode ser feita...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Exatamente. Vai ser muito importante a participação de V. Exª, com a experiência que tem como educadora, como Secretária que foi do seu Estado, em contribuir com esse debate, porque a ideia justamente foi essa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sem dúvida nenhuma, o Fundeb é fundamental. Acho que alguns setores precisam ter um fundo, como a segurança pública também. Os setores que têm fundos funcionam melhor. Ainda que o dinheiro seja pouco, funcionam melhor, porque é uma garantia...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sim, e é um compartilhamento. É uma forma de nós enfrentarmos essa distorção existente no Brasil.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Exatamente. É o famoso regime de colaboração de que a gente fala tanto, mas funciona pouco.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Exatamente. E enfrentar essa distorção tributária existente no Brasil, Senadora Regina, em que o maior bolo da riqueza fica com a Receita Federal, ou seja, fica com o Governo Federal, melhor dizendo, e os Estados e Municípios, com o pires na mão, vêm atrás – eles, que são justamente os responsáveis pela implantação da política efetiva, na ponta, ao cidadão. Aliás, o Senador Cristovam Buarque tem levantado como uma de suas teses centrais na área da educação justamente a federalização da educação básica, com um conceito, um pensamento, que é o do financiamento garantido, da qualidade garantida pelo financiamento do Governo Federal a salários melhores, a estruturas melhores nas escolas. Esse é um modelo que busca, dentro da realidade da escola brasileira hoje, garantir que nós possamos consolidar a participação dos Municípios na educação básica no Brasil, a regionalização, portanto a participação dos Estados que são mais pobres, com uma responsabilidade maior, Senador Elmano, daqueles que podem mais – no caso, da União – com a educação em nosso País. Não adianta se falar em educação, todos assumirem o discurso da prioridade para a educação, quando na verdade a prioridade para a educação não é feita na prática, porque não se consegue que a União possa ter uma responsabilização maior com o financiamento da educação na ponta neste País. Não é possível se achar que os Municípios brasileiros, com sua manutenção financeira tão difícil, possam garantir o salto na qualidade da educação de que precisamos. Nós sabemos o quanto foi difícil garantir um piso nacional para os professores neste País, sendo um dos principais óbices justamente a dificuldade dos Municípios em pagarem esse piso nacional. Esse foi um dos instrumentos que permitiu. O Fundeb foi um dos instrumentos que viabilizou tanto o piso nacional para os professores na educação, quanto um olhar digno para o profissional da educação, entendendo-se os trabalhadores em educação todos aqueles que estão e que trabalham dentro da escola.

Portanto, eu quero agradecer a presença de todos, dizer que nós vamos continuar com esse ciclo de debates. A Relatora é a Senadora, também competente educadora, Fátima Bezerra, que já foi a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatora do Fundeb na sua criação, na Câmara dos Deputados, e que deu uma extraordinária contribuição. A nossa expectativa é que ela continue fazendo isso agora, na consolidação constitucional do Fundeb, até porque, como foi dito ontem pelo ex-Ministro Fernando Haddad, não é só consolidar, não é só colocar o Fundeb na Constituição, fora das disposições transitórias, mas é, acima de tudo, fazê-lo avançar, corrigir os eventuais erros que ele tem hoje e aprimorar a sua organização.

Dito isso, eu agradeço a Senadora Regina pela sua fala, e também, Senador Elmano, pela disposição com que se colocou para defender o vosso requerimento.

Passo imediatamente a palavra a V. Exª.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Srª Presidente, Srs. Senadores, esse requerimento que nós apresentamos, sabemos, em princípio, que é um assunto polêmico. O que não é polêmico é a crise hídrica no Piauí, no Ceará, no Nordeste do Brasil e no mundo.

Lembro que, em 2014, com o Governador Wellington Dias, tivemos a oportunidade de ir a São Paulo quando a capital passava por uma crise hídrica profunda. E nós a testemunhamos, com os olhos e com nossa sensibilidade, juntamente com os nordestinos que para lá migraram. Inclusive, em decorrência de escassez de água do Nordeste, eles foram para São Paulo não só na busca de emprego, mas também em face das crises hídricas permanentes no Nordeste, e no Piauí também.

Então, nós entendemos, após uma viagem que fizemos com outros Senadores – inclusive o Raimundo Lira, da Paraíba, o Jorge Viana, do Acre e outros Senadores do Nordeste – ao projeto de transposição do Rio São Francisco, acompanhados do Ministro da Integração Nacional de então, Gilberto Occhi... O que eu vi lá no local de captação de água para levar para os canais, as elevatórias, etc., com vistas a chegar ao Ceará, ao Rio Grande do Norte, à Paraíba e à parte de Pernambuco? Eu vi que o Rio São Francisco, o que dizem é que é para... Aliás, V. Exª, como o nosso querido Senador Otto e outros, tem insistido nisto: na morte do Rio São Francisco, que é uma realidade. E eu a constatei. Nós constatamos isso. Eu pelo menos vi.

Como sou assim curioso e ligado também à área, a tendência da crise hídrica, no Nordeste e no Brasil, é se agravar. Entretanto, nós temos de 8% a 10% da água doce do mundo na hileia amazônica, na Amazônia. Então, creio que chegou o momento de nós pensarmos na integração das bacias hidrográficas do Norte com as bacias hidrográficas do Nordeste.

Aqui nós estamos com esse requerimento não defendendo o projeto de transposição das águas do Tocantins, por ser o rio mais próximo do Rio São Francisco, mas porque essa é uma questão que vem sendo tratada há mais de cem anos. Se nós fizermos uma revisão na nossa literatura, observamos que, naquela época em que a agressão ao meio ambiente não era tão intensa quanto é hoje, já se falava desse projeto de transposição.

Sabemos disso, como disse o Otto para mim numa conversa com ele: "Olha, Elmano, o Tocantins está morrendo." Então, veja, eu vi aqui, no ano passado ou em 2015, o nosso nobre Senador Jorge Viana, da Região Norte, num ano falando sobre enchentes e, no ano seguinte, sobre seca lá no Rio Acre. Enfim, as mudanças climáticas no Brasil e no mundo são uma realidade.

Quando nós éramos técnicos da Sudene, onde eu entrei e me aposentei, tínhamos uma série histórica de precipitação pluviométrica em toda a Região Nordeste. E eu vi, nos meus 51 anos de Piauí, nessa série histórica em determinadas regiões, que chovia em torno, nessa média histórica de 60 anos, de 450mm na região de Pio IX, fronteira da região semiárida, que se limita com a região do Inhamuns,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que é uma das regiões mais secas do Estado do Ceará. Essa precipitação média que era de 450mm baixou para 300mm ao longo de 50 anos. O que isso quer dizer? Que daqui a 50 anos, nós não sabemos como vai viver essa população.

Eu sempre tenho defendido, digamos, o planejamento como uma estratégia de antecipar os fatos que poderão acontecer no futuro e sempre digo que o planejador não pode agir como um bombeiro. O bombeiro, quando acontece a catástrofe, vem e age; o planejador antecede a catástrofe. Então, eu vi que é o momento.

Com esse requerimento, nós propomos aqui uma audiência pública para discutirmos levantar essa questão. Inclusive, o nosso companheiro Deputado Gonzaga Patriota escreveu uma obra sobre as águas do Tocantins desaguando no Velho Chico. Quer dizer, até aqui no Parlamento já existe e foi, inclusive, projeto dessa natureza. Então, nós com esse requerimento, Srª Presidente, minhas companheiras Senadoras, nós queremos provocar e iniciar um processo de discussão da viabilidade. E aí entraria a viabilidade técnica, a viabilidade econômica e, sobretudo, a ambiental da possibilidade da transposição das águas do Tocantins se com isso nós integraríamos... Seria a primeira ação de integração das águas do Norte, daquela bacia amazônica, que são várias grandes bacias, às bacias secas, rios periódicos, temporários que nós temos no Nordeste.

Eu estive em Fortaleza ontem, vim de Fortaleza, onde fui tratar de assuntos, inclusive, sobre recursos hídricos. E vi, nas manchetes dos jornais, a crise que Fortaleza poderá passar em decorrência da falta de água. Se o projeto de transposição continuar como está – quer dizer, lento –, para aqui e começa em outro Estado, Fortaleza terá grandes problemas.

Então, o nosso requerimento visa a uma audiência pública. Nós listamos aqui algumas instituições que podem ser convidadas. Inclusive, já me antecipei, conversando com duas autoridades sobre a questão, antecipando-os dessa audiência pública e dizendo para eles que oficialmente esta Comissão convidará os dois e mais outros para essa audiência pública.

Então, eu espero que as nossas companheiras Senadoras e Senadores acolham esse nosso requerimento.

Eu queria também tomar a liberdade de pedir a minha estimada companheira de Bancada Regina Sousa, em ela entendendo dessa forma, para subscrever também esse nosso requerimento.

Eram essas as considerações que tínhamos a fazer.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com certeza, com muito prazer, subscrevo o requerimento, sim.

E eu queria aproveitar e pedir para subscrever o item nº 1, do Senador Humberto Costa, que não está aqui em razão de estar em Curitiba. Ele pediu para eu subscrever o dele para a gente aprovar.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O.k.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Senadora Lídice, Srª Presidente, eu queria também elogiar e parabenizar o Senador Elmano por solicitar esse requerimento de aprovação para discutir aqui a crise hídrica no Nordeste.

Vocês do Nordeste falam da crise hídrica; eu, filha do Nordeste, falo da crise energética no Norte do Brasil e principalmente em Roraima, o meu Estado. A nós já tivemos oportunidade de aprovar um requerimento aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional para discutir a privatização da Eletrobras, que, no nosso entendimento, Senadora Lídice, vai prejudicar ainda mais, vai agravar ainda mais a crise energética por que Roraima passa. Com a privatização da Eletrobras, certamente nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

vamos continuar com a energia cara, a energia poluidora das hidrelétricas... Das termoelétricas, corrigindo.

Foi desde janeiro deste ano que a Eletrobras assumiu a distribuição de energia dos 14 Municípios do nosso Estado. A capital sempre foi fornecida já com a Linha de Guri, na Venezuela. E, de janeiro para cá, nós observamos um agravamento na crise, Senador Elmano. Os apagões se intensificaram nos 14 Municípios do nosso Estado e até na capital também.

Então, a privatização vai certamente prejudicar, porque as empresas privadas que vão fornecer vão querer ter lucro – a questão da eficiência. E nós sabemos das grandes dificuldades por que o nosso Estado passa. Nós temos mais de 400 comunidades indígenas que têm os motorzinhos, cujo combustível é fornecido pelo Governo estadual para manter esses motores funcionando e gerando energia e conforto para essas comunidades. Com a Eletrobras privatizada, como é que vai ficar isso?

Então, é um leque de dificuldades imensas por que passa a população do nosso Estado em função dessa crise energética grave. A Venezuela não tem mais condições de atender ao percentual de fornecimento de energia que atendia. Foi feito um contrato com o Governo brasileiro e o governo federal venezuelano, e eles não têm mais condições de atender – todos nós aqui acompanhamos as dificuldades pelas quais a Venezuela passa.

E o que é mais impressionante, Senadora Lídice, é que alguns meses atrás o Governo Federal, o Governo Temer, lançou um grande plano de investimentos, em torno de R$12 bilhões, para fazer interligação de energia elétrica em outras Regiões. E Roraima, que é o único Estado da Federação que é isolado do sistema elétrico nacional, não recebeu um metro, um quilômetro de investimento na sua rede elétrica, lamentavelmente. E o que mais me impressiona é a falta de sensibilidade deste Governo, porque a Bancada federal inteira já esteve com o Presidente Michel Temer; a Governadora Suely Campos também já esteve; e ele prometeu, nessa nossa reunião, que iria resolver em 30 dias. Em 30 dias seriam sanados os problemas que teríamos para a construção do Linhão de Tucuruí – principalmente no que diz respeito à negociação com os índios Waimiri Atroari, que ficam na reserva, que se estende por 127km na BR-174. E até agora nós não tivemos nenhuma posição, nenhum posicionamento objetivo e claro do Governo Federal em relação à construção do Linhão de Tucuruí. Então, a gente reforça aqui o apoio ao seu requerimento, que também já foi aprovado, para a realização de uma audiência pública. A gente só vai marcar essa audiência e convidar as pessoas que estão diretamente ligadas aos órgãos – a Funai, o Ibama, o Governo do Estado de Roraima, o Governo Federal –, para que a gente possa realizar uma boa audiência, aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional, para discutir a crise energética de Roraima.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senadora, querida amiga Ângela Portela, é só para confirmar a informação que V. Exª dá no sentido da sua proposição de audiência pública, e para comunicar à Comissão que ela já está marcada para o dia 19, às 14h. E que nós contamos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Então, você me informou errado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Desculpe-me, a Secretaria da Mesa está corrigindo: é uma outra data a de V. Exª. Mas, ainda assim, no dia 19, às 14h, nós teremos a audiência pública que discutirá a privatização da Eletrobras.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. *Fora do microfone*.) – Dia 19?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Às 14h.

É um assunto que interessa a todos: a V. Exª por conta justamente desses aspectos que V. Exª ressaltou; mas aos nordestinos também, no que diz respeito ao impacto que haverá na Chesf esse tipo de procedimento; e a todos os brasileiros. Haverá, inclusive, uma audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Infraestrutura, da Casa, para discutir esse assunto, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, PCdoB do Amazonas, no sentido de se discutir o que significa essa privatização da Eletrobras para o Brasil, com a presença já confirmada do Ministro Fernando Bezerra Filho.

Então, esse é um assunto que vai tomar, sem dúvida nenhuma, a pauta do Congresso Nacional, mas em especial a do Senado Federal, porque aqui somos a Casa da representação dos Estados. E essa decisão, sem dúvida alguma, impactará todas as empresas de energia coligadas à Eletrobras que dão sustentação ao fornecimento de energia elétrica no País inteiro. Então, nós vamos ter a oportunidade de debater isso aqui, com bastante intensidade.

Nós temos mais de um requerimento a respeito desse assunto: eu também como Senador Lindbergh fizemos um requerimento que se somou a esse dos Senadores Humberto e Jorge Viana, e que na verdade compôs praticamente um seminário a respeito desse assunto, e que tem a relação dos seguintes convidados: Dr. Nelson José Hubner Moreira, ex–Diretor da Aneel, membro do Conselho de Administração da Cemig e ex-Ministro interino do Ministério de Minas e Energia; Maurício Tolmasquim, ex-Presidente da Empresa de Pesquisa Energética; Dr. Luiz Pinguelli Rosa, Professor da UFRJ, ex-Diretor da Eletrobras e conhecido cientista e pesquisador na área de energia no Brasil; Pedro Celestino, Presidente do Clube de Engenharia; Gilberto Cervinski, coordenador da Plataforma de Energia; Wilson Ferreira Júnior, Presidente da Eletrobras; e João Bosco de Almeida, ex-Presidente da Chesf.

Então, é um seminário o que nós praticamente vamos ter, porque serão sete debatedores. Isso vai ter uma importância muito grande para que esta Comissão possa contribuir com o esclarecimento dessa questão para o Senado Federal.

Muito obrigada.

Vou colocar em votação o requerimento do Senador Elmano.

Se não há mais ninguém que queira discuti-lo, vamos passar à votação.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos votar o item 1, a pedido da Senadora Regina, que subscreveu o requerimento do Senador Humberto Costa, e, logo depois, o requerimento do Senador Hélio José, que acabou de chegar e que também tem um requerimento na pauta.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Item 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 38, de 2017
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 90, II, VI; 93 II e 104-A II e IV, todos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclos de audiência pública para discussão do tópico "O processo de privatização anunciado pelo Governo Federal e os impactos/consequências para o Desenvolvimento Regional", com a participação de entidades e especialistas no tema; representantes dos governos estaduais, organizações da sociedade civil dos Estados e Municípios atingidos pelas medidas, além de federações de trabalhadores e centrais sindicais, constantes de rol a ser oportunamente apresentado, sem prejuízo de outros entes que a Comissão achar por bem convidar.

Autoria: Senador Humberto Costa e outros.

Concedo a palavra à Senadora Regina, para que ela possa fazer o encaminhamento do requerimento, para depois colocá-lo em votação.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Para encaminhar.) – É o requerimento do Senador Humberto Costa que estou subscrevendo.

É uma preocupação que tem tudo a ver com esta Comissão de Desenvolvimento Regional. Não é que sejamos contra a privatização por ser contra. De algumas coisas, o Estado não tem mesmo que tomar conta, para se dedicar a coisas... Agora, esse processo de privatização que inclui o setor de energia e a Casa de Moeda, principalmente, além de outras questões, preocupa. Assim é com o Banco do Brasil e a Caixa, que não estão aqui, mas há uma intenção já anunciada também de se desfazer da maioria das ações do Banco do Brasil e da Caixa – aliás, querem fatiar a Caixa para serem vendidos alguns setores da Caixa e vender as ações do Banco do Brasil. Isso preocupa. Por isso, eu acho que é importante debater sobre isso, principalmente, sobre o setor de energia, em que ainda não concluímos toda a distribuição do Luz para Todos, por exemplo, pois não se concluiu ainda, ainda há setores que não chegaram a ser... E sabemos que o setor privado não vai se preocupar com isso. No setor privado, quem comprar vai se preocupar com lucro, não vai levar energia para gente pobre. Então, é preciso debater como fica a situação das pessoas mais pobres no caso de privatizar a Eletrobras, como é que se garante que as pessoas mais pobres tenham acesso.

Há aí a lista de convidados, sem prejuízo de outras indicações que alguém queira fazer. O importante é fazer esse ciclo de debates, porque, principalmente, as regiões mais carentes de energia – a Senadora Ângela acabou de citar aqui Roraima – precisam estar por dentro disso, para saber em que vão ser afetadas. Então, eu entendo que há um ciclo de debates: começamos com um aqui centralizado, e depois podem ser feitos outros distribuídos regionalmente.

É esse o requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não havendo quem queira discuti-lo, colocamos em votação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento do item 3.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 41, de 2017
- Não terminativo -

Com base no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, incisos II e V, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para debater a situação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeronáutica (Infraero) e o sucateamento dos aeroportos regionais.

Autoria: Senador Hélio José.

Concedo a palavra ao Senador Hélio José para fazer o encaminhamento do requerimento.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Para encaminhar.) – Obrigada, nobre Senadora Lídice da Mata. Cumprimento V. Exª pela direção dos trabalhos.

Esse requerimento trata da questão da Infraero, a companhia de aviação dos aeroportos brasileiros.

Apesar do crescimento da aviação comercial no País, o número de cidades atendidas por voos domésticos continua em redução. De fato, entre 2007 e 2016, o número de cidades atendidas por esse serviço caiu de 180 para 122. Um dos principais obstáculos à ampliação das rotas de transporte aéreo é a deficiência na infraestrutura dos pequenos e médios aeroportos. A senhora que é baiana está vendo essa dificuldade em algumas cidades do interior. Vários deles encontram-se em situação precária, caminhando para o sucateamento irreversível, se não receberem a devida atenção da Administração Pública.

A Infraero exerce diretamente a administração de diversos desses aeroportos e possui as competências necessárias para apoiar os demais pequenos aeroportos civis públicos administrados por Estados e Municípios. A empresa, no entanto, vem sofrendo prejuízos seguidos desde que perdeu a receita proveniente dos grandes aeroportos concedidos à iniciativa privada. Esse problema deve se agravar se for concretizado o projeto anunciado no último 23 de agosto de concessão de mais 14 aeroportos, entre eles, os mais lucrativos, que é o de Congonhas, o maior ativo da empresa, o de Recife, o de João Pessoa, o de Maceió e o de Aracaju. Nos últimos meses, a imprensa tem especulado sobre o futuro da Infraero, tendo sido aventadas soluções diversas, como a privatização, enxugamento e fatiamento. Além da preocupação com o destino dos milhares de funcionários da Infraero, convém ponderar como a aviação regional poderá ser impactada pelo destino dessa empresa tão estratégica para o sistema aeroportuário nacional.

Conheço o aeroporto de Parnaíba e sei o tanto que ele precisa de investimento e de acompanhamento da Infraero.

Diante do exposto e tendo em vista a função fiscalizadora do Senado Federal, estabelecida pela Constituição Federal de 1988, entendemos oportuna a realização de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para debater e avaliar os impactos das medidas que se anunciam.

Por isso, Excelência, Senadora Lídice da Mata, com base no art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, incisos II e V, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da CDR, para debater a situação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeronáutica (Infraero) e o sucateamento dos aeroportos regionais.

Para fornecer informações, expor opiniões e responder aos questionamentos dos Srs. Parlamentares, para a mencionada audiência deverão ser convidados: o Sr. Fernando Antonio Ribeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Soares, Secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, que é quem está propondo isso; o Sr. Dario Rais Lopes, Secretário Nacional de Aviação Civil do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, que é quem deve acompanhar as questões aeroportuárias no Brasil; o Sr. Antônio Claret de Oliveira, Presidente da Infraero, que é a empresa que está correndo o risco de ser totalmente privatizada ou destruída; o Sr. Francisco Lemos, do Sindicato Nacional dos Aeroportuários, dos servidores que serão afetados; o Sr. Alex Fabiano Costa, da Associação Nacional dos Empregados da Infraero.

Eu ia propor o Ministro, mas, como é praxe na Comissão, quando vem ministro, só vir ministro, eu preferi tirar o Ministro, embora ele tivesse o compromisso de vir debate conosco desse rol, para podermos ouvir a base como um todo, e posteriormente, se acharmos que deve vir aqui na Comissão, faremos o convite ao Ministro dos Transportes, que é o responsável em primeira instância.

Então, esse é o requerimento, Excelência.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Antes de encaminhar para o debate, Senador Hélio José, eu quero propor que, além de aprovarmos o seu requerimento, pudéssemos, quem sabe, analisar com V. Exª a incorporação desse requerimento a outros que estão aqui já aprovados, para que fizéssemos uma espécie de um seminário ou um ciclo de debates nessa data. Por quê? Agora, no dia 27, teremos uma audiência pública que foi resultado de um requerimento de minha iniciativa para discutir a política de cobrança de bagagens. Envolve a Anac, que já deveria ter vindo. Na primeira vez, a Anac não pôde vir, e nós, então, remarcamos essa audiência, que será no próximo dia 27. Eu acho que é uma audiência extremamente importante, porque ela trata da defesa do consumidor, do usuário do transporte aeroviário deste País.

Vai participar o Dr. José Ricardo Pataro Botelho, Diretor-Presidente da Anac; o Sr. Eduardo Sanovich, Presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas; o Sr. Arthur Luis Mendonça Rollo, Secretário Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça; o Sr. Dario Rais Lopes, Secretário Nacional da Aviação Civil; o Sr. Alexandre Barreto de Souza, Presidente do Conselho Administrativo de Direito Econômico (Cade); e a Srª Marilena Lazzarini, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

É fundamental que nós tenhamos nessa discussão uma representação de segmentos não governamentais, segmentos que representem de fato o consumidor e não apenas a parte do Governo que se relaciona com o consumidor.

Então, é isso que vamos ter no dia 27. No entanto, foram aprovados – mas não têm nada a ver com esse tema – outros requerimentos. Foi aprovado um requerimento da minha autoria que fala justamente da política de gestão dos aeroportos, abordando a apresentação dos aeroportos recém leiloados – Fortaleza, Porto Alegre, Salvador e Florianópolis –, novos leilões previstos, critérios técnicos para escolha dos aeroportos a serem leiloados, balanço de investimento e receita nos aeroportos administrados pela Infraero e política de gestão de aeroportos de pequeno porte da aviação regional, com a presença justamente de pessoas que V. Exª também já listou, além dos representantes das concessionárias Fraport, Vinci Airports e Zurich Airport, que são as empresas que ganharam as concessões para administrar e fazer as gestões desses aeroportos no Brasil.

O que imagino que preocupa V. Exª e que também preocupa a mim e muitos outros Parlamentares é que o Brasil faça a concessão dos aeroportos rentáveis e deixe a Infraero para administrar aquilo que, no popular, costuma-se dizer o "chupa molho". Então, você dá o melhor da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

carne, o filé e as outras partes do boi à iniciativa privada e a parte menos privilegiada da carne, mais difícil, a chamada carne de segunda e até mesmo de terceira, fica para o Estado administrar. Qual o modelo de gestão que vai viabilizar esse financiamento da administração desses aeroportos?

Eu creio que esse nosso requerimento podia se associar ao requerimento de V. Exª para fazermos dois debates num só dia, como sugestão, se V. Exª concordar, já que esse de cá também já foi aprovado.

Além disso, ainda haveria um outro requerimento, que é um requerimento do Senador Jorge Viana, que discute justamente a abertura do capital, o que se costuma a abertura dos céus brasileiros. Se for o caso, poderemos incorporá-lo; se não, se o Senador Jorge Viana não considerar conveniente, faremos um debate separado e faríamos esses dois com V. Exª.

Proponho isso muito em função da nossa agenda, para não termos agendas muito semelhantes e fragmentadas na Comissão, e da agenda da própria Comissão, porque, parece-me, estamos chegando quase ao fim do ano; se formos analisar bem, já estamos praticamente...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Apertado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... no final de setembro, quem diria. O tempo passa que...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – E a reforma política não veio.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – E a reforma política não veio nem vem. É um desastre!

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Senadora, V. Exª é uma visionária, mas a questão é que se trata de assuntos relevantes, um pouco diferenciados um do outro e todos fundamentais.

A senhora relata a questão dessa cobrança, na minha visão, indevida, de gestão de passagem, bagagem etc., que é fundamental que seja discutida, e há uma relação de pessoas que têm que vir aqui para discutir – Cade etc. O outro relatório – não sei de que nobre Senador é – retrata – é da senhora, parece-me, mesmo – a questão do gerenciamento, que é preocupante, com a privatização desses aeroportos tão importantes no cenário brasileiro – esses quatro aeroportos – e com o possível desemprego de uma massa de pessoas que estavam servindo a Infraero nesses quatro aeroportos – e é fundamental que nós o façamos. E eu retrato aqui, nesse ínterim, nesse requerimento, a questão da sobrevivência de uma empresa chamada Infraero, da sobrevivência dos empregados como um todo e dos aeroportos regionais. Será assim: dar a joia da coroa e ficar com a coroa sem joia nenhuma, que é o que a senhora falou aí de uma outra forma, figurada – e é correto o que a senhora falou.

Então, o que nós poderíamos fazer: não dá para embolar, até para não prejudicar nenhum dos temas, todos na mesma audiência. O que poderíamos, já que algumas pessoas são as mesmas, tentar, igual ao que a senhora fala, fazer uma agenda conjunta em que pudéssemos contemplar os temas em painéis distintos...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sim.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... para podermos andar com a situação, porque, embora haja similaridade em algumas questões, há uma distinção clara...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Claro.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... entre os painéis colocados, inclusive o do Senador Jorge Viana, que tem essa grande preocupação com relação a impostos, a querosene, coisa e tal, o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

resulta nesse preço absurdo das passagens aéreas, ficando quase impossível adquiri-las, em especial para algumas cidades brasileiras.

E ainda há outra questão importante, Senadora, que não sei se os nobres Senadores e a senhora concordam também e que não está contemplada em nenhum dos nossos requerimentos, ou seja, essa questão absurda, aqui no Brasil, de que, quanto mais próximo do voo, mais cara fica a passagem. Isso ao contrário do mundo inteiro, que, quanto mais próximo do voo, mais barata fica a passagem.

No Brasil, eles preferem viajar com os aviões vazios e fazer preços absurdos. Quando você compra uma passagem daqui para São Paulo, ida e volta, por R$300, se chegar na véspera, um dia, dois dias, três dias antes, pagará R$2 mil pela mesma passagem que a gente compra por R$300, com 15, 20 ou 30 dias de antecedência. Então, é uma situação totalmente inversa que acontece no Brasil, que nós temos que discutir por quê. Se no mundo é o contrário, por que no Brasil é dessa forma?

É proibido, por exemplo, ter uma emergência, uma pessoa da família que morreu e a pessoa precisa viajar urgentemente. Nesses casos, a pessoa tem de ficar na mendicância, pegando dinheiro emprestado com Deus e todo mundo, porque a passagem que valia R$300 está valendo R$2.500 para ir de Brasília a São Paulo. Então, a gente precisava discutir esse procedimento, que também não está em nenhum desses nossos requerimentos.

Todavia, eu tenho certeza do bom senso de V. Exª, do bom senso da nossa Senadora Fátima Bezerra, e, com certeza, a Comissão saberá... Fica aprovado o requerimento e a Comissão vai organizar da melhor forma possível o debate.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sem dúvida, concordo integralmente com a visão de V. Exª.

Sendo assim, não havendo quem queira debater mais a questão, eu coloco em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Obrigado, muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não poderemos deliberar a respeito dos itens 4 e 5 por se tratar de proposições cujo autor se encontra ausente.

Da mesma forma, o Item 6, que dispõe sobre a criação da zona franca no Estado do Espírito Santo.

Portanto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – A Senadora Ângela Portela solicitou a palavra para apresentar um extrapauta.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – É o item 7, Senadora, já está na pauta, a autoria é da Senadora Fátima Bezerra e eu subscrevi.

O requerimento prevê a realização de audiência pública para debater o anúncio de fechamento de 1,3 mil agências de bancos postais dos Correios em todo o Brasil. A proposta é convidar o Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Sr. Guilherme Campos; o Presidente do Banco do Brasil, Sr. Paulo Rogério Caffarelli; o Ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira; o Presidente da Confederação dos Municípios, Senhor Paulo Ziulkoski; o Secretário-Geral da Federação Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (FENTECT), Sr. José Rivaldo da Silva.

No final de agosto, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos anunciou o fechamento de 1.3 mil agências de bancos postais dos Correios nos pequenos Municípios brasileiros. A população desses Municípios menores está preocupada com o serviço de correspondente bancário do Banco do Brasil que essas agências prestam no pagamento de benefícios sociais e de aposentadorias.

Imaginem, nos pequenos Municípios brasileiros, o que não está acontecendo com o fechamento dessas empresas.

As agências dos bancos postais dos Correios atuam na condição de correspondentes bancários do Banco do Brasil, promovendo a inclusão bancária e, portanto, garantindo às populações dos Municípios mais afastados dos Municípios-polos a prestação de vários serviços à população que só poderiam ser realizados em uma agência bancária.

Diante do agravamento da situação de violência vivenciada no País, os trabalhadores dos Correios travaram uma luta no intuito de fortalecer as agências com segurança armada e porta detectora de metais, fato concretizado através de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado entre os Correios e o Ministério Público do Trabalho. Tal ação inibiu as ações criminosas, fortalecendo a guarda dos valores, o acesso da população ao banco postal, conforto e segurança aos beneficiários dos serviços prestados e aos empregados dos Correios.

O advento do banco postal funcionando nas cidades do interior fortaleceu a circulação de recursos dentro do próprio Município, proporcionando emprego e renda e criando perspectivas de desenvolvimento local, além de promover a inclusão bancária de milhares de pessoas.

Então, a gente pede a aprovação deste requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu agradeço a V. Exª. Eu tenho agora que fazer um relatório na CCJ. Nós teremos, portanto, que fazer duas votações agora.

Indago aos Srs. Senadores e Senadoras presentes sobre a inclusão da mencionada matéria como item extrapauta e imediata votação. (*Pausa.*)

Estando todos de acordo, aprovada a inclusão do requerimento RDR nº 43/2017.

Matéria não lida:

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 43, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal e do art. 90, II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a realização de audiência pública a fim de debater o anúncio de fechamento de 1.300 agências de Bancos Postais dos Correios em todo o Brasil.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subscrito pela Senadora Ângela Portela.
Em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discuti-lo, aprovamos o requerimento.
Muito obrigada, Senadoras e Senadores, pela colaboração no dia de hoje.
Encerrada a sessão.

(*Iniciada às 09 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 21ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 23 DE AGOSTO DE 2017.

Às quatorze horas e nove minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e dezessete, na Sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol, da Senadora Ana Amélia e do Senador Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Dário Berger, Romero Jucá, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Paulo Paim, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, Ana Amélia, Cidinho Santos, Telmário Mota, Pedro Chaves, Vicentinho Alves, Sérgio Petecão, Ataídes Oliveira, Wilder Morais, José Pimentel e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, Regina Sousa, Eduardo Amorim, Lasier Martins, Lúcia Vânia e Wellington Fagundes. A Presidência comunica o recebimento do seguinte expediente: Ofício nº 118/2017, subscrito pelo Sr. Egídio Simon, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São João do Oeste, no estado de Santa Catarina, encaminhando o Requerimento nº 021/2017, de autoria do Vereador Ademar Schineiders, requerendo que o Governo Federal negocie com urgência a redução da importação de leite em pó, principalmente do Uruguai, de cujo país os volumes importados cresceram muito, prejudicando sobremaneira os produtores nacionais. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, solidário com a manifestação do Vereador Ademar Schineiders, solicita o encaminhamento de ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Michel Temer, para que, junto ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, reveja a importação de leite em pó, com excesso no mercado. Em seguida, o Senhor Presidente dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 20, de 2017, de autoria da Senadora Ana Amélia, como parte do processo da avaliação da Política Pública de Pesquisa Agropecuária, desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, definida pelo Requerimento (RRA) nº 16, de 2017, conforme o disposto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, destinada a avaliar a estrutura, coordenação, integração, financiamento e gestão do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária: histórico, problemas e desafios futuros para a competitividade e a sustentabilidade do agronegócio, com a participação do Sr. Florindo Dalberto - Presidente do Conselho Nacional das Entidades Estaduais de Pesquisa Agropecuária (CONSEPA); Sr. Luciano Muzzi Mendes - Presidente da Fundação MS Para Pesquisa e Difusão de Tecnologias Agropecuárias (FUNDAÇÃO MS); Sr. Cleber de Oliveira Soares - Diretor Executivo de Transferência de Tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Sr. Edmir Celestino de Almeida Ferraz - Coordenador-Geral de Administração, Finanças, Pesquisas, Extensão e Desenvolvimento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (CEPLAC/MAPA). Após a apresentação dos senhores expositores, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezoito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Informo o recebimento do Ofício nº 118, de 2017, subscrito pelo Vereador Egidio Simon, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São João do Oeste, que encaminha requerimento solicitando que o Governo Federal negocie com urgência a redução da importação de leite em pó, principalmente do Uruguai.

Informa que os volumes importados estão prejudicando os produtores nacionais e sugere a implantação de preço mínimo para o produtor de leite.

Infelizmente, nós temos visto, com tristeza...

Especialmente, quero deixar meu abraço a todos os produtores de leite do Brasil, especialmente do meu Estado de Rondônia.

Nós temos um resultado positivo na produção de leite do nosso Estado, que era de 800 mil litros por dia antes de eu assumir o governo, em 2003, e foi elevada para quase 3 milhões de litros de leite por dia.

Algumas pessoas perguntam como a gente pode aumentar a produção de leite se há a questão ambiental e o Governo Federal tem políticas que impedem o desmatamento. Nós só temos um caminho. Nosso caminho é melhorar geneticamente nosso rebanho, e, na melhoria do nosso rebanho, nós substituímos os animais produtores de leite, as vacas, por animais que aumentam sua produção. Com esse aumento e a melhora da genética, nós substituímos, na minha época, vacas que davam três ou quatro litros de leite por vacas que davam de dez a vinte litros de leite.

Infelizmente, esses programas foram todos desativados pelo governo do meu Estado de Rondônia. Nós tínhamos, na época, no setor produtivo, as horas-máquina, a distribuição de sementes de milho, de arroz, de feijão, tínhamos o Programa Proleite, pela Emater, e tínhamos o Projeto Inseminar.

Eu me recordo de que, quando eu comecei o Projeto Inseminar, eu fui motivo de chacota por alguns adversários, que perguntavam "como esse governador vem com o Projeto Inseminar se ele demora de quatro a cinco anos para apresentar resultado na cadeia produtiva do leite?" Se um gestor não tiver a coragem e a determinação de começar a fazer, ele nunca vai ter um resultado na melhora e no aumento da produção.

Com isso, nós tivemos esse resultado do aumento de 800 a 900 mil litros por dia para quase 3 milhões de litros de leite por dia.

Fico triste porque, ao mesmo tempo em que é proibido o desmatamento na Amazônia, e em Rondônia não é diferente, quando não podemos aumentar o nosso rebanho porque não há espaço, nós só temos que melhorar geneticamente, e, infelizmente, o governo da cooperação do meu Estado desativou todos esses programas.

Ao mesmo tempo, fico mais triste ainda, especialmente hoje, como Senador da República, por estar aqui no Senado e me sentir engessado, me sentir impotente; principalmente aqui como Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, quando o Governo Federal, na pessoa dos seus ministros – eu não culpo aqui o Presidente, mas os seus ministros –, especialmente o Ministro da Indústria e Comércio, que importaram leite, liberaram a importação sem, pelo menos, colocar um preço mínimo do nosso produto, que é o resultado da mão calejada dos nossos agricultores. É uma irresponsabilidade e, ao mesmo tempo, joga por terra todo o trabalho desses agricultores. Quando falo isso, estou falando em nível de Brasil, mas falo do meu Estado de Rondônia, pois é o setor produtivo que segura a economia, está segurando a economia do Estado e do Brasil hoje, o agronegócio.

Nós aumentamos várias indústrias de leite em pó no meu Estado, leite condensado, a exemplo da sede de Jaru, a exemplo de Ji-Paraná, a exemplo de Rolim de Moura e de tantos outros locais, quando se deveria estar aumentando e incentivando ainda mais os nossos produtores a melhorarem a tecnologia, a melhorarem geneticamente o nosso rebanho. E aí vem a importação, com quantidade, para querer segurar a inflação às custas do nosso agricultor.

Eu vejo isso com tristeza, como falta de responsabilidade, porque eu não tenho nada contra importar a quantidade que falta, mas importar para derrubar o que já era baixo é absurdo. E alguém

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

daqui, que está com a gente participando hoje ou que está em casa me vendo, pode dizer que não, que a dona de casa vai conseguir um leite em pó, um leite mais barato. Ótimo, mas às custas de quem? Do sacrifício de quem?

Então, acho que precisamos ter uma segurança jurídica de comercialização e de produção para que, amanhã, não falte produto e que nem com dinheiro se consiga adquirir, que é o caso hoje da Venezuela. Hoje, na Venezuela, a crise política é tão grande que os produtos não estão na prateleira, e, nem com dinheiro no bolso, se consegue comprar.

Portanto, a importação com o excesso que fizeram e que estão fazendo, principalmente via Uruguai, isso é uma falta de respeito aos nossos produtores de leite do Brasil, que infelizmente pagam esse preço e pagam um preço caro.

Vou dar um exemplo para vocês aqui: há pouco tempo, o Governo Federal queria importar café, e aí vinha café do Vietnam, com todas as pragas e as doenças junto. Nós estivemos com o Presidente, estivemos com o Ministro Blairo Maggi, estivemos com o Secretário-Executivo do Ministério, o Coronel Novacki, e conseguimos suspender o decreto que autorizava a importação de café.

Aí, eu pergunto para vocês que me acompanham em casa pelo rádio ou pela televisão: faltou café no mercado? Explodiu o preço? Não. Nós somos grandes exportadores de café, e café de qualidade, a exemplo dos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, nosso Estado de Rondônia, que são grandes produtores de café.

E nós só pedimos paciência, porque, infelizmente, no meio do caminho, havia atravessadores, esses picaretas de mala, que compram o estoque e o armazenam para tentar ganhar em cima da especulação.

É por isso que a caneta do Governo Federal tem que ter tinta, porque, quando fui governador e alguém fazia isso, eu metia a caneta e bloqueava ou aumentava a alíquota quando entravam outros produtos para atrapalhar o produto do Estado de Rondônia e sua produção, a exemplo da produção do nosso arroz e de tantos outros produtos. No começo do meu governo, nós produzíamos 5% de arroz. Hoje, o meu Estado produz 100% do arroz ali consumido. Há algumas outras marcas nacionais, porque é a concorrência, mas ainda somos um grande exportador para os Estados de Manaus, Acre, norte de Mato Grosso.

Então, é isso que é necessário. É o que aconteceu com o café. Houve a compreensão das nossas autoridades, houve a compreensão do Ministro Blairo Maggi. No começo, o ministro estava preocupado com a falta do café no mercado, e nós provamos que havia café no mercado. Com isso, não ficou desabastecido.

E esses especuladores, essas empresas, essas cerealistas que estavam com o café armazenado, percebendo que, com a importação, ia cair o preço, eles desovaram o café no mercado. Com isso, foram abastecidas novamente as indústrias de café no nosso Brasil.

Portanto, houve essa conscientização. Agora, não podemos aceitar e não podemos concordar com a maneira como o Ministério da Indústria e Comércio conduziu e está conduzindo a importação do leite em pó, colocando o preço do litro de leite *in natura,* o preço do litro de leite para o agricultor a quase R$0,70 ou R$0,80 o litro. Uma garrafinha de água de 500ml em qualquer lugar no Brasil custa R$2, e olhem que é água, gente. Custa R$2, se não custar mais – um pouco mais ou um pouco menos –, enquanto um litro de leite para o produtor chega a R$0,80 o preço do litro de leite.

Portanto, vejo isso com tristeza. Sou um grande incentivador, sou um grande estimulador do setor produtivo e não abro mão disso. Eu sempre dei condições para a infraestrutura logística do meu Estado, eu sempre me preocupei com as nossas estradas, com as nossas rodovias. Eram as melhores estradas que havia, e aqui nós temos convidados para esta audiência pública de vários Estados da nossa Federação. Eu tinha no meu período, de 2003 a 2010, as melhores estradas do Brasil dentro do meu Estado de Rondônia. Hoje, infelizmente, só patrolam as estradas: no tempo das águas, é atoleiro; no tempo da seca, é pó à vontade, chegando a ter 10 a 15 cm de poeira no meio da estrada. E o povo ficando isolado.

E os setores em que nós abrimos várias estradas – reabrimos e erguemos –, infelizmente, no tempo das águas praticamente ficam abandonados. Com isso, o agricultor não perde só a produção no campo, porque nem todos os agricultores têm condições de montar seus silos e o secador para secar seu produto. Eles têm que levar para uma localidade onde haja um silo com secador para poder secar e armazenar o produto. E, quando as carretas ficam no meio do caminho, acontece quase como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acontece quando se vai para a 163, que vai para o Pará, para descarregar no porto. Mas lá é o contrário: o produto já está seco.

Não é diferente também com a produção de leite dos nossos agricultores. Não é só na importação que estão fazendo. É também a falta de estrada, e, pela situação que o Brasil está vivendo, as estradas coletoras que os caminhões leiteiros, como são conhecidos... Antigamente, era sem a câmara fria.

Hoje tem muita câmara fria, porque a própria legislação exige que o leite seja resfriado, mas mesmo assim, se não tiver estrada para chegar, o caminhão também acaba atrasando no meio do caminho e com isso os produtores têm prejuízo, porque o leite chega num prazo fora do normal, chega com problema e a qualidade do queijo cai e o preço não é diferente, cai também. E mais uma vez o agricultor paga o preço. É o sistema logístico que nós temos no País e infelizmente o nosso consumidor é que paga toda essa conta.

Se nós queremos diminuir o preço para o consumidor, a primeira coisa que os ministros devem fazer, especialmente o Ministro da Indústria e Comércio, é o Governo Federal dar melhores condições para as nossas estradas, as nossas rodovias federais, para que com isso se diminuam custos. Ao mesmo tempo também as nossas ferrovias e os nossos portos. Os nossos portos têm encarecido muito o preço dos nossos produtos importados ou dos produtos que nós levamos para exportação, para os países afora. Então custa mais caro porque infelizmente alguém tem que pagar essa conta, que é em torno de 20% a 30%.

Quando um navio fica parado no porto para o embarque da mercadoria ou o descarregamento, alguém está pagando esse custo e diz o seguinte: Olha, quem está pagando é o importador, o que está importando. O outro diz: Não, quem está pagando o preço é o exportador! É conversa de bêbado para delegado. É como diz o meu amigo, Décio Lira, de Rolim de Moura: para lavar cabeça de burro a gente pede água e sabão. Quem paga a conta é o consumidor, tudo é colocado na conta do consumidor.

O produto final, quando chega na prateleira, fica mais caro. Ele fica mais caro para todo mundo. Fica mais caro até para o proprietário do veículo que, quando está rodando nas rodovias, rodando nas estradas, se não tem estrada, ele bate, quebra a roda... Ou quando tem atoleiro, ele acaba tendo uma poça de água, vai passar e acaba entrando água no motor, fundindo até o motor. Isso tem acontecido.

Infelizmente, quando eu falo das estradas do meu Estado de Rondônia, falo com tristeza, porque eu fiz centenas de quilômetros de asfalto com recursos próprios e o atual Governo que está lá não consegue nem recapear ou manter direito os asfaltos que nós construímos, e o pouco que se faz ainda é com recurso oriundo ou de emenda parlamentar, da nossa bancada, que eu tenha ajudado, ou endividando o Estado para alguém pagar a conta lá na frente.

Então eu vejo isso tudo com tristeza, mas, ao mesmo tempo, quero aqui pedir aos nossos agricultores, aos nossos produtores, que não abaixem a cabeça, levantem a cabeça. E quero pedir para o Presidente Michel Temer... Eu queria aqui que a Comissão de Agricultura fizesse, Marcelo, um ofício para nós encaminharmos ao Presidente pedindo que ele reveja, juntamente com o Ministério da Indústria e Comércio, a importação com excesso no mercado, porque não é justo os nossos produtores brasileiros terem que jogar fora o seu produto e não tirar nem sequer para pagar conta, porque todo mundo sabe que o que a vaca dá na teta, você tem que colocar na boca dela. Se você não colocar na boca da vaca, ela não produz embaixo. Não é diferente com uma mãe que acaba de dar à luz um filho e que precisa amamentar. Se ela, no dia a dia, não se alimentar bem, infelizmente o leite que ela vai produzir vai secar, ou não vai servir nem para a subsistência do seu próprio filho. E não é diferente na vida animal. Por quê? Porque para a vaca produzir leite, você também deve dar alimentação para ela.

Então é como se diz: Com muita simplicidade e com responsabilidade a gente faz. Se você quer cobrir os custos da produção, quer aumentar a produtividade, precisa ao mesmo tempo aumentar e melhorar o trato e, ao mesmo tempo, precisa ter preço, no caso do leite de gado, para que possa ter preço compatível com a realidade para cobrir os custos. E hoje nem os custos se estão cobrindo. E o agricultor está ficando com o prejuízo como se fosse pagar o rombo que o Brasil ou que os governantes fizeram no nosso País. Então é inaceitável! E a receita é bem fraca, bem fácil. Quando eu falo bem fraca é bem pequena. Vamos mudar a minha colocação, a receita é pequena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós pagamos o juro da dívida externa, o juro do mercado financeiro que o Governo paga, dos títulos que ele paga. E a gente paga com o dinheiro da Receita. Se nós queremos colocar menos dinheiro, para sobrar mais dinheiro para infraestrutura, para investimento, para saúde e para educação, é só o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central diminuírem a taxa de juro para patamares aceitáveis, igual à dos países da Europa, igual aos Estados Unidos, que tem lugar em que o juro é negativo.

Por que aqui no País nós temos que colocar juro de 8%, 10%, como estava a Selic esses dias, em 14%, quando você pode diminuir consideravelmente para incentivar o setor produtivo e gerar emprego e renda?

Ninguém vai buscar dinheiro no mercado financeiro para colocar na praça, para investir, pagando um juro de 1% ou 2% ao mês. E não é diferente com o cartão de crédito. O cartão de crédito, Senadora Ana Amélia... Vocês, por gentileza, entrem em contato urgente com ela, porque quando passarmos a chamar as autoridades, eu estou precisando dar sequência aqui na audiência pública...

Eu fiz um projeto de lei para que se reduzissem os juros do cartão de crédito de 480% para 14%, que seria a SELIC + 100% em cima desse valor, para os bancos, e eu tive como resposta o bloqueio dos meus cartões de crédito, fiquei 90 dias com meus cartões de crédito bloqueados, depois deram uma justificativa pífia, mas tudo bem, já passou, foi para frente... Mas isso aconteceu comigo. E, ao mesmo tempo, o Governo Federal, o Michel Temer, eu dei como proposta que se pudesse fazer por medida provisória. O Banco Central diminuiu dos 480% para 260% ou 240%.

E eu quero dizer ainda para vocês que estão aqui e que estão assistindo em casa, que estão me ouvindo, qualquer cidadão que pegar o valor do cheque especial ou do cartão de crédito e pagar um juro de 450%, ou 250%, infelizmente pode se considerar um cara quebrado, um cara falido. Não paga. Não tem nada que dá conta disso. Não tem. O juro é exorbitante e eu quero dizer para os banqueiros, isso é um roubo, isso é um assalto! Infelizmente convalidado pela nossa legislação. E aí, como Senador, eu me sinto mais uma vez impotente porque eu não tenho como cortar, eu não tenho como diminuir, a não ser usar os microfones aqui e dizer que isso é uma indignação, é uma falta de respeito!

Nossa amiga, Senadora Ana Amélia, autora do requerimento desta audiência pública.

Portanto, eu agradeço ao Presidente Michel Temer que reduziu em 50% os juros do cartão de crédito, mas ao mesmo tempo é pouco ainda, pelo tamanho e pelo que pode ser feito daqui para frente.

Então, portanto, a quem está me assistindo eu queria fazer um pedido, se conselho fosse bom, nós íamos vender e não dar: Evite usar o cartão de crédito se você não tem dinheiro para cobrir! Não tem nada que pague. Por mais que os bancos possam refinanciar, é uma alternativa, mas ainda é juro exorbitante.

Portanto, eu quero agradecer essa oportunidade e, ao mesmo tempo, a presente reunião destina-se à audiência pública com a finalidade de avaliar a estrutura, coordenação, integração, financiamento e gestão do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária: histórico, problemas e desafios futuros para a competitividade e a sustentabilidade do agronegócio, em cumprimento ao Requerimento nº 20, de 2017, da CRA, de autoria da nossa grande e guerreira Senadora pelo Rio Grande do Sul e pelo Brasil, Senadora Ana Amélia, parceira de todos os momentos, especialmente do setor produtivo, Senadora Ana Amélia. E eu dizia aqui da cadeia produtiva do leite e da importação de leite do Uruguai, derrubando o preço dos nossos produtores.

Atendendo à sua solicitação e com o adendo do Senador Waldemir Moka e do Senador Ivo Cassol, comunico à Comissão que esta reunião tem por objetivo a avaliação da política pública de pesquisa agropecuária desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, aprovado pelo requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Comunico a presença dos seguintes convidados e os convido para a Mesa.

Sr. Pedro Claudio Coutinho Leitão, Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, que também é um grande produtor de leite e também... Não está? Não veio. Então deviam ter escrito aqui que não tinha vindo para eu não precisar falar o nome; mas já... Eu estou há um tempo enrolando aqui.

Sr. Cleber Oliveira Soares, Diretor Executivo de Transferência de Tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Encontra-se? Seja bem-vindo. Sente-se aí Cleber, por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sr. Florindo Dalberto, Presidente do Conselho Nacional das Entidades Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Consepa) e Diretor-Presidente do Instituto Agronômico do Paraná (Iapar). É Isso, não é? Seja bem-vindo. Pode sentar aí.

Sr. Luciano Muzzi Mendes, Presidente da Fundação MS para Pesquisa e Difusão de Tecnologias Agropecuárias. Também está presente. Por gentileza, ocupando sua cadeira.

Sr. Edmir Celestino de Almeida Ferraz. Seja bem-vindo! Coordenador-Geral de Administração, Finanças, Pesquisas, Extensão e Desenvolvimento da Ceplac. Também seja bem-vindo aqui.

E à nossa Senadora autora do requerimento, Senadora Ana Amélia, eu vou pedir...

Seja bem-vindo aqui!

Eu vou pedir para a minha grande amiga, Senadora Ana Amélia, que faça jus ao meu lugar aqui na Presidência, uma vez, Senadora Ana Amélia, que eu ainda não almocei...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nem eu, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Também não?

Como a senhora é autora desse requerimento, eu vou deixar primeiro a senhora de castigo aqui, então,...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já que V. Exª precisa almoçar, eu...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – ...para dar continuidade a esta audiência pública. Eu vou agradecer também a sua compreensão, Senadora Ana Amélia, por dar sequência a essa audiência e ao nosso trabalho.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Queria agradecer a presença dos convidados aqui presentes.

Esta audiência faz parte de uma responsabilidade constitucional, ou de um dispositivo constitucional pelo qual cada Comissão temática precisa, no final do ano, apresentar uma proposta em um determinado setor.

Então, a Comissão entendeu neste ano de tratar da questão da pesquisa e da inovação como tema fundamental. O que aconteceu com a agropecuária brasileira se deveu basicamente ao esforço de pesquisa.

Houve uma audiência, na semana passada, que eu, como ex-Presidente desta Comissão, considerei a mais rápida, a mais produtiva e a mais objetiva audiência pública. Cada um falou entre cinco a oito minutos. Estão aqui dois consultores excelentes, que puderam acompanhar. E aqui uma constatação – até foi uma cobrança do representante da área das ciências agrárias, que, para mim, deixou marcado –: nós costumamos valorizar todo o trabalho da Embrapa, que aqui está presente, como fonte motora, locomotiva do desenvolvimento da ciência e da tecnologia na agropecuária, mas os mestres, aqui, que vieram das universidades, dos centros de estudo de ciência agrária, disseram qual o número de formandos, mestrandos, na área das ciências agrárias, e isso foi fundamental, antecedeu, inclusive, a Embrapa.

Então, a gente precisa, com essa visão, nessa segunda audiência pública... Quero só informar aos senhores que também sou membro titular da Comissão de Relações Exteriores, e há a instalação de um Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, de que sou a estimuladora. A gente, quando acaba fazendo as coisas, não pode... É a conciliação desse tema.

E, só para terminar, o Senador Ivo Cassol fez uma referência à questão do leite. Há uma preocupação muito grande agora com a questão da importação de leite, que criou uma queda violenta de preço em nível do produtor, e isso realmente está complicando.

E falei com o Ministro Blairo Maggi, que está levando, encaminhando para o Ministério das Relações Exteriores uma proposta para que o Brasil possa exportar leite em pó para o México. Então, se essas coisas se encaminharem, a gente pode resolver por esse caminho.

Queria contar com a colaboração dos senhores, Dr. Luciano, Dr. Edmir, Dr. Cleber e o Florindo, para que a gente faça com brevidade, como fizemos na audiência anterior, porque aí teremos, digamos, substância suficiente.

Tenho certeza também de que o material que os senhores trouxeram tem PowerPoint, que pode ficar à disposição dos nossos consultores, que serão os responsáveis pela realização desse relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E passo a palavra ao Dr. Florindo, Presidente do Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Consepa), para, entre cinco e oito minutos, fazer a exposição – acho que indo direto para a estrutura que tem as entidades estaduais, para mostrar como elas operam. Isso já esclarece.

O SR. FLORINDO DALBERTO – Obrigado, Senadora Ana Amélia. Fui lá tentar mudar a minha apresentação para uma mais reduzida que tinha, mas acho que não houve tempo hábil de fazer isso. Então...

Como se faz aqui? Ela está aqui ou não? Não?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A área técnica poderia ter um pouco mais de agilidade tecnológica com uma coisa hoje que é só clicar num botão. Mas às vezes a gente tem dificuldade com a tecnologia.

O Senado se modernizou muito, mas não ao ponto de a gente ter a rapidez em que gostaríamos que funcionassem as nossas operações.

O SR. FLORINDO DALBERTO – Ah, está bem. O.k.

Senadora Ana Amélia, o meu tema é a pesquisa agropecuária pública nos Estados brasileiros.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nos Estados.

O SR. FLORINDO DALBERTO – Eu tinha uma parte inicial, mas antes queria falar que a Comissão de Agricultura do Senado está fazendo um trabalho acho que histórico.

Ela está fazendo história aqui – talvez as pessoas não a percebam muito –, por colocar esse tema em debate, por puxar essa agenda. Realmente, acho que o Brasil está precisando pensar o futuro, e aqui estamos tratando disso.

Então, queria parabenizar a senhora, especialmente, e toda a Comissão de Agricultura.

Ah, ele já mudou a apresentação. Estou na reduzida. Vou direto tratar da estrutura da pesquisa agropecuária pública nos Estados brasileiros e falar, então, sobre o Consepa, Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa, que é um fórum. Tivemos, inclusive, uma reunião hoje.

Ah, só quero voltar aqui, Senadora Ana Amélia.

Está lá: Florindo Dalberto, Presidente do Iapar e Presidente do Consepa. Quero tonar público aqui e dizer que fizemos uma assembleia hoje pela manhã, e quero apresentar a todos o novo Presidente do Consepa, Dr. Orlando Gomes, que é de São Paulo, da Apta. É o novo Presidente, acabou de ser eleito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Boa sorte. Boa sorte.

O SR. FLORINDO DALBERTO – Acabou de ser eleito agora, faz uma hora e meia, e já está aqui.

Mas eu estava com essa apresentação...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pronta. Agradecemos.

O SR. FLORINDO DALBERTO – Então, vamos lá. Esse é o aparato de que o Brasil dispõe para fazer a sua inovação tecnológica na agricultura.

Há a unidade nacional, que é a Embrapa; as universidades, principalmente as agrárias. As empresas no Brasil têm uma tradição de investir pouco em pesquisa. E há os Estados, com as suas Oepas, que são as Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária, e o nosso Consepa, que articula essas unidades todas.

Ali está escrita uma coisa que não é verdade: rede de pesquisa e inovação. Nós não temos essa rede, porque o conceito de rede hoje, lamentavelmente, não está presente nesse sistema.

Então, o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária hoje, público, são as Oepas, todas aqui, que são estaduais, e a Embrapa, com seus centros ecorregionais, os centros de produtos. Acho que o Dr. Cleber vai...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A razão social das Oepas e como funcionam.

O SR. FLORINDO DALBERTO – As Oepas, os órgãos dos Estados, são entidades com diversidade institucional. Há empresas públicas, autarquias, fundações. No Tocantins, por sinal, a Unitins é a Oepa de lá. A Oepa que tem a missão de fazer a pesquisa é a universidade estadual.

Então, há uma diversidade aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A forma de operar.

O SR. FLORINDO DALBERTO – Na forma de operar, todas elas são unidades de pesquisa, algumas só de pesquisa, algumas de pesquisa e extensão, algumas ainda de pesquisa e extensão e alguma outra função como fomento ou coisa assim.

Bem, um pouco de história. Esse sistema, Senadora e Senadores, foi organizado na década de 1970. Havia um projeto nacional de tirar o Brasil da pobreza da sua agricultura e transformá-lo num exportador de produtos agrícolas. Naquele momento o Brasil ainda era importador líquido de alimentos. E se descobriu que era preciso refazer ou reestruturar completamente um sistema de pesquisa e inovação, sem o que essa agricultura nossa continuaria sendo uma agricultura pobre, de jeca-tatu, atrasada e da miséria.

Então, foi organizada, criada a Embrapa para coordenar esse sistema, e houve incentivos federais para a implantação dos sistemas estaduais, embora alguns Estados, como São Paulo, Pernambuco, com o IPA, que está aqui, o Rio Grande do Sul já tivessem pesquisa local, trabalhando de maneira própria lá. E o Governo Federal tinha uma rede de institutos, chamados Ipeame, Ipean e tal, mas que não respondiam adequadamente ao que se pretendia.

Esse sistema, então, foi composto disso, de Oepas e de Embrapa, só para mostrar um pouco a distribuição disso, e as Oepas são as Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária – as que já existiam e as que foram criadas nessa ocasião, com base nessa política de incentivar, fomentar a tecnologia.

Em cada Estado, então, em cada uma dessas Oepas aí, vai-se enxergar alguma coisa próxima disso. Eu trouxe aqui o exemplo do meu Estado, que é o Iapar (Instituto Agronômico do Paraná). Lá, temos esse instituto. A sede é lá, em Londrina. Então, têm lá sede, laboratórios, campos experimentais, está aqui. Estamos completando esse ano 45 anos. O IAC lá, de Campinas, tem 130 anos e mais a rede de Institutos de Pesquisa, o IPA, de Pernambuco, tem mais de 70 anos, e a Fepagro, do Rio Grande do Sul, do seu Estado – a senhora sabia? –, ia comemorar, no ano que vem, 90 anos, desde a primeira estação experimental.

Em todo Estado tem lá uma rede de estações experimentais, de laboratórios, de estações agrometeorológicas, enfim, nós vamos encontrar em todos os Estados brasileiros algo maior, em maior escala, em menor escala, mais atendendo as demandas ou menos, mas, enfim, alguma coisa que nós chamamos Entidade Estadual de Pesquisa Agropecuária.

Então, Embrapa mais Oepas dá o SNPA, que funcionou até o final da década de 1980. Nesses 20 e poucos anos, desde que ele foi criado, se construiu muito, se capacitou gente, se articulou bem. Houve uma interação muito forte e foi um sucesso, e tanto que o que o Brasil tem colhido, e colhe hoje, dependeu muito dessa integração, dessa articulação, do trabalho que a Embrapa fez, depois, as entidades, enfim, somando tudo.

O que aconteceu em 1980? Essas organizações entraram em crise, porque foi rompido aquilo que nós estávamos chamando de Sistema Cooperativo de Pesquisa Agropecuária. Era cooperativo mesmo ali, o Governo Federal participava nos Estados, havia articulação técnica, havia articulação financeira, havia interação, tal.

Então, todas essas entidades eram entidades eminentemente de pesquisa. Não foram criadas em todos os Estados, mas em 18 Estados, essas entidades, e e o Consepa nasceu em 1993, exatamente, porque havia crise, Senadora, porque, se não tivesse crise, estivesse tudo indo bem, não precisava criar estrutura de fazer, de organizar esse sistema, de buscar o seu fortalecimento da pesquisa pública do Estado brasileiro e de congregar, representar e fortalecer.

Então, em 1993, o Consepa começou a atuar, porque havia necessidade de interagir, mas, lamentavelmente,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLORINDO DALBERTO – ...a crise é recorrente desde lá. Hoje essas entidades tiveram que se reformular de alguma maneira. Algumas são só de pesquisa, outras são multifuncionais. Foram feitos ajustes ao longo do tempo para poder tentar manter de alguma forma e não acabar com o sistema de pesquisa Estadual, porque havia crise financeira.

Agora, chamando a atenção para a estrutura: são 21 entidades em 18 Estados. Olha o total de funcionários, estações experimentais, laboratórios, bibliotecas. Desenvolve hoje cerca de 2,8 mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

projetos de pesquisa e inovação tecnológica, com cerca de 8,7 mil experimentos, abrangendo todos os campos, setores, produtos e temas de importância para a agricultura brasileira que a senhora possa imaginar.

Então, 1.832 pesquisadores, muito bem graduados. Se a gente pegar e falar "olha, estão aqui as OEPAs, está aqui a Embrapa", a gente pode concluir o seguinte: o Brasil, na verdade, tem duas Embrapas – duas Embrapas. São dois ativos extraordinários, porque a Embrapa cresceu, se fortaleceu, mas se se olhar o que tem e, obviamente, com essa visão da complementaridade, porque a pesquisa agrícola, a inovação, a tecnologia precisa de uma configuração local, um entendimento próprio ali.

Então, é essa capilaridade que as OEPAs conseguem trazer e a gente realmente tem condições de operar num sistema integrado muito forte. E a pesquisa local lá tem capilaridade, facilita a articulação com entidades locais.

Agricultura Familiar. Há uma compreensão muito próxima do que são as entidades mais específicas, uma integração tecnológica. Dos programas estaduais no Paraná, nenhum programa para a agricultura se faz sem o braço da tecnologia.

Então, essa integração acontece ali, com os sistemas estaduais; algumas, inclusive, são pesquisa e extensão juntas, o que é ótimo. Uma diversidade institucional adequada às condições locais. Umas são fundação, empresa, tal. O conhecimento do patrimônio genético local. Enfim, uma série de pontos fortes que fazem essas entidades locais complementarem muito uma visão nacional e a gente poder estar funcionando.

Agora, com essa atuação, desenvolve-se localmente, capacita para promover desenvolvimento, envolvimento do setor produtivo no desenvolvimento de programas de pesquisa na visão das demandas e a capacidade de gerar modelos tecnológicos próprios, que garantem a autonomia tecnológica dos Estados ou das Regiões.

Se você olhar, a agenda da pesquisa é uma agenda, tudo que você puder pensar em termos da importância para a agricultura está contemplado no sistema de pesquisa e podemos relacionar aqui milhares, ao longo desses anos todos, só do IAC, 130 anos, de contribuições relevantes para a pesquisa e para a agricultura, não só daquele Estado, mas muitas coisas extrapolando, Regiões e Estados.

A variedade de maçã do Iapar, por exemplo, vou dar o exemplo do meu Estado, hoje é plantada até na Bahia. A maçã Eva, a Iapar Eva é plantada inclusive na Bahia, porque é uma variedade desenvolvida com pouca exigência de frio. Então, ela é plantada até em regiões desse tipo.

Enfim, há uma série desses resultados. Então, desde alerta geada, na área da citricultura, o café, aliás, as grandes culturas, na verdade, que tinham uma trajetória própria, café, cana, borracha... (*Ininteligível.*)

...os sistemas estaduais que realmente, como já tinham uma ação nisso, acabaram desenvolvendo, tal, e complementando, obviamente, o papel da Embrapa.

Agora, como eu disse, a crise existe, persiste, alguns Estados não conseguem hoje, com a crise fiscal, complementar adequadamente. Os novos campos de conhecimento, as entidades não conseguem renovar com os novos campos de conhecimento que estão surgindo. O próprio papel do Estado, porque há uma crise ali, o que é pesquisa pública, pesquisa privada. Pesquisa privada é pesquisa de tecnologia de produto. Pesquisa pública é tecnologia de processo. Ou seja, é o conhecimento que faz com que aconteçam as inovações.

Então, há o problema nas Estaduais, com crise fiscal, retração de apoio federal. Acabou, depois de 1988, realmente, essa interação financeira não tem acontecido mais e um pouco de obsolescência que, pontualmente, com algum programa específico que surge, é minorada, mas, de qualquer maneira, é uma crise recorrente, e temos que buscar, então, os novos caminhos, novos caminhos, nova agenda de pesquisa.

Hoje, temos que pensar tudo aí, o sistêmico, o Novo Rural, a sustentabilidade, o consumidor como foco final, qualidade de produtos, captação de recursos. Cadê o setor privado, financiando a pesquisa pública brasileira? A questão de como operam, a burocracia que está embutida hoje no setor público. Burocracia não condiz com inovação tecnológica, com entidade de pesquisa. É excelência, não cabem as duas coisas, pelo menos, essa burocracia como a temos hoje. Podíamos ter uma burocracia mais inteligente. E a parte de pessoal, que temos lá.

Então, nós estamos, Senadora, muito esperançosos com esse projeto Aliança para a Inovação, que visa a uma rearticulação desse sistema como um todo, uma refundação do Sistema Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Pesquisa, compartilhamento, buscar uma agenda única, compartilhamento de finanças, trazer o setor privado, buscar articulação internacional. Ou seja, a agricultura do Brasil hoje é grande demais para ficar dependendo de um sistema público burocrático e que certamente não vai responder adequadamente aos grandes desafios que nós temos para a nossa agricultura.

Por isso que nós estamos confiando nesse projeto, isso que a Comissão está trazendo à pauta aqui, de se repensar. Já tem muito estudo, já tem muito trabalho, muita discussão, muita coisa amadurecida e nós temos que realmente contar hoje com o apoio da sociedade, o apoio dos Poderes, do Parlamento, do Executivo, para que realmente possamos pôr à frente um arcabouço de novas ideias, rompendo com muita coisa que precisa ser rompida, Senadora.

Hoje há uma quebra de paradigmas, nós precisamos realmente estar preparados nas nossas instituições, remodelá-las, fazê-las se redesenharem completamente, modernizar de uma maneira propositiva, à frente, porque o mundo lá fora está correndo e quem hoje não correr está ficando para trás.

Então, o nosso sistema de pesquisa nacional para que a agricultura do Brasil seja realmente, continue com essa trajetória de sucesso, para frente, nós vamos montar no País e remontar, e refazer, reinventar um sistema de pesquisa e inovação fortalecido, ou, caso contrário, provavelmente não chegaremos muito à frente.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Florindo Dalberto. Excelente, uma muito valiosa exposição.

O Cleber está querendo falar, mas antes eu vou passar para a outra... Está se preparando para falar.

Eu vou passar para a outra ponta, para o Luciano Mendes, que é Presidente da Fundação, do Mato Grosso do Sul, para Pesquisa e Difusão de Tecnologias Agropecuárias, porque tem afinidade com o que ele falou, que são as OEPAs e, aí, nós já temos um exemplo aqui de como é que funciona. E pediria também a questão do tempo, para a gente fazer, com essa exposição muito completa sobre como funciona o sistema nos Estados.

Com a palavra, o Luciano.

O SR. LUCIANO MUZZI MENDES – Agradeço, Senadora Ana Amélia, e trago um abraço do Mato Grosso do Sul, porque a senhora tem um apreço enorme do nosso Estado.

Nós somos uma entidade privada, sediada no Município de Maracaju, que é a Fundação MS, responsável pela pesquisa e difusão de tecnologias daquele Estado. Eu, hoje, venho acompanhado do nosso Diretor Executivo, que é o Alex Melotto, que é responsável pela condução dos trabalhos que a Fundação realiza, de pesquisa, em grandes culturas. Nós estamos falando de soja, milho, integração lavoura, pecuária e floresta, culturas de inverno, que é a nossa área de atuação.

Eu gostaria de trazer aqui hoje dois *insights* que nós internamente entendemos que sejam o fator chave de sucesso da Fundação MS. Quando eu falo sucesso...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Essa foto ali é da sede da empresa?

O SR. LUCIANO MUZZI MENDES – Da sede da Fundação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Da Fundação. Onde fica?

O SR. LUCIANO MUZZI MENDES – Em Maracaju, Mato Grosso do Sul.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ah, Maracaju, o senhor tinha me falado.

O SR. LUCIANO MUZZI MENDES – Então, como eu vinha dizendo, são dois *insights* que a gente entende como sendo fator de sucesso da Fundação dentro da nossa capacidade de penetração dentro das lavouras do nosso Estado.

Então, a gente brinca, dizendo que não tem nenhum dos 2,5 milhões de hectares plantados no Mato Grosso do Sul que não tenha pelo menos uma tecnologia desenvolvida pela Fundação. E a gente acredita que isso se deva a dois fatores que eu vou discutir posteriormente. Bom, esse é um histórico: nós somos mantidos institucionalmente pela Aprosoja; pela Famasul, que é a nossa Federação de Agricultura; e pelo Sistema OCB, do Mato Grosso do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós somos 203 produtores, mantenedores. Temos 15 unidades de pesquisa esparramadas pelo Estado – são esses pontos verdinhos, que vocês podem ver no mapa do Mato Grosso do Sul. O que está em amarelo são as áreas de agricultura do nosso Estado – soja e milho.

Então, a gente tem 1,8 milhões de hectares influenciados, porque a gente tem também outra Fundação parecida com a nossa, que é a Fundação Chapadão, que se situa no Município de Chapadão e atinge aquela região.

Dentro do nosso trabalho, a gente tem 25 mil parcelas de pesquisa por ano, nas quais a gente desenvolve todo o trabalho de busca de tecnologia, para que a gente possa levar ao nosso produtor.

Essa é a nossa composição orçamentária. Veja que nós temos uma parte vindo dos produtores mantenedores e uma parte vindo de validação de tecnologia, que são as áreas maiores, nas quais a gente usa a tecnologia desenvolvida nos campos experimentais e coloca em áreas maiores para a gente poder validar essa tecnologia e esse produto entrar como receita da nossa atividade.

Nós temos convênios para viabilizar aquelas 15 unidades de pesquisa e trabalhos de pesquisa propriamente ditos e um recurso governamental do Estado do Mato Grosso do Sul, que é o FUNDEMS. Parte do recurso é estadual e parte vem do produtor. A nossa Showtec, que é a nossa mostra de tecnologia, acontece todo mês de janeiro.

Bom, aqui eu acredito que está o primeiro *insight*: um dos nossos fatores de sucesso é que a nossa demanda de trabalho de pesquisa vem do produtor. Nós temos um conselho técnico-científico que é composto por produtores – produtores que são técnicos –, por técnicos e por pesquisadores.

Então, esse conselho técnico-científico é a entidade que "gere" – entre aspas – a Fundação MS. É ele que diz ao pesquisador o que ele tem que pesquisar. Se o conselho técnico-científico disser ao pesquisador que ele não precisa fazer aquele trabalho, o pesquisador não faz aquele trabalho. Então, o trabalho não sai da cabeça do pesquisador, sai de quem efetivamente vai usar a tecnologia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO MUZZI MENDES – Então, ocorre um planejamento, esse planejamento dos ensaios é submetido de novo ao conselho, os trabalhos são implantados, os dados são coletados, e a gente segue o trâmite normal da divulgação e da difusão da informação.

Então, o primeiro *insight* que eu gostaria de trazer é que quem gera a pesquisa é quem usa a pesquisa, que é o produtor. E o segundo *insight* é a difusão. Quer dizer, a gente procura realmente levar a pesquisa para quem efetivamente vai usar, que é o produtor.

Os nossos pesquisadores publicam em revistas científicas internacionais. Isso é importante para a nossa instituição, é importante para os nossos pesquisadores, mas também é importante para que esse trabalho chegue à mão de quem efetivamente vai usar, que é o produtor.

Então, nós temos dias de campo – inúmeros dias de campo –, nós temos seminários de apresentação, nós temos trabalhos entidades parceiras – e a Embrapa é parceira da Fundação MS nesses trabalhos. Nós temos uma proximidade muito estreita com a Embrapa e nós entendemos que essa difusão de tecnologia é, de novo, aliada – a demanda de pesquisa é a chave de sucesso da grande penetração que a Fundação MS exerce.

Nós temos as nossas publicações. Trouxe amostras das nossas publicações aqui para a senhora, Senadora Ana Amélia, para que a senhora possa ver os resultados de pesquisa que a fundação faz ao longo dos anos. E o nosso Showtec – queria aproveitar – 2018 vai ser de 17 a 20 de janeiro. Eu gostaria de convidar todos vocês para estarem presentes à nossa... Em 2018, perdão. Lá é só uma amostra da foto do Showtec.

Senadora, eu acho que, dentro dessa questão de difusão... Como fala o Jorge Paulo Lemann: sonhar grande ou sonhar pequeno dá o mesmo trabalho. Então, vamos sonhar grande. O nosso sonho é que a gente consiga colocar todos os resultados de pesquisa dentro de um grande banco de dados, que pudesse ser acessado pelos técnicos e por quem leva esse resultado efetivamente para o campo.

Então, na mesma linha do banco de dados gigantesco dos diagnósticos de câncer, que é o Watson, nós gostaríamos que, dentro desse trabalho de reestruturação do Sistema Nacional de Pesquisa, nós tivéssemos também o nosso Watson para agropecuária. Eu tenho certeza de que o resultado com certeza seria imenso para o setor agropecuário.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Luciano. Tanto a sua ideia, que é extraordinariamente uma evolução – você dispor de um banco de dados, o Brasil ter isso –, quanto o que o Presidente do Consepa apresentou, da aliança pesquisa, que é exatamente a integração de todos os sistemas... Juntos são muito mais fortes do que cada um puxando por um lado. Então, de fato aqui se complementam as duas iniciativas até agora.

Então, eu passo a palavra agora ao Cleber de Oliveira Soares, que é Diretor Executivo de Transferência de Tecnologia da nossa grande Embrapa.

O SR. CLEBER DE OLIVEIRA SOARES – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, por essa oportunidade de estar aqui, debatendo com vocês essa questão SNPA. Ao agradecê-la, eu quero agradecer também ao Senador Ivo Cassol pelo debate, pela proposição e, sobretudo, pelo apoio que tem dado ao SNPA e à Embrapa.

Oportunamente também quero justificar a ausência do nosso Presidente, Dr. Maurício Lopes. Ele mandou um abraço para senhora, para toda esta Comissão. A Embrapa tem um apreço muito grande pela senhora e pela Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só queria aproveitar: eu li um artigo do Dr. Maurício Lopes sobre a situação geral da pesquisa, os problemas decorrentes daquilo – o próprio Florindo já mencionou –, que são as dificuldades orçamentárias e o comprometimento disso em uma área que é extremamente sensível e prioritária, que é área da pesquisa, da ciência e da inovação.

Mas eu quero lhe dizer que ele menciona nesse artigo a questão dos fundos patrimoniais. Eu sou autora de um projeto, que foi aprovado por unanimidade ontem na Comissão de Assuntos Econômicos, que prevê exatamente a criação desses fundos patrimoniais. Isso será uma fonte de recursos – ele, claro, precisa passar também na Câmara – de uma inovação que nós temos.

Certamente muitas empresas, como a Fundação Mato Grosso, funcionam com o apoio de vários sócios: o Estado, as entidades – a Famasul, o Sistema OCB –, todos estão juntos, ligados, fortalecendo um trabalho extraordinário.

O fundo patrimonial, o *endowment* – é um palavrão para nós, mas é um fundo patrimonial –, será formado por doadores. Esse capital vai ser aplicado em benefício – o ganho desse capital, do fundo – de áreas de pesquisa. Ele falava muito disso. A Embrapa poderá se juntar a outras e fazer um fundo para compartilhar, ou fazer só um fundo. Universidades poderão se juntar e fazer menores, fazerem um fundo só. Ou grandes universidades fazerem seu próprio fundo, como eu tive oportunidade de ver lá na Politécnica de São Paulo, da USP, que é uma grande instituição.

Então, queria apenas dar... O Presidente Maurício Lopes fez –, mas para todos eu acho que isso interessa, porque é uma área importante. E o nosso objetivo no projeto não é custeio de universidade, não é custeio, porque isso é investimento em pesquisa e inovação, ciência e tecnologia. Esse é o objetivo. É a nossa maior carência e onde os recursos são os mais necessários para aportar.

Então, apenas o aparte para transmitir ao Dr. Maurício Lopes que já fizemos a nossa parte.

O SR. CLEBER DE OLIVEIRA SOARES – Muito obrigado.

O Dr. Maurício não pôde estar presente, Senadora, porque ele está de férias e também é filho de Deus, tem direito de aproveitar e gozar suas férias.

Como o Dr. Florindo já abordou bastante sobre a caracterização do SNPA, eu vou me ater essencialmente aos pontos relacionados a desafios, a perspectivas e a futuro. Até porque, na história da agricultura brasileira – nós podemos traçar um paralelo de 40 anos atrás e 40 anos para frente –, saltamos de uma situação em que o Brasil importava quase tudo que consumia para hoje sermos o celeiro do mundo e sermos superavitários na agricultura como um todo.

Por outro lado, apesar dessa evolução, nós não podemos estar descolados, pelo menos da grande maioria dos 17 objetivos de desenvolvimento do milênio. Até porque a agricultura, Senadora e colegas, perpassa e responde por diversos sistemas, desde a questão da fome, água, até mudanças climáticas, passando por outros objetivos de desenvolvimento sustentável do milênio.

Da mesma forma, a complexidade que nós temos nas cadeias de valor do nosso agronegócio passa uma modelagem, invariavelmente – como comentaram um pouco os colegas que em antecederam –, por um componente forte de proximidade com produtor rural. Nós precisamos captar o que esse produtor pensa, qual é a demanda, do que ele precisa, para, aí sim, colocar em um modelo de inovação e transformar o setor agropecuário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E não adianta nós fazemos pesquisas, fazermos ciência, fazermos transferência se os resultados não forem aplicados e, sobretudo, não entregarem valor para a nossa sociedade sob a forma de ativo, sob a forma de produtos, sob a forma de algo que transforme e promova renda, sobretudo para o nosso produtor brasileiro, independentemente da escala.

Por outro lado, nós temos a oportunidade ímpar, colegas, de identificar novos desafios para a nossa agricultura: sair desse modelo da agricultura clássica, da agricultura cartesiana de produção de grãos, de produção de commodities, para avançarmos com diversificação na nossa base produtiva e pensarmos em outros ativos associados à agropecuária, como moléculas bioativas, biopesticidas, alimentos funcionais, de forma a trazer renda para o nosso sistema agropecuário.

Não justifica mais continuarmos com esse modelo de pesquisa agropecuária de 40 anos atrás. Eu costumo dizer que há 40 anos a agropecuária no Brasil era como um quarto escuro onde se acendeu uma vela, hoje o quarto está claro. Nós temos que fazer a diferença e temos que agregar valor para todas as cadeias do nosso agronegócio.

Não vou me ater ao sistema SNPA. O colega Florindo já abordou muito bem em relação aos seus objetivos. Mas eu queria tecer ser um ponto muito rápido, Florindo, em relação aos suspiros, digamos assim, que o SNPA passou ao longo de sua história. Um deles foi objeto inclusive de estudo do CGE, que mostrou a necessidade de uma revitalização, uma necessidade de novo investimento.

A partir daí, o Governo investiu em um chamado PAC Embrapa, com quatro grandes eixos de fortalecimento, e aportou recursos da ordem de R$914 milhões.

Esses recursos inclusive encontram-se em operação até hoje, algumas Oepas ainda trabalham com esses recursos, isso tem dado inclusive um fôlego, e, em algumas situações, até uma sobrevida. Recursos foram aportados em sete grandes temas, grandes eixos. Desses recursos, de R$914 milhões, R$216 milhões foram alocados especificamente para o sistema Oepas, para dezessete Oepas. Hoje nós temos dezesseis convênios em plena operação, ainda há saldo financeiro para serem transferidos. Ainda há recursos sendo operacionalizados nas diferentes Oepas, que não vou me ater aos detalhes.

Em paralelo, após...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEBER DE OLIVEIRA SOARES – ...essa primeira fase, essa primeira parada para repensar as Oepas, a Embrapa propôs um novo modelo de antenagem, um novo modelo de inteligência estratégica, que é o nosso chamado Agropensa, que dá subsídios para a formulação de políticas não só para a pesquisa da Embrapa, como para o SNPA como um todo e outras instituições que atuam.

Nós estamos exatamente, neste momento, trabalhando num modelo de documentos de visão 2017 a 2034, a nossa perspectiva é que seja lançada no aniversário da Embrapa, em abril do próximo ano, mas essas são apenas algumas paradas para olharmos como modelar, como pensar no futuro da agropecuária e da pesquisa agropecuária no Brasil.

Pensando no futuro, trouxemos aqui quatro pontos para reflexão muito rápida. Um deles a Senadora já explanou muito bem, com muita profundidade, que são os fundos patrimoniais, mas nós temos também *insights* relacionados à EmbrapaTec, a *check off* e aos novos arranjos institucionais.

Em relação à EmbrapaTec. Por que surgiu a ideia da EmbrapaTec? A Embrapa, como uma instituição robusta, pública, 100% pública de pesquisa agropecuária no Brasil, nós temos que nos ater àquilo que nós sabemos fazer muito bem, que é nossa competência, que é pesquisa e desenvolvimento. Ninguém no mundo tem todas as competências em qualquer tema, nós precisamos de parceria. E a EmbrapaTec tem surgido com uma ideia exatamente de propor uma alavancagem para inovação de negócio para a agricultura brasileira. Independentemente do tamanho do nosso produtor, ele tem que fazer negócio, ele tem que agregar valor ao seu produto, ele tem que ter renda no bolso. Agricultor e pecuarista sem renda não sobrevivem.

Então, nós temos que fazer essa diferença. E, por isso, surgiu a ideia da EmbrapaTec, que está tramitando aqui no Congresso. Em breve teremos uma audiência pública para ajustar a proposição dentro da EmbrapaTec, que visa a ser uma subsidiária integral vinculada à Embrapa, controle único da empresa, que tem como objetivo principal levar para a cadeia produtiva tecnologia desenvolvida pela Embrapa e por parceiros, pelo próprio Sistema SNPA, pelas Oepas, por fundações, dentre outros que queiram utilizar essa modelagem da EmbrapaTec para atingir e levar inovação para o nosso produtor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A EmbrapaTec não é uma empresa de capital aberto, não é um modelo de privatização da Embrapa, não vai exercer influência sobre nossa programação de pesquisa. Enfim, a lógica é levar tecnologia de ponta e fazer inovação em negócios em prol do nosso produtor.

Em relação aos fundos patrimoniais, esse é um projeto de lei proposto pela nossa digníssima Senadora, que está em tramitação no Senado. Temos uma esperança muito grande, Senadora, que isso seja resolvido o quanto antes e isso pode dar uma nova modelagem para o empoderamento do sistema de pesquisa agropecuária no Brasil.

Trouxe como exemplo aqui os fundos patrimoniais internacionais associados às universidades. Há várias universidades no mundo e, a despeito disso, temos o exemplo de três grandes universidades que são mantidas no mundo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – São bilhões de dólares.

O SR. CLEBER DE OLIVEIRA SOARES – Exatamente, só a Universidade de Harvard tem mais de U$5 bilhões anuais, e ela sobrevive com renda derivada desses fundos patrimoniais.

Então, essa é uma ideia fantástica da nossa Senadora que pode a lógica do financiamento da pesquisa agropecuária brasileira. Não dá para nós dependermos, para continuar dependendo do Governo ou do dinheiro público para financiar nossa pesquisa.

Uma outra perspectiva, um olhar para o futuro são *check offs* muito bem trabalhados na Europa, nos Estados Unidos, mas no Brasil nós temos, Luciano, alguns modelos que podem ser adaptados a essa condição.

O próprio modelo da Fundems, no Mato Grosso do Sul, que eu conheço muito bem. Embora lá tenha uma modelagem público-privado, mas nós temos um exemplo, eu trouxe o exemplo nosso, aqui próximo, do Estado do Goiás, do Fundepec. É um fundo criado por pecuaristas, um fundo 100% privado. A lógica desse fundo, criado em 1983, foi a expectativa de haver um possível caso de febre aftosa.

Como nunca houve – e com fé em Deus nunca ocorrerá –, eles têm um volume de recursos alto, e está definido que está garantido o recurso para em caso de haver uma necessidade de indenização, e o restante vão investir em pesquisa. Esse é um exemplo de *check off* brasileiro.

Por que não estimularmos – e o Parlamento tem um papel fundamental de provocar e, quem sabe até, normatizar esses modelos de *check off* no Brasil com a aplicação direta para a pesquisa agropecuária.

A Fundepec tem parceria e tem buscado a Emater no Estado de Goiás, tem buscado as unidades da Embrapa e é uma oportunidade importantíssima de aportar recurso em prol do desenvolvimento da nossa agropecuária.

Novos arranjos institucionais. Como o Florindo bem comentou, nós temos que enfrentar desafios complexos, precisamos de um sistema de SNPA renovado, robusto. Precisamos de mais investimento. O Brasil investe, nada mais nada menos, do que 1,2% do seu PIB em ciência e tecnologia como um todo.

A porção que vai a agricultura e para a pecuária é muito pequena, mas nós não podemos ficar dependentes dessa lógica de financiamento público. Por isso nós precisamos intensificar a nossa produção agropecuária, produzir de forma sustentável, diversificar, especializar, ganhar novos mercados e só com um novo modelo – talvez sob a forma de arranjo, sob a forma de uma aliança estratégica, de uma aliança inovadora – nós iremos avançar com uma sobrevida ou uma remodelagem, uma ressignificação da CNPA, seja por meio de articulação, buscando uma nova eficiência, uma nova dinâmica, ampliando a adversidade e a disponibilidade de produtos para as cadeias.

Enfim, nós precisamos estabelecer nesse novo modelo, nesse novo olhar, Senadores e colegas, parcerias duradouras para o fortalecimento da pesquisa agropecuária, independente de qual seja, um daqueles quatro modelos, ou quem sabe...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Todos os quatro.

O SR. CLEBER DE OLIVEIRA SOARES – Por que não todos os quatro? Precisamos concentrar os nossos esforços voltados para a articulação, elementos, sinergia das nossas instituições.

Nós temos uma estrutura fantástica de pesquisa como bem comentou o Florindo. Os atores precisam ser mobilizados, precisam ser cobrados. Precisamos dialogar para buscar isso. Nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma estrutura de pesquisa no Brasil, e esse é um exemplo da modelagem real, hoje, agosto de 2017, das pesquisas, da interação da Embrapa com o sistema SNPA, com as diferentes Oepas, com as fundações, com a iniciativa pública.

Olhe o novelo que é a interação da pesquisa agropecuária brasileira. Essa é a realidade. Esse relatório foi emitido nesta segunda-feira. Nós temos que trazer para dentro desse sistema outras instituições como o Ceplac que está aqui presente; o INMET; os laboratórios do Ministério da Agricultura, os LANAGROs, que têm uma estrutura fantástica de pesquisa – é preciso trazê-los para essa rede –; as OEPAs já fazem parte; as universidades, como o Florindo bem comentou. Nós temos aí em uma rede de institutos federais com uma dispersão e uma capilaridade no Brasil que o sistema CNPA não tem ainda. Temos que trazer, Florindo, os institutos federais para esse sistema; as instituições vinculadas no MCTI, que são diversas; as próprias organizações do setor agropecuário – Sistema S, Aprosoja, Asbraer, Abrasem, dentre outras –; as entidades representativas do agronegócio, principalmente essas de grande porte que têm uma capacidade de influenciar a nossa sociedade, como a Sociedade Rural Brasileira e a Abag; e, enfim, parceiros internacionais. Por que não? Nós temos uma rede de pesquisa e interação fortíssima com universidades no mundo inteiro. Temos que trazê-los para o jogo e para promover o avanço da nossa agropecuária e, sobretudo, senhoras e senhores, temos que remodelar e criar mecanismos de sobrevida e de fortalecimento para o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária visando à entrega de valor para a sociedade. O futuro e a competitividade do agronegócio dependem desse novo arranjo.

Obrigado pelo tempo.

Estamos à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns, Cleber.

Aqui me ficou na memória, nas alternativas para chegar a esse resultado, aquele quebra-cabeça em que você juntando as peças elas se complementam no desenho.

Na verdade, todas as quatro propostas dos fundos patrimoniais, aqui há o *check-off*, de todos eles são complementares. Então, eles não concorrem entre si, se fizer todos, será melhor porque o ganho será maior também. E o que se está vendo hoje no Brasil é uma questão fantástica porque antigamente a academia – e aí academia me refiro a toda academia, especialmente no setor público – estava desconectada do chão de fábrica, no caso, do campo, que é aquilo que o Luciano falou em relação: toda a pesquisa, no caso da Fundação do Mato Grosso do Sul, nasce de uma necessidade do produtor. Portanto, a pesquisa será feita para ele e em benefício dele, da região dele, do Estado dele, do Município dele e do País dele. Então, isso tem um valor muito grande. Hoje, felizmente, as nossas instituições estão se voltando também para atender a essa demanda, e não adianta a Embrapa desenvolver uma tecnologia se ela não é repassada para o produtor, se ela não é repassada em campo.

E, agora, para finalizar, eu quero convidar o Edmir, que vai falar de uma área específica, que eu já tive a condição de também ter estado lá, em Ilhéus, para ver o trabalho na área do cacau.

O SR. EDMIR CELESTINO DE ALMEIDA FERRAZ – Quero cumprimentar os presentes, a Mesa, parabenizar a Senadora Ana Amélia pela iniciativa do requerimento para tratar de um tema de alta relevância no contexto da agropecuária nacional e a pesquisa e a inovação tecnológica.

Não deixa de ser também um privilégio para nós, para a Ceplac, virmos tratar de um tema que é específico: a Ceplac, cacau e seus produtos, mas é uma oportunidade para que todos conheçam o que a gente aprendeu a fazer há 60 anos. A Ceplac hoje tem a missão de promover o desenvolvimento rural sustentável das regiões produtoras de cacau no Brasil, e a nossa visão é ter excelência – e isso está contido no nosso planejamento estratégico –, no desenvolvimento de modelos sustentáveis e competitivos de produção para a agricultura tropical perene.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria pedir ao Moka, que é um ativo e combativo membro da Comissão, que, por dez minutos, Senador, V. Exª pudesse presidir aqui.

O Luciano fez uma excelente exposição sobre o seu Estado, o Mato Grosso do Sul, e agora é a última fala.

Eu preciso só abrir ali a instalação de uma frente parlamentar; não é frente parlamentar, é um Grupo Parlamentar Brasil-Argentina. Como eu sou Senadora do Rio Grande do Sul, todos devem entender o tema relevante para mim. Então, o senhor presidindo para mim. Eu voltarei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Antes disso, eu quero, além de agradecer ao Senador Moka, agradecer a presença do Rui da Silva Werneck, Presidente da Epamig. Obrigado, Werneck, pela presença. Como você vê, tudo que você iria dizer aqui está. A Epamig um dia virá também para expor o seu trabalho. Muito obrigada pela presença. O secretário tinha sido convidado, ele adiantou que não viria; então, agradeço a sua presença aqui.

Obrigada, Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Assumindo a Presidência e continuando com a palavra o Sr. Edmir de Almeida Ferraz.

O SR. EDMIR CELESTINO DE ALMEIDA FERRAZ – Então, essa é a Ceplac, cuja missão é desenvolver essas regiões produtoras de cacau e ter excelência como visão de futuro no desenvolvimento de modelos competitivos e sustentáveis de produção para a agricultura tropical perene. É bom dar destaque nisso aí.

Ela foi criada em 1957, a Ceplac, inicialmente com a incumbência de cuidar das dívidas da cacauicultura, especialmente a baiana, e, no decorrer do tempo, em 1962, foi criado o Centro de Pesquisas do Cacau porque se entendeu que não bastava o saneamento das dívidas dos cacauicultores se não tivesse o aporte da tecnologia e da inovação para alavancar a cacauicultura, inicialmente a cacauicultura baiana.

Entendeu-se, dois anos depois, também a necessidade de transferir esse conhecimento gerado pela pesquisa, quando foi criado, então, o Departamento de Extensão Rural para assistir aos produtores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDMIR CELESTINO DE ALMEIDA FERRAZ – E, mais tarde, em 1965, também foi criado o Departamento de Educação, com a criação das EMARCs, inicialmente no Município de Uruçuca, que é Escola Média de Agricultura das Regiões Cacaueiras. Na Ceplac, até então, nós tínhamos cinco escolas desse tipo, sendo quatro, na Bahia, e uma, no Estado de Rondônia. Ela se destaca, como exemplo ímpar na agricultura brasileira, como um modelo integrado que envolve a pesquisa, a extensão rural e a educação, e é com esse modelo que até hoje a gente vem atuando no campo.

As áreas de atuação nós focamos, predominantemente, tendo em vista que o cacaueiro tem origem na floresta tropical. Nós atuamos fundamentalmente em dois biomas de grande importância estratégica nacional pela sua relevância, em termos de biodiversidade, e por serem centros de endemismo de espécies ameaçadas de extinção ou em risco de extinção, que são a Floresta Amazônica e a Mata Atlântica.

Nesses dois biomas, nós atuamos nos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Mato Grosso, Bahia e Espírito Santo – a Bahia liderando a produção de cacau até hoje –, e uma particularidade: a Mata Atlântica, duas das marcantes características dela, além da Floresta Amazônica, são a diversidade de espécies e o grau de endemismo. Eu dou como exemplo, na década de 90, estudos foram efetuados pela Ceplac, onde foram distinguidas 548 espécies de plantas lenhosas em um único hectare em uma fazenda, no Município de Uruçuca, na Bahia, sendo essa área considerada a de maior biodiversidade do Planeta.

Já em 2000, a Unesco destaca a Mata Atlântica sul baiana como Sítio do Patrimônio Mundial Natural.

Então, esse é o espaço onde nós atuamos em harmonia com os atributos naturais.

Nesses dois biomas, a Ceplac hoje tem apenas 54 pesquisadores; no passado, já tivemos em torno de 136 pesquisadores. Há realmente uma forte erosão da força de trabalho. Desses 54 pesquisadores, a sua maioria tem o título de doutor – 52,4% – e 42,8% têm o título de mestre.

Para apoiar a pesquisa e inovação, nós temos espalhados nessa região 17 estações experimentais, que cuidam não só do cacau como de outros produtos que atuamos, e 94 escritórios de assistência técnica e extensão rural.

Atendemos hoje, nessas duas regiões, a 60 mil produtores rurais, em uma área assistida de 706 mil hectares, em 223 Municípios, que alcançam três milhões de pessoas.

Cada vez mais, nós estamos entendendo a necessidade de ampliar as fronteiras da cacauicultura. Historicamente, nós temos trabalhado nesses dois biomas, mas hoje nós já começamos a atuar em áreas não tradicionais de produção de cacau, com cultivo intensivo, com fertirrigação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

inclusive áreas e Municípios que estão inseridos no Polígono do Matopiba, que envolve os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Eu até chamo a atenção que vi nesta semana que está tramitando aqui, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 279/16, que está pretendendo a criação da Agência de Desenvolvimento do Matopiba.

É uma iniciativa *a priori* muito interessante porque nessa região do Matopiba, são 35 milhões de áreas disponíveis para atividades produtivas. São 337 Municípios com 5,9 milhões de pessoas. E aí eu colocaria o cacau. Veja que é nossa a iniciativa com a cacauicultura, que antecede o próprio Matopiba. E nós já temos várias experiências já executadas e em execução nessas regiões aí. Exemplo típico em Bom Jesus da Lapa é um Município baiano. Aliás, dentro do Matopiba, contempla 33 Municípios baianos, dentre os quais Bom Jesus da Lapa.

Eu trago como exemplo uma experiência lá naqueles perímetros irrigados de Bom Jesus da Lapa: um cacau com um nível de produtividade muito bom diante da idade da planta.

Não só Matopiba, mas hoje nós procuramos também as regiões do semiárido brasileiro, do Cerrado. Temos várias experiências no Estado de Sergipe. Está aí o cacau em consórcio com a banana.

Não estou conseguindo... Por favor.

Nós temos no Estado de Pernambuco também o cacau implantado em sistemas agroflorestais com o coco.

É bom desmistificar porque quase sempre, quando aparece a sigla Ceplac, vem à mente logo que a Ceplac é só cacau. Em verdade, nós trabalhamos com vários produtos para estimular e incentivar aquilo que nós já fazemos com bastante cuidado, com bastante informação, com bastante tecnologia, que são os sistemas agroflorestais. É certo que a predominância é o cacau. Dos 101 projetos de pesquisa, nós temos 76 voltados para o cacau, mas trabalhamos com seringueira, bovinocultura, com estreita cooperação com a Embrapa, que foi inclusive motivo de lançamento de variedade de gramíneas para a região, lançamento também de cultivares de gramíneas e leguminosas forrageiras, já em aplicação na pecuária. E trabalhamos com dendê e outras oleaginosas, todas em sistemas agroflorestais.

Então, esta é a nossa *expertise* em agricultura tropical perene, diferentemente da Embrapa, que trata de outros produtos de ciclo curto.

No nosso portfólio de pesquisas, nós trabalhamos nessas várias áreas. Dos 101 projetos de pesquisa, nosso carro-chefe é o melhoramento genético, e não poderia ser diferente. Quer dizer, quando a gente saiu da condição de segundo produtor mundial de cacau na década de 1980 e quando ocorreu essa temível vassoura-de-bruxa nos cacaus da Bahia, as nossas 450 mil toneladas despencaram para 120 mil toneladas. E, no caso baiano, chegou ao limbo, a 90 mil toneladas a produção de cacau por conta da vassoura-de-bruxa.

Então, não seria diferente a gente privilegiar, colocar à frente das nossas prioridades o melhoramento genético.

Não perdemos de vista também a questão da agroindustrialização. Precisamos agregar valor ao produto cacau. Não nos interessa manter aquela condição antiga de exportador de amêndoas. Precisamos, sim, credenciarmo-nos para exportar, sim, derivados de cacau, especialmente o chocolate. Então, agroindustrialização e a Engenharia Agrícola também fazem parte da nossa prioridade.

Na questão da Engenharia Agrícola, por exemplo, nós estamos trabalhando em parceria com empresas privadas no sentido de desenvolver equipamentos apropriados para a cacauicultura, pequenas plantas industriais para a fabricação de chocolate. Há um dado interessante. Na Bahia, hoje já se processam 133 toneladas de chocolate em pequenas plantas industriais, graças a esse esforço da pesquisa e inovação em parceria com a iniciativa privada.

Nós temos três centros de pesquisa. O maior centro de pesquisa do mundo em cacau está lá no Município de Ilhéus. Os outros estão localizados em Belém e lá no Estado de Rondônia. E nós temos 20 laboratórios das mais diferentes especialidades, laboratórios que apoiam a pesquisa, laboratórios que prestam serviços ao produtor com análise de solo, de tecidos vegetais, de água. Mas eu dou destaque a esse laboratório aí de controle biológico, que nos permitiu, com as pesquisas desenvolvidas pela Ceplac, produzir um fungicida biológico, Tricovab, hoje registrado no MAPA, de grande eficiência para o controle da vassoura-de-bruxa. Nesse laboratório hoje, nós temos já uma micoteca com mais de 300 isolados de fundos antagônicos ao fungo causador da vassoura-de-bruxa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o que abre uma perspectiva imensa para o controle dessa doença. Por enquanto, o *Trichoderma* tem como princípio ativo o *Trichoderma stromaticum*, mas esses isolados aí, os 300 isolados abrem uma perspectiva enorme para estudar melhor, aprofundar melhor e conhecer o potencial antagônico desses fungos para o controle de doenças não só do cacau, como de outros cultivos.

O Centro de Desenvolvimento e Capacitação Tecnológica é aquilo que eu comentei há pouco: nós atuamos na verticalização da produção, com vista à agregação de valor. Por meio de modernas técnicas de fermentação com manipulação de microrganismos que estão envolvidos na fermentação de cacau, a gente está produzindo um cacau de melhor qualidade e, com isso, podendo ser competitivo no mercado internacional. A Bahia hoje já dispõe de 40 marcas diferentes de chocolate e, cada vez mais, nós estamos buscando formulações de chocolate que tenha maior percentagem de massa de cacau nesse chocolate. Afinal, aquilo que se pensou no passado, ou seja, que chocolate produzia apenas espinhas, especialmente no sexo frágil, é contorcionismo. Cada vez mais, está-se provando que o chocolate tem, sim, valor nutricional e tem seu valor nutracêutico.

Esse centro de desenvolvimento serve para incubação de empresas, para estágio e treinamento de estudantes, uma série de estudantes brasileiros e estrangeiros, e a capacitação de associações, cooperativas e agricultores.

Nós somos os guardiães do maior banco de germoplasma em cacau do mundo. Quer dizer, é uma alta riqueza genética que poderá abrir uma perspectiva enorme no desenvolvimento, na inovação voltada para a cacauicultura. É muito desconhecido ainda para a ciência.

Então, nós temos cerca de 4.647 acessos específicos de cacau, localizados em 70ha, distribuídos nesses Municípios aí nos Estados da Bahia, Pará e Rondônia.

O cenário da cacauicultura mundial é realmente bastante promissor. As expectativas, as projeções da Organização Internacional do Cacau, ICCO, mostram que, em 2020, o déficit de cacau no mercado internacional será de 1 milhão de toneladas, o que abre uma perspectiva enorme. E, em relação a preços, o preço deverá aumentar em 60% também nesse período aí. As oportunidades do cenário mundial, quer dizer, um aumento de consumo no Japão, o crescimento do PIB na China podem implicar o aumento de produtos ocidentais aqui, dentre eles o chocolate.

Vejam aí os BRICS: nos últimos dez anos, incrementaram o consumo de chocolate e de cacau; quer dizer, abre uma perspectiva muito grande. Há uma crescente demanda mundial de chocolate, como aquele chocolate considerado *dark*, que é o que tem maior teor de cacau, por volta de 70%. No Brasil, o consumo do chocolate tem aumentado consideravelmente. Nós consumíamos em torno de 400g, hoje o consumo *per capita* do brasileiro é de 2,93kg de chocolate *per capita*/ano.

O Brasil também figura como o terceiro maior produtor de chocolate do mundo e o quarto consumidor. Vejam ali um dado da indústria brasileira, o significado dele. Quer dizer, o faturamento real em 2011 na indústria do setor aqui no Brasil foi de US$12,6 bilhões. Quer dizer, 50% a mais do faturamento de toda a América Latina. Mostra aí que o setor chocolateiro, a produção mundial de chocolate, sob todas as formas, realmente é muito promissora.

Quanto à nossa produção hoje, nós figuramos como quinto produtor mundial. Já fomos o segundo. Nossa produção hoje está em torno de 214 mil toneladas. Isso em 2016, quando houve uma seca na Bahia. Em 2015, já foi em torno de 263 mil toneladas. Com a seca, o cacau veio a cair. Então, isso mostra que nós temos condição, sim, com a inovação, com a tecnologia, de voltar àquela condição de segundo produtor mundial.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDMIR CELESTINO DE ALMEIDA FERRAZ – Com as nossas perspectivas a curto prazo, nós podemos aumentar, sim, em curto prazo, triplicar a nossa produção de cacau simplesmente com o manejo de uma cabruca, aquele eslaide ali ao lado. Não pensem que é só mata. É o cacau de árvores remanescentes da Floresta Atlântica. Com um bom sistema de manejo, somente o manejo da sombra, nós podemos triplicar essa produção de cacau. Precisamos, sim, superar alguns gargalos. Nós temos modernas tecnologias de produção, sim, resultado do pacote tecnológico gerado pela Ceplac durante esse tempo. Vejam: ali em 2003, a nossa produção era 170 mil toneladas; em 2015, atingiu 272. Quer dizer, 60% de aumento de produção de cacau com aplicação da tecnologia Ceplac.

Nós podemos implantar sistemas agroflorestais como alternativas de produção e recuperação de áreas degradadas, evitando inclusive o desmatamento na Amazônia e na própria Floresta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Atlântica. E nós temos disponibilidade de áreas para expansão tanto na Amazônia, como no Espírito Santo.

Mas o que fazer diante desse quadro aí? Quer dizer, é uma situação promissora. Então, a pergunta é: como garantir recursos orçamentários para que a gente possa aumentar a produção nacional? Como nós podemos ter excelência em pesquisa e desenvolvimento para tornar a cadeia produtiva do cacau mais competitiva? Precisamos de conhecimentos, sim. Como nós podemos intensificar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento? E precisamos, sim, repensar a nossa Ceplac: como nos requalificarmos para podermos acompanhar as tendências da cacauicultura nacional e a tendência da cacauicultura mundial?

O nosso quadro é este: como nós podemos fazer pesquisa e desenvolvimento se os nossos servidores ativos hoje... Antes, e no auge da Ceplac, nós tínhamos 4.500 servidores, cerca de 180 pesquisadores; hoje, nós estamos reduzidos a 1.769 servidores, dos quais 1.149 – ou seja, 65% dos nossos servidores – estão às vésperas da aposentaria, já gozando abono permanência. Então, a requalificação da Ceplac passa necessariamente pela ampliação da sua força de trabalho.

Como nós podemos pesquisar se a nossa fonte de receita – fonte de receita, aí, da União –, que, em 2011, era R$32,7 milhões, aprovados na LOA; em 2016, é R$17,9 milhões; e em 2017, ali do lado, a LOA nos concedeu R$17,1 milhões. Vejam a redução. Não bastasse isso, o que se aprova na Lei Orçamentária Anual não é aquilo que se libera. O que se disponibiliza está ali. Vejam que, em 2011, nós tivemos aprovados R$32,7 milhões, e foram liberados apenas R$24 milhões.

Como nós podemos ampliar pesquisa e desenvolvimento no País se o próprio País investe apenas 1,8% do seu PIB agropecuário em pesquisa e desenvolvimento agrícola? É muito pouco. Em países em desenvolvimento, isso está na faixa de 2%, 3%.

Há que se perguntar também qual tem sido a participação da inciativa privada nos investimentos de pesquisa e desenvolvimento no Brasil. Esse quadro aí mostra no Brasil em relação a países mais avançados: a iniciativa privada participa apenas com 47%. Vejam ali: na China, a empresa privada contribui com 75% dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Então, qual seria o caminho a ser discutido, a ser empreendido? Considero que o caminho é a gente ter uma maior efetividade nas inter-relações dos segmentos da cadeia produtiva; refiro-me ao caso do cacau, aplicável a qualquer outro.

É preciso que a gente tenha uma ampla frente, com Governo Federal, os entes subnacionais, aqui representados por Estados e Municípios, o setor privado e o ambiente produtivo, uma ampla frente para viabilizar ações e mecanismos de promoção da cacauicultura e dos cultivos a ela associados.

Aliás, nesse sentido, a própria Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau, que é quem esmaga toda produção de cacau do País, representada por quatro indústrias, a própria AIPC reconhece que precisa... Ela defende um plano de expansão de cacau, e dobrar, em dez anos, de 200 para 400 mil toneladas, mas a própria AIPC reconhece que a safra é insuficiente hoje – e é, está precisando importar cacau, com os riscos que ele oferece. Aumentar a produção ajuda a cadeia toda. Sim, vai ajudar; mas a própria AIPC reconhece que ninguém fará isso sozinho.

Então, há que se perguntar também o que a iniciativa privada, ligada ao agronegócio de cacau, está fazendo em termos de pesquisa e desenvolvimento, já que ela quer o cacau nas fábricas.

O Governo Federal... E aí o caminho... É preciso que o Governo Federal tenha uma política pública voltada para a cacauicultura – nós não a temos ainda –, que incentive a industrialização, que implemente um vigoroso programa de aumento da produtividade do *stand* nacional nosso e que incentive a expansão de áreas plantadas.

É preciso que o Governo Federal também crie incentivos, se puder, para o financiamento privado, uma espécie de uma Lei Rouanet, em que as empresas privadas poderiam ter incentivos fiscais se investissem em pesquisa e desenvolvimento. E é preciso uma maior efetividade entre as parcerias público-públicas. Quisera que o Governo Federal pudesse aplicar R$1 na pesquisa e desenvolvimento, na inovação tecnológica, e o Estado ou o Município também o fizesse.

Os entes subnacionais, Estados ou Municípios, precisam também assumir a agenda de ciência e tecnologia com programas perenes, e dou dois exemplos aí. No passado, nós tivemos o PAC/Cacau na Bahia; nós tivemos o PAC/Cacau no Pará. Quer dizer, é um documento valioso do ponto de vista didático, mas, na prática, falta-lhe efetividade. Há uma certa volatilidade desses programas; eles não são duradouros. Então, é preciso que eles sejam duradouros e que tenham o aporte de recursos dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

entes subnacionais que têm interesse na cacauicultura nos seus Estados. Nós temos o PAC/Cacau também do Pará.

É preciso que os entes subnacionais estimulem a criação de fundos. E aí eu dou dois exemplos também: no passado, foi criado e instituído o Fundecau, na Bahia, por iniciativa do Governo estadual. E esse recurso do Governo do Estado aportado no Fundecau foi que permitiu à Ceplac iniciar, alavancar, gerar os primeiros conhecimentos sobre a pesquisa da vassoura-de-bruxa na Bahia. Só que o Fundecau parou. É preciso uma reorientação nesse sentido.

Hoje, o que temos vigendo, em vigência, em funcionamento, é o Funcacau-Pará, no Estado do Pará, e, através de uma taxa aplicada, uma taxa de modernização na cacauicultura paraense, é abastecido esse fundo. E esse fundo nos tem permitido também desenvolver alguns projetos de pesquisa em áreas de interesse do cacau nesses Estados.

Por último, o setor privado. O setor privado precisa aumentar os investimentos na pesquisa e inovação. É preciso que haja maior integração e participação do setor privado em redes de pesquisa e desenvolvimento.

E ali a gente faz alguns sinais no sentido de que eles poderiam estar apoiando cursos, apoiando, no nosso caso, as atividades de previsão de safras; programas de capacitação e treinamento de produtores; por que não concessão de bolsas de estímulo à iniciação científica – uma forma até de superar as dificuldades que temos em termos de força de trabalho –; criação de equipamentos com aplicação na cacauicultura; e ações de fomento à produção de sementes e mudas.

Acho que, na medida em que o setor privado se alerte para isso, nós estaremos muito bem recepcionando esses recursos, porque, curiosamente, a despeito de toda dificuldade que a Ceplac tem, eu acho que é a única organização na estrutura do MAPA, da Administração Direta, que tem um fundo próprio. A Ceplac, por decreto, tem um fundo próprio, criado em 1981 pelo Decreto 86.179, que é o Fungecau. Esse Fungecau poderá, sim, recepcionar recursos originários de diferentes fontes, inclusive de doações, sejam nacionais ou internacionais.

E, por último, para finalizar, o ambiente produtivo não poderia estar de fora desse esforço da recuperação da cacauicultura nacional. A exemplo do que já foi comentado aí, do soja *check-off*, que tem uma taxação equivalente a 0,5% do preço de mercado de soja lá nos Estados Unidos, aqui, poder-se-ia fazer algo similar. Mas eu diria que a Bahia toma uma iniciativa muito interessante: os próprios produtores estão em discussão de um fundo próprio voltado para a cacauicultura. E o mais curioso é que, em vez do 0,5%, como está aí para a soja, eles mesmos estão indicando o percentual de 1% para o fundo próprio para cacauicultura, de iniciativa baiana.

Esse 1%, senhores, hoje aplicado ao comércio de cacau lá, na Bahia, daria uma receita de R$10 milhões. Observem que o nosso orçamento é de R$17. Dos R$17 milhões, por volta de R$11, R$12 a gente gasta na pesquisa e inovação; os demais, na transferência da tecnologia e na assistência ao produtor. Então, R$10, R$11 milhões é o nosso custo hoje para desenvolver a pesquisa e inovação na Ceplac. O fundo do produtor, ao valor de hoje, poderá aportar R$10 milhões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Quero agradecer ao Edmir de Almeida Ferraz, Coordenador-Geral de Administração, Finanças, Pesquisas, Extensão e Desenvolvimento da nossa Ceplac.

Eu quero apenas justificar... A Senadora Ana Amélia... Todos os anos, esta Comissão escolhe um tema para, no final do ano, apresentar um relatório e dar essa contribuição. É um relatório crítico do que se precisaria fazer para estimular o setor. Nesse sentido, ela tem ouvido, em audiências públicas, vários setores. Lamentavelmente, eu tive que... Aqui é assim: no Senado, nós somos 81, mas a quantidade de comissões é a mesma da Câmara, que tem 513 Deputados.

Então, a gente fica se revezando: eu saí de uma comissão, porque eu precisava vir aqui para ela abrir a integração Brasil-Argentina.

Mas eu queria fazer uma provocação, e vou inverter – você foi o último a falar, vai ser o primeiro a dizer. Tramita aqui, e é uma discussão... Eu costumo dizer que ela tem um viés ideológico; as pessoas dizem que não. Eu já há algum tempo conheço bem a Embrapa. E aí, Luciano Muzzi... O Luciano é de lá da minha terra. Não é por acaso que eu sugeri para a Ana Amélia que, nessa rodada, se a gente fosse ouvir os pesquisadores, que se lembrasse das suas fundações, que dão uma grande contribuição e que, a meu juízo, são os que estão mais próximos do produtor. Eu sei, não de ouvir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dizer, pelo que eu conheço de lá de Maracaju. Eu conheço a Fundação MS lá desde o início. Alguns engenheiros agrônomos resolveram montar, fizeram, e hoje é, sem dúvida nenhuma, uma fonte de pesquisa natural.

Então, eu queria fazer essa provocação, porque eu entendo que esse dinheiro, esse recurso que falta tem que vir de uma parceria empresarial, mas aqui há essa coisa de você falar nisso e "querem privatizar a Embrapa", como se a Embrapa não pudesse gerar uma receita. Ora, nós geramos pesquisas tão importantes, por que não fazer essa parceria?

Eu queria, com essa provocação, ouvir a opinião de vocês. Isso está sendo gravado, porque será importante também para a Senadora Ana Amélia, quando for fazer o seu relatório final. Assim, não pensar em "olha, vamos acabar com a Embrapa, vai vender a Embrapa". É tornar a Embrapa uma estatal que possa fazer parceria com o setor privado. E que o pesquisador tenha essa liberdade também, ele mesmo, como servidor, de procurar essa parceria, porque senão nós vamos ficar de um lado... Você vê como mudou. Quando eu era menino, para falar que o cara era rico, a expressão lá no Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, era: "O cara é cheio do cacau." Era cheio do dinheiro. Os mais antigos hão de lembrar. Cheio do cacau era o cara que tinha muito dinheiro. E, hoje, o cacau vive essa crise de dinheiro, vamos dizer assim.

Então, essas coisas eu gostaria de, brevemente, ter a opinião de vocês. Aqui nós não podemos falar que temos um caráter ideológico, porque não existe, mas o que vocês pensam disso? O que vocês acham disso? E nós temos presente aqui na mesa o Dr. Florindo Dalberto, que é, sem dúvida nenhuma, uma personalidade com muita experiência. O Cleber eu conheço também, veio do Mato Grosso do Sul, da Embrapa de lá. E eu acho que, a meu juízo, eu, Senador Moka, nós vamos votar, nós vamos enfrentar isso aqui.

E vai haver – pode ter certeza – uma reação, todo um corporativismo, porque as pessoas entendem que "ah, estão querendo privatizar", quando na verdade é você dar liberdade para que... Liberdade que já existe entre aspas na Embrapa. Mas abrir a Embrapa para que possa realmente ser uma estatal e ter... Porque, se você olhar o quadro da Embrapa, a quantidade de PhD, de gente que conhece, de estudiosos que poderiam gerar realmente pesquisas, se tivessem investimento... Porque hoje você fala em grandes investimentos nessa crise econômica que vai levar ainda algum tempo para a gente sair no Brasil, é difícil. Você pode brigar por um pouco mais e tal, mas eu acho que a iniciativa privada podia cumprir esse papel neste momento.

Eu começo ouvindo, então, o Dr. Edmir; logo em seguida, o Luciano, o Cleber e, por último, quem falou em primeiro lugar, o Dr. Florindo. Aí, tem cinco minutos, vamos dizer assim, para você dizer o que você pensa disso.

O SR. EDMIR CELESTINO DE ALMEIDA FERRAZ – Bom, eu tentei falar isso. É inevitável a participação da iniciativa privada no financiamento, nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Aliás, essa é uma prática, como eu comentei há pouco, nos países de vanguarda. A participação da iniciativa privada, como exemplo, acontece lá na China e é bastante expressiva, o que não acontece aqui no Brasil na mesma proporção.

A gente esperar também que o desenvolvimento tecnológico, a inovação seja da exclusiva iniciativa do Poder Público federal também é uma, eu diria, injustiça com o Governo. Eu acho que todos ganham com a pesquisa e o desenvolvimento, ganham com o desenvolvimento do produto, o Estado e o Município. Um Estado que tenha a cacauicultura pujante vai ganhar em ICMS, vai ganhar em termos de empregabilidade. Aliás, diga-se de passagem, que a cacauicultura se destaca não só pela sua vocação ambiental, porque amigável com o meio ambiente, mas como grande demandadora de mão de obra, apesar de a gente estar trabalhando também, e não poderia ser diferente, na questão da mecanização, sobretudo em áreas mais apropriadas para isso.

Então, ao desenvolver tecnicamente a lavoura, todos ganham – Estados, Municípios, Governo Federal, a iniciativa privada, que se beneficia da matéria-prima para produzir seus derivados. Então, não há por que a gente excluir a participação efetiva do setor privado. E é como bem disse naquele eslaide que eu mostrei: a AIPC mesma reconhece lá que hoje não tem cacau. A capacidade de processamento...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu queria que o senhor se referisse especificamente à Embrapa, que é o projeto que nós vamos enfrentar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. EDMIR CELESTINO DE ALMEIDA FERRAZ – Ah, sim. A EmbrapaTec, o trabalho, a proposta é excelente, foi apresentada pelo Cleber, e eu diria que não tenho o que opor, ou apor, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Obrigado.

Dr. Luciano Muzzi Mendes.

O SR. LUCIANO MUZZI MENDES – Senador Moka, é uma grata satisfação poder estar aqui hoje, neste momento, representando a Fundação. Eu acredito que talvez esse modelo nosso seja o modelo também de outras fundações que estão esparramadas por esse Brasil afora.

Com relação à colocação do senhor, eu não tenho dúvida. A parceria entre as empresas ou a parte privada junto com a Embrapa é primordial para o desenvolvimento da pesquisa, da inovação e da tecnologia. Não tem outro caminho. Não tem como o recurso público competir com o recurso privado. São inúmeras outras prioridades que o recurso público tem. E o que vai acontecer é que, no momento de crise, como o senhor falou, podemos aumentar um pouco, mas não vamos ter disponibilidade de recursos para que a gente possa efetivamente realizar a pesquisa de tal forma que a gente possa colocar a produção no modelo que a demanda mundial vai exigir ao longo desses anos.

Eu tive a oportunidade, recentemente, de conversar com o CEO mundial da Syngenta. É impressionante o volume de recursos que eles falam de investimento em pesquisa. Então, não dá para a gente competir com isso se a gente não fizer... E eu acho que a Embrapa tem um *know-how* fantástico, incrível, para que a gente possa aproveitar esses recursos e, aí, de novo, atingir quem tem que ser atingido, que é o produtor, que é a sociedade. O reflexo da pesquisa, da ciência na produção, com certeza, vai atingir a sociedade como um todo.

Acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Obrigado, Dr. Luciano.

Eu queria dizer ainda, acrescentar que eu vi isso acontecer com a antiga Empaer, no meu Estado. Antigamente, havia a Embrater, que era uma empresa enorme de extensão rural e, em Campo Grande, era uma empresa que ficou ali, uma empresa que tinha uma cabeça grande, mas que tinha os membros raquíticos. Você ia para os Municípios e não encontrava nenhum técnico agrícola, só a figura do extensionista. E o pessoal se concentrando sempre na capital.

Eu acho que é fundamental que o pesquisador, que o agrônomo vá até... Porque, lá no Mato Grosso do Sul, de onde eu venho, nós temos a figura da Agraer. Então, a Embrapa tem que produzir a pesquisa, mas o pessoal da Agraer, sobretudo para o pequeno agricultor, tem que levar aquilo ali lá na ponta, porque senão não adianta. Você gera conhecimento, mas esse conhecimento não chega, porque o grande produtor vai ter acesso de qualquer jeito, mas o pequeno produtor só terá acesso se for através de uma empresa de extensão rural.

Então, eu queria incluir mais isso, Cleber, nesse comentário, para que a gente pudesse encerrar esta audiência pública, além do Dr. Florindo, naturalmente.

O SR. CLEBER DE OLIVEIRA SOARES – Muito obrigado, Senador Moka.

Sobre esse debate em relação ao novo modelo da EmbrapaTec, que nada mais é que uma subsidiária integral vinculada à Embrapa, que tem o propósito de levarmos, por meio de parcerias privadas, por meio de um arranjo do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, por meio das próprias OEPAs e das fundações, tecnologia de ponta a o produtor rural. No cenário atual em que nós vivemos e com as perspectivas futuras, dificilmente teremos recursos públicos em detrimento da saúde, da segurança, da educação, para investir em ciência e tecnologia.

Seria ilusório nós pensarmos isso. Então nós temos de buscar novos meios, novos mecanismos, e o projeto de lei da EmbrapaTec visa exatamente promover essa inovação para o campo, por meio de um novo modelo de negócio.

As instituições de pesquisa no Brasil, mesmo as fundações, não têm condições, não têm pernas para poder terminar um produto, para ter um saco final, para ter um produto acabado na prateleira, como uma vacina, um inoculante. Nós precisamos fazer o escalonamento, precisamos fazer o acabamento dessa tecnologia, e a iniciativa privada está aí para isso. E a EmbrapaTec pode ser, e acreditamos que vá ser, o braço tecnológico não só da Embrapa, mas do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, que vai levar, junto com a iniciativa privada, isso para a ponta, de forma que os dividendos advindos dessa negociação retornem para a própria pesquisa. No modelo público que nós temos hoje isso não é possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quando nós vendemos ou arrecadamos *royalties*, ou vendemos um produto em qualquer uma das instituições, sejam públicas, federais ou estaduais, esse recurso cai na fonte do Tesouro, cai de novo na fonte 250, e nós não conseguimos operar. Então isso dificulta muito. Esse modelo da EmbrapaTec visa exatamente dar celeridade e oxigenar o retorno do investimento na pesquisa pública, para que continuemos avançando.

Para os senhores terem uma ideia, para fazermos um descontingenciamento e colocarmos uma cultivar de soja no mercado, hoje, são US$2 bilhões. Qual instituição pública no Brasil tem esse recurso? Ninguém tem. Se nós não contarmos com a iniciativa privada, com esse modelo de negócio de trazer retorno para o produtor e para a cadeia, nós não vamos avançar.

Essa é a posição da empresa e esperamos em breve, Senador, com o apoio de V. Exª e desta Comissão, aprovar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Meu apoio vocês sempre tiveram e vão sempre ter. Eu estou só aproveitando – não estou estabelecendo um debate – porque eu quero que a Senadora Relatora, Ana Amélia, conheça essa posição. O que, certamente ela faria, finalmente, se aqui estivesse.

Por último...

O SR. LUCIANO MUZZI MENDES – Senador, eu queria passar uma informação. Num trabalho recente encomendado pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) para a MBAgro eles queriam medir o retorno financeiro do investimento em ciência e tecnologia, e a MBAgro chegou à conclusão de que para cada R$1 investido em ciência e tecnologia retornam R$10 no setor agro. Então, nós estamos discutindo um retorno de investimento que é incrível perante o tamanho do investimento. Só que nós precisamos ter o recurso para investir.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Pois é. Só para vocês saberem, hoje de manhã nós tivemos uma audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, que também está com o mesmo problema, e o mundo não vai parar. Quer dizer, se nós não tivermos recurso para a pesquisa, para a inovação, daqui a cinco, dez anos, nós estaremos completamente desatualizados. E isso vai criar um problema muito grande.

Nós só ocupamos essa posição de liderança na produção de alimentos, primeiro, pela posição geográfica e pelo País abençoado que nós temos, em que você consegue colher três safras por ano com tranquilidade. Mas a pesquisa não vai, ela vai continuar, e se nós não investirmos maciçamente nessa pesquisa nós vamos ficar achando que o mundo vai parar, e não vai parar. E cada vez mais vai-se exigir investimento de dinheiro em pesquisa.

Todo ano, na LDO, eu tenho de colocar uma emenda proibindo que se contingencie dinheiro para a vigilância sanitária. Todo ano eu faço isso, porque de que adianta você ter dinheiro para a vigilância sanitária depois que entrou a doença, a febre aftosa, a ferrugem? Então, são coisas com as quais eu acho que nós temos de nos preocupar. E eu acho que, com esta Mesa rica aqui, é uma grande oportunidade de colher opiniões que certamente a Senadora Ana Amélia levará em conta na hora de fazer o seu relatório.

Com a palavra o Dr. Florindo Dalberto.

O SR. FLORINDO DALBERTO – Obrigado, Senador Moka.

Senador Moka, o senhor coloca uma questão que realmente é transcendental para o tema que estamos tratando aqui. Os estudiosos da inovação – e aqui há um deles, o Dr. Flavio Avila, um dos maiores estudiosos da pesquisa em seu aspecto econômico – entendem a inovação como sendo um processo de mudança baseado na geração, no uso, na apropriação do conhecimento em qualquer forma que estiver aplicado ao setor produtivo, e gerando riqueza. Bom, isso é um conceito econômico, não é, Flavio? Corrija-me se eu estiver errado. Isso é um conceito econômico. Ou seja, pesquisa é um produto de valor, não é verdade? Quando se investe em pesquisa, investe-se para obter um retorno.

Então, vem a segunda vertente. Eu, coitadinho, falar isso na presença do Flavio Avila... Pesquisa pública e pesquisa privada. A pesquisa pública está voltada para ter um lucro, sim: lucro social. Ela tem de ser difundida de forma aberta. A pesquisa privada tem, obviamente, uma apropriação privada, porque foi investido. A Syngenta, de que o Luciano falou, assim como todas as grandes empresas, investe na obtenção de uma molécula de produto, investe milhões de dólares, bilhões às vezes, e, obviamente, quer ter o retorno. Então nós temos aqui várias coisas – inovação, pesquisa pública, pesquisa privada, pesquisa de produto e pesquisa de processo; tecnologia de produto e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tecnologia de processo. São coisas que estão no mundo, e nós entidades públicas, neste ambiente aqui, temos de nos haver com essas questões, até para saber qual deve ser a nossa postura como entidades públicas nesse ambiente em que, como o senhor mesmo falou, certíssimo, corretíssimo, é preciso ampliar os valores a serem investidos, e sem concorrer com outros setores, também, como a educação, a segurança, a saúde e tudo o mais. São questões aparentemente simples, mas são complexas, não é, Senador?

Então eu acho que temos de realmente colocar a inteligência que nós temos hoje... As nossas instituições públicas vão ter de também participar desse mercado de tecnologia, de alguma forma. Temos apenas de encontrar as formas adequadas. Então, todas as entidades – a Embrapa com a EmbrapaTec, nós nos órgãos estaduais de pesquisa... O Orlando não está aqui agora... Ah, está lá o Orlando, de São Paulo. Todos os institutos de São Paulo criaram o NIT (Núcleo de Inovação Tecnológica), que é exatamente nessa linha.

Como é que nós vamos entrar nesse mercado de tecnologia, mas mantendo a nossa postura de entidade pública? Porque também nós temos a missão de gerar um lucro social, ou seja, agricultura, ciência e tecnologia promovendo desenvolvimento regional, provendo inserção produtiva, promovendo inclusão social – existe tudo isso e uma complexidade, não é verdade?

Agora, Senador, muitas dessas coisas que o senhor falou aí já existem. Por exemplo: "Olha, por que não poderia um pesquisador da Embrapa ou do IAC ou da Epamig, que tem uma linha de pesquisa extraordinariamente boa, ir lá numa empresa, ou ele ter... Caramba, isso já existe na Lei de Inovação, já existe no Marco Legal de Ciência e Tecnologia! Só que neste País, Senador – o senhor sabe muito bem disso –, existe lei que pega e lei que não pega, não é verdade? Porque essas coisas... Se nós formos fazer lá no Estado do Paraná algo disso – "Vou colocar meu pesquisador porque existe uma Lei de Inovação" –, o Tribunal de Contas, o meio, a coisa vai me impedir de todas as formas.

Então, há coisas que nós temos de conquistar. Está na lei, já, mas além da lei nós temos de conquistar. Nós, quem? As instituições, que têm de se modernizar, que têm de ser ousadas cada vez mais, para poderem realmente se transformar, se repensar e superar esses obstáculos todos que temos hoje, que é como o companheiro do Ceplac falou. O que ele fala lá eu posso falar do Iapar, certamente o Cleber pode falar da Embrapa, que é: não há gente, não há recurso, está diminuindo, os caras estão em abono permanência, e diminuiu de 47 milhões para 17 milhões. São as realidades com as quais lidamos hoje. Mas eu acho que nós temos de ousar, experimentar.

Eu acho que a Embrapa está certíssima em passar aqui a lei da EmbrapaTec. A única coisa que eu critico ali, que eu falei com o Presidente Maurício há muito tempo, nós das OEPAs que estamos aqui, é que nós queríamos que a EmbrapaTec não fosse a EmbrapaTec; que ela fosse a AgriTec, para ser da Embrapa, do Iapar, da Epamig, para nós sermos criadores, juntos, dessa iniciativa. Acho que é uma coisa que está na linha de refundar e revolucionar a pesquisa, a ciência e a tecnologia deste País, visando aquilo que o senhor falou: se nós não colocarmos a inteligência hoje para recriar, criar coisas e buscar coisas novas, daqui a pouquíssimo tempo vamos estar descalços, defasados, num mundo que está correndo – nós competidores no mercado de alimento, de mercado de... Estão andando e a passos rapidíssimos.

Nós não estamos nem internacionalizados, ainda. A nossa pesquisa está ainda muito intramuros. O Brasil precisa fazer outra revolução, como fez na década de 70. O senhor não estava aqui, mas eu apresentei a revolução que o Brasil fez para tirar o País de um importador líquido de alimentos, de ter uma agricultura pobre, de cabo de enxada, para ter a agricultura que nós temos hoje – no seu Estado, no meu Estado, aonde quer que se vá existe uma agricultura operando. Claro, temos os 80% de agricultores pobres, vamos incluir esse pessoal todo. Mas a agricultura que produz, que exporta, que está no mercado, está dando passos.

Então, nós temos esse conjunto de desafios, Senador, mas há muita coisa em que nós precisamos realmente ousar e inovar do ponto de vista das nossas instituições de pesquisa: a gente saber interagir com o setor privado, romper os grilhões da burocracia, que nos amarra, mas tendo, sim, a base legal para isso. Então, a EmbrapaTec podia ser a AgriTec. O Iapar, que é o meu órgão, certamente o Werneck lá da Epamig queria ser sócio fundador, para entrar nesse mercado junto, porque vai ser algo que estará rompendo coisas convencionais, e nós estamos buscando um mundo novo institucional, um mundo novo das entidades públicas, mas mantendo as missões de entidades públicas que nós precisamos ter, porque a pesquisa, a ciência e a tecnologia precisam também ter outros papéis que não apenas o de gerar lucro, como ter produtos, claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Veja bem: a pesquisa pública não trabalha em quatro grandes setores que, para alguns leigos, aí, que falam "não, isso é agricultura moderna", é o quê? O que é agricultura moderna lá para o seu Estado? Máquina? Máquina grandona, de preferência, aquela cada vez mais sofisticada?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLORINDO DALBERTO – Máquina, veneno, agrotóxico, defensivos, seja lá o que for... A pesquisa pública não trabalha com isso. A Syngenta trabalha, porque, para isso, precisa investir US$1 bilhão numa molécula nova.

Máquina, veneno, fertilizante – com o que trabalhamos pouco também – e semente, sendo que nós estamos saindo dela. Por quê? Porque é aquilo que o Presidente Maurício sempre fala: a pesquisa pública tem um outro papel também. Ela serve como um limpa-trilhos: ela abre caminhos. Há 40 anos, quem falava em semente melhorada neste País? Nossa agricultura era pobre, tecnologicamente. O setor público montou a tecnologia da semente, o melhoramento, etc., porque hoje a Fundação pode pegar, lá – porque eles trabalham com material tal –, e tocar o barco, porque eles têm o respaldo, têm a base. Então, a pesquisa pública foi o limpa-trilhos – o Maurício sempre usa essa expressão, inclusive –, abriu o mercado para o setor privado poder entrar.

Se o pessoal pode entrar em muita coisa de semente, aí, qual o novo papel do setor público? Acaba o papel? Não, porque nós não podemos ter dependência tecnológica, nós não podemos ter dependência de valor. Nós precisamos ser um poder moderador. Então, o Iapar mantém pesquisa em melhoramento genético. Nós temos 200 variedades. O IAC tem quantas variedades lançadas? Mil e quantas, Orlando?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLORINDO DALBERTO – São 1.300.

Setor público. Variedade que, hoje, tem valor de mercado.

As nossas variedades, hoje, licenciadas... Nós estamos licenciando. Nós temos a Fundação Meridional lá, que tem 36 produtores de sementes, pequenas empresas de sementes, que se apropriam do nosso material, da Embrapa, de todos, do IAC, inclusive, e que é a sua matéria-prima. Então, nós ganhamos, eles também estão ganhando, o mercado está sendo suprido e atendido.

Gente, há que se fazer essa revolução institucional de modernização no setor de pesquisa pública agrícola brasileiro, e há que se fazer rapidamente, caso contrário nós vamos perder o *time*, até porque o que está acontecendo lá na Ceplac, de não ter mais gente, estar indo embora e tal, está acontecendo no IAC, na Embrapa, no Iapar, na Epamig, em todos nós aqui. E hoje em dia abriu um concurso... Eu falei: "O quê? Nós estamos competindo com o quê?" Com o orçamento, que está defasado.

Então, nós temos que realmente fazer uma nova revolução, como o Brasil fez na década de 70, que preparou o País para ser um *player* mundial na agricultura. Nós precisamos "repreparar" o País, para continuar sendo um *player* mundial na agricultura do século XXI, que é a agricultura baseada em ciência, tecnologia, conhecimento e inovação. E não vai ter para ninguém se não for assim. Não vai ter para mais ninguém.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Bom, eu, antes de encerrar a audiência pública, quero dizer que também penso que nós temos que ter lucro. O setor privado vai querer certamente investir, para ter lucro, mas tem que haver também a pesquisa pública, que é o lado social. E nós não podemos abrir mão disso.

Nós temos que ter um projeto e temos que ter muito claro, ao votar o projeto, que você tem que ter o espaço do setor privado, mas você não pode abrir mão do lucro social, porque aí você está abrindo mão de comunidades e de pessoas que dificilmente terão acesso, se não for através da pesquisa pública.

Então, eu quero dizer que, para mim, ficou muito clara aqui a posição.

Eu agradeço, em nome da Senadora Ana Amélia, a participação do Dr. Luciano, do Dr. Edmir, do Dr. Kleber, do Dr. Florindo, dizendo que vocês vão ver, no relatório final, o relatório da Senadora Ana Amélia – que, na minha opinião, é uma das Senadoras mais atuantes e diligentes –, que ela vai fazer um relatório contemplando tudo isso para o que hoje, aqui, vocês vieram e deram essa valorosa contribuição, para a agricultura brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Muitíssimo obrigado.
Está encerrada a audiência pública.

(*Iniciada às 14 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.151015/2017-63

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 22ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 30 DE AGOSTO DE 2017.

Às quatorze horas e onze minutos do dia trinta de agosto de dois mil e dezessete, na Sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Dário Berger, Romero Jucá, Paulo Rocha, Paulo Paim, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, José Medeiros, Ana Amélia, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Pedro Chaves, Eduardo Lopes, Vicentinho Alves, Wilder Morais, Sérgio Petecão, Hélio José e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Acir Gurgacz e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 26, de 2017, de sua autoria, destinada a debater o Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018, com a participação do Sr. Antonio Luiz Machado de Moraes - Diretor Substituto do Departamento de Crédito e Estudos Econômicos da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. Bruno Lucchi - Superintendente Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Após a apresentação dos senhores expositores, os Senadores Ivo Cassol e Pedro Chaves fazem uso da palavra. O Sr. Presidente, Senador Ivo Cassol, comunica o encaminhamento do Ofício nº 128/2017-SACRA, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, ao Excelentíssimo Senhor Michel Temer, Presidente da República Federativa do Brasil, solicitando que considere a possibilidade de rever a política de importação de lácteos vigente no País, principalmente do Uruguai, com o estabelecimento de medidas que protejam o produtor brasileiro, o qual é imprescindível para a geração de trabalho e renda em nosso território; como também comunica que será encaminhado ofício de mesmo teor ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. O Sr. Presidente parabeniza o empresário Wilson Peixeiro pela implantação da fábrica de rações na cidade de Ariquemes, no estado de Rondônia. O Sr. Presidente solicita à secretaria da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária que seja apresentado requerimento convidando o Secretário de Aquicultura e Pesca do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços para, em audiência pública, debater sobre a regularização das emissões de licenças para a pesca, o transporte e a comercialização do pescado em território brasileiro. Em seguida, a Presidência procede à leitura de manifestação popular acerca dos Fundos Constitucionais de Financiamento FCO, FNO e FNE, solicitando que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária possa interceder, junto ao Banco da Amazônia (BASA), para a suspensão da cobrança da taxa de análise de 1 por cento como também da taxa de avaliação de 1 por cento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 23ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 12 DE SETEMBRO DE 2017.

Às onze horas e trinta um minutos do dia doze de setembro de dois mil e dezessete, na Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol e do Senador Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Dário Berger, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Paulo Paim, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, Ana Amélia, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Telmário Mota, Pedro Chaves, Ataídes Oliveira, José Pimentel e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer e Lúcia Vânia. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 17/2017, de autoria do Senador Wellington Fagundes, destinada a debater a descentralização de empreendimentos no setor frigorífico de carne, com a participação do Sr. Jorge Antônio Pires de Miranda - Presidente do Sindicato Rural de Cuiabá (MT); Sr. Tadeu Paulo Billincanta - Vice-Presidente do Sindicato das Indústrias de Frigoríficos do Estado de Mato Grosso (SINDIFRIGO); Sr. Artur Yabe Milanez - Gerente da Área de Indústria e Serviços do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Sr. José de Assis Guaresqui - Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Mato Grosso (SFA/MT). Sr. Luís Eduardo Pacifici Rangel - Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Após a apresentação dos senhores expositores, os Senadores Wellington Fagundes e Ivo Cassol e o Deputado Luiz Claudio (PR/RO) fazem uso da palavra. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, em sua manifestação, solicita ao BNDES e ao MAPA que apenas sejam liberadas as Plantas que tenham origem, patrimônio e segurança para quem adquire, comercializa e vende; e, ainda, manifesta sobre a embalagem tipo longa vida para o leite sob o monopólio da empresa multinacional Tetra Pak, que chega a ser mais cara que o leite. A Comissão aprova extrapauta os seguintes requerimentos: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 28, de 2017 – EMENTA: Requer a realização de Seminário do Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) na Cidade de Alta Floresta, Estado de Rondônia, para debater a Indústria e a Lavoura Cafeeira no Brasil, com a presença do Senhor Blairo Maggi, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Autoria: Senador Ivo Cassol. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 2: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 29, de 2017 – EMENTA: Requer a realização de Audiência Pública para debater os desafios à regularização das emissões de licenças para a pesca, o transporte e a comercialização do pescado em território brasileiro. Autoria: Senador Ivo Cassol. A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 3: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 30, de 2017 – EMENTA: Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de analisar a possibilidade de rever a política de importação de lácteos, especialmente leite em pó, uma vez que tem prejudicado a pecuária leiteira brasileira. Autoria: Senador Ivo Cassol. A Comissão aprova o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e onze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/09/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública com a finalidade de debater e descentralizar os empreendimentos do setor frigorifico de carne, em cumprimento ao Requerimento nº 17, de 2017-CRA, de autoria do Senador Wellington.

Quero cumprimentar o Senador Wellington Fagundes e também os nossos convidados.

Eu quero pedir desculpas aos assessores, aos nossos convidados, à nossa equipe e a quem está nos assistindo, porque nós mudamos o horário da Comissão da Agricultura, que era às quartas-feiras à tarde, para a terça-feira às 11h da manhã. Ocorre que, nesse mesmo horário, coincidiu de estar sendo realizada uma audiência da Comissão de Infraestrutura com a presença do Ministro também do vosso Partido, Senador Wellington. Portanto, nós entendemos e compreendemos a sua situação. Como Senadores, não podemos colocar um substituto; tem que comparecer nós próprios. Portanto, eu entendo o atraso que houve, mas agradeço sempre essa parceria e consideração que V. Exª sempre teve com esta Comissão também.

Convido para fazer parte da Mesa o Sr. Luís Eduardo Pacifici Rangel, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura.

É uma alegria tê-lo aqui junto com a gente. Seja bem-vindo! Leve um abraço... Nós estivemos ontem com o nosso Ministro Blairo Maggi, à noite, juntamente com a minha esposa, Ivone, e também com a esposa dele, Terezinha, em seu apartamento – somos vizinhos. E eu quero aqui, de público, mais uma vez parabenizar o nosso Ministro Blairo Maggi, que é um grande empreendedor. E, quando eu falo em empreendedor, é porque é disso que a gente precisa em quem nos representa no Ministério. Ele tem que ser um grande empreendedor para poder levar sua credibilidade pessoal para a vida pública. E ele tem feito isso.

Até brinquei com ele ontem: Ele dorme um dia em um no lugar e acorda em outro país, com horário de 10,12 horas de diferença. Não é fácil! Para nós que vamos para Rondônia e voltamos já é um saco estarmos no avião direto, toda semana. Imagine quem tem que nos representar o tempo inteiro, viajando pelo mundo afora, para colocar especialmente a nossa carne, que é o tema que vamos debater aqui hoje.

Então, leve o nosso abraço.

Quero cumprimentar também e convidar para a Mesa o Sr. José de Assis Guaresqui, Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Mato Grosso. Também do Estado do nosso parceiro Blairo Maggi.

Convido o Sr. Artur Yabe Milanez, Gerente da Área de Indústria e Serviço do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para também para fazer parte aqui da Mesa.

Convido o Sr. Jorge Antonio Pires de Miranda, Presidente do Sindicato Rural de Cuiabá, cidade também do nosso grande amigo e parceiro, Blairo Maggi.

Fiquem à vontade. Cada um está com as suas respectivas placas aqui para vocês se poderem se orientar aos seus locais.

Sejam bem-vindos os nossos convidados!

Convido o Sr. Lindomar Correa Rodrigues, Médico Veterinário, Secretário Executivo da Associação Mato-grossense (Amav)...

Está presente? (*Pausa.*)

Não chegou ainda.

E convido o Sr. Paulo Tadeu Billincanta, Sindicato das Indústrias de Frigoríficos do Estado de Mato Grosso (Sindifrigo).

Eu queria, antes, aprovar aqui os nossos requerimentos.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 28, de 2017

- Não terminativo -

Requer a realização de Seminário do Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) na Cidade de Alta Floresta, Estado de Rondônia, para debater a Indústria e a Lavoura Cafeeira no Brasil, com a presença do Senhor Blairo Maggi, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Autoria: Senador Ivo Cassol.

Espero que, nessa data, o Ministro possa nos prestigiar com a sua presença. Se, porventura, não puder, que a nossa equipe aqui aproveite e faça o convite para o nosso Ministro substituto, o Coronel Novacki, que sempre tem representado o Ministro Blairo Maggi com muita competência, com muita eficiência, e, com certeza, também o fará nessa reunião conjunta com a Comissão de Agricultura comandada pelo nosso Deputado Luiz Cláudio, no dia 13 de outubro, após o feriado, na cidade de Alta Floresta.

Para quem não sabe, o Município de Alta Floresta é um dos maiores produtores de feijão do Brasil. Além disso, nós temos ali uma produção de café extraordinária. Hoje, nós não temos mais a quantidade, mas a qualidade dos cafezais. É o café clonal, que foi implantado no Estado de Rondônia, na minha época como Governador do Estado, pelo Deputado Luiz Cláudio e também pelo grande ex-deputado federal e ex-prefeito de Ouro Preto, ex-secretário de agricultura do meu governo, Carlos Magno, que se faz presente junto com a gente aqui, um grande parceiro nosso, um companheiro de todas as horas, que sempre defendeu – e continua defendendo – não só na cidade de Ouro Preto, mas em todo o Estado de Rondônia, especialmente, as plantações de café. A cidade de Ouro Preto é também conhecida como a cidade do cacau.

Portanto, Carlos Magno, é uma alegria tê-lo aqui com a gente, e, com certeza, poderá participar junto com a gente dessa audiência, nessa data, lá no nosso Estado de Rondônia, na cidade de Alta Floresta.

Também quero comunicar a quem está nos assistindo, Senador Wellington, que eu evito marcar essas audiências fora por uma questão de contenção de despesas, porque tanto o Executivo está cortando gastos, cortando recursos, como também as Comissões do Senado. Porém, como já está marcada essa audiência juntamente com a Câmara dos Deputados, nós vamos realizá-la.

Já determinei ao nosso Secretário responsável, o Sr. Marcelo, que cuida aqui da CRA, que só serão levadas duas pessoas aqui da Comissão por uma questão de contenção de despesas. E digo isso porque não são apenas as passagens aéreas; são as diárias etc. Tudo isso é despesa. Então, só duas pessoas irão lá. A minha equipe, que me assessora no Estado de Rondônia, vai contribuir com a Secretaria.

Também pedi ao Sr. Marcelo que entrasse em contato com o diretor responsável para autorizar a transmissão da audiência ao vivo no dia e que também, no caso, só vá o cinegrafista necessário, sem o apresentador. Nós vamos também colocar um apresentador do Estado de Rondônia, tudo isso por uma questão de controle e contenção de gastos, para poder facilitar a vida de todo mundo.

Então, é importante você passar...

Temos também o Requerimento nº 29.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 29, de 2017

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para debater os desafios à regularização das emissões de licenças para a pesca, o transporte e a comercialização do pescado em território brasileiro, com a presença do seguinte convidado:

- Sr. Dayvson Franklin de Souza, Secretário de Aquicultura e Pesca do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Autoria: Senador Ivo Cassol.

Quero dizer que reclamei, na semana retrasada, aqui, e ao mesmo tempo dizer que a Secretaria da Pesca, em nome do Secretário, já cobrou da sua equipe. A equipe do Ministério já colocou o time em campo e a Secretaria de Pesca, a Diretoria de Pesca, a Superintendência em cada Estado e, no caso do Estado de Rondônia, já se está emitindo a licença ou a renovação de licença.

Então, fico feliz com isso, porque a resposta precisa ser imediata, porque o pescado tem que ser retirado na hora. É como vamos debater aqui a carne: o boi, quando chega no ponto, se você não embarcar, especificamente o de confinamento, dá prejuízo para todos os lados. Enquanto está no pasto, ainda se pode enrolar; mas, quando está no confinamento, não tem jeito. É a mesma coisa é com o frango ou com o porco: quando se está colocando ele em confinamento – o frango também está confinado –, se, por acaso, não se abater no dia certo, começa a dar prejuízo. Então, não é diferente com o peixe também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quero agradecer ao Secretário da Aquicultura e Pesa do Ministério, Sr. Dayvson Franklin – não me recordo do chefe de gabinete que me atendeu – e à equipe de Rondônia, porque as licenças já estão sendo emitidas.

Meus parabéns, obrigado pela rapidez.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 30, de 2017

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de analisar a possibilidade de rever a política de importação de lácteos, especialmente leite em pó, uma vez que tem prejudicado a pecuária leiteira brasileira.

Autoria: Senador Ivo Cassol.

Em votação o requerimento.

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos para a audiência pública requerida pelo nosso companheiro, Senador Wellington Fagundes.

Com a palavra S. Exª para podermos abrir aqui e, depois, passarmos para os nossos convidados para debaterem a situação da carne.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, Senador Ivo Cassol, eu quero aqui a presença de todos os convidados que estiveram, que fizeram questão de estar aqui conosco. Vou tentar ser rápido também até para dar o espaço para que todos eles possam expor.

Segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, de janeiro a agosto deste ano, o Brasil exportou em carnes R$9.892 bilhões. Em ordem descrente as maiores participações em valor são: carne de frango, boi e suíno. Em 2016, no ano inteiro, foram R$13.920 bilhões e todos os anos dessa década têm sido assim. As exportações de carne a cada ano atingem entre R$13 bilhões a R$16 bilhões.

O agronegócio brasileiro é um colosso, somos um dos maiores exportadores mundiais e o meu Estado, o Mato Grosso, é particularmente relevante, como sabemos, nesse setor da economia que tanto tem contribuído para o desenvolvimento econômico e social do País e também, claro, para a sustentação do financiamento da nossa balança comercial. Por isso, o Brasil não mais se pode dar ao luxo de ser negligente com a nossa agropecuária, com o nosso agronegócio nem tratar a esse setor com falta de profissionalismo.

Um problema sério que tem se intensificado no País nos últimos anos é o motivo de estarmos aqui reunidos em audiência pública que é a excessiva concentração industrial verificada na indústria frigorífica que engloba as empresas que compram a carne dos produtores rurais e depois a processam, a embalam e a direcionam ao mercado consumidor tanto para o consumo interno também como como para a exportação.

Tivemos, inclusive, uma decisão essa semana de um juiz para reabri um frigorífico, que também por estratégias de mercado, a empresa JBS havia fechado.

A existência no setor a existência no setor de muitos produtores de carne, pequenos, médios, grandes granjas e fazendas e muitos poucos, melhor dizendo, pouquíssimos compradores de carne, os frigoríficos, levam a uma falha de mercado que na literatura especializada da ciência econômica se chama oligopsônio. Muitos vendedores de carne e pouquíssimos compradores. Por que é a falha do mercado? É a falha do mercado porque o oligopsônio facilita os compradores de carne que são muito poucos combinarem entre si porque compram a carne dos produtores que são muitos deles. Estes, por isso, ficam à mercê daqueles que estão comprando dessa forma concentrada. Conseguem por esse motivo, os frigoríficos, comprar a carne por preços abusivamente baixos. Com isso, há uma transferência da margem de lucro dos produtores em favor dos frigoríficos e aqui nós vamos falar só em preço, não. Vou deixar até para vocês falarem porque há outras tantas consequências disso.

Por sua vez, isso desestimula a produção da carne, desestimula a melhoria técnica da criação do gado bovino, suíno e das aves por falta de recursos e, por consequência, resultam em desincentivo ao aumento da produção, aumento que redundaria em mais quantidade de carne a ser vendida ao consumidor interno e em maior volume para exportação. Além do mais, a concentração industrial em poucos e enormes frigoríficos tem resultado no fechamento de plantas fabris de menor porte em vários municípios brasileiros e a sua concentração em médias e grandes cidades na região

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sudeste, em especial no Estado de São Paulo. Assim, cai o nível de emprego que a atividade gerava no interior do Brasil levando a maiores desequilíbrios regionais de desenvolvimento que é um problema sério em nosso País.

Como sabemos, a política que tem sido seguida nos últimos anos foi no sentido de financiar a juros subsidiados a aquisição de frigoríficos pequenos e médios por grandes empresas de processamento de carnes. O caso mais notório de grandes empresas beneficiadas pelas políticas de empréstimo subsidiado pelo Governo é o caso da JBS.

Em breves em breves palavras, Sr. Presidente, o nosso banco de desenvolvimento, BNDES, concedia dinheiro público repassado pelo Tesouro Nacional ou dinheiro advindo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT que, como o nome já diz, pertence aos trabalhadores brasileiros. Conceder empréstimos a juros subsidiários para grandes frigoríficos acabou por prejudicar a rentabilidade dos produtores rurais e por causar o fechamento de postos de trabalho existentes em vários pequenos e médios Municípios do interior do Brasil.

Para obtermos mais dados sobre a real situação e encontrarmos soluções eficazes para essa grande falha do setor frigorífico de carnes ouviremos com muita atenção os representantes das diversas entidades envolvidas e, claro, o nosso objetivo aqui é exatamente para que vocês que vivem o dia a dia, conhecem a realidade possam estar nos subsidiando. Agora mesmo nós estamos aqui com duas CPIs montadas que vão acabar tendo reflexo diretamente, a do BNDES e a da JBS, mas nós não queremos criar mais crise, nós precisamos é solucionar o problema do País. Nós temos hoje uma capacidade de produção com altos níveis de produtividade. Agora mesmo acabei de voltar, já estive lá, voltei agora, da Rússia, estivemos inclusive com o Rangel da outra vez, o mercado está lá, ávido, pronto, todo mundo querendo comprar mais do Brasil. O que nós precisamos é exatamente ter mais capacidade, não só de produção, mas também de credibilidade junto ao mercado.

Por isso o nosso objetivo aqui, Presidente Ivo Cassol, é esse. E espero que após esta audiência a gente possa ter conclusões que vão nos subsidiar exatamente para essas etapas vindouras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Agradeço a participação do nosso autor do requerimento, Senador que representa muito bem o nosso País e o nosso Estado do Mato Grosso e, ao mesmo tempo, passo a palavra, por seis minutos, para o Sr. Jorge Antônio Pires, Presidente do Sindicato Rural de Cuiabá.

Se puder trocar de lado, vir para cá só um pouquinho, só troca de lado, só troca as plaquetas aí, pessoal, só para poder falar aqui ao microfone. Fica mais fácil.

O SR. JORGE ANTÔNIO PIRES DE MIRANDA – Quero cumprimentar o Senador Ivo Cassol, Presidente desta Comissão, cumprimentar aqui e agradecer o Senador Wellington Fagundes proponente desta audiência e nosso Senador lá no Mato Grosso. Muito obrigado pelo convite. Senador Moka, nosso grande amigo também, lá do Mato Grosso do Sul, e a todos os presentes aqui na Mesa.

Nós estamos diante... Este ano nós estivemos diante de uma das maiores crises que o nosso segmento já passou. Desde janeiro deste ano nós fomos surpreendidos, a cada 15 dias, a cada mês ou a cada semana, com notícias que levaram a que o produtor e o pecuarista tivesse mais ainda a diminuição de rentabilidade na sua atividade.

Mato Grosso, Sr. Senador, como o senhor é vizinho nosso lá e amigo nosso e conhece o nosso Estado, nós somos o detentor do maior rebanho bovino brasileiro. Nós temos 30 milhões de cabeças. O Estado tem ajudado muito o País com o fornecimento, inclusive na sua área de exportação e no seu fornecimento também, ajudando com que a nossa inflação esteja estagnada porque produzimos hoje alimentos em custos compatíveis para que a população possa comprar.

Tivemos aí, infelizmente, nos últimos anos, o nosso Estado... Nós desenvolvemos muito da porteira para dentro, conseguimos reduzir a idade de abate dos nossos animais, de 4 anos, para 30 meses hoje, e muitos estamos abatendo com 18 ou 20 meses, aumentando muito a qualidade do nosso produto. E hoje já existe um grande reconhecimento internacional, fazendo com que isso agregue valores ao nosso produto.

O Estado do Mato Grosso tem transformado inclusive áreas de pastagem e áreas degradadas também em áreas de produtividade, de produção de carne para o País, aumentando a oferta dessa demanda que é muito importante para o País, mas nós tivemos aí uma dificuldade da porteira para fora. Tivemos nos últimos anos um grande crescimento nessa área industrial, vamos colocar bem assim, o Governo Federal apoiou em muito as indústrias, e nesse apoio eu acho que ele ultrapassou as medidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Hoje, o Estado do Mato Grosso é refém de um grupo econômico, e nós temos inclusive rezado para que esse grupo econômico continue de pé e tenha a sua saúde financeira inabalada. Por quê? Porque o Estado de Mato Grosso hoje é totalmente dependente do grupo JBS.

Hoje 50% dos abates do Estado de Mato Grosso estão nas mãos do JBS. Então a nossa capacidade hoje de dependência com essa indústria é muito grande. O Senador Wellington já posicionou aí, a gente não quer discutir o passado, nós precisamos discutir coisas propositivas e que nos leve ao presente seguro. O presente seguro é nós termos um Estado onde nós temos uma rentabilidade, com que nós consigamos sobreviver e que as indústrias também consigam sobreviver.

A gente fala muito que o pecuarista está ganhando pouco ou não está ganhando nada, ou está tendo inclusive uma rentabilidade negativa. Isso aí é facilmente comprovado com os números que nós temos. Nós sabemos que as indústrias também atravessam, de vez em quando, dificuldades, mas nós também temos que olhar a ponta, que são os supermercadistas.

Estava até discutindo, conversando com o Billincanta aqui, antes da reunião, que, mais ou menos, nós temos que um animal para ficar pronto para abate ele leva 30 meses. Ele passa uma semana, dez dias, dentro da indústria frigorífica, e no máximo também uma semana, dez dias, dentro do supermercado.

Então, quer dizer, hoje nós temos certeza que a grande rentabilidade do nosso produto tem ficado, ou nas mãos das indústrias frigoríficas ou também, certamente, nas mãos dos supermercados, fazendo com que na nossa atividade primária lá a gente tenha trabalhado com uma rentabilidade negativa há muitos anos.

O que nós precisamos fazer? No Estado de Mato Grosso hoje a gente detém 16 plantas frigoríficas paralisadas, muitas delas, inclusive eu quero fazer aqui um comunicado ao representante do BNDES, porque certamente essa injeção de recurso que o BNDES fez para a JBS foi em cima de garantias reais e muitas vezes em cima da garantia dessas plantas que foram adquiridas, mas muitas dessas plantas foram conseguidas com incentivos fiscais e com incentivos da própria população.

Muitas dessas plantas tiveram terrenos doados, a Justiça começou a fazer gestão para retomar essas plantas, porque elas foram adquiridas com recursos concedidos de incentivos e o JBS amanhã ou depois pode ficar sem esse laço patrimonial.

O que que nós precisamos? Nós precisamos, num caminho mais curto, que o banco... A gente precisa defender uma maior participação dos pequenos e médios empresários na área de indústria para que eles absorvam essas plantas que estão virando sucatas ou que amanhã ou depois vão sair por uma ordem judicial, para que possa gerar empregos e que amanhã ou depois se puna os culpados por tudo isso.

Ninguém aqui está defendendo a impunidade, mas nós sabemos que comprar matéria-prima às vezes é fácil, desenvolver o que o próprio JBS desenvolveu, que é na área de venda, é uma coisa que leva um tempo. Então nós precisamos nos preocupar com isso também. Não somos irresponsáveis de querer, amanhã ou depois que se aniquile uma indústria que hoje é referência mundial.

Então nós precisamos inclusive, Senador Wellington e Ivo Cassol, aqui presentes, alertar ao Governo e às instituições que precisa ser feito algo, inclusive com esse olho urgente do BNDES para as pequenas e médias empresas.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

É uma alegria ter a participação do Jorge Antônio Pires Miranda, Presidente do Sindicato Rural de Cuiabá.

Também aqui agradecer a participação constante, e sempre parceira também, do Senador Moka juntamente conosco, e também a alegria que nós temos aqui do Deputado Federal Luiz Cláudio – deputado estadual que foi – e, ao mesmo tempo, informar, Deputado Luiz Cláudio, que aprovamos o requerimento, agora há pouquinho, daquela audiência pública para debater sobre o café clonal, lá na cidade de Alta Floresta, Rondônia, no dia 13 de outubro. E também nós estamos fazendo o convite para o Ministro da Agricultura, Senador Blairo Maggi, para participar com a gente.

Então, aqui hoje a gente está debatendo especialmente a situação de abate dos frigoríficos de carne, e também eu vi a preocupação do nosso convidado Jorge Antônio Pires de Miranda. Jorge, é importante, nós não estamos aqui discutindo os erros que empresário A ou B fez. Eu sempre digo o seguinte: que cada um responde pelo seu CPF. Da mesma maneira que vocês... Você falou agora que 50% do abate no Mato Grosso é comandado pelo grupo JBS, e nós do Estado de Rondônia somos 80% comandados pelo JBS. Nós temos várias unidades fechadas no Estado de Rondônia. Eu, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fui governador, incentivei a cooperativa de produtores de Ariquemes que construísse uma unidade frigorífica e faltou mais recurso para concluir a obra. Tanto o BNDES como o banco Basa não foram competentes para investir nesses empresários, e aí, infelizmente, a JBS adquiriu aquela planta, e nós nos ferramos.

Não foi diferente na cidade, também, de Pimenta Bueno. Na cidade de Pimenta Bueno, como governador eu incentivei muito para que os pecuaristas montassem aquela cooperativa. Fizeram a cooperativa, e depois, infelizmente, faltaram condições, e aí é que vem o meu repúdio e a minha tristeza, como Senador da República, ao saber que algumas empresas arrancam bilhões enquanto outras não conseguem centavos sequer para poder fazer a circulação da mercadoria para comprar e vender, a dificuldade que têm, e aí, acaba caindo para um grupo só, e hoje a gente é dependente totalmente do grupo JBS. Independentemente da situação que cada um está respondendo pelo que fez ou deixou de fazer, a empresa é uma empresa mundialmente, não é mais empresa só de Rondônia ou só do Brasil, então a sobrevivência dessas empresas para nós é fundamental, é fundamental para o Brasil, para o setor. Porque não é fácil: por mais que tenha algumas empresas que torcem por que uma quebre e a outra possa, de repente, absorver, eu não torço pela desgraça de ninguém, e vou falar para vocês por quê. Porque quem vai acabar pagando a conta vai ser o nosso produtor, vai ser o nosso pecuarista, ou o pequeno sitiante, lá na ponta, quando vai vender o seu boi ou a sua vaca para descarte – já que tem que abater – para substituir por um gado melhor, e aí tem que vender e pega arroba baixa.

Então, eu não torço para que seja prejudicial às empresas; eu quero que as empresas sobrevivam, que elas permaneçam. Por isso que é importante as instituições saberem separar, ou seja, para que as empresas continuem. E cada um que assuma... É igual a um banco: vamos dar aqui o exemplo do Banco do Brasil ou do Banco Bradesco, ou do banco...: Hoje, tem um presidente; amanhã, ele sai e já se tem outro. E não é diferente com os governadores e os prefeitos: o prefeito assume hoje uma pasta, o ministro assume uma pasta hoje, e, daqui a um ano, é outro que assumiu. E cada um responde por aquele período que comandou. Mas eu não vi ninguém fechar uma prefeitura. Eu não vi ninguém fechar um Estado, por mais bandalheira que tenham feito e por mais dinheiro que tenham achado no apartamento, que infelizmente... Coitadinho do Geddel, hein, gente? Pelo amor de Deus! Eram essas pessoas que cuidavam do nosso povo do Brasil. Me desculpem, mas isso aí passou da sem-vergonhice, isso aí é subestimar o povo.

Enquanto isso, está faltando dinheiro para poder colocar e dar mais gás para o setor nessa atividade de frigorífico, porque um frigorífico, Artur, não se consegue tocar com centavos, não se consegue tocar com um real. Ele precisa de milhões, ele precisa, no mínimo de R$20 milhões, R$30 milhões de giro. Se ele não tiver esse giro, ele não consegue tocar. Então, não basta o BNDES só financiar uma planta, não basta o Banco Basa só financiar uma planta. Eles têm de ter humildade de, além de financiar a planta, ter um capital de giro, e aí, sim, com o resultado, paga-se a planta e paga-se o capital de giro. Então, nós precisamos disso. Mas, muitas vezes, é dado para as grandes empresas e para o restante, não.

Vou passar a palavra para o nosso Lindomar Correia Rodrigues, médico-veterinário, Secretário Executivo da Associação Mato-Grossense de Avicultura. (*Pausa.*)

Não está presente? (*Pausa.*)

Então, vamos para o próximo: Tadeu Billincanta, Vice-Presidente do Sindicato das Indústrias de Frigoríficos do Estado de Mato Grosso (Sindifrigo), por seis minutos.

O SR. TADEU PAULO BILLINCANTA – Senador Ivo, o senhor me recebeu em sua casa e me incentivou a montar um frigorífico em Ji-Paraná. E eu gostaria de pôr um monte de lenha nessa fogueira aqui. O setor frigorífico no Brasil precisa de um estudo e precisa daquilo que o amigo e companheiro Jorge colocou: olhar o futuro e analisar este futuro.

O que houve com o setor frigorífico? Lá nos anos 2004, 2005, 2007, a bolha imobiliária americana jogou muito dinheiro aqui no Brasil através dos bancos particulares para consolidar o mercado, para que o mercado crescesse, para que novas plantas fossem construídas.

Do outro lado, o BNDES foi o grande financiador de duas empresas, de modo especial de uma, expandindo excessivamente. E o que ocorre hoje nesse País? Nós temos 40% da capacidade ociosa. Eu tenho conversado muito com o Blairo Maggi, do meu Estado – sou de Sinop, hoje tenho minhas empresas em Sinop, Mato Grosso –, e colocado esse questionamento. O grande problema neste momento é equacionar a capacidade ociosa. A abertura de novas plantas passa pelo fornecimento de matéria-prima para que elas sobrevivam. Uma indústria de 800 animais tem um custo fixo de R$4 milhões a R$5 milhões mês – custo fixo. Ela não sobrevive se matar menos de 500 animais. Eu tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

três plantas no Mato Grosso, uma parada, e não tenho dinheiro. Ela não está parada só por falta de dinheiro. Ela está parada porque não existem animais para que eu abata. Se eu abater naquela planta, eu vou retirar os animais das outras duas.

Então, o problema é muito complexo. Ele passa muito além de termos hoje uma grande empresa no setor com um grande poderio. Sim, é um dos problemas, se é que é em alguns Estados, porque nem em todos ela tem 50% do abate.

Em nível nacional, as empresas cifadas têm 50% do abate, 51%, e as não cifadas, 49%. Dentre as cifadas, as três grandes detêm 30%. Então, não há uma desconcentração nacional tão patente que possa nos amedrontar. Sim, no Estado em que estou, no Estado do Mato Grosso, há um desequilíbrio, e talvez Rondônia tenha. Mas nós temos que pontualmente resolver os problemas. E temos problemas maiores.

Há que se criar uma legislação. Há que se disciplinar a abertura de novas plantas. Eu tenho medo, pavor de escutar que o BNDES possa me ajudar, porque a minha cabeça vai ser para matar mais boi, para aumentar câmara fria, para montar um novo frigorífico, e o País não tem essa condição. É um estudo sério, é um estudo técnico, é um estudo de viabilidade regional, é um estudo que pode ir além até do que a gente possa discutir hoje de ter um grande *player* no mercado.

Eu tenho andado o Brasil todo. Tenho uma tabela aqui, sobre a qual muito rapidamente eu queria dizer o que foi, em 2016, a ociosidade neste País: no Mato Grosso, 40%; no Mato Grosso do Sul, 43%; em São Paulo, 50%; em Goiás, 40%, em Minas Gerais, 41%; em Rondônia, 36%; no Pará, 22%; no Tocantins... Esses números aqui são as empresas que detêm CIF, qual é a sua capacidade instalada e quanto abateram.

Então, há sim – como disse o meu amigo Jorge, do meu Estado, com quem nós confabulamos muito sobre esses problemas – que se estudar o futuro, que se criarem legislações, que se coibir, que se dirigir. Que o BNDES nos auxilie? Sim, eu acho justo, mas dentro de linhas próprias; ou para capital de giro, para recuperação de mobilizado, mas jamais para a abertura de novas plantas. Primeiro, vamos ter de questionar isso. É uma realidade da qual não se fala.

Eu brinco com as empresas de capital aberto que talvez vocês não falem porque possa desvalorizar a sua ação, mas é a realidade. Eu não posso deixar uma planta de cinquenta milhões parada, Senador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TADEU PAULO BILLINCANTA – ... por capricho. Ela me custa muito caro; ela me custou muito caro. Então, o problema do setor frigorífico, no Brasil, precisa vir à tona, precisa ser exposto.

Eu só queria fazer dois comentários rápidos sobre o que disse o Senador do meu Estado, Wellington Fagundes. São Paulo tem usado uma política para fortalecer a sua indústria. Eles criaram um sistema de ICM que, se você matar o animal só do Estado, você fica devedor, mas, se você importar animais, ele cria um crédito e vira zero. Veja bem: é o contrário do que o meu Estado, Mato Grosso, está fazendo. O meu Estado, com uma capacidade ociosa bruta, enorme, está diminuindo a alíquota do boi que está em pé. É uma questão que eu realmente não entendo. E é política estadual.

Senador Moka, o senhor é um dos batalhadores por essas causas. O Sindifrigo, a própria Abrieg e, tenho certeza, a Abrafrigo – não falo em nome da Abrafrigo, mas a conheço de dentro – estão prontos a participarem de um debate mais profundo sobre as questões da indústria frigorífica neste País.

Nós precisamos olhar de dentro para fora. Nós precisamos olhar dentro dos custos e dentro das coisas para tomarmos medidas razoáveis.

Muito obrigado.

Desculpe-me por passar um pouco do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Agradeço a sua participação. Com certeza, Tadeu, é uma alegria a sua participação, o seu posicionamento.

Também está presente conosco aqui o Deputado Federal do Rio Grande do Sul, Luis Carlos Heinze.

Ao mesmo tempo, Tadeu, sou testemunha, como ex-Governador do Estado de Rondônia – o Deputado Luiz Cláudio foi o meu Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio, e dávamos o incentivo –, de que as plantas de frigoríficos, Moka, que antigamente abatiam 400, 500 cabeças, para abaterem mil, aumenta-se o custo em torno de 30%. Então, automaticamente, cada planta, a exemplo de São Miguel do Guaporé, que era para 500 cabeças, hoje a JBS tem condições de matar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mil e poucas cabeças. A planta de Vilhena, que você conheceu, Tadeu, que, no começo, abatia 600; depois passou para mil, hoje abate até 1,8 mil cabeças.

Não foi diferente na cidade de Rolim de Moura. Também a planta que abatia 500 hoje abate mil. O Sr. João Gonçalves, da cidade de Jaru, que é um outro grande empreendedor também, abatia, no começo, cem, 200, 300, 500, 600, e hoje abate 1,2 mil. A estrutura, que é o custo/benefício, para as empresas verem, neste setor, de que maneira podem economizar custos. Economizar custo é centralizando o abate, porque a limpeza, para se limpar um frigorífico após um abate, é a mesma, seja para você abater cem, abater 500 ou abater mil. Não há diferença. Portanto, entendo essa situação.

Ao mesmo tempo, a sua situação, Tadeu, vai ao encontro com o BNDES, pois não basta fazer novas plantas. O que nós precisamos primeiro fazer é dar condições de vida para essas que já estão instaladas. Ao mesmo tempo – ao mesmo tempo –, é importante também que o setor produtivo, como disse, não é que foram feitas mais plantas, mas que as plantas batiam com a realidade, só que, com o tempo, foi colocada a ampliação desses frigoríficos e, com isso, faltaram animais. Por isso, hoje está havendo dificuldade.

Passo a palavra ao homem que representa, é o gerente da Indústria, Comércio e Serviços do BNDES. Muitas pessoas pensam que, às vezes, um gerente ou um caixa de banco tem muito dinheiro, mas ele só conta dinheiro, só empresta dinheiro. É a sua participação, Artur, por seis minutos.

Obrigado.

O SR. ARTUR YABE MILANEZ – Muito obrigado, Senador Ivo. Agradeço o convite.

Eu queria, antes de entrar nas questões do Senador Wellington, pedir a permissão para fazer uma pequena apresentação, pois acho que vou trazer algumas informações aqui que são úteis e podem ajudar na discussão.

Primeiro, vou trazer um pouco do desempenho do banco no financiamento à agricultura como um todo, no crédito rural. O banco é a principal fonte do sistema de crédito rural brasileiro. Como você pode ver aqui, nos últimos dois anos agrícolas, o banco desembolsou acima de R$13 bilhões, que é um valor bem superior às demais fontes. Então, o banco tem uma atividade bastante intensa no financiamento da atividade agrícola no Brasil.

Esse desembolso está distribuído de forma razoavelmente equilibrada no Brasil e reflete bem a intensidade da atividade agrícola entre os Estados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ARTUR YABE MILANEZ – Está dividido por regiões ali. Região...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. *Fora do microfone.*) – Centro-Oeste.

O SR. ARTUR YABE MILANEZ – Sim. Isso mostra que o desembolso do banco é equilibrado com a intensidade ou com a participação do setor agropecuário nas diferentes regiões. Ela reflete essa participação.

Vou falar um pouquinho das políticas operacionais da nova administração do BNDES que já está há mais de um ano em operação. O banco, hoje, tem uma política de diferenciação de acordo com a finalidade do investimento. Então, os investimentos relacionados a desenvolvimento tecnológico, no caso de inovação; meio ambiente; projetos de micro, pequenas e médias empresas; educação; saúde; segurança e modernização da Administração Pública recebem a participação de 80%, que é o maior nível de participação do banco. Isso significa que, de cada R$100 investidos, como exemplo, até 80% o BNDES pode financiar.

No caso da produção de alimentos, que é o setor no qual se enquadra aqui a discussão – o setor de carnes –, é o segundo nível de participação mais importante. Então, o banco financia até 60% dos investimentos, aí incluídas a implantação, a ampliação e a modernização de ativos produtivos. O banco não tem uma vedação para aqueles que pretendem ampliar ou implantar novas plantas, mas o banco também apoia bastante a questão da modernização de ativos. É a questão de introdução de novos equipamentos, novos sistemas, melhores controles, desenvolvimento de atendimento de protocolos de certificação, tanto domésticos quanto internacionais. Portanto, o banco incentiva as empresas a adotarem as melhores práticas. Tudo isso pode ser financiado com até 60% de participação.

Comentou-se bastante a necessidade de capital de giro. O BNDES lançou recentemente, no final de agosto, o Programa BNDES Giro, com um orçamento de R$20 bilhões, com prioridade para as micro, pequenas e médias empresas. No caso das empresas com receita operacional bruta de até R$90 milhões, o custo financeiro é todo em TJLP, que é o custo financeiro mais baixo que o banco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tem, e, nas operações indiretas, que são aquelas repassadas pelo agente financeiro, o banco também reduziu a taxa do BNDES, que antes era de 2,1% ao ano e que, para esse programa, é de 1,5% ao ano. Portanto, o banco, ciente do momento por que passa a economia brasileira e da necessidade de dar um fôlego para as empresas retomarem a atividade econômica, lançou esse programa recentemente com R$20 bilhões, com validade até o final do ano.

Voltando mais especificamente para o setor de carnes, o banco também estabelece uma série de critérios. O banco tem uma política socioambiental específica para o setor de pecuária bovina, que estabelece uma série de condições, observando normas internas ao BNDES e também requisitos legais externos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARTUR YABE MILANEZ – ... e ainda em linha com a preocupação de incentivar o setor a adotar as melhores práticas socioambientais.

Aqui, um pouco das modalidades de operação, direta e indireta – vou passar mais rapidamente, só para não tomar muito tempo de vocês –; a questão do processo no banco; os principais requisitos que o banco exige, como capacidade de pagamento, cadastro comercial satisfatório, questões de CND e assim por diante.

Aqui, um pouco das operações para micro, pequenas e médias empresas, o que talvez seja uma das preocupações também da discussão. Nesse caso, são operações de até R$20 milhões, realizadas por meio dos nossos agentes financeiros credenciados. O foco é em MPME, com uma série de produtos que são repassados para a rede bancária.

Aqui, a nossa divisão interna de classificação de empresas.

O banco está caminhando para um fluxo cada vez mais eletrônico, na plataforma BNDES *on-line*, que vai facilitar os prazos e as tramitações dos projetos no banco.

Aqui, duas novidades que são específicas no setor de agro. Uma é o aplicativo BNDES Agro, disponível para todas as plataformas de *smartphones*, que permite que o agricultor pesquise todos os programas agropecuários disponíveis para ele; permite a consulta de máquinas e de equipamentos que são credenciados na Finame também para o setor rural; simula financiamentos; informa calendários de feiras importantes; permite, inclusive, serviços de agrimensuração e também a consulta ao andamento das operações. Essa é uma novidade também recém-lançada, que está auxiliando bastante o produtor rural.

A outra novidade, que ainda está em fase piloto, mas que vai ser lançada agora, em novembro, é o Cartão BNDES Agro, voltado para o produtor rural. No caso aqui, um dos problemas que se está mencionando é a necessidade de aumentar a produção, o nosso rebanho. Isso estará disponível para o pecuarista. O limite é de até R$2 milhões, com taxa pré-fixada de 1,35% ao mês, e o cartão dá acesso a cerca de 71 mil fornecedores credenciados. Está em fase piloto, e o lançamento está previsto para novembro deste ano. Ele permite a aquisição de uma série de produtos para agricultura, como equipamentos para contenção e pesagem de animais, enfim, uma série de equipamentos que podem ser úteis para a atividade de pecuária bovina.

Bom, gente, era isso.

Agradeço a atenção dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado pela participação, Artur.

Vamos passar agora a palavra ao José de Assis Guaresqui, Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Mato Grosso, Mapa, por seis minutos.

O SR. JOSÉ DE ASSIS GUARESQUI – Cumprimento o Senador Ivo Cassol e, na sua pessoa, cumprimento os demais Senadores, em especial o Senador Wellington Fagundes, que é do nosso Estado e por quem nós temos um carinho todo especial.

Cumprimento os representantes da Mesa: o representante do BNDES; meus amigos, em particular, Paulo, da Sindifrigo, Jorge Pires, do Sindicato Rural de Mato Grosso, e o Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Luís Rangel; e os demais presentes.

Eu vou me ater aqui a alguns números, voltando um pouquinho para a questão regional de Mato Grosso, até porque eu represento a Superintendência do Ministério no Estado – o Estado, com o rebanho que tem, representa bastante em âmbito nacional. Vou me ater a alguns números, até porque o presidente do sindicato, Jorge Pires, e o Paulo já fizeram quase que a radiografia do Mato Grosso, mas, como entidade, Ministério, nós vamos aqui passar algumas informações talvez repetitivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Com relação ao nosso rebanho, já foi dito aqui que ele é em torno de 30 milhões. Isso vem, já há alguns anos, se mantendo, desde 2010, 29, 28; 28, 29 e, agora, 30 milhões, em que pesem as áreas de pastagem estarem cedendo espaço para a soja, para a agricultura de grãos. O nosso rebanho continua se mantendo e até crescendo. Isso mostra que o rebanho mato-grossense tem tido um avanço bastante significativo no âmbito de tecnologia aplicada.

Esse rebanho de 30 milhões representa em torno de 15% do rebanho nacional, com a taxa de abate de CIF em torno de 4,8 milhões animais/ano, sem contar que ainda temos o Sise, que abastece o Estado, e o SIM, que abastece os Municípios, que têm uma complementação do mercado do Estado, pois também parte desses CIFs fornecem carne para o Mato Grosso. Então, de CIFs são em torno de 4,8 milhões de animais/ano.

Além desses animais abatidos no Mato Grosso, nós temos a saída para outros Estados. Em torno de 70% do que sai – 600 mil animais ano – corresponde a animais prontos para o abate e mais uns 30% de animais que se destinam à recria ou mesmo à reprodução.

Então, se esses animais permanecessem no Estado, com certeza, outros frigoríficos poderiam estar sendo atendidos com o produto, como o Paulo disse. Hoje precisamos de mais produtos, mas os incentivos para a exportação de gado em pé para outros Estados têm tirado alguns animais vivos do nosso Estado.

Além disso, nós temos, hoje – falando agora da questão da capacidade de abate – instalada no Mato Grosso uma capacidade de abate em torno de 30 mil animais/dia. Essa capacidade de abate não está sendo atendida. Hoje, nós temos, nas previsões do Ministério da Agricultura local, em torno de um abate de 18,1 mil, 18,5 mil animais/dia. Então, nós estamos com uma capacidade ociosa em torno de 30%; um pouco mais, talvez em torno de 40%. Isso demonstra que o nosso produto está sendo atendido com a concentração, que já foi dito aqui, em alguns frigoríficos, como é o caso da JBS, que, desses 18,1 mil animais/dia, abate 8,2 mil animais/dia, com a capacidade de abate de 15 mil animais dos frigoríficos que estão ativos e paralisados, fora aqueles que já foram cancelados.

Os grandes grupos que representam esse abate de aproximadamente 18 mil animais/dia, nós temos o JBS, com 8,2 mil; temos Grupo Redentor, com 1,258 mil; o Grupo Marfrig, com 3,143 mil; o Grupo Minerva, em torno de 1,855 mil animais; e o Vale Grande, que é representado aqui pelo o seu proprietário, o Paulo, em torno de 1,4 mil animais/dia. Os demais frigoríficos menores completam esse total de 18 mil animais, sendo que a nossa capacidade é um pouco maior.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ DE ASSIS GUARESQUI – Com relação à concentração de frigoríficos, nós temos hoje, no Estado, 29 frigoríficos ativos, seis frigoríficos paralisados e dez já com CIF cancelado, porque já paralisaram há mais de dois anos. Desses 29 ativos, nós temos 11 representados pelo JBS, espalhados pelo Estado. E os demais, de outras representações: Marfrig, com três; Minerva, com dois; Vale Grande, com dois; Redentor, com dois; e os demais todos com uma planta frigorífica.

Desses 29 ativos, soma-se a capacidade de abate que não está contemplada aqui, mais seis frigoríficos paralisados, dentre os quais, quatro do grupo JBS e mais dez cancelados, dentre os quais mais três do Grupo JBS. Ou seja, a JBS possui, no Estado, 18 frigoríficos, sendo 11 com abate atual; quatro paralisados e três cancelados. Além do que, eles possuem ainda mais sete frigoríficos em comodato e arrendados, que estão paralisados. Somando, daria para a JBS em torno de 25 frigoríficos no total, entre comodato, proprietário e arrendamentos, no Estado.

Para concluir a minha fala, queria dizer que também temos uma demonstração do Estado, que está bem representada. Eu poderia ter feito essa transparência. Aqueles em azul são os 29 ativos hoje, e os vermelhos são os paralisados de todos os grupos, com a maioria pertencente à JBS.

Aqui é apenas o que é da JBS, entre proprietário e comodato, alugados e arrendados. Dentro do Estado, os azuis são os ativos e os vermelhos são paralisados ou cancelados.

Então, dizer que também, da nossa parte, o Ministério da Agricultura vinha sofrendo algumas dificuldades com essas paralisações, porque tem, inclusive, de fazer alguns remanejamentos entre os frigoríficos que paralisam, e isso tem um custo para o Estado, para a União. Nós passamos por dificuldades e muitas aposentadorias, mas, agora, o Ministro Blairo Maggi, junto com o nosso Secretário Rangel, conseguiu disponibilizar fiscais que vão fazer com que a gente consiga atender a tudo isso.

Somado a tudo isso, o Estado aderiu ultimamente ao Sisbi (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal). Dentre aproximadamente 20 frigoríficos que são do Estado, têm a capacidade de, através do Sisbi, vir a exportar dentro do Brasil, para outros Estados; não para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mercado internacional, pois aí é somente para quem tem CIF. Mas isso pode também vir a dar uma demanda ainda maior por animais no Estado e pode oferecer possibilidades de melhores negócios para os produtores do Estado do Mato Grosso.

Eu agradeço a oportunidade.

Se houver, depois, alguma chance de passar outros dados, estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado ao nosso Superintendente José de Assis.

Ao mesmo tempo, temos também a participação popular.

Participa com a gente Artur Alvim Cury, de São Paulo: "Sou a favor de mais empresas do setor em livre concorrência para redução dos preços! Ficar nas mãos de poucos leva ao monopólio e ao aumento de preços!"

Eu tenho também a participação de Jimy Orza, de Santa Catarina (o Artur é de São Paulo): "O monopólio criado pela JBS é um desrespeito ao consumidor e um escárnio ao comércio!"

Então, quer dizer, aqui a gente está lendo tudo o que as pessoas que participam, como cada um de vocês aqui também têm colocado a sua posição.

Agora vamos passar a palavra ao nosso convidado, o Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Sr. Luís Eduardo Pacifici Rangel. Vamos botar Luís Eduardo Rangel, que é mais fácil. Seis minutos.

O SR. LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL – Obrigado, Senador. É sempre um prazer estar aqui. Um abraço do Ministro Blairo, um abraço a todos os colegas aqui da Mesa, e em especial ao Senador Wellington, por ter feito esse requerimento, não só o requerimento especificamente, mas também uma contextualização aqui no início da nossa conversa, que eu acho que deu bem o tom do que nós estamos conversando aqui.

Ele usou um termo a que eu queria até me referir aqui, da participação popular que o senhor acabou de citar, que é a questão de oligopólio, monopólio ou oligopsônio. Nesse caso, de fato, o Senador tem razão, a gente está lidando, nessa relação frigoríficos e pecuaristas, com um evidente oligopsônio bem caracterizado do ponto de vista econômico.

Eu queria contextualizar a posição do Ministério da Agricultura basicamente dentro da política pública que a gente pode fazer em termos de agropecuária. O colega do BNDES aqui faz parte dessa política do ponto de vista de financiamento, mas existem outras ferramentas de financiamento.

O que nos trouxe até aqui? Dois cenários nos trouxeram até aqui: uma percepção de que, de fato, temos de trabalhar, deixar que o setor agropecuário, seja ele de frigoríficos ou não, trabalhe de uma maneira bem livre, na livre oportunidade de mercado, mas, ao mesmo tempo, com políticas públicas que possam induzir a melhor competitividade do setor agropecuário. De certa forma, vamos dizer assim, as políticas que foram feitas nos últimos 20 anos nos fizeram ser o maior exportador, por exemplo, de frango, que é uma cadeia que tem uma característica bem diferente, como o senhor comentou, da cadeia de bovino, mas também um potencial de exportação de carne bovina quase inigualável hoje no mundo.

Agora, é importante também traçarmos alguns paralelos com relação a essas características de oligopsônio que nós temos no Brasil. Muitas pessoas deixam claro nos seus discursos que nós temos um mercado muito concentrado. O mercado americano é mais concentrado que o mercado brasileiro. Só que a taxa de desfrute deles, de aproveitamento dos rebanhos é maior que a brasileira. Apesar de nós termos hoje 217 milhões de cabeças, os Estados Unidos têm 90 milhões de cabeças e abate mais bovinos por ano que o brasileiro. E lá nos Estados Unidos, diferentemente do que foi colocado aqui pelos números, que são números impressionantes, a concentração é ainda maior. Eu tenho cinco ou seis frigoríficos que dominam grande parte da questão dos abates, incluindo os frigoríficos da empresa que foi muito citada aqui, a JBS, que, muito bem colocado pelo Presidente, é uma multinacional, não é mais uma empresa brasileira, é uma empresa que tem características multinacionais.

Temos usado muito o exemplo da JBS, de tudo o que se tem visto na mídia, como um exemplo negativo do que aconteceu. De fato, temos de olhar isso como um exemplo de uma política pública que, de certa forma, foi induzida para dar certo, mas que teve fenômenos que nos sinalizam que nós temos de nos preparar para o futuro. Fazer investimentos maciços dentro desse financiamento público para empresas que levam a essa característica de oligopsônio não parece ser uma solução muito adequada.

Eu queria deixar claro também que, apesar de termos muitos clamores para poder desviar um pouco da política agrícola brasileira para a área de pecuária, porque muito se fala em termos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

créditos e seguro para a área agrícola e pouco se fala de que 40% do crédito hoje do financiamento da agropecuária nos bancos públicos, que são feitos pelo Brasil, são pegos pela área de pecuária, mas para comprar cabeças de boi, cabeças de gado, para poder fazer esse giro de engorda, para poder vender para o frigorífico.

Então são características que, se o Governo não se debruçar sobre uma política mais moderna, que saia daquela lógica, vamos dizer assim, apenas daquela discussão de crédito e seguro, para partir para uma visão de o que a agropecuária, principalmente a pecuária brasileira, quer para os próximos 40 anos, ou para os próximos 20 anos, se for pensar num longo prazo menor, vai ser difícil a gente mudar esse cenário.

Recentemente, eu recebi, junto com o Secretário Executivo, o Ministro interino Novacki, parte da cadeia produtiva pecuária, que está elaborando um plano pecuário para os próximos anos, exatamente porque é o setor privado que tem de dar ferramentas de indução para o setor público, para dizer aonde ele quer chegar, para que eu possa dimensionar as ferramentas que eu tenho hoje dentro do Governo para isso, incluindo as questões das ferramentas de crédito também para a agroindústria.

A pergunta que a minha equipe faz na defesa da agropecuária é: nós vamos ter um rebanho de quantos milhões de cabeças no final da década de 2020? Vai ser de 300 milhões na progressão de que a gente estava saindo? Ou a gente vai se aproximar mais de um modelo mais, por exemplo, de integração, como acontece na cadeia de frangos e suínos, de parar de trabalhar com boi a pasto, trabalhar com boi mais concentrado? Enfim, essa discussão é uma discussão que precisa ser feita para que a gente possa induzir as políticas públicas.

A Superintendência, o Guaresqui colocou com muita propriedade o esforço que é para que a gente possa manter a chamada credibilidade. O Senador colocou aqui nesse processo que a credibilidade é da Nação, e a Nação se soma não só com o serviço público, mas com as empresas que estão ali envolvidas, e o que a gente está vivendo é uma crise de credibilidade generalizada no processo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL – E a gente passou por um período muito dramático no Ministério da Agricultura para tentar reposicionar os nossos esforços para poder demonstrar que a gente pode, sim, ter empresas de porte internacional com a credibilidade que o Estado pode dar. E continuamos vendendo alimentos para todo mundo.

Não paramos por aí. Conseguimos agora recentemente 31 médicos veterinários para trabalhar nos frigoríficos de Mato Grosso. Já é um alento para poder dar sustentação a essa política de reabrir, desconcentrar frigoríficos dentro do Mato Grosso. Mas, de fato, isso não é o suficiente. Isso é um processo muito complexo, que precisa ser olhado de maneira coletiva.

O BNDES foi provocado pelo Ministro Blairo para poder reforçar esses esforços de crédito para essas pequenas agroindústrias. Respondeu a contento, o Presidente do BNDES respondeu ao Ministro com todas as explanações que foram colocadas pelo colega aqui.

Agora, o fato é: a gente precisa se voltar para o Ministério da Agricultura – e eu deixo isso como mensagem, isso é um desafio que a gente está se fazendo no Ministério – para uma nova política agrícola para os próximos anos. Que se desfaça das ferramentas antigas de crédito e seguro e se proponha a olhar uma agropecuária – nesse caso, a gente está falando de pecuária – para os próximos 20 anos, e que a gente possa lá definir não só como a gente vai se comportar como pecuaristas, porque, do jeito que está, 217 milhões de cabeças, vou repetir, não é, do ponto de vista do número absoluto, o que me convence. Nos Estados Unidos, eles produzem arrobas por hectare, e essas arrobas por hectare que eles se propõem a fazer estão envolvidas com a tecnologia que o próprio Estado disponibiliza para o pecuarista e nas relações que ele tem dentro do que o senhor falou muito claramente, desse oligopsônio evidente que nós temos no cenário.

Então, só para concluir, Senador, a defesa agropecuária é uma parte dessa política agrícola. Na parte de vigilância sanitária, colocamos a régua sempre o mais em cima possível, e somos respeitados no mundo por causa disso. Mas eu acho que é o momento de repensarmos a política agrícola, com financiamento de crédito, com uma visão de longo prazo. Acho que estamos no caminho certo.

Muito obrigado pela iniciativa e pela provocação que o senhor fez ao Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Agradeço a participação do nosso Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Luiz Rangel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ao mesmo tempo, eu só queria reforçar ao Luiz que levasse, especialmente para toda a sua equipe que cuida dessa parte de Defesa Agropecuária, nós temos, no Estado de Rondônia, o Idaron, que é um instituto que veio para fortalecer – o Deputado Luiz Cláudio, que foi meu Secretário na época, sabe disso; o Deputado Osmar também o foi – o nosso setor para controlar a questão da sanidade animal.

Infelizmente, o nosso Idaron, no Estado de Rondônia, não funciona. Hoje, o agricultor, quando faz a vacinação, vai lá, Senador Wellington, tem prazo para poder apresentar a vacinação de seus animais e não consegue... Ele tem de ir às três, quatro horas da manhã – quem está em casa está me assistindo sabe disso – para poder registrar e provar que vacinou o gado. Quer dizer, veja que absurdo! E assim está acontecendo no nosso Estado de Rondônia. Quer dizer, hoje, infelizmente, destroçaram... O Governo do PMDB do meu Estado de Rondônia, nós, que cuidamos com tanto carinho, nós, que fortalecemos as nossas divisas com o Fefa (Fundo Emergencial de Febre Aftosa), pelo Vidal, por todo o mundo, sabe que automaticamente se criaram empecilhos, dificuldade, porque há local que o Estado não pode contratar, o pessoal não quer ir lá. Então, o Fefa entrava para poder ajudar e, com isso, prejudicou. Como diz o Luiz, é importante o Ministério cobrar para que os Estados, não só o caso de Rondônia... Não é justo o nosso agricultor ter de levantar às três, quatro horas da manhã para poder ir lá para fazer o registro, e, assim mesmo, não acontece, e ele tem de voltar no outro dia.

Eu quero agradecer ao Tadeu, ao Paulo Billincanta, como é conhecido. É um empreendedor. Eu me recordo de que, na época, quando era Governador, você esteve em nosso Estado, fez um desafio, teve coragem, determinação e arrojo. Foi lá, montou uma planta no nosso Estado de Rondônia, mas, infelizmente, as instituições financeiras não deram para o senhor o capital de giro necessário para poder tocar. O senhor tem três plantas, como o senhor disse, tocando aqui no Estado de Mato Grosso. Que a sua planta continue. Então, quem está me assistindo agora em Ji-Paraná – nós estamos ao vivo – sabe que o frigorífico, na saída de Nova Londrina, de quem vai para Alvorada pelo asfalto de Ji-Paraná, aquela planta, Frialto, é uma planta para abater hoje 1,2 mil cabeças por dia. Se melhorar alguma coisa, instalando câmara fria, pode ir até para 1,5 mil cabeças por dia. Essa planta está parada. Nos próximos dias, Deputado Luiz Cláudio, ela vai estar reaberta. O Paulo Billincanta alugou para o Marfrig e para o Marcos Molina. Então, eu quero dar as boas-vindas, mais uma vez, para o Marcos Molina, porque, na época em que eu era Governador, nós o trouxemos para o Município de Chupinguaia. E era uma planta que abatia no começo 500, 400 bois e hoje praticamente está abatendo mil bois também lá no setor da agropecuária, Senador Wellington, do nosso Estado de Rondônia. Com isso, vai gerar novos mil empregos. Eu fico feliz porque, em contato que eu tive por várias com o Paulo Billincanta, também com o Marcos, pedi que ampliasse seu horizonte e o seu potencial no Estado de Rondônia, e ele está indo para a cidade de Ji-Paraná.

Fico feliz, Paulo, pelo fato de vocês terem conseguido chegar a um entendimento e, ao mesmo tempo, passando para o Marfrig, para que possa tocar essa planta e gerar emprego. Portanto, a população de Ji-Paraná, o Prefeito Josualdo Pires, o Carlos Magno, que foi meu Secretário de Agricultura e Deputado Federal, esteve aqui várias vezes em contato com os empresários, e hoje a gente está tendo sucesso. Já faz mais de 30 dias essa expectativa, tanto que o pessoal de Ji-Paraná está se preparando para contratar gente. O Ari Saraiva também, que foi meu Secretário-Geral de Ji-Paraná, que é Secretário do Prefeito, que representa nessa área legislativa e política... Portanto, eu me sinto feliz porque serão mais mil empregos para a cidade de Ji-Paraná. Então, eu fico feliz com isso e, com certeza, abater um pouco mais de cabeça, mesmo faltando animal. Nós temos que chegar à competência e à capacidade, Senador Wellington, que os Estados Unidos têm. Nós temos 217 milhões de cabeças de gado. Eles têm 90 milhões e produzem mais carne do que nós. Então, falta alguma coisa. O que está faltando para nós? Está faltando incentivo para melhorar nossa tecnologia e, ao mesmo tempo, nós termos segurança. O que não temos neste País, muitas vezes, é falta de segurança jurídica e segurança política de preço. Está aí o exemplo do leite. Importou-se leite dos outros países vizinhos, e os nossos agricultores estão pagando a conta. Não é diferente do boi. Eu quero dizer que, por mais problemas que tenhamos, não estamos entrando nessa seara da apuração da Lava Jato, de quem participou ou deixou de fazer, mas eu quero dizer que as empresas têm de estar sólidas para dar segurança para o nosso produtor.

Antigamente, os frigoríficos do nosso País, Senador Wellington, Deputado Luiz Cláudio, eram um verdadeiro cipoal, para não dizer um laranjal. No passado, os frigoríficos estavam só em nome de laranja, para não pagar imposto. Essa era a realidade. Eu sei que no meu Estado era assim, foi assim. O Governo Federal perdia os impostos e o Governo do Estado perdia também. E, como dizia o ditado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

esses recursos deixavam de gerar riqueza. Hoje é o contrário. Por isso que nós precisamos dar segurança para vocês, que são produtores, a exemplo do Sr. João Gonçalves lá na cidade de Jaru, como tantos outros empreendedores, outros empresários. E, se algum proprietário de frigorífico voltar a praticar esse mesmo sistema, eu sou o primeiro a denunciar. Por que eu denuncio, Luiz? Por uma razão muito simples: é concorrência desleal.

Portanto, fiz questão de convidar o Deputado Luiz Cláudio e eu vou lhe ceder a palavra para que o senhor possa participar também, uma vez que o senhor também é defensor desse setor agropecuário e de agricultura do nosso Estado de Rondônia.

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO) – Muito obrigado, Senador Ivo Casol, Senador do povo de Rondônia. O povo está clamando pela sua volta ao Governo, reconhecendo que foi um governo empreendedor, um governo de uma visão desenvolvimentista a ponto de, na sua época – não que eu tenha sido secretário seu –, o Estado ter chegado a crescer 14% do PIB ao ano. Hoje, infelizmente, está crescendo 3%, 4%. Mas essa é a visão de quem tem uma visão de desenvolvimento. E exatamente a sua visão, Senador Casol, é o agronegócio, a diversificação no campo, a industrialização, assistência técnica, a tecnologia. Isso realmente fez a diferença.

Eu quero também parabenizar o Senador Wellington, do Mato Grosso, nosso vizinho Estado, Senador do meu Partido, que é do PR. Parabéns pelo requerimento desta audiência pública, uma audiência tão importante para discutir a questão da indústria da carne bovina no País, porque estamos passando por momentos difíceis!

Quem mais sofre é o pecuarista e o consumidor: o pecuarista, porque é vítima desse monopólio. O monopólio veio exatamente para prejudicar o produtor rural.

Na sua época, Senador Cassol, você deu incentivo para várias indústrias tanto na carne como no leite, porque o objetivo era exatamente quebrar o monopólio e ter mais alternativa de mercado para quem produz leite e para quem produz carne. E deu certo, tanto que Rondônia só produzia muçarela do leite e, na nossa época, chegou a produzir leite em pó, leite condensado, hoje exportamos, agregou valor, melhorou a questão sanitária na granelização do leite, na melhoria da qualidade do leite. Isso fez com que entrassem indústrias que agregassem mais valor.

Agora, infelizmente, o Governo de Rondônia tem cruzado os braços para a área de tecnologia. É aquilo que o Secretário Rangel falou: enquanto os Estados Unidos produzem por hectare... Em Rondônia, hoje, nós produzimos quatro unidades por alqueire, e isso já é inviável na pecuária, sendo que nós podemos produzir até oito unidades por alqueire. Não precisa desmatar, não precisa suprimir nada de floresta, é só questão de tecnologia, mas o Governo não tem política nenhuma para isso, simplesmente não tem. E o produtor não tem como fazer isso sozinho. Ele precisa de crédito subsidiado, precisa de uma linha de crédito que realmente apoie o produtor a aplicar essa tecnologia no campo.

Hoje, Rondônia está abatendo o maior número de fêmeas que eu já vi em toda a história da pecuária rondoniense, Senador Cassol. Hoje se abate uma novilha com nove, dez arrobas. Isso é um absurdo! Se nós estamos dizimando as nossas fêmeas, como é que se vai aumentar o rebanho? Nós temos capacidade de aumentar a produtividade por hectare, nós temos capacidade também de ter um número de matrizes para substituir as fêmeas, e hoje o produtor não tem como fazer isso, não tem apoio, não tem política governamental.

Eu lembro, Senador Cassol, a questão que o senhor deu incentivo para os próprios produtores se organizarem em cooperativa. Em Pimenta Bueno, foi uma grande experiência. E nós temos lá pecuaristas altamente competentes, como Euvaldo Foroni, uma série de pecuaristas que se uniram com recursos próprios, com cotas dos pecuaristas, porque o recurso que veio não saiu em tempo hábil, tanto do Basa como do próprio BNDES, e eles, com recursos próprios, implantaram uma indústria. Hoje está na mão de quem? Da JBS. Eles não conseguiram mercado. Eu lembro que, na época, eles mandavam carga de carne para São Paulo e ficava lá quatro dias sem ter para quem vender, porque se fechavam as portas, porque era do produtor rural, era do pecuarista, e ele tinha de vender com prejuízo devido à situação do monopólio da carne em nível nacional e internacional.

Agora, por exemplo, Rondônia hoje, além de estar abatendo maior número de fêmeas, está também liberando animais vivos para São Paulo, essa política de que o Paulo falou. O Estado de São Paulo dá incentivo para comprar de outros Estados. Aí, a coisa está indo. O emprego está acabando no Estado. Cada animal abatido é um emprego direto, fora o indireto. Então, essa quantidade de plantas, se não houver um governo com essa capacidade de incentivar o produtor, dar condições para que ele possa melhorar o seu sistema de manejo, nós vamos ter muitas indústrias fechadas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ociosas por falta de matéria-prima. Então, na verdade, Rondônia está precisando de um governo que tenha essa visão.

Na área sanitária, Rangel, eu acho que o Ministério da Agricultura tem muita coisa que pode ser mudada. Vou dar alguns exemplos: só quem paga a conta é o pecuarista, o pequeno produtor, o produtor rural.

Outro dia, Senador Cassol, fui visitar o Idaron lá em Rolim de Moura, na nossa cidade. Cheguei lá e vi o desespero de alguns produtores. O produtor trouxe animais de 200km para abater. Por um acaso ou outro, a indústria não quis receber aquela carne, e simplesmente o Idaron disse: "Por lei federal, você tem de devolver esses animais para a sua propriedade de origem". Aí você imagina, Rangel... Sendo que ele tem propriedade também na cidade de Rolim de Moura e não podia... Um produtor lá da linha 176, do nosso Município, chamado Sr. Francisco, teve de devolver esses animais, a 200km por hora, pagando frete.

É a mesma coisa, Rangel, com a questão da brucelose. Aproveito para fazer esse alerta e essa cobrança. A multa hoje de um animal que passou de dez meses para a vacinação de brucelose é de R$135. Para o pequeno produtor, é um absurdo! O camarada está levando prejuízo no leite, devido a essa questão da importação, que somos contra, a questão também agora do monopólio da carne. Tudo é prejuízo para o pecuarista, mas ele é obrigado a pagar uma multa de R$135 por não ter vacinado, às vezes, ficou uma quantidade de fêmeas que ele não vacinou contra a brucelose. O Idaron diz que é a legislação federal. Nós temos de rever também essas questões. O Ministério talvez esteja muito longe dessa discussão com os Estados. São assuntos em que nós temos que ver a situação do produtor. O produtor é a pessoa mais interessada em fazer as coisas corretas. O Senador falou... Nós conseguimos, na gestão do Senador Cassol, tornar o Estado livre de febre aftosa com a participação dos produtores rurais. Se não fosse, não teríamos alcançado esse êxito. Então, é interessante rever essa legislação na questão da brucelose, na questão da guia de transporte animal. Se o frigorífico não aceitou aquela carga, tem que devolver a 200, 300km. Isso é mais prejuízo ao produtor rural e ao consumidor, porque o preço não baixa nas prateleiras dos supermercados, o que também é uma política tributária que depende dos governos. O Governo não tem sentado com esses donos de supermercado para tentar ver essa situação. Então, o que está acontecendo? O produtor é penalizado, o consumidor é penalizado por falta de uma política governamental, mais diálogo entre as indústrias e viabilizar mecanismos que possam tornar viável a pecuária tanto de corte quanto de leite.

Eu acho, Senador Cassol, que esta audiência pública tem uma importância muito grande, e por isso o Senador está de parabéns. Sem sombra de dúvida, a direção desta Comissão de Agricultura, na mão de V. Exª, está sendo muito bem conduzida pela experiência que o senhor tem como pecuarista, como Governador, como Prefeito, em um governo sempre empreendedor.

Eu lembro que o senhor nunca deixou de conversar com a indústria e com o produtor rural. Isso é fundamental. Em um governo que não tem competência para ouvir os empresários da indústria, não tem competência para ouvir os produtores rurais, vai acontecer o que está acontecendo. Sempre a paulada é na cabeça dos mais fracos: o pecuarista sendo prejudicado e o consumidor também sendo prejudicado pela falta de uma política de governo através de um diálogo melhor para facilitar a vida de todos. Todos dependem um do outro. A indústria depende do pecuarista, o pecuarista depende da indústria. Mas, se não houver um governo forte, o pecuarista é o mais penalizado e o consumidor também vai pagar a conta nas prateleiras do supermercado.

Portanto, Senador Cassol, parabéns pelo trabalho que V. Exª vem desenvolvendo nesta Comissão. Eu venho aqui exatamente para prestigiar e defender o pecuarista rondoniense e a pecuária brasileira, que precisam da ação governamental do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios, para poder sobreviver. É o único setor que tem dado superávit ao País, o setor do agronegócio, o setor que mais cresce, apesar de toda essa dificuldade. O lucro do pequeno produtor, do médio e do grande é bem pequeno, se não estiverem trocando seis por meia dúzia, mas ele é um empreendedor nato. O produtor rural é um empreendedor, ele não deixa de produzir, basta o Governo ajudar, dar a mão.

Por isso, eu agradeço a oportunidade, Senador Cassol.

Parabéns por esta condução da audiência pública!

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado pela participação, Deputado Luiz Cláudio. O Deputado Luiz Cláudio tem uma longa história com a minha trajetória política. Ele foi meu Secretário de Agricultura Municipal de Rolim de Moura e, quando eu fui para o Governo do Estado de Rondônia, ele virou vereador, ele foi meu Secretário de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agricultura, Indústria e Comércio, também do Estado de Rondônia. Depois, virou Deputado Estadual e agora Deputado Federal.

No nosso tempo, na nossa época, só para vocês terem uma ideia, é importante, Rangel, nós, no nosso período, além de ter o Projeto Inseminar, em que tínhamos parceria com a Emater, em que nós inseminávamos com animal de raça para aproveitar e ter maior produção de leite... Se nós estamos proibidos hoje de derrubar na Amazônia, por que nós não fazemos o que o Deputado falou? Se colocam quatro cabeças por alqueire, por que o BNDES, o Basa não liberam linha de crédito? Se esse cartão for não só para comprar máquina, mas especialmente para contribuir para corrigir o solo e, em vez de colocar quatro, coloca seis, sete, oito cabeças no mesmo espaço? Nós não queremos desmatar a Amazônia, queremos é aumentar, queremos aproveitar a própria terra e melhorá-la.

No período em que o Deputado Luiz Cláudio estava lá como secretário, nós tínhamos da Emater... Hoje a Emater, no meu Estado, infelizmente, Rangel, só está trabalhando para fazer pequenos projetos para agricultor familiar que ganha 2%, 2,5% e está sobrevivendo com isso. No nosso tempo, nós tínhamos lá distribuição de semente de milho, de feijão, de arroz. Nós tínhamos o Promec, com cinco horas de máquina para cada agricultor de graça. Nós tínhamos da Emater a vacinação contra brucelose das fêmeas – nós vacinávamos. O atual Governo do PMDB só tem lá tinha, lá tinha, lá tinha no nosso tempo, porque agora não tem mais nada. Alguém pensa que é latinha de cerveja, mas não é não; latinha de refrigerante, não é não: lá tinha no passado, não tem mais há muito tempo. Então, eu fico triste. O Estado, com toda essa crise nacional, ainda está crescendo, por causa do potencial que nós temos.

Aqui nós estamos discutindo essa questão da cadeia dos frigoríficos, da quantidade de animais, e ao Paulo, que é um dos proprietários de frigorífico de Mato Grosso, eu quero dizer que também sou pecuarista. Meu filho comanda, o Ivo Júnior comanda, e nós temos confinamento. Alguém disse o seguinte: "Cassol, nessa crise, vocês, por mais que tenham risco para vender para o frigorífico..." Para o próprio JBS, nós vendemos semana passada, vamos vender esta semana de novo. Se eu não me engano, amanhã está carregando de novo, e o prazo é com 30 dias. O que eu vejo? Que aquelas empresas laranja que existiam no passado hoje não existem mais. Hoje, são empresas sólidas, com patrimônio, e, por mais que os ex-diretores e presidentes não estejam mais na condição de administrar, a empresa que está não no mercado brasileiro, mas no mercado mundial e no mercado aberto tem uma diretoria sólida para continuar tocando.

Não quero também, depois, se amanhã der alguma zebra, que alguém venha me culpar. Mas eu quero dizer o seguinte: no meu ponto de vista, eu vejo que nós não podemos parar de continuar trabalhando e acreditando que haja cada vez mais solidez. Tanto é verdade que, no passado... Eu conheço muitos frigoríficos. Nós também tivemos problemas, porque nós vendemos para frigoríficos e levamos o calote. Muitos pecuaristas quebraram no Estado de Rondônia. Houve pessoas até que se suicidaram por causa disso. Mas acontece que, no passado, existia isso.

E aí eu quero fazer uma solicitação, uma reivindicação para o BNDES: leve para o Governo Federal, e que o Ministério da Agricultura também só libere quando as plantas tiverem origem, quando as plantas tiverem patrimônio, quando as plantas tiverem segurança – segurança para quem adquire, para quem comercializa e para quem tem coragem de vender.

Quando o Luiz falou da cooperativa de Pimenta Bueno, é verdade. O monopólio não está só na compra do gado. O monopólio na compra do gado ainda é fácil, porque a pessoa compra lá e aí vai levar para o grande centro. Quando chega ao grande centro, essas grandes empresas têm uma estrutura. E, quando você chega e oferece a arroba do boi, a carne pronta para consumo, ele chega por trás e fala: "não, eu te ofereço tantos por cento mais barato". É para quebrar os pequenos. Eles quebram os pequenos dessa maneira. Talvez as pessoas pensem o seguinte: "não, mas é só lá na ponta, oferecendo menos". Não. O problema maior está aqui do outro lado, quando vem comercializar em São Paulo.

Então, para quem está conseguindo sobreviver nesse mercado de gigantes, que, infelizmente, muitas vezes, não jogam lealmente, mas com o mercado externo... O próprio Ministro Blairo Maggi tem percorrido os quatro cantos desse mundo afora, especialmente na China, para colocar a nossa carne, com aquela operação que aconteceu, a Operação Carne Fraca, que eu vejo que foi um dos maiores desastres que aconteceu. Não é que a operação não deva acontecer. Dentro de qualquer Ministério, de qualquer local em que aconteça o que aconteceu quando tem um corrupto desonesto, esse tem que ser banido, tem que ser punido. O que nós não podemos é generalizar. Nós não podemos pegar toda a cadeia, pegar 4,5 mil frigoríficos, botar no mesmo caldeirão e botar soda dentro, como se tivesse que derreter todos. Nós temos que pegar aqueles cinco que deram problema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e, nesses sim, temos que botar fogo quente, para derreter, para não ter problema, para poder dar segurança para os outros que são sérios.

Portanto, nós, nesta Comissão, temos buscado o fortalecimento de todas as ações para que a gente possa, ainda mais, buscar um resultado positivo e dar segurança para quem está produzindo na ponta, que é o caso do nosso pecuarista, que é o caso do leite, que o senhor também falou, Luiz Cláudio. Nós não podemos, de maneira nenhuma... E aqui o Ministério é fundamental. Antes de o Ministro da Indústria e Comércio baixar uma portaria para poder importar tudo que o Uruguai produz, que o outro produz, colocando em xeque a dignidade e o suor do nosso produtor... Não é justo um litro de leite no nosso País valer menos que uma garrafinha de 500 ml de água. Não é justo! E outra coisa que eu queria pedir para o Ministério da Agricultura, e ver quem é o responsável dessa área: nós não podemos concordar. Quem fabrica aquela caixinha daquele monopólio internacional daquela Tetra Pak... Como é o nome daquela empresa lá?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Tetra Pak. Isso é podre! É um esquema podre! Eu queria que os diretores, que os nossos representantes estivessem me ouvindo. Nós não podemos concordar. Gente, isso é em nível mundial. Só uma empresa fornece essa caixinha? A caixinha é mais cara do que o leite? Não dá para concordar, gente. Não dá para admitir.

Nós temos mais empresas aí. Nós temos que quebrar esses monopólios, para poder abrir, para que a gente possa diminuir o custo para o nosso consumidor. E, para diminuir o custo para o nosso consumidor, não pode ser lá em quem produz; tem que ser em quem está querendo ganhar muito no meio do caminho. Então, o nosso trabalho é esse.

Quero agradecer ao nosso convidado. Obrigado pela participação de vocês. Com certeza, o nosso Senador Wellington, que teve que sair, porque estava com participação do Ministro dos Transportes na outra audiência também...

E eu quero dizer para vocês: eu estava agora há pouquinho com o Cláudio, que me assessora aqui, e ele me passou o novo orçamento para o Ministério dos Transportes no ano que vem. De R$9 bilhões o Ministro do Planejamento mandou para cá R$725 mil para...

(*Intervenção fora do microfone.*)

Não, não são milhões, não! Setecentos e poucos mil para o Ministério dos Transportes! Isso é um absurdo.

Como é que nós vamos melhorar nossa infraestrutura para escoar a nossa produção? Nós já estamos quebrados, estamos falidos. E aí é importante que todas as instituições – o Senado, a Câmara, que é o Poder Legislativo, os dois, como também os demais Poderes – façam a sua parte. Não adianta só o Executivo cortar. Não adianta só nós, do Legislativo, apanharmos. Nós precisamos que todo mundo participe disso, sob pena de todo mundo ser vítima desse próprio sistema.

Esse sistema é bom, é ótimo, mas eu quero dizer, eu falo isso para vocês: quando eu fui governador, eu busquei os demais Poderes para poder cortar, diminuir os custos no Estado na época. E todo mundo dizia: "Corta!" Vou dar aqui um exemplo. É igual ao pai que tem dez filhos. O que ele ganha por mês não dá para cobrir a despesa dos dez filhos. Cada um tem um cartão de crédito. Aí o filho chega e fala para o pai: "Pai, o senhor está certo. O senhor corta. Pode cortar! Mas não mexe no meu, porque o meu eu preciso." E assim é com os demais. Então, nós precisamos...

Pois não, Paulo.

O SR. TADEU PAULO BILLINCANTA – Desculpe, Senador, mas eu precisava fazer justiça aqui a dois assuntos. Primeiro, o Brasil consome 80% do que produz, e 20% é exportado. Nós temos que hoje reconhecer o trabalho do Ministério da Agricultura, o trabalho do Blairo Maggi, um leão. Isso, sim, vai poder fazer com que nós tenhamos valorização no campo, na arroba do boi, mais do que qualquer outra coisa que esteja acontecendo hoje.

Em segundo lugar, Senador, eu tenho dito, eu tenho aberto – o pessoal do Mato Grosso me conhece – a planilha de custos da minha empresa. Nós precisamos acabar com a guerra entre produtor e frigorífico. Isso é coisa do passado, é coisa da época das recuperações judiciais fraudulentas, da ilegalidade. Nós precisamos voltar a sentar.

Em terceiro lugar, Senador, me preocupa muito, porque vai poder impactar no preço da arroba do boi. O senhor é Presidente de uma Comissão na qual há um assunto dizendo de horas trabalhadas na indústria frigorífica. Há uma aberração nisso tudo. Nós temos 44 horas semanais, das quais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalhamos 39. Agora, há um projeto aí circulando para se trazer isso a 36. Trabalharemos 31. Quem pagará essa conta, Senador? O boi, de novo; o consumidor final. Inflacionário. Já a NR 36, do Ministério do Trabalho, resolve o problema, coíbe. Nós temos, a cada 1h40 trabalhada, 20 de descanso. Fizemos, nesse período, os exercícios laborais. Está superatendido esse setor. E, no entanto, nós nos deparamos, de repente, com uma coisa nova, que é muito perigosa para esse setor – mais perigosa que ter uma grande empresa no segmento.

Muito obrigado.

Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – A sua intervenção foi fundamental, Paulo.

E vou dizer mais. Nesta Comissão, nós discutimos sobre esse projeto de redução na cadeia do setor de frigoríficos, e eu fiz uma pergunta para a nossa sociedade, para a população do País inteiro. Se, dentro de uma unidade frigorífica, um empregado tem cem movimentos por dia com a faca e tem que se reduzir o horário por causa disso, eu fiz uma pergunta para os agricultores que estão em casa, para quem trabalha na roça: quantos movimentos vocês fazem com a enxada? Quantos movimentos faz quem está na agricultura familiar, especialmente nas verduras, ou quem colhe café? Estávamos conversando há pouco aqui sobre o café clonal. E aqueles que trabalham com a foice? Espere aí: é por movimento que nós vamos diminuir? Daqui a pouco, afinal de contas, quem vai trabalhar neste País?

Eu entendo que todo movimento físico é bom e fundamental para a saúde. No mesmo dia, Paulo, para terem uma ideia, houve alguém que falou: "Não, mas acontece que, nos frigoríficos, há o problema do frio." Então, espere aí: nos Estados Unidos, naquele lugar em que a neve cai e até aeroporto tranca, ninguém pode mais trabalhar por causa do frio também? Então, são situações em que se formos querer tapar o sol com a peneira e, em cada setor produtivo, querer, na verdade, diminuir... Se for por falta de emprego que querem diminuir, eu até não discordo, com uma condição: que diminuam também o salário.

Agora, eu não acho justo – por isso, eu defendi a reforma trabalhista – saírem os nossos filhos daqui, indo para outros países, como os Estados Unidos, em que não há segurança nenhuma, mas todo mundo quer ir para lá, porque dizem que ganham muito mais. Por que não trabalhar aqui, no País, e ganhar mais aqui?

"Ah!, mas alguém quer viver com a bolsa miséria!" Que viva com a bolsa miséria, que é a Bolsa Família! "Alguém quer viver com o salário de R$500!" Ótimo, mas e aquele que quer ganhar mais? Por que não? E aquele que quer trocar a bicicleta por uma moto? Por que não? E aquele que quer trocar o aluguel por...? Por que não?

Assim, eu fui defensor de vocês, não por nada. Eu não sou contra. Tenho amigos e amigas que trabalham em frigoríficos em Rolim de Moura e em todo o Estado de Rondônia. Se, por um acaso, diminuírem o horário, eu quero dizer o seguinte: quem vai pagar essa conta? É o consumidor? O consumidor não aguenta mais. É o produtor? Também não aguenta mais. É o dono do frigorífico? Esquece. O dono do frigorífico tem a caneta na mão e o talão de cheque e vai meter a taca em quem? Ele vai meter a taca no próprio funcionário, que vai ganhar menos.

Agora, olhem como é a situação. Aí falaram o seguinte: "Aí, reduziam para 36 horas e, ainda, a cada 50 horas, diminuíam mais 8 horas. Aí ele vai ter tempo para fazer outro serviço." Olhem como é a situação, gente! Aí o cara sai do serviço dele em que ele já está lá, faz as horas e se manda para outro serviço. No outro dia, quando ele volta a trabalhar, ele está acabado, está morto, porque, de repente, o trabalho que ele pegou foi à noite, foi de madrugada, foi no final de semana! Por que, então, ele não faz esse serviço a mais na própria empresa, dando continuidade às horas?

É isso que eu tenho definido. Há tantas coisas que se criam aqui, no Legislativo, no Senado e na Câmara, que, infelizmente, são um desserviço para a Nação. Há tantos projetos aqui, em que o cara, para fazer média, para se perpetuar no poder, não tem coragem de enfrentar o desgaste quando precisa. E, se você for colocar, vão dizer: "Mas os sindicatos estão cobrando!" É o papel do sindicato. O papel do sindicato é o quê? Poder criar facilidades para os que são associados para que ele possa se perpetuar.

Agora, há uma grande vantagem que nós fizemos aqui, no Congresso Nacional: nós acabamos com a obrigação de todo funcionário pagar um dia do seu salário anual para os sindicatos. Quem quiser faz por livre e espontânea vontade. Não é mais descontado na conta. Portanto, não queremos que acabem os sindicatos, mas, da maneira como está aí, com não sei quantos mil sindicatos, com quase 20 mil sindicatos, no País em que nós vivemos hoje, enquanto, no Japão e nos Estados Unidos... Pelo amor de Deus!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.151015/2017-63

E o que virou no nosso País? Virou uma fábrica de leis trabalhistas. O cara trabalha um dia e vai ao Ministério do Trabalho, trabalha dez e vai ao Ministério do Trabalho. A sorte é que hoje o próprio Ministério do Trabalho está revendo muita coisa, porque muita mentira de um mau funcionário valia mais que cem verdades de um patrão. Quantos desgastes aconteceram!

Vocês podem contar comigo. Pode ter certeza, Paulo. Eu não estou aqui defendendo... Há o mau patrão também, e do mau patrão não tem que se ter dó, não! Tem que meter a taca! Eu sou patrão e, além de ser patrão, sou amigo dos meus funcionários. Nós vamos jogar bola juntos, nós vamos pescar juntos. Não há essa história... Quando estão na minha casa, almoçamos juntos na mesa, não há problema nenhum. É a mesma coisa aqui com meu assessor que trabalha comigo, que também é meu motorista; ele vai para casa aqui, em Brasília, minha esposa está lá, e ele almoça comigo também na mesa. Não há esse negócio de frescura, não há esse negócio de que, por ser funcionário, separar.

Agora, quando chegou a hora de trabalhar, se não trabalhou, está fora! Pode ser amigo meu! Eu bato no ombro e meto a taca! Com isso, o que dá? Cada um tem que ter responsabilidade, porque cada um tem que respeitar o direito de um e de outro, para poder também ter a obrigação que ele tem. Muitas vezes, no setor público, só temos, como diz o outro, obrigação, obrigação, obrigação... E que dever a pessoa tem? Ou na iniciativa privada. Só tem obrigação. Que dever o cara tem? Tem que ser ambos, independentemente de quem é patrão ou funcionário. Aquele que contrata, e não paga, eu também não aliso, não, porque eu não acho justo também se sacrificarem.

No restante, eu quero agradecer a participação de vocês e desejar um feliz almoço. Até uma próxima oportunidade, se Deus assim permitir. A vocês que estão em casa, que estão nos acompanhando ao vivo, obrigado.

Quero só agradecer ao Ministério da Pesca, de novo, agora que estamos ao vivo, porque foram autorizadas as licenças ambientais no Estado de Rondônia, a renovação e a expedição, coisa que estava paralisada, dando prejuízo para os nossos produtores. Eu fico feliz com isso. Então, ao nosso Secretário de Pesca e toda a equipe, o nosso agradecimento. Ao Ministro Blairo Maggi, levem o nosso abraço, o nosso obrigado.

Que Deus abençoe a todos!

Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 24ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 19 DE SETEMBRO DE 2017.

Às dez horas e cinquenta e nove minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e dezessete, na Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol e do Senador Cidinho Santos, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Dário Berger, Regina Sousa, Ângela Portela, Paulo Paim, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, José Medeiros, Ana Amélia, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Pedro Chaves, Airton Sandoval, Ataídes Oliveira e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Eduardo Amorim e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, informa sobre a homenagem recebida do Sr. Henrique Prata, Presidente do Hospital de Câncer de Barretos, unidade Porto Velho/RO, sobre a parceria com o estado de Rondônia, e ainda informa sobre a destinação de verba ao Hospital por intermédio de emenda parlamentar individual no orçamento da união, manifestando agradecimento aos rondonienses engajados na campanha pela vida, arrecadando fundos para o Hospital de Câncer de Barretos, e, ainda, agradecendo à Advocacia-Geral da União pelo parecer favorável ao projeto aprovado pelo Senado Federal para a liberação do uso da fosfoetanolamina. Após o breve comunicado, o Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à pauta da presente reunião: ITEM 1: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, de 2014 - Não Terminativo - EMENTA: Altera a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, para isentar as cultivares de plantas e flores ornamentais de domínio público da obrigatoriedade de inscrição no Registro Nacional de Cultivares - RNC. Autoria: Deputado Junji Abe. Relatoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do PLC 88/2014, com a Emenda nº 1-CAE. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 2: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, de 2017 - Não Terminativo - EMENTA: Dispõe sobre a Política Nacional da Erva-Mate. Autoria: Deputado Afonso Hamm. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do PLC 72/2017. Observação: 1- Os Senadores Waldemir Moka, Ana Amélia e Ivo Cassol manifestam acerca do PLC 72/2017. Resultado: Retirado de pauta a pedido da Relatora, Senadora Ana Amélia. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 734, de 2015 - Terminativo - EMENTA: Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para tratar da medição e demarcação de lotes distribuídos para fins de reforma agrária e para ampliar a gratuidade da alienação desses imóveis cujas áreas não ultrapassem dois módulos fiscais. Autoria: Senador Wellington Fagundes. Relatoria: Senador Dalirio Beber (*Ad hoc*), em substituição ao Senador José Medeiros. Relatório: Pela prejudicialidade do PLS 734/2015 (votação simbólica). Observação: 1- O Sr. Presidente, Senador Ivo Cassol, designa o Senador Dalirio Beber relator "ad hoc", em substituição ao Senador José Medeiros. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Dalirio Beber, pela prejudicialidade do PLS 734/2015. ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 509, de 2015 - Não Terminativo - EMENTA: Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para ampliar o alcance das ações de regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela prejudicialidade do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

PLS 509/2015. Observação: A Comissão aprova, preliminarmente, por intermédio do Requerimento nº 27/2017, a dispensa da audiência pública aprovada pelo Requerimento nº 62/2015. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Valdir Raupp, pela prejudicialidade do PLS 509/2015. ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2016 - Não Terminativo - EMENTA: Disciplina o repasse de recursos federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para apoio às ações de defesa agropecuária. Autoria: Senador Roberto Muniz. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do PLS 379/2016, com cinco emendas que apresenta. Observação: 1- Os Senadores Dalirio Beber, Waldemir Moka, Ana Amélia, Cidinho Santos e Ivo Cassol fazem uso da palavra na discussão da matéria. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Flexa Ribeiro, favorável ao PLS 379/2016, com as Emendas nº 1-CRA a 5-CRA. ITEM 6: AVISO Nº 47, de 2016 - Não Terminativo - EMENTA: Encaminha cópia do Acórdão nº 2674/2016 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao pedido de reexame interposto pelo Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Paraná contra o Acórdão nº 2.174/2014 (TC 015.563/2012-0). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Cidinho Santos (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento do AVS 47/2016. Observação: 1- O Sr. Presidente, Senador Ivo Cassol, designa o Senador Cidinho Santos relator "ad hoc", em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Cidinho Santos, pelo conhecimento e posterior arquivamento do AVS 47/2016. ITEM 7: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 24, de 2017 - EMENTA: Requer a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a debater a importância dos insetos polinizadores para a agropecuária e os estudos recentes sobre o tema. Autoria: Senador Lasier Martins. Resultado: Adiado. ITEM 8: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 27, de 2017 - EMENTA: Requer, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento 62/2015, que solicita a realização de audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei do Senado nº 509, de 2015. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA: ITEM 9: EMENDA Nº 1 DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 626, de 2011 - Não Terminativo - EMENTA: Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências. Autoria do Projeto: Senador Flexa Ribeiro. Autoria da Emenda de Plenário: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 1-PLEN, na forma da Subemenda nº 1-CCT/CAE/CDR, e da Emenda nº 2-CAE/CDR. Observação: 1- O Senador Flexa Ribeiro manifesta acerca do PLS 626/2011. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Valdir Raupp, favorável à Emenda nº 1-PLEN, na forma da Subemenda nº 1-CCT/CAE/CDR/CRA, e à Emenda nº 2-CAE/CDR/CRA. ITEM 10: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2015 - Não Terminativo - EMENTA: Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005. Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze. Relatoria: Senador Cidinho Santos. Relatório: Pela aprovação do PLC nº 34/2015, com a emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Cidinho Santos, favorável ao PLC nº 34/2015, com a Emenda nº 1-CRA. ITEM 11: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 31, de 2017 - EMENTA: Requer a realização de Audiência Pública para debater os investimentos em infraestrutura logística de estradas, visando o escoamento de produção agrícola, principalmente, haja vista a redução do orçamento em mais de 99% em transporte terrestre. Autoria: Senador Ivo Cassol. Resultado: Aprovado. Antes do encerramento, o Senhor Presidente exibe vídeo para apresentar a produção de uva no município de Presidente Médici, no estado de Rondônia, parabenizando a iniciativa do produtor rural Wilson Marcon, que gera renda e oportunidade de emprego. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/09/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Cumprimento os Senadores e Senadoras, os assessores, nossa equipe da CRA.

Declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de matérias.

Quero aqui também, com imensa alegria e satisfação, cumprimentar os nossos nobres colegas, o nosso Senador do Estado de Rondônia, Senador Valdir Raupp.

Agora há pouco fomos homenageados pelo Henrique Prata, que é o nosso presidente dessa instituição tão importante em nível nacional e até internacional, porque há pessoas dos países vizinhos que também vêm fazer tratamento de câncer em Barretos. E ressalto também a parceria com o Estado de Rondônia. Desde a época em que fui Governador do Estado de Rondônia, Senador Raupp, nós começamos, com muita dificuldade e sem espaço, sem local, fazendo parceria com o Hospital do Câncer.

Hoje, o nosso trabalho aqui, da Bancada Federal, é no sentido de levar recursos das nossas emendas. Ano passado, botei 171; este ano, botei à disposição R$1 milhão. O Senador Raupp, eu também vi lá, colocou R$1 milhão de emenda individual. Todos da Bancada têm ajudado.

E aqui, Senador Raupp, se me permitir, em nosso nome, quero mandar um abraço de agradecimento a todos, mesmo que na nossa Comissão de Agricultura a gente discuta assuntos do agronegócio, da agricultura, da pecuária brasileira. Quero dizer que, sem saúde no campo, as pessoas também não fazem nada. Então, quero aqui, em nome da nossa Bancada de Rondônia, dos nossos Senadores, levar o nosso abraço, a nossa gratidão a todos os amigos e amigas que, no Estado de Rondônia, fazem a campanha pela vida, fazem a campanha do leilão, muitos arrecadando gado, arrecadando bezerro, bezerra, em todas as cidades – cidades maiores e cidades menores –, cada um com o seu tempo, com o seu espaço, com as suas condições para arrecadar fundos e ajudar o Hospital do Câncer de Barretos.

Eu estava vendo os números com o Presidente Henrique Prata. Enquanto o total dos custos para manter a estrutura da unidade de tratamento de câncer de Barretos é de 400 e poucos milhões, o SUS só paga 200 e poucos milhões. Portanto, quero dizer que essa homenagem que recebi hoje é também pela parceria que tenho feito como Senador e como ex-Governador. Quero aqui dividir isso com cada um dos rondonienses, com cada um dos brasileiros que infelizmente precisa, quando é diagnosticado com câncer, de um tratamento digno e melhor.

Quero também deixar o meu abraço com o Senador Moka, que é um parceiro, é médico. Quando nós aqui também defendemos a fosfoetanolamina, o Moka, no começo, me recordo, como médico ficou meio na dúvida, mas, quando viu os depoimentos das pessoas, quando viu por que – além de médico é químico... Quero dizer que fico feliz quando aparece uma nova alternativa para o tratamento do câncer.

Outro exemplo: agora disseram que o bicarbonato também ajuda. Pesquisas mostram que a fruta que é produzida também no nosso Estado com abundância, que é a graviola – eu tenho mais de quatrocentos pés de graviola plantados lá na minha propriedade e toda semana tem polpa de graviola –, também ajuda a combater o câncer.

Então, acho que aproveitar todas as oportunidades que surgem é fundamental, especialmente quando a AGU, a Advocacia-Geral da União, no seu parecer no projeto que nós aprovamos aqui nesta Casa liberando o uso da fosfoetanolamina para tratamento das pessoas que já fizeram tratamento – então, como tratamento alternativo... Foi suspenso, porque uma associação médica entrou na Justiça, porque, infelizmente, a fosfoetanolamina não dá dinheiro. Pacotes vindos dos Estados Unidos custam R$300, enquanto uma quimioterapia ou uma radioterapia custa milhões de reais. Portanto, a Advocacia-Geral da União, no seu parecer encaminhado para o Tribunal de Contas, é pela constitucionalidade da nossa lei e, ao mesmo tempo, diz que nós temos, sim, autonomia para fazer leis aqui no Congresso Nacional para atender à demanda da população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eu quero aqui, em meu nome, como Senador da República, representando o povo do Estado de Rondônia e do Brasil, agradecer aos Advogados da União que, nessa Adin, deram parecer favorável à manutenção do projeto de lei. Portanto, eu quero dizer que, para mim, é um motivo de alegria. Eu espero que em breve possa ser autorizado novamente o uso da fosfoetanolamina.

E as pessoas que eu conheço em Rondônia, Senador Moka, Senador Raupp, Senador Dário Berger... E lá no seu Estado Dário, lá em Pomerode – Dalirio, Dalirio –, houve um cidadão que tratou a mãe dele, depois ajudou as pessoas e acabou indo para a cadeia – e perdeu a mulher, por derrame, por causa disso, oriundo disso.

Eu quero dizer que as pessoas que, lá em Rondônia, conseguem ter acesso à fosfoetanolamina estão – Senador Raupp, em Rolim de Moura eu conheço várias – andando, festejando, convivendo, Senador Moka, com a família. E há pessoas que saíram do hospital, e o médico falou: encomenda missa do sétimo dia porque não aguenta 30 dias. E essas pessoas lá estão com mais de ano, mais de dois anos, andando pelos quatro cantos.

Então, eu fico feliz, porque, se de cada dez, salva um... Já é um bom resultado. E cada nova descoberta que houver, novo conhecimento da ciência, com certeza, cada um – mesmo que não haja 100%; nada tem 100% –, nós temos que dividir com nossos semelhantes.

Eu quero aqui inverter a pauta e submeter o item 4 à apreciação da Comissão.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 509, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para ampliar o alcance das ações de regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: Pela prejudicialidade do PLS 509/2015.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- Em 15/08/2017, o Senador Acir Gurgacz apresentou o Requerimento 27/2017 para a retirada do Requerimento de Audiência Pública 62/2015, de sua autoria, aprovado em 03/09/2015.

3- A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da CCJ, após a deliberação da CRA.

Em votação o requerimento do Senador Acir Gurgacz para a retirada do requerimento de audiência.

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovada a retirada do requerimento de audiência pública. Dessa forma, passo a palavra ao Relator, Senador Valdir Raupp, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu relatório, eu queria pedir, antecipadamente, vista do item nº 1 do PLC 88 – PLC 88, item nº 1. Se eu puder já pedir vista antecipadamente para que não seja votado hoje, possa ser votado à frente...

Esse relatório já foi feito, não é?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não, primeiro nós precisamos que o Senador Caiado leia o relatório para que, então, seja solicita a vista. Não foi lido ainda.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Ah, não foi lido ainda? Está bem, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Mas tão logo ele apresente o relatório, tão logo ele o leia, a gente considera a vista.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, em exame na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 509, de 2015, do Senador Acir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Gurgacz, que altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para ampliar o alcance das ações de regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

A proposição está composta por oito artigos. O art. 1º do PLS insere o art. 7º-A na referida Lei nº 11.952, de 2009, para permitir, por meio de processo licitatório, que se assegure ao ocupante direito de preferência a regularização fundiária em área de até 15 (quinze) módulos e não superior a 2.500 ha (dois mil e quinhentos hectares), com ocupação mansa e pacífica, anterior a 1º de dezembro de 2004, tendo por público-alvo: a) a pessoa natural que exerça exploração indireta na área ou seja proprietária de imóvel rural em qualquer parte do território nacional, respeitado o disposto nos incisos I, III e V do *caput* do art. 5º; e b) a pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras que tenha sede e administração no País, respeitado o disposto nos incisos II e III do *caput* do art. 5º da Lei nº 11.952, de 2009.

Conforme o art. 2º, a proposta altera o inciso IV do art. 5º da Lei nº 11.952, de 2009, ficando a regularização condicionada à comprovação do exercício de ocupação e exploração direta, mansa e pacífica, por si ou pelos antecessores do beneficiário, anterior a 22 de julho de 2008.

Nos termos do art. 3º, o PLS modifica o §1º do art. 12 da Lei nº 11.952, de 2009, para estabelecer que a avaliação do imóvel terá como base o valor mínimo estabelecido em planilha referencial de preços do Incra ou outro indicador referencial, sobre o qual incidirão índices que considerem os critérios de ancianidade da ocupação, especificidades de cada região em que se situar a respectiva ocupação e dimensão da área, conforme regulamento.

Em seu art. 4º, o projeto altera o art. 15 da Lei nº 11.952, de 2009, para instituir que o título de domínio ou, no caso previsto no §4º do art. 6º da lei, o termo de concessão de direito real de uso deverá conter, entre outras, cláusula sob condição resolutiva pelo prazo de 10 (dez) anos, que determine as condições e forma de pagamento. Adicionalmente, as novas disposições determinam que: a) no caso de áreas com até 1 (um) módulo fiscal, caso o beneficiário opte pela quitação, o prazo fixado no *caput* do art. 15 reduz-se para 3 (três) anos; e b) no caso de áreas superiores a 1 (um) módulo fiscal, o prazo a condição resolutiva mencionado no *caput* do art. 15 extingue-se com o pagamento.

Como todos têm conhecimento do relatório e como é um relatório muito extenso, muito técnico, eu vou direto ao voto para ganharmos tempo.

Em face da perda do objeto da matéria em exame por lei superveniente, nada mais há que se discutir nos termos propostos, restando tão somente o arquivamento do projeto em tramitação.

Voto.

Por todo o exposto, votamos pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 509, de 2015.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Sr. Relator, Senador Valdir Raupp.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, passa-se à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório do Senador Valdir Raupp, que passa a constituir o parecer da CRA, pela prejudicialidade do PLS 509, de 2015. A matéria será encaminhada, para apreciação terminativa, à CCJ.

Extrapauta.

Emenda nº 1, de plenário, oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro – é uma alegria, Senador Flexa Ribeiro, cumprimentá-lo.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 626, de 2011

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.151015/2017-63

- Não terminativo -

Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 1-PLEN, na forma da Subemenda nº 1-CCT/CAE/CDR, e da Emenda nº 2-CAE/CDR.

Passo a palavra ao Relator, Senador Valdir Raupp, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o PLS ora mencionado, composto de seis artigos, foi inicialmente distribuído às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Agricultura e Reforma Agrária e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa. Essas comissões aprovaram a matéria e, como a decisão da CMA era terminativa, aprovou-se o projeto sem alterações.

Cumpre destacar que, com a apresentação do Recurso nº 8, de 2013, o Projeto foi submetido à apreciação do Plenário, oportunidade em que recebeu a Emenda nº 1-PLEN, de 2013, que ora se analisa nesta CRA. No entanto, antes de retornar a esta Comissão e às demais comissões constantes do despacho inicial, em virtude da aprovação de requerimentos do nobre Senador Cristovam Buarque, a matéria foi encaminhada ao exame das comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Assuntos Econômicos (CAE), quando recebeu, em ambas, relatório favorável à sua aprovação.

Em síntese, após o Plenário apresentar a Emenda nº 1-PLEN, de 2013, a matéria foi enviada às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Assuntos Econômicos, para exame do projeto e dessa emenda; seguindo, posteriormente, às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Agricultura e Reforma Agrária; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para exame da mencionada emenda.

Na CCT, foi avaliado relatório do nobre Senador Ivo Cassol, sendo a matéria aprovada com a adoção, como subemenda, da Emenda nº 1-PLEN, de 2013, que alterou o art. 3º, inciso XII, para estabelecer como diretriz a ocupação prioritária de áreas degradadas ou de pastagem que já se encontrassem nessas condições na data de 31/1/2010, obrigatoriamente declaradas pelo órgão ambiental estadual. Na deliberação da CCT, o Senador João Capiberibe apresentou Voto em Separado pela rejeição do projeto e da emenda de plenário, que restou vencido.

Na CAE, tivemos o privilégio de relatar a matéria, que foi aprovada no teor da Emenda nº 1-PLEN, de 2013, na forma da subemenda nº 1- CCT/CAE, e da Emenda nº 2-CAE, a qual apresentamos para sanar imprecisão vocabular do uso, ao longo do PLS, do termo "biomas Cerrado e Campos Gerais" localizados na Amazônia. Esclarecemos que, também, relatamos a matéria na CDR, oportunidade em que se acatou tanto a Emenda nº 1-PLEN, de 2013, na forma da Subemenda nº 1-CCT/CAE/CDR, como a Emenda nº 2-CAE/CDR.

Não foram apresentadas outras emendas ao PLS.

Voto.

Ante o exposto, votamos pelo acatamento da Emenda nº 1-PLEN, de 2013, na forma da Subemenda nº 1-CCT/CAE/CDR, e da Emenda nº 2-CAE/CDR.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, nobre Relator, Senador Valdir Raupp.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, passa-se à votação.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Valdir Raupp, que passa a constituir parecer da CRA, pela aprovação da Emenda nº 1-PLEN, na forma da Subemenda nº 1-CCT/CAE/CDR, e da Emenda nº 2-CAE/CDR.

A matéria será encaminhada à CMA para análise da emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Item 5.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro. Só vou aproveitar também e cumprimentar o nosso parceiro da Bahia e do Brasil, Senador Roberto Muniz. É uma alegria sempre tê-lo junto com a gente. Quero cumprimentar também o Senador Dalirio, de Santa Catarina, que também sempre está junto com a gente; e o Senador Cidinho, que é o nosso Senador pelo Mato Grosso; e também o ex-Prefeito de Florianópolis, aquela cidade maravilhosa – é uma alegria tê-lo aqui também, Dário, junto com a gente.

Senador Flexa Ribeiro.

Ex-Prefeito e Senador agora. Mas quem foi sempre continua sendo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Presidente, Senador Ivo Cassol, Srs. Senadores, eu quero primeiro agradecer a V. Exª por ter pautado o projeto de nossa autoria, o 626 de 2011. Ou seja, lá se vão seis anos em que o projeto ficou rondando as comissões aqui.

Quero agradecer ao Senador Valdir Raupp, como Relator, que foi também Relator em outras comissões, pelo pronto atendimento e parecer favorável à aprovação do projeto.

Presidente, eu, graças a Deus, sou um determinado naqueles objetivos que eu procuro atingir. E defender o Pará e a Amazônia, para mim, é um desses objetivos que procuro diuturnamente atingir. Não serão ações contrárias dos poderosos que vão fazer com que eu diminua essa vontade de fazer justiça para com os brasileiros que vivem na Amazônia, como V. Exª, de Rondônia, que aqui tão bem a representa.

Eu recebi no meu gabinete, retirado do Blog do Planeta, do *site* da Revista Época, uma nota plantada pela Única.

Eu fiz, na tramitação desse projeto, Senador Dário Berger, inúmeras audiências públicas. Senador Moka, convidei em várias delas a Unica para se fazer presente, para a gente poder discutir e conversar sobre o projeto, mas nunca nos deu o prazer de participar. E agora eu vejo, recebo aqui, e vou pedir para V. Exª transcrever nos anais da Comissão...

A questão aqui não é ambiental, a questão aqui é econômica: não querem que a Amazônia se desenvolva. Eles colocam, na nota plantada por eles no *site* da Revista Época, que "Um projeto polêmico" – eu não vejo qual a polêmica do projeto – "para liberar o plantio de cana-de-açúcar na Amazônia ganhou fôlego no Senado Federal". Está há seis anos aqui, já aprovamos em todas as comissões, foi para o plenário. Chegou ao plenário, apresentaram uma emenda e um requerimento para voltar às comissões. Já passou pela CCT, pela CAE, agora pela CRA e vai terminativamente para a CMA, novamente, porque por lá já passou.

Eles colocam na nota: "Teme-se que a expansão dos canaviais na Amazônia crie uma nova fonte de pressão para a grilagem de terras e o desmatamento ilegal". Pelo amor de Deus, é querer fazer pilhéria com a inteligência dos brasileiros. O projeto diz que permite o plantio de cana na Amazônia em áreas antropizadas, em áreas alteradas, ou seja, naquelas áreas já abertas. Ninguém está propondo plantio de cana aqui para derrubar floresta, em hipótese nenhuma. Numa área antropizada, Senador Moka, você pode plantar soja, pode plantar milho, pode plantar algodão, pode plantar capim... Agora, não pode plantar cana. Não pode plantar cana! Não dá para entender!

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Permita-me um aparte.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Com muita honra.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – A cana é uma planta cujo corte tem que ser anual. Quanto mais nova a planta, mais ela capta o monóxido de carbono da atmosfera. Então, a cana é uma das plantas que mais ajuda nessa questão ambiental.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço, Senador Moka, o aparte de V. Exª, que agrega mais um motivo para que possamos aprovar realmente a matéria.

Agora, Senador Ivo, sabe qual é o motivo real para a Única se posicionar contra o projeto? O motivo real é que a cana, na Amazônia, pela qualidade do solo, tem um teor de sacarose superior ao da cana plantada por eles lá no sul maravilhoso. Além disso, a produtividade da cana por hectare na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nossa região é superior à deles lá no sul maravilhoso. É uma questão de interesse econômico. Querem engessar o Brasil, mas não vão engessar, com certeza absoluta, porque não há lógica nem no que eles escrevem, porque o que eles escrevem são inverdades, quando dizem que estão querendo desmatar a Amazônia.

Então, por favor, leiam o projeto, venham aqui, participem. Se quiserem, a gente faz outra audiência pública, Senador Moka, com a Unica aqui. Eu posso convidar de novo, e me coloco aqui à disposição para que a gente faça isso. Vamos discutir o projeto. Eu quero que vocês me convençam de que o projeto é contrário à preservação da Amazônia. Quem quer a Amazônia permanente, da forma como está, somos nós, que lá vivemos. Nós é que queremos e vamos garantir que isso aconteça.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Senador Flexa Ribeiro, nós não vamos marcar outra audiência, porque, com a responsabilidade que eu tenho como Presidente desta Comissão... Só é contra a plantação da cana-de-açúcar em qualquer lugar do Território nacional quem faz parte desse pacote da exploração do petróleo ou da importação do petróleo, para queimar petróleo, porque da cana-de-açúcar hoje nós temos o etanol, que é produzido e que não atinge a nossa questão ambiental.

Portanto, quem está discursando, fazendo esse discurso, é demagogo, é conversa de bêbado para delegado. Então, não vamos perder tempo, como diz o meu amigo Décio Lira lá em Rondônia: se lavar cabeça de burro, a gente perde água e sabão. É uma briga comercial e, quando o pessoal fala "Ah, não pode plantar soja em tal lugar, não pode plantar cana em tal lugar", esquece. É economia, você tem que fazer atividade que dá lucro, que dá resultado.

E, ao mesmo tempo, o projeto de sua autoria não autoriza o desmatamento da Amazônia. Esse desmatamento já está feito. Se você tirar o capim e plantar cana, é uma atividade econômica que gera muito mais emprego do que você ter só a pecuária. Eu sou pecuarista, eu sei disso. Portanto, agrega valor.

E, além de agregar valor, enquanto o boi dá um resultado com três anos, a cana dá todo ano, como disse o Moka – todo ano corta. Então, me desculpe a expressão, mas aqui a gente sempre tem que trabalhar com muita responsabilidade, porque aqui a gente debate e atende a briga e o anseio de todas as partes.

Eu vou dar um exemplo aqui para vocês. Falam muito da Amazônia, o Greenpeace defende muito a Amazônia. Agora, não vi essa turma do Greenpeace fazer um discurso sobre a questão de Mariana, que estourou aqui em Minas Gerais. Não ouvi falar nada! Por quê? Porque essas empresas multinacionais bancam o Greenpeace por trás, bancam do outro lado. Essa é a realidade.

Vocês viram alguém desses organismos ambientais falar do estrago ambiental, do impacto ambiental que aconteceu aqui em Minas Gerais, aqui da represa de Mariana, da mineração de Mariana? Foi absurdo! Eu não vi ninguém dos ambientalistas falar. Por quê? Porque eles não fazem nada de graça. Alguém está pagando alguém para poder se movimentar e poder fazer.

Então, eu, no meu Estado de Rondônia, como Governador, na época, nós demos incentivo fiscal para implantarem uma usina de álcool, num Município de Santa Luzia, São Felipe, próximo a Rolim de Moura. Outra usina de álcool que foi plantada lá perto de Porto Velho, depois, não teve sucesso. E outra, no Município de Cerejeira, porque é uma atividade econômica e, se é uma atividade econômica, nós vamos evitar o frete, Senadora Ana Amélia. Você imagina tirar álcool do Ceará ou de Maceió, Alagoas, e levar para Rondônia, ou tirar não sei de onde. Só o frete é absurdo.

É isso que o pessoal quer para o Brasil? O Brasil já está quebrado de tanta coisa errada que fazem. Ainda por cima querem isso? Então, quanto mais nós pudermos diversificar na região, melhor.

Vamos seguir...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, só uma informação. Eu estou buscando para ver... Eu acho que é a Unica, mas não tenho ainda segurança. Eles estão importando, Senador Moka, etanol de milho dos Estados Unidos. O Brasil é importador de etanol de milho!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – É verdade. Com milho barato pode-se fazer também aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agora, me parece que criaram uma barreira: limitaram a importação a até 500 milhões de litros do etanol de milho e, a partir daí, sobretaxa de 20%. Estavam querendo boicotar o etanol de cana. Eles não têm a produção para atender o Brasil, então importam dos Estados Unidos. Então, você vê que a barreira realmente é a questão econômica e financeira.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Flexa.

Seguindo os itens da pauta, o Projeto de Lei da Câmara nº 12, o item nº 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, de 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre a Política Nacional da Erva-Mate.

Autoria: Deputado Afonso Hamm.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: Pela aprovação do PLC 72/2017.

Observações:

1- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, após a deliberação da CRA.

Com a palavra a nossa Relatora, Senadora Ana Amélia, para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Relatora.) – Caro Presidente, o Governo mandou para esse projeto uma emenda que eu submeti ao autor do projeto, que trata de criar uma política nacional para a erva-mate. E a Região Sul do País, embora o Mato Grosso também consuma a erva-mate produzida no Sul, em Santa Catarina, eu acho que o chimarrão está espalhado pelo Brasil inteiro...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. *Fora do microfone*.) – O tererê...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o tererê.

Então, esse projeto, Senador Dalirio, cria uma política de proteção ao setor, definindo as regras para produção, para comercialização. E o Governo mandou uma proposta, que eu pedi que a submetessem ao autor do projeto para verificar se ele a aceitava, e ele, com muito senso de oportunidade, sugeriu, porque também os produtores quiseram um aperfeiçoamento com mais emendas ao projeto...

Então, por isso, eu o estou retirando de pauta, pedindo a V. Exª para retirá-lo de pauta, para o fazermos mais completo, e aí atendermos todos – o Governo, a parte da produção e a parte da comercialização, e o autor também, que fez a solicitação para retirada de pauta, o Deputado combativo Afonso Hamm.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com certeza, Senadora, atendo a solicitação de V. Exª. Está retirado de pauta.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu sei que foi retirado de pauta, mas eu queria fazer uma observação.

A erva-mate no meu Estado, assim como deve ser no Sul também, já foi nativa. Ali naquela região de Ponta Porã, Aral Moreira, Antônio João, ela é nativa. Então, nós tínhamos erva-mate em grande quantidade. Hoje em dia, nós importamos a erva-mate. Importamos, porque a soja entrou, terras altamente produtivas...

E o que nós estamos fazendo? Nós estamos fazendo agora um projeto envolvendo a agricultura familiar, Senadora Ana Amélia, porque 1 hectare de erva-mate plantada rende anualmente R$10 mil – 1 hectare de erva-mate! Então, se o agricultor familiar conseguir plantar 3 hectares de erva-mate, ele vai ter uma renda anual de R$30 mil, o que seria uma boa renda para a agricultura familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eu só quero fazer essa observação pela importância que nós temos no cultivo dessa planta que é a erva-mate, sem contar que a erva-mate é considerada uma árvore e, portanto, permanente. E ela pode servir para recompor os 20% da área legal das propriedades.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, o Senador Moka, com a gentileza de V. Exª, aborda muitas questões.

Eu já comi doce feito de erva-mate, já usei sabonete feito de erva-mate, e a utilização da erva-mate permite não apenas fazer o nosso chimarrão, ou mate, ou o tererê – dependendo, porque não são as mesmas ervas. Para o chimarrão gaúcho típico tem de ser uma erva bem verdinha e uma erva fina; para o tererê, tem de ser uma erva mais grossa, e há uma variedade enorme, para todos os gostos. É uma erva também artesanal, que parece uma erva defumada, porque nos secadores da erva, onde se faz a sua moagem, ela passa por esse processo, então ela fica com esse gosto mais ativo.

O Senador Moka lembrou muito bem da questão da produção, da rentabilidade, do efeito social da erva-mate. Então, vamos trabalhar completamente... Eu vou pedir o apoio também do Senador Moka para que o projeto saia completo e perfeito aqui desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Olha, com certeza, quando se fala em erva-mate, Senadora Ana Amélia e Senador Moka... Eu, todo dia de manhã, tomo um bom chimarrão; é a minha esposa que prepara o chimarrão. Onde eu estiver... Estou aqui em Brasília e tenho uma cuia e erva.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – De onde é a erva? Do Rio Grande?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Acho que é do Rio Grande, porque a boa erva vem do Rio Grande, não é? Então, os gaúchos aí, a senhora, estão de parabéns. Se estou em Porto Velho ou aqui em Brasília, em Rolim, em Santa Luzia, estou sempre, de manhã cedo, tomando um bom chimarrão, desde quando eu morava em Santa Catarina e estudava em Santa Maria.

Portanto, está retirado de pauta e, com certeza, vai melhorar ainda mais, Senadora Ana Amélia.

Estou aqui com um projeto de lei...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Pois não, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Ivo Cassol, eu pediria a V. Exª que ouvisse o plenário para que nós pudéssemos fazer a inversão de pauta e ir ao item 5, um projeto de autoria do Senador Roberto Muniz – Senador, sua presença aqui na Comissão de Agricultura nos traz muita alegria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Farei o próximo item.

Eu estou aqui com um extrapauta também, uma solicitação do Senador Cidinho. Logo em seguida colocarei esse item na pauta para que o Senador Roberto Muniz já apresente o seu relatório.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005.

Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze.

Relatoria: Senador Cidinho Santos.

Relatório: Pela aprovação do PLC nº 34/2015, com a emenda que apresenta.

Observações:

Comunico que a matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), com parecer contrário ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Relator, Senador Cidinho Santos, proferiu a leitura do seu relatório em 21 de junho do corrente ano e concluiu pela aprovação do PLC 34, com a emenda que apresenta. Naquela ocasião, foi concedida vista à Senadora Regina Sousa e ao Senador Waldemir Moka. Comunico que a Senadora Regina Sousa apresentou voto em separado, no qual concluiu pela rejeição da matéria.

A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Cidinho para discutir a matéria.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Para discutir.) – Bom dia a todos, Presidente e colegas Senadores.

Em primeiro lugar, quero agradecer V. Exª por ter colocado o projeto em pauta. Na verdade, queremos a deliberação. Há o meu parecer, que é favorável, há o voto em separado da Senadora Regina Sousa, e eu entendo que esse projeto é interessante para o País.

Nós não podemos, pelo fato de que na origem de um produto foi consumida uma partícula que o tornaria transgênico, soja ou milho, admitir a necessidade de escancarar na embalagem do produto, tanto no Brasil como fora do Brasil, um T bem grande para desmerecer o produto brasileiro. Então, o nosso parecer é que essa especificação esteja contida no rótulo de forma normal, mas sem a necessidade da caracterização com um T bem grande, como o símbolo de uma caveira, para desmerecer o produto brasileiro.

Então, eu gostaria de pedir o apoio dos demais Senadores para a aprovação do meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Cidinho.

Não havendo mais quem queira discutir, passa-se à votação do relatório do Senador Cidinho Santos, Relator da matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório do Senador Cidinho Santos, que passa a constituir o parecer da CRA, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CRA.

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão do Meio Ambiente.

Item 5, que é o do nosso nobre colega Roberto Muniz. Há solicitação, também, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 379, de 2016

- Não terminativo -

Disciplina o repasse de recursos federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para apoio às ações de defesa agropecuária.

Autoria: Senador Roberto Muniz.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação do PLS 379/2016, com cinco emendas que apresenta.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- Em 10/05/2017, a Comissão realizou Audiência Pública para instrução do Projeto.

3- A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da CAE, após a deliberação da CRA.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, Relator da matéria, do projeto do Senador Roberto Muniz, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Presidente, Senador Ivo Cassol, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, eu quero primeiro parabenizar o Senador Roberto Muniz. Ele se debruçou sobre esse problema, Senador Moka, que é um problema de interesse do Brasil.

A questão da sanidade animal e vegetal é importantíssima, importantíssima. O Brasil conseguiu avançar na exportação de carne bovina, suína e de frangos, ocupando hoje o posto de maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

exportador de carne bovina do mundo, em função desse controle de sanidade. O Pará fez um esforço ao longo dos últimos 15 anos e hoje, com o quarto ou quinto rebanho do Brasil, conseguiu a condição de livre de aftosa por vacinação, Senador Moka, o que já lhe permite entrar também como exportador.

Então, Senador Cidinho, o Senador Roberto participou, ao longo da formatação desse projeto, de inúmeras reuniões com os técnicos do Ministério da Agricultura, com os consultores do Senado, ouviu os Secretários de Agricultura dos Estados, em especial do Estado que ele tão bem representa aqui, o Estado da Bahia, até chegar a esse projeto que terei a honra de relatar.

Esse projeto, Senador Moka – V. Exª, como o Senador Cidinho, é do setor –, regulamenta a transferência dos recursos pelo Ministério da Agricultura para os Estados fazerem a sanidade animal e vegetal, a questão da sanidade agropecuária, que até hoje não é regulamentada. Quer dizer, a transferência de valores não tem regra. Então, é função do Ministro que está de plantão, que vai poder atender mais ou menos dentro daquilo que, logicamente, os técnicos do Ministério da Agricultura indicarem.

Mas agora, com a aprovação desse projeto e sua consequente transformação em lei – eu espero, Senador Muniz, que isso ocorra em breve –, nós vamos ter uma regulamentação, e vamos ter uma programação, que é outra questão que o Senador Roberto Muniz coloca no projeto: os recursos vão ter que estar alocados no Plano Plurianual. Então, vai ser uma programação para cinco anos. Os Estados e Municípios vão saber com o que vão contar para essa atenção à sanidade agropecuária.

Vamos ao relatório.

Vem ao exame da Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 379, de 2016, de autoria do Senador Roberto Muniz, que disciplina o repasse de recursos federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para apoio às ações de defesa agropecuária.

O projeto determina que os recursos consignados no Orçamento Geral da União e destinados à cooperação, ao auxílio ou à assistência financeira às ações de defesa agropecuária no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios sejam transferidos diretamente para os entes favorecidos mediante depósito em contas correntes abertas especificamente para esse fim, independentemente da celebração de convênio ou instrumento congênere.

O projeto prevê que as atividades de defesa agropecuária contempladas devem estar previstas nos Planos Plurianuais de Atenção à Sanidade Agropecuária, para o período de cinco anos.

A distribuição entre os entes favorecidos é tratada pelo art. 4º do PLS, que oferece parâmetros para o cálculo. O art. 5º, por sua vez, disciplina a exigência de contrapartida financeira dos entes favorecidos, oferecendo parâmetros para sua definição. Os arts. 6º e 7º dispõem acerca da prestação de contas e a adoção de medidas de transparência, mediante disponibilização dos seguintes elementos: demonstrativos dos recursos transferidos, saldos aplicados e despesas realizadas; Planos Plurianuais de Atenção à Sanidade Agropecuária; e prestações de contas.

O autor destaca a importância das atividades de defesa agropecuária para a garantia da inocuidade dos alimentos produzidos e comercializados no País, para a proteção das populações vegetais e rebanhos de interesse econômico e para o uso correto e sustentável dos insumos agropecuários, o que ensejaria a necessidade de que as transferências de recursos federais para apoio às ações de defesa agropecuária, no âmbito dos entes subnacionais, ocorram de forma regular e tempestiva.

O PLS nº 379, de 2016, foi distribuído às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

A análise, Sr. Presidente.

O PLS inova e aprimora a legislação nos seguintes aspectos:

a) institui a transferência direta e obrigatória dos recursos destinados à execução descentralizada das ações de defesa agropecuária por estados, Distrito Federal e municípios;

b) estabelece transferência mensal para contas correntes abertas especificamente para este fim;

c) veda a utilização para o pagamento de despesas de caráter continuado;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

d) prevê distribuição balizada pelos Planos Plurianuais de Atenção à Sanidade Agropecuária, já previstos no regulamento do Suasa;

e) propõe distribuição dos recursos, tendo por consideração o atingimento das metas nos períodos anteriores e outros parâmetros técnicos;

f) exige contrapartidas;

g) estabelece regras de prestação de contas e medidas de transparência.

Ainda que não resolvam uma questão fundamental, que é o montante dos recursos destinados a essa atividade, as inovações propostas vêm a solucionar algumas das queixas recorrentes dos gestores estaduais e municipais: a falta de tempestividade e previsibilidade no repasse por meio de convênios e contratos de repasse e a excessiva burocracia envolvida na utilização desses instrumentos.

A Proposição é, portanto, muito bem-vinda, pois a metodologia prevista vai permitir que gestores possam planejar a aplicação dos recursos tão logo seja aprovada a Lei Orçamentária Anual (LOA) e publicada a portaria a que se refere o § 3º do art. 4º do PLS.

Consideramos relevante, contudo, que sejam feitos ajustes pontuais ao Projeto, que podem contribuir para facilitar a futura aplicação de suas disposições. Propomos, portanto, cinco emendas, que levam em consideração as contribuições que recebemos por escrito e por meio da Audiência Pública da CRA.

A primeira emenda permite a utilização de até 20% dos recursos para o custeio de despesas obrigatórias de caráter continuado. Isso, pois consideramos que a vedação total poderia, em alguns casos, inviabilizar a operação dos equipamentos.

A segunda suprime a referência ao período de cinco anos do Plano Plurianual de Atenção à Sanidade Agropecuária –entendemos que é desnecessário a lei dispor sobre o assunto nesse nível de detalhe.

A terceira emenda visa esclarecer que os recursos acrescidos por emendas parlamentares às ações de defesa agropecuária não serão distribuídos de acordo com a fórmula estabelecida e, portanto, poderão ser destinados a um estado específico.

A quarta estabelece periodicidade semestral para a prestação de contas, de forma a reduzir o custo administrativo relativo à aplicação desses recursos.

A quinta emenda, por fim, visa a elencar entre os itens que devem ser disponibilizados ao público, por meio de sítio na internet, a memória de cálculo da distribuição.

Quero aqui esclarecer que essas emendas foram todas atendidas com o apoio do autor do projeto. O Senador Roberto Muniz concordou com essas emendas, no sentido de fazer os ajustes necessários ao seu projeto, de tal forma que ele possa ser implementado com o melhor resultado possível.

Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2016, com as emendas já citadas.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Em discussão.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Presidente! Presidente!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Vou querer discutir também.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sim, Senador Dalirio.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Para discutir.) – Eu gostaria de destacar a relevância desse projeto de lei de iniciativa do Senador Roberto Muniz, bem como a relatoria do nosso Senador Flexa Ribeiro.

S. Exª falava da importância de termos ações contínuas de prevenção no que diz respeito à sanidade animal. É, de fato, essa a grande obrigação que nós temos, uma vez que alcançamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mercados internacionais que hoje consomem os produtos do agronegócio brasileiro. Nós, de Santa Catarina, somos o primeiro Estado livre de aftosa sem vacinação, o que é fruto de um trabalho sério realizado pelos governos em parceria perfeita com o setor produtivo do agronegócio de Santa Catarina, o que é significativo para o nosso Estado e, com certeza, também muito representativo para a economia brasileira.

O nosso Presidente da Comissão é filho daquela terra, especialmente daquele grande oeste do nosso Estado.

Então, quero aproveitar a oportunidade para louvar a iniciativa do projeto de lei, a relatoria, parabenizar e dizer que a obrigação do Governo Federal em repassar os recursos da forma como está previsto no projeto vai também assegurar que os governos estaduais tenham regularidade nas ações que fazem para garantir a sanidade dos produtos que, com certeza, atendem o mercado interno, mas sobretudo também nos permitem consolidar essa posição vanguardista no mercado internacional da proteína animal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador.

Para discutir, o Senador Moka. Depois, Senadora Ana Amélia.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Para discutir.) – Senador Presidente Ivo Cassol, quero parabenizar o autor do projeto, Senador Roberto Muniz, e o Relator, Senador Flexa Ribeiro, e dizer que, neste ano, talvez este seja um dos projetos mais importantes a tramitar nesta Comissão, porque os recursos que os Estados recebem vão ser muito poucos em relação ao que os Estados gastam com vigilância animal e vegetal. O Senador criou critérios, parâmetros importantes. Então, agora, seja quem for o ministro, ele tem critérios que têm que ser obedecidos no repasse, além de um cronograma. Aliás, Senador Ivo Cassol, esse é um recurso que não pode ser contingenciado, porque ele é um recurso que tem que ser usado preventivamente, pois, depois que entra num Estado uma doença, aí o estrago está feito, aí não adianta mais.

Como a parte do Governo Federal é muito pequena em relação ao que se gasta nos Estados, eu acho que o projeto é muito bom. Vai haver parâmetros que levam em consideração Municípios, Estados e áreas de fronteiras – Estados que têm uma quantidade maior de pecuária ou de propriedades rurais. Então, são critérios altamente técnicos que ele teve o cuidado de, em audiência pública, discutir com a Embrapa e com o Ministério da Agricultura, além dos secretários de agricultura. Eu quero aqui, de forma muito sincera, elogiar este que, para mim, é um projeto muito importante.

É pena que nunca consigamos evitar o contingenciamento. Nós só contingenciamos isso daí na LDO. E, quando acaba a LDO, acaba o contingenciamento, porque nós nunca conseguimos aprovar que recursos de vigilância sanitária e animal não podem e não devem ser contingenciados.

Eu gostaria de parabenizar tanto o Relator Flexa Ribeiro como o autor, o Senador Roberto Muniz.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Moka.

Passo para a Senadora Ana Amélia, para discutir a matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – Eu queria também cumprimentar.

Na Comissão de Agricultura, quando eu a presidia antecedendo V. Exª, Senador Ivo Cassol, elegemos como planejamento do ano exatamente a questão da defesa sanitária agropecuária e vegetal. O Senador Dário Berger foi o Relator àquela época, e fizemos várias audiências públicas em vários lugares para tratar desse tema. Foi concluído.

Então, a Comissão de Agricultura, com esse projeto de iniciativa do Senador Roberto Muniz, complementa a avaliação de uma área que é estratégica para o Brasil, que é o maior produtor e exportador de carnes, por exemplo. O que aconteceu com essa operação da Polícia Federal foi mais uma boa oportunidade para se restruturar o sistema e evitar a suscetibilidade a fraudes no processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu queria cumprimentar o Senador e dizer, Senador Moka, que, não tirando nenhum brilho do projeto do Senador Roberto... Roberto Muniz – eu ia falar Roberto Rodrigues, que é o ex-Ministro e uma figura muito ligada.

Eu queria lhe dizer que a Comissão, com a ajuda de V. Exª, também aprovou um projeto importante – esse é relevante, porque é para todo setor –, que foi o projeto que teve de sua parte uma contribuição valiosa, que foi o projeto do manual do crédito rural, que facilitou a repactuação da dívida dos agricultores em todo o País. Então, nós estamos fazendo o nosso dever de casa.

Eu estou falando isso, porque falam mal de nós, dizem que nós não trabalhamos, que políticos não trabalham. Eu acho que precisamos também pontuar a prestação de serviço que estamos dando à sociedade pelo nosso trabalho legislativo.

Parabéns. Eu apoio integralmente o texto do relatório do Senador e também o conteúdo e a iniciativa do Senador Roberto Muniz.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Com a palavra o Senador Cidinho, para discutir a matéria.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Para discutir.) – Presidente, é apenas para parabenizar o Senador Roberto Muniz pela iniciativa e também o Senador Flexa pelo relatório.

Num momento muito oportuno, no momento em que o Brasil discute ser um país livre de aftosa sem vacinação, com um cronograma para os próximos quatro anos para termos um *status* sanitário equivalente ao de países de Primeiro Mundo, como os Estados Unidos, termos recursos garantidos para a questão da sanidade é de fundamental importância. No Brasil, hoje, graças à muita sorte, eu poderia dizer assim, não temos nenhum problema de gripe aviária, e a febre aftosa, há muito tempo, não temos no Brasil.

Nós temos aí as unidades estaduais de defesa sanitária – e eu posso dizer pelo meu Estado de Mato Grosso – em bastante dificuldade. O Indea não tem recursos nem para as questões administrativas. Na semana passada mesmo, conversei com o Presidente e com a Diretora Técnica, e a falta de recursos para fazer a questão da vigilância sanitária é premente nas unidades estaduais. Acredito que o que acontece em Mato Grosso também acontece em outros Estados. Não damos a devida importância à questão da vigilância sanitária e à questão da sanidade, que trazem ao Brasil nosso o *status* de maior produtor de grãos do mundo, um dos maiores produtores de aves e de bovinos.

Essa regulamentação para que o Ministério da Agricultura tenha recursos suficientes, obrigatoriedade e normas para repassar aos Estados recursos anuais para fazer esse enfrentamento, esse embate, esse controle é de fundamental importância. Então, meus parabéns ao Senador Roberto Muniz.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

Eu quero agradecer também ao Senador Roberto Muniz.

Eu fui Governador do Estado de Rondônia, e, junto com a sociedade, Senador Roberto, trabalhamos muito para ficar vigilantes quanto à questão da sanidade animal. Nós tínhamos muitos convênios e parcerias com o Governo Federal. Infelizmente, hoje, o nosso Idaron no Estado de Rondônia está se arrastando. Um produtor, para poder fazer o registro da vacinação da febre aftosa, tem que sair às 2h, 3h da manhã da sua propriedade para poder entrar na fila às 4h da manhã no Idaron. Isso é um absurdo e, infelizmente, é o que o povo está vivendo hoje no Estado de Rondônia. Eu vejo isso com tristeza. Quanto aos veículos e barcos em relação aos quais nós fizemos convênios e compramos na época, hoje, o que não está em cima de cepo está em cima de toco: estão parados. Eu vejo isso com tristeza.

Aqui, esse seu projeto, que tem também o meu aval, a minha aprovação, vem ao encontro da distribuição desses recursos para todos esses Estados. Portanto, eu quero parabenizá-lo.

Dando sequência ao trabalho, não havendo mais quem queira discutir, passamos à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.151015/2017-63

Aprovado o relatório do Senador Flexa Ribeiro, que passa a constituir o parecer da CRA, favorável ao PLS nº 379, de 2016, com as Emendas nºs 1 a 5, da CRA.

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da CAE.

Passo a palavra ao nosso autor do projeto, o Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Presidente, primeiramente, só dizer da minha satisfação de ter o meu primeiro projeto aprovado aqui na Casa.

Quero agradecer à Presidente Ana Amélia, que era Presidente à época em que iniciamos esse projeto. Quero ressaltar, Senador Ivo, o destaque do relatório do Senador Flexa Ribeiro, que não poupou esforços – ele e a sua equipe – para ouvir a maior quantidade de pessoas possível.

Também quero agradecer ao Ministro Blairo, ao Secretário Nacional de Defesa, Rangel, e a toda a equipe do Papa, a todos os secretários de Estado, ao pessoal do Fonesa, que é de diretores das agências de defesa, aos técnicos lá da Bahia, da Secretaria de Agricultura, da Agência de Defesa Agropecuária do Estado da Bahia (Adab), aos consultores aqui da Casa, aos técnicos.

E quero dizer que fazer esse projeto acontecer é você colocar a defesa sanitária dentro de uma política pública de alta relevância, como é a política pública de ação continuada em diversos setores, como educação e saúde.

Então, quero agradecer o apoio de todos os Senadores e dizer que fico muito feliz de poder contribuir para a história do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Roberto Muniz.

Eu só quero também depois aproveitar, na última... Eu não vou passar ainda agora não, só há uma imagem lá aos nobres colegas Senadores e Senadoras...

Senadora Ana Amélia, o seu Estado do Rio Grande do Sul é um grande produtor de uvas. Quando fui prefeito de Rolim de Moura, eu comecei com um projeto entre Nova Estrela e a escola Abaitará, de uns gaúchos que foram para lá. E, ao mesmo tempo, tivemos, na cidade de Presidente Médici, Wilson Marcon, um grande empreendedor – ele é proprietário de 300 alqueires –, que implantou um polo na beira da BR-364. Eu estive lá na última semana, na última quinta-feira à tarde – chegando de Brasília, fui direto para lá e fiz gravação. Ele tem uva do começo da seca ao final do ano. E, muitas vezes, as pessoas dizem: "Como pode dar uva na Região Norte?" Bom, se em Petrolina deu, e está dando, por que não pode também em Rondônia? Não é, Dalirio?

Então, depois, vamos passar essa matéria.

O item nº 1 foi retirado de pauta. Vamos ao próximo.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 734, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para tratar da medição e demarcação de lotes distribuídos para fins de reforma agrária e para ampliar a gratuidade da alienação desses imóveis cujas áreas não ultrapassem dois módulos fiscais.

Autoria: Senador Wellington Fagundes.

Relatoria: Senador José Medeiros.

Relatório: Pela prejudicialidade do PLS 734/2015.

Observações:

1- A votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

2- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

3- Em 29/03/2017, a Comissão realizou Audiência Pública para instrução do Projeto.

4- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, após a deliberação da CRA.

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Dalirio Beber, para proferir seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Como Relator.) – Bom, conforme foi anunciado, o projeto tem dois artigos.

O art. 1º altera a redação dos arts. 13 e 18 da Lei nº 8.629, de 1993, para estabelecer que os serviços de medição e demarcação topográficos exigíveis pela legislação vigente em projetos de assentamento originados de terras rurais de domínio da União, dos Estados e dos Municípios poderão ser contratados e custeados pelos assentados, individual ou coletivamente, com recursos próprios ou de terceiros, mediante cooperação técnica entre o Incra e outros entes públicos ou entidades privadas, na forma de regulamento.

Então, esse projeto de lei foi apresentado com esse objetivo.

Na justificação, o autor argumenta que as vicissitudes enfrentadas pelos assentados, desde a infraestrutura deficiente à carência de crédito e assistência técnica, têm gerado dificuldades para o sucesso desses empreendimentos. Além disso, acrescenta que há assentamentos com relação de beneficiários homologada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) há mais de uma década sem que a titulação definitiva de propriedade tenha sido alcançada pelos assentados.

Dessa forma, justifica-se a extensão da gratuidade na alienação de lote ao assentado para até dois módulos fiscais – atualmente, é apenas um módulo fiscal –, em vez de apenas um, e a contagem de prazo, nas cláusulas resolutivas que limitam a liberdade de propriedade, a partir da homologação da condição de assentado, em vez da contagem a partir da titulação do imóvel. Tais medidas, segundo o autor, aprimoram o ordenamento jurídico específico da reforma agrária e contribuem para a maior dinâmica da implantação de assentamentos rurais no País.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

A Comissão de Agricultura analisou os aspectos de competência, de juridicidade. No que concerne às técnicas legislativas, está tudo de acordo.

Relativamente ao mérito, conforme exposto na justificação do projeto, são conhecidas as dificuldades enfrentadas pelos assentados em projetos do Programa Nacional de Reforma Agrária, como aquelas relativas à falta de infraestrutura, de crédito e de assistência técnica.

A gratuidade na alienação de lotes da reforma agrária até o limite de dois hectares – tamanho limite dos lotes distribuídos pelo Programa Nacional de Reforma Agrária a partir da vigência da Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014 – favorece o processo de consolidação dos assentamentos da reforma agrária, uma vez que permite aos assentados aumentar o investimento na melhoria do processo de produção à medida que dispensa a amortização dos lotes concedidos.

Todavia, em audiência pública realizada pela Comissão de Agricultura em 29 de março de 2017 para a instrução do PLS em análise, o representante do Incra apresentou posição contrária à proposta, por entender que a gratuidade não atende aos princípios da reforma agrária como um todo.

Com relação a esse ponto, é importante ter em vista que o Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2017, aprovado pela Comissão Mista da Medida Provisória 759, de 2016, contempla emenda do Relator para estabelecer que o valor da alienação, na hipótese de outorga de título de domínio, considerará o tamanho da área e será estabelecido entre 10% até o limite de 50% do valor mínimo da pauta de valores da terra nua para fins de titulação e regularização fundiária elaborada pelo Incra, com base nos valores de imóveis avaliados para a reforma agrária, conforme regulamento.

Essa redação, portanto, estabelece um meio-termo entre a posição do Incra, contrária à completa gratuidade na alienação dos imóveis do Programa Nacional de Reforma Agrária e o interesse dos assentados, que têm dificuldades para a quitação do valor integral.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Podemos ir ao voto, não é? De todo jeito, a solicitação é pelo arquivamento, não é?

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Exatamente. Vamos ao voto.

Dessa forma, apesar do inegável mérito da proposta, considerando o fato de que a MPV nº 759, de 2016, veio a atender substancialmente às demandas contidas na proposição e a disposição do Incra de implementar pela via infralegal a possibilidade de os próprios assentados contratarem os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

serviços de medição e demarcação, entendemos que a proposição pode ser arquivada em virtude da perda de oportunidade da matéria, nos termos do inciso I do *caput* do art. 334 do RISF.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pelo encaminhamento do Projeto de Lei do Senado nº 734, de 2015, à Mesa do Senado Federal, para que seja declarado prejudicado, na forma do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Este é o voto.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Tendo em vista que o relatório conclui pela prejudicialidade da proposição, por constituírem questões preliminares ao mérito, comunico à Comissão que a votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, em acordo com o art. 1º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Dalirio Beber, que passa a constituir o parecer da CRA pela prejudicialidade do PLS 734, de 2015.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Vamos ao item 6.

ITEM 6
AVISO Nº 47, DE 2016
- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 2674/2016 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao pedido de reexame interposto pelo Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Paraná contra o Acórdão nº 2.174/2014 (TC 015.563/2012-0).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: pelo conhecimento e arquivamento do AVS 47/2016.

Com a palavra o Relator *ad hoc* Cidinho Santos para proferir seu relatório.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre o planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola e fundiária e sobre colonização e reforma agrária.

Em síntese, a matéria refere-se ao pedido de reexame interposto pelo Superintendente Regional do Incra no Estado do Paraná contra o Acórdão nº 2.174/2014, objeto de análise e deliberação desta Comissão do Senado Federal nos termos do Parecer nº 1.152, de 2014, cuja relatoria coube ao Senador Ruben Figueiró, que concluiu, antes de recomendar o arquivamento da matéria, pela realização de audiência pública no Senado Federal para debater o tema, com foco nos seguintes problemas: i) ocupação irregular de lotes; ii) a situação dos assentados com relação à questão ambiental; iii) aptidão produtiva dos imóveis destinados à reforma agrária e viabilidade dos assentamentos.

Naquela ocasião, a CRA encaminhou requerimento de informações ao Ministério do Desenvolvimento Agrário sobre o acompanhamento das irregularidades denunciadas.

No trâmite do processo, as alegações apresentadas em defesa do então Superintendente Regional do Incra no Estado do Paraná, Nilton Bezerra Guedes, foram rejeitadas pela Secretaria de Controle Externo (Secex-PR), e o Acórdão 2.174/2014-TCU-Plenário foi prolatado, imputando multa ao responsável e inabilitando-o para o exercício de cargo em comissão ou função comissionada na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Administração Pública Federal. Em consequência, foi apresentado pedido de reexame, com a anexação de novos documentos ao processo.

O exame de admissibilidade do recurso interposto produziu o reexame da matéria no âmbito do TCU, com observância dos arts. 277, inciso II, e 286 do Regimento Interno daquele órgão, em respeito ao contraditório e ao amplo direito de defesa, levando, no mérito, à reavaliação das penas aplicadas ao recorrente.

Da análise da matéria, conclui-se que o Acórdão do TCU objeto do AVS em análise acolheu parcialmente as razões das justificativas apresentadas pelo recorrente em grau de recurso, considerando o princípio da proporcionalidade para determinar a redução ou desfazimento de parte das penas aplicadas em decorrência do acórdão recorrido. Adicionalmente, reforçou-se a caracterização da legitimidade do recorrente para figurar nos autos, mas não foi devidamente demonstrada pertinência às imputações de que o recorrente tenha irregularmente criado o corredor da biodiversidade do Projeto de Assentamento Celso Furtado nem restou demonstrado o necessário vínculo de nexo causal entre a forma como se deu o assentamento de famílias naquela área e a efetiva ocorrência de dano ao Erário. No entanto, o tribunal entendeu que deve ser imputada ao recorrente a ausência de criação de mecanismos de controle sobre os eventuais descumprimentos dos termos aditivos realizados nos contratos de concessão de uso dos assentamentos, que tiveram, em média, 28% de área florestal desmatada de forma não sustentável.

O provimento parcial resultou na alteração do fundamento legal para a aplicação da multa ao recorrente.

Nesse contexto, oferecemos parecer pelo conhecimento do assunto aos membros desta Comissão, recomendando adicionalmente o arquivamento da matéria, em virtude da normalidade processual e administrativa na qual transcorre o processo e considerando as diligências já adotadas pelo Senado Federal.

Voto.

Exposto ao conhecimento dos membros desta Comissão o teor da matéria, recomendamos o arquivamento do Aviso nº 47, de 2016, do Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Senador Cidinho.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Cidinho Santos, que passa a constituir parecer da CRA pelo conhecimento e arquivamento do AVS nº 47, de 2016.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Há um requerimento de minha autoria.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 31, DE 2017

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para debater os investimentos em infraestrutura logística de estradas, visando ao escoamento de produção agrícola, principalmente, haja vista a redução do orçamento em mais de 99% em transporte terrestre.

Autoria: Senador Ivo Cassol

Solicito a presença do seguinte convidado: Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Dyogo Oliveira.

Quem o aprova permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.151015/2017-63

Eu gostaria, agora, antes de encerrar, de que passássemos a uma matéria... Estive, na quinta-feira da semana passada, na propriedade de Wilson Marcon, um empreendedor. Na época em que eu era Governador do Estado de Rondônia, ele esteve no meu gabinete. E nós, em conjunto, demos não só um apoio moral, mas especialmente o apoio do DER e da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento, comandada à época pelo Secretário de Agricultura Luiz Cláudio, que hoje é Deputado Federal.

Wilson Marcon, além de produzir goiaba, Senador Dalirio e Senador Cidinho – no ano inteiro, ele produz goiaba, à beira da BR-364 –, produz também uva. Ele tem 5ha de uva plantados, e essa uva é comercializada para aquelas pessoas que passam pela BR, para moradores de Ji-Paraná e de Porto Velho. Até eu sou um grande consumidor. Ele tem 5ha plantados e vai plantar mais 2ha. Eu fiz as filmagens – estive lá presente – pelo celular, em que ele poda a uva, os parreirais. Ele produz uva, Senador Dalirio – o senhor é do Sul, onde há muita uva –, durante a seca inteira. Ele começa nos meses de maio e de junho e produz uva até dezembro, porque ele vai podando; conforme ele vai podando, vai produzindo.

Portanto, quero aqui, em nome da Comissão de Agricultura, colocar esse exemplo de garra e de determinação, porque isso ocorre na Região Norte. Na época em que comecei como prefeito, eu me recordo, Senadores Cidinho e Dalirio, de que muita gente dava risada e falava: "Esse Prefeito é louco! Vai plantar uva aqui?" Naquela época, estavam começando a plantar em Petrolina. Hoje, Petrolina, limite com a Bahia, lá em cima, é um polo que não é só para comercialização ou consumo nacional, mas especialmente para exportação.

Então, esse exemplo de vida de Wilson Marcon eu quero deixar para todos aqueles que acreditam que é possível aproveitar e agregar valor à sua propriedade. Nós temos muitos produtores cujos filhos foram para a cidade. Eles estão trabalhando e vivendo do salário mínimo, quando poderiam voltar para a propriedade e diversificar, plantar café clonal. Os produtores paulistas da Linha 168 conseguiram obter 400 sacos de café clonal em um alqueire. Portanto, a diversificação na agricultura é fundamental.

Pois não, Senador Dalirio.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Com esse sobrenome, o Wilson é catarinense?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – É catarinense, é do Sul, é do Sul.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Lá de Concórdia?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não é de Concórdia, não sei qual é exatamente o Estado, mas é um empreendedor que merece o nosso respeito.

Então, eu gostaria que passassem o vídeo para todo mundo que estiver em casa e aqui também assistir.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Olha aí que beleza, não é, gente? Por isso é que eu falo que, muitas vezes, as pessoas ficam reclamando, e esse é um exemplo. Para vocês terem uma ideia – eu até esqueci de filmar nesse fim de semana –, eu tenho, na Fazenda Kajussol, frutas à vontade: goiaba, laranja, poncã, manga, graviola, jabuticaba. Imagina quem estava trepado nos pés lá, chupando jabuticaba?

Portanto, é uma alegria para a gente. Por isso é que quero aqui dar como exemplo o Wilson Marcon. Ele merece o nosso respeito, como os demais empreendedores rurais dos quatro cantos deste País, porque ele tem também iniciativa e, com sua pequena iniciativa, gera renda e, ao mesmo tempo, oportunidade de trabalho, porque ele saiu de um emprego para mais de 20 empregos.

Portanto, quero aqui, como Presidente desta Comissão, junto com os demais Senadores, dar os parabéns para o Wilson Marcon.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Todo mundo que trafegar pela BR-364, antes de Presidente Médici, entre Cacoal e Presidente Médici, acho que no trecho do km 20, pare para poder degustar o suco de uva natural, feito na hora, e também para poder chupar uma uva ou também degustar uma goiaba ou as demais frutas que nós temos na nossa Região Amazônica.

Então, agradeço a oportunidade, agradeço a Deus e a todos os senhores presentes.

Até uma próxima oportunidade, se Deus permitir!

Obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e trinta e oito minutos do dia cinco de julho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Ricardo Ferraço, Airton Sandoval, Regina Sousa, Gladson Cameli, Lídice da Mata, Pedro Chaves e Eduardo Lopes. Comparecem os Senadores Dalirio Beber, Humberto Costa, Cidinho Santos, Ronaldo Caiado, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Vicentinho Alves, não membros da Comissão. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Jorge Viana, Acir Gurgacz, José Agripino, Omar Aziz, Randolfe Rodrigues, Magno Malta, Hélio José, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Ângela Portela, Davi Alcolumbre, Ivo Cassol e Cristovam Buarque. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **1ª parte:** Discussão e votação das emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei nº 01/2017-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018 e dá outras providências". Neste momento, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, relator das Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova 2 (duas) emendas de metas e prioridades ao PL nº 01/2017 - CN**: Emenda n.º 01**: Ação 14T7 – "Tecnologia Nuclear da Marinha"; Acréscimo de meta: 100; apresentada pelos Senadores Airton Sandoval, Ângela Portela, Eduardo Lopes, Gladson Cameli, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Randolfe Rodrigues, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Omar Aziz. **Emenda n.º 02:** Ação 120F – "Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga"; Acréscimo de meta: 30; apresentada pelos Senadores Airton Sandoval e Otto Alencar. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova 5 (cinco) emendas de texto ao PL nº 01/2017 – CN: **Emenda n.º 03**: Referência: Anexo III - Item 64. Ementa: "Incluir, no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas à reconstrução da Estação Brasileira na Antártica". Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: "65. despesas relacionadas à reconstrução da Estação Brasileira na Antártica." Autoria: Senadores Pedro Chaves, Ângela Portela, Eduardo Lopes, Airton Sandoval e Cristovam Buarque. **Emenda n.º 04**: Referência: Anexo III - Item 64. Ementa: "Incluir, no Anexo III, item excepcionalizando despesas relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos e Programa Nuclear da Marinha". Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: "65. Despesas relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e Programa Nuclear da Marinha (PNM)." Autoria: Senadores Pedro Chaves, Ângela Portela, Eduardo Lopes, Airton Sandoval e Cristovam Buarque. **Emenda n.º 05**: Referência: Anexo III -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Item 64. Ementa: “Comando da Aeronáutica - Projeto FX-2 - Anexo III - Seção II - Demais Despesas Ressalvadas”. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: “Seção II – Demais despesas ressalvadas: 1. Despesas com a Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto FX-2. Programa: 2058/Ação: 14TO” Autoria: Senador Pedro Chaves. **Emenda n.º 06**: Referência: Anexo III - Item 64. Ementa: “Comando da Aeronáutica - Projeto KC-390 - Anexo III - Seção II - Demais Despesas Ressalvadas”. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: “Seção II – Demais despesas ressalvadas: 1. Despesas com a Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Ton – Projeto KC - 390. Programa: 2058/Ação: 14XJ 2. Despesas com o Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Ton – Projeto KC-X. Programa: 2058/Ação: 123B” Autoria: Senador Pedro Chaves. **Emenda n.º 07**: Referência: Corpo da lei - Artigo 52 Inciso VI. Ementa: “Incluir, no art. 52, um inciso, possibilitando a execução continuada de projeto decorrentes de acordos de cooperação internacional, com transferência de tecnologia”. Tipo da Emenda: Aditiva. Texto Proposto: “VII – ações em andamento, decorrentes de acordos de cooperação internacional, com transferência de tecnologia” Autoria: Senadores Pedro Chaves e Ângela Portela. **2º parte:** deliberativa: **ITEM 1 - EXTRAPAUTA: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 18 de 2017,** de caráter não terminativo, que requer: "..., nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 10, de 2017, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para a retirada da Associação Brasileira de Agências de Fomento à Ciência e Fundações Universitárias da lista dos convidados para a Audiência Pública que debaterá sobe a situação atual da ciência brasileira e o recente corte orçamentário de 44% verificado nessa área estratégia, e para a inclusão do Sr. Elton Santa Fé Zacarias, Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), que virá como Ministro Interino. " **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** O requerimento é aprovado. **ITEM 2 – EXTRAPAUTA: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, de 2017**, de caráter não terminativo, que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir ao usuário dos serviços de telecomunicações o direito de acumular e usufruir, a qualquer tempo, o saldo do volume de dados de sua conexão à internet em banda larga móvel não consumido no mês contratado." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação, com as Emendas que apresenta. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao projeto com as emendas nºs 1 e 2-CCT. Findas a discussão e a deliberação das Emendas da Comissão ao PL nº 01/2017 - CN, o Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da presente Ata, que é dada como aprovada, e determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas para a devida publicação no Diário do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quatro minutos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Declaro aberta a 16ª Sessão Extraordinária – para apreciação da LDO, que está sob responsabilidade do Senador Flexa Ribeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Há aqui um requerimento de minha autoria incluindo, para uma audiência pública para debater a situação da ciência brasileira e o recente corte orçamentário de 44%, o Sr. Elton Santa Fé Zacarias, Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 18, de 2017
- Não terminativo -

REQUEIRO, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 10, de 2017, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para a retirada da Associação Brasileira de Agências de Fomento à Ciência e Fundações Universitárias da lista dos convidados para a Audiência Pública que debaterá sobe a situação atual da ciência brasileira e o recente corte orçamentário de 44% verificado nessa área estratégia, e para a inclusão do Sr. Elton Santa Fé Zacarias, Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), que virá como Ministro Interino.

Autoria: Senador Otto Alencar.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu quero agradecer a presença do Senador Dário Berger e passar a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Presidente Senador Otto Alencar, Srs. Senadores, vamos ao parecer da CCT, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 1, de 2017, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2018.

Relatório.

A teor do disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 1, de 2017-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias aplicáveis ao exercício seguinte (PLDO de 2018).

De acordo com as normas de tramitação do PLDO 2018, definidas pela Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e pelo Parecer Preliminar ao Projeto da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), a CCT poderá apresentar emendas ao Projeto.

São duas as modalidades de emenda passíveis de apresentação: emendas de texto e emendas para elaboração do Anexo de Metas e Prioridade. Nos termos do item 2.1.3 da Parte Especial do Parecer Preliminar da CMO, considera-se emenda de texto a que propuser alteração do texto principal do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Projeto, da relação dos quadros orçamentários consolidados, da relação das informações complementares do projeto de lei orçamentária de 2017, do rol das despesas que não serão objeto de limitação de empenho, do anexo de metas fiscais anuais, ou do demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. Não há limite relativo ao número de emendas ao texto.

Em relação às emendas para elaboração do Anexo de Metas e Prioridade, de acordo com os itens 2.1.8, 2.2.1 e 2.2.3 da Parte Especial do Parecer Preliminar, deverá ser observado o limite de duas proposições por comissão permanente, que deverão se referir a ações constantes das Leis Orçamentárias de 2017.

Vale destacar, Srs. Senadores, que o Parecer Preliminar exige, no item 2.3.1 da Parte Especial, que as emendas de comissão estejam acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação e sejam restritas às respectivas competências regimentais.

Foram apresentadas 114 propostas de emenda a esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sendo 67 para elaboração do Anexo de Metas e Prioridade e 47 de texto, relacionadas nos Anexos I (propostas de emenda para elaboração do Anexo de Metas e Prioridade) e II (propostas de emenda de texto) a este Parecer.

Análise.

Dentre as 114 propostas de emendas, não obstante reconhecermos o inegável mérito de todas elas, há emendas que não dizem respeito às competências regimentais desta Comissão, razão pela qual serão inadmitidas, nos termos do art. 43 da Resolução nº 1/2006-CN. Enquadram-se nesse caso as emendas organizadas por grupos de assuntos: 19, 35, 45, 73, 80 e 103; 22, 40, 50, 76 e 106; 11; 15; 16; 17; 18; 14 e 102; 24, 42, 52 e 78; 34, 44, 72 e 101.

No que concerne às propostas de emenda de inclusão de meta, após análise acurada de seu conteúdo, em função da limitação imposta pelo parecer preliminar, optamos por selecionar as seguintes:

– Propostas de Emenda 9, 25, 30, 57, 79, 111 e 112 – Ação 123B – Desenvolvimento de cargueiro tático militar de dez a vinte toneladas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É, está aqui. Foi alterado, Presidente. É porque esta emenda que trata do cargueiro tático militar já foi aprovada na CAE e na Comissão de Relações Exteriores. Então, nós fizemos uma alteração para não repetir a aprovação na CCT e optamos por atender a uma emenda de vários Senadores para o projeto nuclear da Marinha.

Então, houve a substituição aqui do relatório. Vou fazer novamente a leitura desse texto no que concerne às emendas indicadas para aprovação no relatório, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, retorno ao texto.

No que concerne às propostas de emenda de inclusão de meta, após análise acurada de seu conteúdo, em função da limitação imposta pelo parecer preliminar, optamos por selecionar as seguintes:

– Propostas de Emenda 7, 29, 32, 43, 49, 64, 71, 84, 94, 104, 114 – Ação 14T7 – Tecnologia Nuclear da Marinha – Meta: 100, apresentadas pelos Senadores Airton Sandoval, Ângela Portela, Eduardo Lopes, Gladson Cameli, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Randolfe Rodrigues, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Omar Aziz, na forma da proposta de emenda nº 7.

Essa da Marinha, como eu falei, no relatório que eu tinha apresentado, tinha feito a opção pelo cargueiro, pelo KC-X, do Ministério da Aeronáutica. Mas, como disse, Presidente e Srs. Senadores e Senadoras, essa emenda atendendo o KC-X da Aeronáutica já foi aprovada nas Comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores. Então, para que não haja repetição na CCT, nós optamos por fazer a substituição para atender, também da maior importância, a questão da tecnologia nuclear da Marinha.

E a segunda emenda que submeto à a apreciação dos Srs. Senadores e Senadoras:

– Propostas de Emenda 8 e 83 – Ação 12OF – Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga – Meta: 30, apresentadas pelos Senadores Airton Sandoval e Otto Alencar, na forma da Proposta de Emenda 8.

Essa emenda também foi sugerida para ser colocada à apreciação do Plenário da CCT porque é da maior importância para esta Comissão. A questão da Rede Nacional de Banda Larga é algo que o Congresso busca atender – eu diria até – há décadas, e não conseguimos ainda avançar. Vários projetos, Presidente Otto Alencar, estão tramitando no Senado, inclusive para a utilização dos recursos no Fust (Fundo da Universalização dos Serviços de Telecomunicações), para que esse que é de telefonia seja usado para a banda larga também. Lamentavelmente, o projeto não avança e, todos os anos, a gente tem repetido essa emenda de comissão da CCT para ampliar ou dar condições de oferecer banda larga a todos os brasileiros, não só das regiões mais desenvolvidas, mas em especial das regiões periféricas, como é o seu Nordeste, como é o nosso Norte e como é o Centro-Oeste, ainda.

Em relação às emendas de texto, as que se coadunam com as competências regimentais desta Comissão, atendendo às disposições constitucionais e legais, encaminhamos para aprovação nos seguintes termos:

– Propostas de Emendas nºs 20, 36, 46, 74, 81 e 104, de autoria dos Senadores Pedro Chaves, Ângela Portela, Eduardo Lopes, Airton Sandoval e Cristovam Buarque, na forma da proposta nº 20.

– Propostas de Emendas nºs 21, 37, 47, 75, 82 e 105, de autoria dos Senadores Pedro Chaves, Ângela Portela, Eduardo Lopes, Airton Sandoval e Cristovam Buarque, na forma da proposta 21.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

– Proposta de emenda nº 12, de autoria do Senador Pedro Chaves.

– Proposta de emenda nº 13, de autoria do Senador Pedro Chaves.

– Parcialmente as propostas de emenda nºs 23 e 41, ajustando-as para os seguintes termos:

Ementa: Incluir, no art. 52, um inciso, possibilitando a execução continuada de projeto decorrentes de acordos de cooperação internacional, com transferência de tecnologia.

Referência: Corpo da lei - Art. 52, inciso VI.

Texto proposto: VII – ações em andamento, decorrentes de acordos de cooperação internacional, com transferência de tecnologia;

Voto.

Em face do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática delibere pela apresentação das emendas conforme descrito acima.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão.

Algum Senador ou Senadora quer discutir? (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu queria passar a Presidência ao Senador Flexa Ribeiro para que eu pudesse relatar aqui um projeto do Senador Dário Berger.

Senador Flexa Ribeiro, o Senador Dário Berger encaminhou um projeto que eu considero importante para o consumidor: é o Projeto de Lei nº 110, de 2017. Portanto, eu pergunto a V. Exª se, depois desse esforço concentrado na leitura da LDO, poderia presidir aqui para que eu pudesse relatar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Assumo interinamente a presidência da CCT e passo a palavra ao Senador Otto Alencar, como Relator do item 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, de 2017
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir ao usuário dos serviços de telecomunicações o direito de acumular e usufruir, a qualquer tempo, o saldo do volume de dados de sua conexão à internet em banda larga móvel não consumido no mês contratado.

Autoria: Senador Dário Berger.

Relatoria: Senador Otto Alencar.

Relatório: Pela aprovação, com as Emendas que apresenta.

Observações:

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Otto Alencar, para relatar a matéria.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço, Senador Flexa Ribeiro.

Eu gostaria de iniciar a relatoria desse projeto parabenizando o Senador Dário Berger por seu sentimento político e também pela percepção política de trabalhar em defesa do consumidor.

O projeto determina que os saldos acumulados num mês de utilização de serviços de telefonia possam ser utilizados em outros meses, para que o consumidor tenha condição de ter respeitado aquilo que ele, tendo pago a sua tarifa, pode utilizar. Então, é um projeto que eu considero muito importante.

Do ponto de vista do bojo do projeto, nós tivemos que fazer uma alteração. Essa alteração foi feita em discussão com as empresas de telefonia móvel. Nós tivemos várias reuniões, pois tivemos que ouvir as empresas que prestam serviços e elas colocaram uma situação, Senador Dário Berger, de que esse saldo teria que ter um período determinado para utilização – não poderia ser infinito, pela dificuldade que teriam de verificar, de identificar esse saldo. Então, nós modificamos o projeto e colocamos uma emenda nossa no sentido de que seria por dois meses, ou seja, se o consumidor não utilizar, ele terá dois meses para utilizar aquilo que não foi utilizado, que ele não conseguiu utilizar no período contratado. Fica com um tempo determinado a utilização desse saldo. As empresas colocaram que seria muito difícil elas verificarem por um período indeterminado. Poderia ser que, lá adiante, se percebesse que ficou um saldo pequeno que não foi utilizado, 12 meses depois, e seria muito difícil fazer essa fiscalização, averiguar uma coisa dessa natureza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, foi sobre isso que nós conversamos com os representantes das empresas que estiveram conosco. Portanto, o projeto foi modificado. Deu-se à emenda ao PLS 110 a seguinte redação:

> Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir ao usuário dos serviços de telecomunicações o direito de acumular e usufruir o saldo do volume de dados de sua conexão à internet em banda larga móvel não consumido no mês contratado.
> EMENDA Nº 2 -CCT
> Dê-se ao inciso XIII do art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, na forma do PLS nº 110, de 2017, a seguinte redação:
> "Art. 3º.....
> .....
> XIII – acumular e usufruir em até dois meses, o saldo do volume de dados de sua conexão à internet em banda larga móvel não consumido no mês contratado.

Então, eu pergunto se isso atende a V. Exª e, atendendo, o meu voto é pela aprovação do Projeto 110, de 2017, com as alterações que nós fizemos, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço ao Senador Otto Alencar.

Em discussão.

Com a palavra, o autor do projeto, Senador Dário Berger.

Parabéns pela autoria, Senador.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Muito obrigado pela atenção.

Quero preliminarmente cumprimentar o Senador Otto Alencar pelo relatório. Todos nós temos conhecimento de que estamos diante de um dos Senadores mais dedicados, prestigiados e consagrados aqui do Congresso Nacional, a exemplo do que também é V. Exª, que tem um longo caminho já aqui no Senado Federal e por quem também tenho muita estima e gostaria de cumprimentá-lo.

Agora eu só queria acrescentar o seguinte, Senador Flexa Ribeiro. Quem de nós já não se deparou com a seguinte situação: nós estamos utilizando o nosso celular, a nossa internet e, de repente, os créditos acabaram? Essa situação é bastante comum.

Bem, qual é a prática hoje? Imediatamente, se você não recompuser, através de créditos obtidos junto às operadoras, você não consegue operar a internet banda larga por celular. O que acontece quando você adquire um plano da operadora? Você adquire um plano com vários serviços. Dentre os serviços, está a utilização da banda larga da internet. O que significa isso? Isso significa um xis de tempo, um xis de minutos ou um xis de horas que você tem direito a utilizar. Se você utilizar a menos, a empresa não recompõe esses dados, esses valores para você. E, se você utilizar a mais, a empresa imediatamente corta o serviço, as operadoras imediatamente cortam o serviço, e você só consegue operar efetivamente se você repuser aquela franquia, aquela parte daqueles recursos. Então, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

verdade, são dois pesos e duas medidas. Na verdade, o inverso não é verdadeiro. Quer dizer, o verdadeiro é o inverso e o inverso não é verdadeiro, porque, na verdade, cria-se aí uma dificuldade bastante significativa para o contribuinte.

Senador Otto Alencar, percebi que V. Exª teve muito cuidado para estudar essa matéria. Até a matéria parece um projeto bastante simples, mas ele tem um alcance social impressionante, porque são milhões de brasileiros que são atingidos por essa questão e que não têm o direito à compensação. Com relação à emenda que V. Exª fez, Senador Otto Alencar, eu acho que ela é oportuna e necessária inclusive, porque não me dei conta de todas essas questões e, de forma peculiar, V. Exª abordou um tema que eu penso ser de fundamental importância para a execução dessa proposta propriamente dita. É que nós não podemos deixar também uns saldos pequenos indefinidamente para compensar... E muita gente nem compensa, porque a franquia é suficiente. Há muitos consumidores que não utilizam todos os créditos da franquia. Eu sou um, por exemplo, que nunca os utilizei integralmente e nunca deixei de utilizar o celular, porque não utilizo o celular como uma ferramenta máxima de comunicação através da internet.

Ao abordar o tema, apresento dados bastante interessantes, Senador Otto Alencar. Dados da Anatel indicam que o Brasil terminou fevereiro de 2017 com 242 milhões de celulares, o que significa mais de um celular por pessoa – uma coisa impressionante! Então, o alcance desse projeto é muito significativo. Esses dados apontam também que mais de 90% da população mundial possuem, pelo menos, um celular. Olha só a importância desse instrumentozinho que, há 20, 30 anos, a gente sequer... Mão me lembro mais, não posso precisar a data em que a internet entrou na nossa vida, mas não deve fazer mais de 30 anos, e olha a evolução! Não sei onde nós vamos parar com isso! Realmente, é um instrumento importantíssimo e fundamental.

Então, são esses dados, e por isso fiz essa proposição. Inclusive, tive o privilégio de ter o Senador Otto Alencar na relatoria, o que me dá a certeza de que projeto é correto, é bom, atinge milhões de brasileiros. De maneira que eu estou muito satisfeito e agradeço a relatoria de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador Dário Berger, eu quero, novamente, parabenizá-lo pela autoria do PLS 110, de 2017.

V. Exª falou que é um projeto simples, mas as coisas simples, às vezes, são essenciais, como é o caso aqui do projeto. Ele vem ao encontro de algo que é muito importante, que é defesa do consumidor. Às vezes, você tem o direito a um valor de crédito e não o usa. V. Exª colocou muito bem, e o parecer do Senador Otto Alencar aprimorou o projeto quando limitou o tempo em que você pode receber o saldo de crédito que você teve e não usou. No caso contrário – e V. Exª colocou aqui com muita propriedade – , quando você excede o limite, aliás, ao completar o limite, ele é automaticamente desligado. Às vezes, informam-lhe antes que se vai reduzir a velocidade... Aliás, esse é um assunto que já foi discutido na CCT, já se chegou à conclusão de que isto não deve acontecer: ao chegar no limite do crédito, começa a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

diminuir a velocidade da sua internet. Então, quero parabenizar V. Exª e o Presidente Otto Alencar pelo relatório.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir o projeto, passa-se à votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Retorno a Presidência ao Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro, e ao Senador Dário Berger.

Ainda temos um item não terminativo, mas o Senador Cristovam Buarque pediu para ele fosse retirado da pauta. Os outros itens são terminativos.

Há aqui um projeto aqui do Senador Roberto Muniz, que também é muito importante e que vai nessa direção de defesa do consumidor, e eu acho que esta Comissão precisa se atentar para essa situação de defesa do consumidor. É um projeto do Senador Roberto Muniz que obriga o atendimento feito via telefonia móvel a qualquer telefone fixo. Se há uma coisa que eu acho deprimente para um ser humano é ele ligar para um telefone fixo e receber uma resposta de máquina. Então, o projeto do Senador Roberto Muniz é para acabar com essa falta de atenção ao ser humano que liga para obter uma informação, às vezes até de caráter urgente para um atendimento médico ou outra finalidade, e ouve: "Deixe o seu recado. Nós não podemos atender porque se trata de telefone móvel." Esse projeto que está aqui para ser votado é de caráter terminativo. Eu vou, inclusive, solicitar aos Senadores que, na próxima reunião, nós possamos ter quórum de votação para projetos terminativos, porque já são 32 projetos terminativos. Eu fiz aqui antes um apelo nesse sentido e disse que vou apelar até ao Presidente da Casa, aos Líderes dos Partidos, porque nós temos uma pauta muito cheia, que precisa ser apreciada, conforme a finalidade da nossa Comissão.

Agradeço ao Senador Flexa e ao Senador Dário Berger e declaro encerrada a 16ª Reunião Extraordinária.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e cinco minutos do dia onze de julho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar, Waldemir Moka e Jorge Viana, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Paulo Rocha, Lindbergh Farias, Flexa Ribeiro, Omar Aziz, Gladson Cameli, Ivo Cassol, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Fátima Bezerra, Vicentinho Alves, José Medeiros, Paulo Paim, Cidinho Santos, Ronaldo Caiado e José Pimentel. Comparece o Deputado Federal Celso Pansera. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, José Agripino, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas.

Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RCT 10/2017, de autoria do Senador Jorge Viana, e RCT 18/2017, de autoria do Senador Otto Alencar, destinada a debater a situação atual da ciência brasileira e o recente corte orçamentário de 44% verificado nessa área estratégica. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, a Sra. Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); o Sr. Alvaro Toubes Prata, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); o Sr. Luiz Davidovich, Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); o Sr. Fernando Peregrino, Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (CONFIES); e o Excelentíssimo Senhor Elton Santa Fé Zacarias, Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias e o Deputado Federal Celso Pansera. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/07/11

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Srªs e Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Esta audiência pública foi proposta pelo eminente Senador do Acre, Jorge Viana, aqui presente.

Então, iniciando os trabalhos da reunião, informo que realizaremos hoje uma audiência pública em atendimento aos Requerimentos nºs 10/2017, desta Comissão, de autoria do Senador Jorge Viana, e 18/2017, desta Comissão, de autoria do Presidente Otto Alencar, com o objetivo de debater a situação da ciência brasileira e o recente corte orçamentário de 44% verificado nessa área estratégica.

Convidamos, então, para compor a Mesa de expositores os seguintes convidados: o Exmo Sr. Elton Santa Fé Zacarias, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações substituto; Sr. Alvaro Prata, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; a Srª Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; o Sr. Luiz Davidovich, Presidente da Academia Brasileira de Ciências, e o Sr. Fernando Peregrino, Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies).

Comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu quero informar, inicialmente, que a Comissão tem por hábito dar um tempo que parece, no início, ser muito pequeno, mas, com a quantidade de debatedores e, depois, com as inquisições, o tema vai naturalmente se desenvolvendo. O tema é um só, e nós vamos ter aqui vários expositores tratando de um único tema. Então, quando você dá dez minutos e você tem cinco expositores, na verdade, você está dando cinquenta minutos para um mesmo tema. É claro que há enfoques diferentes, o que é bem possível.

Depois, há a prioridade do autor do requerimento de expor aqui. Eu nem sei se o Senador Jorge Viana quer, primeiro, justificar a audiência ou se prefere que já passemos diretamente para os expositores, porque, depois, V. Exª será, evidentemente, o primeiro Senador a fazer questionamentos e os comentários. Eu indago se V. Exª quer... É tradição da Comissão.

Com a palavra o Senador proponente desta audiência pública, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V. Exª, que é o Vice-Presidente da nossa Comissão e preside esta reunião.

Eu não sei... Eu fico muito contente de termos tido o privilégio de trazer para cá não só o representante do Ministro Kassab, que sempre atende à Comissão, o Secretário-Executivo, mas também convidados que podem falar de algo que é fundamental e estratégico para o País, que são os recursos para ciência, tecnologia e inovação.

Eu tive o privilégio aqui de ser autor, e o Deputado Sibá e outros ajudaram muito na Câmara. Nós tivemos uma nova lei de ciência, tecnologia e inovação. Houve vetos. Eu reapresentei um rearranjo da lei, de acordo com um grande entendimento nacional, que está tramitando hoje e que recompõe alguns vetos, como fruto de um entendimento.

Nós nos deparamos, neste ano – faço tão somente este breve comentário –, com uma situação, tendo em vista a crise econômica, de cortes no Orçamento em todas as áreas. Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na última quinta-feira, nós nos deparamos com um problema gravíssimo, que foi o corte para a Polícia Federal, que chegou ao ponto de suspender a emissão de passaportes já no mês de junho, e também o corte, por último, para a Polícia Rodoviária Federal – inclusive, o Zé Medeiros está aqui e tem uma história junto. Na Comissão de Defesa Nacional, nós falamos que seria muito grave, não dá para não ter recurso para a Polícia Rodoviária Federal estar na rua, nas rodovias, atendendo.

Houve um consenso dos Senadores, e fizemos uma ação, também, junto ao Ministério do Planejamento e Orçamento. Como eu sou membro da Comissão também, nós aprovamos suplementação de recursos para a Polícia Federal, mas, quando acabamos de aprovar para a Polícia Federal, deu problema na Polícia Rodoviária Federal.

Eu sinceramente acho que os cortes vão seguir neste ano e no outro – há um déficit fiscal enorme –, mas, minimamente, alguns lugares, alguns setores estratégicos não podem parar suas atividades. Então, a ideia dessa audiência... Será que a área de ciência e tecnologia, que já dispõe de tão poucos recursos – e considerando que a retirada desses recursos pode criar danos para décadas futuras –, não merece um tratamento diferenciado?

Obviamente que nós chamamos aqui o Presidente Otto, e a ideia de ter o Ministério de Ciência e Tecnologia não era para nos contrapormos ao Ministério, mas para nos somarmos a ele e, quem sabe, juntos – Parlamentares, comunidade científica, todos que trabalham na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ciência e Tecnologia mais o Ministro Kassab –, nós fazermos um movimento no sentido de que "olha, existem algumas áreas que precisam ter um tratamento diferenciado."

V. Exª é médico, não é, Senador Moka? Pode acontecer qualquer coisa numa cidade, mas energia elétrica no hospital não pode faltar, médico no hospital não pode faltar... Um hospital de portas abertas não pode deixar de existir. Então, são escolhas. Eu fui Prefeito, Governador... Há hora de dificuldade, e a gente tem que fazer escolhas. Então, o Brasil precisa fazer escolhas, e acho que a ciência e tecnologia têm que ser uma das escolhas do País.

Eu queria só fazer o registro da presença do Deputado – mas Ministro – Celso Pansera, que foi Ministro, trabalhou conosco, inclusive nesse período, e que nos dá a honra da presença. Há os demais colegas Senadores aqui, muitos convidados...

Eu acho, Senador Moka, agradecendo a V. Exª por ter me passado a palavra como autor do requerimento, que o propósito é esse. Então, o quanto antes ouvirmos, e da maneira que V. Exª achar conveniente, os convidados... E, aí, obviamente no tempo que V. Exª também estabelecer, nós, depois, faremos as perguntas e os comentários, porque eu sei que, hoje, as universidades, os centros de pesquisa, os jovens, enfim, todos nós estamos apreensivos em saber como é que fica: o corte é de 44%? Vamos ter descontingenciamento? Qual o dano que isso pode causar? O que podemos fazer para que não haja um corte desse tamanho, a fim de que pesquisas não sejam interrompidas e trabalhos não sejam interrompidos?

Era essa a minha intervenção inicial, Sr. Presidente e amigo, Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Agradeço ao Senador Jorge Viana.

Evidentemente, nós vamos ter também tempo suficiente para discutir por que é que se chegou à situação em que nós vivemos hoje. Eu acho só que não é o debate e, como disse o Senador Jorge Viana, a audiência pública foi convocada no sentido de que – e aqui eu aproveito para saudar o Deputado e ex-Ministro de Ciência e Tecnologia – é preciso unir, aqui no Senado, forças capazes de influenciar no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e, aí sim, concretamente, você analisar e reforçar aquilo que for possível.

Evidentemente, cada ministro desses vai fazer a mesma coisa. Quando o cobertor está curto... Só que, se não houver audiências como esta e se não houver gente também, tentando e se esforçando para, pelo menos, minimamente, garantir rubricas que possam fazer com que o ministério não seja prejudicado, principalmente na sua atividade mais essencial... Nós temos que estar juntos, independentemente das nossas posições políticas, partidárias e até ideológicas.

Quero, sem mais delongas, justificar a ausência, pelo menos por enquanto, do Senador Otto Alencar. Houve um problema no seu voo, mas a informação que nós temos é de que ele já está em Brasília e se dirige, naturalmente com a maior brevidade, para esta Comissão. Na qualidade de Vice-Presidente, para não atrasar a audiência pública, estou presidindo-a.

Passo a palavra à Srª Helena Nader por dez minutos, por favor.

Peço que não marque ainda. Quando der nove minutos, vai soar a campainha – e não sou eu que estou acionando. Ela é automática. Parece que você está cortando a palavra, e não é. O relógio marca os dez minutos e, quando faltar um minuto, vai soar a campainha. Então a senhora terá mais um minuto para concluir a fala.

Então, com a palavra a Srª Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

A SRª HELENA NADER – Bom dia a todas e todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Vice-Presidente da Comissão, Senador Moka, por esta oportunidade; agradecer ao Senador Otto Alencar, que está para chegar, e, em especial, ao Senador Jorge Viana, com quem a gente tem tido o privilégio de trabalhar em conjunto nos últimos anos, em função, como ele bem colocou, do novo marco legal de ciência, tecnologia e inovação.

Começo por agradecer tanto à Câmara quanto ao Senado pela compreensão e visão de Estado quando, por unanimidade, aprovaram o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, com uma PEC que alterou a Constituição, colocando de forma clara que ciência, tecnologia e inovação são relevantes e importantes para o avanço do País.

Quando os senhores criaram o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação com articulação entre todas as esferas de governo: Federal, Estadual e Municipal... Infelizmente, como eu já havia até comentado com o senhor, quando da PEC dos Gastos públicos, a gente consegue entender que havia necessidade, sim, de se fazer um ajuste nos gastos, só que nós discordamos já naquela época – e vou continuar discordando. A academia e a SBPC estão sempre juntas nessa demanda –, pois o conceito está errado. Ciência, tecnologia, inovação e educação não são gastos; são investimentos. Enquanto não tivermos essa visão estratégica para o Estado brasileiro, vamos continuar tendo vários debates – e quero novamente lhe agradecer – para tentarmos suprir o que o caos financeiro está fazendo.

Não é que ciência e educação sejam melhores do que quaisquer outras das pastas, mas elas são estratégicas e são as que vão permitir, a longo prazo, ao País realmente poder sair de uma crise.

Então, a primeira demanda que eu faço é, já que nós tivemos uma mudança da Constituição em que ciência, tecnologia e inovação não foram incluídos, como educação e saúde, como prioridade e, portanto, não poderiam ser contingenciados, cortados como as demais áreas, que, pelo menos, se tenha esse novo olhar, porque, sem a ciência, e não é porque a gente trabalha nessa área de educação e ciência, o País vai realmente não hoje, mas a longo prazo, andar mais para trás.

Eu já dei esse exemplo e o trago de novo. A Coreia, em 1998, passou por uma crise muito semelhante, como o mundo todo – o Brasil também sentiu aquela crise –, mas era uma crise que tinha algumas opções, e, talvez por isso que os coreanos sejam mais empíricos, não emocionais, eles tinham um montante de recursos e fizeram cálculos. "Se eu aplicar na construção civil, eu vou ter um retorno desse recurso rápido, ele estaciona e depois cai. Se eu aplicar em outra coisa qualquer, eu também tenho um retorno rápido, mas depois cai." E eles viram que, se aplicassem em ciência, tecnologia e inovação, cairia, mas depois haveria um crescimento exponencial. E está aí a Coreia com a sua economia pujante, para não falar da China e de outras nações.

Então, eu vejo que o Brasil fez, infelizmente, uma escolha errada, uma escolha que não teve visão estratégica de Estado. Foi uma visão estratégica muito pontual no momento da crise, e não a longo prazo.

Então, agradeço por esta reunião e vou parando por aqui, colocando que seria relevante, como eu e o Senador Moka estivemos conversando ali na antessala, tirarmos daqui uma proposta sólida para irmos aos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, porque os nossos interlocutores não querem ouvir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E, de novo, eu sei que eu vou ser um pouco, talvez... Algumas pessoas vão dizer que eu não estou sendo politicamente correta ou, talvez, um pouco agressiva, mas essas pessoas são todas formadas em grandes instituições deste País, com currículos exemplares nas suas áreas de economia, de administração, com visão mundial, passaram pelas melhores universidades do mundo, mas, quando chega na execução para a Nação brasileira, falta a visão. Então, se a gente, aqui, conseguir, no dia de hoje, tirar uma proposta sólida em que a sociedade civil, junto com o Congresso Nacional e junto com o próprio Ministério, leve, nós poderíamos reverter.

Eu estou muito preocupada, porque, se está ruim 2107, será muito pior 2018, porque a PEC dos Gastos, como ela é chamada, vai fazer a fotografia de 2018 com base em 2017. No Orçamento executado e com todos os contingenciamentos, é melhor irmos todos para casa. E eu espero que se reverta isso.

Mais uma vez, Senador Jorge Viana, o meu muito obrigada, Senador Moka e todos os senhores aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Agradecemos à Srª Helena Nader, com a qual, eu quero dizer que, Senador Jorge Viana, concordo, pois acho que a Comissão aqui... Como a gente conversava aqui na antessala, o importante é que os componentes Senadores, a exemplo do que V. Exª já disse, façam esse trabalho junto ao Ministro e, principalmente, junto aos membros da Comissão Mista de Orçamento, sobretudo ao Relator, o Relator da área e o Relator Geral, que é quem pode garantir alguma diferença nessas rubricas na destinação de recursos. Eu não tenho dúvida da posição da Comissão. A dificuldade vai estar em influenciar onde realmente as coisas podem acontecer. Mas vou deixar para que o Presidente conduza isto.

Eu passo a palavra, então, ao Sr. Alvaro Prata. Eu estou evitando o segundo sobrenome aqui. É Toubes? Estou certo na pronúncia?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Ele é Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.

O SR. ALVARO TOUBES PRATA – Muito obrigado, Senador.

Eu quero cumprimentar todos; cumprimentar o Senador Waldemir Moka; o Senador Jorge Viana; quero saudar o nosso Ministro em exercício, o Secretário-Executivo Elton Zacarias; cumprimentar todos os colegas da Mesa; a Professora Helena Nader; o Professor Luiz Davidovich; o Professor Fernando Peregrino; quero saudar também todos aqueles ligados ao MCTI, nosso Ministério, que aqui estão; os que representam as nossas agências e também os nossos integrantes; saudar o Professor Wanderley de Souza, da Finep; o Professor Marcelo Morales, do CNPq; o Professor Jorge Guimarães, da Embrapii; todos os nossos diretores, o Campagnolo, o Fábio Larotonda, o Sávio; saudar todos os Deputados, os Senadores; de uma maneira muito especial, o ex-Ministro Celso Pansera, e saudar todos os presentes.

Eu, aqui, acompanho o nosso Ministro em exercício, o Secretário-Executivo Elton Zacarias, e trago...

Senador Otto Alencar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Por favor. (*Pausa.*)

O SR. ALVARO TOUBES PRATA – Eu, aqui...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Peço que desconte o tempo que nós o interrompemos.

O SR. ALVARO TOUBES PRATA – Eu, aqui, acompanho o nosso Ministro em exercício, Secretário-Executivo Elton Zacarias, sobretudo trazendo essa visão de preocupação em relação ao nosso Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação. Ao longo dos anos, construímos um belo sistema, que começa mais e mais a se preparar para dar frutos e beneficiar o nosso desenvolvimento econômico e desenvolvimento social.

Ciência é um importante pilar da construção das nações e é fundamental para que possa alavancar o desenvolvimento tecnológico e a inovação. Na minha Secretaria, eu represento o braço do Ministério que interage sobretudo com o setor industrial, e é claro que precisa de pessoas qualificadas, precisa de pessoas bem formadas, precisa de investimento em pesquisa em desenvolvimento, precisa de investimento em infraestrutura e precisa de facilidades para que o nosso meio científico, o nosso meio acadêmico, possa interagir com o meio industrial.

O Brasil investe perto de 1,2% do seu PIB em pesquisa e desenvolvimento. Certamente, com as restrições orçamentárias, esse número vai baixar, e, diferente dos países que nos são referência, a maior parte desses recursos é investida pelo setor público. O setor público brasileiro precisa aumentar o seu investimento, mas precisa também fazer com que esse investimento alavanque investimentos do setor privado. Se há um aspecto que também precisa ser discutido e mencionado num contexto como esse é o baixo investimento do nosso setor privado em pesquisa e desenvolvimento.

Ao longo dos anos, temos criado uma série de instrumentos para aumentar esse investimento. Há um espaço muito grande para que possamos crescer em investimento também no setor privado, mas, para isso, é preciso que nós tenhamos uma facilidade do ponto de vista de legislação, do ponto de vista de incentivos, do ponto de vista de ordenamento jurídico, ordenamento administrativo. Nesse contexto, as nossas preocupações precisam ser no investimento do setor público, mas também no investimento do setor privado.

Dito isso, Senador, eu encerro a minha participação e é claro que me coloco à disposição de todos para esclarecimentos adicionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço as colocações proferidas pelo Dr. Alvaro e passo a palavra à Drª Helena Nader.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Já foi?

Luiz Davidovich, V. Exª tem a palavra.

O SR. LUIZ DAVIDOVICH – Bom dia. Quero agradecer ao Senador Otto Alencar pela condução e pela convocação desta audiência pública; ao Senador Jorge Viana, por ter justamente solicitado esta importante audiência.

Quero cumprimentar também o Deputado Celso Pansera, ex-Ministro de Ciência e Tecnologia, com quem continuamos a ter uma forte conexão em defesa da ciência e da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

tecnologia do Brasil, e os meus colegas de mesa, já nomeados, entre os quais destaco Alvaro Prata e Helena Nader, que são colegas também, membros da Academia Brasileira de Ciências.

Nós estamos realizando esta audiência pública em meio a uma grande crise política nacional e que está realmente, praticamente, monopolizando a agenda do Congresso. Essa crise faz com que não tenhamos certeza sobre o dia de amanhã, sobre o que vai acontecer no resto desta semana, mas nós podemos ter uma certeza sobre o futuro deste País, e a certeza é de que, se não houver uma reforma, um restabelecimento urgente do orçamento de ciência e tecnologia, o futuro deste País não vai existir como país desenvolvido, como uma economia sustentável. Então, essa certeza nós temos.

Os cortes de orçamento que tivemos neste ano, de 44% em cima de um orçamento já extremamente reduzido, compromete o futuro do nosso País, compromete o que vai acontecer com nossos filhos e netos no futuro. Nós não queremos que este País reverta à condição de colônia extrativista, porque, hoje em dia, no mundo atual, na sociedade de conhecimento, quem não aposta em ciência e tecnologia, quem não aposta em pesquisa e desenvolvimento perde a corrida, perde o protagonismo internacional. Então, essa é a ameaça que paira sobre nós.

Se nós compararmos o orçamento deste ano, R$3,2 bilhões para o MCTIC, com os orçamentos anteriores, corrigidos pela inflação até 2017, nós vamos perceber o tamanho da catástrofe. O orçamento deste ano para o MCTIC é da ordem de R$3,2 bilhões, dos quais R$700 milhões são da área de comunicações. Para o antigo Ministério de Ciência e Tecnologia, teríamos algo da ordem de R$2,5 bilhões. Comparem isso com o orçamento de 2005, corrigido pela inflação, que foi da ordem de R$6 bilhões. Comparem com o orçamento de 2010, corrigido pela inflação: mais de R$9 bilhões. O orçamento deste ano é menos do que a metade do orçamento de 2005; é menos de um terço, quase um quarto do orçamento de 2010. Essa é a razão da crise. Essa é a razão pela qual laboratórios estão fechando em vários Estados da Federação.

No Estado do Rio de Janeiro, metade dos membros de laboratórios importantes da UFRJ já foram embora. Estou falando de laboratórios que contribuíram para a análise da epidemia de zika. Esses laboratórios estão fechando. As pessoas estão indo embora. Estão indo embora para outros países. Esse pessoal que vai embora nós não vamos recuperar. Eles vão ficar lá fora. Os estudantes estão deixando de ser formados, porque estão faltando insumos nos laboratórios. Quando queima um *laser,* não temos peças de reposição, nem recursos para comprar outro, e aquele *laser* é importante na tese de estudantes de doutoramento, que precisam daquele experimento para se formar. No momento em que isso não pode ser recuperado, nós perdemos os estudantes, nós perdemos uma geração.

Então, estou preocupado com os jovens de hoje, que estão saindo da pesquisa científica por falta de incentivos, por falta de recursos e que não estarão aí daqui a 10, 20 anos para enfrentar as epidemias emergentes, para fazer progredir a agricultura brasileira.

E aí nós entramos num tópico importante. As pessoas perguntam: "Está bom, todo mundo está sofrendo com a crise. O corte foi horizontal, foi linear, por causa disso." Para mim, um corte de 44%, linear, significa a falta de uma proposta de país, a falta de uma agenda de futuro, porque quem tem agenda de futuro vai escolher prioridades, vai fazer escolhas. Quando você corta 44% em todos os Ministérios, exceto naqueles protegidos pela Constituição, Educação e Saúde, você está dizendo: não tenho prioridades para o futuro do país. Acho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cabe ao Congresso definir essas prioridades, mas de forma muito clara. Não é pensando no dia de amanhã. É pensando no Brasil daqui a dez anos, daqui a vinte anos.

Se nós olharmos a estrutura atual da economia brasileira, nós vamos ver os grandes produtos de exportação do Brasil, os grandes itens na pauta de exportação do Brasil. Um deles, evidentemente, é a agricultura. A agricultura brasileira não seria o que é hoje se não fosse a ciência brasileira, se não fosse uma pesquisadora como Johanna Döbereiner, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que, pesquisando em seu laboratório meios de incrementar a produtividade, descobriu um processo de fixação do nitrogênio no solo, baseado em métodos bacteriológicos, que multiplicou a produtividade da soja em quatro vezes, em alguns casos em até cinco vezes. Então, comparem o investimento que foi feito no laboratório da Johanna Döbereiner com a riqueza auferida pelo País com o aumento da produtividade da agricultura! A relação entre o que veio para o País e o que foi investido naquele laboratório é quase infinita, é muito mais do que foi investido lá.

A agricultura brasileira, que é um dos grandes itens da pauta de exportação, também está sofrendo os efeitos da obsolescência tecnológica. Isso me dizem nossos colegas da Embrapa. A Embrapa já teve equipamentos importantes, de fronteira na ciência. Está perdendo terreno. Se perder esse terreno, perde o Brasil, perde a competitividade internacional do Brasil. A Embraer existe por causa da ciência brasileira. A empresa de compressores Embraco, lá em Santa Catarina, existe por causa da ciência brasileira. Foi criada em função de uma colaboração com o Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina. Estou falando aqui de riquezas do País.

Às vezes, as pessoas perguntam... Outro dia, uma repórter me perguntou: "Vocês estão falando de ciência e tecnologia, mas todas as áreas estão sofrendo! Por que ciência e tecnologia em particular?" Porque estou falando da economia brasileira. Ciência e tecnologia são fundamentais para a economia brasileira. O que você investir lá vai voltar multiplicado por dez. Esse é um fator internacional. Está certo? Ou mais.

Então, se nós estamos preocupados com a crise, se nós estamos preocupados com o tamanho do PIB, a solução natural é investir em pesquisa e desenvolvimento. Essa é a lição que nós aprendemos de outros países. Assim tem sido com a China, assim tem sido com a Coreia, assim tem sido com a Eslovênia. Em 1998, a Eslovênia estava numa crise política e econômica formidável. Em 1998. Estava com o povo nas ruas, crise política. Eles, agora, estão em 32º lugar no Índice Global de Inovação. O Brasil está em 69º lugar no Índice Global de Inovação. A Eslovênia passou à nossa frente há muito tempo. Em 1998, numa crise pior do que a nossa. Então, a solução é óbvia, é clara. Não quer ver quem só pensa no que vai acontecer até o final desta semana, quem não pensa no que vai acontecer daqui a dez ou vinte anos no País se nós não apostarmos na pesquisa e no desenvolvimento, se nós não apostarmos na ciência e na tecnologia.

Então, o que estou fazendo agora aqui é, realmente, quase um grito de alerta. Ando pelo País, tenho contato com colegas em vários Estados da Federação. A situação agora é de urgência é de emergência, não dá para esperar até novembro para uma recomposição do orçamento de 2017, porque o pessoal está indo embora. Os laboratórios estão parando. Nós não vamos ter a possibilidade de reconstruir esse sistema se não tomarmos medidas imediatas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, este é o recado que eu quero deixar aqui: o Brasil precisa de pesquisa e de desenvolvimento agora, precisa de uma reformulação, de uma reestruturação do orçamento de 2017 agora. Contingenciamento de verbas para ciência e tecnologia é desvio de finalidade. Há imposto recolhido de empresas para aplicar em ciência e tecnologia. Esses recursos estão sendo desviados para fazer superávit. Isso se chama – é um termo que já foi usado neste Congresso várias vezes – pedalada. Está havendo pedalada em relação aos recursos de ciência e tecnologia. Essa é uma questão até judicial. Nós vamos lutar, nessa frente, no Congresso, no Executivo e na Justiça, se for o caso, para proteger a pesquisa e o desenvolvimento no Brasil, para proteger o País, para proteger o futuro de nossos filhos e de nossos netos.

Obrigado, era isso o que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Quero parabenizar o Dr. Luiz Davidovich pelas colocações que foram feitas.

Concordo plenamente com V. Sª. Suas colocações foram corretíssimas. Aqui, na Comissão de Ciência e Tecnologia, nós já detectamos o que vem acontecendo há muito tempo, e V. Sª falou agora: o desvio de recursos de fundos que são até nutridos com recursos do próprio consumidor do serviço.

Apresentei um projeto agora para vedar a transferência dos recursos do Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) e do Fistel para fazer superávit. Então, esses recursos são levados para o caixa único do Governo para fazer superávit e com os outros fundos é da mesma forma. Com o Funclima é da mesma forma, do meio ambiente, e com todos os outros fundos que foram criados para o desenvolvimento tecnológico, para ciência, tecnologia e inovação.

Só para se ter uma ideia, no Fust, ao longo desses anos, foram arrecadados R$23 bilhões, e apenas 1% foi investido em favor do consumidor, para fazer uma linguagem bem clara. Ele precisaria desses recursos para a expansão de banda larga para as escolas públicas, para as universidades, para a telefonia móvel. E não foram aplicados. Então, nós já apresentamos aqui um projeto – o Relator é até o Senador Omar Aziz – para vedar a possibilidade de que esses recursos sejam desviados para fazer exatamente o que V. Sª falou: pedaladas.

O SR. LUIZ DAVIDOVICH – Pedaladas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pedaladas fiscais prejudicando o Brasil. Então, num momento desses, acho que a crise pode mudar em oito dias, em três dias, em quatro dias. O que não pode mudar é a política de investimentos no setor da ciência e da tecnologia.

O Brasil tem já uma capacidade instalada razoável que precisa só de novos investimentos, de custeio operacional, para que nós possamos avançar, como avançaram outros países.

Quero só parabenizar V. Sª pela colocação. Foi uma colocação muito própria para este momento.

Passo a palavra ao Dr. Fernando Peregrino, que é Presidente do Confies.

O SR. FERNANDO PEREGRINO – Bom dia, Sr. Presidente desta reunião, Sr. Senador Otto. Bom dia a todos aqui, meus colegas de mesa, representantes do Ministério da Ciência, Elton e Alvaro, Luiz Davidovich, Helena Nader, enfim, todos aqui da mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Entre os presentes, cumprimento o Deputado Pansera, ex-Ministro, amigo; o Deputado Jorge Viana, que nos brindou com seu convite.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Senador.

O SR. FERNANDO PEREGRINO – O Senador, desculpe-me, Jorge Viana, que nos brindou com a lembrança.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Deputado eu não fui, nem pretendo.

O SR. FERNANDO PEREGRINO – Continue Senador.

O Senador Lindbergh e todos os outros líderes da nossa área de ciência e tecnologia aqui presentes.

Eu tenho umas transparências. Vou me apoiar nelas, para acrescentar algumas coisas, apenas somá-las ao que já foi dito do diagnóstico, e depois sugerir, de forma meio rebelde, algumas medidas. Já que estamos aqui, temos que nos rebelar contra essa situação.

Acho que você pode me auxiliar. Eu peço para passar, e você passa.

O próximo, por favor.

Vamos lá. O problema, todo mundo está falando dele.

Vamos lá?

Bem, isso aqui é apenas uma imagem que revela o que já foi dito: a desintegração do sistema de ciência e tecnologia, construído ao longo de décadas, que este País fez com esforço público – não apenas público, mas privado e de toda uma comunidade científica.

Isso, nos grupos de pesquisa que o Brasil criou até 2016. São 37 mil grupos de pesquisa que se espalham pelo Brasil afora. São pessoas, não são máquinas, não são instituições fomentadoras da ciência. São as pessoas que fazem a ciência, e elas estão organizadas em grupos, e esses grupos são grupos de excelência, porém em quantidade inferior ao que o Brasil precisa. Não obstante, eles vêm sendo desintegrados sucessivamente, como disse o Luiz e disse a Helena também – desintegrados pela falta de recursos e pelo descaso.

Queria citar um caso. Está aqui na minha frente o Prof. Wanderley de Souza, Diretor da Finep. Ele foi reitor de uma universidade criada pelo saudoso Darcy Ribeiro, há 24 anos: a Uenf, do Norte Fluminense.

Prof. Wanderley, há três dias, quatro dias, fiz uma palestra para 300 bolsistas de iniciação científica e alguns mestrandos e doutorandos na universidade.

Muito bem, participação entusiasmada das pessoas. Descobri – não, eu já sabia – que os 300 professores e docentes da Universidade do Norte Fluminense que entraram por concurso com alto nível de seletividade estão sem receber há quatro meses. Salário, não são bolsas complementares.

Ora bolas, Luiz, você falou que talvez sejamos uma colônia extrativista. Já somos escravagistas, porque trabalhar sem salário? Eu só conheço o que há uns 200 anos este País adotava.

O Prof. Wanderley sabe do que estou falando. É dramática a situação. E não me diga que isso é culpa do Estado do Rio de Janeiro. Esse plantel de cientistas da Universidade do Norte Fluminense, como são os da USP, no Estado de São Paulo, e da Unicamp, pertence a nós. Eles são nossos. Eles são as pessoas que podem ser portadoras de um futuro diferente para esta Nação e estão sendo desintegrados por conta do descaso a que este País chegou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O próximo.

Isso aqui a Helena me deu outro dia. Esse é o *ranking* dos perdidos, o *ranking* dos cortes. Basta ver que aí tem... Todos estão prejudicados; de uma forma ou de outra, estão prejudicados. Não vou discorrer sobre eles. Todos estão prejudicados pelos cortes.

Próximo.

Aqui, os famosos 44% dos cortes, a explicitação deles.

Pode passar.

Vamos a uma realidade em que me aprofundei um pouco, para não ser extremamente corporativista e defender o dinheiro da ciência pela ciência. Estou há 35 anos nesse sistema de ciência e tecnologia – desde o CNPq, em 1980 – e nunca vi uma crise tão profunda como essa. E é duro assistirmos a isso.

Bem, mas vamos lá. Aqui são uns gráficos que mostram, de forma muito pedagógica, que a receita está caindo, que a despesa está subindo e que um já cruzou o outro, uma curva já cruzou a outra.

Na opinião de qualquer cidadão, sabe-se que aí nós temos um problema. Você está arrecadando x e gastando y, e y é maior do que x.

O próximo.

Aqui temos o resultado. Essa curva descendente que passou da linha já está provocando um déficit de 2% do PIB, ou seja, a receita primária do setor público e a despesa estão abaixo, o resultado está abaixo da linha do zero. Isso significa que nós estamos caindo, não estamos subindo. Isso é dramático porque as projeções que se fazem do futuro em 2018 têm que decorrer dessa curva.

O próximo.

Um gráfico que mostra que nós estamos lá em 159, que é o déficit que foi acumulado até agora.

Próximo.

Aqui eu fiz ontem, com muita parcimônia... Retirei do relatório da Secretaria do Tesouro Nacional dados – fidedignos, portanto. E vocês apontam... Vejam ali que nós temos R$1,3 trilhão de receita, depois se deduzem as transferências constitucionais, os fundos constitucionais, tiram-se ali mais 200 e sobram 1,088 trilhão de receitas a serem aplicadas no sistema federal do Governo. E as despesas vão a 1.242, o que provoca um déficit óbvio de 159. Ou seja, está faltando receita, a não ser que digamos que está todo mundo cheio de dinheiro na ciência, na saúde, na educação, coisa que não está. Todos estão deficientes conforme mostraram ali os gráficos.

Ora, se não há atividade econômica, de onde vai vir a receita? Essa receita que estamos vendo lá em cima, de 1 trilhão, está vindo de impostos, da arrecadação do INSS também, de contribuições, do Imposto de Importação, do Imposto de Renda. Mas, se não há renda, se não há salário, se há desemprego, como se vai arrecadar? Ou seja, nós estamos girando um círculo vicioso: não há receita e não há capacidade de pagar as despesas mínimas.

Aqui há um detalhe: R$283 bilhões são as despesas discricionárias. O Elton me disse agora que essas despesas discricionárias são aquelas em que estão o CNPq, a Finep, as despesas de ciência e tecnologia – não é, ex-Ministro Pansera?

Ali tem... O fomento à nossa área, os gastos da nossa área são despesas que impulsionam o sistema, porque a máquina "está paga" – entre aspas. Não quero dizer que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

todo mundo com salários ótimos. A máquina está paga, mas a prestação de serviços da máquina está ali nos 283, e esses 283, que estão lá embaixo, são inferiores ao pagamento dos juros nominais de 318, reparem. Nós gastamos 1,12% das despesas discricionárias com juros nominais.

Ora bolas, quem disse que não se tem de onde tirar dinheiro? Quem disse que eu vou entrar numa briga fratricida com meu irmão que trabalha ou com alguém que trabalha no sistema de saúde e da educação? Quem disse que eu vou propor um canibalismo entre as políticas públicas? Todas elas são importantes, Helena, você sabe disso. Como vou paralisar um hospital e falar da ciência para um cidadão que está lá na ponta? Ora bolas, a ciência é portadora do futuro, mas o presente está no hospital e na escola funcionando. Todos são importantes. Não quero dizer que não são importantes. Mas entrar numa briga fratricida, destruidora entre políticas públicas não é um bom caminho para nós. Temos que nos unir e saber onde está o dinheiro, onde está o dinheiro que é arrecadado, que é contraído de empréstimos ou de qualquer outra forma e que não vem para os sistemas das políticas sociais.

Bom, o Brasil, entre esses países todos, é o que tem a sua dívida crescente, conforme vocês veem. Há países um pouco parecidos com o nosso.

Aquilo que está em azul é o que pagamos e amortizamos de dívida por ano – 45%.

Aqui estão os juros desses países que nós miramos como importantes: Japão, -0,75%; Estados Unidos, -1,69%; Alemanha, -1,75%. Juros negativos naqueles países em que nos miramos e juros positivos para alguns outros mais parecidos conosco. Mas nenhum deles chega a 6,36%. Por que nós estamos tirando dinheiro do sistema, da produção, retendo esse dinheiro numa poupança e essa poupança é aplicada só no rendimento financeiro? Esse não é um bom caminho.

Temos outro caminho também, que é o da burocracia, o da simplificação. Há um desperdício no sistema e o desperdício chama-se burocracia. Quanto a isso, eu queria agradecer ao Ministério da Ciência, ao Ministério da Educação, que nos ajudaram a dialogar com a CGU, com o TCU, com a AGU e com todos os us que vocês imaginam. Nós estamos dialogando com as fundações de apoio, estamos dialogando para construir um código de convivência pacífica, porque, do jeito que estava, era um atrás do outro. E isso fazia com que se desperdiçasse dinheiro. Não brinquem! É muito tempo: 35% do tempo do cientista são gastos com a burocracia. Não estou falando da burocracia da fundação. Ele gasta 35%. Se nós temos 200 cientistas e esses 200 cientistas têm 35%, tiram 70 mil, a nossa força de trabalho altamente qualificada se reduz de 200 para 130.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO PEREGRINO – Já entendi. É automático. Eu sei. Já aprendi. Já aprendi. Não é o senhor, não. Vou fechar. (*Risos.*)

A burocracia não se reduziu. Pela pesquisa, ela aumentou.

Aqui estão os grupos que investem em pesquisa. Vejam que o Brasil está sempre na linha verde, mediana, sempre estacionária. Não crescem os investimentos em P&D.

Aqui a abertura. O capital privado, o investimento privado não está vindo. Essa é uma velha reclamação nossa. O Dr. Alvaro reclamou: "Mas, Doutor, como é que pode vir se é muito mais atrativo aplicar em juros dos títulos do Governo do que vir para inovação?" Ele vai ficar lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mesmo. Ele não vai vir para nós. E a burocracia vai se encarregar de esterilizar o dinheiro dele quando entrar numa universidade.

Aqui é a indústria. Não temos indústria. A indústria está caindo. Se não há indústria, não há inovação. Eu acho que o motor da inovação é a indústria no mundo inteiro. Essa é a verdade.

Aqui há um mito que eu queria desmontar. Os Estados Unidos, sim, de fato aumentaram o investimento em P&D, porém o setor público, que é o vermelhinho ali, está caindo. "Ah! O governo Obama ou alguém não está desassistindo." Não! Ele sabe que o setor privado compareceu. E a curva verde é do setor privado. Mas também a taxa de juros deles é negativa. O setor vai para a inovação. Ali ele ganha dinheiro. E aí a curva azul, que é o total, está subindo. Não está subindo, porque o setor público investiu mais. Isso é um mito que nos vendem: "Ah! O setor privado não vem. Eu estou fazendo o esforço público." Não! O setor privado não vem, porque o dinheiro caminha na direção dos juros e não na direção da produção, seja ela tecnológica, seja ela industrial. Esse é o caminho. Lá eles fizeram. Copiemos isso. É isso que temos que fazer.

Bom, isso aí são os resultados.

Desintegração. Nós vamos assistir a essa desintegração da ciência e tecnologia brasileira ou vamos promover o canibalismo de políticas públicas? Tire da saúde, tire da assistência social! Não! Está errado! Há alguém que pode comparecer e que está se escondendo, mas temos que abrir e botar o dedo na ferida. Vamos repartir as dificuldades entre todos. Por que apenas as políticas portadoras de um futuro digno para o País pagam essa conta? Por que nós estamos pagando essa conta sozinhos? Por que não repartir as dificuldades entre todos? É preciso promover medidas para que a poupança vá para a produção e não para a especulação.

O Senador Lindbergh sabe disso, o Senador Jorge Viana sabe disso, do que eu estou falando, porque vocês participam da Comissão de Assuntos Econômicos.

É preciso incluir no sacrifício os que vivem da especulação. São apenas 10 mil pessoas ou 20 mil pessoas contra 200 milhões de pessoas. São 20 mil pessoas que vivem da especulação financeira, que participam desse mercado financeiro, que não produz nada, e 200 milhões do outro lado. Vamos deixar isso acontecer? Temos que baixar as taxas de juros. Vocês sabem disso mais do que eu. Temos que baixar as taxas de juros, igualá-las a um patamar internacional. Nós somos um País dentro de um contexto de nações. Precisamos quebrar o círculo vicioso dos juros altos que provocam um sucessivo endividamento. Alguém pode dizer: "Ah! Mas nós estamos pagando a dívida." Não estamos pagando a dívida. A dívida está crescendo, porque não há como pagá-la com esses juros. E evitar sobretudo o canibalismo das políticas públicas.

Eu acho que a comunidade científica, Helena, com todo o respeito à sua autoridade como presidente da SBPC, e ao Luiz, tem que deixar de ser corporativa. Há excesso de corporativismo. Tem-se que discutir onde está o dinheiro do País para que as políticas essenciais, portadoras de um futuro, como são as de educação, ciência e tecnologia, não fracassem e não seja difícil reconstruí-las. E nós temos a capacidade intelectual de descobrir e aprovar isso.

E, Senado, com todo o respeito também, é hora de discutir com profundidade esse diagnóstico de onde está o dinheiro público para investir nessas políticas sociais.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Passo a palavra ao Dr. Elton Zacarias, que representa aqui o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACARIAS – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Otto, em nome de quem eu cumprimento todos os colegas de mesa, Senador Jorge Viana, Senador Lindbergh Farias, Deputado Celso Pansera, colegas de Ministério.

Bom, acho que não dá para discordar do mérito de ninguém que falou até aqui. A situação do Ministério realmente é bastante difícil. O nosso horizonte com esse corte talvez se tema. Nós temos tido algumas vitórias parciais, como um aumento da dotação orçamentária para o Sirius, um aumento da dotação orçamentária para o Satélite. Na sexta-feira, nós conseguimos 29 milhões a mais para o Programa Gesac, para evitar cortar banda larga em 3,4 mil escolas.

O Ministro Kassab, enfim, o Ministério como um todo tem obtido pontualmente alguma liberação, alguma compreensão do Ministério do Planejamento. Mas a situação realmente é bastante dramática.

Havia uma expectativa de uma arrecadação de R$8 bilhões com a Lei dos Precatórios. Mas parte desses recursos já ficaram presos para a educação e mais algum item. Então, nós tínhamos a expectativa de ter uma flexibilização até o final deste mês, mas ainda não tenho certeza de como vai funcionar isso.

Eu acho que o Dr. Peregrino fez uma boa explanação. Eu acho que são questões que têm que ser colocadas, que esta Casa precisa discutir. A questão do congelamento dos fundos é uma questão que precisa ser colocada na mesa e, inclusive, talvez uma alteração na lei do FNDCT, alterando a regra do TJLP pela TR, e acabar com a questão da equalização de juros, que hoje consome mais de R$300 milhões do recurso disponível para a Finep.

Enfim, eu acho que há muitas coisas que precisam ser repensadas, como a questão do Fundo Social. Acho que há uma lei que está tramitando aqui que daria para ciência e tecnologia 25% do Fundo Social, o que daria um extra de R$1 bilhão para o Ministério. Então, existem várias iniciativas que precisam ser incentivadas, colocadas na pauta, debatidas pela Casa também, para melhorar o patamar orçamentário do Ministério.

Ao mesmo tempo, existe uma pressão do Governo, uma pressão legítima, para que o número de ações orçamentárias do Ministério seja reduzido. Hoje, há mais de 120 ações orçamentárias. É questão de fazer as escolhas. Por exemplo, há empresas que são deficitárias, como a Ceitec, que é uma empresa que, neste ano, vai faturar R$8 milhões, mas ela custa R$100 milhões para o Governo. Existe uma pressão para o fechamento da empresa. Só que esse fechamento também custa. Só de descomissionamento de gases, são mais de R$300 milhões, para poder fazer isso com os gases tóxicos que ela tem lá estocados.

Todas essas questões precisam ser debatidas.

E temos feito um esforço. Helena, Luiz, vocês têm acompanhado o esforço que temos feito. No ano passado, nós conseguimos equilibrar as contas do Ministério, ou seja, acabar com o restos a pagar. Tivemos um recurso extra de quase R$2 bilhões no final do ano e pagamos as dívidas que a Finep e o CNPq tinham. Mas, neste ano, realmente a situação está dramática. Eu nunca vi uma situação como esta. Eu já convivo com governo há 14 anos e, realmente, com a situação que eu estou enfrentando neste ano, eu não tive paralelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Enfim, eu quis só fazer uma colocação. Eu acho que este é um palco de debates. Então, eu acho que podíamos encerrar por aqui e passar a palavra para os nossos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu queria agradecer a presença do Senador Lindbergh Farias.

É o Senador Jorge Viana está inscrito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu sei que é a norma de funcionamento, pois eu sou autor do requerimento.

Eu queria cumprimentar V. Exª, Presidente da Comissão, Senador Otto Alencar – o Senador Moka abriu, gentilmente, como Vice-Presidente.

Eu confesso que já valeu ter proposto esta audiência, porque nós pusemos o assunto de uma maneira muito sincera e verdadeira. Eu quero cumprimentar mais do que todos, com todo o respeito, o Secretário Executivo e Ministro interino, Sr. Elton Zacarias, por sua sinceridade. V. Exª é parte do Governo e, obviamente, fez aqui a defesa do próprio Governo, mas colocou a realidade que temos que enfrentar.

Estamos no Parlamento, que aprova os Orçamentos, que pode alterar o Orçamento, que pode fazer correção de rumos, mas as exposições que nós ouvimos aqui, começando com a Drª Helena, com o Dr. Luiz, que é Presidente da Academia Brasileira de Ciência... E ele deixou de lado o corporativismo, que seria natural, e trouxe o tema como uma questão do Estado brasileiro, da sociedade brasileira, do passado, do presente e do futuro. E, inspirado um pouco em um artigo que V. Sª escreveu, eu propus... A Drª Helena começou dizendo que não são gastos, são investimentos.

Eu estive em uma missão na Califórnia. Como é que eles transformaram um deserto em uma das maiores economias do mundo, pois chega a ser o sétimo ou oitavo PIB do mundo um Estado dos Estados Unidos? Transformaram um deserto em uma grande potência mundial, porque apostaram na ciência, na tecnologia e na inovação. Os maiores centros hoje de fármacos estão todos sendo transferidos para lá. O que é isso? Pesquisa, ciência, tecnologia e inovação, além de toda a outra parte vinculada à revolução tecnológica que se vive.

Dr. Álvaro, eu queria agradecer por V. Sª, que também é um cientista, da comunidade científica, estar aqui.

Fernando, você trouxe a realidade que choca, a realidade que nos impõe tomar uma atitude.

Presidente Otto, eu tenho algumas perguntas para fazer, mas o Senador Lindbergh, que é o nosso Líder, também está correndo para um lado e para o outro. Esta é uma área em que ele tem compromisso, e o Rio de Janeiro, por ter sido Capital, é um endereço muito importante da ciência e tecnologia. Então, eu queria, dentro do possível, em um revezamento aqui, fazer minhas intervenções depois e passar imediatamente para o Senador Lindbergh, com a autorização de V. Exª, Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Jorge Viana.

Eu também vou agora relatar projetos na Comissão de Assunto Econômicos, são três projetos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... V. Exª presidir para nós fazermos o revezamento.

É que aqui, no Senado Federal, nós temos as comissões que tem também a Câmara dos Deputados. Só que, na Câmara dos Deputados, são 513, e aqui somos 81. Ficamos correndo de uma comissão para outra para tentar relatar os projetos e dar condição de andamento...

Eu queria, antes de passar a palavra ao Senador Lindbergh Farias, parabenizar o Dr. Fernando Peregrino pelas colocações. Eu vejo a política econômica completamente equivocada. O nosso economista aqui é o Lindbergh Farias, assim como o Roberto Requião, que são quem mais toca nisso, mas eu vejo um equívoco muito grande de não se olhar para o setor da ciência tecnologia, com o pagamento de juros excessivos consumindo praticamente quase que metade daquilo que é a arrecadação do nosso País. É uma reserva no valor de US$380 bilhões, e poderia muito bem ser destinada uma parte dela para o Fundo Soberano e, a partir do Fundo soberano, financiar a ciência e tecnologia e avançar nesse setor.

Eu acho que o Governo... Não é de agora, agora se agudizou o problema. A crise já vem desde o segundo governo Dilma Rousseff, e a crise política abala todos os setores da atividade organizacional do Governo Federal, em todos os mistérios. Agora mesmo, o Dr. Fernando colocou ali os ministérios. Eu sou um defensor, um lutador pela revitalização do Rio São Francisco há muitos anos. Desde que eu me entendo como político, eu luto pela revitalização do Rio São Francisco. E eu lutei aqui e coloquei, em 2016, R$600 milhões para essa revitalização, mas esses recursos foram contingenciados, não foi colocado um real. Para este ano, foram mais 300 milhões, e aconteceu da mesma forma. E o rio está morrendo completamente, com data marcada para ser enterrado daqui a 20 anos ou 15 anos. E não se coloca um real. Então, a política do Governo já vem equivocada há muito tempo, desviando a direção para a questão econômica.

Quando um Presidente da República nomeia Ministro da Fazenda alguém egresso de banco, eu sei que a política não vai dar certo, porque ele só vai em cima dos juros. Assim foi o Joaquim Levy nos primeiros anos do governo Dilma, o que foi um desastre; agora, há o Henrique Meirelles, que é também outro desastre na economia, porque só pensa em segurar os juros para conter a inflação e ainda diz, de forma despudorada, que a inflação está contida pela política econômica do Governo, quando na verdade não é. Ela está contida, porque há 15 milhões de brasileiros desempregados sem consumir. Se botar, amanhã, 15 milhões no emprego, você vai ver a inflação ir para o teto. Não é nada de política econômica.

Antes de eu me retirar, eu queria agradecer a presença de todos. Eu cheguei um pouquinho atrasado da Bahia. Às vezes, quando eu chego atrasado, eu digo que meu ônibus atrasou. Foi, não. Foi o avião que atrasou, porque o avião ficou quase uma hora no aeroporto para sair – era para sair às 6h20, mas saiu bem atrasado. Hoje, a questão também do sistema aeroviário está muito comprometida.

Eu queria passar a palavra ao meu amigo o nobre Senador Lindbergh Farias, que é o nosso economista, que é aquele que toca bem aqui o acordeom da economia.

Os senhores falaram sobre a questão orçamentária. Tanto na Câmara, como no Senado, o Governo tem uma maioria como nunca teve. Aqui, no Senado, por exemplo, é a primeira vez que eu vejo o Governo ter, numa matéria, 56 votos ou 54 votos num Colegiado de 81. Da mesma forma, na Câmara. É assim um paradoxo. É o Governo mais fraco politicamente, de densidade eleitoral e de confiança do povo brasileiro, com 7% de ótimo e bom. É o Governo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mais fraco da história do Brasil do ponto de vista do povo brasileiro. É o Governo que tem 7% de ótimo e bom – assim mesmo, forçando a barra, porque na Bahia são 3%, em Alagoas é 2%, no Nordeste o Governo não existe. É o Governo mais fraco do ponto de vista político, do ponto de vista de densidade eleitoral. Se houvesse eleição, ele não sairia do zero. Agora, é o Governo que hoje se apresenta no Congresso Nacional como um dos Governos mais fortes da história política do Brasil, tanto na Câmara, quanto no Senado. Eu não posso imaginar como uma figura tão frágil como o atual Presidente da República possa ter maioria plena no Senado e maioria também na Câmara dos Deputados, o que significa dizer que aqui, tanto no Senado, como na Câmara dos Deputados, a virtude dos políticos está em minoria.

Eu passo a palavra ao Senador Lindbergh Farias.

Senador Jorge, por favor, presida aqui a reunião.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado, Senador Otto Alencar.

Eu queria cumprimentar a Mesa, cumprimentar o Fernando Peregrino, o Dr. Álvaro Prata, o Dr. Elton Zacarias, Helena Nader, Presidente da SBPC, que vai ter o seu encontro na próxima semana, em Belo Horizonte – eu estarei, inclusive, lá, porque minha esposa vai para uma palestra, e eu a acompanharei. Eu queria cumprimentar o Presidente da Academia Brasileira de Ciências, Luiz Davidovich.

Eu começo a semana muito indignado com tudo o que está acontecendo. A notícia que mais me indignou, no caso, foi a volta do Brasil para o Mapa da Fome, porque isso não é pouca coisa. Foi uma conquista que nós obtivemos há três anos: a redução da pobreza extrema. E não é só isso, porque o Governo acabou de cancelar agora o reajuste do Bolsa Família e praticamente acabou com o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que estimulava a agricultura familiar.

Há uma discussão agora com força, Senador Jorge Viana, sobre segurança alimentar. Regredimos a esse ponto. Nós estamos vendo a situação da Polícia Rodoviária Federal, parando suas atividades. Agora, os postos de INSS também vão ter de fazer uma redistribuição dos seus horários de atendimento.

Dr. Elton Zacarias, a sua sinceridade também nós escutamos aqui do General Villas Bôas, do Exército, que disse que o orçamento só vai também até setembro.

Eu ontem fiz um discurso no plenário e citei uma frase do Dr. Luiz Davidovich, que é muito forte. O senhor disse o seguinte: "Se estivéssemos em guerra, poderíamos pensar que essa era uma estratégia de uma potência estrangeira para destruir nosso País, mas, em vez disso, somos nós fazendo isso para nós mesmos".

A minha preocupação é que há um debate contra um conjunto de ideias que nós temos que fazer, um debate ideológico. É essa ideologia da austeridade fiscal, que é uma loucura completa. Nós estamos numa depressão econômica de 8% do PIB, e esses ditos economistas aí que estão conduzindo o Governo dizem que nós temos que cortar mais. Isso é loucura! Isso é ignorância! O nome disso, infelizmente, é ignorância. Nós só vamos aprofundar a recessão e a frustração de receitas.

Eu, senhores, fui contra o ajuste do Levy em 2015, porque eu dizia que aquilo era um equívoco. Aquele ajuste foi um ajuste de 3,8% do PIB, jogou a economia lá embaixo e aí frustrou a arrecadação, mas só que afastaram a Presidente com o argumento de gastança. E nós dizíamos: "Que gastança?" É uma loucura o que estava sendo feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esse pessoal assume e faz um corte ainda mais radical, aprofundando essa política, que vai destruir o Estado social brasileiro. É muito grave o que estamos vivendo aqui. Não é qualquer coisa.

E a Emenda Constitucional nº 95, os senhores vão ver para 2018. Nós vamos ter uma inflação de 3% ao ano. E, quando eu falo que é um debate de ideias, é porque sinceramente não se resolve com essa crise política. Sair Temer e entrar Rodrigo Maia é a mesma coisa, pois pensam do mesmo jeito.

Essa ideologia da austeridade fiscal está sendo derrotada no mundo inteiro. Onde aplicaram, ela só trouxe destruição, pobreza, destruição de políticas públicas. O caso da Grécia é esse. Espanha e Portugal... Portugal só saiu, porque houve uma mudança de governo agora. Houve uma mudança de governo, uma aliança do Partido Socialista com um bloco de esquerda. Eles montaram um governo que chamam lá, Jorge Viana, de geringonça. E, no caso de Portugal, eles estão conseguindo caminhar com uma política de antiausteridade, e a economia está-se recuperando.

Aqui é uma maluquice. As pessoas dizem: "De onde sai o dinheiro?" Nós não estamos falando de governo estadual ou governo municipal. A União tem recursos. É uma decisão política. Não é só mexer nos juros, porque tem que se mexer nos juros; é fazer política fiscal anticíclica num momento como este. Aí alguns podem dizer: "Vai aumentar a dívida?" Aumenta no primeiro momento, mas depois melhora. O Lula, quando assumiu a Presidência da República, a relação dívida e PIB era de 60%, e entregou com 34%, porque houve períodos de crescimento econômico. Agora, a nossa dívida pública não para de crescer no meio da recessão, porque estão nessa maluquice. Então, não caiam nesse canto de dizer o seguinte: "Não há recursos". Claro que há recursos. Isso não existe. É uma opção política a de ir por esse caminho.

Volto a dizer: é uma opção pela ignorância, porque esse debate é pouco feito. Os gastos públicos, investimentos públicos têm um efeito multiplicador na economia. Há alguns estudos do Ipea que fazem o cálculo do efeito multiplicador por cada área. Na educação, dizem que é algo em torno de 1,8% do PIB, ou seja, 1% a mais de gasto público significa 1,8% a mais de crescimento da economia. Só que o efeito inverso também é verdade: 1% a menos, de cortes significa mais recessão.

Na verdade, é o nosso futuro que está em jogo, quando se fala em ciência e tecnologia. Nós temos que fazer esse embate, que é difícil de ser feito, pois a mídia é completamente fechada em cima disso. Então, é só corte, corte, corte, ajuste, ajuste, ajuste. Temos que fazer uma grande campanha neste País, porque eu acho que agora, pela primeira vez, com tudo isso que está acontecendo, com a paralisação... E vale dizer: olhem as consequências também do *impeachment*. Aquilo foi uma maluquice. Nós criminalizamos política fiscal. Agora, sabem o que está acontecendo e que eu estou sabendo? Há técnicos do Tesouro e da SOF (Secretaria de Orçamento Federal) que dizem que não assinam nada que signifique novos gastos, porque eles criminalizaram política fiscal.

Eu digo, inclusive, que o que está por trás da Emenda Constitucional 95, na verdade, é um atentado à democracia. De que vale eleger um Presidente da República se ele não pode estabelecer suas prioridades, aumentar investimento em educação, aumentar investimento em ciência e tecnologia? De que vale eleger um Presidente da República? Eu acho sinceramente: a primeira coisa que um governo eleito democraticamente tem que fazer é acabar com essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Emenda Constitucional 95. O Fernando Peregrino tem toda a razão. Nos juros, eles não mexem, não é? Nós estamos vivendo numa época, senhores – eu quero concluir –, de uma hegemonia brutal do capital financeiro. Então, aqui eles fazem esse enxugamento total do Orçamento, mas o dinheiro para pagamento de juros é intocável. Esse ninguém pega.

Senador Jorge Viana, eu faço esta minha intervenção com preocupação, porque, quando eu digo que há um conjunto de ideias que nós temos que vencer, é um debate político que nós temos que fazer, aprofundando essa discussão no meio da sociedade brasileira. É mais do que tirar Temer. É fundamental que o Temer saia, mas é preciso entrar num outro ciclo, repensar um projeto de desenvolvimento nacional com ciência e tecnologia. Eu via na Dilma, com todos os equívocos do ajuste fiscal de 2015, a preocupação de preservar a ciência e tecnologia. Era uma coisa que existia. Diziam: "Não, aqui, não. Vamos tentar cortar de outra área". Isso foi mesmo com aquela política que era uma política equivocada neste momento. Então, eu me somo à preocupação.

Ontem, Jorge Viana, o Instituto Fiscal Independente, que é aqui do Senado Federal, divulgou esse documento falando dos cortes em todas as áreas. Eu acho que abre um espaço agora para fazermos uma frente mais ampla com outros setores, com pessoas que atuem em outras áreas para tentar reverter essa política.

Agora, eu confesso a vocês que eu começo esta semana muito preocupado com o futuro do País. Às vezes, há uma sensação de impotência nossa aqui. Hoje estão querendo votar essa reforma trabalhista. É uma sensação de impotência com o que estão fazendo, com esta terra arrasada, porque estão destruindo de fato o futuro do País. É a destruição completa do Estado de bem-estar social, que nós tivemos via Constituição de 1988 e, lá atrás, CLT de 1943. Foram as duas principais cartas, que ajudaram a constituir o Estado social brasileiro.

Eu encerro esta minha fala, reforçando esta minha indignação. Temos que fazer alguma coisa, que lutar – e não está fácil – para reverter esse processo, porque, volto a dizer, é o nosso Estado de bem-estar social que eles estão destruindo de uma vez só, com uma violência gigantesca.

Eu já disse que ia encerrar três vezes, mas eu queria dizer uma frase de Milton Friedman. Milton Friedman ajudou na implantação do neoliberalismo no Chile. O Chile passou por uma ditadura sanguinária do Pinochet, que foi apoiado pelos economistas da Escola de Chicago. Eu acho que estamos vivendo um momento parecido com aquele. Milton Friedman dizia que tem que se aproveitar uma crise para impor, de forma radical, a mudança de um projeto. Eu acho que é isso que eles estão fazendo a partir do golpe do *impeachment*. É ataque em tudo quanto é área: é entrega das nossas reservas de pé-sal, privatização indiscriminada, retirada de direitos dos trabalhadores, ataque à ciência e tecnologia.

Eu espero que consigamos reagir e reverter este quadro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimento o Senador Lindbergh.

Penso que nós podíamos fazer um procedimento: eu passaria a palavra para o nosso ex-Ministro e Deputado que nos honra; depois, eu faria algum comentário; e faríamos uma última intervenção da Mesa, caso não cheguem alguns colegas. De fato, já, já, nós vamos entrar no debate da apreciação no plenário da reforma trabalhista e nós todos estaremos chamados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu passo imediatamente ao Deputado Celso, ex-Ministro, agradecendo o privilégio da sua presença. V. Exª tem a palavra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Jorge Viana, Celso, eu quero só pedir desculpas. Eu vou ter que sair, de fato, porque eu sou Líder do PT, e nós estamos nos preparativos da votação da reforma trabalhista agora.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É compreensível. Por isso, eu abri mão da minha fala para que V. Exª pudesse fazer uso dela agora.

Com a palavra V. Exª.

O SR. CELSO JACOB – Presidente, Senador Jorge Viana, eu não vou nem me estender.

Saúdo a todos que estão aqui.

Só reforçando, Presidente, Senador, eu quero fazer um convite ao senhor e também ao meu amigo Lindbergh. Amanhã, haverá uma comissão geral de manhã no plenário da Câmara chamada Marcha pela Ciência, que foi um pedido da minha amiga Helena Nader. Vai ser um evento importante para nós na Câmara. Se os senhores pudessem nos dar a honra da presença e de usar a palavra conosco em algum momento amanhã entre 10h e 12h, seria importante para reforçar. E, hoje, à tarde, há também um seminário importantíssimo também na Câmara, em que os senhores participarão lá das Mesas e vamos conversar mais sobre este assunto.

Na verdade, hoje e amanhã são dias importantes para o Parlamento no que tange ao debate sobre ciência, tecnologia, inovação, Orçamento. E a minha presença aqui é exatamente neste sentido: dizer que nós temos que ter essa ligação entre Senado, Câmara e a população para que a ciência seja uma compreensão da sociedade e não fique sujeita às intempéries de quem está no momento no governo.

Era isso aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço, Ministro. Vamos estar juntos, sim.

Eu queria, por fim, dizer que o propósito desta audiência pública era ouvir os que operam dentro da máquina pública o orçamento da ciência, tecnologia e inovação. E nós tivemos aqui, como já disse, as sinceras palavras daqueles que são parte do Governo no Ministério da Ciência e Tecnologia – e também foi uma luta nossa aqui na Comissão para que ele não fosse extinto, para que pudesse ser tratado, porque esse também foi um grande tema de que tratamos.

Depois, nós nos deparamos com o que já foi colocado pelo Dr. Luiz Davidovich, que trouxe um pouco de uma tradução do que tínhamos de orçamento, do caminho que havíamos pego, da tendência que estávamos vivendo na área de ciência e tecnologia. Quando eu faço a transposição da Drª Helena e vou para o Fernando, nós temos uma leitura muito adequada do caminho que estávamos seguindo e, agora, da situação que estamos vivendo. Agora, nesse meio tempo, houve um grande entendimento nacional – difícil – que foi fazer o novo Marco da Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. Foi uma conquista tremenda fazer isso. Isso era uma lacuna que nós tínhamos, porque não conseguíamos avançar, não conseguíamos um regramento que pudesse apontar o caminho. Quando alcançamos isso, aí nós nos deparamos com uma absoluta ruptura daquele caminho que tínhamos pego. Então, é disso que esta audiência trata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Os comentários – já que estamos tratando de corte de 44% no orçamento – são gritantes, porque são números que podem ser compartilhados na sociedade. Era um orçamento que em 2010 alcançou quase R$10 bilhões, como foi colocado pelo Presidente da Academia Brasileira de Ciências, e hoje se trata de um com dois bilhões e pouco... É um quarto do que nós tínhamos! E o País certamente estimulou as demandas, fez muita gente mudar de vida, apostando na ciência e tecnologia, procurando passar sacrifício, mas buscando ser um pesquisador, o que poderia ser um caminho. Que frustração nós estamos dando para muitas gerações!

E nós estamos vivendo a era da entrada do 5G. O que vai acontecer? Profissões vão desaparecer, mas a de pesquisador não vai desaparecer, vai se multiplicar. As pessoas que buscam trabalhar bancos de dados e que procuram desenvolver inovação, essas estão garantidas. Profissões convencionais, formais, muitas vão desaparecer. Mais de 60% das crianças que estão hoje no ensino fundamental vão trabalhar em atividades, quando adultas – daqui a alguns poucos anos –, em profissões que não existem hoje. Esse é o desafio. Por isso é que eu sou contra a proposta de reforma trabalhista como está sendo votada, porque ela está sendo votada com os faróis virados para trás, quando deveria... Aí, sim, eu aceitaria discutir, mudar, desburocratizar, facilitar a vida de quem quer ser empregador, de quem quer ser autônomo, porque nós faríamos algo novo, que levasse em conta... Para mim, é muito mais importante nós estarmos discutindo hoje aqui – eu sou Relator da avaliação de política de banda larga – essa revolução tecnológica que estamos vivendo do que estar fazendo reforma trabalhista. Essa, sim, poderia abrir caminhos para o Brasil ser competitivo, para o Brasil gerar emprego, para termos um futuro que nos desse um ânimo de buscá-lo.

Para mim, essa situação que vive o orçamento da ciência e tecnologia tem que ser objeto de debate aqui, de atos como esse lá na Câmara dos Deputados, que eu cumprimento.

Eu queria fazer alguns comentários. Por quê? Porque nós vamos vender aqui o pessimismo, o caos? Não. O caos... Nós estamos caminhando. Eu participei de uma reunião na semana passada, dez dias atrás, com o Ministro do Orçamento, Dr. Dyogo de Oliveira, na Comissão Mista de Orçamento, e ele deixou muito claro que nós estamos seguindo aceleradamente para um maior desajuste fiscal ainda nas contas, o que significa que a situação deve piorar, porque os números mostram isso.

Gente, quem é que vai... Todo mundo fala: "Não, os números econômicos..." Alguns comentaristas falavam: "Estão melhorando os indicadores econômicos." Sim, nós temos uma inflação perto de 10%, juros em torno de 14%, 15%; quando você faz a conta, juro com inflação, dá um juro real de perto de 4,5%. Aí você diz: "Não, agora a inflação está caindo drasticamente." Está mesmo: uma depressão, não há comprador, cai a inflação. "O juro também está caindo..." Mas o juro real aumentou para mais de 7%! O juro real aumentou! Por isso que a dívida aumentou, por isso que a situação piorou para empresas, para todo mundo – para nós também.

Vocês ouviram ontem? O juro do cartão de crédito aumentou, de 345%, para 355%! Isso não existe! Nos Estados Unidos, é 15%! E todo mundo lá, ou boa parte, pode usar o juro do cartão de crédito, mesmo com a inflação perto de zero, porque é 15% ao ano; numa necessidade você usa. Agora, quem é que vai usar o juro do cartão de crédito? Se usar um único ano, já era, vai perder patrimônio, vai perder tudo! Os bancos vão tomar tudo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, o nosso País é esse, que paga 600 bilhões de juro da dívida e diz que não tem dinheiro para ciência e tecnologia. Será que não entra um economista? Todos nós fazemos conta de padaria em casa. Será que não entra alguém para dizer: "Não, eu não quero descumprir compromisso, mas se alonga e se faz, pode-se tirar 50 bilhões de 60 por ano, durante três, quatro anos, e o Brasil resolve e caminha." Mas nada disso é possível, porque é sempre um banqueiro, e os bancos multiplicando seus ganhos.

Então, voltando para a nossa situação, eu queria só trazer algo que possa ser um pouquinho de esperança: no final dos anos 90... Eu fui governador em 1999, fiquei oito anos, e quando nós entramos no final daquele período de muita dificuldade... Tivemos o governo do Presidente Fernando Henrique, que estabeleceu inclusive grandes parcerias comigo lá no Acre, e, quando o Presidente Lula entrou, nós estávamos saindo de um grande ajuste econômico. A situação era terrível. Fazia muitos anos que o Brasil não tinha universidades federais abertas, parecia que os números não mudariam nunca, salários, enfim, uma situação de absoluto caos. Entrou um Presidente que veio do Nordeste, mudou o enfoque econômico, e tudo mudou; mas mudou bastante. O Presidente Lula criou 18 universidades federais! E não era porque estava faltando dinheiro, porque havia crescimento econômico. Nós chegamos a crescer 7,5% num único ano – a economia brasileira. Então, não estava tão errado assim.

Durante o governo do Presidente Fernando Henrique, o saldo da balança comercial de oito anos foi de US$30 bilhões. Aí eu vi, aqui no Senado, um debate em que veio um ex-embaixador do Brasil nos Estados Unidos, ligado contra as políticas do Lula, e falou: "Foi um fracasso a política internacional de comércio no governo Lula". E elogiando a outra. Eu falei: "Mas poxa vida, o governo que fracassou teve um saldo na balança comercial de US$350 bilhões contra 30, e o senhor está dizendo que foi um fracasso!" Porque ele não aceita... eles não aceitam que o Brasil vá fazer negócio com países da África, com países da Ásia, que não estão entre os países mais desenvolvidos do mundo. E foi isso que o Presidente Lula fez: estabeleceu relação comercial com os vizinhos. Então, mudou muito. O Brasil teve um saldo de balança comercial de US$350 bilhões em oito anos, contra 30 dos oito anos anteriores.

E agora a gente está tendo um saldo importante, porque é uma política... É um dos poucos indicadores certos que foram feitos ainda no governo da Presidente Dilma, que seguiu. Agora nós estamos tendo saldo.

O que nós tivemos de criação, também, de institutos federais... 38 foram criados. O Brasil conseguiu multiplicar por dois o número de vagas nas universidades; o Brasil aumentou em 200% os gastos com educação. Escolas técnicas, que eram 140 em 2002... Eu sou aluno de uma escola técnica, eu sou técnico agrícola. Depois, fiz Engenharia Florestal. Sou da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre, fui um dos fundadores. Por isso meu compromisso também. Foram criadas 422 escolas técnicas. Quer dizer, nós estávamos apostando na formação, na ciência, na tecnologia. O número de laboratórios – foi dito aqui – que se multiplicou... Agora, para onde nós vamos com esse desmonte todo? Então, eu acho que nós temos que fazer escolhas – nisso, o Dr. Elton Zacarias tem razão. Eu não posso aceitar, não posso calar.

O recurso de que a Funai (Fundação Nacional do Índio) precisava para funcionar, por mês, era de 9 milhões. Eu fui ao Ministro da Justiça, falei com o Dr. Dyogo, Ministro do Planejamento... Eu falei: "Não é possível. Quem vai vir aqui falar pelos índios, pelos índios isolados, pelos índios não contatados, como temos no Acre?" Cortaram para 3 milhões. De 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

milhões, cortaram para 3 milhões, para manter 350 escritórios da Funai, manter as frentes de proteção dos índios isoladas e toda a atividade de proteção aos nossos índios. O que acontece? Quando você mexe numa causa como essa, o impacto negativo internacional para o Brasil é tremendo, porque aqui no Brasil ainda há um certo preconceito – ou muito preconceito – com os nossos parentes, com os nossos povos originários, mas mundo afora eles já venceram isso faz tempo. É uma repercussão tremenda. Eu falei: "Olha, o Brasil vai se dar muito mal; vai se dar muito mal."

O desmonte na área ambiental também: olha as consequências. Nós não temos recurso na Amazônia para trabalhar. Cortam-se 200 milhões do Fundo Amazônia num único ano, porque nós não estamos cumprindo com um acordo que era de redução do desmatamento. Então, vai se acumulando. Quer dizer: enquanto Israel tem 4,2% do seu PIB para ciência e tecnologia; Finlândia, 3,6%; Coreia do Sul, 3,6%; Japão, 3,4%; Estados Unidos, 2,8%; França, 2,3%, o nosso País está reduzindo agora. Provavelmente, vamos ficar perto de 1%, ou até abaixo de 1%.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Menos de 1%, gente! Aí nós vamos ser o 50º país do mundo. Nós chegamos a ter um papel importante, é bom que se diga, no governo da Presidente Dilma. Alcançamos. As nossas empresas ainda têm uma participação, as empresas brasileiras investem, em média, apenas... Zero ou 5%. Investiu, mas como há uma queda, também, em ciência e tecnologia... E no Japão é quase 3% que as empresas investem.

Nós sabemos que todas as nossas patentes estão muito vinculadas às universidades ainda. E agora, com as universidades vivendo essa crise toda? Como é que nós vamos ficar?

Então, eu queria aqui concluir e dizer que o Brasil, agora, está precisando muito de todos nós. Eu espero que o ministro que está aqui, o ministro interino, que é o secretário executivo do Ministério, entenda que esta audiência tem um propósito, que é reunir quem tem compromisso, tentar sensibilizar o Congresso para dar suporte, para ajudar, no sentido de preservar o mínimo necessário para se atravessar essa crise, para o orçamento de ciência, tecnologia e inovação. É isso. O meu propósito é um pouco esse.

Nós estamos aqui meio que fazendo uma denúncia da situação, mas não é só isso. Isso não nos contenta. É o sentido de tentar ver se conseguimos mudar esse quadro, porque eu falei para líderes do Governo: eu fui governador oito anos. Fui prefeito quatro. Eu sei lidar. Quando eu assumi o governo do Acre, os salários do Acre estavam atrasados há cinco meses. Não tinha recurso para nada, num descrédito total. Do primeiro mês ao último nunca atrasei nenhum mês de salário, aumentamos e melhoramos os ganhos, e isso virou uma cultura de não atrasar salário no Acre. Nós estamos já no 17º ano sem atrasar nenhum mês.

Essa é uma escolha que se tem que fazer, mas eu não deixei de funcionar os serviços todos, também essenciais, nem deixei de fazer investimentos. Mas, quando se faz boas escolhas, certamente a gente supera as dificuldades. O que não dá para fazer é um corte linear: chegar e dizer: "Não, tem que haver um corte em todos os ministérios". Há ministérios que, com poucos recursos, podem atravessar os períodos de dificuldades e que são estratégicos, para que a gente possa alcançar um ambiente melhor logo ali na frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Essa escolha não está sendo feita. Nós não estamos falando de atrasar uma obra de uma estrada ou de um grande empreendimento em dois ou três anos; nós estamos falando de pôr em risco toda uma estratégia de ciência e tecnologia. Com cientistas saindo do País, a volta é muito difícil. São pessoas que têm família, que têm uma vida, que têm que fazer escolhas também. E o que nós fizemos, já, é aquilo...

O senhor usou a história da bomba atômica. De fato, é algo danoso. Bomba atômica destrói na hora e deixa sequelas para a vida inteira. É uma coisa terrível! Eu acho que nós estamos vivendo mais ou menos isto: uma situação que está danificando o presente e deixando muitas sequelas para o futuro. Está ferindo de morte toda uma estratégia de ciência e tecnologia e inovação no País. E isso tira o Brasil... O Brasil vai deixar de ser competitivo diante do mundo. Pode até ter crescimento econômico aqui e ali, mas, para disputar o mundo, sem ciência, tecnologia e inovação, eu não acredito que nenhuma nação tenha sucesso. E o nosso País é fantástico.

Mas, ainda, antes de concluir: eu sou da Amazônia, onde temos 20% da biodiversidade do Planeta. Aí vão dizer: "Poxa vida, vamos usar essa biodiversidade para termos uma vantagem comparativa, para sermos uma referência em fármacos, cosméticos, em tantas áreas." Beleza. Mas olha: 20% dos bichinhos do Planeta estão aqui. Há algum outro país que tenha tantas endemias, epidemias e risco disso? O nosso tem que ter, porque os bichinhos estão aqui. Eles estão aqui para quê? Para se multiplicarem, para fazerem mutações, para também atingirem a gente.

Então, é em defesa de 200 milhões de brasileiros também – não é só uma estratégia comercial nem de crescimento – que nós temos que ter ciência, tecnologia e inovação, sob pena de nós estarmos aí vivendo de gastança, para não ter mortes como nós tivemos, de zika e tantas outras coisas. Em outros países é mais tranquilo, até, enfrentar isso. É mais tranquilo pelo clima, que ajuda. Rompe o ciclo das multiplicações... O nosso, não. A nossa umidade, o nosso ambiente é um ambiente propício para que a gente tenha esses problemas. E aí vem a interferência do homem, e as consequências são terríveis. Por isso que nós não podemos prescindir de sermos o endereço dos grandes laboratórios brasileiros, da grande comunidade científica brasileira, antecipando-se.

Como é que um país que tem a produção que o nosso tem, agrícola, sendo tropical, vai abrir mão da ciência, tecnologia e inovação? Se fizer isso, é um desastre para todo o agronegócio; é um desastre para a agricultura familiar; é um desastre econômico. Então, não se trata só de uma estratégia de crescimento; trata-se de uma necessidade, pelo mercado interno e por tudo o que nós comportamos. Essa leitura tem que ser feita assim. Não é uma questão da corporação da comunidade científica; é a corporação dos 200 milhões de brasileiros que precisam da comunidade científica, sob pena de nós corrermos muito risco e termos enormes prejuízos.

Então, eu passo a palavra, agradecendo. Se puderem comentar, se puderem ajudar, inclusive apontando caminhos de como é que nós poderemos fazer para que se reveja, para que o Ministério do Planejamento e o próprio Congresso possam rever o orçamento da ciência e tecnologia. Eu agradeceria.

Então, eu vou passar, para começar o encerramento, para a Drª Helena. A gente faz o mesmo circuito e encerra com o Ministro, que está aqui nos dando a honra. É importante que ele fique ao final, para, quem sabe, comentar até algum posicionamento que venha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu passo para a Drª Helena Nader, agradecendo e, mais uma vez, parabenizando a senhora pelo compromisso que tem com a ciência, tecnologia e inovação no Brasil.

A SRª HELENA NADER – Bom, mais uma vez, Senador Jorge Viana, a SBPC lhe agradece, eu em especial, porque as suas palavras não são palavras de momento. São palavras de atos que o senhor... Eu fiquei à frente da SBPC três anos e sete meses como Primeira Vice-Presidente. Estou encerrando agora seis anos e cinco meses como Presidente. São dez anos frequentando este espaço do Parlamento. E eu tive a oportunidade de trabalhar com o senhor e quero, de público, agradecer o seu empenho verdadeiro em prol da educação e da ciência no nosso País.

O que eu vejo... Eu estou muito preocupada. Eu gostaria de trazer alguma proposta que pudesse nos tirar, de fato, dessa crise, mas eu vejo que nós precisaríamos ter um documento forte. Vou reiterar isso, inclusive para evitar, porque, assim como no Congresso Nacional... O senhor lembra que no ano passado eu tive que escrever uma carta, no dia 27 de dezembro, denunciando – é muito chato: o País virou o País das denúncias – a mudança de rubrica que havia acontecido no já paupérrimo orçamento de ciência e tecnologia, quando, da Fonte 100, a gente passou para a Fonte 900. E assim, de repente, sem nenhuma explicação. Revertemos, mas não integral, porque a gente voltou para a linha dos 100, mas não a 100 original.

Então, nós estamos numa crise financeira muito grande. E o senhor já colocou, e eu tenho usado esse exemplo em diversas entrevistas: todas as áreas são relevantes – todas, eu não tenho dúvida. Porém, em educação e ciência o corte é irreversível. Se eu paro a construção de uma estrada, de uma hidrelétrica, de um prédio, é trágico. Porém, eu posso voltar, retomar e acabar aquela hidrelétrica, aquela estrada, ou aquela construção, aquela edificação. Quando eu paro na educação, aqueles que foram prejudicados ficaram para trás. Quando eu paro na ciência e tecnologia, a mesma coisa. E o resto do mundo não está parado, esperando o Brasil sair da crise. O resto do mundo está investindo cada vez mais, cada vez mais, e, mais ainda, a tecnologia que este País gerou – para pegar só um exemplo –, na agricultura e na pecuária, é de conhecimento, hoje, mundial.

E a China está comprando terras no Brasil – porque nós abrimos essa possibilidade –, mas também na África. E o solo da África é igualzinho ao solo brasileiro. E para plantar lá não vai haver grandes dificuldades. Inclusive o transporte é mais rápido, porque parece que a África está um pouquinho mais próxima da China do que o nosso País.

Então, a preocupação... E, para encerrar, eu trago de novo: eu usei essa visão já numa entrevista na *Nature*, tenho usado em alguns lugares... Ninguém foi consultado para aprovar a PEC do mal. Essa é a minha visão da PEC, uma PEC que teve uma visão da economicidade de momento e que não olhou de forma diferenciada. Então, com aquela PEC em que a gente tentou não colocar a ciência, perdemos. Infelizmente. Nós não vamos ter sobrevivência.

Eu insisto que, de acordo com a PEC, o orçamento de 2018 vai ser muito pior do que o de 2017, se não nos unirmos e não tivermos o apoio na LOA aqui do Congresso Nacional, porque, primeiro, nós fomos fotografados no pior momento do investimento, no final do governo da Presidenta Dilma. Então, a gente foi numa foto ruim. E, agora, vamos estar numa foto pior. Então, é realmente trágico.

E não é que a educação também está com tudo isso, pessoal. A educação também está mal. As universidades, que são as que formam, têm recursos para pagar conta de água e luz somente até o fim de agosto, algumas talvez nem isso... Então, ou nós revertemos esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quadro, ou não teremos, como Luiz bem colocou, um Brasil para ofertar para as nossas crianças e os nossos jovens. Realmente, quanto ao número de jovens que está abandonando o País, é impressionante como aumentou nos últimos dois, três meses.

Então, eu quero, de novo, agradecer a esta Casa esta parceria que sempre fez com a ciência, tecnologia e inovação e com a educação, porque a educação também faz parte dessa linha de montagem para o bem da Nação brasileira.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço à Drª Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, o ter vindo aqui, à Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, para discutir a falta de recursos, o corte de recursos para ciência e tecnologia no nosso País. V. Exª é parte dessas conquistas dos últimos anos e agora é parte da luta para que o Brasil não siga nessa insensatez.

Eu passo imediatamente para o do Dr. Alvaro Prata, que é o Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, já agradecendo também a vinda de V. Sª aqui e a colaboração que tem dado neste debate, nesta audiência pública.

Com a palavra V. Sª.

O SR. ALVARO TOUBES PRATA – Senador Jorge Viana, mais uma vez, muito obrigado...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria só registrar – está aqui a nossa querida Senadora Lídice da Mata – que nós estamos numa audiência, Senadora. V. Exª esteve conosco no Acre esse fim de semana, fez palestras, tem lutado tanto...

Nós estamos aqui fazendo um debate em uma audiência que foi de minha autoria – o Senador Otto estava aqui, vários colegas passaram – e a nossa preocupação é com esse desmonte da ciência e tecnologia no País, afetando as universidades, os institutos federais, laboratórios, as iniciativas, nossa juventude, enfim, e é nesse propósito que nós ouvimos aqui todos os palestrantes, e agora estão eles nas considerações finais. Eu vou deixar avançar um pouquinho, mas na hora em que que V. Exª quiser, entre um e outro, eu passo a palavra para V. Exª.

Por gentileza, Dr. Alvaro. Desculpe-me, mas é importante fazer esse registro.

O SR. ALVARO TOUBES PRATA – Senador, mais uma vez obrigado pelo convite. Parabéns pela iniciativa.

Quero observar que um aspecto a ser comemorado – se é que nós podemos estar num momento de comemoração... Mas um aspecto a ser comemorado, Senador... E eu digo que estou nisso há 40 anos, e acho que nunca vi a comunidade científica, a comunidade de pesquisadores tão unida e tão uníssona em relação às suas visões e aos seus propósitos.

O Brasil é um país não convencional: nem sempre nós fazemos as coisas pela maneira linear ou pela maneira mais estratégica. É um país que conseguiu desenvolver a pós-graduação sem ter desenvolvido a educação básica e a educação de uma maneira ampliada. Então nós, ao longo dos anos, construímos um sistema não só nacional, do ponto de vista federal, mas um sistema federal, um sistema estadual, um sistema municipal que integra esse complexo e sofisticado sistema de ciência, tecnologia e inovação do nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós temos uma ciência de nível elevado. A ciência brasileira, em algumas áreas do conhecimento, se destaca como grande produtora do conhecimento. O irmão do senhor, da área de doenças tropicais, que já foi um pesquisador um dia... Na área de doenças tropicais, o Brasil contribui com 18% do conhecimento do mundo. Pois bem: nenhum país fez isso dessa forma. Se nós estivéssemos num momento em que nós tivéssemos a preocupação de conquistar o nosso desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, a partir dos movimentos tecnológicos e da inovação, o primeiro gargalo nosso – em outras circunstâncias – seria como construir essa base científica e esse sistema que nós temos.

Pois bem: este é o momento de grande inflexão, porque esse sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação amadureceu, a ponto de agora começar a interagir com a sociedade de uma maneira mais ampliada e de começar, mais e mais, a resolver os nossos problemas econômicos e os nossos problemas sociais. Nós estamos – "estamos", pois não quero usar o passado para dizer que "estávamos" – num momento muito crítico em que, através de uma série de esforços – e o senhor mencionou aí o grande esforço em prol do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que facilita essa relação entre as nossas instituições de ciência e tecnologia e o setor industrial... Quer dizer, grande parte da nossa dificuldade de poder alavancar o desenvolvimento econômico com a nossa boa ciência, fazendo aquilo que nós sabemos fazer... E foi dito aqui anteriormente que fizemos com alguns setores: fizemos com a agricultura, com a pecuária... Lembrando que há 50 anos o Brasil importava alimentos, e hoje nós exportamos alimentos com muita qualidade.

Então, nós estamos num momento crítico para que esse pujante sistema científico possa, mais e mais, interagir com o setor industrial e beneficiar o nosso desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social.

Então, nós precisamos, a partir desse momento crítico, dessa grande dificuldade que enfrentamos, olhar para frente muito dentro desse espírito que nós percebemos nas nossas referências, como o Prof. Luiz Davidovich, como a Profª Helena Nader, como o próprio Fernando Peregrino, que, dentro da sua crítica, se percebe esse entusiasmo e essa vontade de seguir construindo este País.

Senador, a minha percepção é de que não teremos uma bala de prata que vai resolver todos os nossos problemas, mas nós precisamos, sim, atacar em várias frentes, em muitas frentes. O nosso investimento público em pesquisa e desenvolvimento não é muito diferente do investimento público dos países que nos são referência: Estados Unidos, Alemanha... Estamos na frente de Japão, estamos muito na frente da China, do Reino Unido e de vários países em investimento público. O que nós não conseguimos é fazer com que o nosso investimento público reflita no investimento privado. E aí, sim, nós estamos muito ruins.

Os investimentos privados – o Fernando mencionou algumas das razões para isso – são baixíssimos, e o nosso sistema, seja pelo Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, seja pelos nossos incentivos fiscais, os torna difíceis de serem percebidos como bons investimentos, porque há uma visão de curtíssimo prazo que não permite que nós possamos abrir mão de uma receita, agora, para se beneficiar do investimento a médio e longo prazos.

Em pesquisa e desenvolvimento, Senador, o recurso de R$1 alavanca R$5,5. A cada R$1 – foi mencionado aqui em outras áreas... Na área de pesquisa e desenvolvimento, para cada R$1 que nós abrimos mão em renúncia, para que a empresa possa investir em pesquisa e desenvolvimento, ela retorna investindo R$5,5 em pesquisa e desenvolvimento. E, com isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

o nosso setor industrial começa a perceber os benefícios e a importância de se apoiar no desenvolvimento tecnológico e na inovação. Portanto, que sigamos lutando, que sigamos cada vez mais influenciando aqueles que precisam ser influenciados, sobretudo a nossa sociedade, porque é uma responsabilidade muito nossa também fazer mais e mais com que o nosso trabalho, com que a nossa pesquisa, com que o nosso esforço em prol do desenvolvimento tecnológico e da inovação reflita em benefícios sociais e econômicos diretos para a nossa sociedade, para que ela perceba com muita importância o que foi dito aqui por vários dos nossos interlocutores. Quer dizer, um país só conseguirá levar qualidade de vida e soberania, só conseguirá ser competitivo e se transformar da maneira como o nosso País precisa se transformar se ciência, tecnologia e inovação forem o pilar mais importante que sustente essa missão.

Então, mais uma vez, Senador, obrigado pela oportunidade que nos dá. Cumprimento todos os colegas pela brilhante participação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço ao Dr. Alvaro Prata pela contribuição, pela exposição, pelas preocupações, pelas observações que faz e que ajudaram a engrandecer esta audiência pública.

Vou fazer uma inversão. Vou passar imediatamente para o Dr. Fernando Peregrino, Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica -Confies, agradecendo por estar sempre nos ajudando.

Como foi colocado pelo Dr. Alvaro, nós temos um problema seriíssimo, que é a baixa participação do setor privado na ciência, tecnologia e inovação. Faltava, de fato, uma melhora na legislação brasileira, que excluía. Fizemos importantíssimas mudanças, lamentavelmente na hora em que o Brasil vive uma depressão econômica, mas certamente um instrumento forte nós já temos. Vamos tentar fazer essa travessia para que logo aí na frente possamos ter um ambiente muito melhor para retomarmos esse propósito de ver ciência, tecnologia e inovação sendo também algo estratégico para o setor privado brasileiro.

Passo imediatamente para o Dr. Fernando Peregrino, para que ele possa fazer as suas considerações finais, agradecendo a todos que nos acompanham pela Rádio e pela TV Senado, porque estamos tratando de uma audiência pública sobre os cortes de 44% no Orçamento da ciência, tecnologia e inovação, que causam tremendo dano ao funcionamento das universidades, aos laboratórios, aos institutos federais, enfim a toda uma estratégia de fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação, que viu seus recursos diminuírem, do ponto de vista do Orçamento, de 2005 para cá, drasticamente. Por isso esta reação aqui no Congresso. Eu sou autor deste requerimento. É só para esclarecer, porque de vez em quando temos que lembrar os que estão nos acompanhando do que estamos tratando aqui.

Com a palavra V. Sª.

O SR. FERNANDO PEREGRINO – Obrigado, Senador.

Mais uma vez quero cumprimentá-lo pela iniciativa também desta reunião. Não são artificiais as suas declarações em favor da ciência e da tecnologia.

Quero dizer que, ao mencionar o marco legal, a Lei 13.243, a sua importância textual para desobstruir os canais de cooperação entre o setor de pesquisa e o setor empresarial, o senhor é parte deste processo, assim como me lembro agora do Deputado Sibá Machado, a quem lanço daqui o meu pensamento. Ele está longe, trabalhando no Governo do Estado. De

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

fato, V. Exªs foram protagonistas foram protagonistas de um evento que, na minha opinião, mais importante do que a legislação que nós desenhamos, propiciou uma mobilização, uma cooperação muito grande das entidades nacionais que trabalham desde o nível da pesquisa às operações e gestão dos projetos. Eu citaria ABC, SBPC, Andifes, Consecti, Confis, Anpei, CNI, Fortec – aqui a Cristina –, enfim, entidades que se mobilizaram junto com o MCTI, com o MEC e tantos outros para construir isso. Essa unidade nossa ficou e é um instrumento muito grande que tenho certeza de que poderia ser utilizado para esta fase.

Lanço uma proposta de forma muito desabrida. Não quero me antecipar, mas há um... Talvez o senhor, como Senador, possa propor um grupo de trabalho que esquadrinhe o orçamento, esquadrinhe as fontes de receitas, as despesas tributárias, os incentivos fiscais atuais, ou seja, esquadrinhe tudo. E, sob um manifesto, um termo de referência a ser construído por um grupo se debruce junto não só com essas entidades, mas também com os órgãos da Fazenda e do Ministério do Planejamento para apresentar sugestões para sairmos desse impasse, porque a curva que o senhor viu – e todo mundo está dizendo – é descendente. A dinâmica da crise é aceleradamente descendente. E as perdas são irreversíveis – disse o Luiz, disse a Helena, disse todos. As perdas são irreversíveis. Nós não vamos poder chorar sobre o leite derramado. Eu não quero isso para mim e acho que ninguém quer.

Vamos trabalhar, talvez, Senador... O senhor, como eminente Senador desta Casa, proporia à Mesa a constituição de um grupo de trabalho assessor do Senado, com esse *status*, formado por esses tipos de entidades não só da sociedade civil, como também o Ministério do Planejamento, porque eu sou absurdamente de acordo com essa tese de que se não combinar com os russos não adianta. Ainda que tenhamos que nos defrontar com os russos, é preciso colocá-los à mesa e dizer, olho a olho: "Vocês querem destruir o patrimônio da ciência e o futuro deste País?" Se mantiver esse tipo de discriminação das despesas contra as políticas sociais estratégicas, se mantiver essa integridade de um segmento financeiro que desfruta da poupança do cidadão desempregado para se locupletar e ficar cada vez mais rico... Vocês querem isso?

A coisa que eu mais queria era ouvir de um gestor financeiro se ele quer mesmo isso, que esses juros de R$318 bilhões que nós estamos pagando este ano não fazem falta à educação e à ciência e tecnologia.

As nossas fundações de apoio estão exauridas, porque nós estamos cobrindo o déficit do Governo, que arrecada dinheiro para manter as equipes íntegras. Todo dia recebo um professor na minha sala para dizer: "Eu não tenho como, o meu projeto. Não recebi a parcela". Eu tenho que manter a minha equipe, a minha equipe tem que funcionar. Não posso desintegrar a equipe. Passo um cheque que não é sem fundo, mas descubro uma mão para cobrir a outra. Isso é dramático. Você vê um grupo se exaurindo, indo embora.

Então, eu queria cumprimentar. Desta reunião não só tiramos só o lamento, não. Tiramos daqui um alerta: há um perigo gravíssimo, acelerado, de desintegrar um patrimônio que o senhor ajudou a construir, ela ajudou, eu ajudei, modestamente, qualquer um aqui ajudou a construir. Vai se desintegrar. Vai perder gente. E isso vai ser irreversível.

As fundações fazem o seu papel, mas eu quero dizer, concluindo, que, se fizemos PEC, Helena, para limitar os gastos de ciência, limitar os gastos das políticas sociais, que é o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

interessa ao Estado fazer, políticas sociais para equilibrar, por que não fazemos uma PEC para os juros?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO PEREGRINO – Foi feita. Para o mal mesmo. Por que é que não fazemos uma do bem? Por que não fazemos a do bem, que limita anualmente os gastos com juros? Alguém vai dizer: "Mas o mercado não vai gostar." Cadê o mercado? Onde está o mercado?

Então, Senador, o senhor tem toda a autoridade. O senhor é sincero nas suas palavras, o senhor está comprometido, mas o legado do marco legal, um dos legados mais importantes que o senhor capitaneou foi essa mobilização, essa estruturação a que nós temos de, em qualquer lugar, comparecer e ajudar os políticos a decidir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço muito ao Dr. Fernando Peregrino a contribuição, os números, o caminho que aponta.

Eu queria, antes de passar a palavra para o Dr. Luiz Davidovich, que preside a Academia Brasileira de Ciências, citar só um número para mostrar como estamos vivendo de fato uma insensatez, sinceramente. É sobre o que estamos tratando, o orçamento.

Tenho na minha mão os gastos do nosso País, do PIB, com o Poder Judiciário. Vocês têm noção de quanto do PIB? Um ponto três por cento do PIB brasileiro é gasto com o Poder Judiciário. E todos acham isso muito natural, mas sabe quanto outros países gastam? Vou ler alguns poucos: Alemanha, 0,2%; Portugal, 0,2%; Chile, 0,2%; Colômbia, 0,1%; Itália, 0,17%; Estados Unidos, 0,10%.

Ouvi de um Ministro do Supremo outro dia, ex-Presidente do Supremo e do TSE... Ele me disse: "Foi criado o Conselho Nacional de Justiça para ter 60 funcionários. Tem 1.300 atualmente." Certamente com os maiores salários deste País, acima do teto.

Nós estamos numa marcha da insensatez, gente. E todo mundo bate palmas. Qual é o estímulo que nós damos para quem está querendo entrar numa faculdade? Fazer Direito! Todo carinho e respeito a advogado, mas advogado vive do problema dos outros. Só vive de problema. Tem que haver problema.

Então, nós estamos fazendo escolhas. Escolhas perigosas! E todo mundo nesse marasmo da sociedade. Todo mundo está achando que está tudo certinho: "Agora vai ficar bom." Agora está ficando péssimo!

Nós tínhamos uma Petrobras que valia US$15 bilhões quando o Lula assumiu. Ninguém tem coragem de falar isso. Ela passou para um valor de mercado de US$350 bilhões! Aí entraram uns gatunos lá, roubando. Em vez de prender os gatunos, prenderam a empresa. Estão vendendo, destruindo a empresa. Nosso País faz isso. Está errado.

Nós não vamos a lugar nenhum gastando 1,3% do nosso PIB com o Judiciário. Com todo o respeito. Está errado. E tirando o dinheiro da ciência e tecnologia. E tirando o dinheiro de áreas que são estratégicas.

Não estou querendo diminuir a presença e a força do Judiciário, que é tão importante. Faço a defesa aqui. Mas esse não é o caminho. Não pode ser o caminho. Não vai dar certo dessa maneira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, eu fiz esse apanhado, mas poderia pegar, se quiserem, a Argentina, nosso país vizinho. Sabem quanto é na Argentina? É 0,09%. Então, a Argentina gasta 0,09% do seu PIB com o Judiciário. O Brasil gasta 1,3% com o Judiciário. Se quiserem pegar um país da Europa, eu pego a Espanha também: 0,07%. E ninguém fala nada. Está tudo muito certo. O negócio é virar um concurseiro, fazer um concurso e ser membro do Judiciário, porque vai ter um bom salário. E o País ganha o que com isso? Nada. Perde muito.

Passo para o Presidente da Academia Brasileira de Ciências, que nos honra com a sua presença, certamente fala em nome da sociedade brasileira e, no final, pela comunidade científica. Depois vamos ouvir o Ministro, que nos honrou com a sua presença e vai encerrar esta audiência pública.

O SR. LUIZ DAVIDOVICH – Muito obrigado, Senador.

Eu quero, antes de mais nada, agradecer a iniciativa de convocação desta audiência pública e também parabenizá-lo pela sua militância em prol da ciência e da inovação tecnológica no Brasil, que tem sido realmente uma militância destacada nesse sentido.

O Senador mencionou um trecho de uma entrevista que concedi à revista *Nature*, logo depois do corte de 44%, e entendeu perfeitamente a analogia com bomba atômica. Assim que havia saído o corte, eu fui contactado pela *Nature* e disse: "Olha, jogaram uma bomba atômica na ciência brasileira." E por que uma bomba atômica? Porque uma bomba atômica deixa sequelas, sequelas que duram anos e prejudicam gerações. É isso que está acontecendo agora no Brasil. Foi uma bomba atômica. Está sendo uma bomba atômica, porque prejudica gerações e denota a falta de uma agenda de futuro no País.

Como eu já disse antes, quem corta linearmente todos os ministérios em 44% está confessando a sua incompetência em escolher prioridades para o País. Está dizendo: "Vou tratar tudo igual." Isso não existe em outros países que prosperaram. Outros países definiram corretamente as suas prioridades.

Fala-se muito da Coreia. É bom lembrar como esse milagre coreano foi construído. Foi um projeto de nação, um grande projeto mobilizador que envolveu não só o Estado, fomentando grandes indústrias – o que nós temos hoje são as grandes companhias –, mas também a formação de profissionais para a educação fundamental especialmente. Educação básica e geral e educação fundamental especialmente.

A Coreia tem cinco universidades públicas que formam professores para a educação fundamental. A relação candidatos/vaga para ingresso nessas universidades é de dez para um. São dez candidatos para cada vaga. Quem entra nessas universidades tem emprego garantido, porque o número de vagas aberto é em função do planejamento de vagas de emprego futuro. E os professores de ensino fundamental têm seus salários iniciais equiparados aos salários de outras profissões graduadas, às vezes até maiores do que elas. No ensino fundamental estão aqueles que vão cuidar das cabeças das crianças, que são prestigiados pelo Estado da Coreia do Sul.

Então, isso não é milagre. É uma estratégia concertada que aborda a educação, a ciência e a inovação tecnológica. Não há mistério nisso. É óbvio que esse é o concerto que tem que ser feito. E eles fizeram.

A Academia Brasileira de Ciências preocupa-se muito com essa falta de agenda nacional para o País, uma agenda de desenvolvimento, e com o fato de que as equipes econômicas – equipes talvez com "k", como um colunista de jornal gosta de escrever –, pelo menos a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

corrente hegemônica da economia, não consideram o efeito da ciência e da tecnologia no desenvolvimento econômico, ao contrário do que ocorre em outros países onde há correntes hegemônicas na teoria econômica que consideram que ciência e tecnologia são fundamentais para o desenvolvimento do país.

Eu tenho a impressão... Eu sou físico. Quando se faz universidade, no primeiro ciclo, aprende-se estática, depois, dinâmica. Eu tenho a impressão de que a corrente hegemônica da economia brasileira parou na estática. É a questão do equilíbrio. Não chega a ser uma economia. É quase uma econometria.

Nós precisamos de uma política econômica – não de uma política de econometria – que olhe o futuro do Brasil e que envolva a economia de um país que não quer ficar num equilíbrio que é desfavorável para a grande maioria da população brasileira. Nós queremos sair desse equilíbrio. Nós queremos sair disso que está aí. Para isso, é preciso ter ousadia, é preciso apostar em agregação de valor à produção brasileira, é preciso apostar num protagonismo internacional do Brasil que não vai ocorrer nunca com esse tipo de política que está sendo adotada. Como a Helena mencionou, até na soja nós vamos perder terreno, porque a África aprendeu com a Embrapa. Estão fazendo plantação na África, que fica muito mais perto da China. Então, se nós pararmos onde estamos, vamos perder a corrida. E a atual política faz não apenas com que nós paremos onde estamos, mas com que haja um retrocesso.

Estamos perdendo gente que foi formada em equipes financiadas ao longo de décadas. Estamos destruindo um esforço que começou lá atrás, no início do Século XX: Instituto Agronômico de Campinas, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade Federal de Viçosa, Instituto Tecnológico de Aeronáutica e muitos outros exemplos de instituições de alto nível que foram fundadas no Brasil. São equipes de pesquisa da mais alta competência em várias universidades brasileiras que estão sendo destruídas. Está havendo um desmonte da ciência brasileira.

Então, o Brasil vai ficar aonde? Estamos em 69º lugar no Índice Global de Inovação. A Eslovênia, como eu mencionei antes, passou na nossa frente e está em 32º lugar. O Chile está na nossa frente. O Uruguai está na nossa frente. Onde nós vamos ficar? Talvez em 100º no Índice Global de Inovação? Então, nós nos preocupamos com isso.

A ABC procura modestamente contribuir para a construção de uma agenda de desenvolvimento, uma agenda nacional, uma agenda de futuro para o País através de trabalhos que realiza, trabalhos que demonstram uma visão que, como mencionou o Senador Jorge Viana, vai muito além de um corporativismo. A ABC produziu documentos sobre educação básica, produziu documentos sobre a aprendizagem infantil, porque as crianças, especialmente aquelas de comunidades carentes, se não forem estimuladas antes da escola, já estão com o caminho perdido. Temos um trabalho da academia sobre aprendizagem infantil, com artigo de um Prêmio Nobel de Economia, que é o Heckman, dos Estados Unidos, mostrando que o investimento na aprendizagem infantil antes da escola é de longe o mais produtivo do Estado. As crianças que têm essa intervenção vão ter, mais tarde, maior chance de alcançar o ensino superior e menor chance de entrar numa rota de criminalidade. É disso que nós precisamos também.

Então, cuidamos da educação infantil, cuidamos da educação fundamental em documentos com propostas de políticas públicas, há documentos sobre a Amazônia, essa grande riqueza nacional que está aí, de graça para nós, inexplorada. Conhecemos, estima-se,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aproximadamente 5% da biodiversidade nacional. Explorar aquele tesouro é a melhor maneira de dar sobrevida à Amazônia, de promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia, evitando a derrubada da floresta e extraindo dela os produtos que podem levar a uma nova biotecnologia. Enfim, as possibilidades futuras para o Brasil em termos de pesquisa, em termos de riquezas a serem exploradas são fantásticas. O que está sendo feito agora, reduzindo-se os recursos com esses cortes abruptos de recursos para pesquisa e desenvolvimento é criminoso, compromete o futuro do País.

Temos que pensar qual é a estratégia a partir de agora. Esta audiência pública é muito bem-vinda, mas para mim é o início de uma caminhada. É uma caminhada que deve ter um certo sentido de urgência, porque a LOA está lá no Congresso. E outra coisa: na recomposição do orçamento de 2017, não dá para esperar até virem uns trocados em novembro, porque mais gente vai embora do País. Isso tem que ser resolvido com urgência. Os laboratórios estão parados, laboratório que pesquisa zika está sem insumo. Então, isso é emergencial.

Temos que procurar um caminho para intervir junto à Comissão de Orçamento do Congresso. Nós nos dispomos. Estamos à disposição para ir lá, conversar com os membros da Comissão de Orçamento. Pedimos ajuda aos Congressistas que têm maior compreensão da importância da ciência e tecnologia para nos ajudar a traçar esse caminho. Temos que ir ao Ministério do Planejamento, ao Ministério da Economia e ao Ministério da Fazenda. Agora, está complicado conversar com esse pessoal desses ministérios. Está complicado, porque falta uma compreensão básica. É como se eles não tivessem tido um curso importante no currículo de graduação. Faltou o curso sobre essencialidade da ciência e tecnologia no desenvolvimento econômico. Talvez devêssemos rever os diplomas. Quem sabe? Ora, tudo bem, vamos retirar o diploma? Você ganha o diploma de novo, mas tem que fazer esse curso. Faltou algo que é fundamental na formação desse pessoal. Não é possível! É claro que pode haver eventualmente algum conflito de interesses, não é, Fernando? Até pessoas bem formadas podem ter conflito de interesses, mas, na prática, estou vendo que falta esse ingrediente.

Quero deixar claro que a nossa preocupação não é com os nossos salários nem com o nosso emprego. A nossa preocupação é com o futuro do País, que este País consiga produzir uma agenda multipartidária, interpartidária, plural, de desenvolvimento nacional, que privilegie as indústrias, que privilegie a inovação disruptiva, porque também, no mundo atual, não basta ter inovação incremental. Para dominar o mercado, tem que haver inovação disruptiva, enfim, uma agenda que privilegie a redução da desigualdade no Brasil, que permita a absorção, também para o desenvolvimento científico e tecnológico, desses milhões de cérebros desperdiçados nas comunidades dos morros, dos mangues e das periferias das grandes cidades. São cérebros desperdiçados, que não veem muito futuro em suas vidas, que nós precisamos aproveitar para o desenvolvimento brasileiro. É uma agenda certamente muito rica que está aí para ser pega, para lutamos por ela. É uma agenda de cujo desenvolvimento nós devemos participar, bem como da sua execução. Estamos aqui para isso.

Temos que seguir nessa caminhada e ver como ela pode ser cada vez mais efetiva no sentido de tentar transformar o orçamento deste ano e a LOA para o ano que vem em algo que prejudique menos, digamos assim, o futuro do País, porque o que está aí vai derrubar o futuro sustentável do Brasil.

Era isso que eu queria falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agradeço mais uma vez ao Prof. Dr. Davidovich, que é Presidente da Academia Brasileira de Ciências, pela sua apresentação e pela exposição das preocupações que compartilha conosco e que traduzem muito bem a gravidade do problema que estamos vivendo e os desafios que temos.

Eu falava ainda há pouco que, quando fiz uma missão do Senado com colegas para a Califórnia, fiquei chocado ao chegar a uma universidade, como a de San Diego, cujo reitor era indiano. Eu perguntei: por que o reitor é indiano? Porque há tanta gente aqui? Eles romperam com algumas coisas que bloqueiam as nossas instituições de ensino. Eu falo isso. Elas precisam romper os muros que há em volta delas, o corporativismo. Eles falaram: "Eles são muito bons em matemática, estão aqui para nos ajudar, estão para fazer." Eu perguntei como é que eles mesmo transformaram – eu falei, ainda agora, que foi com ciência e tecnologia – um deserto nessa potência toda? Eles falaram: "Tudo aconteceu em volta de um centro de estudo e pesquisa." Tudo aconteceu em volta de um centro de estudo e pesquisa. "Nós criamos aqui a Universidade de San Diego, onde havia violência. Quando os primeiros professores vieram para trabalhar aqui, vinham chorando, vinham com medo, as mulheres, os maridos, ninguém queria vir, porque era muito violento, não havia perspectiva nenhuma." Hoje, a qualidade de vida de lá nem se discute. Então, todas as grandes universidades falaram que tudo aconteceu em torno daquelas universidades. Entrei em laboratório privado de pesquisa em que havia dois mil cientistas trabalhando. Nós temos que ver isso para pensar o nosso País.

Eu sou da Amazônia, sou engenheiro florestal, trabalhava numa instituição de pesquisa, a Funtac, que nós criamos com esse propósito. Trabalhava junto com Chico Mendes, que andava com a gente na floresta e passava o tempo todo caminhando bem devagar. Ele tinha uma barriguinha assim, andava balançando um pouco, mas, sempre que estava com alguém, ele olhava e parava em cada árvore, dizendo: "Olhe, isso serve para curar tal coisa, isso o pessoal usa para tal, isso aqui, a gente não sabe, mas sabe que deve ser bom." Ele passava o tempo todo, um leigo mostrando o valor que há na nossa biodiversidade, o valor que tem a floresta.

Eu sei também que, vale registrar, muitas espécies nossas são endêmicas. A própria castanha-do-brasil, que alguns teimosamente chamam de castanha-do-pará – o que não tem nada a ver –, quem produz é cabeceira do rio, o Acre é o maior produtor de castanha. Os paraenses ficam com raiva de mim, mas é verdade que eles eram os comercializadores, e agora nós mesmos estamos comercializando. São muitas espécies endêmicas, mas queria botar um dado que gosto de ressaltar quando estou perto da comunidade científica ou próximo dela: nós somos uma potência tremenda no agronegócio e em algumas atividades. Na área florestal mesmo, nós temos perto – ou pouco mais – de 6 milhões de hectares de floresta plantada, quase tudo de espécie exótica: estou falando de pinus e de eucalipto.

Então, veja, como é que um país que tem 20% da biodiversidade do Planeta não conhece... A atividade florestal do País é toda feita com espécie exótica. Vem da Austrália a maior parte dela. Mas não é só isso. Vou fazer uma rápida leitura para que vejam o quanto a ciência e tecnologia brasileira precisam de apoio, de investimento, de orçamento. Vou ler aqui algumas coisas que são base da nossa economia e que hoje ainda dão sobrevida ao País:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

> Na agricultura, com cana-de-açúcar da Nova Guiné, café da Etiópia, arroz das Filipinas, soja e laranja da China, cacau do México e trigo asiático; na silvicultura [eu já falei], com eucaliptos da Austrália e pinheiros da América Central; na pecuária, [o gado é] da Índia, equinos da Ásia e capins africanos; na piscicultura, com carpas da China e tilápias da África Oriental; e na apicultura, com variedades de abelha [que também são] da Europa e da África [para citar algumas coisas].

Então, este é o nosso País. Veja o quanto estamos atrasados em pesquisa, ciência, tecnologia e inovação, em transformar nossas universidades em algo que possa ser a base e a referência do crescimento econômico, como fizeram outros países. Só há essa solução.

Eu passo a palavra, agradecendo ao Dr. Elton Zacarias, que é Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em exercício, que nos dá a honra de sua presença. Peço que ele possa fazer suas considerações e encerrar esta audiência pública. Depois só vou dar os encaminhamentos regimentais.

Obrigado.

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACARIAS – Senador, primeiro queria cumprimentá-lo pelo debate que foi provocado por esta audiência, um debate altamente qualificado. Estava comentando aqui com o Prata que não dá para discordar do mérito e nem achar que ninguém aqui tem razão. Muito pelo contrário, conheci a comunidade há pouco tempo, mas respeito e aprendo muito com vocês.

Então, acho que a proposta de ter um grupo de trabalho, alguma forma de liderança para estudar as questões tributárias e as questões orçamentárias ligadas à área de ciência, proposta feita pelo Dr. Fernando, é interessante, acho que o senhor poderia liderar isso.

Do ponto de vista do Ministério, sou otimista, acho que vamos, de um jeito ou de outro, chegar ao final do ano, confio no Ministro Kassab, na capacidade dele de extrair o melhor das pessoas, enfim. Agora, minha preocupação é realmente 2018, esta é a minha questão, porque estamos num patamar muito baixo, a nossa inserção de pré-LOA é uma inserção que começa com 40% a menos. Foi solicitada ao Ministério uma expansão orçamentária, que está colocada também.

Acho que cabe à Casa, à comunidade, principalmente, e aos Congressistas trabalharem mecanismos de forma que essa LOA não seja tão prejudicada, e mecanismos que impeçam, eventualmente, contingenciamentos no orçamento do Ministério. Porque aí, sim, estaremos partindo de uma posição muito ruim para 2018. Então, esse é um trabalho que precisa realmente ser feito e o Ministério, desse ponto de vista, tem limitações. Então, o senhor sabe como funciona, é uma questão que tem que partir da Casa.

O Ministério está trabalhando em algumas questões legais: a questão da regulamentação do Marco de Ciência e Tecnologia; a reforma da Lei do Bem; agora há propostas para mexer no FNDCT, também, de forma que a gente possa municiar a Casa com algumas alterações que vão ser bastante úteis para o sistema de ciência e tecnologia.

Essa questão de trazer a iniciativa privada para a pesquisa em desenvolvimento acho que é uma questão crucial e ainda não encontramos – apesar do Marco Legal – uma forma de fazê-lo: emperra em questões de patentes, emperra em questões de plataformas industriais brasileiras. Então, acho que temos que juntar esforços e buscar, de maneira criativa, novos mecanismos para trazer a iniciativa privada para trabalhar junto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ademais, é isso. Acho que foi muito produtiva a manhã. E eu queria encerrar dizendo que ainda sou otimista e que a gente vai conseguir vencer muitas coisas.

Obrigado a todos.

O SR. CELSO PANSERA – Presidente, só um recado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Com certeza, V. Exª tem a palavra, Deputado.

O SR. CELSO PANSERA – Sobre o seminário de hoje à tarde. Como há restrição de acesso aos prédios da Câmara e do Senado, devem entrar pelo Anexo IV, Auditório Freitas Nobre, no subsolo lá do Anexo IV. É mais fácil. Quem entrar pelo Anexo IV terá mais facilidade para ter acesso aos debates. É só esse recado, Presidente. E reforçar o convite a V. Exª para sua presença lá em nosso seminário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Bem, mais uma vez agradeço ao Dr. Elton Zacarias, Ministro substituto da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Queria, mais uma vez, agradecer a presença de todos que nos acompanharam aqui e também pela Rádio e TV Senado.

Quero submeter à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Queria também aproveitar e informar que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática tem a honra de convocar os membros deste Colegiado para a 18ª Reunião Extraordinária, deliberativa, a se realizar amanhã, dia 12/07/2017, às 8h30, neste Plenário nº 7, na Ala Alexandre Costa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo mais uma vez a presença dos ilustres convidados.

Muito obrigado.

Bom dia a todos!

(*Iniciada às 9 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e quinze minutos do dia doze de julho de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Airton Sandoval, Hélio José, Dário Berger, Paulo Rocha, Jorge Viana, Ângela Portela, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Cristovam Buarque, Pedro Chaves, Eduardo Lopes, Ronaldo Caiado, Fátima Bezerra, Telmário Mota, Vicentinho Alves, Paulo Paim, Cidinho Santos, Ataídes Oliveira e Waldemir Moka. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, José Agripino, Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que disciplina as atividades de pesquisa e comerciais com organismos geneticamente modificados (OGM), para dispor sobre a realização de audiências públicas." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 1-CAS. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 445, de 2016 - Terminativo -** que: "Cria a obrigação de os serviços de atendimento telefônico das prestadoras de serviços regulados atenderem também ligações provenientes de linhas móveis." **Autoria:** Senador Roberto Muniz. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - OFICIO "S" Nº 17, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 31/2017, encaminhado por meio da Mensagem nº 15, de 2017, comunicando a transferência indireta da concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens outorgada à TV Taubaté Ltda., no Município de Taubaté, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves (*Ad hoc*), substituiu Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 17 de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 17 de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 4 - OFICIO "S" Nº 20, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 34/2017, encaminhado por meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

da Mensagem nº 52, de 2017, a transferência indireta e a modificação do quadro direto da TV SBT Canal 5 de Porto Alegre S.A., no Município Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves (*Ad hoc*), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 20 de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 20 de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 5 - OFICIO "S" Nº 24, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 38/2017, encaminhado por meio da Mensagem nº 68, de 2017, comunicando a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da Sociedade de Televisão Sul Fluminense Ltda., concessionária do serviço de rádio fusão de sons e imagens no Município de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves (*Ad hoc*), substituiu Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 24 de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 24 de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 6 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 49, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ONDA VERDE FM DE AIMORÉS ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aimorés, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 7 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 309, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE INÚBIA PAULISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inúbia Paulista, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 8 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 370, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DE CARAGUATATUBA - ZONA SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Projeto. **ITEM 9 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 37, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IBARETAMA - ARCI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibaretama, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 10 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 57, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA BOA NOTÍCIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duque Bacelar, Estado do Maranhão." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 11 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 368, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO SEMI-ÁRIDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ourolândia, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 12 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 22, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE SOBRADINHO - BAHIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 13 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 32, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 14 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 36, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE BAIXIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Baixio, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 15 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 98, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL EDUCATIVA E ARTÍSTICA DE BRUMADINHO - ACRCEAB para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 16 - PROJETO DE DECRETO**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEGISLATIVO (SF) Nº 45, de 2016 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga permissão à OCAM COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Ivo Cassol. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 17 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 67, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RIO FORTE DE APOIO A COMUNICAÇÃO E CULTURA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Centenário, Estado do Tocantins." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 18 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 71, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ORGANIZAÇÃO RADIODIFUSÃO DE CESÁRIO LANGE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cesário Lange, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 19 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 55, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE GARARU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gararu, Estado de Sergipe." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 20 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 282, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à INHANDAVA PROMOÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Ouro, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 21 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 72, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – FUFS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 22 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 168, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO ARTHUR CATALDI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 23 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 173, de 2015**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS BOCAINENSES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bocaina de Minas, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 24 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 279, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE ÂNGULO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ângulo, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Dário Berger (*Ad hoc*), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 25 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 325, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que autorga à autorização a ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA para explorar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Dário Berger (*Ad hoc*), substituiu Sen. Ivo Cassol. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 26 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 340, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE MONTE AZUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Azul, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 27 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 54, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE PORTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto, Estado do Piauí." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves (*Ad hoc*), substituiu Sen. Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 28 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 92, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Crato, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Dário Berger (*Ad hoc*), substituiu Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 29 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 70, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NORTE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cascavel, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 30 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 90, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

CAPITÓLIO MG para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capitólio, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 31 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 161, de 2014 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização ao GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Manaus, Estado do Amazonas." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 32 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 131, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO BAIRRO DERALDO ALVES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buenópolis, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 33 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 62, de 2017 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA TRANSRIO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 34 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 96, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO NOVA PRINCESA FM DE PITANGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Tamarana, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 35 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 97, de 2016 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JURITI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Acaraú, Estado do Ceará." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 36 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 278, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO EDUCATIVA ALIANÇA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrolândia, Estado de Pernambuco." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Jorge Viana (*Ad hoc*), substituiu Sen. Eduardo Lopes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 37 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 302, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à UNIÃO COMUNITÁRIA DE REALENGO E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Jorge Viana (*Ad hoc*), substituiu Sen. Lindbergh Farias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 38 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 135, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à KRTV – COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iconha, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Jorge Viana (*Ad hoc*), substituiu Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Nós não temos ainda quórum para votação. Não posso, sequer, submeter à aprovação a ata da reunião anterior, mas nós vamos solicitar, porque temos aqui ainda oito projetos que não foram relatados, a colaboração do Senador Waldemir Moka, do Senador Pedro Chaves e do Senador Hélio José, para que pudessem relatar esses projetos.

Primeiro, o Senador Waldemir Moka, o PDS 282, de 2015, e o PDS 72, de 2016, ambos os projetos têm como Relatora a Senadora Lídice da Mata, que não está presente. Peço ao Senador a colaboração.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Qual é o projeto mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – São os itens nº 20 e 21, Senador Waldemir Moka.

Primeiro o nº 20, que é o PSD nº 282, de 2015. (*Pausa.*)

Aliás, é o 21.

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 72, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – FUFS para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 07/06/2017, 21/06/2017 e 05/07/2017.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Como Relator.) – Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade Federal de Sergipe (Fufs) para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe.

A autoria é da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e a Relatora é a Senadora Lídice da Mata. Por designação do Presidente Otto Alencar, eu vou ler o relatório da Senadora Lídice da Mata, que é pela aprovação do projeto.

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 72, de 2016 (nº 458, de 2016, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade Federal de Sergipe (Fufs) para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações à Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o voto favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

> A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 72, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Universidade Federal de Sergipe (Fufs) para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Itabaiana, Estado de Sergipe, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Lido o relatório, eu agradeço o Senador Waldemir Moka.

Ficamos aguardando o quórum para votação, porque o projeto é terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu pediria ao nobre Senador Hélio José, digno representante do Distrito Federal, que pudesse, *ad hoc*, relatar o PDS 168, de 2015; o PDS 173, de 2015; e o PDS 340, de 2015, cujo Relator é V. Exª. Dos dois primeiros o Relator é o Senador Cristovam Buarque, que não está presente.

Se V. Exª desejar, pode ir direto ao voto.

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 168, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO ARTHUR CATALDI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 17/05/2017, 31/05/2017, 07/06/2017 e 05/07/2017.

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 173, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS BOCAINENSES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bocaina de Minas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 17/05/2017, 31/05/2017.

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 340, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE MONTE AZUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Azul, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 03/05/2017, 10/05/2017, 17/05/2017, 31/05/2017, 21/06/2017 e 05/07/2017.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Como Relator.) – Obrigado, Excelência.

Quero cumprimentar S. Exª o Presidente desta reunião, Senador Otto, e os demais presentes.

Vou ler só a minuta e vou direto ao voto.

Da Comissão De Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2015 (nº 2.427, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Bairro Arthur Cataldi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 168, de 2015, de lavra do nosso eminente Senador Cristovam, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Bairro Arthur Cataldi para executar serviço de radiodifusão comunitária na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Excelência.

Continuando, vamos ao próximo, PDS nº 173, de 2015.

Da Comissão De Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2015 (nº 682, de 2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos Bocainenses para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Bocaina de Minas, Estado de Minas Gerais.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 173, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação dos Amigos Bocainenses para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Bocaina de Minas, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Excelência, pedindo desculpas pela minha voz.

Vamos ao PDS nº 340, de que sou Relator.

Da Comissão De Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2015 (nº 1.366, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Ângulo...

Não, não. Estou equivocado, Excelência. Não é o item 24; é o item 26, PDS nº 340. Desculpas.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2015 (nº 1.530, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Monte Azul para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Monte Azul, Estado de Minas Gerais.

Procedida toda a análise, é o seguinte o meu voto: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 340, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural de Monte Azul para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Monte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Azul, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esses são os relatórios, Sr. Presidente, todos pela aprovação – itens 22, 23 e 26.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Hélio José.

Ficamos aguardando quórum para votação.

Eu pediria ao Senador Pedro Chaves, digno representante de Mato Grosso do Sul, que pudesse ler o Ofício "S" nº 17, de 2017, o Ofício "S" nº 20, de 2017, e o Ofício "S" nº 24, de 2017, itens 3, 4 e 5.

V. Exª pode ir direto ao voto. Trata-se de sobrestamento de requerimentos de informação.

ITEM 3

OFICIO "S" Nº 17, de 2017

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 31/2017, encaminhado por meio da Mensagem nº 15, de 2017, comunicando a transferência indireta da concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens outorgada à TV Taubaté Ltda., no Município de Taubaté, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 17 de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 05/07/2017.

ITEM 4

OFICIO "S" Nº 20, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 34/2017, encaminhado por meio da Mensagem nº 52, de 2017, a transferência indireta e a modificação do quadro direto da TV SBT Canal 5 de Porto Alegre S.A., no Município Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 20 de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 05/07/2017.

ITEM 5

OFICIO "S" Nº 24, de 2017

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 38/2017, encaminhado por meio da Mensagem nº 68, de 2017, comunicando a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da Sociedade de Televisão Sul Fluminense Ltda., concessionária do serviço de rádio fusão de sons e imagens no Município de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 24 de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, nosso bom-dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Srs. Senadores, vamos relatar o item nº 3, cujo Relator é o Senador Ricardo Ferraço. Estou relatando-o *ad hoc*, por solicitação do Sr. Presidente Otto Alencar.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 17, de 2017, nos termos do art. 335 do RISF.

Temos aqui o requerimento:

> REQUERIMENTO Nº , DE 2017
> Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à transferência de controle societário de que trata o Oficio "S" nº 17, de 2017:
> I – data de publicação do ato de outorga do serviço de radiodifusão cujo controle foi transferido;
> II – data de publicação de ato, se existir, que tenha autorizado a última alteração no controle societário da entidade que detém a outorga do referido serviço de radiodifusão;
> III – números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;
> IV – comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;
> V - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Esse é o requerimento.

Vamos agora ao próximo processo. Trata-se do processo sobre o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão – CAC nº 34/2017, emitido ao Senado Federal por meio do Ofício "S" nº 20, de 2017, da Câmara dos Deputados, que comunica a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV SBT Canal 5 de Porto Alegre S.A.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vamos direto ao voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 20, de 2017, nos termos do art. 335 do RISF.

REQUERIMENTO Nº , DE 2017
Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações s referentes à transferência de controle societário de que trata o Oficio "S" nº 20, de 2017:
I – data de publicação do ato de outorga do serviço de radiodifusão cujo controle foi transferido;
II – data de publicação de ato, se existir, que tenha autorizado a última alteração no controle societário da entidade que detém a outorga do referido serviço de radiodifusão;
III – números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controlam o referido serviço de radiodifusão;
IV – comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social [...];
V – relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

É o requerimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Lidos os Ofícios nºs 17/2017, 20/2017 e 24/2017, pelo Senador Pedro Chaves, a quem agradeço, fico aguardando quórum para votação. Esses três itens são não terminativos.

Eu pediria, então, ao nobre Senador Dário Berger que pudesse *ad hoc* relatar os PDS 279, de 2015, e 325, de 2015. Trata-se dos itens 24 e 25 da pauta.

ITEM 24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 279, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE ÂNGULO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ângulo, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 21/06/2017 e 05/07/2017.

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 325, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga a autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA para explorar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 07/06/2017, 21/06/2017 e 05/07/2017.

V. Exª pode ir direto ao voto, se assim desejar.

São os itens 24 e 25.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Como Relator.) – Presidente Otto Alencar, Srs. Senadores, cumpre-me aqui a grande responsabilidade de relatar *ad hoc* o Projeto de Decreto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Legislativo nº 279, de 2015 (nº 1.366, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Ângulo para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Ângulo, Estado do Paraná.

Como falei, o Relator original do projeto é o Senador Flexa Ribeiro.

Relatório.

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o referido projeto de decreto legislativo, que outorga, como já mencionei, autorização à Associação Cultural e Comunitária de Ângulo para executar serviço de radiodifusão comunitária. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

Este é um relatório sucinto. Passo, então, à análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998.

Sr. Presidente, o processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

O exame da documentação que acompanha o PDS n° 279, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 279, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Ângulo para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Ângulo, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço ao nobre Senador Dário Berger.

Lido o relatório, a matéria fica aguardando quórum qualificado para sua votação.

Pediria ao Senador Pedro Chaves que pudesse relatar *ad hoc* o PDS nº 54, de 2016, cujo Relator é o Senador Magno Malta, que não está presente.

É o item 27, relativo ao PDS nº 54, de 2016.

ITEM 27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 54, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE PORTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Magno Malta.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: *A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 21/06/2017 e 05/07/2017.*

V. Exª pode ir direto ao voto se assim desejar.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, vou ler a ementa e, em seguida, vou partir para o voto: "Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2016 (nº 181, de 2015, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Cultural de Porto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto, Estado do Piauí."

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 54, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Cultural de Porto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto, Estado do Piauí, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Pedro Chaves pela leitura do relatório.

A matéria também ficará aguardando quórum de votação.

Vamos pedir a colaboração dos Senadores presentes para ler todos os projetos.

Nós temos aqui o item 28 e o item 29, que eu pediria ao Senador Dário Berger que relatasse *ad hoc.*

ITEM 28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 92, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Crato, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Waldemir Moka.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 21/06/2017 e 05/07/2017.

ITEM 29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 70, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NORTE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 21/06/2017 e 05/07/2017.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Perfeito, Sr. Presidente.

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2016 (nº 442, de 2016, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Universidade Regional de Cariri - Urca para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Crato, Estado do Ceará.

Sr. Presidente, com a chegada do Relator original...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Já que V. Exª está no voto, siga.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – V. Exª permite que eu prossiga?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Permito e acho muito honroso que V. Exª esteja relatando.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Muito obrigado, Senador Waldemir Moka, que é o Relator original deste Projeto de Decreto Legislativo nº 92.

Relatório.

Chega a esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 92, de 2016 (nº 442, de 2016, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Universidade Regional de Cariri - Urca para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Crato, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em síntese, essa é a análise.

Passo, então, ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 92, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Universidade Regional do Cariri – Urca para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Crato, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão.

Sr. Presidente, esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Dário Berger.

Só para fazer uma explanação a V. Exª e aos Srs. Senadores, quero dizer que a Universidade Regional do Cariri fica no Estado do Ceará, na cidade do Crato. O Cariri foi uma das regiões mais cantadas por Luiz Gonzaga nas suas músicas, em que ele diz: "Só deixo o meu Cariri no último pau de arara".

Então, agradeço a V. Exª.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exato!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu pediria agora ao Senador Waldemir Moka para ser o Relator *ad hoc* do PDS 70. São os itens 29 e 30. São os PDS 70 e 90. Aliás, o Senador Paulo Rocha vai relatar. Peço que S. Exª relate só o PDS 70, de 2017. Em seguida, o Senador Paulo Rocha vai relatar o item 30.

Trata-se do item 29, Senador.

V. Exª pode ir diretamente ao voto, se desejar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, em caráter terminativo, chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 70, de 2017 (nº 1.400, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

A Relatora é a Senadora Gleisi Hoffmann.

V. Exª me designou aqui para que eu pudesse fazer a leitura deste relatório. Sr. Presidente, esses projetos são todos autorizativos. Quando preenchem os critérios de técnica legislativa, de juridicidade, eles obedecem... Então, cabe à Comissão julgar esses fatos. Então, vou diretamente ao voto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente!

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... porque é muito repetitivo.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 70, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cascavel, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço a V. Exª.

Por ser o projeto terminativo, ficamos aguardando o quórum para a votação.

Passo a palavra ao nobre Senador Paulo Rocha para relatar o item 30, que trata do PDS 90, de 2017.

ITEM 30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 90, DE 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CAPITÓLIO MG para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capitólio, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: pela aprovação do Projeto.

Observações: *a matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 21/06/2017 e 05/07/2017.*

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, nobres Senadores, estamos amanhecendo aqui num dia de trabalho intenso, depois de uma intensa votação no Congresso Nacional. Só quero chamar a atenção dos nossos pares – faço este registro nesta Comissão importante – para o fato de que o Governo já começa a dar demonstrações sobre aquilo que venderam aqui para alguns dos Senadores, de que ia fazer as mudanças que os Congressistas queriam fazer aqui. Mas o Governo se comprometeu em mandar uma medida provisória, e o novo Governo lá, o possível Presidente Rodrigo Maia, está dizendo que não vai pôr em votação a medida provisória. Era só para registrar isso.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Quem sabe ocupam a Mesa hoje lá?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sem provocação nenhuma, Sr. Senador Moka!

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Quem sabe ocupam a Mesa hoje?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É o parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2017 (nº 466, de 2016, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova autorização outorgada ao Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Capitólio (MG) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capitólio, Estado de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sr. Presidente, nobres Senadores e Senadoras, o relatório é aquele que, tecnicamente, já é elaborado a partir da análise feita pelos nossos assessores e consultores da Casa. É igual a todos que exigem a obediência ao Regimento e à legislação.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição veio da Câmara dos Deputados.

O exame da documentação que acompanha o PDS n° 90, de 2017, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 90, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova autorização outorgada ao Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Capitólio (MG) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Capitólio, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Paulo Rocha.

Como já foram lidos os itens 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29, como nós temos quórum de votação e como tem de ser votação no painel, vou aproveitar o quórum e colocar esses itens logo em votação.

Os Srs. Senadores podem votar, para aproveitarmos o quórum qualificado.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu solicitaria a presença do Senador Hélio José e do Senador Jorge Viana, para que pudessem comparecer à votação.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É um por um?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, em globo. A votação é feita em globo. A votação é de todos os itens citados.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vale mais um pássaro na mão do que dois voando, não é?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – O voto é eletrônico, Senador Otto?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É tudo eletrônico.

Abriu o painel de votação.

(*Continua em processo de votação*.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Chegou aqui a Senadora Lídice da Mata.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone*.) – O Senador Moka não está conseguindo votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Por quê?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone*.) – Porque sumiu...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – A biometria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não foi reconhecido, não?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Não, não tem...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vice-Presidente, venha aqui!

Mas, Senador Paulo Rocha, ontem, diante daquela tensão toda que aconteceu no plenário de ambos os lados – uma matéria polêmica como aquela sempre gera tensão –, sugeri ao Presidente Eunício Oliveira que contratasse um capelão para o Senado Federal, para que o capelão pudesse, antes das votações, fazer uma oração, rezar o pai-nosso.

Eu me lembrei muito de um fato que aconteceu no interior da Bahia em que dois políticos brigavam no palanque. Eles se desentenderam, um rasgou a camisa do outro, e o que teve a camisa rasgada teve direito a discursar. Ao contrário de discursar, em função da situação, no palanque, ele rezou o pai-nosso e foi o mais votado no Município.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – E com a camisa rasgada!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Com a camisa rasgada. Entendeu? Em vez de fazer um discurso duro, ele rezou o pai-nosso e teve uma votação expressiva. Estouraram os votos no interior da Bahia, na cidade de Cícero Dantas, no norte do Estado da Bahia. Os competidores eram exatamente o ex-Senador Antonio Carlos Magalhães, um grande amigo meu, e o ex-Deputado José Lourenço. Foi José Lourenço que rezou o pai-nosso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador, hoje, estamos tão radicalizadamente divididos, que, se alguém rezar o pai-nosso, outros vão ficar contra.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É mesmo! (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Nada unifica a gente hoje. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, vamos apelar para a ave-maria. É o jeito! (*Risos.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Ou vão tentar impedir que alguém reze o pai-nosso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Foi bem assim que aconteceu!

Ainda há mais dois projetos terminativos aqui.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone.*) – É votação nominal?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É nominal.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone.*) – Vai haver mais uma?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vai haver. Vou pedir, inclusive, para ler, mas será uma coisa rápida aqui.

Todos já votaram? (*Pausa.*)

Lídice, por favor!

A Lídice está telefonando para a Bahia. A Lídice está telefonando, está falando ali.

(*Continua em processo de votação.*)

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Foram aprovados os itens que foram citados, com 9 votos favoráveis aos projetos citados.

Agora, eu pediria ao Senador Waldemir Moka que pudesse colaborar conosco, relatando os itens 30, 31, 32, 33 e 34.

V. Exª pode ir diretamente ao voto.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O item 30 foi meu.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exato! Não é o item 30, não. São os itens 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37 e 38. Estes são os itens que faltam: os itens 31 a 38.

ITEM 31

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 161, de 2014

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização ao GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/05/2017 e 05/07/2017.

ITEM 32

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 131, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO BAIRRO DERALDO ALVES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buenópolis, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 31/05/2017 e 05/07/2017.

ITEM 33

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 62, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA TRANSRIO DE COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

ITEM 34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 96, de 2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO NOVA PRINCESA FM DE PITANGA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Tamarana, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

ITEM 35

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 97, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JURITI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Acaraú, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

ITEM 36

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 278, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO EDUCATIVA ALIANÇA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrolândia, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 17/05/2017, 31/05/2017 e 07/06/2017.

ITEM 37

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 302, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à UNIÃO COMUNITÁRIA DE REALENGO E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

ITEM 38

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 135, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à KRTV – COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iconha, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 03/05/2017, 10/05/2017, 17/05/2017 e 31/05/2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

V. Exª pode ir diretamente aos votos dos itens 31 a 38, porque vamos aproveitar o quórum de votação.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Como Relator.) – Pois não, vou ser bem objetivo, Sr. Presidente.

O item 31 trata de parecer desta Comissão, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2014 (nº 1.483, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização ao Governo do Estado do Amazonas para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Eu queria dar uma explicação ao Plenário no sentido de que esses relatórios são todos autorizativos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente!

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Portanto, todos têm a mesma sequência.

Então, eu me permitira aqui ler apenas e tão somente o voto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente! Foi o que pedi a V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização ao Governo do Estado do Amazonas, por intermédio da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O voto, portanto, é o voto "sim". Esse é o voto do Relator.

O item 32 trata de parecer desta Comissão, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 2015 (nº 1.320, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Deraldo Alves para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buenópolis, Estado de Minas Gerais. O Relator é o Senador Omar Aziz.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 131, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Deraldo Alves para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Buenópolis, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório do Senador Omar Aziz que fui designado para ler.

Item 33, também em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 2017 (nº 921, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova permissão outorgada ao Sistema Transrio de Comunicação Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O Relator é o Senador Eduardo Lopes.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 62, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova permissão outorgada ao Sistema Transrio de Comunicação Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório e o voto do Senador Eduardo Lopes.

Item 34, Sr. Presidente, também em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 96, de 2016 (nº 478, de 2016, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Nova Princesa FM de Pitanga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Tamarana, Estado do Paraná.

O Relator é o Senador Eduardo Lopes.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 96, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Nova Princesa FM de Pitanga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Tamarana, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório e o voto do Senador Eduardo Lopes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Item 35, também em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 97, de 2016 (nº 497, de 2016, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Juriti para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Acaraú, Estado do Ceará.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 97, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Juriti para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Acaraú, Estado do Ceará, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Waldemir Moka, o Senador Jorge Viana pede aqui para relatar os dois últimos itens, o 37 e o 38, do Senador Lindbergh Farias.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Eu declino em favor do Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O Senador Lindbergh Farias que me pede aqui. São referentes ao Rio de Janeiro. E V. Exª já trabalhou demais hoje!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Como Relator.) – Presidente, cumprimentando o colega Moka, que estava ali em uma sequência, mas é que o Lindbergh me havia solicitado. É só por isso. Mas estava indo muito bem.

Eu queria me referir, então, ao item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 302, de 2015. Terminativo.

Para ajudar nos trabalhos, apreciei o relatório do colega Lindbergh, que eu queria que constasse como lido.

O voto é pela aprovação para a rádio comunitária no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. Agradeço a V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Item 38.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Peço ao Senador Pedro Chaves...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É o 38 ainda.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sim, o 38.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Como Relator.) – Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2015, também terminativo, que tem como Relator o Senador Ricardo Ferraço, que aprova o ato que outorga permissão à KRTV – Comunicações.

Eu também queria que pudesse ser dado como lido o relatório, feito pelo Senador Ricardo Ferraço.

O voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, V. Exª pode ler o item 36 também, que é do Senador Eduardo Lopes.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Item 36.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Como Relator.) – Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2015, terminativo, que aprova o ato que outorga autorização à Organização Comunitária Rádio Educativa Aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Petrolândia, Estado de Pernambuco.

O Relator é o Senador Eduardo Lopes, e eu, *ad hoc*, peço que possa constar como lido esse relatório.

O voto é pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

Eu agradeço ao Senador Jorge Viana e informo aos Senadores que podem votar – já que os itens são terminativos –, em globo, os projetos que acabaram de ser lidos agora, a partir do item 31 até o 38. Os outros já tinham sido aprovados.

Por favor, peço que seja aberto o painel para votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Aprovados os projetos, com 8 votos favoráveis.

Nós temos agora três ofícios que foram lidos (OFS nºs 17, 20 e 24), não terminativos.

Eu coloco os três em votação.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os itens 3, 4 e 5: OFS 17/2017; OFS 20/2017; OFS 24/2017.

Não havendo mais itens na pauta, eu queria agradecer aos Srs. Senadores que colaboraram para a votação dos itens terminativos.

Declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e três minutos do dia nove de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Airton Sandoval, Paulo Rocha, Ângela Portela, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Omar Aziz, Ivo Cassol, Lídice da Mata, Cristovam Buarque, Pedro Chaves, Eduardo Lopes, Vicentinho Alves, Paulo Paim, José Medeiros, Cidinho Santos, Romero Jucá e Fátima Bezerra. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, José Agripino, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, de 2011 - Não Terminativo** - que: "Declara os Centros de Inclusão Digital - CID (Lan Houses) como entidade de multipropósito de especial interesse para fins de inclusão digital e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Vieira Reis. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, de 2014 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que disciplina as atividades de pesquisa e comerciais com organismos geneticamente modificados (OGM), para dispor sobre a realização de audiências públicas." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 01 - CAS. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, de 2014 - Terminativo** - que: "Reconhece a essencialidade do serviço de acesso à internet em banda larga e altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prever sua prestação em regime público." **Autoria:** Senador Anibal Diniz. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, após discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, de 2017 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.472, 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, para dispor sobre o direito de o usuário bloquear o uso do telefone celular em caso de furto, roubo ou extravio, assegurada a manutenção do código de acesso." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, após discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 5 - OFICIO "S" Nº 50, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 21/2015, de que trata o PDC nº 1994/09, referente à transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens da Empresa Pioneira de Televisão S.A., no município de São Carlos - SP." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **ITEM 6 - OFICIO "S" Nº 14, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 28/2016, encaminhado por meio do Ofício s/nº, da RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **ITEM 7 - OFICIO "S" Nº 19, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 33/2017, encaminhado por meio da Mensagem nº 51, de 2017, a transferência indireta e a modificação do quadro direto da TV SBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda., no Município

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 19, de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 19, de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 8 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 19 de 2017** que: "Requer-se nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015 e o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros." **Autoria:** Senador Pedro Chaves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 20 de 2017** que: "Requer a realização de audiência pública para instruir o PLS 169, de 217, de iniciativa do Senador Ciro Nogueira, que "acrescenta a Seção V no Capítulo III da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para possibilitar a suspensão do funcionamento ou o bloqueio de acesso de aplicação de internet que incentive ou promova a prática de crime"." **Autoria:** Senador Airton Sandoval Santana. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 21 de 2017** que: "Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 15, de 2017, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para inclusão dos representantes do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia fixa e de Serviço Móvel Pessoal-SINDITELEBRASIL, Eduardo Levy Cardoso Moreira, do Comitê Gestor da Internet no Brasil-CGI, Flávia Lefévre Guimarães e da empresa TIM, Márcio Guimarães." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 142, de 2015 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO DE SÃO LUIZ GONZAGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de novo Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 95, de 2016 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE PRATINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratinha, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 13 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 145, de 2015 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PIAÇU - ARCOP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muniz Freire - Distrito de Piaçu, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 188, de 2015 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM SUDOESTE RADIODIFUSORA ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraí, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resultado: Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 284, de 2015 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DE PEDRAS ALTAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedras Altas, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **ITEM 16 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 365, de 2015 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA COMUNIDADE IACRIENSE - ACRECI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iacri, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 378, de 2015 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E CULTURAL DE BOM DESPACHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 24, de 2016 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE NAQUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Naque, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 26, de 2016 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA DE JURAMENTO - ACEJU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juramento, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Ivo Cassol. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - PROJETO**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 30, de 2016 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA DO SANA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 47, de 2016 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio pantera ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, após discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 22 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 48, de 2016 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SANTA LUZIA DO ITANHY para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia do Itanhy, Estado de Sergipe." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 23 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 63, de 2017 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTOS REIS DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **ITEM 24 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 73, de 2017 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE CAIANA – ARCC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caiana, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 25 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 77, de 2017 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

outorga autorização ao CENTRO COMUNITÁRIO PRÓ-CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TAQUARIL EX-CASTANHEIRAS E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 26 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 82, de 2017 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CAPELISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Matelândia, Estado do Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 27 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 93, de 2017 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CATUTI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Catuti, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda de Redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 28 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 121, de 2017 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PRM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Santos, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. José Agripino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/09

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Como não temos ainda quórum para votação, vou começar solicitando, pela ordem de inscrição, que o Senador Flexa Ribeiro possa ler o PLC 28, de 2011, que é o primeiro item da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, de 2011

- Não terminativo -

Declara os Centros de Inclusão Digital - CID (Lan Houses) como entidade de multipropósito de especial interesse para fins de inclusão digital e dá outras providências.

Autoria: Deputado Vieira Reis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

1) A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao Projeto;

2) A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAE;

3) A matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável ao Projeto, aprovado em 27/11/2013;

4) Em 15/03/2017, o Parecer nº 20, de 2017 - PLEN/SF, de relatoria do Senador Pedro Chaves, determinou o reexame do presente Projeto pela CCT.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) - Bom dia a todos.

Presidente, Senador Otto Alencar, Srs. Senadores, é submetido novamente ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 28, de 2011, de autoria do Deputado Vieira Reis, que declara os Centros de Inclusão Digital - CID (LAN *Houses*) como entidades de multipropósito de especial interesse para fins de inclusão digital e dá outras providências.

A iniciativa tem como objetivo declarar as chamadas LAN *houses* como entidades de especial interesse social para a universalização do acesso à internet, assegurando a elas prioridade às linhas de crédito de financiamento especial para aquisição de computadores ofertadas por órgãos da Administração Pública Federal e, em especial, por instituições financeiras públicas tais como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Para tanto, a proposta estabelece os contornos da atividade, definindo LAN *houses* como instituições que oferecem, mediante remuneração, locação de computadores para o acesso à internet, além de possibilitar o estímulo ao desenvolvimento educacional e cultural do cidadão, por meio da disponibilização de programas que permitam o acesso à pesquisa e ao estudo; o acesso à rede para fins sociais, profissionais e de entretenimento, bem como a conexão a instituições públicas.

Além disso, as LAN *houses* deverão deter insumos técnicos capazes de permitir o registro do nome e identidade do usuário; de alertar menores de 18 anos quanto a conteúdos impróprios; de garantir a inviolabilidade dos dados dos usuários e do conteúdo acessado, salvo na hipótese de ordem judicial; e de garantir acessibilidade a portadores de necessidades especiais, sob pena de perderem o credenciamento e os benefícios previstos.

Ademais, a proposição prevê que a União, os Estados e os Municípios poderão implantar parcerias com as LAN *houses* para desenvolvimento de atividades educacionais, culturais, de utilidade pública, de interesse do cidadão e da administração, com vistas à universalização do acesso à internet e que os Municípios, organizações e associações representativas poderão criar selos de qualificação a LAN *houses* que cumprirem os propósitos previstos.

Recebido no Senado em 2011, o PLC foi distribuído para a apreciação desta CCT e também da CCJ e da CAE.

A CCJ aprovou o parecer favorável do Senador Ricardo Ferraço em 2012. Em 2013, foi a vez de a CAE aprovar a matéria.

Por fim, em 27 de novembro daquele ano, o projeto foi deliberado por esta Comissão, que aprovou parecer favorável, de minha autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Encaminhado para análise do Plenário, o PLC foi objeto do requerimento de autoria da Senadora Simone Tebet, que solicitou a tramitação conjunta com o PLS nº 174, de 2016, já apensado aos PLS nº 176, de 2016, e nº 249, também de 2016.

Deliberado no último dia 15 de março, o Plenário aprovou o parecer proferido pelo Senador Pedro Chaves, favorável ao PLS nº 174, de 2016; pela prejudicialidade dos PLS nºs 176 e 249, de 2016; e pelo reexame do presente projeto por este Colegiado.

Análise, Sr. Presidente.

Como visto, o PLC volta ao exame da CCT em virtude da determinação presente no Parecer nº 20, de 2017, aprovado pelo Plenário no último mês de março. De acordo com o referido parecer, a iniciativa deve ser reavaliada sob a ótica da Lei nº 12.965, de 2014, que aprovou o Marco Civil da Internet.

O projeto nasceu como uma síntese de vários outros que buscavam disciplinar as LAN *houses*, que proliferaram muito rapidamente no início dos anos 2000. Havia a preocupação com o uso prejudicial que os jovens faziam dos seus serviços, em particular, dos jogos *on-line*.

Contudo, alguns fatores sugerem que o projeto terá, hoje, alcance limitado, ao contrário do que se pensava em 2004, quando foi apresentado. O cenário do acesso à internet foi profundamente alterado.

De acordo com o relatório TIC Domicílios, do Comitê Gestor da Internet no Brasil, em 2015 apenas 12% dos usuários da internet utilizaram LAN *houses* para seu acesso à rede, frente a 52% em 2008.

Segundo a pesquisa, há um decréscimo da participação dos computadores, foco dos benefícios previstos pelo PLC no acesso do brasileiro à internet, com os telefones celulares passando a ser o principal equipamento (89% em 2015, contra 76% em 2014).

Em 2014, os internautas que utilizavam apenas o computador para se conectar representavam 24% dos usuários de internet, passando para apenas 11% em 2015.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Já os usuários que utilizavam apenas o celular para suas conexões saltaram de 20% para 35% entre 2014 e 2015.

No que tange à análise da proposição frente ao MCI, a garantia da inviolabilidade dos dados pessoais e do conteúdo acessado, salvo ordem judicial, já está consolidada, sendo prescindível nova norma para disciplinar a questão.

Entendemos, portanto, ressalvado seu meritório propósito, que o alcance e a magnitude dos benefícios lançados pelo PLC tendem a ser bastante limitados, indicando sua rejeição.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2011.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a tramitação do projeto, que foi aqui encaminhado há bastante tempo, com o avanço da tecnologia, hoje, como foi dito no parecer, já está sem a importância que tinha à época da apresentação do projeto do Deputado Vieira Reis.

Então, hoje, o acesso à internet é feito pelos *smartphones* e daqui a pouco esses computadores vão virar peças de museu, todo mundo vai ter um computador em suas mãos e não mais sobre as mesas. O projeto, em função disso, era relevante à época em que foi apresentado, hoje, pela evolução tecnológica, não tem mais a tal importância, tanto que essas LAN *houses* estão, parece-me, praticamente em extinção. Não há mais nenhum apelo, até econômico, para que elas existam.

O voto, Sr. Presidente, é pela rejeição do PLS nº 28, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Lido o relatório, aguardo termos quórum qualificado para votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pediria ao nobre Senador Waldemir Moka que pudesse assumir a Presidência da Comissão para que eu pudesse relatar aqui dois projetos: o Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2014, do Senador Anibal...

Itens 3 e 4.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Assumindo a Presidência, eu quero conceder a palavra ao Relator, Senador Otto Alencar, Presidente desta Comissão.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, de 2014

- Terminativo -

Reconhece a essencialidade do serviço de acesso à internet em banda larga e altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prever sua prestação em regime público.

Autoria: Senador Anibal Diniz

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações: sendo aprovado o substitutivo integral, a matéria será incluída na próxima pauta, reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do art. 282 combinado com o art. 92 do Regimento do Senado Federal.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Relator, o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço ao nobre Senador Waldemir Moka.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Este projeto, o Projeto de Lei do Senado 431 de 2014, do Senador Anibal Diniz, que reconhece a essencialidade do serviço de acesso à internet em banda larga e altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

O exame aqui desta proposição, que reconhece a essencialidade desse serviço, alterando essa lei e o acesso à internet em banda larga e determina que a União assegure a existência, universalização e continuidade desses serviços que são fundamentais hoje no âmbito econômico e social.

O art. 2º altera o art. 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, conhecida como Lei Geral de Telecomunicações – LGT, que inclusive está para ser votada no plenário do Senado por requerimento, depois de ter sido aprovado na Agenda Brasil por unanimidade. Isso é um fato que eu considero relevante, falei até com o Presidente Eunício para que tomasse as providências de se apreciar esse projeto antes que todo esse acervo que nós temos pudesse, ao final do contrato, não valer absolutamente nada.

A proposta passa a ser incluída com as modalidades de serviço, que comporta a prestação de serviço em regime público.

E, na análise, através do que prescreve os incisos III e IX do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, a CCT tem toda a condição de analisar assuntos dessa natureza e correlatos, pois, por se tratar de decisão terminativa, incumbe à CCT examinar também os aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade.

Analisando, este projeto preenche todos os pré-requisitos a que me referi anteriormente e de acordo com o que está prescrito no art. 22, inciso IV, da Constituição Federal. O projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, da Carta Magna, não havendo objeções a respeito no que tange a todos os pré-requisitos necessários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em relação ao mérito, destacamos que o PLS nº 431, de 2014, é um dos projetos apresentados em decorrência da avaliação do Programa Nacional de Banda Larga, realizada por esta Comissão também aqui no Senado Federal em 2014. Entre as recomendações aprovadas pela CCT na conclusão da citada avaliação está a de instituir a "prestação do serviço de banda larga em regime público, reconhecendo o acesso à internet como serviço essencial de interesse público".

Portanto, e diante dessa análise, nós avaliamos que o projeto vem preencher uma lacuna nos serviços de acesso à banda larga, sobretudo nas áreas onde não existe competitividade. Portanto, o nosso voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei, com a emenda substitutiva a seguir, ficando o projeto com a seguinte redação:

> Art. 1º Esta Lei reconhece a essencialidade do acesso à internet em banda larga, passando a União a assegurar a existência, a universalização e a continuidade de serviços de telecomunicações.
> Art. 2º O acesso à internet em banda larga é essencial, e a União passará a assegurar a existência, a universalização e a continuidade de serviços de telecomunicações que lhe dão suporte.
> Parágrafo único. Nas áreas sem efetiva competição, serviços de telecomunicações que dão suporte ao acesso à internet em banda larga serão prestados em regime público, admitindo-se, a critério do Poder Executivo, a prestação concomitante no regime privado.
> Art. 3º O art. 64 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:
> Art. 64 .....
> Parágrafo único. Incluem-se neste caso as diversas modalidades do serviço telefônico fixo comutado e dos serviços de telecomunicações que dão suporte ao acesso à internet em banda larga, de qualquer âmbito, destinado ao uso do público em geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

Eu queria só complementar que, para a execução desse Projeto de Lei do Senador Anibal Diniz, que é um projeto que eu julgo da maior importância, nós apresentamos aqui um projeto de minha autoria, que é um projeto de lei que destina que todos os recursos do Fust, desse Fundo de Financiamento das Telecomunicações, esses recursos sejam vinculados exclusivamente à aplicação em favor do usuário. O relator é o Senador Omar Aziz, porque nós levantamos, Senador Waldemir Moka, Srs. Senadores Paulo Rocha e Pedro Chaves, que a arrecadação anual através dos consumidores para o Fust anualmente deve entrar um valor em torno de R$2 bilhões por ano, e esses recursos, ao contrário de serem revertidos em favor da ampliação da banda larga, da telefonia móvel em áreas de sombra, onde não existe a possibilidade da competitividade e não há interesse também como deveria haver dessas empresas de levarem ao fundo do Brasil, às áreas mais distantes do Brasil esse serviço, então só com recursos públicos se pode fazer.

Então, esse projeto do Senador Anibal Diniz vem e o nosso projeto complementa isso, porque vai, de alguma forma, vincular esses recursos exclusivamente porque não há lei ainda para isso. A lei, sendo aprovada, vai vincular a aplicação desses recursos exclusivamente nesse serviço. E esses R$2 bilhões por ano é aquilo que está incluído na tarifa que o consumidor paga para alimentar esse fundo, e esses recursos são levados para o caixa único do Governo para fazer superávit, como acontece com outros tantos fundos do Brasil, inclusive na questão do meio ambiente o Funclima, que deveria ser aplicado para revitalização das nascentes dos afluentes dos nossos rios e preservação dos nossos recursos hídricos também não é feito. Portanto, esse é um caso que precisa ser apreciado a aprovado aqui para vincular esses recursos à aplicação em favor do consumidor.

No ano de 2016, dos R$2 bilhões, pelos levantamentos feitos, apenas 2% foram aplicados na expansão da banda larga. Então, na verdade é uma coisa que o consumidor não recebe de volta, aquilo que ele paga por sua tarifa, que cada dia é mais cara, inclusive com aplicação de uma carga tributária em cima desses serviços,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Pedro Chaves, em torno de quase 45%, que é a carga tributária que é aplicada nesse serviço de telefonia móvel, banda larga e internet, o que, na minha opinião, é um custo altíssimo para o consumidor, o que dificulta o acesso às pessoas economicamente mais fracas no nosso País.

Portanto, o nosso parecer, Senador Waldemir Moka, é pela aprovação do projeto do ex-Senador Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Nós temos dois procedimentos aqui. Nós não temos quórum para aprovar porque é terminativo. Eu poderia abrir a discussão, encerrar, se for o caso, e deixar, quando houvesse o quórum, só para a aprovação. E eu consulto o Plenário se alguém deseja discutir o projeto.

Para discutir, o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O Senador Otto Alencar falou algo que é extremamente importante, que já foi discutido exaustivamente nesta Comissão. Infelizmente, dos fundos, fica um pouco menos do que 15% para o setor de pesquisa e para a aplicação efetivamente dos seus objetivos. O restante é desviado para cobrir déficits...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – ... do Tesouro. É necessário que talvez a (*Fora do microfone.*)

Comissão se reúna e faça realmente um documento ao Ministro, não só ao Ministro de Ciência e Tecnologia, mas também ao Ministro do Planejamento, para que seja alocado o maior número de recursos, porque as próprias universidades na área de pesquisa, as federais, estão sofrendo demais com falta de recursos, porque os recursos que deveriam ser dedicados à pesquisa, de maneira geral, estão sendo desviados, como eu falei, para o Tesouro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, eu apresento realmente essa moção no sentido de que nós, da Comissão, devemos agir de forma mais incisiva no sentido de formular documento ou fazer uma audiência pública a fim de que seja resolvido, pelo menos minimizado, esse problema. Quinze por cento é muito pouco para isso em um tributo que é 40%, 45%. Realmente, a classe, não só a classe mais humilde, mas todas as classes estão sofrendo um ônus muito grande com isso.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Eu só quero lembrar ao Senador Pedro Chaves que esse projeto a que o Senador Otto Alencar se referiu é um projeto de sua autoria. O que está sendo discutido neste momento é um projeto do ex-Senador Anibal Diniz. É claro que o que V. Exª coloca poderá e deverá ser, e tenho certeza, quando da discussão, você abrir aqui uma audiência pública.

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Ao longo dos últimos tempos de governos, acho que desde Fernando Henrique Cardoso, foram criadas as chamadas agências, que eram para processar as regulamentações de vários setores e, junto com as agências, foram-se criando fundos que são promovidos a partir do setor para o setor, que é exatamente para atender aquilo que acho que o Relator, o Senador Otto, na sua intervenção, já resumiu: a importância e o respeito ao consumidor. Mas também aquilo que o Senador levantou, Pedro Chaves, a questão, sempre na busca de pesquisa e de modernização cada vez mais, das coisas, da questão dos investimentos também na ciência e tecnologia, etc. Então, esses fundos são fundamentais para esse processo.

Eu me lembro da época em que eu lutei muito até para nacionalizar o Fundo da Marinha Mercante, que foi muito importante para alavancar a indústria naval, que é um fundo que vem de taxas do setor de transporte, principalmente da navegação e que depois volta para os investimentos em infraestrutura e tecnologia do setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esse fundo foi muito importante para alavancar, após a descoberta do pré-sal, para alavancar a indústria naval.

E, naquilo que o Senador falou, ano passado, veio uma medida provisória para cá – lembra que a gente barrou inclusive no Supremo –, em que ele, na verdade, anistiava esse setor de multas, etc., e eram cerca de 20 bilhões, e a gente, de certa maneira, barrou esse processo aí, porque transferia inclusive para as grandes empresas de telefonia e de comunicação, as torres e alguns patrimônios, que eram da União, mas, com o processo de concessão, ficaram temporariamente para o setor, mas o setor tem que devolver. Essa medida provisória também transferia grandes patrimônios, acho que a gente conseguiu barrar, mas, exatamente com a perspectiva de, não só baratear o serviço, protegendo o consumidor, mas também na busca de incentivar pesquisas e descobertas na ciência e na tecnologia para poder modernizar e dar um atendimento para a nossa população.

Por isso é muito importante a gente aprovar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Encerrada a discussão, V. Exª me desculpa. Vai ficar suspensa somente a votação, a discussão do projeto...

Passo, agora, ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.472, 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, para dispor sobre o direito de o usuário bloquear o uso do telefone celular em caso de furto, roubo ou extravio, assegurada a manutenção do código de acesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

O projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Relator, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Como Relator.) – Obrigado, Senador Waldemir Moka.

Queria saudar aqui a presença do Senador Omar Aziz. Vejo-o com um ar de alegria, de tranquilidade. Alguma coisa boa aconteceu pelo Amazonas, não é, Senador?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Está acontecendo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Está acontecendo?

Antes mais tenso, agora mais tranquilo, mais calmo.

E passo aqui à relatoria do projeto do Senador Paulo Bauer. Ele apresenta um projeto, que julgo também importante, que dispõe sobre a organização de serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, para dispor sobre o direito de o usuário bloquear o uso do telefone celular em caso de furto, roubo ou extravio, assegurada a manutenção do código de acesso.

Análise.

Nos termos do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão analisar proposições dessa natureza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por se tratar de decisão terminativa, incumbe à CCT examinar também os aspectos da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Está dentro do Regimento Interno.

A proposição atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União, conforme o art. 22, inciso IV, da Constituição Federal, e às atribuições do Congresso Nacional, de acordo com o art. 48, inciso XII.

O projeto em exame não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, não havendo objeções a respeito de sua constitucionalidade material.

No que tange à juridicidade e à regimentalidade, de igual modo, a proposição se mostra perfeitamente adequada.

No mérito, deve-se registrar a relevância da presente proposição.

Estimativas demonstram que chega a um milhão o número de celulares roubados por ano no País, o que, além do prejuízo financeiro, causa uma série de contratempos a seus proprietários, inclusive no que tange à privacidade.

Nesse sentido, a proposição visa a incorporar à legislação setorial a garantia de que o usuário dos serviços móveis de telecomunicações, vítima de roubo ou furto, ou que tenha perdido seu aparelho, consiga bloqueá-lo e, ao mesmo tempo, mantenha seu código de acesso.

Importante notar que está em operação no Brasil, o Cadastro Nacional de Estações Móveis Impedidas (CEMI), supervisionado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), por meio do qual um celular furtado ou roubado pode ser bloqueado diretamente pelas vítimas nas delegacias de polícia, quando fazem a ocorrência, sem a necessidade de contato com as operadoras de telefonia.

Até o final de janeiro deste ano, o sistema permitiu, nos doze Estados que o adotam, o bloqueio de 7,8 milhões de aparelhos roubados ou furtados no País.

Em vista desse cenário, somos favoráveis à apreciação da proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do nobre Senador Paulo Bauer.

Acho que é um projeto importante e que deve ser encaminhado rapidamente à Câmara Federal, até porque não só há prejuízo material, assim como também aquele que faz esse tipo de assalto, roubo ou furto, leva às vezes à violência, ceifando vida de pessoas pelo Brasil afora, por um aparelho de celular, algo que tem acontecido em larga escala em todos os Estados.

Portanto, esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) - Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Para discutir, o Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Para discutir.) - A gente não pode obrigar os Estados, os governadores a criar delegacias especializadas na questão de informática. Nós temos muitos crimes na área de mídia que ficam ao léu, não se tomam providências.

O furto de celulares é corriqueiro hoje no Brasil, é uma coisa que acontece a cada segundo no Brasil de um modo geral. Mas acho que nós tínhamos que tratar agora do que o Presidente Eunício tratou, colocando em pauta a questão da segurança pública, havendo interesse de votarmos algumas matérias importantes em relação à segurança pública.

Acho que hoje devia haver uma delegacia especializada nos Estados para que pudesse haver um acesso, uma investigação muito mais ágil em relação aos crimes praticados dentro da internet, digo crimes que têm acontecido quase que diariamente também. E há notícia, todas as vezes são notícias. Às vezes têm fundamento, às vezes não têm fundamento. Mas não deixa de ser praticado um crime, até porque hoje você vê que a plataforma de maior informação que temos hoje não está mais numa rádio e televisão. A maior plataforma de informações que há hoje é através das mídias sociais que há aí e que são muitas. É uma realidade até porque antigamente eu me lembro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Moka, de que, se você entrasse num ônibus cheio de pessoas, todo o mundo estava lendo jornal, você chegava a um consultório médio, estava todo o mundo folheando uma revista, você chegava a um consultório, o pessoal ficava esperando ali. Vocês dois são médicos, sabem melhor do que eu que seus pacientes ficavam lá. Vocês punham a revista ali para eles esperarem ser atendidos. Hoje em dia, não. Você entra em qualquer lugar, a primeira coisa que eles perguntam é se há *wi-fi*. É uma realidade. Quer dizer, nós evoluímos nessa questão.

Hoje, para você acompanhar um processo do Supremo, você não acompanha mais através de papeis. Hoje você sabe o que está acontecendo automaticamente. E se criam muitos *fakes,* muitas coisas que não são boas para a democracia, não são boas para famílias. É uma coisa com que a gente tem que se preocupar.

Então, baseado no bloqueio do celular, nós teríamos que orientar os Estados – e aí depende muito de cada governador, não depende do Senado. Acho que não temos como obrigar um Governador a criar. Mas nós temos que avançar um pouco nessa questão com delegacias especializadas nos Estados brasileiros para que a gente possa ter agilidade nas investigações e na punição. Isso é para todos. Não é para um ou para outro. É para qualquer um. A pessoa coloca uma inverdade, fica por isso mesmo. Depois se viraliza e ninguém consegue, de forma objetiva, explicar depois que há não sei quantos mil acessos e tal. Hoje aqui mesmo no Senado. O Senador está discursando e está com o celular ligado para falar para o público dele. Virou uma coisa rotineira.

E nós, como há essa pauta que discutimos com o Presidente... Eu acho que o Senador estava na reunião. Nós estávamos discutindo uma comissão para debater algumas questões inerentes à segurança pública no Brasil. E eu estou com um projeto na CAE retirando também a questão dos repasses voluntários da União para os Estados e Municípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, que não deixa de ser hoje uma prioridade zero para o povo brasileiro. Assistência social, educação e saúde estão nessa lei e, muitas vezes, o Governo deixa de repassar recursos para os Municípios, para os Estados porque os Municípios estão inadimplentes. Os Municípios estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

inadimplentes pela má gestão do Prefeito e a população não pode ser penalizada por essa questão. Nós temos que ter discernimento. Imagine você deixar de passar recurso para equipar uma polícia porque o gestor está inadimplente e o povo é que sofre com isso.

Então, eu sou favorável, voto favoravelmente, só não há quórum para gente aprovar hoje, mas eu queria dar essa sugestão em relação à delegacia especializada para esse controle no Brasil todo, isso é de norte a sul. Nós temos hoje essas mídias sociais e é uma prática que vai aumentar cada vez mais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) - Encerrada a discussão, o projeto fica aguardando quórum para a sua deliberação.

O item 5 é não terminativo.

ITEM 5

OFICIO "S" Nº 50, de 2015

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, §5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 21/2015, de que trata o PDC nº 1994/09, referente à transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens da Empresa Pioneira de Televisão S.A., no Município de São Carlos - SP.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

Com a palavra o Relator, Senador Otto Alencar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Como Relator.) - Obrigado, Senador Waldemir Moka.

Essa proposta vem à Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação para alteração do controle societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 21, de 2015, que comunica a transferência indireta, para o grupo de cotistas, do controle societário da Empresa Pioneira de Televisão S.A., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de São Carlos, no Estado de São Paulo.

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados por meio do Ofício "S" nº 50, de 2015 (OFC nº 78, de 2015, na origem), que encaminha a Mensagem nº 358, de 29 de junho de 2010, acompanhada do Despacho de 27 de maio de 2010 e da Exposição de Motivos nº 239, de 29 de abril de 2010, do Ministro de Estado das Comunicações, que apresenta os novos quadros societário e diretivo da concessionária.

Em 24 de novembro de 2015, a CCT aprovou o Parecer nº 1.113, que concluiu pelo encaminhamento do Requerimento de Informações nº 1.368, de 2015, ao Ministro de Estado das Comunicações.

As respostas ao mencionado requerimento estão contidas na Nota Informativa nº 2.503/2016/SEI-MCTIC e foram encaminhadas por meio do Ofício nº 46.412/2016/SEI-MCTIC, de 23 de novembro de 2016, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Análise.

De acordo com o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal é atribuição desta Comissão examinar questões dessa natureza.

A referida alteração contratual se dá nos termos do §2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, e vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

§5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

A apreciação, pelo Colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, encontra disciplina no Ato Normativo nº 2, de 2011 – CCT.

Em seu art. 4º, o mencionado ato determina que os processos referentes a avisos de alteração societária datados até 31 de dezembro de 2010 serão conhecidos e arquivados por esta Comissão, preferencialmente com os respectivos processos de outorga ou renovação.

Como se viu, o aviso acerca da mudança do quadro societário da Empresa Pioneira de Televisão S.A. foi encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 358, de 29 de junho de 2010, oriunda da Presidência da República.

Além disso, a Consultoria Jurídica do então Ministério das Comunicações manifestou-se favoravelmente à transferência, por entender que os novos sócios preenchem as qualificações exigidas pelas normas que regem o serviço.

De ter-se, assim, por efetivada a devida comunicação ao Congresso Nacional, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002.

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 50, de 2015, que comunica a transferência indireta, para outros grupos de cotistas, do controle societário da Empresa Pioneira de Televisão S.A., concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens no Município de São Carlos, Estado São Paulo.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Em discussão o relatório do Senador Otto Alencar. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) - Sr. Presidente, eu tenho um parecer aqui sobre uma Rádio Pantera e estou com o relatório pronto. O senhor me permitiria ler agora, Senador Waldemir Moka?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) - Bom, o último relatório, estou substituindo, porque ele está relatando. É o último relatório dele.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) - Então, vou aguardar o Presidente. Eu aguardo. Eu não pensei que não havia terminado. Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) - É o último, é o último.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) - Eu aguardo, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) - É o item 6 e o item 7.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) - Então, com a palavra o Senador Omar.

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 47, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio pantera ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Como Relator.) - Sr. Presidente, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2016 (nº 1.250, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pantera Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.

Conforme determina o Regimento Interno, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão. A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 47, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova permissão outorgada à Rádio Pantera Ltda.

Este é o nosso parecer: pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) - O que acabamos de ouvir foi o relatório do Senador Omar Aziz, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pantera Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canoinhas, no Estado de Santa Catarina.

Autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados; o Relator é o Senador Omar Aziz, e o relatório é pela aprovação do projeto.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone.*) - É terminativo? Não pode porque é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) - Desculpe-me. Eu peço perdão.

Apenas está encerrada a discussão, mas não posso colocar em votação, uma vez que o projeto é terminativo.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) - Agora o senhor pode ir para o 6 e 7, que são não terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) - O item 6 da nossa pauta é um...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) - OFS.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) - Não terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 6

OFICIO "S" Nº 14, de 2017

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 28/2016, encaminhado por meio do Ofício s/nº, da RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

Com a palavra o Relator, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Como Relator.) - Agradeço, Senador Waldemir Moka.

O Ofício "S" nº 14, de 2017 (OFC nº 21, de 2017, na origem), a Câmara dos Deputados encaminha comunicação acerca da alteração do controle societário da RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.

A referida comunicação indica que a empresa, com sede na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, procedeu à transferência de seu acervo patrimonial, representado pelos jornais *Diário Catarinense*, *Hora de Santa Catarina*, *Jornal de Santa Catarina* e *A Notícia*, todos sediados e com circulação no Estado de Santa Catarina, para a NC Comunicações S.A. Note-se que a mencionada operação de transferência de ativos configura alteração de controle societário de empresas jornalísticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nesse sentido, a alteração no controle societário em tela vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o §5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão analisar e examinar essas questões atinentes à comunicação e à imprensa.

O art. 222 da Constituição Federal estabelece que pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

Nesse mesmo sentido, o art. 2º da Lei nº 10.610, de 2002, que dispõe sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, determina que:

> Art. 2º A participação de estrangeiros ou de brasileiros naturalizados há menos de dez anos no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão não poderá exceder a trinta por cento do capital total e do capital votante dessas empresas e somente se dará de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no País.

De acordo com as informações encaminhadas, a NC Comunicações S.A. é controlada pela NC Broadcast Participações S.A., detentora de 80% do seu capital social, tendo ainda como acionistas a RBS – Zero Hora Editora Jornalística S.A. e a RBS Empresa de TVA Ltda., com participação social de 19,66% e 0,34%, respectivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A NC Broadcast Participações S.A., por sua vez, é controlada pela Salmont Fundo de Investimentos em Participações, cujas cotas são integralmente detidas pelo Sr. Carlos Eduardo Sanchez, que é, segundo o documento, brasileiro nato.

Verifica-se, portanto, que estão atendidos os requisitos legais e constitucionais que tratam da matéria.

Em vista do exposto, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, nós opinamos pelo conhecimento e pelo subsequente arquivamento do Ofício "S" nº 14, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) - Em discussão o relatório do Senador Otto Alencar. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia, pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria.

ITEM 7

OFICIO "S" Nº 19, de 2017

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 33/2017, encaminhado por meio da Mensagem nº 51, de 2017, a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV SBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda., no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 19, de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Com a palavra o Relator, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Como Relator.) - Obrigado, Senador Waldemir Moka.

Vem ao exame desta Comissão o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 33/2017, que comunica a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV SBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados sob Ofício S nº 19, de 2017, (OFC nº 26, de 2017, na origem), que encaminha a Mensagem nº 51, de 23 de fevereiro de 2017, acompanhada do Decreto de 22 de fevereiro de 2017 e da Exposição de Motivos nº 73, de 14 de outubro de 2016, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que apresenta o novo quadro societário da concessionária, além de declarar que a consultoria jurídica daquela Pasta manifestou-se favoravelmente à transferência, por entender que os novos sócios preenchem as qualificações exigidas pelas normas que regem o serviço.

A análise.

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), compete esta Comissão, entre outras atribuições, examinar questões atinentes à radiodifusão, inclusive à outorga, renovação e transferência de licenças.

A referida alteração contratual se dá nos termos do §2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

outubro de 1963, e vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o §5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

A apreciação, pelo Colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, encontra disciplina no Ato nº 2, de 2011, da CCT.

Em seu art. 2º, o ato determina que Ofícios S datados a partir de 1º de janeiro de 2011 devem conter informações mínimas que permitam ao Senado Federal a verificação do efetivo cumprimento das obrigações legais associadas às transferências diretas e indiretas de outorgas.

Com efeito, diante da atribuição de fiscalizar os atos do Poder Executivo, o Legislativo deve atentar à necessidade de avaliar, inclusive, uma eventual concentração de outorgas na localidade envolvida, bem como o cumprimento de mandamento constitucional que limita a participação de estrangeiros nas empresas de radiodifusão.

De outra parte, o ato estabelece que as informações que não constem do processo sejam solicitadas ao Ministério das Comunicações, na forma prevista no §2º do art. 50 da Constituição Federal, e determina que a tramitação dos processados com informação incompleta seja sobrestada até que a resposta ao pedido de informação correspondente tenha sido recebida por esta Comissão.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício S nº 19, de 2017, nos termos do art. 335 do Risf.

O requerimento:

> Nos termos do art. 50, §2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato n° 2, de 2011, da CCT, requeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV SBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, de que trata o Oficio S nº 19, de 2017:

I – data de publicação do ato de outorga do serviço de radiodifusão cujo controle foi transferido;

II – data de publicação de ato, se existir, que tenha autorizado a última alteração no controle societário da entidade que detém a outorga do referido serviço de radiodifusão (alteração anterior à que foi comunicada); III – números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

IV – comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão, como manda a lei;

V – relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Em discussão o relatório do Senador Otto Alencar. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 19, de 2017, nos termos do art.335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Eu passo a presidência ao Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Nós temos aqui a maioria dos projetos terminativos, inclusive um que já foi lido pelo nobre Senador Valdir Raupp, que é o nº 175, de 2014. Não temos quórum para deliberação.

O não terminativo que temos aqui é o item 8. É o RCT nº 19, de 2017, do Senador Pedro Chaves.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 19, de 2017

- Não terminativo -

Requer-se nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015 e o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros.

Autoria: Senador Pedro Chaves

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, trata-se de requerimento da Comissão de Ciência e Tecnologia nº 19, de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir a votação dos Projetos de Lei do Senado nºs 726 e 530, de 2015 e o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2017, apensados, que regulamentam o transporte individual privado de passageiros.

Peço a aprovação do referido requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em votação o requerimento do nobre Senador Pedro Chaves.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador que queira discutir.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o Requerimento nº 19, de 2017, do nobre Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Dos outros itens, os relatores não estão presentes.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Eu tenho um.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Tem um V. Exª?

O nº 23 é terminativo, mas eu passo ao Senador para leitura, para que já fique lido.

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 63, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTOS REIS DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Com a palavra o nobre Senador Waldemir Moka.

PDS nº 63, de 2017.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) - Eu vou direto à análise, uma vez que se trata de projeto de outorga, e eles repetem, são repetitivos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) - Pois não, pode ir direto ao voto.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Como Relator.) - Análise. Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou... constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 63, de 2017, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 63, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Santos Reis de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto e o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O relatório lido pelo Senador Waldemir Moka, tem caráter terminativo, fica aguardando quórum qualificado para tanto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu passo a palavra ao nobre Senador Pedro Chaves para o item 12, que é requerimento de informações e que pode ser votado.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 95, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA DE PRATINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratinha, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Como Relator.) - Exatamente.

É da Comissão de Ciência e Tecnologia, sobre Projeto Decreto Legislativo nº 95, de 2016, que outorga a Associação Comunitária Cultural e Artística de Pratinha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratinha, Estado de Minas Gerais.

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 95, de 2016, que aprova o ato que renova autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural e Artística de Pratinha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratinha, Estado de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vou para a análise da matéria, Sr. Presidente.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição.

Com relação à constitucionalidade material e à legalidade, entretanto, há alguns aspectos que devem ser avaliados com maior profundidade.

A outorga inicial de autorização à Associação Comunitária Cultural e Artística de Pratinha para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratinha, Estado de Minas Gerais, foi promulgada no dia 28 de março de 2001, por meio do Decreto Legislativo nº 36, de 2001, parcialmente transcrito a seguir:

> Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 90, de 30 de julho de 1999, que autoriza a "Associação Comunitária Cultural e Artística de Pratinha" a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Pratinha, Estado de Minas Gerais.

Como se verifica, a duração da outorga aprovada foi de três anos. Consequentemente, a outorga teria se expirado em março de 2004.

Apesar disso, o PDS nº 95, de 2016, pretende aprovar renovação a partir de março de 2011. Há, portanto, intervalo – interregno – durante o qual, pela documentação disponível, a outorga não teria estado vigente, inviabilizando sua renovação nos moldes propostos.

É necessário, dessa forma, obter informações adicionais a fim de verificar por meio de que ato do Poder Executivo teria sido realizada a renovação da outorga a partir de março de 2004. Igualmente, é imprescindível determinar se o referido ato teria sido aprovado pelo Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Voto.

Diante do exposto, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 95, de 2016.

Aqui vai o requerimento com todos os dados.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, quanto ao item 15, a outorga da Rádio Comunitária de Pedras Altas, Rio Grande do Sul, eu estou com o parecer pronto. Se V. Exª permitir...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. V. Exª pode, então, ler o parecer. Tem a palavra para o item 15.

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 284, de 2015

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DE PEDRAS ALTAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedras Altas, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Relator.) - Obrigado.

Vou direto ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 284, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Social de Pedras Altas para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Pedras Altas, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) - Lido o relatório do nobre Senador Valdir Raupp, a matéria fica aguardando quórum qualificado para votação.

Os outros itens são terminativos, e nós não temos quórum para votação.

Declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às oito horas e quarenta e três minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Airton Sandoval, Dário Berger, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Eduardo Lopes, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Humberto Costa, Wilder Morais, Romero Jucá, Ronaldo Caiado e Jader Barbalho. Comparecem a Senhora Senadora Ana Amélia não membro da Comissão; e os Senhores Deputados Federais Celso Pansera e Èdio Lopes. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Alberto Souza, Jorge Viana, Ricardo Ferraço, José Agripino, Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RCT 6/2017, de autoria do Senador Otto Alencar. **Finalidade**: Para debater assuntos da Aeronáutica e discussão do Programa Espacial Brasileiro. **Participante**: Nivaldo Luiz Rossato, Tenente-Brigadeiro do Ar Comandante da Aeronáutica. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra o Senhor Senador Pedro Chaves e o Deputado Federal. **Resultado**: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/16

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para uma audiência pública, por meio do Requerimento nº 06, de 2017, da CCT, de nossa autoria, para debater assuntos da Aeronáutica e discutir o Programa Espacial Brasileiro, que julgamos da mais alta importância para o nosso País.

Tenho o prazer de convidar para compor a Mesa o Exmo Sr. Tenente-Brigadeiro Nivaldo Luiz Rossato, Comandante da Aeronáutica, e o Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, o Senador Waldemir Moka, representante do Mato Grosso do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Comunico que esta reunião se realiza em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Se as pessoas tiverem interesse de participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/e-cidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211. Durante o curso da audiência, o Presidente também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem.

Procedamos, então, à exposição do nosso ilustre convidado. Terminada a exposição, as Srªs e os Srs. Senadores poderão interpelar o expositor orador, obedecendo à ordem inscrição pelo prazo de 3 minutos.

O expositor terá o tempo necessário para a exposição. O Tenente-Brigadeiro Nivaldo Rossato pode dispor do tempo, sem nenhum tipo de pressa, porque queremos dedicar esta manhã a conhecer esse Programa Espacial da Aeronáutica. Portanto, passo a palavra ao Tenente-Brigadeiro Rossato.

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Senador Otto Alencar, Senador Moka, Senador Pedro Chaves, senhores oficiais, senhoras e senhores, eu não vou ser demorado nesta apresentação porque o assunto tem que ser explicado de uma maneira que seja de fácil entendimento.

Não sou técnico no assunto, mas, como executivo, vamos dizer assim, sou responsável, dentro do Comando da Aeronáutica, por essa parte espacial, porque nós temos uma Estratégia Nacional de Defesa que estabelece que o setor espacial é de responsabilidade da Força Aérea, que a Marinha é responsável pela parte nuclear e que o Exército é responsável pela parte cibernética.

Certamente, essa área extrapola, vai bem além dos interesses do Comando da Aeronáutica e do Ministério da Defesa, ela é do interesse do Brasil em geral. Entram muitos outros atores nesse mesmo sistema, mas eu vou focar nos assuntos que eu entendo serem fundamentais para que a gente tome um rumo um pouco mais objetivo dentro dessa nossa questão espacial.

Então, aqui está a minha apresentação.

Farei algumas explicações básicas: como começou o Programa Espacial Brasileiro? O que temos hoje? Quais são os nossos problemas? O que há no mundo inteiro sobre a parte espacial? E o que nós podemos fazer em relação ao nosso programa espacial

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

visando sua melhoria? Nós temos como principal ator dessa área, talvez, a Agência Espacial Brasileira, mas temos outros e somos corresponsáveis por essa área.

Então, quando começou nosso programa espacial?

Um histórico. Começou lá em 1961, com o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais, e foi por aí afora, seguindo com o CLBI, criado em 1965, o CLA, em 1983, a AEB, criada em 1994, a Política Nacional de Atividades Espaciais, em 1996, a Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, e por aí afora, até chegar a estes dias atuais.

O que foi feito dentro do nosso Programa Espacial Brasileiro até hoje? Nós podemos ter duas interpretações, a do copo meio cheio e a do copo meio vazio, mas não vou ficar nem com uma nem com outra, vou apenas apresentá-lo.

O primeiro foguete, o Sonda, foguete de sondagem para missões suborbitais, foi lançado lá em 1967, há 50 anos. O Inpe foi criado em 1971, o CLA, em 1983, e o último, o Sonda IV – houve o II e o III no meio daqueles buracos que há ali –, foi em 1984. Os Satélites de Coleta de Dados I e II, em 1993 e 1998, e começou com o CBERS, que é o satélite sino-brasileiro de recursos terrestres; o I foi em 1999 e o último foi em 2014. E o nosso SGDC, em 2017, que é o nosso satélite geoestacionário que foi tão falado pela mídia.

Como está hoje o nosso Programa Espacial em relação a outros no mundo?

Não que estejamos numa corrida espacial como era durante a Guerra Fria entre os americanos e os russos, mas nós temos de saber, pela importância que tem o espaço, como estão os outros países que são do nosso relacionamento e do nosso interesse também.

Então, aqui mostro a América do Sul, apenas para se ter conhecimento. A Venezuela já lançou um satélite em 2012, um satélite de órbita baixa e de comunicações. O Peru também tem um satélite lançado em 2016. A Bolívia tem um satélite de comunicações, de 2014. O Chile tem um satélite ótico, lançado em 2011 ainda. E a Argentina, que é nossa vizinha, está bem desenvolvida nessa parte espacial, inclusive porque eles deram prioridade de governo ao espaço.

Na semana passada ainda, visitei a cidade de Bariloche, onde está o Invap (Investigações Aplicadas). Eles têm em torno de 1,5 mil pessoas trabalhando, mais de 85% de técnicos e engenheiros, e desenvolvem satélites. Já fizeram dois lançamentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de satélites de comunicações, como o nosso SGDC. Finalizando, um satélite SAR, que é importantíssimo, porque ele passa a camada das nuvens, o que, no Brasil, por exemplo, seria fundamental, principalmente pela nossa Amazônia. Então, eles estão num nível bem avançado. Poderia até mostrar alguns vídeos sobre a estrutura argentina e a priorização que eles dão, inclusive lançador de foguetes. Eles devem, em 2019, já ter pronto o lançador de foguetes para cargas de até 250kg em órbitas de 700km.

Apenas para fazer uma comparação disso que eu falei de Brasil e Argentina: qual a razão por que a Argentina tem um desenvolvimento tão grande? Certamente uma das razões é a parte de investimentos. O investimento em si não é razão para que nós tenhamos um grande desenvolvimento, porque há a parte de gestão também, mas vamos considerar a questão dos recursos aplicados. A Argentina hoje aplica em torno de US$1,2 bilhão na parte espacial, enquanto – esse é um gráfico argentino – o Brasil se mantém num número abaixo, em torno de US$100 milhões. Eu digo que isso não é a razão fundamental, mas é uma das razões por que o nosso projeto espacial anda um pouco lentamente.

Mas, observem, Senadores, que em 2005, eles fizeram um decreto que declara que o desenvolvimento da atividade espacial é uma política de Estado e de prioridade nacional. Então, eles realmente valorizaram essa parte do espaço.

Se nós sairmos do nosso continente sul-americano e formos para o mundo, podemos considerar a Índia, que iniciou seu programa praticamente na mesma época em que o Brasil iniciou o seu programa. Então, desde 94, esse lançador polar realizou 39 lançamentos, colocou 48 satélites indianos em órbita e mais 209 satélites de outros países, de outras nações. É extremamente desenvolvido o programa espacial indiano, e eles já fizeram, como o senhor vê, 48 satélites indianos, 209 satélites de clientes – há lançadores excepcionais para esse tipo de atividade. Além de ter um programa bem estruturado, eles têm os recursos necessários para isso.

Como o nosso setor espacial hoje, aqui no Brasil, está organizado?

Nós temos a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), que foi um decreto de 1984 que estabeleceu objetivos e diretrizes para programas e projetos nacionais relativos à área espacial e tem o nosso Programa Nacional de Atividades Espaciais como seu principal instrumento. A responsabilidade é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

da Agência Espacial Brasileira. Essa Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais é um dos ramos, vamos dizer assim, dessa nossa parte de espaço.

Temos também essa parte da Estratégia Nacional de Defesa, que foi criada por decreto de 2008 que estabelece que há três setores de importância estratégica, o espacial, o cibernético e o nuclear. Como já disse antes, o cibernético é de responsabilidade do Exército brasileiro; o nuclear, da Marinha; e o espacial é da Força Aérea. E, como decorrência da sua própria natureza, esses setores transcendem a divisão entre o desenvolvimento e a defesa e entre o civil e o militar. Isso faz com que toda a parte civil que nós temos no Brasil tenha que estar em estreito relacionamento com a parte militar. Nós não separamos a parte civil da parte militar, nem na questão de lançadores, nem na questão dos satélites. E temos que trabalhar de forma totalmente integrada.

O Dr. José Raimundo, presidente da AEB, não se encontra aqui, mas ele conhece muito bem esses problemas.

O que que nós identificamos já de início nessa questão? Que o Programa Nacional de Atividades Espaciais e o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais, decorrentes da Estratégia Nacional de Defesa, não são programas harmonizados, eles estão em vias de serem harmonizados pelo trabalho que está sendo feito no momento, mas eles hoje não são programas harmonizados. Essa é uma das questões que têm de ser resolvidas, e nós temos de modificar esse modelo de governança, o que é o foco desta apresentação e dessa mudança que nós estamos propondo.

Daí poder-se-ia perguntar: por que é importante e estratégico investir no Programa Espacial Brasileiro? Qual é a importância desse programa? Por que ele é estratégico para nós?

Os senhores observem aqui que a economia global no setor espacial tem um mercado estimado em torno de US$330 bilhões ao ano. O crescimento ali, a partir de 2009 até 2015, que é o período para o qual nós temos os dados aqui, foi o seguinte. Ele saiu de US$244 bilhões e chegou, no ano de 2015, a US$ 342 bilhões. Isso aí dá mais de R$1 trilhão se nós convertemos em reais. Isso mostra a importância do setor espacial para o mundo. Ninguém investe US$330 bilhões – valor desse setor na economia global – se não tiver importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aqui, os programas espaciais de diversos países, apenas para citar. Os Estados Unidos, certamente, são o maior investidor: eles investem em torno de US$40 bilhões ao ano – dados de 2017 –, o que representa 0,2% do PIB dos Estados Unidos. A Rússia, que tem um PIB inferior ao nosso, investe 0,15% do PIB, US$ 3 bilhões. A China investe bem pouco de seu PIB, mas são US$3 bilhões também. A Índia tem investimento parecido com o nosso em termos de PIB, e a Argentina, com um PIB bem inferior ao nosso... Mas os dois investem algo em torno de US$1,2 bilhão, enquanto o Brasil – nós pulamos uma série de países no meio do caminho, entre a Argentina e o Brasil – investe 0,006% do nosso PIB, o equivalente a US$100 milhões ao ano.

Esses números são apenas para mostrar essa parte de investimento. Eu digo que investimento é um dos fatores que mostram o nosso espaço. Não é só isso, porque não podemos sempre dizer "eu não faço porque não tenho dinheiro". Na verdade, às vezes não se tem dinheiro porque não se tem projetos também. Há dois aspectos a serem considerados.

Por que o Brasil precisa de satélites? Talvez esta seja uma coisa importantíssima, um aspecto importantíssimo para mostrar para a nossa sociedade, para os nossos formadores de opinião, para o nosso Governo, para o Executivo e para o Legislativo também: por que o Brasil precisa de satélites.

Nós podemos citar aqui exemplos: um benefício socioeconômico de US$6 bilhões, se considerarmos que ele favorece a eficiência da segurança pública, o combate à evasão de divisas, reprime crimes transnacionais e contribui para a redução da violência urbana.

Para se ter uma ideia, essa é uma operação no Rio, e o pessoal precisa de imagens, imagens de alta definição, que, por exemplo, podemos ter através de aviões, de VANTs ou de satélites. "Ah, então é só buscar nos satélites." Existe disponibilidade no mundo de satélites de alta resolução, mas o que nós temos hoje disponíveis são imagens de três ou quatro anos atrás. Certamente, ninguém vai nos disponibilizar gratuitamente uma imagem de alta resolução atualizada, então precisamos ter os nossos meios para fazer essas imagens. Esse é um exemplo de que, nessa parte de segurança pública, isso é importante.

Outro aspecto que podemos citar: o desenvolvimento da indústria. Nós falamos de US$330 bilhões ao ano. Então, se tivermos uma indústria dentro dessa área, tanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de lançadores quanto de satélites, ou o nosso centro de Alcântara para ser explorado, poderemos ter um benefício socioeconômico de R$22 bilhões. Esse é o desenvolvimento da indústria, o crescimento econômico nessa área, que é uma área que pouquíssimo estamos utilizando.

Benefícios para o nosso programa de banda larga, como está ali: potencialização do Programa Nacional de Banda Larga, com o fornecimento de 100Gb por segundo de capacidade de internet e comunicações seguras.

Foi muito falado recentemente a parte do nosso SGDC. Ele, realmente, como disse o nosso Ministro Raul Jungmann, vai acabar com o *apartheid* de comunicações, de conhecimento, de informações, principalmente na Região Norte, naquelas regiões que são abandonadas, onde as grandes empresas não têm interesse econômico de colocar a banda larga. Então, vai haver possibilidade, naquelas aldeias, naquelas comunidades pequenas da Amazônia, do interior do nosso País, inclusive do interior da Bahia, em todos os lugares, no Maranhão, nesses lugares, através de uma banda larga.

O SGDC-1, certamente, em curto espaço de tempo, deverá ter condições de dar esse atendimento da banda larga. E ele tem um benefício socioeconômico de no mínimo R$2,6 bilhões.

A parte de planejamento e gerenciamento de infraestrutura de transporte, energia elétrica, recursos hídricos e minerais etc. é inquestionável. Quando se tem imagens satelitais, imagens SAR ou imagens óticas, ou qualquer outro tipo de imagem, isso facilita, e muito, o planejamento aqui. Como eu disse antes, nós podemos conseguir isso em imagens ultrapassadas, antigas, até gratuitas, ou contratar satélites do mundo inteiro, que eles vão nos fornecer ou não, mediante contrato que nós temos. Se nós tivermos os nossos satélites – aqui se está mostrando as vantagens de termos serviços satelitais –, nós poderemos ter um benefício de até R$8,5 bilhões.

Outro exemplo é o suporte ao processo de tomada de decisão para a prevenção e mitigação de catástrofes naturais. Não tenho dúvida nenhuma de que o enfrentamento de todas essas catástrofes que ocorrem, como houve no Estado do Rio, como foi essa questão de Minas Gerais, da mineradora, em todos esses outros locais de controle etc., se nós tivermos informações de satélite, vai ser melhor, dependendo da capacidade de resolução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Há a questão do monitoramento em ambientes de florestas, águas, encostas etc., fiscalização do meio ambiente. Aqui há algumas imagens que mostram a importância disso. O Inpe e o Sipam sempre estão atrás de melhorar isso. Inclusive, agora, o Sipam, por exemplo, fez um contrato, ou está para fazer um contrato, de satélite de imagens SAR, esse satélite de imagem radar que atravessa as nuvens, de algumas dezenas de milhões de reais, para que a gente tenha essas imagens e consiga atender o Ibama e outros órgãos públicos a quem interessa isso aí – não só públicos, como também órgãos privados –, com benefício em torno de R$3 bilhões.

A parte de agricultura: o aumento na velocidade de adoção da agricultura de precisão. Hoje em dia, as grandes áreas produtoras agrícolas precisam de informações via satélite. Essas máquinas modernas, todas praticamente, são guiadas através de GPS e, se nós tivermos uma perda desses sinais, que podem ser tirados a qualquer momento, ou pode ser depreciada a precisão deles, nós perdemos essa facilidade. É mais um exemplo de utilização de satélites.

Há a parte de suporte ao planejamento urbano, com o monitoramento do crescimento da malha urbana, auxílio a ações de saúde, transporte etc. – há duas imagens aqui, é inquestionável isso. Benefício socioeconômico de R$3 bilhões.

Esses são exemplos da utilização de satélites. Eles ilustram por que o mundo gasta em torno de US$330 bilhões por ano.

Há a questão do auxílio ao cumprimento de acordos e tratados internacionais relativos a busca e salvamento. A Força Área, por exemplo, tem responsabilidade por 222 milhões de quilômetros quadrados. Exemplo: quando caiu o Gol 1907, na Região Amazônica, e o Air France, no mar, a uma distância muito grande. O uso de satélites é fundamental para que a gente tenha esse tipo de informações.

Não é só isso. No próximo eslaide vemos essa questão do emprego dual para defesa e segurança de fronteiras e integração do Território nacional. Há essa questão de que se fala muito hoje, o Sisfron. É fundamental que nós tenhamos satélites para acompanhamento da fronteira, em todos os aspectos: comunicações, vigilância, verificação de pistas clandestinas, estradas que chegam, tudo isso é fundamental.

Nessa parte de comunicações, por exemplo, existe um projeto de infovias que está nesse planejamento. Ele é mais bem suprido se nós tivermos satélites de comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Dentro do mar, nessa parte de controle da nossa área marítima, que é muito grande: todo navio tem comunicações. Via satélite, se for o caso, nós tiramos as informações. Se algum navio não tem a informação, a gente manda um avião, manda um VANT, manda um navio para verificar o que que é. Então, nessa parte de comunicações, se torna fundamental a utilização de satélites nessa questão de fronteiras e no nosso mar territorial.

A parte de lançadores.

Eu disse antes que a Argentina já tem dois satélites de comunicações geoestacionários, já está finalizando um satélite SAR e, dentro de dois anos, lançará o Tronador – se não me engano, é o nome do lançador deles –, para lançar satélites até 250kg a 700km.

Então, por que nós entendemos que é importante investir em lançadores? Hoje há forte tendência de crescimento no mercado, de até 3 mil satélites por ano – esses novos satélites de dimensões reduzidas e peso pequeno. Há um mercado em expansão para lançadores de micro e nanossatélites, aqui no Brasil mesmo, que poderia ser feito. É uma economia grande na satelização e reposição orbital dessas constelações que nós pretendemos um dia ter aqui no Brasil.

Dentro do conceito argentino: ele entende também que o lançador dele vai ser fundamental, porque ele vai reduzir muito o custo e não vai depender do lançamento de Kourou ou de outros países para fazer esses lançamentos.

Quando nós falamos em lançadores, vem a pergunta: por que nós deveríamos investir no Centro de Lançamento de Alcântara, um centro nacional? Alcântara, como os senhores sabem, no Maranhão, está localizada a 2,4º de latitude sul, é importantíssima. Por isso mesmo há uma economia de 30% na parte do custo de lançamento e um elevado potencial para a comercialização de operações de lançamento.

Aqui se vê uma foto atualizada do que há hoje no Centro Espacial de Alcântara, um centro que já está pronto para ser utilizado nesse sítio. Então, essa área de 62 mil hectares do Centro de Alcântara – os senhores observem aqui –, em 1980, foi doada pelo governo do Maranhão, através de um decreto. E ele foi ratificado por decreto presidencial de agosto de 1991. Observem aquela área lá de Alcântara – deixem-me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ver se aqui funciona. É uma área enorme, ali no... São Luís está ao sul daquela área vermelha ali, e ele está ali.

Bom, o que aconteceu? Dentro dessas discussões, ao longo desses anos, desde a época em que foi criada até hoje, com ONGs, com minorias, com quilombolas, foi garantida apenas a área de 8 mil hectares, que está ali de amarelo, onde se poderia ter três centros de lançamento, três sítios de lançamento. O que foi discutido? Toda a área vermelha que está ali hoje pode ser utilizada para colocar agrovilas e tirar pessoas que estão dentro daquela área verde, que é de mais de 12 mil hectares. Isso aí permitiria aumentar, no mínimo, mais três sítios de lançamento. Nós ficaríamos com um mínimo de seis sítios de lançamento, que é o que existe no mundo inteiro.

Então, essa área do Centro Espacial de Alcântara é fundamental para o nosso programa espacial. Se nós não tivermos essa área, temos que repensar isso tudo. Isso já foi pensado no passado em função de sua localização excepcional. Para se ter ideia: logo acima de Alcântara está Kouru, que está a cinco graus ao norte. A Base de Kouru é bem inferior em termos de facilidade para lançamento; é uma base francesa enorme de onde nós lançamos o SGDC. A Argentina lançou também seus satélites de um lançador russo lá em Kouru. Não só franceses lançaram de lá. A utilização dessa nossa base de lançamento de Alcântara pode ser feita em larga escala, carreando muitos recursos para o Brasil.

Por que o Programa Espacial Brasileiro não apresenta até hoje os resultados esperados? Certamente, como eu disse antes, depende da ótica. Nós podemos dizer que foram resultados excelentes ou não. Se nós formos otimistas, muito otimistas, vamos dizer que foram bons resultados. Se nós compararmos com as nossas ambições e compararmos com outros países, vamos dizer que os nossos resultados não estão dentro das nossas expectativas.

Por que essa afirmação? Dentro de um diagnóstico que foi feito, nós teríamos hoje no PNAE 25 atividades – está citado aqui. Não atende as demandas e há uma dispersão de recursos. Se nós abrirmos demais o leque de atividades, os recursos não serão adequados e nós não conseguiremos finalizar nenhum desses projetos ou teremos que restringir tremendamente os nossos projetos. Isso é uma constatação do nosso diagnóstico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A parte dos projetos de veículos lançadores. São projetos impossíveis de serem recuperados face à defasagem tecnológica. O que eu posso dizer dos nossos lançadores? Nós sempre ouvimos falar do VLS, que começou há muito tempo. Nós tivemos, em 2003, um acidente em que morreram 21 cientistas técnicos lá em Alcântara. Ele sofreu um atraso por conta disso. Quais as razões por que, por exemplo, países como a Índia e outros lançaram – a Argentina vai lançar em 2019 –, e nós não?

Bom, são várias coisas. Existe a necessidade de uma sincronia maior entre a parte civil e a parte militar, que é a AEB e a nossa área, que é o DCTA. Existe a necessidade de um aporte de recursos no momento correto. Existe uma carência muito grande de tecnologia, porque nenhum país transfere tecnologia para os nossos projetos. Ninguém quer que tenhamos esse domínio. Nós temos que desenvolver isso praticamente sozinhos.

E enfrentamos um grande concorrente. Quando se fez o contrato com o Cyclone Space, praticamente se matou o nosso projeto naquele período. Foram focalizados, foram canalizados recursos de dezenas ou centenas de milhões para o projeto do Cyclone Space, o foguetão da Ucrânia, que seria um lançador. Então, o nosso projeto ficou defasado tecnologicamente, ficou ultrapassado, tanto que hoje nós temos conhecimentos, mas estamos migrando para um projeto chamado VLM (Veículo Lançador de Microssatélite), menor, para dar uma partida novamente dentro desse espaço. Os nossos lançadores hoje sofreram esse impacto muito grande. Essa é uma constatação da nossa área.

Começamos há muito tempo. Há aquele sítio de Alcântara, que foi refeito hoje e está pronto para lançar satélites e foguetes, mas ele sofreu esse atraso muito grande por várias razões. Ninguém quer transferir nada. Ninguém quer que um país tenha o domínio desse tipo de coisa.

Eu falei da ACS. Aqui está a ACS (Alcântara Cyclone Space). Em 2003 foi feito um memorando de entendimento com a Ucrânia. O projeto consumiu mais de R$1 bilhão. Foi um acordo sem transferência de conhecimento e tecnologia, e os gastos adicionais foram de, no mínimo, R$1 bilhão, e eles seriam insuficientes para concluir esse projeto.

Então, quando esse projeto foi cancelado, unilateralmente, no ano passado, foi correto, porque iríamos nos atolar nesse projeto e chegaríamos, talvez, depois de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

alguns bilhões, à conclusão de que não iríamos ter esse sistema funcionando – aqui há uma foto de como seria a Cyclone. Na verdade, a obra ficou inacabada e foi paralisada. Foi uma parceria que não teve resultados. E entendo que o cancelamento unilateral pelo governo brasileiro – e agora há algumas questões para serem resolvidas em outras esferas internacionais – foi correto, porque, às vezes, a melhor solução é evitar gastos maiores desnecessários. Nós temos lá uma estrutura imensa paralisada e, possivelmente, vai ser um problema desfazê-la.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA. *Fora do microfone*.) – É em Alcântara também?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – É em Alcântara. É um dos três sítios possíveis que nós temos: um é o sítio lá do nosso VLS; o outro é esse aqui que está parado; e existe a possibilidade de mais um sítio dentro da área dos 8 mil hectares que nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA. *Fora do microfone*.) – Isso foi uma parceria com a Ucrânia?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Com a Ucrânia. Foi uma parceria que, talvez pela nossa inexperiência, não foi boa. Os resultados foram um desastre, pode-se dizer, porque não tivemos nada apesar de todos os gastos que foram feitos.

Outro exemplo é a ISS (International Space Station), estação espacial internacional. Foi feito um acordo com a Nasa em 2000 e pouco também. Nós gastamos mais de 280 milhões com a ISS, a estação, e mais 10 milhões com o nosso astronauta –houve muita divulgação –, mas essa parceria não teve resultados. Nós teríamos que produzir no Brasil, desenvolver um bocado de coisas, fazer uma série de experiências, houve recursos descontinuados, e nós fomos excluídos da ISS. Nós perdemos esse investimento. Aliás, perdemos não, o nosso pessoal adquiriu certos conhecimentos, mas o resultado esperado não foi atingido por falta, na época, de recursos. E um livro escrito pelo astronauta Pontes fala sobre isso, que nós fomos excluídos por não termos honrado os contratos que tínhamos que ter honrado e não termos apresentado produtos que seriam incorporados na estação espacial.

Dentro desse diagnóstico também, há a parte dos recursos aplicados. Eles foram inconstantes e não priorizados. É só observar essa curva azul para ver o sobe e desce dos nossos recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Todo mundo pode pensar, então, que o problema é recurso. Não. Eu digo que um dos problemas é recurso. Às vezes, inclusive, nós não temos o recurso porque nós não temos o programa adequado, porque nós não apresentamos ao governo exatamente qual é a nossa necessidade, qual é o nosso cronograma, do que nós necessitamos. Não dá para definir com clareza isso. Nós podemos dizer nesse diagnóstico que os recursos foram inconstantes e não foram priorizados.

O senhor observe a linha dos lançadores, por exemplo, aquela linha ali: está lá embaixo com 50 milhões e alguma coisa assim. Então, eles foram inconstantes. Ele não consegue, ele se torna superado, ele não vem no momento certo, e a gente perde aquele recurso.

Observemos a parte de satélites, aquela linha escura ali. É mais em função do CBERS, que foi lançado junto com a parceria com a China. A parte amarela seria o centro de lançamento, seria lá tanto de Alcântara, do nosso sítio, quanto da ACS. Veja quanto nós gastamos lá: é mais em função da ACS. Nós chegamos a gastar quase 300 milhões – aquele que foi perdido, praticamente R$1 bilhão.

Então, isso aí mostra uma dificuldade. Aquela linha bem embaixo ali, da ISS, mostra que houve um período em 2000, por ali, em que nós gastamos um bocado de dinheiro, perto de 100 milhões por ano, um dinheiro também que foi perdido. Então, isso mostra que essa inconstância cria dificuldades. Talvez por isso nós tenhamos andado a passos lentos no nosso projeto espacial.

Aqui, a parte dos lançadores. Dentro do projeto que nós tínhamos do lançador, que era o VLS... Ali se mostram os recursos que foram aplicados em relação à necessidade. Pode-se dizer "mas nem todo recurso que foi alocado para vocês foi utilizado". É porque às vezes o recurso é tão baixo que a gente não consegue dar andamento ao projeto e, no final no ano, acaba perdendo o recurso, porque ele é insuficiente para que se desenvolva com determinação um certo projeto, e se perde, vamos dizer, esse recurso até. Ou se investe com vontade, aplica-se como a Argentina, país nosso vizinho, está fazendo, ou nós continuaremos num passo de tartaruga, não conseguiremos evoluir de acordo com a nossa expectativa.

Esse diagnóstico, uma síntese disso aí... Eu poderia dizer que o nosso modelo de gestão é incompatível com as atividades espaciais, que existe uma falta de direcionamento estratégico. Eu estou sendo crítico? Estou sendo crítico em função dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

nossos resultados – se eu quiser ser crítico, se eu não ficar satisfeito com o que nós temos até hoje.

Existem ações descentralizadas nas demandas por produtos espaciais, ações descentralizadas, existe uma falta de prioridade. A falta de prioridade resulta em orçamento inconstante e insuficiente. Existe uma deficiência de recursos humanos especializados no setor espacial. Inclusive, se não há recurso, a gente não consegue colocar gente, e às vezes a gente que nós temos nem é utilizada corretamente porque o recurso não vem direito. A gente não sabe qual é a razão. Na verdade, são várias as razões pelas quais o nosso projeto não decola.

Então, qual seria o problema? Na nossa síntese desses dados anteriores que foram apresentados aqui: existe um modelo de governança errado, o nosso modelo de governança não está adequado.

E qual seria a nossa proposta? Uma mudança no modelo atual. Simples assim? Sim. Talvez eu esteja sendo muito sintético ou muito simples, mas, como diz, na guerra só dá certo o que é simples. Não adianta nós complicamos demais, porque fica até difícil para entender.

Bom, qual é a estratégia para o fortalecimento, qual é a proposta para o programa espacial que nós teríamos para fazer?

Foi constituído um grupo interministerial em 2015. Estava, na época, o Ministro Jaques Wagner na Defesa e o Ministro Aldo Rebelo na Ciência e Tecnologia. Foi feito esse grupo e foi apresentada uma síntese, essa proposta aqui desse grupo: seria criado o Comitê Executivo de Espaço e o Conselho Nacional de Espaço.

Esse Comitê Executivo de Espaço trabalharia em cima dos programas, da política, do orçamento e dos acordos que deveriam ser feitos. Ele teria toda essa definição do que queremos do nosso espaço – para evitar aquela transparência que mostrei no início, em que tínhamos 25 atividades dispersas com dificuldade de execução.

Eu lembro que, nessa área, ninguém ensina ninguém. Claro que hoje em dia o mundo mudou, nós podemos fazer parcerias em que entrem interesses econômicos de outros países e nós podemos transferir para o Brasil conhecimento dos outros.

Essas propostas, esses programas, essas políticas e essa necessidade de orçamento iriam para o Conselho Nacional de Espaço. Esse conselho seria constituído basicamente pelo MCTI, pelo Ministério da Defesa, pelo Ministério do Planejamento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

pela Casa Civil. Ele discutiria, tomaria a decisão, e essa decisão viria para dentro da AEB, para dentro do Comando da Aeronáutica, do Inpe ou de outros entes envolvidos na execução desse orçamento de acordo com os projetos que fossem priorizados. Inclusive, se não houvesse os recursos, seriam definidos quais projetos teriam.

A AEB teria um orçamento interno e seria a responsável por toda a execução de acordos com outros países e companhias do mundo inteiro. A AEB seria o órgão responsável e também um coordenador dessas atividades.

Essa seria a proposta do grupo que foi estudada na ocasião e que está tramitando dentro do Ministério da Defesa e do Mistério de Ciência e Tecnologia.

Esse gráfico mostra uma síntese disso que nós temos, que seria uma mudança dessa questão da governança da parte espacial que nós temos no Brasil.

Isso aqui é apenas uma proposta. Certamente, nesse anterior, aqui, os programas etc. seriam feitos por esse grupo. Essa à frente, que nós temos aqui, seria uma proposta que nós estamos apresentando dentro da nossa estrutura, da Estratégia Nacional de Defesa – e a Força Aérea é a responsável por essa área –, onde nós criamos aquele Programa Estratégico de Sistemas Espaciais e criamos uma Comissão de Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais – o Brigadeiro Aguiar, que está ali, é o responsável por essa comissão. A ideia é que ela, junto com outros órgãos, faça com que esse sistema funcione melhor.

Isso aqui, então, é apenas uma proposta, e eu digo que seria uma responsabilidade daquele comitê executivo de espaço elaborar isso aqui – apenas como uma proposta.

Nós teríamos aqui, já, o Centro de Operações Espaciais ao longo do tempo – uso integral do espaço. O Centro de Operações Espaciais – esta aqui é uma concepção artística – já está em construção dentro do Comando da Aeronáutica, e já funciona o Cope provisoriamente dentro do Centro de Operações Espaciais.

O SGDC já está operando na parte de banda X. Aguardamos apenas a banda larga, esperamos que fiquem prontas aquelas instalações para que seja atendido o Brasil inteiro na parte de banda larga.

Esse Cope é operado tanto por militares como por civis, porque o SGDC tem uma dupla finalidade: militar e civil – o SGDC-1, como seria o caso. Como proposta aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

haveria também essa parte do SGDC, do satélite geoestacionário de defesa e comunicações. O SGDC-1 foi lançado em 2017, e o 2 – num planejamento, numa proposta que tem que ser discutida –, a partir de 2022, que é principalmente na parte de programação de banda larga e de aplicações militares também.

Para se ter uma ideia, o Departamento de Controle do Espaço Aéreo, o Sisceab, nosso, com toda a nossa estrutura de comunicações do tráfego aéreo no Brasil, é suportado por satélites, e todos são satélites contratados do exterior, e nós temos condições de colocar no nosso SGDC-2 também – hoje ele não atende isso.

Dando prosseguimento, quanto aos satélites óticos. É aquilo que eu mostrei antes: nós não temos satélites óticos com capacidade de sensoriamento remoto. Já existe alguma coisa, como eu disse – esses da Amazônia ou no dos CBERS etc.–, já há satélites que têm isso, mas não na capacidade da resolução que nós querermos. Então, lançaríamos um em 2021; e este aqui junto com outras empresas em 2023, já nacionalizado, para ter imagens na faixa de 50cm, 60cm de capacidade de resolução.

Para os senhores terem uma ideia: durante a Olimpíada nós tivemos o fornecimento de um satélite israelense. Ele foi muito útil durante as Olimpíadas: tínhamos imagens com resolução de até 60 cm, e foi utilizado muito no Rio de Janeiro – vários órgãos do governo federal, polícia, MCTI e outros visitaram lá, no Centro de Operações Especiais, a operação desse satélite.

Dando prosseguimento, haveria também a parte de comunicações – como eu disse antes, na região de fronteira e em tudo que é lugar. Comunicações táticas: precisa-se disso. Existem satélites SGDC para comunicações? Sim, mas, para comunicações táticas, tem que ser um satélite de órbita baixa, e é preciso uma série, uma constelação de satélites, uma frota de satélites. Temos condições. Inicialmente, agora, há um contrato sendo feito para atender vários órgãos do Brasil, centralizado, mas, no futuro, teremos os nossos satélites para as comunicações táticas.

A parte de sensoriamento remoto. Eu falei antes que, quanto aos satélites radares, todos os países já os têm – a Argentina está finalizando um satélite radar. O radar é bom por quê? Ele não depende, como o ótico... Ele atravessa as nuvens. Na nossa Amazônia, por exemplo, em torno de 70% – não sei exatamente o número – da área está coberta por nuvens, e o satélite radar não depende desse problema da visibilidade, ele pode ser utilizado. Então, ele seria importante, é uma tecnologia mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

avançada, mas nós temos condições, a partir do dia 26, de ter um radar desse. Hoje nós estamos contratando serviço desse radar.

Para os senhores terem uma ideia, o Inpe – não, o Inpe não –, o Censipam tem um contrato, como eu já disse antes, e nós estamos contratando essas antenas de radar através da Força Aérea para atender o Cipam nessa necessidade.

A parte de lançadores. Nós estamos aqui muito ambiciosos na parte do VLM, com capacidade de lançar 50kg a 300km de altura; depois vai aumentando, 150, 300, etc.

O conceito desse que nós apresentamos é que há uma autonomia e nacionalização crescentes. Agora, no momento, contrataria serviços, depois faria junto com outros países, com outras empresas do mundo inteiro, como tem a israelense, como tem a americana, como tem a chinesa, como tem a italiana, etc. E todos os lançadores, etc.

Consolidação do Centro Espacial de Alcântara. Nós não podemos postergar indefinidamente essa questão dos quilombolas, essa questão de Alcântara. Então, qual é a estratégia para o fortalecimento desse programa espacial, sintetizando isso que eu apresentei para os senhores até o momento? Seria a criação desse Comitê Executivo e do Conselho Nacional de Espaço – o Comitê Executivo de Espaço e o Conselho Nacional de Espaço (CEE e CNE).

Uma priorização dos recursos orçamentários. Quando nós criarmos esse Comitê Executivo, ele terá condições de definir, com clareza, quais são os programas, qual a necessidade, qual a política e quais os acordos que nós vamos fazer. A partir daí, nós teríamos uma priorização dos recursos orçamentários.

Teríamos de ter uma consolidação do Centro Espacial de Alcântara (CEA). E temos também de ter uma aprovação, que está tramitando no Brasil e no exterior, que é a aprovação de Acordos de Salvaguardas Tecnológicas (AST) com diversos países.

Fala-se muito nos Estados Unidos. Os Estados Unidos são um dos países com os quais nos interessa ter Acordo de Salvaguarda. Nós precisamos ter isso, porque, se nós não tivermos Acordo de Salvaguarda, nós não vamos lançar satélite nenhum a partir de Alcântara e nós não vamos ter condições de receber certos tipos de tecnologia. Nós temos de ter esses Acordos de Salvaguarda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ele não é específico do Brasil. Todos os países fazem esses Acordos de Salvaguarda. O americano tem com outros países; até o francês tem com o russo; o indiano tem com americano; todo mundo faz Acordos de Salvaguardas.

Apenas para finalizar, uma frase do General Eisenhower, que foi Presidente dos Estados Unidos, no final da década de 50, início da década de 60. Ele falou esta frase aqui, que é conveniente para este momento: "A nação que não investe no desenvolvimento de tecnologias e, em especial a tecnologia aplicada na área espacial, com vistas a conquistar uma relativa autonomia no cenário internacional, estará condenada a um papel secundário, atuando como um mero provedor de matérias-primas, produtos agrícolas ou serviços."

Não estou desmerecendo produtos agrícolas, que são fundamentais hoje, e o serviço ou matérias-primas, mas essa parte de tecnologia é muito importante.

Observem que ele falou isso em meados da década de 50 e início da década de 60, há sessenta e tantos anos, há quase setenta anos, cinquenta e poucos, 65 anos, e continua extremamente aplicável essa frase que disse o Presidente dos Estados Unidos da época.

Então, senhores, esta foi a apresentação que eu queria fazer aqui a respeito do setor espacial. Ela é simples, mostra o que nós fizemos, quais são as nossas necessidades, o que os outros países estão fazendo e uma proposta para que a gente decole com mais força o nosso programa espacial.

Nós temos a certeza de que, se nós tivermos um projeto que seja convincente, os senhores, aqui, nesta Casa, terão condições de brigar, vamos dizer assim, no bom sentido, para que a gente tenha os recursos necessários.

Obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) - Eu queria parabenizar o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Nivaldo Luiz Rossato, Comandante da Aeronáutica, e todos os oficiais que aqui compareceram.

Acho que a explanação feita pelo Comandante foi muito elucidativa, inclusive didática. Pelo menos eu compreendi tudo que está acontecendo nesse Programa Espacial Brasileiro, as dificuldades, que são dificuldades naturais que acontecem com os investimentos públicos no Brasil, e na área da defesa, da Aeronáutica, do Exército e da Marinha não é diferente, em função das dificuldades que se encontram na execução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

orçamentária, sobretudo das dificuldades de repasses regulares de recursos para execução e complementação das obras que são propostas em todas as atividades.

Isso é quase que um problema crônico do nosso País em termos de orçamento que é programado e depois contingenciado, como está acontecendo agora, um contingenciamento muito grande de recursos para áreas estratégicas importantes para o nosso País. Eu considero, sempre considerei que as áreas de defesa do nosso País são altamente estratégicas, prioridades mesmo, para todas as atividades que são importantes para uma nação se firmar no cenário internacional, não só a Aeronáutica, como também o Exército e a Marinha.

Às vezes, as prioridades do Orçamento são equivocadas, às vezes a política econômica também praticada é equivocada e gera grandes dificuldades para a execução física das obras.

Eu vi ali dois projetos, o projeto da Ucrânia...

O senhor não precisou quanto foi investido. O senhor tem ideia de quanto foi investido no projeto da Ucrânia?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Por parte do Brasil, em torno de US$250 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Foram US$250 milhões, e, na verdade, não houve nenhum resultado...

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – ... prático. Quer dizer, foram recursos que foram utilizados sem nenhuma resposta positiva para a Aeronáutica e até mesmo para o povo brasileiro, para o programa espacial.

Foram U$280 milhões, o que é muito dinheiro, embora aqui, em Brasília, a moeda seja bilhão, US$280 milhões é muito dinheiro. E os desvios são sempre em bilhão, e nunca em real. Na Bahia, é real a moeda, mas aqui é bilhão. Eu vejo no outro programa com os Estados Unidos, o acordo com a NASA, mais de US$280 milhões. Ou seja, só aqui vai mais ou menos R$1 bilhão, o que foi utilizado sem obter nenhum resultado para o programa espacial, porque houve descontinuidade, se eu entendi corretamente – é isso, não é, Comandante? Houve descontinuidade do repasse de recursos, e uma obra como aquela inacabada lá em Alcântara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Queria saudar aqui a presença da Senadora Ana Amélia, do Deputado Federal Pansera, do Estado do Rio de Janeiro, que se interessa muito por esse setor, e do Senador Flexa Ribeiro e Senador Pedro Chaves.

Então, tive oportunidade de presidir a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. No ano passado, concluímos esse trabalho e encaminhamos para o Governo Federal 1.615 obras de relevo inacabadas pelo País afora. Uma quantidade de obras! E não estou falando em obras de pequeno vulto, mas em obras de grande vulto, inacabadas, com perda de recursos de uma ordem incalculável para o nosso País.

Eu queria perguntar ao Comandante Rossato, primeiro, quando o nosso SGDC-1 começa a oferecer ao Brasil a possibilidade da banda larga. Realmente, quando começa?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Senador, o SGDC é um programa importantíssimo. Ele foi lançado há três meses, em maio, 18 de maio se não me engano. Dentro do cronograma, ele começou a funcionar a parte de banda X, que é a parte militar. A parte de banda larga...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – E está funcionando agora?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Está funcionando.

Inclusive, o nosso Ministro, numa operação de fronteira, quando estávamos lá em Vilhena, de controle de fronteiras, que estava fazendo a Força Aérea, ele falou através da banda X diretamente com o Comando de Operações Espaciais aqui. Falou diretamente, claro assim.

A parte de banda larga depende de uma série de infraestruturas que estão sendo construídas ainda, e vai demorar determinado tempo. Eu diria que, no mínimo, um ano para termos a banda larga funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É porque a informação que nós tínhamos era de que seria agora em outubro deste ano.

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Bom, tem que ser muito otimista para ser em outubro. Vamos aguardar para ver quando ela realmente vai começar a funcionar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas o senhor acha que, daqui a um ano, é que se pode oferecer esse serviço ao País?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Eu entendo que sim.

O diretor anterior da Telebras trabalhou muito junto conosco para fazer estações que estão previstas em Campo Grande, outra na Bahia e no Rio de Janeiro, infraestruturas que precisavam ser feitas antes do lançamento, mas há outros trabalhos a serem feitos. Então, ele vai demorar um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É isso que eu queria que o senhor explicasse. Quer dizer que precisa fazer a infraestrutura...

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – São infraestruturas que ainda estão pendentes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... em vários Estados brasileiros?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – É, em vários Estados.**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Seriam o quê? Estações?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – São estações que estão sendo feitas. Não sei exatamente os detalhes, mas são estações...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Estações de quê? De retransmissão?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Isso. São equipamentos que precisam ser instalados.

O SR. JEFSON BORGES (*Fora do microfone*.) – Essas estações vão permitir que os dados sejam emitidos, transmitidos e retransmitidos pelos satélites.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – E retransmitidos pelas estações.

Então precisa desses investimentos. O senhor tem ideia do valor dos investimentos?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Eu entendo que não é uma questão mais de valores dos investimentos, é tempo para fazer essas estações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, os recursos estão assegurados?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Os recursos estão andando.

Na verdade está pronto para ser utilizado. O satélite está lá em cima, mas aqui embaixo tem que haver as estações.

Foi a cronologia, vamos dizer assim, por parte dessa estrutura da Telebras e outras que ficou um pouco fora de sincronia nisso aí. Então, nós temos um satélite que está operando lá em cima, pronto, mas está faltando o *link,* vamos dizer assim, aqui embaixo para fazer a utilização disso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, nesse caso dos investimentos na Ucrânia, com a NASA, o senhor considera que os resultados não foram positivos por falta de repasse de recursos na ordem cronológica que estava prevista no Orçamento?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Não, eu entendo que a Ucrânia, não. A Ucrânia foi contrato, foi acordo que não foi bem elaborado. Nós gastamos muito dinheiro e, para mim, nós paramos de gastar porque vimos que o negócio não estava andando bem.

A Força Aérea não tem praticamente envolvimento nenhum com essa parte, mas a gente acompanhou sempre, porque Alcântara é uma base de nossa responsabilidade. E talvez o acordo com a Ucrânia, talvez até por causa daquela quantidade enorme de problemas que eles tiveram, não teve resultados. Ele foi postergando, postergando problemas do lançador, o nosso próprio centro também. E eu diria que ele foi descontinuado porque se viu que não tinha futuro aquele centro. Existem relatórios, existem considerações a respeito de como é que ele foi estruturado, qual foi o processo, a estrutura montada e os resultados que nós não tivemos e não iríamos ter. Nós não iríamos conseguir isso.

Eu entendo que é aquela história: perdemos 250 milhões, menos mal, para não perdermos um bilhão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas esse contrato foi feito pela Aeronáutica com a Ucrânia?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Não, foi feito pelo Governo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas por que instituição?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – A AEB.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela...

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – AEB na época.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela agência, não é?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – É. Agência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela AEB, com a Ucrânia?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – É.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em que ano foi?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Ele foi feito em 2003 se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Quando?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Em 2003. Foi em 2003 esse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Foi feito pela Agência Espacial Brasileira com a Ucrânia?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – É, com a Ucrânia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Foram US$280 milhões?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Nós gastamos em torno de US$250 milhões, do Brasil, mas teve a parte ucraniana também. Tanto que existe uma questão para ser decidida com o Brasil. Eles contestam a nossa saída do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Quer dizer, isso não funcionou porque o contrato foi feito em bases incorretas, ou teve preços superestimados...

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Senador, eu entendo que, dentro dessa área, não é tão simples quanto: "Vou comprar um automóvel, vou fazer tal coisa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É difícil, ele entra numa área desconhecida, entra numa área de tecnologia onde não se tem o domínio pleno, onde não se sabe exatamente quais serão os gastos. Então, aparecem imprevistos nisso. Esse é um projeto extremamente tecnológico, de custos elevados.

Se nós pegarmos projetos mais simples, como o desenvolvimento de um míssil, por exemplo, de menor valor, eles também são... Eles encontram batentes tecnológicos, encontram problema. Como nós estamos entrando numa área nova, apareceu esse tipo de problema.

Eu espero que, a partir dessa experiência que tivemos, o Brasil aprenda para outros contratos que venha a fazer, porque, inclusive, vamos ter que fazer alguns contratos com outros países, como está ali escrito: há acordos, etc., sendo feitos pela AEB no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Essa estrutura em Alcântara está inacabada?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Está inacabada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Há algum projeto para a conclusão disso?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Não existe nenhum projeto hoje de conclusão. Se o senhor visitar, vai ver, como há uma foto ali, que ele está inacabado. Ele foi até um ponto, e simplesmente parou isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, ele vai ser destruído?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Não se sabe até agora. Pode ser que seja aproveitado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – A responsabilidade será da AEB?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Da...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Da conclusão ou não. Qual o final disso? Quem vai concluir? Ou não se vai concluir?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Aparentemente, esse projeto não vai ser concluído. Ele foi abandonado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, com a palavra o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Alcântara, segundo informações, é o ponto mais estratégico que existe para lançamento. Está dependendo do que a gente conseguir. Essa área foi ocupada pelos quilombolas, etc. A desapropriação dessas áreas não é mais simples, para dar continuidade a esse projeto, Sr. Comandante?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Eu diria que o projeto da Alcântara Cyclone Space (ACS) foi um projeto malsucedido, mas existem outras áreas. Nós temos, no mínimo, um sítio em que está o nosso lançador – lá, o nosso sítio, que é o do VLS. Aquele que tem fotografia está pronto. Há vários satélites que podem... Há vários tipos de foguetes para serem utilizados.

Existe área para outro sítio, dentro dos oito mil hectares. Então, há mais um. A parte dos quilombolas aumentaria, dobraria a nossa capacidade em termos de sítios.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Entendi.

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Dobraria a nossa capacidade.

Então, para lançamentos lá, não se depende da ACS resolvida ou não. Basta que se tenham acordos de salvaguarda com outros países, com outras companhias e que eles se disponham a fazer um sítio. Na verdade, esse dinheiro todo que nós gastamos foi para a construção do sítio, que está inacabado. Nós éramos responsáveis pelo sítio, e o ucraniano pelo lançador. Nem ele fez o lançador, nem nós, o sítio.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – E a Ucrânia não queria transferir tecnologia, não é? Não tinha nenhum interesse...

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Não transferiu tecnologia nenhuma.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Deve haver alguém aqui que é especialista nessa área, do DCTA ou da AEB, que poderia dizer "mas ela não transferiu tecnologia".

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sim. Um dos pontos mais graves me parece que foi esse mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Mas entendo que nem estava previsto transferência de tecnologia. Se olharmos o acordo que foi feito com a Ucrânia, que é muito parecido com o que se tinha anteriormente proposto com os Estados Unidos, não há previsão de transferência de tecnologia.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC – MS) – Esse acordo com a Itália vai permitir, não é, Comandante?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Se nós fizermos o acordo de salvaguarda com a Itália. Não existe... Podemos fazer com a Itália, com Israel, com a Índia, com todos os países que quiserem lançar aqui.

Com certeza, qualquer país que vá utilizar Alcântara vai querer fazer o acordo de salvaguarda. Só se fala nos Estados Unidos, mas existem outros países também.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC – MS) – Da Europa, não é?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Os Estados Unidos talvez sejam o mais importante, porque quase todos os países utilizam equipamentos que são oriundos de empresas americanas.

Então, o acordo dos Estados Unidos é importante, mas outros países também...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC – MS) – Podem também contribuir, não é?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – ... têm tecnologias embutidas dentro dessa área espacial.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC – MS) – Principalmente, o lançador, não é? O lançador de satélites.

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – É.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC – MS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Agora, Comandante, o acordo com a Nasa, da mesma forma, não houve conclusão do...

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – É, esse acordo, Presidente... Quando a gente entra nessa área de tecnologia, existem riscos. Sem entrar em detalhes de como foi feito, o que eu li é que, no acordo feito com a Nasa, nós teríamos responsabilidades de componentes de itens que seriam colocados na estação internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Foi a Agência também que fez.

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Foi também a Agência.

E nós, por alguma razão, não conseguimos atender isso.

Eu entendo – tem que ir mais a fundo – que aí tenha sido alguma coisa de recursos nessa parte da ISS, mas nós não conseguimos atender os nossos compromissos e fomos excluídos da estação espacial.

O astronauta foi na missão, fez uma série de uns oito ou dez experimentos que havia, da Embrapa, de universidades etc., mas nós nunca mais participamos da estação espacial.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O senhor sabe informar se houve alguma investigação a respeito pelo Tribunal de Contas da União ou algum órgão de controle?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Eu desconheço. Eu nunca ouvi falar que tenha havido isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Parece-me que não houve nenhuma investigação a esse respeito. É um volume de recursos alto, no caso, mais de R$1 bilhão que foram aplicados aí de uma forma... Sem nenhum resultado.

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Senador, eu acho que sempre... Volto a...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Poderíamos dizer que é um desperdício de mais de R$1 bilhão esse investimento.

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Eu entendo que não é tão simples de dizer: estava previsto e não fez. Quando nós entramos numa área estranha, nós temos dificuldades. Para o senhor ter uma ideia, no VLS, foi gasto um bocado de dinheiro – aliás, morreram 21 técnicos.

Existem patentes tecnológicas dentro de um projeto desses e nós precisamos de conhecimento, e os países não passam esse conhecimento. A gente está andando muito bem num projeto, e ele empaca naquele ponto e não anda mais. Para nós superarmos, com o nosso conhecimento, temos que investir muito dentro do próprio País, ou nós perdemos aquele projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós temos exemplos de coisas mais simples, como mísseis, como armamentos, e que não existem. Para o senhor ter uma ideia, aquele míssil AIM-9B ou L, esses mísseis americanos de curto alcance, houve época em que ele empacou por cinco ou seis anos, gastando rios de dinheiro para superar patentes tecnológicas.

Então, nem em todo programa, nem em todo projeto nós vamos ter sucesso. Nós não temos divulgação, mas nós sabemos que o russo, por exemplo, na pesquisa espacial, explodiu uma série de foguetes antes de ter sucesso. É comum que se tenha isso.

Então, são riscos na parte espacial que nós temos que correr. E nós vamos perder dinheiro naquilo ali, até que se supere aquilo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Qual foi o investimento total do SGDC-1? Quanto custou toda a implantação dele?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – O valor total, se não me engano, deu R$2,7 milhões. É isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Dois bilhões, não é?

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Dois bilhões e setecentos milhões.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Foi o custo de implantação do...

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – É, de tudo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pode falar, Comandante.

O SR. LUIZ FERNANDO DE AGUIAR – Desculpe.

O prédio de controle, que é responsabilidade da Telebras, está em construção dentro de uma área da Força Aérea, próxima ao aeroporto. Está incluída nesses R$2,7 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, o custo total para implantação: R$2,7 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. LUIZ FERNANDO DE AGUIAR – Incluído o próprio satélite. O satélite SGDC tem 22% de banda X e 78% de banda Ka, que é a banda larga que o senhor estava comentando.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Agora, o satélite tem uma vida útil de 15 anos.

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Em torno de 15 anos. Pode ser mais ou menos, de acordo com a necessidade... Ele tem um combustível que tem que ser utilizado. Ele carrega um... Aquele peso dele de 7 toneladas, grande parte disso é combustível, porque ele fica corrigindo órbita, corrigindo posição.

Recentemente houve um cruzamento com um satélite desses...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – ... que está desativado. Ele teve que sair do lugar dele para que não houvesse problema de colisão.

Essa vida dele é um pouco flexível. Ele tem 15 anos, pode ser 18,19, depende...

Mas esse valor, Senador... Às vezes o pessoal diz: foi muito caro. Não! Comparando com outros satélites, depende de qual é o outro satélite, de qual é a capacidade do outro satélite, do que consta naquele satélite, da banda larga, da banda X, etc. O valor do nosso satélite, R$2,7 bilhões, está totalmente compatível. Já foi demonstrado, há um tempo, pela própria Telebras, pelo Antônio Loss, que o valor está compatível. Não existe nada de exagero nesse valor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Pois é, mas no caso do satélite, se ele tem uma vida útil de 15 anos e só no próximo ano vai começar a oferecer as condições de banda larga, perde-se um ano de vida útil do satélite.

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – O que já é uma coisa importante: perder um ano para utilização da banda larga do satélite. E essa questão da implantação da banda larga em estações terrenas está judicializada, está no TCU (Tribunal de Contas da União) para verificação.

Eu pessoalmente – e acho que é o sentimento dos Senadores – acho que quando me passam uma informação dessa natureza, com outras tantas do Brasil, de recursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que foram aplicados e não tiveram nenhum retorno útil, é uma coisa que, na minha opinião, merece uma investigação profunda para se chegar aos responsáveis.

Não é o caso da Aeronáutica nem também... Aliás, eu devo dizer que se há três colegiados neste País que merecem o meu respeito e a minha admiração pela honra e dignidade dos seus condutores, dos seus comandantes, são a Aeronáutica – sem fazer valor nenhum –, o Exército e a Marinha. Não vejo nenhum caso que deslustre a imagem dessas Forças Armadas Brasileiras no que tange à improbidade, ao desvio de comportamento ético ou de recursos.

Portanto, eu sempre relato isso, porque acompanho de perto as coisas no meu País. Neste momento em que nós todos brasileiros assistimos a tantos desvios de conduta, de improbidade administrativa, de corrupção endêmica e epidêmica no Brasil, como está acontecendo agora... Há não sei quantos anos há casos e reincidência de casos mostrados às claras pela imprensa. Agora mesmo tivemos reincidência no curso da Lava Jato. Eu quero ressaltar a honra, a dignidade, a lisura e a probidade das Forças Armadas do nosso País, sem fazer absolutamente nenhum favor a nenhuma delas, até porque a minha independência me dá condições de fazer isso, porque é completamente independente de qualquer ajuda, de qualquer força brasileira a minha atividade política ou pessoal. Portanto, eu sei que a Aeronáutica sempre se pautou nesse sentido, mas as agências hoje normalmente têm falhado muito no que tange ao procedimento correto das ações, e isso merece... Não só a Agência Espacial Brasileira, mas normalmente todas as agências, tantas outras agências que atuam hoje no Brasil.

Já aconteceram vários casos de aqui ou ali ser muito mais, dentro de gabinete, um centro de traficância do que de defesa do interesse do povo brasileiro. Mas eu vou inclusive fazer contato com o Tribunal de Contas da União para saber que fim levou, se houve alguma investigação, como foi a prestação de contas da agência com o TCU, que é o órgão de controle da aplicação dos recursos para essa finalidade.

Eu perguntaria se algum Senador quer fazer alguma pergunta ao Comandante Rossato.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC – MS) – Eu tenho uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Senador Pedro Chaves, representante do Estado de Mato Grosso do Sul, um Senador muito participativo aqui na nossa Comissão de Ciência e Tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Muito obrigado.

Eu gostaria primeiramente de agradecer a sua presença, Comandante, aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia. Para nós é extremamente importante a sua participação, para que a população brasileira entenda realmente em que nível nós estamos em termos de desenvolvimento científico e tecnológico, principalmente na área de satélites.

Eu tenho algumas perguntas aqui. Primeiro: os programas espaciais dos países asiáticos e do Oriente Médio possuem um caráter estritamente ligado a questões geopolíticas. Antigas rivalidades entre China e Índia, China e Japão, Índia e Paquistão, Israel e Irã, Japão e Coreia do Norte e entre as duas Coreias pautam, essencialmente, os objetivos dos programas. O Japão é o país fora dos principais eixos que possui maior integração governo/universidade/indústria, e, embora seja pressionado geopoliticamente, teria matriz não centralizada no setor militar, mas em empregos duais. Seria esse o caminho para o Brasil?

Segundo: entre os projetos da área de defesa que implicam ganhos de caráter civil para a população, está o do satélite geoestacionário. Trata-se de projeto de um satélite de defesa e comunicações estratégicas com *transponders* na banda X e na banda Ka. Sobre o SGDC, eu gostaria de saber se já está sendo operado pelo Comaer e quais aprendizados serão extraídos dos ensinamentos adquiridos com a utilização desse satélite.

Temos aqui uma última pergunta. Temos três espaços de emprego das forças capitaneadas por Exército, Força Aérea e Marinha, mas alguns países estão estruturando uma nova força, relacionada ao espaço virtual, que é a guerra eletrônica.

Evidentemente a organização da defesa possui variações entre os países. E não se trata aqui de fazer uma importação de conceitos sem reflexão. No Brasil, as três tradicionais forças dividem as tarefas relacionadas à defesa cibernética espacial e nuclear.

Como é a coordenação entre as Forças Armadas nesses novos campos e qual a evolução desejada da missão militar brasileira do ponto de vista estratégico?

Era só isso.

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – As perguntas são bastante técnicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Bem, entendo que os países asiáticos têm uma situação um pouco diferente da nossa. Mas nós não temos, de maneira nenhuma, a ideia de centralização do espaço na área militar. Nós entendemos que ele é dual. E o maior ganho, na verdade, é para a atividade civil. Aliás, no mundo inteiro, muitas das coisas começam pela área militar, mas tudo migra tudo para a civil. O GPS e essas questões todas de comunicações não foram desenvolvidas para atender civil, foram desenvolvidas para uso militar, mas, imediatamente, passam para uso civil.

Então, o uso dual é muito importante. Quando nós falamos aqui de catástrofe, de controle ambiental, de controle de tudo que existe, controle de cidades, de vias, de rios, etc., tudo isso aí é um uso civil. O Sipam, por exemplo, controle da Amazônia, de meteorologia, etc., o uso de GPS para agricultura, esses satélites meteorológicos que nós nem citamos aqui, que teríamos que ter também, esse é um uso dual. O uso militar está junto nisso aí. Quando há comunicações boas, ele controla a fronteira melhor, porque ele tem comunicações. Quando ele tem satélites para controlar os navios que estão sobre as nossas águas por aqui, ele vai ter melhor também.

Então, em todos esses aspectos ele é dual, ele não é um projeto militar. Tem que trabalhar juntas a área civil e a área militar, mas nós somos parte desse conjunto, ele extrapola esse conceito de civil-militar.

Então, essa é a primeira pergunta, somos duais.

A parte do SGDC, a banda X e a banda Ka. É Ka?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – No caso Ka da banda larga. Quando nós começamos a operar, nós recebemos pessoas, por mais de um ano, um ano e meio, dois anos, que fizeram curso na França, no Canadá, até no Chile fizeram cursos, um bocado de gente, mais de uma centena de técnicos que fizeram cursos fora para operar. Hoje nós somos autônomos na operação do SGDC. Então, nós estamos aprendendo coisas.

E, certamente, quando começarmos a operar a banda larga também, nós vamos ampliar esses conhecimentos. Como é área nova, nós temos que aprender. Aprendemos já um bocado de coisa. Há pouco, quando tivemos que desviar o satélite um pouco por causa do cruzamento com o outro satélite, esse que está morto, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

está circulando por aí... Eles tiveram que trabalhar para desviar o satélite que estava entrando dentro da nossa *box* lá que estava prevista.

Então, o pessoal vai aprender um bocado, à medida que... São coisas que o pessoal não gosta de ensinar. Nós vamos aprendendo ao longo dos anos. Dizem assim: "Mas eles não estão juntos?" Não estão juntos. Eles passaram para nós um período e depois foram embora e não estão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – É, nós temos que ser capazes de operar.

Essa parte desses espaços que têm o Exército, a Marinha e a guerra eletrônica etc., obviamente, hoje, o mundo inteiro trabalha totalmente interconectado. Tanto que se fala em interoperabilidade, em operações conjuntas, não existe mais essa separação clássica de Exército, Marinha e Aeronáutica. É tudo trabalho de forma integrada.

Quando entra essa parte de guerra cibernética, de guerra eletrônica etc., ela migra para todas as áreas, que também estão na parte de comunicações, na parte de referência. Como eu disse antes, todas as nossas comunicações são baseadas em satélite. Todo o nosso sistema de controle de tráfego aéreo precisa de comunicações assim. São usados satélites, depois a fibra ótica e por aí afora, estações etc. Então, tem que trabalhar junto.

São áreas em que a gente vê que o futuro está dentro dessa guerra cibernética, nessa parte eletrônica. Aviões já usam muito a guerra eletrônica hoje em dia.

Estão trabalhando juntos, sim, todo mundo. E existe uma necessidade de capacitação de pessoal muito grande, porque quando a gente recebe um equipamento eletrônico, por exemplo, em um avião, o pessoal gosta muito de vender, mas ensinar é outro departamento. Então, temos que descobrir sozinhos, depois, como é que se opera isso. Para isso nós temos que ter a nossa capacitação. Nós temos que desenvolver essa capacitação, e é fundamental que a gente tenha isso.

Por isso que, no cibernético, por exemplo, que está na responsabilidade do Exército, mas nós temos, inclusive, um oficial general lá dentro, um brigadeiro que trabalha dentro do cibernético, assim como nós temos o Comando de Operações Espaciais aqui e estamos, agora, recebendo nos próximos dias um almirante que vai trabalhar junto. Nós temos que trabalhar de forma integrada não só dentro das Forças,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mas fora. Como eu digo, a AEB tem que ser um casamento perfeito nisso aí. Não pode ter divórcio nisso aí. Se nós tivermos divórcio, perde o Brasil nessa história.

Então, é importante que se trabalhe dessa forma. O mundo trabalha assim, e nós temos que trabalhar assim também não só dentro do Brasil, mas fora também. Temos que ter acordos com outros países de interesse, de transferência tecnologia etc.

Como nós não fizemos um desenvolvimento, junto com a Índia e outros países, 40 anos atrás, temos agora que fazer associações com países para aprendermos, para recebermos transferência.

Claro que isso envolve interesses econômicos. Certamente. Eles têm o domínio, querem se expandir, e nós somos um parceiro interessante para eles.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. EDIO LOPES (PR - RR) – Quero cumprimentar o Presidente, Senador Otto Alencar; quero saudar o Comandante da Força Aérea, Brigadeiro Rossato, e, ao mesmo tempo, saudar todo o corpo de auxiliares da Força Aérea brasileira que participam desta audiência, Sr. Comandante.

Sr. Comandante, nós, como membros da Comissão Mista de Orçamento, temos acompanhado os sucessivos cortes ou contingenciamentos em todas as áreas do Governo. E, na questão das Forças Armadas, nós participamos ativamente da discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em que buscamos resguardar a segurança do não contingenciamento de recursos destinados a programas especiais das três Armas. Conseguimos, dada a sensibilidade do Senhor Presidente da República, resguardar aquilo que estava previsto para o sistema de proteção do espaço aéreo brasileiro. Isso muito por conta dos dados e argumentos fundamentados que os membros da Força Aérea nos repassaram naquele momento. Mas não logramos igual êxito em resguardar o não contingenciamento de recursos que eu julgo extremamente prioritários, Sr. Presidente, como é a questão do desenvolvimento do submarino nuclear brasileiro. Nós sabemos que o Brasil não tem cumprido os seus acordos, os seus contratos internacionais nas diversas áreas, mais especificamente na Força Aérea Brasileira. Eu pergunto ao Sr. Comandante qual é a proporção do prejuízo financeiro, tecnológico e de espaço de tempo ou de atraso na conquista do conhecimento tecnológico e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

científico, bem como na aquisição do bem material, que esses contingenciamentos têm acarretado à Força Aérea Brasileira.

Essa é a nossa pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Com a palavra o Comandante.

Agradeço a presença do Deputado Edio Lopes, do Estado de Roraima.

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Deputado, obrigado pela pergunta e obrigado pelo apoio que o senhor tem dado para as Força Aérea Brasileira também. Nós sabemos que ele é importantíssimo e que o senhor sempre teve essa atenção especial conosco.

Certamente que os projetos estratégicos que nós temos na Força Aérea, assim como temos no Exército, assim como temos na Marinha, eles são feitos através de contratos de valores relativamente altos, eles envolvem transferência de tecnologia, eles têm uma cronologia em que, se nós não honrarmos os prazos ou os pagamentos, aumentam-se os custos. Então, eu posso lhe dizer que, nessa parte financeira, para tudo existem aditivos, que vão aumentando os valores. Está escrito nos contratos que, se uma empresa se mobiliza para produzir determinado equipamento, como é o 390, e nós não fazemos a requisição daquilo – ela está capacitada –, ela fica paralisada e vai contabilizando os custos de estar parada nesse prazo. Se desmobilizarmos a empresa e ela for embora e desaparecer, o nosso tamanho é muito pequeno no Brasil e teríamos que capacitar novamente, o que seria mais caro ainda. Então, esse custo de ela ficar parada por algum tempo aumenta, ele vai ser transferido para um termo aditivo, e nós vamos pagar mais caro para isso.

Eu citei o exemplo do 390, mas, com certeza, existe no submarino, existe em outros contratos que nós temos, como é o Gripen ou outro do Exército ou da Marinha, porque eles também têm a mesma estrutura, vamos dizer, dos contratos. Então, isso atrasa nessa parte financeira.

E, às vezes, se nós não conseguirmos executar no prazo específico, aquela tecnologia se torna até obsoleta, e nós temos que trocar o equipamento, trocar a ideia, trocar o programa, como foi o caso do VLS. O VLS demorou tanto tempo, que ele se tornou obsoleto, superado, e nós partimos para o VLM, que é outra tecnologia. Então, o atraso tecnológico, isso tudo vai afetando, não tenho dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Existem programas que são muito bem definidos, aos quais é fácil dar continuidade, e outros que não, existem batentes tecnológicos. O caso do VLS, do qual nós estávamos falando aqui, tem batente, sim. Existem problemas que aparecem no meio do caminho, e ninguém vai nos ensinar o pulo do gato – é como se chama, não é? –, o caminho das pedras; nós vamos ter que descobrir sozinhos. E às vezes isso aí demora, pois tem custos, é preciso que capacitar gente. Ou até, às vezes, nós perdemos o prazo, e as pessoas vão embora, as pessoas se aposentam. Isso acontece com muita frequência na parte espacial e em todas as outras áreas também.

Então, nós sofremos, sim, com essas questões de contingenciamento. Mas nós entendemos que isso aí faz parte, vamos dizer, dos nossos riscos. E, quando se faz os contratos, já se sabe que nós vamos ter esse tipo de risco. É por isso que se briga muito para que seja mantida a cronologia do desembolso, vamos dizer, desses projetos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pergunto se algum outro Senador deseja usar a palavra.

Queria agradecer a presença do Senador Humberto Costa, do Estado Pernambuco; do Senador Dário Berger, do Estado Santa Catarina; e dos outros Senadores que aqui estiveram.

Nenhum outro Senador deseja fazer um questionamento? (*Pausa.*)

Como não há ninguém, eu quero agradecer a presença aqui do Comandante da Força Aérea, Brigadeiro Rossato, com quem estive pessoalmente lá conversando sobre essa audiência pública. Acho que foram proveitosos os esclarecimentos aqui prestados pelo Comandante.

Agradeço a todos os oficiais da Aeronáutica que estão aqui presentes, aos brigadeiros, a todos que vieram participar. Coloco-me inteiramente ao dispor da Aeronáutica para qualquer questionamento.

No ano passado, tive a oportunidade de ser Relator Setorial do Orçamento da Defesa. Fizemos aquilo que era possível fazer. Espero que este ano também o Orçamento possa contemplar as prioridades da Força Aérea, da Aeronáutica, para que essa Força preste uma contribuição relevante como tem prestado ao longo dos anos ao nosso País. Creio, inclusive, que a participação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica no controle das nossas fronteiras cessaria muito a causa de tanta violência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

pela participação do tráfico de drogas na violência urbana, que hoje nós detectamos nos nossos maiores centros urbanos. É praticamente uma guerra o que acontece hoje no Rio de Janeiro. É quase que uma guerra civil, provocada por esse interesse do tráfico de drogas, que é uma coisa que atinge a nossa população.

Portanto, agradeço ao Comandante e me coloco ao seu inteiro dispor. Agradeço também aos Senadores.

Declaro encerrada a audiência pública que por nós foi solicitada.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 8 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 17 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às oito horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar, Waldemir Moka e Paulo Rocha, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Airton Sandoval, Hélio José, Dário Berger, Jorge Viana, Flexa Ribeiro, Omar Aziz, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Cristovam Buarque, Pedro Chaves, Eduardo Lopes, Fátima Bezerra, Telmário Mota, Vicentinho Alves, Cidinho Santos e Ataídes Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, José Agripino e Magno Malta. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, de 2011 - Não Terminativo** - que: "Declara os Centros de Inclusão Digital - CID (Lan Houses) como entidade de multipropósito de especial interesse para fins de inclusão digital e dá outras providências." **Autoria:** Deputado Vieira Reis. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pela rejeição do Projeto. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Altera as Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, e nº 10.052, de 28 de novembro de 2000 para estabelecer os fundamentos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e vedar contingenciamento desse fundo e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações a partir do ano de 2020." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Relatoria:** Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 125/2017, com as duas Emendas que apresenta. Pela aprovação da Emenda nº 2 e da Emenda nº3, na forma da Subemenda oferecida, ficando prejudicada a Emenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

nº1, todas de autoria do Senador Jorge Viana. **Resultado:** Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Flexa Ribeiro e Jorge Viana. Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto; à Emenda nº 2-CCT; à Emenda nº 3-CCT, na forma da Subemenda apresentada; à Emenda nº 4-CCT; à Emenda nº 5-CCT; e pela prejudicialidade da Emenda nº 1-CCT. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 230, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de órgãos e entidades públicas federais transmitirem as sessões colegiadas por meio audiovisual, em tempo real e pela internet." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao Projeto. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, de 2014 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que disciplina as atividades de pesquisa e comerciais com organismos geneticamente modificados (OGM), para dispor sobre a realização de audiências públicas." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 01 - CAS. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, de 2014 - Terminativo -** que: "Reconhece a essencialidade do serviço de acesso à internet em banda larga e altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prever sua prestação em regime público." **Autoria:** Senador Anibal Diniz. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.472, 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, para dispor sobre o direito de o usuário bloquear o uso do telefone celular em caso de furto, roubo ou extravio, assegurada a manutenção do código de acesso." **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer a obrigatoriedade de cobertura de serviços móveis de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

telecomunicações nas rodovias federais e estaduais." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação com as quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 8 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 20 de 2017** que: "Requer a realização de audiência pública para instruir o PLS 169, de 2017, de iniciativa do Senador Ciro Nogueira, que "acrescenta a Seção V no Capítulo III da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para possibilitar a suspensão do funcionamento ou o bloqueio de acesso de aplicação de internet que incentive ou promova a prática de crime"." **Autoria:** Senador Airton Sandoval Santana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 21 de 2017** que: "Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 15, de 2017, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para inclusão dos representantes do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia fixa e de Serviço Móvel Pessoal-SINDITELEBRASIL, Eduardo Levy Cardoso Moreira, do Comitê Gestor da Internet no Brasil-CGI, Flávia Lefévre Guimarães e da empresa TIM, Mário Girasoles, Vice-Presidente de Relações Institucionais e Regulatórias." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 22 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para discutir a baixa qualidade de prestação de serviço na área de telefonia móvel." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 23 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo RCT 37/2016, destinada a instruir o PLS 167/2014, que autoriza o armazenamento eletrônico dos prontuários dos pacientes." **Autoria:** Senador Waldemir Moka. **Resultado:** Após a leitura do requerimento, usam da palavra os Senadores Pedro Chaves e Flexa Ribeiro. O requerimento é aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 24 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater assuntos da Marinha do Brasil e discussão do desenvolvimento científico e tecnológico proporcionado pelo Programa Nuclear da Força." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 142, de 2015 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO DE SÃO LUIZ GONZAGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pelo sobrestamento da tramitação do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de novo Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 284, de 2015 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DE PEDRAS ALTAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedras Altas, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 47, de 2016 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio pantera ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 63, de 2017 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTOS REIS DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 145, de 2015 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Terminativo – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PIAÇU – ARCOP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muniz Freire – Distrito de Piaçu, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 188, de 2015 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM SUDOESTE RADIODIFUSORA ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraí, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 365, de 2015 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA COMUNIDADE IACRIENSE – ACRECI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iacri, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 378, de 2015 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E CULTURAL DE BOM DESPACHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Despacho, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 24, de 2016 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE NAQUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Naque, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 22 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 26, de 2016 – Terminativo** – que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

COMUNITÁRIA EDUCATIVA DE JURAMENTO – ACEJU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juramento, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Ivo Cassol. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 23 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 30, de 2016 – Terminativo –** que: "Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA DO SANA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lindbergh Farias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 24 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 48, de 2016 – Terminativo –** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SANTA LUZIA DO ITANHY para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia do Itanhy, Estado de Sergipe." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 25 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 73, de 2017 – Terminativo –** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE CAIANA – ARCC para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caiana, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Regina Sousa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 26 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 77, de 2017 – Terminativo –** que: "Aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO COMUNITÁRIO PRÓ-CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TAQUARIL EX-CASTANHEIRAS E ADJACÊNCIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Magno Malta. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 27 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 82, de 2017 – Terminativo –** que: "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CAPELISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Matelândia, Estado do Paraná." **Autoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 28 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 93, de 2017 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CATUTI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Catuti, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda de Redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 29 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 121, de 2017 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO PRM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Santos, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. José Agripino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 30 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 25 de 2017** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional-CRE, em data e hora a serem definidos, com a presença de sua Excelência, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Telecomunicações, Sr. GILBERTO KASSAB, e de sua Excelência, o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro NIVALDO LUIZ ROSSATO e do presidente interino da TELEBRAS, senhor Jarbas José Valente, com a finalidade de debater a privatização do recém lançado satélite geoestacionário brasileiro." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 31 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 26 de 2017** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, II, da Constituição Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Telecomunicações, Sr. GILBERTO KASSAB, referentes à anunciada privatização do satélite geoestacionário brasileiro." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Requerimento desmembrado em cumprimento ao Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, art. 2º, II, originando o RCT nº 27/2017. **ITEM EXTRAPAUTA 32**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 27 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, II, da Constituição Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Defesa, Sr. RAUL JUNGMANN, referentes à anunciada privatização do satélite geoestacionário brasileiro." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Requerimento originado de desmembramento do RCT nº 26/2017, em cumprimento ao Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, art. 2º,II. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/23

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Eu queria passar aos Senadores que nós temos aqui um projeto que apresentei aqui na Comissão que é a questão do Fust, do Fistel, os fundos que são alimentados pelo consumidor e, na verdade, os recursos não são aplicados em favor do consumidor. Tanto que, em 2016, foram arrecadados pelos fundos R$2,2 bilhões e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

aplicados apenas 1,5%, 2% em favor do consumidor, ou seja, expansão de banda larga. Nós fizemos o projeto; é o item 2 da pauta. O Relator é o Senador Omar Aziz.

Eu pediria a compreensão dos Senadores para que o Senador pudesse – nós não temos quórum – pelo menos ler esse projeto para que, no momento em que nós tivermos quórum qualificado, possamos votar o projeto que vincula esses recursos apenas para aplicação em favor daquilo a que se propõe o projeto agora de nº 125, de 2017.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 125, de 2017

- Não terminativo -

Altera as Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, e nº 10.052, de 28 de novembro de 2000 para estabelecer os fundamentos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e vedar contingenciamento desse fundo e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações a partir do ano de 2020.

Autoria: Senador Otto Alencar

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 125/2017, com as duas Emendas que apresenta. Pela aprovação da Emenda nº 2 e da Emenda nº3, na forma da Subemenda oferecida, ficando prejudicada a Emenda nº 1, todas de autoria do Senador Jorge Viana.

Observações:

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vou passar a palavra ao Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, talvez seja um dos projetos mais importantes a ser analisado por esta Comissão. Ele permite que a gente possa fazer investimento em pesquisa, porque hoje, infelizmente, os recursos são todos contingenciados e utilizados para pagar... Recursos que eram para fazer pesquisa estão sendo utilizados para pagar a Previdência, pagar contas do Governo.

A gente não vai avançar no Brasil caso não se tome uma decisão. E esta decisão tem que ser tomada aqui pelo Congresso, uma decisão política, pensando no futuro e na inovação tecnológica pela qual o mundo passa neste momento.

Por isso nos debruçamos bastante sobre este projeto que é apresentado pelo Senador Otto Alencar para que possamos realmente abrir uma expectativa dos valores que esse fundo tem. No ano passado, os recursos que foram repassados realmente para a finalidade desse fundo são irrisórios e poderiam hoje estar melhorando a inovação tecnológica no Brasil como um todo, com pesquisa e investimento, para que todas as classes sociais pudessem ter acesso a pesquisa e também a tecnologias novas.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2017, do Senador Otto Alencar, que altera as Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, e nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, para estabelecer os fundamentos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e vedar contingenciamento desse fundo e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações a partir do ano de 2020.

Quer dizer, nós teríamos em torno de três anos para nos adequarmos a essa realidade. Não seria algo para amanhã, "ah, não, o orçamento já está pronto, não dá para mexer". Então teríamos três anos para que o Brasil pudesse se adequar, para que Governo, independente de quem ganhar a eleição ano que vem, soubesse claramente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

havendo compromisso com os candidatos a presidência, que temos que dar prioridade a essa questão, porque senão vamos ficar para trás, vamos ter que importar tecnologia a vida toda, sermos dependentes tecnológicos.

Essa é uma preocupação no que concerne às futuras gerações do povo brasileiro.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 125, de 2017, de autoria do Senador Otto Alencar, que altera as Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, e nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, para estabelecer os fundamentos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e vedar contingenciamento desse fundo e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações a partir do ano de 2020.

A iniciativa é composta de cinco artigos. O art. 1º descreve o escopo do projeto que se destina a estabelecer os fundamentos de aplicação dos recursos do Fundo, além de vedar o seu contingenciamento a partir do ano de 2020.

O art. 2º acrescenta o art. 81-A à Lei nº 9.472, de 16 de junho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para permitir a destinação de recursos do Fust em favor dos serviços prestados em regime privado, a partir de diretrizes estabelecidas pelo Poder Executivo. Além disso, o dispositivo veda o contingenciamento dos recursos do fundo a partir de 1º de janeiro de 2020, nos termos de regulamentação específica.

O art. 3º altera a redação do art. 1º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que instituiu o Fust, para permitir que os recursos desse fundo sejam utilizados para cobrir custos que não possam ser recuperados com a exploração eficiente de serviços prestados em regime privado.

O art. 4º acrescenta parágrafo único ao art. 7º da Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, para vedar o contingenciamento dos recursos do Fundo para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL), a partir de 1º de janeiro de 2020, nos termos de regulamentação específica.

O art. 5º determina que a lei que vier a ser adotada entrará em vigor na data de sua publicação.

Foram apresentadas três emendas de autoria do Senador Jorge Viana.

A Emenda nº 1 reúne o conteúdo das Emendas nºs 2 e 3.

A Emenda nº 2 insere dispositivos ao art. 1º da Lei nº 9.998, de 2000, para permitir a utilização dos recursos do Fust em outras formas de financiamento, notadamente para o subsídio direto à aquisição de bens e serviços de telecomunicações, prestados em regime público ou privado, assim como de outros bens e utilidades acessórias, no âmbito dos programas, projetos e atividades governamentais.

A Emenda nº 3 altera a redação do art. 5º da Lei nº 9.998, de 2000, para fixar percentuais mínimos de aplicação dos recursos do Fust. De acordo com o texto proposto, a cada exercício, as áreas abrangidas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) receberão pelo menos 30% dos recursos do fundo. As ações voltadas para a conectividade das escolas públicas de educação básica terão asseguradas a destinação de pelo menos 75% dos recursos do Fust.

Após o exame da CCT, a proposição será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Análise.

Nos termos do art. 104-C do Regimento Interno do Senado, compete à CCT deliberar sobre proposições relacionadas às telecomunicações, como é o caso dos fundos destinados ao desenvolvimento do setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Destaco a relevância da presente proposição que soluciona um problema crônico que tem comprometido a expansão dos serviços de telecomunicações do Brasil e que afeta de forma mais acentuada aquelas localidades mais carentes e com baixa atratividade econômica.

Quando eu vejo aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senado o tempo todo tentando reduzir impostos, ICM, a contrapartida é muito pequena em relação àquilo que é proposto. Neste caso específico, nós teremos a segurança em áreas mais carentes, onde o custo de implantação e o benefício que trarão para a empresa não são, neste momento, um bom negócio para a empresa. Com isso, nós garantiríamos que comunidades afastadas dos grandes centros tivessem acesso a essa tecnologia. Nós temos que tratar o Brasil como um todo, não é o Brasil da zona urbana. Nós temos o Brasil da zona rural; nós temos o Brasil das comunidades rurais; nós temos o Brasil dos índios; nós temos o Brasil dos quilombolas; nós temos o Brasil de todos. Nós não podemos exclusivamente fazer benefícios para as zonas urbanas.

Conforme apontado reiteradas vezes por esta Comissão e pelo Tribunal de Contas da União, os recursos dos fundos setoriais são sucessivamente contingenciados ou utilizados para outros fins, tais como pagamento de dívida pública e de benefícios previdenciários. Impressiona a informação trazida pelo autor da iniciativa, Senador Otto Alencar, segundo a qual dos R$20 bilhões recolhidos ao Fust, entre 2001 e 2016, apenas R$341 mil, ou seja, 0,002%, foram efetivamente aplicados para a universalização dos serviços de telecomunicações.

Veja bem, isso aqui é, no mínimo, eu diria, uma prevaricação do Governo. Quando você retira recursos que foram aprovados...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) - Essa é uma pedalada oficial, não é? É verdade.

Além disso, o projeto vai ao encontro do anseio de milhões de brasileiros ao permitir que os recursos do Fust possam, finalmente, ser utilizados na expansão dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

serviços prestados em regime privado, especialmente na ampliação da cobertura e na melhoria da qualidade dos acessos à internet em banda larga.

Assim, deve-se louvar a presente iniciativa que representa uma importante contribuição para expandir e democratizar o acesso aos serviços de telecomunicações no Brasil.

As emendas apresentadas aprimoram a iniciativa e merecem ser acolhidas com alguns ajustes.

A Emenda nº 2 deve ser acolhida sem nenhum reparo. É notório que as políticas públicas ganham novo impulso quando há o envolvimento de Estados e Municípios. Dessa forma, merece ser destacada a previsão de aplicação descentralizada dos recursos do Fust mediante a celebração de parcerias entre a União e as demais unidades da Federação, o que irá contribuir para as ações de inclusão digital.

Vários Estados têm uma política hoje de ciência e tecnologia voltada a levar a internet para as escolas, para as universidades que estão em outras áreas que não são as áreas urbanas. E isso permitiria que o Governo Federal, ou a União, pudesse fazer pareceria com os Estados e Municípios para que dessem mais agilidade para que isso chegasse a essas comunidades.

Especialistas têm apontado que a inclusão digital das escolas não está relacionada somente com o provimento de infraestrutura, sendo igualmente importante capacitar os professores e alterar a metodologia de ensino para que a tecnologia fique a serviço da aprendizagem. Infelizmente, a alteração da realidade de nossas escolas públicas não ocorrerá com a velocidade desejada, o que pode levar à alocação ineficaz de recursos ou mesmo à paralisia do Fust, em prejuízo aos demais objetivos do fundo, tais como atendimento a áreas remotas, a unidades de serviço público, a instituições de saúde e a órgãos de segurança pública.

Nesse sentido, essa emenda feita pelo Senador Jorge Viana, que é da Região Amazônica... Ele sabe muito bem que nós não temos... No Nordeste, Norte e Centro-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Oeste também muitas comunidades e Municípios têm carência de professores de português, de matemática, de física, de ciências. E, através do ensino a distância, com a internet nas escolas, é possível dar uma melhor qualidade no ensino a esses jovens que não podem se deslocar das suas comunidades para um centro mais desenvolvido para ter esse tipo de aula. Por isso que o ensino fundamental que nós temos nas comunidades é carente de algumas matérias importantes. E, no ensino médio, muitas vezes não se consegue preparar esse jovem que está na comunidade, que está num Município longínquo. Ele não é preparado da mesma forma como é preparado um jovem que estuda num centro urbano mais desenvolvido para prestar um vestibular. Essa é a diferença entre a educação que nós hoje praticamos dentro de um centro urbano desenvolvido e um centro urbano menos desenvolvido, por falta de material humano.

É difícil você fazer um concurso e conseguir colocar um professor de matemática, de física, de ciências, de português numa área remota do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, da Bahia. É impossível isso acontecer. E aí você vê que não há um nível de educação entre aquele que está numa área mais desenvolvida e aquele que infelizmente está numa área menos desenvolvida. E não é falta de qualidade do aluno, é falta de qualidade do ensino que, infelizmente, nós não conseguimos atingir com a presença do professor.

Mas, através desse tipo de investimento que o Senador Jorge Viana prevê, com essa participação de Estados e Municípios com o Governo Federal, será possível nós aumentarmos a qualidade do ensino nessas comunidades.

Nesse sentido, mantenho a atual redação do §2º do art. 5º da Lei nº 9.998, de 2000, que reserva o referido percentual mínimo de 18% aos estabelecimentos públicos de ensino, redação que também beneficia as instituições públicas de ensino médio, as escolas técnicas e universidades.

Foi o que eu acabei de falar, Senador Otto Alencar, em relação a esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por fim, apresento emenda de redação para corrigir pequeno erro de digitação presente no art. 4º do PLS nº 125, de 2017.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 125, de 2017, com a Emenda nº 2 – CCT; da Emenda nº 3 – CCT, na forma de subemenda; e das seguintes emendas, ficando prejudicada a Emenda nº 1 – CCT:

SUBEMENDA Nº – CCT

(à Emenda nº 3 – CCT)

Suprima-se o §2º do art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, na forma da Emenda nº 3 da CCT.

É esse o nosso parecer, Senador.

Gostaria de parabenizar a sua iniciativa, a iniciativa daqueles que realmente têm uma experiência como gestor, que sabem das dificuldades para chegarem esses recursos. E esta Comissão de Ciência e Tecnologia não tem razão de existir se a gente realmente não tomar uma providência em relação ao principal fundo de investimento para ciência e tecnologia, que é o projeto de V. Exª, Senador Otto Alencar. Parabenizo V. Exª.

Tive a honra, Senador, de ser o Relator deste projeto que talvez, daqui a alguns anos, possa mudar a história dos investimentos em projetos de pesquisa e inovação nesta área tão importante para o mundo e principalmente para os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Eu queria parabenizar o Senador Omar Aziz pelas contribuições que foram dadas ao projeto e também o Senador Jorge Viana, que apresentou emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quero destacar que, entre elas, acho muito importante destinar 30% para essas áreas que têm mais dificuldades para que cheguem essas melhorias todas à telefonia móvel, à banda larga, como é o caso da região norte do Amazonas, da região central do Brasil e até da Região Nordeste. No meu Estado, por exemplo, as dificuldades são muito grandes. A Bahia tem uma extensão territorial de 576 mil km², o tamanho da França, o tamanho de um país. Só o Semiárido é três vezes maior que todo o Estado do Ceará. Quando se fala, por exemplo, de seca em Sergipe e se fala de seca na Bahia, pensa que é igual. Sergipe é da extensão territorial de dois Municípios nossos: São Desidério e Formosa do Rio Preto. Então, a coisa é bem diferente para quem não conhece mesmo o Brasil, como nós conhecemos.

Portanto, eu gostaria de parabenizar o Senador Omar Aziz, sempre preocupado com as coisas lá do seu Amazonas, que é um Estado importante, da nossa Floresta Amazônica.

A cada dia que passa, me preocupo mais com parte da destruição da Floresta Amazônica, como aconteceu com a nossa Mata Atlântica. Eu espero que isso não aconteça.

Recomendo, inclusive, Senador Omar Aziz, que V. Exª pegue uma música chamada Matança – V. Exª não deve conhecê-la –, do meu querido amigo Xangai, com Geraldo Azevedo, ouça-a e distribua-a no Amazonas, para que as pessoas tomem consciência do que é a matança de uma Mata Atlântica, como aconteceu no Estado da Bahia, para não acontecer lá a mesma coisa. Eu vou mandar essa música para V. Exª.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – AM) – Pode ter certeza de que nós estamos fazendo o nosso dever de casa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – BA) – Eu vou mandar para você distribuir lá.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – AM) – V. Exª...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vou pegar o CD do Xangai e vou mandar para que o senhor ouça e distribua lá nos rincões todos, para o Jorge Viana, para todos que são de lá.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – O Jorge Viana já tem um histórico nesta preservação. O Amazonas também. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois é.

Mas quem pediu a palavra foi o Senador Waldemir Moka, o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Jorge Viana.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senador Otto Alencar, duas coisas importantes: primeiro, o exemplo da Coreia do Sul. Veja o investimento que a Coreia fez, e a Índia, que pode ser considerada um país em desenvolvimento, ainda subdesenvolvido. Eles investiram exatamente na inovação. A Índia deu um salto de qualidade e a Coreia também. Quer dizer, se nós não fizermos isso e não o fizermos por meio de lei, de forma que isso seja realmente cumprido, nós vamos ter as futuras gerações muito defasadas do resto do mundo. E V. Exª dá aqui no projeto um tempo. Uma vez aprovado, Senador Jorge Viana, ele só passa a ter força de lei a partir de 2020. Quer dizer, dando tempo para que o Governo, seja qual for, possa se adaptar.

Para finalizar, eu vou dar um exemplo: todo ano, por não existir uma lei como esta, na LDO, que só vale por um ano, dizemos que é proibido contingenciar recurso da Embrapa, porque não adianta, depois que entra a doença, você ter o recurso. Então, este é o tipo de recurso que não pode ser contingenciado.

Agora V. Exª, nessa lei diferente, faz com que o fundo seja destinado realmente para que as gerações futuras possam ter igualdade, lealdade na competição de informação. Então, quero parabenizar a iniciativa de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Flexa Ribeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Presidente Otto Alencar, Srs. Senadores, da mesma forma que os Senadores que me antecederam, eu quero também festejar a iniciativa de V. Exª de apresentar este projeto para utilização dos recursos, os fundos de tecnologia de telecomunicações, tanto o Fust quanto o Fistel.

Parabenizo também o Senador Omar Aziz pelo relatório.

Esse assunto com relação à utilização do recurso dos fundos já é recorrente. V. Exª traz o assunto de novo à Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação no sentido de voltar a submetê-lo à discussão porque ele fica adormecido. Parece que V. Exª, como médico - e dos mais competentes... Médico ortopedista, sim. É como se nós estivéssemos anestesiados em relação a esses problemas do nosso País. Quer dizer, a gente discute, depois passa a onda e as coisas ficam no esquecimento.

Eu perguntaria ao nosso Relator se ele chegou a ter a curiosidade que me deu agora de saber qual o valor que está não utilizado no Fust e no Fistel. Devem ser muitos bilhões; não são poucos, não.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) - O Senador Otto Alencar coloca aqui muito claramente sobre esses valores. São R$20 bilhões entre 2011 e...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) - ...e 2016. Em cinco anos, R$20 bilhões, dos quais apenas R$341 mil...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Foram usados.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) - ...foram usados.

Então, veja bem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – AC. *Fora do microfone*.) – Em 15 anos, R$20 bilhões

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – AM) – Em 15 anos.

Então veja bem...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Os dois?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – AM) – Do Fust.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – No Fust. E ainda há o Fistel.

Então, a gente verifica que... Eu sempre tenho repetido aqui, Senador Moka – que assumiu a Presidência –, que, se não há necessidade para o trabalho das agências, sejam elas quais forem – no caso aqui, a Anatel –, desses recursos que são cobrados... Quem paga esses recursos do fundo são os usuários, os consumidores, os brasileiros. Isso está na tarifa. Da Anatel, está na tarifa de telefone; da Aneel, está na energia elétrica. Isso sobrecarrega o consumidor.

Então, o que nós estamos vendo é que, de R$20 bilhões, utilizam 15%.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – AM) – Não, 0,002% só.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Não são R$300 milhões?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – AM) – São R$341 mil.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Mil? (*Risos.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – AM) – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Ah não, não pode ser.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) - É.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - É?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) - Bem, são as informações que foram dadas no projeto. De 2001 a 2006, cinco anos, de R$20,5 bilhões, só R$341 mil foram utilizados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - É, aí é impressionante.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) - Aliás, de 2001 a 2016.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) - É 0,002%. Essa é a informação que foi passada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - É realmente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) - E não adianta a gente dizer aqui que foi o governo A ou B.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Não, não - os governos.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) - E aí o que eu até propus, não. Eu acho que...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) - Usado para...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) - Cabe a essa área científica do Brasil que todos os três candidatos a Presidente no ano que vem se comprometam que esse fundo será realmente utilizado como fundo. Isso que é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) - Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Eu acredito...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) - O Senador... Só para... É muito importante o questionamento - agradeço ao Presidente Moka - do Senador Flexa, porque isso está acontecendo há 15 anos no Brasil. O dinheiro da Suframa também é a mesma coisa, é usado para contingenciamento.

Agora, isso aqui não ser usado para o fim que foi estabelecido é um crime, porque atrasa o Brasil. Não é que o Brasil deixe de fazer, é que a gente anda para trás.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Eu fico - Senador Otto, que reassume a Presidência, eu fico um pouco aliviado, porque, dos 15 anos, acho que só sobram uns seis meses para o Governo do PSDB, o resto todo é PT e PMDB. Então, só sobram seis meses. Vou verificar se esses trezentos e poucos mil não foram nesses seis meses.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Mas eu acredito, Senador Otto, que nós temos...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) - Só que vocês criaram para não cumprir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Não, mas nós não podíamos cumprir depois de criar, porque saímos do Governo. Vamos voltar. Vamos voltar ano que vem.

Mas, Presidente, eu pediria a V. Exª que pudesse mandar os nossos competentes auxiliares da Comissão estudar um meio de nós tomarmos uma medida que eu acho que é a única, Senador Omar, Senador Jorge, que vai resolver. É fazermos com que esses recursos de todos esses fundos que vêm alimentar a agência para que possa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cumprir a sua obrigação de fiscalizar os serviços que são privatizados sejam fundo a fundo, Jorge, evitando que passem pelo Tesouro, porque lamentavelmente tudo que passa no Tesouro não volta ou volta isto: 0,002%.

Então, vamos ver se podemos estudar, Senador Omar, para fazer fundo a fundo, porque aí acaba com essa retenção.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – AM) – É verdade.

Aliás, o Pará talvez seja um dos maiores prejudicados de uma lei, a Lei Kandir...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Sim.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – AM) – ... que é do PSDB e que não cumpria também. A gente tem que ver essas coisas, porque não é questão de governo A ou B não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – É verdade. Não, é verdade.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – AM) – O Estado que mais foi prejudicado com a Lei Kandir foi o Estado do Pará, que é Estado vizinho e irmão do Amazonas ali...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – É verdade.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – AM) – ... porque tem uma produção de exportação mineral enorme e a Lei Kandir – Kandir foi Ministro do PSDB – foi criada por ele, mas nunca foi cumprida nem por ele.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB – PA) – Mas foi criada quando ele era Deputado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD – AM) – Foi, mas nem foi cumprida pelo PSDB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quer dizer, não é uma questão de PSDB, PT, João, Maria, José, é uma política de governo independentemente de quem está no governo. É isso que temos que tentar modificar, porque, senão, ficamos aqui aprovando lei e orçamento fictícios sem funcionalidade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Mas V. Exª traz à baila um outro assunto que é muito delicado não só para o Pará, mas hoje para quase todos os Estados brasileiros: sabe por que não se cumpre a Lei Kandir?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) - Não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Sabe por quê? Porque nós, Congressistas, não cumprimos a nossa obrigação, que era regulamentar a Lei Kandir. Então, tínhamos que regulamentar, Senador Otto, e não o fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) - Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Não fizemos.

O Estado do Pará entrou com uma ADO (Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão) no Supremo por não termos feito a regulamentação e, aí, por não haver regulamentação, o Executivo não está nem aí, está esperando.

O que aconteceu? Ano passado, o Supremo, em novembro, julgou a ADO e definiu que o Congresso tinha até um ano após a decisão do Supremo para regulamentar a Lei Kandir; se não o fizesse, o TCU o faria. Então, de novo colocou: "Ah, o Supremo está legislando." Não está legislando, nós não estamos fazendo o nosso trabalho, o nosso dever de casa. Aí, acontece o seguinte: de novembro, quando foi feito o julgamento, o acórdão que define esse prazo de um ano saiu agora, semana passada, então perdemos aí uns sete, oito meses. Mas, de qualquer maneira, a partir da semana passada, temos um ano para que possamos regulamentá-la.

Não é necessário que gastemos um ano. Se nós o fizermos em três meses, quatro meses, que é o tempo mais do que necessário... Existem comissões formadas no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Congresso, na Câmara e no Senado, e uma subcomissão, um grupo de trabalho, melhor dizendo, na CAE, instituído pelo Senador Tasso Jereissati.

Mas eu encerro, Senador Otto Alencar, pedindo a V. Exª, reiterando novamente que possamos, através da CCT, pedir um estudo da Consultoria no sentido de transformar esses recursos das alíquotas de contribuição nos diversos segmentos privatizados e fiscalizados pelas agências em fundo a fundo, para evitar o bloqueio no Tesouro Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Está bom. V. Exª será atendido. Vamos encaminhar.

Queria que a assessoria anotasse isso para encaminharmos para a assessoria do Senado o que pede o Senador Flexa Ribeiro. Eu já vou assinar e encaminhar para a assessoria do Senado, para levantar esses dados que foram solicitados pelo Senador Flexa Ribeiro.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, eu queria também, contribuindo, como fizeram alguns colegas antes de mim, depois da leitura do relatório do Senador Omar Aziz, nesse projeto de autoria de autoria de V. Exª, Presidente Otto, parabenizá-lo e dizer que, de alguma maneira, estamos – de maneira até ponderada – buscando encontrar uma maneira de não ficarmos omissos diante de uma situação que se arrasta há mais de décadas e que é muito grave.

Eu participei de algumas audiências aqui, neste espaço mesmo – nós temos outras marcadas –, na ideia de fazer avaliação da política de banda larga no País, da qual sou relator designado por V. Exª. E, naquela última audiência, nós chegamos à conclusão de que, talvez, uma das reformas mais importantes que nós deveríamos fazer no País – e V. Exª de novo tentou fazer – é a do novo marco das telecomunicações no Brasil. Nós precisamos andar com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Se nós não andarmos com essa matéria, se nós não atualizarmos a nossa legislação, num processo que é tão dinâmico, nós vamos ficar para trás. Já estamos ficando para trás.

E essa infraestrutura talvez seja mais importante no mundo contemporâneo. Se nós não tivermos uma boa infraestrutura de comunicação, de telecomunicação, num país continental como o nosso, esquece, o Brasil não vai ser competitivo em nenhuma das áreas.

Das prefeituras, hoje, que têm automação em emissão de nota de ISS aos governos dos Estados, às empresas... Quer dizer, é um blecaute no País. E não usar esses fundos, que foram criados exatamente para isso, é um crime! É algo que prejudica, que danifica o País para frente e empurra o País para trás. Uma coisa é deixar de fazer determinados investimentos; outra coisa é retirar o investimento dessa área, que é tão fundamental nos tempos atuais. Aí é fazer o Brasil não ficar parado; é fazer o Brasil andar para trás.

Então, a iniciativa de V. Exª, Senador Otto, é da maior importância. E acho que o relatório do Senador Omar Aziz – e eu o agradeço por ter acolhido uma das emendas... Porque veja bem qual é o problema... Inclusive, são duas emendas. Eram três. Eu até compreendo. Mas veja qual é o maior problema: nós somos um país continental... O maior problema, hoje, é universalizar o Luz para Todos na Amazônia e universalizar o Luz para Todos no Nordeste. Não é problema no Sul e no Sudeste do País, nem mesmo no Centro-Oeste. Agora, como é que nós vamos dotar o País de uma infraestrutura, universalizar acesso a uma internet de qualidade, se nós não tivermos o mínimo de cuidado com o Norte e o Nordeste?

Então, não há sentido, porque, se passar uma régua em toda uma infraestrutura rodoviária, aeroportuária, ferroviária, no País, você vai ver que, durante toda essa história para trás, de 500 anos, foram negligenciados o Norte e o Nordeste. Foi estimulada uma exclusão dessas Regiões que são fundamentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Amazônia é fundamental – V. Exª abriu aqui um debate – na solução do País. Ontem saiu uma notícia do Imazon – eu hoje vou repercuti-la no plenário – da redução do desmatamento. Isso me alegrou um pouco. Eu acho que não dá para comemorar, mas pelo menos tiramos a tendência de crescimento do desmatamento, que era gravíssima. Estava comprometendo os compromissos do Brasil de redução das emissões, porque nós tínhamos chegado a menos de 5 mil quilômetros quadrados de desmatamento – já estávamos em 8,5 –, e agora tivemos uma redução importante.

Devemos considerar o Pará, o Amazonas, o Acre... No Pará e no Acre, tivemos uma redução bastante significativa – eu cumprimento, até, o Governador Tião Viana. No Amazonas, existe um problema na parte do sul do Amazonas, pois há ali uma situação de conflito de terra, complexa, muito próxima do Acre e de Rondônia.

Mas, enfim, Sr. Presidente, eu queria – parabenizando o Senador e agradecendo o acolhimento das emendas, Senador Omar – parabenizar V. Exª, porque acho que essa é uma matéria que marca, Presidente Otto, a sua passagem aqui nessa Presidência,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – AC) – ... fazendo essa alteração.

E, por fim, além de cumprimentar e agradecer, eu queria dizer a V. Exª que eu estou pedindo que apreciemos dois requerimentos. Eu chamo a atenção desta Comissão. Eu sou membro da Comissão, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e, na semana passada, com o Presidente Collor e os colegas, nós trouxemos um debate sobre o único satélite geoestacionário do Brasil, lançado recentemente, que é fruto de um trabalho assinado pela Presidente Dilma em 2013. Foi gasto mais de R$1 bilhão nele. Foi lançado com festa no governo. E agora há notícia de que o estão vendendo, leiloando.

Para o dia 27 de setembro está marcado o leilão do único satélite 100% nacional, Senador Omar, que foi lançado exatamente para superar um problema, porque, quando venderam a Embratel, venderam todos os satélites – o Brasil tem 50 satélites

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

monitorando o nosso Território, todos privados. Nada contra haver iniciativa privada nesse segmento, mas agora o único que lançamos, com tecnologia nossa, que ainda não está plenamente em funcionamento, o Governo resolveu vender.

Eu estou propondo que façamos uma discussão conjunta da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Relações Exteriores para ouvirmos o Presidente da Telebras, ouvirmos o Ministério da Ciência e Tecnologia, ouvirmos a Anatel, sobre o que está acontecendo, quais os motivos, qual a justificativa, porque eles estão vendendo a parte civil. A primeira proposta era de vender 80% da capacidade do satélite; reduziu para 57% à venda. E a Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado não sabe, mas nós sabemos que o Brasil tem um satélite 100% nacional, mas nós não temos uma informação, Senador Omar. E eu acho que o mínimo de respeito que o Senado merece, a Comissão de Ciência e Tecnologia, é termos a informação. Eu não estou querendo nada além de debatermos e nos informarmos.

Então, eu peço a V. Exª que ponha em votação, após a apreciação das matérias, os dois requerimentos: um pedindo informação e o outro propondo uma audiência pública para a gente ouvir, debater sobre o porquê de o Brasil estar fazendo a opção de vender o único satélite 100% nacional.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Jorge Viana, nós tivemos aqui, na quarta-feira da semana passada, uma audiência pública em que veio o Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Rossato, e uma das questões debatidas foi sobre o satélite brasileiro. Eu posso informar a V. Exª que, na verdade, não vi nenhuma informação referente à venda desses 80%. Então, eu acho que, antes do requerimento, nós poderíamos procurar o Ministro ou até o próprio Brigadeiro, que não informou isso aqui, para ver se é verdade, porque nós temos uma série de outras audiências públicas já programadas para este ano e eu creio que não vai haver nem oportunidade.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas se eu puder esclarecer, essa mesma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Nós vamos fazer, então, talvez um requerimento ao Ministro ou até ao próprio Brigadeiro, para que ele responda, em vez da audiência pública, não é? Ele esteve aqui na semana passada falando sobre esse assunto.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas, se V. Exª me permite, por gentileza, são duas as minhas propostas: um pedido de informação...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Tudo bem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... e outro de audiência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Depois do pedido de informação, se realmente...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Essa mesma ponderação foi feita na Comissão de Relações Exteriores. Nós paramos a apreciação e, depois, votamos por unanimidade. É absolutamente verdadeiro. O problema é que nem a Aeronáutica, nem o Exército, nem a Marinha sabem disso, porque eles têm 30% do satélite. Essa parte deles da segurança não está comprometida.

Eu falei com membros e assessores do Exército, da Marinha e da Aeronáutica – eles estão desinformados. O Governo está vendendo, e a Telebras está vendendo a parte civil. Queriam vender 80% e depois baixaram para 57%. Então, é oficial. O leilão está marcado para o dia 27 de setembro. Só queria confirmar que é absolutamente oficial. No dia 27 de setembro será feito o leilão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) - Só queria debater o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) - Está bem.

Senador Jorge Viana, nós voltaremos logo, logo ao assunto, mas eu vou colocar os requerimentos que já estão aqui, por ordem de solicitação: o do Senador Airton Sandoval e, depois, o do Senador Waldemir Moka.

Item 8, do nobre Senador Airton Sandoval.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 20, de 2017

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para instruir o PLS 169, de 2017, de iniciativa do Senador Ciro Nogueira, que "acrescenta a Seção V no Capítulo III da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para possibilitar a suspensão do funcionamento ou o bloqueio de acesso de aplicação de internet que incentive ou promova a prática de crime".

Autoria: Senador Airton Sandoval Santana

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) - É o requerimento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) - O meu relatório não vai ser votado agora?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) - Não temos quórum ainda.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) - Já há 12.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) - Mas não há nove aqui.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) - Não é terminativo, não. Vai para a Comissão de... Vai para a CAE. Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) - Ah, ainda vai para a CAE. Então, vamos colocar em votação o projeto de lei não terminativo.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Omar Aziz.

Passo a palavra ao Senador Airton Sandoval, para o item 8, e, depois, para o Senador Waldemir Moka, para o item 11. São dois requerimentos.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) - Eu tenho consciência de que os colegas Senadores entendem a real importância desse requerimento para nós termos uma conclusão a respeito do Projeto de Lei 169, de 2017.

O requerimento é no sentido de realizarmos uma audiência pública para tratar de um assunto de grande importância e que tem grandes divergências não só na sociedade brasileira, mas também na do mundo todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu quero solicitar a V. Exª que... Uma das pessoas que convidamos para participar dessa audiência pública, o Prof. Demi Getschko, foi inserido no requerimento como representante do Comitê Gestor de Internet do Brasil (CGI.br). Ele nos faz uma solicitação – eu requeiro a V. Exª que faça esta mudança – para que venha como representante do NIC.br (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR). Essa é a solicitação que faço a V. Exª, evidentemente pedindo o apoio dos colegas para a aprovação desse requerimento a fim de procedermos a essa audiência pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, nobre Senador Airton Sandoval. V. Exª será atendido em sua solicitação para a inclusão do nome que V. Exª citou.

Eu coloco em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 23, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo RCT 37/2016, destinada a instruir o PLS 167/2014, que autoriza o armazenamento eletrônico dos prontuários dos pacientes.

Autoria: Senador Waldemir Moka

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Passo a palavra ao Senador Waldemir Moka, para o item nº 11.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) - Eu vou pedir a atenção dos nobres pares pelo seguinte: há um projeto que tramita aqui desde 2016. Esse projeto pretende fazer o descarte dos prontuários médicos.

É exigido, hoje, que os hospitais mantenham, durante 20 anos, o prontuário. O prontuário é exatamente um documento em que o profissional de saúde, quando o paciente está internado - todo dia ele evolui -, faz observações, registra algum tipo de intercorrência. É exigido que se guarde isso por 20 anos. Eu acho que o prontuário é muito importante. Ocorre que, durante esse tempo todo, há hospitais hoje que têm uma ala inteirinha para guardar esses prontuários.

O projeto pretende, depois de pegar esses prontuários, digitalizá-los, de forma que fique registrado o histórico de cada paciente. Depois de digitalizados, pode-se fazer o descarte desses prontuários.

Ocorre que o Senador Eduardo Amorim, ainda em 2016, pediu uma audiência pública, que nunca foi realizada. Expirou o prazo. Ele nem pertence mais a esta Comissão, e eu fui indicado Relator. Só que, quando se pede uma audiência pública, o projeto fica sobrestado.

O meu requerimento é no sentido de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) - ... eliminar essa audiência pública. Isso já passou pela CAS, que é uma Comissão de mérito, e eu estou preparado para fazer o relatório, porque acho pertinente. No meu Estado, por exemplo, a antiga Santa Casa transformou-se num depósito desses prontuários. Isso é uma coisa que... Com o tempo, o que vai acontecer? Os próprios médicos, em seus consultórios, já vão estar com isso tudo digitalizado. Não vai fazer mais sentido guardar, por 20 anos, prontuários médicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O requerimento que apresento aqui é no sentido de pedir que não se faça a audiência pública requerida ainda em 2016, mas nunca feita, para que eu possa ter a liberdade de relatar o projeto que foi indicado para mim agora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Está em discussão o requerimento do Senador Waldemir Moka.

Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, Srs. Senadores, bom dia.

Eu acho que é extremamente oportuna a colocação do nosso querido Senador Waldemir Moka em relação a digitalizar realmente esses documentos. E é importante que sejam digitalizados, porque, depois de 20 anos, podem apresentar o histórico de algumas doenças. Quer dizer, é fundamental que simplesmente não desapareçam os documentos, mas, sim, que sejam digitalizados e que haja um lugar de armazenamento – não é, Moka? – que possa preservá-los, porque, às vezes, a qualidade do papel não é boa, não é suficiente para se manter íntegra na hora em que se consultar um prontuário.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas o projeto prevê que, digitalizado, o prontuário não vai ser descartado, até porque, como diz V. Exª, às vezes, uma observação, durante uma evolução, pode aparecer dali a três anos, quatro anos.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Exatamente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – E essa informação vai ser vital para que o médico possa identificar algo que já apareceu há dois, três anos no paciente. Então, depois de ser digitalizado, o prontuário será mantido permanentemente.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Ótimo. Era isso, então.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Para discutir, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para discutir.) – Vou concordar inteiramente com o Senador Moka no sentido de dispensar a audiência pública para esse projeto. Ele é da maior importância porque até as bibliotecas estão sendo digitalizadas para não haver a... E mais, daqui a pouco tempo, espero que seja breve realmente, nós todos vamos ter só um cartão, e a nossa vida toda vai estar ali, e não só por questão da saúde, porque você vai ter nesse documento desde o nascimento, por toda a história de sua vida. Aonde você for, em qualquer lugar, entra com o cartão, e está lá todo o seu histórico de saúde. É como o Senador Moka disse, não é para descartar. Não, pelo contrário, é para armazenar de forma segura.

A partir de fevereiro do ano que vem, já existirá a carteira de motorista digital. Você não vai precisar andar com a carteira. E também não a esquecerá. Haverá algum processo nos telefones para localizar e mostrar para o segurança.

Vamos avançar no projeto o mais rápido possível, Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Extrapauta, vou acatar o requerimento do Senador Jorge Viana para que se possa fazer essa audiência pública em conjunto.

(Matéria não lida:

EXTRAPAUTA

ITEM 30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 25, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional-CRE, em data e hora a serem definidos, com a presença de sua Excelência, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Telecomunicações, Sr. GILBERTO KASSAB, e de sua Excelência, o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro NIVALDO LUIZ ROSSATO e do presidente interino da TELEBRAS, senhor Jarbas José Valente, com a finalidade de debater a privatização do recém lançado satélite geoestacionário brasileiro.

Autoria: Senador Jorge Viana

(Matéria não lida:

EXTRAPAUTA

ITEM 31

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 26, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, II, da Constituição Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Telecomunicações, Sr. GILBERTO KASSAB, referentes à anunciada privatização do satélite geoestacionário brasileiro.

Autoria: Senador Jorge Viana

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 32

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 27, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, II, da Constituição Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Defesa, Sr. RAUL JUNGMANN, referentes à anunciada privatização do satélite geoestacionário brasileiro.

Autoria: Senador Jorge Viana

V. Exª tem a palavra, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) - Muito obrigado, Senador.

Eu queria, mais uma vez, só esclarecer aos colegas que nós já aprovamos, Sr. Presidente, na Comissão de Relações Exteriores, mas como envolve a Comissão de Ciência, Tecnologia, a ideia era fazer uma audiência conjunta até para não prejudicarmos o calendário que temos aqui.

Faríamos lá, puxados pela Comissão de Relações Exteriores. V. Exª poderia designar qualquer um de nós para que trabalhássemos ou quem tivesse interesse, de forma que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação não ficasse fora dessa discussão, para buscar conhecimento sobre a proposta de venda da parte civil do satélite 100% nacional, lançado recentemente, que ainda nem plenamente entrou em operação.

A Telebras é quem trabalha essa questão. E nós estamos convocando, obviamente, as autoridades ligadas ao setor para que possam nos trazer esclarecimentos. Estou pedindo aprovação do requerimento que solicita informações sobre o que está ocorrendo e do outro propondo essa audiência pública conjunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, no fundo, solicito a V. Exª que coloque, extrapauta, o requerimento, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, para que possamos ter audiência pública conjuntamente com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde teremos representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Comando da Aeronáutica, da Telebras e também – é muito importante – da Anatel.

E o outro requerimento que faço é um pedido de informações, com base no Regimento Interno do Senado, ao Ministro da Ciência e Tecnologia, Sr. Gilberto Kassab, ao Ministro da Defesa, pedindo esclarecimentos sobre essa decisão de privatização de venda do satélite, que é o único que nós temos 100% nacional.

São os dois requerimentos.

E tomando a liberdade, Sr. Presidente, queria propor aqui também um aditivo a um requerimento já aprovado na Comissão, fazendo uma alteração para uma audiência pública, que já está marcada, inclusive, que é de minha relatoria, no sentido de avaliar a banda larga no Brasil, a internet de qualidade no Brasil.

É apenas a substituição de um nome de um dos convidados, no caso a TIM.

E peço, então. São três solicitações, que penso não são polêmicas, não geram nenhum conflito. Peço a V. Exª que possa por conjuntamente em apreciação pela comissão, extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão o requerimento do Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador que queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo a Presidência ao nobre Senador Paulo Rocha para que eu possa relatar o item 7, que é de minha autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Dando continuidade à nossa pauta, passamos ao Item 7.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Item 10.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Ao item 10.

(Matéria não lida:

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 22, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para discutir a baixa qualidade de prestação de serviço na área de telefonia móvel.

Autoria: Senador Otto Alencar

Com a palavra o Relator, Senador Otto Alencar, para proferir o seu voto.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O requerimento nº 22, de 2017, da Comissão de Ciência, tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir a baixa qualidade de prestação de serviço na área de telefonia móvel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da audiência pública: Presidente da Anatel, Sr. Juarez Quadros; Presidente da Vivo, Sr. Amos Genish; Presidente da Claro, Sr. Carlos Zenteno; Presidente da Tim, Sr. Stefano De Angelis; Presidente da Oi, Sr. Marco Schroeder; Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas (FENATTEL), Sr. Almir Munhoz; Representante do Ministério Público Federal da área de Defesa do Consumidor; Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), Srª Marilena Lazzarini.

Esse requerimento para discutir a má qualidade de serviços que são oferecidos pelas telefônicas se dá por queixas que recebemos permanentemente no nosso gabinete e até por provocação no nosso Facebook de que a qualidade deixa muito a desejar. E os consumidores se sentem lesados de alguma forma e até pagando por serviços que não recebem.

Por exemplo, onde estou, no Senado Federal, até chegar à minha residência, aqui, em Brasília, na SQS 309, daqui para lá, quando ligo o telefone, a ligação é interrompida de duas a três vezes. Isso é um absurdo. Na Capital Federal, o serviço prestado é de baixa qualidade, e não se toma uma providência.

A partir disso e dessa audiência pública, eu pretendo, de alguma forma, ou através da Anatel...

Eu já pedi uma investigação a Anatel quando fui Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, e não foi feita. E eu vou perguntar ao Dr. Juarez por que não foi feita essa investigação, essa auditoria. Mandei esse requerimento para o Tribunal de Contas da União, que me respondeu que não era o órgão para fiscalizar. E antes disseram que era o órgão, e não fiscalizou, mandou para a Anatel. E não aconteceu absolutamente nada.

Exatamente nesta audiência pública quero perguntar ao Sr. Presidente da Anatel por que essa fiscalização não foi feita. Eu quero saber por que se paga tão caro pelo serviço, que é de má qualidade, como permanece até hoje. Ou seja, uma fiscalização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

não que venha aqui de alguma forma inviabilizar serviços de telefonia móvel, mas encontrar uma saída para o consumidor brasileiro.

Portanto, esse é o requerimento que faço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo alguém que queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 22, de 2017.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Da mesma forma, pediria a V. Exª que continue na Presidência para que eu possa relatar o Item 3.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Queria somente chamar a atenção dos nossos pares, já que estou na Presidência. Temos a presença do Senador Jorge Viana, que está cumprindo um papel importante no Orçamento da União, pois é o relator setorial de Ciência e Tecnologia. Em tempo de orçamentos magros para as nossas Regiões, Centro-Oeste, Nordeste e Amazônia, é fundamental que logremos reforçar o orçamento de Ciência e Tecnologia, pois as nossas Regiões têm um papel importante para ajudar no desenvolvimento do País na questão da pesquisa, etc.

É fundamental que a gente aproveite o Senador Jorge Viana como relator setorial da Ciência e Tecnologia.

Dando continuidade à nossa pauta, passo a palavra ao Senador Otto para dar o seu voto no item 3. É um PLS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Como Relator.) - Sr. Presidente, Senador Paulo Rocha, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de um projeto de autoria do Senador Antonio Anastasia, que dispõe sobre obrigatoriedade de órgãos e entidades públicas federais transmitirem as sessões colegiadas por meio audiovisual, em tempo real e pela internet.

É submetido ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2017, de autoria do Senador Antonio Anastasia. A proposição pretende tornar obrigatória a transmissão, em tempo real e pela internet, das sessões colegiadas de órgãos e entidades públicas federais.

Para tanto, seu art. 1º estabelece a quais entes se aplica a obrigação: todos os órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta da União, incluindo os que compõem os Poderes Legislativo e Judiciário Federais, o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública e o Tribunal de Contas da União.

O art. 2º determina a transmissão compulsória, via internet, de todas as sessões deliberativas relacionadas às funções jurisdicionais ou normativas dos colegiados dos referidos entes. Ainda de acordo com o dispositivo, as sessões poderão ser transmitidas por meio dos perfis das entidades nas redes sociais (§1º), e o acesso ao conteúdo veiculado será público, livre e gratuito, independentemente de qualquer cadastro ou autenticação.

O art. 3º prevê que as transmissões sejam gravadas e armazenadas, em meio magnético ou virtual, por um período de, no mínimo, cinco anos.

O art. 4º da proposição dispensa a transmissão em tempo real de sessões colegiadas que tratem de matéria sigilosa, mantendo as obrigações de gravação e de armazenamento, nos termos do artigo anterior. Sujeita ainda as informações armazenadas ao disposto na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por fim, o art. 5º estabelece o prazo de um ano a contar de sua publicação para que a lei entre em vigor.

O PLS nº 230, de 2017, foi distribuído à CCT e, em sede de decisão terminativa, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Portanto, aqui, é um projeto não terminativo.

Nos termos do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT deliberar sobre proposições relacionadas à matéria dessa natureza.

No mérito, deve-se louvar o PLS nº 230, de 2017. Como diz o autor em sua justificação, a proposição busca aperfeiçoar os mecanismos de transparência no processo de decisão dos entes públicos, utilizando as novas tecnologias de transmissão e de acesso à informação, de baixo custo, baseadas na internet.

É de se notar que uma série de órgãos do Poder Público já disponibilizam suas sessões deliberativas por meio de transmissões *on-line*, como é o caso do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal. Também no Poder Executivo essa prática está cada vez mais difundida. As reuniões do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), por exemplo, são transmitidas ao vivo via internet, como também são as sessões de seu Conselho Consultivo.

Nesse sentido, de forma a ampliar essa prática para todos os entes públicos da Federação, somos amplamente favoráveis ao teor do projeto de lei em análise, que não merece reparos.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 230, de 2017, de autoria do nobre Senador Antonio Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O relatório é pela aprovação.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao projeto.

Retorno a Presidência da Comissão ao titular.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Rocha.

Os outros itens da pauta são terminativos.

Há algum item que possamos votar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Flexa Ribeiro. O item 1 é de relatoria de V. Exª. Eu passo a palavra a V. Exª para que possa relatar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Como Relator.) – Presidente, Senador Otto Alencar, Srs. Senadores, é submetido novamente ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 28, de 2011...

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Acho que esse projeto já foi lido por V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É terminativo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não terminativo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então, podemos aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exato.

Então, em votação o PLC 28, de 2011, do Senador Flexa Ribeiro, que já foi lido.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, não havendo nenhum outro item aqui para ser votado, em função de serem terminativos, declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 8 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.151015/2017-63

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e dois de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Sérgio Petecão, Roberto Muniz, Vanessa Grazziotin e Pedro Chaves. Presentes ainda os senadores, Paulo Paim e José Pimentel, não membros. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Ataídes Oliveira, João Capiberibe, Cristovam Buarque, Wellington Fagundes e Cidinho Santos. Após dispensa de leitura e aprovação da ata da 14ª reunião, pelo Plenário, passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de unidades de conservação federais." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação com emendas. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CMA, favorável ao Projeto com as emendas nºs 1 e 2-CMA. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena para quem extrair recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida." Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, de 2011 - Terminativo - que: "Estabelece a forma de recolhimento e destinação final de baterias automotivas e industriais, compostas por Chumbo e Ácido Sulfúrico." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as Áreas de Preservação Permanentes em áreas urbanas. " Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Sen. Roberto Rocha. Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 2-CRA e pela rejeição da Emenda nº 1-CCJ. Resultado: Adiado. ITEM 5 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias." Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. TRAMITA EM CONJUNTO: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, de 2014 – "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos". Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do PLS 408/2012 e pela aprovação do PLS 66/2014, na forma do substitutivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

apresentado. Resultado: Lido o relatório, encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados." Autoria: Senador Kaká Andrade. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2015 - Terminativo - que: "Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura." Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório, encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2015 - Terminativo - que: "Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei no 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas." Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. O Presidente comunica o recebimento dos seguintes documentos: 1. Da União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí, Santa Catarina, Ucavi: Moção nº 33, de 2017, de 5 de junho de 2017, da Câmara e Vereadores de Chapadão do Lajeado, Santa Catarina, que objetiva a revisão na Lei nº 12.651, de 2012, que trata do Código Florestal, no Capítulo II, Seção I, Da Delimitação das Áreas de Preservação Permanente; 2. Da Escola de Administração Fazendária – Esaf: "Seminário Internacional de Eficiência Energética e Compras Sustentáveis, a ser realizado na Esaf, em Brasília, nos dias 13 e 14 de setembro de 2017". O Presidente registra a presença do ex-Deputado Federal Antonio da Justa Feijão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 14ª Reunião, realizada em 08/08/2017.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado*.

Esta Presidência informará daqui a pouco os comunicados recebidos pela Presidência da Comissão de Meio Ambiente.

Vamos passar direto à pauta da reunião.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, de 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de unidades de conservação federais.

Autoria: Senador Elmano Férrer

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação com emendas

Convido o Senador Jorge Viana para assumir a Presidência, para que eu possa fazer a leitura do meu relatório. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu, na condição de Presidente interino desta Comissão, concedo a palavra ao Presidente, agora na condição de Relator, para que ele possa fazer a leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exª, Senador Davi Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP. Como Relator.) – Gostaria de agradecer ao Senador Jorge Viana por ter vindo participar da reunião da Comissão de Meio Ambiente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para a gente relatar um projeto importantíssimo, e de cumprimentar o Senador Elmano Férrer pela propositura.

Passo diretamente ao relatório.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 160, de 2017, que pretende dispor sobre a criação e o financiamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de unidades de conservação (UCs) federais.

A proposição determina, em seu art. 1º, que o Poder Executivo federal poderá instituir os mencionados fundos, priorizando as unidades de conservação de proteção integral que tenham sido tombadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade.

O PLS nº 160, de 2017, dispõe ainda sobre os recursos que formarão os fundos, como dotações próprias e doações de bens, móveis e imóveis, e direitos de qualquer espécie efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas, no Brasil ou no exterior (art. 2º); os objetivos de investimento, visando à preservação de valor e de geração de receita, tonando-se fonte regular e estável de recursos para a manutenção e o desenvolvimento das UCs federais (art. 3º); os requisitos a serem observados nos atos constitutivos de tais fundos (art. 4º); disciplina o registro contábil, com divulgação com periodicidade mínima anual das demonstrações financeiras e da gestação e aplicação dos recursos (art. 5º); a irrevogabilidade das doações e a não distribuição de rendimentos nem retribuição patrimonial ou financeira aos doadores (art. 6º); a isenção tributária federal quanto ao valor das doações recebidas e aos rendimentos e ganhos auferidos a cada exercício fiscal (art. 7º).

O art. 8º dispõe que o Poder Público facultará às pessoas físicas e jurídicas a dedução da base de cálculo do imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos valores correspondentes às doações efetuadas aos fundos. Para alcançar esse objetivo, a proposição altera, por meio dos arts. 9º e 10, as Leis nºs 9.249 e 9.250, ambas de 26 de dezembro de 1995.

O art. 11 determina que, em caso de dissolução e liquidação do fundo patrimonial, todos os ativos serão incorporados ao patrimônio da União.

Por fim, o art. 12, cláusula de vigência, determina que a lei resultante do PLS nº 160, de 2017, entrará em vigor na data de sua publicação.

Justifica o ilustre autor desse projeto, o eminente Senador Elmano Férrer, que "os parques nacionais brasileiros vivem atualmente uma situação de profunda vulnerabilidade financeira", mencionando como exemplo dos mais graves o Parque Nacional da Serra da Capivara, que passa por uma crise que chegou a paralisar os serviços de conservação, atendimento ao público e manutenção da área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Argumenta, ainda, o ilustre Senador que a alocação adequada dos recursos e a autonomia administrativa e financeira estabelecidas pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc), não estão implementadas, sendo, portanto, necessário criar alternativas de financiamento a essas unidades de conservação de modo a fortalecer a gestão dessas áreas.

Por absoluta pertinência, aditando a ilustração do autor, registro que em igual situação encontra-se o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, localizado predominantemente no Estado do Amapá, o maior parque do Brasil e o maior em florestas tropicais do Planeta, com área de 3,846 milhões de hectares, criado para assegurar a preservação dos recursos naturais e da diversidade biológica e, ainda, possibilitar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação, recreação e turismo ecológico, mas que, infelizmente, pouco ou quase nada tem recebido em contrapartida da União.

A matéria foi despachada a esta Comissão de Meio Ambiente (CMA) e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas ao projeto no prazo regimental.

Análise.

Compete à CMA, conforme a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o Regimento Interno do Senado Federal para redefinir as atribuições e as denominações da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e da Comissão de Transparência e Governança Pública, nos termos do inciso I do art. 102-F, opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente conservação da natureza e defesa dos recursos naturais e genéticos, das florestas, da fauna e da flora.

Em 2010 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicou estudo que demonstra que as despesas do Ministério do Meio Ambiente em relação à área das unidades de conservação federais passaram de R$42 por hectare em 2000 para R$25 por hectare até 2006.

Infelizmente a situação das unidades de conservação federais brasileiras piorou desde então, agravada pela crise econômica pela qual passa nosso País. Esse quadro pode comprometer compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica, aumentando a perda da biodiversidade.

Nesse contexto, a existência de fundos vinculados às UCs que possam receber doações a serem investidas na manutenção das unidades de conservação é muito bem-vinda.

A respeito da isenção tributária que o art. 7º da proposição concede aos fundos tratados pelo PLS, a nota da Conorf conclui que "trata-se de receita ainda não computada, pois o fundo proposto ainda nem existe". Assim, não há que se falar em renúncia de receita neste caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Além disso, há uma contradição entre o parágrafo único do art. 1º e o *caput* do art. 2º. Enquanto aquele determina a priorização das UCs de proteção integral consideradas Patrimônio Cultural Mundial, este determina que os fundos serão vinculados a esse tipo de unidade de conservação. Essa redação acaba por restringir a criação de fundos a unidades com as características mencionadas.

Entendemos que a prioridade deve ser direcionada às unidades de proteção integral de um modo geral, independentemente de seu tombamento pela Unesco, pois esse grupo é composto por unidades em que o uso direto dos recursos naturais é vedado, havendo, portanto, maior dificuldade no levantamento de receitas.

Nesse sentido, oferecemos emendas à proposição, com o intuito de promover os reparos que consideramos necessários.

Passamos para o voto.

Por conseguinte, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2017, com as seguintes emendas:

> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2017, a seguinte redação:
> "Art. 1º O Poder Executivo federal poderá instituir fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de unidades de conservação federais, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, para receber e administrar recursos provenientes de doações de pessoas físicas e jurídicas.
> Parágrafo único. Na instituição dos fundos, serão priorizadas as unidades de conservação do grupo de proteção integral, conforme definido na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000."

Emenda nº 2:

> Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2017, a seguinte redação:
> "Art. 2º Os fundos patrimoniais instituídos na forma desta Lei serão vinculados a unidades de conservação federais específicas e serão formados exclusivamente por dotações próprias e doações de bens, móveis e imóveis, e direitos de qualquer espécie, efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas no Brasil ou no exterior.
> ....."

Sala das Comissões.

Senador Davi Alcolumbre, Relator.

Esse é o meu voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento V. Exª, Presidente desta Comissão, Senador Davi Alcolumbre, e digo que essa matéria é da maior importância.

Nós temos uma tremenda dificuldade de manutenção das unidades de conservação no Brasil. A busca de uma fonte de recursos é algo tão fundamental quanto a criação dessas unidades. Elas foram criadas com o propósito de atender o bem comum, de atender a política de proteção ao meio ambiente, de preservação da nossa biodiversidade e do próprio equilíbrio do Planeta.

Eu sou Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas do Senado e sei o papel que essas unidades têm. Por exemplo, nós estamos muito avançados, depois de cinco anos do Código Florestal, na implantação do CAR. Quando vier o PRA (Programa de Regularização Ambiental), nós vamos ter a recuperação de perto de 30 milhões de hectares de floresta. Também o Brasil está quantificando, só dentro de propriedades privadas, mais de 100 milhões de hectares graças ao novo Código Florestal. Mas uma proposição como essa auxilia, ajuda muito a termos a integridade dessas unidades de conservação, porque, senão, elas ficam reféns das ocupações, e depois os problemas vêm.

Encerrada a leitura, eu ponho a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo oradores inscritos para discussão, declaro encerrada a discussão.

Em votação simbólica o relatório lido pelo Senador Davi Alcolumbre.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria.

Devolvo a Presidência para o Presidente da Comissão, Senador Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Eu gostaria de agradecer ao Senador Jorge Viana e referendar as palavras de S. Exª no sentido de que é mais uma oportunidade de as unidades de conservação terem um financiamento de instituições privadas, de pessoa física ou jurídica, para que a gente possa dar uma resposta efetivamente para as unidades de conservação existentes no nosso País. Nesse sentido, deixam as unidades de conservação de estar reféns da boa vontade do Estado, do governo de plantão para viabilizar essas unidades de conservação.

Muito obrigado, Senador Jorge Viana, pela participação nessa importante votação.

Cumprimento novamente o Senador Elmano Férrer, como autor do projeto, porque com certeza foi muito feliz quando apresentou essa propositura no Senado Federal.

Senador Valdir Raupp, V. Exª tem a relatoria de algumas matérias importantes que estão pautadas na Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu queria dar uma sugestão, se V. Exª acatar, no sentido de que lesse os relatórios apresentados por V. Exª como Relator das matérias. Mas comunico ao Plenário que não poderemos fazer a votação no dia de hoje, porque são todas matérias terminativas, e nós precisamos de um quórum para a votação nominal de nove Senadores. Nós temos o quórum de 11 Senadores, mas no momento, devido às atribuições de todos os Parlamentares, em diversas comissões ao mesmo tempo – todos nós sabemos o que temos feito aqui no Senado Federal para participar e cumprir as nossas atribuições... Eu queria perguntar se V. Exª deseja ler o relatório dos seus projetos. Nós faríamos a leitura e suspenderíamos a votação, porque não temos quórum qualificado, conforme indica Regimento do Senado e desta Comissão.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Acho que isso facilita, Sr. Presidente. Se V. Exª entender que isso ajuda para as próximas reuniões, estou pronto para fazer os relatórios. São três relatórios, não é? Itens 5, 6 e 7?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – São três. V. Exª já fez a leitura de um projeto e ainda falta fazer a leitura de dois projetos de que V. Exª é o Relator, os quais, na ordem da nossa pauta, são os itens 5 e 7.

V. Exª tem a palavra para fazer a leitura do relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Gostaria, antes, de anunciar a matéria.

Item 5. A decisão é terminativa, e o Relator, Senador Valdir Raupp, vai fazer a leitura.

ITEM 5

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2012

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com a palavra V. Exª.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, submetem-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente (CMA), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 408, de 2012, de autoria do então Senador Rodrigo Rollemberg, e o PLS nº 66, de 2014, do Senador Paulo Bauer. Ambas as proposições pretendem alterar o art. 4º, inciso III, da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.

O dispositivo em questão (inciso III do art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979) estabelece como requisitos urbanísticos para loteamento de gleba a obrigatoriedade de reserva de uma faixa não edificável de 15m ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, salvo maiores exigências da legislação específica.

O PLS nº 408, de 2012, pretende aumentar a largura dessa faixa para 30m. Segundo a justificação do autor, as ocupações urbanas aproximam-se tanto das rodovias que estas perdem seu caráter inicial de vias de tráfego rápido, passando a assemelhar-se a vias urbanas, em prejuízo das funções a que a estrada originalmente implantada deveria atender. Ademais, acrescenta, tal circunstância ocasiona consideráveis danos à gestão dos serviços de transporte e enseja graves ameaças à segurança física de moradores e transeuntes.

Ainda segundo o autor, a Lei nº 6.766, de 1979, ao instituir diretrizes gerais para o parcelamento do solo urbano, determina a reserva de uma área mínima não edificável de 15m "ao longo" – portanto, para além – das faixas de domínio. Assim, a alteração da norma geral de parcelamento para a finalidade de alargar a distância das futuras edificações em relação às faixas de domínio, dos atuais 15m para 30m, tem o escopo de contribuir para evitar os danosos conflitos que comumente se apresentam entre as ocupações urbanas e os sistemas de transporte, bem como compatibilizar a lei com o Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012), que define como áreas de preservação permanente as faixas marginais de qualquer curso d´água natural em largura mínima de 30m.

O PLS nº 66, de 2014, do Senador Paulo Bauer, altera o inciso III e o §3º do art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979. No projeto, propõem-se sejam reservadas faixas não edificáveis e estabelecidas limitações à edificabilidade necessárias para garantir a segurança, a saúde e o conforto da população e a proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural. Substituiu-se um critério rígido por um princípio flexível, que demandará em cada caso concreto a definição de um tipo específico de faixa não edificável. O PLS determina, ainda, que as faixas não edificáveis e limitações à edificabilidade incorporem as servidões e restrições vinculadas a infraestruturas de transporte, saneamento, energia e telecomunicações, ou fixadas em ato administrativo editado no âmbito das políticas de proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O autor considera não ser possível fixar de antemão as dimensões precisas de cada restrição, pois estas dependem de uma avaliação do território que se pretende urbanizar ou reurbanizar, justificando que a reserva constante no inciso III do art. 4º tem-se mostrado contraproducente.

As proposições tramitam em conjunto por força da aprovação do Requerimento nº 274, de 2015, de minha autoria, tendo sido distribuídas à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e à CMA, esta em decisão terminativa.

A CDR acolheu manifestação do Relator, Senador José Pimentel, pela aprovação do PLS nº 66, de 2014, e rejeição do PLS nº 408, de 2012. Nesta Comissão, não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Eu vou dispensar a análise, Sr. Presidente, porque o projeto já é autoexplicativo. Então, não há necessidade de fazer a leitura da análise.

A única exceção que propomos a esse sistema diz respeito às Áreas de Preservação Permanente (APP) exigidas pelo Código Florestal (Lei nº 12.561, de 2012) ao longo dos cursos d'água, cuja largura mínima é de 30m de cada lado. Nesse sentido, observada sugestão do Governo, mudamos novamente a alteração do inciso III para deixar especificar que da Lei 12.561/2012 deve ser observado o art. 4º.

No §3º do art. 4º da Lei 6.766/79, fomos alertados também pela Secretaria de Governo de que a retirada da possibilidade de a faixa não edificável não ser exigida no processo de licenciamento ambiental de dutovias poderá trazer incertezas aos empreendimentos e possibilidade de dano ao meio ambiente. Nesse sentido, acolhemos a sugestão encaminhada, mantivemos o atual §3º e adicionamos um novo parágrafo ao art. 4º.

Concluímos que a legislação deve resguardar os mecanismos de proteção à segurança da população, ao meio ambiente e, como norma geral, estabelecer regramento mínimo a ser observado no planejamento urbanístico.

Em síntese, o PLS 66, de 2014, é o que melhor garante a qualidade de vida da população, ao mesmo tempo em que previne e reduz o risco de acidentes, além de garantir a autonomia municipal.

Diante das alterações propostas, especialmente em relação à proteção das áreas ambientalmente frágeis, apresentamos substitutivo ao PLS nº 66, de 2014.

Do voto.

Diante do exposto, voto pela rejeição do PLS 408, de 2012, e pela aprovação do PLS 66, de 2014, na forma da seguinte emenda:

Emenda nº - CMA (Substitutivo).

Projeto de Lei do Senado 66, de 2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Altera a Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

.....

III – ao longo das faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, de que trata o art. 4º, Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, será obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de 30 (trinta) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica;

.....

V – serão reservadas faixas não edificáveis e estabelecidas limitações à edificabilidade necessárias para garantir a segurança, a saúde e o conforto da população e a proteção do patrimônio natural, com observância do art. 4º da Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

.....

§ 5º As faixas não-edificáveis e limitações de que trata o inciso V do *caput* deste artigo, previstas no projeto de parcelamento do solo, abrangerão as servidões e restrições de direito público vinculadas a infraestruturas de transporte, saneamento, energia e telecomunicações, ou estabelecidas no âmbito da política de proteção do patrimônio cultural". (NR)

"Art. 7º .....

.....

§ 1º A fixação das diretrizes será precedida de consulta formal aos órgãos e empresas gestoras das infraestruturas com atuação no local do empreendimento a que se refere o §3º do art. 4º, para que estes indiquem, com fundamento legal, as faixas não edificáveis, limitações à edificabilidade e demais exigências técnicas a serem incorporadas ao projeto de loteamento.

§ 2º Os órgãos e empresas gestoras de infraestrutura deverão se manifestar no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, após a formalização da consulta pelo órgão competente, que deverá ocorrer após requerimento do interessado nos termos do *caput* deste artigo.

§ 3º As diretrizes expedidas vigorarão pelo prazo máximo de 6 (seis) anos."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Feita a leitura do relatório do Senador Valdir Raupp, colocamos em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo Senador para discutir a matéria, encerramos a discussão e adiamos a votação para a próxima reunião, em busca do quórum para a votação nominal.

Eu gostaria de consultar se o Senador Valdir Raupp gostaria de fazer alguma consideração a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 344, cuja leitura do relatório já foi feita. V. Exª gostaria de fazer alguma consideração para colocá-lo também em discussão e anteciparmos a pauta da Comissão?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Perfeitamente. Não tenho alteração.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Passamos para o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2014

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados.

Autoria: Senador Kaká Andrade

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1. Em 23/02/2016, o relatório foi lido;

2. Constou da pauta em 25/4, 2/5, 9/5, 30/5, 13/6, 27/6, 4/7 e 8/8/2017.

Como falei anteriormente, o relatório já foi lido pelo eminente Relator, Senador Valdir Raupp, sem nenhuma consideração a ser feita nesta reunião do dia de hoje.

Então, colocamos a matéria em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não havendo quem queira discutir a matéria, encerramos a discussão e, da mesma forma, suspendemos a votação para a próxima reunião desta Comissão.

Passamos agora ao item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2015

- Terminativo -

Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura.

Autoria: Senador Benedito de Lira

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta.

Observações:

1. Em 3/9/2015, a matéria foi apreciada pela CRA com parecer favorável ao projeto;

2. Constou da pauta em 30/5, 13/6, 27/6, 4/7 e 8/8/2017.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, submete-se à análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2015, de autoria do Senador Benedito de Lira, que incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura.

A proposição é composta de cinco artigos. O art. 1º define o escopo da lei resultante do PLS, que é o incentivo da aquaponia com vistas à produção e comercialização de produtos aquícolas e agrícolas.

O art. 2º conceitua, em dois incisos, os termos "aquaponia" e "recursos hídricos utilizados na aquaponia".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O art. 3º isenta a aquaponia da licença para o aquicultor de que trata o art. 25 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009.

O art. 4º concede aos proprietários rurais que desenvolvem aquaponia os seguintes benefícios: prioridade na concessão e renovação de outorga de direitos de uso de recursos hídricos de que trata a Lei nº 9.433, de 8 de janeiros de 1997 (inciso I); incentivos fiscais, na forma da lei (inciso II); fornecedor preferencial da produção aquícola e agrícola ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), de que trata o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 (inciso III); e crédito rural com juros diferenciados, na forma do regulamento (inciso IV).

O art. 5º veicula cláusula de vigência imediata, a contar da publicação da lei que resultar da proposição.

O PLS nº 162, de 2015, foi distribuído também à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, onde obteve parecer favorável.

O projeto não recebeu emendas.

Análise.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente, especialmente sobre controle da poluição e recursos hídricos. Por se tratar da Comissão incumbida de analisar o projeto em decisão terminativa, cabe a este colegiado igualmente apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

No que diz respeito ao mérito, o projeto de lei é adequado, dado que procura incentivar atividade que contribui com a conservação dos recursos hídricos, a redução da poluição causada pela aquicultura e pelo uso de fertilizantes industrializados, a segurança alimentar e a geração de renda.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a aquaponia é a produção de organismos vivos aquáticos (aquicultura) associada ao cultivo de plantas sem solo (hidroponia), sobretudo de verduras e legumes.

O desenvolvimento da aquaponia é estratégico no atual contexto de escassez hídrica que afeta várias regiões do País, pois a economia de água chega a 90% em relação à agricultura convencional. A atividade pode ainda contribuir para a redução do impacto causado pela produção de proteína de origem animal.

De incontestável mérito, a proposição requer apenas alguns ajustes no sentido de melhor definir a atividade, bem como de tornar mais atrativos os incentivos, especialmente para o desenvolvimento da aquaponia no meio urbano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O conceito de aquaponia, expresso no art. 2º, inciso I, difere do conceito adotado pela FAO. No que tange ao componente da aquicultura, a redação proposta restringe a aplicação do conceito apenas à produção de peixes, quando, na realidade, a aquaponia pode ser desenvolvida para a produção de outros grupos de organismos aquáticos, como crustáceos, por exemplo.

Quanto aos incentivos propostos no projeto, observa-se que eles são muito mais voltados aos proprietários rurais, que seriam contemplados com os benefícios previstos nos arts. 3º e 4º. No entanto, faz-se importante a manutenção da licença prevista no art. 25 da Lei nº 11.959, de 2009. Quanto ao art. 4º, sugere-se a substituição da expressão "proprietários rurais" por "produtores rurais", como forma de contemplar também produtores que não detenham a titularidade da terra.

Em relação ao inciso I do art. 4º, que estabelece a prioridade na concessão e renovação de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, a Secretaria de Governo encaminhou nota técnica solicitando a supressão do referido dispositivo, pois, à exceção do período de escassez, cujas prioridades são o consumo humano e a dessedentação animal, as prioridades para outorga são estabelecidas nos diversos Planos de Recursos Hídricos, e respeitando-se os usos múltiplos da água. Entende-se que a preocupação do Governo é pertinente, e, nesse sentido, apresenta-se emenda com a finalidade de suprimir o inciso I do art. 4º para deixar que o órgão competente sugira medidas que auxiliem a viabilização dos projetos de aquaponia, integrados aos projetos de aquicultura, além dos demais incentivos já propostos no projeto de lei em tela.

Ademais, entendemos que é importante estimular a produção aquapônica no meio urbano, principalmente entre famílias de baixa renda, como forma de garantir segurança alimentar e de ampliar os ganhos ambientais oriundos do desenvolvimento desse sistema produtivo sustentável, sendo necessário modificar a proposição nesse sentido.

Dessa forma, consideramos este projeto de lei meritório, oportuno, conveniente e, portanto, merecedor de acolhida, com o aperfeiçoamento oferecido nas emendas que ora submetemos aos ilustres Senadores e Senadoras.

Voto.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2015, com as seguintes emendas:

Emenda nº - CMA

Dê-se ao art. 2º do PLS nº 162, de 2015, a seguinte redação:
"Art. 2º .....
I – Aquaponia – produção de organismos aquáticos associada ao cultivo de plantas sem solo, em sistema fechado de circulação de água, de forma que os vegetais cultivados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

realizem filtragem biológica da água e os resíduos de ração e dejetos do metabolismo sejam utilizados como nutrientes para as plantas.

....."

Emenda nº - CMA

Suprima-se o art. 3º do PLS nº 162, de 2015.

Emenda nº - CMA

Substitua-se no *caput* do art. 4º do PLS nº 162, de 2015, o termo "proprietários" por "produtores".

Emenda nº - CMA

Suprima-se o inciso I do art. 4º do PLS nº 162, de 2014, renumerando-se os incisos subsequentes.

Emenda nº - CMA

Insira-se o seguinte art. 5º no PLS nº 162, de 2015, renumerando-se o artigo subsequente:
"Art. 5º Serão implementados programas de incentivo à aquaponia voltados à população urbana de baixa renda, que conterão:
I – atividades de capacitação envolvendo aspectos técnicos, sanitários, ambientais e de produção;
II – mecanismos de apoio financeiro para aquisição dos insumos e equipamentos básicos necessários ao desenvolvimento da atividade."

Sr. Presidente, nosso voto é pela aprovação, louvando a atitude do autor desse projeto, porque esse projeto com certeza traz segurança para os produtores, inclusive da área urbana; da área rural e urbana. Lá no meu Estado mesmo, eu conheço produtores que vivem da aquaponia urbana. Em terrenos vazios ou em fundo de quintal, eles cultivam alface e outros produtos para vender nas feiras, sobrevivendo apenas de um terreno urbano.

O Brasil tem que aprender com os japoneses. O japonês, se derem um lote urbano vazio para ele, dali ele faz uma chácara e sustenta toda a família. Tem sustento e estuda toda a família em uma pequena chácara urbana. Então, o Brasil está aprendendo um pouco também com os japoneses, fazendo essa aquaponia, inclusive em terrenos urbanos, para sustentar as suas famílias.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Colocamos em discussão o relatório do Senador Valdir Raupp.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

Nós fizemos isso – eu queria dar este comunicado para a Comissão – porque é uma maneira de nós agilizarmos as matérias que estão sobre a mesa da Secretaria da Comissão de Meio Ambiente. É importante que a gente possa... A Secretaria já encaminhou o comunicado aos gabinetes dos Senadores, e nós estamos praticamente na nossa pauta só com matérias terminativas.

Na próxima reunião, nós teremos uma audiência pública. Mas eu queria deixar este informe aqui aos assessores dos Senadores – já foi comunicado aos gabinetes –, de que a gente precisa, após a audiência pública, restabelecer o quórum da Comissão de Meio Ambiente para poder dar celeridade às matérias que estão sobre a mesa da Secretaria desta Comissão.

Como são todas as pautas em matéria terminativa, nós praticamente limpamos a pauta de propostas não terminativas, porque não necessitam do quórum qualificado e da votação nominal de nove Senadores. E, nesse sentido, a gente informa à Comissão que os demais itens da nossa pauta aqui, como são, como eu anunciei ainda há pouco, matérias terminativas, nós não temos um número suficiente de Senadores para votação nominal, e eles ficam todos adiados para a próxima reunião.

(São as seguintes as matérias adiadas:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena para quem extrair recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Em 30/05/2017, foi lido o relatório e encerrada a discussão, ficando adiada a votação da matéria.

2. Constou da pauta em 13/6, 27/6, 4/7 e 8/8/2017.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, de 2011

- Terminativo -

Estabelece a forma de recolhimento e destinação final de baterias automotivas e industriais, compostas por Chumbo e Ácido Sulfúrico.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. Em 8/5/2013, a matéria foi apreciada pela CAS, com parecer favorável ao projeto.

2. Constou da pauta em 13/6, 27/6, 4/7 e 8/8/2017.

3. Sendo aprovado na CMA o substitutivo apresentado, a matéria irá para a pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar (RISF, art. 282 combinado com o art. 92).

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, de 2012

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as Áreas de Preservação Permanentes em áreas urbanas.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 2-CRA e pela rejeição da Emenda nº 1-CCJ.

Observações:

1. Em 6/11/2013, a matéria foi apreciada pela CCJ com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CCJ;

2. Em 10/4/2014, a matéria foi apreciada pela CRA com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 2-CRA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2. Constou da pauta da CMA em 27/6, 4/7 e 8/8/2017.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2015

- Terminativo -

Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei no 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta.

Observações:

1. Em 6/8/2015, a matéria foi apreciada pela CRA com parecer favorável ao projeto;

2. Constou da pauta em 25/4, 2/5, 9/5, 30/5, 13/6, 27/6, 4/7 e 8/8/2017.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas.

Autoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Em 23/3/2016, a matéria foi apreciada pela CAS com parecer favorável ao projeto;

2. Em 17/5/2016, a matéria foi apreciada pela CCT com parecer favorável ao projeto;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

3. Em 25/4/2017, lido o relatório, ficaram adiadas a discussão e votação da matéria;

4 . Constou da pauta em 2/5, 9/5, 30/5, 13/6, 27/6, 4/7 e 8/8/2017.)

Eu gostaria de passar agora para os comunicados desta Presidência, agradecendo a presença do Senador Valdir Raupp.

Comunico que, atendendo o cronograma proposto pelo Vice-Presidente desta Comissão, Senador Wellington Fagundes, e Relator da política pública que avaliará os instrumentos econômicos e técnico-ambientais previstos no Código Florestal, realizaremos as audiências públicas do plano de trabalho aprovado nas seguintes datas: dia 29 de agosto, próxima terça-feira, às 11h30, para debater... Ou melhor, às 10h30 – as audiências públicas são uma hora antes da nossa reunião periódica. Então, para o dia 29 de agosto ficam convidados os Senadores e as Senadoras, e os convidados, a imprensa, os assessores que queiram estar aqui. Haverá um debate importante sobre a política pública de que o Vice-Presidente desta Comissão, Senador Wellington Fagundes, é Relator. Então, na próxima terça-feira, às 10h30, vamos debater sobre as Cotas de Reserva Ambiental, CRA.

Prossigo: dia 19 de setembro, outra audiência pública, que já foi aprovada nesta Comissão, para debater sobre o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e os Programas de Regularização Ambiental (PRA); e, como última audiência, dia 6 de outubro, em Cuiabá, para debater sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno, declaro prejudicado, por haver perdido a oportunidade, o Requerimento nº 21, de 2017, do Senador Wellington Fagundes, que solicitava a realização de seminário no dia 12 de junho de 2017 sobre alterações na Lei Kandir. Este debate já foi realizado em outra comissão. Por esse motivo, declaramos prejudicado este requerimento.

Comunico também o recebimento dos seguintes documentos: da União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí, Santa Catarina (Ucavi), Moção nº 33, de 2017, de 5 de junho de 2017, da Câmara de Vereadores de Chapadão do Lajeado, Santa Catarina, que objetiva a revisão na Lei nº 12.651, de 2012, que trata do Código Florestal, no Capítulo II, Seção I, Da Delimitação das Áreas de Preservação Permanente; da Escola de Administração Fazendária (Esaf), recebemos o convite para o Seminário Internacional de Eficiência Energética e Compras Sustentáveis, a ser realizado na Esaf, em Brasília, nos dias 13 e 14 de setembro de 2017.

Os expedientes foram encaminhados aos membros desta Comissão por *e-mail* e, não havendo manifestação no prazo de sete dias, serão arquivados.

Algumas informações sobre prazos aos Senadores Relatores de matérias. Eu gostaria de compartilhar com os membros da Comissão o resultado de um levantamento que solicitei à Secretaria da Comissão: hoje são 54 matérias distribuídas aos Senadores Relatores; dessas, 43 foram distribuídas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

há mais de 90 dias aos eminentes Senadores. Considerando a necessidade de fortalecer a atuação desta importante Comissão, que, muitas vezes, decide terminativamente sobre as matérias recebidas, peço aos Relatores para, assim que possível, concluírem suas análises e apresentarem seus relatórios para deliberação deste colegiado.

Eu gostaria de registrar e agradecer a presença de um ex-Deputado Federal, professor, geólogo, um especialista em Amazônia e em Brasil, que está nos ajudando, nos assessorando na Comissão de Meio Ambiente e também no nosso gabinete de Senador da República, com a vasta experiência que tem não só do processo legislativo como do seu processo de formação – é geólogo e advogado. Ele está acompanhando os trabalhos da nossa Comissão de Meio Ambiente, assessorando este Presidente, e eu gostaria de registrar a sua presença no plenário da Comissão. Refiro-me ao ex-Deputado Antonio da Justa Feijão.

Muito obrigado, Feijão, pela qualidade do trabalho técnico que você vem desempenhando nesta Comissão e no gabinete deste Senador, Presidente desta Comissão. Eu gostaria de agradecer-lhe publicamente, porque é muito importante quando a gente pode aliar a política com a técnica e desenvolver um trabalho que seja voltado aos interesses maiores da sociedade brasileira, especialmente no que diz respeito às questões ambientais, no exercício desta Presidência desta importante Comissão do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião da Comissão de Meio Ambiente.

(Iniciada às 11 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Airton Sandoval, Dário Berger, Acir Gurgacz, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Roberto Muniz, José Medeiros, Vanessa Grazziotin e Pedro Chaves. Presentes ainda os senadores, Vicentinho Alves, Paulo Paim e Eduardo Lopes, não membros. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, João Capiberibe, Cristovam Buarque e Cidinho Santos. Após dispensa de leitura e aprovação da ata da 15ª reunião, pelo Plenário, o Senhor Presidente comunica o recebimento do seguinte documento do Tribunal de Contas da União (TCU): Aviso nº 635/Seses-TCU-Plenário, que encaminha a cópia do Acórdão nº 1.707, de 2017, proferido pelo Plenário do TCU nos autos do Processo nº TC 010.915/2015-0, que trata de embargos de declaração opostos pela Casa Civil da Presidência da República por intermédio da Advocacia-Geral da União contra decisão que, entre outras medidas, exarou determinação ao Ministério do Esporte e à Casa Civil da Presidência da República bem como incluiu esta última entidade entre as que participariam do processo de elaboração do plano de legado para as arenas construídas ou reformadas para os Jogos Rio 2016. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 28 de 2017 que: "Requerem, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de debater a revitalização da bacia hidrográfica do rio Parnaíba." Autoria: Senadora Regina Sousa e outros. Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Audiência Pública Interativa, em atendimento ao RMA 25/2017, de autoria do Senador Wellington Fagundes, para instruir o RMA 13/2017, de autoria do Senador Davi Alcolumbre. Finalidade: Debater o estágio atual de implementação, os impactos e as perspectivas de utilização das Cotas de Reserva Ambiental (CRA). Participantes: Sra. Roberta Del Giudice, Secretária Executiva do Observatório do Código Florestal (representante de: Observatório do Código Florestal); Sr. Mauricio de Moura Costa, Diretor de Operações e Presidente da BVRio.com (representante de: Instituto Bolsa de Valores Ambientais do Rio de Janeiro - BVRio). Sr. Raimundo Deusdará Filho, Presidente do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) (representante de: Ministério do Meio Ambiente (MMA)). Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Wellington Fagundes

Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/08/29

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 15ª Reunião, realizada em 22/8/2017.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunicados da Presidência.

Comunico o recebimento do seguinte documento.

O Tribunal de Contas da União (TCU), Aviso 635, Seses-TCU-Plenário, encaminha a cópia do Acórdão nº 1.707, de 2017, proferido pelo Plenário do TCU nos autos do Processo nº TC 010.915/2015-0, que trata de embargos de declaração opostos pela Casa Civil da Presidência da República por intermédio da Advocacia-Geral da União contra decisão que, entre outras medidas, exarou determinação ao Ministério do Esporte e à Casa Civil da Presidência da República bem como incluiu esta última entidade entre as que participariam do processo de elaboração do plano de legado para as arenas construídas ou reformadas para os Jogos Rio 2016.

O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por *e-mail* e, não havendo manifestação no prazo de sete dias, será arquivado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A presente reunião, que vamos começar agora, destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 25, de 2017-CMA, de minha autoria, com o objetivo de debater o estágio atual de implementação, os impactos e as perspectivas de utilização das Cotas de Reserva Ambiental (CRA).

Esta audiência faz parte da avaliação de política pública estabelecida pelo Requerimento nº 13, de 2017-CMA, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania, no *site* http://senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211. Vou repetir: http://senado.leg.br/ecidadania ou telefone 0800-612211.

Queremos aqui, então, já convidar para estar presente conosco à Mesa o Sr. Raimundo Deusdará Filho, que é Presidente do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), representando o Ministério do Meio Ambiente (MMA). (*Pausa.*)

Também convido a Srª Roberta Del Giudice, Secretária Executiva do Observatório do Código Florestal. (*Pausa.*)

Convido o Sr. Mauricio de Moura Costa, Diretor de Operações e Presidente do BVRio.com, representando o Instituto Bolsa de Valores Ambientais do Rio de Janeiro. (*Pausa.*)

Foram convidados ainda o Sr. Bernardo Baeta Neves Strassburg, Prof. da PUC do Rio de Janeiro, e também o representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que mandaram a justificativa das ausências.

O Sr. Bernardo Strassburg justifica:

> Vimos, pela presente, agradecer o convite de V. Exª para nossa participação como expositor da audiência pública destinada a debater o estágio atual de implementação, os impactos e as perspectivas de utilização das Cotas de Reserva Ambiental (CRA), a ser realizada no dia 29 de agosto de 2017, às 10h30.
> Infelizmente, não poderemos comparecer a esse evento devido a estarmos proferindo palestra em congresso mundial de restauração ecológica no mesmo horário e dia.
> Agradecemos o convite e manifestamos o nosso desejo de, no futuro, ter a oportunidade de debater e apresentar a nossa contribuição a temas ambientais de tal relevância.

Veio ainda a justificativa de Patrícia Leite, assistente do Diretor do Inpe:

> Em atenção ao convite para audiência pública a ser realizada no dia 29 de agosto, informamos que não indicaremos representante para o evento, pois a temática a ser discutida não faz parte das atividades desenvolvidas na Coordenação-Geral de Observação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

da Terra deste instituto, considerando que esse tema relacionado ao Código Florestal Brasileiro e ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) seja do Ministério do Meio Ambiente.

Então, são as justificativas que eles estão colocando aqui.

Eu quero dizer que cada orador poderá usar da palavra por até 15 minutos, com a tolerância de mais cinco minutos, restando um minuto, e, ao fim do prazo, a campainha soará.

O Senador Pedro Chaves chegou aqui.

Eu terei um compromisso daqui a pouco e vou, daqui a pouquinho, pedir que ele possa me substituir.

Eu quero colocar que as CRAs, conforme art. 44 do Código Florestal, são títulos que representam a área de cobertura vegetal nativa existente ou em processo de recuperação em uma propriedade rural que podem ser usadas para compensar a falta de Reserva Legal em outra área. Cada cota corresponde a um hectare.

As CRAs podem ser requeridas por proprietários rurais que tenham excesso de RL, ou seja, de Reserva Legal, para que negociem com produtores com menos áreas de reserva que o mínimo exigido. Explicando melhor, de acordo com o Código Florestal Brasileiro, as propriedades rurais em Território nacional devem manter porcentagem de área com cobertura de vegetação nativa ou em processo de recuperação, a denominada Reserva Legal, que pode variar de 20% a 80%, a depender do bioma e também da região em que se localize o imóvel. A compensação das propriedades rurais que não atendam aos percentuais estipulados pela Reserva Legal pode ser feita por meio de Cotas de Reserva Ambiental.

Então, já começando a abrir a palavra aos palestrantes, quero passar a palavra à Srª Roberta Del Giudice – é isso mesmo? –, Secretária Executiva do Observatório do Código Florestal.

V. Sª tem, então, a palavra por 15 minutos.

O SR. ROBERTA DEL GIUDICE – Eu gostaria de agradecer o convite.

Sou Secretária do Observatório do Código Florestal, que é uma rede de instituições – somos 27 instituições – da sociedade civil. Fomos criados, em 2013, com o objetivo de apoiar a implementação dos pontos positivos do Código Florestal.

A cota é um instrumento que viabiliza a implementação do Código Florestal. Ela, na verdade, já vinha do código anterior e buscava a compensação de Reserva Legal. Depois, ela foi repetida; com a alteração da lei, ela foi mantida. Alterou-se o seu nome: ela era Cota de Reserva Florestal e passou a ser Cota de Reserva Ambiental. Ela pode ser utilizada por quem tem déficit de Reserva Legal, ou seja, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

aqueles que precisam se adequar à lei utilizando as regras de transição, que foram especificadas para trazer os proprietários rurais que não estavam adequados à lei para essa adequação.

Ela é um dos instrumentos de compensação. A Reserva Legal pode ser regularizada por meio da recuperação da área com plantio da regeneração natural e da compensação. A compensação tem outros instrumentos além da cota: você pode comprar um imóvel privado localizado no interior de uma Unidade de Conservação e doar para fins de regularização fundiária daquela unidade de conservação; você adquirir outra área, colocar em seu nome e utilizar aquela área para ser a sua Reserva Legal; e você pode fazer um contrato de servidão com um terceiro que tenha uma área excedente de Reserva Legal e utilizar as cotas.

A cota é um título nominativo, um título que deriva do direito civil, um título que pode ser negociado entre quem tem déficit e quem tem crédito de Reserva Legal. A nosso ver, ela é um instrumento que viabiliza a implementação do Código. Se não houvesse essas regras de transição, seria muito difícil trazer quem não cumpria o Código Florestal para esse cumprimento. Ela viabiliza, então, o cumprimento do Código Florestal.

O que a gente tem hoje? A gente discute, desde 2012, a regulamentação das cotas. Já foram feitas diversas minutas de decretos e grupos de trabalho. Foi se desenvolvendo minutas de um decreto, porque a gente precisa de um decreto para dizer como vai funcionar esse mercado na prática. Então, se ele acontecer dentro de um Estado, como o Estado do Rio de Janeiro, ele pode ser regulamentado lá dentro do Estado. Ele foi regulamentado no Estado do Rio de Janeiro. Isso é possível de acordo com a Lei Complementar 140. O Rio de Janeiro já emitiu cotas e já negociou cotas. O Estado do Maranhão também é outro Estado que já a emitiu, mas não é uma cota *stricto sensu*. Na verdade, foi uma doação que o Estado recebeu, e ele emitiu cotas para que o proprietário pudesse negociar aquela área que ele doou para o Estado.

Então, a gente precisa de uma norma de implementação, uma norma de execução e de um módulo para controlar aquela negociação ali. E é disto que a gente hoje precisa: a regulamentação da cota, um decreto de regulamentação, e o módulo de negociação.

São essas as palavras que eu gostaria de deixar aqui.

Precisamos de celeridade. Quanto mais demorarmos para ter esse instrumento sendo utilizado, mais tempo demoraremos para implementar o Código Florestal, esse e outros instrumentos de implementação. Então, quanto mais celeridade, mais viável fica a utilização desse instrumento e do próprio Código Florestal.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Queremos agradecer à Srª Roberta Del Giudice, Secretária Executiva do Observatório do Código Florestal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com a palavra agora o Sr. Raimundo Deusdará Filho, Presidente do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), que terá 15 minutos para fazer sua exposição.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos!

Obrigado pelo convite.

Roberta e Mauricio, já estamos em vários debates juntos, não necessariamente com a mesma posição, mas sempre com o mesmo objetivo, que é o de construir algo responsável e com segurança.

A Drª Roberta já colocou os princípios da cota, que é um título nominativo. A gente tem algumas discordâncias a respeito da forma talvez um pouco simples que ela coloca, de que a cota seja meramente para a compensação de Reserva Legal. Eu diria, e venho dizendo repetidamente, Roberta, que o CAR e o PRA são as pérolas do novo Código Florestal brasileiro; a Cota de Reserva Ambiental é o diamante do Código Florestal brasileiro, que precisa ser lapidado.

Como você bem disse, no passado, houve uma tentativa de se implementar uma Cota de Reserva Florestal. Eu participei desse processo. Várias foram as razões de não termos um mercado mais ativo, e a principal delas foi a ausência de monitoramento adequado.

Esse novo Código Florestal, na verdade, transforma essa Cota de Reserva Florestal, que era meramente instrumento de dever/haver, para uma cota com um cunho mais amplo, com um cunho mais de caráter ambiental. Ele é muito claro no art. 44, que diz que o seu fim precípuo é remunerar o produtor rural pela conservação de parte da cobertura da vegetação nativa da propriedade rural. Então, nós entendemos que, além de servir como mecanismo para regularização ambiental, essa cota também tem a possibilidade efetiva de fazer algo inédito no mundo, que seria a possibilidade de nós termos Cotas de Reserva Ambiental como pagamentos de serviços ambientais.

Mas, antes de chegar à cota, eu queria mostrar para vocês, rapidamente, Senador, o caminho árduo para você ter a emissão de um título nominativo cujo lastro é a floresta. O mercado tem de entender que esse título tem validade, está monitorado e é seguro do ponto de vista de investimento, além de também ter de dar a clareza de que essa cota não é meramente uma cota de compensação. O mercado vai ter de visualizar essa possibilidade também de pagamento por serviços ambientais, até para estabelecer preços e valores diferenciados, nem que seja no momento posterior à compensação da cota física.

Quem somos nós? Digo isto antes de mostrar um pouco desse percurso. O Serviço Florestal Brasileiro é uma entidade vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. O nosso foco é a economia florestal, é a agenda florestal positiva, é o fomento florestal. Isso é que nos faz diferentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Das competências do Serviço Florestal, ressalto a competência para gerenciar a emissão da Cota de Reserva Ambiental (CRA) – desculpem-me, senhores, pois há muito botão aqui –, para coordenar o Cadastro Ambiental Rural, para acompanhar e implementar os Programas de Regularização Ambiental junto aos Estados.

O conjunto de legislações, desde a regulamentação do novo Código Florestal, deixa claro que uma série de iniciativas, como o povoamento do CAR e a aprovação do PRA, são iniciativas dos Estados desde a lei, do decreto que regulamenta o PRA, da instrução normativa e do novo decreto de normas complementares do PRA.

Não haveria CRA – e aí eu começo a colocar numa linha de tempo – se não houvesse o Cadastro Ambiental Rural, porque não teríamos o diagnóstico, a fotografia das propriedades no Brasil.

Então, hoje, Sr. Senador Pedro Chaves, nós temos cerca de 411 milhões de hectares na área cadastrada no Brasil. São quase 4,3 milhões de imóveis. Esse é um número assustador. São 11 Alemanhas, é quase metade do Brasil, considerando água e áreas urbanas. Então, foi desta Casa que saiu a indicação de criação do CAR no novo Código Florestal. Então, essa iniciativa é bem-sucedida, sem precedente nenhum no mundo.

Após o CAR, os proprietários possuidores fizeram o povoamento. Nós desenvolvemos um modo de análise supercomplexo para verificar se essas informações declaradas são informações verdadeiras. Classificamos o Brasil todo, e essa classificação é extremamente importante, porque ela é a base de garantia daquele lastro daquela CRA que está fundamentado na existência da floresta, se ela existe ou não. Então, fizemos a classificação do que é área antropizada, do que é água, do que é área verde.

Esse é um exemplo de uma classificação de uma área verde. Áreas azuis são áreas de corpo d'água; áreas marrons são áreas antropizadas.

E digamos, por exemplo, Senador, que, daquele imóvel que está sendo analisado, foi declarado que havia aquela parte à esquerda já usada, já antropizada, e que ele dissesse que não, que é tudo floresta. Então, se ele disse que é tudo floresta, ele tem excedente de Reserva Legal, ele estaria habilitado para emitir uma cota com base nesse excedente. Só que, quando você passa esse imóvel pela análise, você verifica que esse proprietário, na verdade, tem uma área consolidada, aquela área à esquerda, que não daria a ele o excedente que ele julga ter. Ou seja, eu estaria autorizando a emissão de uma CRA num lastro que não corresponde à realidade. Isso é o pior dos mundos para o mercado. O mercado se sente inseguro em estar negociando um título, uma quase moeda, sem ter a segurança do monitoramento desse lastro, se esse lastro existe ou não. Isso pode ser o fracasso de uma iniciativa extremamente valiosa, e nós estamos trabalhando juntos nisso. Então, nesse caso, por exemplo, o sujeito declarou a mais de vegetação nativa 534 hectares.

O modo de análise foi todo desenvolvido. Numa situação como essa, essa imagem é de 2008. Antigamente, aqui do lado esquerdo, ele tinha uma vegetação existente. Observe a esquerda do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

eslaide: essa vegetação deixou de existir, foi desmatada depois de 2008. Essa área, por exemplo, não estaria passível de CRA.

O que seria, pensando numa CRA, como a Drª Roberta colocou, de forma mais simples, que a legislação prevê, o dever/haver? Você tem propriedades que tenham excedente de Reserva Legal, compensando com propriedades que tenham passivo.

Então, nesse exemplo, no modo de análise, já se identifica se a propriedade tem um ativo, tem um excedente. Nesse caso, essa propriedade tem 10,9 hectares de excedente. Então, essa propriedade estaria habilitada a ter emissão de 10 CRAs, já que é uma CRA por hectare.

Esse outro imóvel, passando pelo processo de análise, tem um passivo de 26 hectares. Ele teria de ter uma Reserva Legal x que ele não tem. O modo de análise já identificou esse passivo. Então, aquele outro imóvel poderia ceder aqueles 10 hectares... Não poderia ceder, não; poderia fazer uma transição de mercado, no sentido de que aqueles 10 hectares compensassem parte desse passivo, que cairia para 16 hectares.

Tudo isso é feito para se chegar à emissão da CRA. Falei do povoamento, do modo de análise, da perspectiva de você gerar bancos elegíveis de quem tem excedente com quem tem passivo, para que essa transição ocorra. Durante essa análise, antes da transação, você gera um demonstrativo. Esse demonstrativo é público. Nesse caso, é uma área que foi analisada. À direita, está a Reserva Legal ou déficit/ativo. Essa propriedade tem um excedente de 1,79 hectare. Então, você, após a análise, gera um extrato de informações, e esse extrato aponta os passivos e débitos.

Qual o próximo passo? Há o povoamento, a análise e Programas de Regularização Ambiental. Quem tem passivos tem de recorrer, se julgar oportuno obter os benefícios do novo Código Florestal, ao Programa de Regularização Ambiental. Então, esse programa já está desenvolvido, esse módulo já está desenvolvido. Eu vou mostrar... Ele gera os ciclos, as possibilidades de recomposição, de regeneração. Mas o mais importante é que ele tem toda a parte de georreferenciamento, de mapas. Você estabelece a forma como fazer: isolado ou cumulativamente. Você pode optar por regeneração, recomposição com nativa, as quatro formas que o Código prevê.

E há já a possibilidade, Roberta e Mauricio... Não foi simples fazer, mas já antes da definição da norma geral, já está modulada a possibilidade de você trabalhar compensação nos quatro pontos que a Drª Roberta colocou: Cota de Reserva Ambiental, arrendamento, doação ao Poder Público, cadastramento em imóvel de mesma titularidade.

No caso da CRA, que é alvo deste debate, desta discussão, desta conversa, você teria de colocar lá que quer compor, que quer se regularizar com a CRA. Você indica a área que poderá ser compensada, já que pode ser de forma exclusiva ou cumulativamente, indica qual é essa CRA. A partir daí, o sistema acompanha quem tem um excedente com quem tem um passivo que está se beneficiando desse excedente – os dois passam a ter uma vida conjunta da análise, porque um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

depende do outro. E, a partir daí, você pode ter outros benefícios do PRA. Finalizo com uma proposta de PRA. Isso já está em produção, e se encaminha.

Esta é a parte mais delicada: cada vez que a gente se envolve no processo da CRA – às vezes, há a nossa ansiedade, e considero legítima a pressão de que uma norma é suficiente e necessária –, a gente verifica, na prática, e estamos testando agora, que o monitoramento é estritamente essencial. Digamos que eu emita uma CRA hoje no T1 de 10 hectares. Um ano depois, aquela floresta pegou fogo, ou o proprietário tocou fogo, ou houve uma invasão, um ataque. Então, aquele lastro que baseava a emissão da minha CRA deixa de existir. Então, não é só a questão de emissão, solicitação, registro e comercialização. O ponto crucial é estabelecer um sistema de monitoramento transparente, factível, que o mercado entenda e veja se, de fato, esse lastro fisicamente está ocorrendo, o que permite uma negociação adequada.

Então, hoje – não sei se eu já tinha mostrado isso para vocês, Roberta e Mauricio –, a gente está finalizando um módulo de monitoramento que vai permitir analisar ou avaliar esses excedentes. Nós estamos testando isso ano a ano. A nossa intenção, o nosso ideal é que isso fosse semanal, quer dizer, o mais próximo do tempo real possível, porque daria a oportunidade ao investidor na Suíça de dizer: "Olha, quero investir numa CRA. Essa propriedade tem excedente? Quero vê-la. Em que tempo eu posso vê-la?" "Não, você pode ver quatro dias antes como está essa propriedade." "De fato, o ativo existe, de fato o ativo está ali, eu confirmo a operação." A gente está fazendo o exercício doloroso de fazer esse monitoramento ano a ano.

Então, Mauricio e Roberta, esse é um Município no Pará. Esses quadradinhos amarelos são os CARs nesse Município; as áreas em vermelho são áreas de reflorestamento; as áreas cinzas são áreas antropizadas.

A gente está desenvolvendo um processo que a gente julga ser crucial e essencial – ele deve ser considerado nesse processo de elaboração e de emissão da CRA –, que é esse monitoramento de propriedade.

Então, aqui, Mauricio, do lado esquerdo, nesse quadrado ressaltado, é o que havia no ano de 2011. Do lado direito, como você está vendo ali, há uma régua. Consegue perceber, Mauricio? É o que havia no ano de 2016. Então, desse lado, a propriedade está... Foca-se essa propriedade no centro em 2011. Vou mostrar essa propriedade em 2016. Observem a perda de área verde que houve entre 2011 e 2016. Então, se essas propriedades que estão aí no Cadastro Ambiental Rural... Agora, vou colocar: cada pontinho daquele é uma propriedade, em 2011 e em 2016. Aquela propriedade, em 2011, dizia ter um ativo e se elegia para ter uma Cota de Reserva Ambiental; eventualmente, essa cota foi lançada, e você observa depois, em 2017 – isso é um padrão que a gente está vendo, de 2011 e de 2016, com as imagens que a gente tem –, que aquele ativo não existe mais. E aí como é que eu retiro essa cota? Como é que eu garanto esse monitoramento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quer dizer, o regimento, a norma, as regras gerais estão numa fase – a gente vai falar um pouco disso muito rapidamente – de maturidade extremamente avançada, mas esses são processos de tecnologia, isso não é simples. É um conjunto de imagens de 2008, Landsat; de 2011, de 2012, de 2013, de 2014, RapidEye 5x5; de 2015, Landsat; de 2016, Sentinel, que é uma imagem gratuita da Nasa. E a gente espera continuar.

Então, tudo isso está se desenvolvendo para o Brasil todo. A gente está classificando o Brasil todo, já "mosaicamos" o Brasil todo, estamos classificando o Brasil todo para efeito de Código Florestal – para não criar problema com os meus colegas acadêmicos –, o que é verde, o que era antropizado, o que é corpo d´água, para que a gente possa, se povoou, se confirmou a informação, monitorar se a informação é correta e lastrear, de fato, a emissão, a integridade desse patrimônio.

Estou terminando.

Eu só queria fazer algumas considerações sobre o estágio atual, até porque o Observatório tem nos ajudado bastante, o BVRio também. Nós fizemos uma série de reuniões. Nesta semana, nós temos uma reunião decisiva com o Ministério da Fazenda.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Ha também de se entender que, como é um título, o envolvimento do Ministério da Fazenda é essencial. Então, a gente está trabalhando junto com a Secretaria de Política Econômica, com o Ministério da Agricultura.

Há um requisito da lei, que é a certificação e a habilitação. Há entendimentos diferenciados: alguns acham que o sistema CAR pode ser o sistema que certifique e habilite, outros acham que a gente tem de trabalhar com a B3, que é uma empresa que fundiu a Cetip com a Bovespa.

Então, nós estamos fazendo um conjunto de reuniões. O Ministro Sarney Filho determinou que esse assunto fosse debatido com todas as partes afetadas interessadas. A gente hoje tem trabalhado muito com a Federação Parlamentar da Agricultura. Estamos aqui na Comissão de Meio Ambiente. Estive na Comissão de Agricultura. Temos nos reunido com algumas ONGs, mas ainda acho que há um espaço adequado, suficiente e necessário para um conjunto de reuniões que precisamos fazer.

Eu quis, na verdade, não apresentar nenhum contraponto às posições que a gente conhece um pouco do terceiro setor, mas quis tentar demonstrar a dificuldade que a gente tem. No momento de dificuldades orçamentárias pelo qual a gente está passando, esse desenvolvimento não é simples. Isso não acontece do dia para a noite, sem inteligência nacional. Nós temos o apoio da Universidade Federal de Lavras. São horas e horas de desenvolvimento.

A gente entende que a questão da segurança do título é extremamente importante. A gente precisa trabalhar isso. É uma moeda. Nós vamos ter de lastrear essa moeda e de garantir essa moeda no mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Finalizando, a gente acha extremamente estressante esta questão de sinalizar para o mercado que essa cota não é somente de compensação de Reserva Legal.

Quando a gente fala de PCA, isso complica muito mais a nossa vida tecnológica, porque você teria de precificar outros valores, como água, beleza cênica. Mas a gente não pode perder – acho que há um consenso nisso – a oportunidade de sinalizar, nessa norma que em breve será expedida, que há, sim, a possibilidade de a CRA ser também um instrumento inédito de pagamento de serviço ambiental. E é importante que, já neste primeiro momento, o mercado consiga ver isso de forma clara, para formar valores e preços para os diferentes usos do título: poderá ser exclusivamente para compensação e/ou para compensação e Reserva Legal.

Finalizando, pelo que a Drª Roberta colocou, que o Estado do Rio de Janeiro está emitindo CRA, que o Estado do Maranhão está emitindo CRA, a gente está avaliando as CRAs do Maranhão e está muito preocupado com o que lá foi feito. A lei fala no sistema de controle único. É óbvio que o sistema de controle único poderá delegar para os Estados. A gente entende que o Sicar é esse sistema de controle único. Nós estamos desenvolvendo esse Módulo CRA com os pontos que já são consenso e com essas aberturas que colocamos aqui, no sentido de poder sofisticar um pouco mais essa CRA.

Essa preocupação com o monitoramento é essencial, para que a gente não lance um título no mercado que não tenha a garantia suficiente e necessária, para que o mercado pague, para que, de fato, ele tenha o valor correto e para que, com isso, a gente consiga não só remunerar os proprietários que têm esse excedente, mas também trazer benefícios ambientais globais e planetários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Quero agradecer ao Sr. Raimundo Deusdará Filho a brilhante exposição.

Em seguida, passo a palavra ao Sr. Mauricio de Moura Costa, Diretor de Operações e Presidente da BV Rio.com.

O SR. MAURICIO DE MOURA COSTA – Muito obrigado, Senador.

Muito obrigado, meus colegas de Mesa, Drª Roberta Del Giudice, Dr. Raimundo Deusdará.

Nós, no BVRio, temos acompanhado esse tema, já há bastante tempo, desde os debates que levaram o novo Código Florestal a ser implementado, por conta do nosso objetivo, da nossa missão como Instituto BVRio. E, como o BVRio tem uma plataforma de negociação de valores ambientais, a nossa premissa é a de que o mercado é um instrumento da maior utilidade para uma melhor ou mais eficaz implementação de políticas públicas ambientais. E o Código Florestal é uma das políticas públicas ambientais de maior relevância que há hoje no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ela tem impactos enormes e, sendo bem implementada, levará o Brasil para outro patamar de conhecimento e desenvolvimento de seus recursos, da sua área rural como um todo.

Só recapitulando, já foi exposto aqui muito bem tanto pela Drª Roberta quanto pelo Dr. Raimundo o histórico disso. Quer dizer, a CRA é realmente um dos elementos, a nosso ver, mais importantes desse Código, juntamente com o CAR (Cadastro Ambiental Rural), e essas consequências.

Recapitulando, voltando dois passos atrás, um dos elementos centrais do Código é a questão da Reserva Legal, que é a obrigação de os imóveis rurais manterem um percentual de sua área com cobertura vegetal, que varia de 20% a 80%, de acordo com o bioma. Quem não tem essa área composta tem a obrigação de recompor isso através de uma recomposição propriamente dita ou de regeneração no próprio imóvel, que é a regra geral. E há alguns casos em que a lei permite que áreas que já estavam consolidadas, que já estavam abertas até 2008 tenham uma prerrogativa, uma possibilidade adicional, que é a regularização do déficit de Reserva Legal via compensação, através dos instrumentos que a Drª Roberta já identificou aqui.

As CRAs são uma das quatro possibilidades de compensação. Como já foi dito, são títulos nominativos representativos de áreas com vegetação nativa existente ou em processo de recuperação, ou seja, são títulos que, em princípio, representam um excedente da Reserva Legal de determinado imóvel. Foram criadas na sequência ou na sucessão das cotas de reserva florestal do Código antigo e estão agora sendo debatidas e sendo implementadas.

Eu gostaria de ressaltar inicialmente alguns pontos com relação a isso. Isso nos leva à importância desta reunião e das cotas.

Primeiro, falo da enorme quantidade de imóveis rurais que existem no País com déficit de Reserva Legal. Os números ainda não são totalmente conhecidos, existem estimativas, estudos prévios. Agora, com o recolhimento dos dados do CAR, esses números vão poder ser refinados, uma vez que os monitoramentos estejam funcionando na sua plenitude, mas o que se estima é que algo em torno de quatro milhões de propriedades rurais no País têm déficit de Reserva Legal. É um número enorme, compondo algo em torno de 16 milhões de hectares que devem ser regularizados. Os números podem mudar, não são números acurados, mas eles indicam a ordem de grandeza dos desafios que temos pela frente.

O segundo ponto é que a regularização de tanta área, de tantos imóveis, não pode ser feita com um único instrumento. Eles têm vocações diferentes. A regeneração, a recomposição na própria área tem um papel fundamental, mas insuficiente. A compensação tem também o seu lugar e o seu papel, mas é insuficiente. Quer dizer, não existe, a rigor, uma competição completa entre os diversos instrumentos. As áreas que têm vocação para regeneração, para você recompor no próprio imóvel, tendem a seguir esse rumo. E, nitidamente, as áreas de grande vocação de agricultura que tenham sido consolidadas antes do prazo estabelecido na lei de 2008 tendem a fazer apelo aos instrumentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de compensação ambiental, o que tem a sua racionalidade econômica e ambiental no contexto do Código.

O terceiro ponto interessante a ser levantado nesse aspecto é que, entre os instrumentos de compensação, as CRAs são as que têm a maior vocação para serem implementadas em larga escala, que é o que nós estamos falando aqui. Estamos falando de milhões de imóveis, de milhões de hectares.

Os instrumentos mais burocráticos, digamos assim, como a doação de Unidades de Conservação, o arrendamento etc., têm o seu lugar, mas têm limitadores que não trazem grande eficiência ao objetivo da lei. A implementação da lei tem todos os desafios, inclusive o custo, convém ressaltar.

Quanto à composição, quanto aos melhores veículos para você fazer a sua regularização da Reserva Legal, obrigação imposta em geral aos produtores rurais, a questão de custo tem de ser levada em consideração. O objetivo da lei é regularizar os imóveis rurais. E, ao regulamentar os instrumentos, nós temos de estar atentos a isso, para que eles consigam atender sua finalidade.

Dito isso, relativamente ao estado da implementação, acabamos de ver a apresentação do serviço florestal. Acho que todos têm noção do esforço hercúleo empregado na implementação desses instrumentos, do Cadastro Ambiental Rural, com seus módulos, do PRA e das cotas, como também na parte da regulamentação. A regulamentação vem sendo trabalhada há bastante tempo, desde que o Código entrou em vigor. Mesmo antes, já começaram a ser feitos estudos. Nós participamos de diversas análises. Todos nós desta Mesa, inclusive, e da audiência trabalhamos há muito tempo com relação a isso.

Essa regulamentação já tomou vários feitios e está chegando agora a uma forma final. E falo isso tendo em vista a última minuta à qual tive acesso, com a qual trabalhamos.

Eu queria comentar alguns pontos. Em primeiro lugar, falo da questão do papel das quotas. Como disse o Dr. Raimundo Deusdará, nós temos trabalhado juntos há bastante tempo com relação a isso em várias reuniões e encontros, sempre com o mesmo objetivo, mas muitas vezes com visões diferentes, com diversos embates, às vezes mais acalorados, às vezes menos. Mas é importante ressaltar, neste espaço, as visões divergentes, e uma delas é relativa ao papel das Cotas de Reserva Ambiental e à sua regulamentação.

Em primeiro lugar, nós, como iBVRio, temos esse olhar do mercado. A gente entende que o mercado é uma ferramenta essencial para que as cotas cumpram seu papel, para que elas tenham a eficiência que o mercado pode proporcionar.

Por outro lado, em primeiro lugar, nós entendemos que a regulamentação das CRAs, das quais estamos tratando neste momento, não deve ser uma regulamentação do mercado. É uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

regulamentação do instrumento. O instrumento tem de existir, tem de ser bem regulamentado, para que possa atender suas finalidades. E, se ele pode atender suas finalidades, nós chegamos, então, às condições para o mercado poder funcionar. Para o mercado funcionar, ele precisa de oferta e de demanda – temos o suficiente –; precisa de liquidez, que é consequência disso; precisa, consequentemente, que o título seja fungível. Não existe um mercado eficiente se o bem tem características muito diferentes. Temos de tratar do mesmo bem. A lei impõe as diferenças que esse título pode ter em função do bioma em que se encontra, em função do Estado em que se encontra. Então, o título já está bastante segmentado, em biomas, em Estados. Existe, então, potencialmente, algumas dezenas de títulos que podem ser negociados só com esses critérios. Isso, evidentemente, leva a uma redução da fungibilidade do título, a uma segmentação grande do mercado. Nós temos de estar muito atentos para não criarmos segmentações adicionais que possam inviabilizar ou prejudicar a eficiência do instrumento no seu objetivo precípuo.

A regulamentação desse decreto, dessa minuta que está em pauta, atenta para isso. Ela poderia ter se enfronhado mais nas questões de regulamentação de mercado, como foram as minutas iniciais, que foram trabalhadas tempos atrás com propostas do Ministério da Fazenda. Isso foi revertido. A minuta atual está mais focada no instrumento do que no mercado propriamente dito, o que, para nós, é extremamente positivo, mesmo com o olhar de mercado que nós temos sobre esse tema.

E aí isso leva ao segundo ponto que foi tratado diretamente aqui, sobre o qual há divergências grandes entre os diversos segmentos que vêm trabalhando nessa regulamentação, que é relativo ao objetivo das cotas. O objetivo primordial das Cotas de Reserva Ambiental é a regularização da Reserva Legal. Ponto. Não é o pagamento de serviços ambientais. Por mais que se tente interpretar dessa maneira, por mais que eu seja simpático a isso, por mais que muita gente queira fazer dessa maneira, o objetivo da cota é viabilizar a regularização dos imóveis rurais no País com déficit de Reserva Legal. É fundamental que esse instrumento sirva perfeitamente a esse fim.

Ao incorporar objetivos distintos a esse, nós estamos criando dificuldades desnecessárias às cotas, estamos criando complicações. O próprio decreto tem ainda alguns resíduos nisso. Ele foi no sentido de ter uma cota um pouco mais voltada para o seu objetivo, mas há ali menções a que ele represente outros valores, outros pagamentos de serviços ambientais etc. O resultado dessa divergência de concepções, que está nesse grupo de trabalho que vem trabalhando nesse decreto, é a existência de artigos que têm alguns atritos que teriam de ser resolvidos depois.

Mas, de maneira mais conceitual, voltando ao tema, ainda que seja dito que a cota tenha outros objetivos, a cota tem o objetivo de regularizar a Reserva Legal. O pagamento de serviços ambientais pode ser um elemento que crie empecilhos adicionais e desnecessários a essa ferramenta. O objetivo nº 1 é a implementação do Código Florestal, especificamente na questão do déficit da Reserva Legal. É um passo a mais. Diretamente nessa função, o objetivo da lei pende muito mais para que o produtor rural possa se regularizar do que para que o detentor daquela reserva tenha uma remuneração. Há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

diversos aspectos na lei que levam, inclusive, a essa constatação. Por exemplo, você pode emitir cotas diárias que não representam áreas conversíveis, áreas que podem ser usadas para outros fins, áreas que já estão protegidas, seja porque é a própria Reserva Legal do pequeno produtor ou do produtor familiar, seja porque está numa área de Mata Atlântica, que já está protegida, e por aí vai.

Então, há vários exemplos que demonstram que o objetivo da lei, na sua sistemática, é facilitar o desafio hercúleo que é a regularização da reserva ambiental no nosso País.

Dito isso, eu queria ainda avançar para outro ponto, qual seja um instrumento bem regulamentado e que possa dar azo a um mercado eficiente e, consequentemente, facilitar o cumprimento da lei. A burocracia é algo que deve ser estudado com muito cuidado e evitado nos diversos aspectos da vida de uma cota: sua emissão, sua criação, sua negociação e transferência, seu uso e seu cancelamento.

Um dos pontos que está previsto na lei – o decreto, consequentemente, não pode alterar, mas, já que estamos aqui, numa Casa Legislativa, convém ressaltar – é a necessidade de se averbar uma Cota de Reserva Ambiental na matrícula do imóvel. Isso é um dispositivo completamente extemporâneo que não condiz com a modernidade que veio a ter a questão da Reserva Legal na nova lei. A lei anterior previa, expressamente, que a Reserva Legal deveria ser averbada na matrícula do imóvel, num procedimento cartorial.

A partir do momento em que criamos o Cadastro Ambiental Rural, que é um registro público, eletrônico, condizente com a modernidade dos nossos tempos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURICIO DE MOURA COSTA – Já termino.

Nós temos um cadastro dessa envergadura, dessa sofisticação. O legislador entendeu por bem que a Reserva Legal não precisa mais estar registrada, averbada na matrícula do imóvel, o que é completamente condizente com o espírito da nova lei. No entanto, por alguma razão um pouco inexplicável, se você resolve emitir uma cota, a lei diz que essa cota tem de ser averbada na matrícula do imóvel, criando uma situação completamente incondizente com a regra geral da Reserva Legal. A cota nada mais é do que uma Reserva Legal titulada. Não há motivo de segurança jurídica, motivo nenhum, para que essa seja uma exigência da lei.

O decreto não pode alterar esse fato, mas fica o ponto, a recomendação de que, em havendo oportunidade de eliminar esse dispositivo da lei, isso facilitaria, seria extremamente útil para a mobilidade das cotas a fim de que elas atinjam o seu fim.

Quero pontuar ainda um aspecto que foi levantado pelo Deusdará sobre o cancelamento quando se perde o lastro. Sim, é fundamental haver monitoramento e controle do lastro. Porém, é fundamental que, nessa relação, o beneficiário da cota, aquele que adquiriu a cota seja protegido na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

medida em que ele não foi responsável por aquilo. Em havendo perda de lastro, devem ser usados todos os mecanismos para que a responsabilização caia sobre o vendedor da cota, e não sobre aquele que a adquiriu. Caso contrário, cria-se uma insegurança jurídica que inviabiliza completamente o papel da cota.

Por fim, o último comentário – acho que isto é condizente também, e estamos todos de acordo aqui – é que a regulamentação está atrasada, sem nenhum demérito, haja vista os esforços enormes que estão sendo feitos por todos os envolvidos. A lei foi aprovada em 2012. O prazo final de regularização e, consequentemente, de uso da cota inicialmente era 2015. Isso foi adiado. No bojo dos adiamentos do CAR, carrega-se junto essa postergação. Se realmente o ano de 2015 tivesse sido respeitado como prazo, as cotas já não teriam mais razão de ser – não teríamos nem debatido aqui. Mas, como houve atraso e adiamentos sucessivos – quatro adiamentos da cota do CAR, e aparentemente está sendo proposto mais um, o que, a meu ver, é injustificável, tendo em vista que as dificuldades de cadastramento não são técnicas –, há uma morosidade do setor esperando a possibilidade de adiamento, o que é deletério para a lei como um todo.

Enfim, em se avançando na implantação do Código, é fundamental que as cotas estejam aptas a serem utilizadas o mais rapidamente possível, para que elas auxiliem a efetiva implementação da lei, para que não caia em descrédito uma lei tão importante como o Código Florestal e para que aqueles que precisam se regularizar tenham todos os instrumentos que estão à disposição da lei, e não simplesmente parte deles.

É fundamental avançarmos, o mais rapidamente possível, na criação dos instrumentos necessários para o uso da cota, quais sejam a regulamentação, o decreto que está sendo discutido aqui, e o Módulo CRA, que foi mencionado aqui pelo Serviço Florestal Brasileiro.

Era o que gostaria de dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu gostaria de agradecer ao nosso palestrante Mauricio de Moura Costa, que fez esclarecimentos muito importantes.

Este Presidente tem algumas perguntas a formular em nome dos Senadores aqui. Poderia um dos três responder, ou os três, se acharem pertinente.

A primeira pergunta é a seguinte: uma crítica comumente desferida à efetividade das Cotas de Reserva Ambiental é o fato de elas não aumentarem a quantidade de área preservada. Busca-se apenas a compensação do que a lei impõe que deva ser conservado, transferindo-se de um lugar para outro dentro do mesmo bioma essa obrigação. Como os senhores veem essa crítica? Que adequações legais e administrativas poderiam ser feitas para otimizar o papel das CRAs como instrumento de conservação ambiental e de desenvolvimento sustentável?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Prefere que eu faça as três perguntas? Pode estar uma junto com a outra, não é?

Faço a segunda: sabemos que uma floresta madura, em estágio avançado na sucessão ecológica, presta muito mais serviços ambientais do que uma que se encontra em estágio inicial de amadurecimento. No entanto, da forma como foram instituídas no Código Florestal, as Cotas de Reserva Ambiental estabelecidas nessas diferentes condições sucessionais terão o mesmo valor para fins de compensação legal. Na opinião dos senhores, é interessante, do ponto de vista da efetividade do instrumento como provedor de serviços ecossistêmicos, que o mercado precifique diferentemente esses diversos graus de amadurecimento vegetacional? Se é assim, como fomentar essa ação?

E a terceira pergunta é: a utilização das Cotas de Reserva Ambiental deve ser feita primeiramente onde esse instrumento é mais necessário, isto é, onde faz diferença para o provimento dos serviços ecossistêmicos, com menor prejuízo para atividades econômicas. O Governo Federal já determinou as áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade. Além disso, devemos levar em consideração a importância ecológica de uma região e o risco e as pressões por desmatamento a que estão submetidas. O que poderia ser feito para se fomentar que as CRAs sejam instituídas prioritariamente nessas áreas de maior importância e urgência para a conservação da biodiversidade?

Ficam livres os três para responderem.

Drª Roberta, por favor!

A SRª ROBERTA DEL GIUDICE (*Fora do microfone.*) – Posso responder a primeira?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Isso! Pode.

A SRª ROBERTA DEL GIUDICE – Sobre o primeiro ponto, as cotas vieram no momento em que era necessário instituir regras de transição para a implementação do Código. Então, realmente, elas não ampliam a área protegida. Elas servem para compensar aquilo que foi desmatado ilegalmente.

Mas, a partir do momento em que você traz mais produtores rurais para a legalidade, você faz uma fiscalização da implementação do Código, que é uma norma que já tem mais de um século, se contarmos todos os códigos que foram instituídos anteriormente, mas que nunca conseguimos implementar.

Então, ela busca, neste momento de transição, a implementação do Código Florestal. Aí se abre mão dessa ampliação de área protegida para se buscar a implementação da lei e a proteção daquilo que ainda não foi desmatado e que está preservado.

A biodiversidade que você encontra em uma área que nunca foi desmatada nunca vai ser alcançada em uma área que vai ser recuperada dentro de uma propriedade privada, e ainda pode não haver conectividade com outras áreas de floresta. Por isso, realmente, há este aspecto de não haver uma área nova sendo protegida, reduzindo a proteção que se daria se fossem implementadas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

reservas legais no interior desses imóveis. Mas há o ganho de proteger áreas de floresta com biodiversidade intacta que poderiam ser legalmente desmatadas.

Em relação à implementação de áreas, na verdade, o Código já traz alguma coisa relacionada a isso: fora de um Estado, você só pode compensar em áreas que foram definidas pela União e pelos próprios Estados como prioritárias para compensação. Dentro de um mesmo Estado, essa localização das cotas é um pouco mais complicada. O mercado age por si. Em uma área em que foi criada uma cota, ele vai procurar ali buscar um preço que seja mais acessível para implementar o Código dentro da propriedade dele.

Então, eu acho que, se a gente começar a definir como você vai criar corredores ecológicos, a gente poderia utilizar essa via, que já foi constituída pelo Código, de criar áreas prioritárias para compensação fora dos Estados, mas, no interior do Estado, eu acho que poderia complicar o funcionamento desse mercado. Eu não sei como isso poderia se dar de uma forma que fosse realmente eficiente e efetiva na preservação e na implementação da lei.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone.*) – Ótimo! Obrigado.

Mais alguém gostaria de responder?

O SR. MAURICIO DE MOURA COSTA – Reiterando bastante o que disse a Drª Roberta, (*Fora do microfone.*) as cotas, efetivamente, não aumentam a quantidade de área protegida. Um equívoco seria entender que as cotas teriam esse papel. Elas não têm esse papel. Não é um defeito da cota; consequentemente, esse suposto defeito não deve tentar ser corrigido por vias indiretas. É uma característica da cota. A cota tem como característica uma função: a compensação da reserva legal.

Os ganhos ambientais da cota, não obstante, como muito bem foi salientado pela Drª Roberta, são enormes. Não é que haja um remédio para todos os males, mas eles são enormes. Você está ajudando a conservar, a preservar uma área que estaria sujeita à conversão de área, que poderia ser transformada, legalmente, em área de cultivo, com toda a biodiversidade intrínseca de uma área de vegetação nativa, e forçando aquele potencial adquirente a regenerar uma área degradada, uma área que estava em agricultura, em produção, seja lá o que for.

Os ganhos ambientais são incomparáveis pelo uso da cota, tanto pela maturidade da própria área que já está testando todo o seu serviço, quanto pela questão dos próprios corredores. As áreas dentro dos próprios imóveis tendem a ficar ilhadas, e você depois tem outro objetivo de ajudar a compor os mosaicos e os corredores.

Eu queria tocar num ponto específico levantado pelo Senador, que é a precificação diferente. Uma cota que representa uma área mais rica em biodiversidade deve ter um preço maior do que outra? Quem dita preço é o mercado, e essa diferenciação de preço só ocorreria se a gente criasse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

diferenciações na cota. O decreto já aponta isso, diz lá quais são os serviços que ela tem, o que, a meu ver, é um erro. As diferenciações na cota têm uma razão direta de perda de fungibilidade. Perdendo-se fungibilidade, há um mercado mais segmentado, e um mercado mais segmentado é um mercado menos eficiente. Então, isso deve ser, a meu ver, evitado a todo custo.

A remuneração de outros serviços ambientais deve ser feita por outras vias. O comprador da cota – o proprietário rural tem um passivo enorme, e, se juntarmos a coletividade, estamos falando de valores multibilionários, de centenas de bilhões de dólares potencialmente para regularizar a sua situação – compra uma regularização de reserva legal. Se você quer um comprador para remunerar serviços ambientais, você tem de criar essa demanda por outros meios, seja voluntariamente, seja através de outros instrumentos, um instrumento do Código. O Código Florestal criou uma demanda necessária, e essa demanda tem de ser atendida da melhor maneira possível.

E aí fica a questão: e a priorização de áreas? A Drª Roberta salientou perfeitamente a questão das áreas prioritárias para compensação entre Estados, que só pode haver quando há uma priorização. No interior do Estado e em outras áreas, há outros instrumentos que podem favorecer ou não determinada área, determinado mosaico de maior relevância, como, por exemplo, instrumentos financeiros de crédito ou desonerações etc., com que se tente orientar para que lado vai a demanda e a procura, mas que não interfiram de maneira rígida, inviabilizando um instrumento que é, por excelência, de mercado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Agradeço muito ao Dr. Mauricio.

Passo a palavra ao Dr. Raimundo.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Posso fazer uma colocação a esse respeito?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – É lógico!

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Depois, a gente vai ter um espaço para fazer as considerações gerais?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Vai dar ter um fecho.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Eu queria, de certa forma, agregar alguns comentários ao que o Dr. Mauricio vem falando.

A preocupação de quem apresentou essas perguntas está muito voltada a uma discussão que não está madura, pelo que disse o Mauricio – pelo menos, é a posição do BVRio, que é uma organização de mercado –, com relação à possibilidade de haver pagamentos de serviços ambientais via CRA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Há de se entender que, inicialmente, na Cota de Reserva Florestal, a gente restringiu a possibilidade da emissão da cota em microbacias. Isso se tornou uma coisa muito, muito, muito restrita. Então, além disso, há outros vários fatores de fracasso, como monitoramento, transparência, entendimento, tecnologia. O que a gente evoluiu do ponto de vista de monitoramento de dez anos para cá é algo assustador.

Nesse novo Código Florestal, esta Casa entendeu que essa compensação poderia acontecer entre biomas. Então, hoje, a compensação acontece entre biomas e acontece de forma genérica, não respeita, por exemplo, aquilo que o nosso cidadão perguntou: uma árvore madura é mais importante que uma árvore jovem? Um campo limpo é mais importante que um campo sujo? Uma Caatinga arbórea é mais importante que uma Caatinga rala?

Hoje, o pagamento da cota está relacionado ao bioma. Dentro do bioma, há vários ecossistemas, várias populações, várias comunidades, e, às vezes, há um indivíduo absolutamente peculiar, raro. Infelizmente, a cota não consegue atingir ainda essa estratificação que seria a ideal do ponto de vista de termos a remuneração devida ao produtor e ao meio ambiente.

Acho que essas três preocupações quanto a áreas críticas... A possibilidade de haver diferenciações de cotas mais relevantes ou não ou mais valiosas, *blue chips* ou cotas que tenham um valor de mercado maior, se o mercado entende que aquilo é importante porque aquilo acontece, está muito associada a essa discussão de cotas não só exclusivamente destinadas para a compensação de reserva legal, mas também e/ou para fazer pagamentos de serviços ambientais.

Acho que essa é uma abertura, Mauricio. Por mais que haja essa preocupação de vocês, que são de mercado – e entendo isso –, não podemos deixar de dar uma sinalização para o mercado. Não digo que tenhamos de, imediatamente, desenvolver esse mecanismo, mas não podemos perder a oportunidade de sinalizar para o mercado que isso existe, sim; que é objeto da lei, sim, haver essa possibilidade.

Eu já posso falar em cima dos comentários que ele fez?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone*.) – Pode.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Posso? Muito obrigado, Presidente.

São cinco comentários a respeito do que o Mauricio e a Roberta colocaram.

Quanto à fungibilidade, estamos preocupados com isso e estamos discutindo sobre isso, porque, se não houver fungibilidade, não haverá transação; não havendo transação, "micou".

Há uma informação que você deu, e me parece que preciso ajustar isso com você. Você falou que cerca de quatro milhões de proprietários têm déficit. Hoje, há 4,250 milhões de proprietários inscritos no CAR. Se quatro milhões têm déficit, não há mercado, porque não há excedente. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

parece-me que temos de corrigir isso. São 4,250 milhões de propriedades no CAR. Se você disse que 4,250 milhões... E aí dentro está o art. 67, que trata do pequeno produtor, que não pode, por questões legais, na situação do art. 67 – não entenda que o produtor pequeno não pode fazê-lo –, emitir CRA. A discussão me parece etérea, porque, se isso for verdade, não há excedente; se não há excedente, não há transação por déficit. Se o déficit for muito, muito, muito maior do que o excedente, não vejo a viabilidade da CRA.

Não é essa a hipótese com que trabalhamos. Nós trabalhamos com a hipótese declarada; são as bases do CAR. As coisas têm de ser feitas com serenidade, com calma. Os dados declarados no CAR hoje são de que em torno de 51% das pessoas têm algum tipo de passivo. Eles declaram ter passivo. Desses 51% que declaram ter um passivo – "devo, não nego, e quero pagar" –, a maioria, cerca de 54% querem fazer compensação entre propriedades. Eu resolvo comigo mesmo. Eu tenho uma propriedade com passivo em Anápolis e quero resolver isso em Pirenópolis ou em Jaraguá, em Goiás, dentro do próprio bioma. Outra parte disso, 21%, quer recompor, quer regenerar, quer deixar o mato crescer e construir, resgatar o seu passivo. Outra parte, que é menor ainda, mas que extremamente expressiva, é a parte que quer compensar. E, para compensar, aparece a CRA.

Considerando que essa informação é posterior ao preenchimento da CRA e foi feita num passado recente, mas que é passado, em que não houve a informação necessária ao produtor de que a CRA seria uma boa solução, essa informação é extremamente importante. Essa informação foi capturada dois ou três anos atrás. Mesmo assim, há no imaginário do produtor a possibilidade de algum percentual ser dado através de CRA. Por isso, o PRA, desenvolvido, já prevê a possibilidade da CRA. Esse é um argumento.

Sobre o segundo argumento, acho que a gente tem de ter certo cuidado, porque parece que a CRA agora virou o único instrumento para a implementação do Código. Gente, o Código é enorme, é gigantesco. Trata de manejo do fogo, PRA, CRA, reposição florestal, manejo florestal comunitário, instituição florestal. A gente tem de ter certo cuidado de colocar que a implementação do Código está na necessidade da regulamentação da CRA. Isso também não é uma verdade absoluta, porque o Código hoje está sendo implementado e essa discussão da CRA está cada vez mais acirrada e mais imediata em função da implementação do Código. Hoje, a gente conhece as propriedades e posses rurais. São 411 milhões de hectares. Não haveria CRA se a gente não conhecesse o Território nacional, o perfil das propriedades fundiárias, tanto é que o Cota de Reserva Florestal, mesmo sendo reducionista, não funcionou.

Há outra coisa, Mauricio, que a gente tem de colocar. É uma sopa de letrinhas, Senador. Fico imaginando... Eu, que sou analógico, às vezes, preciso apertar a tecla SAP.

"A CRA está atrasada." Algo só está atrasado quando há um tempo marcado para se fazer. Para a CRA, não há prazo para ela acontecer. O que houve foram adiamentos de prazo para povoamento do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

CAR, do Cadastro Ambiental Rural, que, de fato, já tem uma sequência de renovações, o que não dá estabilidade ao meu banco de dados.

Mauricio, imagine 2,6 milhões de hectares entrando mensalmente e quatro milhões saindo mensalmente. Será que esses dois milhões de hectares que estão entrando são com excedente ou com passivo? Esses que estão saindo eu sei que são cadastros espúrios.

Então, nós precisamos, do ponto de vista de TI, de estabilidade desse banco. Isso, realmente, impacta em você ter uma análise depurada e decupada do banco para saber quem tem excedente e quem tem passivo, na medida em que esse banco está sempre sendo movimentado, com o ingresso de volumes robustos, e você tem, cada vez mais, de movimentar a análise para saber quem está na possibilidade de excedente ou passivo.

Dadas as colocações do Mauricio e da Roberta, digo que estamos sempre com o mesmo objetivo. O Governo tem a responsabilidade maior de fazer a emissão, a normatização. Eles acompanham isso com a visão de mercado, com a visão do terceiro setor. A gente está sempre procurando o caminho melhor.

Este debate, em dois ou três pontos... A gente não valoriza os consensos. Tenho a certeza de que, em 80% da nossa minuta, há consenso. Nós temos 20% de dissenso, e isso mostra claramente que precisamos debater mais.

Senador, o senhor é do mundo político, do mundo da tribuna e da legislação e sabe que, às vezes, se a gente não consegue a maturação suficiente e necessária para colocar uma norma, independentemente das questões de segurança, sem que ela tenha sido muito discutida – e o processo de discussão prevê renúncias, prevê situações em que você precisa, de fato, consolidar o diálogo –, a gente corre o risco de colocar uma norma ineficiente.

Mauricio, eu não queria refutar, nem queria gerar um clima beligerante com o que você colocou, mas a sua própria preocupação nesse ponto crucial... Eu acho que o decreto sinaliza apenas para a possibilidade de uma CRA de PCA, e se sobre isso não há consciência... E, em algumas outras coisas, a gente concorda com você plenamente.

Na perda do lastro, o emissor tem de ser o responsável. Você não pode transferir para aquele sujeito de boa-fé que acreditou no proprietário que tem excedente e que, irresponsavelmente, acaba com aquele lastro... "Eu fui comunicado?" Não, tem de transferir essa responsabilidade para o emissor. Essa é uma preocupação que a gente tem. Concordo plenamente.

Então, acho que temos muita coisa para discutir. Estamos avançando. O assunto não é simples, o assunto é extremamente complexo. Digo para vocês que isso é um diamante. Não podemos, assim como não jogamos pérolas para os porcos, que foram o CAR e o PRA, jogar o diamante, que é a CRA, em uma situação de insegurança, em uma situação de inviabilizar um produto, que talvez seja um dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mais eficientes, um dos mais inéditos. Será o mais inédito do mundo, inclusive para pagamento de serviços ambientais.

Muito obrigado, Presidente. Desculpe-me se me adiantei no horário.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu agradeço muito.

Vou, agora, tomar a liberdade de fazer algumas perguntas feitas pelo consultor e algumas feitas pelo e-Cidadania, que é, na verdade, um programa interativo. Todo o País está participando, ouvindo. Isso é muito importante.

Vou fazer cinco perguntas, e pode ser que haja uma interface entre elas. Ficará muito mais simples a resposta.

A pergunta do consultor que vai trabalhar com as audiências públicas é a seguinte: "Um dos receios da sociedade é quando a norma mais atrapalha do que ajuda. Nesse sentido, que conteúdos mínimos deveriam constar nesse regulamento a ser baixado para as CRAs? E do que, em hipótese alguma, a norma deveria dispor?" Essa é a primeira pergunta.

A segunda é de Mario Cardoso, do e-Cidadania: "Como garantir que a cota de Reserva Legal seja respeitada na venda ou no desmembramento do imóvel rural?"

Mario Cardoso ainda pergunta: "A falta de integração entre os cartórios de imóveis, em especial entre diferentes Estados, não representa um obstáculo à implementação da CRA?"

Há uma pergunta específica para o Raimundo Deusdará: "Quanto tempo ainda é necessário para que o mapeamento e a digitalização das informações espaciais de todo o Território nacional estejam completos?"

Finalmente, leio a última pergunta: "As Cotas de Reserva Ambiental são fundamentais ao meio ambiente, mas, ao mesmo tempo, precisamos ser ponderados para não frear demais o crescimento econômico brasileiro e prejudicar as gerações futuras." Essa é mais uma afirmação, um depoimento dele.

Então, deixo livre para os nossos convidados responderem.

Primeiro, fala a Roberta.

O SR. ROBERTA DEL GIUDICE – Obrigada.

Vou começar pelo final, sobre a afirmação de que as cotas podem frear o crescimento econômico. Na verdade, hoje, a gente pode aumentar a nossa produção agrícola sem desmatar nenhum hectare de terra. Então, é só utilizar melhor, tanto para gado quanto para grãos. Você não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

precisa desmatar mais para aumentar a produção agrícola nacional. Essa preocupação, na verdade, não tem relevância.

Em relação ao que deve ser previsto na norma, o ideal seria que a norma versasse sobre quais são os procedimentos, sobre o fluxo de emissão dessas cotas, sobre como se dá entrada, sobre quem é que dá entrada, sobre a responsabilidade sobre elas e que deixasse bastante espaço para o mercado negociar e colocar seus termos nos seus contratos de negociação de cotas, termos como formas de pagamento e outros.

Em relação à falta de integração dos cartórios, é este exatamente o ponto que eu acho que não deveria constar na regulamentação: essa burocratização das cotas. A averbação da reserva legal foi pedida antes de ser retirada. A averbação da reserva legal já constava na lei há quase 20 anos e nunca foi efetiva. Não foi a determinação de que a reserva legal fosse averbada nos cartórios que deu alguma efetividade ou segurança jurídica para a existência dessas reservas legais.

Então, se você começa a engessar a regulamentação – tendo que ter um registro da cota na hora da emissão, tendo que ter um registro da cota na hora da negociação, no imóvel que adquiriu, que compensou, no imóvel que ofertou –, você acaba encarecendo esse mercado de cotas, inviabilizando o mercado, e não há nenhuma efetividade de controle da vegetação. Da mesma forma, não há uma efetividade no controle da vegetação quando você faz um registro em uma instituição, a única instituição no Brasil que faz esse registro – era Cetip; agora virou tudo a mesma instituição. Isso não traz nenhuma segurança jurídica para essa negociação. O que tem de haver é monitoramento; monitoramento pelos Estados, pelos órgãos de controle. E esse monitoramento, na verdade, tem de haver em toda a implementação do Código Florestal. Então, ele é necessário em qualquer reserva legal: na reserva legal que está dentro do próprio imóvel e na reserva legal que está compensada em um outro imóvel.

O último ponto aqui refere-se a desmembramento e venda. A responsabilidade sobre a cota segue a coisa. Ela é uma responsabilidade *propter rem*, quer dizer, ela acompanha aquele imóvel. Se você desmembrou o imóvel e a cota foi para um e para outro, ela permanece como cota e acompanha aquele imóvel, na forma em que ele foi desmembrado, da mesma forma que ele acompanha o imóvel que foi negociado. Quando você compra o imóvel, você tem um ônus, que é uma emissão de uma cota em seu imóvel, e ele tem que permanecer, pelo período que você instituiu ou pelo período que você já negociou, acompanhando aquele imóvel, mesmo que seja sob outra titularidade. Da mesma forma é a reserva legal. A reserva legal também é *propter rem*; ela acompanha a coisa.

Então, a cota é praticamente uma reserva legal, só que de outro imóvel dentro de um imóvel de alguém que tinha excedente em reserva legal.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Quero agradecer à Drª Roberta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Passo a palavra ao Mauricio.

O SR. MAURICIO DE MOURA COSTA – Muito obrigado, Presidente.

Eu queria aqui, começando pela primeira: o que deve haver e o que não deve haver na regulamentação. Neste ponto, eu gostaria até de ressaltar que há mais consensos na minuta do que dissensos. Eu concordo integralmente com o que foi dito pelo Dr. Deusdará. A minuta, a meu ver, está muito boa. Acho que há pontos de divergências que são efetivamente minoritários. Aliás, concordo com todas as observações que o Dr. Deusdará fez há pouco tempo. Nós concordamos em praticamente tudo, menos no uso para o PSA.

Quanto aos números, é interessante saber os números já mais frescos de quanto existe de demanda e oferta. Pelo que eu entendi, pelo que hoje está registrado, dos quatro milhões, 50%, ou seja, dois milhões de imóveis teriam algum déficit, algum tipo de regularização a fazer, e ainda faltam, creio eu, cerca de dois milhões de imóveis a se cadastrarem. Vamos conhecer isso melhor quando os dados forem tratados, e têm que ser tratados com cautela e com seriedade, sem dúvida nenhuma.

Quanto ao que não deve haver e ainda está lá porque está na lei: a questão do cartório, que leva à segunda pergunta, sobre o desmembramento. Efetivamente no desmembramento a cota acompanha, e o comprador deve tomar as precauções necessárias, como ele hoje tem que tomar, de não só ver o registro da matrícula, como ver a situação cadastral no CAR. Ver se o imóvel tem ou não tem uma reserva legal, se ele tem ou não tem uma cota emitida ou uma cota associada à sua regularização. Não faz falta absolutamente nenhuma o registro em cartório. Muito pelo contrário, a pulverização dos cartórios, a falta de informatização, tudo isso só onera o processo. Seria de todo conveniente eliminar essa exigência numa possível revisão legal.

Desenvolvimento e sustentabilidade, meio ambiente e produção; essa sem dúvida nenhuma é a tensão latente que permeia todo o código, todos os debates, toda a regulamentação. Você tem dois interesses legítimos que se contrapõem, e o ideal é avançar para um consenso, para uma área de consenso, onde essa tensão evolua para um equilíbrio, ainda que instável e o tempo inteiro evolutivo, mas é importante ter em mente que nós estamos tratando de uma resolução, de uma tensão permanente acerca do uso do solo na nossa terra. Não há como evitar isso.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Com a palavra agora o Dr. Raimundo para o encerramento desta audiência pública.

Ele poderá inclusive fazer uma síntese do que desejar.

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Muito obrigado, Senador. Eu fico muito feliz com esse tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Houve uma pergunta que me foi diretamente direcionada: qual o tempo necessário para o mapeamento do Território nacional? Eu me senti até, assim, meio que um super-herói, porque nós estamos falando de 850 milhões de hectares; e estamos falando, na base do Cadastro Ambiental Rural, de 411.

Esse cidadão que me deu a oportunidade de fazer esta resposta, pode acessar a nossa apresentação?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Ah, é do consultor? O.k. Então, se for o caso, até lhe passo aqui.

Aquilo que eu mostrei é uma classificação que foi feita em cima de imagem de RapidEye. Ela é de varredura. É um algorítimo, mas é semipresencial. Isso significa dizer que há 120, 100 pessoas ali cuidando de fazer os ajustes necessários, porque, quando você compara Landsat com RapidEye, 30 por 30, 5 por 5, você tem problema de brilho, você tem problema de reflexo. Essa Caatinga, por exemplo, quando você compara de um ano com o outro, de repente ela está verde, de repente ela virou cinza. Então, é um trabalho de um esforço muito grande e oneroso que a gente fez para poder ter essa base na análise.

Quer dizer, esse trabalho não é um trabalho científico do ponto de vista de dizer que aquilo é floresta, aquilo é campo; é no sentido de você dar as feições que o Código Florestal traz, que são áreas antropizadas – aquelas desmatadas até 2008, que têm alguns benefícios –, corpos d'água, apicum, mangue, vegetação – o verde, não é? E nesse sentido a gente está desenvolvendo. Desenvolvemos 2011 e estamos terminando agora os mosaicos até 2016. Isso é um trabalho, assim, meio que de formiguinha. Se eu tivesse que colocar um tempo para que isso aconteça, eu extrapolaria a minha ousadia de planejador, de gestor.

Agora, a nossa intenção, sim, é ter esse monitoramento o mais próximo possível da realidade. Nós estamos estudando a possibilidade de haver imagens de serviço – há aí uma constelação de satélites novos. A ideia é que essa CRA vá junto com o papel. Não com o papel, mas com o certificado digital, que tem os metadados da reserva legal, com o dia em que foi verificado, a última vez em que foi verificado. Quer dizer, a gente está pensando no limite máximo de sofisticação para tentar fazer o ideal de operação, mas sempre tendo essas restrições de pessoal e financeira.

Antes que você complemente a pergunta – sem querer extrapolar o nosso Senador –, eu queria fazer um complemento à resposta da Roberta e outro à do Mauricio. Realmente, burocracia custa. Cada pedágio que a gente botar nisso – não é, Mauricio e Roberta? –, cada pedágio que nós colocarmos na transação da CRA tira a atratividade da CRA. As pessoas vão tender a ir para outra opção. Então, eu concordo com a BVRio, com o Observatório que a gente precisa ter um cuidado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

extremo de não criar controles, ou passos, ou procedimentos que onerem a transação da CRA. E a gente precisa ser criativo nisso também, dentro, óbvio, do arcabouço legal.

Com relação ao desmembramento, nós temos que ter um certo cuidado, porque o CAR está relacionado a informações declaradas; a CRA é em cima de propriedades. Então, a gente tem que ter um certo cuidado com essa questão fundiária para que não caiba para o serviço florestal, por exemplo, ser o juiz de decisões de conflitos fundiários. Ao mesmo tempo em que a gente fica preocupado com a entrada do cartório, com o que a própria lei diz, a gente também fica preocupado: será que a gente tem condições de assumir isso? Será que a gente precisa ter um outro ponto de checagem mais simples, ou passível de auditoria, ou verificado por amostragem? Mas, assim, é ponto pacífico, eu acho que é um ponto comum nosso que a burocracia não é salutar nesse sentido.

Quanto à norma, o Mauricio colocou um ponto que eu queria ressaltar. A gente chegou ao entendimento de não transformar o possível decreto num tratado, como o código virou, com todo o respeito. A ideia é que você dê princípios gerais – e do equilíbrio perguntado é importante –, e que a gente vá normatizando, a gente vá fazendo normas operacionais à medida que a CRA for funcionando, que a gente for vendo obstáculos, vendo necessidade de adaptação. Porque, se a gente faz uma coisa engessada – e o código me parece que já trouxe muitas informações sobre isso –, a gente corre o risco de que, num ato dinâmico, como é emissão, compra, comercialização, cancelamento, talvez regular, tirar do mercado, colocar mais; se você coloca um decreto muito, muito, muito querendo prever tudo, pode gerar uma situação de colapso na gestão ou de ineficiência ou ineficácia de aplicação da norma.

Eu acho que há um consultor do senhor ou da Casa que queria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO – Não? O senhor declina? Depois, aqui está o Carlos Eduardo, que é o diretor de cadastro; o Pedro, que é assessor técnico; o Prado, que é economista; a Cássia, que também é economista; a equipe do CRA, poderosa equipe do CRA, de quatro pessoas, fora a universidade, que está conduzindo a parte de negociação nesse sentido.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu agradeço muito e agradeço aos convidados, que deram depoimentos importantíssimos para todos nós.

Eu mesmo sou Relator do Projeto Pantanal e estou criando o Fundo do Pantanal, em que eu pretendo fazer uma certa remuneração para os serviços ambientais. Eu quero conversar bastante com vocês para trocar ideias de como criar esse fundo – tipo o Fundo Amazônia, mas o do Pantanal poderia ser um pouco diferenciado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas me ativou muito a memória o fato da CRA. Não sei se é um instrumento, podem ser outros, mas é importante. Falei como Ministro Sarney, e ele pediu que eu levasse mais ou menos formatado. Ele tem a maior boa vontade quanto a isso. E o Executivo estará aberto a isso. Porque existe certo conflito entre produtores rurais e ambientalistas, e nós não queremos que haja isso, queremos que haja um limite. Uma área de proteção do Pantanal é fundamental, mas, para isso, é necessário que haja a remuneração dos serviços ambientais também nesse sentido.

Então, peço permissão para vocês para, depois, procurá-los, porque vai ser extremamente importante.

Muito obrigado.

Vamos agora à segunda parte da nossa reunião, a parte deliberativa. (*Pausa.*)

Dando continuidade à nossa reunião, vamos agora à parte deliberativa.

Análise de requerimento.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 28, de 2017

- Não terminativo -

Requerem, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de debater a revitalização da bacia hidrográfica do rio Parnaíba.

Autoria: Senadora Regina Sousa e outros

Observações:

1. Constou da pauta em 8/8/2017.

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou o Requerimento nº 32, de 2017, em 5 de julho de 2017, que trata do mesmo assunto.

Com a palavra a autora, Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sr. Presidente, como o senhor mesmo falou, já foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Regional o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

requerimento, e a gente quer fazer em conjunto para não ficar debatendo a mesma coisa, porque tem tudo a ver.

Há um projeto, inclusive, do Senador Elmano, que é piauiense também, de revitalização da bacia. O projeto de lei já foi apresentado à Comissão. Então, a gente quer debater esse assunto, trazendo os aqui órgãos mais ligados, como as duas Secretarias de Meio Ambiente do Piauí e do Maranhão, que têm a ver, e a Codevasf, principalmente.

A Codevasf, pouca gente sabe, tem um p: é Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Só que esse p é esquecido, não o colocaram nem na sigla, porque não daria para pronunciar. Então, a gente está cobrando que a Codevasf se volte um pouco para o Rio Parnaíba, que é um rio importantíssimo – eu não digo divide – que une o Piauí e o Maranhão. É preciso que tenhamos cuidado, porque ele está sofrendo grandes ataques, principalmente com a plantação de cana na beira do rio. Isso está muito sério em alguns Municípios.

Por isso, convido ainda a representação da Associação de Prefeitos, porque há muitos Municípios ribeirinhos que vivem do rio; e a Fundação Rio Parnaíba.

Esses convidados foram escolhidos juntamente com o Senador Elmano para a gente fazer essa audiência pública para fundamentar mais ainda o projeto de lei.

É isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Está ótimo. Agradeço à nossa Senadora Regina.

Vou colocar a matéria em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, declaro encerrada esta reunião, agradecendo a presença de todos.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE SETEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e cinquenta e oito minutos do dia cinco de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Airton Sandoval, Dário Berger, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Roberto Muniz, José Medeiros, Cidinho Santos, Pedro Chaves; presentes ainda os senadores Romero Jucá, José Pimentel, Lídice da Mata, Fátima Bezerra, Maria do Carmo Alves e Vicentinho Alves, não membros. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, João Capiberibe e Cristovam Buarque. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RMA 29/2017, de autoria do Senador Airton Sandoval Santana, para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 95/2012, de autoria do Senador Vital do Rêgo. Finalidade: Debater a autorização prévia da FUNAI para a negociação de títulos mobiliários no Mercado Brasileiro de Redução de Emissões relativos a emissões de gases de efeito estufa evitadas certificadas em terras indígenas. Participantes: Sr. Márcio Rojas da Cruz, Coordenador-Geral do Clima da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações perante a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima). Sr. Everton Frask Lucero, Secretário de Mudança do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (representante do Ministério de Meio Ambiente perante a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima e do Grupo Executivo sobre Mudanças do Clima perante o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima). Usam da palavra os Senadores Jorge Viana e Pedro Chaves. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes

Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/09/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 16ª Reunião, realizada em 29/8/2017.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 29, de 2017, CMA, de autoria do Senador Airton Sandoval, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2012, que altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para determinar que a negociação de títulos mobiliários no Mercado Brasileiro de Redução de Emissões relativos à emissões de gases de efeito estufa evitadas certificadas em terras indígenas deverá ser previamente autorizada pela Funai.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, no *site* http://www.senado.leg.br/ecidadania, ou através do telefone 0800-612211 – repito o telefone: 0800-612211.

Queremos já, imediatamente, convidar para compor a Mesa o Sr. Everton Frask Lucero, Secretário de Mudança do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, que é o representante do Ministério do Meio Ambiente perante a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima e do Grupo Executivo sobre Mudança do Clima perante o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima – CIM.

Quero convidar também o segundo palestrante, Sr. Márcio Rojas da Cruz, Coordenador-Geral do Clima da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que representará o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações perante a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.

Foram convidados representantes do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas.

Ela manda aqui um expediente dizendo da impossibilidade de estar nesta audiência em razão de outros compromissos anteriormente assumidos, agradece o convite e diz esperar contribuir em outras oportunidades. É assinado pela Cíntia Feitoza, FGV e EAESP.

O Observatório do Clima...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Tá.

Antes de iniciar, quero informar que, nos termos da Instrução Normativa nº 9/2017 – SGM, a Secretaria solicitará a degravação da presente reunião para que as notas taquigráficas sejam anexadas à respectiva ata, de modo a facilitar a elaboração do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Cada orador poderá usar da palavra por 15 minutos – com tolerância, já que temos um bom tempo.

Nós queremos já passar a palavra ao Sr. Everton Frask Lucero – espero estar pronunciando Lucero corretamente –, que é Secretário de Mudança do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Então, com a palavra o Sr. Everton.

Estão presentes o Senador Jorge Anahi e o Senador João Pedro – quem foi rei sempre é majestade, né, Senador João Pedro? Também está presente o Senador Airton Sandoval, que eu gostaria de convidar para vir aqui assumir a Presidência – eu vou a outra comissão, mas retornarei.

Já com a palavra, então, o Sr. Everton.

O SR. EVERTON FRASK LUCERO – Muito obrigado.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, senhoras e senhores, caro colega do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Márcio Rojas, demais presentes, Senador Airton Sandoval, que é o autor do requerimento desta audiência, em nome do Ministro Sarney Filho, quero dizer inicialmente que é uma grande satisfação poder trazer a visão do Ministério do Meio Ambiente sobre um tema de crucial importância para o atual andamento das definições legais e regulamentares com relação a mercados de carbono, à implementação do Acordo de Paris no contexto da Convenção-Quadro da ONU sobre mudança do clima.

Esse é um tema que tem várias interfaces, não é um tema exclusivamente ambiental, é um tema, a rigor, propriamente mais até econômico, porque envolve o setor financeiro, envolve modos de financiamento de ações no País para promover uma agenda de baixo carbono e promover o desenvolvimento em bases sustentáveis, em linha com o que nós sempre apregoamos, desde a negociação do Acordo de Paris, e que continuamos defendendo nos fóruns internacionais respectivos.

Na minha missão como Secretário de Mudança do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, eu tenho me dedicado a articular uma estratégia nacional de implementação do Acordo de Paris que tem em conta esses diversos aspectos relacionados ao tema, além do aspecto propriamente ambiental. Essa articulação não poderia ir além de uma articulação, até porque toca em competências de diversos órgãos, inclusive das pastas que definem política econômica, política fiscal, política financeira. Então, nós temos procurado fazer isso em consulta com os ministérios respectivos, incluindo o Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. E esse é um trabalho que está em progresso. É um trabalho que, eu diria, apenas se iniciou, tendo em vista que o próprio Acordo de Paris é recente. Ele entrou em vigor no final do ano passado e, portanto, nós estamos trabalhando para preparar as bases da sua implementação de uma maneira ampla aqui, no Brasil.

Com relação ao tema específico, eu acredito que o Senador Airton Sandoval apresentou uma justificação muito clara com relação ao motivo de nós termos esta discussão. O próprio projeto de lei que é objeto de consideração trata de uma alteração da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Mudança do Clima num contexto que era diferente do atual, e esse é o primeiro ponto que eu gostaria de trazer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EVERTON FRASK LUCERO – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O primeiro ponto que eu gostaria de trazer à consideração dos senhores é o seguinte. Quando este Congresso Nacional decidiu aprovar a lei em 2009, a Lei nº 12.187, o fez num determinado contexto do regime internacional, contexto que se seguiu à Conferência das Partes de Copenhague, da COP de Copenhague, que ficou famosa por ter reunido um número expressivo de lideranças internacionais e que era vista, à época, como um momento de inflexão do regime internacional de mudança do clima.

Já em preparação para a COP e depois, com a aprovação da lei, o Brasil instituiu a política que era baseada, na época, no instrumento existente, que era a própria Convenção e o Protocolo de Kyoto, que colocava o País, inseria o País nesse contexto como assumindo certas obrigações em caráter voluntário no plano internacional, as chamadas ações nacionais, Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas, com a sigla em inglês NAMAs, que eram ações setoriais específicas que deveriam ser implementadas até 2020. E é isso que orienta a lei. A lei está prevista para durar e precisará de uma atualização até 2020.

Hoje o contexto nos traz uma novidade, que é o Acordo de Paris, ao qual me referi, que muda o modo de inserção do Brasil nesse regime internacional. A principal mudança é que o Brasil passa a ter uma meta absoluta de redução de emissões como uma obrigação no plano internacional. Segundo o que elaboramos, a chamada Contribuição Nacionalmente Determinada pelo Acordo de Paris, temos que reduzir as emissões, para o conjunto da economia brasileira, em 37%, até 2025, e com uma indicação de chegarmos a uma redução de 43% até 2030.

Nesse contexto, toda a política que foi pensada anteriormente para o momento da COP de Copenhague, em 2009, precisa ser revista. E nós não podemos nos limitar, e também não seria desejável, a que a revisão dessa política fosse feita pontualmente em separado, por meio de projetos dispersos e que tirassem essa visão de unidade, a visão de todo, já que a nossa obrigação, como eu disse, é válida para o conjunto da economia. Não há uma obrigação setorial no plano internacional. Cabe soberanamente ao Brasil, ao Governo, à sociedade e a este Parlamento definir em conjunto quais serão as ações prioritárias, os setores prioritários. O que nós temos a fazer é apresentar indicações de que estamos rumando para o cumprimento da meta. Essa meta, como eu falei, é para 2025, o primeiro ponto de aferição.

E não para por aí, porque o próprio acordo tem um mecanismo de atualização consecutiva a cada cinco anos, ou seja, os países serão convidados a cada vez irem ampliando mais as suas metas de redução de emissões, com vista à criação de uma economia de baixo carbono no longo prazo, até meados do século, o que seria a única forma de conseguirmos, de fato, limitar o aumento da temperatura média global nos termos previstos no próprio Acordo de Paris, em dois graus, e com esforços para que possamos limitar em um grau e meio em relação à temperatura média do Planeta na era pré-industrial.

Então, esse contexto já nos indica que será necessária uma revisão mais ampla, legislativa, da política. Para isso, nós precisaremos trabalhar muito com o Senado Federal, com a Câmara dos Deputados, especialmente com os setores da economia, com as entidades não governamentais, com os movimentos sociais, enfim, com toda a sociedade brasileira, para que essa revisão da política, de fato, seja um consenso nacional, da mesma forma como o próprio Acordo de Paris foi um consenso nacional, até pela celeridade com que foi aprovado nas duas Casas legislativas, dando-se autorização para a ratificação pelo Brasil do Acordo e para a sua entrada em vigor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, nesse contexto, feito esse primeiro ponto, eu queria me referir mais especificamente ao tópico que nos traz aqui com alguns comentários pontuais.

Em primeiro lugar, nos documentos que estão vinculados ao Projeto de Lei nº 95, de 2012, há uma referência – se não me engano, está no relatório que foi apresentado pelo Senador Jorge Viana, aqui presente, a quem cumprimento – de que não há, não havia então, uma regulamentação para pagamentos de benefícios do chamado REDD+, o que era verdade à época.

De fato, houve também uma evolução, já que em 2015, por iniciativa do Ministério do Meio Ambiente à época, foi criada a Comissão Nacional para tratar do tema de REDD+, que tem, entre as suas atribuições, a função de coordenar, acompanhar e monitorar a implementação de uma estratégia nacional de REDD+ e coordenar a elaboração dos requisitos para o acesso a pagamentos por resultados de políticas e ações de REDD+ no Brasil, que são as ações reconhecidas pela Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima.

A estratégia nacional foi também publicada e internaliza as decisões internacionais relevantes para o tema de redução de emissões por desflorestamento, que é o de que trata REDD+ e que basicamente foram aprovadas, no nível internacional, em 2013, durante a COP 19 em Varsóvia.

Há uma extensa lista de trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pela Comissão Nacional para REDD+ desde a sua criação, entre eles, a criação de câmaras consultivas temáticas. E destaco uma de particular relevância para este trabalho, para esta discussão, que é a Câmara Consultiva Temática sobre Salvaguardas.

As salvaguardas previstas no Marco de Varsóvia sobre REDD+ procuram resguardar os direitos das populações indígenas que possam ser afetadas por quaisquer medidas que sejam tomadas com relação à implementação de ações de redução de emissões em seus territórios.

Essa Comissão Nacional também criou outras câmaras, que menciono apenas a título exemplificativo, como a de pacto federativo, a de como captar e distribuir recursos, inovando no que se refere a abrir a possibilidade de captação direta de recursos no plano internacional por entes federativos, que atende a uma reivindicação dos Estados. Ela também define regras de elegibilidade para que os Estados possam fazer essa captação.

Além disso, é importante ressaltar que, em termos de pagamentos por resultados, nós temos tido uma experiência bastante exitosa com a destinação de recursos pelo BNDES, recebidos de doadores internacionais, por intermédio do Fundo Amazônia. No que se refere a terras indígenas, apenas um dado relevante é que 60% das terras indígenas na Amazônia têm recebido apoio e recursos do Fundo Amazônia por intermédio de projetos com o BNDES.

Nós ainda temos também a possibilidade de ampliar a oferta de recursos, o potencial de captação de recursos, como nessa modalidade de pagamentos por resultados, também junto ao Fundo Verde para o Clima, o GCF, sigla em inglês, que é um instrumento financeiro também sobre a convenção e que serve ao Acordo de Paris. Resultados demonstrados pelos países com relação ao desmatamento evitado são verificados e são, então, chancelados internacionalmente, têm uma aprovação, uma verificação técnica, que permitem ao País fazer essa captação.

É interessante notar que essa modalidade de captação de recursos difere da modalidade de mercados de carbono porque não envolve transferência internacional desses créditos verificados de redução de emissões. São duas atividades de financiamento que são essencialmente distintas por isso. Ao mercado significa que, ao se comprovar determinada redução verificada de emissões, seja por um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

projeto, por uma entidade, por um ente subnacional, aquele volume de toneladas de carbono que foi retirado da atmosfera pela atividade estaria, em princípio, passível de ser comercializado, de ser transferido a algum outro entre nacional ou internacional que queira, que precise daquela tonelagem de carbono para o cumprimento de alguma obrigação, seja voluntária, seja legal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVERTON FRASK LUCERO – E é disso que trata a previsão que existe na lei de 2009 a respeito de um mercado brasileiro de redução de emissões.

Esse mercado brasileiro foi idealizado a partir de uma parceria, na época, entre o MDIC, a BM&FBOVESPA e a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e foi introduzido na Lei 12.187 como um dos objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima. Não há ainda sinalização, ou pelo menos não há sinalização recente, de que tenha havido uma iniciativa para levar adiante a implementação desse mercado previsto em lei, fora uma iniciativa de estudos que vem sendo conduzida pelo Ministério da Fazenda, com o apoio do Banco Mundial, no projeto Parceria para a Preparação para Instrumentos de Mercado, e que é mais ampla, não se restringe ao setor de florestas, que olha para diversos setores da economia e que está, como eu falei, numa fase de estudos, numa fase ainda preliminar de elaboração de cenários para identificação de oportunidades e da viabilidade de termos no Brasil um mercado como esse que foi incluído na lei de 2009.

Pelo que nós temos acompanhado – nós participamos, junto com o Ministério da Fazenda, desses estudos preliminares –, o foco tem sido os setores de energia, de indústria e de agricultura, não havendo previsão de incluir, nessa discussão, o setor de florestas.

Existem vários motivos por que o setor de florestas não tem sido priorizado quando se fala na discussão sobre mercados de carbono. O próprio mercado previsto no Protocolo de Kyoto, que é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), teve um aspecto muito limitado no que se refere ao setor florestal. O número de projetos, pelo registro que tenho aqui, totalizou cerca de 32 projetos num universo de mais de 8 mil projetos que o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo considerou. E há uma série de dificuldades técnicas de aferição do que é retirado, de fato, de carbono, de emissões, do que é reduzido de emissões e da permanência desse volume de emissões que foi retirado, em função de variações naturais ou com intervenção humana sobre o local considerado para o estoque desse carbono nas florestas. Enfim, há toda uma discussão bastante complexa do ponto de vista técnico que ainda não foi esgotada.

Há no Brasil diversas opiniões a respeito do assunto. Alguns entendem que haveria uma oportunidade de maior captação de recursos, enquanto outros supõem que a mera captação de recursos por desmatamento evitado não contribuiria para atingir as metas brasileiras e para cumprir com o objetivo global do Acordo de Paris.

Enfim, essa é uma discussão que está em curso. Ela foi retomada a partir de uma iniciativa que surgiu no ano passado, na COP de Marrakech, de diversos participantes, inclusive Parlamentares que apresentaram a demanda ao Ministro Sarney Filho. O Ministro se comprometeu em retomar essa discussão internamente. Tivemos uma discussão recente no Ministério das Relações Exteriores, porque esse posicionamento, como as negociações internacionais ainda não estão finalizadas, pode influir diretamente em como o Brasil se apresenta no plano internacional com relação a esse assunto. É um assunto ainda em andamento, não está finalizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós vemos que não há... Não podemos dizer ainda no momento que exista qualquer indício de que um mercado para comercialização de créditos oriundos do setor florestal em atividades de REDD+ poderia ter essa escala que pudesse oferecer incentivos adicionais para a conservação de florestas. Hoje o mercado de carbono está bastante deprimido, com preços que não justificam, não permitem sequer a manutenção, atividades rotineiras de manutenção dos projetos, com relação ao volume que seria comercializado.

Também há uma preocupação relacionada a salvaguardas e direitos das comunidades indígenas e tradicionais. Um fato que até motivou essa discussão no Senado Federal foi uma série de contratos lesivos a direitos indígenas que foram verificados no período entre 2010 e 2013 por parte, inclusive, de empresas internacionais que, diante do desconhecimento local e das próprias comunidades, de como funcionaria esse tipo de mecanismo, vinham já se antecipando na eventual compra desses futuros créditos, por créditos de carbono para mercados futuros e hipotéticos, que ainda não existem. Na verdade, isso foi feito – e aí entra de forma muito justificada essa discussão – sem a devida consulta aos órgãos relevantes, em particular a Funai.

Eu gostaria de dizer que nós, no Ministério do Meio Ambiente, também recebemos recentemente um pedido de manifestação sobre o inquérito civil que foi instaurado para apurar a suposta compra de terras indígenas na Amazônia por uma empresa privada irlandesa, denominada Celestial Green Ventures, que teria sido feita sem consulta ou participação das próprias comunidades locais.

Como nós podemos evitar isso? Uma forma seria inserir essa mudança legislativa como foi proposta. Talvez, no contexto mais amplo que eu lhes apresentei, de que nós teremos de fazer uma revisão total da política à luz dos novos compromissos que temos, poderíamos inserir essa proposta como algo a ser considerado nesse processo de revisão e, enquanto isso, poderíamos nos valer da regulamentação a que eu me referi de REDD+. A Comissão Nacional para REDD+ e as salvaguardas que já estão incorporadas devidamente nas atividades de REDD+ podem assegurar que esse tipo de atitude não prevaleça, enfim, não tenha efeitos jurídicos ou econômicos ou de qualquer sorte no nosso País. As salvaguardas que foram instauradas, que foram criadas no contexto internacional formam um conjunto de sete diretrizes.

Aqui eu já estou encerrando, Senador. Sei que meu tempo já está esgotado.

São sete diretrizes que visam a potencializar os impactos socioambientais positivos e reduzir os impactos negativos relacionados a essas atividades de REDD+. Elas são conhecidas como salvaguardas de Cancun, já que foram adotadas na COP de Cancun, em 2010, a COP-16, também no contexto da Convenção-Quadro da ONU Sobre a Mudança do Clima. Elas são mandatórias, quer dizer, o país precisa demonstrar, relatar periodicamente, no plano internacional, que vem observando essas salvaguardas. No que elas consistem basicamente? Elas exigem que haja uma estrutura de governança florestal nacional que seja transparente e eficaz; que haja ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais ou dos acordos internacionais relevantes; que haja respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros das comunidades locais, levando em consideração também essas obrigações internacionais; que haja participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular dos povos indígenas e comunidades locais; e que haja uma consistência dessas ações com a conservação das florestas naturais, com a diversidade biológica, garantindo que elas não sejam utilizadas apenas para efeitos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

conservação ou de manutenção de estoques de carbono, mas, sim, para incentivar a proteção e conservação das florestas e de seus serviços ecossistêmicos e para, a partir daí, contribuir também com um projeto de desenvolvimento sustentável que tenha benefícios sociais e ambientais para as comunidades envolvidas.

Então, esse é o contexto que eu gostaria de lhes trazer como informação de fundo aqui para as discussões.

Eu gostaria de concluir, dizendo que nós apresentamos um primeiro sumário, um relatório, da implantação dessas salvaguardas no Brasil em fevereiro de 2015. Estamos em via de elaborar o segundo relatório. Esse relatório contém informações sobre como as salvaguardas de Cancun estão sendo aplicadas no caso brasileiro e estão disponíveis. Inclusive, depois desta audiência, se houver interesse, eu gostaria de encaminhar para cá uma cópia do relatório que foi apresentado à Convenção sobre essas salvaguardas.

Estamos implantando um sistema de informação sobre salvaguardas, que vai dar mais transparência e publicidade ao que vem sendo feito para acompanhar iniciativas relacionadas com a redução de emissões por combate ao desmatamento, à degradação florestal, enfim, num contexto de REDD+.

Enfim, temos trabalhado, para que haja um acompanhamento mais amplo. Acredito que a proposta de alteração legislativa é benéfica, no sentido de trazer ao debate o assunto, o que é preciso que seja feito, e deveria constar, como falei, de uma consideração mais ampla sobre a revisão da política, atualizando, no que for o caso, os marcos regulatórios, a partir dos novos compromissos que o Brasil tenha e desse novo contexto criado pelo Acordo de Paris.

Era isso, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Consulto os Senadores se teriam alguma questão a apresentar ou se passamos ao segundo depoente imediatamente. (*Pausa.*)

Com a palavra, então, o Sr. Márcio Rojas da Cruz, que é o Coordenador-Geral do Clima da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

V. Sª tem a palavra por 15 minutos. A palavra é concedida por 15 minutos. Se precisar de mais tempo, a Mesa o concederá.

O SR. MÁRCIO ROJAS DA CRUZ – Muito obrigado, Senador Airton Sandoval, Senadores presentes, colegas, em particular o colega Secretário do Meio Ambiente, Everton Frask Lucero.

Antes de tudo, em nome do próprio Ministro Gilberto Kassab, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade e, já indo diretamente ao ponto, deixar claro que vamos aproveitar para, essencialmente, contribuir com o melhor conhecimento científico disponível, entendendo que essa é a atribuição do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações neste debate.

De forma muito objetiva, vou contextualizar a situação relacionada a mudanças globais regionalmente para o Brasil. Em seguida, vou tratar de alguns tópicos relacionados ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. E a partir daí, então, a gente pode se colocar à disposição, para ampliar a discussão.

Pode passar, por favor.

Isso, obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com relação às informações científicas mais atuais, aqui vou fazer um apanhado do que foi colocado na Terceira Comunicação Nacional. As Comunicações Nacionais são documentos que cada País que faz parte da Convenção do Clima submete à comunidade internacional, de forma geral.

Foi um exercício coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações que contou com a participação direta de 332 autores, de representantes de 140 instituições. Contamos, naturalmente, com a valiosa colaboração e revisão de colegas do Governo Federal, da Casa Civil, do MRE, do MMA, do Mapa, da Fazenda, do MDIC, do MEC, do Ministério da Saúde e do de Minas e Energia. E, ao final, contou com um processo de consulta pública por meio do qual foram recebidos quase 500 comentários, advindos de 18 instituições distintas.

Pode passar ao próximo, por favor.

Há um primeiro volume desse documento, onde são apresentadas circunstâncias nacionais especiais. Então, nesse primeiro volume, faz-se uma caracterização do território e do clima no Brasil, atualizam-se dados socioeconômicos, trata-se dos arranjos institucionais para implementação da convenção no Brasil e, por fim, faz-se um registro da evolução da pesquisa científica nacional, tendo por base o esforço considerável empreendido pelo Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas.

No segundo volume, a gente vai ter uma série de informações já inéditas nesse sentido. Vai trazer informações relacionadas à modelagem, à modelagem climática global. Então, o apoio foi feito com relação ao Besm, Modelo Brasileiro de Sistema Climático Terrestre. Em seguida, esses cenários de clima futuro até 2100 foram regionalizados com uso de um modelo regional, o ETA, do Inpe. E, a partir daí, esses cenários então foram compartilhados com especialistas em cada um dos setores, de tal forma que pudessem ser avaliadas medidas de impactos e vulnerabilidades para setores específicos.

Esse é o cenário, de forma bem simplificada, de como os modelos indicam que será o clima no Brasil, dividindo em dois. A parte de cima do Brasil contemplaria os biomas Pantanal, Cerrado, Amazônia, Caatinga e a parte nordeste da Mata Atlântica. O que os modelos indicam é que haverá um aumento da temperatura na superfície da Terra e uma diminuição das precipitações. E, na parte de baixo do Brasil, consideram-se os biomas Pampa e Mata Atlântica, Mata Atlântica sul e sudeste da Mata Atlântica. O que nós veremos é um aumento também da temperatura da superfície da Terra. Contudo, com relação às precipitações, o que os modelos indicam é que haverá um aumento das precipitações, o que não necessariamente é um cenário positivo, uma vez que as precipitações que vão ocorrer nessas áreas, muito provavelmente, serão muito intensas e localizadas no tempo. Então, infelizmente, em grande parte dos casos, será uma chuva que provocará mais problemas do que soluções.

Esses dados, então, foram compartilhados de diversas formas, naturalmente de forma muito mais detalhada, com especialistas em cada um dos setores. E aqui tenho os *highlights* dos estudos setoriais que foram conduzidos por essa equipe.

Com relação à energia hidrelétrica, o que se prevê é uma redução do potencial da produção nas bacias do Norte e na região central do País, bem como um aumento desse potencial nas bacias do Sul do País.

Com relação a desastres naturais, o que foi visto é que Sul, Sudeste e grande parte do litoral brasileiro terão um acréscimo de vulnerabilidade às inundações bruscas, enxurradas e alagamentos. Mais uma vez, haverá chuvas intensas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com relação à saúde pública e à economia, preocupa-nos a proximidade que teremos com o atingimento do limiar de inabitabilidade humana, com relação ao limite biológico de 35ºC, trazendo naturalmente sérios riscos à população de forma geral.

Com relação a formações florestais, prevê-se a retração do nicho climático e a expansão de vegetações abertas, processo conhecido por savanização das grandes florestas.

Na área de agropecuária, por conta da forte tendência de aumento de frequência de dias com temperaturas superiores a 34ºC, espera-se o abortamento de flores de café e de feijão, morte de frangos, abortamento de porcos e redução da produção de leite, entre outros impactos.

Com relação à disponibilidade hídrica, isso já foi mencionado. Haverá uma redução de forma geral em praticamente todo o Território nacional. E, com relação às regiões populosas, o que se prevê é uma significativa intensificação dos eventos de cheias, em particular na Região Sudeste.

Esses estudos foram já divulgados por meio da publicação *Modelagem Climática e Vulnerabilidades Setoriais à Mudança do Clima no Brasil*, lançada no ano passado.

O terceiro volume da Comunicação Nacional vai apresentar o nosso Inventário Nacional de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal. Por meio do terceiro inventário, são disponibilizadas informações de uma série histórica de 1990 a 2010 para os setores de energia e agropecuária, processos industriais, tratamento de resíduos e uso da terra, mudança do uso da terra e florestas, sendo que, para este último setor, consideram-se também as remoções. Os diversos gases são tratados. Então, são também calculados índices de dióxido de carbono equivalente com base em diversas métricas.

Esse é o nosso perfil de emissões, de acordo com o Terceiro Inventário Nacional. Notem que a gente parte do ano de 1990, com aproximadamente 1,4 gigatonelada de dióxido de carbono equivalente em emissões. Nós vamos chegar a 2004 com um número aproximadamente 160% acima do primeiro ano estimado, quase 3,6 gigatoneladas de dióxido de carbono equivalente. E, por conta do controle do desmatamento, essencialmente, esse número volta, em 2010, a um patamar muito próximo ao do primeiro ano inventariado, que foi 1990. Então, voltamos a aproximadamente 1,4 gigatonelada de dióxido de carbono equivalente.

Esses dados foram já acrescidos a outros anos por meio das estimativas anuais, uma publicação que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações empreende anualmente por conta da política nacional. E o que a gente percebe, nos anos seguintes, 2011, 2012, 2013 e 2014, é que as emissões permanecem próximas ao nível de emissão de 1990. Então, a gente permanece próximo da casa de 1,4 gigatonelada de dióxido de carbono equivalente, o que é bem positivo, diga-se de passagem.

Quando a gente considera o compromisso nacional voluntário anunciado em Kopenhagen, que nos coloca um teto de aproximadamente 2 gigatoneladas de dióxido de carbono equivalente em 2020, a gente entende que esse compromisso será, em princípio, alcançado com relativa facilidade, tamanho o esforço que já foi empreendido. Agora, quando consideramos as metas colocadas pela nossa NDC, que coloca um teto de 1,3 gigatonelada em 2025 e um teto de 1,2 gigatonelada em 2030, percebemos, claramente, que o Brasil vai precisar empreender uma série de esforços de tal forma a alcançar o compromisso assumido no âmbito do Acordo de Paris.

Pode passar ao próximo eslaide, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aqui quero só ilustrar o que está acontecendo em nível global. As emissões continuam aumentando. Elas partem da casa de 40 gigatoneladas de dióxido de carbono equivalente e tem uma tendência exponencial crescente.

Esses dados de emissões estão disponíveis no Sistema de Registro Nacional de Emissões (Sirene). É um portal eletrônico. Lá você pode... Aqui é um exemplo da página tal qual exposta já hoje publicada na internet. É possível visualizar determinados setores, determinados períodos de tempo. Essas informações também são disponibilizadas em forma de tabela e são exportáveis por Excel, por PDF. E aqui trago a logomarca de outro projeto importante da Coordenação, Opções de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa em Setores Chaves no Brasil. Por meio desse projeto, nós estudamos diversos setores importantes para a economia e nós avaliamos cerca de oito mil tecnologias, de forma integrada, buscando o caminho mais economicamente interessante para o Brasil reduzir as suas emissões.

Em outra oportunidade, a gente pode se debruçar em torno dos resultados do projeto, das opções de mitigação. Ele tem sido naturalmente disponibilizado a todos os colegas do Governo Federal, com a contribuição do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para a estratégia de implementação da NDC.

Agora, eu gostaria de destacar uma observação oriunda da execução desse projeto. Considerando o nosso compromisso da NDC posto para 2025, se o Brasil adotar uma série de medidas que sejam *no regrets*, medidas que se pagam com o tempo, será possível que a gente alcance o compromisso colocado. Agora, quando a gente considera o nosso compromisso para 2030, o que o nosso estudo indica é que algum instrumento de mercado vai ser necessário. A gente não entra nos detalhes, *cap and trade*, imposto, seja ele qual for. Também essa não é tanto a nossa atribuição. Mas o fato é que o estudo indica claramente que algum instrumento de mercado vai ser importante, caso o Brasil queira entrar por uma rota de baixo carbono, de forma sustentável.

Passe ao próximo, por favor.

Tratando especificamente do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, em essência, é mais ou menos isso o que acontece: existe um país que tem um teto, e, se ele emite mais do que deveria, por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo existe a possibilidade de ele adquirir um crédito de carbono, como popularmente é conhecido, de tal forma que ele não seja penalizado pela sua emissão em excesso.

No âmbito do Governo Federal, nós temos a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima. Ela é presidida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. A Vice-Presidência cabe aos colegas do Ministério do Meio Ambiente, ao próprio Ministro do Meio Ambiente. São os Ministros que são Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Nacionalmente, a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima é a autoridade nacional designada para aprovação de atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, ou seja, todos os projetos de MDL passam pelo escrutínio dessa Comissão.

É uma via-crúcis relativamente considerável, mas eu gostaria apenas de destacar que a complexidade e o custo elevado com relação a projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo de certa forma se justificam, dado o rigor e a robustez com que essas informações são sempre checadas e certificadas no final do processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Para que vocês tenham uma ideia, esses são os projetos, atividades de projeto do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, brasileiros, já submetidos internacionalmente, já aprovados internacionalmente. Esses são os dados de abril de 2017, levantados pela Secretaria Executiva da Comissão Interministerial. Nós tínhamos, em abril de 2017, 342 projetos, grande parte relacionada à hidrelétrica, a biogás, à usina eólica, a gás de aterro, à biomassa energética, por aí vai. Em seguida, há outras categorias, e vão diminuindo. De fato, notem, como o Secretário Everton mencionou, que a parte de florestas não aparece de forma significativa no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

Existe uma expectativa de redução – para que vocês tenham uma noção da importância – de aproximadamente 380 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente, com base nessas atividades de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

Se nós considerássemos grupos de projetos, que são os programas de atividades, nós acrescentaríamos, então, a essas quase 380 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente mitigadas mais 11,5 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente mitigadas.

Aqui, destaco, com relação à preocupação específica das comunidades indígenas e terras indígenas, que a Resolução nº 11, da CIMGC, deixa clara a obrigatoriedade dos proponentes de projetos, no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, de apresentarem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO ROJAS DA CRUZ – ...informações relacionadas à licença ambiental, seja ela prévia, de instalação ou de operação. E, naturalmente, no caso do licenciamento ambiental, a Funai, como órgão indigenista oficial, tem obrigação, então, de se manifestar em todo e qualquer licenciamento de obras.

Só quero deixar claro que, nessa oportunidade, destaco que, no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, até o momento, não nos foi levado ao conhecimento nenhum tipo de problema especificamente relacionado a questões indígenas.

Já encerrando, coloquei duas figuras especificamente relacionadas ao mercado brasileiro de redução de emissões. Aqui destaquei dois projetos ou duas iniciativas, no âmbito do Governo Federal, que, no meu entendimento, têm uma contribuição importante nessa reflexão: o primeiro é o já citado PMR, do Ministério da Fazenda; o segundo é um projeto grande do Ministério do Meio Ambiente, que, se V. Exª me permite citar, Secretário Everton, é feito em parceria com colegas do Governo da Alemanha e que tem um componente que é coordenado também pelo Ministério da Fazenda, que trata do Sistema de Registro de Emissões. Então, deixo isso como uma observação, para nos mantermos atualizados com relação a essas duas importantes iniciativas, seguramente com contribuições, no futuro, muito relevantes para essa discussão como um todo.

Eu encerro a minha fala.

Agradeço mais uma vez a oportunidade e, naturalmente, coloco-me à disposição para esclarecimentos adicionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Consulto os Senadores presentes se têm alguma inquirição a fazer.

Senador Jorge.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria, Sr. Presidente, Senador Airton Sandoval, cumprimentando V. Exª, agradecer ao nosso convidado, Dr. Everton, e ao Dr. Márcio as contribuições.

Uma das propostas era ouvir pessoas que trabalham no serviço público e que são responsáveis diretamente por questões de que ora estamos tratando. No meu caso, sou o Relator desse projeto que tem a autoria do ex-Senador Vital do Rêgo, hoje Conselheiro do Tribunal de Contas da União, e que trata de um tema que todos nós estamos debatendo.

Eu mesmo vou propor, na Comissão de Mudança Climática, uma audiência sobre mercado de carbono. É um tema muito atual, muito presente, especialmente depois do Acordo de Paris. Como já foi colocado pelo próprio Dr. Everton, existe aí uma situação de mercado, uma situação mercadológica muito delicada, muito sensível. Por termos a floresta que temos, por termos a biodiversidade que temos, pela responsabilidade que temos com os povos originários, com os nossos povos indígenas, temos de ter muita cautela na hora de trabalharmos essa legislação.

Então, eu queria agradecer a ambos.

Se eu pudesse deixar uma pergunta bastante objetiva, eu faria referência diretamente à intenção do projeto, que trata de determinar que a negociação de títulos mobiliários no mercado brasileiro de redução de emissões, relativos às emissões de gases de efeito estufa em terras indígenas, deverá ser previamente autorizada pela Funai. Nós estamos falando de um mecanismo legal. Eu gostaria, depois das explanações, que pudéssemos ter uma opinião direta e objetiva. Que arranjo legal nós deveríamos ter para tratar da possibilidade de crédito de carbono em áreas indígenas, no que diz respeito ao envolvimento dessas comunidades e da Funai?

Eram sugestões. Eu sei que, às vezes, isso é complicado, mas estamos falando de sugestões, que são muito bem-vindas.

Eu faria essa pergunta a ambos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Com a palavra, primeiramente, o Sr. Everton Lucero.

O SR. EVERTON FRASK LUCERO – Agradeço ao Senador Jorge Viana pelos comentários.

Indo diretamente à questão que nos foi colocada, quando falamos em créditos de carbono, como eu falei, estamos tratando de determinada modalidade de capitação de recursos pela geração de toneladas de carbono que foram retiradas da atmosfera, enfim, por algum processo. Existe, em paralelo, a modalidade de pagamento por resultados alcançados, que não envolve a transferência desses resultados para quem contribui, para quem paga, que é aquilo a que me referi ao longo da minha explanação, o mecanismo de REDD+.

Em princípio, a floresta, as terras indígenas, as Unidades de Conservação são elegíveis e podem receber pagamentos por resultados na modalidade de REDD+, mas não temos ainda uma definição normativa nem no plano internacional – portanto, é natural que não a tenhamos também no plano doméstico – sobre essa relação entre créditos de carbono e terras indígenas. Por quê? Porque, quando falamos de desmatamento evitado, estamos falando de uma modalidade de aferição de resultados que é, a rigor, contrafactual, do que deixou de ser emitido por conta da redução do desmatamento. É uma análise que só pode ser feita a partir da hipótese de que o desmatamento, caso nada fosse feito, continuaria a ocorrer em uma linha histórica ou o que quer que seja. Portanto, é contrafactual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A partir daí, quando você usa esses resultados para pleitear pagamentos para o esforço que foi feito para reduzir o desmatamento, a modalidade aplicável é a de REDD. Correto! Agora, usar esses resultados para gerar créditos de carbono que sejam comercializados no mercado doméstico ou internacional leva a uma série de questionamentos ainda não respondidos adequadamente no plano internacional, o que, portanto, nos faz optar pela dissociação do tema créditos de carbono de terras indígenas e Unidades de Conservação em princípio, a menos que nós possamos – e acho sempre saudável discutir e tentar identificar quais são os problemas – resolver a contento questões técnicas relacionadas à permanência desses estoques de carbono no longo prazo, já que eles foram comercializados. Portanto, há de haver um investimento para garantir que não haja a fuga do carbono estocado na floresta.

Há questões técnicas também relacionadas ao tema de como trocar um estoque de carbono para compensar uma emissão que está sendo feita, que, na verdade, é um fluxo pela queima de combustíveis fósseis, enfim, um setor diferente daquele em que foi gerado o crédito de carbono. Essa é uma questão que tem muito a ver com a integridade ambiental do regime, porque, se permitirmos que isso seja feito numa escala ampla, isso inviabilizará o cumprimento das metas, não as metas nacionais, mas as metas globais de limitação da temperatura média do Planeta, sobre o Acordo de Paris.

Além disso, há questões socioambientais relacionadas aos direitos e à atenção das comunidades que ocupam a região, que vivem na região, inclusive comunidade indígenas e povos tradicionais, que precisam entender o processo e ser parte de um processo desses. Temos ainda muito a avançar com relação a isso.

No caso daquele outro mecanismo a que me referi, de REDD+, para isso servem as salvaguardas. As salvaguardas estão lá, são implementadas; nós temos de reportar periodicamente. No caso de mercados de carbono, nós não teríamos essas mesmas salvaguardas, a menos que elas fossem criadas. Então, isso teria de também ser parte dessa discussão, com vista a esclarecer melhor por que nós estaríamos ligando o tópico de mercados de carbono com terras indígenas e Unidades de Conservação.

Então, em princípio, para nós do Ministério do Meio Ambiente, essa é uma discussão bastante complexa, mas que não deve automaticamente levar a uma definição exclusivamente do ponto de vista legal de como se daria a apropriação ou a autorização de apropriação de créditos de carbono em terras indígenas. Acredito que há elementos bastante complexos que precisam também ser considerados nesse contexto.

Enfim, seguimos à disposição para continuar dialogando sobre esse tema. Inclusive, eu queria dizer que seria muito bem-vinda essa discussão antecipada pelo Senador Jorge Viana no âmbito da Comissão Mista de Mudanças Climáticas a respeito de mercados de carbono. Acho que seria um dos tópicos de que poderíamos tratar lá.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu, inclusive, pretendo convidá-lo para que possa nos ajudar no debate. Isso será muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – O Sr. Márcio também deveria responder à mesma questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. MÁRCIO ROJAS DA CRUZ – Eu vou aproveitar a oportunidade para concordar com o colega do Ministério do Meio Ambiente, entendendo que a situação é ainda por demais complexa para darmos esse passo.

Aproveito a oportunidade só para destacar que estamos cada vez mais próximos de um comitê indígena. Existe um comitê indígena específico para tratar das questões relacionadas às mudanças climáticas. Eles já vêm empreendendo uma série de oficinas relacionadas à divulgação, ao estudo e à reflexão de questões relacionadas às mudanças climáticas por parte dos povos indígenas. A nossa expectativa é a de, ao longo dos próximos anos, nós avançarmos no conhecimento relacionado a como terras e povos indígenas são especificamente impactados pelas mudanças climáticas. Então, esses passos estão sendo dados neste atual momento, e a nossa expectativa vai ser, então, a de contribuir com o conhecimento científico o melhor possível ao longo dos próximos anos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Com a palavra o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores convidados, o nosso bom-dia!

Faço duas perguntas.

Quanto ao acesso aos benefícios de Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação (REDD), de titularidade exclusiva indígena, os recursos gerados podem ser aplicados em entidades de interesse coletivo – comunicação, saúde, alternativas econômicas sustentáveis, segurança alimentar, valorização cultural, proteção territorial, infraestrutura de transporte, comunicação e eficiência energética – que preferencialmente apoiem exatamente os modos de vida e as gestões sustentáveis que contribuem para a mitigação das mudanças climáticas? Além disso, a repartição desse benefício deve observar os arranjos definidos entre os titulares de maneira participativa, bem como estabelecer mecanismos de controle social, evitando que conflitos derivados surjam? Por fim, apesar da titularidade indígena exclusiva sobre tais créditos ou benefícios, a União e os diferentes atores governamentais – Funai, Ibama, Polícia Federal – podem ser beneficiários das iniciativas da REDD em terras indígenas?

Faço a segunda pergunta.

No interior das terras indígenas, só serão permitidas atividades que se coadunem com os modos de vida e tradições dos povos indígenas, ou seja, que não sejam contrárias ou prejudiciais a eles, e com os interesses e anseios dos povos indígenas, não sendo tolerada a existência de atividades que não sejam realizadas pelos próprios indígenas ou por eles consentidas. Assim sendo, a atividade de reflorestamento ou de desmatamento evitado no interior de terras indígenas só pode ocorrer se realizada pelos próprios indígenas ou por eles expressamente apoiada, desde que não impliquem prejuízos aos seus modos de vida e traços culturais que os identificam como grupos étnicos. Resta saber: teriam essas atividades ambientais o condão de ameaçar a sobrevivência física e cultural desses povos?

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Com a palavra o Sr. Everton Lucero.

O SR. EVERTON FRASK LUCERO – Muito obrigado, Senador Pedro Chaves, pelas questões.

Sendo bastante objetivo na resposta, quanto ao acesso a benefícios de REDD+, se eles podem ser aplicados em atividades de interesse coletivo, a resposta é sim. A lógica que está por trás desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mecanismo é que se trata de um pagamento por um resultado que já foi demonstrado e verificado e que, portanto, habilita, na verdade, no plano nacional, o País a receber esses pagamentos.

E é o que ocorre hoje, por exemplo, por intermédio do Fundo Amazônia. Os principais doadores do fundo – Noruega, Alemanha e Petrobras –, ao doarem os recursos para o Fundo Amazônia, fazem-no com base num cálculo do resultado de desmatamento evitado no Brasil, que é atualizado periodicamente etc. Então, enquanto nós demonstrarmos que estamos reduzindo o desmatamento, nós receberemos esses recursos. E os recursos não vêm carimbados para aplicação neste ou naquele item. Naturalmente, espera-se que eles sejam utilizados para a promoção do desenvolvimento sustentável nas regiões florestais e que tenham impacto sobre a vida das comunidades, impacto positivo, no sentido de promover o desenvolvimento, a saúde, a educação.

Eles podem, sim, ser aplicados nessas atividades relacionadas com desenvolvimento sustentável sem nenhum impedimento, porque não há uma prévia; eles já são o resultado de um esforço já verificado. Tanto é que, como falei, no caso brasileiro, do Fundo Amazônia em particular, 60% das terras indígenas da Amazônia já se beneficiam de recursos, e nós podemos ampliar isso.

Há algumas dificuldades que são de ordem mais técnica e burocrática por conta do próprio acesso aos recursos nos moldes bastante rigorosos que o BNDES impõe a qualquer projeto, não só exclusivamente a esses, que tem de seguir o mesmo rito processual para o BNDES, o que causa uma dificuldade no caso das comunidades indígenas, porque não há uma preparação, uma capacitação prévia que entenda exatamente qual o tipo de informação a ser oferecido, qual o tipo de contabilidade a ser empreendido em cada um desses projetos. Mas temos trabalhado também, em conjunto com o BNDES, para que haja projetos que deem uma atenção especial para as demandas provenientes das comunidades indígenas e tradicionais, de modo a que elas possam ter acesso facilitado a esses recursos, já que nós estamos falando, como eu disse, de pagamento por um resultado já demonstrado.

Com relação a se as atividades devem coadunar-se com o modo de vida das comunidades tradicionais, aqui se torna relevante de novo o que eu apresentei na minha explanação inicial com relação a salvaguardas socioambientais. A observância dessas salvaguardas é extremamente importante para nós garantirmos que não estaremos cometendo nenhum tipo de intrusividade nociva aos modos de vida tradicionais. E a participação dos indígenas é um desses critérios de salvaguardas sobre os quais nós precisamos reportar periodicamente, o que, como eu disse, temos feito.

Nós não gostaríamos, de nenhuma maneira, que as atividades, seja de mitigação, de combate à mudança do clima, trouxessem em si uma ameaça aos modos de vida dessas comunidades. Pelo contrário, nós acreditamos que toda a agenda climática se apresenta para nós e para o País com um todo como uma oportunidade de promoção do desenvolvimento em novas bases, um desenvolvimento que seja sustentável, que crie, sim, uma economia de baixo carbono em longo prazo, mas que tenha em conta as necessidades das comunidades e a participação local.

No caso das terras indígenas, não é diferente com a aplicação de recursos provenientes de REDD+. De novo, nós estamos falando de um instrumento que não tem vinculação com a emissão de qualquer tipo de título de crédito de carbono, como é dito. Aí sim, temos visto exemplos concretos que têm acontecido ao arrepio da lei. Estamos vendo que existe o interesse comercial de empresas internacionais que vêm querer tratar diretamente com as comunidades, inclusive da compra prévia de créditos que nem sequer sabemos se vão se materializar no futuro, e que, aí sim, acabam tendo uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

interferência indevida, promovendo uma alienação do modo de interação dessas comunidades. Por isso, continuamos defendendo que a prioridade total deve ser dada aos mecanismos de REDD, e não a mecanismos de crédito de carbono, no caso específico de terras indígenas e de Unidades de Conservação.

Obrigado.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Há alguma outra questão? (*Pausa.*)

Agradecemos aos Srs. Everton Frask Lucero e Márcio Rojas da Cruz, que trouxeram informações importantes para esta Comissão, o que não só demonstra a capacidade técnica desses dois servidores, mas também mostra a preocupação dos seus Ministérios com um tema da mais alta relevância para o nosso País e para o mundo.

Então, agradeço a V. Sªs por estarem aqui presentes conosco. Sempre que puderem, podem nos trazer essas informações que são importantes para a nossa atividade, para a nossa atuação aqui.

Não havendo outro assunto a tratar, encerro esta reunião, agradecendo a presença de todos.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quarenta minutos do dia doze de setembro de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Paulo Rocha, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Sérgio Petecão, Roberto Muniz, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Telmário Mota e Pedro Chaves; presentes ainda os senadores José Pimentel, Fátima Bezerra, Lídice da Mata, Paulo Paim e Vicentinho Alves, não membros. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Davi Alcolumbre, Cristovam Buarque e Cidinho Santos. Após dispensa de leitura e aprovação da ata da 17ª reunião, pelo Plenário, passa-se à apreciação da pauta deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a prestação dos serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas por empresas especializadas, e dá outras providências." Autoria: Deputado Laercio Oliveira. Relatoria: Sen. Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação com emendas. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, favorável ao Projeto, com as emendas nºs 1 e 2 - CMA. ITEM 2 - TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2012 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias." Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg - TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, de 2014 - Terminativo – "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos." Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do PLS 408/2012 e pela aprovação do PLS 66/2014, na forma do substitutivo apresentado. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2014 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados." Autoria: Senador Kaká Andrade. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2015 - Terminativo - que: "Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura." Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para agravar a pena para quem extrair recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida." Autoria: Senador Davi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Alcolumbre. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, de 2011 - Terminativo - que: "Estabelece a forma de recolhimento e destinação final de baterias automotivas e industriais, compostas por Chumbo e Ácido Sulfúrico." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2015 - Terminativo - que: "Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei no 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas." Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Rocha

Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2017/09/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 17ª Reunião, realizada em 5/9/2017.

Aqueles Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada. A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Eu, como presidente eventual da Comissão e membro titular, peço a colaboração do colega Senador Paulo Paim no sentido de que possa assumir a presidência para que eu possa atuar como Relator do item 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, de 2016
- Não terminativo -

Dispõe sobre a prestação dos serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas por empresas especializadas, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Laercio Oliveira.

Relatoria: Senador Jorge Viana.

Relatório: Pela aprovação com emendas.

Observações:

1. A matéria ainda será apreciada pela CAS.

Eu peço a colaboração do Senador Paulo Paim para que assuma os trabalhos para permitir que eu, na condição de Relator, possa fazer a leitura do meu parecer.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De imediato, passo a palavra ao Senador Jorge Viana, que é Relator do projeto, para fazer a leitura de seu parecer, que é pela aprovação, com as emendas que apresenta.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente Paulo Paim, colegas Senadores e Senadoras, servidores desta Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, eu tenho a satisfação de, aqui na Comissão de Meio Ambiente, apresentar um parecer ao Projeto de Lei na Câmara nº 65, de 2016 (Projeto de Lei 6.098/2013 na Casa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de origem), do Deputado Laercio Oliveira, que dispõe sobre a prestação dos serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas por empresas especializadas e dá outras providências.

Submete-se ao exame desta Comissão de Meio Ambiente (CMA) o Projeto de Lei (PLC) 65, de 2016, do Deputado Laercio Oliveira, que dispõe sobre a prestação dos serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas por empresas especializadas, e dá outras providências.

A proposição versa sobre a atividade de serviços de imunização e controle de vetores e pragas sinantrópicas, isto é, animais que infestam áreas urbanas e que podem causar agravos à saúde humana.

O PLC nº 65, de 2016, visa disciplinar essa atividade por empresas especializadas, estabelecendo definições e condições gerais para o seu funcionamento, a fim de garantir o controle de vetores e pragas sinantrópicas, o bem-estar da população, a segurança do trabalhador e da população, a segurança do serviço prestado, além de minimizar o impacto ao meio ambiente e à saúde pública e evitar prejuízos econômicos a terceiros.

Para tanto, o PLC obriga que as empresas especializadas obtenham das autoridades competentes a devida licença de funcionamento. Exige também que profissionais técnicos, operadores ou aplicadores dos serviços especializados para imunização e controle de pragas sinantrópicas sejam submetidos a treinamento específico e periodicamente atualizado.

Faço aqui uma ressalva, Presidente Paulo Paim: a aplicação desses produtos é uma situação muito séria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Jorge Viana, como chegou aqui o Senador Paulo Rocha e ele é membro da Comissão, para evitar algum probleminha no futuro com relação a um projeto tão importante como o que V. Exª está começando a relatar, eu passo a presidência para ele, grande Senador Paulo Rocha.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Queria, então, Senador Paulo Paim, agradecendo a colaboração do Senador Paulo Rocha e a presença de V. Exª, Senador Paulo Paim, dizer que...

Senador Paulo Rocha, V. Exª é da Amazônia, e esse projeto visa estabelecer uma maior segurança no trabalho para as pessoas que aplicam – usando uma palavra coloquial – veneno, na busca de imunizar cidades, áreas urbanas, de ataques de animais e de pragas.

O problema é que temos exemplos na Amazônia, como o caso da aplicação do DDT, que, se por um lado, evitou situações gravíssimas para a população da região, trouxe, para os que aplicavam e para a própria população e para o meio ambiente, danos, danos muito graves. Os heróis da Sucam, que era um serviço irrepreensível, elogiável...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É inacreditável: eu, como morador da Amazônia, lembro que não havia uma única casa, não importava a distância, em que esses servidores públicos, grandes figuras humanas, profissionais de primeira linha, verdadeiros servidores públicos, não estivessem presentes levando proteção àquelas famílias. A Sucam era a única coisa que funcionava plenamente neste País, funcionou plenamente. No entanto, foi muito trágico...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Lá no Pará, Senador, por incrível que pareça, a gente foi identificando as doenças de pulmão, câncer etc. para esses trabalhadores exatamente nas áreas onde era mais aplicado o DDT ou então outros agentes nocivos à saúde. Lembro-me de que, quando cheguei aqui como Deputado, eu já trouxe esse debate para cá. Foi em Conceição do Araguaia a maior ocorrência nesses profissionais da Sucam quando aplicavam esse DDT.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Como Relator.) – No caso do Acre, nós chegamos a identificar, o que é lamentável, muitas mortes, e há fortíssimos indícios médicos e científicos de que foi em decorrência do DDT. Mais de 240 pessoas foram acometidas. Algumas ficaram em situações muito difíceis, outros perderam a vida, as famílias todas traumatizadas e vitimadas por conta da aplicação desse pesticida.

Então, eu entendo que é da maior importância a precaução, todo cuidado é pouco.

Nós vivemos num país tropical e nos vangloriamos de ter 20% da biodiversidade do Planeta. É verdade! Temos uma temperatura sem tantos extremos, e estamos vendo agora os desastres naturais no Caribe e nos Estados Unidos. Se, por um lado, a temperatura, se a umidade no Brasil favorece a presença dessa biodiversidade toda, de uma fauna e de uma flora fantásticas, por outro lado, você tem também, com uma ação indevida e atividades nada sustentáveis do homem, uma reação da natureza, do meio ambiente, dos organismos vivos, e a consequência são as pragas, são situações de desequilíbrio na população de micro-organismos, de animais também. E, para isso, o homem desenvolve, então, uma série de defensivos ou pesticidas. No nosso caso, nós estamos falando do DDT como um pesticida, que trouxe muitos danos às pessoas da Amazônia, especialmente àqueles que faziam sua aplicação.

Eu, nesse projeto, ressalto que ele tenta ter a precaução, tenta valorizar, tenta dar atenção para quem aplica esses produtos, esses defensivos, esses pesticidas, esses mecanismos de combate a algumas pragas, mas também faz a salvaguarda da população e do meio ambiente.

Então, toda precaução que vem nesse sentido é muito bem-vinda. Daí a importância de estarmos apreciando. Por mais que alguém diga que já há legislação nesse sentido, nós não estamos falando só nisso; nós estamos falando de vidas humanas, de precaução num país como o nosso, com tanta possibilidade... Na hora em que há uma ação do homem que desequilibra o meio ambiente, vem uma reação do meio ambiente com uma força muito grande pondo em risco a própria vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, é nesse sentido que a proposição obriga as empresas especializadas a desenvolverem, implantarem e manterem um manual de procedimentos operacionais padronizados para o serviço de controle de vetores e pragas sinantrópicas. O projeto trata ainda de aspectos como financiamento das empresas, comprovação do serviço prestado, propaganda de transporte dos produtos saneantes, oferecendo, assim, um arcabouço de necessidades ao desenvolvimento seguro das atividades dessas empresas.

Vale ressaltar que o PLC obriga as empresas especializadas a obterem das autoridades competentes a devida licença de funcionamento. Exige também que os profissionais técnicos, operadores ou aplicadores dos serviços especializados para imunização e controle de pragas sinantrópicas sejam submetidos a treinamento específico periodicamente atualizado.

Essa é a essência do projeto, esse é o caminho.

Por isso, eu apresento um relatório favorável com duas pequenas alterações, e faço a justificativa. Há uma redundância entre as regras do art. 2º, §1º, e do art. 4º. Nós propomos uma emenda no sentido de harmonizar essas regras, procurando evitar repetições vedadas pela boa técnica legislativa. A segunda alteração é o necessário ajuste redacional para corrigir a denominação de Agência Nacional de Vigilância Sanitária no art. 8º, inciso II.

Então, o meu parecer é pela aprovação e, no voto, a emenda que apresento é:

> Dê-se ao §1º art. 2º e ao inciso II do art. 8º do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2016, a seguinte redação:
> Art. 2º .....
> §1º – A empresa especializada somente poderá funcionar depois de devidamente licenciada perante as autoridades sanitária e ambiental competentes.

E, no art. 8º, uma alteração meramente redacional no inciso II:

> "Art. 8º .....
> .....
> II - publicar mensagens, tais como, Aprovado, Recomendado por especialista, Demonstrado em ensaios científicos, Publicidade aprovada pela Vigilância Sanitária, Ministério da Saúde ou órgão congênere Estadual, Municipal e Distrital, exceto nos casos especificamente determinados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa;

São essas as modificações que apresento.

E, ainda:

> Suprima-se o art. 4º do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2016, renumerando-se os demais artigos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esse é o meu voto, Sr. Presidente, pela aprovação, com as alterações que apresento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador, pelo bom e belo relatório.

O relatório, portanto, é pela aprovação, com as emendas já identificadas pelo próprio Relator.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador que queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Esta matéria não é terminativa. Portanto, cabe a votação simbólica.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, passa a se constituir como parecer desta Comissão ao Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2016, com as Emendas nºs 1 e 2, que também foram aprovadas conforme o voto do Relator.

A matéria vai para a CAS, onde terá apreciação terminativa.

Dando continuidade à nossa pauta, apenas há um requerimento. As outras matérias são terminativas, que, portanto, exigem quórum qualificado. Como o autor do requerimento, Senador Wellington Fagundes, não se encontra nesta reunião e os demais pontos da pauta exigem quórum qualificado, não há mais o que discutir, não há mais o que se colocar em votação.

Dou por terminada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2528FCD9001E159D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.